



**III MOSTRA INTERNACIONAL DE
ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO**

**AN
AIS**

2025



FACAPE
FACULDADE DE PETROLINA



PETROLINA
PREFEITURA

III MIEPE – ANAIS 2025

Mostra Internacional de Ensino, Pesquisa e Extensão

A integralidade do conteúdo, dados, informações e correções contidos nos artigos é exclusiva responsabilidade de seus respectivos autores. O compartilhamento e download da obra são permitidos, desde que os créditos sejam devidamente atribuídos aos autores.

Qualquer modificação na obra ou seu uso para fins comerciais é expressamente proibido. A comissão organizadora do evento "[MIEPE - Mostra Internacional de Ensino, Pesquisa e Extensão](#)" não assume responsabilidade por quaisquer alterações nos endereços convencionais ou eletrônicos mencionados na obra.

2025 by FACAPE

Copyright © FACAPE

Copyright do Texto © 2025 Os autores

Copyright da Edição © 2025 FACAPE

Direitos cedidos para esta edição à FACAPE pelos autores

Editor Chefe

FACAPE

Diagramação

Yuri Augusto Gomes Fontes

Sara Rubens Andrade

Revisão

Os autores

Realização

Faculdade de Petrolina – FACAPE

Comissão Organizadora

Dr. Genivaldo do Nascimento

Dra. Maria do Socorro Macedo Coelho Lima

Esp. Marilúcia de Souza Correia Vasconcelos

Ma. Laíse Nunes Mariz Leca

Ma. Maria Lucia da Silva Souza

Esp. Renan Herbert Miranda Borges

Katya Bonelo Morales

Mónica González García

Mónica Martínez-Arévalo

Comitê Científico

Dra. Maria do Socorro Macedo
Coelho Lima

Dr. Genivaldo do Nascimento

Dr. Moisés Diniz de Almeida

Me. Laíse Nunes Mariz Leça

Dra. Renata Ferreira Rios

Dr. Simão Pedro dos Santos

Dr. Carlos Antonio Guimarães Silva

Me. José Damião Lima de Medeiros

Ma. Maria Lúcia da Silva Souza

Dr. Carlos Antonio Guimarães Silva

Me. José Damião Lima de Medeiros

Me. Michela D'Ark Campos Mota

Me. Carlos Eduardo Romeiro Filho

Esp. Daniel Hirochi Sukeda

Me. Carlos Eduardo Romeiro Filho

Dr. Edson Jorge Pacheco

Ma. Paula Conceição Gonçalves
Serra Azul

Dra. Alessandra Gomes Marques
Pacheco

Me. Vlader Nobre Leite

Dr. Ricardo José Rocha Amorim

Dra. Dinani Gomes Amorim

Me. Simone Matos Lacerda Leite

Dra. Liliane Caraciolo Ferreira

Dr. Raimundo Nonato Lima Filho

Simone Matos Lacerda Leite

Dra. Liliane Caraciolo Ferreira

Me. Paula Conceição Gonçalves
Serra Azul

Esp. Daniel Hirochi Sukeda

Me. Aranin Queiroz de S. Santos

Katya Bonelo Morales

Victor Amar

Marcela Croce

Mónica González García

Mónica Martínez-Arévalo

Almeida Augusto Queta

A532 c

Anais da III MIEPE (2. ; 2025 Petrolina - PE)

Caderno de Resumo – III MIEPE – Mostra Internacional de Ensino, Pesquisa e Extensão.
Organizadores: Maria do Socorro Macedo Coelho Lima; Genivaldo do Nascimento;
Renan Herbert Miranda Borges – Petrolina - PE: AEVSF/FACAPE, Petrolina-PE, 2025.
1122p. v.1

Material bibliográfico em PDF

Disponível em:

<https://fcape.otimizeit.com.br/iii-miepe-mostra-internacional-de-ensino-pesquisa-e-extensao/>

ISBN: 978-65-01-86339-9

1- Ensino, Pesquisa e Extensão Universitário; 2- Anais da III MIEPE – Mostra Internacional de Ensino, Pesquisa e Extensão; 3- Ensino Superior – Mostras Científicas; 4- Desenvolvimento Regional - Semiárido

CDD 060

APRESENTAÇÃO

Publicação dos **Anais da III MIEPE – Mostra Internacional de Ensino, Pesquisa e Extensão da FACAPE**.

Como desdobramento acadêmico-científico da **III Mostra Internacional de Ensino, Pesquisa e Extensão da Faculdade de Petrolina (III MIEPE)**, foi realizada a publicação dos Anais do evento, organizados em dois volumes, com o objetivo de assegurar a sistematização, preservação e ampla divulgação da produção científica apresentada. A divisão dos anais em volumes distintos decorreu do expressivo número de trabalhos submetidos, avaliados e aprovados, refletindo a consolidação da MIEPE como espaço relevante de socialização do conhecimento científico.

Os anais reúnem os resumos e artigos científicos aprovados, oriundos de diferentes áreas do conhecimento, contemplando produções desenvolvidas no âmbito do ensino, da pesquisa e da extensão. A publicação dos trabalhos permite ampliar a visibilidade institucional da **FACAPE** e das instituições participantes, além de contribuir para a democratização do acesso ao conhecimento científico, assegurando o registro formal das produções acadêmicas apresentadas durante o evento.

A organização dos anais observou critérios técnico-científicos, incluindo padronização textual, identificação de autoria, vinculação institucional e classificação por áreas temáticas, garantindo qualidade editorial e confiabilidade acadêmica. A publicação em dois volumes possibilitou maior organização do material, melhor navegabilidade e adequada distribuição dos conteúdos, respeitando a diversidade temática e o volume significativo de contribuições recebidas.

A disponibilização dos **Anais da III MIEPE**, em formato digital e de acesso público, reforça o compromisso da **FACAPE** com a difusão científica, a valorização da produção acadêmica discente e docente e o fortalecimento da cultura de pesquisa institucional. Trata-se de um importante instrumento de memória científica e de apoio a futuras investigações, alinhado às diretrizes do Plano de Desenvolvimento Institucional e às boas práticas de comunicação científica.

Maria do Socorro Macedo Coelho Lima
Coordenadora de Pós-graduação da FACAPE e organizadora da MIEPE

PROGRAMAÇÃO

SALA 01 - ADMINISTRAÇÃO - 03/11/25 PRESENCIAL – MATUTINO

ANÁLISE DA QUALIDADE DO AR EM UMA FEIRA LIVRE NO INTERIOR DE PERNAMBUCO	ANA CAROLINA BARBOSA DOS SANTOS LAURA DE SÁ FREITAS ISADORA RODRIGUES JULIANA AZEVEDO RESENDE PORTO CLAUDILEIDE DE SÁ SILVA JOÃO LUIZ MARTINS DA SILVA ANNA BHEATRIZ SOUSA CONSTANTINO
COMPLIANCE: INSTRUMENTO DE TRANSFORMAÇÃO NA CULTURA ORGANIZACIONAL	JÚLIA EMANUELE DE OLIVEIRA SOUZA ANTONIO DE SANTANA PADILHA NETO CAUÃ MENDES TEIXEIRA VARGAS JOÃO MATHEUS RIBEIRO SOARES ANNA CLARA RODRIGUES RIBEIRO EMYLY EMANUELY RODRIGUES DE OLIVEIRA
EDUCAÇÃO FINANCEIRA PARA TERCEIRA IDADE: OS IMPACTOS DO ENSINO DE CONCEITOS BÁSICOS DA EDUCAÇÃO FINANCEIRA E DO CONTROLE DE GASTOS PARA IDOSOS.	GEORGE SANTANA SILVA JULIA MORATO GOMES DOS SANTOS PEDRO VINICIUS LOURENÇO GOMES TAMIRES ALVES MARIA BETANIA ALVES DOS SANTOS
EMPREENDEDORISMO NA TERCEIRA IDADE: APRENDIZADOS EM MARKETING E PRECIFICAÇÃO	MATHEUS ROCHA DE SOUSA DANIEL DE ALMEIDA FREIRE EVERSON EMMANUEL SILVA SOUZA MARIANA LUIZA COSTA DANTAS

	THAMYRES PEQUENO FERREIRA DE SOUZA
O ACESSO AO DIREITO DE REGISTRO AUTORAL NA PRODUÇÃO DE ARTESANATO EM PETROLINA	INGRID LUIZA MÁXIMO MONTEIRO ÍTALO SAMPAIO LARA MARIA ARAÚJO LIMA DA SILVA
SURFANDO NA MARÉ DO DÓLAR: ESTRATÉGIAS E DESEMPENHO DAS AGROEXPORTADORAS BRASILEIRAS EM TEMPOS DE VOLATILIDADE	RAIMUNDO NONATO LIMA FILHO MARIA DO SOCORRO MACEDO COELHO LIMA

SALA 02 - CIÊNCIA DA COMPUTAÇÃO E GTI - 03/11/25
PRESENCIAL - MATUTINO

A APLICAÇÃO DA INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL NA AGRICULTURA DE PEQUENO E MÉDIO PORTE	KELVIN OLIVEIRA FERNANDES ANA CLARA BORGES DE MORAIS MARIA EDUARDA SUZART DE CARVALHO DINANI GOMES AMORIM
GOLPES FINANCEIROS NA TERCEIRA IDADE: CONSCIENTIZAÇÃO E PREVENÇÃO	MARIA DO SOCORRO MACEDO COELHO LIMA DANIEL VINICIUS DOS SANTOS SILVA NICOLE SOUZA SANTANA PABLO RODRIGO FERREIRA DE MELO RAQUEL STÉFANIE FERNANDES DA SILVA AMANDA LOPES
O GOOGLE FAMILY LINK COMO FERRAMENTA DE EDUCAÇÃO E CONTROLE PARENTAL NO CONTEXTO DIGITAL	LUIS GUSTAVO ALENCAR MOURA ANA BEATRIZ BRAGA MEDEIROS DAVI NEEMIAS CRUZ DE OLIVEIRA JOSÉ MARCELO RODRIGUES CAVALCANTI

	LUCAS CARVALHO DE OLIVEIRA LUIZ GUSTAVO CARVALHO SENA DE MIRANDA
PINT OF SCIENCE NO VALE DO SÃO FRANCISCO: FOMENTANDO CIÊNCIA NO SERTÃO PERNAMBUCANO	MARIA GIOVANNA SOUZA BARBOSA ANNA JULIA FERREIRA DOS SANTOS PEDRO VICTOR GOMES RODRIGUES MARIA VITÓRIA NOGUEIRA LEITE MENDONÇA SILVA BRUNA DEL VECCHIO KOIKE
PROGRAMAÇÃO EM IA NO PICTOBLOX PARA DESENVOLVIMENTO DE JOGOS INTERATIVOS	HUGO EDUARDO DOS SANTOS REGO HEITOR ATHOS NUNES PEREIRA GUILHERME ALVES PEREIRA PAULO VINICIUS DE SANTANA MUDO
SISTEMA INTEGRADO DE AUTOMACÃO AGRÍCOLA PARA MONITORAMENTO AMBIENTAL NA FRUTICULTURA IRRIGADA DO VALE DO SÃO FRANCISCO	GABRIEL MARTINS DA CRUZ ISAAC ALVES JANDERSON GUSTAVO SANTOS SOUZA KAUÊ LUCAS DE OLIVEIRA LIMA RIAN LUCAS DA SILVA VICTOR EMANUEL BEZERRA TEIXEIRA RICARDO AMORIM

**SALA 05 - EDUCAÇÃO, LITERATURA E SERVIÇO SOCIAL - 03/11/25
PRESENCIAL – MATUTINO**

A BANALIDADE DO MAL EM POR QUE NÃO PEDIRAM A EVANS?	KLIVILIN GUTIERRE FRANÇA SANTOS MARIA REGINA DA SILVA MACÊDO LIMA
A LITERATURA ERÓTICA NO ROMANCE “O AMANTE DE LADY CHATTERLEY”.	MARIA REGINA DA SILVA MACÊDO LIMA HANNA VITÓRIA DA SILVA PAIXÃO

A PSIQUE POLIFÔNICA DE UM CRIMINOSO: UMA ANÁLISE COMPARATIVA ENTRE “ANGÚSTIA” DE GRACILIANO RAMOS E “CRIME E CASTIGO” DE DOSTOIÉVSKI	HANNA VITÓRIA DA SILVA PAIXÃO KLIVILIN GUTIERRE FRANÇA SANTOS
LITERATURA AFRO-BRASILEIRA E DOS POVOS ORIGINÁRIOS: CAMINHOS PARA DESCOLONIZAÇÃO DOS ESTUDOS LITERÁRIOS	MARIA APARECIDA VENTURA BRANDÃO ELAINE FEITOSA
MONITORIA NA DISCIPLINA DE INICIAÇÃO À INVESTIGAÇÃO CIENTÍFICA: RELATO DE EXPERIÊNCIA	ENILHO FERNANDO PEREIRA FEITOZA DAIARA BARBOSA TORRES COSTA FLAVIA EMILIA CAVALCANTE VALENÇA FERNANDES
NÃO ME TOCA SEU BOBOCA!”: A EDUCAÇÃO SEXUAL NA PREVENÇÃO DAS VIOLÊNCIAS CONTRA CRIANÇAS.	ESTHER DOURADO TORRES OLIVEIRA ALINE GOMES ANA KAROLINE SOARES MARANHÃO MARIA SABRINA RAMOS LIMA VINNYCIUS OLIVEIRA DE MENEZES MARIA LÚCIA DA SILVA SOUZA

SALA 06 - MEDICINA - 03/11/25
PRESENCIAL – MATUTINO

AÇÕES DE PREVENÇÃO E PRIMEIROS SOCORROS EM ACIDENTES COM ANIMAIS PEÇONHENTOS	FELIPE GONÇALVES RODRIGUES PAULO ROBERTO DE JESUS SILVA ANA CAROLINA SOUZA CAVALCANTI DANIEL HIROCHI SUKEDA
CRIANÇAS COMO MULTIPLICADORAS DO	MANUELA REIS SILVA DOS ANJOS

CONHECIMENTO: EDUCAÇÃO EM SAÚDE SOBRE O AVE NO AMBIENTE ESCOLAR	MARIA HELENA LANDIM SILVA MARIANA TORRES FIGUEIREDO RITA DE CÁSSIA CAMPOS CARVALHO TALIA CARNEIRO MARIA DA CONCEIÇÃO AQUINO DE SA
DIAGNÓSTICO PRECOCE DO DM1 E O PAPEL DOS ANÁLOGOS DE INSULINA NA OTIMIZAÇÃO DO CONTROLE GLICÊMICO INFANTIL	JONATH OLIVEIRA DO NASCIMENTO KAREN DE CARVALHO SOUSA MARINA DUARTE GAMA VIEIRA RYAN MACIEL BARBOSA LAENA BARBOSA LEAL JOSÉ MENDES CORREIA DE ARAÚJO JÚNIOR
MECANISMOS DO ENVELHECIMENTO CUTÂNEO: UMA REVISÃO INTEGRATIVA DA LITERATURA	JOSÉ RAMOS GONÇALVES GOMES NETO ANA LUÍSA VILELA AMORIM LUIZ OTAVIO MACEDO COELHO CAVALCANTE GRAZIELE ÁQUILA DE SOUZA BRANDÃO
PERCEPÇÃO DE USUÁRIOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE ACERCA DO ACOLHIMENTO EM UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE	ANA BEATRIZ MARQUES DE MENEZES JERICÓ MANUELA REIS SILVA DOS ANJOS MARIANA TORRES FIGUEIREDO MAX RARYSSON JORGE MESSIAS LEAL DO NASCIMENTO

SALA 07 - PSICOLOGIA - 03/11/25
PRESENCIAL – MATUTINO

A PRÁTICA DA MONITORIA EM ESTATÍSTICA COMO ESTRATÉGIA PARA APRENDIZAGEM COLABORATIVA	EMILLY VITÓRIA DE SOUZA SILVA
--	-------------------------------

BULLYING NA UNIVERSIDADE: A VIOLÊNCIA QUE DEIXA MARCAS	BRUNA ISABELLE NORONHA BORGES MARIA FERNANDA ANDRADE CAVALCANTE JOSCICLEIDE FERREIRA BIONE DE LIMA JADSON JUAN ANDRADE CAVALCANTE EMERSON SOUZA ANTONIO DE SANTANA PADILHA NETO
O QUE MUDA ENTRE PAIS E MÃES? HABILIDADES SOCIAIS CONJUGAIS, ESTILOS PARENTAIS E GÊNERO	BIANCA PRÓSPERO DA SILVA LUCIVANDA CAVALCANTE BORGES DE SOUSA
ROLE A INICIATIVA: O RPG DE MESA NO DESENVOLVIMENTO DE HABILIDADES SOCIAIS	SANNY ROSA FELIPE DE OLIVEIRA MARCOS
VARIÁVEIS SOCIODEMOGRÁFICAS E SEUS EFEITOS NO ENVOLVIMENTO PARENTAL NOS CUIDADOS DE CRIANÇAS NA PRIMEIRA INFÂNCIA EM FAMÍLIAS DE BAIXA RENDA	MARIA GIOVANNA SOUZA BARBOSA LUCAS GONÇALVES DA SILVA LUCIVANDA CAVALCANTE BORGES DE SOUSA

SALA 08 - CIÊNCIA DA COMPUTAÇÃO E GTI - 03/11/25
PRESENCIAL – VESPERTINO

A IMPORTÂNCIA DOS PAIS NO CONTROLE DO USO DA INTERNET PELOS FILHOS	FELIPE CEZARIO DA SILVA ÁLEX BRANDON SOARES OLIVEIRA CARLA LETÍCIA ALENCAR DA SILVA JOÃO PEDRO JACÓ LEITE LARA JOAQUINA AMORIM RODRIGUES MARIA CLARA BARROS BENEVIDES
--	--

DESAFIOS E PERIGOS DO DESCARTE INDEVIDO DE EQUIPAMENTOS ELETRÔNICOS	ALESSANDRO GALVÃO DO NASCIMENTO FILHO ELIEL MATHEUS RIBEIRO BEZERRA ENRIC OLIVEIRA SOUZA LUAN DO NASCIMENTO SILVA MÁRCIO LUCAS ROSA GONÇALVES CARLOS IURY MARIANO MARTINS CYNARA CARVALHO
DESIGN MINIMALISTA APLICADO EM E-COMMERCE: UMA ANÁLISE DE USABILIDADE E PERFORMANCE	LUIS FELIPE SILVA DE MELO DINANI GOMES AMORIM
INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL NA PRODUÇÃO ACADÊMICA: APLICAÇÕES, RISCOS E PERSPECTIVAS	RAYRA IANDARA SILVA RAMOS VICTOR EMMANUEL SILVA RAMOS
INTRODUÇÃO À RESOLUÇÃO DE PROBLEMAS COM PYTHON: DO RACIOCÍNIO LÓGICO À CODIFICAÇÃO	ISRAEL BRUNO RODRIGUES DE FRANÇA GUILHERME DIAS DE OLIVEIRA DANILO PEREIRA DA CRUZ EMANUEL ADAUTO DA SILVA COSTA MARCOS PAULO PEREIRA NOGUEIRA PEDRO MIGUEL DE ARAUJO CARVALHO CARLOS ALBERTO TEIXEIRA BATISTA
MENINAS DIGITAIS ARRETADAS: ELABORAÇÃO DA OFICINA DE PROTOTIPAÇÃO	VICTOR CONCEIÇÃO DE BRITO MARIA CLARA MARQUES LINS DE SOUZA E SILVA VANIA CRISTINA LASALVIA
RECONHECIMENTO DE GESTOS UTILIZANDO VISÃO COMPUTACIONAL PARA	FABIO SEIJII URA JACKSON DE QUEIROZ MORATO WANDERSON WILKERSON FELIX DA SILVA

CONTROLE DE FUNÇÕES DO COMPUTADOR	
-----------------------------------	--

SALA 11 – EDUCAÇÃO, LITERATURA E SERVIÇO SOCIAL - 03/11/25
PRESENCIAL – VESPERTINO

A EDUCAÇÃO FINANCEIRA E A SAÚDE MENTAL NA TERCEIRA IDADE: DIFERENCIAÇÃO ENTRE NECESSIDADES E DESEJOS	LARA ISABELLE CARVALHO DE LIMA LUANNA DAFNNE BARROS DE ARAÚJO IVANE ALVES PASSOS ALEIXO CAROLINE OLIVEIRA DA SILVA BRENA DOS SANTOS MATTOS
A IMPORTÂNCIA DO USO DE LIVROS PARADIDÁTICOS E DE FICÇÃO CIENTÍFICA COMO RECURSO DIDÁTICO NO ENSINO DE FÍSICA	MELLYSE PEREIRA SANTOS
EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS E ADOLESCÊNCIA: RELATO DE EXPERIÊNCIA SOBRE FORMAÇÃO PARA A CIDADANIA	MARUZA MILENA FERNANDO DA SILVA CARDOSO
EXPLORANDO MOVIMENTO RETILÍNEO UNIFORME E UNIFORMEMENTE VARIADO COM VPYTHON NA EDUCAÇÃO PÚBLICA	PEDRO MARQUES NASCIMENTO JOÃO VITOR DA SILVA SOUZA REURISSON ARLEI SANTOS NUNES DANIEL BERG DE AMORIM LIMA
O GRADED READER COMO FERRAMENTA DIDÁTICA PARA O ENSINO DE LÍNGUA INGLESA	NATHALY RAQUEL BARBOSA DOS SANTOS FERDINANDO DE OLIVEIRA FIGUEIRÊDO
UM OLHAR ECOFEMINISTA SOBRE “SABELA”, DE CONCEIÇÃO EVARISTO	BEATRIZ VIEIRA RODRIGUES

UNIVASF NAS ESCOLAS: APROXIMAÇÃO DE ESTUDANTES DO ENSINO MÉDIO DE ESCOLAS PÚBLICAS COM O ENSINO SUPERIOR	WILLIAM FERREIRA GUERRA AMANDA MATOS RESENDE NATALIA BARROS STEFANE TELMA DA SILVA MORAIS SIMONE VISCARA
--	--

SALA 12 - MEDICINA - 03/11/25
PRESENCIAL - VESPERTINO

A IMPORTÂNCIA DO ACOMPANHAMENTO DE PACIENTES PSIQUIÁTRICOS NA ATENÇÃO PRIMÁRIA EM SAÚDE (APS) PARA O APRENDIZADO DE ESTUDANTES DE MEDICINA	ANA GRAZIELA SANTANA ALVES ADNA JAYANNE BEZERRA DE MENEZES MYRELA CLEMENTINO DE SÁ PARENTE LEITE YANDRA MYLENNNA DA SILVA AMORIM CALINE MACEDO GOMES
ENGASGO E PARADA CARDIORRESPIRATÓRIA: AÇÕES DE PREVENÇÃO E EXTENSÃO EM URGÊNCIAS E TRAUMAS	VICTOR HUGO DA SILVA MARTINS MILLENA RIBEIRO BESSA DANIEL ALENCAR CORREA DANIEL HIROCHI SUKEDA
ESTRATÉGIAS PARA PREVENIR ACIDENTES E PROMOVER SEGURANÇA NO TRÂNSITO NO MUNICÍPIO DE PETROLINA-PE	FERNANDA MOREIRA LINO MARIA CLARA MAYER MOLLER MARIA FERNANDA SANTOS SILVA MARIA VITÓRIA PINHEIRO CORDEIRO DANIEL HIROCHI SUKEDA
PELE QUE VIVE: O VIÉS DERMATOLÓGICO NO PROCESSO DO ENVELHECIMENTO	MARIANA DE SOUZA COSTA ALENCAR MATHEUS VINICIUS RODRIGUES DE MORAES PARENTE MICHELE ABADE DOS SANTOS

	NATÁLIA ISABEL CEZAR GAMA GEOVANNA TORRES BENEVIDES SILVA GRAZIELE ÁQUILA DE SOUZA BRANDÃO
PREVENÇÃO DE ACIDENTES ELÉTRICOS: UMA REFLEXÃO SOBRE PRÁTICAS SEGURAS	LUCAS RAFAEL MONTEIRO BELFORF ANDERSON DE SANTANA BAIA JOAO BATISTA RIBEIRO DE MEDEIROS DANIEL HIROCHI SUKEDA
PREVENÇÃO DE TRAUMA NO IDOSO: ESTRATÉGIAS EDUCATIVAS PARA UM ENVELHECIMENTO SEGURO	YANDRA MYLENNNA DA SILVA AMORIM MYRELA CLEMENTINO DE SÁ PARENTE LEITE ANA GRAZIELA SANTANA ALVES GILVAN ALVES DE FRANÇA JÚNIOR DANIEL HIROCHI SUKEDA
RECONHECER E SALVAR: EDUCAÇÃO EM SAÚDE SOBRE AVC E IAM NA COMUNIDADE	CALINE MACEDO GOMES ADNA JAYANNE BEZERRA DE MENEZES ALLISIA AMANDO FERRAZ DE MIRANDA BÁRBARAH FERREIRA MÉLO DANIEL HIROCHI SUKEDA
RECONHECER PARA SALVAR: EDUCAÇÃO EM SAÚDE SOBRE AVC E IAM NA COMUNIDADE	CALINE MACEDO GOMES ADNA JAYANNE BEZERRA DE MENEZES ALLISIA AMANDO FERRAZ DE MIRANDA BÁRBARAH FERREIRA MÉLO DANIEL HIROCHI SUKEDA
TRAUMA PEDIÁTRICO: AÇÕES DE PREVENÇÃO E EXTENSÃO EM URGÊNCIAS E TRAUMAS	KAROLLANE ROCHA GOMES BIANCA MOTA LIMA CECÍLIA MARTINS BEATRIZ GUIMARÃES NEPOMUCENO

	DANIEL HIROCHI SUKEDA
--	-----------------------

SALA 15 - CIÊNCIA DA COMPUTAÇÃO E GTI - 03/11/25
PRESENCIAL - NOTURNO

COMUNICAÇÃO DIGITAL PARA O PROJETO AGROLABS: ESTRATÉGIAS DE ENGAJAMENTO E DIFUSÃO DA INOVAÇÃO NA FRUTICULTURA DO VALE DO SÃO FRANCISCO	PAMELA CARDOSO ARAUJO NIANDRA AILANY CAMILO AMORIM BRUNA LETICIA CERQUEIRA DE MELO RICARDO AMORIM
DESENVOLVIMENTO DE APLICATIVO PARA O AGRONEGÓCIO: INTERFACE E DIVULGAÇÃO NO CONTEXTO DO AGROLABS	EDMILSON BRENO RIBEIRO LUNA JOSÉ GUILHERME DE SOUZA COSTA ALENCAR JULIARDO MATEUS BRITO DE SA JUNIOR LÍVIA SILVA DIAS RICARDO AMORIM
INCLUSÃO DIGITAL	GEOVANA VITORIA ROCHA SOUZA AYLLA LAVINNYA ALCANTARA MATOS ENZO MICHAEL VIANA SOUZA
INTEGRAÇÃO SOCIAL A INFORMÁTICA E APLICATIVOS DE ESCRITÓRIO	JOAO MANOEL CERQUEIRA NASCIMENTO LUAN CARLOS DE SOUSA MAURÍCIO DE OLIVEIRA LOPES RILLEY VITORIA PACHECO DE CARVALHO SILVA CARLOS ALBERTO TEIXEIRA BATISTA
INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL NA SEGURANÇA DIGITAL: DETECÇÃO PROATIVA DE FRAUDES E PREVENÇÃO DE ATAQUES CIBERNÉTICOS	EDMILSON BRENO RIBEIRO LUNA FRANCKLIN LEANDRO RABELO IMBASSAHY BARTILOTTI CAIO LASALVIA DE BARROS DINANI GOMES AMORIM

MENINAS DIGITAIS ARRETADAS: CAPTAÇÃO DE ESTUDANTES DAS ESCOLAS PÚBLICAS	ALYSSON FELIPE BARBOSA DA SILVA ELLEN CRISTINA LESSA LEMOS ROBSON CHAYLIN DA SILVA VARJAO DAMASIO CLEICE VILMA SANTOS VIANA VANIA CRISTINA LASALVIA
MENINAS DIGITAIS ARRETADAS: ELABORAÇÃO DO INSTRUMENTO INVESTIGATIVO	ANNY GRAZIELLY DOS SANTOS RIBEIRO PEREIRA CAMILLA REGINA PRISCILA GLEICE PEREIRA VANIA CRISTINA LASALVIA

SALA 16 - CIÊNCIA DA COMPUTAÇÃO E GTI - 03/11/25
PRESENCIAL – NOTURNO

A INFLUÊNCIA DOS LARGE LANGUAGE MODELS (LLM'S) NA QUALIDADE DO TRABALHO EM EQUIPE NOS PROJETOS DE SOFTWARE	ALESSIA REBECA DO NASCIMENTO AMORIM LUIRYS DO NASCIMENTO SILVA ALEXANDRE BRAGA GOMES
CONEXÃO DIGITAL	MICHEL BATISTA GONÇALVES DOS SANTOS VANIA CRISTINA LASALVIA PEDRO HEBERT ALVES DE LUNA FILIPE BARBOSA AMORIM PABLO MICAEL SANTOS LIMA GUSTAVO MOREIRA LOPES FRAGA
CONSTRUÇÃO DE UM ROBÔ SEGUIDOR DE LINHA: PROGRAMANDO NO PICTOBLOX	SERGIO FAUSTINO RIBEIRO
O PAPEL DO PROFISSIONAL DE GARANTIA DA QUALIDADE DE	ANA KAROLLYNE DIAS DE CASTRO ARAUJO

SOFTWARE NA ERA DA AUTOMAÇÃO: TRANSFORMAÇÕES NO PROCESSO DE TESTE DE SOFTWARE	DINANI GOMES AMORIM
PROGRAMAÇÃO DE ASSISTENTE VIRTUAL COM USO INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL NO PICTOBLOX	RAYSSA MEL NASCIMENTO DE CARVALHO ISAQUE BISPO CUNHA DOS SANTOS ARIEL JÉFTE DA SILVA ALMEIDA RAYSSA RODRIGUES SOUA
PROJETO CONEXÃO DIGITAL: CAPTAÇÃO E CADASTRO DE ONG'S	GEOVANA VITÓRIA RODRIGUES GONÇALVES BIANCA SILVA FERREIRA DE OLIVEIRA ESTER FERREIRA DOS SANTOS VANIA CRISTINA LASALVIA
PROJETO CONEXÃO SOCIAL: ELABORAÇÃO DO INSTRUMENTO INVESTIGATIVO	MARCELO HENRIQUE FÉLIX DA SILVA MARIA EDUARDA NUNES ROMAO LETICIA VITORIA CARVALHO MORAES VANIA CRISTINA LASALVIA
SOLUÇÃO DE REALIDADE AUMENTADA PARA AUXILIAR NA EXECUÇÃO DO RALEIO	LUIZ FELIPE MIRANDA DE SOUZA DINANI GOMES AMORIM

SALA 17 – CIÊNCIAS CONTÁBEIS - 03/11/25
PRESENCIAL – NOTURNO

CONTROLE ANSIOSO	MIKAELL PEREIRA BRANDAO
O CONHECIMENTO DOS ESTUDANTES DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS DA FACAPE ACERCA DO CÓDIGO DE ÉTICA PROFISSIONAL DO CONTADOR	BEATRIZ CAROLLAYNE MARQUES SILVA DE SÁ

O PAPEL DA CONTABILIDADE NA GESTÃO DE BARES EM PETROLINA: UM CONTRAPONTO ENTRE GESTORES E CONTADORES	MARIA EDUARDA RODRIGUES
SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO EM ESCRITÓRIOS CONTÁBEIS: PRÁTICAS PROFISSIONAIS E CONSCIENTIZAÇÃO PARA FUTUROS CONTADORES	MARIA EDUARDA RODRIGUES GABRIEL GONÇALVES DE LIMA ANDRADE
SEU PREÇO JUSTO: CUSTO E PRECIFICAÇÃO PARA FEIRANTES	BEATRIZ CAROLLAYNE MARQUES SILVA DE SÁ MIKAELL PEREIRA BRANDAO
SISTEMAS GERENCIAIS NA AGRICULTURA: INOVAÇÃO E SUSTENTABILIDADE NAS PEQUENAS PROPRIEDADES RURAIS	IRIS KAUANE RODRIGUES DA SILVA OZEAS RODRIGUES GOMES QUÉZIA NASCIMENTO SANTOS RAYLA RODRIGUES GALVÃO THAISA JOSEFA DA SILVA DINANI GOMES AMORIM
SISTEMAS GERENCIAIS NO AGRONEGÓCIO: A IMPORTÂNCIA DO SISTEMA AEGRO NA GESTÃO DE PROPRIEDADES RURAIS	MATHEUS SANTOS DE OLIVEIRA SILVA NATAN NASCIMENTO DE SOUZA BIANCA DA CRUZ PEREIRA DINANI GOMES AMORIM
VISIBILIDADE DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA NAS CIÊNCIAS CONTÁBEIS: UMA REVISÃO DA LITERATURA	EMERSON RENATO DE SOUZA ALVES ROSIANE ROCHA OLIVEIRA SANTOS DENISE AMARAL BATISTA

SALA 26 – MEDICINA, SAÚDE PÚBLICA E SERVIÇO SOCIAL - 03/11/25
PRESENCIAL – NOTURNO

A PELE QUE VIVE: EDUCAÇÃO EM SAÚDE E AUTOCUIDADO PARA IDOSOS	TAMYRES DE CASTRO MATEUS DOS SANTOS LARISSA DA SILVA DE LACERDA PEDRO HENRIQUE DA SILVA LEITE VICTOR HUGO DA SILVA LEITE MARYANA MARQUES SILVA SANTOS GRAZIELE ÁQUILA DE SOUZA BRANDÃO
AVALIAÇÃO DE INTERAÇÕES MEDICAMENTOSAS POTENCIAIS COM ANTIBIÓTICOS EM PRESCRIÇÕES HOSPITALARES	JADIANNY DAISY DE ANDRADE ASSIS DEUZILANE MUNIZ NUNES ISABEL DIELE SOUZA LIMA PIO SYBELLE CHRISTIANNE BATISTA LACERDA PEDROSA
COMO AGIR EM CASOS DE ENCHENTES E AFOGAMENTOS	LETÍCIA REIS FEITOSA LEITE BRENO DE ARAÚJO DIAS LARA MACEDO DANIEL HIROCHI SUKEDA
CONHECER PARA PREVENIR: A EDUCAÇÃO COMO ESTRATÉGIA DE PREVENÇÃO ÀS VIOLÊNCIAS NO CONTEXTO ESCOLAR DE PETROLINA- PE	LUISE VITÓRIA DE SOUZA BISPO GIRLEIDE ALVES DE OLIVEIRA JAELE DA COSTA E SILVA IRANEIDE PEREIRA CRUZ MARIA LÚCIA DA SILVA SOUZA
POLÍTICA MUNICIPAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS: UMA ANÁLISE DA GESTÃO INTEGRADA DE RESÍDUOS SÓLIDOS NA CIDADE DE PETROLINA, PERNAMBUCO A	VITOR BARROS BATISTA ANA JÚLIA SILVA DE SÁ ANA MIKAELE SANTANA EDSON ALVES DE OLIVEIRA

LUZ DAS DIRETRIZES DA LEI Nº 035/2022	NEMORA MONICKE DA SILVA TELES ANDRE LUIZ QUEIRÓZ DE ANDRADE
PREVALÊNCIA DE HIPERTENSÃO ARTERIAL EM ACADÊMICOS DO SERTÃO PERNAMBUCANO	NICOLAS GOMES GADELHA DALILA DE BRITO MARQUES RAMOS RAFAEL RINGO ALVES DE HOLANDA MARIA EDUARDA SOUZA SAMPAIO VIEIRA RAFAELA MACEDO LIRA VINÍCIUS DA SILVA PACÍFICO

SALA 27 - PSICOLOGIA - 03/11/25
PRESENCIAL – NOTURNO

A SAÚDE MENTAL DOS ESTUDANTES MIGRANTES NO VALE DO SÃO FRANCISCO	JADE ESTER COELHO FREIRE DRUMOND JULIA MORATO VICTOR HUGO FREIRE GUERRA
A SOCIEDADE DO CANSAÇO: UMA ANÁLISE DO ESGOTAMENTO EM DOCENTES DE ESCOLAS PÚBLICAS E PRIVADAS DE PETROLINA-PE	DEBORAH ADALGISA BARROS LEAL JOSIVANIA ARAÚJO MATIAS EDNALVA DA SILVA LAYDE PATRÍCIA DOS SANTOS LOPES JULIANO BONFIM DOS REIS
ADOCIMENTO MENTAL NO AMBIENTE DE TRABALHO AGRÍCOLA: DESAFIOS ATUAIS E OS IMPACTOS PARA SOCIEDADE	HELOISA TAMARINO CARVALHO PAOLA LUIZA ALMEIDA LIMA DINANI GOMES AMORIM
ERA UMA VEZ: HISTÓRIAS DO INCONSCIENTE INFANTIL – EXPERIÊNCIAS COM A PSICANÁLISE NA EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA	HUGO COSTA LUIZA DANIELLY CAVALCANTE DO NASCIMENTO IZABELA RODRIGUES DE CASTRO

	IZABELA MORORÓ DE SOUZA ALESSIA SILVA FONTENELLE
ESTRATEGIA DE PREVENÇÃO E CONTENÇÃO PARA O BULLYING NA FACAPE	WAITUSY RODRIGUES DE ARAUJO VAGNER MARTINS DA SILVA CALDAS EMILY KETLIN DE CARVALHO ESCOLARIO SILVA WILDEMARA SOARES DOS SANTOS
INFANCIAS PERDIDAS: ADULTIZAÇÃO INFANTIL – OS IMPACTOS PSICOSOCIAIS, ESTRÁTEGIAS E PREVENÇÃO EM UM CONTEXTO URBANO, UM OLHAR SOBRE A REALIDADE DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES EM PETROLINA - PE	ALICIA GOMES MENEZES MARIA BEATRIZ FREIRE LIMA GUIMARÃES LARISSA THOMÉ GURGEL COELHO
O (IN)SUCESSO EM ATO	ALESSIA SILVA FONTENELLE DEBORAH MARCELLY RODRIGUES SÁ ÉRICA GONÇALVES CUSTÓDIO DA SILVA GABRIEL FELIX AGUIAR LIMA OLIVEIRA LUANNY RAFAELLY BARBOSA GONDIM RAÍSSA FRANÇA SOUZA
OS DIREITOS NEGLIGENCIADOS E A SAÚDE MENTAL DE PESSOAS DA TERCEIRA IDADE EM PETROLINA	ANDREA TIE OTSUKA MARQUES JOANA DARQUE DO NASCIMENTO OLIVEIRA DENISE JAQUELINE DE SOUZA ARAUJO MARIA DANIELA DE SOUZA BRITO GENIVALDO DO NASCIMENTO
PSICOLOGIA DO INVESTIDOR NA 3ª IDADE: ENTENDENDO O COMPORTAMENTO NO MERCADO FINANCEIRO	ANNA BEATRIZ DE SOUZA COSTA DIAS EMYLLE SARA ALENCAR GRANJA MARIA CLARA ROSA DE ANDRADE

	NOEMY MARQUES DE SOUZA FEITOSA SAMIRE SOUZA DAMASCENA
--	--

SALA 33 - EDUCAÇÃO E LITERATURA - 04/11/25
REMOTO – MATUTINO

A COMUNICAÇÃO DIGITAL E OS RUÍDOS DA INTERPRETAÇÃO NA ERA DAS REDES	ANA CLARA DOS SANTOS ROZENO MARÍLIA KELLY DA SILVA LIMA MARTA RIBEIRO NUNES ADRIELE LOPES FERREIRA
CLUBE DE LEITURA DOS ODS: DA FORMAÇÃO COM PROFESSORES DO ENSINO BÁSICO AOS RESULTADOS DA MEDIAÇÃO DE LEITURA	NAIANE CAROLINA MENTA TRES ANA CAROLINA T PINTO SOLANGE BRAUCKS MARIA CLARA VELOSO
DESTRONANDO AS GRADES: ENSINO DE PRODUÇÃO DE TEXTO NA EJA EM UMA UNIDADE PRISIONAL DO ESTADO DE PERNAMBUCO	SANDRO SEBASTIAO DA SILVA ROSSANA REGINA GUIMARÃES RAMOS HENZ
DESVIOS ORTOGRÁFICOS DE NATUREZA FONOLÓGICA: UM ESTUDO DE CASOS EM UMA TURMA DO 6º ANO DE UMA ESCOLA MUNICIPAL EM CANHOTINHO - PE	ISLAN ELIEZER CORDEIRO SILVA JOÃO EDSON DA SILVA OLIVEIRA
TRADUÇÃO INTERSEMIÓTICA ENTRE “CAPITU”, DE LYGIA FAGUNDES TELLES E PAULO EMÍLIO SALES GOMES, E “DOM CASMURRO”, DE MACHADO DE ASSIS: UM OLHAR SOBRE A REPRESENTAÇÃO FEMININA	MARIANA PEREIRA MOTTA DOS SANTOS

SALA 34 – EDUCAÇÃO E LITERATURA - 04/11/25
REMOTO – MATUTINO

A REDE INTERNACIONAL DE PESQUISA EM TECNOLOGIAS E EDUCAÇÃO REPETE (BRASIL E PORTUGAL)	ISLAN ELIEZER CORDEIRO SILVA GEAM KARLO GOMES
CONTRIBUIÇÕES DOS GÊNEROS MULTIMODAIS EM PROJETOS DE (MULTI)LETRAMENTOS NA FORMAÇÃO DOCENTE DO ENSINO FUNDAMENTAL – ANOS FINAIS	ELBA SILVA DE FARIAS ROSSANA REGINA GUIMARÃES RAMOS HENZ
EDUCAR EN TIEMPOS DE EXPOSICIÓN: RELATOS SOBRE LOS LÍMITES DE COMPARTIR EN REDES SOCIALES. UNA INVESTIGACIÓN NARRATIVA (TRABALHO APRESENTADO EM ESPANHOL)	KATYA BONELO MORALES
GESTOS IMPERATIVOS NA INTERAÇÃO ENTRE CRIANÇAS AUTISTAS: UM ESTUDO DE CASO	ALLYNE SOUZA DE SANTANA RENATA FONSECA LIMA DA FONTE
II DICIS: UMA ANÁLISE DA MODALIDADE CINEMA	EMILLY KAUANY LIMA DA SILVA GEAM KARLO GOMES
OLHARES SOBRE O IMAGINÁRIO DA GRANDE MÃE EM A QUEDA DO CÉU	EDUARDA FERREIRA DOS PASSOS GEAM KARLO GOMES

SALA 40 – EDUCAÇÃO E LITERATURA - 04/11/25
REMOTO – VESPERTINO

A LITERATURA ARGENTINA CONTEMPORÂNEA E O DEBATE SOBRE O PATRIARCADO E SUAS CONSEQUÊNCIAS: UMA ANÁLISE DAS PERSONAGENS DE “NO TE QUEDES MUCHO RATO EN EL GUADAL” (2022), DE CAMILA SOSA VILLADA	RAQUEL EMANUELE LEITE ROCHA DANIELE APARECIDA PEREIRA ZARATIN
AÇÃO DE EXTENSÃO COMO FORMA DE CONSCIENTIZAÇÃO SOBRE IST'S EM ESCOLA DE ENSINO MÉDIO	GRAZIELLE SANTOS AQUINO SUZYANE SANTOS DE OLIVEIRA CARLOS DANIEL SILVA DE ARAÚJO MARIANNY COSTA PEREIRA JACLEANNY VITORIA GOMES DE SOUZA DALILA DE BRITO MARQUES RAMOS
AS REINVENÇÕES DAS ALFABETIZADORAS NA PANDEMIA NOS MUNICÍPIOS DE CAXINGÓ E PARNAÍBA - PI	ANA CHRISTINA DE SOUSA DAMASCENO ROSSANA REGINA GUIMARÃES RAMOS HENZ
ATELIÊS LITERÁRIOS: OFICINAS DE LEITURA E FRUIÇÃO DE LITERATURA E ARTES	THIAGO LOURENÇO DA SILVA GABRIELA ALVES HENRIQUES DA MATTA PROFA. DRA. DÉBORA CRISTINA SANTOS E SILVA
CONTRIBUIÇÕES DO DOCUMENTO ORIENTADOR DO PPAIC PARA O FORTALECIMENTO DAS PRÁTICAS PEDAGÓGICAS NA EDUCAÇÃO INFANTIL DO PIAUÍ	ANA CHRISTINA DE SOUSA DAMASCENO
KITS DIDÁTICOS EXPERIMENTAIS DO CEIQ: PERSPECTIVAS DE REFORMULAÇÃO	ANDRÉ LOPES PEREIRA GLAUCIA MARIA DA SILVA DEGRÈVE LAURA SPERATI BEZERRA

	RAFAEL GASPARD BEDIN
O LOCUS DA LINGUAGEM NO RACIOVITALISMO LINGUÍSTICO EM ORTEGA Y GASSET	ROBERTO JOSÉ DA SILVA
RECADOS VEGETAIS DO BRASIL. FLORESTAS IMPERIAIS NA ECOPOÉTICA DE GABRIELA MISTRAL	MÓNICA GONZÁLEZ GARCÍA

SALA 41 – EDUCAÇÃO E LITERATURA - 04/11/25
REMOTO – VESPERTINO

A DOCÊNCIA NA PESQUISA CIENTÍFICA: A CONTRIBUIÇÃO DO PROFESSOR NA ELABORAÇÃO DE PROJETOS PARA FEIRAS TECNOLÓGICAS	MARAÍSA FERNANDA DA SILVA PEREIRA
MAPEAMENTO DE PROPOSTAS INTERVENTIVAS DESENVOLVIDAS POR PROFESSORES EM EDUCAÇÃO PARA AS RELAÇÕES ÉTNICO RACIAIS	ANA PAULA VERÍSSIMO PEREIRA GEAM KARLO GOMES
O FANZINE COMO INSTRUMENTO DA ATITUDE FILOSÓFICA	ELISABETH MARIA DE SOUZA EDUARDO BARBOSA VERGOLINO
O PORTFÓLIO COMO DISPOSITIVO DE REFLEXÃO: ACOMPANHANDO A ATIVIDADE DO MESTRANDO E O ENSINO MÉDIO	ELISABETH MARIA DE SOUZA
O USO DE RECURSOS DIGITAIS NO ENSINO DE MATEMÁTICA:	NILDO SENA RIBEIRO FILHO

UMA ABORDAGEM COM O GEOGEBRA NO ENSINO MÉDIO	MARIA CAROLINA CASCINO DA CUNHA CARNEIRO ERICK DOS SANTOS RIBEIRO NILDO SENA RIBEIRO
REPRESENTAÇÃO DE VARIEDADES LINGUÍSTICAS NA LITERATURA: ESTUDO SOCIOLINGUÍSTICO DE PERSONAGENS	SHEILLA DE SOUZA VIEIRA NAÍZE FERNANDES SILVA ANA CAROLINE RODRIGUES DA SILVA CAMILLY VITORIA DA LUZ SILVA RHADDYJA SOUZA DE LIMA
TRADIÇÃO, COLONIALIDADE E FEMINISMO MOÇAMBICANO: LEITURAS DE NIKETCHE: UMA HISTÓRIA DE POLIGAMIA, DE PAULINA CHIZIANE	PERLA ARAÚJO DOS SANTOS THIAGO LOURENÇO DA SILVA

SALA 42 – EDUCAÇÃO E LITERATURA - 04/11/25
REMOTO – VESPERTINO

A INFLUÊNCIA DA LINGUÍSTICA TEXTUAL NA PRÁTICA PEDAGÓGICA DO PROFESSOR ALFABETIZADOR: IMPLICAÇÕES PARA O LETRAMENTO E A ALFABETIZAÇÃO DE CRIANÇAS	JAILMA MARIA PIMENTEL BARBOSA ROSSANA REGINA GUIMARÃES RAMOS HENZ
ARTICULAÇÃO ENTRE A FORMAÇÃO INICIAL E CONTINUADA NOS CURSOS DE GRADUAÇÃO EM LETRAS COM HABILITAÇÃO EM LÍNGUA INGLESA DE UNIVERSIDADES DE PERNAMBUCO-PE: UMA PERSPECTIVA DECOLONIAL	ZAIRA DANTAS DE MIRANDA CAVALCANTI ANTONIO HENRIQUE COUTELO DE MORAES JULMA BORELLI

EL PREICFES POPULAR BIBLIOTECARIO: UN ESCENARIO DE DISPUTA ENTRE LA EDUCACIÓN POPULAR, LA EVALUACIÓN ESTANDARIZADA Y LA JUSTICIA SOCIAL (TRABALHO APRESENTADO EM ESPANHOL)	JOHAN DANIEL SANTIAGO AGUDELO MURCIA DIEGO FELIPE MORALES FLOREZ
INTERDISCIPLINARIDADE: PERCEPÇÕES, EXPECTATIVAS E REFLEXÕES DE ESTUDANTES DE UM CURSO DE LICENCIATURA EM CIÊNCIAS DA NATUREZA	ALANE DOS SANTOS OLIVEIRA
MARCADORES DÊITICOS TEMPORAIS EM PRODUÇÕES TEXTUAIS INFANTIS	JULIA MARITZA CRUZ BEIJA KAUAN DOUGLAS GAMA DOS SANTOS WEDJA NÍVEA DA SILVA CAVALCANTI ISABELA BARBOSA DO RÊGO BARROS ESTER LEITE
WHEN THE ALGORITHM SPEAKS: DECOLONIAL ACTS OF LISTENING IN TEACHER FORMATION	ELOI DA SILVA PEREIRA

SALA 43 – EDUCAÇÃO E LITERATURA - 04/11/25
REMOTO – VESPERTINO

A PRESENÇA DA DECOLONIALIDADE NA FORMAÇÃO DE PROFESSORES DE LÍNGUA INGLESA: IMPLICAÇÕES E DESAFIOS	ZAIRA DANTAS DE MIRANDA CAVALCANTI ANTONIO HENRIQUE COUTELO DE MORAES JULMA BORELLI
AÇÃO DE EXTENSÃO COMO FORMA DE CONSCIENTIZAÇÃO SOBRE USO DE DROGAS LÍCITAS	ALICE BORGES SOUZA SILVA MARTINS ANA JÚLIA SOUZA LEITE

E ILÍCITAS EM ESCOLA DE ENSINO MÉDIO	PIETRA NUNES ALVES DE SOUZA DALILA DE BRITO MARQUES RAMOS SYBELLE CHRISTIANNE BATISTA LACERDA PEDROSA
EDUCAÇÃO FORMAL E SABERES TRADICIONAIS NA ESCOLA DA COMUNIDADE QUILOMBOLA CASTAINHO GARANHUNS/PE	DENIZE TOMAZ DE AQUINO
EDUCAÇÃO, CIDADANIA E DIVERSIDADE: AVANÇOS E DESAFIOS NA EFETIVAÇÃO DOS DIREITOS DA POPULAÇÃO LGBTQIAPN+	SYLMARA RIBEIRO DE SOUZA FLAVIA EMILIA CAVALCANTE VALENÇA FERNANDES
PRÁTICAS PEDAGÓGICAS EXTENSIONISTAS EM CLIMATOLOGIA: DA TEORIA À PRÁTICA NA FORMAÇÃO DOCENTE	PROF. DR. ANTONIO MARCOS DOS SANTOS IASMIM PEREIRA MACIEL DE OLIVEIRA
RELATO DE EXPERIÊNCIA: VIVÊNCIAS E APRENDIZAGENS NO ESTÁGIO DE DOCÊNCIA	DAIARA BARBOSA TORRES COSTA ENILHO FERNANDO PEREIRA FEITOZA FLAVIA EMILIA CAVALCANTE VALENÇA FERNANDES
THE IMPOSITION OF THE PORTUGUESE LANGUAGE IN PRIMARY EDUCATION IN ANGOLA (TRABALHO APRESENTADO EM INGLÊS)	ALMEIDA AUGUSTO QUETA ISABELA BARBOSA DO RÊGO BARROS

SALA 45 - ADMINISTRAÇÃO - 04/11/25
REMOTO – NOTURNO

A SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL NA INDÚSTRIA 4.0:	AUREA PATRICIA DE OLIVEIRA BEZERRA
--	------------------------------------

O QUE DIZEM OS ESTUDOS SOBRE A DIMENSÃO AMBIENTAL DA SUSTENTABILIDADE NA INDÚSTRIA?	
DATA NORDESTE: UMA PLATAFORMA VIRTUAL PARA O ACESSO DE DADOS E CONTRIBUIÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO DA REGIÃO NORDESTE	ISADORA RODRIGUES VASCONCELOS ALUÍSIO SAMPAIO NETO
GESTÃO DE DOCUMENTOS DA COORDENAÇÃO GERAL DE ESTÁGIO DA UNIVASF ABRIL A JUNHO DE 2025.	ALEX LUIS ROSA ALVES LILIANE CARACIOLO FERREIRA
GESTÃO ESTRATÉGICA DE COMPRAS: FERRAMENTAS E INDICADORES APLICADOS A UMA EMPRESA DE IRRIGAÇÃO NO VALE DO SÃO FRANCISCO	JOÃO WESLLEY DIAS EMIDIO
INOVAÇÃO E TECNOLOGIA NA GESTÃO DE EMPRESAS NO SÉCULO XXI	KELFLY ALEX SOBRAL DE FRANÇA ARTHUR EUGENIO PADILHA JOÃO MATHEUS DA SILVA ANTONIO DE SANTANA PADILHA NETO
O IMPACTO DA LIDERANÇA E DA MOTIVAÇÃO NAS ORGANIZAÇÕES	AUREA PATRICIA DE OLIVEIRA BEZERRA MATHEUS TRAJANO DE MOURA
PROTEGENDO OS PROTETORES: UM ESTUDO DE CASO SOBRE O USO DE EQUIPAMENTOS DE SEGURANÇA POR AGENTES COMUNITÁRIOS DE SAÚDE EM PETROLINA - PE	ISABELLA BARROS SILVA MARIA EUGÊNIA MANGABEIRA MEDEIROS DA SILVA EMILY ALVES SAMPAIO ANTONIO DE SANTANA PADILHA NETO

RIMA COM SABOR - BISCOITOS ARTESANAIS: INOVAÇÃO E EMPREENDEDORISMO FEMININO NA II FENEAF	ISADORA RODRIGUES VASCONCELOS ALUÍSIO SAMPAIO NETO
---	---

SALA 46 - CIÊNCIA DA COMPUTAÇÃO E GTI - 04/11/25
REMOTO - NOTURNO

APLICAÇÕES DO BLENDER NA COMPUTAÇÃO GRÁFICA: SIMULAÇÃO, ENSINO DE FÍSICA E REALIDADE VIRTUAL	ENZO NONATO DA SILVA SOUZA PEDRO GUILHERME RODRIGUES RIBEIRO IAN GABRIEL DE AMORIM GALDINO RYANN CARLOS SILVA SOUSA
INCLUSÃO DIGITAL E DESIGN: CAPACITAÇÃO EM DESIGN GRÁFICO COM CANVA PARA O SUCESSO PROFISSIONAL	JOAS VINICIUS LIMA BATISTA CARLOS ALBERTO TEIXEIRA BATISTA
INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL APLICADA À COMPUTAÇÃO GRÁFICA: POTENCIAL CRIATIVO, DESAFIOS E LIMITES.	VITOR BARROS BATISTA VITOR GABRIEL FERREIRA ARAUJO ANTHONY HENRIQUE OLIVEIRA DOS SANTOS VITOR HUGO RODRIGUES CARVALHO
SISTEMAS DE RECOMENDAÇÃO: COMPARAÇÃO ENTRE DIFERENTES MÉTODOS A FIM DE APRIMORAR A EXPERIÊNCIA DO USUÁRIO	RAFAEL GONCALVES DE SOUZA RICARDO AMORIM
USO DO SOFTWARE GIMP PARA ELABORAÇÃO DE MATERIAL DIDÁTICO	PAMELA CARDOSO ARAUJO RODRIGO OTAVIO BERTIPALHA DE PAULA MARTINS SEBASTIÃO ARAUJO RODRIGUES HUGO EDUARDO DOS SANTOS REGO

	VITOR HUGO RODRIGUES CARVALHO
--	-------------------------------

SALA 47 - CIÊNCIA DA COMPUTAÇÃO E GTI - 04/11/25
REMOTO - NOTURNO

ABORDAGENS E PRÁTICAS RELACIONADAS AO DESENVOLVIMENTO DE SOFTWARE: UM MAPEAMENTO SISTEMÁTICO	LUCAS VINICIUS SANTOS MACEDO CARLOS ALBERTO TEIXEIRA BATISTA
AVALIAÇÃO DA USABILIDADE DO APLICATIVO MEU INSS EM DISPOSITIVOS MÓVEIS PARA IDOSOS DO VALE DO SÃO FRANCISCO	KLEDSON SULLYMAN CAMPOS DA SILVA ALEXANDRE BRAGA GOMES
INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL APLICADA À ANÁLISE DE IMAGENS EM VIDEIRAS: UM ESTUDO COM FOCO NO VALE DO SÃO FRANCISCO	WEIDSON FELIPE ALENCAR ALVES ALEXANDRE BRAGA GOMES
INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL COMO SERVIÇO (AIAAS) E ÉTICA: DESAFIOS DA UTILIZAÇÃO DE IA EM AMBIENTES CORPORATIVOS	ALISSON EMANUEL GONÇALVES DIAS DINANI GOMES AMORIM
O USO DA INTERNET DAS COISAS NA GESTÃO DO TRÁFEGO URBANO NAS CIDADES INTELIGENTES BRASILEIRAS	ELIAS RODRIGUES DE SOUZA RICARDO AMORIM

SALA 48 - CIÊNCIAS CONTÁBEIS - 04/11/25
REMOTO - NOTURNO

OS IMPACTOS DA REFORMA TRIBUTÁRIA NOS SERVIÇOS PRESTADOS DE CONTABILIDADE: UM ESTUDO DE CASO NOS ESCRITÓRIOS CONTÁBEIS DE PETROLINA - PE	ALLAN JACKSON PEREIRA ABRANTES DE MENEZES
PROBABILIDADE NO CONTEXTO DO ENSINO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS	BIANCA SILVA FERREIRA DE OLIVEIRA GEOVANA VITÓRIA RODRIGUES GONÇALVES RAIMUNDO NONATO LIMA FILHO
TESTE DE HIPÓTESE: UM OLHAR PROBABILÍSTICO DA ATIVIDADE CONTÁBIL	CLEBESON KUHIN SILVA RAIMUNDO NONATO LIMA FILHO

SALA 51 - EDUCAÇÃO E LITERATURA - 04/11/25
REMOTO - NOTURNO

A INFLUÊNCIA DA MÚSICA NO APRENDIZADO DA LÍNGUA PORTUGUESA E LÍNGUA INGLESA NO ENSINO FUNDAMENTAL II	THAYNA DOS SANTOS FEITOZA HAYNNA SARA DOS SANTOS SOUZA DÉBORA DOS SANTOS MEDRADO
A ÚLTIMA CANÇÃO DE OFÉLIA: UMA LEITURA DA LINGUAGEM PICTURAL COMO ESPELHO DA TRAGÉDIA DE SHAKESPEARE	JENNIFER SAMPAIO DA SILVA CLARISSA LOUREIRO MARINHO BARBOSA
A ÚLTIMA CANÇÃO DE OFÉLIA: UMA LEITURA DA LINGUAGEM PICTURAL COMO UM ESPELHO DA TRAGÉDIA DE SHAKESPEARE	JENNIFER SAMPAIO DA SILVA CLARISSA LOUREIRO MARINHO BARBOSA
LETRAMENTOS SOCIAIS EM UNIDADES PRISIONAIS DE RESSOCIALIZAÇÃO (UPR): NARRATIVAS E PRÁTICAS DE	JHONATAN WENDELL TAVARES FERREIRA POLLYANA RAMOS MATTANA VIEIRA MARLLEY CORREIA DE ARAUJO

(RE)SIGNIFICAÇÃO DA APRENDIZAGEM	ROSSANA REGINA GUIMARÃES RAMOS HENZ
ORTOGRAFIZAÇÃO DE ESTUDANTES DO 5º ANO DOS ANOS INICIAIS À LUZ DA PSICOGÊNESE DA LÍNGUA ESCRITA EM UM PROJETO DE LETRAMENTO NA PRODUÇÃO DE HISTÓRIAS EM QUADRINHOS	LAERCIO DE LIMA ROSSANA REGINA GUIMARÃES RAMOS HENZ
RELAÇÃO INTERPESSOAL ENTRE PROFESSOR E ALUNO NO ENSINO FUNDAMENTAL 1 DE ESCOLA PÚBLICA: UMA ANÁLISE DO PROCESSO DE ENSINO-APRENDIZAGEM	ANA CLARA LIMA LEMAIER DE MEDEIROS ROSSANA REGINA GUIMARÃES RAMOS HENZ
UMA LEITURA INTERSEMIÓTICA DE LÚCIFER: O DIÁLOGO ENTRE "PARAÍSO PERDIDO" E "O ANJO CAÍDO"	BRUNA SOARES CLARISSA LOUREIRO MARINHO BARBOSA

SALA 52 - EDUCAÇÃO E LITERATURA - 04/11/25
REMOTO - NOTURNO

A LITERATURA COMO EXPERIÊNCIA ESTÉTICA: UTOPIA DE THOMAS MORE EM ESPAÇOS NÃO FORMAIS DE ENSINO	MARCOS ALENCAR DOS SANTOS HIAGO LOURENÇO DA SILVA PROFA. DRA. DÉBORA CRISTINA SANTOS E SILVA
A MEMÓRIA ENLUTADA EM CRÔNICAS DE NELSON RODRIGUES: UMA ANÁLISE DO POTENCIAL BIBLIOTERAPÊUTICO DAS NARRATIVAS	JOANDERSON SIVA ARAÚJO FRANCISCO DE ASSIS SILVA PANTA

FEMINIDAD NORMATIVA EN DOCENTES DE BÁSICA PRIMARIA (TRABALHO APRESENTADO EM ESPANHOL)	MÓNICA MARTÍNEZ ARÉVALO
LETRAMENTO VISUAL E INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL: UMA EXPERIÊNCIA COM ALUNOS DO 5º ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL	LUIZA ALICE LIMA ROCHA CAMILA ELIZABETE DA SILVA DA SILVA ROBERTA VARGINHA RAMOS CAIADO
O ENSINO DA ORTOGRAFIA NOS ANOS INICIAIS: REFLEXÕES SOBRE OS SABERES DOCENTES NO 3º ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL	CAMILA ELIZABETE DA SILVA DA SILVA LUIZA ALICE LIMA ROCHA ROSSANA REGINA GUIMARÃES RAMOS HENZ
OS USOS DE JOGOS COMO AULA PRÁTICA DE CONTEÚDOS ESTUDADOS EM SALA DE AULA.	FRANCISCO DE ASSIS SILVA PANTA JOANDERSON SIVA ARAÚJO
TRABALHANDO CONSERVAÇÃO DE ENERGIA COM A CONSTRUÇÃO DE UMA MONTANHA RUSSA DE PAPEL	LETÍCIA FERREIRA MARIA RITA DO NASCIMENTO FABRÍCIO HENDER INOUE

SALA 53 - EDUCAÇÃO E LITERATURA - 04/11/25
REMOTO – NOTURNO

A INTEGRAÇÃO DA INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL NO PROCESSO DE ENSINO- APRENDIZAGEM: DESAFIOS E POTENCIALIDADES NA EDUCAÇÃO BÁSICA	CARLOS EDUARDO DE MELO PEREIRA DA VEIGA RENATA BARBOSA VICENTE
DA SALA DE AULA À GESTÃO: VIVÊNCIAS E REFLEXÕES FORMATIVAS DO ESTÁGIO	LARISSA ELIZABETE VIEIRA DA SILVA CARLOS EDUARDO DE MELO PEREIRA DA VEIGA

SUPERVISIONADO EM GESTÃO E APOIO EDUCACIONAL	
FORMAÇÃO INICIAL, GESTÃO EDUCACIONAL E PRÁTICA: UM OLHAR REFLEXIVO SOBRE O ESTÁGIO SUPERVISIONADO NA ÁREA DE GESTÃO E APOIO EDUCACIONAL	ALEXSANDRA MENDONÇA DA ASSUNÇÃO CARLOS EDUARDO DE MELO PEREIRA DA VEIGA
GESTÃO DEMOCRÁTICA E APOIO EDUCACIONAL: PRÁTICAS OBSERVADAS NO ESTÁGIO SUPERVISIONADO EM INSTITUIÇÃO DE EDUCAÇÃO NÃO FORMAL	NAYLLINE HILLS DE ALBUQUERQUE BARROS CARLOS EDUARDO DE MELO PEREIRA DA VEIGA
PARA ALÉM DA SALA DE AULA: O IMPACTO TRANSFORMADOR DO TRIPÉ PESQUISA, ENSINO E EXTENSÃO	CARLOS EDUARDO DE MELO PEREIRA DA VEIGA RENATO AUGUSTO GUERRA DE QUEIROZ ROSALIA DE BARROS NASCIMENTO DE MEDEIROS
REFLEXIONES CRÍTICAS EN TORNO A PARQUE INDUSTRIAL DE PATRÍCIA GALVÃO (TRABALHO APRESENTADO EM ESPANHOL)	IORELLA AMANDA PACHECO VALDEBENITO

SALA 55 - MEDICINA - 04/11/25
REMOTO - NOTURNO

ALTERAÇÕES NEUROENDÓCRINAS EM PACIENTES COM DIABETES TIPO 2: IMPLICAÇÕES PARA A NEUROCIÊNCIA CLÍNICA	ANA BEATRIZ VIEIRA GOMES ENZO QUINTINO ALVES RAYRA IANDARA SILVA RAMOS
AUTOIMAGEM E AUTOESTIMA: PERCEPÇÃO CORPORAL	ICARO CAVALCANTI DA SILVA

RELACIONADA AO ENVELHECIMENTO CUTÂNEO NOS IDOSOS	GRAZIELE ÁQUILA DE SOUZA BRANDÃO
ENSAIO DE ATIVIDADE ANTITUMORAL DE HM-ETOH E HM-ACOET EM CÉLULAS DO SARCOMA S-180	ALESSANDRA GOMES MARQUES PACHECO
INFECÇÕES SEXUALMENTE TRANSMISSÍVEIS: UM RELATO DE AÇÃO EDUCATIVA COMUNITÁRIA	NATHAN OLIVEIRA MEDRADO JULIA STEFANI CLEMENTINO LINS DAMIRES MARIA CASTRO RODRIGUES JULIA MARIA CAVALCANTI MACEDO SOFIA MELO SANTANA LÍVIA MARIA DE JESUS MACEDO THEREZA CHRISTINA DA CUNHA LIMA GAMA
PREVENIR É MELHOR QUE REMEDIAR: ESTRATÉGIAS EDUCATIVAS EM SAÚDE A PARTIR DA VIVÊNCIA PRÁTICA EM URGÊNCIAS E EMERGÊNCIAS	DANIEL HIROCHI SUKEDA
TROMBOSE DE ENXERTO DE ARTÉRIA MAMÁRIA INTERNA ESQUERDA SEGUIDA DE ACIDENTE VASCULAR ENCEFÁLICO EM VIGÊNCIA DE ANTICOAGULAÇÃO: UM RELATO DE CASO DE UM PÓS-OPERATÓRIO DE REVASCULARIZAÇÃO MIOCÁRDICA	LARA MACEDO MARIA CLARA MAYER MOLLER ALLISIA AMANDO FERRAZ DE MIRANDA MARIA VITÓRIA PINHEIRO CORDEIRO ANA CAROLINA SOUZA CAVALCANTI MARIA FERNANDA SANTOS SILVA

SALA 56 - PSICOLOGIA - 04/11/25
REMOTO - NOTURNO

A ENCARNAÇÃO DA DESIGUALDADE: UM DIÁLOGO INTERDISCIPLINAR ENTRE A PSICOLOGIA SÓCIO-HISTÓRICA E A PSICONEUROIMUNOLOGIA	VALMIR FRANCISCO DE SOUZA ROCHA
A ENUNCIÇÃO DA CRIANÇA AUTISTA NÃO VERBAL SOB A ÓTICA DA MULTIMODALIDADE	ANA MARIA DA SILVA
ANSIEDADE EM ESTUDANTES NO PERÍODO PRÉ-ENEM UM ESTUDO COM JOVENS DO VALE DO SÃO FRANCISCO	MARIA LUISA BOMPASTOR C. ALBUQUERQUE LARA DUARTE GONZALEZ LIMA MARIA CLARA FERNANDES GRANJA HERBETH DO NASCIMENTO AMORIM
ENTRE O CUIDADO E O COLAPSO: A ANSIEDADE SILENCIOSA DE MÃES ATÍPICAS EM PETROLINA PE	MARYANA MARQUES SILVA SANTOS GENIVALDO DO NASCIMENTO TAMYRES SANTOS TAÍS BRUNA FARIAS FEITOSA JOSILENE ALVES DE LIMA
ESTAR NA UNIVERSIDADE É VIVER FORA DO ARMÁRIO? UM ESTUDO FENOMENOLÓGICO SOBRE EXPERIÊNCIAS DE SER ESTUDANTE LGBTQIAPN+ EM INSTITUIÇÕES PÚBLICAS DE ENSINO SUPERIOR DO SERTÃO NORDESTINO	SAMUEL SOUZA RIOS LIMA ARAÚJO HUGO MATOS DA CRUZ SHIRLEY MACÊDO VIEIRA DE MELO
OFICINAS DE REFLEXÃO COM HOMENS ENVOLVIDOS EM VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER	MILENA FERREIRA LIMA MARIA VITÓRIA BARBOSA LEAL MILENA COELHO MAURIZ AMANDA MARIA DE SALES BONFIM MARIA CLARA AMARIZ DE QUEIROZ

	MEL DE OLIVEIRA BRITO
PRÁTICAS DE AUTOCUIDADO EM UNIVERSITÁRIOS DA SAÚDE	LUCAS BARBOSA DA SILVA HUGO MATOS DA CRUZ SHIRLEY MACÊDO VIEIRA DE MELO
USO DE MÍDIAS BASEADA EM TELAS E SAÚDE MENTAL DE ADOLESCENTES	ROBERVAM DE MOURA PEDROZA ALESSANDRA COSTA GALVAO SANTOS RICARDO DE FREITAS DIAS JÂNIO LUIZ CORREIA JÚNIOR

SUMÁRIO

ADMINISTRAÇÃO

ANÁLISE DA QUALIDADE DO AR EM UMA FEIRA LIVRE NO INTERIOR DE PERNAMBUCO.....	57
COMPLIANCE: INSTRUMENTO DE TRANSFORMAÇÃO NA CULTURA ORGANIZACIONAL	58
DATA NORDESTE: UMA PLATAFORMA VIRTUAL PARA O ACESSO DE DADOS E CONTRIBUIÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO DA REGIÃO NORDESTE.....	60
EMPREENDEDORISMO NA TERCEIRA IDADE: APRENDIZADOS EM MARKETING E PRECIFICAÇÃO	61
GESTÃO DE DOCUMENTOS DA COORDENAÇÃO GERAL DE ESTÁGIO DA UNIVASF ABRIL A JUNHO DE 2025	63
INCOTERMS: CLÁUSULAS QUE AUXILIAM EMPRESAS NO PROCESSO DE INTERNALIZAÇÃO	64
INOVAÇÃO E TECNOLOGIA NA GESTÃO DE EMPRESAS NO SÉCULO XXI	66
PROTEGENDO OS PROTETORES: UM ESTUDO DE CASO SOBRE O USO DE EQUIPAMENTOS DE SEGURANÇA POR AGENTES COMUNITÁRIOS DE SAÚDE EM PETROLINA - PE	67
RIMA COM SABOR - BISCOITOS ARTESANAIS: INOVAÇÃO E EMPREENDEDORISMO FEMININO NA II FENEAF.....	69
SURFANDO NA MARÉ DO DÓLAR: ESTRATÉGIAS E DESEMPENHO DAS AGROEXPORTADORAS BRASILEIRAS EM TEMPOS DE VOLATILIDADE	70
EDUCAÇÃO FINANCEIRA PARA A TERCEIRA IDADE: IMPACTOS DO ENSINO DE CONCEITOS BÁSICOS DE FINANÇAS E CONTROLE DE GASTOS PARA IDOSOS.....	71
A SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL NA INDÚSTRIA 4.0: O QUE DIZEM OS ESTUDOS SOBRE A DIMENSÃO AMBIENTAL DA SUSTENTABILIDADE NA INDUSTRIA	73
A GESTÃO ESTRATÉGICA DE COMPRAS: FERRAMENTAS E INDICADORES APLICADOS A UMA EMPRESA DE IRRIGAÇÃO NO VALE DO SÃO FRANCISCO.....	95

O ACESSO AO DIREITO DE REGISTRO AUTORAL NA PRODUÇÃO DE ARTESANATO EM PETROLINA-PE106

O IMPACTO DA LIDERANÇA E DA MOTIVAÇÃO NAS ORGANIZAÇÕES121

CIÊNCIA DA COMPUTAÇÃO E GTI

A IMPORTÂNCIA DOS PAIS NO CONTROLE DO USO DA INTERNET PELOS FILHOS133

A INFLUÊNCIA DOS LARGE LANGUAGE MODELS (LLM's) NA QUALIDADE DO TRABALHO EM EQUIPE NOS PROJETOS DE SOFTWARE135

ABORDAGENS E PRÁTICAS RELACIONADAS AO DESENVOLVIMENTO DE SOFTWARE: UM MAPEAMENTO SISTEMÁTICO136

A APLICAÇÃO DA INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL NA AGRICULTURA DE PEQUENO E MÉDIO PORTE137

A APLICAÇÃO DE INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL NO CONTROLE GESTUAL DE ILUMINAÇÃO VIA PICTOBLOX138

APLICAÇÕES DO BLENDER NA COMPUTAÇÃO GRÁFICA: SIMULAÇÃO, ENSINO DE FÍSICA E REALIDADE VIRTUAL139

A COMUNICAÇÃO DIGITAL PARA O PROJETO AGROLABS: ESTRATÉGIAS DE ENGAJAMENTO E DIFUSÃO DA INOVAÇÃO NA FRUTICULTURA DO VALE DO SÃO FRANCISCO141

CONEXÃO DIGITAL143

CONSTRUÇÃO DE UM ROBÔ SEGUIDOR DE LINHA: PROGRAMANDO NO PICTOBLOX145

DESAFIOS E PERIGOS DO DESCARTE INDEVIDO DE EQUIPAMENTOS ELETRÔNICOS146

DESAFIOS FRAMEWORKS E BOAS PRÁTICAS EM GOVERNANÇA, PROJETOS E SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO148

INCLUSÃO DIGITAL E DESIGN: CAPACITAÇÃO EM DESIGN GRÁFICO COM CANVA PARA O SUCESSO PROFISSIONAL150

INTEGRAÇÃO SOCIAL A INFORMÁTICA E APLICATIVOS DE ESCRITÓRIO151





INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL APLICADA À ANÁLISE DE IMAGENS EM VIDEIRAS: UM ESTUDO COM FOCO NO VALE DO SÃO FRANCISCO	153
INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL APLICADA À COMPUTAÇÃO GRÁFICA: POTENCIAL CRIATIVO, DESAFIOS E LIMITES	154
INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL COMO SERVIÇO (AIAAS) E ÉTICA: DESAFIOS DA UTILIZAÇÃO DE IA EM AMBIENTES CORPORATIVOS	156
INTRODUÇÃO À RESOLUÇÃO DE PROBLEMAS COM PYTHON: DO RACIOCÍNIO LÓGICO À CODIFICAÇÃO	157
MENINAS DIGITAIS ARRETADAS: CAPTAÇÃO DE ESTUDANTES DAS ESCOLAS PÚBLICAS	159
MENINAS DIGITAIS ARRETADAS: ELABORAÇÃO DA OFICINA DE PROTOTIPAÇÃO.....	161
MENINAS DIGITAIS ARRETADAS: ELABORAÇÃO DO INSTRUMENTO INVESTIGATIVO.....	163
O GOOGLE FAMILY LINK COMO FERRAMENTA DE EDUCAÇÃO E CONTROLE PARENTAL NO CONTEXTO DIGITAL.....	165
PINT OF SCIENCE NO VALE DO SÃO FRANCISCO: FOMENTANDO CIÊNCIA NO SERTÃO PERNAMBUCANO.....	167
PROGRAMAÇÃO EM IA NO PICTOBLOX PARA DESENVOLVIMENTO DE JOGOS INTERATIVOS	169
PROJETO CONEXÃO DIGITAL: CAPTAÇÃO E CADASTRO DE ONG'S	171
PROJETO CONEXÃO SOCIAL: ELABORAÇÃO DO INSTRUMENTO INVESTIGATIVO.....	172
SISTEMA INTEGRADO DE AUTOMAÇÃO AGRÍCOLA PARA MONITORAMENTO AMBIENTAL NA FRUTICULTURA IRRIGADA DO VALE DO SÃO FRANCISCO.....	173
SOLUÇÃO DE REALIDADE AUMENTADA PARA AUXILIAR NA EXECUÇÃO DO RALEIO.....	175
USO DO SOFTWARE GIMP PARA ELABORAÇÃO DE MATERIAL DIDÁTICO	176
ANÁLISE DE INDICADORES ESG UTILIZANDO POWER BI: UM ESTUDO DE CASO FOCADO NA SUSTENTABILIDADE	178

AVALIAÇÃO DA USABILIDADE DO APLICATIVO MEU INSS EM DISPOSITIVOS MÓVEIS PARA IDOSOS DO VALE DO SÃO FRANCISCO192

DESENVOLVIMENTO DE APLICATIVO PARA O AGRONEGÓCIO: INTERFACE E DIVULGAÇÃO NO CONTEXTO DO AGROLABS.....206

DESIGN MINIMALISTA APLICADO EM E-COMMERCE: UMA ANÁLISE DE USABILIDADE E PERFORMANCE.....221

GOLPES FINANCEIROS NA TERCEIRA IDADE: CONSCIENTIZAÇÃO E PREVENÇÃO.....230

INCLUSÃO DIGITAL.....246

INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL NA PRODUÇÃO ACADÊMICA: APLICAÇÕES, RISCOS E PERSPECTIVAS.....254

INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL NA SEGURANÇA DIGITAL: DETECÇÃO PROATIVA DE FRAUDES E PREVENÇÃO DE ATAQUES CIBERNÉTICOS.....272

O PAPEL DO PROFISSIONAL DE GARANTIA DA QUALIDADE DE SOFTWARE NA ERA DA AUTOMAÇÃO: TRANSFORMAÇÕES NO PROCESSO DE TESTE DE SOFTWARE286

O USO DA INTERNET DAS COISAS NA GESTÃO DO TRÁFEGO URBANO NAS CIDADES INTELIGENTES BRASILEIRAS.....298

PROGRAMAÇÃO DE ASSISTENTE VIRTUAL COM USO INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL NO PICTOBLOX.....310

SISTEMA DE RECONHECIMENTO DE GESTOS UTILIZANDO VISÃO COMPUTACIONAL PARA CONTROLE DE FUNÇÕES DO COMPUTADOR324

SISTEMAS DE RECOMENDAÇÃO: COMPARAÇÃO ENTRE DIFERENTES MÉTODOS A FIM DE APRIMORAR A EXPERIÊNCIA DO USUÁRIO335

CIÊNCIAS CONTÁBEIS

CONTROLE ANSIOSO347

O PAPEL DA CONTABILIDADE NA GESTÃO DE BARES EM PETROLINA: UM CONTRAPONTO ENTRE GESTORES E CONTADORES348



PROBABILIDADE NO CONTEXTO DO ENSINO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS.....	349
SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO EM ESCRITÓRIOS CONTÁBEIS: PRÁTICAS PROFISSIONAIS E CONSCIENTIZAÇÃO PARA FUTUROS CONTADORES	350
SEU PREÇO JUSTO: CUSTO E PRECIFICAÇÃO PARA FEIRANTES	351
TESTE DE HIPÓTESE: UM OLHAR PROBABILÍSTICO DA ATIVIDADE CONTÁBIL	352
VISIBILIDADE DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA NAS CIÊNCIAS CONTÁBEIS: UMA REVISÃO DA LITERATURA.....	353
O CONHECIMENTO DOS ESTUDANTES DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS DA FACAPE ACERCA DO CÓDIGO DE ÉTICA PROFISSIONAL DO CONTADOR	354
OS IMPACTOS DA REFORMA TRIBUTÁRIA NOS SERVIÇOS PRESTADOS DE CONTABILIDADE: UM ESTUDO DE CASO NOS ESCRITÓRIOS CONTÁBEIS DE PETROLINA - PE	367
SISTEMAS GERENCIAIS NA AGRICULTURA: INOVAÇÃO E SUSTENTABILIDADE NAS PEQUENAS PROPRIEDADES RURAIS ..	381
SISTEMAS GERENCIAIS NO AGRONEGÓCIO: A IMPORTÂNCIA DO SISTEMA AEGRO NA GESTÃO DE PROPRIEDADES RURAIS	394

EDUCAÇÃO E LITERATURA

MEMÓRIA D'ÁGUA: SUICÍDIO, INTERTEXTUALIDADE E SIMBOLISMO EM A MENINA SUBMERSA.....	404
A BANALIDADE DO MAL EM POR QUE NÃO PEDIRAM A EVANS?	405
A DOCÊNCIA NA PESQUISA CIENTÍFICA: A CONTRIBUIÇÃO DO PROFESSOR NA ELABORAÇÃO DE PROJETOS PARA FEIRAS TECNOLÓGICAS.....	406
A EDUCAÇÃO PARA A CULTURA DA PACIFICAÇÃO SOCIAL COMO INSTRUMENTO DE TRANSFORMAÇÃO SOCIAL NAS ESCOLAS .	407
A IMPORTÂNCIA DA VALORIZAÇÃO DA BIODIVERSIDADE DA CAATINGA NO ENSINO DE CIÊNCIAS	409



A IMPORTÂNCIA DO USO DE LIVROS PARADIDÁTICOS E DE FICÇÃO CIENTÍFICA COMO RECURSO DIDÁTICO NO ENSINO DE FÍSICA.....410

A INFLUÊNCIA DA LINGUÍSTICA TEXTUAL NA PRÁTICA PEDAGÓGICA DO PROFESSOR ALFABETIZADOR: IMPLICAÇÕES PARA O LETRAMENTO E A ALFABETIZAÇÃO DE CRIANÇAS.....411

A INTEGRAÇÃO DA INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL NO PROCESSO DE ENSINO-APRENDIZAGEM: DESAFIOS E POTENCIALIDADES NA EDUCAÇÃO BÁSICA.....412

A LITERATURA ARGENTINA CONTEMPORÂNEA E O DEBATE SOBRE O PATRIARCADO E SUAS CONSEQUÊNCIAS: UMA ANÁLISE DAS PERSONAGENS DE “NO TE QUEDES MUCHO RATO EN EL GUADAL” (2022), DE CAMILA SOSA VILLADA.....413

A LITERATURA ERÓTICA NO ROMANCE “O AMANTE DE LADY CHATTERLEY”414

A MEMÓRIA ENLUTADA EM CRÔNICAS DE NELSON RODRIGUES: UMA ANÁLISE DO POTENCIAL BIBLIOTERAPÊUTICO DAS NARRATIVAS415

A PSIQUE POLIFÔNICA DE UM CRIMINOSO: UMA ANÁLISE COMPARATIVA ENTRE “ANGÚSTIA” DE GRACILIANO RAMOS E “CRIME E CASTIGO” DE DOSTOIÉVSKI.....416

A REDE INTERNACIONAL DE PESQUISA EM TECNOLOGIAS E EDUCAÇÃO REPETE (BRASIL E PORTUGAL).....417

AÇÃO DE EXTENSÃO COMO FORMA DE CONSCIENTIZAÇÃO SOBRE IST'S EM ESCOLA DE ENSINO MÉDIO418

AÇÃO DE EXTENSÃO COMO FORMA DE CONSCIENTIZAÇÃO SOBRE USO DE DROGAS LÍCITAS E ILÍCITAS EM ESCOLA DE ENSINO MÉDIO420

ARTICULAÇÃO ENTRE A FORMAÇÃO INICIAL E CONTINUADA NOS CURSOS DE GRADUAÇÃO EM LETRAS COM HABILITAÇÃO EM LÍNGUA INGLESA DE UNIVERSIDADES DE PERNAMBUCO-PE: UMA PERSPECTIVA DECOLONIAL422

CONTRIBUIÇÕES DOS GÊNEROS MULTIMODAIS EM PROJETOS DE (MULTI)LETRAMENTOS NA FORMAÇÃO DOCENTE DO ENSINO FUNDAMENTAL - ANOS FINAIS423

DESVIOS ORTOGRÁFICOS DE NATUREZA FONOLÓGICA: UM ESTUDO DE CASOS EM UMA TURMA DO 6º ANO DE UMA ESCOLA MUNICIPAL EM CANHOTINHO - PE.....425

DIREITO À EDUCAÇÃO SEM BULLYING OU EXCLUSÃO: USO DO NOME SOCIAL EM ESCOLAS	426
DISCURSO PERSUASIVO EMOTIVO EM TRECHOS DE PERSONAGENS DE OBRAS LITERÁRIAS: PATHOS E A MANIPULAÇÃO.....	428
DISCURSO PERSUASIVO EMOTIVO EM TRECHOS DE PERSONAGENS LITERÁRIAS: PATHOS E A MANIPULAÇÃO.....	430
EDUCAÇÃO, CIDADANIA E DIVERSIDADE: AVANÇOS E DESAFIOS NA EFETIVAÇÃO DOS DIREITOS DA POPULAÇÃO LGBTQIAPN+	431
EDUCAR EN TIEMPOS DE EXPOSICIÓN: RELATOS SOBRE LOS LÍMITES DE COMPARTIR EN REDES SOCIALES. UNA INVESTIGACIÓN NARRATIVA.....	432
ENTRE A NORMA E A FALA: A COMPREENSÃO DA VARIAÇÃO LINGÜÍSTICA NO ENSINO MÉDIO	433
GESTOS IMPERATIVOS NA INTERAÇÃO ENTRE CRIANÇAS AUTISTAS: UM ESTUDO DE CASO.....	434
II DICIS: UMA ANÁLISE DA MODALIDADE CINEMA	435
INTERDISCIPLINARIDADE: PERCEPÇÕES, EXPECTATIVAS E REFLEXÕES DE ESTUDANTES DE UM CURSO DE LICENCIATURA EM CIÊNCIAS DA NATUREZA.....	436
KITS DIDÁTICOS EXPERIMENTAIS DO CEIQ: PERSPECTIVAS DE REFORMULAÇÃO	437
LETRAMENTO VISUAL E INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL: UMA EXPERIÊNCIA COM ALUNOS DO 5º ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL	438
LETRAMENTOS SOCIAIS EM UNIDADES PRISIONAIS DE RESSOCIALIZAÇÃO (UPR): NARRATIVAS E PRÁTICAS DE (RE)SIGNIFICAÇÃO DA APRENDIZAGEM	439
LITERATURA AFRO-BRASILEIRA E DOS POVOS ORIGINÁRIOS: CAMINHOS PARA DESCOLONIZAÇÃO DOS ESTUDOS LITERÁRIOS	440
MAPEAMENTO DE PROPOSTAS INTERVENTIVAS DESENVOLVIDAS POR PROFESSORES EM EDUCAÇÃO PARA AS RELAÇÕES ÉTNICO RACIAIS	441



MONITORIA NA DISCIPLINA DE INICIAÇÃO À INVESTIGAÇÃO CIENTÍFICA: RELATO DE EXPERIÊNCIA442

RECADOS VEGETAIS DO BRASIL. FLORESTAS IMPERIAIS NA ECOPOÉTICA DE GABRIELA MISTRAL443

O ENSINO DA ORTOGRAFIA NOS ANOS INICIAIS: REFLEXÕES SOBRE OS SABERES DOCENTES NO 3º ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL444

O FANZINE COMO INSTRUMENTO DA ATITUDE FILOSÓFICA....445

O GRADED READER COMO FERRAMENTA DIDÁTICA PARA O ENSINO DE LÍNGUA INGLESA446

O LOCUS DA LINGUAGEM NO RACIOVITALISMO LINGÜÍSTICO EM ORTEGA Y GASSET.....447

O PORTFÓLIO COMO DISPOSITIVO DE REFLEXÃO: ACOMPANHANDO A ATIVIDADE DO MESTRANDO E O ENSINO MÉDIO.....448

O USO DE RECURSOS DIGITAIS NO ENSINO DE MATEMÁTICA: UMA ABORDAGEM COM O GEOGEBRA NO ENSINO MÉDIO449

OLHARES SOBRE O IMAGINÁRIO DA GRANDE MÃE EM A QUEDA DO CÉU451

ORTOGRAFIZAÇÃO DE ESTUDANTES DO 5º ANO DOS ANOS INICIAIS À LUZ DA PSICOGÊNESE DA LÍNGUA ESCRITA EM UM PROJETO DE LETRAMENTO NA PRODUÇÃO DE HISTÓRIAS EM QUADRINHOS.....452

OS USOS DE JOGOS COMO AULA PRÁTICA DE CONTEÚDOS ESTUDADOS EM SALA DE AULA.....453

PRÁTICAS PEDAGÓGICAS EXTENSIONISTAS EM CLIMATOLOGIA: DA TEORIA À PRÁTICA NA FORMAÇÃO DOCENTE454

REDE BAYESIANA COMO ELEMENTO DE AUXÍLIO PROBABILÍSTICO PARA DIAGNÓSTICO DE NÍVEIS DE DIFICULDADES DOS ALUNOS NAS DISCIPLINAS DO CURSO DE CIÊNCIA DA COMPUTAÇÃO NA INSTITUIÇÃO FACAPE455

RELATO DE EXPERIÊNCIA: VIVÊNCIAS E APRENDIZAGENS NO ESTÁGIO DE DOCÊNCIA456

SALAS MULTISSERIADAS: O DESAFIO OU A SOLUÇÃO DA EDUCAÇÃO DO FUTURO?.....457





TRABALHANDO CONSERVAÇÃO DE ENERGIA COM A
CONSTRUÇÃO DE UMA MONTANHA RUSSA DE PAPEL.....458

TRADIÇÃO, COLONIALIDADE E FEMINISMO MOÇAMBICANO:
LEITURAS DE NIKETCHE: UMA HISTÓRIA DE POLIGAMIA, DE
PAULINA CHIZIANE459

TRADUÇÃO INTERSEMIÓTICA ENTRE "CAPITU", DE LYGIA
FAGUNDES TELLES E PAULO EMÍLIO SALES GOMES, E "DOM
CASMURRO", DE MACHADO DE ASSIS: UM OLHAR SOBRE A
REPRESENTAÇÃO FEMININA.....460

UM OLHAR ECOFEMINISTA SOBRE "SABELA", DE CONCEIÇÃO
EVARISTO461

UNIVASF NAS ESCOLAS: APROXIMAÇÃO DE ESTUDANTES DO
ENSINO MÉDIO DE ESCOLAS PÚBLICAS COM O ENSINO
SUPERIOR.....462

WHEN THE ALGORITHM SPEAKS: DECOLONIAL ACTS OF
LISTENING IN TEACHER FORMATION464

"MÁS ALLÁ DEL TESTIMONIO: UNA INTERVENCIÓN ESTÉTICO-
POLÍTICA DESDE LOS MÁRGENES EN LA OBRA CUARTO DE
DESPEJO. DIARIO DE UNA MUJER QUE TENÍA HAMBRE, DE
CAROLINA MARÍA DE JESÚS"465

A COMUNICAÇÃO DIGITAL E OS RUÍDOS DA INTERPRETAÇÃO NA
ERA DAS REDES480

A ESCOLA COMO ESPAÇO DE CONTROLE DE CORPOS.....494

A INFLUÊNCIA DA MÚSICA NO APRENDIZADO DA LÍNGUA
PORTUGUESA E DA LÍNGUA INGLESA NO ENSINO FUNDAMENTAL
II.....505

A LITERATURA COMO EXPERIÊNCIA ESTÉTICA: UTOPIA DE
THOMAS MORE EM ESPAÇOS NÃO FORMAIS DE ENSINO516

A PRESENÇA DA DECOLONIALIDADE NA FORMAÇÃO DE
PROFESSORES DE LÍNGUA INGLESA: IMPLICAÇÕES E DESAFIOS
.....532

A ÚLTIMA CANÇÃO DE OFÉLIA: UMA LEITURA DA LINGUAGEM
PICTORAL COMO UM ESPELHO DA TRAGÉDIA DE SHAKESPEARE
.....544

AS REINVENÇÕES DAS ALFABETIZADORAS NA PANDEMIA NOS
MUNICÍPIOS DE CAXINGÓ E PARNAÍBA - PI.....557

ATELIÊS LITERÁRIOS: OFICINAS DE LEITURA E FRUIÇÃO DE LITERATURA E ARTES.....	568
ATOS DE FALA E CRIANÇAS SURDAS EM PROCESSO DE AQUISIÇÃO DA LIBRAS: DESAFIOS E ESTRATÉGIAS COMUNICATIVAS.....	586
CLUBE DE LEITURA DOS ODS: DA FORMAÇÃO COM PROFESSORES DO ENSINO BÁSICO AOS RESULTADOS DA MEDIAÇÃO DE LEITURA.....	599
CONTRIBUIÇÕES DO DOCUMENTO ORIENTADOR DO PPAIC PARA O FORTALECIMENTO DAS PRÁTICAS PEDAGÓGICAS NA EDUCAÇÃO INFANTIL DO PIAUÍ.....	611
DA SALA DE AULA À GESTÃO: VIVÊNCIAS E REFLEXÕES FORMATIVAS DO ESTÁGIO SUPERVISIONADO EM GESTÃO E APOIO EDUCACIONAL.....	623
DESCONSTRUINDO AS GRADES: ENSINO DE PRODUÇÃO DE TEXTO NA EJA EM UMA UNIDADE PRISIONAL DO ESTADO DE PERNAMBUCO.....	637
DESENVOLVIMENTO E DIVULGAÇÃO DE EXPERIÊNCIAS NA CIÊNCIA E TECNOLOGIA.....	653
ENTRE A SALA DE AULA E A GESTÃO: EXPERIÊNCIAS FORMATIVAS NO ESTÁGIO SUPERVISIONADO EM GESTÃO E APOIO EDUCACIONAL EM INSTITUIÇÃO DE EDUCAÇÃO NÃO FORMAL.....	668
EL PREICFES POPULAR BIBLIOTECARIO: UN ESCENARIO DE DISPUTA ENTRE LA EDUCACIÓN POPULAR, LA EVALUACIÓN ESTANDARIZADA Y LA JUSTICIA SOCIAL.....	682
EXPLORANDO MOVIMENTO RETILÍNEO UNIFORME E UNIFORMEMENTE VARIADO COM VPYTHON NA EDUCAÇÃO PÚBLICA.....	698
FORMAÇÃO INICIAL, GESTÃO EDUCACIONAL E PRÁTICA: UM OLHAR REFLEXIVO SOBRE O ESTÁGIO SUPERVISIONADO NA ÁREA DE GESTÃO E APOIO EDUCACIONAL.....	716
GESTÃO DEMOCRÁTICA E APOIO EDUCACIONAL: PRÁTICAS OBSERVADAS NO ESTÁGIO SUPERVISIONADO EM INSTITUIÇÃO DE EDUCAÇÃO NÃO FORMAL.....	726
MARCADORES DÉITICOS TEMPORAIS EM PRODUÇÕES TEXTUAIS INFANTIS.....	738



NORMATIVIDAD FEMENINA EN LA IDENTIDAD PROFESIONAL DE
DOCENTES DE BÁSICA PRIMARIA.....749

O IMPACTO DA REDE SOCIAL NA FORMAÇÃO ESCRITA DOS
ADOLESCENTES.....759

PARA ALÉM DA SALA DE AULA: O IMPACTO TRANSFORMADOR DO
TRIPÉ PESQUISA, ENSINO E EXTENSÃO770

RELAÇÃO INTERPESSOAL ENTRE PROFESSOR E ALUNO NO
ENSINO FUNDAMENTAL 1 DE ESCOLA PÚBLICA: UMA ANÁLISE DO
PROCESSO DE ENSINO-APRENDIZAGEM.....780

REPRESENTAÇÃO DE VARIEDADES LINGÜÍSTICAS NA LITERATURA:
ESTUDO SOCIOLINGÜÍSTICO DE PERSONAGENS794

REFLEXIONES CRÍTICAS SOBRE PARQUE INDUSTRIAL: LA
TEATRALIDAD COMO CLAVE DE LECTURA809

THE IMPOSITION OF THE PORTUGUESE LANGUAGE IN PRIMARY
EDUCATION IN ANGOLA827

UMA LEITURA INTERSEMIÓTICA DE LÚCIFER: O DIÁLOGO ENTRE
"PARAÍSO PERDIDO" E "O ANJO CAÍDO".....840

MEDICINA, SAÚDE PÚBLICA E SERVIÇO SOCIAL

"NÃO ME TOCA SEU BOBOCA!": A EDUCAÇÃO SEXUAL NA
PREVENÇÃO DAS VIOLÊNCIAS CONTRA CRIANÇAS852

A IMPORTÂNCIA DO ACOMPANHAMENTO DE PACIENTES
PSIQUIÁTRICOS NA ATENÇÃO PRIMÁRIA EM SAÚDE (APS) PARA O
APRENDIZADO DE ESTUDANTES DE MEDICINA.....854

A PELE QUE VIVE: EDUCAÇÃO EM SAÚDE E AUTOCUIDADO PARA
IDOSOS856

AÇÃO DE EDUCAÇÃO EM SAÚDE SOBRE PREVENÇÃO DA
GRAVIDEZ NA ADOLESCÊNCIA EM ESCOLA PÚBLICA DE
JUAZEIRO-BA: RELATO DE EXPERIÊNCIA.....858

AÇÕES DE PREVENÇÃO E PRIMEIROS SOCORROS EM ACIDENTES
COM ANIMAIS PEÇONHENTOS.....860

ACONDROPLASIA SECUNDÁRIA A MUTAÇÃO GENÉTICA EM
ASSOCIAÇÃO A IVAS.....861



AUTOIMAGEM E AUTOESTIMA: PERCEPÇÃO CORPORAL
RELACIONADA AO ENVELHECIMENTO CUTÂNEO NOS IDOSOS
.....863

AVALIAÇÃO DE INTERAÇÕES MEDICAMENTOSAS POTENCIAIS
COM ANTIBIÓTICOS EM PRESCRIÇÕES HOSPITALARES864

COMO AGIR EM CASOS DE ENCHENTES E AFOGAMENTOS866

COMPARAÇÃO DA ASSISTÊNCIA HOSPITALAR A COVID-19 GRAVE
ENTRE HOSPITAL UNIVERSITÁRIO E HOSPITAL DE JUAZEIRO868

CONHECER PARA PREVENIR: A EDUCAÇÃO COMO ESTRATÉGIA
DE PREVENÇÃO ÀS VIOLÊNCIAS NO CONTEXTO ESCOLAR DE
PETROLINA- PE870

CRIANÇAS COMO MULTIPLICADORAS DO CONHECIMENTO:
EDUCAÇÃO EM SAÚDE SOBRE O AVE NO AMBIENTE ESCOLAR
.....872

DIAGNÓSTICO PRECOCE DO DM1 E O PAPEL DOS ANÁLOGOS DE
INSULINA NA OTIMIZAÇÃO DO CONTROLE GLICÊMICO INFANTIL
.....874

EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS E ADOLESCÊNCIA: RELATO
DE EXPERIÊNCIA SOBRE FORMAÇÃO PARA A CIDADANIA876

EDUCAÇÃO SEXUAL E CONSCIENTIZAÇÃO JUVENIL: UM
PROJETO DE EXTENSÃO SOBRE GRAVIDEZ NÃO PLANEJADA NA
ADOLESCÊNCIA877

ENGASGO E PARADA CARDIORRESPIRATÓRIA: AÇÕES DE
PREVENÇÃO E EXTENSÃO EM URGÊNCIAS E TRAUMAS879

ENSAIO DE ATIVIDADE ANTITUMORAL DE Hm-EtOH E Hm-AcOEt
EM CÉLULAS DO SARCOMA S-180881

ESTRATÉGIAS PARA PREVENIR ACIDENTES E PROMOVER
SEGURANÇA NO TRÂNSITO NO MUNICÍPIO DE PETROLINA-PE882

INFECÇÕES SEXUALMENTE TRANSMISSÍVEIS: UM RELATO DE
AÇÃO EDUCATIVA COMUNITÁRIA884

MECANISMOS DO ENVELHECIMENTO CUTÂNEO: UMA REVISÃO
INTEGRATIVA DA LITERATURA886

PELE QUE VIVE: O VIÉS DERMATOLÓGICO NO PROCESSO DO
ENVELHECIMENTO887





PERCEPÇÃO DE USUÁRIOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE ACERCA DO ACOLHIMENTO EM UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE	889
POLÍTICA MUNICIPAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS: UMA ANÁLISE DA GESTÃO INTEGRADA DE RESÍDUOS SÓLIDOS NA CIDADE DE PETROLINA, PERNAMBUCO A LUZ DAS DIRETRIZES DA LEI Nº 035/2022	891
PREVALÊNCIA DE HIPERTENSÃO ARTERIAL EM ACADÊMICOS DO SERTÃO PERNAMBUCANO	893
PREVENÇÃO DE ACIDENTES ELÉTRICOS: UMA REFLEXÃO SOBRE PRÁTICAS SEGURAS.....	895
PREVENÇÃO DE QUEDAS DOMICILIARES ENTRE IDOSOS DA FATI: RELATO DE EXPERIÊNCIA DE UMA AÇÃO EDUCATIVA.....	897
PREVENÇÃO DE TRAUMA NO IDOSO: ESTRATÉGIAS EDUCATIVAS PARA UM ENVELHECIMENTO SEGURO	899
PREVENIR É MELHOR QUE REMEDIAR: ESTRATÉGIAS EDUCATIVAS EM SAÚDE A PARTIR DA VIVÊNCIA PRÁTICA EM URGÊNCIAS E EMERGÊNCIAS.....	901
RECONHECER E SALVAR: EDUCAÇÃO EM SAÚDE SOBRE AVC E IAM NA COMUNIDADE	902
SÍNDROME DE INTERRUPÇÃO DA HASTE HIPOFISÁRIA COMO CAUSA DE PAN-HIPOPITUITARISMO: UM RELATO DE CASO.....	904
TRAUMA PEDIÁTRICO: AÇÕES DE PREVENÇÃO E EXTENSÃO EM URGÊNCIAS E TRAUMAS	906
TROMBOSE DE ENXERTO DE ARTÉRIA MAMÁRIA INTERNA ESQUERDA SEGUIDA DE ACIDENTE VASCULAR ENCEFÁLICO EM VIGÊNCIA DE ANTICOAGULAÇÃO: UM RELATO DE CASO DE UM PÓS-OPERATÓRIO DE REVASCULARIZAÇÃO MIOCÁRDICA	908
A EDUCAÇÃO FINANCEIRA E A SAÚDE MENTAL NA TERCEIRA IDADE: DIFERENCIAÇÃO ENTRE NECESSIDADES E DESEJOS....	910
ALTERAÇÕES NEUROENDÓCRINAS EM PACIENTES COM DIABETES TIPO 2: IMPLICAÇÕES PARA A NEUROCIÊNCIA CLÍNICA	927
PREVENÇÃO ORTODÔNTICA NA INFÂNCIA: CUIDADOS BUCAIS PARA EVITAR PROBLEMAS NA VIDA ADULTA.....	940

PSICOLOGIA

A ENCARNAÇÃO DA DESIGUALDADE: UM DIÁLOGO INTERDISCIPLINAR ENTRE A PSICOLOGIA SÓCIO-HISTÓRICA E A PSICONEUROIMUNOLOGIA.....	959
A PRÁTICA DA MONITORIA EM ESTATÍSTICA COMO ESTRATÉGIA PARA APRENDIZAGEM COLABORATIVA.....	960
A SAÚDE MENTAL DOS ESTUDANTES MIGRANTES NO VALE DO SÃO FRANCISCO.....	961
ADOCIMENTO MENTAL NO AMBIENTE DE TRABALHO AGRÍCOLA: DESAFIOS ATUAIS E OS IMPACTOS PARA SOCIEDADE.....	962
APRENDENDO A DIZER SIM E A DIZER NÃO: PROTEGENDO O NOSSO CORPO E SENTIMENTOS.....	963
BULLYING NA UNIVERSIDADE: A VIOLÊNCIA QUE DEIXA MARCAS.....	965
ERA UMA VEZ: HISTÓRIAS DO INCONSCIENTE INFANTIL - EXPERIÊNCIAS COM A PSICANÁLISE NA EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA.....	967
ESTAR NA UNIVERSIDADE É VIVER FORA DO ARMÁRIO? UM ESTUDO FENOMENOLÓGICO SOBRE EXPERIÊNCIAS DE SER ESTUDANTE LGBTQIAPN+ EM INSTITUIÇÕES PÚBLICAS DE ENSINO SUPERIOR DO SERTÃO NORDESTINO.....	969
MONITORIA DE PSICOLOGIA FENOMENOLÓGICA-EXISTENCIAL.....	971
O (IN)SUCESSO EM ATO.....	972
O QUE MUDA ENTRE PAIS E MÃES? HABILIDADES SOCIAIS CONJUGAIS, ESTILOS PARENTAIS E GÊNERO.....	974
OFICINAS DE REFLEXÃO COM HOMENS ENVOLVIDOS EM VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER.....	975
POSSIBILIDADES DA ATUAÇÃO EM PSICOLOGIA NO CONTEXTO DE MEDIDAS SOCIOEDUCATIVAS: UM RELATO DE EXPERIÊNCIAS.....	977
PRÁTICAS DE AUTOCUIDADO EM UNIVERSITÁRIOS DA SAÚDE	979



ROLE A INICIATIVA: O RPG DE MESA NO DESENVOLVIMENTO DE HABILIDADES SOCIAIS980

UM CONTRASTE ENTRE TEORIA DOS FUNDAMENTOS MORAIS E A TEORIA DA MORALIDADE COMO COOPERAÇÃO NA DETECÇÃO DE CONTEÚDO E CONFLITO EM SÉRIES TELEVISIVAS981

USO DE MÍDIAS BASEADA EM TELAS E SAÚDE MENTAL DE ADOLESCENTES983

VARIÁVEIS SOCIODEMOGRÁFICAS E SEUS EFEITOS NO ENVOLVIMENTO PARENTAL NOS CUIDADOS DE CRIANÇAS NA PRIMEIRA INFÂNCIA EM FAMÍLIAS DE BAIXA RENDA984

A ENUNCIÇÃO DA CRIANÇA AUTISTA NÃO VERBAL SOB A ÓTICA DA MULTIMODALIDADE985

A SOCIEDADE DO CANSAÇO: UMA ANÁLISE DO ESGOTAMENTO EM DOCENTES DE ESCOLAS PÚBLICAS E PRIVADAS DE PETROLINA-PE 1000

ANSIEDADE EM ESTUDANTES NO PERÍODO PRÉ-ENEM UM ESTUDO COM JOVENS DO VALE DO SÃO FRANCISCO 1016

CLÍNICA-ESCOLA: VISÃO DOS ESTUDANTES DE PSICOLOGIA SOBRE SEU PAPEL FORMATIVO E SOCIAL 1026

ENTRE O CUIDADO E O COLAPSO: A ANSIEDADE SILENCIOSA DE MÃES ATÍPICAS EM PETROLINA-PE..... 1045

ESTRATÉGIAS DE PREVENÇÃO E CONTENÇÃO PARA O BULLYING NA FACAPE 1061

INFÂNCIAS PERDIDAS: ADULTIZAÇÃO INFANTIL - OS IMPACTOS PSICOSSOCIAIS, ESTRATÉGIAS E PREVENÇÃO EM UM CONTEXTO URBANO, UM OLHAR SOBRE A REALIDADE DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES EM PETROLINA-PE..... 1072

OS DIREITOS NEGLIGENCIADOS E A SAÚDE MENTAL DE PESSOAS DA TERCEIRA IDADE EM PETROLINA..... 1089

PSICOLOGIA DO INVESTIDOR NA 3ª IDADE: ENTENDENDO O COMPORTAMENTO NO MERCADO FINANCEIRO 1104





ADMINISTRAÇÃO

ANÁLISE DA QUALIDADE DO AR EM UMA FEIRA LIVRE NO INTERIOR DE PERNAMBUCO

Ana Carolina Barbosa dos Santos

Anna Bheatriz Sousa Constantino

Isadora Ferreira Rodrigues

João Luiz Martins da Silva

Juliana Azevedo Resende Porto

Laura de Sá Freitas

Claudileide De Sá Silva

RESUMO: O controle da qualidade do ar ambiente é essencial, pois microrganismos dispersos podem se depositar em superfícies ou diretamente nos alimentos, comprometendo a saúde do consumidor. Nesse contexto, torna-se indispensável a monitorização do ar, superfícies e equipamentos para garantir padrões microbiológicos adequados. O objetivo deste estudo foi avaliar as condições microbiológicas do ar em uma feira livre no interior de Pernambuco. Trata-se de um estudo descritivo, transversal, qualitativo e quantitativo. As amostras foram coletadas mediante autorização do proprietário, dispondo-se placas em bancadas da feira. A técnica utilizada foi a de sedimentação simples, conforme a American Public Health Association (APHA). Para a coleta, foi utilizado o meio Plate Count Agar (PCA), destinado à contagem de aeróbios mesófilos e fungos filamentosos. As placas permaneceram abertas por 15 minutos e foram posteriormente incubadas a 25°C. O resultado tanto para aeróbios mesófilos quanto o de fungos filamentosos foi inadequado, com valores acima do recomendado pela APHA. Assim, a qualidade do ar encontra-se fora dos padrões, indicando contaminação. Conclui-se que a análise do ar é fundamental para identificar riscos de contaminação em feiras livres, refletindo problemas de higiene, layout inadequado e ausência de barreiras físicas.

Palavras-chave: Controle da Qualidade do Ar. Fungos. Alimento

COMPLIANCE: INSTRUMENTO DE TRANSFORMAÇÃO NA CULTURA ORGANIZACIONAL

Júlia Emanuele de Oliveira Souza
julia.souza27341@aluno.facape.br
Bacharelada em Direito
Faculdade de Petrolina - FACAPE

Cauã Mendes Teixeira Vargas
caua.vargas.27137@aluno.facape.br
Bacharelado em Direito
Faculdade de Petrolina - FACAPE

João Matheus Ribeiro Soares
joao.r.soares.25641@aluno.facape.br
Bacharelado em Direito
Faculdade de Petrolina - FACAPE

Anna Clara Rodrigues Ribeiro
anna.ribeiro.27127@aluno.facape.br
Bacharelada em Direito
Faculdade de Petrolina - FACAPE

Emily Emanuely Rodrigues de Oliveira
emylly.oliveira.27329@aluno.facape.br
Bacharelada em Direito
Faculdade de Petrolina - FACAPE

Antonio de Santana Padilha Neto
padilha.facape@gmail.com
Professor-orientador
Doutor em Ecologia Humana e Gestão Socioambiental – UNEB
Faculdade de Petrolina - FACAPE

RESUMO: O *compliance* é uma ferramenta essencial no ambiente corporativo atual, voltada à conformidade legal, regulatória e ética, que mais do que atender normas formais, busca promover uma cultura organizacional baseada em integridade,

transparência e responsabilidade. **Objetivo:** Este estudo teve como objetivo principal ampliar a compreensão da comunidade acadêmica FACAPEANA sobre os desafios do *compliance* no mercado de trabalho, com base em palestra ocorrida no dia 10 de novembro de 2022 na Faculdade de Petrolina – FACAPE. **Fundamentação Teórica:** *Foreign Corrupt Practices Act (FCPA)*, a Lei Complementar nº 135/2010 (Lei da Ficha Limpa), da Lei nº 12.527/2011 (Lei de Acesso à Informação) e da Lei nº 12.846/2013 (Lei Anticorrupção), *dão suporte teórico às discussões sobre essa temática.* **Metodologia:** Utilizou-se abordagem qualitativa, de caráter descritivo e exploratório, com base em pesquisa bibliográfica em legislações, documentos e referências teóricas sobre a evolução e funções referentes ao *compliance*. **Resultados:** discussão e difusão de informações relacionadas à temática da palestra, além de uma devolutiva na escola Dr. Pacífico da Luz, no dia 17/03/2023 em Petrolina-PE.

Palavras-chave: Cultura Organizacional. Ética. Gestão Corporativa. Integridade. Sustentabilidade Empresarial.

DATA NORDESTE: UMA PLATAFORMA VIRTUAL PARA O ACESSO DE DADOS E CONTRIBUIÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO DA REGIÃO NORDESTE

Isadora Rodrigues Vasconcelos

Graduada em Administração

Universidade Federal do Vale do São Francisco (UNIVASF)

isadoravasconcelos21@hotmail.com

Aluísio Sampaio Neto

Doutorando em Ecologia Humana e Gestão Socioambiental

Universidade do Estado da Bahia (UNEB)

sampaioaluisio@hotmail.com

RESUMO: Dados são registros brutos de fatos ou eventos, representados por números, símbolos ou textos, que possibilitam análise e interpretação. Com o objetivo de facilitar o acesso à informação pública sobre indicadores sociais, econômicos e territoriais da região Nordeste, foi criada a plataforma virtual Data Nordeste. **Metodologia:** Trata-se de uma pesquisa de caráter exploratório e descritivo, com abordagem qualitativa. **Resultados:** Lançada em 09 de setembro deste ano, a plataforma é uma iniciativa da SUDENE, desenvolvida com apoio do Observatório da Caatinga e da Desertificação da UFCG, além do IBGE. Sua criação surgiu diante da dificuldade de acessar dados confiáveis, atuais e organizados sobre a região. Na plataforma, é possível encontrar uma variedade de dados, incluindo indicadores sociais, econômicos e territoriais, disponibilizados em diferentes formatos, como dashboards, boletins e mapas. Esses conteúdos estão livres para acesso de diversos públicos, como gestores públicos, pesquisadores e representantes do setor produtivo, contribuindo assim para a tomada de decisões mais eficazes em benefício da região Nordeste.

Palavras-chave: Dados. Nordeste. Acesso. Plataforma. Decisão.

EMPREENDEDORISMO NA TERCEIRA IDADE: APRENDIZADOS EM MARKETING E PRECIFICAÇÃO

Daniel de Almeida Freire
daniel.freire.25151@aluno.facape.br

Everson Emmanuel Silva Souza
everson.souza.25170@aluno.facape.br

Mariana Luiza Costa Dantas
mariana.dantas.24126@aluno.facape.br

Matheus Rocha de Sousa
matheus.souza.26624@aluno.facape.br

Thamyres Pequeno Ferreira de Souza
thamyres.souza.26219@aluno.facape.br

Geraldine Cavalcanti Lins
Professora-orientadora
geraldine.lins@prof.facape.br

RESUMO: O empreendedorismo na terceira idade representa uma alternativa de autonomia e valorização social, permitindo que idosos descubram novas formas de geração de renda e fortalecimento da autoestima. **Objetivo:** Incentivar o espírito empreendedor de idosos usuários do CRAS Rio Corrente, com foco em aprimorar práticas de precificação e marketing para ampliar a visibilidade de seus produtos. Especificamente, buscou-se orientar sobre estratégias de divulgação e promover o uso das redes sociais como forma de valorização do trabalho artesanal. **Fundamentação teórica:** Baseado na pedagogia freiriana e na economia solidária, o projeto integra saberes e práticas populares. **Metodologia:** A partir destes fundamentos, o projeto foi desenvolvido por meio de oficina realizada em 13/10/2025, em que foram produzidas fotografias de trabalhos em crochê para a criação de um catálogo digital, discutidos critérios de precificação e oferecidas orientações de divulgação em mídias sociais. **Resultados:** A ação buscou fortalecer o protagonismo dos idosos e contribuiu para o desenvolvimento de habilidades profissionais dos estudantes, reafirmando o papel social da universidade.

Palavras-chave: Empreendedorismo. Terceira idade. Trabalho Artesanal.

GESTÃO DE DOCUMENTOS DA COORDENAÇÃO GERAL DE ESTÁGIO DA UNIVASF ABRIL A JUNHO DE 2025

Alex Luis Rosa Alves

Bacharel em Administração - UNIVASF

Universidade Federal do Vale do São Francisco - Univasf

Liliane Caraciolo Ferreira

Doutora em Psicologia-UFES

Universidade Federal do Vale do São Francisco – Univasf

RESUMO: Análise da gestão de documentos no âmbito da Coordenação Geral de Estágios (CGE) da UNIVASF, com ênfase na utilização de um Sistema de Gestão Eletrônica de Documentos (GED) e sua articulação com o processo administrativo, estruturado nas funções de Planejar, Organizar, Dirigir e Controlar (PODC). **Objetivo:** Compreender o processo de gestão de documentos na CGE, identificando as práticas utilizadas, os principais desafios enfrentados, propondo melhorias para otimizar a organização, a segurança e a eficiência no manejo dos documentos no setor. A **metodologia** adotada para explicar a gestão de documentos de estágio na CGE/Univasf é classificada como exploratória-descritiva e observação participativa. O campo de estágio foi realizado na CGE/Univasf, no período de 1º de abril a 30 de junho. As informações foram registradas em um diário de campo, com anotações sistemáticas das atividades, interações, dificuldades e estratégias adotadas no processo de construção do banco de dados. Com base nos princípios do processo administrativo, o estudo propôs melhorias técnicas viáveis, como a integração entre sistemas institucionais para automatização de cadastros, a criação de um banco de dados único para empresas concedentes, e a implantação de um fluxo de assinaturas digitais com tramitação automatizada. Resultado: a gestão eficiente dos documentos de estágio está diretamente relacionada à aplicação adequada das funções administrativas, e uso inteligente de sistemas eletrônicos, aliado à revisão dos processos internos, pode contribuir de forma significativa para a qualidade da gestão e para a experiência institucional.

Palavras-chave: Gestão de Documentos. Processo Administrativo. Estágio. Gestão Eletrônica de Documentos.

INCOTERMS: CLÁUSULAS QUE AUXILIAM EMPRESAS NO PROCESSO DE INTERNALIZAÇÃO

Eitor Grangeiro Silva

Faculdade de Petrolina - FACAPE

eitor.silva.25423@aluno.facape.br

Juliana Vitória Maciel Mota

Faculdade de Petrolina - FACAPE

juliana.mota.26611@aluno.facape.br

Lara Chayanna Ramos de Sousa

Faculdade de Petrolina - FACAPE

lara.sousa.25284@aluno.facape.br

Luedson Gomes Nascimento

Faculdade de Petrolina - FACAPE

luedson.nascimento.27177@aluno.facape.br

Mylene Katllen dos Santos Silva

Faculdade de Petrolina - FACAPE

Mylenekatllen16@gmail.com

Yasmim da Silva Aguiar

Faculdade de Petrolina - FACAPE

yasmimaguiar880@icloud.com

Michela D'Arc Campos Mota

Profa. orientadora

RESUMO: O Brasil tem ampliado sua presença no comércio internacional com destaque nas exportações de frutas, através de investimentos e parcerias comerciais. Contudo, as empresas brasileiras ainda enfrentam desafios significativos, como diferenças legais entre países, custos logísticos elevados e riscos nas negociações internacionais.

Objetivo: analisar como a aplicação dos Incoterms contribui para a eficiência, padronização e segurança jurídica nas operações de comércio exterior. **Fundamentação**

teórica: baseia-se nos estudos sobre os International Commercial Terms (Incoterms), criados pela Câmara de Comércio Internacional (CCI) em 1936 e atualizados periodicamente, reconhecidos pela UNCITRAL como instrumento de harmonização contratual internacional. Esses termos definem com clareza as responsabilidades de comprador e vendedor quanto ao transporte, seguro e entrega das mercadorias, reduzindo incertezas e litígios. **Metodologia:** pesquisa qualitativa e exploratória, com base em revisão bibliográfica e documental. **Resultado:** observou-se que os Incoterms fortalecem a competitividade das empresas brasileiras, promovem transparência nas negociações, reduzem conflitos contratuais e garantem maior segurança jurídica nas operações internacionais.

Palavras-chave: Incoterms. Comércio Exterior. Exportação. Contrato Internacional. Segurança Jurídica.

INOVAÇÃO E TECNOLOGIA NA GESTÃO DE EMPRESAS NO SÉCULO XXI

Kelfly Alex Sobral de França
kelfly.franca.25797@aluno.facape.br
Bacharelado em Administração
Faculdade de Petrolina – FACAPE

Arthur Eugenio Padilha dos Santos
arthur.santos.25858@aluno.facape.br
Bacharelado em Administração
Faculdade de Petrolina – FACAPE

João Matheus da Silva
joao.silva.23561@aluno.facape.br
Bacharelado em Administração
Faculdade de Petrolina – FACAPE

Antonio de Santana Padilha Neto
Professor-orientador
padilha.facape@gmail.com
Doutor em Ecologia Humana e Gestão Socioambiental – UNEB
Faculdade de Petrolina - FACAPE

RESUMO: Ao longo do tempo as transformações tecnológicas vêm modificando sistematicamente o comportamento humano, as formas de trabalho e o modo de consumo, afetando diretamente o comércio e a competitividade das empresas. **Objetivo:** Objetiva-se com esse trabalho analisar a perspectiva das variáveis inovação e tecnologia na gestão das empresas modernas. **Fundamentação Teórica:** Autores como Schwab (2019), Quinhões (2024), Olegário (2021), dão suporte teórico às discussões sobre essa temática. **Metodologia:** Utilizou-se abordagem qualiquantitativa, de caráter descritivo e exploratório, com base em pesquisa bibliográfica. **Resultados:** Os resultados apontam a importância das variáveis inovação e tecnologia no processo de gestão das empresas modernas como diferencial competitivo de mercado.

Palavras-chave: Competitividade. Desenvolvimento. Inteligência Artificial. Mercado. Revolução Tecnológica.

PROTEGENDO OS PROTETORES: UM ESTUDO DE CASO SOBRE O USO DE EQUIPAMENTOS DE SEGURANÇA POR AGENTES COMUNITÁRIOS DE SAÚDE EM PETROLINA - PE

Isabella Barros Silva

isabella.silva.25267@aluno.facape.br

Bacharelada em Administração
Faculdade de Petrolina - FACAPE

Maria Eugênia Mangabeira Medeiros da Silva

maria.silva.25848@aluno.facape.br

Bacharelada em Administração
Faculdade de Petrolina - FACAPE

Emily Alves Sampaio

emily.sampaio.25913@aluno.facape.br

Bacharelada em Administração
Faculdade de Petrolina - FACAPE

Professor-orientador: Antonio de Santana Padilha Neto

padilha.facape@gmail.com

Doutor em Ecologia Humana e Gestão Socioambiental – UNEB
Faculdade de Petrolina - FACAPE

RESUMO: Os Agentes Comunitários de Saúde (ACS) desempenham papel fundamental na promoção da saúde e prevenção de doenças nas comunidades, atuando como elo entre famílias e serviços de saúde. **Objetivo:** Analisar se os ACS de Petrolina-PE utilizam adequadamente os materiais de segurança necessários ao desempenho de suas funções. **Fundamentação Teórica:** Autores como Pereira; Oliveira, 2013; Malcher *et al.*, 2019; Nobre *et al.*, 2016, evidenciam a baixa adesão às medidas de proteção por ausência de políticas públicas eficazes e carência de suporte institucional. **Metodologia:** Utilizou-se abordagem qualitativa, de caráter descritivo e exploratório, com base em pesquisa bibliográfica em legislações, documentos e referências teóricas sobre o trabalho desenvolvido pelos ACS. **Resultados:** Discussão e melhoria das condições de trabalho dos ACS nas comunidades que prestam seus serviços em Petrolina-PE.

Palavras-chave: Prevenção de Riscos. Políticas Públicas. Saúde do Trabalhador.

RIMA COM SABOR - BISCOITOS ARTESANAIS: INOVAÇÃO E EMPREENDEDORISMO FEMININO NA II FENEAF

Isadora Rodrigues Vasconcelos

Graduada em Administração

Universidade Federal do Vale do São Francisco (UNIVASF)

isadoravasconcelos21@hotmail.com

Aluísio Sampaio Neto

Doutorando em Ecologia Humana e Gestão Socioambiental

Universidade do Estado da Bahia (UNEB)

sampaioaluisio@hotmail.com

RESUMO: O empreendedorismo feminino consiste na criação e gestão de negócios por mulheres, promovendo independência econômica, inovação e contribuindo para a igualdade de gênero. O empreendimento Rima com Sabor - Biscoitos Artesanais representa um exemplo de sucesso do empreendedorismo feminino em Petrolina - PE. Liderado por uma empreendedora sênior, o negócio se destaca pela produção de uma ampla variedade de biscoitos artesanais de sabores inovadores, além de doces e licores.

Metodologia: Trata-se de uma pesquisa de caráter exploratório e descritivo, com abordagem qualitativa. **Resultados:** Durante a II Feira de Negócios da Agricultura Familiar (II FENEAF), realizada em setembro deste ano, na sede do IPA, em Recife, o empreendimento comercializou mais de 350 unidades, incluindo biscoitos de tangerina, manga, acebolado, além de licor de rapadura e doce de jaca. Além da expressiva exposição, comercialização e resultados financeiros, a participação na feira abriu novas oportunidades de negócios na capital pernambucana, possibilitando a distribuição dos produtos em estabelecimentos comerciais para revenda.

Palavras-chave: Empreendedorismo feminino. Biscoitos artesanais. Feira de Negócios. Inovação gastronômica. Desenvolvimento socioeconômico.

SURFANDO NA MARÉ DO DÓLAR: ESTRATÉGIAS E DESEMPENHO DAS AGROEXPORTADORAS BRASILEIRAS EM TEMPOS DE VOLATILIDADE

Raimundo Nonato Lima Filho
raimundo.lima@prof.facape.br

Maria do Socorro Macedo Coelho Lima
socorro.macedo@prof.facape.br

RESUMO: Este estudo investiga o impacto das variações da taxa de câmbio em suas dimensões ativa e passiva – sobre os resultados contábeis de empresas brasileiras do setor agropecuário listadas na B3, durante o período de 2020 a 2024. A pesquisa utiliza uma amostra representativa de 11 companhias, selecionadas de uma população atualizada do setor, e analisa os índices de rentabilidade: Giro do Ativo, Margem Líquida, Retorno sobre o Ativo (ROA) e Retorno sobre o Patrimônio Líquido (ROE). A variável independente, representada pela variação trimestral da taxa de câmbio (obtida a partir dos dados do Banco Central do Brasil), foi correlacionada com os indicadores financeiros por meio de modelos de regressão em painel. Os resultados sugerem que, embora a volatilidade cambial apresente efeitos significativos em análises individualizadas, os modelos agregados não revelam uma influência estatisticamente robusta e uniforme sobre os índices de rentabilidade. Conclui-se que a gestão do risco cambial deve ser tratada de forma personalizada, enfatizando a importância das estratégias de *hedge* e do planejamento financeiro adaptativo em cenários de elevada incerteza.

Palavras-chave: *Hedge*. Agronegócio. Taxa de Câmbio. Resultado Contábil. Volatilidade.

EDUCAÇÃO FINANCEIRA PARA A TERCEIRA IDADE: IMPACTOS DO ENSINO DE CONCEITOS BÁSICOS DE FINANÇAS E CONTROLE DE GASTOS PARA IDOSOS

Pedro Vinicius Lourenço Gomes
Bacharelado em Ciências Econômicas
Faculdade de Petrolina - FACAPE

George Santana Silva
Bacharelado em Direito
Faculdade de Petrolina - FACAPE

Júlia Morato Gomes dos Santos
Bacharelado em Psicologia
Faculdade de Petrolina - FACAPE

Tamires Alves de Oliveira Pires
Bacharelado em Direito
Faculdade de Petrolina - FACAPE

Maria Betania Alves dos Santos
Bacharelado em Psicologia
Faculdade de Petrolina - FACAPE

RESUMO: Este artigo apresenta os resultados parciais do projeto de extensão vinculado ao programa FATI – Faculdade Aberta à Terceira Idade, cujo objetivo é ensinar conceitos básicos de educação financeira a idosos, promovendo maior autonomia, segurança e capacidade de planejamento. Partindo da constatação de que o número de idosos inadimplentes cresceu significativamente nos últimos anos, buscou-se compreender se a aprendizagem de noções de orçamento, controle de gastos e planejamento financeiro pode gerar mudanças concretas na vida cotidiana dessa população. A pesquisa possui abordagem qualitativa, utilizando aulas, atividades práticas e questionários como instrumentos de coleta de dados. Os resultados iniciais demonstram avanços importantes no comportamento financeiro dos participantes, especialmente no registro de despesas, na compreensão dos gastos fixos e variáveis e no uso de estratégias simples, como o método 50-30-20. Conclui-se que projetos extensionistas voltados à educação

financeira contribuem para a redução de vulnerabilidades econômicas e para o fortalecimento da autonomia na terceira idade.

Palavras-chave: educação financeira. controle de gastos. terceira idade.

A SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL NA INDÚSTRIA 4.0: O QUE DIZEM OS ESTUDOS SOBRE A DIMENSÃO AMBIENTAL DA SUSTENTABILIDADE NA INDÚSTRIA

Aurea Patricia Oliveira

Docente em Administração

Faculdade de Igarassu – FACIG

RESUMO: O estudo aborda a Sustentabilidade Ambiental na Indústria 4.0, um tema crucial no contexto das novas problemáticas de produção e do conceito de Desenvolvimento Sustentável. A pesquisa qualitativa, baseada em 16 teses e dissertações do Catálogo CAPES, identificou a transversalidade do tema e analisou as tecnologias habilitadoras e seus impactos ambientais. As ferramentas da Indústria 4.0 — como Internet das Coisas (IoT), Big Data, Inteligência Artificial (IA) e Computação em Nuvem — desempenham papel fundamental. Essas tecnologias viabilizam melhorias como o conceito de "Smart Consumption" e promovem ganhos significativos para o meio ambiente. Os principais efeitos positivos verificados na literatura incluem a redução de resíduos e a redução no consumo de energia e no ciclo de vida de produtos. A Indústria 4.0 propõe melhorias para a economia de recursos naturais, tornando os processos de produção mais limpos e eficazes. O uso inteligente dessas ferramentas atende a critérios ambientais cruciais, reforçando o alinhamento da tecnologia com os objetivos da sustentabilidade.

Palavras-chave: Indústria 4.0, Sustentabilidade Ambiental, Desenvolvimento Sustentável, Tecnologias Habilitadoras.

ABSTRACT: This study addresses Environmental Sustainability in Industry 4.0, a crucial theme in the context of new production challenges and the concept of Sustainable Development. The qualitative research, based on 16 theses and dissertations from the CAPES Catalog, identified the transversality of the theme and analyzed the enabling technologies and their environmental impacts. Industry 4.0 tools—such as the Internet of Things (IoT), Big Data, Artificial Intelligence (AI), and Cloud Computing—play a fundamental role. These technologies enable improvements such as the concept of "Smart Consumption" and promote significant gains for the environment. The main positive effects verified in the literature include waste reduction and reductions in energy consumption and product lifecycles. Industry 4.0 proposes improvements for the economy of natural resources, making production processes cleaner and more efficient.

The intelligent use of these tools meets crucial environmental criteria, reinforcing the alignment of technology with sustainability objectives.

Keywords: Industry 4.0, Environmental Sustainability, Sustainable Development, Enabling Technologies.

1 INTRODUÇÃO

Com os avanços nas tecnologias de produção novas problemáticas vieram à tona e ganharam seu espaço, como a preocupação com o meio ambiente. Em paralelo, a questão ambiental se tornou um tema em evidência e passou a ser alvo da atenção mundial. Nesse sentido, foram realizados eventos com o intuito de discutir e achar soluções para os mais diversos focos da questão ambiental.

Na busca por soluções para a questão ambiental, é possível verificar os movimentos ambientalistas, podendo ser citados, por exemplo, a Conferência da Biosfera pela UNESCO (1968), a Conferência de Estocolmo (1972), a Rio 92, a Rio +10 e a Rio +20 e demais eventos contemporâneos (PELICIONI, 2014). Cabe mencionar que, no cenário nacional, existiram esforços para a questão ambiental, como as legislações da Política Nacional de Educação Ambiental e a Política Nacional de Meio Ambiente e, não menos importante, a Constituição Federal de 1988, que discorre sobre o direito ao meio ambiente e a responsabilidade de preservá-lo (PELICIONI, 2014). Tais eventos e marcos legais deixam registros para a humanidade a respeito do meio ambiente, do desenvolvimento sustentável e da responsabilidade em preservá-lo, como a Declaração de Estocolmo, o Relatório Brundtland e a Agenda 21 com os objetivos do desenvolvimento sustentável

O conceito de desenvolvimento sustentável, apresentado no Relatório de Brundtland, como aquele que “atende às necessidades do presente sem comprometer a possibilidade de as gerações futuras atenderem às suas próprias necessidades” (COMISSÃO MUNDIAL SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO, 1988, p. 46).

O desenvolvimento sustentável indica uma transformação progressiva na esfera econômica e na sociedade. Nesse caminho, é preciso considerar a harmonia na exploração dos recursos, no foco dos investimentos, na orientação do desenvolvimento tecnológico e na mudança institucional, para que o seu potencial seja reforçado e as necessidades e aspirações humanas sejam atendidas (COMISSÃO MUNDIAL SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO, 1988). Assim, os recursos naturais devem ser usados com responsabilidade, de forma com que os países em desenvolvimento tenham consciência dos impactos de suas atividades no meio ambiente.

No que diz respeito às formas de produção e ao uso dos recursos, é preciso contemplar o desenvolvimento industrial que a sociedade presenciou ao longo dos anos. As revoluções industriais são frutos da inserção de novas tecnologias no meio econômico, que transformam e trazem impactos nos modos de produção, de modo que influenciam no desenvolvimento econômico e social de cada período, até o momento em que são atualizadas e substituídas por novas tecnologias (LIMA; GOMES, 2020).

A literatura sobre a temática dedica-se a falar da Quarta Revolução Industrial ou Indústria 4.0, que é marcada pela busca por um sistema de manufatura viável, utilizando ferramentas tecnológicas avançadas, buscando a melhoria da produção, evitando assim o uso desnecessário de recursos e combatendo a superprodução.

No contexto da Indústria 4.0, é habitual consultar literaturas sobre o aumento de produtividade a partir dessas tecnologias, sendo possível verificar desempenhos proveitosos nos processos produtivos. No entanto, mesmo com os tais avanços, é preciso explorar o papel das novas ferramentas e sua relação com a sustentabilidade. Nesse sentido, podemos contemplar, pelo menos, dois enfoques delineados pela temática da pesquisa. No primeiro é tratado os processos e abordagens relacionados à Indústria 4.0. O segundo trata das práticas sustentáveis seus ganhos e benefícios.

Assim sendo, cabe questionar: como se dá a sustentabilidade ambiental na Indústria 4.0? Desse modo, esta pesquisa objetivou analisar, a partir de um estudo bibliográfico no Catálogo de Teses e Dissertações da Capes, a dimensão ambiental da sustentabilidade da indústria na IV Revolução Industrial, verificando as principais ferramentas, ganhos e relações temáticas.

Para compor esse estudo, foi realizado um estudo qualitativo bibliográfico, realizado na plataforma do Catálogo de Teses e Dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), trazendo o panorama da pesquisa nacional. O Catálogo é fundamental para nortear pesquisas e trazer citações de diversos temas, com diversos autores e coautores de áreas distintas. O estudo contará com a análise de 16 teses e dissertações que estão disponíveis na plataforma.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

O Relatório de Brundtland diz que o desenvolvimento sustentável é aquele que “atende às necessidades do presente sem comprometer a possibilidade de as gerações futuras atenderem às suas próprias necessidades” (COMISSÃO MUNDIAL SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO, 1988, p. 46).

O conceito de sustentabilidade é geralmente definido como a capacidade de se alcançar um grau de desenvolvimento, que atenda às necessidades do momento presente, ao mesmo tempo em que se permita às próximas gerações atenderem às suas necessidades futuras (SACHS, 1993; COMISSÃO MUNDIAL SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO, 1988).

A respeito do conceito de sustentabilidade, é importante considerar que o desenvolvimento deve ultrapassar os conceitos econômicos. Assim, são apresentadas as dimensões da sustentabilidade, que são: sustentabilidade ecológica, econômica, social, espacial, cultural, psicológica, política nacional e internacional (SACHS, 2002).

A abordagem da sustentabilidade não é restrita e toca diversos contextos históricos e setores socioeconômicos. No que diz respeito ao objeto deste estudo, é preciso observar a indústria e o seu desenvolvimento ao longo da história antes de tratar da temática ambiental.

Como tratado por Lima e Gomes (2020), a introdução de novas tecnologias que transformam o sistema por conta de mudanças qualitativas dão origem às revoluções industriais. Desse modo, as novas tecnologias sustentam o desenvolvimento econômico e social durante um período de tempo até que sejam substituídas ou superadas por outras, que são novas e eficientes. Esse processo de desenvolvimento de tecnologias é

histórico e possui especificidades e vão demandar tempo para superar questões técnicas e econômicas.

Na contextualização das revoluções, sob a ótica de Lima e Gomes (2020), é possível descrever cada uma, a saber:

I Revolução Industrial, com a transição do sistema de produção domiciliar para o fabril, associando as siderúrgicas (ferro) e extrativistas (carvão);

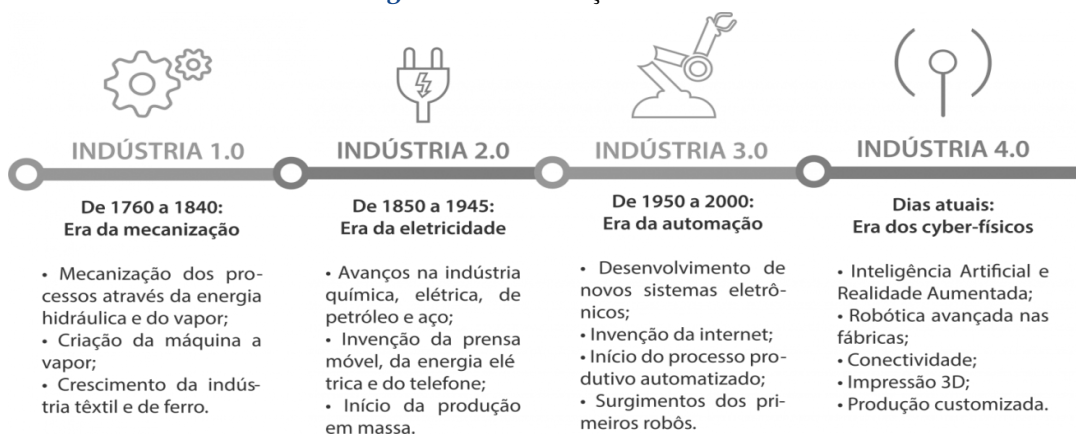
II Revolução Industrial, marcada pela exploração de recursos, como petróleo e borracha, associa-se também o aumento dos meios de produção e crescimento empresarial;

III Revolução Industrial promoveu mudanças no meio eletrônico, associadas ao uso de computadores e de meios de telecomunicação, bem como o surgimento de outros produtos e serviços ligados à tecnologia.

IV Revolução Industrial busca um sistema de manufatura viável, utilizando ferramentas tecnológicas avançadas capazes de simular o raciocínio humano, buscando a melhoria no processo produtivo, evitando assim o uso desnecessário de recursos e combatendo a superprodução.

A figura 1, elaborada pelo SENAI – RS (2023), traz o panorama histórico das revoluções industriais e os principais marcos de cada período.

Figura 1 – Revoluções Industriais



Fonte: Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (2023)

No mundo do trabalho, novas tecnologias irão desempenhar papéis importantes na disponibilidade do trabalho, de modo que o desenvolvimento tecnológico irá

modificar as indústrias e as desafiará para o alcance do sucesso competitivo, sendo possível contemplar mudanças no mercado de trabalho e na produtividade, assim como o conhecimento, as tecnologias, o investimento em ciências de dados e a difusão de novas competências (ORGANISATION FOR ECONOMIC CO-OPERATION AND DEVELOPMENT, 2017).

Tal modernização dos processos surge para trazer mais eficácia nos meios de produção e também aos meios de conservação de recursos e ecossistemas. Nessa contextualização, aborda-se o uso desenfreado de recursos e a superprodução, bem como a descentralização de processos para buscar um meio de manufatura viável.

Mesmo no contexto que prima pelo uso de tecnologias para o ganho da produtividade, não se pode esquecer-se da explorar o uso das tecnologias e a relação com a sustentabilidade. De modo que estudiosos apontam que o novo modelo industrial, além de incrementar o desempenho e a produtividade, pode gerar resultados positivos para a sustentabilidade (CARVALHO et al., 2022; SILVA, 2021; SANCHES et al., 2018).

3 METODOLOGIA

Esta pesquisa é de natureza qualitativa, com finalidade exploratória e descritiva, seguindo a taxonomia de Sampieri, Collado e Lucio (2013) e Vergara (2013). A proposta para a coleta de dados foi a realização de um estudo bibliográfico, que contou com uma consulta ao Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES.

O estudo bibliográfico realizado contou com a avaliação das publicações encontradas no Catálogo de Teses e Dissertações da Capes, escolhido para abordar o que vem sendo tratado sobre a sustentabilidade ambiental na Indústria 4.0 no cenário científiconacional, permitindo, assim, a análise das publicações relacionadas à temática. Nesse estudo, ainda em fase inicial, foram pesquisados no Catálogo os termos “Sustentabilidade Ambiental” e “Indústria 4.0”. Não foram utilizados filtros para restringir os anos das publicações e as áreas de pesquisa.

Foi definido como critério de inclusão para a pesquisa que as teses e dissertações que deveriam estar disponíveis integralmente no Catálogo. De outro modo, os materiais

que não tiveram livre acesso foram excluídos da pesquisa. Sendo assim, foram encontradas 18 teses e dissertações e, após a exclusão dos materiais que não atendiam aos critérios da pesquisa, foram selecionadas 16 teses e dissertações para compor este estudo, conforme disposto no quadro 1.

Quadro 1 – Levantamento de Teses e Dissertações

ID	Ano	Título	Autores	Instituição
01	2023	Indústria 4.0 como propulsora da sustentabilidade ambiental rumo à Agenda 2030	Aline Xavier dos Santos Germano	Centro Federal de Educação Tecnológica. Celso Suckow da Fonseca
02	2023	SMART CONSUMPTION – A concept of sustainable consumption in the context of industry 4.0	Michelle Santana Ramos	Universidade Federal do Rio Grande do Sul
03	2023	AGRICULTURA URBANA 5.0: Proposta de uma arquitetura de sistema e modelo de maturidade	Anna Carolina Dallaneze Ferreira	Universidade Federal do ABC
04	2022	Competências do engenheiro frente aos paradigmas da Indústria 4.0 e da sustentabilidade	Thiago Espinossi Fontanello	Universidade Federal do ABC
05	2022	Modelo de maturidade para integração de sustentabilidade no contexto de desenvolvimento de produtos	Grazielle Fatima Gomes Teixeira	Universidade Católica do Paraná
06	2022	Desenvolvimento de produtos para as camadas menos favorecidas da população	Eduardo da Motta Xavier	Universidade do Vale do Rio dos Sinos
07	2022	Redução do desperdício de hortifrutis nos supermercados e distribuidores por meio de	Michele de Souza	Universidade do Vale do Rio dos Sinos

		marketing e tecnologias digitais		
08	2022	Planejamento para implementação digital: Etapas e proposições para melhorar a tomada de decisões táticas e estratégicas	Leandro Zvirtes	Universidade do Vale do Rio dos Sinos
09	2022	O escopo de uma proposta de certificação sustentável, apoiada no uso de tecnologias digitais	Elcio Ricardo Leite Guimarães	Universidade de Pernambuco
10	2021	A indústria de base florestal, à luz da bioeconomia sustentável: o vetor estratégico do desenvolvimento do estado do Mato Grosso do Sul	Bruno Gouvêa Bastos	Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
11	2021	Industry 4.0 and lean for Sustainability Performance	Ligia Lobo Mesquita	Universidade Federal de São Carlos
12	2021	Influência das tecnologias habilitadoras da Indústria 4.0 sobre a sustentabilidade: Enfoque no <i>Tripple Botton Line</i>	Elaine Cristina da Silva	Centro Universitário da Fei
13	2021	Sustentabilidade por meio da Indústria 4.0 e produção mais limpa: múltiplos casos na Indústria automotiva	Aleksander da Conceição Silva	Universidade Nove de Julho
14	2021	Proposta de modelo em redes bayesianas para apoio à tomada de decisão visando produtos sustentáveis	Andre Souza Oliveira	Centro Universitário SENAI-CIMATEC
15	2021	Inovação da moda por meio da impressão 3D: Aspecto técnico-funcional de um não tecido sob perspectiva	Natani Aparecida do Bem	Universidade Cesumar

		ambiental		
16	2021	O direito digital aplicado ao consumo sustentável: Internet das coisas e sustentabilidade	Mateus Catalani Pirani	Unisantos

Fonte: Pesquisa bibliográfica (2023).

Para a análise dos dados, a pesquisa recorreu à Análise de Conteúdo, que consiste em: 1) realizar a pré-análise das ideias iniciais e os seus conteúdos e criar indicadores para categorizar os dados obtidos; 2) analisar e codificar os dados, considerando as unidades de registro e a definição de categorias já estabelecidas; e 3) tratar os resultados para lhes atribuir valor e significado (BARDIN, 2016).

Nesse processo de análise dos dados, neste contexto, a análise de conteúdo, ocorreu da seguinte maneira: 1) Na pré-análise, foram estabelecidos, segundo as literaturas consultadas indicadores de sustentabilidade ambiental na Indústria 4.0 e como se dão seus benefícios no meio ambiente, foram observadas as tecnologias dispostas pela Indústria 4.0 e quais aspectos elas propõem para sustentabilidade e para o meio ambiente, dessa forma, foi possível elencá-las e apontar seus ganhos; 2) os dados foram codificados de acordo com as categorias definidas; e 3) os dados foram analisados para deixarem o seu estado bruto e tornarem-se significativos.

4 ANÁLISE DE DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Esta seção dedica-se à apresentação dos resultados da pesquisa e a sua análise. Assim, para atender ao objetivo geral, os resultados foram sistematizados em três tópicos, a saber: 1) “A dimensão ambiental da sustentabilidade na Indústria 4.0: uma análise temática”, que apontou a transversalidade da temática nas diversas áreas de conhecimento; 2) “A dimensão ambiental da sustentabilidade na Indústria 4.0: as ferramentas e as tecnologias”, que abordou quais são as principais ferramentas e tecnologias utilizadas e como essas foram discutidas nas teses e dissertações; e 3) “A dimensão ambiental da sustentabilidade na Indústria 4.0: os aspectos ambientais

presentes na literatura pesquisada”, que traz a discussão de como a sustentabilidade ambiental é tratada nas pesquisas sobre a Indústria 4.0.

4.1 A DIMENSÃO AMBIENTAL DA SUSTENTABILIDADE NA INDÚSTRIA 4.0: UMA ANÁLISE EMÁTICA

Com levantamento realizado foi verificado que as teses e dissertações com a temática da Indústria 4.0 só se dão a partir do ano de 2019. Dito isto, torna-se necessário realizar uma análise sobre a bibliografia localizada e relacionar ao tema proposto, apontar seus benefícios e estender a linha de pesquisa sobre os enfoques apontados na pesquisa.

Na análise das teses e dissertações encontradas foi verificado que os principais temas encontrados são: Gestão da Produção (6), Desenvolvimento Sustentável (1), Engenharias (2), Tecnologias (limpas, ambientais) (3), Sistemas de Qualidade (1), Direito Ambiental (1), Administração Pública (1) e Modelagem Computacional e Sistemas Cognitivos (1).

Foram identificadas diversas áreas temáticas e com isso foi possível verificar a transversalidade da Sustentabilidade Ambiental nas diversas áreas de conhecimento e os seus enfoques, com estudos os seus respectivos resultados, que podem promover mudanças em favor do desenvolvimento sustentável e a sua esfera ambiental.

4.2 A DIMENSÃO AMBIENTAL DA SUSTENTABILIDADE NA INDÚSTRIA 4.0: FERRAMENTAS E TECNOLOGIAS

Ao analisar a literatura selecionada para o estudo foi possível perceber algumas ligações entre elas, como a forma transversal na qual as ferramentas são utilizadas e os meios e iniciativas de promover a sustentabilidade ambiental.

Notou-se que, os estudos codificados como A01, A02, A04, A05, A07, A10, A12, A15, A16 apresentam o interesse em utilizar as fontes de energias renováveis e meios inteligentes de produção reflete a necessidade de acompanhar os níveis de demanda, de

modo a incentivar o uso responsável de energias e de recursos naturais, o que pode ser um indicador de sustentabilidade ambiental.

Também foi possível verificar os estudos codificados como A01, A02, A03, A04, A07, A08, A09, A10, A11, A12, A13, A16 enfatizam a necessidade em coletar, armazenar e transportar os dados de forma segura, garantindo assim análises mais efetivas para otimizar processos ou até mesmo simular cadeias produtivas.

A Indústria 4.0 proporciona possibilidades de promover a sustentabilidade na esfera ambiental. Ramos (2023) correlaciona a Indústria 4.0 com insumos e consumo de energia e água, portanto, vê-se a necessidade do consumo inteligente, que também citado por Silva (2021) ressalta a responsabilidade e eficiência no uso de recursos naturais, reforçando o conceito de SMART CONSUMPTION. Para Germano (2023) a sustentabilidade ambiental garante os limites e restrições ecológicas para a produção, fazendo com que a exploração de recursos naturais não ultrapasse as taxas de regeneração.

Já Fontanello (2022) aponta que as causas ambientais como a gestão de recursos, que requer um estudo multidisciplinar entre tecnologias e ciências naturais, Mesquita (2022) também ressalta a adoção de práticas para a sustentabilidade ambiental na indústria, com métodos Lean e Just in time (JIT) para métodos de manufaturas, facilitando meios de integração e de fluxos de estoques, além de promoção de inovação.

A implantação de manufaturas viáveis e eficazes nos meios de produção são fatores essenciais para a promoção da sustentabilidade, com a chegada da Indústria 4.0 e suas ferramentas, foi possível otimizar os métodos de produção e propor melhores resultados.

Na análise das teses e dissertações, as tecnologias utilizadas na Indústria 4.0 foram: internet das coisas (IoT), Big Data, CyberSecurity, Inteligência artificial (IA), Realidade Aumentada (RA), impressão 3D, computação em nuvem, Tec. Front Ends, Realidade Virtual (VR), Blockchain, Manufatura Aditivada (AM), Robôs colaborativos e Sistemas Cyber Físicos. As tecnologias, as suas definições e a relação de dissertações e teses em que são mencionadas estão listados no quadro 2.

Quadro 2 – Tecnologias utilizadas na Indústria 4.0

Tecnologia	Definições	Tese/Dissertação
Internet das Coisas (IoT)	Uma rede onde se conectam coisas e pessoas, além de poder compartilhar seus dados (GERMANO, 2023).	01, 02, 03, 04, 07, 08, 09, 10, 11, 12, 13, 16
<i>Big Data</i>	Grande conjunto de banco de dados, que permitem inter- relacioná-los para análises eficientes (CLARKE, 2015.)	01, 03, 07, 09, 10, 11, 12, 13
<i>CyberSecurity</i>	Métodos preventivos para protegerem informações e dados de serem roubados (CULOT, 2019)	01, 04, 12
Inteligência Artificial (IA)	Robôs e máquinas capazes que realizar tarefas sem inteligência humana, ou seja, a I.A pode reproduzir níveis humanos (GERMANO, 2023)	01, 03
Realidade Aumentada (RA)	Tecnologia que sobrepõe elementos virtuais à nossa realidade (GERMANO, 2023).	01, 02, 03, 04, 13
Simulações	Possibilidades de alteração de cenário de forma visual para auxiliar na tomada de decisão (BAI, 2020).	01, 04
Impressões 3D	Produção de baixa escala realizada por uma impressora 3D.	01, 15
Computação em Nuvem	Permite que pessoas se conectem e compartilhem informações de vários locais a partir da internet (GERMANO, 2023).	02, 03, 07, 09, 10, 11, 12, 13
<i>Tec.Front Ends</i>	Conjunto de ferramentas, linguagens e frameworks utilizados no desenvolvimento de um site ou aplicação (RAMOS, 2023).	02
Realidade Virtual (VR)	Tecnologia capaz de criar ambientes virtuais (RAMOS, 2023).	02
<i>BlockChains</i>	Mecanismo de banco de dados que permite o compartilhamento de forma segura e transparente (RAMOS,	02

	2023).	
Manufatura Aditiva (MA)	Designer digital para a construção de produtos, baseado na deposição de camadas de material (FONTANELLO, 2022).	02, 03, 04, 12, 13, 15
Robôs colaborativos	Capazes de realizar tarefas dispendo de pouca ou nenhuma ajuda humana, tomando decisões a partir de análise de dados (FONTANELLO, 2022).	04, 07, 09
Sistemas <i>Cyber</i> Físicos	Composto por elementos computacionais colaborativos e tem como objetivo controlar itens físicos (MESQUITA, 2021).	04, 11
Tecnologia	Definições	Tese/Dissertação
Internet das Coisas (IoT)	Uma rede onde se conectam coisas e pessoas, além de poder compartilhar seus dados (GERMANO, 2023).	01, 02, 03, 04, 07, 08, 09, 10, 11, 12, 13, 16

Fonte: Dados da pesquisa documental (2024)

As tecnologias presentes na Indústria 4.0 viabilizam melhorias em diversas áreas do conhecimento, devido ao seu papel desempenhado e as suas utilidades. As aplicações das tecnologias apresentadas na literatura e a sua contribuição para a sustentabilidade ambiental estão dispostos estão elencados assim:

Internet das Coisas - proporciona o aprimoramento de processos de produção, que juntamente com Computação em Nuvem, permite ter noções de demanda, evitando possíveis desperdícios (GERMANO, 2023).

Big data - dispõe de um banco de dados extenso possibilitando conexão de sensores a cadeia produtiva gerando esses dados em tempo real, além do tratamento desses dados, oferece modelos sustentáveis a empresas, como a redução de fluxo de materiais, que ocasiona redução de resíduos excessivos (BONILLA, 2018).

CyberSecurity - associado também a big data, propõe segurança a possíveis fragilidades dos dados transportados e armazenados, envolvendo fornecedores, possíveis parceiros da cadeia de suprimentos e até mesmo clientes de serviços digitais (GERMANO, 2023).

Inteligência Artificial e Robôs Colaborativos - auxiliam na tomada de decisão e tratamento de dados, podendo prever com precisão o consumo de materiais que possam causar danos em esferas ambientais, como CO₂, além de trazer suporte a trabalhadores em linhas de produção, apresentando uma maior desempenho a campos onde se apresentam incapacidade ou restrição com operações humanas devido a riscos (SILVA, 2021).

Realidade Aumentada e Simuladores - utilizam dispositivos móveis e dados em tempo real, que possibilitam a criação de cenários para reproduzir processos ou sistemas, tais benefícios permitem experiências sem correr riscos, são utilizados principalmente em sistemas de manufatura (TAY, 2018).

Impressão 3D - permite a produção em baixa escala, podendo imprimir e emitir peças de manutenção que geram economia, além de evitar desperdícios de tempo em processos na produção (BAI, 2020).

Computação em Nuvem - faz uso de servidores que possibilitam recursos computacionais como armazenamento, serviços, aplicativos e permitem que pessoas tenham acesso a esses recursos de qualquer lugar. Utilizada também para criar modelos de avaliação de custos e eficiência de materiais, auxiliando no ciclo de vida de produtos (GÓMEZ, 2019).

Realidade Virtual (VR) - possibilita a criação de ambientes virtuais que tornam possíveis simulações para idealizações de cenários a partir de dispositivos em conjunto com Tecnologias, incluindo tecnologias de Front Ends, ferramentas que através de linguagens e frameworks permitem desenvolvimento de aplicações. Assim como a realidade aumentada (RA), propõem estratégias de manufatura podendo identificar cada etapa da produção do produto, até seu descarte final (RAMOS, 2023).

Manufatura Aditiva - considera a deposição das camadas de material disponível, permite criação de designs digitais a baixo custo, possibilitando criação de materiais

personalizados, promovendo benefícios industriais, como a metodologia Just in Time (JIT) (SILVA, 2021).

Foram verificados ganhos significativos para o meio ambiente, mostrando mais uma vez a relação entre a Indústria 4.0 e a sustentabilidade ambiental. O estudo mostra que a forma na qual são apresentadas e utilizadas as ferramentas, trazem indicadores de sustentabilidade, cabendo um estudo mais aprofundado sobre o tema.

4.3 A DIMENSÃO AMBIENTAL DA SUSTENTABILIDADE NA INDÚSTRIA 4.0: OS ASPECTOS AMBIENTAIS PRESENTES NA LITERATURA PESQUISADA

Após elencar funções das ferramentas de Indústria 4.0, devemos analisar seus impactos no meio ambiente, visando o objetivo inicial de cada tese ou dissertação. Em busca da sustentabilidade ambiental na Indústria 4.0, podemos verificar maior efetividade e utilização de algumas ferramentas frente às outras e a sua contribuição à questão da sustentabilidade ambiental.

A Internet das Coisas conecta vários componentes de hardware por meio da internet e auxilia os processos industriais, promovendo integração que se conectam a objetos físicos, alinhando homem-objeto. Os dados alinhados e captados, podem ser utilizados para otimizar processos de produção, que também cooperam com a computação em nuvem podem fornecer noções de demanda e, consequentemente, promover a economia de recursos produtivos, melhorando produtividade e reduzindo impactos ambientais por seu controle de superprodução, assim como ajuda a reduzir o consumo de energia (SILVA, 2021).

A big data e seus conjuntos de dados analisados é uma grande estratégia para empresas, tendo em vista que, em conjunto com a IoT, pode verificar a vida de cadeias produtivas e gerar novos dados em tempo real (GERMANO, 2023). Toda essa análise de dados gerados e tratados tem como objetivo otimizar a produção ou processos industriais, tal eficiência em prol da produção promove ganhos em relação a redução do desperdício de energia e de outros recursos básicos. Essa questão se faz presente em objetivos do desenvolvimento sustentável em relação ao meio ambiente.

Bai (2020) ressalta que a produção inteligente idealizada pela Indústria 4.0, resulta em diminuição de gases de efeito estufa e também diminuição da exploração de recursos naturais, tais oportunidades referentes à sustentabilidade ambiental foram ocasionadas pela adoção dessas ferramentas.

A localização dos indicadores ambientais é fundamental para a evidenciação do estudo, uma vez que buscamos a sustentabilidade ambiental no meio da Indústria 4.0 e podemos indicar ganhos significativos.

Após elencar os aspectos da sustentabilidade ambiental, é preciso avaliar quais são os efeitos da indústria 4.0 sobre a sustentabilidade ambiental. O quadro 3 apresenta resultados apontados nas literaturas consultadas.

Quadro 3 – Tecnologias utilizadas na Indústria 4.0

Efeitos da Indústria 4.0 sobre a sustentabilidade ambiental						
ID	Redução do consumo de energia	Redução de resíduos	Redução de gases	Energia renovável	Ciclo de vida de produtos	Redução do consumo de água
A01	X	X	X	X	X	
A02	X	X		X	X	
A03	X	X			X	
A04		X	X	X	X	X
A05	X	X	X	X	X	X
A06					X	
A07		X		X		
A08					X	

A09		X				
A10	X		X	X	X	
A11	X	X	X			
A12	X	X	X	X	X	
A13	X	X	X		X	
A14	X					
A15	X			X	X	
A16				X	X	

Fonte: Dados da pesquisa bibliográfica (2024)

Foi verificado na literatura que, a Indústria 4.0 figura sob os indicadores de sustentabilidade ambiental, no decorrer do estudo foram apontados efeitos positivos da Indústria 4.0 no meio ambiente, reforçando mais uma vez a preocupação com as causas ambientais em meio a produção e também os objetivos da dissertação.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após pesquisa realizada na literatura, foi validada a importância da Sustentabilidade Ambiental e sua transversalidade nas áreas de pesquisa.

A busca por uma manufatura viável, que combate a superprodução e desperdício de matéria prima é o principal objetivo da Indústria 4.0, de modo a apresentar soluções para causas ambientais e manter os níveis de produção. Deve-se, então, destacar a eficácia das ferramentas implementadas pela 4ª Revolução Industrial e sua utilidade no combate ao uso desenfreado de recursos naturais, simulando cadeias de produção e possibilitando mais exatidão em tomadas de decisão.

Após analisar a literatura, foram apresentados resultados sobre aspectos ambientais e seus efeitos mediante a chegada da Indústria 4.0. Pôde-se verificar o

surgimento de tecnologias oriundas da Indústria 4.0 que trouxeram novas percepções e oportunidades para a sustentabilidade e seus cenários, pode-se destacar a internet das coisas, *big data*, computação em nuvem, realidade aumentada e realidade virtual, manufaturas aditivas, inteligência artificial e também ferramentas de suporte para otimização de processos, como *cybersecurity* e dispositivos de *front ends* que auxiliam operações dessas tecnologias, promovendo melhores resultados em seus campos de atuação.

No meio ambiente, foram apontados ganhos significativos, tendo em vista que a Indústria 4.0 visa um sistema de manufatura viável, que foram otimizados de forma expressiva com o uso inteligente das ferramentas dispostas. A tecnologia vinda da Indústria 4.0 propõe melhorias nos sistemas de produção, trazendo propostas para economia de recursos naturais e também de tempo, fazendo com que os meios de produção se tornem mais limpos e eficazes, além de propor fontes de energias renováveis, reduzindo custos na produção e também matéria prima.

A promoção de indicadores de sustentabilidade reforça o uso das tecnologias de forma inteligente, buscando atender critérios ambientais como redução de resíduos, redução no consumo de água e energia elétrica, monitoramento do ciclo de vida de produtos, redução de gases de efeito estufa, tais critérios servem como base para possível noção na promoção de sustentabilidade ambiental dentro da Indústria 4.0, servindo também como marco para o início de novas pesquisas.

Verificou-se também a necessidade de analisar captar e analisar uma grande variedade de dados para visualizar possíveis cenários, utilizando de simulações para reduzir riscos e possível utilização de materiais nocivos ao meio ambiente. Esse tópico pode constituir corpus de novas pesquisas para investigação da sustentabilidade ambiental na Indústria 4.0.

REFERÊNCIAS

- BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. São Paulo: Edições70, 2016.
- BASTOS, B. G. **A indústria de base florestal, à luz da bioeconomia sustentável: o vetor estratégico do desenvolvimento do Estado de Mato Grosso Do Sul**. 2021. Dissertação (Mestrado Profissional em Administração Pública em Rede Nacional Instituição de Ensino) - Fundação Universidade Federal De Mato Grosso Do Sul, Brasília, 2021.
- BEM, N. A. **Inovação na moda por meio da impressão 3D: aspecto técnico-funcional de um não tecido sob a perspectiva ambiental**. 2021. Dissertação (Mestrado em Tecnologias Limpas) - Universidade CESUMAR, Maringá - PR, 2021.
- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Senado: Brasília, DF: 1988.
- BRASIL. **Lei no 9.795, de 27 de abril de 1999**. Dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências. Brasília: Presidência da República, 1999. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9795.htm. Acesso em: 06 dez. 2023.
- CARVALHO, A. D. P.; ZARELLI, P. R.; DALAROSA, B. M.; VIEIRA, A. M. A relação da Indústria 4.0 com a sustentabilidade: uma revisão. **Revista e-TECH: Tecnologias para Competitividade Industrial - ISSN - 1983-1838**, [S. l.], v. 15, n. 1, 2022. Disponível em: <https://etech.sc.senai.br/revista-cientifica/article/view/1197>. Acesso em: 6 ago. 2023.
- COMISSÃO MUNDIAL SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO (CMMAD). **Nosso futuro comum**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1988.
- ELKINGTON, J. **Sustentabilidade: canibais com garfo e faca**. MBooks: São Paulo, 2011.
- FERREIRA, A. C. D. A. **Agricultura Urbana 5.0: proposta de uma arquitetura de sistema e modelo de maturidade**. 2023. Dissertação (Mestrado em Engenharia e Gestão da Inovação) - Universidade Federal do ABC, Santo André - São Paulo, 2023.

FONTANELLO, T. E. **Competências do engenheiro frente aos paradigmas da indústria 4.0 e da sustentabilidade.** 2022. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Produção) - Universidade Federal do ABC, Santo André - São Paulo, 2022.

GERMANO, A. L. X. **Indústria 4.0 como propulsora da sustentabilidade ambiental rumo à agenda 2030.** 2023. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional e Sistemas Produtivos) - Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca, Nova Iguaçu, 2023.

GUIMARAES, E. R. L. **O escopo de uma proposta de certificação sustentável, apoiada no uso de tecnologias digitais.** 2022. Dissertação (Mestrado Profissional em Gestão do Desenvolvimento Local Sustentável) - Universidade De Pernambuco, Recife - PE, 2022.

LIMA, F. R.; GOMES, R. Conceitos e tecnologias da Indústria 4.0. **Revista Brasileira de Inovação**, [S.L.], v. 19, p. 01-30, 28 dez. 2020. Universidade Estadual de Campinas.

MESQUITA, L. L. **Industry 4.0 and lean for sustainability performance.** 2021. Tese (Doutorado em Engenharia de Produção) - Universidade Federal de São Carlos, São Carlos - SP, 2021.

OLIVEIRA, A. S. **Proposta de modelo em redes bayesianas para apoio à tomada de decisão visando produtos sustentáveis.** 2021. Tese (Doutorado em Modelagem Computacional e Tecnologia Industrial) - Centro Universitário SENAI CIMATEC, Salvador, 2021.

ORGANISATION FOR ECONOMIC CO-OPERATION AND DEVELOPMENT (OECD). **The Next Production Revolution: Implications for Governments and Business.** OECD Publishing: Paris, 2017.

ORGANIZAÇÕES DAS NAÇÕES UNIDAS. **Declaração da Conferência da ONU sobre o Ambiente Humano.** Estocolmo, 1972. Disponível em: <https://bit.ly/371fQUe>
Acesso em: 25 de nov. 2023.

PELICIONI, A. F. Movimento Ambientalista e Educação Ambiental. In: PHILIPPI JR., A.; PELICIONI, M. C. F. **Educação ambiental e sustentabilidade.** 2. ed. São Paulo: Manole, 2014.

PIRANI, M. C. **O direito digital aplicado ao consumo sustentável: internet das coisas e sustentabilidade.** 2021. Tese (Doutorado em Direito) - Universidade Católica de Santos, Santos – São Paulo, 2021.

RAMOS, M. S. **Smart consumption – a concept of sustainable consumption in the context of industry 4.0.** 2023. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Produção) - Universidade Federal do Rio Grande Do Sul, Porto Alegre, 2023.

SACHS, I. **Estratégias de transição para o século XXI: desenvolvimento e meio ambiente.** São Paulo: Nobel, 1993.

SACHS, I. **Caminhos para o desenvolvimento sustentável.** Rio de Janeiro: Garamond, 2002.

SAMPIERI, R. H.; COLLADO, C. F.; LUCIO, P. B. **Metodologia de Pesquisa.** 5. ed. São Paulo: McGraw-Hill, 2013.

SANCHES, B. C.; CARVALHO, E. S.; GOMES, F. F. B. A Indústria 4.0 e Suas Contribuições à Sustentabilidade. **Revista Engenharia e Tecnologia Aplicada - Ung-Ser**, [S.L.], v. 2, n. 1, p. 48, 10 jun. 2019.

SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM INDUSTRIAL (Rio Grande do Sul) (org.). **A Indústria 4.0 chegou no Brasil?** Disponível em: <https://www.sesirs.org.br/industria-inteligente/industria-40-chegou-no-brasil>. Acesso em: 06 ago. 2023.

SILVA, A. C. **Sustentabilidade por meio da Indústria 4.0 e Produção Mais Limpa: Múltiplos Casos na Indústria Automotiva.** 2021. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Produção) - Universidade Nove de Julho, São Paulo, 2021.

SILVA, E. C. **Influência das tecnologias habilitadoras da indústria 4.0 sobre a sustentabilidade: Enfoque no Tripple Bottom Line.** 2021. Dissertação (Mestrado em Engenharia Mecânica) - Centro Universitário FEI, São Bernardo do Campo, 2021.

SOUZA, M. **Redução do desperdício de hortifrúti no varejo por meio de marketing e tecnologias digitais.** 2022. Tese (Doutorado em Engenharia de Produção e Sistemas) - Universidade do Vale do Rio dos Sino, 2022.

TEIXEIRA, G. F. G. **Modelo de maturidade para integração da sustentabilidade no contexto de desenvolvimento de produtos.** 2022. Tese (Doutorado em Engenharia de Produção e Sistemas) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná, Curitiba - PR, 2022.

VERGARA, S. C. **Projetos e Relatórios de Pesquisa em Administração.** 14. ed. São Paulo: Atlas, 2013.

XAVIER, E. M. **Desenvolvimento de produtos para as camadas menos favorecidas da população.** 2022. Tese (Doutorado em Engenharia de Produção e Sistemas) - Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo - RS, 2022.

ZVIRTES, L. **Planejamento para implementação digital: etapas e proposições para melhorar a tomada de decisões táticas e estratégicas.** 2022. Tese (Doutorado em Engenharia de Produção e Sistemas) - Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo - RS, 2022.

A GESTÃO ESTRATÉGICA DE COMPRAS: FERRAMENTAS E INDICADORES APLICADOS A UMA EMPRESA DE IRRIGAÇÃO NO VALE DO SÃO FRANCISCO

João Wesley Dias Emidio

Superior de Tecnologia em Comércio Exterior

Faculdade de Petrolina – FACAPE

joao.emidio.26958@aluno.facape.br

Professora-orientadora: Antônia Aparecida Barros Alencar Correia

Doutora em Educação

Faculdade de Petrolina – FACAPE

antonia.alencar@prof.facape.br

RESUMO: Este estudo tem como foco a gestão estratégica de compras em uma empresa de irrigação localizada no Vale do São Francisco, a partir da identificação de ineficiências nos processos de aquisição. O objetivo principal foi analisar os fatores que comprometem a tomada de decisão e propor ferramentas e indicadores capazes de tornar a gestão mais eficaz. A fundamentação teórica, conforme Revoredo (2020), destaca que uma gestão de compras bem estruturada é essencial para o desempenho organizacional. A metodologia adotada envolveu pesquisa exploratória, com levantamento dos principais indicadores aplicáveis ao setor, além da implementação de métodos de análise e coleta de dados. Os resultados, ainda em andamento, apontam que a adoção de indicadores robustos e alinhados às necessidades da empresa trouxe melhorias significativas em pontos críticos, como controle de estoque, tempo de reposição e relação custo-benefício. Conclui-se que o uso de ferramentas estratégicas e indicadores bem definidos contribui diretamente para o aumento da eficiência operacional e para decisões mais assertivas, consolidando a gestão de compras como elemento estratégico para a competitividade no setor de irrigação.

ABSTRACT: This study focuses on the strategic management of purchasing in an irrigation company located in the São Francisco Valley, based on the identification of inefficiencies in its procurement processes. The main objective was to analyze the factors that compromise decision-making and to propose tools and indicators capable of making management more effective. The theoretical foundation, according to Revoredo (2020), highlights that a well-structured purchasing management system is essential for organizational performance. The methodology adopted involved exploratory research,

including the identification of key indicators applicable to the sector, as well as the implementation of analysis methods and data collection procedures. The ongoing results indicate that the adoption of robust indicators aligned with the company's needs has brought significant improvements to critical areas such as inventory control, replenishment time, and cost-benefit balance. It is concluded that the use of strategic tools and well-defined indicators directly contributes to increased operational efficiency and more assertive decision-making, reinforcing purchasing management as a strategic element for competitiveness in the irrigation sector.

1 INTRODUÇÃO

“A gestão de compras deixou de ser uma atividade meramente operacional para se consolidar como uma função estratégica essencial à competitividade empresarial” (REVOREDO; REGATTIERI, 2020, p. 981).

Conforme destacam Revoredo e Regattieri (2020), o setor de compras passou por um processo de transformação e profissionalização, deixando de atuar apenas de forma reativa — comprando somente quando surgia a demanda — para assumir um papel estratégico dentro das organizações. Essa mudança reflete não apenas a evolução das práticas de gestão, mas também a necessidade crescente das empresas em se adaptarem a mercados dinâmicos, competitivos e exigentes.

No cenário atual, marcado por cadeias de suprimentos cada vez mais complexas, a aquisição de materiais e serviços não pode ocorrer de maneira improvisada. A ausência de planejamento resulta frequentemente na escassez de insumos essenciais, gerando atrasos, retrabalhos e prejuízos. Imagine, por exemplo, uma empresa que identifica a falta de um insumo solicitado por um cliente e, ao contatar o fornecedor, descobre que o prazo de entrega é de 60 a 90 dias — ou até mais, dependendo do produto. Essa situação evidencia falhas claras na gestão de compras, pois a ação ocorre apenas após a necessidade emergir, comprometendo diretamente o atendimento ao cliente e a eficiência operacional.

Diante desse contexto, torna-se fundamental compreender como a gestão estratégica de compras, apoiada por ferramentas adequadas e pelo uso de indicadores de

desempenho, pode otimizar o processo de aquisição, reduzir custos, minimizar riscos e melhorar a tomada de decisão.

2 JUSTIFICATIVA

Este artigo tem como objetivo geral analisar como o uso de indicadores de desempenho influencia uma tomada de decisão mais assertiva e contribui para a eficiência da gestão de compras. Além disso, busca demonstrar de que forma práticas estruturadas podem transformar o setor em um agente estratégico, capaz de gerar vantagem competitiva e melhorar os resultados organizacionais.

A justificativa deste estudo reside na importância de aprimorar os processos de aquisição, especialmente no setor de irrigação — segmento que serve como objeto de análise e que depende diretamente da disponibilidade, qualidade e controle de insumos para garantir produtividade e atender às demandas dos clientes. Dessa forma, compreender o papel das ferramentas e dos indicadores de desempenho nesse contexto contribui para o fortalecimento da gestão estratégica e para o desenvolvimento de práticas mais eficientes, sustentáveis e alinhadas às necessidades reais do mercado.

3 REFERENCIAL TEÓRICO

A gestão de compras, também denominada gestão de suprimentos ou *supply management*, consolidou-se como um dos pilares estratégicos mais relevantes nas organizações contemporâneas. Antes vista como uma atividade meramente operacional, limitada à negociação de preços e emissão de pedidos, essa área passou por um processo de evolução que a reposicionou como componente essencial para a competitividade organizacional. O desempenho empresarial passou a depender diretamente da capacidade de adquirir insumos com qualidade adequada, em prazos compatíveis e a custos competitivos, garantindo fluidez e estabilidade à cadeia produtiva.

Anselmo e Souza Júnior (2021) destacam que estratégias de compras bem estruturadas possibilitam não apenas reduções de custos, mas também a otimização da receita líquida, reforçando o papel estratégico desse setor. Para que essa atuação seja

eficaz, o uso de ferramentas tecnológicas tornou-se indispensável. Entre elas, os sistemas integrados de gestão, conhecidos como ERP (*Enterprise Resource Planning*), desempenham papel fundamental ao centralizar e integrar informações de diferentes áreas da empresa — como compras, estoque, financeiro, vendas e produção. Essa integração permite que os dados circulem de forma sincronizada, reduzindo erros operacionais e fortalecendo a capacidade de planejamento e tomada de decisão, especialmente por oferecer maior visibilidade sobre pedidos, níveis de estoque, prazos de entrega e desempenho de fornecedores.

Além dos sistemas informatizados, a gestão de compras moderna faz uso de metodologias gerenciais que auxiliam na identificação de prioridades e na eliminação de desperdícios. Entre elas, destaca-se o Gráfico de Pareto, ferramenta baseada no princípio 80/20, segundo o qual uma pequena parcela das causas costuma responder pela maior parte dos efeitos. Aplicado ao setor de compras, esse método permite identificar fornecedores críticos, itens de maior impacto no custo total ou principais motivos de atrasos, facilitando o direcionamento de esforços.

Outra abordagem relevante é o *Just-in-Time* (JIT), criado no contexto da manufatura japonesa. O JIT busca assegurar que os materiais cheguem exatamente quando são necessários, evitando estoques excessivos e reduzindo desperdícios. Ohno (1988) e Shingo (1996), autores da filosofia enxuta, ressaltam que a eficiência dos fluxos de suprimentos depende da precisão das entregas e da eliminação de atividades que não agregam valor — princípios diretamente aplicáveis ao setor de compras.

Monczka et al. (2016) reforçam que, para que essas práticas resultem em melhorias reais, é fundamental o uso de indicadores de desempenho. Entre os principais indicadores aplicados ao setor estão:

- **Lead time:** tempo total entre o pedido e a entrega do material, permitindo mensurar eficiência e prever gargalos;
- **Giro de estoque:** revela a velocidade com que os produtos entram e saem do estoque;
- **Índice de urgência de compras:** identifica a frequência de compras emergenciais, apontando falhas no planejamento;

- **Performance de fornecedores:** avalia critérios como qualidade, prazo e preço;
- **Savings:** indicador que mede as economias obtidas em negociações e revisões de contratos.

Handfield e Nichols (2002) destacam que empresas orientadas por dados são mais assertivas na tomada de decisão, reduzindo riscos e ampliando previsibilidade, especialmente em ambientes competitivos e sensíveis a custos.

Paralelamente às ferramentas e indicadores, a escolha adequada de fornecedores exerce papel crítico. Grigório et al. (2022) observam que fatores como preço, qualidade, prazo de entrega e confiabilidade influenciam diretamente o desempenho da cadeia de suprimentos e a percepção de valor pelo cliente final. Nesse sentido, Baily et al. (2015) argumentam que relações colaborativas, baseadas em confiança e transparência, contribuem para a obtenção de vantagens competitivas sustentáveis.

O profissional de compras, nesse contexto, precisou ampliar seu escopo de competências. Além das habilidades de negociação, passou a ser exigido domínio de ferramentas digitais, capacidade analítica, interpretação de indicadores e comunicação eficaz com setores internos e externos. Slack, Chambers e Johnston (2015) reforçam que a integração entre compras, logística e produção é imprescindível para o alinhamento entre demanda, estoque e ritmo produtivo, evitando tanto faltas quanto excessos de materiais.

Assim, a evolução da gestão de compras demonstra que ela se tornou um sistema dinâmico, estruturado e orientado por dados. A correta aplicação de ferramentas, metodologias e indicadores contribui para reduzir riscos, aumentar a acurácia do planejamento e fortalecer a competitividade organizacional. Como afirmam Trent e Monczka (1998), “a excelência na função de suprimentos é um fator-chave para o sucesso organizacional em ambientes de alta competitividade”.

Diante desse panorama, o presente estudo busca analisar como essas ferramentas e indicadores se aplicam à realidade de uma empresa de irrigação situada no Vale do São Francisco, marcada pela necessidade de abastecimento contínuo de componentes hidráulicos e peças de alto valor agregado. Investigar o funcionamento do setor de

compras nesse contexto permite identificar oportunidades de aprimoramento e subsidiar a construção de um modelo mais eficiente de gestão estratégica de suprimentos.

4 METODOLOGIA

A elaboração deste artigo baseou-se em uma abordagem qualitativa e exploratória. Inicialmente, realizou-se uma pesquisa bibliográfica em materiais disponíveis na internet, considerando que o ambiente digital oferece ampla variedade de fontes atualizadas e acessíveis, contribuindo para a democratização da informação. Essa etapa permitiu compreender conceitos, práticas e ferramentas fundamentais para a gestão de compras, alinhando a revisão teórica ao objetivo do estudo.

Além da pesquisa bibliográfica, foram conduzidas conversas informais com profissionais da área de compras atuantes em diferentes regiões do país. Esses depoimentos serviram como forma de validação prática dos conteúdos encontrados na literatura, reforçando os aspectos descritos no referencial teórico.

O estudo de caso foi realizado em uma empresa do setor de irrigação localizada no Vale do São Francisco, onde foram analisados os métodos e práticas adotados no processo de compras. A coleta de dados ocorreu por meio da análise de documentos internos, como planilhas, registros no sistema de CRM e informações do ERP utilizado pela organização. Por solicitação da empresa, algumas informações estratégicas e sigilosas relacionadas às negociações não puderam ser detalhadas na apresentação dos resultados. Além disso, parte dos dados ainda está em fase de consolidação, o que limita a exposição de resultados definitivos, mas não compromete a análise processual apresentada neste trabalho.

5 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Embora os resultados ainda estejam em fase de consolidação, já é possível observar mudanças significativas na forma como o setor de compras passou a ser compreendido, estruturado e valorizado dentro da empresa analisada. Mesmo em uma

etapa inicial, os impactos percebidos indicam que as práticas adotadas caminham na direção dos modelos recomendados pela literatura de suprimentos e gestão estratégica.

Um dos primeiros avanços constatados foi a mudança na percepção interna sobre o papel do setor de compras. Antes visto como um departamento meramente operacional, passou a ser reconhecido como componente essencial para o desempenho financeiro e competitivo da empresa. Esse reconhecimento é particularmente relevante porque, conforme destacam Monczka et al. (2016), a função compras exerce influência direta na lucratividade organizacional, já que a economia obtida na aquisição de materiais tende a impactar a margem de contribuição de maneira mais imediata do que o aumento das vendas. Os gestores relataram compreender com maior clareza que o custo de aquisição não afeta apenas o caixa, mas também a estratégia de mercado, o posicionamento da empresa e sua capacidade de competir com preços mais atrativos.

Outro ponto de destaque foi a redução expressiva das compras emergenciais. Antes das melhorias implementadas, havia um volume elevado de solicitações urgentes, o que resultava em custos adicionais e insegurança operacional. A literatura corrobora essa relação: para Slack, Chambers e Johnston (2015), as compras emergenciais são indicadores de falhas sistêmicas no planejamento, na previsão de demanda e na gestão de estoques, podendo gerar interrupções produtivas e dependência de fornecedores específicos. Após a adoção de práticas como organização da base de fornecedores, planejamento antecipado e uso mais disciplinado dos sistemas internos, observou-se uma queda importante na necessidade de aquisições de última hora. Essa redução representa um avanço significativo, pois contribui para maior estabilidade no fluxo de materiais, previsibilidade financeira e diminuição de gastos decorrentes de urgências.

Também foram identificadas melhorias no relacionamento com fornecedores. A empresa passou a reconhecer a importância de selecionar parceiros alinhados a critérios de qualidade, prazo e confiabilidade, conforme sugerem Grigório et al. (2022). Mesmo que o processo ainda esteja em desenvolvimento, a padronização das cotações e a criação de um cadastro estruturado já contribuíram para comparações mais justas e decisões mais transparentes. A prática de registrar orçamentos, condições comerciais e histórico

de desempenho fortaleceu a capacidade da empresa de negociar e de construir vínculos de médio prazo com seus principais fornecedores.

Outro avanço relevante foi a maior conscientização quanto ao uso de indicadores de desempenho. Embora ainda não exista um painel formalizado, gestores e colaboradores relataram compreender melhor a relevância de métricas como lead time, nível de urgência das compras, giro de estoque e frequência de rupturas. Esse movimento corresponde ao que defendem Santos et al. (2023), ao afirmarem que a medição contínua do desempenho eleva o nível de maturidade da gestão e cria uma cultura voltada à melhoria contínua. Já foi possível observar maior atenção ao tempo entre solicitação e entrega dos itens, além de esforços iniciais para reduzir esse intervalo mediante planejamento e comunicação intersetorial mais eficiente.

Ademais, verificou-se impacto positivo na integração entre compras e os demais departamentos, especialmente estoque, logística e setor comercial. A troca de informações tornou-se mais clara e frequente, reduzindo ruídos e contribuindo para uma visão mais sistêmica das operações. Esse alinhamento é coerente com o que Slack, Chambers e Johnston (2015) destacam ao afirmar que a sincronização entre áreas é fundamental para prevenir falhas, padronizar rotinas e garantir que o fluxo de materiais atenda plenamente às demandas produtivas e comerciais.

Por fim, os resultados preliminares evidenciam que, mesmo com pouco tempo de aplicação, as melhorias no setor de compras já começaram a se refletir tanto na eficiência operacional quanto na percepção dos colaboradores sobre a importância estratégica da área. Embora a consolidação dessas práticas dependa de continuidade, acompanhamento e aprofundamento, o que foi observado até o momento valida as recomendações presentes na literatura e aponta para um caminho de amadurecimento da gestão de suprimentos na empresa.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A gestão de compras consolidou-se, ao longo dos últimos anos, como um dos elementos centrais para a eficiência e a competitividade organizacional. Os resultados

observados neste estudo, ainda que preliminares devido ao curto período de aplicação das práticas propostas, demonstram que a adoção de ferramentas adequadas, o uso sistemático de indicadores de desempenho e a organização dos processos geram impactos concretos na operação e no desempenho financeiro da empresa analisada. A redução das compras emergenciais, a melhoria no planejamento da demanda e o fortalecimento das relações com fornecedores evidenciam que o setor de compras deixa de atuar de forma reativa para assumir uma postura estratégica e orientada por dados.

A literatura consultada reforça essa transformação ao apontar que decisões de compra bem estruturadas contribuem diretamente para a redução de custos, para o aumento da margem de lucro e para a construção de vantagem competitiva sustentável. Os autores analisados destacam que compras eficientes não se resumem à negociação de preços, mas envolvem planejamento, análise, integração com outras áreas e monitoramento contínuo do desempenho — aspectos confirmados pela experiência prática relatada no ambiente empresarial estudado.

Embora parte dos dados ainda esteja em consolidação e algumas informações estratégicas não possam ser divulgadas, o estudo evidencia que o fortalecimento da gestão de compras tende a gerar benefícios progressivos e cumulativos ao longo do tempo. Nesse sentido, a continuidade do processo de organização do setor, a evolução do uso dos sistemas de gestão e o aprofundamento no monitoramento dos indicadores constituem caminhos essenciais para elevar o nível de maturidade da empresa e aprimorar sua atuação no mercado.

Conclui-se, portanto, que a gestão estratégica de compras não apenas melhora o desempenho operacional, mas também contribui para a construção de um modelo de gestão mais eficiente, sustentável e alinhado às exigências de mercados cada vez mais competitivos. Os avanços já observados servem como indicativo de que investimentos contínuos em processos, pessoas e tecnologias consolidarão o setor como um dos principais responsáveis pelos resultados organizacionais.

REFERÊNCIAS

- ANSELMO, A.; SOUZA JÚNIOR, M. A. A. Gestão de compras: estratégias usadas como forma de reduzir custos. *Interface Tecnológica*, Taquaritinga, v. 18, n. 1, p. 697-709, 2021. DOI: 10.31510/inf.v18i1.1093.
- BAILY, P. et al. *Compras: princípios e administração*. 11. ed. São Paulo: Cengage Learning, 2019.
- BALLOU, R. H. *Logística empresarial: transporte, administração de materiais e distribuição física*. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2006.
- CHOPRA, S.; MEINDL, P. *Gerenciamento da cadeia de suprimentos: estratégia, planejamento e operação*. 6. ed. São Paulo: Pearson, 2016.
- CHRISTOPHER, M. *Logística e gerenciamento da cadeia de suprimentos: estratégias para redução de custos e melhoria dos serviços*. 5. ed. São Paulo: Cengage Learning, 2016.
- DIAS, M. A. P. *Administração de materiais: princípios, conceitos e gestão*. 9. ed. São Paulo: Atlas, 2010.
- GRIGÓRIO, A. C. et al. Gestão de compras: variáveis que impactam na decisão de compras em organizações. In: *ENCONTRO INTERNACIONAL DE GESTÃO, EDUCAÇÃO E INOVAÇÃO – EIGEDIN*, 6., 2022, Edição online. *Novas dinâmicas da sociedade: desafios e soluções*. [S.l.: s.n.], 2022. p. 1-3.
- KOTLER, P.; KELLER, K. L. *Administração de marketing*. 14. ed. São Paulo: Pearson, 2012.
- LAMBERT, D. M.; STOCK, J. R.; ELLRAM, L. M. *Logística empresarial: o processo de integração da cadeia de suprimentos*. São Paulo: Atlas, 2008.
- MONCZKA, R. M. et al. *Purchasing and supply chain management*. 6. ed. Boston: Cengage Learning, 2016.
- POZO, H. *Administração de recursos materiais e patrimoniais: uma abordagem logística*. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2016.

PORTER, M. E. Vantagem competitiva: criando e sustentando um desempenho superior. Rio de Janeiro: Campus, 1998.

REVOREDO, D. D.; REGATTIERI, C. R. Gestão de compras: uma atividade de suma importância nas empresas. Interface Tecnológica, Taquaritinga, v. 17, n. 2, p. 980-992, 2020. DOI: 10.31510/infa.v17i2.952.

SANTOS, A. B. P. et al. Gestão de compras: principais técnicas para a maximização de resultados na área de compras. Contribuciones a Las Ciencias Sociales, São José dos Pinhais, v. 16, n. 7, p. 6730-6740, 2023. DOI: 10.55905/revconv.16n.7-149.

SLACK, N.; CHAMBERS, S.; JOHNSTON, R. Administração da produção. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2015.

ARNOLD, J. R. T.; CHAPMAN, S. N. Introdução à administração de materiais. 7. ed. São Paulo: Cengage Learning, 2012.

O ACESSO AO DIREITO DE REGISTRO AUTORAL NA PRODUÇÃO DE ARTESANATO EM PETROLINA-PE

Ingrid Luiza Máximo Monteiro
Bacharelanda em Direito
Faculdade de Petrolina (FACAPE)

Ítalo Alves Sampaio Cardoso
Bacharelando em Direito
Faculdade de Petrolina (FACAPE)

Lara Maria Araújo Lima da Silva
Bacharelanda em Direito
Faculdade de Petrolina (FACAPE)

Dr. Genivaldo do Nascimento
Professor Orientador
Faculdade de Petrolina (FACAPE)

RESUMO: Esse projeto de pesquisa trata sobre o acesso ao direito de registro autoral na produção de artesanato, especificamente em Petrolina - PE, lugar que reconhece o artesanato como importante manifestação cultural e fonte de renda, o acesso a registros formais influi diretamente na sustentabilidade da produção artesanal. Os objetivos deste estudo são: investigar o nível de conhecimento dos artesãos de Petrolina - PE sobre seus direitos autorais e os mecanismos legais de registro de suas obras e identificar os principais obstáculos enfrentados pelos artesãos no processo de registro. Apesar de sua relevância cultural e econômica, o artesanato ainda enfrenta desafios quanto à proteção jurídica das criações. Muitas vezes, os produtos artesanais são copiados ou comercializados sem o devido reconhecimento ao autor, o que evidencia a necessidade de ampliar o acesso aos mecanismos de registro e proteção autoral (INPI, 2024). A pesquisa adota uma abordagem qualitativa e descritiva, buscando compreender a percepção dos artesãos sobre o registro autoral. Este trabalho é uma pesquisa em andamento. Esse estudo aponta para a identificação e compreensão da necessidade de políticas públicas e ações educativas voltadas à conscientização e capacitação dos artesãos. Também se espera demonstrar como o registro autoral pode valorizar o artesanato local, promovendo reconhecimento cultural e sustentabilidade econômica.

Palavras-chave: Direito Autoral. Artesanato. Proteção Jurídica. Cultura Popular. Petrolina- PE.

ABSTRACT: This research project addresses access to copyright registration in the production of handicrafts, specifically in Petrolina, Pernambuco — a place that recognizes handicraft work as an important cultural expression and source of income, where access to formal registration directly influences the sustainability of artisanal production. The objectives of this study are: to investigate the level of knowledge held by artisans in Petrolina regarding their copyright rights and the legal mechanisms available for registering their creations, and to identify the main obstacles faced by artisans in the registration process. Despite its cultural and economic significance, handicraft production still faces challenges concerning the legal protection of creative works. Handmade products are often copied or commercialized without proper recognition of the author, which highlights the need to expand access to copyright protection and registration mechanisms (INPI, 2024). The research adopts a qualitative and descriptive approach, aiming to understand the artisans' perceptions of copyright registration. This work is an ongoing study. The analysis points to the identification and understanding of the need for public policies and educational actions focused on raising awareness and providing training for artisans. It is also expected to demonstrate how copyright registration can enhance the value of local handicraft production, promoting cultural recognition and economic sustainability.

Keywords: Copyright. Handicrafts. Legal Protection. Popular Culture. Petrolina - PE.

1 INTRODUÇÃO

O artesanato tem um papel essencial para diferentes aspectos da população petrolinense, pois abrange muito mais que apenas a representação artística dos artesãos, mas também representa um povo como um todo, agregando valores sociais, culturais e econômicos. Com grande criatividade, o sertanejo utiliza os recursos naturais da sua região para transformar materiais como madeira, couro e tecido em autênticas obras de arte, dando uma nova vida e significado. Com essa habilidade, ele ressignifica elementos, criando obras que combinam beleza estética e sustento, contribuindo de maneira importante para a valorização cultural e a sobrevivência dos povos ribeirinhos.

Dessa forma, diante do exposto, surge a seguinte dúvida: qual é a real necessidade de registrar o artesanato, se ele já possui identidade, autenticidade e raízes tão fortes em uma determinada região?

Todavia, a razão pela qual essa dúvida é levantada se explica por algo tão essencial quanto o próprio artesanato: a proteção e o estímulo à sua valorização. Isso porque o registro constitui uma garantia de que conceitos como a diversidade e a riqueza cultural de uma localidade — e de sua população, especialmente em espaços rurais e entre comunidades ribeirinhas tradicionais — sejam preservados diante de possíveis ameaças, tais como a apropriação cultural, o plágio, as perdas financeiras, a dificuldade de licenciar a obra e a necessidade de comprovar a autoria por outros meios em eventuais disputas judiciais ou extrajudiciais.

Sob esse viés, o registro autoral vem justamente para evitar a apropriação dessa obra, já que, quando não registrada, ela torna-se vulnerável, uma vez que passa a ser tratada como uma criação sem titular definido, em que, conseqüentemente, se alguém venha a registrar essa obra primeiro, mesmo que sem conhecimento do autor, a perda dos direitos de reproduzi-la e comercializá-la podem ser um dos problemas a vir a surgir pela falta de registro. Dessa forma, o indivíduo que produziu a peça, perde não só o direito a identidade visual do que criou, mas também, todo um contexto simbólico de representação cultural.

Portanto, a importância do registro autoral na produção de artesanato é fundamental para assim garantir uma preservação e proteção da identidade social artística do artesanato regional.

2 TÉCNICAS TRADICIONAIS E IDENTIDADE REGIONAL

O artesanato de Petrolina é muito mais do que objetos feitos à mão: é a expressão viva da alma sertaneja e da relação profunda com o Rio São Francisco. Cada peça carrega uma história, um gesto aprendido com os mais velhos e passado de geração em geração, como se fosse um elo invisível que une passado, presente e futuro.

Nas mãos dos artesãos, fibras como a palha e o caroá se transformam em cestos e bolsas que lembram a simplicidade do dia a dia no Sertão (portal artesanato de pernambuco, 2022). Os bordados e crochês trazem consigo a delicadeza e a memória das mulheres que, com linhas e agulhas, eternizam tradições familiares.

Por outro lado, a cerâmica, feita com a argila do próprio São Francisco, representa cenas da vida ribeirinha e a força da terra. Por outro lado, o couro e a madeira preservam o espírito do vaqueiro e a tenacidade da vida rural, sendo evidenciados em feiras e oficinas de artesãos, como os locais do Mestre Quincas em Petrolina.

Cada criação é única e fala por si mesma: é símbolo da caatinga, da fé, da luta e da esperança de um povo que aprendeu a transformar desafios em beleza (associação sertão das artes, 2022). Embora esteja profundamente enraizado na tradição, o artesanato de Petrolina continua se reinventando. Os novos desenhos e ideias dialogam com o mundo atual, mas sem perder o calor das origens.

É por isso que o artesanato da região vai além da estética. Ele preserva a memória coletiva, valoriza a cultura popular e ainda impulsiona a economia criativa, projetando a identidade do Vale do São Francisco para muito além de suas margens (COSTA SOUZA et al., 2020).

3 DIREITO AUTORAL E PROTEÇÃO JURÍDICA

O criador de uma obra tem direito ao direito autoral, que nele engloba uma série de direitos específicos. Dividindo-se em duas prerrogativas: patrimoniais e morais, em que os patrimoniais estão relacionados ao patrimônio que confere ao autor a possibilidade de exploração econômica da sua obra, incluindo os direitos de reprodução, distribuição, adaptação, tradução e comunicação ao público.

Eles também são temporários, móveis e podem ser cedidos, licenciados ou vendidos a terceiros mediante contrato. Já os de natureza moral estão relacionados ao vínculo pessoal entre a obra e o autor, sendo inalienáveis, irrenunciáveis e intransferíveis, pois se ligam à sua personalidade, neles estão inclusos o direito à autoria, à integridade da obra, de impedir modificações sem permissão e de retirar a obra de circulação.

Diferenciam-se das prerrogativas patrimoniais, que permitem a exploração econômica e podem ser cedidos a terceiros.

A base jurídica dessa proteção encontra-se na Lei de Direitos Autorais (Lei 9.610/98), ela protege a expressão da obra intelectual e garante a segurança de criações artísticas, literárias, científicas contra plágio e uso indevido, concedendo direitos morais e patrimoniais ao autor. Além disso, também há a Portaria nº 1.007-SEI, de 11 de junho de 2018, instituiu o Programa do Artesanato Brasileiro (PAB), que protege e define legalmente a produção de artesanato como uma modalidade profissional, criou a Comissão Nacional do Artesanato e definiu a base conceitual do artesanato brasileiro, abordando o desenvolvimento do setor artesanal e a valorização do artesão por meio de eixos como fortalecimento, acesso a mercado, sistema de informações (SICAB) e qualificação profissional.

4 DESAFIOS ENFRENTADOS PELOS ARTESÃOS: FALTA DE INFORMAÇÃO, BUROCRACIA E CUSTOS

Apesar da necessidade de realizar o registro, os artesãos ainda enfrentam diversos empecilhos que dificultam a efetivação da garantia desse direito tão importante. Entre esses desafios, podem-se pontuar três grandes fatores, que surgem de forma sequencial, como uma espécie de checklist de obstáculos. Assim, somente após vencer todos eles, o artesão consegue efetivar o registro, todavia, a dificuldade no percurso acaba sendo o motivo crucial para a desistência durante ou até mesmo antes de iniciar o processo de registro.

O primeiro desafio é a ampla falta de informação no caminho para o registro de uma obra. Isso ocorre porque ao produzir sua arte, o artesão muitas vezes desconhece a importância do registro ou não possui informações suficientes sobre como e onde realizar o cadastro autoral. Em grande parte, essa falta de informação é causada pela baixa divulgação e dificuldade de acesso às informações por parte dos órgãos governamentais responsáveis, tornando o processo burocrático e, frequentemente, intimidante para os artistas. Como resultado, muitos artesãos não protegem legalmente suas criações.

Além disso, a burocracia é outro problema persistente enfrentado pelos produtores de arte. Segundo o Manual do Usuário para Solicitação de Serviço, disponibilizado no portal gov.br site do Governo Federal pelo Escritório de Direitos Autorais (EDA), há sete etapas para a efetivação do registro autoral. Apesar de parecer um número pequeno de etapas, os requisitos compensam pela grande quantidade de trâmites, formulários, documentos de identificação, cópias da obra em suporte físico ou digital, procurações, entre outros. Sob esse viés, é possível também destacar a demora nesse percurso, que leva muitos artesãos à desistência. Para aqueles com poucos recursos, os custos com taxas de registro, transporte, digitalização ou mesmo com assessoria jurídica tornam-se impeditivos.

Por fim, a barreira financeira surge como um fator decisivo, contribuindo para a desistência no meio do caminho. As taxas, o transporte até o órgão responsável e até mesmo a necessidade de auxílio jurídico, exigem valores que pequenos artesãos, em geral, não possuem ou não consideram viável despendar, diante de outras prioridades financeiras. Isso acaba desestimulando ainda mais o interesse desses indivíduos nesse aspecto. Por exemplo, os valores exigidos para o registro de uma obra no Escritório de Direitos Autorais (EDA/FBN) que oscilam entre R\$ 40,00 e R\$ 80,00 para pessoas físicas, conforme o tipo de serviço, apesar de aparentarem valores modestos para uma parte da população, um pequeno artesão pode ver-se diante de um obstáculo, pois dependendo de sua condição, esses valores representam um gasto considerável.

Nesse sentido, muitos produtores locais vivem de maneira informal e com renda restrita, de forma que quantias que podem parecer baixas comprometem a compra de materiais, a continuidade de suas atividades e até mesmo sua própria sobrevivência. Dessa forma, embora o custo do registro não seja alto em termos absolutos, ele pode se transformar em um empecilho significativo para a proteção legal de suas obras, principalmente quando combinado com outros desafios, como a falta de informação e o acesso limitado aos órgãos competentes.

Logo, nota-se que a falta de informação técnica e de orientação fazem muitos artesãos com as devidas orientações. Por conta disso, a maioria deles não conseguem conhecer seus direitos, nem sabem como utilizar os mecanismos legais que existem para

registrar e proteger suas obras. Um fator que contribui para a persistência desse problema, também é a ineficiência dos órgãos responsáveis, com às lacunas de conhecimento sobre quais obras são protegíveis, prazos, direitos patrimoniais, morais, os limites e exceções de uso.

5 MECANISMOS DE REGISTRO: ESCRITÓRIO DE DIREITOS AUTORAIS, INPE E IPHAN

No segmento do artesanato, existem órgãos que são especificamente para o registro de obras no âmbito de direitos autorais e disponibilizam ferramentas para tal, como o Escritório De Direitos Autorais, INPI (Instituto Nacional da Propriedade Industrial) e IPHAN (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional). O Serviços e Informações do Brasil, disponibilizado no gov, site do Governo Federal, atribui funções para o Escritório de Direitos Autorais.

“Registro: o autor ou titular declara as informações legais sobre a obra no formulário de solicitação, que ficam registradas oficialmente. Preservação: uma cópia da obra registrada é guardada pelo EDA pelo prazo de proteção dos direitos patrimoniais, garantindo consulta futura, respeitando o direito moral do autor, no caso de obras inéditas. Certidão: o requerente recebe um documento oficial que confirma e resume as informações legais registradas. Averbação: a averbação é a atualização dos dados de um registro já realizado em razão de alguma alteração nas informações legais do registro, como, por exemplo, a mudança do título da obra ou a transferência de titularidade por contrato de cessão de direito.” (BRASIL. Biblioteca Nacional. Registrar ou averbar direitos autorais na Biblioteca Nacional. Brasília, DF: Governo Federal, 2024).

O INPI apesar de estar mais relacionado a proteção de marcas e suas patentes, também pode ser um recurso bastante útil para os artesãos, pois pode registrar com especificidade o produto e o produtor pode criar marca e registrá-la por meio dele, caso o produtor queira criar uma marca para a melhor identificação e comercialização. Por outro lado, o IPHAN não se configura como um registro autoral no sentido convencional da lei de direitos autorais; trata-se de um reconhecimento e proteção do artesanato como patrimônio cultural imaterial.

Em resumo, o artesanato pode ser protegido de várias maneiras: como obra intelectual pelo Escritório de Direitos Autorais, como marca e design pelo INPI, e como patrimônio cultural pelo IPHAN. Isso permite que os artesãos garantam seus direitos e valorizem suas criações tanto cultural quanto comercialmente.

6 A IMPORTÂNCIA DO REGISTRO PARA VALORIZAÇÃO E PRESERVAÇÃO CULTURAL

A importância do registro autoral e outras proteções legais para artesãos vai muito além de apenas formalidades. É uma ferramenta crucial para elevar o valor simbólico e proteger as tradições culturais. Esse registro oficializa os conhecimentos e práticas, tornando-os parte do patrimônio imaterial e incentivando políticas de preservação e visibilidade local. A UNESCO, (s. d.) destaca que inventar e registrar elementos culturais como patrimônio intangível ajuda a preservar e a passar esse conhecimento adiante, de geração para geração.

No Brasil, apesar da proteção automática dos direitos autorais pela Lei n. 9.610/1998 (BRASIL, 1998), registrar-se em instituições como a Fundação Biblioteca Nacional dá mais segurança jurídica. Esse registro serve como prova se caso houver disputa, atestando a autoria e data de criação (FUNDAÇÃO BIBLIOTECA NACIONAL, s. d.).

Essa prática é especialmente relevante em campos como o artesanato, onde a criação individual ou coletiva frequentemente transita por espaços informais, sem contar com métodos de documentação e preservação.

Além da proteção legal, o registro também tem um papel importante na valorização econômica dos produtos artesanais. O Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI) e as entidades de apoio enfatizam que instrumentos como o registro de desenho industrial, marcas e Indicação Geográfica (IG) podem fortalecer a competitividade dos artesãos, reforçando a identidade local dos produtos e criando defesas legais contra imitações e falsificações (INPI s. d.). Estudos em diversas regiões brasileiras revelam que a certificação por IG concede maior visibilidade ao produto,

tanto no mercado doméstico quanto internacional, somado à atração de clientes que procuram autenticidade cultural (SEBRAE, 2023).

Especificamente em Petrolina, lugar que reconhece o artesanato como importante manifestação cultural e fonte de renda, o acesso a registros formais influi diretamente na sustentabilidade da produção artesanal.

Oficinas e feiras, impulsionadas por órgãos locais, revelam que a formalização e participação em treinamentos potencializam a entrada dos artesãos em cadeias produtivas mais sólidas, assegurando maior visibilidade e ganhos (UTFPR, 2011; DIÁRIO DE PERNAMBUCO, 2022). Com medidas de preservação cultural, como aquelas do IPHAN (s.d.), o registro autoral se torna um instrumento que protege além da lei, solidificando-se como memória e identidade.

Assim, o registro de trabalhos e produções artesanais não só protege legalmente de usos impróprios, mas colabora muito com a valorização financeira e simbólica do artesanato de Petrolina. Ele liga a tradição ao comércio, à cultura e à lei, enfatizando que proteger a criação artesanal é manter vivo o patrimônio cultural.

7 ANÁLISE DE DADOS COLETADOS NA OFICINE DO SERTÃO

A coleta de dados realizada na Oficina do Artesão evidenciou aspectos fundamentais sobre a relação dos artesãos locais com o direito autoral. Foram entrevistadas seis pessoas, todas atuantes na produção de artesanato em Petróleo (PE). Entre elas, apenas uma afirmou não conhecer o direito autoral e declarou não ter qualquer interesse no tema, o que já aponta para a existência de um distanciamento inicial entre parte dos artesãos e os mecanismos formais de proteção jurídica de suas criações.

As outras cinco pessoas entrevistadas demonstraram ter, ao menos, conhecimento básico sobre a existência do direito autoral. No entanto, mesmo cientes dessa possibilidade de proteção, nenhuma delas efetivamente buscou registrar suas obras. Quando questionados sobre os motivos, os participantes destacaram três fatores

principais que explicam esse desinteresse: custos, dificuldade de acesso à informação e burocracia.

Um dos artesãos destacou explicitamente a burocracia como o principal entrave, mencionando que o processo é lento, complicado e pouco acessível para quem já enfrenta rotinas exaustivas de produção e comercialização. Os demais entrevistados, embora não tivessem passado por tentativas frustradas de registro, reforçaram a percepção de que o procedimento seria “complicado demais” ou “caro”, demonstrando que o imaginário sobre a dificuldade já é suficiente para afastar o interesse.

Ainda assim, dois artesãos relataram episódios concretos de cópia de suas obras, afirmando que já tiveram peças imitadas por terceiros sem autorização. Esses relatos reforçam a contradição existente: apesar de perceberem o prejuízo real ocasionado pela ausência de proteção autoral, os artesãos continuam sem buscar o registro, seja por não conhecerem os caminhos adequados, seja por considerarem o processo inacessível.

Os dados coletados, portanto, revelam que há uma clara importância social e econômica no registro autoral aplicado ao artesanato, especialmente em comunidades produtoras que lidam com a reprodução indevida de suas obras. Contudo, no contexto analisado, o registro ainda não é visto como prioridade pelos artesãos de Petróleo. Isso decorre de um conjunto de barreiras estruturais — custos, falta de informação acessível e burocracia — que acabam afastando os criadores dos mecanismos formais de proteção, deixando-os vulneráveis a violações e perdas econômicas.

Essas constatações reforçam a necessidade de políticas públicas, capacitações e iniciativas institucionais voltadas à democratização do acesso ao direito autoral, de modo que os artesãos locais possam compreender, valorizar e utilizar efetivamente esse instrumento como forma de proteção de sua identidade artística e de suas produções culturais.

Além disso, um dos artesãos relatou sentir-se lisonjeado ao ter suas peças copiadas, interpretando a reprodução como sinal de reconhecimento, já que, para ele, outros criadores apenas utilizaram seu trabalho como inspiração. Essa percepção, embora positiva do ponto de vista emocional, revela uma controvérsia importante: a cópia no artesanato pode ser vista tanto como homenagem quanto como violação

econômica, especialmente quando prejudica a originalidade e a renda do autor. Essa ambiguidade demonstra a relevância do registro autoral como instrumento de proteção, ainda que nem todos compreendam seus benefícios. Outro entrevistado afirmou ter registrado suas criações em cartório, acreditando ser essa a forma adequada de resguardar seus direitos; contudo, vale destacar que o registro em cartório não equivale ao registro autoral oficial e não serve como mecanismo de patente, limitando-se apenas a gerar uma prova de anterioridade, sem garantir exclusividade plena sobre a obra.

8 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A discussão sobre a proteção jurídica do artesanato frequentemente esbarra na confusão entre patente e direito autoral, especialmente porque muitos artesãos acreditam, de forma equivocada, que suas peças poderiam ser “patenteadas”. No entanto, no ordenamento jurídico brasileiro, patentes são destinadas à proteção de invenções ou modelos de utilidade, isto é, criações que apresentem novidade técnica, aplicação industrial e ato inventivo. O artesanato, por sua natureza predominantemente estética, simbólica e artística, não se enquadra nesses requisitos, sendo protegido pela legislação de direitos autorais, que resguarda obras artísticas, expressões estéticas, desenhos, esculturas e criações manuais que reflitam originalidade.

Dentro do campo do artesanato, existe uma linha tênue entre o que é considerado obra autoral protegida e o que é entendido como tradição cultural compartilhada. Peças baseadas em saberes tradicionais, conhecimentos coletivos ou expressões típicas de uma comunidade podem não ser apropriadas individualmente por um único artesão, pois se caracterizam como patrimônio imaterial coletivo. Já criações que apresentam identidade estética própria, estilo singular ou elementos inovadores inseridos pelo artesão podem, sim, ser protegidas pelo direito autoral, garantindo ao criador o reconhecimento e a possibilidade de agir contra cópias indevidas.

Assim, a fronteira jurídica do artesanato situa-se entre o individual e o coletivo, o tradicional e o criativo, o compartilhado e o original. Compreender essa distinção é essencial para que os artesãos possam identificar quando suas obras são passíveis de

proteção autoral e quando pertencem a um repertório cultural comum. E, sobretudo, é por meio da difusão de informação e orientação adequada que se pode superar a confusão com a ideia de patente e efetivamente ampliar o acesso dos artesãos aos mecanismos corretos de proteção.

REFERÊNCIAS

AGÊNCIA BRASIL. **O Sebrae lança artesanatos com selo de indicação geográfica. 20 set. 2017.** Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/pesquisa-e-inovacao/noticia/2017-09/sebrae-lanca-artesanatos-com-selo-de-indicacao-geografica>. Acesso em: 24 set. 2025.

AGÊNCIA SEBRAE. **Indicação Geográfica é diferencial para o artesanato brasileiro. 12 maio 2023.** Disponível em: <https://agenciasebrae.com.br/cultura-empREENDEDORA/indicacao-geografica-e-diferencial-para-o-artesanato-brasileiro/>. Acesso em: 24 set. 2025.

ALINECÂNDIDO. **O que é propriedade intelectual e por que você deveria se preocupar com isso.** Disponível em: <https://www.alinecandido.com/blog/o-que-%C3%A9-propriedade-intelectual-e-por-que-voc%C3%AA-deveria-se-preocupar-com-iss>. Acesso em: 21 set. 2025.

ASSOCIAÇÃO SERTÃO DAS ARTES. Informações institucionais. Petrolina, 2022.

BRASIL. Biblioteca Nacional. **Registrar ou averbar direitos autorais na Biblioteca Nacional.** Disponível em: <https://www.gov.br/pt-br/servicos/registrar-ou-averbar-direitos-autorais-na-biblioteca-nacional>. Acesso em: 21 set. 2025.

BRASIL. Instituto Nacional da Propriedade Industrial – INPI. **Legislação de marcas.** Disponível em: <https://www.gov.br/inpi/pt-br/servicos/marcas/legislacao>. Acesso em: 21 set. 2025.

BRASIL. **Lei n. 9.610, de 19 de fevereiro de 1998.** Regula os direitos autorais. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9610.htm. Acesso em: 24 set. 2025.

CNA – CONFEDERAÇÃO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA DO BRASIL. **Artesanato em couro é opção de emprego e renda para os sertanejos.** SENAR-PE, 2021. Disponível em: <https://www.cnabrasil.org.br>. Acesso em: 21 set. 2025.

COSTA SOUZA, Chelly; BRANDÃO, Naira; OLIVEIRA, Daniel Carlos P.; NEIVA, Bruno Freitas. Ribeirinhos de Juazeiro (BA) e Petrolina (PE): um olhar sobre a riqueza do artesanato local. **Revista de Desenvolvimento Econômico**, Salvador, v. 22, n. 45, p. 125-140, 2020.

EMPRESAS & NEGÓCIOS (GOVERNO FEDERAL). **Programa do Artesanato Brasileiro (PAB).** Disponível em: <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt->

br/artesanato/conheca-o-pab/programa-do-artesanato-brasileiro-pab-1. Acesso em: 24 set. 2025.

FREITAS, Marcello Rodrigues. **Título do trabalho (ou “Trabalho de conclusão” se for TCC)**. In: Título do periódico / evento / coletânea, v. 16, n. 1, p. 640-655, 1º sem. 2024.

Disponível em:

https://emerj.tjrj.jus.br/files/pages/paginas/trabalhos_conclusao/1semestre2024-v16n1/pdf/Tomo_II/MARCELLO_RODRIGUES_FREITAS_640-655.pdf. Acesso em: 21 set. 2025.

FUNDAÇÃO BIBLIOTECA NACIONAL. **Direitos Autorais — Serviços de registro e averbação**. Disponível em: <https://www.gov.br/bn/pt-br/atuacao/direitos-autorais-1>.

Acesso em: 24 set. 2025.

INDEXLAW. **Revista DIPIC** – artigo. Disponível em:

<https://www.indexlaw.org/index.php/revistadipic/article/view>. Acesso em: 21 set. 2025.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL (IPHAN).

Promoção do Artesanato de Tradição Cultural (Promoart). Disponível em:

<https://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/223>. Acesso em: 24 set. 2025.

INSTITUTO NACIONAL DA PROPRIEDADE INDUSTRIAL (INPI). **Manual de Indicações Geográficas**. 16 jan. 2025. Disponível em:

https://manualdeig.inpi.gov.br/attachments/download/3499/Manual_de_IG_2025_01_16.pdf. Acesso em: 24 set. 2025.

MINISTÉRIO DA CULTURA. **Políticas públicas e sistemas produtivos da economia criativa**. Nova Economia, SciELO. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/neco/a/zcCDKq8dx8yWdPCpCxSY4XB/?lang=en>. Acesso em: 24 set. 2025.

PÁGINA DE POLÍCIA. **Fenearte 2023: artesãos de Petrolina comercializam mais de R\$ 132 mil e celebram boas vendas**. 2023. Disponível em:

<https://www.paginadepolicia.com.br/noticia/51406/fenearte-2023-artesaos-de-petrolina-comercializam-mais-de-r-132-mil-e-celebram-boas-vendasn>. Acesso em: 24 set. 2025.

PETROLINA NEWS. **Oficina do Artesão Mestre Quincas: espaço de produção e exposição**. Petrolina, 2022. Disponível em: <https://www.petrolinanews.com.br>.

Acesso em: 21 set. 2025.

PORTAL ARTESANATO DE PERNAMBUCO. **Informações gerais sobre**

manifestações artesanais em Pernambuco: barro, madeira, fibras, palha e couro.

Programa do Artesanato de Pernambuco (PAPE). Recife, 2022. Disponível em: <https://artesanatodepernambuco.pe.gov.br>. Acesso em: 21 set. 2025.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PETROLINA. **Notícias e ações de cultura e artesanato (feiras, oficinas e programas municipais)**. Disponível em: <https://www.instagram.com/>. Acesso em: 24 set. 2025.

REDE ARTESANATO BRASIL. **Curso de Política Pública e Desenvolvimento do Artesanato**. Disponível em: <https://redeartesanatobrasil.com.br/nossa-rede/curso-politica-publica/>. Acesso em: 24 set. 2025.

SEBRAE. **Artesanatos — trilhas, formalização e capacitação para artesãos**. Disponível em: <https://sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/conteudos/artesanato>. Acesso em: 24 set. 2025.

SEBRAE. **Indicações geográficas brasileiras / Trilhas e conteúdos sobre artesanato**. Disponível em: <https://sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/sebraeaz/indicacoes-geograficas-brasileiras%2C8a47d106b5562510VgnVCM1000004c00210aRCRD>. Acesso em: 24 set. 2025.

SEBRAE PERNAMBUCO. Com apoio do SEBRAE, jovens sertanejos buscam o artesanato em couro como alternativa de renda. Recife, 2021. Disponível em: <https://www.pe.sebrae.com.br>. Acesso em: 21 set. 2025.

SILVA, [autor]; OLIVEIRA, [autor]. Artesanato e políticas públicas no Brasil: uma trajetória entre.... **Revista Conhecer**, UECE. Disponível em: <https://revistas.uece.br/index.php/revistaconhecer/article/download/3499/3361/14313>. Acesso em: 24 set. 2025.

SOUZA, [autor]. **Políticas públicas culturais no Brasil: dos patrimônios materiais aos imateriais**. **Revista de Administração Pública**, SciELO. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rap/a/SMKQcXrNPM3CLfGYXt63fKn/>. Acesso em: 24 set. 2025.

UNESCO. **O que é Patrimônio Cultural Imaterial?** Disponível em: <https://ich.unesco.org/en/what-is-intangible-heritage-00003>. Acesso em: 24 set. 2025.

UNIVERSIDADE TECNOLÓGICA FEDERAL DO PARANÁ (UTFPR). O caso dos artesãos de Petrolina. **Revista Gestão Industrial**. Disponível em: <https://periodicos.utfpr.edu.br/revistagi/article/viewFile/480/378>. Acesso em: 24 set. 2025.

VILAGE. **Registro de direito autoral: quem pode e como fazer**. Disponível em: <https://www.vilage.com.br/blog/registro-de-direito-autoral-quem-pode-e-como-fazer/>. Acesso em: 21 set. 2025.

O IMPACTO DA LIDERANÇA E DA MOTIVAÇÃO NAS ORGANIZAÇÕES

Aurea Patricia Oliveira

Docente em Administração

Faculdade de Igarassu – FACIG

Matheus Trajano de Moura

Discente em Administração e Desenvolvimento

Universidade Federal Rural de Pernambuco – UFRPE

RESUMO: O presente artigo analisa a influência dos estilos de liderança e das teorias motivacionais na dinâmica das organizações contemporâneas. A investigação parte da questão: como a articulação entre diferentes formas de liderança e abordagens de motivação pode transformar não apenas a produtividade, mas também o clima organizacional, as relações de trabalho e o desenvolvimento de competências? Com base em uma metodologia de natureza bibliográfica, dedutiva, qualitativa e descritiva, o estudo examina autores clássicos e contemporâneos, como Weber, Maxwell, Lewin, Tannenbaum, Maslow, Herzberg e Vroom. O referencial teórico é estruturado em dois eixos — liderança e motivação —, permitindo evidenciar resultados práticos e promover reflexões relevantes para o campo da Administração. Os resultados apontam que estilos de liderança democráticos, aliados a práticas motivacionais voltadas às necessidades das equipes, favorecem a inovação, o engajamento e a geração de resultados sustentáveis. Dessa forma, o artigo oferece contribuições significativas para gestores e pesquisadores interessados em estratégias eficazes de gestão de pessoas e na construção de ambientes corporativos mais saudáveis, éticos e inovadores.

Palavras-chave: Liderança. Motivação. Clima organizacional. Desenvolvimento de competências.

ABSTRACT: Tannenbaum, Maslow, Herzberg, and Vroom. The theoretical framework is structured into two axes — leadership and motivation — enabling the presentation of practical results and fostering reflections relevant to the field of Administration. The results indicate that democratic leadership styles, combined with motivational practices tailored to the needs of teams, enhance innovation, engagement, and the achievement of sustainable results. Thus, the article offers significant contributions to managers and

researchers interested in effective people management strategies and in building healthier, more ethical, and more innovative corporate environments.

Keywords: Leadership. Motivation. Organizational climate. Skills development.

1 INTRODUÇÃO

O universo das organizações atravessa transformações rápidas e profundas. Globalização, avanços tecnológicos, valorização da diversidade, sustentabilidade e mudança de perfil dos profissionais são alguns fatores que tensionam gestores a buscar novas formas de engajamento. Como conduzir, motivar e reter talentos em cenários complexos e imprevisíveis? Nessa conjuntura, liderança e motivação emergem como pilares indissociáveis para assegurar não apenas produtividade, mas também o bem-estar, aprendizagem e desenvolvimento organizacional (Maxwell, 2007; Chiavenato, 2014).

Segundo Chiavenato (2014, p. 231), “liderança é o fenômeno social que envolve a influência interpessoal exercida em uma situação, dirigida através do processo de comunicação humana ao alcance de um ou mais objetivos específicos”. Deste modo, o líder é mais do que autoridade formal, tornando-se agente de mudanças, conciliador de interesses e catalisador de inovação. Por sua vez, motivação — tradicionalmente definida como o “conjunto de razões que explicam o comportamento das pessoas” (Maslow, 1999) — exige compreensão profunda do ser humano e dos contextos de trabalho. Motivação se constrói pela via do reconhecimento, propósito, pertencimento e oportunidades de crescimento — não apenas por incentivos materiais. Diante dessas premissas, o presente artigo busca responder a seguinte pergunta de pesquisa: Como estilos de liderança e estratégias motivacionais promovem ambientes produtivos, inovadores e saudáveis no contexto das organizações contemporâneas?

O objetivo geral é analisar o impacto de estilos de liderança e abordagens motivacionais sobre o clima organizacional e os resultados de equipes. Os objetivos específicos são:

- Discutir os principais estilos de liderança, formas de poder e contribuições de autores referência (Weber, Maxwell, Lewin, Tannenbaum).
- Apresentar as teorias centrais da motivação (Maslow, Herzberg, Vroom), definindo motivações intrínseca e extrínseca.
- Refletir sobre práticas contemporâneas, desafios e oportunidades para a Administração, articulando teoria e exemplos do cotidiano corporativo.
- Propor caminhos éticos e inovadores para líderes na promoção de bem-estar, engajamento e alta performance em equipes.

A relevância do estudo é justificar que em um mundo marcado por rápidas mudanças, saber liderar e motivar é competência indispensável para criar organizações resilientes e preparadas para o futuro. Assim, este trabalho fundamenta-se nas contribuições de grandes teóricos e na análise crítica de experiências já consolidadas no mundo do trabalho, tornando-se fonte de consulta para gestores, pesquisadores e estudantes de Administração.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 LIDERANÇA

O conceito de liderança abrange múltiplas dimensões e evolui conforme a sociedade e o ambiente organizacional. Max Weber (2003) identificou três formas de autoridade legítima: tradicional (baseada na herança cultural), carismática (personalidade do líder) e racional-legal (regras e normas institucionais). Essa distinção ajuda a entender por que alguns líderes têm influência mesmo sem cargo formal, enquanto outros dependem da estrutura organizacional.

Kurt Lewin, Ronald Lippitt e Ralph K. White (1939) fizeram um experimento consagrado que dividiu liderança em três grandes estilos:

- Autocrática: decisões são centralizadas no líder, pouca participação dos liderados, clima de obediência; útil em crises, mas causa desmotivação e resistência quando aplicada de modo recorrente.

- Democrática: decisões tomadas de forma coletiva, participação ativa dos colaboradores, estimula engajamento e criatividade. McGregor (1970) reforça essa abordagem ao propor que gestores da “Teoria Y” confiam e valorizam o potencial humano.
- Liberal (laissez-faire): o líder delega amplamente, há autonomia e liberdade, exigindo equipes maduras e responsáveis (Tannenbaum & Schmidt, 1958).

Além dos estilos, os líderes utilizam diferentes formas de poder (French & Raven apud Chiavenato, 2014):

- Poder legítimo: decorre do cargo e das regras;
- Poder de recompensa: oferecer benefícios, promoções, elogios;
- Poder coercitivo: utilização de punições e sanções (não recomendado por gerar medo e desengajamento);
- Poder de referência: influência por admiração e respeito;
- Poder de especialização: conhecimento técnico;
- Poder da informação: acesso privilegiado a dados estratégicos.

John C. Maxwell (2007) sintetiza em suas obras que “liderança é influência” e que líderes verdadeiros se diferenciam pela capacidade de inspirar equipes, construir confiança e desenvolver talentos.

Exemplo prático: Em empresas de tecnologia, líderes democráticos tendem a criar ambientes de inovação, enquanto indústrias de produção podem exigir liderança mais autocrática nos momentos de urgência — o segredo está na adaptabilidade do gestor.

2.2 MOTIVAÇÃO

Motivação é um campo fundamental dos estudos organizacionais, pois impacta diretamente produtividade, compromisso e o clima das equipes. Abraham Maslow (1999) propôs a famosa Hierarquia das Necessidades, em que cada pessoa busca satisfazer desde elementos básicos (fisiológicos) até os mais elevados (autorrealização), sendo o trabalho um dos espaços onde homens e mulheres buscam dignidade e reconhecimento.

Frederick Herzberg (1966) complementa com a Teoria dos Dois Fatores. Para ele, fatores higiênicos (salário, ambiente físico, políticas) evitam insatisfação, mas não motivam; já motivadores (conquistas, reconhecimento, crescimento pessoal) são essenciais para o engajamento e felicidade no trabalho. Isso leva gestores a investirem mais que apenas remuneração, mas também capacitação, oportunidades e autonomia.

Victor Vroom (1964) apresenta a Teoria da Expectância, destacando que a motivação surge quando o colaborador acredita que esforço leva a desempenho, desempenho leva à recompensa, e essa recompensa tem valor para ele.

No campo prático, é fundamental diferenciar:

- **Motivação intrínseca:** advém de fatores internos (satisfação, prazer no que faz, propósito).
- **Motivação extrínseca:** ligada a fatores externos (salários, bônus, benefícios, status).

Exemplo prático: Em ambientes educacionais, professores motivados intrinsecamente tendem a inovar e desenvolver projetos, enquanto profissionais que buscam apenas motivação extrínseca apresentam maior rotatividade.

Quadro 1 - Quadro-resumo:

Teoria	Autor	Foco principal
Hierarquia	Maslow	Satisfação de múltiplas necessidades
Dois Fatores	Herzberg	Fatores higiênicos e motivacionais
Expectativa	Vroom	Percepção de esforço, desempenho e valor

Fonte: Elaboração própria.

3 METODOLOGIA

A abordagem metodológica deste trabalho parte do método dedutivo, em que se parte de princípios gerais consolidados pela literatura científica, extraindo inferências e adaptando conceitos a realidades específicas das organizações contemporâneas (Lakatos & Marconi, 2011). A abordagem é qualitativa, pois objetiva compreender fenômenos

humanos e sociais a partir da análise de discursos, comportamentos, contextos e interpretações, sem recorrer primariamente a dados numéricos, mas apostando na riqueza da linguagem descritiva.

O objetivo da pesquisa é descritivo, já que se busca detalhar e compreender as características, dinâmicas e impactos dos diferentes estilos de liderança e das principais abordagens motivacionais no contexto de ambientes de trabalho. A pesquisa propõe examinar o fenômeno como ele se apresenta, com ênfase na análise dos elementos subjetivos que envolvem a prática da gestão de pessoas.

A principal técnica de levantamento de dados utilizada é a pesquisa bibliográfica, justificada pelo amplo acervo de estudos clássicos e contemporâneos disponíveis em livros, artigos acadêmicos e publicações especializadas (Gil, 2019). Essa técnica permite a análise crítica comparada de diversas correntes teóricas, propiciando um olhar sistêmico sobre as transformações da liderança e motivação ao longo do tempo. Segundo Gil (2019), a pesquisa bibliográfica é fundamental porque possibilita acesso a um patrimônio teórico acumulado e fomenta o diálogo entre as experiências práticas e a reflexão acadêmica.

Para fortalecer a análise, são incluídos exemplos reais de organizações nacionais e internacionais, quadros resumo das principais teorias e discussões sobre boas e más práticas corporativas — o que aprofunda o caráter aplicado desse estudo. A documentação inclui revisões sistemáticas, análise de relatos de casos e síntese crítica em diálogo com os autores mais renomados do campo da Administração.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A análise dos dados e das referências consultadas evidencia que estilos de liderança e práticas motivacionais eficazes são decisivos para a construção de ambientes organizacionais saudáveis, inovadores e produtivos. A liderança democrática e adaptativa, segundo Maxwell (2007) e Lewin (1939), tem demonstrado maior potencial de engajamento e retenção de talentos, pois valoriza a participação, promove o desenvolvimento coletivo e favorece processos criativos.

Em comparação, ambientes pautados em liderança autocrática tendem a enfrentar maiores índices de rotatividade, conflitos e quedas de produtividade — sobretudo em cenários onde a autonomia e o perfil criativo são essenciais, como empresas de tecnologia e de economia criativa. Tannenbaum & Schmidt (1958) reforçam que a flexibilidade do líder para escolher o estilo mais apropriado para cada contexto é uma característica desejada e que potencializa resultados.

O uso combinado dos diferentes tipos de poder, analisado por French & Raven (apud Chiavenato, 2014), também está relacionado à percepção de justiça, respeito e clareza no ambiente de trabalho. Líderes que combinam autoridade legítima, competência técnica e influência pelo exemplo são reconhecidos e têm sua liderança reforçada pelos próprios colaboradores.

Do lado da motivação, observa-se que mecanismos tradicionais, focados apenas em recompensas extrínsecas, como salários e bônus, já não garantem engajamento ou felicidade organizacional. Empresas que investem em reconhecimento, plano de carreira, autonomia e qualidade de vida agregam resultados superiores em satisfação e inovatividade — confirmando Herzberg (1966) e Maslow (1999). A aplicação de políticas motivacionais alinhadas à expectativa do colaborador, como sugerido por Vroom (1964), fortalece o vínculo, sentido de pertencimento e disposição para o trabalho em equipe.

Exemplo Prático: Empresas que implantaram programas de liderança participativa e motivação colaborativa, como o Google, a Natura e startups reconhecidas no setor de inovação, apresentaram melhorias significativas na retenção de talentos, produtividade e clima — conforme dados sistematizados em pesquisas de clima organizacional (FLEURY, 2016).

Quadro 2 - Quadro comparativo de impactos

Prát. Liderança/Motivação	Impactos Positivos	Impactos Negativos
Liderança democrática	Engajamento, criatividade, retenção	Processo decisório mais demorado
Liderança autocrática	Agilidade em crises	Desmotivação, conflitos
Motivação intrínseca	Satisfação, inovação, autonomia	Dificuldade de mensurar resultados

Motivação extrínseca	Resultados rápidos, fácil mensurar	Curto prazo, pouca retenção
----------------------	------------------------------------	-----------------------------

Fonte: Elaboração Própria.

A integração de liderança sensível e motivação personalizada é chave para organizações que buscam excelência, sustentabilidade e adaptação diante de desafios globais.

A análise detalhada dos estilos de liderança e abordagens motivacionais revela que ambos são pilares indiscutíveis para transformar ambientes organizacionais e alavancar resultados em empresas modernas. A liderança, quando exercida de maneira ética, participativa e adaptativa, oferece oportunidades para que colaboradores se sintam parte integrante dos processos, aumentando o engajamento e o comprometimento com os objetivos institucionais (Maxwell, 2007; Lewin, 1939; Tannenbaum & Schmidt, 1958). Do mesmo modo, práticas motivacionais que integram estratégias intrínsecas e extrínsecas, reconhecem o valor do indivíduo e fomentam a autonomia, criatividade e bem-estar (Maslow, 1999; Herzberg, 1966; Vroom, 1964).

Esse cenário exige, dos gestores contemporâneos, habilidades múltiplas: diagnosticar o perfil das equipes, aplicar estilos de liderança conforme a demanda, exercer diferentes poderes de forma justa e promotora de confiança, além de implementar políticas motivacionais que vão além dos tradicionais incentivos financeiros. Os desafios de engajamento, inclusão, inovação e sustentabilidade fazem da liderança um processo coletivo, que se retroalimenta pelas relações interpessoais, pela cultura da organização e pelo contexto social mais amplo.

A presente pesquisa, baseada em revisão bibliográfica, forneceu uma visão ampliada sobre como a combinação desses fatores potencializa a gestão de pessoas e torna as empresas mais aptas a enfrentar as exigências mercadológicas e sociais do século XXI. Como recomendação, aponta-se a necessidade de formação continuada de líderes, investimento em programas de qualidade de vida no trabalho, promoção da diversidade, respeito ao potencial criativo de cada pessoa e o constante alinhamento das práticas à missão e valores organizacionais.

A gestão eficaz é aquela que une teoria e prática: que se baseia nos clássicos da administração, mas que também dialoga com os desafios reais das empresas e pessoas, criando organizações inovadoras, éticas, sustentáveis e humanas.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A discussão empreendida ao longo deste artigo evidencia a centralidade da liderança e da motivação como pilares para o sucesso organizacional na contemporaneidade. O papel do líder deixa de ser apenas de comando e controle, tornando-se agente de transformação, articulador de expectativas e construtor de ambientes inovadores, éticos e humanos (Maxwell, 2007; Chiavenato, 2014). Gestores capazes de identificar o contexto, aplicar diferentes estilos de liderança de forma adaptativa e utilizar os tipos de poder com justiça e respeito têm maior possibilidade de engajar, estimular e desenvolver suas equipes rumo aos objetivos estratégicos.

A motivação, por sua vez, também desloca seu eixo dos incentivos extrínsecos tradicionais para a compreensão e valorização das necessidades humanas de reconhecimento, autonomia, aprendizado e realização (Maslow, 1999; Herzberg, 1966; Vroom, 1964). Empresas que alinham valorização profissional, oportunidades de crescimento e políticas de bem-estar reforçam o vínculo e o projeto de vida dos colaboradores, tornando-se referência em retenção de talentos, produtividade e inovação.

Os resultados e análises deste artigo demonstram que uma gestão de pessoas eficaz depende fundamentalmente da articulação entre teoria e prática, e do reconhecimento da dimensão subjetiva dos processos organizacionais. Destaca-se a importância dos gestores em investir continuamente na própria formação, buscar diálogo com as equipes, promover diversidade e inclusão, bem como desenvolver competências voltadas à liderança ética e motivadora. A construção de um ambiente colaborativo depende da qualidade das relações interpessoais, do exercício transparente do poder e da capacidade da organização em reinventar-se diante dos desafios do século XXI.

Em suma, o desenvolvimento sustentável, competitivo e inovador das organizações é assegurado por líderes sensíveis à multiplicidade de valores humanos e preparados para utilizar estratégias motivacionais diversificadas, promovendo bem-estar, engajamento e alta performance. A Administração contemporânea exige, portanto, profissionais capazes de unir o rigor teórico dos clássicos da gestão às demandas concretas das empresas, qualificando o cotidiano produtivo e transformando vidas.

Como perspectiva futura, recomenda-se aprofundar estudos sobre liderança inclusiva, análise de impacto da cultura organizacional na motivação, e pesquisa de práticas inovadoras em gestão de equipes multiculturais. O legado deste estudo é ser fonte para reflexões, tomada de decisão e transformação positiva na trajetória das organizações modernas.

REFERÊNCIAS

- CHIAVENATO, Idalberto. **Gestão de Pessoas: o novo papel dos recursos humanos nas organizações**. 4. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2014.
- FLEURY, Maria Tereza Leme. **Gestão de pessoas: desafios estratégicos das organizações contemporâneas**. São Paulo: Atlas, 2016.
- GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2019.
- HERZBERG, Frederick. **Work and the nature of man**. Cleveland: World Publishing Company, 1966.
- LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica**. São Paulo: Atlas, 2011.
- LEWIN, Kurt; LIPPITT, Ronald; WHITE, Ralph K. **Padrões de comportamento agressivo em climas sociais criados experimentalmente**. *Revista de Psicologia Social*, v. 10, n. 2, p. 271–301, 1939.
- MASLOW, Abraham H. **Uma teoria da motivação humana**. São Paulo: Martins Fontes, 1999.
- MAXWELL, John C. **As 21 irrefutáveis leis da liderança**. Rio de Janeiro: Sextante, 2007.
- McGREGOR, Douglas. **O lado humano da empresa**. Rio de Janeiro: Zahar, 1970.
- MILLER, R. A. **Psicologia da motivação: teorias e práticas**. São Paulo: Editora Acadêmica, 2020.
- TANNENBAUM, Robert; SCHMIDT, Warren H. “**Como escolher um padrão de liderança**”. *Harvard Business Review*, v. 36, n. 2, p. 95–101, 1958.
- VROOM, Victor H. **Work and motivation**. New York: Wiley, 1964.
- WEBER, Max. **Economia e sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva**. 4. ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2003.



CIÊNCIA DA COMPUTAÇÃO E GTI

A IMPORTÂNCIA DOS PAIS NO CONTROLE DO USO DA INTERNET PELOS FILHOS

Àlex Brandon Soares Oliveira

alex.oliveira.26723@aluno.facape.br

Bacharelando em Ciência Da Computação

Carla Letícia Alencar Da Silva

carla.a.silva.26285@aluno.facape.br

Bacharelanda em Ciência Da Computação

Felipe Cezario Da Silva

felipe.silva.26967@aluno.facape.br

Bacharelando em Ciência Da Computação

João Pedro Jacó Leite

joao.j.leite.25336@aluno.facape.br

Bacharelando em Ciência Da Computação

Lara Joaquina Amorim Rodrigues

lara.a.rodrigues.25891@aluno.facape.br

Bacharelanda em Direito

Maria Clara Barros Benevides

maria.benevides.26064@aluno.facape.br

Bacharelanda em Ciência Da Computação

Cynara Lira de Carvalho Souza

Professora Orientadora

Mestre em Ciência Da Computação

Faculdade de Petrolina – FACAPE

RESUMO: Com o avanço da era digital e o crescente acesso de crianças à internet, observa-se um fenômeno preocupante: a adultização precoce, impulsionada principalmente pelas redes sociais e pela exposição a conteúdos inadequados. Nesse contexto, o papel dos pais torna-se essencial para orientar e supervisionar o uso da

internet, garantindo o desenvolvimento saudável e seguro das crianças no ambiente virtual. **Objetivo:** Conscientizar pais e responsáveis sobre a importância do controle e acompanhamento do uso da internet pelos filhos, destacando riscos como o cyberbullying e o acesso a conteúdos impróprios. **Fundamentação teórica:** Baseia-se em estudos e relatórios da *SaferNet Brasil* e UNICEF, que evidenciam o impacto do uso descontrolado da internet por crianças e adolescentes. **Metodologia:** Será realizada revisão bibliográfica e aplicação de questionários online a pais e responsáveis, buscando identificar hábitos e desafios no acompanhamento digital dos filhos. Resultados (concluídos ou em andamento): Espera-se maior conscientização dos pais sobre os riscos e benefícios da internet, reforçando a importância do diálogo e do controle parental.

Palavras-chave: Controle parental. Segurança digital. Conscientização Familiar.

A INFLUÊNCIA DOS LARGE LANGUAGE MODELS (LLM's) NA QUALIDADE DO TRABALHO EM EQUIPE NOS PROJETOS DE SOFTWARE

Alessia Rebeca do Nascimento Amorim
alessia.amorim.24347@aluno.facape.br
Bacharelanda em Ciência da Computação
Faculdade de Petrolina – FACAPE

Luirys do Nascimento Silva
luirys.nsilva@upe.br
Gestão de Tecnologia da Informação
Universidade de Pernambuco - UPE

Alexandre Braga Gomes
alexandre.gomes@prof.facape.br
Faculdade de Petrolina - FACAPE
Prof. Dr. Orientador

RESUMO: Com o avanço da Inteligência Artificial Generativa (GenAI), os grandes modelos de linguagens (LLMs) se tornam ferramentas cada vez mais presentes em ambientes corporativos, apesar dos avanços proporcionados, ainda não está claro em que medida seu uso contribui para a eficácia das atividades em equipe. **Objetivo:** Analisar como o uso de LLMs influencia a qualidade do trabalho em equipe nos projetos de desenvolvimento de software, considerando aspectos de produtividade, colaboração e confiabilidade. **Fundamentação teórica:** A automação de processos por meio de LLMs enfrenta desafios relacionados à interpretação contextual e à confiabilidade das respostas geradas (Sanwal, 2024). **Metodologia:** A pesquisa adota uma abordagem empírica, com coleta de dados por meio de formulário do *Google Forms*. **Resultados:** Os resultados parciais demonstraram que 86% das equipes de projetos utilizam do *ChatGPT*, enquanto 79,1% utilizam do *Gemini*, no dia-a-dia da construção dos projetos de softwares junto à empresa. **Conclusão:** De acordo com 51,2% dos entrevistados, os LLMs fortalecem a troca de conhecimento entre os membros e a qualidade do trabalho em equipe.

Palavras-chave: Inteligência artificial. LLMs. Projetos de software. Trabalho em Equipe.

ABORDAGENS E PRÁTICAS RELACIONADAS AO DESENVOLVIMENTO DE SOFTWARE: UM MAPEAMENTO SISTEMÁTICO

Lucas Vinicius Santos Macedo
Bacharelada em Ciência da Computação
Faculdade de Petrolina – FACAPE

Carlos Alberto Teixeira Batista
Professor Orientador
Mestre em Ciência da Computação
Faculdade de Petrolina – FACAPE

RESUMO: O desenvolvimento de *software* tem se consolidado como um dos pilares da transformação digital, impulsionado por startups e grandes empresas de tecnologia. Apesar dos avanços, observa-se uma lacuna entre o potencial dessas abordagens e sua efetiva aplicação no ambiente empresarial, o que impacta a eficiência e a qualidade dos produtos desenvolvidos. **Objetivo:** realizar um mapeamento sistemático da literatura para identificar abordagens, práticas e metodologias aplicadas ao desenvolvimento de software. **Fundamentação Teórica:** o estudo apoia-se em autores como Pressman, Sommerville e no guia PMBOK, que tratam da gestão de projetos e do ciclo de vida do software, além de metodologias como design thinking e design participativo. **Metodologia:** foi utilizado o mapeamento sistemático de literatura com buscas nas bases Science Direct, Google Scholar e Web of Science, aplicando critérios definidos e análise qualitativa dos resultados. **Resultados:** foram identificados 26 artigos relevantes publicados entre 2010 e 2023, com destaque para 2018 e 2022. Foi constatado que a utilização dessas ferramentas eleva a qualidade, produtividade e manutenibilidade dos sistemas.

Palavras-chave: Desenvolvimento de Software. Metodologias Ágeis. Mapeamento Sistemático. Boas Práticas. Padrões de Projeto.

A APLICAÇÃO DA INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL NA AGRICULTURA DE PEQUENO E MÉDIO PORTE

Kelvin Oliveira Fernandes

Bacharelando em Ciência da Computação
Faculdade de Petrolina – FACAPE

Ana Clara Borges de Moraes

Bacharelada em Ciência da Computação
Faculdade de Petrolina – FACAPE

Maria Eduarda Suzart de Carvalho

Bacharelada em Ciência da Computação
Faculdade de Petrolina – FACAPE

Dinani Gomes Amorim

Professora Orientadora
Doutora em Ciência da Computação
Faculdade de Petrolina – FACAPE

RESUMO: Introdução: A Inteligência Artificial tem se destacado como uma ferramenta transformadora em diversas áreas, permitindo a automação de processos, o acesso facilitado a informações e o aumento da eficiência. Na agricultura, essa tecnologia apresenta grande potencial, mas ainda é pouco explorada por agricultores de pequeno e médio porte. **Objetivo:** Investigar como os profissionais da agricultura podem utilizar a IA para aumentar a produtividade no campo e na gestão de dados, além de propor formas de tornar seu uso mais acessível. **Fundamentação teórica:** Baseia-se em estudos sobre o emprego da IA na agricultura e na inclusão tecnológica de pequenos produtores. **Metodologia:** Revisão bibliográfica e análise de casos práticos de aplicação da IA no setor agrícola. **Resultados:** Observa-se que a IA tem promovido avanços na produtividade, no controle de recursos e na tomada de decisões baseadas em dados. Conclui-se que a difusão dessa tecnologia, acompanhada de capacitação e políticas de incentivo, é essencial para uma agricultura mais eficiente, sustentável e inclusiva.

Palavras-chave: Inteligência Artificial. Agricultura. Produtividade. Acessibilidade tecnológica.

A APLICAÇÃO DE INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL NO CONTROLE GESTUAL DE ILUMINAÇÃO VIA PICTOBLOX

Valério Coelho de Macedo Carneiro
Bacharelado em Ciência da computação
Faculdade de Petrolina – FACAPE

Vitor Gabriel Ferreira Araujo
Bacharelado em Ciência da computação
Faculdade de Petrolina – FACAPE

João Pedro Ribeiro de Souza Carvalho
Bacharelado em Ciência da computação
Faculdade de Petrolina – FACAPE

RESUMO: Este trabalho apresenta o desenvolvimento de um sistema de controle de iluminação baseado em gestos, utilizando a plataforma educacional *PictoBlox* e recursos de inteligência artificial. a proposta explora a visão computacional para reconhecer movimentos corporais e transformá-los em comandos digitais, simulando a automação de luzes de forma interativa e acessível. O *PictoBlox* se destaca por permitir a criação de soluções de IA sem necessidade de programação textual, favorecendo o aprendizado prático. O sistema integra modelos de reconhecimento de imagem e blocos de controle, associando gestos a ações de ligar e desligar a luz. Os testes demonstraram precisão satisfatória na detecção dos gestos e rápida execução dos comandos, comprovando a viabilidade da abordagem e seu potencial em aplicações domésticas, educacionais e de acessibilidade. a pesquisa reforça o uso de ferramentas de IA em ambientes de ensino e inovação tecnológica.

Palavras-chave: Inteligência Artificial. Pictoblox. Visão Computacional. Automação. Gestos.

APLICAÇÕES DO BLENDER NA COMPUTAÇÃO GRÁFICA: SIMULAÇÃO, ENSINO DE FÍSICA E REALIDADE VIRTUAL

Enzo Nonato da Silva Souza

enzo.souza.24521@aluno.facape.br

Bacharelado em Ciência da Computação
Faculdade de Petrolina – FACAPE

Ryann Carlos Silva Sousa

ryann.sousa.25377@aluno.facape.br

Bacharelado em Ciência da Computação
Faculdade de Petrolina – FACAPE

Pedro Guilherme Rodrigues Ribeiro

pedro.r.ribeiro.25396@aluno.facape.br

Bacharelado em Ciência da Computação
Faculdade de Petrolina – FACAPE

Ian Gabriel de Amorim Galdino

ian.galdino.26073@aluno.facape.br

Bacharelado em Ciência da Computação
Faculdade de Petrolina – FACAPE

Vitor Hugo Rodrigues Carvalho

vitor.carvalho@prof.facape.br

Doutorando em Engenharia de Computação – UPE
Cientista da Computação – FACAPE
Professor da Faculdade de Petrolina – FACAPE

RESUMO: O *software Blender*, aliado à computação gráfica, amplia as possibilidades de simulação e ensino em Física, superando as limitações de laboratórios tradicionais e facilitando a visualização de fenômenos complexos. **Objetivo:** Explorar o uso do *Blender* como ferramenta de apoio ao ensino e à pesquisa em Física, observando o seu potencial para a experimentação virtual, o aprimoramento didático e a otimização de recursos. **Fundamentação Teórica:** A aplicação da visualização tridimensional e da realidade

virtual é fundamental para facilitar a compreensão de conceitos físicos abstratos, potencializando o engajamento e o aprendizado significativo. **Metodologia:** Realizou-se uma revisão de literatura no Google Acadêmico, com foco em publicações em língua portuguesa (2019-2025) que abordam o uso do *software* no contexto científico e educacional brasileiro. **Resultados:** Constatou-se que a ferramenta representa eficazmente conceitos como as leis de *Newton* e a dinâmica de fluidos, criando experiências imersivas que reduzem custos e facilitam a aprendizagem, consolidando-se como uma solução versátil e acessível para a ciência e a educação.

Palavras-chave: Software Livre. Visualização Científica. Experimentação Virtual. Tecnologia Educacional. Ambientes Imersivos.

A COMUNICAÇÃO DIGITAL PARA O PROJETO AGROLABS: ESTRATÉGIAS DE ENGAJAMENTO E DIFUSÃO DA INOVAÇÃO NA FRUTICULTURA DO VALE DO SÃO FRANCISCO

Pamela Cardoso Araujo
Faculdade de Petrolina – FACAPE
Bacharelada em Ciência da Computação

Niandra Ailany Camilo Amorim
Faculdade de Petrolina – FACAPE
Bacharelada em Administração

Bruna Letícia Cerqueira de Melo
Faculdade de Petrolina – FACAPE
Bacharelada em Ciência da Computação

Ricardo Jose Rocha Amorim (Orientador)
Faculdade de Petrolina – FACAPE
Doutor em Ciência da Computação

RESUMO: A comunicação digital é essencial para difundir projetos de inovação tecnológica, especialmente em setores que exigem atualização e interação constante. Na fruticultura do Vale do São Francisco, o uso de plataformas online amplia a visibilidade de ações voltadas à pesquisa e à transformação digital no agronegócio. **Objetivo:** Analisar estratégias de comunicação digital para fortalecer a presença institucional e o engajamento orgânico em redes sociais de projetos de inovação, tendo o AgroLabs como estudo de caso representativo de um hub que conecta ensino, pesquisa e empreendedorismo na fruticultura. **Fundamentação teórica:** A comunicação digital e o design no agronegócio ampliam o alcance e fortalecem a difusão de práticas inovadoras, promovendo integração entre ciência e tecnologia. **Metodologia:** Abordagem descritiva com análise de ações de design e marketing digital; no AgroLabs, foram criadas peças gráficas e publicações em carrossel no Canva, com foco na coerência visual e difusão de conteúdos sobre inovação. **Resultados:** As estratégias fortaleceram a identidade visual e ampliaram o alcance orgânico, demonstrando o potencial da comunicação digital para promover inovação e interação entre universidades, produtores e parceiros.

Palavras-chave: AgroLabs. fruticultura digital. comunicação digital. redes sociais.

CONEXÃO DIGITAL

Filipe Barbosa Amorim
Bacharelado em Ciência da Computação
Faculdade de Petrolina – FACAPE

Gustavo Moreira Lopes Fraga
Bacharelado em Ciência da Computação
Faculdade de Petrolina – FACAPE

Michel Batista Gonçalves Dos Santos
Bacharelado em Ciência da Computação
Faculdade de Petrolina – FACAPE

Pablo Micael Santos Lima
Bacharelado em Ciência da Computação
Faculdade de Petrolina – FACAPE

Pedro Hebert Alves de Luna
Bacharelado em Ciência da Computação
Faculdade de Petrolina – FACAPE

Vânia Cristina Lasalvia
Doutora em Educação - UFRGS
Professor da Faculdade de Petrolina – FACAPE

RESUMO: As atividades a serem ofertadas nas organizações não governamentais (ONGs) insere-se em um campo de atuação que integra os estudos sobre igualdade social, tecnologias digitais, terceiro setor e extensão universitária. **Objetivos:** Desenvolver e aplicar oficinas práticas que capacitem representantes das ONGs no uso de ferramentas digitais acessíveis, fortalecendo a comunicação, o planejamento e a divulgação de projetos sociais. **Fundamentação teórica:** A proposta se apoia nos princípios da inclusão digital e da responsabilidade social, destacando o papel das tecnologias da informação como instrumentos de transformação social e de democratização do acesso à comunicação. **Metodologia:** Após a construção das oficinas, o passo seguinte foi capacitar os extensionistas com os conteúdos sobre ferramentas digitais. As atividades foram divididas em três etapas: uso do Canva para criação de identidade visual, Google Forms para elaboração de formulários e redes sociais para estratégias de divulgação.

Resultados: Foi realizada a capacitação dos extensionista no uso do Canvas. Daremos continuidade nas outras duas oficinas, para em seguida, testarmos na ONG selecionada como “piloto” das tecnologias digitais propostos.

Palavras-chave: Inclusão digital. Oficinas tecnológicas. Redes sociais. ONGs.

CONSTRUÇÃO DE UM ROBÔ SEGUIDOR DE LINHA: PROGRAMANDO NO PICTOBLOX

Prof Sérgio F. Ribeiro

Faculdade de Petrolina - FACAPE

sergio.faustino@prof.facape.br

RESUMO: Pictoblox é uma plataforma de programação em blocos que possibilita programar de um modo intuitivo e visual. É uma forma lúdica e interativa para aprender a programar ou ensinar programação para crianças, jovens ou iniciantes. Nela, os blocos são arrastados e encaixados em sequência para criar o código do programa. Para começar a programar para ESP32 ou Arduino, a programação em blocos é de grande auxílio já que não se escreve nenhuma linha de código, reduzindo erros e estimulando o aprendizado. Logo, o aprendiz pode se concentrar na lógica do programa em vez de se preocupar com a sintaxe de cada comando. O objetivo geral deste projeto é desenvolver um robô seguidor de linha que percorra uma fita preta sobre uma superfície clara. Alguns objetivos específicos estão associados a entender como realizar um controle eficiente para que o robô execute sua função com sucesso. O robô é constituído de dois motores DC com rodas, três sensores infravermelhos, uma plataforma de madeirite sobre a qual fica a fonte de alimentação e uma placa de controle. Esta placa de controle é basicamente um ESP32 que é programado para realizar todo o controle do robô. O controle baseia-se nas informações captadas pelos sensores para que o sistema possa atuar sobre os motores fazendo o robô seguir a linha corretamente. Toda a lógica de controle é definida na programação em blocos do Pictoblox. Portanto, este projeto envolve o desenvolvimento de hardware e de software para implementar o robzinho por completo. Espera-se que os resultados deste projeto sejam satisfatórios e eficientes.

Palavras-chave: Pictoblox. ESP32. Robô. Seguidor de linha.

DESAFIOS E PERIGOS DO DESCARTE INDEVIDO DE EQUIPAMENTOS ELETRÔNICOS

Alessandro Galvão do Nascimento Filho
Faculdade de Petrolina (FACAPE)
alessandro.filho.25786@aluno.facape.br

Eliel Matheus Ribeiro Bezerra
Faculdade de Petrolina (FACAPE)
eliel.bezerra.27245@aluno.facape.br

Enric Oliveira Souza
Faculdade de Petrolina (FACAPE)
enric.souza.26575@aluno.facape.br

Luan do Nascimento Silva
Faculdade de Petrolina (FACAPE)
luan.silva.26738@aluno.facape.br

Márcio Lucas Rosa Gonçalves
Faculdade de Petrolina (FACAPE)
marcio.goncalves.26174@aluno.facape.br

Carlos Iury Mariano Martins
Faculdade de Petrolina (FACAPE)
carlos.mariano@facape.br

Cynara Lira de Carvalho Souza
(Orientadora)
Faculdade de Petrolina (FACAPE)

RESUMO: O descarte incorreto de equipamentos eletrônicos representa um desafio ambiental crescente, agravado pela rápida obsolescência tecnológica e pela presença de metais pesados. Segundo Science of The Total Environment (2021), substâncias como chumbo e mercúrio contaminam o solo e os recursos hídricos. **Objetivo:** Analisar publicações recentes sobre o descarte de e-lixo, identificando seus impactos e práticas sustentáveis de gestão ambiental. **Fundamentação Teórica:** A Green Eletron (2023)

aponta que 85% dos brasileiros armazenam resíduos eletrônicos em casa. Já Capuccio et al. (2021) destacam a ineficiência da logística reversa, enquanto a Revista Eletrônica de Administração (2023) reforça a importância da conscientização ambiental. **Metodologia:** Realizou-se uma revisão bibliográfica em bases como Google Scholar e SciELO, priorizando estudos entre 2020 e 2024 sobre gestão e reciclagem de e-lixo. **Resultados:** Apesar de avanços em políticas públicas, persistem lacunas na coleta e na educação ambiental. Projetos como o RECOM demonstram o potencial de ações locais para mitigar os impactos do descarte inadequado.

Palavras-chave: Lixo eletrônico. Sustentabilidade. Logística reversa. Educação ambiental.

DESAFIOS FRAMEWORKS E BOAS PRÁTICAS EM GOVERNANÇA, PROJETOS E SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO

Laura Teixeira dos Santos

Graduanda em Gestão da Tecnologia da Informação
Faculdade de Petrolina – FACAPE

Deyze Zuilda Soares Florentino

Graduanda em Gestão da Tecnologia da Informação
Faculdade de Petrolina – FACAPE

Bruno do Nascimento Rodrigues Soares

Graduando em Gestão da Tecnologia da Informação
Faculdade de Petrolina – FACAPE

Jeison Marques Menezes Jardim

Graduando em Gestão da Tecnologia da Informação
Faculdade de Petrolina – FACAPE

Dinani Gomes Amorim

Faculdade de Petrolina-FACAPE
Profa. Dra. Orientadora

RESUMO: Este relatório apresenta uma visão comparativa de quatro frameworks e normas considerados fundamentais na área de Tecnologia da Informação: COBIT, PMBOK, ITIL e ISO/IEC 27001/27002. Estas estruturas são amplamente utilizadas para promover boas práticas em governança de TI, gestão de projetos, gerenciamento de serviços e segurança da informação. **Objetivo:** Comparar e resumir os propósitos, princípios e aplicações de quatro estruturas-chave (COBIT, PMBOK, ITIL e ISO/IEC 27001/27002). **Fundamentação teórica:** Segundo Fontoura (2023), entender o processo de utilização dos frameworks é fundamental para que a empresa possa ter mais agilidade em seus processos diários. **Metodologia:** A pesquisa é de caráter bibliográfico e exploratório, com análise de soluções existentes em artigos científicos que apresentam uma abordagem prática. **Resultados:** Os frameworks e normas apresentados são pilares para organizações que, embora cada um tenha seu foco específico, juntos contribuem para o fortalecimento da governança corporativa.

Palavras-chave: Governança de TI. COBIT. PMBOK. ITIL. ISO 27001.

INCLUSÃO DIGITAL E DESIGN: CAPACITAÇÃO EM DESIGN GRÁFICO COM CANVA PARA O SUCESSO PROFISSIONAL

João Vinícius Lima Batista

joas.batista.26588@aluno.facape.br

Bacharelado em Ciência da Computação

Faculdade de Petrolina – FACAPE

Prof. Msc. Carlos Alberto Teixeira Batista

carlos.batista@prof.facape.br

Colegiado de Ciência da Computação

Faculdade de Petrolina – FACAPE

RESUMO: O módulo de Canva e apresentações digitais, inserido no curso de inclusão digital, se propõe a capacitar jovens e adultos nas competências visuais cruciais para o mercado de trabalho, onde a comunicação de ideias exige impacto e profissionalismo. Com a crescente demanda por profissionais que consigam transformar dados e informações complexas em conteúdo visual atraente, compreensível e profissional, a pesquisa que embasa este módulo tem como objetivo geral proporcionar o domínio básico do design gráfico e da criação de apresentações dinâmicas, focando na empregabilidade e no desenvolvimento de habilidades digitais, especificamente, visa-se habilitar os alunos a criarem slides, currículos e materiais promocionais de alta qualidade utilizando o Canva, o método de ensino adotado será a aprendizagem baseada em projetos, com aulas eminentemente práticas que abordam desde a navegação na interface e o uso de modelos prontos até a personalização de elementos de design. A principal hipótese de resultado é o domínio da ferramenta, melhoria na qualidade de suas candidaturas de emprego e capacitação para trabalharem nas áreas de design.

Palavras-chave: Canva. Design. Inclusão.

INTEGRAÇÃO SOCIAL A INFORMÁTICA E APLICATIVOS DE ESCRITÓRIO

João Manoel Cerqueira Nascimento
Bacharelado em Ciências da Computação
Faculdade de Petrolina - FACAPE

Luan Carlos de Sousa
Bacharelado em Ciências da Computação
Faculdade de Petrolina - FACAPE

Maurício de Oliveira Lopes
Bacharelado em Ciências Contábeis
Faculdade de Petrolina - FACAPE

Rilley Vitoria Pacheco de Carvalho Silva
Bacharelada em Ciências da Computação
Faculdade de Petrolina - FACAPE

Carlos Alberto Teixeira Batista
Professor Orientador
Mestre em Ciências da Computação
Faculdade de Petrolina - FACAPE

RESUMO: O Projeto de Inclusão Digital da Faculdade de Petrolina (Facapec) tem como objetivo capacitar a comunidade em competências básicas de informática, promovendo qualificação e preparação para o mercado de trabalho. A inclusão digital é essencial para reduzir desigualdades e ampliar o acesso a direitos fundamentais, como educação, saúde digital e empregabilidade. O curso é estruturado em módulos de Introdução à Informática, Sistemas Operacionais, Aplicativos de Produtividade e Internet, abordando conceitos básicos, uso de planilhas, navegação e organização de dados, com metodologia prática que permite aos participantes aplicar os conhecimentos em situações cotidianas e profissionais. Até o momento, foram formadas duas turmas, e a parceria com a

Secretaria da Juventude tem se mostrado fundamental na captação de jovens e divulgação do projeto. Embora muitas pessoas se inscrevam, uma parte significativa não comparece ao curso, e a equipe vem desenvolvendo estratégias para reduzir essa evasão. Com a conclusão da segunda turma, o projeto consolida-se como uma ação relevante para a inclusão digital e cidadania no contexto tecnológico.

Palavras-chave: Inclusão. Tecnologia. Digital. Social. Cidadania.

INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL APLICADA À ANÁLISE DE IMAGENS EM VIDEIRAS: UM ESTUDO COM FOCO NO VALE DO SÃO FRANCISCO

Weidson Felipe Alencar Alves

weidson.alves.24321@aluno.facape.br

Bacharelando em Ciência da Computação

Faculdade de Petrolina – FACAPE

Alexandre Braga Gomes

alexandre.gomes@prof.facape.br

Faculdade de Petrolina - FACAPE

Prof. Dr. Orientador

RESUMO: A Inteligência Artificial (IA) tem revolucionado a agricultura com soluções inovadoras, especialmente com Visão Computacional e Redes Neurais Convolucionais (RNCs). De acordo com dados da Embrapa, o Vale do São Francisco, responsável por aproximadamente 75% das uvas de mesa produzidas no Brasil, ainda enfrenta desafios no controle de pragas e doenças. **Objetivo:** Realizar um estudo teórico sobre o uso de técnicas de IA aplicadas à análise de imagens em videiras, com foco na relevância e nas potencialidades dessas tecnologias para o Vale do São Francisco. **Fundamentação teórica:** Pesquisas indicam que redes neurais convolucionais (RNCs) alcançam alta acurácia na detecção de pragas e doenças, contribuindo para práticas agrícolas mais precisas e sustentáveis. **Metodologia:** Pesquisa bibliográfica, baseada em artigos científicos disponíveis nas bases Google Scholar, Multidisciplinary Digital Publishing Institute e ScienceDirect. **Resultados (em andamento):** A revisão parcial demonstra que a IA e a Visão Computacional oferecem avanços promissores para a viticultura, podendo subsidiar futuras aplicações no Vale do São Francisco.

Palavras-chave: Inteligência Artificial. Redes Neurais Convolucionais. Vale do São Francisco. Visão Computacional. Viticultura.

INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL APLICADA À COMPUTAÇÃO GRÁFICA: POTENCIAL CRIATIVO, DESAFIOS E LIMITES

Anthony Henrique Oliveira dos Santos
Bacharelado em Computação
Faculdade de Petrolina - FACAPE

Vitor Barros Batista
Bacharelado em Computação
Faculdade de Petrolina - FACAPE

Vitor Gabriel Ferreira Araujo
Bacharelado em Computação
Faculdade de Petrolina - FACAPE

Vitor Hugo Rodrigues Carvalho
Professor Orientador
Faculdade de Petrolina - FACAPE

RESUMO: A integração da Inteligência Artificial (IA) à Computação Gráfica amplia as possibilidades criativas, mas levanta questões sobre autoria, originalidade e sua aplicação colaborativa entre artistas e desenvolvedores. **Objetivo:** Analisar como artistas gráficos e desenvolvedores podem usar a IA, como apoio criativo e técnico. **Fundamentação teórica:** Os estudos apontam que a IA pode ampliar a criação artística, apoiar experiências de co-criação em tempo real e gerar insumos gráficos, como sprites e níveis em jogos. Também se destacam nas mídias generativas e na produtividade de desenvolvedores. **Metodologia:** Revisão de literatura em artigos publicados entre 2019 e 2024, nas áreas de Computação Gráfica, artes digitais e desenvolvimento de software. **Resultados:** Os estudos mostram que a IA gera insumos gráficos e otimiza processos criativos, como a geração de sprites 2D e a improvisação em performances audiovisuais. Também amplia a produtividade de desenvolvedores, focando em tarefas criativas. Contudo, ainda depende de dados pré-existentes, o que limita a originalidade, gera repetições estilísticas e enfrenta altos custos computacionais que restringem seu uso na Computação Gráfica.

Palavras-chave: Inteligência Artificial. Computação Gráfica. Colaboração. Arte Digital. Desenvolvimento de Software.

INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL COMO SERVIÇO (AIAAS) E ÉTICA: DESAFIOS DA UTILIZAÇÃO DE IA EM AMBIENTES CORPORATIVOS

Alisson Emanuel Gonçalves Dias
Bacharelando em Ciência da Computação
Faculdade de Petrolina – FACAPE

Dinani Gomes Amorim
Faculdade de Petrolina – FACAPE
Profa. Dra.

RESUMO: A inteligência artificial como serviço (AIaaS) representa uma tendência crescente na computação em nuvem, oferecendo às empresas acesso a ferramentas de IA sem necessidade de infraestrutura própria. Apesar dos benefícios, sua aplicação levanta desafios éticos relacionados à privacidade, transparência e responsabilidade nas decisões automatizadas. **Objetivo:** Analisar os principais desafios éticos envolvidos na utilização do AIaaS em ambientes corporativos, destacando riscos e boas práticas de governança de dados. **Fundamentação teórica:** Baseia-se em estudos sobre ética em inteligência artificial e diretrizes internacionais de governança, como as propostas pela OCDE e pela União Europeia, além das abordagens de Floridi e Cowls (2021). **Metodologia:** Trata-se de uma pesquisa qualitativa e descritiva, fundamentada em revisão bibliográfica e análise documental de relatórios e artigos científicos sobre ética, IA e computação em nuvem. **Resultados (em andamento):** Os resultados indicam que a adoção ética do AIaaS requer transparência, auditoria de algoritmos e políticas corporativas claras que assegurem o uso da inteligência artificial.

Palavras-chave: Inteligência Artificial. Ética. Computação em Nuvem. Governança. AIaaS.

INTRODUÇÃO À RESOLUÇÃO DE PROBLEMAS COM PYTHON: DO RACIOCÍNIO LÓGICO À CODIFICAÇÃO

Israel Bruno Rodrigues de França
Faculdade de Petrolina – FACAPE
israel.franca.25074@aluno.facape.br

Guilherme Dias Oliveira
Faculdade de Petrolina – FACAPE
guilherme.oliveira.25502@aluno.facape.br

Danilo Pereira da Cruz
Faculdade de Petrolina – FACAPE
danilo.cruz.27142@aluno.facape.br

Emanuel Adauto da Silva Costa
Faculdade de Petrolina – FACAPE
emanuel.costa.27211@aluno.facape.br

Marcos Paulo Pereira Nogueira
Faculdade de Petrolina – FACAPE
marcos.nogueira.26566@aluno.facape.br

Pedro Miguel de Araújo Carvalho
Faculdade de Petrolina – FACAPE
pedro.carvalho.26951@aluno.facape.br

Carlos Alberto Teixeira Batista
Prof. Orientador
carlos.batista@prof.facape.br

RESUMO: Este trabalho, que corresponde aos módulos 4 e 5 do projeto de extensão intitulado Introdução à Lógica de Programação para Estudantes do Ensino Médio, foca no aprimoramento das habilidades em lógica e na introdução a algoritmos avançados, marcando a transição do ambiente visual Scratch para a linguagem de programação Python. A passagem para Python é fundamental, pois permite aos estudantes manipular

estruturas de dados, compreender conceitos mais abstratos, amadurecendo o pensamento computacional. O objetivo dessa iniciativa é aprofundar os conhecimentos lógicos, estimulando o raciocínio abstrato por meio de situações-problema de complexidade crescente e incentivando o uso fluente da linguagem Python como ferramenta principal. Essa linguagem foi escolhida devido a sua sintaxe limpa, clara e de alto nível, assemelhando-se à linguagem natural, além de ser uma das linguagens mais populares no mundo, sendo utilizada em diversas áreas do conhecimento como: Análise de Dados, Inteligência Artificial (IA), Machine Learning e Desenvolvimento Web. A metodologia emprega aulas teóricas e práticas de codificação, resolução colaborativa de problemas em tempo real. Em parceria com a Secretaria Municipal da Juventude, o projeto já capacitou 23 jovens. Os resultados preliminares confirmam uma melhora na estruturação lógica das ideias e um engajamento criativo nos desafios. Espera-se que os alunos demonstrem maior autonomia, fluência em Python e assimilação dos primeiros conceitos de algoritmos mais complexos.

Palavras-chave: Lógica. Algoritmos. Python.

MENINAS DIGITAIS ARRETADAS: CAPTAÇÃO DE ESTUDANTES DAS ESCOLAS PÚBLICAS

Alysson Felipe Barbosa da Silva
Bacharelado em Comércio Exterior
Faculdade de Petrolina – FACAPE

Ellen Cristina Lessa Lemos
Bacharelado em Direito
Faculdade de Petrolina – FACAPE

Cleice Vilma Santos Viana
Bacharelado em Ciências Contábeis
Faculdade de Petrolina – FACAPE

Robson Chaylin Da Silva Varjão Damásio
Bacharelado em Direito
Faculdade de Petrolina – FACAPE

Vânia Cristina Lasalvia
Doutora em Educação - UFRGS
Professor da Faculdade de Petrolina – FACAPE

RESUMO: Segundo dados do último Censo da Educação Superior, cursos como Ciência da Computação contam com uma maioria expressiva de estudantes do sexo masculino, com menos de 20% de participação feminina. Essa disparidade de gênero aponta para a urgência de iniciativas voltadas à inclusão e valorização das mulheres nesse campo. **Objetivo:** estimular a participação de alunas do ensino médio, especialmente do 2º ano, em atividades relacionadas à tecnologia, inovação e empoderamento feminino, promovendo a inclusão digital e o protagonismo de meninas nas áreas de Computação e Tecnologia da Informação. **Fundamentação teórica:** A extensão universitária é uma via de integração transformadora entre universidade e sociedade, promovendo o desenvolvimento humano, social e científico a partir do diálogo de saberes. **Metodologia:** visitas as escolas públicas, inicialmente, próximas a Facape como o Colégio de Aplicação

e o Colégio da Polícia Militar, para apresentação da proposta e captação das alunas.

Resultados: participação das alunas das escolas contactadas no evento acadêmico do curso de Ciência da Computação (E-INFO 2025), dentro da oficina de prototipação desenvolvida para este público, atendendo o objetivo do projeto de extensão.

Palavras-chave: Inclusão Digital. Protagonismo Feminino. Tecnologia. Educação. Extensão Universitária.

MENINAS DIGITAIS ARRETADAS: ELABORAÇÃO DA OFICINA DE PROTOTIPAÇÃO

Maria Clara Marques Lins de Souza e Silva

maria.lins.25425@aluno.facape.br

Bacharelado em Ciência da Computação

Faculdade de Petrolina – FACAPE

Victor Conceição de Brito

victor.c.brito.25982@aluno.facape.br

Bacharelado em Ciência da Computação

Faculdade de Petrolina – FACAPE

Vânia Cristina Lasalvia

vania.lasalvia@prof.facape.br

Doutora em Educação - UFRGS

Professor da Faculdade de Petrolina – FACAPE

RESUMO: O projeto de extensão *Meninas Digitais Arretadas* busca incentivar a participação feminina na tecnologia por meio de atividades criativas e acessíveis. Idealiza-se uma oficina de prototipação para apresentar conceitos básicos de design e desenvolvimento de interfaces de forma lúdica e colaborativa. **Objetivos:** Desenvolver e aplicar uma oficina de prototipação durante o Encontro de Informática (E-INFO), promovendo o interesse das participantes pela Computação e pela criação de soluções tecnológicas. **Metodologia:** Na primeira reunião, foram definidos cronograma e diretrizes da oficina. Inicialmente cogitou-se realizar a atividade em prototipação de papel, mas, após avaliação da coordenação, decidiu-se pela introdução de noções de HTML e CSS, permitindo que as participantes criem protótipos digitais simples e compreendam a estrutura de uma interface web. Foi elaborado um guia explicativo, com orientações e exemplos de como um protótipo digital pode evoluir para uma interface completa. **Resultados:** A proposta tornou a oficina mais envolvente, permitindo que as participantes visualizem as etapas do processo criativo e se aproximem do universo do desenvolvimento de software. O guia servirá como material de apoio e incentivo à curiosidade sobre tecnologia.

Palavras-chave: Prototipação. Ensino de Computação. Inclusão Feminina. Oficinas Interativas.

MENINAS DIGITAIS ARRETADAS: ELABORAÇÃO DO INSTRUMENTO INVESTIGATIVO

Anny Grazielly dos Santos Ribeiro

Bacharelado em Direito

Faculdade de Petrolina – FACAPE

Camilla Regina Barbosa Silva

Bacharelado em Direito

Faculdade de Petrolina – FACAPE

Priscila Gleice Pereira

Bacharelado em Direito

Faculdade de Petrolina – FACAPE

Vânia Cristina Lasalvia

vania.lasalvia@prof.facape.br

Doutora em Educação - UFRGS

Professor da Faculdade de Petrolina – FACAPE

RESUMO: O projeto de extensão “Meninas Digitais Arretadas” surge com a proposta de incentivar alunas do ensino médio a considerarem a formação profissional em Ciência da Computação. A reunião inicial do Projeto, dividiu os extensionistas em 03 grupos com ações distintas **Objetivo:** Este subgrupo ficou responsável em criar um instrumento investigativo direcionado à identificação de aptidões e possíveis entraves enfrentados por essas meninas na escolha de cursos na área tecnológica. **Fundamentação teórica:** A sub-representação de mulheres na área de tecnologia é um fenômeno complexo e multidimensional, que envolve fatores históricos, culturais, sociais e educacionais. **Metodologia:** O processo iniciou-se com a definição do público-alvo (alunas do 2º ano do ensino médio) e das metas da pesquisa, voltadas ao incentivo da presença feminina na tecnologia. Foi elaborado um instrumento com linguagem acessível e foco em aspectos pertinentes aos objetivos do projeto de extensão. **Resultados:** Esse instrumento será aplicado inicialmente para identificar os fatores que atraem ou afastam meninas da área

de Ciência da Computação, auxiliando em futuras estratégias de inclusão e fixação desse público na área tecnológica.

Palavras-chave: Formação profissional. Mulheres na Tecnologia. Ciência da Computação.

O GOOGLE FAMILY LINK COMO FERRAMENTA DE EDUCAÇÃO E CONTROLE PARENTAL NO CONTEXTO DIGITAL

Ana Beatriz Braga Medeiros

ana.medeiros.27698@aluno.facape.br

Bacharelada em Ciência da Computação

Davi Neemias Cruz de Oliveira

davi.c.oliveira.25075@aluno.facape.br

Bacharelado em Ciência da Computação

José Marcelo Rodrigues Cavalcanti

jose.cavalcanti.26352@aluno.facape.br

Bacharelado em Ciência da Computação

Lucas Carvalho de Oliveira

lucas.c.oliveira.25076@aluno.facape.br

Bacharelado em Ciência da Computação

Luis Gustavo Alencar Moura

luis.moura.26074@aluno.facape.br

Bacharelado em Ciência da Computação

Luiz Gustavo Carvalho Sena de Miranda

luiz.miranda.26709@aluno.facape.br

Bacharelado em Ciência da Computação

Cynara Lira de Carvalho Souza

Professora Orientadora

Faculdade de Petrolina – FACAPE

RESUMO: O presente trabalho avalia a importância do Google Family Link como ferramenta de controle parental no contexto da segurança digital e do uso consciente de dispositivos móveis por crianças e adolescentes, em face da crescente exposição precoce à internet. **Objetivo:** O aplicativo tem o objetivo de auxiliar pais e responsáveis no monitoramento de conteúdo, na gestão do tempo de tela e no bloqueio de aplicativos

inadequados. **Fundamentação Teórica:** Mais do que um mecanismo de restrição, a ferramenta atua como um recurso educativo que incentiva o diálogo e estabelece limites claros. **Metodologia:** O estudo combina análise documental das diretrizes oficiais do Google Family Link com revisão bibliográfica (Google Scholar e Scielo, 2021-2025) sobre controle parental, avaliando a eficácia do aplicativo na mitigação de riscos digitais, como acesso impróprio e uso excessivo. **Resultados (concluídos ou em andamento):** O sucesso do Family Link depende de sua integração com a orientação ativa dos pais, transformando o controle tecnológico em uma valiosa oportunidade de aprendizagem familiar sobre hábitos digitais saudáveis.

Palavras-chave: Google Family Link. Controle Parental. Segurança Digital. Uso Consciente. Cidadania Digital.

PINT OF SCIENCE NO VALE DO SÃO FRANCISCO: FOMENTANDO CIÊNCIA NO SERTÃO PERNAMBUCANO

Maria Giovanna Souza Barbosa

Bacharelada em Psicologia

Universidade Federal do Vale do São Francisco - Univasf

maria.giovannabarbosa@discente.univasf.edu.br

Anna Julia Ferreira dos Santos

Bacharelada em Psicologia

Universidade Federal do Vale do São Francisco - Univasf

anna.julia@discente.univasf.edu.br

Pedro Victor Gomes Rodrigues

Bacharelado em Medicina

Universidade Federal do Vale do São Francisco - Univasf

pedro.victorr@discente.univasf.edu.br

Maria Vitória Nogueira Leite Mendonça Silva

Bacharelada em Medicina

Universidade Federal do Vale do São Francisco - Univasf

maria.v@discente.univasf.edu.br

Bruna Del Vechio Koike

Professora Orientadora

Doutora em Psicobiologia

Universidade Federal do Vale do São Francisco - Univasf

bruna.dvkoike@univasf.edu.br

RESUMO: O festival internacional *Pint of Science* é um evento de divulgação científica anual que promove a conexão de pesquisadores com o público em uma conversa amigável de bar, provendo ao cidadão uma discussão crítica e aprofundada e divulgando as pesquisas realizadas na região. A primeira edição no Brasil foi em 2015 e a primeira no sertão Pernambucano foi realizada pela a Liga de Pesquisa Científica em Saúde da Universidade Federal do Vale do São Francisco, em 2023. **Objetivos:** Divulgação da produção científica e estímulo de atividades extensionistas. **Métodos:** Foram realizadas

apresentações orais durante os dias 19, 20 e 21 de maio de 2025 discutindo problemas sociais, plantas medicinais e saúde da população trans. **Resultados:** O presente trabalho atingiu um público de aproximadamente 250 pessoas que, através do feedback dos participantes, indicaram o sucesso do evento ao trazer pautas pertinentes. A experiência dos três dias demonstrou que, ao ocupar espaços de convivência, a ciência pode se aproximar de públicos diversos, promovendo trocas significativas e ampliando o alcance do conhecimento acadêmico.

Palavras-chave: Divulgação científica. Plantas Medicinais. Problemas sociais. Pint of Science. Extensão.

PROGRAMAÇÃO EM IA NO PICTOBLOX PARA DESENVOLVIMENTO DE JOGOS INTERATIVOS

Hugo Eduardo Dos Santos Rêgo
Bacharelado em Ciência da Computação
Faculdade de Petrolina - FACAPE

Paulo Vinicius de Santana Mudo
Bacharelado em Ciência da Computação
Faculdade de Petrolina - FACAPE

Guilherme Alves Pereira
Bacharelado em Ciência da Computação
Faculdade de Petrolina - FACAPE

Heitor Athos Nunes Pereira
Bacharelado em Ciência da Computação
Faculdade de Petrolina - FACAPE

Sergio F Ribeiro
Prof. Orientador

RESUMO: A Inteligência Artificial (IA) tem se mostrado inovadora em ambientes educativos e lúdicos. O Pictoblox oferece recursos de IA como detecção de movimentos corporais, permitindo jogos interativos que estimulam engajamento e aprendizado. **Objetivo:** Desenvolver um jogo em que o personagem seja controlado pelos movimentos do corpo do jogador, utilizando IA. O projeto visa estimular habilidades cognitivas, coordenação motora e interesse pela programação visual. **Fundamentação Teórica:** Jogos digitais interativos favorecem o desenvolvimento de habilidades cognitivas e pensamento computacional. A IA em jogos educativos permite compreender conceitos de visão computacional e controle por gestos de forma prática e lúdica. **Metodologia:** Planejamento do jogo e da interface, desenvolvimento dos elementos visuais, implementação da detecção de movimentos via IA, criação de obstáculos móveis e testes para ajustar a jogabilidade e a precisão da detecção. **Resultados:** O jogo apresenta movimentação do personagem controlada pelo corpo e obstáculos desafiadores, demonstrando potencial educativo e promovendo interação física e cognitiva de forma lúdica.

Palavras-chave: Inteligência Artificial. Pictoblox. Programação Visual. Jogos Educativos. Detecção de Movimentos.

PROJETO CONEXÃO DIGITAL: CAPTAÇÃO E CADASTRO DE ONG'S

Bianca Silva Ferreira de Oliveira
Bacharelada em Ciências Contábeis
Faculdade de Petrolina – FACAPE

Geovana Vitória Rodrigues Gonçalves
Bacharelada em Ciências Contábeis
Faculdade de Petrolina – FACAPE

Ester Ferreira dos Santos
Bacharelada em Psicologia
Faculdade de Petrolina – FACAPE

Vânia Cristina Lasalvia
Professora Orientadora
Doutora em Educação - UFRGS
Faculdade de Petrolina – FACAPE

RESUMO: O projeto de extensão conexão social tem como propósito promover a integração entre a comunidade acadêmica e organizações não governamentais das cidades de Petrolina (PE) e Juazeiro (BA), fortalecendo redes de solidariedade e ampliando o acesso à inclusão digital. O trabalho teve início com o planejamento das ações do grupo, onde as discentes realizaram encontros presenciais e virtuais para definir estratégias e responsabilidades. **Objetivos:** Mapear e estabelecer parcerias com ONGs locais, criando uma base colaborativa para o desenvolvimento de atividades formativas e de apoio social. **Fundamentação teórica:** o projeto se baseia na importância da articulação comunitária e da inclusão digital como meios de promover cidadania e integração social, apoiando-se em práticas colaborativas e na troca de saberes entre instituições e comunidade. **Metodologia:** foi realizada uma visita ao Transforma Petrolina para fomentar um contato inicial com ONGs cadastradas e criar um banco de dados dessas instituições. **Resultados:** foi realizado o mapeamento de 13 ONGs atuantes na região, estabelecendo o primeiro vínculo institucional para dar andamento às ações definidas no projeto.

Palavras-chave: Trabalho voluntário; Terceiro Setor; Tecnologia inclusiva.

PROJETO CONEXÃO SOCIAL: ELABORAÇÃO DO INSTRUMENTO INVESTIGATIVO

Leticia Vitoria Carvalho

Bacharelada em Direito

Faculdade de Petrolina – FACAPE

Marcelo Henrique Felix da Silva

Bacharelado em Direito

Faculdade de Petrolina – FACAPE

Maria Eduarda Nunes Romão

Bacharelada em Direito

Faculdade de Petrolina – FACAPE

Vânia Cristina Lasalvia

Doutora em Educação - UFRGS

Professor da Faculdade de Petrolina – FACAPE

RESUMO: A transformação digital tem alterado profundamente a forma como organizações públicas, privadas e da sociedade civil atuam. No entanto, muitas organizações não governamentais (ONGs), enfrentam desafios significativos para acompanhar essa evolução tecnológica. **Objetivo:** Fortalecer a presença digital de organizações não governamentais e associações comunitárias por meio da criação de soluções tecnológicas e ações educativas que gerem impacto social real. **Fundamentação teórica:** A inclusão digital, entendida como o acesso e uso qualificado das tecnologias digitais, é considerada um direito fundamental na sociedade. Para as ONGs, esse domínio tecnológico é indispensável para promover sua sustentabilidade, ampliar sua visibilidade, melhorar sua comunicação e aperfeiçoar sua gestão. **Metodologia:** O instrumento criado foi um questionário voltado para identificar o nível de maturidade tecnológica, as dificuldades e as necessidades de capacitação das instituições do terceiro setor cadastradas no Programa Transforma Petrolina. **Resultados:** Essa etapa constitui a base para o planejamento das oficinas e materiais que serão desenvolvidos na continuidade das ações previstas no projeto de extensão Conexão Social.

Palavras-chave: ONG Tecnologia inclusiva. Tecnologia social. Extensão Universitária.

SISTEMA INTEGRADO DE AUTOMAÇÃO AGRÍCOLA PARA MONITORAMENTO AMBIENTAL NA FRUTICULTURA IRRIGADA DO VALE DO SÃO FRANCISCO

Gabriel Martins da Cruz
Faculdade de Petrolina – FACAPE
Bacharelada em Ciência da Computação

Isaac Alves Martins dos Santos
Faculdade de Petrolina – FACAPE
Bacharelada em Ciência da Computação

Janderson Gustavo Santos Souza
Faculdade de Petrolina – FACAPE
Bacharelada em Ciência da Computação

Kauê Lucas de Oliveira Lima
Faculdade de Petrolina – FACAPE
Bacharelada em Ciência da Computação

Rian Lucas da Silva
Faculdade de Petrolina – FACAPE
Bacharelada em Ciência da Computação

Victor Emanuel Bezerra Teixeira
Faculdade de Petrolina – FACAPE
Bacharelada em Ciência da Computação

Ricardo Jose Rocha Amorim
Faculdade de Petrolina – FACAPE
Doutor em Ciência da Computação
Orientador

RESUMO: A fruticultura irrigada do Vale do São Francisco é um dos principais motores do agronegócio brasileiro, destacando-se pela produção e exportação de manga. Essa

atividade impulsiona a economia e o desenvolvimento regional, gerando emprego e renda. O uso de tecnologias de automação e monitoramento ambiental é essencial para garantir eficiência produtiva e sustentabilidade. **Objetivo:** desenvolver um sistema integrado de automação agrícola, utilizando sensores, placas Heltec LoRa V3 e uma API em Python. **Fundamentação teórica:** a integração de tecnologias de Internet das Coisas (IoT) com análise de dados tem se mostrado eficaz na agricultura de precisão, permitindo o monitoramento remoto de variáveis ambientais e decisões mais assertivas. **Metodologia:** o sistema coleta dados de umidade e temperatura do solo em tempo real, transmitidos pelas placas Heltec LoRa V3 para a API em Python, que processa e armazena as informações em banco de dados acessado via interface web. **Resultados:** a solução mostrou-se viável, permitindo o acompanhamento das condições hídricas da plantação e otimizando o uso da água, promovendo práticas agrícolas mais sustentáveis.

Palavras-chave: Fruticultura Irrigada. Automação Agrícola. IoT. Sensores. Sustentabilidade. Vale do São Francisco.

SOLUÇÃO DE REALIDADE AUMENTADA PARA AUXILIAR NA EXECUÇÃO DO RALEIO

Luiz Felipe Miranda de Souza
Bacharelado em Ciência da Computação
Faculdade de Petrolina – FACAPE

Profa. Dra. Dinani Gomes Amorim
Faculdade de Petrolina FACAPE

RESUMO: O Vale do São Francisco é um importante polo frutícola brasileiro, onde a viticultura enfrenta desafios como a necessidade de mão de obra especializada para o raleio de uvas. Essa prática, essencial para melhorar qualidade, tamanho e uniformidade das bagas, é intensiva em trabalho manual. A aplicação de realidade aumentada integrada à inteligência artificial pode otimizar esse processo, guiando trabalhadores em tempo real e aumentando a eficiência produtiva. **Objetivo:** Propor um programa que utiliza realidade aumentada com inteligência artificial para auxiliar o usuário na realização do raleio de uvas, indicando visualmente quais bagas devem ser removidas através de um sistema de cores. **Fundamentação teórica:** A realidade aumentada possibilita sobrepor elementos virtuais ao ambiente real, fornecendo assistência visual inteligente para tomada de decisões em campo (Batista, 2016). **Metodologia:** A pesquisa caracteriza-se como aplicada de natureza qualitativa com enfoque exploratório-descritivo, adotando metodologia de modelagem conceitual de sistemas fundamentada no framework de Design Science Research (DSR). **Resultados (Em andamento):** Os estudos indicam que a integração de sistemas de visão computacional com realidade aumentada pode fornecer assistência visual inteligente para o raleio, com potencial para ganhos de produtividade e redução de erros operacionais, contribuindo para a modernização da viticultura.

Palavras-chave: Realidade Aumentada. Visão Computacional. Viticultura. Raleio de Frutas. Inteligência Artificial.

USO DO SOFTWARE GIMP PARA ELABORAÇÃO DE MATERIAL DIDÁTICO

Pamela Cardoso Araujo

Bacharelada em Ciência da Computação
Faculdade de Petrolina - FACAPE

Rodrigo Otavio Bertipalha de Paula Martins

Bacharelado em Ciência da Computação
Faculdade de Petrolina - FACAPE

Sebastião Araujo Rodrigues

Bacharelado em Ciência da Computação
Faculdade de Petrolina - FACAPE

Hugo Eduardo Dos Santos Rêgo

Bacharelado em Ciência da Computação
Faculdade de Petrolina - FACAPE

Vitor Hugo Rodrigues Carvalho

Doutorando em Engenharia de Computação – UPE
Cientista da Computação – FACAPE
Professor da Faculdade de Petrolina – FACAPE

RESUMO: O uso de ferramentas digitais na educação tem se mostrado cada vez mais relevante, especialmente no design gráfico. A escolha do GIMP justifica-se por ser gratuito e multiplataforma, permitindo que iniciantes desenvolvam práticas criativas com potencial de aplicação profissional. **Objetivo:** Elaborar um material didático que apresente os conceitos fundamentais do GIMP e sua aplicabilidade na criação de logomarcas, por meio de um tutorial prático e de uma cartilha ilustrada. **Fundamentação Teórica:** Baseia-se em estudos sobre letramento digital e democratização do acesso a tecnologias de criação visual, considerando o papel do design como ferramenta de expressão e inclusão. **Metodologia:** Consistiu na consulta à documentação oficial do GIMP, tutoriais em vídeo e artigos sobre o tema, que serviram de base para a elaboração de um roteiro destinado à produção de um vídeo tutorial. Em complemento, desenvolveu-se uma cartilha ilustrada em linguagem acessível, disponibilizada online, juntamente com o tutorial no YouTube. **Resultados:** O trabalho atingiu seu objetivo, resultando em

materiais didáticos que podem contribuir para o letramento digital e a introdução de novos usuários ao GIMP, oferecendo um ponto de partida para o aprendizado prático e criativo.

Palavras-chave: Educação Tecnológica. Letramento Digital. Edição de Imagens. Identidade Visual.

ANÁLISE DE INDICADORES ESG UTILIZANDO POWER BI: UM ESTUDO DE CASO FOCADO NA SUSTENTABILIDADE

Maria Dayane Vieira Machado
Bacharelanda em Ciência da computação
Faculdade de Petrolina - FACAPE

Ricardo José Rocha Amorim
Doutor em Ciência da Computação
Faculdade de Petrolina - FACAPE

RESUMO: O trabalho analisa métricas ESG com foco em sustentabilidade, a partir de um questionário aplicado a empresários para compreender o posicionamento das organizações frente às práticas sustentáveis. Propõe-se uma plataforma de verificação do índice de implementação ESG utilizando o Power BI da Microsoft. Entre os objetivos específicos estão: identificar métricas de implantação ESG, elaborar visualizações de dados e apresentar os resultados de forma interativa. A pesquisa é exploratória, com abordagem mista, utilizando formulários para coleta e análise comparativa entre empresas de diferentes segmentos. Os dados foram tratados e visualizados no Power BI. Os resultados revelam que, embora as empresas reconheçam a importância da sustentabilidade, enfrentam dificuldades em aplicar práticas efetivas. Observou-se que 50% das empresas não possuem projetos sustentáveis, reforçando a necessidade de maior conscientização e investimento em ações ESG.

Palavras-chave: ESG. Sustentabilidade. Indicadores. Dashboard.

ABSTRACT: This work analyzes ESG metrics with a focus on sustainability, based on a questionnaire applied to business leaders to understand the positioning of organizations regarding sustainable practices. A platform for verifying the ESG implementation index using Microsoft Power BI is proposed. Specific objectives include: identifying ESG implementation metrics, developing data visualizations, and presenting the results interactively. The research is exploratory, with a mixed-methods approach, using forms for data collection and comparative analysis between companies from different sectors. The data were processed and visualized in Power BI. The results reveal that, although

companies recognize the importance of sustainability, they face difficulties in implementing effective practices. It was observed that 50% of companies do not have sustainable projects, reinforcing the need for greater awareness and investment in ESG actions.

Keywords: ESG. sustainability. Indicators. Dashboard.

1 INTRODUÇÃO

No decorrer do tempo a raça humana tem evoluída significativamente em termos tecnológicos, engenharias, construções e saúde porém a humanidade ainda precisa evoluir muito em boas práticas de sustentabilidade e com essas mudanças significativas o clima em aspecto global tem mudado muito e para pior, deixando o nosso planeta mais quente, mais difícil de respirar, perda de recursos naturais, poluição do solo, poluição das águas, desequilíbrio ambiental. Essa é uma situação mundial em que temos que usar de todas as armas para melhorar essa situação e uma forma de melhoria é adquirir boas práticas de sustentabilidade, as boas práticas podem começar a partir de cada um, mas é no meio corporativo que ela ganha destaque e pode abranger todas as áreas. A Corporate Sustainability Management (CSM) é uma premiação do mundo corporativo conhecida mundialmente onde premia empresas por boas práticas de sustentabilidade deixando a marca em alta no mercado caracterizando a sustentabilidade como um item fundamental ao tomar a decisão de investimos sendo um elemento ativo a ser reconhecido pelas empresas (Viana et al.; 2021).

Um dos grandes e recentes indicadores de sustentabilidade é o Environmental, Social and Governance (ESG), que na tradução livre significa Ambiental, Social e Governança sua ideia é que os indicadores gerados a partir de pesquisas se torne referência no mercado.(APLANET 2023) E isso vem acontecendo com grande impacto, hoje em dia a empresa que não adota essas práticas de forma sustentável e duradoura pode ser deixada de lado no mercado, essa forma de avaliação de performance tem se tornado cada vez mais comum entre as empresas, as mesmas sabem o impacto que as

boas práticas podem causar para a imagem da empresa e os lucros que são gerados a partir dela. (APLANET 2023).

A inovação ambiental e a sustentabilidade corporativa podem ser vislumbradas a partir da perspectiva da visão Baseada em Recursos (VRB). Visto que a literatura argumenta que as empresas que se engajam em práticas sustentáveis desenvolvem um conjunto de recursos únicos, internos, como P&D, recursos humanos, rotinas e know-how ou externos, tais como fontes de conhecimento provenientes da aquisição de conhecimento incorporado, cooperação com fornecedores ou universidades, entre outros (Barney, 1991; Cainelli et al., 2015; Chatterjee, Chaudhuri, & Vrontis, 2021; Sempere-Ripoll, Estelles-Miguel, Rojas-Alvarado, & Hervas-Oliver, 2020; Sharma, Bhattacharya, & Thukral, 2019; Wernerfelt, 1984).

A gestão da sustentabilidade corporativa é vista como um elemento ativo que as empresas devem exercer para serem financeiramente seguras, reduzir o impacto ambiental e alinhar suas estratégias com as expectativas da sociedade" (Leal & Silva, 2023, p. xx).

Assim sendo, a análise inteligente de dados é a base para as práticas de Inteligência Empresarial, do inglês *Business Intelligence* (BI), cujos principais benefícios são: oferecer apoio para melhores decisões, otimizar processos e auxiliar a realização de objetivos estratégicos, segundo Wanda e Stian (2015 apud CASEIRO; COELHO, 2019).

Permitindo que as empresas possam compreender a sustentabilidade e as práticas ESG como elementos estratégicos e decisivos no processo de tomada de decisão. Busca-se demonstrar que a implementação de práticas sustentáveis pode gerar benefícios concretos, como a melhoria do desempenho financeiro e o aumento da competitividade empresarial.

2 OBJETIVOS

2.1 GERAL

Propor plataforma de verificação de índice de implementação ESG baseada em Power BI da Microsoft.

2.2 ESPECÍFICOS

- Identificar parâmetros (ou métricas) referentes a implantação ESG;
- Elaborar modelo de visualização de dados para ESG;
- Desenvolver interface de apresentação de dados ESG;

3 INTRODUÇÃO

O conceito de desenvolvimento sustentável foi definido pela primeira vez em 1983, pela Comissão Mundial do Meio Ambiente e Desenvolvimento, através da liberação do relatório “Nosso Futuro Comum”, aprovado pela Assembleia Geral da ONU. Nele, “o desenvolvimento sustentável é aquele que atende às necessidades do presente sem comprometer a possibilidade de as gerações futuras atenderem as suas próprias necessidades” (BRUNDTLAND, 1987).

De acordo com Carlo Pereira, Diretor-executivo da Rede Brasil do Pacto Global, o Brasil vivencia a ascensão do conceito ESG, com uma intensa mobilização do mercado, em parte, por conta da pandemia da Covid-19. “Uma das consequências da crise causada pelo novo coronavírus foi o despertar da consciência de parcelas maiores da sociedade para questões ligadas à sustentabilidade. As empresas brasileiras aceleraram suas práticas sustentáveis em um movimento sem volta. O ESG hoje em dia não é uma evolução da sustentabilidade empresarial, mas sim a própria sustentabilidade empresarial” (PACTO GLOBAL, 2021).

3.1 A IMPORTÂNCIA DE KPIS NA ANÁLISE DE SUSTENTABILIDADE

Os Key Performance Indicators (KPIs), Indicadores de Desempenho Chave, proporcionam a oportunidade de avaliar a eficácia de funções individuais e gestão de processos empresariais. Um sistema de KPIs é geralmente representado por valores mensuráveis. Esse indicador de desempenho e o diagnóstico dele são muito relevantes

para os benefícios econômicos e estratégicos de uma organização (DARYAKIN; SKLYAROV; KHASANOV, 2019).

Cada indicador de desempenho tem sua relevância e reflete uma área específica do funcionamento da organização. Por exemplo, os preços podem indicar a competitividade no mercado, as taxas de retorno podem mensurar a efetividade dos investimentos realizados, a eficiência pode indicar a produtividade e o uso otimizado dos recursos, a qualidade do produto pode ser um reflexo da satisfação dos clientes, os lucros obtidos mostram a viabilidade financeira do negócio e o progresso técnico pode evidenciar o desenvolvimento de novas tecnologias e inovações (DA SILVA LEÃO, 2023).

3.2 TECNOLOGIAS USADAS PARA COLETA E MANIPUAÇÃO

Diante da vasta quantidade de informações e da necessidade de compreendê-las, as empresas buscam ferramentas que simplifiquem a análise de dados. Essas ferramentas permitem a obtenção dos dados, seu tratamento e análise, resultando na criação de painéis ou relatórios. Uma dessas ferramentas disponíveis no mercado é o Microsoft Power BI, que transforma dados em informações coerentes e interativas, facilitando a visualização de indicadores e gráficos. (FRAGOSO, 2024)

O Power BI da Microsoft se destaca no campo da Inteligência de Negócios devido à sua capacidade de integração com diversas fontes de dados, como Excel, bancos de dados e linguagens de programação, como Python, SQL e R. Além disso, ele oferece a oportunidade de criar apresentações interativas e acessar visualizações em tempo real para os usuários finais (SANTOS, 2018).

3.3 INTERFACE DO USUÁRIO

O dashboard a ser construído contempla integralmente o que um sistema de BI tradicional propõe, dashboards são construídos para visualizar as interações construídas através do Power BI. Gráficos interativos do tipo pizza,anel, barras, linhas, mapa de manchas, linhas como barra, entre vários formatos. (SANTOS, 2018)

Utiliza-se a "marcação" do HTML para definir os elementos e descrever a estrutura de uma página Web. A marcação é realizada por marcadores chamados "tags". Esses elementos indicam ao navegador como exibir o conteúdo.

Cascading Style Sheets (CSS), ou Folhas de Estilo em Cascata em português, é uma linguagem de estilo para definição da apresentação de elementos HTML. O nome "cascata" refere-se às regras de aplicação dos estilos, que consideram a ordem e a especificidade de seus seletores. O terceiro pilar do desenvolvimento front-end, referente ao código executado pelo navegador, é o JavaScript (JS). Diferentemente de HTML e CSS, que são, respectivamente, linguagens de marcação e de estilo, o JavaScript é uma linguagem de programação. É o JS que permite programar o comportamento da interface, habilitando a criação de páginas Web interativas e dinâmicas, ou seja, o conteúdo apresentado na página irá mudar de acordo com a interação do usuário e dos dados armazenados. JavaScript é uma linguagem de script, ou seja, seu código roda em um ambiente de execução, sendo interpretado, e não é submetido a um processo de compilação. Os navegadores atuais implementam mecanismos para interpretar scripts em JS e, mais recentemente, a plataforma Node.js tornou possível que a linguagem seja utilizada em outros cenários, particularmente na programação de servidores Web. (CUNHA, 2024)

4 METODOLOGIA

A pesquisa proposta teve como fundamento o uso da técnica de análise exploratória para promover uma melhor compreensão das práticas ESG (Ambiental, Social e Governança) aplicadas em empresas. Foi utilizado um formulário direcionado a proprietários e gestores de empresas, com uma abordagem híbrida que combina métodos qualitativos e quantitativos. Os dados coletados foram analisados e visualizados em gráficos no Power BI, destacando as experiências práticas de quem vivencia os desafios do setor.

Foi criado um questionário com a plataforma do Google Forms, a pesquisa contou com um total de 16 perguntas de forma objetiva, com tempo médio de 15 a 25 segundos

para responder cada questão. As perguntas foram baseadas totalmente nas métricas que a ESG aborda para adquirir uma certificação para a empresa ou até mesmo quais medidas são usadas em cada empresa e em qual nível a empresa se enquadra nas métricas que são sugeridas. O que ajudou a entender melhor como está o comprometimento das empresas em práticas sustentáveis em sua corporação.

Cada questão foi pensada com o intuito de conhecer melhor cada empresa para que a partir do dashboard possa realizar comparações entre outras empresas do mesmo segmento ou segmentos diferentes, identificando melhorias e oportunidade para que a empresa possa ter uma ascensão na tomada de decisão.

Além do questionário, a construção e desenvolvimento dos indicadores foi realizado com o uso de tecnologias como a biblioteca Pandas, do Python, enquanto o SQL Server foi utilizado para a criação, consulta e armazenamento dos dados. O Power BI Desktop da Microsoft é a ferramenta principal para construção dos dashboards, possibilitando a inserção e manipulação dos dados de forma visual.

Os indicadores gerados são apresentados em um site desenvolvido com tecnologias como JavaScript e Node.js para funcionalidades e servidor, e Bootstrap para aprimoramento do design, proporcionando uma integração com o Power BI Desktop da Microsoft. A combinação dessas tecnologias facilita a comunicação e o entendimento dos dados pelo usuário final.

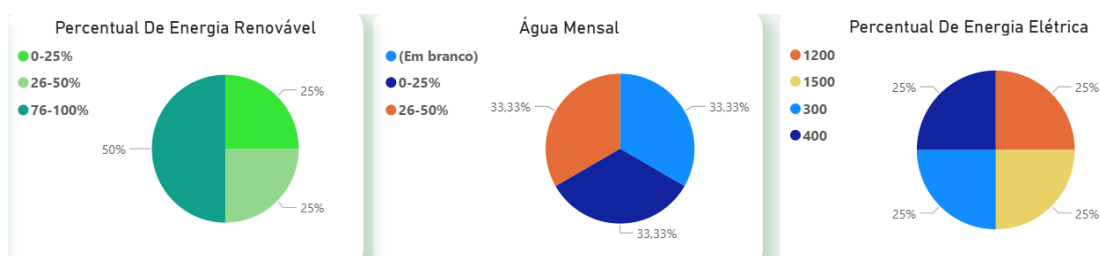
5 DESENVOLVIMENTO

O dashboard desenvolvido conta com três gráficos ao todo. Os dados são representados de três formas diferentes: **gráfico de pizza** onde são os dados qualitativos, **gráfico espacial** onde representa a delimitação das fronteiras territoriais entre municípios, estados e países, mostrando e destacando onde estão localizadas as empresas pesquisas. **Gráfico de área** mostrando a comparação de resíduos e redução de carbono.

5.1 DADOS AMBIENTAIS

Conforme apresentado na figura 1, os gráficos apresentavam a porcentagem de água utilizada nas empresas, energia renovável e energia elétrica que é gasta ou reutilizada na empresa.

Figura 1 - Gráficos apresentam o resultado das pesquisas sobre energia elétrica, energia renovável e consumo de água mensal. Utilizando de porcentagem para exemplificar os valores apresentados por cada empresa. O primeiro gráfico se refere a porcentagem de energia renovável, o segundo é um comparativo de água mensal e o terceiro de energia elétrica gasta na empresa.



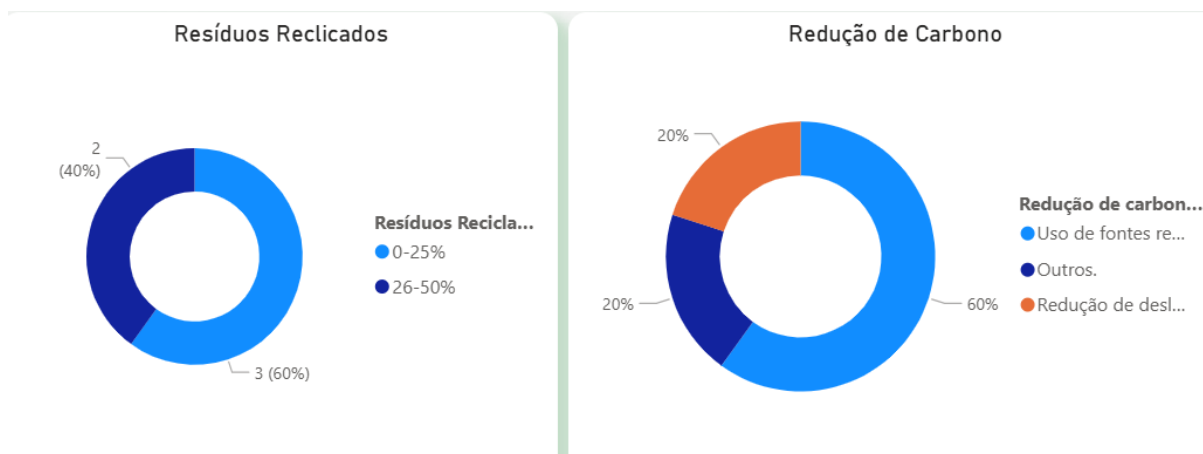
Fonte: Elaborado pelo Autor (2025)

5.2 RESÍDUOS RECICLADOS X REDUÇÃO CARBONO

Conforme a figura 2, os gráficos apresentam também quais os tipos de resíduos são reciclados em comparação com redução de carbono e se a empresa aborda essa questão em sua empresa. Se a empresa utiliza de alguma forma ou reutiliza água. Usar energia renovável também é uma forma de reduzir o carbono. “A energia solar reduz drasticamente a dependência de combustíveis fósseis, que são grandes responsáveis pela emissão de gases do efeito estufa. Como fonte limpa e renovável, a energia solar não libera CO₂ durante sua geração, ajudando a diminuir o impacto ambiental da matriz energética. Além disso, sua adoção em larga escala contribui para a transição energética, tornando a produção de eletricidade mais sustentável.” (SOLARPRIME, 2025, n.p)

Figura 2 - É possível identificar no lado direito o gráfico redução de carbono que têm descrito quais os tipos de ações foram feitos para reduzir a emissão de carbono. No

esquerdo Resíduos Reciclados comparando entre resíduos reciclados e redução de carbono.

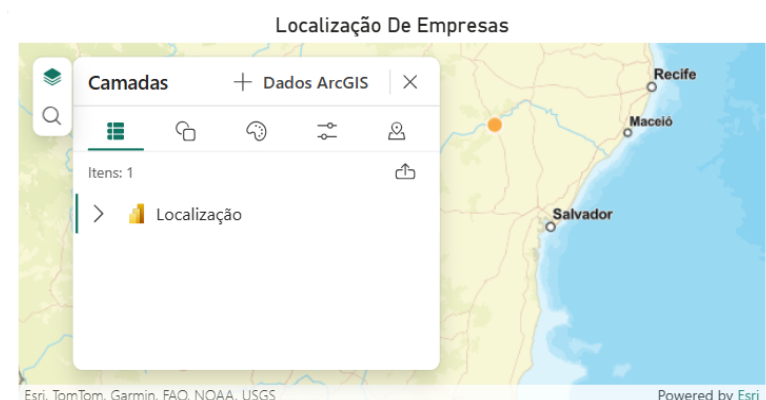


Fonte: Elaborado pelo Autor (2025)

5.3 LOCAL DAS EMPRESAS PESQUISADAS

A figura 3 é um gráfico que foi utilizado no Dashboard o ArcGIS Dashboard para apresentar a localização de cada empresa, com dados apresentados em tempo real para que possa ser feito uma melhor análise de cada região, onde possui mais incidência, o ArcGIS também possui algumas funcionalidades que podem ser usadas como a pesquisa de localização, a organização em camadas. Onde é possível visualizar no mapa os destaques das localizações através do ponto laranja destacado no ArcGIS.

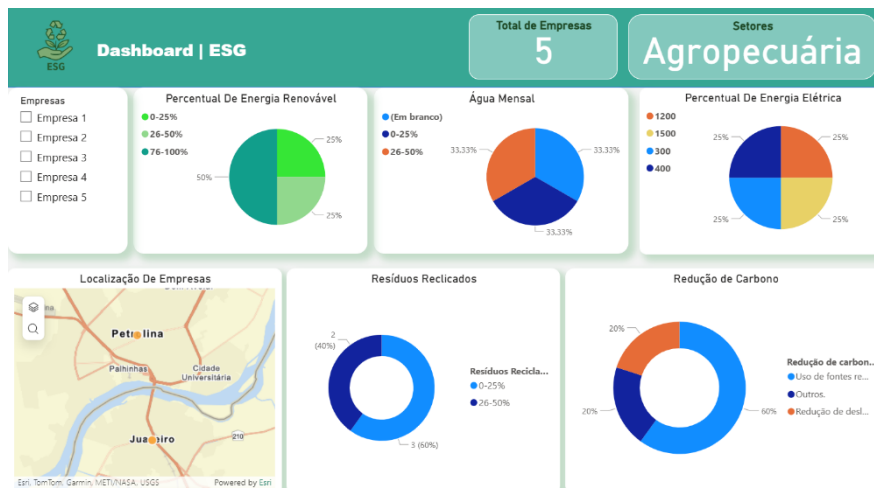
Figura 3 - O gráfico de mapa ArcGis apresenta funcionalidades onde é possível realizar uma pesquisa de cidades, realizar a mudança de visualização assim como preferir o usuário.



Fonte: Elaborado pelo Autor (2025)

5.4 DASHBOARD

Figura 4 - Dashboard do projeto, onde é possível visualizar percentual de energia, água mensal, energia elétrica, localização das empresas que responderam, resíduos reciclados e redução de carbono. Todos os dados apresentados em porcentagem.



Fonte: Elaborado pelo Autor (2025)

5.5 RESULTADOS DA PESQUISA COMPLEMENTAR

Conforme demonstrado na tabela 1, dentre as perguntas aplicadas, algumas envolveram certificações e investimentos ambientais que as empresas poderiam ter

adotado. Essas questões não foram incluídas no dashboard devido ao formato dos dados, mas são apresentadas aqui para análise.

Tabela 1 - Resultados da pesquisa sobre investimentos e certificações ambientais. Mostrando dados que não foram representados no dashboard devido ao formato de resposta, mas está sendo apresentado na tabela.

Pergunta	Resposta	Percentual
A empresa realizou investimentos em inovação ambiental nos últimos anos?	Sim	60%
	Não	40%
Se sim, quais foram os principais investimentos?	Tecnologias limpas	33,3%
	Eficiência energética	33,3%
	Economia circular (redução de desperdício e resíduos ao mínimo)	33,3%
	Outros	0%
A empresa possui projetos voltados para a sustentabilidade ambiental?	Sim	40%
	Não	60%
Quais certificações a empresa possui?	ISO 14001 (conformidade com requisitos de licenciamento ambiental)	50%
	Selo Verde (atendimento a normas para exportação de produtos e serviços sustentáveis)	50%
	Carbon Trust (iniciativa para aceleração da descarbonização do setor privado)	0%

Fonte: Elaborado pelo Autor (2025)

6 CONCLUSÃO

Essa pesquisa teve como objetivo desenvolver um dashboard interativo a partir de dados coletados por meio de um questionário no formulário do google, que foi enviado para empresas, visando analisar o comportamento organizacional frente a critérios exigidos pelo ESG (Ambiental, Social e Governança) onde a métrica focada neste trabalho foi o ambiental. A partir da construção do dashboard foi possível ter uma visualização clara e objetiva de como as empresas têm se posicionado sobre a sustentabilidade em sua organização.

Os resultados objetivos demonstram que embora as organizações já reconheçam a importância de práticas sustentáveis em suas empresas, é preciso avançar diante das dificuldades, especialmente em como utilizar de recursos e como implementar ações que possam ser eficazes para que a empresa possa ter mais sustentabilidade no seu dia a dia. Um exemplo é que 50% das empresas não possuem nenhum projeto de sustentabilidade sendo feito em sua empresa. Porém diante dos resultados apresentados 50% das empresas utilizam energia renovável em sua empresa, 25% utiliza apenas 26 - 50% dessa energia e outros 25% utilizam de 0 - 25% dessa energia. Levando em consideração também que 60% das empresas que responderam ao questionário possuem outros meios de reduzir a emissão de carbono em sua empresa. Os resultados evidenciaram que a maioria das organizações investe em tecnologias limpas e eficiência energética, além de adotar certificações como a ISO 14001. Tais achados reforçam a relevância das práticas ESG como diferencial competitivo no mercado atual.

Este trabalho contribui para ampliar a visão estratégica de como as empresas podem utilizar os dados levantados para trazer sustentabilidade promovendo assim sua empresa no mercado. Pesquisas realizadas recentemente apontam que a busca pelo produto/marca que trabalha com responsabilidade sustentável tem ganhado cada vez mais notoriedade no mercado. Neste sentido, um estudo publicado em 2022, promovido pelo Instituto Akatu e pela GlobeScan, aponta que os clientes têm altas expectativas quanto às políticas de sustentabilidade de empresas. O relatório demonstra que 81% dos brasileiros afirmam que o que é bom para um indivíduo nem sempre é bom para o meio ambiente. 26% dos brasileiros acreditam que os maiores influenciadores de um estilo de

vida mais ecológico são as empresas e marcas, e 55% confirmam estarem dispostas a pagar mais por produtos ou marcas mais sustentáveis. (Portal solar 2024 - 2025)

A pesquisa contou com um número restrito de empresas respondentes, o que pode limitar a generalização dos resultados. O questionário foi enviado a donos de empresas, representantes de empresas para que pudessem responder, infelizmente devido a disponibilidade desses representantes, a amostragem do dashboard não apresenta uma quantidade muito grande de dados.

Sugere-se para trabalhos futuros a implementação de outros indicadores das empresas como dashboards financeiros, dashboard com análise em recursos humanos acerca da empresa, abordando assim todas as métricas do ESG, já que a usada nesta pesquisa é apenas a métrica ambiental. A aplicação desse dashboard em uma plataforma web também é válida para que assim, os gestores possam analisar diariamente como sua empresa está em questões ambientais, possibilitando que a gestão da empresa possa criar estratégias para alcance de novos clientes, ideias de marketing para promover a empresa destacando que ela possui certificações ou que tem usado bem os recursos naturais sem gastos excessivos. Ainda assim, este estudo oferece uma base significativa para gestores e pesquisadores interessados em promover ações sustentáveis, fortalecendo o compromisso ambiental e social das organizações.

REFERÊNCIAS

APLANET (2023). **Indicadores de sustentabilidade: definição, tipos de KPI e o seu uso no plano da sustentabilidade**. Disponível em: Indicadores de sustentabilidade: definição, tipos de KPI e o seu uso (aplanet.org).

Araújo, R. A. M., Correia, T. S., & Câmara, R. P. B. (2022). **Influência da Inovação Ambiental na Sustentabilidade Corporativa em Companhias Latino-Americanas**. Revista Organizações & Sociedade, 29(101), 303-328. DOI: 10.1590/1984-92302022v29n0013PT.

BRUNDTLAND (1987). **Report of the World Commission on Environment and Development** (1987).

CASEIRO, N.; COELHO, A. **The influence of Business Intelligence capacity, network learning and innovativeness on startups performance**. Journal of Innovation & Knowledge, 2019, v. 4, p. 139-145.

CUNHA, Bruna Carolina Rodrigues da. **Desenvolvimento full-stack com Javascript: uma visão geral e prática**. Minicursos, 2024. DA SILVA LEÃO, Airton Pereira et al. **Power BI Para Tomada De Decisões Estratégicas: Análise De Indicadores-Chave De Desempenho (Kpis)**. REVISTA FOCO, v. 16, n. 7, p. e2472-e2472, 2023.

FRAGOSO, Fernanda Araújo. **Desenvolvimento de um painel de gestão para acompanhamento e melhoria dos serviços de saneamento prestados na região metropolitana de Maceió**. 2024. 52 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Engenharia Civil) – Centro de Tecnologia, Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2023.

Leal, T. L. M. de C., & Silva, V. N. (2023). **Relação entre ESG e Sustentabilidade Corporativa: Uma Análise sob o Viés do Desenvolvimento Sustentável**. Revista de Administração de Empresas Eletrônica-RAEE, 1(19). Disponível em: <https://seer.faccat.br/index.php/administracao/article/view/3286>.

PACTO GLOBAL. Rede Brasil do Pacto Global. **“Stilingue e Rede Brasil do Pacto Global lançam estudo sobre a evolução do ESG no Brasil.”** Maio de 2021.

SANTOS, R. D. C. **Power BI: a experiência de implantação em um escritório de contabilidade**. 2018. Trabalho de Conclusão de Curso. Universidade Federal da Paraíba.

SOLARPRIME. Emissão de CO₂. Disponível em: <https://solarprime.com.br/emissao-de-co2>. Acesso em: 10 set. 2025.

AVALIAÇÃO DA USABILIDADE DO APLICATIVO MEU INSS EM DISPOSITIVOS MÓVEIS PARA IDOSOS DO VALE DO SÃO FRANCISCO

Klédson Sullyman Campos da Silva
Bacharelado em Ciência da Computação
Faculdade de Petrolina – FACAPE

Alexandre Braga Gomes
Professor Orientador
Doutor em Ciência da Computação
Faculdade de Petrolina - FACAPE

RESUMO: Introdução: A transformação digital impõe desafios de inclusão ao público idoso, sobretudo no acesso a serviços governamentais por aplicativos móveis como o Meu INSS, onde há barreiras cognitivas, visuais e tecnológicas. Objetivo: Avaliar a usabilidade do aplicativo Meu INSS em dispositivos móveis para idosos do Vale do São Francisco e propor recomendações de acessibilidade. Fundamentação teórica: A pesquisa se apoia em princípios de Interação Humano-Computador (IHC), nas 10 heurísticas de Nielsen (1994) e nas diretrizes da ISO 9241-11 e WCAG 2.1. Metodologia: Estudo quantitativo com aplicação de questionário estruturado via Google Forms (n=21) a idosos e cuidadores que utilizam o aplicativo. Resultados: A maioria relatou dificuldades moderadas a altas em leitura, navegação e login, relacionadas ao tamanho das letras, linguagem técnica e ausência de suporte acessível. Conclusão: O aplicativo Meu INSS apresenta limitações de usabilidade para o público idoso, exigindo interfaces simplificadas, linguagem clara e recursos de acessibilidade que promovam inclusão digital e autonomia.

Palavras-chave: Usabilidade. Acessibilidade digital. Interação Humano-Computador. Inclusão digital. Idosos.

ABSTRACT: Introduction: Digital transformation imposes inclusion challenges for the elderly, especially when accessing government services through mobile applications such as Meu INSS. Objective: To evaluate the usability of the Meu INSS mobile application for elderly people in the São Francisco Valley and propose accessibility improvements. Theoretical foundation: The study is based on Human-Computer

Interaction (HCI) principles, Nielsen's 10 usability heuristics (1994), and ISO 9241-11 and WCAG 2.1 guidelines. Methodology: Quantitative study with a structured questionnaire (n=21) applied via Google Forms to elderly users and caregivers. Results: Most participants reported moderate to high difficulties in reading, navigation, and login. Conclusion: The Meu INSS app shows usability limitations for elderly users, reinforcing the need for simplified interfaces and accessible design.

Keywords: Usability. Digital Accessibility. Human-Computer Interaction. Digital Inclusion. Elderly.

1 INTRODUÇÃO

O envelhecimento populacional e a transformação digital trouxeram novos desafios à inclusão tecnológica dos idosos, especialmente em regiões com menor acesso à capacitação digital. Estudos mostram que a população idosa enfrenta maiores dificuldades cognitivas, sensoriais e tecnológicas no uso de dispositivos móveis e serviços digitais (MARINHO, 2022; SELIMOVIC, 2018). Esses desafios tornam mais complexa a interação com interfaces que não são projetadas com foco nas necessidades desse público (NORMAN, 2013).

No contexto dos serviços públicos brasileiros, o aplicativo Meu INSS é uma ferramenta essencial para o acesso a benefícios previdenciários. Entretanto, ao concentrar uma grande quantidade de funcionalidades e etapas, o aplicativo apresenta barreiras de usabilidade que podem comprometer sua eficácia, eficiência e satisfação — princípios fundamentais estabelecidos pela ISO 9241-11 (2008) e pelas heurísticas de Nielsen (1994).

Diante desse cenário, este estudo busca avaliar a usabilidade do aplicativo Meu INSS em dispositivos móveis, com foco no público idoso do Vale do São Francisco, identificando as principais dificuldades enfrentadas e propondo melhorias voltadas à acessibilidade digital. A relevância da pesquisa está em contribuir para a inclusão tecnológica desse público, alinhando-se às diretrizes internacionais de acessibilidade, como as WCAG 2.1 (W3C, 2018), e aos princípios de Interação Humano-Computador, que

ênfatisam a importância de interfaces compreensíveis e centradas no usuário (PREECE et al., 2015).

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A Interação Humano-Computador (IHC) investiga como as pessoas interagem com sistemas digitais, considerando aspectos cognitivos, perceptivos e sociais (PREECE; ROGERS; SHARP, 2015). A usabilidade, conforme a ISO 9241-11 (2008), mede a eficácia, eficiência e satisfação do usuário ao alcançar objetivos específicos em determinado contexto de uso (ISO 9241-11, 2008). As 10 heurísticas de Nielsen (1994) constituem princípios clássicos de usabilidade aplicáveis a interfaces digitais, incluindo visibilidade do status do sistema, correspondência com o mundo real, controle e liberdade do usuário, consistência, prevenção de erros e design estético (NIELSEN, 1994).

No contexto brasileiro, a discussão sobre exclusão digital e envelhecimento aponta desafios específicos em regiões com menor oferta de capacitação digital (MARINHO, 2022). Ademais, a Lei Brasileira de Inclusão (Lei nº 13.146/2015) reforça a obrigação de que serviços públicos digitais sejam acessíveis e utilizáveis por todos os cidadãos (BRASIL, 2015).

A acessibilidade digital é aplicada na prática por meio das diretrizes WCAG 2.1, que estabelecem padrões para tornar sistemas perceptíveis, operáveis, compreensíveis e robustos (W3C, 2018). No contexto do envelhecimento, autores como Norman (2013) e Selimovic (2018) ressaltam que as limitações cognitivas e sensoriais exigem interfaces mais simples e intuitivas, com contrastes adequados e linguagem acessível (NORMAN, 2013; SELIMOVIC, 2018).

3 METODOLOGIA

A pesquisa caracteriza-se como quantitativa e descritiva, voltada à análise da usabilidade do aplicativo Meu INSS entre idosos e intermediários que auxiliam no uso tecnológico. O instrumento de coleta consistiu em um questionário estruturado em

Google Forms, composto predominantemente por perguntas fechadas baseadas nas heurísticas de Nielsen, além de uma questão aberta destinada a registrar observações espontâneas dos respondentes. A coleta ocorreu de forma remota e voluntária, garantindo maior alcance dentro da região estudada.

A amostra foi formada por 21 participantes, entre idosos e familiares ou cuidadores residentes no Vale do São Francisco. Todos responderam ao questionário por meio de dispositivos móveis, refletindo o contexto real de uso do aplicativo Meu INSS. Os dados quantitativos foram analisados por estatística descritiva, com apresentação em gráficos percentuais que permitem visualizar padrões de dificuldade, frequência de uso e percepção de acessibilidade. As respostas abertas foram examinadas por uma análise qualitativa complementar, identificando relatos recorrentes e observações relevantes para compreensão da experiência do usuário.

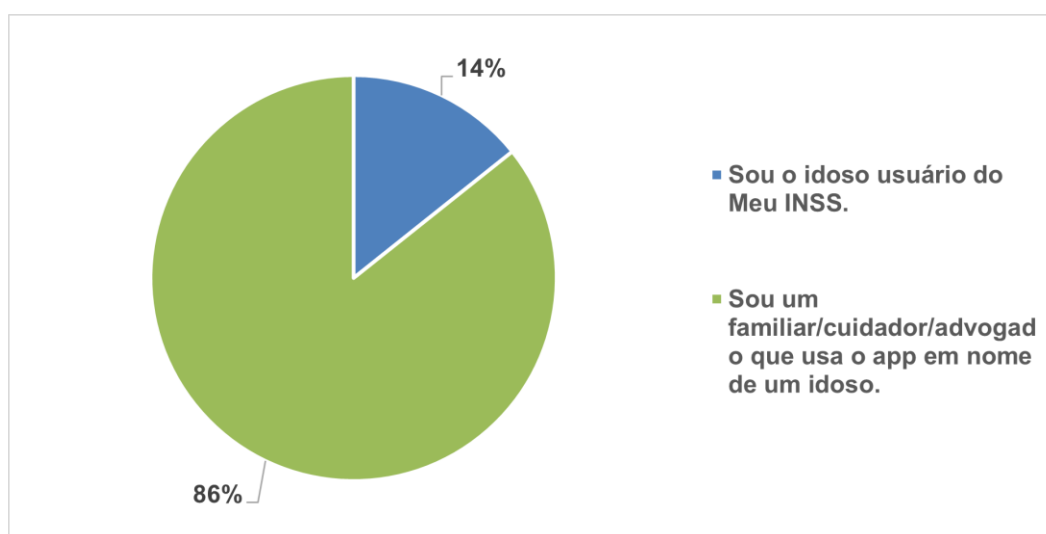
Para organização e interpretação dos resultados, as categorias analíticas foram estruturadas conforme princípios fundamentais de usabilidade: legibilidade, linguagem, navegação, feedback, autenticação e suporte. Essas categorias permitiram classificar de forma consistente os indicadores levantados no questionário, possibilitando uma leitura clara das principais barreiras encontradas pelos idosos durante o uso do Meu INSS.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os resultados foram organizados em quatro dimensões principais, conforme as categorias definidas na metodologia. A seguir, apresentam-se os gráficos e quadros derivados das respostas do questionário, acompanhados de interpretações que dialogam com a literatura de usabilidade, acessibilidade e interação humano-computador.

4.1 PERFIL DOS RESPONDENTES

Figura 1 – Perfil dos respondentes



Fonte: Dados da pesquisa, 2025.

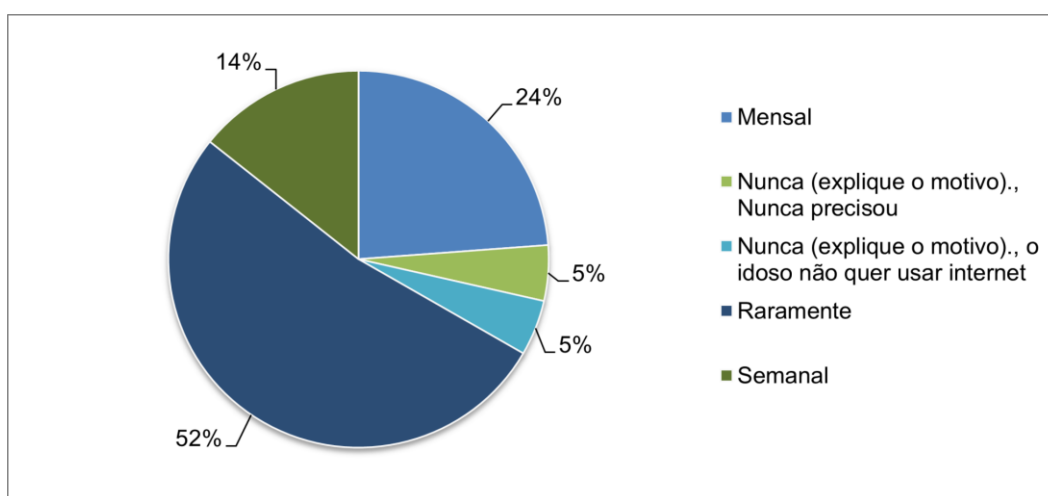
A amostra foi composta predominantemente por intermediários (85,7%) e, em menor proporção, por idosos (14,3%), evidenciando o papel central de familiares e cuidadores no apoio ao uso de tecnologias por pessoas idosas no Vale do São Francisco. Esse padrão reforça a dependência digital observada na região, indicando que muitos idosos ainda não possuem domínio suficiente para utilizar, de forma autônoma, aplicativos governamentais como o Meu INSS. Além da caracterização do perfil, também foi investigada a frequência de uso e o grau de autonomia dos respondentes no acesso ao aplicativo.

4.2 FREQUÊNCIA E AUTONOMIA NO USO

Os resultados mostram que a maioria dos participantes utiliza o aplicativo Meu INSS apenas quando necessário, principalmente para realizar serviços específicos, como consultas de extratos ou agendamentos. Observou-se que grande parte dos respondentes depende de ajuda de terceiros para realizar o login ou compreender as etapas do processo, indicando baixa autonomia digital. Esse comportamento é consistente com as limitações cognitivas e tecnológicas associadas ao envelhecimento, discutidas por Preece et al. (2015) e Norman (2013).

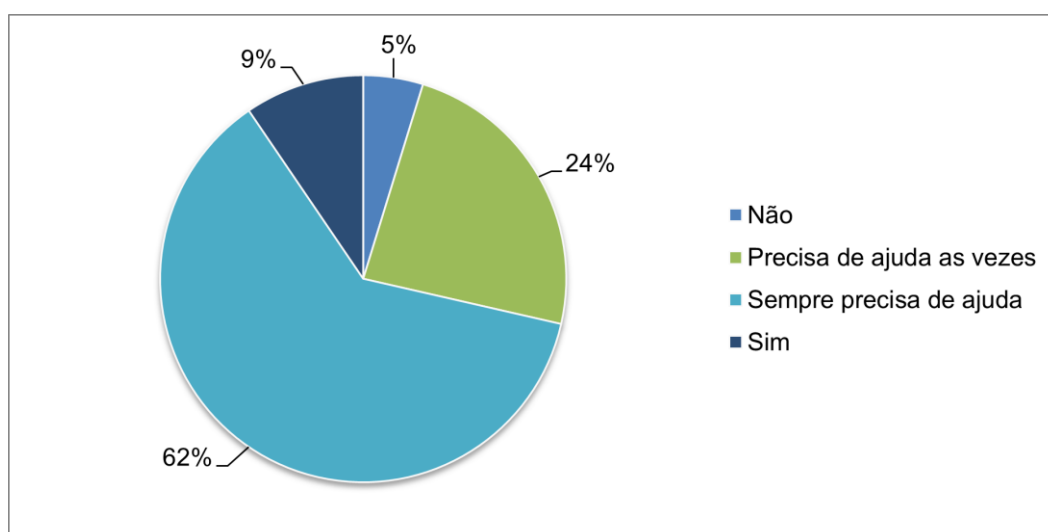
Essa tendência também reflete a baixa alfabetização digital na população idosa brasileira, especialmente em regiões fora dos grandes centros urbanos. No Vale do São Francisco, essa limitação afeta diretamente a experiência de uso, aumentando a frustração e reduzindo a frequência de acesso aos serviços digitais. Esses achados reforçam a necessidade de interfaces mais intuitivas e acessíveis para ampliar a autonomia do público idoso.

Figura 2 – Frequência de uso do aplicativo



Fonte: Dados da pesquisa, 2025.

Figura 3 – Grau de autonomia no uso



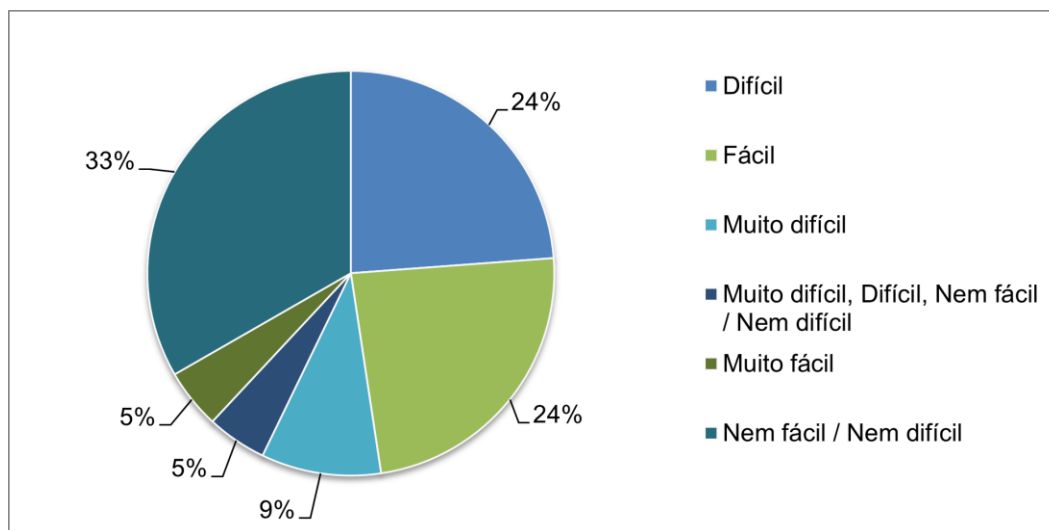
Fonte: Dados da pesquisa, 2025.

A maioria dos participantes relatou usar o aplicativo de forma esporádica, e 61,9% afirmaram precisar de ajuda para utilizá-lo, confirmando o cenário predominante de baixa autonomia digital.

4.3 AVALIAÇÃO DE USABILIDADE

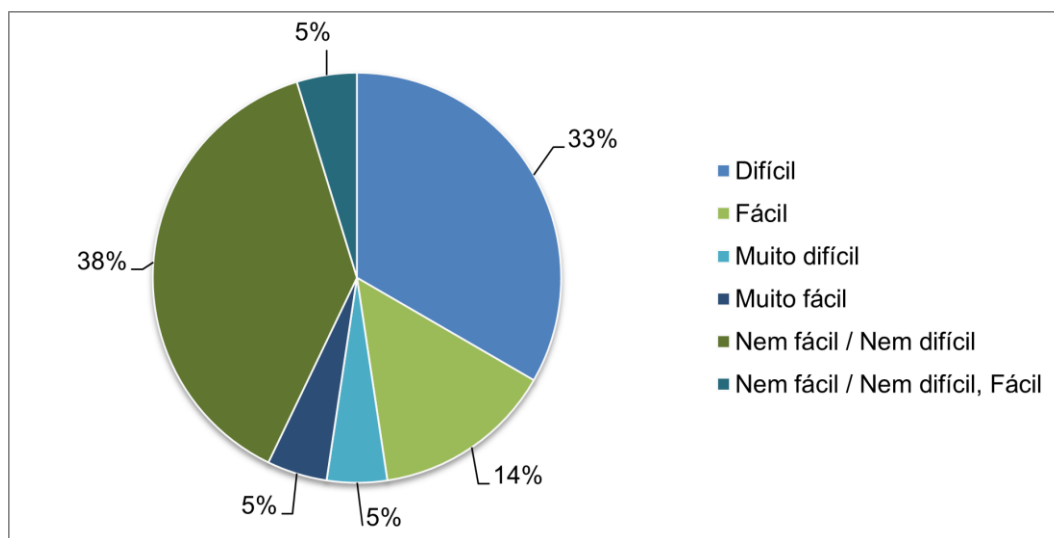
Os dados referentes à usabilidade revelam dificuldades moderadas a altas em aspectos essenciais da interação, como legibilidade, clareza da linguagem e facilidade de navegação. Entre os principais problemas citados estão o tamanho reduzido das fontes, o uso de termos técnicos e a complexidade das etapas necessárias para acessar determinados serviços. Tais limitações estão diretamente alinhadas aos princípios defendidos por Nielsen (1994) e Preece et al. (2015), que ressaltam a importância de interfaces claras, consistentes e orientadas ao usuário.

Figura 4 – Legibilidade e tamanho das letras



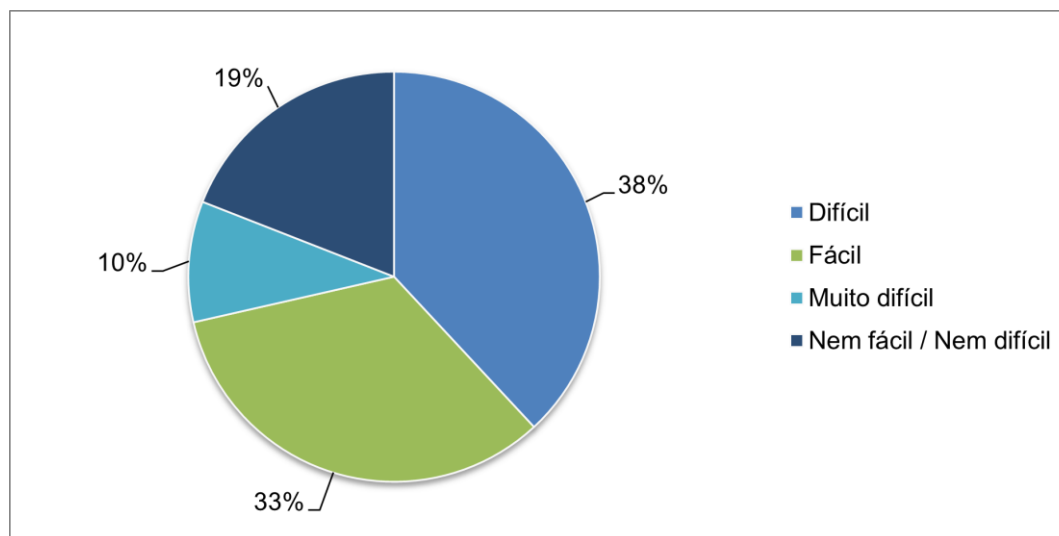
Fonte: Dados da pesquisa, 2025.

Figura 5 – Clareza da linguagem



Fonte: Dados da pesquisa, 2025.

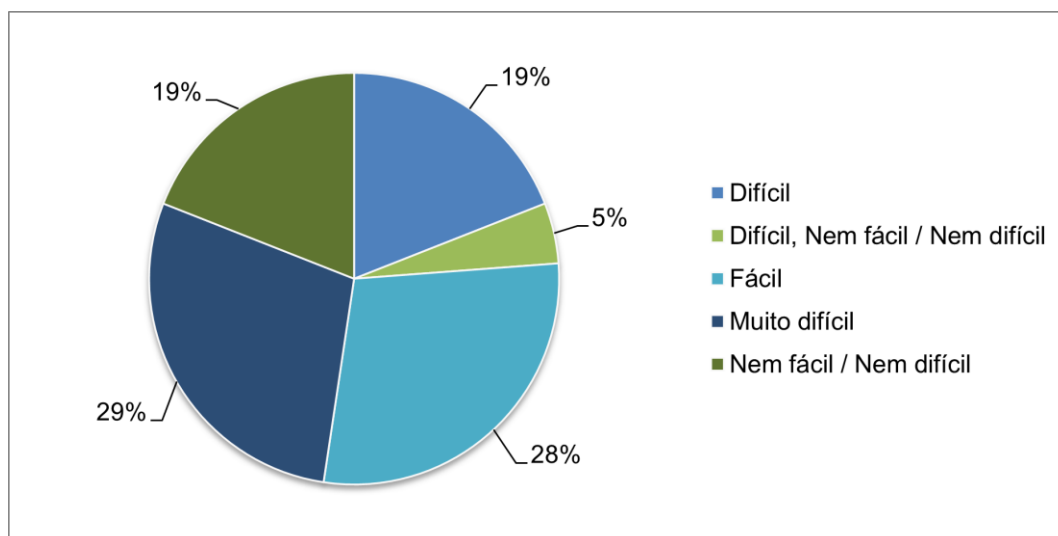
Figura 6 – Facilidade de navegação



Fonte: Dados da pesquisa, 2025.

Os resultados também mostram que o acesso inicial ao aplicativo, especialmente o processo de autenticação, constitui uma das etapas mais críticas para os participantes. Problemas com validação de identidade, dificuldade em compreender instruções e ausência de feedback adequado contribuem para a sensação de insegurança e dificuldade durante o uso. Esses elementos reforçam a necessidade de melhorias ergonômicas, comunicacionais e de suporte.

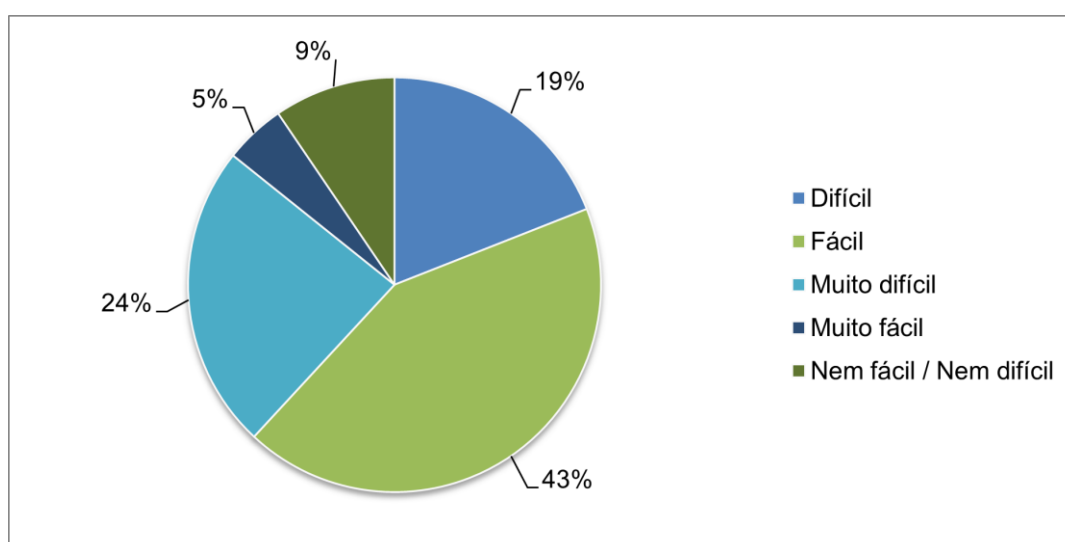
Figura 7 – Feedback e mensagens do sistema



Fonte: Dados da pesquisa, 2025.

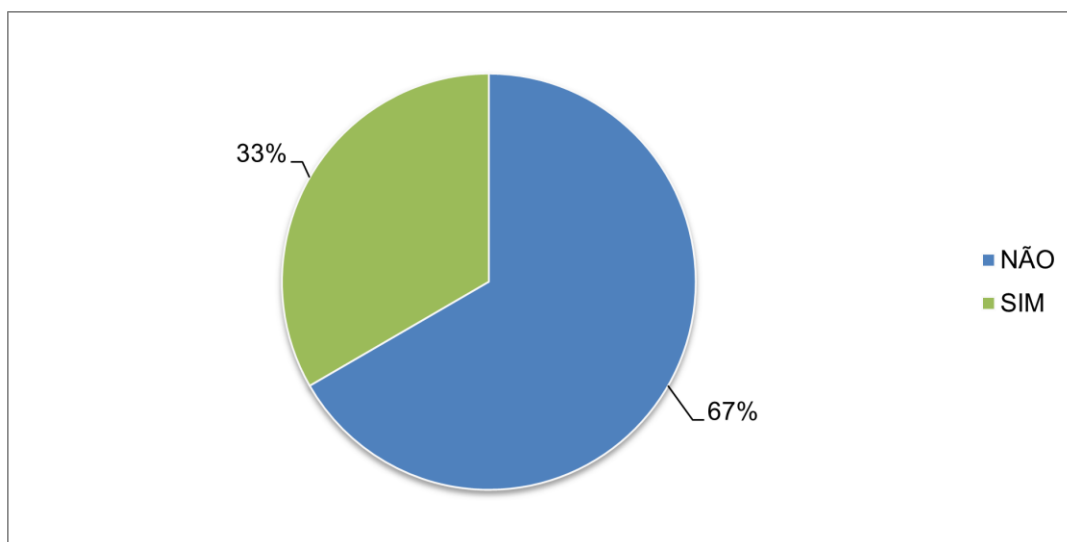
As análises seguintes abordam especificamente os aspectos críticos relacionados à autenticação e ao suporte ao usuário.

Figura 8 – Dificuldades de login e autenticação



Fonte: Dados da pesquisa, 2025.

Figura 9 – Suporte e ajuda



Fonte: Dados da pesquisa, 2025.

Os dados indicam que a falta de suporte acessível, somada à complexidade das etapas de login, constitui um fator relevante para a baixa autonomia dos idosos. A ausência de orientações claras e de canais de apoio adequados dificulta a compreensão de mensagens de erro, atrasando a realização de tarefas simples e desestimulando o uso contínuo do aplicativo.

4.4 ANÁLISE QUALITATIVA: DIFICULDADES E RECOMENDAÇÕES

Além das questões fechadas, o questionário incluiu uma pergunta aberta que permitiu identificar percepções mais aprofundadas sobre a experiência de uso do aplicativo. As respostas foram categorizadas e estão sintetizadas nos Quadros 1 e 2, que apresentam as principais dificuldades relatadas e os eixos de melhoria sugeridos pelos participantes.

Quadro 1 – Principais dificuldades relatadas pelos participantes e recomendações de melhoria

Tamanho das letras e contraste	“As letras são muito pequenas e difíceis de ler no celular.”	1. Visibilidade do status do sistema / 8. Estética e design minimalista	Aumentar contraste e permitir ajuste de fonte.
Linguagem e termos técnicos	“Tem palavras que não entendo, como ‘requerimento’ e ‘extrato previdenciário’.”	2. Correspondência entre o sistema e o mundo real	Simplificar a linguagem e incluir exemplos práticos.
Navegação e localização	“Me perco nas telas, não sei onde clicar para ver meu benefício.”	3. Controle e liberdade do usuário / 7. Reconhecimento em vez de memorização	Redesenhar menus com ícones e trilha de navegação.
Login e acesso	“Sempre dá erro na senha ou pede confirmação que não chega.”	4. Prevenção de erros / 9. Ajudar o usuário a reconhecer e corrigir erros	Simplificar autenticação e oferecer suporte visível.
Ajuda e suporte	“Não tem explicação de como usar o aplicativo.”	5. Ajuda e documentação	Inserir tutoriais curtos com vídeo ou áudio explicativo.

Fonte: Dados da pesquisa, 2025.

Enquanto o Quadro 1 reúne as principais dificuldades relatadas pelos participantes, o Quadro 2 consolida os eixos de melhoria sugeridos, permitindo visualizar não apenas os problemas percebidos, mas também as expectativas e demandas do público idoso. Essa articulação entre dificuldades e recomendações oferece um panorama completo da experiência dos usuários.

Quadro 2 – Eixos de melhoria sugeridos pelos participantes



Fonte: Dados da pesquisa, 2025.

A articulação entre os dois quadros evidencia um cenário consistente: as principais barreiras enfrentadas pelos idosos concentram-se em legibilidade, linguagem

técnica, navegação e autenticação — elementos já apontados na análise quantitativa. As sugestões indicam a necessidade de simplificação da interface, uso de linguagem acessível, melhoria do suporte e inclusão de recursos multimodais, como tutoriais em vídeo. Essas recomendações convergem com os princípios de usabilidade defendidos por Nielsen (1994) e com as diretrizes de acessibilidade digital propostas pelo W3C (2018), reforçando que a experiência do usuário idoso depende de interfaces mais claras, intuitivas e centradas no usuário.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os resultados demonstram que o aplicativo Meu INSS apresenta barreiras significativas de usabilidade para o público idoso, especialmente relacionadas à legibilidade, clareza da linguagem, navegação e processos de autenticação. Tais limitações comprometem a autonomia no acesso aos serviços previdenciários e reforçam a dependência de intermediários, evidenciando a necessidade urgente de interfaces mais inclusivas e alinhadas às diretrizes de usabilidade e acessibilidade digital.

Diante desse cenário, recomenda-se que o aplicativo adote melhorias estruturais, como fontes ampliadas, ícones mais intuitivos, contrastes adequados, linguagem simplificada e suporte multimodal (voz, vídeo e texto). A incorporação desses elementos tem potencial para ampliar a inclusão digital e social dos idosos, fortalecendo a cidadania digital e reduzindo desigualdades no acesso aos serviços públicos, especialmente em regiões interioranas como o Vale do São Francisco.

As evidências levantadas também apontam para a necessidade de ampliar investigações sobre a relação entre usabilidade, acessibilidade e políticas públicas digitais. Pesquisas futuras podem desenvolver e testar protótipos acessíveis baseados nas heurísticas de Nielsen, avaliados diretamente com usuários idosos, a fim de orientar melhorias efetivas nas próximas versões do aplicativo Meu INSS. A validação prática com o público-alvo é fundamental para garantir que as interfaces atendam às suas reais necessidades.

Por fim, recomenda-se o estabelecimento de parcerias entre o governo federal, instituições de ensino superior e organizações comunitárias para promover ações continuadas de capacitação digital para idosos. Programas desse tipo podem fomentar uma cultura de inclusão tecnológica sustentável, contribuindo para o fortalecimento da autonomia, da confiança e da participação plena da pessoa idosa na sociedade digital.

REFERÊNCIAS

ISO. ISO 9241-11: Ergonomics of human-system interaction – Part 11: Usability: Definitions and concepts. Geneva: International Organization for Standardization, 2008.

MARINHO, V. D. Exclusão digital e envelhecimento: desafios da acessibilidade tecnológica. *Revista Brasileira de Informática*, v. 10, n. 2, p. 45–58, 2022.

NIELSEN, J. Heuristics for user interface design. Fremont: Nielsen Norman Group, 1994.

NORMAN, D. A. The design of everyday things. Revised and expanded edition. New York: Basic Books, 2013.

PREECE, J.; ROGERS, Y.; SHARP, H. Interaction design: beyond human-computer interaction. 4. ed. Hoboken: Wiley, 2015.

SELIMOVIC, S. Evaluation of functional abilities of elderly people. *Journal of Gerontology and Geriatric Studies*, v. 5, n. 1, p. 22–30, 2018.

W3C – World Wide Web Consortium. Web Content Accessibility Guidelines (WCAG) 2.1. 2018. Disponível em: <https://www.w3.org/TR/WCAG21/>.

DESENVOLVIMENTO DE APLICATIVO PARA O AGRONEGÓCIO: INTERFACE E DIVULGAÇÃO NO CONTEXTO DO AGROLABS

Edmilson Breno Ribeiro Luna

Bacharelando em Ciência da Computação
Faculdade de Petrolina – FACAPE

José Guilherme de Souza Costa Alencar

Bacharelando em Ciência da Computação
Faculdade de Petrolina – FACAPE

Juliardo Mateus Brito de Sá Junior

Bacharelando em Ciência da Computação
Faculdade de Petrolina – FACAPE

Lívia Silva Dias

Bacharelanda em Ciência da Computação
Faculdade de Petrolina – FACAPE

Ricardo José Rocha Amorim

Professor Orientador
Doutor em Ciência da Computação
Faculdade de Petrolina – FACAPE

RESUMO: A expansão das tecnologias digitais tem impulsionado transformações significativas no agronegócio, favorecendo a integração entre produtores, pesquisadores e instituições. Nesse contexto, os aplicativos móveis destacam-se como ferramentas estratégicas para ampliar a comunicação, otimizar processos e promover a inovação no setor. **Objetivo:** desenvolver um protótipo de aplicativo voltado à divulgação e interação em ambientes de inovação agrícola, utilizando a plataforma AgroLabs como estudo de caso representativo de um hub que conecta ensino, pesquisa e empreendedorismo na fruticultura. **Fundamentação Teórica:** no agronegócio, é essencial aproximar agricultores e especialistas, facilitando o acesso a informações, tecnologias e soluções inovadoras de forma acessível. **Metodologia:** o projeto foi desenvolvido no ambiente de prototipagem Figma, aplicando princípios de design centrado no usuário e testes de

usabilidade. **Resultados:** a interface criada mostrou-se funcional e intuitiva, proporcionando acesso simplificado a conteúdos informativos. Como perspectivas futuras, prevê-se a integração de recursos dinâmicos que aprimorem a experiência do usuário.

Palavras-chave: Agronegócio. Aplicativo móvel. Design centrado no usuário. Figma. Inovação digital.

ABSTRACT: The expansion of digital technologies has driven significant transformations in agribusiness, fostering greater integration among producers, researchers, and institutions. In this context, mobile applications stand out as strategic tools to enhance communication, optimize processes, and promote innovation in the sector. Objective: to develop a prototype of an application aimed at dissemination and interaction in agricultural innovation environments, using the AgroLabs platform as a representative case study of a hub that connects teaching, research, and entrepreneurship in fruit growing. Theoretical Framework: in agribusiness, bringing farmers closer to specialists is essential, enabling access to information, technologies, and innovative solutions in an accessible manner. Methodology: the project was developed using the Figma prototyping environment, applying user-centered design principles and usability testing. Results: the created interface proved functional and intuitive, providing simplified access to informative content. As future work, the integration of dynamic features that enhance user experience is proposed.

Keywords: Agribusiness. Mobile application. User-centered design. Figure. Digital innovation.

1 INTRODUÇÃO

A evolução das tecnologias digitais tem provocado transformações significativas no agronegócio, especialmente com o uso de aplicativos móveis e plataformas interativas que facilitam a comunicação, o compartilhamento de informações e a disseminação de práticas sustentáveis. Segundo a FAO (2019), soluções digitais têm potencial para ampliar o acesso à assistência técnica, melhorar a produtividade e reduzir desigualdades ao democratizar o conhecimento no campo. No entanto, ainda persistem desafios relacionados à adoção tecnológica e à integração entre diferentes atores do setor

agrícola, sobretudo devido à falta de canais acessíveis de divulgação e capacitação continuada (CSIRO, 2022).

De acordo com Klerkx, Jakku e Labarthe (2019), a construção de ecossistemas colaborativos é essencial para o desenvolvimento sustentável da agricultura digital, conectando agricultores, pesquisadores e empreendedores de inovação. Contudo, a limitação de infraestrutura tecnológica e a baixa interação entre instituições de ensino e produtores ainda restringem a circulação de conhecimento técnico em regiões menos favorecidas (Embrapa, 2023; CSIRO, 2022).

O aplicativo pretende contribuir para a modernização do setor ao integrar informações, facilitar o acesso a conteúdos técnicos e estimular o uso de tecnologias sustentáveis. A proposta visa oferecer uma interface acessível e intuitiva, favorecendo a adoção por usuários com diversos níveis de familiaridade digital. Assim, o objetivo deste artigo é apresentar o processo de desenvolvimento do protótipo, destacando o uso de princípios de design centrado no usuário e a prototipagem realizada no Figma, evidenciando seu potencial para democratizar a informação e fortalecer ambientes de inovação regional.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Para compreender a importância do desenvolvimento do aplicativo e a relevância de sua aplicação no contexto agrícola, é necessário observar como a tecnologia tem influenciado o setor nos últimos anos. O avanço das tecnologias digitais tem impulsionado transformações profundas em diversas áreas produtivas, e o agronegócio destaca-se como um dos que mais incorporam soluções voltadas à otimização de processos e à divulgação de informações (EMBRAPA, 2023; SOUZA; BUAINAIN, 2020).

Nesse cenário, recursos como aplicativos móveis, sensores e plataformas interativas vêm modernizando a gestão, aumentando a produtividade e promovendo a sustentabilidade no campo.

2.1 INOVAÇÃO DIGITAL NO AGRONEGÓCIO

A adoção de soluções digitais tornou-se essencial para decisões mais precisas e sustentáveis na produção agrícola. Segundo relatório da Grand View Research (2023), o mercado global de agricultura de precisão movimentou cerca de US\$ 10,5 bilhões em 2023, com crescimento contínuo previsto. Esse cenário também se reflete no Brasil, onde tecnologias digitais têm ampliado a eficiência e democratizado o acesso a conteúdos técnicos antes restritos a instituições de pesquisa.

Ferramentas digitais acessíveis, como aplicativos móveis, desempenham papel fundamental na difusão do conhecimento e na integração entre produtores, pesquisadores e instituições. Nesse contexto, o desenvolvimento de um aplicativo voltado ao AgroLabs contribui para fortalecer ambientes de inovação e apoiar a formação de redes colaborativas na fruticultura regional.

2.2 DESIGN CENTRADO NO USUÁRIO

O Design Centrado no Usuário (DCU) é fundamental no desenvolvimento de aplicativos para o agronegócio, pois considera as necessidades, limitações e o contexto de uso dos usuários ao definir arquitetura da informação, navegação e elementos de interação. Segundo Nielsen e Budiu (2013), interfaces simples e intuitivas aumentam a aceitação, especialmente entre usuários com menor familiaridade digital, reduzindo o esforço cognitivo durante o uso.

No presente trabalho, a prototipagem em Figma foi utilizada como etapa inicial, permitindo criar telas navegáveis, testar a usabilidade e realizar ajustes antes da implementação. Essa abordagem reduz erros, otimiza o desenvolvimento e contribui para que o aplicativo atenda adequadamente produtores, estudantes e pesquisadores vinculados ao AgroLabs.

3 METODOLOGIA DO TRABALHO

A metodologia adotada apresenta abordagem qualitativa, exploratória e aplicada, adequada para aprofundar a compreensão do fenômeno e propor soluções práticas para o contexto estudado (GIL, 2019; PRODANOV; FREITAS, 2013), tendo como objetivo desenvolver um protótipo de aplicativo voltado à divulgação e inovação agrícola do AgroLabs. O processo foi estruturado em quatro etapas principais: análise diagnóstica, levantamento de requisitos, desenvolvimento do protótipo e testes preliminares de usabilidade.

3.1 ANÁLISE DIAGNÓSTICA

Realizou-se uma análise do site atual do AgroLabs, com o objetivo de compreender sua estrutura, conteúdo e identificar limitações e oportunidades de melhoria.

3.2 LEVANTAMENTO DE REQUISITOS

Com base na análise inicial, foram definidos requisitos funcionais e não funcionais para orientar o desenvolvimento do protótipo.

3.3 DESENVOLVIMENTO DO PROTÓTIPO

As telas do aplicativo foram desenvolvidas no Figma, resultando em um protótipo de alta fidelidade alinhado às necessidades do usuário.

3.4 TESTES PRELIMINARES

Os testes de usabilidade foram realizados com usuários do público-alvo. O feedback coletado orientou ajustes na interface.

4 PROTÓTIPO

4.1 SISTEMA DE DESIGN E IDENTIDADE VISUAL

O desenvolvimento de uma identidade visual consistente e de um Design System (DS) robusto é fundamental para garantir coesão, escalabilidade e padronização do projeto (LIDWELL; HOLDEN; BUTLER, 2010; GARRETT, 2011; NIELSEN; BUDI, 2012). O DS funciona como a fonte única de verdade (Single Source of Truth) assegurando que todas as equipes utilizem a mesma linguagem visual e funcional.

4.2 DESIGN DE INTERFACE

Com os requisitos definidos, iniciou-se o processo de design das telas e fluxos principais.

4.2.1 CRIAÇÃO DE WIREFRAMES (BAIXA FIDELIDADE)

Desenvolvimento de esqueletos estruturais em baixa fidelidade que definem a hierarquia de informação e o layout básico das interfaces. O foco aqui é puramente na funcionalidade e na arquitetura de conteúdo, sem distrações estéticas, permitindo validações rápidas sobre a disposição de elementos e o fluxo primário do usuário.

4.2.2 PROTÓTIPO DE ALTA FIDELIDADE

Com base nos wireframes aprovados, é desenvolvido protótipos de alta fidelidade utilizando a plataforma FIGMA, 2024; GOMES; SANTOS, 2021).

Os protótipos permitiram simular com precisão o fluxo de navegação e funcionalidades, servindo como artefato central para validação.

Figura 1 – Tela de Login



Fonte: do Autor

Figura 2 – Tela Inicial



Fonte: do Autor

Figura 1 - apresenta a tela “Login”, sendo a porta de entrada do protótipo.

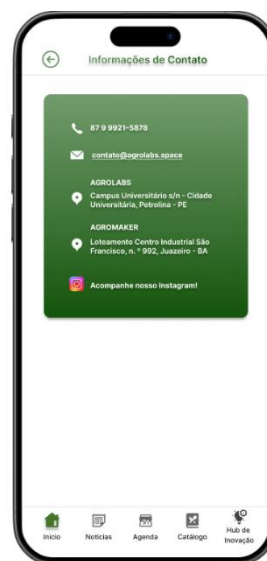
Figura 2 - apresenta a “Tela Inicial”, demonstrando a organização visual dos principais módulos do sistema.

Figura 3 – Tela de Quem Somos



Fonte: do Autor

Figura 4 – Tela de Contato

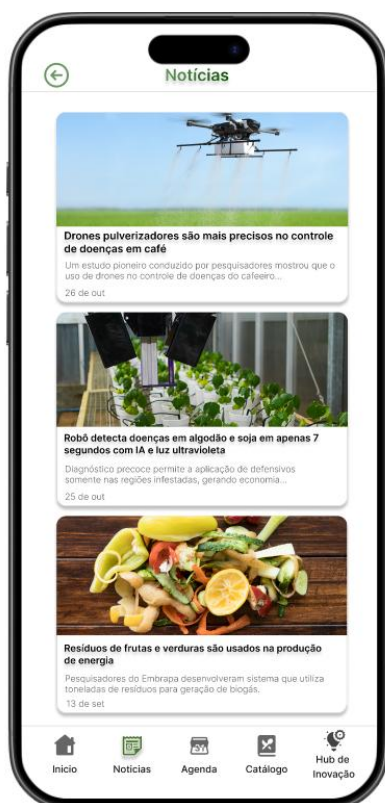


Fonte: do Autor

Figura 3 - apresenta a tela “Quem Somos”, onde são exibidas as informações sobre o agrolabs, a proposta central e seus pesquisadores.

Figura 4 - apresenta a tela “Contato”, com canais de comunicação entre o usuário e a equipe responsável, incluindo endereço, e-mail, telefone e perfil oficial no Instagram.

Figura 5 – Tela de Notícias



Fonte: do Autor

Figura 6 – Tela de Agenda

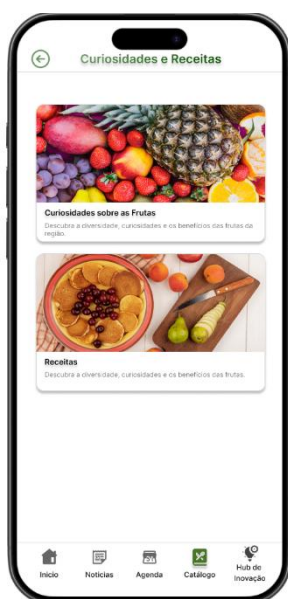


Fonte: do Autor

Figura 5 - apresenta a tela “Notícias”, na qual são exibidas atualizações e conteúdos informativos relacionados ao setor agrícola.

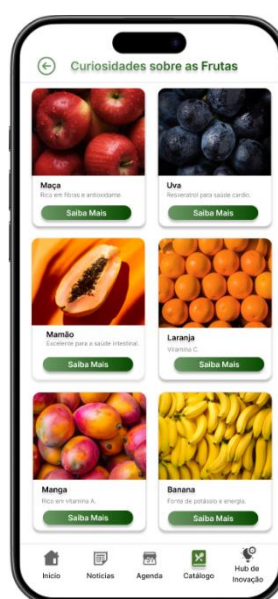
Figura 6 - apresenta a tela “Agenda”, onde são organizados eventos, cursos e demais atividades relevantes. O usuário também pode ativar um alerta para ser avisado quando a data de um evento do seu interesse estiver próxima.

Figura 7 – Tela Catálogo



Fonte: do Autor

Figura 8 – Tela de Curiosidades



Fonte: do Autor

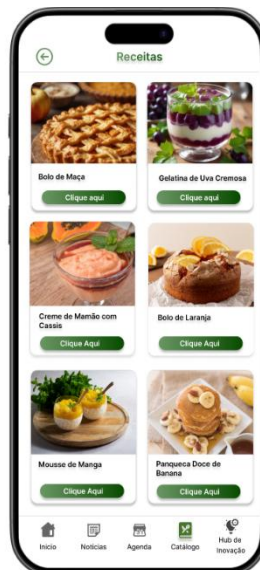
Figura 7 - apresenta a tela “Catálogo”, na qual são exibidas as opções de navegação que direcionam o usuário para conteúdos de curiosidades sobre as frutas e receitas.

Figura 8 - apresenta a tela “Curiosidades sobre as Frutas”, que reúne informações, fatos e conteúdos sobre diferentes frutas, permitindo ao usuário explorar conhecimentos de forma simples e organizada.

Figura 9 – Tela Curiosidades da Maça



Figura 10 – Tela de Receitas



Fonte: do Autor

Fonte: do Autor

Figura 9 - apresenta a tela “Curiosidades da Maçã”, na qual são exibidas informações específicas e fatos relevantes sobre essa fruta.

Figura 10 - apresenta a tela “Receitas”, na qual são exibidas diversas preparações culinárias que utilizam as frutas como ingrediente principal.

Figura 11 – Tela de Receita de Bolo de Maçã



Fonte: do Autor

Figura 10 – Tela de HUB



Fonte: do Autor

Figura 11 - apresenta a tela “Receita de Bolo de Maçã”, onde o usuário pode visualizar a lista de ingredientes e as etapas detalhadas de preparo da receita.

Figura 12 - apresenta a tela “Hub de Inovação”, onde são exibidos os parceiros envolvidos e informações sobre o programa Agromaker.

4.2.3 DEFINIÇÃO DO SISTEMA VISUAL

A identidade visual foi estruturada com base em um Design System. As principais melhorias incluíram:

Paleta de cores e tokens: definição das cores primárias e secundárias que refletem os valores da marca AgroLabs, com ênfase em tons que transmitam confiança e conexão com o agronegócio. Inclui a criação de tokens de cor para fundos, textos e estados (erro/sucesso).

Tipografia e hierarquia: estabelecimento de uma escala tipográfica responsiva, garantindo legibilidade e clareza em múltiplos dispositivos (desktop e mobile) e criando uma distinção funcional clara entre títulos, subtítulos e corpos de texto.

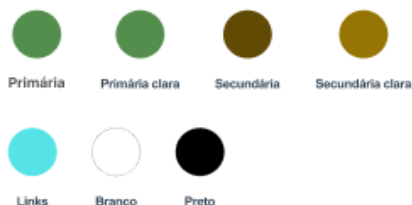
Iconografia funcional: criação de uma biblioteca de ícones otimizados e proprietários, desenhados para serem coerentes e instantaneamente reconhecíveis. Tais ícones facilitam a comunicação visual, a navegação intuitiva e auxiliam na redução da carga cognitiva do usuário.

Componentes e variantes (Biblioteca UI): constitui a biblioteca de elementos modulares e reutilizáveis como botões, campos de formulário, cards e modais, com seus respectivos estados e variantes (default, hover, disabled, loading). Essa prática assegura a consistência visual e agilidade nos ciclos de design e desenvolvimento.

4.2.4 GUIA DE ESTILO

A identidade visual foi estruturada com base em um Design System. As principais melhorias incluíram:

COLORS



GRADIENTS





4.3 TESTE DE USABILIDADE E ITERAÇÃO

A etapa de validação é crítica e realizada por meio de sessões estruturadas de Testes de Usabilidade, envolvendo um grupo de usuários selecionado de acordo com o público-alvo definido para o projeto (NIELSEN, 1993; RUBIN; CHISNELL, 2008). Nestas sessões, utilizamos protótipos de alta fidelidade aplicados em cenários de uso realísticos para coletar feedback qualitativo e quantitativo detalhado.

As métricas avaliadas incluíram:

- clareza da navegação;
- eficiência na execução de tarefas;
- taxa de sucesso;
- satisfação geral medida pelo SUS.

Os insights e pontos de fricção identificados foram documentados e analisados de forma sistemática, sendo convertidos em requisitos de melhoria e incorporados em iterações de design rápidas e contínuas, seguindo a abordagem Testar-Aprender-Ajustar. Esse processo assegurou o refinamento progressivo da experiência, garantindo que a solução final atendesse aos princípios de usabilidade (simplicidade, acessibilidade e eficiência), mas também proporcionasse uma Experiência do Usuário (UX) superior

depende de decisões de design centradas nas necessidades reais dos usuários (GARRETT, 2011).

4.4 HANDOFF E DOCUMENTAÇÃO TÉCNICA

O desenvolvimento do protótipo evidencia a importância da inovação digital para o fortalecimento do agronegócio, especialmente por meio de aplicativos móveis que ampliam o acesso à informação e aproximam universidades, produtores e pesquisadores. A interface proposta para o AgroLabs demonstra como soluções acessíveis podem favorecer a disseminação do conhecimento e incentivar práticas mais sustentáveis na fruticultura regional.

A aplicação do Design Centrado no Usuário (DCU) e a realização de testes de usabilidade foram fundamentais para construção de uma interface funcional e intuitiva, alinhada às necessidades dos públicos envolvidos. Essa abordagem reforça o papel do usuário como elemento central na concepção de produtos digitais, garantindo maior clareza, acessibilidade e maior engajamento.

Como perspectivas futuras, destaca-se a necessidade de transformar o protótipo em uma aplicação completa, integrada a um banco de dados e recursos dinâmicos que ampliem a interação e a personalização. Além disso, recomenda-se definir quais linguagens de programação adequadas serão utilizadas no desenvolvimento do front-end e do back-end, permitindo a implementação das funcionalidades necessárias, garantindo que a aplicação possa crescer e evoluir com segurança.

Dessa forma, o projeto confirma seu potencial como ferramenta de comunicação e desenvolvimento tecnológico no agronegócio contemporâneo.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O desenvolvimento do protótipo evidencia a importância da inovação digital para o fortalecimento do agronegócio, especialmente por meio de aplicativos móveis que ampliam o acesso à informação e aproximam universidades, produtores e pesquisadores.

A interface proposta para o AgroLabs demonstra como soluções acessíveis podem favorecer a disseminação do conhecimento e incentivar práticas mais sustentáveis na fruticultura regional.

A aplicação do Design Centrado no Usuário (DCU) e a realização de testes de usabilidade foram fundamentais para construção de uma interface funcional e intuitiva, alinhada às necessidades dos públicos envolvidos. Essa abordagem reforça o papel do usuário como elemento central na concepção de produtos digitais, garantindo maior clareza, acessibilidade e maior engajamento.

Como perspectivas futuras, destaca-se a necessidade de transformar o protótipo em uma aplicação completa, integrada a um banco de dados e recursos dinâmicos que ampliem a interação e a personalização. Além disso, recomenda-se definir quais linguagens de programação adequadas serão utilizadas no desenvolvimento do front-end e do back-end, permitindo a implementação das funcionalidades necessárias, garantindo que a aplicação possa crescer e evoluir com segurança.

Dessa forma, o projeto confirma seu potencial como ferramenta de comunicação e desenvolvimento tecnológico no agronegócio contemporâneo.

REFERÊNCIAS

- CSIRO. **Digital agriculture: concepts and technologies**. Canberra: Commonwealth Scientific and Industrial Research Organisation, 2022.
- EMBRAPA. **Transformação digital no agronegócio: tendências e oportunidades**. Brasília: Embrapa, 2023.
- FAO. **The State of Food and Agriculture 2019: moving forward on food loss and waste reduction**. Rome: Food and Agriculture Organization of the United Nations, 2019.
- FIGMA. **Figma: web-based interface design tool**. 2024. Disponível em: <https://www.figma.com>. Acesso em: 10 nov. 2024.
- GARRETT, J. J. **The elements of user experience: user-centered design for the web and beyond**. 2. ed. Berkeley: New Riders, 2011.
- GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2019.
- GOMES, L.; SANTOS, M. **Design system: fundamentos, padrões e boas práticas**. São Paulo: Casa do Código, 2021.
- GRAND VIEW RESEARCH. **Agriculture technology market size, share & trends analysis report, 2025–2030**. San Francisco, 2025.
- KLERKX, L.; JAKKU, E.; LABARTHE, P. **A review of social science on digital agriculture, smart farming and agriculture 4.0: new contributions and a future research agenda**. NJAS - Wageningen Journal of Life Sciences, v. 90–91, p. 1–16, 2019.
- LIDWELL, W.; HOLDEN, K.; BUTLER, J. **Universal principles of design**. Beverly: Rockport, 2010.
- NIELSEN, J. **Usability engineering**. Cambridge: Academic Press, 1993.
- NIELSEN, J.; BUDI, R. **Mobile usability**. Berkeley: New Riders, 2012.
- PRODANOV, C. C.; FREITAS, E. C. **Metodologia do trabalho científico: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico**. 2. ed. Novo Hamburgo: Feevale, 2013.
- RUBIN, J.; CHISNELL, D. **Handbook of usability testing: how to plan, design and conduct effective tests**. 2. ed. Indianapolis: Wiley, 2008.

DESIGN MINIMALISTA APLICADO EM E-COMMERCE: UMA ANÁLISE DE USABILIDADE E PERFORMANCE

Luis Felipe Silva de Melo

Bacharelado em Ciência da Computação

Faculdade de Petrolina - FACAPE

Dinani Gomes Amorim

Doutora em Ciência da Computação

Faculdade de Petrolina - FACAPE

RESUMO: O crescimento acelerado do comércio eletrônico nos últimos anos intensificou a necessidade de interfaces que favoreçam a usabilidade e promovam experiências de compra mais eficientes. Nesse cenário, o design minimalista surge como uma abordagem relevante por priorizar clareza visual, redução de ruído informacional e foco nos elementos essenciais da jornada do usuário. Em e-commerces, esses princípios podem influenciar diretamente a forma como os consumidores percebem, navegam e interagem com as plataformas digitais. Este trabalho investiga de que modo o design minimalista, enquanto estratégia estética e funcional, contribui para melhorar a experiência do usuário e potencialmente impactar o desempenho comercial de lojas virtuais. A partir de uma análise teórica, busca-se compreender como a simplificação intencional de layouts pode favorecer processos de decisão, aumentar a confiança e otimizar a navegação em ambientes de compra online.

Palavras-chave: Design minimalista. Usabilidade. E-commerce. Experiência do usuário. Performance.

ABSTRACT: The accelerated growth of electronic commerce in recent years has increased the need for interfaces that enhance usability and provide more efficient shopping experiences. In this context, minimalist design emerges as a relevant approach by prioritizing visual clarity, reduced informational noise, and a focus on the essential elements of the user journey. In e-commerce environments, these principles can directly influence how consumers perceive, navigate, and interact with digital platforms. This study examines how minimalist design, as both an aesthetic and functional strategy, contributes to improving user experience and potentially impacts the commercial performance of online stores. Based on a theoretical analysis, the research seeks to

understand how the intentional simplification of layouts can support decision-making, increase user trust, and optimize navigation within online shopping environments.

Keywords: Minimalist design. E-commerce usability. User experience. Interface performance. Conversion optimization.

1 INTRODUÇÃO

O comércio eletrônico consolidou-se como um dos principais ambientes de consumo da atualidade, impulsionado pela expansão do acesso à internet, pela evolução tecnológica e pela mudança no comportamento dos usuários. Nesse cenário, a qualidade da interface tornou-se um fator determinante para o sucesso das plataformas digitais, não apenas por questões estéticas, mas sobretudo por sua influência direta na facilidade de uso e no desempenho comercial das lojas virtuais. Entre as abordagens de design aplicadas a esse contexto, o design minimalista tem ganhado destaque por propor interfaces enxutas, funcionais e centradas no essencial.

A literatura especializada aponta que a simplicidade visual contribui para reduzir a carga cognitiva do usuário, orientando sua atenção para os elementos realmente relevantes da tarefa de compra. Jakob Nielsen, referência mundial em usabilidade, sintetiza essa lógica ao afirmar que “On the Web, usability is a necessary condition for survival. If a website is difficult to use, people leave” (Nielsen, 2012). A frase evidencia a relação direta entre clareza, eficiência e permanência do usuário, um ponto crucial em e-commerces, onde qualquer ruído no fluxo pode resultar em abandono de carrinho e perda de conversões.

Nesse contexto, o design minimalista não deve ser entendido apenas como uma tendência estética, mas como uma estratégia funcional. Ao eliminar distrações e privilegiar hierarquia visual, tipografia legível e espaçamento adequado, ele colabora para tornar a navegação mais previsível e fluida. A proposta é guiar o usuário por uma experiência intuitiva, evitando que ele gaste energia interpretando a interface em vez de realizar a ação desejada. Assim, o minimalismo se alinha a princípios clássicos da experiência do usuário, como a visibilidade dos elementos, a consistência e a clareza de caminhos disponíveis.

Contudo, aplicar o minimalismo em e-commerces exige equilíbrio. Quando levado ao extremo, ele pode ocultar informações importantes, reduzir pistas visuais e comprometer a autonomia do usuário. Por isso, sua adoção precisa considerar o contexto, o tipo de produto, o perfil do público e os objetivos do negócio. O desafio está justamente em reduzir o supérfluo sem comprometer a compreensão e encontrar o ponto em que “menos” não prejudica, mas aprimora.

Diante desse panorama, este trabalho tem como objetivo analisar como o design minimalista aplicado em interfaces de e-commerce influencia a usabilidade e a performance comercial, discutindo benefícios, limitações e recomendações fundamentadas em literatura especializada. A análise parte de uma revisão qualitativa, permitindo compreender de que forma escolhas estéticas e estruturais impactam o comportamento do usuário, o processo de tomada de decisão e os resultados operacionais das lojas virtuais.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

O design minimalista consolidou-se no ambiente digital como uma abordagem estratégica que visa responder à crescente demanda por interfaces que favoreçam a usabilidade e promovam experiências de compra mais eficientes. Essencialmente, o minimalismo prioriza a clareza visual, a redução do ruído informacional e o foco nos elementos cruciais da jornada do usuário. Nesse contexto, o design minimalista tem ganhado destaque por propor interfaces funcionais e centradas no essencial. No entanto, a literatura especializada enfatiza que a simplicidade visual deve ser aplicada com equilíbrio para não comprometer a funcionalidade, o que exige a apresentação acessível das funções vitais.

A base para a otimização de interfaces reside na Usabilidade e na Experiência do Usuário (UX). A usabilidade é definida como "a eficácia, eficiência e satisfação com que usuários especificados atingem objetivos especificados em ambientes específicos". Já a Experiência do Usuário (UX) é um conceito mais amplo, referindo-se à "percepção e respostas do usuário que resultam do uso e/ou uso antecipado de um sistema, produto ou serviço". O sucesso do e-commerce está intrinsecamente ligado à capacidade do design de melhorar a UX e potencialmente impactar o desempenho comercial das lojas virtuais.

A principal contribuição do minimalismo para a UX está em sua capacidade de mitigar o problema da sobrecarga de informação, reduzindo a carga cognitiva do usuário. Ao simplificar os sistemas, a funcionalidade do minimalismo torna-se um fator crucial para aumentar a UX, reduzir o esforço cognitivo e facilitar a operação, resultando em elevação das taxas de sucesso e satisfação. Esse raciocínio alinha-se diretamente ao princípio de Jakob Nielsen, um dos maiores especialistas em usabilidade, que sintetiza a lógica ao afirmar que a usabilidade é uma condição de sobrevivência na web, pois interfaces difíceis de usar causam o abandono dos usuários.

A melhoria na experiência do usuário e a otimização cognitiva se traduzem em resultados para a performance comercial. O minimalismo funcional surge como uma ferramenta estratégica para o aumento das taxas de conversão, oferecendo aos usuários um processo de tomada de decisão claro e focado, com o mínimo de distrações. A

eliminação de elementos supérfluos, além de favorecer a clareza, pode melhorar o desempenho técnico do site, contribuindo para diminuir a taxa de rejeição e o abandono de carrinhos. O objetivo final dessa abordagem estética e funcional é, portanto, a simplificação dos sistemas visando a clareza centrada no usuário e a maximização da lucratividade do negócio.

3 METODOLOGIA

Este trabalho caracteriza-se como uma pesquisa teórica e exploratória, com abordagem qualitativa, voltada a compreender como o design minimalista influencia a usabilidade e a performance de plataformas de comércio eletrônico. A escolha desse tipo de abordagem se justifica pelo objetivo de analisar conceitos, princípios e evidências já consolidadas na literatura, permitindo interpretar fenômenos que envolvem experiência do usuário, comportamento de consumo e práticas de design digital.

A investigação foi desenvolvida a partir de um mapeamento sistemático da literatura, conduzido em bases de dados amplamente utilizadas em estudos acadêmicos, como Google Acadêmico, Scielo, ResearchGate e repositórios institucionais. Foram selecionados artigos, livros, relatórios técnicos e estudos de caso publicados preferencialmente entre 2015 e 2024, período que concentra o maior volume de pesquisas sobre UX, e-commerce e design minimalista aplicados ao ambiente digital contemporâneo.

O processo de seleção seguiu três etapas principais. Primeiro, realizou-se uma busca inicial utilizando combinações de termos como “design minimalista”, “usabilidade”, “user experience”, “e-commerce performance”, “interface simplificada”, entre outros. Em seguida, os materiais encontrados foram filtrados com base em critérios de relevância, consistência metodológica e relação direta com o tema do estudo. Por fim, os textos selecionados foram organizados e analisados de forma qualitativa, com leitura interpretativa voltada à identificação de padrões, benefícios, limitações e implicações práticas do uso do minimalismo em plataformas de venda online.

Após a análise do conteúdo, os achados foram sintetizados em uma discussão crítica, buscando relacionar os princípios do design minimalista às métricas de usabilidade e aos indicadores de desempenho comercial presentes nos estudos consultados. Essa síntese fundamenta as reflexões apresentadas nas seções seguintes, permitindo compreender não apenas os efeitos positivos do minimalismo, mas também seus riscos e desafios quando aplicado sem critério.

Assim, a metodologia adotada possibilita uma visão ampla e fundamentada do fenômeno, articulando evidências teóricas e interpretações qualitativas para apoiar as conclusões sobre o uso do minimalismo como estratégia de otimização em e-commerces.

4 RESULTADOS

A análise da literatura permitiu identificar os principais impactos da aplicação do design minimalista em plataformas de e-commerce. Os achados foram categorizados em duas frentes principais: os efeitos sobre a usabilidade e a experiência do usuário (UX) e as consequências diretas para a performance comercial e métricas de negócio.

4.1 IMPACTOS NA USABILIDADE E EXPERIÊNCIA DO USUÁRIO (UX)

Os estudos analisados indicam de forma consistente que o design minimalista, quando implementado de forma funcional, exerce uma influência positiva direta na experiência do usuário.

Redução da Carga Cognitiva e Foco: O minimalismo funcional é identificado como uma ferramenta estratégica para aprimorar a UX. Ao prover um processo de tomada de decisão claro e focado, com um mínimo de distrações, ele reduz ativamente a carga cognitiva do usuário. Interfaces com layouts claros, uso intencional do espaço em branco (espaço negativo) e tipografia legível tornam a navegação mais intuitiva. Com menos elementos distrativos, os usuários completam tarefas com maior eficiência e facilidade operacional.

Satisfação e Percepção de Confiança: A usabilidade, definida pela eficácia, eficiência e satisfação com que um usuário atinge seus objetivos, é positivamente impactada. Estudos que comparam protótipos indicam que versões com maior minimização podem resultar em maior eficiência e satisfação geral do usuário. Esteticamente, o design minimalista é frequentemente associado à sofisticação, contemporaneidade e foco no cliente, influenciando positivamente a percepção da marca. Essa abordagem sinaliza clareza e autenticidade, fatores que reforçam a confiança do consumidor na credibilidade e profissionalismo da plataforma.

4.2 IMPACTOS NA PERFORMANCE COMERCIAL E MÉTRICAS DE NEGÓCIO

A melhoria na usabilidade e na percepção de marca se traduz em resultados comerciais mensuráveis para o e-commerce.

Aumento da Taxa de Conversão: A literatura aponta o minimalismo funcional como uma ferramenta estratégica para "aumentar as taxas de conversão" (augmenting conversion rates). Ao focar a atenção do usuário nos elementos essenciais da jornada de compra, como o produto e os botões de ação (CTAs), o design simplificado contribui para a otimização da conversão e para uma maior lucratividade do negócio.

Melhoria na Performance e Redução de Abandono: Uma interface enxuta, com menos elementos gráficos e scripts, exige menos recursos de rede e tende a apresentar um tempo de carregamento de página mais rápido. Essa performance técnica é crucial em e-commerces, pois impacta diretamente a permanência do usuário, ajudando a diminuir as taxas de rejeição e o abandono de carrinho durante o processo de compra.

Reforço da Identidade e Credibilidade: A coerência visual e a organização percebida em um design minimalista reforçam a identidade da loja virtual. Marcas que adotam essa abordagem podem ser percebidas como mais seguras e profissionais, elementos valorizados por consumidores em ambientes de compra online e que servem como um diferencial competitivo.

Alguns estudos apontam aumento de conversão em vendas em mais de 100% após simplificação de layout do e-commerce, é claro que muitos outros fatores devem ser levados em consideração, mas percebe-se um padrão de retorno positivo em taxas de conversão ao aplicar um design minimalista nas interfaces das plataformas.

4.3 O PONTO DE EQUILÍBRIO: RISCOS DO MINIMALISMO EXTREMO

Embora os benefícios sejam claros, a literatura alerta enfaticamente que a simplicidade não deve comprometer a funcionalidade. O "uso excessivo" (over-use) do minimalismo, focado apenas na estética, pode levar à remoção de informações necessárias ou ocultar funções vitais.

Em determinados contextos, um design excessivamente simplificado pode ser percebido como "frio" ou "carente de identidade" (cold or lacking identity), o que pode, paradoxalmente, minar a confiança do consumidor.

Além disso, o conceito do que é considerado minimalista não é uma ciência exata e requer uma análise de dentro para fora de onde está sendo aplicado: um elemento considerado essencial para o pleno funcionamento do e-commerce de uma empresa, pode ser considerado supérfluo ou fútil para outra companhia, e vice-versa. A aplicação do minimalismo deve, portanto, garantir que detalhes e funcionalidades importantes para a compreensão e autonomia do usuário sejam preservados.

5 ANÁLISE E DISCUSSÃO

Os resultados mostram uma relação positiva entre o uso do design minimalista e a melhoria nos indicadores de usabilidade e performance em e-commerces. Contudo, uma análise aprofundada da literatura revela que essa relação não é direta, mas sim que ela depende de como o minimalismo funcional é aplicado na prática.

A capacidade do minimalismo de reduzir a carga cognitiva pode ser explicada pelo princípio psicológico de que o nosso cérebro prefere o que é fácil de processar

(fluência de processamento). Interfaces limpas são absorvidas com mais naturalidade, gerando uma resposta positiva imediata. Isso confirma que tirar o "excesso" de informação não é só uma questão de estética, mas uma maneira de ajudar o usuário a focar sua atenção e energia na decisão de compra, em vez de se perder na leitura da interface.

No entanto, chegamos a um ponto crucial: apesar de a redução de elementos aumentar a usabilidade, a simplificação exagerada pode ter o efeito contrário. O problema acontece quando o minimalismo estético se torna mais importante que o funcional. Ao esconder a navegação ou remover pistas visuais em busca de um layout ultra "limpo", o design acaba quebrando regras básicas de usabilidade, e com isso, aumenta a carga cognitiva que era para ser reduzida. Por isso, a discussão deve ir além do dilema "mais versus menos" e focar na priorização do que é essencial.

Quando olhamos para a confiança e a percepção de marca, o minimalismo funciona como um sinal de competência e modernidade. Em um ambiente digital cheio de estímulos, a clareza visual é interpretada pelo consumidor como transparência e profissionalismo. Mesmo assim, é fundamental levar em conta o contexto da marca e quem é o público. Em setores que precisam de mais detalhes ou que valorizam a tradição, uma abordagem minimalista demais pode ser vista como impessoal ou sem identidade, dificultando a fidelização.

Em resumo, a análise sugere que o minimalismo no e-commerce não deve ser visto como uma fórmula universal de beleza, mas sim como uma ferramenta de otimização adaptável. O que é definido como "essencial" muda bastante de um modelo de negócio para outro. O sucesso, portanto, está em equilibrar a simplicidade visual com a quantidade de informação necessária para dar segurança ao usuário, garantindo que a interface seja um caminho fácil para a conversão, e não uma barreira.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo teve como objetivo principal analisar de que forma a aplicação do design minimalista em interfaces de e-commerce impacta a usabilidade e a performance comercial das plataformas digitais. A análise teórica e exploratória da literatura confirmou a hipótese central: o minimalismo, quando aplicado de forma funcional, é uma estratégia de otimização eficaz que melhora a experiência do usuário e potencializa os resultados de negócio.

A revisão da literatura permite traçar três conclusões principais sobre os benefícios do minimalismo no comércio eletrônico:

Eficiência e Redução de Carga Cognitiva: O minimalismo aumenta a usabilidade ao reduzir ativamente a carga cognitiva do usuário. Ao priorizar um processo de decisão claro e focado, as interfaces mais limpas facilitam a fluência de processamento da

informação, tornando a navegação mais eficiente e intuitiva, além de fornecer mais velocidade no carregamento das páginas, pois menos elementos logicamente exigem menos recursos de rede para serem processados.

Confiança e Percepção de Valor: A simplicidade visual atua como um poderoso sinalizador de competência e transparência. O design é interpretado pelo consumidor como um reflexo de profissionalismo e autenticidade da marca, reforçando a confiança e a satisfação geral.

Performance Comercial: A melhoria na usabilidade se traduz diretamente em métricas de negócios. O minimalismo funcional é uma ferramenta estratégica para aumentar as taxas de conversão, pois reduz as distrações na jornada de compra e minimiza as taxas de rejeição e abandono de carrinho.

A principal nuance encontrada no estudo é a necessidade de equilíbrio. A discussão revelou que a aplicação do design minimalista não deve ser um fim estético, mas sim uma ferramenta funcional. A literatura alerta que o "uso excessivo" (over-use) da simplificação, quando remove informações necessárias ou oculta funcionalidades vitais, prejudica a usabilidade e pode minar a confiança do consumidor, gerando o efeito oposto ao desejado. O sucesso, portanto, está em priorizar o essencial e adaptar o design ao contexto do produto e do público-alvo.

REFERÊNCIAS

BOURDON, Lucie.; JUNDI, Hana Al. **The Rise of Minimalist Branding: Does Less Design Equal More Trust?** Lund University, Sweden, 2025. Disponível em: <https://lup.lub.lu.se/luur/download?func=downloadFile&recordId=9200018&fileId=9200043>. Acesso em: 01/11/25.

NGUYEN, Thi Thuy Linh. **Is usability in user experience design all about minimalism?**. University of Dublin, 2019. Disponível em: <https://publications.scss.tcd.ie/theses/diss/2019/TCD-SCSS-DISSERTATION-2019-067.pdf>. Acesso em: 15/11/25.

PICREEL. **20 Website Conversion Rate Optimization Case Studies That Inspire.** Picreel Blog, 2025. Disponível em: <https://www.picreel.com/blog/website-conversion-rate-optimization-case-studies/>. Acesso em: 18/11/25.

ADCHITECTS. **+103% Conversion Rate For A Menswear Shopify Store.** Adchitects, s.d. Disponível em: <https://adchitects.co/case-studies/seneca-custom-ecommerce>. Acesso em: 17/11/25.

STRATHDEE, Robin. **How To Improve The Average Ecommerce Conversion Rate For High Ticket Sales.** VTEX Blog, 2025. Disponível em: <https://vtex.com/en-us/blog/average-ecommerce-conversion-rate-for-high-ticket-sales/>. Acesso em: 01/11/25.

NIELSEN, Jakob. **Usability 101: Introduction to Usability.** Nielsen Norman Group, 2012. Disponível em: <https://www.nngroup.com/articles/usability-101-introduction-to-usability/>. Acesso em: 16/11/25.

NIELSEN, Jakob. **Designing Web Usability: The Practice of Simplicity.** New Riders Publishing, 1999.

NIELSEN, Jakob. **Usability Engineering.** Morgan Kaufmann, 1993.

GOLPES FINANCEIROS NA TERCEIRA IDADE: CONSCIENTIZAÇÃO E PREVENÇÃO

Amanda Regissany Lopes Souza
Bacharelada em Direito
Faculdade de Petrolina – FACAPE

Daniel Vinícius dos Santos Silva
Bacharelado em Direito
Faculdade de Petrolina – FACAPE

Nicole Souza Santana
Bacharelada em Direito
Faculdade de Petrolina – FACAPE

Pablo Rodrigo Ferreira de Melo
Bacharelado em Direito
Faculdade de Petrolina – FACAPE

Raquel Stéfanie Fernandes da Silva
Bacharelada em Direito
Faculdade de Petrolina – FACAPE

Maria do Socorro Macedo Coelho Lima
Doutora em Desenvolvimento Rural e Urbano – UNIFACS
Faculdade de Petrolina-FACAPE

RESUMO: O avanço da digitalização dos serviços bancários tem ampliado a incidência de golpes direcionados à população idosa, considerada hipervulnerável pela legislação brasileira. Nesse contexto, compreender os mecanismos de fraude e fortalecer competências financeiras e digitais torna-se fundamental para ampliar a segurança emocional e patrimonial desse público. Este estudo teve como objetivo analisar os principais golpes financeiros que afetam idosos, identificar fatores emocionais, cognitivos e tecnológicos que ampliam sua vulnerabilidade e avaliar a contribuição de uma intervenção educativa voltada ao fortalecimento da autonomia digital e financeira. A pesquisa, de abordagem qualitativa e caráter participativo, integrou revisão teórica, aulas dialogadas, simulações realísticas de golpes e aplicação de questionários reflexivos

no âmbito da Faculdade Aberta à Terceira Idade (FATI). Os resultados evidenciam que a vulnerabilidade não decorre apenas do desconhecimento tecnológico, mas da exploração emocional realizada por técnicas de engenharia social. Após a intervenção, os participantes demonstraram maior capacidade crítica, redução de impulsos automáticos e adoção de estratégias de autoproteção. Conclui-se que práticas educativas contínuas e inclusivas são essenciais para prevenir fraudes, ampliar a segurança digital e promover o protagonismo da pessoa idosa em um ambiente financeiro cada vez mais complexo.

Palavras-chave: Educação financeira. Terceira idade. Golpes. Segurança digital. Prevenção.

ABSTRACT: The rapid digitalization of banking services has increased the incidence of scams targeting older adults, a group legally classified in Brazil as hyper-vulnerable. In this context, understanding fraud mechanisms and strengthening financial and digital competencies are essential to enhancing the emotional and patrimonial security of this population. This study aimed to analyze the main financial scams affecting older adults, identify emotional, cognitive, and technological factors that heighten their vulnerability, and evaluate the contribution of an educational intervention focused on strengthening digital and financial autonomy. The research, based on a qualitative and participatory approach, integrated a theoretical review, dialogic lessons, realistic scam simulations, and reflective questionnaires conducted within the “Faculdade Aberta à Terceira Idade” (FATI). The results show that vulnerability arises not only from technological unfamiliarity but also from emotional manipulation through social engineering techniques. After the intervention, participants demonstrated increased critical awareness, reduced automatic impulses, and the adoption of self-protection strategies. The study concludes that continuous and inclusive educational practices are essential to preventing fraud, improving digital security, and promoting the autonomy and active participation of older adults in an increasingly complex financial environment.

Keywords: Financial education. Older adults. Scams. Digital security. Prevention.

1 INTRODUÇÃO

O envelhecimento populacional brasileiro tem ampliado a urgência de estudos que articulem educação financeira, cidadania digital e proteção jurídica diante do expressivo crescimento dos golpes direcionados à terceira idade. O país vivencia uma transição demográfica marcada pelo aumento da longevidade e pela intensificação da

digitalização dos serviços financeiros, cenário que combina oportunidades de inclusão com novos riscos de vulnerabilidade emocional, cognitiva e tecnológica (CAMARANO, 2020). Nesse contexto, a pessoa idosa é classificada como sujeito hiper vulnerável, sobretudo em ambientes digitais, onde técnicas sofisticadas de engenharia social exploram fragilidades afetivas, baixa familiaridade tecnológica e dificuldades de verificação de autenticidade.

A proteção jurídica do idoso encontra respaldo na Constituição Federal de 1988 (art. 230), no Estatuto da Pessoa Idosa (Lei n.º 10.741/2003) e no Código de Defesa do Consumidor, que reconhece a hiper vulnerabilidade informacional e a necessidade de mecanismos de prevenção e informação clara (MIRAGEM, 2021; NUNES, 2020). Esses instrumentos reforçam que a segurança financeira e digital constitui dimensão essencial da dignidade humana, sobretudo em um ambiente marcado por golpes como falsos funcionários de banco, clonagem de WhatsApp, acesso remoto fraudulento, boletos adulterados e empréstimos consignados indevidos.

A literatura nacional e internacional demonstra que a vulnerabilidade digital dos idosos não se limita ao desconhecimento tecnológico. Ela resulta da interação entre fatores emocionais — como confiança, medo e urgência —, fatores cognitivos — como lentificação do processamento — e fatores socio tecnológicos — como interfaces confusas, falta de suporte e ausência de formação digital (GARBIN et al., 2018). Criminosos utilizam esses elementos para construir narrativas persuasivas e manipular comportamentos, tornando golpes altamente eficazes mesmo entre pessoas com algum nível de prudência.

Diante desse cenário, a educação financeira e a cidadania digital emergem como estratégias centrais para prevenção de fraudes, desenvolvimento de autonomia e fortalecimento da capacidade crítica na terceira idade. Diretrizes como a Estratégia Nacional de Educação Financeira (ENEF, 2023) e pesquisas sobre envelhecimento ativo reforçam que intervenções educativas contínuas, práticas e inclusivas são essenciais para promover segurança emocional e patrimonial.

Assim, o presente estudo teve como objetivo analisar os principais golpes financeiros que afetam idosos, identificar fatores emocionais, cognitivos e tecnológicos

que ampliam sua vulnerabilidade e avaliar os resultados de uma intervenção educativa realizada com participantes da Faculdade Aberta à Terceira Idade (FATI). A pesquisa integra revisão teórica e práticas formativas baseadas em aulas dialogadas, simulações de golpes e atividades reflexivas, buscando compreender como a educação pode fortalecer a autonomia e reduzir a exposição da pessoa idosa a riscos financeiros e digitais.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

A proteção financeira da pessoa idosa no contexto contemporâneo insere-se em um campo interdisciplinar que articula elementos do Direito do Consumidor, da Educação Financeira, da Cidadania Digital e dos estudos sobre envelhecimento. A literatura especializada reconhece que o idoso constitui um sujeito hipervulnerável, cuja condição é acentuada pela combinação entre fatores biológicos, cognitivos, emocionais e sociotecnológicos (CAMARANO, 2020). No ambiente digital, essas vulnerabilidades tornam-se mais evidentes, uma vez que o idoso enfrenta barreiras relacionadas à usabilidade das tecnologias, à interpretação de interfaces e à capacidade de identificar práticas fraudulentas (GARBIN et al., 2018).

Sob a perspectiva jurídica, a Constituição Federal de 1988 determina a proteção integral da pessoa idosa (art. 230), reforçada pelo Estatuto da Pessoa Idosa (Lei nº 10.741/2003). O Código de Defesa do Consumidor, ao reconhecer o idoso como consumidor hipervulnerável, estabelece o princípio da informação adequada como mecanismo central de proteção (MIRAGEM, 2021; NUNES, 2020). Assim, a vulnerabilidade não se limita ao campo físico, mas inclui a vulnerabilidade informacional e digital, diante da assimetria de conhecimento entre usuários e fraudadores.

A literatura especializada em envelhecimento aponta que o avanço da idade pode estar associado à redução de velocidade de processamento de informações, maior tendência a confiar em interlocutores e dificuldade para avaliar a autenticidade de mensagens digitais (LIMA et al., 2020). Esses fatores tornam o idoso alvo preferencial de golpes estruturados por meio de engenharia social, técnica utilizada para manipular emoções e induzir comportamentos sem uso de força física (CAVALCANTE;

HOLANDA, 2018). Em síntese, o fraudador explora fragilidades emocionais — como medo, urgência, empatia e confiança — para legitimar uma narrativa criminosa e induzir a vítima ao erro.

Autores como Castells (2015) destacam que a expansão da comunicação digital transformou profundamente as relações sociais, ampliando o poder de circulação de informações e também de desinformações. Nesse ambiente, a população idosa enfrenta maior risco, pois muitas vezes não consegue distinguir páginas oficiais de réplicas fraudulentas, links seguros de URLs suspeitas, ou mensagens automáticas de mensagens maliciosas.

A combinação entre mobilidade reduzida, menor familiaridade com aplicativos bancários e ausência de orientação contínua cria um cenário propício para fraudes que imitam interfaces bancárias, serviços públicos ou perfis de familiares.

A Educação Financeira surge, portanto, como instrumento de defesa e prevenção. A Estratégia Nacional de Educação Financeira (ENEF, 2023) reforça que a literacia financeira é condição necessária para que cidadãos reconheçam riscos, compreendam direitos e identifiquem situações de fraude. A educação financeira, quando aplicada ao público idoso, deve considerar especificidades como ritmo de aprendizagem, histórico de exclusão digital e memórias emocionais associadas ao uso de dinheiro e crédito (SANTOS; RIBEIRO, 2022).

2 EDUCAÇÃO FINANCEIRA E SISTEMA FINANCEIRO NA TERCEIRA IDADE

A relação da pessoa idosa com o sistema financeiro envolve desafios específicos decorrentes das transformações socioeconômicas, tecnológicas e demográficas das últimas décadas. Com a ampliação da longevidade e a crescente digitalização dos serviços bancários, o idoso passou a integrar um ambiente financeiro mais complexo, no qual decisões cotidianas exigem conhecimentos técnicos, habilidades digitais e capacidade de reconhecer riscos — elementos que nem sempre fazem parte de sua trajetória formativa (CAMARANO, 2020; SANTOS; RIBEIRO, 2022).

A Educação Financeira, entendida como o conjunto de conhecimentos, habilidades e atitudes necessárias para administrar recursos e tomar decisões

conscientes, é reconhecida internacionalmente como um mecanismo de proteção e autonomia (OECD, 2018). No Brasil, diretrizes como a Estratégia Nacional de Educação Financeira (ENEF, 2023) reforçam que a literacia financeira é essencial para que indivíduos compreendam conceitos como orçamento, crédito, juros, risco, consumo consciente e prevenção a fraudes. Para a população idosa, esse processo educativo exige abordagem gradual, contextualizada e alinhada às especificidades cognitivas e emocionais desse grupo.

O sistema financeiro brasileiro, desde a sua modernização nas décadas de 1990 e 2000, tornou-se cada vez mais digitalizado, com abrupto deslocamento de serviços presenciais para plataformas eletrônicas (BACEN, 2023).

A inclusão de operações como Pix, aplicativos bancários, transferências instantâneas e autenticação por token trouxe maior agilidade, mas também ampliou riscos, especialmente para idosos com baixa literacia digital (GARBIN et al., 2018). Essa condição intensifica a vulnerabilidade informacional, entendida como a dificuldade em interpretar informações financeiras, avaliar a segurança de operações e verificar a autenticidade de mensagens e sites (MIRAGEM, 2021).

Adicionalmente, estudos apontam que a terceira idade apresenta maior propensão a confiar em interlocutores e menor familiaridade com mecanismos de verificação digital, como duplo fator de autenticação, análise de URL ou reconhecimento de golpes por engenharia social (CAVALCANTE; HOLANDA, 2018). Esses fatores tornam o idoso alvo preferencial de golpes que simulam operações bancárias, empréstimos consignados, recuperação de contas ou supostos contatos de instituições financeiras.

No campo psicológico, autores vinculados às Finanças Comportamentais, como Kahneman (2012), demonstram que decisões financeiras são atravessadas por vieses cognitivos, como a aversão à perda, o excesso de confiança e a heurística da representatividade. Em idosos, esses vieses podem se manifestar de forma mais intensa, dadas alterações na velocidade de processamento de informações e na capacidade de julgamento (LIMA et al., 2020). Tais fatores, associados à baixa familiaridade tecnológica,

ampliam o risco de adesão a ofertas enganosas, investimentos fraudulentos ou supostas atualizações cadastrais.

Nesse contexto, a Educação Financeira voltada à terceira idade deve integrar elementos de cidadania digital, estratégias de segurança cibernética e exercícios práticos que simulem situações reais de golpes. A literatura pedagógica para adultos idosos reforça que a aprendizagem deve ser significativa, dialógica e baseada em experiências concretas, respeitando ritmos e vivências acumuladas ao longo da vida (BRASIL, 2020). Assim, práticas como oficinas, dinâmicas de simulação, análise de casos reais, exercícios de detecção de fraudes e construção coletiva de estratégias de proteção financeira tornam-se ferramentas centrais na prevenção.

3 CIDADANIA DIGITAL NA TERCEIRA IDADE

A cidadania digital refere-se ao uso consciente, seguro, crítico e responsável das tecnologias digitais, envolvendo competências informacionais, comunicacionais e éticas necessárias para participar plenamente da vida social em ambientes virtuais (RIBEIRO; VALENTIM, 2021). Para a população idosa, essa dimensão assume caráter estratégico, uma vez que a digitalização acelerada dos serviços financeiros, governamentais e de comunicação exige habilidades que muitos não tiveram oportunidade de desenvolver ao longo da vida (CAMARANO, 2020; MIRAGEM, 2021).

A ampliação do acesso a serviços públicos e bancários via plataformas digitais — como aplicativos de bancos, Pix, Meu INSS, Gov.br e redes sociais — transformou profundamente a forma como os indivíduos interagem com o Estado e com o sistema financeiro (BACEN, 2023). Embora esses avanços promovam agilidade e inclusão, criam também novos desafios: fraudes eletrônicas, engenharia social, phishing, invasões de dispositivos, golpes via WhatsApp, boletos falsos e clonagem de perfis tornaram-se práticas recorrentes que atingem especialmente a população idosa, considerada um grupo altamente vulnerável (CAVALCANTE; HOLANDA, 2018).

Essa vulnerabilidade decorre de múltiplos fatores:

a) baixa literacia digital e dificuldades no manejo de dispositivos móveis; b) desconhecimento de protocolos de segurança, como autenticação em duas etapas e

verificação de links; c) maior confiança interpessoal, que potencializa golpes de engenharia social; d) declínio de funções cognitivas relacionadas à atenção e ao julgamento, conforme indicado por Lima et al. (2020); e) ausência de formação específica ao longo da vida, já que muitos idosos não vivenciaram processos educacionais digitalmente mediados.

Assim, a cidadania digital na terceira idade precisa ser compreendida não apenas como acesso à tecnologia, mas sobretudo como capacidade de agir com autonomia e proteção em ambientes virtuais. Isso inclui saber identificar sinais de fraude, reconhecer fontes confiáveis, manejar aplicativos de bancos e órgãos públicos, proteger dados pessoais e compreender direitos previstos na legislação de proteção do consumidor e de dados — como o Marco Civil da Internet (Lei nº 12.965/2014) e a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD (Lei nº 13.709/2018).

Para autores como Kenski (2019), o processo educativo voltado ao uso crítico e responsável da tecnologia deve ser contínuo, dialógico e contextualizado à realidade dos sujeitos. No caso dos idosos, estudos confirmam que metodologias ativas, oficinas práticas e dinâmicas que simulam situações reais de risco ampliam significativamente a autoconfiança digital e reduzem a vulnerabilidade (GARBIN et al., 2018; SANTOS; RIBEIRO, 2022). Tais práticas permitem que o idoso aprenda por experimentação, validando procedimentos de segurança e compreendendo como identificar golpes comuns.

A cidadania digital, portanto, constitui um componente indissociável da educação financeira na terceira idade. A capacidade de navegar com segurança em ambientes digitais condiciona a proteção patrimonial, a prevenção de golpes e o fortalecimento da autonomia decisória. Inserida em programas formativos — como aqueles realizados na Faculdade Aberta à Terceira Idade (FATI) —, ela potencializa o empoderamento do idoso, permitindo que participe ativamente da vida social, financeira e institucional em um mundo cada vez mais digitalizado.

4 PRÁTICAS INCLUSIVAS EDUCATIVAS NA TERCEIRA IDADE

As práticas educativas inclusivas destinadas à terceira idade têm se consolidado como estratégias fundamentais para promover autonomia, participação social e proteção em um contexto marcado por rápidas transformações sociais, tecnológicas e financeiras. A inclusão educacional do idoso não se limita ao acesso a conteúdo formais, mas envolve metodologias sensíveis às especificidades biopsicossociais do envelhecimento, valorizando a experiência acumulada e respeitando o ritmo de aprendizagem próprio dessa fase (FREITAS; PY, 2018).

A educação ao longo da vida, amplamente discutida nas políticas internacionais de envelhecimento ativo, como as propostas pela Organização Mundial da Saúde (OMS, 2015), afirma que o aprendizado contínuo contribui para saúde mental, bem-estar emocional e participação cidadã. No Brasil, programas de extensão universitária como as Universidades Abertas à Terceira Idade tornam-se espaços privilegiados para práticas educativas inclusivas, pois possibilitam integração intergeracional, trocas afetivas e acesso mediado ao conhecimento (CACHIONI; CAMARANO, 2020).

No campo da educação financeira e da cidadania digital — áreas essenciais para a prevenção de golpes e para a proteção do idoso — práticas inclusivas assumem maior relevância. Muitos idosos vivenciam lacunas tecnológicas, baixa literacia financeira e receios quanto ao uso de aplicativos bancários ou serviços digitais. Conforme destaca Neri (2021), a inclusão financeira e digital depende de metodologias adaptadas, com linguagem acessível, exemplos práticos, repetição orientada e suporte afetivo, elementos fundamentais para a construção de confiança e autonomia.

Práticas educativas inclusivas eficazes incluem: a) exposições dialogadas, que valorizam as experiências dos idosos e facilitam a compreensão de conceitos complexos; b) dinâmicas participativas, que estimulam reflexão sobre situações reais, como golpes financeiros, consumo consciente e organização financeira; c) atividades práticas mediadas, especialmente no uso de celulares, aplicativos e mecanismos de autenticação digital, reduzindo o medo do ambiente tecnológico; d) questionários diagnósticos participativos, que identificam vulnerabilidades e subsidiam intervenções personalizadas; e) aprendizagem colaborativa, na qual grupos de idosos discutem casos, compartilham estratégias de proteção e constroem senso coletivo de autoproteção.

Além disso, a criação de ambientes de aprendizagem emocionalmente seguros é central. A literatura aponta que muitos idosos têm receio de expor dúvidas por medo do julgamento, baixa autoconfiança ou experiências negativas anteriores (ALVES; LIMA, 2022). Assim, práticas inclusivas demandam acolhimento, paciência, comunicação empática e respeito à autonomia, assegurando que o processo educativo contribua para o fortalecimento emocional e cognitivo.

Tais práticas repercutem diretamente na prevenção de golpes financeiros. Ao desenvolver consciência crítica, verificar informações, identificar sinais de fraude e compreender direitos e mecanismos de proteção, o idoso amplia sua capacidade de ação e reduz significativamente sua vulnerabilidade digital e econômica. A educação, portanto, transforma-se em uma ferramenta de defesa, cidadania e promoção da dignidade na velhice.

Nesse sentido, as práticas educativas inclusivas na terceira idade devem ser compreendidas como políticas de proteção social, que integram educação financeira, alfabetização digital, apoio emocional e participação comunitária. Elas representam uma via estratégica para fortalecer a autonomia e a segurança do idoso diante dos desafios contemporâneos, especialmente em um cenário de crescente complexidade tecnológica e sofisticadas modalidades de fraudes.

5 METODOLOGIA

A pesquisa caracteriza-se como qualitativa, exploratória e descritiva (GIL, 2017), permitindo compreender percepções, significados e experiências subjetivas relacionadas à vulnerabilidade financeira e digital de pessoas idosas (MINAYO, 2017). O estudo foi desenvolvido no Programa FATI – Faculdade Aberta à Terceira Idade, da FACAPE, no âmbito de um processo formativo composto por 12 encontros, conduzidos por meio de exposições dialogadas, estudos de caso, dinâmicas participativas e atividades práticas de identificação de golpes.

A coleta de dados ocorreu em duas etapas: (a) aplicação de um questionário estruturado com questões abertas e fechadas sobre experiências financeiras, vivências com golpes e nível de familiaridade digital; e (b) realização de uma dinâmica de grupo

intitulada “Reconhecimento de Golpes”, baseada na análise de exemplos reais e discussão coletiva de comportamentos de risco.

Todos os participantes foram informados sobre os objetivos do estudo e assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), conforme normas éticas vigentes. A análise dos dados foi realizada por meio de análise de conteúdo temática (BARDIN, 2011), possibilitando identificar categorias relacionadas às vulnerabilidades emocionais, cognitivas e tecnológicas, bem como estratégias percebidas de autoproteção.

6 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os resultados da intervenção educativa evidenciam que a vulnerabilidade da pessoa idosa diante de golpes financeiros decorre de uma combinação de fatores emocionais, cognitivos, tecnológicos e sociais. Essa vulnerabilidade não se manifesta de forma homogênea; ao contrário, revela um conjunto amplo de perfis e trajetórias de aprendizagem, que exigem abordagens educativas diferenciadas e contínuas. A análise dos dados demonstra que os idosos participantes possuíam níveis muito variados de literacia financeira e digital, bem como distintas histórias de exposição a golpes, tentativas de fraude ou medo de errar ao utilizar tecnologia.

Logo nas primeiras aulas expositivas dialogadas, observou-se que parte significativa dos participantes apresentava insegurança ao falar sobre temas financeiros e tecnológicos. Muitos relatavam receio de interagir com bancos digitais, de utilizar aplicativos ou mesmo de atender ligações telefônicas desconhecidas. Essa insegurança inicial reforça achados da literatura que indicam que o medo de errar, combinado ao desconhecimento tecnológico, diminui a autoconfiança e aumenta a probabilidade de decisões impulsivas ou delegação excessiva de decisões a terceiros — muitas vezes, inadequados.

Ao longo das discussões, emergiu um padrão relevante: grande parte dos idosos acreditava inicialmente que golpes aconteciam apenas com pessoas “muito distraídas” ou “sem instrução”, o que os levava a subestimar a sofisticação dos mecanismos contemporâneos de engenharia social. Essa percepção foi gradualmente desconstruída a

medida que os conceitos foram explicados e que relataram experiências pessoais em que quase foram enganados. Os relatos demonstraram que golpes bem-sucedidos não dependem apenas da fragilidade cognitiva da vítima, mas da capacidade do fraudador de gerar urgência, medo ou falsa autoridade — exatamente como discutem os autores das finanças comportamentais ao analisar vieses como aversão à perda, confiança excessiva e heurística da disponibilidade.

A etapa de simulação realística produziu os resultados mais significativos. Quando confrontados com cenários que imitavam ligações falsas do banco, mensagens urgentes via WhatsApp, pedidos de ajuda financeira de supostos parentes e links fraudulentos, muitos participantes tiveram reações espontâneas que revelaram padrões emocionais manipuláveis.

Entre os padrões mais observados estavam:

1. Impulso de ajudar familiares, especialmente quando a simulação apelava ao afeto ou sugeria sofrimento;
2. Obediência automática à “autoridade” bancária, mesmo quando a ligação continha elementos incoerentes;
3. Reação imediata ao sentimento de urgência, como medo de bloqueio de conta ou prejuízo financeiro;
4. Confiança excessiva em mensagens que imitavam instituições públicas, como INSS, Receita Federal ou bancos.

Esses achados dialogam diretamente com pesquisas nacionais que demonstram que a engenharia social é hoje o principal mecanismo de fraude, superando em impacto até mesmo falhas tecnológicas. Em outras palavras: os golpes não atacam máquinas — atacam pessoas.

Com o avanço das simulações, tornou-se evidente uma evolução no comportamento crítico do grupo. Nas primeiras práticas, os participantes se mostravam mais vulneráveis ao conteúdo emocional da mensagem; porém, conforme as análises coletivas avançavam, puderam reconhecer sinais de alerta, identificar inconsistências e verbalizar estratégias de autoproteção. Para muitos, a simulação foi a primeira

oportunidade de vivenciar, de forma segura, situações de risco que enfrentam no cotidiano, o que impulsionou mudanças de comportamento de curto prazo.

As rodas de conversa pós-questionários reafirmaram esse avanço. No início, as respostas eram mais descritivas e baseadas em vivências pessoais; ao final da intervenção, tornaram-se análises estruturadas, com identificação de riscos, justificativas críticas e comparação entre diferentes cenários. Esse movimento evidencia fortalecimento da metacognição — isto é, da capacidade do idoso de refletir sobre seu próprio processo de decisão, compreender seus impulsos emocionais e ajustar comportamentos.

Um achado de alta relevância emergiu repetidamente nos relatos: a sensação de solidão e busca de acolhimento. Muitos participantes reconheceram que golpes não ocorrem apenas por falta de conhecimento, mas porque fraudadores exploram afetos, carências e vínculos familiares fragilizados. Isso significa que a educação financeira para idosos precisa ir além de ensinar “como não clicar em links”, devendo considerar aspectos emocionais e socioafetivos do envelhecimento. Essa perspectiva é coerente com teorias do comportamento do consumidor e da psicologia do envelhecimento, que demonstram que decisões financeiras são, em grande medida, decisões emocionais.

Outro ponto relevante foi a percepção sobre a confiança excessiva em terceiros. Diversos participantes admitiram delegar decisões financeiras a familiares, vizinhos ou atendentes desconhecidos. Em muitos casos, essa delegação deriva tanto da dificuldade tecnológica quanto da crença de que “pessoas próximas jamais enganariam um idoso”. No entanto, como destacam órgãos como o Instituto de Longevidade, grande parte dos abusos financeiros cometidos contra idosos parte justamente do ambiente familiar. A discussão desse tema gerou reflexões profundas em sala, evidenciando que a educação financeira precisa abordar também temas sensíveis, como limites familiares, autonomia e mecanismos de proteção.

Ao final das atividades, constatou-se um avanço claro em três dimensões:

1. Consciência dos riscos – os idosos passaram a identificar golpes com mais rapidez e clareza;

2. Autonomia digital e financeira – muitos relataram que passaram a consultar aplicativos oficiais, evitar compartilhamento de informações e desconfiar de mensagens inesperadas;
3. Segurança emocional – houve redução do sentimento de incapacidade e aumento da autoconfiança ao interagir com tecnologia e serviços bancários.

Esses resultados demonstram que a metodologia adotada — combinando diálogo, prática, simulação e reflexão — é altamente eficaz para promover inclusão financeira e cidadania digital entre idosos. A intervenção educativa fortaleceu não apenas o conhecimento técnico, mas a capacidade crítica, a segurança emocional e a autonomia prática, confirmando a importância de práticas inclusivas e continuadas no enfrentamento aos golpes financeiros.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo evidenciou que a vulnerabilidade da pessoa idosa diante de golpes financeiros resulta da combinação entre fatores emocionais, cognitivos e tecnológicos, amplificada pela crescente digitalização dos serviços bancários. Verificou-se que a exploração emocional, típica das técnicas de engenharia social, desempenha papel central na efetivação das fraudes, muitas vezes mais determinante que o próprio desconhecimento tecnológico.

A intervenção educativa realizada na FATI demonstrou eficácia ao ampliar a capacidade crítica dos participantes, estimular comportamentos de autoproteção e fortalecer a autonomia digital e financeira. As simulações de golpes e as atividades dialogadas permitiram que os idosos identificassem sinais de risco, reduzissem respostas impulsivas e adotassem práticas seguras no cotidiano.

Conclui-se que ações educativas contínuas, práticas e inclusivas são fundamentais para prevenir fraudes e promover segurança digital na terceira idade. Recomenda-se que instituições de ensino, órgãos públicos e entidades comunitárias ampliem iniciativas formativas que integrem educação financeira, cidadania digital e apoio emocional, a fim de reduzir vulnerabilidades e fortalecer a proteção patrimonial e a autonomia da pessoa idosa.

REFERÊNCIAS

- ALVES, R.; LIMA, A. Metodologias ativas no ensino de idosos: desafios e possibilidades. *Revista Educação e Contemporaneidade*, Salvador, v. 27, n. 54, p. 112-129, 2022.
- BANCO CENTRAL DO BRASIL. Relatório de Cidadania Financeira. Brasília, 2023. Disponível em: <https://www.bcb.gov.br>. Acesso em: xx xxx. 2025.
- BARDIN, L. *Análise de conteúdo*. Lisboa: Edições 70, 2011.
- CACHIONI, M.; CAMARANO, A. A. Envelhecimento ativo e aprendizagem ao longo da vida. *Revista Brasileira de Geriatria e Gerontologia*, Rio de Janeiro, v. 23, n. 1, p. 1-12, 2020.
- CAMARANO, A. A. O novo regime demográfico brasileiro: consequências sociais e econômicas. Rio de Janeiro: IPEA, 2020.
- CAVALCANTE, A. L.; HOLANDA, L. G. Engenharia social e golpes digitais no Brasil: mecanismos de fraude e vulnerabilidades. *Revista de Segurança da Informação*, São Paulo, v. 7, n. 2, p. 45-61, 2018.
- ENEF – Estratégia Nacional de Educação Financeira. Relatório Anual. Brasília, 2023.
- FREITAS, E. V.; PY, L. *Tratado de geriatria e gerontologia*. 4. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2018.
- GARBIN, H. B. R. et al. Inclusão digital de idosos: desafios, barreiras e percepções. *Revista Kairós Gerontologia*, São Paulo, v. 21, n. 4, p. 31-50, 2018.
- KAHNEMAN, D. *Rápido e devagar: duas formas de pensar*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2012.
- LIMA, M. N.; SOUZA, A. C.; ALMEIDA, P. S. Alfabetização digital e envelhecimento: limitações cognitivas e desafios de aprendizagem. *Revista Psicologia e Sociedade*, Belo Horizonte, v. 32, n. 3, p. 87-101, 2020.
- MIRAGEM, B. *Direito do consumidor*. 7. ed. São Paulo: RT, 2021.
- NUNES, L. J. Consumidor hipervulnerável e proteção jurídica do idoso. *Revista de Direito do Consumidor*, São Paulo, v. 128, p. 215-236, 2020.
- OECD – Organisation for Economic Co-operation and Development. *OECD/INFE Toolkit for Measuring Financial Literacy and Financial Inclusion*. Paris: OECD Publishing, 2018.

OMS – Organização Mundial da Saúde. Envelhecimento ativo: um marco político. Brasília: OPAS, 2015.

RIBEIRO, F. A. N.; VALENTIM, M. L. P. Competências informacionais e cidadania digital: perspectivas para idosos. Transinformação, Campinas, v. 33, n. 1, p. 1-17, 2021.

SANTOS, L. B.; RIBEIRO, A. C. Educação financeira para idosos: práticas inclusivas e desafios contemporâneos. Revista Educação & Sociedade, Campinas, v. 43, p. e022012, 2022.

INCLUSÃO DIGITAL

Aylla Lavinnya Alcântara Matos
Bacharelada em Ciência da Computação
Faculdade de Petrolina – FACAPE

Enzo Michael Viana Souza
Bacharelado em Ciência da Computação
Faculdade de Petrolina – FACAPE

Geovana Vitória Rocha Souza
Bacharelada em Ciência da Computação
Faculdade de Petrolina – FACAPE

RESUMO: A inclusão digital é um processo multifacetado que visa reduzir as desigualdades de acesso e uso das tecnologias da informação e comunicação (TIC). Este artigo aborda os elementos fundamentais que compõem a experiência digital: infraestrutura da internet, navegadores, motores de busca, URLs e domínios, práticas de segurança online, comunicação digital e privacidade. Discutimos estratégias práticas para capacitar usuários iniciantes e intermediários, incluindo a criação de senhas robustas, uso de autenticação em dois fatores, verificação de links e configurações de privacidade em redes sociais. Também exploramos a importância da alfabetização digital como competência cidadã, que envolve não apenas o acesso físico a dispositivos, mas o desenvolvimento de competências críticas e éticas para navegar, produzir e compartilhar conteúdo de forma segura e responsável. Sustentamos que iniciativas educacionais continuadas, políticas públicas de conectividade e programas comunitários de formação são essenciais para consolidar uma inclusão digital efetiva e sustentável.

Palavras-chave: inclusão digital. internet. segurança digital. alfabetização digital. privacidade.

ABSTRACT: Digital inclusion aims to reduce inequalities in access to and use of information and communication technologies (ICTs). This article examines the fundamental elements of the digital experience: internet infrastructure, web browsers, search engines, URLs and domains, online security practices, digital communication and privacy. We discuss practical strategies to empower novice and intermediate users, including creating strong passwords, using two-factor authentication, checking links, and configuring privacy settings on social networks. We also emphasize digital literacy

as a civic competence that entails not only physical access to devices but the development of critical and ethical skills to navigate, produce, and share content safely and responsibly. Educational initiatives, public connectivity policies, and community training programs are crucial to achieving effective and sustainable digital inclusion.

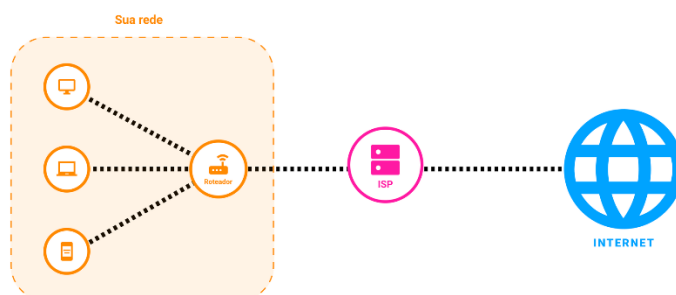
Keywords: digital inclusion. internet. cybersecurity.

1 INTRODUÇÃO

A internet transformou a comunicação, a educação e o trabalho em escala global. No entanto, persistem desigualdades no acesso e na capacidade de uso das tecnologias. Inclusão digital não é apenas disponibilizar um dispositivo ou conexão, mas promover habilidades que permitam ao indivíduo compreender, avaliar e utilizar recursos digitais de forma crítica e segura. O presente artigo sintetiza conceitos técnicos acessíveis e recomendações práticas que podem ser empregados em ações de formação, oficinas e atividades de extensão universitária para promover maior autonomia digital.

2 A INTERNET E SUA INFRAESTRUTURA

A internet é uma rede global de dispositivos interconectados que permite a troca de informações em tempo real. Sua infraestrutura engloba componentes físicos — como cabos submarinos, data centers e servidores — e lógicos — como protocolos de comunicação (TCP/IP), sistemas de nomes de domínio (DNS) e roteadores. Provedores de serviços de internet (ISPs) atuam como intermediários que conectam usuários à espinha dorsal da rede, oferecendo planos de velocidade e serviços complementares. Entender minimamente essa infraestrutura ajuda o usuário a interpretar problemas de conexão, diferenças entre tipos de acesso (fibra, cabo, ADSL, 4G/5G) e a importância de políticas públicas de conectividade.



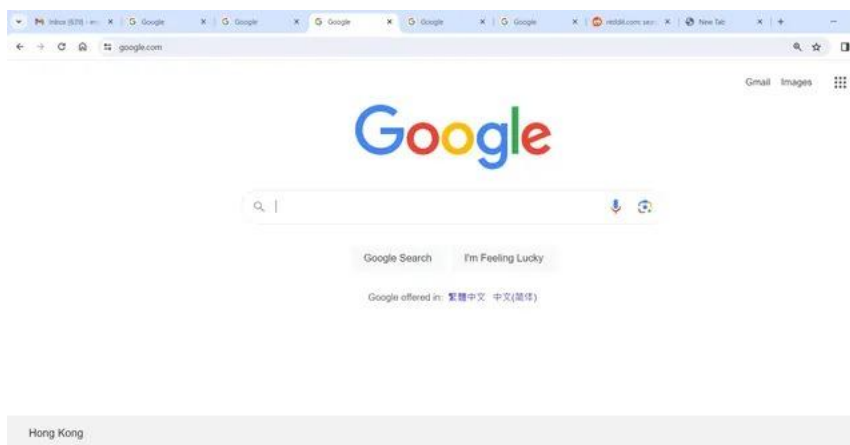
3 NAVEGADORES WEB

Navegadores são aplicações que interpretam e apresentam conteúdos da World Wide Web. Exemplos amplamente utilizados incluem Google Chrome, Mozilla Firefox e Microsoft Edge. Eles utilizam motores de renderização que convertem HTML, CSS e JavaScript em páginas interativas. Recursos como abas, favoritos, modo de navegação privada e extensões tornam os navegadores ferramentas versáteis. Práticas recomendadas para educação digital incluem ensinar como gerenciar favoritos, limpar cache e cookies periodicamente, utilizar extensões de bloqueio de rastreadores quando necessário, e manter o navegador atualizado para corrigir vulnerabilidades de segurança.



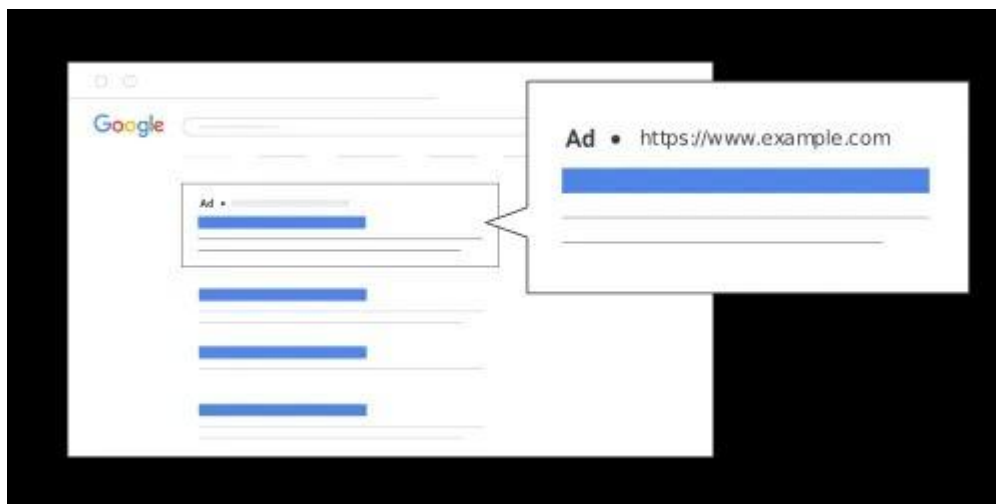
4 MOTORES DE BUSCA E TÉCNICAS DE PESQUISA

Motores de busca (p. ex. Google, Bing) rastreiam e indexam páginas web, empregando algoritmos para ranquear resultados. Para pesquisas mais eficazes, é útil usar operadores e técnicas: empregar aspas para buscas exatas ("curso de inclusão digital"), usar site: para limitar por domínio (site:gov.br), combinar termos com AND/OR e excluir palavras com o sinal de menos (-palavra). Além disso, os filtros por data, tipo de conteúdo e região ajudam a refinar a pesquisa. Ensinar essas técnicas em oficinas possibilita que os participantes localizem informações confiáveis e evitem conteúdos de baixa qualidade. Avaliar criticamente as fontes — preferindo sites institucionais, acadêmicos e portais confiáveis — é essencial para a alfabetização informacional.



5 URLs, DOMÍNIOS E SEGURANÇA BÁSICA

URLs (Uniform Resource Locators) identificam recursos na web e incluem protocolo (http/https), domínio e caminho. Domínios e TLDs (.com, .org, .gov, .edu, .br) indicam a natureza ou procedência do site. A presença de 'https://' e do cadeado na barra de endereços indica uso de criptografia TLS, reduzindo riscos de interceptação. No entanto, mesmo sites com HTTPS podem ser maliciosos; portanto, verifique o domínio com atenção, evite clicar em links encurtados sem contexto e confira a ortografia do domínio para detectar possíveis fraudes (typosquatting).



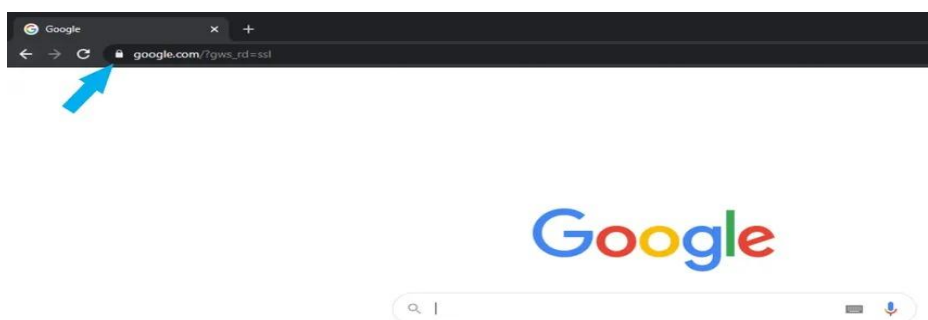
6 SEGURANÇA ONLINE: PRÁTICAS E FERRAMENTAS

A segurança online é um dos pilares da inclusão digital responsável. Entre as práticas fundamentais estão:

- Senhas seguras: combinar letras maiúsculas e minúsculas, números e símbolos, evitando sequências óbvias e informações pessoais. Utilizar um gerenciador de senhas facilita a adoção de senhas únicas para cada serviço.
- Autenticação em dois fatores (2FA): sempre que possível habilitar 2FA por meio de aplicativo autenticador ou SMS para proteger contas importantes.
- Atualizações: manter sistemas operacionais, navegadores e aplicativos atualizados reduz a exposição a vulnerabilidades exploradas por malwares.
- Cuidado com phishing: mensagens que imitam instituições podem solicitar dados sensíveis; verifique remetentes, URLs e evite fornecer informações sem confirmar a autenticidade.

- Antivírus e backups: possuir uma solução de segurança confiável e rotinas de backup (local e na nuvem) ajuda na recuperação diante de incidentes como ransomware.

Educar grupos sobre esses tópicos por meio de exemplos práticos e exercícios (identificar emails suspeitos, configurar 2FA) fortalece as defesas individuais e coletivas.

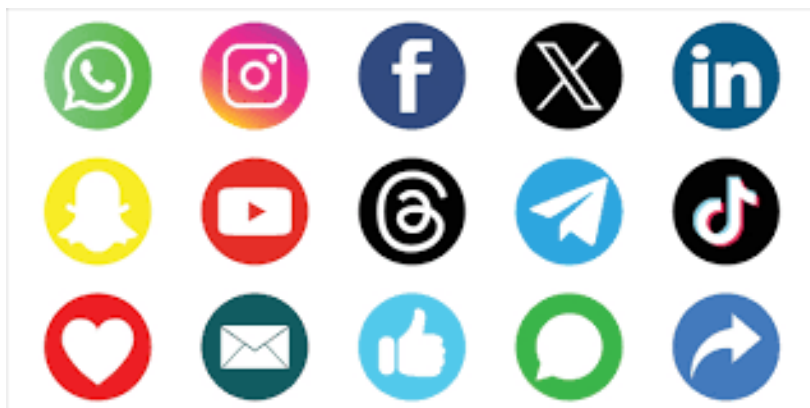


7 COMUNICAÇÃO DIGITAL E ETIQUETA ONLINE

A comunicação digital envolve e-mail, aplicativos de mensagem, redes sociais e plataformas de videoconferência. Além das competências técnicas, é necessário ensinar etiqueta digital: adequar linguagem ao contexto, respeitar horários de mensagem, evitar exposição excessiva de informações pessoais e utilizar recursos formais (assuntos claros em e-mails, cumprimentos) quando adequado. Em ambientes educacionais, orientar sobre licença de uso de imagens, direitos autorais e normas de privacidade previne problemas futuros. Ferramentas de videoconferência requerem boas práticas como configurar salas com senha, controlar compartilhamento de tela e manter atualizações.

8 REDES SOCIAIS PELO COMPUTADOR: USO PRÁTICO

A utilização de redes sociais via navegador oferece vantagens como tela maior e facilidade de digitação. Passos básicos incluem acessar o site, efetuar login, editar perfil, publicar conteúdos, interagir com amigos e gerenciar configurações de privacidade. Exemplos práticos: no Facebook é possível configurar quem vê cada postagem; no Instagram Web editar perfil e publicar fotos, embora funcionalidades sejam mais limitadas que em app; o WhatsApp Web permite sincronizar conversas com o celular. É importante demonstrar como ajustar visibilidade das publicações, revisar permissões de aplicativos conectados e como exportar/baixar dados da conta quando necessário.



9 TRANSFERÊNCIA E ARMAZENAMENTO DE DADOS

Transferência de dados inclui download (receber arquivos) e upload (enviar arquivos). Formatos comuns: PDF para documentos, JPG/PNG para imagens e MP4 para vídeos. O armazenamento em nuvem (Google Drive, Dropbox) permite acesso remoto e compartilhamento controlado. Em projetos de inclusão digital, ensine práticas de organização de arquivos, uso responsável de espaço em nuvem e cuidados ao compartilhar links: configurar permissões (visualização, comentário ou edição) e revogar acessos quando não necessários.

10 PRIVACIDADE E PROTEÇÃO DE DADOS

Privacidade online exige medidas técnicas e comportamentais. Navegação privada impede armazenamento local de histórico, mas não oculta atividades de provedores. Gerenciar cookies reduz rastreamento por terceiros; bloqueadores de rastreadores podem ser apresentados com cautela, pois alguns sites dependem de cookies. Educar sobre consentimento informado (como sites pedem permissão) e sobre vazamento de dados — verificando se serviços sofreram incidentes — ajuda usuários a tomar decisões melhores. Além disso, apresentar conceitos básicos de legislação de proteção de dados (como a LGPD no Brasil) contextualiza direitos e obrigações de titulares de dados.

PRINCÍPIOS GERAIS DA PROTEÇÃO DE DADOS

Lei Geral de Proteção de Dados trata dos dados de Pessoas Físicas apenas.



11 METODOLOGIA

O desenvolvimento deste material segue abordagem qualitativa-descritiva, combinando revisão bibliográfica e atividade prática em oficinas. As ações propostas contemplam explanação teórica curta, demonstrações ao vivo no navegador e exercícios assistidos, seguidos de avaliação formativa. O público-alvo são usuários iniciantes e intermediários, com atividades adaptáveis a turmas de diferentes idades. Materiais de apoio incluem apostilas, listas de verificação para configurações de privacidade e folhetos resumidos com passos práticos.

12 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A inclusão digital requer ações articuladas entre instituições de ensino, governos e organizações comunitárias. O fortalecimento da autonomia digital passa por oficinas práticas, políticas de acesso à internet e a promoção de competências críticas. Este artigo sintetiza orientações práticas que podem ser implementadas em projetos de extensão como forma de reduzir desigualdades tecnológicas e promover cidadania digital. Recomenda-se que programas adotem avaliações contínuas e atualizem conteúdos conforme novas ameaças e ferramentas emergem.

REFERÊNCIAS

CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede**. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

LEMOES, André. **Cibercultura**. Porto Alegre: Sulina, 2002.

SILVA, José. **Segurança digital e cidadania**. Recife: Atlas, 2021.

BRASIL. **Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), Lei nº 13.709**, 2018.

NIELSEN, Jakob. **Usability Engineering**. Academic Press, 1993.

INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL NA PRODUÇÃO ACADÊMICA: APLICAÇÕES, RISCOS E PERSPECTIVAS

Rayra Iandara Silva Ramos
Pós-graduada em Direito Civil
Faculdade Metropolitana
rayra.iandara@gmail.com

Victor Emmanuel Silva Ramos
Acadêmico de Ciências da Computação
Faculdade de Petrolina - FACAPE
victoresramos@gmail.com

RESUMO: O avanço das tecnologias de Inteligência Artificial (IA) impactou diretamente a forma como estudantes e pesquisadores desenvolvem trabalhos acadêmicos. A utilização de modelos de linguagem natural e outras ferramentas digitais consolidou-se como apoio na escrita, organização de ideias e busca de referências, promovendo maior agilidade e produtividade. No entanto, tais recursos também levantaram questões relacionadas à autoria, plágio, superficialidade da produção e confiabilidade das informações geradas. Este estudo teve como objetivo analisar as aplicações da IA na produção acadêmica, investigando seus benefícios e riscos, além de discutir as perspectivas futuras de sua incorporação no meio científico. A pesquisa foi de caráter qualitativo, fundamentada em revisão bibliográfica e análise crítica de artigos e normas recentes, visando compreender como a IA contribuiu para a inovação no ensino e na pesquisa sem comprometer a ética e a integridade acadêmica. Os resultados indicaram a necessidade de reflexão crítica e regulamentação sobre o uso da IA, de modo que fosse possível conciliar inovação tecnológica e responsabilidade acadêmica, assegurando a qualidade da produção científica.

Palavras-chave: inteligência artificial. produção acadêmica. ética. pesquisa científica.

ABSTRACT: The advancement of Artificial Intelligence (AI) technologies has directly impacted the way students and researchers develop academic work. The use of natural language models and other digital tools has become consolidated as support for writing, organizing ideas, and searching for references, promoting greater agility and

productivity. However, such resources have also raised concerns related to authorship, plagiarism, superficiality in academic production, and the reliability of the information generated. This study aimed to analyze the applications of AI in academic production, investigating its benefits and risks, as well as discussing future perspectives regarding its incorporation into the scientific environment. The research employed a qualitative approach, based on a bibliographic review and critical analysis of recent articles and academic standards, seeking to understand how AI has contributed to innovation in teaching and research without compromising ethics and academic integrity. The results indicated the need for critical reflection and regulation regarding the use of AI, so that it becomes possible to reconcile technological innovation with academic responsibility, ensuring the quality of scientific production.

Keywords: artificial intelligence. academic production. ethics. scientific research.

1 INTRODUÇÃO

O avanço das tecnologias digitais tem provocado profundas transformações nos modos de produção, circulação e validação do conhecimento. A Inteligência Artificial (IA), especialmente em aprendizado de máquina e processamento de linguagem natural, vem se consolidando como uma das inovações mais impactantes na contemporaneidade. Segundo Lévy (1999), as tecnologias da inteligência modificam não apenas as formas de comunicação e pensamento, mas também a construção do saber, tornando a aprendizagem um processo coletivo assistido por sistemas inteligentes. Castells (2003) reforça que vivemos em uma "sociedade em rede", na qual informação e tecnologia estruturam práticas sociais, científicas e educacionais.

Na esfera acadêmica, a IA tem alterado significativamente o processo de produção do conhecimento. Ferramentas baseadas em algoritmos e modelos de linguagem, como ChatGPT, Grammarly e SciSpace, auxiliam estudantes e pesquisadores em tarefas como revisão textual, busca bibliográfica e organização de ideias. Floridi (2014) afirma que essas tecnologias configuram uma nova "infosfera", na qual humanos e sistemas digitais compartilham processos cognitivos de análise, síntese e produção textual. Embora tragam ganhos de produtividade e acessibilidade, esses avanços também desafiam limites de autoria e ética na pesquisa científica.

O uso crescente de IA na educação demanda uma revisão crítica das práticas pedagógicas e avaliativas, pois a automatização de tarefas cognitivas não deve substituir o desenvolvimento do pensamento crítico e da autonomia intelectual. Schwab (2016) observa que a Quarta Revolução Industrial, marcada pela fusão de tecnologias digitais, biológicas e físicas, exige novas formas de regulação ética e metodológica no uso da IA, especialmente em ensino e pesquisa.

Assim, torna-se necessário compreender como a IA está sendo aplicada na produção acadêmica, seus benefícios e riscos éticos e epistemológicos. A questão-problema deste trabalho foi: de que forma o uso de ferramentas de IA pode contribuir para a produção acadêmica sem comprometer a autoria, originalidade e integridade científica?

O objetivo geral foi analisar as aplicações da IA na produção acadêmica contemporânea. Como objetivos específicos, buscou-se: (a) investigar benefícios e riscos do uso da IA; (b) discutir perspectivas futuras de sua incorporação científica; e (c) refletir sobre ética e autoria nos textos acadêmicos. A pesquisa é qualitativa, exploratória, fundamentada em revisão bibliográfica de artigos científicos, relatórios institucionais e publicações recentes. A metodologia envolveu análise de produções que abordam o uso da IA na educação e na pesquisa, com foco em impactos éticos, cognitivos e pedagógicos. O estudo visou contribuir para uma reflexão crítica sobre o equilíbrio entre inovação tecnológica e responsabilidade acadêmica, promovendo uma visão ética e sustentável do uso da IA na ciência.

2 APLICAÇÕES DA INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL NA PRODUÇÃO ACADÊMICA

A escrita acadêmica envolve a identidade pessoal e autoral do sujeito, ligada ao gosto e à forma de expressão; a autonomia intelectual, ao reconhecer sua própria voz e domínio do campo; além de ética e moral, relacionadas às escolhas de honestidade ou fraude e às regras institucionais (Lopes et al., 2023).

Lopes, Forgas e Cerdà-Navarro (2024) destacam que algoritmos podem interferir na intenção original do texto, evidenciando a relação entre fatores internos e externos ao

pesquisador. Na pesquisa realizadas pelos autores citados, com estudantes brasileiros em 2021, a maioria ainda não conhecia a aplicação da IA na escrita acadêmica. Entre os que conheciam, o primeiro contato foi marcado por surpresa ou choque, pois a informação vinha mais de redes sociais e sites de serviços do que de espaços institucionais.

Assim, o uso da IA na escrita já é uma realidade presente, não apenas um tema futuro. Lopes, Forgas e Cerdà-Navarro (2024) alertam que as instituições de ensino e pesquisa precisam discutir urgentemente como lidar com essa tecnologia, garantindo ética, qualidade e formação crítica dos estudantes.

2.1 FERRAMENTAS DE APOIO À ESCRITA E ORGANIZAÇÃO DE IDEIAS

O uso de ferramentas de IA voltadas à escrita acadêmica consolidou-se como um avanço tecnológico importante na educação e pesquisa científica. Essas ferramentas, baseadas em modelos de linguagem natural, facilitam estudantes e pesquisadores na elaboração, revisão e estruturação de textos, contribuindo para maior coesão e clareza argumentativa (Souza et al., 2023).

Plataformas como ChatGPT, Grammarly e LanguageTool oferecem sugestões gramaticais, reestruturações e recomendações de estilo, especialmente na fase de organização de ideias, ajudando a transformar conceitos dispersos em narrativas coesas. Vital e Lopes (2025) destacam que a IA reduz bloqueios criativos e melhora a clareza dos textos, com estudantes de Pedagogia relatando maior autoconfiança ao mapear ideias com assistentes de IA.

Além disso, essas ferramentas auxiliam na estruturação de resumos, capítulos e artigos, seguindo normas institucionais. Ferreira et al. (2024) apontam que a IA potencializa a escrita colaborativa em ambientes virtuais, permitindo que grupos de pesquisa construam textos de forma simultânea e supervisionada. A IA atua como mediadora cognitiva, ampliando as capacidades do autor sem substituí-lo. Programas como Grammarly e DeepL Write usam aprendizado de máquina para identificar incoerências e sugerir melhorias, promovendo maior precisão terminológica e consistência estilística (Lima; Felipe, 2025). Contudo, essas correções automáticas

devem ser avaliadas criticamente, pois a IA ainda carece de sensibilidade semântica e contextual.

Pesquisas indicam que o uso dessas ferramentas pode estimular habilidades metacognitivas, já que o escritor reflete sobre as sugestões e decide aceitá-las ou rejeitá-las. Rodrigues e Rodrigues (2023) defendem que essa interação fortalece a autonomia do estudante e promove uma postura crítica, transformando o ensino da escrita acadêmica em uma prática mais dinâmica e reflexiva. Contudo, Lopes et al. (2023) alertam para o risco de dependência tecnológica e homogeneização do estilo, o que pode diminuir a criatividade e a identidade autoral.

Do ponto de vista pedagógico, a adoção dessas ferramentas impulsiona novas abordagens didáticas. Gomes e Mendes (2025) observam que universidades brasileiras têm promovido oficinas e disciplinas voltadas à alfabetização digital e ao uso ético da IA, fomentando o letramento acadêmico tecnológico. Essa formação ajuda os alunos a compreenderem o potencial e os riscos da IA na escrita científica, promovendo uma cultura de responsabilidade digital.

Por fim, a IA também auxilia na organização lógica de textos científicos. Sistemas como SciSpace e Scholarcy ajudam na segmentação de partes do artigo, introdução, metodologia, resultados e discussão, além de gerar esquemas e mapas conceituais automáticos (Rodrigues; Rodrigues, 2023). Esses recursos otimizam o tempo de produção e facilitam a visualização da argumentação, embora Costa et al. (2021) ressaltem que a supervisão humana continua essencial, pois a interpretação conceitual e a criatividade permanecem competências humanas.

Assim, as ferramentas de apoio à escrita baseadas em IA representam uma revolução no campo acadêmico, exigindo uma reconfiguração das práticas de ensino e pesquisa. Seu uso consciente e crítico pode tornar a escrita científica mais colaborativa, eficiente e inovadora, sem perder o compromisso com ética e autoria.

2.2 BUSCA E ANÁLISE DE REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

A Inteligência Artificial tem transformado a busca e análise de referências bibliográficas, com ferramentas como Semantic Scholar e ResearchGate usando algoritmos de aprendizado de máquina para identificar artigos relevantes, analisar citações e fornecer resumos automáticos, economizando tempo e ampliando o acesso à informação (Leonardi; Soares, 2024). A IA também auxilia na identificação de lacunas na literatura, sugerindo temas de pesquisa e áreas que requerem maior investigação.

Sua capacidade de processar grandes volumes de dados permite que pesquisadores analisem mais artigos do que seria possível manualmente, levando a descobertas mais rápidas e a uma compreensão mais ampla do estado da arte (Freitas et al., 2025). Contudo, a IA não substitui o julgamento crítico do pesquisador, que deve avaliar a qualidade e relevância das referências.

A IA também ajuda a superar barreiras linguísticas por meio de ferramentas de tradução automática, como Google Tradutor e DeepL, facilitando o acesso a artigos em diferentes idiomas, especialmente em áreas com literatura em línguas menos comuns, como chinês ou russo (Almeida; Silva, 2024). Além disso, algoritmos de análise de redes podem mapear relações entre artigos e autores, revelando tendências e principais escolas de pensamento, o que é valioso para manter-se atualizado (Rodrigues; Rodrigues, 2023).

Entretanto, há desafios, como garantir a qualidade dos dados de treinamento, pois vieses ou informações incorretas podem gerar resultados imprecisos ou tendenciosos (Leonardi; Soares, 2024). Assim, é fundamental que os pesquisadores avaliem criticamente os resultados e verifiquem sua precisão. Além disso, é necessário desenvolver habilidades de letramento informacional para formular consultas adequadas, interpretar resultados e avaliar a qualidade das referências, garantindo que a IA seja uma ferramenta de apoio ao pensamento crítico e não uma substituição (Yamakawa et al., 2014).

2.3 AUTOMAÇÃO DE ATIVIDADES REPETITIVAS E PRODUTIVIDADE

A automação de atividades repetitivas é uma das principais aplicações da IA na produção acadêmica contemporânea, utilizando algoritmos para tarefas mecânicas como

padronização de formatações, geração automática de citações e organização de dados, que demandam esforço e tempo do pesquisador. Costa et al. (2021) destacam que essas tecnologias protegem o tempo para atividades que exigem reflexão e criatividade, além de reduzir erros humanos, elevando a qualidade dos textos.

Ferramentas de IA voltadas à automação da formatação textual representam avanços importantes. Cada instituição pode adotar normativas específicas para estrutura, citações e organização de elementos, tarefa que, tradicionalmente, exige revisão minuciosa. Ferramentas como EndNote, Zotero e Mendeley já auxiliam na organização bibliográfica, enquanto softwares como Overleaf, com integração ao LaTeX, e plugins inteligentes para editores de texto, interpretam regras de normas como ABNT, APA e MLA, formatando automaticamente seções, citações e referências (Duque, 2024).

A automação na criação de bibliografias também é transformada pela IA. Yamakawa et al (2014) afirmam que ferramentas inteligentes extraem metadados de fontes diversas, compilando referências precisas e formatadas conforme o padrão requerido, economizando tempo e evitando erros na inserção manual. A extração automática de informações via DOI, ISBN ou outras identificações agiliza o processo e garante conformidade estilística.

Além disso, a automação na organização de dados científicos aumenta a produtividade ao facilitar análise estatística e visualizações. Sistemas como IBM Watson e Google AutoML reconhecem padrões, detectam anomalias, realizam pré-processamento e entregam insights rápidos, integrando-se a softwares como SPSS e R, potencializando o tratamento de grandes volumes de dados (Souza et al., 2023).

A automação também melhora a qualidade científica ao reduzir erros de digitação, omissões e incoerências. Duque et al. (2024) sugere que essas tecnologias podem redefinir processos acadêmicos, permitindo que o pesquisador se concentre na reflexão crítica, elaboração teórica e validação empírica, funções humanas difíceis de replicar por máquinas.

Por outro lado, a dependência excessiva de tecnologia pode levar à perda de habilidades essenciais, como o domínio das normas técnicas e a revisão crítica. Especialistas concordam que a integração equilibrada da IA como ferramenta, e não

substituta, do conhecimento humano é o caminho para o futuro da pesquisa (Lopes et al., 2023). Lopes, Forgas e Cerdà-Navarro (2024, p. 45) afirmam que a integração equilibrada da IA como ferramenta, e nunca substituta, do conhecimento humano representa o futuro da produção acadêmica e da pesquisa científica.

Assim, a automação de tarefas repetitivas por IA revoluciona a produtividade científica ao racionalizar esforços, reduzir erros e aprimorar a qualidade dos trabalhos acadêmicos. A incorporação ética e crítica dessas tecnologias é fundamental para o avanço do conhecimento no século XXI.

3 RISCOS E DESAFIOS DO USO DE IA

O uso crescente da Inteligência Artificial no campo acadêmico traz benefícios, mas também riscos e desafios que exigem análise cuidadosa, especialmente quanto à ética, confiabilidade e integridade científica. Leonardi e Soares (2024) alertam que ignorar esses riscos pode comprometer a validade das pesquisas e a credibilidade das instituições científicas.

Um dos principais riscos é a autoria e a transparência na produção intelectual. Ferramentas de geração automática de texto, como large language models, podem produzir conteúdos inteiros a partir de instruções simples, levantando dúvidas sobre quem detém a autoria de trabalhos científicos (Círico, 2024).

A confiabilidade das informações geradas por IA também é uma preocupação. Esses sistemas, treinados em grandes bases de dados, podem reproduzir vieses, disseminar desinformação e cometer erros factuais (Yamakawa et al., 2014). Rodrigues e Rodrigues (2023) destacam que a IA não possui capacidade crítica para validar fontes ou interpretar contextos profundos, o que pode comprometer o rigor científico.

Outro desafio é a desigualdade de acesso às tecnologias de IA. Apesar da maior disponibilidade, recursos avançados ainda requerem investimentos que nem todas as instituições podem oferecer, ampliando disparidades entre regiões e países (Freitas et al., 2023). Assim, o uso de IA pode reforçar desigualdades estruturais no sistema educacional.

A ética no uso de IA também envolve dimensões políticas e sociais. Floridi (2014) defende a necessidade de regulamentação clara para garantir justiça, responsabilidade e respeito aos direitos humanos, incluindo limites para automação, normatização de condutas e educação de pesquisadores e estudantes para o uso consciente dessas ferramentas.

Além disso, há impacto sobre habilidades cognitivas e sociais. O uso excessivo de IA na produção textual ou análise de dados pode prejudicar o desenvolvimento do pensamento crítico, argumentação e criatividade, essenciais ao progresso científico (Lopes et al., 2023). Assim, a integração da IA deve ser acompanhada de estratégias pedagógicas que promovam o equilíbrio entre tecnologia e capacidades humanas.

Por fim, a segurança e privacidade dos dados utilizados em sistemas de IA representam desafios técnicos e legais. A manipulação de informações sensíveis, dados pessoais de participantes de pesquisa e documentos acadêmicos demanda protocolos de proteção e conformidade com legislações como a LGPD (Lei Geral de Proteção de Dados) e o GDPR (Regulamento Geral de Proteção de dados Europeia) (Leonardi; Soares, 2024).

3.1 PLÁGIO E AUTORIA ACADÊMICA

A utilização da IA na produção acadêmica levanta questões sobre a redefinição do papel autoral. Boa Sorte et al. (2021) relatam que estudantes universitários usaram o GPT-2 na elaboração de ensaios finais, combinando escrita automatizada com intervenção humana. Os textos apresentavam variações de estilo, objetivos e pontos de vista, sendo, em alguns casos, bem avaliados por anteciparem ou dialogarem com suas reflexões. Contudo, Lobo (2023) observa que produtos gerados por algoritmos podem ser incoerentes, contraditórios ou repetitivos, pois baseiam-se em padrões matemáticos de linguagem e não em compreensão efetiva do conteúdo.

Araújo (2016) alerta para a necessidade de repensar a autoria, especialmente com trabalhos de conclusão de curso ou teses produzidos por IA. Ele destaca que o "meta-autor" define o tema e delega ao algoritmo a análise e organização de dados, gerando textos que atendem às normas de revistas, editoras ou instituições. Conforme menciona:

O “meta-autor”, diferentemente do “autor”, estipula o tema da pesquisa e outros dados acerca do escopo e extensão da investigação, e delega em seguida ao algoritmo a tarefa de vasculhar bancos de dados e de analisar e organizar as informações coletadas. O próximo passo consiste na geração de um livro ou artigo, já em conformidade com as “normas” da revista, da editora, ou da faculdade à qual o trabalho se destina (Araújo, 2016, p. 95).

A complexidade aumenta quando muitas ferramentas não apenas auxiliam, mas criam conteúdos inteiros que podem ser apresentados como próprios. Dias, Souza e Souza (2025) apontam que essa dinâmica desafia conceitos tradicionais de originalidade, pois a produção intelectual passa a ser uma coautoria entre humano e máquina, exigindo limites claros de intervenção humana para validação do trabalho. Além disso, o plágio assistido por IA apresenta desafios para sistemas de detecção, já que textos gerados ou assistidos podem ser inéditos e construídos a partir de recombinação de dados, dificultando sua identificação (Matos, 2025). Isso demanda o desenvolvimento de métodos avançados e a formação ética dos estudantes para reconhecerem a importância da autoria genuína.

Refletir sobre esses aspectos implica na revisão dos critérios institucionais de avaliação do conhecimento. Universidades e órgãos reguladores devem implementar políticas que exijam transparência no uso de IA, tanto na coautoria quanto no suporte à redação. Lobo (2023) argumenta que a inovação tecnológica não deve comprometer a ética, e as instituições precisam promover mecanismos claros que orientem o uso responsável dessas ferramentas.

Por fim, a redefinição da autoria pode abrir espaço para novas formas de colaboração e criatividade, desde que conduzida com responsabilidade. Em vez de rejeitar a IA, pesquisadores podem utilizá-la como ferramenta que amplia a capacidade intelectual, desde que haja reflexão crítica e reconhecimento de seus limites. Silva (2025) destaca que a autoria autêntica nasce da construção inédita e da reflexão crítica, prerrogativas humanas mesmo em cenários automatizados.

3.2 SUPERFICIALIDADE NA PRODUÇÃO CIENTÍFICA

A incorporação da IA na produção acadêmica, embora traga benefícios em velocidade e organização, suscita preocupações quanto à superficialidade dos conteúdos produzidos. Especialistas alertam que, quando usada indiscriminadamente, a IA pode incentivar uma escrita menos profunda e reflexiva, onde o pesquisador privilegia quantidade e rapidez em detrimento da qualidade e da análise crítica. Leonardi e Soares (2024) destacam que a facilidade de geração textual automática pode reduzir o estímulo à elaboração crítica e à originalidade, promovendo um "conhecimento raso".

Essa superficialidade manifesta-se em diversas dimensões. Primeiramente, o uso de IA tende a gerar respostas padronizadas, baseadas em padrões estatísticos aprendidos pelos modelos, limitando ideias inovadoras ou interpretações originais. Como apontam Costa et al. (2021), os algoritmos produzem formulações típicas, sem insights inéditos ou argumentos que desafiem o estado da arte, resultando em conteúdo gramaticalmente correto, mas muitas vezes sem profundidade epistemológica. Além disso, a IA pode criar textos que aparentam coerência, mas carecem de fundamentação sólida ou análise crítica das fontes. Lobo (2023) observa que modelos como GPT articulam ideias de forma fluida, mas não compreendem o contexto ou a relevância teórica, gerando afirmações vagas, generalizações e contradições internas, o que compromete trabalhos que exigem rigor metodológico e aprofundamento teórico.

Outro aspecto é a dependência crescente de estudantes e pesquisadores na IA para partes trabalhosas, como introdução, revisão bibliográfica e discussão. Yamakawa et al (2014) indicam que muitos alunos confiam excessivamente na IA para sintetizar informações e organizar argumentos, negligenciando a leitura crítica e a reflexão, o que fragiliza a construção do conhecimento e reduz competências essenciais ao desenvolvimento acadêmico e profissional. Além disso, a superficialidade impacta a qualidade da revisão por pares e dos critérios avaliativos, aumentando a probabilidade de reprovação ou de publicações de baixa qualidade, comprometendo a confiabilidade da ciência. Freitas et al. (2023) sugerem que a pressão por volume e velocidade, aliada ao uso de IA, exige avaliadores capazes de distinguir produções de qualidade de meras simulações de profundidade.

Para mitigar esses riscos, Rodrigues e Rodrigues (2023) defendem uma utilização pedagógica da IA, voltada ao apoio ao desenvolvimento de habilidades críticas, por meio de treinamentos que enfatizem leitura detalhada, questionamento constante e produção de argumentos originais, mesmo com ferramentas automatizadas. Assim, superar a superficialidade na produção científica demanda ações coordenadas entre educadores, pesquisadores e desenvolvedores, promovendo uma cultura acadêmica que valorize profundidade e autenticidade na produção textual.

3.3 CONFIABILIDADE E VERACIDADE DAS INFORMAÇÕES GERADAS

Outro grande desafio no uso da Inteligência Artificial na produção acadêmica é garantir a confiabilidade e veracidade das informações geradas. Embora modelos de linguagem natural, como GPT ou BERT, produzam textos sofisticados e coesos, operam com base em padrões de vastos bancos de dados, o que pode resultar em conteúdos imprecisos, desatualizados ou incorretos. Leonardi e Soares (2024) ressaltam que a IA não possui entendimento semântico ou epistemológico, sendo um reprodutor de informações existentes, o que exige supervisão humana minuciosa.

Um fenômeno comum é a "alucinação" da IA, termo que descreve a geração de informações factualmente incorretas ou inventadas sem suporte em fontes confiáveis. Duque (2024) exemplifica que referências inventadas ou dados equivocados podem comprometer toda a argumentação, levando a conclusões distorcidas ou inválidas. Além disso, a base de dados de treinamento contém vieses e imperfeições herdadas de contextos sociais e humanos, potencializando preconceitos, erros implícitos e lacunas de conhecimento, como discute Floridi (2014) ao abordar os impactos éticos da IA na difusão do conhecimento. Assim, os pesquisadores devem atuar como filtros críticos, verificando origem, atualidade e consistência das informações.

Outro aspecto é que a IA não consegue distinguir fontes com rigor científico de conteúdos informais, como blogs ou redes sociais. Essa mistura pode propagar informações equivocadas, fragilizando a credibilidade do material (Leonardi; Soares,

2024). A ausência de normas claras para uso e validação da IA na ciência agrava esse risco, gerando ambiguidade no processo editorial e nas instituições acadêmicas.

Por fim, Freitas et al. (2023) destacam a importância da transparência e ética no uso da IA, recomendando que pesquisadores expliquem o grau de interferência da tecnologia na produção de textos e dados, além de adotarem práticas rigorosas de verificação e validação. Essa postura fortalece a confiabilidade, o compromisso com a verdade e contribui para um conhecimento sólido. Assim, garantir a confiabilidade das informações geradas por IA requer um equilíbrio entre tecnologia e crítica humana, essencial para o avanço científico responsável.

4 PERSPECTIVAS FUTURAS DA IA NA PESQUISA ACADÊMICA

A crescente adoção de IA na produção acadêmica trouxe benefícios significativos, como aumento da produtividade e acesso facilitado à informação. No entanto, também emergiram preocupações éticas e acadêmicas que precisam ser abordadas para garantir a integridade da pesquisa científica. O uso de ferramentas de IA para gerar textos acadêmicos levanta questões sobre autoria e plágio, já que muitos softwares podem produzir conteúdos que se assemelham a trabalhos existentes sem a devida citação das fontes originais. Isso pode ser interpretado como plágio, mesmo quando não intencional. Além disso, a falta de transparência sobre o uso de IA na elaboração de trabalhos dificulta a identificação de autoria real, comprometendo a integridade acadêmica (Dias; Souza, 2025).

Ainda de acordo com os autores citados anteriormente, a redefinição dos conceitos de autoria e originalidade na era digital também contribui para a complexidade desse cenário. Ferramentas de IA podem gerar textos que parecem originais, mas que são, na verdade, combinações de informações existentes, prática vista como uma forma de plágio disfarçado.

A dependência excessiva de IA na produção textual também pode resultar na perda da voz autoral do pesquisador, pois a escrita acadêmica é uma expressão do pensamento crítico e da análise individual (Leonardi; Soares, 2024). A discussão sobre

autoria acadêmica na era da IA envolve também a responsabilidade ética dos pesquisadores ao declarar o uso dessas ferramentas, permitindo que revisores e leitores compreendam o papel da IA no processo de produção, prevenindo mal-entendidos e mantendo a credibilidade do trabalho (Ferreira et al., 2024).

Além disso, algumas instituições acadêmicas já começaram a desenvolver diretrizes específicas sobre a utilização de IA, visando orientar estudantes e pesquisadores sobre como integrar essas tecnologias de forma ética, evitando práticas de plágio e preservando a originalidade intelectual (Círico, 2024).

5 CONCLUSÃO

O avanço da IA na produção acadêmica marca uma transformação significativa no fazer científico contemporâneo. Suas aplicações vão da automatização de tarefas ao apoio na escrita, organização de ideias e busca de referências, alterando a forma como estudantes e pesquisadores constroem conhecimento. Esse cenário exige repensar autoria, originalidade e ética, equilibrando inovação e integridade científica. Os resultados desta pesquisa mostraram que a IA, quando utilizada criticamente, fortalece a produção acadêmica ao estimular criatividade, produtividade e eficiência. Como ferramenta mediadora, otimiza o tempo do pesquisador, amplia o acesso ao conhecimento e se consolida como instrumento de democratização do saber, especialmente em contextos educacionais com recursos limitados.

Entretanto, os riscos associados ao seu uso precisam ser considerados. Plágio, superficialidade, confiabilidade das informações e dependência excessiva de algoritmos são desafios centrais à qualidade e autenticidade das produções científicas. A ausência de políticas claras pode favorecer práticas antiéticas e fragilizar a autoria genuína. Por isso, é fundamental desenvolver políticas institucionais e educacionais que orientem o uso ético e transparente da IA. Universidades e órgãos reguladores devem promover formações sobre letramento digital, ética acadêmica e literacia informacional, além de estabelecer diretrizes de citação e reconhecimento do uso de ferramentas automatizadas.

No campo pedagógico, a IA deve atuar como recurso de apoio à aprendizagem, e não como substituta do raciocínio humano. O equilíbrio entre tecnologia e reflexão crítica garante que o estudante permaneça protagonista do processo de construção do conhecimento, utilizando a IA para aprimorar competências cognitivas, argumentativas e expressivas. Conclui-se, assim, que a IA é uma ferramenta inevitável e poderosa na academia contemporânea. Seu uso ético, crítico e transparente permitirá que inovação tecnológica e integridade científica caminhem juntas. O futuro da produção acadêmica dependerá da integração harmoniosa entre humano e tecnologia, em que a IA seja aliada da pesquisa, da criatividade e da ética, contribuindo para o avanço do conhecimento.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, A. C. C.; SILVA, G. F. da. O impacto da inteligência artificial na diversidade linguística: uma reflexão nos estudos da tradução. **Anais do XX Encontro de Formação de Professoras/es de Línguas**, v. 10, n. 1, 2024. Publicado em: 27 fev. 2025.

ARAÚJO, M. O uso de inteligência artificial para a geração automatizada de textos acadêmicos: Plágio ou meta-autoria? **Logeion: Filosofia da Informação**, v. 3, n 1, 2016, p. 89-107. Disponível em: <<https://revista.ibict.br/fiinf/article/view/3012>>. Acesso em: 13 out. 2025.

BOA SORTE, P. et al. Inteligência artificial e escrita acadêmica: o que nos reserva o algoritmo GPT-3? **Revista EntreLinguas**, p. e021035–e021035, 8 out. 2021.

CASTELLS, M. **A sociedade em rede**. 7. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2003. v. 1.

CÍRICO, J. Reflexões sobre Ética no uso de Inteligência Artificial em pesquisas no campo da Educação Profissional e Tecnológica. **Revista Brasileira da Educação Profissional e Tecnológica**, v. 2, n. 24, p. e17376–e17376, 11 dez. 2024.

COSTA, A. H. R. et al. Trajetória acadêmica da Inteligência Artificial no Brasil. **Comissões SBC**, 2021. Disponível em: <<https://comissoes.sbc.org.br/ce-ia/files/trajetoria-IA-cap-livro.pdf>>. Acesso em: 17 out. 2025.

DIAS, G. A.; SOUZA, R. P. M.; SOUZA, M. R. F. **Inteligência Artificial e Direitos Autorais: Desafios Contemporâneos na Produção do Conhecimento Científico**. ISKO Brasil, Canela, RS, 2025.

DUQUE, R. C. S. et al. Inteligência Artificial na Escrita Acadêmica: Uma Análise Comparativa de Ferramentas para Qualificação de textos Científicos. **IOSR Journal of Business and Management**, v. 26, n. 8, p. 17–22, ago. 2024.

FERREIRA, M. et al. Inteligência artificial na educação superior: avanços e dilemas na produção acadêmica. **Em Rede**, 2024. Disponível em:

<<https://www.aunirede.org.br/revista/index.php/emrede/article/view/1019>>. Acesso em: 17 out. 2025.

FLORIDI, L. **The Fourth Revolution: How the Infosphere is Reshaping Human Reality**. Oxford: Oxford University Press, 2014.

FREITAS, C. A. DE et al. IMPACTO DA INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL NA AVALIAÇÃO ACADÊMICA: TRANSFORMANDO MÉTODOS TRADICIONAIS DE AVALIAÇÃO NO ENSINO SUPERIOR. **Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação**, v. 11, n. 1, p. 2736–2752, 29 jan. 2025.

GOMES, R. A.; MENDES, T. A. Um panorama das diretrizes relacionadas ao uso de inteligência artificial nos principais periódicos da Área Interdisciplinar da CAPES. **Educação & Realidade**, 2025. Disponível em:

<<https://periodicos.ufsc.br/index.php/eb/article/view/103488>>. Acesso em: 17 out. 2025.

LEONARDI, A. C. D.; SOARES, A. G. OS RISCOS DA INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL PARA A PRODUÇÃO ACADÊMICA. **Revista Eletrônica do Instituto de Humanidades**, v. 32, n. 58, p. 25–36, 2024.

LÉVY, Pierre. **Cibercultura**. 1. ed. São Paulo: Editora 34, 1999.

LIMA, J. C. R.; FELIPPE, M. L. Integridade acadêmica na era do ChatGPT. **Revista Brasileira de Educação Profissional e Tecnológica**, 2025. Disponível em:

<<https://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/RBEPT/article/view/17803>>. Acesso em: 17 out. 2025.

LOBO, D. F. PLÁGIO OU AUTORIA: o Chat GPT na perspectiva da ética acadêmica. São Luís, Ufma.br, 2023.

LOPES, C. et al. A magia de escrever textos acadêmicos está ameaçada pela inteligência artificial. **Pesquisa em Foco**, v. 28, n. 2, p. 119-147, jul./dez. 2023.

Disponível em:

<https://ppg.revistas.uema.br/index.php/PESQUISA_EM_FOCO/article/download/3520/2318/9399>. Acesso em: 17 out. 2025.

LOPES, C.; FORGAS, R. C.; CERDÀ-NAVARRO, A. Tese de doutorado em educação escrita por inteligência artificial?. **Revista Brasileira de Educação (RBE)**, [S.l.], v. 2, n. 1, p. 32-48, 2024.

MATOS, Y. A. A INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL NA IDENTIFICAÇÃO DE PLÁGIO EM TRABALHOS ACADÊMICOS. **Revistaft**. v. 29, Edição 143. 2025. Disponível em: <<https://revistaft.com.br/a-inteligencia-artificial-na-identificacao-de-plagio-em-trabalhos-academicos/>>. Acesso em: 17 out. 2025.

RODRIGUES, O. S.; RODRIGUES, K. S. A inteligência artificial na educação: os desafios do ChatGPT. **Revista Brasileira de Educação**, 2023. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/374933048_A_inteligencia_artificial_na_educacao_os_desafios_do_ChatGPT>. Acesso em: 27 set. 2025.

SILVA, D. T. DA F. Letramentos acadêmicos e inteligência e artificial: analisando a simulação da compreensão do artigo acadêmico por meio do ChatGPT. Encontros Bibli: **revista eletrônica de biblioteconomia e ciência da informação**, v. 30, p. 1–26, 14 mar. 2025.

SOUZA, M. N. M. et al. Do GPT-3 ao ChatGPT: potencialidades e alertas para a escrita acadêmica. **Revista Boca**, 2023. Disponível em: <<https://revista.ioles.com.br/boca/index.php/revista/article/view/2732>>. Acesso em: 27 set. 2025.

SCHWAB, K. **A quarta revolução industrial**. São Paulo: Edipro, 2016.

VITAL, B. O. P.; LOPES, C. A compreensão de graduandos em pedagogia sobre a utilização de ferramentas de inteligência artificial na escrita acadêmica. **Debates em Educação**, 2025. Disponível em: <<https://www.seer.ufal.br/index.php/debateseducacao/article/view/17526>>. Acesso em: 27 set. 2025.

YAMAKAWA, E. K. et al. **Comparativo dos softwares de gerenciamento de referências bibliográficas: Mendeley, EndNote e Zotero**. **Transinformação**, v. 26, n. 2, p. 167–176, ago. 2014.

INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL NA SEGURANÇA DIGITAL: DETECÇÃO PROATIVA DE FRAUDES E PREVENÇÃO DE ATAQUES CIBERNÉTICOS

Francklin Leandro Rabelo Imbassahy Bartilotti
Bacharelado em Ciência da Computação
Faculdade de Petrolina - FACAPE

Edmilson Breno Ribeiro Luna
Bacharelado em Ciência da Computação
Faculdade de Petrolina - FACAPE

Caio Lasalvia de Barros
Bacharelado em Ciência da Computação
Faculdade de Petrolina - FACAPE

Dinani Gomes Amorim
Professora Orientadora
Faculdade de Petrolina - FACAPE

RESUMO: A Inteligência Artificial (IA) tornou-se fundamental para fortalecer a segurança da informação diante do aumento de ciberameaças, especialmente no Brasil e na América Latina, onde ataques como ransomware e vazamentos de dados cresceram. Soluções tradicionais, baseadas em regras fixas, já não são suficientes contra ameaças avançadas, exigindo estratégias mais proativas como IA e Zero Trust. Com técnicas como Machine Learning, Deep Learning e análise comportamental, a IA detecta e responde a ameaças automaticamente, reduz falsos positivos e identifica anomalias em grandes volumes de dados. Suas aplicações incluem prevenção de fraudes, automação de resposta a incidentes (SOAR) e detecção de phishing com NLP. Porém, a adoção da IA enfrenta desafios como viés algorítmico, falta de transparência em modelos complexos e vulnerabilidade a ataques adversariais, tornando necessária auditoria e governança ética para garantir soluções confiáveis.

Palavras-chave: Inteligência Artificial. Segurança da Informação. Prevenção de Fraudes. Machine Learning. Phishing.

ABSTRACT: Artificial Intelligence (AI) has become essential for strengthening information security in the face of increasing cyber threats, especially in Brazil and Latin America, where attacks such as ransomware and data leaks have intensified. Traditional solutions, based on fixed rules, are no longer sufficient against advanced threats, requiring more proactive strategies such as AI and Zero Trust. Using techniques like Machine Learning, Deep Learning, and behavioral analysis, AI automatically detects and responds to threats, reduces false positives, and identifies anomalies in large volumes of data. Its applications include fraud prevention, automated incident response (SOAR), and phishing detection through NLP. However, the adoption of AI faces challenges such as algorithmic bias, lack of transparency in complex models, and vulnerability to adversarial attacks, making rigorous auditing and ethical governance necessary to ensure reliable solutions.

Keywords: Artificial Intelligence. Information Security. Fraud Prevention. Machine Learning. Phishing.

1 INTRODUÇÃO

A Inteligência Artificial (IA) é uma tecnologia revolucionária, essencial em campos da tecnologia da informação (TI) como a segurança da informação. Na cibersegurança, a IA, através do aprendizado de máquina, aprimora a detecção e resposta a ameaças, automatizando processos e permitindo adaptação em tempo real. No entanto, à medida que a IA se torna mais acessível às empresas, criminosos também a utilizarão. (WELIVESECURITY, 2024; ZSCALER, 2025).

1.1 CONTEXTUALIZAÇÃO DO CENÁRIO ATUAL DE CIBERAMEAÇAS

Devido ao grande volume de ciberataques, muitos países, incluindo nações sul-americanas como o Brasil, enfrentam ameaças em constante evolução. A América Latina, por exemplo, registrou um aumento de 15% no número de vítimas de vazamento de dados e ransomware. Segundo o FortiGuard, os cibercriminosos estão industrializando os ataques, focando no comprometimento de ambientes em nuvem e no uso de credenciais roubadas (CROWDSTRIKE, 2025; FORTINET, 2025).

O cenário de ataques cibernéticos afeta tanto usuários comuns quanto empresas. Segundo o relatório Hiscox Cyber Readiness, 67% das organizações globais sofreram ao menos um ataque cibernético nos últimos 12 meses. No Brasil, a média semanal de tentativas por empresa chegou a quase três mil. Dessa forma, o ritmo de evolução das ameaças e dos ataques intensificou-se significativamente. Diante da intensidade e do significativo impacto dos ataques, as organizações devem adotar estratégias de segurança que incluem: monitoramento contínuo de ameaças e análise de vulnerabilidades (ASPER, 2025; NTT DATA, 2025).

1.2 LIMITAÇÕES DOS SISTEMAS TRADICIONAIS DE SEGURANÇA

Ferramentas de defesa cibernética tradicionais (como firewalls e antivírus) dependem de regras estáticas, tornando-se ineficazes contra vulnerabilidades avançadas, como as de dia zero e malwares polimórficos. Com a evolução das ameaças, a tendência é que mais empresas adotem soluções avançadas, como a Inteligência Artificial, para proteger sistemas e dados. (ZSCALER, 2025).

Apesar da evolução da IA em cibersegurança, ela não deve substituir métodos e ferramentas tradicionais, como firewalls e antivírus, que ainda são eficazes contra ameaças conhecidas. Contudo, essas ferramentas são insuficientes isoladamente contra novos ataques, pois presumem a confiança automática dos usuários, falhando na detecção de ameaças internas e resultando em respostas inadequadas e falta de segmentação. Portanto, é fundamental que as empresas se atualizem e implementem novas abordagens, como o Zero Trust, para enfrentar as ameaças modernas (ZSCALER, 2025; KEEPERSECURITY, 2025).

1.3 OBJETIVOS

1.3.1 OBJETIVO GERAL

Da aplicação de técnicas de IA para a detecção proativa de fraudes e a prevenção de ataques cibernéticos no contexto empresarial. Este escopo está delimitado ao cenário do Brasil, considerando desafios específicos enfrentados por organizações brasileiras.

1.3.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

1. Analisar as principais técnicas de IA para identificação de ameaças e fraudes digitais;
2. Avaliar os benefícios da automação e do uso de IA em processos de segurança;
3. Apontar os desafios na implementação dessas tecnologias em empresas brasileiras de diferentes segmentos;
4. Demonstrar como a IA contribui para a redução de falsos positivos e para uma resposta proativa a incidentes.

1.4 ESTRUTURA DO ARTIGO

Após esta introdução, o artigo está organizado da seguinte forma: a seção 2 aborda os fundamentos da Inteligência Artificial aplicados à segurança digital; a seção 3 apresenta as aplicações práticas da IA na detecção proativa, incluindo sistemas de prevenção de fraudes e automação de resposta a incidentes; a seção 4 discute desafios e limitações da IA na área de cibersegurança; por fim, a seção 5 traz as considerações finais, ressaltando o papel da IA como pilar da segurança proativa, e a seção 6 apresenta as referências bibliográficas.

2 ESTRUTURA DO ARTIGO

A Inteligência Artificial (IA) na segurança digital busca automatizar e aprimorar a detecção e a resposta a ameaças, automatizando processos de segurança e analisando grandes volumes de dados, de modo a se adaptar em tempo real às ameaças cibernéticas.

Consequentemente, essa tecnologia se torna mais eficiente do que sistemas de segurança tradicionais (ZSCALER, 2025).

2.1 MACHINE LEARNING NA DETECÇÃO DE ANOMALIAS

Machine Learning é a vertente da inteligência artificial que analisa dados sem a necessidade de comandos explícitos. Essa tecnologia poderosa processa grandes volumes de dados históricos para identificar padrões e prever novas conexões entre informações que antes eram desconhecidas(AWSAMAZON, 2025).

Ela é crucial para a detecção de anomalias e é frequentemente empregada para aprimorar a precisão desse processo. Com essa tecnologia, redes neurais e algoritmos de clustering aprendem com os dados ao longo do tempo e aprimoram sua capacidade de identificar padrões anômalos com base em experiências prévias, garantindo maior segurança e eficiência (MANAGEENGINE, 2025).

2.2 DEEP LEARNING E REDES NEURAIAS

O Deep Learning é a área da inteligência artificial que mimetiza as redes neurais para aprender com vastos volumes de dados, permitindo que as máquinas enfrentem e resolvam problemas complexos. Ela tem se revelado uma abordagem eficaz para fortalecer defesas e mitigar riscos. Essa tecnologia é treinada para identificar atividades maliciosas e anomalias em tempo real. Seu emprego oferece inúmeros benefícios, como a capacidade de identificar padrões e correlações, permitindo a redução significativa do número de falsos positivos(SEcurityREPORT, 2024; SAP, 2025).

2.3 ANÁLISE COMPORTAMENTAL (USER AND ENTITY BEHAVIOR ANALYTICS – UEBA)

A Análise Comportamental monitora e identifica comportamentos anômalos, suspeitos e perigosos de usuários e dispositivos. Além disso, ela pode cumprir objetivos mais estratégicos, como: demonstrar conformidade com regulamentos de proteção de

dados e assegurar a privacidade dos usuários, elevando, assim, a segurança proativa (IBM, 2025).

2.4 REDES GENERATIVAS ADVERSÁRIAS (GANS) NO TREINAMENTO DE SISTEMAS DE DEFESAS

As Redes Generativas Adversárias (GANs) empregam duas redes neurais em competição para gerar novos dados. O sistema é composto por duas redes, o discriminador e o falsificador, treinadas uma contra a outra. As GANs são aplicadas na criação e manipulação de conteúdo, aumento e privacidade de dados, e na detecção de anomalias e ameaças, com aplicações que incluem a detecção de atividades financeiras fraudulentas, a identificação de intrusões de rede e a localização de defeitos na fabricação (GOOGLECLOUD, 2025).

Adicionalmente, existem as redes neurais convolucionais (CNNs), frequentemente empregadas em tarefas de classificação de imagens e detecção de objetos, enquanto as GANs são tipicamente desenvolvidas para gerar novas instâncias de dados (GOOGLECLOUD, 2025).

3 APLICAÇÕES PRÁTICAS DA IA NA DETECÇÃO PROATIVA

A segurança cibernética visa proteger informações e dados de fontes externas na Internet, abrangendo redes, servidores, intranets e sistemas de computador. Devido à sofisticação crescente dos ataques, a Inteligência Artificial (IA) tornou-se uma ferramenta essencial. Ela analisa grandes volumes de dados, identifica padrões e responde a ameaças em tempo real. Ao aplicar algoritmos de aprendizado de máquina, a IA detecta anomalias no tráfego de rede e logs de sistema, melhorando significativamente a segurança ao identificar possíveis violações (PEREIRA, 2024).

A aplicação da Inteligência Artificial (IA) na segurança digital tem ampliado significativamente a capacidade de defesa contra ameaças cibernéticas, transformando a segurança reativa em uma abordagem proativa e inteligente. Conforme evidenciado em pesquisas recentes, a IA é capaz de monitorar tráfego de redes, detectar anomalias,

prever vulnerabilidades e reduzir falsos positivos, proporcionando respostas mais rápidas e eficazes (PEREIRA, 2024; ALMEIDA e NAS, 2024).

3.1 SISTEMAS DE PREVENÇÃO DE FRAUDES FINANCEIRAS

Os sistemas de prevenção de fraudes financeiras baseados em Inteligência Artificial (IA) são aplicações cruciais na segurança digital moderna. Devido à complexidade e velocidade das transações, são necessários mecanismos capazes de detecção e ação preditiva em tempo real. A IA se mostra essencial, pois utiliza algoritmos de Machine Learning e Deep Learning para analisar grandes volumes de dados financeiros, identificando padrões de comportamento e atividades suspeitas fora do padrão.

Esses sistemas utilizam modelos supervisionados e não supervisionados para correlacionar variáveis como frequência de transações, valores atípicos e origens geográficas, detectando comportamentos que fogem do perfil habitual do usuário. A cada nova análise, os algoritmos se aprimoram por meio do aprendizado contínuo, aumentando a precisão na detecção de fraudes e reduzindo a incidência de falsos positivos. Essa capacidade adaptativa é um dos diferenciais da IA em relação aos métodos tradicionais, que dependem de regras fixas e atualizações manuais.

Por fim, a integração da IA com sistemas de monitoramento contínuo e análise preditiva tem fortalecido significativamente a segurança financeira digital, permitindo respostas automáticas a incidentes e a antecipação de ameaças emergentes. Com isso, a prevenção de fraudes passa a ser não apenas reativa, mas proativamente inteligente, capaz de se adaptar ao cenário dinâmico das ameaças cibernéticas contemporâneas.

3.2 AUTOMAÇÃO DE RESPOSTA A INCIDENTES (SOAR)

A automação de resposta a incidentes representa uma das aplicações mais avançadas da Inteligência Artificial (IA) na segurança digital. Conhecida como SOAR (Security Orchestration, Automation and Response), essa abordagem tem como objetivo

integrar múltiplas ferramentas de segurança, correlacionar dados em tempo real e executar ações automáticas para conter e mitigar ameaças. Segundo Monfre, Silva e Vicentin (p.3, 2023), a IA tem sido aplicada de forma crescente em diferentes camadas da cibersegurança, “desde o monitoramento contínuo de redes até a resposta autônoma a incidentes”, evidenciando a evolução dos sistemas de defesa para um modelo preditivo e adaptativo.

Esses sistemas utilizam algoritmos de aprendizado de máquina e aprendizado profundo (deep learning) para reconhecer padrões comportamentais e identificar eventos suspeitos com base em grandes volumes de dados. Uma vez detectada uma anomalia, a IA pode acionar protocolos automatizados de resposta, como isolamento de máquinas comprometidas, bloqueio de endereços IP maliciosos e restauração de configurações de segurança. Essa automação inteligente reduz o tempo médio de resposta (MTTR), minimiza o impacto dos ataques e alivia a carga operacional sobre as equipes de segurança (SOCs – Security Operations Centers).

Ainda segundo Monfre, Silva e Vicentin (2023), a aplicação da IA em ambientes operacionais tem demonstrado agilidade e assertividade na mitigação de riscos, especialmente em contextos corporativos e governamentais. Essa eficiência é resultado da capacidade dos algoritmos de IA em classificar ameaças, correlacionar eventos e priorizar incidentes de forma autônoma, permitindo que os analistas concentrem seus esforços em tarefas estratégicas. Os autores destacam ainda que a IA amplia a resiliência digital, possibilitando respostas simultâneas a ataques distribuídos e melhorando a coordenação entre os sistemas de defesa automatizados.

3.3 DETECÇÃO DE PHISHING E ENGENHARIA SOCIAL COM PROCESSAMENTO DE LINGUAGEM NATURAL (NLP)

O Phishing consiste em um ataque cibernético onde criminosos simulam ser entidades de confiança com o objetivo de enganar pessoas. Ela é uma das formas mais recorrentes de engenharia social na atualidade, explorando a confiança dos usuários para obter informações confidenciais. O ataque ocorre quando o criminoso se passa por uma

entidade legítima (instituição, governo ou serviço digital) para induzir a vítima a fornecer dados. A fraude geralmente começa com um e-mail cuidadosamente elaborado, que simula autenticidade usando linguagem formal, logotipos e domínios falsificados. Devido a essa sofisticação, métodos tradicionais de detecção se tornam ineficazes, exigindo abordagens mais inteligentes e contextuais (PALOALTO, 2025).

O Processamento de Linguagem Natural (NLP) aliado ao Aprendizado de Máquina (Machine Learning) tem se mostrado uma solução altamente eficaz na detecção proativa de campanhas de phishing. Por meio da análise textual de grandes volumes de e-mails, o NLP permite extrair atributos semânticos e sintáticos do corpo e do cabeçalho das mensagens, identificando relações de significado entre palavras e padrões discursivos típicos de tentativas de fraude. Essa engenharia de atributos, conhecida como Modelagem de Espaço Vetorial (VSM), transforma os textos em representações numéricas, que podem ser processadas por algoritmos classificadores. No entanto, como a VSM gera um espaço de muitas dimensões, surgem desafios relacionados à esparsidade e à chamada “maldição da dimensionalidade”, que podem comprometer a eficiência e a precisão do modelo.

Para superar essas limitações, estudos recentes propuseram métodos que combinam redução de dimensionalidade e representações semânticas densas. Técnicas como Análise de Componentes Principais (PCA), Análise Semântica Latente (LSA) e Alocação Latente de Dirichlet (LDA) têm sido aplicadas para extrair características mais representativas dos textos, enquanto modelos de incorporação de palavras como Word2Vec, FastText e Doc2Vec produzem vetores capazes de capturar o contexto linguístico e o significado das expressões utilizadas em mensagens fraudulentas.

4 DESAFIOS E LIMITAÇÕES DA IA NA CIBERSEGURANÇA

A aplicação da Inteligência Artificial (IA) na cibersegurança representa um avanço significativo, mas também traz consigo uma série de desafios e limitações que afetam sua eficiência, confiabilidade e sustentabilidade. Apesar de permitir maior automação e capacidade de resposta a incidentes, as soluções baseadas em IA ainda

enfrentam barreiras relacionadas à qualidade dos dados, transparência dos modelos, vulnerabilidades técnicas e altos custos de implementação.

4.1 VIÉS ALGORÍTMICO E RISCOS DE DISCRIMINAÇÃO

A eficiência dos sistemas de IA depende diretamente da qualidade dos dados utilizados em seu treinamento. Quando esses dados são imprecisos, enviesados ou manipulados, podem gerar resultados incorretos, comprometendo a segurança das operações. A prática conhecida como envenenamento de dados (data poisoning) é um dos principais riscos, pois consiste na inserção intencional de informações falsas ou distorcidas nos conjuntos de treinamento, alterando o comportamento dos modelos e prejudicando a identificação de ameaças.

Além disso, o viés algorítmico pode causar desequilíbrios nas decisões automatizadas, aumentando a ocorrência de falsos positivos e negativos. Para mitigar esses riscos, é essencial aplicar processos rigorosos de validação e auditoria de dados, assegurando que os sistemas mantenham imparcialidade e precisão nas respostas de defesa.

4.2 EXPLICABILIDADE DA IA (XAI – EXPLAINABLE AI)

A falta de transparência e explicabilidade nos algoritmos de IA é um dos principais obstáculos à sua adoção segura em ambientes críticos. Muitos sistemas funcionam como verdadeiras “caixas-pretas”, dificultando a compreensão dos critérios utilizados para detectar ameaças ou tomar decisões automáticas.

Essa limitação reduz a confiança nas soluções de segurança baseadas em IA e dificulta auditorias e correções. O desenvolvimento de modelos explicáveis e interpretáveis (Explainable AI – XAI) é fundamental para garantir que as decisões possam ser compreendidas e revisadas por especialistas, promovendo maior controle, responsabilidade e governança nos processos automatizados de defesa.

4.3 ATAQUES ADVERSARIAIS CONTRA MODELOS DE IA

Modelos de IA também estão sujeitos a ataques adversariais, nos quais agentes maliciosos exploram as vulnerabilidades dos sistemas inteligentes para manipular seus resultados. Pequenas alterações em dados de entrada podem ser suficientes para induzir erros de classificação ou permitir que ameaças passem despercebidas.

Outra limitação relevante é o uso dual da IA, que se refere à possibilidade de uma mesma tecnologia ser utilizada tanto para defesa quanto para ataque. Ferramentas criadas para identificar intrusões podem ser modificadas para gerar ataques mais sofisticados, ampliando o risco de uso indevido. Por essa razão, torna-se essencial adotar políticas de regulação e supervisão ética, garantindo que o desenvolvimento de soluções de IA seja acompanhado por práticas de segurança e governança adequadas.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise bibliográfica permitiu concluir que a Inteligência Artificial, especialmente Machine Learning e Deep Learning, tornou-se fundamental para a cibersegurança moderna, superando limitações dos métodos tradicionais. Observou-se que essas tecnologias aprimoram a detecção de anomalias, reduzem falsos positivos e possibilitam respostas rápidas por meio de técnicas como UEBA, SOAR e GANs. O uso de Processamento de Linguagem Natural também se mostrou eficaz no combate a ataques de phishing e engenharia social, fortalecendo a proteção diante de falhas humanas.

Apesar dos avanços, permanecem desafios relevantes, como vieses algorítmicos, falta de explicabilidade, riscos de ataques adversariais e dependência da qualidade dos dados. Esses fatores reforçam a necessidade de governança rigorosa e manutenção contínua dos modelos. Conclui-se que a Inteligência Artificial consolida a Cibersegurança Proativa e recomenda-se que estudos futuros aprofundem técnicas de explicabilidade e comparem modelos de Deep Learning em diferentes cenários de ataque.

REFERÊNCIAS

ASPER. **67% das empresas foram atacadas em 2025: sua organização está pronta?**

Asper, 27 jun. 2025. Disponível em: <https://blog.asper.tec.br/ataques-ciberneticos-2025/>. Acesso em: 24 out. 2025.

AWSAMAZON. **O que é Machine Learning?** AWS Amazon, [2025?]. Disponível em: <https://aws.amazon.com/pt/what-is/machine-learning>. Acesso em: 15 nov. 2025.

CROWDSTRIKE. **Relatório para América Latina do cenário de ameaças 2025 da CrowdStrike.** CrowdStrike, [2025?]. Disponível em: <https://www.crowdstrike.com/pt-br/resources/reports/crowdstrike-2025-latin-america-threat-landscape-report/>. Acesso em: 24 out. 2025.

CRUZ, J. V. D. S.; CASEMIRO, J. V.; GALLIZZI, J. E. S.; KALILI, R. M. **Inteligência artificial e cibersegurança: análise de ameaças emergentes e estratégias defensivas.** REVISTA DELOS, [S. l.], v. 17, n. 61, p. e2954, 2024. DOI: 10.55905/rdelosv17.n61-193. Disponível em: <https://ojs.revistadelos.com/ojs/index.php/delos/article/view/2954>. Acesso em: 26 out. 2025.

D'ANDREA, Ashley; PALAK, Kaylee (Ed.); GUCCIONE, Darren (Rev.). **Confiança zero versus modelos de segurança tradicionais: qual é a diferença?** Keeper Security, 22 jan. 2025. Disponível em: <https://www.keepersecurity.com/blog/pt-br/2025/01/22/zero-trust-vs-traditional-security-models-whats-the-difference/>. Acesso em: 24 out. 2025.

DE SOUZA, Ivan. **Deteção de fraudes com IA: como está transformando a segurança financeira.** Truora, 17 abr. 2025. Disponível em: <https://blog.truora.com/pt/deteccao-de-fraudes-com-ia>. Acesso em: 25 out. 2025.

EVIDJURI. **4 benefícios da Inteligência Artificial para a segurança digital.** Evidjuri, 16 jan. 2024. Disponível em: <https://www.evidjuri.com.br/blog/4-beneficios-da-inteligencia-artificial-para-a-seguranca-digital.html>. Acesso em: 25 out. 2025.

FORTINET. **Relatório do cenário de ameaças de 2025.** Fortinet: FortiGuard Labs, [2025?]. Disponível em: <https://www.fortinet.com/br/resources/reports/threat-landscape-report>. Acesso em: 24 out. 2025.

FORTINET. FortiGuard Labs. **Relatório do cenário de ameaças de 2025**. Disponível em: https://www.fortinet.com/content/dam/fortinet/assets/threat-reports/pt_br/threat-landscape-report-2025.pdf. Acesso em: 25 out. 2025.

GOOGLECLOUD. **O que são Redes adversárias generativas (GANs)?** Google Cloud, [2025?]. Disponível em: <https://cloud.google.com/discover/what-are-generative-adversarial-networks?hl=pt-BR>. Acesso em: 27 out. 2025.

IBM. **O que é análise de comportamento de usuário e entidade (UEBA)?** IBM, [2025?]. Disponível em: <https://www.ibm.com/br-pt/think/topics/ueba>. Acesso em: 27 out. 2025.

LORIATO, Hannah Nicchio. **Como a Nova Onda de IA está transformando a Segurança Empresarial?** Dotcode, 11 fev. 2025. Disponível em: <https://dotcode.com.br/2025/02/11/ia-seguranca/>. Acesso em: 24 out. 2025.

MANAGEENGINE. **Entenda o que é a detecção de anomalias com machine learning**. Manage Engine, [2025?]. Disponível em: <https://www.manageengine.com/br/blog/general/entenda-o-que-e-a-deteccao-de-anomalias-com-machine-learning.html>. Acesso em: 27 out. 2025

MONFRE, G. A.; SILVA, F. G.; VICENTIN, A. C. **Inteligência Artificial Aplicada à Cibersegurança: Soluções Estratégicas para um Ambiente Digital Resiliente**. Revista Matiz Online, 13. ed., set. 2023. Disponível em: https://immes.edu.br/wp-content/uploads/2025/04/Artigo_MATIZ_2023_Ciberseguranca.pdf. Acesso em: 26 out. 2025.

MUNCASTER, Phil. **A inteligência artificial e seu papel na segurança cibernética**. ESET: WeLiveSecurity, 29 maio 2024. Disponível em: <https://www.welivesecurity.com/pt/seguranca-digital/a-inteligencia-artificial-e-seu-papel-na-seguranca-cibernetica/>. Acesso em: 24 out. 2025.

NTT DATA. **NTT DATA revela como a IA está se consolidando como aliada dos cibercriminosos**. NTT DATA, 30 set. 2025. Disponível em: <https://br.nttdata.com/insights/news/ntt-data-revela-como-a-ia-esta-se-consolidando-como-aliada-dos-cibercriminosos>. Acesso em: 24 out. 2025.

PALOALTO. **O que é um ataque de phishing?** Paloalto, [2025?]. Disponível em: <https://www.paloaltonetworks.com.br/cyberpedia/what-is-phishing>. Acesso em: 16 nov. 2025.

PARDINI, Vinicius. **Inteligência Artificial na Segurança: confirma os benefícios.** Docusign, 14 jul. 2025. Disponível em: <https://www.docusign.com/pt-br/blog/inteligencia-artificial-seguranca>. Acesso em: 24 out. 2025.

RODRIGUES, Wesley Barbosa. **Aplicação de inteligência artificial na detecção de ameaças em redes de computadores.** Revista Científica Di Fatto, [S. l.], Ed. 4, 25 mar. 2025. Disponível em: https://revistadifatto.com.br/wp-content/uploads/pdfs_gerados/706_aplicacao-de-aplicacao-de-inteligencia-artificial-na-deteccao-de-ameacas-em-redes-de-computadores.pdf. Acesso em: 26 out. 2025.

SAP. **O que é Deep Learning?** SAP, [2025?]. Disponível em: <https://www.sap.com/brazil/resources/what-is-deep-learning>. Acesso em: 15 nov. 2025.

TANAKA, Fabiana. **Capacitação em Deep Learning e Inteligência Artificial para a Segurança Cibernética.** Security Report, 02 maio 2024. Disponível em: <https://securityleaders.com.br/capacitacao-em-deep-learning-e-inteligencia-artificial-para-a-seguranca-cibernetica/>. Acesso em: 27 out. 2025.

ZSCALER. **IA versus segurança cibernética tradicional: qual é mais eficaz?** Zscaler, [2025?]. Disponível em: <https://www.zscaler.com/br/zpedia/ai-vs-traditional-cybersecurity>. Acesso em: 24 out. 2025.

ZSCALER. **O que é inteligência artificial (IA) na segurança cibernética?** Zscaler, [2025?]. Disponível em: <https://www.zscaler.com/br/zpedia/what-is-artificial-intelligence-ai-in-cybersecurity>. Acesso em: 24 out. 2025.

O PAPEL DO PROFISSIONAL DE GARANTIA DA QUALIDADE DE SOFTWARE NA ERA DA AUTOMAÇÃO: TRANSFORMAÇÕES NO PROCESSO DE TESTE DE SOFTWARE

Ana Karollyne Dias de Castro Araújo
Bacharelanda em Ciência da Computação
Faculdade de Petrolina - FACAPE

Dinani Gomes Amorim
Doutora em Ciência da Computação
Faculdade de Petrolina - FACAPE

RESUMO: Este artigo analisa como a automação de testes transforma o papel do profissional de Garantia da Qualidade de Software (QA) no desenvolvimento contemporâneo. O objetivo é compreender de que modo práticas automatizadas influenciam processos, competências e responsabilidades em ambientes ágeis com pipelines CI/CD. A pesquisa utiliza abordagem qualitativa e bibliográfica, baseada em mapeamento sistemático da literatura. Os resultados mostram que a automação reduz o tempo de execução de testes, amplia a detecção precoce de falhas e aumenta a estabilidade das entregas. Também evidenciam a migração do perfil de testador para engenheiro de qualidade, exigindo habilidades técnicas avançadas e atuação colaborativa. Conclui-se que a automação é fundamental para a qualidade de software atual e reforça o papel estratégico do QA nas organizações.

Palavras-chave: Automação de testes. Garantia da qualidade. QA. Desenvolvimento de software. Metodologias ágeis.

ABSTRACT: This article analyzes how test automation transforms the role of the Software Quality Assurance (QA) professional in contemporary development. The objective is to understand how automated practices influence processes, skills, and responsibilities in agile environments with CI/CD pipelines. The research uses a qualitative and bibliographical approach, based on a systematic literature review. The results show that automation reduces test execution time, enhances early fault detection, and increases the stability of deliverables. They also highlight the shift in profile from tester to quality engineer, requiring advanced technical skills and collaborative work. It

concludes that automation is fundamental to current software quality and reinforces the strategic role of QA in organizations.

Keywords: Test automation. Quality assurance. QA. Software development. Agile methodologies.

1 INTRODUÇÃO

A Garantia da Qualidade de Software (Quality Assurance – QA) tem um papel essencial no desenvolvimento de sistemas, assegurando que o produto final funcione conforme os requisitos estabelecidos e mantenha um padrão adequado de desempenho, segurança e confiabilidade. Tradicionalmente, essa atuação esteve centrada na execução manual de testes, na identificação de falhas e na validação final do software antes de sua entrega.

Com a expansão da automação de testes, esse cenário passou por uma transformação significativa. As ferramentas automatizadas passaram a desempenhar um papel crucial para garantir maior agilidade, precisão e reprodutibilidade nos processos de teste, especialmente em ambientes de desenvolvimento que exigem ciclos curtos de entrega. A automação tornou-se um elemento indispensável para lidar com a complexidade crescente dos sistemas contemporâneos.

Nesse contexto, o papel do profissional de QA evoluiu de forma expressiva. A função, antes predominantemente operacional, passou a exigir uma postura mais analítica, estratégica e técnica. O QA deixou de ser apenas executor de testes manuais e passou a assumir responsabilidades relacionadas à implementação de scripts automatizados, à definição de estratégias de teste e à integração direta com as equipes de desenvolvimento e infraestrutura.

A adoção de metodologias ágeis e práticas DevOps intensificou ainda mais essa mudança. Esses modelos de trabalho demandam colaboração constante, ciclos curtos de entrega, integração contínua e monitoramento automatizado. Como consequência, o QA tornou-se parte fundamental dos pipelines de integração e entrega contínua (CI/CD),

contribuindo para a detecção antecipada de falhas e para a estabilidade do software ao longo de todo o ciclo de desenvolvimento.

Além dessas mudanças no cenário de desenvolvimento, torna-se relevante compreender como essa evolução impacta diretamente a atuação dos profissionais da área. A crescente dependência de processos automatizados, aliada à necessidade de entregas mais rápidas e frequentes, faz com que o QA assuma novas funções e desenvolva competências que antes não eram exigidas. Nesse contexto, torna-se fundamental investigar de que forma a automação de testes tem transformado o papel do profissional de Garantia da Qualidade, identificando as habilidades emergentes, os desafios enfrentados no cotidiano e os impactos dessas mudanças na rotina de trabalho. Esses aspectos justificam a realização deste estudo e orientam a discussão apresentada ao longo da pesquisa.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A Garantia da Qualidade de Software (Quality Assurance – QA) é compreendida como um conjunto de práticas sistemáticas que visam assegurar que o produto de software seja desenvolvido de acordo com padrões previamente definidos, mantendo confiabilidade, consistência e conformidade ao longo de todo o ciclo de desenvolvimento. Conforme destaca Pressman (2016), a garantia da qualidade envolve ações planejadas que buscam orientar o processo de desenvolvimento para que o software atenda às especificações estabelecidas. Nesse sentido, o QA atua como uma estratégia preventiva, estruturando práticas capazes de evitar falhas antes que o produto seja entregue ao usuário final.

Historicamente, a atuação do profissional de QA esteve centrada na execução de testes manuais, geralmente seguindo roteiros detalhados que buscavam identificar defeitos após a implementação das funcionalidades. Em modelos tradicionais de desenvolvimento, como o cascata, esse tipo de abordagem era suficiente, dado que os ciclos eram longos e as entregas esporádicas. Myers, Sandler e Badgett (2011) destacam que, durante muitos anos, o foco dos testes foi a detecção de defeitos, e não a construção

de processos voltados à prevenção. Porém, com o aumento da complexidade dos sistemas, a volatilidade dos requisitos e a necessidade de entrega contínua, os métodos exclusivamente manuais tornaram-se limitados, abrindo espaço para soluções mais rápidas, repetíveis e alinhadas a ambientes dinâmicos.

Nesse contexto de evolução, a automação emergiu como um dos principais vetores de modernização das atividades de QA. A automação de testes consiste no uso de ferramentas e scripts para executar casos de teste de forma repetitiva, precisa e com menor intervenção humana. Em ambientes que adotam ciclos rápidos de entrega, a automação tornou-se um elemento estrutural para garantir qualidade contínua. Estudos sobre o tema apontam que a automação permite maior reprodutibilidade, redução de esforço operacional e aumento da confiabilidade dos resultados.

A adoção das metodologias ágeis intensificou ainda mais essa transição. Com ciclos curtos e foco em entregas incrementais, o ambiente ágil exige que testes ocorram de forma contínua e integrada ao desenvolvimento. Gregory e Crispin (2014) destacam que o ágil promove colaboração e responsabilidade compartilhada, tornando o QA parte central do fluxo de trabalho, e não um setor isolado. Em paralelo, práticas como DevOps e pipelines de CI/CD reforçam a automação desde o desenvolvimento até a entrega, integrando testes automatizados ao processo de build, integração, deploy e monitoramento. Esse ecossistema reduz o tempo de feedback e aumenta a confiabilidade da entrega contínua, reposicionando o papel do QA como facilitador da qualidade em todas as etapas.

Esse contexto impulsionou uma mudança significativa no papel do profissional de QA. Historicamente visto como um testador manual, que atuava apenas na etapa final do desenvolvimento, o profissional passou a assumir funções estratégicas e técnicas. Estudos recentes e artigos especializados indicam que o testador tradicional evoluiu para o Engenheiro de Qualidade (Quality Engineer), cuja atuação é integrada, automatizada e orientada por métricas. Em vez de apenas "procurar bugs", o profissional trabalha na prevenção de falhas, colaborando com desenvolvedores na escrita de requisitos testáveis, na análise de risco e na arquitetura de testes. Além disso, as competências modernas incluem domínio de linguagens de programação, capacidade de criar e manter suítes de

testes automatizadas, integração de testes aos pipelines de CI/CD, execução de testes exploratórios e monitoramento de indicadores como cobertura, taxa de falhas e tempo de ciclo.

Essa evolução exigiu novas habilidades técnicas e analíticas. O QA moderno deve compreender arquitetura de sistemas, padrões de automação, boas práticas de qualidade, versionamento de código, infraestrutura de testes, além de saber interpretar métricas para tomada de decisão. Conforme apontado na literatura, essa transição representa mais do que uma expansão de responsabilidades: trata-se de uma mudança de paradigma, em que a qualidade deixa de ser um momento do processo e passa a ser um fluxo contínuo sustentado por práticas colaborativas e altamente automatizadas.

Assim, o conjunto de pesquisas consultadas evidencia que a Garantia da Qualidade deixou de ser uma função operacional e passou a ocupar um papel estratégico na era da automação. A adoção de testes automatizados, aliada às metodologias ágeis e à cultura DevOps, remodelou profundamente o processo de testes e exigiu que o profissional de QA desenvolvesse novas competências alinhadas às demandas do desenvolvimento moderno. Essa transformação fundamenta as discussões e análises apresentadas neste estudo, servindo como base para compreender os impactos, desafios e caminhos evolutivos da profissão na atualidade.

3 METODOLOGIA

A metodologia adotada neste estudo caracteriza-se como qualitativa, exploratória e bibliográfica, fundamentando-se exclusivamente na análise de materiais publicados que abordam a evolução do papel do profissional de Garantia da Qualidade de Software (QA) na era da automação. Esse tipo de abordagem é adequada quando se busca compreender fenômenos contemporâneos por meio da coleta, interpretação e síntese de conhecimentos provenientes de literatura especializada, sem intervenção direta do pesquisador no ambiente analisado.

A pesquisa exploratória foi escolhida por permitir uma compreensão abrangente e aprofundada das transformações ocorridas no processo de teste de software,

especialmente no que diz respeito à adoção de testes automatizados, às mudanças metodológicas no desenvolvimento e às novas competências exigidas dos profissionais de QA. Nesse sentido, o estudo procura identificar conceitos, padrões, práticas e tendências recorrentes na literatura, construindo uma visão estruturada sobre como a automação impacta a atuação desses profissionais.

O levantamento bibliográfico foi conduzido em livros, artigos científicos, publicações técnicas, repositórios digitais e portais reconhecidos da área de engenharia de software. A busca utilizou plataformas como Google Scholar, SciELO e portais de periódicos acadêmicos, além de artigos especializados sobre automação de testes, metodologias ágeis, DevOps e práticas contemporâneas de QA. Foram utilizadas palavras-chave em português e inglês, incluindo: “quality assurance”, “software testing automation”, “test automation”, “agile testing”, “DevOps testing”, “continuous integration”, “CI/CD”, “QA transformation” e termos correlatos.

Como critérios de inclusão, foram selecionadas obras publicadas entre 2000 e 2025, em português ou inglês, que apresentassem fundamentação teórica, discussões técnicas ou estudos sobre Garantia da Qualidade, automação de testes, integração contínua, evolução das práticas de QA e competências profissionais associadas. Foram priorizados materiais completos (livros, artigos revisados por pares, estudos empíricos, relatórios técnicos e publicações de referência amplamente citadas na área). Como critérios de exclusão, desconsideraram-se conteúdos sem acesso integral, materiais estritamente comerciais sem embasamento técnico ou publicações que não abordassem diretamente o tema analisado.

Após a seleção do corpus teórico, o material foi submetido a leitura crítica, organização temática e categorização, seguindo eixos como: conceito e evolução da Garantia da Qualidade, fundamentos da automação de testes, impacto das metodologias ágeis e práticas DevOps no fluxo de trabalho, transformação do papel profissional e competências emergentes. Essa categorização permitiu identificar convergências, lacunas, desafios e tendências presentes na literatura, possibilitando a construção de uma análise integrada e coerente com os objetivos do estudo.

Por fim, reconhece-se que, por se tratar de uma pesquisa exclusivamente bibliográfica, esta investigação depende diretamente da disponibilidade, qualidade e atualidade das publicações consultadas, podendo refletir limitações quanto à abrangência de cenários reais ou contextos organizacionais específicos. Ainda assim, a metodologia empregada permite construir uma base teórica consistente e alinhada ao propósito central da pesquisa, oferecendo suporte adequado à discussão sobre a transformação do papel do profissional de QA diante do avanço da automação no processo de testes de software.

4 ANÁLISE E DISCUSSÃO

Os resultados da pesquisa bibliográfica revelam que a automação de testes tem se consolidado como um elemento estruturante nos processos de Garantia da Qualidade em organizações que buscam maior eficiência, previsibilidade e estabilidade no desenvolvimento de software. De acordo com os resultados apresentados por Moldstud Research Team (2025), a adoção de testes automatizados pode reduzir em cerca de 30% o tempo total destinado às atividades de teste, o que contribui diretamente para ciclos de entrega mais rápidos e favorece a implementação de metodologias ágeis e pipelines de integração contínua. Essa redução não se limita ao tempo de execução, mas também à diminuição do esforço manual, permitindo que equipes de QA direcionem sua atuação para atividades de maior valor agregado, como análise de risco, modelagem de cenários e melhoria contínua.

Outro resultado significativo é o aumento aproximado de 25% na capacidade de detecção de falhas ao longo do ciclo de desenvolvimento. De acordo com a literatura analisada, esse crescimento decorre principalmente da possibilidade de execução repetitiva, sistemática e em larga escala das suítes automatizadas, o que garante maior abrangência de cobertura e repetibilidade nos testes. Estudos como os de Santos e Baruffi (2025) reforçam que a automação reduz substancialmente a variabilidade inerente ao teste manual e fortalece a rastreabilidade de erros, além de diminuir o risco de regressões não detectadas. Em sistemas de gestão comercial, que operam com alto volume de

transações e demandam consistência permanente, a ampliação da detecção precoce de falhas contribui diretamente para a estabilidade do ambiente produtivo.

O mapeamento realizado também indica que grande parte das organizações estudadas, especialmente aquelas que já adotam práticas de DevOps e CI/CD, planeja ampliar ou iniciar a automação de testes nos próximos anos. Essa tendência é explicada pelo aumento da complexidade dos sistemas, pela necessidade de releases contínuos e pela pressão competitiva por entregas rápidas e estáveis. Moldstud Research Team (2025) destacam que a automação permite integrar testes aos pipelines de forma contínua, garantindo que cada alteração de código passe por validações automatizadas antes de ser incorporada ao ambiente de produção. Essa capacidade de inspeção constante reduz significativamente o lead time e diminui a probabilidade de falhas críticas afetarem o usuário final.

Os achados sugerem também uma transformação profunda no papel do profissional de QA. Com a automação assumindo parte das atividades repetitivas, o QA deixa de atuar predominantemente na execução manual de testes e passa a desempenhar funções mais estratégicas, relacionadas ao desenho de planos de teste, à definição de métricas de qualidade, à configuração de pipelines de CI/CD, ao refinamento de critérios de aceite e à avaliação de riscos técnicos. Estudos recentes apontam que a automação exige novas competências, como programação, arquitetura de testes, análise de logs, uso de ferramentas de versionamento e domínio de frameworks de automação. Essa mudança implica que o QA contemporâneo deve combinar conhecimentos técnicos avançados com habilidades analíticas orientadas ao negócio, reforçando sua posição como agente central na promoção da qualidade contínua.

A comparação entre os resultados encontrados e as práticas organizacionais descritas na literatura demonstra que a automação não deve ser compreendida apenas como um ganho operacional, mas como um componente estratégico que redefine processos, papéis e a própria cultura de desenvolvimento de software. Ao reduzir o tempo de testes, aumentar a detecção de falhas e integrar-se aos pipelines de entrega contínua, a automação melhora significativamente a previsibilidade das entregas e reduz os custos associados a retrabalho e correções tardias. Entretanto, os resultados também sugerem

que esses benefícios dependem da maturidade da equipe, do investimento em capacitação e da existência de processos bem definidos. Organizações que adotam automação sem planejamento, sem padronização de testes ou sem acompanhamento de métricas tendem a não alcançar resultados consistentes.

Dessa forma, a análise integrada dos dados evidencia que a automação de testes exerce impactos relevantes tanto nas métricas de desempenho quanto na evolução do papel do QA dentro das equipes de desenvolvimento. Além de promover eficiência operacional, a automação fortalece a governança da qualidade, apoia a evolução contínua dos sistemas de gestão comercial e contribui para a consolidação de uma cultura organizacional orientada à melhoria contínua. Os resultados fortalecem a perspectiva de que a automação não é apenas uma tendência tecnológica, mas um recurso essencial para sustentar a competitividade e a estabilidade dos sistemas em ambientes de alta complexidade.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os resultados deste estudo evidenciam que a automação de testes representa um marco na evolução da Garantia da Qualidade de Software, transformando profundamente o papel do profissional de QA e a dinâmica das equipes de desenvolvimento. A análise das publicações científicas e técnicas consultadas demonstra que a automação deixou de ser um diferencial e passou a constituir um requisito indispensável para organizações que buscam eficiência, agilidade e entregas com maior nível de confiabilidade. Em um cenário marcado por ciclos de desenvolvimento cada vez mais curtos, práticas ágeis e pipelines de integração e entrega contínuas (CI/CD), o QA assume um papel estratégico, atuando não apenas na detecção de falhas, mas, sobretudo, na prevenção de erros desde as fases iniciais do ciclo de vida do software.

Observou-se que a automação redefine substancialmente as responsabilidades desse profissional. O QA contemporâneo deixa de ser apenas um executor de roteiros manuais e torna-se um engenheiro de qualidade, dominando linguagens de programação, frameworks de automação, ferramentas de versionamento e práticas de engenharia de

software. Estudos recentes apontam que a maturidade em automação está diretamente relacionada à melhoria da qualidade do produto, à redução de retrabalho e ao aumento da estabilidade das entregas, já que pipelines automatizados permitem identificar falhas de forma contínua e muito mais rápida. Pesquisas também indicam benefícios mensuráveis, como redução significativa do tempo total de teste e aumento consistente na detecção de bugs, evidenciando a contribuição direta da automação nos indicadores de qualidade organizacional.

Além dos ganhos operacionais, os resultados evidenciaram contribuições relevantes para o mercado e para a atuação profissional. Organizações que investem em automação de testes relatam maior capacidade de inovação, entregas mais seguras e ciclos de desenvolvimento mais previsíveis, fortalecendo a competitividade e reduzindo riscos em produção. O profissional de QA, por sua vez, passa a assumir um papel essencial em ambientes ágeis e DevOps, integrando-se a equipes multidisciplinares e contribuindo para decisões técnicas e estratégicas. Essa nova abordagem exige competências que ultrapassam o domínio de ferramentas: envolve raciocínio analítico, mentalidade colaborativa, comunicação eficaz e capacidade de atuação preventiva ao longo de todo o desenvolvimento.

Entretanto, os resultados mostram também que a adoção da automação apresenta desafios importantes. A necessidade de formação técnica contínua, a mudança cultural dentro das organizações e a integração entre equipes ainda representam barreiras para muitas empresas. A transição do modelo tradicional de QA manual para a engenharia de qualidade exige investimentos em capacitação, atualização constante e adaptação organizacional. Contudo, os estudos consultados convergem ao afirmar que, apesar dos desafios, a automação constitui uma evolução inevitável para práticas modernas de qualidade e uma condição essencial para sustentar o ritmo acelerado da indústria de software.

Assim, este trabalho contribui ao demonstrar que a automação não apenas amplia a eficiência dos testes, mas redefine a natureza do trabalho em qualidade de software, valorizando o profissional de QA como agente central na garantia da robustez, segurança e confiabilidade das soluções desenvolvidas. A partir dessas constatações, recomenda-se

que futuras pesquisas explorem o impacto da inteligência artificial aplicada à automação de testes, os novos perfis profissionais emergentes e estratégias organizacionais para ampliar a maturidade em automação, temas que deverão ganhar espaço crescente nas próximas décadas.

REFERÊNCIAS

DELAMARO, M. E.; MALDONADO, J. C.; JINO, M. **Introdução ao teste de software**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2007.

PRESSMAN, R. S. **Engenharia de software: uma abordagem profissional**. 8. ed. Porto Alegre: AMGH, 2016.

MYERS, G. J.; SANDLER, C.; BADGETT, T. **The art of software testing**. 3. ed. Hoboken: Wiley, 2011.

GLOBAL APP TESTING. **What is automated QA testing? All you need to know**. In: Global App Testing. Disponível em: <https://www.globalapptesting.com/blog/automated-qa-testing>. Acesso em: 01 nov. 2025.

MOLDSTUD RESEARCH TEAM. **The impact of automation on Quality Assurance careers – enhancing efficiency and expertise**. In: Moldstud. Disponível em: <https://moldstud.com/articles/p-the-impact-of-automation-on-quality-assurance-careers-enhancing-efficiency-and-expertise>. Acesso em: 01 nov. 2025.

HASIJA, P. **Garantia de qualidade no Scrum: muito além dos testes**. In: InfoQ Brasil. Disponível em: <https://www.infoq.com/br/articles/experience-qa-scrum/>. Acesso em: 25 out. 2025.

SANTOS, C. H. P. R.; BARUFFI, B. E. **O impacto do Quality Assurance dentro de uma empresa: a importância dos testes de software, planejamento, metodologia e automação**. Revista FT, v. 29, ed. 147, jun. 2025. Disponível em: <https://revistaft.com.br/o-impacto-do-quality-assurance-dentro-de-uma-empresa-a-importancia-dos-testes-de-software-planejamento-metodologia-e-automacao>. Acesso em: 01 nov. 2025.

WANG, Y.; MÄNTYLÄ, M. V.; LIU, Z.; MARKKULA, J. **Test automation maturity improves product quality – quantitative study of open source projects using continuous integration**. Journal of Systems and Software, v. 188, p. 111259, 2022. Disponível em: <https://arxiv.org/abs/2202.04068>. Acesso em: 25 out. 2025.

O USO DA INTERNET DAS COISAS NA GESTÃO DO TRÁFEGO URBANO NAS CIDADES INTELIGENTES BRASILEIRAS

Elias Rodrigues de Souza

Bacharelando em Ciência da Computação

Faculdade de Petrolina – FACAPE

Ricardo José Rocha Amorim

Professor Orientador

Doutor em Ciência da Computação

Faculdade de Petrolina – FACAPE

RESUMO: Este trabalho investiga o uso da Internet das Coisas (IoT) na gestão do tráfego urbano em cidades inteligentes brasileiras. O estudo parte do crescimento dos centros urbanos e dos desafios relacionados à mobilidade, como congestionamentos, poluição e acidentes de trânsito. A pesquisa, de caráter bibliográfico, foi conduzida por meio de um levantamento no Google Acadêmico, considerando publicações em português entre 2015 e 2025. Foram analisados estudos sobre aplicações da IoT em semáforos inteligentes, sensores de estacionamento, transporte público conectado e veículos autônomos. Os resultados indicam que a IoT pode contribuir significativamente para a melhoria da mobilidade urbana, promovendo eficiência, sustentabilidade e qualidade de vida. Contudo, ainda há desafios, como altos custos de implantação, ausência de padronização tecnológica e a necessidade de políticas públicas integradas. Conclui-se que a IoT possui grande potencial para transformar a mobilidade urbana no Brasil, desde que sejam superados obstáculos técnicos, financeiros e regulatórios.

Palavras-chave: Internet das Coisas; Mobilidade Urbana; Cidades Inteligentes; Trânsito; Tecnologia.

ABSTRACT: This study investigates the use of the Internet of Things (IoT) in urban traffic management within Brazilian smart cities. The research addresses the rapid growth of urban centers and the challenges related to mobility, such as congestion, pollution, and traffic accidents. A bibliographic approach was adopted, based on publications in Portuguese available on Google Scholar between 2015 and 2025. The analysis focused on IoT applications in smart traffic lights, parking sensors, connected public transport, and autonomous vehicles. The findings indicate that IoT can

significantly improve urban mobility by promoting efficiency, sustainability, and quality of life. However, challenges remain, including high implementation costs, lack of technological standardization, and the need for integrated public policies. The study concludes that IoT has great potential to transform urban mobility in Brazil, provided that technical, financial, and regulatory barriers are addressed.

Keywords: Internet of Things; Urban Mobility; Smart Cities; Traffic; Technology.

1 INTRODUÇÃO

Antes de adentrarmos na análise das cidades inteligentes, é importante contextualizar a discussão que envolve esse conceito, que tem sido amplamente debatido nos últimos anos devido à crescente urbanização e às novas tecnologias. As cidades inteligentes visam utilizar a tecnologia para otimizar a gestão urbana, melhorar a qualidade de vida dos cidadãos e promover a sustentabilidade. Neste sentido, a PUC-RS (2023) nos diz que:

“As cidades inteligentes (ou smart cities), são centros que conseguem alinhar os avanços tecnológicos com o progresso social e ambiental, por meio de tecnologias digitais e disruptivas. O objetivo dessas estratégias de desenvolvimento urbano é proporcionar aos cidadãos uma melhor qualidade de vida.

Assim, as cidades consideradas inteligentes são as que fazem uso estratégico de infraestrutura, serviços, informação e comunicação com o planejamento e gestão urbana necessários, dando resposta às necessidades sociais e econômicas da sociedade.” (PUC-RS, 2023).

A principal diferença entre uma cidade comum e uma cidade inteligente reside no uso estratégico da tecnologia e da informação para melhorar a qualidade de vida dos cidadãos e a eficiência dos serviços urbanos. Nesse sentido, Lazzaretti et al nos dizem que:

Uma cidade inteligente possui algumas características que a diferenciam das demais, como:

“(i) a utilização da infraestrutura de rede para melhorar a eficiência econômica e política e permitir o desenvolvimento social, cultural e urbano” (Hollands, 2008 apud Lazzaretti et al., 2019, p. 03);

“(ii) possui uma ênfase subjacente no desenvolvimento urbano conduzido pelos negócios” (Hollands, 2008 apud Lazzaretti et al., 2019, p. 03);

“(iii) um forte foco no objetivo de conseguir a inclusão social de vários residentes urbanos em serviços públicos” (Caragliu et al., 2011 apud Lazzaretti et al., 2019, p. 03);

“(iv) ênfase no papel crucial das indústrias de alta tecnologia e criativas no crescimento urbano de longo prazo” (Caragliu et al., 2011 apud Lazzaretti et al., 2019, p. 03);

“(v) uma profunda atenção ao papel do capital social e relacional no desenvolvimento urbano” (Caragliu et al., 2011 apud Lazzaretti et al., 2019, p. 03); e

“(vi) a sustentabilidade social e ambiental como um componente estratégico importante” (Caragliu et al., 2011 apud Lazzaretti et al., 2019, p. 03).

Cidades inteligentes são ambientes urbanos que utilizam tecnologia avançada para melhorar a qualidade de vida dos cidadãos e a eficiência dos serviços públicos. Elas se destacam pela integração de infraestrutura de rede, promovendo um desenvolvimento social e econômico mais eficaz. A inclusão social é uma prioridade, assegurando que diferentes grupos tenham acesso a serviços essenciais. Nesse contexto, a Internet das Coisas (IoT) surge como uma ferramenta importante que pode transformar a gestão urbana, conectando dispositivos e sistemas para otimizar recursos e facilitar a tomada de decisões. Nesse sentido, Lazzaretti et al nos dizem que:

“Uma aliada no desenvolvimento de cidades inteligentes é a Internet das Coisas urbanas (IoT). As IoTs urbanas são projetadas para apoiar a visão smart city, que visa explorar as mais avançadas tecnologias de comunicação para apoiar serviços de valor agregado para a administração da cidade e para os cidadãos” (Zanella et al., 2014 apud Lazzaretti et al., 2019, p. 03).

“A grande implantação da IoT está, na verdade, possibilitando projetos e iniciativas de cidades inteligentes em todo o mundo” (Hammi et al., 2018 apud Lazzaretti et al., 2019, p. 03).

“A IoT traz um novo conceito para cidades inteligentes como o descrito por Byun et al.” (2016 apud Lazzaretti et al., 2019, p. 03).

A importância das cidades inteligentes na integração de tecnologias digitais e disruptivas, refletindo sobre como essas inovações melhoram a qualidade de vida urbana. A menção à Internet das Coisas (IoT) evidencia seu papel crucial na gestão de tráfego, especialmente por meio da implementação de semáforos autônomos, que se adaptam

dinamicamente ao fluxo de veículos, e do monitoramento em tempo real de vagas de estacionamento, que minimiza o tempo de busca. Além disso, a crescente presença de carros autônomos promete reduzir congestionamentos e aumentar a segurança viária. O crescimento projetado do mercado de IoT reforça a relevância do tema, especialmente no Brasil, onde iniciativas de smart cities estão em expansão. Assim, justifica-se a proposta de pesquisa como uma contribuição essencial para o desenvolvimento de soluções que otimizem a mobilidade e a gestão do tráfego, beneficiando tanto cidadãos quanto à infraestrutura urbana.

“Garantir a movimentação eficiente das pessoas nas cidades traz benefícios econômicos e de qualidade de vida, tanto do ponto de vista individual quanto coletivo. Apesar da melhoria na mobilidade estar muitas vezes relacionada com mudanças estruturais, ter uma gestão eficiente do sistema de transporte é fundamental para assegurar uma mobilidade com elevados níveis de qualidade.”
(Hulse et al, 2019)

Segundo Hulse et al (2019), a Internet das Coisas é um sistema que está sendo amplamente adotado em todas as indústrias. Sendo um dos mais importantes fatores para a expansão desse sistema são o barateamento dos planos de dados de internet móvel, com isso haverá uma ampliação os serviços oferecidos pelas plataformas em nuvem, melhorando significativamente os equipamentos embarcados e principalmente o aumento da capacidade computacional de tratamento e análise de grandes volumes de dados.

A pesquisa descrita neste artigo foi motivada pelo crescimento dos centros urbanos e pela necessidade de soluções inovadoras que melhorem a mobilidade urbana. Nesse sentido, a IoT surge como tecnologia estratégica para conectar recursos e promover maior eficiência no sistema de trânsito. Assim, formula-se o seguinte problema de pesquisa: “De que forma a Internet das Coisas pode contribuir para a melhoria da mobilidade urbana no contexto das cidades inteligentes brasileiras?”

Este trabalho tem como objetivo analisar de que maneira a Internet das Coisas pode ser aplicada para aprimorar a gestão do tráfego urbano, especialmente no contexto de cidades inteligentes brasileiras, considerando aspectos de eficiência e sustentabilidade. Busca-se identificar as principais tecnologias utilizadas em soluções de

mobilidade urbana, compreender os benefícios e desafios relatados na adoção dessas iniciativas e examinar como as experiências nacionais podem orientar políticas públicas voltadas à modernização da mobilidade no país.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 CIDADES INTELIGENTES (SMART CITIES)

O termo "cidade inteligente" se refere a áreas urbanas onde o sistema local de inovação é significativamente aprimorado por redes e aplicações digitais. Essas tecnologias elevam a transparência e a eficácia das funções urbanas, ao mesmo tempo que ampliam a capacidade de inovação, competitividade e bem-estar dos cidadãos. As cidades inteligentes utilizam dados em tempo real e sistemas interconectados para otimizar a infraestrutura, reduzir o consumo de recursos, e criar ambientes mais sustentáveis e habitáveis. (KOMNINOS, 2005). A aplicação de soluções inteligentes em diversos setores, como transporte, saúde, segurança e energia, promove um desenvolvimento urbano integrado e adaptável às necessidades dinâmicas da população.

2.2 INTERNET DAS COISAS (IoT)

A Internet das Coisas (IoT) é definida como uma infraestrutura global que possibilita serviços avançados por meio da interconexão de coisas físicas e virtuais. Baseada nas Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC), a IoT permite a coleta, análise e troca de dados entre dispositivos e sistemas, criando uma rede inteligente de objetos conectados. (HULSE et al, 2019). Essa interconectividade viabiliza a automação e otimização de processos em várias áreas, incluindo residências, indústrias, saúde e transporte, melhorando a eficiência operacional e proporcionando novas oportunidades de inovação e conveniência. A IoT, portanto, desempenha um papel crucial na transformação das cidades em ecossistemas mais inteligentes e responsivos, alinhando-se às demandas modernas de sustentabilidade e qualidade de vida

2.3 IoT APLICADA À MOBILIDADE URBANA

A aplicação da IoT na mobilidade urbana já apresenta resultados em diferentes cidades, por meio de semáforos inteligentes que se adaptam ao fluxo de veículos, sistemas de monitoramento de vagas que reduzem o tempo de busca, além do suporte a veículos autônomos. Essas soluções têm potencial de reduzir congestionamentos e emissões de poluentes, além de aumentar a segurança viária. Exemplos como Curitiba e Florianópolis no Brasil, ilustram iniciativas que utilizam IoT para melhorar o transporte urbano.

2.4 PESQUISAS RELACIONADAS

Inspirado em mapeamentos sistemáticos, identificou-se que, apesar do crescente interesse na área, ainda existem lacunas quanto à padronização tecnológica, integração entre sistemas e políticas públicas que sustentem a expansão dessas iniciativas. Esse panorama reforça a relevância de estudos que investigam como a IoT pode ser aplicada no contexto brasileiro.

2.5 DESAFIOS E PERSPECTIVAS FUTURAS DA IoT EM SMART CITIES

Embora os avanços da Internet das Coisas tragam inúmeros benefícios para a mobilidade urbana, sua implementação em cidades inteligentes ainda enfrenta desafios significativos. Um dos principais refere-se à segurança cibernética, já que a interconexão de sensores, veículos e sistemas de controle amplia a vulnerabilidade a ataques que podem comprometer tanto a privacidade dos cidadãos quanto a operação de serviços públicos críticos.

Outro ponto relevante é a proteção e privacidade dos dados coletados, visto que a IoT gera grandes volumes de informações sensíveis, como localização em tempo real de veículos e padrões de deslocamento populacional. A ausência de uma regulamentação robusta e de políticas claras sobre governança de dados pode limitar a aceitação social dessas tecnologias.

Além disso, há o desafio do alto custo de implantação e manutenção das infraestruturas necessárias para suportar soluções baseadas em IoT. Muitas cidades brasileiras, especialmente de médio porte, ainda enfrentam limitações orçamentárias e dificuldades para investir em tecnologias emergentes.

Outro fator crítico é a dependência de infraestruturas de conectividade avançadas, como o 5G, que ainda está em processo de expansão no Brasil. Sem redes de baixa latência e alta capacidade, várias aplicações de IoT, como veículos autônomos e controle de tráfego em tempo real, não podem alcançar todo o seu potencial.

Apesar desses desafios, as perspectivas para o futuro são promissoras. O avanço de políticas públicas voltadas à transformação digital, o incentivo a parcerias público-privadas e a crescente integração de soluções sustentáveis reforçam a tendência de expansão da IoT nas cidades brasileiras. A superação dos obstáculos mencionados poderá consolidar o país como referência em projetos de mobilidade urbana inteligente na América Latina.

3 METODOLOGIA

A pesquisa foi conduzida de forma bibliográfica e documental, com abordagem qualitativa de caráter exploratório e descritivo. Inspirada em metodologias de mapeamento sistemático (Kitchenham e Charters, 2007, apud Silva, Rodrigues e Pinho, 2015, p. 212), a análise foi estruturada a partir da questão principal e das questões específicas definidas nos objetivos do estudo.

A coleta de dados foi realizada exclusivamente no Google Acadêmico, considerando publicações em português, entre 2015 e 2025, que abordassem a aplicação da Internet das Coisas (IoT) na mobilidade urbana.

Os critérios de inclusão contemplaram estudos que apresentassem soluções de IoT em mobilidade urbana, enquanto os critérios de exclusão eliminaram artigos duplicados, sem acesso ao texto completo ou que tratassem da IoT em áreas não relacionadas à mobilidade.

A seleção dos artigos foi feita em três etapas: (i) filtragem inicial por título, resumo e palavras-chave; (ii) leitura integral dos trabalhos mais aderentes; (iii) categorização das soluções apresentadas conforme sua contribuição para cada objetivo específico.

Assim, a análise foi conduzida de forma a responder diretamente às questões de pesquisa:

- QS1: Identificar quais tecnologias IoT têm sido aplicadas em soluções de mobilidade urbana.
- QS2: Avaliar os benefícios e desafios relatados na adoção dessas soluções.
- QS3: Verificar como experiências nacionais podem orientar políticas públicas no Brasil.

As chaves de busca utilizadas foram: “Internet das Coisas e mobilidade urbana”, “IoT e cidades inteligentes”, “semáforos inteligentes no Brasil”, “IoT no trânsito urbano” e “gestão de tráfego com IoT”. As buscas foram realizadas no Google Acadêmico, com foco em publicações em língua portuguesa, no período de 2015 a 2025. O objetivo foi identificar estudos que abordassem o uso da Internet das Coisas (IoT) na melhoria da mobilidade e da gestão de tráfego em cidades inteligentes brasileiras.

Foram incluídos artigos, dissertações e teses que tratassem diretamente da aplicação da IoT no contexto da mobilidade urbana, infraestrutura de transporte e soluções inteligentes de tráfego. Foram excluídos trabalhos duplicados, que não apresentavam acesso completo ou que tratavam da IoT em áreas não relacionadas à mobilidade, como saúde, agricultura ou educação.

Após a utilização das chaves de busca e a aplicação dos critérios de inclusão e exclusão, foram selecionados 07 estudos considerados relevantes para o tema. Esses trabalhos foram agrupados em três categorias principais, de acordo com seus enfoques:

- i. Soluções IoT para controle de tráfego;
- ii. Monitoramento e otimização do transporte urbano;
- iii. Desafios e perspectivas da IoT em cidades inteligentes.

i. Soluções IoT para controle de tráfego:

Oliveira (2020) propôs o desenvolvimento de um sistema controlador de semáforos com monitoramento e progressão semafórica em tempo real, demonstrando como a IoT pode otimizar a fluidez do trânsito em centros urbanos. De forma semelhante, Hulse e Chih (2019) destacam a utilização de sensores inteligentes e comunicação em rede entre veículos e semáforos, evidenciando que a adoção dessas tecnologias contribui para a redução de congestionamentos e o aumento da segurança viária.

ii. Monitoramento e otimização do transporte urbano:

Lazzaretti et al. (2019) discutem que o uso da IoT em cidades inteligentes permite o monitoramento constante do tráfego e dos sistemas de transporte público, possibilitando respostas mais rápidas e eficazes às variações de fluxo. Já Santos et al. (2016) apresentam aplicações práticas da IoT em ambientes urbanos, ressaltando que a conectividade entre dispositivos e plataformas em nuvem amplia a eficiência operacional e reduz custos em sistemas de mobilidade.

iii. Desafios e perspectivas da IoT em cidades inteligentes:

Komninos (2007) enfatiza que a consolidação de cidades inteligentes depende de uma infraestrutura tecnológica robusta e de políticas públicas integradas que incentivem o uso da IoT em larga escala. A PUC-RS (2023) complementa que a transformação digital urbana deve estar alinhada ao desenvolvimento social e ambiental, para que as tecnologias realmente impactem positivamente a qualidade de vida dos cidadãos. Hulse et al. (2019) também apontam desafios relevantes, como a segurança cibernética, os altos custos de implementação e a necessidade de padronização dos sistemas.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho analisou o papel da Internet das Coisas (IoT) na gestão do tráfego urbano no contexto das cidades inteligentes brasileiras. A fundamentação teórica evidenciou que as cidades inteligentes constituem um modelo de urbanização que busca integrar tecnologias digitais, governança participativa e sustentabilidade, enquanto a IoT surge como elemento essencial para conectar dispositivos e otimizar processos em tempo real.

A análise bibliográfica mostrou que aplicações de IoT em mobilidade urbana — como semáforos inteligentes, sensores de estacionamento, veículos autônomos e sistemas de transporte público conectado — já demonstram benefícios concretos, incluindo a redução de congestionamentos, a melhoria da eficiência no transporte público e a diminuição de impactos ambientais. Contudo, também foram identificados desafios relevantes, como o alto custo de implementação, a ausência de padronização tecnológica e a necessidade de políticas públicas integradas.

Como contribuição, este estudo reforça a importância de se ampliar a adoção de soluções baseadas em IoT no contexto urbano brasileiro, destacando a necessidade de infraestrutura tecnológica adequada, regulamentação clara e incentivo à inovação.

Espera-se que os resultados aqui apresentados não apenas contribuam para a literatura acadêmica sobre IoT e cidades inteligentes, mas também sirvam como subsídio para gestores públicos, planejadores urbanos e desenvolvedores de tecnologia, auxiliando na formulação de políticas e projetos que promovam uma mobilidade urbana mais eficiente, segura e sustentável.

Entre as limitações deste estudo, destaca-se o caráter exclusivamente bibliográfico, restrito a publicações em português e disponíveis no Google Acadêmico. Como trabalhos futuros, recomenda-se a realização de pesquisas empíricas e estudos de caso em cidades brasileiras, com coleta de dados quantitativos que permitam mensurar de forma mais objetiva os impactos das soluções de IoT na mobilidade urbana.

REFERÊNCIAS

COSTA, L. A.; SALVADOR, L. do N.. Ambiente de aprendizagem presencial e virtual integrados com a computação ubíqua: Um mapeamento sistemático da literatura. In: Memorias del XX Congresso Internacional de Informática Educativa, TISE. 2015. p. 211-220. Disponível em: <https://www.tise.cl/volumen11/TISE2015/211-220.pdf>. Acesso em 16 ago. 2025.

HULSE, E. O., CHIH, W. Y. Internet das coisas e suas aplicações na mobilidade urbana. [S. l.: s. n.], 2019. Disponível em: <https://www.wplex.com.br/artigos/2019-udesc-Internet%20das%20coisas%20na%20mobilidade%20urbana.pdf>. Acesso em: 18 nov. 2024.

KOMNINOS, N. Cidades inteligentes. *Sistemas de Inovação e Tecnologias da Informação ao serviço do Desenvolvimento das Cidades*, p. 5-9, 2007. Disponível em: <https://www.urenio.org/wp-content/uploads/2009/09/2007-Cidades-Inteligentes.pdf>. Acesso em: 20 nov. 2024.

LAZZARETTI, K., SEHNEM, S. & BENCKE, F. F., MACHADO, H. P. V. (2019). Cidades inteligentes: insights e contribuições das pesquisas brasileiras. *Urbe. Revista Brasileira de Gestão Urbana*, v. 11, p. e20190118, 2019. <https://doi.org/10.1590/2175-3369.011.001.e20190118>. Acesso em: 10 out. 2024.

OLIVEIRA, LFP de. Desenvolvimento de um sistema controlador de semáforos sem fio, com monitoramento e progressão semaforica em tempo real aplicado à cidades inteligentes. 2020. Tese de Doutorado. Dissertação (Mestrado em Engenharia Elétrica)- Departamento de Semicondutores Instrumentos e Fotônica, Universidade Estadual de Campinas, Campinas. Disponível em: <https://core.ac.uk/download/pdf/326803118.pdf>. Acesso em 10 abr. 2025

PUCRS. Cidades inteligentes: o que são e quais suas vantagens?. *PUCRS Online*, 27 jul. 2023. Disponível em: <https://online.pucrs.br/blog/cidades-inteligentes> Acesso em: 22 set. 2024.

SANTOS, B. P., SILVA, L. A., CELES, C. S. F. S., BORGES, J. B., NETO, B. S. P., VIEIRA, M. A. M., LOUREIRO, A. Internet das coisas: da teoria à prática. In: SIMPÓSIO BRASILEIRO DE REDES DE COMPUTADORES E SISTEMAS DISTRIBUÍDOS, 31., 2016, Porto Alegre. *Anais...* Porto Alegre: Sociedade Brasileira de Computação, 2016. p. 2. Disponível em: <https://homepages.dcc.ufmg.br/~mmvieira/cc/papers/internet-das-coisas.pdf>. Acesso em: 22 set. 2024.

PROGRAMAÇÃO DE ASSISTENTE VIRTUAL COM USO INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL NO PICTOBLOX

Ariel Jéfte da Silva Almeida

Bacharelado em Ciência da computação
Faculdade de Petrolina – FACAPE

Isaque Bispo Cunha dos Santos

Bacharelado em Ciência da computação
Faculdade de Petrolina – FACAPE

Rayssa Mel Nascimento de Carvalho

Bacharelada em Ciência da computação
Faculdade de Petrolina – FACAPE

Rayssa Rodrigues Sousa

Bacharelada em Ciência da computação
Faculdade de Petrolina – FACAPE

Sérgio Faustino Ribeiro

Professor orientador
Ciência da Computação
Faculdade de Petrolina – FACAPE

RESUMO: A tecnologia desempenha um papel fulcral no desenvolvimento da atual geração, uma vez que o mundo contemporâneo encontra-se em constante evolução e dependência de recursos digitais. No contexto educacional, essa realidade torna-se ainda mais evidente: muitos estudantes apresentam dificuldades para acompanhar o ritmo das aulas, organizar seus estudos e aprender de forma autônoma fora do ambiente escolar. Nesse cenário, a tecnologia surge não apenas como facilitadora do acesso à informação, mas também como promotora de autonomia, ao permitir que os estudantes explorem conteúdos no seu próprio ritmo, desenvolvam competências digitais e ampliem sua capacidade de resolução de problemas. Diante dessa perspectiva, o presente trabalho descreve o desenvolvimento de um assistente virtual construído na plataforma PictoBlox, utilizando programação em blocos como recurso pedagógico acessível e intuitivo. A iniciativa tem como objetivo atender às necessidades dos estudantes de maneira personalizada, alinhada ao currículo escolar e garantindo maior controle, segurança e confiabilidade no uso da ferramenta. Além disso, o projeto possibilita que os próprios

alunos interajam com a assistente, testem suas funcionalidades, avaliem sua usabilidade e apontem erros ou melhorias a serem implementadas nas próximas versões. A proposta consiste em criar uma ferramenta capaz de interagir por voz, permitindo que estudantes do ensino médio a utilizem como apoio ao aprendizado em diferentes disciplinas. Para viabilizar essa dinâmica foram integradas as extensões ChatGPT, Speech Recognition e Text-to-Speech do PictoBlox, que permitem, respectivamente, o reconhecimento da fala do usuário, o processamento das informações por uma IA generativa e a produção de respostas orais naturais e personalizadas, atuando o assistente como um mediador inteligente que dialoga, orienta e auxilia o estudante em suas demandas acadêmicas. A metodologia do projeto envolve o estudo aprofundado do PictoBlox e de suas extensões de inteligência artificial, a elaboração dos fluxos de interação, a construção da lógica de programação e a realização de testes contínuos para assegurar o pleno funcionamento da ferramenta, incluindo também a aplicação de uma aula prática com estudantes, na qual puderam compreender a lógica por trás dos comandos, experimentar diferentes estruturas de resposta e desenvolver habilidades relacionadas ao pensamento computacional, como raciocínio lógico, depuração e tomada de decisão. Além de contribuir diretamente para o processo de aprendizagem dos estudantes participantes, a iniciativa busca fomentar, entre os integrantes do projeto de extensão de robótica, a familiarização com tecnologias emergentes e com o uso educativo da IA generativa. A combinação entre programação lúdica, interação por voz e IA oferece um ambiente inovador para a aprendizagem, estimulando o protagonismo estudantil e fortalecendo competências digitais essenciais para o futuro, e o projeto encontra-se em fase de desenvolvimento, com foco na melhoria contínua da eficiência, robustez e usabilidade do assistente virtual.

Palavras-chave: Assistente Virtual. PictoBlox. Inteligência Artificial. Programação em blocos.

ABSTRACT: Technology plays a crucial role in the development of the current generation, as the contemporary world is in constant evolution and increasingly dependent on digital resources. In the educational context, this reality becomes even more evident: many students struggle to keep up with the pace of classes, organize their studies, and learn autonomously outside the school environment. In this scenario, technology emerges not only as a facilitator of access to information but also as a promoter of autonomy, allowing students to explore content at their own pace, develop digital skills, and enhance their problem-solving abilities. From this perspective, the present work describes the development of a virtual assistant built on the PictoBlox platform, using block-based programming as an accessible and intuitive pedagogical resource. The initiative aims to meet students' needs in a personalized manner, aligned

with the school curriculum and ensuring greater control, security, and reliability in the use of the tool. Furthermore, the project allows students to interact with the assistant, test its features, evaluate its usability, and identify errors or improvements to be implemented in future versions. The proposal consists of creating a tool capable of voice interaction, allowing high school students to use it as learning support across different subjects. To make this dynamic possible, the ChatGPT, Speech Recognition, and Text-to-Speech extensions of PictoBlox were integrated, enabling user speech recognition, generative AI processing, and the production of natural and personalized spoken responses, allowing the assistant to act as an intelligent mediator that communicates, guides, and assists students in their academic demands. The methodology of the project involves an in-depth study of PictoBlox and its artificial intelligence extensions, the development of interaction flows, the construction of programming logic, and continuous testing to ensure the full functioning of the tool, including a practical class in which students were able to understand the logic behind the commands, experiment with different response structures, and develop computational thinking skills such as logical reasoning, debugging, and decision-making. In addition to contributing directly to the learning process of the participating students, the initiative seeks to promote, among the members of the robotics extension project, familiarity with emerging technologies and the educational use of generative AI. The combination of playful programming, voice interaction, and AI provides an innovative learning environment, encouraging student protagonism and strengthening essential digital competencies for the future, and the project is currently under development, with a focus on the continuous improvement of the assistant's efficiency, robustness, and usability.

Keywords: Virtual Assistant. PictoBlox. Artificial Intelligence. Block-Based Programming.

1 INTRODUÇÃO

Observou-se, durante o desenvolvimento das atividades do projeto de extensão, que muitos alunos apresentam dificuldade em acompanhar o ritmo das aulas regulares e em manter uma rotina de estudos de forma autodidata. Para Freire (1996), a educação deve promover a autonomia e a participação ativa do estudante, criando espaços que favoreçam a construção do conhecimento. Esse cenário evidencia lacunas no processo de ensino-aprendizagem, especialmente no que se refere ao uso de tecnologias educacionais. Além disso, percebeu-se a importância de que os estudantes tenham

contato com a lógica de programação ainda na educação básica, uma vez que essa habilidade contribui para a resolução de problemas, para a criatividade e para o desenvolvimento da autonomia intelectual, conforme argumenta Papert (1980).

Nesse contexto, torna-se fundamental estimular os jovens a desenvolver interesse por recursos tecnológicos, sobretudo porque, no mundo contemporâneo, esse mercado encontra-se em constante expansão. De acordo com dados da ABES (2024) e da IDC (2024), o mercado brasileiro de TI registrou crescimento de 13,9% em 2024, superando a média global de 10,8%. Apesar da expansão, o setor sofre com a falta de profissionais qualificados, o que reforça a relevância de iniciativas educativas voltadas à formação tecnológica. Segundo estimativas da Brasscom (2021), o país poderia enfrentar um déficit de aproximadamente 530 mil profissionais de TI entre 2021 e 2025. Mesmo ao final de 2025, essa projeção permanece pertinente, uma vez que a falta de profissionais de TI segue sendo apontada como um desafio no Brasil.

Diante dessa necessidade, elaborou-se a proposta de criação de um assistente virtual utilizando as extensões oferecidas pela plataforma PictoBlox, ambiente educativo que permite a programação por blocos de maneira lúdica e acessível. O objetivo central dessa iniciativa é proporcionar aos alunos uma ferramenta interativa que facilite o aprendizado, estimule a curiosidade científica e auxilie no acompanhamento das atividades escolares. Assim, o projeto busca aproximar os estudantes do universo da computação de forma simples e envolvente, contribuindo para minimizar dificuldades prévias e fortalecendo competências digitais essenciais no contexto educacional atual.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

A integração de tecnologias digitais ao contexto educacional tem se tornado cada vez mais relevante diante das transformações sociais impulsionadas pela era da informação. Recursos tecnológicos, quando utilizados de forma pedagógica, ampliam as possibilidades de acesso ao conhecimento, favorecem o aprendizado autônomo e auxiliam estudantes a desenvolver competências essenciais. De acordo com Kenski (2012), o uso de tecnologias digitais promove mudanças nas práticas pedagógicas e

amplia as possibilidades de aprendizagem, evidenciando sua importância no ambiente escolar. Nesse cenário, a Inteligência Artificial (IA) vem ganhando destaque como ferramenta de apoio ao ensino, especialmente pela capacidade de personalizar experiências e fornecer respostas imediatas às demandas dos alunos. Estudos recentes apontam que o uso de assistentes virtuais e chatbots pode aumentar o engajamento e reduzir dificuldades de compreensão, desde que seu uso seja orientado pedagogicamente (Holmes et al., 2019).

A IA generativa é um tipo de inteligência artificial capaz de produzir textos, imagens, sons ou outros conteúdos a partir de padrões aprendidos em grandes volumes de dados. Nos últimos anos, essa tecnologia tem ganhado espaço no contexto educacional por sua capacidade de oferecer suporte imediato, adaptar materiais conforme as necessidades dos estudantes e ampliar o acesso a diferentes formas de expressão. Estudos indicam que ferramentas baseadas em IA generativa podem favorecer o aprendizado personalizado, auxiliando alunos a revisar conteúdos, receberem explicações adaptadas ao seu nível de compreensão e obterem feedback contínuo durante o processo de estudo (BAIDOO-ANU; ANSAH, 2023).

Além disso, pesquisas apontam que a IA generativa pode aumentar o engajamento dos estudantes, estimular a criatividade e contribuir para o desenvolvimento de habilidades de resolução de problemas. Em ambientes escolares, tutores virtuais e chatbots têm demonstrado potencial para apoiar atividades de escrita, leitura e compreensão, reduzindo dificuldades de aprendizagem (CHAN; HU, 2023). Relatórios internacionais também destacam que, quando utilizada de maneira ética e pedagogicamente orientada, a IA generativa pode promover experiências educacionais mais inclusivas, personalizadas e eficientes (UNESCO, 2024; OECD, 2025).

Ademais, o pensamento computacional constitui um dos pilares para a criação e compreensão de tecnologias voltadas ao ambiente educacional. De acordo com Wing (2006), essa competência envolve a capacidade de organizar ideias, formular problemas e estruturar estratégias de solução de maneira lógica, articulando etapas como identificação de padrões, abstração e construção de algoritmos. Pesquisas recentes apontam que alunos que têm contato sistemático com o pensamento computacional

apresentam maior facilidade para resolver desafios complexos, trabalhar de forma independente e aplicar conceitos de lógica em diferentes áreas do conhecimento (Bocconi et al., 2022). Nesse contexto, ambientes de programação baseados em blocos, como Scratch, Blockly e PictoBlox, desempenham papel importante, pois simplificam a introdução desses conceitos ao eliminar barreiras relacionadas à sintaxe textual e permitindo que iniciantes experimentem, criem projetos e compreendam estruturas lógicas de maneira mais visual e acessível.

Assim, ao integrar programação em blocos, inteligência artificial generativa e sistemas de reconhecimento de voz, o projeto se aproxima das principais tendências da educação digital contemporânea, que priorizam ambientes de aprendizagem mais interativos, acessíveis e centrados no estudante. Essa combinação de recursos tecnológicos possibilita diversificar as formas de interação dos alunos com os conteúdos e promover experiências mais dinâmicas, personalizadas e coerentes com as necessidades atuais dos processos educativos.

3 METODOLOGIA

A metodologia deste trabalho foi organizada a partir das atividades desenvolvidas no projeto de extensão em robótica educacional, que teve como objetivo introduzir estudantes do ensino médio à lógica de programação e ao uso de tecnologias digitais. Como o assistente virtual proposto ainda se encontra em fase de desenvolvimento, as ações metodológicas concentraram-se no estudo das ferramentas necessárias para sua construção e na aplicação de atividades práticas que permitiram aos estudantes compreenderem os princípios básicos que serão utilizados na versão final do sistema.

Inicialmente, os extensionistas participaram de aulas e treinamentos voltados ao uso do PictoBlox e de suas extensões de Inteligência Artificial, com o objetivo de prepará-los tecnicamente para atuar no projeto de robótica educacional. Nessas sessões, realizaram atividades de lógica e exercícios práticos na plataforma, que permitiram não apenas consolidar o conhecimento técnico necessário, mas também avaliar sua capacidade de planejar e conduzir atividades educativas, oferecendo suporte adequado

aos estudantes durante o desenvolvimento dos projetos. Essas experiências possibilitaram aos extensionistas compreender melhor os desafios enfrentados pelos alunos ao interagir com a programação em blocos e as ferramentas digitais, promovendo maior segurança e confiança na mediação das aulas.

Paralelamente, os extensionistas realizaram um processo de familiarização detalhado com as extensões do PictoBlox, incluindo ChatGPT, Speech Recognition e Text-to-Speech. Esse estudo envolveu a análise de suas funcionalidades, limitações técnicas e possibilidades de aplicação, com foco na futura integração dessas ferramentas ao assistente virtual. Embora a implementação completa das extensões ainda esteja em fase de desenvolvimento, o levantamento preliminar foi essencial para orientar o planejamento das atividades, permitindo identificar estratégias pedagógicas que facilitem a aprendizagem dos estudantes e potencializem a interação com a tecnologia.

Posteriormente, foram realizadas aulas práticas com os estudantes do ensino médio participantes do projeto de extensão. Nessas aulas, buscou-se explorar o PictoBlox como ambiente de aprendizagem, apresentando seus blocos de programação, sua interface e seu potencial para criação de projetos interativos. Os alunos foram orientados a desenvolver um jogo simples utilizando programação em blocos, atividade que teve como propósito introduzir conceitos fundamentais como sequências, eventos, condições e lógica computacional. Essa prática permitiu que os participantes experimentassem diretamente o processo de construção de algoritmos, favorecendo o desenvolvimento do raciocínio lógico e da autonomia na resolução de problemas.

A partir dessas atividades iniciais, foram coletadas observações sobre o desempenho dos estudantes, suas dificuldades, suas estratégias de solução e seu nível de familiaridade com a programação. Esses dados foram utilizados para orientar a continuidade do desenvolvimento do assistente virtual, uma vez que o objetivo principal do projeto é criar uma ferramenta que dialogue com as necessidades reais dos alunos, sendo acessível, intuitiva e alinhada ao contexto educacional.

Como o assistente virtual ainda está em fase de construção, as etapas metodológicas realizadas até o momento consistem na preparação técnica, no estudo do ambiente de desenvolvimento e na aplicação de atividades práticas que fundamentam a

proposta. As próximas fases incluem a implementação das extensões de IA no PictoBlox, a criação do fluxo de interação do assistente e testes preliminares, que serão conduzidos à medida que o projeto avançar.

4 RESULTADO E DISCUSSÃO

As atividades foram realizadas com estudantes do 1º ano do ensino médio da Escola de Aplicação Professora Vande Souza Ferreira e tiveram como objetivo introduzir conceitos iniciais de programação e, na sequência, aplicá-los diretamente no PictoBlox por meio da programação em blocos. A aula foi estruturada em dois momentos consecutivos: primeiro, uma explicação teórica sobre lógica computacional e princípios básicos de algoritmos; e, logo em seguida, a prática no PictoBlox, onde os alunos puderam visualizar e aplicar imediatamente os conceitos apresentados.

Durante a etapa teórica, os estudantes foram introduzidos às ideias de sequência de comandos, eventos, condições e interação entre elementos de um sistema digital. Essa explicação inicial buscou preparar os alunos para compreender como esses conceitos seriam representados pelos blocos do PictoBlox. Em seguida, o grupo passou à prática, desenvolvendo um jogo de corrida com obstáculos, no qual o personagem principal precisava atravessar o percurso sem encostar nos itens que bloqueavam o caminho. Os alunos foram orientados a criar o personagem, montar o cenário, programar os movimentos e estabelecer regras de colisão, além de personalizar elementos visuais conforme suas preferências.

Durante o desenvolvimento do jogo, foram observadas dificuldades típicas de iniciantes, especialmente considerando que muitos alunos tiveram contato com programação pela primeira vez. A dificuldade mais recorrente foi compreender a ordem lógica dos blocos e identificar a função correta de cada um deles, o que, em alguns casos, resultava em personagens que se moviam de forma inesperada ou que atravessavam obstáculos sem ativar as condições programadas. Outra dificuldade percebida foi a tendência de confundir os blocos de movimento com os blocos de eventos, o que levava

alguns estudantes a criarem comandos sem uma ativação inicial, impedindo o funcionamento do jogo.

Apesar desses desafios iniciais, ao final da aula muitos estudantes já demonstravam familiaridade com comandos básicos de movimento, eventos e controle. Alguns alunos conseguiram identificar e corrigir erros por conta própria, mostrando autonomia crescente no processo de depuração. A organização visual dos blocos também melhorou conforme avançavam na atividade, indicando maior compreensão da lógica de montagem do programa.

A receptividade dos alunos foi bastante positiva. Grande parte demonstrou interesse e entusiasmo em desenvolver o próprio jogo, relatando que a programação em blocos tornou o aprendizado mais acessível e menos intimidante. O caráter visual e interativo do PictoBlox contribuiu para manter o engajamento da turma, permitindo que mesmo aqueles com pouca afinidade com tecnologia participassem ativamente da atividade. Além disso, o ambiente lúdico favoreceu a criatividade dos estudantes, que se envolveram na criação de personagens, escolhas estéticas e variações no design do jogo.

Entretanto, algumas limitações foram identificadas. O tempo reduzido de aula limitou a complexidade do projeto que poderia ser explorada, impedindo a introdução de recursos mais avançados do PictoBlox. A heterogeneidade no ritmo de aprendizagem também exigiu mediação constante, pois alguns alunos avançaram rapidamente enquanto outros necessitavam de mais acompanhamento. Além disso, como o assistente virtual do projeto ainda está em desenvolvimento, não foi possível integrar ou demonstrar, nesta etapa, as extensões de Inteligência Artificial previstas para a versão final da ferramenta.

Mesmo com tais limitações, os resultados obtidos demonstram que o PictoBlox possui grande potencial pedagógico para a introdução de lógica de programação no ensino médio. A atividade contribuiu para o desenvolvimento de habilidades de raciocínio lógico, resolução de problemas e criatividade, além de aproximar os alunos de práticas tecnológicas fundamentais para a formação digital contemporânea.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O desenvolvimento deste projeto evidenciou a relevância de iniciativas que aproximam os estudantes do universo da computação por meio de ambientes intuitivos e acessíveis. A experiência permitiu compreender, na prática, como ferramentas visuais como o PictoBlox favorecem a introdução de conceitos tecnológicos no ensino básico.

Além de oferecer aos participantes um primeiro contato estruturado com a lógica de programação, o projeto possibilitou reflexões importantes sobre a integração de tecnologias digitais no contexto escolar. A participação ativa dos extensionistas e dos alunos mostrou que recursos desse tipo podem contribuir para tornar o aprendizado mais significativo, estimulando a curiosidade, a autonomia e a familiaridade com linguagens computacionais que hoje são essenciais no cenário educacional contemporâneo.

Embora o assistente virtual ainda esteja em fase de construção, o percurso já concluído fortalece as bases para as próximas etapas. O aprofundamento no uso das extensões de Inteligência Artificial e a criação de um fluxo de interação consistente representam oportunidades de ampliar o potencial pedagógico da proposta e de desenvolver uma ferramenta capaz de apoiar estudantes de forma mais personalizada.

Assim, este trabalho destaca não apenas os avanços já alcançados, mas também o potencial de expansão da iniciativa, indicando caminhos para sua continuidade em novas turmas, escolas e versões futuras da ferramenta. O projeto reafirma, portanto, a importância de integrar programação e tecnologias emergentes ao ambiente escolar, contribuindo para uma formação mais crítica, criativa e alinhada às demandas atuais.

REFERÊNCIAS

- ABES – Associação Brasileira das Empresas de Software. **Estudo Mercado Brasileiro de Software – Panorama e Tendências 2025**. 2025.
- BAIDOO-ANU, David; ANSAH, Lamini O. Artificial intelligence in education: a review of generative AI tools and their implications for teaching and learning. **Education and Information Technologies**, v. 28, p. 11345–11367, 2023.
- BOCCONI, Stefania et al. **Reviewing computational thinking in compulsory education: state of play and practices from the field**. Luxembourg: Publications Office of the European Union, 2022.
- Brasscom. **Demanda de talentos em TIC e estratégia STCEM**. 2021.
- CHAN, Chun Lok; HU, Xiao. Generative AI-powered chatbots in education: opportunities, challenges, and ethical considerations. **Journal of Computer Assisted Learning**, v. 39, n. 5, p. 1243–1261, 2023.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.
- HOLMES, Wayne; BIALIK, Maya; FADAI, Charles. **Artificial intelligence in education: promises and implications for teaching and learning**. Boston: Center for Curriculum Redesign, 2019.
- KENSKI, Vani Moreira. **Tecnologias e ensino presencial e a distância**. 8. ed. Campinas: Papirus, 2012.
- OECD. **Artificial intelligence in education: policy perspectives for 2025**. 2025.
- PAPERT, Seymour. **Mindstorms: children, computers, and powerful ideas**. New York: Basic Books, 1980.
- UNESCO. **Generative AI and the future of education: global guidance for teaching and learning**. 2024.

WING, Jeannette M. Computational thinking. **Communications of the ACM**, v. 49, n. 3, p. 33–35, 2006.

ANEXOS

Foto 1: Apresentação introdutória de programação realizada durante o projeto de extensão em robótica.



Fonte: Acervo do projeto de extensão.

Foto 2: Estudante realizando a personalização do cenário durante o desenvolvimento do jogo em blocos.



Fonte: Acervo do projeto de extensão.

Foto 3: Integrante do projeto auxiliando uma aluna durante a atividade prática.



Fonte: Acervo do projeto de extensão.

SISTEMA DE RECONHECIMENTO DE GESTOS UTILIZANDO VISÃO COMPUTACIONAL PARA CONTROLE DE FUNÇÕES DO COMPUTADOR

Fabio Seijii Ura

Bacharelando em Ciência da Computação
Faculdade de Petrolina – FACAPE

Jackson de Queiroz Morato

Bacharelando em Ciência da Computação
Faculdade de Petrolina – FACAPE

Wanderson Wilkerson Felix da Silva

Bacharelando em Ciência da Computação
Faculdade de Petrolina – FACAPE

Dinani Gomes Amorim

Faculdade de Petrolina – FACAPE
(Profa. Dra. em Computação)

RESUMO: A interação entre humanos e computadores evolui continuamente, buscando interfaces mais naturais e intuitivas que superem as limitações dos dispositivos tradicionais (teclado, mouse). Nesse contexto, propõe-se o desenvolvimento de um sistema de reconhecimento de gestos manuais para controle de funções do computador, como volume, brilho e rolagem, com vistas a tornar a interação mais prática e inclusiva. A abordagem emprega visão computacional por meio das bibliotecas OpenCV e MediaPipe em Python, aproveitando o rastreamento de marcos da mão (“hand landmarks”) para detecção de gestos em tempo real, técnica descrita na literatura como base para interfaces naturais de usuário (NUIs) (Gautam, 2024). A metodologia adotada é de caráter experimental: o sistema captura imagens via webcam, aplica processamento em OpenCV/MediaPipe e associa gestos pré-definidos (por exemplo: afastar e juntar polegar e indicador para aumentar volume; punho fechado para execução de outro comando) a ações do computador. Foram realizados testes preliminares sob diferentes condições de iluminação e distâncias, com funcionamento parcial e identificação de gestos básicos ainda com limitações de precisão. Os resultados iniciais indicam que o reconhecimento é viável, alinhando-se a trabalhos que mostram aplicação eficaz de gestos para controle do cursor e volume usando OpenCV/MediaPipe (Bhat & Panchami,

2024). Nas etapas futuras, pretende-se ampliar o conjunto de gestos, melhorar a robustez do sistema em tempo real e avaliar a usabilidade com usuários finais, especialmente em contexto de acessibilidade, campo onde o reconhecimento de gestos tem papel crescente (YADAV et al., 2023).

Palavras-chave: Visão computacional. Reconhecimento de gestos. Interação humano-computador. Acessibilidade.

ABSTRACT: Interaction between humans and computers is continuously evolving, aiming at more natural and intuitive interfaces that overcome the limitations of traditional input devices such as keyboard and mouse. In this context, this paper proposes the development of a hand-gesture recognition system to control computer functions, such as volume, brightness and scrolling, intended to provide a more practical and inclusive interaction. The approach uses computer vision through the libraries OpenCV and MediaPipe in Python, leveraging hand landmark tracking for real-time gesture recognition, an approach described in the literature as foundational for natural user interfaces (NUIs) (Gautam, 2024). The methodology is experimental: the system captures webcam images, processes them via OpenCV/MediaPipe and maps predefined gestures (e.g., spreading and pinching thumb/index to increase volume; closed fist for another command) to computer actions. Preliminary tests were conducted under varying lighting and distance conditions, with partial functioning and recognition of basic gestures, still with inaccuracies and precision limitations. The initial results suggest that gesture recognition is feasible, aligning with previous work demonstrating effective gesture-based control of cursor and volume using OpenCV/MediaPipe (Bhat & Panchami, 2024). Future stages aim to expand the gesture set, improve real-time robustness and evaluate usability with end users, particularly in the accessibility domain, wherein gesture recognition has a growing role (YADAV et al., 2023).

Keywords: Computer vision. Gesture recognition. Human-computer interaction. Accessibility.

1 INTRODUÇÃO

A interação entre humanos e computadores (IHC) tem evoluído de maneira expressiva nas últimas décadas, buscando formas mais naturais, intuitivas e acessíveis de comunicação entre usuários e máquinas. Tradicionalmente, a entrada de dados se dá por meio de periféricos físicos como teclado e mouse, cuja utilização exige coordenação

motora e destreza que nem sempre estão ao alcance de todos os usuários, especialmente pessoas com limitações físicas (NIELSEN, 2012).

Com o avanço da visão computacional, tornou-se possível desenvolver sistemas capazes de interpretar movimentos corporais e gestos humanos como comandos digitais. Segundo Szeliski (2010), a visão computacional consiste em permitir que máquinas compreendam e processem informações visuais de forma semelhante ao olho humano, aplicando algoritmos matemáticos para reconhecimento de padrões e objetos.

O presente trabalho propõe o desenvolvimento de um **sistema de reconhecimento de gestos utilizando Python, OpenCV e MediaPipe**, capaz de controlar funções básicas do computador, como **ajuste de volume, brilho e rolagem de tela**, por meio de gestos manuais. O objetivo é contribuir para a pesquisa em **interfaces naturais de usuário (NUI) e acessibilidade digital**, ampliando as possibilidades de interação homem-máquina.

2 CONTEXTUALIZAÇÃO DO PROBLEMA

Nas últimas décadas, o avanço da visão computacional ampliou significativamente a capacidade de computadores interpretarem ações humanas de maneira natural e não intrusiva. Entre essas ações, os gestos manuais ganharam destaque como forma alternativa e intuitiva de interação com sistemas digitais. Esse interesse cresce especialmente à medida que dispositivos sem contato, como câmeras RGB e sensores de profundidade, tornam-se mais acessíveis e precisos (Wachs et al., 2011).

Apesar dos progressos, muitos sistemas de interação ainda dependem de periféricos tradicionais, como teclado e mouse, que podem limitar usuários com restrições motoras, reduzir a fluidez das ações ou exigir superfícies físicas adequadas. Assim, a criação de sistemas capazes de interpretar gestos humanos em tempo real se apresenta como uma solução promissora tanto para acessibilidade quanto para experiências mais naturais de interação homem-máquina.

Nesse cenário, a aplicação de reconhecimento de gestos utilizando visão computacional para controle de funções do computador surge como uma alternativa

tecnológica relevante, abordando necessidades que vão desde eficiência operacional até inclusão digital.

3 PROBLEMA DE PESQUISA

A partir desse contexto, surge a seguinte questão central de investigação: **Como desenvolver um sistema de reconhecimento de gestos, baseado exclusivamente em visão computacional, capaz de controlar funções do computador de forma eficiente, precisa e em tempo real?**

4 JUSTIFICATIVA

A justificativa para este estudo fundamenta-se em três pilares principais:

Primeiro, há uma crescente demanda por interfaces naturais (NUI, Natural User Interfaces), que buscam reduzir a dependência de dispositivos físicos tradicionais e oferecer novas experiências de usabilidade. Pesquisas indicam que interações gestuais podem aumentar a imersão e diminuir barreiras tecnológicas (Mitra & Acharya, 2007).

Segundo, há um impacto significativo na área de acessibilidade. Usuários com limitações motoras ou com menor familiaridade com dispositivos convencionais podem se beneficiar de sistemas baseados em visão computacional, que dispensam contato físico e permitem interações mais diretas.

Por fim, o avanço das técnicas de aprendizado profundo, especialmente o uso de redes neurais convolucionais (CNNs), tornou viável a implementação de sistemas robustos capazes de identificar gestos mesmo em ambientes com variações de iluminação, ruídos visuais e diferentes usuários (Goodfellow et al., 2016).

Dessa forma, o desenvolvimento de um sistema desse tipo apresenta relevância acadêmica, tecnológica e social.

5 OBJETIVO GERAL E ESPECÍFICOS

5.1 OBJETIVO GERAL

Desenvolver um sistema de reconhecimento de gestos utilizando visão computacional para permitir o controle de funções do computador de forma intuitiva e sem contato.

5.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Identificar um conjunto robusto de gestos que possam ser reconhecidos de maneira consistente.
- Implementar algoritmos de detecção e segmentação de mãos utilizando técnicas de visão computacional.
- Desenvolver ou adaptar modelos de classificação capazes de distinguir com precisão diferentes gestos.
- Integrar o sistema gestual às funções do computador, permitindo ações como clique, rolagem ou alternância de janelas.
- Avaliar o desempenho do sistema em diferentes cenários, considerando latência, taxa de acerto e usabilidade.

6 DELIMITAÇÃO DO ESTUDO

Este estudo se concentra exclusivamente no reconhecimento de gestos manuais utilizando câmeras convencionais, sem o uso de sensores de profundidade como o Kinect ou o Intel RealSense.

Além disso:

- O foco é a execução de funções básicas do computador, não ações complexas de multitarefa.
- O sistema será testado em ambientes controlados, com iluminação moderadamente estável.
- O conjunto de gestos será limitado a um repertório reduzido, visando estabilidade e consistência na classificação.

7 REFERENCIAL TEÓRICO

7.1 VISÃO COMPUTACIONAL

A visão computacional é um campo da inteligência artificial que busca replicar a capacidade humana de interpretar informações visuais. Segundo Szeliski (2010), ela “permite às máquinas analisar e compreender imagens e vídeos, reconhecendo padrões, objetos e movimentos”. Essa área envolve etapas como aquisição de imagem, pré-processamento, segmentação e extração de características.

Com o avanço das bibliotecas open-source, o uso da visão computacional tornou-se mais acessível. O OpenCV (Open Source Computer Vision Library) é uma das ferramentas mais populares, oferecendo funções para detecção de bordas, rastreamento de objetos e reconhecimento facial (BRADSKI; KAEHLER, 2008). Em complemento, o MediaPipe, desenvolvido pela Google, fornece modelos otimizados de machine learning para detecção de mãos, rostos e poses humanas em tempo real (Google, 2025).

7.2 RECONHECIMENTO DE GESTOS

O reconhecimento de gestos é uma técnica de interpretação de sinais corporais, especialmente das mãos, com o objetivo de controlar sistemas computacionais. Segundo Mitra e Acharya (2007), os gestos são “formas não verbais de comunicação capazes de expressar intenções humanas de maneira intuitiva”. Essa abordagem é amplamente explorada em sistemas de realidade aumentada, robótica e jogos digitais.

Modelos de rastreamento de mãos, como MediaPipe Hands, detectam até 21 pontos de referência por mão, permitindo reconhecer gestos com alta precisão (ZHANG et al., 2022). O controle de volume, por exemplo, pode ser obtido medindo a distância entre o polegar e o indicador, enquanto gestos de punho fechado ou aberto podem representar comando binários (LIEW; TENG, 2023).

7.3 INTERAÇÃO HUMANO-COMPUTADOR

A área de Interação Humano-Computador (IHC) visa projetar tecnologias que facilitem a comunicação entre pessoas e sistemas computacionais (PREECE et al., 2015). Nesse contexto, o reconhecimento de gestos surge como uma alternativa promissora para usuários com limitações motoras, oferecendo uma forma de controle sem contato físico (YADAV et al., 2023).

Além disso, o uso de interfaces gestuais pode contribuir para o design universal, conceito que busca garantir o acesso de todas as pessoas, independente de suas condições físicas ou cognitivas (NORMAN, 2013). Assim, este trabalho também se insere no campo da acessibilidade tecnológica, promovendo inclusão e autonomia.

8 METODOLOGIA

A pesquisa apresenta caráter experimental e exploratório, voltado à criação de um protótipo funcional. O desenvolvimento foi realizado em Python 3.10, utilizando as bibliotecas OpenCV e MediaPipe para o processamento de imagem e reconhecimento de gestos.

O sistema segue o fluxo básico ilustrado a seguir:

1. **Captura de imagem:** a webcam coleta os frames em tempo real.
2. **Deteção da mão:** o MediaPipe Hands localiza e rastreia a mão do usuário, identificando 21 pontos-chave.
3. **Cálculo geométrico:** são aplicadas medidas entre os pontos (por exemplo, polegar e indicador).
4. **Execução de comandos:** a variação dessas distâncias é interpretada como ações, aumentar volume, rolar tela etc.

O sistema foi testado em diferentes condições de iluminação e distâncias, com uma câmera de 720p a 30 fps. As métricas analisadas foram **tempo de resposta, precisão na deteção e estabilidade dos gestos**. Por ser um protótipo, não houve ainda avaliação com usuários finais.

9 ESTRUTURA DO ARTIGO

Este artigo está estruturado da seguinte forma: após a contextualização inicial, apresenta-se o problema de pesquisa, justificativa, objetivos e delimitações. Em seguida, desenvolve-se o referencial teórico, destacando conceitos fundamentais relacionados à visão computacional, reconhecimento de gestos e aprendizado profundo. Posteriormente, descreve-se a metodologia detalhada e, por fim, apresentam-se os resultados, discussões e considerações finais.

10 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os testes preliminares demonstraram que o sistema é capaz de detectar a presença da mão e identificar gestos simples, como o movimento de afastar e aproximar o polegar e o indicador. Esse gesto foi mapeado para ajuste de volume, apresentando precisão satisfatória em condições controladas.

Entretanto, verificaram-se falhas quando a iluminação variava ou quando a mão se movimentava rapidamente, o que gerava perda momentânea do rastreamento. Tais problemas também são relatados em estudos semelhantes (BHAT; PANCHAMI, 2024), que destacam a importância do tratamento de ruído e calibração da câmera.

O desempenho parcial confirma a viabilidade da abordagem, mas indica a necessidade de otimização em tempo real e filtragem de gestos falsos. Como apontam Khandoker e Hasan (2021), o uso de filtros de suavização e modelos baseados em aprendizado profundo pode melhorar a robustez do reconhecimento gestual em ambientes dinâmicos.

Do ponto de vista da acessibilidade, o sistema demonstra potencial para auxiliar pessoas com mobilidade reduzida. Segundo o World Health Organization (2023), mais de 1 bilhão de pessoas no mundo vivem com algum tipo de deficiência, o que reforça a relevância de pesquisas que buscam inclusão digital através de interfaces alternativas.

11 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo apresentou o desenvolvimento inicial de um sistema de reconhecimento de gestos baseado em visão computacional, utilizando OpenCV e MediaPipe em Python. O protótipo conseguiu detectar a mão e identificar gestos básicos para controle de funções simples do computador, como o aumento de volume.

Embora ainda apresente limitações quanto à estabilidade e sensibilidade a variações de luz, os resultados iniciais demonstram a viabilidade da aplicação. O projeto reforça a importância da visão computacional como ferramenta para interação natural e acessibilidade tecnológica, contribuindo para o avanço da IHC e inclusão digital.

Como trabalhos futuros, pretende-se:

- expandir o conjunto de gestos reconhecidos;
- aprimorar o desempenho em tempo real;
- integrar o sistema a dispositivos móveis e plataformas assistivas;
- realizar testes com usuários em condições reais de uso.

REFERÊNCIAS

- BHAT, V.; PANCHAMI, B. **Hand Gesture Recognition Using OpenCV and MediaPipe.** *IRE Journals*, 2024. Disponível em: <https://www.irejournals.com/formatedpaper/1706805.pdf>. Acesso em: 23/10/2025
- BRADSKI, G.; KAEHLER, A. **Learning OpenCV: Computer Vision with the OpenCV Library.** O'Reilly Media, 2008.
- GAUTAM, A. **Hand Recognition Using OpenCV.** *Medium*, 2024. Disponível em: <https://gautamaditee.medium.com/hand-recognition-using-opencv-a7b109941c88>. Acesso em: 23/10/2025
- GOODFELLOW, I.; BENGIO, Y.; COURVILLE, A. **Deep Learning.** MIT Press, 2016.
- GOOGLE. **MediaPipe Documentation.** Disponível em: <https://developers.google.com/mediapipe>. Acesso em: 23/10/2025
- KHANDOKER, A.; HASAN, M. **Real-Time Hand Gesture Recognition using CNN and OpenCV.** *IEEE Access*, 2021.
- YADAV, S.; JAIN, S. **Gesture Recognition for Human-Computer Interaction using Deep Learning.** *arXiv preprint*, 2023. Disponível em: <https://ieeexplore.ieee.org/document/10522212>. Acesso em: 23/10/2025
- MITRA, S.; ACHARYA, T. **Gesture Recognition: A Survey.** *IEEE Transactions on Systems, Man, and Cybernetics*, v. 37, n. 3, p. 311-324, 2007.
- NIELSEN, J. **Usability Engineering.** Morgan Kaufmann, 2012.
- NORMAN, D. A. **The Design of Everyday Things.** Basic Books, 2013.
- OPENCV. Open Source Computer Vision Library. Disponível em: <https://opencv.org/>. Acesso em: 23/10/2025
- PREECE, J.; ROGERS, Y.; SHARP, H. **Interaction Design: Beyond Human-Computer Interaction.** 4 ed. Wiley, 2015.

SZELISKI, R. **Computer Vision: Algorithms and Applications**. Springer, 2010.

WACHS, J. P.; KÖLSCH, M.; STERN, H.; EDAN, Y. **Vision-based Hand-Gesture Applications**. *Communications of the ACM*, v. 54, n. 2, p. 60–71, 2011.

WORLD HEALTH ORGANIZATION. **Disability and health**. 2023. Disponível em: <https://www.who.int/news-room/fact-sheets/detail/disability-and-health>. Acesso em: 23/10/2025

SISTEMAS DE RECOMENDAÇÃO: COMPARAÇÃO ENTRE DIFERENTES MÉTODOS A FIM DE APRIMORAR A EXPERIÊNCIA DO USUÁRIO

Rafael Gonçalves de Souza

Bacharelando em Ciência da Computação

Faculdade de Petrolina – FACAPE

Ricardo José Rocha Amorim

Doutor em Ciência da Computação

Faculdade de Petrolina – FACAPE

RESUMO: Os sistemas de recomendação têm se tornado uma peça-chave na personalização da experiência do usuário em diversas plataformas digitais. Com o avanço da tecnologia e o crescimento exponencial da quantidade de informações disponíveis - um fenômeno conhecido como sobrecarga de informação (ou information overload) - surge a necessidade de mecanismos que auxiliem na filtragem e seleção de conteúdos relevantes para cada indivíduo. O impacto desses sistemas é totalmente interligado à satisfação e retenção dos usuários, tornando-se praticamente uma estratégia de negócio obrigatória para o sucesso no ambiente digital. Apesar dos avanços na área, a escolha do método adequado para recomendação ainda é um desafio. Existem diferentes abordagens, como a filtragem colaborativa (FC), a filtragem baseada em conteúdo (FBC) e os modelos híbridos. Cada um desses métodos possui vantagens e limitações. Assim, o projeto busca comparar essas diferentes ferramentas a fim de avaliar suas viabilidades e impactos no sentido de acurácia preditiva. O objetivo é contribuir para a área da Ciência da Computação fornecendo uma análise das abordagens existentes, identificando as mais adequadas para diferentes contextos de aplicação.

Palavras-chave: sistemas de recomendação. filtragem colaborativa. baseada em conteúdo. sistemas híbridos. métricas de avaliação.

ABSTRACT: Recommender systems have become an essential tool for personalizing the user experience across a wide range of digital platforms. Technological advancements and the exponential growth of available information—a phenomenon known as information overload—have created a need for mechanisms that assist in filtering and selecting relevant content for each individual. The impact of these systems is directly linked to user satisfaction and retention, making them a vital business strategy for success in the digital environment. Despite advances in this field, selecting the

appropriate recommendation method remains a challenge. Different approaches include collaborative filtering (CF), content-based filtering (CB), and hybrid models. Each of these methods has its own advantages and limitations. Thus, this project seeks to compare these different methods to evaluate their viability and impact in terms of predictive accuracy. The objective is to contribute to the field of Computer Science by providing an analysis of existing approaches, identifying the most appropriate ones for different application contexts.

Keywords: recommender systems. collaborative filtering. content-based filtering. hybrid systems. evaluation metrics.

1 INTRODUÇÃO

Atualmente, os sistemas de recomendação são comuns e extremamente importantes. Eles servem como a principal interface entre usuários e os vastos catálogos de conteúdo em serviços de streaming, e-commerce e redes sociais. A capacidade de sugerir itens relevantes é um pilar fundamental na estratégia de negócio das empresas deste ramo, de maneira a garantir o engajamento e a retenção de usuários. Essas ferramentas são o principal mecanismo algorítmico para combater o fenômeno da “sobrecarga de informação” (information overload), auxiliando os indivíduos a filtrar e encontrar o conteúdo relevante (AGGARWAL, 2016).

A eficácia desses sistemas depende da abordagem algorítmica utilizada. A literatura aponta três principais paradigmas: a filtragem colaborativa, que recomenda com base da opinião de outras pessoas com gostos parecidos (SARWAR et al., 2001); a filtragem baseada em conteúdo, que foca nas características dos próprios itens, como o gênero de um filme ou o autor de um livro (LOPS; GEMMIS; SEMERARO, 2011); e os modelos híbridos, que congregam as duas técnicas para tentar obter um resultado melhor (BURKE, 2002).

A escolha de qual método utilizar não é simples, visto que cada um tem seus pontos negativos a depender do caso. A filtragem colaborativa, por exemplo, funciona muito bem quando já existe um grande volume de dados, porém falha com usuários ou itens novos, pois não há dados sobre eles. Esse é o famoso problema de cold start (RICC

et al., 2011). Em contrapartida, a filtragem baseada em conteúdo não sofre com itens novos (pode recomendar um filme novo se souber os gêneros envolvidos), porém tende a recomendar coisas sempre parecidas, o que dificulta a descoberta de novidades para os usuários (AGGARWAL, 2016).

Analisando esses desafios, este artigo propõe um teste prática para comparar a precisão (acurácia) desses diferentes métodos. O objetivo é contribuir para a área da Ciência da Computação, mostrando na prática o desempenho de cada um. Ao explicar as vantagens e desvantagens reais de cada modelo, o estudo busca ajudar desenvolvedores e pesquisadores a decidir qual o melhor tipo de sistema de recomendação para utilizar em seus projetos, de acordo com as necessidades envolvidas.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Os Sistemas de Recomendação (SR) são ferramentas computacionais que têm como objetivo auxiliar os usuários na seleção de itens em ambientes com grande volume de informações, como plataformas de e-commerce, serviços de streaming e redes sociais (AGGARWAL, 2016). A literatura científica classifica esses sistemas em três abordagens principais (RICCI et al., 2011) filtragem colaborativa, filtragem baseada em conteúdo e modelos híbridos.

A Filtragem Colaborativa é baseada no comportamento e nas preferências de múltiplos usuários. A premissa central é que, se usuários tiveram preferências similares no passado (ex: deram notas altas para os mesmos filmes), eles provavelmente terão preferências similares no futuro (SARWAR et al., 2001). Apesar de sua eficácia em capturar a "sabedoria da multidão", a FC sofre de duas limitações notórias, a esparsidade em que em muitos sistemas reais, o número de avaliações é pequeno em relação ao número total de combinações usuário-item, dificultando a localização de "vizinhos" com gostos em comum, bem como o cold start (partida a frio) em que o sistema não consegue gerar recomendações para usuários novos (não há histórico) ou para itens novos (não há avaliações).

A Filtragem Baseada em Conteúdo utiliza as características (atributos) dos itens para realizar recomendações. O sistema aprende um perfil do usuário com base nos atributos dos itens que ele avaliou positivamente no passado e sugere novos itens que compartilhem atributos semelhantes (LOPS; GEMMIS; SEMERARO, 2011). Por exemplo, se um usuário consome filmes do gênero "Ficção Científica", o sistema recomendaria outros filmes do mesmo gênero. A principal vantagem do FBC é sua capacidade de recomendar itens novos (resolvendo o cold start de item) e sua independência de outros usuários. Sua principal desvantagem é a superespecialização, onde o sistema tende a recomendar apenas itens muito similares aos já consumidos, limitando a diversidade e a descoberta de novos interesses (AGGARWAL, 2016).

Os Sistemas Híbridos combinam duas ou mais abordagens de recomendação, buscando compensar as limitações de cada método isoladamente (BURKE, 2002). Uma estratégia híbrida pode, por exemplo, usar a FBC para recomendar itens novos (mitigando o cold start da FC) e a FC para itens já estabelecidos (aumentando a precisão).

Para comparar a performance dos algoritmos, é essencial o uso de métricas de avaliação preditiva. As métricas mais comuns na literatura para avaliar a acurácia de um sistema em prever notas são o RMSE (Root Mean Square Error) e o MAE (Mean Absolute Error) (GUNAWARDANA; SHANI, 2015). O RMSE é particularmente sensível a erros grandes, pois eleva as diferenças ao quadrado antes de calcular a média. Em ambos os casos, valores menores indicam um erro menor e, portanto, um modelo mais preciso.

3 METODOLOGIA

Este estudo foi conduzido como uma pesquisa quantitativa, baseada em experimentação computacional. O objetivo foi comparar a acurácia preditiva de três arquiteturas de recomendação distintas (Filtragem Colaborativa, Filtragem Baseada em Conteúdo e Híbrida) quando aplicadas a um mesmo conjunto de dados.

Todo o processamento e análise foram realizados no ambiente da linguagem Python, com o apoio de um conjunto de bibliotecas centrais da comunidade de Ciência de Dados:

- Biblioteca Pandas: Utilizada para a inserção, limpeza e manipulação estrutural dos dados (DataFrames).
- Biblioteca Scikit-learn: Essencial para a etapa de pré-processamento do modelo de conteúdo, especificamente para a vetorização de texto (TF-IDF) e cálculo de similaridade.
- Biblioteca Surprise: Uma biblioteca especializada em Sistemas de Recomendação, utilizada para a implementação, treinamento e avaliação robusta do modelo de filtragem colaborativa.

O fluxo metodológico foi dividido nas seguintes etapas:

- Conjunto de Dados (Dataset)

O conjunto de dados selecionado para o experimento foi o MovieLens 1M (ML-1M). Este é um benchmark (ponto de referência) clássico e amplamente utilizado na literatura de SR, o que permite uma maior comparabilidade dos resultados obtidos.

O ML-1M é composto por 1.000.209 avaliações, em escala inteira de 1 a 5, atribuídas por 6.040 usuários a 3.883 filmes. Além das avaliações, o conjunto fornece metadados essenciais, incluindo os gêneros dos filmes (ex: Action|Adventure|Sci-Fi), que serviram como a base de atributos para a implementação do modelo de conteúdo.

- Protocolo de Avaliação e Métricas

Para avaliar a acurácia preditiva dos modelos, foram selecionadas as duas métricas de erro mais comuns na literatura:

MAE (Mean Absolute Error): Mede a média simples do valor absoluto dos erros, sendo de fácil interpretação.

RMSE (Root Mean Square Error): Foi a métrica primária de avaliação. Ao elevar os erros ao quadrado antes de calcular a média, o RMSE penaliza erros maiores de forma mais significativa, sendo mais sensível a previsões muito distantes do valor real.

Para garantir a robustez estatística e evitar o overfitting (quando o modelo "decora" os dados de treino), foi empregado o protocolo de Validação Cruzada (k-fold cross-validation), com $k=5$. Neste método, o conjunto de dados é dividido aleatoriamente em 5 subconjuntos (folds). O experimento é executado 5 vezes; a cada iteração, 4 folds são

usados para treino e 1 fold é reservado para teste. O resultado final de RMSE e MAE reportado neste artigo é a média aritmética dos 5 testes.

- Implementação dos Modelos

Foram configurados e avaliados três modelos distintos:

Filtragem Colaborativa (FC)

Foi implementado o algoritmo Item-based KNNWithMeans, disponível na biblioteca Surprise. Este modelo é uma variação do KNN (K-Vizinhos Mais Próximos) que normaliza as predições usando a média de notas do usuário e do item, o que ajuda a ponderar com pesos menores os usuários que são muito constantes em suas avaliações (ex: usuários que sempre dão notas altas). A métrica de similaridade utilizada para encontrar itens "vizinhos" foi a Similaridade de Cosseno.

Filtragem Baseada em Conteúdo (FBC)

O modelo FBC foi construído utilizando os gêneros dos filmes como os únicos atributos de conteúdo. O processo seguiu duas etapas principais:

Vetorização de Conteúdo: Os gêneros (ex: Action|Sci-Fi) foram processados e transformados em vetores numéricos de características usando a técnica de Processamento de Linguagem Natural TF-IDF (Term Frequency-Inverse Document Frequency). O TF-IDF pondera a importância de cada gênero, dando mais peso a gêneros raros (ex: "Film-Noir") e menos peso a gêneros muito comuns (ex: "Drama").

Predição: A partir da matriz TF-IDF, foi gerada uma matriz de similaridade item-item usando a Similaridade de Cosseno. A predição da nota de um usuário para um filme foi calculada como a média ponderada das notas de treino daquele usuário, onde os pesos eram os valores de similaridade de conteúdo entre o filme-alvo e os filmes já avaliados.

Modelo Híbrido (Ponderado)

Implementou-se uma hibridização do tipo Weighted Hybrid (BURKE, 2002). Esta é uma estratégia que combina os resultados de diferentes preditores. As predições dos modelos CF e CB foram combinadas através de uma média ponderada simples, com um peso (Alpha) de 0.5 para cada modelo, seguindo a fórmula:

$$\text{Predição_Híbrida} = (0.5 * \text{Predição_FC}) + (0.5 * \text{Predição_FBC})$$

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A execução do protocolo de validação cruzada (5-fold) nos três modelos implementados gerou os resultados médios de acurácia preditiva. As métricas de erro RMSE e MAE foram consolidadas na Tabela 1.

Tabela 1 - Resultados comparativos de erro (RMSE e MAE) entre os métodos no dataset MovieLens 1M.

Método de Recomendação	Algoritmo	RMSE Médio (Erro)	MAE Médio (Erro)
Filtragem Colaborativa	Item-based (KNNWithMeans)	0.8936	0.7024
Modelo Híbrido	50% FC + 50%FBC	0.9154	0.7288
Filtragem Baseada em Conteúdo	TF-IDF (Gêneros)	1.1172	0.9339

Fonte: Elaborado pelo autor.

A análise dos dados da Tabela 1 permite extrair discussões aprofundadas sobre o comportamento de cada abordagem no cenário proposto.

O modelo CF (Item-based KNNWithMeans) alcançou o melhor desempenho, com o menor erro (RMSE $\approx$ 0.89). Este sucesso pode ser atribuído a dois fatores principais. Primeiro, a natureza do dataset: o MovieLens 1M, com um milhão de avaliações, é considerado um dataset denso (ou de baixa esparsidade). A esparsidade é o principal desafio dos métodos colaborativos; como ela é relativamente baixa neste cenário, o algoritmo teve um volume massivo de dados para encontrar "vizinhos" (itens similares) com alta confiabilidade.

Segundo, o "sinal colaborativo" (o comportamento de outros usuários) é intrinsecamente mais rico do que o "sinal de conteúdo" (gêneros). O CF é capaz de capturar features latentes (características não explícitas), como a qualidade de produção, a complexidade da narrativa, ou até mesmo a popularidade momentânea (hype) de um

filme. O algoritmo KNNWithMeans, ao normalizar as notas pelas médias dos usuários, também mitiga o bias de usuários "bonzinhos" (que sempre dão nota 5) ou "críticos" (que sempre dão nota baixa), tornando a comparação de "gosto" ainda mais precisa.

O modelo CB, baseado unicamente nos gêneros dos filmes, obteve o pior desempenho ($RMSE \approx 1.12$), apresentando um erro aproximadamente 20% maior que o FC. Isso ocorre porque "gênero" é um atributo de conteúdo superficial e fraco. O modelo FBC é incapaz de diferenciar um filme de "Ficção Científica" aclamado pela crítica e pelo público (ex: The Matrix, nota média 4.4+) de um filme mal avaliado do mesmo gênero (ex: Wing Commander, nota média 2.0+). Para o modelo FBC, ambos são vetorialmente similares (possuem o mesmo "DNA" de gênero), levando a previsões de baixa qualidade.

Esse resultado valida empiricamente o problema da superespecialização (ou overspecialization). Um sistema baseado apenas em gêneros tenderia a criar uma "bolha de filtro", recomendando ao usuário apenas mais do mesmo (ex: mais filmes de "Ação"), sem capacidade de introduzir diversidade ou serendipidade (descobertas felizes e inesperadas). O modelo falha por não ter nenhuma noção de qualidade, apenas de descrição.

O resultado mais elucidativo foi o do modelo Híbrido ($RMSE \approx 0.91$). Embora a teoria afirme que os híbridos buscam o melhor dos dois mundos, nossa implementação de uma média ponderada simples ($\alpha=0.5$) obteve um desempenho intermediário, mas pior do que o modelo FC puro. O que ocorreu foi uma "contaminação de sinal": o sinal preditivo forte e preciso do FC ($RMSE 0.89$) foi degradado ao ser misturado com o sinal fraco e ruidoso do FBC ($RMSE 1.12$).

A escolha de um peso igual (50/50) foi ingênua, pois assume que ambos os modelos são igualmente competentes, o que os resultados provam ser falso. Isso demonstra que a hibridização não é uma solução trivial, e que uma combinação mal ponderada pode prejudicar a performance global. Estratégias mais sofisticadas, como um switching hybrid (que usa FBC para itens novos e FC para itens estabelecidos) ou uma ponderação otimizada (ex: 90% FC e 10% FBC), seriam necessárias para extrair valor real da combinação.

Apesar dos resultados de acurácia, o problema central dos sistemas de recomendação não é resolvido apenas pelo menor RMSE. O modelo FC, nosso vencedor em acurácia, é completamente incapaz de lidar com o problema do cold start de item. Um filme novo, recém-adicionado ao catálogo, não possui avaliações. Sem avaliações, o FC não consegue encontrar "vizinhos" e, portanto, o item é "invisível" para o sistema, impossível de ser recomendado.

É aqui que o modelo FBC, nosso "perdedor" em acurácia, se torna essencial. O CB não precisa de nenhuma avaliação; ele só precisa dos gêneros do novo filme. Ele pode recomendá-lo imediatamente, garantindo 100% de cobertura do catálogo.

Isso evidencia o trade-off fundamental da área: o modelo FC se mostrou mais preciso, mas o CB é necessário para garantir a amplitude e a relevância contínua do sistema. Um sistema do mundo real não pode depender apenas do FC, pois seu catálogo se tornaria obsoleto, falhando em apresentar novidades ao usuário. Portanto, aprimorar a experiência do usuário exige um balanço inteligente entre a acurácia do FC e a cobertura do FBC.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho teve como objetivo central avaliar comparativamente o desempenho das abordagens de Filtragem Colaborativa (FC), Baseada em Conteúdo (FBC) e Híbrida. O percurso experimental, conduzido no dataset MovieLens 1M, permitiu não apenas mensurar a acurácia preditiva de cada método, mas também elucidar os trade-offs fundamentais inerentes à escolha de um sistema de recomendação para uma aplicação real.

O principal aprendizado deste estudo não está apenas nos valores de RMSE, mas na constatação de que não existe um algoritmo universalmente superior. O que foi evidenciado é um trade-off fundamental entre acurácia e cobertura. A Filtragem Colaborativa, embora dominante em precisão neste cenário ($RMSE \approx 0.89$), provou-se estruturalmente incapaz de lidar com o problema do cold start de item. A Filtragem Baseada em Conteúdo ($RMSE \approx 1.12$), apesar de ser um preditor fraco quando baseada

apenas em gêneros, revelou-se a solução essencial para esse problema, garantindo a amplitude e a relevância contínua do catálogo.

Também foi demonstrado que a hibridização não é uma solução trivial. A implementação de uma média ponderada ingênua (50/50) resultou em uma "contaminação de sinal", onde o modelo fraco (FBC) degradou a performance do modelo forte (FC), levando a um resultado ($RMSE \approx 0.91$) pior do que o FC puro. Isso sintetiza uma lição crucial: a arquitetura de um sistema híbrido deve ser mais sofisticada do que uma simples média para agregar valor real.

É imperativo, contudo, reconhecer as limitações deste estudo, que definem seu escopo. Os resultados são contingentes ao dataset MovieLens 1M, que é notoriamente denso; em cenários de maior esparsidade, o desempenho do FC poderia ser significativamente diferente. Ademais, o modelo FBC foi intencionalmente simplificado, e a hibridização representa apenas uma das muitas estratégias possíveis.

Como trabalhos futuros, sugere-se a replicação deste experimento em datasets de alta esparsidade para avaliar o ponto de "quebra" do FC. Recomenda-se, fundamentalmente, o enriquecimento do modelo FBC, incorporando atributos semânticos (como sinopses, via técnicas de NLP) para fortalecê-lo como preditor. Por fim, a exploração de estratégias de hibridização mais inteligentes—como a switching (que alterna entre FC e FBC com base no número de avaliações do item) ou a otimização dinâmica do peso alfa—representa um caminho promissor para, de fato, alcançar o "melhor dos dois mundos".

Este trabalho, portanto, cumpre seu objetivo ao não apenas comparar algoritmos, mas ao democratizar o entendimento de que a escolha de um sistema de recomendação é uma decisão estratégica. A "melhor" arquitetura não é a que possui o menor RMSE, mas aquela que melhor equilibra os trade-offs de acurácia e cobertura, alinhando-se aos objetivos do negócio e, em última instância, aprimorando verdadeiramente a experiência do usuário.

REFERÊNCIAS

- AGGARWAL, Charu C. Recommender systems: the textbook. Cham: Springer, 2016.
- BURKE, Robin. Hybrid recommender systems: survey and experiments. *User Modeling and User-Adapted Interaction*, Dordrecht, v. 12, n. 4, p. 331-370, 2002.
- GUNAWARDANA, Asela; SHANI, Guy. Evaluating recommender systems. In: RICCI, Francesco et al. (ed.). *Recommender systems handbook*. 2. ed. New York: Springer, 2015. p. 265-308.
- LOPS, Pasquale; DE GEMMIS, Marco; SEMERARO, Giovanni. Content-based recommender systems: state of the art and trends. In: RICCI, Francesco et al. (ed.). *Recommender systems handbook*. 2. ed. New York: Springer, 2011. p. 73-105.
- RICCI, Francesco et al. (ed.). *Recommender systems handbook*. New York: Springer, 2011. 845 p.
- SARWAR, Badrul et al. Item-based collaborative filtering recommendation algorithms. In: *Proceedings of the 10th International Conference on World Wide Web*. Hong Kong: ACM, 2001. p. 285-295.



CIÊNCIAS CONTÁBEIS

CONTROLE ANSIOSO

Mikaell Pereira Brandão
Bacharelanda em Ciências Contábeis

RESUMO: O estudo aborda a ansiedade acadêmica entre estudantes de ciências contábeis de Petrolina, buscando compreender como a experiência de contadores veteranos pode contribuir para o enfrentamento desse desafio. O objetivo é investigar de que forma a troca de experiências intergeracionais auxilia na construção de estratégias de autocuidado e preparação para o mercado de trabalho. Fundamenta-se em autores que discutem ansiedade e saúde mental universitária (lipp, 2000; bardagi & hutz, 2005), stress ocupacional (dejours, 1992) e mentoria profissional. A metodologia é mista, com aplicação de questionários a estudantes e entrevistas semiestruturadas com contadores veteranos da região, além de grupos focais para validação das informações. Os dados quantitativos são analisados por estatísticas descritivas, e os qualitativos por análise de conteúdo. Os resultados, ainda em andamento, indicam fatores recorrentes de ansiedade relacionados à carga de estudos, incertezas profissionais e pressão por desempenho, bem como revelam práticas de autocuidado utilizadas pelos veteranos. Espera-se, ao final, elaborar uma cartilha digital com orientações práticas que fortaleçam o equilíbrio emocional e a formação profissional dos futuros contadores.

Palavras-chave: Ansiedade Acadêmica. Contabilidade. Autocuidado. Petrolina. Saúde Mental.

O PAPEL DA CONTABILIDADE NA GESTÃO DE BARES EM PETROLINA: UM CONTRAPONTO ENTRE GESTORES E CONTADORES

Maria Eduarda Rodrigues

Bacharelanda em Ciências Contábeis

maria.rodrigues.27765@aluno.facape.br

Faculdade de Petrolina – FACAPE

RESUMO: Este estudo se propõe a analisar o papel da contabilidade na gestão de bares em Petrolina, estabelecendo um contraponto entre a visão dos gestores e a dos contadores. A pesquisa se justifica pela relevância econômica do setor, que enfrenta desafios de gestão como a falta de controle financeiro e a elevada carga tributária, os quais podem comprometer a sustentabilidade dos negócios. A metodologia adotada é de natureza qualitativa e exploratória, baseada em entrevistas semiestruturadas com gestores de bares e contadores que atendem a esses estabelecimentos. Espera-se compreender como a contabilidade é utilizada, se apenas para o cumprimento de obrigações legais ou como uma ferramenta estratégica para o controle de custos, precificação e planejamento. Ao confrontar as perspectivas, a pesquisa busca identificar as divergências e convergências que impactam a eficácia da gestão contábil, visando apontar práticas que aproximem a contabilidade da gestão prática no setor.

Palavras-chave: Contabilidade. Gestão De Bares. Tomada De Decisão. Gestores E Contadores.

PROBABILIDADE NO CONTEXTO DO ENSINO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS

Bianca Silva

bianca.oliveira.27101@aluno.facape.br

Geovana Vitória

geovana.goncalves.27252@aluno.facape.br

Raimundo Nonato Lima Filho

Professor-Orientador

rnlfilho@gmail.com

RESUMO: O ensino de probabilidade no contexto contábil tem como o objetivo principal promover a compreensão dos tipos de probabilidade, sua aplicação prática e o desenvolvimento de cálculos básicos. A dinâmica empregou a utilização, a apresentação de slides e trouxe exemplos dinâmicos, buscando contextualizar o tema no cotidiano dos discentes. A participação dos envolvidos foi bastante ativa: o docente utilizou os próprios estudantes como exemplos em situações de probabilidade, o que estimulou a interação e gerou debates entre os colegas. Além disso, a atividade prática permitiu que os alunos aplicassem os conceitos aprendidos, favorecendo a compreensão do conteúdo. O planejamento da aula foi cumprido conforme o previsto: apresentação expositiva seguida de atividade prática. Os alunos tiveram contato com a teoria da probabilidade básica, discutindo os conceitos clássico, moderno e subjetivo, além de exemplos cotidianos como previsões do tempo. Durante a prática, foi possível desenvolver habilidades matemáticas, por meio da resolução de exercícios aplicados à realidade. Contudo, observou-se que o conteúdo, embora essencial, foi abordado de maneira rápida, sem o aprofundamento necessário. Conceitos mais complexos, como a Probabilidade Bayesiana, não foram explorados, apesar de sua relevância na literatura científica e em aplicações mais avançadas. De modo geral, a aula foi produtiva e dinâmica, permitindo que os alunos expusessem suas ideias, tirassem dúvidas e compreendessem o papel da probabilidade na tomada de decisões e no enfrentamento de situações de incerteza. Foi possível aprender os fundamentos da probabilidade e relacioná-los com a prática contábil.

Palavras-chave: Probabilidade. Aprendizado. Prática.

SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO EM ESCRITÓRIOS CONTÁBEIS: PRÁTICAS PROFISSIONAIS E CONSCIENTIZAÇÃO PARA FUTUROS CONTADORES

Gabriel Gonçalves de Lima Andrade
Bacharelando em Ciências Contábeis
gabriel.andrade.26666@aluno.facape.br
Faculdade de Petrolina – FACAPE

Maria Eduarda Rodrigues
Bacharelanda em Ciências Contábeis
maria.rodrigues.27765@aluno.facape.br
Faculdade de Petrolina – FACAPE

Samuel Victor de Souza Guimarães
Bacharelando em Ciências Contábeis
samuel.guimaraes.26776@aluno.facape.br
Faculdade de Petrolina – FACAPE

RESUMO: A crescente digitalização dos processos contábeis elevou a segurança da informação a um pilar essencial para a ética e a integridade da profissão, demandando dos contadores uma postura vigilante na proteção de dados sigilosos. No entanto, a aplicação prática de conceitos como os da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) ainda representa um desafio, muitas vezes distanciado da vivência acadêmica dos estudantes. Nesse contexto, este projeto de extensão objetiva promover a conscientização de estudantes de Ciências Contábeis sobre a importância da segurança da informação, a partir da observação de práticas reais em escritórios de contabilidade. A metodologia será desenvolvida em duas etapas: uma exploratória, com visitas e entrevistas semiestruturadas em escritórios locais para identificar as medidas de proteção de dados adotadas; e uma etapa educativa, consistindo em uma ação de conscientização com os discentes, onde serão apresentados os achados e as boas práticas. Espera-se, com isso, conectar teoria e prática, estimulando o desenvolvimento de uma cultura de responsabilidade digital e preparando futuros profissionais para os desafios da contabilidade na era digital.

Palavras-chave: Segurança da Informação. LGPD. Escritórios Contábeis. Formação Profissional.

SEU PREÇO JUSTO: CUSTO E PRECIFICAÇÃO PARA FEIRANTES

Beatriz Carollayne Marques Silva de Sá
Bacharelanda em Ciências Contábeis
Faculdade de Petrolina – FACAPE
beatriz.sa.27801@aluno.facape.br

Mikaell Pereira Brandão
Bacharelando em Ciências Contábeis
Faculdade de Petrolina – FACAPE
mikaell.brandao.26608@aluno.facape.br

RESUMO: As feiras livres representam um pilar socioeconômico vital para o abastecimento urbano, mas os pequenos comerciantes que nelas atuam frequentemente enfrentam vulnerabilidades geradas pela falta de conhecimento em gestão financeira. A precificação intuitiva e a ausência de um controle de custos claro podem comprometer a rentabilidade e a sustentabilidade de seus negócios. Este projeto de extensão visa capacitar os feirantes do bairro José e Maria, em Petrolina-PE a aplicarem conceitos básicos de custos e precificação de forma prática e contextualizada. A metodologia adota uma abordagem humanizada, iniciando com um diagnóstico via entrevistas para compreender a realidade local, seguido por encontros de capacitação com linguagem simples, utilizando materiais de apoio como apostilas e planilhas físicas. O objetivo é simplificar a contabilidade, ensinando a diferenciar custos fixos e variáveis e a definir uma margem de lucro consciente, permitindo que os feirantes estabeleçam preços mais justos e tenham uma visão clara da lucratividade de seu trabalho. Espera-se, com isso, promover a inclusão financeira e fortalecer a autonomia desses importantes agentes da economia.

Palavras-chave: Contabilidade para Pequenos Negócios. Precificação. Gestão de Custos. Feirantes. Extensão Universitária.

TESTE DE HIPÓTESE: UM OLHAR PROBABILÍSTICO DA ATIVIDADE CONTÁBIL

Clebeson Kuhin Silva
clebeson.silva.26083@aluno.facape.br

Raimundo Nonato Lima Filho
Professor-Orientador
rnlfilho@gmail.com

RESUMO: O presente relato descreve uma experiência didático-pedagógica desenvolvida na disciplina de Estatística, com alunos do 2º período noturno do curso de Ciências Contábeis da Facape, cujo tema central foi o “Teste de Hipótese: Um olhar probabilístico da atividade Contábil”. A atividade teve como objetivo consolidar a compreensão dos procedimentos de inferência estatística por meio da integração entre teoria e prática dos conceitos de hipótese nula (H_0) e hipótese alternativa (H_1), p-valor, teste paramétricos e não paramétricos. A metodologia adotada baseou-se em abordagens ativas e interativas, utilizando jogo interativo Kahoot e atividade avaliativa e em grupos. O docente da disciplina incentivou o elevado engajamento e colaboração entre os discentes, além da apropriação efetiva dos conceitos estatísticos e sua aplicabilidade no contexto contábil. Ficou patente a demonstração do uso de recursos tecnológicos e estratégias colaborativas que favoreceu o aprendizado significativo, tornando o ensino da Estatística mais dinâmico, participativo e contextualizado à necessidade contábil.

Palavras-chave: Estatística. Teste de Hipótese. Hipótese Nula (H_0) e Hipótese Alternativa (H_1), p-valor. Teste Paramétricos e Não Paramétricos. Contábil.

VISIBILIDADE DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA NAS CIÊNCIAS CONTÁBEIS: UMA REVISÃO DA LITERATURA

Emerson Renato de Souza Alves
Bacharelando em Ciências Contábeis
Faculdade de Petrolina – FACAPE

Rosiane Rocha Oliveira Santos
Professora Orientadora
Doutora em Ecologia Humana
Faculdade de Petrolina – FACAPE

Denise Amaral Batista
Professora Co-orientadora
Mestra em Educação
Faculdade de Petrolina – FACAPE

RESUMO: Introdução: A inclusão das pessoas com deficiência (PCD) é uma conquista assegurada em lei para eliminar a desigualdade entre pessoas com e sem deficiência na sociedade trazendo visibilidade a esse grupo historicamente marginalizado. **Objetivo:** Investigar se PCD possuem visibilidade nas pesquisas em Ciências Contábeis segundo a literatura publicada entre 2014 e 2024. **Fundamentação teórica:** O estudo em andamento apresenta a fundamentação teórica no marco legal da inclusão das PCD como a Lei 13.146/2015, a Constituição Federal Brasileira de 1988 e os trabalhos de Ferrari; Sekkel (2007), Santos (2003), Bosco (2024), Oliveira et al. (2016) entre outros. **Metodologia:** Trata-se de uma revisão narrativa de literatura, com abordagem qualitativa e de cunho descritivo. A coleta de dados foi realizada na base de dados do Google Scholar com a chave de busca "ciências contábeis" AND "pessoas com deficiência", considerando incluir somente artigos; publicados entre 2014 e 2024; somente em português. **Resultados (em andamento):** Os resultados prévios apontam que ainda não há uma visibilidade significativa das pessoas com deficiência nas pesquisas acadêmicas em Ciências Contábeis.

Palavras-chave: Inclusão. Equidade. Acessibilidade. Cidadania.

O CONHECIMENTO DOS ESTUDANTES DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS DA FACAPE ACERCA DO CÓDIGO DE ÉTICA PROFISSIONAL DO CONTADOR

Beatriz Carollayne Marques Silva de Sá
Bacharelanda em Ciências Contábeis
Faculdade de Petrolina - FACAPE

RESUMO: A presente pesquisa objetiva avaliar o nível de conhecimento dos estudantes do curso de Ciências Contábeis da Faculdade de Petrolina (FACAPE) sobre o Código de Ética Profissional do Contador (CEPC). O estudo parte do pressuposto de que a contabilidade atua como um pilar de transparência e integridade na sociedade, sendo o domínio das normas éticas fundamental para a formação de futuros profissionais. A metodologia empregada é de natureza quantitativa e descritiva, com coleta de dados realizada por meio de um questionário eletrônico composto por perguntas de múltipla escolha. A análise busca identificar a familiaridade dos discentes com as regras do código, verificar se o conhecimento evolui ao longo dos diferentes períodos do curso e avaliar a percepção deles sobre a importância da ética. Espera-se que os resultados revelem lacunas no conhecimento dos estudantes, especialmente nos períodos iniciais, servindo de base para propor melhorias no ensino da ética profissional e, assim, contribuir para a formação de contadores mais íntegros e responsáveis.

Palavras-chave: Ética Profissional. Código de Ética. Ciências Contábeis. Formação Profissional.

ABSTRACT: The present study aims to evaluate the level of knowledge of Accounting students at the Faculdade de Petrolina (FACAPE) concerning the Code of Professional Ethics for Accountants (CEPC). The research is grounded in the premise that accounting serves as a pillar of transparency and integrity within society, and that a solid understanding of ethical principles is essential for the education and professional development of future accountants. The methodology adopted is quantitative and descriptive, with data collected through an electronic questionnaire composed of multiple-choice questions. The analysis seeks to assess the students' familiarity with the

provisions of the code, examine whether their knowledge progresses throughout the different stages of the program, and evaluate their perception of the relevance of ethics in the accounting profession. The expected outcomes aim to identify potential gaps in ethical knowledge, particularly among students in the initial semesters, thus providing a foundation for recommending improvements in the teaching of professional ethics and contributing to the formation of ethical, transparent, and socially responsible accounting professionals.

Keywords: Professional Ethics. Code of Ethics. Accounting Sciences. Professional Training.

1 INTRODUÇÃO

A contabilidade é uma profissão que vai muito além de números e balanços; ela atua como um pilar de transparência e integridade na sociedade, influenciando diretamente a confiança em empresas e no mercado. Diante dessa responsabilidade, é fundamental que os futuros contadores compreendam e apliquem os princípios do Código de Ética Profissional do Contador (CEPC) desde o início de sua formação.

Este projeto de pesquisa se propõe a avaliar o nível de conhecimento dos estudantes de Ciências Contábeis da FACAPE sobre o CEPC, buscando responder à seguinte questão: Qual é o nível de conhecimento dos estudantes do curso de Ciências Contábeis da Faculdade de Petrolina (FACAPE) sobre o Código de Ética Profissional do Contador? A relevância deste estudo reside no fato de que o desconhecimento das normas éticas pode levar a práticas prejudiciais, comprometendo a credibilidade da profissão. A pesquisa será de natureza quantitativa e descritiva. A coleta de dados será realizada por meio de um questionário eletrônico composto por perguntas de múltipla escolha disponibilizado por meio de QR Code nas salas do curso de Ciências Contábeis.

Para tanto, os objetivos incluem identificar a familiaridade dos alunos com as regras do código, verificar se o conhecimento evolui ao longo dos diferentes períodos do curso e avaliar a percepção deles sobre a importância da ética. Os resultados, por fim, servirão de base para propor melhorias no ensino da ética profissional, garantindo que

os futuros contadores da região estejam devidamente preparados para atuar de forma íntegra e responsável.

2 REVISÃO LITERÁRIA

2.1 FUNDAMENTOS DA ÉTICA PROFISSIONAL

A ética é uma das bases fundamentais para o exercício de qualquer profissão, especialmente na área contábil, em que a confiança e a credibilidade são elementos indispensáveis. Segundo Picanço, Freire e Brito (2024, p. 5), a ética “é um conjunto de normas e princípios que orientam a conduta dos profissionais em suas respectivas áreas de atuação”, constituindo-se em um pilar essencial para a integridade, a responsabilidade e a justiça nas relações de trabalho.

Conforme Basso (2020), acredita-se que as atividades contábeis eram aplicadas antes mesmo do descobrimento do Brasil pelos portugueses em 1500, havendo o início da Contabilidade oficial após o início das atividades econômicas organizadas. Em 1946 foi criado o Conselho Federal de Contabilidade (CFC), definindo as atribuições do contador.

A ética, em um sentido mais amplo, pode ser entendida como o conjunto de princípios e valores morais que orientam o comportamento humano na sociedade. No âmbito profissional, a ética se torna um pilar fundamental, pois define a conduta esperada de uma pessoa em sua área de atuação. Segundo Ferreira (1986, p. 733 apud BASSO, 2020, p. 253) “ética é o estudo dos juízos de apreciação referentes à conduta humana suscetível de qualificação do ponto de vista do bem e do mal, seja relativamente a determinada sociedade, seja de modo absoluto”.

No campo da contabilidade, a ética ganha uma dimensão ainda mais crucial. O profissional contábil lida diariamente com informações confidenciais e financeiras, o que o coloca em uma posição de grande responsabilidade e confiança. A ausência de uma conduta ética pode comprometer a credibilidade das informações divulgadas, resultando em prejuízos não apenas para as empresas, mas para a economia como um todo. De acordo com Cunha et al. (p. 492), “o profissional da contabilidade se depara com inúmeros

dilemas éticos no decorrer de sua profissão. Esses dilemas estão ligados, em um todo, entre: dever, direito, justiça, responsabilidade, consciências e vocação”.

Santos (2023, p. 14) complementa que “ética e moral não são sinônimos, apenas se complementam”, sendo a moral o conjunto de costumes e regras estabelecidas por uma sociedade, e a ética a reflexão sobre essas normas e condutas. Nesse sentido, a ética é o campo da filosofia que busca compreender o que é considerado certo ou errado, enquanto a moral representa a aplicação prática desses valores.

2.2 ESTRUTURA E PRINCÍPIOS DO CEPEC

Para regulamentar a conduta dos contadores, o CFC estabeleceu o Código de Ética Profissional do Contador (CEPC), que serve como um guia de conduta. Este código define os direitos e deveres do profissional, as proibições a serem evitadas e as penalidades em caso de infração. Basso (2020) explica que o CEPC se baseia em princípios como a honestidade, a integridade, o zelo, a diligência e o sigilo profissional, que são essenciais para manter a confiança pública na profissão.

O Código de Ética Profissional do Contador é uma das mais importantes ferramentas para a manutenção da dignidade e do respeito à profissão (BASSO, 2020). O CEPC aborda diversas situações práticas, como a relação com os clientes, o tratamento de informações confidenciais e a concorrência leal. A violação desses preceitos pode levar a sanções disciplinares, que vão desde advertências reservadas até a cassação do registro profissional. Portanto, o conhecimento aprofundado do código é indispensável para o exercício ético e legal da profissão.

Para Santos (2023, p. 16), a ética está relacionada aos valores que conduzem o comportamento humano em sociedade, permitindo o equilíbrio e o bom funcionamento das relações. Desde o nascimento, o indivíduo é inserido em um contexto social no qual aprende e absorve valores que formarão sua base ética. Tais valores são constantemente testados na vida profissional, sobretudo em áreas de grande responsabilidade social, como a contabilidade.

O contador, enquanto mediador de informações financeiras, deve agir de forma imparcial e independente, assegurando que os dados contábeis reflitam a realidade patrimonial e financeira das organizações. Nesse sentido, Lisboa (2012, apud SANTOS, 2023, p. 17) ressalta que o comportamento ético depende das condições e dos valores de cada indivíduo, o que reforça a importância da educação ética e da consciência profissional.

A ética contábil, portanto, é um compromisso que ultrapassa a obediência às normas. Ela exige que o profissional compreenda o impacto de suas ações sobre o ambiente organizacional e social. Como afirmam Ferrell, Fraedrich e Ferrell (2001, apud PICANÇO; FREIRE; BRITO, 2024, p. 9), a tomada de decisões éticas diferencia uma escolha técnica de uma escolha moral, envolvendo responsabilidade perante a sociedade.

2.3 IMPORTÂNCIA DO ENSINO DA ÉTICA NAS FACULDADES

De acordo com Basso (2020, p.268) “a profissão contábil ainda continua sendo concebida, no senso comum, como algo ligada a imposto de renda, papelada, burocracias, balanços, serviços de cartório e obtenção de documentos”. Portanto, deve ser seguido o que é estabelecido no CEPC para possibilitar que as informações geradas auxiliem como uma base segura na tomada de decisões.

A formação do contador não se completa apenas com o conhecimento técnico. A educação em ética profissional, desde os primeiros anos da graduação, é vista como um fator determinante para a futura conduta do profissional. A faculdade desempenha um papel vital na conscientização dos estudantes sobre a importância da ética.

Segundo um estudo de Cunha et al. (2020), há uma correlação positiva entre o ensino de ética nas universidades e o nível de conhecimento dos alunos sobre o tema. No entanto, a pequena quantidade de pesquisas revelam que, muitas vezes, o tema não é abordado de forma aprofundada ou prática, resultando em uma deficiência no conhecimento dos futuros contadores sobre as regras que os guiarão. Avaliar esse conhecimento se torna, assim, uma forma de identificar lacunas no ensino e propor melhorias para garantir uma formação mais completa e responsável.

2.4 ÉTICA E RESPONSABILIDADE NO EXERCÍCIO DA PROFISSÃO CONTÁBIL

A ética é elemento essencial para o exercício da contabilidade, constituindo-se como base para a confiança pública e a credibilidade das informações financeiras. Segundo Melonio (2019, p. 100), “a ética é direito e vontade de justiça, porém pode ser entendida como arte que deve ser aprendida dia após dia”. Essa perspectiva reflete a necessidade de o profissional contábil cultivar hábitos e valores éticos que orientem sua atuação não apenas em conformidade com as normas, mas também com a moral e o compromisso social.

O Código de Ética Profissional do Contador (CEPC), instituído pela Resolução CFC n.º 803/1996 e atualmente atualizado pela NBC PG 01/2019, estabelece princípios que direcionam a conduta dos contadores, definindo deveres, proibições e sanções. Como destaca Alves et al. (2019, p. 2), o CEPC “dita a conduta dos profissionais de contabilidade, deixando claro qual comportamento deve ser seguido diante de várias situações cotidianas em relação aos seus clientes, ambiente profissional e governo”.

No estudo realizado por essas autoras, constatou-se que 92,4% dos profissionais reconhecem a importância do CEPC, embora apenas 45,7% afirmem tê-lo lido integralmente (ALVES et al., 2019, p. 1). Esse dado revela uma contradição entre a percepção da relevância ética e sua efetiva prática. Para Melonio (2019, p. 101), “discutir conduta ética no exercício profissional é uma tarefa complexa”, pois envolve princípios e valores individuais que nem sempre coincidem com as regras estabelecidas coletivamente.

Barbosa e Martins (2016) também enfatizam que o comportamento ético do contador deve transcender o cumprimento normativo, uma vez que a profissão possui “responsabilidade pública, por influenciar diretamente empresas, governos e cidadãos” (BARBOSA; MARTINS, 2016, p. 3). Assim, o contador ético é aquele que compreende sua função social e zela pela integridade, sigilo e objetividade das informações que produz.

Dessa forma, a ética profissional contábil deve ser entendida como instrumento de responsabilidade social. O contador tem o dever de agir com diligência, prudência e

imparcialidade, mantendo uma postura que garanta não apenas a legalidade, mas também a confiança pública nas demonstrações contábeis. Conforme Melonio (2019, p. 103), “faz-se necessário os códigos de ética profissionais para tentar padronizar procedimentos diante de determinadas situações cotidianas, cujo objetivo será divulgar o senso de justiça que todo profissional deve possuir”.

Portanto, a responsabilidade ética no exercício da profissão contábil vai além da técnica: envolve consciência, caráter e compromisso com a verdade. Essa conduta é o que assegura o reconhecimento social do contador como agente essencial da transparência e da governança das organizações.

2.5 PERSPECTIVAS PARA O FORTALECIMENTO DA ÉTICA NA PROFISSÃO CONTÁBIL

As perspectivas de fortalecimento da ética na profissão contábil envolvem o aprimoramento da formação acadêmica, a ampliação do debate sobre o CEPC e o incentivo à reflexão crítica sobre a responsabilidade social do contador. Alves et al. (2019, p. 2) argumentam que o ensino da ética deve estar presente desde a graduação, de forma a preparar o futuro profissional para enfrentar dilemas morais e compreender “a importância do Código de Ética Profissional do Contador (CEPC) como direcionador da conduta profissional”.

Nesse sentido, a pesquisa de Alves et al. (2019) demonstrou que a discussão do CEPC em sala de aula contribui para uma melhor percepção ética dos estudantes e, posteriormente, dos profissionais. Essa constatação converge com a visão de Barbosa e Martins (2016, p. 3), que destacam o crescimento das produções científicas sobre ética após a adoção das normas internacionais de contabilidade, indicando que a comunidade acadêmica tem buscado “compreender a ética como elemento central da profissão contábil”.

O estudo de Santos (2023, p. 49) demonstrou que a maioria dos estudantes de Ciências Contábeis possui conhecimento sobre o Código de Ética Profissional Contábil e reconhece sua importância. Entretanto, a autora ressalta a necessidade de enfatizar

continuamente o estudo da ética nas instituições de ensino, a fim de consolidar uma cultura profissional responsável e transparente.

Além do papel formativo, o fortalecimento da ética depende da atuação fiscalizadora e educativa dos Conselhos Regionais e do Conselho Federal de Contabilidade. Como observa Melonio (2019, p. 102), “a função desses órgãos é a de proteger a sociedade de maus profissionais que exercem funções de relevante interesse público”. Entretanto, mais do que fiscalizar e punir, é necessário que esses conselhos promovam ações pedagógicas e de conscientização, consolidando uma cultura de ética e transparência entre os contadores.

Outra dimensão importante é o impacto das transformações tecnológicas sobre a conduta profissional. A digitalização das informações contábeis e o uso de sistemas automatizados demandam maior vigilância quanto à confidencialidade e veracidade dos dados. Nesse contexto, a ética deve evoluir junto com a tecnologia, garantindo que a inovação não comprometa os valores fundamentais da profissão.

Barbosa e Martins (2016) reforçam que a pesquisa científica tem papel decisivo nesse processo, pois possibilita a reflexão crítica e a disseminação de práticas éticas entre profissionais e acadêmicos. Como afirmam os autores, “os códigos de ética têm como objetivo direcionar as atitudes dos profissionais de determinada classe a padrões morais” (BARBOSA; MARTINS, 2016, p. 3), sendo fundamental que essa diretriz seja constantemente debatida e revisada.

Portanto, fortalecer a ética na contabilidade requer uma abordagem multidimensional, que combine educação, fiscalização, conscientização e pesquisa. A consolidação de uma cultura ética sólida garantirá não apenas a credibilidade das informações contábeis, mas também a valorização social e moral da profissão.

3 METODOLOGIA

A presente pesquisa caracteriza-se como quantitativa e descritiva, pois busca mensurar e analisar, de forma objetiva, o nível de conhecimento dos estudantes de Ciências Contábeis da FACAPE sobre o Código de Ética Profissional do Contador

(CEPC). Segundo Gil (2008, p. 28), “as pesquisas descritivas têm como principal objetivo descrever as características de determinada população ou fenômeno, ou o estabelecimento de relações entre variáveis”. Dessa forma, pretende-se compreender o perfil e as percepções éticas dos discentes por meio de dados quantificáveis e passíveis de análise estatística.

Para Sampieri, Collado e Lucio (2013, p. 4), a pesquisa quantitativa “usa a coleta e análise de dados para responder a perguntas de pesquisa e testar hipóteses previamente estabelecidas, confiando na medição numérica e na análise estatística”. Assim, o método quantitativo foi escolhido por permitir a identificação de padrões de respostas e a comparação entre grupos de estudantes em diferentes períodos do curso.

A coleta de dados será realizada por meio de um questionário eletrônico estruturado, composto por perguntas de múltipla escolha, com o intuito de obter respostas objetivas e de fácil mensuração. Conforme Marconi e Lakatos (2017, p. 203), “o questionário é um instrumento de coleta de dados constituído por uma série ordenada de perguntas que devem ser respondidas por escrito pelo informante, sem a presença do pesquisador”. Essa técnica é amplamente utilizada em pesquisas de opinião e estudos descritivos pela praticidade e alcance que proporciona.

O instrumento será dividido em três seções principais:

1. Perfil do participante: voltada à coleta de informações demográficas e acadêmicas, como idade, período do curso e experiência profissional na área contábil;
2. Conhecimento do CEPC: composta por questões objetivas sobre os princípios, deveres e proibições previstos no Código de Ética Profissional do Contador, conforme Resolução CFC n.º 803/1996 e NBC PG 01/2019;
3. Percepção sobre a ética: destinada a avaliar a importância atribuída pelos estudantes à ética no exercício profissional e à abordagem do tema no ensino superior.

A aplicação do questionário será realizada de forma on-line, por meio de um formulário eletrônico compartilhado em grupos de WhatsApp da graduação e também

via QR Code, garantindo a acessibilidade e o anonimato dos participantes, conforme recomendações éticas para pesquisas com seres humanos (MARCONI; LAKATOS, 2017).

Após a coleta, os dados serão organizados e analisados mediante o uso de estatística descritiva, com cálculo de frequências, médias e desvios-padrão, a fim de identificar o nível geral de conhecimento dos estudantes sobre o CEPC e as variações entre os diferentes grupos. Segundo Richardson (2017, p. 89), “a estatística descritiva tem como objetivo sintetizar e descrever as características observadas em um conjunto de dados, permitindo uma visão global do fenômeno estudado”.

Dessa maneira, a metodologia adotada permitirá compreender de forma objetiva o grau de familiaridade dos estudantes com o Código de Ética, bem como suas percepções sobre o papel da ética na formação e no exercício da profissão contábil.

4 RESULTADOS ESPERADOS

Com base nas respostas coletadas no questionário aplicado aos estudantes de Ciências Contábeis da FACAPE, foi possível obter um panorama preliminar — porém não conclusivo, já que a amostra representa aproximadamente 30% dos alunos matriculados — acerca do conhecimento e percepção da comunidade discente sobre o Código de Ética Profissional do Contador. A análise revela que a maioria dos respondentes encontra-se entre 20 e 24 anos, distribuída principalmente entre o 1º e o 3º período, sendo que mais de 70% afirmam estar trabalhando e boa parte já atua diretamente na área contábil, o que sugere contato prático com situações que demandam postura ética.

Apesar desse envolvimento profissional, cerca de 60% dos participantes informaram não ter participado de cursos, palestras ou disciplinas específicas sobre o Código de Ética, evidenciando uma lacuna formativa inicial. Ainda assim, aproximadamente 80% indicaram corretamente o Conselho Federal de Contabilidade (CFC) como órgão responsável pela publicação e regulamentação do Código, enquanto os demais demonstraram insegurança ou marcaram alternativas incorretas, como CRC ou MEC, sugerindo variação significativa no nível de domínio conceitual básico.

De forma geral, os estudantes demonstraram entendimento satisfatório sobre alguns princípios centrais do Código: mais de 85% afirmaram que o contador deve recusar trabalhos ilícitos, e cerca de 75% reconheceram que a quebra de sigilo só é permitida mediante justa causa ou determinação judicial. Além disso, a maioria identificou corretamente condutas que configuram falta ética, como prometer resultados garantidos, fazer concorrência desleal e assumir responsabilidades sem registro no CRC, sendo que mais de 65% selecionaram a opção que reunia todas essas situações.

Quanto às penalidades, aproximadamente 70% indicaram a suspensão do exercício profissional como possível consequência de infrações éticas; uma parcela menor mencionou advertência reservada, enquanto alguns estudantes admitiram desconhecimento sobre o tema, reforçando a heterogeneidade no nível de compreensão normativa. Em relação à formação ética no curso, a maior parte dos alunos avaliou que a temática é abordada apenas parcialmente, e cerca de 60% afirmaram não se considerar plenamente preparados para lidar com dilemas éticos, embora mais de 90% concordem que a ética exerce influência direta na credibilidade do contador.

As sugestões apresentadas pelos respondentes reforçam esse diagnóstico: a maioria recomenda palestras com profissionais da área, discussão de casos reais em sala e disciplinas específicas sobre ética e legislação, indicando demanda por maior aprofundamento e diversificação das estratégias pedagógicas. Por fim, ao avaliar o próprio nível de conhecimento sobre o Código de Ética, mais de 70% atribuíram notas entre 1 e 3 numa escala de 1 a 5, demonstrando percepção realista de suas limitações e da necessidade de ampliar o contato com a temática.

Assim, embora os resultados não representem a totalidade do corpo discente da FACAPE, o conjunto das respostas permite identificar tendências relevantes sobre o conhecimento ético no curso, evidenciando avanços pontuais, mas também lacunas importantes que justificam o fortalecimento de ações formativas voltadas à ética profissional.

REFERÊNCIAS

- ALVES, Bianca Chuma et al. A interação dos profissionais da contabilidade com o código de ética da profissão. In: **Congresso USP de Controladoria e Contabilidade**, 19., 2019. Anais [...]. São Paulo: FIPECAFI, 2019.
- BARBOSA, Alessandra Carneiro; MARTINS, Vidigal Fernandes. A ética para os profissionais da contabilidade: um estudo bibliométrico. **Revista de Administração e Gestão Contemporânea** – RAGC, v. 4, n. 15, p. 1–14, 2016.
- BARBOSA, Maria; MARTINS, João. **Ética profissional e comportamento organizacional**. São Paulo: Atlas, 2016.
- BASSO, Irani Paulo, VIEIRA, Euselia Paveglio, DIDONÉ, Marcelo Luis. **Contabilidade e Ética Profissional**. Ebook. Ijuí: Editora Unijuí, 2020. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786586074154>. Acesso em: 29 de set. 2025.
- BRASIL. Conselho Federal de Contabilidade (CFC). **Código de Ética Profissional do Contabilista**. Resolução CFC nº 803, de 10 de outubro de 1996. Atualizado pela NBC PG 01, de 1º de junho de 2019. Disponível em: <https://cfc.org.br>. Acesso em: 10 nov. 2025.
- CUNHA, Karina Silveira da; CASAGRANDE, Maria Denize Henrique; SOARES, Sandro Vieira; GÓIS, Alan Diógenes. O Conhecimento dos Estudantes de Ciências Contábeis Acerca do Código de Ética. **Race: Revista de Administração, Contabilidade e Economia**, Joaçaba, v. 19, n. 23, p. 489-512, set./dez. 2020. Disponível em: <http://www.seer.unoesc.edu.br/race/article/view/23498>. Acesso em: 29 de set. 2025.
- FERRELL, O. C.; FRAEDRICH, J.; FERRELL, L. **Business Ethics: Ethical Decision Making and Cases**. 4. ed. Boston: Houghton Mifflin, 2001.
- GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.
- LISBOA, João Batista. **Ética e legislação profissional contábil**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2012.
- MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica**. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2017.
- MELONIO, André. **Conduta ética e imagem profissional**. Revista Brasileira de Contabilidade, n. 246, 2019.

MELONIO, Lizandro da Conceição Costa. Ética na profissão contábil. **Revista Científica Intelletto**, Venda Nova do Imigrante, v. 4, n. 3, p. 99–106, 2019.

PICANÇO, Dayla Nathally Lira; FREIRE, Francinéia de Moura; BRITO, Zenóbia Menezes de. **Ética na profissão: a postura ética dos profissionais de contabilidade**. Revista Contemporânea, v. 4, n. 8, p. 1-18, 2024.

RICHARDSON, Roberto Jarry. **Pesquisa social: métodos e técnicas**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2017.

SAMPIERI, Roberto Hernández; COLLADO, Carlos Fernández; LUCIO, María del Pilar Baptista. **Metodologia de pesquisa**. 5. ed. Porto Alegre: Penso, 2013.

SANTOS, Alessandra Pacheco dos. **A importância da ética profissional contábil: percepção dos estudantes do curso de Ciências Contábeis da Univates**. Lajeado: Univates, 2023.

OS IMPACTOS DA REFORMA TRIBUTÁRIA NOS SERVIÇOS PRESTADOS DE CONTABILIDADE: UM ESTUDO DE CASO NOS ESCRITÓRIOS CONTÁBEIS DE PETROLINA – PE

Allan Jackson Pereira Abrantes de Menezes
Bacharel em Contabilidade
Faculdade de Petrolina – FACAPE

Natany Naira Silva Seixas
Professora Orientadora
Especialista em Contabilidade
Faculdade de Petrolina – FACAPE

RESUMO: A Reforma Tributária brasileira representa um marco na simplificação do sistema fiscal, impactando diretamente os escritórios de contabilidade. Este estudo tem como objetivo analisar as estratégias de adaptação adotadas pelos escritórios contábeis de Petrolina-PE diante das novas exigências trazidas pela reforma. A pesquisa é aplicada, qualitativa, exploratória e descritiva, realizada por meio de questionário estruturado aplicado a profissionais da área contábil. Os resultados indicam que a maioria dos escritórios já iniciou ações de preparação, destacando a capacitação contínua e o investimento em tecnologia como medidas. Conclui-se que, embora os desafios sejam significativos, a Reforma Tributária também é vista como uma oportunidade de fortalecimento da profissão e modernização da contabilidade.

Palavras-chave: Reforma Tributária. Contabilidade. Adaptação. Estratégias. Capacitação.

ABSTRACT: The Brazilian Tax Reform represents a milestone in the simplification of the fiscal system, directly impacting accounting firms. This study aims to analyze the adaptation strategies adopted by accounting offices in Petrolina-PE in response to the new requirements introduced by the reform. The research is applied, qualitative, exploratory, and descriptive, conducted through a structured questionnaire administered to accounting professionals. The results indicate that most offices have already begun

preparation efforts, highlighting continuous training and investment in technology as key measures. It is concluded that, although the challenges are significant, the Tax Reform is also seen as an opportunity to strengthen the profession and modernize accounting practices.

Keywords: Tax Reform. Accounting. Adaptation. Strategies. Training.

1 INTRODUÇÃO

A Reforma Tributária brasileira tem se consolidado como um dos temas mais discutidos nos últimos anos, despertando atenção no cenário político, empresarial e contábil. O sistema tributário nacional, historicamente reconhecido por sua complexidade e pela sobrecarga de obrigações acessórias, passa por um momento de transformação significativa com a promulgação da Lei Complementar nº 214/2025. Entretanto, essas mudanças impõem desafios significativos para os escritórios de contabilidade, que precisarão interpretar e aplicar corretamente as novas regras.

A experiência profissional do pesquisador na área fiscal, evidenciou uma lacuna importante: Pouco se discute sobre os profissionais que estarão na linha de frente na implementação da Reforma Tributária. Esses profissionais precisam interpretar as novas normas, orientar clientes e ajustar processos, assegurando a conformidade das operações.

Diante dessa realidade, o problema central que norteia esta pesquisa é: quais são os principais obstáculos e estratégias de adaptação que os escritórios contábeis de Petrolina-PE estão desenvolvendo para lidar com as novas demandas e complexidades da Reforma Tributária? A investigação busca analisar como esses profissionais estão se preparando para o período de transição e quais medidas vêm sendo adotadas para assegurar a continuidade e a eficiência dos serviços prestados.

O tema possui relevância prática e acadêmica, pois evidencia que os desafios enfrentados pelos profissionais contábeis são coletivos e que a troca de experiências pode contribuir para estratégias mais seguras. Para o meio acadêmico e para a sociedade,

reforça-se a importância da contabilidade no processo de modernização tributária e o papel estratégico do contador no desenvolvimento das organizações.

O objetivo geral do trabalho é analisar as principais estratégias de adaptação dos escritórios contábeis de Petrolina-PE diante da Reforma Tributária. Como objetivos específicos, busca-se identificar os desafios enfrentados, examinar os impactos previstos sobre os serviços contábeis, compreender como essas mudanças influenciam a rotina dos escritórios e apresentar estratégias que possam auxiliar os profissionais no processo de adequação. Metodologicamente, utiliza abordagem qualitativa e exploratória, com questionário aplicado a profissionais da área.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 A REFORMA TRIBUTÁRIA NO BRASIL

O sistema tributário brasileiro, estruturado a partir da Constituição Federal (CF) de 1988 e de reformas subsequentes, é reconhecido por sua complexidade, cumulatividade e desigualdade na distribuição da carga tributária (Pestana 2024,). Souza (2018) aponta que esse modelo dificulta o trabalho do contador e eleva os custos de conformidade, o que pressiona a atividade econômica e reforça a percepção de injustiça social diante de serviços públicos insuficientes.

O Ministério da Fazenda (Brasil, 2023) identifica no sistema atual elevada complexidade, insegurança jurídica e distorções que prejudicam a competitividade, destacando a cumulatividade dos impostos indiretos e a multiplicidade de regras entre entes federativos. Appy (2016) reforça que esses fatores elevam os custos de conformidade e inibem investimentos, comprometendo a produtividade.

Segundo o Ministério da Fazenda (Brasil, 2023), a proposta visa simplificar o sistema, reduzir a guerra fiscal, aumentar a transparência e promover neutralidade econômica. No novo modelo, tributos como Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), Imposto sobre Serviço (ISS), Programa de Integração Social (PIS), Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins) serão substituídos por dois impostos de base ampla: o Imposto

sobre Bens e Serviços (IBS) e a Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS), além do Imposto Seletivo (IS) sobre produtos prejudiciais à saúde e ao meio ambiente.

Olivan (2025) evidencia impactos práticos da Reforma para os contadores, destacando a necessidade de adaptação tecnológica e a ampliação do papel consultivo. Para o autor, os escritórios devem atuar além da execução de obrigações acessórias, assumindo funções estratégicas no processo de adequação ao novo modelo.

2.2 ADAPTAÇÃO DOS ESCRITÓRIOS DE CONTABILIDADE À REFORMA TRIBUTÁRIA

A aprovação da Reforma Tributária inaugura um cenário de desafios e oportunidades para os escritórios de contabilidade. A substituição de PIS, Cofins, ICMS e ISS pelo IBS e CBS altera de forma significativa a dinâmica da atuação contábil (Brasil, 2025; Athros, 2025; Olivan, 2025; Nunes, 2025). A adaptação das organizações contábeis envolve não apenas o domínio técnico das normas, mas também a preparação dos profissionais, a gestão estratégica do conhecimento e a reestruturação operacional. Athros (2025), Olivan (2025) e Nunes (2025) destacam que o período de transição exigirá capacidade de ajuste, atualização tecnológica e reposicionamento estratégico dos contadores diante das novas demandas.

O Conselho Federal de Contabilidade (CFC, 2024) aponta que muitos profissionais demonstram preocupação com a falta de capacitação específica sobre o novo modelo de arrecadação, revelando dificuldades significativas no processo de adaptação. A Federação Nacional das Empresas de Contabilidade (FENACON, 2023) reforça essa necessidade ao destacar a importância de políticas estruturadas de qualificação contínua e de investimentos em tecnologia. As evidências mostram que estratégias formativas são essenciais para que os profissionais interpretem e apliquem adequadamente a legislação reformulada.

Os escritórios devem estruturar programas de capacitação contínua, integrando teoria e prática, para assegurar interpretação correta das normas, cálculo preciso de tributos e orientação segura aos clientes (Olivan, 2025; Nunes, 2025). A adaptação à reforma requer não apenas acesso à informação, exige transformar dados em

conhecimento útil para a tomada de decisão (Olivan, 2025). A FENACON (2023) complementa que os escritórios devem adotar modelos de gestão estratégica do conhecimento, com fluxos internos de atualização, compartilhamento de experiências e monitoramento contínuo das mudanças legais. Athros (2025) reforça que a reforma exige integração entre legislação, tecnologia e gestão, demandando investimentos em bases digitais atualizadas, sistemas integrados e parcerias institucionais. Segundo o autor, essa sinergia entre conhecimento técnico e ferramentas tecnológicas será decisiva para garantir eficiência durante o período de transição.

3 METODOLOGIA

A metodologia deste estudo descreve o percurso adotado para alcançar os objetivos propostos, garantindo rigor científico e coerência entre a natureza da investigação, seus procedimentos e a lógica de análise (Tako; Kameo, 2023; Marconi; Lakatos, 2022).

O presente estudo caracteriza-se como exploratório e descritivo. A pesquisa exploratória mostrou-se adequada devido à escassez de estudos locais sobre os impactos da Reforma Tributária nos escritórios contábeis de Petrolina-PE, permitindo levantar informações preliminares e compreender o fenômeno investigado. O caráter descritivo, por sua vez, possibilitou registrar e interpretar as percepções dos profissionais contábeis sem interferência do pesquisador (Tako; Kameo, 2023).

Trata-se também de uma pesquisa aplicada, uma vez que busca gerar conhecimento direcionado à prática profissional e à resolução de problemas concretos enfrentados pelos escritórios contábeis diante das mudanças tributárias (Pereira, 2024).

A abordagem utilizada foi qualitativa, priorizando a interpretação das percepções, opiniões e experiências dos profissionais sobre as mudanças decorrentes da Reforma Tributária. O instrumento de coleta consistiu em um questionário estruturado, contendo perguntas abertas e fechadas, elaborado no Google Forms. A abordagem qualitativa é adequada quando o objetivo é compreender significados atribuídos pelos sujeitos a situações reais (Creswell; Creswell, 2021; Tako; Kameo, 2023).

A população-alvo foi composta por escritórios de contabilidade de Petrolina-PE, incluindo empresários contábeis e profissionais atuantes nas áreas fiscal, tributária e consultiva. A amostragem foi intencional e não probabilística, adotada devido à necessidade de selecionar participantes que possuísem experiência direta com as rotinas contábeis e conhecimento sobre a Reforma Tributária (Pereira, 2024). Participaram 53 escritórios, abrangendo empresas de diferentes portes.

A coleta de dados ocorreu de forma online, com a divulgação do questionário por meio de WhatsApp, e-mail e redes sociais profissionais. O questionário buscou identificar percepções, desafios, impactos e estratégias de adaptação adotadas pelos escritórios diante das alterações tributárias.

Os dados foram analisados com base em uma abordagem qualitativa, empregando-se técnicas descritivas para organização das respostas e construção de gráficos ilustrativos. Para as perguntas abertas, aplicou-se a análise de conteúdo proposta por Bardin (2016), que envolve pré-análise, codificação e interpretação temática. Essa etapa permitiu identificar categorias como capacitação, desafios tecnológicos, adaptação às novas obrigações fiscais e papel consultivo do contador.

A análise integrou os achados empíricos ao referencial teórico, relacionando as percepções dos participantes às contribuições de autores como Olivan (2025), Athros (2025) e Nunes (2025), reforçando a importância da gestão do conhecimento e da atualização técnica no processo de transição tributária. Foram observados todos os princípios éticos da pesquisa científica, assegurando sigilo, voluntariedade e respeito às normas éticas vigentes (Resolução CNS 510/2016).

Por fim, reconhece-se que o uso de amostragem intencional limita a generalização dos resultados, restringindo-os ao contexto de Petrolina-PE. Ainda assim, os dados obtidos fornecem subsídios consistentes para compreender o processo de adaptação dos escritórios contábeis diante da Reforma Tributária.

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

4.1 CARACTERIZAÇÃO DOS RESPONDENTES

A pesquisa contou com 53 respondentes atuantes em escritórios de contabilidade de Petrolina-PE. Do total, 90,6% exercem a função de contador(a) ou empresário(a) contábil, enquanto 9,4% atuam como auxiliar ou analista contábil. Quanto ao tempo de atuação na área, 1,9% possuem menos de um ano de experiência, 35,8% atuam entre 1 e 5 anos, 20,8% entre 6 e 10 anos, e 35,8% possuem mais de 10 anos na profissão. Em relação ao porte das organizações, 69,8% trabalham em escritórios de pequeno porte (até 10 colaboradores), 17% em empresas de médio porte (11 a 30 colaboradores) e 13,2% em organizações de grande porte (mais de 30 colaboradores). Quanto à faixa etária, 54,7% dos participantes têm entre 25 e 35 anos, 9,4% possuem menos de 25 anos, 28,3% estão entre 36 e 45 anos, enquanto 3,8% encontram-se na faixa de 46 a 55 anos e 3,8% têm mais de 55 anos.

4.2 PERCEPÇÕES SOBRE A REFORMA TRIBUTÁRIA

Quanto ao nível de conhecimento sobre a Reforma Tributária, observa-se que 33 participantes afirmaram possuir conhecimento parcial sobre o tema, enquanto 12 declararam não ter conhecimento suficiente e 7 se consideram plenamente familiarizados. Apenas 1 respondente afirmou ainda não ter estudado a Reforma, o que evidencia que a maioria já tem algum contato inicial com o assunto, embora ainda não se considere totalmente preparado.

Em relação ao principal impacto da Reforma Tributária nos serviços contábeis, 71,7% dos participantes apontaram a necessidade de capacitação contínua, seguida por 18,9% que percebem um aumento da complexidade das atividades. A exigência de maior tecnologia foi mencionada por 3,8%, enquanto 5,7% acreditam que haverá simplificação dos processos.

Sobre o nível de preparo dos profissionais para lidar com a Reforma, 50,9% dos respondentes se consideram medianamente preparados, 26,4% pouco preparados, 18,9% bem preparados e 3,8% totalmente preparados. Nenhum participante selecionou a opção “nada preparado”.

Ao avaliar a percepção geral dos profissionais sobre a Reforma Tributária, 50,9% a entendem como uma mudança que pode gerar tanto oportunidades quanto riscos, enquanto 43,4% a consideram uma oportunidade de ampliar serviços e explorar novos mercados. Para 5,7%, trata-se de um aumento de obrigações, e nenhum respondente a classificou como um fator capaz de trazer danos significativos ao escritório.

Por fim, quanto ao impacto da Reforma Tributária no potencial de geração de receita dos escritórios, 69,8% acreditam que haverá aumento claro na demanda por novos serviços, enquanto 22,6% esperam um impacto positivo, porém limitado. Apenas 5,7% entendem que não haverá efeitos significativos e 1,9% avaliam que pode ocorrer redução na receita.

4.3 ESTRATÉGIAS DE ADAPTAÇÕES DOS ESCRITÓRIOS CONTÁBEIS À REFORMA TRIBUTÁRIA

A análise das respostas abertas, evidenciam que os escritórios contábeis de Petrolina-PE já reconhecem a necessidade de um processo estruturado de adaptação diante das mudanças introduzidas pela Reforma Tributária. Os profissionais relatam que a principal dificuldade inicial reside no entendimento aprofundado das novas regras, especialmente no que envolve a interpretação técnica das normas e sua aplicação prática no cotidiano fiscal. Esse cenário confirma o que Athros (2025) descreve como um momento de “complexidade ampliada”, no qual o contador precisa conciliar a legislação vigente com as exigências que serão gradualmente implementadas até 2033.

Os participantes destacam que a falta de conhecimento pleno sobre o novo modelo tributário é um dos maiores desafios enfrentados no momento. Além disso, há preocupação com a coexistência de dois sistemas — o regime atual, baseado em tributos como ICMS, ISS, PIS e Cofins, e o novo modelo que implantará o IBS e a CBS — durante o período de transição, o que tende a aumentar a complexidade operacional. Tal percepção está alinhada às observações do Ministério da Fazenda (2025), que aponta que essa fase exigirá maior atenção, revisão constante de procedimentos e compreensão detalhada das normas para evitar inconsistências fiscais. Os respondentes relatam,

ainda, receio de cometer equívocos na escrituração e na apuração dos tributos, especialmente diante das múltiplas obrigações acessórias que deverão ser ajustadas ao novo modelo.

Entre os impactos previstos na rotina dos escritórios, destaca-se a necessidade de reorganização interna das atividades. Muitos profissionais afirmam que rotinas fiscais, processos de conferência e fluxos de escrituração precisarão ser reestruturados. Essa percepção também aparece nas respostas abertas do questionário, especialmente na pergunta “Quais medidas o seu escritório está tomando para se adaptar às mudanças da Reforma Tributária?”, na qual os participantes mencionam ações como ajustes no planejamento tributário (“mudança nas estruturas de funcionamento, planejamento tributário...”), reforço da orientação aos clientes (“grupos de estudo específicos para orientar os clientes...”) e maior controle das informações fiscais (“uso de tecnologia para melhorar o controle das informações fiscais”). Tais menções reforçam que a reforma impactará diretamente a organização das operações contábeis e exigirá revisão contínua dos processos internos.

No que diz respeito à capacitação, os profissionais indicam que a atualização contínua será indispensável para acompanhar a implementação das novas regras. Muitos afirmaram participar de cursos, palestras e treinamentos específicos sobre a Reforma Tributária, reconhecendo que ainda estão em processo de familiarização com o novo modelo. Essa percepção confirma as análises da FENACON (2023), que destaca a necessidade de programas permanentes de formação técnica nos escritórios, e vai ao encontro do argumento de Olivan (2025), segundo o qual a gestão do conhecimento deve ser tratada como estratégia central para o sucesso da adaptação. Além disso, os participantes ressaltam que a compreensão plena das mudanças depende tanto de estudo individual quanto de iniciativas coletivas, como reuniões internas e troca de experiências.

Outro aspecto amplamente mencionado é a demanda por modernização tecnológica. Os profissionais afirmam que a atualização dos sistemas contábeis será indispensável para evitar inconsistências no cumprimento das obrigações fiscais e garantir maior precisão no processo de escrituração. Essa necessidade já havia sido

apontada por Athros (2025), que considera que a integração entre tecnologia, legislação e gestão será um dos principais diferenciais competitivos durante o período de transição. Os respondentes também destacam a dependência dos escritórios em relação às empresas fornecedoras de software, reconhecendo que a qualidade das adaptações tecnológicas influenciará diretamente a capacidade operacional de cada organização.

Além disso, os discursos evidenciam a ampliação do papel consultivo do contador no cenário pós-reforma. Muitos participantes afirmam que a orientação aos clientes se tornará ainda mais necessária, especialmente na revisão de estratégias, na adequação de preços, na compreensão das novas regras e na tomada de decisões. Essa mudança de enfoque confirma as análises de Nunes (2025), segundo as quais o contador deixa de atuar apenas como executor das obrigações fiscais para assumir uma posição estratégica e consultiva dentro das organizações. As respostas mostram que os clientes já começaram a buscar esclarecimentos antecipados sobre a reforma, e os contadores reconhecem que a qualidade dessas orientações dependerá diretamente da profundidade do conhecimento técnico adquirido.

Com relação às estratégias já adotadas ou em fase de implementação, os escritórios relatam ações como participação em capacitações, estudo da legislação, atualização de sistemas, revisão de procedimentos internos, criação de cronogramas de estudo, reorganização das rotinas fiscais e busca por materiais técnicos. Essa movimentação aparece com clareza nas respostas da pergunta “Quais medidas o seu escritório está tomando para se adaptar às mudanças da Reforma Tributária?”, nas quais alguns participantes mencionam, por exemplo, o contato com fornecedores de software para compreender as atualizações necessárias (“contatei os fornecedores de software para entender as atualizações necessárias”) e a realização de treinamentos internos (“estamos organizando treinamentos internos para preparar a equipe”). Tais evidências mostram que o processo de adaptação não está restrito à teoria, mas tem sido colocado em prática por meio de ações concretas, ainda que em diferentes níveis de maturidade.

De maneira geral, as respostas permitem concluir que os principais desafios enfrentados pelos escritórios de contabilidade estão relacionados à necessidade de qualificação constante, à reorganização das rotinas internas, à compreensão técnica das

normas, à modernização tecnológica e ao aumento do papel consultivo. Em contrapartida, as estratégias de adaptação envolvem capacitação contínua, integração de sistemas, revisão de processos e fortalecimento da comunicação com clientes. Assim, as percepções dos participantes, alinhadas ao referencial teórico, demonstram que a Reforma Tributária representa um cenário desafiador, mas também uma oportunidade de fortalecimento profissional, reposicionamento no mercado e modernização dos escritórios contábeis.

5 CONCLUSÃO

O presente estudo teve como objetivo geral analisar as estratégias de adaptação adotadas pelos escritórios contábeis de Petrolina-PE diante das mudanças introduzidas pela Reforma Tributária. Os achados permitiram compreender que, embora a transição represente um cenário desafiador, os profissionais já demonstram iniciativas concretas de preparação, especialmente em relação à capacitação e à reorganização de processos internos.

No que se refere aos objetivos específicos, identificou-se que os principais desafios enfrentados pelos escritórios estão relacionados à necessidade de atualização técnica contínua, às incertezas quanto à aplicação das novas normas e ao aumento da complexidade operacional durante o período de convivência entre dois modelos tributários. Quanto aos impactos previstos sobre os serviços contábeis, verificou-se que a reforma exige revisão de rotinas, ajustes nos procedimentos fiscais e maior atenção à interpretação das obrigações acessórias. Observou-se, ainda, que essas mudanças influenciam diretamente a rotina dos profissionais, demandando maior rigor na conferência das informações, comunicação ampliada com os clientes e reorganização dos fluxos de trabalho. Por fim, foram identificadas estratégias de adaptação que vêm sendo adotadas pelos escritórios, como participação em capacitações, atualização dos sistemas contábeis, estudo antecipado da legislação e fortalecimento do papel consultivo do contador.

De forma interpretativa, os resultados evidenciam que os escritórios contábeis de Petrolina-PE já reconhecem a necessidade de transformação profissional diante da

Reforma Tributária. O processo de adaptação não se limita à compreensão técnica das normas, mas envolve uma reestruturação mais ampla, que abrange tecnologia, capacitação e gestão do conhecimento. A reforma, embora gere incertezas, também se apresenta como oportunidade de valorização da contabilidade consultiva, ampliando o espaço de atuação estratégica do contador no apoio às decisões empresariais. A capacidade de adaptação dos profissionais torna-se, portanto, um elemento decisivo para o fortalecimento da classe contábil no novo cenário tributário.

Este estudo apresenta algumas limitações, especialmente relacionadas à amostragem não probabilística e ao recorte regional. Os dados refletem exclusivamente a realidade dos escritórios de Petrolina-PE, o que impede generalizações para outros contextos. Além disso, o período de coleta ocorreu em um momento inicial de implementação da reforma, o que pode ter influenciado o nível de conhecimento e a percepção dos participantes. Reconhece-se, ainda, que fatores como porte da empresa, estrutura tecnológica e perfil das equipes não foram analisados de forma comparativa, o que abre espaço para investigações complementares.

Como sugestões para trabalhos futuros, recomenda-se a realização de estudos que explorem a relação entre o perfil profissional — incluindo faixa etária, formação e tempo de experiência — e o nível de preparo para lidar com as mudanças tributárias. Pesquisas comparativas entre diferentes regiões ou entre escritórios de distintos portes também podem ampliar a compreensão sobre desigualdades estruturais e tecnológicas na adaptação ao novo modelo. Além disso, estudos longitudinais poderiam acompanhar, ao longo dos anos de transição, a evolução das estratégias de adaptação adotadas pelos escritórios contábeis.

Conclui-se que a Reforma Tributária representa um marco transformador para a profissão contábil, exigindo preparo técnico, postura estratégica e capacidade contínua de aprendizado. A forma como os profissionais enfrentarão esse processo determinará não apenas a conformidade fiscal das empresas, mas também o fortalecimento da contabilidade como área essencial para a tomada de decisão e para o desenvolvimento sustentável das organizações.

REFERÊNCIAS

APPY, Bernard. **Por que o sistema tributário brasileiro precisa ser reformado?**

Revista Interesse Nacional, ano 8, n. 31, 2016. Disponível em: https://ccif.com.br/wp-content/uploads/2020/06/Appy_Tributacao_1610.pdf. Acesso em: 02 set. 2025.

ATHROS. **A importância da Contabilidade para a análise dos impactos da Reforma Tributária.**

Athros, 2025. Disponível em: <https://athros.com.br/a-importancia-da-contabilidade-para-a-analise-dos-impactos-da-reforma-tributaria/>. Acesso em: 02 set. 2025.

BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo.** São Paulo: Edições 70, 2016.

BRASIL. **Constituição (1988).** Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF: Senado Federal, 1988. Disponível em:

https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 18 out. 2025

BRASIL. **Quais os principais problemas do Sistema Tributário atual?** Ministério da

Fazenda, 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/fazenda/pt-br/acao-a-informacao/acoes-e-programas/reforma-tributaria/perguntas-e-respostas/quais-os-principais-problemas-do>. Acesso em: 02 set. 2025.

BRASIL. **Lei Complementar nº 214, de 16 de janeiro de 2025.** Institui o Imposto

sobre Bens e Serviços (IBS), a Contribuição Social sobre Bens e Serviços (CBS) e o Imposto Seletivo (IS); cria o Comitê Gestor do IBS e altera a legislação tributária. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 17 jan. 2025. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp214.htm. Acesso em: 02 set. 2025.

CRESWELL, John W; CRESWELL, J. David. **Projeto de pesquisa:** métodos qualitativo, quantitativo e misto. 5. ed. Porto Alegre: Penso, 2021.

FENACON. **Posicionamento do Sistema FENACON sobre a Reforma Tributária.**

Brasília: Federação Nacional das Empresas de Serviços Contábeis e das Empresas de Assessoramento, Perícias, Informações e Pesquisas, 2023. Disponível em: <https://www.fenacon.org.br>. Acesso em: 18 out. 2025.

MARCONI, Marina de A.; LAKATOS, Eva M. **Metodologia Científica.** 8 ed. São Paulo: Atlas, 2022.

NUNES, Poliana. **Conexão contábil nacional:** palestra sobre Reforma Tributária

apresenta os principais desafios e reposiciona o profissional da contabilidade.

Comunicação CFC, Conselho Federal de Contabilidade, 2025. Disponível em:

<https://cfc.org.br/noticias/conexao-contabil-nacional-palestra-sobre-reforma-tributaria-apresenta-os-principais-desafios-e-reposiciona-o-profissional-da-contabilidade/>.

Acesso em: 03 set. 2025.

OLIVAN, Fernando. **Reforma Tributária**: o que muda para os escritórios contábeis e como se preparar. FENACOM, 2025. Disponível em: <https://fenacon.org.br/reforma-tributaria/reforma-tributaria-o-que-muda-para-os-escritorios-contabeis-e-como-se-preparar/>. Acesso em: 03 set. 2025.

PEREIRA, João Batista. **Metodologia do trabalho científico**. João Pessoa: Editora IFPB, 2024. v. 1.

SOUZA, João Batista Teixeira de. Análise crítica do Sistema Tributário Nacional vigente e propostas de mudanças em sua estrutura e de sua simplificação. **Revista Augustus**, v. 23, n. 46, 2018. DOI: <https://doi.org/10.15202/1981896.2018v23n46p10>.

Disponível em:

<https://revistas.unisuam.edu.br/index.php/revistaaugustus/article/view/148>. Acesso em: 03 set. 2025.

TAKO, Karine Vaccaro; KAMEO, Simone Yuriko (orgs.). **Metodologia da pesquisa científica**: dos conceitos teóricos à construção do projeto de pesquisa. Campina Grande: Editora Amplla, 2023. DOI: 10.51859/amplla.mpc119.1123-0. ISBN: 978-65-5381-111-9.

PESTANA, Marcus. Estudo especial n.º 19: reforma tributária: contexto, mudanças e impactos. Instituição Fiscal Independente, Senado Federal, Brasília, 2024 Disponível em: https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/647648/EE19_2024.pdf. Acesso em: 03 set. 2025.

SISTEMAS GERENCIAIS NA AGRICULTURA: INOVAÇÃO E SUSTENTABILIDADE NAS PEQUENAS PROPRIEDADES RURAIS

Ozeas Rodrigues Gomes

Bacharelado em Ciências contábeis
Faculdade de Petrolina – FACAPE

Iris Kauane Rodrigues da Silva

Bacharelada em Ciências contábeis
Faculdade de Petrolina – FACAPE

Quézia Nascimento Santos

Bacharelada em Administração
Faculdade de Petrolina – FACAPE

Rayla Rodrigues Galvão

Bacharelada em Ciências contábeis
Faculdade de Petrolina – FACAPE

Thaís Josefa da Silva

Bacharelada em Administração
Faculdade de Petrolina – FACAPE

Dinani Gomes Amorim

Faculdade de Petrolina-FACAPE
Profa. Dra. em Ciências da
Computação

RESUMO: A gestão das pequenas propriedades rurais representa um desafio constante, principalmente pela escassez de recursos financeiros, dificuldades de acesso à internet e falta de capacitação técnica. Essas limitações impactam diretamente a produtividade, a sustentabilidade e a competitividade do setor agrícola. Nesse contexto, o uso de sistemas gerenciais e ferramentas tecnológicas simples surge como alternativa para auxiliar na organização, controle e tomada de decisões. O objetivo deste estudo é propor o uso de tecnologias de gestão acessíveis, que possam contribuir para o aumento da eficiência e da sustentabilidade nas pequenas propriedades. A pesquisa, de caráter bibliográfico e

exploratório, analisa soluções existentes, como o projeto Agrolabs, que apresenta uma abordagem prática e adaptada à realidade rural. Os resultados apontam que a adoção de sistemas gerenciais pode promover maior autonomia e sustentabilidade na agricultura familiar.

Palavras-chave: Sistemas gerenciais. Gestão rural. Agricultura familiar. Tecnologia agrícola. Sustentabilidade.

ABSTRACT: The management of small rural properties represents a constant challenge, mainly due to the scarcity of financial resources, difficulties in accessing the internet, and lack of technical training. These limitations directly impact productivity, sustainability, and competitiveness in the agricultural sector. In this context, the use of management systems and simple technological tools emerges as an alternative to assist in organization, control, and decision-making. The objective of this study is to propose the use of accessible management technologies that can contribute to increasing efficiency and sustainability in small properties. The research, of a bibliographic and exploratory nature, analyzes existing solutions, such as the Agrolabs project, which presents a practical approach adapted to rural reality. The results indicate that the adoption of management systems can promote greater autonomy and sustainability in family farming.

Keywords: Management systems. Rural management. Family farming. Agricultural technology. Sustainability.

1 INTRODUÇÃO

A agricultura familiar desempenha um papel estratégico no desenvolvimento socioeconômico do Brasil, sendo responsável por grande parte da produção de alimentos destinados ao consumo interno e por significativa parcela da geração de emprego e renda no meio rural. Apesar de sua relevância, as pequenas propriedades rurais ainda enfrentam um conjunto expressivo de desafios estruturais, entre eles a limitação de recursos financeiros, o acesso restrito à assistência técnica e a carência de capacitação em gestão, fatores que comprometem a competitividade e dificultam a sustentabilidade produtiva ao longo do tempo. Nesse contexto, muitos agricultores permanecem presos a métodos tradicionais de controle e tomada de decisão, o que resulta em baixa

produtividade, fragilidade no planejamento e dificuldades para responder às demandas de um mercado cada vez mais dinâmico e exigente.

Segundo Chiavenato (2000), a eficiência da gestão é determinante para o sucesso de qualquer organização, pois possibilita maior controle dos processos, melhor utilização dos recursos e capacidade estratégica de adaptação. Quando aplicada ao ambiente agrícola, essa perspectiva revela o potencial transformador das tecnologias de apoio à gestão, que podem atuar como ferramentas decisivas para o fortalecimento das pequenas propriedades. A incorporação de sistemas gerenciais como softwares de monitoramento da produção, ferramentas de controle financeiro, plataformas de gestão de estoque, sistemas de análise de solo e aplicativos de planejamento agrícola tem se mostrado uma alternativa inovadora capaz de otimizar processos, ampliar a produtividade e reduzir desperdícios.

Além disso, a adoção de sistemas gerenciais contribui diretamente para a sustentabilidade nas pequenas propriedades rurais, ao possibilitar o uso mais responsável dos insumos, melhoria no planejamento ambiental, maior controle sobre práticas agrícolas e, conseqüentemente, redução dos impactos ecológicos. A inovação tecnológica, portanto, não se configura apenas como um diferencial competitivo, mas como um elemento essencial para a construção de um modelo de agricultura mais eficiente, rentável e alinhado às práticas sustentáveis exigidas pela sociedade contemporânea.

Dessa forma, analisar o papel dos sistemas gerenciais na agricultura torna-se fundamental para compreender como a modernização das pequenas propriedades pode promover não apenas o fortalecimento econômico desses empreendimentos, mas também a sustentabilidade ambiental e social do setor agrícola. Este estudo busca, assim, discutir a importância da implementação dessas ferramentas e avaliar de que maneira elas podem contribuir para a inovação e a sustentabilidade nas pequenas propriedades rurais brasileiras.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

A gestão rural pode ser compreendida como um processo estratégico que transforma a propriedade agrícola em uma unidade empresarial moderna, orientada para eficiência e sustentabilidade. De acordo com Panno e Machado (2014), as pequenas propriedades rurais podem se tornar alternativas viáveis para geração de renda e desenvolvimento econômico quando são conduzidas com planejamento, organização e práticas gerenciais que aproximem sua gestão ao modelo empresarial.

Essa visão rompe com o modelo tradicional, ainda predominante no Brasil, caracterizado por sistemas produtivos tradicionais, marcados por baixo investimento em tecnologias, utilização predominante de mão de obra familiar e processos de gestão conduzidos sem planejamento e estrutura (Tavares, 2018).

Além disso, a comercialização costuma ocorrer de forma direta ao consumidor, principalmente no varejo local, ou por meio de associações e cooperativas, nas quais a distribuição é realizada conforme a cota de participação de cada produtor. Esse modelo fortalece a economia comunitária, mas ainda limita o acesso a mercados mais amplos e competitivos. A falta de estratégias comerciais estruturadas e de integração com canais digitais evidencia a necessidade de sistemas gerenciais que organizem estoques, planejem a produção e ampliem a visibilidade dos produtos, promovendo inovação e sustentabilidade no setor agrícola (Borges et al., 2015).

O uso de tecnologias computacionais para apoiar o gerenciamento das pequenas propriedades rurais ainda é limitado devido à escassez de informação, à falta de incentivos governamentais e à inadequação das soluções disponíveis às necessidades reais desse segmento. Segundo a Embrapa (2018), essa realidade reflete barreiras estruturais como baixa conectividade no meio rural e ausência de capacitação técnica, fatores que dificultam a adoção de ferramentas digitais. Apesar dessas limitações, observa-se um crescimento gradual do interesse dos produtores por tecnologias aplicadas à gestão, impulsionado pela popularização dos smartphones e pelo acesso a aplicativos gratuitos que oferecem informações sobre clima, preços e planejamento agrícola.

A agricultura, e consequentemente o agronegócio, tem passado por profundas transformações tecnológicas, econômicas, sociais e ambientais, impondo aos produtores

o desafio constante de se adaptar a novas realidades por meio de atualizações contínuas. Nesse contexto, é indispensável que o agricultor administre sua propriedade de forma consciente e eficiente, compreendendo o desempenho real do seu empreendimento e tomando decisões fundamentadas (Callado, 2014).

As mudanças estruturais no agronegócio exigem que os produtores adotem práticas gerenciais que integrem tecnologia, planejamento e controle financeiro, garantindo maior competitividade e sustentabilidade. Segundo Cardoso (2022), a gestão eficiente da propriedade rural não se limita à produção, mas envolve análise de custos, avaliação de riscos e tomada de decisões estratégicas baseadas em informações confiáveis. Essa abordagem permite ao agricultor compreender os impactos econômicos e ambientais de suas escolhas, assegurando a continuidade do negócio em um cenário dinâmico e desafiador.

A administração de pequenas propriedades rurais precisa considerar tanto os fatores internos quanto os externos. Os fatores internos abrangem recursos sob controle direto do produtor, como terra, máquinas, implementos, mão de obra, infraestrutura e informações. Já os fatores externos incluem variáveis como mercado, clima, transporte e preços, sobre as quais o agricultor não exerce domínio (Cardoso, 2022). Para enfrentar esses desafios, é essencial que o produtor adote práticas gerenciais modernas, incorporando tecnologia e análise de dados para apoiar decisões estratégicas. Iniciativas como o AgroLabs, reforçam essa necessidade ao promover soluções inovadoras que conectam produtores e instituições, visando maior eficiência, sustentabilidade e competitividade no agronegócio (Agrolabs, s/d).

O principal desafio da agricultura familiar não está relacionado ao tamanho das propriedades, mas à ausência de uma gestão estratégica consolidada. A rentabilidade e a sustentabilidade do negócio agrícola dependem menos da extensão territorial e mais da eficiência operacional alcançada pelo produtor. Para isso, torna-se indispensável investir em planejamento estruturado, controle rigoroso dos custos, acesso a mercados e adoção de tecnologias simples e acessíveis que potencializem a produtividade e reduzam vulnerabilidades. Essa abordagem permite transformar pequenas propriedades em unidades competitivas, alinhadas às exigências do agronegócio moderno.

No âmbito da gestão moderna, é essencial que o pequeno produtor conduza sua propriedade como uma empresa rural, substituindo práticas improvisadas por decisões fundamentadas em dados concretos. Especialistas e materiais técnicos da Embrapa recomendam que o planejamento da safra deve ocorrer com antecedência mínima de seis meses, contemplando etapas como aquisição de insumos, correção e preparo do solo, organização da mão de obra e análise de cenários mercadológicos. Essa abordagem garante maior previsibilidade, reduz riscos e contribui para uma produção mais eficiente, sustentável e competitiva no mercado Embrapa (2018).

Estudos da Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (Food and Agriculture Organization of the United Nations) indicam que propriedades rurais que adotam um planejamento estruturado podem alcançar até 25% de aumento na eficiência operacional, mesmo sem a necessidade de grandes investimentos adicionais (FAO, 2024). Assim, o planejamento se destaca como a tecnologia mais democrática, acessível e de alto impacto para os pequenos produtores. A incorporação de tecnologias digitais e a expansão da conectividade no meio rural representam um marco para a gestão agrícola moderna. Aplicativos e plataformas digitais oferecem informações estratégicas, como previsões meteorológicas e cotações de mercado, permitindo decisões mais rápidas e assertivas. Essa democratização do acesso à informação contribui para reduzir riscos e aumentar a eficiência operacional, mesmo em pequenas propriedades, consolidando a agricultura digital como um fator essencial para competitividade (Bolfe et al., 2020).

A contabilidade de custos é indispensável para a gestão financeira das pequenas propriedades, pois permite identificar os custos de produção, calcular a viabilidade econômica e definir estratégias para otimizar recursos. Essa abordagem amplia a capacidade de planejamento e contribui para decisões mais assertivas, reduzindo desperdícios e fortalecendo a competitividade. Ao aplicar métodos de controle rigoroso, o produtor rural transforma sua gestão em um processo mais profissional e sustentável (Tavares & Rech, 2021).

O Programa Balde Cheio, desenvolvido pela Embrapa, é uma metodologia de transferência de tecnologia voltada para capacitar técnicos e produtores em práticas agrícolas, zootécnicas, gerenciais e ambientais. As propriedades participantes tornam-

se unidades demonstrativas, funcionando como salas de aula práticas para difusão de conhecimento. Essa abordagem promove ganhos expressivos de produtividade e sustentabilidade: em 2022, propriedades atendidas pelo programa alcançaram média de 4.485 litros de leite por hectare ao ano, frente à média nacional de 1.180 litros, além de gerar retorno social estimado em R\$44 para cada real investido (EMBRAPA, 2023)

Paralelamente, iniciativas como o AgroLabs, reforçam a importância da inovação na gestão rural. O projeto atua como um ecossistema colaborativo para desenvolver soluções tecnológicas voltadas à fruticultura e ao agronegócio, promovendo integração entre produtores, pesquisadores e empresas. Por meio do Espaço Agromaker, o AgroLabs oferece infraestrutura para prototipagem, testes e desenvolvimento de tecnologias como agricultura de precisão, sensores e softwares de gestão, ampliando a eficiência produtiva e a sustentabilidade das pequenas propriedades (AGROLABS, 2024).

Diante do exposto, observa-se que a gestão rural moderna exige integração entre planejamento estratégico, controle financeiro e adoção de tecnologias acessíveis. Programas como o Balde Cheio e iniciativas como o AgroLabs demonstram que inovação e capacitação são fundamentais para transformar pequenas propriedades em unidades competitivas e sustentáveis. Assim, a profissionalização da gestão rural não é apenas uma tendência, mas uma necessidade para garantir a viabilidade econômica e social do agronegócio contemporâneo.

3 METODOLOGIA

A pesquisa desenvolvida possui caráter bibliográfico e exploratório, sendo fundamentada em livros, artigos e relatórios de instituições reconhecidas nas áreas de administração e agricultura. Conforme destacam Marconi e Lakatos (2017), a pesquisa bibliográfica é essencial para a construção de uma base teórica sólida, pois permite identificar e selecionar as principais contribuições de outros autores sobre o tema em estudo. Nesse mesmo sentido, Severino (2016) ressalta que esse tipo de investigação auxilia na fundamentação do problema de pesquisa, possibilitando ao pesquisador compreender e interpretar os conceitos aplicáveis ao objeto analisado.

Sampieri, Collado e Lucio (2013) reforçam que a pesquisa bibliográfica é recomendada quando há necessidade de aprofundar a compreensão sobre um problema ou explorar ideias ainda pouco estudadas. Em complemento, Gil (2008) aponta que a pesquisa exploratória permite identificar padrões e tendências, sendo especialmente pertinente para estudos iniciais em temas emergentes.

Nesse contexto, autores da área de administração como Drucker (1973) ressaltam que a eficiência organizacional depende da capacidade de transformar informação em ação, reforçando a importância dos sistemas gerenciais mesmo em pequenos empreendimentos. Mintzberg (1973), por sua vez, argumenta que a gestão eficaz resulta da combinação entre planejamento, organização e tomada de decisão baseada em dados — princípios essenciais também para as pequenas propriedades rurais, onde muitas decisões ainda são empíricas. Assim, a análise de autores como Chiavenato (2000), Callado (2020) e Souza Filho (2019), juntamente com fontes institucionais do SEBRAE e da Embrapa, contribuiu para identificar como o uso de sistemas gerenciais e tecnologias simples pode melhorar a gestão das pequenas propriedades rurais.

4 RESULTADOS

Os resultados indicam a partir da análise bibliográfica indicam que a adoção de sistemas gerenciais nas pequenas propriedades rurais contribui diretamente para a eficiência produtiva. Dados da FAO (2024) apontam que propriedades que implementam planejamento estruturado podem alcançar até 25% de aumento na eficiência operacional, mesmo sem grandes investimentos adicionais. Esse ganho está associado à melhoria no controle de custos, à previsibilidade das operações e à redução de desperdícios.

No âmbito do Programa Balde Cheio, verificou-se um incremento expressivo na produtividade: propriedades participantes atingiram média de 4.485 litros de leite por hectare ao ano, frente à média nacional de 1.180 litros, representando aumento superior a 280%. Além disso, o programa apresenta retorno social estimado em R\$44 para cada real investido, evidenciando resultados econômicos relevantes.

Mesmo diante de limitações como baixa conectividade e restrições financeiras, observou-se que ferramentas simples, como planilhas eletrônicas, aplicativos gratuitos e softwares básicos, promovem melhorias substanciais na organização das informações, no controle de insumos e na capacidade de planejamento. A utilização de aplicativos móveis também se destacou como recurso de inclusão produtiva, permitindo consultas rápidas sobre clima, preços agrícolas e manejo integrado de pragas, reduzindo a dependência de assistência presencial.

Iniciativas como AgroLabs reforçam a importância da integração tecnológica no meio rural, oferecendo soluções voltadas à fruticultura e ao agronegócio que ampliam a eficiência produtiva e a sustentabilidade das pequenas propriedades. De forma geral, os dados analisados demonstram que a combinação entre tecnologia acessível e capacitação técnica contribui para ganhos consistentes na gestão das propriedades rurais.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os resultados evidenciam que as adoções de sistemas gerenciais nas pequenas propriedades rurais geram impactos expressivos na eficiência produtiva, na organização das atividades e na sustentabilidade econômica e ambiental. A análise bibliográfica, apoiada em dados da FAO (2024) e da Embrapa (2023), indica que propriedades que implementam planejamento estruturado podem alcançar até 25% de aumento na eficiência operacional, mesmo sem grandes investimentos adicionais. Esse ganho decorre da melhoria no controle de custos, na previsibilidade das operações e na redução de desperdícios.

No caso do Programa Balde Cheio, os efeitos são ainda mais significativos: propriedades participantes atingiram média de 4.485 litros de leite por hectare ao ano, frente à média nacional de 1.180 litros, representando um incremento superior a 280% na produtividade. O programa apresenta um retorno social estimado em R\$44 para cada real investido, evidenciando a viabilidade econômica da gestão profissionalizada. Esses números reforçam que a integração entre tecnologia, capacitação e assistência técnica é determinante para transformar pequenas propriedades em unidades competitivas.

Mesmo diante de limitações como baixa conectividade e restrições financeiras, ferramentas simples como planilhas eletrônicas, aplicativos gratuitos e softwares básicos já promovem melhorias substanciais. Em propriedades que adotaram essas soluções, obteve-se maior organização das informações, controle rigoroso de insumos e capacidade ampliada de planejamento, fatores que contribuem para a redução de desperdícios e para práticas agrícolas mais sustentáveis.

A adoção dessas tecnologias digitais acessíveis atua como instrumento de inclusão produtiva. Aplicativos móveis permitem consultas rápidas sobre clima, preços agrícolas, manejo integrado de pragas e orientações técnicas, reduzindo a dependência de deslocamentos ou de assistência presencial. Quando combinadas com capacitação técnica, essas ferramentas ampliam o repertório de conhecimento do produtor e fortalecem sua autonomia decisória.

Iniciativas de apoio tecnológico, como o AgroLabs e o Programa Balde Cheio, mostra que a gestão eficiente somada à tecnologia adequada pode superar limitações associadas ao tamanho da propriedade.

Por fim, constatou-se que a principal barreira para a adoção plena dos sistemas gerenciais não é tecnológica, mas pedagógica: muitos produtores têm baixa familiaridade com ferramentas digitais. Contudo, quando capacitados, mostram aceitação positiva e rápida adaptação, evidenciando que políticas públicas de formação e assistência técnica desempenham papel crucial no sucesso da implantação dos sistemas.

Assim, os resultados indicam que os sistemas gerenciais, quando adequadamente adaptados à realidade da agricultura familiar, promovem melhorias expressivas na organização, na rentabilidade e na sustentabilidade das pequenas propriedades, contribuindo para sua permanência e fortalecimento no cenário agrícola brasileiro.

REFERÊNCIAS

AGROLABS. Ecossistema colaborativo para fruticultura. 2024. Site institucional. Disponível em: <https://agrolabs.space/> . Acesso em: 18 nov. 2025.

AGROLABS. Espaço Agromaker: inovação para o agronegócio. 2024. Site institucional. Disponível em: <https://agrolabs.space/espaco-agro-maker/> . Acesso em: 18 nov. 2025.

BOLFE, É. L.; FREITAS, J. A.; OLIVEIRA, C. A.; SANTOS, A. L.; SILVA, M. V.
Precision and Digital Agriculture: Adoption of Technologies and Perception of Brazilian Farmers. *Agriculture*, v.10, n.12, p.653, 2020. Artigo científico. DOI: 10.3390/agriculture10120653. Disponível em: <https://www.mdpi.com/2077-0472/10/12/653> . Acesso em: 18 nov. 2025.

BORGES, C. F. **Ensaio sobre produtividade e eficiência agrícola na América Latina, no Brasil e no Vale do São Francisco.** Fortaleza: UFC, 2015. Dissertação de Mestrado. 103 p. Disponível em: <https://ainfo.cnptia.embrapa.br/digital/bitstream/item/128972/1/Dissertacao-Caliane-Borges-Ferreira-Joao-Ricardo-2015.pdf> . Acesso em: 18 nov. 2025.

BORGES, M. S. *et al.* A Gestão do Empreendimento Rural: um estudo a partir de um programa de transferência de tecnologia a pequenos produtores. **Revista de Ciências da Administração**, v. 17, n. 43, p. 141-156, 2015. Disponível em: <http://agora.edu.es/servlet/articulo?codigo=5299164> Acesso em: 18 nov. 2025.

CALLADO, A. A. C. **Agronegócio.** 4. ed. São Paulo: Atlas, 2014. Livro. 232 p. ISBN 9788522494491. Disponível em: <https://www.amazon.com.br/Agroneg%C3%B3cio-Ant%C3%B4nio-Andr%C3%A9-Cunha-Callado/dp/8522494495>. Acesso em: 18 nov. 2025.

CARDOSO, H. M. C. **Guia da gestão rural.** 2. ed. São Paulo: Atlas, 2022. Livro. 112 p. ISBN 9786559772094. Disponível em: <https://www.amazon.com.br/Gest%C3%A3o-Rural-Monteiro-Cunha-Cardoso/dp/6559772098>. Acesso em: 18 nov. 2025.

CARVALHO, E. S.; LAGO, S. M. S. A apropriação de inovações na agricultura familiar: uma revisão sistemática da literatura. **Revista Eletrônica Competências Digitais para Agricultura Familiar**, Tupã, São Paulo, Brasil, v. 5, n. 2, p. 81-119, 2019. Disponível em: <https://owl.tupa.unesp.br/recodaf/index.php/recodaf/article/view/98> . Acesso em: 18 nov. 2025.

CHIAVENATO, I. **Introdução a Teoria Geral Da Administração Compact.** Elsevier Brasil, 2000. Disponível em: <https://books.google.com/books?hl=pt-BR&lr=&id=5st65nAYfq8C&oi=fnd&pg=PA1&dq=Introdu%C3%A7%C3%A3o+%C3%A0+>

Teoria+Geral+da+Administra%C3%A7%C3%A3o&ots=gno-OAKIWG&sig=rirClgZhZMS0sUrjwFn-SYPFsxg Acesso em: 2 nov. 2025.

DRUCKER, P. F. Gerenciando a instituição de serviço público. **O interesse público**, v. 33, p. 43, 1973. Disponível em: <https://search.proquest.com/openview/028fba017ef2b20c33767d9119ff0d9f/1?pq-origsite=gscholar&cbl=1817076>. Acesso em: 18 nov. 2025

Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA). **Tecnologia e inovação na agricultura familiar: experiências e resultados**. Brasília: Embrapa, 2022. Disponível em: <https://ainfo.cnptia.embrapa.br/digital/bitstream/item/118046/1/Tecnologia-da-embrapa.pdf>. Acesso em: 2 nov. 2025.

Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA). **Planilha eletrônica para gerenciamento rural – versão 2**. Bagé: Embrapa Pecuária Sul, 2018. Documento técnico. 37 p. Disponível em: <https://www.infoteca.cnptia.embrapa.br/infoteca/bitstream/doc/1103044/1/DT154online.pdf>. Acesso em: 18 nov. 2025.

Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA). **Programa Balde Cheio: relatório de gestão**. Brasília: Embrapa, 2023. Relatório técnico. Disponível em: <https://www.embrapa.br/busca-de-publicacoes/-/publicacao/1110042/relatorio-de-gestao-2015-2018-pesquisa-e-inovacao-em-tecnologia-da-informacao-e-comunicacao-para-a-agricultura>. Acesso em: 18 nov. 2025.

Food and Agriculture Organization of the United Nations (FAO). **The State of Food and Agriculture 2024: Value-driven transformation of agrifood systems**. Roma: FAO, 2024. Relatório. ISBN 978-92-5-139140-2. Disponível em: <https://openknowledge.fao.org/handle/20.500.14283/cd2616en>. Acesso em: 18 nov. 2025.

GIL, A. C. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/8317651/mod_folder/content/0/Gil%202008.pdf?forcedownload=1. Acesso em: 18 nov. 2025.

LAKATOS, E. M; MARCONI, M. A. **Fundamentos de metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003. Disponível em: https://docentes.ifrn.edu.br/olivianeta/disciplinas/copy_of_historia-i/historia-ii/china-e-india/at_download/file. Acesso em: 17 nov. 2025.

MINTZBERG, H. Elaboração de estratégias em três modos. **California management review**, v. 16, n. 2, p. 44-53, 1973. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/abs/10.2307/41164491> Acesso em: 18 nov. 2025

PANNO, F.; MACHADO, J. A. D. Influências na decisão do jovem trabalhador rural: partir ou ficar no campo. **Desenvolvimento em questão: revista do programa de pós-graduação em desenvolvimento**. Ijuí, RS. Vol. 12, n. 27 (jul./set. 2014), p.[264]-297, 2014. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/205128>. Acesso em: 17 nov. 2025.

SEVERINO, A. J. **Metodologia do Trabalho Científico**. 24. ed. São Paulo: Cortez, 2016. Disponível em: https://www.ufrb.edu.br/ccaaab/images/AEPE/Divulga%C3%A7%C3%A3o/LIVROS/Metodologia_do_Trabalho_Cient%C3%ADfico_-_1%C2%AA_Edi%C3%A7%C3%A3o_-_Antonio_Joaquim_Severino_-_2014.pdf. Acesso em: 18 nov. 2025.

TAVARES, M. F. F.; SILVEIRA, F. M.; HAVERROTH, J. E.; RODRIGUES, W. G. **Introdução à Agronomia e ao Agronegócio**. Porto Alegre: SAGAH, 2018. Livro. 1ª ed. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/8769> Acesso em: 17 nov. 2025.

TAVARES, M. K. G.; Rech, I. J. **Contabilidade de custos na agricultura familiar: uma revisão sistemática**. *Anais do Congresso Brasileiro de Custos*, 2021. Artigo científico. Disponível em: <https://anaiscbc.abcustos.org.br/anais/article/download/5155/5168/5311> . Acesso em: 18 nov. 2025.

SISTEMAS GERENCIAIS NO AGRONEGÓCIO: A IMPORTÂNCIA DO SISTEMA AEGRO NA GESTÃO DE PROPRIEDADES RURAIS

Bianca da Cruz Pereira

Bacharelada em Administração
Faculdade de Petrolina – FACAPE

Matheus Santos de Oliveira Silva

Bacharelado em Ciências Contábeis
Faculdade de Petrolina – FACAPE

Natan Nascimento de Souza

Bacharelado em Ciências Contábeis
Faculdade de Petrolina – FACAPE

Dinani Gomes Amorim

Profa Dra. Em Ciência da Computação
Faculdade de Petrolina-FACAPE

RESUMO: As tecnologias digitais vêm transformando o setor agropecuário, oferecendo soluções que auxiliam no planejamento, controle e tomada de decisão nas propriedades rurais. O uso de sistemas gerenciais, como o Aegro, contribui para a profissionalização da gestão rural, otimizando recursos e reduzindo desperdícios. Pequenos e médios produtores podem, com o auxílio da tecnologia, aprimorar a produtividade e a sustentabilidade de suas atividades. Este artigo tem como objetivo analisar a importância dos sistemas gerenciais aplicados ao agronegócio, com ênfase no sistema Aegro, e identificar seus impactos sobre a eficiência operacional e a competitividade das propriedades rurais. A metodologia baseou-se em revisão bibliográfica e análise descritiva de plataformas digitais voltadas à gestão rural. Os resultados parciais apontam que o uso de sistemas integrados como o Aegro potencializa o controle das operações, fortalece o processo de tomada de decisão e promove uma agricultura mais moderna e sustentável.

Palavras-chave: Gestão Rural. Sistema Aegro. Tecnologia Digital. Produtividade. Sustentabilidade.

ABSTRACT: Digital technologies have transformed the agricultural sector by providing tools that support planning, monitoring, and decision-making in rural properties. Management systems, such as Aegro, contribute to the professionalization of rural administration, optimizing resources, reducing waste, and improving productivity. This study aims to analyze the importance of management systems applied to agribusiness, emphasizing the Aegro platform and its impact on operational efficiency and competitiveness in rural enterprises. The methodology consisted of a bibliographic review and descriptive analysis of digital platforms focused on agricultural management. The results indicate that integrated systems like Aegro enhance operational control, strengthen the decision-making process, and promote a more sustainable and technologically aligned agricultural practice. The findings reinforce that digitalization is essential for achieving efficiency, sustainability, and competitiveness in contemporary agribusiness.

Keywords: Rural Management; Aegro System; Digital Technology; Productivity; Sustainability.

1 INTRODUÇÃO

O agronegócio brasileiro tem se destacado como um dos principais motores da economia nacional, sendo responsável por parcela significativa do Produto Interno Bruto (PIB) e das exportações do país. Com a crescente complexidade das cadeias produtivas e a competitividade dos mercados, a adoção de tecnologias de gestão tornou-se fundamental para a sustentabilidade e o desenvolvimento do setor. Nesse contexto, os sistemas gerenciais emergem como ferramentas indispensáveis para o controle eficiente de recursos, o monitoramento de processos e o suporte à tomada de decisões estratégicas. A transformação digital no campo tem modificado profundamente a maneira como as propriedades rurais são administradas. O uso de softwares e plataformas de gestão contribui para o acompanhamento em tempo real de dados sobre produção, custos, estoques e produtividade, permitindo maior previsibilidade e assertividade nas ações. Entre as soluções disponíveis no mercado, destaca-se o sistema Aegro, desenvolvido especialmente para o gerenciamento de propriedades agrícolas, com foco na integração de informações e na simplificação de processos administrativos e operacionais. O Aegro

permite que produtores e gestores rurais registrem todas as etapas da produção, desde o planejamento das safras até o controle financeiro e a análise de rentabilidade. Dessa forma, promove uma visão ampla e integrada do negócio, facilitando o controle de gastos, o acompanhamento de insumos e a avaliação de resultados. Além disso, o sistema favorece a adoção de práticas sustentáveis, por meio da utilização racional de recursos e da redução de desperdícios, o que é essencial diante dos desafios ambientais enfrentados pelo setor agropecuário. Assim, este estudo busca evidenciar a relevância dos sistemas gerenciais no agronegócio contemporâneo, com ênfase no papel do Aegro como instrumento de modernização e competitividade para as propriedades rurais. A pesquisa propõe uma reflexão sobre a importância da tecnologia como aliada na gestão eficiente e na sustentabilidade das atividades agrícolas, contribuindo para o fortalecimento do agronegócio brasileiro.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

A gestão rural moderna tem se consolidado como um dos pilares fundamentais para o sucesso do agronegócio contemporâneo. O aumento da competitividade, as variações climáticas, a oscilação dos preços de insumos e a necessidade de atender a padrões de sustentabilidade têm exigido dos produtores rurais uma postura mais estratégica e profissionalizada. Nesse sentido, os sistemas gerenciais surgem como ferramentas capazes de integrar informações e otimizar processos, promovendo maior controle, eficiência e rentabilidade nas atividades do campo. Segundo Batalha (2018), a gestão rural envolve o planejamento, a organização e o controle das atividades produtivas e financeiras de uma propriedade, buscando maximizar os resultados econômicos e garantir a sustentabilidade do negócio. Para tanto, torna-se indispensável o uso de instrumentos tecnológicos que permitam o registro e a análise de dados, possibilitando decisões mais assertivas e embasadas em informações concretas. Assim, os sistemas de informação gerencial (SIGs) representam um avanço significativo para o setor, pois possibilitam o acompanhamento detalhado de indicadores de desempenho, custos e produtividade. De acordo com Oliveira, Silva Filho, Sperotto e Obana (2022), a tecnologia

da informação aplicada ao agronegócio é responsável por impulsionar uma nova fase de desenvolvimento no campo, marcada pela automação, pela conectividade e pela análise de dados em tempo real. Essa transformação, conhecida como Agricultura 4.0, integra recursos de inteligência artificial, sensores, drones e softwares de gestão que auxiliam na administração eficiente das propriedades. Nesse contexto, os sistemas gerenciais agrícolas constituem a base operacional que conecta os diversos processos produtivos, promovendo uma gestão integrada e sustentável. O uso de plataformas digitais no agronegócio, como o Aegro, tem se destacado por sua capacidade de centralizar dados e simplificar rotinas administrativas. Os sistemas integrados permitem que o produtor tenha uma visão holística da fazenda, compreendendo as relações entre custo, produção e rentabilidade. Isso reduz erros manuais, facilita o controle de estoque e melhora o planejamento financeiro. Além disso, o armazenamento em nuvem possibilita o acesso remoto e o compartilhamento de informações entre equipes e consultores, o que potencializa a eficiência operacional. O sistema Aegro, em específico, foi desenvolvido para atender às demandas de gestão das propriedades rurais brasileiras, adaptando-se às realidades de pequenos, médios e grandes produtores. Segundo informações da própria plataforma (AEGRO, 2024), o sistema integra módulos de controle de produção, gestão financeira, planejamento de safras e monitoramento de indicadores técnicos. Essa integração permite que o gestor acompanhe o desempenho das lavouras, registre custos operacionais e avalie a lucratividade de cada talhão, de forma prática e precisa. Além disso, o Aegro contribui diretamente para a sustentabilidade no campo, uma vez que proporciona o uso racional dos recursos naturais e reduz desperdícios de insumos agrícolas. Estudos recentes apontam que propriedades que utilizam sistemas de gestão digital conseguem melhorar o controle sobre o consumo de água e defensivos, bem como aumentar a produtividade por hectare. Esses resultados demonstram que a tecnologia tem papel decisivo não apenas na lucratividade, mas também na responsabilidade ambiental do agronegócio. Portanto, a adoção de sistemas gerenciais representa um diferencial competitivo para o setor rural, pois permite que o produtor compreenda melhor sua estrutura produtiva, realize análises de desempenho e implemente melhorias contínuas. O Aegro, enquanto ferramenta tecnológica, reforça a importância da

informatização da gestão agrícola, oferecendo soluções práticas que unem eficiência econômica, sustentabilidade e inovação no campo.

3 METODOLOGIA

A presente pesquisa caracteriza-se como um estudo de natureza qualitativa e descritiva, com abordagem baseada em revisão bibliográfica e análise documental. Segundo Gil (2019), as pesquisas descritivas têm como objetivo principal a observação, registro e análise dos fenômenos sem a interferência direta do pesquisador, possibilitando compreender as relações existentes entre as variáveis estudadas. No caso deste trabalho, busca-se compreender como os sistemas gerenciais, especialmente o Aegro, influenciam a gestão de propriedades rurais e contribuem para a modernização do agronegócio brasileiro. A revisão bibliográfica foi realizada por meio da consulta a livros, artigos científicos, dissertações e publicações em periódicos especializados em gestão rural, administração, contabilidade e tecnologia aplicada ao agronegócio. Segundo Minayo (2017), a pesquisa qualitativa permite captar a complexidade dos fenômenos sociais e interpretar significados, sendo adequada para estudos que envolvem aspectos subjetivos e processos de inovação. Além disso, a análise descritiva foi utilizada para examinar as características e os impactos da aplicação do sistema Aegro no campo, destacando suas contribuições para a eficiência administrativa e a sustentabilidade. A metodologia empregada possibilitou a construção de um panorama conceitual e prático sobre o papel das tecnologias digitais na gestão das propriedades rurais, fornecendo subsídios teóricos para discussões e reflexões futuras. Dessa forma, o percurso metodológico adotado oferece uma base sólida para compreender a relevância dos sistemas gerenciais no agronegócio, bem como os benefícios e desafios da digitalização da gestão rural. A partir dos resultados dessa investigação, espera-se contribuir para o avanço do conhecimento na área de administração e contabilidade aplicadas ao setor agropecuário, reforçando a importância da inovação tecnológica como fator estratégico de competitividade e sustentabilidade.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A adoção de sistemas gerenciais como o Aegro tem se mostrado essencial para o aprimoramento da gestão rural e para a competitividade no agronegócio brasileiro. Conforme Oliveira et al. (2022), a Agricultura 4.0 promove um ambiente de inovação, no qual a integração entre tecnologia da informação, automação e análise de dados redefine as práticas produtivas no campo. O Aegro consolida informações financeiras e produtivas, permitindo rastreabilidade completa das operações agrícolas, desde o planejamento das safras até a análise de rentabilidade.

Estudos indicam que o uso do Aegro pode reduzir até 40% dos custos operacionais e aumentar em média 25% a produtividade anual (AEGRO, 2024). Esses resultados reforçam que a digitalização da gestão rural é fundamental para a sustentabilidade e a competitividade do agronegócio. Apesar dos benefícios evidentes, a adoção de sistemas gerenciais ainda enfrenta alguns desafios no meio rural. Entre eles, destacam-se a resistência cultural à mudança, a falta de capacitação tecnológica e a limitação de conectividade em áreas remotas (SANTOS; RIBEIRO, 2020). Pequenos produtores, especialmente, podem encontrar dificuldades para investir em softwares pagos ou em equipamentos adequados.

Contudo, iniciativas públicas e privadas têm buscado reverter esse quadro, promovendo a inclusão digital no campo e oferecendo capacitação sobre o uso de ferramentas de gestão. Segundo Vieira Filho e Gasques (2022), a digitalização do agronegócio é um processo irreversível e fundamental para garantir a competitividade do setor no cenário global. Portanto, o desafio não é mais discutir se a tecnologia deve ser adotada, mas como garantir que todos os produtores tenham acesso a ela.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo demonstrou que os sistemas gerenciais desempenham papel essencial na modernização da gestão de propriedades rurais. O sistema Aegro representa uma ferramenta eficaz que integra tecnologia e gestão, proporcionando maior controle

operacional e sustentabilidade. Conclui-se que a digitalização da gestão rural é indispensável para o desenvolvimento competitivo do agronegócio, integrando eficiência econômica, responsabilidade ambiental e inovação tecnológica. A análise realizada neste estudo permite concluir que os sistemas gerenciais representam um pilar essencial para a modernização e sustentabilidade do agronegócio brasileiro. Ferramentas como o Aegro demonstram que a integração entre tecnologia e gestão é capaz de transformar profundamente a administração das propriedades rurais, tornando-a mais eficiente, transparente e orientada por dados.

O Aegro destaca-se por oferecer uma plataforma completa de gestão, que integra controle produtivo, financeiro e ambiental, favorecendo uma visão sistêmica da propriedade. Sua aplicação contribui diretamente para o aumento da produtividade, a redução de custos e o uso racional dos recursos, aspectos fundamentais para o desenvolvimento sustentável do setor agropecuário.

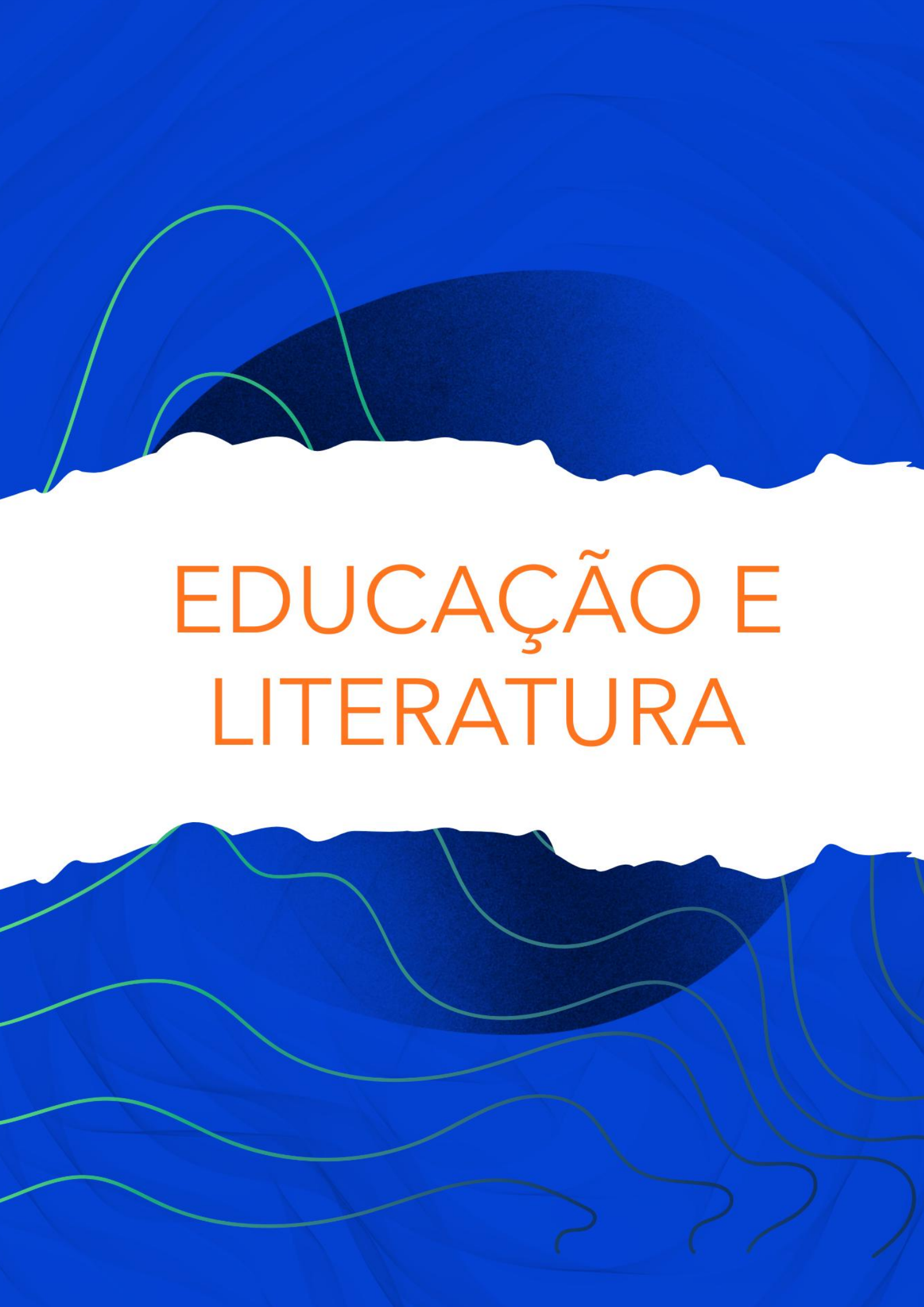
Além disso, observou-se que a adoção de sistemas de informação gerencial no campo não apenas melhora a eficiência operacional, mas também fortalece a competitividade das propriedades rurais, ao permitir decisões mais rápidas e assertivas. Como apontam Batalha (2018) e Oliveira et al. (2022), o futuro da gestão rural está diretamente relacionado à capacidade de coletar, analisar e utilizar dados de maneira estratégica.

REFERÊNCIAS

- AEGRO. *Aplicativo agrícola: reduza 40% dos custos e expanda 25% ao ano*. Blog da Aegro, 2024. Disponível em: <https://www.aegro.com.br/blog>. Acesso em: 30 out. 2025
- BATALHA, M. O. (Coord.). *Gestão Agroindustrial*. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2021.
- GIL, A. C. *Métodos e técnicas de pesquisa social*. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2019.
- MINAYO, M. C. S. *O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde*. 14. ed. São Paulo: Hucitec, 2017.
- OLIVEIRA, V. L. C.; SILVA FILHO, S. S.; SPEROTTO, L.; OBANA, F. *Estudo dos Agronegócios 4.0 – Tecnologias, desafios e estado da arte. Research, Society and Development*, v. 11, n. 13, e36311, 2022. DOI: 10.33448/rsd-v11i13.36311.
- AEGRO. *Sistema de gestão agrícola: funcionalidades e benefícios*. Porto Alegre, 2024. Disponível em: <https://www.aegro.com.br>
- AZEVEDO, L. R.; REIS, D. C. Tecnologia e gestão no campo: impactos da digitalização na agricultura brasileira. *Revista de Administração do Agronegócio*, v. 9, n. 2, p. 45–60, 2023.
- BATALHA, M. O. *Gestão agroindustrial: novos modelos e desafios*. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2018.
- BATALHA, M. O.; SILVA, A. L. Sistemas de informação no agronegócio brasileiro: uma análise da adoção de tecnologias digitais. *Revista de Economia e Sociologia Rural*, v. 59, n. 3, p. 345–364, 2021.
- COSTA, J. F. et al. Agricultura digital e sustentabilidade: uma análise das inovações tecnológicas no campo. *Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional*, v. 17, n. 1, p. 102–118, 2021.
- ESCRIVÃO FILHO, E.; NAGANO, M. S. Gestão da informação e tecnologia no agronegócio. *Revista de Administração e Inovação*, v. 16, n. 4, p. 58–73, 2019.
- GIL, A. C. *Métodos e técnicas de pesquisa social*. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2019.
- MINAYO, M. C. S. *O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde*. 15. ed. São Paulo: Hucitec, 2017.
- OLIVEIRA, F. J.; SILVA FILHO, L. R.; SPEROTTO, G.; OBANA, D. Agricultura 4.0 e os impactos da transformação digital na gestão rural. *Revista Brasileira de Inovação Tecnológica*, v. 3, n. 1, p. 87–104, 2022.

SANTOS, M. C.; RIBEIRO, P. F. Desafios da digitalização no campo brasileiro: conectividade e capacitação tecnológica. Revista Campo & Negócios, v. 12, n. 1, p. 25–37, 2020.

VIEIRA FILHO, J. E. R.; GASQUES, J. G. Inovação e produtividade no agronegócio brasileiro. Brasília: IPEA, 2022.



EDUCAÇÃO E LITERATURA

MEMÓRIA D'ÁGUA: SUICÍDIO, INTERTEXTUALIDADE E SIMBOLISMO EM A MENINA SUBMERSA

Monique Almeida Alves

Email: monique.almeida@upe.br

Licencianda em Letras Português/Espanhol

Universidade de Pernambuco – UPE

Vlader Nobre Leite

Email: vlader.nobre@upe.br

Professor do curso de Letras

Universidade de Pernambuco – UPE

RESUMO: O presente trabalho analisa a construção da narrativa autoficcional de India Morgan Phelps (Imp), protagonista e narradora do romance *A Menina Submersa: Memórias* (2012), de Caitlín R. Kiernan. Diagnosticada com esquizofrenia paranoica, Imp escreve sua história na tentativa de conter a pulsão de morte, transformando o transtorno em linguagem literária simbólica e sensorial. Analisa-se como a autora estrutura a narrativa a partir da instabilidade mental, da herança do sofrimento e da fragmentação da memória, fazendo da escrita um dispositivo de sobrevivência. Fundamenta-se em Freud (1920) quanto à pulsão de morte; em Foucault (1978) quanto à representação da loucura; e em Lejeune (2008) quanto ao pacto autoficcional. Considera-se ainda a intertextualidade, em que mitos e referências artísticas figuram metáforas do inconsciente e do duplo. Esta é uma pesquisa bibliográfica e qualitativa, de caráter analítico-interpretativo. Busca-se demonstrar que Kiernan elabora uma estética da desrazão, na qual a escrita se torna sintoma e a loucura, potência criadora que questiona os limites entre real, arte e delírio.

Palavras-chave: Loucura. Autoficção. Pulsão de morte. Intertextualidade. Esquizofrenia.

A BANALIDADE DO MAL EM POR QUE NÃO PEDIRAM A EVANS?

Klivillin Gutierre França Santos

klivilin.santos@upe.br

Graduando de Licenciatura em Letras

Habilitação em Língua Português e Inglês

Universidade de Pernambuco - UPE

Maria Regina da Silva Macêdo Lima

mariaregina.lima@upe.br

Graduando de Licenciatura em Letras

Habilitação em Língua Português e Inglês

Universidade de Pernambuco - UPE

Clarissa Loureiro Marinho Barbosa

clarissa.loureiro@upe.br

Professora Orientadora

Doutora em letras

RESUMO: O presente trabalho se propõe a analisar como a banalidade do mal, conceito proposto pela filósofa Hanna Arendt, é representada nos personagens Moira Nicholson do romance *Por que não pedira a Evans?* de Agatha Christie. Considerando isso, neste trabalho, focaliza-se a construção do retrato desse personagem e o seu desenvolvimento, que ilustram este conceito. Esse trabalho tem os seguintes objetivos: analisar o comportamento da personagem Moira Nicholson segundo o conceito de banalidade do mal de Hannah Arendt; discutir os elementos de construção do retrato da personagem Moira Nicholson; e identificar as características do romance de folhetim presentes em *Por que não pedira a Evans?*. Além disso, fundamenta-se no seguinte aporte teórico: A banalidade do mal em Hanna Arendt, Diniz (2009), retrato da personagem, Aguiar e Silva (1988), e os estudos de folhetim, Candido (1918). Como resultado, temos a construção de debate entre focado no estudo da construção do retrato das personagens Moira Nicholson e tal segundo um ponto de vista filosófico que permite analisar suas ações sem partir de uma perspectiva ontológica, mas num viés literário.

Palavras-chave: Banalidade do mal. Retrato da Personagem. Folhetim. Por Que Não Pediram a Evans.

A DOCÊNCIA NA PESQUISA CIENTÍFICA: A CONTRIBUIÇÃO DO PROFESSOR NA ELABORAÇÃO DE PROJETOS PARA FEIRAS TECNOLÓGICAS

Maraísa Fernanda da Silva Pereira

Mestranda em Ensino de Química

Universidade de São Paulo – Campus Ribeirão Preto

RESUMO: Este relato apresenta a experiência de orientação de três estudantes do Ensino Médio Técnico em Química em uma feira tecnológica, com o projeto “ECOCITRUS: Bioplástico da Casca de Laranja”. A proposta surgiu por iniciativa dos alunos, que buscaram apoio para desenvolver um produto sustentável a partir de resíduos cítricos. O objetivo foi promover o letramento científico por meio da pesquisa aplicada, incentivando a autonomia e o protagonismo juvenil. Ao longo do processo, valorizaram-se diferentes formas de construção do conhecimento como o científico; escolar e popular, reconhecendo suas especificidades e desafios, conforme propõe Chassot. A metodologia envolveu pesquisa bibliográfica com fontes confiáveis, elaboração escrita conforme normas acadêmicas e testes práticos com acompanhamento contínuo. Os resultados, mesmo sem premiação, evidenciaram o crescimento acadêmico e pessoal dos alunos. O papel da professora foi essencial na mediação dos saberes, no apoio emocional e na valorização dos aprendizados. A experiência revelou o potencial transformador das feiras científicas e reforçou a importância da orientação comprometida na formação integral dos estudantes.

Palavras-chave: Orientação docente. Feira tecnológica. Ensino médio técnico. Bioplástico.

A EDUCAÇÃO PARA A CULTURA DA PACIFICAÇÃO SOCIAL COMO INSTRUMENTO DE TRANSFORMAÇÃO SOCIAL NAS ESCOLAS

Ana Carla Mendes Coelho

Mestra em Dinâmicas de Desenvolvimento do Semiárido - UNIVASF
Faculdade de Petrolina FACAPE

Iandra Moura Gomes

Bacharelanda em Direito
Faculdade de Petrolina FACAPE

Giselle Fernandes de Sousa

Bacharelanda em Direito
Faculdade de Petrolina FACAPE

Juscimara Alves de Sousa

Bacharelanda em Direito
Faculdade de Petrolina FACAPE

Mirelly Alves Dias

Bacharelanda em Direito
Faculdade de Petrolina FACAPE

RESUMO: A violência física, verbal e psicológica nas escolas compromete o aprendizado e a convivência, tornando essencial reforçar valores como respeito, diálogo e empatia para a formação do aluno. **Objetivo:** Discorrer sobre o papel da educação na promoção da cultura da pacificação social e formação de alunos de escolas públicas da educação básica, por meio do projeto de extensão Justiça e Pacificação Social - JUSPAS. **Fundamentação teórica:** O acesso ao ensino superior, é fator central para a ascensão social, mas, é pouco valorizado, por alunos da rede básica de ensino, sobretudo, aqueles que enfrentam algum tipo de violência ou desigualdade social, reforçando a necessidade de iniciativas no ambiente escolar que orientem sobre o valor da educação, enquanto instrumento de pacificação e transformação social (FGV, 2019). **Metodologia:** A pesquisa é descritiva e bibliográfica, realizada a partir de artigos científicos e práticas pedagógicas relacionados ao tema. **Resultados:** Espera-se conscientizar alunos da rede básica de

ensino sobre a importância da educação para o seu desenvolvimento humano e social, além de fortalecer a cultura da pacificação social no ambiente escolar.

Palavras-chave: desigualdade social. educação. pacificação social. transformação social. violência escolar.

A IMPORTÂNCIA DA VALORIZAÇÃO DA BIODIVERSIDADE DA CAATINGA NO ENSINO DE CIÊNCIAS

Lucas Filipe Dias da Franca Souza
Bacharelando em Ciências Biológicas
Universidade Federal do Vale do São Francisco – Univasf
lucas.franca@discente.univasf.edu.br

RESUMO: A caatinga, bioma exclusivamente brasileiro, possui ampla biodiversidade, frequentemente pouco estudada no ensino e práticas dentro das ciências. **Objetivo:** discutir a importância da valorização da biodiversidade local como recurso didático e instrumento de sensibilização ambiental. **Fundamentação teórica:** estudos indicam que exemplos regionais no ensino favorecem maior aprendizagem, promovem o reconhecimento do valor ecológico do bioma e fortalecem a identidade sociocultural dos estudantes. **Metodologia:** foi realizada revisão bibliográfica sobre abordagens educativas voltadas à fauna e flora da caatinga, incluindo experiências relevantes em escolas e projetos de extensão. **Resultados:** observou-se que a incorporação da biodiversidade local nas práticas pedagógicas e visitas no ambiente escolar contribuem para a formação de cidadãos conscientes sobre conservação ambiental, incentivando atitudes de preservação e engajamento crítico. Conclui-se que o estudo da caatinga no ensino de ciências integra conteúdo científico e educação ambiental, fortalecendo tanto a aprendizagem acadêmica quanto a valorização do patrimônio natural brasileiro.

Palavras-chave: Caatinga. Biodiversidade. Ensino de Ciências. Educação Ambiental. Conservação.

A IMPORTÂNCIA DO USO DE LIVROS PARADIDÁTICOS E DE FICÇÃO CIENTÍFICA COMO RECURSO DIDÁTICO NO ENSINO DE FÍSICA

Mellyse Pereira Santos

Licenciando Em Física

Faculdade de Petrolina – Instituto Federal do Sertão Pernambucano

Delza Cristina Guedes Amorim

Professora Orientadora

Doutorando em Educação

Instituto Federal do Sertão Pernambucano Campus Petrolina

Ericleiton Rodrigues de Macedo

Professor Coorientador

Doutor em Física

Instituto Federal do Sertão Pernambucano Campus Petrolina

RESUMO: O projeto de pesquisa visa incentivar a leitura de obras literárias no contexto do ensino de Física, promovendo uma abordagem interdisciplinar entre ciência e literatura. A leitura é uma das mais importantes habilidades para o ser humano. Por meio dela é possível aprender, ensinar e adquirir o pensamento crítico de modo a incentivar a reflexão, melhorando a capacidade de interpretação textual. Infelizmente, com o passar dos anos a leitura e o conteúdo teórico na disciplina de ciências da Natureza foi sendo deixado de lado e a única disciplina que dispõe dessa realidade é a de português. O objetivo geral da pesquisa é analisar a importância da leitura advinda de livros paradidáticos e/ou de ficção científica que abordam física de forma implícita como recurso didático na formação dos licenciandos em Física, identificando e catalogando livros, conteúdos e possibilidades de uso na sala de aula. Assim, o projeto contém em torno de 37 livros com conteúdo que estão contemplados na grade comum curricular do ensino médio. Assim, a leitura desses livros não se restringe exclusivamente aos conteúdos de física. Muitas vezes, eles abordam a interdisciplinaridade com outras áreas do conhecimento, como meio ambiente, geografia e biologia.

Palavras-chave: Leitura. Ensino. Paradidáticos e Ficção Científica.

A INFLUÊNCIA DA LINGUÍSTICA TEXTUAL NA PRÁTICA PEDAGÓGICA DO PROFESSOR ALFABETIZADOR: IMPLICAÇÕES PARA O LETRAMENTO E A ALFABETIZAÇÃO DE CRIANÇAS

Jailma Maria Pimentel Barbosa

Universidade Católica de Pernambuco (UNICAP)

professorajailma.pimentel2021@gmail.com

Rossana Regina Guimarães Ramos Henz

Universidade Católica de Pernambuco (UNICAP)

Universidade de Pernambuco (UPE)

rossana.ramos@upe.br

RESUMO: Este estudo investiga a influência dos saberes da Linguística Textual na prática pedagógica de professores alfabetizadores, com foco na promoção do letramento e da alfabetização de crianças. Parte-se da questão norteadora: em que medida o conhecimento docente sobre a Linguística Textual contribui para uma prática mais eficiente no ensino da escrita? Fundamentado nos aportes de Beaugrande e Dressler (1981), Koch (2011) e Marcuschi (2008), o trabalho compreende o texto como unidade de sentido construída na interação, superando a visão estruturalista centrada na frase. A pesquisa busca analisar como conceitos como coesão, coerência, tipologia textual e intertextualidade são apropriados e aplicados pelos docentes em sala de aula. Metodologicamente, adota-se uma abordagem qualitativa, com observações e entrevistas, visando compreender tanto o domínio teórico desses elementos quanto sua efetivação nas práticas pedagógicas. Espera-se que os resultados contribuam para ampliar o repertório metalinguístico dos professores, favorecer práticas mais reflexivas e promover o desenvolvimento de alunos capazes de produzir textos coesos e significativos, em uma perspectiva de alfabetização que se articule ao letramento crítico e socialmente situado.

Palavras-chave: Linguística Textual. Prática Pedagógica. Letramento. Alfabetização.

A INTEGRAÇÃO DA INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL NO PROCESSO DE ENSINO-APRENDIZAGEM: DESAFIOS E POTENCIALIDADES NA EDUCAÇÃO BÁSICA

Carlos Eduardo de Melo Pereira da Veiga
Mestrando em Estudos da Linguagem (PROGEL)
Universidade Federal Rural de Pernambuco – UFRPE

Profa. Dra. Renata Barbosa Vicente
Professora Orientadora
Doutora em Filologia e Língua Portuguesa (USP)
Universidade Federal Rural de Pernambuco – UFRPE

RESUMO: A crescente inserção da Inteligência Artificial (IA) na educação básica tem promovido profundas transformações no modo como se compreende e se realiza o processo de ensino-aprendizagem. Esta pesquisa tem como objetivo analisar os desafios e as potencialidades da integração da IA nas práticas pedagógicas, buscando compreender seus impactos cognitivos, linguísticos e formativos. Fundamenta-se em autores que discutem a relação entre tecnologia e educação, como Moran (2018), que afirma que as tecnologias digitais ampliam as possibilidades de mediação e personalização do ensino. Metodologicamente, trata-se de uma pesquisa de natureza qualitativa e abordagem bibliográfica, desenvolvida a partir de revisão de produções científicas recentes sobre o tema. Os resultados apontam que a IA, quando utilizada de modo ético e pedagógico, potencializa o protagonismo discente, a personalização do aprendizado e o desenvolvimento de competências cognitivas e socioemocionais. Contudo, destacam-se desafios como a formação docente, o acesso equitativo às tecnologias e a necessidade de repensar o papel humano frente às máquinas inteligentes.

Palavras-chave: Inteligência Artificial. Ensino-aprendizagem. Educação Básica. Tecnologias Digitais. Formação Docente.

A LITERATURA ARGENTINA CONTEMPORÂNEA E O DEBATE SOBRE O PATRIARCADO E SUAS CONSEQUÊNCIAS: UMA ANÁLISE DAS PERSONAGENS DE “NO TE QUEDES MUCHO RATO EN EL GUADAL” (2022), DE CAMILA SOSA VILLADA

Raquel Emanuele Leite Rocha

Licencianda em Letras Português e Espanhol

Universidade de Pernambuco – UPE

Daniele Aparecida Pereira Zaratini

Professora Orientadora

Doutora em Letras

Universidade de Pernambuco – UPE

RESUMO: O presente trabalho tem como objetivo investigar como o patriarcado atua como estrutura de poder responsável por formas de marginalização e solidão impostas às personagens do conto “No te quedes mucho rato en el guadal” (2022), do livro “Soy una tonta por quererte” (2022), de Camila Sosa Villada. Parte-se da hipótese de que essas experiências não são escolhas individuais, mas efeitos de uma violência estrutural atravessada por marcadores sociais como gênero-raça-classe-sexualidade. A metodologia adotada para essa pesquisa, que ainda é preliminar, é qualitativa e também fundamentada na *leitura cerrada*, como proposto por Durão na obra *Metodologia de pesquisa em literatura* (2020). A fundamentação teórica apoia-se nos estudos feministas de Galindo (2013), que articula o patriarcado como sistema múltiplo de opressões; na teoria da interseccionalidade de Crenshaw (2002); nas reflexões sobre marginalização de Young (2020); e no conceito de “triângulo da violência” de Galtung (2003). Os resultados parciais revelam que a solidão e a marginalização das personagens constituem formas de violência estruturais, produzidas e organizadas pelo patriarcado de maneira interseccional.

Palavras-chave: Patriarcado. Marginalização. Solidão. Interseccionalidade. Violência estrutural.

A LITERATURA ERÓTICA NO ROMANCE “O AMANTE DE LADY CHATTERLEY”

Maria Regina da Silva Macêdo Lima

mariaregina.lima@upe.br

Graduanda em Letras - Língua Português e Inglês

Universidade de Pernambuco - UPE

Clarissa Loureiro Marinho Barbosa

clarissa.loureiro@upe.br

Professora Orientadora

Doutora em Letras

RESUMO: Este trabalho discute a construção erótica da personagem Constance Chatterley em “O Amante de Lady Chatterley” de D.H, enfatizando a interconexão entre vivência do erotismo e busca pela plenitude com o personagem Mellors em oposição à alienação emocional existente no seu casamento burguês. A fundamentação teórica oferece o seguinte aporte teórico: uma visão de análise sociológica (Cândido, 1965) e (Costa Lima, 2002) e de erotismo (Bataille, 1987) e (Lorde, 1984). Acredita-se que este trabalho enriquece o debate sobre sexualidade e gênero no romance do século XX. Adota-se uma abordagem qualitativa de análise textual, dividido em três capítulos cada um focado em um tema, com citação de trechos específicos: “A interconexão dos temas no contexto histórico e social da obra”; “A vivência do erotismo na relação de Constance, Clifford e Mellors” e “A jornada de Constance Chatterley na busca pela plenitude”. Esta pesquisa contribui academicamente para o campo da literatura erótica, enriquecendo o debate sobre sexualidade e gênero no romance.

Palavras-chave: Literatura Contemporânea. Romance. Literatura Erótica.

A MEMÓRIA ENLUTADA EM CRÔNICAS DE NELSON RODRIGUES: UMA ANÁLISE DO POTENCIAL BIBLIOTERAPÊUTICO DAS NARRATIVAS

Joanderson Silva Araújo

Licenciando em Letras

Universidade de Pernambuco - UPE

joanderson.araujo@upe.br

Francisco de Assis Silva Panta

Mestre em Educação

Universidade de Pernambuco - UPE

francisco.panta@upe.br

RESUMO: Esta pesquisa aborda o tratamento dado à relação luto-memória em crônicas seletas de Nelson Rodrigues, sob a perspectiva da biblioterapia. Dessa forma, tem como objetivo analisar o potencial de uso de crônicas rodrigueanas em encontros biblioterapêuticos que se ocupem do luto. Os principais teóricos que embasaram a pesquisa foram Ouaknin (1996) e Leite (2019) no campo da biblioterapia; Candido (1992), nos estudos literários sobre o gênero; além de Ricoeur (2007) e Bernardo (2024), como síntese da perspectiva de Derrida, para diferentes concepções de luto e memória enlutada. Sua metodologia é de abordagem qualitativa e de análises temática e hermenêutica, na medida em que seu *corpus* se constituiu de crônicas submetidas ao exame dos temas emocionais presentes e da interpretação simbólica de passagens, com fins biblioterapêuticos. Como resultados parciais, mantém-se a hipótese de que, não obstante as controvérsias políticas à época em torno do autor, textos que não evidenciam recorrentemente opiniões conflituosas têm maior potencial de produzir os efeitos esperados de uma seção biblioterapêutica. Considera-se, assim, seu potencial, devendo-se, naturalmente, cuidar da seleção dos textos em função do público.

Palavras-chave: Biblioterapia. Crônicas. Luto. Memória enlutada.

A PSIQUE POLIFÔNICA DE UM CRIMINOSO: UMA ANÁLISE COMPARATIVA ENTRE "ANGÚSTIA" DE GRACILIANO RAMOS E "CRIME E CASTIGO" DE DOSTOIÉVSKI

Hanna Vitória da Silva Paixão
Licencianda em Letras
UPE Petrolina
hanna.paixao@upe.br

Klivilin Gutierre França Santos
Licenciando em Letras
UPE Petrolina
klivilin.santos@upe.br

Clarissa Loureiro Marinho Barbosa
Professora Orientadora
Doutora em Letras
UPE Petrolina
clarissa.loureiro@upe.br

RESUMO: Este estudo aborda a representação da consciência criminosa nas obras *Crime e Castigo*, de Fiódor Dostoiévski, e *Angústia*, de Graciliano Ramos, a partir de uma discussão sobre a importância da polifonia na constituição da consciência dos protagonistas de ambas as obras. O trabalho foi desenvolvido segundo o objetivo de investigar como a multiplicidade de vozes presentes nos romances expressa os conflitos internos, as justificativas morais e os dilemas existenciais dos protagonistas. Como fundamentação teórica, serão utilizadas as contribuições conceituais sobre polifonia (Bakhtin, 2010) e as perspectivas de literatura comparada (Carvalho, 2006). Como resultado, foi possível compreender de que modo a polifonia contribui para a construção da complexidade psicológica de um criminoso. Além disso, o estudo evidenciou a relevância da teoria bakhtiniana para a análise de narrativas psicológicas e realistas, permitindo uma leitura crítica que aproxima o romance brasileiro do russo sob um olhar dialógico.

Palavras-chave: Polifonia. Literatura comparada. Crime e Castigo. Angústia.

A REDE INTERNACIONAL DE PESQUISA EM TECNOLOGIAS E EDUCAÇÃO REPETE (BRASIL E PORTUGAL)

Islan Eliezer Cordeiro Silva

Graduando em letras

Universidade de Pernambuco *campus* Garanhuns - UPE

Geam Karlo-Gomes

Professor Adjunto do curso de Letras

Universidade de Pernambuco *campus* Garanhuns - UPE

RESUMO: Este projeto propõe a realização de um inventário da REPETE – Rede Internacional de Pesquisa em Tecnologias e Educação, um esforço colaborativo entre pesquisadores do Brasil e Portugal para compreender e aprimorar a prática docente na era da cibercultura. O objetivo geral é analisar como a seleção de recursos didáticos, digitais e físicos, se alinha aos objetivos pedagógicos específicos das modelagens desenvolvidas pelos pesquisadores da rede. O trabalho adota uma abordagem quali-quantitativa e de pesquisa documental, com análise das modelagens disponíveis no site da REPETE para identificar os recursos empregados. Até o presente momento, foi realizado o mapeamento dos recursos, e a análise consolidada destes dados iniciais, os quais revelam uma evidente predominância de recursos digitais. Contudo, observa-se uma notável variação entre os grupos de trabalho, destacando-se o GT-01, sendo o mais digitalizado (81,1%) em contrapartida com GT-04 com a maior proporção de itens físicos (41,7%). Essa diferença sugere que a natureza específica de cada proposta didática é o fator decisivo na composição de seus recursos para alcançar seus objetivos educacionais.

Palavras-chave: Metaformação Docente. Tecnologias Educacionais. Diversidade. Formação de Professores. Inclusão.

AÇÃO DE EXTENSÃO COMO FORMA DE CONSCIENTIZAÇÃO SOBRE IST'S EM ESCOLA DE ENSINO MÉDIO

Suzyane Santos de Oliveira

Graduanda em Farmácia

Universidade Federal do Vale do São Francisco – UNIVASF

Grazielle Santos Aquino

Graduanda em Farmácia

Universidade Federal do Vale do São Francisco – UNIVASF

Jacleanny Vitória Gomes De Souza

Graduanda em Farmácia

Universidade Federal do Vale do São Francisco – UNIVASF

Marianny Costa Pereira

Graduanda em Farmácia

Universidade Federal do Vale do São Francisco – UNIVASF

Carlos Daniel Silva de Araújo

Graduando em Farmácia

Universidade Federal do Vale do São Francisco – UNIVASF

Dalila de Brito Marques Ramos

Professora Orientadora

Doutora em Bioquímica e Fisiologia

Universidade Federal do Vale do São Francisco – UNIVASF

RESUMO: As Infecções Sexualmente Transmissíveis (ISTs) continuam sendo um importante problema de saúde pública, especialmente entre adolescentes, faixa etária marcada por descobertas e vulnerabilidades. **Objetivo:** Conscientizar estudantes do 2º e 3º ano do ensino médio da Escola Dr. Pacífico da Luz, em Petrolina-PE, sobre prevenção, diagnóstico e consequências das ISTs. **Fundamentação Teórica:** Vários estudos apontam a necessidade de ampliar a educação sexual como estratégia de promoção da saúde e prevenção de comportamentos de risco. **Metodologia:** A ação foi parte da disciplina de extensão Farmácia para a Comunidade I, do curso de graduação em Farmácia, e foi

executada através de uma palestra interativa, dinâmica de “mitos e verdades” e aplicação de um quiz pelo aplicativo Kahoot, estimulando a participação e a aprendizagem lúdica.

Resultados: A ação alcançou cerca de 150 jovens e promoveu um ambiente de diálogo e esclarecimento, desmistificando crenças equivocadas. Observou-se alto engajamento dos participantes e melhor compreensão sobre práticas sexuais seguras. Conclui-se que a extensão universitária é ferramenta essencial para aproximar o conhecimento científico da comunidade e fortalecer a formação cidadã dos envolvidos.

Palavras-chave: Adolescentes. Extensão universitária. Educação sexual.

AÇÃO DE EXTENSÃO COMO FORMA DE CONSCIENTIZAÇÃO SOBRE USO DE DROGAS LÍCITAS E ILÍCITAS EM ESCOLA DE ENSINO MÉDIO

Alice Borges Souza Silva Martins

Graduanda em Farmácia

Universidade Federal do Vale do São Francisco – UNIVASF

Ana Júlia Souza Leite

Graduanda em Farmácia

Universidade Federal do Vale do São Francisco – UNIVASF

Pietra Nunes Alves de Souza

Graduanda em Farmácia

Universidade Federal do Vale do São Francisco – UNIVASF

Sybelle Christianne Batista de Lacerda Pedrosa

Professora Orientadora

Doutora em Ciências Farmacêuticas

Universidade Federal do Vale do São Francisco – UNIVASF

Dalila de Brito Marques Ramos

Professora Orientadora

Doutora em Bioquímica e Fisiologia

Universidade Federal do Vale do São Francisco – UNIVASF

RESUMO: A presença de drogas lícitas e ilícitas é constante na vida dos brasileiros, seja pelo consumo direto ou pela exposição nas mídias e redes sociais. Nesse contexto, é necessário promover debates sobre o uso dessas substâncias e seus efeitos, especialmente entre adolescentes. **Objetivo:** Conscientizar estudantes do 2º e 3º ano do ensino médio da Escola Dr. Pacífico da Luz, em Petrolina-PE, sobre os riscos e consequências do uso de drogas. **Fundamentação teórica:** A adolescência é marcada por intensas transformações físicas e psicológicas, tornando os jovens mais vulneráveis aos efeitos nocivos dessas substâncias. **Metodologia:** A ação integrou a disciplina de extensão Farmácia para a Comunidade I, do curso de Farmácia, e foi desenvolvida por meio de uma apresentação interativa com slides que incluíam referências à cultura pop e músicas relacionadas ao tema. **Resultados:** A atividade alcançou cerca de 150 alunos, entre 15 e

18 anos, promovendo aprendizado e reflexão sobre o uso de drogas. Observou-se a relevância da ação de extensão como ferramenta de educação e conscientização social, além de promover a integração e o diálogo entre a Universidade e a comunidade.

Palavras-chave: Educação em saúde. Extensão universitária. Adolescentes.

ARTICULAÇÃO ENTRE A FORMAÇÃO INICIAL E CONTINUADA NOS CURSOS DE GRADUAÇÃO EM LETRAS COM HABILITAÇÃO EM LÍNGUA INGLESA DE UNIVERSIDADES DE PERNAMBUCO-PE: UMA PERSPECTIVA DECOLONIAL

Zaira Dantas de Miranda Cavalcanti
zaira.cavalcanti@upe.br

Antônio Henrique Coutelo de Moares
antonio.moraes@ufr.edu.br

Julma Dalva Vilarinho Pereira Borelli
julma.borelli@ufr.edu.br

RESUMO: Dada a difusão da Língua inglesa no mundo e seu status de Língua franca, o processo de aquisição deste idioma por meio do ensino na educação básica do Brasil tem sido foco de discussões e questionamentos. Diante disso, inclinamos o olhar para a resolução número 02 de 20 de dezembro de 2019, a qual define as diretrizes curriculares nacionais para a formação inicial de professores para a educação básica e institui a base nacional comum para essa formação (BNC- formação). Nesta, aponta-se como princípio em seu artigo 6º a articulação entre a formação inicial e a formação continuada (inciso VII). Compreendendo que esta articulação pode favorecer o processo de ensino aprendizagem do idioma em foco, o estudo, em andamento, tem o objetivo de investigar a existência dessa articulação nos cursos de Letras com habilitação em Língua inglesa em cinco universidades de Pernambucano. Trata-se de uma pesquisa exploratória, documental, de cunho qualitativo e descritivo. Os alicerces teóricos fundamentam-se em pressupostos teóricos que sinalizam a relevância de discutir a formação inicial e continuada de professores de inglês e a pertinência da perspectiva decolonial nos estudos linguísticos.

Palavras-chave: Ensino de Língua inglesa. Decolonialidade. Resolução. Formação inicial e continuada.

CONTRIBUIÇÕES DOS GÊNEROS MULTIMODAIS EM PROJETOS DE (MULTI)LETRAMENTOS NA FORMAÇÃO DOCENTE DO ENSINO FUNDAMENTAL - ANOS FINAIS

Elba Silva de Farias

Universidade Católica do Recife (UNICAP)

elba.sfarias@upe.br

Rossana Regina Ramos Henz

Universidade Católica do Recife (UNICAP)

Universidade de Pernambuco (UPE)

rossana.ramos@upe.br

RESUMO: O avanço das tecnologias digitais e a presença crescente de múltiplas linguagens nos ambientes escolares demandam práticas pedagógicas que valorizem os multiletramentos. Essa abordagem favorece a inclusão, a interatividade e o diálogo com o contexto sociocultural dos estudantes, tornando o ensino mais dinâmico e significativo. Neste cenário, o presente estudo tem como objetivo investigar de que forma projetos de letramento, fundamentados na interdisciplinaridade e na utilização de gêneros multimodais, podem contribuir para a formação de professores dos anos finais do Ensino Fundamental. A pesquisa se apoia em referenciais teóricos como Street (2014), Soares (2010) e Kleiman (2008), que concebem o letramento como prática social; Nunes (2018), que destaca a formação docente como processo contínuo; e Rojo (2012) e Ribeiro (2021), que defendem a multimodalidade como eixo central das práticas de ensino na era digital. Também são incorporadas as contribuições de Kress e van Leeuwen (2015), cujas abordagens ampliam a leitura crítica e fortalecem o potencial transformador das práticas pedagógicas contemporâneas. A metodologia adotada será a pesquisa-ação, desenvolvida por meio de projetos de letramento interdisciplinares em formações continuadas com professores de Língua Portuguesa. O foco está na articulação entre teoria e prática, visando à qualificação do ensino, à integração curricular e ao desenvolvimento profissional docente. A análise buscará compreender os impactos dessas ações nas competências discursivas dos alunos e na transformação das práticas pedagógicas, com vistas à formação de leitores críticos e professores engajados, capazes de promover uma educação inclusiva, criativa e alinhada aos desafios socioculturais contemporâneos.

Palavras-chave: Gêneros Multimodais. Projeto de Letramento. Formação Continuada de Professores.

DESVIOS ORTOGRÁFICOS DE NATUREZA FONOLÓGICA: UM ESTUDO DE CASOS EM UMA TURMA DO 6º ANO DE UMA ESCOLA MUNICIPAL EM CANHOTINHO - PE

Islan Eliezer Cordeiro Silva

Graduando em letras

Universidade de Pernambuco *campus* Garanhuns - UPE

João Edson da Silva Oliveira

Graduando em letras

Universidade de Pernambuco *campus* Garanhuns - UPE

Marcus Garcia de Sene

Orientador

Universidade de Pernambuco *campus* Garanhuns - UPE

RESUMO: Este trabalho parte da premissa de que a oralidade influencia diretamente a escrita dos estudantes do Ensino Fundamental, refletindo-se em produções textuais que reproduzem graficamente os sons da fala. Os desvios ortográficos são compreendidos não como “erros”, mas como manifestações legítimas do processo de aquisição da escrita e da reflexão linguística (Sene, 2018; Sene; Barbosa, 2019, 2023). O estudo tem como objetivo investigar os processos fonológicos recorrentes nas produções de alunos do 6º ano de uma escola pública de Canhotinho-PE e, a partir disso, propor uma intervenção pedagógica lúdica que favoreça a mediação entre fala e escrita. Fundamenta-se no modelo de diagnose de desvios ortográficos de Sene (2018), em diálogo com Bortoni-Ricardo (2005), Cagliari (1990) e Gombert (1992). Foram analisados 23 contos produzidos espontaneamente, nos quais os desvios fonológicos foram identificados e classificados. Os resultados apontaram predominância dos processos de transformação (50,4%), transposição (26,7%) e supressão (19,3%), com destaque para o apagamento do /r/ final e a troca entre /l/ e /u/. Com base nesses achados, foi criado o jogo “Aventura do R Perdido”, que alia ludicidade e reflexão metalinguística no ensino da escrita.

Palavras-chave: Desvio ortográficos. oralidade. processos fonológicos. jogo pedagógico.

DIREITO À EDUCAÇÃO SEM BULLYING OU EXCLUSÃO: USO DO NOME SOCIAL EM ESCOLAS

Emylle Fabiele Silva

Bacharelanda em Direito

Faculdade de Petrolina – FACAPE

Gustavo Isidio dos Santos

Bacharelando em Direito

Faculdade de Petrolina – FACAPE

Joice da Silva Bezerra

Bacharelanda em Direito

Faculdade de Petrolina – FACAPE

Suellen Andreza de Souza Franck

Bacharelanda em Direito

Faculdade de Petrolina – FACAPE

Victor Manoel Alves dos Santos

Bacharelando em Direito

Faculdade de Petrolina – FACAPE

Carlos Eduardo Romeiro Pinho

Professor Orientador

Faculdade de Petrolina – FACAPE

RESUMO: Este trabalho faz parte do projeto de extensão Direitos e Garantias da População LGBTQIAPN+. A identidade de gênero concerne à experiência íntima, individual e intransferível de cada ser humano, cada um se reconhece e se percebe de forma única. Neste sentido, é assegurado que todos tenham o direito de serem chamados e reconhecidos perante a sociedade com o nome que lhes é confortável. **Objetivo:** Desenvolver rodas de conversas, elaborar materiais educativos e conscientizar a sociedade petrolinense que o nome social é um direito inerente ao ser humano. **Fundamentação teórica:** História das Crianças de Mary Del Priore, Decreto Nº 8.727, De 28 De Abril De 2016; na Comissão Especial de Diversidade Sexual do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB); na CF/88, em seu art. 227; no ECA,

em seus arts. 3ª e 4º, na Resolução CNE/CP 1/2018. **Metodologia:** trata-se de uma pesquisa exploratória e com abordagem qualitativa, utilizando de grupos focais, tais quais o corpo docente das escolas e turmas do ensino médio. **Resultados:** a pesquisa ainda se encontra em andamento, com a formação e busca de conhecimento por parte dos alunos envolvidos com o projeto.

Palavras-chave: LGBTQIAPN+. Nome Social. Liberdade. Direito. Identidade de gênero.

DISCURSO PERSUASIVO EMOTIVO EM TRECHOS DE PERSONAGENS DE OBRAS LITERÁRIAS: PATHOS E A MANIPULAÇÃO

Patrícia Ferreira Alves

Graduanda em Letras

Universidade de Pernambuco - UPE

Renata Ferreira Rios

Professora Orientadora

Doutora em Linguística

Universidade de Pernambuco - UPE

RESUMO: A linguagem, como expressão simbólica da experiência humana, ocupa um lugar central na construção das relações sociais e afetivas e a literatura constitui campo de experimentação linguística que permite estimular a imaginação e realizar o simulacro de tais relações (Cassirer, 2006). Sendo assim, para a realização deste estudo, partimos do conceito de discurso persuasivo emotivo, *pathos* (Aristóteles, 2012), que combina lógica com apelo aos sentimentos para convencer o público, buscando criar uma conexão profunda e inspirar a ação (Charaudeau, 2006; Citelli, 2004; Perelman; Olbrechts-Tyteca, 2005). Esse tipo de argumentação costuma estar associado ao gênero anúncio publicitário, cujo propósito é influenciar o consumidor-alvo, levando em conta sua identidade e seus possíveis desejos. No entanto, destacamos a potencialidade do gênero literário para o desenvolvimento da análise estrutural do discurso persuasivo específico. Para esta análise, utilizamos como *corpus* trechos de duas obras, com o objetivo de identificar mecanismos linguísticos e retóricos empregados pelo autor, na composição da personagem e elaboração da sequência narrativa. Realizamos uma pesquisa bibliográfica Köche (2011), de natureza qualitativa/descritiva (Gil, 2002) de trechos de narrativas de dois personagens: 1) Sherazade, protagonista de *As Mil e Uma Noites* (Anônimo, 2007) e 2) Iago, o principal antagonista em *Otelo* (Shakespeare 2007). Apresentamos, como resultados parciais recursos que promovem a manipulação do outro. Da análise da primeira obra destacamos: a utilização dos recursos “sugestão” e “linguagem conotativa” (Campbell, 2014; Propp, 2000). Na segunda obra, verificamos que predomina a “concentração nas necessidades do auditório”, em que Iago utiliza estrategicamente o conhecimento acerca das vulnerabilidades de Otelo para atingir seu objetivo de convencimento e, conseqüentemente, de controle sobre suas ações.

Palavras-chave: Discurso Persuasivo Emotivo. Gênero Literário. Manipulação.

DISCURSO PERSUASIVO EMOTIVO EM TRECHOS DE PERSONAGENS LITERÁRIAS: PATHOS E A MANIPULAÇÃO

Patrícia Ferreira Alves

Graduanda em Letras

Universidade de Pernambuco - UPE

Renata Ferreira Rios

Doutora em Linguística

Universidade de Pernambuco-UPE

RESUMO: A linguagem, como expressão simbólica da experiência humana, ocupa um lugar central na construção das relações sociais e afetivas e a literatura constitui campo de experimentação linguística que permite estimular a imaginação e realizar o simulacro de tais relações (Cassirer, 2006). Sendo assim, para a realização deste estudo, partimos do conceito de discurso persuasivo emotivo, *pathos* (Aristóteles, 2012), que combina lógica com apelo aos sentimentos para convencer o público, buscando criar uma conexão profunda e inspirar a ação (Charaudeau, 2006; Citelli, 2004; Perelman; Olbrechts-Tyteca, 2005). Esse tipo de argumentação costuma estar associado ao gênero anúncio publicitário, cujo propósito é influenciar o consumidor-alvo, levando em conta sua identidade e seus possíveis desejos. No entanto, destacamos a potencialidade do gênero literário para o desenvolvimento da análise estrutural do discurso persuasivo específico. Para esta análise, utilizamos como *corpus* trechos de duas obras, com o objetivo de identificar mecanismos linguísticos e retóricos empregados pelo autor, na composição da personagem e elaboração da sequência narrativa. Realizamos uma pesquisa bibliográfica Köche (2011), de natureza qualitativa/descritiva (Gil, 2002) de trechos de narrativas de dois personagens: 1) Sherazade, protagonista de *As Mil e Uma Noites* (Anônimo, 2007) e 2) Iago, o principal antagonista em *Otelo* (Shakespeare 2007). Apresentamos, como resultados parciais recursos que promovem a manipulação do outro. Da análise da primeira obra destacamos: a utilização dos recursos “sugestão” e “linguagem conotativa” (Campbell, 2014; Propp, 2000). Na segunda obra, verificamos que predomina a “concentração nas necessidades do auditório”, em que Iago utiliza estrategicamente o conhecimento acerca das vulnerabilidades de Otelo para atingir seu objetivo de convencimento e, consequentemente, de controle sobre suas ações.

Palavras-chave: Discurso Persuasivo Emotivo. Gênero Literário. Manipulação.

EDUCAÇÃO, CIDADANIA E DIVERSIDADE: AVANÇOS E DESAFIOS NA EFETIVAÇÃO DOS DIREITOS DA POPULAÇÃO LGBTQIAPN+

Sylmara Ribeiro de Souza
Mestranda em Educação (PPGFPI)
Universidade de Pernambuco, *Campus Petrolina*

Flávia Emília Cavalcante Valença Fernandes
Professora Orientadora
Doutora em Inovação Terapêutica
Mestre em Gestão e Economia da Saúde
Universidade de Pernambuco, *Campus Petrolina* – UPE

RESUMO: O presente estudo analisa o processo histórico de conquista e consolidação dos direitos da população LGBTQIAPN+ no Brasil, considerando transformações sociais, jurídicas, políticas e educacionais que contribuíram para a ampliação da cidadania e o reconhecimento da diversidade sexual e de gênero. **Objetivo:** Identificar avanços legais e desafios da população LGBTQIAPN+ na efetivação de direitos, com foco no papel da educação para inclusão e respeito à diversidade. **Fundamentação teórica:** o estudo baseia-se em referenciais dos direitos humanos e da teoria queer, articulando igualdade, dignidade e diversidade com o contexto das conquistas jurídicas e sociais dessa comunidade. **Metodologia:** a pesquisa, de natureza qualitativa, bibliográfica e documental. **Resultados (concluídos ou em andamento):** verifica-se que, embora existam avanços expressivos, persistem barreiras estruturais e culturais que exigem políticas públicas de proteção, educação inclusiva e formação docente voltada à diversidade, para consolidar uma sociedade mais justa, democrática e plural.

Palavras-chave: Educação. Diversidade. Gênero. Inclusão.

EDUCAR EN TIEMPOS DE EXPOSICIÓN: RELATOS SOBRE LOS LÍMITES DE COMPARTIR EN REDES SOCIALES. UNA INVESTIGACIÓN NARRATIVA.

Katya Bonelo Morales

Maestra de Educación Primaria

Doctoranda en Investigación y Práctica Educativa

Facultad de Ciencias de la Educación

Universidad de Cádiz

RESUMEN: Actualmente nos encontramos inmersos en una era digitalizada, donde el acceso a la tecnología y, en particular, a las Redes Sociales, forma parte de la cotidianeidad de la vida de niños, adolescentes, adultos y mayores. Como sociedad, surge la necesidad de educar en lo digital, pero no sólo desde un dominio técnico, sino desde una perspectiva que establece límites claros y saludables. Con ello, el presente trabajo plantea como objetivo principal conocer y comprender la existencia de límites y condiciones cuando los menores acceden con total libertad a las Redes Sociales, evaluando las implicaciones que esta exposición puede tener en su desarrollo personal, emocional y social. Nos basamos en el relato de un maestro de Educación Primaria, pues a través de la metodología narrativa es posible explorar experiencias y vivencias, posibilitando una mirada profunda y contextualizada de la realidad. Como resultado, se evidencia una limitada conciencia en núcleos familiares respecto al uso y gestión de redes por parte de menores, una situación que pone de relieve la necesidad de desarrollar programas educativos basados en marcos normativos adecuados que orienten a la comunidad educativa en un uso equilibrado, promoviendo que las plataformas sean un espacio de entretenimiento y socialización y no de sobreexposición o dependencia.

Palabras clave: Educación Digital. Redes Sociales. Investigación Narrativa.

ENTRE A NORMA E A FALA: A COMPREENSÃO DA VARIAÇÃO LINGUÍSTICA NO ENSINO MÉDIO

Edilene Karine Gomes Monteiro

Graduanda em Letras

Universidade de Pernambuco (UPE) *Campus Petrolina*

RESUMO: esse trabalho propõe o desenvolvimento de uma aula voltada para alunos do 1º ano do ensino médio, com o intuito de abordar a temática da variação linguística e da diferença entre linguagem formal e informal. Considerando que a língua é um fenômeno social e dinâmico, compreender suas variações é essencial para reconhecer que todas as formas de expressão possuem valor dentro de seus contextos de uso. A proposta busca desconstruir preconceitos linguísticos e valorizar a diversidade cultural expressa na fala dos estudantes. **Objetivos:** os objetivos deste trabalho são: a) promover a reflexão sobre a variação linguística e suas diferentes manifestações no português brasileiro; b) destacar a importância da linguagem informal e suas funções sociais no cotidiano dos falantes; c) incentivar o respeito à diversidade linguística e o combate ao preconceito linguístico no ambiente escolar. **Fundamentação teórica:** a variação linguística é uma característica natural da língua, presente em diferentes regiões e contextos, mas sua desvalorização pela norma padrão constitui preconceito linguístico (Bagno, 2007). Reconhecer essa diversidade no ensino exige atenção às diferentes formas de falar dos alunos e estratégias que promovam a inclusão. **Metodologia:** essa proposta de trabalho está sendo desenvolvida nas seguintes etapas: 1. explicar a variação linguística com exemplos em vídeos de diferentes regiões. 2. mostrar as diferenças entre linguagem formal e informal usando textos e memes. 3. propor atividade de reescrita entre linguagem formal e informal. **Resultados:** esse é um trabalho em andamento. Espera-se que a realização da proposta contribua para o desenvolvimento da consciência linguística dos alunos, promovendo a valorização das diferentes variedades do português e a redução do preconceito linguístico no ambiente escolar.

Palavras-chave: Variação linguística. Linguagem formal. Linguagem informal. Preconceito linguístico.

GESTOS IMPERATIVOS NA INTERAÇÃO ENTRE CRIANÇAS AUTISTAS: UM ESTUDO DE CASO

Allyne Souza de Santana

Estudante do Curso de Letras Português e Inglês

Centro de Educação e Humanidades

Voluntário

allyne.00000849439@unicap.br

Renata Fonseca Lima da Fonte

Professora do Curso de Letras

Centro de Educação e Humanidades

renata.fonte@unicap.br

RESUMO: A presente pesquisa fundamenta-se na perspectiva multimodal da linguagem e tem como foco os gestos imperativos realizados por crianças autistas em contextos interativos. O estudo busca compreender como esses gestos funcionam como recursos expressivos e comunicativos na aquisição da linguagem, especialmente quando associados à produção vocal e ao direcionamento do olhar. Especificamente, foram analisados os tipos de gestos imperativos mais utilizados, sua frequência e suas funções nas interações. Trata-se de um estudo de caso de natureza qualitativa, com análise complementar quantitativa, tendo como base teórica os estudos de McNeill (1992, 2000), Kendon (2004), Tomasello (2003), entre outros. O corpus foi composto por dados de interação entre duas crianças autistas, Riam e José (nomes fictícios), participantes do Grupo de Estudos e Acolhimento ao Autismo (GEAUT/UNICAP), e a transcrição foi realizada por meio do software ELAN, que possibilita a análise sincronizada dos planos gestual, vocal e visual. Os resultados revelaram predominância dos gestos dêiticos, como o gesto de apontar, seguidos pelos gestos emblemáticos, como o gesto de pedir. Em muitos casos, os gestos foram acompanhados de produções vocais e olhar direcionado, compondo atos comunicativos intencionais. Conclui-se que os gestos imperativos são recursos semióticos centrais na comunicação de crianças autistas, contribuindo significativamente para sua participação nas interações sociais e para o desenvolvimento da linguagem. A pesquisa reforça a importância de abordagens pedagógicas que considerem a linguagem em sua forma multimodal, promovendo práticas mais inclusivas no contexto educacional e terapêutico.

Palavras-chave: Gestos Imperativos. Interação. Autismo.

II DICIS: UMA ANÁLISE DA MODALIDADE CINEMA

Emilly Kauany Lima da Silva

Licenciatura em Letras

Universidade de Pernambuco – UPE

Geam Karlo-Gomes

Professor adjunto

Universidade de Pernambuco – UPE

RESUMO: A II DICIS – Mostra em Diversidades e Combate à Invisibilidade Social e a 21ª SNCT – Semana Nacional de Ciência e Tecnologia promoveu um espaço de integração entre professores e estudantes, por meio de atividades que articulam tecnologia e sociedade e fomentam reflexões sobre questões que impactam diversos grupos sociais. Nesse contexto, destaca-se o protagonismo estudantil, fundamental para o desenvolvimento das ações, já que os alunos assumem papel ativo na elaboração e execução dos entregáveis, tornando-se agentes centrais na concepção e concretização dos projetos. Este artigo tem como objetivo analisar um dos produtos desenvolvidos no evento, com foco na categoria Cinema, especificamente nos formatos de curta-metragem e documentário, a fim de compreender seu potencial de comunicação, engajamento social e valorização da diversidade. A pesquisa tem como base os aportes teóricos de Homi K. Bhabha e Stuart Hall. As ideias desses autores permitem analisar de forma crítica como as produções audiovisuais, especialmente curta-metragens e documentários, abordam questões ligadas à diversidade, à visibilidade social e às identidades. A presente pesquisa foi desenvolvida por meio de uma revisão bibliográfica e de uma análise dos trabalhos audiovisuais produzidos na categoria Cinema (curta-metragem e documentário). A revisão bibliográfica teve como finalidade embasar teoricamente a discussão sobre diversidade, enquanto a análise dos produtos audiovisuais buscou identificar as principais temáticas abordadas. Como resultado, identificou-se que as produções audiovisuais abordam temáticas voltadas à diversidade e visibilidade social, evidenciando preocupações com questões contemporâneas e a valorização de diferentes grupos. As narrativas apresentadas pelos estudantes revelaram um olhar sensível e crítico sobre a realidade social, utilizando a linguagem cinematográfica como meio de expressão e transformação social.

Palavras-chave: Diversidade. Tecnologia. Curta-metragem. Documentário. Educação Básica.

INTERDISCIPLINARIDADE: PERCEPÇÕES, EXPECTATIVAS E REFLEXÕES DE ESTUDANTES DE UM CURSO DE LICENCIATURA EM CIÊNCIAS DA NATUREZA

Alane dos Santos Oliveira
Graduada em Ciências da Natureza
UNIVASF

Anderson Camatari Vilas Boas
Professor orientador
Dr. Ensino de Ciências e Educação Matemática
UNIVASF

RESUMO: A pesquisa investigou as percepções de estudantes da Licenciatura em Ciências da Natureza sobre a interdisciplinaridade, analisando como a compreendem e vivenciam em sua formação universitária e nos estágios supervisionados. **Fundamentação Teórica:** A interdisciplinaridade, consolidada no Brasil por autores como Japiassú e Fazenda, busca integrar saberes, superar a fragmentação do conhecimento e formar docentes críticos e reflexivos. **Objetivo:** Analisar as percepções dos estudantes, identificando suas definições conceituais, os benefícios e as dificuldades percebidas. **Metodologia:** De natureza qualitativa, a pesquisa foi realizada com doze estudantes da Univasf, selecionados pela diversidade de experiências. As entrevistas semiestruturadas foram transcritas e analisadas por meio da análise textual discursiva. **Resultado:** Os resultados indicam que, embora valorizada, a interdisciplinaridade é pouco aplicada devido à fragmentação curricular, à falta de integração entre docentes e à resistência a mudanças. Conclui-se que é necessário maior preparo teórico e apoio institucional para promover práticas mais integradas.

Palavras-chave: Interdisciplinaridade. Percepções. Formação Docente.

KITS DIDÁTICOS EXPERIMENTAIS DO CEIQ: PERSPECTIVAS DE REFORMULAÇÃO

André Lopes Pereira

Mestrando em Química

Universidade de São Paulo – USP/FFCLRP/DQ

Laura Sperati Bezerra

Bacharelanda em Química

Universidade de São Paulo-USP/FFCLRP/DQ

Rafael Gaspar do Bedin

Mestrando em Química

Universidade de São Paulo-USP/FFCLRP/DQ

Glaucia Maria da Silva Degrève

Professora Orientadora

Doutora em Ciências

Universidade de São Paulo-USP/FFCLRP/DQ

RESUMO: O Centro de Ensino Integrado em Química do DQ/ FFCLRP/USP divulga a ciência e favorece o aprendizado dos seus princípios e conceitos a partir do empréstimo, para professores e licenciandos, de kits didáticos voltados ao ensino experimental desenvolvidos principalmente na década de 80. Assim, pretende-se neste trabalho identificar as necessidades de reformulação desses kits e propor alternativas. Nesse intuito, foram analisadas as respostas de um formulário on-line de 18 perguntas por usuários frequentes dos kits e de uma rubrica de diagnóstico utilizada pelos pesquisadores. As respostas dos usuários indicaram a necessidade de aprimoramento dos kits para estimular investigação, pensamento crítico e formação de cidadãos preparados para os desafios contemporâneos. O diagnóstico inicial feito pelos pesquisadores mostrou que os kits aproximam-se mais do modelo de laboratório estruturado, ou seja, daquele que promove a experimentação orientada por instruções precisas. Optou-se então pela reformulação baseada nos princípios da experimentação investigativa e da educação ambiental. Além da inclusão de Equipamentos de Proteção Individual.

Palavras-chave: Kits Didáticos Experimentais. Experimentação Investigativa. Educação Ambiental.

LETRAMENTO VISUAL E INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL: UMA EXPERIÊNCIA COM ALUNOS DO 5º ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL

Luiza Alice Lima Rocha

Universidade Católica de Pernambuco

luizalicelr@hotmail.com

Roberta Varginha Ramos Caiado

Universidade Católica de Pernambuco

roberta.caiado@unicap.br

Camila Elizabete da Silva da Silva

Universidade Católica de Pernambuco

camillaelizabete@gmail.com

RESUMO: O Centro de Ensino Integrado em Química do DQ/ FFCLRP/USP divulga a ciência e favorece o aprendizado dos seus princípios e conceitos a partir do empréstimo, para professores e licenciandos, de kits didáticos voltados ao ensino experimental desenvolvidos principalmente na década de 80. Assim, pretende-se neste trabalho identificar as necessidades de reformulação desses kits e propor alternativas. Nesse intuito, foram analisadas as respostas de um formulário on-line de 18 perguntas por usuários frequentes dos kits e de uma rubrica de diagnóstico utilizada pelos pesquisadores. As respostas dos usuários indicaram a necessidade de aprimoramento dos kits para estimular investigação, pensamento crítico e formação de cidadãos preparados para os desafios contemporâneos. O diagnóstico inicial feito pelos pesquisadores mostrou que os kits aproximam-se mais do modelo de laboratório estruturado, ou seja, daquele que promove a experimentação orientada por instruções precisas. Optou-se então pela reformulação baseada nos princípios da experimentação investigativa e da educação ambiental. Além da inclusão de Equipamentos de Proteção Individual.

Palavras-chave: Kits Didáticos Experimentais. Experimentação Investigativa. Educação Ambiental.

LETRAMENTOS SOCIAIS EM UNIDADES PRISIONAIS DE RESSOCIALIZAÇÃO (UPR): NARRATIVAS E PRÁTICAS DE (RE)SIGNIFICAÇÃO DA APRENDIZAGEM

Jhonatan Wendell Tavares Ferreira
Doutorando em Educação
Universidade de Pernambuco – UPE

Pollyana Ramos Mattana Vieira
Doutoranda em Educação
Universidade de Pernambuco – UPE

Marlley Correia de Araújo
Mestrando em Educação
Universidade de Pernambuco – UPE

Rossana Regina Guimarães Ramos Henz
Professora Orientadora
Doutora em Língua Portuguesa
Universidade de Pernambuco – UPE

RESUMO: A pesquisa em andamento realizada no Programa de Doutorado em Educação da Universidade de Pernambuco (UPE), investiga os letramentos sociais em contextos prisionais, compreendendo-os como práticas culturais, políticas e identitárias de produção de sentido. O objetivo é analisar de que modo pessoas privadas de liberdade constroem/ressignificam suas experiências de leitura e escrita a partir de interações cotidianas na UPR. Street (1984; 2014) concebe o letramento como prática social atravessada por relações de poder, valores e saberes locais. A metodologia adotada é qualitativa, baseada na abordagem de histórias de vida. Com isso buscamos valorizar as vozes, trajetórias e resistências das pessoas encarceradas. Os resultados parciais indicam que as práticas sociais nos presídios extrapolam a dimensão escolar, põem em evidência modos singulares de comunicação, solidariedade e letramentos políticos que tensionam discursos normativos sobre educação, punição e reintegração social.

Palavras-chave: Letramentos Sociais. Unidade Prisional de Ressocialização. Histórias de Vida. Práticas Educativas.

LITERATURA AFRO-BRASILEIRA E DOS POVOS ORIGINÁRIOS: CAMINHOS PARA DESCOLONIZAÇÃO DOS ESTUDOS LITERÁRIOS

Maria Aparecida Ventura Brandão

Elaine Feitosa

RESUMO: O ensino da literatura no Brasil tem se pautado pela adesão resumida de obras de autores privilegiados pelo cânone literário com predominância na autoria de escritores brancos. Isso tem conduzido os leitores a criarem resistência à leitura de obras da literatura negra e dos povos originários mesmo em um país, como o nosso, que tem a maioria da população composta por homens, mulheres e crianças negras e por uma considerável população de povos originários espalhados por todo território nacional. Assim posto, este projeto de natureza extensionista traz como objetivo repensar a condução do ensino da literatura, ainda, muito voltado para a valorização de uma literatura produzida no seio e na perspectiva da cultura e etnia branca, tendo em vista a inserção e a valorização da literatura afro-brasileira e da literatura dos povos originários. O projeto observa e reforça criticamente que as obras produzidas por autores que trazem em seus contextos a presença de personagens de etnia branca, sobremaneira, representam um modelo de história, de estética e de práticas sociais hegemônicas presentes, também, nas práticas e na docência da literatura - características e reprodução de uma sociedade inspirada no eurocentrismo e, portanto, calcada pelo preconceito racial.

MAPEAMENTO DE PROPOSTAS INTERVENTIVAS DESENVOLVIDAS POR PROFESSORES EM EDUCAÇÃO PARA AS RELAÇÕES ÉTNICO RACIAIS

Ana Paula Veríssimo Pereira

Graduando em letras

Universidade de Pernambuco campus Garanhuns – UPE

Geam karlo-Gomes

Professor Adjunto do curso de Letras

Universidade de Pernambuco campus Garanhuns - UPE

RESUMO: O projeto Diversidade e Combate à Invisibilidade Social (DICIS) é uma iniciativa interdisciplinar realizada em parceria com a FACEPE, CNPq e MCTI, que visa promover a valorização das diversidades e combater a invisibilidade social por meio da ciência, arte e cultura. O objetivo deste estudo foi analisar onze projetos desenvolvidos por professores e estudantes de escolas públicas, focando em soluções inovadoras para inclusão social e valorização cultural, incluindo um mapeamento realizado por meio de entrevistas com professores e alunos. A fundamentação teórica aborda a importância da educação inclusiva, do combate ao racismo estrutural e do fortalecimento das identidades étnico-raciais. A metodologia adotou a construção colaborativa e o acompanhamento do desenvolvimento de protótipos realizados pelos estudantes. Os resultados indicam avanços na inclusão, protagonismo estudantil, valorização cultural e práticas antirracistas acessíveis, com impacto positivo nas comunidades escolares e disseminação além das escolas.

Palavras-chave: Diversidade. Inclusão Social. Anti-racismo. Educação Intercultural. Protótipos Educacionais.

MONITORIA NA DISCIPLINA DE INICIAÇÃO À INVESTIGAÇÃO CIENTÍFICA: RELATO DE EXPERIÊNCIA

Enilho Fernando Pereira Feitoza
Bacharelado em Enfermagem

Universidade de Pernambuco, Campus Petrolina – UPE

Daiara Barbosa Torres Costa
Mestranda em Educação (PPGFPPi)

Universidade de Pernambuco, Campus Petrolina – UPE

Flávia Emília Cavalcante Valença Fernandes
Professora Orientadora

Doutora em Inovação Terapêutica

Mestre em Gestão e Economia da Saúde

Universidade de Pernambuco, Campus Petrolina – UPE

RESUMO: A atividade de monitoria integra o pilar de ensino da universidade e desenvolve competências referentes à docência. O uso de metodologias ativas é fundamental para promover o engajamento dos discentes e melhorias no processo de aprendizagem. **Objetivo:** Relatar a experiência vivenciada na monitoria do componente curricular de Iniciação à Investigação Científica. **Fundamentação teórica:** No ensino superior, a monitoria constitui-se como uma forma de apoio pedagógico. O monitor é responsável por auxiliar no processo de aprendizado dos monitorados, que recebem apoio e suporte em suas atividades. **Metodologia:** Trata-se de um estudo qualitativo, descritivo, do tipo relato de experiência, referente à participação na monitoria do curso de Enfermagem. **Resultados (concluídos ou em andamento):** Foram utilizadas metodologias ativas com jogo da memória e questões interativas em plataformas digitais, dinâmicas com o uso de balões como recurso de aprendizagem lúdica que promoveram interação e dinamismo entre os estudantes e estimularam a criatividade do monitor ao planejar as ações desenvolvidas, o que favoreceu a aprendizagem colaborativa.

Palavras-chave: Aprendizagem. Educação. Ensino. Estudantes de Enfermagem. Gamificação.

RECADOS VEGETAIS DO BRASIL. FLORESTAS IMPERIAIS NA ECOPOÉTICA DE GABRIELA MISTRAL

Mónica González García

Doutora em Literatura Latino-Americana

Professora da Pontifícia Universidad Católica de Valparaíso-Chile

RESUMO: A bordo alguns dos ensaios escritos por Gabriela Mistral durante sua estada como cônsul no Brasil, em particular “Um Jardim de Petrópolis” (1945?), para examinar algumas propostas ecocríticas surgidas da discussão sobre o Plantacionoceno e do que Evando Nascimento chama de fitoliteratura, ou seja, a “escrita literária com e sobre plantas”. Interessa-me comentar as relações que a poeta cultivou com a floresta tropical e os modos como elas são coletadas em sua prosa, a partir de elaborações como “alteridade não-humana” e “arquivo vivo”. A ideia do arquivo vivo junto com a de agência vegetal sugerem a possibilidade de ler a floresta como um repertório ativo de memórias tanto da ação humana exercida sobre determinados territórios quanto das resistências vegetais que a contestaram. Examinamos, portanto, o jardim retratado por Mistral em busca de vestígios do contexto histórico em que Petrópolis foi fundada. Esses traços não são inocentes: carregam legados do olhar imperial com o qual Pedro II criou sua cidade de verão, e testemunham um imaginário de plantação no sentido de satisfazer “um ideal ocidental da natureza como racionalmente organizada, proprietária e em grande escala, seja na agricultura, na mineração, na indústria ou nas paisagens urbanas” (Wolford 2021). Da mesma forma, seguindo a ideia de escrever com e sobre plantas, proponho ler esse ensaio como “recado vegetal” na medida em que coleta a experiência de um tipo de associação não humana e não hegemônica: as alteridades de vizinhança de Gabriela Mistral com a floresta tropical que temperaram uma dolorosa estadia no Brasil, marcada pelo suicídio de seu amigo Stephan Zweig em 1942 e de seu sobrinho Yin Yin em 1943.

Palavras-chave: Gabriela Mistral. Floresta tropical. Vizinhanças vegetais. Recados vegetais. Plantacionoceno.

O ENSINO DA ORTOGRAFIA NOS ANOS INICIAIS: REFLEXÕES SOBRE OS SABERES DOCENTES NO 3º ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL

Camila Elizabete da Silva da Silva
Universidade Católica de Pernambuco (Unicap)
Camillaelizabete@gmail.com

Luiza Alice Lima Rocha
Universidade Católica de Pernambuco (Unicap)
luizalicer@hotmail.com

Rossana Regina Guimarães Ramos Henz (Orientadora)
Universidade de Pernambuco (UPE)/Universidade Católica de Pernambuco (Unicap)
Rossana.Ramos@Upe.br

RESUMO: No estudo em questão, analisamos os saberes docentes sobre o processo de ortografização no 3º ano do Ensino Fundamental, etapa que marca a transição entre a alfabetização e o aprendizado sistemático da ortografia. Parte-se do pressuposto de que a apropriação da ortografia é fundamental para o uso competente da escrita em diferentes gêneros textuais. A pesquisa, de abordagem qualitativa, foi realizada com sete professoras dos anos iniciais por meio de questionário aberto e entrevistas semiestruturadas. O referencial teórico apoia-se em Ferreiro e Teberosky (1999), Soares (2010), Moraes (2007) e Oliveira, Castro e Couto (2023), além da BNCC (2017). Os resultados revelam fragilidades teóricas e práticas quanto ao ensino da ortografia, associadas a lacunas na formação inicial em Pedagogia, que ainda carece de uma base linguística sólida para subsidiar o trabalho docente nos anos iniciais.

Palavras-chave: Ortografização. Ensino. Língua Portuguesa.

O FANZINE COMO INSTRUMENTO DA ATITUDE FILOSÓFICA

Elisabeth Maria de Souza

Mestranda em Filosofia

elisabeth.souza@aluno.ifsertao-pe.edu.br

Instituto Federal Sertão Pernambucano IFSERTAO-PE

Dr. Eduardo Barbosa Vergolino

Orientador

eduardo.vergolino@ifsertao-pe.edu.br

RESUMO: O texto propõe o fanzine — uma publicação independente, oriunda de movimentos contraculturais (como punk e feminismo), e marcada pela liberdade de autoria — como uma prática pedagógica crítica e transformadora no ambiente escolar. Seu objetivo central é romper com o ensino tradicional ao estimular a atitude filosófica e a autonomia intelectual dos estudantes, incentivando-os a pesquisar, refletir e se posicionar criticamente, resultando em uma aprendizagem ativa. A metodologia consiste na produção dessa mídia alternativa e de resistência, que configura uma reinvenção do processo de ensino-aprendizagem. Essa proposta é fundamentada teoricamente por autores como Cerletti, que aborda os encontros imprevisíveis de saberes, e Hannah Arendt, que defende a emergência do novo na educação. Assim, o resultado esperado é a construção coletiva e crítica do conhecimento, concretizando um ambiente de encontros criativos que quebram a previsibilidade escolar.

Palavras-chave: Fanzine. Prática pedagógica. Aprendizagem Ativa. Autonomia. Atitude Filosófica.

O GRADED READER COMO FERRAMENTA DIDÁTICA PARA O ENSINO DE LÍNGUA INGLESA

Nathaly Raquel Barbosa dos Santos

Graduanda – Letras

Universidade de Pernambuco – UPE

Ferdinando de Oliveira Figueirêdo

Professor Orientador

Universidade de Pernambuco – UPE

RESUMO: Este artigo tem como objetivo analisar as contribuições dos *graded readers* na aprendizagem de língua inglesa, em consonância com o contexto educacional em que estão inseridos, observando quais habilidades desenvolvidas a partir destes, enquanto recurso didático, para o ensino-aprendizagem do referido idioma. Partindo de uma abordagem bibliográfica e qualitativa, foi feita uma análise do *reader The Adventures Of Tom Sawyer* (2000), observando diferentes aspectos e habilidades alcançadas na adaptação e no escrito, à luz da observação dos Parâmetros Curriculares Nacionais, da Base Comum Curricular e de textos teóricos baseados nas contribuições de Lev Vygotsky (1934), Gillian Lazar (1993), John S. Hedgcock e Dana R. Ferris (2009), etc. Logo, esse estudo destacou a importância da adaptação da literatura no ensino de língua inglesa, promovendo a imersão do aprendiz a uma nova cultura, por meio da linguagem literária. Após a análise, concluiu-se que os *graded readers* têm grande eficácia no desenvolvimento mútuo das habilidades referentes ao segundo idioma, em vista do planejamento e mediação docente, contribuindo para o processo de contextualização no ensino de língua inglesa.

Palavras-chave: Literatura. Ensino de Língua Inglesa. *Graded Reader*. Recurso Didático.

O LOCUS DA LINGUAGEM NO RACIOVITALISMO LINGUÍSTICO EM ORTEGA Y GASSET

Roberto José da Silva
rj.silva@upe.br

Doutor em Ciências da Linguagem pela
Universidade Católica de Pernambuco - UNICAP

Atua como Professor da Universidade de Pernambuco UPE/Campus Garanhuns

RESUMO: O lugar da linguagem no acolhimento do sentimento estético da vida, o pensar filosófico e linguístico de Ortega tem a primazia que vai além de uma linguagem simplória entre os demais pensadores de sua época. É um escritor-periodista que demarca com afincado a dimensão vivente do humano com o prumo da meditação ontológica. Com sua insígnia sobre o “eu e minha circunstância” abre uma primeira leitura sobre as ideias do ser da linguagem, o ser que é o viver. A linguística, em Ortega, que trata desse ser que é o viver, é, sobretudo, ciência dos vocábulos. Essa ciência, por outro lado, deve “estar fundada numa prévia teoria do dizer”, que faz parte da intuição da dialética da razão vital. O ser vivente é o ser dizente, cujo desenvolvimento está no arcabouço dos princípios da nova filologia e da incipiente nova linguística. O ser dizente é o logos pensante que na ação verbal adiciona à linguagem ao esteio situacional e circunstancial da razão vital. O ser dizente, ou ser executivo, ganha outro matiz ao mostrar e representar o espectro da função representativa no conceito da experiência vital.

Palavras-chave: Teoria do Dizer. O Ser dizente. Ortega y Gasset. Raciovitalismo. Ser executivo.

O PORTFÓLIO COMO DISPOSITIVO DE REFLEXÃO: ACOMPANHANDO A ATIVIDADE DO MESTRANDO E O ENSINO MÉDIO

Elisabeth Maria de Souza

Mestranda em Filosofia

elisabeth.souza@aluno.ifsertao-pe.edu.br

Instituto Federal Sertão Pernambucano IFSERTAO-PE

Dr. Eduardo Barbosa Vergolino

Orientador

eduardo.vergolino@ifsertao-pe.edu.br

RESUMO: O exercício da licenciatura em Filosofia incentiva o questionamento constante, desnaturalizando o mundo e exigindo um olhar que ultrapassa as aparências, uma postura essencial para o ensino de Filosofia no Ensino Médio, conforme vivenciado no PROF-FILO. Para integrar essa atitude crítica à prática docente, o portfólio reflexivo atua como a metodologia central, permitindo ao educador pesquisador ressignificar suas experiências pedagógicas. Ao registrar e refletir, o mestrando consegue retomar o vivenciado com distanciamento crítico, promovendo a revisão, reavaliação e aprofundamento de ideias. Este processo, que exige planejamento e novas atitudes, transforma o docente em protagonista do seu aprendizado, uma vez que o portfólio se estabelece como um diálogo contínuo consigo mesmo. O resultado esperado é a superação de dificuldades e o desenvolvimento de um profissional mais consciente e maduro academicamente, fundamentado em teóricos da reflexão sobre a prática, como Vilas Boas e Ambrósio.

Palavras-chave: Portfólio Reflexivo. PROF-FILO. Questionamento. Reflexão. Filosofia.

O USO DE RECURSOS DIGITAIS NO ENSINO DE MATEMÁTICA: UMA ABORDAGEM COM O GEOGEBRA NO ENSINO MÉDIO

Nildo Sena Ribeiro Filho

Bacharelado em Contabilidade

Centro Universitário Senac - Santo Amaro- SENAC

Maria Carolina Cascino da Cunha Carneiro

Professora Orientadora

Doutora em Matemática

Centro Universitário Senac - Santo Amaro- SENAC

Erick dos Santos Ribeiro

Doutorado Biotecnologia

Universidade Federal do Pará - UFPA

RESUMO: A incorporação das tecnologias digitais na educação tem promovido transformações significativas no ensino da matemática, tornando-o mais interativo e próximo da realidade dos estudantes. Este trabalho tem como objetivo analisar o uso do GeoGebra como ferramenta pedagógica no Ensino Médio, com ênfase em práticas interdisciplinares. A pesquisa, de abordagem qualitativa e caráter exploratório, foi conduzida por meio de uma revisão bibliográfica que incluiu livros, artigos científicos e documentos oficiais publicados entre 2020 e 2025. As buscas foram realizadas nas plataformas Google Acadêmico, SciELO e no Portal de Periódicos da CAPES, contemplando estudos que tratam da integração entre o ensino de Matemática e o uso do GeoGebra no ambiente educacional. As análises indicam que os conteúdos mais trabalhados com o software envolvem geometria plana, álgebra e funções, permitindo aos alunos visualizar conceitos abstratos de forma mais clara e dinâmica. Quando utilizado de maneira planejada, o GeoGebra contribui para o desenvolvimento do raciocínio lógico, do pensamento crítico e da autonomia dos estudantes. Além disso, sua aplicação promove maior participação nas aulas e favorece práticas pedagógicas mais contextualizadas. Dessa forma, o GeoGebra se consolida como um recurso eficiente para integrar tecnologia e educação matemática, atendendo às demandas de uma educação contemporânea e inovadora.

Palavras-chave: Matemática. Geogebra. Tecnologia. Educação.

OLHARES SOBRE O IMAGINÁRIO DA GRANDE MÃE EM A QUEDA DO CÉU

Eduarda Ferreira dos Passos

Graduanda em Letras - Língua Portuguesa

Universidade de Pernambuco - UPE

Geam Karlo-Gomes

Professor adjunto da Universidade de Pernambuco - UPE

RESUMO: O imaginário coletivo é um bem comum de toda humanidade, com diversas manifestações simbólicas, como o arquétipo feminino da Grande Mãe, que representa a fertilidade, o poder criativo e a natureza (Neumann, 2021). Sabendo que esse arquétipo está muito conectado às crenças indígenas, elegeu-se a obra *A queda do céu* (2015), um testemunho autobiográfico do xamã Davi Kopenawa sobre as vivências de seu povo, os Yanomami, documentado pelo etnólogo-escritor Bruce Albert. O objetivo é analisar como o imaginário da Grande Mãe se configura nessa obra. Portanto, adota-se neste estudo a cosmo percepção dos povos Yanomami, que reúne a função simbólica da espiritualidade xamânica de resistência frente ao contato predador de não-indígenas, fundamentando-se em estudos de Jung (1964) e de Campbell (1990), e da intersecção da educação, imaginário e literatura a partir dos estudos do Imaginário (Durand, 1982, 1996, 2001); (Pitta, 2017). Os resultados iniciais indicam que o imaginário da Grande Mãe influencia significativamente na organização social e espiritual dos Yanomami, povo que firma sua resistência diante das ameaças não-indígenas na sua relação materna com a natureza.

Palavras-chave: Imaginário. Arquétipo. Grande Mãe. Indígena.

ORTOGRAFIZAÇÃO DE ESTUDANTES DO 5º ANO DOS ANOS INICIAIS À LUZ DA PSICOGÊNESE DA LÍNGUA ESCRITA EM UM PROJETO DE LETRAMENTO NA PRODUÇÃO DE HISTÓRIAS EM QUADRINHOS

Laércio de Lima

Universidade de Pernambuco – UPE/Campus Mata Norte
laercio.lima2@upe.br

Profa. Dra. Rossana Regina G. Ramos Henz

Universidade de Pernambuco – UPE/Campus Mata Norte
rossana.ramos@upe.br

RESUMO: A pesquisa debruçar-se-á sobre a análise de irregularidades ortográficas para identificar os fatores causais, em atividades de escrita e produção textual que denotam graus de letramento escolar e desenvolvimento alfabético-ortográfico deficitários em discentes regulares do 5º ano do Ensino Fundamental - Anos Iniciais, em uma escola da rede pública de ensino do município de Vitória de Santo Antão, com o fito de ampliar a ortografização, por meio de atividades de produção textual de histórias em quadrinhos. Busca-se, pelas óticas da Psicogênese da Língua Escrita e da Teoria Sócio-Interacionista, o melhoramento das habilidades metacognitivas e metalinguísticas imbricadas na compreensão e produção textuais, por meio do aprimoramento dos estágios de desenvolvimento ortográficos, cuja aplicação metodológica dar-se-á via Projeto de Letramento, em prol do incremento das práticas didáticas docentes ao fornecer aportes teórico-metodológicos aplicáveis ao contexto de sala de aula, assim como propiciar a partilha de experiências didático-pedagógicas voltadas à elevação dos níveis de desenvolvimento da compreensão e produção textual escolar.

Palavras-chave: Ortografização. História em Quadrinhos. Proficiência leitora. Projeto de Letramento.

OS USOS DE JOGOS COMO AULA PRÁTICA DE CONTEÚDOS ESTUDADOS EM SALA DE AULA

Francisco de Assis Silva Panta

Professor do curso de Letras da Universidade de Pernambuco – UPE

Joânderson Silva Araújo

Graduando do curso de Letras – Universidade de Pernambuco-UPE

RESUMO: O presente resumo aborda o relato de uma experiência de ensino vivida em sala de aula do curso de Letras da Universidade de Pernambuco Campus Petrolina, a qual faz parte da carga-horária impressa na malha curricular da turma de Língua Espanhola III, composta de 75 horas. **Objetivo:** Oportunizar aos alunos a vivência de práticas pedagógicas voltadas para a aplicação de jogos diversos, utilizando os conteúdos trabalhados teoricamente em sala de aula durante o período em curso e nos períodos anteriores. **Fundamentação teórica:** Os fundamentos se baseiam em Milani (2013) e Freire (1967). **Metodologia:** A metodologia se deu pela elaboração de jogos, pela criação de manual das regras de aplicação e pela própria realização dos jogos. A aplicação se deu em sala de aula, com os alunos da equipe aplicadora e das outras equipes da sala. **Resultados (concluídos ou em andamento):** Os resultados ocorreram na própria sala de aula, a partir da aplicação dos jogos, os quais serviram como uma parte da avaliação.

Palavras-chave: Aulas práticas. Jogos. Aplicação.

PRÁTICAS PEDAGÓGICAS EXTENSIONISTAS EM CLIMATOLOGIA: DA TEORIA À PRÁTICA NA FORMAÇÃO DOCENTE

Iasmim Pereira Maciel De Oliveira
Licencianda em Geografia
Universidade de Pernambuco - UPE

Antonio Marcos dos Santos
Professor Orientador
Doutor em Geografia
Universidade de Pernambuco - UPE

RESUMO: Nos últimos anos, o debate sobre as dinâmicas climáticas intensificou-se em razão das mudanças climáticas globais. Assim, torna-se essencial para a formação e atuação dos docentes do ensino básico. **Objetivo:** Diante do apresentado, este resumo busca evidenciar os principais resultados das ações extensionistas realizadas na disciplina de Climatologia, destinada estimular a produção de conhecimentos climatológicos regionais entre futuros docentes de Geografia da UPE, campus Petrolina. **Metodologia:** As ações foram desenvolvidas em duas etapas distintas, sendo a primeira destinada a organização das atividades, incluindo leituras sobre o tema chave da proposta. Na segunda fase foram colocadas em prática as ações teóricas e práticas e por último a avaliação das ações. **Resultados (concluídos):** Inicialmente, os discentes apresentaram dificuldades conceituais, porém conseguiram melhores aproveitamento quando houve a interligação entre teoria e prática. Em relação ao desenvolvimento prático, os discentes conseguiram avançar e construir conhecimentos relacionados à dinâmica de circulação atmosférica, identificando e conceituando os sistemas produtores de tempo a partir do uso de cartas sinóticas, cartas de vento e imagens oriundas de satélites e radares meteorológicos.

Palavras-chave: Mudanças climáticas. Ensino-aprendizagem. Ações extensionista.

REDE BAYESIANA COMO ELEMENTO DE AUXÍLIO PROBABILÍSTICO PARA DIAGNÓSTICO DE NÍVEIS DE DIFICULDADES DOS ALUNOS NAS DISCIPLINAS DO CURSO DE CIÊNCIA DA COMPUTAÇÃO NA INSTITUIÇÃO FACAPE

Maria Leticia Maciel Caldas
maria.caldas.23694@aluno.facape.br
Bacharelada em Ciência da Computação
Faculdade de Petrolina – FACAPE

Alexandre Braga Gomes
alexandre.gomes@prof.facape.br
Faculdade de Petrolina - FACAPE
Prof. Dr. Orientador

RESUMO: A pesquisa analisa os perfis estudantis e fatores acadêmicos que impactam o desempenho, visando identificar probabilisticamente as dificuldades de aprendizado e orientar estratégias pedagógicas para aprimorar a qualidade do ensino. **Objetivo:** Desenvolver uma rede bayesiana para diagnosticar, de forma probabilística, os níveis de dificuldade dos alunos em disciplinas-chave do curso de Ciência da Computação da FACAPE. **Fundamentação teórica:** A rede bayesiana é utilizada por sua capacidade de inferir probabilisticamente relações de causa e efeito, modelando interações complexas entre variáveis e produzindo resultados claros e interpretáveis para os especialistas. **Metodologia:** Pesquisa quantitativa descritiva aplicada, com coleta anônima de dados sobre desempenho e percepção de dificuldade dos alunos da FACAPE. **Resultados:** Os resultados parciais demonstraram que 59,09% dos alunos enfrentam dificuldades devido à complexidade do conteúdo das disciplinas. **Conclusão:** Pôde-se observar que as Redes Bayesianas foram eficazes para diagnosticar, de forma probabilística, as causas das dificuldades dos alunos de Ciência da Computação da FACAPE.

Palavras-chave: Rede Bayesiana. Aprendizado. Ciência da Computação.

RELATO DE EXPERIÊNCIA: VIVÊNCIAS E APRENDIZAGENS NO ESTÁGIO DE DOCÊNCIA

Daiara Barbosa Torres Costa

Mestranda em Educação (PPGFPPi)

Universidade de Pernambuco, Campus Petrolina – UPE

Enilho Fernando Pereira Feitoza

Bacharelado em Enfermagem

Universidade de Pernambuco, Campus Petrolina – UPE

Flávia Emília Cavalcante Valença Fernandes

Professora Orientadora

Doutora em Inovação Terapêutica

Mestre em Gestão e Economia da Saúde

Universidade de Pernambuco, Campus Petrolina – UPE

RESUMO: O estágio de docência integra o processo formativo da pós-graduação stricto sensu, proporcionando ao estudante a oportunidade de aplicar os conhecimentos adquiridos e refletir sobre as dimensões da prática pedagógica. **Objetivo:** descrever a experiência de estágio de docência vivenciada por uma mestranda em um mestrado profissional em Educação. **Fundamentação teórica:** O estágio de docência é fundamental à formação docente, pois possibilita vivência prática do ensino e reflexão sobre o papel do educador na construção do conhecimento. **Metodologia:** trata-se de um relato de experiência de natureza qualitativa, construído a partir da observação participante, planejamento e execução de atividades teóricas e práticas, além das vivências em uma unidade básica de saúde. **Resultados:** as experiências vêm favorecendo o desenvolvimento profissional, promovendo o protagonismo discente e uma aprendizagem mútua. A aproximação da realidade de sala de aula estimula o aperfeiçoamento de competências pedagógicas e a superação de desafios da prática docente.

Palavras-chave: Educação. Docência. Formação de Professores. Enfermagem.

SALAS MULTISSERIADAS: O DESAFIO OU A SOLUÇÃO DA EDUCAÇÃO DO FUTURO?

Eduardo Barbosa Vergolino

Instituto Federal do Sertão Pernambucano

eduardo.vergolino@ifsertao-pe.edu.br

RESUMO: A sala multisseriada é uma realidade da educação brasileira, seja nos grandes centros urbanos ou nos longínquos espaços escolares do campo. Como o espaço formal de ensino foi construído no padrão de seriação das idades, a sala multisseriada se torna um desafio para as/os docentes. Mas, será mesmo a sala multisseriada a vilã do processo ensino-aprendizagem? Ou a falta de uma metodologia específica e diferenciada é a razão da dificuldade do ensino nas salas multisseriadas? O objetivo do presente trabalho é buscar compreender a visão pessimista das/dos docentes em relação às salas multisseriadas e suas dificuldades no processo de ensino-aprendizagem nestas salas específicas. O presente trabalho buscará realizar uma pesquisa quantitativa para obtenção de dados acerca da realidade das salas multisseriadas no Sertão de Pernambuco e, aplicar uma entrevista semi-estruturada com 20 (vinte) docentes atuantes nessas salas em questão. Acreditamos que as salas multisseriadas podem ser o caminho para a mudança da educação escolar formal no fortalecimento de uma educação específica e diferenciada centrada no potencial das competências e habilidades das/dos estudantes.

Palavras-chave: Educação Escolar. Ensino Formal. Multisseriadas.

TRABALHANDO CONSERVAÇÃO DE ENERGIA COM A CONSTRUÇÃO DE UMA MONTANHA RUSSA DE PAPEL

Fabício Hender Inoue
E.E. Professora Maria Ramos
fabriciohender@prof.educacao.sp.gov.br

Letícia Veloso Ferreira
Universidade de São Paulo
leticiaavferreira@alumni.usp.br

Maria Rita do Nascimento
Universidade de São Paulo
mariaritanascimento@alumni.usp.br

RESUMO: Este trabalho relata a aplicação de uma oficina de construção de uma montanha-russa de papel inserida no Minicurso sobre Conservação de Energia, elaborado na disciplina Estágio Supervisionado em Ensino de Física I do curso Licenciatura em Ciências Exatas vinculado à Universidade de São Paulo, juntamente com dois professores de física das escolas participantes bolsistas FAPESP. A atividade teve como intuito a fixação dos conteúdos relacionados à conservação de energia por meio da metodologia ativa de oficina. Com a proposta de investigar se a atividade prática impactaria na melhor assimilação do conteúdo formal por sua aplicação no cotidiano e protagonismo do estudante. Para verificação da aprendizagem dos alunos foi produzido um roteiro tanto para a construção do aparato, quanto com questões conceituais ao final para serem respondidas com base no observado e vivido pelos estudantes. Por meio da devolutiva foi possível identificar que todos os grupos atingiram os resultados matemáticos esperados, e mais da metade conseguiu entender a relação entre os cálculos, os conceitos teóricos e sua aplicação na prática e no cotidiano.

Palavras-chave: Física. Ensino. Metodologias.

TRADIÇÃO, COLONIALIDADE E FEMINISMO MOÇAMBICANO: LEITURAS DE NIKETCHE: UMA HISTÓRIA DE POLIGAMIA, DE PAULINA CHIZIANE

Perla Araújo dos Santos

Doutoranda em Estudos Literários

Universidade Federal de Mato Grosso do Sul - (UFMS)

Thiago Lourenço da Silva

Licenciado em Letras Português-Inglês

Faculdade de Letras/Português e Inglês – UEG

RESUMO: O romance *Niketche: Uma História de Poligamia* (2002), da escritora moçambicana Paulina Chiziane, apresenta um retrato profundo da condição feminina em meio às tradições e contradições culturais de Moçambique. A narrativa acompanha Rami, mulher que, ao descobrir as outras esposas de seu marido, inicia um processo de autoconhecimento e de questionamento sobre a poligamia, prática cultural que se configura tanto como elemento de identidade tradicional quanto como símbolo das desigualdades impostas às mulheres. Nesse sentido, a obra reflete uma sociedade em transição, entre o passado patriarcal e a busca por emancipação. Este artigo analisa de que maneira a poligamia e o ritual da *kutchinga* revelam uma hipocrisia social: ao mesmo tempo em que se adota oficialmente o cristianismo e a monogamia como valores coloniais, mantêm-se em segredo, quando conveniente, tradições ancestrais que reforçam a submissão feminina. A análise dialoga com a noção de Colonialidade do Poder (Quijano, 2005) e com a perspectiva do entrelaçamento de patriarcados (Paredes, 2017), articuladas à crítica feminista moçambicana de Isabel Casimiro (2014), de modo a evitar leituras estereotipadas e propor uma compreensão mais situada das especificidades históricas e culturais presentes na literatura moçambicana.

Palavras-chave: Paulina Chiziane. *Literatura Moçambicana*. Tradição. Colonialidade. Feminismo Moçambicano.

TRADUÇÃO INTERSEMIÓTICA ENTRE “CAPITU”, DE LYGIA FAGUNDES TELLES E PAULO EMÍLIO SALES GOMES, E “DOM CASMURRO”, DE MACHADO DE ASSIS: UM OLHAR SOBRE A REPRESENTAÇÃO FEMININA

Mariana Pereira Motta
Licencianda em Língua Portuguesa e Língua Inglesa
Universidade de Pernambuco - UPE
mariana.motta@upe.br

Clarissa Loureiro
Professora Orientadora
Mestre em Letras
Universidade de Pernambuco - UPE
clarissa.loureiro@upe.br

RESUMO: O presente trabalho aborda a representação da personagem Capitu, analisando sua ressignificação por meio de dois códigos semióticos distintos: o signo literário, ilustrado pela obra Dom Casmurro, de Machado de Assis, e o signo cinematográfico, representado pelo roteiro de cinema Capitu, escrito por Lygia Fagundes Telles e Paulo Emílio Sales Gomes. A pesquisa objetiva compreender como a tradução semiótica entre esses signos confere profundidades diferentes a Capitu, sobretudo devido às técnicas cinematográficas descritas no roteiro, que ampliam suas subjetividades enquanto mulher. Como corpus do estudo, serão utilizadas as obras previamente citadas (Assis, 1899; Telles; Gomes, 1967), que centralizam Capitu como determinante na narrativa. Além disso, como suporte teórico qualitativo, analítico e descritivo, listam-se as contribuições de Plaza (2003) acerca da tradução intersemiótica, bem como de Brito (2007) e de Marinho (2009) sobre as intersecções entre literatura e cinema. Assim, a investigação dos textos se constrói com base na Literatura Comparada (Carvalho, 2006), em que as interpretações dos objetos são concebidas por meio de suas relações enquanto códigos. Este trabalho é uma pesquisa em andamento; contudo, resultados iniciais evidenciam que a recriação de Capitu no roteiro de Telles e Gomes oferece um retrato mais íntimo da personagem, iluminando suas motivações e dando-lhe agência narrativa para além do ponto de vista masculino que contou sua história até aqui.

Palavras-chave: Tradução Intersemiótica. Literatura. Cinema. Literatura Comparada.

UM OLHAR ECOFEMINISTA SOBRE “SABELA”, DE CONCEIÇÃO EVARISTO

Beatriz Vieira Rodrigues

beatriz.vieirarodrigues@upe.br

Edilane Ferreira da Silva (professora-orientadora)

edilane.ferreira@upe.br

RESUMO: A novela maravilhosa “Sabela”, contida no livro “Histórias de leves enganos e parecenças” (2016), de Conceição Evaristo, demonstra uma conexão entre a personagem feminina central e a natureza representada na narrativa. Dessa forma, esta proposta de comunicação, que nasce a partir dos estudos desenvolvidos pelo JUREMA - Grupo de Estudos e Pesquisa Interdisciplinar de Autoria Feminina, Ecologia e Gênero, desenvolvido na Universidade de Pernambuco (UPE), tem o objetivo de evidenciar como a ficção de Evaristo pode ser lida através de uma ótica ecofeminista, por meio, especialmente, da vinculação do feminino com o elemento água. Trata-se de uma pesquisa bibliográfica, de abordagem qualitativa, que tem, como principais bases teóricas, as autoras Stacy Alaimo (2017) e Silvia Federici (2017). Apesar de ser uma pesquisa em andamento, é possível afirmar que a conexão de Sabela com a natureza mais-que-humana e com conhecimentos naturais e espirituais, de forma ancestral, pode ser lida como um movimento transcorpóreo, bem como uma resistência à cultura patriarcal e capitalista.

Palavras-chave: Narrativa maravilhosa. Conceição Evaristo. Ecofeminismo.

UNIVASF NAS ESCOLAS: APROXIMAÇÃO DE ESTUDANTES DO ENSINO MÉDIO DE ESCOLAS PÚBLICAS COM O ENSINO SUPERIOR

Amanda Matos Resende

Licencianda em Ciências Sociais

Universidade Federal do Vale do São Francisco - Univasf

amanda.resende@discente.univasf.edu.br

William Ferreira Guerra

Licenciando em Ciências Sociais

Universidade Federal do Vale do São Francisco - Univasf

william.guerra@discente.univasf.edu.br

Natália Graziely Ferreira Barros

Licencianda em Ciências Sociais

Universidade Federal do Vale do São Francisco - Univasf

natalia.barros@discente.univasf.edu.br

Stefane Telma da Silva Moraes

Licencianda em Ciências Sociais

Universidade Federal do Vale do São Francisco - Univasf

stefane.moraes@discente.univasf.edu.br

Simone Piletti Viscarra

Professora-orientadora

Doutora em Ciência Política

Universidade Federal do Vale do São Francisco - Univasf

simone.viscarra@univasf.edu.br

RESUMO: O projeto **Univasf nas Escolas** surgiu da indagação de graduandos de Ciências Sociais da Univasf ao adentrarem no espaço escolar e perceberem a distância entre a Educação Básica e Superior. Com isso, pela necessidade de dirimir esta distância, justifica-se o projeto. A fim de promover a democratização do acesso ao Ensino Superior, via difusão de saberes sociológicos e das formas de ingresso, com ênfase no Exame Nacional do Ensino Médio/Enem e programas correlatos, o projeto abarca 101 estudantes

em duas escolas estaduais em Juazeiro-BA. A metodologia se baseia na perspectiva pesquisa-ação, desenvolvida por meio de encontros semanais nessas escolas, voltados à discussão da teoria social no Enem e aos processos de ingresso ao Ensino Superior. Há, ainda, a realização de visitas guiadas aos campi da Univasf de Juazeiro/BA e Petrolina/PE. Além de aplicar um diagnóstico socioeconômico para compreender a autopercepção dos estudantes inseridos no projeto, pretende-se mapear o desempenho destes no Enem. Assim, espera-se facilitar o percurso formativo destes estudantes, de modo a potencializar o acesso ao Ensino Superior.

Palavras-chave: Ensino Médio. Ensino Superior. Sociologia. Enem.

WHEN THE ALGORITHM SPEAKS: DECOLONIAL ACTS OF LISTENING IN TEACHER FORMATION

Eloi da Silva Pereira

Doutorando em Educação

Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro – UNIRIO

eloi.pereira@edu.unirio.br

RESUMO: O avanço das inteligências artificiais generativas (IAGen) na educação, com o potencial de personalizar a aprendizagem e otimizar tarefas docentes, suscita tensões e contradições significativas. Dessa forma, este resumo visa discutir a integração de um olhar decolonial na formação de professores, questionando se a IAGen reproduz lógicas coloniais ou se fomenta insurgências pedagógicas a partir das Epistemologias do Sul Global. O trabalho se alicerça na perspectiva da crítica de autores como Paulo Freire (leitura crítica do mundo). Discute-se o colonialismo digital e o potencial do hacktivismo como forma de luta contra estruturas de poder digital. Trata-se de um ensaio teórico, baseado na revisão bibliográfica crítica e em discussões conceituais, que mapeia as tensões éticas e políticas da IAGen, cujos algoritmos invisibilizam culturas indígenas, afro-americanas e minorias. O estudo aponta para a urgência de uma pedagogia que promova a criticidade, a autonomia pedagógica e a valorização do saber-fazer docente evitando que a eficiência algorítmica prevaleça sobre a curadoria crítica, reafirmando o ato de educar como um ato de ler e reescrever o mundo como sujeitos críticos.

Palavras-chave: Inteligências Artificiais Generativas. Decolonialidade. Formação de Professores. Colonialismo Digital. Epistemologias do Sul.

"MÁS ALLÁ DEL TESTIMONIO: UNA INTERVENCIÓN ESTÉTICO-POLÍTICA DESDE LOS MÁRGENES EN LA OBRA CUARTO DE DESPEJO. DIARIO DE UNA MUJER QUE TENÍA HAMBRE, DE CAROLINA MARÍA DE JESÚS"

Lisbeth Lima Hechavarría

Estudiante de Magíster en Estudios Literarios y Culturales Latinoamericanos

Instituto de Literatura y Ciencias del Lenguaje

Pontificia Universidad Católica de Valparaíso, Chile

La obra *Quarto de Despejo. Diario de una mujer que tenía hambre* (Abraxas, 1963), de Carolina María de Jesús, trasciende la mera categorización de testimonio de la miseria social para erigirse como una poderosa intervención estético-política. Desde la perspectiva de una mujer negra y favelada desafió las estructuras hegemónicas de la sociedad brasileña y el campo literario tradicional. La publicación inicial de la obra, catalizada por la agencia estratégica del periodista Audálio Dantas al interpelar las convenciones de hombres blancos y letrados, generó un éxito disruptivo que superó a autores consagrados de la época. Sin embargo, el silenciamiento de las obras posteriores de esta autora y la marginalización de su perfil, en contraste con el reconocimiento inicial y su instrumentalización como portavoz del pueblo, revela las tensiones inherentes a la validación y gestión de voces subalternas en los circuitos culturales dominantes.

La resignificación de Carolina María de Jesús y su programa estético por parte del Movimiento de Literatura Marginal y el Feminismo Negro, demuestra un legado perdurable que, desde los márgenes, ofrece una crítica profunda a las desigualdades raciales, sociales y de género. Al mismo tiempo, reconfigura la noción de autoría y producción de conocimiento en América Latina. El presente ejercicio de lectura crítica se propone una revisitación a esta obra poco atendida por la investigación hispana

especializada, considerándola de vital importancia para el estudio de la literatura escrita por mujeres en Latinoamérica, teniendo en cuenta la exclusión a la que ha estado relegado el panorama escritural brasileño por las barreras del idioma, entre otras cuestiones políticas que han ralentizado el acceso a dichas bibliografías. A partir de estas consideraciones surge la siguiente pregunta de investigación: ¿cómo reconfigura Carolina María de Jesús con su obra *Quarto de despejo Diário de uma mulher que tinha fome* el género testimonial para convertirlo en una intervención estético-política que desestabiliza las jerarquías raciales, de género y de clase en el Brasil de mediados del siglo XX y en su recepción contemporánea?

1 DESAROLLO

Para Carolina María de Jesús el papel no solo era un medio de subsistencia manteniendo a su familia como cartonera, sino también un espacio sagrado para pensamientos y reflexiones. Así lo sustenta su vasta producción literaria, abarcando desde diarios hasta poesías, canciones, piezas de teatro y proverbios. La negligencia histórica en la organización y preservación de sus escritos, a menudo atribuida al racismo que buscaba ocultar y destruir la historia de las personas afrodescendientes, ha impedido que gran parte de su legado se conozca, encontrándose muchos de sus originales aún dispersos.

La obra seminal de Carolina María de Jesús, *Quarto de despejo. Diário de uma favelada* fue publicada originalmente en 1960 por la prestigiosa editorial Francisco Alves en Brasil. Su título, que se conservó en la traducción al español, alude a la favela como el cuarto de trastos viejos, un lugar donde se tiran las cosas inservibles que la sociedad disimula y se empeña en ignorar. La primera traducción al español, titulada *Quarto de despejo. Diário de uma mulher que tinha fome*, fue realizada por Beatriz Broide de Sahoyaler y publicada en 1963 por Editorial Abraxas en Buenos Aires, Argentina. El impacto de la obra fue inmediato y global. Se tradujo a menos de un año de su publicación y un quinquenio después ya circulaba en 16 países, incluyendo Dinamarca, Holanda, y Argentina en 1961, mientras que Francia, Alemania Occidental, Suecia, Italia,

Checoslovaquia, Rumanía, Inglaterra, Estados Unidos y Japón en 1962 (Tennina 130). A pesar de este éxito inicial, las obras posteriores de Carolina, como *Casa de Alvenaria* (1961), *Pedaços de fome* y *Provérbios* (ambas de 1963), no lograron la misma repercusión, lo que llevó a un relativo olvido de la autora, quien murió en situación de pobreza en 1977. Sin embargo, en tiempos recientes, la obra de Carolina María de Jesús ha experimentado un poderoso resurgimiento en los ámbitos académicos y comerciales. Este renacer está intrínsecamente ligado al Movimiento de Literatura Marginal, surgido a fines de los años 90 en São Paulo, y, de manera crucial, al Feminismo Negro, que desde 2013 ha visibilizado y reivindicado su figura y legado. En 2021, la editorial Companhia das Letras inició un proyecto para publicar la obra completa de la autora, y el Instituto Moreira Salles realizó una exposición de gran impacto sobre ella.

En su artículo “Carolina María de Jesús, una autora que nació dos veces”, la autora Lucía Tennina argumenta que:

(...) Desde un juego alegórico similar al de Gilberto Freyre con *Casa Grande y Senzala* (1985), esta autora monta una lectura íntima y a la vez colectiva de la realidad brasileña para pensar Brasil en espejo, ya no con la arquitectura colonial, sino desde el hogar burgués y su contracara, la favela (Tennina 130).

Para ello, expone una cita textual del diario:

Cuando estoy en la ciudad tengo la impresión de que estoy en la sala de visitas con sus lámparas de cristal, sus alfombras de terciopelo, almohadones de satén. Y cuando estoy en la favela tengo la impresión de que soy un objeto obsoleto, digno de estar en un cuarto de desechos (de Jesús 59).

El argumento central de *Quarto de despejo...* es una ventana cruda y directa a la vida cotidiana en las favelas brasileñas de mediados del siglo XX, un documento que narra de forma íntima y colectiva la realidad de una mujer negra, favelada y madre soltera que utiliza su pluma para contrastar el hogar burgués con la dura existencia de su estrato social. La autora presenta reflexiones diarias ofreciendo una perspectiva crítica sobre las desigualdades de un país inmerso en la precariedad. Los conflictos centrales que atraviesan la obra forman un mosaico de miserias cotidianas donde el hambre es ubicua, convirtiéndose así en el eje de su existencia con la recolección de papel y hierro como único sustento. Visibiliza la carga y preocupación por alimentar sin apoyo a sus tres

hijos, destacando la vulnerabilidad de las mujeres en estas comunidades. El entorno es retratado como propenso a peleas, robos e inestabilidad constante. Critica la jerarquía e inacción político-social ante la brutalidad de la pobreza extrema, sin embargo, a pesar de la contundencia de su obra, solo recientemente esta autora ha vuelto a aparecer en las estanterías de algunas librerías comerciales, en títulos de tesis universitarias, en ponencias de congresos, en revistas académicas, en muestras culturales y en los diarios de tirada periódica.

Lo interesante es que no solo volvió con *Quarto de despejo...*, sino que comenzaron a reeditarse el resto de sus libros, destacando, además de su perfil como escritora de testimonio, su propuesta estética. Sin dudas, el resurgimiento de esta escritora tiene que ver con la conformación del mencionado Movimiento de Literatura Marginal; organización que reúne escritores de favelas y que, de manera un tanto irónica, se autodenomina con el mismo nombre que los estigmatiza. El mismo comenzó a consolidarse en 2001 con la publicación del número especial *Caros Amigos. Literatura Marginal. A cultura la periferia* en la Revista Caros Amigos, prensa de izquierda leída por la clase media.

Se puede percibir, principalmente desde la escritura marginal femenina, que existe una identificación no solo con su obra sino con su historia de vida, como por ejemplo *Eu também sou Carolina*, un poema de la poeta Dinha publicado en las redes el 8 de marzo de 2014. Paralelo a esta relocalización de la obra de Jesús, otro de los movimientos que revitalizó su figura fue el Feminismo Negro, el cual en los últimos años se ha establecido con mayor fuerza y retomado importantes figuras representativas. Este hecho se consolida particularmente en el año 2013, cuando se producen manifestaciones en las calles brasileñas instaurando en primer plano una forma de hacer política que atraviesa al cuerpo y la performance, evidenciando cómo aún es necesario adjetivar al feminismo. Diversas obras de referentes feministas negras empiezan entonces a ser reeditadas. Surgen a su vez nuevos textos de importante repercusión dentro del movimiento y que refieren explícitamente a la figura de Carolina María de Jesús, por ejemplo, *Doloridad*, de Vilma Piedade (2020), donde Carolina aparece como ejemplo de la inmovilidad a la que es relegada la población negra; o *Notas sobre el hambre*, de Helena

Silvestre (2021), que empieza con un epígrafe tomado del libro *Quarto de despejo. Diário de uma favelada*, por citar tan solo dos ejemplos. Es de la mano de la literatura marginal y de esta corriente feminista que, de a poco, la obra de Carolina María de Jesús comienza a tomar una dimensión cada vez mayor al punto tal de que en 2021 la destacada editorial Companhia das Letras publica el libro *Casa de Alvenaria*, primer volumen de un proyecto más extenso que pretende publicar la obra entera de esta escritora brasileña.

La narratología de la obra se define por su formato de diario íntimo. Los registros, recopilados en desgastadas hojas de papel, sumergen al lector a través de la fluidez del lenguaje en la cruda realidad de la autora. La espontaneidad de sus anotaciones, incluyendo la preservación de sus errores ortográficos, refuerza lo verosímil y la inmediatez de su voz, dándole una autenticidad innegable. El período que abarca el diario, de 1955 a 1959, subraya la persistencia de los desafíos y la resiliencia inherente a su vida, demostrando que el acto de escribir y preservar sus notas fue, en sí mismo, una poderosa forma de resiliencia femenina. El texto intercala descripciones de los días arduos con reflexiones sobre su condición y el mundo que la rodea. La sencillez y brevedad de las oraciones se mezclan con fragmentos poéticos que hacen que lo crudo nos atravesase de forma punzante. (...) No me desespero. Mis sueños son alados y van a buscar a Dios (de Jesús 30). (...) La favela es una prisión de mujeres esclavizadas (de Jesús 34). (...) Dora Maria era creyente y decía que los creyentes entraban en el cielo como las estrellas en el mar (de Jesús 36).

El lenguaje de Carolina es un reflejo de su compleja identidad: una mujer sin formación profesional que en su afición de escritura cuidaba de usar un vocabulario escogido, sin ser este propio de su ambiente cotidiano. Aunque se refieren faltas de ortografía en el texto original, el valor de su prosa es notable por el modo directo, la lucidez y capacidad evocadora. Audálio Dantas describió su lenguaje como sencillo y popular, aludiendo a que fue precisamente eso lo que facilitó el impacto y accesibilidad a su obra. La autora no se detiene en adornos retóricos; su voz es urgente y visceral, transmitiendo lo miserable de su existencia. Utiliza un discurso que, a pesar de las limitaciones formales, es preciso en la descripción de sus sentimientos y la inclemencia del panorama circundante. La elección de mantener el título original, *Quarto de Despejo*.

Diario de una mujer que tenía hambre, evidencia la pujanza semántica de su propia conceptualización y la capacidad de la autora para nombrar la miseria de forma impactante, de articular sus pensamientos y emociones con una franqueza arrolladora.

La publicación de *Quarto de despejo...* se inserta en un contexto histórico-político particular de Brasil, marcado por la rápida urbanización y profundas desigualdades en los años 50. La obra emergió en un momento en que el triunfo de la Revolución Cubana impulsó un interés en las experiencias de los sectores subalternos, y el espectro de la revolución popular recorría el continente. En el caso de la edición cubana de esta obra, cabe destacar que fue publicada el mismo año en que el Premio Literario Casa de las Américas (instaurado un año después de la Revolución Cubana, 1960) inauguró la categoría de testimonio. Dicha reedición, impulsada por Ángel Rama, crítico uruguayo, se llevó a cabo en 1965. En este contexto de cambios efervescentes, artistas e intelectuales buscaron dialogar con las realidades populares. Tal es el caso de Clarice Lispector, quien cuatro años después de la publicación de *Quarto de despejo...* introdujo un espacio inédito en su obra con la novela *A paixão segundo G.H.*, una historia que sucede en el cuarto del fondo (cuarto de despejo) de una casa, localizada en un barrio noble de Río de Janeiro, que había sido ocupado por una ex empleada doméstica. La misma dejó su marca con un dibujo en la pared, a partir del cual instala dentro de la intimidad de la casa una alteridad radical (Tennina 131).

El libro de Carolina María de Jesús se convirtió en un grito de hambre denunciando directamente la indiferencia gubernamental, la falta de políticas de vivienda y el crecimiento poblacional en las grandes ciudades producto a las migraciones internas en busca de trabajo, encontrándose en cambio solo condiciones más precarias y salarios ínfimos. Así esta autora ocupó de pronto el lugar de portavoz del pueblo, tal es el caso que, en la traducción cubana, por ejemplo, el título se cambió por *La favela. Casa de desahogo*, eliminando el carácter individual del fenómeno para convertirlo en un padecimiento colectivo. Si bien es comprensible la intención de masificar las desgracias en las denuncias planteadas, es importante no pasar por alto la mutilación que sufrió el título de la obra, ignorando que dicha voz del pueblo provenía de una mujer, negra, madre soltera y sin estudios.

La racialidad es un pilar fundamental en el análisis de este testimonio dada la identidad de Carolina como mujer, negra y pobre. Posterior al éxito del diario, en su viaje por Argentina, Carolina notó la ausencia de cuerpos negros y cuestionó la existencia de prejuicios raciales, percibiendo que su presencia generaba extrañeza en espacios tradicionalmente ocupados por blancos, como argumenta la autora Marcelle Ferreira Leal, en su artículo “Carolina María de Jesús: una viajera negra por Argentina”. Afrontó directamente el racismo, como en el incidente del avión donde un pasajero blanco comentó irónicamente sobre su presencia, o la niña en Mendoza que le preguntó por qué no se lavaba la piel para quedar blanquita (Ferrerira 169). En lugar de someterse, reafirmó su identidad y transformó estas experiencias en reflexiones sobre la necesidad de que los negros ocuparan espacios de poder. La obra y su resurgimiento posterior, impulsado por el Feminismo Negro, demuestran cómo los cuerpos negros se construyen como impropios en sociedades racistas, pero la resurrección de Carolina y su historia desestabiliza estos prejuicios, significando un desplazamiento de las mentes.

Desde una perspectiva asociada a cuestiones de género, se ha expuesto que la obra evidencia las múltiples opresiones que enfrenta la protagonista, tanto por su condición de mujer en una sociedad patriarcal como por madre soltera en situación de pobreza extrema agudizada por la racialización. La narradora se enfrenta de forma consiente, posterior a la publicación de su obra, a un entorno donde las expectativas sociales limitan sus acciones y donde la violencia simbólica y física se manifiestan en la invisibilización de sus necesidades y deseos. Carolina, a través de su diario, desafía estas estructuras, evidenciando la resistencia y la lucha por la dignidad en un contexto que la desvaloriza por su género, condición social y color de piel.

En términos de subalternidad, la obra es un ejemplo paradigmático de las voces silenciadas por las estructuras de poder. Según la teoría de la subalternidad propuesta por Antonio Gramsci y ampliada por Gayatri Spivak, las clases marginadas y racializadas ocupan una posición de exclusión en los discursos oficiales y en la historia dominante. Referido a la situación de grupos sociales subordinados y marginados que carecen de poder y voz dentro de una sociedad, Gramsci conceptualizó en sus *Cuadernos de la cárcel* (1981) la subalternidad como una experiencia de subordinación, donde las clases

subalternas se encuentran en una tensión entre la aceptación y el rechazo de las relaciones de dominación. Spivak, en su libro *Crítica de la razón poscolonial: hacia una crítica del presente evanescente* (2010) profundizó en la dificultad de los grupos subalternos para expresarse y ser escuchados, especialmente en contextos coloniales y poscoloniales, cuestionando si el subalterno realmente puede hablar y bajo qué condiciones o consecuencias. En ese sentido, la obra en cuestión es un ejemplo clásico asociado a este análisis, que, si bien hoy es un fenómeno más que estudiado, en el contexto histórico de su publicación, tal como se ha expuesto, detonó una profunda crítica social. Carolina, como mujer negra y pobre, ocupa una posición subalterna sobre todo discursiva. Su diario funciona entonces como un acto de tenacidad que busca recuperar su voz en un sistema que la reduce a su condición de marginal. La obra revela cómo las condiciones de pobreza, género y raza se entrecruzan para perpetuar su circunstancia y cómo su narrativa busca desafiar esa posición.

2 CONCLUSIONES

La obra demuestra que el testimonio puede funcionar como acto de autoría plena: Carolina María de Jesús convierte la escritura en una herramienta de lucha que cuestiona los límites entre documento social y creación literaria. Así mismo, el análisis confirma que la condición de mujer negra y pobre no solo marca su experiencia vital, sino que es la fuente de una estética impar que subvierte el canon literario brasileño y latinoamericano.

La recepción inicial y el posterior silenciamiento evidencian las tensiones entre mercado editorial, racismo estructural y legitimación de voces subalternas, confirmando la hipótesis de que la marginalidad condiciona la visibilidad cultural. Sin embargo, el resurgimiento de su figura en el Movimiento de Literatura Marginal y el Feminismo Negro brasileño, actualiza su intervención política, mostrando la vigencia de su crítica a las jerarquías de raza, género y clase.

La investigación concluye que *Quarto de despejo. Diário de una mujer que tenía hambre* obliga a repensar la categoría de testimonio: más que relatar la miseria, abre un

espacio epistémico desde el cual las poblaciones subalternas producen saberes y transforman el campo literario.

La obra *Quarto de Despejo. Diário de uma mulher que tenía hambre* (Abraxas, 1963), de Carolina María de Jesús, trasciende la mera categorización de testimonio de la miseria social para erigirse como una poderosa intervención estético-política. Desde la perspectiva de una mujer negra y favelada desafió las estructuras hegemónicas de la sociedad brasileña y el campo literario tradicional. La publicación inicial de la obra, catalizada por la agencia estratégica del periodista Audálio Dantas al interpelar las convenciones de hombres blancos y letrados, generó un éxito disruptivo que superó a autores consagrados de la época. Sin embargo, el silenciamiento de las obras posteriores de esta autora y la marginalización de su perfil, en contraste con el reconocimiento inicial y su instrumentalización como portavoz del pueblo, revela las tensiones inherentes a la validación y gestión de voces subalternas en los circuitos culturales dominantes.

La obra seminal de Carolina María de Jesús, *Quarto de despejo. Diário de uma favelada* fue publicada originalmente en 1960 por la prestigiosa editorial Francisco Alves en Brasil. Su título, que se conservó en la traducción al español, alude a la favela como el cuarto de trastos viejos, un lugar donde se tiran las cosas inservibles que la sociedad disimula y se empeña en ignorar. La primera traducción al español, titulada *Quarto de despejo. Diário de uma mulher que tenía hambre*, fue realizada por Beatriz Broide de Sahoyaler y publicada en 1963 por Editorial Abraxas en Buenos Aires, Argentina. El impacto de la obra fue inmediato y global. Se tradujo a menos de un año de su publicación y un quinquenio después ya circulaba en 16 países...

2.1 CONTEXTUALIZACIÓN Y PREGUNTA DE INVESTIGACIÓN

La obra fue publicada inicialmente en 1960 en Brasil y la edición en español que utilizo para este estudio data de 1963. La publicación inicial generó un éxito disruptivo, catalizado por la agencia estratégica del periodista Audálio Dantas, que superó a autores consagrados de la época. Este éxito se dio en un contexto histórico-político particular en

Brasil, marcado por la rápida urbanización y profundas desigualdades en los años 50, y un interés continental en las experiencias de los sectores subalternos tras el triunfo de la Revolución Cubana.

Sin embargo, detrás del éxito se plantea un profundo problema de estudio: ¿cómo una mujer negra, favelada y madre soltera logra, mediante la escritura diarística, cuestionar las jerarquías de raza, género y clase en el Brasil de mediados del siglo XX y en su recepción posterior?

A partir de estas consideraciones, surge nuestra pregunta central de investigación: ¿cómo reconfigura Carolina María de Jesús con su obra el género testimonial para convertirlo en una intervención estético-política que desestabiliza las jerarquías raciales, de género y de clase en el Brasil de mediados del siglo XX y en su recepción contemporánea?

2.2 OBJETIVO E HIPÓTESIS CENTRAL

Nuestro objetivo principal es analizar la manera en que Carolina María de Jesús resignifica el testimonio como acto de autoría y resistencia, desestabilizando los parámetros del canon literario.

Sostenemos la hipótesis central de que la obra convierte la escritura diarística en una práctica estética de resistencia que, al mismo tiempo, funciona como acto de conocimiento producido desde los márgenes y como intervención política a través de la voz de una mujer negra y favelada. En esencia, su diario no solo documenta la miseria, sino que valida la producción de conocimiento desde los márgenes, anticipando debates contemporáneos sobre subalternidad y Feminismo Negro.

2.3 DESAROLLO: LA OBRA COMO ACTO DE RESISTENCIA ESTÉTICO-POLÍTICA

2.3.1 LA NARRATOLOGÍA Y LA VOZ DISRUPTIVA

En primer lugar, es esencial entender que la narratología de la obra se define por su formato de diario íntimo. Los registros, recopilados en desgastadas hojas de papel,

sumergen al lector en la cruda realidad de la autora. La espontaneidad de sus anotaciones, incluyendo la preservación de sus errores ortográficos, refuerza lo verosímil y la inmediatez de su voz, dándole una autenticidad innegable.

El lenguaje de Carolina es un reflejo de su compleja identidad: una mujer sin formación profesional que, en su afición de escritura, cuidaba de usar un vocabulario escogido. Su prosa es notable por el modo directo, la lucidez y capacidad evocadora. Su voz es urgente y visceral, transmitiendo lo miserable de su existencia con franqueza arrolladora. Ella intercala descripciones arduas con reflexiones punzantes, como al decir: “No me desespero. Mis sueños son alados y van a buscar a Dios”. El acto de escribir y preservar sus notas fue, en sí mismo, una poderosa forma de resiliencia femenina.

La elección del título, Quarto de despejo. Diario de una mujer que tenía hambre, evidencia la pujanza semántica de su propia conceptualización, pues alude a la favela como el "cuarto de trastos viejos", un lugar donde se desechan las cosas inservibles que la sociedad se empeña en ignorar.

2.3.2 LA CRITICA A LAS JERARQUIAS DE RAZA, GÉNERO Y CLASE

A continuación, examinaremos cómo la obra desestabiliza las jerarquías sociales:

En relación con la clase, el argumento central de la obra es una ventana cruda y directa a la vida cotidiana en las favelas brasileñas. La narradora ofrece una perspectiva crítica sobre las desigualdades, donde el hambre es ubicua, convirtiéndose en el eje de su existencia. Critica directamente la jerarquía e inacción político-social ante la brutalidad de la pobreza extrema.

Respecto al género, la obra evidencia las múltiples opresiones que enfrenta la protagonista por su condición de mujer en una sociedad patriarcal y, crucialmente, como madre soltera en situación de pobreza extrema. A través del diario, desafía estas estructuras y lucha por la dignidad en un contexto que la desvaloriza. Como ella misma señala: “La favela es una prisión de mujeres esclavizadas”.

Finalmente, en términos de racialidad, esta es un pilar fundamental en el análisis. La autora confrontó directamente el racismo, incluso tras su éxito, como cuando en un

viaje a Argentina notó la ausencia de cuerpos negros o cuando una niña le preguntó por qué no se lavaba la piel para quedar blanquita. En lugar de someterse, reafirmó su identidad y transformó estas experiencias en reflexiones sobre la necesidad de que los negros ocuparan espacios de poder. La obra, por lo tanto, demuestra cómo los cuerpos negros se construyen como impropios en sociedades racistas.

2.3.3 SILENCIAMIENTO Y RESURGIMIENTO POLÍTICO

A pesar de que el diario se tradujo a menos de un año de su publicación y circuló en 16 países en un quinquenio, el éxito inicial no se sostuvo. Las obras posteriores de Carolina no lograron la misma repercusión, lo que llevó a un relativo olvido y a que muriera en situación de pobreza en 1977. Este silenciamiento revela las tensiones inherentes a la validación de voces subalternas en los circuitos culturales dominantes.

No obstante, en tiempos recientes, la obra ha experimentado un poderoso resurgimiento. Este renacer está intrínsecamente ligado al Movimiento de Literatura Marginal (surgido a fines de los años 90) y, de manera crucial, al Feminismo Negro, establecido con mayor fuerza desde 2013. El Movimiento de Literatura Marginal, que reúne escritores de favelas, se identifica profundamente con su obra y su historia.

Además, el Feminismo Negro ha visibilizado y reivindicado su figura y legado, utilizándola como referente explícito en textos contemporáneos como *Doloridad* (Vilma Piedade, 2020) y *Notas sobre el hambre* (Helena Silvestre, 2021). Este rescate actualiza su intervención política y reconfigura la noción de autoría y producción de conocimiento en América Latina.

3 CONCLUSIONES

Para finalizar, se confirman los siguientes hallazgos:

1. El testimonio funciona como acto de autoría plena. Carolina María de Jesús convierte la escritura en una herramienta de lucha que cuestiona los límites entre documento social y creación literaria.

2. La condición de mujer negra y pobre es la fuente de una estética impar que subvierte el canon literario brasileño y latinoamericano.
3. La recepción inicial y el posterior silenciamiento evidencian la persistencia del racismo estructural y las tensiones entre el mercado editorial y la legitimación de voces subalternas.
4. El resurgimiento de su figura en el Movimiento de Literatura Marginal y el Feminismo Negro demuestra la vigencia de su crítica a las jerarquías de raza, género y clase.

En definitiva, la investigación concluye que Quarto de despejo. Diário de una mujer que tenía hambre obliga a repensar la categoría de testimonio: más que relatar la miseria, abre un espacio epistémico desde el cual las poblaciones subalternas producen saberes y transforman el campo literario.

Muchas gracias.

DESAROLLO

La obra seminal de Carolina María de Jesús, *Quarto de despejo. Diário de uma favelada* fue publicada originalmente en 1960 por la prestigiosa editorial Francisco Alves en Brasil. Su título, que se conservó en la traducción al español, alude a la favela como el cuarto de trastos viejos, un lugar donde se tiran las cosas inservibles que la sociedad disimula y se empeña en ignorar. La primera traducción al español, titulada *Quarto de despejo. Diario de una mujer que tenía hambre*, fue realizada por Beatriz Broide de Sahoyaler y publicada en 1963 por Editorial Abraxas en Buenos Aires, Argentina. El impacto de la obra fue inmediato y global. Se tradujo a menos de un año de su publicación y un quinquenio después ya circulaba en 16 países.

A pesar de este éxito inicial, las obras posteriores de Carolina, como *Casa de Alvenaria* (1961), *Pedaços de fome* y *Provérbios* (ambas de 1963), no lograron la misma repercusión, lo que llevó a un relativo olvido de la autora, quien murió en situación de pobreza en 1977. Sin embargo, en tiempos recientes, la obra de Carolina María de Jesús ha experimentado un poderoso resurgimiento en los ámbitos académicos y comerciales. Este renacer está intrínsecamente ligado al Movimiento de Literatura Marginal, surgido a fines de los años 90 en São Paulo, y, de manera crucial, al Feminismo Negro, que desde 2013 ha visibilizado y reivindicado su figura y legado. En 2021, la editorial Companhia das Letras inició un proyecto para publicar la obra completa de la autora, y el Instituto Moreira Salles realizó una exposición de gran impacto sobre ella.

El argumento central de *Quarto de despejo...* es una ventana cruda y directa a la vida cotidiana en las favelas brasileñas de mediados del siglo XX, un documento que narra de forma íntima y colectiva la realidad de una mujer negra, favelada y madre soltera que utiliza su pluma para contrastar el hogar burgués con la dura existencia de su estrato social. La autora presenta reflexiones diarias ofreciendo una perspectiva crítica sobre las desigualdades de un país inmerso en la precariedad. Los conflictos centrales que atraviesan la obra forman un mosaico de miserias cotidianas donde el hambre es ubicua, convirtiéndose así en el eje de su existencia con la recolección de papel y hierro como

único sustento. Visibiliza la carga y preocupación por alimentar sin apoyo a sus tres hijos, destacando la vulnerabilidad de las mujeres en estas comunidades.

A COMUNICAÇÃO DIGITAL E OS RUÍDOS DA INTERPRETAÇÃO NA ERA DAS REDES

Adriele Lopes Ferreira

Graduanda em Letras

Universidade de Pernambuco- UPE

Campus Petrolina

Ana Clara dos Santos Rozeno

Graduanda em Letras

Universidade de Pernambuco- UPE

Campus Petrolina

Marilia Kelly da Silva Lima

Graduanda em Letras

Universidade de Pernambuco- UPE

Campus Petrolina

Marta Ribeiro Nunes

Graduanda em Letras

Universidade de Pernambuco- UPE

Campus Petrolina

RESUMO: O presente estudo analisou a comunicação digital em especial sobre os ruídos desse tipo de interação na era das redes, investigando como os processos comunicativos vêm sendo influenciados pela comunicação por meio de plataformas digitais. A pesquisa pretendeu compreender como a comunicação está sendo influenciada pela fragmentação das mensagens, pela velocidade da troca de informação e a ausência de pistas contextualizadas as quais afetam a clareza das mensagens. Teve como apoio teórico autores que discutem sobre a interação texto-autor-leitor, pragmática, ruídos e comunicação para assim compreender os efeitos da linguagem nas interações virtuais. Caracteriza-se por uma abordagem teórica, analítica e reflexiva, combinando com uma revisão bibliográfica e a análise de exemplos de interação nas redes sociais. Os resultados obtidos demonstraram que as intercepções comunicativas estão, intensamente, presentes nas plataformas de comunicação onde o emissor/autor não tem qualquer controle sobre o meio de interação nem sobre as formas de interpretação do receptor, podendo ocasionar desentendimento, brigas e distorção de mensagens.

Palavras-chave: Compreensão. Comunicação. Interação. Redes sociais. Ruídos.

ABSTRACT: This study analyzed digital communication, particularly the noise associated with this type of interaction in the age of social media, investigating how communication processes have been influenced by communication through digital platforms. The research sought to understand how communication is being influenced by the fragmentation of messages, the speed of information exchange, and the absence of contextual clues, all of which affect the clarity of messages. It was supported by authors who discuss text-author-reader interaction, pragmatics, noise, and communication in order to understand the effects of language on virtual interactions. It is characterized by a theoretical, analytical, and reflective approach, combined with a literature review and analysis of examples of interaction on social networks. The results obtained demonstrated that communicative interceptions are intensely present in communication platforms where the sender/author has no control over the means of interaction or the forms of interpretation by the receiver, which can lead to misunderstandings, arguments, and distortion of messages.

Keywords: Comprehension. Communication. Interaction. Social networks. Noise.

1 INTRODUÇÃO

A intitulada Era da Informação iniciou-se na segunda metade do século XX, sendo impulsionada pela evolução tecnológica e, principalmente, pela circulação da internet nos anos de 1990. Desde os anos 2000, esse processo de popularização se acentuou onde a comunicação entre os indivíduos tornou-se, progressivamente, mais virtual, rápida e conectada. Outrossim, a comunicação tecnológica se permeia por várias plataformas digitais, entre essas destacam-se o WhatsApp, Instagram e Gmail. Essas ferramentas se tornaram palco de diversas formas de interação, que superam o uso informal e passam a ser também um ambiente de trabalho e conhecimento. Sendo assim, as formas de utilizar essas plataformas são múltiplas, onde é possível encontrar desde atividades políticas até atividades acadêmicas. Nesta perspectiva, ao passar do tempo o uso das plataformas foi se diversificando de acordo com a necessidade humana.

Contudo, devido à variedade de aplicações e a velocidade na comunicação, as informações nessas plataformas se tornam cada vez mais velozes, acessíveis, e

principalmente, fragmentadas trazendo diversas possibilidades no entendimento das mensagens. Nesse processo, o controle sobre o texto foge do domínio do autor, pois ele não tem controle sobre como a mensagem será recebida e interpretada pelo receptor, e nem sobre os ruídos comunicacionais que tendem a surgir. Desta forma, a mensagem do emissor, pode ser reformulada e até mesmo distorcida, pois, dentro da comunicação, existem mais caos do que ordem. Nesta perspectiva, o leitor não tem uma posição passiva, que apenas absorve a mensagem, seu papel torna-se ativo, onde ele participa do objetivo final da mensagem. Desta forma, vemos que o leitor não deve, e também não consegue, compreender a mensagem sem analisá-la conforme a bagagem de conhecimento que ele já possui. Em vista disso, o motivo pelo qual esse estudo é relevante, deve-se às reflexões nele propostas que estimulam um olhar atento acerca dos efeitos da tecnologia na comunicação. Portanto, é necessário que haja interesse em compreender que mecanismos fazem surgir esses ruídos na comunicação digital. Tendo como objetivo principal analisar as interações online e discutir sobre os ruídos que surgem dentro dessa realidade. Suas reflexões estimulam um olhar atento para os efeitos da tecnologia dentro das trocas de conhecimentos que acontecem com muita intensidade e frequência no meio digital.

Esse artigo, de caráter teórico e reflexivo, propõe examinar os ruídos na comunicação digital, fundamentando-se em conceitos interacionais e análise de exemplos reais. Pretende-se explorar sobre a comunicação dentro das redes sociais e os ruídos presentes neste contexto, sob a luz das teorias interação autor-texto-leitor, comunicação, pragmática e ruídos no ato comunicativo. Ao mesmo tempo, o artigo busca levantar reflexões sobre como esses ruídos afetam a compreensão das mensagens, sobre os efeitos da ausência de pistas e do uso de recursos, como figurinhas e frases fragmentadas, no ambiente digital. Assim, busca-se contribuir para uma reflexão profunda a respeito dos desafios presentes na comunicação digital e o papel dos ruídos nas relações atuais.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 COMUNICAÇÃO E OS RUÍDOS COMUNICATIVOS

A comunicação é considerada como o centro de toda a civilização humana, pois é por meio dela que se permeia a transmissão dos conhecimentos. Sabe-se que desde o surgimento da humanidade a comunicação foi, e continua sendo, um meio de sobrevivência onde por ela conseguem partilhar: ideias, costumes, conhecimentos entre outras possibilidades. Segundo Laruccia (2004), “A sociedade só existe por causa da comunicação; o mundo transforma-se porque as experiências vivenciadas e as descobertas do homem são transmitidas, aprendidas via educação e conhecimentos compartilhados.”. Desta forma, observa-se que a comunicação é o princípio fundamental da realidade social, onde comunicar não é apenas falar oralmente, é transmitir uma mensagem seja por meio da fala, de gestos, expressões faciais e atualmente por meio de mensagens em plataformas digitais.

Ao analisar a comunicação, podem encontrar três elementos fundamentais: receptor, emissor e canal que são elementos que garantem que a comunicação seja eficaz. Sendo assim, a função do emissor, aquele que emite a mensagem, é codificar a mensagem e decidir o conteúdo, enquanto receptor, aquele que recebe a mensagem, deve decodificar os sinais e interpretar o significado dela (Shannon & Weaver, 1948). Por fim, segundo Shannon & Weaver (1948) o canal é o meio físico ou virtual através do qual a mensagem é transmitida do emissor para o receptor (oral, escrito, visual ou digital). Embora esses conceitos de emissor, receptor e mensagem sejam tidos como clássicos, eles ainda são aplicáveis no contexto atual, ou seja, no contexto digital. Sendo assim, nas redes sociais os meios de comunicação se diversificam onde o canal de emissão se apresenta por meio das plataformas digitais onde se encontra: conectividade expressa, uso de emoji, memes e abreviações que podem ocasionar as mais diversas interpretações.

Observa-se que existem várias áreas envolvidas no processo comunicativo, dentro desse ato de comunicar, o emissor não tem controle sobre o entendimento do receptor, nem sobre o meio de comunicação. Devido a esse descontrole finda desenvolvendo barreiras comunicativas intituladas ruídos. Para Shannon & Weaver (1948), o ruído introduz distorções na mensagem, resultando em erros e elementos estranhos, o que

impede que a mensagem recebida seja idêntica à mensagem enviada. Sendo assim, identificam-se três tipos principais de ruídos na comunicação, sendo eles: semióticos, físicos e ideológicos. Os ruídos semióticos ocorrem quando o contexto ou os significados não são compartilhados entre os indivíduos como no caso do uso de palavras técnicas, desconhecidas ou abreviações. Já os ruídos físicos envolvem interferências no canal de transmissão da mensagem, sendo esses: ruídos sonoros, falhas em equipamentos e problemas de conexão. Por fim, os ruídos ideológicos surgem quando o código, ou seja, a mensagem ou a interpretação do emissor não é compreendido pelo receptor, por causa das diferenças de crenças ou valores que interferem na compreensão da mensagem. Assim, conclui-se que a comunicação digital se permeia por meio de nuances comunicativas e se faz necessário observá-las.

2.2 A COMUNICAÇÃO DIGITAL E AS REDES SOCIAIS

Desde o início dos tempos, a comunicação surgiu com um objetivo: passar informações e se comunicar com o próximo. A princípio, essa comunicação ocorria através de desenhos em cavernas, gestos e sons utilizando a boca. Mesmo sem ter uma comunicação mais desenvolvida, ainda assim, era possível compreender o que era expressado pelo não dito através dos outros meios de comunicação, sejam eles visuais ou orais. A partir desses fatos, podemos observar que desde o princípio, o homem buscava meios de se expressar na tentativa de que o outro compreendesse sua mensagem.

Após a evolução e aumento dos meios de interação devido ao surgimento da internet, a era da comunicação digital chegou para facilitar essa relação com o próximo. Assim, na comunicação digital é possível encontrar não apenas o texto em si, mas também outros meios que contribuem na transmissão de uma mensagem; por exemplo, dentro das redes sociais é possível conversar e ver o próximo sem a necessidade de estar junto dele, isso com o auxílio da função de videochamada que há em algumas redes sociais. Além disso, é possível expressar uma reação em um bate-papo apenas utilizando as figurinhas do WhatsApp e emojis. Segundo Oliveira (2015, p. 5), “o diferencial do formato digital é que, além de integrar textos, estilos e linguagens provenientes de todo

o tipo de mídia (oral, escrita, audiovisual) para a base digital, ele facilitou imensamente a circulação e o manuseio dos textos”.

Com base nisso, podemos afirmar que, com o surgimento do formato digital, a transmissão de mensagens ocorre de maneira mais rápida e simples, basta apenas ter um dispositivo conectado a uma rede Wi-Fi para que seja possível se relacionar com o próximo. Para Manfrin (2019, p. 14), “O importante é se adequar aos novos mecanismos, pois o homem cria ferramentas para própria utilização e, portanto, as mesmas visam facilitar a sua vida”. Assim, após a inserção dos meios tecnológicos no cotidiano das pessoas, se torna quase utópico viver sem estar de modo online. Pode se afirmar que, a comunicação digital está constantemente em mudanças, sempre gerando algo novo e diferenciado, no qual nem todos conseguem acompanhar essas mudanças, o que pode gerar ruídos na interpretação das mensagens transmitidas. Com isso, apesar da comunicação digital ser algo que facilita a interação e contribui na evolução humana, há nela algumas lacunas. Essas lacunas são geradas pela falta de pistas contextuais na mensagem recebida pelo receptor ou a desatualização do indivíduo no meio digital. Consequentemente, o que é expressado pode gerar dúvidas a quem recebe a mensagem, surgindo a possibilidade de interpretações rudes, embaraçosas ou até mesmo desrespeitosas.

Segundo Manfrin (2019, p. 14), “Considera-se que a sociedade mudou e continua mudando no decorrer dos anos e, a cada surgimento de novas tecnologias, são novos impactos causados na vida de cada indivíduo”. Sendo assim, o homem se tornou um ser dependente das redes sociais para se conectar com o próximo e construir novas relações sociais em uma sociedade que está cada vez mais envolvida com o meio digital. Nabuco et al (2021, p. 15) afirmam que, “a penetração da internet em nossa vida se tornou tão essencial que seria praticamente impossível imaginar não tê-la mais presente entre nós”. Portanto, estar conectado nesta realidade digital tornou-se algo necessário para evitar a desatualização e falta de sentido nas mensagens transmitidas, principalmente, dentro das redes sociais.

2.3 INTERAÇÃO AUTOR – TEXTO – LEITOR

Para compreender os ruídos presentes no ato comunicativo online, destaca-se o conceito sobre a interação autor-texto-leitor. A interação entre as pessoas não acontece de forma linear, pelo contrário, ela sucede de forma dinâmica, onde o emissor e receptor são mutuamente responsáveis pela construção do sentido.

Autores como Habermas defendem que dentro do agir comunicativo as interações são mediadas pela linguagem nos quais todos os participantes buscam fins ilocucionários (entendimento), incluindo ainda o uso de atos estratégicos, ou perlocucionários (efeito da fala), por pelo menos um dos envolvidos. Ou seja, a comunicação tem um alvo a ser alcançado e ambas partes são responsáveis para esse êxito.

O autor exerce dentro da interação um papel a ser refletido, vez que, o desejo ou necessidade de comunicar algo surge dentro dele, e cabe a ele formular coerentemente a mensagem a ser transmitida, perdendo nesse processo o domínio sobre o texto e as possíveis interpretações sobre o mesmo. Foucault (2002) cita que a marca do autor não é nada mais do que a singularidade da sua ausência ligando assim, ao sacrifício do autor, sua percepção a respeito do texto que se ausenta e dá espaço a percepções de quem o recebe. Dentro do ambiente digital, essa perda do controle decorrente a ausência do autor se intensifica, pois o alcance de suas mensagens chega a diversos contextos e são ressignificadas, multiplicando assim as possibilidades dos ruídos na interpretação.

O texto, por sua vez, é um lugar onde se negocia os sentidos, ele carrega a intenção do autor mas sua preservação não é garantida, Bakhtin (1992) diz que todo discurso é cercado por outros discursos, toda palavra é cercada por outras palavras, o texto só existe pelo ato de comunicar, e seu sentido se cerca de discursos e palavras derivadas de quem o escreve e lê, diferentemente em ambos. Nas redes digitais, o texto assume seu papel com mais debilidade, onde pode ser transformado em memes, figurinhas, comentários ou até mesmo citações recortadas que fogem totalmente do seu contexto, sendo aplicado em áreas distintas da original, crescendo assim os riscos de distorções.

O leitor, no que lhe diz respeito, ocupa o lugar principal na interação: a construção do sentido. Ele deixa de ser um agente passivo e passa a ser tão ativo quanto o autor. Segundo Iser Ver (2222), se um texto possibilita esse sem número de

interpretações, surge a pergunta de quais seriam essas interpretações. E essas interpretações na comunicação digital não são desvendadas, são misteriosas e diversas.

Assim, reflexões acerca desse tópico, mostram a complexidade e a necessidade de refletir sobre esse ambiente comunicativo que é a internet, a multiplicidade de alcances e instabilidade presentes na essência das mensagens transmitidas.

2.4 PRAGMÁTICA E COMUNICAÇÃO

Antigamente, para as pessoas se comunicarem com alguém que morava distante era preciso enviar cartas, que levavam um tempo considerável para serem entregues e respondidas. Atualmente, esse processo já não é tão vigente, vez que, por causa das redes sociais, esse contato com quem está distante fisicamente deixou de ser lento e tornou-se instantâneo. Com isso, é importante ressaltar que a comunicação é parte do cotidiano da sociedade e, através dela se resolve, interpreta, discute, questiona e reflete sobre diversas questões. Nos tempos atuais, a comunicação acontece por meio de redes sociais como Instagram e WhatsApp, e dentro dessas plataformas, encontramos a relação emissor/receptor. Logo, a pragmática exerce um papel importante dentro do processo comunicacional, tendo, por trás das palavras, emissor e receptor. Sendo assim, a pragmática estuda os princípios de cooperação que atuam no relacionamento linguístico entre o falante e o ouvinte; decorrente disso, justifica-se sua relação com a comunicação. Segundo Jacob, (1977) “a pragmática é interessada pelo modo com que as pessoas se comunicam em sociedade e pelo modo como que elas, ao fazerem isso constroem a sociedade”. Sendo assim, compreende-se que a pragmática estuda como o contexto influencia no significado da linguagem, ou seja, a intenção, e assim fortalecendo a troca de informações com o outro. Por isso, a pragmática ajuda a evitar mal-entendidos, interpretar melhor ironias, indiretas, elogios, críticas e para entender como a linguagem funciona em contextos culturais diferentes. A pragmática é, em sua essência, a troca de palavras, conhecimentos, saberes. E no mundo atual, onde a tecnologia está bem avançada, essas palavras são utilizadas de diversas formas. Segundo o filósofo Charles Morris(1938) “a pragmática estuda a relação entre os signos e seus intérpretes, focando

na linguagem em uso e nas interações sociais”. Portanto, a pragmática faz a análise do estudo da língua para assim poder investigar o significado oculto, mas, tudo isso, sempre considerando a intenção comunicativa e a situações. Portanto, a comunicação é um recurso social que ajuda a melhorar as relações pessoais e interpessoais e a pragmática auxilia na interpretação dessas mensagens levando em conta o contexto da mensagem.

3 ANÁLISE DE DADOS

Os dados foram coletados por meio de uma seleção de situações, que foram vivenciadas pelas autoras, no uso decorrente das plataformas digitais. As informações foram coletadas por meio de prints e registrados durante o processo de elaboração do artigo. A segunda fonte de dados foi correspondente a um e-mail institucional recebido, também por uma das autoras do artigo, referindo-se a uma resposta à solicitação de uma matéria em outro curso de graduação na instituição. Ambos os dados foram coletados pois auxiliaram na análise dos ruídos comunicativos.

3.1 DISCUSSÃO DOS DADOS

Figura 1 – Bate-papo no WhatsApp

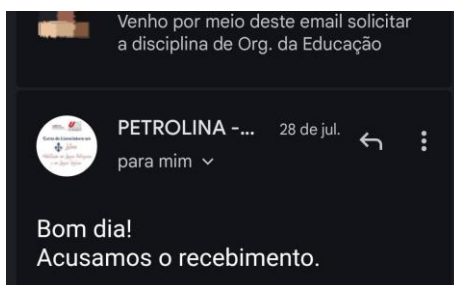


Fonte: Próprias pesquisadoras.

Em um canal privado de comunicação no aplicativo de mensagens WhatsApp, acontece uma conversa entre duas amigas, onde ambas moram em cidades distintas e utilizam o transporte público, ônibus, para chegar até a faculdade. Neste dia, uma delas após se atrasar para ir ao ponto de ônibus e finda perdendo o mesmo, com isso manda uma mensagem a amiga para notificar o ocorrido. Porém, a resposta de sua amiga resulta em um pequeno desentendimento, pois ela utiliza a palavra “teu besta” que é uma expressão regional do lugar em que mora. Ao ler a mensagem, ela se sente ofendida com o termo utilizado pela colega, que em sua percepção, estaria chamando-a de besta. Mas, sua amiga logo explica que não estava chamando ela de besta, mas sim usando uma gíria que significa “não acredito”.

É possível perceber um ruído semântico na mensagem transmitida, ou seja, uma simples palavra regional impossibilitou o outro indivíduo de compreender o verdadeiro sentido da mensagem transmitida pelo emissor. Assim, confirma Sá (2019, p. 10), “[...] os ruídos, por serem distorções que afetam a mensagem, acabam por provocar uma incerteza indesejável.”, no qual foi perceptível na mensagem acima, pois o desconhecimento do sentido da gíria “teu besta” trouxe uma incerteza na interpretação da mensagem. O emissor ao transmitir a mensagem, acreditou que a mesma seria compreendida, porém no contexto em que vive o receptor, a palavra “besta” é vista como uma ofensa. Portanto, a falta de conhecimento do contexto regional e cultural em que vive o emissor e o receptor, ocasionou em uma distorção do sentido da mensagem transmitida, sendo interpretada como rude e ofensiva.

Figura 2 – Resposta a um e-mail



Fonte: Próprias pesquisadoras.

Uma estudante de Letras solicitou, por meio de uma mensagem enviada pelo aplicativo e-mail a coordenação do seu curso, a possibilidade de cursar a disciplina Organização da Educação Nacional no curso de História. Em resposta, a coordenação da Licenciatura em Letras a respondeu com a seguinte mensagem: " Acusamos o recebimento", que visava comunicar que a solicitação foi recebida.

No entanto, a universitária interpretou a mensagem como um impedimento de cursar a disciplina solicitada.

Com isso, ela comenta com suas colegas sobre o ocorrido, e uma delas a explica que a mensagem apenas informava que a solicitação foi aceita e seria analisada.

O caso mostra que o ruído semântico surgiu durante a interpretação realizada pela estudante, que interpretou a mensagem de acordo com a bagagem de conhecimento que ela já possuía, e em seus conhecimentos o verbo "acusar" é negativo, por isso, deduziu que seu pedido foi recusado. Mesmo que a estudante já utilize uma linguagem mais culta devido a sua graduação, o uso do verbo em situações como essas não fazia parte do seu vocabulário.

Ocorreu assim uma decodificação inexata, que por falta de conhecimento prévio, resultou em uma interpretação equivocada do termo utilizado.

Isso comprova o que foi dito por Habermas, "O intérprete só entenderá o que o autor possa ter pensado à medida que discernir as razões que possibilitem considerar razoáveis as exteriorizações do sujeito da ação social" (Habermas, 2012, v. 1, p. 245, grifos do autor). Ou seja, a compreensão de um texto não depende apenas do que está escrito, mas também da capacidade do receptor de entender o contexto social na qual se molda o pensamento do escritor.

Observamos que, ao responder a pergunta feita, a universidade deduz que a mensagem foi interpretada da forma como era intencionada, sem imaginar que essa compreensão poderia ser divergente do esperado. Vemos que existe um distanciamento entre a linguagem formal-administrativa utilizada pela universidade e a análise atribuída pela estudante, gerada pela não familiaridade com a palavra utilizada na interação.

Isso reforça a ideia de que ao enviar uma mensagem, a interpretação a seu respeito deixa de pertencer ao autor, surgindo diversas possibilidades de analisar a mesma mensagem.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo analisou os ruídos comunicativos na comunicação digital no século XXI. Foi abordado como o avanço tecnológico e a implementação de plataformas digitais comunicativas acarretou novos fatores que poderiam gerar ruídos comunicativos. O estudo buscou estimular uma reflexão sobre os efeitos da tecnologia na comunicação, pois é necessário entender o que faz surgir esses ruídos. O artigo tem um caráter teórico, reflexivo e analítico, fundamentado em teorias de interação e comunicação. Foi referenciado com base em teorias que tratam sobre comunicação, ruídos comunicativos, interação entre o autor, texto e o leitor, pragmática e comunicação digital, onde cada uma forneceu base teórica para a análise dos casos reais. Os dados foram coletados a partir da compilação de situações, vivenciadas pelas pesquisadoras, que envolviam problemas de compreensão. A análise foi alicerçada a teorias de Habermas (2012), Jacob (1977), Iser (2022), Foucault (2002), Oliveira (2015), Laruccia (2004), Carvalho, Nascimento e Serafim (1995), Maraujo (2008), Shannon & Weaver (1948) e Charles Morris (1938) e nos conhecimentos prévios das autoras. Por fim, concluiu-se que a comunicação digital é eficiente, mas também, rodeada de ruídos que causam desentendimentos e até mesmo desavenças quando não há esclarecimento. Dessa forma, a interação social dentro de plataformas digitais requer cuidado para com os ruídos, para que a mensagem alcance seu propósito comunicativo com êxito.

Esta pesquisa enfrentou limitações na coleta de dados para o aprofundamento do assunto, pois a busca por dados reais que contribuíssem na análise foram escassos. Portanto, sugere-se que trabalhos futuros investiguem de forma mais acentuada para melhor compreender os ruídos comunicacionais na era digital.

REFERÊNCIAS

- AUSTIN, J. L. Quando dizer é fazer. Tradução de Danilo Marcondes. Porto Alegre: Artes Médicas, 1990.
- BAKHTIN, Estética da criação verbal. São Paulo: Martins Fontes, 1992.
- FOUCAULT, Michel. O que é um autor? Portugal:Veja/Passagens, 2012. Acesso em 23 de out. 2025.
- FUNSAI – Fundação Nossa Senhora Auxiliadora do Ipiranga. Qual a origem da comunicação humana? FUNSAI, [s. l.], 2023. Disponível em: <https://www.funsa.org.br/l/qual-a-origem-da-comunicacao-humana/> . Acesso em: 01 out. 2025.
- GRICE, H. P. Lógica e conversação. In: GRICE, H. P. *Studies in the Way of Words*. Cambridge: Harvard University Press, 1989. p. 22–40. (versão clássica do princípio da cooperação).
- HABERMAS, J. Teoria do Agir Comunicativo. v. 1. Racionalidade da ação e racionalização social. São Paulo: Martins Fontes, 2012a. Acesso em 23 de out. 2025.
- LARUCCIA, Mauro Maia. Notas sobre linguagem, comunicação e educação. In: **Revista Pensamento & Realidade**. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/pensamentorealidade/article/view/8446>. Acesso em: 14 set. 2025.
- LEVINSON, S. C. *Pragmatics*. Cambridge: Cambridge University Press, 1983.
- MANFRIN, Natália Reis. A comunicação digital como possibilidade de integração social. *Revista Regad*, Marília, v. 22, n. 2, p. 1-15, 2021. Disponível em: <https://revista.univem.edu.br/REGRAD/article/view/2774/781>. Acesso em: 01 out. 2025.
- MEY, J. L. *Pragmatics: An Introduction*. 2. ed. Oxford: Blackwell, 2001
- MORRIS, C. W. Fundamentos da teoria dos signos. Tradução de Helena Martins. 2. ed. São Paulo: Cultrix, 1976. (Obra clássica em que Morris define a pragmática como a relação dos signos com seus intérpretes.)
- NABUCO, Cristiano *et alii*. Família & tecnologia: promoção do uso inteligente da tecnologia no seio da família. São Paulo: Artmed, 2012.
- OLIVEIRA, Fátima Regis. **Textos, texturas e intertextos: apontamentos sobre aprendizado e competência na comunicação digital**. *Intexto*, Porto Alegre, n. 33, p.

209-224, maio/ago. 2015. Disponível em: <https://doi.org/10.19132/1807-8583201533.209-224>. Acesso em: 01 out. 2025.

SEARLE, J. R. Actos de fala: um ensaio de filosofia da linguagem. Coimbra: Arménio Amado, 1980.

SHANNON, Claude E.; WEAVER, Warren. The Mathematical Theory of Communication. Urbana: University of Illinois Press, 1949.

STALNAKER, R. Pragmatics. In: DAVIS, Steven (org.). Pragmatics: A Reader. Nova York: Oxford University Press, 1991.

TRAVAGLIA, L. C. Introdução à pragmática. São Paulo: Ática, 1997.

UNES, Wolney. A estética da recepção – Hans-Robert Jauss e Wolfgang Iser. Revista Estudos, Universidade Católica de Goiás, v. 30, n. 4, p. 753-766, 2003. Acesso em 23 de out. 2025.

YULE, G. Pragmatics. Oxford: Oxford University Press, 1996.

A ESCOLA COMO ESPAÇO DE CONTROLE DE CORPOS

Jennifer de Oliveira Rodrigues
Universidade Estácio de Sá
jennifer.rodrigues@prof.ce.gov.br

Thiago Coelho de Santana
Instituto Federal do Sertão Pernambucano (IFSertãoPE)
thiago.coelho@ifsertao-pe.edu.br
Professor Orientador

RESUMO: A escola, enquanto instituição social e política, é reconhecida por ser um ambiente de formação para cidadania, no entanto, também pode ser um espaço de produção e controle de normas sociais, as quais tendem a legitimar algumas formas de existência e marginalizar outras. Portanto, essa pesquisa discute criticamente como a heteronormatividade se manifesta no ambiente escolar, atuando como dispositivo de controle e regulação dos corpos e das identidades. Justifica-se pela necessidade de propor reflexões sobre a construção de uma educação que reconheça e valorize a pluralidade das existências. Sendo assim, o objetivo geral consiste em analisar o papel da escola na manutenção da heteronormatividade, identificando como o currículo e as práticas docentes podem contribuir para a normalização dos corpos e o silenciamento das diferenças. A investigação é de natureza teórica e qualitativa, baseando-se em autores como Louro, Foucault e Butler. As hipóteses indicam que é preciso tensionar o currículo, a formação docente e a própria estrutura da escola, visando uma educação emancipadora que valorize a diversidade.

Palavras-chave: gênero. sexualidade. educação. escola. heteronormatividade.

1 INTRODUÇÃO

A escola, enquanto instituição social, deve ser considerada um espaço de formação de subjetividades. Dessa maneira, exerce um papel importante na produção e reprodução de valores, normas e comportamentos. Tanto o currículo quanto as práticas pedagógicas não são neutros, são permeados por discursos de poder que circundam as dimensões de gênero e sexualidade.

Louro (2013) pontua que desde a sua origem, a instituição escolar exerce ação distintiva, separando os que tinham acesso dos que não tinham, católicos de

protestantes, ricos de pobres, meninos de meninas e diversos outros mecanismos de classificação, ordenamento e hierarquização. A escola, então, tem se configurado como uma instituição que, ao mesmo tempo em que democratiza o acesso ao conhecimento, também funciona como um mecanismo de distinção e classificação social, delimitando espaços e determinando a posição de cada indivíduo.

A escola nasce, portanto, imersa em relações de poder que determina quais saberes são considerados válidos e quais comportamentos são “normais” ou “desviantes”. Dessa maneira, a instituição escolar historicamente contribuiu para reforçar desigualdades estruturais, legitimando valores eurocêntricos, patriarcais e heteronormativos.

Na contemporaneidade, essas dinâmicas se mantêm, mesmo que de forma mais sutil. A escola continua a funcionar sob lógicas que naturalizam determinados modos de ser e existir, reproduzindo normas que permeiam gênero, sexualidade, raça e classe. A heteronormatividade, entendida como o mecanismo que impõe a heterossexualidade e a cisgeneridade como parâmetros universais, é um dos eixos dessa estrutura. Ela está presente tanto nos currículos, que silenciam ou marginalizam corpos dissidentes, quanto nas práticas pedagógicas e nas interações cotidianas.

Vale ressaltar que a manutenção da heteronormatividade nas práticas escolares acontece quando há a presença de discursos reguladores e também quando há a ausência de representações. Ou seja, quando as diferenças são ignoradas ou reduzidas a datas e eventos isolados, a escola, na verdade, reafirma as práticas de exclusão. Além das ações da escola, a falta de formação docente adequada das temáticas de gênero e sexualidade, somada à influência de discursos e valores conservadores, agrava a situação.

Assim, o presente artigo tem como objetivo analisar o papel da escola na manutenção da heteronormatividade, identificando como o currículo e as práticas docentes podem contribuir para a normalização dos corpos e o silenciamento das diferenças. É importante compreender de que modo as práticas pedagógicas e curriculares participam da naturalização de normas de gênero e sexualidade, bem como refletir sobre caminhos que possam romper com esses padrões, uma vez que a escola é um espaço propício para transformação social e com possibilidades de mudança.

Refletir e buscar uma educação comprometida com a diversidade significa repensar a própria função social da escola, deixando de ser um local de padronização e passando a ser um território de escuta, reconhecimento e pluralidade.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 GÊNERO, SEXUALIDADE E HETERONORMATIVIDADE: FUNDAMENTOS CONCEITUAIS

As discussões sobre gênero, sexualidade e heteronormatividade surgem das transformações sociais e políticas do século XX, principalmente devido os movimentos feministas e os estudos queer, os quais questionaram as estruturas tradicionais de poder, os sistemas de dominação e as normas culturais que regulam os corpos e os desejos.

O conceito de gênero emerge como uma categoria analítica que rompe com a visão biologizante e determinista do sexo. De acordo com Scott (1995), gênero deve ser entendido como um elemento constitutivo das relações sociais baseado nas diferenças percebidas entre os sexos e como uma forma de significar as relações de poder. Sendo assim, gênero não se refere apenas ao binarismo de homem e mulher, mas a um sistema simbólico, histórico e relacional que produz papéis e identidades e que regula comportamentos conforme as expectativas normativas da sociedade. Louro (2013), ao dialogar com esses referenciais, enfatiza que gênero permeia as instituições, os corpos e os discursos, constituindo identidades e modos de ser. Butler (2011), por sua vez, amplia a perspectiva afirmando que a identidade de gênero se constitui de uma realização performativa. Para a autora, não é algo que se é, mas algo que se faz por meio de repetições estilizadas do corpo, como gestos corporais, falas, papéis e movimentos. Assim, gênero está em constante transformação no campo social, pois varia conforme o contexto cultural, político e temporal, e atua como um organizador de hierarquias e de relações de poder. Não sendo, portanto, apenas para diferenciar homens e mulheres.

Foucault (1988) destaca que o poder atua sobre os corpos e desejos por meio de discursos e práticas de normatização. Louro (2013) contribui, afirmando que o gênero é um dispositivo de poder que produz e legitima desigualdades. Isso porque ele acaba definindo o que é aceitável ou desviante, em termos de corpo, comportamento e identidade. Vale ressaltar que o gênero não existe de forma isolada, mas em articulação com outras categorias, como classe, raça, sexualidade, religião e deficiência, compondo um sistema de hierarquias que organiza a sociedade e estrutura as desigualdades, por meio de um campo de disputas políticas e simbólicas.

A sexualidade também é compreendida como um fenômeno social e histórico, e não apenas como uma questão biológica. Foucault (1988) demonstra que a sexualidade é um dispositivo histórico e de poder que relaciona o corpo e o discurso, sendo regulada por saberes e práticas que delimitam o que pode ser dito, vivido e experimentado. Assim, mais do que um impulso natural, a sexualidade é uma construção política e discursiva que expressa as formas de controle e dominação social. Louro (2000) ressalta que ela se constitui de múltiplos discursos que regulam, normatizam, instauram saberes e produzem verdades a serem seguidas dentro de uma sociedade. Ela articula-se com o gênero na medida em que ambos disciplinam o corpo e o desejo.

Nesse contexto, Louro (2000) destaca que as identidades de gênero e sexuais são definidas por relações sociais e moldadas pelas redes de poder de uma sociedade. Para a autora, são processos culturais e plurais, que envolvem rituais, linguagens, fantasias, representações, símbolos, convenções, entre outros aspectos. É, então, no âmbito da cultura e da história que se definem as identidades sexuais e de gênero.

Dentro dessas ideias, entende-se que os corpos acabam vistos como referência que ancora a identidade. Porém, esse processo é bem mais complexo, pois os corpos são significados pela cultura e, continuamente, alterados por ela (Louro, 2000). O corpo está diretamente ligado a uma construção social e política, que produz as realidades sociais, contribuindo para a imposição de um conjunto de normas morais ao que é público. Nesse contexto, experiências diferentes das consideradas aceitáveis não são reconhecidas.

Diante dessa realidade, a noção de heteronormatividade é um desdobramento crítico dessas reflexões. O termo refere-se à norma social que estabelece a heterossexualidade como o padrão legítimo das relações afetivas e sexuais e a cisgeneridade como condição natural dos corpos. Como Warner (1991) afirma, a heteronormatividade organiza as relações sociais e define o que é aceitável em termos de identidade, corpo e desejo. Essa lógica perpetua preconceitos, discriminações e exclusões de outras formas de vivência, os vendo como inferiores. Dessa maneira, pode-se dizer que a heteronormatividade é uma estrutura de poder que reforça hierarquias, sustenta a matriz binária homem/mulher e o patriarcado de controle dos corpos.

Ao se articular, gênero, sexualidade e heteronormatividade revela-se o modo como o poder se manifesta nas práticas cotidianas e nas estruturas simbólicas da sociedade. Essas categorias podem servir de manutenção de sistemas de dominação, como o patriarcado, o machismo, o sexismo e o racismo ou poder servir de bases analíticas para pensar em ressignificações. Portanto, compreender esses fundamentos conceituais é essencial para pensar criticamente as formas como as normas regulam as existências e para propor perspectivas libertárias que reconheçam a pluralidade das experiências humanas.

2.2 A ESCOLA COMO ESPAÇO DE PRODUÇÃO DE NORMAS E DISTINÇÕES

Segundo Gomes (2023), as análises sobre gênero, diversidade sexual e raça, tanto em pesquisas sobre a sociedade quanto sobre a educação, têm revelado a existência de desigualdades, discriminações e violências, detalhando o histórico de negação de direitos e de oportunidades sociais e educacionais que atinge em maior grau as pessoas negras, mulheres e população LGBTQIAPN+.

A autora destaca que essas pesquisas auxiliam a compreender melhor o fenômeno educativo. Isso porque quanto mais conservadoras e reacionárias se tornam as sociedades, mais os padrões de gênero e sexualidade se impõem e hierarquizam culturas, pessoas e suas corporeidades (Gomes, 2023). O que faz com que a escola, ao invés de se configurar como um espaço de emancipação e diversidade, acabe por reproduzir e legitimar valores normativos e excludentes.

Para Louro (2013), o espaço escolar é um dos contextos mais privilegiados para a produção dos sujeitos de gênero e sexualidade, pois são transmitidas, repetidas e legitimadas normas sobre masculinidades e feminilidades. Essas normas se manifestam de forma explícita ou implícita. Dessa maneira, a heteronormatividade pode se apresentar de maneiras sutis, como na naturalização das relações heterossexuais nos livros didáticos, na ausência de representações positivas de pessoas LGBTQIAPN+, na divisão sexual das atividades escolares e no tratamento diferenciado de comportamentos. Em resumo, pode ser transmitidas por conteúdos, práticas pedagógicas, interações cotidianas e organização dos espaços.

Butler (2011), ao afirmar que o poder normativo atua por meio da repetição performativa das normas, mostra uma análise da escola em que, ao repetir e reforçar padrões heteronormativos, assegura a aparência de naturalidade dessa identidade. Essa realidade produz, então, uma estrutura discursiva que define qual identidade é reconhecida como normal e, conseqüentemente, que provoca a exclusão de todas as outras que diferem dessa norma.

Foucault (1987) demonstra que o surgimento das instituições modernas está diretamente ligado à constituição do biopoder, que representa o poder que se exerce sobre a vida, regulando corpos e populações. Dessa maneira, na perspectiva foucaultiana, a escola provoca uma normalização social, pois atua na formação de sujeitos ajustados às normas dominantes. Por meio de práticas consideradas neutras, a instituição escolar impõe padrões de normalidade. Assim, ela não apenas ensina conteúdos, mas também modela condutas e produz distinções entre o que é considerado “normal” e o que é “desviante”. Louro (2013) já pontuava que as práticas escolares, sejam elas explícitas ou implícitas, estão permeadas por concepções de gênero e sexualidade que reforçam a heteronormatividade, ou seja, a crença de que apenas a heterossexualidade é legítima e natural. Essa função reguladora é reforçada por um currículo historicamente marcado pela seleção e hierarquização de saberes.

Entretanto, reconhecer essa dimensão reguladora não significa negar a função transformadora da escola. Pelo contrário, é nesse espaço que se pode fomentar o debate crítico, promover a inclusão e construir práticas pedagógicas que desnaturalizem as estruturas excludentes. Inclusive, Gomes (2019) cita que a escola não deve se preocupar apenas com o conhecimento científico, também deve focar na maneira que os estudantes se relacionam com o mundo, participando da esfera dos desejos e da subjetividade. Sendo

assim, pensar em transformação requer repensar o currículo, a formação docente e os discursos institucionais. Como propõe hooks (2017), é necessário uma educação libertadora que se comprometa com a diversidade e a justiça social, rompendo com o silenciamento imposto às identidades subalternizadas.

2.3 O CURRÍCULO COMO DISPOSITIVO DE PODER E SILENCIAMENTO

Louro (2013) enfatiza que currículos, normas, procedimentos de ensino, teorias, linguagem, materiais didáticos e processos de avaliação são constituídos pelas diferenças de gênero, sexualidade, etnia e classe, assim como também são seus produtores. Dessa maneira, eles dividem, hierarquizam, subordinam, legitimam ou desqualificam os sujeitos.

Focando no currículo, Silva (1999) explica que é uma construção política e cultural, que expressa e reproduz as relações de poder, uma vez que além de organizar o conhecimento, também constitui identidades. Sendo assim, ao escolher quais saberes devem ser ensinados, o currículo define também quais sujeitos e experiências serão reconhecidos como legítimos e quais serão silenciados. O autor afirma ainda que o poder é o que divide o currículo e as consequências dessa divisão se transforma em desigualdes. Louro (2013, p. 85) corrobora afirmando que a “seleção dos conhecimentos é reveladora das divisões sociais e da legitimação de alguns grupos em detrimento de outros”. Nesse sentido, ele é um instrumento de inclusão e exclusão simbólica, que atua diretamente na produção das diferenças e desigualdades. Essas concepções orientam as relações interpessoais e as formas de regulação dos corpos, silenciando as experiências dissidentes e marginalizadas.

Diante dessas inclusões e exclusões, Foucault (1988) ressalta que o currículo influencia a organização da escola e o comportamento dos que dela fazem parte, naturalizando as identidades de gênero, sexualidade, raça e classe que são produzidas ou reforçadas. Por essa razão, pode-se entender o currículo como um documento cultural, em que a ausência de discussões sobre diversidade sexual e de gênero, ou sua abordagem de forma biologizante, reforça a ideia de que apenas a heterossexualidade é legítima.

Neta e Guimarães (2024) explicam que quando o currículo é controlado pelo heteropatriarcalismo e pela elite, por meio dele são disseminadas e naturalizadas os discursos reacionários de opressões, injustiças e desigualdades de gêneros e sexualidades. Ainda segundo as autoras, a permanência do heteropatriarcalismo no currículo escolar se deve a própria estrutura social do Brasil, país que mata, por ano, grande quantidade de transexuais, travestis e mulheres.

Na contemporaneidade brasileira, vislumbra-se um momento em que as políticas educacionais e os discursos morais sobre “ideologia de gênero” têm provocado o

enfraquecimento de abordagens críticas sobre gênero e sexualidade nas escolas. Como um exemplo dessa ofensiva conservadora pode-se mencionar a retirada dos termos “gênero” e “orientação sexual” da Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Situação que aprofunda o silenciamento e dificulta o trabalho docente, pois restringe a autonomia pedagógica e o papel emancipador da educação. Por essa razão, a inserção de temáticas como gênero e sexualidade no contexto escolar se apresenta como uma possibilidade para contribuir com a formação de uma sociedade mais justa, equitativa e respeitosa com as diversidades.

2.4 O PAPEL DOCENTE E A RESISTÊNCIA À NORMATIVIDADE

Os docentes, ao problematizarem os discursos dominantes, podem tensionar as normas que regulam corpos e identidades. Nesse sentido, o letramento de gênero e sexualidade constitui uma ferramenta importante para que docentes desenvolvam práticas pedagógicas equitativas e libertadoras. Para Domingues e Sena (2024), os desafios enfrentados pelos educadores ao abordar essa temática envolve resistência cultural, estigmas arraigados e barreiras sociais. Os autores destacam ainda que, na maioria das vezes, esses temas são colocados em segundo plano, ou até mesmo ignorados, o que acaba gerando uma lacuna no conhecimento, deixando os estudantes vulneráveis à desinformação e perpetuando estereótipos. Por essa razão, os autores enfatizam a importância de se investir no letramento de gênero e sexualidade. Esse letramento implica reconhecer que essas temáticas permeiam o cotidiano escolar e devem ser abordadas de forma crítica, articuladas às dimensões éticas e políticas da formação humana.

Deve-se levar em consideração que gênero e a sexualidade são dimensões presentes na formação dos sujeitos e dos grupos. Por isso, exige atenção no contexto das políticas e dos programas educacionais, buscando garantir respeito às diversidades. Gomes (2023), inclusive, argumenta que o reconhecimento da diversidade e das diferenças necessita fazer parte do direito à educação, o qual deve assumir o dever político, pedagógico e ético de combater toda forma de racismo, machismo, sexismo e LGBTQIAPN+fobia.

Nesse contexto, a ação docente, quando orientada por uma perspectiva interseccional, pode auxiliar no questionamento das estruturas que sustentam a heteronormatividade, o racismo e o sexismo. Para isso, deve-se educar para a diversidade, a qual exige uma postura crítica, que não apenas aceite ou tolere a diferença, mas a compreenda como constitutiva do ser humano. Por outro lado, Gomes (2019) pontua que se os conhecimentos aprendidos na escola sobre as questões de gênero e sexualidade não forem discutidos de maneira crítica e atualizada, podem interferir negativamente na

construção sociocultural e identitária. Sendo assim, para que ocorra mudanças positivas é preciso repensar o currículo, a linguagem e as práticas pedagógicas, reconhecendo que toda ação educativa é permeada por relações de poder.

Como aponta Paulo Freire (1996), a educação libertadora se concretiza no diálogo e na problematização da realidade. Assim, discutir gênero e sexualidade na escola possibilita a construção de um pensamento crítico e sensível à pluralidade das experiências humanas, visando romper com os silenciamentos históricos e promover a humanização.

2.5 A NECESSIDADE DE UMA EDUCAÇÃO PARA A DIVERSIDADE

Superar a heteronormatividade na escola requer mais do que incluir novos conteúdos, é necessário repensar a própria lógica que organiza o conhecimento e as relações educativas, entendendo que toda prática educativa é atravessada por contextos históricos e culturais. Uma educação comprometida com a diversidade precisa desnaturalizar as hierarquias de gênero e sexualidade e abrir espaço para narrativas múltiplas.

Nesse cenário, discutir a necessidade de uma educação para a diversidade significa compreender que o espaço escolar é um dos principais campos de produção e disputa de sentidos sobre o que é ser sujeito em sociedade. Isso exige o reconhecimento de que as diferenças não devem ser vistas como desvios a serem corrigidos, mas como expressões legítimas da experiência humana. É preciso deslocar o olhar de uma lógica da normalização para uma lógica da pluralidade.

Nessa perspectiva, educar é também questionar privilégios e desconstruir categorias fixas que historicamente organizaram a sociedade. Por essa razão, a educação para a diversidade requer uma abordagem interseccional, pois as opressões não se manifestam de forma isolada. O racismo, o sexismo, a LGBTQIAPN+fobia e o classismo se entrelaçam, produzindo camadas de exclusão que afetam de maneira diferente os sujeitos. Partindo-se dos ideais de Crenshaw (2002), pode-se compreender que práticas pedagógicas com caráter interseccional auxilia na visibilidade das desigualdades e no estímulo ao diálogo e ao respeito.

Portanto, pensar uma educação para a diversidade significa ter uma escola que acolhe a diferença como princípio educativo e político, buscando valorizar todas as vozes dentro do ambiente escolar.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise do papel da escola na manutenção da heteronormatividade permitiu compreender que as instituições educativas, ao mesmo tempo em que se apresentam como espaços de formação cidadã e emancipação, reproduzem estruturas simbólicas e normativas que sustentam a desigualdade e o silenciamento das diferenças. O currículo, entendido como uma experiência política e cultural, tem historicamente contribuído com a normalização dos corpos e a naturalização de um modelo heterossexual, cisgênero e binário de vivência.

As práticas docentes, muitas vezes orientadas por valores morais e crenças socialmente conservadoras, acabam por reforçar padrões hegemônicos, tornando invisíveis as múltiplas expressões de gênero e sexualidade presentes no contexto escolar. Por essa razão, compreender os conceitos de gênero e sexualidade e como essas dimensões fazem parte da vida do sujeito é fundamental para se discutir a heteronormatividade. Sendo assim, o letramento em gênero e sexualidade é essencial para que os docentes possam ter um arcabouço de conhecimento necessário para discutir com os estudantes a desnaturalização dessa figura humana imposta cultural e historicamente, no intuito de estimular uma formação cidadã baseada no respeito, na equidade e na justiça social.

Além de investir na formação docente, é preciso tensionar o currículo e a própria estrutura da escola, visando uma educação emancipadora que valorize a diversidade. A humanização do conhecimento é necessária para valorizar a pluralidade. Nesse contexto, é fundamental que se tenha essas discussões no espaço educativo de forma crítica, transformadora e emancipatória, ao considerar a diversidade como um direito.

Reconhecer o caráter heteronormativo da escola configura-se um passo importante para transformá-la em um espaço de resistência e de produção de novas possibilidades de ser e existir. Ao problematizar a normalização dos corpos e o silenciamento das diferenças, a escola pode deixar de ser um instrumento de controle social e se tornar um local de liberdade, equidade e reconhecimento da diversidade humana. No entanto, vale ressaltar que a desconstrução dessas normatividades exige um compromisso ético e político dos educadores e gestores, bem como a inserção crítica e transversal das discussões sobre gênero e sexualidade nos currículos e nas formações docentes.

REFERÊNCIAS

- BUTLER, J. Actosperformativos e constituição de gênero. Um ensaio sobre fenomenologia e teoria feminista. In: MACEDO, Ana Gabriela; RAYNER, Francesca (Org.). **Gênero, cultura visual e performance**: antologia crítica. Minho: Universidade do Minho/Húmus, 2011.
- CRENSHAW, K. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. **Estudos Feministas**, v. 10, n. 1, p. 171-188, 2002.
- DOMINGUES, J. M.; SENA, M. R. O letramento de gênero e sexualidade na formação docente. **Devir Educação**. v.8, n.1, e-840, 2024.
- FOUCAULT, M. **A história da sexualidade I**: a vontade de saber. Rio de Janeiro: Graal, 1988.
- FOUCAULT, M. **Vigiar e punir**: nascimento da prisão. Petrópolis: Vozes, 1987.
- FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.
- GOMES, Nilma Lino. Estudos e pesquisas sobre educação, raça, gênero e diversidade sexual. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 44, e275110, 2023.
- GOMES, Nilma Lino. Libertando-se das amarras: reflexões sobre gênero, raça e poder. **Currículo sem Fronteiras**, v. 19, n. 2, p. 609-627, maio/ago., 2019.
- HOOKS, b. **Ensinando a transgredir**: a educação como prática da liberdade. Trad. Marcelo Brandão Cipolla. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2017.
- LOURO, G. L. **Corpo, gênero e sexualidade**: um debate contemporâneo na educação. Petrópolis: Vozes, 2013.
- LOURO, G. L. **O corpo educado**: pedagogias da sexualidade. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.
- NETA, S. M. V.; GUIMARÃES, A. P. M. Despatriarcalização do currículo e as abordagens de gêneros e sexualidades: relato de experiência em um espaço educativo do Nordeste. **Ens. Saúde e Ambient.**, v. 17, e57117, 2024.
- SCOTT, J. W. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 20, n. 2, p. 71-99, jul./dez., 1995.
- SILVA, T. T. **Documentos de identidade**: uma introdução às teorias do currículo. 3. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 1999.

WARNER, M. Fear of a Queer Planet: Queer Politics and Social Theory. **Social Text**, n. 29, p. 3-17, 1991.

A INFLUÊNCIA DA MÚSICA NO APRENDIZADO DA LÍNGUA PORTUGUESA E DA LÍNGUA INGLESA NO ENSINO FUNDAMENTAL II

Haynna Sara dos Santos Souza

Licencianda em Letras

Universidade de Pernambuco (UPE)

Campus Petrolina

Débora dos Santos Medrado

Licencianda em Letras

Universidade de Pernambuco (UPE)

Campus Petrolina.

Thayná dos Santos Feitoza

Licencianda em Letras

Universidade de Pernambuco (UPE)

Campus Petrolina

RESUMO: Este artigo visa apresentar a influência que a música tem no processo de aprendizagem da língua portuguesa, tendo tal como língua mãe, e da língua inglesa, tendo tal como língua estrangeira. Ao investir no desenvolvimento linguístico e cognitivo dos alunos, essa iniciativa contribuirá significativamente para melhorar a qualidade da educação e preparar os jovens para um mundo globalizado e competitivo. A aprendizagem é um processo contínuo e dinâmico de aquisição ou modificação de conhecimentos, informações, habilidades, valores e atitudes, que ocorre através do estudo, do ensino ou da experiência vivida ao longo do tempo. A música é uma ferramenta poderosa para o ensino de línguas, pois pode facilitar a fixação de conteúdos, promover a compreensão auditiva e enriquecer o vocabulário. A música também pode servir como um elo entre a língua materna e a língua estrangeira, proporcionando aos alunos uma forma de se conectar com o idioma. Portanto, a utilização da música no ensino de língua portuguesa e inglesa pode ser um instrumento poderoso para engajar os alunos e facilitar o aprendizado de forma eficaz e prazerosa. A música é uma ferramenta valiosa para o ensino de línguas.

Palavras-chave: Música. Língua. Metodologia. Aprendizagem.

ABSTRACT: This article aims to present the influence that music has on the learning process of the Portuguese language, considered as a mother tongue, and the English language, considered as a foreign language. By investing in the linguistic and cognitive development of students, this initiative will significantly contribute to improving the quality of education and preparing young people for a globalized and competitive world. Learning is a continuous and dynamic process of acquiring or modifying knowledge, information, skills, values, and attitudes, which occurs through study, teaching, or lived experience over time. Music is a powerful tool for language teaching, as it can facilitate content retention, promote listening comprehension, and enrich vocabulary. Music can also serve as a link between the mother tongue and the foreign language, providing students with a way to connect with the language. Therefore, the use of music in the teaching of Portuguese and English can be a powerful instrument to engage students and facilitate learning in an effective and enjoyable way. Music is a valuable tool for language teaching.

Keywords: Music. Language. Methodology. Learning.

1 INTRODUÇÃO

Este artigo, visa apresentar a influência que a música tem no processo de aprendizagem da língua portuguesa, tendo tal como língua mãe, e da língua inglesa, tendo tal como língua estrangeira. Ao investir no desenvolvimento linguístico e cognitivo dos alunos, essa iniciativa contribuirá significativamente para melhorar a qualidade da educação e preparar os jovens para um mundo globalizado e competitivo.

A aprendizagem é um processo contínuo e dinâmico de aquisição ou modificação de conhecimentos, informações, habilidades, valores e atitudes, que ocorre através do estudo, do ensino ou da experiência vivida ao longo do tempo. Durante o desenvolvimento desse processo, é essencial que sejam adotadas metodologias pedagógicas eficazes, capazes de facilitar a fixação dos conteúdos e garantir um aprendizado profundo e significativo. Essas metodologias devem promover, de forma abrangente, o desenvolvimento de habilidades cognitivas, autonomia e segurança nos alunos, o que é particularmente relevante quando falamos do aprofundamento ou da introdução de um idioma, especialmente quando esse idioma é distinto da língua materna dos estudantes.

Camarotti destaca a importância da arte no processo de aprendizagem e no desenvolvimento humano. Segundo o autor, ao apreciar e, mais ainda, ao criar arte, o ser humano torna-se capaz de uma inserção mais ativa e criativa no mundo e na sociedade. A arte, em suas diversas formas, como a música, desempenha um papel crucial no

desenvolvimento pessoal e social dos indivíduos. Nesse contexto, podemos perceber que a música, uma das manifestações artísticas mais presentes na vida dos jovens, especialmente na transição da infância para a adolescência, torna-se um recurso pedagógico extremamente valioso.

A língua é intrinsecamente ligada à história, à cultura e ao povo, é através dela que se transmite o conhecimento, as tradições, os valores e a identidade de um grupo de pessoas ao longo do tempo, sendo, ao mesmo tempo, um reflexo e um produto dessas interações sociais e históricas. Bem como, a música também carrega tais aspectos consigo, sendo um dos mais poderosos meios de expressão, transmissão de valores e formação de identidade de um grupo social. Através dela, são contadas histórias, compartilhadas tradições e celebrados rituais, preservando o patrimônio cultural de um povo e o conectando através das gerações.

A língua é território e memória, e está em constante transformação. As palavras nomeiam pessoas, paisagens, contam suas histórias de origem, saberes e percursos. Com as palavras se criam e recriam mundos, diz ela. E para que as palavras movam a cada um de nós e a própria realidade, é preciso ouvir e proferir boas palavras. (Tukano, 2023)

Ao aderirmos a música como instrumento de ensino de línguas, especialmente da língua portuguesa, é possível imergir nesse mar de cultura e conhecimentos que transcendem a gramática e alcançam elementos da história do nosso país e da sociedade. As músicas podem aparecer como um incentivo para a interpretação de texto, estudo gramatical e literário, para reflexões de problemas sociais (desigualdade social, discriminação, preconceito...); como também podem aparecer apenas com o intuito de enriquecer o tema proposto pelo professor em sala de aula.

No caso do ensino de inglês, a música pode servir como um elo entre a língua materna e a língua estrangeira, proporcionando aos alunos uma forma de se conectar com o idioma de maneira mais natural e envolvente. Para os estudantes do Ensino Fundamental II, que estão vivenciando intensas mudanças cognitivas e sociais, a música oferece uma oportunidade única de explorar a língua de forma lúdica, enquanto estimula o pensamento crítico e a capacidade de análise, principalmente ao trabalhar com letras musicais em inglês. Avaliar se a tradução de músicas em inglês gera impacto na ampliação do vocabulário dos alunos é fundamental. Essa prática pode facilitar a compreensão de novas palavras e expressões, além de promover uma aprendizagem significativa e duradoura. Esse processo, além de contribuir para a ampliação do vocabulário e da compreensão gramatical, também favorece a assimilação de aspectos culturais e sociais relacionados ao idioma.

Portanto, ao considerarmos a importância dessa fase de desenvolvimento cognitivo e emocional dos alunos do Ensino Fundamental II, podemos concluir que a utilização da música no ensino de língua portuguesa e inglesa, de forma estratégica, pode

ser um instrumento poderoso para engajar os alunos e facilitar o aprendizado de forma eficaz e prazerosa. A música não só amplia o conhecimento linguístico, mas também contribui para o amadurecimento do aluno como ser crítico e criativo no mundo contemporâneo.

Desse modo, analisar como a utilização da música contribui para a habilidade de compreensão e pronúncia das línguas entre alunos do ensino fundamental II é um estudo relevante, considerando o impacto positivo da música na aprendizagem linguística. A música, como ferramenta pedagógica, pode desempenhar um papel fundamental na melhoria da compreensão auditiva, enriquecimento sociolinguístico, vocabulário, pronúncia correta e fluência.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 A MÚSICA E A LINGUAGEM: ABORDAGEM USANDO INPUT NA AQUISIÇÃO DE IDIOMAS

Krashen diz que a aquisição de uma segunda língua ocorre por meio da exposição a um input compreensível, isto é, uma comunicação que o estudante consiga entender, mesmo que contenha elementos um pouco além do seu nível atual ($i+1$). Nesse sentido, a valorização da interação é fundamental, pois o discente desenvolve a língua de forma natural ao ser inserido em situações comunicativas autênticas. Além disso, Krashen propõe que o aprendiz compreenda primeiro o significado, e apenas posteriormente internalize a estrutura linguística. Assim, a aprendizagem não deve ser centrada exclusivamente na correção gramatical, mas em contextos comunicativos que favoreçam o uso significativo da língua.

No entanto, alguns pesquisadores apontam limitações na teoria de Krashen. McLaughlin (1987, apud Menezes, 2011) argumenta que o conceito de input compreensível pode ser considerado tautológico, uma vez que afirmar que algo é compreensível porque foi assimilado pelo ouvinte não explica como esse processo ocorre. Dessa forma, embora a teoria de Krashen tenha sido preponderante, ela não responde a todas as questões sobre a aquisição de uma L2, abrindo espaço para outros enfoques, como a hipótese da Interação (Long, 1996) e a hipótese do Output (Swain, 1995).

Do ponto de vista pedagógico, a hipótese do input compreensível indica que o docente de L2 deve criar ambientes ricos em exposição à língua, utilizando recursos autênticos, como músicas, vídeos e conversas reais. Essa abordagem aproxima o aprendizado de uma língua estrangeira ao modo como se adquire a língua materna, tornando o processo mais natural, significativo e prazeroso.

Nesse contexto, no ensino de inglês, isso mostra como usar músicas pode ser uma estratégia poderosa, pois elas trazem palavras e expressões autênticas, conectadas a emoções e situações reais, tornando o aprendizado mais natural e divertido. Além disso, ajudam os alunos a praticar a escuta, ampliar o vocabulário e entender estruturas gramaticais de forma prática. Por isso, incluir músicas em inglês nas aulas cria uma experiência rica e envolvente, que vai além dos livros didáticos e conecta os alunos com a língua de maneira mais significativa e prazerosa.

2.2 A MÚSICA NA ESTRUTURA DAS INTELIGÊNCIAS MÚLTIPLAS

O âmbito digital configura-se, para muitos indivíduos, como uma via de escape da realidade, deixando qualquer sujeito ser quem queira. A comunicação expandiu-se de forma demasiada, possibilitando a interação imediata com qualquer círculo social, independentemente de sua proximidade geográfica. Diante disso, a conexão com o estrangeiro jamais alcançou tal facilidade como na atualidade. Dessa forma, os docentes têm a oportunidade de aproveitar a influência do cyberspace, o que lhes permite incorporar à sala de aula uma vivência alinhada às tendências atuais e pautada na interatividade.

A Teoria das Inteligências Múltiplas, proposta por Howard Gardner, afirma que existem diferentes formas de inteligência, ou seja, maneiras de aprender e processar informações. De início, o dicionário diz de múltiplo: “Múltiplo (adjetivo e substantivo masculino) que não é simples; composto, diverso, plural.” [DICIO: Dicionário Online de Português. Múltiplo. [S.l.]: 7 Graus, [s.d.]

Diante disso, Howard Gardner postula que a inteligência não é um conceito único, mas sim um conjunto de habilidades distintas, procurando os “perfis cognitivos regulares ou circuitos irregulares em diferentes culturas e espécies” (Travassos, 2001). Elas são: Inteligência linguística, musical, lógico-matemática, espacial, cinestésica, interpessoal, intrapessoal. Dentre essas nove habilidades, há a musicalidade, descrito como “habilidade para apreciar, compor ou reproduzir uma peça musical. Inclui discriminação de sons, habilidade para perceber temas musicais, sensibilidade para ritmos, texturas e timbre, e habilidade para produzir e/ou reproduzir música” (Gama, 2008).

Entretanto, já foi analisado que “a inteligência musical pode ajudar-nos não só a entender, apreciar e aprender sobre música e de música, mas a partir da inteligência musical também podemos analisar o mundo que nos cerca.” (Carneiro, 2010). Uma dessas formas é a inteligência musical, que envolve a capacidade de perceber, criar, e expressar ideias através da música e do som. A teoria também destaca que todas as inteligências estão interconectadas, e a musical pode se relacionar com outras, como a linguística.

No contexto da aprendizagem, a Teoria das Inteligências Múltiplas sugere a inclusão da música em atividades pedagógicas como um recurso capaz de elevar o engajamento discente. Especificamente na Linguística, foco deste artigo, é profícuo o emprego das obras do próprio artista para o estudo da língua, abrangendo tanto a gramática quanto a interpretação textual.

A música constitui, em sua essência, a leitura de mundo do cantor ou compositor, o que oportuniza a motivação dos discentes a perceber e interpretar as mensagens veiculadas, a compreender o universo do autor e a estimular a capacidade criativa. O elemento musical detém o potencial de despertar o interesse e conferir maior acolhimento ao ambiente de sala de aula, tornando o processo de aquisição do conhecimento mais prazeroso e dinâmico.

A inclusão da música no currículo não apenas torna o aprendizado mais envolvente, promovendo maior participação e interesse dos estudantes, mas também fomenta o desenvolvimento de uma série de habilidades cognitivas cruciais. Adicionalmente, auxilia o indivíduo a comunicar-se e a processar emoções por meio de formas expressivas que transcendem as linguagens verbais e escritas convencionais.

Ademais, a repetição de letras e padrões rítmicos contribui para a memorização de vocabulário e estruturas gramaticais. A cadência melódica refina a percepção auditiva e a pronúncia, elementos que são fundamentais para a aquisição de qualquer idioma. O processo de decodificação musical, que engloba ritmo, altura e timbre, estabelece um paralelo com a decodificação fonológica e sintática inerente à leitura, o que, por sua vez, cria pontes neurais que beneficiam diretamente a fluência e a compreensão textual.

2.3 OUTPUT LINGUÍSTICO MEDIADO PELA MÚSICA

A Teoria do Output, desenvolvida por Merrill Swain, explica que aprender uma língua não acontece apenas ouvindo ou lendo (recebendo input), mas também praticando, ou seja, produzindo o idioma. Isso significa falar ou escrever na língua que estamos aprendendo. Swain, linguista canadense, professora emérita do Instituto de Estudos Educacionais de Ontário (OISE) da Universidade de Toronto, afirma que, quando tentamos nos comunicar, várias coisas importantes acontecem no aprendizado, percebemos nossas dificuldades ao tentar formar frases, notamos onde temos dúvidas ou quando precisamos aprimoramos nosso conhecimento, com isso, ajustamos e corrigimos o que falamos ou escrevemos, aprendendo a usar as palavras e as regras da língua de forma mais precisa. Pensamos mais na língua e refletimos sobre como usar o idioma, o que nos ajuda a entender melhor as estruturas e o significado.

Mas só falar e escrever não é suficiente. Os aprendizes precisam ser exigidos (pushed) a fazer uso de seus recursos; precisam ter suas habilidades linguísticas

estendidas (stretched) ao máximo; precisam refletir sobre sua produção e considerar formas de modificá-la para melhorar a compreensão, adequação e precisão linguística (Swain, 1993, pp. 160-161).

Portanto, entende-se que a simples exposição a novos conteúdos não é suficiente para uma aprendizagem efetiva, ou seja, é necessário que os alunos tenham a oportunidade de produzir, testar e refletir sobre o que aprenderam. Logo, a Hipótese de Output engloba a produção oral e escrita. Nesse sentido, conforme Paiva (2014, p. 113), “o conceito de output nesta hipótese de aquisição está relacionado com a língua em ação e não como o produto de uma ação”. A produção linguística possibilita ao aprendiz testar hipóteses, refletir sobre a forma e o significado e, conseqüentemente, promover a internalização mais profunda das estruturas linguísticas.

A interação, como conversar com colegas ou professores, é essencial nessa teoria quando recebemos feedback, podendo melhorar ainda mais nossas habilidades. Em resumo, a Teoria do Output mostra que, para aprender bem uma língua, é muito importante praticar ativamente, usando a língua para se comunicar e aprendendo com nossos erros e acertos. Assim, o output não deve ser visto apenas como um resultado do aprendizado, mas como um mecanismo gerador de desenvolvimento linguístico.

3 PROCEDIMENTO METODOLÓGICO

O propósito deste estudo consistiu em analisar o papel da música no contexto educacional, com foco específico na aprendizagem de línguas. Trata-se de uma pesquisa que utiliza do método de levantamento, de caráter descritivo, com a intenção de observar, registrar e analisar percepções e práticas relacionadas ao uso da música como ferramenta pedagógica no ensino de línguas.

Participaram desta pesquisa 74 estudantes do 9º ano escolar, sendo 35 meninas e 39 meninos, todos com faixa etária média de 15 anos. A coleta de dados ocorreu de forma presencial no Colégio da Polícia Militar Anexo I (CPM), no dia 17 de novembro de 2025. A escolha desse local se deu em razão a sua reconhecida reputação acadêmica e pelo histórico de desempenho significativo em avaliações e competições educacionais. No semestre 2025.2, o CPM recebeu 15 medalhas e 16 menções honrosas na Olimpíada Brasileira de Língua Inglesa, o que evidencia o elevado nível de engajamento e rendimento dos estudantes na área de línguas. Assim, tais fatores da instituição contribuem para uma amostra qualificada e relevante para estudos relacionados à aprendizagem.

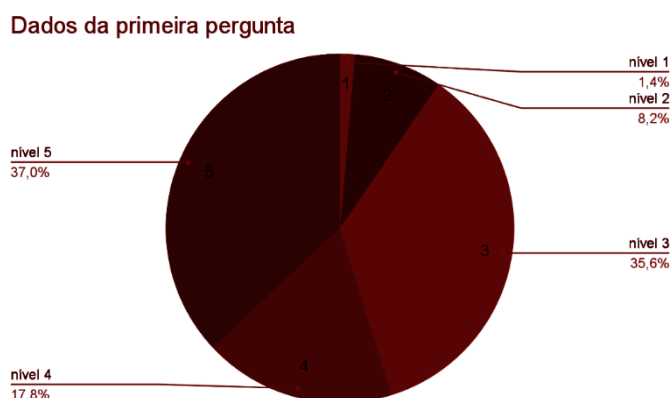
O instrumento de coleta utilizado consistiu em um questionário composto por 8 perguntas elaboradas com base no tema central da pesquisa. O questionário foi estruturado da seguinte forma: a) seis perguntas objetivas, destinadas a identificar o nível

de afinidade dos estudantes com a música, suas experiências prévias no uso de músicas para estudo e sua percepção sobre a influência da música no aprendizado de línguas; b) duas perguntas dissertativas, com o propósito de permitir que os alunos expressassem livremente suas opiniões, descrevessem seus gostos musicais e detalhasse experiências pessoais relacionadas à aprendizagem mediada por música.

3.1 ANÁLISE E DISCUSSÃO DE RESULTADOS

Os dados foram obtidos por meio de um questionário estruturado, composto por perguntas objetivas e espaços abertos para comentários pessoais. A primeira pergunta buscou identificar em que medida a música está presente no cotidiano dos estudantes. Entre os 74 entrevistados, 28 atribuíram o nível 5, sendo o mais alto da escala utilizada, indicando que a música exerce forte presença em seu dia a dia. Como fica detalhado no gráfico e comprovado no comentário adicionado a seguir:

Figura 1 – Dados da primeira pergunta



Fonte: Próprias pesquisadoras.

Entrevistado A: “Gosto de criar histórias e as músicas me ajudam muito nisso. Sempre que ando de carro escuto algumas para me preparar para o dia”

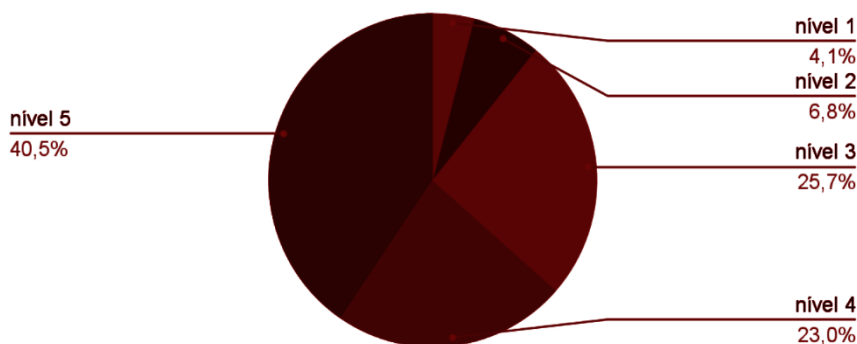
Esse dado confirma as ideias defendidas por Gardner (1943), onde a presença acentuada da inteligência musical potencializa processos criativos e cognitivos. A música atua como estímulo que facilita a produção de narrativas e a preparação emocional e mental do aluno para as atividades diárias.

A quarta pergunta investigou em que medida o uso da música favorece a capacidade dos alunos de compreender e reconhecer estruturas linguísticas presentes nas línguas estudadas. Entre os 74 entrevistados, 28 atribuíram o nível 5, sendo o mais

alto da escala utilizada, conforme ilustrado no gráfico e evidenciado na análise apresentada a seguir.

Figura 2 – Dados da quarta pergunta

Dados da quarta pergunta



Fonte: Próprias pesquisadoras.

Entrevistado B: “Acredito que a música pode sim ser útil no aprendizado e desenvolvimento das linguagens em geral, se essa for a sua intenção”

A luz da teoria do input (Krashen, 1941), a fala do estudante indica consciência de que a música pode fornecer estímulos linguísticos capazes de favorecer a aquisição natural de uma língua, desde que o aluno tenha intenção de compreender o conteúdo sonoro.

Além disso, comentários obtidos, como os dos entrevistados C e D, reforçam essa interpretação:

Entrevistado C: “A música também nos ajuda a se expressar e desenvolver o melhor em nós”

Entrevistado D: “A música vai além de uma melodia rítmica”

Essas falas evidenciam a teoria do output (Swain, 1985), onde expressar-se é um ato de produção linguística e a música não é um instrumento passivo, mobilizando tal produção. A música incentiva o aluno a cantar, interpretar, falar, criar e verbalizar seus sentimentos, esse processo de produção ativa permite que o estudante se desenvolva e redefine suas habilidades linguísticas ao colocar em prática aquilo que aprendeu. Dessa

forma, ela transcende a noção de simples sequência rítmica, configurando-se como um recurso interativo capaz de favorecer a construção e a prática da linguagem.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo analisou como a música se configura como um recurso didático importante para o ensino-aprendizagem da língua portuguesa e da língua inglesa, tornando-se possível, integrando práticas musicais em sala de aula, ampliar as habilidades linguísticas dos estudantes. Observou-se que a música pode atuar como ponte entre a língua materna e a língua estrangeira, facilitando os diferentes contextos linguísticos. Com isso, sua presença no ambiente escolar contribui para um aprendizado mais dinâmico, prazeroso e significativo.

Além disso, a incorporação da música no ensino descomplica o desafio de haver metodologias capazes de dialogar com a realidade dos jovens. Nesse sentido, a música se apresenta como um instrumento forte para mediar a aprendizagem, pois promove interação e fortalece vínculos sociais, facilitando a possibilidade de um aprendizado mais coerente e efetivo. Portanto, reafirma-se que a música é um recurso valioso, que, usando de forma planejada e intencional, pode enriquecer significativamente as práticas pedagógicas no ensino das línguas.

Apesar das contribuições apresentadas, este estudo apresenta algumas limitações importantes que merecem ser destacadas. O artigo concentrou-se em uma abordagem ampla do ensino de língua portuguesa e inglesa, não contemplando grupos específicos, como crianças com Transtorno do Espectro Autista (TEA), por mais que a literatura já apontou que a música pode desempenhar um papel essencial no desenvolvimento linguístico, sensorial e socioemocional de crianças com TEA. No entanto, o estudo não alcança discussões fundamentais sobre acessibilidade, adaptação de recursos e ações didáticas voltadas para a diversidade neurocognitiva.

Diante dessas limitações, recomenda-se que pesquisas futuras investiguem de forma mais específicas, contribuindo para métodos de ensino mais inclusivos, sensíveis às particularidades dos alunos e alinhadas à educação para todos.

REFERÊNCIAS

BATISTA, Thayany de Oliveira. **A música como fator motivacional no ensino e aprendizagem de língua inglesa: uma proposta de sequência didática**. 2017. Trabalho de conclusão de curso (licenciatura em letras- língua inglesa) Centro de formação de professores, Universidade Federal de Campina Grande, Crajazeiras, Paraíba, 2017.

GAMA, Maria Clara S. Salgado. **A Teoria das Inteligências Múltiplas e suas implicações para a Educação**. [S.l.:s.n.], 1998.

GUILHOTO, Joaquim José Martins. **Input-output analysis: theory and foundations**. Munich: Munich Personal RePEc Archive, v. 72, 2011.

TRAVASSOS, Luiz Carlos Panisset. **Inteligências Múltiplas**. Revista de biologia e ciências da terra. v. 1, n. 2, 2001. Paraíba: Universidade Estadual da Paraíba. ISSN 1519-5228.

ZACCHI, Vanderlei J.; FAÇANHA, Maria Amália Vargas; NASCIMENTO, Ana Karina de Oliveira (Org.). **Anais eletrônicos do I Seminário Formação de Professores e Ensino de Língua Inglesa (SEFELI)**, v. 1, 2011. São Cristóvão/SE: Universidade Federal de Sergipe, 2011. ISSN 2236-2061.

A LITERATURA COMO EXPERIÊNCIA ESTÉTICA: UTOPIA DE THOMAS MORE EM ESPAÇOS NÃO FORMAIS DE ENSINO

Marcos Alencar dos Santos

Licenciando em Letras Português-Inglês
Faculdade de Letras/Português e Inglês – UEG

Thiago Lourenço da Silva

Licenciado em Letras Português-Inglês
Faculdade de Letras/Português e Inglês – UEG

Débora Cristina Santos e Silva

Professora Orientadora
Doutora em Teoria Literária
Pós-doutorados em Arte e Cultura Visual e Literatura e Hipermídias
Docente da Faculdade de Letras/Português e Inglês – UEG

RESUMO: O artigo apresentado busca demonstrar como a literatura pode transformar e influenciar pessoas em ambientes não formais de ensino (abrigos, asilos e comunidades), assim como nos espaços da escola ou da Academia. Nesse sentido, objetivou-se abordar a Utopia de Thomas More como um exemplo de transformação humana, social, estética, autônoma e criativa, por meio de oficinas literárias, desenvolvidas no âmbito do Projeto de Extensão Ateliês Literários, realizado na Missão Vida, em Anápolis-GO. Dessa forma, entende-se que é preciso trabalhar criativamente com a Literatura e Artes em diversos contextos, acadêmicos ou não, considerando sua prerrogativa de atuar em nossas vidas, nas relações com o outro, na liberação das emoções e na construção de valores, contribuindo para o processo de formação e humanização dos indivíduos.

Palavras-chave: Literatura. Experiências estéticas. Utopia. Missão Vida.

ABSTRACT: This article aims to demonstrate how literature can transform and influence people in non-formal educational environments, such as shelters, nursing homes, and community spaces, as well as in schools and academic settings. In this regard, the study focuses on Thomas More's Utopia as an example of human, social,

aesthetic, autonomous, and creative transformation, explored through literary workshops developed within the Extension Project “Ateliês Literários”, carried out at Missão Vida, in Anápolis-GO, Brazil. Thus, the article argues that it is essential to work creatively with Literature and the Arts in diverse contexts, academic or otherwise, considering their capacity to act upon our lives, our relationships with others, the release of emotions, and the construction of values, thereby contributing to individuals’ processes of formation and humanization.

Keywords: Literature. Aesthetic experiences. Utopia. Missão Vida.

1 INTRODUÇÃO

Este projeto se propôs a desenvolver atividades voltadas à promoção da relação entre Literatura e Artes, por meio de oficinas de leitura, discussão e fruição estética, fundamentadas nos pressupostos da Educação Estética. As ações tiveram como foco a formação humana e cultural de pessoas em situação de acolhimento, no Centro de Triagem da Instituição Assistencial Missão Vida, em Anápolis, composto por homens em situações de vulnerabilidade social e em processo de recuperação das dependências químicas.

No plano teórico, a Literatura foi compreendida como arte da palavra e constructo sociocultural, depositária dos saberes e vivências da humanidade e ressignificada pela linguagem, constituindo-se em fonte de reflexão sobre a vida e a experiência humana. Nessa perspectiva, defendeu-se o papel da Literatura como força educadora e formadora, não apenas no sentido ético e político, mas também estético, capaz de ampliar horizontes, suscitar empatia e fomentar processos de humanização. Essa compreensão encontrou respaldo nos princípios da Educação Estética formulados por Friedrich Schiller (2019) e em seus desdobramentos na crítica de Northrop Frye (2017) e Tzvetan Todorov (2021), autores que destacam a importância da experiência estética para a formação integral do sujeito.

É sob essa perspectiva que se insere a narrativa de More, publicada em 1516, construída em torno de diálogos entre Peter Giles, amigo do autor, e Rafael Hitlodeu, navegador português. É a partir das falas desses dois personagens que se revela a ilha da

Utopia, espaço em que religião, política, guerra e comércio se organizam de forma distinta das práticas europeias. Esse contraste, apresentado de modo quase fabular, convida os leitores a refletirem sobre os valores e contradições de suas próprias sociedades.

O modo como os “utopienses” tratavam questões delicadas como a liberdade religiosa, a guerra e o comércio, diferenciando-se do expansionismo e das disputas econômicas da Europa, demonstra que os cidadãos da ilha prezavam pela convivência pacífica, pela defesa apenas em caso de necessidade e por práticas comerciais voltadas para a justiça e a equidade. Para além de propor um modelo perfeito de sociedade, More utiliza essa narrativa como crítica às desigualdades e incoerências do mundo europeu de seu tempo.

No contexto desse projeto, optamos por ministrar a oficina a partir da obra clássica de Thomas More, Utopia. A escolha se deu pelo caráter crítico da obra, que propicia reflexões sobre justiça, ética, convivência social e organização política, ou seja, temas que dialogam diretamente com as experiências e vivências dos acolhidos. Mais do que apresentar o texto, a oficina buscou criar um espaço de escuta e diálogo, em que cada participante pudesse relacionar as questões propostas por More, com suas próprias percepções de mundo e desafios cotidianos. Ao longo do encontro, a obra tornou-se uma fonte literária eficaz para estimular a reflexão coletiva e fomentar discussões sobre valores, direitos e responsabilidades, transformando a leitura em experiência compartilhada e produtiva.

2 METODOLOGIA

Sob o aspecto metodológico, em razão da natureza subjetiva e anímica do fenômeno estético, optamos pelo encontro planejado para que os participantes possam se aproximar da Literatura e da Arte não apenas como conteúdo, mas como vivência e reflexão, estimulando a imaginação e a expressão pessoal. Além das oficinas quinzenais, realizadas às sextas-feiras, das 19h às 21h30, o projeto manteve encontros semanais destinados à leitura e discussão de textos literários, bem como à produção de resenhas e

à organização de eventos voltados aos autores estudados. Esses momentos contínuos vêm desenvolvendo a relação entre participantes e monitores, consolidando o hábito da leitura e ampliando as experiências estéticas, promovendo um espaço de escuta, acolhimento e fruição. Assim, a prática da oficina vai além do simples contato com a obra literária, transformando-se em uma oportunidade de reflexão crítica, expressão criativa e estética.

3 EDUCAR A IMAGINAÇÃO: PELAS LENTES DE NORTHROP FRYE

O projeto *Ateliês Literários: Oficinas de Leitura e Fruição de Literatura e Artes* realiza leituras coletivas que articulam a dimensão teórica e a prática artística. Desde 2023, os encontros ocorrem nas instalações da Missão Vida de Anápolis, onde o grupo se dedica à leitura e à discussão de textos teóricos, seguidas de atividades práticas relacionadas. Neste ano, as reflexões foram orientadas pelos estudos de Northrop Frye, com ênfase na relação entre literatura e educação.

Assim, o crítico Northrop Frye (2017) discute a distinção entre vida e literatura, criticando a tendência de se usar obras literárias como manuais ou guias práticos para a vida. Para ele, essa abordagem reduz a literatura a um instrumento funcional, ignorando seu verdadeiro valor. Frye aponta que os escritores frequentemente trabalham dentro de convenções literárias que moldam suas representações da realidade, e que a fidelidade à vida é o que dá significado à literatura.

Nesse sentido, o mais importante é compreender e respeitar a lógica interna da arte, pois a literatura opera por meio de formas, imagens e estruturas simbólicas próprias, não por intenções conscientes. Ela não deve ser julgada como se fosse um discurso intencional, tampouco censurada como se refletisse diretamente a moral ou a política do autor. Seu sentido não está na utilidade prática, mas na experiência estética e imaginativa que proporciona. Contudo, Frye reforça que não devemos cair no extremo oposto da questão, isto é, não considerar que a literatura seja mero escapismo da realidade, mas um modo sério e poderoso de examinar o ser humano, uma vez que muitos escritores encaram a arte literária com comprometimento moral e intelectual.

Uma reflexão interessante que o autor traz é de que grandes obras, como, por exemplo, as de Shakespeare, provam que não é a biografia do autor que define a qualidade do texto, mas sua habilidade de mobilizar um repertório de símbolos da tradição literária e juntá-los ao domínio da língua. De modo geral, as pessoas tendem a achar que a escrita poética deve partir da experiência pessoal, e que Shakespeare não teve uma experiência tão rica quanto sua obra. Acontece que as peças de Shakespeare não foram produzidas por sua experiência, mas sim pela sua imaginação. Assim, a literatura cria uma comunidade imaginativa que transcende a vida cotidiana e revela, por meio de seus mitos e histórias, as estruturas mais profundas da experiência humana.

Nesse processo, Frye ressalta que toda experiência literária envolve dois tipos de resposta: uma resposta direta e pré-crítica, mais sensível e emocional, que ocorre durante o contato com a obra; e uma resposta crítica e consciente, que vem depois e permite comparar aquela experiência a outras semelhantes. Com o tempo e a prática, a resposta crítica refina a pré-crítica, aperfeiçoando o gosto literário e ampliando a percepção estética do leitor. Essa é a educação do imaginário. Porém, além das reações individuais a cada obra, há uma resposta mais ampla: a experiência literária como um todo, que passa a ser vivida como uma forma de posse cultural que enriquece a visão do mundo de quem lê.

Reforçando a ideia do crítico,

Em toda experiência literária ocorrem dois tipos de resposta. Primeiro vem a experiência direta da própria obra, enquanto lemos um livro ou assistimos a uma peça, sobretudo da primeira vez — experiência acrílica, ou pré crítica, e por isso não infalível: quando ela é muito limitada, podemos nos deixar seduzir ou empolgar por uma obra que mais tarde reconhecemos fajuta ou mesmo desonesta. Depois vem a resposta crítica e consciente que damos ao terminar o livro ou sair do teatro: comparamos a experiência com outras do mesmo tipo, e então formamos sobre ela um juízo de valor e proporcionalidade. Com a prática, aos poucos, nossas respostas críticas nos vão tornando as pré-críticas mais sensíveis e precisas — ou nos vai refinando o gosto, como se diz. Mas por trás das nossas respostas às obras individuais, acha-se uma resposta maior à nossa experiência literária tomada como um todo, como uma posse total (Frye, 2017, p. 59).

Nessa perspectiva, o crítico, longe de ser superior ao escritor, tem papel central, pois é ele quem ajuda a situar cada obra dentro do grande contexto da literatura como

um todo. No fim do capítulo, Frye afirma solenemente que a literatura é uma revelação do ser humano a si mesmo - um verdadeiro apocalipse da consciência - e a crítica é a forma pela qual essa revelação se torna consciente aos outros.

Assim, Frye defende que o ensino da literatura deve começar com uma base mitológica sólida, sendo a Bíblia e a mitologia clássica os pilares fundamentais, pois oferecem uma estrutura narrativa ampla e simbólica do ser humano. O autor afirma que a Bíblia, além de seu valor religioso, tem uma importância literária por apresentar uma narrativa completa (da criação ao juízo final) e deve ser ensinada desde cedo com foco em sua estrutura. A mitologia clássica complementa essa base, trazendo versões variadas do mito central do herói.

Em seguida, o estudo deve abranger as grandes formas literárias: tragédia, comédia, romance e ironia, destacando que a comédia e o romance são mais acessíveis aos jovens, enquanto a tragédia e a ironia exigem maior maturidade. O objetivo é ensinar o aluno a perceber estruturas comuns entre diferentes obras, desenvolvendo aos poucos seu senso crítico e gosto literário, sem impor julgamentos de valor prematuros.

O autor continua seu estudo explicando que, para formar leitores literários competentes, é essencial ensinar a diferenciar entre escrita discursiva (argumentativa) e escrita imaginativa (literária). Muitos tratam obras literárias como enigmas a serem decifrados, quando o ideal seria aceitar a história como ela é apresentada, com suspensão de juízo, permitindo que a imaginação opere livremente. Dessa forma, escrever também é fundamental para desenvolver a sensibilidade literária, pois ajuda o aluno a entender, por experiência, o valor da forma e da expressão.

Outro ponto importante é que, para Frye a educação literária deve começar com a poesia, e não com a prosa aplicada, pois a poesia é vista como o modo mais natural e primitivo da linguagem humana, próxima da música, da dança e do ritmo corporal. Ela ensina ritmo, imagens e dicção, e prepara o estudante para a prosa e outras formas literárias. Além disso, conhecer outras línguas permite perceber o quanto nossos pensamentos são condicionados pela estrutura da linguagem que usamos, e o contato com outras formas de arte (música, cinema, fotografia etc.) ajuda a compreender como a imaginação opera através de diferentes sistemas simbólicos.

Tendo essas ideias em mente, Frye nos incentiva a ler uma obra, aceitando as premissas da história como são apresentadas, sem buscar significados ocultos imediatos. Grandes obras são clássicas não apenas por sua qualidade formal, mas porque nelas converge toda a herança cultural de um povo. O ensino literário, portanto, deve conduzir o estudante à capacidade de ler e apreciar essas obras por si mesmo. Assim, o ensino de literatura deve partir do centro (a poesia e os mitos) e avançar para os demais gêneros literários.

Ao finalizar suas reflexões, Northrop se afasta da teoria crítica mais rígida e adota uma reflexão mais prática sobre o papel da literatura na formação humana. O autor afirma que a literatura fala a linguagem da imaginação e que os estudos literários devem, portanto, funcionar como um treinamento contínuo dessa capacidade imaginativa. Para o crítico, a imaginação não é apenas forma de escapismo criativo: trata-se da base da vida social, pois conecta emoção, razão e sensibilidade, aspectos que, no cotidiano, tendem a ser negligenciados devido à “correria”.

Nesse contexto, o autor enfatiza a importância das palavras, comparando-as brilhantemente às roupas que usamos, ou seja, é necessário saber adequar a linguagem à ocasião. Essa consciência linguística é essencial, uma vez que usamos palavras constantemente, e elas exercem um impacto direto nas relações sociais e na construção da realidade. A publicidade, segundo o crítico, é um exemplo contemporâneo do uso estratégico da imaginação por meio da linguagem: ela constrói ilusões persuasivas com o objetivo de nos convencer, e nossas reações a essas mensagens revelam uma forma de crítica literária em ação. A imaginação crítica, portanto, é um instrumento que nos capacita a filtrar essas mensagens, selecionando o que faz sentido dentro da nossa visão de mundo.

Com isso, Frye retoma uma ideia central das discussões anteriores: a de que a imaginação é também um meio de transformação, e que ela nos permite imaginar não apenas o mundo como ele é, mas também como ele poderia ser. Ao entrar em contato com a literatura, exercitamos essa habilidade de enxergar além das aparências e de conceber novas possibilidades para a sociedade. Nesse contexto, a ilusão representa um uso corrompido da imaginação, utilizado para atender a interesses que nem sempre são

evidentes. Por isso, a leitura se torna um ato de resistência, pois ela ajuda a proteger a mente contra as ilusões produzidas pela mitologia social contemporânea.

Dessa forma, o crítico explora essas mitologias sociais, destacando o uso da linguagem na propaganda, na linguagem política e jurídico – também conhecido como “burocratês”, que é caracterizado por um vocabulário vago que ameniza ou distorce a realidade – e no saudosismo típico de expressões como “no meu tempo as coisas eram melhores”. Tais construções linguísticas moldam a maneira como compreendemos o passado, o presente e o futuro. No campo político, por exemplo, o autor observa que categorias como “direita” e “esquerda” muitas vezes servem mais para criar antagonismos do que para promover uma compreensão da realidade, revelando o poder do discurso mitológico na linguagem cotidiana.

Outro ponto relevante é a crítica à fala mecânica, que domina boa parte das interações humanas. Trata-se de uma linguagem automatizada, repleta de clichês e desprovida de reflexão, o que favorece a propagação de preconceitos e estereótipos. Frye contrapõe essa fala automatizada ao discurso de uma sociedade verdadeiramente livre, onde a expressão individual é resultado do domínio consciente da linguagem.

Nesse aspecto, destaca-se um dos pontos altos de suas reflexões: a afirmação de que a liberdade de expressão não é um dom natural, mas uma conquista que exige prática. Assim como ninguém é livre para caminhar sem antes aprender ou para tocar piano sem treinar, também não se é livre para se expressar sem antes dominar a linguagem. Esse domínio exige, portanto, aprendizado, prática constante e formação de uma consciência crítica. É nesse contexto que a leitura literária e o estudo da literatura assumem um papel central, uma vez que fornecem ao indivíduo as ferramentas intelectuais necessárias para exercer, de forma ampla, sua liberdade de expressão.

Ao concluir a última capítulo e palestra desse livro, Frye compara a civilização moderna a uma nova Torre de Babel, isto é, uma estrutura grandiosa e tecnológica que impressiona, mas carece de sentido humano. A confusão de línguas, segundo o mito bíblico, foi a causa da queda da torre. Para o autor, é necessário recuperar uma linguagem ligada à natureza humana – uma “língua interior e silenciosa”, presente em figuras como

Shakespeare, Lincoln e Gandhi. Somente ao ouvir essa voz interior seremos capazes de construir uma sociedade mais justa, sensível e verdadeiramente humana.

A abordagem de Northrop Frye valoriza a literatura como um meio de acesso à experiência estética, à imaginação e à reflexão crítica. A leitura de suas palestras ampliou os horizontes das nossas noções de teoria literária, bem como se revelou bastante pertinente para as oficinas realizadas no âmbito da Missão Vida. Ao defender que a literatura não deve ser reduzida à mera ferramenta prática ou escapismo, o crítico nos convida a reconhecer nela um espaço de transformação interior e resgate da dignidade do homem.

Nas oficinas, valorizamos a poesia e os mitos como base para o ensino literário, os quais podem facilitar o acesso a uma linguagem simbólica que transcende a situação corrente daqueles homens, oferecendo-lhes novas formas de expressão e compreensão de suas próprias trajetórias. Frye também alerta para o poder da linguagem na construção da realidade e na formação da consciência, um ponto sensível no contexto da exclusão social, em que a fala mecânica e os discursos estereotipados muitas vezes reforçam preconceitos. Nesse sentido, a literatura e o estudo da linguagem, por meio do entendimento de poemas e romances, podem funcionar como instrumentos de acolhimento, ajudando os participantes a ressignificar suas experiências e a reconstruir sua identidade de forma autônoma.

Assim, a aplicação das oficinas literárias, pautada nesses princípios, não apenas promoveu o desenvolvimento cultural, mas também contribuiu para a saúde emocional e social dos internos, oferecendo-lhes um espaço de acolhimento, reflexão e a possibilidade de retorno aos seus familiares.

4 ENTRE UTOPIAS E RECOMEÇOS: EXPERIÊNCIAS ESTÉTICAS NA MISSÃO VIDA

Tendo como pano de fundo os princípios da Educação Estética, partimos então para a oficina. No quinto encontro de 2025, a obra escolhida foi *Utopia*, de Thomas More, cuja leitura e discussão abriram espaço para diálogos sobre sociedade, justiça e esperança. Em um ambiente marcado pela escuta e pelo acolhimento, a literatura tornou-

se veículo para o exercício do pensamento crítico e para a partilha de experiências humanas e estéticas.

A oficina teve início com uma pergunta aberta aos internos: “Vocês conhecem o conceito de utopia?” Duas pessoas se voluntariaram para responder, associando o termo a “coisas normais” e à “rotina do dia a dia”. A partir dessas respostas, aprofundamos a discussão com outra pergunta: “Na opinião de vocês, o futuro será otimista ou pessimista?” Propusemos uma votação simbólica: aqueles que acreditassem em um futuro otimista deveriam levantar a mão, seguidos por aqueles que acreditassem em um futuro pessimista. A maioria revelou uma visão pessimista, justificando suas respostas com referências a teorias da conspiração, governos opressores e à crescente perda de liberdade individual. A interação demonstrou desde o início a abertura dos participantes para o diálogo, sinalizando o interesse em pensar sobre questões mais amplas que impactam a vida cotidiana.

Em seguida, provocamos uma reflexão sobre confiança em sistemas de governo: “Você confiaria em um governo ou sistema que controlasse tudo para manter a ordem?” Todos disseram que não confiariam, embora alguns demonstrassem hesitação diante de um cenário hipotético de felicidade absoluta e ausência de preocupações. Mesmo assim, o ceticismo prevaleceu, revelando uma percepção crítica sobre o poder e a liberdade individual. Esse momento inicial de debate serviu como base para discutir distopias e utopias, aproximando os participantes da dimensão literária e filosófica da oficina, de forma sensível e estimulante.

Antes de apresentar o conceito de utopia, exibimos o trailer do filme *Matrix* (1999) para introduzir a ideia de distopia, seguido de debates sobre *O Exterminador do Futuro*, 1984 e *Jogos Vorazes*. Os participantes se mostraram bastante impactados com a possibilidade de vigilância total e controle estatal, estabelecendo paralelos com suas próprias experiências e inquietações. A atividade permitiu que eles refletissem sobre o futuro, a tecnologia, o poder e a ética, e os monitores, por sua vez, coordenaram cada momento cuidadosamente, garantindo que as discussões fossem respeitadas e acessíveis a todos os internos.

Na sequência, apresentamos o conceito de utopia, explicando sua origem etimológica como um “não-lugar” e seu sentido filosófico de sociedade idealizada. Discutimos algumas primeiras utopias registradas na história, como *Utopia*, de Thomas More, *A Cidade do Sol* e *a Atlântida*, de Platão, e destacamos a importância dessas ideias como referências para a organização de uma sociedade, a busca pela convivência pacífica e outras possibilidades de realização humana.

Para aproximar os internos da linguagem literária, um dos monitores conduziu uma dinâmica com palavras extraídas do livro de More, convidando-os a imaginar os significados no universo utópico. O objetivo era estimular a criatividade dos participantes a partir de termos desconhecidos. A participação foi ativa e inventiva. Entre as palavras escolhidas estavam “anidro” e “Ádamos”, compreendidas na obra como “rio sem água” e “líder sem povo”, respectivamente. A partir dessa dinâmica, os internos puderam mobilizar seu saber linguístico internalizado para atribuir sentido a essas palavras, chegando a resultados muito próximos, como “lago” e “rei”. Isso revelou tanto a lucidez de seus raciocínios quanto o interesse demonstrado na interpretação do cenário imagético construído a partir do contexto da obra de Thomas More.

Por fim, propusemos que cada participante criasse sua própria utopia, considerando família, trabalho e cidade, podendo desenhar, escrever ou combinar as duas formas. Inicialmente, houve dificuldade em imaginar essas utopias, mas aos poucos a criatividade aflorou, resultando em produções sinceras e interessantes. Observou-se que as utopias idealizadas não eram fantasiosas, pois muitas expressavam desejos simples, como ter um trabalho digno, ter saúde e boa convivência familiar (novamente). A oficina mostrou-se, portanto, um espaço transformador, no qual a literatura e o diálogo possibilitaram que os internos refletissem sobre seus sonhos, valores e possibilidades de vida, a partir do cuidado e planejamento dos monitores na construção de uma experiência significativa. Em especial, a oficina abordada apresentou resultados produtivos, perceptíveis nas exposições dos internos, o que constatou que o objetivo do projeto foi alcançado.

5 UTOPIA: EXERCÍCIO DE IMAGINAÇÃO, DIÁLOGO E SENSIBILIDADE

Efetivamente, o contato com Utopia na Missão Vida mostrou-se como um exercício de imaginação, diálogo e sensibilidade. Ao aproximar os acolhidos das ideias de Thomas More, a oficina permitiu não apenas uma reflexão sobre outro tempo histórico, mas também uma abertura para pensar possibilidades de transformação em suas próprias realidades. Naquele espaço de leitura, a literatura deixou de ser apenas texto para tornar-se experiência viva, fortalecendo o encontro humano e nutrindo a esperança de novos modos de convivência.

Assim, a participação dos acolhidos foi intensa e reflexiva, uma vez que demonstraram interesse genuíno pelas questões levantadas. Muitos se envolveram ativamente nas discussões sobre justiça, poder e convivência social, trazendo exemplos de suas próprias experiências e estabelecendo conexões com os conceitos de utopia e distopia. Esse engajamento revelou não apenas curiosidade intelectual, mas também a vontade de se expressar, ouvir os colegas e dialogar sobre temas complexos de forma respeitosa.

As atividades práticas, como a dinâmica com palavras da obra de Thomas More e a criação de utopias pessoais, mostraram-se particularmente produtivas. Os internos conseguiram explorar a imaginação de maneira criativa e original, refletindo sobre valores fundamentais, como solidariedade, dignidade e cuidado com o outro. Muitos desenhos e textos expressaram perspectivas simples, mas profundas, sobre o que consideram essencial para uma vida plena, evidenciando a sensibilidade e a maturidade de cada participante diante do exercício de fruição literária.

Ao final da oficina, tornou-se evidente que o encontro havia cumprido seu propósito de unir literatura e reflexão. Ela deixou de ser apenas uma disciplina acadêmica e se tornou canal de diálogo, autoconhecimento e construção coletiva de sentidos. Tanto os acolhidos quanto os monitores relataram satisfação e entusiasmo, reconhecendo a oficina como um momento de aprendizado, convivência e esperança, capaz de inspirar novas formas de pensar o cotidiano e os relacionamentos dentro da Missão Vida. Nesse sentido, confirma-se o pensamento de Todorov, ao afirmar que “sendo o objeto da

literatura a própria condição humana, aquele que a lê e a compreende se tornará não um especialista em análise literária, mas um conhecedor do ser humano” (TODOROV, 2021).

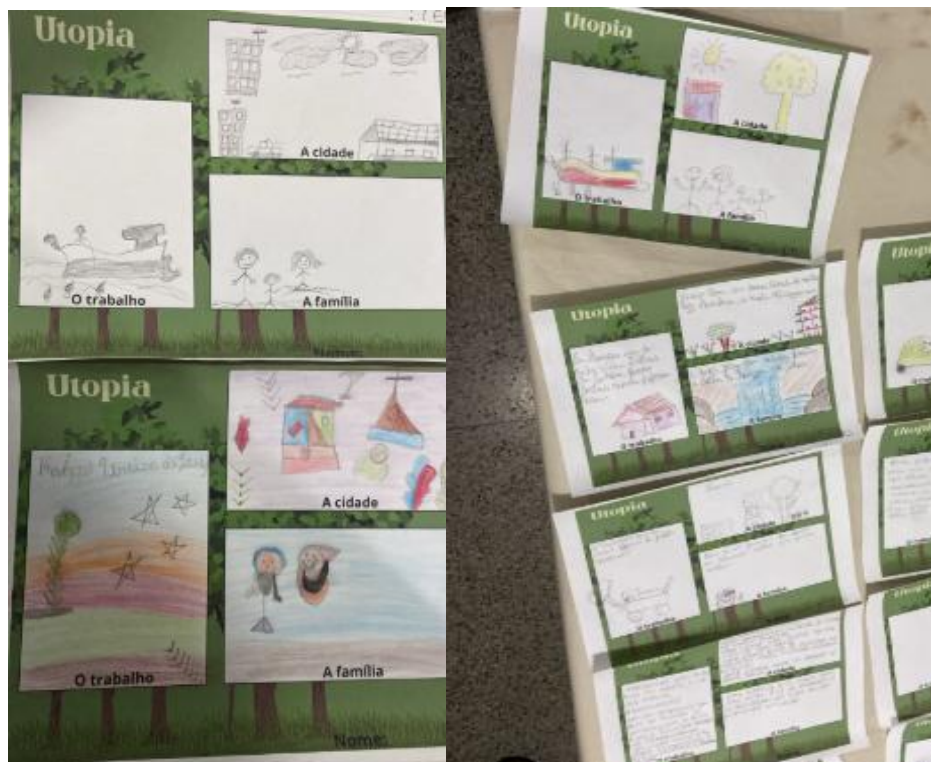
Dessa forma, compreendemos que o convívio com a literatura e com a arte em geral pode influenciar na vida social e criar pontes entre indivíduos, alcançando-se uma educação estética e humana a partir da partilha de experiências literárias, seja em ambientes acadêmicos ou comunitários, como se verificou na oficina Utopia, de Thomas More. A experiência foi muito rica e edificante para todos os envolvidos, com partilhas muito significativas. Eis alguns exemplos:

Figura 1 e 2 – apresentação da oficina



Fonte: arquivos do projeto de extensão

As figuras acima representam os slides que foram preparados e apresentados aos participantes, com o objetivo de elucidar os conteúdos e de orientar o desenvolvimento da oficina. A equipe de monitores foi composta por quatro integrantes, cada um responsável por uma parte específica da dinâmica, garantindo que todas as etapas fossem conduzidas de forma organizada e compreensível.

Figura 3 e 4 – produção da oficina

Fonte: arquivos do projeto de extensão

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Retomando o estabelecido em nossa Introdução, o trabalho aqui desenvolvido revela a importância do projeto em uma dimensão educativa e estética, ao fomentar reflexão, fruição e construção de significados na vida daqueles homens que enfrentam uma profunda solidão. Buscamos despertar neles o interesse e a valorização da Literatura e da Arte como elementos transformadores em suas vidas. Com efeito, esse projeto tem contribuído de forma significativa para a humanização dessas pessoas, ao dar voz àqueles que, por diversos fatores, encontram-se às margens da sociedade, possibilitando-lhes atuar criativamente e compartilhar suas experiências de vida e sensibilidade artística. Acreditamos que o nosso trabalho tem contribuído para a reintegração dessas pessoas à

vida em sociedade e para o resgate da cidadania, por meio da ação efetiva da Arte e da Literatura nas vivências estéticas proporcionadas.

É relevante destacar ainda que o projeto vem sendo continuamente reeditado desde 2016, e mantém-se vivo e pulsante, aberto a novas experiências e aprendizagens. Ainda assim, nossos textos e relatos não se encerram ali; eles são apenas um ponto de partida para que outras pessoas possam trazer outros olhares, outras leituras e outras escritas. Cada relato, cada narrativa ou registro será capaz de ampliar o diálogo, enriquecer a compreensão e fortalecer a dimensão ética, estética e humana que orienta o projeto. Assim, a literatura e a arte seguem cumprindo seu papel de abrir horizontes, nutrir a imaginação e reafirmar a potência da experiência coletiva e estética como espaço de transformação e esperança.

REFERÊNCIAS

FRYE, Northrop. *A imaginação educada*. Campinas: Vide Editorial, 2017.

MORE, Thomas. *Utopia*. Tradução de: Anah de Melo Franco. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2004.

TODOROV, Tzvetan. *A literatura em perigo*. Rio de Janeiro: DIFEL, 2021.

A PRESENÇA DA DECOLONIALIDADE NA FORMAÇÃO DE PROFESSORES DE LÍNGUA INGLESA: IMPLICAÇÕES E DESAFIOS

Zaira Dantas de Miranda Cavalcanti

Professora da Universidade de Pernambuco/UPE- Campus Petrolina

Antônio Henrique Coutelo de Moares

Professor da Universidade Federal de Rondonópolis-IFR

Julma Dalva Vilarinho Pereira Borelli

Professora da Universidade Federal de Rondonópolis-IFR

RESUMO: Ensinar uma língua estrangeira não apenas perpassa o desafio do conhecimento desta, mas pressupõe, igualmente, a capacidade de favorecer a sua aquisição sem privilegiá-la em detrimento da Língua materna, sobretudo, quando se trata da Língua inglesa, consagrada língua franca pela sua força e hegemonia universal. Sendo assim, refletir e reconhecer apagamentos nos processos de colonização e hierarquizações linguísticas torna-se relevante no processo de formação de professores de inglês. Diante disso, esse estudo, recorte de pesquisa de doutorado, tem o objetivo de compreender os desafios da formação desses professores frente a necessidade de uma prática decolonial. Trata-se de uma pesquisa bibliográfica, de cunho qualitativo e descritivo com aporte teórico que discute a colonialidade do ser e do saber (Quijano, 2005; Maldonado Torres, 2019), bem como de pesquisadores que sinalizam a pertinência de discutir a formação de professores sob um olhar decolonial. Esperamos que este estudo aponte caminhos de aprimoramento da formação inicial e contribua com as discussões na área da Linguística Aplicada acerca do ensino do idioma inglês.

Palavras-chave: Ensino. Língua inglesa. Colonialidade. Decolonialidade. Formação.

ABSTRACT: Teaching a foreign language not only involves the challenge of mastering it, but also presupposes the ability to facilitate its acquisition without privileging it over the mother tongue, especially when it comes to English, the universal language recognized for its strength and universal hegemony. Therefore, reflecting on and acknowledging erasures in the processes of colonization and linguistic hierarchies becomes relevant in the training of English teachers. In light of this, this study, a

segment of doctoral research, aims to understand the challenges of training these teachers in the face of the need for a decolonial practice. This is a qualitative and descriptive bibliographical research study with a theoretical framework that discusses the coloniality of being and knowing (Quijano, 2005; Maldonado Torres, 2019), as well as researchers who indicate the relevance of discussing teacher training from a decolonial perspective. We hope that this study will point to ways to improve initial teacher training and contribute to discussions in the field of Applied Linguistics regarding the teaching of the English language.

Keywords: Teaching. English language. Coloniality. Decoloniality. Teacher training.

1 INTRODUÇÃO

Diante da hegemonia da língua inglesa (LI) na atualidade, inclinamos o nosso olhar para a formação de professores desse idioma, reconhecendo desafios propostos aos professores dessa língua franca. Sendo assim, refletir e reconhecer apagamentos nos processos de colonização e hierarquizações linguísticas torna-se relevante no processo de formação.

Em geral, os cursos de Formação de Professores apostam na formação teórico-metodológica como garantia de que ela será concretizada plenamente na realidade da sala de aula. Aspectos práticos são normalmente abordados de forma superficial. Em se tratando de formação de professores de LI, convém perceber que a sala de aula é um espaço peculiar em que a língua é, ao mesmo tempo, instrumento de trabalho e objeto. Por meio da língua, ensina-se a língua. Consequentemente, entram em cena alguns saberes a serem operacionalizados pelo professor, tais como saber a língua e saber ensiná-la (ALMEIDA FILHO, 2015).

Todavia, embora, apropriar-se desse conhecimento linguístico seja condição sine qua non para apresentá-la como objeto de ensino, entendemos que os cursos de licenciatura em LI promoveriam uma melhor formação, se, além de conscientes dos reflexos negativos da história do ensino de inglês no país, atentassem para a especificidade dessa formação pelo caráter linguístico e para a necessidade do professor de inglês não apenas conhecer a língua, mas, igualmente, razões, implicações e

desdobramentos do seu ensino na atualidade, levando em consideração os conceitos de colonialidade e decolonialidade (Quijano 2005; Maldonato Torres, 2019; Walsh, 2013).

Sendo assim, esse estudo, de cunho qualitativo e caráter bibliográfico, teve por objetivo principal compreender os desafios da formação desses professores frente a necessidade de uma prática que vá de encontro e resista a um padrão de colonialidade que permanece em nossos espaços educacionais, ou seja, a pertinência de uma prática decolonial nos ambientes de formação.

2 RESULTADO E DISCUSSÃO

Nesse entendimento, Cadilhe e Le Roy (2020), por sua vez, indicam a importância de considerarmos posturas e atitudes decoloniais em nossas aulas, trazendo à tona memórias e trajetórias como formadores, a fim de problematizarmos nossas vivências e propor caminhos epistêmicos de reflexão. Influenciados por epistemologias e pensamentos diferentes daqueles legitimados e estabelecidos pelo status quo eurocêntrico/moderno/ colonial, eles refletem sobre a responsabilidade agentiva dos docentes formadores de professores, no sentido de adotarem essas posturas decoloniais concatenadas às aberturas e rachaduras nas colonialidades do poder, do saber e do ser (Quijano, 2005; Maldonato Torres, 2007).

Nessa perspectiva de reconhecer a potencialidade de uma “atitude decolonial” (Maldonado-Torres, 2019) na prática de formação, Cadilhe e Le Roy (2020) desenvolveram seu estudo com base em questionamentos em volta de sua atuação como professores de estágio supervisionado de Língua Portuguesa, área onde costumamos propor letramentos específicos, tais como leituras e discussões de textos acadêmicos alusivos ao ensino de uma língua, bem como a produção, análise de planos de aula, orientações, análises de regências de aulas dos estagiários em formação e produção de relatório.

Entretanto, embora este seja, comumente, um contexto de variados letramentos, a inquietude, como fruto de um olhar decolonial, oportunizou aos autores uma reflexão acerca da possibilidade desses não serem adequados, ou suficientes e da viabilidade de utilizarem outras ações e eventos que fugissem ao modelo dominante, especialmente,

porque nesses encontros entre licenciandos e professores formadores, eles observaram que além das reflexões linguísticas e metalinguísticas sobre recursos linguísticos, textuais, discursivos e aspectos didáticos relacionados a esses conhecimentos, questões sobre indisciplina, violência, desigualdades sociais e sentimentos afluíam, revelando a fragilidade da formação, a qual, segundo estes, é capaz apenas de gerar no estudante estagiário a sensação de impotência e incapacidade quando se depara com inúmeras situações relativas a essas questões.

Afinal, numa perspectiva colonial, não convém trazer às nossas aulas esse tipo de debate e deixar escapar o tempo dos conteúdos oficiais, o que trouxe certo incômodo a esses pesquisadores, os quais perceberam que as reclamações e lamentos dos professores em formação eram ouvidas, porém nunca acolhidas. A partir de situações assim, os autores buscaram refletir sobre como a estrutura curricular do curso facilitaria a integração de várias áreas do saber (Tardiff, 2014, p. 252), a fim de orientar condutas na sala de aula.

Cadilhe e Leroy (2020) afirmam terem sido impactados para epistemologias e “senti pensares” diversos, distintos daqueles fundamentados pelo status quo eurocêntrico/moderno/colonial, o que lhes conduziu a reflexão acerca da responsabilidade agentiva dos docentes formadores de professores, no sentido de adotarem ações e condutas decoloniais nas suas formações. O termo “sentipensar” utilizado pelos autores decorre do pensamento de Fals Borda (2003), sociólogo colombiano que desafia o referido status quo eurocêntrico, positivista e tradicional do pesquisador, já que segundo ele, mente e coração são conectados para encarar os altos e baixos das travessias libertadoras, o que pode gerar outro formato de educador, de militante e de intelectual.

Vale salientar que, nesse trajeto, esses pesquisadores e formadores buscaram compreender de que modo os letramentos do estágio supervisionado poderiam impulsionar reflexões a ponto de ressignificar os discursos contraditórios, contingentes, tensos que permeavam a experiência de iniciação à docência. Assim, o que lhes incomodava como o acolhimento dos discursos dos licenciandos em aulas de estágio e os letramentos passíveis de discussão provocaram contestações acerca de uma

epistemologia dominante na formação docente, resultando na discussão e compreensão de que muito do que utilizamos em nossas aulas, como formadores, podem ser ressignificados a partir de uma ótica decolonial, ratificando a potencialidade da chamada “atitude decolonial” (Maldonado-Torres, 2019) e conferindo visibilidade a uma diversidade epistemológica :

Letramentos acadêmicos, tais como as práticas de discussões dos textos teóricos, a confecção do relatório final com registros de observações de aula e a produção de planos de aula, temas que atravessam as aberturas de gretas nas colonialidades do saber (Lander, 2006; Castro-Gomez, 2005), podem ser estimuladas e trabalhadas a partir de questionamentos surgidos em sala, tanto da disciplina de estágio como da regência na escola selecionada pelo licenciando – assumindo, aqui, como propõe Paulo Freire (2005), a importância de uma educação que compartilhe uma problematização da situação social de seus atores (Cadilhe; Le Roy, 2020, p.253).

Por meio desse entendimento e guiados por pensadores e estudiosos como Freire (2005;2015); Moita Lopes (2006); Walsh (2013); Pessoa, Silvestre e Borelli (2019); Neto (2018), Pessoa (2019), dentre outros, os formadores Cadilhe; Le Roy (2020) buscaram valores norteadores para o contexto do estágio na formação de professores de inglês com o propósito de contribuir para um melhor preparo desses futuros profissionais, os quais sabemos serão desafiados a atuar em contextos plurais de salas de aulas, também, diversificadas e até conflituosas.

Diante do exposto, compreendo que um olhar decolonial é capaz de alterar os resultados não apenas de salas de aulas de estágios supervisionados, bem como de quaisquer disciplinas que integram contextos fadados ao engessamento da colonialidade do saber presente em diversos cursos de Letras, ou em qualquer outra formação de professores, desde que além de compreendermos a pertinência de nos desvencilharmos de pensamentos, olhares, gestos, atos e atuações coloniais, capazes de restringir, excluir e limitar, estejamos dispostos a lutar para a construção do nosso ser decolonial, que a cada dia é legitimado por meio de atitudes contrastivas, geradas conscientemente, enquanto outras são por nós descartadas. Esse olhar decolonial é capaz de alterar a nossa postura e, como parte disso, a visão que temos de educação e do ato de educar e tornar-se participante desse processo.

Acerca desse ato, Ferraz (2018, p.107) ressalta que é possível que a educação abranja relações menos hierarquizantes e mais horizontalizadas, desde que o professor não se considere o guardião do saber e empenhe-se por produzir conhecimentos em comunidade. Para o pesquisador, cabe a esse educador buscar a contextualização de sua prática, o conhecimento de seus estudantes, problematizar as suas práticas, buscando compreender a sua trajetória, bem como as histórias da comunidade, priorizando uma autocrítica, a fim de que a sua ação educativa seja dialógica, autocrítica e “autoconsciente das limitações de conhecimento, experiência e formação do próprio educador”.

Em atenção à distinção entre ensino e educação, Ferraz (2018) considera que educar e ensinar línguas são conceitualizações distintas, visto que ensinar a Língua inglesa, denota transmitir o conhecimento linguístico por meio de metodologias e métodos, que na utilização do livro didático, almejam, à priori, o aprimoramento linguístico mediante o desenvolvimento de habilidades ou competências, enquanto educar em uma LE tem o sentido de revisitar esse ensinar. Em outras palavras, diz respeito a pensar nas funções que as LE assumiram em vários espaços, refletir acerca das necessidades epistemológicas para currículos e práticas pedagógicas, além de conjecturar as possíveis trans disciplinaridades que a LI pode acolher, promovendo a criticidade e a produção de conhecimentos.

Em relação ao termo formação, entretanto, Ferraz argumenta que este carrega um sentido e uma prática hierarquizante na medida em que revela que depende apenas de nós a formação desses futuros educadores. Num ato e relação passiva, nós os moldamos e eles apenas recebem a forma pronta. Sendo assim, cabe a nós, formadores, atentarmos, primeiramente, para a distorção desse conceito, já que em vários espaços educativos do nosso país, formação é sinônimo de alinhamento com a educação tradicional:

o professor é quem sabe, e o aluno é quem aprende. Os currículos, as práticas pedagógicas e as avaliações são determinados pelos professores, nunca negociados ou discutidos com os alunos. Assim, a práxis da formação docente se reduz a estudos sobre metodologias, métodos e livros didáticos (Ferraz, 2018, p. 109).

Assim como Freire (1995), Tardif (2014) e outros pensadores da formação docente, Ferraz percebe a relevância da presença do viés crítico no processo de formação de professores, ao mesmo tempo em que repulsa os moldes tradicionais nesse contexto, onde o professor que ensina é aquele que valoriza a hierarquização e verticalização das práticas pedagógicas, quando se compreende que o professor ensina e o aluno apenas recebe e aprende. Apontando Freire (1996) e sua crítica à uma educação bancária em que o professor é o detentor do conhecimento, que aplica saberes em seus alunos vazios, ele afirma que o maior problema nessa visão de ensinar é que nela encontramos um professor que quase sempre desconsidera os saberes de seus alunos, com atitudes e práticas autoritárias, cujo ensino se apresenta “metodologizado, memorizante e não compatível com gerações de estudantes que vivenciam sociedades cada vez mais conectadas digitalmente, culturalmente múltiplas e educacionalmente diversas” (Ferraz, 2018, p. 107).

Acerca da grade curricular dos cursos de Letras/LI, o estudo de Ferraz enfatiza a pertinência de um olhar transdisciplinar na formação, uma vez que as tais malhas curriculares focalizam majoritariamente os aspectos linguísticos da LI, como morfologia, sintaxe, semântica e fonética, assim como o ensino de habilidades da língua, Oralidade em LI, Escrita em LI, em detrimento dos aspectos práticos e metodológicos que envolvem o processo de ensino, desvirtuando e desprezando a ideia de que nos cursos de Letras também realizamos formação.

Diante disso, a sua discussão acerca da formação crítica de educadores linguísticos perpassa a ideia da urgência das transdisciplinaridades, já que, segundo ele, é possível instigarmos e nutrirmos formações outras desafiadoras, que problematizem a formação tradicional existente e suas malhas, as quais, igualmente, são compulsórias, advindas de cima para baixo (relações verticais e hierarquizantes), por meio das políticas educacionais e documentos oficiais. Ferraz, então, sugere algumas transdisciplinaridades possíveis à educação linguística em LI e indica estudos que poderiam complementar e aperfeiçoar a formação crítica de educadores linguísticos de LI.

Nessa direção, Sanchez (2022, p. 44) adverte que a hierarquização das línguas é um vestígio da colonialidade presente nas sociedades, assim como a distribuição das hierarquias, lugares e papéis sociais são diferenciados de modo geográfico. Portanto, tornar essa hierarquização comum e natural configura-se num “processo que perpassa as práticas de linguagem das quais fazemos parte em nosso percurso de formação, nos informando e influenciando sobre o modo como concebemos língua, por exemplo”. Sanchez aponta as hierarquizações sociais estruturantes do sistema-mundo moderno/colonial como outra forma de colonialidade linguística no espaço de formação, já que estas ratificam a exclusividade epistêmica ocidental, gerando consequências na construção e valorização de conhecimentos atrelados à formação docente. “Esses elementos que reforçam a atitude de colonialidade, se fazem presente em nossas práticas, em nossas relações e, também, em nossas escolhas linguísticas”, já que a colonialidade pressupõe que as práticas de grupos específicos são preferidos e outros preteridos, juntamente com seus saberes.

Por conseguinte, há maneiras mais privilegiadas de se comunicar e se expressar em LI, assim como há aquelas marginalizadas, ou apagadas. Cabe-nos, então, analisar, criticamente, sob que bases jazem nossas ideias, o que move nossa práxis e nosso próprio caminhar enquanto educadores, formadores de outros educadores, assumindo o nosso papel de pesquisadores em um processo contínuo de construção.

Nesse sentido, sob um prisma decolonial, não haverá espaço para posturas deterministas, as quais enaltecem um saber exclusivo, uma única forma, um método específico, ou uma única viabilidade para a produção de novos conhecimentos. No que tange a educação linguística, cabe-nos compreender língua como um processo e estarmos prontos para, na aula e fora dela, considerar e ecoar tanto os saberes propostos, quanto aqueles de interesse dos estudantes e concernentes à vivência destes, desconstruindo práticas autoritárias e opressivas. Nessa perspectiva,

“a educação linguística estaria diretamente associada a essa desconstrução de práticas opressoras e não estaria resumida apenas ao repertório de práticas rotinizantes e sem a menor ligação com a realidade dos indivíduos envolvidos. O professor em formação teria em mãos a oportunidade de reconhecer suas práticas imersas em colonialidade, buscando incluir saberes que são

deslegitimados na sala de aula, envolvendo-se em um processo de repensar as próprias atitudes” (Sanches, 2022, p. 52).

Na mesma lógica, Pessoa (2019) argumenta que é imprescindível formar professores com o propósito de que vão além do ensino de aspectos linguísticos, problematizando as sociedades e suas desigualdades, visto que entendemos, ou deveríamos perceber que, por meio de nossas práticas linguísticas, perpetuamos essas disparidades sociais, já que pela língua podemos intimidar, discriminar, favorecer, desfavorecer, julgar, silenciar e outras ações que legitimam as colonialidades. Ela ressalta que um dos nossos desafios, enquanto professores, na Linguística Aplicada, é problematizar o modelo de poder mundial (modernidade/colonialidade), enquanto buscamos possibilidades para produzir um mundo menos “tempestuoso” (p.175). Esses caminhos, alternativas precisam combater os hábitos que esse modelo de poder imprimiu na sociedade e em diversas áreas do conhecimento.

Em se tratando da área das linguagens, Pessoa (2019) destaca a superioridade que se costuma atribuir ao falante nativo, assim como os conceitos apolíticos de língua, a valorização da práxis da universidade em detrimento da escolar, a humilhação, vexação linguística em aulas, dentre outros hábitos que herdamos e que atuam como instrumentos de perpetuação da lógica que nega, apaga, despreza e distorce. Um desafio preconizado pela autora é encontrar meios de ensino pautados na concepção de que as línguas são sem fronteira, fluidas, híbridas, sem dono, tendo, desse modo, o cuidado de desprestigiar o falante nativo, ou a norma padrão. Todavia, isso exigirá desses profissionais uma mudança de postura:

“precisamos nos afastar da obsessão com correção e normas gramaticais e privilegiar estratégias de comunicação que preparem nossos/as alunos/as para o engajamento em comunidades de prática, para que possam se comunicar, se constituir social e identitariamente e se posicionar frente a questões que os/as afetam” (Pessoa, 2019, p. 178).

Sob essa expectativa, é imprescindível que nós, docentes que participam da formação de outros professores, busquemos alternativas, estratégias que possibilitem o desdobramento da competência linguística em novos e diferentes repertórios linguísticos, o que consideramos ser o maior desafio, já que a formação docente em

Letras tem , ao longo do tempo, forjado nos docentes um espírito inabalável de reprodução de posturas, mecanismos, de preciosismos e rigor no que se refere à forma e normas das línguas.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esse estudo buscou compreender os desafios propostos à formação de professores de LI, diante da hegemonia do idioma em questão, pautado na compreensão de que subsiste a matriz colonial de poder (Quijano, 2005; Maldonado Torres, 2019) na sociedade e, em especial, nos ambientes educacionais, sendo relevante a conscientização desse fato nos ambientes de formação desses professores.

A pesquisa bibliográfica nos levou a compreensão dos desafios propostos a professores formadores, visto que identificamos a imprescindibilidade de oferecer uma formação crítica, tendo em vista a importância de resistirmos às colonialidades ainda presentes em nossas universidades, no que tange ao processo de ensino na área de conhecimentos linguísticos.

A literatura apontou a existência de uma formação linguística linear, imersa em práticas coloniais e desprovida de concepções críticas, ao mesmo tempo em que indicou a urgência de emprendermos esforços na busca de promover uma formação decolonial, que considere e problematize hierarquias linguísticas, desprestígios, apagamentos e outras atitudes e eventos comuns à colonialidade do poder, do ser e do saber.

Diante disso, reafirmamos a pertinência de discutir a formação de professores sob um olhar decolonial e esperamos que este estudo aponte caminhos de aprimoramento da formação inicial e contribua com as discussões na área da Linguística Aplicada acerca do ensino do idioma inglês.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA FILHO, José Carlos P. **Dimensões Comunicativas no Ensino de Línguas**. 8 ed. Campinas: Pontes, 2015.
- CADILHE, A. J.; LEROY, H. J. **Formação de professores de língua e decolonialidade: o estágio supervisionado como espaço de (re) existências**. Calidoscópio, Unisinos, v. 18, n. 2, p. 250-270, maio/ago. 2020.
- FERRAZ, Daniel M. Educação Linguística e Transdisciplinaridade. In: Pessoa, Rosane R; Silvestre Viviane P; Monte Mór, Walkyria (Org). **Perspectivas Críticas de Educação Linguística no Brasil: trajetórias e práticas de professoras (es) universitárias (os) de inglês**. São Paulo: Pá de Palavra, 2018. p. 103-117.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. 25. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996.
- MALDONADO-TORRES, N. 2019. Analítica da colonialidade e da decolonialidade: algumas dimensões básicas. In: J. BERNARDINO-COSTA; N. MALDONADO-TORRES; R. GROSFÓGUEL (org.), **Decolonialidade e pensamento afrodiaspórico**. Belo Horizonte, MG, Autêntica, p. 27-54.
- PESSOA, R.R. 2019. Formação de professores/as em tempos críticos: reflexões sobre colonialidades e busca por um pensar decolonial. In: W. SILVA; W. SILVA; D. CAMPOS (org.), **Desafios da formação de professores na linguística aplicada**. Campinas, SP, Pontes, p. 173-186
- PESSOA, R.R.; SILVESTRE, V.P.V.; BORELLI, J.D.V.P. 2019. **Challenges of a decolonial undertaking in teacher education**. Calidoscópio, 17(2):343-360. <https://doi.org/10.4013/cld.2019.172.07>
- QUIJANO, A. **Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina**. In: E.A. LANDER. A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas Latino-Americanas. Colección Sur Sur. Buenos Aires, CLACSO, 2005, p. 107-130.
- SANCHES, Gabriel Jean. **Decolonialidade no ensino de línguas: um olhar para a formação docente através de uma narrativa autobiográfica**. Revista Travessias, Cascavel, v. 16, n. 2, p. 41-56, maio/ago. 2022. DOI: <https://dx.doi.org/10.48075/rt.v16i2.29166>
- TARDIFF, M. **Saberes docentes e formação profissional**. Petrópolis, Vozes, 2014.

WALSH, Catherine. Lo pedagógico y lo decolonial: entretejiendo caminos. In: _____.
(Org.) **Pedagogías decoloniales: prácticas insurgentes de resistir, (re)existir y (re)vivir.**
Quito: Abya Yala, 2013. p. 23-68.

A ÚLTIMA CANÇÃO DE OFÉLIA: UMA LEITURA DA LINGUAGEM PICTURAL COMO UM ESPELHO DA TRAGÉDIA DE SHAKESPEARE

Jennifer Sampaio da Silva

jennifer.sampaio@upe.br

Licencianda em Letras - Português/Inglês

Universidade de Pernambuco (UPE) - Campus Petrolina

Clarissa Loureiro Barbosa Marinho

clarissa.loureiro@upe.br

Doutora em Letras

Universidade de Pernambuco (UPE) - Campus Petrolina

RESUMO: O presente trabalho tem por objetivo propor uma análise comparativa entre a personagem “Ofélia” de William Shakespeare e o quadro “Ophelia” do pintor John Everett. Pretende-se explorar a linguagem pictural, usada a fim de interpretar e construir uma nova versão da cena trágica de Hamlet segundo a semiose da mulher na natureza proporcionada pelo cromatismo. Efetiva-se, uma tradução literária que produz uma pluralidade de significações e interpretações presentes na obra. O autor utiliza signos verbais para caracterizar o suicídio de Ofélia, enquanto, o pintor traz uma linguagem não-verbal para demonstrar a imagem de uma mulher no seu leito de morte. Como fundamentação teórica, serão utilizadas contribuições da Tradução Intersemiótica de Plaza (1987) e Tradução Literária de Nascimento (2002). A intenção é discutir as novas interpretações e ressignificações, refletindo sobre uma mulher sem um papel na sociedade misógina, beirando a loucura silenciosa nas entrelinhas das estratégias narrativas e visuais. Sendo assim, este trabalho busca proporcionar uma análise ao um novo olhar estético e crítico sobre os recursos verbais e visuais presentes no livro e na pintura, abordando também o papel de Ofélia diante da sociedade patriarcal.

Palavras-chave: Tradução Literária; Ofélia. Hamlet; Cromatismo; Pintura.

ABSTRACT: This study proposes a comparative analysis between the character Ophelia from William Shakespeare’s Hamlet and the painting Ophelia by John Everett Millais. The main objective is to explore the pictorial language used to interpret and construct a new version of the tragic scene from Hamlet, focusing on the semiosis of woman in nature as conveyed by Millais’ chromatism. The research effects a literary translation

that produces a plurality of meanings and interpretations present in the works. While the author uses verbal signs to characterize Ophelia's suicide, the painter employs non-verbal language to depict the image of a woman on her deathbed. For theoretical foundation, contributions from Intersemiotic Translation (Plaza, 1987) and Literary Translation (Nascimento, 2002) will be used. The intention is to discuss new interpretations and resignifications, reflecting on a woman lacking agency in a misogynistic society, bordering on a silent madness within the subtexts of the narrative and visual strategies. Therefore, this work seeks to provide a new aesthetic and critical perspective on the verbal and visual resources present in the play and the painting, simultaneously addressing Ophelia's tragic role within a patriarchal society.

Keywords: Literary Translation. Ophelia. Hamlet. Chromatism. Painting.

1 INTRODUÇÃO

O presente artigo propõe um estudo comparativo entre a representação da morte da personagem Ofélia na tragédia shakespeariana *Hamlet* e a sua transposição para a tela na pintura pré-raphaelita do pintor britânico John Everett Millais, *Ophelia*. Nesse sentido, busca-se compreender a beleza da morte de Ofélia sob a perspectiva semiótica, além de analisar a natureza ressignificada nas duas obras como um espaço poético de acolhimento da morte.

Através de uma abordagem metodológica ancorada nos pilares teóricos da *Tradução Intersemiótica* de Plaza (1987) e *Tradução Literária* de Nascimento (2002), será desenvolvido o presente artigo. Portanto, a análise central busca desvendar como a "morte musical" de Ofélia se manifesta através da tradução intersemiótica, ou seja, a interpretação dos signos verbais por meio dos signos não verbais. Assim, tenta-se expor a pluralidade de significações e interpretações geradas pela relação entre os textos em diferentes mídias.

A literatura, ao provocar a construção de novas linguagens, serve de pretexto para uma nova interpretação de nível linguístico e significativo, bem como, é responsável por gerar uma relação que se estabelece pela tradução literária e sua pluralidade de significados. Logo, a relevância do estudo reside em demonstrar a vitalidade do tema

shakespeariano em diferentes mídias e os novos sentidos estéticos que emergem deste diálogo.

Nesse contexto, o estudo comparativo é crucial, visto que demonstra como o tema shakespeariano é ressignificado, abrindo espaço para novos sentidos estéticos em cada obra. O tema da tragédia, que envolve fatalidade e o alívio de uma alma conturbada, é traduzido numa nova linguagem pictural, quando o pintor interpreta e constrói uma nova versão da cena.

Em seguida, a passagem do texto à pintura configura uma Tradução Intersemiótica, um conceito fundamental para a análise semiótica de Décio Pignatari (1974). Desse modo, a literatura, ao provocar a construção de novas linguagens, serve de pretexto para uma nova interpretação de nível linguístico e significativo.

Portanto, para que esse trabalho possua a devida organização, ele se estrutura nos seguintes tópicos: *A Intersemiose e os seus Signos* e *O Destino Cantante de Ofélia*. O primeiro busca apresentar uma fundamentação teórica sobre a análise a partir dos conceitos da Literatura Comparada e da Tradução Intersemiótica. O segundo estabelece uma análise comparativa do trecho da morte de Ofélia em *Hamlet*, o quadro *Ophelia* de Millais e a tela criada sobre Ofélia no videoclipe *The Fate of Ophelia*. Esses tópicos se identificam para provocar no leitor um olhar mais apurado sobre a relação Literatura com a linguagem verbal e a pintura como linguagem não verbal que pode se alterar de tal modo a ser uma citação dentro de um clipe.

Em suma, explora-se as novas perspectivas sobre a relação Literatura e linguagem não-verbal, buscando provocar em leitores da atualidade a sensação de que clássicos podem ser reatualizados, sem que se perca o significado original e o lirismo que inspirou outros leitores de épocas distintas. Nesse sentido, o estudo comparativo busca estabelecer relações intertextuais novas que fazem com que a pintura e a literatura sejam contempladas com abordagens diferentes.

2 A INTERSEMIOSE E OS SEUS SIGNOS

Tanto na *Tradução Intersemiótica* de Plaza (1987) quanto na *Tradução Literária* de Nascimento (2002), defendem que o processo de tradução se estende para além das fronteiras linguísticas. A perspectiva de Plaza permite que este trabalho transcenda a mera comparação entre a peça teatral e o quadro, concentrando-se nas relações entre a literatura (texto) e outras formas de arte (pintura). Este olhar se torna crucial, visto que a Tradução Literária, também possibilita a busca por novos sentidos e significações relacionando outras obras, segundo aspectos estéticos próprios de cada manifestação: a linguagem verbal de Shakespeare e a linguagem pictural de Millais.

No caso de *Hamlet* e *Ophelia*, o comparatismo permite analisar a transposição temática da tragédia para a pintura, que adota a perspectiva da tradução criativa e intersemiótica (PLAZA, 1987). Na concepção de hipertextualidade proposta por Genette (2010), o texto shakespeariano funciona como hipotexto (o texto fonte) e a obra de Millais como hipertexto (a obra que o retoma e transforma). Dessa maneira, a análise focaliza não apenas a fidelidade à cena, como também na interpretação e na construção de uma nova versão dessa circunstância dramática pelo pintor.

O processo de transição da descrição da Rainha para a visualidade do quadro é essencialmente uma tradução intersemiótica, conceito fundamental na semiótica. Décio Pignatari (1974) postula que há uma tradução dos signos verbais, ou seja, a palavra escrita, por meio dos signos não verbais, sejam eles os códigos visuais, seus outros códigos e meios. Observa-se:

"A Semiótica acaba de uma vez por todas com a ideia de que as coisas só adquirem significado quando traduzidas sob a forma de palavras. Serve para estabelecer as ligações entre um código e outro código, entre uma linguagem e outra linguagem. Serve para ler o mundo não-verbal: 'ler' um quadro, 'ler' uma dança, 'ler' um filme — e para ensinar a ler o mundo verbal em ligação com o mundo icônico ou não-verbal" (Pignatari, 1994, p.28).

Na semiótica moderna, o autor argumenta que a significação não está restrita à palavra escrita ou falada, estabelecendo pontes metodológicas, logo, há uma análise e comparação de diversos códigos e linguagens, seja verbal como na literatura ou não verbais como no quadro e na fotografia. Contudo, no comparatismo, a leitura e interpretação de uma obra transpõe o tema entre diferentes mídias. Então, a semiótica

ensina uma nova forma de ler o mundo em uma maneira ampla que entende conexões e transformações entre o irônico, o não-verbal e o verbal.

Neste sentido, a obra literária utiliza os signos verbais para caracterizar e descrever o suicídio de Ofélia, criando uma imagem mental polissêmica no leitor, gerando vários sentidos no receptor acerca do acontecimento. O quadro, por sua vez, manifesta-se pela pintura em uma linguagem não-verbal, utilizando recursos como o cromatismo para criar uma imagem que funciona como uma mensagem codificada, representando a realidade segundo um código estético próprio. Em síntese, a tarefa principal é decodificar a mensagem visual em relação ao seu referente textual.

Sobre esse viés, o autor utiliza signos verbais como uma linguagem verbal para descrever o suicídio de Ofélia, criando uma imagem polissêmica vinculada a uma pluralidade de significações. O trecho narrado pela Rainha é um retrato verbal da morte da personagem, suas vestes e ações são relatadas de uma forma que permite diversas interpretações. Entretanto, os signos não-verbais usam recursos como o cromatismo para criar a imagem de uma mulher em seu leito de morte.

O foco recai, portanto, na transcrição do signo verbal em signo icônico, que é o cerne da transposição temática observada. Na descrição de Gertrudes sobre a morte de Ofélia – um texto que narra a cena através de símbolos florais e da passividade da personagem –, a palavra atua como um hipotexto carregado de significados latentes. A transposição dessa carga simbólica para o hipertexto pictórico exige que Millais, como tradutor/artista, opere uma verdadeira desmontagem e remontagem dos signos (PLAZA, 1987).

Cabe destacar, tal operação não ocorre de forma neutra, pois ao selecionar as cores (cromatismo), a composição e o nível de detalhe (realismo), o pintor não apenas ilustra o texto, mas o interpreta, saturando-o de novos sentidos que refletem o olhar e a ideologia da época vitoriana sobre a feminilidade, a morte e o mito. O resultado é um novo objeto semiótico, conforme postulado por Plaza, que precisa ser lido em sua autonomia visual, mas sempre em diálogo com sua origem literária.

Logo, decodificar a mensagem visual do quadro Ophelia (1851-1852) em relação ao seu referente textual em Hamlet, investigará precisamente como a simbologia verbal

do conto é convertida em simbologia icônica. O trecho narrado pela Rainha é um retrato verbal em que a descrição das vestes e das ações da personagem cria uma imagem mental polissêmica no leitor. A pintura de Millais, por sua vez, cristaliza essa polissemia em uma representação não-verbal específica, utilizando o cromatismo para criar a imagem de uma mulher em seu leito de morte aquático.

Por fim, este estudo busca demonstrar como a *mise-en-scène* visual de Millais seleciona e enfatiza elementos, como a exemplo das plantas, a água e da pose, para construir uma interpretação estética e psicológica particular da heroína, reforçando ou subvertendo o subtexto de fragilidade e trauma edipiano que perpassa a narrativa shakespeariana.

3 O DESTINO CANTANTE DE OFÉLIA

A pintura chega ao receptor como uma mensagem codificada, assim, representa-se por meio de um código estético próprio, contudo, a tragédia de Ofélia se constroi a partir de uma crítica à sociedade patriarcal. A personagem tem seu papel social descartado, já que não pode mais ser filha, irmã ou, tampouco, esposa. Nesse sentido, ela não cabe mais na sociedade por não ter um homem a quem "pertença".

Portanto, se sentindo perdida, ela enlouquece de forma mansa, sutil e comportada. Essa alma conturbada é rejeitada por seu amado. Hamlet também assassina o pai dela. Isso impacta profundamente a sua sanidade, gerando a relação entre mulher, natureza e morte. O suposto suicídio acontece de forma cantante e natural. O trecho seguinte descreve a desgraça que ocorre com a personagem:

“Ofélia sobraçando grinaldas esquisitas de rainúnculas, margaridas, urtigas e de flores de púrpura alongadas [...] Ao tentar perdurar suas coroas nos galhos inclinados, um dos ramos invejosos quebrou, lançando na água chorosa seus troféus de erva e a ela própria. Seus vestidos se abriram, sustentando-a por algum tempo, qual a uma sereia, enquanto ela cantava antigos trechos, sem revelar consciência da desgraça, como ali criatura nascida e feita para aquele elemento” (Shakespeare, 1997, p.100).

A natureza é o seu Locus Amoenus, seu local ideal, que possui harmonia, verdade e equilíbrio. Portanto, o ato de se afogar é considerado uma regressão, no qual a natureza

quebra o galho e a leva à ruína, mas que, ao mesmo tempo, a liberta da infuncionalidade social. Isso pode ser observado no fragmento a seguir: "Muito tempo, porém, não demorou, sem que os vestidos se tornassem pesados de tanta água e que seus cantares arrancassem a infeliz para a morte lamacenta." (SHAKESPEARE, 1997, 101). Embriagada pela natureza, Ofélia cai no riacho, cantando antigas canções, até que o peso do vestido a leva para a "morte lamacenta", ao se afogar lentamente no fundo do riacho enquanto canta.

Além disso, a Rainha refere-se a Ofélia como "infeliz", evidenciando o desespero de uma alma que não se enxerga incluída na sociedade. O lirismo reside no fato de Ofélia cantar até perder o fôlego, assemelhando-se a uma sereia, criatura mística, reforçando o pensamento medieval da mulher ligada à natureza, às ervas e, por vezes, à figura da bruxa¹. A morte, assim, torna-se uma fuga do sofrimento humano.

No texto shakespeariano, a Natureza, o local ideal, no qual a mulher, rejeitada pela ordem patriarcal, encontra seu último refúgio e funcionalidade. O quadro de Millais, por sua vez, é uma manifestação pictural que intensifica essa relação, criando uma nova interpretação do texto literário por meio da tradução intersemiótica. O pintor reforça o lirismo do morrer feminino na Natureza, ao mostrar Ofélia totalmente pertencente àquele lugar, fundindo seu corpo com a água em um ato de semiose que simboliza a busca de si mesma. A composição e o cromatismo da obra, com seus tons esverdeados e frios, traduzem visualmente a "morte cantante" descrita pela Rainha Gertrudes, justificando a expressão adormecida da personagem como a libertação da dor social. A seguir, a representação da cena pelo pintor John Everett Millais:

¹ "A mulher curandeira na Idade Média, detentora dos saberes sobre as plantas e a natureza, foi frequentemente vista com desconfiança, tendo seu conhecimento ressignificado como prática mágica ou bruxaria" (SILVA, 2018, p. 10).

Quadro – Ophelia

Fonte: MILLAIS, John Everett. Ophelia. 1851-1852

Utiliza-se do cromatismo como um recurso primário da linguagem não-verbal. Os tons esverdeados predominantes remetem à Natureza. O vestido carregado de tons frios sugere a frieza de uma alma não mais pura pela sociedade doentia na qual está inserida. A água de tom amarronzado e os galhos ressecados trazem um aspecto mórbido à obra, simbolizando como um espaço de morte. A figura de Ofélia se encontra deitada na água. Seu vestido se mistura com a água do riacho, uma semiose que representa sua fusão como um elemento da Natureza na busca de si mesma.

O que se nota é a semelhança da personagem com uma ninfa existente da mitologia grega como noiva da natureza. Isso só comprova o seu caráter de pureza de quem faz parte daquele lugar de modo a se tornar a noiva da morte cujo canto parece ser o das bodas de quem se entrega ao seu destino, entregando-se também aos galhos que acabam por ser seus maridos. Eles possuem o sentido fálico e, ao mesmo tempo, delicado

de quem possui e simultaneamente acolhe a mulher em sua fragilidade de quem busca acolhimento em seus braços.

A expressão “adormecida” e a sua pele pálida no quadro remetem à reflexão de Hamlet sobre o suicídio: “Imaginar que um sono põe remate aos sofrimentos do coração e aos golpes infinitos que constituem a natural herança da carne, é solução para almejar-se” (SHAKESPEARE, 1997, p.60). Millais, ao representar Ofélia nesse instante final, traduz visualmente a busca pela saída das dores humanas.

A abordagem do suicídio não pode ignorar a sua dimensão como um ato extremo de escolha, que, para o indivíduo, pode representar uma forma de liberdade em face da desesperança existencial (COSTA; LIMA, 2005). Para Ofélia, o suicídio é um ato de transgressão à norma social, mas também o ato de liberdade que a desvincula da dor de estar perdida em um universo que não lhe acolhe. Ela permanece imóvel até se afundar completamente, ignorando a fatalidade e apenas abraçando aquilo que a natureza lhe oferece.

A obra de Shakespeare influenciou muitos artistas que trouxeram sua perspectiva da obra, aliada com as traduções intersemióticas e suas vivências. O processo de interpretar e transpor os signos na criação de uma nova obra. Pode-se citar além das pinturas, o cinema, a fotografia e a música como uma forma de abordar o desfecho da história de Ofélia em diferentes formas.

Um exemplo atual da tradução intersemiótica entre o texto de Shakespeare com a musicalidade, é a música *The Fate of Ophelia* (*O destino de Ofélia*). O pop contemporâneo lançado no décimo segundo álbum pela artista estadunidense Taylor Swift usa da metáfora para abordar a sua própria redenção ao amor. No seguinte verso: *And if you'd never come for me / E se você nunca tivesse vindo por mim, might've drowned in the melancholy / eu poderia ter me afogado na melancolia* (SWIFT, 2025). O eu-lírico faz uma leitura da tragédia shakespeariana falando que se não houvesse a redenção e encontro do seu amor, ela teria se afogado na melancolia, assim, refere-se o suicídio por afogamento da personagem.

Pode-se observar outro trecho que remete essa fuga do destino: *You dug me out of my grave and saved my heart from the fate of Ophelia / Você me tirou do meu túmulo e salvou*

meu coração do destino de Ofélia (SWIFT, 2025). Nesse verso, é possível identificar o renascimento emocional, e a redenção ao encontrar o amor que difere da originalidade da personagem de Shakespeare que não é salva por seu amado.

A cantora integra o audiovisual com sua música, o estético artístico trabalha na recriação do *Locus Amoenus* e a personagem se encontra entregue e nascida para aquele ambiente. Nesse trabalho, considera-se que o vídeo recria uma imagem pictural de Ofélia, que é analisada em sua função de quadro recriado dentro do recurso audiovisual. Isso pode ser observado na imagem a seguir que parece uma tela. Analisa-se essa imagem como uma linguagem inspirada na pintura pré-rafaelita e na tragédia shakespeariana:

Videoclipe – The Fate of Ophelia



Fonte: SWIFT, Taylor. The Fate of Ophelia. 2025

Diante da imagem, pode-se perceber que o cromatismo difere com a pintura. Existem elementos que são preservados nessa intersemiose das obras como: o corpo flutuando na água, as flores as quais Ofélia tentava pendurar nos galhos, o vestido em tons brancos que a caracterizam como noiva da natureza. Algo que difere nas imagens é a forma em que Millais a coloca olhando para cima, em redenção à sua morte, enquanto, na recriação da cantora, ela olha diretamente ao espectador de forma ousada (LAWSON-TANCRED, 2025). Mostra-se, assim, a diferença entre as Ofélias. A nova versão recriada por Swift não irá se render à morte, já que o eu-lírico é salvo por seu amor. Logo,

evidencia uma releitura da obra como uma metáfora para se não sucubir o destino de Ofélia.

Dessa forma, a tela criada dentro do recurso audiovisual reforça a continuidade da imagem de Ofélia no imaginário ocidental. As manifestações artísticas se transformam de tal modo que a tela original de Millais ganha uma nova expressão mais otimista, sem perder o lirismo de uma noiva que se entrega à natureza. O importante é se destacar que ambas linguagens visuais dialogam com a primeira shakespeariana, estabelecendo uma tradução intersemiótica que atrai o leitor por conta de signos icônicos², que seduz leitores em momentos históricos diferentes e interpretações também distintas, comprovando que a Arte pode até mudar mas o sentido original de Ofélia permanece.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo comparativo demonstrou a vitalidade do tema shakespeariano de Ofélia e a sua pluralidade de significações ao ser transposto por meio da tradução intersemiótica. Ao buscar a resposta para a problemática de como a "morte musical" de Ofélia se manifesta na transposição de um sistema de signos para outro, revelou-se um diálogo estético e semiótico contínuo que transcende épocas e mídias.

A análise da passagem do texto de Shakespeare (hipotexto verbal) para a tela de Millais (hipertexto pictórico) confirmou o conceito de transcrição de signos (PLAZA, 1987). A descrição verbal da Rainha Gertrudes, rica em simbolismo floral e passividade, foi codificada e decodificada visualmente pelo pintor, que utilizou o cromatismo e o realismo detalhado para construir um novo objeto semiótico. Millais, como tradutor/artista, interpretou a tragédia, cristalizando a polissemia textual em uma imagem que reflete a ideologia vitoriana sobre a feminilidade e a morte, reforçando a natureza como um espaço poético de acolhimento.

O estudo comparativo, segundo a intertextualidade e a tradução semiótica, demonstra que a beleza da morte de Ofélia se perpetua em linguagens distintas por conta do protagonismo da loucura feminina como expressão de liberdade em consonância com a Natureza. A personagem, ao se alienar na busca constante de si mesma, se conecta

² "A noção de tradução intersemiótica pressupõe que, no ato de transpor, o tradutor/artista opera uma verdadeira desmontagem e remontagem dos signos, transformando o modo como eles funcionam e criando um novo objeto semiótico" (PLAZA, 1987, p. 19).

profundamente ao ambiente, tornando-se a "noiva da natureza". Essa conexão recria a figura da mulher que, sem o seu papel na sociedade misógina, encontra na natureza o seu refúgio e libertação.

O trabalho revela uma duplicidade que cria outro sentido: a tragédia da morte é equilibrada pelo lirismo do acolhimento. Essa duplicidade está presente tanto na manifestação literária polissêmica quanto na pintura, que possui o mesmo traço de abertura para novas interpretações e ressignificações da cena. O estudo da pintura Ophelia evidenciou a conversão da morte por afogamento em um ato de regressão e liberdade da infuncionalidade social, reforçando o lirismo da "noiva da natureza" que busca acolhimento.

Contudo, a relevância do tema não se encerra no século XIX, pois a análise do videoclipe *The Fate of Ophelia* de Taylor Swift demonstra a persistência desse ícone no imaginário contemporâneo. A citação audiovisual funciona como uma nova camada de tradução intersemiótica, reatualizando a tragédia para a linguagem pop. Se a Ofélia de Shakespeare e Millais se rende ao destino fatal, a versão de Swift subverte a narrativa, utilizando o destino trágico como metáfora para a melancolia da qual o eu-lírico é salvo. Essa releitura otimista reforça a tese de que os clássicos podem ser reatualizados sem que se perca o lirismo original ou a potência simbólica da imagem.

Em suma, a "morte musical" de Ofélia se manifesta como um signo estético flexível, capaz de ser interpretado como fuga da dor humana ou como metáfora para a superação e redenção. Assim, o estudo confirma a importância do olhar comparativo para mostrar os novos sentidos que esta relação ancestral adquire sob os aspectos estéticos próprios de cada obra de arte, o que revela a importância da peça e as suas diferentes linguagens pictoriais que são recriadas. A pesquisa cumpre seu objetivo ao demonstrar a vitalidade da intertextualidade e da tradução intersemiótica como ferramentas cruciais para a análise de como as narrativas culturais persistem e se transformam, provando que a Arte, embora mude de forma e meio, mantém o poder de sedução e a essência da inspiração original.

REFERÊNCIAS

COSTA, Maria Luiza da Silva; LIMA, Patrícia Silva. **O suicídio no contexto da liberdade e da escolha**. Revista Psicologia Argumento, Curitiba, v. 23, n. 42, p. 119-126, jan./mar. 2005. Disponível em: <http://www2.pucpr.br/reol/index.php/PA?issue=42;article=a0808a9c2a23e5a5937a6b3281b37358>. Acesso em: 17 nov. 2025.

LAWSON-TANCRED, Jo. **Taylor Swift as Ophelia? 'The Life of a Showgirl' Art History Easter Eggs, Explained**. Artnet News, New York, 15 ago. 2025. Disponível em: <https://news.artnet.com/art-world/taylor-swift-the-life-of-a-showgirl-art-history-2677785>. Acesso em: 17 nov. 2025.

MILLAIS, John Everett. **Ophelia**. 1851-1852. Óleo sobre tela, 76,2 cm x 111,8 cm. Tate Britain, Londres. Disponível em: <https://www.tate.org.uk/art/artworks/millais-ophelia-n01506>. Acesso em: 14 nov. 2025.

NASCIMENTO, Adail Sobral. **Tradução Literária**. São Paulo: Contexto, 2002.

PIGNATARI, Décio. **Semiótica & literatura**. São Paulo: Perspectiva, 1974.

PLAZA, Júlio. **Tradução intersemiótica**. São Paulo: Perspectiva, 1987.

SHAKESPEARE, William. **Hamlet**. Tradução de Millôr Fernandes. Porto Alegre: L&PM, 1997.

SILVA, Vânia Vasconcelos da et al. **Plantas Mágicas no Medievo: Mulheres, Magia e Igreja**. Revista Igarapé, João Pessoa, v. 6, n. 1, p. 7-19, jan./jun. 2018. Disponível em: <https://repositorio.ufpb.br/jspui/bitstream/123456789/16652/1/VS31102019.pdf>. Acesso em: 17 nov. 2025.

SWIFT, Taylor. **The Fate of Ophelia** [Vídeo]. Local: Taylor Swift (Canal Oficial), 5 out. 2025. Duração: 3 min 46 s. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=9NGm6uhoOvE>. Acesso em: 17 nov. 2025.

AS REINVENÇÕES DAS ALFABETIZADORAS NA PANDEMIA NOS MUNICÍPIOS DE CAXINGÓ E PARNAÍBA - PI

Ana Christina de Sousa Damasceno

Professora

FAESPA

Rossana Regina Guimarães Ramos Henz

Professora

UNICAP / UPE

RESUMO: A pandemia da Covid-19 impôs desafios inéditos à alfabetização, exigindo dos professores de Parnaíba-PI e Caxingó-PI a reinvenção de suas práticas pedagógicas no ambiente digital. Diante do isolamento social, o uso das tecnologias tornou-se indispensável, impulsionando novas formas de ensinar e aprender. Esta pesquisa tem como objetivo analisar as práticas pedagógicas de alfabetização reinventadas durante a pandemia e suas consequências para o ensino presencial atual. De abordagem qualitativa, descritiva e analítica, utilizou questionário on-line aplicado a professores alfabetizadores das duas cidades. As análises foram orientadas por três categorias: epistemológica, pedagógica e social. Os resultados apontam que as experiências digitais ampliaram o repertório pedagógico dos docentes e resignificaram a mediação pedagógica, embora revelem a necessidade de formação continuada para o uso crítico das tecnologias na alfabetização.

Palavras-chave: Professor/a. Alfabetização. Prática Docente. Pandemia. Tecnologia.

ABSTRACT: The Covid-19 pandemic imposed unprecedented challenges on literacy, requiring teachers in Parnaíba-PI and Caxingó-PI to reinvent their pedagogical practices in the digital environment. Faced with social isolation, the use of technology became indispensable, driving new ways of teaching and learning. This research aims to analyze the reinvented literacy pedagogical practices during the pandemic and their consequences for current face-to-face teaching. Using a qualitative, descriptive, and analytical approach, it employed an online questionnaire applied to literacy teachers from both cities. The analyses were guided by three categories: epistemological, pedagogical, and social. The results indicate that digital experiences broadened the

teachers' pedagogical repertoire and redefined pedagogical mediation, although they reveal the need for continuing education for the critical use of technology in literacy.

Keywords: Teacher. Literacy. Teaching Practice. Pandemic. Technology.

1 INTRODUÇÃO

A pandemia de COVID-19 instaurou um cenário inesperado e desafiador para os sistemas educacionais em todo o mundo, impondo a necessidade de reorganizar práticas, tempos e espaços de aprendizagem. No contexto da alfabetização, etapa fundamental para o desenvolvimento das crianças, esses desafios tornaram-se ainda mais complexos, uma vez que demandaram dos professores a rápida reinvenção de estratégias pedagógicas, metodologias e recursos tecnológicos para garantir a continuidade do processo de aprendizagem em ambientes digitais. Nos municípios de Caxingó e Parnaíba – PI, essa realidade evidenciou tanto fragilidades estruturais quanto potências criativas dos docentes, que precisaram reconfigurar suas práticas para atender às necessidades das crianças em um período marcado por incertezas, desigualdades e novas demandas pedagógicas.

As alfabetizadoras que atuaram nesse período vivenciaram um duplo movimento: por um lado, a urgência de aprender a utilizar ferramentas digitais, reorganizar rotinas de planejamento, adaptar atividades e estabelecer novas formas de comunicação com estudantes e famílias; por outro, a necessidade de sustentar princípios pedagógicos essenciais à alfabetização, mesmo diante de limitações impostas pela mediação tecnológica. Assim, emergiram práticas reinventadas, caracterizadas por videoaulas, uso ampliado de aplicativos de comunicação, materiais digitais, atividades impressas adaptadas e intervenções pedagógicas mediadas por diferentes recursos disponíveis no território de cada município.

Entender essas reinvenções e analisar como foram construídas, aplicadas e ressignificadas pelas alfabetizadoras torna-se fundamental para compreender as transformações que hoje se manifestam no retorno presencial. Mais que respostas emergenciais, muitas dessas práticas permaneceram como repertórios que influenciam o fazer pedagógico atual, contribuindo para novas formas de ensinar, avaliar, acompanhar e interagir com os alunos. Investigar esse processo nos municípios de Caxingó e Parnaíba permite, portanto, evidenciar singularidades do trabalho docente em contextos municipais distintos, mas marcados por desafios comuns.

Diante disso, este artigo tem como propósito analisar as reinvenções pedagógicas elaboradas pelas alfabetizadoras durante a pandemia e compreender suas repercussões no cenário pós-pandêmico. Ao trazer à luz vivências, estratégias e percepções das

professoras, pretende-se contribuir para o debate sobre alfabetização em tempos de crise, formação docente e a integração de práticas digitais ao ensino presencial, destacando aprendizagens que podem fortalecer políticas públicas e práticas pedagógicas contemporâneas.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 ALFABETIZAÇÃO, LETRAMENTO E SUAS DEMANDAS EM CONTEXTOS DE CRISE

A alfabetização, compreendida como processo complexo e multifacetado, exige práticas que articulem apropriação do sistema de escrita e inserção da criança em práticas sociais de leitura e escrita. Soares (2020, p. 15) afirma que “alfabetizar letrando significa reconhecer que o domínio das habilidades de leitura e escrita deve ocorrer simultaneamente à participação em práticas sociais que dão sentido a essas aprendizagens”. Durante a pandemia, tal princípio precisou ser reconfigurado em ambientes digitais, o que exigiu novas abordagens pedagógicas.

Para Moraes (2019, p. 42), “a alfabetização envolve um conjunto de capacidades metalinguísticas que se desenvolvem progressivamente, sob condições favoráveis de ensino e mediação”. Entretanto, as condições durante a pandemia estiveram longe do cenário considerado ideal pelo autor. Muitas crianças perderam momentos essenciais de intervenção pedagógica, e as alfabetizadoras tiveram que reinventar estratégias para garantir o mínimo de continuidade.

Soares (2021, p. 29) reforça que: “A ruptura brusca do espaço escolar presencial gerou descompassos no ritmo das aprendizagens, evidenciando desigualdades no acesso às tecnologias e fragilidades nas políticas de alfabetização.” Essas desigualdades tornaram-se ainda mais visíveis em municípios menores, como Caxingó e Parnaíba, nos quais o acesso à internet e aos dispositivos digitais variou significativamente entre as famílias.

2.2 PRÁTICAS PEDAGÓGICAS REINVENTADAS E MEDIAÇÃO TECNOLÓGICA

O ensino remoto emergencial exigiu dos professores uma postura de inovação rápida, muitas vezes sem formação prévia, apoio técnico ou materiais estruturados. De acordo com Kenski (2015, p. 67), “as tecnologias não transformam a educação por si mesmas; elas demandam práticas pedagógicas intencionais, planejadas e mediadas pelo professor”. Durante a pandemia, as alfabetizadoras precisaram assumir esse protagonismo, explorando recursos tecnológicos antes pouco utilizados na rotina escolar.

Nóvoa (2020, p. 11) destaca que: “A pandemia escancarou a centralidade do professor como profissional que pensa, decide e recria sua prática, mesmo em condições adversas”. Essa afirmação dialoga diretamente com a realidade vivida pelas alfabetizadoras dos municípios investigados, que assumiram múltiplas funções: produtoras de videoaulas, criadoras de atividades digitais, articuladoras entre escola e família e mediadoras das aprendizagens em ambientes híbridos.

Além disso, a literatura aponta que as práticas desenvolvidas durante o ensino remoto influenciaram o retorno presencial. Segundo Almeida e Valente (2021, p. 58), “a integração de ambientes digitais ao ensino presencial não deve ser vista como um recurso temporário, mas como ampliação das possibilidades pedagógicas”. Essa perspectiva ajuda a compreender por que muitas práticas reinventadas permaneceram após o retorno às aulas presenciais.

2.3 FORMAÇÃO DE PROFESSORES E SABERES DOCENTES NA PANDEMIA

A formação de professores ganhou centralidade durante o período pandêmico, pois os docentes foram desafiados a aprender rapidamente o uso de plataformas digitais e ferramentas de interação remota. Tardif (2014, p. 39) afirma que “os saberes docentes são construídos na prática, no confronto com situações reais, exigindo do professor constantes adaptações”. Na pandemia, essas adaptações se intensificaram de forma nunca vista.

Nóvoa (2017, p. 23) reforça que: “O professor é um profissional em permanente construção, cuja identidade se edifica na interação entre formação, experiência e reflexão crítica sobre a prática.” Dessa maneira, a pandemia intensificou esse processo reflexivo, obrigando as alfabetizadoras a revisitar práticas tradicionais e ressignificá-las para contextos digitais.

Freire (1996, p. 44) também contribui para essa discussão ao afirmar que “ensinar exige pesquisa, disponibilidade para o novo e abertura para aprender com a própria prática”. Esse entendimento dialoga diretamente com o movimento de reinvenção observado nas professoras participantes da pesquisa, que, diante das barreiras impostas, construíram soluções criativas e contextualizadas.

3 METODOLOGIA

A pesquisa foi desenvolvida a partir de uma abordagem qualitativa, por compreender que os fenômenos investigados — especialmente as reinvenções das práticas de alfabetização durante a pandemia — exigem a consideração dos sentidos, experiências e significados atribuídos pelas professoras ao seu próprio fazer pedagógico. Segundo Minayo (2001), a abordagem qualitativa permite acessar dimensões subjetivas e

contextuais dos fenômenos sociais, possibilitando interpretar a complexidade das práticas docentes em situações reais. Assim, buscou-se compreender como as alfabetizadoras dos municípios de Caxingó e Parnaíba (PI) ressignificaram seus saberes e estratégias de ensino diante do ensino remoto emergencial e das condições impostas pela COVID-19.

Os dados foram produzidos por meio de entrevistas semiestruturadas, realizadas com professoras alfabetizadoras atuantes nos anos iniciais da Educação Básica. As entrevistas foram conduzidas individualmente, em ambiente virtual, com duração média de 40 a 60 minutos. A escolha desse instrumento se deu pela possibilidade de aprofundamento das falas e pela flexibilidade em explorar elementos emergentes durante a conversa, conforme orientam Lüdke e André (1986). Além disso, foram analisados documentos institucionais, tais como planos de aula, roteiros de atividades enviados às famílias e registros pedagógicos produzidos pelas docentes durante o período remoto. O conjunto desses materiais permitiu compreender não apenas o discurso das professoras, mas também evidências concretas de suas práticas.

Para o tratamento e interpretação dos dados, utilizou-se a análise de conteúdo, conforme proposta por Bardin (2011), seguindo as etapas de pré-análise, categorização e interpretação. As categorias emergiram tanto do referencial teórico quanto dos discursos das participantes, contemplando temas como estratégias de mediação, uso de tecnologias, relação escola-família, desafios enfrentados e permanências no retorno presencial. A adoção dessa técnica possibilitou identificar padrões, tensões e regularidades nas narrativas, articulando os resultados ao campo teórico da alfabetização e dos estudos sobre trabalho docente. A triangulação entre entrevistas, documentos pedagógicos e literatura especializada contribuiu para garantir maior consistência e rigor à análise, assegurando que as interpretações fossem fundamentadas em evidências robustas e coerentes com o contexto investigado.

4 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS DADOS

A análise dos dados produzidos com as alfabetizadoras dos municípios de Caxingó e Parnaíba (PI) evidenciou um processo intenso de reinvenção pedagógica provocado pela pandemia da COVID-19. O ensino remoto emergencial colocou as professoras diante de novas demandas, novas linguagens e novos modos de ensinar, exigindo que elas reconfigurassem suas práticas para garantir a continuidade dos processos de alfabetização em contextos de extrema adversidade. Com base na análise qualitativa, buscou-se compreender como as docentes mobilizaram saberes, estratégias e recursos — materiais, digitais, emocionais e relacionais — para atuar em uma realidade inédita.

As falas das professoras indicam que a transição abrupta para o ensino remoto implicou um deslocamento significativo das práticas tradicionais. Uma delas afirmou: *“Eu precisei aprender tudo do zero: gravar vídeos, usar aplicativos e explicar atividades por áudio”*. A declaração confirma o que Tardif (2002) discute ao tratar dos saberes experienciais, entendidos como construídos na prática cotidiana, especialmente diante de desafios que exigem soluções rápidas e situadas. Esse movimento reforça que o processo de ensino não é estático; ao contrário, é permeado por aprendizagens profissionais contínuas, ativadas de forma mais intensa em situações de crise.

A análise mostrou que, diante das desigualdades de acesso e das limitações tecnológicas, as alfabetizadoras recorreram a múltiplos formatos de mediação. Entre as estratégias mais recorrentes destacam-se:

- uso do WhatsApp como principal ferramenta de comunicação;
- envio de áudios explicativos e leitura de histórias;
- gravação de videoaulas caseiras;
- criação e organização de blocos de atividades impressas para as crianças sem internet;
- acompanhamento personalizado com as famílias.

Esse conjunto de práticas revela uma pedagogia marcada pela flexibilidade, pela improvisação criativa e pela busca de garantir aprendizagem em condições adversas. Kenski (2012) afirma que, em contextos mediados por tecnologias, o professor precisa assumir posturas mais dinâmicas e inventivas, articulando diferentes linguagens e recursos. As professoras fizeram exatamente isso, muitas vezes sem formação prévia e utilizando seus próprios equipamentos e espaços domésticos como ambientes de gravação.

Um aspecto central identificado na pesquisa refere-se ao papel das famílias. As professoras reconheceram que, durante o ensino remoto, as famílias se tornaram mediadoras diretas das atividades de alfabetização. Como relatou uma docente: *“Eu conversava todo dia com as mães, explicando como orientar a criança, porque agora era elas quem iam acompanhar mais de perto”*. Essa relação escola-família, antes mais distante, ganhou novas dimensões e confirma o que Street (2014) argumenta ao tratar da literacia como prática social compartilhada. A alfabetização deixou de ser única e exclusivamente escolar e passou a ocorrer no espaço doméstico, em interação com diferentes sujeitos e diferentes repertórios culturais.

Entretanto, as docentes também relataram tensões decorrentes dessa mediação familiar. Algumas famílias não conseguiam acompanhar as atividades por limitações de tempo, escolaridade ou condições de trabalho. Nóvoa (2020) destaca que a pandemia escancarou as desigualdades que atravessam as escolas e que recaem, sobretudo, sobre os estudantes com menor acesso aos bens culturais e às tecnologias. Nos dados da tese, isso aparece quando professoras relatam a dificuldade de manter contato com

determinadas turmas e de garantir que todas as crianças recebessem e realizassem as atividades.

No que diz respeito às práticas especificamente relacionadas à alfabetização, a pesquisa identificou que as professoras buscaram preservar os princípios do ensino sistematizado, ainda que utilizando formatos alternativos. Algumas gravaram vídeos com atividades de consciência fonológica, inspiradas nas orientações de Moraes (2012), abordando rimas, aliteraões, segmentações e manipulação de sílabas. Outras apostaram em atividades contextualizadas, como listas, bilhetes e pequenos textos funcionais, favorecendo a relação entre escrita e sentido. Essa diversidade de estratégias evidencia que a pandemia não anulou os fundamentos teóricos da alfabetização; ao contrário, desafiou as docentes a adaptá-los às condições disponíveis.

A linguagem oral assumiu papel central na mediação pedagógica. Como as crianças não tinham acesso contínuo a encontros síncronos, as explicações das professoras eram frequentemente gravadas em áudio. Uma docente relatou: *“Eu mandava áudios longos, como se estivesse explicando ali na sala, olhando para eles”*. Essa prática está alinhada ao pensamento de Vygotsky (2001), que concebe a linguagem como instrumento fundamental para a construção de significados e para o desenvolvimento cognitivo. Assim, mesmo a distância, a oralidade tornou-se um meio privilegiado de interação e ensino.

Outro elemento importante identificado nos dados diz respeito à formação docente. Embora algumas capacitações tenham sido oferecidas pelas redes municipais, as alfabetizadoras relataram que grande parte do aprendizado sobre tecnologias ocorreu de maneira colaborativa entre colegas ou por meio de tutoriais e buscas individuais. Essa aprendizagem entre pares confirma a noção de comunidade profissional docente discutida por Nóvoa (1999), segundo o qual os professores se constituem profissionalmente no coletivo, compartilhando dúvidas, descobertas e estratégias.

A pandemia também modificou a percepção das professoras sobre suas próprias práticas. Muitas afirmaram que o período remoto possibilitou ampliar o uso de tecnologias e promover novas formas de comunicação com as famílias, aprendizagens que permaneceram no retorno presencial. Entre as práticas incorporadas à rotina após a pandemia, destacam-se:

- uso contínuo do WhatsApp para avisos e orientações;
- gravação de pequenos vídeos como recursos didáticos;
- maior aproximação com as famílias como parceiras da alfabetização;
- diversificação de materiais e linguagens pedagógicas.

Essas permanências evidenciam que a experiência não foi apenas emergencial, mas transformadora. As professoras saíram da pandemia com novas competências digitais, novas concepções de ensino e maior consciência da importância do vínculo com as famílias. Como afirma Moraes (2021), os desafios enfrentados no período remoto

ampliaram o repertório pedagógico das docentes, promovendo aprendizagens que dialogam diretamente com a cultura digital e com novas formas de interação.

Por fim, a análise mostra que a reinvenção das práticas não ocorreu de forma linear ou homogênea. Cada professora mobilizou saberes, condições e estratégias distintas, construindo soluções próprias dentro das possibilidades e limites de sua realidade. Esse caráter situado reforça a ideia de que o trabalho docente é profundamente contextual e relacional, como defendem autores como Tardif (2002) e Charlot (2000). A pandemia funcionou, portanto, como um amplificador das desigualdades, mas também como um espaço de inovação, aprendizagem profissional e fortalecimento da identidade docente.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise das práticas reinventadas pelas alfabetizadoras dos municípios de Caxingó e Parnaíba – PI durante a pandemia evidenciou a complexidade e a potência do trabalho docente em contextos de crise. As experiências relatadas demonstram que, mesmo diante de limitações tecnológicas, desigualdades sociais e ausência de preparação específica para o ensino remoto, as professoras mobilizaram criatividade, compromisso ético e intencionalidade pedagógica para garantir a continuidade do processo de alfabetização das crianças.

Os dados revelam que as reinvenções não se limitaram ao uso de recursos digitais, mas envolveram adaptações metodológicas profundas, novas formas de interação com as famílias e a reconfiguração dos modos de ensinar e aprender. As videoaulas, atividades via WhatsApp, materiais digitais e estratégias diferenciadas de acompanhamento tornaram-se soluções possíveis dentro da realidade de cada território, reforçando que a prática alfabetizadora se constitui na articulação entre conhecimento profissional, sensibilidade pedagógica e leitura do contexto.

Além disso, ficou evidente que o período pandêmico deixou marcas significativas no retorno presencial. As lacunas na leitura, escrita e consciência fonológica exigiram intervenções intensificadas, ao mesmo tempo em que as práticas digitais criadas emergencialmente passaram a ser incorporadas ao cotidiano escolar como ferramentas complementares. Assim, o que ocorreu na pandemia não se encerrou nela: parte das estratégias reinventadas permanece como repertório docente, ampliando possibilidades de mediação pedagógica no cenário atual.

Outro ponto relevante é o fortalecimento profissional das alfabetizadoras. Os desafios enfrentados impulsionaram aprendizagens sobre tecnologias, planejamento flexível, produção de materiais e formação contínua. Esse movimento reafirma que a identidade docente se constrói no exercício da prática, especialmente em situações que demandam reflexão, tomada de decisão e reinvenção.

Portanto, este estudo contribui para a compreensão de como professoras alfabetizadoras atuaram em um contexto excepcional e de como essas experiências influenciam o ensino presencial contemporâneo. Evidencia-se a necessidade de políticas públicas que valorizem a formação continuada, ampliem o acesso a tecnologias educacionais e reconheçam a centralidade do professor nos processos de aprendizagem. Ao destacar as práticas desenvolvidas em Caxingó e Parnaíba, este artigo reforça que, mesmo em cenários adversos, a educação se reinventa pela força do trabalho docente — trabalho este que sustenta, diariamente, o desenvolvimento das crianças e a construção de uma escola mais equitativa e responsiva às necessidades do tempo presente.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, M. E. B.; VALENTE, J. A. **Ensino híbrido: personalização e tecnologias na educação**. 2. ed. Campinas: Papirus, 2021.
- BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 2016.
- BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília: Ministério da Educação, 2017.
- FREIRE, P. **Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa**. 36. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996.
- GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2019.
- LÜDKE, Menga; ANDRÉ, Marli Eliza Dalmazio Afonso de. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas**. São Paulo: EPU, 1986.
- KENSKI, V. M. **Educação e tecnologias: o novo ritmo da informação**. 9. ed. Campinas: Papirus, 2015.
- MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. 14. ed. São Paulo: Hucitec, 2014.
- MORAIS, Artur Gomes de. **Consciência fonológica e alfabetização**. São Paulo: Melhoramentos, 2019.
- MORAIS, A. G. **A consciência fonológica na alfabetização**. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2019.
- MORAIS, A. G. **Alfabetização: a questão dos métodos**. 4. ed. São Paulo: Contexto, 2022.
- NÓVOA, A. **Profissão professor**. 3. ed. Porto: Porto Editora, 2017.
- NÓVOA, A. **Os professores e a pandemia: desafios e aprendizagens**. Lisboa: Universidade de Lisboa, 2020.
- SOARES, M. **Letramento e alfabetização: as muitas facetas**. 5. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2020.

SOARES, M. **Alfabetização: a questão dos métodos**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2021.

TARDIF, M. **Saberes docentes e formação profissional**. 14. ed. Petrópolis: Vozes, 2014.

YIN, Robert K. **Pesquisa qualitativa do início ao fim**. Porto Alegre: Penso, 2016.

ATELIÊS LITERÁRIOS: OFICINAS DE LEITURA E FRUIÇÃO DE LITERATURA E ARTES

Thiago Lourenço da Silva

Licenciado em Letras Português-Inglês

Faculdade de Letras/Português e Inglês – UEG

Gabriela Alves Henriques da Matta

Mestranda em Estudos Literários e Interculturalidade pelo Poslii – UEG (CAPES)

Faculdade de Letras/Português e Inglês – UEG

Débora Cristina Santos e Silva

Professora Orientadora

Doutora em Teoria Literária

Pós-doutorados em Arte e Cultura Visual e Literatura e Hipermídias

Docente da Faculdade de Letras/Português e Inglês – UEG

RESUMO: Este projeto desenvolve atividades de extensão para o ensino e fruição de Literatura e Artes, por meio de oficinas de leitura e escrita criativa, com base nos pressupostos da Educação Estética, de Friedrich Schiller ([1795], 2019). O projeto Ateliês Literários: oficinas de leitura e fruição de Literatura e Artes enfatiza a formação da pessoa que se encontra em situação de acolhimento (ex-moradores de rua) do Centro de Triagem da Instituição Assistencial Missão Vida de Anápolis. Nessa perspectiva, entendemos a Literatura como arte da palavra e constructo sociocultural. Sob o aspecto metodológico, em razão da natureza subjetiva e anímica do fenômeno estético, optamos por desenvolver ações colaborativas em Ateliês Literários. O projeto encontra-se em andamento desde o ano de 2016, consolidando-se ao longo do tempo como uma ação extensionista contínua, voltada à transformação humana por meio da arte e da literatura. Essa continuidade tem possibilitado a ampliação das experiências estéticas, o fortalecimento dos vínculos comunitários e a valorização da expressão artística como forma de humanização e inclusão social.

Palavras-chave: Educação estética. Friedrich Schiller. Ateliês literários.

ABSTRACT: | This project develops extension activities for the teaching and enjoyment of Literature and Arts through reading and creative writing workshops, based on the

presuppositions of Aesthetic Education by Friedrich Schiller ([1795], 2019). The project Literary Workshops: reading and enjoyment workshops in Literature and Arts emphasizes the formation of the person who is in a situation of shelter (former homeless individuals) at the Screening Center of the Philanthropic Institution Missão Vida in Anápolis. From this perspective, we understand Literature as the art of the word and a sociocultural construct. From a methodological standpoint, due to the subjective and animic nature of the aesthetic phenomenon, we chose to develop collaborative actions in Literary Workshops. The project has been ongoing since 2016, consolidating itself over time as a continuous extension activity aimed at human transformation through art and literature. This continuity has allowed for the expansion of aesthetic experiences, the strengthening of community bonds, and the appreciation of artistic expression as a means of humanization and social inclusion.

Keywords: Aesthetic education. Friedrich Schiller. Literary workshops.

1 INTRODUÇÃO

Este projeto se propôs a desenvolver atividades voltadas à promoção da relação entre Literatura e Artes, por meio de oficinas de leitura, discussão e fruição estética, fundamentadas nos pressupostos da Educação Estética. As ações tiveram como foco a formação humana e cultural de pessoas em situação de acolhimento no Centro de Triagem da Instituição Assistencial Missão Vida, em Anápolis, composto por homens em situações de vulnerabilidade social e em processo de recuperação das dependências químicas.

No plano teórico, a Literatura foi compreendida como arte da palavra e constructo sociocultural, depositária dos saberes e vivências da humanidade e ressignificada pela linguagem, constituindo-se em fonte de reflexão sobre a vida e a experiência humana. Nessa perspectiva, defendeu-se o papel da Literatura como força educadora e formadora, não apenas no sentido ético e político, mas também estético, capaz de ampliar horizontes, suscitar empatia e fomentar processos de humanização. Essa compreensão encontrou respaldo nos princípios da Educação Estética formulados por Friedrich Schiller (2019) e em seus desdobramentos na crítica de Northrop Frye (2017)

e Tzvetan Todorov (2021), autores que destacam a importância da experiência estética para a formação integral do sujeito.

Efetivamente, o projeto tem como objetivos: a) Estimular, dentro de uma concepção humanista e integral do conhecimento, a formação do leitor/fruidor nos participantes da Missão Vida; b) Promover atividades de leitura e fruição de Literatura e Artes, em interação com mídias e cultura visual, em situações não formais de ensino-aprendizagem, numa comunidade não acadêmica; c) Desenvolver estratégias de ensino que viabilizem experiências de apreciação estética e compartilhamento de visões de mundo diferentes; d) Favorecer, em situações de interação entre os sujeitos fragilizados e graduandos do curso de Letras da UEG, o desenvolvimento da empatia e da solidariedade mútuas. Abordaremos, nesse projeto, a Literatura como fenômeno estético. Nessa perspectiva, entendemos a Literatura como Arte da palavra e constructo sociocultural. Os textos literários são, portanto, repositório dos saberes e vivências da Humanidade, ressignificados pela linguagem, e que oferecem material de reflexão sobre nossas próprias vidas e experiências. Neles, desenham-se comportamentos, perfis, modos de vida que nos descortinam processos – por vezes, dolorosos – de “ocupação” humana, e nos oferecem subsídios para a interpretação de uma dada realidade histórica ou universal.

Com base nesses fundamentos, o projeto estabeleceu objetivos que buscaram estimular, dentro de uma concepção humanista e integral do conhecimento, a formação do leitor e do fruidor de Arte entre os participantes da Missão Vida; promover atividades de leitura e apreciação de Literatura e Artes em diálogo com mídias e cultura visual; desenvolver estratégias pedagógicas que favorecessem experiências de compartilhamento de visões de mundo; e criar espaços de interação entre graduandos do curso de Letras da UEG e os sujeitos em acolhimento, de modo a fortalecer vínculos de empatia e solidariedade.

Sob o aspecto metodológico, em razão da natureza subjetiva e anímica do fenômeno estético, optou-se por desenvolver ações colaborativas em Ateliês Literários com os sujeitos participantes - cerca de 40 homens do Centro de Triagem da Missão Vida -, com a mediação de pesquisadores do Grupo de Estudos ARGUS, formado por

graduandos do curso de Letras do IAEL/CSEH, mestrandos egressos e membros da União Literária Anapolina (ULA). Foram realizadas oficinas de fruição estética e leituras literárias, culminando na exposição dos trabalhos produzidos, bem como em apresentações teatrais e musicais com os internos. Ao todo, foram oferecidas duas oficinas mensais, de abril a novembro de 2025, com a realização de um Sarau Literário no mês de dezembro, marcando o encerramento do projeto. Em março, realizaram-se encontros de planejamento e preparação de material para o início das oficinas.

Ao longo da execução, os alunos reuniram-se com a coordenadora em dois encontros semanais, dedicados a estudos teóricos e à preparação das atividades. Para os graduandos, foram previstas 60 horas por semestre; aos colaboradores, foram atribuídas 60 horas pela participação no projeto.

Dessa forma, ao longo do artigo, serão detalhadas as leituras e discussões desenvolvidas, as oficinas realizadas em 2024 e 2025, bem como os resultados obtidos, evidenciando como a Literatura, em sua dimensão estética, contribuiu para a formação integral e para a transformação subjetiva e social dos sujeitos envolvidos.

2 EXTENSÃO E FRUIÇÃO DE LITERATURA E ARTES

Esse projeto, a ser desenvolvido no âmbito das vivências de fruição de Literatura e Arte, mediadas pela educação Estética, reafirma a proposta interdisciplinar que surge como uma oportunidade de perceber o sujeito leitor/fruidor em sua totalidade histórica e cultural, por meio de uma visão aprofundada e crítica da educação pela Arte. Esta possibilita a germinação de consciências e diferentes posturas, baseadas na ação extensionista, na apreciação estética e na aprendizagem colaborativa entre sujeitos autônomos (graduandos de Letras e Pedagogia, mestrandos egressos, membros da ULA, membros da comunidade e internos da Missão Vida).

A demanda desta comunidade a esse tipo de ação se justifica pela própria condição de fragilidade desses sujeitos, ex-moradores de rua e, em grande parte, adictos, que buscam o restabelecimento da saúde física e emocional, numa comunidade terapêutica. Acreditamos que nossa ação nessa comunidade, pelo contato humano e pela

fruição da Literatura e das Artes, poderá favorecê-los no processo de crescimento humano, na recuperação da autoestima e no resgate da cidadania.

A relação entre os princípios da educação estética, conforme discutidos por Friedrich Schiller, Northrop Frye e Tzvetan Todorov, e as oficinas do projeto "Ateliês Literários: oficinas de leitura e fruição de Literatura e Artes" evidencia o papel crucial da literatura na formação e recuperação do indivíduo, especialmente em contextos de reabilitação social

O projeto desenvolve reuniões semanalmente, às quartas-feiras, das 20h às 21h30 à noite, nas quais são lidos capítulos das obras selecionadas e discutidos tanto pelos monitores quanto pela professora coordenadora, Débora Cristina Santos e Silva. Nessas ocasiões, a professora faz a leitura de trechos, comenta e instiga a reflexão, e de que forma as leituras implicam para aqueles homens com quem trabalhamos, o que proporciona aos participantes um aprofundamento crítico. Essas leituras oferecem suporte para que as oficinas realizadas na Missão Vida se tornem mais lúdicas, didáticas e dinâmicas.

Nesse sentido, o lúdico, entendido na perspectiva de Libâneo (2022), constitui-se como estratégia pedagógica que estimula a criatividade, o interesse e a participação ativa do sujeito. Assim, ao integrar a ludicidade ao processo educativo, as práticas desenvolvidas no projeto tornam-se mais significativas e favorecem a aprendizagem, permitindo que a literatura seja vivida de forma prazerosa e transformadora pelos participantes.

Efetivamente, as leituras e discussões realizadas pelo grupo trouxeram a importância da estética para a formação humana. Para aprofundar essa discussão, o projeto se baseou inicialmente nas ideias de Friedrich Schiller. Suas Cartas sobre a Educação Estética do Homem (2019) representam seus ideais para a sociedade da época, mas contribuem de forma significativa para a sociedade contemporânea, tratando de temas importantes como arte e educação, essenciais na oficina.

No início da obra, Schiller (2019) defende que a beleza possui um papel crucial na felicidade humana e está ligada à natureza moral do ser humano. Adiante, nas cartas 24 e 25, o autor afirma que a beleza tem um papel fundamental ao mostrar a possível coexistência entre sensibilidade e razão. Desse modo, a experiência estética não só traz

harmonia sensível, mas também demonstra que a humanidade pode alcançar um potencial mais elevado.

As cartas de Schiller, portanto, oferecem uma visão filosófica do desenvolvimento humano, destacando a importância da cultura e da educação na transição entre os estágios de formação e na realização plena de cada um. As reflexões sobre a condição humana e os desafios do autoconhecimento e do crescimento moral, presentes na obra, foram fundamentais para as nossas oficinas. Assim, ao levar arte e literatura para os internos, proporcionamos uma experiência única, na qual eles puderam apreciar a beleza e se envolver com as histórias, refletindo sobre suas ações e escolhas. A educação e a cultura promovidas contribuíram para que fosse possível alcançar uma existência mais plena.

No semestre seguinte, o grupo leu *A Imaginação Educada*, de Northrop Frye, um dos críticos literários mais importantes do século XX. A obra, que reúne palestras sobre o valor e as possibilidades de ensino da literatura, explora a questão central: é possível educar a nossa imaginação? Para o autor, a imaginação se reorganiza a cada época, trazendo arquétipos que atravessam a história (Frye, 2017).

Inicialmente, Frye (2017) afirma que toda língua materna se transforma em literatura. Para explicar essa ideia, o autor faz uma divisão para que os leitores compreendam o que diferencia os seres humanos de outras espécies. A linguagem da consciência, usada nas conversas corriqueiras, nos torna mais conscientes e perceptivos. Já o nível de participação social se refere à linguagem profissional e ao senso prático. Por fim, a linguagem da imaginação é a que produz a linguagem literária de poemas, teatros e romances.

Além disso, Frye (2017) afirma que, enquanto nossas impressões das coisas da vida real ficam vagas e desorganizadas, na literatura elas ganham ordem e foco. Portanto, foi essencial levar a literatura para os homens em processo de recuperação, despertando a linguagem da imaginação e recuperando a dimensão poética da linguagem. Desse modo, a educação da imaginação se torna fundamental para manter viva a linguagem da imaginação.

3 MISSÃO VIDA: APLICABILIDADE DAS OFICINAS

As teorias acerca da imaginação educada de Frye e a formação estética do ser humano de Schiller não se limitaram ao plano conceitual, pois estas encontram sua aplicação prática nas oficinas. Cada atividade foi planejada cuidadosamente, por meio das oficinas reuniões semanais, para materializar os princípios teóricos.

Dessa forma, apresentamos o nosso cronograma previamente planejado, que inclui todas as oficinas. Este cronograma serve como base para organizarmos cada atividade, indicando as oficinas do dia, os monitores responsáveis e também aqueles que virão de fora para apoiar as oficinas. Trata-se de um cronograma referente aos anos de 2024 e 2025. Esclarecemos, por sua vez, que ele é flexível: as datas, oficinas e participantes podem ser alterados ou acrescidos, sempre que necessário, para melhor atender às demandas e manter a continuidade das atividades.

Tabela 1 - Cronograma de oficinas – 2024-2025

I SEMESTRE			
Datas	Propostas	Atividades	Monitores
25/04	Poesia no cotidiano: interpretação e apreciação de poemas	Criação literária: produção de poemas com materiais lúdicos.	Palestrantes: Professoras Simone Athayde e Edna Elói de Araújo (ULA – União Literária Anapolina) Monitores: Yglê, Fabiane Dayse e Gabriela Alves, Thiago.
09/05	A poesia lírica e o ideal do amor romântico	Leitura e discussão de poemas. Produção de poemas de amor com ilustrações em desenho e colagem.	Núbia, Thiago, Priscila, Alice e Yglê

16/05	Cine Clube Exibição de Curtas de Giovanni Tronconi	Discussão dos filmes Lanche: pipoca e guaraná	Roberto Brenner (escritor) e Giovanni Tronconi- maestro e músico. (ULA – União Literária Anapolina) Monitores: Raquel, Kézia, Gabriela Alves e Thiago
23/05	Poesia concreta e pintura abstrata geométrica: do figurativo à abstração (Mondrian)	Atividade de criação: poesia visual e colagem com papéis coloridos para efeito geométrico.	Patrícia, Aline, Thiago, Fabiane e Magda, Eduardo, Kezia
06/06	Leitura e discussão da obra clássica: Utopia, de Thomas Morus (O papel do Imaginário)	Exercícios de escrita criativa	Fernanda, Camile, Eduardo, Thiago e Marcos
20/06	Literatura de Cordel: da oralidade à escrita	Atividade: xilogravuras em isopor	Fernanda, Marília, Raquel, Gabriela Batista, Camile, Marcos, Kezia
27/06	Sarau Literário	Encerramento das oficinas do semestre com apresentação de teatro, leituras de poemas e	Participação de todos os palestrantes e monitores

		música. Exposição dos trabalhos produzidos no semestre.	
II SEMESTRE			
15/08	A importância dos clássicos na formação do Imaginário: Os Lusíadas	Atividade de criação literária (poesia épica: contando uma história fantasiosa)	Flávia Vanessa, Camile, Fabiane, Marisa.
29/08	Cine Clube: “Lixo extraordinário”: o poder transformador da Arte (documentário de Vic Muniz)	Criação artística: colagem de material reciclável e grãos. Lanche: pipoca e guaraná	Angélica, Ákila, Patrícia e Núbia
12/09	Literatura Goiana: música e poesia na experiência de cantar e contar a vida	Produção poética por meio do desenho e da música.	Palestrantes: Roberto Brenner (escritor) e Giovanni Troconi-maestro e músico. (ULA – União Literária Anapolina) Monitores: Fernanda, Eduardo, Thiago e Victor.
26/09	Gênero textual: o conto popular e suas formas.	Produção de uma história em quadrinhos, baseada em conto popular – será dada uma	Kézia, Gabriella Batista, Marcos e Marília, Eduardo, Kezia e Raquel

		página já iniciada para a elaboração do restante da história.	
10/10	Poesia e pintura na criação literária: Manuel de Barros e Martha Barros	Atividade de criação artística com colagem de retalhos de tecidos	Gabriela Batista, Kézia, Marcos e Victor, Raquel.
24/10	Charge: a crítica social pelo humor.	Leituras e discussão de Charges Produção criativa: elaboração de uma charge com os personagens da literatura e das artes conhecidas.	Fabiane, Gabriela Alves, Thiago e Aline
07/11	Explorando os labirintos literários de Jorge Luís Borges	Conduzir os participantes a uma leitura de Borges, explorando suas infinitas possibilidades. Produzir uma descrição de personagem dentro da concepção do fantástico.	Eduardo, Marcos, Gabriela Alves e Marília, Fernanda
21/11	Autorretratos em pintura e poesia (Frida Kahlo e Van Gogh)	Produção: autorretratos em desenho e/ou poemas.	Thiago, Camile, Yglê, Fabiane e Alice

05/12	Sarau Literário	Encerramento das oficinas do semestre com apresentação de teatro, leituras de poemas e música. Exposição dos trabalhos produzidos no semestre.	Participação de todos os palestrantes e monitores.
-------	------------------------	--	--

Fonte: elaborado pelos autores

As oficinas são cuidadosamente planejadas, e executadas com atenção a cada detalhe. Cada encontro inicia-se com um momento de quebra-gelo, único em cada atividade, que prepara os participantes para vivenciar a experiência de maneira mais leve e criativa. Dessa maneira, promovemos atividades simples, porém significativas, que permitem aos internos perceberem e se engajarem com o ambiente da Missão Vida de forma mais sensível.

Efetivamente, o projeto se fundamenta em princípios da educação estética e em autores teóricos e clássicos, cujas ideias guiam a elaboração de cada oficina. Por meio de exercícios de literatura, música, pintura, colagem e outras formas de expressão artística, os participantes são convidados a explorar sua criatividade, evocar emoções e se conectar consigo mesmos e com os outros. Outro ponto relevante é que, nessas atividades, eles têm a oportunidade de conversar, refletir e se expressar, fortalecendo tanto sua autonomia quanto sua autoestima.

Essas práticas literárias e artísticas funcionam como instrumentos de acolhimento, possibilitando que os internos ressignifiquem suas experiências, reconstruam suas identidades de forma autônoma e se aproximem da dimensão simbólica da linguagem e da cultura. Assim, cada oficina é mais do que uma atividade: é um espaço de criação, de prosa, de arte de transformação pessoal.

Nesse sentido, Todorov (2002) afirma sobre o poder da literatura:

A literatura pode muito. Ela pode nos estender a mão quando estamos profundamente deprimidos, nos tornar ainda mais próximos dos outros seres humanos

que nos cercam, nos fazer compreender melhor o mundo e nos ajudar a viver. Não que ela seja, antes de tudo, uma técnica de cuidados para com a alma; porém, revelação do mundo, ela pode também, em seu percurso, nos transformar a cada um de nós a partir de dentro. [...] (Todorov, 2021, p. 77).

O trecho argumenta que a literatura tem um papel vital em transformar e enriquecer a vida humana. Em oposição ao niilismo, que nega a possibilidade de significado, essa visão da literatura defende que ela pode oferecer um sentido profundo à existência. O autor defende que a literatura tem o poder de conectar as pessoas, ajudar a entender o mundo e, ao mesmo tempo, transformar o indivíduo internamente. Assim, os desdobramentos da proposta de Schiller apontam para a necessidade de um ensino que vá além do tecnicismo e instrumentalismo, promovendo uma educação que forme cidadãos críticos, criativos e capazes de apreciar a complexidade da experiência humana,

Perpendicular a isso, há um contato profundo com as artes e a literatura, como aponta Afrânio Coutinho: “[...] a literatura é uma arte, a arte da palavra, isto é, produto da imaginação criadora, cujo meio específico é a palavra e cuja finalidade é despertar no leitor ouvinte o prazer estético e sua crítica deve obedecer a esses elementos intrínsecos (1987, p. 807). Dessa forma, arte e literatura na oficina não são apenas fontes de entretenimento, pois seu prazer estético se revela como uma ferramenta de humanização e transformação, orientada para o conhecimento, como aponta Todorov (2021, p. 77) “literatura é pensamento e conhecimento do mundo psíquico e social em que vivemos”.

Logo, as oficinas de leitura e discussão de textos literários no projeto "Ateliês Literários" desempenham um papel central na promoção de reflexões profundas sobre o mundo e sobre a condição em que os internos do Centro de Triagem da Missão Vida de Anápolis se encontram Lá, os alunos e professores são recepcionados por homens que trabalham no local. Estes homens já passaram pelo processo de recuperação e hoje atuam na manutenção e condução do local. Ao chegar, os alunos e professores são conduzidos para uma sala de espera e, em seguida, para uma sala com TV e poltronas, um ambiente limpo, organizado e confortável, onde os homens podem se sentar para assistir à oficina.

Os monitores da oficina sempre se apresentam, e a professora Débora fala um pouco sobre o objetivo e missão do projeto, pois há muita rotatividade dos internos. Em

seguida, inicia-se a oficina com uma dinâmica, um momento para conhecer melhor os internos. É possível perceber a diversidade do grupo, no local há homens que receberam uma educação formal e outros em situações mais vulneráveis. Muitos participam, embora alguns interajam menos e observam mais.

Após a parte teórica, todos seguem para o refeitório. Lá, em mesas grandes de madeira, é realizada uma atividade acerca da temática abordada. É nesse momento que os alunos têm a oportunidade de conhecer os internos de perto, ouvindo um pouco sobre sua trajetória, sua vida, sua família e suas perspectivas de futuro. Nesse momento há uma troca, pois os internos também conhecem melhor os participantes da oficina. Após a atividade, seja escrita ou desenho, é recolhido todo material e explica-se aos homens que, ao final de cada semestre, é feita uma exposição de todas as artes produzidas por eles.

Com base nos pressupostos de Schiller, as oficinas de leitura e fruição estética desenvolvidas no projeto, têm o potencial de harmonizar as faculdades racionais e sensíveis dos participantes, promovendo um desenvolvimento integral que ultrapassa a simples transmissão de conhecimento. Ao engajá-los com obras literárias e experiências artísticas, as oficinas criam um espaço de liberdade criativa, fundamental para a reconfiguração da identidade pessoal e social dos internos. Schiller argumenta que a beleza e a arte têm o poder de refinar as relações humanas, e esse princípio se manifesta nas oficinas por meio da criação de um ambiente onde empatia e respeito mútuo são incentivados, contribuindo para o processo de reintegração social dos participantes. A perspectiva de Northrop Frye sobre a relevância da imaginação fortalece o valor das oficinas, pois permite que os participantes transcendam suas realidades difíceis por meio da literatura.

As atividades colaborativas e criativas realizadas nos Ateliês Literários proporcionam aos internos a chance de expandir suas imaginações, reorganizar suas experiências e atribuir novos significados às suas vidas. Isso é particularmente crucial em um contexto de reabilitação, no qual a capacidade de imaginar um futuro mais promissor é vital. Ao fomentar o desenvolvimento do pensamento crítico e criativo, as oficinas oferecem aos participantes ferramentas intelectuais que os capacitam a

questionar suas circunstâncias e a se engajarem ativamente em seu próprio processo de transformação.

A ênfase de Tzvetan Todorov, na alteridade e na ética na experiência literária, encontra ressonância nas oficinas do projeto que não apenas promovem a leitura e a fruição estética, mas também incentivam o diálogo intercultural e a compreensão empática. A literatura, ao expor os internos a diferentes perspectivas e histórias, funciona como um espelho e uma janela para o mundo, ajudando-os a reconstruir suas identidades e a reformular suas relações com a sociedade. Além disso, ao rejeitar a instrumentalização da literatura para fins puramente utilitários, as oficinas preservam a arte como um espaço de resistência e reflexão crítica, permitindo que os participantes redescubram sua humanidade e reconstruam sua dignidade.

O grande mérito desse projeto se deu pela relevância de sua natureza humanitária na formação dos acadêmicos. Nesse âmbito, deu-se o resgate do sentido da profissão do professor – aquele que professa – uma missão, uma razão de viver, um supremo valor, o cultivo do espírito por parte daqueles que são tocados pelo conhecimento, pela sensibilidade artística, pela experiência estética. Entender o significado de ser professor e de seu papel social e humanitário (não apenas acadêmico) acreditamos ter sido o grande ganho pessoal desse projeto para cada um dos participantes.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O projeto demonstra de forma concreta como a arte e a literatura podem transformar a vida de pessoas em situação de rua. Por meio de encontros que combinam leituras de obras literárias, textos teóricos e atividades criativas, os participantes têm a oportunidade de explorar sua expressão simbólica, desenvolver a autoestima e construir novas perspectivas de reintegração social.

Cada oficina, com seus momentos de quebra-gelo, atividades artísticas e de fruição literária, cria um espaço seguro e acolhedor, permitindo que os internos se conectem consigo mesmos, com os outros e com a cultura de forma significativa. Além

disso, o projeto se mantém produtivo, com publicações de resumos, posters, artigos completos e apresentações nos mais diversos eventos.

A experiência das oficinas realizadas na Missão Vida mostrou-se como um espaço em que a literatura cumpriu seu papel de mediação entre teoria e vida concreta. Inspirados na concepção de Frye, compreendemos que a imaginação é uma prática de liberdade, capaz de criar brechas de respiro em meio ao peso das exclusões sociais. A cada encontro, a palavra poética deixou de ser mero ornamento para tornar-se força de reorganização interior, devolvendo aos participantes uma consciência mais ampla de si e do mundo. Nesse sentido, não se tratava apenas de ler ou escrever, mas de reativar a linguagem interior silenciada pela dureza da realidade. A literatura, então, surgia como possibilidade de recompor fragmentos de subjetividades quebradas. Tal movimento mostra como a prática estética pode transformar o sujeito, oferecendo-lhe não só voz, mas também um espaço de pertencimento.

Schiller, ao falar da experiência estética, lembra que o homem se torna verdadeiramente humano quando encontra equilíbrio entre razão e sensibilidade. As oficinas evidenciaram justamente essa síntese, pois ao mesmo tempo em que promoviam reflexão crítica, despertavam também a emoção adormecida nos participantes. Essa articulação entre pensamento e sentimento permitiu que a poesia fosse mais do que leitura, fosse vivência. Ao escrever ou recitar, os acolhidos tocavam em camadas de si mesmos que estavam soterradas pelas dores do passado. Nesse gesto, verificava-se um exercício de liberdade estética, no qual a dignidade era reconstituída. O belo, longe de ser mero adorno, tornou-se experiência vital, um ponto de reconciliação entre a interioridade e a realidade dura que os cerca.

Frye insiste que a literatura nos devolve à “língua interior e silenciosa”, e esse retorno mostrou-se perceptível nos momentos em que os participantes começaram a se expressar com autenticidade. As narrativas pessoais, compartilhadas em forma de poesia ou relato, foram ganhando consistência, e pouco a pouco a fala mecânica cedeu lugar a uma voz própria. Essa passagem não é banal: significa que a literatura atuou como instrumento de reconquista da dignidade, recolocando o sujeito no centro de sua própria história. Ao lado disso, pôde-se observar que o gesto criativo criava um campo de novas

possibilidades de futuro, no qual a imaginação deixava de ser um luxo e tornava-se ferramenta concreta de resistência. A literatura, nesse contexto, cumpriu sua função emancipatória, alinhada ao que tanto Frye quanto Schiller defendem em suas reflexões.

As oficinas na Missão Vida mostraram que a teoria literária não se limita a discursos acadêmicos, mas pode ser encarada como prática social e cultural. A experiência estética, compreendida como via de reabilitação da dignidade humana, revela-se um caminho possível para aqueles que foram relegados às margens. Se para Schiller o belo humaniza, e para Frye a imaginação liberta, então o que ali ocorreu foi justamente a realização dessas duas intuições em ato. A literatura, nesse contexto, não se restringiu a um exercício intelectual, mas transformou-se em um espaço de reconstrução simbólica e afetiva. Concluímos, assim, que o que foi realizado não foi apenas um trabalho pedagógico, mas uma verdadeira reintegração do humano a si mesmo, um gesto de cura e de esperança que ecoa tanto nos livros quanto nas vidas que ali se transformaram.

Além disso, os professores colocam em prática o ato de ensinar, acolher e escutar. Ensina-se artes e literatura, mas aprende-se muito sobre a paciência e o cuidado com o próximo. Nesse sentido, as vivências dos homens são ouvidas e valorizadas, suas participações acrescentam-se ao conteúdo ministrado. Portanto, não é apenas levar o conteúdo, é construir juntamente com eles vivências e conhecimento durante semanas, meses, anos.

Conclui-se que o projeto é um exemplo inspirador de como práticas estéticas e literárias podem gerar transformação pessoal e social. Ele oferece às pessoas em situação de rua a oportunidade de ressignificar suas histórias, desenvolver a criatividade, fortalecer vínculos e vislumbrar novas possibilidades de futuro. O projeto tem desempenhado um papel crucial na reintegração dessas pessoas à sociedade, contribuindo significativamente para o resgate da cidadania de cada um. Os participantes têm a oportunidade de reconstruir suas identidades, refletir sobre suas trajetórias e adquirir novas perspectivas. Essas atividades não apenas proporcionam momentos de reflexão e autoconhecimento, mas também funcionam como instrumentos

de transformação social, oferecendo ferramentas para que os internos possam reimaginar seu papel na sociedade.

REFERÊNCIAS

COUTINHO, Afrânio. **Crítica e teoria literária**. Rio de Janeiro: UFC, 1987.

FRYE, Northrop. **A imaginação educada**. Campinas: Vide Editorial, 2017.

LIBÂNEO, José Carlos. **Didática**. São Paulo: 2022.

SCHILLER, Friedrich. **A educação estética do homem**. São Paulo: Iluminuras, 2019.

TODOROV, Tzvetan. **A literatura em perigo**. Rio de Janeiro: DIFEL, 2021.

ATOS DE FALA E CRIANÇAS SURDAS EM PROCESSO DE AQUISIÇÃO DA LIBRAS: DESAFIOS E ESTRATÉGIAS COMUNICATIVAS

Rhaddyja Souza de Lima

Graduanda em Letras

Universidade de Pernambuco (UPE)

Campus Petrolina

RESUMO: Este artigo estuda a comunicação de crianças surdas em processo de aquisição da Libras à luz da teoria dos atos de fala. Defende-se que, mesmo sem o domínio pleno de uma língua de sinais, essas crianças demonstram intenções comunicativas por meio de expressões faciais, gestos, interações não verbais e comportamentos corporais. O objetivo concentra-se em analisar os desafios enfrentados por elas, como a dificuldade de interpretação dos atos ilocucionários, interferências nos atos perlocucionários e barreiras comunicativas, e propõe estratégias para favorecer a construção da linguagem e da interação social, incluindo a formação de professores e familiares e o uso de recursos alternativos de comunicação. Os dados coletados consideram a perspectiva da teoria dos atos de fala elaborada por John L. Austin e desenvolvida por J. R. Searle para compreender as intenções comunicativas e os efeitos das interações. A pesquisa possui cunho qualitativo e foi realizada por meio de observação direta, em pesquisa de campo, com uma criança surda, além da avaliação de materiais, e entrevistas complementares, registrando expressões, gestos e tentativas de comunicação. Espera-se que esta pesquisa contribua para o desenvolvimento linguístico e social de crianças surdas, promovendo práticas pedagógicas mais inclusivas e uma comunicação mais eficaz entre família, escola e comunidade. Assim, reforça-se a importância de ampliar práticas que garantam uma aquisição linguística mais acessível e significativa para crianças surdas.

Palavras-chave: Atos de fala. Crianças surdas. Libras. Barreiras comunicativas.

ABSTRACT: This article analyzes the communication of deaf children in the process of acquiring Brazilian Sign Language (Libras) in view of speech act theory. It is argued that, even without full command of sign language, these children demonstrate communicative intentions through facial expressions, gestures, nonverbal interactions, and bodily behaviors. The analysis focuses on the challenges they face, such as difficulties in

interpreting illocutionary acts, interferences in perlocutionary acts, and communication barriers. It also proposes strategies to support language development and social interaction, including teacher and family training and the use of alternative communication resources. The collected data were analyzed using the dialectical-descriptive method, considering the perspective of speech act theory to understand communicative intentions and the effects of interactions. This is a qualitative study, conducted through direct observation in field research with a deaf child, along with evaluation of materials and complementary interviews, recording expressions, gestures, and communication attempts. It is expected that the research will contribute to the linguistic and social development of deaf children, promoting more inclusive pedagogical practices and more effective communication among family, school, and community. Overall, the study reinforces the importance of expanding practices that ensure a more accessible and meaningful language acquisition for deaf children.

Keywords: Speech acts. Deaf children. Brazilian Sign Language (Libras).

1 INTRODUÇÃO

A comunicação é um elemento central no desenvolvimento cognitivo, social e emocional das crianças, e o acesso a uma língua estruturada é fundamental para que essas interações ocorram de forma plena. No caso das crianças surdas, especialmente aquelas em processo de aquisição da Libras, o domínio de uma língua de sinais ainda não está consolidado, o que pode gerar dificuldades na expressão de intenções comunicativas e na interpretação de atos realizados por interlocutores.

No Brasil, estima-se que mais de dois milhões de pessoas apresentem algum grau de surdez, sendo que muitas delas têm seu primeiro contato com a Libras apenas em idade escolar. Esse cenário revela um desafio significativo: a maioria das crianças surdas nasce em famílias ouvintes, o que faz com que o acesso à língua de sinais seja retardado ou, em alguns casos, negligenciado. Esse atraso compromete não apenas a comunicação imediata, mas também o desenvolvimento da linguagem, da cognição e da socialização, já que a ausência de uma língua consolidada limita o potencial de interação da criança com o mundo ao seu redor.

Nesse sentido, a teoria dos atos de fala, proposta por Austin (1962) e expandida por Searle (1969), oferece uma perspectiva teórica poderosa para compreender como a

linguagem funciona como ação. Segundo essa abordagem, cada enunciado possui três dimensões: locucionária, ilocucionária e perlocucionária, permitindo analisar tanto a produção quanto os efeitos comunicativos do discurso.

A perspectiva de Goffman também contribui para essa discussão ao enfatizar que a interação humana é organizada por regras sociais que orientam como os sujeitos participam e se reconhecem no encontro comunicativo, algo essencial para compreender as trocas entre crianças surdas e seus interlocutores.

Partindo desse cenário, este estudo propõe analisar a comunicação dessas crianças à luz da teoria dos atos de fala e mostrar que o tema abordado se torna particularmente relevante. Mesmo sem domínio pleno de uma língua estruturada, essas crianças manifestam ações comunicativas intencionais por meio de gestos, expressões faciais e comportamentos corporais. Tais ações podem ser interpretadas como atos ilocucionários com objetivos claros, cujo efeito perlocucionário depende do reconhecimento e da resposta do interlocutor.

Entretanto, diversos desafios podem comprometer a efetividade desses atos de fala: a dificuldade de interpretação por parte de adultos ou outras pessoas que estão recebendo tais informações, a frustração comunicativa e barreiras atitudinais, entendidas como atitudes ou preconceitos que dificultam o reconhecimento das intenções da criança, interferem diretamente no efeito perlocucionário, ou seja, na resposta adequada às intenções comunicativas.

Esse cenário torna-se ainda mais relevante no contexto educacional. A escola, enquanto espaço de socialização e aprendizagem, desempenha papel fundamental na mediação da comunicação. Quando os professores não estão preparados para lidar com a diversidade linguística, a criança surda pode ser invisibilizada. Por outro lado, ambientes inclusivos, com profissionais capacitados em Libras e recursos visuais de apoio, podem favorecer o desenvolvimento da linguagem. Dessa forma, a forma como a escola e a família respondem aos atos comunicativos da criança influencia diretamente sua autoconfiança, motivação e engajamento.

Assim, analisar os atos de fala de crianças surdas em processo de aquisição da Libras permite identificar não apenas os obstáculos na comunicação, mas também as

estratégias utilizadas por elas para superá-los. A observação dos comportamentos revela que a criança surda não está em silêncio comunicativo, mas sim em um processo ativo de construção de sentido, no qual busca interagir com o outro e ser compreendida. Nesse contexto, compreender como essas ações comunicativas se organizam e são interpretadas torna-se fundamental para evidenciar as condições que favorecem ou dificultam o desenvolvimento linguístico, permitindo reconhecer dinâmicas que influenciam diretamente suas experiências interacionais.

Por fim, este trabalho busca contribuir para a reflexão sobre práticas inclusivas ao evidenciar que a comunicação da criança surda não deve ser vista como limitada ou insuficiente, mas sim como um campo fértil de significados em construção. Compreender essas manifestações à luz da teoria dos atos de fala pode ampliar a visão de professores, familiares e pesquisadores sobre a riqueza comunicativa presente nesses processos. O estudo, portanto, se justifica pela necessidade de promover uma educação mais sensível às diferenças linguísticas e capaz de reconhecer, valorizar e potencializar as formas diversas de expressão das crianças surdas.

2 A TEORIA DOS ATOS DE FALA

Em 1962, por meio do livro “How to do Things with Words”, John L. Austin, filósofo da linguagem britânico, desenvolveu a teoria dos atos de fala (Austin, 1962), que mais tarde foi aperfeiçoada por John Searle (Searle, 1969). A ideia principal dessa teoria é mostrar que, quando falamos, não apenas transmitimos informações ou descrevemos algo, mas também realizamos ações por meio da linguagem, rompendo assim a ideia de que a linguagem serve apenas para descrever o mundo.

No início de seus estudos, Austin faz uma distinção entre enunciados constativos e enunciados performativos (Austin, 1962). Os constativos são aqueles que descrevem um fato ou estado de coisas, podendo ser julgados como verdadeiros ou falsos. Por exemplo: “O dia está quente.” Já os performativos não descrevem, mas realizam uma ação quando são pronunciados, como “Prometo melhorar” ou “Declaro que não vou mais exercer essa função”. Nesse tipo de enunciado, o dizer e o fazer ocorrem ao mesmo tempo.

Porém, ao longo das análises, Austin percebe que nem sempre essa separação entre constativo e performativo é tão clara. Ele conclui que toda enunciação pode ter força performativa, pois todo ato de fala realiza algum tipo de ação dentro de um contexto (Austin, 1962). Assim, sugere uma nova classificação que descreve melhor o funcionamento da linguagem: os atos locutório, ilocutório e perlocutório.

O ato locutório é o simples ato de dizer algo, isto é, o enunciado linguístico e a combinação de sons e palavras que o compõem. É o nível do conteúdo da linguagem e da semântica da fala (Austin, 1962). Por exemplo, ao dizer “Abra a porta”, realiza-se o ato locutório, pois se produz o enunciado linguístico. Entretanto, a ação de abrir a porta só ocorreria no ato perlocutório.

O ato ilocutório corresponde à intenção do falante ao falar algo. É o que o sujeito faz com as palavras, como prometer, ordenar, afirmar, pedir ou agradecer (Searle, 1969). É assim que ocorre a ação propriamente dita, ou seja, o ato social de comunicação. No exemplo “Abra a porta”, a intenção do falante é ordenar que o ouvinte realize uma ação.

O ato perlocutório, por sua vez, está ligado aos efeitos que a fala causa no ouvinte, como convencer, assustar, alegrar ou fazer alguém realizar uma ação (Austin, 1962). Diferentemente do ato ilocutório, que se refere à intenção do falante ao emitir a fala, o ato perlocutório preocupa-se com as consequências reais que essa fala produz no interlocutor. Por isso, o ato perlocutório vai além da intenção e alcança o resultado concreto da comunicação.

Austin também introduz o conceito de condições de felicidade, que são os requisitos necessários para que um ato de fala seja bem-sucedido (Austin, 1962). Um ato performativo só é considerado válido se for proferido nas circunstâncias apropriadas por uma pessoa com intenções sinceras. Caso essas condições não sejam cumpridas, o ato é denominado “infeliz”. Por exemplo, se uma pessoa sem poder legal tenta casar alguém dizendo “Declaro vocês dois marido e mulher”, o ato falha por não cumprir as condições necessárias.

Além das ideias de Austin e Searle, outros estudiosos também ajudam a entender como a comunicação funciona na prática, especialmente quando ela não depende só da fala. Um deles é Erving Goffman (1974), que chama atenção para o fato de que a interação

entre as pessoas acontece por meio de vários recursos, como expressões faciais, gestos, olhares e até a postura do corpo. Para ele, esses elementos fazem parte da comunicação tanto quanto as palavras, porque ajudam a organizar a troca entre os interlocutores. Essa perspectiva é muito útil quando pensamos em crianças surdas que ainda estão aprendendo Libras, já que grande parte da comunicação delas depende justamente desses sinais visuais e corporais que Goffman considera fundamentais.

Desse modo, o olhar de Goffman contribui para ampliar a teoria dos atos de fala, porque mostra que a comunicação não depende apenas das palavras, mas também de tudo aquilo que o corpo expressa durante a interação (Goffman, 1974). Isso reforça que a criança surda não está sem comunicar, mas sim usando outros recursos que fazem sentido dentro da situação e que precisam ser reconhecidos pelo interlocutor para que o ato comunicativo seja bem-sucedido.

Portanto, a teoria dos atos de fala ajuda a entender que a linguagem não serve apenas para trocar informações, mas também para realizar ações. Cada vez que alguém fala, existe uma intenção por trás, um contexto em que a fala acontece e um efeito que ela pode causar em quem escuta. Por isso, a fala vai muito além de palavras isoladas, pois carrega sentidos que se constroem nas interações, nas relações entre os sujeitos e nas diferentes situações do cotidiano. Ela conecta experiências, transmite valores, reforça vínculos e pode até transformar realidades, mostrando que a linguagem está sempre ligada à vida em sociedade e revelando a complexidade do uso da linguagem nas práticas sociais.

3 CONDIÇÕES DE FELICIDADE E BARREIRAS ATITUDINAIS

Entre os conceitos fundamentais da teoria dos atos de fala, as condições de felicidade ocupam um papel central, pois determinam se um enunciado alcança ou não o efeito pretendido na interação comunicativa. Essas condições dizem respeito à adequação do contexto, à autoridade e à intenção do falante, bem como à aceitação e compreensão do interlocutor. Quando essas circunstâncias não são satisfeitas, o ato de fala é considerado infeliz, isto é, falha em produzir o resultado esperado.

No caso das crianças surdas em processo de aquisição da Libras, é comum que surjam falhas de compreensão durante as interações diárias. Essas crianças estão em um momento em que experimentam diferentes formas de se expressar, utilizando o corpo, o olhar e o espaço para construir sentidos. No entanto, a eficácia dessa comunicação depende muito da disposição do interlocutor em interpretar e validar essas manifestações como linguagem. Quando essa abertura não existe, o diálogo se rompe e a criança pode sentir que sua tentativa de comunicação não tem valor, o que enfraquece o vínculo comunicativo e emocional com o outro.

Essas falhas na compreensão geralmente estão ligadas às chamadas barreiras atitudinais, que são comportamentos ou atitudes negativas que impedem a inclusão. São barreiras criadas por preconceitos, falta de informação ou pela ideia de que só a fala oral é uma forma válida de comunicação. Quando alguém não reconhece o gesto de uma criança surda como fala, mesmo sem perceber, está bloqueando o efeito comunicativo que o ato deveria produzir.

Essas barreiras afetam diretamente as três dimensões do ato de fala: o locucionário (o gesto ou sinal em si) acontece, o ilocucionário (a intenção da criança) também está presente, mas o perlocucionário (o efeito que deveria causar no outro) não se realiza, porque o interlocutor não responde de maneira adequada. Isso gera frustração comunicativa e pode desestimular a criança a tentar se expressar novamente.

Além disso, o ambiente escolar tem papel importante nesse processo. Se a escola não oferece recursos de acessibilidade, professores que conheçam Libras ou atitudes que valorizem a diferença linguística, as condições de felicidade dos atos de fala da criança surda acabam sendo comprometidas, ou seja, o problema não está na criança, mas no contexto que não favorece a comunicação.

Outro caso comum ocorre quando a família também não incentiva a criança surda a aprender Libras, acreditando que isso pode atrasar o aprendizado da fala oral ou simplesmente não se disponibiliza para aprender a língua, nem mesmo coisas básicas. Essa atitude reforça as barreiras atitudinais, porque restringe o acesso da criança à língua natural da comunidade surda e dificulta o estabelecimento de uma base comum de comunicação com seus interlocutores. Assim, mesmo quando a criança tenta expressar

algo, o ato de fala falha, pois muitas vezes o interlocutor não compreende o sentido, o que compromete as condições de felicidade do ato.

O filósofo Searle também fala sobre isso quando explica que, para os atos de fala acontecerem, as pessoas envolvidas precisam compartilhar as mesmas regras e convenções linguísticas. Quando uma criança surda tenta se comunicar com alguém que não conhece a Libras, essa base comum não existe, o que acaba dificultando a compreensão e reforçando as barreiras atitudinais.

Dessa forma, entender as condições de felicidade e as barreiras atitudinais ajuda a perceber que a comunicação das crianças surdas não depende apenas da linguagem formal, mas também do reconhecimento social e do acolhimento de suas formas de expressão. Quando seus gestos e expressões são valorizados como atos de fala, as interações se tornam mais significativas e inclusivas, favorecendo tanto o aprendizado quanto o desenvolvimento emocional dessas crianças.

4 APLICAÇÕES À COMUNICAÇÃO DE CRIANÇAS SURDAS

A aplicação da teoria dos atos de fala na comunicação de crianças surdas permite identificar maneiras de organizar a interação e promover a compreensão mútua. Em vez de se concentrar apenas nos sinais ou gestos isolados, a teoria orienta professores e familiares a observarem o contexto da interação, as respostas do interlocutor e a relação entre intenção e efeito, ajustando a comunicação de acordo com as necessidades da criança. Isso possibilita criar situações de aprendizagem mais significativas, em que ela se sente ouvida, compreendida e estimulada a participar, mesmo enquanto ainda está desenvolvendo a Libras.

Para que a comunicação seja eficaz, é fundamental que professores e familiares adaptem o ambiente, ofereçam apoio visual e atentem às tentativas de interação da criança. Essas práticas permitem que ela se reconheça como participante ativa da comunicação, incentivando-a a explorar diferentes formas de expressão e fortalecendo seu aprendizado da Libras. Além disso, ao perceber que suas iniciativas são valorizadas, a criança desenvolve maior segurança e motivação para interagir, o que contribui para uma experiência comunicativa mais inclusiva e enriquecedora.

A compreensão dos atos de fala também exige atenção ao contexto social e às regras de interação. Mesmo gestos simples adquirem significado quando os participantes compartilham experiências e sabem interpretar sinais, olhares e movimentos corporais. Por isso, o papel de professores, familiares e colegas é fundamental: é preciso reconhecer as manifestações da criança como comunicação legítima e valorizar suas tentativas de expressão.

Essas estratégias não apenas favorecem o aprendizado da Libras, mas também fortalecem a autoconfiança da criança. Quando o adulto ou professor compreende corretamente o ato ilocucionário, o ato perlocucionário pode ocorrer, estabelecendo uma comunicação eficaz.

Por fim, aplicar a teoria dos atos de fala na educação de crianças surdas permite reconhecer todas as formas de expressão como válidas, valorizando a diversidade de modos de se comunicar. Isso contribui para um ambiente inclusivo, em que a criança se sente compreendida, suas intenções são atendidas e a frustração comunicativa diminui. Dessa forma, a teoria não é apenas uma ferramenta de análise, mas também uma base para práticas pedagógicas mais humanas e eficazes.

5 MOTODOLOGIA

A pesquisa deste estudo teve abordagem qualitativa, desenvolvendo-se por meio de duas estratégias complementares: pesquisa bibliográfica e pesquisa de campo. Na pesquisa bibliográfica, buscou-se fundamentação teórica sobre a aquisição da Libras, os atos de fala, as barreiras atitudinais e as práticas pedagógicas. Já na pesquisa de campo, foram observadas interações de uma criança surda em um ambiente escolar, com foco em gestos, expressões e efeitos comunicativos.

Além dessas duas estratégias, também foi considerado o contexto social e institucional em que a criança está inserida, observando-se como a escola organiza suas práticas pedagógicas e quais recursos de acessibilidade são oferecidos. Essa observação do ambiente foi importante para compreender de que forma fatores externos influenciam tanto as tentativas de comunicação quanto as respostas dos interlocutores.

Os registros foram feitos por meio de anotações realizadas após cada observação e por conversas informais com funcionários da escola, que relataram mudanças percebidas no comportamento da criança. Essas informações foram essenciais para identificar elementos que a simples observação não revelava, como a rotina da criança, sua relação com a família e a forma como ela reage a diferentes situações no ambiente escolar.

6 DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Inicialmente, a pesquisa permitiu identificar barreiras atitudinais, desafios na comunicação e estratégias pedagógicas possíveis para crianças surdas. A partir das leituras, foi possível compreender a importância de reconhecer os atos de fala e o papel das condições de felicidade nos processos comunicativos.

Durante a pesquisa de campo, foi acompanhada uma criança de 3 anos. Ela é surda, e seus familiares nunca aprenderam Libras, comunicando-se com ela basicamente por mímica. Na escola, foi solicitado um intérprete, mas ele ainda não havia sido contratado. Diante desse cenário, a pesquisadora voluntariou-se para ensinar sinais básicos como “oi”, “bom dia”, “tudo bom”, cores, animais e outros vocábulos essenciais.

No início, a criança era tímida e desviava o olhar, mas, após algumas aulas, passou a participar mais das atividades, interagir com colegas e demonstrar maior iniciativa comunicativa. Professores e funcionários foram orientados a cumprimentá-la com sinais, e os colegas ouvintes também foram incentivados a fazer o mesmo. Agora, quando se encontram, alguns já a cumprimentam com um “oi” em Libras, e ela responde com sorriso e entusiasmo.

Essa experiência evidencia a presença de barreiras atitudinais. Quando a criança não é compreendida ou reconhecida como sujeito comunicante, sua interação fica limitada. Além disso, a intervenção mostrou que a estimulação visual e corporal nas práticas escolares fortalece a comunicação. Os resultados parciais revelam barreiras, desafios e implicações pedagógicas importantes, indicando que o uso de recursos visuais, sinais básicos, gestos e interação visual promove inclusão e desenvolvimento social e cognitivo.

Outro aspecto relevante foi a distinção entre intenção e efeito comunicativo. Muitas vezes, a criança tentava expressar algo por meio do olhar ou de movimentos corporais, mas nem sempre o adulto compreendia essa intenção como linguagem. Quando os professores passaram a responder aos pequenos sinais, mesmo que de modo simples, a criança demonstrou mais segurança e iniciativa.

Também ficou claro que a ausência de uma língua compartilhada compromete o ato ilocucionário, pois a intenção da criança não chega a ser plenamente compreendida pelos interlocutores. Assim, a comunicação fica restrita ao gesto isolado e não evolui para uma troca significativa. Com o uso de sinais básicos pela escola, essa barreira diminuiu e as interações tornaram-se mais frequentes e fluidas.

Os colegas ouvintes desempenharam papel fundamental nesse processo, pois, ao aprenderem alguns sinais, ajudaram a criar um ambiente em que a criança podia se comunicar com mais facilidade. Isso demonstra que a inclusão não depende apenas de recursos formais, mas também de atitudes e da disponibilidade para reconhecer a criança como participante ativa da comunicação.

A partir dessas observações, nota-se que mesmo pequenas mudanças no comportamento dos interlocutores já transformam o resultado do ato de fala. O efeito perlocucionário só acontece quando há abertura para interpretar, validar e responder às tentativas de comunicação da criança.

7 CONCLUSÃO

Os resultados deste estudo permitem concluir que a comunicação das crianças surdas ultrapassa o uso formal da Libras, incorporando gestos, expressões faciais e movimentos corporais que carregam significados essenciais para a interação social. Esses elementos constituem atos de fala que, mesmo quando ainda não organizados linguisticamente, expressam intenções claras e contribuem para o desenvolvimento da competência comunicativa.

Compreender os atos de fala nesse processo possibilita aprimorar práticas pedagógicas inclusivas, incentivando educadores e familiares a reconhecer e valorizar cada tentativa de comunicação realizada pela criança. A introdução precoce à Libras,

aliada ao acolhimento das diferentes modalidades expressivas, contribui de maneira significativa para o desenvolvimento linguístico, cognitivo, social e emocional, fortalecendo a autonomia e a identidade da criança surda.

Assim, o estudo reforça que a comunicação não se limita à estrutura de uma língua, mas constitui um campo amplo e fértil de significados, no qual cada gesto, sinal e expressão facial possui valor e impacto na construção do sentido. Reconhecer essa complexidade é fundamental para que os ambientes educativos se tornem verdadeiramente inclusivos e linguisticamente acessíveis.

Como desdobramentos futuros, recomenda-se o desenvolvimento de pesquisas que incluam observações diretas em contextos escolares bilíngues, bem como estudos longitudinais que acompanhem a evolução dos atos de fala ao longo do tempo. Também se sugere a produção de materiais pedagógicos que orientem professores sobre estratégias de mediação visual e multimodal, fortalecendo práticas que respeitem o ritmo e as especificidades comunicativas das crianças surdas. Esses caminhos podem ampliar o entendimento sobre a relação entre linguagem, interação social e educação inclusiva, contribuindo para novas perspectivas no campo da linguística e da educação de surdos.

REFERÊNCIAS

ALENCAR, Aurélio da Silva. A aquisição de linguagem/Libras e o aluno surdo: um estudo sobre as formas de comunicação e interação na escola e na família. In: **Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD)**. Disponível em: <https://files.ufgd.edu.br/arquivos/arquivos/78/MESTRADO-DOCTORADO-EDUCACAO/AUR%C3%89LIO%20DA%20SILVA%20ALENCAR.pdf> . Acesso em 27/09/2025.

AUSTIN, John Langshaw. **Quando dizer é fazer: palavras e ação**. Tradução de Danilo Marcondes de Souza Filho. Porto Alegre: Artes Médicas, 1990.

GOFFMAN, Erving. **Ritual de interação: ensaios sobre o comportamento face a face**. Petrópolis: Vozes, 2011.

GOFFMAN, Erving. **Os quadros da experiência social: uma perspectiva de análise da organização da experiência**. Petrópolis: Vozes, 2012.

LUSTOSA, Francisca Geny; RIBEIRO, Disneylândia Maria. Barreiras atitudinais e práticas pedagógicas: interfaces com a formação de professores para educação inclusiva. In: **Pró-Inclusão (UFC)**. Disponível em: <https://proinclusao.ufc.br/wp-content/uploads/2021/08/para-tradutor-barreiras-atitudinais-e-praticas-pedagogicas-disney-e-geny-livro-fernando-pires-versao-final-12-de-fevereiro-de-2021-5-1-1.pdf>. Acesso em: 29/09/2025.

SEARLE, John R. **Os actos de fala: um ensaio de filosofia da linguagem**. Tradução de Carlos Vogt. Coimbra: Almedina, 1980.

CLUBE DE LEITURA DOS ODS: DA FORMAÇÃO COM PROFESSORES DO ENSINO BÁSICO AOS RESULTADOS DA MEDIAÇÃO DE LEITURA

Solange Cristina Braucks

Licencianda em Letras Português e Espanhol
Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS)

Maria Clara Campos Veloso

Licencianda em Letras Português e Espanhol
Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS)

Naiane Carolina Menta Tres

Professora Orientadora
Doutora em Letras
Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS)

Ana Carolina Teixeira Pinto

Professora Orientadora
Doutora em Letras
Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS)

RESUMO: A literatura nos ajuda a enfrentar tempos de crise (Petit, 2009), e atualmente vivemos uma crise climática. Diante desse contexto, o presente relato tem como objetivo descrever as ações de um projeto de extensão universitária voltado à formação continuada de professores da educação básica da rede pública do Paraná. Essa iniciativa foi desenvolvida em colaboração com a Itaipu Parquetec e a Itaipu Binacional e, como parte das atividades do projeto, foram selecionadas 14 obras literárias do Clube de Leitura dos ODS, sendo duas para cada um dos sete ODS escolhidos. Após a definição das obras, a equipe da UFFS elaborou materiais de apoio pedagógico e formação para os professores. Por fim, foram organizados eventos de socialização, nos quais os participantes puderam compartilhar suas experiências, relatar desafios e expor as conquistas alcançadas. Os resultados indicam a participação ativa de 105 professores da educação básica, o uso criativo do material elaborado, e os relatos das ações desenvolvidas demonstram a efetividade do projeto no poder da mediação de leitura e da leitura literária em tempos de crise.

Palavras-chave: Formação docente; Mediação de leitura; Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.

RESUMEN: La literatura nos ayuda a enfrentar tiempos de crisis (Petit, 2009), y actualmente vivimos una crisis climática. Ante este contexto, el presente relato tiene como objetivo describir las acciones de un proyecto de extensión universitaria orientado a la formación continua de docentes de educación básica de la red pública de Paraná. Esta iniciativa fue desarrollada en colaboración con Itaipu Parquetec e Itaipu Binacional y, como parte de las actividades del proyecto, se seleccionaron 14 obras literarias del Club de Lectura de los ODS, siendo dos para cada uno de los siete ODS elegidos. Tras la definición de las obras, el equipo de la UFFS elaboró materiales de apoyo pedagógico y formación para los docentes. Finalmente, se organizaron eventos de socialización en los que los participantes pudieron compartir sus experiencias, relatar desafíos y exponer los logros alcanzados. Los resultados indican la participación activa de 105 docentes de educación básica, el uso creativo del material elaborado, y los relatos de las acciones desarrolladas demuestran la efectividad del proyecto en el poder de la mediación de lectura y de la lectura literaria en tiempos de crisis.

Palabras clave: Formación docente; Mediación de lectura; Objetivos de Desarrollo Sostenible.

1 INTRODUÇÃO

O Clube de Leitura dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) é um meio indicado e adotado pelas próprias Nações Unidas para estimular a leitura e consequentemente propagar e buscar atingir os 17 ODS. Com obras literárias de várias partes do mundo, o Clube incentiva o envolvimento de crianças entre 06 e 12 aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. A versão brasileira do Clube de Leitura da ONU inclui 175, que foram selecionados e estão na lista organizada e divulgada em catálogo pela Câmara Brasileira do Livro (2021).

Com base nessa proposta, este trabalho descreve uma capacitação de professores do ensino básico do sudoeste paranaense para a realização de mediação leitora a partir das obras literárias recomendadas. Para o projeto, foram selecionadas 14 obras para produção de material de mediação leitora e capacitação de professores, ou seja, duas

obras de cada um dos seguintes objetivos: 3. Saúde e bem-estar; 6. Água potável e saneamento; 11. Cidades e comunidades sustentáveis; 12. Consumo e produções responsáveis; 13. Ação contra a mudança global do clima; 14. Vida na água; 15. Vida terrestre.

O projeto surge com o incentivo do primeiro edital do Programa de extensão para sustentabilidade territorial da Itaipu Parquetec e Itaipu Binacional. Objetiva-se relatar o processo do projeto desde a formação de leitores até os resultados obtidos por meio das propostas de mediação leitora realizadas pelos professores do ensino básico.

Segundo Zilberman (2012), sabe-se a importância que as escolas possuem na democratização da leitura no Brasil, por tanto, pensando na divulgação das obras do Clube de Leitura dos ODS, a capacitação de professores foi proposta como um meio eficiente de atingir as crianças brasileiras. A capacitação foi organizada, primeiramente, na formação *in loco*, de professores pertencentes às 05 cidades parceiras, seguida de um período para que os professores realizassem as mediações leitoras com os livros selecionados e recebessem uma visita técnica para verificar os resultados das propostas leitoras realizadas, a serem apresentadas em um evento de cada escola e/ou município.

Para este relato, optou-se pelo embasamento teórico que instigou e ajudou a consolidar a capacitação. Também se apresentará a metodologia, seguida de uma discussão das etapas desenvolvidas. Os resultados e as considerações finais fecham o texto e auxiliam na reflexão deste projeto que atingiu mais de 7 mil pessoas direta e indiretamente.

2 MEDIAÇÃO LEITORA E ODS

A antropóloga francesa Michèle Petit escreveu em seu livro *A arte de ler: ou como resistir à adversidade* (2009) sobre a leitura em tempos e espaços de crise. As pesquisas e relatos de experiência sobre mediação leitora em comunidades da Colômbia, por exemplo, auxiliam no desenvolvimento do pensamento sobre as dificuldades enfrentadas por crianças e jovens e a importância da leitura. Em seu livro mais recente, *Somos animais poéticos: Algunos usos de los libros y el arte en estos tiempos críticos* (2023), a

pesquisadora toma por base a crise mundial da covid-19 para pensar a importância das artes, e de modo especial a leitura, como uma necessidade humana.

Partindo das descrições de como o ser humano encontra na literatura espaço de calma ou inquietação para momentos de crise, é que se pode refletir sobre o impacto da crise climática e a absorção da realidade que crianças que frequentam a educação infantil e as séries iniciais possuem. No ano de 2024 uma enchente histórica atingiu o estado do Rio Grande do Sul, imagens chocantes ocuparam os jornais e relatos de mortes trágicas e desafios de sobrevivência invadiram os meios de divulgação. De forma mais recente, em novembro de 2025, um ciclone extratropical atingiu severamente a cidade paranaense de Rio Bonito do Iguaçu. Estragos habitacionais e mortes foram registradas, impactando a vida dos moradores e sensibilizando os brasileiros.

Usa-se de exemplo esses momentos de crise para imaginar a importância de obras literárias para acalmar os pequenos leitores, que para além de auxiliar na formação leitora, serve de processo de entendimento da realidade vivenciada. Acredita-se também que os livros podem servir de inquietação para que as crianças estabeleçam hábitos saudáveis para suas vidas na interação com o mundo e possam estimular o seu entorno por mudanças positivas ao planeta.

Assim sendo, os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e as 169 metas que são abarcadas por eles, dependem de uma complexa rede de interações entre os próprios objetivos. E atividades de educação escolar podem focar de forma mais específica em uma ou duas ações, mas um trabalho mais amplo, que abarque objetivos afins, permitirá uma visão mais completa das necessidades mundiais.

A importância de qualificar os mediadores de leitura nesse processo baseia-se na função definida por Petit (1999, p. 191), em que os mediadores são vistos como criador de pontes entre o leitor-ouvinte e a obra. Essa aproximação pode ocorrer, por exemplo, por meio de leitura de histórias, declamação de poemas, indicações leitoras e contação de histórias e usando-se de diversas atividades como as que comporão o material de divulgação das mediações (jogos, *scape room*, atividades sensoriais, produções artísticas entre outros). Como explica Petit: “O encontro com o livro coloca o leitor em movimento e lhe permite se conciliar com a sua vida interior.” (2009, p. 130), sendo assim, justifica-

se que a capacitação proposta aos professores e as atividades que os mesmos realizarão com os alunos do ensino básico do sudoeste do Paraná, são importantes para a visão de cada cidadão sobre o impacto de suas ações em contato com o meio ambiente.

Segundo o Relatório Nosso Futuro Comum da ONU (1988, p. 46):

[...] desenvolvimento sustentável é um processo de transformação no qual a exploração dos recursos, a direção dos investimentos, a orientação do desenvolvimento tecnológico e a mudança institucional se harmonizam e reforçam o potencial presente e futuro, a fim de atender às necessidades e aspirações futuras [...] é aquele que atende às necessidades do presente sem comprometer a possibilidade de as gerações futuras atenderem às suas próprias necessidades.

Sendo assim, acredita-se que, é fundamental que as crianças possam refletir sobre suas ações e sobre as ações de suas famílias com relação ao meio ambiente. Isso permite uma aprendizagem para mudança futura e/ou atual.

Para Aquino (2002, p. 38):

O certo é que desde muito pequenos começamos a compreender e dar sentido a tudo que se está a nossa volta. Esta compreensão do mundo é um primeiro passo para aprender a ler, também o escrito. Porque quando aprendemos a organizar as relações entre nosso contexto pessoal, experiências tentando resolver nossos problemas, estamos em processo de leitura, que nos permite ler praticamente qualquer coisa, em qualquer situação. Afinal, a interação das condições internas e subjetivas das extremas e objetivas são fundamentais para desencadear e desenvolver a leitura.

Portanto, o projeto apoia-se na visão que o processo de leitura auxilia na interação das condições internas com as externas. Vivenciar a crise do planeta pode abalar estruturas internas, mas a mediação literária potencializa o entendimento do ambiente externo e auxilia na absorção do problema. Concerne, nesse contexto, a mediação leitora atrelada aos ODS, para além de auxiliar na absorção dos problemas vivenciados, instigar a consciência de mudança.

3 METODOLOGIA

Este trabalho consiste na apresentação do projeto, desde a formação até os resultados. Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), propostos pelas Nações

Unidas, podem instigar desde a mais tenra idade a preocupação com o nosso planeta. Os ODS, com preocupações teóricas e didáticas, delinearam a proposta de trabalho composta por quatro grandes etapas que trabalham de forma indissociável o ensino a pesquisa e a extensão são: a) leitura, planejamento, produção e publicização de material de mediação leitora de 14 obras pertencentes ao Clube de Leitura dos ODS; b) capacitação de professores do ensino básico ligados à 05 municípios do sudoeste paranaense para o trabalho com as obras literárias selecionadas a partir do material produzido; c) estímulo e acompanhamento do trabalho de mediação desenvolvido nas escolas, visando a interdisciplinariedade e resultando em eventos para que professores e alunos apresentem os resultados obtidos a partir das mediações leitoras; d) divulgação dos resultados do projeto.

A proposta desenvolvida por 2 professoras universitárias e 4 bolsistas de extensão, pretende contemplar, a partir de estímulo leitor de obras literárias com a ludicidade e os aspectos sensoriais, os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável: 3. Saúde e bem-estar; 6. Água potável e saneamento; 11. Cidades e comunidades sustentáveis; 12. Consumo e produções responsáveis; 13. Ação contra a mudança global do clima; 14. Vida na água; 15. Vida terrestre.

Para Cechim e Pretto “é importante desenvolver a Educação Ambiental no cotidiano de uma escola de anos iniciais através de uma Literatura que envolva e instigue os alunos nesse tema que é de fundamental importância na formação de sujeitos reflexivos e participantes.” (2019, p. 6). Por isso, optou-se pelo universo ficcional de 14 livros que pertencem a lista divulgada oficialmente pelo Clube de Leitura dos ODS, para que as crianças pequenas entendam a realidade que vivem e possam impactar positivamente nas ações da família e da comunidade.

Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável possuem sua parte importante de aprofundamento teórico e necessitam de seus desenvolvimentos na prática. Para isso, o projeto desenvolveu um material pedagógico. O material final consistiu em uma revista didática que contém resumos explicativos em torno dos ODS e detalhes das obras literárias. Ademais, foram produzidas atividades específicas, divididas por etapas, isto é, pré-leitura, leitura, pós-leitura e atividade expansiva. Para além das atividades que se

relacionam mais especificamente com o texto, há uma atividade expansiva, que aprofunda a temática de cada obra e, por meio de experimentos, atividades a campo ou trabalhos manuais, busca que os pequenos leitores relacionem e impactem as suas realidades.

O material foi disponibilizado nas capacitações por meio de *QR code*. Posteriormente, os docentes escolheram as obras literárias com base nas particularidades de suas turmas e no ano letivo. Cada professor dispôs de tempo para analisar os recursos disponibilizados, selecionar os livros e realizar as mediações leitoras. Ao final do processo, os professores organizaram apresentações para compartilhar os resultados obtidos com os alunos, promovendo uma reflexão coletiva e convidando outros profissionais da escola, a família dos estudantes e a comunidade escolar em geral para conhecer os trabalhos desenvolvidos e refletir sobre os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.

Ao se relacionar educação e meio ambiente, os ODS podem aparecer nas escolas através de grandes projetos, que englobem toda a instituição de ensino, assim como pequenas ações em sala de aula. Acredita-se na necessidade de ações que divulguem e busquem atingir os ODS.

Faz-se importante destacar que, desde a seleção dos livros relacionados aos ODS até a socialização da mediação leitora, o projeto se estruturou em 11 etapas. Como os professores, e outros agentes educacionais envolvidos, participaram da capacitação, leitura do material, planejamento e execução das atividades e, finalmente, a socialização, a certificação totalizou 60 horas e os professores, em sua grande maioria, tiveram quatro meses para executarem todas as etapas.

4 DISCUSSÃO

A proposta aqui descrita talvez tenha enfrentado maior dificuldade no convencimento das secretarias de educação em cederem um espaço para a capacitação dos professores. O trabalho com os ODS é considerado importante, mas a troca das secretarias por motivo de eleição municipal afetou inicialmente as parcerias que se estenderam de maio de 2024 à setembro de 2025. Outro aspecto que dependeu de

convencimento foi o fato de os professores possuírem um tempo limitado de formação e possuírem diversos temas elencados como necessários para o trabalho em sala de aula.

Resolvidas as primeiras dificuldades, avalia-se o envolvimento dos professores como bastante satisfatório. A prática com materiais recicláveis, por exemplo, já é algo dado nas salas de aula da educação infantil e dos anos iniciais. Atrelar essas práticas ao conhecimento dos ODS foi uma proposta de aprofundamento com o já desenvolvido, uma oportunidade de estudar com propriedade sobre assuntos ambientais, próximos do dia a dia, mas muitas vezes distantes da realidade de formação dos professores. A presença de livros também faz parte do cotidiano dos mesmos, então qual poderia ser o diferencial apontado pela capacitação? O uso do material pedagógico permitiu renovação do acervo utilizado, modificação de técnicas de contação de histórias e inserção de aspectos sensoriais para que a leitura se tornasse uma experiência e fosse mais marcante aos alunos.

Cabe destacar que a capacitação de mediação leitora, bem como o material de apoio pedagógico trazia sugestões de como mediar o livro com os pequenos leitores, mas não eram propostas fechadas. Com a etapa de socialização foi possível verificar que os profissionais conseguiram adaptar as obras e as atividades para as suas realidades. Respeitando a sequência de pré-leitura, leitura, pós-leitura e atividade expansiva os professores conseguiram se basear nos recursos fornecidos e modificar, quando necessário, materiais e métodos.

Para além da socialização presencial para a comunidade escolar, muitos professores optaram por criar vídeos de divulgação para as redes sociais. A divulgação muitas vezes servia de convite para que se fosse a instituição conhecer os resultados, servia de publicidade para as ações realizadas e auxiliava na divulgação dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. Ainda que não fosse uma exigência, a circulação de informações sobre o projeto nas redes sociais foi vista como positiva.

5 RESULTADOS

Como resultado, 305 pessoas participaram do momento inicial de capacitação. O grupo foi formado principalmente por professores, mas também contou com

bibliotecários, gestores da área de educação de cada município e equipe diretiva e pedagógica. A capacitação foi delineada principalmente para professores das séries iniciais, já que os livros estavam separados por ODS e continham atividades específicas por ano de equivalência. O interesse de profissionais de dois municípios acabou por incluir professores da educação infantil que se envolveram em todas as etapas.

Para fins de contabilização do projeto e controle do envolvimento nas atividades, foi divulgado aos participantes da formação um formulário para descreverem as atividades realizadas e enviarem fotos para comprovar. Acredita-se que mais professores tenham desenvolvido as mediações leitoras, mas o número de formulários entregues foi de 105. Complementar a esse dado, o sistema do material pedagógico permite identificar 580 acessos até o fim do mês de outubro de 2025.

É salutar o envolvimento dos professores das 5 redes municipais de ensino parceiras do projeto. Faz-se necessário observar que o projeto, entre professores e alunos, atingiu mais de 7 mil pessoas, número obtido pelas turmas que passaram pelas atividades com os professores. Ainda que se tenha obtido expressivos resultados numéricos, considera-se o avanço qualitativo no que diz respeito a formação dos bolsistas. O projeto de extensão colaborou para formarem-se mediadores de leitura e agentes capazes de impactar sua realidade por meio dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e da literatura de qualidade.

O envolvimento com a comunidade escolar foi algo surpreendente como resultado do projeto. Ainda que a proposta de socialização para os municípios objetivasse que a mediação leitora e os ODS chegassem em mais pessoas, a recepção das famílias ao projeto, a interação na coleta de materiais recicláveis, o auxílio na execução das atividades expansivas e a participação na socialização dependiam da adesão dos envolvidos e revelaram-se positivas.

Como o projeto é fruto do primeiro edital de Programa de Extensão Universitária para a Sustentabilidade Territorial, destaca-se o impacto na formação extensionista de quatro bolsistas. Com as atividades de extensão as bolsistas tiveram a oportunidade de se aproximar da realidade dos municípios da região e dialogar com diversos profissionais da área da educação. Foi possível vislumbrar o processo completo, desde o planejamento

até a socialização dos resultados com a comunidade escolar, as acadêmicas foram protagonistas na leitura dos livros literários, da produção do material pedagógico, da organização e da condução das atividades de formação de professores. Em análise do processo formativo extensionista considera-se que a participação no projeto passou a ser um diferencial na carreira de mediadoras de leitura.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A parceria entre Itaipu Parquetec, Itaipu binacional e as universidades do Paraná e do Mato Grosso do Sul para a extensão foi fundamental para a execução de projetos que olham para as suas realidades, identificam necessidades e atingem a população para uma melhoria local que afete o global. Isso mediante a qualificação na formação profissional de futuros professores por meio da participação como bolsistas de extensão.

O alcance obtido pelo material pedagógico, bem como o número de participantes no encontro presencial e nos desdobramentos do projeto, demonstra o impacto obtido pelo projeto. Isso também se deve ao fato de as formações partirem da premissa que as escolas já trabalhavam aspectos sustentáveis, mas era preciso conhecer os ODS e apropriar-se do movimento de caráter mundial.

O cantinho da leitura, as visitas na biblioteca escolar e a hora do conto já faziam parte da rotina, assim como muitos professores exerciam o papel de mediadores de leitura sem nem se darem conta do importante papel que possuem na vida dos jovens leitores. Então, o que fez o projeto ter relevância e mostrar seu impacto? A primeira consideração a se levar em conta é o aumento de repertório. O contato com as Secretarias de Educação e a aquisição de materiais de qualidade literária trouxeram novidades para a sala de aula.

O segundo ponto em questão foi o material de apoio. Para além de apresentar atividades prontas, caso o professor só quisesse imprimir ou aplicar, a revista pedagógica estimulava o mediador de leitura a adaptar a sua realidade e criar materiais com seus alunos. O que resultava no terceiro e último aspecto, a socialização com a comunidade. Como a participação no projeto incluía uma mostra das atividades produzidas, a comunidade escolar passou a ter um papel mais presente.

Considera-se que o material e as formações presenciais auxiliaram na divulgação de informações sobre os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. Aliado a isso, o material de apoio representa um guia interessante para pensar e impactar com mediação leitora o momento de crise ambiental no qual vivemos. A execução do projeto impactou diretamente a realidade de professores que, por sua vez, puderam fazer a diferença na vida de seus estudantes com obras que se relacionam os ODS. A socialização das propostas de mediação leitora com a comunidade escolar fez com que o projeto atingisse mais pessoas e se propicia-se uma corrente do bem pela leitura e o meio ambiente.

REFERÊNCIAS

AQUINO, Kenia Adriana de. **O nascimento do leitor: Ler, contar e ouvir histórias na Educação Infantil**. Jundiaí, SP: Paco Editorial, 2012.

CÂMARA BRASILEIRA DO LIVRO. Clube de Leitura ODS em Língua Portuguesa lança catálogo com informações sobre obras selecionadas. 2021. In: **CLB**. Disponível em: <https://cbl.org.br/2021/12/clube-de-leitura-ods-emlingua-portuguesa-lanca-catalogo-com-informacoes-sobre-obras-selecionadas/>. Acesso em: 20/10/2025.

LARROSA, Jorge. **La experiencia de la lectura: estudios sobre literatura y formación**. México: FCE, 2003.

PETIT, Michèle. **Nuevos acercamientos a los jóvenes y la lectura**. 1ª Ed. Mexico: Fondo de Cultura Económica, 1999.

PETIT, Michèle. **Lecturas: del espacio íntimo al espacio público**. México, DF: Fondo de Cultura Económica, 2001.

PETIT, Michèle. **A arte de ler ou como resistir à adversidade**. São Paulo: Ed. 34, 2009.

PETIT, Michèle. **Somos animais poéticos: Algunos usos de los libros y el arte en estos tiempos críticos**. Ágora, 2023.

RELATÓRIO, O. N. U. **Nosso Futuro Comum**. Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, 1988.

RIVERA-ARRIAGA, Evelia. **El Reto de la Gobernanza para el Objetivo de Desarrollo Sostenible 14**. Tópicos de Agenda para la Sostenibilidad de Costas y Mares Mexicanos, p. 321, 2019.

ZILBERMAN, Regina. **A leitura e o ensino da literatura**. Curitiba: InterSaberes, 2012.

CONTRIBUIÇÕES DO DOCUMENTO ORIENTADOR DO PPAIC PARA O FORTALECIMENTO DAS PRÁTICAS PEDAGÓGICAS NA EDUCAÇÃO INFANTIL DO PIAUÍ

Ana Christina de Sousa Damasceno
Professora
FAESPA

RESUMO: Este estudo tem como objetivo analisar as contribuições do Documento Orientador da Educação Infantil do Programa Pacto pela Aprendizagem no Piauí (PPAIC) para as práticas pedagógicas desenvolvidas nas redes públicas municipais do estado. A pesquisa, de abordagem qualitativa e natureza documental, tem como principal fonte o documento publicado pela SEDUC em 2021. A partir da leitura analítica e da categorização dos eixos temáticos, foram identificadas as concepções de infância e currículo que fundamentam o texto, bem como suas orientações metodológicas e princípios de avaliação. Os resultados indicam que o Documento Orientador está alinhado à BNCC e às Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil, promovendo práticas que respeitam os direitos das crianças, a diversidade cultural e os contextos locais. A ênfase na escuta sensível, no planejamento intencional e na avaliação formativa evidencia o compromisso com uma educação humanizada e inclusiva. Conclui-se que o documento representa um avanço na consolidação de políticas públicas voltadas à infância, fortalecendo a formação docente e a qualidade das práticas pedagógicas no Piauí.

Palavras-chave: Educação Infantil. PPAIC. Práticas Pedagógicas. Currículo. Avaliação.

ABSTRACT: This study aims to analyze the contributions of the Early Childhood Education Guiding Document of the Pacto pela Aprendizagem no Piauí Program (PPAIC) to the pedagogical practices developed in municipal public school systems in the state. The research, characterized by a qualitative approach and documentary nature, uses as its main source the document published by SEDUC in 2021. Through analytical reading and categorization of thematic axes, the study identified the conceptions of childhood and curriculum that underpin the text, as well as its methodological guidelines and assessment principles. The results indicate that the Guiding Document is aligned with the BNCC and the National Curriculum Guidelines for Early Childhood Education,

promoting practices that respect children's rights, cultural diversity, and local contexts. The emphasis on attentive listening, intentional planning, and formative assessment highlights the commitment to a humanized and inclusive education. It is concluded that the document represents an advancement in the consolidation of public policies directed toward early childhood, strengthening teacher education and the quality of pedagogical practices in Piauí.

Keywords: Early Childhood Education. PPAIC. Pedagogical Practices. Curriculum. Assessment.

1 INTRODUÇÃO

A educação infantil, primeira etapa da Educação Básica, consolidou-se no cenário educacional brasileiro como um direito fundamental das crianças e um dever do Estado, conforme assegurado na Constituição Federal de 1988 e reafirmado pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB nº 9.394/1996). Nas últimas décadas, importantes avanços foram realizados no campo das políticas públicas voltadas para essa etapa de ensino, com destaque para a construção de normativas e documentos orientadores que buscam garantir o desenvolvimento integral da criança. Nesse contexto, o Estado do Piauí tem investido em iniciativas que fortalecem a qualidade das práticas pedagógicas, sendo o Programa Piauiense de Alfabetização na Idade Certa (PPAIC) uma das ações mais significativas.

O PPAIC, concebido como um programa estadual voltado à alfabetização na idade certa, expandiu sua atuação também para a educação infantil, reconhecendo que o processo de alfabetização não se inicia apenas no 1º ano do ensino fundamental, mas é construído desde os primeiros anos de vida. A criação do Documento Orientador da Educação Infantil, publicado pela Secretaria de Estado da Educação (SEDUC-PI) em 2021, responde à necessidade de oferecer diretrizes claras e sistematizadas para a organização das práticas pedagógicas nas redes municipais, considerando seus diferentes contextos, realidades e demandas.

A relevância deste documento se evidencia em um cenário marcado por desigualdades históricas, especialmente no Norte e Nordeste do Brasil, onde o acesso à educação infantil tem crescido, mas ainda enfrenta desafios estruturais, formativos e

pedagógicos. A atuação dos profissionais — professores, coordenadores pedagógicos e gestores — demanda uma base sólida que oriente o trabalho diário nas instituições, assegurando que a criança seja reconhecida como sujeito histórico, social e cultural. Nesse sentido, o Documento Orientador do PPAIC surge como suporte essencial na consolidação de práticas que respeitam os direitos de aprendizagem, promovem experiências significativas e reforçam o papel da escola como espaço de cuidado, educação e convivência.

A escolha por analisar esse documento se justifica pela necessidade de compreender como suas diretrizes dialogam com as políticas nacionais, tais como a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (DCNEI), e de que maneira contribuem para aprimorar a prática pedagógica no contexto piauiense. Além disso, a pesquisa se fundamenta na experiência prática da autora como formadora regional do PPAIC, o que permite uma leitura crítica e contextualizada do material, articulando teoria, políticas educacionais e realidade escolar.

Assim, este estudo tem como propósito examinar o Documento Orientador da Educação Infantil do PPAIC a partir de uma abordagem qualitativa e documental, buscando compreender sua estrutura, fundamentos e potencialidades. A análise considera aspectos políticos, pedagógicos e metodológicos, discutindo como o documento pode subsidiar o planejamento, a avaliação e a intencionalidade do trabalho docente. Com isso, pretende-se contribuir para o debate sobre a qualidade da educação infantil no Estado do Piauí e reforçar a importância de materiais orientadores na construção de uma prática educativa mais democrática, reflexiva e alinhada às necessidades das crianças.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A EDUCAÇÃO INFANTIL NO BRASIL

A educação infantil passou por profundas transformações nas últimas décadas, especialmente após sua consolidação como direito social na Constituição Federal de

1988, que reconhece a criança como sujeito de direitos e determina a obrigatoriedade da oferta gratuita pelo Estado. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB nº 9.394/1996 – reforça essa autonomia da educação infantil, definindo-a como a primeira etapa da educação básica e estabelecendo objetivos próprios para o desenvolvimento integral da criança em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social.

Segundo Kramer (2006), “a educação infantil tem história própria, constituída por disputas políticas, concepções de infância e interesses sociais que se cruzam e se confrontam” (p. 23). Assim, documentos orientadores surgem como instrumentos de regulação e, simultaneamente, como espaços de disputa entre diferentes concepções pedagógicas. No campo das políticas públicas, a definição de diretrizes e referenciais representa um movimento de organização do trabalho pedagógico e de garantia da qualidade do atendimento às crianças.

Nesse sentido, o Plano Nacional de Educação (PNE 2014–2024) destaca a ampliação da oferta com qualidade como um dos maiores desafios brasileiros, especialmente na creche, etapa historicamente marcada por desigualdades regionais. Para Cury (2008), “não basta assegurar o acesso; é preciso garantir condições efetivas de qualidade que estejam em consonância com o pleno desenvolvimento da criança” (p. 415). Assim, políticas estaduais que investem em documentos orientadores representam esforços locais de concretizar os direitos definidos em âmbito nacional.

No caso do Piauí, o Documento Orientador da Educação Infantil integra a política pública do PPAIC, atuando como material de referência para as redes municipais. Tal iniciativa se aproxima do movimento nacional de fortalecimento das políticas intersetoriais e do compromisso com a aprendizagem e o desenvolvimento das crianças desde a primeira infância.

2.2 CONCEPÇÕES DE INFÂNCIA E FUNDAMENTOS PEDAGÓGICOS DA EDUCAÇÃO INFANTIL

A compreensão de infância que orienta a educação infantil contemporânea resulta de uma mudança paradigmática consolidada pela DCNEI (2009), documento que

reconhece a criança como sujeito histórico, cultural, produtor de saberes e protagonista de suas experiências educativas. Essa concepção está ancorada em teorias pedagógicas progressistas e socioconstrutivistas.

Vygotsky (1998) afirma que “o desenvolvimento da criança ocorre na interação com o outro e com o meio social que a cerca” (p. 67), indicando que a aprendizagem não é isolada, mas profundamente mediada por elementos culturais, simbólicos e linguísticos. Nessa perspectiva, o trabalho pedagógico exige intencionalidade, organização e uma escuta sensível por parte do professor.

Para Oliveira (2010), a criança pequena deve ser compreendida como um sujeito que produz sentidos e significados, e não apenas receptora de conhecimentos. Essa compreensão desloca o foco do ensino para o processo de aprendizagem, favorecendo práticas mais investigativas, lúdicas e integradas às experiências reais das crianças.

Autores como Kishimoto (2011) reforçam o papel do brincar como eixo estruturante da educação infantil, destacando que o jogo e a brincadeira “são fundamentais para o desenvolvimento cognitivo, social e emocional da criança” (p. 45). Assim, documentos orientadores devem incorporar concepções pedagógicas que valorizem o lúdico como prática pedagógica significativa e promotora de desenvolvimento integral.

O Documento Orientador da Educação Infantil do PPAIC está alinhado a essas concepções, dado que organiza suas diretrizes considerando a criança como centro do processo educativo, assegurando seus direitos de aprendizagem e desenvolvimento, conforme proposto também pela Base Nacional Comum Curricular.

2.3 A BNCC E AS DIRETRIZES CURRICULARES NACIONAIS: PRINCÍPIOS E IMPLICAÇÕES PARA O TRABALHO PEDAGÓGICO

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC), homologada em 2017, representa um marco normativo para a educação brasileira ao estabelecer direitos de aprendizagem comuns a todas as crianças. No caso da educação infantil, define os seis direitos de aprendizagem — conviver, brincar, participar, explorar, expressar e conhecer-se — estruturados em cinco campos de experiência. Para Brasil (2017), “esses direitos são

condições essenciais para uma aprendizagem significativa e para o desenvolvimento integral da criança” (p. 36).

As Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (DCNEI, 2009) já previam que o currículo deve ser organizado por meio de interações e brincadeiras, orientando práticas que respeitem ritmos, culturas e modos de ser das crianças. De acordo com o documento, “a prática pedagógica deve assegurar experiências que permitam a ampliação das relações sociais, da escuta, da participação e do protagonismo infantil” (Brasil, 2009, p. 18).

A articulação entre BNCC e DCNEI exige que redes de ensino e instituições organizem seus currículos de forma fundamentada, coerente e contextualizada. Para Sacristán (2013), “o currículo é uma construção social” (p. 19), que precisa dialogar com o território, a cultura local e as necessidades reais da comunidade escolar. Assim, nenhum documento orientador pode ser aplicado de maneira descontextualizada; ao contrário, precisa ser apropriado e reelaborado pelos sujeitos da prática.

O Documento Orientador da Educação Infantil do PPAIC demonstra essa articulação ao estruturar suas orientações em sintonia com os princípios nacionais, ao mesmo tempo em que incorpora particularidades culturais e pedagógicas do estado do Piauí. Esse equilíbrio reforça a importância dos documentos regionais como instrumentos de mediação entre a política nacional e a prática cotidiana nas instituições de educação infantil.

3 METODOLOGIA

A pesquisa foi desenvolvida a partir de uma abordagem qualitativa, direcionada à compreensão dos sentidos, fundamentos e implicações pedagógicas presentes no Documento Orientador da Educação Infantil do PPAIC. A opção pela perspectiva qualitativa se deve ao seu potencial de iluminar interpretações, concepções e intencionalidades inscritas no texto, permitindo compreender como o documento constrói orientações para a prática docente e para a organização do trabalho pedagógico na educação infantil. Nesse sentido, o estudo se concentra na análise dos elementos

conceituais, estruturais e formativos que compõem o material, buscando identificar as concepções de infância, currículo, alfabetização e avaliação que o sustentam.

O método utilizado foi a análise documental, entendida como um procedimento investigativo que possibilita examinar criticamente documentos oficiais, normativos ou institucionais, desvelando seus princípios, diretrizes e implicações para a prática educacional. Essa escolha metodológica se mostra coerente com a natureza do objeto de estudo, uma vez que o documento analisado configura-se como um instrumento orientador das políticas públicas e das práticas pedagógicas no âmbito da educação infantil no estado do Piauí. A análise documental permitiu explorar tanto a organização interna do texto quanto os pressupostos teóricos e metodológicos que o fundamentam.

A pertinência dessa metodologia também se justifica pelo caráter institucional e formativo do Documento Orientador, elaborado pela Secretaria de Estado da Educação do Piauí (SEDUC-PI) e publicado em 2021 como parte das ações do Programa Piauiense de Alfabetização na Idade Certa (PPAIC). Destinado aos professores, coordenadores pedagógicos e gestores das redes municipais, o documento busca oferecer diretrizes que fortaleçam as práticas educativas na educação infantil, alinhando-as às políticas nacionais e às necessidades formativas do território piauiense. Assim, ao analisar esse material, a pesquisa contribui para compreender como políticas e orientações pedagógicas são traduzidas em propostas concretas para o cotidiano das instituições de educação infantil.

4 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS DADOS

A análise dos dados neste estudo busca compreender de que maneira as orientações presentes no Documento Orientador da Educação Infantil do PPAIC influenciam as práticas pedagógicas nas redes municipais do Piauí. A partir da abordagem qualitativa e da metodologia de análise documental, foram categorizados e examinados os principais eixos que estruturam o documento, observando-se como eles dialogam com concepções contemporâneas de infância, currículo, avaliação e formação docente. Essa análise permite identificar o alinhamento do PPAIC às normativas

nacionais e às discussões teóricas da área, ao mesmo tempo em que evidencia seu compromisso com uma educação infantil contextualizada e humanizada.

O documento assume uma concepção de infância que rompe com modelos escolarizantes, reconhecendo a criança como sujeito de direitos, ativa, criativa e participativa. “A criança pequena é um sujeito de direitos, que se expressa de múltiplas formas...” (Piauí, 2021, p. 18). Essa afirmação reflete uma compreensão alinhada às DCNEI e à BNCC, enfatizando que a infância deve ser vivida em sua plenitude, com espaço para exploração, expressão, movimento e imaginação. Ao reforçar que a criança aprende por meio de interações e experiências significativas, o documento se aproxima das contribuições de Kramer (2007) e Barbosa (2012), que afirmam que a Educação Infantil deve respeitar a cultura da infância e valorizar suas múltiplas linguagens.

O currículo é apresentado como um processo dinâmico, centrado nos direitos de aprendizagem e nos campos de experiências. “O currículo da Educação Infantil deve ser construído a partir dos direitos de aprendizagem...” (Piauí, 2022, p. 27). Isso demonstra afinidade com a BNCC, que defende um currículo aberto, vivo e conectado aos contextos socioculturais das crianças. Autores como Oliveira (2011) reforçam que um currículo significativo deve dialogar com o cotidiano infantil e com as vivências das comunidades, perspectiva assumida pelo texto orientador do PPAIC, que busca valorizar as especificidades de cada território municipal, sem perder a articulação com as políticas nacionais.

Outro aspecto central identificado diz respeito à metodologia. O documento rejeita práticas tradicionais e conteudistas, enfatizando que as práticas pedagógicas devem ser lúdicas, investigativas e sensíveis às necessidades das crianças. “As práticas pedagógicas... devem partir das vivências, interesses e necessidades das crianças...” (Piauí, 2022, p. 34). Essa postura se alinha ao pensamento de Kishimoto (2010), segundo a qual o brincar não é um momento isolado, mas um eixo estruturante das aprendizagens. Assim, o PPAIC propõe atividades que promovem o protagonismo infantil, a exploração do ambiente, a escuta sensível e a mediação intencional dos professores.

O documento também apresenta uma concepção de professor como mediador, observador e pesquisador da própria prática. “A intencionalidade docente, aliada à

reflexão crítica...” (Piauí, 2021, p. 43). Essa ênfase dialoga com autores como Schön (2000) e Oliveira (2011), que defendem uma prática docente reflexiva, investigativa e comprometida com a melhoria contínua. A análise revela que o PPAIC busca fortalecer essa postura ao orientar que o planejamento seja flexível, revisitado e fundamentado nas observações diárias realizadas pelo professor.

A avaliação aparece como um processo contínuo, formativo e qualitativo. Ao indicar registros como portfólios, narrativas e relatórios descritivos (Piauí, 2021, p. 49), o documento reforça a perspectiva defendida por Hoffmann (1996), que compreende a avaliação como intervenção pedagógica, e não como mera verificação de conteúdos. Essa abordagem prioriza o acompanhamento sensível dos percursos individuais das crianças, permitindo que o professor reconheça ritmos, avanços, necessidades e potencialidades.

Além dessas categorias, a análise evidencia que o documento se fundamenta em uma concepção ampliada de Educação Infantil, que entende o brincar como forma de expressão, comunicação e elaboração do mundo. O documento reconhece o brincar como eixo estruturante do currículo e como direito da criança, alinhando-se às contribuições de Kishimoto (2010) e às DCNEI. Assim, promove uma visão de aprendizagem que ocorre de maneira integrada e interativa, e não fragmentada em conteúdos isolados.

Outro ponto observado é a organização pedagógica do tempo e do espaço. O documento descreve ambientes acolhedores, esteticamente organizados e ricos em materiais diversificados, ideia que se aproxima de Malaguzzi (2001), ao conceber o espaço como “o terceiro educador”. Assim, a organização do ambiente deixa de ser apenas um aspecto administrativo e passa a ser compreendida como parte da intencionalidade pedagógica.

A análise revelou ainda a importância atribuída à relação família-escola. Embora não seja o foco central do documento, o PPAIC destaca que práticas pedagógicas mais efetivas emergem quando há diálogo com as famílias, reconhecendo que elas oferecem informações essenciais para a compreensão integral da criança. Essa perspectiva reforça a corresponsabilidade no processo educativo e está em consonância com as orientações nacionais.

Por fim, reafirma-se que o documento orientador não apenas apresenta diretrizes metodológicas, mas também propõe uma visão humanizada e inclusiva de educação, valorizando a participação ativa das crianças, a formação dos professores, o planejamento intencional e a avaliação contínua. Assim, configura-se como instrumento importante para qualificar e fortalecer as práticas pedagógicas na Educação Infantil do Piauí.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise do Documento Orientador da Educação Infantil do PPAIC evidenciou seu papel estratégico como referência central para a organização das práticas pedagógicas na Educação Infantil no estado do Piauí. Estruturado em consonância com as diretrizes nacionais — especialmente a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (DCNEI) — o documento apresenta um currículo flexível, inclusivo e sensível às singularidades culturais e regionais, ao mesmo tempo em que reafirma a criança como protagonista do processo educativo.

De modo geral, o Documento Orientador configura-se como um instrumento significativo para o fortalecimento e qualificação da Educação Infantil no estado. Ao conjugar princípios nacionais com as necessidades e características locais, contribui para a construção de práticas pedagógicas mais coerentes, contextualizadas e equitativas, assegurando às crianças piauienses experiências educativas mais ricas e significativas.

Os resultados deste estudo indicam, contudo, que a efetividade dessas orientações depende não apenas de sua adoção formal, mas do engajamento de professores e gestores na ressignificação de suas práticas, por meio da reflexão crítica e da adaptação às realidades de cada contexto. Assim, a continuidade de investimentos em formação docente, acompanhamento pedagógico e suporte institucional revela-se essencial para que as diretrizes propostas pelo PPAIC se materializem em avanços

concretos, promovendo melhorias reais no processo de aprendizagem e desenvolvimento das crianças na Educação Infantil.

REFERÊNCIAS

- BARBOSA, M. C. S. (2012). **A infância e seu lugar na sociedade**. Porto Alegre: Penso.
- BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília: MEC, 2017.
- BRASIL. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil**. Brasília: MEC/CNE, 2009.
- BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União, Brasília, 23 dez. 1996.
- BRASIL. **Plano Nacional de Educação (PNE) 2014–2024**. Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014. Brasília: MEC, 2014.
- CURY, Carlos Roberto Jamil. **Educação e Direito à Educação**. Revista Brasileira de Educação, v. 13, n. 39, p. 411–423, 2008.
- HOFFMANN, Jussara. **Avaliação na pré-escola? Um olhar sensível e reflexivo sobre a criança**. Porto Alegre: Mediação, 1996.
- HOFFMANN, J. (1996). **Avaliação mediadora**. Porto Alegre: Mediação.
- KISHIMOTO, T. M. (2010). **Jogo, brinquedo, brincadeira e a educação**. 8. ed. São Paulo: Cortez.
- KRAMER, S. (2007). **A política do pré-escolar no Brasil**. São Paulo: Cortez.
- MALAGUZZI, L. (2001). Histórias, idéias e filosofia básica. In: Edwards, C.; Gandini, L.; Forman, G. (Orgs.). **As cem linguagens da criança**. Porto Alegre: Artmed.
- OLIVEIRA, Z. M. R. (2011). **Educação infantil: fundamentos e métodos**. São Paulo: Cortez.
- PIAUÍ. Secretaria de Estado da Educação – SEDUC. **Documento Orientador da Educação Infantil do PPAIC**. Teresina: SEDUC/UNICEF/Instituto Gesto, 2022.
- PIAUÍ. Governo do Estado. Secretaria de Estado da Educação. **Orientações pedagógicas e metodológicas para a educação infantil**. Teresina, 2021.
- SCHÖN, D. (2000). **Educando o profissional reflexivo**. Porto Alegre: Artmed.
- SACRISTÁN, José Gimeno. **O Currículo: uma reflexão sobre a prática**. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2013.
- VYGOTSKY, Lev Semionovich. **A Formação Social da Mente**. 7. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

DA SALA DE AULA À GESTÃO: VIVÊNCIAS E REFLEXÕES FORMATIVAS DO ESTÁGIO SUPERVISIONADO EM GESTÃO E APOIO EDUCACIONAL

Larissa Elizabete Vieira da Silva
Licencianda em Pedagogia
Faculdade de Igarassu – UNIFACIG

Carlos Eduardo de Melo Pereira da Veiga
Professor Orientador
Mestrado em Estudos da Linguagem
Faculdade de Igarassu – UNIFACIG

RESUMO: Introdução: O presente trabalho aborda o estágio como espaço formativo que articula teoria e prática no campo da gestão educacional. **Objetivo:** refletir sobre as aprendizagens e competências desenvolvidas a partir da vivência no estágio supervisionado, destacando os desafios e contribuições desse processo para a formação docente. **Fundamentação teórica:** baseou-se em autores como Lück (2006, 2009), Paro (1997) e Libâneo (2015), que compreendem a gestão educacional como um processo democrático e participativo voltado à melhoria da aprendizagem e à mobilização de pessoas. **Metodologia:** de natureza qualitativa, fundamentada na observação direta, no registro reflexivo e na análise das experiências vivenciadas na Secretaria Municipal de Educação, buscando compreender como a prática contribui para o desenvolvimento profissional e para a consolidação da identidade docente. **Resultados:** os resultados, indicam que o estágio supervisionado contribui para ampliar a compreensão do pedagogo sobre a gestão escolar e sua relevância na formação docente.

Palavras-chave: Gestão educacional. Estágio supervisionado. Liderança democrática. Formação docente.

ABSTRACT: Introduction: This paper addresses internships as a training space that combines theory and practice in the field of educational management. **Objective:** to reflect on the learning and skills developed from the experience of supervised internships, highlighting the challenges and contributions of this process to teacher training. **Theoretical basis:** based on authors such as Lück (2006, 2009), Paro (1997), and Libâneo (2015), who understand educational management as a democratic and participatory process aimed at improving learning and mobilizing people. **Methodology:**

qualitative in nature, based on direct observation, reflective recording, and analysis of experiences at the Municipal Department of Education, seeking to understand how the practice contributes to professional development and the consolidation of teacher identity. **Results:** the results indicate that supervised internships contribute to broadening educators' understanding of school management and its relevance to teacher training.

Keywords: Educational management. Supervised internship. Democratic leadership. Teacher training.

1 INTRODUÇÃO

Muito se discute acerca da gestão, suas diversas formas de organização e a necessidade do ser humano de estar inserido nesse processo de gerenciamento. No entanto, ainda se debate pouco sobre a importância de compreender os procedimentos gerenciais: como se constituem, para que servem e, principalmente, quais são suas finalidades. Mas afinal, o que é gestão? Em seu conceito mais sólido, entende-se a gestão como o ato de administrar, gerir ou coordenar recursos, pessoas, processos e estratégias com vistas à concretização de objetivos.

Diante dessa perspectiva, torna-se essencial analisar como a gestão se concretiza no contexto educacional, especialmente em instituições públicas. Com base nessa premissa, este relatório foi elaborado a partir das experiências vivenciadas na Secretaria de Educação do município de Itapissuma, situada na Rua Flávio Marques, nº 125, Itapissuma – PE, CEP 53700-000. A solicitação deste relatório foi feita pelo professor Carlos Eduardo de Melo Pereira Veiga, no âmbito da disciplina de Estágio Supervisionado na Área de Gestão e Apoio Educacional. O principal objetivo é analisar a prática pedagógica da instituição, avaliar a gestão educacional no município, refletir sobre a atuação dos profissionais da educação e, dessa forma, obter uma melhor compreensão a respeito da gestão educacional como um todo.

Nesse contexto, torna-se fundamental compreender os fundamentos teóricos que sustentam a prática da gestão educacional. Segundo Paro (1997), gestão e administração são sinônimos, isto é, possuem o mesmo significado, sendo definidas como “a utilização racional de recursos para a realização de fins determinados”. Essa concepção amplia a

compreensão da gestão como um processo intencional, que vai além da execução de tarefas burocráticas, englobando o planejamento, a organização, a coordenação e o controle de ações voltadas à consecução de objetivos previamente estabelecidos. Dessa maneira, a gestão assume um caráter estratégico, exigindo a articulação eficiente dos recursos disponíveis para alcançar resultados eficazes nos contextos educacional, social ou organizacional.

Complementando essa visão, Dourado (2003) afirma que muitos autores definem a gestão como a administração e a gerência de determinadas atividades, incluindo o planejamento, a direção, a coordenação, a definição de metas e funções nas instituições sociais. Com isso, compreende-se que os processos de gestão estão intrinsecamente relacionados às exigências econômicas, políticas, sociais e culturais, e que só se concretizam a partir de uma integração efetiva entre os sujeitos envolvidos, de modo que os meios adotados estejam alinhados aos fins deliberados. A partir dessas concepções, este artigo tem como objetivo discutir e ampliar o debate em torno do tema gestão educacional. Com base nisso, busca-se responder a diversas questões fundamentais: o que é a gestão educacional? Qual a relação entre gestão e administração? Quais são seus desdobramentos, dimensões e estratégias no contexto escolar? Quais as particularidades da gestão democrática participativa? Quais são as demandas atuais sobre o trabalho dos gestores escolares? Quem são esses gestores? Que ações de liderança são necessárias nesse trabalho de gestão? Como planejar, organizar e dinamizar, de forma estratégica, o funcionamento das escolas? Como avaliar a gestão escolar e a atuação da escola como um todo? Essas são algumas das perguntas norteadoras que orientam esta análise.

No panorama brasileiro, a gestão educacional é compreendida como o processo de organização e condução das políticas, práticas e recursos educacionais, com o objetivo de assegurar a qualidade do ensino e a democratização do acesso à educação, conforme os princípios da Constituição Federal de 1988 e da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB/1996). Ao longo da história, a trajetória da gestão educacional no país foi influenciada por modelos teóricos importados, especialmente pelos manuais norte-americanos no início do século XX. Além disso, esse processo recebeu contribuições

significativas das teorias da administração, dos movimentos pedagógicos experimentais e da resistência política vivenciada no período pós-ditadura militar (1964–1985).

Desse modo, a luta pela democracia e pela qualidade da educação moldou profundamente esse percurso, sendo a busca por modelos de planejamento técnico que garantam maior controle e melhores resultados uma marca constante da gestão educacional brasileira. É importante salientar que essa qualidade pode ser compreendida tanto como um atributo da gestão quanto como desempenho medido por resultados escolares padronizados. No que tange à importância desse modelo de gestão, destaca-se a seguinte afirmação:

Daí por que a importância da gestão educacional, na determinação desse novo destino, uma vez que a partir do seu enfoque de visão de conjunto e orientação estratégica de futuro, tendo por base a mobilização de pessoas articuladas em equipe, permite articular ações e estabelecer a devida mobilização para maximizar resultados. (LUCK, 2006, p.23)

Essa perspectiva defendida por Luck (2006) reforça a necessidade de uma abordagem integrada e estratégica, que visa não apenas à organização interna das instituições educacionais, mas também à mobilização de todos os atores envolvidos no processo educativo. Ao adotar esse modelo, a gestão educacional torna-se capaz de alinhar ações e esforços em favor da melhoria contínua da qualidade do ensino, assegurando que as políticas públicas e as práticas pedagógicas estejam orientadas para resultados concretos e sustentáveis.

No contexto brasileiro, essa abordagem de gestão educacional tem se mostrado cada vez mais necessária, especialmente diante da complexidade das demandas educacionais e dos desafios impostos pela diversidade de realidades regionais. Assim, a gestão educacional no Brasil se configura como um campo em constante construção, sendo fortemente influenciada pelos contextos políticos, sociais e culturais. Mais do que uma prática técnica, a gestão educacional se apresenta como um espaço de decisões coletivas, mediações pedagógicas e ações estratégicas voltadas à garantia do direito à educação com qualidade social.

Compreender, portanto, a gestão educacional exige uma visão holística que considere suas múltiplas dimensões. É fundamental analisar as relações de poder que

atravessam o processo de gestão, as exigências contemporâneas que desafiam o cotidiano escolar e, especialmente, o papel essencial dos sujeitos envolvidos. Entre os aspectos cruciais da gestão educacional, destacam-se a importância da gestão democrática e participativa nas escolas, a construção coletiva de projetos e decisões, as dimensões e estratégias que envolvem o planejamento, a liderança, a avaliação e a formação continuada, bem como os desafios enfrentados pelos gestores, sobretudo em contextos de vulnerabilidade social. Por fim, este artigo também visa apresentar uma análise crítica da prática observada durante o estágio supervisionado, relacionando as teorias aprendidas à realidade da educação pública.

2 OBSERVAÇÃO NA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE ITAPISSUMA – PE: ESTRUTURA, FUNCIONAMENTO E ANÁLISE GERAL

A presente observação foi realizada na Secretaria Municipal de Educação de Itapissuma, situada no estado de Pernambuco, durante o período de 17 de março a 5 de maio de 2025. Ao longo desse tempo, foi possível acompanhar de maneira direta, reflexiva e sistemática o funcionamento da secretaria, analisando sua estrutura organizacional, a dinâmica entre os setores, os processos administrativos e as práticas pedagógicas, com atenção especial à gestão educacional e seus desafios.

A Secretaria está sob a gestão do Secretário Municipal de Educação, Jesanias Rodrigues, e conta com cerca de 35 servidores distribuídos entre os setores de Transporte, Financeiro, Executivo, Recursos Humanos (RH), Manutenção, Almoxarifado e a Seção de Alimentação Escolar (SAE). Essa organização interna revela um esforço claro para garantir eficiência na gestão dos recursos e fluidez na prestação dos serviços educacionais, promovendo a articulação entre os setores e mantendo o foco na melhoria da qualidade do ensino.

Itapissuma possui atualmente quinze escolas em funcionamento, além de uma biblioteca, uma carpintaria escola e um anexo localizado no bairro Marco Freire. A composição do quadro de pessoal, que reúne 110 servidores efetivos e 132 contratados, reflete o empenho da gestão municipal em manter a rede em funcionamento, mesmo diante da limitação no número de concursados. Essa realidade, contudo, também revela

uma fragilidade institucional, uma vez que a dependência excessiva de profissionais contratados pode comprometer a continuidade dos projetos pedagógicos e a estabilidade das equipes escolares.

Durante a observação, foi possível constatar a importância do setor de Transporte, que atua não apenas no deslocamento diário dos estudantes, sobretudo os residentes em áreas periféricas, mas também na manutenção da frota e no planejamento logístico das rotas escolares. O setor Financeiro é responsável pela gestão dos recursos orçamentários destinados à educação, realizando o controle das despesas, o acompanhamento dos repasses estaduais e federais, e garantindo a sustentabilidade das ações implementadas.

O setor Executivo da Secretaria centraliza as decisões administrativas e pedagógicas, funcionando como elo direto entre a gestão central e as unidades escolares da rede municipal. Sua atuação é essencial para assegurar que as orientações estratégicas da Secretaria se traduzam em práticas coerentes nas escolas. Nesse contexto, destaca-se a contribuição da gestora de Normatização e Legislação do Sistema de Ensino, Olindina Cruz, responsável por garantir que as ações pedagógicas estejam alinhadas aos marcos legais e normativos da educação, promovendo segurança jurídica e coerência nas políticas implementadas.

Já o setor de Recursos Humanos, coordenado por Alysson Christian, possui papel estratégico e abrangente. É responsável por todo o trâmite documental relacionado à admissão, exoneração, controle de frequência, licenças e organização de processos formativos dos profissionais da educação no âmbito da Secretaria. No entanto, embora o RH concentre a gestão administrativa desses servidores, a responsabilidade pelo lançamento dos dados na folha de pagamento cabe ao setor administrativo central do município. Assim, a integração entre os dois setores é fundamental para assegurar a regularidade contratual e financeira dos profissionais, garantindo tanto o cumprimento das obrigações legais quanto a valorização do quadro funcional da rede municipal de ensino.

A infraestrutura da rede também é foco de atenção. O setor de Manutenção realiza intervenções corretivas e preventivas, apoiado pela carpintaria escola, que presta

serviços técnicos essenciais às unidades. O almoxarifado garante a organização e distribuição dos materiais pedagógicos, de limpeza e administrativos, mesmo enfrentando limitações de espaço e recursos. A Seção de Alimentação Escolar (SAE), por sua vez, é exemplo de boa prática na gestão pública, promovendo a distribuição regular da merenda escolar de acordo com as diretrizes do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e desenvolvendo ações voltadas à educação nutricional.

Durante o estágio, observou-se que a secretaria tem buscado alinhar suas práticas administrativas aos princípios da gestão democrática, promovendo o diálogo entre os diferentes setores e fomentando a participação da comunidade escolar. Ainda que em processo de construção, essa postura demonstra a preocupação da gestão em desenvolver políticas educacionais fundamentadas na escuta ativa, na transparência e na corresponsabilidade.

Nesse contexto, a atuação da chefe da Divisão de Ensino, Adilia Cruz, é fundamental para fortalecer as práticas pedagógicas nas escolas e alinhar o trabalho dos professores com os objetivos estratégicos da rede. Seu papel também reforça a dimensão pedagógica da gestão, mostrando que o foco na aprendizagem precisa estar articulado ao planejamento, à avaliação e à formação continuada.

Apesar dos avanços, alguns desafios se destacam. A elevada proporção de servidores contratados em relação aos efetivos pode comprometer a consolidação de uma cultura institucional sólida. Além disso, os setores de manutenção e almoxarifado ainda enfrentam restrições físicas e operacionais que limitam sua atuação. Outro ponto a ser aprimorado é a comunicação interna entre os setores, que, se mais eficiente, poderia gerar maior integração, agilidade e resposta mais rápida às demandas da rede.

Paralelamente às questões estruturais, destacam-se iniciativas relevantes no âmbito dos projetos desenvolvidos pela Secretaria. Entre eles, merece destaque o Projeto Bolsa do Bem, uma política pública instituída por lei municipal, com o objetivo de incentivar a frequência escolar dos alunos e reduzir os índices de defasagem escolar. O projeto também permite a identificação do índice social de cada criança, possibilitando apoio às famílias em situação de vulnerabilidade, especialmente nas áreas periféricas e de baixa renda. O recebimento da bolsa é condicionado à frequência e ao desempenho

escolar dos estudantes, cujas informações são registradas no Sistema de Controle Acadêmico e Pedagógico (SICAP) pelos gestores das instituições.

Como carro-chefe das ações de valorização da ciência e da educação, a Semana Municipal de Ciências e Tecnologia se consolidou como uma política pública de incentivo à produção científica local. Implantada em 2017 sob a gestão do atual secretário Jesanias Rodrigues, a iniciativa promove anualmente atividades integradas entre escolas, estudantes e a comunidade, fortalecendo o protagonismo estudantil e o interesse pelas áreas científicas.

Outro projeto de destaque é o Fortalecimento, um programa pedagógico voltado à correção de fluxo escolar e à recomposição das aprendizagens, criado durante a pandemia da COVID-19. Desde então, o projeto tem contribuído significativamente para a melhoria dos indicadores educacionais no município, atuando de forma sistemática para recuperar conteúdos essenciais e evitar o abandono escolar.

Diante do exposto, conclui-se que a Secretaria Municipal de Educação de Itapissuma apresenta uma gestão funcional, com setores bem estruturados e profissionais que demonstram compromisso com a missão educacional do município. A experiência de estágio permitiu uma visão abrangente da rotina administrativa e pedagógica da secretaria, revelando práticas organizacionais coerentes, esforço pela articulação entre os setores e iniciativas que visam garantir o acesso, a permanência e a qualidade do ensino ofertado.

Entretanto, mesmo com os avanços perceptíveis, persistem desafios que exigem atenção estratégica, como a elevada proporção de servidores contratados, as limitações na infraestrutura de setores operacionais e a necessidade de aprimorar os fluxos de comunicação interna. Esses aspectos, embora comuns em muitas administrações públicas, indicam pontos sensíveis que podem comprometer a continuidade de políticas educacionais e a consolidação de uma cultura institucional estável.

Além das questões operacionais, um fator se destacou ao longo da observação: a relevância do envolvimento coletivo nas decisões e a abertura para o diálogo entre os diferentes atores da comunidade escolar. Em diversas situações, ficou evidente que a escuta ativa, a participação dos profissionais da educação e a valorização de suas vozes

fortalecem o sentimento de pertencimento e compromisso com os objetivos educacionais.

Dessa forma, compreende-se que a eficácia de uma gestão educacional não depende apenas da estrutura física e organizacional, mas também – e sobretudo – da capacidade de promover uma governança pautada na escuta, na corresponsabilidade e na construção coletiva das decisões. É nesse ponto que se insere, de maneira fundamental, a discussão sobre a gestão democrática e participativa no meio educacional.

3 GESTÃO DEMOCRÁTICA E PARTICIPATIVA: FUNDAMENTOS E PRÁTICAS

A Constituição Federal de 1988 foi um marco essencial para a educação brasileira ao estabelecer, em seu artigo 206, inciso VI, o princípio da “gestão democrática do ensino público, na forma da lei”. Mais do que reafirmar a educação como um direito universal, essa diretriz introduz uma nova forma de pensar a organização dos sistemas educacionais. Nela, ganham destaque a participação coletiva, a descentralização das decisões e o envolvimento ativo da comunidade escolar nos processos pedagógicos e administrativos.

Nesse sentido, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/96), assim como o Plano Nacional de Educação (Lei nº 10.172/2001), reforçam a importância da gestão democrática, estimulando a criação de espaços coletivos de decisão, como os conselhos escolares, e valorizando a autonomia das instituições na elaboração de projetos pedagógicos contextualizados à realidade local. Tais normativas ampliam o debate sobre novas formas de gerir a educação pública, pautadas na inclusão e na participação efetiva dos sujeitos envolvidos.

A gestão democrática representa uma ruptura com o modelo tradicional, autoritário e burocrático da administração educacional. Conforme enfatiza Heloísa Lück (2000), em sua obra *Gestão: uma questão paradigmática*, essa modalidade de gestão demanda a “participação efetiva dos diversos segmentos da comunidade escolar no planejamento, execução e avaliação do projeto educativo”. Ou seja, não basta formalizar espaços de participação: é necessário cultivar uma cultura organizacional pautada no

respeito mútuo, na corresponsabilidade e na construção coletiva do conhecimento e das decisões.

Nesse contexto, o compartilhamento de responsabilidades entre os diversos atores do ambiente escolar se mostra essencial para o sucesso da gestão democrática. Essa prática desafia a lógica verticalizada da administração, favorecendo a construção de redes colaborativas nas quais as decisões resultam do diálogo e do consenso. Lück (2000) destaca a importância de uma “cultura participativa e colaborativa” que permita o envolvimento real de todos no planejamento, execução e avaliação das ações educacionais.

Complementando essa perspectiva, Paro (2012), em *Gestão democrática da escola pública*, afirma que a gestão democrática “não é apenas a coexistência de pessoas no espaço escolar, mas o exercício da cidadania, que se efetiva quando todos têm voz e responsabilidade nas decisões”. Assim, o compartilhamento real de responsabilidades é um dos pilares para a construção de uma escola pública inclusiva, de qualidade e comprometida com a equidade.

Outro aspecto fundamental é o papel dos gestores dos sistemas municipais de educação, que atuam como mediadores entre as políticas públicas, as demandas locais e as práticas escolares cotidianas. Esses profissionais exercem um papel estratégico que vai além da coordenação administrativa, promovendo a participação da comunidade escolar e conciliando a responsabilidade institucional com o diálogo contínuo. Essa dinâmica mostra que a gestão democrática é uma construção permanente, que depende do compromisso e protagonismo desses agentes para se consolidar no cotidiano da educação pública.

Essa realidade se evidencia no município de Itapissuma, onde a gestão educacional tem buscado integrar os princípios da participação e do diálogo à sua rotina. O secretário de Educação, Jesanias Rodrigues, afirma que a gestão participativa vai além da divisão formal de decisões: envolve respeitar processos e garantir que as vozes técnicas da equipe sejam efetivamente ouvidas e valorizadas. Segundo ele, embora exista uma estrutura hierárquica no sistema público, essa hierarquia não deve impedir a escuta e a colaboração efetiva:

“O cargo é hierárquico, sim, mas isso não implica em centralização egoísta. Existe uma estrutura que precisa ser respeitada, mas todas as decisões importantes são tomadas coletivamente. Quando surge um problema, a pergunta é: como podemos resolver isso juntos? Muitas vezes, a iniciativa parte de mim, mas a continuidade e consolidação das decisões dependem da construção coletiva com a equipe técnica e pedagógica.”

Além disso, Jesanias ressalta que a escuta ativa é uma prática consolidada na rede, por meio de reuniões regulares com coordenações e gerências, avaliações técnicas das propostas e abertura para críticas fundamentadas. Esses mecanismos mantêm a gestão conectada à realidade escolar e, sobretudo, ao foco central da aprendizagem dos estudantes:

“A avaliação que adotamos é contextualizada e nasceu como resposta a problemas identificados ao longo do tempo. Embora a ideia inicial possa partir da liderança, sua implementação depende do diálogo técnico e da participação. Não se trata de impor opiniões, mas de analisar dados, avaliar operacionalidade e aplicar as soluções que melhor atendem aos alunos. Se eles não aprendem, é sinal de que algo precisa ser repensado.”

A experiência de Itapissuma, aliada aos fundamentos legais e teóricos da gestão democrática, reforça que esse modelo não se limita à abertura formal de espaços de fala. Ele exige um compromisso ético e político com a transformação social. O gestor democrático não ocupa a liderança para exercer poder, mas para articular interesses, escutar demandas legítimas e implementar ações coerentes com as necessidades da comunidade escolar.

Como destaca Lück (2000), trata-se de liderar com sensibilidade, responsabilidade e intencionalidade, enfrentando criativamente os conflitos e promovendo soluções coletivas. Essa abordagem conecta-se a uma concepção ampliada de justiça social, pois reconhece que as desigualdades que afetam a escola ultrapassam seus muros e se relacionam com a forma como a sociedade distribui riquezas, oportunidades e direitos. Falar em gestão democrática e participativa é, portanto, reconhecer seu caráter político e sua função social. É compreender que a escola pública, para cumprir seu papel, precisa de lideranças comprometidas com a equidade, com a escuta ativa e, sobretudo, com a promoção de práticas emancipatórias.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A realização do estágio supervisionado na área de Gestão e Apoio Educacional representou uma etapa de significativa contribuição para a formação acadêmica no curso de Pedagogia, especialmente por possibilitar uma imersão prática nos processos que estruturam e sustentam a educação pública em nível municipal. Trata-se de uma vivência que possibilitou o aprofundamento do entendimento sobre o papel estratégico da gestão educacional, frequentemente subestimado no percurso formativo dos graduandos, mas cuja relevância se mostrou incontestável ao longo do estágio.

A partir da experiência junto à Secretaria Municipal de Educação de Itapissuma, foi possível observar com mais clareza como se constituem os fluxos e decisões que envolvem as esferas executiva, pedagógica, financeira, administrativa e de infraestrutura. A complexidade e a interdependência entre essas dimensões evidenciam que a gestão educacional vai além da simples organização de processos: ela configura-se como eixo estruturante da política pública educacional, contribuindo diretamente para a garantia do direito à aprendizagem.

Durante o estágio, ficou evidente o compromisso da Secretaria de Educação com a promoção de uma educação de qualidade socialmente referenciada. Ressalta-se, nesse contexto, a atuação do secretário municipal de Educação, Jesanias Rodrigues, cuja postura democrática e participativa tem promovido um ambiente de trabalho colaborativo, transparente e comprometido com o cumprimento das normativas educacionais. Sua liderança se expressa na escuta ativa às demandas das escolas, no incentivo à corresponsabilidade entre os profissionais e no estímulo ao desenvolvimento de práticas alinhadas às diretrizes legais e pedagógicas vigentes.

A vivência proporcionada pelo estágio possibilitou uma compreensão ampliada sobre a função social da gestão educacional, que deve operar de forma ética, técnica e comprometida com os princípios de equidade, inclusão e qualidade. Ao acompanhar de perto os desafios e as estratégias adotadas pelo órgão gestor, consolidou-se uma visão mais abrangente e consistente acerca das reais necessidades do sistema educacional e das possibilidades de intervenção que uma gestão bem estruturada pode oferecer. Como

destaca Lück (2009, p. 17), “a gestão educacional é, essencialmente, um trabalho de mediação técnica e política entre os diferentes sujeitos e dimensões que compõem o processo educativo, orientando-se pelo princípio da melhoria da qualidade do ensino e da aprendizagem”. Nesse sentido, torna-se evidente que a qualidade da educação passa, necessariamente, pela qualidade da gestão.

Em síntese, os conhecimentos adquiridos ao longo deste percurso prático não apenas complementam a formação teórica, mas também reforçam a importância de uma atuação pedagógica articulada à gestão educacional. Trata-se de uma experiência que enriquece significativamente a trajetória acadêmica e que, certamente, contribuirá para o exercício profissional crítico, ético e comprometido com a transformação da realidade educacional.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.** Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, p. 27833, 23 dez. 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em: 10 Mar. 2025.

FRANCO, Maria Amélia Santoro. **Pedagogia como ciência da educação.** Campinas, SP: Papirus, 2003.

GOHN, Maria da Glória. Educação não-formal, participação da sociedade civil e estruturas colegiadas nas escolas. **Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação**, Rio de Janeiro, v. 50, n. 14, p. 27-38, mar. 2006. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ensaio/a/s5xg9Zy7sWHxV5H54GYdfQ/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 02 jun. 2025.

LIBÂNEO, José Carlos *et al.* **Educação Escolar: políticas, estrutura e organização.** São Paulo: Cortez, 2011.

LIBÂNEO, José Carlos. **Organização e Gestão Escolar Teoria e Prática.** Goiânia: Ed.Alternativa, 5ª edição, 2004.

LÜCK, Heloísa. **Dimensões da gestão escolar e suas competências.** Curitiba: Editora Positivo, 2009.

LÜCK, Heloísa. **Gestão educacional: uma questão paradigmática.** Revista Brasileira de Política e Administração da Educação, v. 16, n. 2, p. 25-36, 2000.

PARO, Vitor Henrique. **Administração escolar: introdução crítica.** 17. ed. rev. e ampl. São Paulo: Cortez, 2012.

DESCONSTRUINDO AS GRADES: ENSINO DE PRODUÇÃO DE TEXTO NA EJA EM UMA UNIDADE PRISIONAL DO ESTADO DE PERNAMBUCO

Sandro Sebastião da Silva

Doutorando em Ciências da Linguagem
Universidade Católica de Pernambuco – UNICAP

Rossana Regina Guimarães Ramos Henz

Professora doutora do PPGCL
Universidade Católica de Pernambuco – UNICAP

RESUMO: Neste trabalho, objetivamos analisar o ensino de produção de texto, com vistas para os gêneros textuais, desenvolvido pelos docentes da Educação de Jovens e Adultos em uma Unidade Prisional de Pernambuco. Isso porque, muito embora seja um ambiente em que, assim como em uma escola convencional, são implementadas práticas educativas cotidianas, não há pesquisas suficientes para contribuir com a compreensão da realidade em que tais práticas são desenvolvidas na referida unidade. Para tal, fundamentamo-nos em Miller (1984), Schneuwly e Dolz (2004), Ivanič (2004), Barzeman (2009) no que concerne à produção de texto e gêneros textuais, assim como em Silva (2022), Catelli (2014), Cavalcante (2017) em se tratando da EJA e Educação Prisional, dentre outros. Adotamos a pesquisa etnográfica com abordagem qualitativa, utilizando os seguintes meios para coleta de dados: entrevista semiestruturada, questionários e análise documental. Por fim, sendo uma pesquisa em andamento, acreditamos que integrar os gêneros textuais relevantes ao contexto de encarceramento facilita a expressão individual dos estudantes e melhora suas interações sociais cotidianas, contribuindo para a ressocialização e reintegração social.

Palavras-chave: Produção de texto. EJA. Educação Carcerária.

ABSTRACT: In this study, we aim to analyze the teaching of text production, focusing on textual genres, as developed by teachers in the Youth and Adult Education (EJA) program within a Prison Unit in Pernambuco. Although this environment—like a conventional school—implements daily educational practices, there is still a lack of research that contributes to understanding the reality in which such practices are carried out in this specific context. To this end, our theoretical foundation draws on Miller (1984), Schneuwly and Dolz (2004), Ivanič (2004), and Bazerman (2009) regarding text

production and textual genres, as well as on Silva (2022), Catelli (2014) and Cavalcante (2017) concerning Youth and Adult Education and Prison Education, among others. We adopted an ethnographic research design with a qualitative approach, employing the following data collection methods: semi-structured interviews, questionnaires, and document analysis. Finally, as an ongoing study, we believe that integrating textual genres relevant to the incarceration context facilitates students' individual expression and improves their everyday social interactions, thereby contributing to their resocialization and social reintegration.

Keywords: Text production. Youth and Adult Education (EJA). Prison Education.

1 INTRODUÇÃO

Quando se discorre acerca do ensino de produção de texto na Educação de Jovens e Adultos, *a priori*, já se pode depreender que há certa escassez de materiais e metodologias específicos para se trabalhar com o referido público-alvo levando em consideração o pouco espaço que a modalidade encontra no campo científico. Portanto, isso por si só já configuraria uma situação-problema bastante relevante, levando em conta o baixo número de pesquisas acadêmicas com essa temática, conforme veremos mais adiante. Não obstante, neste trabalho, restringimos ainda mais o público acerca do qual realizamos o estudo.

Nesse sentido, quando se reflete sobre o ensino ofertado por meio desta modalidade, inserida no sistema penitenciário estadual de Pernambuco, não se tem informações suficientes para se afirmar em quais condições tais práticas de ensino de produção de texto são desenvolvidas. Em outras palavras, estamos tratando de duas esferas que, comumente, são postas à margem pelas políticas públicas educacionais: a EJA e a Educação em contexto de restrição de liberdade. E quando essas “duas modalidades” fazem parte do mesmo universo, o desafio é ainda maior. O que resulta, portanto, em um segmento de ensino pouco valorizado dentro de uma conjuntura imbricada em uma perspectiva social que, frequentemente, enxerga o estudante detento como um ser abominável. O qual está tomando para si os recursos daquele alunado que realmente “merece”, já que nunca errou na vida, muito embora o acesso à educação seja

um direito de todos, inclusive, daqueles que estão à margem da sociedade, encarcerados no sistema prisional brasileiro.

Partindo daí, levantamos as seguintes Questões: quais são as concepções de produção de texto que os educadores, que lecionam na EJA da unidade prisional Dr. Rorinildo da Rocha Leão, adotam nas suas abordagens? Há materiais adequados para se trabalhar a produção textual com os alunos privados de liberdade? Considerando o ensino de produção de texto, a partir da linguística de base sociointeracionista, assim como o contexto de encarceramento dos educandos, como é realizada a escolha dos gêneros textuais a serem abordados com este público? Partindo da análise do perfil deste alunado, como podemos compreender as suas perspectivas em relação à educação carcerária?

Para justificar esses questionamentos, assim como a relevância da presente pesquisa, consideramos os cinco seguintes aspectos (os quais são detalhados a partir do próximo parágrafo): (i) o afastamento da comunidade acadêmica em relação à Educação de Jovens e Adultos, o que é fundamentado considerando o inexpressivo número de pesquisas realizadas acerca desta modalidade de ensino, isso sem considerar a EJA no contexto prisional; (ii) a falta de diretrizes específicas para este segmento em documentos oficiais da Educação, como no texto final da BNCC (2018); (iii) a perspectiva dos próprios estudantes da EJA no que se refere ao retorno à escola, isto é, o que eles nutrem como objetivo quando decidem voltar para sala de aula; (iv) a escassez de métodos e materiais elaborados especificamente para os estudantes da EJA; e (v) a insuficiência de dados que possam contribuir para compreensão das práticas de ensino de produção textual nas escolas em contexto prisional de Pernambuco.

De início, no estudo realizado por Silva (2022), foi constatado que quase não existem pesquisas com o tópico “produção de texto na EJA” no âmbito acadêmico. O autor examinou os repositórios digitais de 6 (seis) universidades públicas, sendo 3 (três) no estado de Pernambuco, além da biblioteca digital SciELO, que é a maior plataforma de inserção de trabalhos acadêmicos do país, o que ultrapassou o número de mais de 100 mil pesquisas analisadas (teses, dissertação, monografias, etc.). A título de exemplo, só na plataforma da UFPE, em que há mais de 25 mil pesquisas depositadas, verificou-se

que “menos de 100 (cem) abrangem estudos com temáticas voltadas para EJA” no que diz respeito a tópicos gerais em torno deste segmento (Silva, 2022, p. 47). E esse número cai para cerca de 5 (cinco) trabalhos, quando se delimita a busca para “produção de texto na EJA”. Isto é, segundo o pesquisador, até maio de 2021, no repositório digital da UFPE, o ATTENA, havia menos de 10 (dez) trabalhos tratando de produção textual na Educação de Jovens e Adultos.

Em segundo lugar, quando ampliamos o alcance das nossas observações, percebemos que isso não é uma situação constatada apenas no campo acadêmico. No eixo das políticas públicas educacionais, é ainda pior. Ao que parece, há um silencioso movimento, a nível nacional, para descontinuar as ações governamentais específicas da Educação de Jovens e Adultos. E como se pode levantar essa hipótese? A Base Nacional Comum Curricular – BNCC (Brasil, 2018) é um forte indício, já que, no decorrer das suas centenas de páginas, “esqueceu” de mencionar a EJA. Isto é, tantas e tantas laudas e sequer um parágrafo pontuando as especificidades deste público. Isso, em um documento que tem a finalidade de nortear a Educação brasileira, soa como se fosse intencional, no sentido de extinguir o segmento.

Como terceira parte da justificativa, temos o estudo desenvolvido por Cavalcante (2017), no qual a autora conclui que a maior parte dos jovens e adultos que retornam à escola, fora da idade própria, fazem-no com objetivo de aprender a ler e escrever. Isso porque acreditam que só por meio da leitura e escrita podem “crescer” na vida. De fato, para ser inserido nos mais diversos contextos da sociedade, é necessário que o sujeito tenha certo nível de letramento, já que, conforme Haddad (2002), não se trata apenas de um movimento de ensino-aprendizagem, mas, principalmente, um processo que pode garantir o direito à cidadania. Ler e escrever, nessa perspectiva, são poderosas armas políticas. É válido salientar que a conjuntura em que se deu a pesquisa de Cavalcante (2017) não é a mesma a que nos propomos realizar. Isto é, a referida autora trata do público da EJA no contexto de escola convencional, enquanto esta pesquisa diz respeito à situação de privação de liberdade. Porém, partiremos de Cavalcante (2017) para tentar compreender a perspectiva dos estudantes no que se refere ao propósito que sustentam para frequentarem às aulas no contexto prisional.

Já no que concerne aos materiais pensados especificamente para os estudantes da EJA, quando se efetuam quaisquer buscas, percebe-se que não é uma tarefa tão fácil de se realizar, já que quase não se encontra tais materiais. Segundo Catelli (2014), poucas são as pessoas que elaboram material exclusivamente para EJA. O que é muito comum é a adaptação de outras modalidades. Isto é, o professor utiliza, por exemplo, o mesmo livro do ensino médio, fazendo pequenas mudanças. Não obstante, quando se refere aos estudantes da EJA, deve-se considerar as suas especificidades, e pensar em propostas pedagógicas que levem em conta o contexto em torno deste público-alvo (Catelli, 2014). Isso porque os estudantes da Educação de Jovens e Adultos não têm a mesma perspectiva, em relação à escola, que os alunos que estão em idade própria, posto que, de forma geral, os discentes em idade avançada, por exemplo, já estão inseridos nos mais complexos contextos de comunicação da sociedade. Logo, já se utilizam de vários gêneros textuais para resolverem problemas cotidianos.

Como última parte desta justificativa, chegamos à insuficiência, ou até inexistência em algumas instituições, de dados que possamos nos fundamentar para compreender o universo em torno das práticas de ensino de produção de texto na EJA do supracitado sistema penitenciária. Ou seja, quase não se encontra trabalhos que nos forneça informações necessárias nesse sentido.

Portanto, com base nesses pressupostos, acreditamos que tais aspectos são relevantes, caracterizam a situação-problema e justificam a realização desta pesquisa, já que, a partir do desenvolvimento do presente trabalho, poderemos produzir dados não somente para responder aos questionamentos aqui levantados, mas, também, para que possam ser utilizados como base para realização de outros estudos, tendo em vista a escassez de pesquisas com esta temática.

2 GÊNEROS TEXTUAIS COMO AÇÕES SOCIAIS

Em um ensaio publicado em 1984, a linguista estadunidense Carolyn Miller propôs um enfoque com vistas à concepção dos gêneros como ações sociais. A autora defende, assim, uma abordagem sociorretórica para teoria dos gêneros, na qual a análise retórica é combinada com a compreensão das atividades sociais. Em suas palavras, tal

perspectiva “é baseada na prática retórica, nas convenções do discurso que uma sociedade estabelece como formas de ‘agir juntos’” (Miller, 1984, p. 163). E, por ser assim, refere-se a como os indivíduos utilizam a linguagem de forma comum e reconhecida para desenvolver ações retóricas em conjunturas sociais específicas. Ela ressalta, ainda, os cinco seguintes pontos, oriundos da sua compreensão de gênero:

(i) Gênero refere-se a uma categoria convencional de discurso baseada na tipificação em larga escala da ação retórica; como ação, adquire significado a partir da situação e do contexto social em que essa situação surgiu; (ii) Como ação significativa, o gênero é interpretável por meio de regras; as regras de gênero ocorrem em um nível relativamente alto em uma hierarquia de regras para a interação simbólica; (iii) Gênero é distinto de forma: forma é o termo mais geral usado em todos os níveis da hierarquia. Gênero é uma forma em um nível particular que é uma fusão de formas de nível inferior e substância característica; (iv) Gênero serve como a substância das formas em níveis superiores; como padrões recorrentes de uso da linguagem, os gêneros ajudam a constituir a substância de nossa vida cultural; (v) Um gênero é um meio retórico para mediar intenções privadas e exigências sociais; ele motiva conectando o privado com o público, o singular com o recorrente (Miller, 1984, p. 163).

Ou seja, com base nessa noção de gênero, defendida por Miller (1984), podemos compreender como tal as configurações comuns de discurso imbricadas em ações retóricas que se transmutam a partir dos contextos sociais específicos em que estão inseridas. E que se realizam por meio de regras reconhecidas socialmente, sustentadas pelas atividades verbais constantes em torno da língua. O gênero é, portanto, uma ferramenta que possibilita as mediações entre os objetivos intrínsecos aos indivíduos e os critérios públicos para se alcançar o que se deseja em determinado contexto interacional. Ou, em outras palavras, são ações sociais realizadas ao redor de um propósito comunicativo e situacional específico.

Já para Bazerman (2009), os gêneros são conjuntos reconhecíveis de enunciados, que possuem limites definidos, com início e fim, os quais refletem fatos praticados entre os indivíduos inseridos em uma conjuntura e que consistem em “ações sociais significativas realizadas pela linguagem” (Bazerman, 2009, p. 22). O autor acrescenta ainda que “podemos chegar a uma compreensão mais profunda de gêneros se os compreendermos como fenômenos de reconhecimento psicossocial que são parte de

processos de atividades socialmente organizadas” (ibidem, p. 31). Ou seja, levando em consideração tanto os aspectos psicológicos do sujeito quanto os sociais, à compreensão de gêneros podemos atribuir os atos comunicativos desenvolvidos em meio a ações verbais realizadas em certa conjuntura da sociedade.

2 CONCEPÇÕES DE PRODUÇÃO DE TEXTO

A produção de texto, para além de um amontoado de técnicas de escrita, incorpora, no desdobrar das várias concepções de linguagem, diferentes formas de compreensão. Não obstante, antes de ampliarmos essa discussão, convém destacar que, muito embora alguns linguistas, como Koch (2003), Marcuschi (2008), Antunes (2003), dentre outros, possam aplicar de forma permutável os conceitos de “produção de texto” e “escrita”, ou seja, utilizando-os de maneira sinonímica (e, a depender do contexto, podem, de fato, deter valor semântico equivalente), cada termo apresenta nuances conceituais peculiares.

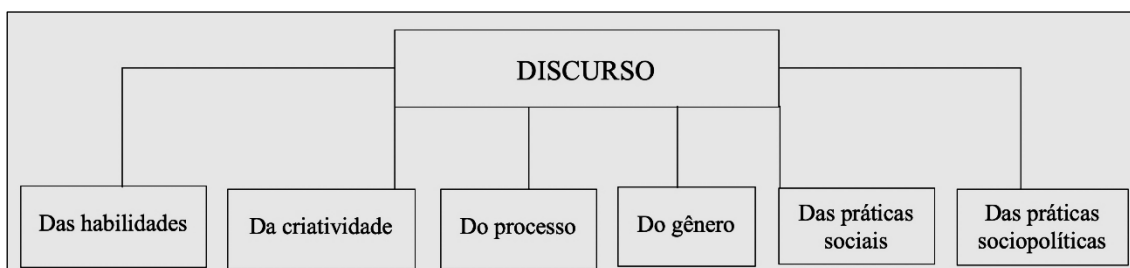
Nesse sentido, enquanto à noção de “produção de texto” pertence a ideia de prática textual concreta ou elaboração didático-pedagógica do texto em si, seja escrito ou oral, à “escrita” pertence os diversos conceitos aplicáveis sobretudo no campo teórico. Ou seja, de forma ilustrativa, podemos compreender “produção de texto” fundamentados em Schneuwly e Dolz (2004), isto é, como prática de uma escrita específica, desenvolvida principalmente em contextos pedagógicos e ou por meio de gêneros textuais variados para atender a determinadas demandas sociais (Neste caso, inclusive, “produção textual” pode ser empregado como sinônimo para escrita, tal qual podemos inferir a partir dos referidos autores). Ou, por outro lado, alcançar a percepção de “escrita” a partir de uma perspectiva mais conceitual, ampla e diversificada, sendo possível dividi-la em eixos distintos, como o sociopolítico, ideológico, cultural, dentre outros. E essa compreensão se dá com base na concepção de linguagem proposta por Ivanič (2004). Segundo a estudiosa, o reconhecimento desse ponto de vista “implica uma visão mais abrangente e integrada da natureza da escrita e do aprender a escrever” Ivanič (2004. p. 221).

Partindo dessa linha de pensamento, façamos, a seguir, uma breve reflexão acerca das diferentes concepções de “escrita” defendidas por Ivanič (2004), além de

perpassarmos pelas suas dimensões com base em Dolz (2010), para, em seguida, chegarmos ao conceito de “produção de texto” tal qual é utilizado hodiernamente por alguns estudiosos da linguística aplicada de base sociointeracionista. Ou melhor, em contextos de atividade pedagógica, como é no caso desta pesquisa, em que os termos “escrita” e “produção de texto” podem ser semanticamente substituíveis, sem provocar quaisquer alterações de sentido no conceito aplicado.

Sendo assim, quando pensamos sobre como conceber a escrita, conforme é assegurado por Ivanič (2004), diferentes são as perspectivas que podem ser adotadas. A autora apresentou pelo menos seis linhas conceituais, ou “discursos sobre a escrita”, como ela mesma intitula, por meio das quais são desenvolvidas abordagens para o ensino da escrita. É válido salientar que essas perspectivas não se sobrepõem, ou invalidam uma a outra, pelo contrário, elas se complementam, levando em consideração que cada qual enfatiza um aspecto diferente, como podemos ver na figura a seguir:

Figura 1 – Discursos sobre a escrita



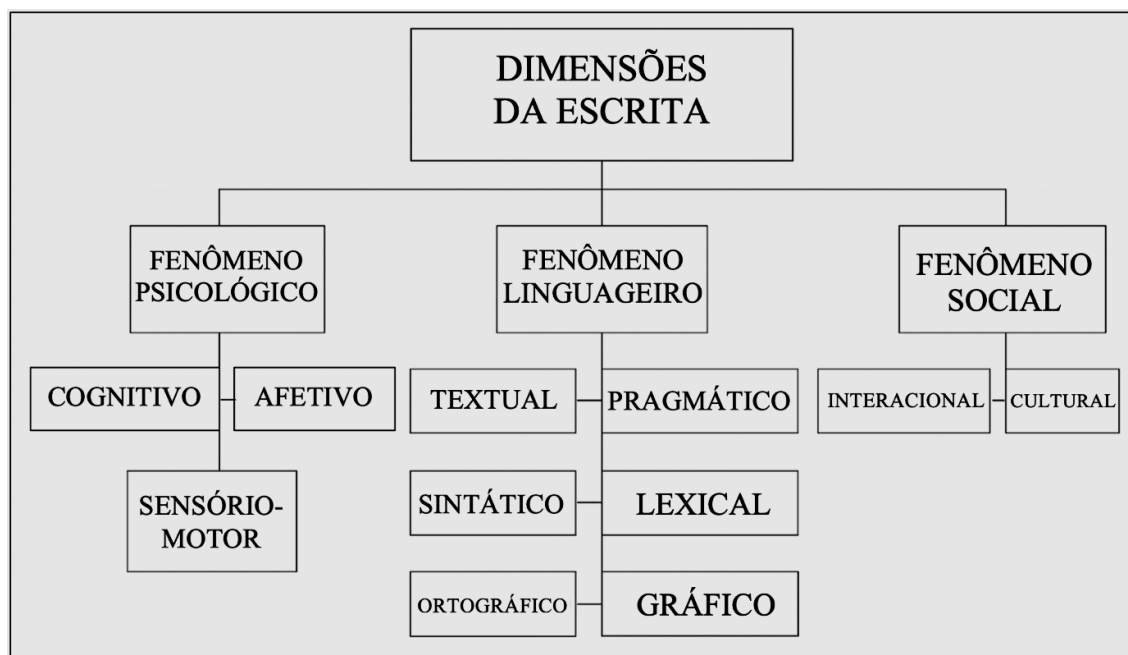
Fonte: Ivanič (2004, p. 225), tradução nossa; reprodução adaptada.

Os discursos sobre escrita propostos por Ivanič (2004) abrangem diferentes maneiras de compreender o ato de escrever e seus propósitos. O discurso das habilidades entende a escrita como domínio de competências técnicas, como ortografia, gramática e pontuação, enfatizando a correção formal. Já o discurso da criatividade vê o escrever como um espaço de expressão individual, no qual imaginação, estilo próprio e liberdade de criação assumem centralidade. O discurso do processo, por sua vez, concebe a escrita como uma atividade desenvolvida em etapas — planejamento, rascunho, revisão e edição — destacando o caráter contínuo e progressivo da produção textual. O discurso do

gênero considera que cada texto se organiza segundo estruturas e finalidades específicas, de modo que escrever implica reconhecer e atender às convenções dos diferentes gêneros. Complementarmente, o discurso das práticas sociais compreende a escrita como uma forma de agir no mundo, situada em contextos reais de comunicação e vinculada às interações cotidianas. Por fim, o discurso das práticas sociopolíticas enfatiza que toda escrita está permeada por ideologias, relações de poder e possibilidades de intervenção crítica na sociedade.

Outro ponto a considerar, conforme dissemos anteriormente, é a linha de pensamento estabelecida por Dolz (2010) acerca da escrita. A princípio, em se tratando da produção textual, o autor apresenta um conceito definido como interação e operação que intervêm na atividade de escrita (*ibidem*, p. 13). O que, em outras palavras, refere-se a um fazer textual a serviço de um propósito social, o qual considera também os processos mentais e afetivos que são vivenciados pelo sujeito-escriptor. Dessa maneira, como podemos inferir, não há espaço para limitá-la a uma ou outra concepção de linguagem, tal qual constatamos também em Ivanič (2004). Isso porque, para alcançar essa compreensão, e em consequência desse raciocínio sobre a atividade de escrita, são reunidos elementos de linhas teóricas distintas. Isto é, de acordo com o mencionado autor, “a produção textual supõe uma coordenação constante de diferentes componentes implicados na escrita, que não se encontram do mesmo modo em todos os textos” (Dolz, 2010, p. 18). E é justamente a partir dessa visão que o autor propôs uma noção de escrita baseada em três dimensões que desdobram em outros aspectos que atuam em torno da prática do escrever, como podemos observar na figura abaixo:

Figura 2 – As dimensões da escrita



Fonte: Simard (1992, apud Dolz, 2010, p. 20), reprodução adaptada.

Conforme podemos depreender, a partir da “figura 2”, a atividade de escrita não é o produto de uma ação mecânica, ou isolada, muito pelo contrário, envolve elementos característicos de três eixos distintos, como vemos acima, os quais interagem não de forma excludente, mas complementar. E isso não quer dizer, como aprofundamos anteriormente com as palavras do autor, que a totalidade dos aspectos dimensionais será observada igualmente em toda e qualquer produção textual, mas, manifestada de modo relativo ao contexto de interação. Isto é, a apreciação de cada um desses componentes em determinada conjuntura dependerá da configuração situacional da principal unidade linguística oriunda do respectivo contexto.

Ainda no que concerne a essas três dimensões, inferimos a possibilidade de estabelecer uma correspondência entre elas e as principais concepções de linguagem (Geraldi, 1984). Ou seja, pode-se compreender elementos do fenômeno psicológico dentro da concepção de linguagem como expressão do pensamento, ao passo que observamos os fenômenos languageiros inseridos na concepção de linguagem como instrumento de comunicação e, por fim, o fenômeno social dentro da linguagem como forma de interação.

Por outro lado, trazendo a reflexão para o processo de ensino e aprendizagem da escrita, de acordo de Simard (1992, apud Dolz, 2010, p. 19), “a atenção dada aos componentes linguageiros é prioritária, entretanto, em uma visão global de ensino, as dimensões psicológicas e sociais não podem ser negligenciadas”. Ou seja, em outras palavras, muito embora a prática de ensino de escrita tenha como foco principal a estrutura linguística tradicional da gramática, deve-se considerar também, em uma perspectiva mais ampla, os elementos oriundos do processamento intelectual do sujeito, dado a influência dos aspectos psicológicos na produção textual. Do mesmo modo, há de se levar em conta os seus aspectos interacionais, os quais norteiam a escrita no que diz respeito à sua função social. Em resumo, para realização de uma prática adequada de produção de texto, é fundamental desenvolver um trabalho que incorpore essas três dimensões ao processo de ensino-aprendizagem da escrita.

Finalmente, ratificando a relação sinonímica “escrita/produção textual”, bem como considerando as propostas curriculares específicas da EJA, apresentadas por Ribeiro (2001) e Brasil (2002), admitamos a terminologia produção de texto, ou textual, como termo a ser adotado em função da reflexão realizada no próximo tópico.

3 O ENSINO DE PRODUÇÃO DE TEXTO EM SITUAÇÃO DE PRIVAÇÃO DE LIBERDADE

Segundo Koch (2003, p. 26), “a produção textual é uma atividade verbal, a serviço de fins sociais e, portanto, inserida em contextos mais complexos de atividades”. Já Marcuschi, (2008, p. 77) enfatiza que “a produção textual, assim como um jogo coletivo, não é uma atividade unilateral. Envolve decisões conjuntas. Isso caracteriza de maneira bastante essencial a produção textual como uma atividade sociointerativa”. Enquanto Antunes (2003, p. 47), assegura que “a escrita existe para cumprir diferentes funções comunicativas, de maior ou de menor relevância para a vida da comunidade”. Ou seja, seguindo a mesma linha, e dadas as variações conceituais, os autores apresentam uma concepção de produção textual como prática de interação verbo-social. Isso significa dizer que tudo que é realizado por meio da língua, é em função de atender a um objetivo, no mínimo, bilateral. Isto é, para que seja configurado como tal, deve haver, pelo menos,

duas partes nesse contexto: aquele sujeito que, com base em suas experiências, produz o texto e outro que o recebe, lê-lo e atribui-lhe sentido a partir da sua visão de mundo.

Nesse sentido, por fim, acerca do trabalho com a produção de texto na modalidade de Educação de Jovens e Adultos, como sendo o segmento único ofertado nas unidades prisionais de Pernambuco e de todo o país, “é essencial que os educandos compreendam suas diferentes funções sociais e conheçam as diferentes características que os textos podem ter, de acordo com essas funções” (Ribeiro, 2001, p. 51). Sendo assim, faz-se necessário assegurar para este público os meios possíveis, e legais, para que sejam capazes de desenvolver tais práticas de maneira a atender às respectivas finalidades sociais, como defendem os mencionados autores. E, considerando também, o que rege os dispositivos jurídicos vigentes no país quando se trata da garantia de acesso à educação para os sujeitos em situação de privação de liberdade.

4 METODOLOGIA

Esta pesquisa adotou uma abordagem qualitativa tendo em vista que, conforme Minayo (2001), tal perspectiva metodológica responde a questões bastante específicas em determinados contextos sociais. Isso porque “ela trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes” (*ibidem*, p. 21-22). Logo, partindo daí, o campo de pesquisa, no qual estamos desenvolvendo este estudo (uma escola inserida no ambiente prisional), compreende uma conjuntura complexa da sociedade, o que consideramos que “corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis” (*ibidem*, p. 22). Em outras palavras, a pesquisa qualitativa abrange os fenômenos peculiares desse contexto justamente por possibilitar análises mais subjetivas das relações humanas.

Outro ponto a considerar é que, como corroboram Prodanov e Freitas (2013), a pesquisa qualitativa apresenta uma visão do objeto investigado por uma ótica descritiva. Isso significa dizer que, por meio dessa abordagem, podemos viabilizar uma análise dos elementos sociolinguísticos o mais próximo possível do seu contexto de realização. Os referidos autores destacam ainda que, levando em conta tal enfoque, a pesquisa

“preocupa-se muito mais com o processo do que com o produto. Na análise dos dados coletados, não há preocupação em comprovar hipóteses previamente estabelecidas” (*ibidem*, p. 70).

Partindo desse pressuposto, uma vez que, no presente trabalho, não buscamos encontrar uma verdade definitiva acerca de como as práticas de ensino de produção de texto são realizadas no nosso campo de pesquisa, mas, pelo contrário, levantar dados para entender a real situação. Assim, nossa maior missão é descrever, de forma mais fidedigna possível, a realidade do campo de pesquisa, as práticas ali desenvolvidas, concepções adotadas, perfil do educando, dentre outros. Portanto, em consonância com Prodanov e Freitas (2013), o nosso intuito é compreender como que se dá, cotidianamente, tal processo no mencionado contexto. Com isso, produzir informações suficientes para alcançar os objetivos estabelecidos. Em outras palavras, o resultado das análises será apresentado tal qual constatado no campo de pesquisa, o que pode ser encarado como positivo ou não, dependendo do que localizarmos como parâmetros educacionais e se estão dentro do que é considerado satisfatório para o desenvolvimento das práticas de produção de texto no ambiente carcerário.

Já no que concerne à sua natureza, optamos pela concepção etnográfica, sobretudo, por nos permitir a utilização de instrumentos metodológicos (observação de aula, entrevistas, questionário, dentre outros recursos) que consideramos como os mais favoráveis para atender aos objetivos de pesquisa deste trabalho. Isto é, para que possamos alcançar o que estabelecemos como finalidade, levando em conta a conjuntura de escola inserida no sistema carcerário, depreendemos que o melhor caminho seria por meio da entrevista e da análise de documentos, além do questionário, características essas peculiares da pesquisa etnográfica (Gerhardt e Silveira, 2009). Acrescentam-se a isso, a possibilidade do estudo de um grupo específico, a ênfase no processo e não nos resultados finais, a visão dos sujeitos pesquisados sobre suas experiências, e outros aspectos que julgarmos relevantes. Por fim, utilizamos os seguintes meios para coleta de dados: entrevista semiestruturada, questionários e análise documental. Sendo a entrevista com os professores, os questionários com os estudantes em situação de encarceramento e análise documental tanto dos materiais que são trabalhados pelos

professores quanto das diretrizes que norteiam a abordagem educativas no sistema prisional.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

No presente trabalho, considerando que se trata de uma pesquisa ainda em desenvolvimento e cujos procedimentos investigativos continuam em curso, não dispomos, até o momento, de resultados plenamente definidos, sistematizados ou conclusivos. Entretanto, apoiando-nos nas observações preliminares já realizadas e, sobretudo, nas leituras iniciais feitas sobre determinados conjuntos de dados coletados, torna-se possível sustentar, ainda que de maneira provisória, a percepção de que a integração de gêneros textuais pertinentes e diretamente relacionados ao contexto específico do encarceramento tende a favorecer, de modo significativo, a manifestação das experiências individuais dos estudantes privados de liberdade. Além disso, essa incorporação dos gêneros adequados ao ambiente prisional parece ampliar, fortalecer e qualificar suas formas de interação social no cotidiano, promovendo, conseqüentemente, um processo mais efetivo de ressocialização e contribuindo para sua posterior reintegração ao convívio social amplo.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, Irandé. **Aula de português: encontro & interação**. São Paulo: Parábola, 2003.

BAZERMAN, Charles. **Gêneros textuais tipificação e Interação**. Ângela Paiva Dionísio, Judith Chamblis Hoffnagel (Org.). Revisão técnica Ana Regina Vieira et al. 3ª Ed. – São Paulo: Cortez, 2009.

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília: MEC, 2018. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518-versaofinal_site.pdf> Acesso em: 09 de novembro de 2025.

_____. Secretaria de Educação Fundamental. **Proposta Curricular para a educação de jovens e adultos**: segundo segmento do ensino fundamental: 5a a 8a série: introdução / Secretaria de Educação Fundamental, 2002.

CATELLI, Roberto. **Ainda inadequado** (entrevista). Revista Digital Educação. Matéria realizada por Patrícia Ribas em 05/05/2014. Disponível em: <<https://www.revistaeducacao.com.br/ainda-inadequado/>>. Acesso em: 09 de janeiro de 2025.

CAVALCANTE, Maria José Gomes. **Práticas de leitura na Educação de jovens e adultos**: da vida para a escola e da escola para vida. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife-PE, 2017.

DOLZ, Joaquim. **Produção escrita e dificuldades de aprendizagem** / Joaquim Dolz, Roxane Gagnon, Fabrício Decândio. Adaptação Joaquim Dolz e Fabrício Decândio. Tradução Fabrício Decândio e Anna Raquel Machado. Campinas: Mercado das Letras, 2010.

GERALDI, João Wanderley. **Concepções de linguagem e ensino de português**. In: _____. O texto na sala de aula. 2ª ed. – Cascavel: ASSOESTE, 1984.

GERHARDT, Tatiana Engel; SILVEIRA, Denise Tolfo. **Métodos de pesquisa**. Coordenado pela Universidade Aberta do Brasil – UAB/UFRGS e pelo Curso de Graduação Tecnológica – Planejamento e Gestão para o Desenvolvimento Rural da SEAD/UFRGS. – Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

HADDAD, Sérgio. **Educação de Jovens e Adultos no Brasil (1986-1998)**. Brasília: MEC/Inep/Comped, 2002.

KOCH, I. V. **O texto e a construção dos sentidos**. 7ª ed. – São Paulo: Contexto, 2003.

IVANIČ, Roz. **Discursos sobre escrita e aprender a escrever** [Discourses of Writing and Learning to Write]. Language and Education, v. 18, n. 3, p. 220-245, 2004.

MARCUSCHI, Luiz Antônio. **Produção textual, análise de gêneros e compreensão**. São Paulo: Parábola Editorial, 2008. MILLER, Carolyn R. **Genre as Social Action**. Quarterly Journal of Speech. Vol. 70, London, p. 151-167, 1984.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). **Pesquisa Social**. Teoria, método e criatividade. 18 ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

PRODANOV, C. Cristiano; FREITAS, Ernani Cesar de. **Metodologia do trabalho científico: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico**. – 2. ed. – Novo Hamburgo: Feevale, 2013.

RIBEIRO, Vera Maria Masagão. **Educação para jovens e adultos: ensino fundamental: proposta curricular – 1º segmento**. São Paulo: Ação Educativa; Brasília: MEC, 2001.

SCHNEUWLY, Bernand; DOLZ, Joaquim, et al. **Gêneros orais e escritos na escola**. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2004. (Tradução e organização: Roxane Rojo; Glaís Sales Cordeiro).

SILVA, Sandro S. da. **Práticas de produção de texto na Educação de Jovens e Adultos: Desafios e possibilidades em tempos de exclusão**. São Paulo: Editora Dialética, 2022.

DESENVOLVIMENTO E DIVULGAÇÃO DE EXPERIÊNCIAS NA CIÊNCIA E TECNOLOGIA

Andrea de Vasconcelos Ferraz
Profa. Dra. em Ciências de Materiais

Guilherme Antonio Finazzi
Doutor em Química

Kaio Rian de Moraes
Bacharelado em engenharia elétrica
Universidade Federal do Vale do São Francisco – UNIVASF

RESUMO: O presente artigo apresenta as ações do Grupo de Tecnologia, Ensino e Ciência (GTEC), programa de extensão da Universidade Federal do Vale do São Francisco (UNIVASF), que desenvolve atividades de divulgação científica por meio de experimentos acessíveis nas áreas de Física e Química. A iniciativa busca aproximar estudantes e comunidade do conhecimento científico, contribuindo para superar o distanciamento observado nas escolas e reforçado por estudos nacionais recentes. A metodologia compreende levantamento bibliográfico, seleção e testagem de experimentos, produção de kits didáticos e realização de oficinas em escolas e eventos, incluindo o III MIEPE. As atividades envolveram oficialmente 461 participantes, além de interações espontâneas que ampliaram o alcance do projeto. Os experimentos despertaram curiosidade e engajamento, especialmente a “Pilha humana” e a “Cadeira de pregos”, evidenciando o potencial da experimentação na aprendizagem. O projeto também proporcionou desenvolvimento de competências comunicativas, pedagógicas e colaborativas entre os extensionistas. Conclui-se que o GTEC representa uma estratégia relevante para democratizar o acesso à ciência, fortalecer a formação acadêmica e incentivar o pensamento crítico no público atendido.

Palavras-chave: Divulgação científica. Experimentação. Extensão universitária. Ensino de Ciências. GTEC.

ABSTRACT: This article presents the actions developed by the Technology, Teaching and Science Group (GTEC), an extension program at the Federal University of the São Francisco Valley (UNIVASF) dedicated to science outreach through low-cost experimental activities in Physics and Chemistry. The initiative aims to reduce the gap

between students and scientific knowledge, a challenge highlighted by recent national studies. The methodology involved literature review, selection and testing of experiments, preparation of didactic kits, and the execution of workshops in schools and academic events such as the III MIEPE. A total of 461 participants were officially registered, in addition to unrecorded spontaneous interactions. The activities generated strong engagement, with notable interest in experiments such as the “Human Battery” and the “Bed of Nails,” demonstrating the effectiveness of hands-on experimentation in fostering scientific curiosity. The project also enhanced the extension students’ skills in communication, pedagogy and teamwork. The results indicate that GTEC is a meaningful strategy for democratizing scientific knowledge and strengthening critical thinking, while promoting a closer relationship between the university and the community.

Keywords: Science outreach. Experimentation. University extension. Science teaching. GTEC.

1 INTRODUÇÃO

A Química e Física participam do desenvolvimento científico-tecnológico com importantes contribuições específicas, cujas decorrências têm alcance econômico, social e político. A sociedade viaja pela Química e Física por diferentes meios. Apesar deste papel fundamental na nossa realidade, o ensino da Química e Física vem sendo questionado no mundo todo, por várias razões. Uma das causas mais relevantes para essa afirmação diz respeito à falta de interesse dos jovens para estudar essa ciência, em virtude deles perceberem o trabalho científico como algo abstrato, que não faz parte da vida cotidiana; o que torna a Química e Física como grandes vilãs, pelo fato serem ciências exatas, que abrangem cálculos e fórmulas, onde o aluno não tem interesse de aprender. Na escola, de modo geral, o ensino destas ciências acontece de maneira passiva, onde o estudante memoriza o conteúdo e acha que adquiriu conhecimento, mas que não se passa de um conjunto acumulado de informações consideradas irrelevantes.

Considerando que o ensino da Química e Física praticado em grande número de escolas está distante do que se propõe, é necessário, então, que ela seja entendida criticamente, em suas limitações, para que estas possam ser superadas. Por exemplo, o ensino de funções Químicas e Físicas geralmente está focado apenas na memorização de

nomenclatura, sem que haja uma relação direta com o dia-a-dia do aluno. Visando estimular o aprendizado destas ciências, este grupo de pesquisa e extensão desenvolve a experimentação em Química e Física, procurando a interação entre a educação superior e a educação básica. Constatou-se que a experimentação é uma estratégia eficiente para a criação de problemas reais que possibilitem a contextualização e o estímulo de questionamentos de investigação, através do uso de uma metodologia científica (Guimarães, *et. al.*, 2009). Através do uso da metodologia científica, as atividades experimentais passam a ser conduzidas de maneira investigativa, onde os estudantes de graduação e do nível médio possam testar hipóteses, baseado em conhecimentos prévios (Guimarães, *et. al.*, 2009).

O aprendizado da Química e Física por alunos de ensino médio implica que eles compreendam as transformações Químicas e Físicas que ocorrem no mundo físico de forma abrangente e integrada, e assim possam julgar com fundamentos da própria aprendizagem e tomar decisões autonomamente quanto indivíduos e cidadãos. A apresentação de experimentos pode viabilizar um novo paradigma no ensino da Química e Física, como também despertar o interesse no aluno. E tratar os alunos com igual capacidade de aprender é fundamental, pois nem todos têm uma familiaridade com esse tipo de disciplina, e esta atitude os ajudará a desenvolver seus conhecimentos.

A Química e Física não devem ser entendidas como um conjunto de conhecimentos isolados, prontos e acabados, mas sim de uma construção da mente humana, em contínua mudança. No primeiro momento da aprendizagem da Química e Física, prevalece a construção de conhecimentos a partir de fatos. Depois vem o conhecimento como informação ligada à sobrevivência humana. Com isso visa-se uma abordagem ativa e significativa. Com base no exposto, o presente trabalho tem como objetivo proporcionar aos estudantes das engenharias da UNIVASF e da educação básica, práticas experimentais de Química e Física, cuja exposição será realizada por estudantes monitores deste programa, com uso de kits, de forma a funcionar como Laboratórios Itinerantes. Essas atividades aproximam a universidade da população, democratizando o conhecimento científico e contribuindo para a formação de uma sociedade mais crítica, curiosa e informada.

2 OBJETIVOS

2.1 OBJETIVO GERAL

Promover a aproximação entre universidade e sociedade por meio de ações de divulgação científica baseada em experimentos de Química e Física, estimulando o interesse de estudantes pela ciência e contribuindo para a formação prática dos extensionistas.

2.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Desenvolver e selecionar experimentos científicos de baixo custo, seguros e pedagogicamente relevantes.
- Elaborar kits experimentais e materiais explicativos acessíveis para diferentes faixas etárias.
- Realizar apresentações e oficinas em escolas, eventos científicos e espaços públicos, demonstrando conceitos científicos de forma prática e descomplicada.
- Estimular a curiosidade e o pensamento crítico de estudantes da educação básica e do ensino superior.
- Fortalecer a formação dos extensionistas por meio do trabalho em equipe, comunicação científica e prática experimental.
- Ampliar o alcance das ações do GTEC, envolvendo mais instituições e públicos diversos.

3 JUSTIFICATIVA

A Química e Física, bem como as demais Ciências Exatas, são consideradas muitas vezes por estudantes e pelo público em geral como de difícil compreensão e de pouca utilização prática. Muitas vezes, estas conclusões estão associadas à forma como as disciplinas são apresentadas, restringindo-se às vezes apenas a teoria sem uma

interligação com a prática e com o dia-a-dia das pessoas. Diante disso, a missão do grupo GTEC (Grupo de Tecnologia Ensino e Ciência) é aumentar o interesse dos estudantes de graduação e do ensino médio a partir de aulas práticas que permitem ver a Química e Física aplicada à difusão e socialização do conhecimento científico relacionado com as áreas exatas.

Deste modo, espera-se que o público alvo identifique as diversas potencialidades práticas da Ciência pela sua relação com o seu cotidiano. O projeto também se integra aos Projetos Políticos Pedagógicos dos Cursos de Graduação em Engenharia da UNIVASF, uma vez que: desperta uma visão sistêmica e multidisciplinar, espírito empreendedor, com capacidade de trabalhar em equipe; Atitudes e capacidade para resolução de problemas e tomada de decisão; Capacidade de comunicação oral e escrita; Visão gerencial para administrar recursos humanos e materiais. Para a execução do projeto, existe material já disponível no comércio (Mateus, 2001; Mateus & Thenório, 2014).

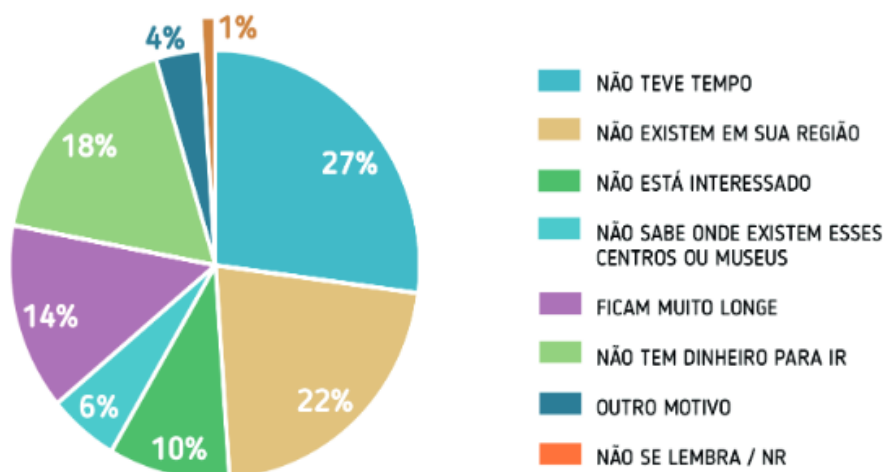
A divulgação científica desempenha papel fundamental na formação de uma sociedade crítica, informada e capaz de compreender o impacto da ciência em seu cotidiano (Usberco & Salvador, 2006). Contudo, no Brasil, ainda existe um distanciamento significativo entre a população e o universo científico, especialmente entre estudantes da educação básica. Esse afastamento ocorre por diversos motivos, como o ensino excessivamente teórico, a falta de atividades experimentais nas escolas e a circulação de informações equivocadas nas redes sociais (Carvalho, 2021).

Dados da pesquisa “O que os jovens brasileiros pensam da ciência e da tecnologia – Survey 2024” evidenciam esse cenário. Entre os 2.276 jovens entrevistados, com idades entre 15 e 24 anos, 81% afirmam utilizar a internet e as redes sociais como principal meio para se informar sobre ciência. Embora isso amplie o acesso ao conhecimento, também expõe os jovens a conteúdos distorcidos ou não confiáveis, gerando desinteresse, insegurança e até desconfiança em relação à área científica.

Além disso, a mesma pesquisa aponta que grande parte dos jovens não frequenta museus ou espaços de ciência, seja por falta de oportunidade, dificuldade de acesso, desinteresse ou desconhecimento – como indicado no Gráfico 1. Esses fatores

contribuem para uma percepção de que a ciência é distante, complexa ou inacessível (INCT-CPCT, 2024).

Gráfico 1 – Motivo de não ter visitado Museu ou Espaço de Ciência – 2024



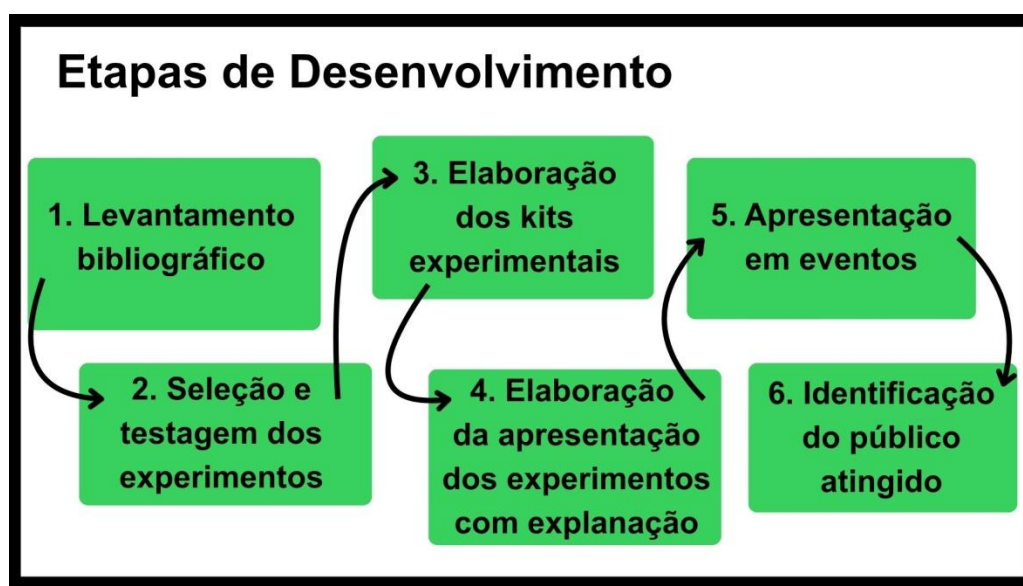
Fonte: Survey 2024.

Diante desse contexto, torna-se essencial desenvolver iniciativas que aproximem a ciência do público de forma simples, prática e atrativa. O programa de extensão GTEC, criado em 2016 na Universidade Federal do Vale do São Francisco (UNIVASF), atua justamente para reduzir essa distância, utilizando experimentos de baixo custo e linguagem acessível para demonstrar que a ciência está presente no cotidiano e pode ser compreendida por qualquer pessoa.

4 METODOLOGIA

As etapas desenvolvidas neste programa de extensão foram desenvolvidas nos laboratórios de Química e Física da UNIVASF. Todas as etapas são apresentadas no fluxograma da Figura 1.

Figura 1 – Fluxograma das Etapas de Desenvolvimento



Fonte: Figura do autor.

- **Levantamento bibliográfico;**

Realiza-se levantamento bibliográfico em diferentes fontes científicas, como livros, artigos científicos, sites especializados, canais de divulgação científica e vídeos educacionais, com objetivo de identificar temas relevantes e atualizados bem como experimentos das áreas da Física e Química simples e replicáveis que possam ser utilizados no Programa GTEC. Essa etapa garante fundamentação teórica adequada e direciona a seleção de conteúdos que serão trabalhados com o público.

- **Seleção e testagem dos experimentos;**

Após a identificação dos temas, é feita a seleção dos experimentos que apresentam maior pertinência pedagógica e viabilidade prática. Essa escolha considera fatores como segurança, custo dos materiais, reprodutibilidade e valor educativo. Cada experimento selecionado é testado previamente pela equipe, garantindo que os resultados sejam confiáveis e que a atividade possa ser realizada pelo público-alvo de forma segura e clara.

- **Elaboração dos kits experimentais;**

Confirmada a viabilidade dos experimentos, são elaborados os kits experimentais contendo todos os materiais necessários para sua execução. Os kits são organizados de maneira padronizada, permitindo que os participantes realizem as atividades de forma

autônoma ou com orientação dos extensionistas. A preocupação principal é garantir praticidade, baixo custo e acessibilidade, sem comprometer a qualidade pedagógica do experimento.

- **Elaboração da apresentação dos experimentos com explanação;**

Paralelamente à montagem dos kits, é preparada a apresentação explicativa dos experimentos. Esse material inclui a fundamentação teórica resumida, o passo a passo da atividade, imagens ilustrativas e orientações de segurança. O objetivo é facilitar o entendimento do público, promovendo o aprendizado científico por meio de linguagem simples e didática. Essa apresentação é utilizada tanto nas oficinas quanto em ações de divulgação.

- **Apresentação em eventos;**

Os experimentos e kits desenvolvidos são apresentados em eventos como feiras, mostras científicas, ações escolares e atividades de divulgação, como, por exemplo, SCIENTEX UNIVASF, CONEEVASF e MIEPE. Nessas ocasiões, os extensionistas demonstram os experimentos, orientam os participantes e promovem a interação do público com a ciência de forma prática e divertida, sempre instigando a curiosidade sobre o que está sendo realizado e sobre os materiais utilizados. Essa etapa fortalece a aproximação entre universidade e comunidade, tornando a ciência mais acessível.

- **Identificação do público atingido.**

Durante as atividades, realiza-se o registro e análise do público participante, considerando faixa etária, quantidade de pessoas alcançadas, instituições envolvidas e retorno obtido. Esse levantamento – solicitando a assinatura dos ouvintes; observando reações esboçadas; ambiente onde foi realizada a apresentação; faixa etária; *feedback* de alguns ouvintes; entre outros – permite avaliar o impacto das ações do programa, orientar melhorias futuras e ampliar o alcance das atividades de divulgação científica.

5 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Durante as apresentações realizadas no III MIEPE e em outros eventos vinculados ao programa GTEC, foi contabilizado oficialmente um total de 461 participantes registrados (assinaturas no caderno de presença). Esse número, porém, não

representa o público total, pois muitas interações ocorreram de forma espontânea, sem registro formal, tanto no MIEPE quanto em outros eventos como o SCIENTEX, o Congresso de Ciência dos Materiais e visitas a escolas parceiras, incluindo a EREM Clementino Coelho (Petrolina – PE) e o Colégio Estadual Rui Barbosa (Juazeiro – BA).

O público demonstrou elevado interesse, envolvimento e curiosidade ao longo das atividades. Observou-se que estudantes e visitantes permaneceram atentos às explicações e interagiram ativamente com os experimentos apresentados. Entre os experimentos que mais chamaram a atenção destacaram-se a “Pilha humana” (Figura 2) e a “Cadeira de pregos” (Figura 3), que geraram questionamentos, discussões espontâneas e comentários positivos sobre o caráter lúdico e acessível do projeto.

Figura 2 – Aluno participando do experimento “Pilha humana”.



Fonte: GTEC

Figura 3 – “Os ouvintes também testaram os experimentos!!”.



Fonte: GTEC

Além do engajamento direto, relatos verbais coletados ao longo das apresentações evidenciaram que muitos participantes se surpreenderam com a simplicidade dos materiais utilizados e com a clareza das demonstrações científicas, reforçando a ideia de que a ciência pode ser compreendida de maneira prática e descomplicada. Essa percepção é coerente com a literatura sobre divulgação científica, que aponta que experimentos simples e interativos aumentam a compreensão e reduzem a sensação de distanciamento entre o público e o conhecimento científico (Ruta, 2022).

Outro ponto observado foi o impacto pedagógico entre estudantes da educação básica. Muitos afirmaram nunca ter participado de atividades experimentais semelhantes em suas escolas, o que reforça a importância de projetos de extensão universitária no preenchimento dessa lacuna prática no ensino de Ciências. Já entre os estudantes universitários – extensionistas – destacou-se o desenvolvimento de habilidades como comunicação científica, didática, trabalho em equipe, responsabilidade social e capacidade de adaptação, elementos fundamentais para sua formação acadêmica e profissional.

Os resultados obtidos demonstram, portanto, que as ações do GTEC cumprem sua proposta de aproximar a ciência do público, promover o aprendizado por meio da experimentação e despertar o interesse por temas científicos. A análise das interações e do engajamento observado revela que o formato adotado — baseado em kits experimentais, linguagem acessível e demonstrações práticas — se mostram eficaz como estratégia de divulgação científica e educação em Ciências.

5.1 OUTROS REGISTROS DISPONÍVEIS NO NOSSO SITE:

As Figuras 4, 5 e 6, mostram diferentes experimentos apresentados em diferentes eventos e escolas. Na Figura 4, observa-se explicação sobre o experimento “Bandeira do Brasil”. Já na Figura 5, destaca-se a interação do professor Guilherme realizando perguntas estimulando a participação e verificando a compreensão dos conteúdos. Outro momento é a demonstração do experimento “Dinheiro que não queima” na Figura 6, de forma prática e visual.

Figura 4 – Explicação do experimento "Bandeira do Brasil"



Fonte: GTEC

Figura 5 – Guilherme realizando perguntas aos alunos



Fonte: GTEC

Figura 6 – Execução do experimento "Dinheiro que Não Queima"



Fonte: GTEC

Todas as imagens estão disponíveis em: <https://gtec0.webnode.page/projetos/>.

6 ROTEIROS EXPERIMENTAIS: APRESENTAÇÃO NO III MIEPE

6.1 EXPERIMENTO 1:

Machado filosofal: transmutação instantânea em cobre (Thenório, 2016).

Materiais:

1. Um machado (ou qualquer outro objeto de ferro);
2. Sulfato de cobre 0,1 mol/L;
3. Água;
4. Um béquer ou outro recipiente em que caiba o objeto de ferro;

Procedimento Experimental:

1. Misturar bastante sulfato de cobre com água no béquer;
2. Mergulhar o objeto de ferro na solução de sulfato de cobre por alguns segundos.

Resultado Esperado:

Alteração da parte do machado qual foi mergulhada na solução para uma coloração marrom-alaranjada.

6.2 EXPERIMENTO 2:

Indicação ácido-base com cúrcuma. (Moraes, *et al*; 2021)

Materiais

1. Cúrcuma em pó (açafrão da terra) 5g;
2. Água destilada;

3. Etanol 70 INPM;
4. Bicarbonato de sódio 5g;
5. Solução de Bicarbonato de sódio (5g/100mL);
6. Mistura de etanol e cúrcuma (5g/100mL).
7. Vinagre (5mL).

Procedimento Experimental

Em um recipiente preparar uma solução de bicarbonato de sódio e água, e reservar. Em outro recipiente, misturar a cúrcuma e álcool, fazendo uma mistura coloidal.

Em um terceiro recipiente, adicionar a mistura de cúrcuma, em seguida adicionar a solução de bicarbonato de sódio e observar. Após isso, adicionar o vinagre, observar as alterações e novamente adicionar mais solução de bicarbonato de sódio.

Resultado Esperado

O resultado que se espera é a alteração de coloração do incolor/amarelo para um vermelho intenso.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As ações desenvolvidas pelo programa de extensão GTEC demonstraram grande potencial para aproximar a ciência do público e estimular o interesse de estudantes de diferentes faixas etárias por conteúdos de Física e Química. Os resultados observados durante o III MIEPE e demais eventos revelam que atividades experimentais simples, acessíveis e bem conduzidas são capazes de despertar curiosidade, promover compreensão conceitual e fortalecer a relação entre universidade e comunidade. Além de beneficiar o público externo, o projeto contribuiu significativamente para a formação dos alunos de graduação em Engenharia da UNIVASF, que aprimoraram habilidades de comunicação, didática e trabalho coletivo. Assim, conclui-se que iniciativas como as desenvolvidas pelo grupo GTEC desempenham papel essencial na democratização do

conhecimento científico e devem ser continuamente incentivadas, ampliadas e adaptadas, de modo a alcançar novos públicos e consolidar práticas de divulgação científica cada vez mais eficazes.

REFERÊNCIAS

- CARVALHO, Eduardo. Palestra: **Sem cientifiquês: Como tornar a ciência interessante para a sociedade**. Realizada e Transmitida em 25/02/2021. Na plataforma Youtube. Disponível em: <https://www.youtube.com/live/Kib5DU-9mpU?si=xeCHBNSDMpQtNucz>. Acesso em 13/11/2025.
- FERRAZ, Andréa V.. et alii. Disponível em: <https://gtec0.webnode.page/projetos/>. Acesso em 14/11/2025.
- GUIMARÃES, C.C.. **Experimentação no Ensino de Química e Física: caminhos e Descaminhos Rumo à Aprendizagem Significativa**. Química e Física Nova na Escola. v.31. p.198, 2009.
- MASSARANI, Luisa. et alii. **Survey 2024: O que os jovens brasileiros pensam da ciência e da tecnologia**. Rio de Janeiro: Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia em Comunicação Pública da Ciência e Tecnologia (INCT-CPCT), 2024.
- MATEUS, A. L; **Química e Física na cabeça**. Belo Horizonte: UFMG, 2001.
- MATEUS, A. L; THENÓRIO, I. **Manual do Mundo: 50 experimentos para fazer em casa**. Rio de Janeiro: Sextante, 2014.
- MORAES, V. B. et alii. CURCUMINA COMO INDICADOR NATURAL DE PH: UMA ABORDAGEM TEÓRICA-EXPERIMENTAL PARA O ENSINO DE QUÍMICA. In: Scielo Brasil. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/qn/a/7FvJJZSSRNvrfT7bQ5R6NL/?lang=pt>. Acesso em: 18/11/2025.
- RUTA, Christine. et alii. Divulgação científica: o que é e por que ganhou projeção nos últimos anos. In: **Fórum de Ciência e Cultura da UFRJ**. Disponível em: <https://forum.ufrj.br/divulgacao-cientifica-o-que-e/>. Acesso em: 18/11/2025
- THENÓRIO, Iberê. **MANUAL DO MUNDO**. Disponível em: <https://www.youtube.com/MANUALDOMUNDO>. Acesso em 09/11/2025.
- USBERCO, João; SALVADOR, Edgard. **Química Geral**. 12 ed. São Paulo: Saraiva, 2006.

ENTRE A SALA DE AULA E A GESTÃO: EXPERIÊNCIAS FORMATIVAS NO ESTÁGIO SUPERVISIONADO EM GESTÃO E APOIO EDUCACIONAL EM INSTITUIÇÃO DE EDUCAÇÃO NÃO FORMAL

Irvi Nascimento Tavares

Licenciando em Pedagogia

Faculdade de Igarassu – UNIFACIG

Carlos Eduardo de Melo Pereira da Veiga

Professor Orientador

Mestrado em Estudos da Linguagem

Faculdade de Igarassu – UNIFACIG

RESUMO: Introdução: Em países emergentes como o Brasil as discussões sobre educação, em especial as concepções de Gestão Educacional, se tornam cada vez mais evidentes, possibilitando avanços mais sólidos e uma participação mais democratizada.

Objetivo: Sob esse aspecto, este trabalho tem como objetivo geral analisar qual a concepção de gestão educacional a instituição, do tipo de educação não formal, Ponto Cidadão, localizada no município de Igarassu-PE, utiliza para gerir a ONG.

Metodologia: Para alcançar os objetivos propostos foi usufruída metodologicamente os estilos de pesquisas bibliográfica e de campo descritiva. **Fundamentação teórica:** A fundamentação teórica se apoia em autores como, Gohn (2010), Gracindo (2012), Libâneo (2010), Luck (1997), além de documentos oficiais como LDBEN (1996). **Resultados:** Concluiu-se que a Associação Ponto Cidadão, instituição do modelo de educação não formal, adota o estilo de gestão democrática, no qual, possibilita um ambiente oxigenado e participativo. Essa pesquisa possibilitou ao estagiário vivenciar a *práxis* da gestão educacional levando-o a compreensão prática de como ocorre a gestão democrática no ambiente educacional.

Palavras-chave: Gestão educacional. Gestão democrática. Educação não formal. Associação Ponto Cidadão.

ABSTRACT: Introduction: In emerging countries like Brazil, discussions about education, especially the concepts of Educational Management, are becoming increasingly prominent, enabling more solid advances and more democratized participation. **Objective:** In this respect, this work aims to analyze the concept of

educational management used by the non-formal education institution, Ponto Cidadão, located in the municipality of Igarassu-PE, to manage the NGO. **Methodology:** To achieve the proposed objectives, the methodological styles of bibliographic and descriptive field research were used. **Theoretical framework:** The theoretical framework is based on authors such as Gohn (2010), Gracindo (2012), Libâneo (2010), Luck (1997), as well as official documents such as LDBEN (1996). **Results:** It was concluded that the non-formal education institution, Associação Ponto Cidadão, adopts a democratic management style, which allows for a revitalized and participatory environment. This research allowed the intern to experience the praxis of educational management, leading to a practical understanding of how democratic management occurs in the educational environment.

Keywords: Educational management; Democratic management; Non-formal education; Citizen Point Association.

1 INTRODUÇÃO

Em países emergentes, como o Brasil, as discussões sobre a educação, em especial as concepções de Gestão Educacional, se torna algo cada vez mais em evidência, possibilitando avanços mais sólidos e uma participação mais democratizada, assim se espera. Diante disso, os debates no cenário acadêmico sobre Gestão Educacional são de grande valia, pois permite aos acadêmicos ficarem de frente com a realidade educacional brasileira e, discutirem sobre os ônus e bônus das concepções de Gestão Educacional.

Sendo assim, com o estágio supervisionado o estudante é alentado a pôr em prática as vivências galgadas na academia. Segundo a Lei 11.788/2008, o estágio é definido como um ato educativo escolar supervisionado, desenvolvido no ambiente de trabalho, que visa à preparação para o trabalho produtivo do estudante. Partindo desse pressuposto, as vivências em loco possibilitam mostrar como funciona o processo de Gestão Educacional no dia a dia nos diferentes tipos de educação, neste trabalho especificamente, as vivências foram em uma instituição do tipo de educação não formal.

Consecutivamente, ao se fazer uma imersão no contexto histórico educacional do Brasil, constata-se, como a educação foi e continua sendo uma grande ferramenta de seletividade social, no qual também recebeu muita influência dos países colonizadores e, com a ascensão da industrialização, recebeu diretamente influências do modelo de

administração fabril, resultando no modelo da concepção de gestão educacional, técnico-científica, um modelo com características autoritárias, opressoras, seletiva etc. Divergindo da concepção supracitada, surgem as concepções auto gestacionais, que trás como proposta, um modelo de gestão educacional menos invasiva e mais participativa. Diante disso, levanta-se como problemática, como as concepções auto gestacionais podem impactar positivamente o sistema educacional brasileiro, gerando mudanças promissoras para o cenário atual e futuro?

Sob esse aspecto, este trabalho tem como objetivo geral analisar qual a concepção de Gestão Educacional a instituição, do tipo de educação não formal, Ponto Cidadão, utiliza para gerir a ONG. Portanto, foram traçados como objetivos específicos: compreender como funciona o sistema de gestão educacional do ambiente escolhido para desenvolver o estágio; observar como são aplicados os mecanismos da concepção de gestão educacional adotada pela instituição; discutir como a comunidade educacional se porta diante do modelo de concepção de gestão educacional praticada pela instituição.

Para a execução desta atividade foi usufruída metodologicamente o estilo de pesquisa bibliográfica, por meio do estudo de artigos científicos que apresentam resultados importantíssimos sobre os mecanismos da gestão educacional, livros, sites e etc. Contou-se também com orientações do professor Carlos Eduardo de Melo Pereira da Veiga, docente do componente curricular Estágio Supervisionado na área de Gestão e Apoio Educacional, do curso de Licenciatura Plena em Pedagogia, da UNIFACIG. Ademais, foi realizado estudo de campo, desenvolvido na Associação Ponto Cidadão, instituição do tipo de educação não formal, localizada na Av. Joaquim Nabuco, 46, Centro, Igarassu-PE, que tem como gestora Roberta Cavalcanti e coordenadora pedagógica Rosângela Almeida.

Posteriormente, será apresentado um referencial teórico, explicando o principal assunto deste trabalho que é a Gestão Educacional. E, consecutivamente, serão percorridas informações sobre a estruturação documental da instituição; relatos dos diálogos instaurados no campo de estágio, como diálogos com a gestora da instituição educacional e com a coordenadora pedagógica. Por fim, serão apresentados dados das observações realizadas nas visitas ao campo de pesquisa.

2 TECENDO CONCEITOS A PARTIR DO REFERENCIAL TEÓRICO

Muitos associam educação com escola, entretanto a educação é algo que vai muito além do ambiente escolar, perpassando pelas diversas fases da vida do ser humano. Se fazendo presente desde convívios familiares, com trocas de extrema importância para o desenvolvimento de saberes empíricos, costumes e etc; nas vivências sociais e construções de pensamentos críticos, por meio das organizações do terceiro setor; a convivências de ensinamentos e aprendizagens ofertadas pelas instituições de ensino da educação básica e superior, guiados por normativas e estruturas. A Lei de nº 9.394/96, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), no seu Art. 1º diz:

A educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais. (LDBEN, Lei nº 9.394/96).

Trazer a educação não formal para as discussões científica é apresentar possibilidades de quebra de estereótipos, especificamente de negatividade, pois ao aplicar o advérbio “não” no termo supracitado, pode-se acarretar acepções que corroborem para a falta de incentivos para as instituições que ofertam esse tipo de educação. Sobre educação não formal, Gohn (2010), diz:

É um processo sociopolítico, cultural e pedagógico de formação para a cidadania, entendendo o político como a formação do indivíduo para interagir com o outro em sociedade. Ela designa um conjunto de práticas socioculturais de aprendizagem e produção de saberes, que envolve organizações/ instituições, atividades, meios e formas variadas, assim como uma multiplicidade de programas e projetos sociais. (2010, p. 33).

Sendo assim, é de extrema importância valorizar a educação não formal, enaltecendo suas caracterizações próprias que a faz se tornar útil e indispensável para a sociedade, como, possibilitar também a desvinculação de concepções equivocadas ao tipo de educação em discussão. Libâneo (2010), conceitua a educação não formal e traz uma contribuição interessante no qual corrobora com a ideia de complementação dos tipos de educação entre si e, diz:

A educação não-formal, por sua vez, são aquelas atividades com caráter de intencionalidade, porém com baixo grau de estruturação e sistematização, implicando certamente relações pedagógicas, mas não formalizadas. Tal é o caso dos movimentos sociais organizados nas cidades e no campo, os trabalhos comunitários, atividades de animação cultural, os meios de comunicação social, os equipamentos urbanos culturais e de lazer (museus, cinemas, praças, áreas de recreação) etc. Na escola são práticas não-formais as atividades extra-escolares que provêm conhecimentos complementares, em conexão com a educação formal (feiras, visitas etc). O exemplo da escola mostra que, frequentemente, haverá um intercâmbio entre o formal e o não-formal. (2010, p. 89).

Após uma singela imersão nos tipos de educação, com ênfase na educação não formal, sendo o tipo de educação em que o estágio se desenvolveu, iremos compreender o que se trata referente a gestão educacional. Sendo ela um mecanismo existente no sistema educacional de extrema importância e influência, a educação não formal impacta diretamente no desempenho das instituições educacionais. Veremos que o termo “gestão educacional” vem para substituir o termo “administração educacional”, sendo oriundo do sistema fabril, Luck (1997) traz uma contribuição interessante, dizendo:

A expressão “gestão educacional”, comumente utilizada para designar a ação dos dirigentes surge, por conseguinte, em substituição a “administração educacional”, para representar não apenas novas ideias, mas sim um novo paradigma, que busca estabelecer na instituição uma orientação transformadora, a partir da dinamização de rede de relações que ocorrem, dialeticamente, no seu contexto interno e externo. Assim, como mudança paradigmática está associada à transformação de inúmeras dimensões educacionais, pela superação, pela dialética de concepções dicotômicas que enfocam ora o diretivismo, ora o não-diretividade; ora a heteroavaliação, ora a auto-avaliação; ora a avaliação quantitativa, ora a qualitativa; ora a transmissão do conhecimento construído, ora a sua construção, a partir de uma visão da realidade (1997, p. 4)

Diante disso, vale trazer à discussão as concepções técnico-científica e as concepções auto gestacionais/sociocríticas, que abordam a identidade geracional que o gestor possui e conduz a instituição que está gerindo. O professor José Carlos Libâneo, descreve a concepção técnico-científica como burocrático, autoritário e rígido. Ou seja, uma concepção bem retrógrada, com resquícios das heranças ruins da colonização e opressora. Ele descreve as concepções sociocríticas como antagônicas à concepção auto gestacional, apresentando os termos: Interpretativa, Auto gestacional e Democrático-

participativo, no qual nesta concepção o gestor parte da valorização dos seres envolvidos na comunidade escolar.

A gestão democrático-participativa é uma das concepções mais em alta no tempo presente, quicá a mais evidenciada, no qual muitos gestores vêm buscando adotá-la. Para Gracindo (2012),

A gestão democrática pode ser considerada como meio pelo qual todos os segmentos que compõem o processo educativo participam da definição dos rumos que a escola deve imprimir à educação e da maneira de implementar essas decisões, num processo contínuo de avaliação de suas ações. (GRACINDO, 2012).

Sendo assim, a autora corrobora com seu discurso para uma conscientização do sistema educacional, objetivando que todos os segmentos possam adotar os mecanismos da gestão democrática, germinando uma rede que construa um processo de avaliação contínua. Partindo desse pressuposto, o alimentar da comunicação e participação ativa de todas as peças do sistema educacional proporciona uma lubrificação nas engrenagens que fazem a educação sistematizada acontecer e, consecutivamente, os ambientes serão mais eficazes e produtivos.

3 RELATO DA ANÁLISE DO REGIMENTO ESCOLAR

O projeto da Associação Ponto Cidadão representa uma iniciativa emblemática no campo da responsabilidade social corporativa, com foco na educação e capacitação de jovens em situação de vulnerabilidade. Surgido em 2003, a partir da iniciativa da empresa Itamaracá Transportes, o projeto se consolidou como uma importante ferramenta de transformação social na região de Igarassu-PE, ao ocupar um casarão histórico reformado para esse fim, com início efetivo de atividades em 2004. Seu diferencial reside na gestão colegiada, que envolve múltiplas empresas e organizações voluntárias em um modelo horizontal e participativo, como a Ágilis Tecnologia em RH, Ebrasil Energias, INTG Instituto da Gestão e outras instituições parceiras.

O principal objetivo do Ponto Cidadão é qualificar jovens entre 16 e 24 anos, oriundos de escolas públicas e com renda familiar de até 2,5 salários mínimos, para o mercado de trabalho, especialmente em funções administrativas. A missão da instituição

vai além da capacitação técnica, promovendo o exercício da cidadania e fortalecendo as competências psicossociais dos participantes. Sua visão de futuro está centrada em ampliar o reconhecimento do projeto como referência em inclusão produtiva, além de consolidar o atendimento em dois turnos, tornando o impacto ainda mais expressivo.

A proposta educacional se baseia em princípios como solidariedade, diversidade, disciplina, gestão democrática e sustentabilidade, sempre com foco em resultados. Além disso, destaca-se pela abordagem integral do aluno, tratando aspectos políticos, sociais e emocionais, de modo a promover não apenas a inserção profissional, mas também o desenvolvimento pessoal e cidadão. A metodologia empregada envolve ensino por competências, orientação para valores, estímulo à autonomia, monitoramento contínuo e atuação de educadores voluntários, demonstrando o comprometimento das empresas envolvidas com a transformação social.

O Ponto Cidadão desenvolve dois projetos principais: o PPF (Projeto Passagem para o Futuro), com duração de 11 meses, e o PCF (Projeto Construindo o Futuro), voltado para jovens egressos do PPF, com duração de 16 meses. Ambos oferecem uma grade curricular diversificada e alinhada com as demandas do mercado de trabalho, contemplando disciplinas como práticas administrativas, gestão financeira, ética, cidadania, informática, matemática, português instrumental, entre outras. O currículo do PCF aprofunda temas como contabilidade, logística, direito trabalhista, empreendedorismo, e inclusão digital, reforçando a formação integral do jovem.

Além do conteúdo curricular, o projeto inclui atividades complementares e de extensão, como campanhas cidadãs, feiras culturais, oficinas de orientação profissional, visitas culturais e o programa de e-mentoring, que conectam os jovens a experiências concretas do mundo do trabalho e ao exercício da cidadania ativa. Essa estrutura multifacetada tem gerado resultados expressivos: mais de 2000 jovens formados, com 83% de inserção no mercado de trabalho e alta avaliação dos empregadores.

O reconhecimento externo também é um reflexo da eficácia do modelo. A instituição acumula prêmios como o “Parcerias – Aliança Interage”, “Igarassu Social 2018”, além de ter sido reconhecida entre as 400 melhores ONGs do Brasil em 2019.

Recebeu ainda o Prêmio Renove Social e o título de Atitude Cidadã pelo Instituto Lixo Zero, além de ter estabelecido parceria com o Criança Esperança em 2021.

Em síntese, o Ponto Cidadão é um exemplo de como o investimento social privado, quando orientado por princípios éticos, planejamento estratégico e compromisso com a comunidade, pode produzir impactos significativos na vida de jovens e na sociedade como um todo. Trata-se de um projeto que transcende a capacitação técnica, promovendo valores, cidadania e esperança para uma juventude muitas vezes esquecida pelo sistema.

4 PRÁTICAS DIRETIVAS E SUPERVISÃO GESTÃO EDUCACIONAL: ANÁLISE DE GESTÃO NO PONTO CIDADÃO

O Ponto Cidadão é uma instituição que surgiu de uma necessidade social percebida pela fundadora Amélia e sua família, a partir de um espaço ocioso que anteriormente funcionava como setor de Recursos Humanos da empresa Itamaracá Transportes. Diante do desejo de transformar vidas e colaborar com a comunidade de Igarassu (PE), foi fundado, em 2003, o Ponto Cidadão, que iniciou suas atividades em 2004, oferecendo cursos como informática, artes, reforço em português e matemática. Desde então, a instituição tem cumprido com dedicação sua missão de apoiar jovens em situação de vulnerabilidade econômica e social, buscando garantir-lhes cidadania e inserção no mercado de trabalho.

A missão do Ponto Cidadão vai além do ensino técnico. Seu grande diferencial é o desenvolvimento socioemocional dos alunos. A instituição acredita que formar cidadãos conscientes, éticos e preparados para os desafios do mercado de trabalho é tão importante quanto oferecer conhecimentos técnicos. Valores como solidariedade, transparência, respeito à diversidade e sustentabilidade norteiam as ações e metodologias aplicadas, promovendo uma formação integral, que prepara os jovens tanto para o ambiente profissional quanto para a vida em sociedade.

Diante dessa proposta, os desafios são inúmeros e complexos. A instituição enfrenta duas grandes frentes de dificuldade: a financeira e a pedagógica. Manter uma organização do terceiro setor, sem fins lucrativos, exige criatividade, persistência e muito

esforço na captação de recursos. O financiamento das atividades se dá por meio de doações, parcerias com empresas, contribuições via Fundo Municipal da Criança e do Adolescente, PIX, além de voluntariado. As parcerias são fundamentais, tanto para sustentar financeiramente a instituição quanto para garantir oportunidades de trabalho aos alunos, com empresas que abraçam a causa e se tornam parceiras empregadoras.

No campo pedagógico, outro desafio se impõe: entender e acompanhar as transformações geracionais. A geração Z, atualmente atendida pela instituição, apresenta características, comportamentos e demandas diferentes de gerações anteriores. Lidar com essa mudança exige constante atualização dos profissionais, adaptação das metodologias e desenvolvimento de práticas que façam sentido para essa juventude. A crise de ansiedade, a pressão social e a velocidade das transformações digitais são fatores que impactam diretamente no processo de ensino-aprendizagem.

A gestão do Ponto Cidadão é democrática, colegiada e bem estruturada. Conta com uma liderança composta por duas gestoras, Roberta e Rosângela, além de um conselho de diretores voluntários, em sua maioria empresários, que contribuem para o desenvolvimento estratégico da instituição. A influência de uma gestão com visão empresarial, sem abrir mão da sensibilidade social, permite que o Ponto Cidadão seja organizado, com planejamento, metas e acompanhamento de resultados.

O processo decisório não é centralizado. Existe uma participação ativa de representantes de alunos, professores e demais colaboradores, que podem sugerir melhorias e mudanças. As opiniões são levadas em consideração, embora as decisões finais sejam tomadas em conjunto pelo colegiado gestor. Esse modelo garante não só maior eficiência, mas também engajamento e corresponsabilidade de toda a comunidade escolar.

Para garantir a qualidade do ensino, a instituição realiza acompanhamento dos alunos por até três anos após a conclusão dos cursos, através de um processo chamado de follow-up. Esse monitoramento permite avaliar os impactos do projeto na vida dos egressos, identificando se estão inseridos no mercado de trabalho, quais desafios continuam enfrentando e, quando possível, oferece suporte.

A formação continuada dos educadores e da equipe gestora é uma preocupação constante, embora esbarre nas limitações financeiras. Não há, formalmente, um programa estruturado de apoio financeiro para especializações, dos professores e estagiários, mas sempre que surge uma demanda, a gestão busca parceiros, oficinas, palestras e espaços de desenvolvimento. A participação em congressos, encontros e oficinas acontece de forma colaborativa, muitas vezes custeada por terceiros ou através de iniciativas próprias da instituição.

A história do Ponto Cidadão é, portanto, um exemplo concreto de como a educação não formal tem um impacto transformador na sociedade. Com mais de dois mil jovens formados e uma taxa de inserção no mercado que chega a 80%, a instituição demonstra que é possível mudar realidades através da educação, da empatia e da solidariedade. Ao investir no desenvolvimento socioemocional, no fortalecimento das competências interpessoais e na construção de projetos de vida, o Ponto Cidadão se consolida como uma ponte real entre a vulnerabilidade social e as oportunidades de um futuro digno.

O legado da instituição, embora nascido de uma empresa privada, se desvincula dela ao se constituir como uma entidade autônoma, de responsabilidade social comunitária. Sua existência reafirma a importância das organizações do terceiro setor como agentes fundamentais na construção de uma sociedade mais justa, equitativa e humana, sobretudo quando o poder público não consegue, sozinho, atender às múltiplas demandas sociais.

Assim, a experiência do Ponto Cidadão serve como inspiração não apenas para quem trabalha no terceiro setor, mas também para educadores, gestores e formuladores de políticas públicas, ao evidenciar que a educação vai muito além das paredes das escolas formais, encontrando na educação não formal um espaço potente de transformação social.

5 PRÁTICAS DIRETIVAS E SUPERVISÃO PEDAGÓGICA: ANÁLISE DA COORDENAÇÃO PEDAGÓGICA NO PONTO CIDADÃO

O relato sobre a vivência e os bastidores da coordenação pedagógica no Ponto Cidadão revela uma prática educativa rica, sensível e alinhada aos princípios de cidadania, disciplina e inclusão. A experiência narrada expõe um modelo alternativo de educação que, apesar de não estar inserido formalmente no sistema público de ensino, possui uma estrutura organizacional e pedagógica bem definida, com regimento interno, acordos coletivos e práticas regulares de avaliação. A rotina é marcada por uma gestão comprometida, tanto na articulação do cotidiano dos jovens quanto no acompanhamento dos professores, com reuniões constantes e orientações claras.

No Ponto Cidadão, a rotina pedagógica tem horários definidos: o turno da manhã vai das 7h30 ao meio-dia, com intervalo das 10h10 às 10h40. As aulas são planejadas e os estudantes se tornam corresponsáveis pela manutenção do espaço físico, o que fortalece o senso de pertencimento e a valorização do ambiente educativo. Diferente do ambiente das escolas públicas, onde a falta de compromisso e o desrespeito são desafios recorrentes, a instituição aposta em “acordos” – pactos de convivência que promovem autonomia com responsabilidade. A disciplina é um dos pilares mais valorizados e, segundo a coordenadora, é justamente isso que diferencia os jovens da instituição perante os empregadores.

A coordenadora pedagógica, que começou como professora e assumiu a função por necessidade, manifesta amor pelo ofício de ensinar. Mesmo preferindo a sala de aula, ela desempenha sua função gestora com empatia e compromisso. O regimento interno da instituição é revisado anualmente de forma participativa, contemplando temas atuais, como identidade de gênero, regras de vestuário e comportamento. A disciplina é trabalhada com flexibilidade, mas com firmeza, sempre com base no diálogo e na realidade dos jovens atendidos.

Outro destaque é o sistema de avaliação, que inclui a autoavaliação dos alunos e a avaliação dos professores. Essa devolutiva é tratada com seriedade, sendo feita individualmente com cada educador. Os alunos são estimulados a expressar suas opiniões com liberdade, o que já permitiu a identificação de comportamentos inadequados e ações discriminatórias em sala de aula. Esse processo é mediado com

responsabilidade, mantendo o respeito a todos os envolvidos e promovendo a melhoria contínua das práticas docentes.

A instituição, embora ainda não conte com um sistema digital eficiente, busca formas de inovar, como a inclusão de cursos de web e inglês, e parcerias com desenvolvedores para modernizar sua estrutura pedagógica. A integração com a comunidade também é estratégica: os alunos são preparados para representar a instituição com educação e respeito nas visitas às escolas e em eventos como a Feira Cultural, o que reforça a vivência prática dos valores ensinados em sala.

A coordenadora relata com emoção seu envolvimento com o projeto e como ele a transformou pessoalmente. Destaca-se, também, o cuidado com práticas inclusivas, como a Semana de Conscientização das Necessidades Especiais, em que os alunos vivenciam temporariamente limitações físicas e sensoriais para desenvolver empatia. Temas como meio ambiente e diversidade são constantemente trabalhados em todas as disciplinas, reforçando uma educação transversal e crítica.

Por fim, questões como bullying, violência e negligência são enfrentadas com uma postura firme e educativa. A coordenadora, que também atua como professora, acompanha de perto os alunos e promove reflexões significativas a partir de experiências pessoais, como a leitura de um texto que a levou a reavaliar suas próprias atitudes na juventude. Ao compartilhar isso com os estudantes, ela humaniza o ensino e demonstra que a educação também é um processo de cura e transformação.

O modelo de gestão e prática pedagógica do Ponto Cidadão é, portanto, um exemplo inspirador de como é possível oferecer uma educação de qualidade, com ética, respeito, disciplina e inclusão, mesmo diante de limitações financeiras e estruturais. Mais que uma escola, o Ponto Cidadão é um espaço de desenvolvimento humano integral.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do abordado, concluiu-se que a Associação Ponto Cidadão adota como mecanismo de gestão, a gestão democrática, sendo aplicada com uma participação ativa da comunidade educacional. Com as vivências instauradas no campo de estágio, pode-se

constar uma instituição muito oxigenada, compostas por hierarquias, com muitas visões oriundas do sistema industrial, pois a associação surge do anseio de um grupo de empresários, para ofertar educação para jovens de baixa renda.

E, apesar das características da administração empresarial, algo chamou à atenção: as organizações dos ambientes e o processo de construção pedagógica. Os discentes são postos como protagonistas do funcionamento institucional e são preparados constantemente para germinarem o sentimento de pertencimento do local, algo bem típico dos ambientes de educação não formal.

Por conseguinte, a rotina de estágio proporcionou ao estagiário uma boa experiência, no qual o mesmo teve a oportunidade de pôr em prática as vivências acadêmicas, observando como funciona no cotidiano de uma instituição educacional, o processo de gestão educacional no modo prático, perpassando desde gerir pessoas, alunos, professores, estagiários, funcionários administrativos, até às demandas de insumos necessários para o funcionamento das atividades.

REFERÊNCIAS

BRASIL. [LDBEN de 1996] *Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1996*. Lei 9.394/96, Brasília 1996.

GOHN, M. G. *EDUCAÇÃO NÃO FORMAL E O EDUCADOR SOCIAL*, 1. Ed. São Paulo: Cortez, 2010.

GRACINDO, R. V. (2012). *O gestor escolar e as demandas da gestão democrática: exigências, práticas, perfil e formação*. Retratos Da Escola, 3(4). <https://doi.org/10.22420/rde.vde.v3i4.107>

LIBÂNEO, J. C. *Pedagogia e pedagogos, para quê?* 12. Ed, São Paulo: Cortez, 2010.

LUCK, H. *A evolução da Gestão Educacional, a partir da mudança paragnática*, n. 3, Revista Gestão em Rede, 1997.

EL PREICFES POPULAR BIBLIOTECARIO: UN ESCENARIO DE DISPUTA ENTRE LA EDUCACIÓN POPULAR, LA EVALUACIÓN ESTANDARIZADA Y LA JUSTICIA SOCIAL

Johan Daniel Santiago Agudelo Murcia

Maestrante en Comunicación-Educación

Universidad Distrital Francisco José de Caldas - UDFJC

Intercambista na Universidade Federal de Fluminense UFF

Diego Felipe Morales Flórez

Maestrante en Comunicación-Educación

Universidad Distrital Francisco José de Caldas - UDFJC

Intercambista na Universidade Federal de Fluminense UFF

RESUMO: Este artigo apresenta a sistematização do Preicfes Popular Bibliotecário (PPB) desenvolvido na localidade de Usme, articulando um referencial teórico que integra contribuições da educação popular latino-americana, das críticas à avaliação padronizada e das perspectivas de justiça social na educação. A partir de uma abordagem metodológica baseada na Pesquisa-Ação Participativa e na Investigação como Estratégia Pedagógica, foram utilizados entrevistas semiestruturadas, diários de campo, planejamentos de aula, transcrições e a sistematização institucional para reconstruir tensões, práticas pedagógicas e saberes situados emergentes no processo. Os resultados evidenciam que o PPB confronta as lógicas tecnocráticas da padronização, promovendo aprendizagens contextualizadas, autonomia estudantil e reflexão crítica sobre as condições socioeducativas do território. Conclui-se que o PPB constitui uma experiência comunitária de justiça social que ressignifica as práticas de educação popular e fortalece a construção coletiva de conhecimento emancipador

Palavras-chave: Pre ICFES, educação popular, experiências, avaliação padronizada.

ABSTRAT: Este artículo presenta la sistematización del Preicfes Popular Bibliotecario (PPB) desarrollado en la localidad de Usme, articulando un marco teórico que integra aportes de la educación popular latinoamericana, las críticas a la evaluación estandarizada y las perspectivas de justicia social en educación. Desde un enfoque metodológico basado en la Investigación-Acción Participativa y la Investigación como Estrategia Pedagógica, se emplearon entrevistas semiestructuradas, bitácoras, planeaciones de clase, transcripciones y la sistematización institucional para reconstruir

tensiones, prácticas pedagógicas y saberes situados emergentes en el proceso. Los resultados evidencian que el PPB confronta las lógicas tecnocráticas de la estandarización, promoviendo aprendizajes contextualizados, autonomía estudiantil y reflexión crítica sobre las condiciones socioeducativas del territorio. El estudio concluye que el PPB constituye una experiencia comunitaria de justicia social que resignifica las prácticas de educación popular y fortalece la construcción colectiva de conocimiento emancipador.

Keywords: Pre ICFES, educación popular, experiencias, evaluación estandarizada.

1 INTRODUÇÃO

El "Preicfes Popular Bibliotecario (PPB³)" es en esencia un proyecto de educación popular que realiza un trabajo de preparación para la prueba estandarizada **ICFES Saber 11°**; esta prueba es gestionada por el Instituto Colombiano para la Evaluación de la Educación (ICFES), es el examen estandarizado de carácter nacional que deben presentar los estudiantes de grado once (último grado de escolaridad) en Colombia. Su finalidad declarada es medir las competencias adquiridas durante la educación básica y media, proporcionando información sobre la calidad del sistema educativo y funcionando como requisito para culminar la escolaridad. La prueba evalúa cinco componentes: Lectura Crítica, Matemáticas, Inglés y Ciencias Naturales, Sociales y Ciudadanas.

Este Preicfes popular surge como una alternativa que busca no solo preparar a los jóvenes para las pruebas estandarizadas, sino también promover un enfoque de educación popular que abogue por la justicia social desde un reconocimiento propio de su entorno y una reflexión colectiva desde sus experiencias y saberes previos que les pueda ayudar a entender y resolver la prueba ICFES. Pruebas que a su vez directa e indirectamente están generando comportamientos de desigualdad y desventajas educativas dentro de cada uno de los grupos sociales a las que se aplican.

³ Sigla que será utilizada a lo largo del documento para facilitar su lectura.

La presente iniciativa fue gestada en el año 2023⁴ y 2024 en la localidad de Usme⁵. **Usme** es la localidad número 5 del Distrito Capital de Bogotá. Se encuentra ubicada en el suroriente de la ciudad. El PPB fue liderado por el colectivo Lxs Hijxs de Usminia y en colaboración con el programa Escuelas LEO de BibloRed y la Biblioteca Pública La Marichuela como sede principal, fueron los actores que participaron en la fundación y gestión de esta iniciativa.

Este artículo se organiza en cuatro apartados: el primero recoge la teoría y fuentes utilizadas para explicar los tres constructos fundamentales de esta investigación: Educación popular, evaluación estandarizada y justicia social. El segundo, reconstruye el proceso metodológico que se llevó a cabo tanto en el proyecto como en la investigación, basándonos en la reflexión epistemológica, fases del proyecto, caracterización, instrumentos utilizados para la recolección de datos y una discusión final sobre los resultados obtenidos con los instrumentos. Finalmente unas consideraciones finales obtenidas del todo proceso teórico y metodológico en la investigación, serán consideraciones en forma de conclusiones y recomendaciones de los autores según lo hallado en la investigación y en la participación del proyecto.

2 MARCO TEÓRICO

El "Preicfes Popular Bibliotecario" (PPB) se configura como un espacio educativo y social donde convergen y se tensionan prácticas pedagógicas tradicionales y de educación popular. Esta experiencia, desarrollada en la Biblioteca La Marichuela por educadores populares (docentes voluntarios), cuestiona las lógicas homogéneas de la evaluación estandarizada presentes en los sistemas educativos formales, promoviendo la

⁴ Según la sistematización institucional: "El Preicfes conserva el nombre del 2023 en tanto se mantienen los propósitos de apoyar a una causa social desde la educación popular con una intención política de transformación de la realidad, usando materiales y contenidos contextualizados y apoyados en metodologías que promueven la participación y el diálogo de saberes. (p13)"

⁵ Usme es la tercera localidad más grande de Bogotá y a su vez una de las más pobladas con alrededor de 400.000 habitantes y 33 barrios (Caracol radio, 2024).

construcción colectiva de saberes situados que contribuyen a la justicia social mediante prácticas pedagógicas críticas y comunitarias. La sistematización de estas experiencias permite documentar y reconocer alternativas educativas desde una mirada de justicia social. Este apartado articula tres categorías de análisis: educación popular, evaluación estandarizada y justicia social, abordando sus fundamentos y debates actuales para comprender las tensiones y posibilidades que emergen en el PPB. Este marco teórico, presenta la comprensión de las 3 categorías de análisis y su convergencia en relación al desarrollo del proyecto.

2.1 EDUCACIÓN POPULAR

“Escribir este texto nos convoca a pensar nuestro lugar de maestros y maestras populares que trabajamos en espacios escolares, en proyectos comunitarios, en tejidos de movilización social, educativa y política. En prácticas y procesos instituyentes que buscan en la educación popular un horizonte epistémico, una construcción de referentes políticos y éticos y sobre todo opciones de vida en colectivo” (Ortega, P. 2018)

La educación popular (EP) se configura como una tradición político-pedagógica crítica, originada en América Latina y orientada hacia la transformación social y el empoderamiento de comunidades marginadas. Como indica Muñoz (2013). Esta corriente se nutre de referentes como Paulo Freire y Marco Raúl Mejía, quienes sitúan la realidad de los sectores populares como base para la praxis educativa emancipadora. Freire concibe la educación popular como “una práctica para la libertad”, que promueve un diálogo crítico para develar y transformar estructuras opresivas (Freire, 1987, p. 79), mientras Mejía destaca el reconocimiento del saber popular como fundamento del “diálogo de saberes” (Mejía, 2011, p. 102).

Los principios que articulan la educación popular incluyen la integralidad crítico-creativa del aprendizaje, la centralidad de la praxis, la vocación organizativa y su dimensión político-pedagógica. Este modelo pedagógico se sostiene en la reflexión dialógica entre teoría y práctica, superando la tradicional dicotomía donde predominaba la teoría, para generar conocimientos que emergen de la experiencia y acción concreta (Jara, 2020). Este enfoque dialéctico permite a los sujetos “leer el mundo” (Mejía, 2011,

p. 136) y se vincula con procesos organizativos de sectores populares para transformar estructuras injustas, como explica Mejía (2011, p. 163): “Si algo le ha dado especificidad a la educación popular ha sido su vínculo a los procesos organizativos para así construir proyectos de poder popular y alternativos”.

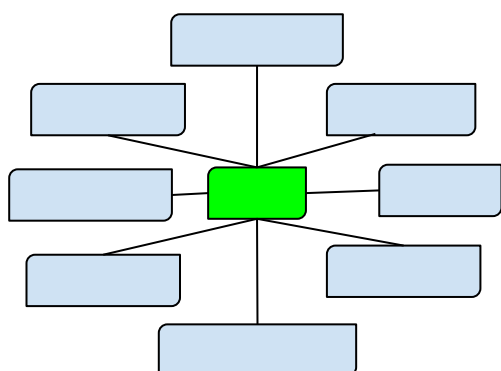
En la imagen se representan los principios presentes del PPB 2024 en relación a la educación popular y la justicia social. Principios que hacen que el PPB se diferencie de los cursos preparatorios tradicionales al estar fundamentado en principios críticos, propositivos y transformadores, impulsados por educadores populares comprometidos con la transformación social en su territorio. Como afirma Mejía, este enfoque promueve un diálogo intercultural crítico que va más allá de la complementariedad, fomentando la concientización mediante la crítica al sistema para proponer cambios (Mejía, 2011). El proyecto abraza un sentido ético-político claro, donde la formación docente y estudiantil se orienta hacia la construcción de una vida digna y justa, asumiendo que la educación popular es una práctica política que transforma tanto la realidad como a los sujetos involucrados (Zapata, 2023; Mejía, 2011). Por todo lo mencionado anteriormente, es de resaltar que para nosotros y para el colectivo la educación popular es la que moviliza nuestras voluntades, orienta nuestras prácticas y permite el reconocimiento de la otredad. Sabemos además que existen procesos organizativos que se reconocen en los principios de la educación popular expuestos anteriormente, que al igual que el PPB buscan encarnar de forma coherente estos principios con su praxis educativa.

Además, el PPB promueve el diálogo de saberes⁶ como estrategia pedagógica esencial. Este aprendizaje situado, adaptado a las realidades periféricas y desarrollado principalmente por jóvenes educadores voluntarios, resalta la cooperación sobre la competencia, constituyendo una apuesta pedagógica y política que articula la educación popular con la movilización comunitaria y social.

2.2 EVALUACIÓN ESTANDARIZADA

⁶ Visto en la mirada de Mejía como espacios de negociación cultural que valoran el conocimiento popular junto con el académico, en relaciones horizontales basadas en acuerdos colectivos (Mejía, 2011; Jara, 2018).

La Evaluación Estandarizada (EvE) en Colombia, instaurada formalmente con el Servicio Nacional de Pruebas en 1968, se define como un proceso técnico para medir el “aprendizaje” de manera uniforme y masiva, orientando políticas educativas y comparaciones de desempeño. Sin embargo, desde una mirada crítica y de educación



popular, esta medición funciona como un mecanismo de control social que legitima la desigualdad al basar el rendimiento en competencias para responder pruebas y en el acceso desigual al capital cultural, excluyendo saberes comunitarios y perpetuando injusticias de reconocimiento (Muñoz, 2013; Tamayo et al., 2017). La estandarización

responde a exigencias neoliberales internacionales y convierte la educación en una formación para la empleabilidad, despojándola de su potencial político-emancipador y reforzando la idea de que el valor individual depende del rendimiento medido (Tamayo, Niño, Cardozo & Bejarano, 2017).

La evaluación estandarizada reduce la educación a parámetros cuantificables y reproduce desigualdades estructurales, desconectándose de las trayectorias de vida y formas alternativas de aprendizaje de comunidades populares. Este paradigma se ha arraigado culturalmente en el sistema colombiano, generando una racionalidad instrumental en la evaluación que homogeneiza procesos complejos y olvida las realidades singulares de los estudiantes, en particular en contextos periféricos como Usme (López y Puentes, 2010). Frente a ello, el Preicfes Popular Bibliotecario (PPB) emerge como espacio que disputa esta lógica, valorizando saberes ligados a la vida y el territorio por encima de la mera medición de resultados.

El PreIcfes popular bibliotecario enfrenta una tensión inherente: por un lado, busca preparar a los estudiantes para la Prueba Saber 11°, una evaluación estandarizada que sigue los lineamientos y expectativas de la educación formal. Y, por otro lado, se plantea como una propuesta de educación no formal que aspira a trascender los modelos

tradicionales de enseñanza, promoviendo una formación integral y crítica que va más allá de la mera preparación para una prueba. La preparación para pruebas estandarizadas en el PPB supera la mera transmisión mecánica de conocimientos para fomentar la comprensión, el pensamiento crítico y la capacidad de transformar el entorno, convirtiendo la evaluación en una herramienta dialógica que integra experiencias locales, intereses y potencialidades de los estudiantes, con una clara intencionalidad ética y social. En este sentido, el rol docente voluntario se redefine: ya no es un simple calificador, sino un mediador crítico capaz de conectar contenidos con contextos socioculturales reales, facilitando un aprendizaje situado y crítico (Stenhouse, 1984; Rojas, 2014; Mejía y Manjarrés, 2011).

2.3 JUSTICIA SOCIAL

La justicia social es un concepto clave para entender procesos de educación popular, las resistencias a la evaluación estandarizada y las intencionalidades ético-políticas en la praxis pedagógica del Preicfes Popular Bibliotecario (PPB). Partiendo de la búsqueda de “vida digna y paz en los territorios”, la justicia social se concibe no solo como inclusión en la sociedad, sino como la lucha contra desigualdades estructurales que afectan a las clases populares, exigiendo una transformación política radical del statu quo (Villegas, 2001). Para el caso específico del PPB la justicia social se materializa en la democratización del conocimiento al hacerlo accesible a sectores históricamente excluidos, reconociendo saberes emergentes y promoviendo un espacio de diálogo donde la educación se asume como herramienta de emancipación y transformación social. En palabras de Freire, la democratización del conocimiento implica combatir las injusticias sociales mediante la participación genuina y la negociación cultural contra políticas excluyentes y hegemónicas (Freire, 2015; Villegas, 2019).

Finalmente, las prácticas educativas del PPB son inherentes a una pedagogía crítica que moviliza sentidos de pertenencia, construye colectivos y responde a injusticias estructurales que limitan el acceso y la permanencia educativa. Para Mejía (2014), lo pedagógico es sustantivamente político-pedagógico, un eje indisociable que diferencia la educación crítica de otras propuestas, orientándose a la transformación

social desde los sectores populares. Así, el PPB se configura como una apuesta político-pedagógica que incorpora esta justicia social como horizonte ético-político en sus prácticas y que prepara un camino para ampliar esta reflexión en las convergencias entre educación popular y justicia social.

3 METODOLOGIA

3.1 REFLEXIÓN EPISTEMOLÓGICA

Si bien el enfoque investigativo adoptado en este estudio se inscribe en la teoría crítica, el paradigma latinoamericano y la corriente crítica-transformadora con un claro énfasis liberador y de resistencia; el abordaje que se le da a esta sistematización supera la academia tradicional y la teoría escrita; no consiste en un proceso de adaptación a la teoría establecida, es justamente un proceso creador de teoría que se fundamenta en los saberes superiores⁷. Esta base epistemológica implica comprender el conocimiento como un proceso situado, histórico y político, donde las experiencias concretas y los sujetos involucrados son reconocidos como generadores activos y colectivos de saberes. Incorporar esta mirada crítica implica desafiar los paradigmas tradicionalmente positivistas y reproductores, abriendo camino a una metodología que no sólo describa, sino que pueda transformar y transformar(se), en articulación con las dinámicas sociales y culturales particulares de contextos periféricos y de educación popular.

Metodológicamente, esta sistematización de experiencias se fundamenta en elementos de la Investigación Acción-Participativa (IAP) y la Investigación como Estrategia Pedagógica (IEP), lo que permite concebir la sistematización no solo como una reconstrucción narrativa, sino como un proceso activo y situado de producción de conocimiento. En la Investigación como Estrategia Pedagógica el eje de su propuesta es la idea de que en la sociedad existen saberes propios de la cultura, los cuales negocian permanentemente con las formas establecidas del conocimiento; por ello, la

⁷ Entendido en la pedagogía de la pregunta escrito entre Freire y Antonio Faundez como el resultado de la suma de los saberes teóricos con los saberes populares.

investigación planteada en los grupos infantiles y juveniles busca la unidad y relación de saberes y conocimientos como partes complementarias (Hara, 2012 p143).

Es entonces, la sistematización de experiencias que pone en evidencia las convergencias presentadas en el marco teórico y las resalta como un proceso de introspección de los autores, el colectivo y los docentes voluntarios bajo la reflexión consciente de lo que representó el PPB 2024. La sistematización de experiencias, en este marco, no es un fin en sí mismo, sino un medio para compartir aprendizajes, contribuir a la construcción teórica desde la práctica, mejorar la propia práctica y reconocer a los actores de la experiencia como protagonistas del proceso (Abaco en red y Jara, p.2). Este enfoque participativo y dialógico permite que la investigación no sea un ejercicio extractivista⁸, sino una oportunidad de empoderamiento y producción colectiva de saberes. Esta reflexión epistemológica orienta la descripción y análisis de las fases, metodologías y prácticas pedagógicas del PPB, consolidando la coherencia entre el marco teórico, el proceso investigativo y los instrumentos de recolección y análisis de datos que se emplearon en esta investigación.

3.2 FASES DEL PROYECTO

Este apartado se estructura en las tres fases logísticas y metodológicas en las que se desarrolló el proyecto: **planeación, ejecución y evaluación**.

Fase 1: Planeación: El proceso de planeación del PPB inició en el año 2023, en un contexto de articulación con Biblored, con el objetivo de generar un espacio educativo innovador, crítico y comunitario. La planificación del proyecto se centró en la construcción de alianzas estratégicas, la definición de perfiles para docentes y estudiantes, y el diseño de un currículo que permitiera cumplir con los objetivos académicos y políticos del PPB. La planificación del año 2024 fue más dirigida a trabajar en los errores y vacíos del año anterior, sumado a esto un trabajo político pedagógico más fuerte.

⁸ Se parte de la consideración que esta sistematización procuró mantener bajo los principios de la Educación Popular (EP) y la Investigación Popular (IP) así como se construyó bajo unos acuerdos de divulgación y socialización con el colectivo Guechas Hijxs de Usminia.

Fase 2: Ejecución: Esta etapa estuvo marcada por la implementación del trabajo pedagógico con los estudiantes, el acompañamiento constante del colectivo organizador, y la colaboración activa de los docentes voluntarios y del equipo de Biblored, quienes brindaron apoyo institucional y logístico. Fueron en total 25 sesiones realizadas entre las cinco áreas de estudio de la prueba, sumadora estas otras 2 sesiones de orientación vocacional, simulacros de la prueba, bienvenida y graduación.

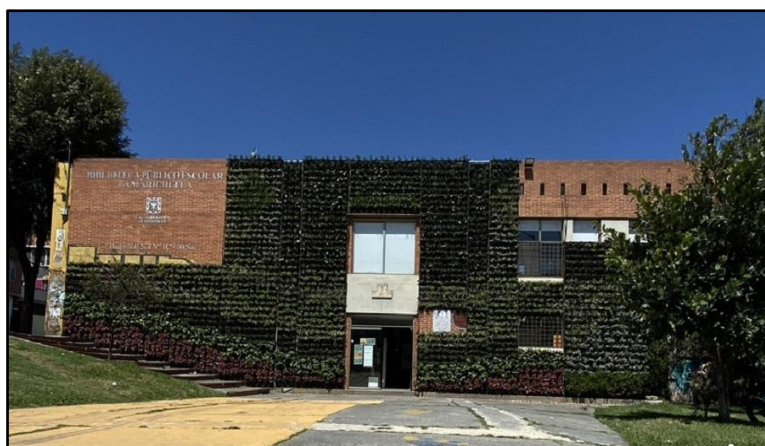
Fase 3: Valoración: El proceso de valoración y cierre del Preicfes Popular Bibliotecario (PPB) se concibió no sólo como un momento final de balance, sino como un espacio de reflexión colectiva sobre los aprendizajes, las tensiones y los alcances del proyecto. Desde su inicio, el PPB planteó una comprensión amplia de la evaluación: no centrada en la medición de resultados, sino en la valoración integral de las experiencias, los vínculos y las transformaciones personales y comunitarias que se generaron durante el proceso.

3.3 CARACTERIZACIÓN

El equipo de docentes voluntarios del Preicfes Popular Bibliotecario (PPB) se conformó por 10 jóvenes educadores, egresados y estudiantes universitarios de licenciaturas o carreras afines, comprometidos con los proyectos de cambio, de educación popular y pedagogías diferentes. Provenientes de distintas áreas del conocimiento — ciencias naturales, ciencias sociales, matemáticas, inglés y lectura crítica—, estos docentes aportaron sus saberes disciplinares y experiencias pedagógicas para construir un proceso interdisciplinario, horizontal y colectivo. Su vinculación al proyecto se dio principalmente por medio de una convocatoria hecha en la fase de planeación del proyecto, como a través del colectivo Lxs Hijxs de Usminia⁹ y la Biblioteca Pública La Marichuela. Para el marco de esta investigación se trabajó de la mano del

⁹ El colectivo Hijxs de Usminia es una agrupación juvenil y comunitaria de la localidad de Usme (Bogotá, Colombia) que surge en el contexto de movilización social y memoria territorial tras el estallido social del 2021. Su nombre homenajea a la princesa muisca Usminia, cuyo mito está ligado al territorio de Usme, evocando la resistencia, el arraigo y el vínculo con la tierra.

colectivo y algunos docentes voluntarios usando material complementario suministrado por Biblored, destacando a la vez el rol de docentes, investigadores y sistematizadores que tomaron los autores. El proceso se desarrolló principalmente en la Biblioteca Pública Marichuela, ubicada en la localidad de Usme, al sur de Bogotá.



Fonte: *La Marichuela reverdece con su nuevo muro ecológico*. Tomado de: Biblored, 2023 (fotografía), <https://biblored.gov.co/noticias/marichuela-muro-restauracion>

4 INSTRUMENTOS DE COLETA DE DADOS

4.1 LA ENTREVISTA SEMIESTRUCTURADA

Fue seleccionada como instrumento principal de recolección de información por su carácter cercano al entrevistado, de diálogo y reflexión, el cual se alinea con los principios de la Investigación-Acción Participativa (IAP) y la Investigación como Estrategia Pedagógica (IEP). Este tipo de entrevista, según Gil (1987), permite que “El investigador organice un conjunto de preguntas [...] y a veces incluso incentiva a que el entrevistado hable libremente sobre temas que van surgiendo como desdoblamientos del tema principal.” (p. 67). Es decir, posibilita un diálogo abierto donde los participantes no son solo fuentes de información, sino sujetos activos en la construcción y reconstrucción de experiencias del PPB.

4.2 ENTREVISTAS SEMIESTRUCTURADAS COM LOS DOCENTES VOLUNTARIOS

Las entrevistas semiestructuradas realizadas a los docentes voluntarios del PPB se constituyeron como un insumo central en el proceso, pues permitieron recuperar, desde las voces de los protagonistas, los sentidos, tensiones y aprendizajes que atravesaron en su experiencia. Su diseño respondió directamente a los objetivos general y específicos de la investigación, orientados a documentar el PPB a partir de las prácticas pedagógicas, los saberes situados y los aportes a la justicia social dentro del proyecto; de esta forma se entrevistó a un grupo de cinco (5) docentes voluntarios, cada uno de ellos estaba como representante de su área académica dentro del preicfes.

4.3 ENTREVISTAS SEMIESTRUCTURADAS COM LOS INTEGRANTES DEL COLECTIVO

La entrevista semiestructurada para el PPB 2024 realizada con el colectivo Hijxs de Usminia tuvo unos objetivos distintos (partiendo de la base del rol característico del colectivo como proponentes y ejecutores de la iniciativa), desde su preparación se pretendía identificar no sólo sus pretensiones con el el desarrollo de la iniciativa, sino reconocer su experiencia, las dificultades, oportunidades de mejora y las posibles tensiones que surgieron durante el desarrollo de la iniciativa; de esta forma se entrevistó a un grupo de 3 jóvenes delegados del colectivo.

4.4 INSTRUMENTOS SECUNDARIOS

Instrumentos complementarios dentro de la investigación, que lograron evidenciar los datos recolectados en los instrumentos principales. En su mayoría fueron suministrados por bibliored y el colectivo.

- **Planeaciones de clases de cada área:** Planeaciones de cada una de las sesiones realizadas por cada área de estudio, al ser aulas en duplas, estas planeaciones traen objetivos y perspectivas innatas de cada docente, lo que genera nuevas metodologías y opciones de aprendizaje a los estudiantes.

- Bitácoras de las sesiones: Las bitácoras de sesión se constituyeron como un instrumento complementario de recolección de información que permitió registrar de manera continua los procesos de enseñanza y aprendizaje desarrollados durante el Preicfes Popular Bibliotecario. En cada jornada se consignaron datos básicos como la fecha, número de sesión, temas abordados, observaciones pedagógicas y comentarios valorativos o propositivos.
- Sistematización institucional de biblored: Sistematización institucional basada en datos y resultados cuantitativos en PPB en el año 2023 y 2024 en Usme y Usaquén.

5 DISCUSSÃO, E RESULTADOS PRELIMINARES

A continuación se presentan los resultados parciales¹⁰ que esta investigación ha arrojado a partir de los datos recolectados previamente. Tentativamente los instrumentos y técnicas empleadas para recolección de datos permiten recoger y analizar las categorías propuestas a la luz de la teoría y en diálogo con los planteamientos anteriores. La siguiente tabla resume la multiplicidad de fuentes cualitativas que permiten contrastar la información recolectada en relación a los objetivos planteados que faciliten el análisis documental.

Fuentes		Docentes voluNtarios		Colectivo		Documentos intitucionales		
Pregunta de investigación: a: ¿De qué manera los saberes que se sitúan en el Preicfes Popular Bibliotecario en	Técnicas y herramientas de recolección y análisis de datos	Entrevistas semiestructuradas	Bitácoras	Encuentros virtuales	Entrevista semiestructurada	Lectura y contraste		
						Diario de Campo	Sistematización Biblored	Planeaciones de clase

¹⁰ Para el momento en que se escribe este artículo, los autores ya habían recolectado datos y se encontraban en proceso de realizar un análisis documental de los mismos.

la Marichuela se relacionan con prácticas educativas de justicia social?	Objetivos y categorías	Objetivo general: Documentar el Preicfes Popular Bibliotecario mediante la identificación de las tensiones, los saberes situados y los aportes a la justicia social que emergen en las prácticas de educación a través de la sistematización de experiencias.
--	-------------------------------	--

	Objetivo 1. Dar cuenta de las percepciones y vivencias de los docentes voluntarios respecto a sus prácticas pedagógicas, en el contexto del Preicfes popular bibliotecario							
Prácticas educativas de enseñanza y aprendizaje	Percepciones y vivencias	X	X					
	Prácticas pedagógicas	X	X					X
	Prácticas Evaluativas	X	X					X
	Saberes situados	X	X					X
	Objetivo 2. Identificar las alternativas metodológicas y procesuales que emergen en el PPB Preicfes de educación popular en la localidad de Usme.							
Relaciones entre lo público y lo popular - comunitario	Alternativas Metodológicas y procesuales			X	X	X		
	Tensiones entre lo público y lo comunitario	X		X	X		X	
	3. Determinar las relaciones que tiene la experiencia educativa del PPB con una mirada de justicia social.							
	Relaciones con la justicia social		X	X	X			X

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

La experiencia del Preicfes Popular Bibliotecario (PPB) reafirma la necesidad de pensar alternativas educativas que se aparten de los marcos homogeneizantes de la evaluación estandarizada y que, en su lugar, sitúen los procesos formativos en las realidades territoriales, sociales y afectivas de los sujetos. Asimismo, el PPB evidencia que los proyectos de educación popular no solo constituyen respuestas comunitarias a la ausencia del Estado, sino que representan espacios donde se ensayan nuevas formas de

entender la escuela, la evaluación y la participación política. Su énfasis en el territorio, en la construcción colectiva y en la lectura crítica de la realidad permite diseñar prácticas pedagógicas que se articulan con las necesidades concretas de los jóvenes y sus familias.

El PPB es una de las múltiples experiencias de educación popular que ocurren en el día a día de organizaciones sociales, parches, colectivos e individualidades con una convicción de transformación de su realidad y sus territorios en Bogotá y en Colombia. Si bien estas experiencias ocurren en la cotidianidad de estos múltiples actores, existe poco registro (sobre todo en el campo epistemológico) teórico y audiovisual que permita un reconocimiento, análisis y reflexión de las mismas. Es justamente esta razón la que motivó a los autores a sistematizar la experiencia del colectivo y los y las docentes voluntarias que hicieron parte del PPB 2024 pues consideran importante su papel en el proceso de planeación, ejecución y evaluación de este proyecto, pues dicho reconocimiento se presenta como antecedente a la reflexión académica de las prácticas que emergen en estos contextos poco documentados.

REFERÊNCIAS

FREIRE, P. *Pedagogía del oprimido*. Ciudad de México : Siglo XXI Editores, 1972. servicioskoinonia.org+1

JARA, O. *La Educación popular latinoamericana. Historia y claves éticas, políticas y pedagógicas*. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: El Colectivo; Luján: EdUNLu, Universidad Nacional de Luján, 2020. sedici.unlp.edu.ar

LUCIO-VILLEGAS, E. Paulo Freire. *La educación como instrumento para la justicia social*. In: **Revista Internacional de Educación para la Justicia Social**, 4(1), 2015.

MCARTHUR, J. *Assessment for social justice: The role of assessment in achieving social justice*. In: **Assessment & Evaluation in Higher Education**, 41(7), 967-981, 2016.

MEJÍA JIMÉNEZ, M. R. *Educaciones y pedagogías críticas desde el Sur (Cartografías de la Educación Popular)*. 2011.

MEJÍA JIMÉNEZ, M. R. *La Educación Popular: Una construcción colectiva desde el Sur y desde abajo*. 2014.

MURILLO TORRECILLA, F. J.; ROMÁN, M.; HERNÁNDEZ-CASTILLA, R. *Evaluación educativa para la justicia social*. In: **Revista Iberoamericana de Evaluación Educativa**, 4(1), 7-23, 2011. portalinvestigacion.nebrija.com+2academia.edu+2

ORTEGA, P. *La educación popular y su resignificación en la pedagogía crítica*. Bogotá: Revista de Educación Popular, n. 60, 2018.

SÁNCHEZ, G. D. D. *La evaluación desde las pruebas estandarizadas en la educación en Latinoamérica*. In: **En-Contexto: Revista de Investigación en Administración, Contabilidad, Economía y Sociedad**, 8(13), p. 4, 2020.

TAMAYO VALENCIA, L. A.; NIÑO ZAFRA, L. S.; CARDOZO ESPITIA, L. S.; BEJARANO BEJARANO, O. L. *¿Hacia dónde va la evaluación?: Aportes conceptuales para pensar y transformar las prácticas de evaluación*. Bogotá: Taller de Edición Rocca, 2017.

TORRECILLA, F. J. M.; ROMÁN, M.; HERNÁNDEZ-CASTILLA, R. *Evaluación educativa para la justicia social*. In: **Revista Iberoamericana de Evaluación Educativa**, 4(1), 7-23, 2011.

EXPLORANDO MOVIMENTO RETILÍNEO UNIFORME E UNIFORMEMENTE VARIADO COM VPYTHON NA EDUCAÇÃO PÚBLICA

Pedro Marques Nascimento

Graduando em Física

Instituto Federal do Sertão Pernambucano - IFSertãoPE

João Vitor da Silva Souza

Graduando em Física

Instituto Federal do Sertão Pernambucano - IFSertãoPE

Reurisson Arlei Santos Nunes

Graduando em Física

Instituto Federal do Sertão Pernambucano - IFSertãoPE

Daniel Berg de Amorim Lima

Professor Orientador

Mestre em Ensino de Física

Instituto Federal do Sertão Pernambucano - IFSertãoPE

RESUMO: O ensino de cinemática, especialmente dos movimentos retilíneos, ainda constitui um desafio para estudantes do ensino médio, devido à dificuldade em relacionar grandezas físicas e representações gráficas. Diante disso, o presente trabalho propõe o uso da linguagem de programação VPython como recurso didático para a compreensão do Movimento Retilíneo Uniforme (MRU) e do Movimento Retilíneo Uniformemente Variado (MRUV). A proposta foi estruturada em uma sequência didática aplicada em escolas públicas, com o objetivo de tornar o aprendizado mais interativo e significativo. Nas atividades, os alunos exploraram simulações de corridas de carrinhos, ajustando parâmetros como velocidade, aceleração e posição, e observando em tempo real os efeitos dessas variações nos gráficos de movimento. A prática favoreceu a experimentação, o raciocínio lógico e o pensamento computacional, promovendo uma aprendizagem mais contextualizada. O projeto evidenciou o potencial das tecnologias digitais no ensino de Física, estimulando a curiosidade, o trabalho colaborativo e o protagonismo estudantil.

Palavras-chave: Cinemática. VPython. Ensino de Física. Simulação computacional.

ABSTRACT: The teaching of kinematics, especially rectilinear motions, remains a challenge for high school students due to the difficulty in relating physical quantities to graphical representations. In this context, this work proposes the use of the VPython programming language as a didactic resource to support the understanding of Uniform Rectilinear Motion (URM) and Uniformly Accelerated Rectilinear Motion (UARM). The proposal was structured as a didactic sequence applied in public schools, with the aim of making learning more interactive and meaningful. During the activities, students explored car-race simulations, adjusting parameters such as velocity, acceleration, and position, and observing in real time how these variations affected the motion graphs. The practice favored experimentation, logical reasoning, and computational thinking, promoting a more contextualized learning experience. The project highlighted the potential of digital technologies in Physics education, encouraging curiosity, collaborative work, and student protagonism.

Keywords: Kinematics. VPython. Physics Teaching. Computational Simulation.

1 INTRODUÇÃO

O ensino de Física no contexto escolar apresenta diversos desafios decorrentes da natureza abstrata de grande parte de seus conceitos. A Cinemática, frequentemente o primeiro conteúdo de Mecânica abordado com os estudantes, exige a compreensão da relação entre grandezas físicas, equações matemáticas e representações gráficas. Essa combinação, embora essencial para o desenvolvimento da aprendizagem científica, pode se tornar um obstáculo para muitos alunos quando trabalhada de forma tradicional e pouco contextualizada. Nesse sentido, estratégias didáticas que favoreçam a visualização dos fenômenos e a construção ativa do conhecimento tornam-se fundamentais. Isso é reforçado por Battistel, Holz e Sauerwein (2022), que destacam a importância de metodologias inovadoras para ampliar o engajamento discente no ensino de Física.

Além disso, a abordagem inicial da Cinemática influencia diretamente a maneira como os estudantes percebem a disciplina. Cavalcante, Novais e Ferreira (2019) argumentam que esse primeiro contato pode aproximar ou afastar o aluno da compreensão dos fenômenos científicos, sobretudo quando o ensino se apoia

excessivamente na abstração matemática. Assim, torna-se necessário adotar recursos que possibilitem maior concretude às ideias e estimulem uma postura investigativa.

Nesse cenário, as Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs) apresentam grande potencial para apoiar o ensino de conteúdos complexos. Simulações computacionais permitem a manipulação de variáveis, a observação em tempo real de fenômenos e o estabelecimento de relações entre teoria e prática, facilitando a apropriação conceitual. De acordo com Pinto, Heredia e Gonçalves (2024), o uso de Python e suas bibliotecas educacionais representa uma alternativa acessível e eficaz para integrar programação e Física, promovendo a experimentação e o pensamento computacional.

Entre as ferramentas disponíveis, o VPython destaca-se por possibilitar a criação de ambientes tridimensionais interativos, permitindo ao estudante visualizar o comportamento dos sistemas físicos de forma dinâmica. Yamaguti e Carvalho Neto (2023) afirmam que linguagens de programação aplicadas ao ensino de Física fortalecem abordagens investigativas ao possibilitar a construção e análise de modelos pelos próprios alunos, ampliando o potencial de exploração conceitual.

Diante dessas possibilidades, este trabalho apresenta uma proposta didática baseada no uso do VPython para explorar os conceitos de Movimento Retilíneo Uniforme (MRU) e Movimento Retilíneo Uniformemente Variado (MRUV). A intervenção foi aplicada em uma escola pública do município de Petrolina-PE e estruturada a partir de uma simulação de corrida entre dois carrinhos, permitindo aos estudantes ajustar parâmetros como velocidade, posição e aceleração. A observação, em tempo real, das mudanças nos gráficos de movimento ofereceu aos alunos oportunidades de investigação sobre situações de encontro, ultrapassagem e frenagem, promovendo uma compreensão mais concreta dos fenômenos.

Assim, este estudo busca analisar como o uso do VPython pode contribuir para uma aprendizagem mais interativa e significativa dos conteúdos de Cinemática, favorecendo o desenvolvimento do raciocínio lógico, da interpretação gráfica e do pensamento computacional, elementos essenciais para a formação científica contemporânea.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 TECNOLOGIAS DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO NA EDUCAÇÃO

As Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs) têm ampliado significativamente as possibilidades pedagógicas no contexto educacional contemporâneo. Mudanças sociais impulsionadas pelo acesso à internet, dispositivos móveis e ambientes digitais demandam uma prática docente capaz de incorporar recursos tecnológicos como instrumentos de mediação do conhecimento. Segundo Silva (2018), o desenvolvimento tecnológico exige novas competências docentes, especialmente no que diz respeito à adaptação de práticas que integrem tecnologia, investigação e autonomia discente. Esse movimento não se limita à inclusão de ferramentas digitais, mas envolve uma mudança epistemológica na forma como o conhecimento é construído em sala de aula.

Miranda *et al.* (2007) destacam que as TICs modificam a dinâmica educacional ao possibilitar múltiplas linguagens e ambientes interativos, promovendo maior diversidade metodológica. Assim, seu uso não deve ser reduzido a apresentações expositivas digitais, mas explorado para criar ambientes investigativos, experimentais e colaborativos. Nesse sentido, no ensino de Física, onde muitos conceitos apresentam elevado grau de abstração, as TICs podem reduzir barreiras tradicionais ao oferecer ao estudante a possibilidade de visualizar fenômenos, manipular variáveis e observar fenômenos complexos em tempo real.

Autores como Andrade, Viveiro e D'Abreu (2024) ressaltam que simulações computacionais, modelagens digitais e ferramentas de programação apresentam forte potencial para o ensino de Ciências, pois ampliam a compreensão conceitual e possibilitam uma aprendizagem mais ativa. Portanto, integrar TICs ao ensino de Física não é apenas desejável, mas necessário para acompanhar as demandas formativas atuais e aproximar os estudantes de práticas científicas reais.

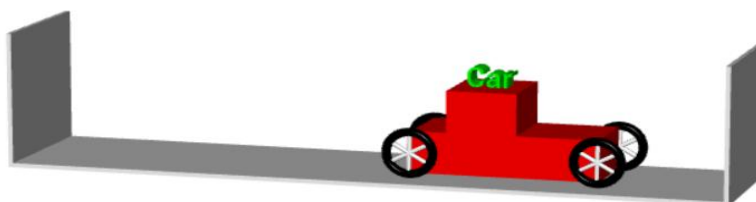
2.2 USO DO VPTHON NO ENSINO DE FÍSICA

O VPython destaca-se como uma ferramenta poderosa para a construção de simulações tridimensionais, permitindo representar fenômenos físicos de forma intuitiva e visualmente expressiva. Galvão *et al.* (2022) afirmam que a linguagem Python, associada a bibliotecas específicas de visualização, aproxima os estudantes de conceitos fundamentais da mecânica ao permitir que manipulem diretamente parâmetros como posição, velocidade e aceleração. Isso favorece tanto o desenvolvimento da intuição física quanto o pensamento computacional, uma competência central no ensino contemporâneo.

Além disso, o GlowScript possibilita executar códigos em VPython diretamente no navegador, sem necessidade de instalação de softwares, aspecto essencial para escolas com infraestrutura limitada (VIDAL; FONTOURA, 2022). Essa acessibilidade permite que diferentes dispositivos, inclusive smartphones, sejam utilizados para a execução de simulações, ampliando o alcance pedagógico da ferramenta. Estudos como os de Oliveira *et al.* (2025) argumentam que simulações computacionais oferecem aos estudantes a oportunidade de explorar fenômenos em um ambiente seguro, repetível e interativo, favorecendo a investigação científica em sala de aula.

A Figura 1 exemplifica a representação tridimensional de um carrinho modelado em VPython por meio do GlowScript, demonstrando como objetos físicos podem ser visualizados e manipulados digitalmente no ensino de Cinemática.

Figura 1 - Representação de um carro em 3D com uso do Vpython via Glowscript.



Fonte: Desenvolvedores GlowScript

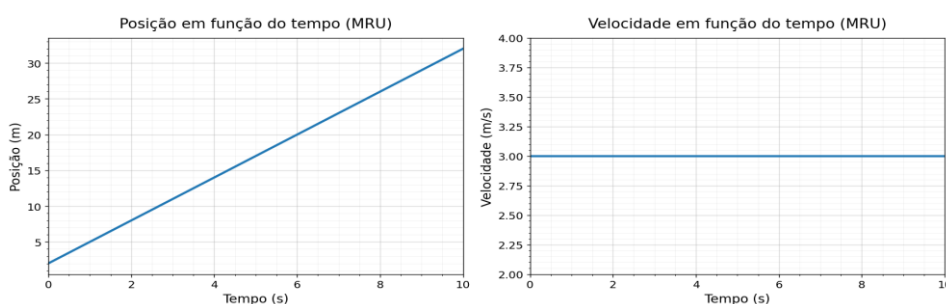
2.3 MOVIMENTO RETILÍNEO UNIFORME (MRU)

O Movimento Retilíneo Uniforme (MRU) caracteriza-se por um deslocamento realizado com velocidade constante, o que produz trajetórias lineares quando representadas graficamente. Nesse tipo de movimento, não há mudança na rapidez do objeto, de modo que a posição varia de forma proporcional ao tempo. Essa relação direta, segundo Halliday, Resnick e Walker (2008), constitui um dos modelos básicos da Cinemática e serve como introdução às representações gráficas utilizadas na Física.

A interpretação do gráfico posição-tempo, bem como a compreensão de que sua inclinação está associada ao valor da velocidade, costuma representar um desafio para estudantes que ainda desenvolvem habilidades de leitura gráfica. Nesse sentido, simulações computacionais auxiliam ao permitir a manipulação direta da velocidade e a observação imediata dos efeitos no movimento. Prates et al. (2024) destacam que atividades desse tipo favorecem análises comparativas, como deslocamentos, encontros e diferenças de inclinação em gráficos lineares.

A Figura 2 apresenta um exemplo típico de gráficos gerados na simulação utilizada neste trabalho, ilustrando o comportamento linear da posição e o valor constante da velocidade no MRU.

Figura 2 - Representação gráfica para posição em função do tempo e velocidade em função do tempo para o Movimento Retilíneo Uniforme - MRU.



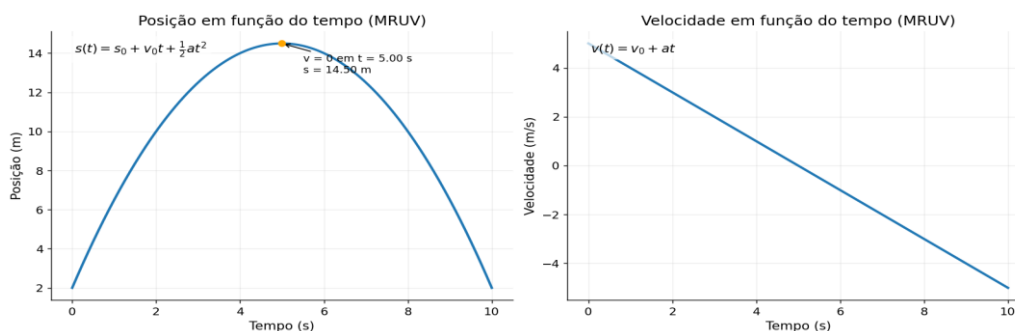
Fonte: os autores

2.4 MOVIMENTO RETILÍNEO UNIFORMEMENTE VARIADO (MRUV)

No Movimento Retilíneo Uniformemente Variado (MRUV), a velocidade do corpo sofre variação constante ao longo do tempo devido à presença de aceleração. Essa característica altera o comportamento do movimento, produzindo um gráfico posição-tempo curvo e um gráfico velocidade-tempo linear. Conforme observado por Sears et al. (2013), compreender como a aceleração modifica a trajetória é essencial para diferenciar o MRUV do MRU e interpretar adequadamente as formas gráficas geradas.

A transição do comportamento linear para o parabólico no gráfico posição-tempo costuma gerar dificuldades entre estudantes iniciantes, que frequentemente não associam a curvatura à presença de aceleração. As simulações computacionais tornam esse processo mais acessível ao permitir visualizar, em tempo real, como diferentes valores de aceleração influenciam o movimento. Rodrigues, Dias e Domingues (2025) destacam que essa visualização contribui para a compreensão das variações temporais e das mudanças de inclinação nos gráficos. A Figura 3 ilustra essas representações, evidenciando a curvatura da posição e a linearidade da velocidade no MRUV.

Figura 3 - Representação gráfica para posição em função do tempo e velocidade em função do tempo para o Movimento Retilíneo Uniformemente Variado – MRUV.



Fonte: os autores

3 METODOLOGIA

3.1 CARACTERIZAÇÃO DA PESQUISA

A presente investigação configura-se como uma pesquisa de abordagem qualitativa, uma vez que busca compreender processos formativos, interações e significados atribuídos pelos estudantes durante o uso da simulação em VPython no estudo de Cinemática. Segundo Oliveira *et al.* (2025), pesquisas qualitativas permitem analisar práticas educativas em profundidade, considerando o contexto em que se desenvolvem e as interpretações produzidas pelos sujeitos envolvidos. Além disso, o estudo adota elementos de pesquisa-intervenção, pois envolve a implementação de uma sequência didática planejada para transformar a prática pedagógica e observar seus efeitos em sala de aula.

A estratégia metodológica aproxima-se do estudo de caso, compreendido como a investigação detalhada de uma situação real em seu ambiente natural. Essa escolha visa captar aspectos que não emergiriam em abordagens exclusivamente quantitativas, valorizando a compreensão das ações dos estudantes, suas formas de interação com a simulação e a qualidade das interpretações produzidas ao longo das atividades.

3.2 CONTEXTO E PARTICIPANTES

A intervenção foi realizada na Escola de Referência em Ensino Médio Clementino Coelho (EREMCC), localizada no município de Petrolina-PE. Participaram da atividade aproximadamente 45 estudantes do 1º ano do Ensino Médio, organizados em grupos colaborativos de cinco integrantes. De acordo com Andrade, Viveiro e D'Abreu (2024), a organização em pequenos grupos favorece a discussão entre pares, a tomada de decisão coletiva e o desenvolvimento de autonomia investigativa.

A escolha por uma escola pública reforça o compromisso com o uso de ferramentas acessíveis, capazes de superar limitações estruturais e democratizar o acesso a experimentos complexos. Tal escolha dialoga com Galvão *et al.* (2022), que destacam o potencial do Python na criação de simuladores acessíveis e com forte aplicabilidade no contexto escolar.

3.3 INSTRUMENTOS E RECURSOS TECNOLÓGICOS

O principal recurso utilizado na intervenção foi um simulador computacional desenvolvido em VPython e executado por meio da plataforma GlowScript, que permite a criação e visualização de objetos tridimensionais diretamente no navegador. Conforme salientado por Vidal e Fontoura (2022), a disponibilidade de ferramentas online elimina barreiras de infraestrutura ao dispensar instalações locais e possibilitar o uso de dispositivos móveis.

O simulador foi elaborado pelos autores do trabalho com o objetivo de permitir a manipulação de parâmetros como velocidade, aceleração e posição, representando graficamente o comportamento dos dois movimentos estudados: Movimento Retilíneo Uniforme (MRU) e Movimento Retilíneo Uniformemente Variado (MRUV). A criação do simulador pelo próprio professor reforça a perspectiva apresentada por Pinto, Heredia e Gonçalves (2024), segundo a qual a construção de modelos computacionais promove o desenvolvimento de pensamento computacional docente e amplia o repertório de práticas pedagógicas.

Além do simulador, utilizou-se um [roteiro impresso](#) contendo questões orientadoras, tarefas investigativas e espaços para registros individuais e coletivos. Os dados finais foram coletados por meio das respostas escritas dos estudantes em formulários eletrônicos.

3.4 PROCEDIMENTOS DIDÁTICOS

A intervenção foi desenvolvida em encontros consecutivos, organizados em quatro etapas principais. Cada etapa foi planejada de modo a favorecer a transição gradual entre a revisão conceitual, a exploração da simulação e a sistematização dos conhecimentos adquiridos.

3.4.1 REVISÃO TEÓRICA INICIAL:

Os estudantes retomaram conceitos fundamentais relacionados ao Movimento Retilíneo Uniforme (MRU) e ao Movimento Retilíneo Uniformemente Variado (MRUV),

discutindo propriedades como velocidade constante, aceleração uniforme, trajetórias e interpretação de gráficos. Essa etapa teve o objetivo de ativar conhecimentos prévios necessários para o uso produtivo da simulação.

3.4.2 APRESENTAÇÃO DA FERRAMENTA:

O professor apresentou o ambiente GlowScript, demonstrando a estrutura básica do simulador e explicando como os parâmetros (velocidade, aceleração e posição) poderiam ser manipulados. Conforme apontam Prates *et al.* (2024), a familiarização inicial com o ambiente digital favorece a autonomia investigativa dos estudantes durante atividades computacionais.

3.4.3 EXPLORAÇÃO INVESTIGATIVA DA SIMULAÇÃO:

Em grupos colaborativos, os estudantes manipularam diretamente os parâmetros do simulador, elaborando hipóteses e observando os efeitos das alterações nos gráficos de movimento. Foram investigados cenários de encontro, ultrapassagem, deslocamentos comparados e frenagem, sempre relacionando as modificações visuais às equações da Cinemática. Durante essa fase, o professor atuou como mediador conceitual, estimulando questionamentos, promovendo comparações entre comportamentos distintos e apoiando a interpretação gráfica, conforme sugerido por Oliveira *et al.* (2025).

3.4.4 DISCUSSÃO E SISTEMATIZAÇÃO COLETIVA

Ao final da atividade, os grupos realizaram uma síntese oral e escrita dos resultados observados, relacionando os aspectos qualitativos dos gráficos aos parâmetros matemáticos utilizados. Essa etapa buscou consolidar a aprendizagem e promover argumentação científica, valorizando a relação entre simulação, fenômeno físico e formalização conceitual.

Essa sequência foi estruturada de modo a integrar experimentação digital, análise gráfica e interpretação conceitual, elementos que, segundo De Souza, Passos e Barros

(2024), são fundamentais para promover aprendizagens significativas mediadas por simulações computacionais.

Tabela 1 - Síntese das etapas de intervenção

Etapa	Descrição	Objetivo
1. Revisão Teórica Inicial	Retomada dos conceitos de MRU e MRUV.	Ativar conhecimentos prévios.
2. Apresentação da Ferramenta	Demonstração do GlowScript e dos parâmetros ajustáveis.	Familiarizar com o simulador.
3. Exploração Investigativa	Manipulação de velocidade, posição e aceleração; análise dos gráficos.	Relacionar parâmetros aos fenômenos.
4. Discussão e Sistematização	Síntese das observações e comparação entre cenários.	Consolidar a aprendizagem.

Fonte: os autores

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A análise das respostas dos estudantes e das observações realizadas durante a intervenção evidencia que a simulação em VPython desempenhou papel central na compreensão dos conceitos de Movimento Retilíneo Uniforme (MRU) e Movimento Retilíneo Uniformemente Variado (MRUV). Os resultados obtidos revelam avanços conceituais significativos, especialmente na interpretação gráfica e na identificação dos parâmetros que influenciam os movimentos. As imagens apresentadas ao longo desta seção auxiliam na compreensão da dinâmica da atividade e ilustram as interações dos estudantes com a ferramenta.

Inicialmente, os estudantes foram convidados a prever qual carrinho venceria a corrida representada na simulação. A maioria absoluta indicou corretamente o Carrinho B (vermelho) como vencedor, justificando sua resposta pela presença de aceleração, que possibilita aumento contínuo da velocidade ao longo do tempo. Essa previsão evidencia uma noção inicial de diferença entre velocidade constante e velocidade variável, ainda que não completamente formalizada. As justificativas apresentadas pelos grupos

confirmam essa percepção, como relatado por um estudante: “O carrinho vermelho ganha porque ele acelera e vai ficando mais rápido do que o azul.” Esse tipo de inferência está alinhado ao que Prates *et al.* (2024) descrevem como raciocínio preditivo promovido por simulações computacionais.

A Figura 4 ilustra o cenário inicial da simulação, no qual os estudantes puderam observar a pista, os objetos e os parâmetros ajustáveis, promovendo um primeiro contato visual com os movimentos modelados.

Figura 4 - Simulação de corrida de carrinhos via GlowScript.



Fonte: os autores

Ao manipular os parâmetros disponíveis, os estudantes identificaram corretamente posição inicial, velocidade e aceleração como variáveis fundamentais para a compreensão dos movimentos. Essa identificação espontânea demonstra que a interface do sistema contribuiu de forma significativa para contextualizar os conceitos teóricos, possibilitando que os estudantes estabelecessem relações entre grandezas físicas e seus efeitos no movimento. A Figura 5 apresenta a interface de controle, utilizada pelos estudantes para configurar os valores iniciais das grandezas envolvidas nos experimentos virtuais.

Figura 5 - Controles deslizantes da simulação.

CARRINHO A (Azul - MRU)	
Posição Inicial (S_0):	0.0 m
Velocidade (v):	10.0 m/s
CARRINHO B (Vermelho - MRU/MRUV)	
Posição Inicial (S_0):	0.0 m
Velocidade Inicial (v_0):	0.0 m/s
Aceleração (a):	4.5 m/s ²
DADOS EM TEMPO REAL	
Tempo: 3.80 s	
--- Carrinho A (Azul) ---	
Posição: 38.00 m Velocidade: 10.00 m/s	
--- Carrinho B (Vermelho) ---	
Posição: 32.58 m Velocidade: 17.10 m/s Aceleração: 4.50 m/s ²	

Fonte: os autores

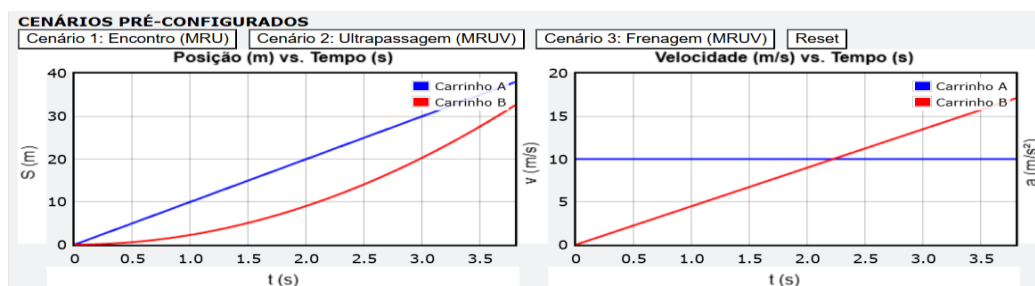
Os principais avanços conceituais observados ocorreram nas interpretações dos gráficos posição-tempo e velocidade-tempo. Em relação ao MRU, todos os estudantes associaram corretamente o gráfico posição-tempo linear a um movimento de velocidade constante. Além disso, reconheceram que a inclinação da reta se altera quando a velocidade é modificada, conforme registrado por um dos grupos: *“Quando aumentamos a velocidade, a linha fica mais inclinada e o carrinho vai mais longe no mesmo tempo.”* Essa compreensão, descrita por Andrade, Viveiro e D’Abreu (2024) como essencial para leitura de gráficos, demonstra evolução no entendimento da relação direta entre declividade e velocidade.

No caso do MRUV, os estudantes identificaram corretamente que o gráfico posição-tempo apresenta curvatura, associando esse comportamento à presença de aceleração. Da mesma forma, todos reconheceram que o gráfico velocidade-tempo assume uma reta inclinada, confirmando a variação linear da velocidade. Além de acertos, foram observadas dificuldades conceituais relevantes. Alguns estudantes afirmaram que o objeto “anda para trás” quando a velocidade é negativa, evidenciando confusão conceitual comum no Ensino Médio. Tais equívocos são importantes, pois apontam para elementos que podem ser retomados em intervenções futuras.

Outro resultado relevante diz respeito à identificação do instante de encontro entre os carrinhos. A maior parte dos grupos mencionou corretamente valores próximos de 4,4 segundos, obtidos a partir da interseção dos gráficos posição-tempo. Como relatou um grupo: *“Eles se encontram quando as linhas se cruzam, porque significa que estão na mesma posição.”* Essa compreensão demonstra que os estudantes foram capazes de utilizar a simulação para interpretar o significado físico da solução de igualdade entre funções horárias, etapa frequentemente trabalhosa quando realizada apenas de forma algébrica.

A Figura 6 mostra os gráficos que os estudantes analisaram, destacando o comportamento típico de cada movimento e os pontos relevantes identificados durante a atividade.

Figura 6 - Gráficos gerados na simulação para cada movimento.

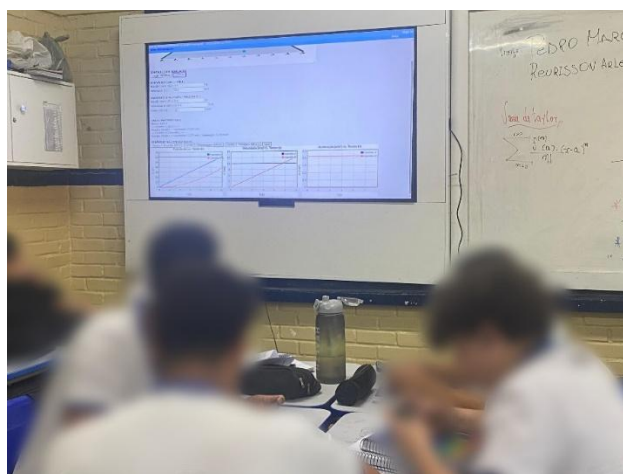


Fonte: os autores

O desafio proposto ao final da atividade solicitava que os estudantes encontrassem a aceleração mínima necessária para que o Carrinho B vencesse o Carrinho A em uma corrida de 100 metros. A maioria dos grupos identificou valores próximos de 2 m/s^2 , demonstrando capacidade de utilizar a equação horária da posição e aplicar raciocínio matemático ao contexto da simulação. Essa habilidade de resolução de problemas contextualizados confirma o potencial pedagógico da ferramenta, conforme discutido por Pinto, Heredia e Gonçalves (2024).

Finalmente, a Figura 7 apresenta um registro do momento da atividade em sala de aula, com a imagem borrada para preservar a identidade dos participantes. Observou-se elevado engajamento, discussões frequentes entre os colegas e disposição para testar diferentes parâmetros. Essa participação ativa reforça a literatura que aponta o uso de simulações como facilitador da aprendizagem significativa em Física (Oliveira *et al.*, 2025).

Figura 7 - Interação dos estudantes com a simulação durante a intervenção didática.



Fonte: os autores

Em síntese, os resultados indicam que a simulação em VPython não apenas facilitou a visualização dos fenômenos, mas também promoveu habilidades investigativas, preditivas e analíticas. A atividade integrou teoria, prática e visualização de forma coerente, permitindo que os estudantes transitassem entre diferentes representações de movimento e construíssem interpretações fundamentadas dos fenômenos. Os dados corroboram estudos anteriores que defendem o uso de simulações computacionais como recurso pedagógico potente para o ensino de conceitos abstratos no ensino de Física.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A aplicação da sequência didática mediada pela simulação em VPython demonstrou alto potencial para fortalecer a aprendizagem de conceitos fundamentais da Cinemática no Ensino Médio. A análise dos dados evidenciou que os estudantes foram capazes de compreender, com maior clareza, as diferenças entre o Movimento Retilíneo Uniforme (MRU) e o Movimento Retilíneo Uniformemente Variado (MRUV), relacionando parâmetros como velocidade, aceleração e posição às representações gráficas correspondentes.

Os resultados indicam que a simulação contribuiu para o desenvolvimento de habilidades investigativas, permitindo aos estudantes formular hipóteses, testar diferentes configurações, interpretar gráficos e prever comportamentos dos objetos em movimento. A interação dinâmica com os parâmetros da simulação favoreceu a construção de raciocínio matemático e a compreensão intuitiva de fenômenos físicos, confirmando achados de estudos que destacam o potencial das TICs para promover aprendizagem ativa e significativa no ensino de Física.

Também foi possível identificar dificuldades conceituais relevantes, como interpretações equivocadas sobre velocidade negativa, confusão entre velocidade constante e ausência de movimento e limitações na leitura inicial dos gráficos. Entretanto, essas dificuldades foram gradualmente superadas ao longo da intervenção, sugerindo que atividades deste tipo podem funcionar tanto como diagnóstico quanto como oportunidade de intervenção pedagógica.

A análise das respostas dos estudantes revelou progressos na leitura de gráficos, na associação entre equações da Cinemática e comportamentos observados e na capacidade de justificar fenômenos por meio da alteração de parâmetros. Esses resultados reforçam a importância de integrar simulações computacionais ao currículo de Física, especialmente em conteúdos tradicionalmente abstratos.

Conclui-se que a sequência didática baseada no uso de VPython é uma estratégia eficaz, acessível e replicável em diferentes contextos escolares, inclusive em instituições públicas com infraestrutura limitada. Sugere-se que pesquisas futuras explorem comparações entre turmas, integrações com metodologias ativas, avaliações quantitativas de aprendizagem e desenvolvimento de novos simuladores que ampliem o repertório de práticas didáticas no ensino de Física.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Marcelo Esteves de; VIVEIRO, Alessandra Aparecida; D'ABREU, João Vilhete Viegas. Simulações Computacionais no Ensino de Física: um Estado da Arte em teses e dissertações de 1973 a 2021. **Revista Internacional de Pesquisa em Didática das Ciências e Matemática (Revin)**, Itapetininga, v. 5, p. 1-18, 2024.

BATTISTEL, O. L.; HOLZ, S. M.; SAUERWEIN, I. Motivação e eficiência em estratégias de ensino de física no nível médio. **Revista Brasileira de Ensino de Física**, v. 44, p., 2022.

CAVALCANTE, Willamy de Oliveira; NOVAIS, Andréa de Lima Ferreira; FERREIRA, Fernanda Carla Lima. Abordagem lúdica das questões de física: história em quadrinhos sobre cinemática. **Scientia Plena**, v. 15, n. 7, 2019.

DE SOUZA, Matheus Santos; PASSOS, Frederico Salgueiro; BARROS, Alex Emanuel. Simulação no ensino de Física: uma proposta para o ensino de oscilações. In: **XX Encontro de Pesquisa em Ensino de Física**. 2024.

GALVÃO, Lucas Queiroz; ROSA, Suiane Ewerling da; SANTANA, Wanisson Silva; CRUZ, Clebson dos Santos. O uso do Python na construção de simuladores computacionais: proposições e potencialidades para o ensino de Física. **Caderno Brasileiro de Ensino de Física**, Florianópolis, v. 39, n. 1, p. 204-237, abr. 2022.

HALLIDAY, David; RESNICK, Robert; WALKER, Jearl. **Fundamentos de Física: mecânica**. Tradução de Ronaldo Sérgio de Biasi. 10. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2008.

MIRANDA, Guilhermina Lobato *et al.* Limites e possibilidades das TIC na educação. **Sísifo: Revista de Ciências da Educação**, n. 3, p. 41-50, 2007.

OLIVEIRA, Ângelo Antônio Santos de; GENOVESE, Cinthia Leticia Carvalho Roversi; GENOVESE, Luiz Gonzaga Roversi. Instrumentalização e simulações computacionais no ensino de Física: uma revisão de literatura apoiada na teoria crítica da tecnologia. **Caderno Brasileiro de Ensino de Física**, v. 42, n. 2, p. 381-411, ago. 2025.

PINTO, Odeilson Moraes; HEREDIA, Jardel Reis; GONÇALVES, Rosana Alves. Simulações em Python: uma alternativa para o ensino de física. **Revista Delos**, v. 17, n. 60, 2024.

PRATES, José Humberto de Souza et al. Simulações de física como ferramenta de ensino: superando barreiras com VPython. **Contribuciones a las Ciencias Sociales**, v. 17, n. 12, p. 01-20, 2024.

RODRIGUES, Edinardo I. B.; DIAS, M. L. da S.; DOMINGUES, Renata O. Análise numérica e visualização de osciladores via Python. **Revista Brasileira de Ensino de Física**, São Paulo, v. 47, e20240422, 2025.

SEARS, F. W.; ZEMANSKY, M. W.; YOUNG, H. D.; FREEDMAN, R. A. **Física 1**. 13. ed. São Paulo: Pearson, 2013.

SILVA, Claudio Gomes da. A importância do uso das TIC na educação. **Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento**, v. 16, n. 3, p. 49-59, 2018.

VIDAL, Fabrício Luiz de Queiroz; FONTOURA, Carla Adriane Ramos Segatto. GlowScript como ferramenta elucidativa de conceitos de física: explorando o VPython. In: **Open Science Research I**. Editora Científica Digital, 2022.

YAMAGUTI, Mateus Xavier; CARVALHO NETO, João Teles de. O uso de linguagem de programação no ensino de Física: uma revisão da literatura. In: **Encontro Nacional de Pesquisa em Educação em Ciências**. 2023.

FORMAÇÃO INICIAL, GESTÃO EDUCACIONAL E PRÁTICA: UM OLHAR REFLEXIVO SOBRE O ESTÁGIO SUPERVISIONADO NA ÁREA DE GESTÃO E APOIO EDUCACIONAL

Alexsandra Mendonça da Assunção
Licenciada em Pedagogia
Faculdade de Igarassu – UNIFACIG

Carlos Eduardo de Melo Pereira da Veiga
Professor Orientador
Mestrado em Estudos da Linguagem
Faculdade de Igarassu – UNIFACIG

RESUMO: O presente estudo aborda as atividades desenvolvidas durante o Estágio Curricular Supervisionado em Gestão Educacional, no curso de Pedagogia. Tem o objetivo de compreender a complexidade das relações que envolvem a gestão escolar e sua articulação entre as dimensões pedagógica, administrativa e financeira. A fundamentação teórica baseou-se principalmente em Libâneo, Oliveira e Toschi (2012), que concebem a gestão escolar como um processo democrático, participativo e essencialmente pedagógico, voltado à construção coletiva do ensino de qualidade. A metodologia adotada integrou pesquisa bibliográfica, documental e de campo, favorecendo o diálogo entre teoria e prática. Os resultados revelaram que essa experiência possibilitou compreender a complexidade da função gestora assim como seus desafios como a sobrecarga de trabalho, a limitação de recursos e a baixa participação familiar. Conclui-se então que o estágio contribui significativamente para a formação profissional, amplia a visão crítica reflexiva do profissional em formação e fortalece a construção de práticas pedagógicas eficazes em ambientes educacionais democráticos.

Palavras-chave: Gestão educacional. Estágio supervisionado. Formação docente. Gestão democrática.

ABSTRACT: This study addresses the activities carried out during the Supervised Internship in Educational Management, within the Pedagogy program. Its purpose is to understand the complexity of the relationships involved in school management and its

articulation among the pedagogical, administrative, and financial dimensions. The theoretical framework was primarily based on Libâneo, Oliveira, and Toschi (2012), who conceive school management as a democratic, participatory, and essentially pedagogical process aimed at the collective construction of quality education. The methodology adopted combined bibliographical, documentary, and field research, promoting dialogue between theory and practice. The results revealed that this experience made it possible to understand the complexity of the managerial role, as well as its challenges, such as work overload, limited resources, and low family participation. It is concluded that the internship significantly contributes to professional training, expands the reflective and critical perspective of the developing educator, and strengthens the construction of effective pedagogical practices in democratic educational environments.

Keywords: Educational management. Supervised internship. Teacher education. Democratic management.

1 INTRODUÇÃO

O estágio supervisionado em Gestão Educacional constitui um componente curricular indispensável para a formação do pedagogo, pois permite a aproximação efetiva entre os conhecimentos teóricos construídos ao longo do curso e a prática vivenciada no ambiente escolar. Trata-se de uma experiência formativa que possibilita compreender, de maneira concreta, como a gestão escolar se organiza, funciona e responde às demandas da comunidade, da legislação e dos processos pedagógicos. Ao inserir o estudante na rotina institucional, o estágio promove uma compreensão do papel da escola como espaço social, político e cultural, possibilitando ao futuro profissional desenvolver competências relacionadas à liderança, análise crítica, tomada de decisão e mediação de conflitos.

O presente relatório refere-se às atividades desenvolvidas durante o Estágio Curricular Supervisionado em Gestão Educacional, realizado no curso de Pedagogia da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais de Igarassu (UNIFACIG), totalizando 36 horas de atuação em campo. Essa experiência buscou compreender a complexidade das relações que estruturam a gestão escolar, analisando seus princípios, sua organização interna, suas práticas cotidianas e sua articulação com os diferentes segmentos da comunidade educativa. Além disso, o estágio possibilitou observar o papel

desempenhado pelo gestor e refletir sobre a influência de sua atuação nos processos administrativos, pedagógicos e sociais que caracterizam a instituição escolar.

A Gestão Educacional, nesse contexto, é entendida como um processo articulador que envolve dimensões administrativas, pedagógicas e financeiras, visando garantir o funcionamento democrático e eficiente da escola. Para Libâneo, Oliveira e Toschi (2012), a gestão escolar não se limita ao manejo técnico de recursos, mas compreende a coordenação de esforços coletivos para assegurar um ambiente educativo integrado, participativo e comprometido com a formação de qualidade. Assim, o gestor escolar assume um papel estratégico, pois sua atuação influencia diretamente a organização do trabalho pedagógico, o clima institucional, a participação da comunidade e a efetivação do Projeto Político-Pedagógico (PPP).

Dessa forma, este artigo tem como objetivo registrar, analisar e refletir sobre a prática observada, evidenciando a dinâmica da gestão escolar e sua relação com os princípios legais, pedagógicos e sociais que fundamentam a educação básica. Mais do que cumprir um requisito curricular, o estágio em gestão permite compreender a escola como espaço de construção coletiva, onde a atuação do gestor se faz essencial para promover a cidadania, fortalecer a cultura democrática e assegurar o direito à aprendizagem.

A instituição em que o estágio foi realizado localiza-se no município de Abreu e Lima, PE, atende a comunidade local e desempenha um papel importante para o desenvolvimento educacional e social dos estudantes. A partir das observações realizadas, buscou-se compreender como a gestão organiza o funcionamento da escola, como são articuladas as práticas pedagógicas e administrativas e de que forma ocorre a interação entre gestores, professores, alunos e famílias. Assim, o objetivo central desta pesquisa é analisar a organização da gestão escolar e refletir sobre o papel do corpo gestor como mediador das práticas educativas, contribuindo para o bom funcionamento da instituição e para a construção de uma gestão democrática e participativa.

Portanto, este trabalho propõe uma análise crítica que contribui para ampliar as reflexões sobre a prática da gestão educacional, reconhecendo seus desafios, suas potencialidades e sua importância na formação do pedagogo em formação. A partir dessa

vivência, espera-se fomentar discussões que fortaleçam a construção de práticas de gestão mais humanas, colaborativas e alinhadas aos princípios da educação pública de qualidade.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Durante o estágio supervisionado, foram realizadas leituras fundamentais que sustentaram as observações práticas realizadas na escola, destacando-se 3 capítulos da obra de Libâneo, Oliveira e Toschi (2012). O livro que foi disponibilizado como leitura complementar da disciplina, sendo uma ferramenta essencial para dar subsídio a toda pesquisa, nele, são abordados os principais aspectos estruturais e funcionais da gestão escolar.

O primeiro capítulo analisado, intitulado “Organização e Gestão, objetivos do ensino e trabalho dos professores”, apresenta uma concepção ampliada da gestão educacional, que ultrapassa os limites da burocracia e do controle para assumir um papel pedagógico essencial. Para os autores, “a gestão é o processo de organizar e coordenar esforços para a realização dos objetivos da escola” (LIBÂNEO; OLIVEIRA; TOSCHI, 2012, p. 41), sendo indispensável para garantir a qualidade do ensino e a construção de um ambiente democrático. A escola é compreendida como uma instituição social cuja função formativa está diretamente vinculada à forma como se organiza e se administra. Nesse sentido, a gestão assume uma função estratégica, pois orienta o trabalho coletivo, articula os recursos e viabiliza a prática pedagógica.

No segundo capítulo, “O Sistema de Organização e de Gestão da Escola”, os autores apresentam diferentes modelos de gestão escolar, cada um fundamentado em concepções políticas e educacionais distintas. Dentre esses modelos, destacam-se três abordagens principais: a gestão técnico-científica, a autogestionária e a democrática participativa.

A gestão técnico-científica, segundo os autores, é marcada pela centralização das decisões, hierarquização das funções e foco em resultados mensuráveis. Nesse modelo, a escola é tratada como uma organização racional, orientada para a produtividade e o controle dos processos. Embora ainda presente em muitas instituições, esse tipo de

gestão tende a limitar a autonomia dos profissionais da educação e a restringir o papel da escola a uma função meramente executiva.

Por outro lado, a gestão autogestionária propõe uma estrutura horizontal, baseada na partilha do poder e na eliminação de hierarquias. Para os autores, esse modelo é idealista e difícil de ser plenamente implementado em escolas públicas, mas levanta questões importantes sobre autonomia, cooperação e responsabilidade coletiva. “Baseia-se na responsabilidade coletiva, na ausência de direção centralizada e na acentuação da participação direta e por igual de todos os membros da instituição. Tende a recusar o exercício de autoridade e as formas mais sistematizadas de organização e gestão.” (LIBÂNEO; OLIVEIRA; TOSCHI, 2012, p. 446). Ou seja, a autogestão é entendida como a gestão feita pelos próprios envolvidos, sem uma estrutura verticalizada, o que exige grande maturidade política e compromisso com os objetivos comuns.

A concepção de gestão democrática participativa, busca conciliar eficiência administrativa com o envolvimento ativo dos sujeitos escolares. Em outras palavras, a gestão democrática se apoia na ideia de que todos os envolvidos no processo educativo devem ter voz nas decisões que afetam a vida escolar. Essa abordagem reconhece a escola como espaço público e de construção coletiva, onde o diálogo, a escuta e a corresponsabilidade fortalecem os vínculos e favorecem a qualidade do ensino.

O terceiro capítulo, “Área de Atuação da Organização e da Gestão Escolar”, delimita os campos de ação da gestão, organizados em torno de eixos fundamentais: o projeto político-pedagógico, o currículo, o ensino, a formação continuada dos profissionais, a avaliação institucional e a administração escolar. A atuação integrada desses elementos é imprescindível para garantir o pleno funcionamento da escola e a realização de sua função social. Os autores afirmam que a gestão escolar deve proporcionar condições favoráveis ao trabalho pedagógico, articulando esforços coletivos em torno do projeto educativo. Essas leituras foram determinantes para construir uma visão mais crítica e reflexiva ao longo do estágio.

A partir dos conceitos abordados, torna-se claro que a gestão escolar, por meio de suas práticas organizativas, seus planejamentos estratégicos e articulação com a comunidade, exerce papel fundamental na mediação dos processos pedagógicos,

impactando diretamente a qualidade do ensino e os resultados da aprendizagem. Por fim, a compreensão dos modelos de gestão permitiu identificar traços da realidade escolar observada, contribuindo para uma análise mais fundamentada da prática gestora.

3 METODOLOGIA

A metodologia adotada para a realização deste relatório integrou três abordagens complementares: pesquisa bibliográfica, documental e de campo, de modo a favorecer o diálogo entre teoria e prática no contexto da Gestão Educacional.

A pesquisa bibliográfica teve como finalidade fundamentar teoricamente a análise, por meio de autores que discutem a organização da escola, a gestão democrática, os processos administrativos e pedagógicos e o papel do gestor na condução das atividades escolares. Entre os principais referenciais consultados, destacam-se Libâneo, Oliveira e Toschi (2012), cujas contribuições auxiliam na compreensão da gestão como um processo articulador das dimensões administrativas, pedagógicas e financeiras da instituição.

A pesquisa documental consistiu na análise de documentos institucionais, tais como o Projeto Político-Pedagógico (PPP), regimentos internos, planejamentos e registros administrativos. Esses materiais permitiram compreender a identidade da escola, seus objetivos, sua estrutura organizacional e as diretrizes que orientam seu funcionamento e suas práticas de gestão.

Por fim, a pesquisa de campo foi desenvolvida durante o cumprimento das 36 horas de estágio supervisionado, por meio de observações sistemáticas da rotina escolar, acompanhamento das atividades do corpo gestor, entrevistas e participação em momentos organizativos da instituição. Essa etapa possibilitou uma análise concreta do cotidiano da gestão, permitindo relacionar os referenciais teóricos à realidade vivenciada.

A articulação dessas estratégias metodológicas tornou possível uma compreensão global da gestão escolar, permitindo analisar não apenas sua estrutura formal, mas também suas práticas cotidianas e seus desafios. Assim, o percurso metodológico adotado assegurou uma investigação consistente, alinhada ao objetivo de

refletir criticamente sobre o funcionamento da gestão educacional na instituição observada.

4 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Nesta seção, são apresentados, examinados e interpretados os principais achados obtidos ao longo da pesquisa, articulando-os com a base teórica previamente discutida.

4.1 CENTRALIZAÇÃO DA GESTÃO E SOBRECARGA FUNCIONAL

A principal evidência do estágio foi a centralização da gestão na figura da diretora, que atua como gestora polivalente e acumula as funções administrativas, financeiras e pedagógicas. Embora conte com o apoio de professoras readaptadas e de uma supervisora pedagógica semanal, a ausência de uma equipe gestora formal (vice-diretor, coordenador pedagógico) gera sobrecarga, cansaço e limita o acompanhamento sistemático das práticas docentes.

A gestora, embora experiente e dedicada, demonstra domínio das atribuições burocráticas (administração da verba UEx, prestação de contas), mas o excesso de demandas administrativas esvazia o tempo destinado à liderança pedagógica. Lück (2009) ressalta a importância de equilibrar as dimensões administrativa e pedagógica, o que é estruturalmente difícil na realidade observada.

4.2 GESTÃO DEMOCRÁTICA: INTENÇÃO VS. CONCRETIZAÇÃO

A escola, por orientação da rede municipal, adota a prática de gestão democrática e há uma tentativa por parte da gestora de implementá-la, promovendo reuniões para tomada de decisões. Contudo, a análise revela que a democracia está mais no campo da intenção e do esforço pessoal do que em uma realidade plenamente concretizada.

A centralização da mediação das decisões pela gestora, a ausência de reuniões pedagógicas regulares para reflexão da prática e a falta de indicadores e metas claras no PPP, são elementos que enfraquecem a horizontalidade e a corresponsabilidade essenciais a uma gestão democrática efetiva. Libâneo (2004) reitera que a gestão

democrática requer estruturas organizacionais e culturais que garantam a participação efetiva e contínua de todos os sujeitos.

4.3 FRAGILIDADE NA ARTICULAÇÃO ESCOLA-FAMÍLIA

Outro desafio relevante é a baixa participação das famílias no acompanhamento dos estudantes e nas decisões escolares, o que a própria gestora aponta como uma das dificuldades. Embora a escola realize plantões pedagógicos e contatos diários, o PPP aborda a participação de forma genérica, reduzida a reuniões bimestrais. Paro (2007) destaca que a escola pública deve ser um espaço democrático, e isso implica considerar os pais como sujeitos ativos, evitando atribuir à escola a responsabilidade exclusiva pelo desenvolvimento do aluno.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estágio curricular supervisionado em Gestão Educacional constituiu uma experiência formativa essencial, permitindo compreender, de maneira concreta, a complexidade da atuação gestora no contexto escolar público. A vivência em campo possibilitou observar de perto a rotina administrativa e pedagógica da instituição, analisar a dinâmica organizacional e refletir criticamente sobre os desafios e potencialidades que permeiam a gestão escolar. Essa aproximação com a prática consolidou a articulação entre os conhecimentos teóricos estudados ao longo do curso e a realidade cotidiana do ambiente escolar.

A experiência evidenciou que a gestão escolar é um processo amplo e multifacetado, que demanda sensibilidade, liderança, organização, conhecimento técnico e capacidade de decisão. Também se tornou claro que o gestor exerce um papel central na articulação entre as dimensões administrativa e pedagógica, impactando diretamente a qualidade do ensino, a cultura institucional e a integração entre escola, família e comunidade.

Os resultados do estágio revelaram elementos positivos, como o comprometimento da gestão e o esforço contínuo para manter o funcionamento da

escola, mesmo diante de limitações estruturais. Contudo, também foram identificados desafios significativos. A sobrecarga da gestora, a ausência de uma equipe técnica completa e a baixa participação das famílias configuram obstáculos que dificultam a consolidação de uma gestão democrática e participativa. Tais dificuldades demonstram que, apesar da intenção institucional de promover práticas democráticas, a efetivação desse modelo exige condições organizacionais e culturais que ultrapassam a boa vontade dos profissionais, conforme já aponta Libâneo (2004).

Diante do cenário observado, algumas recomendações tornam-se fundamentais para o fortalecimento da gestão escolar:

- **Reforço estrutural**, com a composição completa da equipe gestora para descentralizar funções e garantir acompanhamento pedagógico contínuo;
- **Revisão e dinamização do Projeto Político-Pedagógico**, de modo que se torne um documento vivo, atualizado e efetivamente orientador das práticas escolares;
- **Ampliação das estratégias de participação**, criando canais permanentes de diálogo com estudantes, professores, famílias e comunidade, fortalecendo a corresponsabilidade educativa.

Conclui-se que a superação dos desafios identificados depende tanto do engajamento dos profissionais da escola quanto de investimentos institucionais mais amplos, capazes de garantir condições adequadas de trabalho e promover uma cultura de gestão compartilhada. Por fim, destaca-se que o estágio contribuiu de forma decisiva para a formação profissional, ampliando a compreensão crítica sobre o papel do gestor e reforçando a importância de práticas colaborativas como pilares de uma educação democrática e de qualidade.

REFERÊNCIAS

LIBÂNEO, José Carlos. **Organização e gestão da escola: teoria e prática**. 5. ed. Goiânia: Alternativa, 2004.

LIBÂNEO, José Carlos. **Educação escolar: políticas, estrutura e organização** / José Carlos Libâneo, João Ferreira de Oliveira, Mirza Seabra Toschi - 10. ed. rev. e ampl. - São Paulo: Cortez, 2012.

LÜCK, Heloísa. **Dimensões da gestão escolar e suas competências**. Curitiba: Positivo, 2009.

PARO, Vitor Henrique. **Gestão democrática da escola pública**. São Paulo: Ática, 2007.

VEIGA, Ilma Passos Alencastro. **Projeto Político-Pedagógico da Escola: uma construção possível**. Campinas, SP: Papirus, 2003.

GESTÃO DEMOCRÁTICA E APOIO EDUCACIONAL: PRÁTICAS OBSERVADAS NO ESTÁGIO SUPERVISIONADO EM INSTITUIÇÃO DE EDUCAÇÃO NÃO FORMAL

Naylline Hills de Albuquerque Barros
Licenciada em Pedagogia
Faculdade de Igarassu – UNIFACIG

Carlos Eduardo de Melo Pereira da Veiga
Professor Orientador
Mestrado em Estudos da Linguagem
Faculdade de Igarassu – UNIFACIG

RESUMO: O presente trabalho parte da concepção de gestão como um processo colaborativo, essencial para promover autonomia e participação ativa em contextos educativos. Nessa perspectiva, a gestão pedagógica em espaços de educação não formal amplia as oportunidades de aprendizagem e inclusão social. O objetivo deste estudo é apresentar os resultados do estágio supervisionado em Gestão Educacional, realizado em uma organização de educação não formal voltada à formação de jovens em situação de vulnerabilidade social. A fundamentação teórica baseia-se em Lück (2009), Paro (2012), Libâneo (2004) e Gohn (2006), que discutem a gestão democrática e participativa. A metodologia envolveu observação participante, análise documental e acompanhamento das práticas diretivas e pedagógicas. Revelam que a realidade das organizações não governamentais exige equilíbrio entre planejamento estratégico e sensibilidade social. A instituição analisada destacou-se por adotar uma gestão participativa e acolhedora, pautada na corresponsabilidade e no protagonismo juvenil, consolidando práticas educativas humanizadas e transformadoras.

Palavras-chave: Gestão democrática. Educação não formal. Estágio supervisionado.

ABSTRACT: This study is based on the concept of management as a collaborative process, essential for promoting autonomy and active participation in educational contexts. From this perspective, pedagogical management in non-formal education settings expands opportunities for learning and social inclusion. The aim of this study is to present the results of the supervised internship in Educational Management, carried

out in a non-formal education organization focused on training young people in situations of social vulnerability. The theoretical foundation is based on Lück (2009), Paro (2012), Libâneo (2004), and Gohn (2006), who discuss democratic and participatory management. The methodology involved participant observation, document analysis, and monitoring of managerial and pedagogical practices. The findings reveal that the reality of non-governmental organizations requires a balance between strategic planning and social sensitivity. The institution analyzed stood out for adopting a participatory and welcoming management approach, grounded in shared responsibility and youth protagonism, thus consolidating humanized and transformative educational practices.

Keywords: Democratic management. Non-formal education. Supervised internship.

1 INTRODUÇÃO

A educação é um processo amplo, que ultrapassa os muros da escola e se manifesta nos mais diversos espaços de convivência humana. A nossa Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB, Lei nº 9.394/1996), inclusive, estabelece em seu Art. 1º que a educação, de forma geral, pode ser desenvolvida em diferentes tipos de instituições, sejam elas formais ou não. Esse entendimento reforça que o ato de educar acontece de maneira contínua e dinâmica, não se restringindo às instituições escolares tradicionais.

Nesse contexto, a formação em Pedagogia precisa ir além da preparação para o trabalho nas instituições escolares formais. É de suma importância que o futuro pedagogo esteja capacitado para atuar também em espaços educativos não formais, compreendendo suas especificidades, suas dinâmicas organizacionais e suas demandas de gestão. Os Projetos sociais, as organizações não governamentais e outros ambientes de interação social são exemplos de espaços que podem propiciar o desenvolvimento de processos de aprendizagem que impactam não apenas o aspecto cognitivo, mas também o social, o identitário, o cultural e o intelectual dos sujeitos.

Sales (2013) reforça essa perspectiva ao afirmar que a ausência de formalidade escolar não diminui a potencialidade dos espaços educativos não formais, considerando que

a educação não formal é um processo contínuo, desenvolvido em espaços sociais, com ênfase nos interesses e necessidades do grupo envolvido, independentemente da idade ou situação em que se encontram, com respeito e valorização da diversidade (Sales, 2013, p. 20).

Diante da organização curricular do curso de Pedagogia, torna-se necessário um aprofundamento no estudo e na vivência de espaços educativos não formais, considerando que a gestão educacional exerce um papel central na articulação das práticas pedagógicas, na organização dos processos e na promoção de uma educação democrática e transformadora.

Toma-se como base para o desenvolvimento deste trabalho a concepção de gestão proposta por Antunes (2008, p. 14), que a entende como “sinônimo de ambiente autônomo e participativo, o que implica trabalho coletivo e compartilhado por várias pessoas para atingir objetivos comuns”. Essa visão de gestão é particularmente relevante para o contexto deste estágio, pois considera a gestão como um processo colaborativo, essencial para ambientes educacionais que buscam fomentar a autonomia dos participantes e garantir a participação ativa de todos.

Sendo assim, o presente artigo tem como objetivo apresentar os resultados do estágio supervisionado realizado na Associação Ponto Cidadão, uma organização de educação não formal que atua na formação e capacitação de jovens em situação de vulnerabilidade social. O estágio foi conduzido no período de março a maio de 2025, cumprindo as diretrizes estabelecidas no plano de trabalho previamente elaborado.

Durante essa experiência, foram acompanhadas as atividades da equipe gestora, dando enfoque na rotina administrativa e pedagógica da instituição. Entre as principais ações desenvolvidas, destaca-se a observação da organização e do funcionamento da gestão e o suporte na coordenação pedagógica, além do acompanhamento de eventos realizados pela instituição. O estágio possibilitou a compreensão da estrutura e dinâmica institucional, permitindo identificar os desafios e as práticas adotadas para garantir a manutenção e a qualidade das atividades ofertadas.

A escolha por realizar o estágio nessa instituição se deu pela necessidade de conhecer as formas de trabalhos desenvolvidos no campo da educação não formal, e como o pedagogo pode contribuir atuando nessa área, que visa o desenvolvimento social

e profissional dos estudantes atendidos. Dessa forma, a experiência proporcionou a aplicação de conhecimentos teóricos adquiridos ao longo da formação acadêmica, além de permitir as aplicações práticas, possibilitando um melhor entendimento da gestão educacional em espaços não escolares.

O estágio foi realizado por meio de visitas in loco, entrevistas com a equipe diretiva, análise documental e acompanhamento no cotidiano administrativo e pedagógico da instituição. Essa abordagem, contribuiu para a observação detalhada dos processos institucionais, favorecendo um aprendizado mais amplo e significativo sobre os desafios da gestão educacional.

Este artigo está organizado em seções que buscam apresentar de forma sistematizada as observações e experiências vivenciadas durante o estágio em gestão educacional, realizado em uma instituição de educação não formal.

2 RELATO DA ANÁLISE DO REGIMENTO ESCOLAR

A instituição foi fundada em 2003, a partir da iniciativa da empresa Itamaracá Transportes, que, ao transferir sua sede administrativa, destinou o antigo casarão para fins sociais. Após diagnósticos realizados junto à comunidade de Igarassu, identificou-se a necessidade de criar um projeto voltado à capacitação de jovens para o mercado de trabalho.

Com o apoio de parceiros, o espaço foi reformado e, em 2004, o projeto começou a funcionar. Inicialmente, oferecia cursos como informática e artes, mas, com o tempo, passou a estruturar o PPF (Projeto Passagem para o Futuro), com foco na formação técnico-administrativa e socioemocional dos participantes. A metodologia foi desenvolvida com apoio da TGI Consultoria, que até hoje participa do planejamento estratégico da organização.

Durante a realização do estágio, foi possível observar que o Ponto Cidadão dispõe de uma estrutura física adequada para o desenvolvimento de suas atividades educacionais e administrativas. O ambiente é bem distribuído e organizado, contribuindo para o bom funcionamento da rotina institucional. A sede conta com quatro salas de aula, oito banheiros, uma secretaria, uma sala de gestão, uma sala de

professores, uma biblioteca e uma sala de atendimento individualizado. Além disso, possui um mezanino que funciona como auditório, uma cozinha, um refeitório e o “Espaço Cidadão”, área destinada à realização de eventos internos e atividades culturais.

Essa estrutura física favorece não apenas o processo formativo, mas também o acolhimento dos jovens, promovendo um ambiente educativo que integra aprendizagem, convivência e cidadania. As condições do espaço revelam o cuidado da instituição em oferecer um local funcional, seguro e propício ao desenvolvimento pessoal e profissional dos educandos.

No que se refere ao quadro de pessoal, a instituição conta com uma equipe composta por 17 professores, uma coordenadora pedagógica, uma gestora executiva, uma secretária e dois voluntários que atuam na área administrativa. Todos os profissionais demonstram comprometimento com a missão institucional e atuam de forma integrada para garantir a qualidade das ações formativas. A atuação colaborativa da equipe reforça os princípios da gestão participativa e evidencia a valorização da dimensão humana no processo educacional.

Sua estrutura administrativa baseia-se na gestão colegiada, modelo que garante a corresponsabilidade entre os parceiros mantenedores e prioriza decisões coletivas e transparentes, como pode ser observado na Figura 1, que apresenta um trecho do estatuto da instituição. Tal documento formaliza a existência de diferentes instâncias gestoras, como Assembleia Geral, Conselho Diretor, Diretoria Executiva e Conselho Fiscal, cuja atuação é voluntária e orientada pelos princípios estatutários da organização.

Essa concepção de gestão dialoga diretamente com os pressupostos defendidos por Lück (2000), ao afirmar que a gestão educacional deve ser democrática, participativa e centrada no compromisso com a formação cidadã, indo além da simples organização administrativa. A participação ativa dos envolvidos, desde a equipe técnica até os próprios educandos, demonstra uma prática alinhada a esses princípios.

O estatuto do Ponto Cidadão também reforça a natureza social da instituição ao prever, em seu artigo 1º, que a associação é uma organização não governamental, sem fins lucrativos, de caráter privado. Já o artigo 2º explicita suas finalidades, que envolvem não apenas a capacitação profissional, mas também a promoção da educação

complementar, da ética, da paz, da defesa de direitos e da inclusão social de adolescentes, jovens e adultos. A associação compromete-se, ainda, com a realização de eventos, seminários e ações culturais que promovam a cidadania, a diversidade e o combate à desigualdade, aspectos que dialogam diretamente com a proposta formativa desenvolvida na instituição.

O regimento institucional do Ponto Cidadão reflete diretamente sua missão e os princípios que orientam suas ações. Especificamente, sua missão consiste em apoiar a formação de jovens em situação social e economicamente vulnerável, visando ampliar sua condição de empregabilidade, por meio da educação e da capacitação profissional. Para alcançar esse objetivo, atua por meio de uma rede multi-institucional que integra empresas e voluntários comprometidos com o desenvolvimento da juventude e o fortalecimento da cidadania.

Os valores institucionais como solidariedade, respeito à diversidade, sustentabilidade, disciplina e foco em resultados sociais estão incorporados ao cotidiano da instituição e orientam tanto a gestão quanto as práticas pedagógicas. Tais elementos refletem o que Paro (2001) defende ao afirmar que a gestão escolar, mesmo em espaços não formais, deve superar a lógica meramente burocrática e se comprometer com a promoção de justiça social e inclusão. Nesse sentido, o regimento institucional se configura como instrumento que organiza e, ao mesmo tempo, fundamenta a ação educativa com base em valores éticos e sociais.

Outros dispositivos estatutários importantes estão relacionados à não discriminação e à autonomia institucional. O artigo 3º assegura que a instituição é isenta de qualquer preconceito de cor, raça, credo religioso, classe social, nacionalidade ou filiação política, assegurando a igualdade de acesso e participação. Já o artigo 4º permite o recebimento de auxílios e parcerias com entidades públicas ou privadas, desde que não comprometam a independência da organização nem seus objetivos sociais, o que reforça sua autonomia e responsabilidade social.

O documento normativo também estrutura o funcionamento dos programas PPF (Projeto Passagem para o Futuro) e PCF (Projeto Construindo o Futuro), organizando a rotina de atividades, a grade de disciplinas e os critérios de participação. Além de

garantir o acompanhamento pedagógico e psicossocial dos jovens, o regimento contempla diretrizes que favorecem a autonomia com responsabilidade, a construção de competências técnicas e humanas, e o fortalecimento da consciência cidadã, o que também está em consonância com a perspectiva de educação integral.

A ênfase na formação para a cidadania, nas práticas colaborativas e no desenvolvimento de competências reflete uma concepção de educação que se propõe a formar sujeitos críticos, participativos e capazes de atuar de forma ética e transformadora na sociedade.

Como aponta Lück (2009), a gestão educacional deve estar articulada à missão formadora da instituição e comprometer-se com a qualidade das relações interpessoais, com a equidade e com o desenvolvimento humano.

O público atendido pela instituição evidencia seu compromisso com a inclusão social e a equidade de oportunidades. Os beneficiados são, em sua maioria, jovens com idades entre 16 e 24 anos, provenientes da rede pública de ensino, pertencentes a famílias de baixa renda, com até 2,5 salários mínimos, e residentes, prioritariamente, nas cidades de Igarassu e Itapissuma.

A visão de futuro da instituição é consolidar-se como uma referência em capacitação profissional de jovens, ampliando sua abrangência e oferecendo atendimento em ambos os turnos, de forma a alcançar um número ainda maior de beneficiados e fortalecer seu impacto social nas comunidades onde atua.

Ademais, a instituição desenvolve ações e eventos voltados à mobilização social e cultural, como mostras de empreendedorismo, gincanas temáticas, competições, concursos de redação e atividades de visitação com fins educativos. Também realiza o acompanhamento dos jovens após sua entrada no mercado de trabalho, evidenciando o compromisso com a avaliação contínua dos impactos gerados. Dessa forma, o Ponto Cidadão se estabelece não apenas como um centro de formação profissional, mas como um espaço de acolhimento, valorização da juventude e promoção de novas perspectivas de vida.

Com base nos princípios apresentados por Libâneo et al. (2011), percebe-se que a organização busca aplicar um modelo de gestão que integra elementos da gestão

participativa e da cogestão, ao valorizar a escuta, a construção conjunta e o compromisso ético com o processo formativo. Nesse sentido, o regimento do Ponto Cidadão não apenas organiza o funcionamento da instituição, mas também materializa sua proposta pedagógica, reafirmando seu papel como agente de transformação social por meio da educação.

3 REFERENCIAL TEÓRICO

O aprofundamento na literatura sobre o conceito de gestão educacional e seus desdobramentos é de suma importância para embasar este trabalho. Destacam-se, nesse contexto, os estudos de Heloísa Lück (2000), Vitor Henrique Paro (2001) e José Carlos Libâneo et al. (2011), os quais contribuem significativamente para a compreensão crítica das múltiplas dimensões que envolvem a gestão no contexto educacional, seja em espaços escolares formais ou em instituições de educação não formal.

Lück (2000) explica a mudança paradigmática do termo "gestão", que surge para superar as limitações do conceito de administração. Segundo a autora, essa transformação ocorre principalmente com a inserção da discussão sobre a democracia nos espaços educacionais, processo incentivado pela Constituição Federal de 1988. A gestão passa, então, a ser compreendida sob uma nova ótica, na qual se faz necessário rever práticas excludentes e promover uma cultura participativa e transparente. Em sua perspectiva, a gestão democrática deve promover a autonomia, a corresponsabilidade e a participação ativa de todos os envolvidos, construindo um ambiente mais cooperativo e menos autoritário, voltado à formação cidadã e ao desenvolvimento integral dos sujeitos.

Paro (2001), por sua vez, também destaca essa virada de paradigma, ressaltando que as mudanças enfrentam a tradição burocrática da gestão educacional. Para ele, os processos administrativos sofrem forte influência do modelo econômico dominante, o sistema capitalista, que tende a valorizar excessivamente a eficiência e a produtividade, em detrimento de ações pedagógicas voltadas à formação plena dos sujeitos e ao fortalecimento da comunidade. O autor defende uma gestão comprometida com a justiça

social e com a construção de espaços educacionais verdadeiramente democráticos e inclusivos.

No que diz respeito à concepção e às modalidades de gestão, Libâneo et al. (2011, p. 318) compreendem a gestão como

a atividade pelo qual são mobilizados meios e procedimentos para atingir os objetivos da organização, envolvendo, basicamente, os aspectos gerenciais e técnico-administrativos. Há várias concepções e modalidades de gestão: centralizada, colegiada, participativa, co-gestão.

Como mencionado na citação, os autores identificam diferentes modelos de gestão: centralizada, colegiada, participativa e co-gestão, cada uma com características e implicações distintas para o ambiente educacional.

A gestão centralizada é caracterizada pela concentração das decisões nas esferas superiores da hierarquia institucional. Com o tempo, esse modelo foi perdendo força por dificultar o diálogo e a participação de outros agentes envolvidos no processo educativo. Já a gestão colegiada propõe a construção de decisões a partir de estruturas organizadas de forma coletiva, envolvendo segmentos diversos como professores, estudantes, funcionários e familiares, prática comum em conselhos escolares e associações.

A gestão participativa, por sua vez, amplia o envolvimento dos diferentes sujeitos no planejamento e nas decisões institucionais, estimulando o senso de pertencimento e a corresponsabilidade. Esse modelo fortalece a autoestima e promove o reconhecimento do papel de cada um na construção da qualidade educacional.

A co-gestão propõe uma abordagem ainda mais integrada e dialógica, onde o pensar e o agir coletivamente são princípios centrais. Ela busca promover uma cultura institucional baseada na ética, na escuta e na colaboração, transformando o ato de gerir em uma prática compartilhada entre todos os envolvidos.

Ao considerar o campo da gestão em instituições de educação não formal, como é o caso do Ponto Cidadão, torna-se necessário ampliar o olhar sobre os princípios e modelos de gestão educativa para além do contexto escolar tradicional. Como destaca Gohn (2005), compreender a educação em espaços não escolares exige que se considere um conceito ampliado de educação, estreitamente vinculado à cultura e à experiência de vida dos sujeitos. Nesse sentido, a educação não formal se configura como um espaço de

aprendizagem intencional, construído por meio de práticas sociais, políticas e comunitárias que ocorrem fora do sistema de ensino regular, mas que são igualmente formativas.

A autora ainda ressalta que a educação deve ser entendida como um processo contínuo de ensino e aprendizagem, que se dá ao longo da vida e se manifesta por meio da leitura, interpretação e compreensão de experiências vividas em contato com diferentes grupos e organizações (GOHN, 1999). Isso reforça o papel das organizações da sociedade civil, como as ONGs, na promoção de processos educativos que são profundamente ligados à realidade social, ao exercício da cidadania e ao fortalecimento da identidade dos sujeitos atendidos.

Franco (2003) também contribui com essa reflexão ao afirmar que toda ação educativa carrega intencionalidades, sendo organizada por uma práxis que articula teoria e prática de forma consciente. Essa concepção reforça que o fazer educativo no espaço não escolar, embora se diferencie do ambiente formal em estrutura e metodologia, requer planejamento, ética, participação e compromisso, fundamentos que dialogam diretamente com os princípios da gestão democrática, discutidos por autores como Lück (2000), Paro (2001) e Libâneo et al. (2011).

Dessa forma, os modelos de gestão educacional analisados ao longo das leituras obrigatórias também se aplicam aos contextos não formais e foram fundamentais para a análise da proposta de gestão da instituição Ponto Cidadão. As ideias apresentadas pelos autores discutidos contribuíram diretamente para interpretar a prática observada no estágio e compreender os desafios e possibilidades da gestão educacional em contextos não formais.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A realização do estágio em gestão educacional no Ponto Cidadão foi de grande relevância para a minha formação acadêmica e profissional, sobretudo por ter ocorrido em uma instituição de educação não formal, o que ampliou minha compreensão sobre os diferentes campos de atuação da gestão educacional. Poder vivenciar a rotina e os

desafios de uma organização do terceiro setor permitiu uma experiência rica e diferenciada, evidenciando outras possibilidades de atuação para o pedagogo.

Durante o estágio, foi possível observar de forma concreta o funcionamento da gestão institucional, suas práticas diretivas, os processos de supervisão pedagógica, bem como as estratégias adotadas para lidar com os desafios cotidianos, especialmente no que se refere à captação de recursos financeiros. A realidade vivida nas organizações não governamentais revelou-se complexa, exigindo um equilíbrio constante entre o planejamento estratégico e a sensibilidade social.

Outro aspecto que merece destaque é a forma como o Ponto Cidadão organiza sua rotina com base em uma gestão participativa e acolhedora. A disciplina é valorizada, mas não imposta de forma autoritária; ao contrário, está articulada a princípios de corresponsabilidade, protagonismo juvenil e construção coletiva. Lecionar nesse espaço representa, para o professor, a oportunidade de atuar com outra perspectiva, mais centrada no desenvolvimento integral, na escuta e na valorização das experiências dos jovens.

Os resultados alcançados pelo trabalho desenvolvido pela instituição são visíveis e significativos. Tem-se, inclusive, uma vivência pessoal com esse trabalho, por já ter acompanhado pessoas próximas que participaram do curso e conseguiram inserção no mercado de trabalho. Isso reforça a potência do Ponto Cidadão como agente transformador, por meio de uma ação educativa e social belíssima.

Em síntese, o estágio proporcionou uma vivência formativa que ultrapassou os limites da teoria. Sem dúvida, trata-se de um campo de atuação com grande potencial, que merece maior reconhecimento e investimento, e cuja experiência foi fundamental para o crescimento acadêmico e pessoal.

REFERÊNCIAS

Alarcão, Isabel. **Formação reflexiva de professores: estratégias de supervisão**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2001.

ANTUNES, Rosmeiri Trombini. **O Gestor Escolar**. 2008. Disponível em: http://www.gestaoescolar.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/producoes_pde/md_rosmeiri_trombini.pdf. Acesso em: 15 abr. 2025.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, p. 27833, 23 dez. 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em: 10 Mar. 2025.

FRANCO, Maria Amélia Santoro. **Pedagogia como ciência da educação**. Campinas, SP: Papyrus, 2003.

GOHN, Maria da Glória. **Educação Não Formal e Cultura Política: impactos sobre o Associativismo do terceiro setor**. 2 ed. São Paulo, Cortez, 2005.

GOHN, Maria da Glória. **Educação Não-Formal e Cultura Política**. SP: Cortez, 1999.

GOHN, Maria da Glória. Educação não-formal, participação da sociedade civil e estruturas colegiadas nas escolas. **Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação**, Rio de Janeiro, v. 50, n. 14, p. 27-38, mar. 2006. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ensaio/a/s5xg9Zy7sWHxV5H54GYydfQ/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 02 jun. 2025.

LIBÂNEO, José Carlos *et al.* **Educação Escolar: políticas, estrutura e organização**. São Paulo: Cortez, 2011. LIBÂNEO, José Carlos. **Organização e Gestão Escolar Teoria e Prática**. Goiânia: Ed.Alternativa, 5ª edição, 2004.

LÜCK, Heloísa. **Dimensões da gestão escolar e suas competências**. Curitiba: Editora Positivo, 2009.

LÜCK, Heloísa. **Gestão educacional: uma questão paradigmática**. Revista Brasileira de Política e Administração da Educação, v. 16, n. 2, p. 25-36, 2000.

PARO, Vitor Henrique. **Administração escolar: introdução crítica**. 17. ed. rev. e ampl. São Paulo: Cortez, 2012.

SALES, Rosemeri de. **Gestão da Educação em Espaços Não Escolares: Possibilidades e Desafios de uma prática vivida**. Monografia. Tio Hugo, RS, Brasil 2013. Disponível em: https://repositorio.ufsm.br/bitstream/handle/1/648/Sales_Rosemeri_de.pdf?sequence=1&isAllowed=y. Acesso em: 15 abr. 2025.

MARCADORES DÊITICOS TEMPORAIS EM PRODUÇÕES TEXTUAIS INFANTIS

Julia Maritza Cruz Beija

Graduanda em Letras – Português

Universidade Católica de Pernambuco – UNICAP

Isabela Barbosa do Rêgo Barros

Doutora em Letras

Universidade Católica de Pernambuco – UNICAP

Kauan Douglas Gama dos Santos

Graduando em Letras – Português/Inglês

Universidade Católica de Pernambuco – UNICAP

Ester Chaves Leite

Graduanda em Letras – Português/Inglês

Universidade Católica de Pernambuco – UNICAP

Wedja Nívea da Silva Cavalcanti

Mestre em Ciências da Linguagem

Universidade Católica de Pernambuco – UNICAP

RESUMO: Partindo do ponto de vista benvenisteano, o fenômeno da enunciação pode acontecer tanto oralmente quanto graficamente, e suas propriedades permanecem as mesmas em ambos os casos. Na vertente enunciativa, é no discurso/texto que a enunciação acontece e que os dêiticos se tornam plenos ao serem assumidos pelo locutor (Benveniste, 2005). Concordamos com Barros (2012) para quem os dêiticos são marcadores de singularidade na linguagem e elementos necessários para a construção de sentido. Nosso objetivo é discutir a presença da dêixis temporal em bilhetes escritos por crianças em fase de alfabetização, como marcadores da enunciação do sujeito e do seu processo de aquisição da escrita. Metodologicamente, analisamos os marcadores dêiticos temporais extraídos de cartas infantis publicados na Tese de Cavalcanti (2025), após a realização de uma atividade pedagógica. Concluímos que, para além de marcadores de tempo gramatical, verbos e advérbios apontam para a relação de proximidade com o interlocutor marcando a posição enunciativa da criança.

Palavras-chave: dêixis. enunciação. escrita. produção textual. infância.

ABSTRACT: From the Benvenistean perspective, the phenomenon of enunciation can occur both orally and graphically, and its properties remain the same in both cases. In the enunciative approach, it is within discourse/text that enunciation takes place and that deictics become fully meaningful as they are assumed by the speaker (Benveniste, 2005). We agree with Barros (2012), for whom deictics are markers of singularity in language and elements necessary for the construction of meaning. Our goal is to discuss the presence of temporal deixis in notes written by children in the early stages of literacy, considering it as a marker of the subject's enunciation and of their writing acquisition process. Methodologically, we analyzed the temporal deictic markers extracted from children's letters published in Cavalcanti's dissertation (2025), produced after a pedagogical activity. We conclude that, beyond simple grammatical time markers, verbs and adverbs point to the relationship of proximity with the interlocutor, marking the child's enunciative position.

Keywords: deixis. enunciation. writing. written textual production. childhood.

1 INTRODUÇÃO

Na sua obra, Benveniste (2005) define que as situações enunciativas seguem de acordo com o eixo EU-AQUI-AGORA, elaborado e sistematizado por ele. Este eixo corresponde às coordenadas enunciativas, o locutor que se apresenta como o sujeito que fala (eu), o espaço no qual a enunciação se atualiza (aqui) e o momento específico em que a enunciação é produzida (agora). Para Benveniste, estas três instâncias são imprescindíveis para a enunciação, pois elas são o ponto de partida para a construção de sentido de qualquer situação comunicativa e para que ela seja plena enquanto linguagem em movimento, já que é a partir destas coordenadas que emergem o sentido, o sujeito e a possibilidade de interlocução.

A partir deste eixo, Benveniste descreve o funcionamento das dêixis, que marcam linguisticamente a ocorrência dessas três coordenadas na comunicação. A dêixis pessoal, que pode ser identificada através de pronomes pessoais e conjugações verbais de primeira pessoa; a dêixis espacial, que é observada pela presença de pronomes demonstrativos e advérbios/loções adverbiais de lugar; e a dêixis temporal, que é

representada pelos tempos verbais e advérbios/locuções adverbiais de tempo. No entanto, o foco deste trabalho se voltará para a dêixis temporal.

Considerando que toda enunciação é, por natureza, um fenômeno único e irrepetível (Holme, 2018), torna-se evidente que a dêixis temporal terá esta mesma característica. Embora a dêixis temporal seja representada por formas linguísticas fixas, sua significação não é estável nem pré-definida. Os dêiticos temporais só adquirem sentido pleno no momento em que o locutor os atualiza, ou seja, quando são inseridos numa situação enunciativa concreta. Assim, a dêixis temporal não remete a um tempo universal, mas sim a um tempo situado, que é definido pelo sujeito e é construído dentro do enunciado, o que reforça sua necessidade de contextualização e sua irrepetibilidade.

Desse modo, o caráter irrepetível dos dêiticos temporais não provém das palavras em si, mas sim do sentido que pode ser conferido à eles no momento da enunciação. Cada ocorrência de “hoje”, “ontem”, “amanhã” é estritamente única pois os sentidos destas palavras estão sempre ancorados naquele que as emite. Sendo assim, se compreende que o dêitico – em qualquer uma de suas formas – é objeto de subjetividade.

Tomando esta concepção como nosso referencial teórico, decidimos observar os textos produzidos numa atividade pedagógica aplicada por Cavalcanti (2025), na qual as crianças em processo de alfabetização, produziram cartas para o Papai Noel. Nestas cartas, analisamos as ocorrências dos marcadores dêiticos temporais e o que estas ocorrências determinavam sobre a posição enunciativa destas crianças.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Utilizamos como referencial teórico o livro Problemas de Linguística Geral I (2005), de Émile Benveniste. As ideias de Benveniste a respeito da subjetividade foram fundamentais para a construção do trabalho, considerando que o homem, enquanto sujeito enunciativo, se ancora nas categorias de espacialidade, temporalidade e pessoalidade, que são definidas e atualizadas pela instância enunciativa daquele momento (Ferreira Jr, 2015). Posteriormente, analisamos as reflexões presentes no capítulo 20, “A natureza dos pronomes”, no qual Benveniste disserta a respeito da relação entre EU-TU dentro do aparelho formal da enunciação. Com base nisso, foi possível

analisar as atividades descritas em nosso segundo alicerce teórico: a tese de mestrado de Cavalcanti (2025).

Na tese intitulada, “Ensino e aquisição da língua escrita: da produção textual à constituição do sujeito enunciativo”, Cavalcanti (2025) aplicou uma atividade pedagógica com crianças em fase de alfabetização, na qual as crianças produziam cartas para o Papai Noel. Esta atividade, além de promover a expressão escrita, permitiu que as crianças pudessem se posicionar como locutoras de um enunciado dentro de um gênero textual que pressupõe a existência de um interlocutor e possibilita um diálogo mediado pela escrita. A carta, enquanto gênero discursivo, cria um espaço de interlocução que favorece a ocorrência da dêixis temporal.

Portanto, aliando os conhecimentos adquiridos em Benveniste (2005) aos resultados obtidos na atividade proposta por Cavalcanti (2025), foi possível destacar a presença significativa dos marcadores dêiticos nestas produções textuais, e como esses recursos promovem a construção da criança enquanto sujeito enunciativo.

Logo, a junção da teoria e da prática permitiu que os conhecimentos a respeito da enunciação escrita infantil fossem ampliados e nos possibilitou introduzir novas reflexões a respeito da dêixis temporal dentro do contexto enunciativo infantil no ato da escrita.

3 METODOLOGIA

Metodologicamente, foi realizada uma revisão sistemática da literatura, envolvendo a leitura da obra de Émile Benveniste, cuja teoria serviu como eixo central da construção do arcabouço conceitual deste trabalho. As reflexões benvenisteanas sobre a dêixis, especialmente no que diz respeito ao papel constitutivo do sujeito na enunciação forneceram uma base sólida para a compreensão da função dos marcadores dêiticos temporais na enunciação.

A partir dessa perspectiva, foi possível compreender que os marcadores dêiticos temporais não apenas indicam relações gramaticais de tempo, mas são também elementos estruturantes da referência temporal instaurada pelo locutor no momento da enunciação. Assim, a revisão teórica permitiu que fosse identificado de forma mais

precisa como essas marcas temporais são atualizadas na enunciação escrita infantil e qual o papel desses dêiticos temporais na construção da subjetividade da criança em fase de alfabetização.

Após a revisão de literatura, voltamo-nos à tese de Cavalcanti (2025), e de lá extraímos três cartas produzidas por crianças em processo de alfabetização. Os textos selecionados possuem diversas ocorrências de marcadores dêiticos temporais, o que facilitou nossa análise e ampliou consideravelmente as conclusões tomadas após o estudo destes textos.

Articulando a teoria de Benveniste com o material empírico presente na tese de Cavalcanti (2025), foi possível aderir a uma análise qualitativa dos textos, que consistiu na observação da ocorrência da dêixis temporal na enunciação escrita infantil. As ocorrências da dêixis temporal foram identificadas e interpretadas de forma contextualizada, com o apoio de referenciais secundários, como o livro Enunciação e gramática (Flores et al., 2008) e Os marcadores dêiticos e a produção de sentido na linguagem desviante (Barros, 2012).

Dessa forma, possibilitou-se fazer uma análise aprofundada do tema, que evidenciou a dêixis temporal para além de um componente linguístico e pragmático, mas também como uma ferramenta indispensável na comunicação, e também como elemento fundamental na compreensão da enunciação escrita infantil.

4 DISCUSSÃO

Para Benveniste (2005), os dêiticos temporais são intrinsecamente fixos ao seu sentido, portanto desta forma, são plenos no momento da enunciação. Nessa mesma vertente, Flores (2008) afirma que os dêiticos – sejam pessoais, temporais ou espaciais – delimitam a relação do enunciado com o próprio locutor. Assim, para que o interlocutor compreenda o que é “ontem” ou “amanhã” dentro do enunciado, é imprescindível que ele reconheça a relação temporal que aquele locutor estabelece com o seu próprio enunciado.

Seguindo esta ideia, observamos que nas cartas, as crianças relatam comportamentos que adotaram e ações que fizeram ao longo do ano para explicar porque

elas “merecem” os presentes do Papai Noel, além de dizer especificamente quais presentes gostariam de ganhar. Dessa forma, é possível afirmar que o gênero carta confere à criança um espaço enunciativo privilegiado no qual ela pode ter total controle da sua argumentação, considerando que ela consegue compreender a necessidade da organização do discurso em torno de declarações que façam seus pedidos serem mais convincentes.

É bastante evidente a presença dos marcadores dêiticos temporais nestes textos, especialmente verbos conjugados no pretérito perfeito, como “fui”, “fiz”, “queria”, “ajudei”, “obedeci”. Esses marcadores organizam a narrativa de ações passadas e também colocam a criança na posição de locutor auto-avaliador, que está se projetando diante do seu interlocutor simbólico, o Papai Noel. O uso destes marcadores esclarecem a posição destas crianças e do Papai Noel dentro da “linha do tempo” do enunciado, situando as crianças no presente da época (o momento da escrita, o período que antecede o Natal), projetando o Papai Noel para o futuro da época (o momento do “recebimento” da carta e da entrega dos presentes), e relembando do bom comportamento do passado (passado anterior à escrita da carta, no qual as crianças fizeram as ações que provam o merecimento dos presentes).

Por meio da enunciação escrita, estas crianças estabelecem um diálogo e uma relação de proximidade e carinho com o Papai Noel. Elas expressam afeto (“eu te amo”), compartilham aspectos da sua vida familiar, pedem presentes específicos e elaboram justificativas para legitimar os pedidos que fizeram, apresentando-se como crianças comportadas e responsáveis. Dessa forma, a criança se coloca no protagonismo da enunciação, presumindo que o Papai Noel é um “tu” real que vai considerar o bom comportamento e atender aos pedidos delas. Por conseguinte, as palavras que configuram os dêiticos temporais são mais do que elementos gramaticais, são ferramentas de subjetivação e construção de identidade enunciativa.

Figura 1

AT 3
Criança 4

Querido Papai Noel,
meu nome é: Jamile
eu fui muito conportada
eu queria algumas coisinhas,
eu queria:
um caderno inteligente (mini).
uma canetinha (vai e ven).
Ir pra paris.
Obrigado Papai Noel. Eu te amo
Beijos de Jamile Yohanna

Fonte: Ensino e aquisição da língua escrita: da produção textual à constituição do sujeito enunciativo; Tese de mestrado por Wedja Nívea da Silva Cavalcanti, 2025

Figura 2

AT 3
Criança 3

QUERIDO PAPAI NO EU
EU QUERIA ME VOVÔ COMIGO
NONATAO MAS SO VOCÊ AS
BE O QUE E VOMERESE QUERI
DO PAPAI NO EU
MUNTO O BRIGA
QUE U DE GESO DA MINHA
FAINH
QUERIDO PAPAI NO EU
BIBLIA EU FIS O QUE
AROMEIA CASA O TE
EU FIS ALISÃO EU LAVEI
O PRATOS EU ASETO
AIFONA 15 FIM.
O BRI GADA

Fonte: Ensino e aquisição da língua escrita: da produção textual à constituição do sujeito enunciativo; Tese de mestrado por Wedja Nívea da Silva Cavalcanti, 2025

Figura 3

AT 3
Criança 3

QUERIDO PAPAI NO EU
EU QUERIA ME VOVÔ COMIGO
NONATAO MAS SO VOCÊ AS
BE O QUE E VOMERESE QUERI
DO PAPAI NO EU
MUNTO O BRIGA
QUE U DE GESO DA MINHA
FAINH
QUERIDO PAPAI NO EU
BIBLIA EU FIS O QUE
AROMEIA CASA O TE
EU FIS ALISÃO EU LAVEI
O PRATOS EU ASETO
AIFONA 15 FIM.
O BRI GADA

Fonte: Ensino e aquisição da língua escrita: da produção textual à constituição do sujeito enunciativo; Tese de mestrado por Wedja Nívea da Silva Cavalcanti, 2025

5 RESULTADOS

Durante a análise dos textos, percebemos que o mundo imaginário da criança exerce uma grande influência na forma em que ela organiza e produz seu enunciado. Embora não saibam que o Papai Noel não existe, estas crianças o tratam como um interlocutor real, tanto na enunciação falada como na escrita. No entanto, o caráter imaginário do Papai Noel não invalida a enunciação de forma alguma, pelo contrário, ele revela que a enunciação infantil pode se apoiar em referenciais simbólicos que para elas pode ter status de realidade.

Portanto, a presença de elementos imaginários na enunciação infantil não significa que a enunciação das crianças seja desordenada, aleatória ou desprovida de sentido. O Papai Noel assume um papel claro nos textos: o destinatário das cartas, sendo assim, o “tu” da situação enunciativa. A escolha dos tempos verbais nas cartas – “eu **fui** muito comportada”, “mas só você sabe o que eu **vou** merecer”, “eu **ajudo** nas tarefas de casa” – se relacionam diretamente ao significado da figura do Papai Noel, alguém que avalia comportamentos passados a fim de recompensá-los no futuro. Em razão disso, foi possível perceber que as crianças usavam os marcadores dêiticos temporais para retomar ações passadas, expressar desejos de presentes e argumentar sobre o merecimento daqueles presentes. Ou seja, essa conceitualização do Papai Noel faz com que as crianças adaptem seu enunciado para que faça sentido na esfera comunicativa da infância.

Sendo assim, o universo simbólico das crianças – que envolve figuras como o Papai Noel, Coelho da Páscoa, Fada do Dente, etc. – exerce um papel estruturante na enunciação infantil. Estas entidades são vistas como autoridades acolhedoras e simbólicas, diante das quais as crianças sentem que devem se apresentar como sujeitos responsáveis e merecedores dos presentes ou recompensas atribuídos a essas figuras imaginárias.

Essa relação do imaginário com a enunciação infantil não se limita apenas à figuras culturais fictícias amplamente conhecidas, mas também se estende a coisas mais cotidianas para as crianças, como brinquedos, personagens de desenhos animados e o “amigo imaginário”, criado no pensamento infantil. Esses interlocutores imaginários

evidenciam a habilidade que a criança tem de desenvolver um discurso coerente e intencional, no qual ela é o centro, sem a presença de um interlocutor real, pois para a criança, o interlocutor imaginário tem o estatuto de verdade.

A prática da imaginação e da escrita de historinhas contribui de forma imprescindível para a construção da subjetividade para a criança, e também auxilia na melhoria das suas capacidades interpretativas e criativas. Nesse sentido, a imaginação é uma operadora essencial para que a criança se coloque na posição de locutor, e seja possibilitada de viver diferentes papéis e construir interlocutores que apesar de imaginários, são plenamente significativos no enunciado.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

De acordo com Barros (2012), os marcadores dêiticos, por estarem intrinsecamente conectados ao seu locutor, permitem que uma situação enunciativa seja compartilhada entre o locutor e seus interlocutores, assegurando a integridade do enunciado. Esses elementos são pontos de ancoragem que orientam a interpretação e asseguram que a mensagem seja plena. Dessa forma, nesse estudo foi possível perceber essa relação dentro do contexto infantil, na modalidade escrita.

A criança se destaca na enunciação escrita, pois essa é a forma mais natural da inserção do homem na língua escrita (Cavalcanti, 2025). É por meio desta que a criança aprende a mobilizar recursos linguísticos que viabilizem sua comunicação de forma plena. Portanto, nesse sentido, com o apoio dos dêiticos temporais, a criança pode estabelecer sua posição antropológica enquanto sujeito pensante, que vive num “agora”, lembra de um “antes” e idealiza um “depois”. Ao dizer “eu fui”, “eu fiz”, “eu sou”, a criança utiliza verbos em diferentes tempos que instauram uma relação temporal que dá forma a sua experiência e permite à criança narrar, argumentar e justificar suas ações.

Estes marcadores dêiticos temporais dão total poder à criança na construção das suas próprias situações enunciativas, que podem envolver seres imaginários ou inanimados, especialmente em atividades lúdicas que envolvem escrita, brinquedos e a criação de narrativas orais “faz-de-conta”, nas quais a criança transita entre o real e o imaginário sem que ocorra uma obstrução de sentidos. Apesar do caráter imaginário e

lúdico, existe, sim, um lócus coerente e verdadeiro, no qual a criança interage com interlocutores, que para ela, naquele momento, são reais, portanto, as coordenadas enunciativas de tempo se atualizam da mesma forma que ocorre em qualquer outra situação enunciativa.

Nessa perspectiva, a presença dos dêiticos revela que o imaginário da criança não é um deslocamento da realidade, e sim um âmbito enunciativo válido no qual a criança cria seu enunciado, que está ancorado firmemente em coordenadas linguísticas que estruturam o eixo temporal da enunciação. Com base nisso, é possível concluir que a escrita não é apenas uma atividade de alfabetização, mas também um campo enunciativo no qual a criança faz uma mobilização intuitiva dos marcadores dêiticos temporais.

Portanto, pedagogicamente, a aplicação de atividades de produção de texto, como a confecção de cartas, a escrita de pequenos contos ou tirinhas, são extremamente importantes para que a subjetividade e a interpretação sejam plenamente desenvolvidas, pois são nesses gêneros que as crianças podem explorar novas formas de contar histórias e novas maneiras de serem inseridas dentro do campo textual. Essas práticas favorecem o desenvolvimento da criatividade e valorizam a imaginação dentro do processo da aprendizagem e da alfabetização, contribuindo para a formação de sujeitos capazes de interpretar, criar e participar de maneira mais autônoma e significativa dos processos enunciativos.

REFERÊNCIAS

BENVENISTE, Émile. **Problemas de linguística geral I**. São Paulo: Pontes, 2005.

FLORES, Valdir do Nascimento. et al. **Enunciação e gramática**. São Paulo: Contexto, 2008.

CAVALCANTI, Wedja da Silva Nascimento. **Ensino e aquisição da língua escrita: da produção textual à constituição do sujeito enunciativo**. Recife: Universidade Católica de Pernambuco, 2025.

BARROS, Isabela Barbosa do Rêgo. Os marcadores dêiticos e a produção de sentido na linguagem desviante (Deictic markers and production of meaning in language deviant). **Estudos da Língua(gem)**, [S. l.], v. 10, n. 2, p. 181–192, 2012. DOI: 10.22481/el.v10i2.1199.

HOLME, Raquel Veit. A PERSPECTIVA ENUNCIATIVA DE ÉMILE BENVENISTE: DESLOCAMENTOS PARA OS ESTUDOS TEXTUAIS. **Cadernos do IL**, [S. l.], n. 56, p. 118–130, 2018. DOI: 10.22456/2236-6385.83657.

FERREIRA JR., José Temístocles. FLORES, Valdir do Nascimento. CAVALCANTE, Marianne Carvalho Bezerra. A teoria de Benveniste sobre a pessoalidade e seus desdobramentos na enunciação infantil.

FERREIRA JR., José Temístocles; FLORES, Valdir Do Nascimento; CAVALCANTE, Marianne Carvalho Bezerra. A Teoria de Benveniste sobre a pessoalidade e seus desdobramentos na enunciação infantil. **SciELO**, 2015. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/delta/a/sNZ5MrNDxHqdSnYbvdYtvFy/?lang=pt>. Acesso em: 18 nov. 2025.

NORMATIVIDAD FEMENINA EN LA IDENTIDAD PROFESIONAL DE DOCENTES DE BÁSICA PRIMARIA

Mónica Martínez-Arévalo¹¹

Doctoranda en Educación y Sociedad
Universidad de La Salle Bogotá – Colombia

RESUMO: No âmbito do trabalho de doutorado intitulado “Reconfigurações narrativas da identidade profissional de professoras do ensino fundamental”, surge a feminilidade normativa como uma categoria que articula a forma como as professoras do ensino fundamental são vistas, juntamente com a dinâmica da feminização da profissão e, consequentemente, como isso afeta sua identidade profissional. O objetivo é revelar os estereótipos de gênero que pairam sobre as professoras do ensino fundamental e sua identidade profissional. O objetivo é revelar os estereótipos de gênero que pairam sobre as professoras do ensino fundamental e sua identidade profissional. Um dos autores fundamentais para a pesquisa é o filósofo francês Paul Ricoeur e sua teoria da identidade narrativa, além de feministas como a mexicana Marcela Lagarde, que nos fala sobre a irmandade e a história das lutas das mulheres, a colombiana Tania Pérez Bustos, de quem tirei o conceito de feminilidade normativa, e o pedagogo, educador e filósofo brasileiro Paulo Freire, que foi um dos primeiros a apontar a importância de ver as professoras do ensino fundamental como profissionais da educação. A partir do paradigma hermenêutico, utilizou-se a pesquisa narrativa como ferramenta central para a construção dos relatos das professoras, produzidos a partir das narrativas emergentes em conversas nutridas. Como parte dos resultados parciais, é possível afirmar que a feminilidade normativa está enraizada em nossa forma de ser e nos leva a nos comportarmos de maneiras socialmente aceitas. Esse comportamento se reflete no trabalho em sala de aula e na associação que se faz quando se vincula o cuidado como tarefa exclusiva da escola e, nesta, das professoras.

Palavras-chave: Identidade narrativa. Feminização. Feminilidade normativa. Professores do ensino fundamental. Identidade profissional docente.

ABSTRAT: En el marco del trabajo doctoral titulado “Reconfiguraciones narrativas de la identidad profesional de docentes de básica primaria” emerge la feminidad normativa como una categoría que articula la forma en la que las docentes de básica primaria son

¹¹ ORCID <https://orcid.org/0000-0001-8636-0397>

vistas junto con la dinámica de la feminización de la profesión y por ende el cómo afecta esto a su identidad profesional. Se busca develar los estereotipos de género que se ciernen sobre las docentes de básica primaria y su identidad profesional. Uno de los autores clave en la investigación es el filósofo francés Paul Ricoeur y su teoría de la identidad narrativa, también feministas como la mexicana Marcela Lagarde quién nos habla de la sororidad y la historia de las luchas de las mujeres, la colombiana Tania Pérez Bustos de quien tomo el concepto de feminidad normativa, y el pedagogo, educador y filósofo brasileiro Paulo Freire quien fue uno de los primeros en señalar la importancia de ver a las docentes de primaria como profesionales de la educación. A partir del paradigma hermenéutico se utilizó la investigación narrativa como la herramienta central para la construcción de los relatos de las docentes, estos producidos a partir de las narrativas emergentes en nutridas conversaciones. Como parte de los resultados parciales, es posible afirmar que la feminidad normativa esta enraizada en nuestra forma de ser y nos lleva a comportarnos de maneras socialmente admitidas. Este comportamiento se refleja en el trabajo de aula y en la asociación que se hace cuando se vincula el cuidado como labor exclusiva de la escuela y en esta, de las profesoras.

Palabras clave: Identidad narrativa. Feminización. Feminidad normativa. Docentes primaria. Identidad profesional docente.

1 INTRODUCCIÓN

Iniciare por señalar algo que resulta por demás natural para quienes han trabajado con la docencia: en lo relacionado con la enseñanza a niñas y niños, hay más mujeres que hombres. La sobre representación en la docencia por parte de la mujer es mucho más evidente en los grados pequeños de escolaridad, y es que de acuerdo con Tardif (2013), aun cuando la docencia no era considerada una profesión, esta situación ya era evidente. En el último estudio que hicieron en el Fondo de las Naciones Unidas para Niños y Niñas en Comisión Económica para América Latina y el del Equipo del Informe de Seguimiento de Educación para el Mundo del (2022) señalan que esta tendencia de la sobre representación de la mujer en educación se mantiene y que es mucho más alta cuando los niveles de escolaridad son más pequeños.

Así las cosas, es posible afirmar que la docencia es una profesión feminizada y que además al estar *feminizada* se ve atravesada de base por una *feminidad normativa*, lo que significa que la forma de ser mujer permea profundamente la forma de ser docente.

Cabe señalar que este acercamiento a la feminidad normativa emerge como parte del trabajo doctoral titulado “Reconfiguraciones narrativas de la identidad profesional de docentes de básica primaria” en el cual me propongo –entre otras cosas– develar los estereotipos de género que se ciernen sobre las docentes de básica primaria y su identidad profesional.

2 REFERENTES TEÓRICOS

La pregunta ¿Qué significa ser docente de escuelas públicas en básica primaria de la ciudad de Bogotá? se convirtió en uno de los ejes que movilizaron mi investigación. Para acercarme a la respuesta fue necesario conversar con el filósofo francés Paul Ricoeur, en tanto que, responder a la pregunta por quien soy –en este caso quién soy como docente de básica primaria– solo puede hacerse narrativamente y desde mi perspectiva solo puede ser respondida por las docentes que están inmersas en este contexto.

Por otra parte al hablar sobre la identidad profesional docente (IDP) es necesario reconocer que esta identidad es una identidad de suyo compleja y está atravesada por factores sociales, económicos, afectivos, culturales, políticos e institucionales (Bolívar; Fernández; Molina, 2005). La construcción de la identidad profesional docente constituye un proceso prolongado que se inicia en la formación inicial y se extiende a lo largo del ejercicio laboral. Dicha identidad no se deriva de manera automática al obtener un título profesional universitario, sino que requiere una elaboración constante, tanto individual como colectiva, caracterizada por su complejidad y dinamismo. Este proceso conduce a la configuración de representaciones acerca del rol y la práctica docente, que han iniciado en la formación docente y que se nutren de experiencias, interacciones y marcos sociales de referencia a medida que pasa el tiempo (Vaillant, 2008).

Ahora bien, Ricoeur posibilita un diálogo entre la identidad que se construye y el cómo se narra, para entender mejor esta relación es necesario acercarnos al concepto de *identidad narrativa* (2016). Para hablar de la identidad narrativa, resulta imperante entender lo que Ricoeur propone acerca de la identidad. De esta señala que existen dos tipos de identidad, una que se mantiene a lo largo del tiempo o es menos cambiante la *identidad ídem* y otra que tiene aspectos que son un poco más cambiantes la *identidad ipse*

(Ricoeur, 2019). La intención del filósofo no es decir que una identidad sea más importante que otra, sino que se complementan y dialogan. En este diálogo surge la identidad narrativa, dado que en la construcción del relato es posible organizar los diferentes acontecimientos de un sujeto, darles un sentido, articularlos, brindarles una lógica temporal y una lógica –de suyo narrativa– que permite a quien la escucha seguirla (Ricoeur, 2019). En estos relatos la identidad del protagonista viene a convertirse en la identidad de quien construye o narra este relato.

Teniendo mayor claridad sobre la identidad profesional docente y la identidad narrativa, veremos ahora qué es la feminización y por qué de ella surge esta feminidad normativa. La feminización es un proceso a partir del cual diversas dinámicas sociales son señaladas como “femeninas” (Pérez Bustos, 2015). Ahora bien, al hablar de que algo –una práctica o un fenómeno– es femenino, se genera un estereotipo, en este caso de género, es decir se establecen “asociaciones ampliamente aceptadas de un determinado grupo social” (Fricker, 2017, p. 62). Estos estereotipos se alimentan de las prácticas sociales, aquellas que se han construido cultural e históricamente, y que en el caso de la mujer se han consolidado –entre otras cosas– a partir de aquello que se considera *femenino* y que sin extrañeza de por medio, tiene una mirada exclusivamente masculina (Lagarde y de los Ríos, 2012).

Dentro de la feminización emerge una subcategoría que se denomina feminidad normativa. La *feminidad normativa* (Mateos Sillero, 2013) es un modelo que se consolida para señalar qué significa ser mujer y cómo garantizar que esto se cumpla. Esta estructura de qué es ser mujer, cómo serlo y cómo mantenerlo se sostiene gracias a la interiorización que nosotras como mujeres hacemos de estos mandatos sociales y culturales que, valga decirlo, son construidas desde el patriarcado. Las mujeres entonces se mantienen como sumisas, calladas, obedientes y a su vez se reproduce este esquema en sus hijas e hijos, incentivando el rol que corresponde.

Otro componente que caracteriza a la feminidad normativa y que resulta muy importante en la forma de relacionamiento de las mujeres es el del amor romántico. En este, se valida que, como mujeres existimos permanentemente en función del otro, debemos satisfacer las necesidades de los demás –generalmente en relación con el

cuidado– renunciando a nosotras mismas. Esto se consolida socialmente cuando tanto hombres como otras mujeres transmitimos esos valores patriarcales.

Esta imposición acerca de lo que significa ser mujer –no mujeres, porque todas son iguales sin particularidades que reconocer–, naturaliza la negación de sí mismas, una naturalización que se extiende a asumir que su rol en la sociedad corresponde a los espacios privados de la familia (Valcárcel, 2001) en donde deben velar por el cuidado de los demás, donde solo bajo estas circunstancias es posible ser reconocida como mujer, con atributos femeninos, de buen comportamiento, como mujer “ejemplar”; aquella claro que ha renunciado a sus deseos, a su forma de ser, a sus particularidades, incluso a sus propias capacidades a menos de que sean reconocidas desde/por/ y para los hombres (Lagarde y de los Ríos, 2012).

En este marco de reconocimiento (Butler, 2010) las mujeres son constantemente oprimidas, subvaloradas, minimizadas y presas de densas desigualdades. Sin embargo, gracias a los movimientos feministas fue posible poner de presente estas situaciones y generar respuestas que evidencien las diferentes injusticias que se comenten –consciente e inconscientemente–. Así, surge la sororidad,

un tipo de solidaridad específica, la que se da entre las mujeres que por encima de sus diferencias y antagonismos se deciden por desterrar la misoginia y sumar esfuerzos, voluntades y capacidades, y pactan asociarse para potenciar su poderío y eliminar el patriarcalismo de sus vidas y del mundo (Lagarde y de los Ríos, 2012, p. 34).

De modo que se da lugar a un mecanismo de resistencia, para consolidar una fuerza comunitaria y enfrentar la vida misma.

3 METODOLOGÍA

La investigación narrativa es la metodología a partir de la cual desarrollo esta investigación. La investigación narrativa es uno de los elementos que surgió en medio del giro narrativo, este como una arista del paradigma hermenéutico, en el cual la voz de los sujetos es válida tanto para construir conocimientos como para entender directamente los fenómenos sociales a partir de quienes lo viven (Blanco, 2011).

La investigación narrativa representa un potencial para acceder a las experiencias –al caso específico– de las docentes de básica primaria. En España, diferentes académicos, liderados por Antonio Bolívar, han trabajado fuertemente este tipo de investigación, en una de sus publicaciones más importantes señalan que “una gran parte de temas educativos –de modo complementario o en exclusividad– pueden ser estudiados biográfico-narrativamente (...) como las condiciones materiales (contexto) del trabajo docente y, menos aún, la vida de los profesores y de alumnos y alumnas” (Bolívar; Domingo Segovia; Fernández Cruz, 2001, p. 148). Así, el relato de las participantes fue la vía privilegiada para analizar y develar la forma en la que tanto la feminización como la feminidad normativa afectan la configuración de la identidad profesional docente.

El trabajo se desarrolló *grosso modo* en tres etapas. La primera consistió en contactar a las participantes e indagar por la posibilidad de su participación en la investigación, posteriormente se organizó un cronograma de encuentros, durante estos encuentros se desarrollaron las preguntas diseñadas previamente de modo que la conversación –más que la entrevista– fuera desenvolviéndose lo más tranquilamente posible, bajo un ambiente de confianza sin que se perdiera la intención inicial del encuentro.

Luego de agotar el banco de preguntas –organizado por categorías– se construyó una línea de vida, en la cual cada participante narró su historia como docente de básica primaria, señalando los hitos que consideraba le habían permitido ser la docente que eran en el presente.

En la segunda etapa, se construyeron los relatos que posteriormente fueron retroalimentados por ellas mismas, haciendo las correcciones correspondientes tanto a las narraciones como a su respectivo análisis. La última etapa consistirá en la devolución de dichos análisis y la reunión de todas las participantes a fin de socializar las discusiones y conclusiones de la investigación.

4 RESULTADOS PARCIALES

Dentro de los resultados parciales se destacan aspectos como la construcción misma del relato, en donde el tiempo se ubica como una dinámica articuladora de

sentido. Ello cuando en los relatos las participantes, se especifican las dinámicas del horario laboral, el paso de los días, de los meses, los años, en sus experiencias, posibilitando la condensación de ese tiempo vivido en un tiempo narrado, que le da coherencia a la historia y a los acontecimientos. Asimismo, se reconocen elementos de la *identidad ídem* y de la *identidad ipse* cuando hay comportamientos que han permanecido a lo largo de su vida profesional y algunos han ido cambiando justamente en la interacción con los otros.

Como docentes, las participantes muestran que cumplen con las funciones asignadas socialmente desde el estereotipo de “ser buena mujer”, en ocasiones incluso se han excedido. Estos comportamientos están orientados –generalmente– al cuidado y se evidencia en el desarrollo tanto de las actividades del día a día como en las actividades extracurriculares: quedarse más allá de su jornada laboral, atender las necesidades de estudiantes en horario adicional, suspender citas médicas para evitar que los estudiantes pierdan clase, e incluso sacrificar tiempo con la familia en pro del desarrollo de actividades laborales. A lo largo de estas narrativas también es posible apreciar que las decisiones que toman las participantes han venido reforzando esa imagen de la mujer cuidadora y hacen de esa trama su propia identidad, construyéndose a sí mismas pensando en el otro. Esta mirada se articula en torno a la concepción de que las mujeres estamos vinculadas a la maternidad –con independencia de si lo somos o no–, junto con la abnegación y el cumplimiento, en ocasiones inconsciente, de mandatos de género legitimados socialmente, y que se expresan en frases como: “*si no los atiendo y cuido yo, ¿quién lo va a hacer?*”.¹²

Asimismo, la sororidad se evidencia como una práctica de empatía y acompañamiento exento de juicios, que puede darse incluso entre mujeres sin vínculos previos. A partir de la sororidad es posible como mujeres apreciar a la otra como semejante, valorando y validando las diferencias de cada una. Sin embargo, la sororidad no es suficiente, reconocer la feminidad normativa enraizada en nuestra forma de ser es difícil, aunque algunos puntos de reflexión –producto del horizonte de sentido (Ricoeur,

¹² Comentario de una participante en el relato sobre su rutina diaria.

2004)– generados a partir de los textos contruidos de las narraciones de las participantes, dieron pistas para llevar a cabo tal reconocimiento. Parte de estas reflexiones nos permiten coincidir en que hemos crecido bajo una estructura que nos lleva a comportarnos de manera socialmente admitida. En esta misma línea se evidencian prejuicios en relación con la presencia de hombres como docentes de educación primaria, asumir comportamientos que están “bien vistos” siendo docentes y lo difícil que es trabajar con otras mujeres docentes cuando existe de fondo una envidia infundada.

Cada reflexión abre un camino de análisis complejo, de modo que para terminar me inclinaré por una constante: el cuidado como papel central en el ser docente. Aquí se aprecia que el cuidado es un criterio bastante frecuente para determinar si se es o no “buena docente”. Resulta entonces importante retomar una categórica afirmación del pedagogo Paulo Freire (2010) expuesta en *Cartas a quien pretende enseñar*, donde con fuerza manifestó: “Maestras sí, tías no” (p. 13). Esta expresión se sobre entiende en Brasil, pero requiere ser explicada para quien no comprenda el contexto: *Tía* es una manera afectiva de llamar a las docentes de básica primaria y a las docentes en general, podríamos decir es una normatividad femenina en la que se ubica a las “buenas docentes”. De tal expresión Freire señala que caemos en una trampa, en tanto ser llamadas tías implica que dicha docente sea entendida como un familiar postizo, uno que se dedica exclusivamente al cuidado, que no lucha por sus derechos y que de base rechaza a la mujer como profesional de la educación. Una trampa en la que la feminización nos ha sumergido y en la que nos encontramos aún. Para salir de ella debemos ser conscientes de cómo opera y de cómo incluso nosotras mismas la fortalecemos.

REFERÊNCIAS

BLANCO, Mercedes. Investigación narrativa: una forma de generación de conocimientos. **Argumentos**, v. 24, n. 67, p. 135–156, 2011.

BOLÍVAR, Antonio; DOMINGO SEGOVIA, Jesús; FERNÁNDEZ CRUZ, Manuel. **La investigación biográfico-narrativa en educación. Enfoque y metodología**. [S.l.]: La Muralla., 2001.

BOLÍVAR, Antonio; FERNÁNDEZ, Manuel; MOLINA, Enriqueta. Investigar la identidad profesional del profesorado: Una triangulación secuencial. In: 2005. Disponível em:

<https://www.researchgate.net/publication/284258066_Investigando_la_identidad_profesional_del_profesorado_Una_triangulacion_secuencial_FQSForum>. Acesso em: 29 abr. 2024

BUTLER, Judith. **Marcos de guerra. Las vidas lloradas**. [S.l.]: Paidós, 2010.

FONDO DE LAS NACIONES UNIDAS PARA LOS NIÑOS; COMISIÓN ECONÓMICA PARA AMÉRICA LATINA Y EL CARIBE. **La encrucijada de la educación en América Latina y el Caribe. Informe regional de monitoreo ODS4-Educación 2030**. [S.l.: S.n.].

FREIRE, Paulo. **Cartas a quien pretende enseñar**. [S.l.]: Siglo XXI, 2010.

FRICKER, Miranda. **Injusticia epistémica. El poder y la ética del conocimiento**. [S.l.]: Herder, 2017.

LAGARDE Y DE LOS RÍOS, Marcela. **El feminismo en mi vida: hitos, claves y utopías**. [S.l.]: Instituto de las Mujeres del Distrito Federal, 2012.

MATEOS SILLERO, Sara. Construcción de la feminidad normativa y sujeto político. **Investigaciones feministas**, v. 4, p. 297–321, 2013.

PÉREZ BUSTOS, Tania. **Feminización y pedagogías feministas. Museos interactivos, ferias de ciencia y comunidades de software libre en el sur global**. [S.l.]: Editorial Pontificia Universidad Javeriana, 2015.

RICŒUR, Paul. **Tiempo y narración I; configuración del tiempo en el relato histórico**. [S.l.]: Siglo XXI, 2004. v. 1

RICŒUR, Paul. **Escritos y conferencias 3: antropología filosófica**. [S.l.]: Siglo XXI, 2016.

RICŒUR, Paul. **Tiempo y narración III. Experiencia del tiempo en la narración**. [S.l.]: Siglo XXI, 2019.

TARDIF, Maurice. El oficio docente en la actualidad. Perspectivas internacionales y desafíos a futuro. *In: Políticas docentes: formación, trabajo y desarrollo profesional*. Buenos Aires: [S.n.], p. 19-44.

VAILLANT, Denise. La identidad docente. La importancia del profesorado. **Revista Investigaciones en Educación**, v. VIII, n. 15, p. 1-15, 7 set. 2008.

VALCÁRCEL, Amelia. **La memoria colectiva y los retos del feminismo**. [S.l.]: Naciones Unidas, CEPAL, Unidad Mujer y Desarrollo, 2001.

O IMPACTO DA REDE SOCIAL NA FORMAÇÃO ESCRITA DOS ADOLESCENTES

Guilherme Franklin Da Silva Andrade
Licenciando em Letras
Universidade de Pernambuco – UPE

Mariana Gomes Souza
Licencianda em Letras
Universidade de Pernambuco – UPE

Maria Vitória Santos Barbosa
Licencianda em Letras
Universidade de Pernambuco – UPE

RESUMO: Este artigo analisa o impacto das redes sociais na formação escrita dos adolescentes, considerando que o ambiente virtual influencia diretamente a forma como os jovens se comunicam. Plataformas como Instagram, TikTok e WhatsApp promovem o uso de abreviações, gírias e a ausência de pontuação, afetando a escrita formal. E como ocorre o processamento textual no ambiente virtual.

Palavras-chave: Internetês. Impacto. Adolescentes. Digital. Mídias.

ABSTRACT: This article analyzes the impact of social media on the writing development of adolescents, considering that the virtual environment directly influences the way young people communicate. Platforms such as Instagram, TikTok, and WhatsApp promote the use of abbreviations, slang, and the absence of punctuation, affecting formal writing. It also examines how textual processing occurs in the virtual environment.

Keywords: Internetese. Impact. Teenagers. Media. Technology.

1 INTRODUÇÃO

Esse artigo é para analisar o impacto das redes sociais na formação escrita dos adolescentes. De acordo com o Ministério da Saúde, um adolescente é um indivíduo entre 10 e 19 anos de idade. Essa faixa etária é definida seguindo as diretrizes da Organização

Mundial da Saúde (OMS), que também estabelece a adolescência como um período entre 10 e 19 anos. Nessa fase, é constante a interação no ambiente virtual, onde os adolescentes utilizam como forma de socialização. Buscaremos analisar como o processamento textual refere-se à capacidade de compreender, interpretar e produzir textos de forma coerente e coesa. Envolve habilidades como o processamento de informações e organização de ideias, uso adequado da gramática e vocabulário, bem como a habilidade de relacionar informações e construir sentido. No contexto das redes sociais, é no ambiente virtual que o processamento textual dos adolescentes acontece, sendo eles o emissor da mensagem, e quem recebe a mensagem, o receptor, podendo ser influenciado pelo uso constante de mensagens curtas, abreviações e linguagem coloquial, o que pode impactar tanto a leitura quanto a escrita formal, com a utilização das gírias, a exclusão de algumas letras para deixar o texto mais sucinto e a digitação mais rápida. Nos últimos anos, com o avanço das tecnologias, as redes sociais vêm sendo uma das principais formas de comunicação entre os adolescentes. Temos como exemplos as mídias digitais como Instagram, TikTok, WhatsApp e Twitter, e os fóruns online. Os espaços digitais oferecem aos jovens uma variedade de conteúdos, interações e possibilidades de diálogos. Elas permitem acesso a informações, aprendizado, entretenimento e conexões sociais, modificando as formas de interação, pois, no ambiente virtual, a comunicação é curta e, muitas vezes, informal. O contato frequente com esse estilo de escrita das redes sociais impacta diretamente na escrita dos adolescentes e também na mensagem que será repassada para o receptor. Os adolescentes utilizam a linguagem da tecnologia (Internetês), diminuindo assim as palavras ou então escrevendo de uma maneira diferente, modificando as formas de interação escrita dos adolescentes ao longo do tempo. Como exemplos, temos as palavras “ss” (sim), “ñ” (não), “pq” (porque), “tmb” (também), “mn” (mano), “sdds” (saudades), “plmdds” (pelo amor de Deus), entre outras palavras que os adolescentes utilizam. Eles utilizam essa escrita para se comunicar rapidamente, priorizando a velocidade e a informalidade, sem se preocupar com acentuação ou o uso correto da gramática. Internetês: o internetês é a linguagem utilizada no meio virtual, mais precisamente nas salas de bate-papo como Orkut, Messenger, blogs e outros. Como foi se tornando uma

prática na vida de todos, adolescentes que utilizam esses serviços passaram a abreviar as palavras, de forma que estas tornaram-se uma configuração padronizada. Iremos realizar uma análise para compreender e entender como as plataformas digitais têm impactado e influenciado as formas como os adolescentes e outros usuários escrevem, levando-os a adotar novos modos de comunicação, e como o processamento textual vem de encontro às linguagens utilizadas no ambiente virtual, havendo várias variações de como utilizamos a linguagem no ambiente virtual, e como essa linguagem pode sofrer alterações e, futuramente, o que isso pode ocasionar nos nossos modos de comunicação. Além disso, é importante considerar como esse fenômeno pode influenciar a educação formal, exigindo dos educadores novas estratégias para lidar com os desafios da escrita contemporânea e promover o desenvolvimento de competências linguísticas que dialoguem com a realidade digital dos jovens. Essa mudança exige atenção dos profissionais da educação, dos pesquisadores da linguagem e da sociedade como um todo, pois o modo como escrevemos reflete diretamente o modo como pensamos, nos expressamos e nos relacionamos com o mundo.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 A ESCRITA DOS ADOLESCENTES NO AMBIENTE VIRTUAL

Em virtude disso, é essencial percebemos as variações da escrita no ambiente virtual. Para compreendermos, as mudanças ocorrem devido ao uso da língua nas plataformas digitais das redes sociais e, no surgimento de novas abreviações, podemos observar como o processamento textual se mostra amplamente importante, pois quem possui conhecimento das linguagens utilizadas nas redes sociais ativa três tipos de conhecimento.

É importante admitir que a escrita virtual, esse novo dialeto também conhecido como 'internetês', conta com a criatividade de seus usuários, prova disso são os inúmeros conjuntos de caracteres que expressam os mais variados sentimentos e expressões através da escrita. Em um texto virtual, já é frequente o uso da linguagem abreviada, formas reduzidas, simplificadas, pontuação irregular, ausência de acentuação, alongamento de vogais e consoantes, uso de emoticons (Araujo, 2007, p. 38).

O conhecimento Linguístico é a compreensão das normas gramaticais, sintáticas e lexicais. Envolver entender o significado das palavras e a estrutura das frases, inclusive no ambiente da internet, percebendo as mudanças que ocorrem no mundo digital, já o conhecimento Enciclopédico é o conjunto de conhecimentos gerais que ajuda a contextualizar e compreender as coisas, tanto faladas quanto também escritas, passa por constantes processos de manutenção e renovação. É, pois, o falante, o indivíduo que a utiliza, concretizando-a por meio da fala ou da escrita e adequando seu uso, sendo ele a peça-chave que mantém a língua viva.” (LOPES, 2015, p. 43).

2.2 ABREVIÇÕES NAS REDES SOCIAIS

Além disso, esses processos são influenciados pelas interações sociais, pelos avanços tecnológicos e pelas mudanças culturais, que moldam e enriquecem continuamente o repertório linguístico de uma comunidade. Essas constantes modificações muitas vezes não levam em conta o uso correto da gramática normativa e, muitas vezes, acabam excluindo letras ou consoantes e colocando a palavra com um novo fonema. Marcushi (2005, p. 10) diz: “é bem provável que futuramente os problemas mais sérios surgidos nos contextos da Internet estejam ligados a essa nova gramática de interação e compreensão.” Cada vez vem reduzindo a forma de escrever uma palavra; com as abreviações e gírias que vêm acontecendo, vai surgindo uma nova gramática, dificultando a compreensão de pessoas. Como, por exemplo, as pessoas que não têm um letramento digital; isso futuramente pode impactar a formação escrita dos adolescentes, facilitando que a mensagem chegue no receptor e ele não possua o conhecimento adequado para entender qual sentido aquela frase ou palavra abreviada poderia transmitir.

Podemos observar e compreender que as telas nos revelam processos particulares e distintos do papel, onde, na Internet, o jovem não precisará exercitar seu conhecimento enciclopédico, pois à sua disposição existirão várias plataformas digitais, que isso rapidamente, diferente do papel. Na tela, existe também a presença dos emojis, o que reduz ainda mais a capacidade de escrita do adolescente.

A chegada do computador e da Internet mexeu com as noções de tempo e espaço de tal forma que acarretou transformações nos suportes de leitura e na escrita, tanto nos textos impressos quanto nos textos digitais (hipertextos). Nesse sentido, a tela se revela um lugar de leitura e escrita que envolve processos particulares e maneiras de ler e escrever distintas do papel" (GARCIA, 2016, p. 11).

Embora essa afirmação proponha que a linguagem utilizada nas redes sociais facilita o entendimento, ela, ao mesmo tempo, exclui o receptor que não possui o conhecimento prévio a respeito da escrita utilizada pelos adolescentes nos ambientes virtuais, podendo gerar ambiguidades ou a exclusão digital. Assim, futuramente, o adolescente não conseguirá desenvolver a habilidade da escrita gramatical correta.

Segundo Neves (2017), "são a linguagem usada nas redes sociais, visando facilitar o entendimento e a rapidez da conversa. Se ele é ou não um gênero textual, não é uma preocupação presente nos diálogos travados nas salas de bate-papo, no Facebook, no Skype ou em quaisquer outras redes sociais".

2.3 LINGUAGEM INTERNETÊS

Na linguagem utilizada no meio virtual, o processo de se produzir acontece de maneira informal e, levando em consideração que nem todas as pessoas possuem o letramento digital, o emissor não terá a certeza de que o receptor conseguirá decodificar sua mensagem, possibilitando, assim, uma confusão: não há produção de sentido, a comunicação falha e não se tem um texto, mas sim um conjunto de palavras desconexas e abreviadas. "O princípio fundamental da linguagem é o uso, portanto, escrever bem não é ser capaz de adequar-se às regras gramaticais, mas sim produzir efeitos eficazes de sentido numa dada situação comunicativa", afirma Dets., Souza (2012, p. 164).

Quando afetada, ela poderá sofrer o empobrecimento do vocabulário, o empobrecimento da linguagem promovidos por essas plataformas. Ao invés de democratizar o saber, as redes sociais podem fomentar bolhas de informação, onde o usuário busca apenas conteúdos que reforcem suas crenças, e simplificar a linguagem, tornando o debate social mais superficial e polarizado.

A linguagem tem um papel fundamental nessas mudanças contemporâneas, que são, antes de tudo, transformações de comunicação e de construção de

sentidos. A linguagem é essencial na determinação de mudanças na vida e nas experiências que fazemos. Ao mesmo tempo, ela é afetada e transformada por essas mudanças, (Barton; Lee, 2015, p. 13).

Assim sendo, é essencial observarmos essa modificação e o que poderá acontecer a longo prazo, como isso poderá afetar o adolescente no futuro e que mudanças positivas o “internetês” poderão trazer para a sociedade em geral.

Um conjunto de pânico morais acompanha a discussão das novas mídias, incluindo preocupações com ‘os jovens’. Esses tecnopânico giram em torno da incerteza e dos receios diante da novidade e da mudança constantes, junto aos temores com a decadência dos padrões de linguagem e letramento, explica Barton e Lee (2015, p.19).

Percebesse que, para o adolescente, navegar nas mídias digitais não tem que ser algo banal. Portanto, estar no ambiente virtual requer do usuário a capacidade de identificar e interpretar os elementos e textos que permitam que ele tenha a capacidade de interpretação e leitura, e tenha domínio da escrita, para que a mensagem chegue ao receptor da maneira mais proveitosa. Há um sujeito social, histórica e ideologicamente situado, que se constitui na interação com o outro. Eu sou na medida em que interajo com o outro. É o outro que dá a medida do que sou. A identidade se constrói nessa relação dinâmica com a alteridade (Brandão, 2001, p. 12). Levando isso em consideração, a linguagem dos adolescentes, às vezes de maneira monossilábica, limita o seu conhecimento interacional, pois a maneira que ele irá dialogar com o próximo será com gírias e abreviações informais. “A navegação efetiva nos ambientes virtuais requer que os usuários saibam onde estão, aonde precisam ir, como chegar lá e quando eles chegaram” (LAWLESS; SCHRADER, 2008, p. 269, *apud* COSCARELLI, 2016, p. 65).

2.4 O IMPACTO NA ESCRITA

Essa linguagem, embora funcional para a comunicação rápida e informal, tem gerado preocupações quanto ao impacto na escrita formal. Como os usuários, especialmente os mais jovens, têm contato frequente com esse tipo de linguagem, acabam se acostumando com estruturas simplificadas e não normativas, o que pode comprometer a capacidade de leitura crítica e a produção textual adequada em contextos

formais. A substituição de regras gramaticais por abreviações e a preferência por frases curtas e fragmentadas podem dificultar a construção de textos coesos e coerentes, além de empobrecer o vocabulário. Assim, torna-se essencial promover o ensino da norma culta e incentivar práticas de leitura e escrita que valorizem a linguagem formal, garantindo que os indivíduos saibam adaptar sua comunicação conforme o contexto exigido.

Por meio da rede mundial de computadores, é possível o contato com diferentes tipos de textos, como artigos acadêmicos, salas de bate-papo, correio eletrônico, blogs, fóruns, entre outros. Nesse ambiente digital, é comum o uso de abreviações, emojis, gírias e termos próprios, formando uma linguagem alternativa conhecida por alguns autores como Internetês (BISOGNIN, 2009; BEZERRA, 2010).

3 METODOLOGIA

A pesquisa será qualitativa, com um questionário com 6 questões aplicadas a adolescentes 15 a 18 em Petrolina-PE. A análise será dialético-descritiva.

4 ANÁLISE DE DADOS

A pesquisa foi desenvolvida na cidade de Petrolina, Pernambuco, e realizada na Escola Estadual Antônio Padilha, situada no bairro José e Maria. O estudo contou com a participação de 29 estudantes com a faixa etária de 16 a 18 anos, regularmente matriculados no ensino médio. Sendo 17 meninas e 12 meninos, que se dispuseram a colaborar com a investigação. O objetivo central foi compreender o impacto das redes sociais na escrita cotidiana desses jovens, considerando como o uso frequente dessas plataformas influencia sua forma de se comunicar e produzir textos.

Para alcançar esse objetivo, os alunos responderam a um questionário composto por seis perguntas, elaborado para explorar hábitos de escrita em diferentes contextos. As questões buscaram identificar se os estudantes percebem mudanças em sua escrita decorrentes do uso das redes sociais, como abreviações, uso de emojis, simplificação de frases ou até mesmo a incorporação de novas expressões. Além disso, o instrumento

permitiu observar se eles conseguem diferenciar os registros linguísticos adequados para cada situação.

5 DISCUSSÃO DE DADOS

Os dados coletados por meio do questionário foram analisados de acordo com as seis questões propostas. Na primeira pergunta, investigou-se quais palavras os participantes mais costumam abreviar quando conversam na internet (por exemplo: vc, blz, pq). Observou-se que 99% dos informantes utilizam abreviações, sendo as mais frequentes: vc (você), pq (por quê), oq (o que) e obgd (obrigado). Apenas 1% afirmou não utilizar abreviações. Esse resultado está alinhado ao que afirma Araujo (2007), que destaca:

É importante admitir que a escrita virtual, esse novo dialeto também conhecido como 'internetês', conta com a criatividade de seus usuários. Em um texto virtual, já é frequente o uso da linguagem abreviada, formas reduzidas, simplificadas, pontuação irregular, ausência de acentuação, alongamento de vogais e consoantes, além de emoticons.

Na segunda pergunta, questionou-se se os informantes já haviam abreviado uma palavra em um contexto formal, como em atividades, redações ou e-mails. Cinco participantes responderam que sim, enquanto vinte e quatro afirmaram que não. Esse dado dialoga com Neves (2017), que afirma: "A linguagem usada nas redes sociais visa facilitar o entendimento e a rapidez da conversa. Se ela é ou não um gênero textual, não é uma preocupação presente nos diálogos travados em salas de bate-papo ou outras redes sociais".

Mostrando assim a necessidade de se entender melhor as linguagens utilizadas em contextos formais.

Na terceira questão, perguntou-se se os participantes acreditam que as abreviações e gírias da internet atrapalham ou ajudam na comunicação. Os resultados indicaram que dezoito informantes consideram que não atrapalham, enquanto onze acreditam que elas podem prejudicar a comunicação em determinadas situações. Como corrobora com essa citação de Brandão: "Há um sujeito social, histórica e ideologicamente situado, que se constitui na interação com o outro. Eu sou na medida

em que interajo com o outro. É o outro que dá a medida do que sou. A identidade se constrói nessa relação dinâmica com a alteridade" (Brandão, 2001, p. 12).

Na quarta pergunta, investigou-se qual gíria da internet os participantes mais utilizam e qual o seu significado. As gírias mais citadas foram: mds (meu Deus), blz (beleza), pq (por quê) e pds (pode ser). Esses resultados corroboram Barton e Lee (2015), que afirmam: "A linguagem tem um papel fundamental nas mudanças contemporâneas, que são, antes de tudo, transformações de comunicação e de construção de sentidos. Ao mesmo tempo, ela é afetada e transformada por essas mudanças."

Na quinta questão, perguntou-se se os informantes consideram que as abreviações podem atrapalhar o desempenho na escrita formal. Dezoito participantes responderam que sim, enquanto quatro afirmaram que não percebem prejuízo. Por fim, na sexta questão, solicitou-se que os informantes indicassem a abreviação mais criativa que já haviam visto alguém utilizar. Entre as respostas, destacaram-se pprrt (papo reto) e FDS (final de semana). Quatro informantes afirmaram não conhecer nenhuma abreviação considerada criativa.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os dados revelam que o uso de abreviações e gírias é uma prática consolidada entre os jovens, funcionando como uma forma de comunicação rápida, dinâmica e alinhada ao ritmo das interações digitais. Essa tendência reflete não apenas a busca por agilidade, mas também a construção de uma identidade coletiva, em que a linguagem se adapta às necessidades de pertencimento e de expressão em ambientes virtuais. No entanto, observa-se uma percepção significativa de que esse hábito pode comprometer o desempenho em contextos formais, como na escrita acadêmica ou profissional. A dificuldade em transitar entre registros linguísticos distintos evidencia um desafio contemporâneo: equilibrar a fluidez da comunicação digital com a exigência de clareza, precisão e formalidade em situações institucionais. Conclui-se, portanto, que, embora as abreviações sejam parte integrante da linguagem digital, é essencial que os usuários desenvolvam consciência crítica sobre os espaços de uso, evitando que a informalidade da escrita virtual prejudique a qualidade textual em contextos que demandam rigor.

Outro ponto relevante é que esta pesquisa não contemplou pessoas com transtorno do espectro autista (TEA), o que abre margem para futuras investigações mais inclusivas. Além disso, alguns alunos relataram que, devido ao hábito de abreviar, acabam esquecendo a forma completa das palavras, o que sugere um impacto direto na memória lexical e na competência linguística. Esse fenômeno se intensifica à medida que as redes sociais ganham influência, levando muitos jovens a considerar a leitura e a escrita atividades demoradas e pouco atrativas, em comparação com conteúdo rápidos e de fácil consumo.

Diante desse cenário, torna-se evidente a necessidade de ampliar os estudos sobre o impacto das redes sociais na formação escrita dos adolescentes, explorando não apenas os efeitos sobre a ortografia e a gramática, mas também sobre a capacidade de argumentação, interpretação e produção textual. Investigações futuras podem contribuir para compreender como a cultura digital molda práticas de linguagem e quais estratégias pedagógicas podem ser implementadas para fortalecer a competência comunicativa dos jovens em diferentes esferas da vida social.

REFERÊNCIAS

BISOGNIN, T. R. Sem medo do internetês. Porto Alegre: Age, 2009.

Costa, M. (2018). A influência da linguagem das redes sociais no ensino de Língua Portuguesa. Universidade Federal da Paraíba. Recuperado de <https://www.ccta.ufpb.br/editoraccta/contents/titulos/letras-1/a-influencia-dalinguagem-das-redes-sociais-no-ensino-de-lingua-portuguesa/lv-escrita-sec21-1.pdf>

<https://revistaft.com.br/a-influencia-das-redes-sociais-na-escrita-de-adolescentes/>

Universidade Federal da Paraíba. (n.d.). A influência da linguagem das redes sociais no ensino de Língua Portuguesa. Recuperado de <https://www.ccta.ufpb.br/editoraccta/contents/titulos/letras-1/a-influencia-dalinguagem-das-redes-sociais-no-ensino-de-lingua-portuguesa/lv-escrita-sec21-1.pdf>

PARA ALÉM DA SALA DE AULA: O IMPACTO TRANSFORMADOR DO TRIPÉ PESQUISA, ENSINO E EXTENSÃO

Carlos Eduardo de Melo Pereira da Veiga
Docente e Mestrando em Estudos da Linguagem
Faculdade de Igarassu – UNIFACIG

Renato Augusto Guerra de Queiroz
Docente e Mestre em Educação
Faculdade de Igarassu – UNIFACIG

Rosália de Barros Nascimento Medeiros
Docente e Doutora em Produção Animal
Faculdade de Igarassu – UNIFACIG

RESUMO: **Introdução:** O presente trabalho discute a relevância do tripé ensino, pesquisa e extensão como elemento transformador da formação acadêmica e social no ensino superior. Compreendendo que a universidade deve transcender os limites da sala de aula, busca-se analisar como a integração entre esses três pilares potencializa o desenvolvimento crítico, científico e cidadão dos discentes. **Objetivo:** Refletir sobre a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão e suas implicações na formação integral discente. **Fundamentação Teórica:** Fundamenta-se em autores clássicos e contemporâneos, como Freire (1996), que compreende a educação como prática de liberdade, e Morosini e Franco (2021), que destacam a importância da curricularização da extensão como estratégia de democratização do conhecimento e fortalecimento do vínculo social. **Metodologia:** De natureza bibliográfica com base na literatura existente sobre o tema. **Resultados:** Apontam que a articulação entre as três dimensões amplia as experiências formativas, consolida saberes promovendo a aproximação entre universidade e comunidade, reafirmando o compromisso ético e social do ensino superior.

Palavras-chave: Ensino. Pesquisa. Extensão. Formação integral. Transformação social.

ABSTRACT: Introduction: This paper discusses the relevance of the teaching, research, and extension triad as a transformative element of academic and social education in

higher education. Understanding that the university must transcend the limits of the classroom, we seek to analyze how the integration of these three pillars enhances the critical, scientific, and civic development of students. **Objective:** To reflect on the inseparability of teaching, research, and extension and their implications for the comprehensive education of students. **Theoretical basis:** It is based on classical and contemporary authors, such as Freire (1996), who understands education as a practice of freedom, and Morosini and Franco (2021), who highlight the importance of curricularizing extension as a strategy for democratizing knowledge and strengthening social bonds. **Methodology:** Bibliographic in nature, based on existing literature on the subject. **Results:** They point out that the articulation between the three dimensions broadens formative experiences, consolidates knowledge, promoting closer ties between the university and the community, reaffirming the ethical and social commitment of higher education.

Keywords: Teaching. Research. Extension. Comprehensive education. Social transformation.

1 INTRODUÇÃO

A universidade assume, historicamente, um papel central na produção, sistematização e socialização do conhecimento. No contexto contemporâneo, marcado por intensas transformações sociotécnicas, crises socioeconômicas e novas demandas emergentes, a missão das instituições de ensino superior torna-se ainda mais complexa. A formação universitária não pode restringir-se à transmissão unidirecional de conteúdos; pelo contrário, deve constituir-se como um processo dinâmico, crítico e dialógico, capaz de articular saberes científicos, experiências sociais e práticas cidadãs. É nesse cenário que se evidencia a importância do tripé ensino, pesquisa e extensão, concebido como elemento estruturante da educação superior brasileira.

A compreensão da indissociabilidade entre esses três pilares é essencial para que a formação acadêmica ultrapasse os limites físicos e simbólicos da sala de aula. O ensino, embora fundamental, apresenta-se insuficiente se desvinculado da pesquisa, que problematiza e recria o conhecimento, e da extensão, que possibilita seu diálogo e impacto na sociedade. Assim, o tripé universitário orienta a construção de uma formação

integral, que articula teoria e prática, reflexão e ação, conhecimento científico e compromisso ético.

A literatura destaca que o ensino superior deve promover uma experiência formativa voltada não apenas ao desenvolvimento de competências técnicas, mas também à construção do pensamento crítico, da autonomia intelectual e da capacidade de intervir de maneira transformadora na realidade. Freire (1996) enfatiza que a educação é prática da liberdade, ao passo que Morosini e Franco (2021) defendem que a curricularização da extensão fortalece o vínculo entre universidade e sociedade. Demo (2011), por sua vez, destaca que educar pela pesquisa constitui caminho essencial para a formação de sujeitos críticos e criativos. Esses autores, entre outros, demonstram que o tripé universitário não deve ser compreendido como mera diretriz institucional, mas como fundamento epistemológico, político e pedagógico.

Nesse contexto, torna-se imprescindível compreender que a educação superior brasileira, ao assumir o tripé como base estruturante, reafirma seu compromisso com a formação de profissionais capazes de atuar de maneira crítica, ética e socialmente situada. A associação entre ensino, pesquisa e extensão não configura apenas uma diretriz normativa; ela revela uma perspectiva epistemológica que entende o conhecimento como construção contínua, situada e dialógica. Assim, a universidade deixa de ser um espaço de mera transmissão de conteúdos e passa a se constituir como ambiente de produção de saberes em permanente interlocução com as demandas contemporâneas, especialmente nas áreas que exigem respostas inovadoras, como a educação básica.

Paralelamente, o avanço das tecnologias digitais, o crescimento das desigualdades sociais e a complexificação das relações humanas no século XXI têm exigido da universidade a reformulação de seus processos formativos, a fim de responder às novas exigências da sociedade do conhecimento. Nesse sentido, a integração do tripé se apresenta como um poderoso instrumento para promover aprendizagens significativas, que articulam teoria e prática, ciência e cotidiano, saber acadêmico e saber comunitário. A formação docente, por exemplo, tem se beneficiado de experiências extensionistas que permitem aos futuros professores vivenciar problemas reais da escola

básica, desenvolver projetos de intervenção e aprimorar sua compreensão sobre o papel social da educação.

Além disso, pesquisadores como Morin (2020) e Santos (2021) têm insistido na necessidade de uma universidade que trabalhe de forma transdisciplinar e socialmente comprometida, rompendo com modelos fragmentados que historicamente separaram o saber acadêmico da realidade concreta. Essa perspectiva encontra consonância com o movimento da curricularização da extensão, que reforça a indissociabilidade do tripé e reposiciona a extensão como dimensão vital para a formação de sujeitos críticos e comprometidos com a transformação social. Dessa forma, a universidade passa a assumir um papel mais ativo no enfrentamento das desigualdades, no fortalecimento da democracia e na construção de práticas educativas emancipadoras.

Do mesmo modo, ao promover a articulação efetiva entre ensino, pesquisa e extensão, a universidade amplia sua capacidade de dialogar com os territórios, de construir soluções colaborativas e de potencializar a autonomia intelectual dos estudantes. Esse processo se torna ainda mais relevante em tempos de aceleradas mudanças tecnológicas, que demandam competências investigativas, capacidade de análise crítica e postura ético-reflexiva. Assim, os projetos integrados ao tripé tornam-se espaços privilegiados para que os estudantes aprendam a pesquisar, intervir, analisar e propor, em sintonia com as discussões contemporâneas sobre inovação, inclusão e justiça social.

Diante disso, este artigo busca analisar o impacto transformador do tripé ensino, pesquisa e extensão na formação universitária, discutindo seus fundamentos teóricos, seus desafios e sua relevância para uma prática educativa voltada à emancipação humana. O estudo nasce da necessidade de compreender, a partir da literatura existente, como a indissociabilidade entre essas dimensões pode contribuir para a construção de uma universidade mais democrática, inclusiva e socialmente comprometida. Apresentando-se como uma contribuição para o debate acerca da função social da universidade e da centralidade do tripé ensino-pesquisa-extensão para a consolidação de práticas formativas mais integrais, contextualizadas e transformadoras. Ao analisar a literatura especializada e reunir reflexões teóricas atualizadas, busca-se evidenciar que a

integração das três dimensões não constitui apenas um princípio organizacional, mas um caminho necessário para a construção de uma educação superior comprometida com a produção de conhecimento e com a transformação da realidade em que está inserida.

2 METODOLOGIA

A pesquisa desenvolvida é de natureza bibliográfica, fundamentada na análise de obras e produções científicas que discutem a função social da universidade e a articulação entre ensino, pesquisa e extensão. A metodologia bibliográfica, conforme Severino (2018), permite a sistematização do conhecimento existente a partir da seleção, leitura, interpretação e comparação de textos acadêmicos, de modo a construir uma reflexão crítica baseada em referenciais teóricos consolidados.

Foram consultados livros, artigos e documentos institucionais que tratam da formação universitária, da pesquisa como princípio educativo, da extensão como prática social e do papel da universidade na sociedade contemporânea. Entre os autores selecionados, destacam-se Freire (1996), Morosini e Franco (2021), Demo (2011), Severino (2018), Santos (2021) e Morin (2020), pois suas contribuições oferecem bases teóricas consistentes para compreender a indissociabilidade do tripé e suas implicações na formação humana e acadêmica.

A análise foi conduzida por meio de leitura crítica, com foco na identificação de convergências teóricas relacionadas à função emancipatória da universidade e à necessidade de integração entre ensino, pesquisa e extensão. A pesquisa bibliográfica também permitiu reconhecer desafios, lacunas e perspectivas apresentadas pela literatura, compondo assim uma visão abrangente e fundamentada do tema.

3 REFERENCIAL TEÓRICO

A universidade, desde sua origem, tem como missão a formação intelectual, cultural e científica da sociedade. Entretanto, no mundo contemporâneo, essa missão se amplia e se complexifica. Severino (2018) afirma que a universidade deve contribuir para a emancipação humana, produzindo e socializando conhecimentos que promovam a

transformação social. Nesse sentido, a formação universitária precisa estar articulada com as demandas reais da sociedade, ultrapassando os limites acadêmicos e inserindo-se no contexto social, político e cultural.

A indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, embora estabelecida legalmente pela Constituição de 1988 e reafirmada pela LDB (BRASIL, 1996), tem se consolidado ao longo das últimas décadas como fundamento epistemológico para uma educação superior comprometida com a formação integral e com a transformação social. Nesse sentido, Boaventura de Sousa Santos (2021) enfatiza que a universidade do século XXI deve atuar como instituição crítica, capaz de produzir saberes que se relacionem com as necessidades concretas da população. Para o autor, não há projeto universitário verdadeiramente democrático sem uma articulação que una produção científica, práticas formativas e ações voltadas ao bem comum.

Em consonância com essa perspectiva, Morin (2020) defende que a complexidade do mundo contemporâneo exige uma abordagem educacional que supere a fragmentação do conhecimento. Para o autor, a pesquisa constitui um movimento permanente de problematização da realidade, enquanto o ensino deve fomentar a curiosidade intelectual e a capacidade de compreender as relações entre os fenômenos. Já a extensão se mostra como espaço em que o conhecimento se reinventa a partir do diálogo com diferentes formas de saber. Assim, o tripé se torna uma estratégia para promover a transdisciplinaridade e ampliar a relevância social da universidade.

A extensão universitária, particularmente, tem sido revalorizada nos debates acadêmicos. Morosini e Franco (2021) afirmam que a curricularização da extensão representa um avanço significativo na democratização do acesso ao conhecimento, pois permite que estudantes e comunidades construam práticas colaborativas que articulam vivências, pesquisa aplicada e formação cidadã. Essa integração ressignifica a função da universidade ao romper com a lógica de isolamento tradicional e ao incentivar práticas pedagógicas centradas na resolução de problemas reais, ampliando a autonomia intelectual dos estudantes.

Outra contribuição essencial vem de Freire (1996), cuja pedagogia crítica fundamenta grande parte das discussões contemporâneas sobre extensão universitária.

Para o autor, a educação deve ser dialógica e problematizadora, de modo que ensinar requer aprender com o outro em interação permanente. Essa visão dialoga diretamente com a perspectiva da extensão como via de mão dupla, em que universidade e sociedade constroem conhecimento conjuntamente. Assim, a extensão se apresenta não apenas como ação formativa, mas como prática emancipatória capaz de fortalecer a consciência crítica e o compromisso social dos sujeitos. Freire destaca que ensinar é uma prática dialógica que necessita do engajamento ativo do estudante. “Ensinar não é transferir conhecimento”, afirma o autor, mas criar condições para que o aluno produza e reconstrua o saber. Para Freire, o ensino deve promover autonomia, criticidade e consciência social, elementos fundamentais para que o estudante compreenda e transforme sua realidade.

A pesquisa é elemento essencial da educação superior. Pedro Demo (2011) afirma que “educar pela pesquisa” é fundamental para formar sujeitos críticos, criativos e investigativos. A pesquisa, segundo o autor, não se restringe a procedimentos científicos formais, mas envolve a capacidade de problematizar, reconstruir e produzir conhecimento. Ademais, Demo reforça que educar pela pesquisa significa compreender a investigação como princípio educativo, não restrito a laboratórios ou grupos formais, mas como atitude intelectual que orienta todo o processo formativo. Ensino, pesquisa e extensão, sob essa ótica, deixam de ser dimensões isoladas e passam a constituir uma unidade dinâmica que estimula o estudante a formular perguntas, buscar respostas, experimentar soluções e compartilhar saberes com a comunidade. Essa postura investigativa, quando integrada à ação extensionista, potencializa a formação de profissionais reflexivos e inovadores, preparados para lidar com desafios complexos.

A partir dessa concepção, a indissociabilidade do tripé ganha materialidade em projetos de pesquisa aplicada, ações de intervenção social, programas interdisciplinares e experiências que promovem o diálogo intercultural. Essa abordagem reforça o papel social da universidade pública e evidencia que o fortalecimento do tripé é condição indispensável para a construção de uma educação superior crítica, democrática e socialmente referenciada.

Nesse sentido, o ensino, quando articulado à pesquisa e à extensão, se distancia de uma prática meramente transmissiva, tornando-se espaço de problematização e construção coletiva. A sala de aula deixa de ser um lugar de reprodução de conteúdos e passa a ser espaço de investigação, troca de experiências e reflexão crítica. Quando assumida como princípio educativo, a pesquisa transforma o ensino, pois exige que estudantes e professores se tornem sujeitos do processo, assumindo uma postura ativa diante do conhecimento. Assim, a pesquisa promove autonomia intelectual e compreensão profunda dos fenômenos estudados. A extensão universitária é o elo entre a universidade e a sociedade. Gadotti (2000) lembra que a universidade não deve ser apenas um espaço de reflexão teórica, mas também de intervenção social. A extensão possibilita que o conhecimento produzido na universidade retorne à comunidade, promovendo ações que visam ao bem comum e à transformação social.

A partir das contribuições teóricas apresentadas, compreende-se que o tripé universitário forma uma unidade indissociável. O ensino se fortalece quando mediado pela pesquisa; a pesquisa se torna significativa quando articulada a problemas reais, identificados em ações de extensão; e a extensão, por sua vez, se qualifica ao dialogar com o conhecimento produzido na universidade.

Morin (2020) aponta que a integração de saberes é essencial para enfrentar os desafios do mundo contemporâneo, caracterizado pela complexidade. Assim, o tripé universitário se apresenta como resposta estruturante para uma educação capaz de conectar conhecimento, prática e reflexão crítica, promovendo uma formação integral e humanizadora.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise bibliográfica desenvolvida neste estudo demonstra que o tripé ensino, pesquisa e extensão constitui elemento fundamental para a formação universitária contemporânea. A indissociabilidade entre essas dimensões fortalece a experiência formativa, promove a construção crítica do conhecimento e aproxima a universidade da sociedade.

Ao articular teoria e prática, ciência e comunidade, reflexão e ação, o tripé universitário não apenas qualifica o ensino superior, mas também reafirma o papel social da universidade como agente de transformação. A literatura analisada demonstra que a formação integral depende da integração entre essas dimensões, pois cada uma delas contribui para aspectos distintos, porém complementares, do desenvolvimento humano e acadêmico.

Conclui-se que a universidade que efetiva o tripé ensino, pesquisa e extensão prepara seus estudantes para compreender e intervir criticamente na realidade, contribuindo para a construção de uma sociedade mais justa, democrática e humanizada. O desafio, portanto, é garantir que essa indissociabilidade se concretize nas práticas institucionais, pedagógicas e curriculares, transformando discursos em ações e intencionalidades em resultados formativos.

REFERÊNCIAS

- BRASIL. **Lei nº 9.394**, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União: Brasília, DF, 23 dez. 1996.
- DEMO, Pedro. **Educar pela pesquisa**. 9. ed. Campinas: Autores Associados, 2011.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. 25. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996.
- FORPROEX. **Política Nacional de Extensão Universitária**. Brasília: MEC, 2012.
- GADOTTI, Moacir. **Universidade e compromisso social**. São Paulo: Cortez, 2000.
- MORIN, Edgar. **Os sete saberes necessários à educação do futuro**. 18. ed. São Paulo: Cortez; Brasília: UNESCO, 2020.
- MOROSINI, Marília; FRANCO, Maria Estela Dal Pai. **Curricularização da extensão: desafios e perspectivas**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2021.
- SANTOS, Boaventura de Sousa. **A universidade no século XXI: para uma reforma democrática e emancipatória da universidade**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2021.
- SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. 25. ed. São Paulo: Cortez, 2018.

RELAÇÃO INTERPESSOAL ENTRE PROFESSOR E ALUNO NO ENSINO FUNDAMENTAL 1 DE ESCOLA PÚBLICA: UMA ANÁLISE DO PROCESSO DE ENSINO-APRENDIZAGEM

Ana Clara Lima Lemaire De Medeiros

Mestranda em Ciências da Linguagem

Universidade Católica De Pernambuco – UNICAP

Rossana Regina Guimarães Ramos Henz

Doutora em Língua Portuguesa

Universidade De Pernambuco – UPE

Universidade Católica De Pernambuco - UNICAP

RESUMO: A relação professor-aluno é fundamental para o desenvolvimento integral da criança. Pois, a partir da relação com o docente, ela adquire conhecimentos para todo o curso de vida, e tem suas necessidades psicossociais promovidas. Assim, é importante a pesquisa sobre este objeto de estudo, a fim de identificar e analisar os caminhos percorridos pelo professor na construção dessa relação interpessoal. A pesquisa tem como referenciais metodológicos a pesquisa de natureza qualitativa, na qual realizei um estudo de caso em duas escolas, uma localizada no UR7, Várzea e a outra em Casa Amarela, coletando dados através de entrevistas semiestruturadas com a professora polivalente de cada turma e com algumas crianças da turma, e observações. E para a análise e discussão de dados, foi usada a análise temática. E, como resultados, foi possível perceber que, a afetividade no ambiente escolar é fundamental, tendo em vista que a turma que tinha uma relação interpessoal dialógica, tinha práticas pedagógicas assertivas e pautada na autonomia e protagonismo. Assim, ressalta-se os impactos adversos que a ausência de afeto pode gerar na dinâmica entre professor e aluno.

Palavras-chave: Relação interpessoal. Ensino-aprendizagem. Afetividade. Práticas pedagógicas.

ABSTRACT: The teacher-student relationship is fundamental to the child's integral development. Through their relationship with the teacher, children acquire knowledge for their entire lives and have their psychosocial needs met. Therefore, research on this subject is important in order to identify and analyze the paths taken by the teacher in

building this interpersonal relationship. The research methodology is qualitative, employing a case study in two schools, one located in UR7, Várzea, and the other in Casa Amarela. Data was collected through semi-structured interviews with the generalist teacher of each class and with some children from the class, as well as through observations. Thematic analysis was used for data analysis and discussion. The results showed that affectivity in the school environment is fundamental, considering that the class with a dialogical interpersonal relationship had assertive pedagogical practices based on autonomy and protagonism. Thus, the adverse impacts that the absence of affection can generate in the dynamics between teacher and student are highlighted.

Keywords: Interpersonal relationship. Teaching-learning. Affectivity. Pedagogical practices.

1 INTRODUÇÃO

A relação professor-aluno é fundamental para o desenvolvimento integral da criança. Pois, a partir da relação com o docente, ela adquire conhecimentos para todo o curso de vida, e tem suas necessidades psicossociais promovidas. Assim, é de extrema importância a pesquisa sobre este objeto de estudo, a fim de identificar e analisar as práticas do professor na construção dessa relação interpessoal, especificamente, como é de interesse neste estudo, o professor da rede pública do Recife.

Ademais, sobre a prática docente no tocante às relações interpessoais, para Matui (1995) aprendizagem é mediada. Os mediadores são elos entre os sujeitos e o objeto pelo qual o sujeito possa ver o mundo e operar sobre ele. E o professor adianta e possibilita a aprendizagem de maneira a respeitar a natureza do sujeito e do objeto para que aconteça o processo de construção de conhecimentos, proporcionando ao sujeito (aluno) a produção de um saber enriquecido do conhecimento.

Essa visão também é compartilhada pelas Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica (2013, p. 167), a qual, fundamentada na perspectiva de um dos grandes pensadores da personalidade, Henry Wallon, explica a natureza multidimensional que implica nas relações de ensinar e aprender. Segundo Wallon (apud Silva, 2005), para que a aprendizagem ocorra, um conjunto de condições necessita estar satisfeito: a emoção, a imitação, a motricidade e o social, isto é, a condição da interação social. Esses quatro

elementos, marcados por uma estreita interdependência, geram a possibilidade de que cada um de nós possa se apropriar dos elementos culturais, objeto de nossa formação. Na ausência de qualquer um deles, esse processo ocorre de forma limitada. Deixando evidente a importância de se pesquisar sobre a interação e a relação interpessoal em sala de aula.

Outrossim, no que diz respeito às justificativas que estão na base deste trabalho, são elas: a social, a pessoal e a acadêmica. Sobre a social, no Brasil, a porcentagem de crianças do 2º ano do ensino fundamental que ainda não sabem ler e escrever é superior a 50%, entre os anos de 2019 e 2021. Calculado a partir do desempenho de uma amostra de alunos de escolas públicas e privadas em uma prova nacional, o índice passou de 15% para 34% nesse período. (INEP, SAEB, 2022). Dentro desse contexto, é interessante analisar como vem acontecendo as relações interpessoais em escola pública da rede municipal do Recife e meios para ampliá-las, a fim de contornar tal realidade, tendo em vista que quando a relação interpessoal na sala de aula é negativa, ela contribui para a pobreza acadêmica, evasão escolar, menor cooperação em sala de aula, isolamento social e menor engajamento na aprendizagem.

Ademais, a justificativa pessoal da primeira autora para a produção do trabalho é que, ao longo da graduação, durante os anos de 2022 e 2024, atuou como residente do Programa de Residência Pedagógica da UFPE, e nele pode conhecer mais sobre as práticas pedagógicas em sala de aula da escola pública municipal. Deste modo, pode perceber o quão é importante a relação interpessoal em sala de aula e a afetividade com as crianças, e em como ela amplia ou retrai o processo de ensino-aprendizagem dos alunos. A partir disto, surgiu a curiosidade e a necessidade de investigar como as práticas docentes afetivas e dialógicas se dão ou podem se dar na escola de rede pública do Recife, a fim de contribuir para o êxito escolar dos alunos, a partir de sua participação ativa e do reconhecimento de suas competências e capacidades na e para além da sala de aula.

Para mais, no que se refere à justificativa acadêmica, além de ser um dos pré-requisitos para a conclusão da disciplina TCC2, também é notável a baixa quantidade de artigos publicados a respeito da temática abordada. A partir de levantamento no Scielo (Scientific Electronic Library Online), na busca pelo título “Relação professor aluno”

foram encontrados 72 resultados, os quais apenas 22 se referem à educação. Outrossim, na busca pelo título “Afetividade na escola” foram encontrados 26 artigos, os quais apenas 11 fazem menção à educação básica. Portanto, para entender as relações interpessoais entre professor e aluno em sala de aula nas escolas e a sua importância para o processo de ensino aprendizagem, é imprescindível o estudo e a pesquisa acerca da temática vigente.

A partir dessas considerações, verifica-se a importância de investigar a seguinte problemática: de que maneira acontece a relação interpessoal entre professor e aluno no processo de ensino aprendizagem, na sala de aula. E como as práticas e estratégias pedagógicas do educador, a partir da relação interpessoal, intervém no contexto escolar do aluno?

Mediante a problemática em foco, o presente trabalho tem como objetivo geral compreender como se dão as relações entre o professor e o aluno dentro do processo de ensino aprendizagem na escola pública em anos iniciais do Ensino Fundamental, e como essa relação interfere na vida do estudante. E como objetivos específicos, busca-se: I) Identificar as estratégias de comunicação utilizadas em sala de aula pelo professor; II) Mapear as práticas pedagógicas do docente que favorecem a relação interpessoal entre professor e aluno III) Refletir como a relação interpessoal reflete na aprendizagem dos alunos.

2 RELAÇÃO ENTRE PROFESSOR E ALUNO EM SALA DE AULA

As experiências vivenciadas no processo de interação social têm caráter constitutivo e formador. Essa interação, segundo Matui (1995), é uma forma privilegiada de acesso à informação e ao conhecimento. Diante de tal assertiva, são vários os atores envolvidos no processo de ensino aprendizagem, em algumas perspectivas educacionais, como a baseada na abordagem interacionista, a criança se desenvolve apoiada pelos demais elementos que tomam parte de sua vida diária, tais como familiares, professores e outras crianças, integrantes do meio social em que vive.

De acordo com Lohrer (2001, p.33), baseado na teoria piagetiana

O conhecimento social não pode ser construído sem a interação com os outros, e as pessoas são a única fonte possível do material necessário à construção do conhecimento que ocorre na mente da criança, ela ocorre em um contexto social, sempre necessária para que qualquer construção aconteça.

Rogers, mesmo baseado na perspectiva humanista, fenomenológica-existencial, torna-se adequado mencioná-lo, pois, o mesmo fala sobre a interação em sala de aula. Parafraseando Rogers (1971), a interação grupal é o centro da aprendizagem, e por isso não deve ser massificada. O aspecto mais determinante do ensino é a qualidade da relação educacional, de onde o professor não impõe práticas, explicações, programas, exames e não faz uso da crítica. O que ele faz é fortalecer a autoconfiança do aluno.

A relação didática é uma relação interpessoal. O melhor ambiente para a aprendizagem resulta da qualidade da interação humana, principalmente, no grau de cordialidade entre professor e aluno. Para Marques (1980), um dos princípios fundamentais mais importantes para a aprendizagem significativa, é que a aprendizagem é facilitada quando o aluno participa do seu processo de forma responsável, sendo este, alcançado através da interação, mediação e relação interpessoal em sala de aula.

3 RELAÇÕES INTERPESSOAIS ENTRE PROFESSOR E ALUNO: MEDIAÇÃO E DIALOGICIDADE PARA A PROMOÇÃO DE APRENDIZAGEM

No que diz respeito ao processo de ensino-aprendizagem no modelo sociointeracionista, Vygotsky (2007) explana que a aquisição do conhecimento se dá pela interação do sujeito com o meio. O sujeito é interativo, pois adquire conhecimento a partir de relações intra e interpessoais, e de troca com o meio a partir de um processo denominado mediação. Vygotsky destaca o valor da cultura e do contexto social, que acompanha o crescimento da criança, servindo de guia e ajudando no processo de aprendizagem. A criança tem papel ativo na aprendizagem, mas não atua sozinha.

Nesse sentido, adicionam-se os pólos sujeito/objeto, a mediação do outro, do grupo, da teia de relações sociais, que apresenta a aprendizagem num círculo bem mais amplo. A partir das ideias de Vygotsky, a mediação desempenha um papel crucial no desenvolvimento cognitivo das crianças. Esta mediação ocorre através das interações sociais com pessoas mais habilidosas, sejam adultos ou pares mais capazes. Durante

essas interações, as crianças são expostas a conhecimentos e habilidades que ainda não dominam de forma independente. Essencialmente, a mediação serve como uma ponte entre o que a criança já é capaz de fazer sozinha e o que ela pode alcançar com ajuda. É por meio dessas interações mediadas que ocorre o progresso cognitivo e a aquisição de novas competências durante o processo de desenvolvimento infantil, como delineado na teoria vygotskiana.

Além disso, o professor deve encorajar o aluno através de atividades que lhe causem desequilíbrio ou o coloquem em ação, como anteriormente citado. Afinal, o aluno está construindo o conhecimento, mas o professor entra como mediador dessa construção, interrogando e fazendo o aluno pensar ativamente, e isso é algo que não ocorre sem o processo de dialogicidade nas inter-relações em sala de aula.

Por conseguinte, vale ressaltar que as relações entre professor e aluno pouco baseadas na dialogicidade e na mediação podem dificultar a aprendizagem. Diante disso, frente a muitos comportamentos tidos como “inadequados” de seus alunos, os professores estão realizando diagnósticos, “esclarecendo” aos pais o porquê de seus filhos não aprenderem e estão encaminhando para diversos profissionais.

Com alguma frequência, os professores podem estar “interpretando” as dificuldades escolares dos alunos como uma consequência de um distúrbio orgânico, e em decorrência os encaminham para médicos, neurologistas e hospitais para que sejam diagnosticadas as causas do não aprender. Com isto não só a escola se isenta de responsabilidades, como acaba rotulando as crianças como possuidoras de um entrave em seu aprender. Os pais, por seu lado, iniciam um longo desfile entre os profissionais no sentido de “curar” seus filhos (OLIVEIRA, 2004, p. 80).

4 METODOLOGIA

Neste estudo foi adotada uma pesquisa de natureza qualitativa. Para identificar e compreender as relações interpessoais presentes no ambiente escolar e buscar informações diretamente com a população pesquisada, o tipo de pesquisa que será realizada é o estudo de caso, no qual busca-se procurar, reunir, apresentar e contextualizar os achados do problema de pesquisa.

Ademais, trata-se de uma investigação empírica que pesquisa fenômenos dentro de seu contexto real, onde o pesquisador não tem controle sobre eventos e variáveis, buscando apreender a totalidade de uma situação e, criativamente, descrever, compreender e interpretar a complexidade de um caso concreto.

A pesquisa foi realizada no município de Recife, que é a capital do estado de Pernambuco, localizada no nordeste do Brasil. A primeira escola Municipal escolhida está localizada no bairro da Várzea e atende, principalmente, a população do UR-7, oferecendo aulas da Educação Infantil e do Ensino Fundamental anos iniciais. A escola tem um IDEB crescente de 2007 até 2021, chegando a 5,8. Nessa escola, o participante foi o professor vigente da turma.

Ademais, a segunda escola está localizada no bairro de casa amarela, é uma escola de localização urbana e sua dependência administrativa é municipal. Ela atende somente as turmas de ensino fundamental 1 e 2. De acordo com a prova SAEB de 2021 a instituição tem um IDEB de 6,1. Nela, os participantes escolhidos foram a professora polivalente da turma.

Os instrumentos de construção de dados utilizados na presente pesquisa foram a entrevista semiestruturada e a observação em sala de aula. A entrevista semiestruturada na presente pesquisa teve como objetivo recolher informações e testemunhos ricos e mais aprofundados, além de ser possível combinar perguntas abertas e fechadas, onde o informante tem a possibilidade de discorrer sobre o tema proposto.

O roteiro de entrevista foi composto de perguntas que contemplaram os seguintes aspectos, para as professoras: dados da escola; informações sobre a formação profissional do professor preceptor; as práticas pedagógicas do professor no tocante às relações interpessoais em sala de aula.

Além do mais, as observações tiveram como objetivo: verificar como a professora se relaciona com os alunos de sua turma; compreender como se dá a dinâmica das relações interpessoais na turma e comparar os recursos que a professora utiliza para praticar essa afetividade. Na escola A, foram realizadas 4 visitas, no mês de dezembro do ano de 2023. Já na escola B, foram efetuadas 6 visitas, entre os meses de setembro e outubro de 2023.

A análise temática foi escolhida como método de análise de dados, pois, para refletir sobre os dados obtidos. Para tal, foram construídas temáticas em consonância com os objetivos da pesquisa e com a fundamentação teórica.

5 RESULTADOS E DISCUSSÕES

5.1 A IMPORTÂNCIA DA AFETIVIDADE NO PROCESSO DE ENSINO-APRENDIZAGEM

Como foi possível evidenciar pelas observações realizadas na sala de aula da professora regente da Escola A, aquela já tinha estabelecido uma relação interpessoal e dialógica evidentemente afetiva com os seus alunos. Em entrevista com a professora, ela citou que quando recebe uma turma no início do ano, conversa com os estudantes para estabelecer as regras de convivência. Isto demonstra que a professora foca na relação interpessoal e no respeito mútuo dentro da sua sala de aula, pois é uma prática que mesmo simples é muito eficaz. Embora, muitos profissionais da área de educação desconsiderem que esta é uma prática que se caracteriza como o primeiro passo para uma relação interpessoal respeitosa dentro da sala de aula. Pois, estabelecer limites é uma via para firmar os direitos e deveres dentro da instituição e, assim, ter uma relação efetiva com os alunos.

Tal assertiva pode ser corroborada através dos autores Almeida e Souza-Dias (2008), o qual explica que, é no processo de mediação que as funções psicológicas superiores se desenvolvem, Vygotsky conduz-nos a refletir sobre a relevância da relação que se estabelece entre os seres humanos e o contexto social, assim também como a própria relação dos homens entre si. É através dessa mediação que o indivíduo se relaciona com o contexto e com outros indivíduos.

“Desde o 1 dia de aula, eu converso com minha turma e explico que quero uma cultura de paz e respeito dentro da sala de aula. Eu não permito desrespeito, piadas, brincadeiras inconvenientes, bullying e não permito apelidos. Pois, a sala é um ambiente seguro. Tudo que quero comunicar a eles é através da dialogicidade e afetividade.” (Professora da turma A).

Durante a observação, a professora da escola A chamou uma aluna a qual ela estava achando meio desinteressada, e perguntou se estava tudo bem com ela, se ela estava triste ou chateada com alguém, a professora se preocupa de verdade com seus alunos, tanto nos âmbitos educacional como no emocional. E todos os alunos antes de irem embora dão um abraço na professora, nos residentes e até em mim, que foi meu primeiro dia de observação na turma. A partir da fala da professora e de suas práticas pedagógicas observadas em sala de aula, é possível notar a importância da afetividade nas relações interpessoais, e nas consequências que esta traz para a vida acadêmica e social da criança.

Todavia, nas visitas à escola B, foi possível perceber que a professora regente não apresentava uma prática fundamentada na dialogia e na escuta atenta em relação aos alunos. É uma professora que utiliza o celular com frequência em sala de aula e, nesses momentos, quando algum aluno fala com ela, embora exiba um sorriso, pouca atenção é dada àquilo que o aluno fala ou queira expressar. Em contrapartida, quando era necessário chamar a atenção dos alunos, ela se expressava através de gritos (em tom de voz muito alto) para conter os alunos, a saber: “Pare de correr na sala! “Se algo quebrar, sua avó não pode pagar! “. Era perceptível o medo que as crianças sentiam dela nesse momento.

Se a professora que é um dos principais adultos de referência na vida de uma criança, não exerce a escuta respeitosa, mas, pelo contrário, grita e fala que gostaria de estar em outro lugar que não a escola, como essas crianças vão se relacionar com a professora e com seus pares dentro da sala de aula? Será que seria respeitosa e prazerosa essa relação?

5.2 IMPACTO DA RELAÇÃO INTERPESSOAL NA MOTIVAÇÃO E NO ENGAJAMENTO DOS ALUNOS

Durante as observações da sala de aula da escola A, a professora, ao fazer a correção das atividades de matemática, solicitava para que fizessem coletivamente. Ela colocava as operações e situações problema no quadro e perguntava aos alunos como eles pensaram para responder esse problema matemático, depois pedia para alguém

demonstrar no quadro. Foi percebido que não era necessário a professora solicitar aos alunos para ir ao quadro, eles mesmos se voluntariaram e ficavam animados com a possibilidade de serem indicados para a realização da atividade.

Essa atitude das crianças demonstra que elas são proativas, que se interessam pela aula e que querem tentar resolver as questões sem medo de errar, pois aquele local não é um espaço de julgamentos e sim de acolhimento, possibilitando que sejam ativas no processo de ensino aprendizagem (coloque entre parênteses o nome do autor que fala sobre isso, seguido do ano). Pode-se dizer, também, que esse comportamento da turma da escola A é reflexo da prática pedagógica que a professora tem dentro da sala de aula, que é uma prática pautada no respeito, afetividade e acolhimento.

Durante o período de observação, fomos para a quadra, onde no chão tinham várias toalhas, pois era hora do espaço literário, tinham almofadas e livros, e eles podiam escolher e ler livremente, se organizar nos grupos como quiserem, e foi muito gratificante ver essa autonomia neles, pois, eles conseguiam se organizar e fazer a atividade proposta, que naquele momento era escolher um ou dois livros literários e ler. Os alunos se interessaram e se debruçaram sobre os livros. Foi um momento muito rico e reflexivo.

Na escola B, a professora passava tarefas no quadro e logo expressava em voz alta as respostas ou até mesmo as escrevia no quadro. Os alunos não tinham um momento para refletir, analisar e chegar às suas próprias hipóteses. Eles só copiavam o que a professora colocava no quadro.

Durante as observações, constatou-se que ela fazia atividade ou leitura de texto coletivamente e que pedia para os alunos lerem e responderem aos enunciados. Porém, os alunos que ela solicitava para realizar a atividade, eram alunos que já estavam na hipótese silábica-alfabética e alfabética de leitura e escrita, ou seja, ela sabia que eles iriam responder de forma apropriada à solicitação da tarefa, demonstrando confiança em relação às suas potencialidades, mas, por outro lado, demonstra não confiar nas habilidades dos demais estudantes.

Esse é um reflexo da prática pedagógica da professora regente. Se ela não se aproxima desses alunos nem os insere nas atividades em grupos, eles vão se sentir

abandonados e desassistidos, e as implicações para essa realidade são a defasagem escolar, a evasão e o desinteresse.

5.3 SUPERAÇÃO DAS DIFICULDADES DE APRENDIZAGEM EM SALA DE AULA

No que diz respeito às práticas em sala de aula com os alunos que apresentam alguma dificuldade na aprendizagem foi possível observar algumas diferenças entre as práticas educativas das professoras.

Na escola A, havia dois alunos com dificuldades de aprendizagem. No dia da observação, um deles tinha faltado no dia, mas o outro estava presente. A professora todo dia coloca esse aluno para sentar na frente da mesa dela, para que ela ficasse próxima dele para poder ajudá-lo. Além disso, nos questionamentos em grupo, ela sempre o perguntava o que achava do tema em discussão, o que ele pensava, como responderia a tal questão. Com essa prática, ela consegue trazer o aluno para perto dela, fazendo-o se sentir à vontade na turma.

Durante as observações realizadas com a professora da escola A, em um dos dias, em sua aula de matemática, ela colocou os cálculos no quadro, pra eles irem lá e responder, quando a professora falou isso todos se animaram na sala, dando gritos de felicidade, demonstrando que eles não tem medo de errar, de serem julgados, se sentem seguros com a professora da sala, eles confiam na professora e não tem medo de arriscar.. a professora tem uma boa relação com as crianças da turma, contribuindo para progressão escolar deles.

Ademais, outro ponto importante foi compreender como a professora organiza e planeja suas aulas. Ela já tem uma pasta com atividades elaboradas para os alunos, com os padrões para o grande grupo, e tem as adaptadas, para que sejam contempladas as singularidades dos alunos com alguma dificuldade na aprendizagem.

Dessa forma, segundo a fala da professora:

Eu tento, assim, o máximo que eu posso. Primeiro, começo o ano tentando fazer uma avaliação diagnóstica dos alunos, né? para saber mais ou menos quais são os níveis de escrita que tem, porque a gente nunca vai pegar uma sala móvel, nunca. Por melhor que seja a sala, ainda vão ter os níveis de escrita e os níveis

de compreensão de leitura, sempre vão ter diferenças nos níveis. Aí eu começo a fazer esse diagnóstico e a partir da diagnose, eu vou organizar o grupo. (Professora da turma A).

Todavia, a professora da escola B não deixava os estudantes serem protagonistas da sua caminhada escolar, dando sempre as respostas das atividades propostas em sala aos seus alunos. Como por exemplo, a professora teve a ideia de fazer um projeto sobre o mangue, e ela passou uma atividade de classe para os alunos, no caderno, e pediu para que eles respondessem. Porém, ela colocou as questões no quadro, e logo em seguida já foi colocando as respostas. Entretanto, como é um projeto e iria ter uma culminância seria interessante a professora deixar que os alunos pesquisassem, formassem suas hipóteses e teorias. Mas, eles não tiveram oportunidade de refletir sobre a temática.

Sobre a descrição da atividade, pedia para que eles escrevessem palavras com a sílaba "GUE" como por exemplo, "mangue", em seguida perguntava o que era manguezal e por último, para escrever os animais que tem no mangue. E nesses momentos coletivos, os alunos que tinham alguma dificuldade na aprendizagem, ela passava fichas diferentes impressas para eles. E era possível perceber que eles pouco se engajaram nas aulas.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por conseguinte, conclui-se que as relações interpessoais entre professor e aluno dentro da sala de aula se dão de forma diferente entre as duas professoras pesquisadas. A professora da escola A conseguiu estabelecer uma relação dialógica afetiva perante seus estudantes, a qual está pautada na escuta atenta, na promoção da autonomia e na fala compassiva, resultado de práticas pedagógicas baseadas no foco e no respeito aos alunos e promoção do protagonismo e do pensamento reflexivo. E como consequência, foi possível reconhecer que os alunos desta turma conseguem se relacionar de forma empática com a professora e com seus pares, não demonstrando medo ao tirar dúvidas com a professora, e ao expor as suas dificuldades na aprendizagem, conseguindo assim, avançar no processo de ensino aprendizagem.

Contudo, as relações interpessoais na turma da escola B, não são efetivamente afetivas, tendo em vista que a professora não estabeleceu uma relação dialógica prazerosa com seus alunos, mas sim uma relação exaustiva, pautada no medo e na insuficiência de trocas de ideias. Como resultado, muitos alunos da turma vigente não conseguiram concluir o ano na hipótese alfabética ou silábica alfabética e teve aluno que foi retido.

Logo, a relação interpessoal baseada na afetividade é um dos fatores que favorecem a aprendizagem e o desenvolvimento cognitivo, fazendo com que o indivíduo aprenda e supere suas dificuldades através dos sentimentos, das emoções e das experiências que são trocadas na interação com o outro. E os professores que não possuem um olhar sensível, irão olhar apenas para as diferenças e os defeitos das crianças, e fixar os olhos nisso, é limitar seu aluno em suas potencialidades

Além disso, ressalta-se os impactos adversos que a ausência de afeto pode gerar na dinâmica entre professor e aluno. Nesse sentido, sublinha-se a relevância deste estudo como um meio de enriquecer o debate sobre práticas afetivas e seu papel no processo de aprendizagem dos estudantes.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Ana Rita Silva. A afetividade no desenvolvimento da criança. Contribuições de Henri Wallon. *Revista Inter Ação*, v. 33, n. 2, p. 343-357, 2008.

BRASIL. *Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica*. Brasília: MEC, SEB, DICEI, 2013.

G1. Porcentagem de crianças do 2º ano que não sabem ler e escrever nem palavras isoladas mais do que dobra na pandemia, diz Inep. *G1 Educação*, 16 set. 2022. Disponível em: <https://g1.globo.com/educacao/noticia/2022/09/16/porcentagem-de-criancas-do-2o-ano-que-nao-sabem-ler-e-escrever-nem-palavras-isoladas-mais-do-que-dobra-na-pandemia-diz-inep.gh.html>. Acesso em: 12 nov. 2023.

LOHRER, M. B. *Aspectos psicossociais na relação ensino-aprendizagem: uma contribuição para a formação de competências na educação infantil*. 2001. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2001.

MARQUES, J. C. (org.). *Psicologia educacional: contribuições e desafios*. Porto Alegre: Globo, 1980.

MATUI, J. *Construtivismo: teoria construtivista sócio-histórica aplicada ao ensino*. São Paulo: Moderna, 1995.

ROGERS, C. R. *Liberdade para aprender: uma visão de como a educação deve vir a ser*. Belo Horizonte: Interlivros, 1971.

WALLON, H. *A evolução psicológica da criança*. Lisboa: Edições 70, 2005. Publicado originalmente em 1941.

VYGOTSKY, L. S. *A formação social da mente: o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores*. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

REPRESENTAÇÃO DE VARIEDADES LINGUÍSTICAS NA LITERATURA: ESTUDO SOCIOLINGUÍSTICO DE PERSONAGENS

Ana Caroline Rodrigues da Silva
Graduanda em Letras
Universidade de Pernambuco (UPE)
Campus Petrolina

Camilly Vitória da Luz Silva
Graduanda em Letras
Universidade de Pernambuco (UPE)
Campus Petrolina

Naíze Fernandes Silva
Graduanda em Letras
Universidade de Pernambuco (UPE)
Campus Petrolina

Rhaddyja Souza de Lima
Graduanda em Letras
Universidade de Pernambuco (UPE)
Campus Petrolina

Sheilla de Souza Vieira
Graduanda em Letras
Universidade de Pernambuco (UPE)
Campus Petrolina

RESUMO: O presente artigo buscou analisar as variações linguísticas presentes nos vocábulos dos personagens de obras clássicas da literatura brasileira, tais como Capitães de Areia, Vidas Secas e Auto da Compadecida. Com base nessa análise, os resultados do estudo sugerem a necessidade de um olhar crítico sobre como o dialeto reflete a trajetória da identidade cultural dos falantes. Ademais, evidencia-se a multipluralidade da língua portuguesa por meio das expressões manifestadas pelos personagens.

Palavras-chave: Variação linguística. Sociolinguística. Personagens literários.

ABSTRACT: The present article aimed to analyze the linguistic variations present in the vocabulary of characters in classic works of Brazilian literature, such as *Capitães de Areia*, *Vidas Secas*, and *Auto da Compadecida*. Based on this analysis, the study's findings suggest the need for a critical perspective on how dialect reflects the trajectory of the speakers' cultural identity. Furthermore, the plurality of the Portuguese language is evidenced through the expressions manifested by the characters.

Keywords: Sociolinguistics. Linguistic Variation. Literary Characters.

1 INTRODUÇÃO

A sociolinguística é o campo da linguística que estuda a relação entre a língua que falamos e a sociedade em que vivemos. Ela busca compreender como fatores sociais influenciam a forma como as pessoas se comunicam. Em vez de considerar a língua como um sistema fixo e homogêneo, a sociolinguística entende como um fenômeno dinâmico, algo que está em constante variação sendo moldado pelas práticas sociais e pelas identidades dos falantes. Essa variação linguística manifesta-se em diversas áreas: fonética (diferença de pronúncia), lexical (uso de palavras distintas para designar uma mesma realidade), morfosintática (formas gramaticais diferentes) e pragmática (modos de uso da linguagem conforme o contexto).

William Labov, linguista estadunidense, considerado o precursor da sociolinguística moderna, demonstrou que essas variedades são manifestações de identidades sociais (Labov, 2008). No Brasil, estudiosos como Marcos Bagno (1999) e Stella Maris Bortoni-Ricardo (2011) expandiram essa perspectiva, evidenciando que a diversidade linguística representa uma parte da riqueza cultural do país.

A literatura é um espaço que vai além do entretenimento, funcionando como um campo que acolhe e conecta indivíduos por meio de histórias que revelam a cultura e identidade de diferentes grupos sociais. Os personagens dessas narrativas podem gerar identificação nos leitores, especialmente pelo uso de variedades linguísticas que refletem a linguagem e as particularidades de cada personagem, dando voz àqueles que historicamente foram silenciados pelo padrão culto.

Diante disso, por meio de estudos sociolinguísticos dentro desta esfera do entretenimento e da educação, é notório na literatura a presença da segregação linguística, na qual o corpo social frequentemente contribui ao categorizar livros como "alta literatura", geralmente aqueles que utilizam uma linguagem culta e erudita, em contraste com os considerados "baixa literatura", que empregam uma linguagem popular, acessível a grande parte da população com menor nível de escolaridade.

Apesar de a língua ser um instrumento de identidade e expressão, observa-se que, tanto na sociedade quanto na literatura, ainda há uma hierarquização das variedades linguísticas. As obras que utilizam uma linguagem popular ou regional são frequentemente vistas como inferiores àquelas que seguem a norma padrão. Além disso, os próprios escritores colaboram para esse panorama, ao utilizarem estereótipos que menosprezam sotaques e gírias, elementos que fazem parte do processo de construção da identidade do indivíduo. Isso acaba por comprometer o principal papel da literatura ao contar histórias: promover a identificação do leitor com os personagens e com as realidades que eles representam.

Partindo dessa problemática, o presente estudo tem como objetivo compreender melhor acerca da funcionalidade da língua, e as variações que ela assume nas diferentes produções literárias, observando de que forma tais variedades se manifestam por meio da linguagem dos personagens. Busca-se, portanto, analisar a sociolinguística presente no contexto da vivência em que os personagens estão incluídos, observando como a linguagem falada ou escrita é representada pelos autores nas obras literárias selecionadas.

Para isso, relacionamos as concepções teóricas de Labov, Bagno e Bortoni-Ricardo às obras *Capitães da Areia*, *Vidas Secas* e *O Auto da Compadecida*, examinando como a sociolinguística contribui para uma leitura crítica dessas narrativas. Ao discutir as variedades linguísticas na literatura, ampliamos nossa compreensão sobre as realidades que permeiam a vida dos personagens, evidenciando, assim, a relevância dessas manifestações linguísticas.

Nesse contexto, também estão incluídas questões que envolvem um olhar crítico presente na linguagem, que, por muitas vezes, pode retratar ou marginalizar diferentes grupos de pessoas, a depender das perspectivas trazidas pelo o autor.

Este artigo está organizado em quatro seções, além desta introdução: a segunda apresenta as bases teóricas; a terceira descreve os procedimentos metodológicos adotados no desenvolvimento da pesquisa; a quarta reúne as análises e discussões das obras; e, por fim, a quinta apresenta as considerações finais.

2 AS VARIEDADES LINGÜÍSTICAS NA LITERATURA SOB A PERSPECTIVA DE LABOV

A literatura e a sociolinguística, na concepção de William Labov, se encontram na valorização das variedades linguísticas como reflexo da diversidade e da complexidade das relações humanas. Enquanto a literatura dá voz às múltiplas realidades linguísticas, a sociolinguística oferece instrumentos para compreender essas escolhas, evidenciando os vínculos entre língua, identidade e sociedade. Dessa forma, torna-se possível analisar como as variações linguísticas refletem e moldam aspectos sociais, culturais e históricos. A partir da leitura de obras literárias, compreende-se também como a linguagem se articula às identidades e às dinâmicas de poder presentes na sociedade.

A função da linguagem na literatura perde seu caráter normativo e assume a subjetividade por meio dos vocábulos. Segundo Barthes, a literatura constitui uma forma de utilização da linguagem que não se submete ao poder. Ou seja, nos textos literários, a linguagem desempenha um papel de subversão das normas gramaticais estabelecidas. Observa-se, por meio da variação linguística, a transfiguração desse princípio: a inversão de estruturas gramaticais presentes na oralidade das personagens evidencia traços identitários singulares, revelando aspectos da individualidade e da subjetividade desses sujeitos.

Labov (2008), em *Padrões Sociolinguísticos*, demonstra que as características linguísticas variam conforme fatores como classe social, idade e localidade. Segundo o autor, “as variações linguísticas estão diretamente relacionadas a fatores como classe social, gênero e etnia”. Nesse sentido, Labov é amplamente reconhecido como um dos

fundadores da sociolinguística moderna, especialmente por seus estudos sobre a variação e a mudança linguística em contextos sociais. Além disso, o linguista defende que a língua é intrinsecamente heterogênea e que sua variação reflete diferenças sociais e culturais. Sobre esse aspecto, o autor explicita que:

Um dos corolários de nossa abordagem é que numa língua que serve a uma comunidade complexa, a ausência de heterogeneidade estruturada é que seria disfuncional. O ponto de vista do presente estudo é o de que não se pode entender o desenvolvimento de uma mudança linguística sem levar em conta a vida social da comunidade em que ela ocorre. (Weinreich; Labov; Herzog, 1968, p. 10-101).

Esta fala, presente no artigo *Empirical Foundations for a Theory of Language Change*, demonstra que a presença de heterogeneidade na oralidade e na escrita é fundamental (Labov, 1968) para as interações sociais e identitárias da sociedade. Além disso, toda a transfiguração da língua ao longo do tempo deve levar em consideração fatores sociais, econômicos, etários, de gênero e estilísticos para estabelecer as marcas características dos falantes por meio da linguagem.

Portanto, as variantes linguísticas presentes nas manifestações literárias têm impacto na construção ética e crítica do leitor. Como afirma Labov (1968), “a ausência de heterogeneidade estruturada é que seria disfuncional”. Dessa forma, percebe-se que, se a literatura fosse homogênea, não cumpriria sua principal função, que é a conexão dos leitores com os personagens. Essa homogeneidade tornaria as palavras desprovidas de significado e enfraqueceria o valor expressivo da arte literária.

3 BAGNO E O PRECONCEITO LINGUÍSTICO

Marcos Bagno discute a discriminação linguística no Brasil, mostrando como as variedades não padronizadas da língua portuguesa são marginalizadas. O autor argumenta que o preconceito linguístico é um reflexo de desigualdades sociais mais amplas. Conforme Bagno, um dos erros começa na aprendizagem da língua, normalmente “passou a ser um instrumento de poder e de controle social e exclusão cultural”. Também é perceptível como a língua “bem falada” e a literatura é considerada pela maioria das pessoas uma representação de um ótimo conhecimento da gramática

normativa. Nesse sentido, se alguém domina a língua e a gramática, todos poderiam ter uma boa escrita. Porém, para ele, ocorre justamente o contrário: a literatura é uma representação da língua, independentemente da classe social dos falantes ou de estarem dentro ou fora da norma culta, pois antes da escrita veio a fala. (Bagno, 1999).

Todas essas conclusões precipitadas, formuladas por muitas pessoas sobre a literatura e sua norma ideal de gramática, de que deve existir apenas uma forma correta de escrever, derivam de mitos criados e consolidados pela sociedade ocidental ao longo dos séculos. Esses mitos reforçam a separação entre língua falada e língua escrita, como se ambas fossem determinadas por uma única forma de expressão, a norma-padrão. Essa perspectiva evidencia o preconceito em torno dos dialetos e sotaques presentes na língua, os quais também são utilizados no contexto sociolinguístico da escrita literária. Como a escrita é um retrato da fala e a fala faz parte das vivências e da história de vida de cada pessoa, ela carrega consigo, sobretudo, marcas de classe social, o que inclui as variedades regionais. É a partir desses elementos que se refletem os preconceitos e a distinção entre pessoas consideradas ‘cultas’ e ‘não cultas’.

Essa perspectiva é claramente observada em sua obra. Em muitos casos, para várias pessoas, há um equívoco em pensar que somente em uma boa condição social se adquire o conhecimento da norma culta e que as variedades linguísticas seriam “erros gramaticais” da fala que, segundo essa visão, acabariam sendo transmitidos para a escrita. O autor destaca que essas variedades linguísticas devem ser compreendidas como legítimas, pois representam a identidade cultural de cada indivíduo. No desenvolvimento da narrativa, percebe-se a língua como um espelho da luta diária vivida por muitas pessoas ao longo dos anos. Toda a cultura, tradição e costumes são reproduzidos em nossas falas, expressando nossa trajetória e o convívio social do lugar de origem ou até mesmo de diferentes lugares por onde se passa, o que se reflete diretamente no modo de falar.

4 DIVERSIDADE LINGUÍSTICA E A ANÁLISE DE BORTONI-RICARDO

Stella Maris Bortoni-Ricardo realiza uma análise detalhada sobre como as variações linguísticas são expressas na literatura, destacando sua importância social e

cultural. Como aponta a especialista, tanto os textos literários quanto os discursos cotidianos revelam a diversidade das formas de falar presentes nas comunidades, refletindo identidades culturais, relações sociais e maneiras próprias de atribuir significados. Entender a linguagem é, portanto, entender os contextos históricos, sociais e ideológicos que a influenciam. Diante disso, a autora ressalta:

A língua não é um sistema homogêneo, mas um conjunto de variedades em constante interação, cada uma marcada por traços identitários e culturais específicos. Essas variedades se articulam não apenas de acordo com a região, mas também com fatores de classe social, gênero e outras dimensões que compõem a complexidade de um dado contexto social. A interação dessas diferentes formas de linguagem cria um panorama de pluralidade linguística que, longe de ser algo secundário, constitui a base das relações sociais e culturais de uma comunidade (Bortoni-Ricardo, 2011, p. 21).

A literatura, nesse contexto, desempenha um papel crucial na visibilidade dessas variações linguísticas, ao dar voz a grupos e falares frequentemente marginalizados. O uso de dialetos regionais, expressões populares e marcas de oralidade confere à obra uma autenticidade e uma profundidade que permitem que identidades socioculturais sejam expressas de maneira legítima e reconhecível. Essa representação, no entanto, vai além da simples reprodução linguística: ela carrega consigo a construção de sentidos, valores e ideologias que circulam na sociedade. Sobre isso, Bortoni-Ricardo salienta:

As práticas linguísticas não se limitam a um simples ato de comunicação; elas são formas de ação social que se entrelaçam com as práticas culturais e ideológicas da sociedade. A linguagem é uma das principais maneiras de estruturar a relação entre os indivíduos e seus contextos sociais, refletindo as dinâmicas de poder, classe, gênero e outros fatores que marcam a vivência de cada sujeito. Ao examinar essas práticas, a literatura se torna um reflexo fiel dos mecanismos sociais e dos conflitos ideológicos presentes em uma comunidade (Bortoni-Ricardo, 2011, p. 45).

Ao incorporar essas diversas formas de linguagem, a literatura não apenas representa modos de falar distintos, mas também revela as complexas relações de poder, as hierarquias sociais e as formas de resistência cultural que permeiam essas realidades. Esse uso plural da linguagem nos textos literários amplia a visão da língua como um fenômeno dinâmico e diversificado, desafiando, assim, a ideia de uma língua única e

normativa, usualmente associada à versão padrão da língua. Nesse sentido, a autora acrescenta:

As variedades populares da língua, longe de serem vistas como formas linguísticas desviantes ou incorretas, devem ser entendidas como sistemas legítimos, com regras próprias que respondem aos contextos socioculturais em que se inserem. Essas formas de linguagem têm uma coerência interna que as torna totalmente válidas dentro das práticas culturais que as sustentam. A literatura, ao representar essas formas de fala, contribui para a legitimação dessas variedades e para o reconhecimento de sua importância cultural (Bortoni-Ricardo, 2011, p. 63).

Portanto, a literatura se configura não apenas como um espaço de expressão artística, mas como um potente veículo de resistência simbólica e de afirmação identitária. Ao dar visibilidade às práticas linguísticas plurais, ela fortalece a compreensão da língua como um fenômeno social complexo, multifacetado e essencial para a construção da identidade cultural e social das comunidades.

5 METODOLOGIA

O presente artigo possui caráter qualitativo, de natureza descritiva, fundamentado em estudo bibliográfico e análise de corpus literário. Segundo Lakatos e Marconi (2003), a pesquisa bibliográfica corresponde a um procedimento que integra a fase de levantamento de dados, no qual o autor seleciona e analisa diferentes trabalhos já publicados sobre o tema.

Para a construção do referencial teórico, foram utilizados livros e artigos científicos disponíveis em plataformas digitais, como Google Acadêmico e SciELO, empregando-se como principais palavras-chave: sociolinguística, sociedade, preconceito linguístico e variedades linguísticas. Esses descritores permitiram a seleção de materiais adequados aos objetivos propostos.

Além da revisão bibliográfica, este estudo realiza uma análise sociolinguística aplicada a três obras literárias amplamente reconhecidas na literatura nacional. As variedades linguísticas presentes nos diálogos e descrições dessas obras foram examinadas à luz das contribuições de Labov, Bagno e Bortoni-Ricardo.

6 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS DADOS

6.1 LABOV E CAPITÃES DE AREIA

William Labov é amplamente reconhecido como um dos fundadores da sociolinguística moderna, especialmente por seus estudos sobre variação e mudança linguística em contextos sociais. Em sua obra *Padrões Sociolinguísticos*, o autor demonstra como as características linguísticas variam conforme fatores como classe social, idade e localidade. Segundo Labov, ‘as variações linguísticas estão diretamente relacionadas a fatores como classe social, gênero e etnia’ (LABOV, 2008). Para ele, a língua é heterogênea, e sua variação reflete as diferenças sociais e culturais presentes em cada comunidade.

O teórico analisa a linguagem a partir de fatores sociais, entre eles o gênero. Para o autor, o gênero feminino tende a seguir mais frequentemente a norma-padrão da língua, enquanto os homens costumam empregar formas mais coloquiais e informais. Essa percepção é reforçada por estudos sociolinguísticos recentes que investigam o papel do gênero na variação linguística e no uso de formas de tratamento, como ‘tu’ e ‘você’. Segundo Rumeu (2013, p. 12), as mulheres apresentam maior sensibilidade às formas prestigiadas, o que confirma as observações propostas por Labov.

No romance *Capitães da Areia*, essas inclinações podem ser observadas nos meninos que enfrentam fragilidade social, cuja linguagem informal revela a posição que ocupam na sociedade, bem como as questões identitárias, sociais e culturais às quais estão inseridos. Ao analisar as falas presentes no romance, observa-se o uso recorrente da forma “tu”, ainda comum nos anos 1930 como pronome de tratamento. Um exemplo disso é a fala “Tu te enganou, mulato” (Amado, 2008, p. 31). O que evidencia a informalidade e o contexto social dos personagens. Esse uso pode ser interpretado à luz das teorias de variação, como a de Labov (2008) e dos estudos de Rumeu (2013), que destacam o papel do gênero e do contexto social na escolha pronominal.

Os meninos de rua, marcados pela vulnerabilidade social e pela ausência de acesso à educação formal, utilizam uma linguagem que evidencia tanto a posição marginalizada que ocupam quanto às normas sociais e culturais da sociedade da época.

Assim, as variações linguísticas observadas no romance reforçam a ideia de que a linguagem é um reflexo direto das condições sociais e culturais dos falantes.

A linguagem na obra de Jorge Amado reflete uma complexa conjuntura de gênero, econômica, racial e social dos indivíduos, evidenciada nas diferentes formas de expressão utilizadas pelos personagens. O autor questiona a tendência de desvalorizar aqueles que se afastam das normas linguísticas consideradas padrão. Além disso, sua escrita revela os preconceitos que os próprios personagens estigmatizados reproduzem, contribuindo para a humanização dessas figuras. Por meio das expressões linguísticas, o leitor se conecta com a narrativa e reconhece a origem e a identidade dos personagens, marcada pela presença de gírias baianas e pela linguagem informal, que conferem à obra um caráter social e revelam a diversidade cultural do povo representado.

Além disso, ao incorporar as variações linguísticas em suas obras, Jorge Amado desafia preconceitos estigmatizados principalmente no campo literário, em que, segundo Luiz Antônio Marcuschi, “para a sociedade, o cidadão que não domina a escrita é considerado um cidadão de segunda categoria” (MARCUSCHI, 2018, 2h10min). Nesse contexto, Jorge Amado promove uma visão completamente diferente, que valoriza a diversidade linguística e o combate às desigualdades associadas a ela, o que nos elucida enquanto indivíduos no corpo social.

Por fim, a análise comparativa da obra *Capitães da Areia*, do escritor brasileiro Jorge Amado, em diálogo com o teórico William Labov, pioneiro dos estudos sociolinguísticos, nos conduz a compreender de que forma os aspectos sociais dos falantes impactam tanto a oralidade quanto a escrita dos indivíduos.

6.2 MARCOS BAGNO E VIDAS SECAS

De acordo com essa perspectiva analisada nos resultados da pesquisa, é claramente observada em *Vidas Secas*, de Graciliano Ramos, onde os diálogos dos personagens revelam não apenas sua condição social, mas também a fala regional e limitada. Bagno destaca que essas variedades linguísticas devem ser vistas como legítimas, representando a identidade cultural do Nordeste brasileiro. Nesse livro, podemos tirar como exemplo a própria história dos personagens, sendo um espelho da

luta diária que muitos nordestinos passaram ao longo de muito tempo e muitos anos, toda a cultura, tradição e costumes são reproduzidos em seus modos de falar, expressando toda a trajetória, convívio social do seu lugar de origem, no caso do personagem Fabiano e sua família, vivendo em lugares remotos.

Então, ao ler a obra *Vidas Secas*, conseguimos examinar como o livro exemplifica o tipo de fala frequentemente discriminada, que a escrita de Graciliano Ramos rompe com o padrão formal esperado, não só na época mas na literatura como um todo, e isso é o que vai de encontro com defesa feita pelo autor por uma valorização da diversidade. O livro humaniza essas figuras marginalizadas, o que reforça a crítica ao preconceito estrutural, inclusive o linguístico.

Além disso, a representação da fala dos personagens não ocorre de maneira estereotipada ou caricata, mas sim como parte essencial da construção de suas subjetividades. Isso reforça a ideia de que o modo de falar não é apenas um recurso estilístico, mas um elemento que revela pertencimento social e histórico. Ao apresentar essas vozes sem suavizá-las ou adaptá-las à norma culta, Graciliano Ramos evidencia as desigualdades estruturais que atravessam o país, o que dialoga diretamente com a crítica de Bagno sobre como a sociedade legitima algumas variedades linguísticas enquanto marginaliza outras. Assim, a obra contribui para uma reflexão mais ampla sobre preconceito linguístico, mostrando que a valorização da diversidade não é apenas uma questão linguística, mas também social e cultural.

Outra questão importante é que a forma como Graciliano Ramos retrata a linguagem dos personagens também evidencia os impactos da opressão social sobre o próprio uso da língua. A limitação vocabular de Fabiano, por exemplo, não deve ser vista como incapacidade individual, mas como resultado de um contexto de exclusão, pobreza extrema e falta de acesso à educação formal. O estudioso insiste que julgar essas falas como “erradas” reforça ainda mais a marginalização dessas comunidades, já que a língua passa a ser usada como mecanismo de diferenciação social. Nesse sentido, *Vidas Secas* não só mostra a fala sertaneja, mas denuncia como a desigualdade interfere na construção das identidades linguísticas.

Assim, ao aproximarmos a obra das discussões de Marcos Bagno, percebemos que o romance se torna também um instrumento crítico, pois evidencia como a língua pode servir tanto para fortalecer identidades quanto para reforçar desigualdades, dependendo de quem exerce o poder de legitimar ou deslegitimar determinadas variedades linguísticas. Com isso, a análise do livro vai além da estética literária e se torna uma reflexão sobre política linguística, preconceito e justiça social.

6.3 STELLA MARIS BORTONI-RICARDO E O AUTO DA COMPADECIDA

A relação entre literatura e linguagem faz parte das contribuições de Stella Maris Bortoni-Ricardo, professora atuante da sociolinguística no Brasil. Por meio de obras como “*Nós chegemo na escola, e agora?*” (2011), Bortoni coloca em discussão como as variedades linguísticas e a oralidade trazem à luz o dinamismo sociocultural, tornando-o presente e diversificado. Nesse sentido a autora afirma, “Os usos não padronizados da língua revelam a dinâmica viva das interações sociais”. (Bortoni, 2011. p. 43), reforçando que a língua não se trata de um evento linear, mas que passa por constante transformação, atrelada ao reconhecimento cultural, valores e relação de poder. Sendo assim, interpretar as diferentes formas de comunicação de determinados grupos favorece um olhar antropológico, ou seja, enxergar através da lente do outro, compreendendo o seu contexto social.

A análise dos conceitos da literatura apontados por Stella Maris supõe que a linguagem não é apenas um aspecto neutro, mas um elemento que fundamenta a construção dos personagens em torno da narrativa. A arte dramática e a literatura regional têm um papel imponente para que as vozes populares se tornem mecanismos estéticos e políticos. A autora salienta que os aspectos literários podem funcionar como um espaço de resistência, ao romper com barreiras que impedem práticas linguísticas marginalizadas de se tornarem temas centrais, incentivando uma representação mais justa e plural da sociedade.

Logo, *O Auto da Compadecida*, de Ariano Suassuna (1965), é uma obra emblemática que serve de amostra para contextualizar de forma pragmática a relação entre literatura e sociolinguística. Além disso, revela a riqueza cultural do sertão

nordestino ao estar incorporada na conjuntura do Movimento Armorial. A peça, ao mesmo tempo que explana a linguagem coloquial e os modos de fala característicos da região Nordeste, também revive elementos do teatro popular, como os folhetos de cordel, as loas, os autos e a representação religiosa. Desse modo, a oralidade manifesta-se não apenas como mero coadjuvante, mas como fator estruturante da narrativa, atuando diretamente na construção dos sentidos, diálogos e nas cenas humorísticas.

Ademais, a estudiosa, por meio dos personagens Chicó e João Grilo, traça um roteiro que denota o padrão linguístico caracterizado por traços regionais e não padronizados, que refletem as condições socioculturais e históricas do sertão. Essa escolha linguística não foi fruto do acaso; ao conceder espaço para a voz aos personagens através dos seus modos de fala, Suassuna surge com uma nova modalidade estilística, opondo-se à tradição literária elitista que estigmatizou essas expressões ao longo da história. Portanto, a variação linguística evolui para uma forma estratégica que legitima e reforça a importância das identidades regionais, ao mesmo instante que utiliza o humor como instrumento de críticas sociais.

Do ponto de vista sociolinguístico, nota-se que a obra de Suassuna demonstra a heterogeneidade linguística brasileira, rejeitando a homogeneização do português padrão e expondo as tensões entre norma culta e fala popular. Conforme aponta Bortoni-Ricardo (2011), as variedades linguísticas devem ser compreendidas como formas legítimas de expressão, e não como desvios ou erros. A produção literária transforma essa concepção em manifestação artística, ao colocar no centro do momento cênico a oralidade sertaneja, com suas configurações sintáticas específicas, expressões idiomáticas e ritmos singulares.

Convém acrescentar que, a inserção da oralidade na obra oferece múltiplas funções. No plano estético, ela proporciona autenticidade e verossimilhança aos diálogos, aproximando a linguagem escrita da linguagem falada. Na esfera ideológica, constitui uma forma de resistência cultural, reafirmando a relevância da cultura popular frente aos discursos hegemônicos. No âmbito social, evidencia as desigualdades de classe e educação, mas também revela as estratégias de resistência e sagacidade das classes populares, retratadas de modo astuto nas falas de personagens como João Grilo.

Deste modo, ao relacionar os estudos sociolinguísticos de Bortoni-Ricardo com a dramaturgia de Ariano Suassuna, compreende-se que a linguagem desempenha um papel central na construção das identidades culturais e sociais representadas na literatura. *O Auto da Compadecida* funciona como um cenário privilegiado para o estudo da variação linguística e sua relevância social, revelando como a literatura pode servir como um mecanismo de reconhecimento da diversidade linguística e cultural do Brasil.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo evidenciou que as variedades linguísticas presentes em *Capitães da Areia*, *Vidas Secas* e *O Auto da Compadecida* desempenham papel fundamental na construção das identidades dos personagens e na representação das realidades socioculturais brasileiras. A partir das contribuições de Labov, Bagno e Bortoni-Ricardo, compreendeu-se que a língua, longe de ser homogênea, reflete desigualdades, resistências e pertencimentos. Assim, a análise sociolinguística das obras demonstra que a literatura, ao incorporar diferentes modos de falar, não apenas legitima essas variedades, mas também questiona os preconceitos que historicamente marginalizam determinados grupos sociais. Desse modo, reafirma-se a importância de reconhecer a pluralidade linguística como elemento essencial para a compreensão crítica da sociedade e da própria produção literária.

REFERÊNCIAS

AMADO, Jorge. **Capitães de areia**. 2ª Ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

BAGNO, Marcos. **Preconceito Linguístico**. 49ª Ed. São Paulo: Loyola, 1999.

BARBOSA, Wesley. **Preconceito linguístico, de Marcos Bagno** - comentário de alguns pontos. YouTube, 15 de mar. de 2021. Disponível em: <https://youtu.be/X93FDmnOZXk?si=yBxqFriAWnw2-b9m>. Acesso em: 14 de dez. de 2024.

BORTONI-RICARDO, Stella Maris. **Nós chegemos na escola, e agora?** Sociolinguística e educação. 2. ed. São Paulo: Parábola Editorial, 2011.

CEELUFPE. **Fala e escrita**. Youtube, 6 de abril de 2011. Disponível em: https://youtu.be/XOzoVHyiDew?si=uoZpn32WNR4nEd3_. Acesso em: 8 de out. de 2025.

LABOV, William. **Padrões sociolinguísticos**. Tradução de Marcos Bagno, Maria Marta Pereira Scherre e Caroline Rodrigues Cardoso. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.

LABOV, William. **Sociolinguistic Patterns**. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 1972.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de Metodologia Científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

RAMOS, Graciliano. **Vidas Secas**. Rio de Janeiro: Editora Record, 2019.

SUASSUNA, Ariano. **O Auto da Compadecida**. Rio de Janeiro: Agir, 1955.

RUMEU, Márcia Cristina de Brito. A variação “Tu” e “Você” no português brasileiro oitocentista e novecentista: reflexões sobre a categoria social gênero. In: **Alfa: Revista de Linguística**. Disponível em: <https://share.google/TuxB1f1bsxKD76nE8>. Acesso em: 01 de out. de 2025.

WEINREICH, U.; LABOV, W.; HERZOG, M. I. Empirical foundations for a theory of language change. In: **LEHMANN, W. P.; MALKIEL, Y. (Org.)**. Directions for historical linguistics. Austin: University of Texas Press, 1968. p. 95–195. Disponível em: <https://pdfcoffee.com/marcos-bagno-preconceito-linguistico-pdf-free.html>. Acesso em: 03 de out. 2025.

REFLEXIONES CRÍTICAS SOBRE PARQUE INDUSTRIAL: LA TEATRALIDAD COMO CLAVE DE LECTURA

Fiorella Amanda Pacheco Valdebenito

Magíster © en Estudios Literarios y Culturales Latinoamericanos

Instituto de Literatura y Ciencias del Lenguaje

Pontificia Universidad Católica de Valparaíso

RESUMEN: Este artículo propone una lectura de Parque Industrial (1933) de Patrícia Galvão centrada en los procedimientos formales que organizan su representación de la ciudad y de la experiencia colectiva del São Paulo de los años treinta. En lugar de indagar en su adscripción genérica, como novela proletaria, el estudio se enfoca en cómo la novela construye la visibilidad de los cuerpos y los gestos, destacando acciones cotidianas que adquieren espesor social en el espacio urbano. La noción de teatralidad, trabajada por Josette Féral, Patrice Pavis y Erika Fischer-Lichte, ofrece un marco para comprender este efecto: un gesto se vuelve significativo cuando la narración lo recorta de la rutina, lo expone ante una mirada externa y lo transforma en signo. A partir de esta perspectiva, se analizan tres capítulos clave: Teares, donde la caminata obrera se muestra como un movimiento colectivo ordenado por la temporalidad fabril; Mulher da vida, que exhibe la vulnerabilidad del cuerpo femenino bajo la mirada pública; y Brás do mundo, cuyo montaje fragmentado reconstruye la agitación sensorial del barrio obrero. En conjunto, el artículo muestra cómo la novela vuelve visible la modernización paulista mediante escenas que condensan tensiones de clase, género y territorio.

PalaBras-clave: Patrícia Galvão. Parque Industrial. Teatralidad.

RESUMO: Este artigo propõe uma leitura de Parque Industrial (1933), de Patrícia Galvão, centrada nos procedimentos formais que organizam sua representação da cidade e da experiência coletiva da São Paulo dos anos 1930. Em vez de investigar sua filiação genérica como romance proletário, o estudo examina como a obra constrói a visibilidade dos corpos e dos gestos, evidenciando ações cotidianas que adquirem densidade social no espaço urbano. A noção de teatralidade, trabalhada por Josette Féral, Patrice Pavis e Erika Fischer-Lichte, oferece o marco conceitual para compreender esse efeito: um gesto torna-se significativo quando a narrativa o recorta da rotina, o expõe a um olhar externo e o transforma em signo. A partir dessa perspectiva, analisam-se três capítulos centrais: Teares, onde a caminhada operária aparece como movimento coletivo ordenado pela temporalidade fabril; Mulher da vida, que expõe a vulnerabilidade do corpo feminino sob

o olhar público; e Brás do mundo, cujo mosaico fragmentado recompõe a agitação sensorial do bairro operário. Em conjunto, o artigo demonstra como o romance torna visível a modernização paulistana por meio de cenas que condensam tensões de classe, gênero e território.

Palavras-chave: Patrícia Galvão. Parque Industrial. Teatralidade.

1 INTRODUCCIÓN

Publicada en 1933, *Parque Industrial* de Patrícia Galvão constituye una de las primeras narrativas brasileñas que asume la ciudad moderna como materia estética y política, explorando las tensiones sociales y urbanas propias del São Paulo de comienzos del siglo XX. En *Uma história do romance de 30* publicada en 2006, Luís Bueno propone una lectura reveladora sobre la posición que ocupa la novela dentro del sistema literario brasileño. Para el crítico, la obra emerge como un objeto difícil de clasificar: demasiado incómoda para ajustarse a los parámetros de la novela burguesa, pero también demasiado heterodoxa para ser reconocida como una “novela proletaria” plena. Bueno muestra que la recepción de la época tendió a situarla en un lugar intermedio —como una “crónica impresionista”, escrita desde una mirada externa que observaba la vida obrera sin adherirse por completo a los lineamientos estéticos y políticos defendidos por los críticos marxistas. Este lugar liminar revela un problema estético mayor: cómo representar la experiencia colectiva en un contexto de modernización acelerada, desigualdad urbana y reconfiguración social.

A partir de esta caracterización, emerge la pregunta que guía este trabajo: si *Parque Industrial* no responde al modelo narrativo ni a las expectativas políticas del romance proletario, ¿cómo construye entonces la novela la experiencia colectiva del São Paulo de los años treinta? En otras palabras, ¿qué procedimientos formales permiten que un texto leído por la crítica como una “mirada externa” produzca, sin embargo, una lectura aguda de la modernización urbana, la desigualdad social y la precariedad corporal? Lejos de limitarse a registrar la vida obrera, la novela organiza escenas que intensifican la percepción de la ciudad como fuerza que ordena, expone y desborda a sus habitantes. Esta pregunta no solo permite comprender las operaciones formales de la

novela, sino que dialoga con debates contemporáneos sobre cómo la literatura latinoamericana representa la ciudad como espacio de conflicto y transformación.

Al momento de leer *Parque Industrial*, algo salta a la vista de inmediato: la novela no entra en la mente de los personajes, no nos cuenta lo que sienten ni lo que piensan. Lo que hace es mostrar cómo se mueven, cómo ocupan la calle, cómo chocan unos con otros, cómo la ciudad los empuja y los ordena. Todo se ve desde afuera, como si la narración estuviera observando la vida urbana desde cierta distancia. Ese modo de contar —tan puesto en los gestos, en los cuerpos, en el ritmo de la calle— hace que muchas acciones simples se vuelvan más visibles de lo normal. Caminar, gritar, avanzar en grupo, cruzar una calle llena, detenerse frente a una fábrica: cosas comunes, pero presentadas de una manera que las hace destacar, casi como si estuvieran sobre un pequeño escenario.

Por eso, en lugar de discutir a qué género pertenece la novela, este trabajo se centra en cómo la narración destaca ciertos gestos y movimientos para hacerlos más visibles, y en por qué eso importa para entender la vida urbana que la novela representa. Aquí la noción de teatralidad ofrece una herramienta precisa: sirve para describir ese momento en que un gesto común —caminar, gritar, cruzar la calle— deja de ser parte del ruido cotidiano y aparece separado, recortado, casi como si la narración lo pusiera bajo una luz que obliga a mirarlo. Elegir esta categoría no implica pensar la novela como teatro, sino reconocer que la obra organiza su forma de mostrar la ciudad a través de acciones que deben ser vistas. La teatralidad permite, entonces, nombrar y analizar ese mecanismo de visibilidad que estructura la lectura.

Aquí es donde entran autoras y autores como Josette Féral, Patrice Pavis o Erika Fischer-Lichte, que desde distintos ángulos ayudan a pensar lo mismo: cómo un gesto corriente puede adquirir sentido solo por la forma en que aparece ante quien lo observa. Sus ideas permiten entender que, en *Parque Industrial*, la ciudad no solo es un espacio donde ocurren cosas: es un lugar donde todo se expone, donde lo cotidiano se vuelve visible y donde las tensiones sociales se leen en los cuerpos y sus movimientos. La teatralidad, en este trabajo, será entonces la herramienta principal para analizar cómo la novela construye esa visibilidad.

Finalmente, y con el fin de observar cómo estos procedimientos operan en la novela, el artículo se organiza en tres momentos analíticos. En primer lugar, se examina *Teares*, donde la caminata obrera se presenta como un movimiento colectivo cuyo ritmo y coordinación se construyen mediante procedimientos de teatralización. En segundo lugar, se analiza *Mulher da vida*, capítulo en el que la exposición pública del cuerpo femenino —observado, comentado y juzgado— revela cómo la desigualdad se representa a través de acciones visibles que se despliegan en el espacio urbano. Finalmente, se estudia *Brás do mundo*, cuyo montaje fragmentado y saturado permite entender el barrio como un conjunto de escenas yuxtapuestas que condensan la agitación social y sensorial del Brás. En conjunto, estas lecturas muestran cómo la novela convierte los procesos sociales en configuraciones formales que hacen de la representación un modo de comprender la ciudad en movimiento.

2 LA TEATRALIDAD COMO CATEGORÍA PARA LEER PARQUE INDUSTRIAL

Para precisar qué entendemos por *teatralidad* en esta novela, es útil partir de la idea de Josette Féral: un gesto se vuelve teatral cuando es recortado de su función habitual y presentado como algo que debe ser visto. Como señala la autora,

“La condición de la teatralidad sería entonces la identificación [...] o la creación [...] de un espacio *otro* del cotidiano, un espacio que ha sido creado por la mirada del espectador [...]. Esta división en el espacio [...] es el fundador de la alteridad de la teatralidad” (p.85).

Esto significa que lo teatral no depende de la acción en sí, sino del modo en que la narración la separa de la rutina diaria y la coloca ante una mirada que la transforma. Un gesto que, en la vida común, pasaría desapercibido —caminar, gritar, mirar, doblar una esquina— se vuelve “teatral” cuando la narración lo recorta, lo ilumina y lo hace aparecer como algo que debe ser visto. Al ser extraído de su flujo habitual, ese gesto adquiere un peso que antes no tenía: deja de ser un simple movimiento y se convierte en una figura cargada de sentido. Lo que la autora plantea es que la teatralidad no es algo “añadido” o artificial, sino una manera de mirar. Cuando la narración crea ese “espacio otro” —esa especie de pequeño escenario dentro de lo cotidiano—, las acciones

empiezan a funcionar como signos: muestran algo, revelan algo, dicen más de lo que dicen en su uso común. Por eso hablamos de “espesor público”: la acción deja de pertenecer solo al mundo privado o mecánico y pasa a formar parte de una dimensión compartida, donde puede ser interpretada, juzgada o leída por otros. En otras palabras: la teatralidad no cambia el gesto, cambia cómo lo vemos. Lo convierte en un acontecimiento visible.

En esta misma dirección, la observación de Óscar Cornago (2009) añade un matiz decisivo al planteamiento de Féral: si la teatralidad nace cuando un gesto es recortado de lo cotidiano, solo se activa plenamente cuando alguien lo mira. Como afirma el autor, “el elemento inicial para empezar a entender la teatralidad es la mirada del otro, lo que hace de desencadenante” (p.5). Es decir, la teatralidad no existe sin una presencia que observa y transforma el gesto en signo. De este modo, el autor complementa la posición de Féral: no basta con separar una acción de la rutina; es la mirada la que completa ese desplazamiento y le otorga su carácter público.

Para afinar esta idea, resulta útil incorporar una perspectiva semiótica que permita pensar la teatralidad no solo como una cuestión de mirada, sino también como una cuestión de materialidad visible. En esta línea, aunque el *Diccionario de Narratología* de Marchese y Forradellas, en su edición del 2013, no incluye una entrada específica para “teatralidad”, sí la menciona al definir otros conceptos clave vinculados a lo escénico. Allí se recuerda que la teatralidad se sostiene en un conjunto de elementos sensoriales —“decorados..., luces, ruidos, música, etc.: es decir, la teatralidad”— que estructuran la percepción más allá de lo verbal. Esta observación es importante, porque muestra que lo teatral no depende únicamente del gesto o de la mirada que lo recorta, sino también del entorno material que hace que ese gesto destaque, resuene o adquiera densidad dentro de la escena. Otras entradas del mismo diccionario profundizan esta noción. La voz “Cinésica” (p.54) enfatiza que el movimiento del cuerpo es “la base de la teatralidad”, pues funciona como signo autónomo capaz de comunicar incluso en silencio. De manera complementaria, la entrada “Icono” (p.203) recuerda que lo teatral se apoya en aquello que “no es literario y en gran medida es icónico”, subrayando que la visualidad —las

posturas, las imágenes, la disposición espacial— constituye el núcleo material de aquello que se vuelve significativo ante la mirada.

La perspectiva semiológica permite complementar este marco incorporando algo muy simple pero fundamental: la teatralidad también depende de cómo se ve lo que ocurre. Patrice Pavis (1998) explica que en toda puesta en escena existen momentos en los que una acción, un cuerpo o una imagen adquieren un espesor especial, volviéndose significativos solo por la manera en que aparecen ante la mirada. A esos momentos los denomina “una espesura de signos”: una capa de sensaciones visibles —gestos, tonos, distancias, luces— que hacen que algo cotidiano destaque y comunique más de lo que dice verbalmente (pp.434-436). Es decir: la teatralidad no está solo en el gesto, sino en la forma en que ese gesto se vuelve imagen, en cómo ocupa el espacio, en cómo resuena visualmente. Si Féral subraya el recorte del gesto cotidiano y Cornago insiste en la importancia de la mirada que lo activa, Pavis ayuda a explicar por qué ese gesto “dice algo” incluso sin palabras. Su visibilidad —su forma, su postura, su configuración espacial— basta para transmitir sentido. La teatralidad, desde esta perspectiva, no es “hacer teatro”, sino convertir una acción ordinaria en una imagen cargada de significado. Un gesto se vuelve teatral cuando aparece ante el observador con una claridad particular, cuando se recorta del resto y adquiere un relieve visual que lo transforma en signo dentro del relato.

Tomando en conjunto estas perspectivas, la teatralidad puede entenderse, para efectos de este análisis, como una forma de dar significado a lo cotidiano al convertir acciones comunes en gestos que deben ser vistos. Esto ocurre cuando la narración recorta una acción de su contexto habitual, la coloca ante una mirada externa y la organiza a partir de signos no verbales —gestos, cuerpos, sonidos, movimientos, disposiciones espaciales— que le dan una presencia visual clara. A esta dimensión se suma el hecho de que toda exposición pública del cuerpo implica relaciones de poder: lo visible nunca es neutro, y la mirada que recae sobre los cuerpos en el espacio urbano ordena, jerarquiza y establece desigualdades. Desde este marco, la teatralidad en *Parque Industrial* se entenderá como la operación narrativa que hace aparecer la vida urbana como una sucesión de gestos expuestos: escenas donde lo cotidiano se vuelve visible, legible y

cargado de tensiones sociales. La ciudad, en este sentido, funciona como un dispositivo que ordena lo que se muestra y organiza la manera en que los cuerpos y sus movimientos se ponen ante la mirada del lector.

A partir de estas ideas, es posible identificar cómo la novela pone en juego la teatralidad a través de decisiones narrativas muy concretas. *Parque Industrial* adopta una mirada externa que no entra en la subjetividad de los personajes, sino que muestra lo que hacen, cómo se mueven y cómo ocupan el espacio. Esta distancia convierte los gestos en algo que debe ser visto, reforzando la dimensión pública de la vida urbana. Del mismo modo, muchas de las acciones rutinarias —caminar hacia la fábrica, cruzar la calle, gritar, mezclarse entre la multitud— aparecen organizadas como pequeñas escenas, recortadas del flujo cotidiano y presentadas como unidades con valor propio. La narración se articula así en fragmentos breves que destacan la simultaneidad y el movimiento colectivo.

A esto se suma la insistencia en la exposición de los cuerpos: la densidad del tráfico humano, la circulación constante, las calles saturadas y el roce inevitable entre clases y grupos sociales. La ciudad funciona como un dispositivo que hace visible la vida popular, casi inevitablemente expuesta. En conjunto, estas operaciones hacen que la teatralidad no aparezca como un concepto abstracto, sino como un modo concreto de organizar la mirada del lector. Gracias a ello, *Parque Industrial* no solo registra la modernización paulista, sino que la hace aparecer como escena, en una serie de gestos y ritmos que dejan ver la ciudad en plena tensión y movimiento.

3 LECTURA CRÍTICA DE TEARES, MULHER DA VIDA Y BRÁS DO MUNDO

El capítulo *Teares* abre la novela instalando un modo preciso de observar la ciudad: no desde el interior de la experiencia obrera, sino desde una perspectiva exterior que capta el movimiento colectivo como si fuera un bloque en desplazamiento. Los obreros avanzan por las calles del Brás —un barrio obrero y fabril de São Paulo, conocido en los años treinta por su alta concentración de inmigrantes, talleres y fábricas textiles— en una marcha que no se cuenta desde la subjetividad individual, sino desde el ritmo, la cadencia y la organización del conjunto. La secuencia se ordena en tres tiempos —la

caminata hacia la fábrica, el “grito” de la chimenea que acelera el paso y el vaciamiento final de la calle— conformando una coreografía matinal donde la ciudad organiza, ordena y absorbe los cuerpos.

Esta dinámica se condensa en la frase: “A rua Sampson se move inteira na direção das fábricas. Parece que vão se deslocar os paralelepípedos gastos” (GALVÃO, 2013, p.12). La calle no solo enmarca el paso obrero, más bien, parece responder a él. Lo que podría ser una simple descripción espacial funciona como un procedimiento de montaje en el que masa y espacio urbano avanzan juntos. Tal como ha sido destacado en estudios recientes sobre la novela, el texto “recurre a técnicas formales del cine, creando un sensorio cinematográfico textual... [donde] el cine-ojo [...] permite describir la ciudad en su pura exterioridad [y] el montaje [opera] como principio estructural narrativo” (PAPE, 2022, p.114). Esta clave formal explica por qué la narración no solo registra la acción, sino que la expone como forma social, transformando la marcha cotidiana en escena, es decir, un gesto colectivo que la mirada externa organiza en términos de ritmo, desplazamiento y legibilidad social.

Para precisar este efecto, resulta útil recordar que “la teatralidad consiste tanto en situar la cosa o lo otro allí donde la teatralidad puede ingresar [...] como en transformar el suceso en signos (un simple hecho cotidiano se transforma así en espectáculo)” (FÉRAL, 2003, p.85). No se trata de un recurso escénico añadido, sino de una forma de mostrar: una operación que separa una acción de su función habitual y la vuelve legible ante una mirada. Eso ocurre en este capítulo: la caminata —repetida, necesaria, rutinaria— se recorta de su uso cotidiano y aparece como un gesto significativo. La sincronización del grupo, la señal sonora que marca el ritmo y la calle que “se mueve” con el paso obrero transforman esa marcha común en escena. No hay dramatización explícita; hay ostensión, una manera de hacer ver que da espesor visual a la acción colectiva. La distancia narrativa acentúa este efecto: sin interioridades ni individualidades, el narrador observa desde un punto que permite captar el desplazamiento como totalidad, casi como si la ciudad misma funcionara como un marco escénico. Ese ángulo —elevado, móvil— convierte a los cuerpos en figuras visibles, ordenadas por la temporalidad fabril.

Situado en su contexto histórico, el pasaje permite leer el impacto concreto de la modernización paulista de los años treinta. La industrialización no solo reconfiguró la economía, sino que modificó la manera de habitar y transitar el espacio público. En esos años, “a partir de 1930 el campo fue cediendo lugar a la ciudad: un número cada vez mayor de brasileños fue a vivir a los centros urbanos” (GUILHERME Y LÓPEZ, p.464). Ese desplazamiento masivo hacia São Paulo transformó el paisaje urbano, alteró los ritmos diarios y redefinió la experiencia colectiva del movimiento. En el capítulo, ese proceso se hace palpable en el flujo obrero que avanza por la calle Sampson: allí la modernización se vuelve visible en la disciplina del cuerpo común y en la manera en que la ciudad canaliza ese desplazamiento.

Por eso, en este capítulo inaugural no se presenta únicamente el mundo fabril: se lo hace aparecer en su dimensión material y sensible. Aquí, la teatralidad no funciona como adorno, sino como el modo en que la narración vuelve visible lo que, de otro modo, quedaría diluido en la rutina. La caminata cotidiana —repetida, necesaria, casi mecánica— se transforma en una figura colectiva gracias al ritmo, la simultaneidad y el desplazamiento compartido. El amanecer industrial no solo acompaña a los obreros: se convierte en un gesto que la ciudad misma ejecuta ante la mirada del lector. Así, *Parque Industrial* no se limita a contar lo que ocurre; lo presenta como un conjunto de acciones que se ven, se sienten y se ordenan en el espacio urbano, dejando que la modernización aparezca en pleno movimiento.

Un movimiento inquieto atraviesa la calle de las mulheres alegres: gritos que estallan sin aviso, risas cortadas, cuerpos que se cruzan como empujados por una corriente invisible. Es en medio de ese torbellino que arranca el capítulo *Mulher da vida*, donde la narración introduce un espacio urbano que no concede respiro y en el que el cuerpo femenino queda expuesto a una visibilidad constante y a un juicio que no se detiene. La escena aparece sin transición: “Na rua das mulheres alegres vai um movimento inquieto. Moças gritam. Sacodem-se homens rotos, de tamancos, descalços (...) – Eu prefiro a corcunda porque ninguém quer. Essa ao menos é limpa!” (GALVÃO, 2013, p.39). En pocas líneas, el texto arma un paisaje marcado por el ruido, el roce entre clases populares y una circulación que no permite distancia moral. Prostitutas, clientes,

hombres pobres y curiosos conforman un flujo continuo que convierte la calle en un territorio saturado de miradas.

La teatralidad aquí no deriva de un montaje buscado, sino del propio carácter público de la escena: todo sucede a la vista y todo es inmediatamente leído y juzgado. En *Mulher da vida*, esa dimensión del cuerpo-en-la-calle se amplifica: las mujeres quedan sometidas a una mirada que clasifica, jerarquiza y naturaliza la vulnerabilidad femenina en el espacio urbano. La escena muestra cómo la desigualdad se inscribe directamente en los cuerpos. El comentario “Prefiero a la jorobada... porque nadie la quiere. Al menos ella es limpia” no aparece como una frase aislada, sino como parte de un mecanismo social que organiza la mirada y legitima la evaluación pública de los cuerpos femeninos. La calle funciona como un territorio donde esa violencia perceptiva se vuelve rutina: los cuerpos se exhiben, se comentan y se clasifican sin posibilidad de resguardo. La teatralidad del pasaje surge justamente de esta exposición forzada, donde la vida urbana deja ver —sin mediaciones ni interioridades— cómo género, clase y pobreza operan como criterios inmediatos de lectura y juicio sobre las mujeres del São Paulo de los años treinta.

En este punto, resulta fundamental considerar la dimensión histórica que atraviesa la escena. La categoría de *mulher trabalhadora* no designaba una identidad evidente, sino una configuración social producida en el tiempo, un efecto de sentido que se consolidó como apariencia de evidencia. Como advierte Barbara Weinstein (1995), “a categoria histórica diferenciamente ‘mulher trabalhadora’ (...) é suficientemente opressora para ter a aparência de ‘natural’, ‘naturalidade’ que constitui o objeto de toda construção social” (p. 144). Esta naturalización —que es siempre un borramiento del proceso histórico que la produce— habilitó un campo de interpretación donde ciertos cuerpos femeninos, marcados por la pobreza y la precariedad laboral, circulaban bajo un régimen de sospecha. Más aún, dentro del universo laboral urbano, la figura de *a operária industrial* se consolidó como la más estigmatizada y vigilada, lo que refuerza que la escena de *Mulher da vida* no representa un caso marginal ni excepcional: pone en acto un repertorio de miradas previamente disponible, donde el cuerpo femenino pobre era leído como espacio de intervención, control y disciplinamiento. La violencia perceptiva que la

novela expone no nace solo de la ficción; se inscribe en un marco social que ya había instalado a estas mujeres como cuerpos públicamente expuestos y culturalmente desprotegidos.

La decisión narrativa de Galvão de sostener el capítulo en pura exterioridad refuerza este efecto. No sabemos qué sienten las mujeres: solo vemos lo que ocurre alrededor de ellas. Este recorte enfatiza la distancia entre quien observa y quien es observado, instalando una relación desigual donde el cuerpo femenino aparece expuesto sin mediación posible. Las mujeres no actúan: son miradas, clasificadas y comentadas en público. La teatralidad del pasaje surge justamente de esta forma de exposición forzada, donde la calle convierte la desigualdad en algo visible y repetido, una puesta en acto de las tensiones de género y clase del São Paulo de los años treinta. Esta mostración transforma al cuerpo femenino en superficie de inscripción social: un cuerpo que recibe juicios, clasificaciones y desprecios sin poder intervenir en ellos. Esa visibilidad impuesta adquiere una dimensión escénica que excede el caso individual: la calle funciona como un espacio donde la desigualdad se vuelve legible, “a cidade é mais uma vez espetáculo e performance” (JACKSON, 2015, p.31). Es precisamente este carácter espectacular —involuntario, cotidiano y violento— lo que convierte la escena de *Mulher da vida* en un punto de condensación de la violencia urbana y de género.

El trasfondo histórico intensifica esta lectura. En el São Paulo de los años treinta, la calle era un espacio donde la desigualdad de género se hacía pública y cotidiana. Mientras los hombres circulaban como trabajadores o transeúntes, las mujeres pobres —especialmente aquellas vinculadas al comercio sexual— quedaban sujetas a un escrutinio permanente. Lo que aquí se muestra no es solo un paisaje urbano: es el funcionamiento social de la mirada, una exhibición que revela la fragilidad estructural de las mujeres en el espacio público. El ritmo fragmentario del capítulo refuerza esta sensación. Gritos, movimientos bruscos, risas cortadas, cuerpos que entran y salen de cuadro: la escena no se estabiliza en ningún momento. La simultaneidad —que en otros capítulos puede tener un matiz más vital o festivo— aparece aquí marcada por el juicio y la tensión moral. Nada se ordena; todo irrumpe.

En este marco, *Mulher da vida* hace visible la desigualdad sin necesidad de declararla. La mujer embarazada comentada en voz alta, las jóvenes que gritan, los hombres que observan, los cuerpos que se sacuden: cada gesto exhibe una precariedad vuelta escena pública. Galvão no ofrece un discurso de denuncia ni una psicología del sufrimiento; deja que la escena hable por sí sola. La teatralidad no atenúa la violencia: la intensifica como una forma de exposición forzada, donde cada cuerpo es leído y valorado sin mediación.

Desde aquí, la novela amplía el foco. Si en *Mulher da vida* la teatralidad se concentra en el cuerpo femenino sometido a la mirada pública, en *Brás do mundo* esa lógica se desborda hacia el barrio completo: no es un cuerpo el que queda expuesto, sino la multitud entera, atrapada en un ritmo que mezcla simultaneidad, caos y saturación sensorial. El Brás —barrio obrero e inmigrante, núcleo popular del São Paulo industrial— aparece en la novela como un territorio donde la modernización se manifiesta en su forma más directa y desigual.

El Brás no opera en la novela como un simple fondo narrativo, sino como una fuerza activa que organiza la experiencia urbana. En este sentido, el barrio “adquire na obra um status que vai além do que normalmente tem o espaço... ele e sua camada humana são colocados como o grande ‘protagonista’ da obra” (SILVA, 2019, p.7). Esta condición de protagonista colectivo explica la intensidad visual y fragmentaria del capítulo, así como la forma en que la vida popular aparece recortada en escenas discontinuas, saturadas y móviles. Del mismo modo, la novela se construye “apoiada numa montagem visual e cinematográfica”, combinando una prosa concisa con “o retrato da vida paulistana de cinco trabalhadoras do Brás com a denúncia social” (JACKSON, 2015, p. 22). Ambas observaciones permiten comprender que la agitación del barrio no responde solo a una intención temática, sino a un procedimiento formal: un modo de recortar la vida urbana en fragmentos visuales que hacen visible —y sensible— la experiencia popular de la modernización.

A cierta altura de la novela, el relato se abre de golpe hacia el Brás y su energía inagotable: un barrio que late a un ritmo propio, donde los cuerpos cruzan la calle sin pausa y las voces se superponen como si compitieran por ocupar el aire. El capítulo *Brás*

do mundo aparece entonces no como un espacio por describir, sino como un territorio que irrumpe con su propio desorden. La autora renuncia aquí a cualquier intento de linealidad y apuesta por un montaje quebrado, hecho de imágenes que entran y salen con la misma velocidad con que el barrio se mueve. En lugar de un panorama estable, la narración se despliega en fragmentos. En vez de ordenar la escena, la deja aparecer en su saturación misma. Como si buscara seguir el pulso del Brás, la escritura opera por ráfagas, cortando de inmediato sobre la textura sonora, corporal y social del espacio popular. La secuencia inicial funciona como un estallido:

“Italianas gordas. Comadres escancaradas nas sarjetas. Os colos de aventais azuis... Meninos grandes chupam as mamas de quilos (...) O confete vai da cabeça pro chão. Do chão pra cabeça (...) Os sexos estão ardendo. Os grilos estrilam nos sinais (...) Os burgueses passam nos carros concordando que o Brás é bom no Carnaval” (GALVÃO, 2013, p.29).

Desde aquí, la novela amplía el foco. Si en *Mulher da vida* la teatralidad se concentra en el cuerpo femenino sometido a la mirada pública, en *Brás do mundo* esa lógica se desborda hacia el barrio completo: no es un cuerpo el que queda expuesto, sino la multitud entera, atrapada en un ritmo que mezcla simultaneidad, caos y saturación sensorial. El Brás —barrio obrero e inmigrante, núcleo popular del São Paulo industrial— aparece en la novela como un territorio donde la modernización se manifiesta en su forma más directa y desigual. En los años treinta coexistían dos realidades superpuestas: “el Brasil de la burguesía [...] y el otro, el pobre, el proletariado, la mujer, el negro [...] sujetos considerados ‘sin patria’, habitantes de un Brás entendido como territorio distópico dentro del propio país” (BORGES Y KALIL AUAD, 2016, p.84). Esta formulación revela que el Brás no funciona simplemente como un barrio popular, sino como un espacio simbólico que encarna la fractura estructural del país: un territorio excluido de la nación oficial, habitado por sujetos considerados “sin patria” dentro del proyecto modernizador. En este sentido, el capítulo *Brás do mundo* no solo representa la vida urbana popular, sino que expone la existencia de un Brasil paralelo —marginal, proletario, racializado— cuya vitalidad y precariedad desestabilizan cualquier imagen homogénea de la nación.

La narración se desplaza de un punto a otro sin fijar jerarquías: avanza, se interrumpe, reaparece en otro lugar del mismo barrio. Esa movilidad produce un efecto cercano a lo que Erika Fischer-Lichte (2011) entiende como transformación durante el acontecimiento: “las realizaciones escénicas brindan la posibilidad de experimentar cambios en su transcurso” (p.46). En términos simples, la autora, señala que en una escena el sentido no se fija desde el inicio, sino que va cambiando mientras ocurre, afectando tanto a quien observa como a lo que se observa. En este capítulo, ese cambio es la desorientación: el lector queda dentro de la escena, arrastrado por la simultaneidad, obligado a procesar múltiples estímulos, igual que quienes habitan el barrio. La fragmentación del montaje, lejos de funcionar como mero procedimiento estético, se vuelve necesaria para representar un espacio social atravesado por el choque permanente entre cuerpos, clases y ritmos urbanos.

Este capítulo permite ver cómo la modernización paulista de los años treinta no se vivía solo en fábricas o sindicatos. También se vivía en la calle popular: en la mezcla forzada entre migrantes europeos, obreros, mujeres pobres, niños trabajadores y burgueses que solo cruzaban el barrio en automóvil. El cierre de la secuencia lo muestra con claridad. Mientras el barrio arde en movimiento, los burgueses comentan desde sus autos que “o Brás é bom no Carnaval” (GALVÃO, 2013, p.29). Para unos, ese caos es parte de la vida diaria; para otros, solo un espectáculo pasajero. Esta distancia social evidencia el carácter doble del barrio: lugar de precariedad y hacinamiento para quienes lo habitan, postal exótica para quienes lo atraviesan sin detenerse.

El capítulo revela un Brás marcado por tensiones persistentes: diferencias de clase, mezclas inevitables, cuerpos que comparten el espacio sin compartir el mismo lugar en la ciudad. Galvão no explica estas tensiones: las expone en su materialidad fragmentada. Cada gesto mínimo —el confeti, los niños mamando en la calle, los cuerpos inclinados en la sarjeta— se vuelve signo de una modernización desigual que avanza sin orden y sin centro. Desde esta perspectiva, *Brás do mundo* no narra la ciudad: la presenta como una escena saturada, donde la teatralidad no funciona como adorno, sino como una forma de visibilidad. La autora captura ese caos no para ordenarlo, sino para hacer

sensible su energía social, política y corporal: la fuerza viva de un barrio que desborda todo intento de representación lineal.

4 CONSIDERACIONES FINALES

La lectura de *Parque Industrial* desde la teatralidad permite ver con nitidez algo que a simple vista podría pasar desapercibido: la novela no solo cuenta la ciudad, sino que la hace aparecer. En lugar de explicar la vida obrera o profundizar en la psicología de sus personajes, la autora organiza gestos, desplazamientos y choques urbanos como escenas visibles, recortadas de la rutina y expuestas ante la mirada del lector. Esa decisión formal —una narración externa, fragmentaria y atenta a los cuerpos— convierte la modernización paulista en un fenómeno que se ve: la ciudad se vuelve ritmo, presión, choque, movimiento colectivo.

Los tres capítulos analizados muestran cómo opera esta lógica. En *Teares*, la marcha obrera aparece como una coreografía involuntaria donde la ciudad y los cuerpos avanzan juntos, revelando cómo la modernización impone un tempo común. En *Mulher da vida*, la teatralidad se vuelve más cruda: la exposición pública del cuerpo femenino deja ver la desigualdad de género inscrita en la calle misma, sin necesidad de comentario moral. En *Brás do mundo*, la saturación sensorial y el montaje quebrado transforman el barrio en un escenario desbordado, donde la multitud aparece en tensión constante y la modernización se vive como mezcla, choque y precariedad.

En conjunto, estas lecturas permiten afirmar que la teatralidad no es un adorno ni una metáfora aplicada a la novela, sino una clave estructural para entender cómo *Parque Industrial* construye la experiencia urbana. Gracias a estos procedimientos, la obra no solo registra procesos sociales: los vuelve visibles, los expone en su materialidad y los deja actuar ante el lector. La ciudad aparece, así como un dispositivo que ordena los cuerpos, organiza la mirada y revela la desigualdad a través de lo que se muestra y cómo se muestra.

Esta aproximación abre, además, una vía para leer otras narrativas del período: pensar cómo la representación de la modernización en la literatura latinoamericana no depende solo de los temas, sino de los mecanismos formales que hacen aparecer —con

espesor, con fuerza, con ritmo— aquello que transforma la vida urbana. Desde esta perspectiva, *Parque Industrial* no es solo una novela pionera del Brasil de los años treinta: es una obra que enseña a mirar la ciudad en movimiento, a leer la modernización como escena y a reconocer que el conflicto social también se escribe en los gestos, en los cuerpos y en la manera en que estos se vuelven visibles.

REFERÊNCIAS

BORGES, L.; KALIL AUAD, P. Brás/Brasil: o país dividido em **Parque Industrial**, de Patrícia Galvão. *Boletín Galego de Literatura*, n. 48, p. 73-88, 2016. Disponible en: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=10095998> Acceso en: 18 nov. 2025.

BUENO, L. **Uma história do Romance de 30**. São Paulo: Unicamp, 2006.

CORNAGO, O. **¿Qué es la teatralidad? Paradigmas estéticos de la Modernidad**. *Agenda Cultural Alma Máter*, n. 158, 2009. Disponible en: <https://revistas.udea.edu.co/index.php/almamater/article/view/2216> Acceso en: 17 nov. 2025.

FÉRAL, J. **Acerca de la teatralidad**. Buenos Aires: Nueva Generación, 2003.

FISCHER-LICHTE, E. **Estética de lo performativo**. Madrid: Abada, 2011.

GALVÃO, P. **Parque Industrial**. São Paulo: Cintra, 2013.

GUILHERME, C.; LÓPEZ, A. **Historia de Brasil. Una interpretación**. Salamanca: Universidad de Salamanca, 2009.

JACKSON, K. D. **Parque Industrial, romance da Pauliceia desvairada**. *Teresa: Revista de Literatura Brasileira*, São Paulo, n. 16, p. 21-33, 2015. Disponible en: <https://www.revistas.usp.br/teresa/article/view/115412> Acceso en: 18 nov. 2025.

MARCHESE, A.; FORRADELLAS, J. **Diccionario de retórica, crítica y terminología literaria**. Barcelona: Ariel, 2013.

PAPE, M. **Cine y masas: Una novela que responde a las sinfonías de la ciudad**. *Santa Barbara Portuguese Studies*, 2nd series, v. 10, p. 110-125, 2022. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/1766>. Acceso en: 18 nov. 2025.

PAVIS, P. **Diccionario de teatro**. Barcelona: Paidós, 1998.

SILVA, C. **Pagu e “Parque Industrial”: o feminino, a vanguarda e o romance proletário**. In: XVII Jornadas Interescuelas/Departamentos de Historia, Departamento de Historia de la Facultad de Humanidades, Universidad Nacional de Catamarca, Catamarca, 2019. Disponible en: <https://cdsa.aacademica.org/000-040/187.pdf> Acceso en: 18 nov. 2025.

WEINSTEIN, B. **As mulheres trabalhadoras em São Paulo: de operárias não-qualificadas a esposas profissionais**. *Cadernos Pagu*, Campinas, n. 6, p. 143-171, 1995. Disponible en:

<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/1766>. Acesso em:
18 nov. 2025

THE IMPOSITION OF THE PORTUGUESE LANGUAGE IN PRIMARY EDUCATION IN ANGOLA

Almeida Augusto Queta¹³
almeidaqueta1982@gmail.com

Isabela Barbosa do Rêgo Barros¹⁴
isabela.barros@unicap.br

ABSTRACT: Introduction: When the Portuguese arrived at the mouth of the Zaire (Congo) River in 1482, the long and painful process that led to slavery and the colonization of Angola began (1575–1975). During the colonial period, between the 16th and 17th centuries, the country's educational system was established primarily for white children, while black children were denied this right. Drawing on Curiminha (2019) and Nicolau & González-Monteagudo (2019), this study aims to discuss the process of implementing Portuguese as the official language of the country and its role in educational relations, from colonization to Angola's independence in 1975, focusing on the consequences for literacy and primary education. Methodologically, we conduct a literature review highlighting the historical milestones of education in Angola. We conclude that the imposition of the Portuguese language in Angola weakened the national linguistic identity and hindered the implementation of policies to promote local languages, negatively affecting the teaching and learning process.

Keywords: Primary education. Angola. Portuguese language. Colonizer.

1 INTRODUÇÃO

Diz-se em Angola que as crianças são o futuro da manhã, entretanto para que isso, seja uma realidade é preciso que elas tenham acesso a educação, algo que não tem sido fácil, apesar dos esforços que vem a ser feitos pelo ministério da educação. Vários

¹³ Almeida Augusto Queta, Master's student in the Graduate Program in Language Sciences at the Catholic University of Pernambuco.

¹⁴ Profa. Dra. Isabela Barbosa do Rêgo Barros, professor in the Postgraduate Program in Language Science (PPGCL) at the Catholic University of Pernambuco (UNICAP).

fatores influenciam para problemas que afetam o ensino primário em Angola, fatores sociais, históricos, linguísticos e econômicos.

O atual território conhecido por Angola já foi constituído por muitos reinos cuja extensão territorial atravessava além das suas fronteiras traçadas na conferência de Berlim (1885-1886) é o caso do reino do Kongo que o seu império partia de toda região norte de atual Angola, onde se situava a sua capital, que é Mbanza Kongo englobando parte da República Democrática do Congo, Congo Brazzaville e parte do Gabão.

Em 1482, os portugueses atracaram na foz do Rio Zaire, sob o comando do navegador Diogo Cão, sendo que essa invasão propiciou a conquista, não apenas de Angola, mas de África. Ao longo deste período, a língua portuguesa passou a ser a única língua de comunicação e ensino, utilizada como instrumento de assimilação cultural, estando acessível aos colonos e às classes privilegiadas.

Após 1940, Portugal criou incentivos para que os portugueses emigrassem para Angola. Isso provocou um considerável crescimento da população de brancos em Angola na década de 1950.

Nessa época, o sistema de ensino oficial em Angola subdividia-se em dois setores distintos: um para nativos e outro para brancos e assimilados (filhos de famílias de cor negra, mas civilizadas), mas essa distinção era apenas em função de grau de desenvolvimento mental e social. Fundamentalmente, havia dois graus de ensino em Angola, isto é, o Primário e o Secundário. O ensino primário era rudimentar, geral e complementar, enquanto que o ensino secundário era liceal, técnico, profissional e magistério primário. O ensino primário era destinado a crianças nativas em grau atrasado de civilização, sendo exercido oficialmente pelas missões católicas portuguesas. Incluía uma classe preparatória e três classes ascendentes, cada uma correspondendo a um ano escolar. O ensino geral e elementar era destinado a brancos e assimilados que compreendiam de três a quatro anos escolares e terminavam com exames na 3ª e 4ª classes (séries). (Jose, 2008, p. 163-164)

O ensino escola surge nos séculos XVI e XVII, sob domínio colonial, antes de Angola existir como país independente, (Campos, 2022). Tendo em conta que na época colonial, na província ultramarina de Angola na concepção dos portugueses existiam somente dois grupos étnicos diferentes a saber os africanos e europeus, ignorando diversidade étnica africana, com etnocentrismo em mente os europeus achavam a sua cultura melhor, caracterizando africana como inferior e selvagem, esta forma de encarar

a cultura africana e seu povo levou os colonos portugueses preterir-lhes da educação, assim sendo os europeus e assimilados a educação dada a crianças destes buscava prepara-las para todos fundamentos da vida social em geral, ao passo que para indígenas seria a mudança da cultura selvagem para a cultura evoluída ou civilizada ,(kiluange 2024) .

Segundo kiluange a instrução pública primária na era colonial em Angola estava dividida em duas instituições diferentes(escola primária pública e escola rudimentar de instrução) e com dois públicos também distintos , Escola primária pública que lecionava o nível elementar e complementar e era destinada a classe de privilégios, brancos e assimilados a escolas rudimentares eram para a população indígena, fundamentalmente se resumia em instrução de alienação cultural, com renúncia da cultura e línguas africanas.

Acredita-se que este trabalho tem grande relevância científica sobretudo no setor de educação em Angola onde a língua portuguesa foi imposta pelo poder político (Estado) como língua de ensino, desconsiderando as línguas locais contribuindo para desvalorização em que centenas de crianças e jovens que vivem nos municípios, comunas e aldeias onde a língua portuguesa não é a língua de origem.

Dessa maneira, a pesquisa também atende a um dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) das Nações Unidas, a saber o de número 4, que diz: “Assegurar a educação inclusiva e equitativa e de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todas e todos”, uma vez que ao considerar a pluralidade étnica e linguística do país para que a formação escolar seja equitativa e acessível a todos, entende-se que evitaria o abandono e insucesso escolar que podem ser motivados pela exclusão e discriminação.

Objetivamos discutir o processo de implementação da Língua Portuguesa como língua oficial do país e das relações de ensino, desde a colonização à independência de Angola, em 1975, focando as discussões nas consequências para o processo de alfabetização (ensino primário) Além da questão da imposição da língua portuguesa, o ensino primário em Angola, enfrenta problemas estruturais como escassez de salas de aulas, onde as crianças são obrigadas a estudarem por debaixo de árvores, a falta de carteiras, quadros, material didáticos e da merenda escolar.

2 LÍNGUA DE ENSINO EM ANGOLA E SEUS QUESTIONAMENTOS

Fundamentados em Curiminha (2019) e Nicolau; González-Monteagudo (2019) A educação é um dos direitos assegurados pela constituição angolana, um dos pilares essenciais para o progresso e desenvolvimento, social, econômico e tecnológico de qualquer sociedade. Após a independência de Angola, 85% da sua população era analfabeta, segundo os dados do discurso estado da nação feito em 15 de outubro de 2025 pelo presidente de Angola, o que seria umas das razões que contribuíram para a primeira reforma educativa 1977/1978 que democratizou o ensino pela primeira vez em Angola. Entretanto a questão da língua de ensino tem suscitado várias discussões tendo em conta que muitas crianças que vivem no interior de Angola não tem o português como língua primária ou materna. A imposição do português como língua de ensino não pode ser analisada somente em sentido legal ou jurídico, como também em sentido sociológico e antropológico, a relação língua e indivíduo essa interação resulta na aculturação, A interiorização da sua língua criando o desejo e espírito de pertencimento deste grupo, forjando desta forma a sua identidade como pessoa e o indivíduo. Para Benveniste (2006) existe uma relação intrínseca entre língua, cultura e sociedade, A enunciação, ou seja, o ato individual e singular de usar a língua em meio aos discursos, revela a identidade, tendo em vista que é no uso da língua que o sujeito falante se posiciona no mundo e se relaciona com os outros. A cultura não se dissocia da língua porque a língua faz parte da cultura de um povo, assim o homem ao apropriar-se da língua, apega-se a ela afirmando o seu vínculo identitário com ela em todas as interações sociais que terá ao longo da sua existência passando a ser a sua essência como ser consciente.

2.1 ANGOLA: UMA NAÇÃO DE MUITAS LÍNGUAS

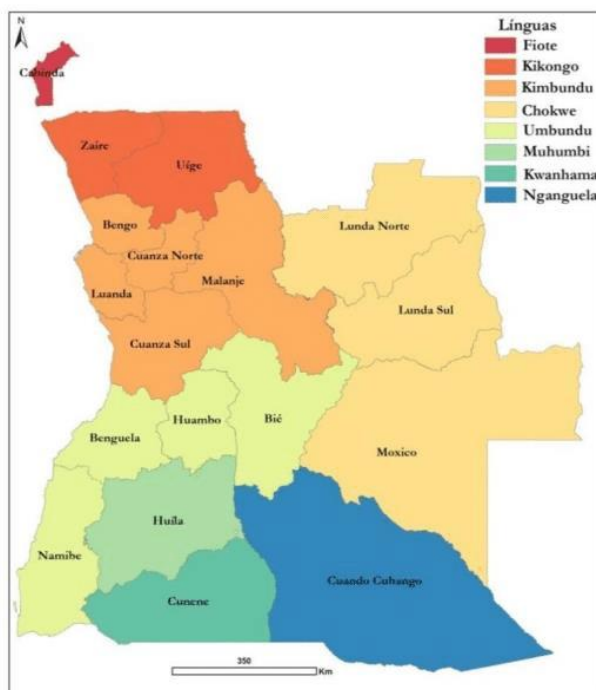
A independência do território angolano teve lugar em 11 de novembro de 1975, na voz do presidente do Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA), António Agostinho Neto, tornando-se deste modo o primeiro presidente de Angola. Desde o momento que Angola conquistou a sua independência, entrou em vigor a primeira Lei

Fonte: Diário Independente (<https://diarioindependente.info/2024/08/15/governo-apresenta-novo-mapa-com-21-provincias-moxico-continua-sendo-a-maior-do-pais/>)

Todos esses grupos se dividem em quatro grupos linguísticos distintos de maior dimensão, a saber: Língua Portuguesa, Línguas Bantu, Língua Vátwa e Língua Khung, que determinam a identidade e a origem de cada um dos seus núcleos linguísticos, caracterizando, dessa forma, Angola como uma nação plurilíngue.

Geograficamente estes quatro grandes grupos estão assim distribuídos: ao norte Kikongo e Kimbundu (grupo Bantu); a nordeste, leste o grupo das línguas Vátwa; a nordeste, leste e sudoeste as línguas Cokwe, Luvale, Nganguela do grupo Bantu e as línguas do grupo Khung a ao centro sul, e Sudoeste Umbundu, Oshiwambo, Ovahelero, Oshindonga, Nganguela, Helelo, Oshikwayama línguas do grupo Bantu e as línguas do grupo Vátwa.

Figura 2: Mapa linguístico de Angola



Fonte: Rosa (2016, p.37)

2.2 O PROCESSO DE ALFABETIZAÇÃO EM ANGOLA

Durante o período colonial, Angola era considerada terra de exílio, por isso poucos portugueses estabeleciam-se no país. Para atrair as famílias portuguesas, o governo de Portugal criou condições para fixação das famílias no território angolano, entre as quais a implementação do ensino, em 1845. Pensava-se que o ensino ajudaria a “civilizar” os povos originários através da aprendizagem da: 1) Língua Portuguesa como única língua permitida para a comunicação escrita e falada; 2) domínio das quatro operações aritméticas para conhecer a moeda corrente de Angola e 3) conhecimentos de higiene. (Nicolau; González-Monteagudo, 2019).

Afinal, segundo Neto apud Curimenha (2019), a educação na época colonial entendia a sociedade africana como uma população de “negros primitivos”, “inferiores”, próximos aos primatas e, portanto, não seriam dignos do nome homens. Para Curimenha (2019, p. 74) essa concepção “introduziu a noção de que o sujeito negro angolano não tinha condições cognitivas e capacidade intelectual para construir habilidades profissionais que possibilitassem o exercício de determinado trabalho que exigisse uma carga elevada de racionalidade.”

A noção difundida entre as colônias portuguesas, entre as quais Angola, de que os povos originários trabalhavam para se sustentar, satisfazendo-se com pouco, impossibilitou a distribuição da educação para todas as classes sociais e a formação de trabalhadores qualificados. Não existiam razões para que os portugueses criassem políticas públicas educacionais direcionadas à sociedade negra, logo a alfabetização era um desperdício e a escravidão era o destino mais rentável para o colonialismo. (Curimenha, 2019).

O cenário de instabilidade política marcado pelo trabalho escravo, pelo regime colonial e pelas constantes guerras civis pós-independência entre os grupos combatentes desestabilizaram as infraestruturas de Angola, reduzindo o acesso da população à educação, saúde e saneamento básico. (Curimenha, 2019) A mudança desse panorama é recente.

No decorrer do processo anticolonial os homens comprometidos com esta causa falavam, pensavam e escreviam na língua portuguesa. Grande parte destes homens faziam parte dos “assimilados” categoria constituída por quem quisesse adotar a cultura metropolitana ou ocidental. Após adoção ou aprovação do estatuto de indígena (1954-1961), todos que fossem tidos como assimilados se distanciavam da cultura africana, isto é, dos hábitos e costumes e suas respectivas línguas e aceitavam a cultura do colonizador. Este estatuto subdividia-se da seguinte forma: indígenas, assimilados e brancos.

É de realçar que a vasta maioria que viriam constituir o Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA) estudaram em Portugal, e, como assimilados, adotaram os hábitos e costumes da metrópole. Durante a estadia em Portugal, desenvolveram a sua intelectualidade e a formação de sua consciência política e ideológica

As línguas africanas disputam o mesmo espaço territorial com as línguas anglófonas ou lusófonas, línguas do ex-colonizador, é o caso de Angola, Moçambique, Tanzânia, África do Sul, Zâmbia e tantos outros, concedendo espaço de plurilinguismo ou multilinguismo.

A multiplicidade de línguas africanas em Angola é reflexo da pluralidade étnica, ou seja, cada língua está associada a um grupo étnico ao qual o indivíduo pertence.

Entendendo que as línguas nacionais são definidas pela política linguística, há um impasse entre as leis e a vontade do(s) falante(s). Outro elemento importante a ressaltar é o fato de que a ‘nacionalidade’ de uma língua é imposta aos falantes pelo poder.

A Língua Portuguesa, situada, sobretudo, na costa atlântica de Angola, especialmente em Luanda, foi “a língua materna e nacional de muitos combatentes que lutaram na constituição da independência do país e que eram lideranças do Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA) na década de 1950.” (Fonseca, 2012, p.04). Muitos combatentes e lideranças do MPLA estudaram em Portugal e não tiveram contato, quando jovens, com a sociedade, a cultura e a diversidade linguísticas do país. Pelo contrário, se aproximaram mais da política, cultura e Língua Portuguesa e procuraram efetivar, após a independência de Angola, uma relação valorativa do português pois essa língua possibilitaria o intercâmbio entre os angolanos. (Fonseca, 2012)

Os líderes consideravam que a diversidade linguística de seus países não propiciava o nascimento de uma nação coesa política e culturalmente e que pudesse dialogar com o mundo, dentro e fora da África. [...] Deste modo viram a limitação que qualquer língua nativa estaria impondo futuramente frente à realidade internacional em que estavam sendo inseridos. (Fonseca, 2012, p.04)

Desse modo, de acordo com Fonseca (2012) a Língua Portuguesa se instala como oficial não apenas se firmando política e economicamente, mas, também, socio-culturalmente como uma língua de prestígio que hierarquiza os indivíduos e os grupos sociais. Ela organiza e estrutura a administração pública, “[...] mas não é a língua que monopoliza o mercado das ruas, na medida em que não é a língua do candongueiro e das zungueiras.” (Fonseca, 2012, p. 05)

De acordo com Bernardo e Severo (2018), a política linguística de Angola não favorece a inclusão e a justiça social, tendo em vista que falantes de línguas maternas angolanas e que desconhecem a língua portuguesa não tem seu discurso legitimado. Porém, são línguas que tem um valor sociocultural imensurável na identidade cultural e nas relações comunicativas das comunidades.

A Lei Magna, em consonância com o espírito da proclamação da independência nacional feita por MPLA, sob a direção de Agostinho Neto, reafirma o que vinha sendo aplicado desde a independência até à Legislatura constituinte saída das eleições de 2008. A língua portuguesa é oficial desde a data da independência do país. Com esse estatuto, o português consagra-se como a língua do Estado, língua de todos os atos administrativos públicos e privados. É a língua através da qual a vida republicana se configura. Em segunda instância, no texto constitucional, o Estado se compromete em valorizar e promover o estudo, o ensino e a utilização das “demais línguas de Angola” bem como das principais línguas de comunicação internacional. As demais línguas de Angola não têm nenhum estatuto definido na Constituição, logo dificulta a sua introdução no sistema de ensino. (Gomes, 2023, p.198)

A construção das políticas educacionais em Angola foi marcada pelas orientações da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), da UNESCO, do UNICEF e do Banco Mundial, caracterizando a permanência da matriz do colonizador no sistema educativo, uma vez que “[...] não existe uma concepção de políticas educacionais repensadas a partir da perspectiva de africanidade, da sua cultura, das dinâmicas étnico-linguísticas e dos enfrentamentos sociopolíticos.” (Curimenha, 2019, p.78)

2.2.1 ORGANIZAÇÃO DO SISTEMA DE EDUCAÇÃO E ENSINO DE ANGOLA

A Lei n.º 13/01, de 31 de dezembro de 2001, conhecida como Lei de Base do Sistema de Educação de Angola, estabeleceu as bases da estrutura do sistema de educação do país, regulando desde a pré-escola até o ensino superior. Esta Lei institui a gratuidade do ensino primário, a língua portuguesa como língua base e definiu a estrutura do sistema em três níveis: primário, secundário e superior. (Victorino, 2012)

No entanto, essa Lei foi revogada pela Lei nº32/2020 de 12 agosto de 2020 (Lei de Bases do Subsistema de Educação e Ensino), que também alterou a Lei nº17/16, de 7 de outubro, com o objetivo de melhorar a estrutura e funcionamento do sistema educacional angolano. (Diário da República, 2020)

Desse modo, o sistema de Educação e Ensino de Angola é unificado, constituindo-se de quatro níveis e seis subsistemas (Diário da República, 2020), a saber:

- a) Subsistema de Educação Pré- Escolar;
- b) Subsistema de Ensino Geral;
- c) Subsistema de Ensino secundário técnico profissional;
- d) Subsistema de formação de professores;
- e) Subsistema de Educação de Adultos;
- f) Subsistema de Ensino superior.

E os Níveis de Ensino:

- a) Educação Pré-Escolar;
- b) Ensino Primário;
- c) Ensino secundário;
- d) Ensino superior.

O ensino primário, foco de nossa pesquisa, tem duração de seis anos, iniciando na 1ª classe, com as crianças que completam seis anos de idade no ano da matrícula, terminando com a 6ª. (Diário da República, 2020)

A lei de bases de subsistemas de ensino (LBSE) no art. Define o ensino primário como unificado de seis classes, constituindo a base do ensino geral tanto para educação regular como a para educação de adultos e é o ponto de partida para os estudos secundários, Ministério de educação de Angola.

Com relação ao ensino do português, observamos que, na prática, muitos alunos, sobretudo, os da educação primária, sequer utilizam ou conhecem o português em suas interações familiares, ou seja, o português acaba se constituindo como uma língua estrangeira, L2, assim como o inglês e o francês, também ensinados nas escolas.

3 METODOLOGIA

Metodologicamente faremos uma revisão de literatura destacando os marcos históricos da educação em Angola.

4 DISCUSSÃO

O português é a língua oficial de Angola, e de ensino 45% de angolanos consideram o português sua língua materna ao passo 55% de angolanos tem as línguas africanas como língua materna a vasta maioria vivem no interior do país, apesar disso o ensino segue ministrado em português como diz a lei de bases de subsistemas de ensino, o que na verdade prejudica milhares de crianças que se exprimem em línguas nacionais (censo populacional, 2024)

5 RESULTADOS

Esta pesquisa está a ser construída, deixando espaços de resultados efetivos no final da mesma, contudo a imposição do português como língua de ensino, não é consensual entre os agentes de educação em Angola, provocando sempre debates e reflexões sobre o seu impacto no ensino primário no país.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa está em andamento, como foi salientado a imposição da língua portuguesa no ensino primário em Angola é um tema não consensual, porque a adoção da mesma no setor de educação não levou em conta os fatores linguísticos e culturais do país especialmente no interior do país.

Por outro lado, é importante perceber que Angola é um país plurilíngue, ademais muitas crianças no interior de Angola tem a língua portuguesa como a segunda (L2), e outras não falam nem entendem porque não faz parte do seu contexto.

As consequências são visíveis nestes lugares onde muitos acabam desistindo ou números de reprovações são maiores em relação as zonas urbanas.

O português é a língua oficial de Angola, língua do colonizador, da hierarquia e privilégios, a imposição da língua portuguesa é um dos fatores principais em termos sociais ou históricos que promoveu e provocou o preconceito linguístico além de enfraquecer a identidade linguística nacional, visto as línguas africanas foram marginalizadas no tempo colonial tidas como inferiores, a falta de políticas e estatutos das línguas nacionais fazem com que o português tenha status de língua poder e prestígio. Concluímos que a imposição da Língua Portuguesa em Angola fragilizou a identidade linguística nacional e a falta de implementação de políticas de valorização das línguas locais, impactaram no processo de ensino-aprendizagem.

REFERÊNCIAS

- BENVENISTE, Émile. **Problemas de linguística geral I**. 5ª ed. Trad. Maria da Glória Novak e Maria Luisa Neri. Campinas, SP: Pontes, 2005.
- BENVENISTE, Émile. **Problemas de linguística geral II**. 2ª ed. Trad. Eduardo Guimarães et al. Campinas, SP: Pontes, 2006.
- Campos, Maria Parecida Santos et tal. **A educação em Angola no século XV ao século XXI : Um olhar pela organização, desenvolvimento e perspectiva do sector**. Disponível em <https://recima.com.br/index.php/recima21/artificial/view/1686>. Acesso em 10 de novembro de 2025
- COELHO, Virgílio. A classificação etnográfica dos povos de Angola (1ª parte). **Mulemba - revista angolana de ciências sociais**. n.5. v.9. p. 203-220. 2015.
- FIGUEIREDO, Fábio Baqueiro. A campanha nacional de alfabetização e a construção do estado em Angola, 1975-1980. **Revista de História**. n. 181. 2022. Disponível em: <<https://doi.org/10.11606/issn.2316-9141.rh.2022.183713>>. Acesso em: 16, dez. 2024.
- FLORES, Valdir do Nascimento. O falante como etnógrafo da própria língua: uma antropologia da enunciação. **Letras de Hoje**. Porto Alegre, v. 50, n. esp.(supl.), p.90-95, dez. 2015.
- FLORES, Valdir do Nascimento. A voz como objeto de uma antropologia da enunciação. **Working Papers Linguística**. v. 19. n. 2. p. 35-53, Florianópolis, ago./dez., 2018.
- FLORES, Valdir do Nascimento. **Problemas gerais de linguística**. Petrópolis: Vozes, 2019.
- GERHARDT, Tatiana Engel; SILVEIRA, Denise Tolfo (orgs.). **Métodos de pesquisa**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.
- Kiluanje, Filisberto. **Sistema educativo angolano: processos de desconstrução, construção e reconstrução dos seus fins e estrutura**. Disponível 57278829008.pdf <https://share.google/ciexwM8czEQRRt4cv>. Acesso em 11 de nov.2025
- MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO DE ANGOLA,
- REDINHA, José. **Distribuição Étnica de Angola**. Luanda, CITA, 1974.
- ROSA, Maria Carlota. **E se tivesse de ler em voz alta, numa língua desconhecida, não ouvida antes?**. Rio de Janeiro: Maria Carlota Amaral Paixão Rosa, 2016.
- TRUJILLO FERRARI, A. **Metodologia da ciência**. 3. ed. Rio de Janeiro: Kennedy, 1974.

UMA LEITURA INTERSEMIÓTICA DE LÚCIFER: O DIÁLOGO ENTRE "PARAÍSO PERDIDO" E "O ANJO CAÍDO"

Bruna Soares

bruna.soares2@upe.br

Licencianda em Letras - Português/Inglês

Universidade de Pernambuco - UPE Campus Petrolina

Clarissa Loureiro Marinho Barbosa

clarissa.loureiro@upe.br

Doutora em Letras

Universidade de Pernambuco - UPE Campus Petrolina

RESUMO: O presente trabalho tem por objetivo analisar como a pintura O Anjo Caído, de Alexandre Cabanel, ressignifica ou reforça os aspectos narrativos da queda de Lúcifer presentes em Paraíso Perdido, de John Milton, segundo uma abordagem intersemiótica e comparatista. Pretende-se demonstrar como “Paraíso Perdido” e a iconografia traduzem a dimensão simbólica da queda do Diabo, identificando aproximações e possíveis ressignificações. Como fundamentação teórica, serão utilizadas as contribuições sobre semiótica de Plaza (1987), as perspectivas de Literatura Comparada de Carvalhal (1996) e de Nitrini (1997), bem como estudos relacionados a literatura e iconografia do diabo de Link (1998). A intenção é demonstrar como a transposição entre as artes ressignifica a imagem de Lúcifer, refletindo aspectos filosóficos e culturais. Os resultados esperados incluem a identificação de estratégias narrativas e visuais que reforçam ou transformam o imaginário sobre a figura do anjo caído. Dessa forma, pretende-se fortalecer as discussões em torno da representação de personagens da ambiguidade de Lúcifer, cuja presença atravessa séculos de produções artísticas e literárias.

Palavras-chave: Literatura Comparada; Lúcifer; Queda; Iconografia; Arte e Literatura.

ABSTRACT: The present work aims to analyze how the painting The Fallen Angel, by Alexandre Cabanel, resignifies or reinforces the narrative aspects of the fall of Lucifer present in John Milton's Paradise Lost, according to an intersemiotic and comparatist approach. The intention is to demonstrate how Paradise Lost and the iconography translate the symbolic dimension of the Devil's fall, identifying similarities and possible resignifications. As theoretical grounding, the contributions on semiotics by Plaza (1987), the perspectives on Comparative Literature by Carvalhal (1996) and Nitrini (1997),

as well as studies related to literature and the iconography of the devil by Link (1998) will be used. The goal is to demonstrate how the transposition between the arts resignifies the image of Lucifer, reflecting philosophical and cultural aspects. The expected results include the identification of narrative and visual strategies that reinforce or transform the imaginary surrounding the figure of the fallen angel. In this way, the aim is to strengthen discussions around the representation of characters with the ambiguity of Lucifer, whose presence spans centuries of artistic and literary productions.

Keywords: Comparative Literature; Lucifer; The Fall; Iconography; Art and Literature.

1 INTRODUÇÃO

A representação de Lúcifer enquanto figura literária e imagética constitui um campo fértil para a leitura comparativa, especialmente porque tal personagem atravessa séculos de produções artísticas de múltiplas linguagens, mantendo uma força simbólica singular na tradição cultural ocidental. Em obras como *Paraíso Perdido* e *O Anjo Caído*, a figura de Lúcifer surge como símbolo de contradições humanas, oscilando entre a rebeldia, a melancolia e a prepotência. O presente artigo tem como objetivo analisar a representação de Lúcifer a partir de uma leitura comparativa entre duas obras pertencentes a linguagens distintas, mas igualmente significativas na tradição cultural ocidental: o poema épico *Paraíso Perdido* de John Milton (2014) e a pintura *O Anjo Caído* de Alexandre Cabanel (1847). Para desenvolver essa comparação, torna-se fundamental compreender os contextos históricos, estéticos, religiosos, filosóficos e culturais que moldaram cada obra e influenciaram a construção simbólica do personagem, visto que cada um se expressa a partir de matrizes culturais distintas: Milton, inserido no turbulento cenário político-religioso da Inglaterra do século XVII e Cabanel, formado dentro da estética acadêmica francesa do século XIX, profundamente marcada pelo ideal clássico de beleza dos gregos.

A primeira parte do artigo dedica-se a situar *Paraíso Perdido* no interior da tradição épica e do pensamento miltoniano, discutindo os aspectos históricos, estilísticos e temáticos que sustentam a construção de Lúcifer como figura trágica. A compreensão da epopeia demanda considerar fatores como o puritanismo, a Guerra Civil Inglesa, o ideal humanista tardio e o uso de recursos estéticos que aproximam o

personagem de modelos heróicos clássicos. Esses elementos permitem identificar como Milton elabora um Lúcifer ambíguo, dividido entre orgulho, revolta e consciência de sua própria queda. Em seguida, o estudo aborda o percurso artístico de Alexandre Cabanel, destacando a formação acadêmica, o gosto neoclássico e as convenções visuais do século XIX que influenciaram a elaboração de *O Anjo Caído*. A pintura, ao incorporar técnicas refinadas, expressões dramatizadas e idealização corporal, reelabora o imaginário miltoniano sob o prisma da sensibilidade romântica tardia e do academicismo francês.

A partir dessas contextualizações, o artigo apresenta uma leitura comparativa entre as duas obras, observando como cada linguagem interpreta, enfatiza ou transforma aspectos simbólicos relacionados à queda, ao orgulho e à melancolia de Lúcifer. A Literatura Comparada, enquanto campo teórico-metodológico, oferece as ferramentas necessárias para compreender o diálogo entre esses sistemas artísticos, valorizando tanto suas diferenças quanto seus pontos de convergência. Dessa forma, a análise evidencia como a figura do anjo caído é continuamente reconstruída ao longo da história da arte, revelando não apenas a permanência do mito, mas também sua capacidade de se adaptar a novas sensibilidades estéticas e culturais. Assim, a leitura comparativa permite iluminar camadas de sentido que ultrapassam cada obra individualmente, contribuindo para a compreensão ampliada do imaginário luciferino.

O estudo comparado aqui proposto valoriza a autonomia estética de cada obra, evitando relações de subordinação entre texto e imagem, não havendo, assim, qualquer superioridade de uma linguagem sobre a outra. Nitrini (2013) destaca que o comparatismo contemporâneo amplia seus horizontes ao incluir não apenas textos literários, mas demais formas de expressão cultural, como pinturas, filmes e imagens. Segundo Carvalhal (2006), a Literatura Comparada estabelece diálogos entre diferentes linguagens, permitindo compreender de que maneira obras distintas podem compartilhar sentidos, temas e estruturas simbólicas. Nesse sentido, a leitura comparativa não busca equivalências rígidas, mas aproximações interpretativas que revelam como motivos literários e visuais se reconfiguram ao longo do tempo.

Além da dimensão comparatista, o trabalho dialoga com reflexões sobre a representação simbólica de Lúcifer no imaginário ocidental. Milton (2014), em *Paraíso*

Perdido, apresenta uma figura marcada pela ambivalência: ativa e melancólica, grandiosa e decadente, heróica e derrotada. Segundo análises de estudiosos miltonianos, o Satã épico aproxima-se das grandes figuras trágicas da Antiguidade, caracterizado pelo orgulho desmesurado, pela dor da queda e pela obstinação que o mantém erguido diante da ruína. O poema miltoniano contribuiu decisivamente para a consolidação da imagem moderna do anjo rebelde, influenciando representações posteriores nas artes plásticas e literatura.

No campo da iconografia, Cabanel (1847) integra a tradição acadêmica francesa e reelabora o imaginário luciferino por meio de uma estética idealizada inspirada nos padrões clássicos de beleza. A figura de Lúcifer, representada como jovem de traços perfeitos, corpo vigoroso e expressão de abatimento e revolta, articula elementos da tradição cristã, do ideal greco-romano e da sensibilidade romântica do século XIX. A pintura inscreve-se na longa história visual do anjo caído, discutida por estudiosos como Luther Link, que destaca como a imagem do Diabo atravessa diversas fases: do grotesco medieval ao sublime romântico, passando por transformações simbólicas que acompanham mudanças culturais.

Ao aproximar Milton e Cabanel, o referencial teórico deste estudo evidencia a relevância da Literatura Comparada para analisar as ressignificações de uma mesma figura mítica em diferentes linguagens. Essa perspectiva permite reconhecer que a queda de Lúcifer não é apenas um evento narrado, mas também uma construção estética que se transforma conforme o contexto histórico, cultural e artístico que a atualiza.

Este estudo insere-se no âmbito da abordagem qualitativa, entendida como aquela que busca interpretar fenômenos considerando aspectos estéticos, simbólicos e culturais que ultrapassam a descrição objetiva dos fatos. Com base nessa perspectiva, o procedimento metodológico adotado consiste na realização de uma leitura comparativa entre *Paraíso Perdido* de John Milton e *O Anjo Caído* de Alexandre Cabanel, orientada pelos pressupostos teóricos da Literatura Comparada. Conforme Carvalho (2006) e Nitrini (2013), o comparatismo não pretende subordinar uma obra à outra, mas examinar como diferentes linguagens produzem sentidos próprios que podem convergir, divergir ou se completar.

A metodologia estrutura-se em quatro etapas principais. A primeira consiste em um levantamento bibliográfico voltado a contextualizar os objetos de estudo, com especial atenção ao cenário histórico, filosófico, religioso e estético que influenciou a criação de cada obra. A segunda etapa corresponde à análise textual de *Paraíso Perdido*, observando a construção literária de Lúcifer a partir de aspectos como orgulho, queda, conflito interno, postura heroica e dimensão trágica. Para tanto, foram selecionados trechos significativos da epopeia que revelam o posicionamento psicológico e emocional do personagem, bem como sua função simbólica na narrativa miltoniana. A terceira etapa compreende a análise pictórica de *O Anjo Caído*, considerando elementos como composição, luz, contrastes, expressividade facial, postura corporal, gestualidade e idealização formal.

Essa leitura busca compreender como a pintura estrutura visualmente temas presentes na obra literária, como a rebeldia, o abatimento e a melancolia do anjo caído. Por fim, realiza-se a etapa comparativa propriamente dita, entendida como o momento em que as obras são colocadas em diálogo para identificar aproximações, contrastes e ressignificações. Essa comparação não se limita à verificação de correspondências temáticas, ao contrário, busca evidenciar como cada linguagem elabora sentidos específicos a partir de seus próprios recursos expressivos. O estudo, portanto, fundamenta-se na premissa de que a figura de Lúcifer se transforma ao atravessar diferentes contextos históricos e sistemas artísticos, revelando a potência e a plasticidade do imaginário luciferino ao longo do tempo.

2 PARAÍSO PERDIDO: CONTEXTO, ESTRUTURA E CONSTRUÇÃO DE LÚCIFER

Publicado originalmente em 1667, *Paraíso Perdido* nasce em meio às profundas transformações políticas, sociais e religiosas da Inglaterra do século XVII. O período foi marcado pela Guerra Civil Inglesa, pela ascensão e queda do governo puritano, pelo fortalecimento das tensões entre monarquia e parlamento pela multiplicidade de interpretações teológicas sobre liberdade, pecado e providência. John Milton participou ativamente desse cenário como intelectual e defensor do republicanismo, o que

influenciou sua visão de liberdade individual, obediência e rebeldia, temas centrais na representação de Lúcifer. O ambiente religioso era igualmente complexo: disputas entre anglicanos, puritanos e católicos configuravam diferentes entendimentos sobre autoridade, culpa, moralidade e queda espiritual.

A construção de Lúcifer em *Paraíso Perdido* rompe com a tradição medieval que, muitas vezes, representava o demônio apenas como uma figura bestial. Como aponta Santos (2016), a iconografia do diabo foi historicamente fragmentária e imprecisa, variando entre diversos nomes e formas ao longo dos séculos. No entanto, a obra de Milton funciona como um divisor de águas ao consolidar uma representação complexa. O Satã miltoniano estabelece um arquétipo de "esplendor arruinado", uma figura energética e fulgurante que influenciaria as artes pelos séculos seguintes, especialmente no Romantismo (Santos, 2016). Essa caracterização heroica e, ao mesmo tempo, trágica, fica evidente no discurso de Satã no Livro I.

Ao se ver lançado no inferno, em vez de submissão, Lucifer reafirma sua identidade através da rebeldia e do orgulho, recusando-se a dobrar os joelhos, “Que tem perder-se da batalha o campo? / Tudo não se perdeu; muito inda resta: / Indômita vontade, ódio constante, / De atras vinganças decidido estudo, / Valor que nunca se submete ou rende” (Milton, 2014, p. 5). Na construção do autor, a queda de Lúcifer está diretamente ligada a esse desejo de autonomia e à recusa da servidão. O personagem questiona a autoridade divina e, mesmo derrotado, encontra na própria mente o espaço para sua soberania, como declara no célebre trecho: “Recebe o novo rei cujo intelecto / Mudar não podem tempos, nem lugares; / Nesse intelecto seu, todo ele existe” (Milton, 2014, p. 9). Essa postura reforça o que Santos (2016) descreve como o “ideal satânico romântico”, no qual a personagem é vista como uma imagem da consciência humana em expansão, rebelando-se contra a opressão e a limitação. A queda, portanto, adquire um sentido político e metafísico, relacionando desobediência, liberdade e responsabilidade.

Milton escreve seu poema épico com clara intenção de rivalizar com as grandes epopeias da Antiguidade, como a *Ilíada* e a *Eneida*. Isso se evidencia tanto na decisão de reestruturar a obra em doze livros na edição de 1674, quanto na adoção de elementos como invocação da musa, uso de versos brancos, comparações grandiosas e a referência

a um herói de dimensão cósmica. A diferença fundamental, porém, é que Milton estrutura um épico cristão, cujo eixo narrativo é a queda de anjos e humanos, culminando na promessa de redenção. Nesse cenário, Lúcifer ocupa um papel que o aproxima das figuras trágicas clássicas, seu heroísmo é marcado pelo excesso, pela consciência da perda e por uma obstinação que o mantém de pé diante da ruína. Essa caracterização contribui para que o Satã de Milton seja considerado por muitos comentadores, uma das figuras mais complexas e fascinantes da literatura ocidental.

Na construção de Milton, a queda de Lúcifer está diretamente ligada ao orgulho e ao desejo de autonomia. O personagem questiona a autoridade divina, incita outros anjos à rebelião e, derrotado, recusa-se a reconhecer sua culpa. A narrativa destaca sua capacidade de liderança, sua beleza original e decadência posterior, seu temperamento ativo, seu sofrimento interior, expresso em momentos de remorso e seu esforço em manter a aparência de força diante dos seguidores. Essa representação reforça o estatuto trágico do personagem, configurando-o como sujeito de uma queda que é ao mesmo tempo moral, política e existencial.

No poema, a redenção da humanidade é o contraponto absoluto à queda dos anjos rebeldes. Milton estrutura o enredo de forma a mostrar como a queda de Lúcifer desencadeia a queda do homem, mas também torna necessária a intervenção redentora. Essa redenção opera como vitória divina sobre a rebeldia. Lúcifer participa indiretamente da redenção, ao tentar frustrar o plano divino, mas seu fracasso reforça a soberania de Deus. A dinâmica queda-redenção cria uma tensão estrutural que alimenta a leitura comparativa. Milton constrói Lúcifer como figura trágica sem apagar sua função dentro do drama teológico-cristão.

3 O ANJO CAÍDO DE ALEXANDRE CABANEL: CONTEXTO, ESTÉTICA E CONSTRUÇÃO DA IMAGEM DE LÚCIFER INTRODUÇÃO

Pintada em 1847, *O Anjo Caído* pertence ao período do academicismo francês e revela influências do neoclassicismo e do romantismo tardio. Cabanel, artista formado na École des Beaux-Arts, dialoga com a tradição acadêmica de idealização da forma, o

culto à beleza física inspirada na escultura grega, a tensão romântica entre rebelião, dor e introspecção, temas de natureza moral e espiritual, muito comuns no século XIX.

Quadro 1 – O Anjo Caído



Fonte: CABANEL, Alexandre. L'Ange déchu, 1847

Esse contexto favorece a construção de um Lúcifer marcado pela dramaticidade interior e pela perfeição estética. Historicamente, a iconografia do diabo variava entre o bestial e o grotesco, muitas vezes associada a características de deidades pagãs como Pã, com chifres e cascos (Santos, 2016). No entanto, a partir do século XV, intensificando-se com o Romantismo, surge a concepção do "anjo rebelde", influenciada decisivamente pela leitura de Milton (Santos, 2016). A pintura apresenta Lúcifer com corpo masculino idealizado, músculos definidos e postura retraída, mas vigorosa, traços jovens, que simboliza sua condição angelical, olhar baixo, sombrio, carregado de ódio e abatimento, asas parcialmente abertas, indicando transição entre queda e resistência, expressão de orgulho ferido, tornando visível sua dor interior. Não há chifres ou deformidades; a "monstruosidade" reside na intensidade da emoção humana. Essa humanização alinha-se à observação de Santos (2016) de que o Satã de Milton e suas representações posteriores conectam-se com o humano através da empatia, possuindo um "heroísmo sombrio" e uma "coragem invicta". Ele encarna o "Lúcifer belo" que, embora raro na

Idade Média, torna-se a flâmula das revoluções românticas, simbolizando uma beleza maldita e uma rebeldia sedutora (Santos, 2016). Cabanel produz um Lúcifer que reúne a beleza idealizada greco-romana, a melancolia do herói romântico e a rebeldia angelical da tradição cristã. Essa síntese faz da tela uma representação emblemática do anjo caído no século XIX.

A leitura comparativa evidencia convergências entre texto e imagem, operando o que Carvalhal (200) define como o objetivo da Literatura Comparada: o estudo das diversas literaturas em suas relações recíprocas, permitindo compreender de que maneira obras distintas podem compartilhar sentidos. Ambos constroem Lúcifer como figura de tensão entre grandeza e decadência. Milton descreve Lúcifer como altivo mesmo após a derrota: "Obscurecido, mesmo assim fulgura / Mais que os outros arcanjos" (Milton, 2014, p. 21). Cabanel expressa esse ativismo no olhar e na rigidez corporal. O Satã miltoniano carrega traços da tragédia clássica, Cabanel incorpora a estética heróica grega. A glória "murcha" de Milton aparece na expressão emocional da pintura, em que a postura retraída, mas imponente, corresponde às descrições da queda como perda e resistência simultâneas.

A comparação permite compreender que, embora operem por meios distintos, Milton e Cabanel constroem Lúcifer como figura marcada por contradições profundas: ativa e decadente, bela e caída, rebelde e melancólica. Eles optam pelo que Santos (2016) chama de "esplendor arruinado". O diálogo entre texto e imagem demonstra como diferentes linguagens reelaboram um mesmo mito, atualizando seus sentidos conforme o contexto histórico, cultural e artístico.

Assim, a abordagem comparatista permite ir além da simples identificação de temas. Conforme Carvalhal (2006), a comparação não busca apenas equivalências, mas aproximações interpretativas que revelam como motivos se reconfiguram, pois "comparar é contrastar". Milton e Cabanel, embora separados por séculos e utilizando meios distintos (a palavra e a tinta), convergem na criação de um mito moderno: o de que a maior tragédia do mal não é a feiura, mas a corrupção de algo que foi, e ainda aparenta ser, magnificamente belo.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo buscou analisar a figura de Lúcifer a partir de uma leitura comparativa entre o poema épico *Paraíso Perdido* de John Milton e a pintura *O Anjo Caído* de Alexandre Cabanel, destacando como diferentes linguagens artísticas revisitam e reelaboram o mito do anjo caído. A partir da contextualização histórica e estética das duas obras, observou-se que ambas pertencem a tradições distintas, mas convergem na representação simbólica de um personagem marcado pela ambiguidade, pela tensão entre grandeza e ruína e pela expressão trágica de sua condição.

A análise desenvolvida ao longo do artigo evidenciou que a Literatura Comparada oferece um método fecundo para compreender como obras de natureza diversas dialogam entre si, preservando suas singularidades. Ao examinar *Paraíso Perdido*, foi possível identificar a construção literária de Lúcifer como figura trágica, atravessada pelo orgulho, pelo sofrimento interior e pela consciência da queda. Do mesmo modo, o estudo da pintura de Cabanel revelou a permanência desses elementos no plano visual, interpretados por meio da estética clássica e da sensibilidade romântica, que conferem ao personagem uma corporalidade idealizada e emocionalmente densa.

A leitura comparativa realizada neste artigo demonstrou que Cabanel não apenas recupera a tradição inaugurada por Milton, mas também ressignifica o personagem segundo valores e sensibilidades do século XIX, enfatizando sua dimensão íntima e melancólica. As relações estabelecidas entre texto e imagem revelam como o mito de Lúcifer continua a inspirar diferentes formas de criação, assumindo novos contornos a cada interpretação. Desse modo, o estudo contribui para ampliar as discussões no campo da Literatura Comparada, evidenciando o potencial do diálogo entre linguagens para a compreensão de temas literários e iconográficos que atravessam séculos de produção artística.

REFERÊNCIAS

CABANEL, Alexandre. **L'Ange déchu** [O Anjo Caído]. 1847. Óleo sobre tela. Museu Fabre, Montpellier.

CARVALHAL, Tânia Franco. **Literatura comparada**. 4. ed. rev. e ampl. São Paulo: Ática, 2006.

LINK, Luther. **O Diabo: a máscara sem rosto**. Tradução de Carlos Sussekind. Rio de Janeiro: Record, 1998.

MILTON, John. **Paraíso Perdido**. Tradução de Antônio José de Lima Leitão. São Paulo: Poeteiro Editor Digital, 2014. E-book. Disponível em: www.poeteiro.com.

NITRINI, Sandra. **Literatura comparada: história, teoria e crítica**. 3. ed. São Paulo: Editora da USP, 2013.

SANTOS, Andrio J. R. dos. A onipresença do mal: a fragmentação da imagem do diabo entre o Medievo e a Renascença. **Revista Alpha**, Patos de Minas, v. 17, n. 1, p. 160-176, jan./jun. 2016.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. 24. ed. São Paulo: Cortez, 2017.

The background features a stylized landscape. The top half has a solid blue sky with a thin green arch on the left. Below the sky is a white, cloud-like horizontal band. The bottom half shows dark blue hills with several thin, wavy green lines representing grass or paths.

MEDICINA, SAÚDE PÚBLICA E SERVIÇO SOCIAL

"NÃO ME TOCA SEU BOBOCA!": A EDUCAÇÃO SEXUAL NA PREVENÇÃO DAS VIOLÊNCIAS CONTRA CRIANÇAS

Aline Christina Rodrigues Gomes
Bacharelada em Psicologia
Faculdade de Petrolina – FACAPE

Ana Karoline Soares Maranhão
Bacharelada em Direito
Faculdade de Petrolina – FACAPE

Esther Dourado Torres Oliveira
Bacharelada em Direito
Faculdade de Petrolina – FACAPE

Maria Sabrina Ramos Lima
Bacharelada em Direito
Faculdade de Petrolina – FACAPE

Vinnicyus Oliveira de Menezes
Bacharelado em Direito
Faculdade de Petrolina – FACAPE

Maria Lúcia da Silva Souza
Faculdade de Petrolina – FACAPE

RESUMO: O presente trabalho tem como objetivo promover a prevenção da violência sexual contra crianças, com foco na faixa etária de 8 (oito) anos, nas escolas municipais de Petrolina-PE, por meio do Projeto de Extensão de Prevenção a Violência contra Crianças e adolescentes do Município de Petrolina-PE (PREVCAMP). Compreendendo a escola como um espaço de formação cidadã e de proteção, a oficina desenvolvida com as crianças apresenta possíveis situações de risco, bem como orientar sobre a importância do autocuidado e do respeito ao próprio corpo. A partir dos estudos teóricos vivenciados em sala, utilizou-se o livro desenvolvido pela autora Taubman (2017), “Não me toca, seu boboca”, que inspirou a construção da oficina. Além dessa referência, outros

autores foram mobilizados para fundamentar as análises e reflexões. Entende-se que a prevenção deve ocorrer de forma contínua, educativa e participativa, assegurando o desenvolvimento integral das crianças. A metodologia baseou-se em atividades lúdicas de caráter exploratório, qualitativo e quantitativo, envolvendo dinâmicas como o “semáforo do toque”, exibição de vídeos e músicas, além de momentos de diálogo sobre os limites e respeito ao corpo. Embora as ações estejam em andamento até dezembro/2025, os resultados parciais já evidenciam a importância de iniciativas dessa natureza promovidas pela instituição de ensino superior Fcape, que favorecem a troca de saberes e o fortalecimento das práticas de autoproteção infantil.

Palavras-chave: Crianças. Educação Sexual. Prevenção. Respeito.

A IMPORTÂNCIA DO ACOMPANHAMENTO DE PACIENTES PSIQUIÁTRICOS NA ATENÇÃO PRIMÁRIA EM SAÚDE (APS) PARA O APRENDIZADO DE ESTUDANTES DE MEDICINA

Ana Graziela Santana Alves
Bacharelanda em Medicina
Faculdade de Petrolina – FACAPE

Adna Jayanne Bezerra de Menezes
Bacharelanda em Medicina
Faculdade de Petrolina – FACAPE

Caline Macedo Gomes
Bacharelanda em Medicina
Faculdade de Petrolina – FACAPE

Myrela Clementino de Sá Parente Leite
Bacharelanda em Medicina
Faculdade de Petrolina – FACAPE

Yandra Mylenna da Silva Amorim
Bacharelanda em Medicina
Faculdade de Petrolina – FACAPE

RESUMO: As patologias psiquiátricas representam um verdadeiro desafio devido a sua complexidade, desse modo, entender seu manejo é essencial para qualquer médico sendo importante que os estudantes de medicina se qualifiquem para atender e tratar esses pacientes adequadamente, tendo na Atenção Primária à Saúde seu principal campo de estudo. **Objetivo:** Abordar o acolhimento adequado desses pacientes visa desmistificar estigmas sociais que podem implicar em atendimento clínico inadequado. **Fundamentação teórica:** A Saúde Mental está incluída como direito que deve ser garantido pelo Estado, através do artigo 196, que estabelece acesso universal e igualitário. Além disso, a Lei 10.216/2001 detalha a proteção e os direitos das pessoas com transtornos mentais, promovendo um modelo de tratamento humanizado. **Metodologia:** Estudo descritivo e exploratório, com revisão de literatura nas bases de dados do

PubMed, Google Acadêmico e Scielo. **Resultados:** A capacidade clínica de manejar patologias psíquicas só pode ser desenvolvida a partir da vivência da realidade, fortificando o ensino teórico com a prática, permitindo a formação adequada de novos profissionais.

Palavras-chave: Saúde Mental. Qualificação.

A PELE QUE VIVE: EDUCAÇÃO EM SAÚDE E AUTOCUIDADO PARA IDOSOS

Maryana Marques Silva Santos
Bacharelada em Psicologia
Faculdade de Petrolina – FACAPE

Victor Hugo da Silva Leite
Bacharelado em Medicina
Faculdade de Petrolina – FACAPE

Tamyres de Castro Mateus dos Santos
Bacharelada em Psicologia
Faculdade de Petrolina – FACAPE

Pedro Henrique da Silva Leite
Bacharelado em Medicina
Faculdade de Petrolina – FACAPE

Larissa da Silva de Lacerda
Bacharelada em Medicina
Faculdade de Petrolina – FACAPE

RESUMO: À dermatologia, ao cuidar da pele, exerce papel fundamental na promoção do bem-estar e da qualidade de vida. Na população idosa, alterações cutâneas frequentemente também refletem aspectos emocionais. **Objetivos:** Os objetivos deste projeto de pesquisa é a) Investigar os efeitos de ações educativas sobre o autocuidado da pele em idosos. b) Analisar a relação entre educação em saúde e promoção do envelhecimento saudável. c) Avaliar a contribuição das oficinas educativas para o público idoso. **Fundamentação teórica:** A psicodermatologia mostra que a saúde física não é a única afetada: fatores emocionais e culturais de cada indivíduo também se refletem na pele e na mente (MELLO FILHO, 2002; BRITO; SANTOS, 2022). Diante disso, condições além do físico, exercem influência direta sobre a saúde da pele. **Metodologia:** O projeto faz uso de uma metodologia integrativa, participativa e qualitativa, onde confirmou o aumento do bem-estar e conhecimento dos idosos. **Resultados:** A oficina permitiu aos idosos percepções sobre o autocuidado e na prática perceberam a diferença na qualidade da pele, bem como na prevenção do câncer de pele e fotoenvelhecimento.

Palavras-chave: Educação em saúde. Autocuidado. Idosos. Envelhecimento saudável.
Pesquisa qualitativa.

AÇÃO DE EDUCAÇÃO EM SAÚDE SOBRE PREVENÇÃO DA GRAVIDEZ NA ADOLESCÊNCIA EM ESCOLA PÚBLICA DE JUAZEIRO-BA: RELATO DE EXPERIÊNCIA

Josean Ferreira Soares da Costa
Estudante de Medicina
IDOMED, Juazeiro-BA
josean10_@hotmail.com

Ana Verônica Serafim Neves
Estudante de Medicina
IDOMED, Juazeiro-BA
Anaa_veve@hotmail.com

Renata Pâmela Adones Gomes
Estudante de Medicina
IDOMED, Juazeiro-BA
abelhaadones@gmail.com

Juliana Benevides Duarte de Souza
Estudante de Medicina
IDOMED, Juazeiro-BA
julianabenevides77@gmail.com

Caroline de Oliveira Melo
Estudante de Medicina
IDOMED, Juazeiro-BA
caroline.meed02@gmail.com

Karine da Silva Fonseca
Estudante de Medicina
IDOMED, Juazeiro-BA
veveserafim23@gmail.com

Claudia Christina Delgado leite

Docente de Medicina
IDOMED, Juazeiro-BA
pneumoclaudiadelgado@gmail.com

RESUMO: A gravidez na adolescência é desafio de saúde pública associado a desigualdades sociais; a escola e sua integração com a APS por meio do Programa Saúde na Escola (PSE) são estratégias para prevenção (BRASIL, 2024; CASTRO, 2022). **Objetivo:** Descrever e analisar efeitos imediatos de uma ação educativa realizada em escola pública de Juazeiro-BA. **Metodologia:** Relato de caso qualitativo conduzido no Colégio Modelo Luis Eduardo Magalhães, em auditório, turno da manhã, com turmas disponíveis no momento; duração de 3 horas, com palestra (slides), rodas de conversa com caixa anônima, depoimentos e distribuição de preservativos; música utilizada apenas no encerramento; sem participação da APS/PSE e sem avaliação pré-pós; avaliação por observação participante. **Resultados:** Alto engajamento; dúvidas frequentes sobre uso correto de preservativo, dupla proteção e confidencialidade; depoimentos suscitaram reflexão sobre projeto de vida e trajetória escolar; gestão escolar manifestou interesse em institucionalizar calendário de ações (BRASIL, 2024; CASTRO, 2022). **Conclusão:** A ação foi factível e bem aceita, favorecendo intenção declarada de escolhas preventivas e aproximação com a rede; recomenda-se replicabilidade com pactuação escola-APS/PSE e monitoramento de indicadores mínimos (CHEROBINI et al., 2022; FERNANDES et al., 2018).

Palavras-chave: Gravidez na Adolescência. Educação em Saúde. Ambiente Escolar. Dupla Proteção. Confidencialidade.

AÇÕES DE PREVENÇÃO E PRIMEIROS SOCORROS EM ACIDENTES COM ANIMAIS PEÇONHENTOS

Felipe Gonçalves Rodrigues
Bacharelando em Medicina
Faculdade de Petrolina – FACAPE

Ana Carolina Souza Cavalcanti
Bacharelanda em Medicina
Faculdade de Petrolina – FACAPE

Paulo Roberto de Jesus Silva
Bacharelando em Medicina
Faculdade de Petrolina – FACAPE

Daniel Hirochi Sukeda
Professor Orientador
Bacharel em Medicina
Faculdade de Petrolina – FACAPE

RESUMO: Acidentes com animais peçonhentos são um relevante problema de saúde pública no Brasil, exigindo ações rápidas e corretas para prevenir complicações graves. **Objetivo:** Instruir acadêmicos e a comunidade para reconhecer os principais animais peçonhentos de importância médica, identificar os sinais e sintomas do envenenamento e aplicar as medidas de primeiros socorros adequadas. **Fundamentação Teórica:** A ênfase é dada às diretrizes nacionais para o manejo de acidentes, que incluem a correta higienização do local da picada, a manutenção da vítima em repouso e seu encaminhamento imediato ao serviço médico para avaliação e possível soroterapia, desmistificando práticas populares ineficazes e perigosas como o uso de torniquetes ou a sucção do veneno. **Metodologia:** Serão utilizadas estratégias de ensino-aprendizagem ativas, como a identificação de espécies em imagens, a demonstração de medidas preventivas (uso de EPIs, manejo ambiental) e a encenação das ações de primeiros socorros. **Resultados:** Ampliar o conhecimento prático dos participantes, aumentar a segurança da comunidade e fortalecer o vínculo entre a instituição e a população.

Palavras-chave: Animais Peçonhentos. Primeiros Socorros. Prevenção de Acidentes. Envenenamento. Relações Comunidade-Instituição.

ACONDROPLASIA SECUNDÁRIA A MUTAÇÃO GENÉTICA EM ASSOCIAÇÃO A IVAS

Breno de Araújo Dias
Bacharelando de Medicina
Faculdade de Petrolina – FACAPE

Yuri Francilane Carvalho Dos Santos
Médica Pediatra
Hospital Dom Malan-HDM

Melanie Thie Takahasi
Residente de pediatria
Hospital Dom Malan-HDM

Jorge Icaro Andrade Tavares
Residente de pediatria
Hospital Dom Malan-HDM

Laena Barbosa Leal
Professor Orientador
Preceptora de Endocrino Pediatria no Hospital Dom Malan-HDM

RESUMO: A acondroplasia é uma displasia óssea causada por mutações no gene FGFR3, levando a baixa estatura desproporcional e alterações anatômicas que predisõem a complicações respiratórias graves, especialmente na infância. **Objetivo:** Relatar um caso de paciente com acondroplasia e mutação no FGFR3 internada por nasofaringite aguda, destacando a importância do reconhecimento das alterações anatômicas e manejo precoce. **Método:** Relato de caso baseado na análise clínica, exames genéticos e acompanhamento hospitalar de paciente pré-escolar internada por sintomas respiratórios graves. **Resultados:** Paciente de 3 anos apresentou sintomas de infecção respiratória, com agravamento do quadro incluindo abaulamento da fontanela, tendo confirmação da mutação FGFR3. Foi iniciada investigação e acompanhamento ambulatorial, embora tenha perdido seguimento. **Conclusão:** Pacientes com acondroplasia necessitam de atenção especial no manejo de infecções respiratórias devido às suas alterações anatômicas. Diagnóstico precoce e tratamento específico são essenciais para reduzir complicações e melhorar a qualidade de vida.

Palavras-chave: Acondroplasia. FGFR3. Infecção Respiratória. Alterações Craniofaciais. Pediatria.

AUTOIMAGEM E AUTOESTIMA: PERCEPÇÃO CORPORAL RELACIONADA AO ENVELHECIMENTO CUTÂNEO NOS IDOSOS

Icaro Cavalcanti da Silva
Medicina – Discente FACAPE
icaro.c.silva.25279@aluno.facape.br

RESUMO: O envelhecimento é um processo natural inerente à vida acompanhado por diversas alterações, incluindo mudanças estéticas. Com o aumento do número de idosos, é crucial investigar a influência desses fatores na população idosa. **Objetivo:** Avaliar o impacto das alterações dermatológicas na percepção corporal e autoestima dos idosos. **Métodos:** Foram analisados três estudos, totalizando 188 participantes com idades entre 60 e 92 anos. As pesquisas utilizaram entrevistas semiestruturadas, questionários e grupos focais. **Resultados:** Conclui-se que a percepção corporal na população idosa é influenciada não somente pelo conjunto de comorbidades que o acompanha, mas também pelo próprio envelhecimento fisiológico.

Palavras-chave: Envelhecimento Cutâneo. Autoestima. Autoimagem.

AVALIAÇÃO DE INTERAÇÕES MEDICAMENTOSAS POTENCIAIS COM ANTIBIÓTICOS EM PRESCRIÇÕES HOSPITALARES

Jadianny Daisy de Andrade Assis

Bacharelando em Farmácia

Universidade Federal do Vale do São Francisco – UNIVASF

Isabel Dielle Souza Lima Pio

Professora

Doutora em Biotecnologia

Universidade Federal do Vale do São Francisco – UNIVASF

Deuzilane Muniz Nunes

Professora

Doutora em Ciências Médicas

Universidade Federal do Vale do São Francisco – UNIVASF

Sybelle Christianne Batista de Lacerda Pedrosa

Professora Orientadora

Doutora em Ciências Farmacêuticas

Universidade Federal do Vale do São Francisco – UNIVASF

RESUMO: As interações medicamentosas (IM) ocorrem quando o efeito de um fármaco é modificado pela presença de outro. **Objetivo:** Avaliar as IM potenciais com antibióticos em um hospital público de Petrolina-PE. **Fundamentação teórica:** Os antibióticos apresentam elevado potencial de interação por mecanismos farmacocinéticos e farmacodinâmicos, com impacto na eficácia terapêutica e na resistência microbiana podendo comprometer a segurança do paciente. **Metodologia:** Trata-se de um estudo descritivo, retrospectivo e quantitativo. Foram coletadas prescrições entre outubro/2020 e março/2021. As IM foram identificadas por meio do *Micromedex*® e classificadas por gravidade, mecanismo e evidência. A pesquisa foi aprovada no Comitê de Ética em Pesquisa da UNIVASF sob parecer nº 3.822.086. **Resultados:** Foram avaliadas 146 prescrições, sendo 60,3% com IM potenciais, totalizando 180 IM. As mais frequentes foram Amicacina + Omeprazol (N = 31; 17,2%) com gravidade moderada, seguida de Meropenem + Tramadol (N = 12; 6,7%), considerada grave e Amicacina + Polimixina B (N

= 8; 4,4%) também grave. Dos pacientes, 61% foram do sexo masculino e 41,1% possuíam idade $\geq$ 60 anos.

Palavras-chave: Antimicrobianos. Farmacoterapia. Interação Medicamentosa. Segurança do Paciente.

COMO AGIR EM CASOS DE ENCHENTES E AFOGAMENTOS

Breno de Araújo Dias
Bacharelando em Medicina
Faculdade de Petrolina – FACAPE

Lara Macedo Rodrigues
Bacharelanda em Medicina
Faculdade de Petrolina – FACAPE

Letícia Reis Feitosa Leite
Bacharelanda em Medicina
Faculdade de Petrolina – FACAPE

Daniel Hirochi Sukeda
Professor Orientador
Docente de Medicina
Faculdade de Petrolina – FACAPE

RESUMO: O presente projeto de extensão universitária propõe uma resposta crítica à vulnerabilidade acentuada de comunidades, especialmente das populações de baixa renda e de grupos como crianças e idosos, frente aos riscos de enchentes e afogamentos. **Objetivo:** O projeto busca capacitar a comunidade do Vale do São Francisco para prevenir e responder a desastres, diante da vulnerabilidade gerada pela dinâmica fluvial, ocupação irregular das várzeas e falhas na comunicação de alertas. **Fundamentação teórica:** Apoia-se na articulação entre o Marco de Sendai (RRD), para a capacitação contra desastres, e os Protocolos de Salvamento Aquático (SOBRASA), traduzindo o conhecimento técnico de resgate e Primeiros Socorros em práticas de resiliência local. **Metodologia:** Consistirá em oficinas práticas de Primeiros Socorros, Simulações de Evacuação, e a crucial Formação de Brigadistas/Multiplicadores Comunitários. Para garantir continuidade, serão criados Conteúdos Digitais e um Mapeamento de Vulnerabilidade Participativo. **Resultados:** Espera-se, a redução imediata da vulnerabilidade local e o estabelecimento de uma Brigada de Prevenção Comunitária, consolidando a resiliência na região.

Palavras-chave: Enchentes. Afogamentos. Prevenção de Desastres Hídricos. Vulnerabilidade Social. Resiliência Comunitária.

COMPARAÇÃO DA ASSISTÊNCIA HOSPITALAR A COVID-19 GRAVE ENTRE HOSPITAL UNIVERSITÁRIO E HOSPITAL DE JUAZEIRO

Thamires Carvalho Silva

Bacharelada em Farmácia

Universidade Federal do Vale do São Francisco - UNIVASF

Maria Alice Ramos Bezerra Sousa

Bacharelada em Farmácia

Universidade Federal do Vale do São Francisco - UNIVASF

Bianca Araujo Dias

Bacharelada em Direito

Universidade Federal do Vale do São Francisco - UNIVASF

Isabel Dielle Souza Lima Pio

Professora

Doutora em Biotecnologia

Universidade Federal do Vale do São Francisco – UNIVASF

Deuzilane Muniz Nunes

Professora

Doutora em Ciências Médicas

Universidade Federal do Vale do São Francisco – UNIVASF

Sybelle Christianne Batista de Lacerda Pedrosa

Professora Orientadora

Doutora em Ciências Farmacêuticas

Universidade Federal do Vale do São Francisco - UNIVASF

RESUMO: A pandemia de COVID-19 provocou mudanças significativas na farmacoterapêutica em UTIs, diante da alta complexidade clínica e da incerteza sobre terapias, o que intensificou o uso de antimicrobianos. **Objetivo:** Comparar a assistência farmacêutica em UTIs de pacientes com COVID-19 grave, destacando o uso de medicamentos, entre dois hospitais públicos. **Fundamentação teórica:** O uso generalizado de antimicrobianos favoreceu o surgimento de infecções secundárias, o que

destaca a importância do farmacêutico clínico. **Metodologia:** O estudo foi realizado no Hospital Universitário (Petrolina-PE) e no Hospital de Juazeiro (BA). Foram analisados prontuários de pacientes adultos com COVID-19 grave internados em UTI, coletados entre fevereiro e dezembro de 2021. As informações clínicas e farmacoterapêuticas foram extraídas de registros hospitalares. **Resultados:** Os resultados indicaram que os pacientes do Hospital Universitário apresentaram maior tempo de internação e maior prescrição de antibióticos. Esses achados reforçam a necessidade de programas de stewardship antimicrobiano e de maior integração do farmacêutico clínico nas UTIs.

Palavras-chave: COVID-19. Antimicrobianos. Farmacêutico Clínico.

CONHECER PARA PREVENIR: A EDUCAÇÃO COMO ESTRATÉGIA DE PREVENÇÃO ÀS VIOLÊNCIAS NO CONTEXTO ESCOLAR DE PETROLINA- PE

Girleide Alves De Oliveira
Bacharelada em Serviço Social
Faculdade de Petrolina - FACAPE

Iraneide Pereira Cruz
Bacharelada em Serviço Social
Faculdade de Petrolina – FACAPE

Jael da Costa e Silva
Bacharelada em Serviço Social
Faculdade de Petrolina – FACAPE

Luise Vitória De Souza Bispo
Bacharelada em Serviço Social
Faculdade de Petrolina – FACAPE

Ma. Maria Lúcia da Silva Souza
Professora Orientadora

RESUMO: O presente trabalho teve como objetivo promover ações educativas voltadas à prevenção da violência e à difusão dos direitos de crianças no âmbito da Escola municipal Santa Terezinha, localizada na comunidade Dom Avelar, com estudantes na faixa etária de 9 a 11 anos, por meio da oficina intitulada “Conhecer para Prevenir”. A oficina integra o Projeto de Extensão Prevenção às Violências Contra Crianças e Adolescentes do município de Petrolina (PREVCAMP). A metodologia adotada para o desenvolvimento das oficinas baseou-se em uma abordagem qualitativa e quantitativa de caráter exploratório, contemplando as seguintes ações: rodas de conversa, discussão sobre a tipificação dos conceitos de violência, apresentação dos principais canais de denúncia, e produção de expressões artísticas livres, por meio de desenhos e relatos elaborados pelas próprias crianças. Os resultados das oficinas evidenciam a relevância da interação entre extensionistas e as crianças, destacando o respeito, à diversidade e o

compartilhamento de saberes e a escuta ativa, a partir dos materiais produzidos pelos participantes. As atividades contribuíram para o processo de prevenção às violências praticadas contra crianças, tanto no contexto escolar como também no ambiente doméstico. A oficina fundamenta-se em referenciais teóricos que abordam a temática da proteção infantojuvenil, articulados às práticas vivenciadas no projeto de extensão em andamento.

Palavras-chave: Atividades Lúdicas. Diversidade. Extensão. Prevenção.

CRIANÇAS COMO MULTIPLICADORAS DO CONHECIMENTO: EDUCAÇÃO EM SAÚDE SOBRE O AVE NO AMBIENTE ESCOLAR

Manuela Reis Silva dos Anjos

Bacharelanda em Medicina

Faculdade ESTÁCIO/IDOMED JUAZEIRO-BA

Maria Helena Landim Silva

Bacharelanda em Medicina

Faculdade ESTÁCIO/IDOMED JUAZEIRO-BA

Mariana Torres Figueiredo

Bacharelanda em Medicina

Faculdade ESTÁCIO/IDOMED JUAZEIRO-BA

Rita de Cássia Campos Carvalho

Bacharelanda em Medicina

Faculdade ESTÁCIO/IDOMED JUAZEIRO-BA

Talia Carneiro Pinto

Bacharelanda em Medicina

Faculdade ESTÁCIO/IDOMED JUAZEIRO-BA

Maria da Conceição Aquino de Sá

Professora Orientadora Pós-Doutora em Imunologia

Faculdade ESTÁCIO/IDOMED JUAZEIRO-BA

RESUMO: O Acidente Vascular Encefálico (AVE) é uma das principais causas de mortalidade e incapacidade funcional no Brasil, sendo o reconhecimento precoce crucial para melhor prognóstico e prevenção de agravos. Nesse contexto, a educação em saúde para crianças é uma ferramenta para capacitá-las a reconhecer os sinais e compartilhar o conhecimento adquirido com sua família e comunidade, fortalecendo a promoção e prevenção em saúde. **Objetivo:** Conscientizar e orientar crianças sobre como reconhecer episódios de AVE e as ações imediatas a serem tomadas. **Fundamentação teórica:** A intervenção dentro da janela terapêutica permite restaurar o fluxo cerebral, o que promove um melhor prognóstico e menor mortalidade. **Metodologia:** Foi realizado em

escola pública de Petrolina-PE com crianças do quinto ano do ensino fundamental, por meio de um livro lúdico interativo, com a personificação dos sinais e sintomas do AVE em heróis e mnemônico do número do SAMU. **Resultados concluídos:** A estratégia interativa multifacetada instigou a atenção e participação dos alunos, visto que esse processo de construção do conhecimento uniu o brincar ao pensar.

Palavras-chave: Acidente Vascular Encefálico. Crianças. Educação em Saúde.

DIAGNÓSTICO PRECOCE DO DM1 E O PAPEL DOS ANÁLOGOS DE INSULINA NA OTIMIZAÇÃO DO CONTROLE GLICÊMICO INFANTIL

Jonath Oliveira do Nascimento

Bacharelando em Medicina

Universidade Federal do Vale do São Francisco – UNIVASF

José Mendes Correia de Araújo Júnior

Médico Pediatra do Hospital Dom Malan

Karen de Carvalho Sousa

Bacharelada em Medicina

Faculdade de Petrolina – FACAPE

Marina Duarte Gama Vieira

Médica Residente de Pediatria do Hospital Dom Malan

Ryan Maciel Barbosa

Bacharelando em Medicina

Faculdade de Petrolina – FACAPE

Laena Barbosa Leal

Professora Orientadora

Endocrinologista Pediátrica

Médica Pediatra do Hospital Dom Malan

RESUMO: O diabetes mellitus tipo 1 (DM1) é uma doença autoimune que causa destruição das células β pancreáticas e deficiência absoluta de insulina. O aumento dos casos em menores de cinco anos reforça a importância do diagnóstico e tratamento precoces para prevenir complicações como a cetoacidose diabética (CAD). **Objetivo:** Relatar caso que evidencia o impacto do uso de análogos de insulina no controle do DM1 infantil. **Fundamentação teórica:** Diretrizes recentes recomendam o uso de análogos de insulina de ação rápida e prolongada por apresentarem farmacocinética mais previsível, menor risco de hipoglicemia e melhor controle metabólico que NPH e regular. **Metodologia:** Relato de caso de criança atendida no Hospital Dom Malan (Petrolina/PE), com dados clínicos e laboratoriais obtidos do prontuário. **Resultados:** Pré-escolar de 3

anos com DM1 e episódios prévios de CAD apresentou melhora clínica e estabilidade glicêmica após substituição para análogo de longa duração, evidenciando que o uso precoce desses análogos otimiza o controle metabólico e reduz complicações.

Palavras-chave: Diabetes Mellitus Tipo 1. Análogos de Insulina. Cetoacidose Diabética. Pediatria.

EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS E ADOLESCÊNCIA: RELATO DE EXPERIÊNCIA SOBRE FORMAÇÃO PARA A CIDADANIA

Maruza Milena de Araújo Silva Alves Nunes
Mestranda em Educação
Universidade de Pernambuco - UPE

Fernando da Silva Cardoso
Livre Docente – Doutor em Direito
Universidade de Pernambuco - UPE

RESUMO: O estudo relata a experiência de uma ação educativa desenvolvida com estudantes dos cursos Integrado e Subsequente no Instituto Federal da Bahia – Campus Juazeiro/BA. O objetivo central foi promover a conscientização dos jovens sobre sua condição de sujeitos de direitos e agentes de transformação social, abordando temas como Direitos Humanos, desigualdade e projeto de vida. A fundamentação teórica que alicerça o estudo foi: Freire (1996), Ribeiro (1995) e Teixeira (2006). A metodologia utilizou atividades dialógicas e dinâmicas reflexivas, contemplando o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), o autoconhecimento e a cidadania. A intervenção mostrou-se eficaz, superando desafios, ao despertar o interesse dos estudantes por justiça social e fomentar a construção de projetos de vida pautados nos direitos humanos.

Palavras-chave: Educação em Direitos Humanos. Adolescência. Projeto de Vida. Cidadania. Desigualdade Social.

EDUCAÇÃO SEXUAL E CONSCIENTIZAÇÃO JUVENIL: UM PROJETO DE EXTENSÃO SOBRE GRAVIDEZ NÃO PLANEJADA NA ADOLESCÊNCIA

Fabiano dos Santos Silva

Bacharelando em Farmácia

Universidade Federal do Vale do São Francisco - UNIVASF

Maria José Carolina de Carvalho

Bacharelada em Farmácia

Universidade Federal do Vale do São Francisco - UNIVASF

Misael Rodrigues de Lima

Bacharelando em Farmácia

Universidade Federal do Vale do São Francisco - UNIVASF

Rafaela Chagas dos Santos

Bacharelada em Farmácia

Universidade Federal do Vale do São Francisco - UNIVASF

Samya Alves Menezes

Bacharelada em Farmácia

Universidade Federal do Vale do São Francisco - UNIVASF

Sybelle Christianne Batista de Lacerda Pedrosa

Professora Orientadora

Doutora em Ciências Farmacêuticas

Universidade Federal do Vale do São Francisco - UNIVASF

RESUMO: A gravidez não planejada na adolescência é um problema recorrente no Brasil, com média de 65 nascimentos para cada mil meninas. A desinformação e o tabu sobre sexualidade reforçam a importância de ações educativas que promovam diálogo e conscientização. **Objetivo:** Promover a reflexão sobre os desafios e consequências da gravidez precoce, fortalecendo a educação sexual e a autonomia dos adolescentes. **Fundamentação teórica:** A adolescência é uma fase de mudanças e busca por identidade. A falta de informações sobre sexualidade e contracepção aumenta os casos de gravidez

precoce. A educação sexual é essencial na prevenção e no protagonismo juvenil.

Metodologia: A ação ocorreu por meio de uma roda de conversa com alunos da Escola Dr. Pacífico da Luz, com linguagem acessível e participativa, abordando temas como contracepção, responsabilidade e papel da família. **Resultados Concluídos:** Os estudantes mostraram interesse e abertura ao diálogo. O projeto ampliou o conhecimento sobre prevenção e ajudou na formação de jovens mais conscientes e responsáveis.

Palavras-chave: Gravidez na Adolescência. Educação Sexual. Prevenção. Extensão Universitária. Conscientização.

ENGASGO E PARADA CARDIORRESPIRATÓRIA: AÇÕES DE PREVENÇÃO E EXTENSÃO EM URGÊNCIAS E TRAUMAS

Victor Hugo da Silva Martins

Bacharelando em Medicina

Faculdade de Petrolina – FACAPE

o.martinshugo@gmail.com

Millena Ribeiro Bessa

Bacharelada em Medicina

Faculdade de Petrolina – FACAPE

millena.bessa1@gmail.com

Daniel Alencar Correa

Bacharelando em Medicina

Faculdade de Petrolina – FACAPE

danielcorrea80.med@gmail.com

Daniel Hirochi Sukeda

Docente de Medicina

Faculdade de Petrolina – FACAPE

daniel_sukeda@yahoo.com.br

RESUMO: Engasgo e parada cardiorrespiratória (PCR) são situações críticas que exigem intervenções rápidas e eficazes para garantir a sobrevivência. **Objetivo:** O projeto de extensão “Ações de Prevenção e Extensão em Urgências e Traumas” visa instruir acadêmicos e comunidade para reconhecer e agir perante sinais de alarme, aplicando manobras de primeiros socorros, como a manobra de *Heimlich* e a reanimação cardiopulmonar (RCP). **Fundamentação teórica:** Apoia-se em protocolos atualizados de atendimento em urgência e emergência, com ênfase nas recomendações da *American Heart Association*, diretrizes nacionais e manuais de primeiros socorros que reforçam a importância da educação em saúde. **Metodologia:** Consistirá em oficinas práticas, rodas de conversa e simulações, conduzidas por acadêmicos sob supervisão profissional, estimulando o ensino-aprendizagem ativo e a integração ensino-extensão. **Resultados:** Espera-se ampliação do conhecimento teórico-prático, qualificação técnica e segurança

para agir em situações emergenciais, fortalecendo o vínculo com a comunidade e contribuindo para a difusão de práticas preventivas em urgências e traumas.

Palavras-chave: Emergências. Engasgo. Parada Cardiorrespiratória. Relações Comunidade-Instituição.

ENSAIO DE ATIVIDADE ANTITUMORAL DE Hm-EtOH E Hm-AcOEt EM CÉLULAS DO SARCOMA S-180

Alessandra Gomes Marques Pacheco
Faculdade de Petrolina – FACAPE
Universidade Estadual de Feira de Santana

Jackson Guedes Roberto Guedes da Silva Almeida
Universidade Federal do Vale do São Francisco – UNIVASF

Rosemairry Luciane Mendes
Universidade Federal do Vale do São Francisco – UNIVASF

Érica Martins Lavor
Universidade Estadual de Feira de Santana

Edson Jorge Pacheco
Faculdade de Petrolina – FACAPE

RESUMO: O câncer é uma das principais causas de mortalidade mundial, e a busca por compostos bioativos de origem vegetal tem se mostrado promissora. **Objetivo:** avaliar a atividade antitumoral dos extratos Hm-EtOH e Hm-AcOEt frente às células do sarcoma S-180. **Fundamentação teórica:** estudos demonstram que metabólitos secundários vegetais podem modular a proliferação celular e induzir apoptose, apresentando potencial terapêutico. **Metodologia:** o modelo tumoral S-180 foi inoculado em camundongos Swiss e, após sete dias, os animais foram tratados por via intraperitoneal com Hm-EtOH e Hm-AcOEt nas doses de 25, 50 e 100 mg/kg, durante sete dias consecutivos. O grupo controle positivo recebeu metotrexato (1,5 mg/kg) e o negativo apenas salina. O crescimento tumoral foi avaliado por paquímetro, e o índice de inibição calculado com base na diferença média de pesos tumorais entre os grupos. **Resultados:** ambos os extratos reduziram significativamente o crescimento tumoral, com destaque para Hm-AcOEt, que apresentou maior percentual de inibição e baixa toxicidade aparente, indicando potencial para estudos futuros de isolamento de compostos ativos.

Palavras-chave: atividade antitumoral. sarcoma S-180. extratos vegetais. Hm-EtOH. Hm-AcOEt.

ESTRATÉGIAS PARA PREVENIR ACIDENTES E PROMOVER SEGURANÇA NO TRÂNSITO NO MUNICÍPIO DE PETROLINA-PE

Fernanda Moreira Lino
Bacharelada em Medicina
Faculdade de Petrolina – FACAPE

Maria Clara Mayer Moller
Bacharelada em Medicina
Faculdade de Petrolina - FACAPE

Maria Fernanda Santos Silva
Bacharelada em Medicina
Faculdade de Petrolina – FACAPE

Maria Vitória Pinheiro Cordeiro
Bacharelada em Medicina
Faculdade de Petrolina – FACAPE

Daniel Hirochi Sukeda
Professor Orientador
Médico Cirurgião
Faculdade de Petrolina – FACAPE

RESUMO: Os acidentes de trânsito representam um sério problema de saúde pública, fortemente relacionados a comportamentos de risco. No município de Petrolina-PE, observa-se elevada incidência de sinistros envolvendo motociclistas jovens, o que reforça a necessidade de intervenções educativas direcionadas a esse grupo. **Objetivo:** O projeto propõe a prevenção de imprudências no trânsito por meio de oficinas educativas e da divulgação de orientações de segurança em mídias sociais, em parceria com empresas privadas. **Fundamentação teórica:** Segundo o DATASUS, em Petrolina, houve um total de 5.639 internações e 130 mortes em decorrência de acidentes envolvendo motociclistas entre os anos de 2021 a 2024. **Metodologia:** Foi elaborado um plano de ação hipotético baseado nos dados estatísticos do DATASUS que consistiu em identificar os principais fatores de risco e medidas preventivas em forma de ações educativas. **Resultados:** Especula-se melhora na percepção de comportamentos de risco, além de um acréscimo

da adesão ao uso regular de equipamentos de proteção, conforme avaliação por questionário aplicado antes e depois das atividades.

Palavras-chave: Acidentes Automobilísticos. Trânsito. Educação. Prevenção.

INFECÇÕES SEXUALMENTE TRANSMISSÍVEIS: UM RELATO DE AÇÃO EDUCATIVA COMUNITÁRIA

Nathan Oliveira Medrado

Bacharelado em Enfermagem
Universidade de Pernambuco – UPE

Júlia Stefani Clementino Lins

Bacharelada em Enfermagem
Universidade de Pernambuco – UPE

Damires Maria Castro Rodrigues

Bacharelada em Enfermagem
Universidade de Pernambuco – UPE

Julia Maria Cavalcanti Macedo

Bacharelada em Enfermagem
Universidade de Pernambuco – UPE

Sofia Melo Santana

Bacharelada em Medicina
Faculdade de Petrolina – FACAPE

Lívia Maria de Jesus Macedo

Bacharelada em Enfermagem
Universidade de Pernambuco – UPE

Thereza Cristina Da Cunha Gama Lima

Professor Orientador
Doutora em Educação em Ciências
Universidade de Pernambuco – UPE

RESUMO: As Infecções Sexualmente Transmissíveis (ISTs) permanecem como um desafio de saúde pública no Brasil, sobretudo em comunidades com limitado acesso à informação, onde tabus e crenças equivocadas dificultam a prevenção e o diagnóstico precoce. **Objetivo:** Relatar uma ação educativa sobre ISTs realizada no CRAS José e Maria, em Petrolina-PE. **Fundamentação teórica:** A educação popular em saúde,

baseada em Paulo Freire, defende o diálogo e a valorização dos saberes populares como estratégias de transformação social, enquanto o Ministério da Saúde reforça a importância das ações participativas no enfrentamento das ISTs. **Metodologia:** A ação foi conduzida por extensionistas e profissionais de saúde. Utilizaram-se dinâmicas, quiz, rodas de conversa e distribuição de materiais educativos, com participação voluntária de adolescentes, jovens e adultos do CRAS. **Conclusão:** A iniciativa evidenciou o potencial das ações educativas comunitárias para promover a prevenção das ISTs. Com metodologias participativas e linguagem acessível, a extensão universitária mostra-se essencial na promoção da saúde e na construção de uma sexualidade mais consciente e segura.

Palavras-chave: Educação em Saúde. Infecções Sexualmente Transmissíveis. Promoção da Saúde.

MECANISMOS DO ENVELHECIMENTO CUTÂNEO: UMA REVISÃO INTEGRATIVA DA LITERATURA

José Ramos Gonçalves Gomes Neto
Bacharelando em Medicina
Faculdade de Petrolina – FACAPE

Ana Luísa Vilela Amorim
Bacharelando em Medicina
Faculdade de Petrolina – FACAPE

Luiz Otavio Macedo Coelho Cavalcante
Bacharelando em Medicina
Faculdade de Petrolina – FACAPE

Graziele Aquila de Souza Brandão
Professora Orientadora
Bacharel em Medicina
Faculdade de Petrolina – FACAPE

RESUMO: O envelhecimento cutâneo é um processo multifatorial, influenciado por mecanismos intrínsecos e extrínsecos. **Objetivo:** Abordar as teorias do envelhecimento cutâneo, analisando seus fundamentos e implicações na saúde da pele. **Metodologia:** Trata-se de uma revisão integrativa da literatura, com foco nos mecanismos biológicos do envelhecimento cutâneo, selecionados 7 artigos utilizando bases de dados como PubMed, Scopus e Google Scholar. **Fundamentação teórica:** Fatores como estresse oxidativo, inflamação crônica, disfunção mitocondrial e alterações hormonais desempenham um papel central, resultando na degradação da matriz extracelular e na perda da integridade cutânea. Influências externas, como radiação ultravioleta, poluição e hábitos de vida, intensificam esses efeitos. Estratégias preventivas, como fotoproteção e uma alimentação ideal, são essenciais para minimizar os danos e favorecer abordagens terapêuticas eficazes na dermatologia. **Resultados:** Conclui-se que a compreensão desses mecanismos é crucial para o desenvolvimento de ações preventivas e terapêuticas eficazes, como fotoproteção e uso de antioxidantes, visando a manutenção da saúde da pele.

Palavras-chave: Envelhecimento Cutâneo. Fotoproteção. Estresse Oxidativo. Glicação.

PELE QUE VIVE: O VIÉS DERMATOLÓGICO NO PROCESSO DO ENVELHECIMENTO

Mariana de Souza Costa Alencar
Bacharelada em Medicina
Faculdade de Petrolina – FACAPE

Matheus Vinícius Rodrigues de Moraes Parente
Bacharelado em Medicina
Faculdade de Petrolina – FACAPE

Natália Isabel Cezar Gama
Bacharelada em Medicina
Faculdade de Petrolina – FACAPE

Geovanna Torres Benevides Silva
Bacharelada em Medicina
Faculdade de Petrolina – FACAPE

Michele Abade
Bacharelada em Direito
Faculdade de Petrolina – FACAPE

Graziele Áquila de Souza Brandão
Professor Orientador
Faculdade de Petrolina – FACAPE

RESUMO: O envelhecimento da pele é um processo fisiológico que envolve modificações estruturais e funcionais, pode ser intrínseco (genético e cronológico) e extrínseco (danos ambientais, principalmente da radiação ultravioleta, além de outros fatores). **Objetivo:** Analisar estratégias de cuidados dermatológicos aplicáveis à população idosa. **Metodologia:** Revisão integrativa de literatura. **Fundamentação teórica:** Durante o estudo, notou-se que intervenções simples e contínuas, como a hidratação tópica regular, uso diário de fotoprotetor e educação sobre cuidados com fricção e umidade reduzem a incidência de xerose, fissuras, infecções secundárias e lesões traumáticas. Constatou-se a relevância do uso de emolientes cerosos para restauração da barreira cutânea, o impacto da fotoproteção na prevenção de lesões

actínicas e neoplasias, e benefício das avaliações dermatológicas periódicas na detecção precoce de tumores e infecções. **Resultado em andamento:** Dessa forma, com as diversas alterações que ocorrem na pele do idoso, o Projeto de Extensão- PELE QUE VIVE-cumprе papel importante de disseminar informações e compartilhar conhecimento.

Palavras-chave: Envelhecimento Cutâneo. Dermatologia. Saúde do Idoso. Prevenção. Educação em Saúde.

PERCEPÇÃO DE USUÁRIOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE ACERCA DO ACOLHIMENTO EM UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE

Ana Beatriz Marques de Menezes Jericó

Bacharelada em Medicina

Faculdade ESTÁCIO/IDOMED JUAZEIRO-BA

Manuela Reis Silva dos Anjos

Bacharelada em Medicina

Faculdade ESTÁCIO/IDOMED JUAZEIRO-BA

Mariana Torres Figueiredo

Bacharelada em Medicina

Faculdade ESTÁCIO/IDOMED JUAZEIRO-BA

Max Rarysson da Mota Maia

Bacharelado em Medicina

Faculdade ESTÁCIO/IDOMED JUAZEIRO- BA

Jorge Messias Leal do Nascimento

Professor Orientador

Doutor em Microbiologia

Faculdade ESTÁCIO/IDOMED JUAZEIRO- BA

RESUMO: O acolhimento é um dos principais dispositivos da Política Nacional de Humanização (PNH), configurando-se como prática essencial para o fortalecimento do vínculo e da confiança entre usuários e equipes de saúde, sendo fundamental a compreensão da realidade vivenciada pelos usuários da Atenção Primária à Saúde (APS).

Objetivo: Avaliar a percepção dos usuários da APS sobre o acolhimento nas Unidades Básicas de Saúde (UBS) de Juazeiro/BA e Petrolina/PE. **Fundamentação teórica:** Baseia-se na Política Nacional de Humanização (PNH), com foco na integralidade do cuidado.

Metodologia: Pesquisa transversal, qualitativa e descritiva, de abordagem exploratória, realizada com usuários maiores de 18 anos das UBS de Juazeiro/BA e Petrolina/PE, mediante assinatura do TCLE. Os dados serão coletados por meio de questionário socioeconômico e entrevistas guiadas. **Resultados (em andamento):** O projeto está na

fase de triagem das UBS e elaboração do questionário, visando assegurar percepções diversas sobre o acolhimento, além de garantir clareza e validade das respostas.

Palavras-chave: Acolhimento. Atenção Primária à Saúde. Humanização da Assistência.

POLÍTICA MUNICIPAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS: UMA ANÁLISE DA GESTÃO INTEGRADA DE RESÍDUOS SÓLIDOS NA CIDADE DE PETROLINA, PERNAMBUCO A LUZ DAS DIRETRIZES DA LEI Nº 035/2022

Ana Julia Silva de Sá
Faculdade de Petrolina - FACAPE
ana.sa.27620@aluno.facape.br

Ana Mikaele de Santana Silva
Faculdade de Petrolina - FACAPE
ana.silva.26728@aluno.facape.br

Edson Alves de Oliveira
Faculdade de Petrolina - FACAPE
edson.a.oliveira.24558@aluno.facape.br

Nêmora Monicke da Silva Teles
Faculdade de Petrolina - FACAPE
nemora.teles.26557@aluno.facape.br

Vitor Barros Batista
Faculdade de Petrolina - FACAPE
vitor.batista.26341@aluno.facape.br

Andre Luiz Queiroz de Andrade
Professor Orientador
Faculdade de Petrolina - FACAPE
andre.andrade@prof.facape.br

RESUMO: A Política Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos de Petrolina, instituída pela Lei Complementar nº 035/2022, tem como base a Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei Federal nº 12.305/2010) e busca promover o manejo sustentável dos resíduos por meio da responsabilidade compartilhada entre poder público, empresas e cidadãos. A lei estabelece diretrizes para reduzir, reutilizar, reciclar e dar destinação final adequada aos resíduos, fortalecendo a sustentabilidade local. Apesar dos avanços legais,

o município ainda enfrenta dificuldades na execução plena da norma, devido à falta de infraestrutura, à limitação da coleta seletiva e à baixa participação popular. A pesquisa teve caráter qualitativo e exploratório, com análise da Lei Complementar nº 035/2022 e de relatórios da AMMA, além da observação das práticas de coleta e destinação de resíduos no município. Foram observados avanços pontuais, como o Plano Municipal de Gestão Integrada e parcerias com catadores, mas ainda existem falhas na destinação dos resíduos e na adesão da população. Conclui-se que a eficácia da Lei nº 035/2022 depende da melhora da educação ambiental e da participação social.

Palavras-chave: Resíduos Sólidos. Política Municipal. Coleta Seletiva. Educação Ambiental. Sustentabilidade.

PREVALÊNCIA DE HIPERTENSÃO ARTERIAL EM ACADÊMICOS DO SERTÃO PERNAMBUCANO

Nícolas Gomes Gadêlha

Graduando em Medicina

Universidade Federal do Vale do São Francisco – UNIVASF

Rafael Ringo Alves de Holando

Graduando em Medicina

Universidade Federal do Vale do São Francisco – UNIVASF

Vinícius da Silva Pacífico

Graduando em Medicina

Universidade Federal do Vale do São Francisco – UNIVASF

Maria Eduarda Souza Sampaio Vieira

Graduanda em Farmácia

Universidade Federal do Vale do São Francisco – UNIVASF

Rafaela Macedo Lira

Graduanda em Farmácia

Universidade Federal do Vale do São Francisco – UNIVASF

Dalila de Brito Marques Ramos

Professora Orientadora

Doutora em Bioquímica e Fisiologia

Universidade Federal do Vale do São Francisco - UNIVASF

RESUMO: A Hipertensão Arterial (HA) é uma doença crônica não transmissível caracterizada pela elevação persistente da pressão arterial, influenciada por fatores genéticos, ambientais e psicossociais, sendo o principal fator de risco para doenças cardiovasculares. **Objetivo:** Avaliar a prevalência de HA e o histórico familiar em acadêmicos de uma universidade do Sertão Pernambucano. **Fundamentação teórica:** A análise epidemiológica da HA é fundamental para estratégias de prevenção e promoção da saúde entre jovens adultos. **Metodologia:** Estudo observacional com 121 acadêmicos de Enfermagem e Medicina, aprovado pelo Comitê de Ética (CAAE:86335924.4.0000.0282). Após assinatura do Termo de Consentimento Livre e

Esclarecido, aplicou-se questionário sobre histórico familiar e realizaram-se três aferições da pressão arterial, considerando a média das duas últimas. **Resultados:** A prevalência de HA foi de 9,92%, com associação significativa da PA sistólica elevada ao sexo masculino (OR=10,57; IC95%: 2,20–50,84; $p=0,002$). Verificou-se histórico familiar em 71,9% dos participantes.

Palavras-chave: Estilo de Vida. Doenças Cardiovasculares. Hábitos Saudáveis.

PREVENÇÃO DE ACIDENTES ELÉTRICOS: UMA REFLEXÃO SOBRE PRÁTICAS SEGURAS

Anderson de Santana Baia
Bacharelando em Medicina
Faculdade de Petrolina – FACAPE

João Batista Ribeiro de Medeiros
Bacharelando em Medicina
Faculdade de Petrolina – FACAPE

Lucas Rafael Monteiro Belfort
Bacharelando em Medicina
Faculdade de Petrolina – FACAPE

Daniel Hirochi Sukeda
Professor Orientador
Bacharel em Medicina
Faculdade de Petrolina – FACAPE

RESUMO: As queimaduras causadas por choque elétrico representam um desafio significativo na prática médica, devido à sua complexidade fisiopatológica, ampla gama de manifestações clínicas e potencial de morbidade e mortalidade elevadas. **Objetivo:** Analisar o conhecimento dentro do ambiente acadêmico sobre práticas de prevenção de queimadura por choque elétrico. **Fundamentação teórica:** A gravidade das lesões elétricas é multifatorial, dependendo de características da exposição como tipo de corrente, voltagem, amperagem, duração do contato, resistência tecidual e o percurso da corrente pelo corpo. Estudos recentes têm se aprofundado nas particularidades das lesões por corrente contínua (CC), que, embora menos frequentes que as por corrente alternada (CA), apresentam um perfil de lesão distinto. **Metodologia:** Serão utilizadas estratégias de ação lúdica que, passando pelo princípio das metodologias ativas, através de casos clínicos simulados, em que os envolvidos possam refletir sobre possíveis ações sobre a temática proposta, pensando assim em técnicas de prevenção. **Resultados:** A pesquisa contínua nesta área é fundamental para aprimorar as estratégias de prevenção, diagnóstico e tratamento, especialmente no que tange às particularidades das lesões por corrente contínua, que ainda demandam mais estudos para a identificação de consequências médicas bem definidas em diversos cenários.

Palavras-chave: Queimaduras Elétricas. Prevenção de Acidentes. Educação em Saúde.

PREVENÇÃO DE QUEDAS DOMICILIARES ENTRE IDOSOS DA FATI: RELATO DE EXPERIÊNCIA DE UMA AÇÃO EDUCATIVA

Rebeca Gabriele Leite Rocha
Bacharelada em Enfermagem
Universidade de Pernambuco - UPE

Nathália Alves Nascimento
Bacharelada em Enfermagem
Universidade de Pernambuco - UPE

Maria Luisa Coêlho Reis
Bacharelada em Enfermagem
Universidade de Pernambuco - UPE

Maria Elda Alves de Lacerda Campos
Professora Orientadora
Doutora em Educação em Ciências
Universidade de Pernambuco - UPE

Thereza Christina da Cunha Lima Gama
Professora Orientadora
Doutorando em Educação em Ciências
Universidade de Pernambuco - UPE

RESUMO: O envelhecimento populacional exige ações que promovam saúde e qualidade de vida. Diante disso, este trabalho objetiva relatar uma experiência de extensão universitária da Faculdade Aberta da Terceira Idade (FATI), em parceria com a Universidade de Pernambuco - *Campus Petrolina* (UPE) e a Faculdade de Petrolina (FACAPE), voltada à prevenção de acidentes domésticos e ao envelhecimento saudável. A metodologia ocorreu a partir de atividades lúdicas, por meio de oficinas educativas, com dinâmicas e diálogos que estimularam a participação dos idosos. O referencial teórico baseou-se em Foltran e Oliveira (2020), Bell Hooks (2017) e Wondracek e Dullius (2024). Nos resultados obtidos, observou-se maior sensibilização sobre cuidados no lar, fortalecimento de vínculos e trocas intergeracionais, evidenciando o impacto positivo da extensão universitária na promoção da saúde e na valorização da pessoa idosa. As ações

desenvolvidas mostraram-se eficazes na construção de um ambiente acolhedor e educativo, favorecendo o bem-estar coletivo. Dessa forma, o projeto reforça o papel social da universidade na transformação e inclusão das pessoas idosas na comunidade.

Palavras-chave: Extensão Universitária. Idosos. Prevenção de Quedas. Promoção da Saúde.

PREVENÇÃO DE TRAUMA NO IDOSO: ESTRATÉGIAS EDUCATIVAS PARA UM ENVELHECIMENTO SEGURO

Yandra Mylenna da Silva Amorim
Bacharelanda em Medicina
Faculdade de Petrolina – FACAPE

Ana Graziela Santana Alves
Bacharelanda em Medicina
Faculdade de Petrolina – FACAPE

Myrela Clementino de Sá Parente Leite
Bacharelanda em Medicina
Faculdade de Petrolina – FACAPE

Gilvan Alves de França Junior
Bacharelando em Medicina
Faculdade de Petrolina – FACAPE

Daniel Hirochi Sukeda
Bacharel em Medicina
Professor Orientador
Faculdade de Petrolina – FACAPE

RESUMO: O último censo revela um aumento de 56% da população idosa em relação ao ano de 2010. Dado o envelhecimento populacional e consequentemente, a sua maior fragilidade quando expostos a eventos traumáticos, é fundamental a implementação de mecanismos preventivos. **Objetivo:** Desenvolver ações educativas em saúde voltadas aos idosos e cuidadores, minimizando os riscos de traumas. **Fundamentação teórica:** Tendo em vista a alta morbimortalidade em idosos vítimas de traumas devido a alterações fisiológicas, comorbidades e tempo prolongado de recuperação, a estratégia de educação em saúde ajuda a identificar e mitigar os riscos de trauma nessa população. **Metodologia:** O respaldo teórico ocorrerá através das bases de dados Scielo e Google Acadêmico, a partir de 2000. Em seguida, serão desenvolvidas atividades de prevenção ao trauma em idosos em casas geriátricas. **Resultados:** Espera-se que a incidência de traumas nessa população reduza após implementação das atividades, contribuindo na qualidade de vida, autonomia e longevidade dos idosos.

Palavras-chave: Idoso. Trauma. Envelhecimento. Mortalidade.

PREVENIR É MELHOR QUE REMEDIAR: ESTRATÉGIAS EDUCATIVAS EM SAÚDE A PARTIR DA VIVÊNCIA PRÁTICA EM URGÊNCIAS E EMERGÊNCIAS

Daniel Hirochi Sukeda

Docente Curso de Medicina

Faculdade de Petrolina – FACAPE

RESUMO: O projeto apresenta estratégias educativas em saúde fundamentadas na vivência prática em urgências e emergências, visando ampliar o conhecimento sobre educação e prevenção de traumas em Petrolina/PE. **Objetivo:** Centrado na capacitação, produção de materiais informativos e realização de oficinas e simulações, o trabalho envolve instituições parceiras, profissionais de saúde e educadores, promovendo integração entre ensino, pesquisa e extensão. **Fundamentação teórica:** O diagnóstico epidemiológico local, aliado ao envolvimento ativo da comunidade, orienta intervenções que buscam reduzir a morbimortalidade, qualificar condutas emergenciais e sensibilizar públicos vulneráveis sobre riscos e primeiros socorros. **Metodologia:** Levantamento de fatores de risco, treinamento prático e avaliação do impacto por meio de indicadores sanitários e educacionais. **Resultados:** Abrangem a diminuição dos índices de acidentes, o fortalecimento da atuação acadêmica e comunitária, e a disseminação de práticas seguras sustentando o tripé ensino-pesquisa-extensão na universidade.

Palavras-chave: Educação. Prevenção. Urgências. Capacitação. Promoção.

RECONHECER E SALVAR: EDUCAÇÃO EM SAÚDE SOBRE AVC E IAM NA COMUNIDADE

Caline Macedo Gomes

Bacharelanda em Medicina

Faculdade de Petrolina – FACAPE

Adna Jayanne Bezerra de Menezes

Bacharelanda em Medicina

Faculdade de Petrolina – FACAPE

Allisia Amando Ferraz de Miranda

Bacharelanda em Medicina

Faculdade de Petrolina – FACAPE

Bárbarah Ferreira Melo

Bacharelanda em Medicina

Faculdade de Petrolina – FACAPE

Daniel Hirochi Sukeda

Professor Orientador

Bacharel em Medicina

Faculdade de Petrolina – FACAPE

RESUMO: Introdução: O acidente vascular cerebral (AVC) e o infarto agudo do miocárdio (IAM) são, em sua maioria, causados por doenças crônicas como aterosclerose, hipertensão arterial e diabetes, entre outros. Se não detectados precocemente, podem gerar sequelas irreversíveis ou até morte. **Objetivo:** O projeto propõe conscientizar a comunidade sobre os fatores de risco e os sinais comuns, a fim de evitar desfechos graves. **Fundamentação teórica:** A literacia em saúde mostra-se essencial para a prevenção, já que as doenças cardiovasculares são a principal causa de morte no mundo, cerca de 17,9 milhões por ano, segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS). **Metodologia:** Estudo descritivo, exploratório e de intervenção, com revisão de literatura nas bases de dados do PubMed e Google Acadêmico, além da execução do projeto de extensão na comunidade. **Resultados:** Intervenções comunitárias e o conhecimento sobre sinais de alerta levam à redução do tempo de acesso à urgência e melhoria do prognóstico. Ademais, a escolaridade é associada à menor mortalidade pós-evento. Logo, a educação como estratégia central pode reduzir a morbimortalidade desses eventos.

Palavras-chave: AVC. IAM. Educação. Comunidade. Prevenção.

SÍNDROME DE INTERRUPÇÃO DA HASTE HIPOFISÁRIA COMO CAUSA DE PAN- HIPOPITUITARISMO: UM RELATO DE CASO

Matheus Vinicius Rodrigues De Moraes Parente

Discente de Medicina

Faculdade de Petrolina – FACAPE

Lara Giovanna de Andrade Tavares

Discente de Medicina

Faculdade de Petrolina – FACAPE

Cecília Maia de Carvalho Martins

Discente de Medicina

Faculdade de Petrolina – FACAPE

Marina Duarte Gama Vieira

Residente de pediatria

Hospital Dom Malan-HDM

Graziele Áquila de Souza Brandão

Docente de medicina

Faculdade de Petrolina-FACAPE

Laena Barbosa Leal

Professor Orientador

Preceptora de Endocrino Pediatria no Hospital Dom Malan-HDM

RESUMO: **Introdução:** O hipopituitarismo é raro e caracteriza-se pela deficiência de um ou mais hormônios da hipófise. A Síndrome de Interrupção da Haste Hipofisária (SIHH) é uma causa congênita, marcada por hipoplasia da adeno-hipófise, neuro-hipófise ectópica e ausência da haste hipofisária. **Objetivo:** Relatar um caso de pan-hipopituitarismo secundário à SIHH, enfatizando diagnóstico precoce e importância da ressonância magnética. **Método:** Relato de caso baseado em análise clínica, laboratorial e de imagem de paciente atendido em hospital, com dados do prontuário e exames complementares. **Resultados:** Paciente masculino, 10 anos, apresentou insuficiência adrenal central e deficiências de TSH, GH e gonadotrofinas. A ressonância revelou tríade

típica da SIHH. Reposição com hidrocortisona e levotiroxina levou a melhora clínica e laboratorial. **Conclusão:** O caso evidencia a importância do diagnóstico precoce, uso da ressonância magnética e reposição hormonal adequada em hipopituitarismo congênito.

Palavras-chave: Pediatria. Endocrinologia. Hipopituitarismo. Pituitaria Glandula. Hipófise.

TRAUMA PEDIÁTRICO: AÇÕES DE PREVENÇÃO E EXTENSÃO EM URGÊNCIAS E TRAUMAS

Karollane Rocha Gomes

Bacharelada em Medicina

Faculdade de Petrolina – FACAPE

Beatriz Guimarães Nepomuceno

Bacharelada em Medicina

Faculdade de Petrolina – FACAPE

Cecília Maia de Carvalho Martins

Bacharelada em Medicina

Faculdade de Petrolina – FACAPE

Bianca Mota Lima

Bacharelada em Medicina

Faculdade de Petrolina – FACAPE

Daniel Hirochi Sukeda

Professor Medicina

Faculdade de Petrolina – FACAPE

RESUMO: **Introdução:** O trauma pediátrico é uma das principais causas de morbimortalidade em crianças e adolescentes, exigindo reconhecimento precoce e intervenções rápidas para reduzir complicações. **Objetivo:** O projeto de extensão “Ações de Prevenção e Extensão em Urgências e Traumas” tem como objetivo orientar e capacitar a comunidade acadêmica e a população sobre medidas preventivas, identificação de sinais de gravidade e condutas iniciais em situações de trauma pediátrico, a fim de evitar desfechos negativos e promover maior segurança à população. **Fundamentação teórica:** Baseia-se em protocolos atualizados de atendimento pré hospitalar e hospitalar, considerando as particularidades anatômicas e fisiológicas das crianças. **Metodologia:** Inclui oficinas práticas, palestras interativas em escolas e simulações de casos clínicos, conduzidas por estudantes sob supervisão docente, visando unir teoria e prática. **Resultados:** Espera-se observar maior conscientização da população, desenvolvimento de habilidades básicas de primeiros socorros e fortalecimento do vínculo entre universidade e sociedade. O projeto encontra-se em

andamento e contribui para a formação cidadã e a difusão de práticas de prevenção em saúde.

Palavras-chave: Trauma pediátrico. Primeiros socorros. Extensão. Urgências. Prevenção.

TROMBOSE DE ENXERTO DE ARTÉRIA MAMÁRIA INTERNA ESQUERDA SEGUIDA DE ACIDENTE VASCULAR ENCEFÁLICO EM VIGÊNCIA DE ANTICOAGULAÇÃO: UM RELATO DE CASO DE UM PÓS-OPERATÓRIO DE REVASCULARIZAÇÃO MIOCÁRDICA

Lara Macedo Rodrigues

Bacharelada em Medicina

Faculdade de Petrolina – FACAPE

Allisia Amando Ferraz de Miranda

Bacharelado em Medicina

Faculdade de Petrolina – FACAPE

Ana Carolina Souza Cavalcanti

Bacharelada em Medicina

Faculdade de Petrolina – FACAPE

Maria Fernanda Santos Silva

Bacharelada em Medicina

Faculdade de Petrolina – FACAPE

Maria Clara Mayer Möller

Bacharelada em Medicina

Faculdade de Petrolina – FACAPE

Maria Vitória Pinheiro Cordeiro

Bacharelada em Medicina

Faculdade de Petrolina – FACAPE

RESUMO: **Introdução:** O enxerto de artéria mamária interna esquerda (AMIE) para artéria descendente anterior (ADA) é o principal pilar dentre os conceitos da cirurgia de revascularização miocárdica (CRM). **Objetivo:** Relatar o caso de uma paciente que desenvolveu no pós-operatório de CRM um quadro de acidente vascular cerebral isquêmico (AVCI) e infarto agudo do miocárdio (IAM) por trombose do enxerto de AMIE. **Metodologia:** Relato de caso baseado na análise clínica, exames cardiológicos e laboratoriais de paciente pós operatório de cirurgia cardiológica. **Resultados:** A paciente

apresentou complicação rara no pós-operatório de CRM mesmo em anticoagulação. Em acompanhamento ambulatorial, exames para anticorpos antifosfolípides mostraram-se positivos, sendo então aventada a hipótese diagnóstica de síndrome antifosfolípide (SAAF). **Conclusão:** Antecipa-se que este relato contribua em elevar a suspeição em futuros casos semelhantes.

Palavras-chave: Trombose. Antifosfolípide. Revascularização. Enxerto. AMIE.

A EDUCAÇÃO FINANCEIRA E A SAÚDE MENTAL NA TERCEIRA IDADE: DIFERENCIAÇÃO ENTRE NECESSIDADES E DESEJOS

Luanna Dafne Barros de Araújo
Graduanda em Psicologia
Faculdade de Petrolina – FACAPE

Lara Isabelle Carvalho de Lima
Graduanda em Psicologia
Faculdade de Petrolina – FACAPE

Caroline Oliveira da Silva
Graduanda em Psicologia
Faculdade de Petrolina – FACAPE

Ivane Alves Passos Aleixo
Graduanda em Psicologia
Faculdade de Petrolina – FACAPE

Brena dos Santos Mattos
Graduanda em Psicologia
Faculdade de Petrolina – FACAPE

Alexandre Coelho Lima
Médico
Universidade Católica de Pernambuco – UNICAP

Maria do Socorro Macedo Coelho Lima
Professor orientador
Doutora em Desenvolvimento Regional - UNIFACS
Faculdade de Petrolina – FACAPE

RESUMO: O envelhecimento populacional e a crescente complexidade do sistema financeiro ampliam os desafios relacionados ao bem-estar econômico e psicológico da pessoa idosa. Nesse contexto, a educação financeira torna-se um instrumento essencial

para promover autonomia, prevenir o endividamento e reduzir impactos negativos sobre a saúde mental, como ansiedade, estresse e insônia. Este estudo teve como objetivo geral analisar como a compreensão da diferença entre necessidades e desejos, articulada à educação financeira, influencia o bem-estar psicológico e a segurança econômica na terceira idade. A pesquisa combinou revisão bibliográfica com intervenção educativa realizada na Faculdade Aberta à Terceira Idade (FATI), por meio de encontros dialogados, dinâmicas participativas e aplicação de questionário estruturado. Foram realizados encontros articulando explicação teórica e atividade prática por meio de dinâmica participativa acerca do tema- Educação Financeira e Saúde Mental na Terceira Idade. Os resultados evidenciam que, embora os participantes demonstrem entendimento conceitual das categorias “necessidade” e “desejo”, aspectos emocionais, crenças familiares e baixa familiaridade com ferramentas de controle dificultam a aplicação prática desse conhecimento. A intervenção contribuiu para ampliar a percepção crítica, fortalecer a autonomia e reduzir inseguranças financeiras, indicando a importância de ações formativas contínuas e interdisciplinares. Conclui-se que a articulação entre educação financeira e saúde mental favorece maior equilíbrio emocional, planejamento financeiro e qualidade de vida na terceira idade.

Palavras-chave: Educação financeira. Terceira idade. Necessidades. Saúde mental. Autonomia.

ABSTRACT: Population aging and the increasing complexity of financial systems intensify the economic and psychological challenges faced by older adults. In this context, financial education becomes an essential tool for promoting autonomy, preventing indebtedness, and reducing negative impacts on mental health, such as anxiety, stress, and insomnia. This study aimed to analyze how understanding the distinction between needs and wants, when articulated with financial education, influences psychological well-being and economic security in later life. The research combined a bibliographic review with an educational intervention carried out within the “Faculdade Aberta à Terceira Idade” (FATI), through dialogued sessions, participatory dynamics, and the application of a structured questionnaire. The findings show that, although participants conceptually understand the categories of “need” and “want,” emotional factors, family expectations, and limited familiarity with financial management tools hinder the practical application of this knowledge. The intervention contributed to enhancing critical awareness, strengthening autonomy, and reducing financial insecurity, highlighting the importance of continuous and interdisciplinary educational strategies. It is concluded that integrating financial education with mental

health considerations promotes greater emotional balance, financial planning, and quality of life among older adults.

Keywords: Financial education. Older adults. Needs and wants. Mental health. Autonomy.

1 INTRODUÇÃO

O envelhecimento populacional é um fenômeno global que transforma a estrutura demográfica e exige novas abordagens no campo das políticas sociais, da saúde mental e da educação financeira. No Brasil, a proporção de pessoas idosas cresce em ritmo acelerado, o que evidencia a necessidade de compreender os desafios enfrentados por esse público no processo de gestão financeira cotidiana. A terceira idade constitui uma etapa da vida marcada por mudanças emocionais, cognitivas e socioeconômicas, que podem impactar diretamente a forma como os indivíduos organizam seu orçamento, diferenciam necessidades e desejos, tomam decisões de consumo e se protegem de riscos financeiros.

Pesquisas no âmbito da Psicologia, da Economia Comportamental e da Gerontologia indicam que o comportamento financeiro na velhice é influenciado por fatores cognitivos, emocionais e sociais, que condicionam desde a capacidade de planejamento até a vulnerabilidade a endividamentos e fraudes. Segundo Kahneman (2012) e autores das Finanças Comportamentais, demonstram que decisões econômicas raramente são motivadas apenas pela racionalidade, e que emoções, experiências acumuladas, crenças e vieses cognitivos influenciam a forma como o indivíduo interpreta riscos, oportunidades e recompensas. Esse fenômeno torna a distinção entre necessidade e desejo um ponto central na gestão financeira, especialmente quando gastos emocionais ou familiares interferem no equilíbrio financeiro.

Nesse contexto, a Educação Financeira surge como uma ferramenta essencial para o fortalecimento da autonomia e para a promoção da saúde mental (bem-estar psicológico). Ela propicia não apenas a aquisição de conhecimentos técnicos sobre orçamento, juros, consumo consciente e prevenção de golpes, mas também contribui

para o desenvolvimento de competências socioemocionais, como autocontrole, consciência crítica e capacidade de reconhecer vulnerabilidades comportamentais. Quando direcionada ao público idoso, assume caráter protetivo e preventivo, reduzindo riscos e promovendo decisões mais seguras.

Diante dessas questões, este estudo tem como objetivo geral analisar como a compreensão da diferença entre necessidades e desejos, articulada à educação financeira, influencia o bem-estar psicológico e a segurança econômica na terceira idade. Busca-se investigar como fatores emocionais, crenças familiares e padrões de comportamento moldam as escolhas de consumo e a organização financeira, bem como avaliar a contribuição de práticas educativas desenvolvidas no âmbito da Faculdade Aberta à Terceira Idade (FATI) para o fortalecimento da autonomia e da qualidade de vida do idoso.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 A NECESSIDADE E O DESEJO

Conforme a tradição psicanalítica inaugurada por Freud (1996), o desejo constitui uma força psíquica estrutural que mobiliza o sujeito para além da satisfação imediata das necessidades biológicas. Diferentemente da necessidade, que se refere a exigências objetivas e mensuráveis para a manutenção da vida, o desejo possui natureza simbólica, marcada pela incompletude e pela busca contínua por realização. Na perspectiva freudiana, o desejo é também um motor de ação, orientado por experiências afetivas, memórias e representações internalizadas ao longo do ciclo de vida, influenciando escolhas mesmo quando o indivíduo acredita agir de forma puramente racional.

Essa concepção permite compreender que decisões financeiras, especialmente na terceira idade, não se restringem à lógica de consumo funcional, mas são permeadas por dimensões emocionais como reconhecimento, pertencimento, autonomia e segurança simbólica. Assim, a preferência por determinados gastos, presentes ou investimentos pode refletir não apenas cálculos econômicos, mas tentativas subjetivas de reduzir ansiedade, compensar frustrações ou reafirmar identidades construídas ao longo da

trajetória de vida. Ao distinguir necessidades de desejos, torna-se evidente que o comportamento financeiro é atravessado por processos inconscientes, que influenciam a priorização de escolhas e a forma como o idoso organiza seu patrimônio, sua rotina e seus vínculos afetivos.

Através da visão de FELIX et al. (2019), a necessidade é aquilo que se relaciona com tudo é indispensável para a sobrevivência humana. Trazendo o significado etimológico da palavra, cujo vem de um substantivo feminino que é utilizado para descrever o vital, o obrigatório, trata-se de uma insatisfação que precisa ser satisfeita a qualquer custo.

A etimologia da palavra desejo vem do latim "desiderium", que tem o significado de falta ou anseio, ou seja, o desejo está interligado à sensação de ausência de algo em nossas vidas. Segundo Lovatto et al. (2017) A ação é motivada pelo desejo que se manifesta como uma expressão consciente da necessidade. A propaganda e o anúncio voltados ao ser humano que é impelido pelo desejo, deve despertar tanto a necessidade quanto o desejo de adquiri-lo assim seduzindo-os a agir e consequentemente consumir.

No campo da Psicologia, necessidade e desejo são forças motivadoras distintas do comportamento humano. As necessidades são condições básicas para manter o equilíbrio físico e emocional, organizadas por Maslow (1954) em níveis, fisiológicas, segurança, sociais, estima e autorrealização, e sua falta gera tensão que leva o indivíduo a agir. Já o desejo está ligado a processos subjetivos e simbólicos, para Freud, ele surge do inconsciente e busca realização além da sobrevivência, envolvendo imaginação, projeção e influências culturais. Ainda dentro do contexto Rodrigues (2008) fala sobre a percepção de Lacan sobre desejo

O desejo, em Lacan, se define de fato em primeiro lugar, epistemologicamente, em sua relação intrínseca com a ordem biológica das necessidades e com a ordem linguageira da demanda de amor. O homem deseja, porque a satisfação de suas necessidades vitais passa pelo apelo dirigido a um Outro, o que de imediato altera a satisfação, transformada assim em demanda de amor. (RODRIGUES, 2008)

Essa compreensão é fundamental para analisar o comportamento de consumo e de investimento na terceira idade. As escolhas financeiras não refletem apenas cálculos

econômicos, mas também expressam dimensões subjetivas relacionadas a pertencimento, autonomia, reconhecimento social e segurança emocional. Assim, preferências por determinados gastos, presentes, doações ou investimentos podem funcionar como estratégias para reduzir ansiedade, compensar frustrações acumuladas ou reafirmar identidades construídas ao longo da trajetória pessoal.

Nessa perspectiva, a distinção entre necessidade e desejo ganha profundidade analítica, uma vez que o comportamento financeiro é atravessado por processos inconscientes. Esses processos moldam não apenas a priorização de escolhas, mas também a forma pela qual o idoso organiza seu patrimônio, suas relações afetivas e suas expectativas sobre o futuro. A compreensão dessa dinâmica é essencial para o desenvolvimento de intervenções de educação financeira sensíveis às vulnerabilidades emocionais e cognitivas do envelhecimento.

2.2 A EDUCAÇÃO FINANCEIRA COMO INSTRUMENTO DE QUALIDADE DE VIDA

Para entender o conceito de educação financeira é necessário primeiro fragmentar tais conceitos, resultando em dois novos conceitos: educação e finanças. Educação é um processo que promove a transmissão de conhecimentos, valores e habilidades de um indivíduo para outro.

Para Gadotti (1991) a educação pode ser uma obra transformadora e criadora. Para ele, para fazer alguém progredir e evoluir é necessário modificá-lo de alguma maneira. O termo finanças refere-se a várias atividades relacionadas à gestão do dinheiro. Segundo o autor Abreu Filho (2004), finanças seria a arte e a ciência de administrar fundos.

A partir desses dois conceitos é possível entender que a educação financeira é a busca pelo conhecimento e a capacitação de tomadas de decisões em relação às suas finanças. Maria Olivieri (2013) afirma o seguinte:

“A educação financeira é uma forma de estar aberto ao processo constante de aprendizagem, desenvolvendo a capacidade integral do ser humano, com o objetivo de tomar decisões, tornar-se responsável pelos próprios atos oriundos do dinheiro para viver bem e equilibradamente. É um processo interno e individual. Só é possível transmiti-la através da vivência e experiência. É a

demonstração daquilo que se está praticando. De nada adianta falar uma coisa e praticar outra”. (Olivieri, 2013).

Ainda sobre educação financeira, Ferreira (2017) destaca a importância desta para a sociedade:

“As pesquisas foram mostradas que o controle financeiro é um dos pontos principais para se ter uma Educação Financeira pessoal eficaz, mas como pode ser visto não é utilizado com a frequência que deveria pelas pessoas. Os consumidores devem levar à risca que geralmente se paga mais por compras a prazo, assim, conhecer os benefícios da educação financeira torna-se relevante para o planejamento financeiro”. (FERREIRA, 2017)

A qualidade de vida é um termo bastante abrangente que Moacyr (1994), define como uma sensação íntima de conforto.

“a qualidade de vida foi definida como sensação íntima de conforto, bem-estar ou felicidade no desempenho de funções físicas, intelectuais e psíquicas dentro da realidade da sua família, do seu trabalho e dos valores da comunidade à qual pertence “. (MOACYR, 1994)

No mesmo contexto de qualidade de vida, a partir da visão Adriana et al. (2020), um elemento essencial para a qualidade de vida é uma boa gestão de suas finanças.

“A qualidade de vida está relacionada a diversas condições, situações, ações, bens e modo de vida das pessoas. Para uma pessoa ter qualidade de vida, é necessário compreender seu cotidiano e o meio o qual está inserida. Um elemento fundamental ligado a qualidade de vida é a situação financeira da pessoa”. (Adriana et al., 2020)

A saúde mental se refere a um estado de bem-estar psicológico, social e emocional que influencia a forma como lidamos com a vida. De acordo com a Organização Mundial de Saúde (OMS), a saúde mental é influenciada pelo meio, ou seja, que deve considerar que a saúde mental resulta da interação de fatores biológicos psicológicos e sociais sendo assim possível afirmar que a saúde mental tem características biopsicossociais.

Para Abreu Filho (2006), o planejamento financeiro adequado depende da capacidade de diferenciar gastos essenciais daqueles motivados por impulsos emocionais, o que reforça a importância da educação financeira ao longo do envelhecimento

Desta forma é possível afirmar que dificuldades na gestão financeira podem influenciar a estabilidade na saúde mental dos indivíduos, mas também a saúde mental prejudicada pode influenciar no aumento de dificuldades na gestão das finanças cotidianas.

2.3 PROGRAMA DE EDUCAÇÃO FINANCEIRA NA TERCEIRA IDADE

O envelhecimento humano envolve transformações físicas, emocionais e cognitivas, com destaque para alterações na memória, frequentemente apontada como uma das funções mais sensíveis ao avanço da idade e objeto constante de investigação científica (CONFORTIN et al., 2018). Além das mudanças biológicas, fatores socioculturais influenciam a forma como a velhice é percebida, resultando, muitas vezes, em perda de status social e maior exposição a situações de vulnerabilidade.

De acordo com o Estatuto da Pessoa Idosa (Lei nº 10.741/2003), considera-se idoso o indivíduo com 60 anos ou mais. Contudo, reconhecendo que fragilidades podem emergir ainda antes desse marco legal, um grupo de professores da Faculdade de Ciências Aplicadas e Sociais de Petrolina (FACAPE) estruturou, em 2011, uma proposta socioeducativa voltada ao público da terceira idade. Essa iniciativa culminou na criação do Programa FATI – Faculdade Aberta da Terceira Idade, desenvolvido em parceria com a Universidade de Pernambuco (UPE) – Campus Petrolina.

O FATI tem como finalidade promover inclusão social, educacional e cultural de pessoas a partir de 50 anos, adotando como base a concepção de educação popular freireana, que valoriza o diálogo, a troca de saberes e o protagonismo dos participantes. Criado em 2012 e idealizado pela Professora Dra. Thereza Christina da Cunha Lima Gama, o Programa consolidou-se como espaço interdisciplinar de formação continuada, integrando ensino, pesquisa e extensão.

Nesse contexto, o módulo de Educação Financeira integra os objetivos mais amplos do Programa ao propor conteúdos voltados ao planejamento financeiro, ao consumo consciente e à organização das finanças pessoais. Seu propósito é estimular atitudes responsáveis no uso do dinheiro, promover segurança econômica e contribuir

para a autonomia e o bem-estar dos participantes, especialmente diante das demandas e desafios característicos do envelhecimento.

3 METODOLOGIA

A pesquisa caracteriza-se como exploratória e qualitativa, conforme Gil (2017), por buscar ampliar a compreensão sobre a relação entre educação financeira, saúde mental e a diferenciação entre necessidades e desejos na terceira idade. A abordagem qualitativa fundamenta-se na interpretação de significados, percepções e experiências, em consonância com Minayo (2017), sendo adequada para investigar fenômenos subjetivos, sociais e comportamentais.

Inicialmente, realizou-se pesquisa bibliográfica em livros, artigos científicos e documentos institucionais sobre educação financeira, comportamento do consumidor, envelhecimento e saúde mental, etapa que sustentou a construção do referencial teórico. Em seguida, o estudo integrou um processo formativo composto por 12 encontros semanais, com duração média de duas horas, desenvolvidos no âmbito da Faculdade Aberta à Terceira Idade (FATI). As atividades incluíram aulas dialogadas, apresentação de conceitos, dinâmicas participativas e debates orientados, permitindo observar percepções e padrões de comportamento financeiro. Após cada aula, a equipe de monitores e a professora orientadora realizavam reuniões de avaliação, o que contribuiu para o ajuste contínuo das ações educativas e para o aprofundamento analítico.

Para a produção dos dados empíricos, aplicou-se um questionário estruturado, contendo questões abertas e fechadas, elaborado especificamente para o estudo. O instrumento buscou identificar percepções sobre finanças pessoais, vulnerabilidades emocionais associadas ao consumo e compreensão prática da distinção entre necessidade e desejo. A coleta ocorreu durante o módulo de Educação Financeira da FATI, com a participação de idosos regularmente matriculados no programa.

Além do questionário, realizou-se uma dinâmica participativa intitulada “Necessidade x Desejo”, visando estimular reflexão crítica e observar respostas cognitivas e emocionais dos participantes diante dos conteúdos trabalhados. Por fim, os dados foram submetidos à análise de conteúdo, conforme Bardin (2011), permitindo

identificar categorias temáticas, padrões de percepção, dificuldades relatadas e estratégias de organização financeira. A sistematização dessas categorias subsidiou a discussão dos resultados à luz do referencial teórico

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Os resultados obtidos ao longo dos 12 encontros formativos e da aplicação das atividades revelam que as dimensões emocional, cognitiva e social exercem influência decisiva sobre o comportamento financeiro dos idosos. As percepções registradas demonstram que, embora o grupo apresente experiências de vida diversificadas, há padrões comuns que tornam a terceira idade um período sensível para a tomada de decisões financeiras, especialmente quando envolvem distinção entre necessidades e desejos, organização dos gastos e proteção do bem-estar mental.

4.1 PERCEPÇÕES INICIAIS, INSEGURANÇAS E VÍNCULOS EMOCIONAIS COM O DINHEIRO

Nos primeiros encontros, observou-se que muitos participantes manifestavam receio de verbalizar suas práticas financeiras por medo de julgamento. Esse comportamento, também descrito por Ferreira (2017), está associado à autoconfiança reduzida na terceira idade, à preocupação com possíveis críticas e à internalização de crenças negativas sobre suas capacidades de aprendizagem. A timidez inicial cedeu progressivamente à medida que os encontros avançaram e que a metodologia dialógica facilitou a criação de vínculos de confiança entre os participantes.

Um achado relevante foi a presença de vínculos afetivos com o ato de gastar, especialmente quando relacionado à família. Muitos idosos relataram que abrem mão de suas necessidades básicas ou adiam cuidados pessoais para ajudar filhos e netos. Essa prática, frequentemente motivada por afetividade, empatia e necessidade de pertencimento, evidencia que o comportamento financeiro é atravessado por variáveis emocionais e relacionais — o que dialoga com os princípios das Finanças

Comportamentais e da pirâmide de Maslow (1954), sobretudo no nível das necessidades sociais e emocionais.

4.2 DINÂMICA “NECESSIDADE X DESEJO”: DIVERGÊNCIAS ENTRE TEORIA E PRÁTICA

A dinâmica central da intervenção revelou que os participantes compreendiam conceitualmente a diferença entre necessidade e desejo, mas apresentavam dificuldade significativa de aplicar essa distinção no cotidiano. Situações aparentemente simples, como escolher entre um item essencial e um supérfluo, geravam dúvidas quando conectadas a fatores emocionais, como presenteá-los, buscar conforto emocional ou compensar frustrações pessoais — achado consistente com Reis (2019).

Além disso, a análise qualitativa das respostas indicou quatro padrões recorrentes:

1. Dificuldade de controlar impulsos motivados por sentimentos de solidão, ansiedade ou necessidade de pertencimento.
2. Gastos movidos por recompensas emocionais, sobretudo compras pequenas e imediatas para gerar satisfação momentânea.
3. Despesas familiares vistas como “necessidades”, mesmo quando se tratavam de desejos de terceiros, o que amplia a sobrecarga emocional e financeira.
4. Subestimação das próprias necessidades em favor do bem-estar dos outros.

Esses elementos apontam para a necessidade de práticas educativas contínuas, que não abordem apenas o aspecto racional da escolha, mas também os elementos psicoemocionais que moldam o consumo na velhice.

4.3 SAÚDE MENTAL, VULNERABILIDADE EMOCIONAL E IMPACTO DAS FINANÇAS NO BEM-ESTAR

As discussões revelaram relação direta entre organização financeira e saúde mental. Participantes relataram episódios de:

- ansiedade financeira diante do risco de endividamento;

- dificuldades para dormir quando as contas não estavam equilibradas;
- sensação de impotência diante de imprevistos;
- tristeza ou culpa após decisões de consumo impulsivas.

Essa relação confirma achados da OMS (2018) e de estudos nacionais que demonstram como a saúde mental pode ser positivamente impactada pela educação financeira, especialmente em populações idosas, para quem a estabilidade é percebida como sinônimo de segurança e autonomia.

Em contraposição, idosos que mantinham registros financeiros simples (cadernos, planilhas, anotações) relataram maior sensação de controle e tranquilidade, reforçando a literatura de Ferreira (2017) sobre o papel emocional do planejamento financeiro.

4.4 VULNERABILIDADE A GOLPES, BAIXA LITERACIA DIGITAL E EXPOSIÇÃO A RISCOS EXTERNOS

Outra categoria que emergiu foi a vulnerabilidade a fraudes. Muitos participantes relataram medo de golpes digitais, especialmente aqueles que envolvem:

- aplicativos bancários,
- falsas mensagens de familiares,
- chamadas de supostas instituições financeiras,
- links enviados por redes sociais.

Esse medo não decorre apenas da falta de familiaridade tecnológica, mas também do excesso de confiança em pessoas que estabelecem vínculos afetivos artificiais — risco amplamente registrado pelo Instituto de Longevidade e por pesquisas recentes da Serasa (2025).

As discussões mostraram que o risco não é apenas financeiro, mas emocional, pois os golpistas exploram fragilidades afetivas, solidão ou carência — o que dialoga diretamente com a literatura de Psicologia Social e comportamentos de risco na maturidade.

4.5 HETEROGENEIDADE DE CONHECIMENTOS E IMPACTO DAS INTERVENÇÕES EDUCATIVAS

A análise dos encontros evidenciou que o grupo não é homogêneo quanto ao conhecimento financeiro. Foram identificados três perfis:

1. Idosos com experiência prévia em organização financeira — grupo menor, que demonstrou facilidade em absorver os conteúdos.
2. Idosos inseguros para verbalizar suas práticas ou dúvidas, mas receptivos à orientação.
3. Idosos sem conhecimento prévio sistematizado, dependentes de familiares ou terceiros para decisões financeiras.

Esse mapeamento foi essencial para ajustar o ritmo das aulas e planejar intervenções posteriores.

Ao final dos encontros, observou-se:

- maior compreensão da diferença entre necessidade e desejo;
- melhora da confiança para tomar decisões financeiras;
- reconhecimento crítico das próprias vulnerabilidades emocionais;
- ampliação da capacidade de identificar riscos de golpes;
- percepção de que o planejamento financeiro reduz estresse e ansiedade.

Esses resultados confirmam a importância da Educação Financeira como ferramenta de promoção de saúde mental, autonomia e proteção social na velhice.

4.6 CONVERGÊNCIA ENTRE TEORIA E PRÁTICA: SÍNTESE ANALÍTICA

A triangulação entre os achados empíricos e o referencial teórico demonstrou que:

- As emoções têm impacto real e imediato nas escolhas econômicas (Kahneman, 2012).
- Necessidades e desejos não são categorias fixas, mas influenciadas pelo contexto emocional (Maslow, 1954; Lovatto et al., 2017).

- A educação financeira favorece o fortalecimento da autonomia e melhora indicadores de bem-estar (Ferreira, 2017; Olivieri, 2013).
- O envelhecimento produz desafios cognitivos, sociais e tecnológicos que ampliam a vulnerabilidade (OMS, 2018; Serasa, 2025).

Assim, os resultados obtidos ao longo da intervenção confirmam que o comportamento financeiro na terceira idade só pode ser compreendido quando analisado de forma integrada — envolvendo cognição, emoção, relações sociais, contexto familiar e acesso à informação.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo teve como objetivo analisar como a compreensão da diferença entre necessidades e desejos, articulada à educação financeira, influencia o bem-estar psicológico e a segurança econômica na terceira idade. A análise desenvolvida, sustentada por autores como Maslow (1954), Gadotti (1991), Olivieri (2013) e Reis (2019), demonstrou que as decisões financeiras de idosos não se baseiam apenas em racionalidade econômica, mas emergem da interação complexa entre fatores cognitivos, emocionais, sociais e familiares.

A experiência educativa proporcionou avanços relevantes, como o fortalecimento da percepção crítica, maior conscientização sobre práticas financeiras e compreensão ampliada dos impactos emocionais associados ao consumo. Esses resultados reforçam a importância de estratégias interdisciplinares que integrem educação financeira, psicologia e políticas de envelhecimento ativo, promovendo autonomia e ampliando a capacidade de tomada de decisão segura.

Apesar dos progressos observados, evidencia-se a necessidade de continuidade das ações formativas, com oferta de oficinas, uso de planilhas simplificadas, orientação periódica e suporte emocional para decisões financeiras. A educação financeira na terceira idade mostrou-se não apenas um instrumento técnico, mas um recurso protetivo para reduzir estresse, prevenir endividamentos e fortalecer a qualidade de vida.

Conclui-se que a articulação entre educação financeira e saúde mental constitui caminho indispensável para a promoção da autonomia, do equilíbrio emocional e da

segurança econômica. Recomenda-se que iniciativas dessa natureza sejam ampliadas em programas sociais, instituições de ensino e políticas públicas voltadas ao envelhecimento, além do incentivo a novas pesquisas que aprofundem a interface entre comportamento financeiro, emoções e vulnerabilidade na maturidade.

REFERÊNCIAS

- ABREU FILHO, José Carlos Franco de; et al. *Finanças Corporativas*. São Paulo: FGV Management, 2006.
- BARDIN, Laurence. *Análise de Conteúdo*. São Paulo: Edições 70, 2011.
- BRASIL. Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003. **Dispõe sobre o Estatuto da Pessoa**. Brasília, DF: Presidência da República. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/l10.741.htm. Acesso em: 15 nov. 2025.
- CONFORTIN, S. C. et al. Condições de saúde e fatores associados ao envelhecimento ativo. *Revista Brasileira de Geriatria e Gerontologia*, Rio de Janeiro, v. 21, n. 5, p. 561-571, 2018
- FELIX, Letícia Azzi; COUTINHO, Michele Caroline Martins; VANZEI, Stefany. **Necessidade e desejo**, 2019. Trabalho de conclusão de curso (Curso Técnico em Administração) - ETEC Professor Armando José Farinazzo, Fernandópolis, 2019.
- FERREIRA, J. C. **A IMPORTANCIA DA EDUCAÇÃO FINANCEIRA PESSOAL PARA A QUALIDADE DE VIDA**. Caderno de Administração, [S. l.], v. 11, n. 1, 2017. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/caadm/article/view/33268>. Acesso em: 13 nov. 2025.
- FREIRE, Paulo. *Pedagogia do Oprimido*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987
- FREUD, Sigmund. *Três ensaios sobre a teoria da sexualidade*. Rio de Janeiro: Imago, 1996.
- GIL, Antônio Carlos. *Métodos e técnicas de pesquisa social*. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2017.
- GADOTTI, Moacir. *Educação e Poder*. São Paulo: Cortez, 1998
- INSTITUTO DE LONGEVIDADE MAG. *Educação financeira e envelhecimento: tendências e vulnerabilidades*. São Paulo: Instituto de Longevidade, 2025.
- KAHNEMAN, Daniel. *Rápido e devagar: duas formas de pensar*. Tradução: Cássio de Arantes Leite. Rio de Janeiro: Objetiva, 2012.
- LOVATTO, Maristela; PIERI, Jessica; KULAK, Sergio. **Desejo x necessidade: a influência da publicidade no consumismo**. In: ENCONTRO CIENTÍFICO CULTURAL INTERINSTITUCIONAL, 15., 2017, Cascavel. Anais [do] 15º Encontro Científico Cultural Interinstitucional e 1º Encontro Internacional. Cascavel: FAG, 2017. p. 770-781. Disponível em: https://www.fag.edu.br/mvc/assets/pdfs/anais-2017/JESSICA%20TEREZINHA%20PIERI-jessica_gje@hotmail.com-1.pdf. Acesso em: 15 nov. 2025.

MASLOW, Abraham H.. Motivation and personality. New York, NY: Harper, 1954.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. *O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde*. 14. ed. São Paulo: Hucitec, 2017.

Olivieri, M. de F. A. (2013). **Educação Financeira**. REVISTA ENIAC PESQUISA, 2(1), 43–51. <https://doi.org/10.22567/rep.v2i1.108>

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE (OMS). *Mental health: strengthening our response*. Geneva: WHO, 2018

REIS, Susana Costa. **A influência do estado emocional nas decisões de consumo e na administração das finanças pessoais**. 2019. 35 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Ciências Contábeis) - Faculdade de Administração e Ciências Contábeis, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2019.

RODRIGUES, Soraia Souza. Demanda e desejo em psicanálise. Psicologia. com. pt, 2008.

SERASA. **Mapa da Inadimplência e Negociação de Dívidas no Brasil**. São Paulo, 2025. Disponível em: <https://www.serasa.com.br/limpa-nome-online/blog/mapa-da-inadimplencia-e-renogociacao-de-dividas-no-brasil/>. Acesso em: 15 nov. 2025.

SILVA, Adriana Cristina et al. Qualidade de vida e endividamento. **Desafio Online**, Campo Grande, v. 8, n. 2, p. 353-377, maio/ago. 2020. Disponível em: <https://desafioonline.ufms.br/index.php/deson/article/download/9473/7810/>. Acesso em: 15 nov. 2025.

ALTERAÇÕES NEUROENDÓCRINAS EM PACIENTES COM DIABETES TIPO 2: IMPLICAÇÕES PARA A NEUROCIÊNCIA CLÍNICA

Ana Beatriz Vieira Gomes

Graduada em Nutrição e Graduada em Medicina

Universidade Tiradentes

ana.bvieira@souunit.com.br

Enzo Quintino Alves

Graduando em Medicina

Universidade Tiradentes

enzo.alves@souunit.com.br

Rayra Iandara Silva Ramos

Professora Orientadora

Pós-graduada em Direito Civil

Faculdade Metropolitana

rayra.iandara@gmail.com

RESUMO: O diabetes mellitus tipo 2 (DM2) é uma doença metabólica crônica marcada pela resistência à insulina, cujos efeitos ultrapassam o sistema endócrino, alcançando o sistema nervoso central. Evidências recentes indicam que a disfunção da sinalização insulínica cerebral e a inflamação de baixo grau alteram eixos neuroendócrinos, como o hipotálamo-hipofisário-adrenal, resultando em déficits cognitivos e alterações de humor. Este estudo teve como objetivo analisar as principais alterações neuroendócrinas em pacientes com DM2 e discutir suas implicações clínicas e fisiopatológicas para a neurociência. Trata-se de uma revisão narrativa, realizada entre agosto e outubro de 2025, nas bases PubMed, SciELO, ScienceDirect, Scopus e Google Scholar, incluindo artigos de 2020 a 2025. Os achados indicam que a hiporreatividade cerebral à insulina compromete vias dopaminérgicas e leptinérgicas, favorecendo neuroinflamação, déficits cognitivos e menor adesão terapêutica. Conclui-se que o manejo do DM2 deve integrar dimensões metabólicas, neuroendócrinas e comportamentais, promovendo cuidado clínico mais abrangente.

Palavras-chave: Diabetes Mellitus Tipo 2. Neuroendocrinologia. Resistência À Insulina. Cognição. Comportamento.

ABSTRACT: Type 2 diabetes mellitus (T2DM) is a chronic metabolic disorder characterized by insulin resistance, whose effects extend beyond the endocrine system and reach the central nervous system. Recent evidence indicates that impaired cerebral insulin signaling and low-grade inflammation alter neuroendocrine axes, such as the hypothalamic–pituitary–adrenal axis, resulting in cognitive deficits and mood changes. This study aimed to analyze the main neuroendocrine alterations in patients with T2DM and discuss their clinical and pathophysiological implications for neuroscience. This is a narrative review conducted between August and October 2025 in the PubMed, SciELO, ScienceDirect, Scopus, and Google Scholar databases, including articles published from 2020 to 2025. The findings indicate that reduced cerebral insulin responsiveness compromises dopaminergic and leptinergic pathways, promoting neuroinflammation, cognitive impairment, and lower therapeutic adherence. It is concluded that the management of T2DM must integrate metabolic, neuroendocrine, and behavioral dimensions to promote more comprehensive clinical care.

Keywords: Type 2 Diabetes Mellitus. Neuroendocrinology. Insulin Resistance. Cognition. Behavior.

1 INTRODUÇÃO

O diabetes mellitus tipo 2 (DM2) constitui uma das doenças crônicas de maior impacto mundial, caracterizado pela resistência à insulina, hiperinsulinemia compensatória e progressiva redução da função das células β pancreáticas. Tradicionalmente compreendido como um distúrbio metabólico periférico, o DM2 tem sido amplamente revisitado pela literatura contemporânea devido à sua forte interface com o sistema nervoso central (SNC). Sendo assim, a insulina atua como um neuromodulador essencial, influenciando a plasticidade sináptica, o aprendizado, a memória e circuitos de recompensa (Ennis et al., 2021; Luo et al., 2024). Dessa forma, alterações na sua sinalização ultrapassam a esfera endócrina e alcançam dimensões neurológicas e comportamentais.

A compreensão de que a insulina exerce papel direto no cérebro levou ao aprofundamento das investigações sobre a chamada “resistência insulínica cerebral”, fenômeno no qual há redução da resposta neuronal a esse hormônio. Evidências apontam

que esse processo está associado ao aumento de citocinas inflamatórias — como TNF- α e IL-6 — e à ativação microglial, estabelecendo um quadro de inflamação crônica de baixo grau que afeta regiões-chave, como o hipotálamo, o hipocampo e o córtex pré-frontal (Li et al., 2024; Lisco et al., 2023). Essa interação entre resistência insulínica, neuroinflamação e desregulação hormonal configura um eixo fisiopatológico central para explicar manifestações cognitivas e emocionais frequentemente observadas em indivíduos com DM2.

Nesse contexto, estudos têm enfatizado a relevância dos sistemas neuroendócrinos na progressão e no agravamento da doença. Alterações no eixo hipotálamo-hipófise-adrenal (HHA), por exemplo, têm sido documentadas como mediadoras de hiperatividade do cortisol, maior gliconeogênese hepática e piora da resistência insulínica periférica (Luo et al., 2024). Paralelamente, a disfunção de vias dopaminérgicas e leptinérgicas compromete mecanismos de recompensa, motivação e regulação do apetite, fatores diretamente relacionados ao comportamento alimentar, ao humor e à adesão terapêutica (Lisco et al., 2023). Assim, a literatura recente tem reforçado que o DM2 não deve ser compreendido apenas como uma condição metabólica, mas como uma doença sistêmica com forte impacto neuroendócrino.

Diante desse panorama, emerge a seguinte questão-problema: quais são as principais alterações neuroendócrinas presentes em pacientes com diabetes mellitus tipo 2 e como essas alterações influenciam o funcionamento cerebral, o comportamento e a prática clínica em neurociência?

A justificativa para esta investigação reside na crescente necessidade de integrar conhecimentos das áreas de endocrinologia, neurociência e comportamento, visando compreender como mecanismos cerebrais e hormonais influenciam o curso clínico do DM2. Reconhecer essas interações permite ampliar estratégias terapêuticas, melhorar a adesão ao tratamento e promover intervenções clínicas mais completas, especialmente diante do aumento global da prevalência do DM2.

Assim, o presente estudo teve como objetivo analisar, de maneira integrada e à luz da literatura contemporânea, as principais alterações neuroendócrinas associadas ao diabetes mellitus tipo 2, explorando como esses mecanismos interferem no

funcionamento cerebral, nos processos cognitivos e na regulação do comportamento. Ao reunir evidências recentes sobre resistência insulínica central, neuroinflamação, disfunções hormonais e alterações em circuitos neurotransmissores, busca-se ampliar a compreensão do DM2 enquanto condição sistêmica que ultrapassa o metabolismo periférico e alcança níveis complexos da neurofisiologia. Essa perspectiva permite estabelecer conexões entre os achados fisiopatológicos e as manifestações clínicas observadas, contribuindo para uma abordagem mais precisa e multidisciplinar, capaz de fundamentar práticas de cuidado que integrem neurociência, endocrinologia e comportamento, fortalecendo a atuação dos profissionais de saúde diante dos desafios crescentes impostos pela doença.

2 METODOLOGIA

Este estudo consiste em uma revisão narrativa da literatura, metodologia apropriada para integrar e discutir evidências recentes sobre as alterações neuroendócrinas relacionadas ao diabetes mellitus tipo 2. De acordo com Gil (2019) e Pereira et al. (2018), esse tipo de revisão é indicado quando o objetivo é compreender amplamente um fenômeno complexo, permitindo articular diferentes perspectivas teóricas e achados clínicos.

A busca foi realizada entre agosto e outubro de 2025 nas bases PubMed, SciELO, ScienceDirect, Scopus e Google Scholar, pela relevância dessas plataformas na área biomédica. Utilizaram-se descritores em português e inglês relacionados a diabetes tipo 2, neuroendocrinologia, resistência insulínica central, neuroinflamação e cognição, combinados com operadores booleanos, conforme orientações metodológicas de Marconi e Lakatos (2021).

Foram incluídos artigos publicados entre 2020 e 2025, disponíveis na íntegra, nos idiomas português, inglês e espanhol, que discutissem mecanismos neuroendócrinos ou repercussões cognitivas e comportamentais associadas ao DM2. Excluíram-se estudos focados exclusivamente em diabetes tipo 1, publicações sem relação com o sistema nervoso e textos sem metodologia clara.

A seleção envolveu leitura de títulos, resumos e posteriormente dos textos completos, buscando identificar contribuições relevantes ao tema. Após a leitura integral, os achados foram organizados de forma qualitativa, agrupando os temas mais recorrentes, como resistência insulínica cerebral, inflamação de baixo grau, disfunções hormonais e prejuízos cognitivos. Esse procedimento segue o que Marconi e Lakatos (2021) descrevem como análise interpretativa em pesquisas bibliográficas.

A adoção dessa metodologia possibilitou reunir e sintetizar conhecimentos atualizados, oferecendo uma compreensão integrada sobre as interações entre diabetes tipo 2, sistema neuroendócrino e neurociência clínica.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A literatura contemporânea demonstra que o diabetes mellitus tipo 2 (DM2) exerce efeitos amplos sobre o sistema nervoso central (SNC), especialmente por meio de alterações na sinalização hormonal, processos inflamatórios e redes neurotransmissoras. O conceito de resistência da ação da insulina no cérebro, explorado por Luo et al. (2024) e Ennis et al. (2021), descreve a redução da resposta dos neurônios à insulina — efeito que decorre tanto da diminuição do transporte desse hormônio através da barreira hematoencefálica quanto da dessensibilização de receptores neuronais, comprometendo vias intracelulares cruciais como PI3K/Akt.

Essa disfunção coexiste com um estado persistente de inflamação crônica de baixo grau, caracterizado por aumento de marcadores inflamatórios como TNF- α , IL-6 e IL-1 β . Estudos populacionais robustos indicam que esse estado inflamatório contribui de forma significativa para a piora da resistência à insulina e está diretamente associado à disfunção metabólica e cerebral (Li et al., 2024). Essas citocinas podem atravessar a barreira hematoencefálica e desencadear ativação microglial, promovendo neuroinflamação — fenômeno que, segundo Lisco et al. (2023) e Luo et al. (2024), compromete a plasticidade sináptica e favorece o declínio cognitivo.

O hipotálamo, núcleo central da homeostase energética, destaca-se como uma das regiões mais afetadas. Evidências indicam que a resistência à insulina hipotalâmica reduz a sensibilidade aos sinais periféricos de saciedade e controle energético, como

insulina e leptina, contribuindo para hiperfagia, ganho ponderal e perpetuação da síndrome metabólica (Lisco et al., 2023). Simultaneamente, observa-se desregulação do eixo hipotálamo-hipófise-adrenal (HHA), com consequente hipersecreção de cortisol, mecanismo que aumenta a gliconeogênese hepática e intensifica a resistência insulínica periférica, configurando um ciclo fisiopatológico autoalimentado (Ennis et al., 2021; Luo et al., 2024).

Além do hipotálamo, estruturas envolvidas em cognição e regulação emocional, como o hipocampo e o córtex pré-frontal, apresentam vulnerabilidade no DM2. Estudos longitudinais e análises metabolômicas mostram que indivíduos com maior grau de resistência insulínica apresentam pior desempenho em testes de memória episódica e função executiva, independentemente da presença de biomarcadores clássicos de doenças neurodegenerativas (Ennis et al., 2021; Luo et al., 2024). Esses achados sugerem que o comprometimento cognitivo no DM2 pode decorrer da interação entre resistência à insulina central, neuroinflamação e redução da plasticidade sináptica, mais do que de processos neurodegenerativos clássicos isolados.

As repercussões neuroendócrinas do DM2 também atingem a neurotransmissão. Revisões recentes apontam que a resistência à insulina prejudica a sinalização dopaminérgica em circuitos de recompensa e motivação — incluindo núcleo accumbens e córtex pré-frontal —, contribuindo para sintomas como apatia, anedonia e redução da motivação intrínseca (Lisco et al., 2023). Essa alteração dopaminérgica, aliada a disfunções serotoninérgicas, ajuda a explicar a elevada prevalência de sintomas depressivos observada em populações com DM2. Intervenções que modulam a via dopaminérgica, como demonstrado por revisões sobre agonistas dopaminérgicos, têm mostrado efeitos benéficos tanto no controle glicêmico quanto em aspectos comportamentais (Clinical Diabetes and Endocrinology, 2025).

Do ponto de vista funcional e comportamental, as alterações neurobiológicas observadas no DM2 traduzem-se em fadiga mental, lentificação cognitiva, comprometimento da tomada de decisão e diminuição da capacidade de planejamento — manifestações que impactam diretamente a adesão ao tratamento e o autocuidado (Luo et al., 2024; Ennis et al., 2021). Trata-se de uma sequência clínica que não deve ser

reduzida a juízos de natureza exclusivamente motivacional; ao contrário, são expressões clínicas de alterações neuroendócrinas mensuráveis.

Em conjunto, essas evidências sustentam a existência de um ciclo de retroalimentação cérebro-metabolismo: o descontrole metabólico intensifica alterações cerebrais — por meio de resistência insulínica e inflamação —; essas alterações, por sua vez, reduzem a capacidade de autocontrole e adesão terapêutica, agravando o quadro metabólico (Lisco et al., 2023; Luo et al., 2024). Esse modelo integrativo reforça que o DM2 deve ser compreendido como uma condição sistêmica com impacto substancial sobre o SNC.

As evidências atuais apontam que o diabetes tipo 2 compromete de forma significativa a integridade da barreira hematoencefálica (BHE). Pesquisas recentes mostram que a hiperglicemia persistente, aliada ao aumento do estresse oxidativo e da inflamação sistêmica, provoca disfunção endotelial e enfraquecimento das junções estreitas, facilitando a entrada de citocinas e produtos de glicação avançada no sistema nervoso central. Essas alterações intensificam a neuroinflamação, com destaque para a ativação microglial em regiões como hipocampo e córtex pré-frontal, áreas altamente vulneráveis em indivíduos com DM2 (Sweeney, 2020).

Além disso, avanços recentes destacam a relevância das incretinas — especialmente GLP-1 e GIP — na integração entre homeostase metabólica e função cerebral. A literatura mostra que receptores centrais de GLP-1 localizados no hipotálamo, tronco encefálico e hipocampo modulam saciedade, resposta ao estresse e plasticidade sináptica, fenômenos coerentes com os modelos neuroendócrinos descritos por Schwartz et al. (2024) ao abordar a ação integrativa da insulina e de hormônios metabólicos no SNC. No diabetes tipo 2, a redução da sinalização incretínica favorece vulnerabilidade neuronal, amplificando neuroinflamação e comprometendo circuitos responsáveis por regulação emocional, em consonância com os achados de Yaribeygi et al. (2025) sobre o impacto inflamatório e a quebra da integridade neurovascular na doença. Alterações paralelas na atividade central da grelina — hormônio orexigênico que influencia motivação e recompensa — interagem com a disfunção dopaminérgica amplamente descrita em pacientes com resistência insulínica (Lisco et al., 2023),

contribuindo para apatia, hiperfagia e menor engajamento terapêutico. Ademais, estudos que exploram moduladores neuroendócrinos, como aqueles avaliados por Ernesto et al. (2025), reforçam que vias hormonais centrais desempenham papel decisivo na regulação do apetite e no comportamento alimentar. Assim, as alterações combinadas em GLP-1, GIP e grelina compõem um eixo fisiopatológico robusto que conecta metabolismo periférico, neuroinflamação e comportamento, aprofundando a compreensão do impacto da resistência insulínica central já destacado por Ennis et al. (2021) na cognição e no funcionamento diário de indivíduos com DM2.

A resistência insulínica central também desempenha papel decisivo na redução da captação de glicose pelos neurônios, contribuindo para um estado de hipometabolismo cerebral. Estudos recentes demonstram que essa condição prejudica a plasticidade sináptica, dificulta o armazenamento de novas memórias e compromete o desempenho de funções executivas. Além disso, o padrão metabólico resultante se assemelha ao observado em doenças neurodegenerativas, sustentando a hipótese de que a disfunção da sinalização insulínica no SNC atua como uma ponte entre o descontrole glicêmico e o declínio cognitivo observado nesses pacientes (Heni, 2021).

Do ponto de vista clínico-comportamental, o impacto das alterações neuroendócrinas do DM2 se manifesta por meio de fadiga cognitiva, redução da velocidade de processamento, dificuldades de atenção e maior vulnerabilidade ao estresse. Pesquisas publicadas nos últimos anos indicam que essas manifestações comprometem diretamente a adesão ao tratamento, uma vez que afetam planejamento, autocontrole e capacidade de manter rotinas terapêuticas. Assim, os sintomas cognitivos e emocionais associados ao DM2 não devem ser interpretados apenas como comportamentais, mas como expressões de alterações fisiológicas reais, com implicações importantes para o manejo clínico (Biessels, 2021).

Em relação às intervenções terapêuticas, estudos recentes apontam que abordagens integradas — combinando atividade física aeróbica, treinamento cognitivo, intervenções comportamentais e estratégias nutricionais anti-inflamatórias — apresentam impacto positivo tanto nos marcadores metabólicos quanto nos desfechos cognitivos de indivíduos com DM2. Evidências também sugerem que práticas como

meditação e programas de redução de estresse podem modular a inflamação sistêmica e melhorar a sensibilidade insulínica, contribuindo para melhor funcionamento neural. Essas intervenções reforçam a necessidade de integrar neurociência, endocrinologia e comportamento no cuidado clínico dessa população (Dye, 2022).

Por fim, evidências recentes indicam que intervenções multimodais exercem efeitos diretos sobre circuitos neurais comprometidos pela resistência insulínica, indo além da melhora puramente metabólica. A prática de exercício físico estruturado, por exemplo, tem sido associada ao aumento da eficiência sináptica e maior disponibilidade de transportadores de glicose no SNC, mecanismos compatíveis com os modelos neuroendócrinos descritos por Schwartz et al. (2024), que ressaltam a integração entre vias metabólicas e neurais. Da mesma forma, padrões alimentares anti-inflamatórios reduzem mediadores pró-inflamatórios que intensificam neuroinflamação, em consonância com as alterações na integridade neuronal discutidas por Yaribeygi et al. (2025). Estratégias voltadas à qualificação do sono e à estimulação cognitiva também parecem modular vias dopaminérgicas e hipocampais envolvidas em motivação, memória e regulação emocional, compatíveis com as disfunções comportamentais e cognitivas associadas à resistência insulínica relatadas por Ennis et al. (2021) e Lisco et al. (2023). Assim, essas intervenções não apenas atenuam o ciclo metabólico-neuronal descrito ao longo deste estudo, mas também oferecem uma abordagem terapêutica integrada, capaz de restaurar parcialmente a responsividade cerebral e reduzir vulnerabilidades neuroendócrinas relacionadas ao diabetes tipo 2.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As evidências reunidas ao longo deste trabalho demonstram que o diabetes mellitus tipo 2 ultrapassa a tradicional compreensão de doença metabólica periférica e assume um caráter sistêmico, com impacto significativo sobre estruturas e funções cerebrais. As alterações neuroendócrinas observadas em indivíduos com DM2, incluindo disfunção da sinalização insulínica no SNC, inflamação crônica de baixo grau e desequilíbrios hormonais associados ao eixo hipotálamo-hipófise-adrenal, ajudam a

explicar manifestações clínicas frequentemente negligenciadas, como déficits cognitivos, alterações de humor, mudanças no comportamento alimentar e redução da motivação para o autocuidado. Esses fenômenos reforçam que aspectos comportamentais e emocionais não devem ser interpretados apenas como falhas individuais, mas como expressões fisiológicas de processos neurobiológicos diretamente relacionados ao DM2.

Ao compreender que questões como tomada de decisão, planejamento, memória e adesão terapêutica são influenciadas por mecanismos endócrinos e neurais, abre-se espaço para uma abordagem clínica mais humana, efetiva e integrada. A saúde do indivíduo com DM2 não pode ser tratada apenas por meio do controle glicêmico; exige-se um olhar ampliado, que inclua educação em saúde, acompanhamento psicológico, estratégias de motivação, intervenções nutricionais, atividade física regular e práticas voltadas à redução da inflamação sistêmica. Esse conjunto de ações favorece a interrupção do ciclo de retroalimentação entre descontrole metabólico e prejuízo neurocognitivo, contribuindo para melhor qualidade de vida e maior autonomia do paciente.

Além disso, o reconhecimento das interfaces entre metabolismo, sistema endócrino e neurociência amplia significativamente o campo de atuação dos profissionais de saúde, permitindo intervenções mais alinhadas à fisiopatologia complexa do DM2. A integração desses domínios torna-se especialmente relevante diante das evidências de que a resistência insulínica central, a inflamação sistêmica e a disfunção dopaminérgica participam ativamente do declínio cognitivo e das alterações comportamentais observadas na doença (Ennis et al., 2021; Lisco et al., 2023; Luo et al., 2024). Essa compreensão permite antecipar estratégias preventivas direcionadas a populações de maior vulnerabilidade metabólica e neurocognitiva, favorecendo intervenções precoces — nutricionais, comportamentais e neuroendócrinas — capazes de mitigar a progressão das disfunções antes que ocorram danos cognitivos mais profundos ou perda significativa de autonomia.

Por fim, este estudo evidencia que integrar a neurociência clínica à abordagem do diabetes tipo 2 não é apenas desejável, mas indispensável para compreender a

amplitude dos efeitos neuroendócrinos envolvidos na doença. Ao reconhecer que alterações na sinalização insulínica central, na neuroinflamação e nos circuitos de motivação e cognição influenciam diretamente o comportamento em saúde, amplia-se a capacidade de formular estratégias terapêuticas mais precisas e efetivas. Essa perspectiva multidisciplinar favorece intervenções que transcendam o controle glicêmico isolado, incorporando elementos educacionais, nutricionais, psicológicos e comportamentais em um modelo de cuidado que responda às necessidades reais e complexas do indivíduo com DM2. Assim, reforça-se a construção de práticas clínicas verdadeiramente integradas, capazes de promover autonomia, qualidade de vida e uma compreensão mais completa da saúde como fenômeno sistêmico.

REFERÊNCIAS

DARA, T. et al. Bromocriptine in type 2 diabetes: a promising alternative — systematic review and meta-analysis. *Clinical Diabetes and Endocrinology*, v. 11, n. 22, 2025. DOI: 10.1186/s40842-025-00222-y.

ENNIS, G. E. et al. Insulin resistance is related to cognitive decline but not change in CSF biomarkers of Alzheimer's disease in non-demented adults. *Alzheimer's & Dementia (Amsterdam)*, v. 13, p. e12220, 2021. DOI: 10.1002/dad2.12220.

ERNESTO, C. M. S.; LAURA, S. S. D.; OBED, P. M. I.; et al. LCN2 blockade mitigating metabolic dysregulation and redefining appetite control in type 2 diabetes. *Metabolic Brain Disease*, v. 40, art. 97, 2025. DOI: 10.1007/s11011-024-01454-0.

HU, S.; et al. Excessive daytime sleepiness, brain functional network dysregulation, and insulin resistance in type 2 diabetes: a cohort and Mendelian randomization study. *Diabetology & Metabolic Syndrome*, v. 17, art. 210, 2025. DOI: 10.1186/s13098-025-01777-7.

LI, P. et al. The mediating role of chronic low-grade inflammation in the relationship between obesity and type 2 diabetes: findings from the NHANES. *BMC Endocrine Disorders*, v. 24, art. 130, 2024. DOI: 10.1186/s12902-024-01671-9.

LISCO, G. et al. Dopamine in the regulation of glucose homeostasis and lipid metabolism in type 2 diabetes. *Biomedicines*, v. 11, n. 11, p. 2993, 2023. DOI: 10.3390/biomedicines11112993.

LUO, T. et al. Risk factors and metabolomics of mild cognitive impairment in type 2 diabetes mellitus. *Frontiers in Molecular Biosciences*, v. 11, art. 1341290, 2024. DOI: 10.3389/fmolb.2024.1341290.

MEI, J.; ZHANG, L.; LI, X.; et al. Brain insulin resistance and disease: a review. *Frontiers in Endocrinology*, v. 14, art. 1243132, 2023. DOI: 10.3389/fendo.2023.1243132.

NONAKA, T.; KONO, K.; ISHII, H.; et al. The impact of insulin resistance (evaluated by fasting blood glucose $\times$ fasting c-peptide) on cognitive decline in Japanese type 2 diabetes patients. *Diabetes Management*, v. 14, n. 5, p. 650-656, 2024. DOI: 10.37532/1758-1907.2024.14(5).650-656.

SCHWARTZ, A. V.; et al. Unique paradigms of glucose homeostasis and insulin action in the brain. *BMC Medicine*, v. 22, art. 582, 2024. DOI: 10.1186/s12916-024-03763-8.

YARIBEYGI, H.; SADEGHI, M.; MAHDAVI, M.; et al. From metabolic dysregulation to neurodegenerative pathology: the breakdown of blood-brain barrier in type 2 diabetes. *Metabolic Brain Disease*, 2025. DOI: 10.1007/s11011-025-01700-z.

PREVENÇÃO ORTODÔNTICA NA INFÂNCIA: CUIDADOS BUCAIS PARA EVITAR PROBLEMAS NA VIDA ADULTA

Bruna Jesus da Silva

Cirurgiã-Dentista

Pós-graduanda em Ortodontia

IPOVASF – Instituto de Pós-Graduação Em Odontologia do Vale do São Francisco

drabrunagomess@outlook.com

Bruna Cristina Ferreira

Cirurgiã-Dentista

Pós-graduanda em Odontopediatria

Faculdade FOCUS – Teresina/PI

bf430327@gmail.com

Rayra Iandara Silva Ramos

Professora Orientadora

Pós-graduada em Direito Civil

Faculdade Metropolitana

rayra.iandara@gmail.com

RESUMO: O desenvolvimento da saúde bucal na infância representa um fator determinante para a qualidade de vida na fase adulta, visto que hábitos inadequados e ausência de acompanhamento odontológico precoce resultam em más oclusões e maior necessidade de tratamentos corretivos. Esta pesquisa justificou-se pela importância de identificar estratégias preventivas que minimizem complicações futuras e promovam a saúde integral. Teve como objetivo geral analisar as práticas de prevenção ortodôntica na infância e, especificamente, investigar a atuação sobre hábitos deletérios, a orientação familiar e a educação em saúde. Realizou-se uma revisão narrativa da literatura nas bases PubMed, LILACS e SciELO, considerando artigos publicados entre 2015 e 2025 nas áreas de odontopediatria e ortodontia preventiva. Os resultados indicaram que intervenções precoces, orientação adequada e acompanhamento contínuo contribuíram significativamente para o desenvolvimento adequado da arcada dentária, redução de más oclusões e diminuição da necessidade de tratamentos corretivos complexos na vida adulta, evidenciando a eficácia da prevenção ortodôntica como ferramenta de promoção da saúde bucal infantil.

Palavras-chave: Prevenção Ortodôntica. Saúde Bucal Infantil. Hábitos Deletérios. Odontopediatria. Ortodontia Preventiva.

ABSTRACT: The development of oral health in childhood is a decisive factor for quality of life in adulthood, as inadequate habits and the lack of early dental follow-up can lead to malocclusions and an increased need for corrective treatments. This study was justified by the importance of identifying preventive strategies capable of minimizing future complications and promoting comprehensive health. The general objective was to analyze orthodontic prevention practices in childhood and, specifically, to investigate the management of deleterious habits, family guidance, and health education. A narrative literature review was conducted using the PubMed, LILACS, and SciELO databases, considering articles published between 2015 and 2025 in the fields of pediatric dentistry and preventive orthodontics. The results indicated that early interventions, proper guidance, and continuous follow-up significantly contributed to adequate dental arch development, reduced malocclusions, and decreased need for complex corrective treatments in adulthood, demonstrating the effectiveness of orthodontic prevention as a tool for promoting children's oral health.

Keywords: Orthodontic Prevention. Child Oral Health. Deleterious Habits. Pediatric Dentistry. Preventive Orthodontics.

1 INTRODUÇÃO

A saúde bucal infantil é determinante para o desenvolvimento integral da criança, influenciando diretamente aspectos biológicos, funcionais, emocionais e sociais. Condições como cárie de primeira infância (CPI), gengivite e más oclusões, quando não identificadas e tratadas precocemente, podem comprometer funções essenciais, como mastigação, fala e respiração, além de impactar a autoestima e o convívio social (Freitas; Araújo; Oliveira, 2024). A CPI, considerada um problema de saúde pública mundial, possui etiologia multifatorial e manifesta-se de forma agressiva na dentição decídua, podendo causar dor, desconforto, dificuldades alimentares e repercussões psicossociais significativas quando não tratada oportunamente (Castilho et al., 2023).

Paralelamente, os hábitos bucais deletérios exercem influência marcante na formação da oclusão, uma vez que forças musculares inadequadas podem modificar a anatomia das arcadas dentárias e o crescimento craniofacial. Entre os hábitos mais comuns estão a sucção digital, o uso prolongado de chupeta e a respiração oral, frequentemente associados a comportamentos emocionalmente compensatórios (Gisfrede et al., 2016).

A ausência de cuidados preventivos na infância aumenta substancialmente o risco de problemas ortodônticos na adolescência e vida adulta, tornando o tratamento mais complexo e oneroso (Vieira; Carvalho, 2025). Nesse contexto, a ortodontia preventiva e interceptativa apresenta papel central na identificação e correção precoce de alterações oclusais, promovendo resultados mais eficazes e duradouros. Estratégias como a eliminação de hábitos nocivos, o uso de mantenedores de espaço após perdas dentárias e a aplicação de dispositivos como Aparelhos Guias de Erupção contribuem significativamente para o adequado crescimento craniofacial (Marques; Prado, 2019; Moreira et al., 2020).

Além disso, a participação ativa dos pais e responsáveis é determinante para o sucesso das medidas preventivas. A orientação familiar adequada, aliada à atuação multiprofissional, fortalece a adesão aos cuidados bucais e integra práticas educativas essenciais para a promoção da saúde infantil. O envolvimento interdisciplinar, integrando ortodontistas, fonoaudiólogos, pediatras, nutricionistas e psicólogos, amplia a eficácia do manejo clínico, especialmente em casos de hábitos persistentes, alterações funcionais e desafios psicossociais (Azzolino; Vitale; Moro, 2022).

Diante desse panorama, torna-se necessário investigar o papel da prevenção ortodôntica na infância como ferramenta essencial para a promoção da saúde bucal e para a redução de futuras intervenções corretivas. Assim, este estudo, conduzido por meio de revisão narrativa da literatura, buscou responder à seguinte questão-problema: quais estratégias de prevenção ortodôntica são mais eficazes na infância para evitar complicações oclusais e funcionais na vida adulta? O objetivo geral consistiu em analisar práticas de prevenção ortodôntica aplicadas na infância; como objetivos específicos, pretendeu-se: (1) investigar o impacto dos hábitos deletérios no desenvolvimento

dentofacial; (2) compreender o papel da orientação familiar e da educação em saúde; e (3) identificar intervenções clínicas e interdisciplinares mais recomendadas na odontopediatria e ortodontia preventiva.

2 IMPORTÂNCIA DA SAÚDE BUCAL NA INFÂNCIA

A manutenção da saúde bucal desde a infância é essencial para o desenvolvimento integral da criança, impactando não apenas os aspectos biológicos, mas também emocionais e sociais. Alterações como cárie dentária, gengivite e maloclusões podem comprometer funções como mastigação e fala, além de prejudicar o convívio social e o desempenho escolar (Freitas; Araújo; Oliveira, 2024).

A Cárie de Primeira Infância (CPI) é uma condição de caráter crônico e multifatorial, considerada atualmente um importante problema de saúde pública mundial. Ela resulta da interação de fatores biológicos, comportamentais e ambientais, o que a torna uma doença complexa e de difícil controle quando já instalada. Sua fisiopatologia está diretamente associada ao desequilíbrio entre os processos de desmineralização e remineralização do esmalte dentário, sendo este processo determinado pela interação entre a dieta, a microbiota bucal, a higiene oral e a susceptibilidade individual (Castilho et al., 2023).

Ainda com base nos autores supracitados, a CPI é reconhecida por seu impacto negativo sobre a saúde geral e o desenvolvimento infantil, podendo afetar não apenas a dentição decídua, mas também comprometer a qualidade de vida da criança e de sua família. Essa condição, quando não identificada e tratada precocemente, pode evoluir de forma agressiva, levando a dor, desconforto, dificuldades alimentares e consequências psicossociais relevantes.

Esses problemas, quando não tratados, repercutem na vida adulta, podendo resultar em perda dentária precoce, dificuldades funcionais e impactos na autoestima. A literatura evidencia que a ausência de cuidados preventivos na infância aumenta o risco de periodontite e torna o tratamento ortodôntico mais complexo em fases posteriores (Vieira; Carvalho, 2025).

2.1 PRINCIPAIS HÁBITOS DELETÉRIOS E SEUS EFEITOS

Os hábitos bucais deletérios exercem influência significativa no desenvolvimento da oclusão, pois geram forças musculares capazes de modificar a forma das arcadas dentárias e alterar o crescimento craniofacial (Gisfrede et al., 2016). Entre os mais comuns estão o uso prolongado da chupeta, a sucção digital e a respiração oral, frequentemente relacionados a insegurança, desmame precoce ou busca de conforto pela criança.

A persistência desses comportamentos pode levar a maloclusões, distúrbios de fala e deglutição, além de prejuízos estéticos e funcionais. A gravidade das alterações depende da frequência, intensidade e duração do hábito, somadas à predisposição individual (Cunha; Vinha; Bueno, 2023). Ademais, fatores como higiene oral inadequada e alimentação rica em açúcares agravam os danos, potencializando o risco de cárie e doenças gengivais.

A Ortodontia preventiva tem como objetivo preservar a integridade da oclusão em condições normais, evitando o desenvolvimento de más-oclusões. Já a Ortodontia interceptiva busca impedir a progressão de alterações já instaladas, sendo considerada a mais indicada no manejo da MAA, especialmente quando associada à colaboração do paciente no abandono de hábitos deletérios. Nesse contexto, diferentes dispositivos podem ser utilizados, como o bite block, a grade palatina e outras aparatologias específicas (Leal et al., 2021).

Ainda de acordo com os autores citados anteriormente, a terapêutica da MAA pode envolver recursos ortopédicos, ortodônticos e, em casos mais severos, cirúrgicos. Embora seja possível intervir em diferentes estágios de desenvolvimento, os resultados são mais eficazes quando o tratamento ocorre ainda nas dentições decídua e mista, momento em que a eliminação precoce de hábitos prejudiciais exerce papel decisivo na estabilidade do prognóstico. Estudos indicam que cerca de 70% dos casos de MAA apresentam autocorreção durante a transição da dentição decídua para a mista precoce, especialmente quando os hábitos deletérios infantis são interrompidos.

3 ESTRATÉGIAS DE PREVENÇÃO ORTODÔNTICA

A ortodontia preventiva e interceptativa tem como objetivo orientar o crescimento craniofacial e corrigir alterações já instaladas, proporcionando benefícios funcionais e estéticos. Quando realizada precocemente, possibilita resultados mais eficazes e duradouros, além de reduzir custos futuros (Mendes; Magalhães; Caetano, 2023).

Desse modo, o tratamento ortodôntico preventivo e interceptivo tem como objetivo principal reduzir a severidade das más oclusões e possibilitar que a criança alcance um desenvolvimento dentário e facial mais equilibrado. Além de minimizar problemas funcionais, essa abordagem precoce atua também em fatores psicossociais, favorecendo a autoestima e prevenindo situações de constrangimento durante a infância. Embora em muitos casos seja necessário recorrer a uma segunda fase de tratamento com aparelhos fixos, a intervenção inicial tem o potencial de simplificar os procedimentos posteriores e, em alguns pacientes, até mesmo evitar a necessidade de terapias mais complexas (Marques; Prado, 2019).

Nesse contexto, os autores supracitados, destacam-se os Aparelhos Guias de Erupção, desenvolvidos por Bergersen em 1975. Esses dispositivos são confeccionados em silicone elastomérico e possuem como princípio fundamental a orientação da erupção dentária. Ao direcionar os dentes permanentes para posições corretas durante sua irrupção, eles contribuem para a formação de uma oclusão de Classe I, com valores normais de overjet e overbite. Além disso, esses aparelhos apresentam a vantagem de estimular o crescimento mandibular e de atuar como reguladores miofuncionais, corrigindo desequilíbrios musculares e favorecendo funções como deglutição e respiração.

As estratégias incluem ações simples, como orientações sobre amamentação, eliminação de hábitos nocivos, uso de mantenedores de espaço em perdas precoces e estímulo a funções adequadas de mastigação e deglutição. A atuação multiprofissional,

envolvendo cirurgiões-dentistas, fonoaudiólogos, psicólogos e nutricionistas, é fundamental para garantir uma abordagem integral (Cunha; Vinha; Bueno, 2023).

Além das medidas clínicas, a educação em saúde voltada a crianças e familiares desempenha papel determinante. Quando pais e responsáveis recebem orientações adequadas, há maior adesão às práticas de higiene e prevenção, reduzindo a incidência de cárie precoce e de alterações oclusais (Vieira; Carvalho, 2025).

A perda precoce dos dentes decíduos é um evento comum na infância, geralmente associada a lesões cariosas extensas ou a traumas acidentais. Essas lesões traumáticas acometem com maior frequência crianças entre 1 e 3 anos de idade. Estudos de prevalência demonstram uma variação significativa, com taxas entre 15,1% e 54,62%, sendo a maioria das perdas observada na mandíbula (Moreira et al., 2020). Como mencionam Moreira et al., (2020):

Os dentes anteriores são os mais acometidos quando falamos de trauma, mas os dentes posteriores também preocupam. A perda precoce dos dentes decíduos, principalmente quando forem molares, causam uma redução do espaço disponível nos arcos dentais para que os dentes permanentes possam irromper. A perda dos molares tem grande interferência na oclusão, podendo causar danos irreversíveis (Moreira et al., 2020, p. 3).

Desse modo, a dentição decídua exerce papel fundamental no crescimento e desenvolvimento dos arcos dentários, sendo essencial para o correto desempenho da mastigação, da fala e da articulação. Assim, a perda precoce pode comprometer não apenas a oclusão, mas também funções fonéticas, estéticas e psicossociais.

Os Aparelhos Guias de Erupção configuram-se como uma alternativa eficaz dentro da ortodontia preventiva e interceptiva. Esses dispositivos atuam na correção de más oclusões, restauração do equilíbrio estético-funcional da face e contribuem para o alinhamento dentário e a harmonia oclusal (Marques; Prado, 2019). Ainda conforme Marques e Prado (2019):

A maioria dos estudos analisados mostraram resultados satisfatórios, sendo essa uma modalidade de tratamento eficaz para maloclusões com tendência a Classe II, excesso de overjet, mordida profunda, mordida aberta, apinhamento, mordida cruzada anterior, rotações, pequenas discrepâncias na linha média e pequenos problemas nas ATMs (Marques; Prado, 2019, p. 1).

Sobre esse aspecto, os autores ressaltam que, há evidências de que o uso precoce desses dispositivos favorece a estabilidade dos resultados a longo prazo e reduz a chance de recidivas. A cooperação do paciente é essencial, assim como o uso contínuo e correto dos aparelhos, especialmente quando o protocolo exige uso diurno. Por isso, recomenda-se iniciar o tratamento precocemente, durante a erupção dos dentes permanentes, fase em que o uso noturno já é eficaz. Nessa etapa crítica do desenvolvimento, o tratamento tende a ser mais simples, fisiológico e previsível.

A prevenção da CPI deve começar ainda na gestação, por meio do acompanhamento da saúde materna e da promoção de hábitos saudáveis. A orientação das gestantes sobre saúde bucal é essencial para reduzir riscos à criança, reforçando a importância da higiene, da dieta equilibrada e do controle de infecções durante a gravidez. Após o nascimento, recomenda-se a higiene bucal desde a erupção do primeiro dente, o controle do consumo de açúcares especialmente no período noturno e a realização de consultas odontológicas precoces. Programas educativos em escolas e creches também são eficazes, pois estimulam o conhecimento e a conscientização de professores, cuidadores e famílias sobre higiene oral, alimentação balanceada e a necessidade de acompanhamento odontológico regular (Castilho et al., 2023).

De acordo com os autores citados acima, o tratamento da CPI deve ser planejado de acordo com a extensão das lesões, a idade da criança e a cooperação familiar. Entre as principais abordagens clínicas estão a aplicação de flúor, que visa remineralizar as superfícies dentárias e interromper o processo de desmineralização, e o uso de selantes, indicados para dentes com sulcos e fissuras profundas, atuando como barreira contra o acúmulo de biofilme. Em lesões cavitadas, realizam-se restaurações com materiais como cimento de ionômero de vidro (CIV) ou resina composta, que restauram a função e evitam a progressão da doença. Nos casos mais graves, podem ser necessários tratamentos

endodônticos, como pulpotomia ou instrumentação de canais em dentes decíduos. A exodontia é indicada apenas quando a preservação do elemento não é possível, devendo-se sempre considerar o impacto funcional e psicológico da perda precoce do dente.

Para prevenir consequências decorrentes da perda dentária, os mantenedores de espaço representam recurso fundamental na odontopediatria, preservando a área necessária para o irrompimento correto dos dentes permanentes. Além de sua função preventiva, atuam também como forma de reabilitação, reduzindo o risco de má-oclusões futuras, com vantagens clínicas, funcionais e custo-benefício. Esses aparelhos podem ser classificados, quanto ao tipo: fixos ou removíveis, quanto à função: funcionais (restabelecem função e estética, além de prevenirem hábitos parafuncionais) ou não funcionais (mantêm o espaço e evitam a migração dentária, mas não restauram função, estética ou impedem a extrusão do antagonista) (Moreira et al., 2020).

Diante da diversidade de opções disponíveis, a escolha do mantenedor deve ser individualizada, considerando idade, posição e número de elementos perdidos, bem como a maturação coronária e radicular do sucessor permanente. O uso adequado desses dispositivos garante melhores condições para a erupção dentária, preserva a oclusão e contribui para o desenvolvimento saudável da criança (Moreira et al., 2020).

A Mordida Aberta Anterior (MAA) é uma má-oclusão caracterizada pela ausência de contato entre os dentes superiores e inferiores, podendo ser classificada como dentária, dentoalveolar ou esquelética, conforme a morfologia e os tecidos envolvidos. A forma dentária geralmente está associada a hábitos deletérios, como sucção digital ou uso prolongado de chupeta, enquanto a esquelética resulta de alterações nas bases ósseas que afetam a proporção facial. Sua etiologia é multifatorial, envolvendo fatores hereditários e ambientais, com os hábitos funcionais exercendo papel determinante na forma dentoalveolar e agravante na esquelética (Leal et al., 2021).

O tratamento da MAA é desafiador devido ao risco de recidiva, especialmente quando os hábitos deletérios persistem. A interrupção dessas práticas e o reequilíbrio da função lingual são essenciais para garantir estabilidade. Quando diagnosticada precocemente, sobretudo nas dentições decídua e mista, a mordida aberta pode se autocorrigir com a eliminação dos hábitos prejudiciais, caso contrário, o prognóstico

tende a ser desfavorável com o crescimento. Conforme Leal et al. (2021, p.2): Estudos apontam que a melhor fase para o tratamento é durante a dentição mista, devido ao crescimento craniodentofacial e às modificações esqueléticas.

3.1 PAPEL DA ORIENTAÇÃO FAMILIAR E INTERDISCIPLINAR

Cabe ao odontopediatra, em conjunto com seus pacientes e responsáveis, estimular e consolidar hábitos saudáveis e atitudes positivas que favoreçam o desenvolvimento de uma geração futura de adultos com boa saúde bucal e com menor incidência de traumas relacionados ao tratamento odontológico. Dessa forma, esse profissional deve estar preparado não apenas em termos técnicos, mas também no aspecto emocional, a fim de compreender as particularidades da infância e proporcionar um cuidado mais empático, preventivo e humanizado (Giroto et al., 2019).

A educação em saúde bucal possui um papel fundamental na conscientização dos pais e responsáveis sobre a importância da prevenção e cuidados com a saúde bucal dos pequenos pois estes resultados irão causar impactos significativos no futuro. Com isso, Freitas et al. (2024) afirmam que:

Todavia, mesmo após avanços do sistema de saúde brasileiro, uma parcela da sociedade, que engloba o público infantil, carece de atendimento odontológico, devido aos problemáticos aspectos sociais e econômicos. Da mesma forma, as particularidades do desenvolvimento bucal infantil reforçam a importância de um atendimento e acompanhamento especializado, visto que diversos costumes comuns no cenário brasileiro, por exemplo, a falta de escovação periódica e alimentação rica em açúcares, podem provocar problemas na dentição decídua e prejudicar a dentição permanente, o que justifica a necessidade de um atendimento preparado em um público infantil. Portanto, tornam-se necessárias melhorias nas condições de acesso ao atendimento especializado no que tange o público infantil (Freitas et al., 2024, p.9).

De acordo com Cavalcante et al. (2022), é essencial promover a conscientização dos pais sobre a importância da saúde bucal e os impactos da má higiene oral, que vão além das doenças na cavidade bucal, afetando também o aspecto psicológico,

principalmente devido à preocupação com a estética do sorriso, tanto dos adultos quanto de seus filhos. Para isso, é necessário desenvolver estratégias de educação em saúde que alcancem, prioritariamente, famílias em situação de vulnerabilidade social, pois são as mais afetadas pela falta de acesso à informação. Essas ações são fundamentais para garantir uma melhor qualidade de vida e prevenir problemas futuros.

Ao educar os pais sobre os potenciais danos causados pelo uso prolongado de chupetas, os odontopediatras contribuem para a prevenção de problemas orofaciais no futuro. Essa abordagem proativa e preventiva promove o bem-estar das crianças, evitando complicações que, posteriormente, poderiam demandar tratamentos mais complexos (Silva; Almeida, 2023).

Landim, Vincenzi e Cerqueira Vila Verde (2024), ressaltam a relevância de intervenções educacionais voltadas às famílias e cuidadores, considerando seu papel fundamental na formação de comportamentos e hábitos saudáveis relacionados à saúde bucal. Tais iniciativas têm o potencial de ampliar o conhecimento e as competências desses responsáveis, capacitando-os a reconhecer e atender de forma eficaz as necessidades odontológicas das crianças.

A atuação interdisciplinar, envolvendo ortodontistas, fisioterapeutas, osteopatas e fonoaudiólogos, desempenha um papel fundamental no tratamento das alterações oclusais e posturais. Estratégias integradas, que associam reeducação postural, correções oclusais e terapias manuais, têm demonstrado resultados positivos na correção de desvios mandibulares e na melhora das funções orofaciais como um todo (Azzolino, Vitale, Moro, 2022). A atuação conjunta com o pediatra é fundamental pois muitos pais iniciam o cuidado dos seus filhos através do pediatra que encaminha os filhos para outros profissionais conforme a necessidade da criança.

Segundo a análise dos estudos de Araújo e Andrade (2025), as práticas odontológicas, especialmente quando acompanhadas de apoio psicológico e de ações educativas em saúde, proporcionaram não apenas benefícios clínicos, mas também a restauração da autoestima e o fortalecimento do autocuidado. Esses resultados evidenciam a importância da atuação do cirurgião-dentista sob uma perspectiva

biopsicossocial, pautada em princípios humanizados e na integração entre diferentes áreas do cuidado.

A integração de equipes multidisciplinares na Atenção Primária à Saúde (APS) é essencial para a promoção de um cuidado integral e eficaz. Embora existam desafios significativos, como a dificuldade de comunicação e a fragmentação do cuidado, as oportunidades que surgem dessa integração são igualmente relevantes. Conforme Jesus et al. (2025):

A integração de equipes multidisciplinares na APS é crucial para o cuidado integral. Embora haja desafios, as oportunidades que surgem são igualmente relevantes. Estratégias que fomentem a colaboração e o compartilhamento de saberes são fundamentais para otimizar a assistência e melhorar a satisfação dos usuários (Jesus, et al., 2025, p.5).

Logo, ações coordenadas, o fortalecimento do trabalho interprofissional e a melhoria na comunicação são exemplos de como a APS pode evoluir para oferecer um cuidado mais abrangente e centrado no paciente. Para enfrentar esses desafios, sugere-se o aprimoramento de protocolos de comunicação entre as equipes, a promoção de treinamentos interprofissionais contínuos e o uso ampliado de tecnologias, como prontuários eletrônicos integrados, que facilitem o compartilhamento de informações e a coordenação do cuidado.

3.2 IMPACTO NA ADESAO ÀS MEDIDAS PREVENTIVAS

O tratamento ortodôntico em tempo hábil pode melhorar tanto os aspectos funcionais quanto estéticos da estrutura dento facial, levando em consideração a uma melhora na autoestima e melhor relação social nas crianças (Azzolino, Vitale, Moro, 2022).

A inclusão da odontologia no SUS, por meio do programa Brasil Sorridente, ampliou o acesso a cuidados integrais em saúde bucal, destacando-se a ortodontia preventiva e interceptativa. Essa abordagem possibilita a detecção precoce de más oclusões, prevenindo complicações funcionais e psicossociais. A capacitação contínua

dos profissionais é fundamental para intervenções adequadas, reforçando o papel da ortodontia na promoção da saúde e na melhoria da qualidade de vida (Alves et al., 2025).

A saúde bucal infantil evidenciando a importância crítica de práticas preventivas desde os primeiros anos de vida. A educação precoce acerca da higiene bucal, aliada a visitas regulares ao dentista, estabelece-se como pilares fundamentais na prevenção de cáries e de outras doenças bucais. Problemas bucais podem influenciar aspectos como nutrição, autoestima e desempenho escolar, levando a dor, desconforto e dificuldades de concentração, o que afeta o desenvolvimento emocional e social da criança (Araújo; Freitas; Oliveira, 2024).

A realização do tratamento precoce das maloclusões é fundamental para garantir o correto desenvolvimento dentofacial em crianças, promovendo uma melhor qualidade de vida e evitando tratamentos mais invasivos no futuro.

A ortodontia interceptiva e preventiva, juntamente com a ortopedia funcional dos maxilares, oferece uma solução eficaz para a maioria dos problemas esqueléticos e dentários que surgem durante o crescimento. O acompanhamento de um ortodontista experiente é essencial para o sucesso a longo prazo do tratamento, garantindo que as crianças tenham uma oclusão funcional e uma estética facial harmoniosa (Patini et al., 2019)

A promoção da saúde bucal integral ao longo da vida exige uma abordagem que considere não apenas os aspectos clínicos, mas também os determinantes sociais, a percepção subjetiva do indivíduo e o impacto das condições bucais na qualidade de vida. Segundo Oliveira et al. (2025), a saúde bucal deve ser trabalhada de forma contínua e preventiva, respeitando as especificidades de cada fase da vida e promovendo o bem-estar físico, psicológico e social, com foco na equidade e no acesso aos serviços de saúde.

A realização do tratamento precoce das maloclusões é fundamental para garantir o correto desenvolvimento dentofacial em crianças, promovendo uma melhor qualidade de vida e evitando tratamentos mais invasivos no futuro. A ortodontia interceptiva e preventiva, juntamente com a ortopedia funcional dos maxilares, oferece uma solução eficaz para a maioria dos problemas esqueléticos e dentários que surgem durante o crescimento. O acompanhamento de um ortodontista experiente é essencial para o

sucesso a longo prazo do tratamento, garantindo que as crianças tenham uma oclusão funcional e uma estética facial harmoniosa (Patini et al., 2019).

O conhecimento sobre o crescimento ósseo é fundamental, assim como a compreensão dos fatores que contribuem para o desenvolvimento das más oclusões. Durante o período de crescimento, as estruturas ósseas são moldáveis e suscetíveis a alterações na oclusão da dentição decídua. Conforme destacam Julio, Gonçalves e Borges (2023):

Durante o período de crescimento, as estruturas ósseas são moldáveis e podem ocorrer alterações na oclusão da dentição decídua; caso sejam identificadas precocemente, permitem o impedimento do agravamento na dentição sucessora e contribuem como uma abordagem preventiva que gera menor ou nenhuma interceptação ortodôntica (Julio; Gonçalves; Borges, 2023, p.244).

Logo, de acordo com os autores supracitados, as medidas de prevenção das más oclusões devem ser planejadas de forma adequada e individualizada. Cabe ao profissional orientar os cuidadores no momento oportuno, desde o período neonatal até o final do crescimento e desenvolvimento ósseo. Com o objetivo de promover uma oclusão funcional e esteticamente satisfatória.

5 CONCLUSÃO

A prevenção ortodôntica na infância mostrou-se essencial para garantir um desenvolvimento dentofacial saudável e para reduzir a ocorrência de problemas que, quando não identificados precocemente, podem se estender para a vida adulta. Ao longo deste estudo, foi possível observar que medidas simples, como o controle de hábitos deletérios, o acompanhamento odontológico regular, a orientação familiar e o uso adequado de dispositivos preventivos, contribuem de forma significativa para uma oclusão equilibrada e para a promoção de saúde bucal integral.

Verificou-se também que a intervenção precoce facilita o tratamento de alterações oclusais, reduzindo a complexidade de procedimentos futuros e favorecendo

melhor qualidade de vida às crianças. Além disso, o envolvimento da família e a atuação multiprofissional fortalecem a adesão às práticas de cuidado e ampliam os resultados preventivos.

Diante disso, concluiu-se que investir na prevenção desde os primeiros anos de vida é uma estratégia eficaz, acessível e determinante para evitar complicações funcionais, estéticas e psicossociais ao longo do desenvolvimento. A adoção de práticas educativas, o acompanhamento profissional contínuo e a atenção às necessidades individuais de cada criança constituem o caminho mais seguro para promover saúde bucal, bem-estar e desenvolvimento integral.

Por fim, ressalta-se que a prevenção ortodôntica deve ser compreendida como um processo contínuo, que começa na infância e se estende ao longo do crescimento. Quanto mais cedo a criança é acompanhada, orientada e inserida em um cuidado integral, maiores são as chances de alcançar resultados duradouros. Assim, o fortalecimento de práticas preventivas e educativas representa um investimento essencial para o futuro, contribuindo para a formação de adultos mais saudáveis e conscientes de sua própria saúde bucal.

REFERÊNCIAS

ALVES, Thaynná Stephane Campos et al. Acesso e oferta de tratamentos ortodônticos na rede pública de saúde. **Revista Multidisciplinar do Nordeste Mineiro**, v. 10, 2025.

ARAÚJO, Phablinny Costa de; ANDRADE, Rodrigo Soares de. Conexões entre saúde bucal e saúde mental: uma abordagem integrativa da literatura. **Umen et Virtus**, São José dos Pinhais, v. XVI, n. LI, p. 1-14, 2025.

ARMINATTI, Mônica et al. Impacto da cárie dentária, maloclusão e hábitos orais na qualidade de vida relacionada à saúde oral em crianças pré-escolares. **Audiology – Communication Research**, São Paulo, v. 22, e1801, 2017.

ASHAR, Talha et al. Parent's Knowledge and Awareness in Maintaining their Children's Oral Health: A Cross Sectional Survey. **Pakistan Journal of Public Health**, v. 10, n. 4, p. 226-230, 2021.

AZZOLINO, D.; VITALE, S.; MORO, T. Interdisciplinary approach to facial symmetry and postural deviations in orthodontics. **International Journal of Environmental Research and Public Health**, v. 19, n. 15261, 2022.

CASTILHO, Cristiane de Oliveira Santos et al. Cárie na primeira infância e o impacto na qualidade de vida. **Revista Pró-UniverSUS**, Vassouras, v. 14, n. 1, p. 83-88, jan./abr. 2023.

CAVALCANTE, Marta Bahia et al. A influência dos pais ou responsáveis na saúde bucal de crianças de 0 a 12 anos. **Research, Society and Development**, v. 11, n. 16, e161111638207, 2022.

CUNHA, Leticia Camila Eugenio Flores da; VINHA, Thais da Costa; BUENO, Silvia Messias. **A importância da ortodontia no tratamento de maloclusões**. São José do Rio Preto: União das Faculdades dos Grandes Lagos – UNILAGO, 2022.

FREITAS, Cynthia Câmara de; ARAÚJO, Victor Igor Carvalho de; OLIVEIRA, Josué Miguel de. Qualidade de vida e saúde bucal infantil. **Brazilian Journal of Health Review**, v. 7, n. 9, e75122, 2024.

FREITAS, Gabriel Henrique Vieira de et al. A importância do contato com a odontopediatria para o desenvolvimento bucal infantil. **Revista Multidisciplinar do Nordeste Mineiro**, v. 1, 2024.

GIROTTTO, Gabrielle Ricci Rocha et al. A relevância da atuação do odontopediatra. **Revista Faípe**, v. 9, n. 2, p. 36-41, 2019.

GISFREDE, Thays Ferreira et al. Hábitos bucais deletérios e suas consequências em Odontopediatria. **Revista Brasileira de Odontologia**, Rio de Janeiro, v. 73, n. 2, p. 144–149, abr./jun. 2016.

JESUS, Lucilene Santos de et al. Integração de equipes multidisciplinares na Atenção Primária à Saúde: desafios e oportunidades. **Revista Eletrônica Acervo Científico**, v. 25, artigo e19564, 2025.

JULIO, Vinicius Jesus C. de A.; GONÇALVES, Sandro Seabra; BORGES, Amanda Gonçalves. **Crescimento ósseo e fatores contribuintes da má-oclusão: intervenção preventiva**. Cadernos de Odontologia do UNIFESO, Teresópolis, 2023. Artigo científico.

LANDIM, Thaís Ferreira; VINCENZI, Bárbara; CERQUEIRA VILA VERDE, Luís Henrique. Influência do conhecimento sobre higiene bucal na saúde oral de crianças e adolescentes. **Varia Scientia – Ciências da Saúde**, v. 10, n. 1, p. e34309, 2024.

LEAL, Fabiana Fazzio Luiz et al. Tratamento interceptativo da mordida aberta anterior para melhora da qualidade de vida: revisão de literatura. **Brazilian Journal of Surgery and Clinical Research**, v. 36, n. 3, p. 29–32, set./nov. 2021.

MARQUES, Aline Costa de França; PRADO, Idélcio Domingos do. Tratamento ortodôntico preventivo e interceptivo através de aparelhos guias de erupção: revisão de literatura. **Revista de Ciências da Saúde**, Pindamonhangaba: FUNVIC, v. 4, n. 2, p. 1–13, 2019.

MENDES, Beatriz Praciano; MAGALHÃES, Rebeca Canêda; CAETANO, Roberta Mansur. Ortodontia preventiva e interceptativa: benefícios à saúde oral. **Research, Society and Development**, v. 12, n. 6, e23812642236, 2023.

MOREIRA, Ana Karla dos Santos et al. A importância da instalação de mantenedor de espaço fixo não funcional em odontopediatria: revisão de literatura. **Brazilian Journal of Development**, Curitiba, v. 6, n. 11, p. 91980–91988, nov. 2020.

OLIVEIRA, R. A. P. de et al. Saúde bucal e qualidade de vida: revisão integrativa. **Revista Novos Desafios**, v. 5, n. 1, p. 1–11, 2025.

PATINI, R. et al. The long-term benefits of early orthodontic interventions. **Journal of Orthodontic Research**, v. 18, p. 157–162, 2019.

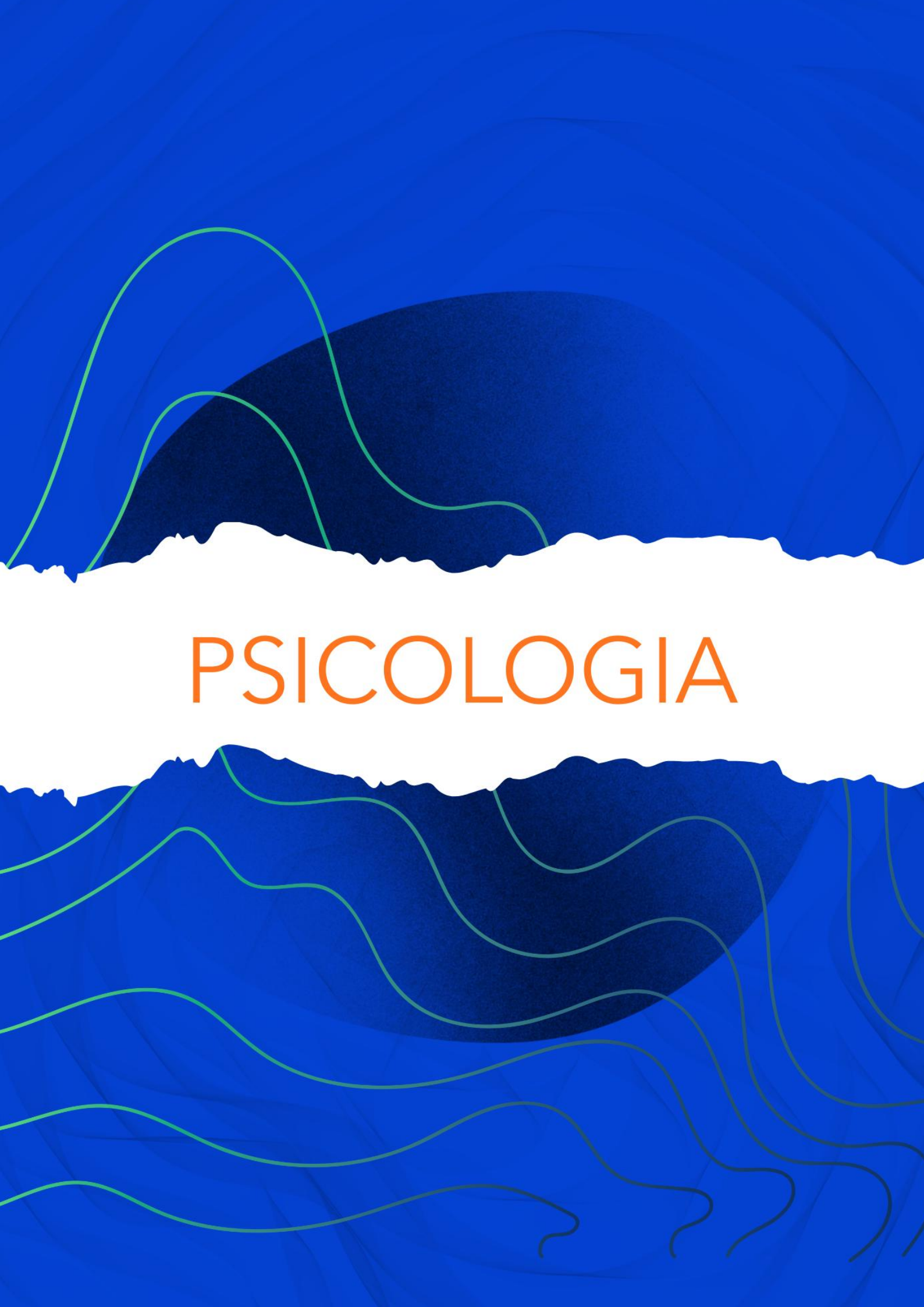
SERIGIOLI, Jaine Larissa Codato; GABRIEL, Núbia Idalete Alves Dantas. Ortodontia preventiva e interceptativa: diferenças entre os termos. **J Multidiscipl Dent**, v. 12, n. 1, p. 159–163, jan./abr. 2022.

SILVA, Wedlla Thaís Barbosa da; ALMEIDA, Patrícia Karine Galvão Nunes de. A importância da intervenção odontopediátrica na promoção do bem-estar em crianças com comportamentos de sucção não nutritivos: revisão sistemática da literatura.

Research, Society and Development, v. 12, n. 12, e82121243955, 2023.

SOUZA, Larissa Moreira de et al. Saúde bucal no âmbito escolar e familiar: da autonomia à transformação social. **Revista Brasileira de Educação Médica**, Rio de Janeiro, v. 39, n. 3, p. 426–432, 2015.

VIEIRA, Hevelyn Carla Dias; CARVALHO, Laila Gibaile Soares. Cárie de primeira infância e seus danos a longo prazo. **Research, Society and Development**, v. 14, n. 5, e1414548716, 2025.



PSICOLOGIA

A ENCARNAÇÃO DA DESIGUALDADE: UM DIÁLOGO INTERDISCIPLINAR ENTRE A PSICOLOGIA SÓCIO-HISTÓRICA E A PSICONEUROIMUNOLOGIA

Valmir Francisco de Souza Rocha

Bacharelado em Psicologia

Centro Universitário Toledo - UNITOLEDO

RESUMO: As iniquidades em saúde são frequentemente analisadas de forma fragmentada, seja pelo viés das ciências sociais ou das biológicas, existindo uma lacuna na articulação dos mecanismos que conectam a estrutura social ao adoecimento do corpo. Este trabalho propõe um modelo teórico inovador que demonstra como as condições de desigualdade social se inscrevem na biologia humana, articulando a Psicologia Sócio-Histórica (PSH), que entende a subjetividade como uma construção social mediada, com os mecanismos da Psiconeuroimunologia (PNI), que detalham como o estresse psicossocial desregula o eixo Hipotálamo-Pituitária-Adrenal (HPA) e promove um estado inflamatório crônico. A pesquisa foi conduzida por meio de uma revisão teórica integrativa e crítica, da qual se apresenta um modelo de "subjetividade encarnada", no qual o corpo se torna um registro material da história social, oferecendo uma nova ferramenta para a pesquisa interdisciplinar em saúde coletiva e para a crítica às abordagens que desvinculam o sofrimento de seu contexto social.

Palavras-chave: Psicologia Sócio-Histórica. Psiconeuroimunologia. Determinantes Sociais da Saúde. Subjetividade Encarnada. Interdisciplinaridade.

A PRÁTICA DA MONITORIA EM ESTATÍSTICA COMO ESTRATÉGIA PARA APRENDIZAGEM COLABORATIVA

Emilly Vitória de Souza Silva

Bacharelanda de Psicologia

Universidade Federal do Vale do São Francisco

emilly.vitoria@discente.univasf.edu.br

Monica Aparecida Tomé Pereira

Doutora em Demografia

Universidade Federal do Vale do São Francisco

monica.tome@univasf.edu.br

RESUMO: Introdução: A monitoria é uma atividade acadêmica que apoia o processo de ensino-aprendizagem, promovendo a troca de conhecimento, e a construção colaborativa do saber. **Objetivo:** Avaliar os efeitos das atividades realizadas no período de desenvolvimento da monitoria, por meio de plantões de dúvidas e aprofundamento dos conteúdos das disciplinas de estatística, nos cursos de Administração, Psicologia e Enfermagem. **Justificativa:** Justifica-se por fortalecer o aprendizado em Estatística, promovendo a troca de saberes entre os estudantes, a autonomia estudantil e a formação pedagógica do monitor. **Métodos:** As atividades ocorreram entre março a julho de 2025, de forma presencial e virtual, com aulas, plantões, oficinas e materiais de apoio, com os 79 estudantes matriculados. Foi avaliado o desempenho, por meio das notas e comentários dos envolvidos, através de tabelas, gráficos e medidas resumo. **Resultados:** Tem-se que 40 alunos participaram regularmente dos atendimentos, e dos 79 matriculados, 66 foram aprovados por média. Diante disso, a monitoria promoveu aprendizagem colaborativa e fortaleceu a formação acadêmica.

Palavras-Chave: Monitoria. Estatística. Aprendizagem Colaborativa.

A SAÚDE MENTAL DOS ESTUDANTES MIGRANTES NO VALE DO SÃO FRANCISCO

Jade Ester Coelho Freire Drumond
Bacharelanda em Psicologia
Faculdade de Petrolina (FACAPE)

Julia Morato Gomes dos Santos
Bacharelanda em Psicologia
Faculdade de Petrolina (FACAPE)

Victor Hugo Freire Guerra
Bacharelando em Psicologia
Faculdade de Petrolina (FACAPE)

RESUMO: Introdução: A migração estudantil é mais que uma mudança geográfica: envolve impactos emocionais e sociais, em Petrolina e Juazeiro jovens que se mudam para estudar enfrentam desafios de adaptação acadêmica, social e de saúde mental, apesar de existirem políticas de assistência, faltam ações específicas para essa realidade. **Objetivos:** O objetivo geral é compreender os impactos da migração na saúde mental de estudantes do Vale do São Francisco. Já os específicos: a) Identificar estratégias de suporte psicológico oferecidas, b) Analisar vivências de deslocamento e adaptação acadêmica. c) Entender os reflexos psicossociais e formativos na trajetória dos estudantes. **Metodologia:** esse estudo é de cunho qualitativo. O instrumento de pesquisa será a entrevista semiestruturada. O método de análise de dados será o dialético-descritivo. **Fundamentação teórica:** Sendo um efeito benéfico e enriquecedor para a formação dos estudantes, visto que permite não só uma diversidade cultural nas universidades, mas também que os alunos Migrantes conheçam outras realidades diferentes da sua região de origem, também impõe desafios, especialmente quando referido a adaptação estudantil e a saúde mental do indivíduo. (Cardoso et al., 2022). **Resultados:** espera-se que esse trabalho contribua para os estudos sobre o suporte psicológico dos estudantes que migram para o Vale do São Francisco.

Palavras-chave: Migrantes. Vale do São Francisco. Saúde mental. Estudantes. Suporte Psicológico.

ADOECIMENTO MENTAL NO AMBIENTE DE TRABALHO AGRÍCOLA: DESAFIOS ATUAIS E OS IMPACTOS PARA SOCIEDADE

Heloisa Tamarino Carvalho
Bacharelanda em Psicologia
Faculdade de Petrolina – FACAPE

Paola Luiza Almeida Lima
Bacharelanda em Psicologia
Faculdade de Petrolina – FACAPE

Dinani Gomes Amorim
Faculdade de Petrolina-FACAPE
(Profa. Dra. ORIENTADORA)

RESUMO: Introdução: O adoecimento mental entre agricultores é um tema ainda pouco explorado, porém de extrema relevância para a compreensão dos impactos e desafios enfrentados pela sociedade contemporânea. **Objetivo:** Este estudo busca analisar os diferentes fatores que contribuem para o sofrimento psíquico dos trabalhadores rurais brasileiros, considerando aspectos sociais, econômicos e ambientais. **Fundamentação teórica:** A pesquisa será conduzida a partir de um levantamento bibliográfico, visando observar que a urbanização, a dispersão social e familiar, e as pressões econômicas têm agravado o quadro de vulnerabilidade mental no campo. **Metodologia:** Esta pesquisa utiliza-se de artigos e publicações acadêmicas, de cunho exploratório, com busca nas bases de dados: Google Acadêmico, Science. **Resultados (em andamento):** Os resultados preliminares e o levantamento bibliográfico exploratório já indicam múltiplos fatores que contribuem para a vulnerabilidade mental dos trabalhadores rurais, confirmando a relevância dos aspectos propostos no estudo.

Palavras-chave: Saúde Mental. Agricultura. Estresse. Adoecimento Mental.

APRENDENDO A DIZER SIM E A DIZER NÃO: PROTEGENDO O NOSSO CORPO E SENTIMENTOS

Caris Emanuely Marques Silva

Bacharelada em Direito

Faculdade de Petrolina – FACAPE

Maria Vitória de Souza Pereira

Bacharelada em Direito

Faculdade de Petrolina – FACAPE

Rebeca Cristina S. Almeida

Bacharelada em Direito

Faculdade de Petrolina – FACAPE

Vivian Williane Souza Rocha

Bacharelada em Direito

Faculdade de Petrolina – FACAPE

Profa. Ma. Maria Lúcia da Silva Souza

Faculdade de Petrolina – FACAPE

RESUMO: O presente trabalho tem como objetivo desenvolver atividades lúdicas e interativas com crianças na faixa etária de 8 a 11 anos, com foco na autoproteção, fortalecimento da autonomia e valorização da autoestima, nas escolas públicas municipais de Petrolina-PE. A oficina "aprendendo a dizer sim e a dizer não: protegendo nosso corpo e nossos sentimentos" foi desenvolvida no âmbito do Projeto de Extensão de Prevenção à Violência Sexual Contra Crianças e Adolescentes no município de Petrolina-PE (PREVCAMP). As atividades práticas foram elaboradas considerando o desenvolvimento cognitivo das crianças e adaptadas à idade. Dentre as estratégias utilizadas, destacam-se: contação de histórias, diálogo interativo com plaquinhas coloridas para percepção dos significados do “sim” e do “não” a toques invasivos e abusivos; exibição de vídeo educativo do Canal Futura; e a produção de desenhos livres representando as reflexões das crianças, posteriormente apresentados ao grupo. O projeto, ainda em andamento, já atendeu 40 (quarenta) crianças, evidenciou a interação e participação entre os envolvidos. As ações realizadas demonstraram o fortalecimento do conhecimento e da conscientização sobre a temática, contribuindo para o desenvolvimento de atitudes de autoproteção.

Palavras-chave: Autocuidado. Crianças. Prevenção. Proteção. Violência Sexual.

BULLYING NA UNIVERSIDADE: A VIOLÊNCIA QUE DEIXA MARCAS

Bruna Isabelle Noronha Borges
bruna.borges.25159@aluno.facape.br
Bacharelada em direito
Faculdade de Petrolina - FACAPE

Jadson Juan Andrade Cavalcante
jadson.cavalcante.25001@aluno.facape.br
Bacharelado em direito
Faculdade de Petrolina - FACAPE

Emerson Emmanuel Silva Souza
Emerson.souza.25086@aluno.facape.br
Bacharelado em direito
Faculdade de Petrolina - FACAPE

Joscicleide Ferreira Bione de Lima
Joscicleide.lima.25147@aluno.facape
Bacharelada em direito
Faculdade de Petrolina - FACAPE

Maria Fernanda Andrade Cavalcante
mf.cavalcante.19092006@gmail.com
Bacharelada em direito
Faculdade de Petrolina - FACAPE

Antonio de Santana Padilha Neto
Professor-orientador
padilha.facape@gmail.com
Doutor em Ecologia Humana e Gestão Socioambiental – UNEB
Faculdade de Petrolina - FACAPE

RESUMO: Introdução: O *bullying* e o *cyberbullying* representam uma forma de violência sistemática e intencional que afeta a saúde emocional e o desempenho acadêmico.

Objetivo: Este estudo teve como objetivo debater com a comunidade acadêmica FACAPEANA sobre a problemática do *bullying nas universidades*, com base em palestra ocorrida no dia 02 de setembro de 2025 na Faculdade de Petrolina – FACAPE.

Fundamentação teórica: A discussão é sustentada por estudos e dados da UNICEF (Organização das Nações Unidas para a Infância), que aponta o Brasil no 4º lugar mundial em casos de *bullying*.

Metodologia: Utilizou-se abordagem qualitativa, de caráter descritivo e exploratório, com base em pesquisa bibliográfica no “MINIGUIA PARA CRIADORES SOBRE DISCURSO DE ÓDIO”.

Resultados: Houve troca de saberes e reflexões sobre esse tema promovendo a conscientização sobre a importância da prevenção, da denúncia e do papel de cada indivíduo no combate a esse tipo de violência escolar.

Palavras-chave: Humanidade. Inclusão. Respeito. Saúde Mental. Violência.

ERA UMA VEZ: HISTÓRIAS DO INCONSCIENTE INFANTIL – EXPERIÊNCIAS COM A PSICANÁLISE NA EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA

Aléssia Fontenelle

Universidade Federal do Vale do São Francisco

alessia.fontenelle@univasf.edu.br

Hugo Gabriel Soares Nunes Costa

Universidade Federal do Vale do São Francisco

hugo.gcosta@discente.univasf.edu.br

Izabela Mororó de Souza

Universidade Federal do Vale do São Francisco

Izabelamororos@gmail.com

Izabela Rodrigues de Castro

Universidade Federal do Vale do São Francisco

izabela.castro@discente.univasf.edu.br

Luiza Danielly Cavalcante do Nascimento

Universidade Federal do Vale do São Francisco

luiza.danielly@discente.univasf.edu.br

RESUMO: Desde Freud (1919/1976), encontramos a indicação de que a formação analítica se sustenta na articulação entre teoria e prática supervisionada. É no ato de se confrontar com a palavra que o saber teórico adquire corpo e se transforma em posição ética. O presente trabalho relata a experiência dos participantes do projeto de extensão “Era uma vez: histórias do inconsciente infantil”, que realizou encontros de contação de histórias e momentos destinados à produção subjetiva junto a um grupo de crianças. O projeto se orienta pela aposta de que a extensão universitária pode se tornar um espaço de formação pela experiência, em que o estudante é convocado a articular ética, desejo e saber. A prática psicanalítica na universidade implica ocupar um lugar distinto daquele

do educador ou do mestre: trata-se, como indica Lacan (1971/2009), de sustentar um discurso que faz lugar à fala e ao desejo, permitindo que algo do inconsciente possa emergir. Nesse percurso, a psicanálise mostrou-se fundamental para acolher a singularidade de cada criança (Costa, 2012), oferecendo aos discentes um contato vivo e sensível com o universo infantil e com os impasses do saber que se joga na relação com o outro.

Palavras-chave: Graduação. Psicanálise. Relato. Infância.

ESTAR NA UNIVERSIDADE É VIVER FORA DO ARMÁRIO? UM ESTUDO FENOMENOLÓGICO SOBRE EXPERIÊNCIAS DE SER ESTUDANTE LGBTQIAPN+ EM INSTITUIÇÕES PÚBLICAS DE ENSINO SUPERIOR DO SERTÃO NORDESTINO

Samuel Souza Rios Lima Araújo

Bacharelado em Psicologia

Universidade Federal do Vale do São Francisco – UNIVASF

Hugo Matos da Cruz

Bacharelado em Psicologia

Universidade Federal do Vale do São Francisco – UNIVASF

Shirley Macêdo Vieira de Melo

Professora Orientadora

Doutora em Psicologia

Universidade Federal do Vale do São Francisco – UNIVASF

RESUMO: **Introdução:** A moral social, pautada na heterossexualidade e na cisgeneridade compulsórias, busca regular os corpos e suas formas de expressão. Frente a isso, indivíduos não cis-hétero podem vivenciar diversos conflitos para se assumir e viver de modo autêntico, ficando no armário. **Objetivo:** Compreender os sentidos das experiências de ser estudante LGBTQIAPN+ em universidades públicas do sertão nordestino. **Fundamentação teórica:** Faz-se necessário que todas as universidades do Brasil reflitam e questionem sobre o processo de normatividade das identidades, expressões e formas de ser, de modo a possibilitar a criação de caminhos por meio da educação e do conhecimento. **Metodologia:** Trata-se de uma pesquisa fenomenológica de tendência empírica a partir de entrevista individual aberta com pergunta disparadora, da qual já participaram seis universitários. **Resultados (em andamento):** Compreende-se que diferentes fatores (protetivos e reprodutores de estigmas socioculturais) afetam a experiência dos entrevistados, os quais revelaram que a universidade tanto é um espaço acolhedor e inclusivo para alguns sujeitos, como também reproduz discriminações e exclusões.

Palavras-chave: Homossexualidade. Identidade de Gênero. Universidade. Ensino Superior. Fenomenologia.

MONITORIA DE PSICOLOGIA FENOMENOLÓGICA-EXISTENCIAL

Christian Anderson da Silva Lima

Bacharelando em Psicologia

Universidade Federal do Vale do São Francisco - UNIVASF

Erika Hofling Epiphany

Professora Orientadora

Doutora em Psicologia Escolar e do Desenvolvimento Humano

Universidade Federal do Vale do São Francisco - UNIVASF

RESUMO: Introdução: Este relato aborda a experiência do monitor bolsista no Projeto de Monitoria das disciplinas Psicologia Fenomenológica-Existencial I e II, destacando as atividades desenvolvidas e suas contribuições para a formação profissional. **Objetivos:** Relatar as ações realizadas, apresentar os resultados obtidos e discutir os efeitos da monitoria no desenvolvimento acadêmico do monitor. **Métodos:** As atividades ocorreram presencialmente e online, com monitorias teóricas via Google Meet, a Maratona Existencial como revisão de autores, mediação de grupos de estudo, auxílio em sala de aula e comunicação entre professora e discentes. **Resultados:** Nos semestres 2024.1 e 2025.1, 159 alunos foram matriculados, sendo 122 atendidos pela monitoria. Em 2024.1, dos 81 matriculados, 75 participaram e todos foram aprovados. Em 2025.1, dos 78 alunos, 47 foram atendidos, com uma reprovação por falta. No total, ocorreram quatro reprovações, três por ausência e uma por nota. **Comentários finais:** A monitoria contribuiu para aproximar docente e discentes, reforçar o aprendizado, promover integração e fortalecer a formação acadêmica e docente do monitor.

Palavras-chave: Experiência. Monitoria. Fenomenologia-existencial.

O (IN)SUCESSO EM ATO

Aléssia Silva Fontenelle

Universidade Federal do Vale do São Francisco

alessia.fontenelle@univasf.edu.br

Deborah Marcelly Rodrigues Sá

Universidade Federal do Vale do São Francisco

deborah.rodrigues@discente.univasf.edu.br

Erica Gonçalves Custódio da Silva

Universidade Federal do Vale do São Francisco

erica.custodio@discente.univasf.edu.br

Gabriel Felix Aguiar Lima Oliveira

Universidade Federal do Vale do São Francisco

gabriel.felix@discente.univasf.edu.br

Luanny Rafaelly Barbosa Gondim

Universidade Federal do Vale do São Francisco

luanny.rafaelly@discente.univasf.edu.br

Raíssa França Souza

Universidade Federal do Vale do São Francisco

raissa.franca@discente.univasf.edu.br

RESUMO: **Apresentação:** “Era Uma Vez: Histórias do Inconsciente” é um projeto de extensão voltado a crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social no sertão pernambucano, sob a perspectiva da psicanálise. A intervenção compreende que o corpo é o lugar privilegiado de inscrição do Outro. O corpo da criança está atravessado pelo discurso parental e educacional, utilizando-o como suporte de expressões do inconsciente (Hessling, 2023). **Justificativa:** O que seria nomeado de insucesso do planejamento revela, em ato, o sucesso contingente, considerando os efeitos subjetivos produzidos nas manifestações corporais — encenações, debates e gestos. **Objetivos:** Criar um espaço que autorize a circulação da expressão e produções singulares. **Método:**

Os encontros consistiam na contação de histórias e nas produções subjetivas.

Resultados: Diante da institucionalização, certos comportamentos são esperados e/ou normatizados dos praticantes e participantes. Contudo, Laurent (2012) trata de “produzir a exceção”: prática que permite a manifestação dos traços subjetivos da criança pela fala e corpo. Assim, o insucesso, converte-se na marca do ato analítico: o sucesso da aparição do sujeito.

Palavras-chave: Psicanálise. Corpo. Subjetividade.

O QUE MUDA ENTRE PAIS E MÃES? HABILIDADES SOCIAIS CONJUGAIS, ESTILOS PARENTAIS E GÊNERO

Bianca Próspero da Silva

Mestranda em Psicologia

Universidade Federal do Vale do São Francisco – UNIVASF

bianca.prospero@discente.univasf.edu.br

Lucivanda Cavalcante Borges de Sousa

Professora Orientadora

Doutora em Psicologia

Universidade Federal do Vale do São Francisco – UNIVASF

lucivanda.borges@univasf.edu.br

RESUMO: Introdução: a família constitui um sistema no qual a qualidade das interações conjugais repercute nas práticas parentais. **Objetivo:** investigar associações entre habilidades sociais conjugais (HSC) e estilos parentais (EP), considerando diferenças de gênero. **Fundamentação teórica:** evidências indicam que interações conjugais positivas favorecem práticas parentais mais ajustadas, enquanto déficits nas habilidades sociais conjugais podem refletir negativamente no subsistema parental. **Metodologia:** trata-se de um estudo transversal com 174 pais e mães de crianças entre 5 e 11 anos, que responderam a um questionário sociodemográfico, ao QHSC e ao IEP. As análises foram conduzidas nos softwares Jamovi e R, utilizando testes não paramétricos e regressão linear múltipla ($\alpha = 0,05$). **Resultados:** o índice do IEP correlacionou-se positivamente com avaliação e comunicação positiva e negativamente com fatores negativos da comunicação, indicando que maior presença de práticas educativas positivas associa-se a interações conjugais mais saudáveis. Observou-se tendência de médias mais altas entre homens em expressão de sentimentos e aspectos positivos do parceiro ($r = 0,21$).

Palavras-chave: Conjugalidade. Parentalidade. Habilidades Sociais Conjugais. Estilos Parentais. Gênero.

OFICINAS DE REFLEXÃO COM HOMENS ENVOLVIDOS EM VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER

Milena Coelho Mauriz

Universidade Federal do Vale do São Francisco
milena.mauriz@discente.univasf.edu.br

Amanda Maria de Sales

Universidade Federal do Vale do São Francisco
amanda.s@discente.univasf.edu.br

Maria Clara Amariz de Queiroz

Universidade Federal do Vale do São Francisco
maria.amariz@discente.univasf.edu.br

Maria Vitória Barbosa Leal

Universidade Federal do Vale do São Francisco
vitoria.leal@discente.univasf.edu.br

Mel de Oliveira Brito

Universidade Federal do Vale do São Francisco
mel.brito@discente.univasf.edu.br

Milena Ferreira Lima

Universidade Federal do Vale do São Francisco
milena.ferreira@discente.univasf.edu.br

RESUMO: É essencial debruçar-se sobre os desafios de atuação do estudante e do profissional da Psicologia no contexto prisional, especialmente diante das questões que envolvem a violência de gênero. Nesse sentido, o presente estudo relata a experiência em andamento de um projeto de intervenção desenvolvido com homens privados de liberdade por envolvimento em casos de violência contra a mulher, em uma unidade prisional localizada no município de Juazeiro-BA. A proposta tem como objetivo principal promover reflexões sobre machismo e banalização da violência, buscando

contribuir para a redução da reincidência e para a reeducação dos participantes. As atividades estão sendo realizadas em encontros grupais, pautadas em metodologias participativas e dialógicas, que incluem dinâmicas, debates e momentos de escuta. Até o presente momento, observa-se o interesse e o envolvimento dos internos nas discussões propostas, o que indica a relevância de espaços de diálogo e escuta qualificada no sistema prisional. Além disso, a vivência tem ampliado o olhar dos discentes sobre a atuação psicológica no cárcere, ressaltando o valor de práticas éticas e sensíveis diante da violência de gênero.

Palavras-chave: Homens. Psicologia. Reeducação. Violência.

POSSIBILIDADES DA ATUAÇÃO EM PSICOLOGIA NO CONTEXTO DE MEDIDAS SOCIOEDUCATIVAS: UM RELATO DE EXPERIÊNCIAS

Larissa Lauane de Santana Silva

Universidade Federal do Vale do São Francisco

larissa.lauane@discente.univasf.edu.br

Francinete Costa de Souza

Universidade Federal do Vale do São Francisco

francinete.souza@discente.univasf.edu.br

Lucas Gonçalves da Silva

Universidade Federal do Vale do São Francisco

lucas.goncalves@discente.univasf.edu.br

Milena Ferreira Lima

Universidade Federal do Vale do São Francisco

milena.ferreira@discente.univasf.edu.br

RESUMO: É fundamental debruçar-se sobre os desafios de atuação do estudante e profissional da psicologia dentro do contexto do sistema de medidas socioeducativas brasileiro, de forma a destacar possibilidades e caminhos interventivos que possibilitem ações terapêuticas aos sujeitos ali presentes. Desse modo, este estudo relatou a experiência do estágio básico de alunos do curso de Psicologia realizado no Centro de Atendimento Socioeducativo (Case), localizado no município de Petrolina-PE. A intervenção foi baseada em uma gincana, desenvolvida em colaboração com 18 adolescentes em atendimento socioeducativo, os professores e a psicóloga da unidade. Foram realizados quatro encontros durante um mês de atividades cooperativas, educativas e de lazer. Obtiveram-se resultados positivos, com o engajamento dos participantes e a promoção de reflexões acerca de seus papéis sociais. Com isso, possibilita-se discussões acerca da complexidade da atuação psicológica em contextos de

privação de liberdade, sobretudo, em espaços marcados pela escassez de recursos e a sobrecarga institucional.

Palavras-chave: Medidas Socioeducativas. Jovens. Psicologia.

PRÁTICAS DE AUTOCUIDADO EM UNIVERSITÁRIOS DA SAÚDE

Lucas Barbosa da Silva

Bacharelado em Psicologia

Universidade Federal do Vale do São Francisco – UNIVASF

Hugo Matos da Cruz

Bacharelado em Psicologia

Universidade Federal do Vale do São Francisco – UNIVASF

Shirley Macêdo Vieira de Melo

Professora Orientadora

Doutora em Psicologia

Universidade Federal do Vale do São Francisco – UNIVASF

RESUMO: Introdução: O autocuidado é definido como uma atividade aprendida pelo indivíduo e direcionada a si mesmo, com o propósito de regular fatores que afetam seu próprio bem-estar. **Objetivo:** Investigar o autocuidado em estudantes da área de saúde de universidades públicas do sertão pernambucano. **Fundamentação teórica:** O sofrimento psíquico dos estudantes universitários é considerado uma questão de saúde pública. Eles têm dificuldade de nomear suas emoções, sendo recorrentes relatos de transtornos mentais e comportamento suicida. **Metodologia:** Está sendo desenvolvida uma pesquisa de caráter misto, que utiliza a Escala para Avaliar as Capacidades de Autocuidado (EACAC) em sua etapa quantitativa. Já participaram 26 respondentes dos cursos de Farmácia, Medicina, Medicina Veterinária e Psicologia. A análise desta etapa é realizada por meio de estatística descritiva e inferencial. **Resultados (em andamento):** A análise preliminar da amostra resultou em uma idade média de 23,15 anos, e indicou uma pontuação média de 82 (DP=14,25) na escala de autocuidado. Contudo, os escores apresentam variação considerável (57 a 109), o que sugere diferentes níveis na prática de autocuidado.

Palavras-chave: Autocuidado. Formação Superior. Universidade. Saúde mental. Pesquisa Quantitativa.

ROLE A INICIATIVA: O RPG DE MESA NO DESENVOLVIMENTO DE HABILIDADES SOCIAIS

Sanny Gabrielle de Sá Rosa

Bacharelada em Psicologia

Universidade Federal do Vale do São Francisco – UNIVASF

sanny.rosa@discente.univasf.edu.br

Felipe de Oliveira Marcos

Bacharelado em Psicologia

Universidade Federal do Vale do São Francisco – UNIVASF

felipe.marcos@discente.univasf.edu.br

RESUMO: O RPG (Role-Playing Game) é um jogo de interpretações verbais que vem se popularizando ao longo das décadas, que pode oferecer um ambiente seguro e estruturado para experimentar e ajustar diferentes estratégias de interação social. Busca-se investigar o desenvolvimento de habilidades sociais em jogadores de RPG após a prática desses jogos. Por meio de um delineamento quase-experimental e correlacional, esse estudo conta com uma amostra final de 111 participantes, divididos entre jogadores experientes e iniciantes, os quais foram comparados, analisando a relação entre habilidades sociais e a prática de RPG. Foi aplicado um questionário sociodemográfico e o Inventário de Habilidades Sociais (IHS-Del-Prette-2009). Os dados foram analisados por meio de estatística descritiva e inferencial por meio do software JASP. Identificou-se correlações positivas, onde Jogadores experientes apresentaram maior assertividade, empatia e cooperação, além de associações positivas entre tempo de prática e habilidades sociais, enquanto a frequência de participação teve impacto mais limitado. Os achados sugerem que o RPG é promissor para o desenvolvimento interpessoal.

Palavras-chave: RPG. Habilidades Sociais. Jogadores Experientes. Jogadores Iniciantes.

UM CONTRASTE ENTRE TEORIA DOS FUNDAMENTOS MORAIS E A TEORIA DA MORALIDADE COMO COOPERAÇÃO NA DETECÇÃO DE CONTEÚDO E CONFLITO EM SÉRIES TELEVISIVAS

Bianca Guerra Menck

Bacharelada em Psicologia

Universidade Federal do Vale do São Francisco - UNIVASF

Anna Julia Ferreira dos Santos

Bacharelada em Psicologia

Universidade Federal do Vale do São Francisco - UNIVASF

Prof. Dr. Mateus Silvestrin

Docente orientador de Psicologia

Universidade Federal do Vale do São Francisco - UNIVASF

RESUMO: Introdução: As narrativas ficcionais, especialmente as séries de TV, são um elemento central na cultura contemporânea, e seu conteúdo moral é um fator determinante para o engajamento e a apreciação do público. **Fundamentação Teórica:** Este projeto propõe um mapeamento da representação de conteúdo e conflitos morais em roteiros de séries televisivas. Para isso, utilizaremos dois dicionários de análise de linguagem natural, um baseado na Teoria dos Fundamentos Morais (eMFD) e outro baseado na teoria da Moralidade como Cooperação (eMACD), ferramentas que permitem quantificar a valência e a intensidade dos temas morais presentes nos diálogos. **Objetivo:** contrastar a capacidade desses dois importantes arcabouços teóricos de identificar diferentes facetas da moralidade e de se associarem ao sucesso das narrativas, medido por meio de avaliações da audiência. **Metodologia:** seguiremos as etapas de coleta e mineração de roteiros, detecção de conteúdo e conflito moral, e análise de associação com escores de audiência. **Resultados:** esperamos apresentar um panorama quantitativo da moralidade nas séries, avaliar qual teoria moral se mostra mais robusta e preditiva para a análise de produções culturais, e gerar insights sobre quais conflitos e virtudes mais ressoam com o público, servindo como um termômetro das tensões e valores que definem o clima cultural atual.

Palavras-chave: Psicologia Moral. Conflito Moral. Séries de TV. Análise de Linguagem Natural. Teoria dos Fundamentos Morais. Teoria da Moralidade como Cooperação.

USO DE MÍDIAS BASEADA EM TELAS E SAÚDE MENTAL DE ADOLESCENTES

Alessandra Costa Galvão Santos
Bacharelanda em Fisioterapia
Universidade de Pernambuco-UPE

Robervam de Moura Pedroza
Bacharel em Enfermagem
Universidade de Pernambuco-UPE

Jânio Luiz Correia Júnior
Bacharel em Fisioterapia
Universidade de Pernambuco-UPE

Ricardo de Freitas Dias
Professor Orientador
Doutor em Educação Física
Universidade de Pernambuco-UPE

RESUMO: **Introdução:** A exposição de adolescentes a dispositivos com tela tem suscitado preocupações relevantes no campo da saúde pública, especialmente quanto aos impactos potenciais sobre o bem-estar psicológico e o desenvolvimento global dos jovens. **Objetivo:** Avaliar a associação entre o tempo de exposição às telas e os indicadores de saúde mental em adolescentes de 10 a 17 anos. **Fundamentação teórica:** A literatura aponta que os dispositivos com tela estão associados a distúrbios do sono, sintomas ansiosos e depressivos, além de desempenho acadêmico insatisfatório, embora reconheça que o uso moderado pode ser benéfico na aprendizagem e socialização. **Metodologia:** Estudo observacional, transversal, que utilizará o Screen-Based Media Usage (SBMU), o Strengths and Difficulties Questionnaire (SDQ) e o Short Mood and Feelings Questionnaire (SMFQ) em escolares entre 10 e 17 anos. A análise dos dados incluirá estatísticas descritivas e modelos de regressão. **Resultados esperados:** O tempo excessivo de tela (>2h/dia) estará significativamente associado a maiores escores de dificuldades psicossociais e sintomas depressivos, mesmo controlando as variáveis sociodemográficas.

Palavras-chave: Saúde do Adolescente. Tempo de Tela. Saúde Mental. Comportamento do Adolescente.

VARIÁVEIS SOCIODEMOGRÁFICAS E SEUS EFEITOS NO ENVOLVIMENTO PARENTAL NOS CUIDADOS DE CRIANÇAS NA PRIMEIRA INFÂNCIA EM FAMÍLIAS DE BAIXA RENDA

Maria Giovanna Souza Barbosa

Universidade Federal do Vale do São Francisco
maria.giovannabarbosa@discente.univasf.edu.br

Lucas Gonçalves da Silva

Universidade Federal do Vale do São Francisco
lucas.goncalves@discente.univasf.edu.br

Lucivanda Borges Cavalcante de Sousa

Universidade Federal do Vale do São Francisco
lucivanda.borges@univasf.edu.br

RESUMO: O envolvimento parental corresponde a um conjunto de atividades das figuras parentais que inclui a garantia de cuidados e recursos à criança, a disponibilidade para interação e o atendimento de suas necessidades. Compreende, assim, três dimensões: interação, acessibilidade e responsabilidade. Ademais, o contexto sociodemográfico das famílias impacta a forma como os cuidadores se envolvem nos cuidados e na interação com os(as) filhos(as) e pode afetar o desenvolvimento infantil. Investigou-se as relações entre o envolvimento parental e as variáveis sociodemográficas de famílias de baixa renda com crianças de 03 a 06 anos. Participaram 99 cuidadores primários com idade mínima de 18 anos, residentes no interior de Pernambuco e Bahia. Os dados foram analisados por meio de estatísticas descritivas e inferenciais. Identificou-se correlações positivas entre os fatores de suporte emocional e número de habitantes por residência; renda mensal total da residência e suporte emocional; evocações e horas de trabalho. Ademais, os cuidadores em situação de desemprego apresentaram maior frequência nos cuidados diretos e indiretos das crianças.

Palavras-chave: Parentalidade. Envolvimento Parental. Vulnerabilidade Social. Primeira Infância.

A ENUNCIÇÃO DA CRIANÇA AUTISTA NÃO VERBAL SOB A ÓTICA DA MULTIMODALIDADE

Ana Maria da Silva

Doutoranda em Ciências da Linguagem

Universidade Católica de Pernambuco - UNICAP

RESUMO: Este ensaio teórico-reflexivo discute a enunciação da criança autista não verbal a partir de uma perspectiva enunciativa e multimodal da linguagem, problematizando visões clínicas e pedagógicas que associam ausência de fala à ausência de linguagem e, portanto, à inexistência de sujeito. Fundamenta-se nos estudos de Benveniste (2005, 2006), Kendon (2004), McNeill (1992), Barros (2011), Fonte e Barros (2019), dentre outros. O texto defende que a linguagem não se reduz ao componente verbal vocal, mas se realiza em múltiplas materialidades (gestos, olhares, movimentos corporais, ritmos, prosódia, vocalizações e ecolalias) que coatuam na construção de sentido. A partir de Benveniste, reafirma-se que a subjetividade é constituída no ato enunciativo e na presença de um interlocutor que reconhece o outro como co-participante da cena discursiva. Assim, compreender a criança autista implica deslocar a pergunta “ela fala?” para “como ela enuncia?”. Os aportes da multimodalidade permitem interpretar produções autísticas frequentemente classificadas como estereotípias ou comportamentos desorganizados como potenciais estratégias comunicativas que podem indicar recusa, busca de compartilhamento ou marcas de presença discursiva. Nessa perspectiva, tais manifestações não são complementos ou substitutos da fala, mas linguagem em sua própria forma de realização. O valor enunciativo dessas expressões depende menos de sua adequação a padrões normativos e mais da postura responsiva do interlocutor capaz de significá-las no encontro interacional. Metodologicamente, trata-se de pesquisa qualitativa de natureza teórico-reflexiva, ancorada em revisão bibliográfica e em observações da prática escolar, não com o objetivo de produzir resultados mensuráveis, mas de promover deslocamentos epistemológicos e éticos acerca da relação entre linguagem, autismo e reconhecimento do sujeito. As reflexões indicam que a falta de formação docente sobre a multimodalidade da linguagem contribui para o silenciamento de crianças autistas, cujas produções corporais e vocais permanecem invisibilizadas por uma concepção de linguagem restrita à oralidade. Conclui-se que o reconhecimento da criança autista não verbal como sujeito de linguagem requer mudança paradigmática: superar modelos centrados no déficit e assumir que a enunciação pode emergir por materialidades não verbais, sendo responsabilidade do interlocutor acolher, interpretar e responder a esses modos de

significar. Trata-se de compromisso ético, teórico e pedagógico necessário para garantir que a escola e a clínica se constituam como espaços reais de participação e escuta.

Palavras-chave: Enunciação. Autista não verbal. Multimodalidade.

ABSTRACT: This theoretical-reflective essay discusses the enunciation of nonverbal autistic children from an enunciative and multimodal perspective of language, problematizing clinical and pedagogical views that associate the absence of speech with the absence of language and, therefore, with the absence of subjectivity. It is grounded in the work of Benveniste (2005, 2006), Kendon (2004), McNeill (1992), Barros (2011), Fonte and Barros (2019), among others. The text argues that language is not reduced to vocal verbal expression, but is realized through multiple materialities—such as gestures, gaze, bodily movements, rhythms, prosody, vocalizations, and echolalia—which co-act in the construction of meaning. Drawing on Benveniste, it reaffirms that subjectivity is constituted in the enunciative act and in the presence of an interlocutor who recognizes the other as a co-participant in the discursive scene. Thus, understanding autistic children requires shifting the question from “do they speak?” to “how do they enunciate?” Contributions from multimodality studies allow autistic productions—often classified as stereotypies or disorganized behaviors—to be interpreted as potential communicative strategies that may indicate refusal, shared attention, or discursive presence. From this perspective, such manifestations are not accessories or substitutes for speech, but language in their own mode of realization. The enunciative value of these expressions depends less on their adherence to normative standards and more on the responsive stance of the interlocutor capable of assigning meaning to them within the interaction. Methodologically, this is a qualitative theoretical-reflective study, anchored in bibliographic review and observations of school practice, not with the aim of producing measurable results, but of promoting epistemological and ethical shifts in the understanding of the relationship between language, autism, and the recognition of the subject. The reflections indicate that the lack of teacher education in multimodal linguistic approaches contributes to the silencing of autistic children, whose bodily and vocal productions remain invisible under conceptions of language restricted to oral speech. It is concluded that recognizing the nonverbal autistic child as a subject of language requires a paradigm shift: overcoming deficit-based models and assuming that enunciation may emerge through nonverbal materialities, making it the interlocutor’s responsibility to acknowledge, interpret, and respond to these modes of meaning-making. This constitutes an ethical, theoretical, and pedagogical commitment necessary to ensure that school and clinical settings become real spaces of participation and listening.

Keywords: Enunciation. Nonverbal autistic child. Multimodality.

1 INTRODUÇÃO

Nas últimas décadas, embora os estudos sobre autismo tenham avançado, ainda persiste no campo educacional e clínico uma compreensão da linguagem fortemente centrada na fala. A ausência de oralidade costuma ser interpretada como ausência de linguagem, o que conduz à suposição de déficit comunicativo, mutismo ou incapacidade de significar. Tal concepção deriva de modelos estruturais e comportamentais difundidos no pós-Kanner, que reduziram a linguagem à sua dimensão informacional e mensurável, privilegiando classificações baseadas no que a criança “faz ou não faz” no plano vocal (Barros, 2011).

Contudo, quando se adota uma perspectiva enunciativa da linguagem, especialmente a partir de Émile Benveniste, esse paradigma deficitário se mostra insustentável. Para o autor, “não atingimos nunca o homem separado da linguagem e [...] a linguagem ensina a própria definição do homem” (Benveniste, 2005). Assim, não é o desempenho comunicativo que funda a linguagem, mas a condição de sujeito que emerge na relação eu-tu. A enunciação é o ato pelo qual o sujeito põe a língua em funcionamento (Benveniste, 2006), e esse funcionamento pode assumir múltiplas materialidades.

Tal concepção converge com os estudos da multimodalidade, segundo os quais a significação se distribui entre voz, gesto, ritmo, olhar, expressões corporais e espaço interativo (McNeill, 1992; Kendon, 2004; Fonte e Barros, 2019). No caso da criança autista considerada “não verbal”, gestos, vocalizações, ecolalias, movimentos corporais, alternâncias de olhar e organizações do corpo no espaço podem constituir enunciações plenamente significativas, desde que reconhecidas como tais pelo outro. Estudos enunciativos contemporâneos no campo da clínica fonoaudiológica afirmam que essas manifestações, longe de simples sintomas ou ruídos, podem representar formas de subjetivação e participação na cena discursiva.

Entretanto, observa-se nas escolas e espaços de intervenção que tais produções são frequentemente ignoradas ou deslegitimadas. A ausência de formação docente em

linguística e multimodalidade, aliada a práticas pedagógicas normativas centradas na oralidade e na linearidade do discurso, contribui para o apagamento da posição subjetiva da criança autista. Nesses contextos, o adulto tende a interpretar o gesto, a ecolalia ou o movimento corporal como ausência de linguagem, e não como linguagem em outra forma.

Essa perspectiva de deslegitimação das formas não verbais de significar encontra respaldo na crítica produzida pela Linguística da Enunciação. Barros (2011) destaca que, para o sujeito autista, as produções linguísticas que emergem – sejam ecolalias, balbucios, vocalizações ou movimentos corporais – muitas vezes se lançam ao exterior em busca de reconhecimento e encontro com o outro, mas retornam sem sentido, encontrando apenas o vazio interpretativo: “A enunciação da criança autista, cujas produções linguísticas (ecolalias, balbucios, vocalizações) lançam-se ao exterior na ânsia de um norte e, muitas vezes, encontram, por fim, o vazio da não significação” (Barros, 2011, p. 232).

Essa observação é importante, pois evidencia que o apagamento da linguagem autística não decorre de incapacidade de significar, mas da ausência de um interlocutor que reconheça tais materialidades como enunciação. Nesse sentido, não é o sujeito que “não diz”, mas o outro que “não lê”, produzindo uma ruptura no circuito enunciativo e impedindo que a criança ocupe o lugar de sujeito na relação.

Diante desse cenário, este ensaio se justifica por duas razões principais: romper com a tradição que associa linguagem ao seu produto final verbal, apagando o sujeito que enuncia por outras vias; defender uma leitura ética e epistemológica da infância autista, que reconheça no corpo, no gesto e no olhar modos legítimos de emergir como sujeito de linguagem.

Este artigo tem como objetivo geral compreender a enunciação da criança autista não verbal sob uma perspectiva multimodal da linguagem, reconhecendo materialidades expressivas não verbais como formas legítimas de produção de sentidos. Os objetivos específicos são: discutir a noção de linguagem e sujeito à luz da teoria enunciativa de Benveniste; relacionar os aportes teóricos da multimodalidade aos processos de

enunciação; questionar visões deficitárias que atribuem ausência de linguagem à ausência de fala.

Dessa forma, emergem as seguintes questões de pesquisa: Como compreender a criança autista não verbal como sujeito de linguagem na perspectiva enunciativa? Que recursos multimodais se observam em sua enunciação? De que maneira gestos, olhares, movimentos corporais, ecolalias e vocalizações constroem sentido na interação?

Trata-se de um ensaio teórico-reflexivo sustentado em revisão bibliográfica aprofundada e em observações do cotidiano escolar, não visando à análise quantitativa ou à apresentação de resultados empíricos sistemáticos, mas à problematização conceitual e ética das formas de compreender a linguagem no autismo.

Ao articular teoria enunciativa e multimodalidade às demandas reais das escolas, busca-se contribuir para uma virada de olhar: da criança como “não falante” para a criança como sujeito que significa, ainda que por meios muitas vezes não reconhecidos pela escola. Nos tópicos seguintes, apresentam-se os fundamentos teóricos que sustentam essa reflexão, articulando contribuições de Benveniste, McNeill, Kendon e autores brasileiros como Barros, Fonte e outros que nos ajudam a refletir acerca do autismo sob a ótica da multimodalidade.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A discussão sobre a enunciação da criança autista não verbal sob a ótica da multimodalidade exige o diálogo entre diferentes campos teóricos da linguística que, articulados, permitem deslocar o foco das abordagens centradas no déficit para uma compreensão da linguagem como experiência constitutiva. Nesta seção, aprofundam-se os aportes de Émile Benveniste, David McNeill, Adam Kendon e pesquisadores brasileiros como Barros, Fonte e Barros, dentre outros, que vêm contribuindo para uma leitura enunciativa e multimodal da linguagem no autismo.

2.1 A TEORIA DA ENUNCIAÇÃO EM BENVENISTE

A teoria da enunciação formulada por Émile Benveniste constitui o eixo central deste trabalho. Diferentemente de abordagens estruturalistas que concebem a língua como sistema abstrato, Benveniste apresenta a enunciação como o ato único e irrepetível pelo qual o sujeito coloca a língua em funcionamento em dada situação. Esse ato não é apenas o uso da língua, mas o espaço onde sujeito e linguagem emergem conjuntamente. Nas palavras do autor: “A enunciação é o colocar em funcionamento a língua por um ato individual de utilização” (Benveniste, 2006, p. 82).

Três princípios fundamentais estruturam essa concepção: A linguagem é inseparável do sujeito. Para Benveniste (2005), não existe ser humano apartado da linguagem, pois a subjetividade se inscreve no próprio funcionamento linguístico. Assim, o sujeito não é um ser psicológico prévio que depois utiliza a linguagem: ele emerge linguisticamente no ato de dizer. A subjetividade é relacional. A subjetividade nasce na polaridade eu–tu. Não é possível dizer “eu” sem que alguém seja colocado como “tu”. É nesse jogo de posições que o sujeito se constitui. A criança autista, portanto, só pode ser reconhecida como sujeito se houver um outro que aceite ocupar o lugar de co-enunciador, legitimando sua produção linguística, seja ela verbal ou não. A enunciação é situada.

Cada ato enunciativo instaura tempo, espaço e pessoa. Mesmo uma vocalização, um olhar, um gesto ou um movimento corporal, se significam no aqui-agora da relação, podem ser interpretados como enunciação.

Para Ferreira Júnior e Azevedo (2018), a relação entre constituição subjetiva e aquisição de linguagem precisa ser tomada sob uma ótica enunciativa. À luz dessa teoria, aproximar-se da produção linguística da criança autista não verbal implica deslocar a pergunta “ela fala?” para “como ela enuncia?”. Isso muda radicalmente a natureza da análise, pois permite observar materialidades que não se reduzem ao verbal linear.

2.2 MULTIMODALIDADE COMO MATERIALIDADE DA ENUNCIÇÃO

Tendo em vista que a teoria de Benveniste nos fornece o quadro epistemológico para reconhecermos o sujeito na linguagem, os estudos sobre a multimodalidade, com

base em McNeill, Kendon, Fonte, Barros e outros nos oferecem as ferramentas para compreender como esse sujeito pode enunciar para além da fala. Nessa perspectiva, a linguagem não é apenas vocal ou verbal, mas integra múltiplos recursos semióticos simultâneos, tais como: gestos, olhares, expressões faciais, deslocamentos corporais, prosódia, uso do espaço, manipulação de objetos, ritmo. Esses recursos não são complementos da fala, mas partes constitutivas do processo de significação.

David McNeill (1992) foi um dos autores que romperam com a separação tradicional entre gesto e linguagem. Para ele, a fala e o gesto constituem um único sistema semiótico integrado, pois: “O gesto não acompanha o pensamento: ele é o pensamento em sua forma imagética e visível.”

(McNeill, 1992). Assim, quando uma criança autista olha, aponta, empurra, sorri, balança o corpo ou repete um movimento, pode estar não apenas reagindo, mas constituindo sentido. O movimento corporal pode funcionar como: pedido, comentário, recusa, busca de compartilhamento, manifestação de afeto, continuação de tópico. O que determina sua relevância não é sua forma isolada, mas sua posição na cena interacional, ou seja, sua função enunciativa e a interação com o adulto que significa e ressignifica os movimentos corporais, os gestos da criança. Fonte e Barros (2019) concebem o gesto enquanto “aspecto multimodal co-atuante no funcionamento multimodal da linguagem”.

Para Adam Kendon (2004) não apenas o gesto, mas o corpo completo participa da construção de sentido, pois linguagem é ação situada no espaço, no ritmo e na corporeidade.

Dessa forma, ações que na clínica tradicional poderiam ser classificadas como “estereotípias” podem, sob outra lente, ser interpretadas como estratégias comunicativas, tentativas de organizar a percepção, dar forma a afetos ou estabilizar o campo interacional. Em contextos escolares, isso significa que: levantar repetidamente uma mão, mover o tronco para frente e para trás, aproximar-se e afastar-se de um objeto, alternar o olhar rapidamente, podem ser lidos como movimentos significativos, desde que o interlocutor aceite compartilhá-los como parte da cena enunciativa.

2.3 LINGUAGEM E AUTISMO NA PERSPECTIVA ENUNCIATIVA

Desde quando o autismo foi descrito pela primeira vez pelo médico Leo Kanner (1943), e estudado há décadas, os esclarecimentos sobre a linguagem, a língua e a fala do ponto de vista linguístico no autismo parecem ainda não terem findados (Barros; Do Vale, 2020).

No Brasil, pesquisas desenvolvidas na interface entre linguística e clínica têm sido fundamentais para reinscrever a linguagem autística na multimodalidade e na teoria da enunciação. Entre as principais contribuições estão os trabalhos de Barros e Fonte, as autoras argumentam que a criança autista não está fora da linguagem, é preciso observar como ela significa, e não como se distancia do padrão esperado.

Barros afirma que vocalizações, ecolalias, fragmentos sonoros, mudanças corporais e olhares podem ser respostas enunciativas quando analisados à luz da enunciação. A questão não é se são ou não verbais, mas se instauram relação.

A fala caracterizada pelo uso da língua de maneira ecológica, pelos truncamentos, pelos neologismos e pelos sons aleatórios é o meio encontrado pelo autista para se enunciar na linguagem, uma vez que, apesar dos desvios, há o domínio individual e a conversão oral da língua em discurso pelo sujeito autista que fala em um contexto específico, no aqui e no agora. Cabe ao interlocutor atestar e assegurar que o comportamento peculiar do autista é a maneira encontrada pelo sujeito para se relacionar com a linguagem e a maneira de assumir sua posição singular de sujeito da enunciação. Isso possibilita perceber a relação do autista com a linguagem não apenas como uma relação entre o sujeito e um objeto de segurança, mais que isso, uma relação entre o sujeito e a linguagem no campo da constituição do sujeito, na ordem da enunciação (Barros 2011, p. 128).

Esse enfoque rompe com a lógica deficitária que interpreta o comportamento autístico como falha. Segundo Barros (2011), quando a criança repete um som ou uma palavra, pode retomar o dito do outro, marcar presença na troca, manter o turno conversacional, pedir continuação.

Do mesmo modo, um movimento corporal pode não ser fuga da interação, mas uma forma possível de sustentá-la. O que define seu valor não é sua distância da forma normativa, mas o seu papel na construção da cena dialógica.

2.4 IMPLICAÇÕES ÉTICAS E FORMATIVAS

O diálogo entre Benveniste, McNeill, Kendon, Barros, Fonte e outros leva a um ponto convergente: para que a criança autista não verbal seja reconhecida como sujeito de linguagem, o outro, (professores, terapeutas, familiares e cuidadores) necessitam estar disposto a ocupá-la como interlocutora real. Isso implica em abandonar a interpretação exclusiva do corpo como sintoma, legitimar o gesto como enunciação, deslocar o olhar da criança para a relação e compreender que significado está no encontro, não no indivíduo isolado.

Como consequência, práticas pedagógicas que exigem que o aluno “fale primeiro para depois ser ouvido” já impossibilitam, desde o início, sua emergência como sujeito. A teoria enunciativa permite sustentar o contrário: o sujeito aparece no gesto de ser ouvido, mesmo sem fala.

A criança deve ser significada pelo seu interlocutor não somente por sua fala, mas por toda a matriz multimodal da linguagem, que inclui, além da produção vocal, o olhar e os gestos, mesmo os estereotipados, pois, diferentemente de como são concebidos na tradição, esses gestos apresentam sentido peculiar a partir do contexto enunciativo. Logo, a criança deve ser significada pelo interlocutor, considerando todas suas manifestações enunciativas, colocando-a por inteira no universo da linguagem (Barros, Fonte, Souza, 2020).

Assim, formar professores e profissionais para perceber a multimodalidade como linguagem é condição ética e política para garantir que crianças autistas não sejam silenciadas nas escolas e na clínica, mas reconhecidas em seus modos próprios de dizer o mundo. Isso porque no cotidiano escolar, estudantes autistas ainda são frequentemente marginalizados em suas experiências de aprendizagem.

Quando o diagnóstico chega à escola, é comum que professores sem formação específica sintam-se despreparados para agir, enquanto o cuidador ou profissional de apoio pedagógico acaba desempenhando apenas uma função de acompanhamento físico, com pouca interação voltada ao desenvolvimento linguístico ou comunicacional do estudante. Tal situação reforça uma concepção equivocada, especialmente quando se

trata de estudantes não verbais, de que a ausência de fala corresponderia à ausência de linguagem e, por consequência, de comunicação.

Entretanto, no campo contemporâneo dos estudos da linguagem, especialmente a partir das contribuições sobre multimodalidade e enunciação, que vimos acima, compreende-se que a linguagem não se restringe à oralidade. Autores que discutem a linguagem em perspectiva multimodal e enunciativa reconhecem que a significação emerge na relação com o outro, na presença de um “tu”, e que os sujeitos podem colocar a língua em funcionamento por diferentes meios e materialidades. Assim, vimos que os gestos, vocalizações, ecolalias, estereotípias, movimentos corporais, expressões faciais e até mesmo o olhar podem constituir modos legítimos de enunciação.

Porém, o que ainda se observa na prática escolar é que muitos professores desconhecem essa concepção ampliada de linguagem. A ausência de formação específica faz com que sinais multimodais típicos da comunicação autista não sejam interpretados como expressões significativas, mas como comportamentos aleatórios, ruídos ou barreiras à aprendizagem. Como não reconhecem gesto e fala como uma matriz integrada de significação, professores e cuidadores tendem a não direcionar sua atenção às manifestações autísticas que ocorrem corporalmente e que, muitas vezes, representam tentativas reais de interação, produção simbólica e participação no espaço escolar.

Dessa forma, a inclusão efetiva de estudantes autistas no cotidiano pedagógico passa necessariamente pelo investimento em formação docente. É fundamental que educadores compreendam os fundamentos linguísticos da multimodalidade e sejam capazes de identificar, valorizar e responder às diversas formas de enunciação presentes nas práticas comunicativas desses estudantes. Somente assim será possível construir situações pedagógicas que promovam a interação, o desenvolvimento linguístico e a participação plena dos sujeitos autistas, reconhecendo-os como produtores de linguagem e sentido.

3 METODOLOGIA

Este estudo caracteriza-se como uma pesquisa qualitativa, de natureza teórico-reflexiva, cujo objetivo não é produzir generalizações empíricas, mas construir deslocamentos conceituais capazes de reposicionar a compreensão da enunciação da criança autista não verbal. A escolha por uma abordagem qualitativa fundamenta-se na perspectiva de que os fenômenos linguísticos e subjetivos não se sustentam em mensurações, mas se constituem na interpretação:

Entre os mais diversos significados conceituamos abordagem qualitativa ou pesquisa qualitativa como sendo um processo de reflexão e análise da realidade através da realidade da utilização de métodos e técnicas para compreensão detalhada do objeto de estudo em seu contexto histórico e/ou segundo sua estruturação (Oliveira, 2012, p. 37).

A metodologia adota como eixo de sustentação a articulação entre: revisão bibliográfica especializada, envolvendo autores clássicos e contemporâneos que discutem enunciação e multimodalidade; leitura crítico-interpretativa de observações do cotidiano escolar, ainda que não sistematicamente coletadas para fins estatísticos, mas reconhecidas como parte da experiência empírica que sustenta a reflexão.

Esses recortes são mobilizados não como fonte de dados quantitativos, mas como disparadores de problematização teórica, na medida em que evidenciam práticas profissionais que silenciariam ou legitimariam a criança autista enquanto sujeito de linguagem; análise enunciativo-multimodal, orientada pelo princípio de que a linguagem se realiza nas materialidades da interação e que a significação emerge na relação eu-tu, tal como formulado por Benveniste (2006).

Essa perspectiva metodológica, longe de buscar neutralidade, assume seu caráter assumidamente interpretativo e situado. A opção por uma metodologia teórico-reflexiva também se justifica porque a clínica e a escola são espaços históricos de produção de sentidos sobre o autista, e não meros ambientes neutros de observação. Portanto, compreender como o sujeito é (ou não) reconhecido como falante é parte constitutiva da análise.

Assim, esta metodologia: não busca medir ou classificar desempenhos; não trabalha com categorias prévias de normalidade linguística; vê a criança como sujeito da

linguagem, e não como portadora de déficit; insiste na legitimidade das materialidades multimodais como lugar da enunciação.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise teórico-reflexiva desenvolvida neste ensaio permite afirmar que a compreensão da criança autista não verbal como sujeito de linguagem exige um deslocamento paradigmático capaz de superar concepções centradas na ausência de fala. À luz da teoria de Benveniste, não há sujeito fora da linguagem, uma vez que a subjetividade se constitui na relação enunciativa eu-tu e essa relação pode manifestar-se em múltiplas materialidades. Como afirma o autor: “Não atingimos nunca o homem separado da linguagem” (Benveniste, 2005, p. 285).

Esse reconhecimento torna epistemologicamente insustentável interpretar o autismo a partir de pressupostos que equiparam linguagem a desempenho vocal. Quando se toma a fala como única via legítima de emergência do sujeito, apagam-se outras formas de significar e, conseqüentemente, apaga-se o próprio sujeito.

A multimodalidade refere-se às modalidades de uso da língua (fala, gesto, olhar) que coatuam na produção linguística com vistas à interação. Além disso, elege-se a prosódia, por ser elemento da fala, como copartícipe dessa matriz, conforme (De Almeida; Cavalcante 2018). Assim, para muitas crianças autistas, esses elementos não são ornamentos ou substitutos da fala, mas sua própria forma de enunciar. É o caso da criança que se aproxima, repete um movimento, varia o olhar ou vocaliza em resposta a uma fala do interlocutor; esses movimentos podem funcionar como comentário, concordância, protesto ou busca de compartilhamento. O que define seu valor linguístico é a relação que instauram e não sua adequação ao padrão verbal.

A contribuição de Barros é decisiva para compreender essa questão no campo da clínica e da educação. A autora demonstra que, quando o professor ou terapeuta não reconhece a criança como sujeito de linguagem, a cena interacional se desfaz, e essa criança é reduzida ao diagnóstico, ao sintoma ou ao comportamento a ser corrigido. Por

outro lado, quando o interlocutor assume posição responsiva, surgem lugares reais para que a criança inscreva sua voz, mesmo que essa voz se realize pelo corpo.

De acordo com Barros, Ferreira Júnior (2023):

A enunciação da criança autista, os fonemas e as combinações realizadas passam a funcionar como signos da língua e como palavras do discurso, e sinalizam um modo singular com que as unidades semióticas se combinam e podem ser compreendidas pelo outro.

Assim, as implicações dessa compreensão são amplas: ética, porque exige respeitar o sujeito tal como enuncia, e não apenas como se espera que enuncie; clínica, porque desloca a prática da correção para a escuta; educacional, porque pede que a escola desenvolva modos de ensinar que não silenciem produções não verbais; formativa, porque indica a necessidade urgente de formação docente em linguística e multimodalidade.

Em síntese, reconhecer que a criança autista não verbal enuncia pela via multimodal não é apenas uma mudança terminológica; é um reposicionamento teórico, clínico, pedagógico e humano. Trata-se de conceder a essa criança o direito de ser sujeito na linguagem, e de ser ouvida quando diz, mesmo que não seja pela fala.

Reconhecer manifestações multimodais como modos legítimos de enunciação não é apenas uma escolha metodológica, mas um reposicionamento ético diante do sujeito autista. Este estudo justifica-se, portanto, pela necessidade de romper paradigmas deficitários e promover uma compreensão ampliada da linguagem e da enunciação, com impacto direto nas práticas clínicas e educacionais.

REFERÊNCIAS

- BARROS, Isabela B. do Rêgo. **Autismo e linguagem: discussões à luz da teoria da enunciação**. *Distúrb Comun*, São Paulo, 23(2): 227-232, agosto, 2011. Disponível em: (PDF) Autismo e linguagem: discussões à luz da teoria da enunciação Acesso em out. 2025.
- BARROS, Isabela B. do Rêgo. FERREIRA JÚNIOR, José Temístocles. **A criança autista e a enunciação como uma realização vocal da língua**. *Eutomia*, Recife, v.1, n.33. p.115-133, jun. 2023. Disponível em <https://doi.org/10.51359/1982-6850.2023.258451>> Acesso em out.2025.
- BARROS, Isabela B. do Rêgo. FONTE, Renata Fonseca Lima da. SOUZA, Ana Fabrícia Rodrigues de Souza **Ecolalia e gestos no autismo: reflexões em torno da metáfora enunciativa**. *Forma funcion*, Santaaf, de Bogot, D.C. vol.33 no.1 Bogotá Jan./June 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.15446/fyf.v33n1.84184> Acesso em out. 2025
- BARROS, I. B. do R., & VALE, L. G. A. do. **Epistemologia enunciativa na clínica fonoaudiológica do autismo**. *Fragmentum*, (56), 281-296, 2020. Disponível em <https://doi.org/10.5902/2179219448270>. Acesso em out.2025.
- BARROS, Isabela B. do Rêgo. Da linguagem e sua relação com o autismo: um estudo linguístico saussureano e benvenistiano sobre a posição do autista na linguagem. João Pessoa, UFPB 2011. Disponível em https://www.academia.edu/124011298/Da_linguagem_e_sua_rela%C3%A7%C3%A3o_com_o_autismo_um_estudo_lingu%C3%ADstico_saussureano_e_benvenistiano_sobre_a_posi%C3%A7%C3%A3o_do_autista_na_linguagem. Acesso em nov. 2025
- BENVENISTE, E. **Problemas de Linguística Geral I**. São Paulo: Pontes, 2005.
- BENVENISTE, E. **Problemas de Linguística Geral II**. Campinas: Pontes, 2006.
- DE ALMEIDA, A. T. M. de C. B., CAVALCANTE, Mariane Carvalho Bezerra. **A multimodalidade como via de análise: contribuições para pesquisas em aquisição de linguagem**. *Letrônica*, 10(2), 526-537, 2018. Disponível em <https://doi.org/10.15448/1984-4301.2017.2.26403>, Acesso em out. 2025.
- FERREIRA JÚNIOR, José Temístocles; AZEVEDO, Natanael Duarte de. **A dêixis pessoal na aquisição de linguagem: uma perspectiva enunciativa**. *Scripta*, Belo Horizonte, v. 22, n. 44, p. 249-262, 2018. DOI: 10.5752/P.2358-3428.2018v22n44p249. Disponível em: <https://periodicos.pucminas.br/scripta/article/view/P.2358-3428.2018v22n44p249>. Acesso em: 20 nov. 2025.

FONTE, Renata Fonseca Lima da; BARROS, Isabela Barbosa do Rêgo. **Estereotipias motoras no funcionamento multimodal da linguagem: discussões no campo do autismo.** Estudos da Língua(gem), [S. l.], v. 17, n. 1, p. 127–140, 2019. DOI: 10.22481/el.v17i1.5318. Disponível em: <https://periodicos2.uesb.br/estudosdalinguagem/article/view/5318>. Acesso em: 20 nov. 2025.

KENDON, A. **Gesture: visible action as utterance.** Cambridge: Cambridge University Press, 2004. Disponível em Gesture: Visible Action as Utterance. Acesso em out. 2025.

MCNEILL, David. Hand and mind: **What gestures reveal about thought.** Chicago: University of Chicago Press, 1992. Disponível em (99+) Hand and mind: What gestures reveal about thought. Acesso em out. 2025.

OLIVEIRA, Maria Marly de. **Como fazer pesquisa qualitativa.** 3 ed. Petrópolis: Vozes, 2012.

A SOCIEDADE DO CANSAÇO: UMA ANÁLISE DO ESGOTAMENTO EM DOCENTES DE ESCOLAS PÚBLICAS E PRIVADAS DE PETROLINA-PE

Deborah Adalgisa Barros Leal

Bacharelada em Psicologia

Faculdade de Petrolina - FACAPE

Ednalva da Silva

Bacharelada em Psicologia

Faculdade de Petrolina - FACAPE

Josivânia Araújo Matias

Bacharelada em Psicologia

Faculdade de Petrolina - FACAPE

Juliano Bonfim dos Reis

Bacharelado em Psicologia

Faculdade de Petrolina - FACAPE

Layde Patrícia dos Santos Lopes

Bacharelada em Psicologia

Faculdade de Petrolina - FACAPE

RESUMO: Esse artigo é uma pesquisa com abordagem qualitativa aplicada por meio de entrevista estruturada que analisa os impactos produzidos pela sociedade do cansaço, conceito filosófico de Byung-Chul Han. O objetivo central incide em entender como a atividade laboral influencia para o adoecimento físico e emocional dos docentes das escolas onde os participantes trabalham. Os resultados da pesquisa mostram um alto índice de adoecimento dos docentes que citam diversos motivos para que a exaustão aconteça. Conclui-se que é importante a organização do trabalho para que este não seja um fator de adoecimento. Sugere-se a implantação de políticas públicas que possam prevenir o adoecimento do docente.

Palavras-chave: Sociedade do Cansaço. Docente. Saúde Mental. Esgotamento. Burnout.

ABSTRACT: This article is research with a qualitative approach applied through structured interviews that analyzes the impacts produced by the tiredness society, a philosophical concept by Byung-Chul Han. The central objective focuses on understanding how work activity influences the physical and emotional illness of teachers at the schools where the participants work. The research results show a high rate of illness among teachers who cite several reasons why exhaustion occurs. It is concluded that it is important to organize work so that this is not a factor in illness. It is suggested that public policies be implemented that can prevent teachers from becoming ill.

Keywords: Tiredness Society. Teacher. Mental Health. Exhaustion. Burnout.

1 INTRODUÇÃO

Esse artigo buscou estudar as influências da Sociedade do Cansaço um conceito vastamente discutido pelo filósofo Byung-Chul Han, na saúde mental dos docentes das escolas públicas e privadas de Petrolina-PE. O propósito fundamental foi compreender nesse cenário pedagógico, os fatores que colaboraram para os desgastes físicos, cognitivos e emocionais desses profissionais.

Essa análise visou entender de que forma as demandas emocionais, afetaram o bem estar psicológico dos professores, buscando perceber sinais e sintomas de colapso mental que, eventualmente cooperaram para o aumento e progresso de sintomas como por exemplo, a síndrome de burnout, para que desse modo, pudéssemos sugerir reflexões e métodos que contribuíssem para a saúde psicológica dos docentes.

A motivação para pesquisar acerca desse tema nasceu por meio de relatos de profissionais, que ultimamente, mencionaram uma grande exaustão no que diz respeito ao cansaço mental e à sobrecarga física. No ambiente escolar, as obrigações pedagógicas e administrativas estavam cada vez mais excessivas, enquanto o tempo de restabelecimento físico e mental se tornava cada vez mais limitado e insuficiente, produzindo condições favoráveis para o crescimento da síndrome do burnout.

Dessa forma, o que prevaleceu nesse contexto foi a produção contínua, juntamente com a pressão por resultados, aspectos da sociedade do cansaço, em que o

docente foi frequentemente submetido a assegurar um desempenho elevado, mesmo em consequência da sua saúde. Essa metodologia levou a uma adaptação do cansaço, modificando-o a uma condição constante, ignorando seu papel como a exigência de transformação.

Essa pesquisa confirmou o que levou inúmeros docentes a pedido de licença do seu trabalho, à procura de ajuda psicológica, bem como propostas de práticas propícias a um ambiente mais salubre e equilibrado. Na execução, observou-se que, muitos docentes, concentravam múltiplas funções, enfrentavam contantes exigências e imposições administrativas, além de não terem um espaço apropriado para o repouso e autocuidado.

A opção pelo tema desse estudo ecoou da expansível inquietação com a saúde mental dos docentes, principalmente dos que desempenhavam sua profissão em escolas com carga horária extensa. A situação atual, determinada por intensos requisitos educativos, excesso de trabalho e ritmo apressado de demandas, colaborou para o avanço significativo de esgotamento mental e físico entre os docentes. Nessa circunstância, a Sociedade do Cansaço, ideia desenvolvido por Byung-Chul Han, exibiu-se como arcabouço teórico considerável para entender as condutas que proporcionaram sobrecarga de produção e desgaste constante.

Do ponto de vista social, investigar o possível surgimento de síndromes como o burnout, entre outras, em professores foi fundamental. A qualidade do afazer docente interferiu diretamente no desenvolvimento da aprendizagem dos alunos, no ambiente de trabalho da escola e na dedicação às diretrizes educacionais. Ao entender as origens e implicações desses acontecimentos, tornou-se viável sugerir medidas preventivas e propostas de ação que contribuíssem não somente para a saúde dos educadores, mas também para o aprimoramento do âmbito escolar em sua totalidade.

Sob uma ótica científica, essa pesquisa se justificou por colaborar com a elaboração do conhecimento na área de interação entre Psicologia, Educação e Saúde, expandindo a percepção sobre aspectos organizacionais, biológicos, psicológicos e sociais. O estudo se ressaltou-se também, por se tratar de um cenário detalhado, docentes de escolas públicas e privadas de Petrolina-PE, o que viabilizou a produção de dados

consideráveis para basear políticas e procedimentos educativos mais humanizados, no que diz respeito à sua colaboração para o avanço científico na pesquisa das conexões entre a Sociedade do Cansaço e o esgotamento docente.

Considerando essa realidade, o objetivo central da pesquisa foi analisar como as condições e relações de trabalho influenciaram o esgotamento físico e mental dos docentes das escolas públicas e privadas de Petrolina-PE. Assim, esta pesquisa pretendia não apenas entender os fatos, mas também produzir contribuições que pudessem cooperar para resguardar os docentes de síndromes como o burnout, favorecendo o reconhecimento e o bem estar físico e mental desses profissionais.

2 A SOCIEDADE DO CANSAÇO E A CULTURA DA EXAUSTÃO

O presente século trouxe consigo muitas mudanças em nossa sociedade, entre elas, pode-se observar que a sociedade disciplinar que segundo Michel Foucault (2014), foi marcada por um poder disciplinador, onde as organizações das instituições como as escolas, as fábricas, os hospitais, os quartéis e as prisões, exerceram esse poder como forma de moldar o ser humano por meio de vigilância, normatização e punição desses indivíduos, com o objetivo de fabricar “corpos dóceis e úteis” (Foucault, 2014, p.133). Foi uma sociedade marcada por uma cobrança externa onde a lógica era ser moldado por essa coesão e obediência. A sociedade disciplinar era a sociedade do dever, em que, o indivíduo deveria obedecer às normas estabelecidas sob pena de punição, ou seja, onde sofria uma severa cobrança externa.

Diferente da sociedade disciplinar, o século XXI foi marcado por uma grande mudança no estilo de sociedade, o marco agora foi a sociedade do desempenho, onde predominou não mais o dever, mas a possibilidade ilimitada do sujeito, uma cosmovisão da capacidade de hiper produtividade. Segundo o filósofo Byung-Chul Han (2017), em sua teoria sobre a sociedade do cansaço, ele descreveu que a sociedade contemporânea deixou de ser marcada pela disciplina (do dever) e passou a ser a sociedade do desempenho (do poder), onde o controle não foi mais exercido pela imposição externa, mas pelo autoexploração do indivíduo.

“A positividade do poder é bem mais eficiente que a negatividade do dever. Assim o inconsciente social do dever troca pelo registro do poder” (Han, 2017, p.25). Han sugeriu que as pessoas responderiam melhor a uma abordagem positiva e de empoderamento do que a uma abordagem baseada na obrigação e no dever. Ou seja, em vez de se sentirem compelidas pelo dever, elas se engajaram mais quando se sentiram empoderados e motivados pelo poder. Foi como se a nossa sociedade mudasse o foco do “eu tenho que fazer” para “eu posso fazer”. Essa visão de positividade o tempo todo, levou nossa sociedade àquele ponto de esgotamento físico e emocional. Rankis (2023) afirma que:

O mundo pós-moderno está exausto, tentando correr em direção a um “estilo de vida saudável”, mas o que tem conseguido é uma aceleração rumo ao adoecimento. A expressão “Ser a melhor versão de si” catalisa essa necessidade de ser produtivo o tempo inteiro, independente do contexto enfrentado individualmente. (Grifo do autor).

Mas essa busca frenética para ser o melhor de si, acelerou justamente o processo de adoecimento, pois focou em uma corrida pra dar conta de tudo que a cercava, e essa postura de vida pode levar a uma sobrecarga cognitiva, por estar sempre diante de muitos estímulos como afirma Han (2017, p.31) “o excesso de produtividade se manifesta também com excesso de estímulos, informações e impulsos”. A busca incessante por fazer mais acabou nos deixando sobrecarregados, e é diante dessa percepção que o Byung-Chul Han trouxe o conceito central da “sociedade do cansaço” onde ele afirmou; “Vivemos numa fase histórica muito específica, na qual a liberdade evoca a coação de si mesmo [...] a liberdade é propriamente a contrafigura da coação, [...] as enfermidades psíquicas [...] são a expressão de uma profunda crise de liberdade” (Han, 2017, p. 116 e 117). A pessoa era livre para trabalhar e sentia que precisava estar disponível, inovadora e produtiva o tempo todo. Era livre para cuidar da saúde, contudo essa busca virou cobrança por dietas, exercícios e padrões fora da realidade atingível.

Estávamos em um tempo em que a liberdade virou um dever, e as pessoas se cobravam tanto que acabaram vivendo numa prisão invisível, a prisão da performance. “Os adoecimentos psíquicos da sociedade do desempenho, são precisamente as manifestações patológicas dessa liberdade paradoxal”. (Han, 2017, p. 30).

Se na sociedade contemporânea a liberdade se converteu em coação de si mesmo, talvez o verdadeiro gesto libertador tenha sido reaprender a repousar. O repouso, longe de ser sinônimo de improdutividade, foi um espaço de resistência contra a lógica incessante do desempenho. Pausar, contemplar e até permitir-se o tédio não representa perda de tempo para si.

Por falta de repouso nossa civilização caminha para uma nova barbárie. Em nenhuma outra época os ativos, isto é, os inquietos, valeram tanto. Assim pertence às correções necessárias a serem tomadas quanto ao caráter da humanidade fortalecer em grande medida o elemento contemplativo. (Nietzsche, 1879, apud Han, 2017).

Nesse sentido, descansar foi um ato profundamente humano e tão essencial, capaz de devolver-nos a criatividade, a sensibilidade e o encontro com aquilo que não pode ser medido em metas ou resultados. Essa postura foi tão fundamental, pois o excesso de pressa e de atividades, além de poder nos levar a uma exaustão, impediu o amadurecimento interior de contemplar as belezas que nos cercam.

3 BURNOUT E SUAS COMORBIDADES FÍSICAS E PSÍQUICAS

A síndrome de burnout foi caracterizada por prejuízo consideráveis a funcionalidade do sujeito em todas as suas instancias. Esses prejuízos agravaram ainda mais o sofrimento dificultando o diagnóstico, já que envolviam diferentes sintomatologias que ocorriam simultaneamente. Neste sentido, Shiron (2005, apud Vieira, 2010) apontou que:

O burnout manifesta-se, principalmente, por sintomas de fadiga persistente, falta de energia, adoção de condutas de distanciamento afetivo, insensibilidade, indiferença ou irritabilidade relacionadas ao trabalho de forma ampla, além de sentimentos de ineficiência e baixa realização pessoal.

Ao pesquisar e comparar o burnout com outros transtornos, percebeu-se um número muito insignificante de artigos publicados que abordavam essa temática de forma aprofundada. O primeiro artigo publicado até então, era de autoria de

Freudenberger e Richelson (1974, apud Vieira, 2010), que o descreveram da seguinte maneira:

Burnout é um incêndio interno, um esgotamento dos recursos físicos e mentais; é esgotar-se para atingir uma meta irrealizável imposta pelo próprio indivíduo ou pela sociedade. O esgotamento vai ocorrer na área da vida onde há mais expectativa de sucesso, em geral no trabalho.

Uma conceituação mais elaborada definiu o burnout a partir de três dimensões principais:

Fadiga física, exaustão emocional e desgaste cognitivo. A fadiga física refere-se à sensação de cansaço e baixa energia para realizar tarefas rotineiras, como acordar para ir ao trabalho. A exaustão emocional diz respeito à sensação de estar emocionalmente esgotado, sem forças para manter empatia com colegas ou clientes e sem energia para investir em relações interpessoais no ambiente de trabalho. Já o desgaste cognitivo se refere à lentidão no raciocínio e à baixa agilidade mental. Cada um desses componentes representa um domínio específico da depleção energética. (Shirom, 2005, apud Vieira, 2010)

A descrição de Shirom sobre o burnout evidenciou o esgotamento físico, emocional e cognitivo de uma pessoa, ao ponto de comprometê-la em sua atividade cotidiana, levando-a a exaustão e ao desempenho de suas atividades diárias. A fadiga física, associada à exaustão emocional deixou claro que o desgaste não é puramente corporal, mas afetava o cidadão, em sua capacidade de estabelecer uma relação empática, podendo gerar desmotivação e até mesmo o próprio isolamento, impactando na tomada de decisão, planejamento e criatividade como um todo.

4 A RELAÇÃO DA SAÚDE MENTAL E O TRABALHO DOCENTE

A educação e a saúde são áreas afins, que trouxeram aprendizados e práticas que embasaram nossa forma de perceber o mundo. Ensinar nos remeteu a desafios diários e variados, e o docente precisou aprender sobre diversos assuntos, entre eles a saúde. Ao adoecer, procurou suporte naquilo que acreditava, já que a forma como alguns agiam no mundo do trabalho provocava no próprio corpo processos que levaram ao adoecimento.

Segundo Marcelo (2009, p. 8), a profissão docente foi reconhecida como uma “profissão do conhecimento”; dito de outra forma, saber foi o elemento que legitimou essa profissão e reforçou quando disse que o trabalho docente foi fundamentado no compromisso de transformar esse conhecimento em aprendizagens relevantes para os alunos.

Lopes e Pontes (2009), trouxeram sua contribuição sobre o assunto destacando a docência como uma das profissões mais antigas e nobres, sendo a base para o desenvolvimento de outras áreas e essencial para a formação dos seus alunos e o desenvolvimento de uma sociedade. A partir desta reflexão trazida pelos autores mostrou-se a importância deste profissional, que vai além de transmitir conhecimento de forma responsável e ética, mas que também é comprometido pela formação de cidadãos na sociedade.

Contudo, a profissão do educador foi uma combinação de desafios nos tempos atuais. A docência, além de sua carga horária estabelecida exigiu a preparação de aulas, pesquisas diárias, elaboração de atividades avaliativas e correção, sem falar nos atendimentos individualizados com os alunos quando solicitados. Diante deste cenário, esse profissional tornou-se vulnerável, comprometendo substancialmente sua saúde mental, expondo-os a um risco elevado de desenvolver transtornos como ansiedade, estresse, depressão e burnout, entre outros.

Pereira (2014), reforçou dizendo que: os problemas de saúde psíquica encontravam-se no topo da lista de preocupação dos docentes, como o estresse, depressão e fadiga mental, que eram alguns dos males que os acometiam. O docente podia ter seu trabalho prejudicado quando isso comprometia sua saúde levando ao esgotamento mental.

Essas complicações puderam causar comprometimentos sérios, deixando sequelas por toda a sua vida, entre elas prejuízos em suas relações pessoais e interpessoais, sofrimento psíquico, impotência, insegurança em realizar as atividades cotidianas, manifestações de irritação, angústia e, até mesmo, sensação de enlouquecimento, principalmente aqueles profissionais que trabalhavam em turno dobrado em busca de uma vida melhor, aumentando sua renda, muitas vezes dividindo

seu tempo em duas ou três instituições e tendo que se deslocar de uma escola para outra. Além disso, existiram as exigências estabelecidas pelas instituições em que trabalhavam. Essas exigências para o desempenho docente puderam conduzir a sentimentos negativos como sofrimento, associado a imposições impostas pelas escolas.

O trabalho é relevante para a vida dos indivíduos e tem consequências em suas condições de saúde, tanto físicas quanto mentais. O trabalho é um fator estruturante da subjetividade humana, afeta a relação entre prazer e sofrimento e pode contribuir para a saúde ou para o adoecimento. Dependendo de como é organizado e das condições em que é exercido, o trabalho pode causar até mesmo a morte. Portanto, trabalho não é somente uma forma de sobrevivência, tem um papel social muito relevante (Merlo et al., 2014).

Para se ter qualidade de vida no trabalho, o ambiente não pode ser adoecedor e o trabalhador precisou se sentir bem quando estava presente. O local de trabalho deveria ter recursos apropriados para que o manejo das atividades pudesse ser adequado e de qualidade, além de que a satisfação e segurança possibilitariam a boa saúde do docente.

Um ambiente de trabalho desequilibrado pôde causar transtornos e afetar a personalidade deste trabalhador da educação. É importante compreender que o cansaço excessivo, falta de energia, alterações de humor e de apetite, puderam levar a problemas mais sérios como o burnout.

As causas mais comuns incluíram as longas jornadas de trabalho, pressão por metas, pouca autonomia e falta de reconhecimento. Ou seja, tudo se encaixou na rotina diária dos docentes, seja da escola pública ou privada. Isso foi se tornando comum a cada dia, trazendo sequelas irreparáveis para a saúde física e mental dos docentes, que puderam acabar pedindo afastamento das suas obrigações.

Segundo (Lapo; Bueno, 2023) “é um fenômeno que vem sendo observado em vários países”, constituindo-se objeto de estudo nos últimos anos. Pesquisas indicaram diferentes formas de abandono da profissão, tendo a síndrome de burnout como a principal causa de afastamento dos docentes em vários níveis de ensino. Foi preciso adotar medidas para diminuir ou, quem sabe, sanar o afastamento dos docentes das salas de aula. Sobre isso, Witter, (2003, p.33-46) sugeriu:

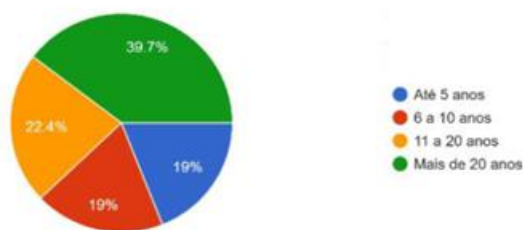
Um sistema mais aberto de administração; o exercício de liderança mais democrático; um ambiente físico agradável; garantir satisfação no trabalho e motivar o profissional; desenvolver uma cultura organizacional positiva, além de ter equilíbrio na demanda de atribuições.

Consequentemente, um ambiente agradável e positivo nasceu quando existiu respeito, reconhecimento e equilíbrio. Sem sobrecarga, nem ociosidade, mas um fluxo saudável que permitiu motivação e energia. Tornou-se algo muito maior do que apenas regras e cobranças na instituição. Afinal, estávamos falando de pessoas, e o trabalho não deveria ser apenas um lugar de cobrança, mas também de crescimento, reconhecimento, pertencimento e realização. Contudo, garantir satisfação no trabalho não significou eliminar desafios, mas criar condições para que o profissional da docência pudesse contribuir, tendo vez e voz, fazendo a diferença.

5 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS DADOS

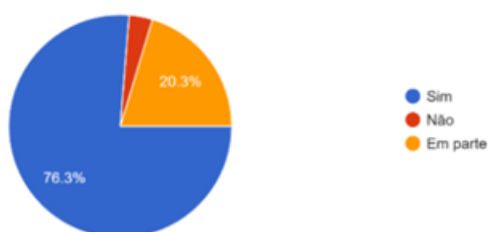
Esta pesquisa teve como objetivo compreender como as condições e relações de trabalho influenciaram no esgotamento físico e mental dos docentes das escolas públicas e privadas de Petrolina-PE. Foram entrevistados 58 docentes de escolas públicas municipais e estaduais e escolas privadas, na qual foi utilizada pesquisa de cunho qualitativo, através de uma entrevista estruturada por meio da plataforma de captura de dados, Google Forms. Verificou-se que, 30% dos entrevistados atuam há mais de 20 anos como docente, no qual 76,3% relataram que o quantitativo dos estudantes por sala contribui para exaustão do seu trabalho e 88,1% afirmaram que o exercício da docência tem contribuído de forma acentuada para o cansaço cognitivo e físico conforme gráfico abaixo.

Figura 1 - Descrição do tempo de atuação como docente.



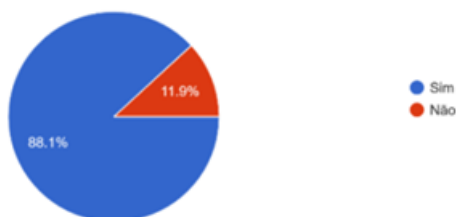
Fonte: Próprios autores

Figura 2 - Quantitativo de estudantes em sala de aula que contribui para exaustão do trabalho diário.



Fonte: Próprios autores

Figura 3 - Descrição das ações no trabalho que contribui de alguma forma para o cansaço físico, mental e emocional.



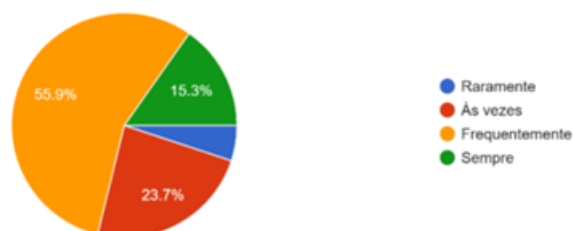
Fonte: Próprios autores

Figura 4 - Afirmção do impacto da autocobrança no exercício da docência.



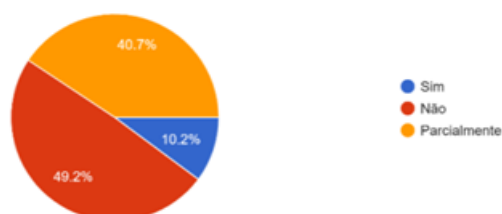
Fonte: Próprios autores

Figura 5 - Relato da frequência emocional e esgotamento no trabalho.



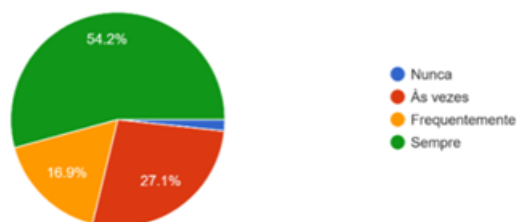
Fonte: Próprios autores

Figura 6 - Declaração se tem apoio institucional da gestão ou colegas de trabalho para lidar com o estresse.



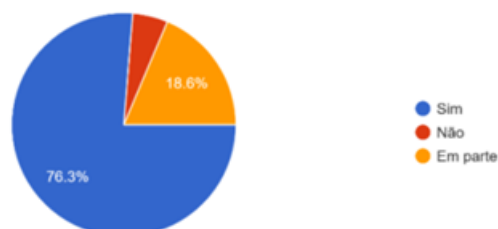
Fonte: Próprios autores

Figura 7 - Declaração se costuma levar tarefas escolares para casa como: correções, planejamentos etc.



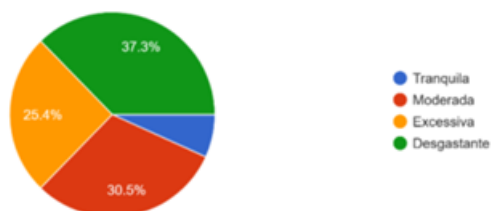
Fonte: Próprios autores

Figura 8 - Explicação da pressão por produtividade e resultados que afetam diretamente o nível de cansaço.



Fonte: Próprios autores

Figura 9 - Descrição da rotina de trabalho.



Fonte: Próprios autores

Figura 10 - Confirmação da rede de ensino na qual atua como docente.



Fonte: Próprios autores

Os resultados dessa pesquisa apresentaram como o contexto escolar tem contribuído para exaustão docente. O grande quantitativo de estudantes por salas, as exigências pedagógicas diárias, as demandas que se estendem além do horário, as autocobranças para equilibrar o desempenho e a produtividade muitas vezes inatingíveis contribuem relevantemente para o desgaste dos mesmos.

O filósofo coreano Byung-Chul Han, em sua obra *Sociedade do Cansaço* (2017), descreve a sociedade contemporânea como a sociedade do desempenho, no qual o sujeito do desempenho busca se exceder continuamente, e essa pressão por produtividade faz os docentes se cobrarem tanto que acabam vivendo numa prisão invisível, a prisão das exigências, em que a liberdade se converteu em coação de si mesmo.

Resultados semelhantes foram encontrados nas respostas dos docentes em diferentes instituições, que apontam exaustão emocional. Diante deste cenário, esse profissional torna-se vulnerável, comprometendo substancialmente sua saúde mental, tamanha é a preocupação, em relação entre o trabalho docente e a vulnerabilidade ao adoecimento mental, Pereira (2014), reforça dizendo que: os problemas de saúde psíquica encontram-se no topo da lista de preocupação dos docentes, como o estresse, depressão e fadiga mental, são alguns dos males que acomete os docentes.

De modo geral, os dados indicam que os docentes experienciam níveis elevados de cansaço vinculados a exigências por desempenhos e resultados que aumentaram consideravelmente nos últimos anos, afirmando que frequentemente eles se sentem emocionalmente exaustos. Esses achados dialogam com a noção de subjetividade esgotada proposta por Han (2017) e reforçam resultados de estudos que apontam alta prevalência de exaustão entre docentes.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir da análise proposta neste estudo, foi possível perceber como os efeitos descritos por Byung-Chul Han em *a sociedade do cansaço* se manifestam no cotidiano de docentes de escolas públicas e privadas de Petrolina-PE. Os dados nos revelam o

quanto os docentes veem sofrendo na sua rotina de trabalho, pressões psicológicas que desencadeiam de forma generalizada o cansaço exaustivo.

A sobrecarga de afazeres, a escassez, as condições de trabalho inadequadas e o número exacerbado de alunos são fatores preponderantes deixando os docentes sequelados, afetando o bem-estar e a rotina de trabalho. A partir desses achados, compreende-se a urgência de ações estruturais e políticas públicas voltadas à promoção da saúde mental nas escolas das redes públicas e privadas. É indispensável ações pontuais considerando o grande número de relatos dos docentes participantes da pesquisa, reduzindo assim, os problemas enfrentados pelos docentes. Mediante resultados, recomenda-se que futuras pesquisas aprofundem a discussão, adentrando outros espaços escolares em diferentes regiões, a fim de investigar se esses fatores acontecem e de que forma possam melhorar a saúde física, emocional e mental dos docentes.

REFERÊNCIAS

- AMATUZZI, M. M. **Fenomenologia e Psicologia**. São Paulo: Pioneira, 2001.
- BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2016.
- BYUNG-CHUL HAN. **A sociedade do cansaço**. Petrópolis: Vozes, 2017.
- FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**. Petrópolis: Vozes, 2014.
- GAZZANIGA, Michael S.; HEATHERTON, Todd F.; HALPERN, Diane F. **Introdução à Psicologia**. Porto Alegre: Penso, 2018.
- GONÇALVES, Elisa Pereira. **Iniciação à pesquisa científica**. Campinas, SP: Editora Alínea, 2001.
- LAPO, Fátima; BUENO, Belmira Oliveira. **A profissão docente: entre o desejo e o desencanto**. São Paulo: Cortez, 2023.
- LOPES, Maria da Graça; PONTES, Maria de Lourdes. **Docência e saúde mental: desafios e perspectivas**. Recife: EDUPE, 2009.
- MARCELO, Carlos. **O professor e a sua formação**. Porto: Porto Editora, 2009.
- MERLO, Adriana R.; et al. **Saúde mental e trabalho docente: uma abordagem crítica**. Revista Brasileira de Educação, v. 19, n. 56, p. 101–120, 2014.
- MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. São Paulo: Hucitec, 2012.
- NIETZSCHE, Friedrich. **Humano, demasiado humano**. São Paulo: Companhia das Letras, 1879.
- PEREIRA, Eliane. **Saúde mental e trabalho docente: uma análise crítica**. São Paulo: Vozes, 2014.
- RANKIS, Renata. **A exaustão na sociedade contemporânea**. Revista Psicologia & Sociedade, v. 35, n. 2, p. 45–58, 2023.
- SHIROM, Arie. Burnout in work organizations. In: VIEIRA, M. **Saúde mental e trabalho**. São Paulo: Cortez, 2010.
- VIEIRA, Maria da Penha. **Saúde mental e trabalho: uma abordagem psicossocial**. São Paulo: Cortez, 2010.
- WITTER, Sylvia. **Qualidade de vida no trabalho docente**. Revista Educação & Sociedade, v. 24, n. 85, p. 33–46, 2003.

ANSIEDADE EM ESTUDANTES NO PERÍODO PRÉ-ENEM UM ESTUDO COM JOVENS DO VALE DO SÃO FRANCISCO

Herbeth Do Nascimento

Bacharelado em Psicologia

Faculdade de Petrolina – FACAPE

Lara Duarte Gonzalez Lima

Bacharelado em Psicologia

Faculdade de Petrolina – FACAPE

Maria Clara Fernandes Granja

Bacharelado em Psicologia

Faculdade de Petrolina – FACAPE

Maria Luisa Bompastor Campello Albuquerque

Bacharelado em Psicologia

Faculdade de Petrolina – FACAPE

RESUMO: O Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), criado em 1998, é hoje a principal porta de entrada para o ensino superior no Brasil, representando um passo decisivo na vida de milhões de jovens e gerando expectativa e ansiedade. Este estudo tem como objetivo geral analisar o impacto da ansiedade em jovens do Vale do São Francisco em preparação para o ENEM. Especificamente, busca identificar os fatores que contribuem para o seu desenvolvimento, analisar seus efeitos no desempenho acadêmico e investigar as técnicas de enfrentamento utilizadas. A fundamentação teórica considera que os transtornos mentais são reconhecidos em normas socioculturais (AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION, 2014, p. 111), utilizando teorias de Viktor Frankl, Sigmund Freud e Erik Erikson para uma visão mais profunda. O estudo é de cunho qualitativo-quantitativo, utilizando questionário e análise dialético-descritiva. Os resultados de uma amostra de 35 pessoas revelaram uma alta prevalência de ansiedade (80%) em uma amostra majoritariamente feminina (70%). A autocobrança (85,00%) emergiu como o principal vetor do estresse, intensificado pelo medo de falhar em provas e simulados (90,00%). A ansiedade demonstrou-se disfuncional, com 80,00% de interferência no sono/alimentação e 65,00% de evasão de atividades importantes. A demanda por ajuda é alta (55,00% desejam suporte psicológico), mas sem acesso. O

estudo conclui que a ansiedade é um reflexo das normas socioculturais que exigem a transformação do ambiente educacional e o reconhecimento das particularidades de gênero na manifestação do sofrimento.

Palavras-chave: Jovens. ENEM. Vale do São Francisco. Ansiedade. Desempenho.

ABSTRACT: The “Exame Nacional do Ensino Médio” (ENEM), created in 1998, is today the main gateway to higher education in Brazil, representing a decisive step in the lives of millions of young people and generating both expectation and anxiety. The overall objective of this study is to analyze the impact of anxiety on young people in the Vale do São Francisco who are preparing for the ENEM. Specifically, it seeks to identify the factors that contribute to its development, analyze its effects on academic performance, and investigate the coping techniques used. The theoretical framework considers that mental disorders are recognized in sociocultural norms (AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION, 2014, p. 111), utilizing theories from Viktor Frankl, Sigmund Freud, and Erik Erikson for a deeper view. The study is qualitative-quantitative, using a questionnaire and dialectical-descriptive analysis. The results for a sample of 35 people revealed a high prevalence of anxiety (80%) in a predominantly female sample (70%). Self-pressure (85.00%) emerged as the main driver of stress, intensified by the fear of failing in tests and mock exams (90.00%). Anxiety proved to be dysfunctional, with 80.00% interference in sleep/eating and 65.00% evasion of important activities. The demand for help is high (55.00% desire psychological support), but without access. The study concludes that anxiety is a reflection of sociocultural norms that require the transformation of the educational environment and the recognition of gender particularities in the manifestation of distress.

Keywords: Youth. ENEM. Vale do São Francisco. Anxiety. Performance.

1 INTRODUÇÃO

O Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), criado em 1998, é, atualmente, a principal porta de entrada para o ensino superior no Brasil. Devido à carga de importância que essa prova representa aos estudantes brasileiros, surgiu-se um ambiente de pressão, competição e autocobrança que muitas vezes acarretam em prejuízos emocionais e psicológicos aos participantes, especialmente se estiverem na fase jovem-adulta. Quando se identifica diminuição do rendimento nos estudos e no desempenho,

devido à alta ansiedade no momento pré-exame, constata-se a existência desse sofrimento psíquico e, portanto, a necessidade de um olhar atento e cuidadoso para esse momento tão importante na vida de milhares de jovens brasileiros.

No Vale do São Francisco, o contexto de preparação para o ENEM apresenta particularidades. A forte cultura dos cursinhos, especialmente entre estudantes de escolas particulares, reforça um clima de cobrança e competitividade, frequentemente associado à ideia de que ingressar na universidade é uma obrigação. No âmbito familiar, esse cenário se intensifica quando expectativas não realizadas por pais e parentes são transferidas para os jovens, transformando o processo de preparação em um fardo emocional. Esses fatores, somados às pressões culturalmente impostas (status social e reconhecimento, por exemplo), contribuem para a intensificação da ansiedade.

Além disso, a utilização da nota do ENEM como critério de ingresso na Universidade Federal do Vale do São Francisco (Univasf), principal universidade da região, consolidou-se a partir de 2010, com a adoção do SISU. Nesse sentido, compreender a ansiedade entre estudantes da região no período pré-ENEM é fundamental para analisar seus efeitos e propor estratégias de apoio. A intensa cobrança por desempenho, o medo do fracasso e a competição constante configuram um ambiente de estresse crônico, favorecendo o desenvolvimento de quadros ansiosos, como o Transtorno de Ansiedade Generalizada (TAG). Portanto, torna-se essencial considerar a saúde mental como parte integrante do processo de preparação para o exame na região (e até mesmo no país).

Diante desse cenário, este estudo busca investigar como a ansiedade se manifesta entre estudantes do Vale do São Francisco durante a preparação para o ENEM, identificando os fatores culturais, contextuais, sociais e econômicos que contribuem para seu surgimento, analisando seus efeitos no desempenho durante os estudos e observando as estratégias utilizadas pelos jovens para enfrentá-la. Para isso, este estudo é de cunho qualitativo-quantitativo, utilizando um questionário como instrumento de coleta de dados, e adotando o método dialético-descritivo para a análise das informações obtidas.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Segundo Erikson (1976), a adolescência se caracteriza como um momento intermediário do desenvolvimento humano. Nessa etapa, o jovem já não se enquadra na infância, mas também ainda não é reconhecido como adulto. O autor descreve essa condição como uma “moratória social”, expressão que se refere a um período em que a sociedade concede ao adolescente a possibilidade de experimentar, aprender e se preparar para os papéis e responsabilidades da vida adulta.

Entre esses papéis está a escolha profissional, que muitas vezes começa com o ingresso no ensino superior. Esse processo pode ser visto como um espaço de intensa pressão, já que envolve decisões que, teoricamente, definiriam o rumo de toda a vida.

No entanto, cabe uma reflexão importante: será que não é possível se arrepender ou simplesmente desejar seguir outro caminho no futuro? Diversos fatores sociais intensificam essa pressão sobre os jovens, transmitindo a ideia de que suas escolhas têm prazo de validade, como se houvesse um tempo limite para decidir o futuro de maneira definitiva. A corrida contra o tempo torna-se, então, uma batalha constante. Entretanto, é essencial destacar que a vida não termina aos 30 anos; pelo contrário, ela está apenas começando. Compreender isso é fundamental para lidar melhor com a ansiedade que surge no período pré-Enem.

Kierkegaard (1844) caracteriza a ansiedade como a “vertigem da liberdade”. Segundo o filósofo, essa experiência não deve ser confundida com medo, pois não está vinculada a um objeto concreto ou imediato. Enquanto o medo se volta para algo específico e definido, a ansiedade nasce da percepção das possibilidades e da liberdade de escolha. É justamente diante da multiplicidade de caminhos que o indivíduo experimenta tanto fascínio quanto receio: a liberdade se apresenta como uma força criadora, mas, ao mesmo tempo, como um fardo de responsabilidade em relação às consequências das escolhas feitas. É nesse contexto que se intensifica a angústia: o peso do direito de escolher.

Um ponto a ser reforçado é que, ao crescer, o adolescente pode não ingressar na faculdade de imediato. Nesse contexto, surgem os cursinhos preparatórios, onde esses

jovens adultos sentem de forma intensa a pressão da corrida “contra o tempo”. Mesmo aqueles que possuem boas condições socioeconômicas já enfrentam desafios, quanto mais aqueles que não têm esse privilégio. Um exemplo que ilustra essa pressão são as camisetas com frases como “sua vaga já é minha”, utilizadas em cursinhos. Mais do que motivar, elas podem reforçar a competição e aumentar a ansiedade, evidenciando como fatores sociais alimentam esse sentimento. É justamente nesse ponto que se insere nossa pesquisa: a batalha entre a ansiedade e o tempo.

Ampliando a discussão sobre como a ansiedade é compreendida dentro de diferentes contextos sociais e culturais, ainda é comum que a sociedade mantenha uma visão restrita e permeada por julgamentos sobre os transtornos ansiosos. Quando o diálogo é escasso ou pouco valorizado, essas percepções acabam sendo reforçadas, sustentando interpretações imprecisas. Muitas vezes, o senso comum acaba ocupando o lugar de verdade, o que dificulta a construção de entendimentos mais amplos. Como afirma a American Psychiatric Association (2014, p. 111), “os transtornos mentais são definidos e reconhecidos pelos clínicos e outros indivíduos no contexto de normas e valores socioculturais e da comunidade.”

Por isso, considerar o ambiente sociocultural torna-se indispensável para compreender como a ansiedade é percebida. A leitura que uma comunidade faz dos sinais e manifestações depende de seus próprios referenciais históricos, econômicos e simbólicos. Nietzsche (1895, p. 9) já chamava atenção para esse movimento ao afirmar que “há uma transmutação de valores; os conceitos de ‘verdadeiro’ e ‘falso’ são forçados a inverter suas posições.” Essa observação ajuda a perceber que muitos valores tomados como universais foram, na realidade, construídos ao longo do tempo e podem ser reformulados.

Com o passar das décadas, a ansiedade deixou de ser interpretada apenas como um sinal de fragilidade pessoal (ideia que era comum cerca de 80 anos atrás) e passou a ser entendida como um fenômeno complexo e multifacetado. A sociedade mudou, suas dinâmicas também, e seria incoerente esperar que as concepções sobre saúde mental permanecessem as mesmas. Revisitar essas interpretações é parte importante do processo de construção de novas formas de lidar com o tema.

Neste estudo, busca-se reunir informações sobre a saúde mental de jovens que se preparam para o Enem, investigando como reconhecem, vivenciam e administram a ansiedade. O interesse está em compreender quais aspectos socioculturais contribuem para intensificar ou aliviar esse sofrimento. A partir disso, espera-se questionar e revisar valores que não são universais, contribuindo para perspectivas que favoreçam o bem-estar desses estudantes.

No século XVII, Robert Burton (1621), já destacava que a melancolia, termo que abrangia o que hoje entendemos como depressão e ansiedade, é uma característica natural da existência humana, atingindo pessoas de diferentes classes e idades. Para além disso, Burton já entendia que a ansiedade não depende apenas do indivíduo, mas o contexto, ambiente e condições de vida de alguém, podem ter extrema influência também.

Sigmund Freud (1926) também abordou o tema da ansiedade, entendendo-a como um sinal de alerta de que há um conflito interno exigindo resolução. Para ele, a ansiedade surge quando desejos pessoais entram em conflito com as normas sociais e com as limitações impostas pela realidade. É como uma placa que se levanta sempre que essas forças se atritam, indicando que algo precisa ser elaborado ou reorganizado internamente.

Para Frankl (1946), o vazio ou a falta de direção de uma pessoa, estão entre as razões do sofrimento, no caso ansiedade, surgir em um indivíduo. Jovens sem um rumo certo do próprio futuro, algo muito comum após o encerramento do ensino médio, podem se sentir pressionados ao encarar caminhos cheios de expectativas.

Aaron Beck e David Clark (2010) também reconhecem que a ansiedade está presente desde a antiguidade em diversos contextos, sendo a pressão e os estresses cotidianos os mais comuns. Eles destacam que a ansiedade é uma resposta ao medo, uma reação que pode se intensificar de acordo a demandas diárias que se acumulam e deixam o indivíduo em alerta constante.

Nesse sentido, podemos perceber que a ansiedade é uma preocupação percebida a muito tempo, sendo debatida por diversos estudiosos e filósofos. A partir disso, podemos interpretar a necessidade de discutir sobre a ansiedade, suas causas e

consequências, e como ela afeta a vida pessoal e profissional. No caso dos jovens estudantes que se preparam para o ENEM, esse impacto costuma ser ainda mais marcante, já que a pressão por desempenho intensifica esse estado de tensão e incerteza.

3 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

O estudo de campo foi realizado com 35 participantes fornecendo uma perspectiva localizada sobre o impacto da ansiedade. A amostra foi predominantemente composta por Mulheres cis (70%), com a maioria (26 pessoas) em fase de conclusão do ensino médio ou em ciclo de repetição (55% não era a primeira vez no ENEM). A maioria (50%) dedicava-se a cursinhos presenciais.

PERGUNTAS	RESPOSTA MAJORITÁRIA	PORCENTAGEM (%)
Nível de ansiedade	Muito ansioso(a)	50
Maior cobrança	Eu mesmo(a) me cobro demais	85
Situação de maior ansiedade	Provas e simulados	90
Interfere no sono/alimentação	Sim, frequentemente	80
Sintoma físico	Insônia	70
Busca por ajuda psicológica	Não, mas gostaria	55
Auxílio familiar ajuda?	Sim, com certeza	95

Os resultados obtidos confirmam a premissa de que a preparação para o ENEM no Vale do São Francisco é um gatilho significativo de ansiedade, atingindo 80% dos participantes com níveis elevados ou muito elevados, configurando uma condição de alto impacto psicossocial.

A amostra ser majoritariamente composta por mulheres (70%) adquire peso na análise, correlacionando-se com a intensidade dos sintomas ansiosos, como a insônia (70%) e o relato de interferência no sono/alimentação (80%). Este padrão sugere que as jovens podem estar sentindo o impacto das pressões de desempenho de forma mais somática e psicologicamente intensa.

O principal vetor desse estresse é a autocobrança (85%), indicando uma internalização profunda das expectativas familiares e do ambiente competitivo. No caso das mulheres, essa autocobrança pode estar ligada a um perfeccionismo exacerbado e ao peso das demandas sociais, que se traduzem em medo de falhar na performance exigida pelo ENEM, especialmente em provas e simulados (90%).

O alto nível de ansiedade se traduz em disfunção grave. A interferência na saúde básica é notória, e a consequência direta no processo de estudo é alarmante: 65% dos estudantes já deixaram de participar de atividades importantes (aulas, simulados ou provas) por conta do quadro ansioso. Essa esquiva reforça o ciclo vicioso onde o estresse impede a preparação eficaz, elevando a percepção de falta de preparo e, consequentemente, a ansiedade, alinhando-se à visão da Terapia Cognitiva Comportamental do Aaron Beck de que os pensamentos negativos amplificam a ameaça.

Embora a maioria dos estudantes utilize estratégias de suporte social e distração (música e conversa) para lidar com o estresse, há uma clara demanda reprimida por ajuda profissional: 55% afirmam que não fazem acompanhamento psicológico, mas gostariam de fazê-lo. Essa lacuna indica barreiras de acesso ou o estigma social ainda presente na comunidade.

Em contrapartida, a crença quase unânime (95%) de que o auxílio da família (psicológico ou financeiro) é fundamental na redução da ansiedade demonstra que a solução não pode recair apenas sobre o estudante. Este dado reforça o argumento de que a saúde mental é um constructo sociocultural (APA, 2014) e que a transformação deve ocorrer no ambiente de apoio, transformando o período pré-ENEM de um ciclo de angústia em uma jornada mais assistida.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente investigação buscou analisar as manifestações da ansiedade em estudantes do Vale do São Francisco na preparação para o ENEM, confirmando que o processo seletivo impõe um impacto emocional profundo e multifacetado. Os dados empíricos revelaram uma prevalência de ansiedade elevada ou muito elevada em 80% dos participantes, estabelecendo-se como o principal obstáculo não cognitivo à preparação.

O estudo destacou que o principal vetor desse sofrimento é a autocobrança (85%), indicando a internalização das expectativas familiares e do ambiente competitivo. A amostra majoritariamente feminina (70%) e a alta somatização (insônia, distúrbios alimentares) sugerem a necessidade de um olhar específico para as pressões de gênero no contexto da performance. A consequência direta da ansiedade é a disfunção acadêmica, com 65% dos jovens se esquivando de atividades importantes, reforçando a angústia da "vertigem da liberdade" de Kierkegaard.

O ponto mais crítico reside na lacuna de suporte: enquanto a ansiedade é alta, a maioria (55%) deseja, mas não acessa, ajuda psicológica. Contudo, a crença quase unânime (95%) de que o apoio familiar é fundamental demonstra que a solução reside na transformação do ambiente e na quebra das barreiras socioculturais que estigmatizam a busca por saúde mental.

Dessa forma, a conclusão deste estudo aponta para a urgência de ação institucional no Vale do São Francisco. As intervenções devem focar não apenas no indivíduo, mas na desconstrução da cultura de competitividade excessiva e na integração efetiva da saúde mental como pilar do processo educativo, reconhecendo as particularidades de gênero e a importância do suporte familiar para transformar o período pré-ENEM em uma jornada mais equilibrada e assistida.

REFERÊNCIAS

- AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION. **Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais: DSM-5-TR. 5. ed.** rev. Porto Alegre: Artmed, 2023. CLARK, David A.; BECK, Aaron T. **Terapia cognitiva para os transtornos de ansiedade: ciência e prática.** Tradução de Maria Cristina Monteiro. Revisão técnica de Elisabeth Meyer. Dados eletrônicos. Porto Alegre: Artmed, 2012.
- CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. Código de Ética Profissional do Psicólogo. Brasília: CFP, 2005. Disponível em: <https://site.cfp.org.br>. Acesso em: 29 out. 2025.
- CROCQ, Marc-Antoine. **A history of anxiety: from Hippocrates to DSM. Dialogues in Clinical Neuroscience**, v. 17, n. 3, p. 319–325, set. 2015. DOI: 10.31887/DCNS.2015.17.3/macrocq. Disponível em: <https://doi.org/10.31887/DCNS.2015.17.3/macrocq>. Acesso em: 20 set. 2025.
- ERIKSON, Erik H. **Identidade: juventude e crise.** Tradução de Álvaro Cabral. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1976. Disponível em: <https://pt.scribd.com/document/524212130-Erik-Erikson-Identidade-Juventude-e-Crise>. Acesso em: 01 nov. 2025.
- FREUD, Sigmund. **Inibições, sintomas e ansiedade** (1926 [1925]). Tradução de Alix Strachey. Londres: Hogarth Press e Instituto de Psicanálise, 1936. Disponível em: <http://maratavarespsictics.pbworks.com/w/file/74212991/Aulas09-Inibi%C3%A7%C3%A3oSintomaeAng%C3%Bastia..pdf>. Acesso em: 29 out. 2025.
- KIERKEGAARD, Søren. **O Conceito de Angústia.** Tradução de Álvaro Luiz Montenegro Valls. Petrópolis: Vozes, 2010. **Original de 1844.** Disponível em: <https://cdn.bookey.app/files/pdf/book/pt/o-conceito-de-ang%C3%Bastia.pdf>. Acesso em: 20 set. 2025.
- NIETZSCHE, Friedrich Wilhelm. **O Anticristo: ensaio de uma crítica do cristianismo** (1895). Tradução de André Disporé Cancian. Fonte original: Nietzsche's Labyrinth. Versão para eBook. São Paulo: eBooksBrasil.com, 2002. Disponível em: <http://www.ateus.net/>. Acesso em: 27 set. 2025.
- SILVA, Luciana Maia da; SILVA, Arnislane Nogueira; MEDINA, Maria Leciana Nunes Pinheiro. **A contribuição da terapia cognitivo-comportamental no controle da ansiedade em concursandos.** Revista Cearense de Psicologia, [S. l.], v. 5, n. 10, p. 119-130, 25 jul. 2019. Disponível em: <https://periodicos.uniateneu.edu.br/index.php/revista-cearense-de-psicologia/article/view/19>. Acesso em: 27 set. 2025.

CLÍNICA-ESCOLA: VISÃO DOS ESTUDANTES DE PSICOLOGIA SOBRE SEU PAPEL FORMATIVO E SOCIAL

Sarah Caroliny Alves do Rego Moura
Bacharelanda em psicologia
Faculdade de Igarassu – UNIFACIG

Janailson Ferreira da Silva
Docente e Especialista
Faculdade de Igarassu – UNIFACIG

Renato Augusto Guerra De Queiroz
Docente e Mestre em educação
Faculdade de Igarassu – UNIFACIG

Rosália de Barros Nascimento de
Medeiros
Docente e Doutora em zootecnia
Faculdade de Igarassu – UNIFACIG

João Victor Alves Barbosa
Docente e Especialista
Faculdade de Igarassu – UNIFACIG

RESUMO: As clínicas-escola, mantidas pelas instituições de ensino, contribuem tanto para o processo formativo de seus alunos quanto para a população que se utiliza dos serviços oferecidos. Porém, a percepção dos atores desse processo sobre as contribuições da vivência na clínica e sua formação ética e profissional ainda é pouco observada. Assim, o objetivo dessa pesquisa foi analisar a percepção dos alunos de psicologia sobre a importância do estágio na clínica-escola; as contribuições dessa experiência na sua formação e como estes percebem a função social desses atendimentos. De natureza mista (qualitativa e quantitativa), o estudo de caso foi realizado na clínica-escola da Faculdade de Igarassu – PE. Os participantes foram os alunos do curso de Psicologia que estagiaram na clínica-escola no período de 2024 a 2025. Foi aplicado um questionário semiestruturado distribuído por meio de aplicativo de mensagens aos participantes. Os dados foram analisados por meio de estatística descritiva e análise temática de conteúdo, e os resultados discutidos com base na literatura existente sobre o tema. Os resultados atestam a relevância inquestionável da Clínica-Escola como pilar na formação do

psicólogo, promovendo competências técnicas, autonomia e uma profunda consciência do papel social da profissão, elementos cruciais para a atuação profissional contemporânea.

Palavras-chave: Psicologia. Estágio. Clínica-escola. Atendimento.

ABSTRACT: Teaching clinics, maintained by educational institutions, contribute both to the training process of their students and to the population that uses the services offered. However, the perception of the actors of this process about the contributions of the experience in the clinic and their ethical and professional development is still little observed. Thus, the objective of this research was to analyze the perception of psychology students about the importance of the internship at the school clinic; the contributions of this experience to their training and how they perceive the social function of these services. Of a mixed nature (qualitative and quantitative), the case study was carried out at the university clinic of the Faculdade de Igarassu – PE. The participants were the psychology students who interned at the teaching clinic in the period from 2024 to 2025. A semi-structured questionnaire was administered to the participants and distributed via a messaging application. The data were analyzed using descriptive statistics and thematic content analysis, and the results were discussed based on the existing literature on the topic. The results attest to the unquestionable relevance of the teaching clinic as a pillar in the training of psychologists, promoting technical competencies, autonomy, and a profound awareness of the profession's social role, crucial elements for contemporary professional practice.

Keywords: Psychology. Internship. Teaching Clinic. Patient Care.

1 INTRODUÇÃO

O estágio supervisionado em clínicas-escola constitui um arcabouço formativo essencial, viabilizando a aplicação in loco do conhecimento teórico-metodológico e o desenvolvimento de competências, tais como escuta clínica, empatia e discernimento ético. Esse ambiente controlado, apoiado pela orientação docente, propicia a análise de casos e a formulação de hipóteses diagnósticas, garantindo o acompanhamento responsável dos pacientes. A atuação do supervisor como mentor estabelece uma relação de confiança que fomenta a autonomia progressiva e a internalização da

responsabilidade inerente à prática clínica, preparando o discente para os desafios profissionais contemporâneos (Garone et al., 2025).

Assim, as clínicas-escola, mantidas pelas instituições de ensino superior, desempenham uma dupla função estratégica: promovem o aperfeiçoamento das habilidades terapêuticas dos estudantes e, simultaneamente, atuam como um importante instrumento de inclusão social, atendendo a comunidade onde estão localizadas e beneficiando a população menos favorecida com serviços essenciais (Silva; Rocha, 2024).

Dentro deste contexto, muito se fala sobre as leis e diretrizes que orientam as ações relativas à prática de estágio para a formação dos profissionais, de forma geral. Porém, a visão dos atores desse processo acerca da função formativa e social desses locais de estágio, dentro da instituição em que estão em formação, é pouco discutida. Assim, o objetivo do trabalho é analisar a percepção dos alunos de psicologia de uma instituição privada de ensino sobre a importância do estágio na clínica-escola, as contribuições dessa experiência para a sua formação e como estes percebem a função social desses atendimentos.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 CLÍNICAS-ESCOLA: CONCEITO, FUNÇÕES E RELEVÂNCIA SOCIAL

O serviço elaborado nas unidades acadêmicas, serviços escola e/ou clínicas-escola é um instrumento criado por faculdades de Psicologia para proporcionar aos futuros profissionais a experiência prática sob uma supervisão que concilia teoria e prática. De acordo com Silva e Rocha (2024), os serviços oferecidos pelas instituições vão além da experiência acadêmica destinada ao apoio à prática discente. Eles também atendem a públicos de baixa renda, incluindo pessoas que permanecem por longos períodos no Sistema Único de Saúde (SUS) sem acesso ao atendimento.

Tozo e Triginelli (2019) destacam que a clínica, além de oferecer uma formação prática acadêmica dentro das bases éticas, é um recurso para os estudantes elaborarem melhor um estilo próprio de atendimento sob a ótica dos supervisores, que, além de trabalhar sua autonomia, avaliam sua conduta profissional. Outro aspecto relevante é a

democratização do acesso à saúde mental e psicossocial (Silva; Rocha, 2024; Pereira; Pereira; Nunes, 2020). Os estudantes supervisionados desenvolvem uma reflexão crítica sobre sua função social como futuros psicólogos, aspecto fundamental para sua formação.

2.2 ESTÁGIO SUPERVISIONADO E O DESENVOLVIMENTO DE COMPETÊNCIAS PROFISSIONAIS

A prática supervisionada no serviço-escola é considerada um arcabouço formativo, pois facilita a aplicação do conhecimento teórico e o desenvolvimento de competências técnicas, como a escuta clínica, a congruência e o conhecimento ético (Garone et al., 2025).

Souza et al. (2022) identificam que o desempenho do profissional durante a parte prática influencia diretamente a consolidação do perfil profissional, sendo o estágio com maior carga horária prática mais eficaz para o amadurecimento profissional.

Assim, a supervisão de qualidade e a oportunidade de atuação prática são, portanto, elementos centrais para a superação da insegurança inicial e para a aquisição da autonomia profissional. O estágio supervisionado é o ambiente crucial para a integração efetiva entre teoria e prática, sendo fundamental para a construção de uma identidade profissional sólida e para o aumento da segurança e da confiança dos futuros psicólogos (Garone et al., 2025; Souza et al., 2022).

2.3 A FUNÇÃO SOCIAL DA CLÍNICA-ESCOLA E SUA RELAÇÃO COM A COMUNIDADE

A literatura aponta que a clínica-escola desempenha papel essencial ao democratizar o acesso à atenção psicológica de qualidade, alinhando-se à responsabilidade social prevista no Código de Ética Profissional do Psicólogo (Silva; Rocha, 2024).

Pereira, Pereira e Nunes (2020) reforçam que a demanda de atendimentos reflete as necessidades da comunidade, tornando a clínica-escola um ponto de referência para a

Rede de Atenção Psicossocial (RAPS). Tozo e Triginelli (2019) destacam que a clínica-escola é fundamental para a promoção da saúde mental e da justiça social, ao mesmo tempo em que atua como ambiente de aprimoramento técnico e ético para os estudantes.

Os serviços oferecidos, como psicoterapia, avaliação e orientação profissional, são essenciais para a população de baixa renda, que muitas vezes enfrenta barreiras para acessar a rede pública de saúde. A atuação dos estudantes na clínica-escola, sob supervisão, permite que desenvolvam uma percepção mais aguçada sobre a dimensão do sofrimento humano e sobre a necessidade de um olhar ético e acolhedor em sua prática. Esse contexto favorece a formação de profissionais engajados e humanizados, alinhados às demandas contemporâneas por uma atuação socialmente responsável (Tozo; Triginelli, 2019).

2.4 SIGILO PROFISSIONAL E ÉTICA NA FORMAÇÃO DO PSICÓLOGO

O sigilo profissional é um dos pilares da atuação do psicólogo, sendo amplamente discutido na literatura como direito do usuário e dever ético do profissional (Silva et al., 2023). As estratégias para garantir o sigilo incluem o silêncio, a preservação da identidade do paciente e o cuidado com os registros, tanto físicos quanto digitais.

Silva et al. (2023) enfatizam que a internalização do princípio ético e legal do sigilo é vista como uma questão de respeito e compromisso moral, fundamental para a construção da confiança entre profissional e paciente.

A supervisão é destacada como um espaço seguro para o manejo ético dos dados, por meio da pseudonimização e da discussão de casos sem identificação dos pacientes. O aprendizado focado na vigilância comportamental para proteger a intimidade do paciente é complementado pelo manejo ético e seguro dos dados nos espaços de formação (Silva et al., 2023).

3 METODOLOGIA

O delineamento metodológico adotado neste estudo caracteriza-se como um estudo de caso, conduzido na clínica-escola de psicologia de uma instituição de ensino superior localizada no município de Igarassu, Pernambuco (PE). A população de estudo foi composta pelos estagiários que cumpriram suas atividades clínicas no período compreendido entre fevereiro de 2024 e outubro de 2025, totalizando uma amostra de 91 (noventa e um) participantes elegíveis.

Para a coleta de dados, empregou-se um questionário semiestruturado, elaborado para a obtenção concomitante de informações de natureza quantitativa e qualitativa. O instrumento foi desenvolvido na plataforma Google Forms e distribuído aos participantes por meio eletrônico, especificamente via aplicativo de mensagens instantâneas (WhatsApp).

O instrumento de coleta foi estruturado em três blocos temáticos. O primeiro bloco compreendeu variáveis de caracterização sociodemográfica (idade e gênero) e informações contextuais do estágio (situação no curso de psicologia e tempo de permanência na clínica-escola). O segundo bloco dedicou-se à avaliação da percepção dos participantes acerca do papel formativo (com cinco afirmações) e do papel social (com cinco afirmações) da clínica-escola. A mensuração dessas percepções foi realizada mediante a utilização da Escala Likert de 5 pontos (1 - Discordo Totalmente, 2 - Discordo Parcialmente, 3 - Neutro, 4 - Concordo Parcialmente, 5 - Concordo Totalmente).

O terceiro bloco continha duas questões abertas, com as seguintes propostas: “Descreva como o estágio na Clínica-Escola transformou ou tem transformado sua visão sobre o seu futuro papel profissional na sociedade” e a segunda: “Que estratégias você utiliza para promover o sigilo profissional em todas as circunstâncias do estágio (inclusive fora dos atendimentos)?”

No que concerne ao tratamento dos dados, as informações quantitativas, oriundas dos Blocos I e II, foram submetidas à tabulação e ao processamento eletrônico no software Microsoft® Excel® para Microsoft 365 MSO. Foram calculadas estatísticas descritivas, abrangendo média, desvio-padrão e frequências. Os dados qualitativos (Bloco III) foram analisados por meio da Análise temática de Conteúdo, seguindo rigorosamente as diretrizes metodológicas e as etapas operacionais preconizadas por

Bardin (2016), com vistas à identificação de núcleos de sentido e à interpretação aprofundada dos discursos.

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

A amostra final do estudo foi composta por 64 participantes, representando uma taxa de resposta de 70% em relação ao total de 91 indivíduos inicialmente selecionados. A faixa etária dos participantes variou entre 20 e 63 anos.

Na tabela 1 é possível observar a análise dos dados dos respondentes de acordo com o gênero declarado e o status do curso de psicologia. Nota-se que a maioria declarou ser do gênero feminino (78,1%), sendo a parcela masculina de 21,9%. Quanto ao status do curso de psicologia, 72% relataram estar no 9º período, e os 28% restantes já haviam concluído a graduação.

Tabela 1 - Caracterização dos respondentes da pesquisa quanto ao gênero e ao status do curso de psicologia.

Variável	Categoria	Frequência (n)	Porcentagem (%)
Gênero	Feminino	50	78,1
	Masculino	14	21,9
	Subtotal	64	100,0
Status do Curso	Cursando (9º período)	46	72,0
	Concluído (Formado)	18	28,0
	Subtotal	64	100,0

Fonte: autores

A questão de gênero nos cursos de graduação vem sendo estudada por alguns autores ao longo dos anos. Pessoa, Vaz e Botassio (2021) investigaram a segregação por sexo nos cursos presenciais de ensino superior brasileiro e observaram que dentre os cursos avaliados, psicologia teve a oitava colocação em número de mulheres matriculadas, enquanto que para os homens essa posição foi a de número 33. Outros

autores atribuem as diferenças de gênero observadas no curso de psicologia devido à visão comparativa de atividades relacionadas ao cuidado com o outro, pois no Brasil ainda se tem essa visão de que o “cuidar” é uma função predominantemente feminina (Cunha; Dimenstein 2022).

A Tabela 2 apresenta a distribuição do tempo de estágio na clínica-escola entre os participantes. Os dados indicam que em sua maioria (60,9%) possuem uma experiência intermediária, com tempo de prática situado entre 6 e 12 meses, enquanto 23,4% relataram estar estagiando há menos de 6 meses; 14,1% possuem um tempo de estágio mais longo, situando-se entre 12 e 18 meses; e a menor frequência foi observada para aqueles que estavam há mais de 18 meses no estágio, totalizando apenas 1,6% dos participantes.

Tabela 2 - Distribuição do tempo de experiência dos participantes no estágio realizado na clínica-escola

Tempo de estágio	Frequência (n)	Porcentagem (%)
Menos de 6 meses	15	23,4
6 a 12 meses	39	60,9
12 a 18 meses	9	14,1
Mais de 18 meses	1	1,6
Total	64	100,0

Fonte: autores

De acordo com Souza et al. (2022), o processo de estágio curricular é caracterizado pela progressão do desenvolvimento dos indivíduos, a qual pode estar ligada ao tempo de imersão no contexto prático. Os autores observaram em seu estudo quatro fases distintas no desenvolvimento de competências e na percepção do papel profissional durante o estágio: antecipação, exploração, competência e antecipação da culminação. Ressaltando que a integralização dessas etapas pode ser comprometida em estágios de menor duração, sugerindo uma correlação direta entre a extensão do período de vivência e a consolidação plena do desenvolvimento profissional.

Quanto ao segundo bloco do questionário, relacionado ao papel formativo da clínica-escola na visão dos participantes, a Tabela 3 apresenta os valores das porcentagens, média e desvio-padrão, acerca das concordâncias dos participantes sobre as afirmações sugeridas.

Observa-se que acima de 70% dos participantes “concordaram totalmente” com as afirmações. As médias encontradas demonstram a tendência das respostas estarem, em sua maioria, entre os valores 4 e 5, que correspondem ao “concordo” e ao “concordo totalmente”.

Os valores do Desvio-Padrão (DP) variaram entre 0,46 e 0,95. Esses valores relativamente baixos do DP atestam a homogeneidade das respostas, sugerindo que há pouca dispersão dos dados e um grande consenso entre os participantes.

Tabela 3 - O papel formativo da clínica-escola na visão dos participantes

Afirmações sobre a Formação Profissional	Classificação em %					Média (M)	Desvio-padrão (DP)
	1	2	3	4	5		
1. A Clínica-Escola é o ambiente mais eficaz para integrar os conhecimentos teóricos da faculdade com a prática clínica real.	0,00%	3,1%	6,3%	20,3%	70,3%	4,77	0,51
2. O estágio supervisionado tem sido fundamental para o desenvolvimento da minha identidade profissional como futuro psicólogo(a).	0,00%	1,6%	6,3%	9,4%	82,8%	4,85	0,46
3. A supervisão me auxilia a lidar com minhas limitações, angústias e	0,00%	0,00%	9,4%	12,5%	78,1%	4,77	0,59

questões éticas na relação com o paciente.							
4. A experiência me preparou para a complexidade e singularidade dos casos, desmistificando a ideia de "fórmulas prontas" na clínica.	1,6%	1,6%	9,4%	17,2%	70,3%	4,50	0,95
5. Sinto-me tecnicamente mais competente após as vivências práticas na Clínica-Escola.	0,00%	1,6%	6,3%	21,9%	70,3%	4,62	0,57

Fonte: autores

Ainda assim, a afirmação sobre a experiência adquirida durante o estágio preparar para a complexidade e singularidade dos casos, desmistificando "fórmulas prontas", obteve a menor média (4,50) e o maior Desvio-Padrão (0,95) como visto na Tabela 3. Essa variação, somada aos 3,2% de discordância, sugere que nem todos os indivíduos vivenciam a mesma integralização de etapas de desenvolvimento de competências (Garone et al., 2025), indicando um desafio na uniformidade da qualidade da preparação clínica.

Quanto às afirmações referentes ao papel social da clínica-escola na visão dos participantes, é possível perceber na Tabela 4 que o padrão de concordância com as afirmações é alto. A maioria dos pesquisados “concorda plenamente” com as afirmativas sugeridas.

Tabela 4 - Percepção da Importância Social da Clínica-Escola na visão dos participantes

Afirmação sobre o Papel Social da clínica-escola	Classificação em %	Média (M)	Desvio-padrão (DP)

	1	2	3	4	5		
1. A Clínica-Escola cumpre uma função essencial ao democratizar o acesso à atenção psicológica de qualidade para a população de baixa renda.	1,6%	0,00%	6,3%	14,1%	78,1%	4,77	0,82
2. Percebo que o meu trabalho na Clínica-Escola está alinhado com a Responsabilidade Social prevista no Código de Ética Profissional do Psicólogo.	0,00%	3,1%	3,1%	4,7%	89,1%	4,85	0,61
3. A demanda de atendimentos na Clínica-Escola reflete as principais necessidades e problemas de saúde mental da comunidade local.	0,00%	0,00%	10,9%	21,9%	67,2%	4,62	0,64
4. O valor acessível ou gratuito do serviço deve ser prioridade da Clínica-Escola; é primordial para a continuidade do tratamento dos pacientes.	0,00%	4,7%	4,7%	7,8%	82,8%	4,77	0,71
5. Considero que a Clínica-Escola é um importante ponto de referência para o encaminhamento e apoio da Rede de Atenção Psicossocial (RAPS) local.	0,00%	1,6%	4,7%	15,6%	78,1%	4,73	0,53

Fonte: autores

Contudo, a percepção de que a demanda de atendimentos reflete as principais necessidades de saúde mental da comunidade local apresentou um percentual de concordância plena ligeiramente menor (67,2%) e um índice de neutralidade de 10,9%. Isso pode indicar que, embora valorizem o acesso da comunidade aos atendimentos, a avaliação do contexto social é secundarizada em relação às questões teóricas programadas, um ponto de atenção levantado pela literatura (Pereira; Pereira; Nunes, 2020).

Com relação aos valores das médias entre 4,62 e 4,85, e ao valor de DP variar de 0,53 a 0,82 (Tabela 4), é um demonstrativo de que, apesar do item acima destacado, a visão geral do grupo participante acerca das afirmações propostas se apresentou bastante uniforme.

Os dados encontrados concordam com o que destacam alguns pesquisadores sobre a função social da clínica-escola, descrevendo-a como um espaço estratégico que garante à população de baixa renda o acesso a serviços psicológicos essenciais, como psicoterapia, avaliação e orientação profissional, que é, muitas vezes, de difícil acesso na rede pública de saúde. Enquanto cumpre este papel de promoção da saúde mental e justiça social, simultaneamente, serve como um ambiente supervisionado no qual o estudante de psicologia pode aprimorar seu conhecimento técnico, exercer as práticas clínicas em consonância com as regulamentações éticas do Conselho Federal de Psicologia (CFP) e internalizar a responsabilidade social inerente à profissão (Tozo; Triguinelli, 2019; Silva; Rocha, 2024; Pereira; Pereira; Nunes, 2020).

No terceiro bloco do questionário foram avaliadas as questões abertas. Foi possível categorizar as respostas em temas de acordo com o discurso dos participantes. Na questão aberta 1 “Descreva como o estágio na Clínica-Escola transformou ou tem transformado sua visão sobre o seu futuro papel profissional na sociedade” foi possível categorizar as respostas em 4 grupos, como demonstrado na tabela 5.

Tabela 5 - Categorização da análise de conteúdo da questão aberta 1

Categoria Principal	Frequência	Percentual (%)
----------------------------	-------------------	-----------------------

Integração Teoria-Prática e Aquisição de Conhecimento Prático	25	39,1%
Visão Sobre o Papel Social, Ético e Humano do Psicólogo	18	28,1%
Desenvolvimento Pessoal e Profissional (Segurança e Confiança)	17	26,6%
Outros/Menções Específicas	4	6,2%
Total Geral	64	100,0%

Fonte: autores

A maioria das respostas traziam menções acerca de questões relacionadas à integração teoria-prática (39,1%). Esse contexto pode ser confirmado em trechos como:

"...ver na prática o que aprendemos na teoria..."

"...põe em prática tudo aquilo que tenho aprendido em sala de aula."

A alta incidência desta categoria reforça a importância dos estágios supervisionados como ponte essencial entre a formação acadêmica e o exercício profissional, destacando que a vivência prática é fundamental para a compreensão aprofundada e a aplicação efetiva dos conceitos aprendidos em sala de aula (Souza et al., 2022). De forma geral, espera-se que no estágio ocorra essa integração entre teoria e prática, mas o destaque quantitativo encontrado nessa pesquisa indica que esta é a transformação mais sentida e valorizada pelos participantes em relação à sua futura atuação.

Já com relação à categoria visão sobre o papel social, ético e humano do psicólogo (28,1%) destacam-se afirmações como:

"...ampliou minha compreensão sobre o papel social do psicólogo..."

"...me fez enxergar a Psicologia de forma mais viva e humana."

Esses relatos apontam que o estágio não é apenas um espaço de treinamento de habilidades, mas um ambiente de reflexão crítica sobre a responsabilidade social inerente à profissão. Os futuros profissionais parecem desenvolver uma percepção mais

aguçada sobre a dimensão do sofrimento humano e a necessidade de um olhar ético e acolhedor em sua prática. Este tema é vital na formação em Psicologia, indicando que a Clínica-Escola tem sido eficaz em promover uma identidade profissional mais engajada e humanizada, alinhada com as demandas contemporâneas por uma atuação socialmente responsável (Tozo; Triginelli. 2019)

No contexto Desenvolvimento Pessoal e Profissional (Segurança e Confiança) (26.6%), é possível observar que os participantes relatam mudanças significativas em seu posicionamento profissional após o estágio na clínica, isso pode ser confirmado em relatos como:

"Mudou meu ponto de vista com relação a várias circunstâncias onde me sinto mais confiante e confortável."

"Para começar eu não curtia nenhum pouco a clínica... hoje me vejo mais na clínica."

O estágio parece proporcionar um ambiente seguro para testar habilidades, receber feedback e construir a identidade profissional com mais solidez. A supervisão de qualidade e a oportunidade de atuação prática são, portanto, elementos centrais na superação da insegurança inicial e na aquisição da autonomia profissional (Souza et al., 2022).

A categoria outros (6,2%) é referente a respostas que não puderam ser categorizadas nos demais grupos ou estavam fora de contexto da pergunta.

Esses dados demonstram que a experiência de estágio na Clínica-Escola promoveu uma transformação multifacetada nos participantes, no que se refere à dimensão técnico-científica (Integração Teoria-Prática), ético-social (Visão Sobre o Papel Social) e pessoal-emocional (Desenvolvimento Pessoal e Profissional). A predominância destas três categorias (totalizando 93,8%) atesta a profundidade e a relevância da experiência de estágio na construção do futuro papel profissional dos estudantes de Psicologia.

Com relação à questão aberta 2 do questionário "Que estratégias você utiliza para promover o sigilo profissional em todas as circunstâncias do estágio (inclusive fora dos atendimentos)?", a Tabela 6 apresenta as 5 categorias de respostas encontradas.

Tabela 6 - Categorização da análise de conteúdo da questão aberta 2

Categoria Principal	Frequência (n)	Percentual (%)
Conduta Verbal Externa (Silêncio)	27	42,19%
Fundamento Ético e Legal (Princípio)	19	29,69%
Preservação da Identidade na Supervisão	10	15,62%
Segurança dos Registros e Local	5	7,81%
Outras	3	4,69%

Fonte: autores

A categoria Conduta verbal externa (silêncio) está relacionada ao autocontrole e à discrição sobre o conteúdo do estágio em ambientes não autorizados. Para 42,19% dos participantes a principal forma de promover o sigilo é, simplesmente, não falar. Isso é confirmado em relatos como:

"Primeiro de todos e o mais importante é calar a boca fora da clínica..."

"Não discutir com os colegas e nem com os familiares os assuntos dos clientes."

O segundo tema mais frequente demonstra que para 29,69% dos respondentes, a estratégia é a internalização do princípio ético que fundamenta a profissão. Para essa parcela de participantes o sigilo é visto como uma questão de dever, respeito e compromisso moral/legal, não apenas uma técnica, como pode ser verificado nos seguintes relatos:

"A estratégia que uso é a ética profissional."

"O sigilo é mantido pela ética profissional e pela legalidade..."

Outro tema que foi encontrado nos padrões de resposta foi a preservação da identidade do paciente durante a supervisão (15,62%). Este tema aborda o manejo ético da informação nos espaços permitidos de fala (supervisão e estudo). Os participantes destacaram que a estratégia da criptografia da identidade do paciente garante, mesmo ao discutir o caso para fins de aprendizado, que o sigilo seja mantido.

Como destacado nos relatos:

"Eu nunca uso nomes completos nas minhas anotações detalhadas. Eu crio um código ou um pseudônimo..."

"Buscando dar menos detalhes possível das características dos pacientes na hora da supervisão, falo apenas o essencial..."

Apesar de menos frequente, 7,81% citaram uma estratégia que se refere ao cuidado material com a informação, garantindo que os dados escritos ou digitais estejam em locais físicos ou virtuais que previnam o acesso não autorizado. Entre as ações citadas destaca-se:

"Cada paciente tem sua pasta que fica na clínica escola com todos os dados essa pasta não pode sair clínica tem que permanecer lá..."

"...mantenho os registros clínicos em local seguro e de acesso restrito."

As estratégias de sigilo descritas pelos participantes se estruturam em torno do Silêncio como ação prática primordial, alicerçado no Dever Ético. Essa combinação reflete um aprendizado focado na vigilância comportamental para proteger a intimidade do paciente, complementada pelo manejo ético e seguro dos dados dentro dos espaços de formação (Silva et al., 2023).

A categoria outras (4,69%) relaciona-se a respostas genéricas e/ou fora do contexto da pergunta analisada.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa demonstrou que a Clínica-Escola possui um papel multifacetado e altamente eficaz na formação e no desenvolvimento profissional de estudantes e recém-formados em Psicologia.

Evidenciou-se um forte e homogêneo consenso entre os participantes sobre a relevância da instituição, tanto no âmbito formativo quanto no social, conforme atestado pelas elevadas médias de concordância.

Os achados confirmam que o estágio supervisionado é o ambiente crucial para a integração efetiva entre teoria e prática, sendo fundamental para a construção de uma identidade profissional sólida e para o aumento da segurança e confiança dos futuros psicólogos.

Paralelamente, os participantes reconhecem a Clínica-Escola como um dispositivo de responsabilidade social essencial, que democratiza o acesso à atenção psicológica de qualidade e alinha a prática profissional aos princípios éticos de engajamento e humanização.

Apesar do amplo reconhecimento, alguns desafios foram identificados, como a necessidade de maior uniformidade na preparação para a complexidade e a singularidade dos casos, e de uma avaliação mais aprofundada da conexão entre a demanda clínica e as necessidades reais da comunidade.

No que tange à ética profissional, o estudo revelou que as estratégias de sigilo se estruturam majoritariamente no silêncio como ação prática e na internalização do dever ético e legal, destacando a importância da supervisão como espaço seguro para o manejo ético dos dados por meio da pseudonimização.

Em suma, os resultados atestam a relevância inquestionável da Clínica-Escola como pilar na formação do psicólogo, promovendo competências técnicas, autonomia e uma profunda consciência do papel social da profissão, elementos cruciais para a atuação profissional contemporânea.

REFERÊNCIAS

BARDIN, Laurence. *Análise de Conteúdo*. São Paulo: Edições 70, 2016.

CUNHA, Rocelly; DIMENSTEIN, Magda. Psicólogas (os) na ciência: Como estamos em 60 anos de profissão no Brasil. **Psicologia: Ciência e Profissão**, v. 42, n. spe, p. e262958, 2022. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/pcp/a/PQwQWm67hnq6jqTy4Qq7g3x/?lang=pt> Acesso em: 05 nov. 2025.

GARONE, George Heitor Bastos; MORAES, Christiane Silva de; ANDRADE, Luana Cecília dos Santos Correia de; SOUZA, Fernanda Neves de. A clínica de ensino como espaço para formação ética, técnica e cívica: A importância do estágio supervisionado em psicologia. **Pesquisa, Sociedade e Desenvolvimento**, [S. l.], v. 14, n. 7, p. e4514749206, 2025. Disponível em: <https://rsdjournal.org/rsd/article/view/49206>. Acesso em: 18 nov. 2025.

PEREIRA, Mara Dantas; PEREIRA, Mirian Dantas; NUNES, Andreia Karla Ferreira. Estágio curricular supervisionado em Psicologia Clínica à luz das DCNs. **Pesquisa, Sociedade e Desenvolvimento**, [S. l.], v. 9, n. 8, p. e440985900, 2020. Disponível em: <https://rsdjournal.org/rsd/article/view/5900>. Acesso em: 10 nov. 2025.

PESSOA, Maria Fernanda; VAZ, Daniela Verzola; BOTASSIO, Diego Camargo. Viés de gênero na escolha profissional no Brasil. **Cad. Pesqui.**, v. 51, p. e08400, 2021. Disponível em: http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010015742021000100312&lng=pt&nrm=iso. Acesso em 02 nov. 2025.

SILVA, Gilson Fernandez da; LOPES, Christiani Cassoli Bortoloto; CAMARGO, Luan Gomes de; STUDZINSKI, Lara Gouveia.; SCHLINDWEIN, Raquel Isamara Petry; MARCONE, Vitoria Beserra.; VERDE, Luiz Henrique Cerqueira Vila. A importância do sigilo profissional como direito do usuário na atenção primária em saúde: Relato de experiência. **Varia Scientia - Ciências da Saúde**, [S. l.], v. 9, n. 1, p. 84-92, 2023. Disponível em: <https://saber.unioeste.br/index.php/variasaude/article/view/30342>. Acesso em: 03 nov. 2025.

SILVA, Silvia Golveia dos Santos; ROCHA, Damião Evangelista. A importância do estágio em uma escola clínica de psicologia para o desenvolvimento profissional e aprimoramento das habilidades terapêuticas. **REVISTA FOCO**, [S. l.], v. 17, n. 9, p. e6212, 2024. Disponível em: <https://ojs.focopublicacoes.com.br/foco/article/view/6212>. Acesso em: 2 nov. 2025.

SOUSA, Mafalda, BRANDÃO, Catarina., PAIVA, Ana Francisca, FREIXO, Ana Rita. O papel do estágio curricular em psicologia na transição para o mercado de trabalho: Percepções e vivências de estagiários e psicólogos. **Psique**, Journal of Research Centre for Psychology of the Universidade Autonoma de Lisboa, v.18, n.1, 2022. Disponível em: https://openurl.ebsco.com/EPDB%3Agcd%3A14%3A15920910/detailv2?sid=ebsco%3Aplink%3Ascholar&id=ebsco%3Agcd%3A157298536&crl=c&link_origin=scholar.google.com Acessado em: 28/10/2025. Acesso em: 4 nov. 2025.

TOZO, Stella Maria Poletti Simionato; TRIGINELLI, Mirelle França Michalick. Clínica-escola de psicologia: Espaço de formação acadêmica e ética. **Pretextos - Revista da Graduação em Psicologia da PUC Minas**, v. 4, n. 7, p. 77-92, 2019. Disponível em: <https://periodicos.pucminas.br/pretextos/article/view/20755>. Acesso em: 2 nov. 2025.

ENTRE O CUIDADO E O COLAPSO: A ANSIEDADE SILENCIOSA DE MÃES ATÍPICAS EM PETROLINA-PE

Tamyres de Castro Mateus dos Santos
Bacharelanda em psicologia
Faculdade de Petrolina – FACAPE

Tais Bruna Farias Feitosa
Bacharelanda em psicologia
Faculdade de Petrolina – FACAPE

Maryana Marques Silva Santos
Bacharelanda em psicologia
Faculdade de Petrolina – FACAPE

Josilene Alves de Lima
Bacharelanda em psicologia
Faculdade de Petrolina – FACAPE

Genivaldo do Nascimento
Doutor em Ciências da Linguagem
Faculdade de Petrolina - FACAPE
Universidade de Pernambuco (UPE)

RESUMO: Esse projeto de pesquisa tratou da identificação da ansiedade e de suas lacunas na maternidade atípica, considerando que cuidadoras de crianças atípicas demandam uma visão de cuidado e acolhimento, pois, em um contexto geral, existia um sofrimento frente à mudança de vida, que rodeava uma única causa: o diagnóstico e suas demandas. Os objetivos desses estudos foram: a) identificar a ansiedade e sintomas ansiosos de mães atípicas em Petrolina-PE, frente à rotina exaustiva como cuidadoras; b) analisar as variáveis que contribuem para o surgimento e manutenção da ansiedade em mães atípicas; c) descrever os sintomas ansiosos em mães não diagnosticadas. A fundamentação teórica considerou que a ansiedade podia ser compreendida como uma reação normal frente a estímulos desorganizadores, mas em excesso ou sem causa proporcional, caracteriza-se como patológica (Abrata, 2011). A posição de mãe atípica alterava a vivência da maternidade, uma vez que exigia dessa mulher cuidados adicionais a esse indivíduo, bem como sua adaptação emocional e reorganização de vida como um todo. A metodologia foi de cunho qualitativo. O instrumento utilizado foi a entrevista

semiestruturada, e a análise dos dados foi realizada por meio do método dialético-descriptivo. Os resultados evidenciaram elevados níveis de sobrecarga emocional, exaustão física, isolamento social, medo do futuro dos filhos e dificuldades no acesso ao suporte psicológico. Verificaram-se sintomas frequentes de ansiedade.

Palavras-chave: Maternidade Atípica. Ansiedade. Sobrecarga Emocional. Psicoeducação.

ABSTRACT: This research project addressed the identification of anxiety and its gaps in atypical motherhood, considering that caregivers of atypical children require a caring and supportive approach, since, in a general context, there was suffering in the face of life changes, all revolving around a single cause: the diagnosis and its demands. The objectives of these studies were: a) to identify the anxiety and anxious symptoms of atypical mothers in Petrolina-PE, in the face of the exhausting routine as caregivers; b) to analyze the variables that contribute to the emergence and maintenance of anxiety in atypical mothers; c) to describe the anxious symptoms in undiagnosed mothers. The theoretical framework considered that anxiety could be understood as a normal reaction to disorganizing stimuli, but in excess or without a proportional cause, it is characterized as pathological (Abrata, 2011). The position of being an atypical mother altered the experience of motherhood, since it required additional care for this individual, as well as her emotional adaptation and reorganization of life as a whole. The methodology was qualitative. The instrument used was the semi-structured interview, and the data analysis was performed using the dialectical-descriptive method. The results revealed high levels of emotional overload, physical exhaustion, social isolation, fear for their children's future, and difficulties in accessing psychological support. Frequent symptoms of anxiety were observed.

Keywords: Orthodontic Prevention. Child Oral Health. Deleterious Habits. Pediatric Dentistry. Preventive Orthodontics.

1 INTRODUÇÃO

Esse projeto de pesquisa trata da identificação de ansiedade e suas lacunas na maternidade atípica. A rotina das mães atípicas é geralmente voltada para atender as demandas dos filhos, onde entre terapias, consultas médicas e adaptações, o autocuidado e a manutenção da saúde mental ficam quase sempre em segundo plano. Diante desse

cenário, surgem vários desafios para além do papel de mãe, onde uma sobrecarga e sofrimento emocional se fazem comumente presentes, já que suas demandas ultrapassam a experiência materna típica, intensificando facilmente a possibilidade de um quadro de ansiedade ou a dificuldade de lidar com o mesmo.

Visto posto, é fato que cuidadores de crianças portadoras de necessidades especiais, também se tornam um público que demanda uma visão de cuidado e acolhimento, quando logo após o diagnóstico vem o sentimento de frustração frente a idealização desse filho, juntamente com planos de futuro e de autorrealização, que se tornam fortemente imprevisíveis, causando assim, em um contexto geral, um sofrimento frente à mudança de vida que rodeiam uma única causa: o diagnóstico e suas demandas. Trazendo como consequência, várias lacunas que aumentam as questões de vulnerabilidade emocional, social e financeira. No aspecto financeiro, aliado à preocupação com os custos adicionais à condição atípica da criança, vem a dificuldade de ingresso no mercado de trabalho e quando inseridas, a dificuldade com a flexibilização de horários para o acompanhamento de terapias do filho, ficando entre a necessidade de promover a saúde mental e qualidade física e emocional para os filhos, que muitas vezes dependem até mesmo para necessidades básicas (como se vestir e se alimentar) e a dependência financeira de outras fontes, como benefícios, devido a falta de alternativas que oportunize a associação com suas rotinas. No campo social, o isolamento é frequente, devido às barreiras impostas pelo preconceito ou os desafios de não inclusão em alguns lugares de convívio social. Assim como no âmbito emocional, quando a sobrecarga e a pressão constante para atender às demandas da criança e a tentativa de associar as demandas para além do contexto, trazem uma sensação de alerta e imprevisibilidade, que comprometem a saúde física e emocional dessas mães, causando níveis de ansiedade e sintomas ansiosos associados a essa condição.

Portanto, considerando que são mães que na maioria dos casos vivem em prol do filho, questões como: preocupações excessivas, medo do futuro, falta de fontes de apoio, sobrecarregamento físico (como consequência não só das demandas de cuidados com os filhos, como também com as de casa no geral), luta pelo direito dos filhos, privação de sono e outros diversos fatores subjetivos, além de lidar com a pressão social de precisar

ser forte e “dar conta de tudo”, contribuem para níveis elevados de estresse, preocupação excessiva e insegurança, criando uma probabilidade maior para a manutenção da ansiedade e sintomas ansiosos.

Dessa forma, reconhecer essas vulnerabilidades, as lacunas que levam como consequência o desenvolvimento da ansiedade e sintomas ansiosos em mães atípicas de Petrolina-PE, mostrou-se de extrema importância para promoção de conhecimento, execução de estratégias de apoio, autoconsciência e enfrentamento. Promovendo uma visão de ótica voltada para importância da saúde mental de quem cuida, dando espaço para a criação de estratégias que minimizem os impactos emocionais e melhore a qualidade de vida dessas mulheres.

A escolha deste tema surgiu com a necessidade de voltar o olhar às mães atípicas de Petrolina - PE, que muitas vezes são silenciadas pela sobrecarga emocional e a ansiedade vivida, diante questões que se tornam invisíveis ou minimizadas no contexto social. Pois, a vivência dessas mães marcada pela disponibilidade constante e responsabilidade, impactam diretamente na saúde emocional e no físico, logo, esse projeto de pesquisa é relevante socialmente porque busca reconhecer e dar visibilidade às demandas emocionais dessas mães atípicas, mostrando a importância para si como mulheres e cuidadoras. Além disso, a motivação por esse tema, surge devido a experiência pessoal, de mãe e irmã atípica e à atuação profissional com crianças atípicas na rede municipal de Petrolina - PE, o que permite o contato direto com mães que vivenciam essa realidade. Fortalecendo ainda mais o compromisso e reconhecimento dessa temática.

Muito se fala sobre crianças atípicas, saúde mental materna e ansiedade, mas muito pouco sobre ansiedade no contexto da maternidade atípica, onde muitas vezes, essas cuidadoras têm a suas questões emocionais silenciadas, frente às demandas abraçadas dos seus filhos, enquanto as suas, findam camufladas na “sobrecarga materna”, devido à falta de conhecimento ou maneiras de enfrentamento. Visto posto, a questão-problema deste projeto de pesquisa foi: quais fatores contribuem para o surgimento e a permanência dos sintomas ansiosos e da ansiedade em mães de crianças atípicas em Petrolina?

O objetivo geral consistiu em identificar, por meio de pesquisa, a ansiedade e sintomas ansiosos de mães atípicas em Petrolina-PE, frente a rotina exaustiva como cuidadoras. Os objetivos específicos: a) analisar as variáveis que contribuem para o surgimento e manutenção da ansiedade em mães atípicas; b) descrever os sintomas ansiosos em mães não diagnosticadas.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA/REVISÃO DA LEITURA

2.1 ANSIEDADE: CONCEITOS E FATORES DESENCADEANTES

A ansiedade pode ser compreendida como uma reação normal frente a estímulos desorganizadores, mas em excesso ou sem causa proporcional, caracteriza-se como patológica (Abrata, 2011). Nos transtornos de ansiedade, muitas vezes as pessoas sabem quando seu corpo e emocional não estão funcionando de maneira adequada, porém, enfrentam uma dificuldade para lidar ou tentar controlar os sintomas, assim como diferenciar do que é patológico, pois, em algumas situações pontuais, como momentos em que o indivíduo se encontra em perigo, ele pode apresentar um sintoma ansioso, como nesse caso, a palpitação. Portanto, há uma importância para o entendimento como um todo e a diferenciação com sintomas isolados, que quando constantes, podem parecer sutis, portanto, ignorados, o que pode levar ao agravamento do quadro.

De acordo com um estudo realizado por Alves (2015), que investigou a presença de ansiedade-estado e ansiedade-traço em mães de bebês com risco ao desenvolvimento (ou seja, não necessariamente atípicos, mas com risco ao desenvolvimento, assim como uma criança atípica, podendo vir ou não a ter um diagnóstico atípico), 40% das participantes já apresentaram níveis clínicos de ansiedade-traço, que embora já se tenha uma predisposição genética, a autora observa que quanto mais grave era o quadro da criança, maiores eram os índices de ansiedade materna, indicando uma relação direta entre a condição do bebê e o sofrimento psicológico da mãe.

Os transtornos de ansiedade são caracterizados por medo e ansiedade excessivos, bem como por alterações comportamentais associadas. O medo é a resposta emocional a uma ameaça real ou percebida, enquanto

a ansiedade é a antecipação de uma ameaça futura. Os sintomas podem envolver manifestações psicológicas, como preocupação persistente, apreensão e dificuldade de concentração, e também manifestações físicas, como palpitações, tremores, sudorese, desconforto abdominal, tensão muscular e distúrbios do sono (AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION, 2023, p. 220).

Sendo assim, essas diferenças demonstram que o transtorno de ansiedade se manifesta de diversas maneiras, afetando o que é considerado de extrema importância para manutenção da saúde mental, que é a saúde física e emocional. Diante disso, sabemos que existem diversos fatores desencadeantes que estão diretamente ligados a fatores biológicos, psicológicos e sociais. Desse modo, é perceptível que a ansiedade é considerada complexa e variável, devido às suas múltiplas interações com o indivíduo, não sendo resumida a uma única causa.

Partindo desse entendimento, existem múltiplas formas desse transtorno se apresentar, com suas variáveis, podendo ser: o transtorno de pânico [...], transtorno de ansiedade generalizada [...], transtorno de ansiedade social [...], Transtorno de ansiedade não especificado [...], e outros. (AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION, 2023). Uma consideração importante é que “As mulheres costumam ter duas vezes mais chances de apresentarem transtornos de ansiedade do que os homens, [...]” (Abrata, 2011, p.4). Dado que evidencia a reflexão sobre a ansiedade como um fator social desencadeante, pois, em razão de expectativas sociais e históricas em relação ao papel das mulheres, que são voltados unicamente a elas, como obrigações domésticas, cuidados com os filhos, marido, e atualmente, em alguns casos, o lado profissional, faz com que, o índice de ansiedade seja maior, devido fatores estressores em alta demanda. E seguindo essa linha, vale refletir sobre como isso chega em relação às mães atípicas, já que elas enfrentam além dessas, muitas outras demandas. Portanto, a ansiedade é um processo individual e pessoal, que depende da experiência de cada ser.

Dessa maneira, é possível analisar que a ansiedade vai muito além de uma preocupação ou medo, sendo de extrema importância o conhecimento em relação a mesma e a contribuição em pesquisa.

2.2 MATERNIDADE ATÍPICA E SEUS DESAFIOS (RELAÇÃO DA MATERNIDADE ATÍPICA E A SAÚDE MENTAL)

O Transtorno do Espectro Autista (TEA), em concordância com o Manual de Diagnóstico e de Estatística de Transtornos Mentais da Associação Americana de Psiquiatria (DSM-5-TR), (APA, 2022), é caracterizado pelos déficits na comunicação, interação social e comportamentos restritos e repetitivos, que impacta não apenas a vida da criança, mas também a de seus familiares, especialmente as mães (DSM-5-TR, APA, 2022, apud, Moraes, et. al, 2024, p.3).

Em virtude disso, vale ressaltar que a maternidade atípica se refere a classe de mães que vivenciam a experiência de serem mães de crianças com necessidades especiais. Essa condição dos seus tão idealizados filhos, altera profunda e significativamente a vivência dessa maternidade, uma vez que, irá exigir dessa mulher cuidados adicionais a esse indivíduo, bem como sua adaptação emocional e reorganização de vida como um todo.

Estudos demonstram que mães de crianças com Transtorno do Espectro Autista frequentemente vivenciam um processo diagnóstico marcado por desafios, incluindo a escassez de profissionais especializados e longos períodos de incerteza. Essa jornada é acompanhada por intensa angústia, sendo comum o relato de preocupações quanto ao futuro dos filhos, especialmente sobre quem poderá assumir seus cuidados em caso de falecimento materno, o que constitui uma significativa fonte de estresse psicológico (Schmidt e Bosa, apud, Silva e Oliveira, 2021, p.78).

A maternidade é de um modo geral, um processo cheio de expectativas e idealizações, seja em qual for o contexto em que essa mãe esteja inserida, ela carrega em si um ideal de completude e entrega incondicional a esse filho. No entanto, quando falamos de mães de crianças atípicas, essas expectativas e exigências quanto ao cuidado e dedicação, aumentam, além de precisarem lidar com a imprevisibilidade. Essas experiências são vivenciadas de forma singular e muitas vezes solitárias por essas mães, impactando assim, a sua saúde mental. Portanto, faz-se necessário que se estenda sobre ela um olhar atento por parte da família, da Psicologia, da Saúde e da sociedade como

um todo, desenvolvendo assim políticas públicas que sejam capazes de dar visibilidade e uma vida de integridade física e mental para mãe e filho. “[...] segundo Cezar e Smeha, Relações sociais e afetivas também são colocadas de lado, contribuindo para que fiquem sujeitas a impactos físicos e mentais” (Cezar & Smeha, 2011, Collet et al., 2016, apud, Alves, et al, 2022, p. 413).

O andar solitário dessas mães diante as demandas constantes do cuidado, somadas à escassez de apoio institucional e às barreiras no acesso a serviços de saúde e educação, tornam a experiência materna desgastante e sobrecarregada, gerando impactos significativos, que marcam profundamente a vida delas, tais como: a baixa autoestima, o humor deprimido, a perda de prazer nas atividades que já desenvolvia normalmente, a diminuição da libido e a perda de interesse em relacionar-se com familiares, ou amigos. Impactadas sob altos níveis de estresse diário, que é um processo cuja origem encontra-se em fontes internas ou externas, que resultam em uma sobrecarga emocional e física, apresenta o que “Segundo Guevara, [...] pode resultar em diversos sintomas físicos e/ou psicológicos, como ansiedade, insônia, ira e depressão” (Guevara & Lipp, 1994, apud, Alves, et al., 2022, p.413).

Portanto, podemos então dizer que essas mães constroem um padrão próprio de “normalidade” reorganizando sua rotina e sua identidade materna. Sendo importante destacar que, por outro lado, a maternidade atípica não se reduz ao sofrimento, pois, muitas mulheres relatam também processos de ressignificação, fortalecimento de vínculos e descoberta de novas formas de amar e conviver com a diferença. Para que esses aspectos possam emergir de maneira saudável, é indispensável que essas mães recebam apoio psicológico, social e institucional. Fornecendo a ela a promoção da saúde mental que nesse contexto, deve priorizar o autoconhecimento que lhe proporcionará conhecer suas habilidades, força potencialidades para lidar com as demandas, dessa nova forma de reinventar-se, bem como o acolhimento, a valorização das experiências singulares e a construção de redes de suporte que reduzam o isolamento e promovam o bem-estar.

Pois, embora exista programas de apoio a famílias atípicas, esse apoio é mais voltado para o filho que, muitas vezes, precisa ficar meses em uma lista de espera para ter acesso a uma terapia fornecida no sistema único de saúde (SUS), impactando assim, o

seu desenvolvimento e conseqüentemente o da mãe, que precisa lidar sozinha com o desgaste emocional, já que também sofre com a espera de atendimento psicológico, isto é, quando oferecido, enquanto o adoecimento mental se agrava.

Em síntese, compreender essa relação entre maternidade atípica e saúde mental torna-se essencial para a Psicologia e para as Ciências da Saúde em geral. Trata-se de buscar meios de investigação e intervenção que possibilitem não apenas dar visibilidade às necessidades dessas mães, mas também contribuir para o desenvolvimento de políticas inclusivas e práticas de cuidado mais humanizadas. A relevância desta temática reside justamente na possibilidade de reconhecer o impacto que a experiência da maternidade atípica exerce sobre a subjetividade feminina e, ao mesmo tempo, propor caminhos para que o exercício da maternidade seja vivenciado de forma menos solitária, mais digna e saudável.

2.3 PSICOEDUCAÇÃO, ANSIEDADE E AUTOCUIDADO

A psicoeducação pode ser entendida como o recurso que busca informar e orientar sobre sintomas, causas e formas de enfrentamento à saúde mental. Esse processo ajuda a reduzir a desinformação e a criar estratégias práticas que podem ser incorporadas no dia a dia. Segundo Maia e Muner (2024), as intervenções psicoeducacionais voltadas para o controle da ansiedade envolvem tanto a compreensão sobre os sintomas quanto o treino de habilidades, como técnicas de relaxamento e respiração.

Sendo assim, a psicoeducação para mães atípicas desempenha um papel importante por possibilitar que elas compreendam melhor a ansiedade, reconheçam sinais de sobrecarga e encontrem apoio alternativos de acordo com a rotina e contexto de cada uma. De acordo com um relato de experiência, realizado em um Serviço de Psicologia Aplicada, destacam que “as rodas de conversa ofereceram espaço de escuta e incentivo a práticas de autocuidado, fortalecendo a percepção de suporte e diminuindo a sensação de isolamento”. (Silva et al., 2024, p. 48).

Com isso, o autocuidado deve ser pensado de forma viável e adaptada à rotina, considerando que muitas vezes essas mães não conseguem reservar grandes períodos

para si. Práticas simples, como pausas breves para descanso, pequenas atividades de lazer ou até momentos de respiração consciente, podem ter impacto positivo na redução do estresse e no manejo da ansiedade. Nesse ponto, a psicoeducação funciona também como um estímulo, ajudando a validar a importância de cuidar de si e mostrando que o autocuidado não precisa ser algo distante da realidade.

3 METODOLOGIA

A pesquisa foi de cunho qualitativo, pois buscou compreender a experiência das mães atípicas em sua complexidade emocional e social, valorizando seus relatos e percepções. Além de qualitativa, a pesquisa apresentou caráter descritivo, pois procurou compreender os fenômenos a partir da realidade das participantes, oferecendo um espaço para relatos subjetivos de situações vividas, sem interferência diante das mesmas. Esse tipo de investigação permitiu que as pesquisadoras registrassem e interpretassem os relatos das mães atípicas, valorizando suas experiências cotidianas e emoções diante dos desafios da maternidade. De acordo com Silva et al. (2024), compreender as vivências e sentimentos das participantes é essencial para a construção de práticas de cuidado mais empáticas e contextualizadas. Assim, a dimensão descritiva da pesquisa contribuiu para ampliar o olhar sobre as condições emocionais dessas mulheres, revelando aspectos muitas vezes invisibilizados pela rotina de sobrecarga e responsabilidade que enfrentam.

Na abordagem qualitativa, o cientista objetiva aprofundar-se na compreensão dos fenômenos que estuda – ações dos indivíduos, grupos ou organizações em seu ambiente ou contexto social –, interpretando-os segundo a perspectiva dos próprios sujeitos que participam da situação, sem se preocupar com representatividade numérica, generalizações estatísticas e relações lineares de causa e efeito. (Guerra, 2014, p. 11).

Segundo Minayo (2008), o manual destaca a importância da pesquisa qualitativa por permitir uma compreensão mais ampla e contextualizada da realidade estudada, reconhecendo a complexidade do comportamento humano e a influência dos contextos culturais, sociais e históricos. Diante disso, a análise de dados ocorreu de maneira dialética, permitindo interpretar o que é descritivo dentro de um contexto em que essas

mães se encontram inseridas, carregando cultura, contextos sociais e históricos. Sendo assim, a pesquisa dialético-descritiva foi de extrema importância para compreensão no contexto da maternidade atípicas e suas nuances.

Participaram da pesquisa 10 mães de crianças atípicas, na faixa de idade dos 26 aos 40 anos, residentes em Petrolina-PE, onde a seleção das participantes ocorreu de forma espontânea, a partir da disponibilidade e interesse de cada uma em colaborar com o estudo. Para garantir a privacidade dessas mães, elas foram identificadas como “Entrevistada 1”, “Entrevistada 2” e assim por diante. Na coleta de dados das entrevistas semiestruturadas, abordaram-se temas relacionados à rotina, sentimentos, estratégias, apoio institucional e social. Essas entrevistas aconteceram por meio do aplicativo WhatsApp, por áudios e mensagens. De acordo com Silva et al. (2024), o uso de recursos digitais, como chamadas e mensagens de áudio, pode funcionar como um meio efetivo de acolhimento psicológico e escuta sensível, ampliando as possibilidades de interação e de cuidado no contexto atual.

4 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

As entrevistas permitiram a identificação das principais lacunas enfrentadas por essas mães. A condição psicológica vivenciada por praticamente todas as participantes, foi sobrecarga emocional, a maioria delas relataram a exaustão constante, diante as demandas de cuidados com os filhos. Algumas mães descreveram essa exaustão em suas palavras, quando perguntadas sobre como era sua rotina como mãe atípica:

“Me sinto muito cansada. Indisposta. Muita fadiga” (Entrevistada A)

“Me sinto sempre cansada e tenho dificuldades de realizar tarefas simples” (Entrevistada B)

“B. tem bastante rigidez sensorial... isso tudo exige de mim paciência e força física que muitas vezes se acaba, pois tenho que segurar para escovar os dentes, tenho que tentar vestir a roupa à força...o que deixa a rotina bastante estressante. (Entrevistada C)

“Não conseguir ter vida social, não conseguir fazer uma faculdade, ter um emprego, ter amigos, convívio social, ter de fato uma vida própria... vivo 100% em função de outra pessoa, 24 horas.” (Entrevistada D)

“Me vejo impaciente em meio a rotina, por tudo explodo, choro, brigo com as pessoas...me sinto como se fosse explodir a qualquer momento.” (Entrevistada E)

Segundo Margis et al. (2003), a exposição frequente e prolongada ao estresse pode levar a uma ativação fisiológica contínua, o que acaba esgotando os recursos do indivíduo e favorecendo o surgimento de diferentes transtornos psicofisiológicos, além de aumentar a predisposição ao desenvolvimento de transtornos de ansiedade.

Foi possível observar que a exaustão veio também em sintomas físicos da ansiedade, destacaram algumas mães os seus sintomas:

“Palpitações, sudorese, tremores, falta de ar, tensão muscular e dores de cabeça constantes.”

Esses achados são compatíveis com manifestações fisiológicas de ansiedade descritas no DSM-5. No manual, sintomas como palpitações, sudorese, tremores, falta de ar e tensão muscular podem aparecer em quadros ansiosos (AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION, 2023).

Muitas relataram sobre o medo e insegurança que acompanha o cotidiano de cada uma, mais especificamente em relação ao futuro dos seus filhos, relatando um constante estado de alerta. Se expressando da seguinte maneira:

“Tenho medo que meu filho no futuro possa sofrer diante das dificuldades.” (Entrevistada C)

“Nunca mais me senti em paz. Nunca mais relaxei.” (Entrevistada A)

“Quando assino a frequência das terapias... penso que está mais próximo de terminar... me sinto impotente por não conseguir dar a ele o que ele precisa.” (Entrevistada H)

“Sinto um medo diário em relação a como vai ser daqui uns anos, é tudo muito imprevisível para mim.” (Entrevistada I)

Com isso, foi possível analisar o quanto isso intensifica uma possível ansiedade, uma vez que no DSM-5 fala sobre características como: preocupação excessiva,

apreensão antecipatória, relacionados a características da ansiedade. (AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION, 2023).

Através da entrevista também podemos identificar a ansiedade em uma das mães que faz acompanhamento com o psiquiatra, ela diz :

“Iniciei o acompanhamento com uma psicóloga e uso medicamento, por indicação do psiquiatra, após ser diagnosticada com ansiedade generalizada.”
(Entrevistada C)

Todas elas vivem em função dos seus filhos, como mostram as seguintes falas:
“Não conseguir ter vida social... viver 100% em função de outra pessoa” (Entrevistada D)

“Vida social quase não tenho... me sinto falha.” (Entrevistada J)

“Isolamento social... solidão também é algo presente na minha nova vida.”
(Entrevistada A)

Mesmo elas reconhecendo a importância do autocuidado elas relatam: “Preciso muito de autocuidado, mas a correria é grande.” (Entrevistada B)

“Sempre que tento fazer algo por mim, acabo me desgastando.” (Entrevistada C)
“Não tenho tempo e nem sobra dinheiro pra mim.” (Entrevistada D)

Segundo Silva et al. (2024), ações que promovem o autocuidado entre mães de crianças com necessidades especiais — como rodas de conversa, suporte emocional e práticas de fortalecimento pessoal — ajudam a diminuir sentimentos de sobrecarga e isolamento, favorecendo a prevenção da ansiedade e do esgotamento.

Uma rede de apoio é essencial quando falamos em maternidade atípica, relataram algumas mães:

"Minha maior rede de apoio sou eu..." (Entrevistada E) “Não me sinto apoiada.”
(Entrevistada I)

Outras mencionam o apoio que recebem:

“Graças a Deus eu tenho muito apoio da família.” (Entrevistada J)

Elas relataram também a dificuldade ao acesso ao SUS, principalmente em relação ao cuidado integrado (pois de todas, apenas uma tem acesso a terapia via particular) e também em relação aos vários desafios que enfrentam no dia a dia, agravado o cenário de ansiedade na maternidade atípica.

Os resultados mostram que a maternidade atípica é marcada pela sobrecarga emocional, conforme aponta Silva et al. (2024), que destacam a intensidade das demandas de cuidado e seu impacto no bem-estar das cuidadoras. Os relatos mostram que essa sobrecarga não é apenas física, como também emocional, devido à rotina exaustiva, essas mães demonstram fortemente as preocupações e o acúmulo de responsabilidades, principalmente quando não se tem uma rede de apoio.

Para finalizar a entrevista fizemos o seguinte questionamento: o que você acredita que poderia ajudar mães atípicas a se sentirem mais acolhidas e cuidadas? Respondem:

“Muitas coisas mudariam se houvesse mais escuta e apoio. Eu não choraria tanto, não passaria noites em branco pensando no futuro, nem precisaria bater boca com os outros por direitos dos meus filhos” (Entrevistada F)

“As intenções precoces deveriam se preocupar não apenas com as crianças, mas também com os pais...Depois do diagnóstico do meu filho, ninguém me preparou para o depois...” (Entrevistada C)

Dentre várias outras respostas nesse sentido, enfatizando a falta de apoio psicológico.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho tratou da experiência de mães de crianças atípicas, buscando compreender como a rotina de cuidados afeta o emocional de cada uma, considerando a ansiedade como fator de importância para análise nesse contexto. O objetivo foi identificar as variáveis que contribuíram para a ansiedade como também os sintomas ansiosos. Os resultados mostraram que a rotina é marcada por cansaço, ansiedade e sobrecarga emocional.

A pesquisa foi limitada pelo número pequeno de participantes. Recomenda-se que estudos futuros incluam um grupo maior de mães, explorando estratégias de apoio psicológico, social e institucional, garantindo o bem estar dessas mães.

REFERÊNCIAS

- ALVES, J. S.; FARINAZZO, A. C. P. G.; BIAZI, P. H. G. **Estresse, depressão e ansiedade em mães de autistas: revisão nacional**. Revista Psicopedagogia, São Paulo, v. 39, n. 120, p. 412-424, 2022.
- AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION. **Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais: DSM-5**. Porto Alegre: Artmed, 2014.
- AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION. **Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais: DSM-5-TR**. 5. ed., texto revisado. Porto Alegre: Artmed, 2023.
- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE FAMILIARES, AMIGOS E PORTADORES DE TRANSTORNOS AFETIVOS (ABRATA). **Transtorno de ansiedade: manual informativo**. São Paulo: Planmark Editora, 2011.
- CEZAR, P.; SMEHA, L. **Repercussões do autismo no subsistema fraterno na perspectiva de irmãos adultos**. Estudos de Psicologia, v. 33, n. 1, p. 51-60, 2016.
- CHEMELLO, M. R.; LEVANDOWSKI, D. C.; DONELLI, T. M. S. **Ansiedade materna e maternidade: revisão crítica da literatura**. Interação em Psicologia, Curitiba, v. 21, n. 1, p. 77-92, 2017.
- GUERRA, Elaine Linhares de Assis. **Manual de pesquisa qualitativa: suporte ao trabalho de conclusão de curso (TCC)**. Belo Horizonte: Grupo Ânima Educação, 2014.
- GUEVARA, A.; LIPP, M. **Validação empírica do Inventário de Sintomas de Stress (ISS)**. Estudos de Psicologia, p. 3-19, 1994.
- MAIA, G. B.; MUNER, L. C. **Maternidade atípica: o estresse das mães cuidadoras de crianças com o transtorno do espectro autista**. Revista Cathedral, Boa Vista, v. 6, n. 2, 2024.
- PASTORELLI, S. O. S.; VIANA, C. T.; BENICASA, M. G.; et al. **Análise comparativa entre os aspectos emocionais de mães de crianças diagnosticadas com transtorno do espectro autista e mães típicas**. Amostra Científica, 2024.
- SCHMIDT, C.; BOSA, C. A. **O impacto do diagnóstico de TEA nas dinâmicas familiares: uma análise das preocupações maternas**. Revista Brasileira de Educação Especial, Marília, v. 27, p. 41-56, 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbee/>. Acesso em: 10 set. 2025.
- SILVA, E. L.; SOUSA, A. L. M.; MACIEL, C. F.; et al. **Serviço de Psicologia Aplicada como instrumento de apoio às cuidadoras de crianças com Transtorno do Espectro**

Autista (TEA). Scientia – Revista de Ensino, Pesquisa e Extensão, Sobral, v. 8, n. 14, p. 45-54, 2024.

SILVA, I. C.; GUIMARÃES, B. C. B.; SILVEIRA, C. de P.; TAKESHITA, I. M.

Promoção do autocuidado para mães de Crianças com Necessidades Especiais de Saúde (CRIANES). Revista Eletrônica Acervo Saúde, v. 24, n. 9, e16459, 2024.

SOARES, C. C. D.; CALOU, A. L. F.; SANTOS, W. A.; SILVA, C. M. R.; DUTRA, I. J. P.

Maternidade atípica e qualidade de vida: vivências de mães após o diagnóstico de TEA. Revista Acadêmica de Estudos Interdisciplinares, v. 5, n. 1, p. 339-348, 2025.

ESTRATÉGIAS DE PREVENÇÃO E CONTENÇÃO PARA O BULLYING NA FACAPE

Emily Ketlin de C. Escolario Silva
Bacharelanda em Psicologia
Faculdade de Petrolina-FACAPE

Vagner Martins da Silva Caldas
Bacharelando em Psicologia
Faculdade de Petrolina- FACAPE

Waitusy Rodrigues de Araújo
Bacharelanda em Psicologia
Faculdade de Petrolina -FACAPE

Wildemara Soares dos Santos
Bacharelanda em Psicologia
Faculdade de Petrolina- FACAPE

RESUMO: Esse estudo trata do bullying na Faculdade de Petrolina-FACAPE- e a maneira que ele afeta a saúde mental e o desempenho acadêmico da vítima. Descreve a ambiguidade no regimento interno dessa IES nas ações de prevenção e combate. O objetivo geral desse estudo foi analisar o regimento interno da Faculdade de Petrolina-FACAPE. Esse estudo tem como base teórica os estudos de Silva & Rosa (2011). Esses autores afirmam que é necessário compreender o bullying e seus diversos impactos na inter-relação com o setor acadêmico e os desafios da formação dos professores para lidar com esse tipo de comportamento agressivo. Essa intimidação sistemática torna o ambiente estudantil frágil e suscetível a mais comportamentos aversivos. Este trabalho foi de cunho qualitativo. O corpus dessa pesquisa foi a análise do regimento interno da FACAPE para descrição de dados descritivo. Esse estudo aponta para a possível ausência de ações eficazes que conscientizem, previnam e deem suporte aos alunos da FACAPE, sendo imprescindível incluir no regimento ações que intervenham o bullying.

Palavras-chave: Bullying. Aflição. Sofrimento. Agressão

ABSTRACT: This study addresses bullying at the Faculty of Petrolina-FACAPE- and how it affects the mental health and academic performance of the victim. It describes

the ambiguity in the internal regulations of this institution regarding prevention and combat actions. The general objective of this study was to analyze the internal regulations of the Faculty of Petrolina-FACAPE. This study is based on the theoretical studies of Silva & Rosa (2011). These authors state that it is necessary to understand bullying and its various impacts on the interrelation with the academic sector and the challenges of teacher training to deal with this type of aggressive behavior. This systematic intimidation makes the student environment fragile and susceptible to more aversive behaviors. This work was qualitative in nature. The corpus of this research was the analysis of the internal regulations of FACAPE for descriptive data description. This study points to the possible absence of effective actions that raise awareness, prevent and support FACAPE students, making it essential to include actions in the regulations that intervene in bullying.

Keywords: Bullying. Distress. Suffering. Aggression.

1 INTRODUÇÃO

O bullying é um comportamento agressivo que humilha e zomba de certa pessoa ou de um grupo. No ambiente educacional, ele afeta não apenas a saúde física e emocional, mas também o desenvolvimento acadêmico. Essa realidade é de extrema importância para que instituições de ensino superior, como a FACAPE, assumam um papel ativo no enfrentamento dessas práticas, promovendo um ambiente seguro e respeitoso. Reconhecer que o bullying é um problema não apenas individual, mas também social e um passo fundamental para a mudança.

Ao analisar o regimento interno da FACAPE, nota-se pouca clareza quanto às ações de combate e prevenção ao bullying, o que representa um desafio importante para a transformação. Essa lacuna pode resultar em um ambiente vulnerável a práticas que prejudicam os estudantes e o corpo docente. Dessa forma, a instituição deve buscar políticas de prevenção e contenção para o bullying, garantindo um espaço seguro e respeitoso para todos. Portanto, este estudo investiga como a FACAPE se mobiliza para prevenir e controlar o bullying. Para isso, é fundamental que a instituição deixe explícita, em seu regimento, a importância de um ambiente seguro para o desenvolvimento pessoal e profissional dos estudantes para que sejam futuros profissionais éticos e

comprometidos com um mundo inclusivo e justo. Assim, fica evidente a importância da FACAPE na promoção da saúde mental e do bem-estar de seus alunos, contribuindo para a formação de indivíduos preparados para enfrentar uma sociedade marcada por injustiças e exclusões sociais.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Silva & Rosa (2011) compreendem que o bullying tem impactos na vida acadêmica e pessoal de alunos, produzindo desafios na formação dos professores para lidar com este tipo de comportamento agressivo. O bullying causa estado de aflição à vítima. Pedra & Fante (2008) afirmam que ele vai além do intimidador e inclui insultos, apelidos, humilhações, marcados por um desequilíbrio de poder entre o intimidador e a vítima. Fante (2005) distingue o bullying de meros conflitos cotidianos. O gressor está em posição de vantagem, de forma física, social e emocional. São graves as ações do bullying para as vítimas. Os intimidadores são aqueles que assistem. Lopes Neto (2005) descreve que as vítimas podem sofrer depressões e dificuldades nas relações e na aprendizagem, e se tornam agressivas. Silva e Rosa (2011) afirmam que o impacto das vivências ressoa no quadro acadêmico, na vida social e emocional, com a importância das pessoas que assistem a estas cenas de agressões verbais e sociais, as quais, ao não agirem, ajudam a perpetuar o problema. O cenário para o bullying, nos anos de formação social, é intensa entre o 6º e 9º anos, conforme Pedra & Fante (2008). É o palco de desafio e de valores que alimenta a intolerância do intimidador. Freire e Aires (2012) afirmam que o bullying varia com o contexto local da área escolar. O combate exige diagnóstico, cuidado e intervenções que envolvem a família os docentes e discentes, o cotidiano da escola, ao invés de ter as punições.

Segundo Garcia, Vecchiatti e Marta (2013, P. 5)

O bullying é uma das mais cruéis manifestações da violência no ambiente de ensino, pela qual o agressor vai paulatinamente destruindo a autoestima do agredido mediante uma série de ofensas e humilhações públicas perante os outros colegas de classe e perante a escola.

O bullying é um grande adoecedor mental, que desestabiliza o ser, tornando-o mais suscetível ao fracasso acadêmico e emocional, enfraquecendo os laços sociais (Garcia; Vecchiatti; Marta, 2013).

Difícilmente haverá alguém que não tenha presenciado as mais diversas formas de perseguições perpetradas por alunos populares e/ou de personalidade forte contra alunos tímidos e/ou introvertidos, normalmente aqueles mais isolados e de poucos amigos. (Garcia; Vecchiatti; Marta, 2013, p. 6).

Diante disso, fica claro que a sociedade não é ensinada a ser catalizadora de atos violentos, já que grande parte das pessoas presencia o bullying e não toma nenhuma atitude, apenas deixa acontecer. Nesse sentido, fica perceptível a importância de preparar alunos a se posicionarem diante de atitudes que desestabilizem o ser de alguma forma, transformando-se em grandes agentes de mudança (Garcia; Vecchiatti; Marta, 2013).

A prática do bullying prejudica a produção do aluno, impedindo-o de pensar por si mesmo e agrava sua condição de vítima, razão pela qual é indispensável que todos os envolvidos com a educação se conscientizem sobre a gravidade desse problema e elaborem planos de ações a serem desenvolvidos nas instituições educacionais, já que as consequências da marginalização social no ensino superior são gravíssimas e se estendem para toda a sociedade. (Garcia; Vecchiatti; Marta, 2013, P. 10).

Nesse sentido, fica clara a importância de políticas para contenção e prevenção do bullying, por ser um grande adoecedor físico e mental (Garcia; Vecchiatti; Marta, 2013).

3 TRILHA METODOLÓGICA

A pesquisa científica é uma das principais formas de construção do conhecimento. Um processo organizado, planejado e crítico, que utiliza o método científico para produzir ou confirmar saberes, buscando explicações com embasamento científico que possam garantir precisão nos resultados. Seu propósito é estimular o

avanço da ciência e da tecnologia, gerando benefícios para a sociedade. Dessa forma, possibilita um entendimento crítico e fundamentado na realidade de cada pessoa.

O estudo científico constitui-se como um instrumento essencial para compreender os fatores que afetam a saúde mental e propor intervenções voltadas ao bem-estar das pessoas.

De acordo com o regimento interno da FACAPE, não há menção explícita sobre bullying, documento aborda diversas normas relacionadas ao comportamento estudantil, condutas disciplinares, direitos e deveres dos estudantes, mas não cita diretamente o termo "bullying" ou políticas específicas para lidar com essa ocorrência no ambiente acadêmico. O que reforça o desafio indicado no projeto de estudo para a inclusão temática dessas nas normas da instituição.

O tipo de pesquisa utilizada nesse estudo foi a qualitativa-descritiva-bibliográfica e o instrumento, o formulário.

O formulário teve por objetivo compreender a abordagem feita pelo Regimento Interno da FACAPE no que diz respeito ao bullying, o qual destaca o respeito à pessoa humana, à ética e à responsabilidade social como pilares da vida acadêmica (Art. 109, inciso I e II).

4 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS DADOS

O corpus dessa pesquisa foi o Regimento Interno da Faculdade de Petrolina (FACAPE). Esse documento foi aprovado em reunião conjunta do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CEPE) e do Conselho Deliberativo Autárquico (CDA). Entrou em vigor na vigência a partir do semestre subsequente (Art. 120) à sua aprovação, datada de 10 de março de 2020. Esse documento tem aproximadamente 100 páginas, contendo 120 artigos (Art. 118 e 120), distribuídos em vários capítulos e anexos. Tal documento está no portal do aluno da FACAPE para ser acessado.

Condutas, conforme o Regimento Interno da FACAPE, que os alunos desta instituição devem seguir:

Deveres dos alunos

- Art 19: O estudante, ao se matricular, adquire vínculo formal com o curso, obrigando-se aos deveres e beneficiando-se dos direitos institucionais.
- Art 109: É dever do estudante respeitar colegas, professores e servidores, mantendo conduta compatível com os princípios éticos e morais da instituição.
- Art 110: são considerados infrações disciplinares as ações que atentem contra a integridade física, moral ou psicológica de qualquer membro da comunidade acadêmica.
- Regimento disciplinar: Define o respeito, a ética e a convivência harmoniosa como princípios essenciais á vida universitária.

De que forma os estudantes da FACAPE compreendem e aplicam os deveres de respeito e ética previstos nos Artigos 19 e 109 do regimento, e como isso impacta a ocorrência de casos de bullying, conforme as infrações descritas no Artigo 110 e o regimento disciplinar?

Condutas que os alunos desta instituição devem seguir:

- Art 19: O estudante, ao se matricular, adquire vínculo formal com o curso, obrigando-se aos deveres e beneficiando-se dos direitos institucionais.
- Art 109: É dever do estudante respeitar colegas, professores e servidores, mantendo conduta compatível com os princípios éticos e morais da instituição.
- Art 110: são considerados infrações disciplinares as ações que atentem contra a integridade física, moral ou psicológica de qualquer membro da comunidade acadêmica.
- Regimento disciplinar: Define o respeito, a ética e a convivência harmoniosa como princípios essenciais á vida universitária.

Como a FACAPE está garantindo a formação ética e justa dos estudantes e promovendo um ambiente inclusivo para prevenir e combater o bullying na comunidade acadêmica?

Contribuição da faculdade para as profissões:

- Art 5º: a missão da FACAPE é formar cidadãos com visão técnica, científica e humanística, capazes de enfrentar desafios e contribuir para uma sociedade mais ética e justa.
- Título V - Da comunidade Acadêmica: Reforça o compromisso institucional com o respeito à dignidade humana e com o fortalecimento de um ambiente inclusivo e cooperativo. A pesquisa busca identificar lacunas entre o Regimento institucional.

4.1 DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Ausência de Bullying :O termo “bullying” não consta em nenhum artigo do regimento, que trata das regras, direitos, deveres e condutas disciplinares na instituição.

Artigos relacionados a condutas disciplinares e penalidades:

- Art. 105 a 110 - Regime Disciplinar
- Art. 105: Espera-se do estudante comportamento íntegro, respeito e conformidade com o ambiente universitário.
- Art. 106: Sanções disciplinares são advertência, repreensão, suspensão e exclusão.
- Art. 108: Direito de defesa assegurado ao estudante acusado.
- Art. 109: As infrações disciplinares incluem atos contra a integridade física e moral da pessoa (potencial enquadramento para casos de bullying).
- Art. 110: Exemplos de faltas passíveis de sanção incluem agressão, ofensa, assédio e perturbação da ordem no ambiente da faculdade.

Art. 103 - Direitos dos Estudantes

- Direito a ser respeitado em sua história de vida e características pessoais e sociais.
- Direito ao atendimento adequado e avaliação coerente.

Art. 104 - Deveres dos Estudantes

- Cumprir as normas da instituição e apresentar conduta moral e ética.
- Receber novos estudantes sem constrangimento.

Como pode ser percebido, no conteúdo do regimento pesquisado, não há descrição ou menção específica ao termo “bullying” ou à sua definição e tratamento dentro da faculdade. Apesar de tratar detalhadamente de condutas disciplinares, infrações, avaliações, direitos e deveres, o documento não aborda diretamente o conceito ou as medidas específicas contra o bullying.

4.2 COMO INSERIR A QUESTÃO BULLYING NO REGIMENTO

Para inclusão da questão do bullying na FACAPE, recomenda-se:

Definição específica de bullying em conformidade com as legislações pertinentes, esclarecendo que inclui:

- Agressão física, verbal, psicológica e virtual.
 - Atos de humilhação, exclusão e ameaças repetidas.
1. Incorporação de deliberações específicas baseadas nas já disposições do Artigo 106, podendo ir de advertências à exclusão, de acordo com a gravidade.
 2. Criação de um procedimento formal para:
 - Denúncia, investigação e apuração dos casos com sigilo e proteção das partes envolvidas.
 - Garantia do direito de defesa (art. 108).
 3. Prevenção e conscientização:
 - Campanhas educativas.
 - Canal de acolhimento para vítimas e autores.
 4. Parcerias institucionais para capacitação e apoio psicológico.
 - Criar um artigo específico definindo bullying conforme legislações federais e estaduais vigentes, por exemplo:
 - Caracterização do bullying (físico, verbal, psicológico e virtual).

- Exemplos de condutas que configuram o bullying, como agressões, humilhações, ameaças repetidas, exclusão social forçada, entre outros.
- Deliberar deliberações claras para práticas de bullying, homologações com as já previstas para infrações disciplinares (advertência, repreensão, suspensão e exclusão).
- Incluir procedimentos de denúncia, investigação e apuração de casos de bullying de forma sigilosa e protegida, com garantia de direito de defesa para todas as partes.
- Criar canais de acolhimento e orientação para vítimas e autores, promovendo a conscientização e a prevenção por meio de campanhas educativas.

Devem ser estabelecidas parcerias com órgãos especializados em proteção contra violência escolar para capacitação de equipes e atendimento especializado. O ambiente escolar deve funcionar como uma rede de apoio que promova o cuidado mútuo e a associação coletiva, espelhando-se em um mundo melhor. O bullying produz ofensas irreparáveis para quem sofre de maneira direta e frequente dos praticantes. Assim, propõe-se a inclusão de um capítulo ou seção específica no Regimento Interno, com redação similar abaixo sugerida:

CAPÍTULO [XX] - DA PREVENÇÃO E COMBATE AO BULLYING E AO ASSÉDIO NO AMBIENTE ACADÊMICO

Art. [XX]. A [Nome da Faculdade] repudia veementemente a prática de intimidação sistemática (bullying), assédio moral, psicológico, sexual, e qualquer outra forma de violência física ou psicológica, intencional e repetitiva, que cause dor, sofrimento, humilhação ou exclusão social no âmbito de suas dependências ou em atividades a ela relacionadas. Art. [XX+1]. Constituem objetivos da instituição no combate a essas práticas:

I - Promover a cultura do respeito mútuo, da ética e da valorização das diferenças individuais;

II - Capacitar docentes, discentes e equipe técnico-administrativa para a identificação, prevenção, orientação e solução de conflitos;

III - Assegurar canais de denúncia seguros, sigilosos e acessíveis a toda a comunidade acadêmica;

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esse estudo analisou o regimento interno da FACAPE e apontou ações que podem prevenir o bullying. Apesar do regimento trazer princípios de ética, respeito e convivência harmoniosa, não existe menção direta ao termo "bullying", o que é uma lacuna institucional importante. Essa brecha pode resultar em um ambiente vulnerável a práticas que prejudiquem a saúde mental dos estudantes, afetando simultaneamente o desenvolvimento acadêmico deles. Muitas vezes, os acadêmicos que sofrem bullying acabam diminuindo o próprio potencial acadêmico. Isso acontece porque, em sua percepção, apresentar resultados pode gerar mais perseguições e exclusões. Para evitar e se proteger, a vítima prefere fugir dos que praticam o bullying, mas isso significa estar abrindo mão de seus princípios, sonhos e conquistas. É uma forma de se adaptar de maneira dolorosa a um ambiente desfavorável. Essa atitude revela um impacto psicológico do bullying, que não atinge apenas a autoestima, mas a realização pessoal e o percurso acadêmico. Diante disso, a sugestão é a de que outros estudos pesquisem a necessidade que as IES têm de implementar nos seus regimentos internos ações que previnam e combatam o bullying no ambiente estudantil.

REFERÊNCIAS

- DRESCH, M. A.; TREVISOL, D. C. (2011). **Consequências do bullying para alunos, professores e comunidade escolar**. In: Estudos recentes sobre bullying escolar no Brasil. Revista Psicologia Escolar e Educacional, 15(2), 399-410.
- EINARSEN, S. (2000). **Harassment and bullying at work**: Epidemiological and psychological aspects. Journal of Work Environment Health, 26(5), 381-382.
- FANTE, CLEO; PEDRA, JOSÉ AUGUSTO. **Bullying escolar**: perguntas e respostas. Porto Alegre: Artmed, 2008. 142 p. ISBN 978-85-363-1366-5.
- FREIRE, E. S., & AIRES, M. A. (2012). **A contribuição da psicologia escolar na prevenção e no enfrentamento do bullying**. Psicologia Escolar e Educacional, 16(2), 215-224.
- GARCIA, C.; VECCHIATTI, C.; MARTA, S. (2013). **Incidência do bullying nos cursos de administração e contabilidade**: uma análise da percepção dos discentes. Revista Psicologia Escolar e Educacional, 17(2), 259-268.
- LOPES NETO, A. A. (2005). **Bullying**: comportamento agressivo entre estudantes. Jornal de Pediatria (Rio de Janeiro), 81(5 Supl), S164-S172.
- PEREIRA, E. A.; FERNANDES, G.; DELL'AGLIO, D. D. (2022). **O bullying escolar na legislação brasileira**: uma análise documental. Educação e Pesquisa, 48, e249984.
- SILVA, E. N., & ROSA, E. C. S. (2011). **Bullying na formação docente?** Trabalho de Conclusão de Curso, Universidade Federal de Pernambuco, Recife-PE.

INFÂNCIAS PERDIDAS: ADULTIZAÇÃO INFANTIL – OS IMPACTOS PSICOSSOCIAIS, ESTRATÉGIAS E PREVENÇÃO EM UM CONTEXTO URBANO, UM OLHAR SOBRE A REALIDADE DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES EM PETROLINA-PE

Alícia Gomes Menezes

Bacharelada em Psicologia

Faculdade de Petrolina – FACAPE

Larissa Thomé Gurgel Coelho

Bacharelada em Psicologia

Faculdade de Petrolina – FACAPE

Maria Beatriz Freire Lima Guimarães

Bacharelada em Psicologia

Faculdade de Petrolina – FACAPE

RESUMO: Introdução: esse estudo tem como foco principal a análise do fenômeno da adultização de crianças e adolescentes, entendido como o processo pelo qual os mesmos são cobrados e tratados como se fossem adultos, desconsiderando as fases naturais de seu desenvolvimento. **Objetivo:** este trabalho de pesquisa tem como objetivo analisar a realidade das crianças e adolescentes de Petrolina-PE dentro do contexto de adultização e os reais impactos que ela pode causar na vida cotidiana da infância. **Fundamentação teórica:** a adultização infantil é um fenômeno social que priva crianças de vivências adequadas à sua fase de desenvolvimento, impondo-lhes comportamentos, responsabilidades e papéis sociais precoces, o que reforça estereótipos de gênero e sustenta o machismo estrutural. Adultizar precocemente uma criança e explorar sua imagem nas redes sociais é uma forma de violência, com um impacto emocional que pode ser devastador. (Sabrina Matos. Art unifor.). Nas redes sociais, esse processo é intensificado pela exposição da imagem infantil em perfis comercializados, onde crianças atuam como "influencers mirins", muitas vezes sem consideração pelo seu bem-estar ou saúde mental. O fenômeno exige uma base teórica sólida para ser compreendido, pois envolve dimensões sociais, psicológicas e culturais, evidenciando a necessidade de refletir sobre a proteção da infância frente a pressões adultas e mercadológicas. **Metodologia:** esse estudo é de cunho qualitativo. O instrumento de

pesquisa será entrevista semiestruturada. O método de análise de dados será o dialético-descritivo. **Resultados:** este trabalho é uma pesquisa em andamento. Esse estudo aponta a importância da compreensão da adultização e a necessidade de políticas públicas que abordem o tema e ofereçam apoio protetivo da infância como fase essencial para desenvolvimento.

Palavras-chave: Adultização. Infância. Saúde mental. Desenvolvimento.

ABSTRACT: The process of childhood adultification is complex, affecting countless children and adolescents worldwide. It refers to the phenomenon of exposing children to behaviors and responsibilities that are not appropriate for their age group. In the local context of Petrolina, we find many social, economic, and educational challenges. This work is a highly relevant tool, as it can help to understand possible causes and consequences and to create different strategic ways to combat it. Firstly, we can cite social, economic, and educational factors as contributing to adultification. Many families in Petrolina live in conditions of social vulnerability, which leads children to take on responsibilities such as working to help at home and caring for their younger siblings. Studying this type of reality can be a significant contribution, presenting meaningful data to guide effective public policies. Furthermore, this work plays a crucial role in raising awareness in society in general; in many cases, adultification is normalized with nicknames given to children such as "mature child" or "miniature adult," which influences the romanticization of this phenomenon. It is essential to publish studies that demonstrate the negative impacts this has on the lives of children and adolescents, as well as the psychological, emotional, and social harm it causes, in order to abolish this practice and promote a protective perception of child development.

Keywords: Adultification. Childhood. Mental health. Development.

1 INTRODUÇÃO

Esse trabalho tem como foco principal a análise do fenômeno da adultização de crianças e adolescentes, entendido como o processo pelo qual os mesmos são cobrados e tratados como se fossem adultos, desconsiderando as fases naturais de seu desenvolvimento.

O fenômeno pode ocorrer em diferentes formas e contextos, seja por meio de cobranças emocionais, responsabilidades domésticas, comportamentos e pressões inadequadas para a idade, exposição precoce de responsabilidades, sexualização precoce ou expectativa comportamental e está frequentemente relacionado a marcadores sociais como classe e gênero. Embora muitas vezes naturalizada no cotidiano, a adultização tende a trazer sérios impactos para o desenvolvimento psicológico e social de crianças e adolescentes.

Dessa forma este estudo propõe buscar compreender as situações em que a adultização ocorre, e suas principais causas e consequências, bem como refletir sobre estratégias que contribuam para o enfrentamento dessa problemática no ambiente educacional, familiar e social mais amplo. Trata-se de uma temática de extrema relevância, pois permite viabilizar sobre práticas que muitas vezes são inviabilizadas e afetam diretamente o direito ao pleno desenvolvimento infantil.

Os impactos psicossociais dessa prática são diversos, incluindo ansiedade, estresse, insegurança e dificuldades na formação da identidade.

Diante disso, se faz essencial compreender as causas desse fenômeno elaborando e implementando estratégias de prevenção que garantam a proteção dos direitos da infância e adolescência conforme previsto no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). Assim, a análise crítica desse tema se mostra fundamental para promover uma sociedade justa e atenta as necessidades reais do desenvolvimento infantojuvenil.

A adultização pode gerar impactos psicossociais significativos, como baixa autoestima, ansiedade, dificuldades de socialização, adoecimento psíquico e comprometimento do rendimento escolar. O consumo e a mídia também reforçam fortemente a influência nesse processo contribuindo para a moldagem da construção de uma identidade infantil por comportamentos ou papéis típicos da vida adulta, comprometendo o desenvolvimento natural, emocional, psicológico, social e educacional de crianças e adolescentes. Além disso, recentes episódios divulgados na imprensa têm exposto casos de adultização nas redes digitais alertando para o risco da superexposição de crianças e adolescentes a internet.

Apesar de se fazer presente no cotidiano de muitas famílias brasileiras, a adultização ainda é pouco discutida de forma crítica, principalmente nos ambientes escolares e meios de comunicação. A falta de entendimento sobre os impactantes desse processo pode normalizar que crianças e adolescentes se comportem como adultos. No Brasil, grandes contribuintes para o agravamento desse fenômeno são fatores como a desigualdade social, erotização precoce, exposição excessivas as redes digitais e a falta de políticas públicas eficazes de proteção infantojuvenil.

A realização deste trabalho diante desse cenário, busca aprofundar o debate sobre a adultização, afim de identificar suas manifestações, causas e consequências na vida das crianças e adolescentes. Promovendo ações educativas, preventivas e de conscientização junto à comunidade. Além disso, a pesquisa visa fortalecer o fornecimento de subsídios para profissionais da educação, psicologia, serviço social, e áreas afins, promovendo estratégias de conscientização para o enfrentamento do problema. Ao ampliar o conhecimento da problemática é possível contribuir para a formação de políticas públicas e práticas pedagógicas que respeitem e valorizem o tempo da infância.

Ao identificar os efeitos e causas da adultização será possível propor estratégias de enfrentamento sensibilizando famílias, educadores, profissionais da saúde e a sociedade em geral sobre devida importância do desenvolvimento natural e saudável, o direito ao brincar e a construção gradual da autonomia infantojuvenil. A relevância social e formativa deste trabalho torna evidente a urgência de refletir e agir sobre esse fenômeno que ameaça diretamente o bem estar e os direitos de crianças e adolescentes

A infância e adolescência são fases fundamentais para o desenvolvimento emocional, cognitivo e social dos indivíduos que são marcadas por descobertas e aprendizados. No entanto a antecipação de etapas naturais, pode gerar impactos significativos na saúde mental dos jovens, expondo a problemas como distorção de imagem, baixa autoestima, ansiedade, problema de socialização. Apesar da crescente exposição desse problema, especialmente em casos recentemente divulgados nas mídias digitais, ainda são escassas as iniciativas de enfrentamento efetivo. Diante disso, a questão problema desse estudo de é: Quais estratégias adotar para abolir a adultização de crianças e adolescentes na cidade de Petrolina PE.

Os objetivos deste estudo compreendem, em primeiro lugar, o objetivo geral, que é analisar a realidade das crianças e adolescentes de Petrolina-PE dentro do contexto de adultização e os impactos que esse fenômeno pode causar na vida cotidiana da infância. Além disso, incluem-se os objetivos específicos, que envolvem identificar, sob uma perspectiva pedagógica, os sinais de adultização presentes nas escolas do município; analisar como a facilidade de acesso às redes digitais contribui para essa adultização, afetando o desenvolvimento natural da infância; e descrever as consequências sociais, emocionais e educacionais desse processo, indicando possíveis estratégias de prevenção e cuidado.

2 RAÍZES HISTÓRICAS E A REDESCOBERTA DA INFÂNCIA

O entendimento de que a adultização é um fenômeno que necessita de uma base teórica é essencial para a abordagem neste artigo, pois trata-se de uma problemática que envolve aspectos sociais, psicológicos e culturais. Se trata de um processo complexo que expõe precocemente a criança ou adolescente a comportamentos responsabilidades e até papéis sociais que não cabem na sua faixa etária e não tendo todo preparo necessário para lidarem com tais experiências por ainda não possuir a cognição necessária para desempenha-los.

Desde a Idade Média a infância não possuía direitos e cuidados especiais, devido ao fato de não ser vista com devida distinção de fases, as crianças eram tratadas como “mini adultos” sendo inseridas nesse mundo a partir de aproximadamente seus sete anos de idade e começar a aderir responsabilidades indevidas para essa fase da vida, como a de trabalhar e aprender tarefas do dia a dia, trabalhos braçais sem qualquer preocupação com a sua maturidade física e emocional, a infância não existia como entendemos hoje não havia nenhum tipo de cuidado e proteção especial necessário.

O escritor e historiador Philippe Ariès afirma em sua obra História Social da Criança e da Família (1978) que na sociedade medieval não existia conceito de infância, as crianças passavam da fase de “dependência total” para participação ativa da fase adulta devido a necessidade econômica e a ausência de uma cultura que delimitasse essas

fases do desenvolvimento, sendo rapidamente inseridas nesse universo adulto. Pinturas e registros da época retratam crianças com feições e vestimentas adultas evidenciando essa percepção.

Somente nos séculos XVII e XVIII se iniciou um fortalecimento de ideias na estrutura familiar e educacional impulsionando a se construir uma noção da infância como um período importante de formação e que exigia cuidado, proteção e educação diferenciada. No campo da Psicologia o autor Jean Piaget por exemplo, foi fundamental pois, desenvolveu a teoria do desenvolvimento cognitivo da criança que defendia a naturalização das fases do desenvolvimento e mostra como elas passam por seus estágios naturais de desenvolvimento o que contribuiu diretamente para a compreensão da infância e seus cuidados passando a ser vista não só como uma fase preparatória para a vida adulta, mas como uma fase cheia de enriquecimento que exige atenção e cuidado da família, escola e sociedade.

3 A SUPEREXPOSIÇÃO INFANTIL NAS PLATAFORMAS DIGITAIS

Atualmente a exposição e exploração de crianças e adolescentes nas redes digitais está cada vez maior e comum, isso implica no crescente número de crianças que passam por um processo de adultização precoce. Adultizar precocemente uma criança e explorar sua imagem nas redes sociais é uma forma de violência, com um impacto emocional que pode ser devastador. (Matos, 2025) A internet é uma ferramenta poderosa de entretenimento e comunicação, mas também tem se tornado um ambiente de risco, especificamente para os menores de idade que muitas vezes são inseridos nessa zona digital de forma prematura e sem devida supervisão dos responsáveis.

A falta de supervisão parental é um dos principais fatores de risco que contribuem para essa superexposição infantil, visto que muitos responsáveis desconhecem os perigos associados as plataformas digitais das crianças ou até mesmo participam ativamente visando muitas vezes ganhos financeiros. O psicólogo Eduardo Girão cita “estamos diante de um cenário que não apenas pais ou responsáveis exploram seus filhos em troca

de likes ou dinheiro, mas também empresas como META e TIKTOK permitem que esses conteúdos sejam divulgados e, pior, monetizados.”

Outra perspectiva relevante é o acesso fácil e desregulado a internet que facilita a conexão e o contato frequente de crianças a conteúdos inadequados para sua idade sem qualquer tipo de controle de tempo de uso e cuidado com conteúdo assistidos por elas. Essa antecipação com o ambiente virtual na infância pode levar a adultização havendo mudanças em seus comportamentos chegando a imitar a forma de falar, gesticular, se comportar que são estimulados por esses conteúdos inapropriados contribuindo para a mudanças significativas em seu comportamento.

A exploração da imagem infantil nas plataformas vem se tornando cada vez mais comuns, muitas vezes como uma simples brincadeira ao serem reconhecidas como “influencers mirins” ou “estrelas mirins” e assim as crianças se tornam protagonistas de perfis capitalizados, produzindo conteúdos patrocinados e sendo inseridas nesse mercado que a maioria das vezes não se importa com a saúde mental e o bem estar infantojuvenil.

Na língua inglesa existe uma palavra chamada “sharenting” junção dos termos “share” e “parenting”, significa a criação e compartilhamento de conteúdo nas mídias digitais por mães, pais e responsáveis, a partir do comportamento ou imagens deles de maneira habitual ou excessiva. A exploração financeira é forte dentro desse contexto, pois existe uma monetização que é a troca, recompensa por imagens, vídeos, exposições em geral que esses pais estão fazendo de forma planejada, comercializando seus filhos.

Dessa forma, é essencial analisarmos e refletirmos sobre os limites cabíveis dentro dessa exposição, considerando impactos psicológicos e sociais. O papel da família é crucial dentro desse contexto para impor limites evitando assim a adultização precoce e comprometimento da infância nas crianças. “Cada vez mais, os pais, tem dificuldade de dizer não, de estabelecer limites. É preciso ensaiar os filhos a falhar, a lidar com as frustrações que fazem parte da vida. Mas, no nosso tempo diz o tempo todo que é preciso fazer sucesso, é preciso ser visto, se você não é visto, você não existe. Daí a superexposição infantil nas plataformas digitais, a erotização precoce, a exploração.” Matos (2025).

4 O REFORÇO DO MACHISMO DENTRO DO CONTEXTO ADULTIZAÇÃO

A adultização infantil pode ser compreendida como a exposição precoce de crianças a papéis, responsabilidades e comportamentos próprios da vida adulta, comprometendo a vivência plena das fases do desenvolvimento. Essa prática, longe de ser neutra, está profundamente marcada por desigualdades de gênero e reproduz o machismo estrutural presente na sociedade. Como destaca Torres (TJDFT, 2025), a sexualização infantil é “a imposição externa de sexualidade a crianças e adolescentes, geralmente por adultos”, manifestando-se na valorização excessiva da aparência ou na indução a comportamentos sexualizados.

No caso das meninas, a adultização ocorre majoritariamente pelo viés da hipersexualização precoce. Estudos apontam que, desde cedo, meninas são incentivadas a colocar a aparência como centro de sua identidade, aproximando-se de padrões estéticos adultos. Para Teixeira (2016), a mídia exerce papel central nesse processo, uma vez que “veicula representações de gênero que naturalizam estereótipos sexistas e reforçam a objetificação do corpo feminino”. Montes (2017), ao analisar a publicidade infantil brasileira, chega a conclusões semelhantes, destacando que meninas são frequentemente retratadas de forma erotizada, mesmo em campanhas destinadas ao público infantil.

Já no caso dos meninos, a adultização se manifesta na exigência de comportamentos associados à masculinidade hegemônica, como força, liderança e ausência de sensibilidade. Connell (1995) explica que a masculinidade hegemônica funciona como modelo normativo que pressiona meninos a incorporarem atitudes de “homens de verdade”, reprimindo emoções e reforçando estereótipos ligados ao poder.

Esse processo evidencia como a adultização infantil não apenas antecipa papéis sociais, mas os distribui de forma desigual, reforçando expectativas machistas: meninas devem ser vaidosas e sensuais, enquanto meninos devem ser fortes e racionais. Mattos (2021), em sua análise sobre a hipersexualização de meninas negras, ressalta ainda a

interseção entre machismo e racismo, demonstrando que a adultização precoce pode incidir de maneira ainda mais intensa e violenta sobre determinados grupos.

Portanto, observa-se que a adultização infantil funciona como um dispositivo social que reforça estereótipos de gênero e sustenta o machismo estrutural, ao privar crianças de suas experiências naturais de desenvolvimento e enquadrá-las em papéis desiguais desde a infância.

5 A PERSPECTIVA PEDAGÓGICA REFERENTE A ADULTIZAÇÃO

No brincar, a criança sempre se comporta além do seu comportamento habitual, como se estivesse à frente de seu desenvolvimento; no brincar, ela é, por assim dizer, uma cabeça mais alta do que ela mesma, destaca Vygotsky (1984).

A percepção pedagógica no contexto de adultização é fundamental, visto que é na escola que as crianças passam a maior parte do tempo e expressam de forma clara os efeitos desse processo, se tornando visíveis em seus comportamentos, relações interpessoais e até mesmo com negativas em sua aprendizagem. No ambiente escolar é possível perceber uma maturidade artificial em crianças e adolescentes ainda em fase de desenvolvimento.

É notório que muitos alunos já chegam sobrecarregados a escola, por manter responsabilidades que não são adequados para sua fase de crescimento, como por exemplo cuidar de um irmão mais novo, ajudar nas tarefas de casa e até trabalhar para complementar a renda familiar. Isso evidencia ainda mais a maturidade precoce, atribuindo essas crianças a aparentarem serem mais maduras do que realmente são.

As pequenas tarefas do cotidiano, quando atribuídas de forma apropriada e moderadamente, são positivas no sentido de criar autonomia e senso de responsabilidade saudáveis. Mas quando exageradas geram sobrecarga emocional, cansaço físico e desviando da criança o seu tempo de estudar, brincar e se desenvolver de forma natural e saudável o que afeta diretamente em seu desenvolvimento escolar.

A visão dos professores em relação a essa desconexão escolar é evidente, pois rendimento escolar de seus alunos começa a cair. Vygotsky (1984) enfatiza aquilo que a criança consegue fazer hoje com ajuda, ela será capaz de fazer sozinha amanhã.

6 METODOLOGIA

O trabalho teve papel crucial na conscientização da sociedade em geral, considerando que, em muitos casos, a adultização era naturalizada por meio de apelidos dirigidos às crianças, como “criança madura” ou “miniatura de adulto”, o que contribuía para a romantização desse contexto. Tornou-se fundamental publicar estudos que evidenciassem os impactos negativos desse processo na vida de crianças e adolescentes, destacando os prejuízos psicológicos, emocionais e sociais, a fim de combater essa prática e promover uma percepção mais protetiva em relação ao desenvolvimento infantil.

Nesse sentido, o estudo constituiu um instrumento de grande relevância para compreender, combater e identificar sinais de adultização infantil. Ao investir em pesquisas e oferecer dados concretos, a investigação contribuiu diretamente para a criação de políticas públicas essenciais à proteção integral das crianças. Dessa forma, ressaltou-se a necessidade de que o poder público municipal, em parceria com instituições de ensino superior, como a FACAPE, investisse em estudos voltados ao tema, com o propósito de desenvolver campanhas educativas envolvendo a escola, a família e os meios de comunicação locais. Assim, tornou-se possível promover e proteger uma infância mais segura e saudável para as crianças de Petrolina-PE.

A presente pesquisa se caracterizou como uma abordagem investigativa, de natureza exploratória e descritiva. A abordagem qualitativa permitiu compreender e aprofundar as experiências, percepções e significados atribuídos ao fenômeno da adultização infantil pelas participantes. O caráter exploratório possibilitou o levantamento de informações e reflexões sobre o tema, enquanto o caráter descritivo permitiu retratar e analisar como a adultização infantil se manifestava em diferentes contextos sociais, culturais e familiares.

Para a coleta de dados, foram utilizadas entrevistas semiestruturadas aplicadas a duas profissionais da educação, uma professora e uma psicóloga educacional pertencentes a diferentes escolas da rede pública estadual de Petrolina-PE. O objetivo foi compreender percepções, causas, consequências e possíveis formas de enfrentamento da adultização infantil. As entrevistas foram realizadas em campo, individualmente, mediante consentimento das participantes, e organizadas por meio de perguntas abertas elaboradas a partir dos objetivos da pesquisa, possibilitando que as profissionais expressassem livremente suas opiniões e experiências.

O espaço da pesquisa contemplou duas escolas da rede pública estadual do município de Petrolina-PE, ambas caracterizadas como instituições de médio porte, com aproximadamente 350 discentes em seus quadros. Participaram da pesquisa uma professora de matemática da educação básica, responsável por oito turmas de ensino médio, e uma psicóloga escolar da rede pública. A escolha das participantes ocorreu de forma intencional, considerando a relevância de suas atuações diante das questões relacionadas ao desenvolvimento infantil. A psicóloga educacional contribuiu com uma compreensão voltada aos aspectos emocionais, comportamentais e sociais das crianças, enquanto a professora trouxe reflexões sobre práticas pedagógicas, comportamentos dos alunos e influências do meio familiar no processo de adultização.

7 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS DADOS

Para essa pesquisa realizamos uma entrevista com duas profissionais da área da educação, utilizando a abordagem qualitativa através de um questionário aplicado que continha cinco questões, a primeira pergunta era: você acredita que a adultização está presente no cotidiano escolar? Pode dar exemplos? Entrevistada A respondeu: “Sim, acredito que a adultização está muito presente no cotidiano escolar. Percebo quando alguns alunos chegam já sobrecarregados com responsabilidades de adultos. Muitos precisam cuidar de irmãos mais novos, ajudar nas tarefas de casa ou até trabalhar para complementar a renda familiar. Também percebo que meninas, principalmente, acabam sendo vistas como mais maduras do que realmente são. Entrevistada B respondeu: Sim.

Excesso de carga horária e deveres: escola em tempo integral, cursos extras, pilhas de lição de casa que consomem o tempo livre. Erotização precoce, muitas vezes influenciado pelas mídias.”

Observa-se que a adultização está amplamente presente no cotidiano escolar, a recorrência de relatos evidencia que muitos estudantes assumem responsabilidades domésticas e familiares que ultrapassam sua etapa de desenvolvimento, como cuidar de irmãos mais novos, contribuir com tarefas domésticas ou trabalhar para auxiliar a renda familiar e também uma tendência à atribuição de maturidade prematura, especialmente às meninas, que são frequentemente percebidas como “mais responsáveis”. Esses achados sugerem que a escola é impactada por dinâmicas sociais e familiares que deslocam para a infância e adolescência exigências típicas da vida adulta.

A segunda pergunta era: em sua opinião, quais são os principais fatores que contribuem para a adultização hoje em dia? Entrevistada A respondeu: “Na minha experiência, os principais fatores são sociais e familiares. A vulnerabilidade econômica familiar, por exemplo, faz com que muitos adolescentes precisem assumir responsabilidades cedo demais. Além disso, a internet e as redes sociais expõem os alunos a conteúdos que antecipam experiências adultas, seja no campo da sexualidade, seja no campo do consumo.” Entrevistada B respondeu: “Pode ser a cultura onde vive, influência das redes sociais, também a pressão familiar em assumir responsabilidades além da idade.”

A análise aponta dois eixos principais que sustentam a adultização infantil: fatores socioeconômicos e fatores socioculturais. A vulnerabilidade econômica foi citada como a causa central, fazendo com que esses jovens assumam funções e responsabilidades produtivas e cuidados dentro de casa. Já no quesito sociocultural foi destacado a influência das mídias digitais e rede sociais as quais expõem as crianças a conteúdos e modelos de comportamento adulto principalmente relacionados a sexualidade, esses modelos aceleram as expectativas sociais que não correspondem ao desenvolvimento natural.

A terceira pergunta era: acha que existem expectativas exageradas sobre a maturidade dos alunos, especialmente de meninas ou de alunos mais velhos?

entrevistada A respondeu: “De modo geral, socialmente, as meninas geralmente são vistas como “mais responsáveis” e acabam recebendo mais cobranças, algo ainda presente em todos âmbitos inclusive no escolar. Os alunos mais velhos, principalmente do 3º ano, sofrem muito com a pressão de já ter que saber o que querem da vida, escolher uma profissão, passar no vestibular e, diante deste contexto já existente, no meu contexto de atuação, a gestão tende a se preocupar e colaborar para que cobranças excessivas não ocorram, pois apesar da idade, eles ainda estão em um processo de formação e precisam de apoio. Entrevistada B respondeu: “Sim, especialmente de meninas. A cobrança sobre responsabilidade e comportamento.”

Isso nos remete que determinados grupos são alvos de cobranças maiores, as meninas, por exemplo, continuam sendo socialmente marcadas pela maior expectativa de amadurecerem mais rápido o que as coloca em uma posição de exigência emocional e comportamental ampliada. Por outro lado, os alunos mais velhos especialmente os do 3º ano do ensino médio, enfrentam pressão institucional e social para definir carreira, ingressar na faculdade, ter bom desempenho acadêmico. Apesar de existir esforços institucionais para evitar cobranças excessivas, os dados indicam que tais expectativas continuam sendo internalizadas pelos estudantes, o que contribui para sua sobrecarga emocional.

A quarta pergunta foi: “como a escola pode ajudar a proteger o tempo da infância e adolescência dos alunos?” A entrevistada A respondeu: “Acredito que as escolas, no geral, podem contribuir criando espaços em que os alunos sejam vistos de fato como adolescentes, com suas necessidades próprias dessa fase. Isso significa não esperar deles uma postura de adulto, mas sim oferecer apoio, acolhimento e atividades que fortaleçam sua autonomia de forma saudável, sem pular etapas. Também fomentar e facilitar intervenções psicoeducacionais como conversas sobre redes sociais, sexualidade e pressões externas, para que eles consigam lidar melhor com o que encontram fora da escola. No contexto onde atuo, a gestão e o corpo docente sempre se colocam de modo favorável e participativo nas intervenções psicoeducativas que proponho, além de contribuir com sugestões de temáticas.” A entrevistada B respondeu: “Parceria com a família, produção de palestras com intuito de conscientização e orientação sobre o tema.”

Os relatos apontam que a escola pode atuar como agente de proteção ao desenvolvimento desde que adotem estratégias como a criação de espaços acolhedores, a compreensão de que os estudantes não devem ser tratados como adultos e o fortalecimento da autonomia juvenil de maneira gradual. Ariès (1981) destaca a noção de infância como uma fase com necessidades próprias é uma construção histórica relativamente recente, o que reforça a importância de que instituições educativas reconheçam as especificidades desse período e ofereçam ambientes adequados ao desenvolvimento infantil.

A quinta e última pergunta era: “que mensagem você gostaria de deixar para outros educadores sobre esse tema?” A entrevistada A respondeu: “Diria que é fundamental lembrarmos que nossos alunos são, antes de tudo, jovens em desenvolvimento. Muitas vezes eles aparentam maturidade, mas ainda precisam de orientação, cuidado e espaço para experimentar, errar e aprender. Se não olharmos para isso, corremos o risco de reforçar a adultização e sobrecarregá-los ainda mais. Nosso papel como educadores e profissionais da escola é justamente o contrário: garantir que eles tenham o direito de viver a adolescência, com tudo o que ela implica.” A entrevistada B: “Sempre tratar bem, tratar com respeito e ter atenção aos sinais, ao comportamento, pois uma infância e adolescência roubadas pela pressão e pela adultização deixam marcas profundas: ansiedade, burnout precoce, dificuldade de autoidentificação e perda da curiosidade natural.”

A última categoria evidencia um posicionamento reflexivo por parte dos educadores entrevistados, que reconhecem a necessidade de compreender os estudantes como sujeitos em desenvolvimento. Os profissionais destacam a importância de evitar reforços de adultização e de garantir condições para que os jovens possam viver integralmente a adolescência, com espaço para experimentar, errar e aprender. Tal perspectiva reflete uma concepção humanizadora da prática educativa, alinhada às diretrizes que reconhecem a escola como ambiente formativo e protetivo.

A análise realizada ao longo deste artigo evidencia que a adultização infantil constitui um fenômeno complexo e profundamente enraizado em dinâmicas sociais, culturais e econômicas contemporâneas. Observou-se que, cada vez mais, crianças e

adolescentes são expostos a responsabilidades, expectativas e estímulos que extrapolam suas capacidades e necessidades do seu desenvolvimento, comprometendo seu direito fundamental de vivenciar plenamente cada fase da infância e da adolescência.

Os achados apontam que a adultização manifesta-se de diferentes formas, como a sobrecarga de tarefas domésticas e familiares, a exigência de comportamentos considerados maduros, a antecipação de temas ligados à sexualidade e, sobretudo, a forte influência das mídias digitais, que ampliam a exposição precoce a modelos e discursos tipicamente adultos. As desigualdades sociais, de gênero e econômicas intensificam esse processo, atingindo de maneira mais severa crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade.

No contexto escolar, verificou-se que a adultização impacta diretamente o bem-estar, o desenvolvimento emocional e o desempenho acadêmico dos estudantes, ao mesmo tempo em que cria desafios adicionais para educadores e instituições. Entretanto, também se evidenciou que a escola possui papel estratégico na prevenção e mitigação desse fenômeno, por meio de práticas pedagógicas sensíveis, acolhimento, intervenções psicoeducacionais e ações voltadas à promoção da autonomia de forma gradual e saudável.

Diante disso, conclui-se que enfrentar a adultização infantil exige um olhar interdisciplinar e ações integradas entre escola, família, sociedade e políticas públicas. A preservação da infância deve ser compreendida como um compromisso coletivo e contínuo, que envolve não apenas proteger crianças e adolescentes de pressões e expectativas indevidas, mas também garantir-lhes espaços de brincadeira, convivência, formação emocional e liberdade para experimentar e construir sua identidade de forma segura.

8 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A discussão apresentada neste artigo reafirma a necessidade de aprofundar estudos sobre a adultização infantil, bem como de ampliar práticas formativas e políticas que garantam o desenvolvimento integral, o bem-estar e o exercício pleno dos direitos

de crianças e adolescentes. Preservar o tempo da infância e da adolescência não é apenas um dever ético e social, mas condição essencial para a formação de sujeitos críticos, saudáveis e preparados para atuar no mundo de maneira consciente e responsável.

REFERÊNCIAS

ARIÈS, Philippe. **História Social da Criança e da Família**. 2. ed. Rio de Janeiro: LTC, 1981. 196 p.

CABRAL, Juliana da Rocha; ALENCAR, Danielle Lopes de; VIEIRA, Júlia de Cássia Miguel; CABRAL, Luciana da Rocha; RAMOS, Vânia Pinheiro; VASCONCELOS, Eliane Maria Ribeiro de. **Oficinas de educação em saúde com idosos: uma estratégia de promoção da qualidade de vida**. Revista Enfermagem Digital Cuidado e Promoção da Saúde, Recife, v. 1, n. 2, p. 71-75, jul./dez. 2015. DOI: 10.5935/2446-5682.20150011.

Facultad de Humanidades y Ciencias de la Educación – UNLP. (2006–). Memoria Académica: repositorio institucional. Disponível em: Universidade de Fortaleza – Unifor. (2025). **Adultização e exposição infantil**: entenda as consequências da exploração de menores na internet.

Universidade de Fortaleza – Unifor. (2025). **Adultização e exposição infantil**: entenda as consequências da exploração de menores na internet. Disponível em: <https://unifor.br/>

VYGOTSKY, L. S. **A formação social da mente**: o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores. São Paulo: Martins Fontes, 1984.

OS DIREITOS NEGLIGENCIADOS E A SAÚDE MENTAL DE PESSOAS DA TERCEIRA IDADE EM PETROLINA

Andrea Tie Otsuka Marques
Bacharelanda em Psicologia
Faculdade de Petrolina (FACAPE)

Denise Jaqueline de Souza Araújo
Bacharelanda em Psicologia
Faculdade de Petrolina (FACAPE)

Joana Darque do Nascimento Oliveira
Bacharelanda em Psicologia
Faculdade de Petrolina (FACAPE)

Maria Daniela de Souza Brito
Bacharelanda em Psicologia
Faculdade de Petrolina (FACAPE)

Genivaldo do Nascimento
Doutor em Ciências da Linguagem
Faculdade de Petrolina (FACAPE)
Universidade de Pernambuco (UPE)

RESUMO: Este estudo busca analisar a relação direta entre a negligência dos direitos da terceira idade e seus impactos na saúde mental dos idosos em Petrolina, investigando o envelhecimento populacional no Município de Petrolina, Pernambuco, e a urgência de garantir a qualidade de vida e o bem-estar à pessoa na terceira idade. Com base na metodologia qualitativa foram realizadas 11 questões estruturadas com idosos. Os participantes foram amigos, parentes e conhecidos dos pesquisadores, todos dentro de uma faixa etária entre 60 a 80 anos. Esta parcela da população frequentemente enfrenta a negligência de seus direitos básicos, situação que demanda um olhar aprofundado no contexto local. A população idosa no Brasil sofre negligência pela família, sociedade e Estado.

Palavras-chave: Idoso. Relacionamento do Idoso. Longevidade. Terceira Idade. Negligência.

ABSTRACT: This study analyzes the direct relation between the neglect of the rights of the elderly and its impacts on their mental health in Petrolina, investigating the populational ageing in the city of Petrolina, Pernambuco, Brasil, and the urgency to grant a good quality of life and well being for the elderly people. Based on a qualitative approach, 11 structured questions were applied to elderly individuals. The participants were friends, relatives and acquaintances of the researchers, all within an age range of 60 to 80 years. This part of the population often faces the neglect of their basic rights, which demands a closer look on the local context. The elderly population in Brazil suffers neglect from family, society, and the State.

Keywords: Elderly. Elderly Relationships. Longevity. Third Age. Neglect.

1 INTRODUÇÃO

O processo de envelhecimento populacional é uma realidade global e, em Petrolina, tem ganhado destaque nas últimas décadas. Com o aumento da expectativa de vida, torna-se crucial garantir a longevidade, a qualidade de vida e o bem-estar da terceira idade. No entanto, é inegável que esta parcela da população, em muitas regiões, ainda enfrenta a negligência de seus direitos básicos, sejam eles sociais, econômicos ou de saúde. Em Petrolina, no Sertão de Pernambuco, a conjuntura demográfica e socioeconômica particular demanda um olhar aprofundado sobre essa questão.

Este trabalho acadêmico tem como objetivo central investigar a relação direta entre a negligência dos direitos da terceira idade e seus impactos na saúde mental dos idosos da cidade de Petrolina. Partindo da premissa de que a garantia de direitos é um pilar fundamental para a dignidade humana, será analisado como a ausência de acesso a serviços de saúde adequados, a falta de segurança social, a violência (física e simbólica) e o abandono familiar podem atuar como fatores de risco, desencadeando ou agravando quadros de ansiedade, depressão e outras condições psicopatológicas. Através de uma abordagem qualitativa/quantitativa, a pesquisa pretende não apenas identificar os problemas, como também compreender a percepção dos idosos sobre essa realidade,

oferecendo subsídios para a formulação de políticas públicas mais eficazes e humanizadas no contexto local.

Essa pesquisa envolve algumas bases que viabilizam o bom relacionamento do indivíduo na terceira idade, tais como: a companheirismo, o respeito mútuo, a comunicação, a adaptação e o resgate a intimidade, com o intuito de promover o conforto e a segurança após uma longa jornada de trabalho e dedicação aos seus familiares, profissão e estado.

A população idosa no Brasil tem crescido significativamente nas últimas décadas, exigindo atenção especial às suas necessidades físicas, emocionais e sociais. De acordo com o IBGE, a população brasileira manteve a tendência de envelhecimento dos últimos anos e ganhou 4,8 milhões de idosos desde 2012, superando a marca dos 30,2 milhões em 2017, segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua.

Esse projeto surgiu da necessidade de investigar os direitos do idoso que em muitos casos vem sendo negligenciado pela família, sociedade e Estado, dados esses que vêm sendo publicados não só pela mídia, como também em formato de relatos pelo próprio idoso e familiares. Através desse projeto visa-se viabilizar uma qualidade de vida ao grupo da terceira idade sob a luz do conhecimento psicológico, norteadas pelo Estatuto da Pessoa Idosa, no sentido de esclarecer problemas reais vivenciados pelos idosos no vínculo familiar, social e cultural, proporcionando-lhes bem-estar e conforto.

No Brasil existe a Lei Federal nº 10.471/2003 conhecida como Estatuto da Pessoa Idosa, garantindo que é obrigação da família, da comunidade, da sociedade e do poder público assegurar à pessoa idosa a efetivação do direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, à cultura, ao esporte, ao lazer, ao trabalho, à cidadania, à habitação, ao transporte, à liberdade, à dignidade, ao respeito e à convivência familiar e comunitária. A negligência desses direitos não compromete apenas a qualidade de vida dos idosos, mas também representa um fator de risco importante para o desenvolvimento de transtornos mentais como depressão, ansiedade, isolamento social e sentimento de inutilidade. Estudos apontam que o respeito à dignidade e à autonomia do idoso está diretamente relacionado à sua saúde mental e bem-estar emocional.

Apesar da existência de políticas públicas voltadas para a proteção da pessoa idosa, como o Estatuto da Pessoa Idosa, há uma lacuna entre o que é garantido por lei e o que é efetivamente vivenciado por essa população, especialmente em regiões do interior como Petrolina. Há uma escassez de pesquisas que abordem essa realidade tornando urgente a investigação sobre como a negligência de direitos impacta a saúde mental dos idosos na cidade.

Embora tenhamos apoio em Centros de Atenção Psicossocial e do Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa em Petrolina, ainda persistem lacunas na efetivação de direitos. Em um panorama nacional, a negligência figura entre as violações mais denunciadas contra pessoas idosas. Nesse cenário, barreiras de acesso e descontinuidade de cuidado favorecem isolamento social, sintomas depressivos, ansiosos e piora da qualidade de vida entre pessoas 60+ no município. De modo que a negligência e as barreiras de acesso à rede de saúde mental agravam os transtornos mentais comuns e ampliam o isolamento na terceira idade.

Esse fenômeno busca entender a influência que o autoconhecimento, a aceitação, a adequação e a comunicação oferecem à vida da pessoa na terceira idade, conferindo-lhe um resgate da sua intimidade no emaranhado social em que vive, bem como o relacionamento intergeracional é essencial para o bem-estar físico e mental dos idosos (Papália, 2022). Além de investigar as principais causas ou traumas emocionais causados devido a negligência dos direitos na terceira idade e seus impactos na saúde mental dos idosos petrolinenses, visando compreender os fatores sociais, institucionais e emocionais envolvidos nesse contexto.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

O resgate da intimidade e a convivência do idoso com a população jovem. São analisados aqui, através de dados bibliográficos sob à luz das teorias filosóficas e psicológicas acerca do relacionamento do indivíduo, com ele e o outro, em núcleo social, religioso e principalmente familiar com o intuito de entender as ações que influenciam a vida da pessoa na terceira idade, conferindo-lhe autonomia.

O artigo 3º do Estatuto do Idoso (Lei nº 10.741/2003) reforça que “É dever de todos zelar pela dignidade da pessoa idosa colocando-a a salvo de qualquer tratamento desumano, violento, aterrorizante, vexatório e constrangedor”. Sendo assim, a Lei constrói um conceito poderoso no qual a responsabilidade de cuidar dos idosos não é apenas do Estado, mas de toda a sociedade. Cabe à família, como a primeira e principal instituição, assistir seus direitos através de fiscalização e manutenção desses.

Desse modo, deve-se oferecer acolhimento e proteção contra o humilhante tratamento intimidatório ou vergonhoso, como a humilhação ao necessitar de um meio de mobilidade urbana, por exemplo, ou até mesmo quando precisa de um serviço social. Ao acionar tais meios, alguns idosos recebem tratamentos que causam repulsa até mesmo nos espectadores da cena, despertando a indagação acerca dos pensamentos que passam a circular em sua mente e que são despertados através da situação vivida. Essas situações contribuem para várias distorções cognitivas no idoso. Ele pode começar a acreditar em pensamentos negativos, como "eu sou um peso" ou "minha vida não tem mais valor". Esses pensamentos podem levar a sentimento de tristeza, ansiedade e depressão. Nesse contexto, o tratamento digno e a prevenção do tratamento desumano para idosos não são apenas uma questão legal, mas também um pilar fundamental para a saúde mental.

A fim de estabelecer o autoconhecimento, que levaria o idoso a questionar a validade desses pensamentos, buscando evidências de que sua vida ainda tem significado e que sua dignidade é inegociável, identificar e reestruturar essas distorções é uma obrigação não só da família, como também de todos a fim de oferecer qualidade de vida e bem-estar. Com isso ratifica-se a fala de (Birman 1994, p.11). “Dessa maneira a terceira idade passa a exigir uma atenção e cuidados sociais que anteriormente não existia”.

O autoconhecimento é um fator imprescindível na terceira idade, dada a fragilidade da pessoa idosa seja em aspectos físicos, seja em eventos emocionais, pois é na velhice que o cidadão se depara com oportunidades que o preparam para envelhecer e ser mais resiliente com frustrações, luto, limitações e perdas. Nesse sentido, quanto mais sabemos sobre nós mesmos, mais somos fortalecidos e aprimorados. Portanto, aumentar o autoconhecimento nos permite analisar nossos padrões de comportamento,

oferecendo-nos recursos para lidar com as demandas da vida e assim fica mais fácil identificar as emoções e sentimentos provocados por diversas situações e reagir de modo mais assertivo.

Conhecer a si mesmo é imprescindível para a aceitação e uma boa comunicação em grupo, tanto para o jovem quanto para o idoso. No entanto, é na terceira idade que ocorrem as maiores transformações. É notável que o envelhecimento não acontece só no corpo; ele também traz mudanças no jeito de pensar, sentir e de se relacionar com as outras pessoas em seu convívio social, o que influencia muito a qualidade de vida na terceira idade.

De acordo com (Papalia, 2022), evidencia-se que o envelhecimento não anula o desejo de afeto, companheirismo e intimidade. A vida íntima não tem idade e sugere que, para o bem-estar e a dignidade do idoso, é essencial que ele possa continuar a viver o afeto e a intimidade, seja em relacionamentos já existentes ou em novas formas de conexão. Isso é crucial para a autoestima, a motivação e a reconstrução do sentido da vida. A intimidade, entendida como expressão do afeto e da identidade, contrapõe-se às práticas de exclusão e violência, funcionando como fator de proteção diante das adversidades.

Não obstante, a falta de apoio emocional dos filhos aos pais idosos, conhecida como abandono afetivo inverso, é um problema complexo e pouco estudado. É entendido que essa negligência ocorre mesmo em casos nos quais o idoso recebe assistência material, indicando que a falta de afeto pode ser um problema familiar tão sério quanto a falta de cuidados básicos. No entanto, esse tema ainda é pouco abordado na literatura e às vezes negligenciado nos discursos sobre violência contra os idosos. A ausência dessas discussões dificulta a construção de uma política de proteção. Sendo assim, a falta de reconhecimento do problema pode ocasionar a invisibilidade com graves consequências para o bem-estar dessas pessoas.

Nas últimas décadas, o Brasil tem experimentado o aumento da expectativa de vida em que a realidade do envelhecimento da população tornou-se um dos principais desafios da modernidade. O cenário se torna mais agravante quando, somado às desigualdades sociais, tem-se a falta de informações, o preconceito e o desrespeito à pessoa idosa. A velhice carrega os estigmas da incapacidade

funcional e social do indivíduo, reduzindo o idoso, muitas vezes, a um fardo para os seus responsáveis, ocorrendo assim, à exclusão familiar e social. [Revista Ilustração, p. 135, 2024]

A violência tira do idoso o seu direito de envelhecer com dignidade, enquanto a intimidade mostra que a velhice também pode ser uma fase de crescimento, prazer e realização. Por isso, é importante pensar em formas de combater os abusos e, ao mesmo tempo, incentivar reações emocionais e sociais que o façam sentir-se valorizados. Não se trata apenas de evitar sofrimentos, mas de garantir que o idoso viva essa etapa da vida com autonomia, respeito, segurança e felicidade.

Dessa forma, compreender a violência e o resgate da intimidade como dimensões indissociáveis permite ampliar o debate sobre os direitos da pessoa idosa, colocando em pauta não apenas a proteção contra danos, mas também o fortalecimento das experiências subjetivas que asseguram a dignidade, o prazer e a autonomia na última etapa do ciclo vital.

Os relacionamentos pessoais na terceira idade nos levam a pensar em tempos de solidão e isolamento social. De acordo com (Papália, 2022), os idosos têm menos redes sociais em comparação aos adultos jovens, sendo as redes sociais das mulheres maiores que as dos homens. Além disso, apesar das redes sociais dos idosos menores, os adultos mais velhos retêm um círculo íntimo de confidentes (Cornwell, Laumann, & Shumm, 2008).

É notória a importância da interação intergeracional para a harmonia e o bem-estar social, mais especificamente da pessoa idosa, uma vez que essa convivência entre gerações distintas (quando positiva) oferece diversos benefícios à saúde física e mental dos idosos. Contudo, na atual conjuntura social essa interação enfrenta diversos impasses para ser efetivamente positiva. Com base nesse contexto, não há como hesitar: a importância de se conhecer o que impede a relação plena entre jovens e idosos no país.

Nesse sentido, convém pontuar a fluidez das relações sociais atuais como causa para a não efetivação das relações perenes entre as distintas gerações. Essa questão acontece, pois, segundo o sociólogo (Bauman, 2015), as relações sociais atuais estão cada vez mais fracas, sem vínculo afetivo, as pessoas estão cada vez menos sensíveis e menos se importando com o outro. Uma prova disso é ao contatar o grande número de idosos

que se encontram em estado de abandono em asilos no país, em decorrência da insensibilidade das gerações mais jovens descendentes do idoso. No Brasil, tal ação é considerada um ato de violência contra o idoso e que exerce penalidade, uma vez que é função da família garantir o bem-estar e a dignidade da pessoa idosa e uma das maneiras de fazer isso é não o abandonando.

Ademais, é válido ressaltar que as relações entre jovens adultos e pessoas da terceira idade diminuem à medida que raízes discriminatórias se mantêm. Isso ocorre devido a uma visão deturpada relacionada aos idosos, de que são frágeis e que não conseguem compreender as dinâmicas das relações sociais atuais, gerando, assim, uma marginalização dessa minoria, sepultando os seus saberes e prejudicando a sua saúde psicológica. Isso gera um sentimento de invisibilidade, de vulnerabilidade, de obsolescência, de desesperança de um dia ser incluído ou de ser útil para a sociedade, o mesmo sentimento retratado pela pintora surrealista Frida Kahlo em sua obra “Sem Esperança”.

Outrossim, também convém destacar o uso de marcadores sociais como forma de reforçar essa visão distorcida em relação aos idosos. Tal fato ocorre, pois, segundo (Schwarcz, 2015), o que era para ser caracterizado como identidade amplia anacrônicas sociais. Por exemplo, os significados e adjetivos ligados às palavras “idoso” ou “velhice” que são “descanso, pessoas de 60 anos ou mais, cansaço, saúde frágil” reforçam, assim, o paradigma da discriminação contra a pessoa idosa no país.

Com relação à população jovem, (Papália, 2022) traz uma importante informação, que os adolescentes passam mais tempo com os amigos e menos com a família. Sendo assim, a convivência entre gerações é um tema crescente e relevante diante das mudanças sociais. Isso ocorre porque, segundo o filósofo (Han, 2010), há hoje uma espécie de “Sociedade do desempenho”, isto é, uma alta cobrança por produtividade, que exige 100% do tempo do indivíduo e com isso não restando tempo para interagir com as pessoas idosas. Tal fato fica evidente ao constatar que, segundo o congresso Internacional de Envelhecimento humano, jovens e adultos alegam não interagir muito com pessoas idosas, no caso, seus parentes de idade mais avançada - por falta de tempo, uma vez que estão mais focadas no seu desempenho no mercado de trabalho. Assim, é importante

destacar que o Brasil, de acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE 2020), apresenta um acelerado processo de envelhecimento populacional, isso devido às taxas de natalidade reduzidas e aumento da expectativa de vida. Com isso, faz com que a nova configuração social traga mais desafios e oportunidades para interação entre as diferentes faixas etárias.

3 METODOLOGIA

Para que essa pesquisa fosse considerada, foram observadas as condições cognitivas dos entrevistados. Inicialmente o projeto foi aprovado pelo comitê de ética, sendo apresentado ao mesmo um resumo do projeto no dia 03 de novembro de 2025, em seguida iniciou-se a pesquisa de campo no período de 04 a 10 de novembro do mesmo ano. Por ser uma amostra por conveniência, os idosos foram indicados por pessoas conhecidas dos pesquisadores. O convite foi feito individualmente, por via de um link de formulário digital. Observou-se que alguns idosos necessitaram de auxílio para responder o questionário devido a dificuldade no uso da tecnologia.

Posteriormente foi analisadas as respostas do grande grupo, de acordo com cada pergunta, obedecendo ao objetivo da pesquisa. A realização da formação desse grupo aconteceu de forma online, sendo essa considerada a forma mais adequada para a execução da pesquisa, viabilizando assim o acesso a todos os participantes, localizada na cidade de Petrolina-PE. Foi ressaltada a garantia do sigilo das informações pessoais.

Os sujeitos da pesquisa são pessoas da terceira idade que vivem em seus lares junto aos seus familiares, além de idosos que vivem em residências localizadas em Petrolina-Pe. Participaram da pesquisa 17 idosos, 60% mulheres e 35% homens e 5% não quis declarar, dentro de uma faixa etária de 41% entre 60 e 65 anos, 23,5% entre 65 e 70 anos, 17,6% entre 70 e 75 anos e 17,6% entre 75 a 80 anos.

De acordo com Gonçalves e Quimelli (2016, p. 95), o projeto de pesquisa e extensão é modificadora da sociedade transformando cidadãos, alunos e até mesmo a instituição. Quando o público é envolvido nas pesquisas da Universidade, acontece a troca de conhecimentos entre a comunidade onde está inserida e os estudantes. Isso

acontece também quando o público a ser pesquisado são integrantes de uma empresa, a teoria estudada nas universidades e pesquisadas por elas é aplicada na prática, havendo assim o compartilhamento de saberes, enriquecendo a empresa de conhecimentos e os pesquisadores do saber prático.

É notória a importância de se conhecer sobre os direitos dos idosos e sua saúde mental na atual conjuntura vivenciada em Petrolina. Isso porque, por ser um grupo minoritário, são invisibilizados com visões distorcidas sobre sua realidade e terminam sendo expropriados de seus direitos, incluindo a saúde mental. Nesse sentido, ter o conhecimento da realidade vivenciada por essa minoria é de grande importância para dessensibilizar esse grupo e promover ações que garantam seus direitos. A seguir, descreveremos os tipos de pesquisa, instrumentos, técnicas de coletas de dados, espaço e sujeitos dessa pesquisa.

Com o intuito de trazer à luz os problemas vivenciados por grupos da terceira idade através das literaturas filosófica, social e psicológica. Essa pesquisa de cunho qualitativo aponta para situações negligenciadas a esses grupos, as quais contribuem de maneira direta e indireta na saúde mental do idoso. Outrossim, dá-se por meio de exclusão social e estereótipos veiculados a esses indivíduos, levando-os a uma reclusão social espontânea e ao adoecimento não só cognitivo como também físico.

Sob a óptica de métodos descritivos/qualitativos, esse estudo analisou a convivência de idosos petrolinenses no âmbito social, econômico, familiar e o olhar da sociedade para temática abordada. Ainda, vale ressaltar, a postura do pesquisador frente a epistemologia na relação do pesquisador com o objeto pesquisado, entender a imparcialidade do pesquisador diante dos resultados apresentados.

Quanto aos instrumentos utilizados, o grupo de pesquisadores utilizaram uma revisão sistemática de produções literárias científicas - livros, artigos, entre outros. Será aplicado entrevistas e questionários como ferramenta de trabalho, tendo por base estudos literários sobre a temática abordada, foi elaborada várias discussões com o intuito de elucidar a problemática, para facilitar a aplicação das entrevistas em campo.

4 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS DADOS

O estudo dos dados coletados na pesquisa foi a análise do conteúdo abordado na temática, tendo como base os objetivos específicos, os quais são usados como embasamento de dados para o questionário.

De que forma a negligência aos direitos dos idosos afetam a saúde mental dos mesmos?

Conforme os dados coletados, 29,4% dos idosos da cidade de Petrolina têm o conhecimento de todos os direitos garantidos aos mesmos e têm a informação de como acessá-los, 58,8% reconhecem que em algum nível consideram possuir as informações e um percentual menor, 11,8% dos entrevistados não tem conhecimento algum sobre a lei que lhes protege.

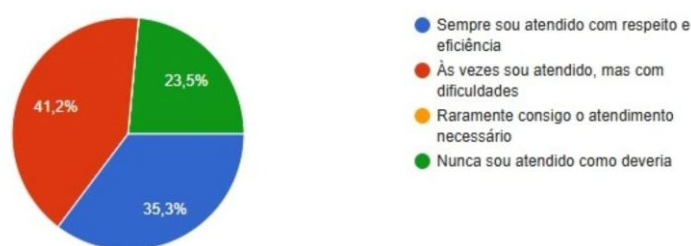
No aspecto saúde mental, 23,5% entendem que a falta de acesso aos direitos não tem nenhum impacto no seu bem-estar, 35,2% sentem que há influências. No entanto, 17,6% acreditam que há uma influência direta causando sentimentos de tristeza ou ansiedade ao analisar que existe uma negligência do poder público em proporcionar um olhar cuidadoso a essa população.

Observa-se uma tendência significativa de percepção que seus direitos básicos como saúde, lazer e transporte são frequentemente ignorados ou desrespeitados onde 70,6% dos participantes afirmam concordar parcialmente ou totalmente com essa afirmação evidenciando uma sensação coletiva de vulnerabilidade e desproteção social. Uma minoria de 11,8% e 17,6% afirma discordar totalmente ou parcialmente indicando que o problema é percebido pela parte do grupo.

Quando questionamos sobre os impactos psicológicos decorrentes dessa negligência, os participantes revelaram consequências expressivas para o bem-estar emocional. 35,5% afirmam não se sentirem emocionalmente afetados, os 41,2% dizem vivenciar, mas apenas em situações específicas, e os 11,8% moderados e constante relatado também uma porcentagem de consequências intensas e preocupantes acarretando há níveis elevados de estresse, ansiedade ou desgaste emocional relacionado a violação de seus direitos.

O aspecto investigado foi a autonomia diante de pressões familiares ou institucionais, 58,8% afirmam nunca ter se sentido impedidos de tomar decisões sobre a própria vida, sendo que 23,5% em situações específicas e 11,8% raramente, mas que já aconteceu. Isso demonstra que embora a maioria tenha essa autonomia, ainda há essa interferência por pressões externas.

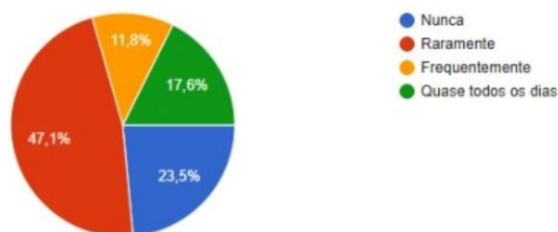
Figura 1 - comportamento da sociedade com o idoso



Fonte: Próprias autoras

Na figura 1, são apresentadas as respostas acerca do comportamento que a sociedade desenvolve quando o idoso busca atendimento em órgãos públicos, 35,3% apontam que foi atendido com respeito e eficiência; 23,5% atestam nunca ter sido atendido como deveria, deixando clara a insatisfação. Enquanto 41,2% dizem que às vezes é atendido e quando consegue é com muita dificuldade. Causando a sensação de que os incomoda.

Figura 2 - saúde mental do idoso

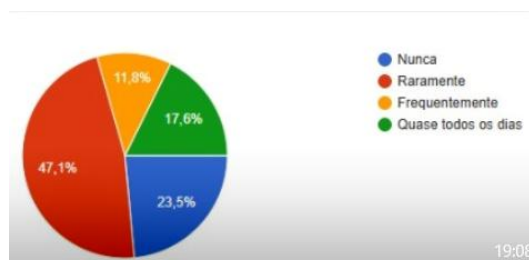


Fonte: Próprias autoras

Já na figura 2 apresentada, as informações são em torno da saúde emocional. Ao perguntar para os idosos com que frequência sente tristeza ou desânimo sem motivo

aparente, dos entrevistados 23,5% diz que nunca sentem tristeza, enquanto 41,1% apontam que raramente o sente, já 11,8% afirmam sentir tristeza frequentemente e 17,6% alegam quase todos os dias sentir.

Figura 3 – desempenho da saúde mental



Fonte: Próprias autoras

Na figura 3 são apresentados dados com relação ao desempenho da saúde emocional. Ao perguntar aos idosos como ele sente que a saúde emocional tem piorado com o passar do tempo. O resultado foi surpreendente, pois 17,6% sentem esse agravamento, no entanto deixa claro que é apenas em situações específicas, 23% confirmam que houve mudanças só que de forma moderada e constante. Em contrapartida, 58,8% dizem não perceber essa mudança e que se sente emocionalmente estável.

Os resultados mostram que a maioria das pessoas mantém vínculos afetivos considerados razoáveis, mas, nem sempre plenamente satisfatórios. Logo a maior parte dos participantes afirma estar apenas razoavelmente satisfeita, isso pode indicar que as relações são existentes, porém não recebem a atenção devida ou presença necessárias para serem muito mais profundas. Observa-se que cerca de um quarto da amostra demonstra algum nível de insatisfação, o que pode revelar que parte do grupo enfrenta dificuldades emocionais ou limitações na convivência.

A convivência com filhos e netos também aparece como um ponto bem sensível. Mais de 70% dos participantes relatam que o excesso de trabalho e a falta de tempo atrapalham o contato e diminuem a frequência das interações familiares. Então significa que, mesmo havendo afeto e desejo de proximidade, a rotina intensa do dia a dia impede que essas relações sejam vividas de forma mais constante e significativa.

De uma forma geral, os outros dados mostram que as pessoas valorizam seus vínculos afetivos, mas sentem que não conseguem vivê-los plenamente por causa das exigências externas, especialmente o trabalho e a vida corrida na qual muitos são pressionados. Assim, a pesquisa indica que o tempo disponível e a presença emocional são marcadores, e são fatores essenciais para fortalecer os laços familiares e afetivos. Esses resultados reforçam a importância de equilibrar rotina, trabalho e convivência, para que os vínculos possam se manter saudáveis e alimentados no cotidiano no dia a dia dos nossos "velhinhos".

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo se justifica pela necessidade de compreender os fatores tanto sociais, institucionais como também culturais que possam contribuir para a negligência, bem como o de propor estratégias que promovam o cuidado integral e o respeito aos direitos da terceira idade. Ao conversar com os idosos e analisar suas vivências, espera-se contribuir para a construção de um ambiente acolhedor mais eficaz e sensível às demandas dessa população. Foi identificado por meio de coleta de dados a negligência de direitos básicos apresentados através da fala de alguns dos entrevistados relacionado às instituições que quando acionadas para buscar assistência sentiram-se invisíveis, o que provocou a sensação de impotência despertando uma dor sem classificação fisiológica.

Em outro momento faz-se necessário uma pesquisa mais abrangente e aprofundada, com uma coleta de dados de um número maior de participantes, no qual pudesse experienciar a práxis, principalmente relacionados aos idosos em situação de vulnerabilidade social, com o objetivo de atender às suas necessidades.

REFERÊNCIAS

- BRASIL.** Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003. Dispõe sobre o Estatuto da Pessoa Idosa e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 3 out. 2003.
- GONÇALVES, Nádia Gaiofatto; QUIMELLI, Gisele Alves de Sá. ***Princípios da extensão universitária: contribuições para uma discussão necessária***. Curitiba: CRV, 2020.
- PAPALIA, Diane E.; MARTORELL, Gabriela. ***Desenvolvimento humano***. 14. ed. Porto Alegre: AMGH, 2022.
- PEREIRA, Anderson Siqueira; DUTRA-THOMÉ, Luciana; KOLLER, Silvia Helena. ***Habilidades sociais e fatores de risco e proteção na adultez emergente***. Psico (Porto Alegre), v. 47, n. 4, p. 381–390, 2016. Disponível em: https://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-53712016000400003.
- SCHWARCZ, Lilia Moritz; STARLING, Heloisa Murgel. ***Brasil: uma biografia***. 1. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.
- SILVA, Antônia Aline Ananias da; SILVA, Antônia Milena Oliveira; SILVA JUNIOR, Antônio Martins Vieira e. ***O impacto da negligência na saúde mental do idoso***. Revista Encontros Científicos UniVS, v. 6, n. 2, 2024. Disponível em: <https://rec.univs.edu.br/index.php/rec/article/view/296>.
- SILVA, Maria Aparecida da; SANTOS, Ana Paula dos; OLIVEIRA, João Carlos de. ***Direitos da pessoa idosa: desafios e perspectivas no contexto brasileiro***. Ciência & Saúde Coletiva, Rio de Janeiro, v. 28, n. 5, p. 1353-1362, 2023. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csc/a/RktJXDjDG5z4zMGQGkmywyJ>.
- SILVA, Maria do Socorro; OLIVEIRA, Ana Cláudia; SANTOS, José Roberto. ***Velhice, direitos e políticas públicas: desafios para a efetivação da cidadania***. Psicologia & Sociedade, v. 37, 2025. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/psoc/a/szQcVNzHX9ZgNhxSYGr9ZnC/?format=pdf&lang=pt>.
- SILVA, Maria Aparecida da. ***A efetivação dos direitos da pessoa idosa: desafios e perspectivas no contexto atual***. In: CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO E HISTÓRIA – CNEH, 2016, Campina Grande. Anais [...]. Campina Grande: Editora Realize, 2016. Disponível em: https://www.editorarealize.com.br/editora/anais/cneh/2016/TRABALHO_EV054_MD4_SA13_ID935_15082016232020.pdf.

PSICOLOGIA DO INVESTIDOR NA 3ª IDADE: ENTENDENDO O COMPORTAMENTO NO MERCADO FINANCEIRO

Anna Beatriz de Souza Costa Dias
Bacharelada em Psicologia
Faculdade de Petrolina - FACAPE

Emylle Sara Alencar Granja
Bacharelada em Psicologia
Faculdade de Petrolina - FACAPE

Maria Clara Rosa de Andrade
Bacharelada em Psicologia
Faculdade de Petrolina - FACAPE

Noemy Marques de Souza Feitosa
Bacharelada em Psicologia
Faculdade de Petrolina - FACAPE

Samire Souza Damascena
Bacharelada em Psicologia
Faculdade de Petrolina - FACAPE

Alexandre Coelho Lima
Médico
Universidade Católica de Pernambuco – UNICAP

Maria do Socorro Macedo Coelho Lima
Professor orientador
Doutora em Desenvolvimento Regional - UNIFACS
Faculdade de Petrolina - FACAPE

RESUMO: O envelhecimento populacional e a digitalização dos serviços financeiros desafiam a autonomia econômica da pessoa idosa. Este estudo analisa como fatores emocionais, cognitivos e tecnológicos influenciam a tomada de decisão financeira na

terceira idade, articulando pressupostos da Psicologia Econômica, Finanças Comportamentais e Educação Financeira. Utilizou-se abordagem qualitativa, exploratória e descritiva, com dinâmica aplicada a dez participantes da Faculdade Aberta à Terceira Idade (FATI). Os resultados indicam forte influência de emoções, vieses cognitivos, declínio de funções executivas e baixa familiaridade digital, elementos que ampliam a vulnerabilidade a erros e golpes. Verificou-se heterogeneidade na literacia financeira e efeitos imediatos da intervenção educativa na autonomia e na segurança financeira. Conclui-se que a Psicologia do Investidor e a Educação Financeira são essenciais para promover decisões mais conscientes e proteger o idoso em um ambiente financeiro cada vez mais complexo.

Palavras-chave: Educação Financeira. Terceira Idade. Psicologia do Investidor. Investimento. Comportamento Financeiro.

ABSTRACT: Population aging and the digitalization of financial services challenge the economic autonomy of older adults. This study examines how emotional, cognitive, and technological factors shape financial decision-making in later life, integrating concepts from Economic Psychology, Behavioral Finance, and Financial Education. A qualitative, exploratory, and descriptive approach was employed through a group dynamic with ten participants from the Open University for the Elderly (FATI). Results show strong influence of emotions, cognitive biases, reduced executive functions, and low digital literacy, all of which heighten vulnerability to errors and fraud. Heterogeneity in financial literacy and immediate positive effects of the educational intervention on autonomy and financial security were observed. The study concludes that Investor Psychology and Financial Education are essential to support informed decisions and protect older adults in an increasingly complex financial environment.

Keywords: Financial Education. Elder Adults. Investor Psychology. Investment. Financial Behavior.

1 INTRODUÇÃO

O envelhecimento populacional, fenômeno global associado ao aumento da longevidade, impõe novos desafios sociais, econômicos e financeiros. Na terceira idade, a gestão do patrimônio acumulado e a garantia de segurança econômica tornam-se prioridades, deslocando o foco da acumulação de recursos para estratégias de

preservação, geração de renda complementar e proteção contra riscos. Nesse contexto, o comportamento financeiro dos idosos adquire centralidade, sobretudo diante das incertezas próprias dessa fase da vida.

Embora a teoria econômica clássica considere o indivíduo como agente racional, evidências das Finanças Comportamentais — especialmente os trabalhos de Kahneman e Tversky — demonstram que decisões financeiras são profundamente influenciadas por emoções e vieses cognitivos. A intersecção entre Psicologia e Mercado Financeiro revela que a tomada de decisão ultrapassa cálculos e análises objetivas, envolvendo mecanismos subjetivos que moldam escolhas e percepções de risco.

Para o investidor na terceira idade, essa dinâmica é intensificada. O processo de envelhecimento pode acarretar alterações em processos cognitivos, como a memória e as funções executivas, tornando o indivíduo mais suscetível a vieses e, conseqüentemente, a decisões subótimas ou à vulnerabilidade a golpes financeiros. Vieses como a aversão à perda, o excesso de confiança e o efeito manada, que afetam investidores de todas as idades, manifestam-se de maneira particular na maturidade, onde a bagagem de experiências passadas e a necessidade de segurança patrimonial moldam o comportamento de forma decisiva.

Neste cenário, a Educação Financeira (EF) assume um papel de destaque, não apenas como ferramenta para otimizar rendimentos, mas como um mecanismo de proteção social e de promoção da autonomia decisória e na mitigação de vulnerabilidades. A EF, ao fornecer a estrutura cognitiva necessária para reconhecer e mitigar vieses, permite que o investidor transite de um comportamento intuitivo para um pautado no planejamento e na racionalidade.

Diante desse panorama, o presente estudo tem por objetivo analisar como fatores emocionais e cognitivos influenciam as decisões de investimento de pessoas idosas, identificar os principais vieses comportamentais e discutir estratégias de educação financeira que auxiliem na tomada de decisão segura na maturidade

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 EDUCAÇÃO FINANCEIRA E COMPORTAMENTO DO INVESTIDO

A Educação Financeira (EF) constitui um eixo estruturante do comportamento econômico contemporâneo, sendo reconhecida internacionalmente como instrumento de promoção da autonomia, segurança financeira e cidadania econômica. De acordo com a OECD (2005), a EF consiste no processo mediante o qual indivíduos adquirem conhecimento, desenvolvem competências e fortalecem atitudes necessárias para tomar decisões informadas, gerir recursos e enfrentar eventos financeiros imprevistos. No Brasil, a Estratégia Nacional de Educação Financeira – ENEF (2020) reforça que a literacia financeira é elemento essencial para o bem-estar econômico e emocional, sobretudo em populações vulneráveis, como a terceira idade.

A literatura evidencia que níveis elevados de conhecimentos financeiros contribuem para decisões mais eficientes, incluindo planejamento de longo prazo, avaliação crítica de produtos financeiros e menor propensão ao endividamento. Lusardi e Mitchell (2014), em estudo seminal, identificam que a literacia financeira está diretamente associada à capacidade de planejar a aposentadoria, compreender riscos e evitar armadilhas financeiras. Do mesmo modo, Van Rooij, Lusardi e Alessie (2011) demonstram que indivíduos com maior domínio de conceitos financeiros tendem a participar de mercados mais sofisticados e apresentam menor exposição a perdas decorrentes de decisões impulsivas ou mal informadas.

A EF assume papel ainda mais relevante quando articulada às finanças comportamentais. Kahneman e Tversky (1979) mostram que decisões financeiras são frequentemente influenciadas por vieses cognitivos, heurísticas e emoções, afastando-se da racionalidade prevista pela teoria econômica clássica. Nesse sentido, a EF funciona como mecanismo de correção ou mitigação desses vieses, auxiliando o indivíduo a identificar distorções, avaliar informações de forma mais objetiva e desenvolver autorregulação emocional. O material Psicologia do Investidor (2025) explica que emoções como medo, euforia, ansiedade ou excesso de confiança impactam diretamente a percepção de risco e podem conduzir a decisões inadequadas, sobretudo quando combinadas com baixa familiaridade financeira.

Além disso, há evidências de que a EF influencia dimensões psicossociais relacionadas ao bem-estar. Lee (2019) argumenta que a literacia financeira contribui para menor incidência de ansiedade financeira e maior sensação de controle, favorecendo a saúde mental e reduzindo vulnerabilidades emocionais. Pesquisas de Lucyszyn e Fleitas (2020) e Buaes (2015) indicam que, para idosos, o domínio de conceitos básicos – como juros, planejamento, segurança digital e mecanismos de proteção – reduz a exposição a golpes, evita o uso inadequado de crédito consignado e aumenta a autoconfiança no uso de serviços bancários digitais.

Na terceira idade, a EF deixa de ser um instrumento apenas de crescimento patrimonial para assumir função protetiva e de promoção do envelhecimento ativo. A combinação entre envelhecimento populacional, complexidade dos mercados financeiros e digitalização de serviços exige que o idoso desenvolva competências que integrem aspectos financeiros, cognitivos e emocionais. A EF direcionada para esse público deve considerar suas especificidades: declínio de velocidade de processamento, menor tolerância ao risco, experiência acumulada e forte busca por segurança (Instituto de Longevidade, 2024). Dessa forma, ações educativas tornam-se ferramentas essenciais para prevenir fraudes, melhorar a compreensão de contratos financeiros, fortalecer a autonomia e ampliar a qualidade de vida.

Por fim, a EF também desempenha papel relevante no fortalecimento da inclusão financeira. Campanhas do Banco Central (2021) e estudos da ENEF (2017) destacam que a capacitação de idosos em ambientes digitais, aliada à compreensão de produtos financeiros, promove maior participação no sistema financeiro e reduz assimetrias de informação. Em programas formativos como o FATI, observa-se que o aprendizado sobre orçamento, planejamento, poupança, segurança digital e identificação de golpes contribui para decisões mais seguras e alinhadas às necessidades reais desse público.

Assim, a Educação Financeira emerge como ferramenta interdisciplinar que articula economia, psicologia, comportamento e envelhecimento, sendo decisiva para orientar o investidor idoso em um ambiente financeiro crescentemente complexo, digitalizado e emocionalmente desafiador.

2.2 PSICOLOGIA DO INVESTIDO: EMOÇÃO, RISCO E DECISÃO

Ao analisar a psicologia do investidor, torna-se fundamental compreender como fatores emocionais e cognitivos influenciam o processo decisório, considerando especialmente os principais vieses comportamentais e a interação entre emoção e racionalidade no contexto dos investimentos. Iglesias e Padovesi (2024) definem a psicologia econômica como o campo dedicado a examinar as decisões individuais no mercado financeiro, avaliando como emoções e percepções moldam escolhas e comportamentos. Nesse sentido, as finanças comportamentais investigam os mecanismos subjacentes às decisões, evidenciando como vieses, experiências e sentimentos afetam a gestão dos ativos financeiros.

Na terceira idade, tais influências podem tornar-se mais intensas devido às alterações cognitivas decorrentes do envelhecimento e à maior vulnerabilidade a golpes e pressões externas. O Portal do Investidor enfatiza que as escolhas financeiras são altamente sensíveis ao estado emocional, sendo influenciadas por eventos cotidianos que funcionam como gatilhos e reorientam hábitos. Emoções como medo, ansiedade e impaciência distorcem percepções e afetam diretamente a capacidade de gerenciar riscos, aumentando a suscetibilidade do idoso a decisões equivocadas.

Os hábitos financeiros são estruturados ao longo de toda a trajetória de vida e sofrem influência de fatores educacionais, sociais e econômicos. Souza (2025) destaca que tais hábitos estão frequentemente ancorados em estratégias de preservação emocional, mais do que em racionalidade estrita. Assim, na terceira idade, essa dinâmica é intensificada, visto que o indivíduo acumula uma bagagem de conhecimentos e experiências ao longo da vida. Estes elementos, cruciais para a moldagem do ser, manifestam-se de maneira significativa na gestão da vida financeira e nas decisões de investimento, reforçando os padrões de comportamento que foram, originalmente, estruturados como mecanismos de sobrevivência emocional.

O processo de tomada de decisão do investidor idoso também é afetado por mudanças cognitivas. Alterações na memória, como a redução da velocidade de processamento e da capacidade de recuperar informações, descritas por Kester et al.

(2002), podem prejudicar a avaliação de riscos complexos e dificultar a organização de ações estratégicas. A função inibitória enfraquecida compromete a filtragem de informações relevantes, favorecendo interpretações equivocadas e aumentando a dependência de atalhos mentais.

As funções executivas também desempenham papel crucial. Definidas como processos cognitivos complexos que possibilitam habilidades como planejamento, solução de problemas e autorregulação (PAULA et al., 2013), seu declínio pode comprometer a análise de custos e benefícios e afetar diretamente a capacidade de tomar decisões coerentes com os objetivos financeiros na velhice.

Os fatores cognitivos influenciam diretamente heurísticas e vieses. Conforme Iglesias e Padovesi (2024), heurísticas são atalhos mentais utilizados para decisões rápidas, enquanto os vieses correspondem a erros sistemáticos derivados desses atalhos. Entre os principais vieses estão:– viés de confirmação, tendência a buscar informações que reforcem crenças pré-existentes;– Aversão à perda, em que a dor do prejuízo supera a satisfação do ganho equivalente;– Ilusão de controle, que leva indivíduos a superestimarem sua influência sobre eventos incertos;– viés da autoatribuição, tendência a atribuir sucessos a competências pessoais;– excesso de confiança, que promove superestimação da própria habilidade de identificar boas oportunidades de investimento.

Tais vieses impactam de forma acentuada o investidor idoso, podendo resultar na resistência em diversificar carteiras, no adiamento da liquidação de prejuízos, em decisões arriscadas após ganhos fortuitos e na adoção de estratégias incompatíveis com seus objetivos e perfil de risco.

A ilusão de controle refere-se à convicção de que se pode, de alguma forma, exercer influência sobre eventos futuros, que estão fora do controle do indivíduo. Esse viés leva o investidor que se encontra na terceira idade a não diversificar investimentos, a resistência a considerações profissionais e a apostas de alto risco. O viés da autoatribuição caracteriza-se como a inclinação a vincular a si mesmo os resultados favoráveis. Este viés provoca no investidor idoso o aumento de risco pós-sucesso e a falta dos limites de perda (IGLESIAS; PADOVESI, 2024).

A compreensão dessa vulnerabilidade comportamental estabelece a base para a discussão subsequente sobre os desafios estruturais do envelhecimento e suas implicações no processo decisório. A seção seguinte aprofunda essa relação, examinando como a redução da capacidade cognitiva, a mudança no horizonte temporal e as necessidades específicas da terceira idade moldam o comportamento do investidor idoso.

2.3 O INVESTIDOR IDOSO E OS DESAFIOS DO ENVELHECIMENTO

O envelhecimento populacional impõe novos desafios à educação financeira, especialmente quanto às particularidades do investidor idoso. Esse fenômeno demográfico, decorrente da redução das taxas de natalidade e do aumento da longevidade, exige uma reavaliação das competências profissionais envolvidas na orientação financeira (ARGIMON, 2006). O processo de envelhecimento é natural e compreende alterações morfofisiológicas, bioquímicas e psicológicas que influenciam diretamente a tomada de decisões financeiras (VEJA, 2024; ARGIMON, 2006).

A literatura aponta para um declínio progressivo em regiões frontais do cérebro, responsáveis pelo acesso a memórias numéricas consolidadas. Assim, o idoso passa a depender de cálculos mais lentos e sequenciais, que demandam maior esforço cognitivo e aumentam a probabilidade de erros em tarefas financeiras (VEJA, 2024). Embora parte das mudanças cognitivas seja esperada, torna-se essencial diferenciar o envelhecimento normal de alterações patológicas, investigando idosos com bom perfil biopsicossocial (ARGIMON, 2006). Bee e Mitchell (2006) destacam que o vocabulário tende a ser preservado, mas habilidades que exigem velocidade apresentam declínio entre os 65 e 75 anos.

Estudos indicam que a perda de capacidade financeira pode anteceder outros sinais de declínio cognitivo, sendo um marcador precoce de vulnerabilidade (INSTITUTO DE LONGEVIDADE, 2025). No campo emocional, a terceira idade é marcada pela busca por segurança e estabilidade, embora também apresente riscos como compulsão por compras, medo de crises e exposição a manipulações financeiras — muitas vezes praticadas por familiares ou cuidadores (INSTITUTO DE

LONGEVIDADE, 2025). Assim, a estabilidade financeira torna-se um objetivo central após a aposentadoria (MATERIAL FORNECIDO, 2025).

Nesse contexto, a educação financeira desempenha papel decisivo na prevenção do endividamento e na promoção do bem-estar (PORTAL DO INVESTIDOR, 2023). O investidor idoso caracteriza-se por forte aversão ao risco e preferência por produtos de baixa volatilidade, como investimentos em renda fixa (INSTITUTO DE LONGEVIDADE, 2025). Entretanto, a proteção patrimonial exige mais do que a preservação do capital: demanda planejamento antecipado, governança familiar e medidas preventivas, como procurações duradouras e mandatos preventivos para momentos de eventual declínio cognitivo (INSTITUTO DE LONGEVIDADE, 2025).

A digitalização acelerada dos serviços financeiros e governamentais constitui outro obstáculo relevante. Muitos idosos apresentam baixa familiaridade com o meio digital, o que restringe o acesso a plataformas básicas, como o aplicativo Meu INSS, e amplia a exposição a golpes e fraudes (AGÊNCIA BRASIL, 2025). Auditoria da Controladoria-Geral da União evidenciou que grande parte dos entrevistados desconhecia descontos indevidos em seus benefícios, resultado da substituição do extrato impresso por meios digitais sem políticas adequadas de inclusão (AGÊNCIA BRASIL, 2025). A transformação digital, sem mecanismos robustos de controle, aumenta a vulnerabilidade desse grupo.

Diante desses desafios cognitivos, emocionais e tecnológicos, o suporte familiar e a orientação financeira especializada tornam-se fundamentais. Relações afetivas estáveis e diálogo transparente funcionam como fatores de proteção, reduzindo comportamentos impulsivos e a busca por compra de afeto (INSTITUTO DE LONGEVIDADE, 2025). A educação financeira deve ser contínua e direcionada à manutenção das habilidades, contemplando temas como diversificação, planejamento de longo prazo e estratégias para mitigar o impacto de emoções nas decisões (VEJA, 2024; INSTITUTO DE LONGEVIDADE, 2025).

Nesse sentido, a Psicologia Financeira emerge como um campo relevante de cuidado integral, auxiliando o idoso a ressignificar o dinheiro para além de seu valor

material e a manter autonomia e bem-estar na velhice (INSTITUTO DE LONGEVIDADE, 2025).

2.4 EDUCAÇÃO FINANCEIRA COMO FERRAMENTA DE PROTEÇÃO

A educação financeira tem se consolidado como uma importante ferramenta de proteção individual e coletiva, especialmente diante do aumento de golpes, fraudes digitais e do endividamento crescente da população brasileira. Quando o indivíduo compreende conceitos fundamentais como orçamento, juros, planejamento e análise de risco torna-se menos vulnerável a decisões impulsivas e práticas fraudulentas. Assim, a educação financeira funciona como mecanismo de prevenção, fortalecendo a capacidade de discernimento e reduzindo a exposição a situações de vulnerabilidade econômica (Lusardi & Mitchell, 2014).

No Brasil, diversas iniciativas têm buscado democratizar o acesso a conteúdo financeiros. A Estratégia Nacional de Educação Financeira (ENEF), criada em 2010, constitui uma política pública articulada pelo Governo Federal, Banco Central, CVM, SUSEP e outros órgãos, com ações voltadas para escolas, ambientes comunitários e plataformas digitais (ENEF, 2017). O Banco Central do Brasil também desempenha papel central ao desenvolver campanhas de prevenção a golpes, materiais de orientação ao consumidor e ferramentas digitais que visam ampliar o conhecimento financeiro da população (BACEN, 2021). Em contextos locais, iniciativas como o FATI (Faculdade Aberta à Terceira Idade) se destacam ao promover atividades de educação financeira voltadas à população idosa, auxiliando na compreensão de renda fixa, aposentadoria, segurança digital e riscos específicos dessa fase da vida.

Além dos impactos econômicos, a educação financeira contribui para o controle emocional e a tomada de decisão consciente. A literatura em psicologia econômica demonstra que emoções como ansiedade, impulsividade e medo influenciam fortemente as escolhas financeiras. Quando o indivíduo compreende os mecanismos que estruturam o uso do dinheiro, ele desenvolve maior capacidade de autorregulação, reduz comportamentos impulsivos e amplia sua autonomia decisória (Kahneman, 2012). Assim,

o conhecimento financeiro fortalece habilidades cognitivas e emocionais essenciais para o bem-estar psicossocial.

A relevância da educação financeira torna-se ainda maior na terceira idade, fase marcada por mudanças cognitivas naturais e maior exposição a golpes, especialmente digitais. Muitos idosos enfrentam dificuldades com tecnologias bancárias, tornam-se alvos frequentes de fraudes e lidam com renda limitada. A educação financeira contínua, quando direcionada a esse público, atua como forma de proteção social, aumenta a autonomia e contribui para a manutenção da qualidade de vida (Silva & Oliveira, 2020).

Dessa forma, a educação financeira deve ser compreendida como um processo permanente, capaz de promover segurança econômica, apoio emocional e fortalecimento da cidadania. Investir em práticas educativas voltadas para todas as faixas etárias especialmente para a população idosa é fundamental para enfrentar os desafios financeiros do mundo contemporâneo.

3 METODOLOGIA

A pesquisa caracteriza-se como qualitativa, exploratória e descritiva, uma vez que busca compreender, em profundidade, os significados atribuídos pelos indivíduos às suas experiências financeiras. Inicialmente, realizou-se uma pesquisa bibliográfica em fontes secundárias, a fim de fundamentar teoricamente a investigação e contextualizar as interfaces entre emoção, tomada de decisão e comportamento financeiro na velhice.

Como procedimento metodológico central, adotou-se a técnica de dinâmica de grupo, utilizada para a coleta de dados por permitir o acesso a processos subjetivos, percepções e construções emocionais relacionadas às escolhas econômicas. Essa abordagem possibilitou uma análise ampliada das representações simbólicas e afetivas que influenciam a tomada de decisão financeira em indivíduos idosos.

Participaram do estudo 10 (dez) idosos, com idades entre 50 e 70 anos, todos integrantes do grupo da Faculdade Aberta à Terceira Idade (FATI). A coleta de dados ocorreu por meio da dinâmica intitulada “Como eu gastaria esse dinheiro?”, com duração média de 20 a 25 minutos. A atividade foi realizada presencialmente na sala de atividades da FATI, previamente organizada para assegurar conforto, acessibilidade e privacidade,

garantindo condições adequadas para a participação plena dos idosos. Todos assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), assegurando anonimato, sigilo e confidencialidade. Os registros produzidos foram utilizados exclusivamente para fins acadêmicos, sem qualquer forma de identificação individual.

O material empírico foi analisado por meio da análise de conteúdo temática, conforme orientações metodológicas amplamente utilizadas em pesquisas qualitativas. Essa técnica permitiu identificar padrões emocionais, categorias de significados e tendências de comportamento financeiro predominantes entre os participantes. A categorização e interpretação dos dados foram realizadas à luz do referencial teórico de Kahneman (2012), especialmente no que se refere aos sistemas cognitivos de julgamento e decisão, bem como de diretrizes de educação financeira do Banco Central do Brasil e da Estratégia Nacional de Educação Financeira (ENEF), que subsidiam a análise das competências financeiras na velhice.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A dinâmica aplicada desenvolveu-se em cinco etapas metodológicas. Inicialmente, apresentou-se aos participantes um cenário hipotético no qual cada indivíduo receberia R\$ 10.000,00 para uso livre. Em seguida, foi realizada uma etapa de escrita individual, na qual os idosos registraram anonimamente como empregariam o valor, considerando gastos correntes, investimentos ou poupança. Posteriormente, ocorreu o compartilhamento coletivo das respostas, e as palavras-chave mencionadas foram registradas em quadro para visualização dinâmica. Na quarta etapa, procedeu-se à organização e categorização temática, identificando-se recorrências relacionadas às categorias Família, Saúde, Lazer, Segurança/Poupança, Solidariedade e Conforto Pessoal. A atividade foi encerrada com uma reflexão coletiva, relacionando as escolhas apresentadas às emoções predominantes — medo, esperança, amor e apego, alegria e generosidade.

Os resultados evidenciaram que fatores emocionais, cognitivos e tecnológicos exercem influência decisiva sobre a forma como os idosos compreendem riscos, avaliam oportunidades e tomam decisões financeiras. Observou-se, durante a aula introdutória e

a aplicação dos questionários, uma expressiva heterogeneidade no domínio de conceitos financeiros, sinalizando trajetórias formativas distintas. Uma parcela minoritária demonstrou conhecimento prévio sobre organização financeira, juros, investimentos simples e prevenção a golpes, possivelmente decorrente de experiências profissionais ou aprendizagens informais. Entretanto, um grupo significativo mostrou insegurança em verbalizar suas percepções, especialmente no início da atividade, temendo cometer erros ou serem julgados pelos pares. Este achado converge com estudos que associam o envelhecimento a um declínio na autoconfiança, o que impacta negativamente a busca por orientação financeira.

Ademais, constatou-se que diversos participantes não possuíam conhecimento prévio sobre conceitos fundamentais como risco, retorno, perfis de investidor e golpes digitais, reforçando lacunas estruturais na formação financeira ao longo da vida. Outro elemento recorrente diz respeito ao impacto das emoções nas decisões. Medo de perder dinheiro, expectativas de ganhos rápidos e confiança excessiva em terceiros foram citados espontaneamente, em conformidade com modelos comportamentais que destacam o papel dos vieses cognitivos na condução de escolhas subótimas.

A vulnerabilidade a golpes e fraudes digitais emergiu como uma das principais preocupações dos participantes. Estratégias fraudulentas, como o “golpe da foto do parente”, foram mencionadas repetidamente, revelando que o medo de ser enganado constitui uma constante no cotidiano da população idosa. Essa preocupação é coerente com evidências de órgãos fiscalizadores, que destacam o aumento da exposição ao risco associado à digitalização dos serviços bancários sem a adequada inclusão digital.

Um relato, em particular, ampliou a compreensão da dimensão emocional da vulnerabilidade financeira. Uma participante observou que “o idoso é muito carente afetivamente”, o que torna mais fácil a manipulação por golpistas que simulam vínculos de confiança. Tal depoimento revela que os golpes não se fundamentam apenas em desconhecimento técnico, mas também na exploração da solidão, da necessidade de acolhimento e do desejo de pertencimento, elementos amplamente discutidos na literatura sobre envelhecimento psicológico.

Apesar das fragilidades observadas, verificou-se que a educação financeira produz efeitos imediatos de conscientização. Após a aula e a dinâmica, os idosos relataram maior autoconfiança e capacidade de reconhecer riscos, compreender perfis de investidor e identificar estratégias de proteção. As discussões coletivas estimularam a reflexão crítica, possibilitando a identificação de situações que antes passariam despercebidas, o que reforça o potencial pedagógico de abordagens vivenciais associadas à teoria.

Os resultados indicam que, embora os idosos possuam ampla bagagem de experiências de vida, sua tomada de decisão financeira permanece fortemente influenciada por limitações cognitivas, fatores emocionais e barreiras tecnológicas. A transição da fase de acumulação para a fase de preservação patrimonial intensifica a necessidade de prudência, segurança e liquidez nas escolhas financeiras. Entretanto, vieses como aversão à perda e excesso de confiança persistem e podem comprometer decisões, como o adiamento na realização de prejuízos ou a resistência à diversificação de investimentos.

Nesse contexto, a Psicologia do Investidor revela-se um campo essencial para a compreensão dessas dinâmicas na terceira idade, pois permite articular aspectos emocionais, cognitivos e sociais que moldam o comportamento econômico. Ao promover o reconhecimento e o gerenciamento das emoções — medo, esperança, arrependimento — a pesquisa contribuiu para o desenvolvimento de competências decisórias mais conscientes, reduzindo a vulnerabilidade a golpes e fraudes.

Por fim, os achados reforçam que a Educação Financeira, quando adaptada às especificidades da velhice, ultrapassa a dimensão técnica, configurando-se como estratégia de inclusão, proteção social e fortalecimento da autonomia. A literatura indica que níveis mais elevados de literacia financeira estão associados a maior bem-estar, autonomia e menor probabilidade de depressão na velhice, corroborando o papel central da educação financeira na promoção do bem-estar econômico e emocional do idoso.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo teve como objetivo compreender de que maneira emoções, fatores cognitivos e condições socio tecnológicas influenciam a tomada de decisão financeira de idosos. Os resultados demonstraram que esse público apresenta níveis distintos de conhecimento financeiro e enfrenta desafios específicos decorrentes do envelhecimento, como alterações cognitivas, menor autoconfiança e dificuldades com tecnologias digitais. Tais elementos afetam diretamente sua capacidade de avaliar riscos e benefícios, confirmando a centralidade da psicologia do investidor na compreensão do comportamento financeiro na terceira idade.

A análise também evidenciou que emoções como medo, esperança, confiança e insegurança desempenham papel significativo nas escolhas econômicas. Os participantes relataram experiências marcadas por impulsividade, aversão à perda, excesso de confiança e dependência de opiniões de terceiros, indicando a influência de vieses cognitivos bem documentados na literatura. Assim, verificou-se que a dimensão emocional não apenas acompanha, mas estrutura grande parte das decisões de investimento e consumo entre idosos.

Outro achado central refere-se à vulnerabilidade desse público a golpes e fraudes, sobretudo em contextos digitais. A baixa familiaridade com tecnologias, combinada com fragilidades emocionais e afetivas, amplia o risco de manipulação. O estudo confirmou que a vulnerabilidade não decorre apenas de ausência de conhecimento técnico, mas também de fatores relacionais, como solidão, carência afetiva e excesso de confiança interpessoal, que podem ser explorados por agentes mal-intencionados.

Por fim, verificou-se que a educação financeira exerce papel fundamental na promoção da autonomia, da consciência crítica e da proteção patrimonial dos idosos. Após participar das atividades, os indivíduos relataram maior confiança em suas decisões e maior capacidade de identificar situações de risco. Dessa forma, a pesquisa reafirma que intervenções educativas contextualizadas são essenciais para reduzir a vulnerabilidade financeira e promover bem-estar econômico e emocional na terceira idade, respondendo plenamente ao objetivo geral e aos objetivos específicos propostos.

REFERÊNCIAS

AGÊNCIA BRASIL. **Dificuldade em acessar serviço digital torna idoso vulnerável a golpes**. 2025. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/>. Acesso em: 24 out. 2025.

BACEN – BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Cidadania Financeira**: Programas e Iniciativas. Brasília, DF: BACEN, 2021.

BUAES, C. S. **Educação Financeira com Idosos em um Contexto Popular**. *Educação em Revista*, Belo Horizonte, v. 31, n. 4, p. 195-216, 2015.

CNSEG. **Sem planejamento financeiro seu futuro em risco**. [S.l.: s.n.]. Disponível em: <https://cnseg.org.br/conteudos/sem-planejamento-financeiro-seu-futuro-em-risco>. Acesso em: 24 out. 2025.

CAMPÊLO, Maria Adriana. **Estresse financeiro: causas, consequências e estratégias de enfrentamento**. Portal do Investidor, 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/investidor/pt-br/penso-logo-invisto/estresse-financeiro-causas-consequencias-e-estrategias-de-enfrentamento>. Acesso em: 28 out. 2025.

ENEF. **Estratégia Nacional de Educação Financeira**. Brasília: ENEF, 2010.

ENEF – ESTRATÉGIA NACIONAL DE EDUCAÇÃO FINANCEIRA. **Relatório de Gestão da ENEF**. Governo Federal do Brasil, 2017.

FUNPRESPJUD. **[Página Inicial]**. [S.l.: s.n.]. Disponível em: <https://www.funprespjud.com.br/>. Acesso em: 24 out. 2025.

IGLESIAS, Martin C.; PADOVESI, Gabriel K. **Finanças comportamentais e arquitetura de escolhas: como prever a irracionalidade do mercado e criar soluções financeiras humanizadas**. Rio de Janeiro: Editora Alta Books, 2024.

INSTITUTO DE LONGEVIDADE. **10 Dicas para organizar as finanças depois dos 60 anos**. 2024. Disponível em: <https://institutodelongevidade.org/longevidade-financeira/financas/dicas-para-organizar-as-financas-depois-do-60-anos>. Acesso em: 24 out. 2025.

INSTITUTO DE LONGEVIDADE. **Proteção financeira na velhice exige planejamento e conversas antecipadas**. 2025. Disponível em: <https://institutodelongevidade.org/longevidade-financeira/financas/protecao-financeira-na-velhice>. Acesso em: 24 out. 2025.

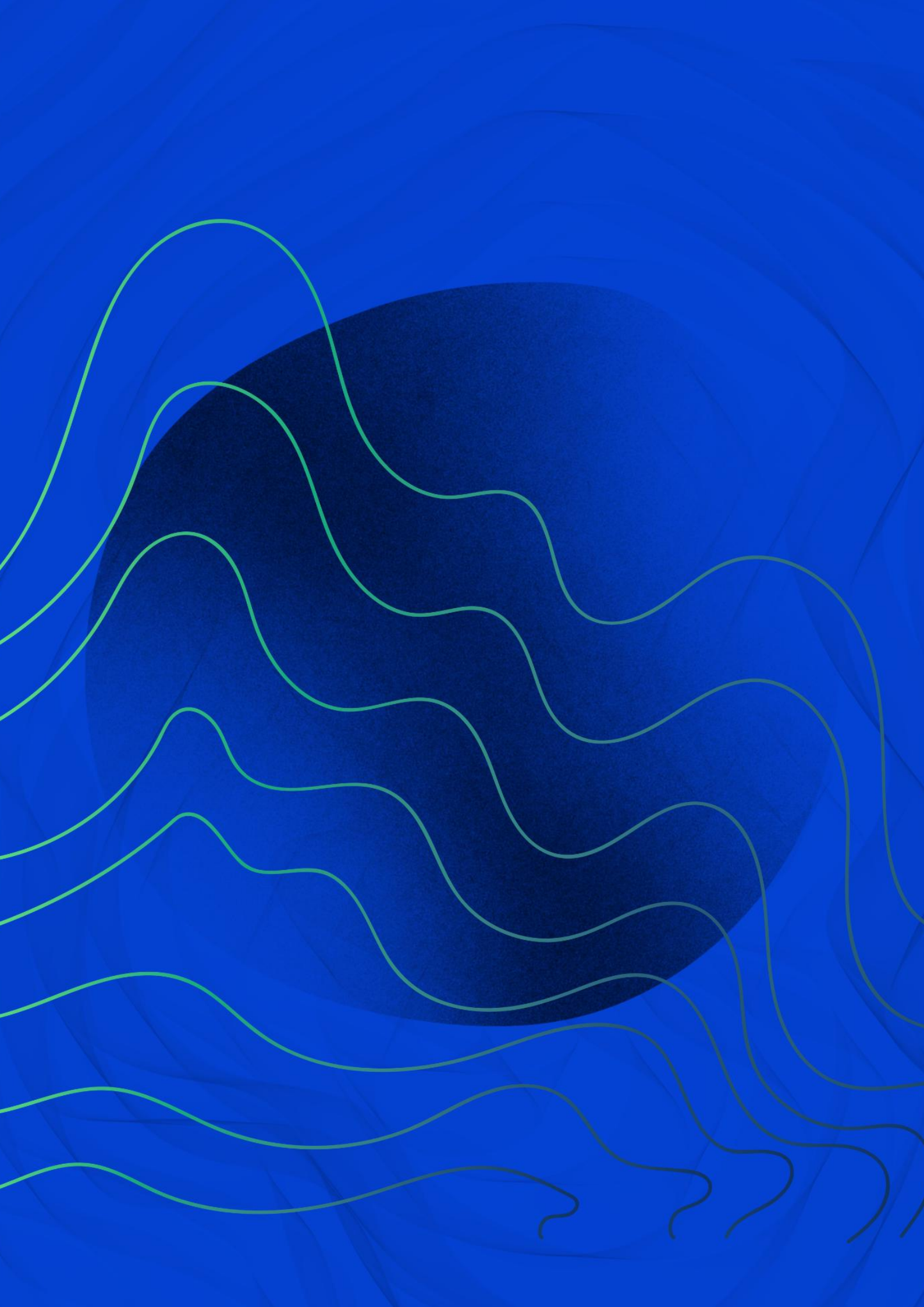
IGLESIAS, Ricardo; PADOVESI, Ricardo. **Psicologia Econômica**. [S.l.: s.n.], 2024.

- KAHNEMAN, Daniel. **Rápido e devagar**: Duas formas de pensar. Rio de Janeiro: Objetiva, 2012.
- KAHNEMAN, D.; TVERSKY, A. **Prospect Theory**: An Analysis of Decision under Risk. *Econometrica*, v. 47, n. 2, p. 263-291, 1979.
- KESTER, M. S. et al. **Aging and the control of attention**. *Psychology and Aging*, v. 17, n. 4, p. 586-597, 2002.
- LEE, Y. J. **Financial literacy and well-being in old age**. *Journal of Consumer Affairs*, v. 53, n. 1, p. 18-38, 2019.
- LUCYSZYN, V. H.; FLEITAS, V. **Educação Financeira para a Terceira Idade**. Caderno PAIC, v. 20, n. 1, p. 11-23, 2020.
- LUSARDI, A.; MITCHELL, O. S. **The Economic Importance of Financial Literacy: Theory and Evidence**. *Journal of Economic Literature*, v. 52, n. 1, p. 5-44, 2014.
- MALLOY-DINIZ, Leandro F.; FUENTES, Daniel; CONSENZA, Ramon M. **Neuropsicologia do envelhecimento**. Porto Alegre: ArtMed, 2013.
- OECD. **Financial Education and the Older Generation**. Paris: OECD Publishing, 2015.
- OECD. **Recommendation on Principles and Good Practices for Financial Education and Awareness**. Paris: OECD Publishing, 2005
- UOL. **10 hábitos que fazem você viver mais e melhor, de acordo com a ciência**. 2019. Disponível em: <https://www.uol.com.br/vivabem/noticias/redacao/2019/11/28/10habitos-que-fazem-voce-viver-mais-e-melhor-de-acordo-com-a-ciencia.htm>. Acesso em: 24 out. 2025
- POPP, H. G. **Educação financeira e comportamento financeiro**: uma análise da produção científica. *Revista Brasileira de Finanças*, v. 16, n. 3, p. 433-455, 2018.
- PORTAL DO INVESTIDOR. **Terceira Idade e Finanças**. 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/investidor/pt-br/penso-logo-invisto/terceira-idade-e-financas#:~:text=contra%20fraudes%20financeiras,-Planejamento%20Financeiro%20na%20Terceira%20Idade,sérias%20e%20de%20forte%20impacto>. Acesso em: 24 out. 2025.
- SILVA, M. R.; OLIVEIRA, D. P. **Educação financeira na terceira idade**: Autonomia, proteção e qualidade de vida. *Revista Brasileira de Gerontologia*, v. 23, n. 2, p. 1-12, 2020.
- SOUZA, Ana. **Hábitos Financeiros e Sobrevivência Emocional**. [S.l.: s.n.], 2025.

SOUZA, Ronaldo. Entre o impulso e a intenção: a psicologia por trás dos hábitos financeiros. Portal do Investidor, 2025. Disponível em: oleta de dados. Acesso em: 26 out. 2025.

VAN ROOIJ, M.; LUSARDI, A.; ALESSIE, R. **Financial Literacy, Retirement Planning and Household Wealth**. The Economic Journal, v. 121, n. 550, p. 309-339, 2011.

ARGIMON, I. I. L. Aspectos cognitivos do envelhecimento humano. Revista Brasileira de Psiquiatria, v. 28, n. 1, p. 64-67, 2006.





**III MOSTRA INTERNACIONAL DE
ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO**

**AN
AIS**

2025



FACAPE
FACULDADE DE PETROLINA



PETROLINA
PREFEITURA

III MIEPE – ANAIS 2025

Mostra Internacional de Ensino, Pesquisa e Extensão

A integralidade do conteúdo, dados, informações e correções contidos nos artigos é exclusiva responsabilidade de seus respectivos autores. O compartilhamento e download da obra são permitidos, desde que os créditos sejam devidamente atribuídos aos autores.

Qualquer modificação na obra ou seu uso para fins comerciais é expressamente proibido. A comissão organizadora do evento "[MIEPE - Mostra Internacional de Ensino, Pesquisa e Extensão](#)" não assume responsabilidade por quaisquer alterações nos endereços convencionais ou eletrônicos mencionados na obra.

2025 by FACAPE

Copyright © FACAPE

Copyright do Texto © 2025 Os autores

Copyright da Edição © 2025 FACAPE

Direitos cedidos para esta edição à FACAPE pelos autores

Editor Chefe

FACAPE

Diagramação

Yuri Augusto Gomes Fontes

Sara Rubens Andrade

Revisão

Os autores

Realização

Faculdade de Petrolina – FACAPE

Comissão Organizadora

Dr. Genivaldo do Nascimento

Dra. Maria do Socorro Macedo Coelho Lima

Esp. Marilúcia de Souza Correia Vasconcelos

Ma. Laíse Nunes Mariz Leca

Ma. Maria Lucia da Silva Souza

Esp. Renan Herbert Miranda Borges

Katya Bonelo Morales

Mónica González García

Mónica Martínez-Arévalo

Comitê Científico

Dra. Maria do Socorro Macedo
Coelho Lima

Dr. Genivaldo do Nascimento

Dr. Moisés Diniz de Almeida

Me. Laíse Nunes Mariz Leça

Dra. Renata Ferreira Rios

Dr. Simão Pedro dos Santos

Dr. Carlos Antonio Guimarães Silva

Me. José Damião Lima de Medeiros

Ma. Maria Lúcia da Silva Souza

Dr. Carlos Antonio Guimarães Silva

Me. José Damião Lima de Medeiros

Me. Michela D'Ark Campos Mota

Me. Carlos Eduardo Romeiro Filho

Esp. Daniel Hirochi Sukeda

Me. Carlos Eduardo Romeiro Filho

Dr. Edson Jorge Pacheco

Ma. Paula Conceição Gonçalves
Serra Azul

Dra. Alessandra Gomes Marques
Pacheco

Me. Vlader Nobre Leite

Dr. Ricardo José Rocha Amorim

Dra. Dinani Gomes Amorim

Me. Simone Matos Lacerda Leite

Dra. Liliane Caraciolo Ferreira

Dr. Raimundo Nonato Lima Filho

Simone Matos Lacerda Leite

Dra. Liliane Caraciolo Ferreira

Me. Paula Conceição Gonçalves
Serra Azul

Esp. Daniel Hirochi Sukeda

Me. Aranin Queiroz de S. Santos

Katya Bonelo Morales

Victor Amar

Marcela Croce

Mónica González García

Mónica Martínez-Arévalo

Almeida Augusto Queta

A532c

Anais da III MIEPE (2. ; 2025 Petrolina - PE)

Caderno de Resumo – III MIEPE – Mostra Internacional de Ensino, Pesquisa e Extensão.
Organizadoras: Marilúcia de Souza Correia Vasconcelos; Laise Nunes Mariz Leca; Maria Lucia da Silva Souza – Petrolina - PE: AEVSF/FACAPE, Petrolina-PE, 2025. 1044p. v.2

Material bibliográfico em PDF

Disponível em:

<https://fcape.otimizeit.com.br/iii-miepe-mostra-internacional-de-ensino-pesquisa-e-extensao/>

ISBN: 978-65-01-86340-5

1- Ensino, Pesquisa e Extensão Universitário; 2- Anais da III MIEPE – Mostra Internacional de Ensino, Pesquisa e Extensão; 3- Ensino Superior – Mostras Científicas; 4- Desenvolvimento Regional - Semiárido

CDD 060

APRESENTAÇÃO

Publicação dos **Anais da III MIEPE – Mostra Internacional de Ensino, Pesquisa e Extensão da FACAPE**.

Como desdobramento acadêmico-científico da **III Mostra Internacional de Ensino, Pesquisa e Extensão da Faculdade de Petrolina (III MIEPE)**, foi realizada a publicação dos Anais do evento, organizados em dois volumes, com o objetivo de assegurar a sistematização, preservação e ampla divulgação da produção científica apresentada. A divisão dos anais em volumes distintos decorreu do expressivo número de trabalhos submetidos, avaliados e aprovados, refletindo a consolidação da MIEPE como espaço relevante de socialização do conhecimento científico.

Os anais reúnem os resumos e artigos científicos aprovados, oriundos de diferentes áreas do conhecimento, contemplando produções desenvolvidas no âmbito do ensino, da pesquisa e da extensão. A publicação dos trabalhos permite ampliar a visibilidade institucional da **FACAPE** e das instituições participantes, além de contribuir para a democratização do acesso ao conhecimento científico, assegurando o registro formal das produções acadêmicas apresentadas durante o evento.

A organização dos anais observou critérios técnico-científicos, incluindo padronização textual, identificação de autoria, vinculação institucional e classificação por áreas temáticas, garantindo qualidade editorial e confiabilidade acadêmica. A publicação em dois volumes possibilitou maior organização do material, melhor navegabilidade e adequada distribuição dos conteúdos, respeitando a diversidade temática e o volume significativo de contribuições recebidas.

A disponibilização dos **Anais da III MIEPE**, em formato digital e de acesso público, reforça o compromisso da **FACAPE** com a difusão científica, a valorização da produção acadêmica discente e docente e o fortalecimento da cultura de pesquisa institucional. Trata-se de um importante instrumento de memória científica e de apoio a futuras investigações, alinhado às diretrizes do Plano de Desenvolvimento Institucional e às boas práticas de comunicação científica.

Maria do Socorro Macedo Coelho Lima
Coordenadora de Pós-graduação da FACAPE e organizadora da MIEPE

PROGRAMAÇÃO

SALA 03 - DIREITO - 03/11/25
PRESENCIAL – MATUTINO

A FALÁCIA DA REDUÇÃO DA MAIORIDADE PENAL: A ILUSÃO PUNITIVA DIANTE DA EXCLUSÃO SOCIAL	ADILSON LIMA DE AMORIM CARLOS CAETANO NERY VASCONCELOS MARIA LUIZA SANTOS BATISTA MARIA EDUARDA ANDRADE COLAZZO MARIA IZIS AMORIM MARIANO EDSON PACHECO
A REPRESENTAÇÃO DE PRODUTORES E TRABALHADORES RURAIS SOBRE A EFICÁCIA DO PL 715/23.	YASMIM DA SILVA AGUIAR MATHEUS MIRENDA DE ARAUJO JULIANA VITORIA MACIEL MOTA GABRIELLE SIQUEIRA NICÉAS DE ALBUQUERQUE
A VIOLÊNCIA SILENCIOSA NAS ESCOLAS: UMA ANÁLISE DO BULLYING E CYBERBULLYING	GIOVANA CARDOSO ARGOLO ADNA ANITA LEITE BEZERRA MARIA ALICE SOUSA MENDES MARYA JULLYA ALVES MENEZES MARIA LEONTINA NUNES FREITAS EDSON PACHECO
CIDADANIA DIGITAL: CYBERBULLYING E AGRESSÕES DIGITAIS UMA EXPERIÊNCIA NAS	ANNA CLARA PEREIRA COELHO BRIENNA KALINE DE SOUZA GUIMARÃES NÍNIVE CRISTINA NOGUEIRA SANTOS ANA ISABELLA MORAIS ALENCAR

ESCOLAS DE PETROLINA/PE.	LAÍSE MARIZ ERIKA RAQUEL COSTA BARBOSA
FUNDAMENTOS DO ESTADO DEMOCRÁTICO DE DIREITO E A CONSTITUIÇÃO FEDERAL	AMANDA KAMILLY CARVALHO RAMOS DO NASCIMENTO ISLAYNE SOUSA
MARCA FIGURATIVA	PATRÍCIA ANTUNES RODRIGUES DAYANE DA SILVA RIBEIRO RODRIGUES MARIA ÁUREA FAUSTINO DOS SANTOS DEA RAQUEL ALVES NASCIMENTO
O MITO DO IUS PUNIENDI NO DIREITO PENAL	ADILSON LIMA DE AMORIM EDSON PACHECO

SALA 04 – DIREITO E SERVIÇO SOCIAL - 03/11/25
PRESENCIAL – MATUTINO

A CONSTITUCIONALIZAÇÃO DO DIREITO RECURSAL: EFETIVIDADE OU FORMALISMO?	GLEYCIANE MAYARA DA SILVA SILVEIRA YARA VIVIANE NUNES FLOR CARLOS HENRIQUE BRAGA DE NEGREIROS ARAÚJO SAMUEL MOISÉS FERREIRA DOURADO MÁRCIO MURILO RIBEIRO DOS SANTOS BISPO REBECCA LIA RODRIGUES SOUTO MEDEIROS
CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR: GARANTIA DE TRANSPARÊNCIA E SEGURANÇA NAS RELAÇÕES DE CONSUMO	EVYLLA RAYANNE RODRIGUES DE OLIVEIRA MOURA GABRIELLA LEMOS FEITOSA LUCIANO LOPES DA SILVA

	MARIA CLARA FERREIRA DOMINGOS MOREIRA GOMES FILHO
EDUCAR PARA PROTEGER: EXPERIÊNCIAS PEDAGÓGICAS NO AMBIENTE ESCOLAR COMO MECANISMO DE PREVENÇÃO À VIOLÊNCIA INFANTOJUVENIL	GABRIEL RODRIGUES DINIZ MARIANA ALVES BARBOSA ERIKA STHEFANY ALVES DE MACEDO MARIA LÚCIA DA SILVA SOUZA
ENTRE O DIREITO E A REALIDADE: A FALTA DE MATERIAIS MÉDICOS NAS UBS DE PETROLINA	KHIVIA RAQUEL DA SILVA ANDRADE LARA BEATRIZ MONTEIRO E SILVA GABRIELA LACIO LIBORIO ESDHRAS ANTELLY FERNANDES ANDRADE LEONARDO ALVES PEREIRA
FORTALECIMENTO DA AUTORIDADE PARENTAL E DA CIDADANIA POR MEIO DA EDUCAÇÃO JURÍDICA DIALÓGICA NO CRAS DO RIO CORRENTE	KESIA LOPES DE BRITO VITORIA BORGES NUNES DOS REIS JULIANA APARECIDA DA SILVA RIBEIRO THIAGO FERREIRA DA SILVA ANA VITÓRIA EVELYN EVANGELISTA NERES GERALDINE CAVALCANTI LINS
POR QUE A PRISÃO PERSISTE? UMA ANÁLISE CRÍTICA DO SISTEMA PENAL SOB A PERSPECTIVA FOUCAULTIANA	JÚLIA GONÇALVES ANDRADE MÁRCIO MURILO RIBEIRO DOS SANTOS BISPO REBECCA LIA RODRIGUES SOUTO MEDEIROS

RESPEITO E EMPATIA NA REDE	BRENDA MARTINS DA CRUZ ESTHER SIQUEIRA NERY MILKA ELIAS LEITE DA SILVA LAURA EMANUELA GOMES SILVA KALINE GOMES DE SÁ RIBEIRO FERREIRA EDSON PACHECO
SEGURANÇA JURÍDICA NO COMÉRCIO PREVENÇÃO DE LITÍGIOS E SUSTENTABILIDADE EMPRESARIAL	VITORIA BORGES NUNES DOS REIS EDUARDO LUSTOSA RIBEIRO DAVI GABRIEL DE MIRANDA CAVALCANTI MURILO ALVES DOS SANTOS POLIANA SOUSA DA SILVA DOMINGOS MOREIRA GOMES FILHO

SALA 09 - DIREITO - 03/11/25
PRESENCIAL – VESPERTINO

A IMPORTÂNCIA DA LOGÍSTICA NA EXECUÇÃO DE AÇÕES VOLTADAS À EJA	MARIA EDUARDA PEREIRA DE MORAES DANTAS ANA GRAZIELLY DA CONCEICAO SOUSA ELLEN LORRANY CARIRI DE OLIVEIRA WÍVINE MILENA DOS SANTOS SILVA
A NECESSIDADE DE UMA REGULAMENTAÇÃO JURÍDICA PAUTADA NOS DIREITOS FUNDAMENTAIS DO SER HUMANO COMO PARADIGMA PARA A	ELLEN CAMILLY ANA LETICIA DANTAS NOGUEIRA ANA LAURA SOUZA BASTOS HYGO MATHEUS DAMASCENA

PROTEÇÃO DOS ANIMAIS EM PETROLINA.	
DESIGUALDADE SOCIAL E SELETIVIDADE NO SISTEMA DE APLICAÇÃO DE MEDIDAS SOCIOEDUCATIVAS	EDSON PACHECO CARLOS CAETANO NERY VASCONCELOS MARIA LUIZA SANTOS BATISTA MARIA EDUARDA ANDRADE COLAZZO MARIA IZIS AMORIM MARIANO
FRAUDES ONLINE: COMO SE PROTEGER NA INTERNET/ UMA EXPERIÊNCIA DE EXTENSÃO EM ESCOLAS DE PETROLINA-PE	JOICE DE SOUZA SILVA
MARCA NOMINATIVA	GUSTAVO ALBUQUERQUE RIBEIRO ANA VICTORIA CARVALHO DOS SANTOS IAGO ALVES DE SOUSA KAROLLINE SANTOS RODRIGUES CANUTO VICTOR HUGO FREIRE GUERRA
O ACESSO À JUSTIÇA E A DEFENSORIA PÚBLICA NO MUNICÍPIO DE PETROLINA - PERNAMBUCO: EFETIVIDADE OU ILUSÃO?	INGRID KEMILLY COSTA MARINHO ERICA ALVES DE MACEDO MARIA EDUARDA DANTAS NOBRE MARIA CLARA DA SILVA PEREIRA CARMEN LÚCIA DOS SANTOS RAMOS BARBOSA
O IMPACTO DA REFORMA TRIBUTÁRIA NA PERCEPÇÃO DE PREÇOS: UMA ANÁLISE ANTROPOLÓGICA DO	CLEBSON RODRIGUES DA SILVA GETULIO FERREIRA DE MELO

COMPORTAMENTO DO CONSUMIDOR NO MERCADINHO SÃO FRANCISCO EM PETROLINA	MARIA IZANI CAVALCANTI TORRES DE ALENCAR NATANY NAIRA SILVA SEIXAS RAY SIQUEIRA SILVA
VIOLÊNCIA OBSTÉTRICA NO VALE DO SÃO FRANCISCO: UMA ANÁLISE SOCIOLÓGICA E JURÍDICA	SOFIA CASTRO BARROS EVILLIN EDUARDA OLIVEIRA SOUZA AMANDA BARBALHO ANA JULIA

SALA 10 - DIREITO - 03/11/25
PRESENCIAL – VESPERTINO

A CRIMINALIZAÇÃO DA LGBTFOBIA COMO RACISMO: AVANÇOS E DESAFIOS NA EFETIVAÇÃO DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS	NALANDA ARIANY TELES SILVA CLODOALDO PEREIRA DA SILVA LARA BEATRIZ VIEIRA GUIMARÃES THAYNARA MARIA ANGELIM CALLOU VANESSA DOS ANJOS SOUZA CARLOS EDUARDO ROMEIRO PINHO
A OFICINA EDUCATIVA “LINHA DO RESPEITO”: A LUDICIDADE COMO FORMA DE PREVENÇÃO ÀS VIOLÊNCIAS CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES NO ÂMBITO ESCOLAR MUNICIPAL	MARIA FERNANDA JAMBEIRO DE SOUZA ERIKA JOSIANE DAMASCENO DA SILVA LORENA PAES MARIA JÚLIA ARISTÉ SANTOS COSTA

CIDADANIA EM AÇÃO: DIREITOS, CONSUMO E VOZ	JORDANA TORRES FERREIRA ARTHUR DA SILVA DELMONDES GIOVANNA BARBOSA RIBEIRO GABRIEL DA SILVA
DIREITO, POLÍTICA E INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL: UMA ABORDAGEM INTERDISCIPLINAR SOBRE REGULAÇÃO E PODER	ROMÁRIO DJAVAN LINS DE ARAÚJO GISLAINE BAGAGI LIMA WANESSA FERREIRA ARAUJO
DROGAS DE ABUSO: A CONTRIBUIÇÃO DA EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA NA PREVENÇÃO, CONSCIENTIZAÇÃO E PROMOÇÃO DA SAÚDE MENTAL	THAYNÁ AMORIM REIS SAMILA RAÍSSA PEREIRA DA SILVA JAMILLY ALENCAR CAVALCANTE DE ALMEIDA JOSE AUGUSTO PACHECO DE CASTRO FILHO LUANE DE CARVALHO COELHO EDSON PACHECO
O ARTIGO 203 DO CÓDIGO PENAL E A VIOLAÇÃO DE DIREITO TRABALHISTA NO BRASIL	ERY CARLA GONCALVES RIBEIRO ANNY GABRIELE CARVALHO BARROS ADRIANE ALVES RODRIGUES IANDRA MOURA GOMES MARCOS ANTONIO DE LUCENA MEDEIROS MICHELLE VIEIRA COSTA
O CYBERBULLYING COMO CONSEQUÊNCIA DOS JOGOS ONLINE	PAULO EDUARDO DE SOUSA FERREIRA LADYJANE SOUZA SILVA CARLA DAIENE DA SILVA GONÇALVES

	LAVÍNIA MANGABEIRA MEDEIROS DE OLIVEIRA ANA CARLA MENDES COELHO
OQUE SÃO DADOS PESSOAIS E POR QUE DEVEMOS PROTEGÊ-LOS ? CIDADANIA DIGITAL EM EXTENSÃO	GESSÉ DE SOUZA EUFRASIO JÚNIOR BEATRIZ GOMES ALVIM ÍTALO SAMPAIO LAÍSE MARIZ MARIA ISABELA VIEIRA SILVA SOUZA

SALA 13 - INTERDISCIPLINAR - 03/11/25
PRESENCIAL – NOTURNO

A IMPORTÂNCIA DA VALORIZAÇÃO DA BIODIVERSIDADE DA CAATINGA NO ENSINO DE CIÊNCIAS	LUCAS FILIPE DIAS DA FRANCA SOUZA
DESENVOLVIMENTO E DIVULGAÇÃO DE EXPERIÊNCIAS NA CIÊNCIA E TECNOLOGIA	GUILHERME ANTONIO FINAZZI KAIO RIAN DE MORAIS
GESTÃO, SUSTENTABILIDADE E MEIO AMBIENTE: O DESAFIO DOS DIAS ATUAIS (O CASE DA ICOFORT EM JUAZEIRO- BA)	JOAO PEDRO MEDRADO PADILHA ARAÚJO LARA YANDRA PEREIRA SANTOS ARTHUR RODRIGUES VARGAS DE SOUZA MARIA LUIZA DE SOUZA MACEDO TORRES JOSIELMA DOS SANTOS OLIVEIRA ANTONIO DE SANTANA PADILHA NETO
INCOTERMS: CLÁUSULAS QUE AUXILIAM	LARA CHAYANNA RAMOS DE SOUSA EITOR GRANGEIRO SILVA

EMPRESAS NO PROCESSO DE INTERNALIZAÇÃO.	JULIANA VITORIA MACIEL MOTTA LUEDSON GOMES NASCIMENTO MYLENE KATLLEN DOS SANTOS SILVA YASMIM DA SILVA AGUIAR
O IMPACTO DAS REDES SOCIAIS NA FORMAÇÃO ESCRITA DOS ADOLESCENTES	GUILHERME FRANKLIN DA SILVA ANDRADE MARIANA GOMES SOUZA MARIA VITORIA SANTOS BARBOSA
STARTUPS DE IMPACTO SOCIAL E SUA CONTRIBUIÇÃO PARA A EFETIVAÇÃO DE DIREITOS FUNDAMENTAIS	GILMARA BIANCA DIAMANTINO GOMES MARIA FERNANDA OLIVEIRA SILVA FLARIS ESDHRA ANTELLY FERNANDES ANDRADE LARA BEATRIZ MONTEIRO E SILVA RAY SIQUEIRA SILVA GABRIELA LACIO LIBORIO DEISE CRISTIANE DO NASCIMENTO
UM CONTRASTE ENTRE TEORIA DOS FUNDAMENTOS MORAIS E A TEORIA DA MORALIDADE COMO COOPERAÇÃO NA DETECÇÃO DE CONTEÚDO E CONFLITO EM SÉRIES TELEVISIVAS	BIANCA GUERRA MENCK ANNA JULIA FERREIRA DOS SANTOS MATEUS SILVESTREIN

SALA 14 – ECONOMIA E COMÉRCIO EXTERIOR - 03/11/25
PRESENCIAL – NOTURNO

A INFLUÊNCIA DA POLÍTICA NACIONAL NO	CLARISSE DE SOUSA MARQUES
--------------------------------------	---------------------------

COMÉRCIO EXTERIOR: REFLEXOS DA ELEIÇÃO PRESIDENCIAL	
DESAFIOS E OPORTUNIDADES DO MERCADO DE TRABALHO NA CONTEMPORANEIDADE PARA GESTORES DE EMPRESAS	PRISCILA SILVA BARBOSA PAULA VITÓRIA LUBARINO RODRIGUES LUARA COELHO LIMA SILVA YARA ALVES DE SOUZA ANTONIO DE SANTANA PADILHA NETO RONALDO SANTOS OLIVEIRA
GEOPOLÍTICA GLOBAL E SEUS REFLEXOS NAS EXPORTAÇÕES E IMPORTAÇÕES DO BRASIL EM 2025	ERIC DE PADUA BATISTA
PROJETO DE EXTENSÃO CONCRETIZE JR E A SUA CONTRIBUIÇÃO NA FORMAÇÃO DO ENGENHEIRO CIVIL	RANA ASSÍRIA AMORIM EDJAINE MARISA DOS SANTOS
REGISTRO DE MARCAS	LARA MARIA ARAÚJO LIMA DA SILVA JOSÉ FELIPE GOMES COELHO MATHEUS DANTAS MAX ROCHA MICHELE KAILANE RODRIGUES DE SOUZA NOVAIS ANDRESSA KARINNE DE MENEZES SANTOS CECÍLIA GIL FERREIRA DA SILVA

SALA 18 - DIREITO - 03/11/25
PRESENCIAL – NOTURNO

A LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS E A CADEIA PRODUTIVA DA FRUTICULTURA NO VALE DO SÃO FRANCISCO	AMANDA VICTORIA DA SILVA CRUZ CÁSSIA LORENA OLIVEIRA DOS SANTOS MARIA RAYLLANE DE SOUZA FERREIRA NAIARA BARBOSA SANTOS RODRIGUES DINANI GOMES AMORIM
A PROTEÇÃO DAS CRIANÇAS E ADOLESCENTES EM TEMPOS DE EXPOSIÇÃO DIGITAL	CÉSAR AUGUSTO SILVA DONATO SOBREIRA DANIEL RODRIGUES FIGUEREDO PALOMA DO NASCIMENTO RÊGO ANDRADE ANA CARLA MENDES COELHO
ALÉM DOS CÓDIGOS: O DIFERENCIAL COMPORTAMENTAL NA FORMAÇÃO DO PROFISSIONAL DE DIREITO.	ERICK BATISTA RAMOS LEVI FILIPE DE SENA CARVALHO MARCOS ANTONIO DA SILVA JUNIOR MARX OSIRIS VIEIRA ANDRADE DANTAS PAULO HENRIQUE HIGINO FREIRE PEDRO GABRIEL ABADE COELHO ANTÔNIA APARECIDA BARROS ALENCAR CORREIA
CIDADANIA EM AÇÃO: DIREITO, CONSUMO E VOZ	ESTEVÃO OLIVEIRA DE ARAUJO JUNIOR
ETHOS E CENOGRAFIA EM AÇÃO: A DIMENSÃO DIDÁTICA DO JULGAMENTO NO PALCO	ANTÔNIA APARECIDA BARROS ALENCAR CORREIA
FAKE NEWS E DESINFORMAÇÃO: COMO	CRISTIANE DE SÁ DOURADO

RECONHECER E EVITAR: UMA EXPERIÊNCIA DE EXTENSÃO EM ESCOLAS DE PETROLINA/PE.	MATEUS BARROS DA SILVA NALDO BRUNO MONTEIRO NASCIMENTO STHEFANY ARAUJO TORRES LAÍSE MARIZ
LCPD NO SETOR AGRO: ANÁLISE DA TRANSPARÊNCIA E SEGURANÇA DE DADOS NA PLATAFORMA AGROLABS	ATHENA LETÍCIA BRITO SILVA AINARA BENVENUTO TINOCO LUCAS MATHEUS CARVALHO PARANHOS RICARDO AMORIM
REDES SOCIAIS E SEUS IMPACTOS LEGAIS	WILLIAM DEIVYD LIMA SOUZA LAÍSE MARIZ AKYRA RAYANE CONCEIÇÃO SOUSA IARA APARECIDA BARROS DE CASTRO ANNA CAROLINA SOUZA SILVA

SALA 19 - DIREITO - 03/11/25
PRESENCIAL – NOTURNO

A MARCA TRIDIMENSIONAL NO CENÁRIO JURÍDICO E MERCADOLÓGICO BRASILEIRO UMA ANÁLISE EM CONSTRUÇÃO	KATHARINA JUREMA SEGUNDO LUIS FELIPE PEREIRA DE BARROS NOEMI DE LIMA SAMPAIO MARIA LUIZA GOMES FRAGA LETÍCIA VITÓRIA DE SOUZA WÂNIA JAGUARACY DE SENA MEDRADO
A PORNOGRAFIA COMO FATOR GERADOR E AGRAVANTE DE PROBLEMAS	ANDREZA DOS SANTOS ESTEVAM MARX OSIRIS VIEIRA ANDRADE DANTAS

PSICOSSEXUAIS: ANÁLISE DAS POSSÍVEIS ATUAÇÕES DO DIREITO.	
A POSSIBILIDADE DO ABORTO LEGAL NOS CASOS DE STEALTHING: UMA ANÁLISE A LUZ DA CRIMINOLOGIA FEMINISTA	GABRIELLE MARQUES FOGIATO JAMILLE BEATRIZ CAMPOS SILVA MARIANA EVA SOUZA DIAS
A RESPONSABILIDADE PENAL POR CRIMES AMBIENTAIS: SEUS DESAFIOS E PERSPECTIVAS	MARIA EDUARDA DE SOUZA COSTA OLIVEIRA POLYANY LUIZA ALMEIDA LIMA ANDRESSA CRISTINA DE ALMEIDA MARQUES MARIA ELOIZA PEREIRA CORDEIRO MARIA JANIELE ALVES DE OLIVEIRA
ADULTIZAÇÃO DAS CRIANÇAS: DESAFIOS À PROTEÇÃO INFANTIL NO CONTEXTO DO ECA	RAYRA IANDARA SILVA RAMOS LUCIANA SILVA FONSECA BARBOSA FILHA MARIANA MAYUMI BARBOSA SOUTO
CIDADANIA EM AÇÃO: DIREITOS, CONSUMO E VOZ	GIOVANNA MARQUES BARBOSA
ESTRATÉGIAS DE ENGAJAMENTO E LINGUAGEM DIGITAL: O DESAFIO DE COMUNICAR CRIMINOLOGIA NAS REDES SOCIAIS	CAMILA COSTA SOUSA CLAUDIA VITORIA DA SILVA ARRUDA ISADORA BRITO LETICIA ANGELIM MARCOS CAINAN FERREIRA DE SOUZA EDSON PACHECO

EVENTOS CULTURAIS E A VISIBILIDADE DA COMUNIDADE LGBTQIAPN+	JOSILENE ALVES DE LIMA CARLOS EDUARDO ROMEIRO PINHO GILDEANE GOMES DOS SANTOS SOUZA LUCAS GABRIEL DE SOUZA BEZERRA MARIA CLARA NOGUEIRA ALVES
MINORIAS E CIDADANIA NO BRASIL: O PAPEL DAS POLÍTICAS PÚBLICAS NA INCLUSÃO SOCIAL	KHIVIA RAQUEL DA SILVA ANDRADE GABRIEL CALDAS DE LUNA

SALA 20 - DIREITO - 03/11/25
PRESENCIAL - NOTURNO

A CONSCIENTIZAÇÃO DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES SOBRE OS RISCOS E A RESPONSABILIDADE PARENTAL NO MUNDO DIGITAL	MICHELLE VIEIRA COSTA ANA CARLA MENDES COELHO ADRIANA TOMAZ DE SOUZA CELESTE ALENCAR BRANDÃO NUNES TARCIZIO PEREIRA GAMA FILHO
A CRIMINALIZAÇÃO DO BULLYING E CYBERBULLYING NO CODIGO PENAL	ALYSSON LUNA OLIVEIRA CARDOSO RAMON DAVID DA SILVA RODRIGUES ERYKA MONIQUE NUNES DA SILVA ANA CARLA MENDES COELHO
CIDADANIA EM AÇÃO: DIREITOS, CONSUMO E VOZ	ESDRA ALEXANDRE MARÇAL DE SOUSA
DIREITO ITINERANTE: A IMPORTÂNCIA DA	MARCOS ANTONIO DE LUCENA MEDEIROS ANNA PRISCILA ALENCAR DE OLIVEIRA

INFORMAÇÃO JURÍDICA SOBRE ALIMENTOS	KARINA SOUZA LYVIA DIORVANNA JERÔNIMO MOTA PEDRO HENRIQUE DE LIMA SILVA GERALDINE CAVALCANTI LINS
EDUCAÇÃO PARA A PROMOÇÃO DA SAÚDE FÍSICA E MENTAL NAS ESCOLAS	JAQUELINE RODRIGUES NATHALYA OLIVEIRA DE MENEZES IHANCA MARTINS ALINE CRUZ DO NASCIMENTO ANA CARLA MENDES COELHO
MECANISMOS DE DENUNCIA E DEFESA DA COMUNIDADE LGBTQIAPN+	ÁLVARO ALMEIDA LIMA JADE CAROLINE DE ALMEIDA RIBEIRO FERNANDA DOS SANTOS OLIVEIRA DAVI CARDOSO EVANGELISTA CAMILA SIQUEIRA GALVAO DOS ANJOS
PLANEJAMENTO JURÍDICO NA EXPORTAÇÃO DE FRUTAS: DA PROPRIEDADE INTELECTUAL À LOGÍSTICA INTERNACIONAL	ERIKA ALESSANDRA DE SOUZA OLIVEIRA MILENA ELIAS CORREIA RAYANE DOS SANTOS VIEIRA GABRIEL LOPES BEZERRA THAYSE MIRELLA CRUZ SILVA PASSOS

SALA 21 – DIREITO E COMÉRCIO EXTERIOR - 03/11/25
PRESENCIAL – NOTURNO

APRENDENDO A DIZER SIM E A DIZER NÃO:	CARIS EMANUELLY MARQUES SILVA MARIA LUCIA S SOUZA
--	--

PROTEGENDO O NOSSO CORPO E SENTIMENTOS	MARIA VITORIA DE SOUZA PEREIRA REBECA CRISTINA DA SILVA E ALMEIDA VIVIAN WILLIANE SOUZA ROCHA
ASSISTÊNCIA JURÍDICA UNIVERSITÁRIA E EDUCAÇÃO: O QUE FAZER DEPOIS DO ENSINO MÉDIO?	MATHEUS PIONORIO BARROS JOSÉ LUIZ BARBOSA LIMA DANIEL CUSTÓDIO CARVALHO MARIA FERNANDA COELHO DE SOUZA EDSON PACHECO
CIDADANIA ATIVA: DIREITOS E DEVERES DA PESSOA IDOSA EM FOCO	LUCAS HENRIQUE SANTANA DA SILVA FREIRE JADE LORRAYNE FERREIRA DE MORAES SUZY GABRIELA DE SOUZA VIANA GRAZIELE ÁQUILA DE SOUZA BRANDÃO TARCIANA MIRELLA PEREIRA DOS SANTOS
DIREITO EMPRESARIAL E REFORMA TRIBUTÁRIA: IMPACTOS E OPORTUNIDADES PARA OS LOJISTAS	MIRELLE GOMES DOS SANTOS CIRLANE MARIA DA SILVA KESIA NAYANE DOMINGOS MOREIRA GOMES FILHO DANIEL FILLYPE MATEUS DE CARVALHO LARA BEATRIZ FERNANDES OLIVEIRA
INCENTIVOS FISCAIS E O PAPEL DO ESTADO NA REGULAÇÃO DA EXPORTAÇÃO DE FRUTAS NO VALE DO SÃO FRANCISCO	HEITOR VITOR DE PÁDUA LIMA MICHELA D'ARC CAMPOS MOTA MARIA CLARA SAMPAIO YASMIM LOHANY ALBUQUERQUE CASTRO MARIA VITÓRIA TELES LIMA

MAIS VIDA, MAIS VALOR: FOMENTO AO EMPREENDEDORISMO NA TERCEIRA IDADE	JULIANE DE BRITO MENDES ELAINE CONCEICAO DA SILVA ERICK BATISTA RAMOS YANDRA DA SILVA SOUZA GERALDINE CAVALCANTI LINS
O PAPEL DO ADVOGADO NA ESTRATÉGIA DE INTERNACIONALIZAÇÃO	JHUAN CARLOS VIDAL DA SILVA FERREIRA HELLEN KAROLINE DE SOUSA VIEIRA SARA ELIZABETH MARQUES SILVA DE SÁ THIEDRO DA MATA RIBEIRO SILVA

SALA 22 – ECONOMIA E COMÉRCIO EXTERIOR - 03/11/25
PRESENCIAL – NOTURNO

A INFLUÊNCIA DA GESTÃO DE PESSOAS NAS NEGOCIAÇÕES INTERNACIONAIS	LARA BRITO SOUSA SANTOS
OS EFEITOS DAS TARIFAS SOBRE PRODUTOS EM MARKETPLACES INTERNACIONAIS: UM ESTUDO SOBRE SHOPEE E SHEIN NO BRASIL	MARIA RHAYLLA DE CASTRO SOUZA
PARTICIPAÇÃO DAS MULHERES NAS ASSOCIAÇÕES DE PRODUÇÃO LEITEIRA NO ESTADO DE PERNAMBUCO	MARILEIDE DE SOUZA SÁ LUCAS EUGÊNIO PEREIRA BARBOSA PAULO DANIEL RODRIGUES DUARTE MONTEIRO SOARES MARCIANA REGINA DE MENEZES

PROTOCOLOS MULTIPROFISSIONAIS NA ASSISTÊNCIA AO PACIENTE ONCOLÓGICO: PREVENÇÃO E MANEJO DE COMPLICAÇÕES ORAIS	ANA LUISA AMARAL LUANA DUARTE COSTA RAYRA IANDARA SILVA RAMOS
REGULARIZAÇÃO DE ASSOCIAÇÕES LEITEIRAS NO ESTADO DE PERNAMBUCO	MARILEIDE DE SOUZA SÁ LUCAS EUGÊNIO PEREIRA BARBOSA PAULO DANIEL RODRIGUES DUARTE MONTEIRO SOARES MARCIANA REGINA DE MENEZES
RISCOS CAMBIAIS, CULTURAIS, JURÍDICOS E LOGÍSTICOS NAS NEGOCIAÇÕES INTERNACIONAIS DE EMPRESAS BRASILEIRAS	LARISSA SANTOS DA CONCEIÇÃO ANTÔNIA APARECIDA BARROS ALENCAR CORREIA

SALA 23 - INTERDISCIPLINAR - 03/11/25
PRESENCIAL – NOTURNO

“MEMÓRIA D’ÁGUA: SUICÍDIO, INTERTEXTUALIDADE E SIMBOLISMO EM A MENINA SUBMERSA”	MONIQUE ALMEIDA ALVES
A EDUCAÇÃO PARA A CULTURA DA PACIFICAÇÃO SOCIAL COMO INSTRUMENTO DE	ANA CARLA MENDES COELHO IANDRA MOURA GOMES GISELLE FERNANDES DE SOUSA JUSCIMARA ALVES DE SOUSA

TRANSFORMAÇÃO SOCIAL NAS ESCOLAS	MIRELLY ALVES DIAS
ATOS DE FALA E CRIANÇAS SURDAS EM PROCESSO DE AQUISIÇÃO DA LIBRAS: DESAFIOS E ESTRATÉGIAS COMUNICATIVAS	RHADDYJA SOUZA DE LIMA
DIREITO À EDUCAÇÃO SEM BULLYING OU EXCLUSÃO: USO DO NOME SOCIAL EM ESCOLAS	VICTOR MANOEL ALVES DOS SANTOS EMYLLE FABIELE SILVA GUSTAVO ISIDIO JOICE DA SILVA BEZERRA SUELLEN ANDREZA DE SOUZA FRANCK CARLOS EDUARDO ROMEIRO PINHO
DISCURSO PERSUASIVO EMOTIVO EM TRECHOS DE PERSONAGENS DE OBRAS LITERÁRIAS: PATHOS E A MANIPULAÇÃO	PATRÍCIA FERREIRA ALVES
DISCURSO PERSUASIVO EMOTIVO RM TRECHOS DE PERSONAGENS LITERÁRIAS: PATHOS E A MANIPULAÇÃO	PATRÍCIA FERREIRA ALVES
ENTRE A NORMA E A FALA: A COMPREENSÃO DA VARIAÇÃO LINGUÍSTICA NO ENSINO MÉDIO	EDILENE KARINE GOMES MONTEIRO

O DIREITO HUMANO AO TRABALHO DECENTE NO SÉCULO XXI	MARIA CLARA FERNANDES GRANJA FABIA SILVEIRA VIANA LETISCIA LIMA BRUNA ALVES CARDOSO LARISSA THOMÉ GURGEL COELHO JHULYA EVELLYN PINTO
--	---

SALA 24 – ECONOMIA E COMÉRCIO EXTERIOR - 03/11/25
PRESENCIAL – NOTURNO

ASSOCIATIVISMO EMPRESARIAL: ESTRATÉGIA DE FORTALECIMENTO DO COMÉRCIO DE PETROLINA	TALLITA SOPHIA DE BRITO FERREIRA JOÃO PEDRO MORGADO DE SOUZA LUCIANO GOMES DOS SANTOS DOMINGOS MOREIRA GOMES FILHO CARLOS MIGUEL ALENCAR FONSECA CLARA LAÍS BATISTA DA COSTA
DA SUSTENTABILIDADE À VANTAGEM COMPETITIVA: O PAPEL DO ESG NO COMÉRCIO EXTERIOR	JÚLIA GRAZIELLY OLIVEIRA CASTRO MARIA LUISA MIRORÓ DE OLIVEIRA MONTEIRO DINANI GOMES AMORIM
DREX: DESAFIOS, INOVAÇÕES E IMPACTOS NA ECONOMIA DIGITAL MODERNA	PAULO SERGIO COELHO DE OLIVEIRA ALAN RODRIGUES COELHO EDUARDO ARAÚJO PAIVA ANTONIO DE SANTANA PADILHA NETO
ECONOMIA CRIATIVA COMO IMPULSIONADORA DO	ANTONIO LOPES DOS SANTOS NETO REBECA CATARINA RODRIGUES

DESENVOLVIMENTO E FORTALECIMENTO DO COMÉRCIO LOCAL	RUTHE MARIA DA SILVA AGUIAR LIMA
ECONOMIA CRIATIVA COMO POTENCIAL ECONÔMICO PARA ALUNOS DAS ESCOLAS PÚBLICAS ESTADUAIS DE PETROLINA - PE	FERNANDO JOSÉ DE HOLANDA NUNES JOSÉ ODAILSON CONCEIÇÃO PEREIRA EMMILY DA SILVA MARQUES JOÃO PAULO BEZERRA PEDRO MANOEL SILVA DE OLIVEIRA

SALA 25 - INTERDISCIPLINAR - 03/11/25
PRESENCIAL - MATUTINO

CONSTRUÇÃO DE MOTOR DE ÍMÃS PERMANENTES INRUNNER UTILIZANDO MANUFATURA ADITIVA NA FASE DE PROTOTIPAGEM	PÉROLA VITÓRIA GOMES WESLEY FELIPE RAMON FREIRE ALVES MAGALHÃES
EDUCAÇÃO SEXUAL E CONSCIENTIZAÇÃO JUVENIL: UM PROJETO DE EXTENSÃO SOBRE GRAVIDEZ NÃO PLANEJADA NA ADOLESCÊNCIA	RAFAELA CHAGAS DOS SANTOS MISAEEL RODRIGUES DE LIMA FABIANO SANTOS SILVA SAMYA ALVES MENEZES SYBELLE CHRISTIANNE BATISTA LACERDA PEDROSA MARIA JOSÉ CAROLINA DE CARVALHO
FRAMEWORKS E BOAS PRÁTICAS EM GOVERNANÇA, PROJETOS E SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO	LAURA TEIXEIRA DOS SANTOS DINANI GOMES AMORIM JEISON MARQUES MENEZES JARDIM

	DEYZE ZUILDA SOARES FLORENTINO
HENRY MAINE (1861), A LEI ANTIGA, SUAS RELAÇÕES COM AS IDEIAS MODERNAS E A INFLUÊNCIA NO CONTROLE SOCIAL NA ATUALIDADE.	ANTÔNIO WANDERLEY DOS SANTOS NETO
IMPACTOS DA OBRA DA NOVA PONTE PETROLINA-JUAZEIRO NO ESCOAMENTO DAS EXPORTAÇÕES DO VALE DO SÃO FRANCISCO VIA SALVADOR	MICHAELLA LEIROZ PAZ GOMES WELITON BISPO PASSOS
PREVENÇÃO ORTODÔNTICA NA INFÂNCIA: CUIDADOS BUCAIS PARA EVITAR PROBLEMAS NA VIDA ADULTA	BRUNA JESUS DA SILVA BRUNA CRISTINA FERREIRA RAYRA IANDARA SILVA RAMOS
SALAS MULTISSERIADAS: O DESAFIO OU A SOLUÇÃO DA EDUCAÇÃO DO FUTURO?	EDUARDO BARBOSA VERGOLINO

SALA 28 – ECOLOGIA, MEIO AMBIENTE E AGRONEGÓCIO - 03/11/25
PRESENCIAL – NOTURNO

BUSINESS INTELLIGENCE APLICADO À FRUTICULTURA: ESTUDO DE CASO DO AGROLABS	KERLON DE MOURA MARINHO GABRIEL COSTA BEZERRA LEONARDO PEREIRA DA SILVA
---	---

	IGOR MIGUEL DAMASCENO CASTRO RICARDO AMORIM
INCLUSÃO DIGITAL NO CAMPO: DESAFIOS E OPORTUNIDADES PARA PEQUENOS PRODUTORES	JORDANA TORRES FERREIRA
INOVAÇÃO TECNOLÓGICA E ECONOMIA CIRCULAR NO AGRONEGÓCIO DO VALE DO SÃO FRANCISCO	IVIA CARLA DE SOUSA SANTOS ISABEL GLÓRIA DAMASCENO SOARES EMILLE MATOS DE SOUZA CESAR GABRIEL KAIQUE CARVALHO DA CRUZ RAFAEL GONCALVES DE SOUZA
POLÍTICA MUNICIPAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS: UMA ANÁLISE DA GESTÃO INTEGRADA DE RESÍDUOS SÓLIDOS NA CIDADE DE PETROLINA, PERNAMBUCO A LUZ DAS DIRETRIZES DA LEI Nº 110/ 2025.	RAYSSA SILVA RODRIGUES GELITON FERNANDES DE ALMEIDA FILHO LARA GIOVANNA DE ANDRADE TAVARES MARIA LUYZA DELMONDES DOS SANTOS WALDEMY JUAN DE CARVALHO SANTOS ENZO FELIPE DOS ANJOS SANTANA
POLÍTICA NACIONAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS: UMA ANÁLISE DA GESTÃO INTEGRADA DE RESÍDUOS SÓLIDOS NA CIDADE DE PETROLINA, PERNAMBUCO A LUZ DAS DIRETRIZES DA LEI Nº 14.236/2010.	RYAN SILVA MARTINS HIALLY ALVES REZENDE VINICIUS SILVA DOS SANTOS DEBORA CECILIA NASCIMENTO CABRAL FRANCISCO NOGUEIRA DA SILVA
POLÍTICA NACIONAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS: UMA	GIANNA CRISÓSTOMO CECÍLIO

ANÁLISE DA GESTÃO INTEGRADA DE RESÍDUOS SÓLIDOS NA CIDADE DE PETROLINA, A LUZ DAS DIRETRIZES DA LEI Nº 12.305/ 2010.	EMMANUELLE FERREIRA GOMES MARIA CLEA DA SILVA PEDRO DIOGENES ARAÚJO SILVA VITORIA DO NASCIMENTO LUSTOSA ANDRE LUIZ QUEIRÓZ DE ANDRADE
--	---

SALA 29 - INTERDISCIPLINAR - 04/11/25
REMOTO - MATUTINO

A EFICÁCIA DA NORMA NO ÍNDICE DE VIOLÊNCIA RELACIONADA AO TRÁFICO DE DROGAS EM JUAZEIRO-BA	ANDRIELY LAIS DOS SANTOS BARBOSA JOÃO MARCUS ALMEIDA DA COSTA TOMÁS ALBUQUERQUE MARIA AUGUSTA TEIXEIRA DE QUEIROZ ABNETTA
A INTENSIFICAÇÃO DE PROCESSOS (IP) COMO IMPERATIVO DE SEGURANÇA E INOVAÇÃO NA INDÚSTRIA QUÍMICA – UMA ANÁLISE ACERCA DAS EVENTUAIS CONSEQUÊNCIAS POSITIVAS ACERCA DE SUA APLICABILIDADE.	RAIMUNDA NONATA MAIA RODRIGUES
ANÁLISE DE INDICADORES ESG UTILIZANDO POWER BI: UM ESTUDO DE CASO FOCADO NA SUSTENTABILIDADE	MARIA DAYANE VIEIRA MACHADO RICARDO AMORIM

ASSENTAMENTOS RURAIS NO BRASIL: REVISÃO BIBLIOGRÁFICA	JOVENILTON MENDES DOS SANTOS LILIANE CARACIOLO FERREIRA
DIREITO AMBIENTAL E CULTURAL: OS DANOS AMBIENTAIS E DE IDENTIDADE DOS POVOS QUE TIVERAM AS CIDADES SUBMERSAS PELA CONSTRUÇÃO DA BARRAGEM DE SOBRADINHO	PATRÍCIO GABRIEL ALENCAR RODRIGUES JULIA EMMANUELE DE OLIVEIRA SOUZA EMYLY EMANUELY RODRIGUES DE OLIVEIRA ANA CELESTE DUARTE DOS SANTOS
O IMPACTO DAS COOPERATIVAS AGRÍCOLAS E DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO E SEUS REFLEXOS NO DIREITO EMPRESARIAL NO VALE DO SÃO FRANCISCO	THAINÁ DO NASCIMENTO BRITO CAROLINE GONÇALVES PEDRO HENRIQUE RIBEIRO MOREIRA MARIA JÚLIA QUEIROZ

SALA 30 - DIREITO - 04/11/25
REMOTO – MATUTINO

A AMPLIAÇÃO DA INFORMAÇÃO JURÍDICA EM ESCOLAS PÚBLICAS: UMA EXPERIÊNCIA DIALÓGICA SOBRE O RECONHECIMENTO DA UNIÃO ESTÁVEL NO DIREITO DE FAMÍLIA.	VITOR SOUZA CAVALCANTI GERALDINE CAVALCANTI LINS TÚLIO DAMASCENO DE AZEVEDO SARMENTO SAMARA RAISSA SANTOS FREITAS ANANDA ESTRELA CARLOS GABRIEL GONÇALVES DOS SANTOS
---	---

A APLICAÇÃO DAS MEDIDAS PROTETIVAS DO ECA NO ENFRENTAMENTO À ALIENAÇÃO PARENTAL	ITALO ARAUJO S. DE JESUS HILDA LENDOUX VARGAS
APOSTAS ONLINE NO BRASIL: INFLUENCIADORES, EVASÃO FISCAL E URGÊNCIA REGULATÓRIA	ALEX ALMEIDA MÁRCIO MURILO RIBEIRO DOS SANTOS BISPO REBECCA LIA RODRIGUES SOUTO MEDEIROS
BARREIRAS ENFRENTADAS POR MÃES SOLO NA CONCILIAÇÃO DO EMPREGO FORMAL EM PETROLINA	ESTHER DOURADO TORRES OLIVEIRA ALISSA GABRIELLA SANTOS OLIVEIRA FONSECA EDLA JANE SOUZA DO CARMO ESTHER BATISTA BORGES
CONSTRUINDO RESPEITO: CARTILHA DE NOMENCLATURAS LGBTQIAPN+	ÍISIS RICARDO RIBEIRO SANTOS JOSÉ MARCELO MATOS DE ALMEIDA FILHO ADRIANA NOGUEIRA VIEIRA LIMA
ME CHAME PELO MEU NOME: MUTIRÃO DE RETIFICAÇÃO E PROMOÇÃO DE DIREITOS LGBTQIAPN+ NA UEFS	ÍISIS RICARDO RIBEIRO SANTOS JOSÉ MARCELO MATOS DE ALMEIDA FILHO
O PAPEL DO DIREITO AMBIENTAL NA PROTEÇÃO DO RIO SÃO FRANCISCO EM PETROLINA-PE E JUAZEIRO-BA:	LUCAS HENRIQUE SANTANA DA SILVA FREIRE JOÃO LEANDRO COELHO OLIVEIRA CÍCERO SOARES DE SOUZA SILVA JOAO PEDRO MEDRADO PADILHA ARAÚJO VITAL JOSÉ DOS SANTOS NETO

INSTRUMENTOS LEGAIS E EFETIVIDADE.	JOÃO GABRIEL SOUZA MENEZES
---------------------------------------	----------------------------

SALA 31 - DIREITO - 04/11/25
REMOTO – MATUTINO

CASOS DE VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER NO VALE DO SÃO FRANCISCO - ASPECTOS SOCIAIS E JURÍDICOS	MARIA EDUARDA PEREIRA DE MORAES DANTAS ANA GRAZIELLY DA CONCEICAO SOUSA GRAZIELLE BRITO NEPONUCENO MARIA FERNANDA DE SOUZA SILVA
GESTÃO HÍDRICA E DESAFIOS SOCIAIS NO VALE DO SÃO FRANCISCO: GORVENANÇA, CONFLITOS E POLÍTICAS PÚBLICAS	PAMELA DIAS TEIXEIRA MÁRCIO BRENO DOS SANTOS DIAS GEISIANE ALVES PEREIRA LUIZ FELIPE
IMPACTO DO SISTEMA PRISIONAL NA VIDA DOS FAMILIARES DOS DETENTOS EM JUAZEIRO DA BAHIA.	MARIA FERNANDA JAMBEIRO DE SOUZA ANA LUÍSA DE CARVALHO COSME ISABELLA LOPES NASCIMENTO JHULYA EVELLYN PINTO MYLLENE COELHO CORLETT DA PONTE
O CONTROLE RECURSAL SOBRE A PRIMEIRA FASE DA DOSIMETRIA DA PENA NA VARA DO JÚRI DE FEIRA DE SANTANA/BA	VANESSA MASCARENHAS LIMA LIS PEIXOTO DA SILVA
O DIREITO CONSTITUCIONAL À	IZAMARA GRANJA

ALIMENTAÇÃO E A UTILIZAÇÃO DO SISTEMINHA EMBRAPA NA AGRICULTURA FAMILIAR	MARIA HERBÊNIA LIMA CRUZ SANTOS
O DIREITO DOS IDOSOS NA MOBILIDADE: ESTUDO DA LINHA JUAZEIRO (BA) E PETROLINA (PE).	ELLEN MARIANA RAISSA MILLENA ANA CLARA MATOS CARDOSO
PERFIL RACIAL E FUNDAMENTAÇÃO DA 1ª FASE DA DOSIMETRIA DA PENA NO TRIBUNAL DO JÚRI DE FEIRA DE SANTANA/BA: UMA ANÁLISE CRÍTICA ENTRE DIREITO PENAL DO FATO E DO AUTOR SOB A ÓTICA DA SELETIVIDADE PENAL E DO ETIQUETAMENTO	MARINA FALCÃO LESSA DA ANUNCIAÇÃO

SALA 32 – ECOLOGIA, MEIO AMBIENTE E AGRONEGÓCIO - 04/11/25
REMOTO – MATUTINO

DESENVOLVIMENTO AGROINDUSTRIAL E IMPACTOS SOCIOAMBIENTAIS EM MIRITITUBA – PA	NADIA DA COSTA SOUSA ROSANIA REIS DA COSTA DIEGO AIRES DA SILVA
EFEITOS DO CREEP-FEEDING SOBRE PROTEÍNAS	LUANA CANDELARIA RAMOS ROGÉRIO A. CURI

PLASMÁTICAS ASSOCIADAS À IMUNIDADE EM BEZERROS NELORE	
ESCORE DE CONDIÇÃO CORPORAL E SUA CORRELAÇÃO COM DIFERENTES GRAUS DE DEPOSIÇÃO DE GORDURA NA CARCAÇA DE VACAS NELORE TERMINADAS EM PASTAGEM	MATHEUS RODRIGUES DE SOUZA LUANA CANDELARIA RAMOS RAFAEL TORRES SILVA RODRIGUES FLÁVIO DUTRA DE RESENDE
FORMAÇÃO TÉCNICA EM SISTEMAS DE ENERGIA RENOVÁVEL NO IF SERTÃO PE: SUSTENTABILIDADE, EDUCAÇÃO AMBIENTAL E INOVAÇÃO PARA O SEMIÁRIDO BRASILEIRO	THIAGO COELHO DE SANTANA KELLISON LIMA CAVALCANTE MARCOS ANTONIO ANDRADE SILVA WENNINGTON DIAS DOS SANTOS SILVA JOMARLISON DIAS SOUZA
O USO DAS REDES SOCIAIS COMO ESTRATÉGIA DE PROMOÇÃO INTERNACIONAL DAS MANGAS E UVAS DO VALE DO SÃO FRANCISCO.	ALYSSON FELIPE BARBOSA DA SILVA
PECADE EM PETROLINA- PE: LOGÍSTICA REVERSA, EDUCAÇÃO AMBIENTAL E INCLUSÃO DIGITAL NA GESTÃO DE RESÍDUOS	THIAGO COELHO DE SANTANA AUGUSTO COIMBRA COSTA PINTO EDNALDO GOMES DA SILVA MATHEUS LUCAS DO NASCIMENTO

ELETROELETRÔNICOS (2022-2025)	KAUÃ JOSÉ FERREIRA DE BARROS SILVA FABRICIO SILVA RODRIGUES GABRIELA DA SILVA LIMA
----------------------------------	--

SALA 35 - INTERDISCIPLINAR - 04/11/25
REMOTO - MATUTINO

AÇÃO DE EDUCAÇÃO EM SAÚDE SOBRE PREVENÇÃO DA GRAVIDEZ NA ADOLESCÊNCIA EM ESCOLA PÚBLICA DE JUAZEIRO-BA: RELATO DE EXPERIENCIA	JOSEAN FERREIRA SOARES DA COSTA ANA VERONICA SERAFIM NEVES RENATA PÂMELA ADONES GOMES JULIANA BENEVIDES DUARTE DE SOUZA CAROLINE DE OLIVEIRA MELO KARINE DA SILVA FONSECA CLAUDIA CHRISTINA DELGADO LEITE
ACONDROPLASIA SECUNDÁRIA A MUTAÇÃO GENÉTICA EM ASSOCIAÇÃO A IVAS	BRENO DE ARAÚJO DIAS LAENA BARBOSA LEAL YURI FRANCILANE CARVALHO DOS SANTOS MELANIE THIE TAKAHASI JORGE ANDRADE
CLÍNICA-ESCOLA: VISÃO DOS ESTUDANTES DE PSICOLOGIA SOBRE SEU PAPEL FORMATIVO E SOCIAL	SARAH CAROLINY ALVES DO REGO MOURA ROSALIA DE BARROS NASCIMENTO DE MEDEIROS JANAILSON FERREIRA DA SILVA RENATO AUGUSTO GUERRA DE QUEIROZ JOÃO VICTOR ALVES BARBOSA
COMPARAÇÃO DA ASSISTÊNCIA	THAMIRES CARVALHO SILVA

HOSPITALAR A COVID-19 GRAVE ENTRE HOSPITAL UNIVERSITÁRIO E HOSPITAL DE JUAZEIRO	MARIA ALICE RAMOS BEZERRA SOUSA BIANCA ARAUJO DIAS DEUZILANE MUNIZ NUNES ISABEL DIELE SOUZA LIMA PIO SYBELLE CHRISTIANNE BATISTA LACERDA PEDROSA
POSSIBILIDADES DA ATUAÇÃO EM PSICOLOGIA NO CONTEXTO DE MEDIDAS SOCIOEDUCATIVAS: UM RELATO DE EXPERIÊNCIAS	LARISSA LAUANE DE SANTANA SILVA FRANCINETE COSTA DE SOUZA LUCAS GONÇALVES DA SILVA MILENA FERREIRA LIMA
PREVENÇÃO DE QUEDAS DOMICILIARES ENTRE IDOSOS DA FATI: RELATO DE EXPERIÊNCIA DE UMA AÇÃO EDUCATIVA	REBECA GABRIELE LEITE ROCHA NATHALIA ALVES NASCIMENTO MARIA LUISA COELHO REIS MARIA ELDA ALVES DE LACERDA CAMPOS THEREZA CHRISTINA DA CUNHA LIMA GAMA

SALA 36 - INTERDISCIPLINAR - 04/11/25
REMOTO – VESPERTINO

“O QUE HÁ EM UM NOME?": ANÁLISE DAS NOMENCLATURAS DE ESTABELECIMENTOS COMERCIAIS NO CENTRO DE PETROLINA (PE)	MARIANA PEREIRA MOTTA DOS SANTOS MARIA DANIELA SOARES LUZ THAIZA GHESSICA DIAS DA SILVA PEDRO AUGUSTO DE CARVALHO ANDRÉ MARCOS DE JESUS RIBEIRO
APLICAÇÃO DE INTELIGÊNCIA	VALÉRIO COELHO DE MACEDO

ARTIFICIAL NO CONTROLE GESTUAL DE ILUMINAÇÃO VIA PICTOBLOX	JOÃO PEDRO RIBEIRO DE SOUZA CARVALHO VITOR GABRIEL FERREIRA ARAUJO
GLOBALIZAÇÃO ECONÔMICA E AGRONEGÓCIO: DESAFIOS E ESTRATÉGIAS DE EXPORTAÇÃO DO BRASIL NO CONTEXTO CONTEMPORÂNEO	SARAH GABRIELA MARTINS DA SILVA
REDE BAYESIANA COMO ELEMENTO DE AUXÍLIO PROBABILÍSTICO PARA DIAGNÓSTICO DE NÍVEIS DE DIFICULDADES DOS ALUNOS NAS DISCIPLINAS DO CURSO DE CIÊNCIA DA COMPUTAÇÃO NA INSTITUIÇÃO FACAPE.	MARIA LETICIA MACIEL CALDAS ALEXANDRE BRAGA GOMES
VULNERABILIDADE ANIMAL, MAUS TRATOS E ZOOSE: UM ESTUDO DE CASO DA ORLA E DA FACAPE DE PETROLINA	ERIKA ALESSANDRA DE SOUZA OLIVEIRA LARA YANDRA PEREIRA SANTOS GUSTAVO ISIDIO

SALA 37 - DIREITO - 04/11/25
REMOTO - VESPERTINO

A AÇÃO EXTENSIONISTA E O ACESSO À JUSTIÇA: A EXPERIÊNCIA	BRUNO SILVA CARDOSO ALICE MACHADO
--	--------------------------------------

UNIVERSITÁRIA NA ASSOCIAÇÃO DO BAIRRO CAPUCHINHOS - FEIRA DE SANTANA - BAHIA.	LUCAS SOUZA DA SILVA VANESSA MASCARENHAS LIMA
A INVERSÃO DO ÔNUS DA PROVA NO CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR	POLIANA SILVA OLIVEIRA LORENZO
DIREITOS NEGADOS: INVISIBILIDADE DA POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA NO CENTRO DE PETROLINA	EDUARDA MUNIZ RIBEIRO ANDRESSA DOS SANTOS DE ALMEIDA RIBEIRO RAQUEL FARIAS LEITE ALEXANDRA ROMANA DE SOUSA MENEZES
ENTRE O JURÍDICO E O FAMILIAR: A CONTRIBUIÇÃO DA ANTROPOLOGIA PARA A ANÁLISE DA ALIENAÇÃO PARENTAL	MARIA EDUARDA
SUPERENCARCERAMENTO NO CONJUNTO PENAL DE FEIRA DE SANTANA/BA: TEORIA, PRÁTICA E A EXPERIÊNCIA EXTENSIONISTA DO NÚCLEO DE PRÁTICAS JURÍDICAS MARCELLINA DE OLIVEIRA - UEFS	MANUELA FIGUEREDO CAMPOS VANESSA MASCARENHAS LIMA

SALA 38 - DIREITO - 04/11/25
REMOTO - VESPERTINO

A ANÁLISE DA APLICAÇÃO DAS	LUCAS DOS SANTOS LIMA
----------------------------	-----------------------

CIRCUNSTÂNCIAS JUDICIAIS NA FIXAÇÃO DA PENA-BASE NA PRIMEIRA FASE DA DOSIMETRIA DA PENA DAS DECISÕES JUDICIAIS DA VARA DO JÚRI DE FEIRA DE SANTANA DO ANO DE 2022.	VANESSA MASCARENHAS LIMA
A ANÁLISE DO CARÁTER SUBJETIVO DO AGENTE DELITUOSO E DO JULGADOR NA APLICAÇÃO DAS CIRCUNSTÂNCIAS JUDICIAIS QUE SÃO UTILIZADAS PARA A FIXAÇÃO DA PENA-BASE NA PRIMEIRA FASE DA DOSIMETRIA DA PENA DAS DECISÕES JUDICIAIS DA VARA DO JÚRI DE FEIRA DE SANTANA ENTRE OS ANOS DE 2022 E 2023.	LUCAS DOS SANTOS LIMA RICCARDO CAPPI
ANÁLISE DOS CRITÉRIOS SOCIAIS E CRIMINOLÓGICOS UTILIZADOS PELO TRIBUNAL DO JÚRI DE FEIRA DE SANTANA/BAHIA NA APLICAÇÃO DA 1ª FASE DA DOSIMETRIA DA PENA.	VANESSA MASCARENHAS LIMA TAINÁ LOPES DOS SANTOS

ENTRE A VÍTIMA E O RÉU: O IMPACTO DO PERFIL SOCIAL E DA REINCIDÊNCIA NA DOSIMETRIA DA PENA PELA VARA DO JÚRI DE FEIRA DE SANTANA	GABRIELA VITÓRIA CARVALHO DA SILVA VANESSA MASCARENHAS LIMA
O DIREITO DO CONSUMIDOR COMO FERRAMENTA PARA O EXERCÍCIO DE CIDADANIA: UMA AÇÃO JUNTO À EJA	FABIANA ALDACI LANKE RENAN AMBROSIO
PRÁTICAS DIALÓGICAS E CONSENSUAIS EM DIREITO DE FAMÍLIA	FABIANA ALDACI LANKE

SALA 39 – ECOLOGIA, MEIO AMBIENTE E AGRONEGÓCIO - 04/11/25
REMOTO – VESPERTINO

A ÁREA DE OLHO DE LOMBO E SUA CORRELAÇÃO COM O PESO E O RENDIMENTO DE CARÇA DE VACAS NELORE TERMINADAS EM PASTAGEM	MATHEUS RODRIGUES DE SOUZA LUANA CANDELARIA RAMOS RAFAEL TORRES SILVA RODRIGUES FLÁVIO DUTRA DE RESENDE
AVALIAÇÃO DAS CONDIÇÕES AMBIENTAIS DO RIACHO MACARRÃO, JUAZEIRO-BA, POR MEIO DO PROTOCOLO DE AVALIAÇÃO RÁPIDA (PAR)	FERNANDA ÁGUIDA SOUSA DE DEUS SILVIO PEREIRA NETO LUCAS OTÁVIO LOURENÇO LIMA MIRIAM CLEIDE

COLETIVO MULHERES APICULTORAS FAZENDA FLORESTA: UMA INICIATIVA DE DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO COMUNITÁRIO POR MEIO DA APICULTURA	PAAVA DE BARROS DE ALENCAR CARVALHO FILGUEIRA ALUÍSIO SAMPAIO NETO
PRESSÃO HIDROVIÁRIA NO RIO TAPAJÓS: UMA REVISÃO SOBRE OS EFEITOS AMBIENTAIS DO TRÁFEGO DE BARCAÇAS NAS ESTAÇÕES DE TRANSBORDO DE MIRITITUBA (PA)	JULIANE MONTEIRO DOS SANTOS LINDALVA SOCORRO SILVA NADIA DA COSTA SOUSA NAYLA DA COSTA SOUSA MARQUES ROSANIA REIS DA COSTA DIEGO AIRES DA SILVA
RIBEIRA DA FLORESTA - PRODUTOS ORGÂNICOS E ARTESANAIS: UM EXEMPLO DE BIOECONOMIA NO SEMIÁRIDO PERNAMBUCANO NA II FENEAF	PAAVA DE BARROS DE ALENCAR CARVALHO FILGUEIRA ALUÍSIO SAMPAIO NETO
TECNOLOGIAS VERDES E ESG NO SEMIÁRIDO: CAMINHOS PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL NA AGRICULTURA IRRIGADA, NO VALE DO SÃO FRANCISCO	ELIOTENEZE BATISTA FERREIRA DOS SANTOS DINANI GOMES AMORIM RICARDO AMORIM
TEMPERATURA DA ÁGUA EM TANQUES DE	EDMO HENRIQUE MARTINS CAVALCANTE

GEOMEMBRANA COM E SEM SOMBREAMENTO	DIAN LOURENÇONI CARLA SUANA DA SILVA SUANA SILVA DIAS
USO DO GEOPROCESSAMENTO NA AVALIAÇÃO DAS ÁREAS DE PRESERVAÇÃO PERMANENTE DO RIACHO MACARRÃO, JUAZEIRO-BA	FERNANDA ÁGUIDA SOUSA DE DEUS SILVIO PEREIRA NETO LUCAS OTÁVIO LOURENÇO LIMA MIRIAM CLEIDE

SALA 44 - INTERDISCIPLINAR - 04/11/25
REMOTO - VESPERTINO

ENVELHECER COM DIGNIDADE: UM OLHAR HUMANIZADO NA PRÁTICA EXTENSIONISTA	FERNANDA MOREIRA LINO JULIA STEFANI CLEMENTINO LINS DAMIRES MARIA CASTRO RODRIGUES JULIA MARIA CAVALCANTI MACEDO LÍVIA MARIA DE JESUS MACEDO NATHAN OLIVEIRA MEDRADO THEREZA CHRISTINA DA CUNHA LIMA GAMA
MONITORIA DE PSICOLOGIA FENOMENOLÓGICA-EXISTENCIAL:	CHRISTIAN ANDERSON DA SILVA LIMA
SÍNDROME DE INTERRUPÇÃO DA HASTE HIPOFISÁRIA COMO CAUSA DE PAN-HIPOPITUITARISMO: UM RELATO DE CASO	MATHEUS VINICIUS RODRIGUES DE MORAES PARENTE LARA GIOVANNA DE ANDRADE TAVARES CECÍLIA MARTINS MARINA DUARTE GAMA VIEIRA

	GRAZIELE ÁQUILA DE SOUZA BRANDÃO LAENA BARBOSA LEAL
USO DA ESTATÍSTICA COMO CONHECER O CONTEXTO E TOMAR DECISÕES: MONITORIA EM ESTATÍSTICA	KELY MARIANA DOS SANTOS FRANCISCO EMILLY VITÓRIA DE SOUZA SILVA

SALA 49 - DIREITO - 04/11/25
REMOTO - NOTURNO

A INFLUÊNCIA DO SAGRADO FEMININO NA PROMOÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS E FUNDAMENTAIS DAS MÃES SOLTEIRAS DE CRIANÇAS ATÍPICAS: UMA ANALISE A LUZ DOS TRATADOS E CONVENÇÕES INTERNACIONAIS.	ANAELISA DE SOUSA RAMOS
CROAMARACÁ: UMA EXPERIÊNCIA SOBRE OS DIREITOS INDÍGENAS NA EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA NA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE FEIRA DE SANTANA.	MARIA CLARA DA CRUZ XAVIER MARCELO BLOIZI IGLESIAS
EDUCAR PARA PERMANECER: O PAPEL DA CIDADANIA NA MOTIVAÇÃO E	ELLEN ARAÚJO

ENGAJAMENTO DOS ADOLESCENTES	
ENTRE O CUIDADO E A INCAPACIDADE: AS DESIGUALDADES DE GÊNERO NA READPTAÇÃO E APOSENTADORIA POR INCAPACIDADE, À LUZ DOS DADOS DO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DE JUAZEIRO	SARA RUBENS ANDRADE
FACULDADE ABERTA DA TERCEIRA IDADE (FATI) E OS DIREITOS DOS IDOSOS EM PETROLINA	MARIA EDUARDA ANDRADE COLAZZO AMANDA VICTORIA DA SILVA CRUZ
O PARADOXO DA (IN) JUSTIÇA: A DUPLA MARGINALIZAÇÃO DA MULHER NEGRA NA CRIMINOLOGIA BRASILEIRA - ENTRE A VITIMIZAÇÃO OCULTA E A CRIMINALIZAÇÃO	ALANA BARBOSA OLIVEIRA VANESSA MASCARENHAS LIMA
PELOS CAMINHOS DO VELHO CHICO: A LUTA DOS INDÍGENAS TUMBALALÁ PELA DEFESA TERRITORIAL FRENTE AOS IMPACTOS DA CHESF E À VIOLAÇÃO DA CONSULTA PRÉVIA.	CLAILTON PEREIRA DE OLIVEIRA MARCELO BLOIZI IGLESIAS

PROJETO AJU E A COMUNICAÇÃO DIGITAL NA INCLUSÃO SOCIAL	JEFFERSON LUAN DA SILVA SANTOS TARCILA MAINGRIDE DANTAS DA SILVA MARIA FERNANDA OLIVEIRA TORRES EWERTON FABIANO BONFIM FERREIRA DAVID SANTANA DE OLIVEIRA SILVA JARDSON MARTINS DAMASCENO EDSON PACHECO
REGISTRO DE MARCA	LARA MARIA ARAÚJO LIMA DA SILVA JOSÉ FELIPE GOMES COELHO MATHEUS DANTAS MAX ROCHA MICHELE KAILANE RODRIGUES DE SOUZA NOVAIS ANDRESSA KARINNE DE MENEZES SANTOS CECÍLIA GIL FERREIRA DA SILVA

SALA 50 – ECOLOGIA, MEIO AMBIENTE E AGRONEGÓCIO - 04/11/25
REMOTO – NOTURNO

AGRICULTURA NAS CIDADES, UMA ESTRATÉGIA DE SALVAGUARDA DA SEGURANÇA ALIMENTAR E COMBATE À POBREZA: ANÁLISE A PARTIR DAS PRÁTICAS HORTÍCOLAS NO MUNICÍPIO DE UAUÁ- BA NO ANO DE 2021	ÁQUILA S. ALMEIDA LILIANE CARACIOLO FERREIRA
--	---

DESAFIOS DE EFETIVAR OS DIREITOS HUMANOS EM MEIO ÀS MUDANÇAS CLIMÁTICAS	KATHYLIN IANDRA DOS ANJOS CAVALCANTE MARIA EDUARDA DOS ANJOS SILVA
DESEMPENHO PRODUTIVO DE TILÁPIAS-DO-NILO CRIADAS EM TANQUES DE GEOMEMBRANA	CARLA SUANA DA SILVA SUANA SILVA DIAS DIAN LOURENÇONI EDMO HENRIQUE MARTINS CAVALCANTE
GESTÃO DE ESTOQUE E EFICIÊNCIA LOGÍSTICA COMO DIFERENCIAL COMPETITIVO NAS EXPORTAÇÕES DE UVA DO VALE DO SÃO FRANCISCO	JÚLIA GRAZIELLY OLIVEIRA CASTRO
HELMINTOS EM ÁGUAS CINZAS E EFICIÊNCIA DE SISTEMA BIOÁGUA FAMILIAR NO SERTÃO PERNAMBUCANO	GUILHERME HENRIQUE DE LIMA FREITAS ISABELA RIBEIRO SUZANO SHEILA FERREIRA SANTOS MIRIAM CLEIDE
II FEIRA DE NEGÓCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR (II FENEAF): VALORIZAÇÃO, EXPOSIÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO DE PRODUTOS DA AGRICULTURA FAMILIAR DE PERNAMBUCO	ALUÍSIO SAMPAIO NETO CLECIA SIMONE GONÇALVES ROSA PACHECO PATRÍCIA BARROS PINHEIRO ASTRID MERINO SILVERIO IANNE SAMARA BASTOS LIMA BARBOSA
ÍNDICE DE QUALIDADE DA ÁGUA E ESTADO TRÓFICO DO RIO SÃO	SHEILA FERREIRA SANTOS ISADORA KETLIN GOMES DO NASCIMENTO

FRANCISCO EM TRECHOS DOS MUNICÍPIOS DE JUAZEIRO, CASA NOVA E CURAÇÁ - BA	RAFAEL VENÂNCIO DOS SANTOS ANDRÉ VINÍCIUS FREITAS MENDES MIRIAM CLEIDE
---	--

SALA 54 - INTERDISCIPLINAR - 04/11/25
REMOTO - NOTURNO

A ESCOLA COMO ESPAÇO DE CONTROLE DE CORPOS	JENNIFER DE OLIVEIRA RODRIGUES THIAGO COELHO DE SANTANA
ENTRE A SALA DE AULA E A GESTÃO: EXPERIÊNCIAS FORMATIVAS NO ESTÁGIO SUPERVISIONADO EM GESTÃO E APOIO EDUCACIONAL EM INSTITUIÇÃO DE EDUCAÇÃO NÃO FORMAL	IRVI NASCIMENTO TAVARES CARLOS EDUARDO DE MELO PEREIRA DA VEIGA
MEMORIAL DOM CAMPELO: FÉ, MEMÓRIA E TURISMO NO VALE DO SÃO FRANCISCO	YONARA FERREIRA BÁRBARAH FERREIRA MÉLO
NARRATIVAS DE MEMÓRIA DA FORMAÇÃO DAS COMUNIDADES INDÍGENAS TUMBALALÁ	MARIA CLARA DA CRUZ XAVIER GABRIELA BARBOSA SOUZA XAVIER
O MEMORIAL DOM CAMPELO: MEMÓRIA,	YONARA FERREIRA

ESPIRITUALIDADE E TURISMO RELIGIOSO NO SERTÃO DO SÃO FRANCISCO	BÁRBARAH FERREIRA MÉLO
---	------------------------

SALA 57 - INTERDISCIPLINAR - 04/11/25
REMOTO - NOTURNO

A ESTRUTURA SILENCIOSA DO MACHISMO NA SEGURANÇA DO TRABALHO NO ÂMBITO DA MARISCAGEM.	FRANCISCO PIRES ADRIELLE BARRADAS CARDOSO PATRÍCIA BARROS PINHEIRO
A LUTA DAS MARISQUEIRAS CONTRA A COLONIALIDADE DO PODER E DO GÊNERO	ADRIELLE BARRADAS CARDOSO FRANCISCO PIRES PATRÍCIA BARROS PINHEIRO
ANÁLISE PARASITOLÓGICA DA AREIA DA ILHA DO RODEADOURO, LOCALIZADA NO VALE DO SÃO FRANCISCO	DANYELLA SIMÕES DOS SANTOS SOUZA JOANDERSON EMANUEL CAMPOS DE SENA SILVA ANNE CAROLINE DOS SANTOS DANTAS DANIELLA BARRETO SANTANA
CORPOS SUBMERSOS: AS MARISQUEIRAS E A VIOLÊNCIA DE GÊNERO NA PESCA ARTESANAL	ADRIELLE BARRADAS CARDOSO FRANCISCO PIRES PATRÍCIA BARROS PINHEIRO
PREVALÊNCIA DE PARASITOS COM POTENCIAL ZOONÓTICO EM FEZES DE CÃES COLETADAS EM PRAÇAS	LUIZ DANIEL SILVA DE OLIVEIRA LOPES DANIELLA BARRETO SANTANA ANNE CAROLINE DOS SANTOS DANTAS

PÚBLICAS DO MUNICÍPIO DE PETROLINA-PE	
WETLANDS CONSTRUIDOS APLICADOS COMO PÓS TRATAMENTO DE EFLUENTE DE QUEIJARIA TRATADO EM REATOR UASB	JOAO HENRIQUE NOGUEIRA DOS SANTOS ARICÉLIA ANTUNES DO NASCIMENTO VIEIRA MIRIAM CLEIDE

SALA 58 - ECONOMIA - 04/11/25
REMOTO - NOTURNO

A CRISE IMOBILIÁRIA DE 2008: AVANÇOS E CONSEQUÊNCIAS NO CENÁRIO ECONÔMICO GLOBAL	GABRIEL ALVES DE AMORIM LEONARDO NOGUEIRA FARIAS
CAIANA: UMA MOEDA SOCIAL PARA FORTALECER O COMÉRCIO DE ARAÇOIABA - PERNAMBUCO	ALUÍSIO SAMPAIO NETO CLECIA SIMONE GONÇALVES ROSA PACHECO PATRÍCIA BARROS PINHEIRO ASTRID MERINO SILVERIO IANNE SAMARA BASTOS LIMA BARBOSA
RELAÇÃO ENTRE O IEGM E AS AÇÕES DE CONTROLE EXTERNO: A PERCEPÇÃO DOS AUDITORES DO TCM/BA	JOELINY FERNANDES DE SOUSA JOSÉ MARILSON MARTINS DANTAS

SUMÁRIO

DIREITO

AÇÃO EXTENSIONISTA E O ACESSO À JUSTIÇA: A EXPERIÊNCIA UNIVERSITÁRIA NA ASSOCIAÇÃO DO BAIRRO CAPUCHINHOS - FEIRA DE SANTANA - BAHIA	64
A ANÁLISE DO CARÁTER SUBJETIVO DO AGENTE DELITUOSO E DO JULGADOR NA APLICAÇÃO DAS CIRCUNSTÂNCIAS JUDICIAIS QUE SÃO UTILIZADAS PARA A FIXAÇÃO DA PENA-BASE NA PRIMEIRA FASE DA DOSIMETRIA DA PENA DAS DECISÕES JUDICIAIS DA VARA DO JÚRI DE FEIRA DE SANTANA ENTRE OS ANOS DE 2022 E 2023	66
A APLICAÇÃO DAS MEDIDAS PROTETIVAS DO ECA NO ENFRENTAMENTO À ALIENAÇÃO PARENTAL	67
A CONSCIENTIZAÇÃO DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES SOBRE OS RISCOS E A RESPONSABILIDADE PARENTAL NO MUNDO DIGITAL	68
A CRIMINALIZAÇÃO DO BULLYING E CYBERBULLYING NO CÓDIGO PENAL	70
A FALÁCIA DA REDUÇÃO DA MAIORIDADE PENAL: A ILUSÃO PUNITIVA DIANTE DA EXCLUSÃO SOCIAL	72
A INFLUÊNCIA DO SAGRADO FEMININO NA PROMOÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS E FUNDAMENTAIS DAS MÃES SOLTEIRAS DE CRIANÇAS ATÍPICAS: UMA ANÁLISE A LUZ DOS TRATADOS E CONVENÇÕES INTERNACIONAIS.....	74
A MARCA TRIDIMENSIONAL NO CENÁRIO JURÍDICO E MERCADOLÓGICO BRASILEIRO UMA ANÁLISE EM CONSTRUÇÃO	76
A OFICINA EDUCATIVA "LINHA DO RESPEITO": A LUDICIDADE COMO FORMA DE PREVENÇÃO ÀS VIOLÊNCIAS CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES NO ÂMBITO ESCOLAR MUNICIPAL	78
A PROTEÇÃO DAS CRIANÇAS E ADOLESCENTES EM TEMPOS DE EXPOSIÇÃO DIGITAL	80
A REPRESENTAÇÃO DE PRODUTORES E TRABALHADORES RURAIS SOBRE A EFICÁCIA DO PL 715/23	82

A VIOLÊNCIA SILENCIOSA NAS ESCOLAS: UMA ANÁLISE DO BULLYING E CYBERBULLYING	84
APOSTAS ONLINE NO BRASIL: INFLUENCIADORES, EVASÃO FISCAL E URGÊNCIA REGULATÓRIA	86
A ASSISTÊNCIA JURÍDICA UNIVERSITÁRIA E EDUCAÇÃO: O QUE FAZER DEPOIS DO ENSINO MÉDIO?	87
CIDADANIA DIGITAL: CYBERBULLYING E AGRESSÕES DIGITAIS UMA EXPERIÊNCIA NAS ESCOLAS DE PETROLINA/PE	89
CIDADANIA EM AÇÃO: DIREITOS, CONSUMO E VOZ	91
CROAMARACÁ: UMA EXPERIÊNCIA SOBRE OS DIREITOS INDÍGENAS NA EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA NA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE FEIRA DE SANTANA	93
DESIGUALDADE SOCIAL E SELETIVIDADE NO SISTEMA DE APLICAÇÃO DE MEDIDAS SOCIOEDUCATIVAS	94
DIREITO EMPRESARIAL E REFORMA TRIBUTÁRIA: IMPACTOS E OPORTUNIDADES PARA OS LOJISTAS	96
DIREITO ITINERANTE: A IMPORTÂNCIA DA INFORMAÇÃO JURÍDICA SOBRE ALIMENTOS	98
DIREITO, POLÍTICA E INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL: UMA ABORDAGEM INTERDISCIPLINAR SOBRE REGULAÇÃO E PODER	100
DROGAS DE ABUSO: A CONTRIBUIÇÃO DA EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA NA PREVENÇÃO, CONSCIENTIZAÇÃO E PROMOÇÃO DA SAÚDE MENTAL	101
EDUCAÇÃO PARA A PROMOÇÃO DA SAÚDE FÍSICA E MENTAL NAS ESCOLAS	103
EDUCAR PARA PERMANECER: O PAPEL DA CIDADANIA NA MOTIVAÇÃO E ENGAJAMENTO DOS ADOLESCENTES	105
ENTRE A VÍTIMA E O RÉU: O IMPACTO DO PERFIL SOCIAL E DA REINCIDÊNCIA NA DOSIMETRIA DA PENA PELA VARA DO JÚRI DE FEIRA DE SANTANA	106
ENTRE O CUIDADO E A INCAPACIDADE: AS DESIGUALDADES DE GÊNERO NA READAPTAÇÃO E APOSENTADORIA POR INCAPACIDADE, À LUZ DOS DADOS DO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DE JUAZEIRO	107



ENTRE O JURÍDICO E O FAMILIAR: A CONTRIBUIÇÃO DA ANTROPOLOGIA PARA A ANÁLISE DA ALIENAÇÃO PARENTAL..	108
ESTRATÉGIAS DE ENGAJAMENTO E LINGUAGEM DIGITAL: O DESAFIO DE COMUNICAR CRIMINOLOGIA NAS REDES SOCIAIS	109
EVENTOS CULTURAIS E A VISIBILIDADE DA COMUNIDADE LGBTQIAPN+	111
FAKE NEWS E DESINFORMAÇÃO: COMO RECONHECER E EVITAR: UMA EXPERIÊNCIA DE EXTENSÃO EM ESCOLAS DE PETROLINA/PE	113
FRAUDES ONLINE: COMO SE PROTEGER NA INTERNET/ UMA EXPERIÊNCIA DE EXTENSÃO EM ESCOLAS DE PETROLINA-PE..	115
FUNDAMENTOS DO ESTADO DEMOCRÁTICO DE DIREITO E A CONSTITUIÇÃO FEDERAL.....	117
IMPACTO DO SISTEMA PRISIONAL NA VIDA DOS FAMILIARES DOS DETENTOS EM JUAZEIRO DA BAHIA.....	118
LGPD NO SETOR AGRO: ANÁLISE DA TRANSPARÊNCIA E SEGURANÇA DE DADOS NA PLATAFORMA AGROLABS	120
MAIS VIDA, MAIS VALOR: FOMENTO AO EMPREENDEDORISMO NA TERCEIRA IDADE.....	122
MARCA FIGURATIVA	124
MARCA NOMINATIVA.....	127
MECANISMOS DE DENUNCIA E DEFESA DA COMUNIDADE LGBTQIAPN+	129
MINORIAS E CIDADANIA NO BRASIL: O PAPEL DAS POLÍTICAS PÚBLICAS NA INCLUSÃO SOCIAL	131
O ACESSO À JUSTIÇA E A DEFENSORIA PÚBLICA NO MUNICÍPIO DE PETROLINA - PERNAMBUCO: EFETIVIDADE OU ILUSÃO?.....	132
O ARTIGO 203 DO CÓDIGO PENAL E A VIOLAÇÃO DE DIREITO TRABALHISTA NO BRASIL	134
O CYBERBULLYING COMO CONSEQUÊNCIA DOS JOGOS ONLINE	136
O DIREITO DO CONSUMIDOR COMO FERRAMENTA PARA O EXERCÍCIO DE CIDADANIA: UMA AÇÃO JUNTO À EJA.....	138

O MITO DO IUS PUNIENDI NO DIREITO PENAL.....	139
O PAPEL DO ADVOGADO NA ESTRATÉGIA DE INTERNACIONALIZAÇÃO	140
O QUE SÃO DADOS PESSOAIS E POR QUE DEVEMOS PROTEGÊ- LOS? CIDADANIA DIGITAL EM EXTENSÃO	142
PERFIL RACIAL E FUNDAMENTAÇÃO DA 1ª FASE DA DOSIMETRIA DA PENA NO TRIBUNAL DO JÚRI DE FEIRA DE SANTANA/BA: UMA ANÁLISE CRÍTICA ENTRE DIREITO PENAL DO FATO E DO AUTOR SOB A ÓTICA DA SELETIVIDADE PENAL E DO ETIQUETAMENTO	144
PLANEJAMENTO JURÍDICO NA EXPORTAÇÃO DE FRUTAS: DA PROPRIEDADE INTELECTUAL À LOGÍSTICA INTERNACIONAL	146
PRÁTICAS DIALÓGICAS E CONSENSUAIS EM DIREITO DE FAMÍLIA	148
PROJETO AJU E A COMUNICAÇÃO DIGITAL NA INCLUSÃO SOCIAL	149
REDES SOCIAIS E SEUS IMPACTOS LEGAIS	151
A AMPLIAÇÃO DA INFORMAÇÃO JURÍDICA EM ESCOLAS PÚBLICAS: UMA EXPERIÊNCIA DIALÓGICA SOBRE O RECONHECIMENTO DA UNIÃO ESTÁVEL NO DIREITO DE FAMÍLIA	153
A ANÁLISE DA APLICAÇÃO DAS CIRCUNSTÂNCIAS JUDICIAIS DA FIXAÇÃO DA PENA-BASE NA PRIMEIRA FASE DA DOSIMETRIA DA PENA DAS DECISÕES JUDICIAIS DA VARA DO JÚRI DE FEIRA DE SANTANA DO ANO DE 2022	165
A CRIMINALIZAÇÃO DA LGBTFOBIA COMO RACISMO: AVANÇOS E DESAFIOS NA EFETIVAÇÃO DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS .	180
A IMPORTÂNCIA DA LOGÍSTICA NA EXECUÇÃO DE AÇÕES VOLTADAS À EJA	189
A INVERSÃO DO ÔNUS DA PROVA NO CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR	200
LGPD E A CADEIA PRODUTIVA DA FRUTICULTURA NO VALE DO SÃO FRANCISCO	215
A NECESSIDADE DE UMA REGULAMENTAÇÃO JURÍDICA PAUTADA NOS DIREITOS FUNDAMENTAIS DO SER HUMANO COMO	

PARADIGMA PARA A PROTEÇÃO DOS ANIMAIS EM PETROLINA229

A PORNOGRAFIA COMO FATOR GERADOR E AGRAVANTE DE PROBLEMAS PSICOSSEXUAIS: ANÁLISE DAS POSSÍVEIS ATUAÇÕES DO DIREITO245

A POSSIBILIDADE DO ABORTO LEGAL NOS CASOS DE STEALTHING: UMA ANÁLISE À LUZ DA CRIMINOLOGIA FEMINISTA264

A RESPONSABILIDADE PENAL POR CRIMES AMBIENTAIS: SEUS DESAFIOS E PERSPECTIVAS278

ADULTIZAÇÃO DAS CRIANÇAS: DESAFIOS À PROTEÇÃO INFANTIL NO CONTEXTO DO ECA291

ALÉM DOS CÓDIGOS: O DIFERENCIAL COMPORTAMENTAL NA FORMAÇÃO DO PROFISSIONAL DE DIREITO308

ANÁLISE DOS CRITÉRIOS SOCIAIS E CRIMINOLÓGICOS UTILIZADOS PELO TRIBUNAL DO JÚRI DE FEIRA DE SANTANA/BAHIA NA APLICAÇÃO DA 1ª FASE DA DOSIMETRIA DA PENA321

BARREIRAS ENFRENTADAS POR MÃES SOLO NA CONCILIAÇÃO DO EMPREGO FORMAL EM PETROLINA338

CASOS DE VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER NO VALE DO SÃO FRANCISCO - ASPECTOS SOCIAIS E JURÍDICOS350

CIDADANIA ATIVA: DIREITOS E DEVERES DA PESSOA IDOSA EM FOCO364

CIDADANIA EM AÇÃO: DIREITO, CONSUMO E VOZ379

CIDADANIA EM AÇÃO: DIREITOS, CONSUMO E VOZ - EDUCAÇÃO PARA A VIDA NA EJA389

CIDADANIA EM AÇÃO: DIREITOS, CONSUMO E VOZ404

CONSTRUINDO RESPEITO: CARTILHA DE NOMENCLATURAS LGBTQIAPN+415

ETHOS E CENOGRAFIA EM AÇÃO: A DIMENSÃO DIDÁTICA DO JULGAMENTO NO PALCO428

FACULDADE ABERTA DA TERCEIRA IDADE (FATI) E OS DIREITOS DOS IDOSOS EM PETROLINA443





GESTÃO HÍDRICA E DESAFIOS SOCIAIS NO VALE DO SÃO FRANCISCO: GORVENANÇA, CONFLITOS E POLÍTICAS PÚBLICAS455

O DIREITO CONSTITUCIONAL À ALIMENTAÇÃO E A UTILIZAÇÃO DO SISTEMINHA EMBRAPA NA AGRICULTURA FAMILIAR469

ME CHAME PELO MEU NOME: MUTIRÃO DE RETIFICAÇÃO E PROMOÇÃO DE DIREITOS LGBTQIAPN+ NA UEFS.....481

O CONTROLE RECURSAL SOBRE A PRIMEIRA FASE DA DOSIMETRIA DA PENA NA VARA DO JÚRI DE FEIRA DE SANTANA/BA.....492

O DIREITO DOS IDOSOS NA MOBILIDADE: ESTUDO DA LINHA JUAZEIRO (BA) E PETROLINA (PE). (VIOLAÇÃO DOS DIREITOS DOS IDOSOS NA LINHA DE ÔNIBUS JUAZEIRO-PETROLINA).....508

O IMPACTO DA REFORMA TRIBUTÁRIA NA PERCEPÇÃO DE PREÇOS: UMA ANÁLISE ANTROPOLÓGICA DO COMPORTAMENTO DO CONSUMIDOR NO MERCADINHO SÃO FRANCISCO EM PETROLINA.....520

O PAPEL DO DIREITO AMBIENTAL NA PROTEÇÃO DO RIO SÃO FRANCISCO EM PETROLINA-PE E JUAZEIRO-BA: INSTRUMENTOS LEGAIS E EFETIVIDADE533

DIREITOS NEGADOS: INVISIBILIDADE DA POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA NO CENTRO DE PETROLINA546

O PARADOXO DA (IN) JUSTIÇA: A DUPLA MARGINALIZAÇÃO DA MULHER NEGRA NA CRIMINOLOGIA BRASILEIRA - ENTRE A VITIMIZAÇÃO OCULTA E A CRIMINALIZAÇÃO560

PELOS CAMINHOS DO VELHO CHICO: A LUTA DOS INDÍGENAS TUMBALALÁ PELA DEFESA TERRITORIAL FRENTE AOS IMPACTOS DA CHESF E À VIOLAÇÃO DA CONSULTA PRÉVIA.....576

REGISTRO DE MARCAS: MARCA DE POSIÇÃO590

STARTUPS DE IMPACTO SOCIAL E SUA CONTRIBUIÇÃO PARA A EFETIVAÇÃO DE DIREITOS FUNDAMENTAIS604

SUPERENCARCERAMENTO NO CONJUNTO PENAL DE FEIRA DE SANTANA/BA: TEORIA, PRÁTICA E A EXPERIÊNCIA EXTENSIONISTA DO NÚCLEO DE PRÁTICAS JURÍDICAS MARCELLINA DE OLIVEIRA - UEFS616

VIOLÊNCIA OBSTÉTRICA NO VALE DO SÃO FRANCISCO: UMA ANÁLISE SOCIOLÓGICA E JURÍDICA.....631

DIREITO E SERVIÇO SOCIAL

A CONSTITUCIONALIZAÇÃO DO DIREITO RECURSAL: EFETIVIDADE OU FORMALISMO?	646
CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR: GARANTIA DE TRANSPARÊNCIA E SEGURANÇA NAS RELAÇÕES DE CONSUMO	648
EDUCAR PARA PROTEGER: EXPERIÊNCIAS PEDAGÓGICAS NO AMBIENTE ESCOLAR COMO MECANISMO DE PREVENÇÃO À VIOLÊNCIA INFANTOJUVENIL	650
FORTALECIMENTO DA AUTORIDADE PARENTAL E DA CIDADANIA POR MEIO DA EDUCAÇÃO JURÍDICA DIALÓGICA NO CRAS DO RIO CORRENTE	652
RESPEITO E EMPATIA NA REDE	654
SEGURANÇA JURÍDICA NO COMÉRCIO PREVENÇÃO DE LITÍGIOS E SUSTENTABILIDADE EMPRESARIAL	656
ENTRE O DIREITO E A REALIDADE: A FALTA DE MATERIAIS MÉDICOS NAS UBS DE PETROLINA	658
POR QUE A PRISÃO PERSISTE? UMA ANÁLISE CRÍTICA DO SISTEMA PENAL SOB A PERSPECTIVA FOUCAULTIANA	673

ECOLOGIA, MEIO AMBIENTE E AGRONEGÓCIO

A ÁREA DE OLHO DE LOMBO E SUA CORRELAÇÃO COM O PESO E O RENDIMENTO DE CARÇAÇA DE VACAS NELORE TERMINADAS EM PASTAGEM	686
BUSINESS INTELLIGENCE APLICADO À FRUTICULTURA: ESTUDO DE CASO DO AGROLABS	688
COLETIVO MULHERES APICULTORAS FAZENDA FLORESTA: UMA INICIATIVA DE DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO COMUNITÁRIO POR MEIO DA APICULTURA	690
DESEMPENHO PRODUTIVO DE TILÁPIAS-DO-NILO CRIADAS EM TANQUES DE GEOMEMBRANA	691
EFEITOS DO CREEP-FEEDING SOBRE PROTEÍNAS PLASMÁTICAS ASSOCIADAS À IMUNIDADE EM BEZERROS NELORE	692

ESCORE DE CONDIÇÃO CORPORAL E SUA CORRELAÇÃO COM DIFERENTES GRAUS DE DEPOSIÇÃO DE GORDURA NA CARCAÇA DE VACAS NELORE TERMINADAS EM PASTAGEM693

GESTÃO, SUSTENTABILIDADE E MEIO AMBIENTE: O DESAFIO DOS DIAS ATUAIS (O CASE DA ICOFORT EM JUAZEIRO-BA).....695

II FEIRA DE NEGÓCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR (II FENEAF): VALORIZAÇÃO, EXPOSIÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO DE PRODUTOS DA AGRICULTURA FAMILIAR DE PERNAMBUCO.....697

POLÍTICA MUNICIPAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS: UMA ANÁLISE DA GESTÃO INTEGRADA DE RESÍDUOS SÓLIDOS NA CIDADE DE PETROLINA, PERNAMBUCO A LUZ DAS DIRETRIZES DA LEI Nº 110/ 2025.....699

POLÍTICA NACIONAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS: UMA ANÁLISE DA GESTÃO INTEGRADA DE RESÍDUOS SÓLIDOS NA CIDADE DE PETROLINA, PERNAMBUCO A LUZ DAS DIRETRIZES DA LEI Nº 14.236/2010.....700

POLÍTICA NACIONAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS: UMA ANÁLISE DA GESTÃO INTEGRADA DE RESÍDUOS SÓLIDOS NA CIDADE DE PETROLINA, A LUZ DAS DIRETRIZES DA LEI Nº 12.305/ 2010702

RIBEIRA DA FLORESTA - PRODUTOS ORGÂNICOS E ARTESANAIS: UM EXEMPLO DE BIOECONOMIA NO SEMIÁRIDO PERNAMBUCANO NA II FENEAF704

TECNOLOGIAS VERDES E ESG NO SEMIÁRIDO: CAMINHOS PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL NA AGRICULTURA IRRIGADA, NO VALE DO SÃO FRANCISCO705

TEMPERATURA DA ÁGUA EM TANQUES DE GEOMEMBRANA COM E SEM SOMBREAMENTO.....706

USO DO GEOPROCESSAMENTO NA AVALIAÇÃO DAS ÁREAS DE PRESERVAÇÃO PERMANENTE DO RIACHO MACARRÃO, JUAZEIRO-BA707

AVALIAÇÃO DE HELMINTOS EM ÁGUAS CINZAS TRATADAS EM SISTEMA DE BIOFILTRO NO SERTÃO PERNAMBUCANO708

AGRICULTURA NAS CIDADES, UMA ESTRATÉGIA DE SALVAGUARDA DA SEGURANÇA ALIMENTAR E COMBATE À POBREZA: ANÁLISE A PARTIR DAS PRÁTICAS HORTÍCOLAS NO MUNICÍPIO DE UAUÁ-BA NO ANO DE 2021723

DESAFIOS DE EFETIVAR OS DIREITOS HUMANOS EM MEIO ÀS MUDANÇAS CLIMÁTICAS.....740



DESENVOLVIMENTO AGROINDUSTRIAL E IMPACTOS
SOCIOAMBIENTAIS EM MIRITITUBA - PA.....751

DIREITO AMBIENTAL E CULTURAL: OS DANOS AMBIENTAIS E DE
IDENTIDADE DOS POVOS QUE TIVERAM AS CIDADES SUBMERSAS
PELA CONSTRUÇÃO DA BARRAGEM DE SOBRADINHO766

FORMAÇÃO TÉCNICA EM SISTEMAS DE ENERGIA RENOVÁVEL NO
IFSERTÃOPE: SUSTENTABILIDADE, EDUCAÇÃO AMBIENTAL E
INOVAÇÃO PARA O SEMIÁRIDO BRASILEIRO779

GESTÃO DE ESTOQUE E EFICIÊNCIA LOGÍSTICA NAS
EXPORTAÇÕES DE UVA DO VALE DO SÃO FRANCISCO791

INCLUSÃO DIGITAL NO CAMPO: DESAFIOS E OPORTUNIDADES
PARA PEQUENOS PRODUTORES805

ÍNDICE DE QUALIDADE DA ÁGUA E ESTADO TRÓFICO DO RIO SÃO
FRANCISCO EM TRECHOS DOS MUNICÍPIOS DE JUAZEIRO, CASA
NOVA E CURAÇÁ - BA816

INOVAÇÃO TECNOLÓGICA E ECONOMIA CIRCULAR NO
AGRONEGÓCIO DO VALE DO SÃO FRANCISCO.....830

O IMPACTO DAS COOPERATIVAS AGRÍCOLAS NO
DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO E SEUS REFLEXOS NO
DIREITO EMPRESARIAL NO VALE DO SÃO FRANCISCO841

O USO DAS REDES SOCIAIS COMO ESTRATÉGIA DE PROMOÇÃO
INTERNACIONAL DAS MANGAS E UVAS DO VALE DO SÃO
FRANCISCO854

PECADE EM PETROLINA-PE: LOGÍSTICA REVERSA, EDUCAÇÃO
AMBIENTAL E INCLUSÃO DIGITAL NA GESTÃO DE RESÍDUOS
ELETROELETRÔNICOS (2022-2025).....869

PRESSÃO HIDROVIÁRIA NO RIO TAPAJÓS: UMA REVISÃO SOBRE
OS EFEITOS AMBIENTAIS DO TRÁFEGO DE BARCAÇAS NAS
ESTAÇÕES DE TRANSBORDO DE MIRITITUBA (PA)885

ECONOMIA E COMÉRCIO EXTERIOR

A CRISE IMOBILIÁRIA DE 2008: AVANÇOS E CONSEQUÊNCIAS NO
CENÁRIO ECONÔMICO GLOBAL901

A INFLUÊNCIA DA GESTÃO DE PESSOAS NAS NEGOCIAÇÕES
INTERNACIONAIS.....902





ASSOCIATIVISMO EMPRESARIAL: ESTRATÉGIA DE FORTALECIMENTO DO COMÉRCIO DE PETROLINA	903
CAIANA: UMA MOEDA SOCIAL PARA FORTALECER O COMÉRCIO DE ARAÇOIABA - PERNAMBUCO	905
DESAFIOS E OPORTUNIDADES DO MERCADO DE TRABALHO NA CONTEMPORANEIDADE PARA GESTORES DE EMPRESAS	907
DREX: DESAFIOS, INOVAÇÕES E IMPACTOS NA ECONOMIA DIGITAL MODERNA	909
ECONOMIA CRIATIVA COMO IMPULSIONADORA DO DESENVOLVIMENTO E FORTALECIMENTO DO COMÉRCIO LOCAL	911
ECONOMIA CRIATIVA COMO POTENCIAL ECONÔMICO PARA ALUNOS DAS ESCOLAS PÚBLICAS ESTADUAIS DE PETROLINA - PE	912
GEOPOLÍTICA GLOBAL E SEUS REFLEXOS NAS EXPORTAÇÕES E IMPORTAÇÕES DO BRASIL EM 2025	914
IMPACTOS DA OBRA DA NOVA PONTE PETROLINA-JUAZEIRO NO ESCOAMENTO DAS EXPORTAÇÕES DO VALE DO SÃO FRANCISCO VIA SALVADOR.....	915
INCENTIVOS FISCAIS E O PAPEL DO ESTADO NA REGULAÇÃO DA EXPORTAÇÃO DE FRUTAS NO VALE DO SÃO FRANCISCO	916
PARTICIPAÇÃO DAS MULHERES NAS ASSOCIAÇÕES DE PRODUÇÃO LEITEIRA NO ESTADO DE PERNAMBUCO	918
PROJETO DE EXTENSÃO CONCRETIZE JR E A SUA CONTRIBUIÇÃO NA FORMAÇÃO DO ENGENHEIRO CIVIL	920
PROTOCOLOS MULTIPROFISSIONAIS NA ASSISTÊNCIA AO PACIENTE ONCOLÓGICO: PREVENÇÃO E MANEJO DE COMPLICAÇÕES ORAIS.....	921
REGULARIZAÇÃO DE ASSOCIAÇÕES LEITEIRAS NO ESTADO DE PERNAMBUCO	922
RELAÇÃO ENTRE O IEGM E AS AÇÕES DE CONTROLE EXTERNO: A PERCEPÇÃO DOS AUDITORES DO TCM/BA.....	923
RISCOS CAMBIAIS, CULTURAIS, JURÍDICOS E LOGÍSTICOS NAS NEGOCIAÇÕES INTERNACIONAIS DE EMPRESAS BRASILEIRAS	924

A INFLUÊNCIA DA POLÍTICA NACIONAL NO COMÉRCIO EXTERIOR:
REFLEXOS DA ELEIÇÃO PRESIDENCIAL.....925

DA SUSTENTABILIDADE À VANTAGEM COMPETITIVA: O PAPEL DO
ESG NO COMÉRCIO EXTERIOR935

GLOBALIZAÇÃO ECONÔMICA E AGRONEGÓCIO: DESAFIOS E
ESTRATÉGIAS DE EXPORTAÇÃO DO BRASIL NO CONTEXTO
CONTEMPORÂNEO.....945

OS EFEITOS DAS TARIFAS SOBRE PRODUTOS EM MARKETPLACES
INTERNACIONAIS: UM ESTUDO SOBRE SHOPEE E SHEIN NO
BRASIL.....956

HISTÓRIA, CULTURA E SOCIEDADE

“O QUE HÁ EM UM NOME?”: ANÁLISE DAS NOMENCLATURAS DE
ESTABELECIMENTOS COMERCIAIS NO CENTRO DE PETROLINA
(PE).....971

A EFICÁCIA DA NORMA NO ÍNDICE DE VIOLÊNCIA RELACIONADA
AO TRÁFICO DE DROGAS EM JUAZEIRO-BA973

ENVELHECER COM DIGNIDADE: UM OLHAR HUMANIZADO NA
PRÁTICA EXTENSIONISTA.....975

HENRY MAINE (1861), A LEI ANTIGA, SUAS RELAÇÕES COM AS
IDEIAS MODERNAS E A INFLUÊNCIA NO CONTROLE SOCIAL NA
ATUALIDADE977

O MEMORIAL DOM CAMPELO: MEMÓRIA, ESPIRITUALIDADE E
TURISMO RELIGIOSO NO SERTÃO DO SÃO FRANCISCO978

NARRATIVAS DE MEMÓRIA DA FORMAÇÃO DAS COMUNIDADES
INDÍGENAS TUMBALALÁ.....979

EDUCAÇÃO FORMAL E SABERES TRADICIONAIS NA ESCOLA DA
COMUNIDADE QUILOMBOLA CASTAINHO GARANHUNS/PE980

O DIREITO HUMANO AO TRABALHO DECENTE NO SÉCULO XXI
.....994

INTERDISCIPLINAR

A ESTRUTURA SILENCIOSA DO MACHISMO NA SEGURANÇA DO
TRABALHO NO ÂMBITO DA MARISCAGEM 1007





A INTENSIFICAÇÃO DE PROCESSOS (IP) COMO IMPERATIVO DE SEGURANÇA E INOVAÇÃO NA INDÚSTRIA QUÍMICA: UMA ANÁLISE ACERCA DAS EVENTUAIS CONSEQUÊNCIAS POSITIVAS ACERCA DE SUA APLICABILIDADE.....	1008
A LUTA DAS MARISQUEIRAS CONTRA A COLONIALIDADE DO PODER E DO GÊNERO	1009
ANÁLISE PARASITOLÓGICA DA AREIA DA ILHA DO RODEADOURO, LOCALIZADA NO VALE DO SÃO FRANCISCO	1010
CONSTRUÇÃO DE MOTOR DE ÍMÃS PERMANENTES INRUNNER UTILIZANDO MANUFATURA ADITIVA NA FASE DE PROTOTIPAGEM	1011
CORPOS SUBMERSOS: AS MARISQUEIRAS E A VIOLÊNCIA DE GÊNERO NA PESCA ARTESANAL.....	1012
PREVALÊNCIA DE PARASITOS COM POTENCIAL ZONÓTICO EM FEZES DE CÃES COLETADAS EM PRAÇAS PÚBLICAS DO MUNICÍPIO DE PETROLINA-PE.....	1013
USO DA ESTATÍSTICA COMO CONHECER O CONTEXTO E TOMAR DECISÕES: MONITORIA EM ESTATÍSTICA	1014
VULNERABILIDADE ANIMAL, MAUS TRATOS E ZONÓSES: UM ESTUDO DE CASO DA ORLA E DA FACAPE DE PETROLINA	1015
ASSENTAMENTOS RURAIS: REVISÃO BIBLIOGRÁFICA.....	1017
WETLANDS CONSTRUÍDOS APLICADOS COMO PÓS TRATAMENTO DE EFLUENTE DE QUEIJARIA TRATADO EM REATOR UASB.....	1028

The image features a vibrant blue background with a subtle, wavy pattern. A horizontal strip of white, torn paper is positioned in the center. The word "DIREITO" is printed in a bold, orange, sans-serif font on this white strip. The overall design is modern and minimalist.

DIREITO

AÇÃO EXTENSIONISTA E O ACESSO À JUSTIÇA: A EXPERIÊNCIA UNIVERSITÁRIA NA ASSOCIAÇÃO DO BAIRRO CAPUCHINHOS - FEIRA DE SANTANA - BAHIA

Alice Machado Silva

Bacharelado em Direito – Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS)

E-mail: alicemachaadu@gmail.com

Bruno Silva Cardoso

Bacharelado em Direito – Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS)

E-mail: profissionalbruno.fsa@gmail.com

Lucas Souza da Silva

Bacharelado em Direito – Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS)

E-mail: lssilva@uefs.br

Vanessa Mascarenhas Góes Lima

Professora Orientadora

Professora efetiva da Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS)

E-mail: vmlima@uefs.br

RESUMO: A morosidade é um problema constante no judiciário e prejudica o acesso à justiça, o que exige a adoção de métodos adequados de solução de conflitos. A mediação surge como opção eficaz, vez que as partes constroem a solução de suas controvérsias com auxílio do mediador. A mediação promove a pacificação social, é célere, e acessível, especialmente quando aplicada em comunidades populares. O Programa de Extensão Mediação Popular e Orientação sobre Direitos, da UEFS, com o intuito de ampliar o acesso à justiça, democratizar o conhecimento jurídico, e empoderar pessoas, leva a uma comunidade periférica acesso à informação e à mediação, por meio de ações de formação de mediadores populares, atendimentos de orientação jurídica, oficinas, e realização de mediações por mediadores da própria comunidade. Essa prática reafirma a função social da UEFS, enquanto universidade pública, em promover transformação social. Além disso, proporciona o desenvolvimento dos estudantes extensionistas, notadamente em

seu comprometimento social e contribui para a redução das desigualdades sociais e o fortalecimento da cidadania.

Palavras-chave: Extensão. Justiça. Mediação. UEFS. Cidadania.

A ANÁLISE DO CARÁTER SUBJETIVO DO AGENTE DELITUOSO E DO JULGADOR NA APLICAÇÃO DAS CIRCUNSTÂNCIAS JUDICIAIS QUE SÃO UTILIZADAS PARA A FIXAÇÃO DA PENA-BASE NA PRIMEIRA FASE DA DOSIMETRIA DA PENA DAS DECISÕES JUDICIAIS DA VARA DO JÚRI DE FEIRA DE SANTANA ENTRE OS ANOS DE 2022 E 2023

Lucas dos Santos Lima

Bacharelado em Direito

Universidade Estadual de Feira de Santana - UEFS

E-mail: lucas.lima_99@hotmail.com

Riccardo Cappi

Professor Orientador

Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS)

E-mail: riccardo@terra.com.br

RESUMO: O estudo analisou a aplicação do art. 59 do Código Penal em sentenças do Júri de Feira de Santana (2022 e 2023), para observar a fundamentação da fixação da pena-base e até que ponto as decisões refletem interpretações subjetivas. Sabendo-se que a lei penal é genérica e suscetível a variações interpretativas, a pesquisa observou que fundamentos como culpabilidade, conduta social e personalidade do agente foram aplicados contrariando a jurisprudência, como a Súmula 444 do STJ. A metodologia envolveu análise empírica de sentenças, revisão doutrinária e comparação com entendimentos dos tribunais superiores. Os resultados indicaram uso recorrente de argumentos genéricos, como frieza, desprezo à vida e envolvimento com o crime, sem base técnica adequada. A conduta social foi negativamente valorada com base em processos em andamento, e a motivação do crime, em geral, desconsiderada na dosimetria. Concluiu-se que há falta de uniformidade e critérios objetivos, o que permite excessiva discricionariedade judicial e risco de violação aos princípios da individualização e imparcialidade. O estudo mostra a necessidade de maior controle hermenêutico e respeito aos direitos fundamentais no processo penal.

Palavras-chave: Circunstâncias Judiciais. Dosimetria. Individualização das penas.

A APLICAÇÃO DAS MEDIDAS PROTETIVAS DO ECA NO ENFRENTAMENTO À ALIENAÇÃO PARENTAL

Ítalo Araujo Silva de Jesus

Probic/UEFS

Direito

Italo.Araujouefs@Gmail.Com

Hilda Ledoux Vargas

Departamento de Ciências Sociais Aplicadas

Hlvargas@Uefs.Br

RESUMO: A alienação parental configura uma situação de risco ao desenvolvimento psíquico e social do sujeito em formação, de acordo com estudos da Psicologia. O Direito examina o tema a partir de um rol de práticas elencadas exemplificativamente, pelo art. 2º e seu parágrafo único da Lei nº 12.318/2010, como atos de alienação parental. A referida lei, em seu art. 6º previu medidas de proteção à criança e ao adolescente vítima de alienação parental. Entretanto, não previu, a aplicação das medidas protetivas previstas nos arts. 129 e 130 do Estatuto da Criança e do Adolescente ou mesmo a participação do Conselho Tutelar para esses casos. Para o enfrentamento à violência psicológica e familiar que se esconde na alienação parental, pactos parentais formalizáveis, além da aplicação das medidas protetivas previstas no ECA, a participação do Conselho Tutelar e a criação de políticas públicas articuladas nos níveis local e nacional são fundamentais para a garantia do direito à convivência familiar e do princípio da proteção integral das crianças e adolescentes.

Palavras-chave: Alienação Parental. Medidas Protetivas. ECA.

A CONSCIENTIZAÇÃO DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES SOBRE OS RISCOS E A RESPONSABILIDADE PARENTAL NO MUNDO DIGITAL

Adriana Tomaz de Souza

Bacharelanda em Direito

Faculdade de Petrolina FACAPE

Celeste Alencar Brandão Nunes

Bacharelanda em Direito

Faculdade de Petrolina FACAPE

Michelle Vieira Costa

Bacharelanda em Direito

Faculdade de Petrolina FACAPE

Tarcizio Pereira Gama Filho

Bacharelando em Direito

Faculdade de Petrolina FACAPE

Ana Carla Mendes Coelho

Professora Orientadora

Mestra em Dinâmicas de Desenvolvimento do Semiárido - UNIVASF

Faculdade de Petrolina FACAPE

RESUMO: Introdução: O cenário da criminalidade precoce é um dos maiores desafios da atualidade brasileira. Nessa seara, é imperioso destacar o surgimento da lei 15.211/2025 - ECA digital, e o conteúdo disposto no art. 3º, §1º, que trata da responsabilidade dos pais na proteção dos seus filhos menores. **Objetivo:** Abordar, a partir da nova lei, sobre os mecanismos de responsabilização e de controle parental dos pais de crianças e adolescentes expostos no mundo digital, por meio do projeto de Extensão Justiça e Pacificação Social – JUSPAS. **Fundamentação teórica:** Com o advento na nova legislação (Lei nº 15.211/2025), surgem mudanças significativas nas medidas de controle e supervisão das atividades online de crianças e adolescentes de todo o país,

que resutará na responsabilização de seus responsáveis legais. **Metodologia:** A partir da revisão bibliográfica da legislação pátria vigente e de artigos científicos, foi possível realizar o estudo do tema e a apresentação de palestras nas escolas sobre as mudanças trazidas pela nova lei. **Resultados:** A elaboração do projeto proporcionou a oportunidade de demonstrar ao público-alvo, sobre as condutas ilícitas e os mecanismos de controle familiar inseridos no ambiente virtual.

Palavras-chave: Ambiente Virtual. Criança e Adolescente. Responsabilidade Parental. Supervisão. ECA Digital.

A CRIMINALIZAÇÃO DO BULLYING E CYBERBULLYING NO CÓDIGO PENAL

Eryka Monique Nunes da Silva

Bacharelanda em Direito

Faculdade de Petrolina – FACAPE

Alysson Luna Oliveira Cardoso

Bacharelando em Direito

Faculdade de Petrolina – FACAPE

Ramon David da Silva Rodrigues

Bacharelando em Direito

Faculdade de Petrolina – FACAPE

Ana Carla Mendes Coelho

Professora Orientadora

Mestra em Dinâmicas de Desenvolvimento do Semiárido - UNIVASF

Faculdade de Petrolina – FACAPE

RESUMO: O combate ao *bullying* e ao *cyberbullying* constitui um dos maiores desafios contemporâneos. Assim, a tipificação no código penal das referidas condutas pela Lei 14.811/2024, representa um importante avanço e demonstra a preocupação do Estado em punir mais severamente os agentes criminosos. **Objetivo:** Analisar as mudanças trazidas pela nova lei, seus impactos e formas de prevenção, com vistas a promover um ambiente escolar mais seguro e respeitoso. **Fundamentação teórica:** O Código Penal Brasileiro (Art. 146-A) definiu que a intimidação sistemática (*bullying*) ou virtual (*cyberbullying*) praticada de forma intencional e repetitiva por meio de violência física ou psicológica, humilhação ou discriminação, que cause sofrimento físico ou psicológico à vítima, deve ser punida com aplicação de pena de dois a quatro anos de reclusão e multa. **Metodologia:** A pesquisa é bibliográfica, realizada a partir da análise da legislação sobre o tema para promover palestras educativas em escolas públicas, por meio do projeto JUSPAS. **Resultados:** A conscientização das implicações penais das condutas, fortalece a escola como espaço seguro e a lei como ferramenta de proteção.

Palavras-chave: *Bullying. Cyberbullying. Crime. Código Penal. Intimidação Sistemática.*

A FALÁCIA DA REDUÇÃO DA MAIORIDADE PENAL: A ILUSÃO PUNITIVA DIANTE DA EXCLUSÃO SOCIAL

Adilson Lima de Amorim

Bacharelado em Direito

Faculdade de Petrolina – FACAPE

adilson.amorim.26790@aluno.facape.br

Carlos Caetano Nery Vasconcelos

Bacharelado em Direito

Faculdade de Petrolina – FACAPE

carlos.vasconcelos.25363@aluno.facape.br

Maria Luiza Santos Batista

Bacharelada em Direito

Faculdade de Petrolina – FACAPE

maria.batista.26080@aluno.facape.br

Maria Eduarda Colazzo

Bacharelada em Direito

Faculdade de Petrolina – FACAPE

maria.colazzo.26642@aluno.facape.br

Maria Izis Amorim Mariano

Bacharelada em Direito

Faculdade de Petrolina – FACAPE

maria.mariano.24346@aluno.facape.br

Dr. Edson Jorge Pacheco

Orientador

Prof. Adjunto – Faculdade de Petrolina

edson.pacheco@prof.facape.br

RESUMO: Introdução: A proposta de redução da maioridade penal é apresentada como solução para a criminalidade juvenil, mas constitui uma falácia punitiva que ignora as causas sociais da violência e reforça a lógica do endurecimento penal. **Objetivo:** Analisar criticamente a proposta de redução da maioridade penal, demonstrando que ela não reduz a criminalidade, viola o princípio da proteção integral e amplia a criminalização da pobreza. **Fundamentação teórica:** O estudo baseia-se nos aportes da Criminologia Crítica e da Política Criminal Constitucional, conforme as obras de Zaffaroni, Vera Malaguti Batista, Salo de Carvalho, Juarez Cirino e Alessandro Baratta, que defendem a compreensão do crime como fenômeno social e político. **Metodologia:** A pesquisa é qualitativa e bibliográfica, apoiada em fontes doutrinárias e relatórios institucionais do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e do Instituto de Pesquisas Aplicadas (IPEA) sobre o sistema socioeducativo brasileiro. **Resultados:** Verificou-se que a redução da maioridade penal tem caráter simbólico e populista, sem respaldo empírico, e que o sistema prisional, superlotado e ineficiente, agrava a exclusão social, antecipando a reincidência criminal entre jovens.

Palavras-chave: Maioridade. Mito. Criminalidade. Punição.

A INFLUÊNCIA DO SAGRADO FEMININO NA PROMOÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS E FUNDAMENTAIS DAS MÃES SOLTEIRAS DE CRIANÇAS ATÍPICAS: UMA ANÁLISE A LUZ DOS TRATADOS E CONVENÇÕES INTERNACIONAIS

Anaelisa de Sousa Ramos

UMSA – Universidad Museo Social Argentino

RESUMO: Busca-se com esse artigo trazer à baila um estudo da figura de Maria Madalena como um arquétipo do Sagrado Feminino e sua influência simbólica na vida das mães solteiras de crianças atípicas. A partir de uma abordagem interdisciplinar, que integra espiritualidade, psicologia, direitos humanos e fundamentais e o direito à busca pela felicidade, realizando uma análise de como Ela pode inspirar a resiliência, o amor incondicional e o empoderamento dessas mães. Além disso, o artigo examina a aplicação dos tratados e convenções internacionais da ONU, entre eles, a Declaração de Direitos Humanos, a Convenção Sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher, a Convenção sobre os Direitos da Criança e a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, na proteção dos direitos dessas famílias e se na prática, tais tratados têm sido respeitados em suas aplicabilidades. Historicamente, Maria Madalena foi marginalizada e mal interpretada, sendo frequentemente reduzida a estereótipos negativos. No entanto, revisões contemporâneas de sua história destacam seu papel central na humanidade como uma mulher de múltiplas facetas. Essa reinterpretação simboliza a importância de combater a marginalização das mulheres e garantir que suas vozes sejam ouvidas e respeitadas. Ela é vista como uma figura espiritual independente, que desafia as hierarquias patriarcais. Maria Madalena, como símbolo, oferece uma poderosa metáfora para o empoderamento de mães solteiras. Sua trajetória de superação, resiliência e liderança inspira a luta por direitos humanos e fundamentais e a construção de uma sociedade mais justa e inclusiva. Ao reconhecer a dignidade e o potencial das mães solteiras, honramos não apenas sua luta diária, mas também o legado de Maria Madalena, que desafiou normas opressivas e abriu caminho para a transformação social.

Palavras-chave: Tratados e Convenções Internacionais. Maria Madalena (Sagrado Feminino). Mães Solteiras. Crianças Atípicas. Direitos Humanos e Fundamentais. Direito a Busca pela Felicidade.

A MARCA TRIDIMENSIONAL NO CENÁRIO JURÍDICO E MERCADOLÓGICO BRASILEIRO UMA ANÁLISE EM CONSTRUÇÃO

Katharina Jurema Segundo
katharina.jsegundo@gmail.com
FACAPE
Direito

Maria Luiza Gomes Fraga
maria.fraga.24313@aluno.facape.br
FACAPE
Direito

Noemi de Lima Sampaio
noemi.sampaio.24055@aluno.facape.br
FACAPE
Direito

Letícia Vitória de Souza
leticia.souza.24120@aluno.facape.br
FACAPE
Direito

Luis Felipe Pereira de Barros
luis.barros.25178@aluno.facape.br
FACAPE
Direito

Wânia Jaguaracy de Sena Medrado
wania.medrado@prof.facape.br
FACAPE

RESUMO: A marca tridimensional constitui uma categoria de signo distintivo que se sobressai por sua forma física ou estrutura espacial, em contraste com as marcas nominativas e figurativas. No Brasil, seu registro é permitido desde a promulgação da Lei da Propriedade Industrial (Lei nº 9.279/96), contudo, sua consolidação jurídica e reconhecimento no mercado ainda enfrentam obstáculos. Assim, o propósito deste estudo é examinar os limites e as potencialidades do registro e da utilização da marca tridimensional no sistema jurídico brasileiro, com ênfase em sua função distintiva, nos requisitos de registrabilidade e na percepção de valor pelos consumidores. A investigação fundamenta-se em teorias do direito marcário, especialmente nos conceitos de distintividade, função da marca e tutela da concorrência leal (CARVALHO, 2018; DINIZ, 2012), além de se apoiar em princípios de marketing e gestão de marcas (KELLER, 2009; AAKER, 1998). A marca tridimensional é compreendida como uma interseção entre forma estética e função simbólica, suscitando reflexões sobre o secondary meaning e a exigência de não-funcionalidade para fins de registro. Trata-se de uma pesquisa qualitativa, de natureza exploratória-descritiva e abordagem interdisciplinar. Os resultados preliminares demonstram que, embora a marca tridimensional esteja prevista em lei, sua concessão pelo Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI) ainda é limitada. No contexto mercadológico, empresas que conseguem vincular a forma de seus produtos a elementos identitários marcantes — como a garrafa da Coca-Cola ou o frasco do perfume Chanel Nº5 — obtêm expressiva vantagem competitiva. Especialistas ressaltam a importância de uma maior articulação entre os critérios jurídicos e as práticas contemporâneas de branding.

Palavras-chave: Marca Tridimensional. Propriedade Industrial. Distintividade. INPI. Registro de Marca.

A OFICINA EDUCATIVA “LINHA DO RESPEITO”: A LUDICIDADE COMO FORMA DE PREVENÇÃO ÀS VIOLÊNCIAS CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES NO ÂMBITO ESCOLAR MUNICIPAL

Erika Josiane Damasceno da Silva
Bacharelanda de Direito

Lorena Paes Gonçalves de Sousa
Bacharelanda de Direito

Maria Fernanda Jambeiro de Souza
Bacharelanda de Direito

Maria Júlia Aristé Santos Costa
Bacharelanda de Direito

Ma. Maria Lúcia da Silva Souza
Professora Orientadora
FACAPE

RESUMO: O presente estudo parte do da atividade educativa desenvolvida em duas escolas do município de Petrolina, com alunos do 5º ano, na faixa etária de 12 anos. Teve como objetivo socializar conhecimentos sobre prevenção e autoproteção das violências praticadas contra adolescentes, por meio do desenvolvimento da oficina intitulada “Linha do Respeito. Trata-se de uma pesquisa de abordagem qualitativa e quantitativa, realizada com a aprovação e anuência da Secretaria Municipal de Educação, possibilitando a materialização das ações propostas. Foram realizadas visitas às duas escolas para apresentação da oficina, vinculado ao Projeto de Extensão de Prevenção às Violências contra Crianças e Adolescentes do Município de Petrolina (PREVCAMP), seguidas da elaboração de um cronograma para execução das atividades até dezembro/2025. As ações lúdicas em sala com os adolescentes envolveram: a exibição de

vídeos educativos, a dinâmica da linha do respeito, o mapeamento dos canais de denúncia e a tipificação das violências, tais como negligência, agressão física, psicológica, moral e sexual. Destaca-se que as atividades encontram-se em andamento, contudo, já foi possível identificar a ausência de conhecimento sobre alguns canais de proteção, como o Disque 100, bem como desconhecimento sobre determinadas formas de violência, que, em alguns casos, foram interpretadas com outros significados pelos adolescentes durante as oficinas. Nesse sentido, observa-se a necessidade de ações educativas contínuas, voltadas à promoção de uma cultura escolar baseada no respeito e na defesa dos direitos de crianças e adolescentes.

Palavras-chave: Direitos da Criança e Adolescente. Educação em Direitos. Ludicidade. Linha do Respeito.

A PROTEÇÃO DAS CRIANÇAS E ADOLESCENTES EM TEMPOS DE EXPOSIÇÃO DIGITAL

Ana Carla Mendes Coelho

Mestra em Dinâmicas de Desenvolvimento do Semiárido - UNIVASF
Faculdade de Petrolina - FACAPE

César Augusto Silva Donato Sobreira

Bacharelando em Direito
Faculdade de Petrolina - FACAPE

Daniel Rodrigues Figueredo

Bacharelando em Direito
Faculdade de Petrolina FACAPE

Paloma do Nascimento Rêgo Andrade

Bacharelada em Direito
Faculdade de Petrolina-FACAPE

RESUMO: A presente pesquisa aborda a proteção das crianças e adolescentes em tempos de exposição digital no ambiente escolar como espaço de prevenção e conscientização. **Objetivo:** O objetivo geral é analisar de que forma tais legislações contribuem para a garantia dos direitos infantojuvenis diante dos desafios da sociedade conectada. Entre os objetivos específicos, destacam-se compreender o papel da escola na orientação sobre o uso responsável da internet e propor estratégias educativas voltadas à proteção digital no Justiça e Pacificação Social (JUSPAS). **Fundamentação teórica:** Será feita uma análise dos principais mecanismos jurídicos que tutelam a proteção dos ainda civilmente incapazes no meio digital, como as Leis nº 12.965/2014 (Marco Civil da Internet), nº 13.709/2018 (LGPD), nº 15.100/2005 (Uso de celular nas escolas), e, em especial, a Lei nº 15.211/2025 (ECA digital). **Metodologia:** O método utilizado será o bibliográfico e documental, com base em legislações de direitos digitais, artigos e

políticas públicas. **Resultados:** Espera-se como resultado apontar a importância da integração entre escola, família e Estado para promover um ambiente digital seguro e ético para crianças e adolescentes.

Palavras-chave: Crianças e Adolescentes. Escolas. Exposição Digital. Redes Sociais. Segurança Digital.

A REPRESENTAÇÃO DE PRODUTORES E TRABALHADORES RURAIS SOBRE A EFICÁCIA DO PL 715/23

Gabrielle Siqueira Nicéas de Albuquerque

Bacharelada em Direito

Faculdade de Petrolina (FACAPE)

Juliana Vitoria Maciel Mota

Bacharelada em Direito

Faculdade de Petrolina (FACAPE)

Matheus Mirenda de Araújo

Bacharelado em Direito

Faculdade de Petrolina (FACAPE)

Yasmim da Silva Aguiar

Bacharelada em Direito

Faculdade de Petrolina (FACAPE)

RESUMO: **Introdução:** a escassez de mão de obra no setor agrícola do Vale do São Francisco tem gerado impactos significativos na produção, especialmente nas culturas de uva e manga. Essa realidade decorre de uma combinação de fatores, como a informalidade no campo, perda de benefícios sociais com a formalização e condições precárias de trabalho. O Projeto de Lei 715/2023 busca enfrentar parte desse problema ao propor a criação de um contrato de trabalho sazonal que permite a formalização sem a perda de benefícios como o Bolsa Família. **Objetivos:** os objetivos desse estudo são: a) identificar a representação de trabalhadores sobre a eficácia do PL 715/23; b) identificar a representação de empregadores sobre a eficácia do PL 715/23. **Fundamentação teórica:** é comum a dificuldade para encontrar trabalhadores no setor rural, especificamente no trabalho safrista. Considerando isso, a Câmara de Deputados fez esse projeto de lei para solucionar o problema, resolvendo os problemas relacionados aos programas sociais dos trabalhadores safristas. No entanto, é necessário avaliar a representação da eficácia desse projeto. **Metodologia:** esse estudo se caracteriza como pesquisa de campo, qualitativa, descritiva e com formulários para preencher fisicamente no Banco do Nordeste de Casa

Nova-BA. **Resultados:** esse estudo está em construção. Aponta para os seguintes resultados: a) os trabalhadores rurais irão considerar que não só a perda do benefício os prejudica, mas também as condições de trabalho precárias; b) os produtores rurais irão dizer que satisfazer seus anseios para lidar com a mão de obra escassa.

Palavras-chave: Escassez de Mão de Obra. Fruticultura Irrigada. Vale do São Francisco. Trabalho Rural.

A VIOLÊNCIA SILENCIOSA NAS ESCOLAS: UMA ANÁLISE DO BULLYING E CYBERBULLYING

Adna Anita Leite Bezerra

Bacharelada em Direito

Faculdade de Petrolina – FACAPE

Adna.bezerra.26186@aluno.facape.br

Giovana Cardoso Argolo

Bacharelada em Direito

Faculdade de Petrolina – FACAPE

Giovana.argolo.26288@aluno.facape.br

Maria Alice Sousa Mendes

Bacharelada em Direito

Faculdade de Petrolina – FACAPE

Maria.mendes.26166@aluno.facape.br

Marya Jullya Alves Menezes

Bacharelada em Direito

Faculdade de Petrolina – FACAPE

Marya.menezes.24827@aluno.facape.br

Maria Leontina Nunes Freitas

Bacharelada em Direito

Faculdade de Petrolina – FACAPE

Maria.freitas.26185@aluno.facape.br

Dr. Edson Jorge Pacheco

Orientador

Prof. Adjunto – Faculdade de Petrolina

edson.pacheco@prof.facape.br

RESUMO: **Introdução:** A prática do *bullying* é uma forma de violência que atinge crianças e adolescentes, principalmente no ambiente escolar e com capacidade de gerar sofrimento psicológico. Com o avanço da tecnologia, intensificaram o uso das redes sociais, ampliando-se o risco de práticas através da rede de computadores, como o *cyberbullying*. **Objetivo:** Analisar os impactos que essas praticas causam, destacando a importância de ações educativas para enfrentar o problema. **Fundamentação teórica:** A pesquisa baseia-se nos estudos do doutrinador Dan Olweus, na Lei 13.185/2015 (Marco Civil da Internet), ECA, Constituição e Lei 14.811/2024. **Metodologia:** Qualitativa, bibliográfica e de campo, a partir de relatórios da prática extensionista, onde foram realizadas rodas de conversa e dinâmicas em escolas públicas. **Resultados:** Dos 49 alunos participantes, na aplicação do Projeto CRIEDUC, 24 relataram ter sofrido ou presenciado a prática do *bullying*. Todos sugeriram atitudes para tornar o ambiente mais acolhedor e 39 disseram que buscariam ajuda de um adulto se estivessem sofrendo *cyberbullying*. Aprenderam a identificar, denunciar e diferenciar *bullying* de *cyberbullying*. Ao final, 90% relataram que aprenderam como ajudar um amigo.

Palavras-chave: Bullying. Violência Escolar. Conscientização. Cyberbullying.

APOSTAS ONLINE NO BRASIL: INFLUENCIADORES, EVASÃO FISCAL E URGÊNCIA REGULATÓRIA

Carlos Alex Almeida Silva

Bacharelado em Direito

UNINASSAU Petrolina-PE

Márcio Murilo Ribeiro dos Santos Bispo

Mestre em Educação

UNINASSAU Petrolina-PE

Rebecca Lia Rodrigues Souto Medeiros

Especialista em Direito Penal e Processo Penal

UNINASSAU Petrolina-PE

RESUMO: Esta pesquisa analisa os impactos jurídicos e socioeconômicos da ausência de regulamentação dos jogos de azar virtuais no Brasil, com ênfase na atuação de influenciadores digitais. O estudo demonstra como estratégias publicitárias enganosas exploram vulnerabilidades comportamentais, especialmente entre jovens, enquanto plataformas sediadas no exterior operam à margem da legislação nacional. A análise comparativa com experiências regulatórias internacionais fundamenta a proposta de um marco normativo que combine restrições à publicidade, exigências de transparência fiscal e mecanismos de proteção ao consumidor. Os resultados evidenciam a necessidade urgente de regulamentação para mitigar danos como dependência patológica, lavagem de dinheiro e perdas tributárias, promovendo um equilíbrio entre desenvolvimento econômico e proteção social. O trabalho conclui defendendo uma abordagem regulatória multifacetada, inspirada em modelos bem-sucedidos de controle de atividades de risco.

Palavras-chave: Jogos de Azar Online. Publicidade Abusiva. Influenciadores Digitais. Marco Regulatório.

A ASSISTÊNCIA JURÍDICA UNIVERSITÁRIA E EDUCAÇÃO: O QUE FAZER DEPOIS DO ENSINO MÉDIO?

Matheus Pionorio Barros

Bacharelado em Direito

Faculdade de Petrolina – FACAPE

matheus.barros.24107@aluno.facape.br

José Luiz Barbosa Lima

Bacharelado em Direito

Faculdade de Petrolina – FACAPE

jose.b.lima.23924@aluno.facape.br

Lívia Melo Bedor

Bacharelada em Direito

Faculdade de Petrolina – FACAPE

Liviabedor1607@gmail.com

Daniel Custódio Carvalho

Bacharelado em Direito

Faculdade de Petrolina – FACAPE

dancustodio2511@gmail.com

Maria Fernanda Coelho de Souza

Bacharelada em Direito

Faculdade de Petrolina – FACAPE

maria.f.souza.24122@aluno.facape.br

Dr. Edson Jorge Pacheco

Orientador

Prof. Adjunto – Faculdade de Petrolina

edson.pacheco@prof.facape.br

RESUMO: Introdução: A educação superior no Brasil ainda representa um desafio para jovens, sobretudo os oriundos de escolas públicas e famílias de baixa renda. Apesar dos avanços legais e institucionais, muitos desconhecem os meios de acesso ao ensino superior. **Objetivo:** Apresentar nas escolas os principais mecanismos públicos de ingresso, reforçando a educação como direito social fundamental. **Fundamentação teórica:** Baseia-se na Constituição Federal de 1988 (art. 205) e em programas como SISU, Prouni e FIES, criados para democratizar o acesso às universidades, além de iniciativas estaduais de apoio ao estudante. **Metodologia:** A atividade extensionista foi realizada na Escola Estadual Pacífico da Luz, por meio de palestras expositivas e interativas com alunos do 3º ano do ensino médio. **Resultados:** Houve engajamento e interesse dos estudantes, evidenciado pelas perguntas e participação ativa durante as apresentações. Constatou-se que a divulgação dessas informações, através da atividade extensionista, contribui para o exercício da cidadania e para a valorização da educação como instrumento de inclusão social e transformação.

Palavras-chave: Educação. Adolescentes. Extensão. Ensino Superior. Inclusão Social.

CIDADANIA DIGITAL: CYBERBULLYING E AGRESSÕES DIGITAIS UMA EXPERIÊNCIA NAS ESCOLAS DE PETROLINA/PE

Anna Clara Pereira Coelho

Bacharelanda em Direito

Faculdade de Petrolina – FACAPE

Ana Isabella Morais Alencar

Bacharelanda em Direito

Faculdade de Petrolina – FACAPE

Brienna Kaline De Souza Guimarães

Bacharelanda em Direito

Faculdade de Petrolina – FACAPE

Erika Raquel Costa Barbosa

Bacharelanda em Direito

Faculdade de Petrolina – FACAPE

Nínive Cristina Nogueira Santos

Bacharelanda em Direito

Faculdade de Petrolina – FACAPE

Laíse Mariz

Professora Orientadora

Mestre em Direito

Faculdade de Petrolina – FACAPE

RESUMO: O avanço das tecnologias de comunicação e a intensificação do uso das redes sociais têm favorecido o surgimento de novas formas de criminalidade, como o

cyberbullying e as agressões digitais. O presente estudo tem como finalidade analisar as consequências dessas práticas e suas respectivas tipificações penais, destacando que, quando cometidas por menores de idade, configuram atos infracionais passíveis de responsabilização conforme o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). Quando persistem na vida adulta, tais condutas acarretam repercussões tanto na esfera penal quanto na cível. A pesquisa adota abordagem bibliográfica e comparativa, fundamentada na análise da legislação, da doutrina, da jurisprudência e de casos recentes, a fim de demonstrar que o ambiente virtual não constitui espaço imune à aplicação das normas jurídicas. Portanto, busca-se orientar adolescentes quanto à natureza infracional dessas condutas e aos mecanismos de denúncia disponíveis.

Palavras-chave: Violência. Redes Sociais. Consequências Jurídicas.

CIDADANIA EM AÇÃO: DIREITOS, CONSUMO E VOZ

Arthur da Silva Delmondes

Faculdade de Petrolina – Fcape

arthur.delmondes.27555@aluno.fcape.br

Giovanna Barbosa Ribeiro

Faculdade de Petrolina – Fcape

giovanna.ribeiro.27517@aluno.fcape.br

Gabriel da Silva

Faculdade de Petrolina – Fcape

gabriel.silva.27530@aluno.fcape.br

Jordana Torres Ferreira

Faculdade de Petrolina – Fcape

jordana.ferreira.27149@aluno.fcape.br

Antônia Aparecida Barros Alencar Correia

Professora orientadora

Faculdade de Petrolina – Fcape

antonia.alencar@prof.fcape.br

RESUMO: O projeto interdisciplinar “Cidadania em Ação – Direitos, Consumo e Voz” propõe ação de formação voltada à promoção da cidadania crítica dos alunos da EJA, articulando os saberes das áreas de Língua Portuguesa, Direito, Comércio Exterior, Economia e Psicologia. A equipe de produção textual é responsável pela elaboração dos materiais que fundamentam e dão visibilidade às ações desenvolvidas. O objetivo é informar sobre o projeto e estimular reflexões sobre os temas abordados. A metodologia adotada é de pesquisa bibliográfica, baseada em artigos científicos, doutrinas, literatura das áreas envolvidas para dá a fundamentação teórica. Os resultados serão registros nos diários de campo para que transmitam com clareza os propósitos do projeto, fortaleçam

os vínculos comunicativos e ampliem a visibilidade. Conclui-se que, ao promover o exercício da escrita de forma sistematizada, o projeto contribui com a transformação para uma cidadania crítica dos alunos da EJA.

Palavras-chave: Cidadania Crítica. Educação de Jovens e Adultos (EJA). Interdisciplinaridade. Produção Textual.

CROAMARACÁ: UMA EXPERIÊNCIA SOBRE OS DIREITOS INDÍGENAS NA EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA NA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE FEIRA DE SANTANA

Maria Clara da Cruz Xavier
Graduanda em Direito na UEFS
22231239@discente.uefs.br

Marcelo Bloizi Iglesias
Professor orientador
Mestre em Direito pela UFBA
Professor de Direito da UEFS
mbiglesias@uefs.br

RESUMO: Este resumo é resultado das ações de extensão do grupo "Croamaracá", pertencente ao "Núcleo de Práticas Jurídicas Marcellina de Oliveira", UEFS. O grupo tem trabalhado com o povo Tumbalalá, cujo território ainda está pendente de demarcação. O grupo tem tratado junto à comunidade de questões que afetam as populações indígenas, dentre elas a Lei n. 14.701/2023 e a tese do Marco Temporal. O grupo visa divulgar, didaticamente, os direitos dos povos originários, especialmente em escolas indígenas, para promover acesso à informação e apoiar suas lutas. A pesquisa tem como marco teórico para a definição de território com Gonçalves e Kavamura (2022), Marés (2018) Silva (2018) e Krenak (2019). Essa abordagem é baseada no conceito de educação dialógica, que valoriza a troca de saberes e rompe com a ideia de uma relação de superioridade (Freire, 1983). Dessa forma, o projeto que está em andamento, após a primeira visita ao território em maio de 2025, contribui para uma educação mais crítica e consciente, essencial para a resistência e a garantia dos direitos indígenas.

Palavras-chave: Demarcação. Direitos Indígenas. Marco Temporal.

DESIGUALDADE SOCIAL E SELETIVIDADE NO SISTEMA DE APLICAÇÃO DE MEDIDAS SOCIOEDUCATIVAS

Adilson Lima de Amorim

Bacharelado em Direito

Faculdade de Petrolina – FACAPE

adilson.amorim.26790@aluno.facape.br

Carlos Caetano Nery Vasconcelos

Bacharelado em Direito

Faculdade de Petrolina – FACAPE

carlos.vasconcelos.25363@aluno.facape.br

Maria Luiza Santos Batista

Bacharelado em Direito

Faculdade de Petrolina – FACAPE

maria.batista.26080@aluno.facape.br

Maria Eduarda Colazzo

Bacharelado em Direito

Faculdade de Petrolina – FACAPE

maria.colazzo.26642@aluno.facape.br

Maria Izis Amorim Mariano

Bacharelado em Direito

Faculdade de Petrolina – FACAPE

maria.mariano.24346@aluno.facape.br

Dr. Edson Jorge Pacheco

Prof. Adjunto

Faculdade de Petrolina
edson.pacheco@prof.facape.br

RESUMO: **Introdução:** O sistema de justiça juvenil brasileiro evidencia uma seletividade, na qual jovens em situação de vulnerabilidade social acabam sendo frequentemente responsabilizados por atos infracionais análogos à delitos, contribuindo para a reprodução das desigualdades sociais, transformando a punição em mecanismo de exclusão. **Objetivo:** Analisar criticamente como o sistema de justiça juvenil tende a legitimar e estigmatizar, ao invés de promover a reabilitação. **Fundamentação teórica:** O estudo baseia-se nos aportes de Alessandro Baratta, Juarez Cirino dos Santos, Michael Foucault e Vera Malaguli Batista, que discutem o papel da criminologia crítica e do controle social na política de justiça juvenil. **Metodologia:** A pesquisa é qualitativa e bibliográfica, apoiada em fontes doutrinárias e relatórios institucionais do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e do Instituto de Pesquisas Aplicadas (IPEA) sobre o sistema socioeducativo brasileiro. **Resultados:** Os resultados apontam que o sistema socioeducativo brasileiro apresenta uma clara reprodução da seletividade penal estrutural, atingindo predominantemente adolescentes negros, pobres e residentes de periferias urbanas.

Palavras-chave: Sistema de Justiça. Vulnerabilidade Social. Seletividade. Desigualdade. Ato Infracional.

DIREITO EMPRESARIAL E REFORMA TRIBUTÁRIA: IMPACTOS E OPORTUNIDADES PARA OS LOJISTAS

Lara Beatriz Fernandes Oliveira
Bacharelanda em Ciência da Computação
Faculdade de Petrolina – FACAPE

Daniel Fillype Mateus de Carvalho
Bacharelando em Direito
Faculdade de Petrolina – FACAPE

Mirelle Gomes dos Santos
Bacharelanda em Direito
Faculdade de Petrolina – FACAPE

Cirlane Maria da Silva
Bacharelanda em Direito
Faculdade de Petrolina – FACAPE

Kesia Nayane Galvão de Araújo
Bacharelanda em Direito
Faculdade de Petrolina – FACAPE

Domingos Moreira Gomes Filho
Professor Orientador
Mestre em Dinâmica de Desenvolvimento do Semiárido
Faculdade de Petrolina – FACAPE

RESUMO: Introdução: aprovação da Reforma Tributária no Brasil, por meio da Emenda Constitucional nº 132/2023, representa uma mudança estrutural no sistema tributário, com impactos significativos para o setor varejista. A principal alteração é a substituição

dos tributos sobre o consumo por um modelo de IVA dual, composto pela CBS (federal) e o IBS (estadual e municipal). **Objetivo:** Este trabalho tem como objetivo analisar os impactos dessa transição para os lojistas de Petrolina, considerando aspectos contábeis, jurídicos e operacionais. **Fundamentação teórica:** baseia-se em autores como Appy (2023), que destacam os benefícios da simplificação, e outros como Carrazza (2020), que apontam os riscos de insegurança jurídica no período de transição. **Metodologia:** envolverá ciclos de palestras e oficinas com lojistas, além da análise de casos práticos. A hipótese parte do pressuposto de que, para os comerciantes de Petrolina, o novo modelo tributário pode representar uma oportunidade de modernização e fortalecimento da gestão, desde que haja acompanhamento técnico adequado, assim como a uniformização das alíquotas e a não cumulatividade podem corrigir distorções que prejudicavam o setor produtivo.

Palavras-chave: Reforma Tributária. Direito Empresarial. Competitividade.

DIREITO ITINERANTE: A IMPORTÂNCIA DA INFORMAÇÃO JURÍDICA SOBRE ALIMENTOS

Anna Priscila Alencar de Oliveira
Faculdade de Petrolina — FACAPE
anna.oliveira.26085@aluno.facape.br

Karina de Souza
Faculdade de Petrolina — FACAPE
karina.souza.25787@aluno.facape.br

Lyvia Diovarnna Jerônimo Mota
Faculdade de Petrolina — FACAPE
lyvia.mota.26207@aluno.facape.br

Marcos Antonio de Lucena Medeiros
Faculdade de Petrolina — FACAPE
marcos.medeiros.25439@aluno.facape.br

Pedro Herinque de Lima Silva
Faculdade de Petrolina — FACAPE
pedro.h.silva.24158@aluno.facape.br

Professora-orientadora: Geraldine Cavalcanti Lins
Faculdade de Petrolina — FACAPE
geraldine.lins@prof.facape.br

RESUMO: Introdução: Embora o acesso à informação jurídica seja um direito fundamental, a falta de conhecimento impede comunidades vulneráveis de exercerem seus direitos. A pensão alimentícia é um exemplo disso: segundo o CNJ, houve aumento de 11,22% nos casos entre 2022 e 2023, com 1.515 novas ações diárias. No CRAS do bairro

Rio Corrente, em Petrolina, essa situação se reflete nas frequentes dúvidas das famílias sobre pensão e guarda dos filhos. **Objetivo:** O presente projeto extensionista buscou elucidar direitos das pessoas vulneráveis, promovendo o acesso à justiça de forma humanizadora. **Fundamentação teórica:** Baseou-se na metodologia de Paulo Freire, proporcionando o diálogo entre os participantes e a troca de conhecimentos de forma igualitária. **Metodologia:** No dia 19 de setembro de 2025 foi realizada roda de conversa sobre alimentos civis, com a participação de 17 pessoas, entre beneficiários do serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF), assistentes sociais e a equipe acadêmica do projeto. **Resultados alcançados:** A intervenção elucidou dúvidas sobre Direito de Família, e direcionou os ouvintes aos órgãos de apoio, como o Núcleo de Práticas Jurídicas, além da Defensoria Pública do Estado.

Palavras-chave: Alimentos Civis. Direito e Cidadania. Informação jurídica.

DIREITO, POLÍTICA E INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL: UMA ABORDAGEM INTERDISCIPLINAR SOBRE REGULAÇÃO E PODER

Gislaine Bagagi Lima

Bacharel em Ciências Sociais-UNIVASF

Mestranda pelo PoCAM UNIVASF(Política, cultura e ambiente)

Romário Djavaan Lins de Araújo

Bacharelado em Ciências Sociais – UNIVASF

Wanessa Ferreira Araújo

Bacharelada em Direito - UNEB

RESUMO: O avanço da inteligência artificial tem produzido transformações profundas nas esferas social, econômica, jurídica e política, desafiando os paradigmas tradicionais de regulação e governança. Diante desse cenário, o presente artigo tem como objetivo analisar, sob uma perspectiva interdisciplinar, de que modo a inteligência artificial redefine as relações de poder e os mecanismos de controle jurídico e político nas democracias contemporâneas. A fundamentação teórica baseia-se em autores da ciência política, do direito digital e da filosofia da tecnologia, como Habermas, Lessig e Floridi, que discutem a interação entre tecnologia, poder e legitimidade. Metodologicamente, a pesquisa combina análise documental e comparativa de marcos regulatórios — como o AI Act da União Europeia e os projetos de lei brasileiros sobre governança algorítmica —, além de uma revisão bibliográfica crítica acerca da ética, transparência e responsabilidade algorítmica. Os resultados indicam que a ausência de regulação efetiva favorece a concentração de poder nas corporações tecnológicas, amplia as assimetrias informacionais e ameaça valores democráticos fundamentais. Conclui-se que o direito e a política precisam desenvolver instrumentos normativos e institucionais capazes de assegurar o uso ético, transparente e inclusivo da inteligência artificial, promovendo o equilíbrio entre inovação tecnológica, proteção de direitos e fortalecimento da democracia.

Palavras-chave: Direito. Política. Inteligência Artificial. Democracia. Regulamentação.

DROGAS DE ABUSO: A CONTRIBUIÇÃO DA EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA NA PREVENÇÃO, CONSCIENTIZAÇÃO E PROMOÇÃO DA SAÚDE MENTAL

Thayná Amorim Reis

Bacharelada em Direito

Faculdade de Petrolina - FACAPE

thayna.reis.26216@aluno.facape.br

Samila Raíssa Pereira da Silva

Bacharelada em Direito

Faculdade de Petrolina - FACAPE

samila.silva.25823@aluno.facape.br

Jamilly Alencar Cavalcante de Almeida

Bacharelada em Direito

Faculdade de Petrolina - FACAPE

jamilly.almeida.25904@aluno.facape.br

José Augusto Pacheco de Castro Filho

Bacharelado em Direito

Faculdade de Petrolina - FACAPE

jose.filho.26612@aluno.facape.br

Luane de carvalho coelho

Bacharelada em Direito

Faculdade de Petrolina - FACAPE

luanee.carvalho@gmail.com

Dr. Edson Jorge Pacheco

Orientador

Prof. Adjunto

Faculdade de Petrolina
edson.pacheco@prof.facape.br

RESUMO: Introdução: O uso de drogas de abuso, sejam lícitas ou ilícitas, constitui um problema social, econômico e jurídico de grande relevância, configurando-se como questão de saúde pública. Diante desse cenário, o projeto de extensão CRIEDUC – criminologia nas escolas e instituições, desenvolvido na faculdade de petrolina (facape), propõe ações educativas e preventivas voltadas ao enfrentamento do uso abusivo de substâncias psicoativas, em parceria com o CAPS AD III de Petrolina/PE. **Objetivo:** O estudo tem como objetivo analisar as atividades realizadas entre abril e setembro de 2025, avaliando seus impactos sociais, pedagógicos e extensionistas. **Metodologia:** Foram utilizados métodos qualitativos, com base em relatórios mensais, observação participante e educação popular freireana. As ações envolveram rodas de conversa, dinâmicas lúdicas, palestras e campanhas informativas. Os resultados evidenciam fortalecimento dos vínculos entre universidade e comunidade, aumento da consciência crítica sobre o tema e valorização da saúde mental. **Resultados:** Conclui-se que a extensão universitária atua como ferramenta efetiva de prevenção, inclusão e cidadania, promovendo transformação social por meio da educação participativa e humanizada.

Palavras-chave: Drogas de Abuso. Extensão Universitária. Prevenção. Saúde Mental. Cidadania.

EDUCAÇÃO PARA A PROMOÇÃO DA SAÚDE FÍSICA E MENTAL NAS ESCOLAS

Jaqueline Rodrigues

Bacharelada em Direito

Faculdade de Petrolina- Fcape

Nathalya Oliveira de Menezes

Bacharelada em Direito

Faculdade de Petrolina- Fcape

Ihanca Gabrielly Pereira Martins

Bacharelada em Direito

Faculdade de Petrolina- Fcape

Aline Cruz do Nascimento

Bacharelada em Direito

Faculdade de Petrolina- Fcape

Ana Carla Mendes Coelho

Professora Orientadora

Mestra em Dinâmicas de Desenvolvimento do Semiárido - UNIVASF

Faculdade de Petrolina FACAPE

RESUMO: Introdução: A promoção da saúde física e mental nas escolas públicas é necessária diante do aumento de estresse, ansiedade, sedentarismo e hábitos prejudiciais entre os jovens, que afetam seu bem-estar e desenvolvimento. **Objetivo:** Discutir sobre hábitos saudáveis que estimulem a promoção do bem-estar físico e mental em estudantes das escolas públicas de Petrolina, por meio de palestras educativas realizadas no projeto de extensão Justiça e Pacificação Social - JUSPAS. **Fundamentação teórica:** De acordo

com às recomendações da Organização Mundial da Saúde pequenas mudanças no estilo de vida, aliadas a metas claras e realistas, podem gerar grandes impactos positivos na saúde física e mental nas escolas, devido aos seus múltiplos benefícios (OMS, 2020).

Metodologia: A pesquisa é bibliográfica realizada por meio de artigos e cartilhas sobre os efeitos da promoção de saúde física e mental em estudantes. **Resultados:** Espera-se aprimorar os conhecimentos teóricos acerca da temática, de modo a proporcionar nas palestras do JUSPAS, o diálogo, reflexão e participação dos alunos, além do autocuidado e melhora do desempenho escolar.

Palavras-chave: Alunos. Desempenho Escolar. Educação. Estilo de Vida. Saúde Física e Mental.

EDUCAR PARA PERMANECER: O PAPEL DA CIDADANIA NA MOTIVAÇÃO E ENGAJAMENTO DOS ADOLESCENTES

Ellen Cleiane Rodrigues de Araújo

Faculdade de Ciências Aplicadas e Sociais de Petrolina - FACAPE

ellenaraujocr@gmail.com

RESUMO: O presente estudo visa compreender o interesse educacional de jovens adolescentes e contexto social que os envolve, com base nas experiências vivenciadas em sala de aula, analisaremos como a educação é fator fundamental para o desenvolvimento cognitivo e como a falta de estímulos educacionais afetam a percepção da educação profissional. Em uma era altamente conectada à estímulos tecnológicos, os jovens adolescentes são afetados pela falta de encorajamento ao ensino superior, que geram desinformação ao papel de ser cidadão e traz como consequência o desconhecimento de direitos e deveres. Através da pesquisa aplicada e qualitativa serão analisadas como a educação voltada a cidadania, fortalece o desenvolvimento dos jovens e favorece a permanência escolar e crescimento profissional.

Palavras-chave: Cidadania. Educação. Ensino Profissional. Desenvolvimento.

ENTRE A VÍTIMA E O RÉU: O IMPACTO DO PERFIL SOCIAL E DA REINCIDÊNCIA NA DOSIMETRIA DA PENA PELA VARA DO JÚRI DE FEIRA DE SANTANA

Gabriela Vitória Carvalho da Silva

Bacharelanda em Direito

Universidade Estadual de Feira de Santana - UEFS

24231316@discente.uefs.br

Vanessa Mascarenhas Góes Lima

Professora Orientadora

Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS)

vmlima@uefs.br

RESUMO: A pesquisa busca analisar as sentenças proferidas pela Vara do Júri de Feira de Santana/BA mobilizam o perfil social da vítima e a condição de reincidência do réu na fixação da pena, especialmente nas duas primeiras fases da dosimetria previstas no artigo 68 do Código Penal. A pesquisa busca identificar se elementos como gênero, raça, classe e antecedentes são utilizados na fundamentação judicial ou se perfis diferentes levam a valorações na dosimetria que geram diferenciação entre grupos sociais diversos, revelando critérios que extrapolam os parâmetros legais e evidenciam práticas seletivas e estigmatizantes. A investigação adota uma abordagem empírica e qualitativa, com análise documental de sentenças condenatórias de 2024, confrontando a prática judicial com os princípios constitucionais da individualização, isonomia, proporcionalidade e dignidade da pessoa humana. Fundamenta-se, ainda, na criminologia crítica e na teoria do etiquetamento, conforme Zaffaroni, Foucault e Baratta, que abordam a seletividade e o caráter estigmatizante do sistema penal. Pretende-se, assim, contribuir para o debate sobre o papel da pena e a necessidade de um direito penal mais justo, igualitário e sensível às desigualdades estruturais da sociedade.

Palavras-chave: Reincidência. Perfil da Vítima. Seletividade Penal. Dosimetria. Justiça Criminal.

ENTRE O CUIDADO E A INCAPACIDADE: AS DESIGUALDADES DE GÊNERO NA READAPTAÇÃO E APOSENTADORIA POR INCAPACIDADE, À LUZ DOS DADOS DO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DE JUAZEIRO

Sara Rubens Andrade

Bacharel em Direito

Faculdade de Petrolina – FACAPE

RESUMO: O artigo analisa como as desigualdades de gênero influenciam a incidência de aposentadorias e readaptações por incapacidade entre as servidoras públicas de Juazeiro/BA. Considera-se que o trabalho feminino ultrapassa o âmbito formal, incluindo o “cuidado invisível” em que as mulheres acumulam tarefas domésticas e o cuidado com filhos, idosos e familiares, resultando em dupla ou tripla jornada. Essa sobrecarga física e emocional reflete-se em maiores índices de adoecimento e readaptação, evidenciando como o cuidado, socialmente naturalizado como função feminina, reproduz desigualdades estruturais no campo previdenciário. Com base em dados do Instituto de Previdência de Juazeiro (IPJ), adota-se metodologia quali-quantitativa, articulando análise estatística e interpretação sociológica de gênero, para revelar as dimensões ocultas do cuidado e suas implicações na saúde laboral. Entre os objetivos, destaca-se estudar programas de ergonomia e acolhimento psicossocial voltados às mulheres. Espera-se que o estudo contribua para o debate sobre equidade de gênero na seguridade social e nas condições de trabalho, reconhecendo o cuidado como dimensão essencial do trabalho feminino.

Palavras-chave: Gênero. Incapacidade Laboral. Cuidado Invisível. Readaptação Funcional. Regime Próprio de Previdência Social.

ENTRE O JURÍDICO E O FAMILIAR: A CONTRIBUIÇÃO DA ANTROPOLOGIA PARA A ANÁLISE DA ALIENAÇÃO PARENTAL

Maria Eduarda Costa Silva

Bacharelada em Direito

Faculdade de Petrolina (FACAPE)

RESUMO: **Introdução:** esse projeto aborda os impactos jurídicos e antropológicos do rompimento conjugal, com ênfase nas práticas de alienação parental e sua manifestação. A Alienação Parental (AP), fenômeno tipificado legalmente no Brasil pela Lei nº 12.318/2010, tem sido predominantemente analisada pelas lentes do Direito e da Psicologia. **Objetivos:** explorar o campo da Antropologia oferecendo uma perspectiva crítica e enriquecedora; analisar os impactos na vida da criança atingida pela AP e descrever sintomas causados; análise do Direito e da Antropologia. **Fundamentação teórica:** tratar a Alienação Parental não apenas como uma patologia individual ou um ilícito jurídico, mas como um drama social complexo, profundamente enraizado em moralidades e conflitos de poder contemporâneos, especialmente aqueles que emergem após a dissolução conjugal. **Metodologia:** este artigo visa explorar as bibliograficamente as contribuições da Antropologia do Direito e da Família para a compreensão da AP, focando na juridicização das relações familiares, na performance dos agentes da justiça e na construção social da própria categoria.

Palavras-chave: Alienação Parental. Antropologia do Direito. Família. Etnografia. Moralidades.

ESTRATÉGIAS DE ENGAJAMENTO E LINGUAGEM DIGITAL: O DESAFIO DE COMUNICAR CRIMINOLOGIA NAS REDES SOCIAIS

Camila Costa Sousa

Bacharelada em Direito

Faculdade de Petrolina - FACAPE

camila.sousa.25392@aluno.facape.br

Claudia Vitória Da Silva Arruda

Bacharelada em Direito

Faculdade de Petrolina - FACAPE

claudia.arruda.25384@aluno.facape.br

Isadora Brito Da Silva

Bacharelada em Direito

Faculdade de Petrolina - FACAPE

isadora.b.silva.25441@aluno.facape.br

Leticia Mendes Angelim Dos Santos

Bacharelada em Direito

Faculdade de Petrolina - FACAPE

Letícia.a.santos.25416@aluno.facape.br

Marcos Cainan Ferreira De Souza

Bacharelado em Direito

Faculdade de Petrolina - FACAPE

marcos.f.souza.25433@aluno.facape.br

Dr. Edson Jorge Pacheco

Orientador

Prof. Adjunto
Faculdade de Petrolina
edson.pacheco@prof.facape.br

RESUMO: Introdução: O projeto CRIEDUC vem utilizando diferentes redes sociais para tornar o conteúdo preventivo da Criminologia mais acessível, tendo em vista as dificuldades e tabús sobre o tema. **Objetivo:** Analisar as estratégias de linguagem e engajamento utilizadas nas diferentes redes sociais do projeto CRIEDUC, observando os desafios e resultados na comunicação de conteúdos criminológicos com diversos públicos. **Fundamentação teórica:** O estudo baseia-se na Sociologia do Direito e na Teoria da Comunicação, analisando as interações sociais mediadas por tecnologias digitais, examinando a influência das mídias no discurso jurídico-penal e na formação da percepção pública sobre o crime e a justiça. **Metodologia:** Pesquisa qualitativa, com base na experiência prática do grupo de mídias do CRIEDUC, utilizando o Instagram, Facebook, TikTok e site na divulgação dos materiais, com curadoria de temas, linguagem acessível, uso de elementos visuais e integração de conteúdos entre as plataformas. **Resultado:** Durante a execução, percebeu-se que cada rede social exige uma abordagem específica: o TikTok demanda linguagem rápida, enquanto o Facebook permite textos reflexivos. Observa-se um aumento no engajamento geral, indicando um interesse crescente do público.

Palavras-chave: Criminologia. Redes Sociais. Linguagem Digital. Engajamento. CRIEDUC.

EVENTOS CULTURAIS E A VISIBILIDADE DA COMUNIDADE LGBTQIAPN+

Josilene Alves de Lima
Bacharelada em Psicologia
Faculdade de Petrolina (FACAPE)

Gildeane Gomes dos santos Souza
Bacharelada em Direito
Faculdade de Petrolina (FACAPE)

Lucas Gabriel de Souza Bezerra
Bacharelado em Direito
Faculdade de Petrolina (FACAPE)

Maria Clara Nogueira Alves
Bacharelada em Direito
Faculdade de Petrolina (FACAPE)

Carlos Eduardo Romeiro Pinho
Prof Orientador

RESUMO: **Introdução:** os eventos culturais destinados à população LGBTQIAPN+ exercem papel essencial na promoção da visibilidade, representatividade e respeito à diversidade. **Objetivo:** esta pesquisa tem como objetivos a) refletir sobre o papel desses eventos na construção de uma sociedade inclusiva, b) analisar sua contribuição para o fortalecimento das identidades e c) ampliar debates que combatam o preconceito. **Fundamentação teórica:** fundamenta-se em revisão bibliográfica e análise de iniciativas culturais brasileiras, como o Festival Mix Brasil e a Parada do Orgulho de São Paulo, destacando a importância da legitimação simbólica e narrativa dessas minorias. Autores como Miskolci, Louro, Prado e Bento sustentam a discussão sobre visibilidade e

representatividade como dimensões políticas e sociais. **Metodologia:** a metodologia é qualitativa, baseada em revisão bibliográfica e análise documental. **Resultados:** Espera-se que a pesquisa evidencie a relevância dos eventos culturais LGBTQIAPN+ como instrumentos de transformação social e política.

Palavras-chave: Eventos Culturais. Visibilidade. Diversidade. Inclusão Social. Políticas Públicas.

FAKE NEWS E DESINFORMAÇÃO: COMO RECONHECER E EVITAR: UMA EXPERIÊNCIA DE EXTENSÃO EM ESCOLAS DE PETROLINA/PE

Cristiane De Sá Dourado

Bacharelado em Direito

Faculdade de Petrolina – FACAPE

Mateus Barros Da Silva

Bacharelado em Direito

Faculdade de Petrolina – FACAPE

Naldo Bruno Monteiro Nascimento

Bacharelado em Direito

Faculdade de Petrolina – FACAPE

Sthefany Araujo Torres

Bacharelado em Direito

Faculdade de Petrolina – FACAPE

Laíse Mariz

Professora Orientadora

Mestre em Direito

Faculdade de Petrolina – FACAPE

RESUMO: Introdução: A disseminação de fake news é um grande desafio da era digital, afetando a credibilidade das informações e a formação da opinião pública. Reconhecer e evitar notícias falsas é essencial para preservar a verdade e reduzir impactos sociais, políticos e de saúde. As consequências vão desde manipulação de comportamentos até conflitos e prejuízos coletivos. **Objetivo:** O objetivo deste estudo é compreender o fenômeno das fake news, identificando suas origens, estratégias de propagação e

métodos eficazes para evitá-las e combatê-las no cotidiano. **Fundamentação teórica:** baseamo-nos no autor Pierre Lévy (1999), que aborda o impacto da informação e da comunicação digital na sociedade, destacando como o uso indevido da tecnologia pode distorcer a realidade e comprometer o pensamento crítico. **Metodologia:** A metodologia adotada consiste na realização de palestras em escolas públicas, voltadas à conscientização sobre o reconhecimento e combate à desinformação. **Resultados:** Os resultados parciais indicam boa adesão e engajamento: desde julho, foram promovidas sete palestras com retorno positivo dos participantes.

Palavras-chave: Fake News. Desinformação. Educação Digital. Pensamento Crítico. Responsabilidade Social.

FRAUDES ONLINE: COMO SE PROTEGER NA INTERNET/ UMA EXPERIÊNCIA DE EXTENSÃO EM ESCOLAS DE PETROLINA-PE

Joice de Souza Silva

Bacharelanda em Direito

Faculdade de Petrolina – FACAPE

Carlos Antônio Rodrigues Delmondes

Bacharelando em Direito

Faculdade de Petrolina – FACAPE

Maria Camila Damasceno Barbosa

Bacharelanda em Direito

Faculdade de Petrolina – FACAPE

Aline Benvenuto Tinoco

Bacharelanda em Direito

Faculdade de Petrolina – FACAPE

Laise Nunes Mariz Leca

Professora Orientadora

Mestre em Direito

Faculdade de Petrolina – FACAPE

Resumo: O trabalho aborda o fenômeno das fraudes online, analisando suas principais modalidades, como phishing, golpes em e-commerce, antecipação de recursos, pharming, clonagem de cartões, suporte técnico falso e furto de identidade. Destaca-se a prevenção como ferramenta essencial, incluindo uso de senhas fortes, autenticação de dois fatores, verificação de sites e e-mails, cautela com ofertas e manutenção de

dispositivos atualizados. O impacto social é relevante, afetando principalmente pessoas de baixa renda, aprofundando vulnerabilidades e gerando prejuízos financeiros significativos. Juridicamente, o estudo explora o Marco Civil da Internet, a LGPD, o Código Penal e a Lei dos Crimes Cibernéticos, evidenciando desafios como aplicação da lei, identificação de criminosos internacionais e conscientização da população. O trabalho conclui que a proteção digital depende de conhecimento, medidas preventivas e legislação adequada para reduzir riscos.

Palavras-chave: Fraudes. Prevenção. Legislação. Impacto. Phishing. Segurança.

FUNDAMENTOS DO ESTADO DEMOCRÁTICO DE DIREITO E A CONSTITUIÇÃO FEDERAL

Islayne Ianne Sousa

Bacharelanda em Direito

Faculdade de Petrolina – FACAPE

Amanda Kamilly Carvalho

Bacharelanda em Direito

Faculdade de Petrolina – FACAPE

Chirley Vanuyre Vianna Cordeiro

Professora Orientadora

Mestre em Psicologia Social

Faculdade de Petrolina – FACAPE

Resumo: Introdução: A Constituição Federal é a lei máxima do Brasil, criada para organizar o Estado e garantir os direitos e deveres de todos os cidadãos. Ela serve como base para todas as outras leis e define os princípios que regem a vida em sociedade.

Objetivo: Este estudo busca compreender a importância da Constituição Federal como instrumento de cidadania, destacando seu papel na garantia dos direitos fundamentais e na formação de uma sociedade mais justa e democrática.

Fundamentação teórica: A Constituição de 1988, também chamada de “Constituição Cidadã”, consolidou valores como liberdade, igualdade e dignidade humana, assegurando que todos tenham voz e participação nas decisões políticas e sociais do país.

Metodologia: A análise é baseada em pesquisa qualitativa, através de entrevistas semiestruturadas feitas em podcast com pessoas ligadas a atividades que materializam a cidadania nos mais diversos campos.

Resultados esperados: Espera-se despertar no público do podcast o interesse pela compreensão da Constituição e pelo fortalecimento da responsabilidade social e política, fomentando neles maior participação nas ações democráticas.

Palavras-chave: Constituição Federal. Cidadania. Direitos. Sociedade.

IMPACTO DO SISTEMA PRISIONAL NA VIDA DOS FAMILIARES DOS DETENTOS EM JUAZEIRO DA BAHIA

Ana Luiza de Carvalho Cosme
Bacharelada em Direito
Faculdade de Petrolina-FACAPE

Isabella Lopes Nascimento
Bacharelada em Direito
Faculdade de Petrolina-FACAPE

Jhulya Evellyn Pinto
Bacharelada em Direito
Faculdade de Petrolina-FACAPE

Maria Fernanda Jambeiro de Souza
Bacharelada em Direito
Faculdade de Petrolina-FACAPE

Myllene Coelho Corlett
Bacharelada em Direito
Faculdade de Petrolina-FACAPE

RESUMO: Introdução: O sistema carcerário brasileiro, embora tenha como propósito a ressocialização dos detentos, na prática acaba por priorizar a punição e a manutenção da segurança social. Essa seletividade da estrutura prisional gera graves consequências que não param no interno, afetando diariamente os seus familiares no Complexo Prisional de Juazeiro da Bahia e evidenciando as falhas do sistema no interior. **Objetivo:** investigar os efeitos (econômicos, psicológicos e sociais) na vida das famílias dos presos do Complexo Prisional de Juazeiro, Bahia, ressaltando a seletividade do sistema penal e a falta de suporte adequado por parte das entidades. **Fundamentação teórica:** estudo fundamentado em autores como Foucault, que enxerga a prisão como uma ferramenta de domínio e

disciplina, e Durkheim, que associa a validação dos valores comunitários. A análise traz complementação pela crítica nacional de Sérgio Adorno, reafirmando que o sistema penal reitera a posição marginal, que incide predominantemente sobre os pobres e negros, e por autores que questionam a limitação da reintegração social (Andrade e Carvalho, 2019), revelando o cárcere como um instrumento de aprisionamento social que viola direitos e destrói laços. **Metodologia:** Esse trabalho é uma pesquisa bibliográfica e documental. A pesquisa servirá de base para futuros estudos de campo. **Resultados:** os resultados parciais indicam que a ausência do detento impõe um marcante encargo financeiro e desgaste emocional, levando os familiares para uma condição de estado de “prisão social” marcada pela reprovação e falta de apoio. O estudo reafirma a necessidade de o Estado e a sociedade reconhecerem as condições dessas famílias como vítimas indiretas.

Palavras-chaves: Prisão social. Vulnerabilidade. Seletividade Penal. Família do Detento.

LGPD NO SETOR AGRO: ANÁLISE DA TRANSPARÊNCIA E SEGURANÇA DE DADOS NA PLATAFORMA AGROLABS

Ainara Benvenuto Tinoco

Bacharelanda em Direito

Faculdade de Petrolina – FACAPE

Athena Letícia Brito Silva

Bacharelanda em Direito

Faculdade de Petrolina – FACAPE

Lucas Matheus Carvalho Paranhos

Bacharelando em Administração

Faculdade de Petrolina – FACAPE

Ricardo José Rocha Amorim

Professor Orientador

Doutor em Ciência da Computação

Faculdade de Petrolina – FACAPE

RESUMO: Introdução: A digitalização do agronegócio tem intensificado a coleta e o tratamento de dados pessoais, tornando a conformidade com a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) essencial. **Objetivo:** Este estudo avaliou a política de privacidade da plataforma AgroLabs, com foco na transparência e na proteção de informações de empregados, fornecedores e clientes. **Fundamentação teórica:** A análise documental considerou práticas de coleta, uso, armazenamento e compartilhamento de dados pessoais, bem como mecanismos de consentimento e segurança. **Metodologia:** O estudo evidencia a importância de práticas de governança de dados no agronegócio e sugere como trabalhos futuros avaliações comparativas entre plataformas, análise da percepção dos usuários e desenvolvimento de frameworks de boas práticas integrando inovação tecnológica e proteção de dados. **Resultados:** Os resultados indicam que a plataforma adota medidas compatíveis com a legislação vigente, incluindo coleta consentida de

dados, uso de cookies e web beacons, clareza nos objetivos da coleta, opções de desativação, transparência no tratamento e compartilhamento de dados, além de políticas específicas para dados de menores.

Palavras-chave: LGPD. Proteção de Dados. Privacidade Individual. Agronegócio. Governança de Dados.

MAIS VIDA, MAIS VALOR: FOMENTO AO EMPREENDEDORISMO NA TERCEIRA IDADE

Elaíne Conceição da Silva

Faculdade de Petrolina – FACAPE

elaine.silva.24841@aluno.facape.br

Erick Batista Ramos

Faculdade de Petrolina – FACAPE

erick.ramos.24113@aluno.facape.br

Juliane de Brito Mendes

Faculdade de Petrolina – FACAPE

juliane.mendes.24630@aluno.facape.br

Yandra da Silva Souza

Faculdade de Petrolina – FACAPE

yandra.souza.24689@aluno.facape.br

Geraldine Cavalcanti Lins

Professora-orientadora

Faculdade de Petrolina – FACAPE

geraldine.lins@prof.facape.br

RESUMO: Introdução: No Brasil, 90% dos idosos, especialmente, do sexo feminino, dependem de renda de até um salário mínimo, oriunda de benefícios sociais. Ela, no entanto, é insuficiente para arcar com despesas, principalmente, com saúde. Essa também é a realidade encontrada nos Centro de Referência de Assistência Social do Rio Corrente, em Petrolina-PE. **Objetivos:** Diante desse cenário, o projeto Mais Vida, Mais Valor, promovido pela Faculdade de Petrolina - FACAPE, buscou capacitar idosos a monetizar habilidades para uma maior autonomia financeira. **Fundamentação teórica:** Baseia-se na educação dialógica de Paulo Freire, por meio da participação ativa do educando, com aprendizado mútuo entre idosos e estudantes extensionistas.

Metodologia: Em 15 de setembro, realizou-se oficina sobre empreendedorismo no CRAS, com 12 participantes. **Resultados concluídos:** Identificaram-se oportunidades de geração de renda e também desafios, como elevadas responsabilidades familiares e baixa compreensão sobre a importância do tema.

Palavras-chave: Empreendedorismo. Geração de Renda. Terceira Idade.

MARCA FIGURATIVA

Maria Áurea Faustino dos Santos
maria.santos.26688@aluno.facape.br
Faculdade de Petrolina – FACAPE
Direito

Patricia Antunes Rodrigues
patricia.rodrigues.25888@aluno.facape.br
Faculdade de Petrolina – FACAPE
Direito

Dea Raquel Alves Nascimento
dea.nascimento.24012@aluno.facape.br
Faculdade de Petrolina – FACAPE
Direito

Dayane da Silva Ribeiro Rodrigues
dayane.rodrigues.25171@aluno.facape.br
Faculdade de Petrolina – FACAPE
Direito

Wânia Jaguaracy de Sena Medrado
wania.medrado@prof.facape.br
FACAPE

RESUMO: Em um mercado cada vez mais competitivo e visualmente orientado, a marca figurativa tem se consolidado como um dos principais ativos intangíveis das empresas. Diferentemente das marcas nominativas, que se baseiam em palavras e expressões verbais, as marcas figurativas são compostas exclusivamente por elementos gráficos e visuais, como símbolos, imagens e logotipos, capazes de comunicar a identidade e os valores de uma organização sem o uso da linguagem escrita. No Brasil, o registro e a

proteção dessas marcas estão regulamentados pela Lei nº 9.279/96 (Lei da Propriedade Industrial), cabendo ao Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI) a competência para análise e concessão de registros. O presente estudo tem como objetivo geral analisar os principais aspectos jurídicos e práticos relacionados ao registro de marcas figurativas no contexto brasileiro. A análise teórica parte do conceito legal de marca previsto na Lei da Propriedade Industrial, que reconhece como registráveis os sinais distintivos visualmente perceptíveis, desde que não estejam incluídos nas proibições legais. A marca figurativa é entendida como um sinal puramente gráfico, sem conteúdo textual, cuja função é identificar a origem de produtos ou serviços e distinguir um agente econômico de seus concorrentes. Autores como Denis Borges Barbosa, José Graça Aranha e Adriano Santana Veiga abordam a natureza subjetiva do critério de distintividade e alertam para a dificuldade de se estabelecer parâmetros objetivos na análise de marcas não verbais. Além da doutrina nacional, são considerados os tratados internacionais de que o Brasil é signatário, como o Protocolo de Madri, que influenciam os processos internos de registro. A pesquisa adota abordagem qualitativa, com foco exploratório e descritivo. Foram utilizadas revisão bibliográfica e análise documental, com base em doutrina jurídica, legislação nacional e tratados internacionais sobre propriedade industrial. Além disso, foram examinadas decisões administrativas do INPI relacionadas a pedidos de registro de marcas figurativas, com o objetivo de identificar os principais critérios utilizados nos deferimentos e indeferimentos. A análise dos dados coletados permitiu identificar que um dos principais motivos para o indeferimento de registros de marcas figurativas é a ausência de distintividade. Sinais compostos por formas geométricas simples, figuras genéricas ou ícones amplamente utilizados em determinados setores tendem a ser considerados de uso comum, o que compromete a exclusividade requerida. Ao mesmo tempo, constata-se uma ausência de padronização nos critérios técnicos utilizados pelo INPI, o que leva à subjetividade e à disparidade entre casos semelhantes. Em contrapartida, marcas com forte identidade visual e originalidade têm maior sucesso na obtenção do registro e demonstram maior eficácia na proteção jurídica contra imitações ou concorrência desleal. A relevância do tema se deve não apenas ao valor econômico e estratégico das marcas figurativas, mas também ao seu papel social, já que elas permitem que o consumidor reconheça a origem e a qualidade dos produtos e serviços, fortalecendo a confiança nas relações de consumo e contribuindo para uma concorrência mais justa. Os resultados apontam ainda a

importância da conscientização empresarial sobre o planejamento estratégico da marca desde a sua concepção, visando à sua registrabilidade e valorização mercadológica.

Palavras-chave: Marca Figurativa. Propriedade Industrial. Identidade Visual. INPI. Registro de Marca. Ativos Intangíveis.

MARCA NOMINATIVA

Ana Victória Carvalho dos Santos
Bacharelanda em Direito
Faculdade de Petrolina – FACAPE

Gustavo Albuquerque Ribeiro
Bacharelando em Direito
Faculdade de Petrolina – FACAPE

Iago Alves de Sousa
Bacharelando em Direito
Faculdade de Petrolina – FACAPE

Wânia Jaguaracy de Sena Medrado
Orientadora

RESUMO: A marca nominativa é um tipo específico de marca que contém palavras, letras ou números, sem qualquer elemento figurativo ou estilístico. Sua principal característica é a utilização de elementos verbais para identificação, sendo amplamente utilizada por empresas que buscam um nome claro e memorável para seus produtos ou serviços. O presente trabalho tem como objetivo analisar a importância da marca nominativa no contexto empresarial e jurídico brasileiro, destacando as diretrizes legais para seu registro junto ao Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI). De acordo com o Manual de Registro de Marca (2024), as marcas nominativas permitem comunicação direta e clara, facilitando a memorização e identificação pelo público consumidor. A Lei nº 9.279/96 regulamenta seu registro e garante proteção legal contra uso indevido por terceiros. A metodologia utilizada consistiu em revisão bibliográfica com base na legislação brasileira e manuais do INPI, além de estudo de casos emblemáticos de marcas registradas. Constatou-se que a marca nominativa oferece

vantagens significativas para empresas, como proteção jurídica e facilidade de identificação, contribuindo para a consolidação da identidade no mercado.

Palavras-chave: Marca Nominativa. Registro de Marca. INPI. Proteção Jurídica.

MECANISMOS DE DENUNCIA E DEFESA DA COMUNIDADE LGBTQIAPN+

Álvaro Almeida Lima

Alvaro.almeidadoc@gmail.com

Bacharelado em Direito

Faculdade de Petrolina – FACAPE

Jade Caroline de Almeida

Jadecarolaar16@gmail.com

Bacharelada em Direito

Faculdade de Petrolina – FACAPE

Fernanda dos Santos Oliveira

nandadinanda@hotmail.com

Bacharelada em Direito

Faculdade de Petrolina – FACAPE

Davi Cardoso Evangelista

Davicardosoevangelista05@gmail.com

Bacharelado em Direito

Faculdade de Petrolina – FACAPE

Camila Siqueira Galvão dos Anjos

Camilasiqueira999@gmail.com

Bacharelada em Direito

Faculdade de Petrolina - FACAPE

RESUMO: Introdução: O presente trabalho discute as infraestruturas, serviços e políticas governamentais desenvolvidas para garantir, abrigar e proteger os direitos da comunidade LGBTQIAPN+, em casos de discriminação, violência física, psicológica e

sexual. **Objetivo:** O objetivo é verificar de que forma as denúncias de violência são realizadas e remediadas em serviços e políticas públicas, e quais são as entidades civis estabelecidas para apoiar e assegurar os direitos da Comunidade LGBTQIAPN+.

Fundamentação teórica: A pesquisa se fundamenta em direitos humanos e sua interação com os direitos das pessoas LGBTQIAPN+, além de sua interação com mecanismos públicos.

Metodologia: A pesquisa será realizada através de métodos quantitativos e qualitativos, pelo meio de análise documental e entrevistas com pessoas ligadas a organizações sociais e membros da comunidade.

Resultados: Os resultados preliminares indicam falta de divulgação e capacitação de órgãos públicos, evidenciando a necessidade de ampliação de políticas de informação e acesso aos mecanismos de defesa a comunidade LGBTQIAPN+.

Palavras-chave: Mecanismos. Denúncia. LGBTQIAPN+. Políticas Públicas. Ministério Público.

MINORIAS E CIDADANIA NO BRASIL: O PAPEL DAS POLÍTICAS PÚBLICAS NA INCLUSÃO SOCIAL

Gabriel Caldas de Luna

Bacharelado em Direito

Faculdade de Petrolina – FACAPE

Khivia Raquel da Silva Andrade

Bacharelada em Direito

Faculdade de Petrolina – FACAPE

Chirley Vanuyre Vianna Cordeiro

Professora Orientadora

Mestre em Psicologia Social

Faculdade de Petrolina - FACAPE

RESUMO: Introdução: As políticas públicas são ações desenvolvidas pelo Estado para a garantia de direitos à população, conforme estabelecido na Constituição Federal. **Objetivo:** Analisar o papel das políticas públicas na promoção da cidadania e da inclusão social de minorias. **Fundamentação teórica:** Apesar da existência de políticas públicas voltadas à educação, saúde e moradia, ainda há desigualdade no acesso das minorias a direitos sociais, revelando lacunas nas ações estatais. **Metodologia:** Levantamento bibliográfico de dados estatísticos e sua interpretação, segundo os quais os avanços conquistados desde a redemocratização são insuficientes para a consolidação da cidadania plena. **Resultados esperados:** Espera-se demonstrar a necessidade de fortalecimento e continuidade de políticas públicas inclusivas como condição indispensável para o alcance da plenitude da cidadania, contribuindo para a redução das desigualdades estruturais e para a construção de uma sociedade mais justa e democrática.

Palavras-chave: Cidadania. Minorias. Inclusão Social. Políticas Públicas.

O ACESSO À JUSTIÇA E A DEFENSORIA PÚBLICA NO MUNICÍPIO DE PETROLINA - PERNAMBUCO: EFETIVIDADE OU ILUSÃO?

Carmen Lúcia dos Santos Ramos Barbosa
carmen.barbosa.25795@aluno.facape.br
Bacharelada em Direito
Faculdade de Petrolina - FACAPE

Érica Alves de Macedo
erica.macedo.25885@aluno.facape.br
Bacharelada em Direito
Faculdade de Petrolina - FACAPE

Ingrid Kemilly Costa Marinho
ingrid.marinho.26065@aluno.facape.br
Bacharelada em Direito
Faculdade de Petrolina - FACAPE

Maria Clara da Silva Pereira
maria.pereira.27131@aluno.facape.br
Bacharelada em Direito
Faculdade de Petrolina - FACAPE

Maria Eduarda Dantas Nobre
maria.nobre.25746@aluno.facape.br
Bacharelada em Direito
Faculdade de Petrolina - FACAPE

RESUMO: O presente estudo analisa a atuação da Defensoria Pública de Pernambuco (DPPE) como instrumento de acesso à justiça para a população hipossuficiente de Petrolina. A busca por esse direito fundamental representa um embate entre a efetividade de atuação da Defensoria Pública e a ilusão de um acesso pleno, imposta por barreiras que limitam o alcance de sua proteção. Por um lado, a instituição enfrenta um persistente desafio estrutural: embora dados do Portal da Transparência de Pernambuco em outubro de 2025 apontem uma evolução no quadro, que passou de dez defensores em 2019 para os treze atuais, o número ainda se mostra insuficiente para a vasta demanda regional, gerando sobrecarga e limites ao pleno atendimento. Por outro lado, a DPPE demonstra sua efetividade através de ações proativas que buscam superar essas barreiras, como a participação em mutirões de cidadania, a exemplo do "Bora Petrolina", e a realização de atendimentos em comunidades. Deste modo, este trabalho visa expor esse contraste, analisando como as iniciativas práticas confrontam as limitações de pessoal e fomentam um debate sobre os avanços e entraves para a concretização da cidadania no Sertão pernambucano.

Palavras-chave: Acesso à Justiça. Defensoria Pública. Petrolina. Efetividade. Cidadania.

O ARTIGO 203 DO CÓDIGO PENAL E A VIOLAÇÃO DE DIREITO TRABALHISTA NO BRASIL

Adriane Alves Rodrigues

Bacharelada em Direito

Faculdade de Petrolina – FACAPE

Anny Gabriele Carvalho Barros

Bacharelada em Direito

Faculdade de Petrolina – FACAPE

Ery Carla Gonçalves Ribeiro

Bacharelada em Direito

Faculdade de Petrolina – FACAPE

Iandra Moura Gomes

Bacharelada em Direito

Faculdade de Petrolina – FACAPE

Marcos Antônio de Lucena Medeiros

Bacharelado em Direito

Faculdade de Petrolina – FACAPE

Michelle Vieira Costa

Bacharelada em Direito

Faculdade de Petrolina – FACAPE

RESUMO: Introdução: Às relações de trabalho no Brasil ainda enfrentam desafios históricos de exploração e descumprimento de direitos. Apesar da legislação trabalhista consolidada, violações como retenção de documentos e jornadas abusivas persistem.

Objetivo: O presente trabalho visa identificar a ocorrência do crime de frustração de direito assegurado por lei trabalhista, aplicando caso concreto, trazer a devida classificação doutrinária, evidenciando punições para quem violar o tipo penal do art. 203, do CP. **Fundamentação teórica:** Baseia-se no estudo do art.203 do CP, na aplicação do princípio da dignidade da pessoa humana, na lei trabalhista brasileira e na análise doutrinária, para compreender a tipificação e a proteção legal dos direitos do trabalhador. **Metodologia:** A pesquisa foi realizada por meio do estudo do caso da empresa BYD em Camaçari-BA, aliado a revisão bibliográfica e documental sobre o artigo 203 do Código Penal. **Resultados:** O presente estudo demonstra com clareza como condutas empresariais violadoras dos direitos humanos e trabalhistas ainda ocorrem em larga escala no Brasil, mesmo diante de um aparato legal robusto.

Palavras-chave: Trabalho. Direito. Exploração. Frustração. Violação.

O CYBERBULLYING COMO CONSEQUÊNCIA DOS JOGOS ONLINE

Carla Daiene Da Silva Gonçalves

Bacharelada em Direito

Faculdade de Petrolina – FACAPE

Ladyjane Souza Silva

Bacharelada em Direito

Faculdade de Petrolina – FACAPE

Lavínia Mangabeira Medeiros de Oliveira

Bacharelada em Direito

Faculdade de Petrolina – FACAPE

Paulo Eduardo de Sousa Ferreira

Bacharelado em Direito

Faculdade de Petrolina – FACAPE

Ana Carla Mendes Coelho

Professora Orientadora

Mestra em Dinâmicas de Desenvolvimento do Semiárido - UNIVASF

Faculdade de Petrolina – FACAPE

RESUMO: Introdução: A expansão do universo de jogos online transformou as plataformas digitais em uma nova forma de interação social, mas também em um ambiente onde comportamentos agressivos e humilhantes, como é o caso do cyberbullying, são bastante comuns. essa realidade representa um problema crescente que tem afetado profundamente a saúde mental dos jogadores. **Objetivo:** analisar como o cyberbullying se manifesta em jogos online, investigando as consequências para a saúde mental e física dos jogadores. **Fundamentação teórica:** segundo dados do jornal

brasileiro de psiquiatria (2021), os indivíduos depressivos ou com uma saúde mental instável correm mais riscos de serem vítimas do cyberbullying, sendo os mais jovens os mais afetados, o que evidencia que os jogos online podem trazer sérios riscos à saúde mental de seus usuários. **Metodologia:** a pesquisa é bibliográfica realizada a partir de reportagens e artigos relacionados ao tema abordado no projeto de extensão juspas. **Resultados:** verifica-se a necessidade de conscientizar os usuários de jogos online dos riscos que a atividade pode resultar, de modo particular, do *cyberbullying*, com vistas a prevenir e minimizar seus efeitos entre os jogadores.

Palavras-chave: *Cyberbullying*. Jogos Online. Plataformas Digitais. Riscos. Saúde Mental.

O DIREITO DO CONSUMIDOR COMO FERRAMENTA PARA O EXERCÍCIO DE CIDADANIA: UMA AÇÃO JUNTO À EJA

Fabiana Aldaci Lanke

Bacharelada em Direito

Universidade Estácio de Sá – UNESA

fabiana.lanke@edu.unirio.br

Renan Martins Ambrósio

Bacharelado em Direito

Universidade Estácio de Sá – UNESA

202303929706@alunos.estacio.br

RESUMO: Introdução: O direito à educação para quem não teve acesso em condição regular é ofertado pela Educação de Jovens e Adultos – EJA. Em 2025, Rio das Ostras/RJ tem 451 matrículas na EJA da educação básica, distribuídas em 4 escolas. Para tal público, propõe-se este projeto de extensão para fortalecer a responsabilidade social universitária. **Objetivo geral:** Informar sobre os direitos do consumidor para a EJA municipal de Rio das Ostras/RJ enfatizando a escolha e compra consciente pela prevenção dos riscos nas compras *on-line*. **Objetivos específicos:** Apresentar o direito de arrependimento e prevenção às propagandas enganosas. Refletir sobre a prática de consumo na era digital, fundamentado pela Lei nº 8078 de 1990. **Metodologia:** Exposição em sala de aula e esclarecimento de dúvidas sobre os órgãos de proteção do consumidor e uso da plataforma consumidor.gov.br. **Resultados esperados:** Visa-se estimular a atuação cidadã e conscientizar para as interações de consumo, além de gerar dados para futuras intervenções. O conhecimento seguro sobre os direitos se mostra como uma ferramenta para autonomia dos estudantes que são também cidadãos consumidores.

Palavras-chave: Educação de Jovens e Adultos. Políticas Públicas. Cidadania. Direitos do Consumidor. Segurança Digital.

O MITO DO IUS PUNIENDI NO DIREITO PENAL

Adilson Lima de Amorim

adilson.amorim.26790@aluno.facape.br

Bacharelado em Direito

Faculdade de Petrolina – FACAPE

Dr. Edson Jorge Pacheco

Orientador

Prof. Adjunto

Faculdade de Petrolina

edson.pacheco@prof.facape.br

RESUMO: **Introdução:** O *ius puniendi* culturalmente entendido como o “direito de punir” do Estado, tem sido sustentado pela dogmática penal como fundamento da intervenção estatal na liberdade individual. Contudo, à luz da dogmática moderna, essa concepção mostra-se um mito que oculta a verdadeira natureza da atuação punitiva e distorce o sentido adequado da necessidade social, não se tratando de um “direito”, mas de um dever jurídico de proteção. **Objetivo:** Desmistificar o *ius puniendi*, reconhecendo que o Estado não pune porque pode, mas porque deve, e apenas na medida necessária à preservação da ordem constitucional. **Fundamentação teórica:** O estudo baseia-se nos aportes do Direito Penal moderno, conforme as obras do Prof. Miguel Reale Jr., Salo de Carvalho, Aury Lopes Jr. e Michael Foucault. **Metodologia:** A pesquisa adota abordagem qualitativa e natureza eminentemente bibliográfica, fundamentando-se em fontes doutrinárias contemporâneas da Dogmática Penal. **Resultados:** Constatou-se que o *ius puniendi* ainda legitima práticas coercitivas incompatíveis com o paradigma garantista. Tal constatação evidencia a persistência de resquícios autoritários, demandando uma reconstrução teórica voltada à adequada função do poder punitivo.

Palavras-chave: Garantias. *Ius Puniendi*. Autoritarismo. Dogmática Moderna.

O PAPEL DO ADVOGADO NA ESTRATÉGIA DE INTERNACIONALIZAÇÃO

Héllen Karoline de Sousa Vieira
Faculdade de Petrolina - FACAPE
hellen.vieira.25741@aluno.facape.br

Jhuan Carlos Vidal da Silva Ferreira
Faculdade de Petrolina - FACAPE
jhuan.ferreira.25378@aluno.facape.br

Sara Elizabeth Marques Silva de Sá
Faculdade de Petrolina - FACAPE
sara.sa.25935@aluno.facape.br

Thiedro da Mata Ribeiro Silva
Faculdade de Petrolina - FACAPE
thiedro.silva.25954@aluno.facape.br

Michela D’Arc Campos Mota
Professora orientadora

RESUMO: A internacionalização de empresas exige um bom planejamento e uma segurança jurídica sólida para lidar com desafios regulatórios, fiscais e culturais em diferentes países. Nesse cenário, o advogado passa a atuar de forma estratégica para a internacionalização dos empreendimentos, deixando de atuar apenas como aplicador da lei, e passando a ter papel estratégico na expansão global dos negócios. O objetivo deste estudo é analisar o papel do advogado dentro do processo da internacionalização, destacando suas áreas de atuação e competências essenciais. A fundamentação teórica se apoia em estratégias para reduzir riscos nas operações, baseada em conceitos de internacionalização empresarial, direito internacional e direito comparado. A

metodologia adotada é qualitativa, com revisão bibliográfica e análise de casos de empresas brasileiras que internacionalizaram. Conclui-se que uma atuação jurídica preventiva contribui para assegurar o sucesso e a sustentabilidade das operações internacionais, bem como proporcionar segurança jurídica na aplicação estratégica do processo da internacionalização.

Palavras-chave: Internacionalização de Empresas. Segurança Jurídica. Advocacia Estratégica. Contratos Internacionais.

O QUE SÃO DADOS PESSOAIS E POR QUE DEVEMOS PROTEGÊ-LOS? CIDADANIA DIGITAL EM EXTENSÃO

Gessé de Souza Eufrasio Júnior
Bacharelando em Direito
Faculdade de Petrolina – FACAPE

Maria Isabela Vieira Silva Souza
Bacharelanda em Direito
Faculdade de Petrolina – FACAPE

Beatriz Gomes Alvim
Bacharelanda em Direito
Faculdade de Petrolina – FACAPE

Italo Alves Sampaio
Bacharelanda em Direito
Faculdade de Petrolina – FACAPE

Laíse Mariz
Professor Orientador
Mestre em Direito
Faculdade de Petrolina – FACAPE

RESUMO: Introdução: Com o avanço da tecnologia e o uso constante da internet, os dados pessoais tornaram-se parte essencial da vida cotidiana. No entanto, grande parte da população ainda desconhece o valor e os riscos relacionados à exposição dessas informações. O projeto “O que são dados pessoais e por que devemos protegê-los? Cidadania Digital em Extensão” busca despertar a conscientização sobre a importância da privacidade e da segurança digital como forma de exercício da cidadania. **Objetivo:**

Conscientizar a comunidade sobre o uso responsável das informações pessoais, destacando a importância da proteção de dados e da atuação ética no ambiente virtual.

Fundamentação teórica: Baseia-se na Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (Lei nº 13.709/2018) e em estudos que tratam da relação entre tecnologia, ética e cidadania, ressaltando que a educação digital é essencial para proteger direitos fundamentais e fortalecer a democracia. **Metodologia:** Foram desenvolvidas ações extensionistas como palestras, rodas de conversa e oficinas interativas, com linguagem acessível e exemplos práticos do dia a dia, promovendo o diálogo e o aprendizado coletivo sobre o tema.

Resultados (concluídos ou em andamento): O projeto tem despertado interesse da comunidade e ampliado a compreensão sobre cidadania digital. As atividades vêm fortalecendo atitudes mais críticas e seguras no uso das redes, promovendo uma cultura de proteção e responsabilidade com as informações pessoais.

Palavras-chave: Dados Pessoais. Cidadania Digital. Proteção. Privacidade. Conscientização.

PERFIL RACIAL E FUNDAMENTAÇÃO DA 1ª FASE DA DOSIMETRIA DA PENA NO TRIBUNAL DO JÚRI DE FEIRA DE SANTANA/BA: UMA ANÁLISE CRÍTICA ENTRE DIREITO PENAL DO FATO E DO AUTOR SOB A ÓTICA DA SELETIVIDADE PENAL E DO ETIQUETAMENTO

Marina Falcão Lessa da Anunciação

Bacharelada em Direito

Universidade Estadual de Feira de Santana – UEFS

E-mail: 23131311@discente.uefs.br

Riccardo Cappi

Professor Orientador

Doutor em Criminologia

Universidade Estadual de Feira de Santana – UEFS

E-mail: riccardo@uefs.br

RESUMO: O presente trabalho tem como objetivo analisar criticamente a influência de questões raciais na avaliação da "personalidade do agente" e outras circunstâncias judiciais do art. 59 do Código Penal, na primeira fase da dosimetria da pena, em decisões proferidas pela Vara do Júri de Feira de Santana/BA, nos anos de 2023 e 2024. A justificativa reside na seletividade histórica do sistema de justiça criminal brasileiro, que estigmatiza e marginaliza a população negra. A fundamentação teórica articula contribuições da Teoria do Etiquetamento, da Criminologia Crítica e da Teoria Crítica da Raça, dialogando ainda com a distinção entre o Direito Penal do Fato e o Direito Penal do Autor. A metodologia adotada é empírica, de caráter qualitativo e quantitativo, iniciando com pesquisa bibliográfica, seguida pela coleta, categorização e estudo detalhado das sentenças da Vara do Júri de Feira de Santana/BA envolvendo pessoas negras, culminando em uma análise crítico-comparativa para identificar padrões de tratamento diferenciado. Diante disso, pretende-se observar a possível existência de incoerências lógicas ou irregularidades na fundamentação em função da cor/raça do réu, destacando padrões de seletividade penal e discriminação.

Palavras-chave: Dosimetria. Personalidade do Agente. Perfil Racial. Seletividade Penal. Etiquetamento.

PLANEJAMENTO JURÍDICO NA EXPORTAÇÃO DE FRUTAS: DA PROPRIEDADE INTELECTUAL À LOGÍSTICA INTERNACIONAL

Erika Alessandra de Souza Oliveira
Bacharelada em Direito
Faculdade de Petrolina – FACAPE

Gabriel Lopes Bezerra
Bacharelado em Direito
Faculdade de Petrolina – FACAPE

Milena Elias Correia
Bacharelada em Direito
Faculdade de Petrolina – FACAPE

Thayse Mirella Cruz Silva Passos
Bacharelada em Direito
Faculdade de Petrolina – FACAPE

Rayane Dos Santos Vieira
Bacharelada em Direito
Faculdade de Petrolina – FACAPE

Michela D´Arc Campos Mota
Professora Orientadora

RESUMO: Introdução: O presente estudo aborda o Planejamento Jurídico Estratégico na Exportação de Frutas do Vale do São Francisco. Foca-se nas etapas cruciais, desde a proteção da marca até a complexa logística internacional, essenciais para a

competitividade das *commodities* brasileiras no mercado global. **Fundamentação teórica:** A pesquisa se justifica pela necessidade de mitigação de riscos e otimização de operações em um setor altamente regulamentado. A segurança jurídica e a conformidade legal são pilares para a inserção internacional, sendo o planejamento proativo vital para garantir a integridade da cadeia de suprimentos e prevenir passivos em ambientes de alta concorrência e exigências regulatórias rigorosas. **Objetivo:** O objetivo geral é analisar o papel estratégico da assessoria jurídica no apoio às empresas exportadoras, assegurando a conformidade e a segurança em todas as fases da negociação e envio. Os objetivos específicos são: mapear a proteção de propriedade intelectual da marca no exterior; detalhar o suporte para o cumprimento de normas internacionais (certificações, acordos fitossanitários) e examinar a estruturação de cláusulas contratuais críticas (Incoterms, arbitragem). **Metodologia:** Será empregado o Estudo de Caso, com análise aprofundada em uma cooperativa ou empresa exportadora de frutas do Vale do São Francisco, combinando pesquisa documental com o mapeamento das práticas jurídicas adotadas. A hipótese central é que um planejamento jurídico robusto é um fator determinante para a competitividade e a redução de passivos no exterior. **Resultados:** Os resultados esperados irão fornecer um *framework* de melhores práticas jurídicas, servindo como guia estratégico para o setor de exportação de frutas na região, otimizando a tomada de decisão e a mitigação de riscos.

Palavras-chave: Planejamento Jurídico. Exportação de Frutas. Propriedade Intelectual. Incoterms. Logística Internacional.

PRÁTICAS DIALÓGICAS E CONSENSUAIS EM DIREITO DE FAMÍLIA

Fabiana Aldaci Lanke

Bacharelada em Direito

Universidade Estácio de Sá – UNESA

E-mail: fabiana.lanke@edu.unirio.br

RESUMO: Introdução: A política pública de tratamento adequado dos conflitos prevê que em litígios envolvendo relações continuadas devem ser estimuladas práticas consensuais, que promovam o diálogo e reduzam os danos emocionais aos envolvidos. Essa política de cuidado considera os laços de afeto e o judiciário vem promovendo serviços de atenção particular para os filhos em dinâmica familiar de dissolução conjugal. A proteção aos vulneráveis requer a comunicação entre os atores do sistema de direito, para a visibilidade das “multiportas” no acesso à justiça. **Objetivo:** Identificar a proximidade dos advogados familiaristas, de Rio das Ostras/RJ, com as práticas dialógicas e consensuais ofertadas pelo fórum local. **Fundamentação teórica:** Resolução n° 125 de 2010 do Conselho Nacional de Justiça e arcabouço jurídico e teórico complementar. **Metodologia:** Pesquisa empírica quali-quantitativa, com amostragem por questionário junto a comissão de direito de família da subseção da OAB. **Resultados esperados:** Gerar dados estatísticos que incentivem a articulação entre o sistema de direitos local, com foco na atuação em litígios de família e sensibilizar sobre a relevância das práticas consensuais.

Palavras-chave: Direito de Família. Resolução de Conflitos. Oficina de Parentalidade. Políticas Públicas. Criança e Adolescente.

PROJETO AJU E A COMUNICAÇÃO DIGITAL NA INCLUSÃO SOCIAL

Jefferson Luan da Silva Santos

Bacharelado em Direito

Faculdade de Petrolina – FACAPE

jefferson.s.santos.24684@aluno.facape.br

Tarcila Mayngrida Dantas da Silva

Bacharelada em Direito

Faculdade de Petrolina – FACAPE

thacyla.dantas@gmail.com

Maria Fernanda Oliveira Torres

Bacharelada em Direito

Faculdade de Petrolina – FACAPE

mafe.oliveiratorres@gmail.com

Ewerton Fabiano Bonfim Ferreira

Bacharelado em Direito

Faculdade de Petrolina – FACAPE

ewertonfabiano52@gmail.com

David Santana de Oliveira Silva

Bacharelado em Ciência da Computação

Faculdade de Petrolina

facapedavid@gmail.com

Jardson Martins Damasceno

Bacharelado em Ciência da Computação

Faculdade de Petrolina

jardson.damasceno.24809@aluno.facape.br

Dr. Edson Jorge Pacheco

Orientador

Prof. Adjunto

Faculdade de Petrolina

edson.pacheco@prof.facape.br

RESUMO: **Introdução:** A comunicação digital tornou-se um instrumento de transformação social, promovendo debates e ampliando o acesso ao conhecimento jurídico e à cidadania. No contexto acadêmico, essa realidade impulsiona projetos de extensão voltados à inclusão e conscientização sobre direitos. **Objetivo:** Essa pesquisa visa verificar o desempenho no ambiente digital do Projeto Assistência Jurídica Universitária (AJU), da FACAPE, que busca divulgar conhecimentos jurídicos e promover a cidadania, aproximando estudantes de Direito da comunidade, levando conhecimento aqueles que necessitam. **Fundamentação teórica:** Autores como Castells (2009) e Lévy (2010) destacam que as tecnologias da informação fortalecem a inclusão e o exercício da cidadania, entendendo o acesso ao conhecimento como ferramenta de transformação social. **Metodologia:** As ações envolvem criação de conteúdos acessíveis sobre direitos e cidadania, em redes sociais como *Instagram* e *Facebook*, produzidos por estudantes sob orientação docente. **Resultados:** Observou-se engajamento e interesse da comunidade em temas jurídicos, indicando crescimento da conscientização e fortalecimento da inclusão digital e social.

Palavras-chave: Comunicação Digital. Inclusão Social. Extensão. Cidadania. AJU.

REDES SOCIAIS E SEUS IMPACTOS LEGAIS

Akyra Rayane Conceição Sousa

Bacharelada em Direito

Faculdade de Petrolina – FACAPE

Anna Carolina Souza Silva

Bacharelada em Direito

Faculdade de Petrolina – FACAPE

Iara Aparecida Barros de Castro

Bacharelada em Direito

Faculdade de Petrolina – FACAPE

William Deivyd Lima Souza

Bacharelado em Direito

Faculdade de Petrolina – FACAPE

Laíse Mariz

Professora Orientadora

Mestre em Direito

Faculdade de Petrolina – FACAPE

Resumo: O presente trabalho aborda os impactos legais das redes sociais na contemporaneidade, analisando a linha tênue entre o exercício da liberdade de expressão e a prática de atos ilícitos, como calúnia, difamação e injúria. O objetivo é compreender de que forma o direito tem se adaptado às novas formas de comunicação digital e à necessidade de responsabilização por conteúdos prejudiciais. A fundamentação teórica baseia-se em estudos recentes que discutem o anonimato, a viralização e o papel das plataformas na disseminação de informações falsas. A metodologia uniu pesquisa bibliográfica e uma ação prática, por meio da realização de palestras em escolas públicas

do ensino médio de Petrolina-PE, onde foram debatidos temas como redes sociais, fake news, cyberbullying, bullying, privacidade de dados, impactos legais e responsabilidade digital. Os resultados evidenciaram que os estudantes demonstraram interesse e participação ativa, reconhecendo a importância de adotar atitudes mais conscientes nas redes sociais, essa troca de experiências reforçou a necessidade de promover a educação digital.

Palavras-chave: Liberdade de Expressão. Redes Sociais. Responsabilidade Digital. Conteúdo Ilícito. Legislação Contemporânea.

A AMPLIAÇÃO DA INFORMAÇÃO JURÍDICA EM ESCOLAS PÚBLICAS: UMA EXPERIÊNCIA DIALÓGICA SOBRE O RECONHECIMENTO DA UNIÃO ESTÁVEL NO DIREITO DE FAMÍLIA

Vitor Souza Cavalcanti
Bacharelado em Direito
Faculdade de Petrolina - FACAPE
vitor.cavalcanti.24679@aluno.facape.br

Geraldine Cavalcanti Lins
Professora Orientadora
Pós-Graduada em Direito
geraldine.lins@prof.facape.br

Samara Raíssa Santos Freitas
Bacharelada em Direito
Faculdade de Petrolina - FACAPE
samara.freitas.24951@aluno.facape.br

Túlio Damasceno de Azevedo Sarmento
Bacharelado em Direito
Faculdade de Petrolina - FACAPE
tulio.sarmento.24836@aluno.facape.br

Ananda Estrela Bonfim
Bacharelada em Direito
Faculdade de Petrolina - FACAPE
ananda.bonfim.24546@aluno.facape.br

Carlos Gabriel Gonçalves dos Santos
Bacharelado em Direito
Faculdade de Petrolina - FACAPE
carlos.santos.27925@aluno.facape.br

RESUMO: A desburocratização da união estável tornou o reconhecimento familiar mais acessível, mas ainda gera dúvidas sobre seus efeitos legais. O projeto busca aproximar

esse tema dos estudantes, promovendo diálogo e compreensão sobre o Direito de Família. Promovendo o acesso ao conhecimento jurídico sobre União Estável para adolescentes em escola pública, com o intuito de propagar os direitos e de fortalecer a cidadania. A prática extensionista será orientada pela teoria da educação dialógica de Paulo Freire, e usará linguagem acessível para gerar entendimento, empoderamento e a valorização dos saberes que os participantes já possuem. A sessão participativa será através do projeto Direito em Movimento, na Escola de Alternância de Petrolina, em novembro/2025, por meio de oficinas participativas com alunos do 3º Ano do Ensino Médio. Espera-se que a iniciativa contribua para a formação crítica e ética dos estudantes e para a prevenção de práticas lesivas nas relações familiares.

Palavras-chave: União Estável. Direito de Família. Educação Dialógica.

ABSTRACT: The debureaucratization of stable unions has made family recognition more accessible, but it still raises questions regarding its legal effects. The project seeks to bring this topic closer to students by promoting dialogue and understanding about Family Law. It aims to expand access to legal knowledge on Stable Unions for teenagers in public schools, with the purpose of disseminating rights and strengthening citizenship. The extension activity will be guided by Paulo Freire's theory of dialogical education and will use accessible language to foster understanding, empowerment, and the appreciation of the knowledge participants already possess. The participatory session will take place through the "Direito em Movimento" project at the Escola de Alternância de Petrolina in November 2025, through participatory workshops with 3rd-year high school students. The initiative is expected to contribute to the students' critical and ethical development and to the prevention of harmful practices within family relationships.

Keywords: Stable Union. Family Law. Dialogical Education.

1 INTRODUÇÃO

O presente artigo tem como base um projeto de extensão que surge da necessidade de aproximar o conhecimento jurídico da realidade social e educacional da comunidade, especialmente de adolescentes que estão em processo de formação cidadã. Desenvolvido na Faculdade de Petrolina (FACAPE) por discentes do curso de Direito, o projeto integra o programa Direito em Movimento, cujo propósito é extrapolar os limites

acadêmicos e levar o saber jurídico para além dos muros universitários, contribuindo para a democratização do acesso à informação e à justiça.

A proposta surge a partir da constatação de que muitos jovens desconhecem aspectos fundamentais do Direito de Família, em especial os que envolvem a união estável, instituto amplamente presente no cotidiano brasileiro, mas que ainda gera confusões quanto aos seus efeitos legais e sociais. De acordo com dados da Associação dos Registradores de Pessoas Naturais (Arpen-Brasil), o número de uniões estáveis registradas em cartório saltou de 31.586 em 2006 para 146.779 em 2019, representando um crescimento de aproximadamente 464% no período. Esse aumento expressivo demonstra que os brasileiros têm cada vez mais optado por essa forma de constituição familiar, em detrimento do casamento civil tradicional.

Diante desse cenário, torna-se essencial que os jovens compreendam os aspectos jurídicos e sociais da união estável, reconhecendo-a como uma realidade legítima e protegida pela legislação brasileira. O desconhecimento sobre seus efeitos — como direitos sucessórios, deveres de convivência, partilha de bens e responsabilidades parentais — pode gerar vulnerabilidades e situações de injustiça, sobretudo em comunidades com menor acesso à informação jurídica.

A ação extensionista será desenvolvida com base na educação dialógica de Paulo Freire, que valoriza a troca de saberes e o diálogo como instrumentos de aprendizado e emancipação. Dessa forma, o projeto não se limita à transmissão de conteúdos jurídicos, mas propõe um espaço de escuta, diálogo e reflexão conjunta entre universitários e estudantes do ensino médio da Escola de Alternância de Petrolina.

Por meio de oficinas participativas, pretende-se promover um ambiente educativo dinâmico, no qual os alunos possam compreender o Direito como instrumento de transformação social, reconhecer sua própria capacidade de atuação na defesa de direitos e fortalecer os valores de respeito, igualdade e responsabilidade nas relações familiares. O projeto, portanto, reafirma o papel da extensão universitária como elo entre a teoria e a prática, contribuindo para a formação ética e humanística dos futuros profissionais do Direito e para o exercício pleno da cidadania pelos participantes da comunidade escolar.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

A compreensão da união estável como entidade familiar constitui um dos maiores avanços do Direito de Família contemporâneo, refletindo diretamente as transformações das estruturas sociais e dos valores culturais que moldam a sociedade brasileira. Historicamente, o Código Civil de 1916 ignorou a chamada “família ilegítima”, negando qualquer reconhecimento jurídico às uniões sem casamento, refletindo uma concepção

fortemente influenciada pela moral católica e pelo modelo patriarcal de família. À época, o legislador via no matrimônio a única forma legítima de constituição familiar, relegando o concubinato a um plano de marginalidade jurídica. Conforme Pontes de Miranda (1971),

O concubinato não constitui, no direito brasileiro, instituição de direito de família. A maternidade e a paternidade ilegítimas o são. Isso não quer dizer que o direito de família e outros ramos do direito civil não se interessem pelo fato de existir, socialmente, o concubinato (MIRANDA, 1971, v. 7:211).

Com o passar do tempo, essa visão começou a ser questionada diante da constatação social de que a união de fato era um fenômeno consolidado, abrangendo grande parte da população brasileira. Apesar da resistência legislativa, doutrinadores começaram a enfatizar a necessidade de proteção jurídica dessas uniões, sobretudo pelo caráter de convivência duradoura e estabilidade afetiva. A generalização desse fato social impôs ao Direito o reconhecimento de direitos e deveres aos conviventes, sobretudo em matéria patrimonial e sucessória (Monteiro, 1996, p. 19). A prática social demonstrava que a afetividade e o projeto de vida comum eram elementos essenciais para a constituição da família, independentemente da formalidade do casamento (Rodrigues, 1999, p. 268).

Com a Constituição Federal de 1988, operou-se uma ruptura paradigmática. O art. 226, §3º, reconheceu expressamente a união estável entre homem e mulher como entidade familiar, devendo o Estado facilitar sua conversão em casamento. A partir desse marco constitucional, a união estável foi alçada à categoria de núcleo familiar legítimo, rompendo-se o estigma jurídico e moral do concubinato e ampliando-se a tutela estatal à pluralidade de formas familiares. Esse reconhecimento legal rompeu com a concepção histórica de famílias de “segunda classe” e passou a valorizar o afeto, a continuidade da convivência e a intenção de constituir família como elementos centrais da entidade familiar (Pereira, 1996, p. 44).

O legislador ordinário complementou esse reconhecimento por meio das Leis nº 8.971/1994 e nº 9.278/1996, que regulamentaram direitos patrimoniais e sucessórios dos companheiros, garantindo proteção aos parceiros em diversas esferas, como alimentos, habitação e pensão. Posteriormente, o Código Civil de 2002 incorporou definitivamente a figura da união estável (arts. 1.723 a 1.727), distinguindo-a do concubinato — este último reservado às relações entre pessoas impedidas de casar (art. 1.727). A mudança terminológica, que substituiu “concubinos” por “companheiros”, conferiu dignidade e reconhecimento social às uniões estáveis, aproximando a proteção jurídica da realidade social (Bittencourt, 1985, p. 17).

A união estável, como evolução histórica do concubinato, representa a consolidação de um entendimento jurídico que reconhece a relevância social e patrimonial das uniões fora do casamento formal. Tradicionalmente, o concubinato era tratado com desconfiança e marginalizado pelo direito, sendo suas repercussões limitadas à esfera obrigacional e patrimonial mínima. Com o reconhecimento constitucional no art. 226, §3º, e a posterior regulamentação pelo Código Civil de 2002, a união estável passou a ser compreendida como entidade familiar legítima, devendo o Estado reconhecer e proteger seus efeitos jurídicos. Essa transformação não apenas reflete mudanças sociais, mas também evidencia a necessidade de superar terminologias depreciativas e consolidar a dignidade das relações afetivas que se estruturam de forma duradoura, contínua e pública.

Nesse sentido, observa Venosa (2025, p. 33):

Na união estável existe a convivência do homem e da mulher sob o mesmo teto ou não, mas *more uxorio*, isto é, convívio como se marido e esposa fossem. Há, portanto, um sentido amplo de união de fato, desde a aparência ou posse de estado de casado, a notoriedade social, até a ligação adulterina. Nesse sentido, a união estável é um fato jurídico, qual seja, um fato social que gera efeitos jurídicos. Para fugir à conotação depreciativa que o concubinato teve no passado, com frequência, a lei, a doutrina e a jurisprudência já não se referiam a concubinos, mas a companheiros. Como vimos, essa opção é a vencedora na lei e na doutrina e assim deveremos tratar da problemática doravante (Venosa, 2025, p. 33).

A legislação complementar, como a Lei nº 9.278/1996, reforça a proteção do companheiro sobrevivente, garantindo-lhe o direito real de habitação no imóvel onde residia, consolidando a noção de tutela familiar estatal. O Código Civil de 2002, por sua vez, regulamenta os efeitos da união estável em diversos aspectos patrimoniais e sucessórios, incluindo a conversão em casamento e a possibilidade de pacto antenupcial, respeitando a autonomia privada dos conviventes.

Além da legislação ordinária, a atuação do Conselho Nacional de Justiça também contribui para a consolidação jurídica da união estável. O Provimento CNJ 37/2014, com as alterações do Provimento 141/2023, permite o registro da união no Livro “E”, a lavratura de termo declaratório, alteração de regime de bens e conversão extrajudicial da união estável em casamento. Esses mecanismos reforçam a segurança jurídica dos conviventes e a publicidade das relações familiares, facilitando a proteção de direitos e a prevenção de litígios.

A jurisprudência brasileira, tanto do STF quanto do STJ, consolidou a compreensão legal da união estável. A Súmula 380 do STF admite a partilha de bens

adquiridos pelo esforço comum dos concubinos, reconhecendo efeitos patrimoniais da convivência estável. O STJ, por sua vez, reforça limites importantes: (i) não há eficácia retroativa de escritura ou alteração de regime para alcançar período pretérito; (ii) não se admite reconhecer união estável paralela a casamento para fins de partilha, evitando a “triação” patrimonial. Tais decisões demonstram a relevância da análise objetiva dos elementos constitutivos da união — convivência pública, contínua e duradoura, com intenção de constituir família — e estabelecem parâmetros claros de proteção legal.

O caráter jurídico da união estável como fato social e jurídico permite reconhecer direitos independentemente de formalidades rígidas, assegurando à convivência afetiva e estável a proteção necessária. A união estável, portanto, não é criação do legislador, mas reconhecimento de uma realidade social preexistente, com efeitos jurídicos amplos, incluindo sucessão, meação de bens, direito de alimentos, direito real de habitação e previdência social.

Essa base normativo-jurídica demonstra a complexidade e a consistência do ordenamento brasileiro no tratamento das uniões de fato, integrando Constituição, leis ordinárias, provimentos do CNJ e decisões judiciais de referência. O avanço progressivo evidencia a consolidação do conceito de união estável como núcleo legítimo da sociedade, garantindo direitos e deveres equivalentes ao casamento, ao mesmo tempo em que respeita a autonomia e a diversidade das relações familiares contemporâneas.

Do ponto de vista sociológico, a união estável assume papel central na valorização das relações afetivas e na proteção do núcleo familiar. A afetividade, a continuidade da convivência e o projeto de vida comum tornam-se fundamentos essenciais para a configuração jurídica da entidade familiar. Nesse sentido, o Direito cumpre uma função pedagógica e social, orientando a população sobre a legitimidade das uniões fora do casamento formal e garantindo proteção legal às relações duradouras, independentemente da formalidade civil.

A base pedagógica do projeto de extensão se ancora em Paulo Freire, cuja perspectiva dialógica e problematizadora orienta a metodologia aplicada nas oficinas e círculos de conversa:

O conhecimento, pelo contrário, exige uma presença curiosa do sujeito em face do mundo. Requer sua ação transformadora sobre a realidade. Demanda uma busca constante. Implica em invenção e em reinvenção. (FREIRE, 1985, cap. “O equívoco gnosiológico da extensão”)

No mesmo horizonte, o diálogo é condição essencial para uma prática educativa humanizadora:

O diálogo é o encontro amoroso dos homens que, mediatizados pelo mundo, o ‘pronunciam’, isto é, o transformam, e, transformando-o, o humanizam para a humanização de todos. (FREIRE, 1985, cap. “Extensão e invasão cultural”)

Esses princípios sustentam a escolha metodológica do projeto, pautada na problematização, na linguagem acessível, na valorização dos saberes prévios e na construção coletiva de sentidos sobre a união estável. Ao conectar o conhecimento jurídico à experiência concreta dos estudantes, busca-se democratizar o acesso às informações sobre direitos, deveres e efeitos jurídicos das uniões estáveis, fortalecendo a cidadania e o protagonismo social.

Portanto, a análise histórica, legislativa, jurisprudencial e pedagógica da união estável evidencia que o Direito de Família brasileiro evoluiu de uma perspectiva restritiva, voltada exclusivamente ao casamento, para um modelo pluralista e inclusivo, que valoriza a afetividade, a igualdade e a diversidade. A união estável, assim, consolida-se como núcleo legítimo da sociedade, legitimando políticas educativas e extensionistas que aproximem o conhecimento jurídico da realidade social concreta, promovendo cidadania e proteção integral às famílias contemporâneas.

3 METODOLOGIA

Conforme Freire (1985; 2001), os procedimentos metodológicos do presente projeto de extensão universitária serão norteados com base no diálogo e horizontalidade; problematização da realidade; conscientização e emancipação; práxis (ação e reflexão) e interação transformadora. Sendo assim, este projeto será vivenciado em 5 (cinco) etapas, a saber:

- Investigação – lança-se a palavra geradora ou o tema central: “união estável” e aplica-se a técnica didático-pedagógica “Tempestade de ideias” para ouvir, atentamente, o que a comunidade escolar conhece acerca da temática posta em discussão, bem como as suas dúvidas e prováveis incongruências sobre o assunto;
- Problematização e Discussão – o que foi identificado na etapa anterior é trazido para discussão em “círculo de cultura”, “espaço de encontro dialógico” ou, como os proponentes do projeto estão denominando, “oficina participativa”. Nesse momento, são feitas provocações, a fim de que a comunidade escolar não aceite, passivamente, as colocações e argumentações dos proponentes, mas que questione e construa saberes.
- Intervenção - a partir da análise crítica da etapa anterior, os bacharelandos em Direito devem retornar à comunidade escolar, com o fito de promover novas

oficinas participativas, com vistas a dirimir prováveis dúvidas que ainda possam existir junto ao público-alvo deste projeto, inserindo, também, outros conhecimentos jurídicos que, na etapa anterior, não foram possíveis;

- **Práxis** - simulação de casos concretos e reflexão sobre as melhores decisões (conforme os dispositivos legais, a doutrina e a jurisprudência), tendo em vista evitar a insegurança jurídica do casal e da suposta família, sendo possível, assim, a validação ou reestruturação do conhecimento construído durante as etapas anteriores.
- **Avaliação Dialógica** - o processo, até então percorrido, é avaliado conjuntamente, observando não apenas as aprendizagens momentâneas, mas também o impacto na formação dos estudantes e na transformação social, assegurando, assim, que o protagonismo estudantil seja mantido na comunidade escolar contemplada com o presente projeto.

Portanto, a metodologia que será adotada no presente projeto alinha-se à pedagogia freireana, uma vez que, segundo Freire (2001), torna-se necessário que os “mitos” sejam desconstruídos, para que verdades possam ser construídas por meio de uma relação dialógica entre privilegiados e desprivilegiados intelectualmente.

Desse modo, com a execução deste projeto, pretende-se favorecer, conforme advoga Freire (1985), a emancipação dos sujeitos envolvidos (extensionistas e cursistas), mediante um diálogo aberto entre universitários e público-alvo, com vistas à construção de saberes através do protagonismo de todos os engajados nesse processo.

4 DISCUSSÃO E RESULTADOS

Os resultados esperados deste projeto de extensão ultrapassam a simples transmissão de conteúdos jurídicos, buscando promover consciência crítica e empoderamento social por meio do conhecimento sobre a união estável no Direito de Família. Orientada pela educação dialógica de Paulo Freire, a proposta adota uma metodologia horizontal, que valoriza a experiência dos estudantes e transforma o processo educativo em espaço de reflexão, diálogo e construção coletiva de saberes. Assim, o aprendizado pretende ir além da memorização normativa, fortalecendo a autonomia e o protagonismo dos participantes.

Do ponto de vista cognitivo, espera-se que os estudantes ampliem significativamente a compreensão da união estável como entidade familiar reconhecida pela Constituição Federal (art. 226, §3º) e pelo Código Civil (arts. 1.723 a 1.727). A evolução deverá ser demonstrada tanto no desempenho avaliativo — incluindo diagnóstico inicial e quiz final — quanto na habilidade de diferenciar a união estável de outras formas de relacionamento e de compreender seus efeitos patrimoniais,

sucessórios e sociais. Também se prevê maior familiaridade dos alunos com os mecanismos de formalização extrajudicial, como o previsto no Provimento CNJ nº 37/2014.

No plano ético e formativo, espera-se que o projeto contribua para o reconhecimento e o respeito às múltiplas configurações familiares contemporâneas. A abordagem extensionista pretende estimular valores como responsabilidade, solidariedade e igualdade de gênero, demonstrando que o Direito é instrumento vivo e essencial à dignidade e à convivência social. Assim, a iniciativa busca formar cidadãos mais conscientes e capazes de atuar de forma crítica e ética em seu meio.

A dimensão institucional também se destaca, pois o projeto reforça o compromisso da universidade com a comunidade ao integrar ensino, pesquisa e extensão. Para os acadêmicos participantes, a experiência proporciona desenvolvimento de competências comunicativas e pedagógicas, além de sensibilidade social, aspectos fundamentais à atuação jurídica humanizada.

Os impactos esperados abrangem diferentes esferas. No campo educacional, projeta-se melhora de aproximadamente 30% nos índices de compreensão dos participantes e satisfação mínima de 80% quanto à clareza e utilidade das atividades. No campo social, o fortalecimento do letramento jurídico contribuirá para prevenir conflitos decorrentes do desconhecimento dos direitos familiares. No âmbito acadêmico, a produção de materiais educativos — como cartilha digital, apresentações e FAQ — consolida o legado pedagógico do projeto e subsidia futuras ações extensionistas.

Finalmente, prevê-se que o impacto se estenda para além da escola, alcançando famílias e comunidades. Ao se apropriarem de seus direitos, os estudantes tornam-se multiplicadores de conhecimento, contribuindo para a construção de ambientes mais informados e justos. Em essência, o maior resultado reside na mudança de perspectiva: o Direito aproxima-se da vida cotidiana, e o saber acadêmico converte-se em instrumento de cidadania, diálogo e transformação social.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente projeto de extensão, intitulado “A ampliação da informação jurídica em escolas públicas: uma experiência dialógica sobre o reconhecimento da união estável no Direito de Família”, constituiu-se como uma proposta concreta de integração entre universidade e comunidade, pautada na difusão do conhecimento jurídico de forma acessível, humanizada e transformadora. Ao abordar a união estável sob uma perspectiva constitucional, civil e social, o projeto não apenas ampliou o entendimento sobre os direitos e deveres decorrentes dessa forma de entidade familiar, mas também contribuiu para a formação crítica e cidadã dos estudantes da rede pública de ensino.

A experiência revelou que o desconhecimento sobre os efeitos jurídicos da união estável ainda é significativo entre os jovens, o que reforça a importância de projetos educativos que tornem o Direito um instrumento de conscientização e inclusão. As oficinas dialógicas, baseadas na pedagogia freireana, mostraram-se metodologicamente eficazes para promover a construção coletiva do saber, valorizando as vivências e saberes prévios dos participantes. O diálogo se consolidou como o eixo central do processo de aprendizagem, transformando o ambiente escolar em espaço de reflexão, escuta e empoderamento social.

Do ponto de vista jurídico, a compreensão da união estável como entidade familiar legítima reflete um avanço civilizatório fundamental no Direito brasileiro. O reconhecimento constitucional e legal dessa forma de convivência demonstra a evolução do ordenamento jurídico rumo à valorização da afetividade, da igualdade e da dignidade humana. Assim, ao tratar de um tema que ainda gera dúvidas e preconceitos, o projeto cumpriu uma função social de extrema relevância: aproximar o discurso jurídico da realidade vivida pelas famílias brasileiras, promovendo o acesso à informação como direito fundamental e condição de exercício pleno da cidadania.

Os resultados obtidos, tanto quantitativos quanto qualitativos, evidenciam o impacto positivo da ação. Houve crescimento mensurável no nível de compreensão dos estudantes, associado a uma ampliação da consciência crítica sobre os direitos familiares e sobre o papel do Estado na proteção das diferentes formas de família. Além disso, a interação entre extensionistas e comunidade escolar gerou uma experiência de aprendizagem mútua, na qual os universitários puderam desenvolver habilidades pedagógicas, comunicacionais e éticas, consolidando a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão.

Mais do que difundir normas jurídicas, o projeto buscou transformar o conhecimento em diálogo e o diálogo em ação social. Essa perspectiva freireana reafirma que o saber, quando partilhado de forma solidária e participativa, é capaz de gerar mudanças concretas na percepção de mundo e na postura cidadã dos indivíduos. Ao levar o tema da união estável para o espaço escolar, a universidade cumpriu sua função social de formar sujeitos conscientes de seus direitos e corresponsáveis pela construção de uma sociedade mais justa, igualitária e inclusiva.

Por fim, conclui-se que a experiência extensionista aqui relatada representa um modelo de educação jurídica emancipatória, comprometida com a humanização do Direito e com o fortalecimento dos vínculos entre conhecimento acadêmico e realidade social. O projeto reafirma a extensão universitária como caminho de transformação recíproca: a universidade aprende com a comunidade ao mesmo tempo em que a comunidade se empodera pelo conhecimento. É nesse movimento de trocas e reconstruções que se cumpre, em sua essência, a missão educativa, ética e cidadã da universidade pública brasileira.

REFERÊNCIAS

- ARPEN-Brasil (Associação Nacional dos Registradores de Pessoas Naturais).** Cartórios em números: 2ª edição 2020 — atos eletrônicos, desburocratização, capilaridade, cidadania e confiança, 2020.
- BITTENCOURT, Edgard de Moura.** Concubinato. 3. ed. São Paulo: Universitária de Direito, 1985.
- BRASIL.** Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, 1988. Disponível em: <https://www.normas.leg.br>. Acesso em: 10 out. 2025.
- BRASIL.** Lei nº 8.245, de 18 de outubro de 1991, 1991. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br>. Acesso em: 10 out. 2025.
- BRASIL.** Lei nº 8.971, de 13 de janeiro de 1994, 1994. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br>. Acesso em: 10 out. 2025.
- BRASIL.** Lei nº 9.278, de 10 de maio de 1996, 1996. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br>. Acesso em: 10 out. 2025.
- BRASIL.** Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 — Código Civil, 2002. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br>. Acesso em: 10 out. 2025.
- BRASIL.** Lei nº 14.382, de 7 de julho de 2022, 2022. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br>. Acesso em: 10 out. 2025.
- CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA (CNJ).** Provimento nº 37, de 2014, 2014. Disponível em: <https://atos.cnj.jus.br>. Acesso em: 14 out. 2025.
- CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA (CNJ).** Provimento nº 141, de 2023, 2023. Disponível em: <https://atos.cnj.jus.br>. Acesso em: 14 out. 2025.
- FREIRE, Paulo.** Educação e conscientização: extensão universitária e prática educativa. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.
- FREIRE, Paulo.** Política e educação. São Paulo: Cortez, 2001.
- MONTEIRO, Washington de Barros.** Curso de direito civil: direito de família. 33. ed. São Paulo: Saraiva, 1996.
- PEREIRA, Caio Mário da Silva.** Instituições de direito civil. Rio de Janeiro: Forense, 1984. v. 6.
- PONTES DE MIRANDA, Francisco Cavalcanti.** Tratado de direito privado. 3. ed. Rio de Janeiro: Borsoi, 1971.

RODRIGUES, Sílvio. Direito das sucessões. 23. ed. São Paulo: Saraiva, 1999.

SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA (STJ). Jurisprudência sobre união estável, 2025.
Disponível em: <https://www.stj.jus.br>. Acesso em: 14 out. 2025.

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL (STF). Súmula 380, 2025. Disponível em:
<https://www.stf.jus.br>. Acesso em: 10 out. 2025.

VENOSA, Sílvio de Salvo. Direito civil: família e sucessões. 25. ed. Rio de Janeiro: Atlas, 2025.

A ANÁLISE DA APLICAÇÃO DAS CIRCUNSTÂNCIAS JUDICIAIS DA FIXAÇÃO DA PENA-BASE NA PRIMEIRA FASE DA DOSIMETRIA DA PENA DAS DECISÕES JUDICIAIS DA VARA DO JÚRI DE FEIRA DE SANTANA DO ANO DE 2022

Lucas dos Santos Lima

Bacharelando em Direito

Universidade Estadual de Feira de Santana – UEFS

Vanessa Mascarenhas Góes Lima

Professora Orientadora

Mestre em Gestão de Políticas Públicas e Segurança Social

Universidade Estadual de Feira de Santana – UEFS

RESUMO: O artigo 59 do Código Penal traz as circunstâncias judiciais utilizadas como parâmetros de cálculo da primeira fase da dosimetria da pena, onde ocorre a fixação da pena-base. É possível notar uma margem ampla para a utilização da discricionariedade do magistrado na referida etapa dosimétrica, pela forma genérica de discriminação das circunstâncias. Diante disso, a pesquisa realizada voltou-se à análise das sentenças condenatórias proferidas pela Vara do Júri de Feira de Santana, no ano de 2022, a partir de uma metodologia quantitativa e qualitativa que visou tanto mapear os argumentos utilizados quanto a análise de sua adequação ou não aos princípios constitucionais e penais. Além disso, a pesquisa buscou pontos de controvérsias entre as fundamentações constantes das sentenças estudadas e a legislação, jurisprudência e doutrina acerca do tema. Conclui-se, com a realização da pesquisa, que diversos argumentos utilizados nas sentenças estudadas contrariam os entendimentos doutrinários e jurisprudenciais consolidados acerca da dosimetria da pena, especialmente na primeira fase, prevista no art. 59 do Código Penal.

Palavras-chave: Dosimetria. Aplicação da Pena. Circunstâncias Judiciais;

ABSTRACT: Article 59 of the Penal Code outlines the judicial circumstances used as parameters for calculating the first phase of sentencing, where the base sentence is determined. A wide margin for judicial discretion is evident in this sentencing stage, due to the generic way in which the circumstances are described. Therefore, this research focused on analyzing sentencing decisions handed down by the Jury Court of Feira de Santana in 2022, using a quantitative and qualitative methodology aimed at mapping the

arguments used and analyzing their adequacy to constitutional and penal principles. Furthermore, the research sought points of controversy between the justifications in the studied sentences and the legislation, jurisprudence, and doctrine on the subject. The research concludes that several arguments used in the studied sentences contradict consolidated doctrinal and jurisprudential understandings regarding sentencing, especially in the first phase, as stipulated in Article 59. Article 59 of the Penal Code.

Keywords: Sentencing. Application of punishment. Judicial circumstances.

1 INTRODUÇÃO

Entender o papel da lei e suas implicações envolve uma compreensão profunda do pensamento predominante no campo do direito penal e seus efeitos sobre o controle dos indivíduos e a proteção dos interesses jurídicos. Nessa ótica, o juiz, como intérprete e executor das leis, desempenha um papel crucial no contexto da complexa tarefa de proferir decisões judiciais, particularmente no que se refere à imposição de sanções penais.

Nesse contexto, a presente pesquisa teve como objetivo analisar a legislação vigente, as interpretações adotadas pelos tribunais pátrios e os entendimentos doutrinários em relação à caracterização e valoração das circunstâncias judiciais mencionadas no artigo 59 do Código Penal Brasileiro, as quais são utilizadas na fixação da pena base, bem como, qual a relação dessas interpretações com a fundamentação utilizada pela Vara do Júri de Feira de Santana em suas sentenças proferidas no ano de 2022.

2 MÉTODO

O cumprimento dos objetivos propostos demandou a realização de uma pesquisa de caráter empírico, com abordagem mista, isto é, com a utilização dos métodos qualitativo e quantitativo. Dessa forma, as etapas do trabalho foram desenvolvidas através de seleção de material documental (sentenças), produção de um “sistema de informações” (categorização dos dados analisados e produção de tabelas e gráficos) e análise crítica dos dados encontrados, assim como, das fundamentações utilizadas nas decisões comparando com parâmetros estabelecidos na legislação, jurisprudência e doutrina.

3 RESULTADOS PROPOSTOS/ALCANÇADOS

Antes de partirmos para a exposição dos resultados, é necessário trazer conceitos basilares para a compreensão da presente pesquisa, a respeito do funcionamento do Júri, assim como da dosimetria da pena, em especial na sua primeira fase.

Primordialmente, insta salientar, que o Tribunal do Júri é um dos órgãos pertencentes ao Poder Judiciário do Brasil, em que sete jurados leigos, comandados por um juiz togado, decidem as causas relativas aos crimes dolosos contra a vida (tentados, consumados e conexos). Crimes dolosos são aqueles em que o agente tem a intenção de produção do resultado (dolo direto), ou em que o agente delituoso assume o risco de produção do resultado (dolo eventual). Os crimes dolosos contra a vida que são julgados pelo Júri são o homicídio (abrangendo as formas qualificadas), o infanticídio, a instigação, o induzimento ou o auxílio ao suicídio e o aborto (Brasil, 1940).

A figura do juiz-presidente é preponderante no Tribunal do Júri, pois ele é responsável pela condução do julgamento, resolução de eventuais questões relatadas pelas partes, bem como, após os jurados decidirem, proferir a sentença, na qual, sendo o réu considerado culpado, o juiz aplicará a pena, ou seja, realizará a dosimetria observando a realidade fático-jurídica que envolve o crime em apreço. (Brasil, 1941).

A dosimetria da pena é o cálculo realizado para a definição da pena que será imposta a uma pessoa em decorrência da prática de um crime. Nesta senda, o Código Penal, em seu artigo 68, determina que o cálculo dosimétrico será realizado por meio de um modelo trifásico (Brasil, 1940).

Diante do exposto, a presente pesquisa voltou-se à análise do artigo 59 do Código Penal, que trata das circunstâncias judiciais utilizadas na fixação da pena-base, na primeira fase da dosimetria da pena e a sua utilização nas sentenças condenatórias, proferidas pela Vara do Júri de Feira de Santana no ano de 2022.

No âmbito da pesquisa, foram analisados 64 processos, dentre os quais foram encontradas 06 sentenças absolutórias e 58 sentenças condenatórias, as quais totalizaram 71 dosimetrias da pena, em razão dos casos de concurso de agentes, ensejando nos respectivos dados:

Tabela 01 - Circunstâncias Judiciais, utilizadas pela Vara do Júri de Feira de Santana 2022

Circunstâncias judiciais	Número de utilizações
Culpabilidade	36
Antecedentes criminais	1
Conduta social	37
Personalidade do agente	44

Motivos	0
Circunstâncias do crime	44
Consequências do crime	66
Comportamento da vítima	55

Fonte: Elaboração própria.

Na sequência, serão analisadas as circunstâncias judiciais de modo mais detalhado, apontando-se os principais argumentos utilizados para valoração das referidas circunstâncias.

3.1 CULPABILIDADE

A análise dos processos examinados revelou que, em grande parte das decisões em que a culpabilidade foi valorada negativamente, o juízo acabou por se apoiar em elementos já inerentes ao próprio conceito de crime, confundindo a estrutura objetiva do delito com a análise subjetiva da reprovação da conduta. Tal prática demonstra uma certa incompreensão – ou, ao menos, uma aplicação inadequada – do real alcance dessa circunstância judicial prevista no art. 59 do Código Penal.

A culpabilidade, segundo a doutrina majoritária, especialmente nas lições de Fernando Capez (2014) e Rogério Sanches Cunha (2022), deve ser compreendida como o juízo de reprovação dirigido ao autor pela conduta praticada, levando-se em consideração fatores como a consciência da ilicitude, a exigibilidade de conduta diversa e o grau de autodeterminação do agente ao escolher violar a norma penal. Não é, portanto, um espaço legítimo para reexaminar elementos típicos do delito, tampouco para reproduzir avaliações próprias das demais fases da dosimetria.

Em diversos casos, porém, verificou-se que a sentença atribuiu à culpabilidade aspectos como a violência inerente ao crime, o dolo necessário para a prática do homicídio ou características já consideradas pelo legislador quando da definição das penas abstratamente cominadas. Ao assim proceder, afastou-se do entendimento doutrinário consolidado, gerando evidente dissonância entre a prática jurisdicional e o que a teoria penal contemporânea estabelece.

Essa inadequação tem potencial de violar o princípio da vedação do bis in idem, pois permite que circunstâncias já previstas no tipo sejam valoradas novamente, inflando a pena-base e comprometendo o equilíbrio entre punição e proporcionalidade. Assim, a

análise revela um ponto sensível que merece aprimoramento hermenêutico e maior rigor metodológico por parte do julgador.

3.2 ANTECEDENTES CRIMINAIS

No tocante aos antecedentes criminais, verificou-se um número significativamente reduzido de decisões que utilizaram essa circunstância. Esse cenário não gerou maiores divergências jurídicas, tampouco produziu impactos relevantes na uniformização das decisões.

A escassez de casos aplicáveis impossibilitou a formação de um panorama crítico mais consistente, havendo apenas registros pontuais de valoração dos antecedentes, todos compatíveis com o entendimento consolidado pelo Superior Tribunal de Justiça, que exige condenações transitadas em julgado para embasar a exasperação da pena-base.

3.3 CONDUTA SOCIAL

A conduta social, outro importante vetor de individualização judicial, foi frequentemente objeto de aplicação equivocada nas sentenças estudadas. Em diversos processos, observou-se que houve a valoração negativa dessa circunstância exclusivamente com base na existência de outros processos em andamento contra o réu, sem que houvesse condenação definitiva.

Tal prática se mostra frontalmente incompatível com a Súmula 444 do STJ, que estabelece expressamente que "é vedada a utilização de inquéritos policiais e ações penais em curso para agravar a pena-base". Assim, a utilização desses elementos como parâmetro para valorar negativamente a conduta social representa clara ofensa ao entendimento sumulado e ao princípio da presunção de inocência, segundo o qual ninguém pode ser tratado como culpado antes do trânsito em julgado da sentença penal condenatória (Brasil, 1988).

O uso inadequado da conduta social demonstra uma tendência perigosa de se atribuir estigmas ou presumir padrões de comportamento a partir de simples imputações pendentes. Além disso, revela uma compreensão reduzida do verdadeiro alcance da conduta social, que deve se voltar à análise do comportamento do réu no meio familiar,

comunitário e profissional, e não à existência de acusações ainda não confirmadas, que devem ser analisadas na circunstância referente aos antecedentes criminais.

3.4 PERSONALIDADE DO AGENTE

A análise da personalidade do agente nas sentenças analisadas também apresentou graves distorções. Assim como ocorreu com a conduta social, foram observadas decisões que valoraram negativamente essa circunstância com base em ações penais e inquéritos em andamento, o que igualmente contraria o entendimento pacificado pela Súmula 444 do STJ.

Mais grave, porém, é que em alguns casos a personalidade foi analisada a partir de atos infracionais praticados quando o réu era adolescente. Aqui, o cenário jurídico revela uma controvérsia relevante:

- a) Para a 6ª Turma do STJ, é possível utilizar atos infracionais para fins de exame da personalidade ou conduta social, desde que tais informações possuam relevância concreta e guardem relação com o comportamento atual do réu.
- b) Para a 5ª Turma do STJ, contudo, essa prática é inadmissível, pois viola princípios constitucionais próprios da proteção integral à criança e ao adolescente, constitucionalmente previstos no art. 227 da Constituição Federal.

Ademais, observa-se que questões referentes à prática de condutas definidas como crime na legislação pátria deveriam ser objeto de análise no âmbito da circunstância relativa aos antecedentes criminais e não à personalidade do agente.

A apontada divergência reforça a necessidade de uniformização jurisprudencial, sobretudo porque a análise da personalidade representa uma das circunstâncias mais subjetivas e delicadas da primeira fase da dosimetria. A falta de critérios claros possibilita excessos interpretativos e aberturas para julgamentos que extrapolam a esfera penal, adentrando indevidamente em elementos morais ou estigmatizantes.

3.5 MOTIVOS DO CRIME

A circunstância relativa aos motivos do crime apareceu com pouca frequência nos processos analisados. O baixo índice de aplicação decorre, sobretudo, da natureza dessa circunstância, que muitas vezes se confunde com qualificadoras, agravantes ou causas de aumento previstas na segunda e terceira fases da dosimetria.

Em razão disso, magistrados demonstraram prudência ao evitar a duplicidade de valoração dos motivos na primeira fase. Assim, embora pouco utilizada, a aplicação observada demonstrou coerência, evitando violação ao princípio do *ne bis in idem*.

3.6 CIRCUNSTÂNCIAS DO CRIME

O levantamento revelou que a análise das circunstâncias do crime foi, dentre todas as circunstâncias judiciais, uma das que demonstrou maior nível de acerto técnico. O juízo, de modo geral, utilizou adequadamente elementos do *modus operandi*, tais como premeditação, surpresa, superioridade numérica ou uso de meios que dificultaram a defesa da vítima.

O emprego desses elementos no campo adequado demonstra alinhamento com a doutrina e com o entendimento jurisprudencial, que reconhece a pertinência de se valorarem circunstâncias fáticas específicas que tornam o crime mais grave do que o padrão considerado pelo tipo penal.

Essa assertividade contribuiu significativamente para a individualização da resposta estatal, evitando tanto a banalização da pena quanto a desproporcionalidade sancionatória.

3.7 CONSEQUÊNCIAS DO CRIME

A valoração das consequências do crime apresentou dupla faceta. Em diversos julgados, houve utilização correta da mencionada circunstância ao considerar, por exemplo, a dependência emocional ou financeira que as vítimas exerciam em relação aos filhos, prejudicando diretamente a rede familiar. Essa abordagem demonstra sensibilidade às repercussões sociais concretas do delito e encontra respaldo doutrinário.

Contudo, em outros casos, a valoração se mostrou excessivamente abstrata, como na utilização da idade da vítima ou da expectativa de vida perdida, vez que entra em uma seara de comparação do valor da vida humana a partir de diferenças de idade ou de modo de vida, o que pode ferir o princípio da motivação das decisões judiciais e da isonomia.

A apontada inconsistência revela a necessidade de maior precisão metodológica e uniformização interpretativa, de modo a evitar que avaliações vagas ou abstratas influenciem negativamente a pena-base.

3.8 COMPORTAMENTO DA VÍTIMA

Por fim, verificou-se que o comportamento da vítima foi, em diversos processos, utilizado de maneira absolutamente equivocada, sempre em desfavor do réu. Tal prática encontra séria resistência na jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, que tem firmado entendimento no sentido de que o comportamento da vítima só pode ser valorado quando favorecer o acusado, jamais para agravá-lo (Brasil, 2020).

Quando utilizado contra o réu, o comportamento da vítima viola diretamente os limites estabelecidos pela dogmática penal e compromete a função garantista da primeira fase da dosimetria. Além disso, abre espaço para responsabilizações indiretas ou presunções incompatíveis com o devido processo legal.

A recorrência desse erro demonstra a necessidade de formação continuada e maior atenção à jurisprudência atualizada, de modo que se evite a utilização indevida dessa circunstância judicial.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir da análise das sentenças proferidas pela Vara do Júri da Comarca de Feira de Santana no ano de 2022, foi possível identificar um padrão significativo de repetição na utilização das circunstâncias judiciais previstas no art. 59 do Código Penal de forma inadequada.

Tal constatação, por si só, já evidencia uma tendência interpretativa própria daquele juízo, revelando certa uniformidade metodológica na aplicação desses parâmetros. Contudo, ao aprofundarmos o estudo qualitativo dessas decisões, tornou-se evidente que a simples recorrência não foi acompanhada de uma fundamentação fático-jurídica robusta ou, ao menos, alinhada de forma consistente com o que estabelece o ordenamento jurídico, a jurisprudência consolidada dos tribunais superiores e a doutrina penal majoritária.

Desse modo, procedeu-se a uma análise comparativa entre as fundamentações apresentadas nas sentenças e os referenciais normativos pertinentes. Essa confrontação

permitiu identificar não apenas eventuais equívocos interpretativos, mas também revelar pontos de tensão entre a prática jurisdicional cotidiana e os entendimentos sedimentados em sede doutrinária e jurisprudencial.

Nesse sentido, observou-se que algumas circunstâncias judiciais (em especial a culpabilidade, a conduta social, a personalidade do agente, as consequências do crime e o comportamento da vítima) apresentaram índices significativamente elevados de utilização, tornando-se foco de maior atenção em razão de sua frequente incorreção técnica ou de seu manejo controverso.

Em relação às referidas circunstâncias, constatou-se que a interpretação adotada pelo juízo, em muitas situações, destoou do que estabelecem princípios basilares da dogmática penal, como a proporcionalidade, a individualização da pena, a motivação das decisões judiciais e a vedação do *bis in idem*.

Além disso, em diversos casos, as fundamentações apresentadas não observaram limites impostos pela jurisprudência dos tribunais superiores, especialmente no que se refere à vedação de se considerar inquéritos e ações penais em curso como elementos desfavoráveis, ou mesmo na utilização indevida de comportamentos hipotéticos ou abstratos como parâmetro de valoração negativa.

A partir desse cenário, ficou evidente que as circunstâncias judiciais analisadas foram utilizadas não apenas de maneira recorrente, mas também de forma contrária a entendimentos consolidados na doutrina e jurisprudência.

A subjetividade, ainda que inerente ao ato de julgar, mostrou-se exacerbada em determinados pontos, ampliando de forma indevida o espaço discricionário destinado à valoração das circunstâncias do art. 59 do Código Penal. A falta de critérios objetivos e de parâmetros operacionais claros para a aplicação das circunstâncias acabou contribuindo para a construção de decisões marcadas por certa inconsistência, especialmente quando confrontadas com padrões doutrinários ou com precedentes firmados pelos tribunais superiores.

Diante disso, a pesquisa revelou que a fragilidade técnica na fundamentação das circunstâncias judiciais acarreta um efeito colateral relevante: a ampliação da margem para reformas das decisões em instâncias superiores, seja por excesso de valoração, seja por ausência de motivação concreta e idônea.

Assim, conclui-se que a violação de princípios penais e constitucionais aparece como problema estrutural presente na aplicação das circunstâncias judiciais pela Vara do Júri de Feira de Santana e evidencia a urgente necessidade de maior uniformização

interpretativa, buscando seguir as correntes doutrinárias majoritárias e, especialmente, entendimentos jurisprudenciais consolidados, que reduzem o espaço para arbitrariedades.

A dosimetria da pena, enquanto etapa decisiva na imposição da resposta penal, deve ser guiada por critérios objetivos, técnicos e devidamente fundamentados, garantindo que a pena aplicada seja não apenas proporcional, mas também respeitosa aos ditames constitucionais e à coerência do sistema penal.

REFERÊNCIAS

BAHIA. Vara do Júri da Comarca de Feira de Santana/BA. **Processo nº 0501325-91.2020.8.05.0080**, 2020.

BAHIA. Vara do Júri da Comarca de Feira de Santana/BA. **Processo nº 0501308-55.2020.8.05.0080**, 2020.

BAHIA. Vara do Júri da Comarca de Feira de Santana/BA. **Processo nº 0503991-02.2019.8.05.0080**, 2019.

BAHIA. Vara do Júri da Comarca de Feira de Santana/BA. **Processo nº 0500887-65.2020.8.05.0080**, 2020.

BAHIA. Vara do Júri da Comarca de Feira de Santana/BA. **Processo nº 0515050-89.2016.8.05.0080**, 2016.

BAHIA. Vara do Júri da Comarca de Feira de Santana/BA. **Processo nº 0508259-70.2017.8.05.0080**, 2017.

BAHIA. Vara do Júri da Comarca de Feira de Santana/BA. **Processo nº 0505747-80.2018.8.05.0080**, 2018.

BAHIA. Vara do Júri da Comarca de Feira de Santana/BA. **Processo nº 0501009-49.2018.8.05.0080**, 2018.

BAHIA. Vara do Júri da Comarca de Feira de Santana/BA. **Processo nº 0501250-57.2017.8.05.0080**, 2017.

BAHIA. Vara do Júri da Comarca de Feira de Santana/BA. **Processo nº 0500681-51.2020.8.05.0080**, 2020.

BAHIA. Vara do Júri da Comarca de Feira de Santana/BA. **Processo nº 0502315-19.2019.8.05.0080**, 2019.

BAHIA. Vara do Júri da Comarca de Feira de Santana/BA. **Processo nº 0511723-68.2018.8.05.0080**, 2018.

BAHIA. Vara do Júri da Comarca de Feira de Santana/BA. **Processo nº 0513458-73.2017.8.05.0080**, 2017.

BAHIA. Vara do Júri da Comarca de Feira de Santana/BA. **Processo nº 0501874-38.2019.8.05.0080**, 2019.

BAHIA. Vara do Júri da Comarca de Feira de Santana/BA. **Processo nº 0505745-47.2017.8.05.0080**, 2017.

BAHIA. Vara do Júri da Comarca de Feira de Santana/BA. **Processo nº 0509811-70.2017.8.05.0080**, 2017.

BAHIA. Vara do Júri da Comarca de Feira de Santana/BA. **Processo nº 0515393-17.2018.8.05.0080**, 2018.

BAHIA. Vara do Júri da Comarca de Feira de Santana/BA. **Processo nº 0700113-17.2021.8.05.0080**, 2021.

BAHIA. Vara do Júri da Comarca de Feira de Santana/BA. **Processo nº 0700642-36.2021.8.05.0080**, 2021.

BAHIA. Vara do Júri da Comarca de Feira de Santana/BA. **Processo nº 0500600-05.2020.8.05.0080**, 2020.

BAHIA. Vara do Júri da Comarca de Feira de Santana/BA. **Processo nº 0514293-95.2016.8.05.0080**, 2016.

BAHIA.. Vara do Júri da Comarca de Feira de Santana/BA. **Processo nº 0503369-20.2019.8.05.0080**, 2019.

BAHIA. Vara do Júri da Comarca de Feira de Santana/BA. **Processo nº 0500867-74.2020.8.05.0080**, 2020.

BAHIA. Vara do Júri da Comarca de Feira de Santana/BA. **Processo nº 0500743-91.2020.8.05.0080**, 2020.

BAHIA. Vara do Júri da Comarca de Feira de Santana/BA. **Processo nº 0700074-20.2021.8.05.0080**, 2021.

BAHIA. Vara do Júri da Comarca de Feira de Santana/BA. **Processo nº 0700661-42.2021.8.05.0080**, 2021.

BAHIA. Vara do Júri da Comarca de Feira de Santana/BA. **Processo nº 0700276-94.2021.8.05.0080**, 2021.

BAHIA. Vara do Júri da Comarca de Feira de Santana/BA. **Processo nº 0700552-28.2021.8.05.0080**, 2021.

BAHIA. Vara do Júri da Comarca de Feira de Santana/BA. **Processo nº 0313681-78.2015.8.05.0080**, 2015.

BAHIA. Vara do Júri da Comarca de Feira de Santana/BA. **Processo nº 8016689-87.2021.8.05.0080**, 2021.

BAHIA. Vara do Júri da Comarca de Feira de Santana/BA. **Processo nº 0505510-46.2018.8.05.0080**, 2018.

BAHIA. Vara do Júri da Comarca de Feira de Santana/BA. **Processo nº 0505186-27.2016.8.05.0080**, 2016.

BAHIA. Vara do Júri da Comarca de Feira de Santana/BA. **Processo nº 0318286-67.2015.8.05.0080**, 2015.

BAHIA. Vara do Júri da Comarca de Feira de Santana/BA. **Processo nº 0514166-60.2016.8.05.0080**, 2016.

BAHIA. Vara do Júri da Comarca de Feira de Santana/BA. **Processo nº 0512299-61.2018.8.05.0080**, 2018.

BAHIA. Vara do Júri da Comarca de Feira de Santana/BA. **Processo nº 0806348-18.2015.8.05.0080**, 2015.

BAHIA. Vara do Júri da Comarca de Feira de Santana/BA. **Processo nº 0700407-69.2021.8.05.0080**, 2021.

BAHIA. Vara do Júri da Comarca de Feira de Santana/BA. **Processo nº 0011962-08.2013.8.05.0080**, 2013.

BAHIA. Vara do Júri da Comarca de Feira de Santana/BA. **Processo nº 0503593-55.2019.8.05.0080**, 2019.

BAHIA. Vara do Júri da Comarca de Feira de Santana/BA. **Processo nº 0800051-48.2022.8.05.0080**, 2022.

BAHIA. Vara do Júri da Comarca de Feira de Santana/BA. **Processo nº 0800019-43.2022.8.05.0080**, 2022.

BAHIA. Vara do Júri da Comarca de Feira de Santana/BA. **Processo nº 8016060-16.2021.8.05.0080**, 2021.

BAHIA. Vara do Júri da Comarca de Feira de Santana/BA. **Processo nº 0500236-33.2020.8.05.0080**, 2020.

BAHIA. Vara do Júri da Comarca de Feira de Santana/BA. **Processo nº 0513002-89.2018.8.05.0080**, 2018.

BAHIA. Vara do Júri da Comarca de Feira de Santana/BA. **Processo nº 0515120-09.2016.8.05.0080**, 2016.

BAHIA. Vara do Júri da Comarca de Feira de Santana/BA. **Processo nº 0004737-68.2012.8.05.0080**, 2012.

BAHIA. Vara do Júri da Comarca de Feira de Santana/BA. **Processo nº 0004381-73.2012.8.05.0080**, 2012.

BAHIA. Vara do Júri da Comarca de Feira de Santana/BA. **Processo nº 0031064-50.2012.8.05.0080**, 2012.

BAHIA. do Júri da Comarca de Feira de Santana/BA. **Processo nº 8011484-77.2021.8.05.0080**, 2021.

BAHIA. Vara do Júri da Comarca de Feira de Santana/BA. **Processo nº 0700910-90.2021.8.05.0080**, 2021.

BAHIA. Vara do Júri da Comarca de Feira de Santana/BA. **Processo nº 0313650-29.2013.8.05.0080**, 2013.

BAHIA. Vara do Júri da Comarca de Feira de Santana/BA. **Processo nº 0308879-66.2017.8.05.0080**, 2017.

BAHIA. Vara do Júri da Comarca de Feira de Santana/BA. **Processo nº 0324135-54.2014.8.05.0080**, 2014.

BAHIA. Vara do Júri da Comarca de Feira de Santana/BA. **Processo nº 0700998-31.2021.8.05.0080**, 2021.

BAHIA. Vara do Júri da Comarca de Feira de Santana/BA. **Processo nº 0512233-81.2018.8.05.0080**, 2018.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidente da República, [2016]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em 09 nov. 2025.

BRASIL. Decreto - Lei nº 2.848, de 07 de dezembro de 1940. **Código Penal**, artigo 312 a 327. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decretolei/Del2848compilado.htm . Acesso em 09 de nov. 2025.

BRASIL. Decreto - Lei nº 3.689, de 03 de outubro de 1941. **Código de Processo Penal**. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del3689.htm. Acesso em 09 de nov. 2025.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. **Habeas Corpus n. 541.177/AC** (2019/0316520-7). Relator: Ministro Ribeiro Dantas. Impetrante: Defensoria Pública do Estado do Acre. Paciente: Jorge Santos da Cunha. Julgado em 4 fev. 2020. Diário da Justiça Eletrônico, Brasília, DF, 12 fev. 2020.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. **Súmula nº 444**. É vedada a utilização de inquéritos policiais e ações penais em curso para agravar a pena-base. 28 de abril de

2010. Disponível em: <https://arquivocidadao.stj.jus.br/index.php/sumula-444-2> . Acesso em 09 nov. 2025.

CAPEZ, Fernando; PRADO, Stela. **Código Penal Comentado**. 5. ed. São Paulo: Saraiva, 2014. p. 141

CUNHA, Robert Sanches. **Manual de Direito Penal**: volume único. 11^a ed. São Paulo: JusPodivm, 2022.

A CRIMINALIZAÇÃO DA LGBTFOBIA COMO RACISMO: AVANÇOS E DESAFIOS NA EFETIVAÇÃO DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS

Clodoaldo Pereira da Silva

Bacharelado em Direito

Faculdade de Petrolina - FACAPE

Lara Beatriz Vieira Guimarães

Bacharelada em Direito

Faculdade de Petrolina - FACAPE

Nalanda Ariany Teles Silva

Bacharelada em Direito

Faculdade de Petrolina - FACAPE

Thaynara Maria Angelim Callou

Bacharelada em Direito

Faculdade de Petrolina - FACAPE

Vanessa dos Anjos Souza

Bacharelada em Direito

Faculdade de Petrolina - FACAPE

Carlos Eduardo Romeiro

Professor Orientador

Mestre em Direito

Faculdade de Petrolina - FACAPE

RESUMO: O presente projeto de extensão, tem como objetivo analisar os impactos jurídicos e sociais da decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) que equiparou a LGBTfobia ao crime de racismo, em 2019. Essa decisão, fruto do julgamento conjunto da ADO 26 e do MI 4733, representou um marco na proteção dos direitos da população LGBTQIAPN+, ao reconhecer a omissão legislativa e garantir a aplicação da Lei nº 7.716/1989 aos casos de discriminação por orientação sexual ou identidade de gênero. Ao adotar tal entendimento, o STF ampliou o conceito jurídico de racismo, compreendendo-o não apenas como discriminação baseada em raça, cor ou etnia, mas também como toda forma de opressão sistemática que nega a dignidade e a igualdade de grupos minoritários,

como as pessoas LGBTQIAPN+. Assim, a homofobia e a transfobia passaram a ser interpretadas como manifestações de poder e dominação social que buscam inferiorizar e excluir indivíduos em razão de sua orientação sexual ou identidade de gênero, enquadrando-se, portanto, na mesma lógica estrutural do racismo. A escolha do tema justifica-se pela relevância da discussão no atual cenário jurídico e social, uma vez que, apesar dos avanços normativos, a violência e o preconceito contra pessoas LGBTQIAPN+ ainda são recorrentes no Brasil. O estudo busca promover uma reflexão crítica sobre o papel do Direito na efetivação dos princípios constitucionais da igualdade e da dignidade da pessoa humana, destacando a importância da criminalização da LGBTfobia como instrumento de combate à discriminação e de fortalecimento da cidadania. Desse modo, a equiparação da LGBTfobia ao crime de racismo demonstra o reconhecimento, pelo Poder Judiciário, de que a intolerância sexual e de gênero constitui forma grave de discriminação estrutural e histórica, cuja repressão penal é indispensável para garantir a proteção efetiva dos direitos fundamentais e a preservação da dignidade da pessoa humana. Assim, pretende-se demonstrar que a equiparação da LGBTfobia ao racismo não apenas representa um avanço jurídico, mas também um passo fundamental para a construção de uma sociedade mais justa, plural e inclusiva.

Palavras-chave: LGBTfobia. Racismo. Direitos Humanos. Igualdade. Inclusão.

ABSTRACT: This extension project aims to analyze the legal and social impacts of the 2019 Supreme Federal Court (STF) decision that equated LGBTI-phobia with the crime of racism. This decision, the result of the joint judgment of ADO 26 and MI 4733, represented a milestone in the protection of the rights of the LGBTQIAPN+ population, recognizing the legislative omission and ensuring the application of Law No. 7,716/1989 to cases of discrimination based on sexual orientation or gender identity. By adopting this understanding, the STF expanded the legal concept of racism, understanding it not only as discrimination based on race, color, or ethnicity, but also as any form of systematic oppression that denies the dignity and equality of minority groups, such as LGBTQIAPN+ people. Thus, homophobia and transphobia began to be interpreted as manifestations of power and social domination that seek to demean and exclude individuals based on their sexual orientation or gender identity, thus falling within the same structural logic as racism. The choice of this topic is justified by the relevance of the discussion in the current legal and social landscape, since, despite regulatory advances, violence and prejudice against LGBTQIAPN+ people are still recurrent in Brazil. The study seeks to promote critical reflection on the role of law in enforcing the constitutional principles of equality and human dignity, highlighting the importance of criminalizing LGBTphobia as a tool to combat discrimination and strengthen

citizenship. Thus, equating LGBTphobia with the crime of racism demonstrates the Judiciary's recognition that sexual and gender intolerance constitutes a serious form of structural and historical discrimination, the criminal repression of which is essential to ensure the effective protection of fundamental rights and the preservation of human dignity. Thus, the study aims to demonstrate that equating LGBTphobia with racism not only represents a legal advance but also a fundamental step toward building a more just, pluralistic, and inclusive society.

Keywords: LGBTphobia. Racism. Human Rights. Equality. Inclusion.

1 INTRODUÇÃO

Nas últimas décadas tem ganhado maior destaque no Brasil o debate sobre a proteção jurídica das minorias sexuais e de gênero, gerado pelas crescentes denúncias de violência e discriminação contra a população LGBTQIAPN+. Diante dessa situação, esse grupo social constantemente enfrenta marginalização, exclusão e diversas formas de violência, por vezes legitimadas pela omissão do Estado e pela tolerância social à LGBTfobia. Dados de entidades, como a Associação Nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA), mostram que o Brasil continua a ser um dos países com os maiores índices de crimes motivados por preconceito contra pessoas LGBTQIAPN+, o que confirma uma grave violação dos direitos humanos.

Diante desse cenário, o Supremo Tribunal Federal (STF), em 2019, ao julgar a Ação Direta de Inconstitucionalidade por Omissão (ADO) nº 26 e o Mandado de Injunção (MI) nº 4733, reconheceu a omissão do Congresso Nacional na criação de legislação específica de combate à LGBTfobia e gerou a criminalização dessas práticas com base na Lei nº 7.716/1989, que trata dos crimes de racismo. Ao equiparar a LGBTfobia ao crime de racismo, o STF avaliou que assim como este, trata-se de fenômeno discriminatório que busca inferiorizar pessoas de grupos historicamente vulnerabilizados, violando os princípios constitucionais da dignidade da pessoa humana e da igualdade.

A análise deste tema justifica-se por sua expressiva relevância jurídica e social. Primeiramente, por abeirar-se a efetivação de direitos fundamentais, como a igualdade e a proteção contra violência e opressão, conforme a Constituição Federal de 1988. Em segundo lugar, a decisão do STF não se limitou a suprir uma omissão legislativa, todavia também provocou contestações cruciais sobre a separação de poderes e a legitimidade da atuação do Judiciário na proteção das minorias.

Conclui-se, portanto, que o presente estudo busca analisar criticamente sobre a criminalização da LGBTfobia no Brasil, observando os fundamentos constitucionais, os

seus impactos no sistema jurídico, bem como a sua seriedade para que possa ocorrer a proteção dos direitos humanos. Trata-se de um diálogo imprescindível para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária, onde todas as pessoas contenham seus direitos reconhecidos e respeitados, independentemente de sua orientação sexual ou identidade de gênero.

2 OBJETIVOS E MÉTODOS

O presente estudo tem como objetivo central analisar, sob uma perspectiva jurídica e social, os impactos decorrentes da decisão do Supremo Tribunal Federal (STF), proferida em 2019, que equiparou a LGBTfobia ao crime de racismo no julgamento da ADO 26 e do MI 4733. Busca-se compreender de que maneira essa decisão, ao reconhecer a omissão legislativa e determinar a aplicação da Lei nº 7.716/1989 aos casos de discriminação por orientação sexual ou identidade de gênero, contribuiu para a efetivação dos direitos fundamentais da população LGBTQIA+, especialmente no que tange à dignidade da pessoa humana, à igualdade e ao combate às práticas discriminatórias. Além disso, pretende-se avaliar se a ampliação do conceito jurídico de racismo para abarcar práticas de homofobia e transfobia representa, de fato, um avanço no fortalecimento da cidadania e na construção de uma sociedade mais justa, plural e inclusiva, bem como investigar os desafios práticos e institucionais que ainda dificultam a plena concretização dessa proteção.

Para alcançar esses objetivos, o estudo adota uma abordagem qualitativa, de caráter exploratório e analítico, fundamentada no método dedutivo. A pesquisa desenvolve-se por meio de levantamento e análise documental, com ênfase em fontes legislativas, constitucionais e jurisprudenciais, sobretudo nos votos proferidos pelo STF na ADO 26 e no MI 4733, nos dispositivos da Lei nº 7.716/1989 e nos princípios constitucionais da igualdade, dignidade da pessoa humana e proteção às minorias. Também são examinadas produções doutrinárias, artigos científicos e relatórios de entidades especializadas, como a ANTRA e organizações de direitos humanos, que apresentam dados sobre a violência e a discriminação estrutural contra pessoas LGBTQIAPN+ no Brasil. A metodologia adotada permite não apenas compreender os fundamentos teóricos e jurídicos da decisão, mas também refletir criticamente sobre seus efeitos no cenário social e institucional brasileiro, ponderando avanços, resistências, lacunas e desafios na efetivação dos direitos das minorias sexuais e de gênero. Dessa forma, o estudo se propõe a contribuir para o debate acadêmico e jurídico sobre a criminalização da LGBTfobia como forma de enfrentamento à opressão e promoção da cidadania.

3 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A criminalização da LGBTfobia no Brasil é resultado de um longo processo de construção jurídica e social que envolve a consolidação dos direitos fundamentais e a atuação do Poder Judiciário na proteção das minorias. A Constituição Federal de 1988 inaugurou um novo paradigma de Estado Democrático de Direito, fundado na dignidade da pessoa humana e na igualdade material. O artigo 1º, inciso III, consagra a dignidade da pessoa humana como fundamento da República, enquanto o artigo 3º, inciso IV, estabelece como objetivo fundamental promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade ou quaisquer outras formas de discriminação.

Nesse contexto, o princípio da igualdade é interpretado como um dever estatal de combater práticas discriminatórias, não se limitando à isonomia formal, mas exigindo a adoção de medidas concretas para reduzir desigualdades históricas. Assim, o Direito brasileiro reconhece que a discriminação com base em orientação sexual e identidade de gênero fere diretamente os direitos humanos e os fundamentos constitucionais da República.

A ausência de legislação específica que tratasse da LGBTfobia levou o Supremo Tribunal Federal (STF) a intervir no julgamento da Ação Direta de Inconstitucionalidade por Omissão (ADO) nº 26 e do Mandado de Injunção (MI) nº 4733, ambos julgados em 2019. Nessa decisão, o STF reconheceu a omissão do Congresso Nacional em legislar sobre o tema e determinou a aplicação da Lei nº 7.716/1989, que trata dos crimes resultantes de preconceito de raça ou cor, também aos casos de discriminação por orientação sexual ou identidade de gênero.

O relator, Ministro Celso de Mello, destacou que o conceito de racismo ultrapassa a noção biológica, sendo um fenômeno político e social que abrange todas as formas de opressão sistemática voltadas à exclusão de grupos minoritários. Dessa forma, a homofobia e a transfobia foram reconhecidas como manifestações de racismo estrutural, pois buscam inferiorizar pessoas com base em características identitárias.

A decisão representou um avanço civilizatório e um marco jurídico na defesa da população LGBTQIAPN+, reafirmando a força normativa da Constituição e a atuação do Judiciário na efetivação dos direitos fundamentais. Autores como Flávia Piovesan (2023) e Daniel Sarmiento (2022) reforçam que a proteção das minorias é expressão do princípio da dignidade da pessoa humana e condição essencial para a consolidação do Estado Democrático de Direito.

Contudo, a decisão também gerou debates acerca dos limites do poder do Judiciário. Parte da doutrina entende que o STF praticou uma forma de ativismo judicial, ao suprir lacuna legislativa. Outros, porém, defendem que a Corte apenas cumpriu seu papel constitucional ao assegurar direitos fundamentais diante da inércia do legislador. Como observa José Afonso da Silva (2023), a concretização da Constituição exige a atuação harmônica dos poderes, e o Judiciário deve agir quando há omissão que inviabiliza o exercício de direitos.

4 METODOLOGIA

A pesquisa adota uma abordagem qualitativa, exploratória e analítica, fundamentada no método dedutivo. Foram utilizados procedimentos de pesquisa bibliográfica e documental, com análise de fontes legislativas, jurisprudenciais e doutrinárias.

Entre as principais fontes jurídicas analisadas estão a Constituição Federal de 1988, a Lei nº 7.716/1989, e os votos dos Ministros do STF no julgamento da ADO 26 e MI 4733. Também foram consultadas produções acadêmicas de juristas como Piovesan, Sarmento, Celso Antônio Bandeira de Mello e José Afonso da Silva, além de relatórios de organizações como a Associação Nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA), que apresenta dados sobre violência contra pessoas LGBTQIAPN+ no Brasil.

O método dedutivo foi empregado para partir de princípios gerais, como a dignidade humana e a igualdade e chegar à análise específica da decisão do STF e de seus efeitos jurídicos e sociais. A pesquisa bibliográfica permitiu compreender o contexto normativo e teórico da criminalização da LGBTfobia, enquanto a pesquisa documental possibilitou examinar os desdobramentos práticos e institucionais da medida.

5 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A decisão do STF na ADO 26 e MI 4733 trouxe impactos significativos no campo jurídico e social. No aspecto jurídico, consolidou-se a ideia de que a discriminação contra pessoas LGBTQIAPN+ é uma forma de racismo estrutural, passível de repressão penal. Esse entendimento ampliou o alcance da Lei nº 7.716/1989 e fortaleceu a tutela penal da igualdade.

No aspecto social, a decisão representou o reconhecimento da legitimidade e da dignidade da população LGBTQIAPN+, conferindo-lhes proteção jurídica efetiva. No entanto, apesar dos avanços formais, a prática revela que a violência e o preconceito continuam a atingir esse grupo de maneira alarmante. Dados da ANTRA (2024) indicam que o Brasil segue como o país com o maior número de assassinatos de pessoas trans no mundo, o que demonstra que a criminalização, por si só, não é suficiente para eliminar o preconceito estrutural.

Entre os principais desafios identificados estão:

- a falta de capacitação dos agentes públicos para aplicar corretamente a decisão do STF;
- a subnotificação dos crimes motivados por LGBTfobia;
- a ausência de políticas públicas de conscientização e educação voltadas à diversidade e à inclusão.

6 CONCLUSÃO

A equiparação da LGBTfobia ao crime de racismo pelo Supremo Tribunal Federal representa um divisor de águas na trajetória dos direitos humanos no Brasil. No histórico julgamento da ADO 26 e do MI 4733, a Corte não apenas solucionou uma omissão legislativa, mas promoveu uma releitura do ordenamento jurídico sob a ótica dos princípios da dignidade da pessoa humana e da igualdade, reafirmando a força normativa da Constituição.

Ao exercer seu papel contramajoritário, o STF garantiu que a inércia do Congresso Nacional não se traduzisse na perpetuação de um estado de desproteção para um grupo social historicamente marginalizado. Essa atuação demonstrou que a proteção das minorias é um dever inafastável do Estado, cujo cumprimento não pode ficar à mercê de maiorias políticas conjunturais, consolidando a supremacia constitucional.

O cerne dessa construção jurídica reside na corajosa ampliação do conceito de racismo, compreendido como um sistema de opressão social que visa inferiorizar grupos vulneráveis. Ao enquadrar a homofobia e a transfobia nessa mesma lógica estrutural, o Tribunal conferiu a essas práticas a mais grave reprovação do sistema penal brasileiro, reconhecendo sua natureza sistêmica e atribuindo-lhes a devida gravidade.

Apesar do inegável avanço normativo, a tutela penal, por si só, possui limites claros para transformar a realidade social. A persistência de alarmantes índices de violência, conforme documentado por entidades como a ANTRA, evidencia o abismo que ainda separa a proteção formal da segurança material, mostrando que a lei, isoladamente, não erradica o preconceito.

Essa lacuna é aprofundada por desafios práticos que dificultam a efetividade da decisão, como a expressiva subnotificação dos crimes e a notória carência de capacitação de agentes públicos. Muitas vezes, policiais, promotores e juízes não estão preparados para identificar, registrar e processar adequadamente as denúncias de LGBTfobia, o que resulta em impunidade.

Soma-se a isso a ausência de políticas públicas integradas e robustas, especialmente nas áreas de educação e cultura, que são essenciais para desconstruir os estereótipos que alimentam o ciclo de violência. A repressão penal deve caminhar ao lado de ações que promovam o respeito à diversidade e a conscientização da sociedade.

Portanto, a criminalização da LGBTfobia foi um passo fundamental, mas que inaugura uma nova fase na luta por igualdade. O futuro depende da capacidade de articular a tutela penal com políticas afirmativas e uma profunda mudança cultural, garantindo que a dignidade e a vida da população LGBTQIAPN+ sejam, de fato e de direito, invioláveis.

REFERÊNCIAS

- ANTRA – Associação Nacional de Travestis e Transexuais. *Dossiê: Assassinatos e Violências contra Pessoas Trans no Brasil em 2024*. Brasília: ANTRA, 2024.
- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.
- BRASIL. **Lei nº 7.716, de 5 de janeiro de 1989**. Define os crimes resultantes de preconceito de raça ou de cor. Diário Oficial da União, Brasília, 6 jan. 1989.
- BRASIL. **Supremo Tribunal Federal**. Ação Direta de Inconstitucionalidade por Omissão nº 26/DF e Mandado de Injunção nº 4733/DF. Relator: Min. Celso de Mello. Julgamento em 13 jun. 2019.
- MELLO, Celso Antônio Bandeira de. *Conteúdo Jurídico do Princípio da Igualdade*. 3. ed. São Paulo: Malheiros, 2020.
- PIOVESAN, Flávia. *Direitos Humanos e o Direito Constitucional Internacional*. 13. ed. São Paulo: Saraiva, 2023.
- SARMENTO, Daniel. *Direitos Fundamentais e Relações Privadas*. 4. ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2022.
- SILVA, José Afonso da. *Curso de Direito Constitucional Positivo*. 44. ed. São Paulo: Malheiros, 2023.

A IMPORTÂNCIA DA LOGÍSTICA NA EXECUÇÃO DE AÇÕES VOLTADAS À EJA

Ana Grazielly da Conceição de Sousa
Bacharelanda em Direito
Faculdade de Petrolina – FACAPE
ana.sousa.27477@aluno.facape.br

Ellen Lorrany Cariri de Oliveira
Bacharelanda em Direito
Faculdade de Petrolina – FACAPE
ellen.oliveira.26702@aluno.facape.br

Maria Eduarda Pereira de Moraes Dantas
Bacharelanda em Direito
Faculdade de Petrolina – FACAPE
maria.dantas.27216@aluno.facape.br

Wívine Milena Dos Santos Silva
Bacharelanda em Psicologia
Faculdade de Petrolina – FACAPE
wivine.silva.27800@aluno.facape.br

Antônia Aparecida Barros Alencar Correia
Professora-orientadora
Faculdade de Petrolina – FACAPE
antonia.alencar@prof.facape.br

RESUMO: O projeto de extensão Cidadania e Ação por meio de ações educativas voltadas aos estudantes da EJA de Petrolina-PE, tem como objetivo incentivar os conhecimentos do direito de forma nítida e acessível, auxiliando o público-alvo a ter mais clareza sobre seus direitos no dia a dia, além de promover o fortalecimento da cidadania e consumo consciente. O grupo de logística tem como responsabilidade garantir a organização do trabalho para que ocorra conforme o previsto e de forma eficiente, através do planejamento da infraestrutura, organização de transporte, gestão de agenda e cronograma, comunicação operacional, execução de eventos, controle de recursos, prevenção e solução de imprevistos, assim evitando que ao decorrer das atividades nada

seja comprometido. Com ação objetiva, o projeto contribuirá para a formação de cidadãos mais cautelosos, críticos e preparados para exercer seus direitos e deveres, agregando na vida pessoal, social e comunitária. Conclui-se, portanto, que o projeto tem a função de acumular conhecimento jurídico e a educação cidadã, como também fortalece a permanência dos participantes, promovendo inclusão, responsabilidade social e desenvolvimento coletivo.

Palavras-chave: Logística. EJA. Cidadania. Consumo Consciente. Participação Social.

ABSTRACT: The Citizenship and Action extension project, through educational activities aimed at adult education students in Petrolina-PE, aims to encourage knowledge of the law in a clear and accessible way, helping the target audience to have more clarity about their rights in their daily lives, as well as promoting the strengthening of citizenship and conscious consumption. The logistics group is responsible for ensuring the organization of the work so that it occurs as planned and efficiently, through infrastructure planning, transportation organization, agenda and schedule management, operational communication, event execution, resource control, prevention and resolution of unforeseen events, thus preventing anything from being compromised during the activities. With objective action, the project will contribute to the formation of more cautious, critical citizens, prepared to exercise their rights and duties, adding value to their personal, social and community life. In conclusion, the project serves to accumulate legal knowledge and civic education, as well as strengthen the retention of participants, promoting inclusion, social responsibility and collective development.

Keywords: Logistics. Adult Education. Citizenship. Conscious Consumption. Social Participation.

1 INTRODUÇÃO

A Educação de Jovens e Adultos (EJA) tem como objetivo levar a educação para aqueles que não tiveram oportunidade de acesso e que não puderam permanecer na escola na idade considerada adequada. É fundamental em um país marcado por desigualdades sociais, regionais, raciais e econômicas, pois contribui para a promoção da cidadania, da inclusão e da redução das desigualdades históricas.

Com essa pesquisa pretendemos mostrar qual o papel e a importância da logística dentro de um projeto de extensão. E de quais maneiras contribui para os jovens e adultos

da EJA. Promovendo o fortalecimento do protagonismo estudantil, o pensamento crítico e o consumo consciente, promovendo o exercício da cidadania e a transformação social. Também queremos mostrar a importância desse projeto para a sociedade, pois com ele poderemos levar conhecimento útil e transformador para a vida dos alunos da EJA, formar universitários mais humanos, críticos e preparados para a atuação social e desenvolver habilidades práticas, como comunicação, pesquisa e trabalho em equipe.

Através do planejamento da infraestrutura, organização de transporte, gestão de agenda e cronograma, comunicação operacional, execução de eventos, controle de recursos, prevenção e solução de imprevistos, a logística garante a organização do projeto, que é fundamental para o andamento e cumprimento das etapas de preparo do trabalho. Assim evitando atrasos, o comprometimento das atividades e do objetivo do projeto.

O estudo demonstra que além de uma função operacional, a logística tem um dever educativo, pois ensina a planejar, organizar e lidar com imprevistos, competências que fortalecem a autonomia e a cidadania dos participantes.

Esse projeto de extensão é fundamental, pois garante a integração entre universidade e sociedade, impulsionando a aprendizagem de estudantes, a formação de profissionais, melhores oportunidades de trabalho e o desenvolvimento regional. Com base em autores como Paulo Freire (1987), Edgar Morin (2000) e Silvio Almeida (2020) pretende gerar impacto social real e transformar conhecimento acadêmico em prática educativa significativa.

2 REFERENCIAL TEÓRICA

O projeto de extensão “Cidadania em Ação: Direitos, Consumo e Voz” tem como objetivo promover a cidadania e fortalecer o protagonismo dos estudantes da EJA, através do conhecimento sobre direitos, consumo e linguagem. Temos como base Freire (1987) que transformou a forma de compreender a relação entre educação, sociedade e cidadania. Defendendo que educar não é apenas transmitir conteúdos, mas conscientizar, dialogar e transformar a realidade. Uma de suas ideias fala sobre a

educação com meio de liberdade, pois o estudante não será apenas um receptor passivo na sua educação, mas também ativo, no qual também irar contribuir para a construção e transformação do seu aprendizado.

Temos também as ideias de Morin (2000) é conhecido por suas reflexões sobre complexidade, educação e pensamento interdisciplinar. Seu pensamento influenciou a forma como pensamos os problemas sociais, humanos e educacionais. Defende uma realidade complexa, que para ser compreendida tem que ser estudada como um todo e não de maneira isolada. Assis, fazendo a integração entre saberes, conectando áreas e ajudando o estudante a entender o mundo como um todo. No projeto sua ideia incentiva o trabalho interdisciplinar, valoriza a compreensão ampla da realidade e ajuda a formar estudantes críticos e conectados com o mundo.

Almeida (2020) é um jurista brasileiro que explica como o racismo e as desigualdades sociais estão presentes nas estruturas da sociedade, inclusive no Direito, na economia e educação. Sua traz debates sobre cidadania, justiça social e direitos humanos. É importante para o projeto, pois denuncia desigualdades que afetam especialmente os alunos da EJA, mostra como injustiças econômicas e jurídicas se reproduzem, fundamenta a necessidade de empoderar cidadãos com conhecimento sobre direitos e reforça a ideia de que a linguagem e educação são ferramentas contra injustiça.

A Lei nº 9.394/1996 (LDB) que organiza a educação no Brasil e define seus princípios, estabelecendo que a educação deve promover o pleno desenvolvimento da pessoa, o preparo para o exercício da cidadania e a qualificação para o trabalho. Orienta as ações educativas voltadas à EJA, garantindo que o aprendizado seja inclusivo, transformador e voltado à formação de cidadãos conscientes.

A logística é uma parte essencial, pois garante que o projeto ocorra com fluidez, integração entre os grupos e condições adequadas para atender os alunos da EJA. Com planejamento, certificasse que tudo aconteça de maneira organizada, no tempo certo e com os materiais necessários. Através da preparação dos espaços de encontro, planejamento de materiais e recursos, apoio ao cronograma, integração entre os grupos e suporte durante as atividades em campo. No nosso projeto, a logística é como suporte

e organização, responsável por facilitar a execução eficiente das ações educativas. É importante para que as ações aconteçam de forma eficiente, acolhedora e integrada.

3 METODOLOGIA

A metodologia adotada para esta pesquisa segue uma abordagem qualitativa e descritiva e aplicada. Em essência, o estudo procura compreender, de maneira mais próxima e sensível, como a logística contribui para o projeto de extensão Ação e Cidadania, especialmente no que diz respeito ao consumo consciente e a participação social.

A intenção é conectar teoria e prática dentro do contexto educacional, mostrando como esses conhecimentos ganham vida no cotidiano do projeto e das pessoas envolvidas.

A seguir, serão apresentadas as etapas metodológicas que orientaram esta pesquisa. De forma clara e acessível, serão descritas as características da abordagem adotada, o campo de estudo, os procedimentos de coleta de dados, as técnicas de análise utilizadas e os cuidados éticos que tornaram a realização do estudo possível. O objetivo é mostrar de maneira transparente, como todo o processo foi planejado e conduzido.

Optamos pela pesquisa qualitativa porque ela nos ajuda a compreender o contexto real das ações: quem são os alunos da EJA, como participam, o que sentem e o que pensam durante as atividades. Já o caráter descritivo nos permite registrar, de forma clara, tudo aquilo que observamos sobre a logística desde o planejamento até a execução das ações.

A logística tem papel fundamental no planejamento estratégico que refere-se a organização da infraestrutura, locomoção até o local que o projeto será desenvolvido, preparação prévia do cronograma e a intermediação entre os grupos, e deliberar quaisquer imprevistos que venham ocorrer.

Essas observações ajudam a e compreender na prática a importância da logística para o desenvolvimento das atividades e no acolhimento aos estudantes do EJA.

Com isso, é desempenhado a participação ativa da equipe, vivenciando os desafios e as responsabilidades atribuídas a logística, como a elaboração de relatórios de atividades, lista de materiais, atas de reuniões, e cronogramas essa experiência aproxima a metodologia de uma pesquisa de Ação, porque pesquisamos enquanto trabalhamos e adquirimos aprendizado.

À metodologia do projeto se inspira na aprendizagem baseadas em projetos (Hernández 1998) e na aprendizagem significativa (Ausubel 1968), valorizando a participação ativa dos estudantes, o trabalho colaborativo e a construção do conhecimento a partir de situações reais.

Ou seja, buscaremos que cada aluno se envolva de verdade no processo, aprendendo junto com os colegas e relacionando o que estuda com o seu próprio cotidiano.

Assim percebemos que a logística não é apenas um setor que “organiza coisas”, mas um espaço de aprendizado: ensina planejamento, resolução de problemas, comunicação e responsabilidade, habilidades essenciais para qualquer cidadão.

O trabalho será desenvolvido com estudantes da EJA, um público marcado por trajetórias diversas e, muitas vezes, desafios sociais significativos. Por isso, nossa metodologia também leva em conta: acolhimento, acessibilidade, respeito as histórias de vida, escuta ativa, adaptação do ritmo das atividades.

A análise foi feita com base na análise de conteúdo, identificando temas como organização, dificuldades encontradas, eficiência da logística, integração entre equipes e impacto das ações sobre os estudantes.

4 DISCUSSÃO E RESULTADOS

Os resultados esperados com a implementação do projeto Cidadania em ação apontam para transformações importantes para os estudantes da EJA e universitários envolvidos. Acredita-se que, ao garantir logística bem-organizada – transporte acessível, cronograma adequado, comunicação eficiente e previsão de recursos necessários – os estudantes poderão participar de forma contínua e segura, sem que barreiras do entorno

impeçam a presença destes. A logística deixa de ser, nesse sentido, um mero detalhe técnico para representar uma condição real de acesso e permanência. Espera-se, assim, a formação de estudantes mais autônomos, criticamente conscientes e confiantes em sua própria jornada educacional ao ter acesso a conteúdo de direitos, consumo e linguagem que fazem sentido com sua própria realidade. Espera-se que estes se percebam sujeitos ação, aptos a enxergarem injustiças, reivindicarem direito e ocuparem espaços sociais com mais segurança.

Paralelamente, espera-se que os temas dos encontros incentivem reflexão sobre consumo responsável, cidadania e comunicação de modo que os participantes possam levar essas discussões para o trabalho, a casa e a comunidade. Para os universitários, os resultados esperados envolvem formação de profissionais mais sensíveis, humanos e capacitados a lidar. Com realidades diversas. Como resultado, deve-se destacar que o contato com o público do EJA ajudará a desenvolver habilidades práticas, como clareza de comunicação, raciocínio crítico, empatia e organização. Isso, por sua vez, ampliará sua visão de mundo e incentivará o compromisso social e aprofundará sua compreensão das desigualdades que afetam o país.

Socialmente, espera-se que o projeto possa ajudar a consolidar verdadeiramente uma comunidade entre as pessoas envolvidas no processo de encontros, aproximando universidade e sociedade. Esses encontros devem incentivar a interação e a formação conjuntas de conhecimentos, bem como o empoderamento de adultos que voltam a estudar, permitindo que percebam que estão sendo vistos como indivíduos valiosos e merecem a chance de continuar a educação. Portanto, mesmo em sua fase embrionária, o projeto mostra-se promissor para a promoção da inclusão, fortalecimento de identidades e abertura de vias para a educação justa.

Diante dos resultados esperados, pode-se observar uma ligação direta entre eles e os referenciais teóricos propostos. A perspectiva de que os alunos atinjam uma atitude crítica e conscientização social está em concordância com a visão de Paulo Freire tendo a educação como um ato de libertação. Segundo o autor, “ninguém liberta ninguém, ninguém se liberta sozinho: OS HOMENS SE LIBERTAM EM COMUNHÃO”. Fazendo uma breve análise, os resultados propostos têm exatamente esse papel: proporcionar

condições para que os educandos leiam o mundo, “problematizem-no” e o reelaborem. O mesmo é possível dizer sobre a expectativa de que os alunos do EJA levem suas realidades e vivências, dificuldades e conjugações para dentro do projeto: o aprendizado é fenômeno complexo e cotidiano, envolvendo não apenas a cognição, mas também o humano.

Neste ponto, é possível pensar em um projeto que integre a logística, a cidadania, o consumo, à linguagem desde já reconhecendo a aprendizagem como fenômeno do atravessar.

Para além desses resultados, as discussões esperadas sobre justiça racial, desigualdade, justiça social conversam com aquilo que Silvio Almeida coloca. Espera-se que o projeto consiga possibilitar que os alunos identifiquem os mecanismos de desigualdade.

Assim, o projeto desenvolvido dialoga com os conceitos de racismo e justiça social trazidas na fala de Sílvia Almeida. Com isso, espera-se lograr que os estudantes reconheçam mecanismos de desigualdade que permeiam suas vidas e os forneçam repertório para lidarem com eles. Com isso, reafirma-se que a educação deve estar a serviço da transformação e da luta por direitos humanos. A LDB também está presente ao nortear a expectativa de que o projeto promova inclusão e a presença ativa e desenvolvimento integral. Ao criar condições para que os estudantes se sintam acolhidos e valiosos, o projeto se aproxima destes princípios legais que lutar por uma educação que forme cidadãos críticos e conscientes. Por fim, a problemática da logística reafirma o seu importante papel pedagógico. Ao manter a expectativa de que o arranjo das etapas facilite o acesso e as condições quaisquer, o projeto proclama que nada é possível para aprendizagem enquanto certas condições mínimas não forem garantidas. Assim, a logística não é algo estranho ao âmbito da educação, mas parte intrínseca da construção de um ambiente de ensino mais humano, digno e transformados.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao concluir este estudo, ficou evidente que a logística tem um papel importante no projeto de extensão com os estudantes da EJA. Durante o processo, foi possível perceber que organizar transporte, materiais, comunicação e horários não é algo apenas técnico, mas algo que ajuda o projeto a funcionar melhor.

Os resultados mostraram que, quando existe preparação, as ações acontecem de forma mais tranquila e os estudantes conseguem participar com menos dificuldades. Assim, a logística evita atrasos, confusão e problemas que poderiam atrapalhar o andamento das atividades.

Com isso, fica claro que a logística não é algo secundário. Ela faz parte do processo e ajuda o projeto a acontecer como planejado, garantindo que os objetivos sejam alcançados de maneira mais eficaz.

Ao longo desta fase inicial do projeto, foi possível perceber que o planejamento fez muita diferença no andamento das atividades. Mesmo sem o início dos encontros com os estudantes da EJA, essa preparação ajudou a organizar as tarefas, alinhar a comunicação entre os integrantes e garantir que os ofícios fossem entregues às escolas dentro do prazo. Além disso, esse processo mostrou que organizar cada etapa com antecedência evita problemas e deixa tudo mais claro para todos os envolvidos. Pequenas ações, como definir responsáveis, registrar informações e acompanhar o que já foi feito, contribuíram para que o projeto seguisse seu caminho de forma mais tranquila.

Outro ponto importante é que essa experiência também trouxe aprendizado. Trabalhar em equipe, lidar com prazos, tomar decisões e resolver imprevistos foram habilidades desenvolvidas durante essa primeira fase, acrescentando conhecimento prático aos participantes. Dessa forma, os resultados mostram que essa organização inicial não foi apenas um detalhe, mas uma base importante para o andamento do projeto e para os próximos passos que ainda virão.

Com base na pesquisa e na experiência do projeto até aqui, foi possível perceber que o planejamento tem um papel importante para preparar as próximas etapas. Mesmo sem os encontros com os estudantes da EJA, a organização das tarefas, a comunicação entre os participantes e o envio dos ofícios às escolas já mostraram que esse processo facilita o andamento do trabalho.

A pesquisa também ajudou a entender que muitos estudantes da EJA enfrentam desafios como distância, falta de tempo e rotina cansativa. Por isso, pensar nesses pontos antes do início das atividades é essencial para que o projeto se torne mais acessível e preparado para atender esse público.

Além disso, essa fase inicial trouxe aprendizado para quem participou, especialmente em relação ao trabalho em equipe, responsabilidade e cumprimento de prazos. Essas experiências contribuem para o crescimento acadêmico e pessoal dos envolvidos e fortalecem o planejamento do projeto. Assim, os resultados desta etapa mostram que a organização não é apenas um detalhe, mas uma base importante para que o projeto avance com mais clareza, segurança e sentido.

Por fim, foi possível perceber que o processo de planejamento teve grande importância para o andamento das atividades. Mesmo sem os encontros com os estudantes da EJA, as ações realizadas até aqui, como a organização de materiais, a pesquisa e a entrega dos ofícios, mostraram que essa preparação inicial é necessária para que as próximas fases aconteçam de forma clara e estruturada.

Durante o desenvolvimento, também ficou evidente que algumas práticas podem fortalecer o trabalho nos próximos passos. Entre elas, continuar ajustando o planejamento conforme as necessidades do público, considerando questões como tempo, acesso e rotina. Manter uma comunicação simples e objetiva entre todos os participantes também é essencial, pois facilita o entendimento do que precisa ser feito e evita dúvidas.

Registrar cada etapa do processo tem se mostrado útil, já que ajuda a acompanhar o que foi realizado e pode servir como referência para futuras equipes. Esse cuidado evita retrabalho e contribui para a continuidade do projeto de maneira organizada.

No geral, tudo o que foi feito até agora mostrou que este projeto não envolve apenas tarefas práticas. Ele também exige sensibilidade para reconhecer as diferentes realidades dos estudantes da EJA. Esse cuidado aproxima o trabalho do seu objetivo, tornando o projeto mais humano, acessível e alinhado ao seu propósito social.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Silvio. **Racismo estrutural**. São Paulo: Pólen, 2020.

AUSUBEL, David P. **Educational psychology: a cognitive view**. New York: Holt, Rinehart and Winston, 1968.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. **Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional**. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, p. 27833, 23 dez. 1996.

FREIRE, Paulo. **A importância do ato de ler: em três artigos que se completam**. 23. ed. São Paulo: Cortez, 1987.

HERNÁNDEZ, Fernando. **Transgressão e mudança na educação: os projetos de trabalho**. Tradução: Ernani Rosa. Porto Alegre: Artmed, 1998.

MORIN, Edgar. **Os sete saberes necessários à educação do futuro**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2000.

A INVERSÃO DO ÔNUS DA PROVA NO CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR

Poliana Silva Oliveira Lorenzo
Advogada/Pós graduada
Faculdade I9educação

RESUMO: Instituto de elevada relevância no âmbito jurídico, especialmente nas demandas consumeristas. Tema de notável alcance, que ainda gera controvérsias quanto à aplicação e o momento adequado de decretação, apesar de consolidado na legislação. Os objetivos são analisar a inversão do ônus da prova, no critério da lei ou *Ope Legis* e na definição do momento oportuno para a sua aplicação. A inversão do ônus da prova é prevista no artigo 6º, inciso VIII, do CDC e representa um instrumento de equilíbrio nas relações processuais. A pesquisa qualitativa, método científico indutivo com investigação bibliográfica, utilizou livros, legislação, princípios constitucionais, jurisprudências e artigos acadêmicos. A inversão do ônus da prova constitui mecanismo essencial para assegurar o acesso efetivo do consumidor à justiça, restabelecendo a igualdade entre as partes. Os resultados indicam que a inversão não é automática, mas faculdade do magistrado, devendo ocorrer preferencialmente na fase de saneamento do processo. Conclui-se que o instituto protege efetivamente o consumidor, promove equilíbrio processual e reforça a segurança jurídica nas relações de consumo.

Palavras-chave: Inversão do ônus. Prova. Consumidor. Vulnerabilidade. Hipossuficiência.

ABSTRACT: The concept of reversal of the burden of proof is highly relevant in the legal field, especially in consumer litigation. It is a topic of considerable scope, yet it still generates controversy regarding its application and the appropriate time for its decree, despite being consolidated in legislation. The objective is to analyze the reversal of the burden of proof, according to the criteria of law or **ope legis**, and to define the opportune moment for its application. The reversal of the burden of proof is provided for in Article 6, item VIII, of the Consumer Protection Code (CDC) and represents an instrument of balance in procedural relations. The qualitative research, using an inductive scientific method with bibliographic investigation, utilized books, legislation, constitutional principles, jurisprudence, and academic articles. The reversal of the burden of proof constitutes an essential mechanism to ensure the consumer's effective access to justice, restoring equality between the parties. The results indicate that the

reversal is not automatic, but a prerogative of the magistrate, and should preferably occur during the case management phase. It is concluded that the institute effectively protects the consumer, promotes procedural balance, and reinforces legal certainty in consumer relations.

Keywords: Reversal of the burden of proof. Evidence. Consumer. Vulnerability. Lack of resources.

1 INTRODUÇÃO

A proteção ao consumidor é uma preocupação antiga, com regras já existentes no Código de Hammurabi (Art. 229 e 233), no sagrado Código de Manu- Lei nº 697- e - Lei nº 698', na Índia (século XIII a.C.), e na Grécia Antiga, conforme a Constituição de Atenas de Aristóteles, PHILOMENO, (2018, p. 49).

No Brasil Colonial, documentos da época colonial guardados no Arquivo Histórico de Salvador, conforme nos relata o jornalista Biaggio Talento (O Estado de S. Paulo, 24-9-2000, p. A-20), indicam a preocupação das autoridades coloniais do século XVII com a punição dos infratores de normas de proteção aos consumidores, PHILOMENO, (2018, p. 50).

O Código de Defesa do Consumidor (CDC), Lei 8.078/90, nasceu "atrasado" em relação a outras leis consumeristas internacionais, tendo o país passado o século inteiro aplicando o Código Civil de 1917 às relações de consumo, RIZZATTO NUNES, (2012 p.)

O CDC veio para proteger o consumidor, considerado a parte hipossuficiente, desprotegida e desfavorecida técnica e cientificamente diante dos fornecedores de produtos e serviços. Entre seus mecanismos de proteção, a inversão do ônus da prova é um dos institutos mais debatidos, gerando controvérsias quanto aos critérios de aplicação e ao momento processual.

Este artigo examina esses elementos, confrontando correntes doutrinárias e posicionamentos jurisprudenciais para esclarecer os requisitos de aplicação.

2 APLICABILIDADE DO CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR PREVISÃO CONSTITUCIONAL

O aumento exponencial das relações de consumo, intensificado pela transformação e inovação nos setores da economia, como decorrente da pandemia da COVID-19, expôs os consumidores a práticas comerciais que exigem maior. O constituinte previu essa proteção de forma expressa na Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.

2.1 PRINCÍPIO DA DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA

Previsto no art. 1º, III, da CF/88, fundamenta o sistema protetivo. Para Plácido e Silva (1967, p.50), dignidade refere-se ao valor intrínseco da pessoa humana, conceito reforçado por Wolfgang, (2009 p. 62) ao descrever a dignidade como elemento essencial para uma vida saudável e respeitosa.

2.2 PRINCÍPIO DA CIDADANIA

A cidadania impõe ao Estado a promoção da igualdade material, assegurando isonomia entre consumidores e fornecedores, especialmente diante de desigualdades econômicas e técnicas, presente no Artigo 5º da CF/88 e inciso XXXII.

2.3 PRINCÍPIO DA VULNERABILIDADE

Expressamente reconhecido no art. 4º, I, do CDC, a vulnerabilidade é presunção absoluta. Para Philomeno, (2018, p. 58) ela envolve fragilidade econômica, técnica e informacional. É o ponto de partida de todo o sistema consumerista.

Essa fragilidade pode estar presente em todos os momentos da relação, pois o consumidor está à mercê das informações detidas pelo fornecedor.

3 CONCEITO DE FORNECEDOR, CONSUMIDOR E ÔNUS DA PROVA

Para melhor compreensão, tratam-se a seguir as definições legais e doutrinárias do consumidor, do fornecedor e do ônus da prova, conforme Lei 8.078/1990.

A relação jurídica de consumo pressupõe, conforme Nunes (2017, p. 151), a interação entre consumidor e fornecedor na aquisição de produtos ou serviços. O Código de Defesa do Consumidor – CDC (BRASIL, 1990), em seu art. 2º, define o consumidor como “toda pessoa física ou jurídica que adquire ou utiliza produto ou serviço como destinatário final”, incluindo, em seu parágrafo único, a coletividade de pessoas atingidas por práticas de consumo.

De acordo com Filomeno (2018, p. 73–74), a relação de consumo é marcada pela superioridade técnica e econômica do fornecedor, situação que justifica a proteção diferenciada conferida ao consumidor.

Nunes (2017) observa que essa vulnerabilidade se intensifica em uma sociedade de consumo caracterizada por contratos de adesão e relações massificadas. Theodoro Júnior (2017, p. 24) reforça que, nesses contratos pré-estabelecidos, ao consumidor resta apenas aceitar ou recusar, o que acentua sua hipossuficiência.

3.1 CONCEITO DE FORNECEDOR

O art. 3º do CDC estabelece que fornecedor é “toda pessoa física ou jurídica, pública ou privada, nacional ou estrangeira, bem como os entes despersonalizados, que desenvolvem atividades de produção, montagem, criação, construção, transformação, importação, exportação, distribuição ou comercialização de produtos ou prestação de serviços” (BRASIL, 1990).

A doutrina destaca a amplitude desse conceito. Filomeno (2018, p. 65) explica que a definição legal abrange todos os agentes que integram a cadeia de fornecimento, uma vez que todos participam da colocação do produto ou serviço no mercado.

Theodoro Júnior (2017, p. 36) acrescenta que o legislador adotou um conceito funcional, abrangendo tanto fornecedores diretos quanto indiretos, dada sua relevância na estrutura das relações de consumo.

Assim, fornecedor é todo agente econômico que desempenha atividade voltada à produção ou circulação de bens ou serviços, compondo a cadeia de consumo e justificando a proteção especial concedida ao consumidor devido à sua vulnerabilidade.

3.2 CORRENTES INTERPRETATIVAS SOBRE O DESTINATÁRIO FINAL

A definição de consumidor deu origem a duas linhas doutrinárias principais. A corrente maximalista (objetiva) entende que basta a retirada do produto do mercado para caracterizar o consumidor, independentemente de finalidade lucrativa. Cavalieri Filho (2019, p. 85) explica que, nesse entendimento, a destinação final é fática, não sendo necessária a análise de vulnerabilidade.

A corrente objetiva parte do princípio que não necessariamente precisa o produto ou serviço ser utilizado em proveito próprio, mas apenas retirá-lo do mercado ainda que seja para auferir lucro.

Por outro lado, a corrente finalista (subjetivista) adota interpretação restritiva: somente merece tutela do CDC quem utiliza o bem para fins pessoais, rompendo a cadeia produtiva. Para Cavalieri Filho (2019, p. 86), o consumidor final é aquele que não emprega o produto ou serviço em atividade profissional ou empresarial.

Grinover (1984, p. 30) destaca que essa limitação preserva o objetivo do CDC de proteger o não profissional. Theodoro Júnior (2017, p. 24) e Ferreira (1987, p. 31) defendem que deve haver total desvinculação entre o bem consumido e qualquer processo produtivo.

Para essa corrente, nota-se que o processo finaliza-se com o consumo para uso próprio, não se estendendo-se para a qualquer auferimento de lucro. Confirmando, assim a vulnerabilidade do consumidor.

3.3 ÔNUS DA PROVA

O termo “ônus” deriva do latim e significa encargo; “prova” refere-se ao meio utilizado para demonstrar a veracidade de alegações (NOGUEIRA, 1994, p. 53). O ônus

da prova, portanto, consiste no encargo atribuído às partes de demonstrar os fatos que afirmam no processo.

Segundo Gonçalves (2011, p. 413), não se trata de obrigação, mas de faculdade processual, cujo não exercício pode acarretar prejuízos à própria parte. Carreira Alvim (2016, p. 181–182) diferencia obrigação de ônus ao afirmar que este é um encargo cujo cumprimento atende ao interesse do próprio onerado.

Amaral Santos (1999) define o ônus da prova como a necessidade de fornecer elementos que permitam ao juiz formar sua convicção, sendo sua distribuição mecanismo essencial para possibilitar a solução do litígio mesmo diante de prova insuficiente.

Dessa forma, o ônus da prova desempenha papel fundamental na dinâmica processual, orientando as partes quanto à responsabilidade de comprovar suas alegações e contribuindo para o equilíbrio do contraditório.

4 DA INVERSÃO DO ÔNUS DA PROVA NO CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR

A inversão do ônus da prova no CDC somente pode ser compreendida a partir da distinção entre vulnerabilidade e hipossuficiência do consumidor, já que o sistema protetivo foi concebido para equilibrar a relação jurídica em favor da parte mais fraca.

4.1 A VULNERABILIDADE DO CONSUMIDOR X HIPOSSUFICIÊNCIA DO CONSUMIDOR

O CDC parte da premissa de que o consumidor é vulnerável, conforme dispõe o art. 4º, I. Trata-se de princípio estruturante da Política Nacional das Relações de Consumo, pois, como afirma Cavalieri Filho (2019, p. 68), o sistema é organizado a partir da proteção desse sujeito, reconhecido como parte fragilizada no mercado.

A vulnerabilidade, por sua natureza, é inerente a todo consumidor e envolve dimensões econômicas, técnicas, jurídicas e informacionais (MICHAELIS, 2021). Cavalieri Filho (2019, p. 68) esclarece que o consumidor participa do processo produtivo

apenas em sua etapa final, razão pela qual pode ser lesado física, econômica, psicológica ou moralmente. Assim, a vulnerabilidade é universal e pressuposta em favor de todos os consumidores.

A hipossuficiência, entretanto, não se confunde com vulnerabilidade. Benjamin (2007, p. 371) distingue que a vulnerabilidade é universal, enquanto a hipossuficiência é particular, atingindo apenas alguns consumidores ou determinados grupos. Almeida (2020, p. 336) reforça que a vulnerabilidade é fenômeno de direito material, com presunção absoluta, ao passo que a hipossuficiência é fenômeno processual, com presunção relativa.

A inversão do ônus da prova está prevista no art. 6º, VIII, do CDC, como direito básico do consumidor, condicionada à verossimilhança das alegações ou à hipossuficiência, segundo apreciação do juiz. Bessa e Moura (2014, p. 99) explicam que tal mecanismo permite ao magistrado considerar provados os fatos alegados quando forem plausíveis ou quando houver dificuldade probatória por parte do consumidor.

Em tais situações, transfere-se ao fornecedor o encargo de demonstrar a inexistência dos fatos narrados.

Essa flexibilização rompe a regra geral do art. 373 do CPC/2015, segundo a qual o autor deve provar os fatos constitutivos de seu direito, e o réu, os fatos impeditivos, modificativos ou extintivos. A inversão, portanto, é medida processual excepcional e fundamentada, destinada a restabelecer o equilíbrio e garantir efetividade à tutela consumerista.

Como já tratado anteriormente sobre o que venha ser o ônus da prova e a quem o direito processual incube a sua alegação a fim de sustentar a sua verdade. Dentre algumas peculiaridades para que se ocorra a inversão do ônus da prova faz-se imprescindível trazer a distinção de vulnerabilidade e hipossuficiência do consumidor, a final, o CDC foi criado intuito de proteger a parte fraca da relação de consumo.

4.2 VEROSSIMILHANÇA DAS ALEGAÇÕES

Não se poderia tratar de inversão do ônus da prova no CDC sem trazer à baila a tão famigerada verossimilhança que é umas das regras trazidas na Lei 8.078/1990 como requisito para o êxito da ação.

Para ALMEIDA, (2013, p.365), por verossimilhança compreende-se a plausibilidade de verdade, ou seja, a probabilidade de serem verdadeiros os fatos narrados na inicial pelo consumidor.

No entendimento de THEODORO JÚNIOR, (2017, p. 444).

A verossimilhança é juízo de probabilidade extraída de material probatório de feitiço indiciário, do qual se consegue formar a opinião de ser provavelmente verdadeira a versão do consumidor. Diz o CDC que esse juízo de verossimilhança haverá de ser feito “segundo as regras ordinárias da experiência” (art. 6º, VIII). Deve o raciocínio, portanto, partir de dados concretos que, como indícios, autorizem ser muito provável a veracidade da versão do consumidor.

Nas palavras de CAVALIERE FILHO, (2019, p. 132,133), verossímil é aquilo que é crível ou aceitável em face de uma realidade fática. Não se trata de prova robusta e definitiva, mas da chamada prova de primeira aparência, prova de verossimilhança, decorrente das regras da experiência comum, que permite um juízo de probabilidade.

Observa-se que o ponto de partidas para esses doutrinadores assim como o CDC é a possível verdade dos fatos narrados e o aceite pelo juiz dessas informações para que se possa inverter o ônus da prova ope judicis.

Nesses casos, quando presentes um dos requisitos adotados pelo CDC no artigo 6º, VIII, trata-se da denominada inversão ope judicis, pois o ônus probante será invertido a critério do juiz, segundo suas regras ordinárias de experiência. Não sendo automática a sua inversão, por não ser obrigatória. (grifo) ALMEIDA,(2013, p.363).

Nesse sentido, segue decisão do Superior Tribunal de Justiça ao que tange inversão do ônus da prova, bem como momento da inversão ope judicis.

PROCESSUAL CIVIL –RECURSO ESPECIAL. DIVERGÊNCIA – SIMILITUDE FÁTICA – INEXISTÊNCIA. (STJ-REsp: 241831 RJ 1999/0114008-0, Relator: Ministro CASTRO FILHO, Data de Julgamento: 20/08/2002, T3 TERCEIRA TURMA, Data de Publicação:

DJ 03/02/2003 p. 314RSTJ vol. 166 p. 286). RECURSO ESPECIAL. CONSUMIDOR. RESPONSABILIDADE POR VÍCIO NO PRODUTO (ART. 18 DO CDC). ÔNUS DA PROVA. INVERSÃO 'OPE JUDICIS' (ART. 6º, VIII, DO CDC). MOMENTO DA INVERSÃO. PREFERENCIALMENTE NA FASE DE SANEAMENTO DO PROCESSO. (REsp 802.832/MG, Rel. Ministro PAULO DE TARSO SANSEVERINO, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 13/04/2011, DJe 21/09/2011).

Como já tem decidindo o Superior Tribunal de Justiça “não é obrigatória, mas regra de julgamento, ope judicis, desde que o consumidor seja hipossuficiente ou seja verossímil sua alegação.” bem como quanto ao momento da inversão do ônus da prova “que deve ocorrer preferencialmente na fase de saneamento do processo”. (Grifo da autora)

A outra modalidade de inversão existente no CDC é a ope legis, decorrente da lei. Esta inversão é obrigatória e ocorrerá independentemente de qualquer critério de apreciação judicial. ALMEIDA, (2013, p.363).

Como bem assevera, CAVALIERE FILHO, (2019, p. 132,133). O Código de Defesa do Consumidor, destarte, rompendo dogmas e estabelecendo novos paradigmas para as relações entre desiguais, fê-lo, também, no que se refere a carga probatória, ora transferindo o ônus da prova ao fornecedor (inversão ope legis), do que nos dão exemplos os artigos. 12, § 3º, 14, § 3º, e 38, ora admitindo que tal se opere por determinação do julgador (inversão ope judicis), conforme art. 6º, VIII.

Para Theodoro Júnior, (2017, p. 443) a inversão do ônus da prova deve-se dá pela sua extraordinária. Vejamos:

Como, então, interpretar a regra especial do Código de Defesa do Consumidor autorizadora a inversão do ônus da prova, permitindo sua transferência para o fornecedor, mesmo quando este seja réu? Primeiramente, entendendo-a extraordinária e não como norma geral automaticamente observável em todo e qualquer processo pertinente a relação de consumo. Depois, compatibilizando-a com os princípios informativos do próprio Código de Defesa do Consumidor. E, finalmente, submetendo-a aos princípios maiores do devido processo legal e ampla defesa, consagrados por garantia constitucional em favor de todos os que agem em juízo.

Consciente das desigualdades existentes entre os sujeitos de uma relação jurídica de consumo e da vulnerabilidade processual que também caracteriza o consumidor, estabeleceu o art. 6º, VIII, da Lei no 8.078/90, como direito básico deste, a facilitação da defesa dos seus interesses em juízo, inclusive com a possibilidade de ser invertido o ônus da prova, em seu favor e a critério do juiz, quando estiver convencido o julgador da verossimilhança das alegações daquele, ou, alternativamente, de sua hipossuficiência (em sentido amplo). CAVALIERE FILHO, (2019, p. 132,133).

Como ficou demonstrado a vulnerabilidade, desigualdade e hipossuficiência do consumidor frente ao fornecedor em uma relação jurídica que muitas vezes é desconfortante para a parte frágil dessa relação. É de se esperar que o magistrado pode demonstrar pode perfeitamente utilizar-se do juízo da verossimilhança nos casos em que exista pouco material probatório.

Como bem explana LEITE, (2018 p.04) [...] demonstrar que o magistrado, ao valorar a prova, pode utilizar o juízo de nos casos em que haja insuficiência do material probatório, a fim de evitar, ao final do processo, mesmo que permaneça no estado de dúvida, a utilização da técnica de julgamento do ônus da prova.

Assim, continua LEITE, (2018 p.27), ao mesmo tempo, o efeito jurídico gerado pelo descumprimento do encargo não implica o reconhecimento do direito da parte adversária, mas sim uma situação jurídica de desvantagem à parte que não se desincumbiu do referido ônus.

RECURSO ESPECIAL-AÇÃO CIVIL PÚBLICA MOVIDA PELO
MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL - NEGATIVA DE
PAGAMENTO DE INDENIZAÇÃO SECURITÁRIA PELA
SEGURADORA FUNDADA EM SUPOSTA APURAÇÃO DE
FRAUDE - PROCEDIMENTO ILÍCITO DOLOSAMENTE
ENGENDRADO PARA POSSIBILITAR A RECUSA DO
PAGAMENTO DO CAPITAL SEGURADO, VISANDO A
CONSUMAÇÃO DA PRESCRIÇÃO DA PRETENSÃO, COM O
ENVOLVIMENTO DE DOCUMENTOS FALSOS OBTIDOS NO
ESTRANGEIRO TRIBUNAL DE ORIGEM QUE MANTEVE A
CONDENAÇÃO COM BASE NA INVERSÃO DO ÔNUS DA PROVA
APLICADA ENQUANTO REGRA DE JULGAMENTO NO ÂMBITO

RESTRITO DA SEGUNDA INSTÂNCIA. INSURGÊNCIA DA RÉ (STJ-REsp: 1286273 SP 2011/0236096-1, Relator: Ministro MARCO BUZZI, Data de Julgamento: 08/06/2021, T4- QUARTA TURMA, Data de Publicação: DJe 22/06/2021)

Então, de acordo com o artigo 6º, VIII do CDC, o juiz poderá julgar de acordo com o seu livre convencimento, caso haja insuficiência de provas e seja visível a hipossuficiência da parte autora. Inclusive valer-se da inversão do ônus da prova, oportunizando a parte contrária a trazer à baila a sua versão.

5 METODOLOGIA

O presente estudo caracteriza-se como pesquisa bibliográfica, desenvolvida por meio do método científico indutivo, com abordagem qualitativa. Foram utilizadas fontes documentais e bibliográficas, incluindo a Constituição Federal, legislações infraconstitucionais, o Código de Defesa do Consumidor, o Código Civil, jurisprudência atualizada, livros doutrinários e artigos científicos disponibilizados em meio digital.

As consultas foram realizadas em plataformas de publicação acadêmica, em sites de universidades, bem como nos principais repositórios jurídicos nacionais, tais como o Superior Tribunal de Justiça, o Portal do Planalto e páginas oficiais dos Tribunais brasileiros. Os materiais selecionados permitiram a análise crítica e comparativa de posicionamentos doutrinários e correntes teóricas relevantes ao tema.

A pesquisa utilizou palavras-chave como: inversão do ônus da prova, prova, consumidor, vulnerabilidade, hipossuficiência, Código de Defesa do Consumidor, fornecedor. A escolha dessas fontes e descritores visou assegurar amplitude e profundidade ao estudo, contribuindo para a discussão acadêmica e prática forense sobre a relevância do tema.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa permitiu identificar aspectos relevantes sobre a inversão do ônus da prova no Código de Defesa do Consumidor, tema que permanece atual e

significativo no âmbito jurídico. Verificou-se que, em comparação com legislações consumeristas de outros países, especialmente europeus, o CDC surgiu de forma tardia, embora se constitua como norma de ordem pública e caráter social, conforme os artigos. 5º, XXXII, e 170, V, da Constituição Federal.

Diante de uma sociedade eminentemente consumista, na qual inúmeras relações jurídicas são firmadas cotidianamente, o consumidor muitas vezes não dispõe de meios para discutir cláusulas ou condições contratuais. Nesse contexto, o CDC busca assegurar proteção e segurança ao consumidor, reconhecendo sua vulnerabilidade e, em determinadas situações, sua hipossuficiência — conceitos que não se confundem, embora se relacionem diretamente com a temática aqui analisada.

Quanto à inversão do ônus da prova, o Superior Tribunal de Justiça consolidou o entendimento de que se trata de uma faculdade judicial, e não de uma regra automática. Nos termos do art. 6º, VIII, do CDC, a medida poderá ser aplicada quando presentes a verossimilhança das alegações ou a hipossuficiência do consumidor. Assim, a inversão constitui regra de instrução, devendo ocorrer preferencialmente na fase de saneamento, a fim de garantir à parte incumbida do ônus a plena oportunidade de produção probatória.

Constata-se, portanto, que não há imposição automática para provar, mas sim o dever de comprovar quando houver interesse jurídico na pretensão deduzida. O entendimento do STJ é claro ao indicar o saneamento como o momento mais adequado para a determinação da inversão do ônus probatório.

Apesar de amplamente discutido em trabalhos acadêmicos, o tema ainda carece de obras específicas, mesmo diante da posição consolidada e segura fixada pelo Superior Tribunal de Justiça.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Fabricio Bolzan de. **Direito do Consumidor Esquematizado**. Fabricio Bolzan de Almeida. - Coleção esquematizado. Coordenador Pedro Lenza. 8. ed. São Paulo: Saraiva. Educação, 2020.
- ALVIM, José Eduardo Carreira. **Teoria Geral do Processo**. 19. ed. rev., atual. e ampl. Rio de Janeiro: Forense, 2016.
- BAUMAN, Zygmunt. **Vida para consumo: a transformação das pessoas em mercadorias**. Tradução Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed. 2008.
- BESSA, Leonardo Roscoe. MOURA, e Walter José Faiad de. **Manual de direito do consumidor**. Coordenação. Juliana Pereira da Silva. 4. ed. Brasília: Escola Nacional de Defesa do Consumidor, 2014. 290 p.
- BRASIL. **Constituição da Republica Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em:< http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm>. Acesso em 18 out 2024.
- BRASIL. **Constituição da Republica Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em:< http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/l8078compilado.htm>. Acesso em 28 out 2024.
- BRASIL. **Constituição da Republica Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em:< http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/l10406compilada.htm>. Acesso em 28 out 2024.
- CAVALIERI FILHO, Sergio. **Programa de direito do consumidor**. – 5. ed. – Sao Paulo: Atlas, 2019.
- FERREIRA, Wolgram Junqueira. **Ação civil pública**. Campinas: Julex Livros, 1987, n. 31, p. 16.
- FERREIRA, Wolgran Junqueira. *Op. cit.*, n. 5, p. 49-62.
- FERREIRA, Wolgram Junqueira. **AÇÃO CIVIL PÚBLICA**. Campinas: Julex Livros, 1987, n. 31, p. 16.
- FILOMENO, José Geraldo Brito. **Direitos do Consumidor**. 15. ed. rev., atual. e ref. – São Paulo: Atlas, 2018.
- GAULIA, Cristina Tereza. **A Inversão Do Ônus Da Prova no Código de Defesa do Consumidor**.
- Revista da EMERJ, v.4, n.13, 2001. Disponível em:<<https://www.emerj.tjrj.jus.br/>>. Acesso em 18 jul 2024.

GONÇALVES, Marcus Vinicius Rios. **Novo Curso de Direito Processual Civil**. 8 ed. São Paulo: Saraiva, 2011.

HERMANN, Claude; WALTER, Johns. **O Código de Hamurabi**. Edição Português. Editora Lafonte; 1ª edição. 22 fevereiro 2021.

GRINOVER, Ada Pellegrini; BENJAMIN, Antônio Herman de Vasconcellos e; FINK, Daniel Roberto; FILOMENO, José Geraldo Brito; NERY JÚNIOR, Nelson; DENARI, Zelmo. **Código Brasileiro de Defesa do Consumidor – comentado pelos autores do Anteprojeto**. 10. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2011, v. 1.

GRINOVER, Ada Pellegrini *et al.* **A tutela dos interesses difusos**. São Paulo: Max Limonad, 1984, p. 30.

GRINOVER, Ada Pellegrini; BENJAMIN, Antônio Herman de Vasconcellos e; FINK, Daniel Roberto; FILOMENO, José Geraldo Brito; NERY JÚNIOR, Nelson; DENARI, Zelmo. **Código Brasileiro de Defesa do Consumidor comentado pelos autores do Anteprojeto**. 8. ed., Forense Universitaria, 2007, p. 371).

LEITE, Ricardo Rocha. **O Ônus da Prova no CDC: diversidade, falsa inversão e redução de exigências para produção e valoração probatórias [recurso eletrônico]**. Ebook. Brasília: TJDFT, 2018.

MICHAELIS. **Dicionário Brasileiro da Língua Portuguesa**. Disponível em: <<http://michaelis.uol.com.br>> Acesso em 18 out 2024.

NUNES, Rizzatto. **Curso de direito do consumidor**. 11. ed. rev. e atual. São Paulo: Saraiva, 2017.

REIS, Amanda Baldo Borges dos. **A inversão do ônus da prova no CDC**. Orientador: Adriano de Oliveira Martins. Marília, SP: [s.n.], 2014. 63f. Trabalho de Curso – Curso de Direito, Fundação de Ensino “Eurípedes Soares da Rocha”, mantenedora do Centro Universitário Eurípedes de Marília – UNIVEM, Marília, 2014.

ROLLEMBERG, Jorge Torres de Mello. **Proteção ao consumidor: seus problemas e dificuldades, iniciativas na área privada oficializada do movimento pelo governo**. Escola Superior de Guerra, Trabalho Especial – TE87, Tema 21, 1987.

SANTOS, Moacyr Amaral. **Primeiras Linhas de Direito Processual Civil**. São Paulo: Saraiva, 2009. v.

SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA-STJ. **Jurisprudências**. Disponível em: <<http://stj.jus.br>> Acesso em 8 nov 2024.

TARTUCE, Flávio. NEVES, Daniel Amorim Assumpção. **Manual de Direito do Consumidor: direito material e processual**. 7.ed. rev., atual. e ampl. Rio de Janeiro: Forense; São Paulo: MÉTODO, 2018.

THEODORO JÚNIOR, Humberto. **Direitos do Consumidor**. ed 9. rev. e atual. Rio de Janeiro: Forense, 2017.

LGPD E A CADEIA PRODUTIVA DA FRUTICULTURA NO VALE DO SÃO FRANCISCO

Amanda Victoria da Silva Cruz
Bacharelanda em Direito
Faculdade de Petrolina-FACAPE

Cássia Lorena Oliveira dos Santos
Bacharelanda em Direito
Faculdade de Petrolina-FACAPE

Maria Rayllane de Souza Ferreira
Bacharelanda em Direito
Faculdade de Petrolina-FACAPE

Naiara Barbosa Santos Rodrigues
Bacharelanda em Direito
Faculdade de Petrolina-FACAPE

Dinani Gomes Amorim
Profa. Dra. Em Ciência da Computação
Faculdade de Petrolina-FACAPE

RESUMO: A Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) representa um marco na regulamentação do uso de dados no Brasil, impactando setores como o agronegócio. Nesse contexto, este estudo tem como objetivo analisar como as empresas do segmento da fruticultura irrigada local estão se adaptando às exigências da legislação, identificando desafios não só operacionais, mas também culturais e tecnológicos. A pesquisa justifica-se pela incumbência de compreender os impactos da legislação em um setor tradicional, todavia em crescente digitalização, que passa a depender cada vez mais da circulação e do tratamento estruturado de dados. A fundamentação teórica, baseada nos impactos discutidos por Cavenaghi (2024), destaca que existem diversas estratégias para mitigar não somente os riscos, mas também aproveitar os proveitos decorrentes de uma gestão adequada, como o fortalecimento da confiança dos consumidores e a modernização interna. Para alcançar tais percepções, o estudo despojou-se da abordagem exploratória da literatura e da análise documental de políticas de privacidade adotadas por empresas do setor, permitindo observar de forma mais precisa como a

adequação vem sendo conduzida. Os resultados, ainda em andamento, apontam para a necessidade de recomendações práticas que auxiliem as empresas frutícolas na elaboração de um plano eficiente de conformidade, capaz de assegurar segurança jurídica, fortalecer a economia local e ampliar a competitividade nacional e internacional.

Palavras-chave: Adequação. Fruticultura. Proteção de dados. LGPD. Conformidade.

ABSTRACT: The General Data Protection Law (LGPD) represents a milestone in the regulation of data use in Brazil, impacting sectors such as agribusiness. In this context, this study aims to analyze how companies in the local irrigated fruit farming segment are adapting to the requirements of the legislation, identifying not only operational challenges, but also cultural and technological ones. The research is justified by the need to understand the impacts of the legislation on a traditional sector, yet one undergoing increasing digitalization, which is becoming more and more dependent on the circulation and structured processing of data. The theoretical framework, based on the impacts discussed by Cavenaghi (2024), highlights that there are several strategies to mitigate not only the risks, but also to take advantage of the benefits resulting from proper management, such as strengthening consumer trust and internal modernization. To achieve these insights, the study abandoned the exploratory approach of the literature and the documentary analysis of privacy policies adopted by companies in the sector, allowing for a more precise observation of how the adaptation is being conducted. The results, which are still ongoing, point to the need for practical recommendations to assist fruit companies in developing an efficient compliance plan capable of ensuring legal certainty, strengthening the local economy, and increasing national and international competitiveness.

Keywords: Compliance. Fruit growing. Data protection. LGPD (Brazilian General Data Protection Law). Conformity.

1 INTRODUÇÃO

Nos últimos anos, a proteção de dados pessoais se tornou um tema central no cenário empresarial global, impulsionada pelo avanço das tecnologias digitais e pelo crescente volume de informações coletadas por empresas de diversos segmentos. No Brasil, a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD), sancionada em 2018 e em vigor desde 2020, surgiu como uma resposta à necessidade de regulamentação do tratamento de

dados pessoais, estabelecendo diretrizes rigorosas para a coleta, armazenamento, uso e compartilhamento dessas informações. Seu impacto abrange todos os setores da economia, incluindo a fruticultura, que, tradicionalmente, não possuía um histórico de preocupações regulatórias relacionadas à privacidade digital.

O Vale do São Francisco consolidou-se nas últimas décadas como um dos mais importantes polos de fruticultura irrigada do Brasil, com destaque para a produção de uvas e mangas destinadas ao mercado interno e, sobretudo, à exportação. Essa relevância econômica se apoia em uma cadeia produtiva complexa, composta por pequenos produtores, grandes empresas, cooperativas e agentes logísticos. Paralelamente ao crescimento do setor, o Brasil passou a exigir maior responsabilidade no tratamento de informações pessoais com a entrada em vigor da Lei nº 13.709/2018 — a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD). Embora muitos associem a norma apenas a setores de tecnologia e serviços digitais, sua aplicação alcança também o agronegócio, que coleta, processa e compartilha dados de funcionários, fornecedores, clientes e parceiros comerciais.

A crescente digitalização dos negócios trouxe consigo desafios significativos para a segurança e o tratamento de dados pessoais, tornando essencial a implementação de normativas que garantem a privacidade e a transparência nas relações comerciais. No Brasil, a LGPD estabeleceu diretrizes rigorosas para o uso de informações pessoais, impactando diretamente setores que antes não demonstravam preocupação estruturada com a governança de dados. Entre esses setores, destacou-se a fruticultura do Vale do São Francisco, cuja economia é fortemente impulsionada pela produção e comercialização de frutas.

A relevância deste estudo residiu na necessidade de compreender os desafios enfrentados pelo setor agro do Vale do São Francisco na adequação à LGPD, bem como as estratégias adotadas para garantir conformidade com a legislação. A análise desse contexto permitiu não apenas identificar os principais entraves e dificuldades vivenciados pelas empresas do setor, mas também apontar soluções eficazes que pudessem ser replicadas por outras organizações agroindustriais. Além disso, ao investigar a relação entre a proteção de dados e a competitividade no mercado, o estudo

contribuiu para a construção de uma cultura empresarial mais consciente e preparada para os desafios da era digital.

Outro fator que reforçou a importância desta pesquisa foi a crescente exigência dos consumidores por transparência e segurança no tratamento de seus dados pessoais. Em um cenário em que o marketing digital, as vendas online e os programas de fidelização passaram a desempenhar um papel cada vez mais relevante na indústria vitivinícola, garantir a conformidade com a LGPD revelou-se não apenas uma obrigação legal, mas também um diferencial competitivo. Empresas que demonstraram compromisso com a privacidade dos clientes tendem a fortalecer sua reputação, gerar maior confiança no mercado e, conseqüentemente, ampliar suas oportunidades de negócios.

Dessa forma, a pesquisa justificou-se pela necessidade de investigar e propor soluções práticas para um setor que, apesar de sua relevância econômica e social, ainda enfrenta desafios expressivos na adaptação às normas de proteção de dados. Ao contribuir para o debate sobre a governança da informação na indústria frutícola, o estudo não apenas auxiliou empresas da região a se adequarem à LGPD, mas também ampliou a compreensão sobre a interseção entre inovação, legislação e sustentabilidade no setor agroindustrial brasileiro.

Diante desse cenário, este estudo buscou responder de forma clara e objetiva o seguinte questionamento: quais os impactos da LGPD na cadeia produtiva da fruticultura do Vale do São Francisco e como os agentes desse setor podem se adequar às exigências da lei? ao compreender as dificuldades enfrentadas e as soluções implementadas, foi possível identificar boas práticas que podem servir como referência para o setor, garantindo maior segurança jurídica e competitividade para as fruticulturas da região. Além disso, a pesquisa contribuiu para o debate sobre a importância da proteção de dados no contexto agroindustrial, destacando a necessidade de um olhar mais atento para a digitalização e a governança de informações.

Sendo assim, este estudo teve como objetivo analisar o nível de adequação das empresas do ramo no Vale do São Francisco à LGPD. De forma mais específica, buscou-se identificar as principais dificuldades enfrentadas na implementação da LGPD, e

apontar os principais obstáculos internos e externos que dificultaram o processo de conformidade das empresas da região com a nova legislação.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A proteção de dados pessoais tornou-se uma questão central nas discussões sobre governança digital e segurança da informação, impulsionada pela crescente digitalização das relações comerciais e pelo avanço das tecnologias de armazenamento e processamento de dados. A Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD), alinha-se a uma tendência global de regulamentação da privacidade, seguindo princípios já estabelecidos por legislações internacionais, como o Regulamento Geral de Proteção de Dados (GDPR) da União Europeia (EU, 2016). Seu objetivo principal é estabelecer diretrizes para o tratamento adequado de informações pessoais, garantindo maior transparência, segurança e controle ao titular dos dados.

2.1 IMPORTÂNCIA DA PROTEÇÃO DE DADOS

No cenário empresarial contemporâneo, a proteção de dados não se limita a uma exigência regulatória, mas representa um fator essencial para a construção de um ambiente corporativo seguro e confiável. O avanço das tecnologias digitais e a massiva coleta de informações pessoais transformaram a maneira como as empresas operam, criando tanto oportunidades quanto desafios no que diz respeito à privacidade e segurança das informações. Nesse contexto, garantir a integridade dos dados não é apenas uma forma de evitar penalidades legais, mas também um meio de fortalecer a reputação da organização e aprimorar a relação com seus clientes.

A Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) surgiu como um marco regulatório essencial para estabelecer diretrizes claras sobre o uso responsável das informações pessoais. No entanto, a adequação à LGPD exige que as empresas adotem um novo olhar sobre a gestão de dados, indo além do cumprimento formal da legislação para estruturar

políticas que assegurem a transparência, a ética e a confiabilidade no tratamento das informações.

Essa mudança envolve tanto a implementação de medidas tecnológicas, como criptografia e controle de acesso, quanto a reestruturação de processos internos, capacitação de funcionários e desenvolvimento de uma cultura organizacional voltada para a privacidade.

Diante disso, investir em governança de dados não deve ser encarado como um custo adicional, mas sim como uma estratégia de longo prazo que agrega valor à empresa. Empresas que priorizam a privacidade e a segurança da informação demonstram maior responsabilidade corporativa, conquistam a confiança de seus clientes e parceiros e se destacam no mercado como referências em boas práticas digitais. Assim, a proteção de dados não se trata apenas de um requisito legal, mas de um diferencial competitivo que contribui para a sustentabilidade e a inovação dentro do setor e além.

2.2 A LGPD E SUAS PRINCIPAIS DIRETRIZES

A LGPD estabelece regras para o tratamento de dados pessoais, impondo princípios como finalidade, necessidade, transparência, segurança e responsabilidade. As empresas e organizações passam a ser responsáveis não apenas pela coleta e armazenamento de dados, mas também por garantir direitos aos titulares, tais como acesso, correção e exclusão das informações.

As sanções previstas pela legislação incluem advertências, bloqueio de dados, multas que podem chegar a 2% do faturamento da empresa, além de danos reputacionais, especialmente em mercados internacionais que prezam pela conformidade regulatória.

2.3 A CADEIA PRODUTIVA DA FRUTICULTURA NO VALE DO SÃO FRANCISCO

A fruticultura no Vale do São Francisco envolve múltiplos atores:

- Produtores rurais familiares e pequenos empreendedores;

- Cooperativas e associações de produtores;
- Grandes empresas exportadoras;
- Transportadoras, certificadoras e agentes logísticos;
- Instituições financeiras e órgãos de fiscalização.

Em todas essas etapas, o fluxo de dados pessoais é constante. Informações de trabalhadores rurais, de fornecedores, de transportadores e até mesmo de clientes internacionais circulam pela cadeia produtiva. Além disso, os processos de certificação de exportação exigem dados cadastrais detalhados, aumentando a responsabilidade das empresas diante da LGPD.

2.4 DESAFIOS DA ADEQUAÇÃO DA FRUTICULTURA À LGPD

A adaptação à LGPD representa um desafio multifacetado que exige o comprometimento e a colaboração de toda a organização, bem como o investimento em recursos e capacidades adequadas para garantir a proteção adequada dos dados pessoais e o cumprimento das exigências legais. (CavenaghI et al., 2024, v. 2, p. 106).

Esse aspecto é particularmente relevante para setores tradicionais, como a fruticultura, que, historicamente, não possuíam diretrizes específicas sobre a gestão e proteção de dados.

Um dos principais desafios reside na mudança cultural e organizacional necessária para promover uma cultura de privacidade e proteção de dados em toda a empresa. Isso requer a conscientização e o engajamento de todos os colaboradores, desde a alta administração até os funcionários operacionais, e a implementação de políticas e procedimentos claros para garantir o cumprimento das disposições da LGPD. (Cavenaghi et al., 2024, v. 2, p. 106).

A implementação da Lei Geral de Proteção de Dados na cadeia produtiva da fruticultura do Vale do São Francisco não ocorre sem obstáculos. Apesar da relevância econômica da região e do potencial competitivo que a adequação à lei pode trazer,

existem barreiras práticas, culturais e estruturais que dificultam esse processo. Esses desafios se manifestam de diferentes formas, desde a falta de conhecimento sobre a legislação até limitações de recursos financeiros e tecnológicos. A seguir, destacam-se alguns dos principais entraves que precisam ser superados para tornar a conformidade uma realidade no setor.

2.4.1 FALTA DE CONSCIENTIZAÇÃO

Muitos produtores, sobretudo os pequenos, ainda desconhecem a existência da LGPD ou acreditam que ela não se aplica ao setor agroindustrial. Essa ausência de conhecimento dificulta a implementação de boas práticas.

2.4.2 ESTRUTURA ORGANIZACIONAL LIMITADA

Enquanto grandes empresas exportadoras podem contratar especialistas em proteção de dados, pequenas propriedades rurais enfrentam dificuldades financeiras e técnicas para cumprir integralmente as exigências legais.

2.4.3 TECNOLOGIA E SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO

A utilização crescente de softwares de rastreabilidade, automação e sistemas de gestão exige investimentos em cibersegurança. A falta de infraestrutura tecnológica adequada aumenta a vulnerabilidade da cadeia produtiva.

2.4.4 RESPONSABILIDADE COMPARTILHADA

Como a fruticultura envolve cooperativas e diversas parcerias, torna-se difícil delimitar responsabilidades entre controladores e operadores de dados, o que pode gerar conflitos em caso de incidentes.

3 RELAÇÃO ENTRE CONFORMIDADE E COMPETITIVIDADE

Outro aspecto relevante para a discussão teórica é a relação entre a proteção de dados e a competitividade empresarial. De acordo com Porter (1985), a adoção de boas práticas regulatórias pode ser um fator de vantagem competitiva, uma vez que a conformidade legal não apenas evita sanções e multas, mas também fortalece a reputação da empresa no mercado. No setor frutícola, onde a experiência do consumidor e a confiança na marca desempenham um papel central na fidelização de clientes, demonstrar compromisso com a segurança da informação pode se tornar um diferencial estratégico.

Portanto, as PMEs devem estar cientes das responsabilidades e obrigações estabelecidas pela LGPD em relação à coleta, armazenamento e processamento de dados pessoais. A adoção de práticas adequadas. A ausência de práticas em conformidade com a Lei de Proteção de Dados pode expor as pequenas e médias empresas a diversos riscos que podem afetar negativamente o seu funcionamento e reputação. (Oliveira, Jean Carlos, 2023, p. 17).

Além disso, a adequação das fruticulturas à LGPD exige uma abordagem multidisciplinar, combinando aspectos jurídicos, tecnológicos e administrativos.

A LGPD visa assegurar a proteção dos direitos fundamentais em relação ao tratamento de seus dados pessoais, seja por pessoa natural, seja por pessoa jurídica. Ela estabelece princípios, direitos dos titulares dos dados, obrigações para as organizações que coletam e processam dados, além de medidas de segurança e penalidades por não conformidade. (Oliveira, Jean Carlos, 2023, p. 12).

No caso do Vale do São Francisco, onde muitas fruticulturas são de pequeno e médio porte, a limitação de recursos financeiros e a falta de conhecimento técnico representam desafios adicionais, tornando essencial a busca por parcerias e soluções acessíveis para garantir conformidade regulatória.

Dessa forma, a fundamentação teórica deste estudo está ancorada em três eixos principais: (1) a legislação sobre proteção de dados e sua aplicação ao contexto empresarial; (2) os desafios da governança de dados no setor Frutícola e sua relação com

a competitividade no mercado; e (3) as estratégias organizacionais para a implementação da LGPD, considerando as particularidades do setor agroindustrial. A partir dessa base teórica, a pesquisa busca contribuir para o entendimento das dificuldades e oportunidades que envolvem a adequação à LGPD, propondo soluções que possam auxiliar na construção de um setor mais seguro, eficiente e preparado para os desafios da era digital.

4 OPORTUNIDADES TRAZIDAS PELA LGPD AO SETOR

Embora a adequação à LGPD represente um desafio considerável para a fruticultura do Vale do São Francisco, a lei também abre espaço para diversas oportunidades. Quando observada sob uma perspectiva estratégica, a conformidade deixa de ser apenas uma obrigação legal e passa a ser vista como um diferencial competitivo, capaz de fortalecer a imagem das empresas e ampliar sua inserção nos mercados nacionais e internacionais. Além disso, a adoção de práticas de proteção de dados pode gerar melhorias internas na gestão, reduzir riscos de incidentes e contribuir para a modernização da cadeia produtiva.

Apesar dos desafios, a adequação à LGPD pode ser vista como uma oportunidade estratégica:

- 1) Credibilidade no mercado internacional: países importadores, especialmente da União Europeia, valorizam empresas que demonstram conformidade com legislações de proteção de dados.
- 2) Diferencial competitivo: a adequação pode ser usada como argumento comercial, mostrando profissionalismo e responsabilidade.
- 3) Fortalecimento da governança interna: ao mapear dados e implementar controles, as empresas ganham eficiência administrativa.
- 4) Redução de riscos jurídicos: evita multas e processos que poderiam comprometer a sustentabilidade do negócio.

5 CAMINHOS PARA A ADEQUAÇÃO

Diante dos desafios apresentados e das oportunidades que a conformidade pode proporcionar, torna-se fundamental que a cadeia produtiva da fruticultura no Vale do São Francisco adote medidas concretas de adequação à LGPD. Esse processo não deve ser visto como algo imediato ou exclusivo das grandes empresas, mas sim como uma transformação gradual, que pode ser adaptada à realidade de cada produtor ou organização. A implementação de boas práticas em proteção de dados exige planejamento, capacitação e cooperação entre os diversos atores do setor, de forma a garantir segurança jurídica e competitividade no mercado.

Algumas medidas práticas podem orientar a fruticultura do Vale do São Francisco rumo à conformidade:

- 1) Mapeamento de dados: identificar quais dados pessoais são coletados, por quem, para qual finalidade e onde estão armazenados.
- 2) Capacitação: investir em treinamentos e programas de conscientização para produtores, cooperativas e funcionários.
- 3) Políticas de privacidade e contratos: elaborar documentos que estabeleçam responsabilidades claras em relação ao tratamento de dados.
- 4) Medidas de segurança da informação: adotar boas práticas tecnológicas, como criptografia, backups e controle de acessos.
- 5) Encarregado de dados (DPO): ainda que de forma compartilhada entre empresas e associações, nomear um responsável pela proteção de dados.

6 METODOLOGIA

Esta pesquisa foi conduzida a partir de uma abordagem qualitativa, de caráter exploratório e descritivo, com o objetivo de compreender em profundidade os desafios enfrentados e as estratégias adotadas pelas empresas do setor vitivinícola do Vale do São Francisco no processo de adequação à Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD). A escolha por essa abordagem justificou-se pela natureza do problema, que demandava uma análise

detalhada dos contextos organizacionais, das percepções dos agentes envolvidos e das práticas institucionais específicas de cada empresa.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa permitiu uma compreensão aprofundada sobre os principais desafios e estratégias adotadas pelas empresas frutícolas do Vale do São Francisco no processo de adequação à Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD). Observou-se que, embora a maioria das vinícolas ainda apresente um baixo nível de maturidade digital e enfrente obstáculos significativos — como carência de recursos financeiros, desconhecimento da legislação e ausência de estrutura tecnológica adequada — há um movimento crescente no setor em busca de conformidade, motivado principalmente por exigências legais, riscos reputacionais e mudanças no comportamento do consumidor.

A fruticultura do Vale do São Francisco representa um dos setores mais dinâmicos do agronegócio brasileiro, com forte inserção internacional. Contudo, a competitividade e a sustentabilidade desse setor dependem também da adequação às novas exigências legais, entre elas a LGPD. A lei, longe de ser um entrave, pode se tornar um instrumento de fortalecimento da governança e da credibilidade da fruticultura regional. Para isso, é necessário que os diversos agentes da cadeia produtiva — desde o pequeno produtor até as grandes exportadoras — compreendam a importância da proteção de dados e adotem medidas gradativas de adequação. Assim, a conformidade com a LGPD no Vale do São Francisco não deve ser vista apenas como obrigação legal, mas como parte de uma estratégia de crescimento sustentável e competitivo para a fruticultura brasileira no cenário global.

Portanto, esta pesquisa contribuiu para ampliar o debate sobre a proteção de dados no contexto agroindustrial e forneceu subsídios práticos e teóricos que podem orientar as fruticulturas da região na construção de planos de adequação eficientes, juridicamente seguros e alinhados às demandas do mercado contemporâneo. Espera-se que os resultados aqui apresentados possam servir de referência para futuras iniciativas

de capacitação, formulação de políticas públicas e estímulo à transformação digital no setor.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018. **Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD)**. Brasília, DF: Presidência da República, [2020].

CAVENAGHI, Marcos Gabriel Chieratto et al. Lei Geral de Proteção de Dados e a Segurança da Informação: atuação do gestor de Tecnologia da Informação. **Prospectus**, Campo Grande, MS, v. 6, n. 1, p. 97-115, jan./jun. 2024. Disponível em: <https://doi.org/10.5281/zenodo.12718309>. Acesso em: 19 nov. 2025.

OLIVEIRA, Jean Carlos da Costa Lima de. **Implementação de proteção de dados para pequenas e médias empresas**. 2023. 46 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) – Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2023.

PORTER, Michael. **Vantagem competitiva: criando e sustentando um desempenho superior**. Rio de Janeiro: Elsevier, 1985.

UNIÃO EUROPEIA. Regulamento (UE) 2016/679 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 27 de abril de 2016. **Regulamento Geral de Proteção de Dados (GDPR)**. Diário Oficial da União Europeia, 2016.

A NECESSIDADE DE UMA REGULAMENTAÇÃO JURÍDICA PAUTADA NOS DIREITOS FUNDAMENTAIS DO SER HUMANO COMO PARADIGMA PARA A PROTEÇÃO DOS ANIMAIS EM PETROLINA

Ana Laura Souza Bastos

Bacharelada em Direito Faculdade de Direito – FACAPE

Ana Leticia Dantas Nogueira

Bacharelada em Direito Faculdade de Direito – FACAPE

Ellen Camilly Porcino da Silva

Bacharelada em Direito Faculdade de Direito – FACAPE

Hygo Matheus Damascena Souza

Bacharelado em Direito Faculdade de Direito - FACAPE

RESUMO: Esse projeto de pesquisa pretende mostrar a necessidade da regulamentação dos direitos dos animais pautada nos direitos fundamentais dos seres humanos na cidade de Petrolina, visto que os bichos sofrem diversos tipos de violência, sem que seus violentadores sejam punidos de maneira justa. Os objetivos desse estudo são demonstrar a necessidade de uma regulamentação jurídica para a proteção dos animais, pautada nos direitos fundamentais e princípios dos seres humanos, mediante o reconhecimento de que são seres sencientes, com foco em Petrolina-PE. A fundamentação desse artigo se ancora nos princípios constitucionais dos direitos fundamentais dos seres sencientes, mostrando a dignidade e o valor da vida animal. Parte-se ainda, do conceito de ancestralidade e da relação histórica de animais e humanos com base jurídica e ética para sua proteção. Pesquisa qualitativa e bibliográfica, baseada na análise de leis e estudos sobre direitos fundamentais e proteção animal. Espera-se que o estudo evidencie a importância de se consolidar uma regulamentação municipal que reconheça a proteção animal como expressão dos direitos fundamentais, promovendo políticas públicas eficazes e uma maior conscientização social sobre o tema.

Palavras-chave: Direitos Fundamentais. Proteção Animal. Regulamentação Jurídica. Dignidade da Pessoa Humana.

ABSTRACT: This research project aims to demonstrate the need for animal rights regulations based on fundamental human rights in the city of Petrolina, given that animals suffer various types of violence without their abusers being punished fairly. The objectives of this study are to demonstrate the need for legal regulation for the protection of animals, based on the fundamental rights and principles of human beings, through the recognition that they are sentient beings, with a focus on Petrolina-PE. The foundation of this article is anchored in the constitutional principles of the fundamental rights of sentient beings, showing the dignity and value of animal life. It also starts from the concept of ancestry and the historical relationship between animals and humans, with a legal and ethical basis for their protection. Qualitative and bibliographic research, based on the analysis of laws and studies on fundamental rights and animal protection. The study is expected to highlight the importance of consolidating municipal regulations that recognize animal protection as an expression of fundamental rights, promoting effective public policies and greater social awareness on the subject.

Keywords: Fundamental Rights. Animal Protection. Legal Regulation. Human Dignity.

1 INTRODUÇÃO

A Constituição Federal de 1988 consolidou os direitos fundamentais como pilares do ordenamento jurídico brasileiro, destacando, entre eles, a dignidade da pessoa humana, a liberdade, a igualdade e a proteção à vida. Entretanto, esses direitos não se estendem aos animais, que, embora não possuam a mesma racionalidade dos seres humanos, segundo estudos científicos, apresentam certo grau de cognição e têm a capacidade de sentir, o que os torna passíveis de sofrimento. Dessa forma, tais seres vivos merecem ser tutelados pela legislação pátria, com o devido reconhecimento de seus direitos e dignidade. Apesar da existência de normas que visam assegurar a proteção dos animais, no âmbito do Código Civil, de acordo com o artigo 82, eles são classificados como bens móveis. Essa concepção evidencia uma lacuna na legislação brasileira: embora haja avanços na proteção, os animais ainda não são reconhecidos como sujeitos de direitos, o que limita a eficácia das normas e o devido reconhecimento de seu valor intrínseco.

Este artigo tem como objetivo demonstrar a necessidade de uma regulamentação que, tomando como base os princípios e direitos fundamentais assegurados aos seres humanos, seja também estendida aos animais. Embora não possuam a mesma capacidade de raciocínio dos seres humanos, os animais apresentam sensibilidade, sendo capazes de sentir dor e outras sensações, o que os torna seres sencientes — aqueles que percebem o ambiente ao seu redor e experimentam, de forma consciente, emoções como dor, alegria, medo, prazer ou angústia. Por essa razão, se os animais podem sofrer, também devem ter reconhecido o direito de não sofrer, à luz do conceito de dignidade, já garantido aos seres humanos. Na cidade de Petrolina-PE, entretanto, os casos de maus-tratos ainda são recorrentes, o que evidencia a falha do Estado em implementar políticas públicas efetivas de proteção. Situações de abandono em vias públicas e a falta de fiscalização adequada demonstram a urgência de uma regulamentação mais rigorosa e voltada ao bem-estar animal. Assim, o presente artigo propõe analisar a necessidade de estender os princípios dos direitos fundamentais humanos aos animais, tomando como referência a realidade local, de modo a contribuir para o fortalecimento da proteção jurídica e ética desses seres, bem como para a promoção da saúde pública.

Sendo assim, é de suma importância a discussão proposta neste artigo, especialmente no que se refere à superação de uma visão antropocêntrica que ainda reduz os animais à condição de objetos. A análise ultrapassa o núcleo jurídico e abrange dimensões sociais e éticas, uma vez que trata da aplicação de direitos fundamentais dos seres humanos aos animais, reconhecidos como seres sencientes. No caso de Petrolina-PE, a ausência de uma regulamentação efetiva reforça a vulnerabilidade dos animais e, ao mesmo tempo, coloca em risco a saúde pública e o bem-estar da população. O presente artigo, portanto, busca contribuir não apenas para o avanço do Direito Ambiental, Constitucional e Civil, mas também para a construção de uma sociedade mais justa, que adote um olhar digno e igualitário para os animais, assim como é para os seres humanos.

2 ANCESTRALIDADE E A RELAÇÃO HUMANO – ANIMAL

O homem desde que surgiu na terra, tinha práticas de necessidade e sobrevivência no cotidiano de sua vida e o animal nunca esteve fora dessa “caminhada” ancestral. Portanto, isso nos faz refletir que a relação entre animal e humano vem de muito tempo atrás. Os sentimentos dos humanos em relação aos demais animais eram um misto de medo e respeito – pelos animais “inimigos” - e de admiração e veneração – pelos animais “aliados”. (Tinoco, 2010, p.169). A subsistência dos selvagens era principalmente da proteína animal, então, os homens eram caçadores, fazendo com que tenham que criar seus próprios instrumentos para a caça. Desta forma, Navarro (2006, p.2) declara que:

embora de perfil majoritariamente nômades, ao descobrirem um território fértil tanto em caça como em matérias-primas para a produção de artefatos domésticos e de caça, os hominídeos tinham que demarcar e defender o território correspondente contra os avanços de tribos semelhantes.

Automaticamente ao se acomodarem no local específico, o uso do animal como suporte de caça, defesa contra tribos que viessem a surgir no local e companhia aos homens, fica fortemente comum e essencial na sua sobrevivência. Muitas vezes, a briga constante por território ou melhoria do seu local de subsistência, sempre buscando uma melhor alimentação ou condições mais favoráveis de viver, os grupos agora considerados nômades saem em busca das suas melhoras. Nesse sentido, Navarro (2006, p.2) afirma que:

animais agora não serviam apenas como fonte de alimentos, mas de vestimentas (feitas com suas peles) e de instrumentos mais elaborados (feitos com seus ossos e chifres). Mesmo naquela época, a caça não era tão farta assim, de forma que os hominídeos tiveram que domesticar e criar esses animais.

Tornaram-se, então, cada vez menos nômades e assumiram uma postura sedentária, para os padrões de então, ao desenvolverem a agricultura e a criação de animais. Justamente pelo fato de desenvolverem a criação de animais, a interação do homem com o animal se mostra presente mais uma vez nos tempos antigos, reafirmando a importância do animal na vida do homem.

Assim, a ancestralidade é o que temos dos nossos antepassados, ela ajuda a entender tudo que é “nosso por direito” desde o passado, seja as pessoas, a natureza ou principalmente os próprios animais. Sob essa ótica, ela pode servir como base fundamentada na ética e nos princípios, para fortalecer a defesa jurídica dos princípios fundamentais dos animais tomando como base os direitos dos seres humanos. Na constituição, os direitos fundamentais têm como principal objetivo, a dignidade da pessoa humana (BRASIL. Constituição, 1988, art. 1º, inciso III), a ancestralidade amplia essa ideia, pois não existe dignidade completa se não houver respeito à natureza e aos outros seres vivos. Segundo Krenak (2019, p. 32), “a humanidade precisa reencontrar sua ligação ancestral com a Terra para que a vida continue sendo possível”. Portanto, falar sobre ancestralidade não é apenas olhar para o passado, mas sim compreender que tudo que aconteceu influencia hoje a nossa vida atual, e valorizar um aprendizado mostra que cuidar dos animais também faz parte de proteger os direitos humanos.

3 CONFLITO DE INTERESSES: CULTURA OU CRUELDADE?

Cultura é um conceito amplo, abrangente, distintivo, que transporta a singularidade de um povo; representa um conjunto de tradições, crenças e costumes de um determinado grupo social. Conta com diversas características que a tornam diferente das outras: língua, vestimentas, princípios, aspectos essenciais para a formação da identidade. Em correspondência, de acordo com a UNESCO (2001), a definição de cultura pode ser compreendida como um conjunto de traços materiais, intelectuais, espirituais, e emocionais de um determinado grupo social ou sociedade, também inclui os modos de convivência, valores, tradições e crenças além da arte e literatura. Destaca-se, portanto, a importância de entender que hábitos e tradições culturalmente enraizados influenciam e moldam diretamente o comportamento humano, inclusive a forma como tratamos os animais. Visto isso, embora certas tradições culturais envolvam a exploração e a crueldade animal, elas devem ser analisadas criticamente, de forma a equilibrar o respeito às manifestações culturais com a ética no tratamento dos seres vivos não humanos.

Em virtude do exposto, as expressões culturais são fundamentais sob a óptica da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 (CF/88), reconhecendo a cultura como um Direito Fundamental e essencial para a identidade nacional, permitindo que os cidadãos se conectem com suas raízes e diversidade cultural promovendo sua valorização e proteção. Garantido a todos os cidadãos o direito de acesso às diversas formas de expressão cultural, conforme estabelecido no artigo 215: “O Estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional, e apoiará e incentivará a valorização e a difusão das manifestações culturais” (BRASIL, Constituição, 1988, art. 215^o). O texto reconhece a riqueza da diversidade cultural, tendo como dever assegurar o acesso às fontes da cultura pátria e incentivar as manifestações culturais, comprometendo-se com a sua preservação. Além da CRFB/88, o acesso à cultura também se encontra respaldado na Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH), adotada pela ONU em 1948.

Artigo 27-1: “Todo ser humano tem o direito de participar livremente da vida cultural da comunidade, de fruir as artes e de participar do progresso científico e de seus benefícios.” Reconhece-se, então, que todos sem exceção devem ter acesso à cultura (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS, 1948, p. 5).

Em contraposição, o Brasil é signatário da Declaração Universal dos Direitos dos Animais, destacando: “art. 3º Nenhum animal será submetido nem a maus-tratos nem a atos cruéis. Art. 10º Nenhum animal deve ser explorado para divertimento do homem.”, “As exibições de animais e os espetáculos que utilizem animais são incompatíveis com a dignidade do animal” (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS, 1978, p. 2). Tais direitos protegem os animais de práticas cruéis ou de utilização em detrimento do entretenimento humano.

No entanto, a realidade do Brasil e de outros países infelizmente não é assegurada pela Constituição. Antes mesmo de qualquer coisa, é imperioso mencionar que nem todas as práticas tradicionais de uma sociedade são consideradas patrimônio cultural, visto que, para tal classificação, é necessário atender a critérios que abrangem a capacidade de representar a identidade e a memória de grupos sociais.

Nesse sentido,

não serão todos os bens que receberão a tutela sob o conceito de patrimônio cultural, mas somente aqueles que sejam referenciais para garantir a identidade e a memória, ou seja, que possam promover, a partir do passado, uma relação enriquecedora para o presente e garantir a diversidade cultural, bem jurídico que passou a ser protegido pela Constituição (Campos, 2014, p. 30).

Fica visível, então, que não são todas as práticas cruéis que são expressões fundamentadas e autênticas de valores ou tradições culturais, mas sim meras práticas comerciais, motivadas exclusivamente pelo interesse financeiro. Sendo assim, essas ações, mascaradas de conceitos ancestrais, acabam distorcendo o sentido verdadeiro da cultura e transformam tal ação em um meio para fins lucrativos, ignorando completamente o sofrimento dos animais e as consequências dessas práticas, trazendo à tona novamente a objetificação do ser vivo não humano. Em virtude dessa problemática, é necessário que haja uma revisão da situação de forma crítica pela administração cultural, de tal modo que não se deixe o interesse econômico prevalecer sobre a essência dos bens culturais.

As práticas cruéis que envolvem animais refletem tanto valores históricos e culturais quanto interesses econômicos; ambos, muitas vezes, são acompanhados de sofrimento intenso e desnecessário aos seres vivos. No contexto do Brasil, o leque de práticas cruéis é extenso; entre as mais conhecidas, destacam-se: vaquejadas, farras do boi, rinhas de galo e de cachorro, rodeios e festas do laço, uso de animais em circo e meios de transporte, abate em matadouros, zoológicos, uso de animais em experimentos cruéis. Embora essas práticas estejam enraizadas, é indispensável analisá-las sob a ótica ética e jurídica. Apesar de o acesso à cultura ser um direito assegurado pela Constituição a todos os cidadãos, até que ponto o sofrimento alheio deve ir para o entretenimento dos homens? A preservação de tais tradições não pode justificar o sofrimento de seres sencientes.

Nesse sentido, o filósofo Singer (1975) argumenta que o especismo, conceito tão injusto quanto qualquer forma de discriminação se constitui na negação do princípio, de que a questão ética central não é se um ser é humano, mas se ele é capaz de sofrer. Assim,

torna-se possível respeitar o valor das tradições sem permitir que haja uma continuidade de sofrimento desnecessário aos animais.

Em contrapartida ao conceito de antropocentrismo que coloca o homem no centro de tudo, estabelecendo uma relação de superioridade, o biocentrismo, em muito influenciado por Peter Singer e Tom Regan, traz uma visão ética e filosófica, considerando todos os seres vivos possuidores de valor intrínseco e moral, ou seja, têm o seu valor próprio, independentemente de servirem ou não aos seres humanos. O princípio de igualdade exige que seja dada ao sofrimento de um ser senciente a mesma consideração que daríamos ao sofrimento humano. (Singer, 1975). Para Regan, os animais são sujeitos de vida, são seres sencientes, e, para eles, a vida tem importância intrínseca, não porque importam para os humanos, mas porque importa para eles mesmos. (Regan, 1983). Juntos, defendem que a capacidade de sofrer é a base da inclusão moral e que os animais possuem valor intrínseco e merecem respeito, quebrando, assim, o ideal antropocêntrico.

4 DIREITOS FUNDAMENTAIS DOS ANIMAIS

A Constituição Federal de 1988 estabelece, a dignidade da pessoa humana como fundamento do Estado Democrático de Direito, (BRASIL. Constituição, 1988, art. 1º, inciso III). Embora esse princípio tenha sido formulado para a proteção direta dos indivíduos, ele pode ser interpretado como paradigma de tutela para os animais, uma vez que a dignidade se relaciona à defesa da vida e da integridade, valores que não se limitam exclusivamente ao ser humano. Nesse sentido, ampliar a leitura dos direitos fundamentais é uma forma de reconhecer que a proteção da vida deve alcançar também os seres sencientes (aqueles que têm a capacidade de sentir e ter experiências subjetivas, como dor, prazer, alegria, medo e sofrimento, e de percebê-las conscientemente).

O Poder Público deve proteger a fauna e a flora, vedadas, na forma da lei, as práticas que coloquem em risco sua função ecológica, provoquem a extinção de espécies ou submetam os animais a crueldade, (BRASIL. Constituição, 1988, art. 225, §1º, inciso VII). Essa norma constitucional vai além da dimensão ambiental, ao afirmar que os

animais possuem uma proteção específica, proibindo de forma clara qualquer prática que os submete a práticas cruéis contra eles. Dessa forma, a crueldade animal é proibida não apenas por razões ecológicas, mas como uma exigência constitucional vinculada à dignidade e à ética na relação entre seres humanos e animais.

O Supremo Tribunal Federal já reconheceu essa perspectiva ao julgar práticas como a “farra do boi” (RE 153.531/SC) Recurso Extraordinário do Supremo Tribunal Federal (STF) e a vaquejada (ADI 4983) Ação Direta de Inconstitucionalidade movida pelo procurador-geral da República, entendendo que manifestações culturais não podem ser justificativas para a submissão de animais a atos cruéis. Nesses precedentes, a Corte reforçou que a vedação constitucional à crueldade deve prevalecer sobre interesses econômicos ou culturais, consolidando a leitura de que a proteção animal decorre diretamente dos valores constitucionais.

Assim, os direitos fundamentais funcionam como referência para fundamentar uma regulamentação mais específica e efetiva. A dignidade da pessoa humana (BRASIL. Constituição, 1988, art. 1º, inciso III), o direito à vida e à integridade (BRASIL. Constituição, 1988, art. 5º), e a vedação à crueldade animal (BRASIL. Constituição, 1988, art. 225, §1º, inciso VII) compõem um conjunto normativo que legitima a criação de normas jurídicas voltadas à proteção animal, garantindo maior efetividade e superando práticas que ainda os tratam como meros objetos de uso humano. Ao compreender os animais como seres sencientes e, portanto, destinatários de tutela constitucional, abre-se espaço para uma interpretação mais ampla e inclusiva dos direitos fundamentais.

5 SUPERAÇÃO DA VISÃO ANTROPOCÊNTRICA

O antropocentrismo clássico, que foi posto no século XIV como uma superação do teocentrismo, põe o homem como principal ser do universo. Mas a ideologia que perseverou desde vertentes anteriores até esse período, é a de que os animais estão no mundo para benefício único e exclusivo dos seres humanos. Essa ideia foi aceita e propagada pela igreja, e até por pensadores, como por exemplo Descartes (2001), que diz:

isso não ocorre porque lhes faltem órgãos, pois sabemos que as pegas e os papagaios podem articular palavras assim como nós, no entanto não conseguem falar como nós, ou seja, demonstrando que pensam o que dizem; enquanto os homens que, havendo nascido surdos e mudos, são desprovidos dos órgãos que servem aos outros para falar, tanto ou mais que os animais, costumam criar eles mesmos alguns sinais, mediante os quais se fazem entender por quem, convivendo com eles, disponha de tempo para aprender a sua língua. E isso não prova somente que os animais possuem menos razão do que os homens, mas que não possuem nenhuma razão.

Ele tenta justificar a dominação do ser humano para com os animais pela ausência de linguagem, que segundo ele, justifica a dominação.

Nesse sentido, uma indução à dominação dos animais também pode ser vista em Gênesis 1:26, que diz: “E Deus disse: Façamos o homem à nossa imagem, e semelhança, o qual presida aos peixes do mar, às aves do Céu, às bestas, e a todos os répteis, que se movem sobre a Terra, e domine em toda a terra” (BÍBLIA, Gênesis, In: Bíblia Sagrada, Tradução de João Ferreira de Almeida, São Paulo – SP: Sociedade Bíblica do Brasil, 2002). Assim, pode ser visto que desde sempre, existia uma justificativa para a dominação dos animais, que no antropocentrismo, só se perseverou. No entanto, essa visão do ser humano como dominador dos animais e da natureza, vem sendo questionada, sendo criadas até leis que limitam essa dominação e que servem para preservação e proteção dos mesmos, como por exemplo a Declaração Universal dos Direitos dos Animais (D.U.D.A.), de 1978, e o Decreto 11.349/2023, que no mundo, e no Brasil respectivamente, reconhecem os animais como seres de direito, e algo que antes era inato apenas aos seres humanos. Portanto, a visão antropocêntrica, e as anteriores, que de certa forma concordam entre si em relação aos animais, vêm sendo superadas, dando espaço para uma visão mais sensibilizada no que diz respeito aos animais.

6 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS DADOS

O presente artigo adota uma abordagem qualitativa, tendo em vista que busca compreender, interpretar e discutir a necessidade de uma regulamentação jurídica

voltada à proteção animal no município de Petrolina-PE, a partir da análise e interpretação de princípios da Constituição Federal de 1988. Dessa forma, a intenção não é quantificar dados ou pesquisas numéricas, mas analisar a complexidade do tema com base em um olhar jurídico e sociológico.

A pesquisa também se caracteriza como explicativa, pois busca esclarecer as causas e os fundamentos que sustentam a necessidade de ampliação da tutela jurídica aos animais, relacionando-a aos direitos que protegem os seres humanos. Assim, procurase compreender por que a ausência de uma regulamentação efetiva acaba por perpetuar os maus-tratos e práticas cruéis contra os animais, mesmo diante das normas constitucionais vigentes. Assim como, Singer (1975) disse:

O princípio da igualdade estende-se logicamente a todos os seres que possuem interesses. Os animais, como todos os seres sencientes, têm interesse em evitar a dor e o sofrimento. Ignorar esse interesse simplesmente porque pertencem a outra espécie é uma forma de preconceito tão indefensável quanto o racismo ou o sexismo. Se aceitarmos que o sofrimento é um mal, então temos a obrigação moral de impedir a sua perpetuação, independentemente da espécie do indivíduo que sofre.

A pesquisa também se qualifica como bibliográfica, pois foi realizada a partir da análise de livros, artigos científicos, legislações nacionais e internacionais, jurisprudências e documentos jurídicos. Foram consultados autores capacitados a tratar sobre o tema, direitos fundamentais e proteção ambiental, além de legislações como a CF/88, o Código Civil, a Declaração Universal dos Direitos dos Animais e normas específicas sobre o bem-estar animal.

A seleção da bibliografia teve como critério sua relevância científica e jurídica, dando prioridade a obras que abordam temas importantes como a senciência animal, o conflito entre tradição cultural e proteção da fauna, bem como estudos que evidenciam a real situação dos animais no contexto brasileiro e, de modo particular, na cidade de Petrolina-PE.

Portanto, essa metodologia permite sustentar a discussão proposta, oferecendo uma base teórica sólida para a compreensão da problemática e a urgência de uma proteção jurídica aos animais enquanto seres sencientes, com base nas regulamentações que asseguram a proteção aos seres humanos.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente artigo busca demonstrar a urgência de uma regulamentação jurídica, voltada para pretensão e o bem-estar dos animais na cidade de Petrolina - PE, tomando como paradigma os direitos fundamentais e princípios dos seres humanos que sejam assim, estendidos aos animais. A análise confirmou que embora a constituição de 1988 assegure a dignidade da pessoa humana como pilar do ordenamento jurídico, esses mesmos direitos não se estendem plenamente aos animais. Estudos éticos e de ramo científico comprovam que os animais são seres sencientes, que diferentemente do código civil por exemplo, denomina os animais como bens móveis, tais estudos revelam que são seres que possuem a capacidade de experimentar conscientemente emoções como dor, alegria, medo, angústia e prazer. Por essa capacidade de sentir, necessitam do devido reconhecimento do direito de não sofrer, à luz do conceito de dignidade.

Antropocêntrica, que a todo momento coloca o ser humano no centro de tudo e como dominador, tal ideia que precisa ser superada em favor de um biocentrismo. Essa visão ética reconhece que os animais têm valor intrínseco, independentemente de servirem ou não aos humanos. Sob essa ótica, a vedação a prática cruel de animais deve prevalecer sobre interesses econômicos ou culturais, conforme já reconhecido pelo Supremo Tribunal Federal (STF) ao julgar práticas de crueldade como a “farra do boi” e a vaquejada.

Diante de todo o exposto, torna-se evidente que a ausência de um marco regulatório específico em Petrolina impede o avanço de políticas públicas capazes de garantir a proteção efetiva dos animais. A simples existência de normas gerais em nível nacional não tem sido suficiente para coibir práticas de maus-tratos e abandono, especialmente quando não acompanhadas de fiscalização estruturada, programas de

conscientização e instrumentos jurídicos que reconheçam os animais como seres dotados de valor intrínseco. Assim, a realidade local demonstra a urgência de uma atuação estatal mais firme e orientada pelos princípios constitucionais da dignidade, da vida e da integridade — princípios que, embora direcionados originalmente ao ser humano, servem como paradigma legítimo para orientar a tutela animal.

A superação da visão antropocêntrica, amplamente debatida ao longo do artigo, constitui passo indispensável para uma mudança jurídica e social significativa. O reconhecimento da senciência animal — já respaldado por estudos científicos, pela legislação internacional e por decisões do Supremo Tribunal Federal — impõe ao Estado e à sociedade uma nova postura ética. Não se trata de equiparar seres humanos e animais, mas de compreender que a capacidade de sofrer exige resposta normativa compatível com o mínimo ético constitucional. Aplicar essa perspectiva ao contexto de Petrolina significa enfrentar práticas culturais, econômicas e estruturais que ainda naturalizam o sofrimento animal, deslocando o debate para um patamar onde prevaleça a responsabilidade coletiva e a proteção da vida em todas as suas formas.

Assim, conclui-se que uma regulamentação municipal pautada nos direitos fundamentais não apenas fortalece a proteção jurídica dos animais, como também contribui para uma cidade mais saudável, ética e alinhada às diretrizes constitucionais. A construção dessa normativa deve envolver o poder público, a sociedade civil, instituições acadêmicas e órgãos de proteção, garantindo que a legislação ultrapasse o plano simbólico e produza efeitos concretos.

Ao adotar uma perspectiva que integra dignidade, respeito e responsabilidade socioambiental, Petrolina tem a oportunidade de se tornar referência regional na promoção do bem-estar animal e na aplicação de um direito comprometido com a vida, a ética e a justiça. Com isso, o artigo durante seu desenvolvimento, foi enfrentado algumas limitações, principalmente devido à amplitude do tema, o que impossibilitou um aprofundamento mais detalhado, além do tempo relativamente curto disponível para sua realização. No mais, o fato do artigo ter uma metodologia qualitativa, também existiram dificuldades próprias, especialmente no que se refere a impossibilidade de uma generalização numérica dos resultados. Dessa forma, uma sugestão para futuros

profissionais, estudantes e operadores do Direito é que se dediquem a pesquisas mais aprofundadas, visando contribuir para uma regulamentação efetiva que assegure os direitos dos animais, tomando como referência os direitos fundamentais dos seres humanos. Sem contar que é preciso de uma atuação estatal mais firme e orientada pelos princípios constitucionais da dignidade, da vida e da integridade, também é recomendado que em trabalhos futuros incluam pesquisa de campo, entrevistas com agentes públicos, ONGs, de modo a construir uma visão melhor das demandas e desafios locais. Portanto, estender os direitos fundamentais dos homens aos animais se trata de uma exigência ética constitucional, reconhecendo assim que eles são seres sencientes é dar um passo fundamental a uma sociedade igualitária, justa e comprometida com a dignidade da vida em todas as suas formas.

REFERÊNCIAS

BRASIL. CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988.
Art 1º, inciso III, 2019.

BRASIL. **Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima**. Direitos animais.
Brasília: MMA, [s.d.]. Disponível em:
<https://www.gov.br/mma/ptbr/assuntos/biodiversidade-e-biomas/direitos-animais>.
Acesso em: 20 nov. 2025

CAMPOS, Anita Pissolito. **Direitos morais no patrimônio cultural imaterial**. 2014.
207 f. Dissertação (Mestrado em Direito) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014.

CARNEIRO, Manoel Franklin Fonseca. A dignidade do animal na Constituição.

Brasília: **Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios**, 05 out. 2020.
Disponível em: <https://www.tjdft.jus.br/institucional/imprensa/campanhas-eprodutos/artigos-discursos-e-entrevistas/artigos/2020/a-dignidade-do-animal-naconstituicao>. Acesso em: 20 nov. 2025.

<https://www.ufrgs.br/jornal/ailton-krenak-a-terra-pode-nos-deixar-para-tras-e-seguir-seu-caminho/> . Acesso em: 11 de set. de 2025

LIGA INTERNACIONAL DOS DIREITOS DO ANIMAL. **Declaração Universal dos Direitos dos Animais**. Bruxelas, 1978. Disponível em:

<https://www.propq.ufscar.br/pt-br/assets/arquivos/etica/direitos-universais-dosanimais.pdf>. Acesso em: 1 out. 2025.

NAVARRO, Rômulo. A evolução dos materiais. In: **Revista eletrônica de materiais e processos**. Disponível
em: <https://remap.revistas.ufcg.edu.br/index.php/remap/article/view/6> . Acesso em: 11 de set. de 2025

PETZ. **Direitos dos animais que todos precisam conhecer**. Blog Petz, 14 jan. 2025.
Disponível em: <https://www.petz.com.br/blog/direitos-dos-animais/>. Acesso em: 20 nov. 2025.

REGAN, Tom. The Case for Animal Rights.

Berkeley: University of California Press, 1983.

SINGER, Peter. *Animal Liberation*. New York: New York Review Books, 1975.

**SUPER AÇÃO DO PENSAMENTO ANTROPOCENTRISTA CLÁSSICO
NA RELAÇÃO ENTRE O SER HUMANO E O ANIMAL.** JusBrasil, 17 nov. 2025.

Disponível em: <https://www.jusbrasil.com.br/artigos/superacao-do-pensamentoantropocentrismo-classico-na-relacao-entre-o-ser-humano-e-o-animal/1620573106>. Acesso em: 20 nov. 2025.

TINOCO, Isis; CORREIA, Mary. Análise crítica sobre a declaração universal dos direitos dos animais. In: **Revista Brasileira do Direito Animal**. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/RBDA/article/view/11043> . Acesso em: 11 de set. de 2025

UNESCO. Universal Declaration on Cultural Diversity. In: **UNESCO**. Disponível em: www.unesco.org/en/legal-affairs/unesco-universal-declaration-cultural-diversity. Acesso em: 14 out. 2025.

<https://mamiraua.org.br/pdf/8558f26d7cf525b50d4f13d1c5a5bf80.pdf>

A PORNOGRAFIA COMO FATOR GERADOR E AGRAVANTE DE PROBLEMAS PSICOSSEXUAIS: ANÁLISE DAS POSSÍVEIS ATUAÇÕES DO DIREITO

Andreza dos Santos Estevam

Bacharelanda em Direito

Faculdade de Tecnologia e Ciências - UniFTC

Marx Osiris Vieira Andrade Dantas

Bacharelando em Direito

Faculdade de Petrolina - FACAPE

RESUMO: Este trabalho apresenta uma análise jurídica sobre os danos neurobiológicos e psicossociais decorrentes do consumo massificado de pornografia na internet, como a infantilização e a normalização da violência de gênero. O objetivo é, partindo da insuficiência da legislação reativa atual, propor um modelo de intervenção estatal em três eixos: a responsabilidade civil das plataformas pelo dever de informação; a regulamentação administrativa do conteúdo; e a atuação do Direito Penal como ultima ratio. A metodologia adotada consiste em pesquisa bibliográfica e documental de caráter exploratório-analítico, fundamentada em artigos científicos das áreas da Psicologia, Neurociências e Direito. Os resultados indicam que os danos cientificamente comprovados, como a dessensibilização do sistema de recompensa cerebral e a objetificação de corpos legitimam a ponderação do princípio da liberdade de expressão em prol da proteção à dignidade e à saúde. Conclui-se que a tutela eficaz dos indivíduos na era digital exige uma abordagem jurídica integrada, que supere a lógica punitiva individual e reativa e avance para uma regulação preventiva e protetiva.

Palavras-chave: Pornografia. Intervenção Jurídica. Dano Psíquico. Dignidade Humana. Direito Regulatório.

ABSTRACT: This paper presents a legal analysis of the neurobiological and psychosocial harms resulting from the mass consumption of pornography on the internet, such as infantilization and the normalization of gender violence. The objective is, starting from the insufficiency of current reactive legislation, to propose a model of state intervention based on three axes: the civil liability of platforms regarding the duty

to inform; the administrative regulation of content; and the role of Criminal Law as ultima ratio. The methodology adopted consists of bibliographical and documentary research of an exploratory-analytical nature, grounded in scientific articles from the fields of Psychology, Neuroscience, and Law. The results indicate that scientifically proven harms, such as the desensitization of the brain reward system and the objectification of bodies, legitimize the balancing of the principle of freedom of expression in favor of the protection of dignity and health. It is concluded that the effective protection of individuals in the digital age requires an integrated legal approach that surpasses individual and reactive punitive logic and advances towards preventive and protective regulation.

Keywords: Pornography. Legal Intervention. Psychological Harm. Human Dignity. Regulatory Law.

1 INTRODUÇÃO

A sexualidade permeia a experiência humana, manifestando-se historicamente nas mais diversas formas de expressão cultural, da arte rupestre às complexas discussões filosóficas. Contudo, a modernidade ocidental inaugurou uma relação particular com o sexo. Michel Foucault argumenta que, a partir do século XVII, operou-se uma “incitação ao discurso regulada e polimorfa” sobre a sexualidade. “Constituiu-se uma aparelhagem para produzir discursos sobre o sexo, cada vez mais discursos, susceptíveis de funcionar e de serem efeito de sua própria economia”.

A colocação do sexo em discurso, inicialmente ligada a tradições ascéticas monásticas, tornou-se regra geral, impulsionada por um “interesse público” e por mecanismos de poder. O sexo passou a ser “administrado” e assumido por “discursos analíticos”.

A compulsão moderna em “dizer tudo sobre seu sexo” não se limitou aos âmbitos confessional, médico ou pedagógico, mas transbordou para o nível cultural, provocando “erotismo discursivo generalizado”. Manifestações artísticas como as representadas por Rembrandt (Cama francesa, 1646) e Picasso (O beijo, 1967) ou mesmo na música popular, com Rita Lee, participam dessa ampla rede discursiva.

Com a evolução tecnológica e a possibilidade de difusão em massa, foi se constituindo uma indústria que gera lucros, a partir da comercialização explícita de imagens e atos sexuais (MORAES, 2003). Etimologicamente ligada à venda, derivada do verbo *pernemi*, que significa vender, a palavra pornografia advém do grego *pornô*s (prostituta) + *graphô* (escrever), como descreve Branco (1984). A pornografia industrializa a representação do sexo, subvertendo a relação ao transformar o próprio indivíduo em produto.

Tal lógica, focada na satisfação imediata e na objetificação, distancia-se da complexidade da sexualidade humana e dos laços afetivos. Retira dos consumidores o senso de alteridade, reduzindo os outros a meros objetos de satisfação pessoal.

Essa dinâmica é descrita pelo psiquiatra Enrique Rojas como “um vício que impede a pessoa de viver além das demandas impulsivas do corpo (...) É uma nova liberdade ao contrário. A escravidão parece liberdade” (2004, p. 298). Ademais, o consumo de pornografia pode “sequestrar nossa fiação neural com consequências terríveis”, que vão “da depressão à disfunção erétil” (BARR, 2021).

Outros estudos indicam que o consumo excessivo está relacionado à “erosão do córtex pré-frontal”, região cerebral que “abriga funções executivas como moralidade, força de vontade e controle de impulsos”, predispondo o indivíduo a “se comportar compulsivamente” (BARR, 2021). Além disso, a pornografia é “atribuída como responsável pela disfunção erétil”, pois o cérebro, condicionado aos estímulos da tela, “passa a desconhecer outras formas de excitação como o sexo com uma pessoa real” (FERNANDES, 2020).

A crescente escala de consumo é preocupante, na medida em que “78% das crianças do ensino médio (meninos e meninas) consomem pornografia regularmente. Entre os meninos que usam, um em cada dez descreve esse uso como um vício” (CHURCH, 2023). O conteúdo consumido também é um fator de alarme, uma vez que “o sexo convencional interessa cada vez menos para os consumidores, que o substituem por temáticas como o incesto ou a violência” (BARR, 2021).

Nesse cenário, no qual a representação industrializada do sexo cumulada com o consumo excessivo gera comprovados danos psicosssexuais, que surge a seguinte

problemática: Quais são os possíveis caminhos empregados pelo Direito diante dos problemas psicosssexuais que a pornografia gera e/ou agrava em seus consumidores?

A justificativa para o presente estudo reside na urgência de oferecer respostas jurídicas a um fenômeno que transcende a esfera moral individual para se configurar como uma questão de saúde pública e violação da dignidade humana. Diante da insuficiência da legislação reativa atual, o objetivo geral desta pesquisa é analisar a pornografia na cultura virtual como um fenômeno de consumo de massa e seus danos, para, em seguida, propor um modelo de intervenção estatal proativo. Especificamente, busca-se examinar os malefícios neurobiológicos e psicossociais apontados pela ciência, investigar a viabilidade da responsabilização civil das plataformas e discutir a regulação administrativa e penal à luz do direito comparado.

Para tanto, a metodologia adotada consiste em uma abordagem exploratório-analítica, fundamentada em pesquisa bibliográfica, documental e comparada. O levantamento abrange artigos científicos das áreas do Direito, Psicologia e Neurociências, coletados em bases de dados como Scielo e Google Acadêmico, além de doutrinas e jurisprudência do Supremo Tribunal Federal (STF). A análise estende-se ao estudo comparado de legislações internacionais, notadamente dos Estados Unidos e da União Europeia, visando identificar tendências globais de proteção à saúde pública e regulação de conteúdo que possam subsidiar soluções normativas para o ordenamento jurídico brasileiro.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 A PORNOGRAFIA NA CULTURA VIRTUAL

Para compreender a complexidade do fenômeno pornográfico contemporâneo e seus impactos, é necessário articular perspectivas que, à primeira vista, parecem antagônicas. Embora Michel Foucault questione a hipótese repressiva, argumentando que a modernidade incitou uma explosão de discursos sobre o sexo (FOUCAULT, 1988), e a psicanálise freudiana tradicionalmente enfoque a repressão da civilização sobre as

pulsões, ambas as visões se complementam para explicar a onipresença da pornografia na cultura virtual.

Sob a ótica foucaultiana, a indústria pornográfica pode ser compreendida como o ápice da "vontade de saber" moderna: um dispositivo que transforma o sexo em espetáculo visível, classificável e consumível, atendendo à incitação social de "tudo dizer" sobre o desejo (FOUCAULT, 1988). Simultaneamente, na perspectiva psicanalítica, esse dispositivo encontra ressonância na psique do sujeito. Em Três Ensaio sobre a Teoria da Sexualidade, Freud (1905) descreve a sexualidade humana como essencialmente "perverso-polimorfa", composta por pulsões parciais que buscam o prazer muito além da função reprodutiva. Nesse sentido, a pornografia funcionaria como válvula de escape ou "solução de compromisso", permitindo vivenciar no plano da fantasia as pulsões que a moral cultural interdita.

Contudo, a transposição dessa dinâmica para a arquitetura digital, marcada pelo acesso ilimitado, anonimato e algoritmos de hiperestimulação, alterou radicalmente a equação. O que poderia ser interpretado teoricamente como expressão discursiva (Foucault) ou saída psíquica para a repressão (Freud), converteu-se, na prática do consumo massificado, em um mecanismo de adoecimento. A literatura científica atual indica que, nesse novo contexto, a pornografia deixa de operar apenas no campo simbólico da fantasia para atuar como um superestímulo neurobiológico, gerando consequências que transcendem o debate moral e adentram a esfera da saúde pública.

Pesquisas realizadas nos Estados Unidos e na Europa apontam uma dualidade nos efeitos percebidos desse consumo. Embora sejam identificados prováveis benefícios, como o aprendizado sobre práticas sexuais e a autodescoberta (ELDER; MORROW; BROOKS, 2015); a diversificação do repertório sexual (CHI; YU; WINTER, 2012); e, em certos contextos, o aumento do diálogo e da intimidade entre casais (GROV et al., 2011; POPOVIĆ, 2011), a preponderância dos dados aponta para riscos significativos.

A literatura descreve o fenômeno como “um vício que impede a pessoa de viver além das demandas impulsivas do corpo”, transformando a liberdade aparente em “escravidão” (ROJAS, 2004). Estudos de ressonância magnética confirmam a premissa, mostrando que a pornografia “desencadeia atividade cerebral [...] semelhante à atividade

desencadeada por drogas no cérebro de usuários de drogas” (VOON, 2014). O consumo compulsivo “sequestra nossa fiação neural” e está ligado à “erosão do córtex pré-frontal”, a região responsável pela moralidade e controle de impulsos, predispondo o indivíduo a “se comportar compulsivamente” (BARR, 2021).

Esse cenário neurológico explica a dinâmica do vício (OLMSTEAD et al., 2013), onde o consumo excessivo leva à restrição dos meios de estímulo, fazendo com que o indivíduo dependa exclusivamente da pornografia para obter excitação (ŞENORMANCI et al., 2014).

As consequências desse processo são diretas na saúde sexual e mental. Um dos danos mais documentados é a disfunção erétil, uma vez que o cérebro, condicionado aos estímulos supranormais da tela, “passa a desconhecer outras formas de excitação como o sexo com uma pessoa real” (FERNANDES, 2020). O uso frequente também está diretamente ligado ao surgimento de “distúrbios psicológicos como ansiedade, depressão e baixa autoestima em adolescentes” (CAVALCANTE, 2024).

No âmbito interpessoal, a idealização do setting pornográfico, que apresenta corpos inatingíveis e disponibilidade sexual irrestrita (BONOMI et al., 2014; TYLKA; VAN DIEST, 2015), gera prejuízos aos relacionamentos amorosos por meio de comparações injustas (GROV et al., 2011; TYLKA, 2015). O vício afeta os laços afetivos, gerando “dificuldades na satisfação sexual, na intimidade e na comunicação com o parceiro ou a parceira”, além de provocar diminuição do desejo (PARK et al., 2016).

Por fim, observa-se um efeito de escalada: a dessensibilização neural, consequência do consumo massivo, impulsiona a busca por estímulos mais fortes, fazendo com que “o sexo convencional interesse cada vez menos para os consumidores, que o substituem por temáticas como o incesto ou a violência” (BARR, 2021). O cenário se agrava na medida em que estudos indicam que a pornografia dissemina uma “visão errônea do sexo como algo violento, especialmente contra as mulheres” (D’ABREU, 2013). Tal constatação corrobora pesquisas anteriores sobre a associação entre o consumo de pornografia e atitudes de apoio à violência contra a mulher (DEKESEREDY, 2015), bem como ao comportamento sexual agressivo (HALD; MALAMUTH, 2015)."

Diante desse quadro, no qual o consumo massificado transcende a esfera privada e gera danos psicossociais e comportamentais concretos, torna-se evidente que a resposta jurídica atual é insuficiente, exigindo uma atuação estatal que vá além da repressão e busque a regulação e a proteção da saúde coletiva.

2.2 AS POSSÍVEIS ATUAÇÕES DO DIREITO: ABORDAGEM MULTIDISCIPLINAR

2.2.1 RESPONSABILIDADE CIVIL POR FALHA NO DEVER DE INFORMAÇÃO

A ascensão da sociedade da informação, impulsionada pela onipresença das plataformas digitais, reconfigurou as interações sociais e as dinâmicas de mercado. Nesse contexto, a questão central da responsabilidade civil não se restringe à ilicitude do conteúdo per se — visto que o conteúdo adulto é, em regra, lícito para o público maior de idade —, mas sim aos riscos inerentes ao serviço prestado pelas plataformas e à sua omissão quanto aos impactos do consumo massificado.

A base para a imputação de responsabilidade reside na Teoria do Risco-Proveito, consagrada no Código de Defesa do Consumidor (CDC). Segundo a teoria, todo aquele que fornece produto ou serviço no mercado de consumo auferindo lucro (proveito) responde por eventuais danos, independentemente da comprovação de dolo ou culpa, conforme decidido pela Segunda Turma Recursal do TJDF no Acórdão 1.894.450 (2024), que consagrou a Teoria do Risco-Proveito “todos os integrantes da cadeia de consumo são solidariamente responsáveis por prejuízos advindos da falha na prestação do serviço”.

Para a aplicação do instituto, é imperativo reconhecer a existência de uma relação de consumo (arts. 2º e 3º do CDC). O usuário figura como consumidor final e a plataforma digital como fornecedora, uma vez que desenvolve atividade organizada e profissional com fins econômicos. A gratuidade aparente do serviço não desvirtua essa relação. Conforme lição de Cláudia Lima Marques, a expressão “remuneração” no CDC deve ser interpretada de forma ampla, permitindo incluir contratos com “contraprestação escondida” ou remuneração indireta (MARQUES, 2003, p. 94).

No caso das plataformas, a remuneração ocorre via coleta de dados, perfilização (profiling) e direcionamento de publicidade, além do valor agregado pelo engajamento do usuário. O Superior Tribunal de Justiça (STJ) corrobora esse entendimento ao afirmar que "a exploração comercial da Internet sujeita as relações de consumo daí advindas à Lei nº 8.078/90", e que "o fato de o serviço prestado [...] ser gratuito não desvirtua a relação de consumo" (STJ, REsp 1.316.921/RJ, 2011).

Estabelecida a relação de consumo, emerge a figura da plataforma como Gatekeeper de uma rede de fornecimento, definindo termos de uso e controlando o acesso ao mercado (MARQUES, 2017). Diante da hipervulnerabilidade do consumidor digital, exposto a algoritmos desenhados para maximizar o engajamento, as plataformas tornam-se destinatárias dos deveres de segurança e, fundamentalmente, de informação.

O princípio do consentimento informado (art. 6º, III, CDC), exige que a informação sobre os riscos de produtos e serviços seja clara, precisa e ostensiva. No contexto da pornografia virtual, o dever de informação não se satisfaz com meros avisos de "conteúdo adulto" ou mecanismos frágeis de autoverificação de idade. As plataformas devem comunicar de forma proeminente e inequívoca os riscos psicosssexuais associados ao consumo elevado e contínuo, como o potencial de dependência, ansiedade, depressão e distorções na percepção da sexualidade, conforme apontado pela literatura científica. A omissão desses riscos, inerentes ao modelo de negócio de hiperestimulação, configura defeito de informação e atrai a responsabilidade civil objetiva das plataformas pelos danos causados à saúde de seus usuários.

Corolário do dever de informação é o dever de segurança (arts. 8º a 14 do CDC). Um serviço é considerado defeituoso quando não fornece a segurança que o consumidor dele pode legitimamente esperar, considerando o "modo de seu fornecimento" e os "riscos razoavelmente esperados" (art. 14, § 1º, CDC). No contexto das plataformas de pornografia, o defeito não reside necessariamente no conteúdo audiovisual individual, mas na falha sistêmica de sua arquitetura. Um serviço digital projetado com algoritmos de scroll infinito, reprodução automática e recomendações personalizadas visando maximizar o engajamento a qualquer custo, falha em prover segurança ao promover

ativamente o consumo de materiais com conhecido potencial aditivo e psicologicamente danoso.

Essa constatação impõe a adoção do princípio de Safety by Design (Segurança desde a Concepção). A responsabilidade do fornecedor deixa de ser apenas reativa para se tornar proativa: as plataformas devem projetar seus sistemas para mitigar riscos. Isso implica ir além de avisos genéricos, implementando alertas contextuais e periódicos sobre os riscos psicossociais (vício, disfunção erétil, depressão), análogos às advertências obrigatórias em produtos farmacêuticos ou tabagistas, garantindo o consentimento informado do usuário frente a um produto de risco.

No que tange à imputação da responsabilidade civil, a demonstração do dano encontra amparo na robusta literatura científica apresentada, que comprova os prejuízos neurobiológicos e psicossociais. O desafio, contudo, reside no nexo de causalidade. As plataformas frequentemente alegam "culpa exclusiva da vítima" ou "fato de terceiro" para se eximirem. Entretanto, tal argumento não se sustenta sob a ótica da Teoria do Risco do Negócio (art. 927, parágrafo único, CC; art. 14, CDC).

O nexo causal se estabelece não pelo conteúdo postado por terceiros, mas pela conduta ativa da plataforma em desenhar um ambiente manipulativo. Ao utilizar inteligência de dados para criar um "funil" de conteúdo que explora vulnerabilidades neuroquímicas e incentiva a tolerância e a escalada para materiais extremos, a plataforma interfere diretamente na volição do usuário. A "escolha" do consumidor é, portanto, viciada por um sistema projetado para subverter sua autonomia em prol do lucro.

Assim, aplicando-se uma analogia ao princípio do poluidor-pagador do Direito Ambiental, a plataforma que lucra com um modelo de negócio que gera "poluição psíquica" e riscos à saúde pública deve internalizar os custos sociais da atividade (princípio da internalização das externalidades negativas), respondendo objetivamente pelos danos decorrentes do risco criado e amplificado por sua própria tecnologia.

Essa imputação de responsabilidade proativa não é uma construção teórica isolada, mas reflete uma tendência jurídica global de transição da mera responsabilização reativa para o Dever de Cuidado (Duty of Care). No Reino Unido, o Online Safety Act (2023) positivou essa obrigação, forçando as plataformas a mitigarem

riscos sistêmicos antes que o dano ocorra. No Brasil, o Supremo Tribunal Federal, ao julgar o Tema 987, consolidou o entendimento de que há um "Dever de Cuidado Proativo" em casos de "falha sistêmica", responsabilizando provedores que, cientes dos riscos gerados por sua arquitetura, deixam de remover ou prevenir a circulação de conteúdo grave.

Adicionalmente, a analogia com a indústria do tabaco para fundamentar o dever de informação foi evidenciada pela Lei HB 1181 do estado do Texas (EUA), que buscou impor a obrigatoriedade de avisos de saúde sobre os impactos do consumo no desenvolvimento cerebral e na exploração sexual. Embora a eficácia da norma tenha sido suspensa judicialmente por conflitos com a primeira emenda norte-americana, a iniciativa legislativa sinaliza o reconhecimento estatal dos riscos à saúde pública inerentes ao produto.

Portanto, superados os óbices constitucionais via ponderação — típica do sistema brasileiro —, a responsabilidade civil das plataformas, seja pela falha na segurança (design viciante) ou na informação (ausência de alertas), permanece necessária para reequilibrar a relação de consumo.

2.2.2 REGULAMENTAÇÃO ESTATAL: PONDERAÇÃO ENTRE LIBERDADE E SAÚDE PÚBLICA

A regulamentação estatal de conteúdos pornográficos materializa a tensão perpétua entre a liberdade de expressão, pilar de qualquer sociedade democrática, e a necessidade de proteger outros valores constitucionais igualmente caros, como a dignidade da pessoa humana e a saúde pública. Nesse cenário, a hermenêutica jurídica ensina que, diferentemente do conflito entre regras — solucionado pelos critérios clássicos da hierarquia, temporalidade e especialidade —, a colisão entre princípios fundamentais não admite a exclusão de um em detrimento do outro. Aplica-se, portanto, o postulado da proporcionalidade, operando-se uma ponderação que permite a convivência dos direitos, ainda que, no caso concreto, haja a preponderância de um sobre o outro.

Embora a Constituição de 1988 confira status privilegiado à liberdade de expressão (art. 5º, IV e IX; art. 220), vedando a censura prévia, este direito não é absoluto. A dignidade humana emerge como vetor normativo fundamental que orienta a interpretação jurídica: manifestações que atentam diretamente contra a dignidade de outrem, como a divulgação não consensual de imagens íntimas, ou que geram riscos comprovados à saúde pública, não encontram guarida sob o manto da liberdade de expressão.

A distinção crucial reside na diferença entre regulação legítima e censura. Enquanto a censura se caracteriza pela supressão arbitrária baseada em critérios ideológicos, a regulação estatal opera através do estabelecimento de limites aos ilícitos e, fundamentalmente, de condicionamentos de exercício. Normas de natureza procedimentais, como a classificação indicativa ou a exigência de venda de revistas em embalagens lacradas, não proíbem o conteúdo, mas regulam a forma, o tempo e o modo de seu acesso para proteger públicos vulneráveis e interesses legítimos.

A regulamentação de conteúdos adulto, quando bem-sucedida, opera precisamente nesta esfera: impondo limites claros ao que é ilegal (pornografia infantil, conteúdo não consensual) e estabelecendo condicionamentos razoáveis e proporcionais para o acesso ao conteúdo legalmente produzidos por e para adultos.

Quando o sujeito de proteção é a criança ou o adolescente, o cenário se altera, regido pelo princípio da Proteção Integral e Prioridade Absoluta (art. 227, CF). Historicamente, o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) já previa mecanismos para a realidade analógica (art. 78). Contudo, a migração da vida social para o ambiente digital exigiu uma atualização legislativa, materializada na lei nº 15.211/2025, conhecida como "Estatuto Digital da Criança e do Adolescente" (ECA Digital). Esta nova legislação representa uma evolução do modelo reativo para o preventivo e estrutural, transpondo os princípios de proteção para a arquitetura da internet.

O ECA Digital impõe deveres concretos às plataformas, destacando-se: (i) o dever de prevenção, exigindo a adoção de medidas eficazes contra o acesso a conteúdos nocivos, incluindo pornografia; (ii) a obrigatoriedade de sistemas robustos de verificação de idade; (iii) a remoção imediata de conteúdos de exploração sexual com notificação às

autoridades; e (iv) a previsão de sanções severas, que podem chegar a 10% do faturamento do grupo econômico no Brasil no último exercício financeiro.

Ao adotar conceitos como *safety by design* (art. 6º, ECA Digital), a lei reconhece que a arquitetura algorítmica é fator determinante na exposição a riscos, exigindo intervenção na própria estrutura do ambiente digital.

Essa abordagem encontra respaldo no direito comparado. Nos Estados Unidos, o estado de Utah foi pioneiro ao declarar a pornografia uma "crise de saúde pública", legitimando a intervenção estatal. Na Europa, a França inovou com a Lei SREN, exigindo verificação de idade com "dupla anonimização" para proteger a privacidade dos adultos, enquanto Alemanha e Austrália utilizam agências especializadas para fiscalização técnica. A Espanha avançou ao obrigar a inclusão de controles parentais ativados por padrão em dispositivos. Esses exemplos demonstram que a regulação administrativa proposta pelo Brasil com o ECA Digital não é uma anomalia, mas parte de uma tendência global necessária para a tutela da dignidade na era da informação.

2.2.3 O DIREITO PENAL COMO ULTIMA RATIO E OS LIMITES DA INTERVENÇÃO

Esgotadas as vias da reparação civil e da regulação administrativa, a análise recai sobre o Direito Penal. Em um Estado Democrático de Direito, este ramo opera sob o princípio da *ultima ratio* (intervenção mínima), legitimando-se apenas quando há lesão grave aos bens jurídicos mais relevantes e quando os demais ramos do ordenamento se mostram insuficientes. No Brasil, a tutela penal da sexualidade sofreu uma profunda evolução, abandonando a proteção abstrata da "moralidade pública" para centrar-se na Dignidade Sexual e na proteção da vulnerabilidade.

Atualmente, a legislação brasileira foca na proteção da intimidade e do consentimento. Tipos penais como o registro não autorizado da intimidade sexual (art. 216-B, CP) e a divulgação de cena de sexo ou pornografia sem consentimento (art. 218-C, CP) são respostas legislativas a fenômenos como a "pornografia de vingança" e a violação da privacidade. No entanto, o arcabouço vigente mostra-se insuficiente para lidar com a

produção massificada de conteúdos que, embora formalmente consensuais entre os atores, promovem a normalização da violência, a tortura simulada ou a degradação extrema da figura humana.

O Direito Comparado oferece perspectivas distintas sobre os limites dessa intervenção. Em jurisdições asiáticas como a Coreia do Sul e Singapura, adota-se um modelo proibicionista amplo, criminalizando a distribuição e, em certos casos, a posse de pornografia, sob o argumento da preservação da moralidade pública. No entanto, esse modelo enfrenta críticas por sua dificuldade de *enforcement* e riscos de censura, como evidenciado na tentativa frustrada da Islândia de banir a pornografia online, que esbarrou em óbices técnicos e na liberdade de expressão.

Em contrapartida, democracias ocidentais tendem a uma criminalização "cirúrgica", focada no dano concreto. A Espanha, por exemplo, reformou seu código penal para tipificar condutas específicas da era digital, como a criação de *deepfakes* sexuais com Inteligência Artificial e o *grooming* online, reconhecendo novas formas de violação da dignidade que dispensam o contato físico. No Reino Unido e na Nova Zelândia, a legislação evolui para punir a disseminação de conteúdo que cause "dano inerente", independentemente da intenção do agente.

Portanto, a proposta de atuação penal no Brasil não deve buscar a criminalização genérica da pornografia, o que feriria a intervenção mínima. O caminho é a tipificação de condutas que, sob o manto do entretenimento adulto, violem o núcleo essencial da dignidade da pessoa humana. Isso inclui a discussão sobre a criminalização da produção de materiais que simulem estupro, incesto ou violência física real, pois, conforme demonstrado pela literatura neurocientífica, tais conteúdos não se limitam à fantasia privada, mas retroalimentam uma cultura de violência e objetificação que atinge a coletividade. O Direito Penal, assim, reafirma sua função de tutela da dignidade, atuando no limite onde a liberdade de expressão cede espaço à integridade humana.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A análise do panorama jurídico e científico permite constatar que o ordenamento brasileiro atual, embora possua instrumentos potentes, apresenta uma lacuna regulatória

substantiva frente à complexidade da pornografia digital. Apesar da evolução interpretativa do Marco Civil da Internet (MCI), notadamente quanto à responsabilidade de intermediários, e da aplicabilidade do Código de Defesa do Consumidor (CDC), a resposta estatal permanece fragmentada e reativa.

O modelo vigente, focado na remoção de conteúdo post factum (art. 19 do MCI), mostra-se insuficiente para enfrentar a arquitetura manipulativa das plataformas. Algoritmos de scroll infinito e reprodução automática operam como mecanismos de indução ao consumo excessivo, explorando vulnerabilidades neuropsicológicas. A indiferença estatal quanto à formação de indivíduos incapazes de controlar seus impulsos gera um custo social elevado. Conforme demonstrado na fundamentação teórica, o consumo problemático não apenas afeta a saúde individual, mas possui correlação com a violência de gênero (DEKESEREDY, 2015; HALD; MALAMUTH, 2015). Assim, a ausência de um posicionamento preventivo (pre factum) implica que o Estado terá que atuar futuramente de forma mais gravosa e repressiva para lidar com as consequências desse descontrole.

A análise das experiências internacionais evidencia que soluções simplistas enfrentam barreiras práticas. Modelos puramente restritivos, baseados em verificação de idade rigorosa (como tentado no Reino Unido e na França), esbarram em limitações técnicas, como o uso massivo de VPNs, e econômicas, resultando na evasão de plataformas do mercado local. Por outro lado, a abordagem de saúde pública adotada em estados norte-americanos como Utah e Texas, embora enfrente desafios constitucionais, sinaliza um reconhecimento global de que os riscos do produto exigem, no mínimo, um dever de alerta. A lição extraída é que a eficácia regulatória não reside na proibição do acesso, mas na imposição de deveres de cuidado e segurança no design do serviço.

Diante desse cenário, os resultados apontam para a necessidade de uma intervenção estruturada em três eixos complementares:

Eixo Civil: A aplicação da Teoria do Risco-Proveito (CDC) é plenamente viável. A jurisprudência do STJ (REsp 1.316.921/RJ) já reconhece a relação de consumo em serviços gratuitos remunerados indiretamente por dados. A vulnerabilidade do consumidor digital justifica a responsabilidade objetiva das plataformas, impondo o dever de

informação qualificada sobre riscos psicosssexuais, superando os genéricos avisos de “conteúdo adulto”.

Eixo Administrativo: Identificou-se que a censura é inconstitucional e ineficaz. O caminho adequado é a regulação procedimental baseada em Safety by Design. Exige-se das plataformas a revisão de algoritmos que induzem à compulsão e a implementação de transparência, sob fiscalização de agências reguladoras, assegurando a proteção desde a concepção sem ferir o núcleo da liberdade de expressão.

Eixo Penal: A intervenção penal deve manter-se subsidiária, focada na proteção da dignidade sexual contra condutas extremas. O ordenamento já avançou na tutela de crianças (ECA, art. 240) e da intimidade (Lei 13.718/2018). A expansão punitiva deve restringir-se a casos de produção de conteúdo degradante e direcionamento algorítmico deliberado a vulneráveis, evitando a utilização do Direito Penal como solução primária para problemas de saúde pública.

Por fim, a tensão entre liberdade de expressão e saúde pública resolve-se pela ponderação. Conforme jurisprudência do STF (ADPF 130), nenhum direito é absoluto. O modelo proposto atende ao teste de proporcionalidade: é adequado (mitiga riscos comprovados), necessário (a autorregulação falhou) e proporcional em sentido estrito, pois preserva o direito de acesso dos adultos enquanto protege a integridade psíquica da coletividade e o desenvolvimento de crianças e adolescentes.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

À luz do exposto, percebe-se que a pornografia atualmente deixa de ser exclusivamente uma ferramenta de expressão sexual e passa a se tornar também um fator gerador e agravante de problemas psicosssexuais. As evidências científicas expostas legitimam a intervenção do Estado em prol da manutenção da saúde pública e do bem estar social.

Exposta a lacuna existente no ordenamento jurídico brasileiro no enfrentamento a estrutura manipulativa das plataformas e os riscos psicosssexuais do consumo massivo, propõe-se a atuação Estatal com foco nas seguintes propostas:

- 1) No âmbito civil, impõe-se a responsabilização das plataformas pela falha no dever de informação, exigindo-se campanhas de conscientização e alertas ostensivos sobre os riscos de dependência, em analogia à regulação de produtos tabagistas, em conjunto com uma regulamentação proativa na prevenção de problemas psicosssexuais;
- 2) Na esfera administrativa, é urgente a regulamentação baseada em Safety by Design, com a obrigatoriedade de sistemas robustos de estimativa de idade via inteligência artificial (como a biometria facial) para impedir o acesso precoce de crianças e adolescentes;
- 3) No campo penal, reafirma-se a necessidade de intervenção cirúrgica e subsidiária (ultima ratio), focada na repressão à produção de conteúdos que violem a dignidade sexual.

Tais medidas respeitam os limites constitucionais do direito à liberdade de expressão, pois não visam à censura do conteúdo, mas o condicionamento do exercício da atividade econômica. Trata-se de tentativa proporcional de intervenção estatal com foco principal na conscientização dos indivíduos e tentativa de mitigar os danos em crianças e adolescentes pela verificação de idade por avaliação facial.

REFERÊNCIAS

AMARAL, Mônica Guimarães Teixeira do. Os três ensaios sobre a teoria da sexualidade: um texto perdido em suas sucessivas edições?. *Psicologia USP*, São Paulo, v. 6, n. 2, p. 63-84, 1995. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1678-51771995000200004&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 19 nov. 2025.

BAGGIO, Ariane; ALMEIDA, Gabriel Luiz de; ROSSETO, Patricia Pelegrina. Uso compulsivo de pornografia e seus impactos negativos. In: *ENCONTRO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA E PESQUISA*, 20., 2023, Jaú. Anais [...]. Jaú: Faculdades Integradas de Jaú, 2023. Disponível em: <https://portal.fundacaojau.edu.br:4433/journal/index.php/enic/article/download/203/204/851>. Acesso em: 30 out. 2025.

BARR, Rachel Anne. Como ver pornografia faz cérebro voltar a estado juvenil. *BBC News Brasil*, [S. l.], 2021. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/geral-58924384>. Acesso em: 16 nov. 2025.

CAMARGO, Cynthia Perovano et al. Atitudes de jovens frente à pornografia e suas consequências. *Psico-USF, Bragança Paulista*, v. 24, n. 1, p. 131-144, jan./mar. 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1413-82712019240111>. Acesso em: 30 out. 2025.

CHI, X.; YU, L.; WINTER, S. Prevalence and correlates of sexual behaviors among university students: a study in Hefei, China. *BMC Public Health*, [S. l.], v. 12, n. 972, 2012. DOI: 10.1186/1471-2458-12-972. Acesso em: 30 out. 2025.

CHURCH, Noah B. E. Is Your Porn Use Harming You. [S. l.]: *My Life Rebooted*, [2023]. Disponível em: <https://myliferebooted.mykajabi.com/>. Acesso em: 21 out. 2025.

D'ABREU, Lylla Cysne Frota. Pornografia, desigualdade de gênero e agressão sexual contra mulheres. *Psicologia & Sociedade*, Belo Horizonte, v. 25, n. 3, p. 592-601, set./dez. 2013. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0102-71822013000300013>. Acesso em: 30 out. 2025.

DEKESEREDY, W. Critical criminological understandings of adult pornography and woman abuse: new progressive directions in research and theory. *International Journal*

for Crime, Justice and Social Democracy, [S. l.], v. 4, n. 4, p. 4-21, 2015. DOI: 10.5204/ijcjsd.v4i4.184. Acesso em: 30 out. 2025.

DISTRITO FEDERAL. Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios (2. Turma Recursal dos Juizados Especiais). Acórdão nº 1894450. Processo nº 0701177-98.2024.8.07.0016. Relatora: Giselle Rocha Raposo. Julgado em: 22 jul. 2024. Publicado no PJe: 31 jul. 2024.

ELDER, W. B.; MORROW, S. L.; BROOKS, G. R. Sexual self-schemas of gay men: a qualitative investigation. *The Counseling Psychologist*, [S. l.], v. 43, n. 7, p. 942-969, 2015. DOI: 10.1177/0011000015606222. Acesso em: 30 out. 2025.

FERNANDES, J. Pornografia e masturbação: como causa de impotência sexual. 1. ed. [S. l.: s. n.], 2020. v. 1. Acesso em 16 out. 2025.

GROV, C. et al. Perceived consequences of casual online sexual activities on heterosexual relationships: a U.S. online survey. *Archives of Sexual Behavior*, [S. l.], v. 40, n. 2, p. 429-439, 2011. DOI: 10.1007/s10508-010-9598-z. Acesso em: 30 out. 2025.

HALD, G. M.; MALAMUTH, N. N. Experimental effects of exposure to pornography: the moderating effect of personality and mediating effect of sexual arousal. *Archives of Sexual Behavior*, [S. l.], v. 44, n. 1, p. 99-109, 2015. DOI: 10.1007/s10508-014-0291-5. Acesso em: 30 out. 2025.

MARQUES, Cláudia Lima. Comentários ao Código de Defesa do Consumidor: arts. 1º ao 74. São Paulo: RT, 2003. Acesso em: 16 out. 2025.

OLMSTEAD, S. B. et al. Emerging adults' expectations for pornography use in the context of future committed romantic relationships: a qualitative study. *Archives of Sexual Behavior*, [S. l.], v. 42, n. 4, p. 625-635, 2013. DOI: 10.1007/s10508-012-9986-7. Acesso em: 30 out. 2025

PARK, Brian Y. et al. Is Internet Pornography Causing Sexual Dysfunctions? A Review with Clinical Reports. *Behavioral Sciences*, Basel, v. 6, n. 3, p. 17, 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.3390/bs6030017>. Acesso em: 30 out. 2025.

POPOVIĆ, M. Pornography use and closeness with others in women. *Srpski Arhiv za Celokupno Lekarstvo*, [S. l.], v. 139, n. 5-6, p. 353-359, 2011. DOI: 10.2298/SARH1106353P. Acesso em: 30 out. 2025

ROJAS, Enrique. Los lenguajes del deseo. 1. ed. [S. l.]: Ediciones Martínez Roca, 2004.
Acesso em: 30 out. 2025.

ŞENORMANCI, Ö. et al. Two cases of excessive internet use with comorbid family relationship problems. *Noropsikiyatri Arsivi*, [S. l.], v. 51, n. 3, p. 280-282, 2014. DOI: 10.4274/npa.y6939. Acesso em 30 out. 2025.

TYLKA, T. L.; VAN DIEST, A. M. K. You looking at her “hot” body may not be “cool” for me: integrating male partners’ pornography use into objectification theory for women. *Psychology of Women Quarterly*, [S. l.], v. 39, n. 1, p. 67-84, 2015. DOI: 10.1177/0361684314521784. Acesso em 30 out. 2025.

VESCHI, Benjamin. Etimologia de Pornografia – Origem do Conceito. In: *Etimologia.com.br*. [S. l.], 2019. Disponível em: <https://etimologia.com.br/pornografia/>. Acesso em: 30 out. 2025.

VOON, Valerie et al. Neural Correlates of Sexual Cue Reactivity in Individuals with and without Compulsive Sexual Behaviours. *PLOS ONE*, [S. l.], v. 9, n. 7, p. e102419, 11 jul. 2014. Disponível em: <https://journals.plos.org/plosone/article?id=10.1371/journal.pone.0102419>. Acesso em: 30 out. 2025.

A POSSIBILIDADE DO ABORTO LEGAL NOS CASOS DE STEALTHING: UMA ANÁLISE À LUZ DA CRIMINOLOGIA FEMINISTA

Gabrielle Marques Fogiato

Bacharela em Direito

Faculdade de Petrolina - FACAPE

Jamille Beatriz Campos Silva

Bacharela em Direito

Faculdade de Petrolina - FACAPE

Mariana Eva Souza

Profa. Orientadora Me.

Faculdade de Petrolina - FACAPE

RESUMO: Este trabalho propõe-se a analisar a conduta do “*stealthing*”, prática consistente na retirada do preservativo sem o consentimento da outra parte durante a relação sexual inicialmente consentida, e a possibilidade do aborto legal quando ocorre gravidez indesejada advinda dessa nova forma de violação sexual. O estudo busca identificar e comparar as tendências decisórias do ordenamento jurídico brasileiro e de tribunais estrangeiros, justificando-se pela relevância social e pela ausência de regulamentação específica sobre o tema. Propõe-se uma análise crítica a partir das lentes dos estudos de gênero e raça, bem como da criminologia feminista, de modo a discutir o posicionamento do Código Penal na tipificação dessa conduta. Tal escolha teórica decorre da compreensão de que a temática é atravessada por profundas desigualdades sociais, individuais e estruturais. Desse modo, a parcela da população mais afetada pela conduta em estudo são as mulheres negras, que permanecem mais vulneráveis aos riscos decorrentes de procedimentos clandestinos de interrupção da gravidez. Assim, evidencia-se a urgência na construção de soluções para o enfrentamento dessa problemática, garantindo que as vítimas possam gozar do instituto que permite a realização do aborto legal e seguro no Brasil.

Palavras-chave: *Stealthing*. Violação sexual. Aborto.

ABSTRACT: This article examines the practice of “stealthing,” defined as the non-consensual removal of a condom during an initially consensual sexual encounter, and the possibility of legal abortion when an unwanted pregnancy results from this emerging form of sexual violation. The study seeks to identify and compare decision-making trends within the Brazilian legal system and foreign courts, motivated by the social relevance of the issue and the absence of specific regulation. A critical analysis is developed through the lenses of gender and race studies and feminist criminology to discuss how the Brazilian Penal Code addresses and classifies such conduct. This theoretical framework reflects the understanding that the topic is deeply influenced by structural, social, and individual inequalities. As a result, Black women are disproportionately affected and remain more vulnerable to the risks of unsafe and clandestine abortion procedures. The findings underscore the urgent need for solutions that ensure victims can effectively access the legal and safe abortion mechanisms available in Brazil.

Keywords: Stealthing. Sexual violation. Abortion.

1 INTRODUÇÃO

A cada ano, mais mulheres são vítimas de inúmeras violências, sejam elas físicas, psicológicas, sexuais, patrimoniais ou morais. Nota-se que, mesmo com a evolução social e jurídica, essa cultura de opressão feminina ainda caminha entre o pensar humano, deixando fragmentos na sociedade que reproduzem traços desse comportamento patriarcal.

O movimento feminista tem contribuído para conquista de vários direitos pelas mulheres e para seu posicionamento enquanto sujeito de direito não subordinado ao homem. Representam um fator de grande importância para a ascensão da mulher no meio social atual. Contudo, ainda assim, as medidas advindas do poder público são ineficientes para combater as mais diversas formas de violência que vitimam a população feminina.

Em 2009, houve uma mudança significativa no título VI do Código Penal, que passou a ser chamado de “Os crimes contra a dignidade sexual”, alterando a redação do respectivo título que antigamente era chamado de “Crimes contra os costumes”. Com essa mudança, o referido diploma abarca várias condutas que não estavam

satisfatoriamente enquadradas no texto legal, adicionando novos tipos penais e ampliado outros para uma melhor aplicação do direito na sociedade atual.

Para além da inserção dos novos tipos, a alteração do título representa um avanço nas demandas feministas, porque contribui para desatrelar a ideia de honra coletiva/familiar/costumes enquanto bem tutelado nos casos desses tipos penais.

A conduta do estupro teve seu conceito estendido. No texto anterior, de 1940, só era considerado estupro se houvesse copula vaginal, com a alteração de 2009 passou a abarcar outros atos libidinosos realizados mediante violência ou grave ameaça (artigo 213, Código Penal).

Ademais, um novo tipo penal trazido pela alteração de 2009 refere-se à violação sexual mediante fraude (artigo 215, Código Penal). Trata-se da tipificação da conduta consistente em praticar ato libidinoso com alguém ou ter conjunção carnal mediante fraude, que possa dificultar ou impedir a livre manifestação da vontade da vítima.

Partindo do princípio de que, por fatores históricos e culturais, a mulher não é vista como sujeito ativo da relação sexual, mas sim como mero objeto para satisfação masculina, podemos notar que há a revitimização nos casos de denúncias de crimes sexuais, colocando-a na posição de culpada pelos abusos sofridos.

Tendo em vista que na relação sexual há uma visão hierarquizada de poder, em que o prazer é somente atribuído ao homem enquanto o propósito da mulher é satisfazer a vontade masculina, observam-se também inúmeras situações de abuso e violência que nem sempre são de conhecimento social e quedam não identificadas por várias mulheres.

2 PERSPECTIVAS DE GÊNERO, RAÇA E CLASSE

Com o avanço do movimento feminista e o surgimento de novos tratados internacionais que reconheciam que os crimes sexuais atentavam contra a dignidade da mulher, o Brasil viu a necessidade de reformar o código penal conforme a lei nº 12.015/2009. A primeira delas, foi a reforma do próprio capítulo, no qual os crimes sexuais deixavam de ter como objeto jurídico os costumes e a honra, e passaram a considerar a dignidade sexual da mulher (MASSON, 2021).

Tal fato foi de extrema importância para as mulheres brasileiras, pois antes da reforma o bem tutelado não era a dignidade da mulher, mas a honra e moral masculina dos chefes de família, ignorando a liberdade, dignidade e direito reprodutivo da mulher. Deixou-se, inclusive, de distinguir mulher honesta daquela desprovida de virgindade moral (NASCIMENTO, 2019).

Além disso, a conduta do estupro teve seu conceito estendido. No texto anterior, de 1940, só era considerado estupro se houvesse copula vaginal, com a alteração de 2009 passou a abarcar outros atos libidinosos realizados mediante violência ou grave ameaça (artigo 213, Código Penal).

Mas é importante lembrar que, historicamente, as leis que condenavam o estupro não nasceram com o propósito de proteger todas as mulheres, mas sim para proteger uma pequena elite masculina, homens brancos de classe alta que queriam proteger suas mulheres e filhas, vendo-as como uma extensão de suas posses, as quais não podiam ferir a sua honra (DAVIS, 1981)

Ocorre que, o estereótipo de violador sexual e vítima acabou virando uma questão racial também, pois, ao homem negro foi delegado o papel de criminoso e a mulher negra a de promíscua. Ainda assim, mesmo no meio dos pesquisadores, no início do movimento antiestupro contemporâneo, nota-se que não havia teóricas feministas que pesquisavam sobre a deslegitimação estatal aplicada quando se tratava de mulheres negras vítimas de estupro. Nessa linha de raciocínio, também se observa que o próprio Estado não dava a devida atenção a esse assunto quando se tratava de vítimas negras, gerando impunidade ao homem branco e a legitimação do estupro. (DAVIS, 1981).

Tendo em vista essa falta de punição, o abuso sexual foi usado como arma para silenciar o movimento pela igualdade racial após a Guerra Civil Norte Americana. Grupos como a Ku Klux Klan abusavam de mulheres negras como forma de imposição de poder. Os relatos históricos também identificam que na Guerra do Vietnã os soldados Norte Americanos foram encorajados a estuprar vietnamitas, sendo a violência sexual utilizada como uma forma de propagação do medo e controle (DAVIS, 1981).

Ainda hoje, mulheres negras e pobres são as que mais sofrem com a violência e o abuso sexual. Em pesquisa publicada no Anuário Brasileiro de Segurança Pública de

2025, observa-se que 55,6% das mulheres vítimas de estupro são negras, elas também representam 63,6% das vítimas de feminicídios.

Importante recordar que o estupro tem como principal motivação a imposição de poder sobre a vítima, que se vê em posição de submissão em relação a seu violentador. Não é somente um crime de cunho sexual, mas de caráter opressor, que demonstra qual gênero, raça e classe dominam o sistema social. Essa opressão é perpetuada por via da impunidade e descrença das vítimas, buscando sempre uma justificativa que isente o homem branco de algum tipo de sanção.

3 STEALTHING E A VIOLAÇÃO DO CONSENTIMENTO

O termo *stealthing* foi criado por uma subcomunidade online para nomear a prática da retirada do preservativo masculino durante a relação sexual que iniciara consentida. Isso ocorreu, pois as vítimas não sabiam nomear a conduta e o poder judiciário não havia discutido nem abordado a temática para que houvesse uma caracterização. No Brasil não existe um termo específico para essa violação, motivo pelo qual este trabalho utiliza a que foi difundida por Alexandra Brodsky, em 2017, na pesquisa “Rape- Adjacent: Imagining Legal Responses To Nonconsensual Condom Removal”.

A prática discutida ganhou maior visibilidade com um julgado na Suíça, conforme matéria publicada pela Revista Consultor Jurídico no ano de 2017. Naquela ocasião, um homem foi sentenciado a 12 meses de prisão por retirar o preservativo durante a relação sexual. A vítima informou que se soubesse que ele não usaria camisinha, não teria praticado o ato sexual. Constatou-se que haveria um vício no seu consentimento, e com isso o tribunal da Suíça enquadrou o crime como equivalente a estupro.

O convencimento de superioridade masculina é perceptível nas justificativas que seus defensores e propagadores usam para a conduta em estudo. Além de alegarem uma sensação de maior de prazer, dizem que o *stealthing* estaria ligado ao instinto natural masculino e a um direito sexual masculino superior. Além disso, também há comentários

insinuando que as mulheres devem ser engravidadas, mostrando claramente a hierarquização sexual e a violência de gênero que esse crime engloba. Ademais, vale salientar que, homens que violam outros homens também tem um discurso parecido, reproduzindo a ideia que é o dever deles “propagar suas sementes”, ainda que não haja possibilidade de reprodução. (BRODSKY, 2017)

Percebe-se que a prática tem como base a ideia de supremacia masculina, legitimando o *stealthing* como um direito natural do homem. Ocorre que tal violação deixa marcas psicológicas e físicas, além de refletir na saúde pública e na esfera política. É necessário que o poder legislativo e judiciário discutam essa temática para que haja uma melhor compreensão dessa nova modalidade de violência sexual, e assim uma tipificação incriminadora específica para essa conduta.

Para compreender a visão do consentimento no direito brasileiro, é necessário observar o posicionamento do ordenamento jurídico nacional em relação a esse crime sexual. Nota-se que, em alguns países como Suécia e Reino Unido, considera-se a prática do *stealthing* como estupro, porém no Brasil, como visto, a posição tem sido distinta.

A legislação brasileira ainda não delimitou um tipo incriminador para enquadrar o *stealthing*. Atualmente, doutrinadores de direito penal como Rogério Sanches, Valério de Oliveira e Luiz Flávio acreditam que essa conduta se adapta ao artigo 215 do Código Penal. (LOPES, 2023). Portanto, retirar a camisinha durante o ato sexual sem o consentimento da outra parte, no Brasil, seria considerado fraude sexual.

Isso se dá pois não há violência ou grave ameaça durante a prática do *stealthing*, mas sim uma distorção da realidade que faz a vítima ser levada ao erro. O seu consentimento se torna viciado, uma vez que, se soubesse da realidade dos fatos, poderia não ter realizado o ato sexual.

Vale salientar que, caso a vítima observe que o parceiro retirou a camisinha durante o ato e peça para parar, mas ele ignore e continue a relação, tal cenário configurará o crime de estupro (MASSON, 2018). Nesse caso haverá violência ou grave ameaça, de modo que há o encaixe com a tipificação do estupro prevista no art. 215 do Código de Processo Penal.

A partir desse fator, observa-se que, nos casos de *stealthing*, o consentimento da vítima está viciado, uma vez que, se estivesse ciente da verdade, não anuiria com a intenção do agressor (GRECO, 2022). Assim, nota-se que a vítima é levada ao erro, pois o seu consentimento para o ato sexual foi dado sob uma condição e, durante a relação, há o seu rompimento a partir da retirada da camisinha sem a sua permissão.

Vítimas entrevistadas por Brodsky (2017) relatam que o *stealthing* representou uma violação de seu consentimento. Observe-se que há uma grande diferença entre o sexo protegido e o não protegido, sendo necessário o respeito aos parâmetros do consentimento outorgado por todos os envolvidos.

Realizar ato sexual desprotegido é aceitar as possíveis consequências que essa conduta pode acarretar. A sua vez, utilizar um preservativo é justamente ter como objetivo a precaução de ISTs e gravidez. Entretanto, quando o parceiro retira o preservativo sem a anuência da outra parte, principalmente se tratando de mulher, aquele assume uma decisão que não pode ser tomada de forma unilateral, tendo em vista as respectivas consequências.

Com isso, pode-se observar que quem mais sofre com esse crime são as mulheres, visto que, para além do risco de ISTs, uma possível gravidez viola a decisão sobre a reprodução feminina. Uma ação que poderia ser tida como “conduta inconsequente”, na realidade pode gerar um trauma enorme na vida de quem sofre. A violação de bens jurídicos tão essenciais como saúde, integridade física e sexualidade, deveria gerar uma punição ao autor da conduta. Ainda assim, o ordenamento jurídico brasileiro se mostra ineficaz em lidar com esse assunto.

Em um inquérito publicado no ano de 2019 por Kelly Cue Davis na *Health Psychology*, “*Stealthing: Factors associated with young men's nonconsensual condom removal*”¹², foram analisados 626 homens, entre 21 e 30 anos, que tinham inconsistência no uso do preservativo. A pesquisa avaliou o histórico de agressão sexual, de infecções sexualmente transmissíveis, gravidez não planejada e a remoção não consensual do preservativo no ato sexual.

Esse estudo observou que quase 10% dos participantes já admitiram ter retirado o preservativo em alguma relação sexual desde os 14 anos. Homens com histórico de

agressividade e hostilidade em relação às mulheres apresentaram uma maior chance de remover o preservativo de forma não consensual. Também se nota que entre os homens com relatos de remoção não consentida, foram maiores as constatações de históricos de infecções sexualmente transmissíveis. Enquanto esses chegaram em 29,5%, para aqueles que indicaram não tomar parte nessa prática, os índices de diagnóstico de ISTs foram de apenas 15,1%.

Além disso, entre esses homens praticantes de *stealthing*, o estudo também identificou um percentual muito mais elevado de parceiras que tiveram gravidezes indesejadas (46,7%). Entre os não praticantes, esse percentual foi de apenas 25,8%.

O trabalho concluiu atestando que a remoção não consensual do preservativo representa tanto um risco para saúde sexual, quanto uma violação sexual. Os comprometimentos possíveis são múltiplos, de acordo com o apresentado, pelo que merece maior atenção e estudo.

4 A POSSIBILIDADE DO ABORTO LEGAL NOS CASOS DE STEALTHING

A prática do *stealthing* é marcada especialmente pela quebra do consentimento durante a consumação da conjunção carnal ou ato libidinoso. Dessa forma, quando ocorre a quebra de confiança dos parceiros e um deles não consente para o ato posterior, o direito penal passa a ser aplicável (CARVALHO; GONÇALVES, 2021).

Todavia, apesar de se enquadrar como uma forma de violência sexual contra a mulher, a legislação penal não tipifica tal conduta de forma expressa. Nesse contexto, se durante a conjunção carnal, o homem retira a camisinha sem o consentimento da mulher e desse ato advém uma gravidez indesejada, questiona-se o direito que a mulher teria, por analogia ao artigo 128, III, do Código Penal, ao aborto legal.

Atualmente há um Projeto de Lei 965/22 que visa tipificar dentro do Código Penal (Decreto-Lei 2.848/40) o ato de retirar o preservativo durante a relação sexual, com pena de reclusão de 1 a 4 anos. Entretanto não existe um projeto de lei específico que aborde a possibilidade do aborto legal nos casos decorrentes do *stealthing*.

No Brasil o aborto legal pode ocorrer em hipóteses específicas, tais quais quando a gravidez for decorrente de estupro, quando houver risco a vida da mãe ou quando o bebê apresenta anencefalia, nos termos do art. 128, do Código Penal e ADPF 54 do Supremo Tribunal de Justiça

Em 2025 o tribunal de justiça de São Paulo deferiu uma liminar que permitia a possibilidade do aborto por analogia em um caso de *stealthing*, entretanto a liminar foi derrubada meses depois, o desembargador defendeu não haver base legal para equiparar o *stealthing* ao estupro, motivo pelo qual não poderia ocorrer o aborto por analogia.

Esse episódio demonstra como o direito brasileiro não está preparado para novas formas de violência sexual. O *stealthing* é uma agressão que fere o consentimento, a dignidade e a liberdade sexual da mulher, trazendo sérias consequências para as mulheres.

Atualmente, não há possibilidade de haver o aborto legal nos casos de *stealthing*, pois o ordenamento jurídico pátrio não abre margem para a analogia da conduta ao estupro. Tendo em vista que, para que ocorresse tal possibilidade haveria a necessidade de enquadrar outras formas de violência sexual no artigo 128 do Código Penal, autorizando que qualquer mulher pudesse abortar em casos de gravidez advinda de violação sexual, o que não é o caso.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conforme observado, é evidente a hierarquização masculina sobre o feminino, principalmente quando se trata de mulheres negras. Observa-se que a mulher não era e nem é vista como sujeito ativo da relação sexual, pois há uma visão histórica dentro da relação de gênero, raça e classe em que o homem tinha (e tem) como posse o sexo feminino, havendo uma relação de submissão e honra.

Com a reforma do título VI do Código Penal brasileiro, algumas tipificações tiveram sua redação ampliada e houve a implementação de novos tipos penais. O crime de violência sexual mediante fraude foi trazido pela reforma, a partir da interpretação de sua redação, entende-se que pode ser utilizado para enfrentar uma nova modalidade de

violência sexual: o stealthing, a retirada da camisinha sem que haja autorização da pessoa parceira ou sua ciência durante o ato sexual que iniciara consentido.

Essa nova violação traz duas grandes consequências, pois pode acarretar uma gravidez indesejada ou a transmissão de Infecções Sexualmente Transmissíveis. Observa-se, conforme a pesquisa “Young Women's Experiences with Coercive and Noncoercive Condom Use Resistance: Examination of an Understudied Sexual Risk Behavior” realizada por Davis, George, Stappenbeck e Tatiana Masters, em 2017, que essa prática tem ganhado cada vez mais espaço nas relações sexuais entre jovens, tendo em vista que 12 % das mulheres entre 21 e 30 anos já passaram por essa situação. Enquanto 10 % dos homens mais jovens já admitiram ter realizado essa prática, conforme a pesquisa *Stealthing: Factors associated with young men's nonconsensual condom removal* realizada por Kelly Cue Davis em 2019.

Constata-se que o debate a respeito da autorização para interrupção de gestações decorrentes de stealthing é de necessário enfrentamento, tendo em vista que a possibilidade de uma gravidez indesejada advinda dessa prática é relativamente alta (47,7%), além do risco de contaminação por IST.

Entretanto, em nosso ordenamento jurídico a possibilidade do aborto legal se encontra elencado no rol do artigo 128 do Código Penal. Vale salientar que o respectivo rol é de característica taxativa não admitindo outras hipóteses. Atualmente, as únicas possibilidades que autorizam o aborto legal são em risco de vida da gestante, estupro, ou, por posicionamento jurisprudencial, nos casos de anencefalia. Afora esses, não haveria, todavia, mais nenhuma possibilidade de aborto nos casos de gravidez advinda de violação sexual.

Portando, conclui-se que, com base em uma leitura restritiva dos permissivos legais, não haveria a possibilidade de realização do aborto legal nos casos do Stealthing. Para atual compreensão doutrinária e jurisprudencial, haveria a necessidade de previsão específica, mesmo sendo a gravidez advinda de violação sexual. Destarte, para que haja essa proteção com a autorização legislativa para interrupção de gestação nesses casos, seria necessária a ampliação do rol para que houvesse a inserção da tipificação de sexo mediante fraude no artigo 128 do Código Penal.

Urgente o enfrentamento da problemática posta, visto que as vítimas de tal abuso deve ser amparadas pelo Estado. A autorização e viabilização de acesso seguro ao aborto legal é medida asseguradora da dignidade da mulher; e contribuição para redução da violência simbólica que é aplicada pela ordem patriarcal vigente no meio social atual.

REFERÊNCIAS

ALVES, Paloma et al. **Elucidando a prevalência de estupro no Brasil a partir de diferentes bases de dados**. Brasília: IPEA, 2023.

ANDRADE, Mailô de Menezes Vieira. **Criminologia feminista e direito penal patriarcal: um estudo das manifestações da “cultura do estupro” no sistema penal**. 13º Mundos de Mulheres e Fazendo Gênero, Florianópolis, 2017.

ANDRADE, Mailô de Menezes Vieira. **Perspectiva feminista em criminologia: a interseccionalidade entre gênero, raça e classe na análise de estupro**. Revista Brasileira de Ciências Criminais, 2018.

ANDRADE, Vera Regina Pereira de. **A soberania patriarcal: o sistema de justiça criminal no tratamento da violência sexual contra a mulher**. Doutrina Brasileira, 2005.

ARAÚJO, Elita Isabella Morais Dorvillè de. **Sobre as mortes das dandaras: gênero, raça e classe como aportes para pensar uma criminologia feminista e interseccional**. Maceió, 2019.

BARBOSA, Iricherlly Dayane da Costa. **Das linhas às entrelinhas: a representação das mulheres nas doutrinas penais na segunda metade do século XX nos crimes contra os costumes**. 2021. Dissertação (Mestrado em Direito) – Universidade Católica de Pernambuco, Recife. Disponível em: <http://tede2.unicap.br:8080/handle/tede/1543>. Acesso em: 02 nov. 2025.

BARRUCHO, Luis. **‘Retirou a camisinha e confessou, mas Justiça não puniu’: o caso da brasileira vítima de stealthing**. BBC News Brasil, Londres, 15 abr. 2022. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-61101100>. Acesso em: 02 nov. 2025.

BEAUVOIR, Simone de. **O segundo sexo**. 4. ed. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1970.

BELONIA, Cinthia da Silva. **Violência contra a mulher negra: do racismo ao estupro**. Revista Crioula, n. 24, 2019. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/crioula/article/download/163163/158677>. Acesso em: 02 nov. 2025.

BENICO, Karen da Rocha Silva; PAULA, Fernando Shimdt. **Stealthing e a impossibilidade do aborto jurídico**. Revista Curso de Direito, São Paulo, 2018.

BENINCASA, Camila Danielle de Jesus. **A descriminalização do aborto: uma análise a partir da criminologia feminista**. São Paulo: USP, 2019. Disponível em:

https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8161/tde-10082020-172535/publico/2019_CamilaDanielleDeJesusBenincasa_VCorr.pdf. Acesso em: 02 nov. 2025.

BRASIL. Decreto Lei n.º 2.848, de 7 de dezembro de 1940. **Código Penal Brasileiro**. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del2848compilado.htm. Acesso em: 02 nov. 2025.

BRASIL. Lei n.º 11.340, de 7 de agosto de 2006. **Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11340.htm. Acesso em: 02 nov. 2025.

BRASIL. Lei n.º 12.015, de 7 de agosto de 2009. **Altera o Título VI do Código Penal e trata dos crimes contra a dignidade sexual**. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2009/Lei/L12015.htm. Acesso em: 02 nov. 2025.

BRASIL. Lei n.º 13.718, de 24 de setembro de 2018. **Altera o Código Penal e tipifica o crime de importunação sexual**. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2018/Lei/L13718.htm. Acesso em: 02 nov. 2025.

BRASIL. Senado Federal. **Vulnerabilidade aumenta risco de violência contra mulher negra, aponta DataSenado**. Agência Senado, 22 nov. 2024. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2024/11/22/vulnerabilidade-aumenta-risco-de-violencia-contra-mulher-negra-aponta-datasenado>. Acesso em: 02 nov. 2025.

BRODSKY, Alexandra. **“Rape-adjacent”: Imagine Legal Responses to Nonconsensual Condom Removal**. Columbia Journal of Gender and Law, 2017.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. **Projeto prevê até quatro anos de prisão para quem retirar preservativo sem consentimento**. Agência Câmara de Notícias, 09 maio 2022. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/noticias/870200-projeto-preve-ate-quatro-anos-de-prisao-para-quem-retirar-preservativo-sem-consentimento/>. Acesso em: 02 nov. 2025.

DAVIS, Kelly Cue. **“Stealththing”: factors associated with young men’s nonconsensual condom removal**. Health Psychology, v. 38, n. 11, p. 997–1000, nov. 2019. DOI: 10.1037/hea0000779. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/31259595/>. Acesso em: 02 nov. 2025.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. **19º Anuário Brasileiro de Segurança Pública**. São Paulo: Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2025.

Disponível em: <https://publicacoes.forumseguranca.org.br/handle/123456789/279>.

Acesso em: 02 nov. 2025.

GLOBO COM. **Justiça condena homem a indenizar mulher em R\$ 20 mil por retirar preservativo sem consentimento durante relação sexual**. G1, 30 ago. 2025. Disponível em: <https://g1.globo.com/sp/bauru-marilia/noticia/2025/08/30/justica-condena-homem-a-indenizar-mulher-em-r-20-mil-por-retirar-preservativo-sem-consentimento-durante-relacao-sexual.ghhtml>. Acesso em: 02 nov. 2025.

GLOBO COM. **Justiça de SP determina que hospital realize aborto legal em vítimas de “stealthing”**. G1, 19 mar. 2025. Disponível em: <https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2025/03/19/justica-de-sp-determina-que-hospital-realize-aborto-legal-em-vitimas-de-stealthing-entenda.ghhtml>. Acesso em: 02 nov. 2025.

GRECO, Rogério. **Curso de Direito Penal**. Vol. 3. São Paulo: Atlas, 2022.

MASSON, Cleber. **Código Penal Comentado**. São Paulo: Método, 2018.

MASSON, Cleber. **Direito Penal parte especial, Vol. 3**. São Paulo: Método, 2017.

MASSON, Cleber. **Direito Penal Esquemático – Parte Geral**, 14. ed., v. 3. Rio de Janeiro: Método, 2021.

MIGALHAS. TJ/SP: **Suspensa liminar que obrigava aborto legal em casos de “stealthing”**. São Paulo, 22 out. 2025. Disponível em: <https://www.migalhas.com.br/quentes/442890/suspensa-liminar-que-obrigava-aborto-legal-em-casos-de-stealthing>. Acesso em: 02 nov. 2025.

STEALTHING. **TJDFT**. Disponível em: <https://www.tjdft.jus.br/institucional/imprensa/campanhas-e-produtos/direito-facil/edicao-semanal/stealthing>. Acesso em: 02 nov. 2025.

TJDFT. **TJDF autoriza realização de aborto seguro em vítima de “stealthing”**. 2020. Disponível em: <https://www.tjdft.jus.br/institucional/imprensa/noticias/2020/dezembro/tjdft-confirma-que-df-proceda-aborto-seguro-em-vitima-de-violencia-sexual-201cstealthing201d>. Acesso em: 02 nov. 2025.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E DOS TERRITÓRIOS. **Stealthing: Retirada de preservativo sem consentimento é crime**. Brasília: TJDF, 18 dez. 2020. Disponível em: <https://www.tjdft.jus.br/institucional/imprensa/campanhas-e-produtos/direito-facil/edicao-semanal/stealthing>. Acesso em: 02 nov. 2025.

A RESPONSABILIDADE PENAL POR CRIMES AMBIENTAIS: SEUS DESAFIOS E PERSPECTIVAS

Andressa Marques

Bacharelanda em Direito

Faculdade de Petrolina – FACAPE

Maria Eduarda de Souza Costa Oliveira

Bacharelanda em Direito

Faculdade de Petrolina – FACAPE

Maria Eloiza Pereira

Bacharelanda em Direito

Faculdade de Petrolina – FACAPE

Polyany Luiza Almeida Lima

Bacharelanda em Direito

Faculdade de Petrolina – FACAPE

Maria Janiele Alves de Oliveira

Bacharelanda em Ciências Contábeis

Faculdade de Petrolina – FACAPE

Deise Cristiane do Nascimento

Dra. Ecologia Humana e Gestão Socioambiental – UNEB

Professora Adjunta da Faculdade de Petrolina - FACAPE

RESUMO: A responsabilidade penal por crimes ambientais no Brasil constitui um dos pilares centrais para a proteção dos ecossistemas e para a consolidação das políticas públicas de preservação. Ao prever sanções específicas para condutas que resultam em danos ou riscos ao meio ambiente, o ordenamento jurídico brasileiro reforça a importância da tutela ambiental e destaca o papel do direito penal como mecanismo de prevenção e repressão. Diante desse cenário, emerge a seguinte questão norteadora: em que medida as sanções previstas na Lei nº 9.605/1998 têm sido efetivas na responsabilização penal por danos ambientais, considerando a Tríplice Responsabilização (administrativa, civil e penal) e a possibilidade de desvio de punição por meio da reconfiguração de pessoas jurídicas? Isto posto, o objetivo geral consiste em

examinar a efetividade da legislação penal ambiental, complementado por objetivos específicos que incluem avaliar a aplicação das penas, discutir os limites e potencialidades da responsabilização de pessoas jurídicas e identificar desafios operacionais na integração entre as esferas administrativa, civil e penal. A metodologia é qualitativa, exploratória e bibliográfica, fundamentada em legislações, doutrinas e artigos especializados. Os resultados apontam que a responsabilização penal ambiental enfrenta limites significativos, especialmente devido à dificuldade de comprovação do dolo, às estratégias de reconfiguração societária e à complexidade de articulação entre as diferentes formas de responsabilização. Conclui-se que a efetividade da tutela penal ambiental depende do fortalecimento institucional, da cooperação interinstitucional e de políticas públicas capazes de assegurar a aplicação adequada das sanções.

Palavras-chave: Crimes ambientais. Responsabilidade Penal. Efetiva aplicação das leis. Tríplice responsabilidade. Pessoa Jurídica.

ABSTRACT: Criminal liability for environmental crimes in Brazil constitutes one of the central pillars for the protection of ecosystems and the consolidation of public policies for preservation. By providing specific sanctions for conduct that results in damage or risks to the environment, the Brazilian legal system reinforces the importance of environmental protection and highlights the role of criminal law as a mechanism for prevention and repression. Given this scenario, the following guiding question emerges: to what extent have the sanctions provided for in Law No. 9.605/1998 been effective in holding individuals criminally liable for environmental damage, considering the Triple Liability (administrative, civil, and criminal) and the possibility of avoiding punishment through the reconfiguration of legal entities? Therefore, the general objective is to examine the effectiveness of environmental criminal legislation, complemented by specific objectives that include evaluating the application of penalties, discussing the limits and potential of holding legal entities liable, and identifying operational challenges in the integration between the administrative, civil, and criminal spheres. The methodology is qualitative, exploratory, and bibliographic, based on legislation, doctrines, and specialized articles. The results indicate that environmental criminal liability faces significant limitations, especially due to the difficulty in proving intent, strategies of corporate restructuring, and the complexity of coordinating different forms of liability. It is concluded that the effectiveness of environmental criminal protection depends on institutional strengthening, inter-institutional cooperation, and public policies capable of ensuring the proper application of sanctions.

Keywords: Environmental crimes. Criminal responsibility. Effective enforcement of laws. Tripartite liability. Legal entity.

1 INTRODUÇÃO

O Direito Ambiental tem como finalidade precípua assegurar a proteção da natureza, prevenindo condutas humanas capazes de comprometer o equilíbrio dos ecossistemas. Essa tutela ultrapassa a mera garantia da qualidade de vida humana, abrangendo a preservação do meio ambiente como um bem coletivo de interesse global. Nesse sentido, indivíduos ou entidades que desenvolvem atividades com potencial poluidor, ou que oferecem risco a terceiros, devem responder integralmente pelos danos ocasionados, assumindo responsabilidades nas esferas administrativa, civil e penal (Mesquita; Barbosa, 2025).

Partindo desse entendimento, este estudo analisa a responsabilidade penal por crimes ambientais no Brasil, destacando a centralidade da proteção ambiental na ordem jurídica nacional. A tutela penal, prevista no artigo 225 da Constituição Federal, visa assegurar a efetividade de um direito fundamental, essencial à qualidade de vida dos presentes e futuras gerações. Conforme dispõe a Constituição, “todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações” (Brasil, 1988, art. 225).

A promulgação da Lei nº 9.605/1998 representou um marco na consolidação da proteção ambiental no país, ao introduzir a possibilidade de responsabilização penal de pessoas jurídicas e superar o antigo dogma da irresponsabilidade penal dos entes coletivos. Contudo, mesmo após mais de duas décadas de vigência, persistem entraves práticos e jurídicos que dificultam a plena efetividade dessa legislação, especialmente no que se refere à aplicação das sanções penais.

Diante desse cenário, a questão norteadora deste estudo consiste em investigar em que medida as sanções previstas na Lei nº 9.605/1998 têm sido efetivas na responsabilização penal por danos ambientais, considerando a lógica da Tríplice Responsabilização e a possível reconfiguração de pessoas jurídicas para evitar penalidades. O objetivo geral consiste em examinar a efetividade da legislação penal

ambiental, desdobrado em objetivos específicos que incluem avaliar a aplicação das penas, analisar os limites e potencialidades da responsabilização de pessoas jurídicas e mapear os desafios operacionais presentes na articulação entre as esferas administrativa, civil e penal.

Nesse contexto, o estudo se justifica pela necessidade de verificar se a legislação vigente, bem como as práticas institucionais adotadas, tem sido suficiente para assegurar uma tutela penal efetiva e preventiva do meio ambiente. Assim, busca-se contribuir para o aperfeiçoamento dos mecanismos de responsabilização, reforçando a importância de um sistema jurídico capaz de responder de forma eficiente aos desafios contemporâneos da proteção ambiental.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

A Lei nº 6.938/1981 instituiu a Política Nacional do Meio Ambiente, com o objetivo de preservar, melhorar e recuperar a qualidade ambiental necessária à vida humana. A Lei busca conciliar desenvolvimento socioeconômico e dignidade da pessoa humana, definindo princípios que orientam a ação do Poder Público.

Entre os princípios estabelecidos pela Lei nº 6.938/1981 e que estão previstos em seu art. 2º, destacam-se: a preservação do equilíbrio ecológico como patrimônio coletivo; o uso racional dos recursos naturais, como solo, subsolo, água e ar; o planejamento e a fiscalização das atividades que os utilizam; e a proteção dos ecossistemas e de áreas ambientalmente relevantes.

O dispositivo também prevê o controle e o zoneamento de atividades potencialmente poluidoras, o incentivo a pesquisas que promovam a conservação ambiental, o monitoramento da qualidade ambiental e a recuperação de áreas degradadas (Mesquita e Barbosa, 2025).

O meio ambiente, reconhecido pela Constituição Federal como direito fundamental no artigo 225, configura-se como bem de uso comum do povo e dimensão essencial à dignidade da pessoa humana. A previsão constitucional estabelece que sua proteção deve alcançar tanto as gerações presentes quanto as futuras, consolidando o

princípio da responsabilidade intergeracional. Nesse sentido, impõe-se ao Poder Público e à coletividade o dever jurídico de promovê-lo, preservá-lo e defendê-lo, evidenciando que a tutela ambiental constitui uma obrigação compartilhada e estruturante do Estado Democrático de Direito (Nunes, 2019).

Em consonância com o direito fundamental ao meio ambiente, Lei de Crimes Ambientais nº 9.605/1998, prevê que a responsabilidade do sujeito que pode recair sobre pessoas físicas e jurídicas. Segundo Fiorillo e Ferreira (2012), isso significa que a legislação ampliou o conceito de sujeito ativo do crime ambiental, permitindo que empresas também sejam responsabilizadas penalmente. Os autores explicam que, na maior parte dos tipos penais da Lei nº 9.605/1998, qualquer pessoa pode praticar o delito, pois tratam-se de “crimes comuns”.

As únicas exceções são os artigos 66 e 67, classificados como crimes próprios, que só podem ser cometidos por funcionários públicos, já que envolvem condutas específicas contra a administração ambiental. No entanto, Fiorillo e Ferreira destacam que essa ampliação da responsabilidade, especialmente no que se refere às pessoas jurídicas, é objeto de intenso debate doutrinário, pois parte da literatura argumenta que pessoas jurídicas não poderiam receber penas criminais, mas apenas sanções administrativas, dada a natureza da punição penal e a dificuldade de compatibilizá-la com entes coletivos.

A responsabilização penal da pessoa jurídica divide a doutrina em duas correntes. A primeira sustenta que, por se tratar de uma ficção jurídica, a pessoa jurídica não possui consciência, vontade ou capacidade de imputação penal, não podendo, portanto, cometer crimes, posição defendida por Abi-Eçab (2007).

A segunda corrente, baseada na teoria organicista, entende que a pessoa jurídica pode agir como um organismo dotado de vontade própria, distinta da soma das intenções de seus membros ou administradores, permitindo que empresas, valendo-se de seus recursos e meios, cometam ilícitos penais.

Abi-Eçab (2007), Fiorillo e Ferreira (2012) admitem a responsabilização criminal das pessoas jurídicas, defendendo que essas entidades podem ser consideradas sujeitos ativos de crimes ambientais. Essa posição contrasta com a corrente tradicional, que

considera as pessoas jurídicas incapazes de praticar crimes, por não possuírem consciência, vontade ou capacidade de culpabilidade próprias.

Isto posto, cabe ressaltar que a Lei nº 9.605/1998 constitui o principal instrumento legal para a prevenção e repressão de condutas lesivas ao meio ambiente no Brasil. A legislação estabelece tipos penais específicos que tipificam condutas danosas, abrangendo desde crimes contra a fauna e a flora até casos de poluição e degradação de ecossistemas, possibilitando a responsabilização de pessoas físicas e jurídicas.

Ademais, embora tenha função repressiva, a lei desempenha também um papel preventivo, ao prever sanções penais, civis e administrativas, funcionando como mecanismo de inibição de comportamentos lesivos. Dessa forma, ao articular medidas de prevenção e instrumentos de repressão, a Lei nº 9.605/1998 busca assegurar a proteção integral do meio ambiente e garantir a responsabilização daqueles que promovem danos ambientais.

3 METODOLOGIA

A metodologia adotada neste estudo foi estruturada com o objetivo de analisar a efetividade da legislação penal ambiental no Brasil, com ênfase na aplicação da Lei nº 9.605/1998 e nos desafios relacionados à responsabilização de pessoas físicas e jurídicas por danos ambientais. Para tanto, a pesquisa seguiu uma abordagem qualitativa, bibliográfica e exploratória, adequada à investigação de fenômenos complexos. Essa escolha metodológica fundamenta-se em Gil (2024), que destaca a importância da pesquisa bibliográfica para examinar as questões jurídicas de natureza multifatorial.

A investigação foi conduzida a partir de dois procedimentos principais: (a) pesquisa qualitativa e bibliográfica e (b) análise legislativa e normativa. O caráter qualitativo foi escolhido porque o fenômeno pesquisado, a dificuldade de responsabilização penal por crimes ambientais, envolve dinâmicas institucionais, probatórias e estruturais que não podem ser capturadas por métodos quantitativos, demandando análise do conteúdo normativo e de sua efetividade prática.

A pesquisa bibliográfica constituiu uma etapa central do desenvolvimento deste estudo, permitindo a construção de uma base teórica sólida e atualizada acerca da tutela penal ambiental no Brasil.

A análise normativa concentrou-se no exame do arcabouço jurídico que sustenta a proteção penal do meio ambiente no Brasil, considerando: Constituição Federal de 1988, especialmente o art. 225; e a Lei nº 9.605/1998, observando tipos penais, penas e regime de responsabilização.

Além disso, para ilustrar a dificuldade de responsabilização penal em casos de grande impacto, foram mencionados eventos emblemáticos, como o rompimento da barragem de Fundão, em Mariana (2015), e o colapso da barragem da Mina Córrego do Feijão, em Brumadinho (2019).

Tais eventos não constituíram estudos de caso metodológicos, mas foram utilizados para exemplificar entraves estruturais da tutela penal ambiental, como: morosidade processual; complexidade das perícias técnicas; fragmentação das ações judiciais; estratégias empresariais de reorganização societária para dificultar a responsabilização penal. Esses estudos permitiram compreender como, mesmo diante de tragédias amplamente documentadas, a resposta penal ainda enfrenta barreiras significativas para alcançar efetividade.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A análise da tutela penal ambiental no Brasil revela que, embora o ordenamento jurídico estabeleça um sistema robusto de proteção, assentado na tríplice responsabilidade administrativa, civil e penal, sua operacionalização enfrenta limitações estruturais profundas que comprometem a efetividade repressiva e preventiva da Lei nº 9.605/1998. A fragilidade da esfera penal, em particular, decorre de fatores normativos, institucionais e probatórios que se inter-relacionam e produzem um cenário de baixa responsabilização concreta.

A tríplice responsabilidade foi concebida para assegurar uma resposta ampla e integral aos danos ambientais, permitindo que diferentes esferas jurídicas atuem de

forma complementar. Na prática, contudo, observa-se que as esferas administrativa e civil possuem maior dinamismo e efetividade, ao passo que a esfera penal se mostra lenta, complexa e, muitas vezes, ineficaz. Essa assimetria se deve a múltiplos fatores.

Em primeiro lugar, a tutela penal se submete a princípios e garantias estruturais do Direito Penal, como a necessidade de tipicidade estrita e a comprovação do elemento subjetivo (dolo ou culpa). Tais exigências, embora essenciais para a proteção das liberdades individuais, representam um significativo entrave quando aplicadas a crimes ambientais, que muitas vezes decorrem de condutas omissivas, decisões colegiadas ou processos industriais intrincados (Marchesan, 2025).

Diferentemente de crimes convencionais, nos quais a autoria e o nexo causal são mais facilmente identificáveis, nos crimes ambientais a responsabilidade se distribui entre setores, hierarquias e etapas de produção, tornando a imputação penal individual extremamente complexa.

Além disso, a tutela penal ambiental depende fortemente de subsídios técnicos especializados, o que faz com que a persecução penal seja condicionada à atuação prévia dos órgãos ambientais e à elaboração de perícias complexas, análises laboratoriais e relatórios multidisciplinares. Essa dependência gera um fenômeno comum: a demora na conclusão de procedimentos administrativos e a sobreposição de competências entre entes federativos acabam retardando o oferecimento da denúncia ou prejudicando a qualidade da prova colhida, favorecendo prescrições e absolvições (Marchesan, 2025).

Outro aspecto estrutural refere-se à falta de integração entre os sistemas administrativo, civil e penal. Embora a tríplice responsabilização tenha sido concebida como um sistema articulado, observa-se, na prática, uma fragmentação entre os órgãos fiscalizadores, Ministério Público, polícias especializadas e Poder Judiciário. Essa falta de integração compromete a construção de um conjunto probatório consistente, gerando lacunas processuais e decisões divergentes entre as esferas.

Ademais, a legislação ambiental, apesar de inovadora, ainda enfrenta interpretações judiciais restritivas que limitam a autonomia da esfera penal frente às demais. Em muitos casos, entende-se que decisões administrativas ou civis influenciam

ou condicionam a esfera penal, o que restringe a independência funcional do Ministério Público e do Judiciário na apuração de crimes ambientais.

Assim, os resultados demonstram que a efetividade da tutela penal ambiental depende não apenas da interpretação e aplicação adequadas da Lei nº 9.605/1998, mas também do enfrentamento das limitações estruturais que dificultam a atuação penal. Sem o fortalecimento institucional dos órgãos de fiscalização e persecução, a tríplice responsabilidade continuará a operar de maneira fragmentada, reforçando a sensação de impunidade e fragilizando o propósito constitucional de proteção ao meio ambiente ecologicamente equilibrado.

A responsabilização penal da pessoa jurídica, prevista na Lei nº 9.605/1998, representa um importante avanço para o Direito Ambiental brasileiro ao superar o antigo dogma *societas delinquere non potest*. No plano teórico, a doutrina se divide: enquanto uma corrente tradicional sustenta que entes coletivos não possuem vontade ou culpabilidade próprias, outra, baseada na teoria organicista, defende que a empresa atua por meio de seus órgãos e dirigentes, sendo capaz de manifestar vontade institucional e, portanto, cometer ilícitos penais (Nunes, 2019).

Apesar da previsão legal e da evolução teórica, os resultados demonstram que a responsabilização penal das empresas enfrenta sérios entraves práticos. O primeiro deles diz respeito à dificuldade de demonstrar o vínculo entre a conduta lesiva e a estrutura decisória da empresa, sobretudo em organizações complexas onde decisões são fragmentadas entre diversos setores. Essa fragmentação dificulta a comprovação do elemento subjetivo e fragiliza o nexo entre o comportamento institucional e o dano ambiental.

O segundo entrave, e o mais significativo identificado no estudo, refere-se às estratégias de reconfiguração societária, mediante fusões, cisões, incorporações ou dissoluções formais. Essas manobras podem levar à extinção da punibilidade, permitindo que empresas envolvidas em graves danos ambientais evitem a responsabilização criminal. Esse mecanismo é apontado como um dos principais fatores que comprometem a eficácia repressiva da Lei nº 9.605/1998.

Os desastres de Mariana (2015) e Brumadinho (2019) ilustram de forma contundente essas limitações. Apesar da gravidade dos crimes e da ampla repercussão social, não houve até o momento condenações penais definitivas das empresas envolvidas. Os processos foram marcados por debates periciais, questionamentos sobre dolo e dificuldades processuais, revelando a fragilidade da responsabilização penal de entes coletivos no Brasil (Santana; Cardoso, 2021).

Assim, os resultados indicam que, embora a responsabilidade penal da pessoa jurídica esteja formalmente consolidada, sua aplicação prática permanece limitada. A combinação entre dificuldades probatórias e mecanismos de evasão estruturais reduz significativamente o alcance da tutela penal ambiental, reforçando a necessidade de aprimoramentos legislativos e institucionais.

Os resultados do estudo indicam que a efetividade da tutela penal ambiental não depende apenas da qualidade normativa da Lei nº 9.605/1998, mas, sobretudo, da capacidade institucional de implementá-la. Embora a legislação seja considerada avançada no contexto latino-americano, sua aplicação prática continua limitada por barreiras estruturais que exigem reformas e aprimoramentos.

Uma das principais perspectivas de aperfeiçoamento reside na criação e fortalecimento de estruturas especializadas no enfrentamento aos crimes ambientais. A atuação integrada entre órgãos ambientais, Ministério Público, polícias ambientais e Judiciário permanece fragmentada, o que prejudica a produção de provas, a celeridade processual e a coerência das respostas sancionatórias. A experiência de unidades especializadas em alguns estados demonstra que equipes técnicas multidisciplinares, com formação em engenharia ambiental, biologia, geologia e direito, ampliam significativamente a capacidade investigativa.

Outro eixo de aperfeiçoamento refere-se à necessidade de investimentos em tecnologia pericial, incluindo laboratórios de análise ambiental, ferramentas de monitoramento por satélite e sistemas de gestão de evidências digitais. A perícia ambiental é elemento decisivo na configuração do crime, e sua fragilidade compromete a responsabilização penal. O fortalecimento técnico é, portanto, indispensável para superar lacunas probatórias que favorecem a impunidade.

Há também perspectivas no plano legislativo. Projetos recentes discutidos no Congresso Nacional propõem o agravamento das penas ambientais e o aprimoramento da responsabilização de pessoas jurídicas, especialmente no que tange às estratégias de reconfiguração societária que têm resultado na extinção da punibilidade. O aperfeiçoamento desses dispositivos pode impedir que empresas se beneficiem de manobras que desvirtuam a finalidade repressiva da norma penal.

Além disso, políticas públicas voltadas ao estímulo de programas de compliance ambiental despontam como estratégia eficaz de prevenção. Ao exigir que empresas adotem mecanismos internos de controle, auditorias ambientais e protocolos de segurança, o Estado fortalece a cultura institucional de responsabilidade e reduz o risco de danos ambientais graves.

Por fim, a efetividade da tutela penal ambiental exige uma atuação mais incisiva e coordenada por parte das instituições estatais. Sem fortalecimento estrutural, integração interinstitucional e reformas legislativas pontuais, a legislação manterá seu caráter predominantemente simbólico. Assim, o aperfeiçoamento da governança ambiental, aliado ao fortalecimento dos mecanismos de investigação e punição, constitui elemento essencial para que a legislação penal cumpra seu propósito constitucional de proteger o meio ambiente e assegurar justiça ambiental.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise desenvolvida evidencia que, embora a legislação brasileira, especialmente a Lei nº 9.605/1998, estabeleça um arcabouço normativo robusto de proteção ambiental fundamentado na tríplice responsabilização, administrativa, civil e penal, sua efetividade prática permanece limitada por entraves estruturais, institucionais e probatórios. A esfera penal, em particular, enfrenta desafios relacionados à complexidade da imputação individual em crimes ambientais, à necessidade de comprovação do dolo ou culpa em condutas fragmentadas e à dependência de subsídios técnicos especializados, o que retarda processos e compromete a produção de provas.

A responsabilização penal de pessoas jurídicas, embora representativa de um avanço teórico e normativo, mostra-se vulnerável às estratégias de reconfiguração societária e à fragmentação decisória interna, como evidenciam os desastres de Mariana (2015) e Brumadinho (2019), nos quais a gravidade das condutas não se traduziu em responsabilização criminal efetiva. Os resultados apontam que a legislação, ainda que avançada em termos formais, depende decisivamente do fortalecimento institucional, da integração interinstitucional entre órgãos ambientais, Ministério Público, polícias especializadas e Judiciário, bem como do aprimoramento técnico e pericial para garantir a efetividade da tutela penal. Ademais, reformas legislativas que coíbam manobras de evasão, políticas de compliance ambiental e investimentos em tecnologia investigativa surgem como estratégias complementares essenciais.

Dessa forma, conclui-se que a plena efetividade da tutela penal ambiental não reside apenas na qualidade normativa da lei, mas na capacidade do Estado de implementá-la de forma coordenada, técnica e rigorosa, assegurando que a proteção ao meio ambiente seja concreta, preventiva e compatível com seu caráter de direito fundamental e bem coletivo.

REFERÊNCIAS

ABI-EÇAB, Pedro. Destino dos instrumentos de crimes contra o ambiente. **Revista do Ministério Público do Estado de Goiás**, p. 107, 2007. Disponível em: <https://sl1nk.com/dAipU>. Acesso em: nov. 2025.

BRASIL. **Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981**. Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 2 set. 1981. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l6938.htm. Acesso em: nov. 2025.

BRASIL. **Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998**. Dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 13 fev. 1998. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1998/lei-9605-12-fevereiro-1998-365397-publicacaooriginal-1-pl.html>. Acesso em: nov. 2025.

FIORILLO, Celso Antonio Pacheco; FERREIRA, Renata Marques. **Fundamentos constitucionais do direito ambiental brasileiro**. Disponível em: <http://www.observatorioeco.com.br/wpcontent/uploads/up/2009/10/fundamentos-constitucionais-do-direito-ambiental-brasileiro.pdf>, 2012.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2024.

MARCHESAN, Ana Maria Moreira. Reconfiguração de pessoa jurídica e extinção da punibilidade em crime ambiental. **CONJUR**, 2025. Disponível em: <https://www.conjur.com.br/2025-ago-06/reconfiguracao-de-pessoa-juridica-e-extincao-da-punibilidade-em-crime-ambiental/>. Acesso em: 5 out. 2025.

NUNES, Leonardo Bastos. **A tragédia de Brumadinho sob a ótica do Direito Penal**. Jusbrasil, 2019. Disponível em: <https://www.jusbrasil.com.br/artigos/a-tragedia-de-brumadinho-sob-a-otica-do-direito-penal/672848547>. Acesso em: nov. 2025.

PISKE, Oriana. Responsabilidade penal por dano ambiental – Parte II. **Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios**, 2006. Disponível em: <https://www.tjdft.jus.br/institucional/imprensa/campanhas-e-produtos/artigos-discursos-e-entrevistas/artigos/2006/responsabilidade-penal-por-dano-ambiental-parte-ii-juiza-oriana-piske>. Acesso em: 5 out. 2025.

SANTANA, Sisnande Pinheiro; CARDOSO, Jacqueline Ribeiro. Rompimento da barragem da Samarco em Mariana/MG. **LIBERTAS DIREITO**, v. 2, n. 2, 2021.

ADULTIZAÇÃO DAS CRIANÇAS: DESAFIOS À PROTEÇÃO INFANTIL NO CONTEXTO DO ECA

Rayra Iandara Silva Ramos
Pós-graduada em Direito Civil
Faculdade Metropolitana
rayra.iandara@gmail.com

Luciana Silva Fonseca Barbosa Filha
Pós-graduanda em Direito Público
LEGALE Educacional
luciannasfilha@gmail.com

Mariana Mayumi Barbosa Souto
Pós-graduada em Direito do Trabalho e Processo Trabalhista
Faculdade Focus
marianamayumi_@hotmail.com

RESUMO: O presente trabalho discutiu a adultização infantil e os desafios impostos à proteção integral prevista no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). Trata-se da antecipação de comportamentos e responsabilidades da vida adulta, estimulada por fatores socioculturais, tecnológicos e midiáticos. A pesquisa buscou compreender seus impactos no desenvolvimento psicológico, social e físico da criança, além dos limites da legislação e das políticas públicas. O objetivo geral foi analisar tais impactos à luz do ECA, identificando práticas que promovem a adultização, avaliando riscos e examinando o papel das políticas públicas. Utilizou-se pesquisa bibliográfica e documental. Os resultados mostraram que a adultização compromete a proteção integral, manifestando-se em responsabilidades precoces, exposição midiática e pressões inadequadas à idade. Embora programas como o Marco Legal da Primeira Infância e o Criança Feliz tragam avanços, persistem lacunas na execução e na conscientização social. Conclui-se que a proteção integral exige regulação midiática, educação parental, ambientes de lazer e ações intersetoriais que considerem os desafios contemporâneos.

Palavras-chave: Adultização. Infância. ECA. Proteção Integral. Direitos da Criança.

ABSTRACT: This study discusses the phenomenon of child adultization and the challenges it poses to the full protection guaranteed by the Statute of Children and

Adolescents (ECA). Child adultization refers to the premature adoption of adult behaviors and responsibilities, driven by sociocultural, technological, and media-related factors. The research sought to understand its impacts on children's psychological, social, and physical development, as well as the limitations of existing legislation and public policies. The general objective was to analyze these impacts in light of the ECA, identifying practices that foster adultization, assessing associated risks, and examining the role of public policy initiatives. A bibliographic and documentary research approach was used. The findings indicate that adultization undermines full protection by generating early responsibilities, media exposure, and age-inappropriate pressures. Although programs such as the Legal Framework for Early Childhood and the Criança Feliz Program present important advances, gaps in implementation and social awareness remain. The study concludes that ensuring full protection requires media regulation, parental education, accessible leisure environments, and intersectoral actions capable of addressing contemporary challenges.

Keywords: Adultization. Childhood. ECA. Full Protection. Children's Rights.

1 INTRODUÇÃO

A adultização infantil, compreendida como a atribuição de responsabilidades, comportamentos e expectativas típicas da vida adulta a crianças, tem ganhado destaque nas discussões contemporâneas sobre desenvolvimento infantil. O fenômeno, de acordo com Epstein et al. (2017), manifesta-se quando a criança é percebida ou tratada como mais madura do que realmente é, o que fragiliza a compreensão social da infância como etapa protegida.

Amaral, Inácio e Moura (2025) destacam que a adultização ocorre tanto por demandas explícitas, como cuidados domésticos intensos e apoio emocional a adultos, quanto por estímulos midiáticos que introduzem padrões estéticos e comportamentais precoces.

Nesse cenário, as transformações culturais e tecnológicas contribuem significativamente para a antecipação de papéis adultos. Logo, a exposição constante a redes sociais, padrões de consumo e conteúdos erotizados desloca o tempo do brincar e instaura expectativas incompatíveis com o desenvolvimento infantil (Cooke;

Halberstadt, 2021). James e Prout (2015), ao tratarem da infância como construção social, explicam que mudanças no contexto sociocultural alteram aquilo que cada sociedade entende como “ser criança”, abrindo espaço para fenômenos como a adultização em suas diferentes expressões.

No Brasil, essa realidade se articula com desigualdades sociais, pressões escolares e estímulos midiáticos que posicionam a criança diante de responsabilidades emocionais e comportamentais que violam seu estágio de desenvolvimento. Tais práticas tensionam diretamente os princípios de proteção integral estabelecidos pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), que prevê que crianças devem ser tratadas como sujeitos de direitos em condição peculiar de desenvolvimento.

Diante disso, o presente trabalho teve como problema de pesquisa compreender como a adultização infantil se manifesta no contexto sociocultural brasileiro e em que medida desafia a proteção integral assegurada pelo ECA. O objetivo geral consistiu em analisar os impactos desse fenômeno à luz da legislação brasileira, identificando fatores que promovem a adultização, seus riscos ao desenvolvimento e o papel das políticas públicas na mitigação dessas práticas.

Para atingir tais objetivos, a pesquisa utilizou uma abordagem bibliográfica e documental, com análise de artigos científicos, documentos institucionais e legislação aplicável, incluindo o ECA e normas complementares. Buscou-se, assim, contribuir para o entendimento crítico do fenômeno e apontar caminhos que fortaleçam a defesa da infância diante das demandas e pressões do mundo contemporâneo.

2 CONCEITO DE ADULTIZAÇÃO INFANTIL

A adultização infantil é um fenômeno cada vez mais discutido na área da educação, psicologia e sociologia, caracterizado pela antecipação de comportamentos, responsabilidades e padrões adultos durante a infância. Para Bonilha et al. (2025), trata-se de um processo multifatorial, influenciado não apenas pela dinâmica familiar, mas também pela mídia, pelas redes sociais e por pressões culturais. A adultização ocorre

quando a criança passa a adotar papéis e atitudes que não correspondem ao seu estágio natural de desenvolvimento, o que pode comprometer sua vivência plena da infância.

Segundo Guedes e Herculano (2023), é essencial diferenciar o desenvolvimento progressivo, que faz parte do crescimento saudável, da imposição precoce de responsabilidades ou expectativas adultas. Por exemplo, promover autonomia, como guardar brinquedos ou organizar materiais escolares, é adequado; entretanto, exigir que a criança atue como cuidadora do lar, medie conflitos familiares ou apresente comportamentos estéticos ou sociais tipicamente adultos caracteriza a adultização. Oliveira, Silva e Paschoal (2020) apontam que até mesmo editoriais de moda têm contribuído para a incorporação de padrões adultos em crianças, reforçando a ideia de que determinados comportamentos e aparências precoces são desejáveis.

No cotidiano, esse fenômeno aparece de diversas formas. Nas redes sociais, crianças são incentivadas a produzir conteúdos com linguagem, roupas e poses que reproduzem padrões adultos, buscando engajamento e visibilidade (Carvalho, 2025). No ambiente familiar e escolar, algumas passam a assumir funções incompatíveis com sua idade, como cuidar de irmãos, apoiar emocionalmente adultos ou apresentar desempenho escolar acima do esperado. Brito et al. (2021) alertam que tais práticas podem se manifestar também na cobrança por produtividade e maturidade excessivas.

3 FATORES SOCIOCULTURAIS E TECNOLÓGICOS

A compreensão das infâncias exige reconhecer que as formas de perceber e tratar as crianças não surgem ao acaso, mas são produzidas social e historicamente. Nesse sentido, Sarmiento (2007) evidencia como essas percepções moldam as representações sobre quem são as crianças na vida social:

Esse processo decorre das concepções historicamente construídas sobre as crianças e dos modos como elas foram inscritas em imagens sociais que tanto esclarecem sobre os seus produtores (o conjunto de sistemas estruturados em crenças, teorias e ideias, em diversas épocas históricas) quanto ocultam a realidade dos mundos sociais e culturais

da criança, na complexidade de sua existência social (Sarmiento, 2007, p. 25-26).

A partir dessa perspectiva, torna-se evidente que a infância não é uma condição universal, mas uma construção cultural marcada por contextos, valores, disputas simbólicas e práticas sociais que definem — e muitas vezes limitam — a forma como as crianças são vistas e tratadas na sociedade.

A circulação intensiva de imagens e padrões estéticos nas plataformas digitais tem contribuído para a construção de identidades pautadas na aparência, especialmente entre crianças e adolescentes. Nesse contexto, Lira et al. (2017) identificaram que, embora 65% das adolescentes avaliadas apresentassem peso dentro da faixa considerada normal, aproximadamente 85% manifestaram insatisfação com a própria imagem corporal, desejando um corpo mais magro do que aquele que possuíam.

A pesquisa dos autores, citados anteriormente, ainda demonstrou que o uso intenso das redes sociais ampliava esse efeito: adolescentes que acessavam o Facebook mais de dez vezes ao dia tinham seis vezes mais chances de apresentar insatisfação com a imagem, enquanto aquelas que utilizavam o Instagram com igual frequência tinham quase cinco vezes mais chances de desenvolver esse mesmo sentimento. Desse modo, foi observado que, atividades como visualizar e postar fotos intensificam a comparação social e aumentam o risco de insatisfação corporal e comportamentos alimentares disfuncionais (Holland; Tiggemann, 2016).

Paralelamente a esse ambiente midiático, observa-se a crescente antecipação de responsabilidades durante a infância. A pressão por desempenho escolar, somada à competitividade acadêmica, desloca o tempo destinado ao brincar e insere a criança em uma lógica produtivista que exige resultados e eficiência. Essa realidade se articula com a fluidez das relações próprias da modernidade líquida, conceito desenvolvido por Bauman (2007), que descreve um mundo marcado por instabilidade, cobrança constante e adaptação contínua.

Conforme analisado por Katsurayama (2024), tal dinâmica contribui para a compressão emocional infantil e para o surgimento de preocupações e comportamentos tipicamente adultos em idades cada vez mais precoces.

Esse processo também se entrelaça às transformações promovidas pela cultura do consumo e pelo mercado direcionado às crianças. Mercadorias, campanhas e imagens publicitárias passam a funcionar como sinais de distinção e pertencimento social desde muito cedo, configurando a emergência da “criança consumidora”. A exposição a conteúdos erotizados e produtos inicialmente destinados ao público adulto intensifica expectativas de visibilidade, status e autonomia precoce, fragilizando as fronteiras que historicamente diferenciavam a infância da vida adulta (Campos; Souza, 2003; Rocha; Ferreira, 2023; Instituto Alana, s.d.). Esses atravessamentos alimentam subjetividades marcadas por autocrítica, ansiedade e busca incessante por validação.

Sob a perspectiva psicanalítica, a fragilização das referências parentais e educacionais potencializa o desamparo da criança diante das influências midiáticas e mercadológicas. A ruptura na transmissão simbólica, que deveria oferecer limites, referências e segurança, compromete a constituição do sujeito e o deixa mais vulnerável às demandas externas. Lacan (1998) e Winnicott (1975) explicam que, quando faltam estruturas simbólicas estáveis, a criança tende a buscar em objetos, consumo e imagens formas de regulação emocional, o que acentua ainda mais sua vulnerabilidade. Por isso, torna-se imprescindível investir em mediação crítica, práticas educativas e preservação de espaços de brincadeira e proteção, garantindo que a infância possa desenvolver-se com integridade simbólica, emocional e social.

4 IMPACTOS NA INFÂNCIA

Os impactos da adultização são amplos e atingem dimensões psicológicas, sociais e físicas. Psicologicamente, as crianças podem desenvolver ansiedade, estresse e baixa autoestima, pois são expostas a expectativas que não conseguem atender plenamente (Alares Internet, 2025). Ferreira, Ferreira e Melo (2023) destacam que a pressão para realizar escolhas e adotar posturas adultas compromete o desenvolvimento emocional, dificultando a formação natural da personalidade e da autonomia. Do ponto de vista social, há prejuízos na capacidade de interação com outras crianças, já que o

comportamento artificialmente amadurecido limita experiências lúdicas genuínas, fundamentais para o desenvolvimento das habilidades socioemocionais.

Além disso, a perda de tempo de lazer e socialização, relatada por diversos autores, impacta diretamente a saúde mental e física das crianças. A exposição precoce a situações adultas pode gerar sintomas como fadiga, irritabilidade e dificuldades de concentração (Soares, 2025). Lima e Passos Júnior (2024) observam que o fenômeno repercute inclusive no campo jurídico, apontando para a necessidade de políticas públicas e diretrizes que reforcem a proteção integral prevista no Estatuto da Criança e do Adolescente. Caetano (2016) também reforça que as representações sociais das crianças sobre si mesmas são afetadas, produzindo uma visão distorcida do que significa ser criança.

Por fim, a prevenção da adultização exige ações conjuntas de famílias, escolas e sociedade. Girardi (2025) destaca que reconhecer os sinais, como comportamentos adultos excessivos, autocoerção exagerada ou dificuldade em brincar, é fundamental para garantir intervenções adequadas. Incentivar o brincar, respeitar limites etários e promover ambientes saudáveis de desenvolvimento são estratégias essenciais para assegurar que a infância seja vivida em sua plenitude.

Assim, compreender e combater a adultização infantil é um passo fundamental para garantir que crianças possam se desenvolver de maneira equilibrada, segura e saudável, preservando o direito à infância previsto em lei e sustentado por pesquisas contemporâneas.

5 PROTEÇÃO INTEGRAL À LUZ DO ECA

O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), instituído pela Lei nº 8.069/1990, consagrou o princípio da proteção integral, estabelecendo que crianças e adolescentes são sujeitos de direitos e merecem prioridade absoluta na efetivação de garantias fundamentais. Nesse sentido, toda forma de negligência, violência ou exploração deve ser combatida pelo Estado, pela família e pela sociedade. Contudo, a adultização infantil

coloca em xeque esses princípios, já que impõe responsabilidades e pressões incompatíveis com a fase do desenvolvimento (Custódio; Veronese, 2016).

A adultização pode ser entendida como uma forma de violação indireta de direitos, pois compromete o pleno exercício da infância e fragiliza a proteção integral prevista no ECA (Silva; Alves, 2019). Nesse contexto, práticas como a erotização precoce, a exploração midiática da imagem infantil e a sobrecarga escolar se apresentam como obstáculos concretos à aplicação da doutrina da proteção integral.

Além disso, o artigo 4º do ECA prevê a responsabilidade compartilhada entre família, comunidade e poder público na efetivação dos direitos da criança. No entanto, observa-se que muitas vezes a sociedade reforça práticas que contribuem para a adultização, como concursos de beleza, exposição de crianças em redes sociais ou exigências acadêmicas desproporcionais (Palace, 2025). Assim, a tensão entre o que a lei assegura e o que ocorre na realidade revela um dos principais desafios na garantia do direito à infância (Rossato; Lépure; Cunha, 2019).

A proteção integral também se fundamenta na noção de que a criança é sujeito em condição peculiar de desenvolvimento, o que exige atenção diferenciada em todas as esferas de convivência. Nessa linha, ressalta-se que a proteção à infância não pode se restringir ao plano jurídico, mas deve articular-se com práticas sociais que efetivamente garantam às crianças a vivência plena da infância. A adultização, por sua vez, evidencia lacunas entre o discurso legal e a prática social, demandando uma análise crítica da efetividade das normas. (Rizzini; Pilotti, 2011).

Outro ponto relevante está na interpretação constitucional que orienta o ECA. A doutrina da proteção integral encontra respaldo no artigo 227 da Constituição Federal, que atribui prioridade absoluta à criança. Porém, o fenômeno da adultização mostra que, apesar da previsão constitucional, há dificuldades de concretização, especialmente diante de práticas midiáticas e sociais que expõem a criança precocemente ao universo adulto. Assim, o desafio atual é transformar os direitos assegurados em garantias concretas (Mendes, 2020).

A Lei nº 15.211/2025, popularmente conhecida como Lei Felca ou “Estatuto Digital da Criança e do Adolescente”, foi sancionada em 17 de setembro de 2025. Essa lei

dispõe sobre a proteção de crianças e de adolescentes em ambientes digitais e vale para qualquer produto ou serviço de tecnologia da informação “independentemente de sua localização, desenvolvimento, fabricação, oferta, comercialização e operação” que seja direcionado ao público infantil ou acessado por eles (Brasil, 2025). O objetivo é atualizar o arcabouço normativo diante dos desafios da era digital, complementando o ECA frente às novas formas de exposição e exploração de menores no ambiente virtual.

Entre suas principais inovações estão a obrigatoriedade de plataformas digitais oferecerem ferramentas de supervisão parental, restrições ao acesso de menores a conteúdos violentos, pornográficos ou que contenham “loot boxes”, além de mecanismos para verificar a idade dos usuários. Também proíbe a criação de perfis comportamentais de crianças e adolescentes com base no tratamento de seus dados pessoais para direcionamento de publicidade, e exige que provedores removam conteúdos ofensivos assim que forem comunicados por vítimas, representantes ou autoridades competentes (Ayub, 2025). Segundo a lei nº 15.211/2025, no artigo 26:

É vedada a criação de perfis comportamentais de usuários crianças e adolescentes a partir da coleta e do tratamento de seus dados pessoais, inclusive daqueles obtidos nos processos de verificação de idade, bem como de dados grupais e coletivos, para fins de direcionamento de publicidade comercial (Brasil, 2025).

A Lei Felca também estabelece sanções para descumprimento, incluindo multas que podem variar de valores modestos por usuário até cifras expressivas (chegando a R\$ 50 milhões), a depender da gravidade da infração (Ayub, 2025). Ademais, reforça o princípio do melhor interesse da criança, consagrado na Constituição e no ECA, ao exigir que todas as decisões que afetem menores de idade priorizem seu bem-estar físico, psicológico e social, especialmente no ambiente digital.

6 PAPEL DAS POLÍTICAS PÚBLICAS

As políticas públicas representam o caminho central para a concretização dos direitos previstos no ECA. No entanto, os programas de educação, saúde e assistência

social ainda encontram dificuldades para lidar diretamente com o fenômeno da adultização. A ausência de políticas específicas para esse problema faz com que suas consequências sejam tratadas apenas de maneira indireta, geralmente associadas à saúde mental infantil e à proteção contra a exploração (Faleiros, 2011).

A centralidade da criança na vida social e familiar é um marco fundamental para compreender a consolidação de seus direitos. Conforme aponta Ariès (1981):

Tudo que se referia às crianças e à família tornara-se um assunto sério e digno de atenção. Não apenas para o futuro da criança, mas também sua simples presença e existência eram dignas de preocupação – a criança havia assumido um lugar central dentro da família (Ariès, 1981, p. 105).

Essa mudança histórica evidencia que o reconhecimento da criança como sujeito de direitos nasce justamente dessa valorização de sua existência, abrindo caminho para as proteções legais que hoje garantem sua dignidade, segurança e desenvolvimento integral.

No Brasil, o Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária é um exemplo de política que busca fortalecer vínculos familiares e sociais, prevenindo situações de risco. Internacionalmente, destaca-se a Convenção sobre os Direitos da Criança da ONU, de 1989, que reforça a necessidade de um olhar atento à proteção contra qualquer forma de exploração. Contudo, ainda há carência de iniciativas específicas para coibir práticas de adultização no âmbito educacional e midiático (Rizzini; Pilotti, 2011).

As políticas de proteção infantil também precisam ser analisadas em relação à intersetorialidade. Desse modo, a articulação entre saúde, educação e assistência social é indispensável para enfrentar os impactos da adultização, já que se trata de um fenômeno multifatorial. Programas isolados não conseguem dar conta da complexidade do problema, sendo necessária a integração de ações em nível comunitário e familiar (Terra; Silva; Goularte, 2025).

Em âmbito internacional, James e Prout (2015) defendem a perspectiva da sociologia da infância como base para políticas públicas que reconheçam a criança como ator social e não apenas como objeto de proteção. Essa abordagem permite compreender

como práticas sociais, econômicas e culturais contribuem para a adultização e como políticas públicas podem atuar na prevenção. Dessa forma, o enfrentamento do problema requer não apenas normas jurídicas, mas também políticas efetivas de promoção da infância.

7 DESAFIOS E PROPOSTAS

Os desafios para enfrentar a adultização infantil são múltiplos e envolvem dimensões jurídicas, sociais e culturais. Um dos principais entraves é a resistência cultural em reconhecer certas práticas como prejudiciais, visto que parte da sociedade normaliza a antecipação de responsabilidades e a exposição precoce de crianças (Fontana, 2021). Soma-se a isso a insuficiência de políticas públicas específicas e a dificuldade de fiscalização de ambientes digitais, onde a adultização se intensifica.

Nesse sentido, a conscientização social é essencial. Como menciona Ariès (1981, p. 125), a infância é uma invenção histórica, e a forma como a concebemos determina a maneira como a protegemos. Portanto, cabe à sociedade e ao Estado fortalecer uma visão de infância protegida, reconhecendo a vulnerabilidade da criança e sua necessidade de cuidados diferenciados.

Entre as propostas, destacam-se: a criação de campanhas educativas voltadas às famílias sobre os riscos da adultização; a implementação de políticas de regulação midiática que protejam a exposição infantil; o fortalecimento de espaços de lazer e cultura destinados exclusivamente à infância; e o investimento em programas de apoio psicológico para crianças submetidas a responsabilidades precoces (David, 2015). Essas medidas, quando integradas, podem representar um avanço significativo na proteção integral e na garantia do desenvolvimento saudável da criança.

Um desafio recorrente é a naturalização de práticas que adultizam a infância, como o incentivo ao consumo e a erotização em propagandas. Segundo Oliveira, Silva e Paschoal (2020), a cultura de consumo exerce forte influência sobre a infância contemporânea, reduzindo o espaço para a vivência lúdica e aumentando a pressão para

que crianças assumam papéis sociais de adultos. Essa naturalização dificulta a percepção social da adultização como um problema a ser combatido.

Outro desafio é a regulação da internet e das redes sociais, principais espaços de exposição precoce da infância. Palace (2025) aponta que, embora a internet proporcione oportunidades educacionais e de socialização, ela também expõe crianças a riscos significativos, como a exploração de imagem e a pressão por padrões adultos de comportamento. Por isso, propostas de enfrentamento precisam incluir regulamentação do ambiente digital e políticas de educação midiática para famílias e escolas.

8 CONCLUSÃO

A adultização infantil configura um dos desafios mais urgentes da contemporaneidade, pois resulta da atuação conjunta de fatores socioculturais, midiáticos, tecnológicos e institucionais que pressionam a criança a assumir comportamentos e responsabilidades incompatíveis com seu estágio de desenvolvimento. Ao longo do estudo, ficou evidente que esse fenômeno compromete dimensões fundamentais da infância, emocionais, cognitivas, sociais e relacionais, alterando a forma como a criança percebe a si mesma, seu corpo, suas capacidades e seu lugar no mundo. A antecipação de expectativas adultas afeta diretamente o bem-estar psicológico, aumenta a autocobrança, restringe o brincar e fragiliza vínculos essenciais para o desenvolvimento saudável.

No contexto brasileiro, o problema torna-se ainda mais complexo em razão das desigualdades sociais, da hiperexposição digital, das pressões escolares e da naturalização cultural de práticas que violam, mesmo que de forma indireta, o direito à infância. Esses elementos demonstram que a adultização não se limita a comportamentos isolados, mas reflete mudanças estruturais que exigem reflexão crítica e atuação conjunta entre família, escola, sociedade e Estado. A proteção integral prevista no Estatuto da Criança e do Adolescente só se concretiza quando existe um esforço coordenado para reconhecer vulnerabilidades, regular ambientes de risco e promover espaços de cuidado, afeto e desenvolvimento.

A análise das políticas públicas evidencia avanços importantes, sobretudo no âmbito da proteção digital e da promoção da convivência familiar e comunitária. Ainda assim, persistem lacunas significativas na implementação, fiscalização e conscientização social, o que demonstra a necessidade de ações específicas que enfrentem diretamente as práticas de adultização. A construção de uma cultura que respeite o tempo da infância requer investimento em educação midiática, qualificação parental, fortalecimento de ambientes escolares acolhedores e ampliação de programas que protejam a criança dos excessos e pressões contemporâneas.

Assim, reforça-se que combater a adultização infantil é garantir condições para que crianças vivam experiências próprias da sua faixa etária, desenvolvam-se com segurança emocional e tenham seus direitos plenamente assegurados. Preservar a infância não é apenas um dever jurídico, mas um compromisso ético e social. Reconhecer o fenômeno, identificá-lo em suas múltiplas expressões e enfrentá-lo de forma efetiva constitui passo indispensável para promover uma sociedade mais justa, sensível e comprometida com o desenvolvimento integral das novas gerações.

REFERÊNCIAS

- ALARES INTERNET. Adultização infantil, internet e saúde mental. 18 ago. 2025. Disponível em: <<https://www.alaresinternet.com.br/indoalem/saude-mental/adultizacao-infantil/>>. Acesso em: 31 out. 2025.
- AMARAL, Fernando; INÁCIO, Guilbert; MOURA, João Paulo. Adultização forçada é realidade de muitas crianças e adolescentes: tema em alta atravessa diferentes núcleos sociais como trabalho, práticas esportivas e afazeres domésticos. **PUC-SP**, 06 out. 2025. Disponível em: <<https://agemt.pucsp.br/noticias/adultizacao-forcada-e-realidade-de-muitas-criancas-e-adolescentes>>. Acesso em: 31 de out. de 2025.
- ARIÈS, Philippe. **História social da criança e da família**. Rio de Janeiro: LTC, 1981.
- AYUB, Thiago. PL 2628: quais são os efeitos colaterais da Lei Felca? TecMundo, 25 ago. 2025. Disponível em: <<https://www.tecmundo.com.br/seguranca/406590-pl-2628-quais-sao-os-efeitos-colaterais-da-lei-felca.htm>>. Acesso em: 25 de set. de 2025.
- BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade líquida**. Rio de Janeiro: Zahar, 2007.
- BONILHA, Giulia C. et al. Adultização precoce: revisão narrativa crítica de um fenômeno multifatorial na infância e adolescência. **ARACÊ**, v. 7, n. 10, 2025.
- BRASIL. Lei nº 15.211, de 18 de abril de 2025. Institui normas de proteção de crianças e adolescentes no ambiente digital (Lei Felca / ECA Digital). Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2025/lei/L15211.htm>. Acesso em: 21 de set. de 2025.
- BRITO, Helison Fernando de et al. Adultização infantil leva à dificuldade de socialização e baixa autoestima. **UOL VivaBem**, 02 jun. 2021.
- CAMPOS, Cristiana Caldas Guimarães; SOUZA, Solange Jobim e. Mídia, cultura do consumo e constituição da subjetividade na infância. **Psicologia: Ciência e Profissão**, v. 23, n. 1, Brasília, mar. 2003. Disponível em: <https://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?pid=S1414-98932003000100003&script=sci_arttext>. Acesso em: 31 out. 2025.
- CARVALHO, Izabel Oliveira de. Adultização, à luz da psicanálise. **Central Psicologia**, 14 ago. 2025.

CAETANO, Maria Raquel. Adulterização na infância: representações das crianças. **Zero-a-Seis**, v. 18, n. 33, 2016.

COOKE, A. N.; HALBERSTADT, A. G. Adulterification, anger bias, and adults' different perceptions of Black and White children. **Cognition & Emotion**, v. 35, n. 7, p. 1416-1422, 2021.

CUSTÓDIO, André Viana; VERONESE, Josiane Rose Petry. **Estatuto da Criança e do Adolescente comentado**. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2016.

DAVID, Célia Maria et al. (org.). Desafios contemporâneos da educação [recurso eletrônico]. 1. ed. São Paulo: **Cultura Acadêmica**, 2015.

EPSTEIN, Rebecca et al. **Girlhood Interrupted: The Erasure of Black Girls' Childhood**. Washington, DC: Georgetown Law Center on Poverty and Inequality, 2017. Disponível em: <<https://genderjusticeandopportunity.georgetown.edu/wp-content/uploads/2020/06/girlhood-interrupted.pdf>> Acesso em: 31 out. 2025.

FALEIROS, Vicente de Paula. Infância e processo político no Brasil. In: RIZZINI, Irene e PILOTTI, Francisco (Orgs.). **A arte de governar crianças: a história das políticas sociais, da legislação e da assistência à infância no Brasil**. 3. ed. São Paulo: Editora Cortez, 2011.

FERREIRA, Hugo M.; FERREIRA, Fernando I.; MELO, Bruno C. de F. A adultização infantil na contemporaneidade: as escolhas das crianças. **Humanidades & Inovação**, v. 8, n. 68, 2023.

FONTANA, Maria Aparecida Nunes (org.). **Psiquiatria da infância e adolescência: guia prático para pais e professores**. 2. ed. São Cristóvão (RS): CRV, 2021.

GIRARDI, Rose Glace. Adultização infantil: como reconhecer, prevenir e proteger crianças e adolescentes. **JusBrasil**, 01 set. 2025. Disponível em: <<https://www.jusbrasil.com.br/noticias/adultizacao-infantil-como-reconhecer-prevenir-e-proteger-criancas-e-adolescentes/4509425311>> Acesso em: 31 de out. de 2025.

GUEDES, Cristiane; HERCULANO, Yeda. Adultização infantil: entenda o tema, os impactos e como lidar. **Revista Appai Educar**, n. 147, jan. 2023.

INSTITUTO ALANA. Adultização precoce. Disponível em:

<<https://alana.org.br/glossario/adultizacao-precoce/>> Acesso em: 31 out. 2025.

JAMES, Allison; PROUT, Alan. **Constructing and reconstructing childhood: Contemporary issues in the sociological study of childhood**. 3. ed. London: Routledge, 2015.

KATSURAYAMA, Arthur Hideki. A adultização precoce como horizonte da infância no laço social contemporâneo. 2024. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Psicologia) – **Universidade Federal do Rio Grande do Sul**, Porto Alegre, 2024. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/297905>. Acesso em: 31 out. 2025.

LACAN, Jacques. **Escritos**. Rio de Janeiro: Zahar, 1998.

LIMA, Mateus Borges; PASSOS Júnior, Edy César dos. A cultura da adultização infantil na era da atualidade: reflexos no ordenamento jurídico brasileiro. **FACIT Journal**, 2024.

OLIVEIRA, Marta R. F. de; SILVA, Larissa D. B. da; PASCHOAL, Jaqueline D. Os lugares da infância nos editoriais de moda: uma análise sobre a adultização da criança na sociedade do consumo. **Revista on line de Política e Gestão Educacional**, Araraquara, v. 24, n. esp3, p. 1856–1872, 2020.

PALACE, Livia Teixeira. A adultização de crianças na internet e os desafios à proteção integral à luz do Direito da Criança e do Adolescente: uma análise da exploração digital infantil e da corresponsabilidade familiar, estatal e das plataformas digitais sob a ótica do princípio da proteção integral. **Ciências Humanas**, v. 29, n. 152. 2025.

RIZZINI, Irene; PILOTTI, Francisco. **A arte de governar crianças: a história das políticas sociais, da legislação e da assistência à infância no Brasil**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

ROCHA, Ávila Nara de Souza; FERREIRA, Bruna Milene. Adultização precoce nas mídias contemporâneas: por onde anda a responsabilidade familiar? **Educação e Cultura em Debate**, v. 9, n. 1, 2023.

ROSSATO, Luciano Alves; LÉPORE, Paulo Eduardo; CUNHA, Rogério Sanches. **Estatuto da Criança e do Adolescente comentado**. 10. ed. São Paulo: RT, 2019.

SARMENTO, Manuel Jacinto. **Sociologia da infância: correntes e confluências**. Porto: Campo das Letras, 2007.

SIBILIA, Paula. **O show do eu: a intimidade como espetáculo**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2012.

SILVA, João Paulo de Lorena; ALVES, Marlucy Paraíso. Para uma cartografia de infâncias queer no currículo escolar. **Revista Educação em Questão**, Natal, v. 57, n. 54, p. 1-21, out./dez. 2019. Disponível em:
<<https://periodicos.ufrn.br/educacaoemquestao/article/view/18585>> Acesso em: 17 set. 2025.

SOARES, Thyago. Adultização infantil: entenda por que acelerar a infância faz mal às crianças. **Seleções IG**, 19 ago. 2025. Disponível em:
<<https://selecoes.ig.com.br/saude/adultizacao-infantil-entenda-por-que-acelerar-a-infancia-faz-mal-as-criancas/>> Acesso em: 25 de set. de 2025.

TERRA, Bibiana; SILVA, Júlia Giovana Mera da; GOULARTE, Roana Funke (org.). **Direitos da criança e do adolescente**. Santo Ângelo: **Editora Ilustração**, 2025.

WINNICOTT, Donald W. **O brincar e a realidade**. Rio de Janeiro: Imago, 1975.

ALÉM DOS CÓDIGOS: O DIFERENCIAL COMPORTAMENTAL NA FORMAÇÃO DO PROFISSIONAL DE DIREITO

Antônia Aparecida Barros Alencar Correia
Professora-orientadora
Faculdade de Petrolina – FACAPE
antonia.alencar@prof.facape.br

Erick Batista Ramos
Faculdade de Petrolina – FACAPE
erick.ramos.24113@aluno.facape.br

Levi Filipe de Sena Carvalho
Faculdade de Petrolina – FACAPE
levi.carvalho.24253@aluno.facape.br

Marcos Antônio da Silva Junior
Faculdade de Petrolina – FACAPE
marcos.junior.24207@aluno.facape.br

Marx Osiris Vieira Andrade Dantas
Faculdade de Petrolina – FACAPE
marx.dantas.24242@aluno.facape.br

Paulo Henrique Higino freire
Faculdade de Petrolina – FACAPE
paulo.freire.23667@aluno.facape.br

Pedro Gabriel Abade Coelho
Faculdade de Petrolina – FACAPE
pedro.g.coelho.23790@aluno.facape.br

RESUMO: Este trabalho apresenta a relevância de atividades jurídicas simuladas para o aprimoramento de competências argumentativas voltadas ao desenvolvimento da comunicação eficaz para o profissional do direito. O objetivo é analisar o impacto das práticas desenvolvidas na disciplina Tópicos Especiais – Comunicação Eficaz, na

capacitação dos estudantes para desafios da prática forense. A metodologia adotada consiste em estudo de caso, que utiliza entrevistas e questionários aplicados aos discentes que participaram das atividades, bem como a estudantes de outras instituições que cursaram disciplinas similares, a fim de comparar os efeitos. Os resultados indicam uma melhora no desenvolvimento de competências comportamentais, como oratória, postura e argumentação jurídica. Conclui-se que a inserção dessas estratégias no período estudantil é fundamental, recomendando-se a transformação da disciplina em componente obrigatório, a fim de garantir que todos os futuros profissionais desenvolvam tais habilidades.

Palavras-chave: Argumentação Jurídica. Comunicação Jurídica. Ensino do Direito. Práticas Simuladas. Metodologias Ativas.

ABSTRACT: This work presents the relevance of simulated legal activities for improving argumentative skills aimed at developing effective communication for legal professionals. The objective is to analyze the impact of the practices developed in the Special Topics – Effective Communication course on preparing students for the challenges of forensic practice. The methodology adopted consists of a case study, which uses interviews and questionnaires applied to students who participated in the activities, as well as students from other institutions who took similar courses, in order to compare the effects. The results indicate an improvement in the development of behavioral skills, such as oratory, posture, and legal argumentation. It is concluded that the inclusion of these strategies during the student period is fundamental, recommending the transformation of the course into a mandatory component, in order to guarantee that all future professionals develop such skills.

Keywords: Legal Argumentation. Legal Communication. Legal Education. Simulated Practices. Active Methodologies.

1 INTRODUÇÃO

No cenário profissional atual, a competência técnica não garante mais o sucesso, sendo a comunicação eficaz o principal diferencial, especialmente no Direito, onde ela é o núcleo operacional da justiça. O jurista precisa saber comunicar o Direito com clareza, persuasão, ética e objetividade em todos os contextos, tanto formais quanto cotidianos.

Entretanto, o ensino jurídico no Brasil é majoritariamente tradicional, focando na dogmática e na memorização. Essa abordagem ignora que a palavra é a ferramenta primordial e resulta na formação de profissionais com conhecimento técnico, mas inseguros na oratória e argumentação. Dessa forma, a capacidade de expressar o pensamento é fundamental para que o estudante se torne um "construtor do Direito".

A disciplina eletiva "Tópicos Especiais: Comunicação Eficaz no Exercício Jurídico" da FACAPE aborda essa lacuna, utilizando metodologias ativas e atividades simuladas (como júri simulado e sustentações orais) para desenvolver competências comportamentais. Assim, este trabalho apresenta um estudo de caso quali-quantitativo baseado em questionários e entrevistas com discentes, onde o objetivo é analisar o impacto das práticas simuladas na capacitação dos estudantes, demonstrando a importância de se desenvolver a oratória, a postura e a argumentação jurídica. Assim, portanto, colhe-se que os resultados preliminares indicam uma melhora no desenvolvimento de competências comportamentais e ressaltam a necessidade de transformar a disciplina em um componente obrigatório para a formação completa do profissional.

A escolha deste tema justifica-se pela notória lacuna existente na formação jurídica tradicional brasileira, que historicamente privilegia o ensino dogmático e a escrita processual em detrimento da oralidade e da argumentação performática. Diante de um mercado de trabalho que exige do jurista não apenas conhecimento técnico, mas também habilidades de negociação, liderança e persuasão, torna-se imperativo investigar ferramentas pedagógicas que superem essa deficiência. A disciplina "Tópicos Especiais", ofertada pela FACAPE, apresenta-se como um cenário ideal para essa análise, permitindo verificar empiricamente como o ensino direcionado de técnicas retóricas impacta a qualificação profissional do discente.

O objetivo geral desta pesquisa é analisar a relevância das atividades jurídicas simuladas, desenvolvidas na referida disciplina, para o aprimoramento das competências argumentativas e comunicacionais dos estudantes do 10º período. Para tanto, delinearam-se os seguintes objetivos específicos: (i) fundamentar teoricamente a importância da comunicação eficaz e da retórica no desenvolvimento profissional, à luz

de autores clássicos e contemporâneos; (ii) investigar as limitações do modelo de ensino tradicional frente às demandas da prática forense; e (iii) mensurar, através da percepção discente, a evolução em competências comportamentais como oratória, postura e controle emocional após a exposição a metodologias ativas.

Para alcançar tais propósitos, adotou-se como metodologia uma abordagem de natureza aplicada, com objetivos descritivos e exploratórios. O procedimento técnico caracteriza-se como um estudo de caso, conduzido sob uma ótica mista (quali-quantitativa). A coleta de dados realizou-se em duas frentes: primeiramente, através de uma revisão bibliográfica para a construção do arcabouço teórico; e, posteriormente, por meio de pesquisa de campo, utilizando questionários e entrevistas aplicados aos discentes que cursaram a disciplina, bem como a estudantes de outras instituições para fins comparativos. Essa abordagem permitiu não apenas quantificar a melhora percebida, mas também qualificar o impacto dessas práticas na confiança e na preparação para o mercado de trabalho.

2 A IMPORTÂNCIA DA COMUNICAÇÃO EFICAZ PARA O DESENVOLVIMENTO PROFISSIONAL

No cenário profissional contemporâneo, a competência técnica estabeleceu-se apenas como o patamar de entrada, deixando de ser, isoladamente, a garantia do sucesso em qualquer carreira. Seja na gestão corporativa, na vida pública ou nas relações acadêmicas, a capacidade de articular ideias tornou-se o diferencial competitivo. Conforme destaca Mosca (2004, p. 119), a comunicação estratégica nasce de uma percepção fundamental da natureza humana, pois “desde que o homem se deu conta do poder da palavra e das ideias como meios capazes de influenciar o pensamento e as ações de outro homem, a retórica começou a existir”.

Embora essa premissa seja válida para todas as áreas, ela assume um caráter de urgência no Direito, um campo que, por natureza, opera dentro de um universo construído pela linguagem. Segundo Lahas (2022), para o jurista, a capacidade de comunicar não é meramente uma habilidade acessória (soft skill), mas o próprio núcleo

operacional da justiça; sem a aptidão para articular raciocínios complexos para audiências diversas, a profissional falha em seu mandato primário.

Historicamente, o desenvolvimento dessa competência remonta à Magna Grécia. Inicialmente impulsionada pela necessidade prática de defesa de direitos, a oratória evoluiu com os sofistas. No entanto, como aponta Mosca (2004, p. 103), esses primeiros educadores “objetivavam impressionar o público, exibindo com grande orgulho a sua habilidade em tornar forte a causa fraca”, priorizando a vitória no debate em detrimento da verdade.

Foi Aristóteles quem rompeu com essa tradição puramente performática, sistematizando a retórica como uma arte analítica essencial a qualquer cidadão ou líder. De acordo com Aristóteles (2001), o estudo da comunicação é definido como “todos os meios possíveis de persuasão”. Essa definição desloca o foco para a capacidade de identificar, em cada caso, a estratégia adequada de convencimento, estruturando a influência em três pilares fundamentais: o *logos* (razão), que constitui a estrutura lógica e a consistência dos argumentos utilizados; o *ethos* (caráter), que se refere à credibilidade moral e à confiança que o orador projeta para a audiência durante o discurso; e o *pathos* (emoção), que reconhece que o julgamento humano é influenciado por sentimentos, exigindo do orador a habilidade de mobilizar psicologicamente seus ouvintes.

A tradição romana expandiu esse ideal para a formação do profissional completo. Segundo Freitas (2017), analisando a obra *De Oratore*, Cícero argumentou apaixonadamente contra a separação entre sabedoria (*sapientia*) e eloquência (*eloquentia*), criticando a especialização excessiva. Para o profissional moderno que aspira à excelência, a lição ciceroniana permanece vital: a técnica é insuficiente se não for casada com uma educação cultural ampla. Essa visão sugere que o desenvolvimento profissional não pode ser compartimentado; é necessário compreender história, psicologia e ética para atuar como um instrumento de coesão social.

No século XX, essa ponte entre a comunicação geral e a prática jurídica específica foi solidificada pela “Nova Retórica”. Respondendo ao domínio do positivismo lógico, Chaïm Perelman reabilitou a razão prática, estabelecendo uma distinção crucial entre demonstração (própria da matemática, impessoal) e argumentação (própria do Direito,

peçoal e situada no tempo). Ao focar na adesão dos espíritos, a teoria perelmaniana finaliza o afunilamento do campo geral para o específico: move-se de uma aplicação mecânica da técnica para uma abordagem dinâmica, onde a comunicação eficaz é a ferramenta que constrói a realidade na prática forense.

Diante desse arcabouço teórico, torna-se evidente que a comunicação eficaz não é um dom inato, mas uma competência técnica e ética que deve ser desenvolvida. Contudo, resta indagar se o modelo tradicional de ensino jurídico, focado predominantemente na dogmática e na memorização de códigos, tem sido suficiente para formar esse orador completo idealizado por Cícero e exigido pela nova retórica de Perelman. A compreensão dessa lacuna é o passo inicial para valorizar metodologias que, como as atividades simuladas, transponham a teoria para a prática vivencial.

3 IMPLICAÇÕES DE MÉTODOS ATIVOS NO ÂMBITO DAS FACULDADES DE ENSINO JURÍDICO

Tradicionalmente, é notório de que o ensino jurídico, em especial, na realidade brasileira, vem ao longo dos anos, pautando-se majoritariamente na pedagogia convencional, a saber focada na transmissão do conhecimento dogmático jurídico, que se subdivide em um entendimento doutrinário, jurisprudencial e normativo, por meio de aulas expositivas (MONTEIRO NETO; RODRIGUES, 2021). No entanto, esse modelo de ensino, que coloca o aluno apenas como um ouvinte passivo, tem se mostrado insuficiente diante das mudanças da sociedade contemporânea, que exigem uma atuação mais dinâmica das universidades na formação dos futuros profissionais. Conforme apontam Germinari e Portugal (2015), embora os cursos de Direito tenham amadurecido, eles necessitam de uma reforma urgente, pois focam excessivamente na formação cognitiva e teórica, esquecendo-se de que a formação profissional depende do desempenho prático no mercado de trabalho.

Nesse contexto de necessária mudança, a adoção de metodologias ativas surge como uma solução essencial. Segundo Dantas (2022), é preciso compor práticas que transfiram ao aluno o papel de protagonista no aprendizado, abandonando a ideia de que

ele deve apenas decorar e repetir o assunto sem uma análise crítica. A inserção dessas metodologias permite que o estudante não apenas absorva o conteúdo das leis, mas desenvolva a habilidade de comunicar esse conhecimento com segurança. Lahas (2022) reforça essa visão ao destacar que não basta ao profissional do Direito saber o conteúdo material; é necessário entender como transmitir esse conhecimento ao destinatário de forma eficaz, pois a linguagem é o principal instrumento de trabalho do operador do Direito.

Para materializar essa teoria na prática, as faculdades devem investir em atividades que simulem a realidade da profissão. Dantas (2022) sugere que a simulação de ritos jurídicos, onde os estudantes atuam como personagens em situações práticas reais, possibilita perceber o funcionamento verdadeiro de institutos como audiências e sustentações orais. O uso do júri simulado, por exemplo, é uma estratégia que desperta o interesse e a motivação dos alunos, contribuindo diretamente para o desenvolvimento da capacidade argumentativa e do senso crítico, conforme citado por Dantas (2022) ao referenciar Monteiro et al. (2018). Essas práticas ajudam o aluno a ganhar o “jogo de cintura” necessário para a profissão, algo que a teoria sozinha não consegue oferecer.

Além do aprendizado técnico, essas metodologias criam um ambiente seguro para o desenvolvimento pessoal do aluno. Germinari e Portugal (2015) defendem que os estudantes necessitam de apoio para participar de seminários e estágios, sendo aparelhados com técnicas que os auxiliarão na vida profissional. Dantas (2022) complementa essa ideia afirmando que as instituições devem viabilizar momentos em que o aluno possa se expor com tranquilidade, sem julgamentos severos, criando um espaço onde ele possa errar sem maiores prejuízos e aproveitar para tirar dúvidas e aperfeiçoar sua fala em público. Isso é fundamental para combater a insegurança, já que, segundo pesquisa citada por Lahas (2022), cerca de 70% dos acadêmicos apontam a timidez e o nervosismo como suas maiores dificuldades em apresentações orais.

Portanto, a aplicação de métodos ativos não é apenas um complemento, mas uma necessidade para garantir uma formação completa. Ao priorizar o ensino da oratória e da argumentação prática, as instituições de ensino evitam que o profissional enfrente dificuldades severas na construção de sua carreira e no alcance de sucesso no mercado

de trabalho hodierno, como alerta Lahas (2022). Dessa forma, o ensino jurídico cumpre seu papel de entregar à sociedade profissionais que não apenas conhecem a lei, mas que sabem utilizá-la para defender direitos de forma clara, persuasiva e eficiente.

4 "TÓPICOS ESPECIAIS": CONTEXTO E APLICAÇÕES DA MATÉRIA PARA O DESENVOLVIMENTO E FORMAÇÃO EM DIREITO NA FACAPE

A disciplina "Tópicos Especiais: Comunicação Eficaz no Exercício Jurídico" é um componente curricular eletivo oferecido no 10º período do Bacharelado em Direito da FACAPE (Faculdade de Petrolina-PE), onde a matéria reconhece a centralidade da oralidade e da postura argumentativa no exercício do Direito e visa desenvolver a comunicação eficaz como um instrumento de qualificação profissional.

O cenário jurídico contemporâneo exige que os profissionais do Direito desenvolvam uma comunicação eficaz, pois a competência técnica isoladamente já não é suficiente para um desempenho adequado, diante disso as atividades profissionais essenciais, como sustentação oral, participação em audiências, negociações, mediações, e entrevistas com clientes, demandam um sólido domínio comunicacional. Profissionais do direito como advogados, promotores, defensores, ou magistrados precisam saber comunicar o Direito, transmitindo ideias com clareza, persuasão, ética e objetividade, tanto em ambientes formais (como petições e sustentações orais) quanto em contextos cotidianos (como atendimento a clientes), onde desenvolver a capacidade de persuadir e convencer torna-se um atributo essencial para a defesa eficaz de ideias.

Nesse contexto, a comunicação eficaz não é apenas uma habilidade profissional; ela se configura como um instrumento de cidadania e justiça, promovendo confiança e transformação social ao tornar o Direito acessível e compreensível, pois ela permite ao profissional convencer sem manipular, explicar sem distorcer, e argumentar com base na razão e na justiça.

Apesar de sua inegável pertinência, a disciplina é oferecida de forma eletiva e tardia no momento conclusivo da graduação. A formação jurídica tradicionalmente privilegia o raciocínio dogmático e a escrita, relegando a oralidade a espaços periféricos.

Segundo Fernandes (2018), as universidades frequentemente não dedicam a devida atenção ao ensino da argumentação e oratória aplicadas ao contexto jurídico.

Assim, portanto, a disciplina aborda aspectos cruciais como retórica, oratória, empatia, e escuta ativa. Ao integrar esses elementos, ela aproxima o ensino jurídico da realidade prática do foro e das novas exigências do mercado de trabalho, que valoriza juristas capazes de se expressar de forma técnica, democrática, ética e humanizada. Machado da Luz (2015) destaca que a oratória, como qualquer habilidade, pode ser desenvolvida e aprimorada por meio de prática contínua, dedicação e esforço. Dessa forma, a disciplina "Tópicos Especiais" é essencial para o bacharel em Direito, pois fornece as ferramentas para que ele possa atuar de forma a obter resultados mais adequados.

4.1 PRINCIPAIS RESULTADOS DA PESQUISA

O estudo sobre a disciplina "Tópicos Especiais: Comunicação Eficaz no Exercício Jurídico" revelou percepções claras sobre a necessidade da matéria e impactos significativos no desenvolvimento de competências dos estudantes.

Inicialmente, a maioria dos alunos demonstrava uma confiança baixa ou média para se expressar em público no contexto jurídico antes de cursar a disciplina. No entanto, houve um reconhecimento unânime por parte dos respondentes, com 100%, de que o desenvolvimento de habilidades de comunicação e oratória constitui um "diferencial comportamental" essencial para o profissional de Direito. Além disso, a grande maioria dos estudantes (92,9%) considera que a "inserção dessas estratégias no período estudantil é fundamental" para sua formação.

A avaliação do impacto da disciplina nos alunos, utilizando uma Metodologia Ativa de Aprendizagem (MAA), demonstrou melhorias notáveis em diversas competências:

- **Argumentação Lógica:** Esta área apresentou a melhora mais significativa, com 42,9% dos estudantes atribuindo a nota máxima (nota 5) à sua evolução.

- Postura (Linguagem Corporal e Contato Visual): A maioria dos alunos (57,1%) avaliou sua melhoria nessa competência com nota 4, indicando um impacto muito positivo.
- Oratória (Clareza, Dicção, Fluência): Cerca de 35,7% dos estudantes também atribuíram nota 4 ao seu desenvolvimento na oratória.
- Controle Emocional e Confiança: A melhoria no controle emocional e no aumento da confiança foi avaliada com nota 4 por 35,7% dos respondentes.

Esses resultados qualitativos sublinham o papel da disciplina em elevar a capacidade comunicacional dos futuros juristas, transformando habilidades inicialmente carentes em pontos de força essenciais para a atuação profissional.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo demonstrou que a comunicação eficaz, longe de ser uma mera soft skill, constitui o núcleo operacional da prática jurídica, essencial para o profissional que almeja ser um "construtor do Direito". Outrossim, ressalta-se que o modelo tradicional de ensino jurídico, focado predominantemente na transmissão da dogmática e na memorização de códigos por meio de aulas expositivas, tem se mostrado insuficiente, pois essa abordagem cria uma lacuna formativa, negligenciando o desenvolvimento da oratória, da argumentação ordenada e da confiança necessária para atuar no foro.

Para superar essa deficiência, a inserção de metodologias ativas, como as atividades jurídicas simuladas (júri simulado, audiências e sustentações orais), é fundamental. Com isso, disciplinas como "Tópicos Especiais: Comunicação Eficaz no Exercício Jurídico", ofertada na FACAPE, representam um avanço ao reconhecer a centralidade da persuasão e habilidades voltadas a comunicação eficaz, o que faz como que a disciplina supracitada deva se tornar um "lugar comum" no currículo, integrando-se de forma contínua em todo o percurso acadêmico.

Por fim, a pesquisa evidencia a necessidade de um investimento institucional em ambientes propícios ao debate livre e constante, resgatando o espírito da Ágora grega, para permitir que o estudante desenvolva a confiança e a habilidade de argumentar através da prática diária. A comunicação eficaz é um instrumento de cidadania e justiça, tornando o Direito mais acessível e capaz de promover transformação social. Dessa forma, o desenvolvimento dessas competências é um elemento essencial para a formação de juristas técnicos, éticos e humanizados.

REFERÊNCIAS

ARISTÓTELES. Arte Retórica. Ediouro, Brasil, 2001.

DANTAS, Naedson Pereira. A relevância da abordagem de práticas de comunicação, oratória e argumentação nas faculdades de Direito. 2022. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Caicó, 2022.

FERNANDES, M. J. (2018). A importância da oratória para a atividade do profissional do direito e no início da carreira. Jus Brasil. Disponível em: <https://marciojorio.jusbrasil.com.br/artigos/689568210/a-importancia-da-oratoria-para-a-atividade-do-profissional-do-direito-e-suas-dificuldades-noinicio-da-carreira>.

FREITAS, E. S. Plato, Isocrates and Aristotle on Cicero's De oratore. Itinerários, Araraquara, n. 45, p. 103-118, 2017.

GERMINARI, Jefferson Patrik; PORTUGAL, Heloísa Helena de Almeida. A importância da oratória aos estudantes e profissionais do direito. In: ETIC - Encontro de Iniciação Científica. Presidente Prudente: Toledo Prudente Centro Universitário, [2010]. Disponível em: Anais do Encontro de Iniciação Científica.

LAHAS, M. E. A falta de direcionamento comportamental com relação à oratória no ensino jurídico do Brasil. Faculdade de Direito de Vitória, 2022.

LIMA, C. R.; CUNHA, J. M.; MELO, V. G. de O. Tribunal do Júri: Poderes da Persuasão e retórica na Decisão Final do Conselho de Sentença. 2014.

LUZ, P. H. M. da. (2015). A importância da oratória para o Direito. Jus Brasil. Disponível em: <https://pedroluz28.jusbrasil.com.br/artigos/199166226/aimportancia-da-oratoria-para-o-direito>.

MONTEIRO, Sabrina; PISSAIA, Luís Felipe; THOMAS, Juliana. A realização de Júri Simulado como estratégia de ensino para alunos do ensino médio. Research, Society and Development, v. 7, n. 12, p. 1-14, 2018.

MONTEIRO NETO, Manoel; RODRIGUES, Horácio Wanderlei. Metodologias ativas nos cursos de Direito: notas acerca da utilização do método do caso. Revista de Pesquisa e Educação Jurídica, Florianópolis, v. 7, n. 1, p. 18-34, jan./jun. 2021.

MOSCA, Lineide do Lago Salvador. Retóricas de Ontem e de Hoje. São Paulo: Humanitas, 2004.

PERELMAN, Chaïm; OLBRECHTS-TYTECA, Lucie. Tratado da argumentação: a nova retórica. Tradução de Maria Ermantina de Almeida Prado Galvão. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

ROHDEN, Luiz. O Poder da Linguagem: A Arte Retórica de Aristóteles. Síntese Nova Fase, v. 22, n. 71, p. 513-522, 1995.

VASCONCELOS, B. A. Quatro princípios de educação oratória segundo Quintiliano. Pháos, 2002.

ANÁLISE DOS CRITÉRIOS SOCIAIS E CRIMINOLÓGICOS UTILIZADOS PELO TRIBUNAL DO JÚRI DE FEIRA DE SANTANA/BAHIA NA APLICAÇÃO DA 1ª FASE DA DOSIMETRIA DA PENA

Tainá Lopes dos Santos

Bacharelada em Direito

Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS)

E-mail: tainastudysantos@gmail.com

Vanessa Mascarenhas Góes Lima

Mestre em Gestão de Políticas Públicas e Segurança Social

Professora efetiva do Curso de Direito da Universidade Estadual de Feira de Santana

(UEFS)

E-mail: vmlima@uefs.br

RESUMO: O presente artigo busca investigar em que medida a fundamentação da dosimetria da pena, em especial na primeira fase, nas sentenças da Vara do Júri de Feira de Santana aproximam-se das teorias ou escolas criminológicas. Considerando que a primeira fase da dosimetria da pena, prevista no artigo 59 do Código Penal, prevê a análise de oito circunstâncias descritas de forma genérica pelo tipo penal, observa-se que a margem de discricionariedade judicial é bem ampla, o que demanda um controle mais efetivo acerca da fundamentação utilizada, para avaliar se respeita os princípios constitucionais, penais e processuais penais. Nesse sentido, a presente pesquisa partiu da análise de 90 sentenças condenatórias, todas proferidas no primeiro semestre de 2024, pela Vara do Júri de Feira de Santana/BA, mapeando os principais argumentos utilizados para aumentar a pena na fase prevista no artigo 59 do Código Penal. Em seguida, os principais argumentos foram comparados com as ideias centrais de algumas das principais escolas criminológicas, para, através de uma análise dedutiva, observar a eventual adesão às referidas escolas. Após a realização das etapas acima mencionadas, chegou-se à conclusão de que as sentenças proferidas pela Vara do Júri de Feira de Santana amoldam-se, principalmente, às escolas clássica, positiva, da defesa social e do etiquetamento, ao tempo que se afastam substancialmente de teorias criminológicas críticas.

Palavras-chave: Circunstâncias Judiciais. Subcultura Criminal Delinquencial. Criminologia.

ABSTRACT: This article seeks to investigate to what extent the reasoning behind sentencing, especially in the first phase, in the judgments of the Jury Court of Feira de Santana, aligns with criminological theories or schools of thought. Considering that the first phase of sentencing, as stipulated in Article 59 of the Penal Code, involves the analysis of eight circumstances described generically by the penal type, it is observed that the margin of judicial discretion is quite broad, which demands more effective control over the reasoning used, to assess whether it respects constitutional, penal, and procedural penal principles. In this sense, this research began with the analysis of 90 convictions, all delivered in the first half of 2024 by the Jury Court of Feira de Santana/BA, mapping the main arguments used to increase the sentence in the phase foreseen in Article 59 of the Penal Code. Next, the main arguments were compared with the central ideas of some of the main criminological schools, in order to observe, through deductive analysis, the eventual adherence to said schools. After carrying out the aforementioned steps, it was concluded that the sentences handed down by the Jury Court of Feira de Santana conform mainly to the classical, positivist, social defense, and labeling schools, while substantially deviating from critical criminological theories.

Keywords: Judicial Circumstances. Delinquent Criminal Subculture. Criminology.

1 INTRODUÇÃO

Com base no Código Penal (CP) brasileiro, especificamente nos artigos 59 a 68, que preveem a forma de aplicação da pena privativa de liberdade, infere-se que a dosimetria concerne em um processo trifásico, em que são analisadas as circunstâncias judiciais, as agravantes e atenuantes e por fim as causas de aumento e diminuição da pena, culminando na aplicação da pena final (Brasil, 1940).

A dosimetria da pena baseia-se em princípios como o da individualização das penas, previsto no artigo 5º, inciso XLVI, da Constituição Federal de 1988 (CF) e da motivação das decisões judiciais, art. 93, IX do mesmo diploma legal (Brasil, 1988). Sendo assim, cabe destaque especial para o estudo acerca da 1ª fase da dosimetria da pena, a qual prevê circunstâncias mais genéricas que, portanto, abrem margem para maior

discricionariedade judicial. Diante disso, surge a dúvida acerca de quais são os critérios utilizados pelo juízo ao julgar tais circunstâncias, com atenção para o fato de que, quanto mais subjetivas, mais dependem de uma fundamentação adequada, que deve ser alinhada aos detalhes do caso concreto. (Junqueira; Vanzolini, 2021, p.814-815).

Destarte, o projeto de pesquisa em questão busca analisar os aspectos utilizados pelo Tribunal do Júri de Feira de Santana/Bahia ao aplicar a 1ª fase da dosimetria da pena, que leva em conta o artigo 59 do Código Penal brasileiro (CP), buscando identificar em que medida os argumentos usados aproximam-se ou afastam-se das bases teóricas das principais escolas criminológicas, bem como se há respeito aos princípios constitucionais, penais e processuais penais.

Para tanto, foi realizada a análise de 90 sentenças condenatórias, todas proferidas no primeiro semestre de 2024, pela Vara do Júri de Feira de Santana/BA, mapeando os principais argumentos utilizados na 1ª fase da dosimetria e comparando-os com as ideias centrais de algumas das principais escolas criminológicas, para, através de uma análise dedutiva, observar a eventual adesão às referidas escolas.

A presente pesquisa apresenta uma abordagem metodológica empírica, de cunho dedutivo. De início, planeja-se estudar de que modo o juízo da Vara do Júri de Feira de Santana tem fundamentado a fixação da pena-base, observando os critérios utilizados para valorar cada circunstância judicial: culpabilidade, antecedentes criminais, conduta social, personalidade do agente, motivos, circunstâncias, consequências do crime e o comportamento da vítima.

Nos tópicos a seguir, serão abordadas algumas das principais escolas criminológicas, confrontando com os argumentos identificados nas sentenças estudadas. Considerando que a pesquisa ainda está em andamento, ainda não foi possível fazer a comparação com todas as escolas, o que será feito no futuro.

2 ANÁLISE COMPARATIVA ENTRE ARGUMENTOS E AS ESCOLAS CRIMINOLÓGICAS

Conforme acima mencionado, foram analisadas 90 sentenças proferidas em sessão de julgamento pelo Tribunal do Júri de Feira de Santana no primeiro semestre do ano de 2024. Ao longo da referida pesquisa, buscou-se relacionar os fundamentos utilizados pela magistrada da Vara, ao valorar as 8 (oito) circunstâncias judiciais elencadas pelo legislador no artigo 59 do Código Penal (CP) com algumas escolas criminológicas, trabalho que será continuado no futuro, para analisar outras teorias.

2.1 ANÁLISE DAS SENTENÇAS À LUZ DA CRIMINOLOGIA CLÁSSICA

Primeiramente, buscou-se realizar o comparativo entre as fundamentações observadas nas sentenças estudadas com os aspectos da Criminologia Clássica, sendo esta representada por autores como Cesare Beccaria, que, em sua obra intitulada "Dos delitos e das penas", abarca de forma mais racional o delito, tratando-o como um fato individual e decorrente do livre-arbítrio de cada ser-humano (Beccaria, 1999, pg. 28-37).

A influência da escola criminológica supracitada pode ser observada na utilização de expressões como "agiu com dolo direto, sendo-lhe perfeitamente exigível conduta diversa e amoldada aos valores juridicamente resguardados". As sentenças estudadas reproduzem a ideia da Criminologia Clássica, que pressupõe que o delinquente escolheu cometer o fato típico, ilícito e culpável deliberadamente e que, portanto, deveria receber uma pena proporcional ao ato cometido conscientemente.

Dessa forma, infere-se que tal tipo de discurso reforça a noção da pena essencialmente retributiva, verificando-se, também, o atributo do Estado como um mero propagador do domínio de poder de um grupo em detrimento de outro, algo enraizado nas instituições do campo social, haja vista que, Shecaira (2013, p.75), em sua obra "Criminologia", aborda como a concepção filosófico-penal de Beccaria foi a maior exteriorização da hegemonia da classe burguesa dominante no âmbito do direito penal, sendo esta exteriorização motivada pelas necessidades de transformações políticas e econômicas.

2.2 ANÁLISE DAS SENTENÇAS À LUZ DA CRIMINOLOGIA POSITIVISTA

De forma ainda mais marcante do que a Criminologia Clássica, observa-se a presença da Criminologia Positivista nos discursos proferidos. A princípio, pode-se afirmar que a Criminologia Positivista, representada por autores como Lombroso, Enrico Ferri e Garofalo, tem como discernimento central que o crime não é uma escolha racional do indivíduo que o comete, mas é um reflexo de critérios psicológicos, físicos, naturais, biológicos e morais de tais indivíduos.

Lombroso, em sua obra principal na contribuição do estudo da criminologia, intitulada "O homem delinquente", traz o entendimento de que os delinquentes estudados por ele possuíam características em comum, quais sejam: as físicas e psicológicas (2007, Pg. 21-223). Portanto, diferentemente da criminologia clássica e racionalista de Beccaria, Lombroso alega que seus estudos possuem caráter científico, embora posteriormente tenha sido denunciada a falta de rigor metodológico e inclinação racista na abordagem

Entretanto, nas sentenças estudadas, de forma frequente, há uma associação entre o crime a características pessoais e psicológicas dos réus ali abordados, trazendo à pauta termos que os associam como pessoas de personalidade desajustada, predispostas à agressividade ou até mesmo avessas à ordem jurídica. Portanto, nesses casos, o crime deixa de ser visto como decorrente de fatores sociais e passa a ser visto como consequência da índole do próprio agente, o que se alinha às ideias da escola positivista.

2.3 ANÁLISE DAS SENTENÇAS À LUZ DA TEORIA DO ETIQUETAMENTO

Nessa mesma senda, pode-se compreender a análise dos entendimentos da magistrada da Vara do Tribunal do Júri de Feira de Santana também à luz do Labelling Approach, ou Teoria do Etiquetamento, desenvolvida pelos autores Howard Becker, Edwin Lemert e Erving Goffman (apud, Shecaira, 2013). Tal teoria parte do princípio de que o crime não é inerente à conduta, porém, encontra-se pertinente e intrínseco ao delinquente, havendo, inclusive, um rótulo pré-determinado dentro do campo social, que etiqueta e estigmatiza determinados grupos (Sell, 2007).

De acordo com a teoria citada, o sistema penal age como seletor de quem é punido e de como este deve ser punido, dessa forma, indivíduos etiquetados de modo que o sistema penal (re)produz a criminalidade, através de processos de estigmatização e de exclusão.

Nas sentenças prolatadas foi identificada uma uniformização no discurso proferido e na forma com que os réus são retratados, sendo estes descritos como pessoas de personalidade desajustada, avessas à ordem jurídica, destemerosos e até mesmo “soldados do tráfico”. Além disso, ressalta-se a influência da Teoria do etiquetamento na relação dos réus como pessoas de conduta desajustada e com vida pautada no chamado submundo do crime, assim, a codificação do que é o crime, influencia diretamente na estigmatização de quem o pratica, tornando-o um tipo social criminal, reforçando a imagem do delinquente contumaz.

O supracitado discurso revela que atua como um aparato de reafirmação de estereótipos, realizando a manutenção de barreiras entre o delinquente e o cidadão “comum”. Com isso, os sujeitos etiquetados não foram avaliados com base em suas singularidades, como seres individuais e particulares, mas sim, com base em fundamentos enraizados em um modelo simbólico de periculosidade, que alicerçam os cernes das instituições que compõem o campo social.

Constata-se, pois que as sentenças podem ser lidas com base no viés do Labelling Approach, como um modo de rotulação institucional, em que o ordenamento jurídico repete critérios morais e sociais de exclusão, o que reforça esse ciclo de marginalização e subjugação já existente. Em suma, o que se observa é que a sentença, ao invés de desconstruir o estigma, o reproduz, não apenas punindo, mas também etiquetando e consolidando o réu numa posição de inimigo da ordem social, o que ao mesmo tempo consolida o Estado como autoridade moral.

2.4 ANÁLISE DAS SENTENÇAS À LUZ DA TEORIA DA DEFESA SOCIAL

Em sequência, foi possível observar nas decisões a influência da Criminologia da Defesa Social, sendo que esta fortalece a função da pena como essencialmente disponível à proteção do coletivo.

À luz da Teoria da Defesa Social, a pena tem como função, além da punitiva, a de satisfazer a sociedade, punindo o indivíduo agente da atitude delituosa. (Shecaira, 2013). Nessa senda, entende-se que o Judiciário atua como um guardião da ordem moral e pública, sendo o criminoso uma ameaça social e a pena aplicada a ele uma ferramenta de segurança e moralização, o aparece claramente em passagens recorrentes na sentença, como em “merecedora do forte reproche do corpo social”, onde a punição é não só uma resposta direta ao crime, mas uma reação da comunidade contra o desvio do delinquente.

2.5 ANÁLISE DAS SENTENÇAS À LUZ DA CRIMINOLOGIA CRÍTICA

No que se refere ao campo da Criminologia Crítica, representada por autores como Alessandro Baratta, Zaffaroni e Nilo Batista (apud Sechaira, 2013).

Da análise das 90 sentenças, observa-se que não há qualquer menção às condições sociais, econômicas ou estruturais como fatores que colaboram com a criminalização dos sujeitos, e apontam para a necessidade de uma análise do crime a partir da lente da desigualdade socioeconômica.

Portanto, o discurso judicial extraído das sentenças analisadas reproduz uma seletividade penal clássica, centrada na responsabilização moral do réu e na defesa da ordem coletiva e social. Assim, quando a juíza menciona termos como “facção”, “tráfico” ou “submundo do crime” reforça estigmas sociais de periculosidade, vinculando o desvio penal a determinados e já marginalizados grupos sociais.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conforme anteriormente mencionado, a pesquisa que deu origem ao presente artigo ainda está em andamento, mas após a primeira análise de 90 sentenças proferidas pela Vara do Júri da Comarca de Feira de Santana/BA, com o fim de analisar em que medida os argumentos utilizados na dosimetria da pena, especialmente na fase do art. 59

do Código Penal se alinham às escolas criminológicas, já foi possível extrair alguns resultados.

Conforme mencionado, observa-se uma semelhança dos argumentos utilizados em boa parte das sentenças com as escolas criminológicas clássica, positivista, da defesa social e do etiquetamento, especialmente quando se analisam os argumentos para aumentar a pena em razão das circunstâncias judiciais da culpabilidade, da personalidade do agente, dos antecedentes e da conduta social.

A teoria do etiquetamento, por sua vez avança na crítica à forma de funcionamento do sistema criminal que seleciona pessoas para serem “etiquetadas” como criminosas, entretanto, nas sentenças, a parte crítica da teoria não é observada, mas é possível identificar como a etiqueta do criminoso realmente influencia na análise judicial de novos casos.

Observa-se, ainda, que é recorrentemente usada justificação genérica para valorar a culpabilidade do agente do delito, o que se mostra extremamente problemático, bem como há predominância da valoração da conduta social e da personalidade do agente, avaliadas com base em processos antigos, investigações arquivadas, atos infracionais cometidos antes do ingresso do réu na vida adulta e casos ainda em andamento, o que viola a Súmula 444 do Superior Tribunal de Justiça (STJ), que estabelece ser vedada a utilização de inquéritos policiais e ações penais em curso de com o fito de agravar a pena-base.

Além disso, o referido Juízo descreve o réu como um indivíduo de personalidade desajustada, avesso à ordem jurídica e social e com desprezo à vida humana. Isso evidencia e traz à tona uma psicologização da dosimetria da pena, ou seja, a aplicação da pena não só pelo ato cometido pelo réu, mas quem o réu é e o que está intrínseco ao seu ser, sendo isso um claro traço da Criminologia Positivista de Cesare Lombroso (2007, Pg. 21-223).

Ademais, tem-se que a Carta Magna brasileira, em seu artigo 5º, garante o princípio da individualização da pena (CF). No entanto, o uso de fórmulas repetitivas e genéricas supracitadas indica uma ausência de aplicação do princípio da individualização da pena.

Por fim, no que se refere à criminologia crítica, observa-se total ausência de influência nas sentenças estudadas.

Conforme já mencionado, os resultados aqui apresentados ainda são resultados parciais da pesquisa, vez que ainda está em andamento, sendo necessária sua complementação e aprofundamento de alguns aspectos, mas já foi possível observar a predominância de certos argumentos que se alinham às escolas clássica, positivista, de defesa social e do etiquetamento.

REFERÊNCIAS

BAHIA. Vara do Júri da Comarca de Feira de Santana/BA. Ação penal n. 8007011-77.2023.8.05.0080, 2023.

BAHIA. Vara do Júri da Comarca de Feira de Santana/BA. Ação penal n. 0029120-52.2008.8.05.0080, 2008.

BAHIA. Vara do Júri da Comarca de Feira de Santana/BA. Ação penal n. 0501972-57.2018.8.05.0080, 2018.

BAHIA. Vara do Júri da Comarca de Feira de Santana/BA. Ação penal n. 0700867-56.2021.8.05.0080, 2021.

BAHIA. Vara do Júri da Comarca de Feira de Santana/BA. Ação penal n. 8005868-87.2022.8.05.0080, 2022.

BAHIA. Vara do Júri da Comarca de Feira de Santana/BA. Ação penal n. 0322640-72.2014.8.05.0080, 2014.

BAHIA. Vara do Júri da Comarca de Feira de Santana/BA. Ação penal n. 0013653-48.1999.8.05.0080, 1999.

BAHIA. Vara do Júri da Comarca de Feira de Santana/BA. Ação penal n. 8013057-53.2021.8.05.0080, 2021.

BAHIA. Vara do Júri da Comarca de Feira de Santana/BA. Ação penal n. 0313682-63.2015.8.05.0080, 2015.

BAHIA. Vara do Júri da Comarca de Feira de Santana/BA. Ação penal n. 8005868-87.2022.8.05.0080, 2022.

BAHIA. Vara do Júri da Comarca de Feira de Santana/BA. Ação penal n. 0700696-02.2021.8.05.0080, 2021.

BAHIA. Vara do Júri da Comarca de Feira de Santana/BA. Ação penal n. 0509264-93.2018.8.05.0080, 2018.

BAHIA. Vara do Júri da Comarca de Feira de Santana/BA. Ação penal n. 0700743-73.2021.8.05.0080, 2021.

BAHIA. Vara do Júri da Comarca de Feira de Santana/BA. Ação penal n. 0001101-02.2009.8.05.0080, 2009.

BAHIA. Vara do Júri da Comarca de Feira de Santana/BA. Ação penal n. 0304150-36.2013.8.05.0080, 2013.

BAHIA. Vara do Júri da Comarca de Feira de Santana/BA. Ação penal n. 0503691-40.2019.8.05.0080, 2019.

BAHIA. Vara do Júri da Comarca de Feira de Santana/BA. Ação penal n. 0029120-52.2008.8.05.0080, 2008.

BAHIA. Vara do Júri da Comarca de Feira de Santana/BA. Ação penal n. 0011984-66.2013.8.05.0080, 2013.

BAHIA. Vara do Júri da Comarca de Feira de Santana/BA. Ação penal n. 0027719-76.2012.8.05.0080, 2012.

BAHIA. Vara do Júri da Comarca de Feira de Santana/BA. Ação penal n. 8015647-66.2022.8.05.0080, 2022.

BAHIA. Vara do Júri da Comarca de Feira de Santana/BA. Ação penal n. 0514165-75.2016.8.05.0080, 2016.

BAHIA. Vara do Júri da Comarca de Feira de Santana/BA. Ação penal n. 0512145-43.2018.8.05.0080, 2018.

BAHIA. Vara do Júri da Comarca de Feira de Santana/BA. Ação penal n. 0008665-90.2013.8.05.0080, 2013.

BAHIA. Vara do Júri da Comarca de Feira de Santana/BA. Ação penal n. 0002419-83.2010.8.05.0080, 2010.

BAHIA. Vara do Júri da Comarca de Feira de Santana/BA. Ação penal n. 0305729-48.2015.8.05.0080, 2015.

BAHIA. Vara do Júri da Comarca de Feira de Santana/BA. Ação penal n. 0511900-32.2018.8.05.0080, 2018.

BAHIA. Vara do Júri da Comarca de Feira de Santana/BA. Ação penal n. 0002419-83.2010.8.05.0080, 2010.

BAHIA. Vara do Júri da Comarca de Feira de Santana/BA. Ação penal n. 0012171-16.2009.8.05.0080, 2009.

BAHIA. Vara do Júri da Comarca de Feira de Santana/BA. Ação penal n. 0031061-95.2012.8.05.0080, 2012.

BAHIA. Vara do Júri da Comarca de Feira de Santana/BA. Ação penal n. 0002419-83.2010.8.05.0080, 2010.

BAHIA. Vara do Júri da Comarca de Feira de Santana/BA. Ação penal n. 0305729-48.2015.8.05.0080, 2015.

BAHIA. Vara do Júri da Comarca de Feira de Santana/BA. Ação penal n. 0029120-52.2008.8.05.0080, 2008.

BAHIA. Vara do Júri da Comarca de Feira de Santana/BA. Ação penal n. 0028917-51.2012.8.05.0080, 2012.

BAHIA. Vara do Júri da Comarca de Feira de Santana/BA. Ação penal n. 0502885-05.2019.8.05.0080, 2019.

BAHIA. Vara do Júri da Comarca de Feira de Santana/BA. Ação penal n. 0029120-52.2008.8.05.0080, 2008.

BAHIA. Vara do Júri da Comarca de Feira de Santana/BA. Ação penal n. 0313682-63.2015.8.05.0080, 2015.

BAHIA. Vara do Júri da Comarca de Feira de Santana/BA. Ação penal n. 0016153-04.2010.8.05.0080, 2010.

BAHIA. Vara do Júri da Comarca de Feira de Santana/BA. Ação penal n. 0313769-87.2013.8.05.0080, 2013.

BAHIA. Vara do Júri da Comarca de Feira de Santana/BA. Ação penal n. 8009837-13.2022.8.05.0080, 2022.

BAHIA. Vara do Júri da Comarca de Feira de Santana/BA. Ação penal n. 0504346-80.2017.8.05.0080, 2017.

BAHIA. Vara do Júri da Comarca de Feira de Santana/BA. Ação penal n. 0011571-68.2004.8.05.0080, 2004.

BAHIA. Vara do Júri da Comarca de Feira de Santana/BA. Ação penal n. 0018101-15.2009.8.05.0080, 2009.

BAHIA. Vara do Júri da Comarca de Feira de Santana/BA. Ação penal n. 0804061-82.2015.8.05.0080, 2015.

BAHIA. Vara do Júri da Comarca de Feira de Santana/BA. Ação penal n. 0316572-72.2015.8.05.0080, 2015.

BAHIA. Vara do Júri da Comarca de Feira de Santana/BA. Ação penal n. 0309294-20.2015.8.05.0080, 2015.

BAHIA. Vara do Júri da Comarca de Feira de Santana/BA. Ação penal n. 0313249-30.2013.8.05.0080, 2013.

BAHIA. Vara do Júri da Comarca de Feira de Santana/BA. Ação penal n. 0017882-31.2011.8.05.0080, 2011.

BAHIA. Vara do Júri da Comarca de Feira de Santana/BA. Ação penal n. 8015537-67.2022.8.05.0080, 2022.

BAHIA. Vara do Júri da Comarca de Feira de Santana/BA. Ação penal n. 8000739-04.2022.8.05.0080, 2022.

BAHIA. Vara do Júri da Comarca de Feira de Santana/BA. Ação penal n. 0023281-75.2010.8.05.0080, 2010.

BAHIA. Vara do Júri da Comarca de Feira de Santana/BA. Ação penal n. 0800002-07.2022.8.05.0080, 2022.

BAHIA. Vara do Júri da Comarca de Feira de Santana/BA. Ação penal n. 0004480-24.2004.8.05.0080, 2004.

BAHIA. Vara do Júri da Comarca de Feira de Santana/BA. Ação penal n. 8015647-66.2022.8.05.0080, 2022.

BAHIA. Vara do Júri da Comarca de Feira de Santana/BA. Ação penal n. 0500982-66.2018.8.05.0080, 2018.

BAHIA. Vara do Júri da Comarca de Feira de Santana/BA. Ação penal n. 0012155-91.2011.8.05.0080, 2011.

BAHIA. Vara do Júri da Comarca de Feira de Santana/BA. Ação penal n. 0504346-80.2017.8.05.0080, 2017.

BAHIA. Vara do Júri da Comarca de Feira de Santana/BA. Ação penal n. 0001093-64.2005.8.05.0080, 2005.

BAHIA. Vara do Júri da Comarca de Feira de Santana/BA. Ação penal n. 0308220-57.2017.8.05.0080, 2017.

BAHIA. Vara do Júri da Comarca de Feira de Santana/BA. Ação penal n. 0006492-06.2007.8.05.0080, 2007.

BAHIA. Vara do Júri da Comarca de Feira de Santana/BA. Ação penal n. 0008069-82.2008.8.05.0080, 2008.

BAHIA. Vara do Júri da Comarca de Feira de Santana/BA. Ação penal n. 0011854-81.2010.8.05.0080, 2010.

BAHIA. Vara do Júri da Comarca de Feira de Santana/BA. Ação penal n. 0700638-96.2021.8.05.0080, 2021.

BAHIA. Vara do Júri da Comarca de Feira de Santana/BA. Ação penal n. 0001141-57.2004.8.05.0080, 2004.

BAHIA. Vara do Júri da Comarca de Feira de Santana/BA. Ação penal n. 0304651-53.2014.8.05.0080, 2014.

BAHIA. Vara do Júri da Comarca de Feira de Santana/BA. Ação penal n. 0502280-59.2019.8.05.0080, 2019.

BAHIA. Vara do Júri da Comarca de Feira de Santana/BA. Ação penal n. 0500034-90.2019.8.05.0080, 2019.

BAHIA. Vara do Júri da Comarca de Feira de Santana/BA. Ação penal n. 0307654-16.2014.8.05.0080, 2014.

BAHIA. Vara do Júri da Comarca de Feira de Santana/BA. Ação penal n. 8015647-66.2022.8.05.0080, 2022.

BAHIA. Vara do Júri da Comarca de Feira de Santana/BA. Ação penal n. 0700741-06.2021.8.05.0080, 2021.

BAHIA. Vara do Júri da Comarca de Feira de Santana/BA. Ação penal n. 0502255-46.2019.8.05.0080, 2019.

BAHIA. Vara do Júri da Comarca de Feira de Santana/BA. Ação penal n. 0324608-40.2014.8.05.0080, 2014.

BAHIA. Vara do Júri da Comarca de Feira de Santana/BA. Ação penal n. 0809757-02.2015.8.05.0080, 2015.

BAHIA. Vara do Júri da Comarca de Feira de Santana/BA. Ação penal n. 8011805-15.2021.8.05.0080, 2021.

BAHIA. Vara do Júri da Comarca de Feira de Santana/BA. Ação penal n. 8012614-34.2023.8.05.0080, 2023.

BAHIA. Vara do Júri da Comarca de Feira de Santana/BA. Ação penal n. 0027714-54.2012.8.05.0080, 2012.

BAHIA. Vara do Júri da Comarca de Feira de Santana/BA. Ação penal n. 0012017-37.2005.8.05.0080, 2005.

BAHIA. Vara do Júri da Comarca de Feira de Santana/BA. Ação penal n. 0010803-30.2013.8.05.0080, 2013.

BAHIA. Vara do Júri da Comarca de Feira de Santana/BA. Ação penal n. 0503867-87.2017.8.05.0080, 2017.

BAHIA. Vara do Júri da Comarca de Feira de Santana/BA. Ação penal n. 8013866-09.2022.8.05.0080, 2022.

BAHIA. Vara do Júri da Comarca de Feira de Santana/BA. Ação penal n. 0515248-92.2017.8.05.0080, 2017.

BAHIA. Vara do Júri da Comarca de Feira de Santana/BA. Ação penal n. 8010994-21.2022.8.05.0080, 2022.

BAHIA. Vara do Júri da Comarca de Feira de Santana/BA. Ação penal n. 0009830-46.2011.8.05.0080, 2011.

BAHIA. Vara do Júri da Comarca de Feira de Santana/BA. Ação penal n. 0510722-48.2018.8.05.0080, 2018.

BAHIA. Vara do Júri da Comarca de Feira de Santana/BA. Ação penal n. 0501410-77.2020.8.05.0080, 2020.

BAHIA. Vara do Júri da Comarca de Feira de Santana/BA. Ação penal n. 0500936-09.2020.8.05.0080, 2020.

BAHIA. Vara do Júri da Comarca de Feira de Santana/BA. Ação penal n. 0309778-64.2017.8.05.0080, 2017.

BAHIA. Vara do Júri da Comarca de Feira de Santana/BA. Ação penal n. 0511194-49.2018.8.05.0080, 2018.

BAHIA. Vara do Júri da Comarca de Feira de Santana/BA. Ação penal n. 8011805-15.2021.8.05.0080, 2021.

BECCARIA, Cesare. **Dos delitos e das penas**. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 1999.

BRASIL. **Decreto - Lei nº 2.848, de 07 de dezembro de 1940**. Código Penal, artigo 312 a 327. Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decretolei/Del2848compilado.htm . Acesso em 09 de nov. 2025.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidente da República, [2016]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em 09 nov. 2025.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. **Súmula nº 444**. É vedada a utilização de inquéritos policiais e ações penais em curso para agravar a pena-base. 28 de abril de 2010. Disponível em: <https://arquivocidadao.stj.jus.br/index.php/sumula-444-2> . Acesso em 09 nov. 2025.

JUNQUEIRA, Gustavo; VANZOLINI, Patricia. **Manual de direito penal: parte geral**. 7. ed. – São Paulo: Saraiva Educação, 2021.

LOMBROSO, Cesare. **O homem delinquente**. São Paulo: Icone, 2007.

SELL, Sandro César. A etiqueta do crime: considerações sobre o "labelling approach". **Revista Jus Navigandi**, ISSN 1518-4862, Teresina, ano 12, n. 1507, 17 ago. 2007. Disponível em: <https://jus.com.br/artigos/10290>. Acesso em: 09 nov. 2025.

SHECAIRA, Sérgio Salomão. **Criminologia**. 5ª ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2013.

BARREIRAS ENFRENTADAS POR MÃES SOLO NA CONCILIAÇÃO DO EMPREGO FORMAL EM PETROLINA

Esther Dourado Torres Oliveira
Bacharelanda em Direito
Faculdade de Petrolina - FACAPE

Alissa Gabriella Santos Oliveira Fonseca
Bacharelanda em Direito
Faculdade de Petrolina - FACAPE

Edla Jane Souza de Carmo
Bacharelanda em Direito
Faculdade de Petrolina - FACAPE

Esther Batista Borges
Bacharelanda em Direito
Faculdade de Petrolina - FACAPE

RESUMO: O artigo analisa as barreiras enfrentadas por mães solo em Petrolina/PE para conciliar emprego formal e responsabilidades familiares. Essas mulheres sofrem sobrecarga física, emocional e financeira, resultado de desigualdades estruturais de gênero, raça e classe. Apesar da qualificação (capital humano), enfrentam obstáculos como falta de creches, transporte inadequado, rigidez laboral e estigma social. O conflito trabalho-família é agravado pela ausência de apoio compartilhado e pela invisibilidade do trabalho de cuidado não remunerado. O texto defende que o cuidado é uma responsabilidade coletiva e exige políticas públicas efetivas, como creches acessíveis, licenças parentais e horários flexíveis, para garantir equidade e dignidade.

Palavras-chave: Maternidade Solo. Gênero. Trabalho Formal.

ABSTRACT: The article analyzes the barriers single mothers face in reconciling formal employment with family responsibilities in Petrolina/PE. These women endure physical, emotional, and financial overload, a consequence of structural gender, race, and class inequalities. Despite qualifications (human capital), they encounter obstacles such as insufficient public childcare, inadequate transportation, rigid work schedules, and social

stigma. Work-family conflict is exacerbated by the lack of shared support and the invisibility of unpaid care work. The text argues that caregiving is a collective responsibility and demands effective public policies, including accessible childcare, parental leave, and flexible hours, to ensure equity and dignity for single mothers.

Keywords: Single Motherhood. Gender. Formal Employment.

1 INTRODUÇÃO

Ser mãe solo é viver o desafio diário de cuidar, sustentar e educar os filhos sem o apoio constante de um parceiro. É assumir, sozinha, responsabilidades que deveriam ser compartilhadas, equilibrando o amor, a força e o cansaço que essa jornada exige. Essa realidade, presente há muito tempo na sociedade brasileira, tem se tornado cada vez mais visível nas últimas décadas, impulsionada por transformações sociais, econômicas e culturais que vêm redefinindo o conceito de família e os papéis de homens e mulheres.

O fortalecimento dos movimentos feministas, a maior presença feminina no mercado de trabalho e as mudanças nas relações afetivas contribuíram para que a figura da mãe solo deixasse de ser tratada como exceção e passasse a representar uma configuração familiar legítima e cada vez mais comum. No entanto, a visibilidade não garante reconhecimento. A maternidade solo ainda é atravessada por desigualdades profundas, que envolvem não apenas aspectos econômicos, mas também questões de gênero, raça e classe social.

Essas mulheres acumulam múltiplas funções: são provedoras, cuidadoras e educadoras, tudo ao mesmo tempo. Esse acúmulo gera sobrecarga emocional, física e financeira, revelando que o desafio da maternidade solo vai muito além da esfera individual, trata-se de um fenômeno social e político que reflete as desigualdades estruturais do país.

Dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) mostram que o número de lares chefiados por mulheres tem aumentado significativamente nos últimos anos, e boa parte desses lares é composta por mães solo. Em muitos casos, a ausência de um companheiro não é uma escolha, mas o resultado de circunstâncias sociais, como o

abandono paterno, a desigualdade nas relações de gênero e a carência de políticas públicas de apoio à maternidade.

Essa configuração familiar, embora cada vez mais comum, ainda está associada à vulnerabilidade socioeconômica. O peso do sustento e do cuidado recai sobre uma única pessoa que, muitas vezes, precisa trabalhar em jornada dupla para garantir o mínimo à família, sem contar com uma rede sólida de apoio. A falta de tempo e o cansaço se tornam parte do cotidiano dessas mulheres, que vivem em constante busca por equilíbrio entre o emprego e a vida familiar.

Valorizar e proteger essas mães é reconhecer que a responsabilidade pelo cuidado e pela vida das próximas gerações não pode recair sobre uma única pessoa, mas deve ser compartilhada socialmente. Partindo dessa premissa, os autores explicam que:

A maternidade solo, quando analisada sob a ótica das interações de gênero, mostra-se como um campo marcado por desigualdades estruturais, nas quais as mulheres acumulam funções sociais, laborais e domésticas, enfrentando um duplo fardo que compromete não apenas suas oportunidades profissionais, mas também sua saúde física e emocional. (Souza, Fernandes e Gomes, 2022, p. 87).

2 REFERENCIAL TEÓRICO

A maternidade solo é um fenômeno social amplo e multifacetado, que envolve não apenas o gênero, mas também questões econômicas, de trabalho, políticas públicas e aspectos culturais. Compreender essa realidade exige uma análise que vá além dos números e das teorias, alcançando também as experiências concretas e emocionais das mulheres que vivem essa condição. Cada mãe solo carrega, em sua trajetória, marcas de resistência, desigualdade e superação que refletem a estrutura da sociedade em que está inserida.

2.1 TEORIA DE GÊNERO E DIVISÃO SEXUAL DO TRABALHO

A teoria de gênero é essencial para entendermos a maternidade solo, pois mostra como as desigualdades entre homens e mulheres se manifestam de maneira concreta no dia a dia. Historicamente, o trabalho foi dividido pelo gênero: às mulheres cabiam as tarefas de cuidado e manutenção da vida, enquanto os homens atuavam principalmente no trabalho remunerado e na esfera pública. Apesar de esse modelo ser cada vez mais contestado, ele ainda influencia nossas relações sociais e impacta diretamente a vida das mães solo. A partir dessa perspectiva, o autor explica que:

O termo ‘mãe solo’ não se limita a indicar o estado civil de uma mulher, mas designa uma condição socialmente marcada pela sobrecarga, pela ausência de suporte institucional e pelo estigma. Diferente da expressão ‘mãe solteira’, o conceito de mãe solo traduz a realidade de mulheres que, em grande parte, não tiveram a opção de compartilhar responsabilidades parentais, sendo obrigadas a conciliar, sozinhas, múltiplos papéis. (Galvão, 2023, p. 15)

Essa desigualdade também se reflete no mercado de trabalho. Mesmo quando estão em empregos formais, as mães solo continuam responsáveis por grande parte do cuidado doméstico, enfrentando a chamada dupla jornada e muitas vezes a discriminação. Isso demonstra que gênero não é apenas uma categoria de identidade, mas um eixo que estrutura desigualdades sociais de forma profunda.

2.2 TEORIA DO CAPITAL HUMANO E INSERÇÃO NO MERCADO FORMAL

Outro referencial importante é a teoria do capital humano, que busca entender por que existem diferenças nos salários e na empregabilidade a partir das qualificações individuais, da experiência acumulada e do acesso a recursos. De acordo com (Becker, 1993, p. 17), aspectos como escolaridade, habilidades técnicas e treinamentos específicos aumentam a produtividade e, conseqüentemente, ampliam as chances de uma pessoa se inserir no mercado formal de trabalho.

No entanto, para as mães solo, ter qualificação e experiência, ou seja, seu capital humano, muitas vezes não é suficiente para garantir estabilidade profissional. Fatores externos, como a falta de creches acessíveis e um transporte público inadequado,

dificultam que elas aproveitem oportunidades, mesmo quando estão plenamente preparadas. A partir dessa perspectiva, o autor ressalta que:

Nas cidades segregadas, as mães solo ocupam um lugar ainda mais vulnerável. O acesso a equipamentos de cuidado, como creches públicas e programas de assistência, é limitado e, muitas vezes, distante dos locais de trabalho. Esse afastamento geográfico amplia os custos de tempo e deslocamento, dificultando a permanência no mercado formal.(Gobbi, 2023, p. 42)

2.3 CONCILIAÇÃO TRABALHO-FAMÍLIA E CONFLITO TRABALHO-FAMÍLIA

O equilíbrio entre trabalho e responsabilidades familiares é uma questão central na maternidade solo. Pesquisas apontam que o conflito trabalho-família ocorre quando as demandas de ambos os papéis são incompatíveis, gerando estresse, sobrecarga e comprometimento da saúde. Para as mães solo, esse conflito se intensifica pela ausência de um parceiro que divida responsabilidades. Assim os autores defendem que:

O conflito trabalho-família, no caso da maternidade solo, assume contornos mais graves: o tempo escasso, a ausência de suporte compartilhado e as exigências do mercado formal configuram um tripé que mina a qualidade de vida dessas mulheres. Muitas acabam optando pela informalidade como alternativa, ainda que precária, para adequar sua rotina de cuidados(Souza, Fernandes e Gomes, 2022, p. 92)

Além disso, empresas que não oferecem flexibilidade de horários, licença parental estendida ou políticas de apoio ao cuidado infantil acabam reforçando a exclusão dessas mulheres.

2.4 ESTIGMA SOCIAL E MATERNIDADE SOLO

A maternidade solo não é apenas uma condição socioeconômica, mas também culturalmente estigmatizada. Muitas vezes, essas mulheres são vistas de forma

preconceituosa, associadas a estereótipos negativos que reforçam a ideia de fracasso conjugal ou irresponsabilidade. Nesse sentido, afirma o autor:

A condição de mãe solo não é fruto apenas de escolhas pessoais, mas de um contexto social que impõe sobre as mulheres responsabilidades desiguais, reforçando a exclusão no mercado formal e perpetuando ciclos de pobreza e desigualdade de gênero. (Galvão, 2023, p. 21)

Esse estigma contribui para a marginalização simbólica, que, por sua vez, gera efeitos práticos: dificuldade de conseguir apoio de familiares, menor solidariedade social e maior vulnerabilidade no ambiente de trabalho.

2.5 ECONOMIA DO CUIDADO

Outro conceito relevante é o da economia do cuidado, que analisa o valor econômico e social das atividades de cuidado, geralmente atribuídas às mulheres e frequentemente invisibilizadas. A maternidade solo evidencia esse ponto, já que essas mulheres acumulam responsabilidades de sustento financeiro e de cuidado integral, sem reconhecimento econômico proporcional.

A Organização Internacional do Trabalho (OIT, 2018) ressalta que o trabalho de cuidado não remunerado é uma das principais causas da desigualdade de gênero no mercado de trabalho. Nesse sentido, a maternidade solo torna-se exemplo concreto de como a ausência de políticas públicas e de divisão equitativa do cuidado gera sobrecarga e exclusão.

2.6 POLÍTICAS PÚBLICAS E REDES DE APOIO COMUNITÁRIO

Por fim, a análise das políticas públicas é essencial para compreender os mecanismos institucionais que podem reduzir as desigualdades. Creches públicas, programas de auxílio financeiro, flexibilização da jornada de trabalho e serviços de transporte coletivo são ferramentas fundamentais para permitir a permanência das mães solo no mercado formal. Com base nisso, o autor observa que:

O direito ao cuidado não pode ser individualizado, mas deve ser reconhecido como uma questão coletiva. A ausência de políticas públicas consistentes recai de forma desigual sobre as mães solo, que ficam restritas a estratégias privadas e comunitárias de sobrevivência, nem sempre suficientes para garantir o bem-estar de seus filhos. (Gobbi, 2023, p. 47)

Além do Estado, as redes comunitárias e familiares desempenham papel central. Muitas mães solo recorrem ao apoio de parentes, vizinhos e grupos solidários, criando estratégias informais de compartilhamento de responsabilidades. Essas redes, embora fundamentais, são frágeis e desiguais, dependendo da disponibilidade e da boa vontade dos envolvidos.

3 METODOLOGIA

O presente estudo caracteriza-se como uma pesquisa bibliográfica e documental, com abordagem predominantemente qualitativa no referencial teórico e quantitativa na análise de dados secundários. O objetivo metodológico foi articular o arcabouço teórico das Ciências Sociais (Sociologia e Direito) com a realidade empírica e localizada das mães solo no município de Petrolina, Pernambuco.

3.1 TIPO E NATUREZA DA PESQUISA

A pesquisa foi desenvolvida em duas etapas principais. A primeira, de Revisão Bibliográfica, consistiu na análise e interpretação de obras, artigos científicos e publicações de autores renomados no campo da Sociologia, do Direito e dos Estudos de Gênero. O foco recaiu sobre os conceitos de maternidade solo, divisão sexual do trabalho, teoria do capital humano, economia do cuidado e conflito trabalho-família, fornecendo a base conceitual para a discussão das barreiras estruturais enfrentadas pelas mães solo. A segunda etapa, de Pesquisa Documental, envolveu a coleta e análise de dados secundários de fontes oficiais e institucionais. Foram utilizados relatórios, pesquisas e estatísticas de órgãos federais, estaduais e municipais, com ênfase em dados recentes

(2023-2025) e específicos para o contexto de Pernambuco e Petrolina. O estudo adota uma natureza exploratória e descritiva, buscando não apenas descrever o fenômeno da maternidade solo e suas barreiras, mas também explorar as relações causais entre as desigualdades de gênero e a inserção no mercado de trabalho formal.

3.2 FONTES DE DADOS

Os dados quantitativos e qualitativos utilizados na seção de Análise e Discussão foram extraídos de fontes como o IBGE (PNAD Contínua), para dados demográficos e socioeconômicos; o DIEPE, para informações sobre o mercado de trabalho formal e perfil de escolaridade; a Secretaria Municipal de Assistência Social de Petrolina, para dados sobre famílias monoparentais e renda per capita (CadÚnico); o SEI-PE, para dados sobre a oferta de vagas em creches públicas; e pesquisas da Fundação Joaquim Nabuco e UFPE, que abordam a sobrecarga de cuidado e o estigma no mercado de trabalho. A escolha por estas fontes se deu pela sua credibilidade institucional e pela capacidade de fornecer um panorama detalhado e atualizado da vulnerabilidade socioeconômica e das barreiras estruturais que afetam as mães solo na região.

3.3 PROCEDIMENTOS DE ANÁLISE

A análise dos dados seguiu o método de análise de conteúdo temática, onde os dados quantitativos foram interpretados à luz das categorias teóricas estabelecidas na revisão bibliográfica (gênero, cuidado, estigma). O procedimento buscou, primeiramente, contextualizar os dados estatísticos (como a taxa de participação no mercado de trabalho) dentro do debate sociológico (como a dupla jornada e a divisão sexual do trabalho). Em seguida, buscou-se corroborar a hipótese central do trabalho, demonstrando que as barreiras enfrentadas pelas mães solo não são individuais (falta de capital humano), mas sim estruturais (falta de infraestrutura pública de cuidado e persistência de normas de gênero). Por fim, o procedimento visou articular as diferentes esferas de desigualdade (gênero, classe e raça) para uma compreensão holística do fenômeno. A metodologia empregada permitiu a construção de um argumento sólido, que transita entre a teoria

social e a evidência empírica, reforçando a necessidade de políticas públicas específicas para a promoção da equidade material.

4 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS DADOS

Os dados oficiais revelam uma realidade preocupante para mães solo em Petrolina e no estado de Pernambuco. Segundo o IBGE (2023), 33,4% dos domicílios pernambucanos são chefiados por mulheres, sendo que 62% dessas chefes de família são mães solo, ou seja, responsáveis por filhos menores de 18 anos sem convivência com o outro genitor. Em Petrolina, dados da Secretaria Municipal de Assistência Social (2024) indicam que 58,7% das famílias atendidas pelo CadÚnico são monoparentais, lideradas por mulheres, das quais 74% possuem renda per capita inferior a meio salário mínimo.

Essa vulnerabilidade materializa-se no mercado de trabalho. O DIEPE (2024) aponta que, embora a taxa de participação feminina no mercado de trabalho formal em Pernambuco tenha subido para 54,3% em 2024, apenas 39,1% das mães solo estão em empregos com carteira assinada, índice de 15 pontos percentuais abaixo da média estadual. Entre os principais fatores, destacam-se:

- Déficit de creches públicas: Petrolina oferece apenas 1,8 vaga em creche pública por 10 crianças de 0 a 3 anos (SEI-PE, 2025), muito abaixo da meta do Plano Municipal de Educação (5 vagas por 10 crianças). Bairros periféricos, como Jardim Amazonas e Vila Eduardo, onde residem 61% das mães solo cadastradas, possuem zero unidades de educação infantil pública.
- Sobrecarga de cuidado não remunerado: Pesquisa da Fundação Joaquim Nabuco (2023) com mulheres em situação de vulnerabilidade no Sertão pernambucano revelou que mães solo dedicam, em média, 9,4 horas diárias ao trabalho doméstico e de cuidado, contra 2,1 horas dos homens em famílias biparentais.
- Impacto do estigma na empregabilidade: Estudo do Núcleo de Estudos sobre Família e Gênero da UFPE (2024) identificou que 43% das mães solo entrevistadas em Petrolina relataram já terem sido questionadas por recrutadores sobre “como

conciliar trabalho e filhos sozinhas”, e 28% disseram ter sido preteridas em processos seletivos por serem mães solteiras, prática ilegal, mas raramente denunciada.

Esses dados corroboram a crítica à teoria do capital humano: mesmo com escolaridade equivalente (61% das mães solo em Petrolina têm ensino médio completo (DIEPE, 2024), sua inserção no mercado formal é limitada por barreiras não individuais, mas estruturais, como a ausência de infraestrutura pública de cuidado e a persistência de normas de gênero que naturalizam o cuidado como “dever feminino”.

Além disso, a informalidade surge como estratégia de sobrevivência: 52% das mães solo economicamente ativas em Petrolina trabalham como diaristas, vendedoras ambulantes ou em serviços domésticos, atividades com baixa remuneração, nenhuma proteção previdenciária e jornadas flexíveis por necessidade, não por escolha (IBGE/PNAD, Contínua, 2024).

Conclui-se, portanto, que a maternidade solo em Petrolina não é um “problema individual”, mas um sintoma da falha na distribuição social do cuidado e na implementação de políticas que efetivem o princípio da igualdade material. Sem creches, transporte seguro, licenças parentais compartilhadas e combate ao estigma, a conciliação entre emprego formal e maternidade solo seguirá sendo privilégio de poucas, e não um direito de todas.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho buscou compreender as barreiras enfrentadas por mães solo na conciliação entre maternidade e emprego formal em Petrolina/PE, a partir de uma análise teórica crítica que articula gênero, economia do cuidado, estigma social e políticas públicas. Como resultado, evidenciou-se que a maternidade solo não é uma condição de escolha individual, mas uma realidade estrutural marcada por desigualdades profundas de gênero, raça e classe, que se materializam na sobrecarga feminina, na precarização do trabalho e na ausência de suporte institucional. A teoria do capital humano, por si só, é

insuficiente para explicar as dificuldades de inserção dessas mulheres no mercado formal, pois mesmo com qualificação, elas enfrentam obstáculos concretos, como a escassez de creches públicas, a rigidez das jornadas laborais e a discriminação silenciosa no ambiente de trabalho.

Contudo, reconhecemos as limitações deste estudo: por ser de natureza teórico-conceitual e qualitativa. Dessa forma, não é possível captar fielmente e em profundidade as subjetividades, estratégias cotidianas e vozes dessas mulheres, aspectos essenciais para enriquecer a discussão e propor soluções mais contextualizadas.

Diante disso, sugerimos, para futuros trabalhos, pesquisas qualitativas que ouçam diretamente mães solo da região, especialmente aquelas vinculadas a programas sociais ou ao mercado informal. Também se recomenda investigar:

- O impacto de políticas municipais existentes (como o Bolsa Criança ou o Programa Primeira Infância Melhor) sobre a permanência dessas mulheres no emprego formal;
- A efetividade de ações de responsabilidade social corporativa em empresas locais voltadas à parentalidade; e comparações entre Petrolina e outras cidades do Sertão pernambucano, de modo a identificar particularidades regionais.

Por fim, reafirmamos que o cuidado não é um dever privado, mas um direito coletivo e que sua democratização é condição indispensável para a construção de uma sociedade mais justa, inclusiva e igualitária. Enquanto o Estado, o mercado e a cultura mantiverem a maternidade como responsabilidade exclusiva das mulheres, a figura da “mãe solo” seguirá sendo, antes de tudo, um sintoma da falha na divisão social do cuidado.

REFERÊNCIAS

BECKER, Gary S. **Human Capital: A Theoretical and Empirical Analysis, with Special Reference to Education**. 3. ed. Chicago: University of Chicago Press, 1993.

GALVÃO, Laura. **Maternidade Solo e Desigualdades Estruturais: Gênero, Raça e Classe no Cotidiano das Mulheres Brasileiras**. São Paulo: Editora Polis, 2023.

GOBBI, Maria Clara. **Cuidado e Território: Desigualdades Urbanas e Maternidade no Nordeste Brasileiro**. Recife: Editora UFPE, 2023.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua). Rio de Janeiro, 2023.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO (OIT). **Care Work and Care Jobs for the Future of Decent Work**. Geneva: ILO, 2018.

SOUZA, Ana L.; FERNANDES, Bárbara R.; GOMES, Carla M. “**Maternidade Solo e Sobrecarga Feminina: Um Estudo sobre Conflito Trabalho-Família no Contexto Brasileiro**”. *Revista Brasileira de Estudos de Gênero e Sociedade*, v. 7, n. 2, p. 87–98, 2022.

CASOS DE VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER NO VALE DO SÃO FRANCISCO – ASPECTOS SOCIAIS E JURÍDICOS

Ana Grazielly da Conceição Sousa
Bacharelanda em Direito
Faculdade de Petrolina – FACAPE

Grazielle Brito Neponuceno
Bacharelanda em Direito
Faculdade de Petrolina – FACAPE

Maria Eduarda Pereira de Moraes Dantas
Bacharelanda em Direito
Faculdade de Petrolina – FACAPE

Maria Fernanda de Souza Silva
Bacharelanda em Direito
Faculdade de Petrolina – FACAPE

RESUMO: A violência contra a mulher no Vale do São Francisco é um problema multifatorial e tem ligação a normas de gênero, desigualdade social e limitação dos serviços públicos. Ultimamente, os registros mostraram que Petrolina é o município com maior índice de violência doméstica, apresentando o total de 2.532 casos, a cidade ocupa a 5ª colocação no estado de Pernambuco como uma das mais violentas quando se trata de crimes no contexto doméstico. O objetivo dessa pesquisa é levantar dados recentes, investigar fatores sociais, econômicos e culturais que contribuem para permanência do alto índice de violência na região, examinar a aplicação da Lei Maria da Penha, das medidas protetivas e propor reflexões a respeito de políticas públicas, ações que possam fortalecer a prevenção e enfrentamento da violência contra a mulher. Esta pesquisa tem como base estudos sobre desigualdade social, de gênero e direitos humanos. A análise é feita com base em estudos bibliográficos e qualitativos empregadas em conjunto. Na pesquisa bibliográfica focamos em fontes já publicadas para embasar a pesquisa, enquanto na qualitativa baseamos em análise de numéricos e estatísticos, para encontrar padrões e conclusões. Espera-se identificar as principais causas e consequências da violência doméstica na região, bem como propor reflexões sobre políticas públicas e ações que fortaleçam a rede de prevenção e enfrentamento à violência contra a mulher.

Palavras-chave: Violência doméstica. Gênero. Políticas públicas. Lei Maria da Penha.

ABSTRACT: Violence against women in the São Francisco Valley is a multifactorial problem and is linked to gender norms, social inequality and limitation of public services. Lately, the records have shown that Petrolina is the municipality with the highest rate of domestic violence, presenting a total of 2,532 cases, the city occupies the 5th place in the state of Pernambuco as one of the most violent when it comes to crimes in the domestic context. The objective of this research is to collect recent data, investigate social, economic and cultural factors that contribute to the permanence of the high rate of violence in the region, examine the application of the Maria da Penha Law, protective measures and propose reflections on public policies, actions that can strengthen the prevention and confrontation of violence against women. This research is based on studies on social, gender and human rights inequality. The analysis is based on bibliographic and qualitative studies used together. In bibliographic research we focus on sources already published to support the research, while in the quantitative we base on numerical and statistical analysis, to find patterns and conclusions. It is expected to identify the main causes and consequences of domestic violence in the region, as well as to propose reflections on public policies and actions that strengthen the network for preventing and confronting violence against women.

Keywords: Domestic violence. Gender. Public policies. Maria da Penha Law.

1 INTRODUÇÃO

A violência contra a mulher tem como base histórica uma sociedade patriarcal, que influenciou o cenário social em que vivemos. Atualmente, manifesta-se em diferentes contextos, cometendo uma grave infração dos direitos humanos, em que os índices de violação de gênero são elevados e continuam aumentando a cada dia. O Vale do São Francisco, especificadamente, oferece um cenário relevante para o debate de questões como o alto fluxo migratório decorrentes do agronegócio e das desigualdades socioeconômicas que intensificam as vulnerabilidades femininas e dificultam a proteção das vítimas.

Os principais fatores que podem explicar altos índices de violência na nossa região são as desigualdades de gênero, a naturalização do machismo, a carência de

recursos e a dependência econômica. Analisando os serviços especializados, a fragilidade das políticas de acolhimento e a baixa taxa de denúncias, percebe-se que essa escassez afeta a população como um todo, entretanto afeta de forma mais intensa as mulheres que moram nas periferias, que se encontram em situação de maior distanciamento físico e informacional.

No meio jurídico, Leis como a da Maria da Penha (Lei nº 11.340/2006) e a Lei do Feminicídio (Lei nº 13.104/ 2015), são instrumentos essenciais para determinar métodos de prevenção, proteção e punição. Em virtude da falta de delegacias especializadas, a necessidade de capacitação contínua dos agentes públicos e as parcerias entre instituições para garantir medidas protetivas, a região enfrenta desafios para assegurar a aplicação dessas normas legais.

A realidade das mulheres do Vale do São Francisco é marcada por uma contradição profunda: enquanto a lei lhes assegura proteção, o cotidiano muitas vezes lhes nega o direito à segurança. Nas margens do Velho Chico, a força da Lei Maria da Penha se depara com silêncios impostos pelo medo, na ausência de portas de saída e na sombra de uma cultura que ainda enxerga a violência doméstica como questão privada.

Este artigo procura ouvir esses silêncios e explorar os abismos que dividem a justiça prevista no papel daquela que chega - ou não - na vida das mulheres. Partindo da análise contextualizada, propomos discutir como a geografia, a economia e os costumes locais se entrelaçam para sustentar ciclos de violência, mesmo diante de um dos marcos legais mais avançados do mundo. Trata-se, portanto, de compreender não apenas a eficácia da lei, mas também as razões pelas quais tantas vozes ainda ecoam sem resposta no sertão.

2 VIOLÊNCIA DE GÊNERO: CONCEITOS E TEORIAS

Segundo Silva (2019), a violência de gênero acontece quando um gênero passa por cima de outro, através da opressão, seja de forma verbal, física, sexual ou psicológica, e na maioria das vezes esse domínio parte dos homens sobre as mulheres.

A violência de gênero tem como base estruturas sociais históricas, como o patriarcado e o papel que a mulher recebe ao decorrer da história, que gira em torno da submissão ao homem. Segundo Saffioti (2013), uma das precursoras dos estudos de gênero no Brasil, a violência contra mulher tem ligação direta com o sistema de dominação vigentes na sociedade de classes. A autora traz o machismo como um elemento estrutural das sociedades patriarcais, que exerce o papel de controle e dominação sobre as mulheres. Para ela, a violência contra a mulher não é um evento isolado, mas consequência direta dessas relações de poder enraizadas historicamente.

A antropóloga brasileira Gregori (1993) estuda a violência não como um ato isolado ou apenas físico, mas com o conjunto de relações afetivas marcadas por dependência emocional, ambiguidade e negociações de poder. Busca compreender os fatores que sustentam e permitem a permanência da mulher no ambiente de dominação, mostrando como os elementos sociais, emocionais e econômicos contribuem. O agrupamento desses fatores contribui para a fortificação de padrões culturais que naturalizam a dominação masculina.

Desta forma, é possível analisar também a realidade do Vale do São Francisco, onde fatores como dependência econômica, vínculos afetivos e padrões culturais contribuem para a permanência das mulheres em relações de violência. Esses aspectos demonstram como a estrutura social regional influencia os ciclos de dominância e dificulta o rompimento das situações de abuso.

3 ASPECTOS SOCIAIS E CULTURAIS NO VALE DO SÃO FRANCISCO

A violência contra a mulher no Vale do São Francisco está fortemente ligada a fatores sociais e culturais enraizados ao longo da história. Desta forma, o entendimento acerca do tema precisa de uma análise que vá além de dados estatístico, mas também considerar o contexto sociocultural que gira entorno das relações de gênero da região. Segundo Bandeira (2014), a violência contra a mulher tem ligação direta com as estruturas sociais e culturais que reforçam a dominação masculina. A manifestação desses elementos se dá tanto nas relações familiares quanto nas práticas comunitárias,

que dificulta que a vítima reconheça a violência, assim não procurando ajuda para encerra o quadro de agressões.

Em áreas periféricas e rurais do Vale do São Francisco, mais pobres, com distância dos serviços públicos, isolamento geográfico e menor acesso a educação, a violência é mais presente. Além disso, a migração constante e a instabilidade social, mudanças introduzidas pelo agronegócio, acabam enfraquecendo as redes de apoio e deixando muitas mulheres ainda mais vulneráveis. A antropóloga Diniz (2017) estuda como a realidade dos territórios aos quais as vítimas fazem parte influencia na permanência da violência, pois o acesso a direitos, proteção e recursos para enfrentar situações de agressão é significativamente dificultado. Desta maneira, o território não é apenas um cenário, mas também agente ativo que molda experiências de risco e vulnerabilidade.

Além de tudo, a cultura regional tem uma função fundamental nesse contexto. Como evidencia Scott (1995), o gênero é uma construção social usado para validar desigualdades, e sua manifestação dá-se conforme o contexto histórico e cultural. No sertão do Vale do São Francisco, ideias que relacionam masculinidade à força e ao comando, enquanto a feminilidade é associada à submissão e sensibilidade, ainda são persistentes. Desta forma, dificultando o reconhecimento da violência como uma violação de direitos e enfraquecem o processo de empoderamento feminino. Assim, podemos ver como é essencial análise desses aspectos culturais para compreender por que, mesmo diante de leis avançadas, muitas mulheres continuam presas a ciclos de violência e silenciamento.

4 LEGISLAÇÃO NACIONAL DE PROTEÇÃO À MULHER

De acordo com a pesquisa Visível e Invisível: a Vitimização de Mulheres no Brasil, realizada entre 2024 e 2025, cerca de 37,5% da população feminina do nosso país, sofreu algum tipo de violência por parte dos seus companheiros, número que representa cerca de 27,6 milhões de vítimas. Esses dados nos mostram a alta necessidade de uma legislação que proteja as mulheres e seus interesses.

Segundo Campos (2017), a violência contra a mulher é uma violência baseada no gênero, justamente por ser algo estruturado na sociedade brasileira, manifestando-se, por exemplo, nas relações de poder desiguais entre homens e mulheres. Esse tipo de violência não é limitado apenas a atos isolados, ele também constitui um fenômeno estrutural que demanda respostas jurídicas específicas, expressando posições de desigualdade atribuídas a população feminina. Por isso, é de suma importância a criação de legislações específicas, como ocorreu quando o Código Penal foi alterado e ocorreu a tipificação do feminicídio como circunstância qualificadora do homicídio, por meio da Lei nº 13.104/2015.

A diretora-executiva do Fórum Brasileiro de Segurança, Samira Bueno, reforça essa compreensão ao afirmar que:

O Brasil é um dos países mais violentos do mundo e isso se reflete no dia a dia das mulheres. A pesquisa mais uma vez nos mostra que as mulheres estão desprotegidas dentro de suas próprias casas, convivendo com os agressores que, na maioria das vezes, compõem seu círculo íntimo, sejam parceiros, ex-parceiros, parentes ou conhecidos (Bueno, 2025).

Tal afirmação evidencia a realidade do nosso país, que a cada dia que passa, se torna um lugar muito perigoso para as mulheres, requerendo uma maior atenção da legislação brasileira e de políticas que reconheçam as características particulares dessa forma de violência, prevendo medidas protetivas, mecanismos preventivos e ações punitivas.

A criação da Lei nº 11.340/2006, conhecida como Lei Maria da Penha, surgiu justamente nesse cenário caótico. Após a grande repercussão, nacionalmente e internacionalmente, do caso de Maria da Penha Maia Fernandes, em 1983, onde a mesma foi vítima da tentativa de feminicídio. O Estado foi duramente pressionado por órgãos internacionais, como a Organização dos Estados Americanos (OEA), para criar soluções eficazes para combater a violência doméstica. Assim, a Lei Maria da Penha ficou bastante conhecida e representou um marco jurídico importante ao reconhecer a necessidade da criação de uma legislação que protegesse à mulher, estabelecesse medidas de prevenção,

criassem órgãos que desse assistência às mulheres em situação de vulnerabilidade e promovessem proteção integral.

5 POLÍTICAS PÚBLICAS E REDE DE ATENDIMENTO

O combate à violência contra a mulher requer um estudo multidisciplinar, na qual as políticas públicas desempenham um importante papel nos setores da saúde, segurança, assistência social e justiça, com a intenção de proporcionar uma rede de atendimento estruturada e capacitada. A Política Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres, criada em 2005, foi instituída justamente para estabelecer garantias e mecanismos de proteção à população feminina.

Segundo Paiva e Barros (2019), no artigo “Políticas públicas para as mulheres: análise do atendimento das mulheres vítimas de violência doméstica”, as políticas públicas não devem depender de mandatos governamentais, mas ser reconhecidas como ações permanentes. As autoras evidenciam várias falhas no atendimento, relacionadas a falta de capacitação dos profissionais que atuam na área, à ausência de comunicação entre os órgãos, ao atendimento revitimizante e a falta de serviços especializados. Muitas cidades brasileiras ainda não oferecem casas-abrigo, delegacias especializadas, centros de referência da mulher ou atendimento psicológico voltado para vítimas de violência, seja por falta de recursos, seja pela falta de apoio das gestões locais.

No Vale do São Francisco, especificamente nas cidades de Petrolina e Juazeiro, existem as Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher (DEAMs), responsáveis pelo acolhimento e investigação de casos de violência, além do Centro Especializado de Atendimento à Mulher (CEAM), que oferece apoio socioassistencial, psicológico e jurídico gratuito às mulheres em situação de violência doméstica e familiar.

De acordo com Cavalcanti e Oliveira (2020), no artigo “Políticas públicas de combate à violência de gênero: rede de enfrentamento à violência contra as mulheres”, a rede de atendimento corresponde à junção de serviços, instituições e órgãos públicos que atuam em diversos setores, como segurança, saúde, judiciário e organizações não governamentais (ONGs). As autoras enfatizam que a rede não é apenas um conjunto de

serviços, mas uma política pública permanente que deveria existir em todas as regiões. Seu funcionamento depende da articulação interinstitucional, isto é, da troca de informações e da integração entre os serviços; quando ocorre alguma falha nesse processo, a vítima fica desprotegida. Entre as funções centrais da rede de atendimento estão orientar, acolher, garantir a proteção, encaminhar para os serviços adequados, acompanhar o caso e prevenir novas violências.

6 ABORDAGEM QUALITATIVA E CONSTRUÇÃO ANALÍTICA

Para compreender a complexidade da violência contra a mulher no Vale do São Francisco, esse estudo se constrói a partir de uma abordagem qualitativa, onde nos permite mergulhar nas nuances sociais, culturais e jurídicas que os números sozinhos não conseguem captar. Optamos por um caminho interpretativo, no qual a realidade regional é analisada em profundidade, considerando vozes acadêmicas, normativas legais e as particularidades do território.

A base da investigação foi formada por uma revisão bibliográfica crítica, envolvendo autores clássicos e contemporâneos que discutem violência de gênero, patriarcado e políticas públicas. Autoras como Heleieth Saffioti, Carla Rodrigues e Debora Diniz foram centrais para consolidar o olhar sobre a estrutura social que ampara a violência. Além disso, consultamos artigos científicos, relatórios de instituições de direitos humanos e pesquisas recentes como o estudo “Visível e Invisível”, do Fórum Brasileiro de Segurança Pública.

Recorremos também à análise documental de marcos legais brasileiros, com destaque para a Lei Maria da Penha (Lei nº 11.340/2006) e a Lei do Feminicídio (Lei nº 13.104/2015), a fim de examinar sua abrangência e seus limites na prática regional. Documentos de políticas públicas e dados sobre a rede de atendimento no Vale do São Francisco concluíram esse eixo, ajudando a conectar a teoria à realidade local.

O recorte geográfico – com foco em cidades como Petrolina e Juazeiro – não foi aleatório. A região é cenário de grandes contradições: dinâmica econômica impulsionada pelo agronegócio, fluxos migratórios intensos e uma cultura enraizada que

frequentemente silencia a violência. Nosso objetivo aqui não é generalizar, mas iluminar contextos específicos que ajudem a entender por que tantas mulheres seguem vulneráveis, mesmo com leis avançadas.

Do ponto de vista ético, conduzimos a pesquisa com o cuidado de não revitimizar ou expor casos individuais. Nosso compromisso é com uma análise sensível e contextualizada, que contribua para ampliar o debate e fortalecer a luta por direitos no Sertão que banha o Velho Chico.

7 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS DADOS

Ao analisar todas as informações reunidas ao longo deste estudo, torna-se evidente que a violência contra a mulher no Vale do São Francisco configura-se como um fenômeno estrutural, profundamente enraizado em dinâmicas históricas, culturais e institucionais. Trata-se de uma problemática que não se resume a conflitos interpessoais, mas que se sustenta em desigualdades de gênero, desigualdades estruturais de poder, normas patriarcais e falhas persistentes do Estado. Esse cenário é compatível com dados nacionais, como os apresentados pela pesquisa Visível e Invisível: A Vitimização de Mulheres no Brasil (2024 – 2025), a qual indica que uma parcela significativa das mulheres brasileiras já vivenciou situações de violência ao longo da vida. Esses números demonstram que a violência não ocorre de maneira isolada, não se limita a um perfil específico de vítima; trata-se de um fenômeno disseminado entre mulheres de diferentes classes sociais, níveis educacionais e faixas etárias.

Embora existam legislações fundamentais, como a Lei Maria da Penha e a Lei do Feminicídio, persiste uma distância significativa entre o que está previsto juridicamente e o que efetivamente chega às mulheres. A pesquisa realizada com a comunidade do Vale do São Francisco confirma esse cenário: 50% das participantes afirmaram considerar o Judiciário acessível, enquanto as outras 50% o percebem como inacessível. Esse equilíbrio demonstra que, apesar dos avanços normativos, o acesso à justiça permanece desigual e insuficiente para garantir a proteção adequada das mulheres.

A literatura científica contribui para a compreensão desse cenário. Saffioti (2013) argumenta que a violência contra a mulher não pode ser entendida como gesto isolado, mas como expressão de um sistema patriarcal que estabelece hierarquias rígidas entre os gêneros. Gregori (1993) destaca que fatores emocionais, como dependência afetiva e esperança de mudança, tendem a manter muitas mulheres vinculadas ao ciclo de violência. Scott (1995), por sua vez, evidencia que tais dinâmicas se sustentam em construções históricas que atribuíram às mulheres a responsabilidade pelo cuidado, submissão e preservação familiar. Nesse mesmo horizonte analítico, Diniz (2017) destaca que as desigualdades sociais e institucionais que atravessam o cotidiano das mulheres influenciam diretamente sua capacidade de acessar direitos e romper com ciclos de violência, especialmente em territórios onde a presença do Estado é limitada. A pesquisa de campo sustenta os referenciais teóricos adotados ao apontar o descaso institucional como o principal problema percebido pelas participantes nos serviços de atendimento, revelando que práticas negligentes continuam a reproduzir desigualdades e a revitimizar mulheres em situação de violência.

Quando observamos o contexto específico do Vale do São Francisco, tais desafios tornam-se ainda mais complexos. Muitas mulheres residem em áreas rurais ou regiões periféricas com acesso limitado à informação, ao transporte, aos serviços de segurança pública e aos equipamentos especializados. Em diversos casos, apenas para registrar uma denúncia é necessário percorrer longas distâncias, o que funciona como um fator de desestímulo. Os dados coletados reforçam essa problemática, uma vez que uma das sugestões mais recorrentes das participantes foi a criação de mais postos de atendimento próximos aos bairros, indicando claramente a necessidade de descentralizar e ampliar o alcance da rede de proteção.

Outro aspecto central é a dimensão emocional envolvida no ciclo da violência. Medo, vergonha, dependência financeira e isolamento são fatores que frequentemente impedem a mulher de romper com a situação de agressão. A pesquisa demonstra que a comunidade reconhece essas barreiras ao apontar que mais apoio psicológico e mais acesso a recursos financeiros poderiam contribuir de forma significativa para fortalecer as mulheres e possibilitar sua autonomia. Esses resultados dialogam com o que as autoras

já discutiam: a vulnerabilidade emocional e econômica não apenas dificulta a denúncia, mas reforça a permanência da mulher em relações abusivas.

A cultura local também exerce um papel determinante na reprodução da violência. Expressões como “briga de marido e mulher ninguém mete a colher”, “ninguém deve interferir em briga de casal” ou “mulher tem que aguentar” revelam a naturalização de comportamentos agressivos e a responsabilização da vítima. As respostas da pesquisa confirmam essa dimensão simbólica, ao indicarem a falta de informação e a ausência de apoio comunitário consistente como fatores que dificultam o enfrentamento coletivo da violência. Isso demonstra que, além das barreiras institucionais, persistem padrões culturais que silenciam as vítimas e reforçam a tolerância social à violência.

Diante das constatações apresentadas, fica claro que o enfrentamento à violência contra a mulher exige mais do que a existência de leis. A pesquisa aponta falhas importantes na rede de atendimento da região: falta estrutura, falta integração entre os serviços e frequentemente faltam profissionais capacitados para oferecer acolhimento adequado. As mulheres relatam experiências de negligência, burocracia excessiva, repetição constante de suas histórias e demora no atendimento, fatores que contribuem para que muitas desistam da denúncia e permaneçam no ciclo de violência.

Portanto, os resultados deste estudo evidenciam que a violência contra a mulher no Vale do São Francisco não é um problema individual, mas um problema social e institucional, que se sustenta em desigualdades estruturais, precarização dos serviços públicos e padrões culturais que ainda naturalizam a violência. A superação desse cenário depende do fortalecimento das políticas públicas, da ampliação e descentralização da rede de atendimento, da garantia de apoio psicológico e financeiro, da formação continuada de profissionais e de ações educativas capazes de transformar mentalidades ao longo das gerações. Somente assim será possível construir uma realidade em que as mulheres vivam com segurança, autonomia, dignidade e sem medo.

8 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esse estudo reforça que a existência de um arcabouço jurídico robusto, embora fundamental, não é suficiente para romper os ciclos de violência enraizados em estruturas patriarcais e agravados por específicas condições socioeconômicas regionais.

A análise inicial confirma que a interseccionalidade entre gênero, classe e território opera de forma crucial na região. A dependência econômica, o isolamento geográfico de muitas comunidades e a persistência de normas culturais que naturalizam a hierarquia de gênero surgem como fatores-chaves que perpetuam a vulnerabilidade feminina e dificultam a denúncia.

Embora existam serviços especializados na região, como as DEAMs e o CEAM, os indícios apontam para desafios persistentes na rede de enfrentamento. Existe a fragmentação dos serviços, a carência de recursos e a descontinuidade das políticas públicas emergem como obstáculos centrais à proteção efetiva das mulheres.

Para os próximos estágios da pesquisa, torna-se imperioso:

- Aprofundar a coleta de dados primários junto aos serviços da rede de atendimento e, se viável, a mulheres em situação de violência.
- Investigar com maior detalhe o impacto de programas e políticas específicas já implementadas na região.
- Explorar as estratégias informais de resistência e sobrevivência criadas pelas mulheres do Vale do São Francisco.

Os caminhos que se anunciam para o verdadeiro enfrentamento da violência apontam para a necessidade de políticas integradas que associem a repressão qualificada à promoção da autonomia econômica feminina, à educação para a equidade de gênero desde a base e ao fortalecimento sustentado da rede de proteção. A lei é o ponto de partida, mas a transformação exige um compromisso social contínuo com a desconstrução do machismo e a valorização da vida das mulheres, em toda a sua pluralidade.

REFERÊNCIAS

BANDEIRA, Lourdes Maria. **Violência de gênero: a construção de um campo teórico e de investigação**. Revista Sociedade e Estado, Brasília, v. 29, n. 2, p. 449-473, 2014.

CAMPOS, Carmen Hein de. **Violência de gênero e acesso à justiça: a Lei Maria da Penha e a proteção dos direitos humanos das mulheres**. Porto Alegre: Editora Sulina, 2015.

CAVALCANTI, Eliane Cristina Tenório; OLIVEIRA, Rosane Cristina de. **Políticas públicas de combate à violência de gênero: a rede de enfrentamento à violência contra as mulheres**. Revista de Pesquisa Interdisciplinar, Cajazeiras, p. 192-206, 2017.

DINIZ, Débora. **Violência contra a mulher: vulnerabilidade e direitos**. Brasília: LetrasLivres, 2017.

GREGORI, Maria Filomena. **Cenas e queixas: um estudo sobre relações violentas**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.

G1. **21,4 milhões de brasileiras sofreram algum tipo de violência nos últimos 12 meses**, diz pesquisa. 10 mar. 2025. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2025/03/10/214-milhoes-de-brasileiras-sofreram-algum-tipo-de-violencia-nos-ultimos-12-meses-diz-pesquisa.ghtml>. Acesso em: 14 nov. 2025

G1. **Petrolina é o município do Sertão de Pernambuco com mais casos de violência doméstica em 2024**. 18 dez. 2024. Disponível em: <https://g1.globo.com/pe/petrolina-regiao/noticia/2024/12/18/petrolina-e-o-municipio-do-sertao-de-pernambuco-com-mais-casos-de-violencia-domestica-em-2024.ghtml>. Acesso em: 08 set. 2025

PAIVA, Magna Karol Alves de; ALBUQUERQUE, Terezinha Cabral de; BARROS, Neta. **Políticas públicas para as mulheres: análise do atendimento das mulheres vítimas de violência doméstica a partir do Centro de Referência da Mulher no município de Mossoró/RN**. NAU Social, Salvador (UFBA), p. 1423-1440, 2023.

SAFFIOTI, Heleieth. **A mulher na sociedade de classes: mito e realidade**. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

SCOTT, Joan W. **Gênero: uma categoria útil de análise histórica**. Educação & Realidade, Porto Alegre, v. 20, n. 2, p. 71-99, 1995.

SILVA, Claudionor Renato da. **Violência de gênero no Brasil e na América Latina: um enfoque psicanalítico**. 2019. Disponível em: Portal de Periódicos FCLAr. Acesso em: 14 nov. 2025

SAFFIOTI, Heleieth. **A mulher na sociedade de classes: mito e realidade**. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

SCOTT, Joan W. **Gênero: uma categoria útil de análise histórica**. Educação & Realidade, Porto Alegre, v. 20, n. 2, p. 71-99, 1995.

CIDADANIA ATIVA: DIREITOS E DEVERES DA PESSOA IDOSA EM FOCO

Suzy Gabriela de Souza Viana
Bacharelada em Direito
FACAPE

Lucas Henrique Santana da Silva Freire
Bacharelado em Direito
FACAPE

Jade Lorrayne Ferreira de Moraes
Bacharelada em Direito
FACAPE

Tarciana Mirella Pereira dos Santos
Bacharelada em Direito
FACAPE

Maria Luiza Ramos Sena
Bacharelada em Ciências Contábeis
FACAPE

Graziele Áquila de Souza Brandão
Orientadora
FACAPE

RESUMO: O presente artigo tem por objetivo analisar a importância da cidadania ativa no contexto dos direitos e deveres da pessoa idosa no Brasil. A cidadania ativa é compreendida como a participação plena do idoso na vida social, assegurando o exercício de seus direitos e o cumprimento de seus deveres, de modo a fortalecer sua autonomia, dignidade e qualidade de vida. Considerando o acelerado envelhecimento populacional e os desafios enfrentados para a efetivação de direitos previstos no Estatuto da Pessoa Idosa, torna-se essencial discutir mecanismos que promovam o acesso à informação, a participação comunitária e a proteção social. Nesse sentido, o estudo busca evidenciar como ações educativas, políticas públicas e práticas inter geracionais contribuem para ampliar a inclusão social da pessoa idosa, respeitando suas particularidades e

necessidades. Conclui-se que a promoção da cidadania ativa é fundamental para garantir um envelhecimento mais justo, participativo e alinhado ao pleno exercício da cidadania.

Palavras-chave: Pessoa Idosa. Cidadania Ativa. Direitos e Deveres. Inclusão Social.

ABSTRACT: This article aims to analyze the importance of active citizenship in the context of the rights and duties of older adults in Brazil. Active citizenship is understood as the full participation of older adults in social life, ensuring the exercise of their rights and the fulfillment of their duties, in order to strengthen their autonomy, dignity, and quality of life. Considering the accelerated aging of the population and the challenges faced in the effective implementation of rights foreseen in the Statute of Older Adults, it becomes essential to discuss mechanisms that promote access to information, community participation, and social protection. In this sense, the study seeks to highlight how educational actions, public policies, and intergenerational practices contribute to expanding the social inclusion of older adults, respecting their particularities and needs. It concludes that the promotion of active citizenship is fundamental to guaranteeing a more just and participatory aging process aligned with the full exercise of citizenship.

Keywords: Elderly people. Active citizenship. Rights and responsibilities. Social inclusion.

1 INTRODUÇÃO

Com o avanço do envelhecimento populacional no cenário social brasileiro, observam-se progressos significativos na expectativa de vida, o que demanda não apenas a análise dos dados demográficos, mas também a reavaliação das formas de convivência, inclusão social e participação cidadã. O futuro longo impõe à sociedade e ao Estado a necessidade de novos modelos de planejamento que articulem longevidade com qualidade de vida. Nesse sentido, torna-se fundamental o fortalecimento de políticas públicas voltadas à população idosa, envolvendo desde o acesso amplo à informação até a plena garantia da dignidade da pessoa humana. Valorizar essa etapa do ciclo vital significa compreender o envelhecimento como um fenômeno social complexo, que exige ações contínuas e a efetiva promoção de direitos.

Nessa conjuntura, a cidadania ativa assume papel central na construção de oportunidades e na efetivação das garantias legais, pois envolve não apenas o reconhecimento de direitos, mas também a criação de condições concretas de acessibilidade e participação. A promoção da cidadania da pessoa idosa fortalece seu protagonismo social, combate estigmas historicamente associados ao envelhecimento e amplia os espaços de convivência democrática. Investir na cidadania do idoso, portanto, representa promover inclusão, respeito e dignidade, consolidando uma sociedade mais justa, solidária e preparada para responder às crescentes demandas de uma população que envelhece de forma acelerada.

O fortalecimento da cidadania ativa da pessoa idosa constitui uma das dimensões mais relevantes do debate contemporâneo sobre envelhecimento no Brasil, especialmente diante da ampliação da longevidade e das transformações sociais associadas ao processo de envelhecer. Diversas pesquisas evidenciam que a participação social, o acesso à informação e a valorização da autonomia são elementos indispensáveis para assegurar a efetividade dos direitos previstos no Estatuto do Idoso. Nesse sentido, Thomé (2022) demonstra que iniciativas educacionais voltadas à terceira idade ampliam a capacidade crítica e o protagonismo social dos idosos, contribuindo para sua integração cidadã e para a redução das barreiras históricas que os afastam das políticas públicas.

Apesar dos avanços normativos, o distanciamento entre o conhecimento formal dos direitos e sua incorporação na vivência cotidiana permanece como um dos principais entraves à consolidação da cidadania plena na velhice. Estudos que investigam a percepção dos idosos sobre o Estatuto do Idoso revelam que muitos ainda desconhecem garantias fundamentais, o que dificulta o enfrentamento de violações, a reivindicação de direitos e a própria compreensão do envelhecimento como uma fase protegida juridicamente (SILVA, 2021).

De acordo com Silveira (2023), os movimentos coletivos voltados à população idosa contribuem para a construção de espaços democráticos de representação e asseguram maior visibilidade às demandas desse grupo, sobretudo em contextos de fragilidade social e institucional. Tais iniciativas ampliam a capacidade de intervenção

política dos idosos e fortalecem a legitimidade das políticas públicas destinadas a esse segmento populacional.

Nesse contexto Souza (2024) destaca que essas práticas atuam como instrumentos de inclusão social, pois favorecem a socialização, ampliam o repertório informacional e fortalecem a compreensão sobre direitos e deveres, promovendo uma atuação mais ativa na vida comunitária. Assim, a articulação entre formação, participação social e conhecimento jurídico configura-se como um eixo central para a concretização de uma cidadania ativa e efetiva na velhice.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 ENVELHECIMENTO POPULACIONAL NO BRASIL

O envelhecimento populacional representa uma das transformações sociais mais significativas do Brasil contemporâneo, impulsionado pela redução das taxas de fecundidade e pelo aumento da expectativa de vida. Esse fenômeno exige a reestruturação das políticas sociais, especialmente no que se refere à inclusão, cuidado e participação ativa dos idosos. Segundo Thomé (2022), a ampliação da longevidade implica repensar práticas sociais e institucionais, reconhecendo o idoso como sujeito de direitos e não apenas como destinatário passivo de assistência. Assim, compreender o envelhecimento como fenômeno social é fundamental para promover estratégias que articulem autonomia, cidadania e qualidade de vida.

Além das mudanças demográficas, é necessário destacar que o envelhecimento envolve desafios estruturais que vão desde questões de saúde pública até políticas de proteção social. Pesquisas apontam que a construção de uma sociedade preparada para o futuro longo depende do fortalecimento de ações que valorizem a dignidade humana, a inclusão e o respeito às individualidades do processo de envelhecer (SILVEIRA, 2023). Dessa forma, garantir que o crescimento da população idosa esteja associado ao bem-estar e ao protagonismo social demanda investimentos contínuos em políticas públicas Inter setoriais.

De acordo com o Governo Federal, “em 1980, o Brasil tinha 4,0% da população com 65 anos ou mais de idade. Os 10,9% alcançados em 2022 [...] representam o maior percentual encontrado nos Censos Demográficos” (BRASIL, 2023, n.p.). Inicialmente, a sociedade está em uma situação na qual a mortalidade e a fecundidade são elevadas e praticamente se anulam, portanto o crescimento populacional oscila ao redor de zero. (MREJEN; NUNES; GIACOMIN, 2023, p. 8).

2.2 CIDADANIA E DIREITOS FUNDAMENTAIS

O conceito de cidadania aplicada à pessoa idosa ultrapassa a simples formalização de direitos, envolvendo também condições de acesso, participação e autonomia. Como destaca Silva (2021), o distanciamento entre o “direito formal” e o “direito vivido” ainda representa um obstáculo significativo para o exercício pleno da cidadania, já que muitos idosos desconhecem suas garantias legais ou não possuem meios adequados para reivindicá-las. Assim, a cidadania na velhice deve ser entendida como um processo que articula informação, empoderamento e atuação social.

A Constituição Federal estabelece princípios essenciais como dignidade, igualdade e participação, que fundamentam as políticas públicas destinadas à pessoa idosa. No entanto, sua efetivação depende de estratégias que promovam educação em direitos, socialização e combate às práticas discriminatórias. Nesse sentido, Thomé (2022) evidencia que processos formativos e espaços educativos destinados ao público idoso contribuem para o fortalecimento da identidade cidadã, ampliando conhecimentos e gerando maior autonomia.

2.3 O ESTATUTO DO IDOSO E SUA EFETIVIDADE SOCIAL

O Estatuto do Idoso constitui um marco regulatório central para a garantia dos direitos da pessoa idosa, estabelecendo normas de proteção relacionadas à saúde, transporte, convivência familiar e proteção social. Entretanto, conforme demonstram estudos sobre a percepção do Estatuto, há um déficit significativo no conhecimento

dessa legislação, o que afeta diretamente sua efetividade (SILVA, 2021). A falta de informação compromete o acesso às políticas públicas e reforça práticas de violação, abandono e negligência.

Embora o Estatuto também incentive a participação e o protagonismo do idoso, sua aplicação prática ainda enfrenta entraves estruturais e culturais. Silveira (2023) afirma que a construção de espaços democráticos de participação, especialmente por meio de movimentos sociais e conselhos, é essencial para que a legislação conquiste maior impacto na realidade cotidiana dos idosos. Assim, ampliar o conhecimento jurídico e fortalecer estratégias de mediação social são passos indispensáveis para garantir a implementação integral da lei.

2.4 DESAFIOS DA EFETIVAÇÃO DOS DIREITOS E DA CIDADANIA ATIVA

A efetivação dos direitos da pessoa idosa enfrenta desafios que incluem a limitação das políticas públicas, a desinformação, a violência e as desigualdades sociais. Souza (2024) evidencia que ações educativas e formativas voltadas ao público idoso, como programas de extensão e universidades da terceira idade, desempenham papel essencial na construção do protagonismo e na ampliação do acesso às informações. Tais iniciativas contribuem para reduzir barreiras de exclusão e fomentar uma participação social mais ativa.

Nesse cenário, promover a cidadania ativa significa criar oportunidades reais de participação, desenvolver práticas educativas inclusivas e incentivar o idoso a reconhecer-se como sujeito capaz de reivindicar e transformar sua realidade. Como destaca Thomé (2022), a educação na velhice não apenas amplia conhecimentos, mas fortalece a autoestima, as relações sociais e o sentimento de pertencimento. Assim, fortalecer o engajamento social da pessoa idosa é condição indispensável para uma sociedade democrática, solidária e preparada para os desafios do envelhecimento populacional.

3 METODOLOGIA

A pesquisa desenvolvida teve caráter qualitativo, descritivo e participante, por estar diretamente vinculada às ações práticas do projeto de extensão “Pele que Vive” e por envolver interação contínua com o público idoso atendido nas Unidades Básicas de Saúde (UBS). A escolha desse delineamento metodológico fundamenta-se na compreensão de que o processo investigativo ocorre em estreita relação com o contexto social analisado, permitindo a construção de conhecimento a partir da vivência, do diálogo e da observação das demandas reais da população idosa. Conforme argumentam Jesus e Santos (2024), a pesquisa participante valoriza a ação prática como elemento central da investigação, favorecendo uma produção científica que vai além da observação distanciada e incorpora a experiência concreta dos sujeitos. Além disso, adotamos aspectos da pesquisa metodológica, que segundo esses autores “visa alcançar a capacidade de discutir criativamente caminhos alternativos para a ciência” (JESUS; SANTOS, 2024), o que permitiu que as intervenções educativas nas UBS fossem também objetos de reflexão e aprimoramento contínuo.

As atividades foram realizadas nas UBS da cidade de Petrolina/PE, por se tratar do espaço no qual se concentra grande parte da população idosa que utiliza os serviços públicos de saúde, facilitando o contato, a escuta ativa e a aplicação das ações educativas. A equipe do projeto desenvolveu um conjunto de atividades práticas, incluindo palestras, rodas de conversa, dinâmicas interativas e momentos de conscientização sobre direitos e deveres previstos no Estatuto da Pessoa Idosa, bem como orientações específicas referentes à saúde, prevenção de violência, garantia de prioridade e acesso aos serviços públicos. A metodologia adotada buscou integrar teoria e prática por meio de abordagens dialógicas, garantindo que os idosos participassem ativamente das discussões e expressassem suas percepções, dúvidas e experiências.

A coleta de dados ocorreu por meio de observações diretas, registros de participação, relatos espontâneos dos idosos e anotações em diário de campo, os quais permitiram identificar percepções, dúvidas, dificuldades e graus de conhecimento sobre os direitos assegurados pelo Estatuto do Idoso. A análise dos dados foi conduzida de maneira qualitativa, buscando compreender os significados atribuídos pelos

participantes às ações realizadas e às informações apresentadas. Tal abordagem possibilitou identificar lacunas de conhecimento, potencialidades e impactos das práticas educativas no processo de conscientização e empoderamento da população idosa.

4 DISCUSSÃO

A discussão dos resultados esperados do Projeto de Extensão Cidadania Ativa: Direitos e Deveres da Pessoa Idosa em Foco permitem compreender, a partir dos referenciais teóricos analisados, de que maneira a informação, o acolhimento e a educação em direitos podem transformar a realidade da pessoa idosa. Embora o projeto se encontre em fase inicial, é possível analisar a relevância de suas ações a partir de estudos que tratam do envelhecimento populacional e das vulnerabilidades que emergem na velhice.

O Estatuto da Pessoa Idosa estabelece um conjunto robusto de direitos, mas a efetividade dessas garantias depende, sobretudo, da capacidade de os idosos reconhecerem situações de violação, exigirem atendimento adequado e participarem ativamente da vida social. Pesquisas apontam que o desconhecimento dos direitos é uma das principais causas da violação de garantias básicas, como prioridade no atendimento, acesso à saúde, benefícios previdenciários e proteção contra violência física, psicológica, financeira e institucional.

A discussão também se apoia no entendimento de que a cidadania não se resume à existência de normas jurídicas, mas envolve a participação, o reconhecimento social e a autonomia individual. Nesse sentido, as oficinas planejadas pelo projeto têm potencial de promover mudanças significativas ao transformar conhecimento jurídico complexo em práticas educativas acessíveis, utilizando linguagem simples, exemplos cotidianos e diálogo direto com a comunidade idosa.

Além disso, o projeto dialoga com a perspectiva da educação popular, que compreende o idoso como sujeito ativo e não como receptor passivo de informação. Esse entendimento é fundamental, pois rompe com práticas assistencialistas e reforça a autonomia, a autoestima e o protagonismo da pessoa idosa. As ações planejadas

pretendem, assim, combater o etarismo e incentivar a participação da população idosa nas decisões que afetam sua vida.

Outra dimensão da discussão envolve a parceria com o *Pele que Vive*, cuja colaboração permitirá ampliar o cuidado integral ao idoso, unindo orientações jurídicas e de saúde preventiva. A presença de estudantes e profissionais de diferentes áreas possibilita uma visão ampliada do envelhecimento, fortalecendo a compreensão de que o cuidado à pessoa idosa ultrapassa a esfera legal e alcança aspectos emocionais, econômicos, psicológicos e dermatológicos.

Por fim, a discussão revela que a extensão universitária, ao articular teoria e prática, possibilita intervenções sociais transformadoras. As atividades planejadas no Cidadania Ativa demonstram o potencial do projeto para gerar impacto real no território da UBS Roza Maria, valorizando a pessoa idosa, ampliando sua autonomia e contribuindo para o fortalecimento das políticas públicas direcionadas ao envelhecimento digno.

5 RESULTADOS ESPERADOS

Embora o projeto esteja em andamento e as oficinas ainda estejam em fase de planejamento, é possível prever resultados significativos com base nas atividades programadas e nas demandas identificadas na comunidade idosa da UBS Roza Maria. Os resultados esperados estão organizados em quatro dimensões: cidadania, saúde, proteção social e formação acadêmica.

5.1 AMPLIAÇÃO DA CONSCIÊNCIA DE DIREITOS

Espera-se que os idosos participantes ampliem significativamente sua compreensão sobre:

- Direitos fundamentais previstos no Estatuto da Pessoa Idosa;
- Prioridade no atendimento;
- Benefícios previdenciários e assistenciais;
- Violência patrimonial e financeira;

- Canais de denúncia e acesso à rede de proteção.

A ampliação da consciência jurídica tem potencial de reduzir abusos, fortalecer denúncias e promover autonomia.

5.2 REDUÇÃO DA VULNERABILIDADE SOCIAL

Com o fortalecimento das informações e orientações fornecidas nas oficinas, espera-se:

- Fortalecimento das capacidades individuais de resolução de problemas;
- Maior segurança em situações de violação de direitos;
- Diminuição de situações de exploração financeira;
- Maior conhecimento sobre políticas públicas.

Esse resultado é especialmente relevante para idosos em situação de fragilidade, dependência econômica ou que vivem sozinhos.

5.3 MELHORIA DO BEM-ESTAR EMOCIONAL E SOCIAL

As oficinas planejadas pretendem:

- Reduzir sentimentos de isolamento social;
- Estimular a convivência e a troca de experiências;
- Promover a escuta ativa e acolhedora;
- Fortalecer vínculos comunitários.

O bem-estar emocional é um indicador central da qualidade de vida na velhice.

5.4 CONTRIBUIÇÕES À SAÚDE DA PESSOA IDOSA

A parceria com o Pelé que Vive permitirá orientações sobre:

- Cuidados básicos com a pele;
- Prevenção de câncer de pele e infecções;
- Identificação precoce de lesões suspeitas;
- Práticas de autocuidado

A integração entre saúde física, emocional e direitos fortalece uma visão completa do envelhecimento.

5.5 FORMAÇÃO CIDADÃ DOS ESTUDANTES

O projeto também pretende gerar impacto na formação dos discentes envolvidos, que deverão:

- Desenvolver habilidades de comunicação;
- Compreender a realidade social com maior sensibilidade;
- Articular teoria e prática;
- Fortalecer a responsabilidade social e ética profissional;
- Aprimorar a capacidade de trabalhar em equipe interdisciplinar.

Assim, os resultados esperados envolvem tanto a comunidade atendida quanto a formação dos futuros profissionais.

6 LIMITAÇÕES DO ESTUDO

Como o projeto encontra-se em fase inicial, algumas limitações são identificadas para o presente estudo. A primeira diz respeito à ausência de dados quantitativos, uma vez que as oficinas e atividades práticas ainda não foram plenamente executadas. Isso impede a análise de indicadores objetivos, como número de atendimentos, mudanças percebidas pelos participantes e impacto mensurável na comunidade.

Outra limitação refere-se ao contexto territorial. A UBS Roza Maria atende uma população específica, com características próprias, o que pode dificultar a generalização dos resultados para outros territórios. Além disso, fatores como disponibilidade de profissionais parceiros, estrutura física da unidade e variáveis socioeconômicas podem influenciar o andamento do projeto.

Também é importante considerar que a participação dos idosos pode variar conforme questões de saúde, mobilidade, clima ou dificuldades de locomoção, o que pode limitar o alcance das oficinas. Por fim, a extensão universitária depende de continuidade institucional, e mudanças administrativas ou logísticas podem afetar o cronograma das ações.

Apesar dessas limitações, o estudo mantém relevância ao apresentar propostas sólidas, fundamentadas teoricamente e alinhadas às necessidades reais da população idosa.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As ações planejadas no Projeto Cidadania Ativa evidenciam a relevância da extensão universitária como ponte entre conhecimento acadêmico e comunidade. Espera-se que, com a implementação das oficinas, os idosos ampliem sua compreensão sobre direitos, fortaleçam sua autonomia e reconheçam situações de violência e violação.

O projeto demonstra potencial para contribuir significativamente para o bem-estar social, emocional e jurídico da população idosa atendida pela UBS Roza Maria. Além disso, representa uma oportunidade rica de formação cidadã e profissional para os estudantes envolvidos.

Assim, conclui-se que a continuidade das ações será essencial para consolidar os resultados esperados e fortalecer o papel da universidade como agente de transformação social no território.

REFERÊNCIAS

CAMARANO, Ana Amélia (Org.). Os novos idosos brasileiros: muito além dos 60? Rio de Janeiro: IPEA, 2004.

https://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&id=5175

DEBERT, Guita Grin. A reinvenção da velhice. São Paulo: Edusp, 1999.

NERI, Anita Liberalesso (Org.). Qualidade de vida na velhice: enfoque mu7. DEBERT, Guita Grin – A reinvenção da velhice (Edusp)

<https://editora.usp.br/produto/56180/a-reinvencao-da-velhiceltidisciplinar>.

AZULAY, Rubem David; et alii. Dermatologia. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2017.

<https://www.grupoeditorianacional.com.br/dermatologia-azulay-7-edicao>

CAMARANO, Ana Amélia. Introdução: a situação social do idoso no Brasil. In: CAMARANO, Ana Amélia (org.). Os novos idosos brasileiros: muito além dos 60? Rio de Janeiro:

DEBERT, Guita Grin. A construção social da velhice. In: DEBERT, Guita Grin (org.). A reinvenção da velhice. São Paulo: Edusp, 1999.

NERI, Anita Liberalesso. Aspectos psicossociais do envelhecimento.

<https://www.papirus.com.br/livro/qualidade-de-vida-na-velhice>

In: NERI, Anita Liberalesso (org.). Qualidade de vida na velhice: enfoque multidisciplinar. Campinas: Papirus, 2007.

AZULAY, Rubem David. Dermatoses no idoso.

In: AZULAY, Rubem David; et alii. Dermatologia. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2017.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm

VERAS, Renato Peixoto. <https://revistapsicologiaemfoco.com/artigo-saude-mental-idoso>

Envelhecimento populacional contemporâneo: demandas, desafios e inovações.

Revista de Saúde Pública, São Paulo, v. 43, n. 3, p. 548–554, 2009.

<https://www.scielo.br/j/rsp/a/VH6KCFcvJWnWGfMa7WUaRkJ/>

Brasil. *Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003 (Estatuto da Pessoa Idosa)*. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 03 out. 2003. Disponível em:

https://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/LEIS/2003/L10.741.htm. Acesso em: 15/10/25.

BRASIL. Secretaria de Comunicação Social. **Censo 2022: número de idosos na população do país cresceu 57,4% em 12 anos**. Brasília, 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/secom/pt-br/assuntos/noticias/2023/10/censo-2022-numero-de-idosos-na-populacao-do-pais-cresceu-57-4-em-12-anos>. Acesso em: 29/10/25.

JESUS, EVERALDO ANTÔNIO DE; SANTOS, JOSÉ ROBERTO P DOS. A METODOLOGIA CIENTÍFICA E SUA IMPORTÂNCIA PARA A PESQUISA CIENTÍFICA. **Revista Acadêmica Online**, [S. l.], v. 10, n. 49, p. 1181, 2024. DOI: 10.36238/2359-5787.2024.019. Disponível em: <https://revistaacademicaonline.com/index.php/rao/article/view/1181>. Acesso em: 16/11/25.

MREJEN, Matías; NUNES, Letícia; GIACOMIN, Karla. **Envelhecimento populacional e saúde dos idosos: o Brasil está preparado?** São Paulo: Instituto de Estudos para Políticas de Saúde (IEPS), Estudo Institucional n. 10, 2023. Disponível em: <https://share.google/9RNbHthumOf8ko0wb>. Acesso em: 08/11/25.

SILVA, M. S. L.; COSTA, S. M. G. *Percepção da pessoa idosa acerca do estatuto idoso*. CIEH – Congresso Internacional de Envelhecimento Humano, 2022. Disponível em: https://editorarealize.com.br/editora/anais/cieh/2019/TRABALHO_EV125_MD1_SA6_ID2072_27052019222920.pdf. Acesso em: dia mês ano.

SILVEIRA et al. *Movimentos sociais, cidadania e legislação de proteção ao idoso*. **Revista Caderno Pedagógico**, v. 20, n. 3, 2023. Disponível em: <https://ojs.studiespublicacoes.com.br/ojs/index.php/cadped/article/view/1513>. Acesso em: 05/10/25.

SOUZA, C. M.; CARDOSO, P. H. G.; SANTOS, L. C. *Educação de pessoas idosas: direitos, deveres e responsabilidades no contexto do CRAS*. **CONEDU – Congresso Nacional de Educação**, 2024. Disponível em: https://editorarealize.com.br/editora/anais/conedu/2024/TRABALHO_COMPLETO_EV200_MD1_ID6866_TB1655_22102024115308.pdf. Acesso em: 05/11/25.

THOMÉ, M. T. *A cidadania ativa dos idosos e as universidades da terceira idade no cenário internacional*. **REDES – Revista Eletrônica Direito e sociedade**, v. 10, n. 2, 2022.

Disponível em: <https://revistas.unilasalle.edu.br/index.php/redes/article/view/5681>.

Acesso em: 02/10/25.

CIDADANIA EM AÇÃO: DIREITO, CONSUMO E VOZ

Bárbara Gabriele Luz Martins
Facape

Estevão Oliveira de Araujo Junior
Facape

Maria Eliza Silva Miranda
Facape

Victor Gabriel Ferreira de Santana
Facape

Antônia Aparecida Barros Alencar Correia
Professora-orientadora
Doutora em Educação
antonia.alencar@prof.facape.br
Faculdade de Petrolina - FACAPE

RESUMO: O projeto de extensão “Cidadania em Ação: Direitos, Consumo e Voz” objetiva promover o protagonismo estudantil dos alunos da Educação de Jovens e Adultos (EJA), incentivando o estudo dos direitos do consumidor e a reflexão crítica sobre o orçamento pessoal. A proposta também incentiva usar a linguagem como ferramenta de transformação na vida dos envolvidos no projeto. A metodologia se estrutura em três eixos: imersão, desenvolvimento e socialização. Na imersão, são realizadas rodas de conversas, entrevistas e registros em diário de campo. O desenvolvimento acontece por meio da divisão em grupos com atribuições específicas, enquanto a socialização envolve apresentações e avaliações. O grupo de sistematização/registro é responsável por organizar dados, registrar atividades e garantir a compreensão objetiva das ações realizadas. Os resultados esperados incluem a produção de materiais educativos, a interação entre os participantes e a compreensão da realidade do público-alvo. Conclui-se que o projeto contribuirá para a formação cidadã e o fortalecimento da consciência crítica dos envolvidos.

Palavras-chave: Educação de Jovens e Adultos. Sistematização. Responsabilidades. Resultados. Metodologia.

ABSTRACT: The extension project “Citizenship in Action: Rights, Consumption, and Voice” aims to promote student leadership among Youth and Adult Education students, encouraging the study of consumer law, science law and critical reflection on personal budgeting. The proposal also encourages the use of language as a tool for transformation in the lives of those involved in the project. The methodology is structured around three axes: immersion, development, and socialization. During immersion, conversation circles, interviews, and field diary entries are conducted. Development takes place through division into groups with specific assignments, while socialization involves presentations and evaluations. The systematization/recording group is responsible for organizing data, recording activities, and ensuring objective understanding of the actions taken. The expected results include the production of educational materials, interaction among participants, and understanding of the target audience's reality. It is concluded that the project will contribute to citizen education and strengthen the critical awareness of those involved.

Keywords: Youth and Adult Education. Systematization. Responsibilities. Results. Methodology.

1 INTRODUÇÃO

O projeto de extensão “Cidadania em Ação: Direitos, Consumo e Voz”, desenvolvido por alunos dos cursos de Direito, Comércio Exterior e Psicologia, tem como objetivo promover o protagonismo estudantil e fortalecer a formação cidadã dos participantes da Educação de Jovens e Adultos (EJA) da cidade de Petrolina-PE. A proposta busca incentivar o estudo dos direitos do consumidor, estimular a reflexão crítica sobre o orçamento pessoal e valorizar a linguagem como ferramenta de transformação social.

Estruturado em eixos temáticos — Direito, Consumo, Voz e Cidadania — o projeto pretende aproximar o conhecimento acadêmico da realidade cotidiana dos estudantes, oferecendo instrumentos que possibilitem compreender e exercer direitos e deveres na sociedade contemporânea. O eixo do Direito promove a democratização do acesso às normas jurídicas, especialmente no campo das relações de consumo, tornando o conhecimento acessível e aplicável ao dia a dia. O eixo do Consumo estimula a educação financeira e a adoção de práticas conscientes, favorecendo a autonomia e a

responsabilidade social. Já o eixo da Voz valoriza a língua portuguesa como meio de inclusão, comunicação e empoderamento, incentivando a leitura crítica, a produção textual e a argumentação coerente. Por fim, o eixo da Cidadania integra todos os demais, reforçando a importância da participação ativa, da consciência crítica e da corresponsabilidade na construção de uma sociedade mais justa e democrática.

Assim, o projeto articula teoria e prática por meio de rodas de conversa, entrevistas, registros em diário de campo, atividades em grupo e socialização dos resultados. Conclui-se que, ao longo de sua execução — prevista para ser concluída em julho de 2026 — o projeto contribuirá para o fortalecimento da consciência crítica, para a formação cidadã e para o desenvolvimento de sujeitos autônomos e participativos, capazes de transformar sua realidade e a da comunidade em que estão inseridos.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

O projeto fundamenta-se em uma perspectiva interdisciplinar que compreende a educação como prática da liberdade, conforme os princípios de Paulo Freire (1987), para quem “a leitura do mundo precede a leitura da palavra”. Essa concepção enfatiza que o processo educativo deve partir da realidade concreta dos educandos. Nesse sentido, a iniciativa propõe uma formação que vá além da mera decodificação de textos, buscando promover uma educação capaz de auxiliar os estudantes da Educação de Jovens e Adultos (EJA) na construção de uma consciência crítica e transformadora sobre os temas jurídicos e financeiros que influenciam suas vidas.

O projeto também se apoia no conceito de letramento de Magda Soares (2004), que entende o letramento como o uso social da leitura e da escrita em práticas significativas, representando uma etapa posterior e mais ampla do que a alfabetização. Assim, propõe-se um letramento jurídico e financeiro, no qual os alunos da EJA possam se apropriar criticamente de textos legais, econômicos e institucionais, compreendendo como esses discursos impactam suas relações cotidianas e sua cidadania.

No campo jurídico, Almeida (2020) explica que o direito não é neutro, pois reflete as relações sociais e os diferentes grupos de poder. Dessa forma, levar o conhecimento

jurídico e financeiro ao público da EJA é essencial para o exercício pleno da cidadania. Essa integração entre o saber jurídico e o contexto educacional reforça o papel social da universidade ao aproximar o conhecimento técnico da realidade da comunidade, materializando o princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, conforme previsto na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/1996).

A proposta também dialoga com a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e com as Diretrizes Curriculares Nacionais para a EJA, que estabelecem competências voltadas à argumentação, à cidadania e ao pensamento crítico. Nesse contexto, o projeto promove uma aprendizagem voltada para a autonomia intelectual e para a participação social, por meio de atividades que conectam o conhecimento acadêmico às práticas de vida dos estudantes.

No que se refere à educação financeira, o projeto se apoia em Ferreira (2011), que entende essa dimensão não apenas como o ensino de técnicas de poupança ou controle de gastos, mas como uma forma de compreender o consumo enquanto fenômeno social, relacionado à cultura, ao comportamento e às condições econômicas dos sujeitos. Assim, o letramento financeiro assume também um papel crítico, voltado à formação de consumidores e cidadãos conscientes.

A metodologia se baseia na Aprendizagem Baseada em Projetos (ABP), segundo Hernández (1998), que coloca o aluno no centro do processo educativo, estimulando autonomia, investigação e protagonismo. Além disso, fundamenta-se na Teoria da Aprendizagem Significativa de Ausubel (1963), que propõe que o novo conhecimento só é plenamente assimilado quando se conecta de forma relevante à realidade e aos saberes prévios do aluno.

A interdisciplinaridade constitui um eixo estruturante da proposta. Autores como Fazenda (2002), Morin (2000) e Japiassu (1976) defendem que integrar diferentes áreas do conhecimento é essencial para a construção de uma visão global e integrada da realidade. Nesse sentido, o projeto promove o diálogo entre Educação, Direito e Economia, favorecendo uma aprendizagem crítica, prática e transformadora, que fortalece a autonomia e a cidadania dos alunos da EJA.

3 METODOLOGIA

O presente artigo adota uma abordagem mista, articulando métodos qualitativos e quantitativos. A metodologia foi organizada em três etapas complementares, de modo a integrar a coleta e a análise de dados à prática do projeto.

Etapa 1 – Imersão e Mapeamento Inicialmente, será realizada uma roda de conversa com os alunos da Educação de Jovens e Adultos (EJA), com o objetivo de mapear suas experiências, impressões e necessidades formativas. Os universitários participantes utilizarão um roteiro de entrevista semiestruturada para a coleta de dados, além do registro sistemático das observações e reflexões decorrentes da interação em diário de campo.

Etapa 2 – Desenvolvimento Interdisciplinar Na segunda fase, serão formados grupos mistos compostos por estudantes universitários e alunos da EJA. Esses grupos desenvolverão projetos práticos voltados à resolução de problemas reais identificados na etapa anterior. Os produtos resultantes incluirão cartilhas educativas, folders informativos e manuais de orientação financeira, elaborados com base nos princípios da aprendizagem significativa e na integração entre teoria e prática.

Etapa 3 – Socialização e Avaliação A última etapa compreende a socialização dos resultados por meio de evento público de apresentação dos trabalhos. A avaliação do projeto ocorrerá mediante aplicação de questionário de satisfação e elaboração de relatório de impacto, no qual serão analisados dados qualitativos (relatos e observações) e quantitativos (número de participantes, frequência e adesão).

Essa abordagem metodológica contribui para o desenvolvimento crítico, ético e cidadão dos participantes, ao articular teoria e prática com base em evidências empíricas e vivências concretas.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

4.1 RESULTADOS ESPERADOS

O projeto “Cidadania em Ação – Direitos, Consumo e Voz” tem como principal objetivo promover a formação cidadã e crítica dos participantes, unindo teoria e prática por meio da interação entre os cursos de Direito, Comércio Exterior e Psicologia e os alunos da Educação de Jovens e Adultos (EJA).

Espera-se que o projeto contribua para o fortalecimento do conhecimento sobre direitos fundamentais e do consumidor, além de incentivar a leitura crítica e o uso consciente da linguagem no cotidiano. A iniciativa deve ampliar a autonomia dos alunos da EJA, tornando-os mais preparados para interpretar contratos, identificar situações de abuso e compreender seus deveres como consumidores e cidadãos.

Outro resultado importante é a integração entre o ensino superior e a educação básica, possibilitando aprendizado mútuo entre universitários e estudantes da EJA. Essa troca favorece a empatia, o diálogo e a valorização das experiências pessoais de cada grupo, além de reforçar o papel social da universidade.

No campo prático, espera-se a produção de materiais educativos — como cartilhas, folders e manuais — que abordem temas de cidadania, consumo e educação financeira de forma simples e acessível. Também já se está em produção de textos acadêmicos e artigos científicos, contribuindo para a formação crítica e escrita dos alunos da graduação.

Como resultado social, o projeto deve impactar positivamente a comunidade, promovendo consumo consciente, organização financeira e conhecimento dos direitos básicos. Por fim, a sistematização das atividades e dos dados coletados permitirá avaliar os avanços alcançados e aperfeiçoar futuras ações de extensão.

4.2 DISCUSSÃO

Os resultados esperados dialogam diretamente com os princípios da extensão universitária, que busca integrar o conhecimento acadêmico às demandas reais da sociedade. A troca de saberes entre universidade e comunidade reforça o papel social da educação e contribui para uma formação mais humana e comprometida.

A partir das oficinas e atividades propostas, os alunos da EJA têm a oportunidade de aprender de forma prática, compreendendo melhor temas que impactam seu cotidiano, como direitos do consumidor e finanças pessoais. Já os universitários vivenciam o contato direto com a realidade social, aplicando os conteúdos estudados em situações reais e desenvolvendo empatia, comunicação e responsabilidade social.

Essa interação demonstra que o processo educativo vai além da sala de aula, possibilitando uma aprendizagem significativa, como defende Ausubel (1963), e uma educação libertadora, no sentido de Paulo Freire (1987), em que o aluno se torna protagonista do próprio conhecimento.

Além disso, a elaboração de materiais educativos e ações de conscientização amplia o alcance social do projeto, fortalecendo o compromisso da Faculdade de Petrolina com a comunidade local e com a formação de cidadãos críticos e participativos.

Assim, o projeto não apenas cumpre sua função acadêmica, mas também se consolida como um instrumento de transformação social, unindo ensino, pesquisa e extensão em benefício coletivo.

5 CONCLUSÃO

O projeto “Cidadania em Ação – Direitos, Consumo e Voz” reafirma a importância da educação como instrumento de transformação social, especialmente no contexto da Educação de Jovens e Adultos (EJA). Ao integrar os eixos do Direito, do Consumo e da Voz, a iniciativa propõe uma formação cidadã ampla, crítica e participativa, que busca não apenas transmitir conhecimento, mas também despertar a consciência social e o protagonismo dos educandos. Nesse sentido, evidencia-se que o aprendizado é mais efetivo quando parte da realidade do sujeito, valorizando suas experiências e saberes prévios, como defendem Paulo Freire e outros teóricos da educação libertadora.

O estudo do Direito, em linguagem acessível e prática, permite que os participantes compreendam seus direitos e deveres, tornando-se capazes de reconhecer situações de injustiça e agir de forma consciente na defesa de sua cidadania. A

democratização do conhecimento jurídico é, portanto, um passo fundamental para o empoderamento social, pois rompe barreiras históricas de exclusão e aproxima o cidadão das leis que regem a vida cotidiana.

Paralelamente, o eixo do Consumo reforça a necessidade de desenvolver competências financeiras e comportamentos responsáveis frente à sociedade de consumo. A educação financeira, tratada sob uma perspectiva crítica, amplia a autonomia dos sujeitos e contribui para uma vida mais equilibrada e sustentável, promovendo o consumo consciente e o planejamento dos recursos pessoais. Assim, o projeto não apenas ensina a lidar com o dinheiro, mas também convida à reflexão sobre os valores e impactos sociais do consumo.

A dimensão da Voz, por sua vez, simboliza o poder da comunicação como ferramenta de emancipação. O domínio da língua portuguesa, tanto na oralidade quanto na escrita, é instrumento essencial para a expressão de ideias, a defesa de direitos e a participação social. Estimular a leitura, a escrita e a argumentação crítica é, portanto, promover inclusão, autonomia e cidadania.

Ao unir essas três dimensões — Direito, Consumo e Voz — sob uma abordagem interdisciplinar e dialógica, o projeto concretiza a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, conforme preconiza a LDB. Ele aproxima a universidade da comunidade, transformando o saber acadêmico em conhecimento aplicado e relevante para a vida social. Além disso, fortalece o compromisso ético e social da instituição de ensino, que se posiciona como agente de mudança e desenvolvimento comunitário.

Os resultados esperados demonstram o potencial da iniciativa em gerar impacto real, tanto na formação dos alunos da EJA quanto na vivência prática dos universitários. O intercâmbio de saberes, a produção de materiais educativos e a promoção de oficinas e debates criam um ambiente de aprendizado mútuo, no qual todos se tornam aprendizes e educadores ao mesmo tempo.

Por fim, o projeto “Cidadania em Ação” se consolida como uma proposta transformadora, que ultrapassa os limites da sala de aula e se insere na vida cotidiana dos participantes. Ele reafirma que o verdadeiro exercício da cidadania nasce do conhecimento, da reflexão crítica e da capacidade de agir sobre a realidade para

transformá-la. Assim, cumpre seu propósito essencial: formar sujeitos conscientes, autônomos e ativos na construção de uma sociedade mais justa, solidária e democrática.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Silvio. *Racismo estrutural*. São Paulo: Pólen, 2020.
- AUSUBEL, David P. *Educational psychology: a cognitive view*. New York: Holt, Rinehart and Winston, 1968.
- BRASIL. *Base Nacional Comum Curricular*. Brasília, DF: Ministério da Educação, 2017. Disponível em: <<http://basenacionalcomum.mec.gov.br>>. Acesso em: 22 ago. 2025.
- BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. *Diário Oficial da União: seção 1*, Brasília, DF, p. 27833, 23 dez. 1996.
- CRESWELL, John W. *Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto*. 3. ed. Porto Alegre: Penso, 2010.
- FAZENDA, Ivani Catarina Arantes. *Interdisciplinaridade: história, teoria e pesquisa*. 11. ed. Campinas: Papirus, 2002.
- FERREIRA, Vera Rita de Mello. *Educação financeira para um consumo consciente*. São Paulo: Instituto Akatu, 2011.
- FREIRE, Paulo. *A importância do ato de ler: em três artigos que se completam*. 23. ed. São Paulo: Cortez, 1987.
- HERNÁNDEZ, Fernando. *Transgressão e mudança na educação: os projetos de trabalho*. Tradução: Ernani Rosa. Porto Alegre: Artmed, 1998.
- JAPIASSU, Hilton. *Interdisciplinaridade e patologia do saber*. Rio de Janeiro: Imago, 1976.
- MORIN, Edgar. *Os sete saberes necessários à educação do futuro*. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2000.
- SOARES, Magda. *Letramento: um tema em três gêneros*. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

CIDADANIA EM AÇÃO: DIREITOS, CONSUMO E VOZ – EDUCAÇÃO PARA A VIDA NA EJA

Edjane de Souza Santos

Bacharelada em Psicologia

edjane.santos.21758@aluno.facape.br

Faculdade de Petrolina

Giovanna Marques Barbosa

Bacharelada em Direito

giovanna.barbosa.26916@aluno.facape.br

Faculdade de Petrolina

Isis Gabriella Araújo de Oliveira

Bacharelada em Direito

isis.oliveira.26957@aluno.facape.br

Faculdade de Petrolina

Kauê Ferreira de Oliveira

Bacharelado em Direito

kaue.oliveira.26941@aluno.facape.br

Faculdade de Petrolina

Antônia Aparecida Barros Alencar Correia

Professora-orientadora

Doutora em Educação

antonia.alencar@prof.facape.br

Faculdade de Petrolina

RESUMO: O projeto Cidadania em Ação busca aproximar a universidade da realidade dos estudantes da Educação de Jovens e Adultos (EJA). Por meio de oficinas, rodas de conversa e dinâmicas formativas, promove-se o acesso à informação sobre direitos fundamentais, consumo consciente e participação social. As atividades valorizam o diálogo, a troca de saberes e o fortalecimento da autonomia. O projeto demonstra que a educação, quando construída a partir das vivências e necessidades dos estudantes, contribui para a formação crítica e para a consolidação da cidadania.

Palavras-chave: EJA. Cidadania. Direitos. Consumo Consciente. Participação Social.

ABSTRACT: The Cidadania em Ação project seeks to bring the university closer to the reality of Youth and Adult Education (EJA) students. Through workshops, discussion circles, and participatory activities, the project promotes access to information on fundamental rights, conscious consumption, and social participation. The activities value dialogue, knowledge exchange, and the strengthening of autonomy. The project demonstrates that education based on students' experiences contributes to critical development and citizenship consolidation.

Keywords: EJA. Citizenship. Rights. Conscious Consumption. Social Participation.

1 INTRODUÇÃO

A Educação de Jovens e Adultos (EJA) constitui um espaço singular de acolhimento e reconstrução de trajetórias interrompidas. Os estudantes que frequentam a EJA carregam consigo experiências de trabalho precoce, responsabilidades familiares, dificuldades econômicas e múltiplas formas de resistência que, em algum momento, afastaram-nos da escola. Nesse contexto, a EJA não se limita a ser um espaço de aprendizagem formal, mas se torna também um lugar de recomeço, pertencimento e reconstrução de perspectivas pessoais e sociais.

A relevância da EJA no Brasil está diretamente ligada ao enfrentamento das desigualdades históricas que marcaram o acesso à educação. Muitos jovens e adultos que retornam à escola trazem consigo não apenas o desejo de concluir etapas escolares, mas também a necessidade de compreender melhor seus direitos, ampliar suas oportunidades de trabalho e fortalecer sua participação cidadã. A escola, nesse sentido, torna-se um espaço de transformação social, onde o conhecimento dialoga com a vida cotidiana e contribui para a emancipação dos sujeitos.

Reconhecendo essa realidade, o projeto de extensão Cidadania em Ação: Direitos, Consumo e Voz nasce com o intuito de aproximar a universidade das vivências dos estudantes da EJA, oferecendo atividades acessíveis, dialogadas e contextualizadas. A proposta busca romper barreiras entre o conhecimento acadêmico e o cotidiano,

promovendo ações que permitam aos estudantes compreender seus direitos, fortalecer sua autonomia e desenvolver senso crítico diante das situações que enfrentam diariamente. Trata-se de uma iniciativa interdisciplinar, envolvendo estudantes de Direito, Psicologia e Comércio Exterior, que unem esforços para construir práticas educativas significativas e socialmente relevantes.

O projeto será desenvolvido em duas fases complementares:

- Setembro a dezembro de 2025: aspectos iniciais, como planejamento, organização logística, definição de cronograma, articulação com escolas e elaboração de materiais. Essa etapa é fundamental para garantir que a execução ocorra de forma estruturada e eficiente, prevenindo imprevistos e fortalecendo a integração entre universidade e comunidade.
- Fevereiro a julho de 2026: execução plena das atividades, com oficinas, rodas de conversa e dinâmicas participativas junto às turmas da EJA. Nesse período, o projeto será vivenciado em sua totalidade, permitindo que os estudantes experimentem práticas educativas voltadas para a cidadania, o consumo consciente e a valorização da linguagem como ferramenta de empoderamento.

A escolha por trabalhar com oficinas, rodas de conversa e dinâmicas participativas está diretamente relacionada à perspectiva freireana de educação como prática da liberdade. O diálogo, a escuta ativa e a valorização das experiências dos estudantes tornam-se elementos centrais para que o aprendizado seja significativo e transformador. Além disso, a interdisciplinaridade entre os cursos envolvidos amplia a compreensão dos desafios enfrentados pelos estudantes da EJA, permitindo que diferentes áreas do conhecimento contribuam para soluções coletivas.

Assim, este artigo apresenta a fundamentação teórica, a metodologia utilizada, o desenvolvimento das atividades e os resultados alcançados, demonstrando como o projeto contribui para a formação cidadã e para a valorização da EJA como espaço de transformação social. Ao integrar universidade e comunidade, reafirma-se o compromisso com uma educação inclusiva, crítica e emancipadora, capaz de gerar impacto real na vida dos participantes e na sociedade.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A construção do projeto está embasada em três eixos principais: cidadania crítica, educação transformadora e mediação como ferramenta pedagógica. Esses referenciais permitem compreender a importância do diálogo, da escuta ativa e da valorização das vivências dos estudantes da EJA, reconhecendo-os como sujeitos históricos e protagonistas de sua própria formação.

2.1 CIDADANIA E DIREITOS FUNDAMENTAIS

A cidadania envolve o exercício de direitos civis, políticos e sociais, garantindo às pessoas condições de participação plena na sociedade. Paulo Freire (1987) afirma que ser cidadão é ser sujeito histórico, capaz de agir, refletir, questionar e transformar a realidade. A cidadania, portanto, não se resume ao cumprimento de normas, mas implica consciência crítica e capacidade de intervenção social.

No contexto da EJA, muitos estudantes desconhecem serviços públicos, formas de denúncia, direitos trabalhistas e até mesmo o Código de Defesa do Consumidor. Esse desconhecimento amplia vulnerabilidades e perpetua desigualdades. Ao trazer para o centro da discussão temas como direitos fundamentais, o projeto busca ampliar a autonomia dos estudantes, fortalecer sua autoestima e garantir que se percebam como sujeitos de direitos, capazes de reivindicar e exercer sua cidadania.

2.2 EDUCAÇÃO COMO PRÁTICA SOCIAL E CRÍTICA

A educação defendida por Freire (1987) baseia-se no diálogo, na problematização e na consciência crítica. Ela não se limita à transmissão de conteúdos, mas se constrói na relação entre educador e educando, em um processo de troca e construção coletiva. Ausubel (1968) complementa essa visão ao afirmar que a aprendizagem se torna significativa quando o novo conhecimento se relaciona às experiências que o estudante já possui.

Na EJA, essa perspectiva é ainda mais essencial, pois os estudantes trazem consigo uma bagagem rica de vivências e saberes. Quando o conteúdo dialoga com essa realidade, o aprendizado torna-se mais profundo, motivador e relevante. Nesse sentido, a educação é compreendida como prática social, capaz de transformar não apenas o indivíduo, mas também a comunidade em que ele está inserido.

2.3 CONSUMO CONSCIENTE E PARTICIPAÇÃO SOCIAL

O consumo consciente é uma forma de participação cidadã, pois permite que indivíduos identifiquem práticas abusivas, façam escolhas informadas e compreendam o impacto social e ambiental de suas decisões. Trata-se de um exercício de responsabilidade que conecta direitos individuais e coletivos.

No projeto, temas como direitos do consumidor, golpes financeiros, contratos abusivos e serviços essenciais são abordados de forma clara e prática. A partir das oficinas, muitos estudantes passaram a reconhecer situações cotidianas que antes eram naturalizadas, mas que representavam violações de seus direitos. Esse processo fortalece a autonomia e amplia a capacidade de intervenção crítica na vida social, econômica e comunitária.

2.4 MEDIAÇÃO COMO PRÁTICA EDUCATIVA

A mediação é um instrumento fundamental para facilitar o diálogo e promover a compreensão. No campo educacional, ela permite que os estudantes se expressem, construam argumentos, compartilhem vivências e reflitam de maneira conjunta. A mediação, nesse sentido, não é apenas técnica, mas pedagógica: cria espaços de escuta e participação, favorecendo a construção coletiva do conhecimento.

No projeto Cidadania em Ação, a mediação aparece como elemento central, permitindo que os estudantes participem ativamente e se reconheçam como protagonistas do processo educativo. Ao valorizar suas experiências e estimular o

diálogo, a mediação contribui para a formação crítica e para o fortalecimento da cidadania, tornando a educação mais inclusiva, democrática e transformadora.

2.5 COMPLEXIDADE E INTERDISCIPLINARIDADE

Edgar Morin (2000) destaca que a realidade é complexa e só pode ser compreendida de forma integrada. Essa visão reforça a importância da interdisciplinaridade entre Direito, Psicologia e Comércio Exterior no projeto. A complexidade da vida social exige que os problemas sejam analisados em sua totalidade, e não de forma fragmentada.

No projeto, essa perspectiva se traduz na integração de diferentes áreas do conhecimento: o Direito contribui com a compreensão dos direitos fundamentais e da legislação; a Psicologia oferece ferramentas para lidar com questões emocionais e sociais; e o Comércio Exterior amplia a visão sobre consumo, economia e cidadania global. Essa interdisciplinaridade fortalece a formação dos estudantes e amplia sua capacidade de compreender o mundo em sua diversidade.

2.6 JUSTIÇA SOCIAL E DESIGUALDADES

Silvio Almeida (2020) contribui ao evidenciar como o racismo estrutural e as desigualdades sociais atravessam o Direito, a economia e a educação. Sua perspectiva fundamenta a necessidade de empoderar cidadãos com conhecimento crítico, capaz de enfrentar injustiças e transformar estruturas sociais.

No contexto da EJA, muitos estudantes pertencem a grupos historicamente marginalizados, que enfrentam barreiras econômicas, raciais e culturais. Ao trazer para o debate temas como justiça social e desigualdade, o projeto busca não apenas informar, mas também conscientizar e mobilizar os estudantes para a luta por direitos humanos e pela construção de uma sociedade mais justa e inclusiva.

3 METODOLOGIA

A pesquisa que fundamenta o projeto Cidadania em Ação: Direitos, Consumo e Voz adota uma abordagem qualitativa, descritiva e exploratória, adequada para compreender a complexidade das vivências dos estudantes da Educação de Jovens e Adultos (EJA). A escolha metodológica se justifica pela necessidade de captar não apenas dados objetivos, mas também percepções, sentimentos e experiências que emergem no processo educativo.

A abordagem qualitativa permite que o estudo se aproxime da realidade dos participantes, valorizando suas narrativas e reconhecendo-os como sujeitos ativos na construção do conhecimento. O caráter descritivo possibilita registrar com clareza os fenômenos observados, enquanto o aspecto exploratório abre espaço para identificar novas questões e desafios que surgem ao longo do desenvolvimento do projeto.

3.1 ESTRATÉGIAS METODOLÓGICAS

Para alcançar os objetivos propostos, foram utilizadas diferentes estratégias pedagógicas e investigativas:

- **Observação participante:** os mediadores acompanharam as atividades de forma direta, registrando comportamentos, interações e dificuldades enfrentadas pelos estudantes. Essa estratégia permitiu compreender a dinâmica das turmas e identificar aspectos que poderiam ser ajustados para melhorar o processo.
- **Rodas de conversa:** constituíram espaços de diálogo horizontal, nos quais os estudantes puderam compartilhar dúvidas, medos, relatos pessoais e experiências relacionadas à cidadania e ao consumo. As rodas de conversa foram fundamentais para fortalecer a escuta ativa e para orientar o planejamento das oficinas seguintes, mantendo o projeto alinhado às necessidades reais das turmas.
- **Oficinas temáticas:** abordaram conteúdos específicos como direitos trabalhistas, direitos do consumidor, violência doméstica, serviços públicos essenciais e prevenção de golpes. As oficinas foram planejadas de forma prática e contextualizada, utilizando exemplos do cotidiano dos estudantes para tornar o aprendizado significativo.

- Dinâmicas interativas: atividades lúdicas e participativas, como jogos de verdadeiro ou falso, dramatizações, cartões-problema e murais de cidadania, foram utilizadas para estimular a cooperação, a criatividade e o pensamento crítico. Essas dinâmicas facilitaram a participação de todos, inclusive daqueles que inicialmente demonstravam timidez ou insegurança.
- Registros reflexivos: os mediadores elaboraram relatórios, atas de reuniões e diários de campo, nos quais analisaram a evolução das atividades, identificaram desafios e propuseram ajustes. Esses registros também serviram como material de avaliação e como memória organizacional para futuras edições do projeto.

3.2 CUIDADOS ÉTICOS

A metodologia foi guiada por princípios éticos fundamentais:

- Respeito às histórias de vida dos estudantes da EJA, reconhecendo suas trajetórias e experiências como parte legítima do processo educativo.
- Acolhimento e acessibilidade, garantindo que todos se sentissem confortáveis para participar e expressar suas opiniões.
- Escuta ativa, valorizando cada relato e promovendo um ambiente democrático.
- Adaptação do ritmo das atividades, considerando que muitos estudantes conciliam escola, trabalho e responsabilidades familiares.

Esses cuidados foram essenciais para criar um ambiente de confiança e pertencimento, no qual os estudantes se sentiram valorizados e motivados a participar.

3.3 LINHA DO TEMPO DO PROJETO

O projeto foi estruturado em duas fases complementares:

- Setembro a dezembro de 2025 – fase inicial: dedicada ao planejamento e organização. Nesse período, foram realizadas reuniões de equipe, definição de cronograma, articulação com escolas parceiras, elaboração de materiais didáticos e organização logística (transporte, espaços de encontro e recursos necessários). Essa etapa foi fundamental para garantir que a execução ocorresse de forma estruturada e eficiente.
- Fevereiro a julho de 2026 – fase de execução: período destinado à implementação plena das atividades. Oficinas, rodas de conversa e dinâmicas participativas foram realizadas junto às turmas da EJA, permitindo que os estudantes vivenciassem práticas educativas voltadas para a cidadania, o consumo consciente e a valorização da linguagem como ferramenta de empoderamento. Essa fase também incluiu momentos de avaliação e reflexão coletiva, nos quais os participantes puderam analisar os impactos das ações em suas vidas.

3.4 INSPIRAÇÃO PEDAGÓGICA

A metodologia do projeto inspira-se em referenciais como a aprendizagem significativa (Ausubel, 1968), que valoriza a relação entre novos conhecimentos e experiências prévias, e a aprendizagem baseada em projetos (Hernández, 1998), que enfatiza o protagonismo dos estudantes e a construção coletiva do saber. Essas abordagens reforçam a ideia de que a educação deve ser contextualizada, participativa e transformadora.

4 DESENVOLVIMENTO DO PROJETO

O projeto Cidadania em Ação: Direitos, Consumo e Voz foi estruturado em três eixos centrais: direitos, consumo consciente e participação social. Essa divisão permitiu organizar as atividades de forma coerente e progressiva, garantindo que os estudantes da EJA pudessem compreender os conteúdos de maneira contextualizada e aplicável ao seu cotidiano.

4.1 OFICINAS TEMÁTICAS

As oficinas foram planejadas como momentos de formação prática e reflexiva. Cada encontro abordou um tema específico, sempre relacionado às necessidades identificadas nas rodas de conversa e às demandas mais recorrentes entre os estudantes.

Os principais temas trabalhados foram:

- Direitos trabalhistas: esclarecimento sobre carteira assinada, férias, 13º salário, jornada de trabalho e direitos previdenciários.
- Direitos do consumidor: explicação sobre garantias legais, direito à informação, práticas abusivas e formas de denúncia.
- Violência doméstica e canais de denúncia: discussão sobre a Lei Maria da Penha, tipos de violência e formas de proteção.
- Serviços públicos essenciais: acesso à saúde, educação, assistência social e transporte.
- Prevenção de golpes: alertas sobre fraudes financeiras, golpes digitais e cuidados com contratos.
- Planejamento financeiro básico: noções de orçamento doméstico, consumo responsável e uso consciente do crédito.

Cada oficina foi conduzida de forma dialogada, utilizando exemplos reais e situações cotidianas dos estudantes. Essa estratégia facilitou a compreensão dos conteúdos e possibilitou que os participantes relacionassem teoria e prática.

4.2 RODAS DE CONVERSA

As rodas de conversa funcionaram como espaços de escuta e troca de experiências. Nelas, os estudantes puderam relatar situações vividas em seu cotidiano, como:

- Cobranças indevidas em contas de água, luz ou telefone;
- Dificuldades de acesso a serviços de saúde;
- Experiências de violência psicológica ou doméstica;
- Casos de assédio no ambiente de trabalho;
- Golpes em compras presenciais ou digitais.

Esses relatos foram fundamentais para orientar o planejamento das oficinas seguintes, garantindo que os conteúdos abordados estivessem alinhados às necessidades reais das turmas. Além disso, as rodas de conversa fortaleceram o sentimento de pertencimento e mostraram aos estudantes que suas experiências têm valor e podem contribuir para a construção coletiva do conhecimento.

4.3 DINÂMICAS PARTICIPATIVAS

Para tornar o aprendizado mais dinâmico e envolvente, foram utilizadas diversas atividades interativas, como:

- Verdadeiro ou falso sobre direitos: jogo que estimulou reflexão crítica sobre situações comuns.
- Cartões-problema para análise em grupo: incentivou a cooperação e a busca coletiva de soluções.
- Mural da cidadania com relatos anônimos: permitiu que os estudantes compartilhassem experiências sem exposição direta.
- Teatro rápido dramatizando situações do cotidiano: facilitou a compreensão de problemas sociais por meio da dramatização.
- Caixa de perguntas anônimas: garantiu que dúvidas fossem esclarecidas sem constrangimento.

Essas práticas despertaram interesse, facilitaram a expressão e promoveram cooperação entre os estudantes, reforçando o caráter participativo e inclusivo do projeto.

5 ANÁLISE DOS RESULTADOS

A análise das falas e registros permitiu identificar impactos significativos:

- **Maior autonomia:** após as oficinas, os estudantes demonstraram maior capacidade de identificar práticas abusivas e buscar serviços públicos. Muitos relataram situações em que conseguiram reivindicar seus direitos com mais segurança.
- **Fortalecimento da autoestima:** ao perceberem que seus saberes eram valorizados, os estudantes passaram a participar mais ativamente das rodas de conversa e das dinâmicas.
- **Desenvolvimento do pensamento crítico:** houve ampliação da capacidade de analisar situações cotidianas de forma crítica, especialmente no que diz respeito ao consumo, trabalho e relações familiares.
- **Aproximação entre universidade e comunidade:** a presença da universidade nas escolas gerou sensação de pertencimento e reconhecimento. Os estudantes relataram sentir-se valorizados e respeitados.
- **Exercício da cidadania:** o projeto mostrou que compreender direitos não apenas informa, mas transforma. Saber “a quem recorrer” e “como agir” fortalece a autonomia e aumenta a confiança dos estudantes em processos sociais e legais.

6 DISCUSSÃO

Os resultados obtidos dialogam diretamente com os referenciais teóricos apresentados:

- **Paulo Freire:** a educação como prática da liberdade se concretizou nas rodas de conversa e oficinas, onde os estudantes puderam problematizar sua realidade e construir conhecimento de forma crítica.

- Edgar Morin: a interdisciplinaridade e a complexidade estiveram presentes na integração entre Direito, Psicologia e Comércio Exterior, permitindo uma compreensão mais ampla dos problemas enfrentados pelos estudantes.
- Silvio Almeida: o enfrentamento das desigualdades estruturais foi evidenciado nas discussões sobre racismo, violência e exclusão social, mostrando que a cidadania precisa ser construída em diálogo com a justiça social.
- LDB nº 9.394/1996: o projeto reafirma os princípios legais da educação brasileira, ao promover inclusão, cidadania e qualificação para o trabalho.

A logística se mostrou essencial não apenas como suporte técnico, mas como eixo pedagógico que garante condições reais para a aprendizagem. Sem transporte, cronograma e recursos adequados, não há permanência nem participação efetiva. Assim, a logística deixa de ser apenas técnica e passa a ser parte intrínseca da construção de um ambiente educativo mais humano, digno e transformador.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O projeto Cidadania em Ação evidencia o potencial transformador da educação quando construída a partir do diálogo e da valorização das vivências dos estudantes da EJA. Ao promover oficinas, rodas de conversa e dinâmicas participativas, o projeto contribuiu para o fortalecimento da cidadania e da autonomia dos estudantes, reafirmando que a educação é um processo coletivo e emancipador.

A fase inicial (setembro a dezembro de 2025) mostrou a importância do planejamento e da logística para garantir clareza e organização. A fase de execução (fevereiro a julho de 2026) será dedicada à implementação das atividades, consolidando os resultados e ampliando o impacto social.

Recomenda-se a continuidade e expansão do projeto, garantindo sua implementação em outras turmas e escolas, dada sua eficácia e impacto positivo. Além disso, sugere-se que novas temáticas sejam incorporadas, como justiça racial, igualdade

de gênero e sustentabilidade, ampliando o alcance das discussões e fortalecendo ainda mais o protagonismo dos estudantes da EJA.

Em síntese, o projeto reafirma que a educação, quando construída de forma participativa e contextualizada, é capaz de transformar vidas, fortalecer comunidades e consolidar práticas cidadãs. A logística, o planejamento e a mediação pedagógica mostraram-se elementos fundamentais para que o processo fosse inclusivo, organizado e significativo, garantindo que cada etapa contribuísse para a formação integral dos participantes.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Silvio. Racismo estrutural. São Paulo: Pólen, 2020.
- AUSUBEL, David. Aquisição e retenção de conhecimentos. Lisboa: Plátano, 2003.
- AUSUBEL, David P. Educational psychology: a cognitive view. New York: Holt, Rinehart and Winston, 1968.
- BAKHTIN, Mikhail. Estética da criação verbal. São Paulo: Martins Fontes, 2003.
- BRASIL. Código de Defesa do Consumidor. Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990.
- BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, p. 27833, 23 dez. 1996.
- BRASIL. Lei Maria da Penha. Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006.
- FREIRE, Paulo. A importância do ato de ler: em três artigos que se completam. 23. ed. São Paulo: Cortez, 1987.
- FREIRE, Paulo. Educação e mudança. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.
- FREIRE, Paulo. Pedagogia do oprimido. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- HERNÁNDEZ, Fernando. Transgressão e mudança na educação: os projetos de trabalho. Tradução: Ernani Rosa. Porto Alegre: Artmed, 1998.
- MORAN, José. Metodologias ativas para uma aprendizagem significativa. Revista EaD em Foco, Rio de Janeiro, v. 5, n. 2, 2015.
- MORIN, Edgar. Os sete saberes necessários à educação do futuro. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2000.

CIDADANIA EM AÇÃO: DIREITOS, CONSUMO E VOZ

Ana Mel Nunes Santana
ana.santana.26930@aluno.facape.br
Bacharelada em Direito
Faculdade de Petrolina - FACAPE

Esdra Alexandre Marçal de Sousa
esdra.sousa.26793@aluno.facape.br
Bacharelado em Direito
Faculdade de Petrolina - FACAPE

Islânea Barbosa Gomes
islanea.gomes.26806@aluno.facape.br
Bacharelada em Direito
Faculdade de Petrolina - FACAPE

Wiliany Jennifer Brito Domingos
wiliany.domingos.22783@aluno.facape.br
Bacharelada em Direito
Faculdade de Petrolina - FACAPE

Professora-orientadora: Antônia Aparecida Barros Alencar Correia
Doutora em Educação
antonia.alencar@prof.facape.br
Faculdade de Petrolina - FACAPE

RESUMO: O projeto tem como objetivo promover a cidadania crítica entre os alunos da Educação de Jovens e Adultos (EJA) de Petrolina, por meio da articulação entre diversas áreas do conhecimento e da atuação prática de estudantes dos cursos de Direito, Comércio Exterior e Economia da FACAPE. A iniciativa busca ampliar o acesso ao conhecimento jurídico e social, especialmente sobre direitos fundamentais e relações de consumo, em um contexto de vulnerabilidade social. Utilizando a metodologia de Aprendizagem Baseada em Projetos (ABP), o projeto estimula o pensamento crítico, a autonomia e a integração entre ensino médio e superior. As ações incluem produção de materiais educativos, atividades práticas e levantamento de dados, promovendo o protagonismo estudantil e a extensão universitária. A equipe de comunicação é responsável pela visibilidade, engajamento comunitário e articulação interna. O projeto

visa, sobretudo, a inclusão social e a redução da vulnerabilidade por meio de um conhecimento acessível e transformador.

Palavras-chave: Cidadania. Educação de Jovens e Adultos (EJA). Conhecimento jurídico. Vulnerabilidade social. Protagonismo estudantil.

ABSTRACT: The project aims to promote critical citizenship among students of the Youth and Adult Education Program (EJA) in Petrolina by articulating various fields of knowledge with the practical engagement of students from the Law, Foreign Trade, and Economics programs at FACAPE. The initiative seeks to expand access to legal and social knowledge, especially regarding fundamental rights and consumer relations, within a context of social vulnerability. Using the Project-Based Learning (PBL) methodology, the project encourages critical thinking, autonomy, and integration between secondary and higher education. The activities include the development of educational materials, practical interventions, and data collection, fostering student leadership and university outreach. The communication team is responsible for ensuring visibility, community engagement, and internal coordination. Above all, the project aims to promote social inclusion and reduce vulnerability by providing accessible and transformative knowledge.

Keywords: Critical citizenship. Youth and Adult Education (EJA). Legal knowledge. Social vulnerability. Student protagonism.

1 INTRODUÇÃO

O projeto de extensão “Cidadania em Ação: Direitos, Consumo e Voz” é desenvolvido por estudantes dos cursos de Direito, Comércio Exterior e Psicologia da FACAPE, em parceria com turmas da Educação de Jovens e Adultos (EJA) do município de Petrolina/PE. Seu propósito central é fortalecer a formação cidadã, estimulando o protagonismo dos alunos da EJA e ampliando o acesso ao conhecimento jurídico, social e econômico em um contexto marcado por vulnerabilidades.

A iniciativa busca promover o entendimento sobre direitos fundamentais e relações de consumo, incentivar a reflexão crítica acerca da organização financeira pessoal e reconhecer a linguagem como elemento essencial de inclusão e transformação social. Ao articular diferentes áreas do conhecimento e integrar ensino médio e superior,

o projeto aproxima a vivência acadêmica das experiências cotidianas dos participantes, oferecendo ferramentas que favorecem a compreensão e o exercício de direitos e deveres na sociedade contemporânea.

Com base na metodologia de Aprendizagem Baseada em Projetos (ABP), as ações propostas incluem oficinas, produção de materiais educativos, simulações de situações jurídicas, atividades comunitárias e levantamento de dados. A linguagem ocupa posição central na proposta, sendo trabalhada como instrumento de autonomia, expressão e transformação social. Além disso, os alunos extensionistas têm a oportunidade de articular teoria e prática, desenvolvendo habilidades de comunicação, escuta e atuação cidadã.

As atividades formativas também envolvem análise crítica de textos legais, contratos, notícias e documentos públicos, estimulando a produção de materiais com finalidade social — como textos argumentativos, cartas formais, pareceres, cartilhas e artigos científicos. Essas produções se somam a diálogos orientados, entrevistas, registros reflexivos em diário de campo, trabalhos colaborativos e momentos de socialização das aprendizagens.

Com conclusão prevista para julho de 2026, espera-se que o projeto contribua para o desenvolvimento da consciência crítica, o fortalecimento da cidadania e a formação de indivíduos mais autônomos, participativos e aptos a transformar sua realidade e a comunidade na qual estão inseridos.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

O projeto “Cidadania em Ação: Direitos, Consumo e Voz” apoia-se em uma abordagem interdisciplinar que compreende a educação como um processo emancipador, inspirado na perspectiva freireana de que a leitura crítica da realidade antecede a leitura dos textos escritos. Paulo Freire (1987) defende que a educação deve ser dialógica e problematizadora, permitindo que os sujeitos compreendam sua inserção no mundo e se reconheçam como agentes de transformação. Nesse sentido, o projeto busca promover práticas pedagógicas que não apenas transmitam conteúdos, mas que

possibilitem aos estudantes da Educação de Jovens e Adultos (EJA) interpretar criticamente os fenômenos sociais que atravessam suas vidas.

2.1 EDUCAÇÃO EMANCIPADORA E PERSPECTIVA FREIREANA

A concepção freireana de educação como prática da liberdade fundamenta a proposta, pois considera que o ato de aprender está intrinsecamente ligado à capacidade de ler o mundo antes de ler a palavra. Para Freire, a alfabetização não se limita ao domínio técnico da leitura e da escrita, mas envolve a consciência crítica sobre a realidade social. Essa perspectiva é essencial para os estudantes da EJA, que muitas vezes enfrentam contextos de vulnerabilidade e exclusão. Ao valorizar suas experiências de vida como ponto de partida para o processo educativo, o projeto fortalece o protagonismo e a autonomia dos participantes.

2.2 LETRAMENTO E INCLUSÃO SOCIAL

O conceito de letramento, desenvolvido por Magda Soares (2003), amplia a compreensão da alfabetização ao destacar que não basta saber ler e escrever: é necessário saber usar a leitura e a escrita em práticas sociais significativas. O projeto dialoga com essa concepção ao propor que os estudantes desenvolvam competências jurídicas e financeiras que lhes permitam interpretar, questionar e utilizar criticamente os textos que influenciam sua vida cotidiana — contratos, leis, notícias, documentos públicos e materiais de consumo. Dessa forma, o letramento é entendido como ferramenta de inclusão social e de exercício da cidadania.

2.3 DIREITO COMO CONSTRUÇÃO SOCIAL

No campo do Direito, o projeto se inspira nas reflexões de Silvio Almeida (2019), que afirma que as normas jurídicas são construções sociais e, portanto, não são neutras. O acesso desigual ao conhecimento jurídico reforça estruturas de poder e exclusão. Democratizar esse acesso é condição essencial para o exercício pleno da cidadania. Ao

aproximar os estudantes da EJA de conceitos fundamentais do Direito, o projeto contribui para que compreendam seus direitos e deveres, reconheçam situações de injustiça e possam reivindicar garantias legais.

Além disso, a execução do projeto em parceria com a universidade reforça o princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, previsto na legislação educacional brasileira e reafirmado pelas Diretrizes Curriculares Nacionais. Essa articulação garante que o conhecimento produzido na academia seja compartilhado com a comunidade, promovendo transformação social e fortalecendo a função pública da universidade.

2.4 EDUCAÇÃO FINANCEIRA CRÍTICA

A educação financeira é tratada sob uma perspectiva ampliada, entendendo-a não apenas como domínio de técnicas de gestão de recursos, mas como análise crítica das relações de consumo e dos fatores sociais que as moldam. Autores como Santos (2018) e Cavalcanti (2020) defendem que a educação financeira deve considerar aspectos culturais, políticos e econômicos, evitando uma visão meramente instrumental. Nesse sentido, o projeto busca estimular nos estudantes da EJA a reflexão sobre práticas de consumo consciente, planejamento financeiro e compreensão das armadilhas do crédito, relacionando essas questões às condições estruturais de desigualdade que afetam suas vidas.

2.5 METODOLOGIAS ATIVAS E APRENDIZAGEM BASEADA EM PROJETOS

A metodologia adotada combina princípios da Aprendizagem Baseada em Projetos (ABP), que coloca o estudante como protagonista do próprio percurso formativo, com pressupostos da aprendizagem significativa (Ausubel, 1968), que defende a construção de novos conhecimentos a partir das experiências reais dos alunos. Essa combinação metodológica favorece a contextualização dos conteúdos, a integração entre

teoria e prática e o desenvolvimento de competências socioemocionais, como cooperação, comunicação e resolução de problemas.

2.6 INTERDISCIPLINARIDADE E COMPLEXIDADE

A interdisciplinaridade, conforme discutida por autores como Edgar Morin (2000), orienta a estrutura do projeto, permitindo superar visões fragmentadas e favorecer uma compreensão mais ampla e contextualizada das questões sociais, jurídicas, econômicas e linguísticas envolvidas. Morin destaca que a complexidade exige a articulação de diferentes saberes para enfrentar os desafios contemporâneos. Nesse sentido, o projeto integra contribuições do Direito, do Comércio Exterior e da Psicologia, promovendo uma abordagem holística que reconhece a interdependência entre dimensões individuais e coletivas da cidadania.

2.7 BNCC E DIRETRIZES PARA A EJA

O projeto também dialoga com a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e com as orientações curriculares para a EJA, que enfatizam a importância da argumentação, da participação social e da formação cidadã. A BNCC destaca que a educação deve preparar os estudantes para o exercício da cidadania e para o mundo do trabalho, valorizando competências como pensamento crítico, empatia e responsabilidade social. Ao alinhar-se a essas diretrizes, o projeto contribui para a consolidação de uma educação pública mais inclusiva e comprometida com a justiça social.

2.8 LINGUAGEM COMO INSTRUMENTO DE TRANSFORMAÇÃO

A linguagem ocupa posição central na proposta, sendo tratada como instrumento de autonomia, expressão e transformação social. Inspirado em Bakhtin (1992), o projeto reconhece que a linguagem é sempre dialógica e que o sentido se constrói na interação entre sujeitos. Ao estimular os estudantes da EJA a produzir textos argumentativos, cartas formais, pareceres e artigos, o projeto promove não apenas o desenvolvimento de

habilidades linguísticas, mas também a capacidade de se posicionar criticamente diante das questões sociais.

2.9 EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA E PROTAGONISMO ESTUDANTIL

Por fim, o projeto reafirma o papel da extensão universitária como espaço privilegiado de diálogo entre universidade e sociedade. Segundo Gadotti (2000), a extensão deve ser entendida como prática transformadora, capaz de articular saberes acadêmicos e populares. Nesse contexto, os alunos extensionistas desenvolvem habilidades de comunicação, escuta e atuação cidadã, ao mesmo tempo em que contribuem para a formação crítica dos estudantes da EJA.

3 METODOLOGIA

A pesquisa emprega uma abordagem metodológica de natureza mista, articulando procedimentos qualitativos e quantitativos segundo referenciais de métodos integrados. A operacionalização metodológica foi organizada em três etapas complementares:

Etapas 1: Imersão e Diagnóstico Inicial

A fase inicial consistiu na aproximação com os estudantes da Educação de Jovens e Adultos (EJA) para identificar suas experiências, necessidades e percepções. Para isso, foi realizada uma roda de conversa que permitiu mapear aspectos centrais do cotidiano do grupo. A coleta de dados qualitativos foi conduzida por meio de entrevistas orientadas por roteiro semiestruturado, aplicadas pelos universitários participantes. As observações registradas ao longo dos encontros foram sistematizadas em Diários de Campo, utilizados como fonte complementar para análise interpretativa.

Etapas 2: Desenvolvimento Interdisciplinar das Ações

Na segunda etapa, os participantes foram organizados em grupos heterogêneos, reunindo estudantes dos cursos envolvidos no projeto, com o objetivo de construir respostas para os problemas identificados no diagnóstico inicial. Essa fase priorizou a

elaboração de produtos de caráter educativo e socialmente orientado, como cartilhas, folders informativos e materiais de orientação financeira. As atividades foram guiadas por princípios de aprendizagem colaborativa e pela articulação entre diferentes áreas do conhecimento.

Etapa 3: Socialização, Avaliação e Sistematização dos Dados

A última etapa consistiu na apresentação pública dos materiais produzidos e das experiências vivenciadas, realizada em evento específico para compartilhamento dos resultados. A avaliação do projeto ocorreu de forma integrada:

- Qualitativa, por meio da análise de registros, relatos e observações produzidos ao longo do processo;
- Quantitativa, por meio da aplicação de questionários de satisfação, levantamento do número de participantes, frequência e grau de engajamento.

Os dados coletados foram analisados para identificar tendências, padrões recorrentes e contribuições relevantes para o aprimoramento das próximas edições da proposta. A divulgação dos resultados ocorreu em articulação com as instituições parceiras, reforçando o caráter extensionista e comunitário da iniciativa.

Essa estratégia metodológica permite aproximar teoria e prática, fortalecendo a formação crítica, ética e cidadã dos participantes e promovendo a produção de conhecimento ancorada em experiências concretas.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

O projeto “Cidadania em Ação: Direitos, Consumo e Voz” demonstrou ser uma iniciativa promissora no fortalecimento da cidadania crítica e na redução da vulnerabilidade social entre os estudantes da Educação de Jovens e Adultos (EJA) de Petrolina. A articulação entre os cursos de Direito, Comércio Exterior e Psicologia da FACAPE, utilizando a metodologia da Aprendizagem Baseada em Projetos (ABP), possibilitou a integração efetiva entre o conhecimento acadêmico e as vivências cotidianas dos participantes.

A Etapa 1 (Imersão e Diagnóstico Inicial), realizada por meio de rodas de conversa e entrevistas semiestruturadas, foi fundamental para ancorar as ações nas reais necessidades e percepções dos alunos da EJA, em consonância com o pressuposto freireano de que a compreensão da realidade antecede a compreensão dos textos. A sistematização dos dados em Diários de Campo permitiu uma análise interpretativa rica e qualitativa.

Na Etapa 2 (Desenvolvimento Interdisciplinar das Ações), a produção de materiais como cartilhas e folders informativos sobre orientação financeira materializou a proposta de democratizar o acesso ao conhecimento jurídico e social, especialmente em temas relacionados a direitos fundamentais e relações de consumo. O trabalho em grupos heterogêneos reforçou a interdisciplinaridade e a aprendizagem colaborativa, essenciais para superar visões fragmentadas do saber, conforme a abordagem teórica do projeto.

O foco na linguagem como instrumento de autonomia, expressão e transformação social foi um diferencial, estimulando a produção de textos argumentativos, cartas formais e outros materiais com finalidade social. Essa ênfase dialoga com o conceito de letramento de Magda Soares, promovendo o desenvolvimento de competências para interpretar e usar criticamente textos que influenciam a vida cotidiana dos estudantes. Além disso, o projeto contribuiu para o desenvolvimento de habilidades de comunicação, escuta e atuação cidadã dos alunos extensionistas, articulando teoria e prática.

A Etapa 3 (Socialização, Avaliação e Sistematização dos Dados) evidenciou o compromisso com a extensão universitária e o engajamento comunitário. A avaliação mista (qualitativa e quantitativa) permitiu mensurar tanto a satisfação e o engajamento dos participantes quanto identificar tendências para aprimorar futuras edições. A estratégia metodológica empregada reforçou o protagonismo estudantil e a formação crítica, ética e cidadã.

5 CONCLUSÃO

O projeto de extensão “Cidadania em Ação: Direitos, Consumo e Voz” alcançou seu objetivo de promover a cidadania crítica e o protagonismo dos alunos da EJA de Petrolina por meio de um conhecimento acessível e transformador. Ao articular saberes do Direito, Comércio Exterior e Psicologia, a iniciativa ampliou o acesso ao conhecimento jurídico e social, com foco em direitos fundamentais, relações de consumo e organização financeira pessoal.

A metodologia mista, centrada na Aprendizagem Baseada em Projetos e na aprendizagem significativa, mostrou-se eficaz ao colocar o estudante da EJA no centro do percurso formativo, conectando o conhecimento acadêmico com suas vivências cotidianas. O projeto não apenas beneficiou os alunos da EJA, oferecendo ferramentas para o exercício de seus direitos e deveres, como também enriqueceu a formação dos universitários extensionistas.

Em síntese, a iniciativa reforça o princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, contribuindo para uma educação pública mais inclusiva, crítica e comprometida com a construção da justiça social. Os resultados indicam o potencial de projetos como este para o desenvolvimento da consciência crítica e para a formação de indivíduos mais autônomos e participativos, aptos a transformar sua realidade e a da comunidade em que estão inseridos.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Silvio. *Racismo estrutural*. São Paulo: Pólen, 2020.
- AUSUBEL, David P. *Educational psychology: a cognitive view*. New York: Holt, Rinehart and Winston, 1968.
- BRASIL. *Base Nacional Comum Curricular*. Brasília, DF: Ministério da Educação, 2017. Disponível em: <<http://basenacionalcomum.mec.gov.br>>. Acesso em: 22 ago. 2025.
- BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. *Diário Oficial da União: seção 1*, Brasília, DF, p. 27833, 23 dez. 1996.
- CRESWELL, John W. *Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto*. 3. ed. Porto Alegre: Penso, 2010.
- FAZENDA, Ivani Catarina Arantes. *Interdisciplinaridade: história, teoria e pesquisa*. 11. ed. Campinas: Papirus, 2002.
- FERREIRA, Vera Rita de Mello. *Educação financeira para um consumo consciente*. São Paulo: Instituto Akatu, 2011.
- FREIRE, Paulo. *A importância do ato de ler: em três artigos que se completam*. 23. ed. São Paulo: Cortez, 1987.
- HERNÁNDEZ, Fernando. *Transgressão e mudança na educação: os projetos de trabalho*. Tradução: Ernani Rosa. Porto Alegre: Artmed, 1998.
- JAPIASSU, Hilton. *Interdisciplinaridade e patologia do saber*. Rio de Janeiro: Imago, 1976.
- MORIN, Edgar. *Os sete saberes necessários à educação do futuro*. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2000.
- SOARES, Magda. *Letramento: um tema em três gêneros*. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

CONSTRUINDO RESPEITO: CARTILHA DE NOMENCLATURAS LGBTQIAPN+

Ísis Ricardo Ribeiro Santos

Bacharelanda em Direito pela Universidade Estadual de Feira de Santana

Bolsista PIBEX/UEFS

José Marcelo Matos de Almeida Filho

Professor de Direito Civil e Processual Civil da

Universidade Estadual de Feira de Santana

Mestre em Direitos Humanos pela Universidade Federal de Pernambuco

Profa. Dra. Adriana Nogueira Vieira Lima

Professora de Direito Urbanístico da Universidade Estadual de Feira de Santana

Doutora em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Federal da Bahia

RESUMO: A atividade extensionista “Construindo Respeito” consistiu na elaboração e ampla circulação de um livreto educativo sobre nomenclaturas LGBTQIAPN+, pronomes e direitos fundamentais, produzido no âmbito do Núcleo de Prática Jurídica Marcellina de Oliveira da Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS). A iniciativa integra a linha de extensão “Direito à Cidade” e o plano “Direito a ter direitos: a comunidade LGBTQIA+ e a ocupação das esferas públicas”, buscando promover letramento jurídico e social em torno das identidades dissidentes. O material, apresentado ao Conselho Superior Universitário, ao Conselho de Pesquisa e Extensão e ao Departamento de Ciências Sociais Aplicadas, teve grande repercussão institucional e comunitária, fortalecendo a política de inclusão da UEFS. A cartilha articula marcos normativos, conceitos teóricos e práticas sociais, contribuindo para reduzir a confusão entre gênero e sexualidade e fomentar um ambiente acadêmico mais respeitoso e plural. A experiência evidencia o potencial transformador da extensão universitária no enfrentamento da LGBTfobia e na consolidação de direitos em espaços acadêmicos.

Palavras-chave: Extensão Universitária. LGBTQIAPN+. Direitos Humanos. Letramento. Inclusão.

ABSTRACT: The outreach (extension) activity, titled "Construindo Respeito" (Building Respect), involved the creation and wide circulation of an educational booklet detailing LGBTQIAPN+ nomenclatures, pronouns, and fundamental rights, produced under the

auspices of the Marcellina de Oliveira Legal Practice Center (Núcleo de Prática Jurídica) at the State University of Feira de Santana (UEFS). This initiative is integrated into the extension line "Direito à Cidade" (Right to the City) and the action plan "Direito a ter direitos: a comunidade LGBTQIA+ e a ocupação das esferas públicas" (Right to Have Rights: The LGBTQIA+ Community and the Occupation of Public Spheres), seeking to foster legal and social literacy concerning dissident identities. The material, presented to the University Superior Council (Conselho Superior Universitário), the Research and Extension Council (Conselho de Pesquisa e Extensão), and the Department of Applied Social Sciences (Departamento de Ciências Sociais Aplicadas), garnered significant institutional and community repercussion, consequently strengthening UEFS's inclusion policy. The booklet articulates normative frameworks, theoretical concepts, and social practices, thereby contributing to reducing the confusion between gender and sexuality and promoting a more respectful and plural academic environment. This experience unequivocally demonstrates the transformative potential of university extension in combating LGBTphobia and solidifying rights within academic settings.

Keywords: University Extension. LGBTQIAPN+. Human Rights. Literacy. Inclusion.

1 INTRODUÇÃO

A universidade pública brasileira é, historicamente, um território de disputas. Ao mesmo tempo em que reproduz relações de poder socialmente estabelecidas, representa um espaço de produção de saberes insurgentes e de construção de políticas inclusivas. Em um Estado marcado pela profunda desigualdade e pela violência dirigida às identidades dissidentes, a extensão universitária cumpre a função de aproximar o conhecimento acadêmico das realidades sociais que exigem transformação.

Nesse cenário, a atividade extensionista “Construindo Respeito”, desenvolvida no âmbito do Núcleo de Prática Jurídica Marcellina de Oliveira (NPJ/UEFS), configura-se como uma experiência de articulação entre pesquisa, ensino e intervenção voltada à defesa dos direitos das pessoas LGBTQIAPN+. A atividade, que integrou o plano de trabalho “Direito a ter direitos: a comunidade LGBTQIA+ e a ocupação das esferas públicas”, vinculado à linha de extensão Direito à Cidade, coordenada pela Professora Adriana Nogueira, partiu da perspectiva de que as identidades dissidentes não disputam

somente reconhecimento formal, mas a própria ocupação dos espaços institucionais, políticos e simbólicos.

A cartilha recupera a história do movimento LGBTQIAPN+ no Brasil, explicita conceitos fundamentais (como orientação sexual, identidade de gênero, expressão de gênero), apresenta marcos institucionais da UEFS e reúne informações sobre direitos humanos, LGBTfobia, mecanismos de denúncia e importantes decisões do Supremo Tribunal Federal sobre a temática. Ao circular institucionalmente, tornou-se uma ferramenta de letramento jurídico e social, contribuindo para reduzir a confusão entre gênero e sexualidade, promover um ambiente acadêmico mais seguro e democratizar o acesso ao direito.

O presente trabalho analisa a experiência à luz da teoria crítica, das políticas públicas e da pedagogia da extensão. Mostra como a cartilha e o projeto que a engendraram tensionaram a UEFS, enquanto potencial polo de políticas germinantes no interior da Bahia, reafirmando seu papel transformador na consolidação dos direitos humanos e no enfrentamento à LGBTfobia.

Figura 1 - Capa da Cartilha



Fonte: Santos e Lima (2024)

2 EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA E A PRODUÇÃO DE RECONHECIMENTO

A extensão universitária, no Brasil, é mais do que uma dimensão curricular: é um campo político de articulação entre academia e sociedade. Nessa direção, Fórum de Pró-

Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras (FORPROEX) define extensão universitária como:

[...] o processo educativo, cultural e científico que articula o Ensino e a Pesquisa de forma indissociável e viabiliza a relação transformadora entre Universidade e Sociedade. A Extensão é uma via de mão-dupla, com trânsito assegurado à comunidade acadêmica, que encontrará, na sociedade, a oportunidade de elaboração da práxis de um conhecimento acadêmico. No retorno à Universidade, docentes e discentes trarão um aprendizado que, submetido à reflexão teórica, será acrescido àquele conhecimento. Esse fluxo, que estabelece a troca de saberes sistematizados, acadêmico e popular, terá como consequências a produção do conhecimento resultante do confronto com a realidade brasileira e regional, a democratização do conhecimento acadêmico e a participação efetiva da comunidade na atuação da Universidade. Além de instrumentalizadora deste processo dialético de teoria/prática, a Extensão é um trabalho interdisciplinar que favorece a visão integrada do social (Encontro Nacional de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras, 1987).

Assim, a extensão, entendida como o pilar do tripé universitário voltado à promoção de uma relação dialógica de transformações e aprendizagens entre Academia e comunidade externa, aparece como um importante instrumento para a promoção de ações voltadas ao reconhecimento das identidades de gênero e das sexualidades dissidentes.

No contexto brasileiro, as pessoas dissidentes de gênero e sexualidade convivem com uma proteção jurídica precária, diante da ausência de uma legislação protetiva a esses sujeitos de direito. Apesar de importantes políticas públicas voltadas à promoção da cidadania das pessoas LGBTQIAPN+ e da garantia de direitos pela via judicial, através de decisões do Supremo Tribunal Federal, frutos de forte atuação dos movimentos sociais, ainda há um longo caminho a ser percorrido.

Lyra Filho (1982), ao construir a concepção de “direito achado na rua”, sustenta que o direito não pode ser reduzido a textos legais, mas deve emergir das vivências populares, dos conflitos sociais e das lutas por reconhecimento. A atividade “Construindo Respeito” exprime essa perspectiva ao propor que a universidade não

apenas observe a realidade social, mas a dispute, intervindo na produção de sentidos, normas, práticas e políticas.

É nesse sentido que a cartilha parte de um recorte histórico sobre o movimento LGBTQIAPN+ no Brasil, destacando que a luta por direitos sempre foi marcada pela resistência de travestis e mulheres trans, especialmente durante os períodos de repressão estatal. O material destaca que, desde os anos 1970 e 1980, essas mulheres enfrentaram exclusão, marginalização e violência, sendo muitas vezes empurradas para a prostituição. Nesse contexto, surgiram figuras emblemáticas como Brenda Lee, que, em 1984, fundou a Casa de Apoio Brenda Lee, oferecendo acolhimento a travestis, transexuais e pessoas vivendo com HIV/AIDS. Como afirma Berenice Bento (2006, p. 45), “as travestis brasileiras converteram o sofrimento em resistência, tornando-se protagonistas de suas próprias histórias e ocupando espaços políticos que historicamente lhes foram negados”.

Figura 2 - Protagonismo trans e travesti



Fonte: Santos e Lima (2024)

Figura 3 - Operação Tarântula



Fonte: Santos e Lima (2024)

Ao incorporar essa memória na cartilha, o projeto extensionista reafirma que não existe política de reconhecimento da diferença sem o resgate das lutas históricas que pavimentaram o caminho. Trata-se de assumir que a produção de direitos é atravessada por disputas entre corpos que historicamente foram silenciados e instituições que precisam ser tensionadas para se democratizar.

Ao incorporar essa perspectiva, o material busca ser não apenas educativo, mas também um instrumento político que reafirma o compromisso da universidade com a inclusão e combate às desigualdades estruturais. A experiência extensionista aposta no letramento jurídico e social para propor que políticas germinantes surgem quando ações pedagógicas encontram terreno institucional favorável, criando pontes entre história, luta social e normatividade.

Figura 4 - Inclusão e diversidade na UEFS



Fonte: Santos e Lima (2024)

3 LETRAMENTO JURÍDICO E SOCIAL: GÊNERO, SEXUALIDADE E A PRODUÇÃO DE CONHECIMENTO CONTRA A IGNORÂNCIA INSTITUCIONAL

O desconhecimento acerca dos conceitos de gênero e sexualidade ainda é recorrente em instituições públicas, incluindo as universidades. Essa desinformação alimenta discriminações, impede a formulação de políticas adequadas e perpetua violências simbólicas e institucionais.

O referido desconhecimento, atualmente, é aprofundado por um fenômeno identificado por Junqueira (2018) como “ofensiva antigênero”, que se constitui numa articulação entre partidos políticos de direita e setores fundamentalistas evangélicos, que tem como principal objetivo interditar as discussões sobre sexualidade e gênero, especialmente nas escolas e universidades, assim como, de maneira mais ampla, atacar os direitos das mulheres e da população LGBTQIAPN+.

O letramento jurídico, conceito que une informação, pedagogia e conscientização, atua como ferramenta necessária para combater a desinformação. A cartilha cumpre esse papel ao apresentar uma explicação abrangente da sigla LGBTQIAPN+ e de cada uma de suas categorias: lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais, transgêneros, intersexo, pansexuais, pessoas não binárias e queer. Ao realizar tal movimento, o material rompe com a lógica cis-heteronormativa, que trata identidades dissidentes como exceção ou anormalidade.

A cartilha também apresenta uma seção profunda sobre pronomes, enfatizando que o uso correto não é uma mera questão gramatical, mas promove reconhecimento. O material cita Dean Spade (2011, p. 62), para quem “pronomes não são apenas uma questão de gramática, mas também de dignidade e respeito”, e Julia Serrano (2007 p. 85), que afirma que respeitar os pronomes é “uma das maneiras mais básicas e fundamentais de afirmar a identidade de uma pessoa”.

Figura 5 - Sobre pronomes



Fonte: Santos e Lima (2024)

Essas inserções demonstram a articulação entre extensão e teoria de gênero, alinhadas ao pensamento de Carla Akotirene (2019), que ressalta que compreensões identitárias, quando analisadas de forma interseccional, permitem visualizar como raça, classe e território atravessam vivências dissidentes. A cartilha reforça isso ao apontar que pessoas trans e travestis, historicamente empurradas para a marginalização, sofrem violência não apenas por seu gênero, mas pela intersecção desses marcadores.

Além disso, o material apresenta orientações práticas para o combate à LGBTfobia, esclarecendo suas diferentes manifestações (violência física, verbal, institucional, assédio moral e exclusão social) e explicando caminhos de denúncia, como “Disque 100”, delegacias e ouvidorias institucionais. Ao inserir essas orientações, a cartilha transcende a teoria e se torna ferramenta imediata de proteção e empoderamento.

Portanto, o letramento jurídico promovido pela cartilha demonstra a função social da extensão: democratizar o conhecimento jurídico, aproximá-lo das pessoas e instrumentalizar a comunidade para transformar sua realidade.

4 DIREITO DE EXISTIR: OCUPAÇÃO DAS ESFERAS PÚBLICAS PELA COMUNIDADE LGBTQIAPN+ NA UEFS

O plano de trabalho “Direito a ter direitos: a comunidade LGBTQIA+ e a ocupação das esferas públicas”, mais do que um projeto de extensão, estrutura-se como um manifesto político. Seu objetivo central é garantir que pessoas LGBTQIAPN+ não

apenas tenham direitos reconhecidos, mas possam ocupar espaços institucionais, deliberativos e sociais para reivindicá-los.

No âmbito da UEFS, a apresentação da cartilha nos conselhos superiores tensiona os espaços deliberativos da universidade. Ainda que com limites, o projeto questiona práticas cisnormativas e faz a comunidade refletir sobre suas responsabilidades na promoção de um ambiente plural. As estruturas de discriminação são reproduzidas quando corpos dissidentes não ocupam espaços de poder; portanto, ocupar conselhos, departamentos e assembleias acadêmicas é ato de resistência.

O protagonismo estudantil também é central para a experiência. A cartilha, enquanto produto de extensão, funciona como instrumento de afirmação da presença dessas identidades na universidade. Ela não apenas informa, ela legitima. Ela não apenas explica, ela denuncia. Ela não apenas orienta, ela reivindica.

Dessa forma, o “direito de existir” se materializa não somente no conteúdo jurídico, mas na ocupação concreta dos espaços institucionais da universidade. Extensão, aqui, é estratégia de emancipação política.

5 A UEFS COMO POLO DE POLÍTICAS GERMINANTES: EXTENSÃO E ENFRENTAMENTO À LGTBFOBIA

A UEFS tem caminhado no sentido de instituir políticas germinantes no interior baiano, articulando ações institucionais que dialogam com demandas históricas da população LGBTQIAPN+. Nessa direção, a universidade, por meio da Resolução CONSU n. 010/2019, adotou a reserva de sobrevagas no âmbito do ensino de graduação para as pessoas transexuais, travestis e transgênero oriundas de escolas públicas. A citada política afirmativa foi estendida para os programas de pós-graduação, no ano de 2022, através da Resolução Consepe n. 061/2022 (UEFS, 2019; 2022).

Além disso, no âmbito da UEFS, o direito ao uso do nome social é garantido desde o ano de 2015 pela Resolução Consepe n. 015/2015. Tal política foi reforçada, posteriormente, pela Resolução Consepe n. 103/2023, que regulamenta a observância ao nome social por toda a comunidade universitária (UEFS, 2015; 2023).

Contudo, como apontam Lima, Almeida Filho e Santos (2025, p. 116) em relação à UEFS, “a implementação das políticas de cotas, ao lado do uso do nome social e da garantia de reconhecimento de identidade de gênero, são avanços significativos, mas ainda carecem de um acompanhamento contínuo que considere as complexas questões de resistência institucional e a persistente invisibilidade de pessoas trans no currículo universitário”.

A cartilha “Construindo Respeito: Cartilha de Nomenclaturas LGBTQIAPN+”, nesse contexto, busca também contribuir no processo de difusão das políticas já estabelecidas e servir como base formativa para mobilizações futuras. Com esse intuito, a cartilha foi amplamente divulgada no Conselho Superior Universitário (CONSU), no Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CONSEPE) e no Departamento de Ciências Sociais Aplicadas (DCIS), e fortaleceu não apenas a dimensão pedagógica da universidade, mas também seu compromisso político com a diversidade e a equidade.

O material contém uma seção dedicada ao papel da UEFS em sua política de diversidade, destacando as resoluções sobre o uso do nome social e a reserva de vagas para o ingresso de pessoas trans na graduação e na pós-graduação. Essa publicização não é mero detalhe informativo; ela fortalece a compreensão da comunidade acadêmica sobre seus próprios direitos e sobre a função da universidade como agente público que se compromete com a equidade.

Além disso, a cartilha apresenta um panorama dos direitos humanos da comunidade LGBTQIAPN+ e dos desafios enfrentados, tais como violência física e psicológica, discriminação institucional, ausência de políticas públicas adequadas, marginalização social. Ao abordar mecanismos de denúncia e caminhos de acesso à justiça, o material se coloca como instrumento de proteção imediata frente à violência. Essa dimensão prática reafirma a proposta de políticas germinantes: pequenas ações, quando bem fundamentadas e socialmente referenciadas, podem transformar culturas institucionais e construir novas pedagogias da convivência.

Por fim, a cartilha inclui uma síntese das decisões do Supremo Tribunal Federal que moldaram o arcabouço jurídico dos direitos LGBTQIAPN+, garantindo o reconhecimento da união homoafetiva, a retificação de nome e gênero sem necessidade

de judicialização e a criminalização da LGBTfobia. Essas decisões, ao serem incorporadas em um material de extensão, demonstram que o conhecimento jurídico deve estar acessível e inteligível, permitindo que a comunidade compreenda e reivindique seus direitos.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A atividade extensionista “Construindo Respeito” demonstra a potência transformadora da extensão universitária quando alinhada a um projeto político de democratização institucional e promoção dos direitos humanos. A cartilha, ao articular história, teoria, legislação, pedagogia e prática, materializa o encontro entre saber acadêmico e demandas sociais urgentes.

Mais do que um material educativo, ela se tornou gesto político: ocupou conselhos, salas de aula, tencionou estruturas, provocou debates e inseriu a pauta LGBTQIAPN+ no centro da vida acadêmica. Através do plano “Direito a ter direitos”, estudantes LGBTQIAPN+ afirmam sua presença e reivindicam sua existência como categoria política e jurídica.

A produção e circulação de um material é uma atividade de alcance limitado e não tem o condão de superar uma cultura institucional moldada pela cis-heteronormatividade, contudo, a UEFS, ao acolher e circular esse material, reafirma seu papel como polo de políticas germinantes, capaz de produzir e consolidar iniciativas inovadoras de inclusão e equidade. A experiência confirma que transformar a universidade é, também, transformar a sociedade e que o direito, quando achado na rua, no campus e na vida cotidiana, torna-se instrumento de libertação.

Assim, a cartilha Construindo Respeito não apenas informa; ela cria condições de possibilidade para que novas políticas surjam, para que novos sujeitos políticos emergem e para que a diferença seja celebrada não como exceção, mas como fundamento da vida democrática. A extensão, quando realizada com intencionalidade e compromisso, produz mudanças reais, profundas e duradouras, germinando direitos e construindo respeito.

REFERÊNCIAS

- AKOTIRENE, Carla. **Interseccionalidade: Teorias e Práticas**. São Paulo: Editora Intersaberes, 2019.
- BENTO, Berenice. **A reinvenção do corpo: sexualidade e gênero na experiência transexual**. Rio de Janeiro: Garamond, 2006.
- ENCONTRO NACIONAL DE PRÓ-REITORES DE EXTENSÃO DAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS BRASILEIRAS, 1., 1987, Brasília. **Conceito de extensão, institucionalização e financiamento**. Brasília, DF: O Encontro, 1987. 18 p.
- JUNQUEIRA, Rogério. A invenção da ideologia de gênero: a emergência de um cenário políticodiscursivo e a elaboração de uma retórica reacionária antigênero. **Revista Psicologia Política**, São Paulo, v. 18, n. 43, p. 449-502, 2018.
- LIMA, Adriana Nogueira Vieira; ALMEIDA FILHO, José Marcelo Matos de; SANTOS, Ísis Ricardo Ribeiro. Corpos que (trans) formam: a universidade como espaço de inclusão e cidadania. In: SANTOS, Jackson Passos; FAÇANHA, Josanne Cristina Ribeiro Ferreira (Org.). **Gênero, sexualidades e direito I**. Florianópolis: CONPEDI, 2025. p. 103-121.
- LYRA FILHO, Roberto. **O que é direito**. São Paulo: Brasiliense, 1982.
- SANTOS, Ísis Ricardo Ribeiro; LIMA, Adriana Nogueira Vieira. **Construindo respeito: cartilha de nomenclaturas LGBTQIAPN+**. Feira de Santana: Núcleo de Prática Jurídica Marcellina de Oliveira – UEFS, 2024. Disponível em: <https://drive.google.com/file/d/1ZnYBwi1j9uSt8WoMcvy1rnzIRq1ZsDsf/view?usp=sharing>. Acesso em: 10/11/25.
- SERRANO, Julia. **Menina de lata: uma mulher trans no sexismo e no bode expiatório da feminilidade**. Berkeley: Seal Press, 2007, p. 85.
- SPADE, Dean. **Vida normal: violência administrativa, políticas críticas trans e os limites da lei**. Brooklyn: South End Press, 2011, p.62.
- UNIVERSIDADE ESTADUAL DE FEIRA DE SANTANA. Resolução CONSU n. 010, de 2019. **Dispõe sobre a reserva de vagas e sobrevagas para os cursos de graduação da UEFS, destinadas aos grupos historicamente excluídos, realizada através do Processo Seletivo de Acesso ao Ensino Superior**. Disponível em: https://drive.google.com/drive/folders/1F_NraF39N-6qq2JTsUieTAqgb6Dw-Qs-Acesso em: 20 out. 2025.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE FEIRA DE SANTANA. Resolução CONSEPE n. 061, de 2022. **Altera a Resolução CONSEPE 088/2021 que dispõe sobre a Política de Ações Afirmativas nos Cursos de Pós-Graduação.** Disponível em: https://drive.google.com/drive/folders/1KZepyAN4bBbHoQzTwu8owgkiZJ_qd-HyAcesso em: 20 mar. 2025.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE FEIRA DE SANTANA. Resolução CONSEPE n. 015, de 2015. **Dispõe sobre o tratamento nominal das pessoas transexuais e transvestis.** Disponível em: https://drive.google.com/drive/folders/1gaHpsqgEtvG6dTJQ7yXwa10_xRkoHECo . Acesso em: 20 out. 2025.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE FEIRA DE SANTANA. Resolução CONSEPE n. 103 de 2023. **Dispõe sobre o tratamento nominal das pessoas transexuais e transvestis.** Disponível em <https://drive.google.com/drive/folders/174nKwXvSIVJnYVA6EM2Kcsybel79wn0> Acesso em: 20 out. 2025.

ETHOS E CENOGRAFIA EM AÇÃO: A DIMENSÃO DIDÁTICA DO JULGAMENTO NO PALCO

Antônia Aparecida Barros Alencar Correia
antonia.alencar@prof.facape.br
Faculdade de Petrolina – FACAPE

RESUMO: Este artigo aborda o "julgamento simulado teatral" como metodologia inovadora no processo de ensino-aprendizagem de uma área jurídica para estudantes do primeiro ano de direito na FACAPE. A proposta engloba estudo, criatividade e entusiasmo dos alunos em torno do tema, a fim de aumentar engajamento e conhecimento dos materiais. Sob as noções de ethos discursivo de Maingueneau e cenografia, modelada por Ruth Amossy, o trabalho investiga como o eu é negociado por meio do discurso e desafiado através de exercícios de arte simbólica que possuem valor persuasivo. Os alunos geraram dispositivos argumentativos e repertórios simbólicos reforçando a autoridade e estabelecendo um cenário discursivo significativo. O método funcionou muito bem para encorajar a oratória, o pensamento crítico e o trabalho em equipe, e criar um discurso para que o aluno se identifique melhor com a prática do direito. Conclui-se que o julgamento simulado no teatro colabora para construção de uma cultura jurídica alicerçada na comunicação, ética e interdisciplinaridade.

Palavras-chave: Julgamento-ficção. Formação jurídica. Ética discursiva. Cenografia. Metodologia ativa.

ABSTRACT: This article addresses the "theatrical mock trial" as an innovative methodology in the teaching-learning process of a legal area for first-year law students at FACAPE. The proposal encompasses study, creativity, and student enthusiasm around the theme, in order to increase engagement and knowledge of the materials. Under the notions of Maingueneau's discursive ethos and scenography, modeled by Ruth Amossy, the work investigates how the self is negotiated through discourse and challenged through symbolic art exercises that have persuasive value. The students generated argumentative devices and symbolic repertoires, reinforcing authority and establishing a meaningful discursive scenario. The method worked very well to encourage oratory, critical thinking, and teamwork, and to create a discourse for the student to better identify with the practice of law. It is concluded that the mock trial in the theater contributes to the construction of a legal culture based on communication, ethics, and interdisciplinarity.

Keywords: Fictional trial. Legal education. Discursive ethics. Scenography. Active methodology.

1 INTRODUÇÃO

Ensinar Direito não é apenas transmitir normas, doutrinas e jurisprudências. É, sobretudo, formar sujeitos capazes de compreender o mundo, dialogar com ele e intervir de maneira ética e responsável. A formação jurídica, ainda marcada por métodos expositivos e conteúdos fragmentados, vem sendo desafiada por transformações sociais, tecnológicas e culturais que exigem do futuro profissional muito mais do que domínio técnico: exigem escuta, sensibilidade, argumentação e consciência crítica.

É nesse cenário que se insere a proposta do julgamento simulado teatral — uma experiência que convida os alunos do primeiro período do curso de Direito da FACAPE a viver o Direito com o corpo, com a voz e com a linguagem. Ao encenar um julgamento fictício, os estudantes não apenas aprendem sobre papéis jurídicos e procedimentos legais, mas também constroem discursos, negociam sentidos e se colocam no lugar do outro. A atividade transforma o espaço da sala de aula em palco de reflexão, expressão e construção coletiva.

Mais do que uma dramatização, trata-se de um exercício profundo de linguagem. Sob as lentes da análise do discurso, especialmente das noções de ethos e cenografia, compreende-se que os alunos, ao performarem seus papéis, constroem imagens de si e criam cenários simbólicos que conferem autoridade e verossimilhança às suas falas. O ethos, como nos ensina Dominique Maingueneau, é a identidade discursiva que se projeta na fala; a cenografia, segundo Ruth Amossy, é o espaço simbólico que molda a interação comunicativa. Esses conceitos ajudam a entender como a linguagem jurídica pode ser vivida de forma ética, estética e significativa.

A proposta também mobiliza afetos, criatividade e pertencimento. Ao escrever petições, elaborar argumentos, ensaiar falas e construir o cenário do julgamento, os alunos desenvolvem habilidades de leitura, produção textual, oralidade e trabalho em equipe. A experiência teatral permite que o Direito seja sentido em sua dimensão

humana e comunicacional, rompendo com a rigidez dos métodos tradicionais e promovendo uma aprendizagem que toca, transforma e permanece.

Este artigo tem como objetivo apresentar e analisar essa experiência vivida com estudantes do primeiro ano de Direito, destacando seus fundamentos teóricos, sua execução prática e seus impactos na formação acadêmica e ética dos participantes. A proposta se insere no campo das metodologias ativas e da interdisciplinaridade, articulando saberes da linguagem, da arte e do Direito, e contribuindo para a construção de um ensino jurídico mais sensível, crítico e transformador.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A base teórica deste trabalho se apoia em três pilares que se entrelaçam com a proposta do julgamento simulado teatral: o conceito de ethos discursivo, conforme Dominique Maingueneau; a noção de cenografia discursiva, desenvolvida por Ruth Amossy; e os princípios da metodologia ativa, que colocam o aluno como protagonista do seu próprio processo de aprendizagem. Esses eixos não apenas sustentam a prática pedagógica, mas revelam como a linguagem, o corpo e a escuta são ferramentas essenciais na formação de sujeitos éticos, críticos e comunicativos.

Para ampliar essa reflexão, também se incorporam os fundamentos da retórica clássica de Aristóteles — com sua tríade ethos, pathos e logos — e a crítica contemporânea de Maurizio Parmigiani Meloni, que nos convida a pensar a argumentação como prática ética e política, e não apenas como técnica de convencimento. A linguagem, nesse contexto, deixa de ser instrumento neutro e passa a ser espaço de construção de sentidos, valores e identidades.

2.1 ETHOS DISCURSIVO E CONSTRUÇÃO DA AUTORIDADE

Na perspectiva da análise do discurso, o ethos é a imagem que o sujeito projeta de si ao falar. Dominique Maingueneau (2008) nos ensina que essa imagem não é fixa nem anterior ao discurso: ela se constrói na interação, na escolha das palavras, na postura, na

entonação, nos gestos. No julgamento simulado, os estudantes — ainda em seus primeiros passos na formação jurídica — são convidados a assumir papéis institucionais e a construir discursos que sustentem essas funções. Ao fazer isso, eles não apenas aprendem sobre o Direito, mas também sobre si mesmos: como se posicionar, como se fazer ouvir, como sustentar uma ideia com responsabilidade.

A linguagem formal, o domínio dos termos jurídicos, a postura corporal e a escuta ativa são recursos que ajudam a compor esse ethos jurídico. Mas mais do que técnica, trata-se de uma vivência ética: os alunos aprendem que representar uma instituição jurídica exige compromisso com a verdade, com a justiça e com o outro. E esse ethos não se constrói sozinho — ele é coletivo, depende da interação, do reconhecimento mútuo, da legitimidade que se estabelece entre os participantes. É nesse jogo de vozes que se simula, com profundidade simbólica, o funcionamento real do sistema jurídico.

A construção do ethos também se articula com a retórica aristotélica, que nos lembra que convencer não é apenas informar. Aristóteles, em sua obra *Retórica*, aponta que a persuasão se dá pela credibilidade do orador (*ethos*), pela mobilização das emoções do público (*pathos*) e pela força lógica dos argumentos (*logos*). No julgamento simulado, os alunos exercitam essas três dimensões ao construir discursos que informam, emocionam e convencem — revelando que o Direito é, antes de tudo, uma prática comunicacional profundamente humana.

2.2 CENOGRAFIA E ENCENAÇÃO DISCURSIVA

A cenografia, segundo Ruth Amossy (2005), é o cenário simbólico que molda a interação discursiva. Não se trata apenas do espaço físico, mas dos papéis sociais, dos objetos, dos rituais, dos códigos culturais que sustentam a comunicação. No julgamento simulado, a cenografia é cuidadosamente construída: togas, martelo do juiz, disposição dos participantes, leitura da sentença. Cada elemento contribui para criar um ambiente de verossimilhança, que permite aos alunos mergulharem na experiência jurídica com seriedade e envolvimento.

Essa cenografia não é decorativa — ela é pedagógica. Ao atuar nesse espaço simbólico, os estudantes compreendem que o Direito não se limita à norma escrita, mas envolve práticas discursivas, representações sociais e construções simbólicas que dão sentido à justiça. A encenação torna-se, assim, um espaço de aprendizagem sensível, onde o corpo, a voz e o olhar também ensinam.

Além disso, a cenografia ajuda a construir uma memória discursiva. Os elementos simbólicos permanecem como marcas na trajetória dos alunos, facilitando a retenção dos conteúdos e a associação entre teoria e prática. A experiência teatral transforma-se em um marco formativo, fortalecendo a identidade profissional e o compromisso ético dos estudantes.

A crítica contemporânea à retórica, como propõe Maurizio Parmigiani Meloni (2015), reforça essa dimensão ética da encenação. Para Meloni, a retórica não deve ser vista apenas como técnica de convencimento, mas como prática política e ética, que envolve negociação de sentidos e construção de valores. Ao encenar julgamentos, os alunos não apenas exercitam a argumentação, mas também se posicionam diante de dilemas morais e sociais, vivenciando o Direito como espaço de construção coletiva da justiça.

2.3 METODOLOGIA ATIVA E APRENDIZAGEM SIGNIFICATIVA

A metodologia ativa parte do princípio de que aprender é viver, experimentar, construir. José Moran (2015) defende que práticas pedagógicas que envolvem os alunos em situações reais ou simuladas promovem uma aprendizagem significativa, pois exigem reflexão, tomada de decisão e resolução de problemas. No julgamento simulado, os estudantes não apenas escutam sobre o Direito — eles o encenam, o escrevem, o sentem.

Essa vivência dialoga diretamente com os pressupostos de David Ausubel, que afirma que “o fator mais importante que influencia a aprendizagem é aquilo que o aprendiz já sabe”. Para Ausubel (2003), a aprendizagem significativa ocorre quando os novos conteúdos se conectam de forma substantiva aos conhecimentos prévios dos alunos. Ao encenar situações jurídicas inspiradas em contextos sociais reais, os

estudantes ativam esquemas mentais, mobilizam afetos e constroem saberes que fazem sentido.

A teatralização do Direito transforma o conteúdo jurídico em experiência concreta. Os alunos pesquisam, escrevem, argumentam, ensaiam, performam e avaliam — e, nesse processo, desenvolvem competências cognitivas, comunicativas e sociais. A aprendizagem deixa de ser mecânica e passa a ser vivida, sentida, compartilhada.

Essa potência formativa é ampliada pela interdisciplinaridade. A atividade envolve saberes da linguagem, da psicologia, da sociologia, da filosofia e da arte, permitindo que os alunos compreendam o Direito como fenômeno complexo e multifacetado. Ao integrar diferentes áreas do conhecimento, o julgamento simulado contribui para a formação de profissionais mais sensíveis, críticos e preparados para lidar com os desafios da prática jurídica contemporânea.

3 METODOLOGIA

A pesquisa que sustenta este artigo nasce do desejo de compreender, com escuta atenta e olhar sensível, os sentidos que os estudantes atribuem à experiência do julgamento simulado teatral como prática pedagógica no ensino jurídico. Trata-se de uma investigação de natureza qualitativa, com abordagem exploratória, que respeita a complexidade dos fenômenos humanos — suas subjetividades, suas interações discursivas, suas construções simbólicas. Afinal, quando o aluno fala, escreve, encena, ele não apenas aprende: ele se revela, se posiciona, se transforma.

Optar por uma abordagem qualitativa foi essencial para captar nuances que não cabem em números ou gráficos. A dimensão exploratória permitiu adentrar um campo ainda pouco sistematizado na literatura acadêmica: o uso da linguagem teatral como recurso didático na formação jurídica. E foi justamente na linguagem — falada, escrita, encenada — que os alunos encontraram espaço para experimentar o Direito como prática viva, ética e comunicacional.

O estudo foi realizado com estudantes do primeiro período do curso de Direito da Faculdade de Petrolina – FACAPE, durante o semestre letivo de 2025. A escolha por

alunos ingressantes não foi casual: acreditamos que práticas inovadoras devem ser oferecidas desde o início da trajetória acadêmica, quando ainda se moldam os primeiros traços da identidade profissional. A atividade foi integrada à disciplina de Leitura e Produção de Textos, em diálogo com conteúdos de Introdução ao Estudo do Direito e Ética Profissional — uma articulação que reforça o papel da linguagem como ponte entre saberes.

A coleta de dados se deu por meio de três instrumentos principais: observação participante, registros audiovisuais e depoimentos dos alunos. A observação foi realizada pela docente responsável, que acompanhou cada etapa do processo — da escolha do caso à apresentação final — registrando gestos, falas, silêncios, olhares. Essa escuta ativa permitiu captar o envolvimento emocional dos estudantes, a espontaneidade das interações e a construção coletiva dos discursos.

Os registros audiovisuais, feitos com autorização dos participantes, serviram como material complementar para análise das performances e dos discursos. As gravações permitiram revisitar momentos de impacto argumentativo, identificar recursos simbólicos e comparar estilos de atuação. Mais do que instrumento de análise, os vídeos foram também ferramenta de autoavaliação: os próprios alunos assistiram às apresentações e refletiram sobre sua postura, sua linguagem, sua capacidade de persuasão.

Os depoimentos foram coletados de forma espontânea, por meio de relatos escritos e rodas de conversa realizadas após a atividade. Nesses espaços de fala, os estudantes compartilharam suas impressões, seus sentimentos, seus aprendizados. Falaram sobre o nervosismo, a superação, o orgulho, a descoberta. A análise desses relatos revelou como a prática teatral foi apropriada por cada um, como ela tocou, ensinou e transformou.

A triangulação dos dados — observação, registros audiovisuais e depoimentos — garantiu consistência à pesquisa, permitindo cruzar olhares e validar interpretações. A análise foi orientada pelos conceitos de ethos e cenografia discursiva, buscando compreender como os alunos construíram imagens de si e cenários simbólicos por meio da linguagem e da performance. Também foram considerados os princípios da

metodologia ativa, avaliando o grau de protagonismo, engajamento e aprendizagem significativa promovido pela atividade.

Em síntese, a metodologia adotada neste estudo procurou respeitar a experiência vivida pelos estudantes em sua totalidade — suas vozes, suas expressões, suas subjetividades. O julgamento simulado teatral revelou-se não apenas como técnica didática, mas como espaço de formação integral, onde o Direito é vivido, encenado e ressignificado a partir da linguagem, da ética e da criatividade.

4 DESENVOLVIMENTO DO JULGAMENTO SIMULADO

A realização do julgamento simulado teatral foi construída passo a passo, com cuidado e intencionalidade, como quem prepara uma experiência que vai além do conteúdo — uma vivência que toca, transforma e ensina. Desde a escolha do caso até a apresentação final, cada etapa foi pensada para integrar saberes da linguagem, da ética, do Direito e da comunicação, oferecendo aos estudantes uma formação que não se limita ao técnico, mas alcança o humano.

4.1 ETAPAS DE PREPARAÇÃO

Tudo começou com a escolha do caso fictício. Os próprios alunos sugeriram temas, refletindo sobre questões sociais que os inquietavam. Optou-se por um enredo envolvendo violência doméstica — um tema delicado, atual e profundamente humano. A escolha colaborativa favoreceu o engajamento e a identificação com a narrativa, permitindo que os estudantes se colocassem no lugar do outro e pensassem o Direito como instrumento de proteção e justiça.

Em seguida, os alunos se dedicaram ao estudo dos papéis jurídicos e dos fundamentos legais. Organizados em grupos, pesquisaram as atribuições de cada função — juiz, promotor, defensor, testemunhas, réu — e os dispositivos legais aplicáveis ao caso. Essa etapa foi essencial para que compreendessem o funcionamento do sistema

jurídico e se preparassem para atuar com responsabilidade e conhecimento, mesmo estando ainda no início da graduação.

A terceira fase envolveu a produção de textos argumentativos e peças jurídicas, como petições, pareceres, discursos e sentença. Por serem estudantes do segundo semestre, ainda no primeiro ano do curso de Direito, essa etapa foi pensada como uma introdução à escrita jurídica, respeitando os limites da formação inicial. Os alunos foram orientados a usar linguagem formal, estrutura adequada e fundamentação legal, sempre com apoio de oficinas de leitura e revisão que os ajudaram a aprimorar seus textos e desenvolver sua expressão escrita com mais segurança e clareza.

Por fim, vieram os ensaios e a construção do cenário teatral. Os alunos confeccionaram togas, organizaram o espaço do auditório, definiram a ordem dos atos e ensaiaram suas falas e gestos. Exercícios de expressão corporal, entonação e postura foram incorporados à preparação, ajudando na construção de um ethos convincente e na criação de um ambiente discursivo que simulasse, com sensibilidade e rigor, o universo jurídico.

4.2 EXECUÇÃO E PERFORMANCE

A apresentação aconteceu no auditório da Biblioteca da FACAPE, diante de uma plateia formada por professores, colegas de outros cursos e familiares. A encenação seguiu os ritos de uma audiência judicial, com abertura, exposição dos fatos, depoimentos, argumentações, contraditório e sentença. Cada aluno desempenhou seu papel com seriedade e envolvimento, revelando domínio dos conteúdos e capacidade de improvisação.

A performance foi marcada por momentos de forte carga simbólica e emocional. Os depoimentos das testemunhas e as falas finais do réu e do juiz trouxeram à tona sentimentos, reflexões e posicionamentos que ultrapassaram o texto ensaiado. Os alunos utilizaram trilha sonora, iluminação e figurinos para reforçar a dramaticidade e a força dos discursos, mostrando que o Direito também se comunica por meio da arte, da estética e da emoção.

A improvisação teve papel fundamental. Ao reagirem às falas dos colegas, ajustarem seus argumentos e desenvolverem raciocínios espontâneos, os estudantes exercitaram o pensamento crítico, a escuta ativa e a capacidade de adaptação — competências essenciais para qualquer profissional que lida com linguagem e com pessoas. A apresentação foi registrada em vídeo e posteriormente assistida pelos próprios alunos, como parte do processo de autoavaliação e reflexão sobre sua postura, sua linguagem e seu crescimento.

4.3 RESULTADOS OBSERVADOS

Os efeitos da atividade foram sentidos para além do auditório. A experiência do julgamento simulado teatral gerou impactos significativos na formação dos estudantes, tanto no plano acadêmico quanto no pessoal. Dentre os principais resultados, destacam-se:

- Aumento da confiança e fluência oral: muitos alunos relataram que superaram a timidez, melhoraram a dicção e se sentiram mais seguros ao expor suas ideias. A prática da oratória em um ambiente acolhedor e simbólico fortaleceu a autoestima e a expressão verbal.
- Maior compreensão dos princípios jurídicos: ao vivenciar os papéis institucionais e aplicar os dispositivos legais em um caso concreto, os estudantes assimilaram melhor os conteúdos teóricos e desenvolveram uma visão crítica sobre o papel social do Direito.
- Fortalecimento do trabalho em equipe: a construção coletiva do julgamento exigiu cooperação, diálogo e respeito às diferenças. Os alunos aprenderam a dividir tarefas, ouvir opiniões divergentes e construir soluções conjuntas, desenvolvendo habilidades de convivência e liderança.
- Produção de repertórios discursivos ricos e contextualizados: os textos e falas elaborados revelaram domínio da linguagem jurídica, criatividade na

argumentação e sensibilidade na abordagem dos temas. A atividade estimulou a produção de discursos éticos, críticos e comprometidos com a realidade social.

Esses resultados mostram que o julgamento simulado teatral é mais do que uma técnica didática — é uma prática pedagógica potente, capaz de integrar saberes, promover aprendizagens significativas e contribuir para a formação de profissionais do Direito mais preparados, sensíveis e éticos. E, sobretudo, mais humanos.

5 ANÁLISE DOS DISCURSOS

A escuta dos discursos produzidos pelos alunos durante o julgamento simulado teatral revelou muito mais do que domínio técnico: revelou trajetórias de construção identitária, de descoberta da própria voz e de negociação de sentidos. Cada fala foi um exercício de posicionamento, em que os estudantes se apresentaram como sujeitos do Direito, conscientes de seus papéis e da responsabilidade que a linguagem carrega.

Ao assumirem funções como juiz, promotor, defensor ou testemunha, os alunos mobilizaram recursos linguísticos e simbólicos que reforçaram sua autoridade discursiva. A linguagem formal, o uso de termos técnicos, a estrutura argumentativa das falas e a postura corporal foram cuidadosamente trabalhados, demonstrando que os estudantes compreenderam a importância de adequar sua expressão ao papel institucional. Mais do que repetir fórmulas, eles construíram discursos com intencionalidade, modulação de voz e domínio do conteúdo — revelando maturidade comunicativa e ética.

A cenografia discursiva foi outro elemento essencial na sustentação desse ethos. Os símbolos presentes — como a toga do juiz, o martelo de condução da audiência, a disposição espacial dos participantes e os rituais processuais — criaram um ambiente simbólico que favoreceu a imersão e a verossimilhança. Esses elementos não apenas reforçaram a autoridade dos papéis, mas também ajudaram os alunos a se inserirem subjetivamente na prática jurídica, vivenciando o Direito como experiência performática e comunicacional.

A linguagem utilizada nos discursos foi marcada por clareza, objetividade e formalidade, características fundamentais na comunicação jurídica. Mas também houve espaço para criatividade, sensibilidade e expressão pessoal. Os alunos demonstraram habilidade na construção de argumentos, na sustentação de teses e na contraposição de ideias, evidenciando o desenvolvimento de competências retóricas e dialógicas. A presença de figuras de linguagem, referências legais e apelos éticos indicou um repertório discursivo ampliado, fruto do estudo, da escuta e da vivência.

Em muitos momentos, os discursos revelaram empatia e sensibilidade social, especialmente quando os alunos representaram vítimas ou réus. A encenação permitiu que se colocassem no lugar do outro, compreendendo os impactos humanos das decisões jurídicas e refletindo sobre a dimensão ética da atuação profissional. Essa capacidade de sentir e pensar com o outro foi um dos aspectos mais valorizados pelos participantes, que relataram ter desenvolvido maior consciência sobre o papel do Direito na transformação social.

A análise dos discursos também evidenciou a força da interação na construção do sentido. O julgamento simulado foi um espaço de diálogo vivo, em que as falas se complementaram, se confrontaram e se transformaram mutuamente. Essa dinâmica discursiva favoreceu o desenvolvimento da escuta ativa, da argumentação responsiva e da capacidade de negociação — competências que ultrapassam o campo jurídico e se tornam essenciais para o exercício da cidadania.

Em síntese, os discursos produzidos no julgamento simulado teatral foram marcados pela construção de um ethos jurídico consistente, sustentado por uma cenografia simbólica e persuasiva. A atividade permitiu que os alunos experimentassem o poder da linguagem na constituição da autoridade, na mediação de conflitos e na promoção da justiça. Mais do que aprender a falar como juristas, eles aprenderam a escutar, a sentir e a se posicionar como sujeitos éticos, críticos e comunicativos.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O julgamento simulado teatral revelou-se muito mais do que uma atividade didática: foi uma vivência transformadora, capaz de unir teoria e prática, linguagem e ética, Direito e arte. Ao romper com os modelos tradicionais de ensino, centrados na exposição e na memorização, essa proposta abriu espaço para que os alunos se envolvessem de forma integral — com o corpo, com a voz, com o pensamento e com a emoção.

Encenar um julgamento fictício foi, para os estudantes, uma oportunidade de experimentar os desafios da atuação jurídica em um ambiente simbólico e cuidadosamente construído. Ao assumirem papéis institucionais e criarem discursos argumentativos, eles desenvolveram competências essenciais para sua formação: a oratória, a escuta ativa, o raciocínio jurídico, a empatia e a responsabilidade ética. Mais do que simular um processo, eles mergulharam no universo humano do Direito, compreendendo que a justiça se constrói também pela linguagem, pela escuta e pelo diálogo.

A interdisciplinaridade foi um dos pilares dessa experiência. Ao integrar saberes da linguagem, da psicologia, da sociologia, da filosofia e da arte, o julgamento simulado ampliou o olhar dos alunos sobre o fenômeno jurídico. Não se tratou apenas de aplicar normas, mas de refletir sobre os sentidos da justiça, os conflitos sociais, os direitos humanos e os valores democráticos. Essa abordagem formativa estimulou uma visão de Direito comprometida com a transformação social e com a dignidade da pessoa humana.

A atividade também favoreceu o desenvolvimento de uma cultura jurídica mais sensível à diversidade. Ao encenar situações complexas e emocionalmente intensas, os alunos foram convidados a lidar com dilemas éticos, a considerar diferentes perspectivas e a construir argumentos respeitosos e fundamentados. Essa vivência contribuiu para a formação de sujeitos críticos, éticos e comunicativos — preparados para atuar em um mundo jurídico que exige sensibilidade, escuta e compromisso.

Por fim, o julgamento simulado teatral mostrou que o ensino jurídico pode — e precisa — ser criativo, participativo e transformador. Ao valorizar a linguagem como instrumento de construção da realidade e a arte como meio de expressão e reflexão, essa metodologia ativa reafirma o papel da educação como prática de liberdade, como nos

ensinou Paulo Freire. Que essa experiência possa inspirar outras práticas, em outros contextos, fortalecendo a formação integral dos futuros operadores do Direito — e, acima de tudo, dos cidadãos que desejam construir um mundo mais justo e humano.

REFERÊNCIAS

AMOSSY, Ruth. *Imagens de si no discurso: a construção do ethos*. São Paulo: Contexto, 2005.

ARISTÓTELES. *Retórica*. Tradução de Antônio Pedro Mesquita. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2005.

AUSUBEL, David P. *Aquisição e retenção de conhecimentos: uma perspectiva cognitiva*. Lisboa: Plátano, 2003.

BAKHTIN, Mikhail. *Estética da criação verbal*. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia do oprimido*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

MAINGUENEAU, Dominique. *Novas tendências na análise do discurso*. Campinas: Pontes, 2008.

MELONI, Maurizio Parmigiani. *Uma crítica retórica à retórica de Aristóteles*. Revista Brasileira de Estudos Políticos, n. 110, p. 35–73, 2015.

MORAN, José. *Metodologias ativas para uma aprendizagem mais significativa*. Revista EaD em Foco, 2015.

FACULDADE ABERTA DA TERCEIRA IDADE (FATI) E OS DIREITOS DOS IDOSOS EM PETROLINA

Amanda Victoria da Silva Cruz
Bacharelanda em Direito
Faculdade de Petrolina - FACAPE

Maria Eduarda Andrade Colazzo
Bacharelanda em Direito
Faculdade de Petrolina - FACAPE

Dr. Genivaldo do Nascimento
Professor Orientador
Faculdade de Petrolina - FACAPE

RESUMO: Este trabalho tem como objetivo analisar a integração da Faculdade Aberta da Terceira Idade (FATI) dentro dos campos universitários da Universidade de Pernambuco (UPE) e da Faculdade de Ciências Aplicadas de Petrolina (FACAPE). Como recorte principal, é abordado como os idosos se relacionam diante das aulas apresentadas e seus desafios diante do novo ciclo de vida. O fulcro teórico de pesquisa tem as obras de Guita Grin Debert (1999); Paulo Freire (2000); Ana Amélia Camarano (2004) e Marilena Chauí (2008). Com todas as descrições necessárias do que é abordado nas vivências da terceira idade, esse estudo tem como pilar um discurso ideológico de expectativa de vida e preconceitos etários.

Palavras-chave: Integração. Idosos. Discurso.

ABSTRACT: This work aims to analyze the integration of the Open University for the Elderly (FATI) within the university campuses of the University of Pernambuco (UPE) and the Faculty of Applied Sciences of Petrolina (FACAPE). The main focus is on how older adults interact with the classes presented and the challenges they face in this new phase of life. The theoretical framework of the research is based on the works of Guita Grin Debert (1999); Paulo Freire (2000); Ana Amélia Camarano (2004) and Marilena Chauí (2008). With all the necessary descriptions of what is addressed in the experiences of older adults, this study is based on an ideological discourse of life expectancy and age-related prejudices.

Keywords: Integration. Elderly. Discourse.

1 INTRODUÇÃO

O presente artigo, de cunho descritivo-informativo, propõe analisar como o envelhecimento populacional tem se consolidado como um fenômeno, trazendo como inclusão social a Faculdade Aberta da Terceira Idade (FATI). Para melhor desenvolver, foi fulcro do artigo a escritora Marilena Chauí e Ana Amélia Camarano, além do filósofo Paulo Freire.

No Brasil, o aumento da expectativa de vida demanda políticas públicas e iniciativas que promovam a inclusão da pessoa idosa. Como dito por Chauí, ser velho é lutar para continuar sendo homem, esse relato envolve todas as garantias e deveres dos idosos dentro de ambientes que engloba saúde, participação e segurança. Em Petrolina, a Faculdade Aberta da Terceira Idade (FATI), em parceria com a FACAPE e a UPE, constitui-se como um exemplo relevante de inclusão social e melhoria educacional dos idosos, oferecendo atividades didáticas, culturais e sociais voltadas a essa parcela da população. Este artigo busca refletir sobre as contribuições desse projeto para a inclusão social e o fortalecimento da cidadania dos idosos no município.

Consoante a isso, temos como orientação o livro os novos idosos brasileiros muito além dos sessenta? (CAMARANO, 2004) – obra que norteou a base do artigo sobre o embates e conquistas em relação à evolução social dos idosos.

O Exemplar aborda os principais objetivos e informações da população idosa perante toda a sociedade, desde características sociodemográficas até a relação da inflação com os mais velhos, abordando temas com as considerações de diversos autores dentro de uma mesma obra. Outra questão é que nessa obra temos tópicos mais aprofundados em relação a heterogeneidade do subgrupo idoso.

Com isso, os autores mencionados relatam e retratam na prática o sentido e a devida importância do idoso dentro do âmbito social, não só buscando seus direitos, mas validando também, suas qualidades omitidas.

2 EXPECTATIVA DE VIDA E QUALIDADE DE ENVELHECIMENTO

Analizando o cenário atual, a proporção de pessoas com mais de 60 anos está crescendo rapidamente. Diante disso, evidencia-se a relevância de se manter ativo ao longo de toda a vida. A longevidade, que antes era um privilégio de poucos, se tornou uma realidade mais comum, graças aos avanços na medicina, tecnologia e qualidade de vida. No entanto, esse prolongamento da vida traz consigo um desafio essencial: como garantir que os anos adicionais sejam acompanhados de qualidade, dignidade e bem-estar. Conforme o documento Envelhecimento Ativo: uma política de saúde (OMS, 2005, p. 8):

A proporção de pessoas com 60 anos ou mais está crescendo mais rapidamente que a de qualquer outra faixa etária. Entre 1970 e 2025, espera-se um crescimento de 223%, ou em torno de 694 milhões, no número de pessoas mais velhas. Em 2025, existirá um total de aproximadamente 1,2 bilhões de pessoas com mais de 60 anos. Até 2050, haverá dois bilhões, sendo 80% nos países em desenvolvimento.

Diante desse cenário, o caráter urgente de políticas públicas que assegurem não apenas o prolongamento da vida, mas também garantam que esses anos adicionais sejam vividos com autonomia, dignidade, saúde e participação social. O envelhecimento populacional é um indicador de desenvolvimento, mas com ele também um alerta para que as sociedades se preparem para oferecer um ambiente social e institucional capaz de acolher as demandas dessa nova realidade.

No Brasil, o envelhecimento da população tem se tornado cada vez mais evidente. Dados do IBGE indicam que a expectativa de vida média do brasileiro aumentou para 76,4 anos em 2023, superando o patamar pré-pandemia (IBGE, 2024). Considera-se que o progresso está vinculado aos avanços nas condições de vida do cidadão, nas condições de trabalho e, inclusive, com um somatório maior de acesso ao bem-estar. Mesmo assim, o Brasil não atende à demanda de direitos que se refere à qualidade do envelhecimento, tais como o convívio social, todos os direitos fundamentais garantidos e ainda a

possibilidade de não servir apenas como memória e sim de forma ativa, com papel na sociedade.

Não apenas a ausência de doenças está relacionada ao envelhecimento saudável, mas também à manutenção da capacidade funcional, à autonomia e ao sentimento de pertencimento. Evidentemente, a velhice não deve ser vista como uma fase de fragilidades e limitações, mas como etapa de experiências, sabedoria e continuidade da vida em sua plenitude. E com essa perspectiva se insere a importância das políticas públicas, como o Estatuto da Pessoa Idosa (Lei n.º 10.741/2003), que assegura os direitos como: à vida, à saúde, ao lazer, à cultura e à dignidade.

Como aponta Debert (1999, p. 30), “a velhice é construída como um problema social, construção que orienta práticas visando a uma adaptação bem-sucedida ao envelhecimento”. Deste modo, envelhecer com qualidade é um processo que ultrapassa o aspecto biológico e envolve dimensões culturais, econômicas e psicológicas. Para sociedades que valorizam apenas a juventude e produtividade, é fundamental que também tenham o olhar sobre o envelhecimento, apoiando o valor do idoso como sujeito histórico e ativo na transformação social.

É crucial refletir que a promoção da qualidade de vida na velhice depende de uma combinação de fatores físicos, mentais, sociais e ambientais. Programas sociais e educacionais, como a Faculdade Aberta da Terceira Idade (FATI), representam avanços significativos ao oferecer aos idosos espaços de aprendizagem, convivência e valorização pessoal. Iniciativas como essa são essenciais para o resgate da autoestima, a estimulação do intelecto e a redução do isolamento social, sendo um dos maiores problemas enfrentados nessa fase da vida.

É importante enfatizar que o aumento da expectativa de vida não pode ser considerado apenas como um desafio, mas sim um privilégio da espécie humana. O envelhecimento da população representa a vitória da ciência, da política social e do valor da vida. No entanto, para que essa vitória obtenha pleno êxito, será preciso garantir a todos os idosos o direito de viver em dignidade, independência e bem-estar. O verdadeiro sinal de progresso de uma nação não está nos anos de vida, mas na qualidade de vida dos seus anos.

3 PARTICIPAÇÃO DOS IDOSOS EM ATIVIDADES CULTURAIS E COMUNITÁRIAS

A aprovação do Estatuto do Idoso (Lei n.º 10.741/2003) não foi apenas um marco para a garantia dos direitos fundamentais das pessoas acima de 60 (sessenta) anos, se tornou um avanço social no sentido do entendimento que esse subgrupo demanda de questões específicas na sociedade. Em outras palavras, como citado por Amélia, “uma lei geral voltada especificamente para os idosos é consoante com a construção de um entorno propício e favorável para as pessoas de todas as idades” (CAMARANO, 2004, p. 278). Assim, possibilita-se que todos tenham acesso a atividades culturais e comunitárias que as políticas públicas tendem a oferecer na sociedade, gerando mais autonomia e evolução. O “viés geracional” é considerado crucial para a eficiência das políticas públicas no Brasil Barros e Carvalho (2003).

Esse argumento reafirma que as atividades comunitárias têm avanço sobre todas as faixas etárias, reduzindo até a grande faixa de pobreza devido ao leque de oportunidades de conhecimento e educação. Outra questão que vale o debate social é como alocar essas atividades entre o bem-estar, o mercado e a rotina dos idosos? Vale pensar que o bem-estar dos idosos surge da boa vitalidade e da saúde, reforçando a importância de uma saúde e atendimento de qualidade no mercado, para que tais atividades se readequem na rotina de cada indivíduo. Consoante a isso, existem teorias que examinam como a idade é usada como base para organizar e estruturar a sociedade:

[...] A teoria da estratificação por idade ganhou visibilidade nos Estados Unidos, quando Matilda Riley e seus colaboradores destacaram a importância dos conceitos de estratificação e estrutura nas pesquisas sobre o envelhecimento Quadagno, Aschenbaum e Bengston (1993).

A abordagem propõe que os indivíduos que nasceram no mesmo período representam toda a estratificação de como funciona a sociedade e principalmente as relações sociais. Se dividindo em crianças, jovens, adultos, adultos de meia-idade e idosos, cada faixa etária dessa requer atividades culturais específicas de interação.

Entretanto, todos esses grupos sociais enfatizam que “suas experiências históricas particulares contribuem de forma única para as estruturas sociais” Riley, Foner e Waring (1988, p. 243). São essas experiências particulares de cada pessoa que vão definir o tipo de atividade desejada, sendo elas de cada faixa etária.

Visando um bem-estar dos idosos, uma crítica central é de que se presta uma atenção excessiva para as atividades culturais e comunitárias pela idade cronológica e para o ano do nascimento dos indivíduos. Em exemplo disso, os idosos preferem atividades mais didáticas, que estimulem o raciocínio lógico, a mobilidade física especializada, jogos que busquem estimular a atenção e memória com bons resultados. Em outras palavras, as muitas experiências que afetam os idosos seriam “o produto de uma específica divisão de trabalho e da estrutura de desigualdades mais do que uma consequência do processo natural de envelhecimento” Walker (1993, p. 143).

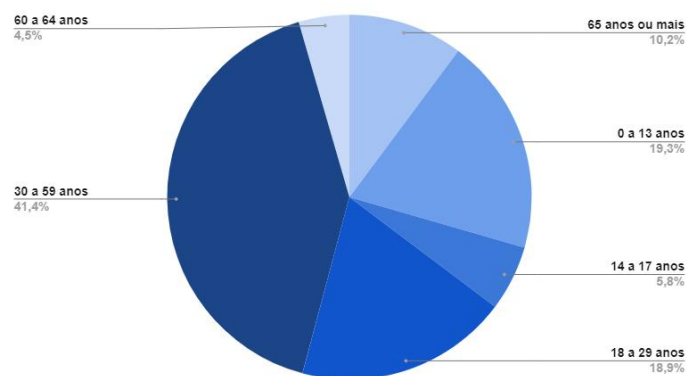
Mesmo que existam faixas etárias que irão incluir os indivíduos, não somente suas particularidades de personalidade irão diferenciá-los, mas também suas vivências e estilo de vida, onde podemos notar desigualdades sociais no acesso a essas atividades culturais, pois não são apenas aqueles que se interessam, em exceção, são aqueles que podem ter acesso às atividades, muitas vezes por falta de condição ou informação geográfica. Em relação à educação, o acesso a cursos de informática, por exemplo, possibilita maior integração ao mundo digital, permitindo que mantenham contato com familiares, utilizem serviços públicos online e participem de redes sociais.

A convivência com outros idosos e com jovens universitários favorece a troca de experiências, o fortalecimento da autoestima e a construção de vínculos afetivos que reduzem o isolamento social. Essa dinâmica educativa demonstra que a inclusão social é fortalecida não apenas pelo acesso a direitos, mas também pela vivência comunitária e pela valorização do saber do idoso. Além disso, a Faculdade Aberta da Terceira Idade (FATI) estabelece não só uma atividade comunitária, mas um avanço na educação desses indivíduos, que chegam às aulas para entender não só seus direitos e deveres, mas seu desenvolvimento pessoal e intelectual.

4 BARREIRAS E DESAFIOS ACERCA DO ENVELHECIMENTO

A família é a instituição mais importante e eficiente quando se fala do desenvolvimento ao envelhecer, é ela em que muitos idosos se apegam e têm seu auxílio necessário para envelhecer com dignidade e amor. Por outro lado, existe a parcela da população que ainda depende dos seus pais, ainda que idosos. Fato é que, com a queda da fecundidade, o envelhecimento tem se tornado fator crucial quando se fala na quantidade de população, como podemos ver no gráfico a seguir:

Gráfico 1 - Distribuição da população brasileira, em 2021.



Fonte: G1 (2021)

Muitos idosos se deparam com uma grande descoberta quando entram oficialmente nos 60 anos, seja de forma física, emocional, etária ou social. Existe um estigma ruim sobre o envelhecer, como se fosse o fim de uma vida, não o fim de um ciclo. Devemos analisar a velhice em um ponto de vista experiente: “O que existe hoje em dia é uma grande controvérsia quanto aos padrões futuros de mobilidade” Chauí (2008, p. 87). A primeira barreira encontrada são os possíveis embates com a saúde, não sendo universal, mas sendo recorrente.

As principais doenças presentes são as crônicas, mentais e de mobilidade, por isso a qualidade de vida, em especial a alimentação, deve ser analisada não só na terceira idade, mas durante todos os ciclos de vida: fase infantil, fase da adolescência, fase adulta

e terceira idade. Diante disso, a fase da melhor idade também é onde se encontram dificuldades relacionadas à aceitação da idade, é quando muitos não aceitam que estão em um momento diferente, que requer mais entendimento e aceitação das possíveis limitações, sejam físicas ou emocionais.

Dentro da sociedade brasileira, há diversos estigmas de limitação para com os idosos, como se eles não se enquadrassem em um momento de trabalho, de lazer ou eficiência em outro campo social, o que gera diversas desigualdades encontradas no meio do caminho desse ciclo de vida. Com isso, podemos ter como consequência a grande parcela de preconceitos com os idosos que ainda necessitam trabalhar, na insuficiência financeira daqueles que não conseguem e nas limitações físicas recorrentes da vida. Realizamos uma análise com todos os alunos da Faculdade Aberta da Terceira Idade (FATI) e relacionamos outro ponto de grande importância acerca dos desafios na trajetória de vida deles:

Tabela 1 - Análise socioeducativa com os alunos da FATI.

IDADE	UMA FALTA NA INFÂNCIA...	UMA COISA QUE MUDOU...
62	Estudos	Internet
68	Estudos	Pessoas
68	Estudos	Internet
64	Estudos	Internet
64	Família	Casas
73	Brincadeiras	Internet

Fonte: própria- monitoria do FATI (2025)

Inicialmente, vale analisar o destaque que a falta de estudos impactou na vida desses idosos, ainda mais quando no lugar do estudo estava o esforço do trabalho, muitas vezes braçal. Desenvolvemos com eles a dinâmica de conhecer sua história, seu passado e momentos mais marcantes da vida, sendo evidenciado que o trabalho estava em cada etapa, desde muito novos. Essa problemática do trabalho se estende até os dias de hoje,

mas não podemos deixar de citar que houve um avanço em relação ao trabalho infantil. Durante a vida de grande parte da terceira idade, o trabalho infantil era além do normal, era necessidade diante de tantos problemas familiares.

Diante dos desafios e embates do envelhecimento, torna-se essencial buscar meios de inclusão, tal como realiza a Faculdade Aberta da Terceira Idade, que promove a inserção dos idosos no meio educacional e social. Essa iniciativa evidencia suas vontades, desejos, sonhos e possibilidades, mostrando que a idade avançada não representa o fim, mas sim o início de uma nova jornada, repleta de histórias e conhecimentos maduros sobre o viver, o conhecer e o se refazer.

Mais do que oferecer oportunidades de aprendizado, programas voltados à terceira idade contribuem para o fortalecimento da autoestima, para a prevenção do isolamento social e para a promoção da saúde mental e física. Ao estimular a participação ativa em atividades culturais, acadêmicas e comunitárias, reconhece-se o valor da experiência acumulada ao longo da vida, transformando-a em fonte de sabedoria compartilhada.

5 METODOLOGIA E ESTRATÉGIAS DE INCLUSÃO

Nesse estudo, a metodologia adotada foi de natureza qualitativa, pois busca compreender os significados sociais atribuídos ao envelhecimento, à participação ativa e às práticas de inclusão desenvolvidas pela Faculdade Aberta da Terceira Idade (FATI). Essa abordagem visa analisar não apenas dados, mas também percepções, experiências e interpretações presentes no convívio dos idosos participantes.

O desenvolvimento do estudo iniciou-se por meio de pesquisa bibliográfica, fundamentada em autores que discutem o envelhecimento, educação e cidadania, como Debert, Chaui e Paulo Freire. A análise desses referenciais possibilitou compreender como a importância da inclusão da pessoa idosa se estrutura na conjuntura contemporânea e como práticas educativas podem cooperar para o fortalecimento da autonomia, do pertencimento social, da autoestima e valorização da identidade da pessoa idosa.

No âmbito da FATI, foram analisadas estratégias de inclusão que envolvem metodologias participativas que promovem o diálogo, o protagonismo e a integração interacional. Dentre essas estratégias, destacam-se: atividades educativas com teor relacionado ao conhecimento de direitos, incentivo à participação ativa e ações voltadas à promoção da autonomia e da autoestima. Práticas essas que reforçam a importância da educação como ferramenta de inclusão e demonstram que a interação social e o acesso a espaços educativos contribuem para a melhoria da qualidade de vida e do bem-estar dos idosos.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise da integração da Faculdade Aberta da Terceira Idade (FATI) nos espaços acadêmicos foi a pauta principal do artigo, evidenciando que a presença dos idosos no ambiente universitário transcende a dimensão pedagógica e social. Do ponto de vista teórico, as reflexões de Debert, Freire, Camarano e Chauí sustentam a compreensão de que o envelhecimento não deve ser visto como um processo de declínio, mas como uma etapa marcada por possibilidades de transformação e participação ativa.

Diante do exposto, todo o estudo revelou que iniciativas como a FATI são fundamentais para romper barreiras simbólicas e práticas que historicamente marginalizaram a velhice. Seguindo a trilha aberta por Debert (1999, p. 490):

[...] A velhice não pode ser entendida apenas como um processo natural de declínio, mas como uma construção social marcada por representações culturais e políticas que definem o lugar dos idosos na sociedade.

Portanto, este estudo reforça que iniciativas como a FATI são fundamentais para romper barreiras simbólicas e práticas que historicamente marginalizaram a velhice. Ao integrar os idosos às universidades, promove-se não apenas a democratização do acesso ao conhecimento, mas também a construção de uma sociedade mais justa, que reconhece o envelhecimento como parte legítima e enriquecedora da experiência humana.

REFERÊNCIAS

- BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 2016.
- BEAUVOIR, Simone de. **A velhice**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1990. Disponível em: <https://books.google.com.br/books?id=juwrAjXrnCYC>. Acesso em: 06 nov. 2025.
- BRASIL. **Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003**. Dispõe sobre o Estatuto da Pessoa Idosa e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 3 out. 2003. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/l10.741.htm. Acesso em: 03 out. 2025.
- CAMARANO, Ana Amélia (org.). **Os novos idosos brasileiros: muito além dos 60?** Rio de Janeiro: IPEA, 2004.
- DEBERT, Guita Grin. **A reinvenção da velhice: socialização e processos de reprivatização do envelhecimento**. São Paulo: Edusp, 1999.
- FREIRE, Paulo. **Educação como prática da liberdade**. 35. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.
- IBGE. **Em 2023, expectativa de vida chega aos 76,4 anos e supera patamar pré-pandemia**. Agência de Notícias IBGE, Rio de Janeiro, 29 nov. 2024. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/41984-em-2023-expectativa-de-vida-chega-aos-76-4-anos-e-supera-patamar-pre-pandemia>. Acesso em: 07 nov. 2025.
- INSTITUTO DE LONGEVIDADE MAG. **População idosa cresce no Brasil, aponta IBGE**. Disponível em: <https://institutodelongevidade.org/longevidade-e-cidades/direitos-e-cidadania/populacao-idosa-ibge>. Acesso em: 18 ago. 2025.
- MINISTÉRIO DA SAÚDE. **Envelhecimento ativo: uma política de saúde**. Brasília: Ministério da Saúde, 2005. Disponível em: https://bvsmis.saude.gov.br/bvsm/publicacoes/envelhecimento_ativo.pdf. Acesso em: 10 out. 2025.
- ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE (OMS). **Relatório mundial sobre o envelhecimento e a saúde**. Genebra: OMS, 2015. Disponível em: <https://apps.who.int/iris/handle/10665/186463>. Acesso em: 10 out. 2025.
- SILVA, Antônio Barbosa da; PEREIRA, João Carlos; LIMA, Maria das Graças. **Gerontologia: fundamentos, conceitos e práticas**. São Paulo: Atlas, 2020.
- TODARO, Mônica de Ávila; CACHIONI, Meire. **O legado de Paulo Freire sobre a velhice: história de vida e o contexto brasileiro atual**. *Práxis Educativa*, v. 16, p. 1-9,

2021. Disponível em:

<https://revistas.uepg.br/index.php/praxiseducativa/article/view/16554>. Acesso em: 07 nov. 2025.

UNICAMP – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. **ANTROPOLOGIA E VELHICE**. Campinas: IFCH/UNICAMP, 13 - JANEIRO OE 1998. Disponível em: <https://www.ifch.unicamp.br/publicacoes/pf-publicacoes/td-13.pdf>. Acesso em: 18 nov. 2025.

GESTÃO HÍDRICA E DESAFIOS SOCIAIS NO VALE DO SÃO FRANCISCO: GORVENANÇA, CONFLITOS E POLÍTICAS PÚBLICAS

Geisiane Alves Pereira

Bacharelanda em Direito

Faculdade de Petrolina- FACAPE

Luiz Felipe Cordeiro de Almeida

Bacharelando em Direito

Faculdade de Petrolina- FACAPE

Márcio Breno dos Santos Dias

Bacharelando em Direito

Faculdade de Petrolina- FACAPE

Pâmela Dias Texeira

Bacharelanda em Direito

Faculdade de Petrolina-FACAPE

RESUMO: Este artigo analisa a gestão dos recursos hídricos no Vale do São Francisco, com foco nas dinâmicas de participação social, desigualdades de acesso à água e o papel das iniciativas comunitárias. A pesquisa, baseada em análise documental e bibliográfica, revela avanços institucionais coexistindo com desafios estruturais, especialmente na inclusão dos atores locais nos processos decisórios. Destaca-se a importância dos saberes tradicionais e das ações coletivas como alternativas para enfrentar dificuldades ambientais e sociais. Conclui-se que a efetividade da governança hídrica requer a valorização das experiências locais e a integração entre políticas públicas e demandas comunitárias.

Palavras-chave: Gestão Hídrica. Vale Do São Francisco. Políticas Públicas. Direito À Água. Conflitos Socioambientais.

ABSTRACT: This article analyzes water resource management in the São Francisco Valley, focusing on social participation dynamics, inequalities in water access, and the role of community initiatives. Based on documentary and bibliographical analysis, the

research reveals institutional advances coexisting with structural challenges, especially regarding the inclusion of local actors in decision-making processes. The study highlights the importance of traditional knowledge and collective actions as alternatives to tackle environmental and social difficulties. It concludes that effective water governance requires valuing local experiences and integrating public policies with community demands.

Keywords: Water Management. São Francisco Valley. Public Policies. Right To Water. Socioenvironmental Conflicts.

1 INTRODUÇÃO

A análise da gestão dos recursos hídricos no Vale do São Francisco revela um cenário multifacetado, onde aspectos sociais, ambientais e jurídicos entrelaçam cotidianamente. A relevância da análise reside não apenas na centralidade que o rio São Francisco ocupa no contexto nacional, mas, sobretudo, na relevância que assume para os diferentes grupos sociais que dependem dele. Ao longo de sua extensão, o São Francisco transcende sua condição de recurso natural, sendo identificado por ribeirinhos, agricultores, pescadores e indígenas como um elemento fundamental de identidade cultural, de subsistência e de memória coletiva.

Em toda a sua trajetória, o “Velho Chico” demonstra sua complexidade: são quase três mil quilômetros cruzando seis estados, irrigando culturas, abastecendo cidades e povoados, sustentando ecossistemas sensíveis e movendo histórias diversas de adaptação, resistência e enfrentamento de crises hídricas. Conforme relatos locais, nota-se que o acesso à água, longe de ser uma questão exclusivamente técnica, está impregnado por disputas históricas, tensões institucionais e desafios jurídicos que vão muito além da legislação positivada.

Nas últimas décadas, a promulgação da Política Nacional de Recursos Hídricos, sobretudo por meio da lei nº 9.433/1997, buscou responder às demandas de descentralização e participação social. No papel, instrumentos como a outorga do direito de uso, a cobrança pelo consumo e os planos de bacia deveriam democratizar o acesso e garantir o uso múltiplo da água. Porém, a vivência regional mostra limitações práticas:

dificuldades financeiras crônicas, falhas de comunicação entre municípios e estados, e impasses na composição dos comitês deliberativos evidenciam uma distância entre teoria e prática. Não são incomuns relatos de reuniões em que a voz das comunidades é abafada por interesses empresariais ou políticos, deixando de lado o princípio constitucional da gestão participativa.

O direito humano à água consagrado pela ONU e referenciado pela Constituição Federal no artigo 225 adquire contornos dramáticos nas áreas mais vulneráveis do Vale do São Francisco. Em muitas localidades, persistem situações emergenciais como o abastecimento irregular por carros-pipa, fato que escancara fragilidades estruturais e denuncia a ausência de políticas públicas capazes de assegurar um padrão equitativo de distribuição. Esse direito, que deveria estar assegurado a todos, permanece pendente para milhares de famílias que vivenciam diariamente os efeitos da escassez e da má gestão.

A questão ambiental, por sua vez, soma-se às preocupações jurídicas e sociais. A região, inserida no semiárido nordestino, é caracterizada por chuvas escassas e taxas de evaporação elevadas, fenômenos que vêm se agravando, conforme indicam estudos do IPCC, em razão das mudanças climáticas globais. Pescadores relatam quedas na produtividade, agricultores enfrentam prejuízos constantes, enquanto gestores públicos são pressionados a subsidiar alternativas de abastecimento e implantar práticas de adaptação, como sistemas de irrigação eficiente e proteção de áreas de recarga.

Esses desafios ganham complexidade diante dos conflitos de uso, recorrentes quando há oscilação no regime de chuvas ou aumento da demanda por irrigação agrícola. A distribuição da água frequentemente se torna alvo de polêmicas: setores industriais, produtores rurais, comunidades urbanas e tradicionais disputam prioridades de fornecimento, dando origem a embates que exigem resolução jurídica e política cuidadosa.

O presente estudo, opta-se pela abordagem de múltiplos eixos analíticos institucional, conflituoso, climático e jurídico para compreender de modo integrado o funcionamento da governança hídrica no Vale do São Francisco. Serão discutidos, dentre outros pontos, o papel do Comitê da Bacia Hidrográfica do São Francisco (CBHSF), os

instrumentos de participação social previstos em lei, os limites da gestão estatal, os aspectos críticos da distribuição emergencial e o impacto das políticas ambientais no cotidiano dos cidadãos. A intenção é, por meio dessa análise, identificar obstáculos estruturais e apontar caminhos para a efetivação do acesso à água como direito fundamental.

O “Velho Chico”, que pulsa como veia vital em um amplo território, é também personagem das contradições que atravessam o Brasil contemporâneo: de um lado, representa esperança de desenvolvimento ambientalmente justo; de outro, revela a persistência das desigualdades e da precarização da cidadania. Refletir sobre esses temas, com escuta sensível e atenção às vozes das comunidades, é imprescindível para pensar soluções orientadas pela justiça hídrica e pela sustentabilidade socioambiental.

A relevância do presente estudo se fortalece não apenas na pesquisa bibliográfica e institucional, mas, principalmente, na interlocução com os sujeitos históricos da região. O Vale do São Francisco exige, assim, um olhar atento às multiplicidades, às disputas e às potencialidades que se desenham à margem do rio, na constante busca por políticas públicas inclusivas e pela promoção dos direitos fundamentais. Por fim, analisar este contexto é, acima de tudo, reconhecer que a água, mais que um recurso, é elemento constitutivo da vida, da cultura e do imaginário popular do nordeste brasileiro, merecendo espaço de destaque na construção de propostas que promovam dignidade e equidade para todas as populações do semiárido.

2 GOVERNANÇA HÍDRICA NO VALE DO SÃO FRANCISCO

No Vale do São Francisco, falar de água é falar da vida diária que pulsa em cidades pequenas, sítios e acampamentos espalhados ao longo do rio. A organização do uso das águas não ficou apenas na mão de governos: cada comunidade tem suas próprias formas de se proteger, mesmo antes de existir legislação nacional. Ainda assim, depois que surgiram as leis de recursos hídricos e os comitês de bacia, as pessoas começaram a participar mais, questionar decisões e buscar explicações para problemas antigos, como escassez ou distribuição desigual (CBHSF, 2020).

De um modo geral se pode afirmar que 70% da vazão

Média natural do rio se encontra devidamente regularizada promovendo um regime hídrico de elevado caráter antrópico. (Molinas, 2013, p.9)

Quando há assembleias sobre a gestão do São Francisco, nem todo mundo está de terno ou acostumado com documentos. Aliás, muitos relatos mostram que os encontros acontecem em escolas, em associações rurais e até às margens do rio, com moradores, produtores e técnicos trocando ideias ao redor de uma mesa simples, ou sentados em bancos improvisados. Na prática, o comitê de bacia se tornou um espaço para discutir problemas práticos como irrigação de plantações, falta d'água em casas ribeirinhas e formas de proteger nascentes que estão virando terra seca (Rebouças, 2018).

Mas mesmo com avanços, persistem dificuldades. Tem região em que a informação demora a chegar, ou poucos sabem quem pode pedir outorga para usar a água do rio. Também se sabe que as decisões sobre cobrança, fiscalização e acompanhamento nem sempre saem na velocidade que os moradores gostariam (Porto, 2019). Grupos grandes, como fazendas modernas ou companhias de energia, normalmente entendem melhor os processos e conseguem se posicionar. Já famílias pequenas às vezes dependem de intermediários ou esperam por ajuda das associações locais para encaminhar suas demandas.

A outorga de direito de uso de recursos hídricos é um dos instrumentos da Política Nacional de Recursos Hídricos, tendo como objetivos assegurar o controle quantitativo e qualitativo dos usos da água e o efetivo exercício dos direitos de acesso. (ANA, 2013)

A comunicação entre autoridades e populações do interior é um desafio, mas quando o diálogo acontece, abre espaço para soluções criativas: a troca de experiências, o teste de pequenas tecnologias cisternas comunitárias, bombas manuais e mutirões de limpeza tornam possível enfrentar problemas que, no passado, pareciam insolúveis. O resultado é sentido nos períodos de chuva, quando as cheias exigem cuidado coletivo, e na seca, quando cada gota parece ter dono.

A governança das águas do São Francisco depende, sobretudo, da escuta e da paciência de quem está no cotidiano. Valorizar reuniões abertas, facilitar o acesso à

informação e tratar cada comunidade como parte fundamental da busca por equilíbrio. Investir em processos simples e respeitar os ritmos locais são caminhos que tornam mais possível que projetos e planos ajudem de verdade, no tempo em que as pessoas vivem e não só nos papéis que ficam nos gabinetes das capitais (ANA, 2020).

3 CONFLITOS PELO USO DA ÁGUA NO VALE DO SÃO FRANCISCO

No cotidiano de quem vive às margens do Rio São Francisco, o tema do conflito pelo uso da água nunca desaparece, apenas muda de cenário conforme a época do ano e a posição ao longo do vale. Quem trabalha na roça percebe logo que, em tempos de pouca chuva, cada filete que corre para as irrigações é motivo de conversa e, muitas vezes, de disputa silenciosa. A agricultura irrigada é forte, garante emprego e movimenta a economia, mas também precisa se entender com o abastecimento doméstico e com as necessidades ambientais do rio. Muitas vezes, quando se fala em prioridades, aparecem divergências entre grandes fazendeiros, moradores das cidades do interior e pescadores que dependem do equilíbrio do rio para garantir seu sustento (CBHSF, 2020).

A bacia hidrográfica do rio São Francisco é extensa e abrange vários estados, no qual se observa que o fundamento principal dos conflitos pelo uso da água é motivado especialmente em relação às atividades produtivas e socioeconômicas nas bacias, com destaque às atividades agrícolas, a superexploração dos recursos hídricos, o número excessivo de barramentos entre outros. (Fonseca et al., 2020, p.2)

O uso de carros-pipa, que para quem vive na região já faz parte da rotina, escancara esse retrato. Tem lugar que só chega água em caminhão, principalmente nos períodos de seca mais dura. Por trás dessa solução prática, existe uma reflexão constante: por que a água não chega em encanamento regular para todos? Muitos afirmam, em rodas de conversa, que o transporte por carros-pipa deveria ser apenas um recurso emergencial, não uma regra fixa, pois reforça desigualdades e, por vezes, vira moeda em disputas políticas (Campos, 2016). Uma parte das reclamações também envolve quem

acaba recebendo mais água e quem sempre fica por último, algo que só quem vive na ponta entende bem. Fonseca diz que:

Em síntese, os conflitos pelas águas envolvem disputas entre múltiplos usos e revelam a desigual correlação de forças entre proprietários de terras e [...] empreendimentos privados [...] e, por outro lado, as comunidades [...] ribeirinhas, pescadores e trabalhadores rurais. (Fonseca eal., 2020, p.9)

Além disso, há polêmicas conhecidas, como a discussão em torno da transposição das águas do São Francisco. Esse tema dividiu opiniões em várias cidades e trouxe dúvidas sobre o quanto projetos de grande porte realmente beneficiam pequenos agricultores e comunidades ribeirinhas. Muitos moradores temem que a prioridade dos grandes projetos deixe de lado as famílias que sempre viveram às margens do rio, levando água para longe e deixando vazios antigos persistirem (Menezes, 2021).

Em várias reuniões nas cidades do vale, um ponto recorrente é a necessidade de repartir melhor a água, com regras claras, evitando que setores mais poderosos controlem grande parte do recurso. Os relatos apontam que a fiscalização nem sempre consegue atuar com firmeza e que falta transparência em decisões sobre outorgas e distribuição. Outro desafio é o entendimento das normas: o acesso à informação sobre direitos e deveres ainda não atinge toda a população, principalmente nas áreas rurais.

O cenário dos conflitos pelo uso da água mostra, acima de tudo, que a gestão hídrica precisa garantir justiça para todos os que dependem do rio, não só para segmentos econômicos ou cidades maiores. Ouvir os pequenos produtores, os ribeirinhos e quem vive longe dos centros urbanos é fundamental para encontrar acordos e soluções que façam sentido para o conjunto da população. Sem esse diálogo aberto, os conflitos tendem a se repetir, às vezes em silêncio, às vezes em enfrentamentos mais abertos, mas sempre deixando marcas no dia a dia do São Francisco (CBHSF, 2020).

4 VULNERABILIDADE HÍDRICA E IMPACTOS CLIMÁTICOS NO VALE DO SÃO FRANCISCO

Quem mora ou trabalha nas cidades ribeirinhas do São Francisco sabe que a previsão do tempo é quase tão comentada quanto qualquer assunto político. O vale tem uma história marcada por períodos de seca e chuvas irregulares, o que cria um ambiente de atenção constante ao nível dos reservatórios, à quantidade de água disponível para irrigação e aos cuidados com o consumo doméstico. Em muitos povoados, a fala dos agricultores mostra preocupação com a chegada ou atraso das chuvas: quando elas não vêm, a produtividade cai e o medo da falta se espalha.

Segundo o PBMC, até 2040 é provável redução de até 20% na precipitação no semiárido; o Brasil deve ficar ao menos 3 °C mais quente até o fim do século e as precipitações podem diminuir em até 40% nas regiões Norte e Nordeste. No Submédio São Francisco, grande parte dos rios é intermitente e, nos últimos anos, observa-se diminuição no volume de água. (Silveira et al., 2024, p. 80- 81)

Pesquisas feitas por órgãos ambientais e universidades mostram que o semiárido nordestino, região que abriga boa parte do São Francisco, vem sofrendo ainda mais com variações climáticas e aumento da evaporação dos mananciais (Assis et al., 2020). Esse contexto faz com que pequenas adaptações se tornem parte da rotina, desde o reuso da água para irrigação até a busca por fontes alternativas em nascentes menores ou açudes comunitários. A mudança no ciclo das águas afeta não apenas quem planta, mas também quem pesca e depende do rio para tirar o sustento ao longo do ano.

Moradores relatam que, em períodos de seca prolongada, não basta economizar é preciso inventar. Muitas famílias recorrem a cisternas e depósitos caseiros, enquanto comunidades inteiras se juntam para limpar açudes e proteger pequenos olhos d'água. O uso racional da água é ensinado aos mais jovens, pois a percepção de escassez é real. Ao mesmo tempo, o excesso ocasional das chuvas pode causar enchentes rápidas, destruindo parte das plantações e alterando o curso dos canais em áreas mais vulneráveis.

A gestão hídrica enfrenta desafios para criar estratégias de adaptação que deem conta da variabilidade. Profissionais da área apontam que, além dos investimentos em infraestrutura, é fundamental manter sistemas de monitoramento eficientes e desenvolver práticas integradas entre municípios, órgãos reguladores e associações de

moradores (Lopes & Santos, 2019). A fiscalização contínua do regime de chuvas e a manutenção preventiva das estruturas são tarefas que fazem diferença na resposta às crises climáticas.

As simulações indicaram tendência significativa de redução da precipitação e do armazenamento de água no solo, associada ao aumento da evapotranspiração potencial e da temperatura da água no reservatório de Sobradinho ao longo do século XXI, sugerindo intensificação do estresse hídrico regional. (Galvínio et al., 2025, p. 2653)

Os impactos das mudanças de clima no São Francisco não são apenas dados de pesquisa: aparecem também nas histórias de famílias que vivem há décadas no mesmo lugar e percebem que as águas não seguem mais o ritmo de antes. Isso reforça que o futuro do vale depende de planejamento próximo da realidade local, com decisões compartilhadas e iniciativas que respeitem a experiência de quem convive com as oscilações do rio todo dia.

5 POLÍTICAS PÚBLICAS E DESAFIOS JURÍDICOS NA GESTÃO DA ÁGUA NO VALE DO SÃO FRANCISCO

No dia a dia de quem acompanha reuniões de associações e conselhos da bacia do São Francisco, é difícil ignorar o peso das decisões tomadas nos gabinetes de órgãos públicos e tribunais. As políticas de gestão hídrica, tão debatidas em Brasília ou nas capitais estaduais, acabam sendo traduzidas em regulações, regras e limites que interferem diretamente na vida de agricultores, ribeirinhos e até do consumidor comum. Por mais distante que pareça, a legislação, seja ela federal, estadual ou municipal, define desde quem pode usar a água para plantio até como deve ser feita a distribuição em momentos de escassez.

Embora o marco regulatório tenha avançado com instrumentos como outorga e cobrança, persistem dificuldades de efetivação, sobretudo em comunidades menores com menor acesso à orientação e aos procedimentos legais. (Silva & Almeida, 2024, p. 152)

O problema, muitas vezes, está justamente na dificuldade de transformar o que está escrito em lei em algo palpável e acessível para todos. Comunidades menores enfrentam barreiras para entender e cumprir as exigências legais, e nem sempre há orientação adequada sobre documentação, outorgas ou taxas. Situações burocráticas, como pedidos de regularização ou processos judiciais ligados à disputa de água, podem se arrastar por meses, fazendo com que parte da população siga usando soluções improvisadas ou recorrendo à ajuda política (Rebouças, 2018).

A multiplicidade de competências na área hídrica pode gerar conflitos de competência e judicialização, especialmente em situações emergenciais, complexificando a tomada de decisão. (Paiva, 2020, p. 32)

Outro desafio é conciliar o emaranhado de regras vindas de diferentes esferas do poder público. Em determinadas cidades do Vale, regras municipais entram em atrito com normas de órgãos estaduais ou federais. Quando surge um problema urgente, como um conflito entre irrigantes e uma comunidade vizinha, a definição de quem decide pode se tornar motivo de discussão. Relatos mostram que, nessas horas, o bom senso e o diálogo local costumam contar mais do que as diretrizes vindas de cima.

Programas de revitalização e apoio à irrigação no São Francisco frequentemente não se traduzem em melhorias na ponta devido a entraves burocráticos e dependência de capacidades locais de implementação. (Ipea, 2019, p. 35)

Embora haja programas públicos para apoio à modernização de irrigação, à proteção de nascentes e à educação ambiental, nem sempre os recursos anunciados chegam na ponta, onde são realmente necessários. Muitos grupos dependem do empenho de lideranças locais para acessar linhas de crédito, programas de revitalização ou tecnologias sociais que poderiam diminuir a dependência de soluções emergenciais, como carros-pipa (CBHSF, 2020).

O fortalecimento da gestão da água no Vale do São Francisco passa por tornar políticas e leis mais claras e próximas das práticas cotidianas. Também exige um esforço

conjunto para simplificar procedimentos, aumentar a presença de órgãos técnicos nas comunidades e investir em capacitação e diálogo aberto. Sem isso, persistem reclamações sobre fiscalização insuficiente, processos lentos e decisões que para quem está na margem do rio parecem mais distantes do que nunca.

6 DISCUSSÃO E RESULTADOS

A pesquisa considerou diferentes perspectivas acerca da distribuição e uso dos recursos no âmbito regional, buscando compreender não apenas os dados objetivos, mas também a percepção dos sujeitos e as repercussões práticas observadas nas comunidades estudadas. Foi possível perceber, a partir dos documentos analisados e dos relatos de lideranças e moradores locais, o distanciamento entre o que estabelece a legislação e a efetivação cotidiana de políticas destinadas à democratização do acesso à água.

No decorrer das assembleias e demais espaços coletivos, identificou-se que a participação popular, embora prevista normativamente (REBOUÇAS, 2018), apresenta-se muitas vezes limitada. Barreiras sociais, econômicas e de comunicação dificultam que determinados segmentos exponham suas demandas e influenciem decisões relativas ao uso dos recursos. Os depoimentos colhidos evidenciam que as resoluções tomadas nos comitês e órgãos públicos nem sempre dialogam com as reais prioridades das populações diretamente dependentes do rio.

A análise realizada demonstra ainda que, frente ao contexto de mudanças climáticas e à recorrência de eventos extremos (GALVÂNCIO et al., 2025), as desigualdades históricas tendem a se acentuar, sobretudo para pequenos produtores, agricultores familiares e ribeirinhos. Relatos confirmam a necessidade de constantes adaptações — a exemplo de mutirões para manutenção de nascentes, construção coletiva de cisternas, estratégias locais de convivência com a seca e busca de suporte junto a associações comunitárias.

Ademais, observa-se que a própria estrutura de gestão, marcada por sobreposições de competências e ações fragmentadas entre diferentes esferas de governo, constitui um entrave à implementação efetiva de políticas inclusivas (IPEA,

2019). Dessa forma, a integração entre saberes técnicos e experiências vivenciadas surge como elemento fundamental para o aprimoramento das estratégias de convivência e para o fortalecimento do protagonismo das comunidades tradicionais.

Tais elementos, discutidos à luz dos referenciais teóricos e empíricos empregados, apontam a necessidade de revisão dos mecanismos de participação, bem como o reconhecimento e valorização dos instrumentos informais já consolidados no território. A partir disso, reafirma-se o papel central da escuta e do diálogo contínuo como fundamento para a construção de soluções mais justas, legítimas e adequadas às especificidades regionais da bacia do São Francisco.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo deste estudo, foi possível abordar questões cruciais relacionadas à participação social, às desigualdades de acesso à água e à atuação das iniciativas comunitárias na gestão hídrica do Vale do São Francisco. A investigação destacou, sobretudo, como a participação efetiva de ribeirinhos, pequenos produtores e outros grupos locais nos espaços de decisão permanece limitada, evidenciando obstáculos institucionais e dificuldades de comunicação entre órgãos públicos e comunidades.

Foram analisadas as principais estratégias coletivas desenvolvidas para suprir demandas não atendidas pelas políticas públicas, como mutirões para captação de água, preservação de nascentes e mobilização social. Essas ações se mostram fundamentais diante dos desafios impostos tanto por adversidades ambientais quanto por barreiras estruturais na implementação de políticas.

Outro ponto central foi a identificação dos impactos concretos das decisões institucionais sobre o cotidiano das populações dependentes do rio, reforçando que o avanço na governança hídrica não pode prescindir do diálogo e da valorização dos saberes locais.

Entre as limitações deste trabalho, ressalta-se o recorte metodológico pautado principalmente na análise documental, o que restringiu o aprofundamento em experiências vividas e dinâmicas cotidianas dos sujeitos pesquisados. Ainda assim, a

análise possibilitou delinear os principais desafios e potencialidades do contexto estudado, reforçando a importância de políticas públicas sensíveis às realidades regionais e à diversidade de atores envolvidos.

Dessa forma, as discussões realizadas consolidam o entendimento de que a gestão eficaz das águas no semiárido brasileiro depende, de forma central, do fortalecimento do protagonismo local e do reconhecimento das diferentes dimensões que atravessam o acesso e o uso deste recurso vital.

REFERÊNCIAS

AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS (ANA). Outorga de direito de uso dos recursos hídricos, 2013

AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS (ANA). Relatório de Gestão, 2020

ASSIS, José L.; SOUZA, Marina F. Variações climáticas e impacto nos mananciais do semiárido. Petrolina: Ed. Universitária, 2020

CAMPOS, Valéria M. Carros-pipa no sertão: emergência ou rotina? Em: Anais do Congresso Nacional de Recursos Hídricos. Recife: ABRH, 2016

FONSECA, Ana M. et alii. Conflitos pelo uso da água no São Francisco. In: Fonseca, A. M. (org.). Água e poder no Brasil contemporâneo. Salvador: Edufba, 2020

GALVÂNCIO, L. L. et alii. Simulação de cenários climáticos para o Submédio São Francisco. Revista Brasileira de Climatologia, v. 26, n. 2, p. 2643-2659, 2025

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA). Políticas públicas de revitalização e apoio à irrigação no semiárido, 2019

LOPES SANTOS, Maria C. Adaptação e resiliência na bacia do São Francisco. In: Revista Brasileira de Geografia. Rio de Janeiro: IBGE, 2019

MENEZES, Juliana S. Transposição do São Francisco: impactos sociais e ambientais. Recife: UFPE, 2021 MOLINAS, João. Hidropolítica do Vale do São Francisco. Salvador: Edufba, 2013

PAIVA, Roberto A. Conflitos de competência na gestão hídrica. Brasília: Ipea, 2020

PORTO, Luiz G. Governança participativa e desafios locais. Petrolina: Ed. Facape, 2019

REBOUÇAS, Aldo da C. Gestão participativa nas águas brasileiras. São Paulo: Edusp, 2018

SILVA ALMEIDA, Patricia. Políticas de recursos hídricos e desafios jurídicos. Petrolina: Ed. Facape, 2024

SILVEIRA, Bruno E. et alii. Vulnerabilidade hídrica e estratégias comunitárias. Belém: NAEA, 2024

O DIREITO CONSTITUCIONAL À ALIMENTAÇÃO E A UTILIZAÇÃO DO SISTEMINHA EMBRAPA NA AGRICULTURA FAMILIAR

Izamara Granja Reis de Carvalho
Aula mestrado Ppgecoh/Uneb
Izamara.adv@gmail.com

Maria Herbênia Lima Cruz Santos
Professora mestrado Ppgecoh/Uneb
mhlsantos@uneb.br

RESUMO: O direito constitucional a alimentação deve ser debatido, bem como, a saída do Brasil do mapa da fome da FAO (embora ainda exista muita desigualdade alimentar no país). Buscaremos apresentar o direito social a alimentação e uma sugestão para que o país alcance ampla segurança alimentar usando o Sisteminha Embrapa. Esse tema é relevante, pois a alimentação corresponde a uma garantia constitucional que na prática não alcança de maneira igualitária a todos no país. Temos como objetivo geral analisar o direito constitucional a alimentação sobre a perspectiva de encontrar formas de efetivar esse direito a todos, e, como objetivos específicos, contextualizar o direito constitucional a alimentação com o mapa da fome da FAO e propor a utilização do ensino do Sisteminha Embrapa como forma de assegurar o direito a alimentação a todos. A metodologia aplicada será a revisão bibliográfica qualitativa, através da qual buscaremos analisar se de fato o ensino do Sisteminha Embrapa para as famílias e sua implementação seria um mecanismo eficaz na efetividade do direito constitucional a alimentação e para que o Brasil não retorne a lista da FAO.

Palavras-chave: Alimentação. Direito Constitucional. Sisteminha Embrapa.

ABSTRACT: The constitutional right to food should be debated, as should Brazil's removal from the FAO hunger map (although significant food inequality still exists in the country). We will seek to present the social right to food and a proposal for the country to achieve comprehensive food security using the Embrapa System. This topic is relevant because food is a constitutional guarantee that, in practice, does not reach everyone equally in the country. Our general objective is to analyze the constitutional right to food from the perspective of finding ways to realize this right for all. Specific

objectives include contextualizing the constitutional right to food within the FAO hunger map and proposing the use of the Embrapa System's teaching method as a way to ensure the right to food for all. The methodology applied will be a qualitative literature review, through which we will seek to analyze whether teaching the Embrapa System to families and its implementation would be an effective mechanism for enforcing the constitutional right to food and preventing Brazil from returning to the FAO list.

Keywords: Food. Constitutional Law. Embrapa System.

1 INTRODUÇÃO

A Constituição Federal do Brasil de 1988 – CF/88, a nossa Carta Magna que é conhecida como Constituição Cidadã - justamente por buscar assegurar direitos e garantias que forneçam o mínimo de dignidade que um ser humano precisa para viver (bem como, busca corresponder aos direitos humanos tratados em diversos tratados internacionais dos quais o Brasil é signatário) - apresenta logo em seus artigos iniciais direitos e garantias individuais e coletivas, dentre os quais no seu artigo 6º, caput, apresenta direitos sociais como saúde, educação, moradia, lazer e, entre eles, o direito sobre o qual abordaremos no presente trabalho que é o direito à alimentação.

O direito à alimentação adequada é um direito humano fundamental, positivado no ordenamento jurídico brasileiro na Constituição Federal de 1988 e reforçado pela Emenda Constitucional n.º 64/2010, que incluiu a alimentação no rol dos direitos sociais. A efetividade desse direito, contudo, depende de políticas públicas e da adoção de práticas agrícolas sustentáveis que garantam acesso contínuo e igualitário a alimentos de qualidade.

Direito esse que também é preocupação de órgãos internacionais, por isso, a Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura (em inglês, Food and Agriculture Organization of the United Nations – FAO) faz a análise bienal para constatar se os países saíram ou continuam no mapa da fome da Organização das Nações Unidas - ONU, através de cálculos de um índice que será oportunamente tratado no presente trabalho, onde se observa o empenho dos países em desenvolver práticas que

busquem fornecer segurança alimentar a sua população, considerando que o direito à alimentação é crucial para o pleno desenvolvimento físico e mental das pessoas, o que torna esse direito fundamental para que outros direitos e garantias possam ser alcançados.

Um direito básico que deveria ser assegurado a todos, mas que na realidade não se efetiva de maneira igualitária para todos os habitantes do nosso país. Enquanto alguns têm direitos a banquetes, outros recorrem a catar o que é jogado no lixo nas feiras ao redor do país. Lixo esse que em muitas feiras só é descartado após a chamada “hora da xepa” (aquele momento em que os feirantes tentam vender o que restou da feira para não levar de volta para casa e para não ter que jogar no lixo caso não consiga vender posteriormente).

Nesse sentido, a agricultura familiar destaca-se por sua relevância socioeconômica, sendo responsável por 36% da riqueza produzida no campo, respondendo por cerca de 70% da produção de alimentos consumidos no Brasil e correspondendo a 67% da mão de obra rural do país, de acordo com o Anuário Estatístico da Agricultura Familiar da Organização das Nações Unidas pela alimentação e agricultura - Food and Agriculture Organization of the United Nations (FAO, 2022). Para potencializar sua capacidade produtiva, iniciativas como o Sisteminha da Embrapa se apresentam como alternativas viáveis, de baixo custo e alta eficiência, capazes de aliar produção de alimentos, sustentabilidade e inclusão social.

Este estudo utiliza abordagem qualitativa, com base em revisão bibliográfica e documental, sendo analisadas produções acadêmicas, legislações pertinentes, relatórios da FAO, IBGE e documentos técnicos da Embrapa, bem como visita técnica realizada no Espaço Plural/Univasf de Juazeiro-BA. A investigação busca correlacionar os fundamentos jurídicos do direito à alimentação com as práticas e resultados obtidos pela agricultura familiar a partir da implementação do Sisteminha Embrapa.

O presente artigo objetiva discutir a relação entre o direito constitucional à alimentação e a utilização do Sisteminha Embrapa na agricultura familiar, analisando seus impactos na promoção da segurança alimentar, da cidadania e do desenvolvimento

sustentável, de forma a contribuir para que o Brasil não retorne mais ao mapa da fome da FAO.

2 O DIREITO CONSTITUCIONAL À ALIMENTAÇÃO

A Constituição Federal de 1988 – CF/88, foi um marco na história do Brasil no que diz respeito ao foco ao respeito a dignidade da pessoa humana e ao buscar resguardar diversos direitos individuais, coletivos, sociais, difusos, etc. Justamente por tamanha preocupação com direitos e garantias a nossa Carta Magna é conhecida como Constituição Cidadã.

A CF/88 estabelece em seu artigo 6.º os direitos sociais, dentre eles a alimentação, reconhecida formalmente a partir da Emenda Constitucional n.º 64/2010. A Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional (LOSAN – Lei n.º 11.346/2006) também consolida o arcabouço jurídico, ao instituir o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN).

O direito à alimentação, nesse sentido, não se restringe ao acesso quantitativo, mas envolve a garantia de qualidade, regularidade e sustentabilidade ambiental, conforme os princípios estabelecidos pelo Comitê de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais da ONU, que em outubro de 2023 publicou:

O Comitê da ONU sobre Direitos Econômicos, Sociais e Culturais publicou nesta terça-feira (17) suas conclusões sobre seis países, incluindo o Brasil.

O Comitê destacou os esforços do Brasil para o combate à fome como aspectos positivos, além de parabenizar a existência de ministérios específicos para tratar dos direitos dos Povos Indígenas, das Mulheres e da Igualdade Racial (ONU, 2023).

No que diz respeito às normas nacionais, nossa CF/88 logo em seus artigos iniciais dispõe sobre o direito fundamental à alimentação como um direito social:

Art. 6º São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência

social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 90, de 2015)

Parágrafo único. Todo brasileiro em situação de vulnerabilidade social terá direito a uma renda básica familiar, garantida pelo poder público em programa permanente de transferência de renda, cujas normas e requisitos de acesso serão determinados em lei, observada a legislação fiscal e orçamentária (Incluído pela Emenda Constitucional nº 114, de 2021) (Vide Lei nº 14.601, de 2023)

Pelo teor do artigo 6º fica evidente a preocupação da CF/88 quanto à direitos como a alimentação, principalmente considerando que são direitos fundamentais para a própria sobrevivência das pessoas. Sem alimentação, digna, não há vida e o ser humano tende a subsistência que perdura até os limites humanos, pois a falta de alimentação adequada, com os nutrientes necessários afeta a saúde da pessoa, prejudicando vários hábitos de sua vida (educação, trabalho, lazer, etc), ou seja, os direitos apresentados no artigo 6º estão interligados entre si e perpassam pelo direito à alimentação.

3 O MAPA DA FOME DA FAO

Combater a fome e garantir segurança alimentar a todos é uma preocupação não só a nível nacional, mas a nível internacional. Diversos órgãos, organizações buscam medidas e ações que contribuam no processo de alcance de segurança alimentar a redor do mundo.

Entre as organizações internacionais com esse foco temos a Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura (em inglês, Food and Agriculture Organization of the United Nations – FAO):

O Mapa da Fome é uma ferramenta que apresenta o número de pessoas que enfrentam a fome e a insegurança alimentar no mundo. O Mapa aponta os países em que existem populações que não têm acesso à alimentação, têm acesso inadequado ou insuficiente para uma vida saudável. O Mapa da Fome é publicado pela FAO anualmente no relatório “O estado da segurança alimentar e da nutrição no mundo”,

esse relatório apresenta a fome e a insegurança alimentar no mundo, por região e por país (Santos, 2025, on-line).

Recentemente a FAO anunciou a saída do Brasil do mapa da fome, no qual o país se encontrava desde o triênio 2019-2021: “O critério utilizado para a inclusão ou retirada de um país do Mapa é o indicador chamado PoU, sigla em inglês para “Prevalência de Subnutrição”. Ele estima o percentual da população que consome menos calorias do que o necessário para manter uma vida saudável e ativa (Garcia, 2025).

Mas como os cálculos e análises são feitos e qual o objetivo?

Um país entra no Mapa da Fome quando mais de 2,5% de sua população enfrenta falta crônica de alimentos e, para identificar esse percentual e outros número relacionados a fome e a insegurança alimentar, a FAO utiliza indicadores tais como:

Profundidade da fome, a qual é medida pela estimativa de pessoas que enfrentam a fome ou têm alimentação insuficiente e inadequada;

Desnutrição, a qual considera não somente pessoas que não têm acesso à alimentação, mas também aquelas que têm acesso insuficiente e/ou inadequado;

População, consiste na identificação de populações em situação de vulnerabilidade e que, conseqüentemente, enfrentam a fome, tais como mulheres e crianças.[...]

O Mapa da Fome tem como objetivo medir o acesso da população de determinado país à alimentação adequada e suficiente para uma vida saudável.

No ano 2000 surgiram os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM) quando líderes mundiais se reuniram na ONU para discutir o combate à pobreza, criando assim oito ODM, dentre eles, o combate à fome. Assim, a partir do ano 2000, o Mapa da Fome passou a indicar os avanços ou retrocessos mundiais no alcance do ODM.

O ODM esteve em vigor até 2014 e, a partir de 2015, foi substituído pelos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) um conjunto de 17 metas mundiais estabelecidas pela Assembleia Geral das Nações Unidas, sendo a segunda meta o alcance da fome zero e agricultura sustentável.

De acordo com a ONU, o objetivo é “Até 2030, acabar com a fome e garantir o acesso de todas as pessoas, em particular os pobres e as pessoas em situação de vulnerabilidade, incluindo crianças, a alimentos seguros, nutritivos e suficientes durante todo o ano”.

Atualmente, então, o Mapa da Fome tem como objetivo medir o acesso da população mundial à alimentação e indicar se a ONU, demais organizações internacionais e líderes políticos têm avançado no alcance da fome zero e da agricultura sustentável.

Assim, o mapa indica também se as medidas adotadas para o combate à fome têm sido adequadas ou se precisam ser reformuladas de acordo com as necessidades, mudanças de contextos políticos, econômicos e sociais (Santos, 2025, on-line).

A saída do Brasil do mapa da fome da FAO no triênio 2022-2024 é com certeza uma ótima notícia, mas ainda há muito o que ser melhorado para que de fato todos os brasileiros tenham assegurado o direito constitucional à alimentação em uma perspectiva de ausência de insegurança alimentar. Uma sugestão seria ensinar a população, em especial que trabalha com agricultura familiar, sobre a utilização do Sisteminha Embrapa, um sistema que foi desenvolvido pela Embrapa justamente para contribuir com o processo de produção alimentar, sobre o qual passaremos a tratar agora.

4 O SISTEMINHA EMBRAPA E SUA CONTRIBUIÇÃO NA AGRICULTURA FAMILIAR

A agricultura familiar é reconhecida pela Lei n.º 11.326/2006 como segmento estratégico da economia brasileira, responsável por grande parte da produção de alimentos básicos e pela preservação da cultura rural. Segundo dados do IBGE (2019, p. 294), o censo de 2017 constatou que esse setor respondia por aproximadamente 76,8% dos estabelecimentos agropecuários do país.

Ainda de acordo com a FAO:

A Confederação Nacional dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares (Contag) lançou a primeira edição de um anuário estatístico do setor, elaborado em parceria com o Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos (Dieese).

O Anuário Estatístico da Agricultura Familiar - 2022 demonstra que a agricultura familiar brasileira é a principal responsável pelo

abastecimento do mercado interno com alimentos saudáveis e sustentáveis.

O Brasil tem 3,9 milhões de estabelecimentos familiares voltados à agricultura, que ocupam apenas 23% das terras, mas são responsáveis por 10,1 milhões de empregos (67%). A agricultura familiar responde por 23% do valor bruto da produção agropecuária brasileira e pela dinamização econômica de 90% dos municípios brasileiros com até 20 mil habitantes (68% do total)” (FAO, 2022, on-line).

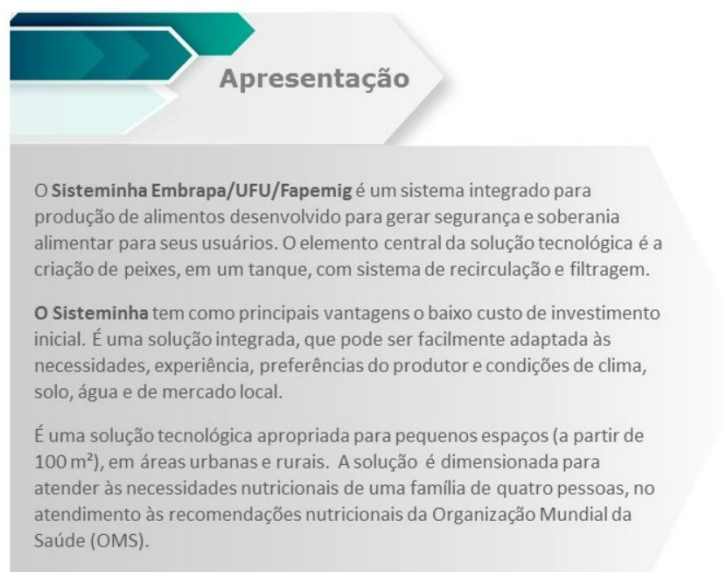
Além da produção, a agricultura familiar contribui para a dinamização das economias locais, a manutenção da biodiversidade e a valorização das práticas sustentáveis, elementos essenciais para a garantia do direito à alimentação.

A Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) desenvolveu o chamado “Sisteminha Embrapa”, tecnologia social voltada para a produção integrada em pequena escala:

O Sisteminha é uma solução tecnológica apropriada para pequenos espaços, em áreas urbanas e rurais. Tem como principal objetivo garantir a alimentação básica às famílias adotantes, possibilitando também a geração de renda, por meio da comercialização do excedente da produção. A tecnologia é fundamentada em quatro princípios: miniaturização, replicabilidade, escalonamento da produção, segurança alimentar e nutricional. Nesta página estão disponíveis as principais informações sobre essa tecnologia que tem promovido mudanças significativas nas vidas de famílias brasileiras e de países do continente africano (Embrapa, on-line).

O Sisteminha Embrapa é um sistema modelo que vem sendo implementado com sucesso em diversos municípios dos estados do Maranhão, Piauí, Ceará entre outros, e em alguns países africanos, apresentando melhora na qualidade de vida e na diversidade alimentar nas famílias que o implementam. Ainda há quem o implementa só no interesse pelo tanque e criação intensiva de peixes, contudo o objetivo principal não é o lucro financeiro e sim a qualidade de vida e a segurança alimentar (Caetano, 2019 apud Araújo, 2021).

No site da Embrapa meio-norte tem uma apresentação que explica a dinâmica do Sisteminha, conforme a figura abaixo:



Fonte: Embrapa meio-norte (<https://www.embrapa.br/meio-norte/sisteminha>)

Esse modelo alia criação de peixes, horticultura, fruticultura e produção animal, otimizando o uso da água e promovendo a autossuficiência alimentar, além de excedentes que podem ser comercializados pelas famílias produtoras.

O sisteminha foi desenvolvido pela Embrapa meio-norte com o objetivo de produzir alimentos para as famílias naquela situação de miséria, sem se prender a questões como produção orgânica, apenas tomando como base a tabela da FAO/OMS para produzir alimentos que pudessem fornecer nutrientes para aquelas pessoas, onde foi traçado um cronograma de plantio anual, com as plantas corretas, todas interligadas, criando módulos de produção (módulo do peixe – com a espécie Tilápia, módulo do carboidrato, módulo de vitaminas e minerais, módulo das hortaliças, etc).

Pelo próprio objetivo de desenvolvimento do Sisteminha se observa a preocupação em contribuir para o fornecimento de segurança alimentar e buscar colaborar com a erradicação da fome, o que demonstra como a divulgação e o ensino sobre a aplicação do Sisteminha Embrapa para as famílias que praticam a agricultura familiar traria um mecanismo efetivo de busca pela concretização do direito à alimentação previsto constitucionalmente.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A literatura evidencia que a agricultura familiar é fundamental para a efetividade do direito à alimentação no Brasil, visto que sua produção é direcionada majoritariamente ao mercado interno. Ao incorporar o Sisteminha Embrapa, as famílias ampliam sua capacidade produtiva, diversificam culturas e fortalecem a sustentabilidade socioambiental.

Além disso, a utilização do sistema promove ganhos sociais, pois estimula a permanência das famílias no campo, reduz desigualdades regionais e assegura alimentos de qualidade para comunidades vulneráveis. Sob a ótica constitucional, essa prática materializa a função social da propriedade e concretiza o princípio da dignidade da pessoa humana, pilar da Constituição de 1988, promovendo o direito constitucional à alimentação de forma sustentável.

O direito constitucional à alimentação demanda ações que articulem política pública, inovação tecnológica sustentável e participação social. Nesse cenário, a agricultura familiar se confirma como elemento importante para a soberania e segurança alimentar do Brasil.

A adoção do Sisteminha Embrapa constitui alternativa prática e eficiente, capaz de fortalecer a agricultura familiar, promover sustentabilidade e assegurar a concretização do direito à alimentação adequada.

Conclui-se que a integração entre ciência, políticas públicas e práticas comunitárias pode garantir não apenas a efetividade do direito constitucional à alimentação, mas também a valorização da agricultura familiar como patrimônio social, econômico e ambiental do país.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Vitor Emanuel Ferreira Melo de. *et al.* **SISTEMINHA DA EMBRAPA: CONCEITOS E EXPERIÊNCIAS DE SUA INPLEMENTAÇÃO**. Disponível em: <https://editorarealize.com.br/editora/anais/conedu/2021/TRABALHO_EV150_MD1_SA114_ID1072_19072021171906.pdf> Acesso em: 18 set. 2025.

BRASIL. **Constituição (1988)**. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF, Senado, 1988. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br/>>. Acesso em: 18 set. 2025.

BRASIL. **Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006**. Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. Brasília, DF, Senado, 1988. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br/>>. Acesso em: 18 set. 2025.

CAETANO K. D. L. **Sistema familiar integrado de produção de alimentos: um exemplo pedagógico na construção de conhecimentos contextualizados**. UnB/FUP, 2019. Disponível em: <https://bdm.unb.br/bitstream/10483/25786/1/2019_KarlaDiasLopesCaetano_tcc.pdf>. Acesso em: 18 set. 2025.

EMBRAPA. **Sisteminha Embrapa/UFU/Fapemig: Alimento na mesa com baixo custo de produção**. Disponível em: <<https://www.embrapa.br/meio-norte/sisteminha>>. Acesso em: 18 set. 2025.

FAO. **Anuário Estatístico da Agricultura Familiar – 2022**. Disponível em: <<https://www.fao.org/family-farming/detail/fr/c/1601180/>>. Acesso em: 18 set. 2025.

GARCIA, Gabriel. **Entenda os critérios da ONU para retirar um país do Mapa da Fome**. CNNBRASIL, 2025. Disponível em: <<https://www.cnnbrasil.com.br/politica/entenda-os-criterios-da-onu-para-retirar-um-pais-do-mapa-da-fome/>>. Acesso em: 18 set. 2025.

IBGE. **Agricultura familiar**. Atlas do Espaço Rural. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/apps/atlasrural/pdfs/11_00_Texto.pdf>. Acesso em 19 set. 2025.

ONU. **Comitê da ONU sobre Direitos Econômicos, Sociais e Culturais publica suas conclusões sobre o Brasil. 2023**. Disponível em: <<https://brasil.un.org/pt-br/249774-comit%C3%AA-da-onu-sobre-direitos-econ%C3%B4micos-sociais-e-culturais-publica-suas-conclus%C3%B5es-sobre-o>>. Acesso em: 18 set. 2025.

SANTOS, Stephani dos. **Entenda o que é o Mapa da Fome e quais são seus objetivos.** **Politize, 2025.** Disponível em: <<https://www.politize.com.br/mapa-da-fome/>>. Acess em: 18 set. 2025

ME CHAME PELO MEU NOME: MUTIRÃO DE RETIFICAÇÃO E PROMOÇÃO DE DIREITOS LGBTQIAPN+ NA UEFS

Ísis Ricardo Ribeiro Santos

Bacharelanda em Direito pela Universidade Estadual de Feira de Santana

Bolsista PIBEX/UEFS

José Marcelo Matos de Almeida Filho

Professor de Direito Civil e Processual Civil da

Universidade Estadual de Feira de Santana

Mestre em Direitos Humanos pela Universidade Federal de Pernambuco

RESUMO: O presente trabalho apresenta a experiência do mutirão de retificação de prenome e gênero “Me Chame Pelo Meu Nome”, realizado na Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS) para promover a cidadania da população LGBTQIAPN+. A ação, integrante do projeto de extensão “Direito de Existir: cidadania, gênero e sexualidade”, ofereceu atendimento jurídico para retificação de nome e gênero, apoio psicossocial, serviços de saúde e atividades de letramento. Oito pessoas foram diretamente beneficiadas com a retificação extrajudicial, além do encaminhamento de outros casos para ações judiciais com assistência do projeto. Construída de forma interinstitucional, a iniciativa reuniu a Pró-Reitoria de Políticas Afirmativas e Assuntos Estudantis da UEFS, o Centro de Promoção e Defesa dos Direitos LGBT da Bahia, a OAB – Subseção Feira de Santana e outros parceiros. A ação reafirma o papel transformador da universidade pública na efetivação de direitos e na construção de políticas inclusivas, especialmente para pessoas trans e travestis.

Palavras-chave: Retificação de prenome e gênero. Direitos LGBTQIAPN+. Extensão universitária.

ABSTRACT: This paper presents the experience of the name and gender rectification campaign “Call Me by My Name”, held at the State University of Feira de Santana (UEFS), aimed at promoting the citizenship of the LGBTQIAPN+ population. The initiative, part of the university extension project “Right to Exist: Citizenship, Gender, and Sexuality”, provided legal assistance for name and gender rectification, psychosocial support, health services, and literacy activities. Eight individuals were directly benefited through extrajudicial rectification, while other cases were referred for judicial proceedings with

legal support from the project. Developed through interinstitutional collaboration, the initiative brought together the UEFS Office for Affirmative Policies and Student Affairs, the Bahia Center for the Promotion and Defense of LGBT Rights, the Brazilian Bar Association – Feira de Santana Section, and other partners. The action underscores the transformative role of public universities in ensuring fundamental rights and fostering inclusive policies, especially for trans and travesti individuals.

Keywords: Name and gender rectification. LGBTQIAPN+ rights. University extension.

1 INTRODUÇÃO

A Universidade Pública brasileira, mais do que um espaço de ensino, é território de disputas simbólicas e materiais acerca do tipo de sociedade que se deseja construir. Nesse contexto, o mutirão “Me Chame Pelo Meu Nome”, realizado na Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS), representa um marco de sensibilidade política, compromisso social e inovação institucional.

A ação, integrante do projeto de extensão “Direito de Existir: cidadania, gênero e sexualidade”, ofereceu atendimento jurídico para retificação de nome e gênero, apoio psicossocial, serviços de saúde e atividades de letramento. Trata-se de uma ação interinstitucional, promovida numa articulação com a Pró-Reitoria de Políticas Afirmativas e Assuntos Estudantis (PROPAAE), o Centro de Promoção e Defesa dos Direitos LGBT da Bahia, a OAB – Subseção Feira de Santana e outros parceiros.

O evento objetivou ultrapassar a formalidade de uma ação administrativa, buscando representar um gesto público de reconhecimento, reparação e acolhimento. Voltado à retificação de prenome e gênero, o mutirão reuniu estudantes, servidores, juristas, profissionais da saúde e movimentos sociais em torno de uma causa comum: afirmar que o direito ao nome é também o direito à existência.

A ação sintetiza o potencial da extensão universitária: o diálogo entre o saber acadêmico e as demandas da sociedade, a partir de uma escuta atenta e de um compromisso ético com a vida. Ao reunir diferentes instituições e pessoas em um mesmo

espaço, a UEFS não apenas prestou serviços, mas colaborou para a construção da cidadania e produziu pertencimento.

2 A UNIVERSIDADE PÚBLICA COMO POLO DE PROMOÇÃO DA CIDADANIA PARA (E POR) PESSOAS TRANS

A transfobia pode ser definida como o conjunto de violências e discriminações dirigidas às pessoas trans em razão de possuírem identidades de gênero que rompem com os marcos da cisnormatividade. As violências transfóbicas apresentam-se de diversas formas, que vão desde injúrias até assassinatos.

Conforme o “Dossiê: assassinatos e violências contra travestis e transexuais brasileiras em 2024”, apenas no referido ano 122 pessoas trans foram mortas no Brasil em razão de transfobia. Esse número mantém o país, pelo décimo sexto ano seguido, como o que mais assassina pessoas trans no mundo (ANTRA, 2025).

As vítimas de violência transfóbica letal, revela o dossiê, são em sua maioria mulheres trans e travestis jovens, negras, empobrecidas, nordestinas e assassinadas em espaços públicos de modo ritualizado e cruel (ANTRA, 2025). Esses dados revelam que a violência se torna ainda mais presente quando a transgeneridade aparece associada a outros marcadores sociais da diferença relacionados à vulnerabilização de corpos e populações.

A conjuntura de violência letal contra os corpos trans, contudo, é ainda mais grave. Como aponta o dossiê produzido pela ANTRA, as falhas de monitoramento e a política estatal de subnotificação sistemática em relação aos casos de violência letal dirigida a essa população impedem que se chegue a resultados mais próximos da realidade (ANTRA, 2025).

As violências transfóbicas manifestam-se, também, nas escolas e universidades, que não estão isoladas do tecido social. É o que demonstram os estudos de Andrade (2012) e Santos (2017), realizados, respectivamente, com estudantes travestis da rede pública estadual do Ceará e com estudantes transexuais da Universidade Federal de Sergipe, os

quais revelam múltiplas violências dirigidas às pessoas trans durante suas trajetórias de formação.

A universidade pública constitui-se, assim, em um espaço de disputas, que tanto reproduz opressões em face de grupos socialmente vulnerabilizados quanto pode significar um polo de políticas germinantes para a promoção da cidadania, onde nascem ideias, práticas e caminhos que transformam a realidade.

A Universidade Estadual de Feira de Santana, apesar de também ser um espaço marcado por contradições, como as instituições de ensino superior de maneira geral, tem adotado, sobretudo na última década, políticas voltadas ao combate da LGBTfobia e à promoção dos direitos das pessoas LGBTQIAPN+.

Especificamente em relação às pessoas trans, destacam-se a política de utilização do nome social, instituída desde o ano de 2015, e a política de reserva de sobrevagas para pessoas trans oriundas de escolas públicas nos cursos de graduação e pós-graduação (UEFS, 2015; 2019; 2022; 2023). Contudo, tais políticas, apesar de significarem importantes avanços, ainda apresentam limitações, sobretudo no que diz respeito à resistências institucionais e à invisibilidade de pessoas trans no currículo universitário (Lima; Almeida Filho; Santos, 2025).

Nesse contexto, as ações de extensão ganham relevo na concretização das políticas afirmativas já existentes, assim como para o tensionamento dos espaços institucionais na direção de construir novos avanços. Entendida como o pilar do tripé universitário voltado à promoção de uma relação dialógica de transformações e aprendizagens entre Academia e comunidade externa, a extensão pode servir como instrumento para o desenvolvimento de ações voltadas ao reconhecimento das identidades de gênero e das sexualidades dissidentes, com vistas a proporcionar um aprofundamento do compromisso da UEFS com a concretização dos direitos das pessoas LGBTQIA+.

Como explicitado no sítio eletrônico da própria Universidade Estadual de Feira de Santana:

A Extensão na UEFS tem como principais objetivos sensibilizar e mobilizar a comunidade da UEFS para um “fazer universitário” que

promova a reflexão sobre a necessidade de conciliar as suas ações acadêmicas às demandas da sociedade e contribuir para a construção de uma Universidade que forme indivíduos capazes de questionar a sua própria realidade e, por meio de uma postura crítica, colaborem para a construção de uma sociedade mais humana (Universidade Estadual de Feira de Santana, n.p.).

Além disso, o impulsionamento das ações voltadas à promoção da cidadania das pessoas dissidentes de gênero na UEFS, como ressaltam Lima, Almeida Filho e Santos (2025), não pode ser dissociado da presença de corpos trans no âmbito da universidade. Foi o acesso de estudantes trans, potencializado através da política específica de cotas, que tensionou as estruturas institucionais.

É nessa trajetória que se insere o mutirão “Me Chame Pelo Meu Nome”, de cuja construção participou a primeira estudante trans a ingressar no curso de Direito da UEFS pela política específica de cotas. Isso demonstra que as políticas afirmativas se desdobram em outras ações de promoção, em que a cidadania ganha corpo e os direitos deixam de ser abstrações jurídicas para se tornarem experiências vividas.

Mais do que um evento, o mutirão foi a concretização de uma universidade que se recusa a ser neutra diante das violências estruturais que atravessam corpos trans e dissidentes. Foi o exercício prático de uma política de reconhecimento que, ao nomear e acolher, repara. Ao reconhecer o nome, reconhece-se também a história, e é nesse gesto que a universidade pública se revela como instituição de humanidade e esperança.

3 A RETIFICAÇÃO DO NOME E DO GÊNERO COMO DIREITO FUNDAMENTAL E COMO DEVER DO ESTADO

O gênero não é uma essência, tampouco um desdobramento de um corpo sexuado, mas sim performativamente construído a partir de um processo contínuo e infundável de negociações dos sujeitos com um sistema normativo que define padrões de masculinidade e feminilidade ideais. Assim, não há gêneros verdadeiros ou falsos e, consequentemente, não há homens e mulheres “originais” (Butler, 2003; 2019; Bento, 2006).

A identidade de gênero, desse modo, corresponde à experiência individual e interna de cada pessoa em relação ao gênero (Jesus, 2015). Não há, em relação às identidades trans, qualquer anormalidade ou desvio a ser corrigido. As violências dirigidas a essas identidades são resultado de uma estrutura cisnormativa, que coloca as identidades cisgênero num lugar de privilégio e normalidade, relegando as identidades dissidentes ao lugar de abjeção.

No contexto das violências transfóbicas, o não reconhecimento ao nome e ao gênero autoidentificado das pessoas trans, tanto no convívio social quanto em seus documentos, representa uma das mais recorrentes violações. Como destacado por Vieira, Almeida Filho e Santos (2025, p. 115):

O nome não é apenas um signo identificador, mas um direito personalíssimo, cuja negação implica grave violação à dignidade humana e ao reconhecimento da existência legítima de sujeitos trans e travestis.

Dessa maneira, a imposição de um nome com o qual não se identifica a uma pessoa trans, além de uma agressão à sua subjetividade, impõe-lhe uma série de constrangimentos na vida social. Ademais, para além do interesse individual de cada pessoa trans que deseja e tem o direito de viver plenamente a sua identidade de gênero, a retificação do nome e/ou do gênero é um procedimento marcado por interesse público, pois está diretamente ligado à construção de uma sociedade mais justa, baseada na igualdade e no respeito à diferença.

Por essa razão, é um dever do Estado garantir e defender os direitos das pessoas trans à sua identidade de gênero e à retificação de seus documentos, para concretizar os mandamentos da Constituição Federal. Liga-se a retificação do nome e/ou do gênero, portanto, à garantia dos valores de cidadania (art. 1º, II), dignidade da pessoa humana (art. 1º, III) e igualdade (art. 5º), além de cumprir o objetivo fundamental da República de promover o bem de todos e de constituir uma sociedade livre de todas as formas de preconceito e discriminação (art. 3º).

Apesar de todo esse arcabouço de normas constitucionais, há, no Brasil, um silêncio legislativo quando ao direito à retificação de documentos pelas pessoas trans. Foi apenas pela via judicial, e após um longo percurso de luta dos movimentos de defesa

dos direitos das pessoas trans, que a retificação do nome e/ou do gênero passou a ser assegurada.

Por meio do julgamento da Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) n. 4275, o Supremo Tribunal Federal (STF) garantiu a toda pessoa trans o direito de retificar o nome e/ou o gênero no registro civil pela via extrajudicial e independentemente da realização de cirurgias ou de laudo médico. A decisão do STF, posteriormente regulamentada por provimentos do CNJ, representou um importante passo em direção à concretização da cidadania das pessoas dissidentes de gênero, mas ainda apresenta limites que precisam ser tensionados.

O “Diagnóstico sobre o acesso à retificação de nome e gênero de travestis e demais pessoas trans no Brasil”, produzido pela ANTRA, apontou uma série de obstáculos que tornam o procedimento inacessível ou excessivamente difícil para as pessoas interessadas. Conforme a pesquisa promovida pela ANTRA, entre os principais obstáculos estão a ausência de uniformidade sobre os procedimentos de concessão de isenção de taxas para a emissão de certidões e dos emolumentos de cartórios à população hipossuficiente, assim como a falta de clareza quanto às exigências feitas pelos cartórios (ANTRA, 2022).

Diante dessa realidade, o mutirão “Me chame pelo meu nome” passou a ser pensado como uma possibilidade de garantir o acesso à retificação a pessoas interessadas no procedimento, mas que não conseguiam acessá-lo. A universidade, nesse contexto, assume o seu papel de contribuir para a concretização de direitos fundamentais.

4 O MUTIRÃO “ME CHAME PELO MEU NOME”: EXTENSÃO E TRANSFORMAÇÃO

O mutirão “Me Chame Pelo Meu Nome” nasceu da identificação de que havia pessoas trans interessadas no procedimento de retificação de nome e/ou gênero, mas que não conseguiam acessar o procedimento. Foi planejado, então, um evento que partiu da articulação entre ensino, pesquisa e extensão, três pilares fundamentais da UEFS que, quando integrados, tornam o conhecimento universitário vivo e transformador. Durante

o evento, foram ofertados, além dos atendimentos jurídicos gratuitos para a retificação de prenome e gênero no registro civil, serviços de saúde, apoio psicossocial, minicursos para o letramento de gênero e sexualidade e rodas de conversa sobre cidadania LGBTQIAPN+.

Como impacto imediato do mutirão, oito pessoas, tanto da comunidade universitária quanto da externa, realizaram a retificação extrajudicial do nome e do gênero no registro civil. Além disso, outras duas pessoas, uma da comunidade universitária e uma da externa, foram encaminhadas para o ajuizamento de ações judiciais para a retificação do registro civil, numa parceria entre o Projeto de Extensão “Direito de Existir: cidadania, gênero e sexualidade” e o serviço de Assistência Judiciária do curso de Direito da UEFS.

O impacto do mutirão, todavia, está para além dos números. Um ponto que merece destaque é o fato de que, entre as pessoas responsáveis pela orientação jurídica, estavam duas estudantes trans do curso de Direito, integrantes do Projeto de Extensão “Direito de Existir: cidadania, gênero e sexualidade”. A presença de pessoas trans na construção e execução do evento tornou a ação mais acolhedora para a população atendida, bem como serviu para trazer importantes questionamentos durante todo o processo, os quais só seriam possíveis partindo de pessoas que vivenciam a transgeneridade.

Ademais, o evento representou a universidade em um de suas mais importantes dimensões: a de devolver à sociedade o conhecimento transformado em ação concreta. O evento, que foi parte das ações do Projeto de Extensão “Direito de Existir: cidadania, gênero e sexualidade”, foi construído coletivamente, numa articulação que ultrapassou os muros da universidade.

O evento envolveu o Centro de Promoção e Defesa dos Direitos LGBT da Bahia (CDDP), a Comissão de Diversidade Sexual e Gênero da OAB – Subseção Feira de Santana, o PET-Saúde/Equidade, e o Diretório Central dos Estudantes – Gestão Fome de Tudo. Além disso, contou com a força de grupos internos de pesquisa e extensão, como o Projeto Multidões Queer e o Grupo de Pesquisa Corpo-Território Decolonial. É nessa

teia de criação coletiva que a cidadania ganha corpo e os direitos deixam de ser abstrações jurídicas para se tornarem experiências vividas.

Cada parceiro trouxe uma peça essencial para a engrenagem da mudança. O direito, a psicologia, a medicina e os saberes populares se encontram sob o mesmo propósito: tornar a universidade um espaço de construção de uma sociedade mais habitável para todas as pessoas.

5 LETRAMENTO DE GÊNERO E FORMAÇÃO CIDADÃ: A PEDAGOGIA DO RECONHECIMENTO

Como já destacado anteriormente, um dos eixos centrais do mutirão foi o letramento de gênero, conduzido pela ativista Keila Simpson, cuja intervenção destacou a necessidade de formação constante, lembrando a importância de aprender para respeitar.

O letramento de gênero é um ato pedagógico e político: ele desarma preconceitos, reorganiza afetos e reconstrói a linguagem como ferramenta de inclusão. Formar servidores e estudantes para compreender e respeitar a diversidade não é um gesto de “tolerância”, é um dever ético de toda instituição que se diz democrática.

Atividades de formação como essa são essenciais para garantir o acolhimento e a permanência da população LGBTQIAPN+ na universidade. Não é suficiente a existência de uma política de cotas, nem mesmo de eventos esporádicos como o mutirão para a retificação do registro civil, pois apenas a transformação cultural pode romper com as violências resultantes da cis-heteronormatividade. Cada roda de conversa, cada orientação e cada escuta feita naquele dia representaram um passo na construção de uma cultura institucional de respeito, empatia e equidade.

Ao promover espaços de diálogo e aprendizado sobre gênero e sexualidade, a universidade educa para a convivência, para o cuidado e para a construção de uma sociedade menos excludente. O letramento de gênero é uma pedagogia do respeito, uma forma de aprender a enxergar o outro em sua completude e dignidade.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS: A UNIVERSIDADE QUE GARANTE O DIREITO DE EXISTIR

O mutirão “Me Chame Pelo Meu Nome” consolidou o Projeto Direito de Existir como uma das experiências mais potentes da UEFS e do ensino público superior baiano. Ao colocar a vida no centro da ação jurídica, o projeto reafirma que a universidade não é apenas um espaço de formação técnica, mas de formação humana e política.

A parceria entre o Direito de Existir e a PROPAAE, sob a condução da professora Joelma Oliveira, é exemplo de como a universidade pública pode germinar políticas inclusivas, construir pontes entre o conhecimento e a vida, e transformar o que antes era exclusão em reconhecimento.

Não se ignora que o mutirão é uma ação pontual, que não tem a capacidade de superar uma cultura institucional ainda marcada por violências praticadas contra os corpos dissidentes. De todo modo, a experiência do mutirão, mais do que um evento, foi a materialização de um compromisso coletivo com a dignidade. Ao chamar cada pessoa pelo seu verdadeiro nome, a UEFS, ainda que com limitações, reafirma sua vocação pública, e ser lugar de esperança, justiça e reexistência.

E, no coração dessa experiência, pulsa o projeto Direito de Existir: mais do que um nome, um manifesto. Um lembrete de que, antes de tudo, o Direito é o direito de existir.

REFERÊNCIAS

- ANDRADE, Luma. **Travestis na escola: assujeitamento ou resistência à ordem normativa**. Tese de Doutorado. Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2012.
- ANTRA. Associação Nacional de Travestis e Transexuais. **Dossiê: assassinatos e violências contra travestis e transexuais brasileiras em 2024**. [S.l.]: ANTRA, 2025.
- ANTRA. Associação Nacional de Travestis e Transexuais. **Diagnóstico sobre o acesso à retificação de nome e gênero de travestis e demais pessoas trans no Brasil**. [S.l.]: ANTRA, 2022.
- BENTO, Berenice. **A reinvenção do corpo: sexualidade e gênero na experiência transexual**. Rio de Janeiro: Garamond, 2006.
- BUTLER, Judith. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- BUTLER, Judith. **Corpos que importam: os limites discursivos do “sexo”**. São Paulo: N-1 Edições, 2019.
- JESUS, Jaqueline Gomes. **Homofobia: identificar e prevenir**. Rio de Janeiro: Metanoia, 2015.
- LIMA, Adriana Nogueira Vieira; ALMEIDA FILHO, José Marcelo Matos de; SANTOS, Ísis Ricardo Ribeiro. **Corpos que (trans) formam: a universidade como espaço de inclusão e cidadania**. In: SANTOS, Jackson Passos; FAÇANHA, Josanne Cristina Ribeiro Ferreira (Org.). **Gênero, sexualidades e direito I**. Florianópolis: CONPEDI, 2025. p. 103-121.
- SANTOS, Adriana Lohanna. **Formação das pessoas transexuais na Universidade Federal de Sergipe: enfrentamento e resistência das normas de gênero no espaço acadêmico**. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2017.
- UNIVERSIDADE ESTADUAL DE FEIRA DE SANTANA. Pró-Reitoria de Extensão. Disponível em: <http://proex.uefs.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=4>. Acesso em: 20 out. 2025.

O CONTROLE RECURSAL SOBRE A PRIMEIRA FASE DA DOSIMETRIA DA PENA NA VARA DO JÚRI DE FEIRA DE SANTANA/BA

Lis Peixoto da Silva

Bacharelada em Direito

Universidade Estadual de Feira de Santana

Vanessa Mascarenhas Góes Lima

Mestra em Gestão de Políticas Públicas e Segurança Social

Professora do curso de Direito da Universidade Estadual de Feira de Santana

RESUMO: O presente artigo analisa o papel do Tribunal de Justiça da Bahia (TJBA) no controle recursal da primeira fase da dosimetria da pena em processos de homicídio julgados pela Vara do Júri de Feira de Santana/BA. A partir de abordagem qualitativa e empírica, utilizando a metodologia da Teorização Fundamentada nos Dados (TFD), foram examinados 55 processos sentenciados em 2022, identificando padrões na valoração das circunstâncias judiciais do art. 59 do Código Penal e as e a eventual correção pelo TJBA. Os resultados apontam elevado índice reforma das sentenças, em razão do afastamento de fundamentações genéricas, sobretudo em relação às circunstâncias dos antecedentes, conduta social, comportamento da vítima e motivos do crime, evidenciando atuação decisiva da segunda instância no controle da fundamentação jurídica para aplicação de critérios que abrangem grande grau de subjetividade, para não dar margem a decisões baseadas apenas na vontade do julgador, mas sem base jurídica adequada. O estudo também compara a atuação recursal da Defensoria Pública e da advocacia privada, revelando diferenças nos resultados. Conclui-se que o TJBA exerce papel central na garantia da proporcionalidade, individualização da pena e adequada motivação judicial.

Palavras-chave: Júri. Sentença. Acórdão. Dosimetria.

ABSTRACT: This article analyzes the role of the Court of Justice of Bahia (TJBA) in the appeals review of the first phase of sentencing in homicide cases judged by the Jury Court of Feira de Santana/BA. Using a qualitative and empirical approach, employing the Grounded Theory methodology, 55 cases sentenced in 2022 were examined, identifying patterns in the assessment of the judicial circumstances of Article 59 of the Penal Code and their eventual correction by the TJBA. The results indicate a high rate of sentence

reversal, due to the rejection of generic justifications, especially regarding the circumstances of the defendant's background, social conduct, victim's behavior, and motives for the crime, highlighting the decisive role of the second instance in controlling the legal justification for the application of criteria that encompass a high degree of subjectivity, in order to avoid decisions based solely on the judge's will, but without an adequate legal basis. The study also compares the appeals process of the Public Defender's Office and private lawyers, revealing differences in the results. It concludes that the Court of Justice of Bahia (TJBA) plays a central role in guaranteeing proportionality, individualization of punishment, and adequate judicial justification.

Keywords: Jury. Sentence. Appellate Decision. Sentencing.

1 INTRODUÇÃO

A dosimetria da pena ocupa posição central na estrutura de responsabilização penal, constituindo-se em instrumento de concretização do princípio constitucional da individualização da pena. O modelo trifásico, previsto no art. 68 do Código Penal de 1940, estabelece parâmetros que orientam o julgador na fixação da pena-base, na aplicação de agravantes e atenuantes e, por fim, na consideração das causas de aumento e diminuição. Na primeira fase, o juiz avalia oito circunstâncias judiciais previstas no art. 59 do CP, cuja apreciação deve ocorrer de maneira fundamentada, proporcional e alinhada à jurisprudência dos tribunais superiores (Brasil, 1940).

Estudos empíricos desenvolvidos anteriormente no âmbito do grupo de pesquisa “O Artigo 59 do Código Penal: usos e abusos na dosimetria da pena pela Vara do Júri de Feira de Santana/BA” demonstram que a fundamentação das circunstâncias judiciais sofre com generalizações, ausência de lastro probatório e confusões conceituais entre elementos do tipo penal e juízos de reprovação subjetiva. Tais inconsistências ensejam distorções no quantum da pena-base e sugerem a necessidade de atuação corretiva das instâncias superiores.

Partindo desse cenário, o presente trabalho tem como objetivo analisar o controle recursal exercido pelo Tribunal de Justiça da Bahia (TJBA) nas apelações interpostas contra sentenças da Vara do Júri de Feira de Santana no ano de 2022. Busca-se, com isso,

verificar se a segunda instância atua como mecanismo de uniformização da aplicação das circunstâncias judiciais, corrigindo valorações ilegais, genéricas ou incompatíveis com a jurisprudência consolidada, especialmente no tocante às proibições de bis in idem, às limitações traçadas pela Súmula 444/STJ e à interpretação da circunstância judicial referente ao comportamento da vítima.

Além disso, o estudo apresenta um comparativo entre o desempenho recursal da Defensoria Pública e o da advocacia privada, permitindo compreender em que medida diferentes modelos de defesa influenciam na interposição e no provimento de recursos. Trata-se de dimensão pouco explorada nas pesquisas empíricas sobre dosimetria, mas fundamental para avaliar eventuais assimetrias de acesso à Justiça Penal.

2 CONSIDERAÇÕES TEÓRICAS E JURISPRUDENCIAIS SOBRE A PRIMEIRA FASE DA DOSIMETRIA DA PENA

dosimetria da pena, enquanto atividade jurisdicional complexa, situa-se no encontro entre elementos dogmáticos, principiológicos e empíricos. A doutrina e jurisprudência majoritária apontam que a primeira fase da dosimetria tem caráter eminentemente valorativo, mas deve observar critérios de racionalidade e fundamentação concreta (Queiroz, 2008, p. 327).

Nesse contexto, o julgamento do Habeas Corpus nº 297.940/MS pelo Superior Tribunal de Justiça assume especial relevância. O STJ consignou que a individualização da pena deve estar ancorada em fundamentos objetivos e idôneos, capazes de demonstrar, de maneira clara, porque determinadas circunstâncias judiciais foram consideradas desfavoráveis ao réu. O acórdão reforça, assim, a exigência de que a análise das circunstâncias do art. 59 do Código Penal se faça de forma concreta, com vinculação direta às peculiaridades do caso, coibindo o uso de presunções abstratas ou antecedentes não definitivos para agravar a resposta penal, como se observa no julgado a seguir:

PENAL E PROCESSUAL PENAL. HABEAS CORPUS. CRIME DE RESPONSABILIDADE. ART. 1º, II, E §1º, PRIMEIRA PARTE, DO DECRETO-LEI 201/67. VERBA REPASSADA PELA UNIÃO SUJEITA

A CONTROLE PELO TCU. ENUNCIADO 208 DA SÚMULA DO STJ. COMPETÊNCIA. PERICIAL. INDEFERIMENTO. JUSTIÇA LIVRE FEDERAL. PROVA CONVENCIMENTO MOTIVADO. DOSIMETRIA DA PENA. PENA-BASE FIXADA ACIMA DO MÍNIMO LEGAL. FUNDAMENTAÇÃO INSUFICIENTE. CULPABILIDADE, MOTIVOS, CIRCUNSTÂNCIAS CONSEQUÊNCIAS. ELEMENTOS DO PRÓPRIO E TIPO PENAL. CONDENAÇÕES DEFINITIVAS POR FATO ANTERIOR, MAS COM TRÂNSITO EM JULGADO POSTERIOR. CONSIDERAÇÃO COMO MAUS ANTECEDENTES. POSSIBILIDADE. ORDEM CONCEDIDA DE OFÍCIO. [...] Inicialmente, impende asseverar que a via do writ somente se mostra adequada para a análise da dosimetria da pena se não for necessária uma análise aprofundada do conjunto probatório e se se tratar de flagrante ilegalidade. Vale dizer, "a dosimetria é uma operação lógica, formalmente estruturada, de acordo com o princípio da individualização da pena. Tal procedimento envolve profundo exame das condicionantes fáticas, sendo, em regra, vedado revê-lo em sede de habeas corpus" (STF: HC 97677/PR, 1.^a Turma, Rel. Min. Cármen Lúcia, 29.9.2009 - Informativo 561, 7 de outubro de 2009). De uma leitura do trecho acima transcrito, entendo que houve violação ao art. 59 do Código Penal uma vez que a pena, para ser fixada acima do mínimo legal, exige fundamentação concreta e vinculada. Considerações genéricas, abstrações ou dados integrantes da própria conduta tipificada não podem supedanejar a elevação da reprimenda. O princípio do livre convencimento fundamentado ou da persuasão racional não o permite (art. 157, 381, 387 e 617 do CPP, e art. 93, inciso IX, 2.^a parte, da Lex Maxima). Assim, a ausência de fundamentação indica error in procedendo. [...] (Brasil, 2015)

No âmbito jurisprudencial, consolidaram-se determinadas balizas objetivas voltadas a limitar a discricionariedade judicial, como é o caso da Súmula nº 444 do Superior Tribunal de Justiça, que veda, expressamente, o uso de inquéritos policiais e ações penais em curso para agravar a pena-base, reforçando a necessidade de observância à presunção de inocência. (Brasil, 2010).

No que se refere ao comportamento da vítima, por sua vez, o Habeas Corpus nº 541.177/AC, relatado pelo Ministro Ribeiro Dantas, decidiu no sentido de que só pode ser analisado de forma favorável ou neutra ao acusado, jamais servindo para aumentar a pena.

PENAL. HABEAS CORPUS SUBSTITUTIVOS DE RECURSO PRÓPRIO. INADEQUAÇÃO. HOMICÍDIOS DUPLAMENTE QUALIFICADOS. DOSIMETRIA. PENA-BASE ACIMA DO PISO LEGAL. CULPABILIDADE. CONDUTA SOCIAL. PERSONALIDADE. CIRCUNSTÂNCIAS E CONSEQUÊNCIAS DO DELITO. MOTIVAÇÃO CONCRETA DECLINADA. COMPORTAMENTO DA VÍTIMA. CIRCUNSTÂNCIA NEUTRA OU FAVORÁVEL. VALORAÇÃO NEGATIVA AFASTADA. QUALIFICADORA REMANESCENTE SOPESADA NA SEGUNDA FASE DO CÁLCULO DOSIMÉTRICO. POSSIBILIDADE. CONTINUIDADE DELITIVA. AUSÊNCIA DE LIAME SUBJETIVO. REVOLVIMENTO FÁTICO-PROBATÓRIO. IMPROPRIEDADE DA VIA ELEITA. WRIT NÃO CONHECIDO E ORDEM CONCEDIDA DE OFÍCIO. [...] 8. O comportamento da vítima é circunstância judicial ligada à vitimologia, que deve ser necessariamente neutra ou favorável ao réu, sendo descabida sua utilização para incrementar a pena-base. Com efeito, se não restar evidente a interferência da vítima no desdobramento causal, como ocorreu na hipótese em análise, essa circunstância deve ser considerada neutra. [...] (Brasil, 2020)

A pesquisa empírica sobre dosimetria, ainda incipiente no Brasil, destaca a existência de padrões subjetivos e variações consideráveis entre magistrados, o que demanda estudos comparativos e análises quantitativas. Aplicando a Teorização Fundamentada nos Dados (TFD) no campo jurídico, é possível partir do material empírico para extrair unidades de sentido e agrupá-las de modo que possam construir um modelo de análise teórica.

3 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS

A pesquisa adota uma abordagem qualitativa e empírica em Direito, utilizando o método de Teorização Fundamentada nos Dados (TFD) (Cappi, 2017). O corpus foi composto por 55 processos da Vara do Júri de Feira de Santana, com sentenças proferidas no ano de 2022, identificando-se quais deles tiveram interposição de recurso.

Foram examinados as sentenças e os Acórdãos, codificando-se trechos relacionados à fundamentação das circunstâncias judiciais. Os dados foram sistematizados em tabelas comparativas contendo a frequência de valoração,

afastamento e manutenção dos vetores do art. 59 do CP. Essa etapa foi confrontada com a jurisprudência do TJBA e com entendimentos consolidados no âmbito do Superior Tribunal de Justiça (STJ), especialmente no tocante ao bis in idem e à fundamentação genérica de vetores como conduta social, antecedentes e comportamento da vítima.

A análise revelou que, dos 55 processos examinados, 53 contaram com recurso interposto contra a sentença condenatória. Dentre eles, 44 recursos foram parcialmente providos, um totalmente provido e seis improvidos ou não conhecidos. Em 38 casos, houve redução efetiva da pena-base, demonstrando atuação essencialmente corretiva do TJBA.

Imagem 1 - Gráfico - Situação Processual dos 55 Processos Analisados e Julgamento dos Recursos Interpostos (Vara do Júri de Feira de Santana, 2022).

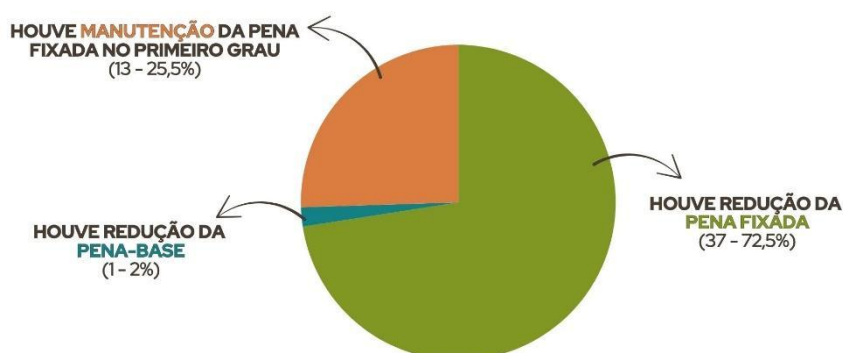


Fonte: Elaboração própria.

A partir dos dados expostos no gráfico acima, observa-se que a revisão recursal se tornou etapa decisiva para a correção das penas fixadas em primeiro grau, uma vez que quase todos os processos analisados chegaram ao Tribunal de Justiça do Estado da Bahia. O segundo gráfico (a seguir) aprofunda essa percepção ao demonstrar que, nos acórdãos efetivamente julgados, a redução da pena-base representou o desfecho mais frequente. Assim, enquanto o primeiro gráfico evidencia a elevada taxa de interposição

e processamento dos recursos, o segundo revela seu impacto material, confirmando que a atuação do TJBA tem, predominantemente, caráter retificador na dosimetria das penas.

Imagem 2 - Gráfico - Resultado do Julgamento dos 51 Acórdãos Analisados em Relação à Pena Fixada



Fonte: elaboração própria.

Ademais, cumpre salientar que a análise das oito circunstâncias judiciais revelou padrões consistentes de afastamento de fundamentações genéricas e indevidas:

- Comportamento da vítima: afastado em 82,2% dos casos, nos quais a sentença utilizou a circunstância para aumentar a pena, em razão da aplicação de entendimento consolidado do STJ de que só pode ser considerado neutro ou favorável ao réu;
- Antecedentes: afastado em 87,5%, vez que as sentenças se baseavam em inquéritos ou processos em curso, contrariando, portanto, o que prevê a Súmula 444/STJ;
- Conduta social: afastada em 75% pelo mesmo motivo apontado em relação à circunstância judicial dos antecedentes (Súmula 444/STJ);
- Personalidade: afastada em 57,6%, por ausência de laudo técnico ou de meios capazes de definir a personalidade dos réus;

- e) Culpabilidade: afastada em 40,6% por confusão com o conceito de culpabilidade que é elemento integrante do tipo penal;
- f) Motivos: afastados em 100%, por bis in idem com qualificadoras;
- g) Consequências: afastadas em 17,3%, nos casos em que as consequências já eram inerentes ao tipo penal, vez que, se tratando de casos de homicídio consumado, houve valoração da consequência (resultado) morte da vítima;
- h) Circunstâncias: foram mantidas em 73% dos casos, as Turmas afirmaram que as sentenças de primeiro grau apresentarem fundamentação concreta no que diz respeito a essa circunstância judicial.

Tabela 1 - Valoração das circunstâncias judiciais nas sentenças e acórdãos analisados (Vara do Júri de Feira de Santana, 2022)

Circunstâncias judiciais	Não valoradas (Sentenças)	Valoradas (Sentenças)	Afastadas (Acórdãos)	Mantidas (Acórdãos)	Proporção: afastadas / valoradas (%)
Culpabilidade	23	32	13	17	40,60%
Antecedentes	47	8	7	0	87,50%
Conduta Social	11	44	33	6	75,00%
Personalidade	22	33	19	11	57,60%
Motivos	10	45	10	0	100%
Circunstâncias	6	49	7	36	14,30%
Consequências	3	52	9	36	17,30%
Comportamento da vítima	10	45	37	1	82,20%

Fonte: Elaboração própria.

Nota: Há dois processos em que ainda não foi proferido o Acórdão, dois processos em que não houve interposição de recurso e seis processos em que os recursos interpostos foram improvidos ou não conhecidos. Esses casos foram considerados apenas na contagem das circunstâncias

“valoradas” ou “não valoradas” nas sentenças de primeiro grau, não sendo incluídos, portanto, no índice de afastamento ou manutenção nos Acórdãos.

A análise qualitativa dos acórdãos evidencia que o Tribunal tem atuado de forma consistente no controle das fundamentações utilizadas na primeira fase da dosimetria, corrigindo excessos e exigindo maior rigor argumentativo das sentenças de origem. Observou-se uma tendência clara de redução das penas-base, especialmente nos casos em que a fundamentação não atende aos critérios de concretude e racionalidade exigidos pelo sistema trifásico.

Por outro lado, as circunstâncias que permanecem mantidas revelam, em regra, fundamentações mais densas e aderentes ao entendimento dos tribunais superiores, o que reforça o papel do TJBA na uniformização da dosimetria e na reforma de decisões com valorações arbitrárias. Essa atuação demonstra que, embora o primeiro grau desempenhe função essencial na individualização da pena, ainda persiste um padrão de falhas conceituais e justificativas insuficientes que precisam ser superadas para garantir maior coerência ao modelo normativo.

4 COMPARATIVO ENTRE DEFENSORIA PÚBLICA E ADVOCACIA PRIVADA

A fim de aprofundar a pesquisa, buscou-se observar a origem dos recursos, com o intuito de identificar se provenientes da Defensoria Pública ou da advocacia privada e se há diferenças substanciais entre os resultados a depender da referida origem.

Dos 55 processos analisados, observou-se que 36 eram acompanhados pela Defensoria Pública e 19 contavam com a participação de advogados privados. O único recurso totalmente provido foi interposto pela Defensoria. Entre os casos acompanhados pela Defensoria Pública, houve apenas um caso sem apresentação de recurso, dois improvidos ou não admitidos e dois processos ainda pendentes de julgamento. Nos demais 31 casos, os recursos foram parcialmente providos, revelando elevado índice de êxito.

Já nos processos com atuação da advocacia privada, dos 19 processos, um não teve recurso apresentado, quatro foram improvidos ou não admitidos e os outros 14 foram parcialmente providos. Observa-se, portanto, que tanto defensores quanto advogados obtiveram majoritariamente provimento parcial, mas a Defensoria apresentou proporção levemente superior de decisões favoráveis e menor índice de improvimento.

Tabela 2 - Comparativo dos resultados recursais: Defensoria Pública x Advocacia Privada (Vara do Júri de Feira de Santana, 2022).

Indicador	Defensoria Pública	Advocacia privada
Nº de processos	36	19
Recursos não interpostos	1	1
Recursos improvidos ou não admitidos	2	4
Recursos totalmente providos	1	0
Recursos parcialmente providos	31	14
Recursos pendentes de acórdão	2	0
Índice de êxito (parcial ou total)	88,9%	73,7%

Fonte: Elaboração própria

Nota: Cabe notar que um dos processos parcialmente providos contava com mais de um réu, com atuação tanto da Defensoria quanto de advogado particular, tendo sido interpostos dois recursos distintos, ambos parcialmente providos. Esse caso reforça a ideia de que o desempenho recursal está mais relacionado à qualidade das argumentações jurídicas equivocadas adotadas nas sentenças e ao rigor técnico aplicado pelo TJBA do que propriamente ao tipo de defesa.

No conjunto geral, os dados sugerem que a Defensoria Pública desempenha papel recursal robusto na correção das penas-base, desmistificando a ideia de que a defesa pública apresenta atuação inferior à privada. Os resultados também revelam que o TJBA não distingue, em rigor técnico, entre recursos de diferentes tipos de defesa, aplicando de maneira uniforme as balizas jurisprudenciais.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa evidencia que o controle recursal exercido pelo Tribunal de Justiça da Bahia desempenha função central na correção de vícios da primeira fase da dosimetria da pena na Vara do Júri de Feira de Santana. A elevada taxa de provimento, especialmente parcial, demonstra que as circunstâncias judiciais continuam sendo utilizadas, em primeira instância, com fundamentações genéricas, indevidas ou incompatíveis com a jurisprudência consolidada.

O afastamento sistemático de valorações referentes a antecedentes, conduta social, comportamento da vítima e motivos do crime evidenciam que a atuação do TJBA é determinante para assegurar conformidade com a Súmula 444/STJ e com a vedação ao *bis in idem*. Por outro lado, o elevado índice de manutenção no que se refere às circunstâncias do crime indica que, quando a fundamentação é concreta e alinhada aos elementos do processo, a segunda instância a reconhece e preserva.

O comparativo entre Defensoria Pública e advocacia privada demonstra que ambas alcançam resultados expressivos no âmbito recursal, com leve superioridade da Defensoria em termos proporcionais. Tais dados desafiam concepções estereotipadas e reforçam o papel da defesa pública como agente fundamental de garantia dos direitos penais e processuais.

Por fim, observa-se que o estudo contribui para o aperfeiçoamento das práticas judiciais ao revelar padrões, erros recorrentes e potencialidades do controle recursal na uniformização da aplicação do art. 59 do CP. Revela, ainda, a necessidade de formação continuada, aprofundamento teórico e maior sensibilidade à jurisprudência dos tribunais superiores, por parte de magistrados, de modo a reduzir arbitrariedades e assegurar que a dosimetria da pena seja, de fato, instrumento de justiça individualizada e de respeito às garantias fundamentais.

REFERÊNCIAS

BAHIA. Vara do Júri da Comarca de Feira de Santana/BA. **Processo nº 0501325-91.2020.8.05.0080**, 2020.

BAHIA. Vara do Júri da Comarca de Feira de Santana/BA. **Processo nº 0501308-55.2020.8.05.0080**, 2020.

BAHIA. Vara do Júri da Comarca de Feira de Santana/BA. **Processo nº 0503991-02.2019.8.05.0080**, 2019.

BAHIA. Vara do Júri da Comarca de Feira de Santana/BA. **Processo nº 0500887-65.2020.8.05.0080**, 2020.

BAHIA. Vara do Júri da Comarca de Feira de Santana/BA. **Processo nº 0515050-89.2016.8.05.0080**, 2016.

BAHIA. Vara do Júri da Comarca de Feira de Santana/BA. **Processo nº 0508259-70.2017.8.05.0080**, 2017.

BAHIA. Vara do Júri da Comarca de Feira de Santana/BA. **Processo nº 0505747-80.2018.8.05.0080**, 2018.

BAHIA. Vara do Júri da Comarca de Feira de Santana/BA. **Processo nº 0501009-49.2018.8.05.0080**, 2018.

BAHIA. Vara do Júri da Comarca de Feira de Santana/BA. **Processo nº 0501250-57.2017.8.05.0080**, 2017.

BAHIA. Vara do Júri da Comarca de Feira de Santana/BA. **Processo nº 0500681-51.2020.8.05.0080**, 2020.

BAHIA. Vara do Júri da Comarca de Feira de Santana/BA. **Processo nº 0502315-19.2019.8.05.0080**, 2019.

BAHIA. Vara do Júri da Comarca de Feira de Santana/BA. **Processo nº 0511723-68.2018.8.05.0080**, 2018.

BAHIA. Vara do Júri da Comarca de Feira de Santana/BA. **Processo nº 0513458-73.2017.8.05.0080**, 2017.

BAHIA. Vara do Júri da Comarca de Feira de Santana/BA. **Processo nº 0501874-38.2019.8.05.0080**, 2019.

BAHIA. Vara do Júri da Comarca de Feira de Santana/BA. **Processo nº 0505745-47.2017.8.05.0080**, 2017.

BAHIA. Vara do Júri da Comarca de Feira de Santana/BA. **Processo nº 0509811-70.2017.8.05.0080**, 2017.

BAHIA. Vara do Júri da Comarca de Feira de Santana/BA. **Processo nº 0515393-17.2018.8.05.0080**, 2018.

BAHIA. Vara do Júri da Comarca de Feira de Santana/BA. **Processo nº 0700113-17.2021.8.05.0080**, 2021.

BAHIA. Vara do Júri da Comarca de Feira de Santana/BA. **Processo nº 0700642-36.2021.8.05.0080**, 2021.

BAHIA. Vara do Júri da Comarca de Feira de Santana/BA. **Processo nº 0500600-05.2020.8.05.0080**, 2020.

BAHIA. Vara do Júri da Comarca de Feira de Santana/BA. **Processo nº 0514293-95.2016.8.05.0080**, 2016.

BAHIA. Vara do Júri da Comarca de Feira de Santana/BA. **Processo nº 0503369-20.2019.8.05.0080**, 2019.

BAHIA. Vara do Júri da Comarca de Feira de Santana/BA. **Processo nº 0500867-74.2020.8.05.0080**, 2020.

BAHIA. Vara do Júri da Comarca de Feira de Santana/BA. **Processo nº 0500743-91.2020.8.05.0080**, 2020.

BAHIA. Vara do Júri da Comarca de Feira de Santana/BA. **Processo nº 0700074-20.2021.8.05.0080**, 2021.

BAHIA. Vara do Júri da Comarca de Feira de Santana/BA. **Processo nº 0700661-42.2021.8.05.0080**, 2021.

BAHIA. Vara do Júri da Comarca de Feira de Santana/BA. **Processo nº 0700276-94.2021.8.05.0080**, 2021.

BAHIA. Vara do Júri da Comarca de Feira de Santana/BA. **Processo nº 0700552-28.2021.8.05.0080**, 2021.

BAHIA. Vara do Júri da Comarca de Feira de Santana/BA. **Processo nº 0313681-78.2015.8.05.0080**, 2015.

BAHIA. Vara do Júri da Comarca de Feira de Santana/BA. **Processo nº 8016689-87.2021.8.05.0080**, 2021.

BAHIA. Vara do Júri da Comarca de Feira de Santana/BA. **Processo nº 0505510-46.2018.8.05.0080**, 2018.

BAHIA. Vara do Júri da Comarca de Feira de Santana/BA. **Processo nº 0505186-27.2016.8.05.0080**, 2016.

BAHIA. Vara do Júri da Comarca de Feira de Santana/BA. **Processo nº 0318286-67.2015.8.05.0080**, 2015.

BAHIA. Vara do Júri da Comarca de Feira de Santana/BA. **Processo nº 0514166-60.2016.8.05.0080**, 2016.

BAHIA. Vara do Júri da Comarca de Feira de Santana/BA. **Processo nº 0512299-61.2018.8.05.0080**, 2018.

BAHIA. Vara do Júri da Comarca de Feira de Santana/BA. **Processo nº 0806348-18.2015.8.05.0080**, 2015.

BAHIA. Vara do Júri da Comarca de Feira de Santana/BA. **Processo nº 0700407-69.2021.8.05.0080**, 2021.

BAHIA. Vara do Júri da Comarca de Feira de Santana/BA. **Processo nº 0011962-08.2013.8.05.0080**, 2013.

BAHIA. Vara do Júri da Comarca de Feira de Santana/BA. **Processo nº 0503593-55.2019.8.05.0080**, 2019.

BAHIA. Vara do Júri da Comarca de Feira de Santana/BA. **Processo nº 0800051-48.2022.8.05.0080**, 2022.

BAHIA. Vara do Júri da Comarca de Feira de Santana/BA. **Processo nº 0800019-43.2022.8.05.0080**, 2022.

BAHIA. Vara do Júri da Comarca de Feira de Santana/BA. **Processo nº 8016060-16.2021.8.05.0080**, 2021.

BAHIA. Vara do Júri da Comarca de Feira de Santana/BA. **Processo nº 0500236-33.2020.8.05.0080**, 2020.

BAHIA. Vara do Júri da Comarca de Feira de Santana/BA. **Processo nº 0513002-89.2018.8.05.0080**, 2018.

BAHIA. Vara do Júri da Comarca de Feira de Santana/BA. **Processo nº 0515120-09.2016.8.05.0080**, 2016.

BAHIA. Vara do Júri da Comarca de Feira de Santana/BA. **Processo nº 0004737-68.2012.8.05.0080**, 2012.

BAHIA. Vara do Júri da Comarca de Feira de Santana/BA. **Processo nº 0004381-73.2012.8.05.0080**, 2012.

BAHIA. Vara do Júri da Comarca de Feira de Santana/BA. **Processo nº 0031064-50.2012.8.05.0080**, 2012.

BAHIA. Vara do Júri da Comarca de Feira de Santana/BA. **Processo nº 8011484-77.2021.8.05.0080**, 2021.

BAHIA. Vara do Júri da Comarca de Feira de Santana/BA. **Processo nº 0700910-90.2021.8.05.0080**, 2021.

BAHIA. Vara do Júri da Comarca de Feira de Santana/BA. **Processo nº 0313650-29.2013.8.05.0080**, 2013.

BAHIA. Vara do Júri da Comarca de Feira de Santana/BA. **Processo nº 0308879-66.2017.8.05.0080**, 2017.

BAHIA. Vara do Júri da Comarca de Feira de Santana/BA. **Processo nº 0324135-54.2014.8.05.0080**, 2014.

BAHIA. Vara do Júri da Comarca de Feira de Santana/BA. **Processo nº 0700998-31.2021.8.05.0080**, 2021.

BAHIA. Vara do Júri da Comarca de Feira de Santana/BA. **Processo nº 0512233-81.2018.8.05.0080**, 2018.

BITENCOURT, Cezar Roberto. **Tratado de direito penal**. volume 1 - 26. ed. – São Paulo: Saraiva Educação, 2020.

BRASIL. **Superior Tribunal de Justiça**. Habeas Corpus n. 541.177/AC (2019/0316520-7). Relator: Ministro Ribeiro Dantas. Impetrante: Defensoria Pública do Estado do Acre. Paciente: Jorge Santos da Cunha. Julgado em 4 fev. 2020. Diário da Justiça Eletrônico, Brasília, DF, 12 fev. 2020.

BRASIL. **Superior Tribunal de Justiça**. Habeas Corpus n. 297.940/MS. Relator: Ministro Felix Fischer. Quinta Turma. Julgado em 3 mar. 2015. Diário da Justiça eletrônico, Brasília, DF, 19 mar. 2015.

BRASIL. **Superior Tribunal de Justiça**. Súmula nº 444. É vedada a utilização de inquéritos policiais e ações penais em curso para agravar a pena-base. Diário da Justiça eletrônico: Brasília, DF, 13 maio 2010.

CAPPI, Riccardo. A “teorização fundamentada nos dados”: um método possível na pesquisa empírica em Direito. In: MACHADO, Máira Rocha (Org.). **Pesquisar empiricamente o direito**. São Paulo: Rede de Estudos Empíricos em Direito, 2017. p. 391-421.

CUNHA, Robert Sanches. **Manual de Direito Penal**: volume único. 11ª ed. São Paulo: JusPodivm, 2022.

MASSON, Cleber. **Direito Penal: parte geral** (arts. 1o a 120) ~ v. 1 / Cleber Masson. - 14. ed. - Rio de Janeiro: Forense; São Paulo: MÉTODO, 2020.

QUEIROZ, Paulo. **Direito Penal**: Parte Geral. 4ª ed. rev. ampl. Rio de Janeiro: Editora Lumen Juris, 2008.

SCHMITT, Ricardo Augusto. **Sentença Penal Condenatória**: Teoria e Prática. 8ª. ed. atual. e aum. Salvador: JusPodivm, 2014.

O DIREITO DOS IDOSOS NA MOBILIDADE: ESTUDO DA LINHA JUAZEIRO (BA) E PETROLINA (PE). (VIOLAÇÃO DOS DIREITOS DOS IDOSOS NA LINHA DE ÔNIBUS JUAZEIRO-PETROLINA)

Ana Clara Matos Cardoso

Bacharelanda em Direito

Faculdade de Petrolina -FACAPE

Ellen Mariana Santos Silva

Bacharelanda em Direito

Faculdade de Petrolina-FACAPE

Raíssa Millena Santos

Bacharelanda em Direito

Faculdade de Petrolina-FACAPE

RESUMO: A mobilidade urbana para a terceira idade é um problema multifatorial, marcado por questões sociais, falta de fiscalização eficaz e pouca aplicação das normas, o que acarreta diversos obstáculos e prejuízos à saúde física e mental dos idosos. O estudo analisa os direitos desse público no transporte coletivo entre Juazeiro (BA) e Petrolina (PE), considerando o cumprimento do Estatuto do Idoso pelas entidades públicas. A legislação assegura gratuidade no transporte urbano e semiurbano, e, conforme Farias e Rosenvald (2021), o Estatuto representa conquista civilizatória ao reconhecer a vulnerabilidade da velhice. Com abordagem qualitativa baseada em referências teóricas, a pesquisa destaca a necessidade de políticas públicas integradas que garantam acessibilidade, dignidade e qualidade de vida. Os resultados em desenvolvimento indicam desafios persistentes que dificultam a efetividade desses direitos.

Palavras-chave: Mobilidade Urbana. Terceira Idade. Estatuto Do Idoso. Transporte Coletivo. Juazeiro-BA. Petrolina-PE. Direitos Sociais.

ABSTRACT: Urban mobility for the elderly is a multifactorial issue marked by social challenges, ineffective oversight, and limited enforcement of existing regulations, which generate various obstacles and harm the physical and mental health of older adults. This study analyzes the rights of elderly individuals who use public transportation between

Juazeiro (BA) and Petrolina (PE), considering the enforcement of the Elderly Statute by public authorities. The legislation ensures free access to urban and semi-urban transportation, and according to Farias and Rosenvald (2021), the Statute represents a civilizational achievement by recognizing the vulnerability of old age. Using a qualitative approach based on theoretical references, the research highlights the need for integrated public policies that guarantee accessibility, dignity, and quality of life for the elderly population. The ongoing results indicate persistent challenges that hinder the full effectiveness of these rights.

Keywords: Urban Mobility. Elderly Population. Elderly Statute. Public Transportation. Juazeiro-BA. Petrolina-PE. Social Rights.

1 INTRODUÇÃO

Segurança e acessibilidade são duas palavras que andam lado a lado quando pensamos nos direitos de locomoção dos idosos, tendo em vista a necessidade de uma tutela mais eficaz do poder público. Nesse contexto, torna-se fundamental discutir o nível de segurança dos idosos, no que tange ao transporte coletivo, e fazer a objeção se os direitos previstos em lei estão sendo devidamente executados.

Outro aspecto relevante a ser destacado é o envelhecimento da população brasileira, que já é uma realidade crescente. Com esse fenômeno demográfico, surge a necessidade de analisar como a sociedade acolhe o indivíduo idoso, garantindo-lhe dignidade, mobilidade e inclusão social. De acordo com a Constituição Federal, ao observarmos o cotidiano dos idosos que utilizam o transporte público de intercity, percebemos que vai além de uma questão técnica, envolvendo principalmente o princípio da dignidade da pessoa humana.

Destaca-se, ademais, que existem impedimentos à mobilidade, ou seja, dificuldades de locomoção, como uso de cadeira de rodas, bengalas ou limitações decorrentes de doenças de visão ou audição. Muitas pessoas da terceira idade, com o tempo, passam por essas restrições; entretanto, é fundamental garantir que o transporte público ofereça condições de acessibilidade, segurança e conforto para assegurar sua autonomia, conforme dispõe o Estatuto do Idoso: “Os veículos de transporte coletivo

deverão conter assentos reservados aos idosos, fácil acesso” (BRASIL, 2003,p). A análise da competência legislativa e dos conflitos normativos no transporte coletivo de idosos revela como a União, os Estados e os Municípios se relacionam na produção de normas que impactam diretamente a vida cotidiana da população idosa.

No plano federal, o Estatuto do Idoso (Lei nº 10.741/2003) estabelece a gratuidade para pessoas com 65 anos ou mais no transporte público coletivo. Contudo, Estados e Municípios, buscando ampliar a proteção social, muitas vezes reduzem esse limite para 60 anos, criando benefícios adicionais. É nesse espaço que surgem conflitos normativos: enquanto a União fixa um piso, os entes locais tentam ir além, o que pode gerar questionamentos de constitucionalidade e disputas judiciais. “Aos maiores de sessenta anos é assegurada a gratuidade dos transportes coletivos públicos urbanos e semiurbanos, exceto nos serviços seletivos e especiais, quando prestados paralelamente aos serviços regulares” (BRASIL, 2003, p. 39).

Exemplo disso ocorreu em Petrolina (PE), onde a legislação municipal assegurava a gratuidade a partir dos 60 anos, mas, após decisão judicial, o benefício foi restringido para os maiores de 65 anos, alinhando-se ao Estatuto do Idoso e ao entendimento de que a criação de novas despesas deve observar a repartição de competências e a responsabilidade fiscal. Já em Juazeiro (BA), verificam-se discussões parecidas, refletindo como as cidades gêmeas, ainda que vizinhas, podem adotar políticas distintas, gerando desigualdade no acesso a direitos.

Evidencia-se, portanto, uma distância entre o que a lei pretende e o que se concretiza na prática. Ao mesmo tempo em que o Estatuto do Idoso buscou assegurar a dignidade e a mobilidade urbana, a efetivação do direito à gratuidade encontra barreiras em fatores orçamentários, na autonomia municipal e nas disputas de competência. Esse cenário demonstra que a efetividade da norma não depende apenas da previsão legal, mas da articulação entre os entes federativos e do equilíbrio entre proteção social e limites financeiros.

Assim, o estudo evidencia que a questão do transporte público para idosos ultrapassa o campo jurídico: ela envolve também aspectos políticos, sociais e

econômicos, sendo um retrato claro de como o direito, na prática, enfrenta desafios para sair do papel e se transformar em realidade concreta para os cidadãos.

Na prática, há significativa redução da oferta de veículos da categoria convencional, o que inviabiliza o exercício do direito à gratuidade. Isso esvazia o conteúdo normativo da legislação e afronta os princípios da dignidade da pessoa humana, da isonomia e da proteção dos grupos vulneráveis. (TJMT, 2025).

2 A DIGNIDADE HUMANA E O DIREITO À MOBILIDADE DO IDOSO

A mobilidade está diretamente ligada ao princípio do Art. 1º, inciso III - a dignidade da pessoa humana - que é um dos pilares da Constituição Federal de 1988. O Estatuto do Idoso, de 2003, veio justamente para reforçar esses direitos, estabelecendo que a família, a comunidade, a sociedade e o poder público têm o dever de garantir ao idoso não só a proteção, mas também condições para viver com liberdade e autonomia.

A lei assegura a gratuidade do transporte público, disposta no Art. 2º, inciso V - bilhete de viagem do idoso: documento que comprova a concessão do transporte gratuito ao idoso, fornecido pela empresa prestadora do serviço de transporte, para possibilitar o ingresso do idoso no veículo. Art. 3º Na forma definida no Art. 40 da Lei nº 10.741, de 2003, ao idoso com renda igual ou inferior a dois salários-mínimos serão reservadas duas vagas gratuitas em cada veículo, comboio ferroviário ou embarcação do serviço convencional de transporte interestadual de passageiros, ou seja, o direito dos idosos abrange tanto o âmbito terrestre quanto o âmbito hidroviário. No entanto, a efetividade da norma depende da atuação do poder público na fiscalização e no investimento em infraestrutura adequada. A lei assegura, por exemplo, a gratuidade no transporte urbano e semiurbano. Segundo Farias e Rosenvald (2021), o Estatuto do Idoso representa uma conquista civilizatória ao reconhecer a vulnerabilidade da velhice e estabelecer medidas protetivas específicas, de modo a tornar esses direitos aplicáveis no cotidiano.

Art. 1º É instituído o Estatuto do Idoso, destinado a regular os direitos assegurados às pessoas com idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos. O Estado ainda dispõe no Estatuto do Idoso uma porcentagem de

assentos reservados exclusivamente para os idosos. Art. 39, § 2º Nos veículos de transporte coletivo de que trata este artigo, serão reservados 10% (dez por cento) dos assentos para os idosos, devidamente identificados com a placa de reservado preferencialmente para idoso.

3 O ENVELHECIMENTO POPULACIONAL E O RISCO A QUEDAS

As quedas dos idosos estão intrinsecamente ligadas ao envelhecimento populacional, ao ambiente, e a sociedade. Sabe-se que as quedas possuem causas multifatoriais e sofrem influência não apenas de características intrínsecas como também de fatores ambientais e sociodemográficos (Bergland, 2012; Pimentel et al., 2018). Diante disso, a Organização Mundial de Saúde (OMS) tencionou uma proposta para analisar de maneira holística, a saúde dos idosos “Atenção Integrada para Pessoas Idosas”, com objetivo de aumentar a independência e autonomia da terceira idade. Dessa forma, por mais que órgãos responsáveis busquem a melhor luz a esse objeto, sabemos que a mobilidade urbana influencia ao estresse em consequência a um envelhecimento disfuncional, prosperando o aumento de quedas e mais dependência no transporte coletivo, Para Silva (2019), a Constituição de 1988 trouxe um “pacto intergeracional”, reconhecendo que a sociedade tem responsabilidade coletiva sobre o envelhecimento.

Assim, garantir transporte acessível aos idosos não é apenas questão de eficiência administrativa, mas de respeito aos direitos humanos. Dessa forma, a necessidade pode de maneira indireta afetar a saúde mental dos idosos, sintomas como sentir a vida vazia, aborrecer-se com frequência, sentir-se desamparado inútil ou sem esperança (ANGELO, 2025). Com isso, afetando direitos fundamentais previstos no Art. 196 da constituição que dispõe:

A saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação. (BRASIL,1988).

O envelhecimento populacional, já é algo presente na Organização mundial da saúde(OMS), comunica que o número de pessoas com idade superior a 60 anos chegará

a 2 bilhões de pessoas até 2050, outro ponto a ser abordado é a proporção esse contingente reproduz cerca de um quinto (20%) da população mundial, além disso, a equivalência Demográfica: Em aproximadamente três décadas, o número de pessoas idosas será equivalente ao número de crianças no mundo.(OMS, 2024), dado a isso, é notório a preocupação futura sobre como a sociedade e o direito vão estabelecer proteção para idosos, no que tange a mobilidade urbana.Segundo acordo com Camarano (2020), o aumento da população idosa exige que a sociedade repense a estrutura urbana, considerando não apenas a locomoção, mas também a inclusão social e a cidadania. Nesse sentido, o transporte público de qualidade se apresenta como um instrumento fundamental para a participação social do idoso, viabilizando o acesso à saúde, educação, lazer e atividades cotidianas.

4 A EFETIVIDADE DAS POLÍTICAS PÚBLICAS E OS DESAFIOS NA FISCALIZAÇÃO DOS DIREITOS DOS IDOSOS NO TRANSPORTE

A mobilidade urbana voltada ao idoso é um tema que ultrapassa a simples existência de leis. Envolve, sobretudo, a efetivação prática de direitos garantidos por dispositivos legais como o Estatuto do Idoso. Apesar dos avanços normativos, a realidade ainda revela inúmeros obstáculos que comprometem a acessibilidade, a autonomia e a dignidade das pessoas idosas no transporte público. Um dos principais problemas é a fiscalização ineficaz. Embora existam normas que assegurem gratuidade e acessibilidade, “Estatuto da Pessoa Idosa muitas vezes não há agentes ou órgãos atuando de forma adequada para garantir o cumprimento dessas determinações. “Embora existam leis que garantem a gratuidade e a acessibilidade para idosos Estatuto da Pessoa Idosa (Lei nº 10.741/2003), há várias constatações de que os mecanismos de monitoramento e fiscalização são insuficientes ou inoperantes, especialmente no que se refere ao transporte público urbano e interestadual” (CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2020). Essa situação evidencia que o problema não está na falta de leis, mas na carência de instrumentos efetivos de controle e acompanhamento, o que compromete a aplicação real desses direitos.

Outro desafio relevante é a precariedade da infraestrutura. Terminais sem rampas de acesso, ônibus sem elevadores e motoristas despreparados ainda fazem parte do cotidiano de muitas cidades brasileiras. “A infraestrutura de transporte público urbano apresenta falhas consideráveis, tais como ausência de rampas nos terminais e falta de equipamentos para acessibilidade nos veículos, o que impede o uso adequado por parte de idosos com mobilidade reduzida, além de evidenciar a carência de capacitação dos profissionais envolvidos” (MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES, 2020; REVISTA SAÚDE DINÂMICA, 2020). Essas deficiências estruturais limitam o direito de ir e vir, inviabilizando a plena inclusão social. Garantir o acesso físico aos meios de transporte é fundamental para a qualidade de vida e participação ativa do idoso na sociedade.

A capacitação dos profissionais que atuam no transporte também é um fator determinante. O atendimento humanizado depende de uma formação contínua, voltada à empatia e à compreensão das limitações do público idoso. “Profissionais do transporte coletivo, como motoristas e cobradores, carecem de treinamento contínuo para atendimento adequado ao idoso, de modo que sejam respeitados seus direitos, suas limitações físicas e garantido o uso seguro do transporte” (REVISTA SAÚDE DINÂMICA, 2020). Assim, a melhoria da mobilidade não está apenas na estrutura física ou na lei, mas também na atitude dos profissionais que compõem esse sistema, os quais precisam estar preparados para garantir segurança e respeito.

Além disso, a efetivação dos direitos à mobilidade e acessibilidade deve ser compreendida como uma responsabilidade compartilhada entre o poder público, as empresas de transporte e a sociedade civil. “A efetivação do direito à mobilidade para pessoas idosas não pode depender somente do Estado, sendo essencial a cooperação entre poder público, empresas de transporte e sociedade civil para garantir infraestrutura, fiscalização e políticas públicas integradas” (SENADO FEDERAL, 2025). A mobilidade urbana, enquanto política pública, exige articulação entre diferentes setores para promover soluções duradouras e sustentáveis. Essa colaboração é o caminho para transformar leis em práticas reais.

Por fim, o aumento da judicialização desses casos revela as falhas na implementação das políticas públicas. Muitos idosos acabam recorrendo à Justiça para

exigir direitos que já estão previstos em lei, o que demonstra a ineficiência administrativa do sistema. “Em várias localidades do país, idosos recorrem ao Judiciário para assegurar a gratuidade ou a acessibilidade nos transportes, demonstrando falhas na implementação administrativa das leis que já garantem esses direitos” (TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO MATO GROSSO, 2025). Esse fenômeno reforça a necessidade de aprimorar os mecanismos de fiscalização e gestão, a fim de evitar que a garantia de direitos dependa de processos judiciais. Portanto, os desafios enfrentados pelos idosos no transporte público brasileiro vão além das barreiras físicas. Eles envolvem uma combinação de fatores estruturais, administrativos e humanos que, juntos, comprometem a efetivação de direitos fundamentais. A mobilidade urbana deve ser tratada como um instrumento de inclusão social e cidadania, exigindo compromisso coletivo e políticas públicas que garantam, de fato, o acesso igualitário aos espaços urbanos.

5 ANÁLISES E DISCUSSÃO DE DADOS

A análise dos dados apresentados no artigo revela um cenário complexo e multifatorial sobre a mobilidade dos idosos na linha Juazeiro–Petrolina. Embora existam leis que garantem direitos específicos, especialmente o Estatuto do Idoso e normas municipais, a efetivação prática desses direitos ainda encontra grandes obstáculos. A seguir, são discutidos os principais pontos observados no estudo. Outro desafio relevante é a precariedade da infraestrutura. Terminais sem rampas de acesso, ônibus sem elevadores e motoristas despreparados ainda fazem parte do cotidiano de muitas cidades brasileiras. “A infraestrutura de transporte público urbano apresenta falhas consideráveis, tais como ausência de rampas nos terminais e falta de equipamentos para acessibilidade nos veículos, o que impede o uso adequado por parte de idosos com mobilidade reduzida, além de evidenciar a carência de capacitação dos profissionais envolvidos” (MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES, 2020; REVISTA SAÚDE DINÂMICA, 2020). Essas deficiências estruturais limitam o direito de ir e vir, inviabilizando a plena inclusão social. Garantir o acesso físico aos meios de transporte é fundamental para a

qualidade de vida e participação ativa do idoso na sociedade. A capacitação dos profissionais que atuam no transporte também é um fator determinante. O atendimento humanizado depende de uma formação contínua, voltada à empatia e à compreensão das limitações do público idoso. “Profissionais do transporte coletivo, como motoristas e cobradores, carecem de treinamento contínuo para atendimento adequado ao idoso, de modo que sejam respeitados seus direitos, suas limitações físicas e garantido o uso seguro do transporte” (REVISTA SAÚDE DINÂMICA, 2020). Assim, a melhoria da mobilidade não está apenas na estrutura física ou na lei, mas também na atitude dos profissionais que compõem esse sistema, os quais precisam estar preparados para garantir segurança e respeito. Além disso, a efetivação dos direitos à mobilidade e acessibilidade deve ser compreendida como uma responsabilidade compartilhada entre o poder público, as empresas de transporte e a sociedade civil. “A efetivação do direito à mobilidade para pessoas idosas não pode depender somente do Estado, sendo essencial a cooperação entre poder público, empresas de transporte e sociedade civil para garantir infraestrutura, fiscalização e políticas públicas integradas” (SENADO FEDERAL, 2025). A mobilidade urbana, enquanto política pública, exige articulação entre diferentes setores para promover soluções duradouras e sustentáveis. Essa colaboração é o caminho para transformar leis em práticas reais. Por fim, o aumento da judicialização desses casos revela as falhas na implementação das políticas públicas. Muitos idosos acabam recorrendo à Justiça para exigir direitos que já estão previstos em lei, o que demonstra a ineficiência administrativa do sistema. “Em várias localidades do país, idosos recorrem ao Judiciário para assegurar a gratuidade ou a acessibilidade nos transportes, demonstrando falhas na implementação administrativa das leis que já garantem esses direitos” (TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO MATO GROSSO, 2025). Esse fenômeno reforça a necessidade de aprimorar os mecanismos de fiscalização e gestão, a fim de evitar que a garantia de direitos dependa de processos judiciais. Portanto, os desafios enfrentados pelos idosos no transporte público brasileiro vão além das barreiras físicas. Eles envolvem uma combinação de fatores estruturais, administrativos e humanos que, juntos, comprometem a efetivação de direitos fundamentais.

A mobilidade urbana deve ser tratada como um instrumento de inclusão social e cidadania, exigindo compromisso coletivo e políticas públicas que garantam, de fato, o acesso igualitário aos espaços urbanos. A análise das leis e das práticas observadas demonstra que tais problemas decorrem principalmente de falhas de fiscalização. Apesar de existir legislação clara sobre gratuidade e acessibilidade, a aplicação é limitada por falta de monitoramento, pouca atuação dos órgãos competentes e inexistência de políticas públicas integradas. Isso reforça que a previsão legal é insuficiente sem mecanismos eficientes de controle e execução.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo analisou a mobilidade de idosos no deslocamento interestadual entre as cidades-gêmeas de Petrolina (PE) e Juazeiro (BA). O objetivo foi verificar se o direito à mobilidade, tal como previsto na legislação, está sendo efetivamente aplicado, isto é, se ocorre a subsunção entre o fato e a norma e identificar possíveis divergências normativas decorrentes da atuação conjunta de dois estados distintos, Bahia e Pernambuco. Portanto, a análise de decisões judiciais relacionadas ao transporte de idosos revela aumento de ações buscando garantir direitos já previstos em lei. Isso evidencia que a judicialização é consequência direta da ineficiência administrativa. Os dados mostram que muitos idosos só conseguem exercer seu direito à gratuidade ou acessibilidade após determinação judicial, apontando falhas estruturais e ausência de soluções administrativas efetivas. Esse cenário confirma o descompasso entre o que a lei assegura e o que é efetivamente oferecido ao usuário idoso. A pesquisa sugere que futuros trabalhos investigativos sobre essa temática procurem elementos em consonância com a Constituição Federal, que determina a proteção especial às pessoas idosas e a promoção de condições dignas de transporte. Estudos que partam da realidade enfrentada por indivíduos com mais de 60 anos podem contribuir para aproximar o direito vivido (o que acontece na prática) do direito posto (o que está previsto na lei). Essa discussão torna-se ainda mais relevante diante do surgimento de novos meios de locomoção, como os serviços por aplicativo. Além disso, tais investigações ajudam a identificar lacunas,

orientar políticas públicas e fortalecer o acesso efetivo aos direitos fundamentais relacionados ao transporte e à mobilidade urbana. Foi nessa perspectiva que o presente estudo se desenvolveu.

REFERÊNCIAS

- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.
- BRASIL. **Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003**. Dispõe sobre o Estatuto do Idoso. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 2003.
- CAMARANO, Ana Amélia. *Novo regime demográfico: uma nova relação entre população e desenvolvimento?* Rio de Janeiro: IPEA, 2020.
- CÂMARA DOS DEPUTADOS (Brasil). *Mobilidade urbana e direitos da pessoa idosa*. Brasília, 2020.
- FARIAS, Cristiano Chaves; ROSENVALD, Nelson. *Curso de Direito Civil – Parte Geral*. 2. ed. Salvador: Juspodivm, 2021.
- MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES (Brasil). *Relatório sobre acessibilidade e infraestrutura no transporte público urbano*. Brasília, 2020.
- OMS – ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. *World Report on Ageing and Health*. Genebra: WHO, 2015.
- PIMENTEL, Walter R. et al. *Risk factors for falls among elderly: a systematic review*. *Geriatrics & Gerontology International*, v. 18, n. 1, 2018.
- REVISTA SAÚDE DINÂMICA. *Mobilidade urbana, acessibilidade e formação de profissionais do transporte coletivo*. *Revista Saúde Dinâmica*, v. 8, n. 2, 2020.
- SENADO FEDERAL (Brasil). *Direitos da pessoa idosa no transporte público: análise de políticas públicas*. Brasília, 2025.
- SILVA, Fábio Carlos da. *Políticas públicas e envelhecimento: desafios contemporâneos no Brasil*. São Paulo: Atlas, 2019.
- TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO (TJMT). *Julgados sobre gratuidade no transporte coletivo para idosos*. Cuiabá, 2025.

O IMPACTO DA REFORMA TRIBUTÁRIA NA PERCEPÇÃO DE PREÇOS: UMA ANÁLISE ANTROPOLÓGICA DO COMPORTAMENTO DO CONSUMIDOR NO MERCADINHO SÃO FRANCISCO EM PETROLINA

Clebson Rodrigues da Silva

Bacharelando em Direito

Faculdade de Petrolina (FACAPE)

Getúlio Ferreira de Mello

Bacharelando em Direito

Faculdade de Petrolina (FACAPE)

Maria Izani Cavalcanti Torres de Alencar

Bacharelada em Direito

Faculdade de Petrolina (FACAPE)

Natany Naira Silva Seixas

Bacharelada em Direito

Faculdade de Petrolina (FACAPE)

Ray Siqueira Silva

Bacharelando em Direito

Faculdade de Petrolina (FACAPE)

RESUMO: **Introdução:** esse artigo trata analisar a recente aprovação da Reforma Tributária, materializada pela Lei Complementar 214/2025 e com vigência a partir de janeiro de 2025, que representará um marco significativo no cenário econômico e social brasileiro. Discutida por décadas, esta reforma visa reestruturar a carga tributária, buscando maior autonomia para a competitividade de mercado e, consequentemente, uma menor intervenção governamental na formação dos preços de venda de produtos e serviços. **Objetivos:** os objetivos desse estudo são: a) Aumentar a Consciência de Custo b) observar o impacto e a sensibilidade de preços c) observar os comportamentos dos grupos sociais. **Fundamentação teórica:** os variados grupos sociais muitas das vezes não compreendem ou não obtém a informação correta sobre as normas que são impostas a

elas, ficando assim à mercê das mesmas. Os aspectos culturais e regionais do Brasil se verificam na cultura do consumo que é passado de geração a geração.” De modo que esses elementos identificadores da cultura são considerados como normas e regras fundamentais para sobreviver em uma sociedade” (Barroso, 2017). **Metodologia:** esse estudo é de cunho qualitativo. E o instrumento de pesquisa será a entrevista semiestruturada. O método de análise de dados será o dialético-descritivo. **Resultados:** este trabalho é uma pesquisa em andamento e este estudo aponta para uma identificação comportamental na relação de consumo e os impactos que uma nova legislação causa dentro de grupos sociais.

Palavras-chave: Comportamento de Grupos Sociais. Tributos. Reforma Tributária.

ABSTRACT: The recent approval of the Tax Reform (Complementary Law 214/2025), which mandates the explicit display of the tax burden in the final price ("imposto por fora"), challenges the deeply rooted cultural norm of fiscal opacity in Brazil. This article aimed to analyze the impact of this change on consumer perception of price display, through the lens of consumption anthropology. The methodology employed was qualitative and descriptive research, using semi-structured interviews with 66 customers of Mercadinho São Francisco, in Petrolina (PE). Results indicate an ambivalence: although most interviewees recognize that the current "imposto por dentro" model affects their ability to understand the real cost of the product (53%), there is a strong rejection (69.7%) of the shift to the "imposto por fora" model, which is perceived as a breach of trust. It is concluded that the local consumption culture prioritizes the clarity of the final price at the point of purchase over detailed tax transparency. It is suggested that the reform's implementation adopt a "controlled transparency" model, where the visible final price is maintained, but with clear tax discrimination.

Keywords: Tax Reform. Price Perception. Consumer Behavior. Fiscal Opacity. Consumption Anthropology.

1 INTRODUÇÃO

A Reforma Tributária foi materializada pela Lei Complementar 214/2025, com vigência a partir de janeiro de 2025. Esta que vem sendo objeto de discussões e debates por décadas tornou-se realidade, representando um marco significativo para os cenários econômico e social brasileiro. A proposta visa reestruturar a carga tributária buscando

trazer mais autonomia para a competitividade do mercado, conseqüentemente, uma menor intervenção governamental na formação de preço dos produtos e serviços, retirando deste a responsabilidade de ser um fator decisivo para o aumento ou diminuição do preço final do produto. Entretanto, não será somente o cenário econômico que sofrerá alterações mediante a reforma, é crucial analisarmos também como essas mudanças se entrelaçam com as dinâmicas culturais e psicológicas que moldam a percepção do consumidor em relação ao preço de venda dos produtos. Neste sentido, o presente artigo propõe uma análise multidisciplinar, utilizando a antropologia para entender as raízes culturais do consumo e comportamento do consumidor nas relações individuais e coletivas diante da exposição dos preços em prateleiras, realizando uma análise pré e pós Reforma Tributária.

Historicamente, o sistema tributário Brasileiro tem como sua maior fonte de arrecadação o tributo sobre o consumo, possuindo também a maior carga tributária. São tributos relacionados ao consumo o Imposto sobre produtos industrializados (IPI), Programa de integração social (PIS), Contribuição para o financiamento da seguridade social (COFINS), Impostos sobre a circulação de mercadorias e prestação de serviços (ICMS) e Imposto sobre serviços (ISS), que somados podem chegar a praticamente 49,75%, sendo em média 15% IPI, 1,65% para PIS, 7,6% para COFINS, 5% para ISS e 20,5% para ICMS, dependendo de cada região, isso embutido no preço que o consumidor paga nos produtos que consome. Esses tributos têm uma característica chamada de imposto “por dentro”, o que faz com que o consumidor não tenha ciência do valor que paga dos impostos e nem quais os tributos são incidentes sobre o consumo, levando-os a falsa impressão de que só se paga impostos quando auferir uma renda que está obrigada ao recolhimento de imposto de renda, o qual não pertence ao grupo de imposto sobre consumo, e sim, pertencente ao grupo de tributos sobre a renda. Tal característica gera uma opacidade fiscal, que do ponto de vista antropológico, contribui para a construção de uma cultura da ignorância tributária.

Atualmente no Brasil a cultura de exposição de preços de produtos já inclui os impostos, induzindo o consumidor a falsa impressão de que a tributação é algo distante.

Essa desconexão entre o ato de consumir e a percepção do ônus tributário é algo já enraizado, que moldam a expectativa e as relações do indivíduo com o mercado.

Essa Cultura brasileira de exposição do preço com os impostos já incluídos, sem serem visíveis, induz o consumidor a uma interpretação direta: o preço visível é o preço final e que não vai pagar mais nada além do que viu em prateleira, tal comportamento é reforçado pelo código do consumidor (Lei 8078/90) que em seu inciso III, art. 6º garante a obrigação do fornecedor em apresentar informações de forma clara sobre o preço do produto. A Lei 10.962/04 estabelece alguns critérios de apresentação de preço de produtos, uma delas é o direito do consumidor em pagar o menor preço em casos de divergências.

A Reforma Tributária ao buscar a competitividade do mercado de forma mais justa, tirando de si a responsabilidade de ser influência e fator crucial na formação de preço, se isentando do poder de barganha das empresas através das estratégias tributárias, traz consequentemente a reconfiguração da percepção dos contribuintes sobre o que de fato é preço do produto ou serviço e o que é imposto. Com essa exibição clara da parcela tributária no preço final, torna-se mais visível o impacto no comportamento do consumidor, desafiando a norma cultural da opacidade fiscal, forçando um novo rito de consumo, onde o comprador se torna mais consciente do seu papel como contribuinte. Essa clareza pode ocasionar um aumento na consciência de custo, onde o consumidor conseguiria distinguir o quanto vale aquele produto ou serviço de fato, e separadamente o que ele paga de tributo por aquele item, essa transparência ocasiona também, uma maior sensibilidade ao preço, ou seja, o contribuinte conseguiria enxergar de fato o quanto o preço está variando de acordo com o mercado e o quanto os tributos estão subindo em decorrência de intercessões governamentais, gerando reações sociais e políticas, pois uma maior consciência tributária pode catalisar discussões sobre as arrecadações e gastos públicos, melhorando a relação entre contribuinte e estado.

Ao transcender a esfera meramente econômica a Reforma Tributária adentra no campo da antropologia do consumo e da psicologia do consumidor. Pois a forma de apresentação dos tributos não é algo meramente técnico e de impacto somente nas

empresas, mas sim um influenciador direto na construção do preço de venda e também na percepção de participação da individualidade do ser em relação ao estado.

Tendo em vista essa alteração de percepção proposta pela reforma tributária, este artigo se propõe a estudar o impacto da Reforma Tributária na Percepção do Consumidor sobre a Exposição de Preço, trazendo uma análise à luz da antropologia sobre o comportamento do consumidor no Mercadinho São Francisco, localizado no bairro Areia branca na cidade de Petrolina. Tem como objetivos específico a. o estudo das reações e o comportamento dos grupos sociais diante da reconfiguração da percepção de preço e da transparência fiscal imposta pela reforma, b. desafiando a "norma cultural da opacidade fiscal", c. analisar como a maior transparência tributária afeta a sensibilidade do consumidor às variações de preço e se ele consegue enxergar a variação de preço do produto e o aumento dos tributos separadamente, d. Observar se a reforma tributária, ao tornar os tributos mais visíveis, leva o consumidor a distinguir o valor real do produto ou serviço e o valor pago em tributos.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 SISTEMA TRIBUTÁRIO BRASILEIRO E A TRIBUTAÇÃO SOBRE O CONSUMO

Qive (2025) defende que o modelo tributário brasileiro fragmentava a tributação sobre o consumo em tributos federais, estaduais e municipais, como PIS, Cofins, ICMS, ISS, cada qual com suas bases de cálculo e regras específicas, criando complexidade e insegurança jurídica.

Nessa mesma linha HSCE (2025) relata que tributos como ICMS, ISS, IPI, PIS e Cofins incidiam em cascata, devido à ausência plena da não cumulatividade, onerando a cadeia produtiva e dificultando o crédito tributário, o que gerava aumento de custos e prejuízo à competitividade.

A expressão 'por dentro' refere-se à inclusão do imposto na própria base de cálculo de tributos posteriores. Esse efeito torna a carga tributária pouco transparente e

dificulta a identificação do real valor do imposto na cadeia de consumo, contribuindo para a opacidade fiscal. (CFC, 2024)

A composição dos tributos 'por dentro' cria um efeito cascata invisível que dificulta o controle e o planejamento tributário, aumentando a complexidade para empresas e o custo de conformidade, além de dificultar a transparência para o consumidor final. (Aracê, 2025)

2.2 REFORMA TRIBUTÁRIA (LEI COMPLEMENTAR 214/2025)

O conselho federal de contabilidade reforça que a Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS) e o Imposto sobre Bens e Serviços (IBS) compartilham o objetivo comum de promover maior eficiência, transparência e equidade no sistema tributário brasileiro, [...] tornando explícita a carga tributária de cada operação, uma vez que incidem 'por fora'.

A Thomson Reuters (2025) discorre que a transparência nos preços: um dos objetivos é que o imposto seja 'por fora', ou seja, o valor do tributo seria destacado na nota fiscal de forma mais clara. Isso permitiria ao consumidor saber exatamente quanto está pagando em impostos sobre o produto ou serviço, aumentando a transparência.

E o CFC complementa dizendo que a transição delineada pela Emenda Constitucional n.º 132, de 2023, visa trazer clareza aos tributos pagos, promovendo uma compreensão mais acessível por parte dos contribuintes. Essa transparência é crucial para fomentar a confiança no sistema e fortalecer a relação entre o Estado e os cidadãos.

2.3 ANTROPOLOGIA E PSICOLOGIA DO CONSUMIDOR

Em relação a percepção de preço Chaves (2019) escreve que se entende por preço psicológico o comportamento do consumidor em relação ao preço percebido, isto é, como ele reage em sua primeira impressão ao preço. [...] o preço psicológico é um fator importante para o processo de decisão do consumidor.

A antropologia do consumo reconhece que as relações estabelecidas entre os indivíduos e os bens de consumo não possuem apenas características utilitárias ou imposições sociais extrínsecas aos indivíduos: existem inúmeras particularidades

individuais e culturais de determinado contexto social relacionadas às práticas de consumo. (Oliveira, 2010)

2.4 CONSCIÊNCIA DE CUSTO E SENSIBILIDADE AO PREÇO

O portal da Reforma Tributária avalia que com a mudança para o modelo do IVA, onde a tributação ocorre de maneira mais transparente e por fora do preço, haverá maior clareza sobre a real carga tributária, permitindo aos consumidores avaliarem com mais precisão o impacto dos impostos na sua decisão de compra, assim primando pela eficiência e o equilíbrio entre a arrecadação e estímulo econômico, consequentemente promovendo um monitoramento da carga tributária no preço[...] No entanto, essa alteração pode impactar a precificação, consequentemente a percepção de preços, pois produtos e serviços que anteriormente tinham valores aparentemente mais baixos podem ser vistos como mais caros quando o imposto for explicitamente destacado.

3 METODOLOGIA

A presente pesquisa tem caráter qualitativo e descritivo, Lunetta (2024) descreve que uma pesquisa qualitativa é uma abordagem essencial na investigação científica, que se concentra na compreensão profunda e interpretação dos fenômenos estudados, explorando a complexidade e riqueza dos contextos sociais, culturais e individuais. Mettzer (2025) relata que a pesquisa descritiva é aquela que descreve uma realidade de forma imparcial, sem interferências de quem está pesquisando. [...] seu objetivo é identificar características e variáveis que se relacionam com o fenômeno que é objeto de estudo da pesquisa, buscando estabelecer as relações entre todos estes fatores.

A pesquisa foi realizada de forma presencial no Mercadinho São Francisco, que está registrado na Receita Federal com a razão social Antônia Rodrigues Damasceno Pereira, e nome fantasia MERCADINHO SÃO FRANCISCO, sediado na Av. São Francisco, nº 65, bairro Areia Branca em Petrolina - PE, realizada no período de 21/10/2025 a 30/10/2025 no tocante de 10 dias, foram entrevistados 66 clientes que visitaram o estabelecimento neste espaço de tempo.

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Composto por 14 questões, o questionário foi estruturado em duas seções, a primeira traz a luz o entendimento e o comportamento do consumidor em relação aos tributos atuais, já na segunda parte abordamos o entendimento e a preferência de visualização do contribuinte em relação ao preço e à Reforma Tributária.

A primeira questão abordada buscou esclarecer se o consumidor tem ciência sobre os tributos incidentes no preço do produto que está comprando, 48,5% dos entrevistados afirmam que não tem conhecimento de quais tributos estão pagando, 39,4% dizem ter ciência e 12,1% dizem não ter certeza sobre o assunto. Quando questionados sobre o interesse em saber quais tributos pagam nas compras que fazem, 36,4% relataram que não estão nada interessados sobre o assunto, enquanto 19,7% demonstram ter muito interesse e 37,9% apontam um interesse mediano no conhecimento sobre o tema. Ao serem questionados se a forma atual de apresentação dos tributos (já incluso no preço) afeta de alguma forma sua capacidade de entendimento do custo real do produto, 53% afirmaram que “sim”, enquanto 28,8% disseram que “talvez” e 18,2% disseram que “não”. A maioria dos entrevistados relataram que suas principais fontes de informações a respeito dos tributos são redes sociais e noticiários. 34 pessoas relataram que não acha justo o sistema tributário brasileiro, enquanto 20 entende que é justo sim o sistema tributário, já 12 respondentes não souberam responder à questão. 50% dos participantes relatam não se sentir confortável com o modelo atual de cobrança de impostos, por dentro do preço e não discriminados, 34,8% dizem ser indiferente a forma de exposição atual e 15,20% estão confortáveis com o modelo presente. Mesmo com a maioria dos entrevistados relatando não se sentirem confortáveis com o modelo atual de exposição dos tributos, ao serem questionados se preferiam que alterasse a forma de apresentação dos tributos, mesmo que parecesse que o valor final fica maior, para que se tornassem mais visíveis, os participantes, 40,9% deles, alegaram que preferem que não mexa na modelo atual, já 34,8% querem os tributos de forma visível e 24,2 diz ser indiferente.

A pesquisa também abordou a respeito da influência da transparência dos tributos nas decisões de compras, 20 pessoas revelam que há muita influência, 27 escolheram que há influência, mas, não tem muita relevância, 7 disseram que não sofrem influência nenhuma e 12 disseram não saber se tem. A última pergunta da primeira seção tenta explicar o comportamento do contribuinte em relação a fiscalização do uso do dinheiro público advindo dos tributos pagos sobre o consumo, 39,4% da população diz que se os tributos fossem mais visíveis se sentiriam mais motivados a fiscalizar o uso dos recursos públicos, já 34,8% relataram não ter interesse nesse acompanhamento, já 25,8% disseram que talvez teriam essa motivação.

A segunda seção discorre sobre questões da reforma tributária, no topo foi questionado o grau de conhecimento e entendimento que os clientes estão tendo sobre a reforma tributária e as alterações no formato de cobrança de impostos sobre o consumo que ela tá trazendo, 34,8% disseram ter ciência dessa alteração, 27,3% ouviram falar sobre a RT, mas relataram não entender muito bem do que se trata e 37,9% não estão sabendo da mudança, nessa mesma linha, os participantes foram questionados se acreditavam que a reforma tributária traria algum impacto em sua vida, 25 deles apontaram que “não”, 12 disseram que “talvez” e 29 disseram que “sim” acrescentando que “a situação econômica sempre afeta na vida dos cidadãos”, outro participante relatou que haveria influência no valor dos produtos que são comprados e que dependendo do valor do imposto poderia ter impacto direto no poder de compra, outro completou com “vai modificar a tributação de alguns produtos o que pode gerar um aumento neles”.

Foi criado uma situação hipotética no questionário para entender qual o comportamento os consumidores teriam ao se deparar com a mudança, foi questionado o seguinte “imagine que, após a RT, o preço exibido na prateleira de um produto não incluía os impostos, e o valor total com os tributos seria adicionado apenas no caixa. Como você reagiria a essa situação?” 45,5% responderam que se sentiria enganado e desistiria da compra, 28,8% se sentiria enganado e procuraria seus direitos como consumidor, 12,1% preferia que os impostos fossem incluídos no preço de prateleira como é hoje, 9,1% não se importaria, desde que o valor total fosse claro no caixa.

E para encerrar o questionário, foi indagado a respeito de como eles preferiam que fosse a forma de exibição dos preços após reforma tributária, 69,7% prefere manter o modelo atual, com os impostos já incluídos no preço da prateleira (imposto "por dentro"), 21,2% relata que a exibição do valor do produto e o valor dos impostos separadamente, mas com o total final já calculado e visível na prateleira, seria a melhor prática e 9,1% apontaram que ficariam mais confortáveis exibindo apenas o valor do produto na prateleira, e informar o valor dos impostos e o total final apenas no caixa (imposto "por fora").

5 CONCLUSÃO

A presente pesquisa tem como objetivo geral o impacto da Reforma Tributária na Percepção do Consumidor sobre a Exposição de Preço, trazendo uma análise à luz da antropologia sobre o comportamento do consumidor no Mercadinho São Francisco, localizado no bairro Areia branca na cidade de Petrolina, com isso foi identificado que o principal impacto da RT, no que tange a percepção de preço, é o desafio a norma cultural da opacidade fiscal, ao buscar maior transparência e menos influência na formação do preço de venda, a Reforma Tributária precisa respeitar essa norma cultural, pois o estudo demonstra que embora haja um desejo por maior clareza, 50% se sentem desconfortáveis com o modelo atual, a cultura de consumo brasileira valoriza a previsibilidade do preço final no ponto de compra, sendo evidenciada pela rejeição ao imposto "por fora". A solução mais aceitável que atenderia o desejo de transparência é o modelo do preço total visível com as discriminações do custo e impostos de forma interna, esse foi o segundo mais votado na questão, levando em consideração essa aversão comportamental do consumidor. Diante deste cenário nota-se um desejo de conhecimento por parte do consumidor, ao desaprovar a opacidade fiscal, ele sente que ela afeta a sua percepção de custo real e também considera o sistema tributário Brasileiro atual, injusto. Essa opacidade fiscal atual limita a consciência de custo, a Reforma Tributária tem o potencial de aumentar essa consciência, mas a pesquisa sugere que o consumidor só aceitara se a informação for passada de forma que não comprometa a clareza do preço final. A

consciência de custo só será efetiva se o modelo que está por vir permitir que o consumidor consiga distinguir o que é valor do produto e o que é valor de tributo sem gerar incertezas no momento da compra.

A sensibilidade de preços do consumidor é alta, mas está ligada à percepção de engano e não apenas ao valor absoluto. A mudança para o imposto "por fora" é percebida como uma quebra de confiança (74,24% de rejeição), o que demonstra que a sensibilidade é mais a uma alteração na regra de exposição do que a uma variação de preço em si. A transparência deve ser usada para informar, e não para surpreender o consumidor.

A população estudada, clientes do Mercadinho São Francisco, exhibe um comportamento ambivalente: deseja maior clareza tributária, mas rejeita modelos que alterem drasticamente o rito de consumo estabelecido.

A pesquisa foi realizada em um único estabelecimento com uma amostra de 66 clientes, o que torna o trabalho limitado em relação ao escopo geográfico e ao grau de amostragem. Por possuir natureza qualitativa e descritiva, baseado em entrevistas semiestruturadas, há o impedimento da generalização estatística dos resultados para toda a população brasileira. Ao ser realizada a pesquisa antes da vigência da LC 214/2025, Reforma Tributária, faz com que as respostas dos consumidores sejam baseadas em situações hipotéticas e não em uma experiência real pós-reforma.

E como sugestão de pesquisas futuras, sugeriríamos a realização da pesquisa em diferentes regiões do Brasil, podendo ser aplicado em diferentes tipos de estabelecimentos. Isso permitiria verificar se a "cultura da opacidade fiscal" e a aversão à mudança são fenômenos homogêneos ou se variam conforme o contexto socioeconômico e cultural. Sugestão dois, seria conduzir uma pesquisa que segmente a amostra por variáveis como nível de renda, escolaridade e faixa etária. Isso ajudaria a entender se a "consciência de custo" e a "sensibilidade ao preço" são influenciadas por fatores demográficos, permitindo a criação de políticas de comunicação mais direcionadas.

REFERÊNCIAS

Chaves, Júlia Soares Florez. **O impacto do preço psicológico no comportamento do consumidor**: um estudo com produtos de diferentes tipos. Rio de Janeiro, 2019. 68 p. Trabalho de Conclusão de Curso – Departamento de Administração. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE (CFC). Reforma Tributária: O Novo Sistema Tributário Brasileiro. Brasília: CFC, 2024. Disponível em: https://cfc.org.br/wp-content/uploads/2024/07/reforma_tributaria.pdf. Acesso em: 20 nov. 2025.

E-book Conselho Federal de Contabilidade. Reforma Tributária: O Novo Sistema Tributário Brasileiro. Brasília: CFC, 2024. Disponível em: https://cfc.org.br/wp-content/uploads/2024/07/reforma_tributaria.pdf

GUERRA, Fellipe. Reforma tributária: o novo sistema tributário brasileiro. Brasília: **Conselho Federal de Contabilidade**, 2024. Disponível em: https://cfc.org.br/wp-content/uploads/2024/07/reforma_tributaria.pdf. Acesso em: 20 nov. 2025.

HSCE. Tributos indiretos: características, implicações e perspectivas. **HSCE Contabilidade**, 2025. Disponível em: <https://www.hsce.com.br/tributos-indiretos-no-brasil>. Acesso em: 20 nov. 2025.

Impacto da reforma tributária sobre o consumo no processo de precificação. **ReformaTributaria.com**, 2025. Disponível em: <https://www.reformatributaria.com/opiniao/impacto-da-reforma-tributaria-sobre-o-consumo-no-processo-de-precificacao/>. Acesso em: 20 nov. 2025.

LUNETTA, A. de. **Pesquisa qualitativa e seus fundamentos na investigação científica**. Revista GEsec, 2024. Disponível em: <https://ojs.revistagesec.org.br/secretariado/article/view/4019>. Acesso em: 20 nov. 2025.

METTZER. **Pesquisa descritiva**: o que é, como fazer e exemplos. Blog Mettzer, 2025. Disponível em: <https://blog.mettzer.com/pesquisa-descritiva/>. Acesso em: 20 nov. 2025.

OLIVEIRA, Josiane Silva de. **O “Olhar” antropológico do marketing: contribuições da antropologia do consumo ao entendimento do sistema de produção de bens e do comportamento do consumidor**. Revista ADM.MADE, Rio de Janeiro, v. 14, n. 2, p. 21-35, 2010.

PORTAL DA INDÚSTRIA. Cálculo “por dentro” X “por fora”. **Confederação Nacional da Indústria**, 2014. Disponível em:

<https://www.portaldaindustria.com.br/cni/canais/reforma-tributaria/infograficos/calculo-por-dentro-x-por-fora/>. Acesso em: 20 nov. 2025.

QIVE. Sistema tributário brasileiro: complexidade, custos e desafios à competitividade. **Quive**, 2025. Disponível em: <https://qive.com.br/blog/sistema-tributario-brasileiro>. Acesso em: 20 nov. 2025.

STAHLHÖFER, Iásin Schäffer; FANK, João Fernando; ZAMPIERI, Marcelo Carlos. **A inconstitucionalidade da cobrança “por dentro” do ICMS**. Revista Direito, v. 3, n. 1, 2024. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/revistadireito/article/view/7053>. Acesso em: 20 nov. 2025.

O PAPEL DO DIREITO AMBIENTAL NA PROTEÇÃO DO RIO SÃO FRANCISCO EM PETROLINA-PE E JUAZEIRO-BA: INSTRUMENTOS LEGAIS E EFETIVIDADE

Cícero Soares de Souza Silva

Bacharelado em Direito

Faculdade de Petrolina (FACAPE)

João Gabriel Souza Menezes

Bacharelado em Direito

Faculdade de Petrolina (FACAPE)

João Leandro Coelho Oliveira

Bacharelado em Direito

Faculdade de Petrolina (FACAPE)

João Pedro Medrado Padilha Araújo

Bacharelado em Direito

Faculdade de Petrolina (FACAPE)

Lucas Henrique Santana da Silva Freire

Bacharelado em Direito

Faculdade de Petrolina (FACAPE)

Vital José dos Santos Neto

Bacharelado em Direito

Faculdade de Petrolina (FACAPE)

RESUMO: O Rio São Francisco é vital para o desenvolvimento socioeconômico e ambiental de Petrolina (PE) e Juazeiro (BA), mas enfrenta degradação devido à poluição, desmatamento e uso inadequado dos recursos naturais. O Direito Ambiental surge como ferramenta essencial para equilibrar crescimento e preservação. Analisar a atuação do Direito Ambiental na proteção do Rio São Francisco e a efetividade dos instrumentos legais aplicados à região. Baseia-se no artigo 225 da Constituição Federal e nos princípios da precaução, prevenção e desenvolvimento sustentável, além da Política Nacional de

Recursos Hídricos. Pesquisa qualitativa e descritiva, sustentada em revisão bibliográfica e análise normativa. Verificou-se que a legislação ambiental é sólida, porém sua aplicação enfrenta desafios de fiscalização e gestão. A proteção efetiva do rio depende da integração entre Estado, leis e sociedade.

Palavras-chave: Direito Ambiental. Rio São Francisco. Sustentabilidade. Efetividade.

ABSTRACT: The São Francisco River is vital for the socioeconomic and environmental development of Petrolina (PE) and Juazeiro (BA), but it faces degradation due to pollution, deforestation, and inadequate use of natural resources. Environmental Law emerges as an essential tool to balance growth and preservation. To analyze the role of Environmental Law in the protection of the São Francisco River and the effectiveness of legal instruments applied to the region. It is based on Article 225 of the Federal Constitution and the principles of precaution, prevention, and sustainable development, in addition to the National Water Resources Policy. Qualitative and descriptive research, supported by bibliographic review and normative analysis. It was verified that environmental legislation is solid, but its application faces challenges related to inspection and management. Effective protection of the river depends on the integration between the State, laws, and society.

Keywords: Environmental Law. São Francisco River. Sustainability. Effectiveness.

1 INTRODUÇÃO

O Rio São Francisco, um dos mais importantes cursos d'água do território brasileiro, desempenha papel estratégico para o desenvolvimento socioeconômico e ambiental das regiões por onde percorre. Em Petrolina (PE) e Juazeiro (BA), cidades situadas no semiárido nordestino, o rio constitui fonte essencial para o abastecimento humano, irrigação agrícola, geração de energia e preservação da biodiversidade. Entretanto, ao longo das últimas décadas, esse recurso hídrico vem sofrendo pressões crescentes decorrentes da expansão urbana, da intensificação das atividades agrícolas e da degradação ambiental, o que acentua a necessidade de políticas de gestão sustentável.

Além da relevância ecológica, o Rio São Francisco possui grande importância econômica e social para os municípios que margeia, especialmente Petrolina e Juazeiro.

A região apresenta um polo agrícola irrigado de destaque nacional, que depende diretamente da disponibilidade hídrica do rio. A irrigação, responsável pelo cultivo de frutas e hortaliças, gera emprego, renda e abastecimento interno e externo. Paralelamente, o rio atende à demanda de consumo humano, fornece água para indústrias, atividades de pesca e lazer, e contribui para a produção de energia elétrica.

Essa multiplicidade de funções evidencia que a degradação ambiental do São Francisco não afeta apenas o equilíbrio ecológico, mas também o desenvolvimento socioeconômico de toda a região.

Entretanto, nas últimas décadas, o Rio São Francisco tem enfrentado desafios cada vez mais complexos. A expansão urbana, a intensificação das atividades agrícolas, o desmatamento das margens, o assoreamento e a poluição de seus cursos d'água colocam em risco a sustentabilidade do recurso. Esses fatores tornam evidente a necessidade de políticas públicas e instrumentos normativos que articulem desenvolvimento econômico com preservação ambiental, garantindo a manutenção da biodiversidade e dos serviços ecossistêmicos oferecidos pelo rio.

Nesse contexto, o Direito Ambiental assume função central ao estabelecer instrumentos normativos destinados à proteção do rio e de seu entorno, regulando a utilização dos recursos naturais e impondo limites às práticas potencialmente degradadora. A legislação brasileira prevê um conjunto de mecanismos, como a Política Nacional de Recursos Hídricos, o licenciamento ambiental e a fiscalização por órgãos competentes, que visam assegurar a compatibilização entre desenvolvimento econômico e preservação ambiental. Contudo, a efetividade desses instrumentos ainda constitui um desafio, sobretudo diante da complexidade das demandas regionais e das limitações estruturais para sua aplicação prática.

A escolha do recorte geográfico que contempla os municípios de Petrolina e Juazeiro justifica-se pela representatividade dessas cidades no uso intensivo das águas do São Francisco e pela presença de atividades econômicas diretamente dependentes do rio. Essa abordagem permite avaliar, de forma concreta, os avanços e lacunas do Direito Ambiental na proteção de um recurso hídrico vital, oferecendo um panorama detalhado dos desafios enfrentados em regiões de alta pressão socioeconômica. Além disso, a

análise da efetividade dos instrumentos legais na prática contribui para o debate acadêmico sobre governança ambiental, mostrando a necessidade de integração entre normas jurídicas, políticas públicas e gestão participativa.

Diante dessa problemática, este artigo tem como objetivo analisar o papel do Direito Ambiental na proteção do Rio São Francisco no trecho que abrange os municípios de Petrolina e Juazeiro, discutindo os principais instrumentos legais disponíveis e a efetividade de sua aplicação. Busca-se, especificamente, identificar e discutir os instrumentos legais de proteção, avaliar sua efetividade prática, investigar a interação entre legislação, políticas públicas e gestão local, e apontar lacunas que possam ser superadas para fortalecer a proteção do rio.

Por fim, este estudo pretende fornecer uma visão abrangente sobre a normatividade ambiental aplicada ao Rio São Francisco, evidenciando tanto os avanços quanto as dificuldades enfrentadas na prática, e oferecendo elementos que possam apoiar futuras políticas de preservação e uso sustentável desse recurso estratégico. Ao combinar revisão teórica, análise normativa e contexto local, a pesquisa visa contribuir para a reflexão acadêmica e social acerca da importância de um Direito Ambiental efetivo e alinhado às demandas sócio ambientais da região.

2 FUNDAMENTOS DO DIREITO AMBIENTAL

O meio ambiente ecologicamente equilibrado está expresso em diversas normas do Brasil, inclusive na própria Constituição que o rege.

Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações (BRASIL, 1988, art. 225).

Segundo a Constituição Federal, compete ao Poder Público “preservar e restaurar os processos ecológicos essenciais e prover o manejo ecológico das espécies e ecossistemas” (BRASIL, 1988, art. 225, I).

Para Streck (2020), os princípios constitucionais constituem o núcleo do Constitucionalismo Contemporâneo e possuem caráter de transcendência.

3 O RIO SÃO FRANCISCO, RELEVÂNCIA E DESAFIOS

O Rio São Francisco, nascido na Serra da Canastra (MG) e com foz no Oceano Atlântico, entre Sergipe e Alagoas, constitui um dos mais importantes sistemas hidrográficos do Brasil. Sua bacia exerce papel essencial no desenvolvimento econômico e social, fornecendo água para irrigação, abastecimento urbano, geração de energia e atividades pesqueiras, além de sustentar comunidades ribeirinhas e expressar relevante valor cultural e simbólico.

Nas últimas décadas, entretanto, a degradação ambiental, o uso desordenado dos recursos hídricos e a ineficiência das políticas públicas têm comprometido a sustentabilidade do rio.

Diante desse cenário, este estudo busca responder à seguinte questão de pesquisa:

Como os impactos ambientais e institucionais afetam a efetividade da gestão hídrica e a sustentabilidade do Rio São Francisco?

O objetivo geral consiste em analisar as principais ameaças ambientais e jurídicas que incidem sobre o rio, discutindo alternativas de governança hídrica capazes de garantir seu uso sustentável.

A metodologia adotada é de natureza bibliográfica e documental, fundamentada em relatórios oficiais, legislações ambientais e publicações científicas reconhecidas.

A bacia do São Francisco enfrenta sérios problemas de degradação ambiental, como poluição por esgoto doméstico e industrial, assoreamento e desmatamento das matas ciliares.

Segundo a Fundação Joaquim Nabuco (2023), “com mais de 90% da transposição concluída, os impactos ambientais no Rio São Francisco ainda são incertos”.

O assoreamento, provocado pelo acúmulo de sedimentos decorrentes da erosão e da supressão da vegetação ribeirinha, compromete a geração de energia hidrelétrica, a navegação fluvial e o equilíbrio ecológico do leito.

O desmatamento das margens agrava o quadro, pois elimina a cobertura vegetal que protege o solo e regula o fluxo das águas. Além disso, o uso intensivo da água pela agricultura irrigada e pela expansão urbana intensifica a escassez hídrica, afetando diretamente a biodiversidade e a subsistência das comunidades ribeirinhas.

Do ponto de vista jurídico, o Rio São Francisco está submetido à Política Nacional de Recursos Hídricos, instituída pela Lei nº 9.433/1997 (BRASIL, 1997), que estabelece princípios como o uso múltiplo das águas e a gestão descentralizada e participativa.

O Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco (CBHSF) atua como órgão gestor, com função de regular o uso da água, aprovar planos de recursos hídricos e promover a articulação entre os entes federativos.

Apesar dos avanços institucionais, persistem desafios estruturais como a fragilidade na fiscalização, a escassez de recursos financeiros e a baixa integração entre políticas ambientais e de desenvolvimento regional.

Como observa Rebouças (2006), a gestão eficiente dos recursos hídricos depende de “planejamento contínuo, investimentos em saneamento e compromisso interinstitucional”, condições ainda insuficientemente atendidas na realidade da bacia.

A relevância do Rio São Francisco ultrapassa a esfera ambiental: ele é fonte de sustento para milhares de famílias e elemento central na identidade cultural das comunidades ribeirinhas.

Entretanto, projetos como a transposição das águas levantam preocupações sociais e jurídicas. Embora concebido para mitigar os efeitos da seca no semiárido, o projeto pode gerar desequilíbrios ecológicos, deslocamentos populacionais e impactos econômicos não previstos.

Para Boaventura de Sousa Santos (2009), a justiça ambiental requer “redistribuição equitativa dos bens ecológicos e participação democrática das comunidades afetadas”.

Nesse sentido, a governança hídrica do São Francisco deve integrar a dimensão social às políticas ambientais, valorizando o conhecimento local, promovendo transparência nas decisões públicas e fortalecendo os canais de participação cidadã.

A análise da governança hídrica do São Francisco revela a necessidade de articular dimensões jurídicas, ambientais e sociais. Os dados apresentados por órgãos como a FUNDAJ, a ANA, o IBGE e o IPEA confirmam que o rio sofre pressões crescentes devido à urbanização, à agropecuária intensiva e à expansão de obras de infraestrutura.

A relação causa-efeito entre a ineficiência institucional e a degradação ambiental evidencia a fragilidade da gestão pública na aplicação das políticas de conservação e na garantia do direito ao meio ambiente equilibrado, previsto no artigo 225 da Constituição Federal.

Desse modo, a sustentabilidade da bacia requer uma visão interdisciplinar, integrando saberes técnicos, jurídicos e sociais, a fim de promover uma governança mais democrática e efetiva. Conclui-se que a sustentabilidade do Rio São Francisco depende do fortalecimento da governança hídrica e da integração entre políticas ambientais, sociais e jurídicas.

É essencial intensificar ações de reflorestamento das matas ciliares, tratamento de esgoto nas cidades ribeirinhas e monitoramento contínuo da qualidade da água. No campo jurídico, impõe-se a consolidação dos princípios da precaução, prevenção e do poluidor-pagador, previstos no artigo 225 da Constituição Federal de 1988, garantindo que o uso da água seja pautado pela responsabilidade socioambiental.

A efetividade da Lei nº 9.433/1997 depende da implementação de políticas públicas integradas, investimentos sustentáveis e da participação social ativa nas decisões sobre o uso e conservação dos recursos hídricos.

Assim, o Rio São Francisco deve ser compreendido não apenas como recurso natural, mas como um patrimônio socioambiental coletivo, cuja preservação representa um compromisso ético com as gerações futuras e com a construção de uma cidadania ambiental justa e sustentável.

4 EFETIVIDADE DO DIREITO AMBIENTAL NO BRASIL

A efetividade do direito ambiental no Brasil obteve avanços significativos, embora ainda enfrente desafios persistentes. A Constituição Federal de 1988 consagrou

o direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, em resposta aos frequentes danos ecológicos causados pelo desmatamento, descarte inadequados de resíduos e pelas queimadas. Dessa forma, é atribuído ao Estado e à coletividade a responsabilidade compartilhada por sua proteção. No entanto, a implementação prática dessa proteção enfrenta dificuldades, como a morosidade na aplicação de sanções e a resistência de setores econômicos em adotar práticas sustentáveis.

Com isso, destaca-se à distância entre a robusta legislação ambiental e sua aplicação prática na conservação dos ecossistemas. Embora a legislação esteja em vigor, muitas vezes não é suficiente para garantir a proteção aos bens naturais, resultando em uma efetividade prática limitada. A aplicação da norma jurídica, por sua vez, implica que, mesmo que uma norma esteja vigente, ela pode não ser eficaz se não for cumprida na prática.

Diante disso a norma garante e estabelece instrumentos de proteção ao ambiente físico e biológico. Todavia, na realidade, enfrenta falhas na fiscalização, faltas de recursos, pressões econômicas, lentidão judicial e baixa responsabilização de agentes poluidores. Sob este viés, as dificuldades de fiscalização no direito ambiental no Brasil incluem a falta de recursos humanos e financeiros, burocracia, corrupção e falta de integração entre os órgãos ambientais. Nesse contexto, esses obstáculos comprometem a execução efetiva das leis ambientais e dificultam a proteção dos recursos naturais e a promoção da sustentabilidade.

Além disso, a sociedade civil também desempenha um papel crucial na defesa do contexto ecológico, logo, a implementação de políticas públicas ambientais no Brasil é um desafio que requer o uso de instrumentos de gestão ambiental estrategicamente voltados para o alcance dos propósitos legais.

O Princípio da Prevenção orienta a adoção de medidas antecipatórias para evitar danos naturais previsíveis, enquanto o Princípio da Precaução determina que, mesmo na ausência de certeza científica, devem ser adotadas medidas para prevenir possíveis danos graves ou irreversíveis ao ecossistema. A cooperação internacional, por meio de acordos, como o Acordo de Paris, também tem influenciado a legislação ambiental brasileira,

alinhando-a com os compromissos globais para limitar o aquecimento global e garantir o direito ao meio ecológico equilibrado.

As práticas já realizadas para o Rio São Francisco incluem a recuperação de nascentes e matas ciliares, incentivo à agroecologia e saneamento rural com tecnologias acessíveis, e mediação de conflitos entre usuários. Essas ações visam garantir a vazão do rio, promover a recuperação da vegetação da beira do rio e seus afluentes, e assegurar um equilíbrio entre abastecimento humano, irrigação e geração de energia. Consequentemente, podem ser realizadas mais práticas positivas para o ecossistema regional, por exemplo: incentivar práticas agrícolas que melhorem o solo e reduzam o uso de agrotóxicos, diminuindo a contaminação das águas e aumentando a resiliência climática, uso de tecnologias sustentáveis de irrigação, além do gotejamento, investir em sensores de umidade e sistemas inteligentes que evitem desperdício de água, tecnologias ainda pouco difundidas em larga escala na região, além do reflorestamento das margens, promover a recuperação de lagoas marginais, brejos e veredas que atuam como reguladores naturais do rio, entre diversas outras de práticas possíveis de serem realizadas.

Outrossim, existem descumprimentos das normas e práticas ambientais do Rio São Francisco incluindo a contaminação da água do rio, que ameaça a saúde da população ribeirinha e a fauna. A poluição resulta de esgotos não tratados descarregados diretamente no rio, o que representa riscos à saúde dos animais aquáticos e dos seres humanos, pois pode causar doenças tal como reações alérgicas e proliferação de vetores transmissores de doenças como Dengue, Zica e Chikungunya.

Para mitigar esses impactos, é necessário investir em medidas urgentes de saneamento e tratamento de esgoto, a fim de promover a conscientização sobre a importância da preservação do Rio São Francisco e do meio ambiente em geral.

5 ANÁLISE DE DADOS

A análise dos dados obtidos por meio de documentos oficiais, relatórios ambientais e estudos acadêmicos possibilita compreender a realidade socioambiental do

Rio São Francisco no trecho que abrange os municípios de Petrolina-PE e Juazeiro-BA. As informações extraídas do documento base e de órgãos como ANA, IBGE, IPEA e FUNDAJ revelam padrões recorrentes que corroboram um cenário crítico de pressão antrópica e fragilidade institucional na gestão do rio.

Os dados referentes à qualidade hídrica demonstram tendência de degradação progressiva, sobretudo nos trechos urbanos, onde há maior concentração populacional. De acordo com a ANA (2022), diversos pontos do São Francisco apresentam concentrações de coliformes fecais acima dos limites permitidos para usos múltiplos, indicando forte influência do esgoto não tratado. Em linha com esses resultados, a FUNDAJ (2023) aponta que mais de 40% do esgoto produzido na região do Submédio São Francisco não passa por tratamento adequado, contribuindo diretamente para a contaminação hídrica e a proliferação de doenças de veiculação hídrica. Essa realidade confirma o alerta de Rebouças (2006), para quem a poluição hídrica no Brasil decorre, em grande parte, da “ineficiência das políticas públicas de saneamento e da falta de planejamento contínuo”.

Outro elemento evidente é o avanço do assoreamento, fenômeno observado por meio de imagens de satélite e relatórios técnicos. A supressão da vegetação ciliar para expansão da agricultura irrigada e ocupação urbana intensifica a erosão do solo, aumentando a carga de sedimentos transportados ao leito. Rebouças (2006) destaca que “o assoreamento é consequência direta do manejo inadequado do solo e da retirada da cobertura vegetal”, prejudicando a navegação, a biodiversidade e a regulação do fluxo hídrico. Estudos do MapBiomass (2021) mostram que a Bacia do São Francisco perdeu cerca de 37% da vegetação nativa desde 1985, especialmente em áreas próximas aos polos agrícolas, confirmando o impacto humano sobre a integridade do ecossistema.

Os dados socioeconômicos analisados também evidenciam a forte dependência regional da agricultura irrigada. Segundo o IPEA (2020), mais de 70% das outorgas de uso da água no semiárido destinam-se à irrigação, demonstrando a centralidade do São Francisco para o desenvolvimento econômico da região. Contudo, essa elevada demanda gera competição entre usuários, especialmente em períodos de estiagem. A ANA (2022) ressalta que o uso intensivo da água para irrigação contribui para a redução das vazões

naturais em determinados períodos, criando conflitos e exigindo maior eficiência na alocação dos recursos hídricos.

No campo institucional, os dados analisados evidenciam que a existência de instrumentos jurídicos robustos não tem se traduzido em efetividade prática. A Constituição Federal, a Lei nº 9.433/1997 e o Sistema Nacional de Meio Ambiente (SISNAMA) fornecem bases sólidas para a proteção do rio. Entretanto, como observa Rebouças (2006), “a fragilidade institucional, somada à falta de fiscalização contínua, reduz significativamente a capacidade de aplicação das políticas ambientais” [10]. Essa interpretação se alinha à crítica de Boaventura de Sousa Santos (2009), segundo a qual a gestão ambiental só se torna justa e efetiva quando incorpora participação social, transparência e distribuição equitativa dos recursos.

Além disso, a ausência de integração entre políticas públicas municipais, estaduais e federais resulta em ações fragmentadas, insuficientes para conter a degradação observada. A insuficiência de saneamento básico, aliada à baixa capacidade de monitoramento, demonstra o distanciamento entre o arcabouço normativo e sua aplicação prática — fenômeno que Streck (2020) caracteriza como “descompasso entre a normatividade constitucional e a realidade social”, especialmente no que diz respeito ao dever estatal de preservar o meio ambiente equilibrado.

Dessa forma, os dados analisados convergem para a conclusão de que a degradação ambiental do Rio São Francisco resulta tanto de pressões antrópicas diretas — como poluição, desmatamento e uso intensivo da água — quanto de falhas institucionais estruturais, como falta de fiscalização, recursos insuficientes e baixa participação social. A continuidade desse cenário, sem intervenções estruturadas e integradas, tende a comprometer a segurança hídrica, a saúde pública e o desenvolvimento socioeconômico regional.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise realizada ao longo deste estudo evidencia que o Rio São Francisco, especialmente no trecho correspondente aos municípios de Petrolina-PE e Juazeiro-BA,

enfrenta desafios ambientais, sociais e institucionais que comprometem sua sustentabilidade a longo prazo. Apesar de seu inegável valor ecológico e socioeconômico, o rio vem sofrendo impactos decorrentes da urbanização acelerada, da intensificação da agricultura irrigada, da poluição hídrica e da ausência de políticas públicas integradas.

A legislação ambiental brasileira, embora avançada, encontra dificuldades significativas em sua aplicação prática. Instrumentos como a Política Nacional dos Recursos Hídricos, o licenciamento ambiental e a fiscalização exercida pelos órgãos competentes se mostram insuficientes diante da complexidade dos problemas enfrentados. A efetividade dessas normas depende diretamente da articulação entre Estado, sociedade civil e atores econômicos, que ainda se apresenta frágil e desarticulada.

Os dados analisados demonstram que a degradação ambiental do Rio São Francisco decorre, em grande parte, da falta de gestão integrada, da insuficiência de saneamento básico e da ausência de mecanismos de monitoramento contínuo. Nesse sentido, destaca-se a necessidade urgente de investimentos em infraestrutura hídrica, programas de reflorestamento das margens, ampliação das estações de tratamento de esgoto e ações educativas que promovam a conscientização ambiental da população ribeirinha.

Além disso, é fundamental fortalecer a governança hídrica por meio do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco, garantindo maior participação social e transparência nas decisões. A adoção dos princípios da prevenção, precaução e poluidor-pagador deve orientar políticas públicas mais efetivas, assegurando que o uso da água seja compatível com a conservação ambiental e com o bem-estar das comunidades locais.

Conclui-se, portanto, que a preservação do Rio São Francisco exige um compromisso conjunto entre Estado, sociedade e setor produtivo. Somente por meio de uma abordagem integrada, interdisciplinar e participativa será possível garantir a continuidade dos serviços ecossistêmicos, a segurança hídrica da região e o cumprimento do direito fundamental ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, previsto no artigo 225 da Constituição Federal.

REFERÊNCIAS

ANA – Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico. **Relatórios de Conjuntura dos Recursos Hídricos no Brasil**. Brasília, 2022.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**.

BRASIL. **Lei nº 9.433, de 08 de janeiro de 1997**. Institui a Política Nacional de Recursos Hídricos. Diário Oficial da União, Brasília, 1997.

FUNDAÇÃO Joaquim Nabuco – FUNDAJ. **Estudos e Impactos Ambientais da Transposição do Rio São Francisco**. Recife, 2023

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Indicadores de Saneamento Básico e Recursos Naturais**. Brasília, 2021.

IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. **Gestão Hídrica e Desenvolvimento Regional no Semiárido**. Brasília, 2020.

REBOUÇAS, Aldo. **Águas Doces no Brasil: Capital Ecológico, Uso e Conservação**. São Paulo: Escrituras, 2006.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **A Crítica da Razão Indolente: Contra o Desperdício da Experiência**. São Paulo: Cortez, 2009.

STRECK, Lenio Luiz. **Jurisdição Constitucional e Hermenêutica: Uma Nova Crítica ao Direito**. 9. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2020.

DIREITOS NEGADOS: INVISIBILIDADE DA POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA NO CENTRO DE PETROLINA

Alexandra Romana de Souza Menezes
Bacharelanda em Direito
Faculdade de Petrolina (FACAPE)

Andressa dos Santos de Almeida Ribeiro
Bacharelanda em Direito
Faculdade de Petrolina (FACAPE)

Eduarda Muniz Ribeiro
Bacharelanda em Direito
Faculdade de Petrolina (FACAPE)

Raquel Farias Leite
Bacharelanda em Direito
Faculdade de Petrolina (FACAPE)

RESUMO: Esse projeto de pesquisa trata da percepção da negligência perante os indivíduos em situação de rua, a ausência de seus direitos na prática e as mudanças realizadas ao longo do tempo na sociedade e no Direito para com essas pessoas. Assim, evocando a atenção dessas situações no cotidiano da cidade pernambucana de Petrolina. Os objetivos desses estudos são: analisar a visibilidade que as pessoas em situação de rua possuem; alertar a população sobre os direitos violados e a ausência de atuação do poder público; verificar como a sociedade percebe e trata essas pessoas, incluindo estigmatização e preconceito. A arquitetura hostil remete a um método específico de desenho urbano que (de)limita, e afasta pessoas, influenciando os comportamentos sociais numa cidade. Certos dispositivos físicos, instalados no espaço público, segregam e restringem encontros (Severino, 2022). Ao longo do tempo, surgiram modificações estruturais em diversas metrópoles, a fim de torná-las menos aptas a presença da população em situação de rua. Esse estudo é de cunho qualitativo. O instrumento de pesquisa será a observação com pesquisador não participante. O método de análise de dados será o dialético-descritivo. Este projeto é um estudo em andamento, o qual aponta a dependência orçamentária em políticas públicas para a melhoria das condições de vida das pessoas em situação de rua.

Palavras-chave: Sociedade. Arquitetura hostil. Situação de rua. Direitos negados.

ABSTRACT: This research project deals with the perception of neglect toward individuals experiencing homelessness, the absence of their rights in practice, and the changes made over time in society and in the law regarding these people. Thus, it draws attention to these situations in the daily life of the city of Petrolina, Pernambuco. The objectives of these studies are: to analyze the visibility that people experiencing homelessness have; to alert the population about violated rights and the lack of action by public authorities; and to examine how society perceives and treats these people, including stigmatization and prejudice. Hostile architecture refers to a specific method of urban design that demarcates and distances people, influencing social behaviors in a city. Certain physical devices installed in public spaces segregate and restrict interactions (Severino, 2022). Over time, structural modifications have emerged in various metropolises in order to make them less accommodating to the presence of population in street situations. This study is qualitative in nature. The research instrument will be observation with a non-participant researcher. The data analysis method will be dialectical-descriptive. This project is an ongoing study, which points to budgetary dependence on public policies for improving the living conditions of people in street situations.

Keywords: Society. Hostile architecture. Street situation. Denied rights.

1 INTRODUÇÃO

No cenário urbano de Petrolina, Sertão pernambucano, a presença da população em situação de rua tornou-se parte da paisagem cotidiana, sobretudo no centro da cidade. Entretanto, embora estejam fisicamente visíveis, esses indivíduos permanecem socialmente invisíveis diante da indiferença de grande parte da sociedade e da insuficiência de políticas públicas eficazes. Essa invisibilidade reflete um processo de exclusão social marcado por estigmas, desigualdade econômica e negligência estatal. Nesse sentido, compreender os fatores que alimentam essa marginalização é essencial para discutir os desafios da cidadania e da dignidade humana no contexto petrolinense.

Diante desse cenário, um dos fatores que explicam a invisibilidade da população em situação de rua em Petrolina está ligado às desigualdades históricas do país.

Majoritariamente, essas pessoas chegam ao centro da cidade após trajetórias marcadas por desemprego, fragilidade familiar ou ausência de políticas habitacionais eficazes. Nesse contexto, embora estejam expostas aos olhares diários, grande parte da sociedade prefere ignorá-las, como se a presença delas fosse um incômodo a ser silenciado. Essa atitude reforça o que Durkheim chamou de enfraquecimento dos laços sociais, em que indivíduos marginalizados deixam de ser reconhecidos como parte do coletivo. Assim, a exclusão não se resume à falta de moradia, mas ao apagamento simbólico da dignidade, o que perpetua a ideia de que esses cidadãos não pertencem ao espaço urbano e dificulta o exercício pleno de sua cidadania.

Além da dimensão social, a invisibilidade da população em situação de rua em Petrolina revela também a fragilidade das estruturas que deveriam protegê-los. A ausência de políticas públicas eficazes na saúde, na assistência social e na habitação faz com que essas pessoas sigam em um ciclo de abandono. Muitos não enfrentam apenas a falta de um teto, mas também dores profundas, transtornos mentais não tratados, a luta contra a dependência de drogas, o abandono familiar ou simplesmente a perda de familiares. Apesar disso, em vez de apoio, recebem olhares de desconfiança e julgamento, como se fossem culpados pela própria condição. Reconhecer que cada pessoa em situação de rua carrega uma história, um nome e um desejo de pertencimento é fundamental para que o poder público e a sociedade construam, juntos, políticas mais humanas que garantam moradia, cuidado, oportunidade de trabalho e, sobretudo, a chance de serem vistos novamente como parte legítima da comunidade.

Diante do exposto, torna-se imprescindível enfrentar a invisibilidade da população em situação de rua em Petrolina e no Brasil como um todo por meio de ações que resgatem sua dignidade e cidadania. Para isso, o Governo Federal, em parceria com as prefeituras municipais, deve implementar políticas públicas integradas, como programas habitacionais acessíveis e centros de acolhimento com atendimento médico e psicológico, a fim de oferecer suporte material e emocional a essas pessoas. Assim, será possível transformar a realidade da população em situação de rua, garantindo não apenas um espaço físico na cidade, mas também o reconhecimento de sua humanidade e o pleno exercício de seus direitos.

2 A CONSTRUÇÃO CONCEITUAL E SOCIOJURÍDICA DAS PESSOAS EM SITUAÇÃO DE RUA

Sob a análise popular, as pessoas em situação de rua constituem um grande reflexo do intenso processo de exclusão social, desafiando o entendimento tradicional das categorias de cidadania, dignidade e inclusão social no ordenamento jurídico brasileiro. A definição conceitual dessa temática ainda é um processo delicado e complexo, considerando a relação entre os aspectos históricos, econômicos, sociais e culturais.

De ponto de vista conceitual, o artigo 1º do Decreto nº 7.053/2009 (Brasil,2009), define esse termo como:

Parágrafo único. Para fins deste Decreto, considera-se população em situação de rua o grupo populacional heterogêneo que possui em comum a pobreza extrema, os vínculos familiares interrompidos ou fragilizados e a inexistência de moradia convencional regular, e que utiliza os logradouros públicos e as áreas degradadas como espaço de moradia e de sustento, de forma temporária ou permanente, bem como as unidades de acolhimento para pernoite temporário ou como moradia provisória.

Essa definição normativa, ainda que inovadora, retrata apenas uma parte das diversas trajetórias de vida dessas pessoas, podendo através da sua compreensão homogeneizar experiências marcadas por diversos processos de exclusão.

Sob a ótica sociojurídica, a situação de rua não se resume à falta de recursos materiais. Ela apresenta, sobretudo, a fragilidade das políticas protecionistas e os obstáculos para a aplicação prática do princípio da dignidade da pessoa humana, previsto no artigo 1º, inciso III, da Constituição Federal (Brasil,1988) “III - a dignidade da pessoa humana”.

(Brito,2021) retratou o seu entendimento sobre esse grupo.

Essas histórias trazem muita dor. Em geral, a população em situação de rua tem muita dificuldade para falar sobre seus medos e sofrimentos. Ouvi-los, ajudar a ressignificar as histórias e retomar laços. Estamos falando de emoção. Quando a emoção brota, ela toca a quem ouve, e isso nos mobiliza para algum tipo de ação. Conhecer a população de rua pela escuta pode contribuir para minimizar

a visão preconceituosa que temos dela. Elas não são pessoas descartáveis, pelo contrário, quando damos a elas a possibilidade da escuta, vemos ainda mais que são pessoas plenas de sentimento de si e do mundo.

Assim, é possível notar que a marginalização dessa população é produto da relação entre fatores estruturais, como o desemprego, a precarização das relações de trabalho e a ausência de políticas públicas efetivas.

Ademais, na atualidade surgira um termo conhecido como “arquitetura hostil” que para Severino, a arquitetura hostil remete a um método específico de desenho urbano que (de)limita, e afasta pessoas, influenciando os comportamentos sociais numa cidade. Certos dispositivos físicos, instalados no espaço público, segregam e restringem encontros.

Exemplos comuns incluem a instalação de bancos desconfortáveis, estruturas metálicas embaixo de viadutos ou pedras em áreas de possível repouso. Apesar de ser apresentada como medida de ordenamento urbano, essa prática vem sendo extremamente criticada por reforçar os processos de exclusão social, marginalizando ainda mais aqueles que já se encontram vulneráveis.

Dessa forma, pensar sobre as pessoas em situação de rua não pode se limitar apenas às definições formais da lei. É preciso olhar de maneira crítica para a pobreza, a exclusão social e a precariedade do acesso a direitos que se cruzam na vida dessas pessoas. Para que tenha uma proteção efetiva, é necessária a criação de políticas públicas articuladas, baseadas na justiça social e que reconheçam a população em situação de rua como cidadãos de direitos, e não apenas como pessoas que recebem ajudas momentâneas.

Assim, compreende-se que a forma como essa população é vista e tratada no campo social e jurídico está sempre se modificando, sendo marcada por divergências entre a invisibilidade e o reconhecimento, e, principalmente entre a exclusão e a cidadania. O grande desafio atual é enfrentar as barreiras estruturais que mantêm essas pessoas marginalizadas, então garantindo acesso pleno a seus direitos e à cidade em condições de igualdade ao restante da sociedade.

3 A VIOLAÇÃO COTIDIANA DA INVOLABILIDADE DA VIDA E DA DIGNIDADE

A dignidade da pessoa humana é um princípio central da Constituição Federal de 1988, que assegura, no art. 5º, “a inviolabilidade da vida, da liberdade, da igualdade, da segurança e da propriedade” (Brasil, 1988). Embora seja um pilar do ordenamento jurídico, a realidade cotidiana demonstra que esses direitos muitas vezes não se concretizam na vida das pessoas, especialmente nos grupos mais vulneráveis, revelando um contraste profundo entre a norma jurídica e a prática social.

Sob essa ótica, o jurista brasileiro afirma que:

A dignidade humana é a qualidade intrínseca e distintiva reconhecida em cada ser humano que o faz merecedor do mesmo respeito e consideração por parte do Estado e da comunidade, implicando, neste sentido, um complexo de direitos e deveres fundamentais que assegurem a pessoa tanto contra todo e qualquer ato de cunho degradante e desumano, como venham a lhe garantir as condições existenciais mínimas para a vida saudável, para que tenha bem-estar físico, mental e social, além de propiciar e promover sua participação ativa e corresponsável nos destinos da própria existência e da vida em comunhão com os demais seres humanos. (Sarlet, 2012, p. 73).

Essa visão evidencia que a dignidade não se resume à ausência de violência física: ela inclui condições mínimas de sobrevivência, acesso à saúde, educação, moradia, segurança e reconhecimento social. Quando esses elementos não são garantidos, ocorre a negação prática da dignidade humana, mesmo que formalmente os direitos estejam assegurados.

Arendt (2007, p. 376), alerta que “a calamidade dos que não têm direitos não é que estejam privados da vida, da liberdade e da busca da felicidade, mas que já não pertencem a nenhuma comunidade”.

A exclusão social e a marginalização, portanto, não são apenas problemas econômicos ou de segurança, mas violações profundas da dignidade, pois retiram do indivíduo o senso de pertencimento e de participação na vida coletiva.

O sistema prisional brasileiro é um exemplo dramático de violação cotidiana da dignidade. Com superlotação, condições precárias de habitação, alimentação inadequada e falta de acesso a cuidados de saúde, as prisões frequentemente se tornam espaços de desumanização. Wacquant (2001, p. 87), explica que “o encarceramento em massa serve

como técnica para invisibilizar os problemas sociais que o Estado não pode ou não quer tratar pela raiz, funcionando como uma verdadeira política social para os pobres”.

Assim, o sistema penal não apenas pune, mas contribui para perpetuar a exclusão social e a negação de direitos fundamentais. A violência de gênero é outra manifestação clara da violação da dignidade. Mulheres em situações de violência doméstica vivenciam não apenas agressões físicas, mas também a anulação de sua autonomia, liberdade e autoestima. Dias (2015, p. 45), afirma que “a violência doméstica não é apenas um problema de segurança pública, mas uma questão estrutural que revela as desigualdades de poder historicamente construídas em nossa sociedade, atingindo o núcleo fundamental da dignidade feminina”.

A persistência desse tipo de violência demonstra como as normas legais, por si só, não garantem proteção plena, sendo necessárias ações efetivas de prevenção, assistência e educação social.

Além das violações diretas, a omissão do Estado configura uma forma silenciosa, mas intensa, de violação da dignidade. Dornelles (2008, p. 92), “conceitua a “violência institucional silenciosa” como a omissão do Estado em garantir direitos sociais básicos, que embora não explícita, produz efeitos devastadores sobre a dignidade humana, perpetuando ciclos de exclusão e marginalização”.

A falta de acesso a serviços de saúde, educação, moradia e alimentação adequada representa uma negação constante da dignidade, atingindo especialmente populações historicamente marginalizadas, como negros, indígenas e pessoas em situação de rua.

A população em situação de rua ilustra de forma emblemática a distância entre direitos teóricos e realidade vivida. A população em situação de rua ilustra de forma emblemática a distância entre direitos teóricos e realidade vivida. Essas pessoas frequentemente enfrentam exclusão social, dificuldade de acesso a serviços básicos como saúde e alimentação, violência urbana e estigmatização pela sociedade. Tal contexto revela que a inviolabilidade da vida e da dignidade permanece muitas vezes apenas como um princípio abstrato, sem correspondência prática.

Do ponto de vista filosófico, Kant fundamenta a dignidade como a obrigação ética de tratar cada ser humano como um fim em si mesmo, jamais apenas como meio. A

instrumentalização de indivíduos, a privação das condições mínimas de sobrevivência ou a manutenção de contextos de exclusão representa violação direta desse princípio. Bobbio (1992, p. 5), complementa que “os direitos do homem, por mais fundamentais que sejam, são direitos históricos, nascidos em certas circunstâncias, caracterizados por lutas em defesa de novas liberdades contra velhos poderes”.

Isso evidencia que a efetividade da dignidade e da vida depende de atuação social contínua, fiscalização rigorosa e transformação estrutural das políticas públicas.

Portanto, a violação cotidiana da vida e da dignidade no Brasil não ocorre apenas em casos isolados, mas se manifesta em estruturas sociais, instituições e práticas culturais que perpetuam a desigualdade e a exclusão. A superlotação carcerária, a violência de gênero, a exclusão da população em situação de rua e a omissão estatal demonstram a distância entre o ideal constitucional e a prática concreta. A superação dessas violações exige ações integradas que combinem políticas públicas inclusivas, fiscalização efetiva, mudanças culturais e engajamento social, transformando a dignidade humana de um princípio abstrato em uma experiência cotidiana concreta e acessível a todos os cidadãos.

4 DIREITOS GARANTIDOS NA LEI, MAS NEGADOS NA PRÁTICA

A Constituição Federal de 1988, representa uma guarda de proteção aos direitos fundamentais, declarando a dignidade do indivíduo como fundamento do Estado Democrático de Direito (art. 1º, III). Normas como o art. 196 (saúde), art. 5º (igualdade) e art. 227 (proteção à infância) é complementadas por leis específicas, como a Lei nº 7.716/1989 (racismo), Lei nº 8.080/1990 (SUS), Lei nº 11.340/2006 (Maria da Penha) e a prática social brasileira, que revela uma negação de desses direitos, consequente de desigualdade estruturais, erros institucionais e impunidade.

Silva (2019, p. 47), enfatiza que “a Constituição é um programa de ação, mas sua ineficácia surge quando o Estado falha em concretizá-la, transformando direitos em ilusões”.

Essa visão entre a essa dicotomia entre a realidade e norma fica evidente em diversos campos, onde as leis progressistas são revolucionadas por políticas inadequadas e preconceitos históricos.

Um exemplo é o direito à igualdade racial, que foi proclamado no art. 5º da Constituição Federal de 1988 e que foi reforçado pela Lei nº 7.716/ 1989, o define como crime inafiançável e imprescritível. Embora, o racismo persiste, com pardos e negros, que são 56% representantes da população segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2022), sendo que enfrentam desemprego 50% maior que os brancos, e sendo 75% das vítimas de homicídios policiais. A Anistia Internacional (2023) relatou que apenas 10- 12% das denúncias de racismo resultam em condenações efetivas, dando isso a demora judicial e à falta de treinamento em forças de segurança.

Já no âmbito saúde, o art. 196 da Constituição Federal de 1988, é definido o direito como dever estatal, sendo materializado pelo SUS pela Lei nº 8.808/1990, que assegura atendimento universal e gratuito. Na pandemia de COVID-19, teve exposição das fragilidades do sistema, com o Brasil passando de 700 mil mortes, com disparidades regionais e sociais alarmantes, onde a população indígenas e da periferia registraram taxas de mortalidade até 60% superiores (Conselho Federal de Medicina - CFM, 2021). A Organização Mundial da Saúde (OMS, 2022), crítica o fundo crônico, agravado pela Emenda Constitucional nº 95/2016 (Teto de Gastos), que cortou os investimentos à saúde em 20%.

Relatora da ONU sobre o direito à saúde, afirma que “leis progressivas no Brasil coexiste com violações sistemáticas, negando o acesso à saúde para os vulneráveis e violando a vida” (Mofokeng, 2022).

Essa realidade ilustra como os direitos são negados por privilégios econômicos que favorecem rigidez em detrimento do bem-estar coletivo.

A proteção às crianças e às mulheres, são oferecidos outros testemunhos dessa contradição. A Lei Maria da Penha marca um avanço em combate à violência de gênero, prevendo punição rigorosa e medidas protetivas, mas o Fórum Brasileiro de Segurança Pública (2023) registrou 1.437 feminicídios só em 2022, com apenas 35% dos casos e prisão em flagrante em menos de 30%.

Diniz, (2020, p. 313), em “Compêndio de Introdução ao Estudo do Direito, que normas protetivas perdem eficácia sem redes de apoio institucional, permitindo que a patriarcalidade negue direitos fundamentais às mulheres”.

O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), garante a priorizar a infância (art. 4º), junto à Convenção Internacional sobre os Direitos da Criança em 1990, mas o Ministério do Trabalho e Emprego (2023), estima que 1,7-1,8 milhões de crianças está em trabalho infantil, especialmente onde a pobreza extrema.

O UNICEF (2022), denuncia que “leis como o ECA são negadas na prática por falta de fiscalização e investimentos sociais, perpetuando ciclos de exploração e analfabetismo”.

Nesses casos se destacam como direitos de grupos vulneráveis que são formalmente assegurados, mas que são ignorados pela ausência de implementação cultural e concreta.

Os direitos garantidos na lei, mas negados na prática, tem uma crise de legitimidade do ordenamento jurídico brasileiro, onde a Constituição Federal de 1988 atua mais como fictício do que como ferramenta transformadora. Para exceder essa dicotomia, é essencial investir em educação, fortalecimento de instituições como varas especializadas e conselhos tutelares, e mais participações da população em audiências públicas.

Da silva (2019, p. 51) conclui que “concretização dos direitos exige não só leis, mas uma cultura de accountability estatal”.

Com reformas como monitoramento independente e a ampliação de orçamentos sociais, inspirado nos relatórios da ONU, o Brasil pode progredir em uma democracia substantiva, onde tem os direitos transcendam o papal, promovendo respeito e coesão social á dignidade humana.

5 ANÁLISE DE DADOS

A análise dos dados disponíveis sobre a população em situação de rua em Petrolina evidencia a existência de um fenômeno concentrado principalmente na região

central da cidade, onde a circulação de pessoas, o comércio, os serviços e os espaços públicos tornam mais visíveis (e ao mesmo tempo mais ignoradas) as pessoas que vivem nas ruas. Segundo o Informe Técnico: Perfil da População em Situação de Rua no Estado de Pernambuco (CNMP, 2024), o município possui 241 pessoas em situação de rua registradas. Embora o dado seja municipal, a própria gestão reconhece que os pontos de maior fluxo dessa população se localizam justamente no centro, o que reforça a importância de analisar esse território como palco principal da invisibilidade social. As ações do programa “Petrolina Acolhe” e, em especial, do projeto “Um Novo Recomeço”, confirmam essa concentração quando apontam que as abordagens prioritárias ocorrem especialmente em locais centrais, como Praça da Catedral, Terminal Rodoviário, imediações da Avenida Guararapes, Orla e calçadas comerciais. São áreas onde a presença constante dessa população contrasta com a circulação rápida dos transeuntes, resultando em uma convivência marcada pela indiferença e pelo não reconhecimento. Em uma ação recente, a prefeitura registrou 48 abordagens, das quais 14 pessoas aceitaram ser encaminhadas para o abrigo, indicando que, mesmo nas regiões centrais onde as equipes atuam com frequência, grande parte da população permanece à margem das políticas de acolhimento. No centro de Petrolina também se observa a atuação do Centro POP, que embora não esteja localizado exatamente no coração da cidade, recebe diariamente muitas pessoas que dormem nas ruas do centro e se deslocam até lá em busca de refeições, banho, guarda de pertences e orientações. Com capacidade para 300 atendimentos mensais e média de 20 atendimentos por dia, o fluxo demonstra que uma parte da população em situação de rua que circula e vive no centro depende diretamente desse equipamento. Ainda assim, o número de atendimentos não abrange a totalidade das pessoas visualmente identificadas na região central, o que reforça a existência de um vazio assistencial: muitos permanecem nos bancos, praças, calçadas e marquises, sem acessar os serviços disponíveis. As imagens e reportagens analisadas – que mostram ações de distribuição de refeições, equipes especializadas do SEAS realizando abordagens e cenas de acolhimento – ajudam a compor a visão institucional do cuidado. No entanto, essas representações contrastam com o que é observado diariamente no centro da cidade: pessoas dormindo na Praça da Catedral, deitadas em áreas comerciais

fechadas, pedindo ajuda nos semáforos da Guararapes e utilizando os espaços públicos como única alternativa de sobrevivência. Essa discrepância revela um descompasso entre a política formal e a vivência real da rua, reforçando que, apesar das iniciativas, a invisibilidade permanece evidente. Outro ponto crítico é a ausência de pesquisas acadêmicas específicas sobre o centro de Petrolina. Não foram encontrados estudos recentes que realizem mapeamento próprio da região central, que acompanhem trajetórias de vida das pessoas que vivem nessa área ou que descrevam suas rotinas, vulnerabilidades e formas de interação com o território. Essa falta de investigação direcionada contribui para a invisibilidade, pois impede que as particularidades do centro – como o maior fluxo de pessoas, a presença de comércio e a ocupação constante de pontos fixos – sejam compreendidas de forma aprofundada. Portanto, a análise dos dados evidencia que, embora existam políticas públicas estruturadas, a região central de Petrolina continua sendo o principal espaço onde a invisibilidade da população em situação de rua se manifesta. O centro é palco tanto da presença mais evidente quanto da indiferença social que encobre essas vidas. Isso reforça a necessidade de estudos mais detalhados, de ações de campo e de uma escuta ativa que considere o território central como elemento fundamental para compreender e enfrentar a invisibilidade social dessa população.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa tem caráter bibliográfico e qualitativo, sendo baseada em estudos sociológicos, documentos legais e contribuição doutrinárias para compreender a realidade da população em situação de rua e os limites da efetivação da dignidade humana. Tendo apoio em autores como Arendt, Durkheim e Sarlet, além do Decreto n° 7.053/2009 e da Constituição Federal, buscando analisar os fenômenos a partir dos seus fundamentos sociais e jurídicos.

As descobertas revelam que a invisibilidade dessa parte da população vem decorrendo de fatores estruturais, como a fragilidade das políticas públicas, desigualdade e preconceitos históricos. Observasse que os direitos garantidos em lei -

como igualdade, proteção social e saúde - continuam sendo negados na prática, sendo em específico em grupos vulneráveis. Constata que a efetivação da dignidade humana a exige ações estatais contínuas e políticas integradas, indo além do que está previsto na norma.

REFERÊNCIAS

- ANISTIA INTERNACIONAL. **Relatório Anual 2023**.
- ARENDT, Hannah. **A condição humana**. 2007.
- BARBOSA Advogados. **Ministro Alexandre de Souza Agra participa do Colóquio Acesso à Justiça – Diálogo, Diversidade e Desenvolvimento**. Rafael Andrea; Mascarenhas Barbosa Advogados, 28 jun. 2025.
- BOBBIO, Norberto. **Direitos humanos e direitos fundamentais**. 1992.
- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**.
- BRITO, Cláudia; ANTUNES, Valeska; LEONEL, Lilian; RIBEIRO, Eliana Cláudia; SILVA, Lenir (coord.). **Histórias de Vida, Vozes da Rua**, 2021.
- CFM. **Relatório COVID-19**, 2021.
- DIAS, Maria Berenice. **Direito das famílias**. 2015.
- DINIZ, M. H. **Compêndio de Introdução ao Estudo do Direito**. Saraiva, 2020.
- DORNELLES, João Ricardo. **Violência institucional e políticas sociais**. 2008.
- FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. **Anuário 2023**.
- GONZALEZ, L. **Racismo e Sexismo na Cultura Brasileira**. Zahar, 1984.
- HABERMAS, J. **Direito e Democracia**. *Tempo Brasileiro*, 1997.
- IBGE. **Síntese de Indicadores Sociais 2022**.
- MINSITÉRIO DO TRABALHO. **Trabalho Infantil 2023**.
- MOFOKENG, T. **Relatório ONU sobre Saúde**, 2022.
- OMS. **Relatório Pandemia no Brasil**, 2022.
- RAMOS, Ary Maximus Ferreira. **A invisibilidade jurídica da população LGBTQIAPN+: entre o reconhecimento legal e a invisibilidade social: um olhar jurídico-sociológico sobre a problemática**.
- SARLET, Ingo Wolfgang. **A eficácia dos direitos fundamentais**. 2012.
- WACQUANT, Loïc. **Punir os pobres: a nova gestão da pobreza urbana**. 2001.

O PARADOXO DA (IN) JUSTIÇA: A DUPLA MARGINALIZAÇÃO DA MULHER NEGRA NA CRIMINOLOGIA BRASILEIRA - ENTRE A VITIMIZAÇÃO OCULTA E A CRIMINALIZAÇÃO

Alana Barbosa Oliveira

Bacharelanda em Direito

Universidade Estadual de Feira de Santana

Vanessa Mascarenhas Góes Lima

Professora Orientadora

Mestre em Gestão de Políticas Públicas e Segurança Social

Universidade Estadual de Feira de Santana – UEFS

RESUMO: O presente trabalho se propõe a analisar o Paradoxo da (In)Justiça Penal que atravessa a experiência da Mulher Negra no Brasil, marcada por uma dupla marginalização estrutural. A pesquisa se fundamenta no referencial teórico da Interseccionalidade, que evidencia a sobreposição das opressões de raça e gênero na determinação do tratamento dispensado pelo sistema de justiça no Brasil. O objetivo principal é observar em que medida o aparato penal brasileiro atua seletivamente, promovendo simultaneamente a invisibilidade da mulher negra como vítima de violência, configurando uma vitimização secundária e até mesmo terciária e a sua representação como sujeito criminalizado, ou seja, uma hiper penalização. O estudo utiliza a revisão bibliográfica em Criminologia Crítica, Sociologia Jurídica e legislação específica para mapear as falhas da proteção estatal em relação às vítimas e a seletividade da persecução penal. Os resultados preliminares apontam que a neutralidade da lei é um mito que esconde a reprodução do racismo e do patriarcado, transformando a mulher negra em alvo prioritário da força punitiva do Estado e, ao mesmo tempo, ignorando-a como sujeito de direitos. Conclui-se que a superação da dupla marginalização exige uma reforma profunda no sistema, pautada pela perspectiva antirracista e de gênero.

Palavras-chave: Criminologia. Interseccionalidade. Mulher Negra. Seletividade Penal. Vitimização.

ABSTRACT: This study aims to analyze the Paradox of (In)Justice in Criminal Law that permeates the experience of Black women in Brazil, marked by a double structural marginalization. The research is based on the theoretical framework of Intersectionality, which highlights the overlapping of racial and gender oppressions in determining the treatment provided by the justice system in Brazil. The main objective is to observe to what extent the Brazilian penal apparatus acts selectively, simultaneously promoting the invisibility of Black women as victims of violence, configuring secondary and even tertiary victimization, and their representation as criminalized subjects, that is, hyper-penalization. The study uses a literature review in Critical Criminology, Legal Sociology, and specific legislation to map the failures of state protection in relation to victims and the selectivity of criminal prosecution. Preliminary results indicate that the neutrality of the law is a myth that hides the reproduction of racism and patriarchy, transforming Black women into a priority target of the State's punitive force and, at the same time, ignoring them as subjects of rights. It is concluded that overcoming double marginalization requires a profound reform of the system, guided by an anti-racist and gender perspective.

Keywords: Criminology. Intersectionality. Black Woman. Penal Selectivity. Victimization.

1 INTRODUÇÃO: INTERSECCIONALIDADE COMO LENTE DE ANÁLISE: RAÇA, GÊNERO E SISTEMA PENAL

A análise do sistema penal brasileiro sob a perspectiva da interseccionalidade permite uma compreensão aprofundada de como as categorias de raça e gênero se entrelaçam na produção e manutenção das desigualdades estruturais. A experiência da mulher negra emerge, nesse quadro, como um fenômeno emblemático que revela o paradoxo da (in)justiça, na medida em que o mesmo aparato jurídico destinado à garantia de direitos e à proteção social atua de maneira seletiva e enviesada, reproduzindo mecanismos históricos de exclusão e controle.

Historicamente, desde o período escravocrata, a mulher negra foi socialmente construída como um corpo duplamente vulnerável: útil e descartável, sendo alvo de uma exploração que transcendeu a dimensão econômica, atingindo as esferas sexual e simbólica. Essa herança histórica perversa não apenas moldou a estrutura social

brasileira, como também consolidou estereótipos depreciativos que, ainda hoje, influenciam de forma crucial a maneira como o sistema penal interpreta, investiga e julga suas condutas e suas interações com a lei (Rezende; Tárrega, 2021).

À luz da teoria da interseccionalidade, evidencia-se que as opressões de raça e gênero não se somam de modo aritmético, mas se articulam de maneira orgânica e mutuamente constitutiva, conformando uma dupla marginalização específica. Esta se manifesta no plano da vitimização invisibilizada pela ausência de reconhecimento e amparo estatal e, simultaneamente, no plano da criminalização exacerbada pela rigidez e seletividade do poder punitivo (Collins; Bilge, 2020).

A manutenção desse paradoxo é sustentada pelo mito da neutralidade da lei. Essa falsa universalidade da norma encobre as estruturas profundamente racistas e patriarcais que dão base e legitimidade ao exercício do poder punitivo do Estado. Essa lógica de exclusão é histórica e, conforme afirma, Collins e Bilge:

As mulheres de ascendência africana possivelmente construíram um seguimento visível e considerável da sociedade brasileira; no entanto, em um Brasil que ostensivamente não possuía raça, as mulheres negras não existiam como categoria de população oficialmente reconhecida. (2016, p. 39).

Essa interconexão entre o projeto de nação e o apagamento das mulheres afro-brasileiras demonstra como o direito penal brasileiro desvia-se de sua vocação declarada de ser instrumento de justiça universal e transforma-se, lamentavelmente, em um mecanismo eficiente de perpetuação das desigualdades sociais já estabelecidas, pois pune justamente aqueles que a norma oficial decide não reconhecer, o que é visto por Angela Davis (2021) como uma escolha racional e não como algo que deu errado no sistema, de modo que o sistema penal representa o aparato substitutivo do regime escravocrata.

Nesse contexto, a criminologia crítica feminista surge como um campo de resistência e produção de conhecimento. Ela se propõe a desvelar as entranhas do sistema, expondo as contradições entre a promessa de justiça e a realidade da

seletividade. Assim, compreender a atuação do sistema penal sob o olhar interseccional é fundamental não apenas para a denúncia, mas também para propor uma reconstrução teórica e prática que se oriente pela efetivação de uma justiça social, antirracista e de gênero, capaz de reconhecer a complexidade da experiência da mulher negra e reverter sua dupla marginalização.

2 A ATUALIZAÇÃO DO CONTROLE DO CORPO NEGRO FEMININO

A compreensão da dupla marginalização que atinge a mulher negra no Brasil exige uma revisita imediata e aprofundada da herança escravocrata, período em que foi construída a base simbólica e social que ainda hoje sustenta a desigualdade racial e de gênero. Historicamente vista como objeto de exploração econômica e sexual, a mulher negra foi reduzida a uma condição de servidão cuja lógica de dominação ultrapassou a abolição formal e se perpetuou estruturalmente. Essa exclusão é tão profunda que, conforme lembra Grada Kilomba (2019), enquanto o homem branco se apresenta como a "pessoa" universal, a mulher negra precisa afirmar sua negritude para existir, desafiando o racismo e o sexismo que estruturam o corpo social.

Essa dinâmica revela que, desde as quitandeiras, que foram pioneiras na autonomia econômica por meio do comércio de rua, a trajetória feminina negra é marcada tanto pela resistência ativa quanto pela persistência da marginalização, culminando hoje na maioria das ocupações precarizadas e na triste posição de principais vítimas de violência. Como aponta a Brasileira Iconográfica (2023), essas mulheres, escravizadas ou libertas encontraram nas quitandas um espaço essencial de sobrevivência e autonomia, revelado que a resistência feminina negra no trabalho é histórica e antecede em muito a noção contemporânea de empreendedorismo.

Essa trajetória de controle se atualiza dramaticamente: o mesmo Estado que outrora chancelava a escravidão, hoje endossa a criminalização seletiva de seu corpo, especialmente quando essa mulher ocupa os espaços da pobreza, da informalidade ou da periferia. Essa passagem da exploração sistêmica à punição legal é o reflexo direto de como os estereótipos raciais e sexistas herdados da escravidão ainda moldam, de forma

inconsciente ou deliberada, a atuação das instituições de controle social. O corpo da mulher negra, já imaginado como suspeito, disponível e desvalorizado, torna-se o principal alvo da hiperexposição criminal, ao passo que sua vitimização é mantida em um estado de ocultamento institucional, uma vez que permanece situado em um lugar de desumanização atravessado por estereótipos raciais, violência e invisibilidade, que seguem estruturando o modo como suas existências são interpretadas e controladas pelo sistema penal (Lima, 2024).

A criminologia crítica e feminista confere o mais abrangente arsenal intelectual para a compreensão da situação da mulher, pois desvela como o sistema penal atua de forma seletiva, estigmatizando e estereotipando as personagens que integrarão seu quadro reprimido. A criminalização, nesse sentido, é profundamente marcada por um modelo androcêntrico, que busca manter a mulher em um lugar predefinido (Silva; Pereira, 2015, p. 27).

Seguindo essa linha, uma análise criminológica negra e multiétnica torna-se essencial para confrontar a violência e a atuação do sistema penal sobre as mulheres negras, incorporando os paradigmas racial, de gênero e de classe nos estudos feministas em criminologia (Campos, 2014, p. 199). Dessa forma, a marginalização contemporânea não deve ser lida como um fenômeno novo ou fortuito, mas sim como a atualização de um sistema histórico de dominação, no qual o controle do corpo negro feminino é exercido agora pelo aparato legal e prisional, revelando o verdadeiro paradoxo da (in)justiça: o alvo da punição estatal, no fundo, continua sendo o mesmo.

É fundamental reconhecer que a persistência da marginalização feminina negra na contemporaneidade é inseparável de seu legado histórico, o qual estabeleceu as bases de sua exclusão. O próprio sistema escravista operou uma desumanização tão radical que distorceu a percepção da mulher negra, tratando-a primariamente como mera força de trabalho. Nesse contexto, o corpo negro feminino foi desprovido de seu papel social de gênero idealizado, conforme detalha a análise:

O sistema escravista definia o povo negro como propriedade. Já que as mulheres eram vistas, não menos do que os homens, como unidades de trabalho lucrativas, para os proprietários de escravos elas poderiam ser

desprovidas de gênero. Nas palavras de um acadêmico, “a mulher escrava era, antes de tudo, uma trabalhadora em tempo integral para seu proprietário, e apenas ocasionalmente esposa, mãe e dona de casa”. A julgar pela crescente ideologia da feminilidade do século XIX, que enfatizava o papel das mulheres como mães protetoras, parceiras e donas de casa amáveis para seus maridos, as mulheres negras eram praticamente anomalias. (Davis, 2016, p. 24)

A partir dessa construção histórica, a percepção das mulheres negras como “anomalias” consolidou as bases das desigualdades que persistem na atualidade. Excluídas da “ideologia da feminilidade” burguesa que reservava às mulheres brancas o papel idealizado de fragilidade e domesticidade, elas foram inseridas em uma lógica de produtividade e propriedade que reduzia seus corpos à força de trabalho e negava sua condição de sujeito. Essa matriz de desumanização, herdada diretamente da escravidão, estrutura os padrões contemporâneos de exclusão, manifestando-se tanto na precarização do trabalho quanto na violência sistemática que recai desproporcionalmente sobre mulheres negras. (Davis, 2016)

Diante dessa realidade, torna-se imperativo quebrar o silêncio que encobre as continuidades entre o passado escravocrata e o presente. Nessa perspectiva, a análise histórica deixa de ser meramente descritiva e assume um papel transformador, conforme defende Cida Bento:

Assim, falar sobre a herança escravocrata que vem sendo transmitida através do tempo, mas silenciada, pode auxiliar as novas gerações a reconhecerem o que herdaram naquilo que vivem na atualidade, debater e resolver o que ficou do passado, para então construir uma outra história e avançar para outros pactos civilizatórios. (2020, p. 25)

A tarefa de reconhecer o que foi herdado na atualidade é, portanto, o caminho para dismantlar os mecanismos de controle social que ainda operam sob a lógica da propriedade e da exclusão, permitindo que a sociedade brasileira negocie novos pactos civilizatórios verdadeiramente inclusivos.

A tarefa de reconhecer o que foi herdado na atualidade é, portanto, o caminho para dismantlar os mecanismos de controle social que ainda operam sob a lógica da

propriedade e da exclusão, permitindo que a sociedade brasileira negocie novos pactos civilizatórios verdadeiramente inclusivos. Para que essa renegociação seja eficaz, é vital compreender que a opressão não é vivenciada de forma homogênea. O reconhecimento de que somos simultaneamente membros de muitos grupos revela que as identidades complexas moldam as maneiras específicas como o preconceito é experimentado (Collins; Bilge, 2016, p.30).

Por exemplo, percebe-se que homens e mulheres sofrem o racismo de formas diferentes, assim como mulheres de diferentes raças vivenciam o sexismo de maneiras bastante distintas. Essa percepção lança luz sobre os aspectos da experiência individual que, de outra forma, poderiam passar despercebidos, sendo crucial para a formulação de políticas e análises que abordem a realidade da mulher negra de maneira completa.

3 A SELETIVIDADE ESTRUTURAL: O JULGAMENTO DA IDENTIDADE, NÃO DO FATO

Ao invés de se limitar a julgar fatos, o sistema penal brasileiro julga pessoas. Ele seleciona quem será punido com base em estereótipos sociais, raciais e de gênero, perpetuando um modelo de justiça que, em essência, criminaliza identidades. Embora o ideal garantista exija a igualdade perante a lei, a prática revela o contrário. Conforme ensina Ferrajoli, o Direito Penal legítimo exige que a lei se concentre nos fatos objetivos:

O segundo é a igualdade jurídica dos cidadãos perante a lei: as ações ou os fatos, por quem quer que os tenha cometido, podem ser realmente descritos pelas normas como "tipos objetivos" de desvio e, enquanto tais, ser previstos e provados como pressupostos de igual tratamento penal; enquanto toda pré-configuração normativa de "tipos subjetivos" de desvio não pode deixar de referir-se a diferenças pessoais, antropológicas, políticas ou sociais e, portanto, de exaurir-se em discriminações apriorísticas. (2010, p. 31)

A realidade brasileira, contudo, demonstra uma orientação por critérios subjetivos, onde a aparência, a origem, a classe social e a cor da pele definem quem merece ser punido e com que severidade. É nesse ponto que a seletividade se torna

estrutural, decidindo quem será visto como "perigoso" antes mesmo que o crime se concretize. Juarez Tavares sustenta que a culpabilidade não pode se apoiar em juízos morais sobre a personalidade ou o modo de vida do agente, devendo se vincular ao fato e às condições concretas de sua realização. (2019, p. 367)

Quando o Estado transforma a pena em uma ferramenta de correção moral, ele abandona seu papel garantista e se converte em instrumento de controle social e perpetuação das desigualdades sociais. As consequências são palpáveis: as mulheres negras continuam sendo as que menos têm acesso à defesa técnica e as que mais sofrem violência institucional, frequentemente não reconhecidas como cidadãs, mas tratadas como corpos descartáveis, alvo de suspeição e punição. Angela Davis evidencia essa lógica ao demonstrar que, mesmo na condição de vítimas, mulheres negras “têm encontrado pouca ou nenhuma simpatia” por parte de agentes estatais, sendo alvo recorrente de abusos e violência sexual institucionalizada. (2016, p. 172)

A atuação seletiva das instituições penais, ao invés de ser um desvio circunstancial, constitui o eixo que organiza sua lógica de funcionamento. Essa seletividade nasce de estruturas históricas de poder e se reproduz em práticas cotidianas que naturalizam o controle de determinados corpos. Assim, o que se apresenta como aplicação neutra da lei é, na verdade, a reafirmação de desigualdades que atravessam a formação social brasileira, realidade que se evidencia na persistência do racismo estrutural que orienta as ações estatais e define a cor da pele como marcador central da criminalização (Valle, 2021).

Essa naturalização é alimentada por discursos que associam pobreza, raça e criminalidade, reforçando a crença de que certos grupos “pertencem” ao espaço da suspeita. Tal construção simbólica orienta a atividade policial, influencia a interpretação de provas e molda a própria percepção judicial sobre a credibilidade dos acusados. Como resultado, identidades não apenas são vigiadas, mas enquadradas dentro de expectativas punitivas prévias, que dispensam qualquer exame rigoroso dos fatos. Essa engrenagem se mantém porque o sistema de justiça opera como produtor e reproduzidor de narrativas de perigo. Ao considerar determinados sujeitos como potenciais infratores, cria-se uma circularidade perversa: são vigiados porque são suspeitos, e são suspeitos porque são

vigiados. A imputação penal deixa de depender de evidências concretas e passa a repousar em construções sociais que antecedem o ato e condicionam sua interpretação, em uma lógica marcada pela vigilância contínua e difusa, sustentada por dispositivos técnicos que naturalizam o controle e moldam a percepção social sobre determinados corpos. (Machado, 1991)

No cotidiano dos tribunais, essa lógica se evidencia na facilidade com que testemunhos policiais são aceitos, mesmo quando frágeis, e na dificuldade quase intransponível de pessoas negras e periféricas produzirem provas de sua inocência. Como afirmam autoras do feminismo negro, o Estado não apenas seleciona quem deve punir, mas também quem merece ser ouvido, acreditado e reconhecido como sujeito de direitos. A seletividade, portanto, não se limita à etapa da acusação, ela acompanha o indivíduo em todas as fases do processo penal, expressando um padrão estrutural nas instituições públicas em que a cor da pele atua como critério central da determinação seletiva e influência ativa e passivamente as decisões daqueles que detêm o poder. (Valle, 2021)

A consequência é a consolidação de um modelo de justiça que, longe de garantir direitos, administra desigualdades. Na medida em que reafirma quem são os “inocentes presumidos” e quem são os “culpados presumidos”, o sistema penal reforça a estrutura colonial que define vidas passíveis de proteção e vidas que podem ser sacrificadas. A seletividade estrutural, assim, não é apenas um problema técnico ou administrativo, mas um problema ético e político que desafia o próprio sentido de justiça em uma sociedade democrática.

4 O CORPO NEGRO FEMININO ENTRE A OMISSÃO E A PUNIÇÃO: A FALÊNCIA DO SISTEMA DE GARANTIAS

Como tratado no capítulo anterior, a presença da mulher negra no sistema penal brasileiro é resultado de uma lógica que se sustenta na permanência de estruturas coloniais e patriarcais. Em vez de um instrumento neutro de resolução de conflitos, o sistema funciona como um dispositivo que administra desigualdades. Essa

administração da desigualdade é regida pelo racismo gendrado, um mecanismo seletivo que define quais vidas merecem proteção e quais podem ser descartadas. (Torres; Pires, 2020). Nesse processo, a mulher negra ocupa um lugar específico e profundamente marcado por violências históricas: ela é simultaneamente desconsiderada como vítima e hipervalorizada como alvo penal.

A exclusão sistemática da população negra das esferas de cidadania produziu, ao longo dos séculos, um imaginário que associa certos corpos à subordinação e ao silêncio. As instituições do Estado, incluindo o sistema de justiça foram moldadas nesse ambiente, internalizando como norma a desconfiança e o distanciamento em relação às mulheres negras.

Como destaca Sueli Carneiro, o racismo é um mecanismo fundante da sociedade, responsável pela construção do "Outro como Não-Ser", e não uma deformação isolada; é ele que define os limites do pertencimento e regula as oportunidades de reconhecimento (Carneiro, 2005). Quando transposto para o campo penal, esse modo de organização produz respostas assimétricas que, em vez de corrigirem desigualdades históricas, as reforçam e naturalizam.

No caso da mulher negra, esse arranjo opera, primeiramente, pela negação de sua condição de vítima. Suas experiências de violência doméstica, sexual, policial ou institucional são frequentemente tratadas com menor seriedade, como se pertencessem a uma ordem de sofrimento já prevista e quase legitimada. A escuta qualificada, a proteção estatal e o acesso à justiça tornam-se, assim, barreiras quase intransponíveis. A dor que ela relata é submetida a filtros de credibilidade que a desautorizam, como se o sofrimento de seu corpo fosse parte inevitável do cotidiano social e não uma violação de direitos. Essa dinâmica se sustenta na histórica desvalorização do corpo negro, entendida como resultado de um processo que reduz mulheres negras a “só corpo, sem mente”, produzindo um descrédito estrutural sobre suas narrativas e suas dores. (Carneiro, 2005)

Quando essa mesma mulher aparece no polo oposto do processo penal, o movimento se inverte: a invisibilidade cede lugar a uma exposição excessiva. A imputação penal não recai apenas sobre o fato, mas sobre todo um conjunto de estigmas que historicamente a acompanham, produzindo uma leitura ampliada de sua conduta,

como se nela existisse uma predisposição intrínseca ao desvio. Essa dinâmica não pode ser dissociada do próprio funcionamento estrutural do sistema penal, que, como observa Andrade, atravessa “uma profunda e grave crise de legitimidade”, na qual persiste um processo de autolegitimação que convive com “uma forte e contraditória demanda re-legitimadora de sua atuação”. (Andrade, 1996, p. 42) Assim, ao invés de neutralizar preconceitos, o sistema penal os reforça ao julgar a mulher não apenas pelo delito imputado, mas também por parâmetros morais, sociais e de gênero que condicionam sua interpretação como sujeito desviante.

A análise judicial passa a ser influenciada por representações raciais e de gênero, não pela objetividade da conduta. A punição deixa de ser resposta a um evento e se transforma em ferramenta de disciplinamento identitário. Nesse sentido, é crucial reconhecer que a criminalidade é uma realidade socialmente construída através do processo de criminalização seletiva acionado pelo sistema. Assim, como aponta Vera Regina Pereira de Andrade, torna-se mais apropriado falar em criminalização e criminalizados do que em criminalidade e criminosos, evidenciando o papel ativo do sistema na definição do alvo (1999, p. 26).

Quando esse mecanismo opera, reforça a construção da mulher negra como ameaça social, reinscrevendo-a na posição de “suspeita permanente” ou “culpada presumida”. Essa leitura não decorre apenas de estereótipos difusos, mas de uma engrenagem institucional que articula raça, gênero e classe na produção da punição. Como demonstra Dina Alves “É na administração da justiça que se manifesta, de forma explícita, a intersecção dos eixos de vulnerabilidade – delineados por raça, classe e gênero – na produção de categorias de indivíduos puníveis”. (2017, p.108) de modo que os próprios intérpretes da lei reproduzem “um regime racial de ‘produção de verdade’ [...] que favorece a produção de provas e a atuação polícia voltada à ampliação do poder penal” (2017, p. 108).

A compreensão desse processo exige reconhecer, como aponta Djamila Ribeiro, que “a partir da teoria do ponto de vista feminista, é possível falar de lugar de fala”, pois marcar essa posição é fundamental para compreender realidades historicamente silenciadas pela “normatização hegemônica” (2017, p. 34). Assim, longe de neutro, o olhar

jurídico que recai sobre a mulher negra é moldado por estruturas de poder que a situam, desde antes do fato, no horizonte do suspeito. A seletividade não está apenas na porta de entrada do sistema penal, mas em todas as etapas, do inquérito ao julgamento. Os critérios de suspeição são racializados; os parâmetros de credibilidade são atravessados por gênero; e a avaliação da periculosidade incorpora desigualdades estruturais como se fossem características individuais.

Os dados oficiais evidenciam essa dinâmica. Embora representem parcela específica da população brasileira, as mulheres negras compõem a maioria das presas no país. Segundo a reportagem do Brasil de Fato, 62% das mulheres encarceradas no Brasil são negras (Tahyriné, 2022), muitas vezes envolvidas em delitos de baixa complexidade e forte conexão com contextos de vulnerabilidade socioeconômica. O encarceramento, nesse caso, não resulta de condutas graves, mas da conversão da pobreza em motivo de punição. Em vez de políticas públicas, a resposta estatal é o aprisionamento; em vez de cuidado, o isolamento; em vez de reconhecimento, o apagamento. Ademais, é fundamental dimensionar o impacto desse processo para além do indivíduo.

Em se tratando da prisão feminina, devemos entender que quando este encarceramento acontece, ele não afeta apenas a pessoa detida; mas atinge também o núcleo familiar, comunitário e social. Afeta principalmente os filhos das presas, provocando efeitos em potenciais nestas crianças e adolescentes, além de ter a configuração familiar devastada (Lima, 2015, p. 29)

Essa lógica evidencia que o sistema penal atua como ferramenta de atualização da ordem escravocrata. Ele não apenas controla corpos, mas produz significados: define quem merece viver com dignidade e quem deve ser submetido ao rigor extremo da repressão. A mulher negra é colocada no cruzamento dessas forças historicamente violentas, silenciada quando busca proteção e intensamente visada quando o Estado decide punir. Tal arranjo demonstra que a seletividade é parte constitutiva do modelo penal brasileiro, e não uma anomalia.

Compreender essa posição específica é fundamental para a crítica ao sistema de justiça. Não se trata apenas de denunciar desigualdades, mas de reconhecer que o

encarceramento feminino negro é resultado de escolhas institucionais profundamente articuladas ao projeto colonial que ainda organiza o país. A mulher negra é alvo preferencial não porque transgride mais, mas porque o Estado continua a tratá-la como corpo sem valor, sem voz e sem direitos. É justamente essa realidade que exige uma reconstrução radical das práticas punitivas e das compreensões jurídicas, sob pena de perpetuarmos, no presente, as violências que estruturaram nosso passado.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante dos elementos desenvolvidos ao longo deste estudo, torna-se evidente que a desigualdade racial e de gênero segue operando como uma engrenagem estrutural que organiza o acesso ou a negação de direitos no Brasil contemporâneo. Essa permanência histórica revela-se, sobretudo, quando observamos como determinados corpos, especialmente os de mulheres negras, continuam sendo submetidos a processos de controle, silenciamento e responsabilização desproporcionais, ainda que inseridos em um ordenamento jurídico que se pretende igualitário.

A omissão institucional diante dessas desigualdades aprofunda a ruptura entre o que a lei promete e o que o Estado efetivamente garante. A falta de políticas consistentes, a ausência de fiscalização e a negligência cotidiana em relação às condições de vida das mulheres privadas de liberdade ilustram não apenas uma falha administrativa, mas uma escolha política que perpetua exclusões. Quando o Estado falha em assegurar direitos mínimos, desconsidera a própria lógica que fundamenta o pacto social e desautoriza a função humanizadora da execução penal.

Nesse cenário, não surpreende que a trajetória social das mulheres negras continue marcada por barreiras que se acumulam e se retroalimentam: precarização econômica, restrição de oportunidades, vigilância permanente e um sistema punitivo que se dirige a elas de modo preferencial. A falta de investimentos estruturais e de programas robustos de educação, trabalho e cuidado torna o percurso de reintegração praticamente inviável, produzindo um ciclo que naturaliza a exclusão e limita suas possibilidades de autonomia após o cárcere.

Por isso, reconhecer essa realidade não é apenas uma exigência ética, mas uma condição indispensável para a formulação de respostas estatais realmente comprometidas com a dignidade humana. Impõe-se o desenvolvimento de alternativas penais que rompam com a lógica meramente retributiva, ao mesmo tempo em que se fortaleçam mecanismos de fiscalização social e institucional. É imprescindível iluminar essas experiências, ampliar o espaço de fala das mulheres atingidas e consolidar políticas públicas que assegurem condições reais de reconstrução de trajetórias. Somente com esse movimento será possível tensionar as estruturas que produzem desigualdade e avançar na direção de um modelo de justiça verdadeiramente democrático.

REFERÊNCIAS

- ALVES, Dina. **Rés negras, juízes brancos: Uma análise da interseccionalidade de gênero, raça e classe na produção da punição em uma prisão paulistana**. 04 2017. Disponível em: <http://www.scielo.org.co/pdf/recs/n21/2011-0324-recs-21-00097.pdf>.
- ANDRADE, Vera Pereira de. **Criminologia e Feminismo: Da mulher como vítima à mulher como sujeito de construção da cidadania**. Porto Alegre. 1996, disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/sequencia/article/view/15645/14173>. Acesso em 10 Nov. 2025
- ANDRADE, Vera Regina Pereira de. A construção social dos conflitos agrários como criminalidade. In: SANTOS, Rogério Dutra dos. **Introdução crítica ao estudo do sistema penal: elementos para a compreensão da atividade repressiva do estado**. Florianópolis: Diploma Legal, 1999.
- BENTO, Maria Aparecida Silva. **O pacto da branquitude**. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.
- BRASILIANA ICONOGRÁFICA. **Quitandeiras, as primeiras empreendedoras do Brasil**. Equipe Brasileira Iconográfica, 14 jul. 2023. Disponível em: <https://www.brasilianaiconografica.art.br/artigos/23693/quitandeiras-as-primeiras-empreendedoras-do-brasil>. Acesso em: 20 Nov. 2025.
- CAMPOS, C. H. Criminologias Feministas: Três possibilidades para a constituição de um campo de estudo. In: ANDRADE, V. R. P.; ÀVILA, G. N.; CARVALHO, G.M.. (Org.). **Criminologias e Política Criminal**. Florianópolis: CONPEDI, 2014, v. 01, p. 187-201.
- CARNEIRO, Aparecida Sueli. **A construção do Outro como Não-Ser como fundamento do Ser**. 2005. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.
- COLLINS, Patricia Hill; BILGE, Sirma. **Interseccionalidade**. Tradução de Rane Souza. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2020.
- DAVIS, Angela. **Estarão as prisões obsoletas?** Tradução de Marina Vargas. 8ª ed. Rio de Janeiro: Difel, 2021.
- DAVIS, Angela. **Mulheres, raça e classe**. Tradução de Heci Regina Candiani. São Paulo: Boitempo, 2016.
- FERRAJOLI, Luigi. **Direito e Razão: Teoria do Garantismo Penal**. 4. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2010.

KILOMBA, Grada. **Memórias da plantação: episódios de racismo cotidiano**.

Tradução de Jess Oliveira. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.

LIMA, C. A. POR TRÁS DAS GRADES: **Situação de vida e saúde de mulheres presidiárias em um Conjunto Penal da Bahia**. Santo Antônio de Jesus, 2015

LIMA, Leila. **A luta invisível: o legado e a resistência das mulheres negras**. Radis – Fiocruz, 12 mar. 2024. Disponível em: <https://radis.ensp.fiocruz.br/opiniaopos-tudo/a-luta-invisivel-o-legado-e-a-resistencia-das-mulheres-negras/>. Acesso em: 20 Nov. 2025.

MACHADO, Arlindo. **A cultura da vigilância**. Artepensamento – IMS, 1991. Disponível em: <https://artepensamento.ims.com.br/item/a-cultura-da-vigilancia/>. Acesso em: 20 Nov. 2025.

PEREIRA, Luisa Winter; SILVA, Tayla de Souza. **Por uma criminologia feminista: Do silêncio ao empoderamento da mulher no pensamento jurídico criminal**. In: SÁ, Priscila Placha (coordenadora). Dossiê: as mulheres e o sistema penal. Curitiba: OAB/PR, 2015.

REZENDE, Damaris Tuzino de; TÁRREGA, Maria Cristina Vidotte Blanco. Colonialidade do corpo feminino negro: trabalho reprodutivo no período escravocrata brasileiro e justiça racial. **Revista Videre**, v. 13, n. 27. Mai / ago, 2021, p. 227 - 243. Disponível em <file:///C:/Users/usuario/Downloads/trbotelho,+11+COLONIALIDADE+DO+CORPO+FE+MININO+NEGRO-+TRABALHO+REPRODUTIVO+NO+PER%C3%8DODO+ESCRAVOCRATA+BRASIL+EIRO+E+JUSTI%C3%87A+RACIAL.pdf>. Acesso em 18 nov. 2025.

RIBEIRO, Djamila. **O que é lugar de fala?**. Belo Horizonte: Letramento; Justificando, 2017. 112 p. (Coleção Feminismos Plurais).

TAHYRINÉ, Iyale. Encarceramento em massa das mulheres negras é destaque no Prosa e Fato. **Brasil de Fato**, 01 ago. 2022. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2022/08/01/encarceramento-em-massa-das-mulheres-negras-e-destaque-no-prosa-e-fato/>. Acesso em: 20 Nov. 2025

TAVARES, Juarez. **Teoria do injusto penal**. 4. ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2019.

TORRES, Luísa Rodrigues; PIRES, Thula. O racismo gendrado do sistema penal. **Dignidade Re-Vista**, [S. l.], v. 5, n. 9 ESP, p. 52-62, fev. 2020.

VALLE, Julia Abrantes. A seletividade do sistema penal e o racismo estrutural no Brasil: a importância da perspectiva da memória no combate ao genocídio racial. **Revista de Direito**, v. 13, n. 2, 2021.

PELOS CAMINHOS DO VELHO CHICO: A LUTA DOS INDÍGENAS TUMBALALÁ PELA DEFESA TERRITORIAL FRENTE AOS IMPACTOS DA CHESF E À VIOLAÇÃO DA CONSULTA PRÉVIA

Clailton Pereira de Oliveira

Bacharelando em Direito

Universidade Estadual de Feira de Santana – UEFS

Marcelo Bloizi Iglesias

Professor Orientador

Mestre em Direito

Universidade Estadual de Feira de Santana – UEFS

RESUMO: O presente artigo busca fortalecer a luta do povo indígena Tumbalalá, no norte da Bahia, frente aos impactos socioambientais provocados pela Companhia Hidro Elétrica do São Francisco (CHESF) e à violação do direito de consulta prévia, livre e informada previsto na Convenção n.º 169 da OIT. O objetivo central é articular a legislação indigenista e o direito internacional para fundamentar a exigência da consulta prévia, fortalecer a autodemarcação e incentivar o protagonismo comunitário. A fundamentação teórica baseia-se no diálogo entre Direito, Antropologia e Geografia Humana, compreendendo o território como instituto jurídico e espaço identitário. A metodologia, de caráter participativo e dialógico, apoia-se na pesquisa-ação e na extensão universitária, integrando saberes acadêmicos e tradicionais por meio de visitas de campo, rodas de conversa, levantamentos documentais e acompanhamento de processos. Os resultados esperados envolvem o fortalecimento jurídico, político e cultural do povo Tumbalalá e a criação de canais formais de diálogo efetivo com a CHESF e instituições públicas. O artigo contribui para uma democracia mais plural e intercultural, reforçando o papel da universidade na defesa dos direitos humanos e na construção coletiva do conhecimento.

Palavras-chave: Indígenas. Território. Consulta prévia. Extensão universitária. Direitos humanos.

ABSTRACT: The present article seeks to strengthen the struggle of the Tumbalalá Indigenous people, in northern Bahia, in the face of the socio-environmental impacts

caused by the São Francisco Hydroelectric Company (CHESF) and the violation of the right to free, prior, and informed consultation established in ILO Convention No. 169. The central objective is to articulate Indigenous legislation and international law to substantiate the requirement of prior consultation, strengthen self-demarcation, and promote community protagonism. The theoretical framework is based on dialogue among Law, Anthropology, and Human Geography, understanding territory as both a legal institute and an identity-based space. The methodology, participatory and dialogical in nature, relies on action research and university extension, integrating academic and traditional knowledge through field visits, discussion circles, documentary surveys, and monitoring of legal and administrative processes. The expected results involve the legal, political, and cultural strengthening of the Tumbalalá people and the creation of formal channels for effective dialogue with CHESF and public institutions. The article contributes to a more plural and intercultural democracy, reinforcing the role of the university in defending human rights and in the collective construction of knowledge.

Keywords: Indigenous peoples. Territory. Prior consultation. University outreach/extension. Human rights.

1 INTRODUÇÃO

A defesa territorial dos povos indígenas no Brasil configura-se como uma dimensão fundamental da tutela dos direitos humanos e da plena materialização do Estado Democrático de Direito no que toca ao direito à identidade, moradia e propriedade. Nesse cenário, destaca-se a comunidade indígena Tumbalalá, situada no norte do estado da Bahia, a qual tem enfrentado pressões contínuas e impactos relevantes decorrentes de intervenções externas, forjados no discurso desenvolvimentista, em seu território tradicional.

Entre tais impactos, sobressai-se a atuação da Companhia Hidro Elétrica do São Francisco (CHESF), especialmente no que se refere ao controle do fluxo das águas com a abertura recorrente das comportas da Usina de Itaparica, realizada sem a observância de qualquer procedimento prévio de diálogo, consulta ou negociação com a comunidade afetada. Por outro lado, em momentos de seca, a CHESF não abre as comportas para contribuir com a manutenção de um nível maior das águas.

Diante disso, frisa-se que a intervenção humana/empresarial no meio ambiente acarreta prejuízos materiais significativos, comprometendo atividades produtivas como agricultura e pecuária desenvolvidas às margens do Rio São Francisco e afetando diretamente o modo de vida tradicional do povo Tumbalalá (Iglesias; Xavier, 2025). Para ilustrar, no período de seca, sem chuvas, e com o controle das águas pela CHESF o nível do rio não permite a realização de atividades de coleta/pesca, além do assoreamento do rio com a transferência do barro para as margens no lugar do solo pedregoso, modificando o ambiente. No período de chuvas ou em outros momentos em que a CHESF decide abrir as comportas sem avisar, o gado caprino criado solto na comunidade é arrastado quando está perto do rio, com o aumento abrupto do volume das águas, o que afeta diretamente o território da comunidade.

Sabe-se que as intervenções no território demandam a realização de consulta prévia, livre e informada, direito assegurado pela Convenção nº 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), constitui o eixo central desse conflito. Dito isso, é de salutar que o documento internacional, dotado de status supralegal, determina em seu art. 6º que os Estados devem “consultar os povos interessados, mediante procedimentos apropriados e, particularmente, através de suas instituições representativas, cada vez que sejam previstas medidas legislativas ou administrativas suscetíveis de afetá-los diretamente” (OIT, 1989, p. 27). No entanto, a inexistência desse procedimento, como ocorre no caso Tumbalalá, revela a distância entre o reconhecimento formal dos direitos territoriais e sua efetividade prática.

Essa lacuna entre norma e realidade tem sido reiterada na literatura e a ida ao campo na extensão é basilar para que academia e realidade andem juntos. Como afirmam Iglesias e Xavier (2025), mesmo após os avanços constitucionais de 1988, persiste “um abismo entre o discurso de proteção dos direitos humanos e a atuação desenvolvimentista do Estado”, especialmente quando empresas estatais ou concessionárias interferem em territórios tradicionais. Do igual modo, Quijano (2005, p. 117) observa que a “colonialidade do poder” estrutura-se em padrões que inferiorizam saberes e cosmologias não ocidentais, contribuindo para práticas que silenciam as formas próprias de gestão territorial dos povos indígenas.

Desta forma, o território, nesse sentido, deve ser compreendido como um instituto jurídico complexo, que envolve dimensões simbólicas, políticas e identitárias. Conforme Gonçalves (2020, p. 59), “o território constitui-se como lugar de memória, resistência e reprodução dos modos de vida”.

Com isso, cabe ressaltar que essa concepção é fundamental para compreender a autotutela no procedimento demarcatório com a possível autodemarcação física do território Tumbalalá e o significado profundo da relação entre povo e espaço, cujo rompimento compromete a própria reprodução cultural e social da comunidade. Segundo o relato das lideranças, quando a CHESF foi questionada sobre a falta de comunicação/consulta antes da alteração do volume das águas de forma artificial, a resposta foi da prescindibilidade em decorrência da não homologação da Terra Indígena daquele povo e que o São Francisco seria um rio federal, não devendo a Companhia consultar os Tumbalalá.

Logo, este artigo emerge de uma ação extensionista desenvolvida no âmbito do Núcleo de Prática Jurídica da Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS), articulando Direito, Antropologia e Geografia Humana a partir de uma metodologia participativa e dialógica. A construção do conhecimento vem da práxis com visitas para contribuição e diagnóstico de novas demandas, e que precisam de uma relação dinâmica e contínua com a comunidade, valorizando a escuta, as visitas ao território, as rodas de conversa e a mobilização de saberes tradicionais. Como destaca Andrade (2008), a identidade Tumbalalá é atravessada por processos de etnogênese e por redes de trocas que revelam dinâmicas próprias, exigindo abordagens sensíveis às especificidades culturais.

Nesse contexto, o objetivo deste trabalho é analisar a violação ao direito de consulta prévia e os impactos socioambientais sofridos pelos Tumbalalá, evidenciando como práticas estatais e empresariais reproduzem desigualdades históricas e ameaçam a integridade territorial indígena. Portanto, ao fortalecer a interlocução entre universidade e comunidade, o estudo busca contribuir para uma democracia intercultural e plural, reafirmando o papel da extensão universitária na defesa dos direitos fundamentais.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

A fundamentação deste estudo alicerça-se na análise crítica do direito territorial indígena frente aos paradigmas do desenvolvimento estatal, articulando conceitos de constitucionalismo e antropologia jurídica. Parte-se da compreensão de que o território indígena não pode ser reduzido à concepção civilista de propriedade, mas baseado em uma posse imemorial.

Nesse sentido, o Parecer de José Afonso da Silva, produzido no âmbito dos debates constitucionais e administrativos acerca da natureza jurídica das terras indígenas, ressalta que tais territórios constituem bens públicos de uso especial, os quais são vinculados à efetivação dos direitos dos povos indígenas e, por essa razão, são resguardados contra qualquer tentativa de submissão às lógicas privatista ou ao regime comum de exploração e apropriação econômica do solo.

Ademais, no parecer, o autor enfatiza que a “posse indígena” possui contornos próprios, não se confundindo com a posse civil, pois deriva de um vínculo ancestral, anterior ao próprio Estado brasileiro. Assim, a proteção conferida pelo art. 231 da Constituição não funda um direito novo, mas reconhece uma situação jurídica pré-estatal, reafirmando a doutrina da originalidade e imprescritibilidade dos direitos territoriais dos povos originários. A consequência teórica é que a atuação estatal em tais áreas está submetida ao princípio da afetação cultural, que impede o uso do território em desconformidade com os modos de vida, práticas tradicionais e organização sociopolítica dos povos que nele habitam.

De igual modo, esse entendimento se alinha às formulações contemporâneas sobre território e pluralidade jurídica, que rompem com a visão meramente espacial ou patrimonial do solo. Rocha e Moura (2024) definem o território como um instituto jurídico complexo, produzido pelas tramas históricas, afetivas e políticas que estruturam a coletividade.

Tal concepção, converge com a perspectiva de José Afonso da Silva, para quem o território indígena constitui um espaço multidimensional, em que se imbricam fatores ambientais, cosmológicos e identitários, fato que impossibilita a sua redução a “coisa

apropriável” nos moldes do direito privado, essa abordagem permite compreender que o espaço geográfico é, simultaneamente, biofísico e epistêmico, não tratando-se apenas um recorte espacial, mas o lugar onde, conforme formulação da Geografia Humana, “a vida se faz mundo”. Logo, essa construção dialoga de maneira profunda com a forma como comunidades tradicionais, especialmente as quilombolas, produzem e reproduzem juridicidades próprias, as quais coexistem, tensionam e desafiam frequentemente o monopólio estatal do direito.

Dessa forma, é imprescindível mencionar estudos sobre pluralismo jurídico e organização social quilombola, como Iglesias (2024), que ressalta que o território não funciona apenas como suporte físico das relações sociais, mas como fundamento da memória coletiva, da coesão política e dos mecanismos internos de normatividade. Ressalta-se que tais grupos mantêm sistemas jurídicos completos, estruturados em usos, costumes, ancestralidade e formas autônomas de governança, o que expõe a insuficiência do dogmatismo jurídico estatal e reclama o reconhecimento de uma produção normativa enraizada nas vivências comunitárias.

Nessa perspectiva, a interseção entre constitucionalismo, antropologia jurídica, pluralismo normativo e crítica da colonialidade revela que as territorialidades indígena e quilombola, resguardadas as suas especificidades, partilham uma matriz comum de resistência e de produção normativa “desde baixo”, confrontando a colonialidade do poder, na esteira de Quijano (2005). Assim, o território indígena emerge como categoria jurídica complexa, cujo significado ultrapassa a noção clássica de espaço destinado a políticas estatais, afirmando-se como locus de existência, de produção de saberes e de autodeterminação coletiva. Essa leitura amplia a compreensão constitucional, reforçando que proteger o território implica resguardar modos de vida, epistemologias e ordenamentos próprios que sustentam a continuidade histórica dos povos tradicionais.

Destarte, superando a visão do território apenas como objeto de propriedade ou soberania estatal, adota-se a compreensão de que a posse indígena distingue-se radicalmente da posse civil. Ela é coletiva, originária e vinculada à reprodução física e cultural do grupo. Para os Tumbalalá, o Rio São Francisco é parte indissociável de sua subjetividade histórica, não uma mera fronteira administrativa. Como demonstram

Iglesias e Xavier (2025), “a abertura das comportas provoca danos materiais e simbólicos que desestruturam o modo de vida Tumbalalá”, evidenciando a centralidade do rio na vida do povo.

A identidade Tumbalalá e sua reivindicação territorial estão profundamente ligadas ao Toré, que a antropologia reconhece como mecanismo central de articulação política. Andrade (2002) afirma que “o Toré atua como um ‘grande atrator’, capaz de articular sentidos de pertencimento e fortalecer redes de solidariedade indígena”. Assim, o Toré não se limita a um ritual religioso, mas atua como elemento de coesão interna, legitimação política e fortalecimento da indianidade diante de pressões externas.

No campo jurídico, a Convenção nº 169 da OIT estabelece o dever de consulta prévia, livre e informada. A doutrina contemporânea enfatiza seu caráter político. Para Nascimento e Ferreira (2020), “a consulta prévia não se resume a uma etapa administrativa; constitui instrumento fundamental de participação política dos povos indígenas”. Nesse cenário, a ausência de consulta no caso Tumbalalá tem natureza violadora, pois exclui a comunidade da governança de seu próprio território e compromete o direito à autodeterminação. Por outro lado, diante da dinâmica constante de abertura de comportas, o protocolo precisa lidar com uma situação constante e dinâmica, com a criação de um procedimento de que consiga dialogar em situações de urgência como secas e enchentes.

A metodologia adotada fundamenta-se em abordagem qualitativa e interventiva, alinhada à pesquisa-ação e à extensão universitária crítica. O diagnóstico participativo busca compreender, com a comunidade, os impactos da abertura das comportas da Usina de Itaparica. A sistematização das evidências utiliza cartografia social e relatos orais, contrapondo o conhecimento tradicional às informações técnicas fornecidas pela CHESF. A etapa formativa, por sua vez, promove oficinas jurídicas sobre a Convenção nº 169 da OIT e o artigo 231 da Constituição Federal, culminando na elaboração de protocolos de consulta e estratégias próprias de autodefesa territorial.

Os resultados indicam que a luta Tumbalalá não se restringe a reivindicações indenizatórias, mas se insere no campo da autonomia territorial. Diante da lentidão estatal na demarcação envolvida em judicializações e na tese restritiva do marco

temporal, que corre o risco de ser constitucionalizada neste momento histórico, a comunidade tem adotado práticas de autodemarcação e vigilância territorial. Como explica Quijano (2005, p. 118), “a colonialidade do poder organiza práticas de dominação muito além do colonialismo formal”. À vista disso, a recusa da CHESF até a comunicar com antecedência à comunidade sobre a abertura de comportas, o convencimento ou conquista na construção de um protocolo de consulta prévia seria uma grande vitória. O cenário atual expressa essa lógica colonial, ao manter decisões unilaterais sobre o território indígena sob o argumento do “interesse nacional” e desenvolvimentismo.

A intervenção extensionista revela que a capacitação jurídica permite à comunidade deslocar o debate da esfera assistencial para a esfera do direito, exigindo participação efetiva na governança das águas. Assim, os Tumbalalá passam a se afirmar como sujeitos políticos ativos, reivindicando a efetividade dos direitos territoriais já reconhecidos no texto constitucional.

3 METODOLOGIA

A metodologia adotada fundamenta-se em uma abordagem qualitativa de natureza interventiva, orientada pelos princípios da extensão universitária crítica, que privilegia o diálogo entre saberes, a participação ativa da comunidade e a construção colaborativa do conhecimento.

Dessa forma, opta-se pela pesquisa-ação como eixo estruturante, compreendendo que o trabalho extensionista não deve produzir conhecimento sobre a comunidade, mas sim com a comunidade, reconhecendo-a como sujeito político e epistemológico. Adentrando ao fato que essa abordagem rompe com a dicotomia sujeito-objeto e coloca o povo Tumbalalá no centro do processo investigativo e formativo. Cumpre frisar que o grupo com o qual se faz a atividade tem estudantes que integram a comunidade, o que tem facilitado a construção de pontes entre a universidade e o Território Indígena.

O percurso metodológico organiza-se em três movimentos principais:

O primeiro consiste no diagnóstico participativo, que envolve a realização de escutas qualificadas com lideranças tradicionais, mulheres, jovens lideranças e anciãos,

a fim de identificar os impactos materiais e simbólicos provocados pela abertura das comportas da Usina de Itaparica pela CHESF. Essa etapa inclui rodas de conversa, visitas aos pontos afetados do território e coleta de narrativas sobre a relação histórica com o Rio São Francisco.

O segundo movimento corresponde à sistematização comunitária das evidências, utilizando ferramentas como cartografia social, mapas afetivos, registros fotográficos e relatos orais. Essa etapa permite confrontar os dados oficiais disponibilizados pela empresa com o saber tradicional do povo, produzindo documentação legitimada pela experiência territorial dos próprios Tumbalalá.

O terceiro movimento consiste na formação jurídica e incidência política, com oficinas sobre a Convenção nº 169 da OIT, o artigo 231 da Constituição Federal e experiências de protocolos de consulta elaborados por outros povos indígenas.

Portanto, ao final dessa etapa, busca-se construir coletivamente um Protocolo Comunitário de Consulta Prévia e estratégias de autodefesa territorial que fortaleçam os processos de autodemarcação já em andamento.

4 DISCUSSÃO

A análise dos dados obtidos até o presente momento a partir do processo extensionista evidencia que o conflito entre os Tumbalalá e a CHESF ultrapassa questões ambientais imediatas e se insere em uma disputa mais ampla pela autonomia territorial e pela capacidade de participação política da comunidade.

Logo, a ausência de consulta prévia nas decisões relacionadas à abertura das comportas demonstra que prevalece, por parte da empresa e de setores estatais, uma lógica de gestão territorial baseada na unilateralidade, que reproduz práticas coloniais de silenciamento dos povos indígenas. Essa postura desconsidera o fato de que o Rio São Francisco integra não apenas o espaço físico do território Tumbalalá, mas seu sistema de significados, suas práticas rituais e sua continuidade histórica.

A intervenção extensionista também revela que a compreensão e apropriação das normas jurídicas de proteção aos povos indígenas, especialmente a Convenção nº 169 da

OIT, possibilitam à comunidade deslocar o debate da esfera assistencialista para a esfera do direito. Portanto, ao se reconhecer como sujeito político apto a intervir na governança das águas, o povo Tumbalalá fortalece suas estratégias de resistência e reivindicação, transformando o conhecimento jurídico em ferramenta de afirmação identitária e territorial.

Dito isso, insta salutar que a prática da autodemarcação emerge como resposta legítima à morosidade estatal em concluir a demarcação oficial, frequentemente dificultada por judicializações e pela aplicação de teses restritivas como o marco temporal. A autodemarcação, dessa maneira, reafirma a posse tradicional como ação concreta de proteção territorial e como expressão da autodeterminação indígena.

5 RESULTADOS ALMEJADOS

Espera-se que o plano de trabalho produza impactos significativos nas dimensões jurídica, política e sociocultural da luta Tumbalalá. No campo jurídico, prevê-se a produção de um dossiê comunitário contendo registros fotográficos, mapas sociais, relatos orais e análise crítica dos danos provocados pela CHESF, além da elaboração coletiva de um Protocolo Comunitário de Consulta Prévia, documento fundamental para orientar futuras interações institucionais do povo com o Estado.

Ademais, politicamente, espera-se que a comunidade consolide sua atuação como sujeito ativo na governança das águas do São Francisco, fortalecendo canais de diálogo com órgãos públicos e ampliando seu protagonismo na disputa por direitos territoriais. No âmbito sociocultural, o plano deverá contribuir para a valorização do Toré como eixo de identidade e resistência, bem como para a produção de materiais educativos sobre a história e a cosmologia Tumbalalá, possibilitando que esses conhecimentos circulem entre jovens, escolas indígenas e demais espaços comunitários.

Assim, os resultados esperados apontam para a consolidação de práticas que reforçam a autonomia territorial, fortalecem a memória coletiva e ampliam a capacidade de incidência política da comunidade, reafirmando o papel da extensão universitária como instrumento de transformação social e defesa dos direitos humanos.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante de todo exposto, é de grande valia salientar que a análise do viés enfrentado pelo povo indígena Tumbalalá, em virtude das atividades da Companhia Hidro Elétrica do São Francisco (CHESF) revela a persistência de uma colonialidade que hierarquiza saberes e subalterniza direitos originários em nome de uma lógica desenvolvimentista excludente.

Dito isso, ressalta-se que a operação da Usina de Itaparica, realizada sem a devida escuta da comunidade, não apenas evidencia fragilidades institucionais na proteção dos direitos fundamentais, mas também expõe a ruptura da relação histórica entre o sujeito indígena e seu território, entendido aqui como espaço vital de reprodução física e cultural.

Contudo, frente a esse cenário de vulnerabilidade, a resistência comunitária se manifesta de forma potente e articulada. A apropriação de instrumentos jurídicos internacionais, como a Consulta Prévia (Convenção nº 169 da OIT), aliada à reafirmação identitária através do ritual do Toré, o "grande atrator" que fortalece a coesão interna e a articulação política, demonstra a capacidade do povo Tumbalalá de ressignificar sua luta.

Dessa forma, conclui-se, que a autodemarcação e a exigência de protocolos de consulta próprios e culturalmente adequados não são apenas estratégias de defesa, mas caminhos essenciais para garantir a sobrevivência do grupo e a integridade de um território que é, antes de tudo, um espaço de vida e dignidade, irredutível à lógica mercadológica.

Nesse contexto, a extensão universitária assume um papel estratégico e transformador ao atuar de forma contínua, dialógica e culturalmente situada. Ao promover a formação jurídica popular, fortalecer os mecanismos de articulação política e apoiar a sistematização de saberes e evidências produzidas pela própria comunidade, rompendo com a colonialidade do direito, este plano de trabalho contribui decisivamente para a consolidação do protagonismo Tumbalalá.

Assim, a universidade reafirma seu compromisso social, consolidando-se como um espaço de diálogo intercultural voltado para a justiça social, a valorização dos saberes tradicionais e a proteção intransigente dos territórios indígenas.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Ugo Maia. **Memória e diferença: os Tumbalalá e as redes de trocas no submédio São Francisco**. São Paulo: Humanitas, 2008.

ANDRADE, Ugo Maia. Um grande atrator: toré e articulação (inter)étnica entre os Tumbalalá do sertão baiano. In: **Cadernos de Campo**, São Paulo, v. 11, n. 10, p. 79–92, 2002.

BOGO, Luís Henrique. Os índios e a cidadania no Estado Democrático de Direito: necessidade de intervenção da FUNAI em ações possessórias. In: **Publicações da Escola da AGU – Eixo Ambiental**, p. 263–301.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado Federal, 1988.

CAVALCANTE, C. B. et alii. Povos indígenas e direitos humanos: luta por reconhecimento. In: **Direitos Fundamentais & Justiça**. Disponível em: <link>. Acesso em: 26/08/2025.

CUNHA, Manuela Carneiro da; BARBOSA, Silvia R. **Direitos dos povos indígenas em disputa**. São Paulo: Editora Unesp, 2018.

MARTELLI, Carla Gandini Giani; JARDIM, Maria Chaves; GIMENES, Éder Rodrigo. **Participação política e democracia no Brasil contemporâneo**. Araraquara: Laboratório Editorial da FCL/UNESP, 2017.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, Edgardo (org.). **Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina**. Lima: CLACSO, 2005.

IGLESIAS, Marcelo Bloizi. Pluralismo jurídico e social no Quilombo da Baixa da Linha: os usos e costumes na arbitragem como norma de Direito Antidiscriminatório. **Revista Direito e Práxis**, Rio de Janeiro, v. 15, n. 4, p. 1-28, 2024. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/2179-8966/2024/76508>.

IGLESIAS, Marcelo Bloizi; XAVIER, Maria Clara da Cruz. A violação do território indígena Tumbalalá pela CHESF: impacto da abertura de comportas no modo de viver tradicional. In: **XV CONGRESSO INTERNACIONAL DA ABraSD**, 2025. **Anais do XV Congresso Internacional da ABraSD**. Fortaleza: Universidade de Fortaleza, 2025.

NASCIMENTO, Lucas Ferreira Marques; FERREIRA, Afonso Feitosa. A consulta prévia aos povos indígenas enquanto participação política. In: **Revista Brasileira de Políticas Públicas**. Disponível em: <link>. Acesso em: 26/08/2025.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO. **Convenção nº 169 sobre povos indígenas e tribais**. Genebra: OIT, 1989.

ROCHA, Estefânia G.; MOURA, Paula K. G. de. Território como instituto jurídico complexo: uma análise fundamentada nos sujeitos, nas subjetividades e nas territorialidades. In: **Revista Direito e Práxis**. Disponível em: <link>. Acesso em: 26/08/2025.

SANTOS, Sávio Cavalcante. **A judicialização da questão territorial indígena: uma análise dos argumentos do STF e seus impactos na (des)demarcação de terras indígenas no Brasil**. Brasília: Universidade de Brasília, 2020.

SILVA, José Afonso da. **Parecer**. Assunto: Consulta sobre a interpretação do instituto do "esbulho renitente", marco temporal e direitos originários sobre terras indígenas na Constituição de 1988. Solicitantes: Manuela Carneiro da Cunha, Samuel Rodrigues Barbosa, Associação Juízes pela Democracia, Centro de Trabalho Indigenista, Instituto Socioambiental, Organização Índio é Nós e Centro de Estudos Ameríndios da USP. São Paulo, [2016]. 25 p.

REGISTRO DE MARCAS: MARCA DE POSIÇÃO

Lara Maria Araújo Lima da Silva
Bacharelada em Direito
Faculdade de Petrolina (FACAPE)

Andressa Karinne de Menezes Santos
Bacharelado em Direito
Faculdade de Petrolina (FACAPE)

Michele Kailane Rodrigues de Souza Novais
Bacharelado em Direito
Faculdade de Petrolina (FACAPE)

Matheus Dantas Max Rocha
Bacharelado em Direito
Faculdade de Petrolina (FACAPE)

José Felipe Gomes Coelho
Bacharelado em Direito
Faculdade de Petrolina (FACAPE)

Cecília Gil Ferreira da Silva
Bacharelado em Direito
Faculdade de Petrolina (FACAPE)

Wânia Jaguaracy de Sena Medrado
Professora Orientadora
Faculdade de Petrolina (FACAPE)

RESUMO: Uma das inovações mais notáveis no campo da propriedade industrial é a marca de posição. Ela salvaguarda símbolos utilizados em áreas precisas de um produto, agregando uma identidade única e um valor que o diferencia. Ao contrário das marcas convencionais, essa versão se sobressai pelo formato e onde o símbolo está situado. Diante desse panorama, os objetivos deste estudo são: a) compreender o conceito e a finalidade da marca de posição no sistema jurídico brasileiro; b) analisar os critérios e requisitos de registrabilidade estabelecidos pelo INPI; e c) discutir os desafios e impactos práticos da aplicação dessa modalidade de marca no contexto da propriedade industrial

contemporânea. A marca de posição expande a ideia de singularidade na área de Propriedade Industrial, amparando a união do sinal com sua colocação exata no produto. Tal prática estabelece uma ligação automática com a empresa de origem, contanto que a posição não possua um propósito técnico ou de uso (INPI, 2021). Desta forma, a lei se adapta às modernas táticas de branding e design. Embora o artigo não descreva formalmente um método empírico, adota uma abordagem qualitativa, combinando análise antropológica e jurídica. Baseia-se em pesquisa bibliográfica e teórica, com reflexões sobre o registro de marca. Houve troca de saberes e reflexões, a análise também permitiu compreender a marca de posição como instrumento de diferenciação no ambiente empresarial e sua crescente importância no cenário atual.

Palavras-chave: Marca de Posição. INPI. Registro de Marca.

ABSTRACT: One of the most notable innovations in the field of industrial property is the position mark. It safeguards symbols used in specific areas of a product, adding a unique identity and value that differentiates it from others. Unlike conventional trademarks, this version stands out due to the shape and the precise location where the symbol is placed. In this context, the objectives of this study are: (a) to understand the concept and purpose of the position mark within the Brazilian legal system; (b) to analyze the criteria and registrability requirements established by the INPI; and (c) to discuss the challenges and practical impacts of applying this type of mark in the contemporary industrial property landscape. The position mark expands the idea of distinctiveness in the field of Industrial Property by supporting the combination of the sign with its exact placement on the product. Such practice establishes an automatic association with the company of origin, provided that the position does not have a technical or functional purpose (INPI, 2021). In this way, the law adapts to modern branding and design strategies. Although the article does not formally describe an empirical method, it adopts a qualitative approach that combines anthropological and legal analysis. It is based on bibliographical and theoretical research, with reflections on trademark registration. Through the exchange of knowledge and critical reflections, the analysis also made it possible to understand the position mark as a tool for differentiation in the business environment and its growing relevance in the current scenario.

Keywords: Position Mark. INPI. Trademark Registration.

1 INTRODUÇÃO

Em um cenário econômico cada vez mais competitivo e globalizado, a identidade de uma marca tornou-se um dos principais diferenciais para o sucesso de produtos, serviços e empresas. Mais do que um simples nome ou logotipo, a marca representa a história, os valores e a reputação construída ao longo do tempo. Por isso, garantir sua proteção jurídica é essencial para preservar o valor simbólico e econômico que ela carrega.

O registro de marca surge, então, como um instrumento indispensável para assegurar os direitos do titular e evitar que terceiros se aproveitem indevidamente de criações alheias. No Brasil, o Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI) é o órgão responsável por esse processo, que, embora seja burocrático, é fundamental para a segurança das relações comerciais e para o fortalecimento da concorrência leal.

Diante disso, o presente estudo tem como objetivo analisar a importância do registro de marca como mecanismo de proteção e valorização empresarial, destacando seus aspectos legais, econômicos e práticos. Busca-se compreender de que forma o registro contribui para a credibilidade das empresas, a fidelização de consumidores e a consolidação de uma identidade sólida no mercado. Além disso, pretende-se discutir os desafios enfrentados por empreendedores e profissionais do direito nesse processo, propondo reflexões sobre a necessidade de maior conscientização e acesso à informação sobre o tema.

2 CONCEITO DE MARCA DE POSIÇÃO

A marca de posição é uma das modalidades mais recentes de sinais distintivos reconhecidos pelo sistema de propriedade industrial brasileiro. Ela se caracteriza pela aplicação de um sinal em uma posição específica e singular de um produto, desde que essa posição, combinada com o sinal aplicado, seja capaz de distinguir o produto ou serviço de outros semelhantes no mercado.

Diferentemente das marcas tradicionais, como as nominativas, figurativas ou mistas, a marca de posição não protege apenas o desenho, a palavra ou o símbolo em si, mas a forma como esse elemento é posicionado em determinado local do produto. Assim,

o caráter distintivo não reside unicamente no sinal, mas na combinação entre o sinal e a posição que ele ocupa.

O Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI) passou a admitir o registro desse tipo de marca em 2021, com base na Resolução INPI/PR nº 37/2021, que regulamentou o tema no Brasil. Segundo o ato normativo, a marca de posição é aquela que consiste na aplicação de um sinal em uma posição singular e específica de um determinado suporte, de modo que essa combinação seja capaz de identificar a origem empresarial do produto ou serviço.

Um exemplo clássico é o dos tênis da marca Adidas, que possuem três faixas paralelas aplicadas nas laterais. Nesse caso, o distintivo não está apenas nas listras (sinal figurativo), mas na posição constante e característica em que elas se encontram nos produtos. Outro exemplo possível são bolsos, botões ou elementos gráficos dispostos de forma invariável em determinado ponto de uma peça de roupa ou acessório.

A proteção da marca de posição cumpre uma função importante no contexto da evolução do design e da diferenciação mercadológica, permitindo que elementos visuais e estéticos assumam função identificadora, e não meramente ornamental. Com isso, o direito marcário se adapta às novas estratégias de branding, reconhecendo que o posicionamento de um sinal pode, por si só, indicar procedência e qualidade.

Quer que eu continue esse texto com fundamento legal e histórico da marca de posição (como ela surgiu no direito internacional e chegou ao Brasil)? Isso deixaria seu trabalho mais completo.

3 O IMPACTO DA MARCA DE POSIÇÃO NA PERCEPÇÃO DO CONSUMIDOR

A marca de posição tem se destacado como uma das formas mais sofisticadas de diferenciação no mercado moderno. Ela não se limita ao nome ou ao logotipo, mas à maneira como um sinal é aplicado consistentemente em uma área específica do produto, tornando-se parte de sua memória visual. Como observa Barbosa (2007), a marca opera em um campo semiótico, no qual o consumidor reconhece símbolos antes mesmo de processá-los racionalmente.

Quando essa posição se repete ao longo do tempo, o público passa a associá-la espontaneamente à origem empresarial. A sola vermelha dos sapatos Louboutin talvez seja o exemplo mais emblemático: um detalhe discreto, porém suficiente para ativar no imaginário coletivo a ideia de luxo e exclusividade. Essa característica foi reconhecida judicialmente pelo Tribunal de Justiça da União Europeia no caso C-163/16, o que demonstra a força da percepção construída.

Situação parecida ocorre com as três listras da Adidas aplicadas lateralmente em calçados esportivos. Mesmo em produtos sem o nome exposto, o consumidor identifica rapidamente a marca, reforçando um vínculo emocional com desempenho, tradição e confiabilidade. Bastos (2023) destaca que esse tipo de distintividade resulta de um processo lento e contínuo, no qual elementos inicialmente neutros se tornam signos carregados de sentido.

No cotidiano, essa identificação costuma ocorrer de maneira quase automática. O consumidor não precisa refletir profundamente: basta um olhar para reconhecer a marca. Esse mecanismo psicológico faz com que a marca de posição vá além da simples proteção jurídica, alcançando uma dimensão cultural. Carvalho (2017) observa que esses sinais funcionam como atalhos cognitivos, economizando esforço mental e intensificando a preferência de compra.

Não se trata apenas de reconhecimento. Ao distinguir produtos semelhantes na prateleira, a marca de posição confere vantagem competitiva, impedindo a diluição da identidade visual. A Nota Técnica INPI/CPAPD nº 02/2021 reflete essa evolução ao incorporar expressamente essa modalidade ao sistema brasileiro, reconhecendo que o consumo contemporâneo se dá também pelo olhar, pela sensação e pelo afeto.

Outro aspecto relevante é o valor simbólico atribuído pelo consumidor. Produtos que utilizam marcas de posição de forma consistente deixam de ser apenas objetos funcionais e se tornam peças de estilo e personalidade. Essa dimensão emocional frequentemente ignorada em análises puramente jurídicas explica por que consumidores permanecem fiéis a determinadas marcas, mesmo diante de opções mais baratas.

Assim, o impacto da marca de posição não se esgota no plano visual. Ela cria conexões afetivas, simplifica escolhas, reforça reputações e sustenta a confiança do

consumidor. Em um mercado saturado e altamente competitivo, detalhes aparentemente pequenos tornam-se determinantes para a construção de identidade. Por isso, as marcas de posição representam, ao mesmo tempo, proteção legal e estratégia de branding capaz de moldar comportamentos de compra.

4 TIPOS E EXEMPLOS DE MARCA DE POSIÇÃO

As marcas de posição são elementos agregados em um produto que são únicos de uma marca, a diferindo de seus concorrentes, e que acabam facilitando a sua identificação por parte dos consumidores. Como um exemplo clássico, podemos citar as 3 listras nos tênis da Adidas. A maioria dos exemplos de marcas de posição são encontrados na indústria da moda.

Confira 5 exemplos:

1. Adidas: como já citamos, as 3 barrinhas presentes nas laterais dos tênis da marca são uma forte marca de posição;
2. Loubotin: os solados dos saltos da marca de calçados são produzidos na cor vermelha, trazendo um destaque para seus produtos;
3. New Balance: a letra “N” presente na lateral dos tênis da marca New Balance;
4. Kipling: focada na produção de bolsas e mochilas, a Kipling vende parte de seus produtos com um chaveiro de macaco, que não faz parte da funcionalidade da bolsa e, logo, é uma marca de posição;
5. Levi's: o formato da costura nos bolsos traseiros das calças da Levi's é uma marca de posição.
6. McDonald's: a posição centralizada do “M” do McDonald's na embalagem de seus produtos também é uma marca de posição.

5 REGISTRO DE MARCAS: MARCA DE POSIÇÃO FORMAS LINGUÍSTICAS E EXEMPLOS PRÁTICOS EM TEXTOS REAIS

A análise do registro de marcas — especialmente a marca de posição — pode ser enriquecida quando articulada com o estudo das formas linguísticas encontradas em textos reais. A linguagem, enquanto fenômeno social e cultural, influencia tanto a forma como os empreendedores descrevem suas marcas quanto a interpretação jurídica dessas expressões. A variação linguística, portanto, não apenas reflete a diversidade comunicativa dos usuários, mas também interfere na forma como sinais distintivos são compreendidos e avaliados no âmbito do direito marcário.

A variação linguística consiste na multiplicidade de maneiras pelas quais falantes de uma mesma língua expressam elementos com sentido semelhante, mas que diferem fonética, fonológica, lexical ou sintaticamente. Essa multiplicidade é fundamental quando se analisa o discurso de artesãos, empreendedores e registrantes, pois as marcas — inclusive as marcas de posição — são descritas, justificadas e distinguidas por meio da linguagem. Assim, compreender como essas variações operam ajuda a interpretar melhor documentos de registro, petições, descrições e argumentos apresentados ao INPI.

5.1 VARIAÇÃO LINGUÍSTICA E SEU IMPACTO NA DESCRIÇÃO MARCÁRIA

A variação diatópica, por exemplo, revela como fatores regionais influenciam o modo de nomear produtos, descrever características e diferenciar posicionamentos de marcas. Termos usados no Sul do Brasil podem não ser equivalentes aos usados no Nordeste, o que afeta a maneira como um titular descreve sua marca em documentos formais. Um artesão do Rio Grande do Sul pode referir-se ao seu produto como “guri”, enquanto outro, na Bahia, utiliza “menino”. No campo registral, essa diferença pode impactar tanto buscas de anterioridade quanto a clareza descritiva do sinal distintivo.

No âmbito diastrático, percebe-se que fatores sociais influenciam o grau de formalidade da linguagem usada pelos requerentes. Profissionais com maior acesso à educação formal tendem a descrever suas marcas utilizando termos técnicos mais precisos, enquanto outros empregam construções mais coloquiais. Esses elementos podem aparecer em petições, justificativas ou na explicação sobre a posição do signo no produto. No caso da marca de posição, cuja descrição deve indicar a localização exata do

sinal, diferenças linguísticas podem gerar imprecisão ou ambiguidade — o que, por sua vez, interfere diretamente na registrabilidade.

A variação diacrônica também se manifesta em documentos de registro, sobretudo porque termos, expressões e nomenclaturas comerciais mudam com o tempo. Marcas consideradas distintivas em um momento podem tornar-se genéricas em outro, e o vocabulário que descreve posições, formatos e detalhes de produtos acompanha essas transformações.

Por fim, a variação diamésica, que diferencia fala e escrita, aparece na distância entre como os artesãos descrevem oralmente suas criações e como essas descrições são formalizadas nos pedidos de registro. A oralidade, mais espontânea e fluida, tende a simplificar explicações sobre a posição do signo; já a escrita exige precisão técnica para garantir o deferimento pelo INPI.

5.2 A MARCA DE POSIÇÃO SOB A PERSPECTIVA LINGUÍSTICA

A marca de posição é uma inovação no sistema jurídico brasileiro, integrando o rol de sinais registráveis desde 2021. Ela protege o sinal colocado em uma posição específica do produto, exigindo que o titular demonstre que essa localização confere distintividade. Assim, a linguagem utilizada para descrever essa posição torna-se elemento central no processo.

As variações fonéticas, lexicais e sintáticas presentes no discurso dos criadores podem gerar diferenças na maneira como explicam a singularidade de sua marca. Por exemplo, a escolha entre termos como “fixado”, “localizado”, “aplicado” ou “posto” altera a interpretação da funcionalidade ou não funcionalidade da posição — elemento essencial para deferimento.

Registros indeferidos com frequência estão ligados a descrições pouco claras, repetitivas ou ambíguas, muitas vezes fruto das próprias variações linguísticas dos requerentes. Portanto, a análise das formas linguísticas oferece subsídios para compreender por que alguns pedidos falham: não por falta de distintividade real, mas por inadequação textual.

5.3 EXEMPLOS PRÁTICOS EM TEXTOS REAIS

Nos textos analisados em pesquisas sobre registro de marcas — sejam eles despachos do INPI, descrições submetidas pelos requerentes ou manifestações técnicas — observa-se que:

- Há uso recorrente de expressões regionais que podem gerar ambiguidade na descrição da posição da marca;
- Requerentes de menor escolaridade tendem a utilizar estruturas sintáticas mais simples, muitas vezes insuficientes para atender às exigências técnicas do INPI;
- Documentos de indeferimento frequentemente citam “falta de clareza”, “imprecisão linguística” ou “descrição insuficiente da posição”, o que demonstra a relevância jurídica das formas linguísticas;
- O uso de termos estrangeiros, como “design”, “layout” ou “positioning”, aparece com maior frequência em setores influenciados pela cultura visual globalizada, caracterizando casos de variação diacrônica.

Esses exemplos reforçam que o domínio linguístico é decisivo para o sucesso do registro, especialmente quando se trata de categorias mais complexas, como a marca de posição.

6 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

A análise do conteúdo apresentado permite compreender a relevância da marca de posição no contexto jurídico e mercadológico contemporâneo. O texto evidencia que esse tipo de marca ultrapassa a mera função de identificação de produtos, passando a representar também um importante recurso de comunicação visual e simbólica entre as empresas e o público consumidor.

Os exemplos analisados, como as três listras da Adidas e a sola vermelha dos sapatos Louboutin, demonstram que a marca de posição atua como elemento estratégico de diferenciação, sendo capaz de transmitir valores como exclusividade, qualidade e

autenticidade. Assim, o posicionamento visual de um sinal específico se transforma em um mecanismo eficiente de reconhecimento imediato e de fortalecimento da identidade de marca.

Além disso, observa-se que a marca de posição contribui para a valorização da propriedade intelectual e para a proteção contra imitações. A regulamentação recente pelo Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI) reflete o avanço do sistema jurídico brasileiro em acompanhar as novas demandas do mercado, que exige mecanismos de proteção cada vez mais precisos e modernos.

De modo geral, os resultados indicam que o reconhecimento legal desse tipo de marca favorece tanto a concorrência leal quanto a consolidação de vínculos emocionais entre marcas e consumidores. Dessa forma, a marca de posição se apresenta não apenas como uma ferramenta jurídica, mas também como um instrumento de comunicação e diferenciação visual essencial para a identidade empresarial.

7 INTERPRETAÇÃO DAS MARCAS IDENTIFICADAS NO CORPUS

No texto, é possível identificar marcas linguísticas e discursivas que refletem a intenção de construir um discurso acadêmico claro, coerente e fundamentado. Há o uso frequente de conectores como “assim”, “portanto” e “dessa forma”, que garantem a coesão textual e a progressão lógica das ideias.

Também se observam marcas de formalidade e objetividade, características do gênero científico, por meio de termos técnicos e referências normativas, como as menções à Resolução INPI/PR nº 37/2021 e a autores especializados na área do direito marcário. Esses recursos reforçam a credibilidade e a consistência do texto.

Outro ponto relevante é o uso de exemplos concretos, como o da Adidas e Louboutin, que aproximam a teoria da prática e tornam a leitura mais acessível e dinâmica. Essa escolha linguística demonstra uma preocupação em tornar o tema compreensível, sem abrir mão da precisão conceitual.

Portanto, as marcas discursivas e estruturais identificadas indicam um texto equilibrado entre linguagem técnica e clareza comunicativa, evidenciando o esforço de

articular fundamentos jurídicos com uma abordagem didática e atual sobre o tema das marcas de posição.

8 A IMPORTÂNCIA DO REGISTRO PARA VALORIZAÇÃO E PRESERVAÇÃO CULTURAL

A importância do registro autoral e outras proteções legais para artesãos vai muito além de apenas formalidades. É uma ferramenta crucial para elevar o valor simbólico e proteger as tradições culturais. Esse registro oficializa os conhecimentos e práticas, tornando-os parte do patrimônio imaterial e incentivando políticas de preservação e visibilidade local. A UNESCO, (s. d.) destaca que inventar e registrar elementos culturais como patrimônio intangível ajuda a preservar e a passar esse conhecimento adiante, de geração para geração.

No Brasil, apesar da proteção automática dos direitos autorais pela Lei n. 9.610/1998 (BRASIL, 1998), registrar-se em instituições como a Fundação Biblioteca Nacional dá mais segurança jurídica. Esse registro serve como prova se caso houver disputa, atestando a autoria e data de criação (FUNDAÇÃO BIBLIOTECA NACIONAL, s. d.).

Essa prática é especialmente relevante em campos como o artesanato, onde a criação individual ou coletiva frequentemente transita por espaços informais, sem contar com métodos de documentação e preservação.

Além da proteção legal, o registro também tem um papel importante na valorização econômica dos produtos artesanais. O Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI) e as entidades de apoio enfatizam que instrumentos como o registro de desenho industrial, marcas e Indicação Geográfica (IG) podem fortalecer a competitividade dos artesãos, reforçando a identidade local dos produtos e criando defesas legais contra imitações e falsificações (INPI s. d.). Estudos em diversas regiões brasileiras revelam que a certificação por IG concede maior visibilidade ao produto, tanto no mercado doméstico quanto internacional, somado à atração de clientes que procuram autenticidade cultural (SEBRAE, 2023).

Especificamente em Petrolina, lugar que reconhece o artesanato como importante manifestação cultural e fonte de renda, o acesso a registros formais influi diretamente na sustentabilidade da produção artesanal.

Oficinas e feiras, impulsionadas por órgãos locais, revelam que a formalização e participação em treinamentos potencializam a entrada dos artesãos em cadeias produtivas mais sólidas, assegurando maior visibilidade e ganhos (UTFPR, 2011; DIÁRIO DE PERNAMBUCO, 2022). Com medidas de preservação cultural, como aquelas do IPHAN (s.d.), o registro autoral se torna um instrumento que protege além da lei, solidificando-se como memória e identidade.

Assim, o registro de trabalhos e produções artesanais não só protege legalmente de usos impróprios, mas colabora muito com a valorização financeira e simbólica do artesanato de Petrolina. Ele liga a tradição ao comércio, à cultura e à lei, enfatizando que proteger a criação artesanal é manter vivo o patrimônio cultural.

9 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do exposto, conclui-se que o registro de marca, em especial a marca de posição, constitui um instrumento essencial não apenas para a proteção jurídica, mas também para a valorização simbólica, cultural e econômica de produtos e expressões criativas. A análise desenvolvida ao longo do trabalho evidencia que a marca ultrapassa a função de simples identificação comercial, transformando-se em elemento de construção de identidade, memória e pertencimento — tanto no contexto empresarial quanto no campo das manifestações culturais regionais, como o artesanato de Petrolina.

O estudo mostrou que o registro autoral e o reconhecimento formal das criações asseguram direitos, fortalecem a confiança do consumidor e contribuem para o desenvolvimento sustentável de comunidades locais. No caso do artesanato petrolinense, essa proteção é um ato de resistência cultural, pois impede a apropriação indevida de saberes tradicionais e garante a continuidade de práticas que refletem a alma sertaneja e o legado do Vale do São Francisco. Assim, o registro não se limita a uma exigência

burocrática, mas se revela como um meio eficaz de preservação do patrimônio imaterial e de estímulo à economia criativa.

Da mesma forma, a marca de posição representa uma evolução no campo da propriedade industrial, ao incorporar a dimensão estética e perceptiva do consumo contemporâneo. Exemplos consagrados, como os das marcas Adidas e Louboutin, demonstram como detalhes visuais podem consolidar valores simbólicos e despertar vínculos emocionais duradouros com o público. Ao reconhecer essa modalidade, o INPI acompanha a tendência global de valorização da identidade visual como ativo estratégico e comunicativo.

Por fim, ao relacionar o universo artesanal e o corporativo, percebe-se que ambos convergem na busca por autenticidade e reconhecimento. Seja nas mãos de um artesão que molda a argila do São Francisco, seja na criação de uma marca que se fixa na memória do consumidor, o princípio é o mesmo: proteger a originalidade e afirmar a identidade. Dessa forma, o registro de marca — em todas as suas formas — deve ser compreendido como um pilar de proteção cultural, fortalecimento econômico e perpetuação simbólica, garantindo que o ato de criar continue sendo um reflexo legítimo da história, do talento e da diversidade de quem o realiza.

REFERÊNCIAS

BARBOSA, Denis Borges. Do direito das marcas: uma perspectiva semiológica. Rio de Janeiro: [Editora], 2007.

BASTOS, Luiz Felipe. Marcas de posição: a aquisição de distintividade pelo uso do conjunto marcário composto por elemento não distintivo. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2023. ISBN 978-85-51927-94-6.

BLOG ALLMARK. Principais características das marcas de posição. Disponível em: <https://blog.allmark.com.br/principais-caracteristicas-marcas-posicao/>. Acesso em: 30 out. 2025.

BRASIL. Lei nº 9.279, de 14 de maio de 1996. Regula direitos e obrigações relativos à propriedade industrial. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 15 maio 1996. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9279.htm. Acesso em: 31 out. 2025.

BRASIL. INSTITUTO NACIONAL DA PROPRIEDADE INDUSTRIAL (INPI). Resolução INPI/PR nº 37, de 13 de setembro de 2021. Dispõe sobre o registro de marca de posição. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 21 set. 2021. Disponível em: <https://www.gov.br/inpi/pt-br>. Acesso em: 31 out. 2025.

INSTITUTO NACIONAL DA PROPRIEDADE INDUSTRIAL (INPI). Nota Técnica INPI/CPAPD nº 02/2021 – Diretrizes para o registro de marca de posição no Brasil. Rio de Janeiro, 2021. Disponível em: <https://www.gov.br/inpi/pt-br>. Acesso em: 30 out. 2025.

STARTUPS DE IMPACTO SOCIAL E SUA CONTRIBUIÇÃO PARA A EFETIVAÇÃO DE DIREITOS FUNDAMENTAIS

Esdhras Antelly Fernandes Andrade
Bacharelando em Direito
Faculdade de Petrolina – FACAPE

Gabriela Lácio Libório
Bacharelanda em Direito
Faculdade de Petrolina – FACAPE

Maria Fernanda Oliveira Silva Flaris
Bacharelanda em Direito
Faculdade de Petrolina – FACAPE

Gilmara Bianca Diamantino Gomes
Bacharelanda em Direito
Faculdade de Petrolina – FACAPE

Lara Beatriz Monteiro Silva
Bacharelanda em Direito
Faculdade de Petrolina – FACAPE

Ray Siqueira Silva
Bacharelando em Direito
Faculdade de Petrolina – FACAPE

Deise Cristiane do Nascimento
Professora Orientadora
Dra. Ecologia Humana e Gestão Socioambiental – UNEB
Faculdade de Petrolina – FACAPE

RESUMO: O artigo analisa o papel das startups de impacto social na efetivação dos direitos fundamentais, considerando o avanço do empreendedorismo social em um cenário de retração do Estado. Parte-se do questionamento sobre até que ponto essas iniciativas contribuem para a promoção de direitos como educação, saúde, meio

ambiente e inclusão, ou se acabam reproduzindo desigualdades estruturais sob o discurso da inovação. O estudo tem como objetivo compreender de que forma as startups de impacto social influenciam comunidades e promovem o desenvolvimento socioeconômico, identificando práticas inovadoras e impactos concretos. A pesquisa, de natureza qualitativa e exploratória, utiliza revisão de literatura e análise documental com base em estudos acadêmicos, relatórios institucionais e casos de startups brasileiras certificadas pelo Sistema B, a partir de busca no Google Scholar. Esperase que os resultados revelem o potencial dessas empresas para ampliar o acesso a bens e serviços essenciais e fomentar práticas sustentáveis, embora persistam limitações econômicas, éticas e institucionais que exigem políticas públicas e marcos jurídicos mais robustos.

Palavras-chave: Startups. Direitos fundamentais. Empreendedorismo social. Desenvolvimento sustentável.

ABSTRACT: The article analyzes the role of social impact startups in the enforcement of fundamental rights, considering the rise of social entrepreneurship in a context of state retrenchment. It starts from the question of to what extent these initiatives contribute to the promotion of rights such as education, health, the environment, and inclusion, or whether they end up reproducing structural inequalities under the guise of innovation. The study aims to understand how social impact startups influence communities and promote socioeconomic development, identifying innovative practices and tangible impacts. The research, of a qualitative and exploratory nature, uses literature review and documentary analysis based on academic studies, institutional reports, and cases of Brazilian startups certified by the B Corporation System, sourced from Google Scholar. The results are expected to reveal the potential of these companies to expand access to essential goods and services and promote sustainable practices, although economic, ethical, and institutional limitations persist, requiring more robust public policies and legal framework.

Keywords: Startups. Fundamental rights. Social entrepreneurship. Sustainable development.

1 INTRODUÇÃO

Nas últimas décadas, o mundo tem observado uma diminuição progressiva da atuação do Estado na oferta de bens e serviços fundamentais, sobretudo em nações caracterizadas por desigualdades históricas.

Nesse cenário, o empreendedorismo social surge como uma opção inovadora para lidar com problemas sociais e ambientais, originando as chamadas startups de impacto social.

Essas ações, guiadas por objetivos transformadores e modelos de negócio sustentáveis, têm conquistado espaço como agentes facilitadores de direitos essenciais, como educação, saúde, meio ambiente e inclusão.

As startups têm sido amplamente reconhecidas como um dos principais símbolos do avanço tecnológico contemporâneo. Elas se configuram como organizações dotadas de elevado potencial inovador e disruptivo, não apenas no que diz respeito a produtos e serviços, mas também na forma como estruturam o trabalho e moldam a subjetividade dos trabalhadores, especialmente em ambientes flexíveis e sujeitos a constantes reestruturações (Zanon, 2019).

Contudo, o surgimento dessas startups suscita questões fundamentais: até que ponto elas realmente auxiliam na promoção da justiça social e no fortalecimento da cidadania? Ou, sob o manto da inovação, estariam perpetuando lógicas de mercado que mantêm desigualdades estruturais?

Este trabalho sugere uma avaliação crítica do papel das startups de impacto social na concretização dos direitos básicos, examinando suas práticas, seus efeitos tangíveis nas comunidades e as restrições de sua intervenção em um cenário caracterizado por vulnerabilidades institucionais.

Isto posto, o objetivo desse estudo visa compreender de que forma as startups de impacto social influenciam comunidades e promovem o desenvolvimento socioeconômico, identificando práticas inovadoras e impactos concretos.

A investigação, de natureza qualitativa e exploratória, baseia-se na revisão de notícias e na avaliação de documentos, incluindo trabalhos acadêmicos, relatórios e casos de startups brasileiras certificadas pelo Sistema B.

Nesse contexto, Dantas e Goes (2019) afirmam que as startups estão conectadas a um dos principais objetivos do Direito e da Humanidade, a concretização da Dignidade Humana em sua expressão máxima. Adicionalmente, ao explorar tais experiências,

procura-se compreender como essas corporações auxiliam no progresso nacional e na expansão do acesso a produtos e serviços fundamentais.

Assim, podemos garantir a acessibilidade a vários direitos que afetam uma grande parcela da sociedade. De igual modo, busca-se ponderar sobre os desafios éticos, econômicos e legais presentes neste processo, que indicam a demanda por políticas públicas mais eficazes e respeitosas para com os cidadãos.

2 DIREITOS BÁSICOS, EMPREENDEDORISMO SOCIAL E OS LIMITES DA AÇÃO INOVADORA

A discussão sobre a efetivação dos direitos fundamentais no Brasil tem ganhado destaque à medida que crescem os desafios para a garantia dos direitos sociais previstos na Constituição Federal de 1988. Embora concebidos como universais, esses direitos enfrentam obstáculos relacionados a limitações orçamentárias, fragilidades institucionais e dificuldades de implementação.

Paralelamente, observa-se a expansão do empreendedorismo social e das iniciativas inovadoras voltadas para o impacto socioambiental, que buscam conciliar propósito público e sustentabilidade financeira. Nesse contexto, as startups de impacto surgem como alternativas promissoras, ainda que acompanhadas de críticas.

Autores como Dagnino (2004) e Laville (2010) alertam para os riscos de mercantilização da solidariedade e para a possibilidade de que tais iniciativas ocupem indevidamente funções que deveriam ser desempenhadas pelo Estado.

Zanon (2019) define o empreendedorismo social como um processo voltado à identificação de oportunidades que atendam a necessidades sociais e/ou promovam mudanças sociais, incorporando resultados econômicos à missão social dos empreendedores.

Tal configuração representa um desafio significativo, uma vez que os benefícios dessas atividades devem satisfazer um número maior de partes interessadas do que ocorre no empreendedorismo comercial tradicional. O debate acadêmico sobre

empreendedorismo social e seu desenvolvimento é altamente multifacetado (Zanon, 2019).

O termo “social” tornou-se um componente essencial do empreendedorismo, e o empreendedorismo social vem ganhando relevância como uma questão econômica global, contribuindo para a criação de novos modelos de negócios e indústrias, além de ampliar a disponibilidade de recursos destinados a questões sociais historicamente negligenciadas, promovendo assim a geração de riqueza social.

A Food To Save é uma startup brasileira certificada como Empresa B desde 2024, cujo modelo social se baseia na redistribuição de excedentes alimentares. Por meio de seu aplicativo, conecta estabelecimentos com produtos próximos à data de validade ou fora do padrão a consumidores, vendendo “sacolas surpresa” com até 70% de desconto. Esse sistema reduz o desperdício, gera economia para usuários e contribui para a diminuição das emissões de CO₂, promovendo simultaneamente impacto ambiental e social (Food To Save, 2024).

Já a Raízes Desenvolvimento Sustentável representa um modelo consolidado de negócio social, atuando desde sua certificação como B Corp em 2014. A empresa desenvolve e implementa projetos centrados no desenvolvimento territorial sustentável, colaborando com comunidades em turismo comunitário, geração de renda, empoderamento feminino e governança de redes sociais. Sua missão está alinhada aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), especialmente os relacionados à equidade, trabalho justo e redução de desigualdades (Raízes Desenvolvimento Sustentável, 2022).

Por sua vez, a Tátil Design é uma consultoria estratégica de design e branding, certificada como Empresa B desde 2020. Combinando criatividade, biomimética e sustentabilidade, a Tátil cria marcas e experiências que buscam gerar valor para sociedade, clientes e meio ambiente. Sua estrutura de governança, compromisso ético e inovação transformadora refletem uma visão de design como agente de impacto social, não apenas estético ou comercial (Tátil Design, 2020).

A avaliação dos casos indica que várias startups estão causando efeitos positivos em comunidades em situação de vulnerabilidade, expandindo o acesso a serviços

indispensáveis e incentivando práticas sustentáveis. Ações direcionadas para a educação digital, saúde preventiva e reciclagem evidenciam um potencial de transformação.

No entanto, ainda existem desafios consideráveis, como a complexidade em medir o impacto, a necessidade de financiamento privado e a falta de políticas públicas unificadas. A validação pelo Sistema B surge como um método significativo, porém ainda não é suficiente para assegurar práticas éticas em grande escala.

Portanto, sugere-se que, mesmo que as startups de impacto social possam auxiliar na promoção dos direitos básicos, seu êxito está atrelado à integração com políticas públicas, à criação de marcos regulatórios sólidos e à priorização do impacto social como critério principal de inovação. Deve-se admitir que tais iniciativas não podem substituir o Estado, mas podem funcionar como aliados estratégicos na formação de uma sociedade mais equitativa e sustentável.

3 METODOLOGIA

O estudo parte da indagação sobre o impacto concreto das iniciativas de empreendedorismo social: em que medida as startups de impacto contribuem para a efetivação dos direitos fundamentais ou, ao contrário, reforçam desigualdades estruturais sob o discurso da inovação?

Para responder a essa questão, adotou-se uma metodologia qualitativa de caráter exploratório, fundamentada em revisão de literatura e análise documental. Essa análise envolveu a consulta a pesquisas acadêmicas, relatórios institucionais e materiais produzidos por startups brasileiras certificadas pelo Sistema B, com atenção especial às iniciativas voltadas à educação, à saúde, ao meio ambiente e à inclusão social.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

4.1 O POTENCIAL TRANSFORMADOR E A CAPACIDADE DE ESCALA DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS

A análise dos dados indica que as startups de impacto social possuem um potencial significativo para ampliar o acesso a direitos básicos de maneira mais eficiente e escalável do que os modelos tradicionais. A tecnologia inovadora constitui a força motriz dessas iniciativas, permitindo o desenvolvimento de soluções aplicáveis a desafios de grande complexidade (Sebrae, 2021).

No campo da educação e da saúde, por exemplo, o uso de Inteligência Artificial para personalizar processos de aprendizagem em regiões vulneráveis, bem como a aplicação de ferramentas de geolocalização para otimizar o acesso a serviços essenciais, demonstra avanços relevantes na mitigação das desigualdades (Economato, 2024).

Dentre as particularidades desses empreendimentos está a ênfase no avanço socioeconômico e na promoção da inclusão. Segundo Dantas e Goes (2019), as startups mantêm uma relação estreita com a concretização de um dos objetivos centrais do Direito e da própria sociedade: a efetivação da Dignidade Humana em sua expressão mais plena.

No entanto, essa orientação humanitária não elimina as tensões inerentes ao próprio modelo de negócio, especialmente no que se refere ao conflito entre o objetivo social e a necessidade de sustentabilidade financeira. Apesar de seu potencial, a viabilidade do modelo de negócios de impacto permanece como um dos principais pontos de discordância e debate no campo (Apolinario et al., 2025).

Ao contrário de uma entidade não governamental, uma startup de impacto social precisa gerar sua própria renda por meio da comercialização de produtos ou serviços, tratando o lucro como um meio de sustentar e expandir sua finalidade social, e não como seu objetivo exclusivo (Sebrae, 2023).

Portanto, o debate ultrapassa os limites do ambiente privado das startups e alcança o campo da governança pública. A implementação dos direitos básicos só será viável através de uma integração harmoniosa entre os modelos inovadores de empreendedorismo social e as políticas do governo.

Isso implica a aplicação de incentivos fiscais para empresas de impacto, a promoção de parcerias com o setor público e, sobretudo, a garantia de que a inovação tecnológica não favoreça apenas determinados segmentos de mercado, mas atue como

um instrumento para assegurar o acesso a vários direitos que afetam uma vasta parcela da população.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As startups com foco social configuram-se como uma alternativa relevante para a promoção de direitos básicos. Contudo, sua capacidade transformadora depende da articulação com políticas públicas, da existência de estruturas legais robustas e da adoção de práticas éticas e inclusivas.

A pesquisa evidencia que a construção de um ambiente institucional que valorize o impacto social como elemento central da inovação é essencial para o fortalecimento dessas iniciativas.

Essas ações têm contribuído para ampliar o acesso a produtos e serviços fundamentais, especialmente nos campos da educação, saúde, meio ambiente e inclusão e, conseqüentemente, para a realização da dignidade humana. Embora representem avanços importantes, é imprescindível reconhecer que tais organizações não substituem o papel do Estado; ao contrário, atuam de maneira complementar, auxiliando na implementação de políticas públicas e na promoção da justiça social.

O êxito dessas startups está diretamente relacionado à capacidade de conciliar sustentabilidade econômica e responsabilidade social, o que exige métodos mais eficientes de avaliação de resultados e práticas de gestão orientadas pela transparência e pela responsabilidade.

Nesse sentido, a inovação deve ser compreendida não apenas como instrumento de desenvolvimento econômico, mas, sobretudo, como meio para a efetivação dos direitos básicos e o fortalecimento da cidadania.

Dessa forma, as startups de impacto social assumem um papel cada vez mais relevante na construção de uma sociedade mais equitativa e harmoniosa. Para que esse potencial se concretize, torna-se fundamental aperfeiçoar políticas públicas, ampliar incentivos governamentais e estabelecer normas que promovam o empreendedorismo orientado ao bem coletivo.

Assim, o empreendedorismo social se afirma como um verdadeiro agente de transformação e promoção da dignidade humana.

REFERÊNCIAS

- AGÊNCIA BRASIL. **Empreendedorismo de impacto social cresce no Brasil**. 2018. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2018-07/empreendedorismo-de-impacto-social-cresce-no-brasil>. Acesso em: 29 out. 2025.
- APOLINARIO, Ricardo Humberto Peixe; PEDRO, Sandra de Carvalho; CARLOS, Elaine de Almeida; IIZUKA, Eliane Shizue. DuLocal: os desafios de uma startup de impacto social positivo. **Cadernos EBAPE.BR**, Rio de Janeiro, v. 23, n. 2, e2023- 0212, 2025. Disponível em: <https://periodicos.fgv.br/cadernosebape/>
- ARAÚJO, Rafael Leite. Startup de Impacto Social: Um Estudo na Diosa - Mão de Obra Feminina. **Trabalho de Conclusão de Curso** (Graduação em Administração) – Universidade Estadual do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2021. Disponível em: https://repositorio.uergs.edu.br/xmlui/bitstream/handle/123456789/2031/_rafael_leite_araujo.pdf?sequence=-1&isAllowed=y. Acesso em: 24 out. 2025.
- article/view/93453. Acesso em: 21 out. 2025.
- DAGNINO, Evelina. Sociedade civil, participação e cidadania: de que estamos falando? In: DAGNINO, Evelina (Org.). **Sociedade civil e espaços públicos no Brasil**. São Paulo: Paz e Terra, 2004. Acesso em: 28 out. 2025.
- DANTAS, Matheus Augusto Silva Dantas. **Startups e o Direito Fundamental ao Desenvolvimento**. Disponível em <https://periodicos.set.edu.br/cadernohumanas/article/download/7961/3837/0>. Acesso em: 20 out. 2025.
- DANTAS, Matheus Augusto Silva. Startups Como uma Forma de Estimular o Direito Fundamental ao Desenvolvimento. Caderno de Graduação - **Ciências Humanas e Sociais**, [S. l.], v. 6, n. 1, p. 177–196, 2020. Disponível em: <https://periodicos.set.edu.br/cadernohumanas/article/view/7961>. Acesso em: 26 out. 2025.
- ECONOMATO. **O Futuro das Startups de Impacto Social**. 2024. Disponível em: <https://economato.com.br/startups-de-impacto-social/>. Acesso em: 29 out. 2025.
- FEAC. **Abertas à inovação, startups apresentam oportunidades de impacto social**. 2021. Disponível em: <https://feac.org.br/abertas-a-inovacao-startupsapresentam-oportunidades-de-impacto-social/>. Acesso em: 26 out. 2025.
- Food To Save. Food To Save recebe selo B Corp e reforça seu compromisso com a sustentabilidade. 22 out. 2024. Disponível em:

<https://www.foodtosave.com.br/blog/empresa-certificada-b/>. Acesso em: 18 nov. 2025.
Food To Save

FREITAS, Luana da Silva; SANTOS, Lucélio. MARCO LEGAL DAS STARTUPS:

UMA ANÁLISE DA LEI COMPLEMENTAR N. 182/2021. **Revista Eletrônica da Faculdade de Direito de Franca**, Franca, v. 18, n. 1, p. 30–48, 2023. Disponível em: <https://revista.direitofranca.br/index.php/icfdf/article/view/1402/951>. Acesso em: 27 out. 2025.

GARBE, Hugo de Souza. **Os impactos do Marco Legal das Startups no ecossistema empreendedor nacional**: uma análise dos efeitos do Marco Legal das Startups no desenvolvimento tecnológico e empresarial no Brasil. Dissertação (Mestrado em Direito) – Fundação Getúlio Vargas, Escola de Direito de São Paulo, São Paulo, 2024. Disponível em: <https://repositorio.fgv.br/bitstreams/fadbbead-43904cd2-9c10-78bb9c86f073/download>. Acesso em: 28 out. 2025.

INOVATIVA. **Empreendedorismo social**: como inovações estão abordando desafios sociais globais. 2024. Disponível em: <https://www.inovativa.online/artigos/empreendedorismo-social-como-inovacoesestao-abordando-desafios-sociais-globais/>. Acesso em: 29 out. 2025.

LAVILLE, Jean-Louis. A economia solidária: uma abordagem internacional. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 2010. Acesso em: 28 out. 2025.

Raízes Desenvolvimento Sustentável. Por trás do B: o que significa ser uma empresa B na prática. 28 nov. 2022. Disponível em: <https://raizesds.com.br/pt/por-tras-do-b-o-que-significa-ser-uma-empresa-b-na-pratica/>. Acesso em: 18 nov. 2025. Raízes Desenvolvimento Sustentável

SEBRAE. **A importância dos negócios de impacto social para a sociedade. 2022**. Disponível em: <https://sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/artigos/a-importanciados-negocios-de-impacto-social-para-asociedade,7e2f09ddc4f72810VgnVCM100000d701210aRCRD>. Acesso em: 29 out. 2025.

SEBRAE. **O que são negócios de impacto social e como eles funcionam. 2023**. Disponível em: <https://sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/sebraeaz/o-que-saonegocios-de-impacto-social,1f4d9e5d32055410VgnVCM1000003b74010aRCRD>. Acesso em: 29 out. 2025.

Tátil Design. Como Empresa B, declaramos um compromisso de aumentar nosso impacto positivo. (s.d.). Disponível em: <https://tatil.com.br/sistema-b/>. Acesso em: 18 nov. 2025. tatil.com.br

Zanon, B. Startups e empreendedorismo: reflexões sociológicas sobre efeitos e demandas neoliberais em meios aos trabalhadores da inovação. In: **Encontro Nacional da ABET**, 16, 2019, Salvador. *Anais eletrônicos...* Salvador: ABET.
<http://www.abet2019.sinteseeventos.com.br/anais/trabalhos/trabalhosgt?simp osio=11>

SUPERENCARCERAMENTO NO CONJUNTO PENAL DE FEIRA DE SANTANA/BA: TEORIA, PRÁTICA E A EXPERIÊNCIA EXTENSIONISTA DO NÚCLEO DE PRÁTICAS JURÍDICAS MARCELLINA DE OLIVEIRA - UEFS

Manuela Figueredo Campos

Bacharelada em Direito

Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS)

23231243@discente.uefs.br

Vanessa Mascarenhas Góes Lima

Professora efetiva do Curso de Direito

Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS)

vmlima@uefs.br

RESUMO: O presente trabalho aborda a problemática do superencarceramento a partir das perspectivas teórica e prática, à luz das ações extensionistas do Programa de Extensão do Núcleo de Práticas Jurídicas Marcellina de Oliveira, da Universidade Estadual de Feira de Santana (NPJ/UEFS). Atualmente, a linha extensionista de direito penal, que integra o citado Programa, propõe desenvolver as seguintes atividades principais: realizar visitas técnicas ao Conjunto Penal de Feira de Santana (CPFS) e ao Tribunal do Júri; realizar pesquisas para compreender melhor o superencarceramento em Feira de Santana; realizar eventos como cine-debates, rodas de conversas e/ou palestras para discutir temáticas relacionadas à teoria e prática do direito penal; realizar ações de educação sobre direitos das pessoas presas; e, atuando em parceria com o CPFS, Defensoria Pública do Estado da Bahia (DPE/BA) e Serviço de Assistência Jurídica da Universidade Estadual de Feira de Santana (SAJ/UEFS), identificar eventuais pessoas encarceradas em Feira de Santana sem acesso à assistência jurídica para promover a defesa delas. A iniciativa analisa a dissonância entre garantias previstas na Lei de Execução Penal e a realidade do sistema prisional feirense, que opera com superlotação, buscando intervir na realidade através de práticas extensionistas como as acima citadas. O artigo busca apresentar as atividades que vêm sendo desenvolvidas, explicitando a justificativa, os objetivos, a metodologia e os resultados que vêm sendo alcançados, com o intuito de fortalecer a extensão universitária a partir da socialização das experiências do Programa que atua na área penal desde sua criação, no ano de 2019.

Palavras-chave: Superencarceramento. Lei de Execução Penal. Extensão Universitária. Direitos Humanos.

ABSTRACT: This paper addresses the problem of mass incarceration from theoretical and practical perspectives, in light of the outreach actions of the Marcellina de Oliveira Legal Practice Nucleus Extension Program (NPJ/UEFS) at the State University of Feira de Santana. Currently, the criminal law extension track, which is part of the aforementioned Program, proposes to develop the following main activities: conducting technical visits to the Feira de Santana Penal Complex (CPFS) and the Jury Court; carrying out research to better understand mass incarceration in Feira de Santana; organizing events such as cinematic debate, discussion groups, and/or lectures to discuss topics related to the theory and practice of criminal law; conducting educational actions on the rights of incarcerated individuals; and working in partnership with the CPFS, the Public Defender's Office of the State of Bahia (DPE/BA), and the Legal Assistance Service of the State University of Feira de Santana (SAJ/UEFS) to identify any incarcerated persons in Feira de Santana without access to legal assistance and promote their defense. The initiative analyzes the dissonance between the guarantees provided in the Penal Execution Law and the reality of the prison system in Feira de Santana, which operates with overcrowding, seeking to intervene in this reality through extension practices such as those mentioned above. The article aims to present the activities that have been developed, detailing the justification, objectives, methodology, and results being achieved, with the purpose of strengthening university outreach based on the socialization of the experiences of the Program, which has been active in the criminal area since its creation in 2019.

Keywords: Overcrowding in prisons. Penal Execution Law. University Extension. Human Rights.

1 INTRODUÇÃO

Considerando que o Brasil possui a terceira maior população carcerária do mundo (Senado, 2024), a questão do superencarceramento é de grande importância tanto acadêmica quanto social, especialmente em uma cidade que possui a maior unidade prisional do estado da Bahia, como é o caso de Feira de Santana, que opera com

superlotação de aproximadamente 70% - dados de 07/11/2025. (Secretaria de Administração Penitenciária e Ressocialização, 2025).

Diante disso, nos últimos anos, o Programa de Extensão do Núcleo de Práticas Jurídicas Marcellina de Oliveira, da Universidade Estadual de Feira de Santana (NPJ/UEFS), na linha extensionista “Articulando a pesquisa e a extensão na prática jurídica com enfoque na área penal”, vem adotando o tema do superencarceramento como central em suas atividades.

Em 2025, a linha extensionista de direito penal, do NPJ/UEFS conta com a atuação de uma docente e quatro discentes extensionistas, um bolsista do Programa de Iniciação à Extensão (PIBEX) da UEFS e três voluntários e propõe desenvolver as seguintes atividades principais: realizar visitas técnicas ao Conjunto Penal de Feira de Santana (CPFS) e ao Tribunal do Júri; fazer pesquisas para compreender melhor o superencarceramento em Feira de Santana; organizar eventos como cine-debates, rodas de conversas e/ou palestras para discutir temáticas relacionadas à teoria e prática do direito penal; desenvolver ações de educação sobre direitos das pessoas presas; e, atuando em parceria com o CPFS, Defensoria Pública do Estado da Bahia (DPE/BA) e Serviço de Assistência Jurídica da Universidade Estadual de Feira de Santana (SAJ/UEFS), identificar eventuais pessoas encarceradas em Feira de Santana sem acesso à assistência jurídica para promover a defesa delas.

Além disso, busca-se analisar a dissonância entre as garantias previstas na Lei de Execução Penal e a realidade do sistema prisional feirense, que opera com superlotação de aproximadamente 70%, buscando intervir na realidade através de práticas extensionistas como as acima citadas. (Secretaria de Administração Penitenciária e Ressocialização, 2025).

A metodologia adotada para a realização das atividades previstas perpassa, inicialmente pelo estudo e pesquisa acerca dos temas centrais como Lei de Execução Penal, Superencarceramento, acesso à justiça, educação sobre direitos e direitos humanos, para que se tenha o subsídio teórico para seu desenvolvimento.

Com o intuito de socializar o conhecimento produzido, tanto no sentido de divulgação da produção acadêmica quanto no sentido de aprimorar essa produção com a

participação ativa da comunidade, são desenvolvidas ações extensionistas propriamente ditas como produção e divulgação de materiais sobre os conteúdos estudados; organização de eventos para debater os temas relacionados ao sistema prisional feirense; realização de visitas técnicas ao Conjunto Penal de Feira de Santana e Tribunal do Júri, por exemplo.

Além disso, com a aproximação da realidade prisional de Feira de Santana e a constatação de alguns problemas que podem contar com a intervenção da Universidade, têm sido realizadas ações em parceria com o CPFS, a DPE/BA e o SAJ/UEFS, no sentido de identificar pessoas presas sem acesso à defesa técnica e a realização da defesa dessas pessoas, em especial para fins de ajuizamento de pedidos referentes a benefícios da execução penal (como indulto e progressão de regime) ou mesmo para impetrar Habeas Corpus.

No último ano (de novembro de 2024 até novembro de 2025), dentre outras atividades, o NPJ/UEFS (linha extensionista de direito penal) realizou quatro visitas técnicas ao Conjunto Penal de Feira de Santana, para que estudantes de graduação em direito conhecessem a estrutura da unidade; duas visitas técnicas ao Tribunal do Júri, para que estudantes de graduação assistissem ao julgamento; três cine-debates; além de ter estabelecido parceria com a DPE/BA e com o SAJ/UEFS para a análise de situação de presos sem assistência jurídica, e prestação de assistência jurídica (através do SAJ), em especial para aquelas pessoas que possuem direito a benefícios previstos pela Lei de Execução Penal (LEP) e não obtém por ausência de pedido, tendo sido feitos, de novembro de 2024 a julho de 2025: 03 pedidos de indulto; 01 de comutação de pena e 01 habeas corpus, além de ter sido feita busca de casos em que seria cabível HC em razão da posse de drogas de menos de 40g, que deixou de ser considerada como tráfico, não tendo sido encontrado nenhum caso que se enquadrasse na hipótese.

A título de atividade a ser realizada, tem-se a previsão de ministrar curso de execução penal para pessoas encarceradas, dentro da unidade prisional, proposta esta que foi pensada em parceria com a Defensoria Pública do Estado da Bahia, que, entretanto, não conseguiu ser concretizada por dificuldades práticas como a obtenção de

autorização da unidade prisional e dificuldades estruturais e de pessoal também da unidade.

Importa registrar, ainda, outra importante dificuldade que tem sido encontrada para concretização dos objetivos da proposta extensionista, qual seja, o impedimento de acesso à lista de pessoas presas, de modo que as ações realizadas têm sido feitas com base em lista de abril de 2024, pois foi a última à qual o acesso foi possível.

Para sanar as dificuldades, o programa de extensão vai buscar negociar com o Conjunto Penal de Feira de Santana e com a DPE/BA a assinatura de convênios que possam facilitar o acesso às informações necessárias à atuação na prestação de assistência jurídica a pessoas presas que não possuem acesso à defesa técnica e que, mesmo tendo direito a benefícios que poderiam garantir a saída da unidade prisional, continuam encarceradas por ausência de acesso efetivo à justiça.

Em rotas conclusivas, observa-se que as atividades extensionistas desenvolvidas na área penal pelo Programa de Extensão do Núcleo de Práticas Jurídicas Marcellina de Oliveira da UEFS têm alcançado resultados importantes, mesmo com as dificuldades de ordem prática, promovendo debates com a comunidade acadêmica, visitas técnicas e articulando a prestação de assistência jurídica a pessoas presas, especialmente para o fim de garantir acesso a benefícios da execução penal e impetração de habeas corpus, por meio de parceria com o SAJ/UEFS, para ajuizamento de ações que visem levar a liberdade para os que possuem tal direito e estão sem acesso ao mesmo.

2 O PROGRAMA DE EXTENSÃO DO NÚCLEO DE PRÁTICAS JURÍDICAS MARCELLINA DE OLIVEIRA (NPJ/UEFS)

A partir da concepção da prática jurídica como elemento central na constituição do curso de Bacharelado em Direito, foi construído o Programa de Extensão Ensino Pesquisa e Extensão no Núcleo de Práticas Jurídicas da UEFS, oficialmente criado pela Resolução 076/2019 do Conselho Superior de Ensino Pesquisa e Extensão da UEFS (CONSEPE/UEFS).

Importa ressaltar, de início de que concepção de extensão universitária o programa parte. Para tanto, aponta-se o conceito a seguir:

A Extensão Universitária é a ação da Universidade junto à comunidade que possibilita o compartilhamento, com o público externo, do conhecimento adquirido por meio do ensino e da pesquisa desenvolvidos na instituição. É a articulação do conhecimento científico advindo do ensino e da pesquisa com as necessidades da comunidade onde a universidade se insere, interagindo e transformando a realidade social.

A Extensão Universitária é, portanto, uma das funções sociais da Universidade, que tem por objetivo promover o desenvolvimento social, fomentar ações de extensão que levam em conta os saberes e fazeres populares e garantir valores democráticos de igualdade de direitos, respeito à pessoa e sustentabilidade ambiental e social. (Universidade Federal do Espírito Santo, 2025).

No mesmo sentido, válido citar também o que consta na página da Pró-reitoria de Extensão da UEFS:

A Extensão na UEFS tem como principais objetivos sensibilizar e mobilizar a comunidade da UEFS para um “fazer universitário” que promova a reflexão sobre a necessidade de conciliar as suas ações acadêmicas às demandas da sociedade e contribuir para a construção de uma Universidade que forme indivíduos capazes de questionar a sua própria realidade e, por meio de uma postura crítica, colaborem para a construção de uma sociedade mais humana. (Universidade Estadual de Feira de Santana, 2025).

A partir da concepção de extensão como fator articulador do fazer acadêmico com a sociedade, o projeto proposto apontava que o Serviço de Assistência Jurídica da UEFS (SAJ/UEFS) foi institucionalizado em 2001, com o objetivo de oferecer assistência jurídica gratuita para a população economicamente vulnerável e que vinha contribuindo de modo significativo para a promoção do acesso à justiça em Feira de Santana, mas com alguns problemas de funcionamento, como a falta de capacidade estrutural para atender

o grande número de demandas, bem como com os desafios próprios da prática jurídica no contexto da formação universitária como a ausência de advogado, por exemplo.

Diante disso, a proposta do programa teve o intuito de promover a reformulação do Serviço de Assistência Jurídica – SAJ/UEFS com vistas à sua ampliação e qualificação para atender demandas de tutela coletiva e assessoramento extrajudicial e consensual de resolução de litígios, adotando como objetivos: i) integrar a teoria e a prática no processo de formação jurídica; ii) estabelecer a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão; iii) promover uma formação universitária mais humanista e mais tecnicamente capacitada para as demandas e desafios da sociedade contemporânea; iv) promover e ampliar o acesso à justiça no âmbito local e regional.

O projeto destacava, ainda, a necessidade de uma prática jurídica atrelada à pesquisa empírica, à formação profissional e à extensão, em diálogo com o Projeto Pedagógico do curso de Direito da UEFS.

Após cerca de dois anos de funcionamento, em razão da confusão constante com a figura dos NPs universitários, que se assemelham ao SAJ/UEFS, o Programa de Extensão propôs a alteração do nome. A proposta de nome novo buscou contemplar o reconhecimento de personalidades negras com papel central na prática jurídica, tendo sido eleito o nome de Marcellina de Oliveira, natural de Humildes, distrito da cidade de Feira de Santana/BA, que lutou e conseguiu o reconhecimento da condição de livre de sua filha Archangela de Oliveira, ação de liberdade ajuizada na Comarca de Feira de Santana/BA.

A ação, que foi julgada procedente, ainda é emblemática pelo fato de Marcellina ter testemunhado em favor da sua filha, mesmo que, na época fosse muito incomum o depoimento de mulheres em ações judiciais, especialmente na qualidade de testemunha de defesa.

Assim, em 2021, o nome foi alterado, pela Resolução CONSEPE 083/2021, para Programa de Extensão do Núcleo de Práticas Jurídicas Marcellina de Oliveira.

Atualmente, o Programa conta com cinco linhas extensionistas, sendo as seguintes: Núcleo de Prática Jurídica da UEFS, como instrumento para o Direito à Cidade; Articulando a pesquisa e a extensão na prática jurídica com enfoque na área

penal; Articulando o Núcleo de Prática Jurídica da UEFS com as lutas populares de Feira de Santana; O direito ao território dos povos tradicionais: a prática jurídica como educação, interação, reconhecimento e atuação no sistema de justiça multiportas; e Direito de existir: cidadania, gênero e sexualidade, tendo esta última gerado a proposição de novo Projeto de Extensão, dado ao crescimento de suas atividades.

3 ARTICULANDO A PESQUISA E A EXTENSÃO NA PRÁTICA JURÍDICA COM ENFOQUE NA ÁREA PENAL

No que se refere à linha extensionista Articulando a pesquisa e a extensão na prática jurídica com enfoque na área penal, conforme mencionado na introdução do presente trabalho, tendo como recorte principal a temática do superencarceramento, inclusive observando suas relações com questões de raça, gênero e classe, o Programa busca realizar ações de educação em direitos, especialmente através da realização de eventos e produção de materiais para postagem em redes sociais a respeito da temática, bem como realizar visitas técnicas no Conjunto Penal de Feira de Santana, para que estudantes conheçam a unidade. Busca-se, ainda, fazer articulações entre o NPJ, o SAJ/UEFS e a DPE para fins de identificar a atuar em casos de pessoas presas no Conjunto Penal de Feira de Santana, notadamente as que possuem direito à liberdade e não o acessam por falta de assistência jurídica.

3.1 O SUPERENCARCERAMENTO COMO TEMA CENTRAL DE ATUAÇÃO DO NPJ MARCELLINA DE OLIVEIRA

Desde que o Programa começou as atividades, surgiu a ideia de realizar visitas técnicas para que discentes do curso de Direito da UEFS tivessem mais contato com a prática jurídica penal. Nesse contexto, a realização de visitas ao Conjunto Penal de Feira de Santana foi mostrando que o superencarceramento é uma realidade marcante na unidade, de modo que a temática foi se consolidando como central para a linha extensionista.

Desde 2019, algumas pistas surgiram no sentido de que o superencarceramento em Feira de Santana está relacionado não só ao contexto geral de populismo penal, como também a uma ausência de acesso à defesa, o que foi provocando a atuação que buscasse intervir nessa realidade, fazendo articulação com o SAJ/UEFS e com a DPE/BA, para fins de assegurar assistência jurídica a pessoas presas, não apenas pensando na questão individual, mas em buscar trazer uma redução na superlotação, com impactos para a coletividade da população carcerária feirense.

A escolha do superencarceramento como eixo central da linha extensionista de direito penal do NPJ se justifica pela urgência e gravidade do tema no cenário nacional e local. O Brasil vivencia um fenômeno de encarceramento em massa que o levou a atingir a terceira maior população carcerária do mundo. (Senado Federal, 2024).

No Brasil, esse fenômeno global assume contornos específicos, sendo agravado por uma "tradição autoritária" e repressiva que historicamente marca a formação social do país. O superencarceramento brasileiro é caracterizado pela superlotação, repressão, tortura e maus-tratos. Além disso, possui um alvo preferencial: o perfil do preso brasileiro é majoritariamente composto por jovens, negros ou pardos, pobres e com baixa escolaridade, presos provisoriamente ou por crimes contra o patrimônio e tráfico de drogas (Simas, 2016).

A atuação do NPJ parte da compreensão de que o superencarceramento não como um problema de gestão, mas um projeto político de "neutralização de indivíduos e populações indesejáveis" (Simas, 2021). A extensão universitária, nesse contexto, assume o papel de analisar essa realidade e intervir nela, tanto buscando promover reflexões sobre o tema junto à sociedade local, quanto através de ações concretas que buscam levar direitos à população encarcerada privada deles por ausência de assistência jurídica.

3.2 O SISTEMA CARCERÁRIO FEIRENSE

O fenômeno do superencarceramento, analisado em nível nacional, materializa-se de forma contundente na realidade local. O Conjunto Penal de Feira de Santana (CPFS)

é a maior unidade prisional do estado da Bahia e reflete agudamente a crise do sistema. (Secretaria de Administração Penitenciária e Ressocialização, 2025).

A unidade opera com uma superlotação de aproximadamente 70%. Segundo levantamento da Secretaria de Administração Penitenciária e Ressocialização (SEAP) de 06 de novembro de 2025, o CPFS, com capacidade para 1.302 detentos, abrigava 2.210, operando com um excedente de 908 pessoas. (Secretaria de Administração Penitenciária e Ressocialização, 2025).

Essa superlotação não é apenas um dado estatístico; ela representa a violação sistemática das garantias fundamentais. Esse cenário se enquadra no que Simas (2021) classifica como tortura institucional. Esta não se resume à agressão física direta, mas engloba toda forma de imposição de violência aguda e toda privação de direitos que o sistema prisional emprega, caracterizando-se como um "método mais difuso" de imposição de sofrimento.

A superlotação é a principal indutora dessa forma de tortura, levando a condições insalubres, privação de itens básicos e assistência precária. Como aponta Bitencourt (2024), a estrutura dos estabelecimentos penais deveria ser compatível com suas finalidades, assegurando condições dignas. No entanto, o que se vê é a negligência estatal.

Zillo (2020) destaca os perigos diretos dessa realidade, como a falta de assistência básica à subsistência e a ausência de cuidados de saúde, tornando os presos suscetíveis a uma série de doenças transmissíveis agravadas pela falta de circulação de ar e de higiene mínima. Essa é a realidade que o NPJ encontra em suas visitas técnicas e que busca problematizar através da realização de debates, eventos e produção de materiais.

3.3 A LEI DE EXECUÇÃO PENAL – BENEFÍCIOS DA EXECUÇÃO PENAL E ASSISTÊNCIA JURÍDICA

É justamente nesse cenário de violações que a atuação da extensão se torna crucial, tendo como principal instrumento normativo a Lei de Execução Penal (LEP) – Lei nº 7.210/1984.

Conforme disposto em seu Art. 1º, a LEP possui um duplo objetivo: "efetivar as disposições de sentença ou decisão criminal e proporcionar condições para a harmônica integração social do condenado e do internado" (Brasil, 1984). Para tanto, a lei estabelece uma série de direitos aos detentos, impondo ao Estado a obrigação de assegurar assistência material, à saúde, jurídica, educacional, social e religiosa.

O que se verifica na prática, contudo, é a recorrente violação desses direitos, criando uma profunda dissonância entre o texto legal e a realidade carcerária. O superencarceramento, em si, viola o princípio da dignidade da pessoa humana. Como preleciona Cunha (2020), é vedada a imposição de pena indigna, cruel, desumana ou degradante, sendo dever do Estado zelar pelas condições básicas de sobrevivência.

Um dos pilares fundamentais para mitigar esse quadro é a assistência jurídica, um direito que, quando negligenciado, perpetua o encarceramento e a superlotação. A atuação do NPJ, em parceria com a Defensoria Pública (DPE/BA) e o Serviço de Assistência Jurídica (SAJ/UEFS), foca exatamente nessa lacuna.

O programa identifica detentos desprovidos de defesa técnica que, embora possuam direito a benefícios da execução penal, como progressão de regime, indulto ou comutação de pena, permanecem encarcerados por simples ausência de quem formule os pedidos. A garantia da assistência jurídica, nesse sentido, não é apenas um direito individual do detento, mas uma ferramenta essencial de política criminal e de combate ao superencarceramento, permitindo que a própria LEP seja minimamente efetivada.

3.4 ATUAÇÃO DO NPJ MARCELLINA E OLIVEIRA E DO SAJ/UEFS EM NÚMEROS

Inicialmente, necessário pontuar que, para concretizar os objetivos do Programa de Extensão, busca-se constante diálogo com instituições que podem ser parceiras no enfrentamento do superencarceramento local. O diálogo com o Conjunto Penal de Feira de Santana (CPFS) é de extrema importância para levar a comunidade acadêmica a conhecer a estrutura do sistema prisional, através da realização de visitas técnicas, bem como para buscar acesso a dados acerca da eventual existência de pessoas presas sem

acesso à defesa e eventualmente realizar mutirões e atendimentos à referida parcela da população carcerária.

Além disso, o Programa de Extensão levantou a proposta de realizar ações de educação sobre direitos na unidade prisional, o que ainda está em diálogo com a direção da unidade.

Ademais, o diálogo com a Defensoria Pública do Estado da Bahia (DPE/BA) e com o Serviço de Assistência Jurídica da UEFS (SAJ/UEFS) é imprescindível para que seja possível atuar na elaboração de pedidos de benefícios da execução penal para pessoas presas que possuem direito a eles e não conseguem por ausência de defesa técnica para formular os pedidos.

Conforme já mencionado, a linha extensionista de Direito Penal do NPJ Marcellina de Oliveira, de novembro de 2024 a novembro de 2025 já realizou quatro visitas técnicas ao Conjunto Penal de Feira de Santana (12/11/2024, 26/11/2024, 13/05/2025 e 04/11/2025), para que estudantes de graduação em direito conhecessem a estrutura da unidade; duas visitas técnicas ao Tribunal do Júri (13/11/2024 e 25/03/2025), para que estudantes de graduação assistissem ao julgamento; três cine-debates (10/09/2024, 11/08/2025 e 11/11/2025).

Além das ações acima citadas, destaca-se o estabelecimento de parceria com a DPE/BA e com o SAJ/UEFS para a análise de situação de presos sem assistência jurídica, e prestação de assistência jurídica (através do SAJ), em especial para aquelas pessoas que possuem direito a benefícios previstos pela Lei de Execução Penal (LEP) e não obtém por ausência de pedido, tendo sido feitos 03 pedidos de indulto, 01 de comutação de pena e 01 habeas corpus.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A trajetória extensionista percorrida pelo Núcleo de Práticas Jurídicas Marcellina de Oliveira, na linha de Direito Penal, evidenciou a urgência de confrontar a teoria acadêmica com a dura realidade do sistema carcerário. As atividades desenvolvidas permitiram constatar que o fenômeno do superencarceramento em Feira de Santana não

é um evento isolado, mas o reflexo local de uma política de encarceramento em massa que, conforme Simas (2016), atinge globalmente as populações marginalizadas.

A experiência prática no Conjunto Penal de Feira de Santana demonstrou que a superlotação atua como um catalisador de violações de direitos humanos. Observou-se que a estrutura prisional, ao operar muito acima de sua capacidade, inviabiliza a aplicação efetiva da Lei de Execução Penal, transformando a pena privativa de liberdade em um instrumento de "tortura institucional" e sofrimento difuso, conforme conceituado por Simas (2021).

Além disso, a ausência de assistência jurídica adequada emergiu como um dos fatores críticos para a manutenção desse quadro. A parceria firmada entre o NPJ, o SAJ/UEFS e a Defensoria Pública do Estado da Bahia revelou-se fundamental para mitigar essa lacuna, garantindo que benefícios da execução penal fossem pleiteados para aqueles que, invisibilizados pelo sistema, permaneciam encarcerados indevidamente.

Ficou evidente, portanto, que o sistema prisional, nas condições atuais, falha em seu objetivo ressocializador. Como apontam Silva (2024), a sobrecarga das instalações cria um ambiente propício à violência e à reincidência, impedindo a oferta de condições mínimas de dignidade, saúde e segurança. A extensão universitária, nesse contexto, cumpre seu papel social ao não apenas diagnosticar essas falhas, mas intervir ativamente na promoção do acesso à justiça.

Por fim, conclui-se que a articulação entre ensino, pesquisa e extensão é indispensável para a formação de juristas críticos e humanizados. O enfrentamento ao superencarceramento exige mais do que reformas legislativas; demanda uma mudança na cultura punitiva e um compromisso contínuo das instituições, inclusive da Universidade, com a garantia da dignidade da pessoa humana e a efetivação dos direitos daqueles que se encontram sob a tutela do Estado.

Embora em números absolutos a intervenção promovida pela ação extensionista do Núcleo de Práticas Jurídicas Marcellina de Oliveira possa parecer pequena, qualquer ajuda para a população carcerária que é historicamente invisibilizada e largada à própria sorte é de grande importância. Assim, o que se observa é a necessidade de aprimorar as atividades desenvolvidas, para que possam alcançar resultados ainda melhores.

REFERÊNCIAS

- BITENCOURT, Jonatan Gabriel Teixeira. **O Sistema Prisional Brasileiro Reflexo Político e Social**. Jusbrasil, 2024. Disponível em: <https://www.jusbrasil.com.br/artigos/o-sistema-prisional-brasileiro-reflexo-politico-e-social/2219543033>. Acesso em: 21 ago. 2025.
- BRASIL. Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984. **Institui a Lei de Execução Penal**. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 13 jul. 1984. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l7210.htm. Acesso em: 16 nov. 2025.
- CUNHA, Rogério Sanches. **Manual de direito penal**: parte geral (arts. 1º ao 120). 8. ed. rev., ampl. e atual. Salvador: JusPODIVM, 2020.
- SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO PENITENCIÁRIA E RESSOCIALIZAÇÃO DA BAHIA. População Carcerária do Estado da Bahia (por regimes) – quinta-feira, 06 de novembro de 2025. **Seap.ba.gov.br**, 2025. Disponível em: <http://www.seap.ba.gov.br/sites/default/files/dados/2025-11/Relatorio%2006-11-25.pdf>. Acesso em: 10 nov 2025.
- SENADO FEDERAL. **Política penitenciária está em debate no Senado**; Brasil tem a 3ª maior população carcerária do mundo. In: TV Senado, 2024. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/tv/programas/em-discussao/2024/06/politica-penitenciaria-esta-em-debate-no-senado-brasil-tem-a-3a-maior-populacao-carceraria-do-mundo>. Acesso em: 16 nov. 2025.
- SILVA, Amanda da Costa *et al.* A superlotação carcerária e seus impactos no sistema penal: um estudo teórico. **JNT-Facit Business and Technology Journal**, v. 1, ed. 55, p. 221-242, out. 2024.
- SIMAS, Fábio do Nascimento. A dinâmica da tortura no superencarceramento brasileiro: padrões da violência institucional e reflexões políticas. **Revista de Estudos Empíricos em Direito**, v. 8, 2021. DOI: 10.19092/reed.v8.616.
- SIMAS, Fábio do Nascimento. O fenômeno do superencarceramento no Brasil contemporâneo. In: **II Congresso de Assistentes Sociais do Estado do Rio de Janeiro**, 2016, Rio de Janeiro. Anais [...]. Rio de Janeiro: CRESS-RJ, 2016.
- UNIVERSIDADE ESTADUAL DE FEIRA DE SANTANA. A extensão na Uefs. **Uefs.br**, 2025. Disponível em <http://proex.uefs.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=4>. Acesso em 12 nov. 2025.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO. O que é a extensão universitária. **Proex.ufes.br**, 2025, disponível em <https://proex.ufes.br/o-que-e-extensao-universitaria>. Acesso em 11 nov. 2025.

ZILLO, Ana Carolina. Breve Pesquisa das Prisões Brasileiras. **Jusbrasil**, 2020. Disponível em: <https://www.jusbrasil.com.br/artigos/breve-pesquisa-das-prisoas-brasileiras/1126003471>. Acesso em: 21 ago. 2025.

VIOLÊNCIA OBSTÉTRICA NO VALE DO SÃO FRANCISCO: UMA ANÁLISE SOCIOLÓGICA E JURÍDICA

Amanda Barbalho Vasconcelos Peixoto
Bacharelanda em Direito
Faculdade de Petrolina (FACAPE)

Ana Julia Magalhães Gonçalves
Bacharelanda em Direito
Faculdade de Petrolina (FACAPE)

Evillin Eduarda Oliveira Souza
Bacharelanda em Direito
Faculdade de Petrolina (FACAPE)

Sofia Castro Barros
Bacharelanda em Direito
Faculdade de Petrolina (FACAPE)

RESUMO: Este artigo trata da violência obstétrica, mais especificamente no Vale do São Francisco, visto que a incidência de tal forma de agressão vem crescendo, de modo que se observa uma necessidade de discutir a temática. Os objetivos deste estudo são: a) dissertar sobre a violência obstétrica sob as perspectivas sociológicas, jurídicas, médicas e psicológicas; b) analisar como a negligência médica é fator crucial para que ocorram de casos de agressão. Como fundamentação teórica, nota-se que a violência obstétrica é caracterizada por violência física, verbal, sexual, negligência, maus-tratos, desrespeito, condutas não baseadas em evidências científicas e inadequações nos serviços de saúde, que tem ganhado visibilidade no contexto brasileiro (Leite et al., 2024). O presente estudo é de cunho misto qualitativo, sendo o instrumento de pesquisa a entrevista semiestruturada. O método de observação de dados será o dialético-descritivo. O artigo aponta para a identificação da violência obstétrica nos hospitais do Vale do São Francisco e para a diferença de acesso ao parto humanizado em face da desigualdade social.

Palavras-chave: Violência obstétrica. Saúde da mulher. Sistema Único de Saúde. Desigualdade social. Direitos humanos.

ABSTRACT: This article addresses obstetric violence, specifically in the São Francisco Valley, given the increasing incidence of this form of aggression, highlighting the need to discuss the topic. The objectives of this study are: a) to discuss obstetric violence from sociological, legal, medical, and psychological perspectives; b) to analyze how medical negligence is a crucial factor in the occurrence of cases of aggression. As theoretical framework, it is noted that obstetric violence is characterized by physical, verbal, and sexual violence, negligence, mistreatment, disrespect, conduct not based on scientific evidence, and inadequacies in health services, which has gained visibility in the Brazilian context (Leite et al., 2024). This study is of a mixed qualitative nature, with the research instrument being the semi-structured interview. The data observation method will be dialectical-descriptive. This article points to the identification of obstetric violence in hospitals in the São Francisco Valley and to the difference in access to humanized childbirth in the face of social inequality.

Keywords: Obstetric violence. Women's health. Unified Health System. Social inequality. Human rights.

1 INTRODUÇÃO

Segundo declaração da Organização Mundial da Saúde, no mundo inteiro, muitas mulheres sofrem desrespeito, abusos e maus-tratos durante o parto em instituições de saúde, e esse tipo de tratamento que ofende a dignidade da mulher, tem nome: violência obstétrica. Este termo, popularizado por movimentos feministas e de direitos humanos na América Latina, sobretudo no início dos anos 2000, diz respeito a diversas práticas abusivas e desrespeitosas que aconteciam no parto, no pós-parto ou até no pré-natal.

Vale destacar que a violência obstétrica pode ser tanto física, como psicológica. A violência física acontece quando a integridade corporal da mulher não é respeitada ou quando não são disponibilizadas alternativas mais seguras à saúde, fazendo com que os prejuízos para a parturiente superem os benefícios esperados. Já a violência emocional caracteriza-se como uma atitude que causa humilhação, desprezo, medo, sentimento de inferioridade, dentre outros sentimentos negativos gerados pelo abuso verbal, coerção e negação de consentimento, negligência e omissão de informações e violação da privacidade.

O objetivo deste estudo é analisar a incidência da violência obstétrica na região do Vale do São Francisco sob a perspectiva jurídica, médica, psicológica e, sobretudo, sociológica. Ao observar determinados padrões de tratamento, é válido questionar se as condições socioeconômicas das mulheres da região são um fator causador de violência. Ademais, é evidente que as convenções sociais contribuem para a banalização e a naturalização de conduta médica violenta, em face do histórico patriarcal da sociedade brasileira.

2 VIOLÊNCIA OBSTÉTRICA E SUA CRESCENTE PRESENÇA NA SOCIEDADE

Diante da importância da discussão desse tema, é necessário compreender de forma mais detalhada o que se entende por violência obstétrica. O termo se refere a práticas abusivas e desrespeitosas que podem ocorrer no pré-natal, no parto e também no período pós-parto, seja por ação direta de profissionais de saúde, como médicos, enfermeiros ou parteiras, seja por protocolos institucionais que limitam a autonomia e os direitos da gestante.

Essas práticas podem se manifestar de diferentes formas. Uma delas é a restrição da liberdade de movimento, quando a mulher é impedida de escolher a posição que lhe traz maior conforto sem que haja justificativa médica. Também é comum a ausência de informação ou consentimento, situação em que a gestante não é consultada antes de procedimentos, não podendo aceitá-los ou recusá-los de maneira consciente.

Além disso, o tratamento desrespeitoso, como comentários depreciativos, humilhações e violação da privacidade, e a realização de procedimentos invasivos sem necessidade, como episiotomias ou cesarianas sem indicação clínica, são exemplos recorrentes. Por fim, a falta de apoio emocional e a minimização do sofrimento físico ou psicológico agravam ainda mais a experiência da mulher nesse período.

Tais ações ferem a dignidade da parturiente e representam violações de direitos humanos, trazendo impactos físicos, emocionais e psicológicos tanto para a mãe quanto para o bebê. Entender a definição de violência obstétrica é, portanto, um passo

fundamental para que se possa identificar essas situações e promover mudanças no cuidado oferecido às mulheres.

Nesse sentido, de acordo com levantamentos recentes, os casos de violência obstétrica são frequentes e vêm sendo cada vez mais registrados. Uma revisão nacional de 2024 mostrou que mulheres adolescentes, acima de 35 anos, negras, com menor escolaridade e atendidas pelo SUS são as que mais relatam experiências de violência no pré-natal, no parto e no pós-parto.

No estado do Rio de Janeiro, uma pesquisa realizada entre 2021 e 2023 pela Fiocruz identificou que seis em cada dez gestantes internadas em maternidades públicas e privadas relataram ter vivenciado algum tipo de violência obstétrica. Os dados demonstram o seguinte: “Aproximadamente dois terços das mulheres relataram pelo menos um episódio de violência, sendo os mais comuns os toques vaginais inadequados (46%), a negligência no atendimento (31%) e o abuso psicológico (22%)” (Fiocruz, 2023).

Também há registros de aumento no número de denúncias formais. Dados da Ouvidoria Nacional de Direitos Humanos apontaram que, apenas na região Nordeste, foram registradas 124 denúncias de violência obstétrica em 2020 e outras 36 em 2021. Em estudos comparativos, verificou-se que cerca de 45% das mulheres atendidas pelo SUS relataram ter sofrido algum tipo de violência obstétrica, enquanto na rede privada esse índice foi de aproximadamente 30%.

Esses dados demonstram que a violência obstétrica é um fenômeno amplamente presente no país, com ocorrência significativa em diferentes regiões e tipos de atendimento. A consolidação dessas informações em pesquisas e levantamentos estatísticos contribui para dimensionar o problema e possibilitar um entendimento mais claro de sua abrangência e de suas características.

3 CONSEQUÊNCIAS PARA A SAÚDE MATERNA

A violência obstétrica está diretamente relacionada a posteriores problemas de saúde maternos, visto que cada modo de agressão pode gerar diferentes efeitos na mãe,

incluindo os físicos e os psicológicos. Exemplos disso são o near miss materno e a depressão pós parto.

3.1 NEAR MISS MATERNO

De acordo com a OMS, near miss materno é caracterizado pela “quase perda materna”, quando a mãe sobrevive a graves complicações durante a gravidez, o parto ou o puerpério. Pode-se afirmar que a violência obstétrica é um fator que pode resultar em um near miss.

Sob esse viés, destaca-se que todas as formas de violência obstétrica - abuso físico, intervenções não consentidas ou aceitas com base em informações incompletas ou modificadas, cuidado não privativo, abuso verbal, abandono, negligência ou recusa de tratamento - podem resultar em grande risco materno. Há numerosos casos no Brasil de mulheres que foram vítimas e relatam o uso de técnicas não autorizadas pelos órgãos de saúde, resultando no retorno ao hospital dias após o parto com queixas como dores, sangramentos e infecções. Existem também ocorridos mais extremos, como lacerações uterinas – possível consequência de cirurgia cesariana desnecessária – cujos resultados são trágicos para gravidezes futuras e para a saúde materna. Deve-se destacar que, forçar a parturiente a se submeter a tal operação é também uma forma de violência obstétrica, visto que os profissionais a põem em risco desnecessário e, muitas vezes, com nenhuma ou parcial informação.

Nas cesariadas, em relação às mulheres que tiveram partos normais, há aumento de mortalidade, morbidade severa, internação em UTI, uso de antibióticos, necessidade de transfusão, histerectomia e tempo de permanência no hospital. A possibilidade de complicações se torna mais evidente em gestações futuras, com um aumento do risco de placentação anômala e suas graves consequências. (Tesser et al, 2015, p. 5)

Logo, nota-se, com as experiências de vítimas de near miss materno, que este fenômeno e a violência obstétrica estão relacionados, sendo esta potencialmente ameaçadora à vida.

3.2 DEPRESSÃO PÓS PARTO

A depressão pós-parto (DPP), é caracterizada como qualquer episódio depressivo após o parto. A mulher pode apresentar humor deprimido, desregulação do sono, mudança de apetite, perda de interesse pelas atividades cotidianas, cansaço excessivo, sentimento de culpa e até mesmo inclinações suicidas.

No Brasil, a prevalência de DPP varia de 10,8 até 42,8%. Os fatores de risco identificados foram: histórico familiar ou pessoal de depressão, pouco suporte social e financeiro, dificuldades no relacionamento conjugal, baixa autoestima, relação conflituosa com a mãe, gravidez não desejada e complicações obstétricas.

Tais complicações são, muitas vezes, relacionadas à violência obstétrica. Nesse sentido, para Conceição e Madeiro, (2024, p. 11) “[...] a experiência de dois ou mais tipos de desrespeito e abuso durante o parto aumenta em aproximadamente três vezes o risco de depressão pós-parto.” Porém, é importante destacar que os dados sobre a depressão pós-parto podem não condizer exatamente com a realidade, em face de fatores como a estigmatização da depressão, crenças e costumes da mulher e da família, bem como questões socioeconômicas. O mesmo ocorre com a violência obstétrica, visto que muitas vítimas confundem atos violentos com práticas médicas apropriadas, os quais, na verdade, são resultado do não cumprimento de normas profissionais recomendadas.

4 DIFERENÇA DE TRATAMENTO ENTRE HOSPITAIS PÚBLICOS E PARTICULARES

No Brasil, há uma grande disparidade entre os sistemas público e privado de saúde no atendimento às mulheres grávidas. Apesar de apresentar a proposta de garantir o acesso à saúde, os hospitais públicos enfrentam sérios problemas – superlotação, falta de leitos e equipamentos, filas de esperas longas e sobrecarga profissional – e estão mais sujeitos a falhas, as quais comprometem a realização adequada de procedimentos. Isso se deve principalmente à falta de investimentos nessa área como prioridade e, consequentemente, o cuidado com as vidas da mãe e do bebê é comprometido. Por outro

lado, nos hospitais privados o investimento é maior, as condições de infraestrutura são melhores, tratamentos são mais humanizados e próximos das pacientes. Ademais, há maior planejamento e disponibilidade de consultas e exames, filas de esperas rápidas, tecnologia e métodos modernos.

4.1 A DESIGUALDADE SOCIAL NA SAÚDE OBSTÉTRICA BRASILEIRA

Essa dualidade dos sistemas de saúde é um reflexo claro das desigualdades sociais no país. As gestantes de classes sociais mais altas, ao ter a opção de escolher o parto em um hospital privado, na maioria das vezes recebem um tratamento mais confortável, com amplas possibilidades de escolhas, além de mais segurança, dignidade e redução na probabilidade de sofrer negligência. Porém, deve-se lembrar que isso não significa que elas estejam livres do risco da violência obstétrica.

Já as mulheres mais pobres são submetidas às condições precárias do atendimento público de saúde, e, por conseguinte, ficam mais vulneráveis à violência obstétrica. Muitas vezes, seus partos são marcados pelo desrespeito, práticas discriminatórias, e humilhações, sobretudo pelos profissionais de saúde. Sobre essa problemática, vê-se:

Podemos denotar, na fala, [...] e as enfermeiras ficaram soltando piadas, dizendo assim: ‘Na hora de fazer tenho certeza que você não chorou, né!’ [...] (Cora Coralina), uma das faces mais cruéis dessa violência, a psicológica, que não deixa marcas físicas, mas emocionais, por isso colabora mais ainda para sua invisibilidade (Jardim; Modena, 2018 apud Medeiros e Nascimento, 2022, p.4)

Além disso, essas mulheres sofrem violência física, que pode chegar até mesmo a abusos sexuais. Elas são tratadas com negligência e frieza pela equipe que deveria ajudá-las, e em muitos casos, nega a essas mulheres seus direitos básicos, como alimentos, o direito a acompanhante – ponto de amparo importante seja no pré, pós ou durante o parto – ao consentimento e privação de informações (por exemplo, não informar sobre os procedimentos como anestesia, episiotomia e cesariana ou realiza-los de forma invasiva ou desnecessária).

A maioria das gestantes que precisam recorrer ao SUS para ter o seu parto, não tiveram acesso a informações e orientações durante o período pré-natal e desconhecem o termo “violência obstétrica” e as que conhecem e que sofreram, têm medo de fazer algo a respeito, o que facilita a impunidade dos profissionais. Logo, a incidência de casos cresce.

Vale ressaltar que muitas vezes a culpa também pode ser da gestão do hospital, que fazem com que as filas de esperas sejam absurdamente longas. Com isso, também é muito comum casos de gestantes que dão à luz nos corredores dos hospitais, o que pode prejudicar a vida da mãe e do bebê.

O processo de parturição é um momento único e inesquecível na vida de qualquer mulher, no qual o cuidado despendido pelos profissionais deveria ser pautado no protagonismo da parturiente, tornando-o mais natural possível, uma vez que esse processo é fisiológico, normal e necessita essencialmente, na maioria das vezes, apenas de apoio, acolhimento, atenção e, fundamentalmente, de humanização (Brasil, 2014). No entanto, esse momento às vezes é marcado pela violência obstétrica institucional, cometida justamente por aqueles que deveriam ser os cuidadores (Aguiar; D'Oliveira; Schraiber, 2013 apud Medeiros e Nascimento, 2022, p.4).

Assim, uma experiência que deveria ser livre de preconceitos e marcada por felicidade, acaba sendo manchada pela desigualdade e injustiça que existem na estrutura do país. O sistema de saúde, principalmente o público, e os profissionais que deveriam ajudar e trazer segurança para que a mãe tenha uma experiência melhor durante um período que já é difícil, são os que causam a sua dor. A saúde obstétrica e a dignidade desse momento é oferecida de acordo com a posição social de cada gestante; enquanto mulheres com melhores condições financeiras podem ter partos dignos e respeitosos, outras têm esse momento frustrado, traumatizado, e com danos físicos e psicológicos, por conta das práticas desumanizadoras nos hospitais públicos.

4.2 O PRECONCEITO RACIAL NO TRATAMENTO DE SAÚDE

A violência obstétrica nos hospitais públicos não afeta todas as mulheres da mesma forma. Isso ocorre porque, há uma diferença de tratamento ainda mais grave por

conta do preconceito racial dentro dos hospitais, que reforça a desigualdade já existente nas estruturas sociais do Brasil, somado ao machismo institucional e as condições socioeconômicas.

As mulheres pretas e pardas, predominantes no Nordeste, são as principais vítimas da violência obstétrica e ainda mais expostas à negligência, discriminação, desumanização e violência. Em comparação com as mulheres brancas, essas gestantes estão mais propensas a ter partos em condições precárias, em adição da maior probabilidade de mortalidade materna.

Consequentemente, a persistência de práticas racistas pelos profissionais de saúde presente no ambiente hospitalar intensifica a violência obstétrica e agrava os riscos à vida da mulher negra.

5 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS DADOS

Apresenta-se aqui o resultado de pesquisa quantitativa realizada através de um questionário anônimo, aplicado através da plataforma Google Forms a profissionais da saúde da região do Vale do São Francisco, cujo objetivo foi analisar o conhecimento de tais indivíduos sobre a violência obstétrica na região. Destaca-se que somente esta parte do artigo possui cunho quantitativo, de modo que o trabalho é de cunho misto.

O formulário possui nove perguntas, das quais duas visam entender o perfil do questionado, perguntando-o qual a sua área de atuação na saúde e em que meio – hospital público, hospital privado, Unidade Básica de Saúde ou clínica particular – ele trabalha. Ao todo, foram coletadas 48 respostas.

Um panorama inicial da pesquisa revela os seguintes dados sobre a área de atuação dos entrevistados: 33,3% atuam na enfermagem, 25% na medicina, 20,8% são estudantes de cursos da saúde, 2,1% são psicólogos, 2,1% são fisioterapeutas e 16,7% não se encaixam em nenhuma das categorias acima citadas, mas também trabalham na área da saúde. Ademais, de todos esses profissionais, 45,2% atuam em Unidades Básicas de Saúde (UBS), 32,3% em hospitais públicos e apenas 6,5% em clínicas particulares. Os 16,1% restantes não se enquadram nas opções disponíveis no questionário, exercendo sua

profissão em outros locais não especificados. Isso demonstra que a grande maioria dos profissionais questionados atua na área pública da saúde, de modo que as chances de que vejam – com base na fundamentação teórica apresentada no presente artigo – casos de violência obstétrica é maior. Esse fato também é comprovado pelos resultados a seguir.

Em resposta à pergunta “Você sabe o que é violência obstétrica?”, 91,7% disseram que sim e 8,3% ouviram falar, mas não sabem exatamente o que é. Quase metade (47,9%) já presenciou ao menos uma situação possivelmente considerada como violência obstétrica, o que revela que tal agressão está bastante presente nos hospitais e UBS da região do Vale do São Francisco. Sob tal viés, 68,8% concorda que a violência obstétrica é uma realidade frequente nos serviços de saúde. Nenhum dos entrevistados acredita que ela não ocorre de maneira alguma.

Quanto às principais causas da violência obstétrica, as respostas variam entre falta de preparo e empatia dos profissionais (68,8%), falta de informação das gestantes sobre seus direitos (10,4%), falta de estrutura adequada nos hospitais (8,3%), excesso de trabalho e sobrecarga da equipe (8,3%), cultura institucional autoritária (4,2%). Isso se vê no pensamento de Conceição e Madeiro (2024, p.9), que afirmam que “As maternidades públicas e mistas brasileiras apresentam maiores problemas de falta de equipamento e medicamentos e infraestrutura deficitária, sendo a Região Nordeste uma das mais afetadas”.

Todos os entrevistados concordam sobre a importância de se discutir sobre violência obstétrica na formação dos profissionais da saúde e 14,6% reconhecem que a temática é pouco abordada. Assim, observa-se que existe uma cultura de desinformação entre os próprios médicos e enfermeiros, muitas vezes por recusa de atualizar-se e de continuar estudando e aperfeiçoando seus conhecimentos em sua respectiva área.

Infelizmente, 79,2% dos entrevistados nunca soube da existência do Projeto de Lei 024/2020, de autoria do vereador Gilmar Santos (PT). O PL pretende estimular a prática do parto humanizado e prevenir casos de violência obstétrica na região e foi arquivado ao fim da legislatura de 2020. No entanto, em 2021, diante da comoção gerada pela perda de uma criança no IMIP, Gilmar Santos solicitou que o projeto entrasse

novamente em pauta. Até então, em 2025, não houve mais discussões sobre o PL 24/2020 na Câmara de Vereadores de Petrolina.

Por fim, 97,9% dos profissionais questionados acreditam ser importante a regulamentação das técnicas utilizadas no parto, bem como a punição criminal da violência obstétrica. Portanto, percebe-se a preocupação destes profissionais com o bem-estar materno e a saúde dos recém-nascidos, bem como o compromisso de modificar a realidade dos hospitais da região, em conjunto com os legisladores.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho teve como objetivo analisar a violência obstétrica na região do Vale do São Francisco, compreendendo suas causas e consequências sob uma perspectiva sociológica, jurídica e de saúde. A pesquisa possibilitou refletir sobre como fatores sociais, econômicos e culturais contribuem para a perpetuação desse tipo de violência, que fere a dignidade e os direitos das mulheres, e reforçou a importância de um atendimento humanizado e de políticas públicas que assegurem a integridade física e psicológica das gestantes durante o parto.

A análise realizada indicou que, embora haja algum nível de conhecimento sobre violência obstétrica, práticas inadequadas e situações de desrespeito ainda persistem nos serviços de saúde. Observou-se que fatores estruturais, culturais e comportamentais contribuem para a ocorrência dessas situações, o que evidencia a necessidade de maior capacitação e conscientização dos profissionais de saúde, assim como a promoção de mudanças institucionais que priorizem a humanização do atendimento.

É importante destacar que o estudo apresenta algumas limitações, como a restrição da amostra a estudantes da área da saúde e profissionais recém formados, o que impede a generalização dos resultados para toda a população de profissionais e serviços, bem como a indivíduos mais experientes em suas respectivas áreas. Ainda assim, os achados fornecem subsídios importantes para compreender a realidade local e reforçam a urgência de ações voltadas à prevenção da violência obstétrica.

Dessa forma, sugere-se que pesquisas futuras ampliem o estudo do tema, incluindo entrevistas com mulheres que vivenciaram o parto e com profissionais de saúde, bem como investigações sobre o papel das instituições públicas e privadas na promoção do respeito aos direitos das gestantes. A continuidade dessas pesquisas contribuirá para fortalecer a conscientização, o respeito e a efetivação dos direitos das parturientes, além de subsidiar políticas públicas e práticas de atendimento mais humanizadas.

REFERÊNCIAS

- AGUIAR, C. DE A.; FELICIANO, R. G.; TANAKA, A. C. D'ANDRETTA. Near-miss materno e violência obstétrica: uma relação possível? *Sexualidad, Salud y Sociedad* (Rio de Janeiro), n. 38, 2022.
- CANTILINO, A. et al. Transtornos psiquiátricos no pós-parto. *Archives of Clinical Psychiatry* (São Paulo), v. 37, n. 6, p. 288–294, 2010.
- FIOCRUZ. Pesquisa Nascer no Brasil 2: Violência Obstétrica no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2023. Disponível em: <https://saudepublica.bvs.br/2025/09/04/doi-tercos-das-mulheres-do-rio-sofreram-violencia-obstetrica/>. Acesso em: 21 set. 2025.
- GONZAGA, V.; GONZAGA, V. Em Petrolina, projeto de lei pode diminuir casos de violência obstétrica - Brasil de Fato. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2021/03/25/em-petrolina-projeto-de-lei-pode-diminuir-casos-de-violencia-obstetrica/>. Acesso em: 18 nov. 2025.
- MATOS, M. G. DE; MAGALHÃES, A. S.; FÉRES-CARNEIRO, T. Violência Obstétrica e Trauma no Parto: O Relato das Mães. *Psicologia: Ciência e Profissão*, v. 41, 2021.
- MINISTÉRIO DA SAÚDE. Levantamento nacional sobre violência obstétrica 2024. Brasília, 2024.
- NUNES, H.; ALBERTO PEREIRA MADEIRO. Associação entre desrespeito e abuso durante o parto e o risco de depressão pós-parto: estudo transversal. *Cadernos de Saúde Pública*, v. 40, n. 8, 1 jan. 2024.
- OUVIDORIA NACIONAL DE DIREITOS HUMANOS. Relatório de denúncias de violência obstétrica na região Nordeste: 2020-2021. Brasília, 2021. Disponível em: <https://www.ouvidoria.gov.br>. Acesso em: 21 set. 2025.
- RIBEIRO, D. DE O. et al. Obstetric violence in the perception of multiparous women. *Revista Gaúcha de Enfermagem*, v. 41, 2020.
- SILVEIRA, M. F. et al. The association between disrespect and abuse of women during childbirth and postpartum depression: Findings from the 2015 Pelotas birth cohort study. *Journal of Affective Disorders*, v. 256, p. 441–447, set. 2019.
- SOUZA, K. J. DE; RATTNER, D.; GUBERT, M. B. Institutional violence and quality of service in obstetrics are associated with postpartum depression. *Revista de Saúde Pública*, v. 51, n. 0, 20 jul. 2017.

TESSER, C. D. et al. Violência obstétrica e prevenção quaternária: o que é e o que fazer.
Revista Brasileira de Medicina de Família e Comunidade, v. 10, n. 35, p. 1-12, 24 jun.
2015.



DIREITO E SERVIÇO SOCIAL

A CONSTITUCIONALIZAÇÃO DO DIREITO RECURSAL: EFETIVIDADE OU FORMALISMO?

Carlos Henrique Braga de Negreiros Araújo
Bacharelando em Direito
UNINASSAU – Petrolina-PE

Gleyciane Mayara da Silva Silveira
Bacharelanda em Direito
UNINASSAU – Petrolina-PE

Samuel Moisés Ferreira Dourado
Bacharelando em Direito
UNINASSAU – Petrolina-PE

Yara Viviane Nunes Flor
Bacharelanda em Direito
UNINASSAU – Petrolina-PE

Márcio Murilo Ribeiro dos Santos Bispo
Mestre em Educação
UNINASSAU – Petrolina-PE

Rebecca Lia Rodrigues Souto Medeiros
Professora Orientadora
UNINASSAU – Petrolina-PE

RESUMO: Introdução: O estudo analisa o formalismo excessivo na fase recursal e seus impactos sobre a ampla defesa, o contraditório e a efetividade processual, evidenciando como a rigidez formal pode comprometer a justiça. **Objetivo:** examinar de que forma o rigor formal limita o acesso ao mérito, provoca nulidades e propor soluções que conciliem normas processuais e justiça material. **Fundamentação teórica:** baseia-se nos princípios da cooperação, boa-fé e instrumentalidade das formas, conforme o cpc/2015, e na doutrina de Fredie Didier Jr., que defende a superação do formalismo excessivo em prol da efetividade. **Metodologia:** pesquisa qualitativa, com análise bibliográfica, artigos acadêmicos e decisões judiciais. **Resultados:** verificou-se que, apesar dos avanços do

CPC/2015, ainda há resistência à aplicação da primazia do mérito, exigindo equilíbrio entre formalismo e efetividade recursal.

Palavras-chave: Processo Civil. Recurso Cível. Constitucionalização. Ampla Defesa. Formalismo Excessivo.

CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR: GARANTIA DE TRANSPARÊNCIA E SEGURANÇA NAS RELAÇÕES DE CONSUMO

Evylly Rayanne Rodrigues

Bacharelada em Direito

Faculdade de Petrolina – FACAPE

Gabriella Lemos Feitosa

Bacharelada em Direito

Faculdade de Petrolina – FACAPE

Luciano Lopes da Silva

Bacharelado em Direito

Faculdade de Petrolina – FACAPE

Maria Clara Ferreira de Lima

Bacharelada em Direito

Faculdade de Petrolina – FACAPE

Domingos Moreira Gomes Filho

Professor Orientador

Mestre em Dinâmica de Desenvolvimento do Semiárido

Faculdade de Petrolina – FACAPE

RESUMO: Introdução: As relações de consumo em Petrolina requerem maior atenção ao Código de Defesa do Consumidor (CDC), pois ele busca garantir transparência, equilíbrio e respeito nas relações entre lojistas e clientes. **Objetivo:** O projeto busca conscientizar e aplicar os princípios do CDC no comércio de Petrolina-PE, incentivando a transparência, a segurança e práticas comerciais éticas entre consumidores e fornecedores. **Fundamentação teórica:** Segundo MARQUES (2020), o direito do consumidor é um instrumento de cidadania e justiça social. A própria Constituição Federal, no artigo 5º, incumbe ao estado o dever de promover na forma da lei a defesa do consumidor. Como dispõe NUNES (2023), mercados saudáveis e reputações bem construídas geram desenvolvimento econômico sustentável. **Metodologia:** A metodologia a ser aplicada é qualitativa, envolvendo oficinas com lojistas, análise de casos concretos e produção de materiais didáticos, com integração

teórica e prática, a fim de promover a conscientização quanto ao CDC no comércio local. **Hipótese:** A adesão completa às disposições do CDC geram benefícios concretos ao comércio local, tornando o ambiente mais harmonioso, e maior satisfação do consumidor.

Palavras-chave: Consumidor. Transparência. Confiança.

EDUCAR PARA PROTEGER: EXPERIÊNCIAS PEDAGÓGICAS NO AMBIENTE ESCOLAR COMO MECANISMO DE PREVENÇÃO À VIOLÊNCIA INFANTOJUVENIL

Erika Sthefany Alves de Macedo
Bacharelanda de Direito
Faculdade de Petrolina – FACAPE

Gabriel Rodrigues Diniz
Bacharelando de Direito
Faculdade de Petrolina – FACAPE

Mariana Alves Barbosa
Bacharelanda de Direito
Faculdade de Petrolina – FACAPE

Ma. Maria Lúcia da Silva Souza
Professora Orientadora
Faculdade de Petrolina - FACAPE

RESUMO: A violência infantojuvenil constitui um grave problema social que compromete o desenvolvimento físico, emocional e social de crianças e adolescentes, exigindo ações educativas que promovam a cultura de paz e o respeito mútuo. Diante dessa realidade, o presente trabalho tem como objetivo relatar experiências pedagógicas desenvolvidas nas escolas do município, voltadas à prevenção da violência infantojuvenil por meio de práticas lúdicas e reflexivas. Foram utilizadas, enquanto referências bibliográficas, as obras de Santos e Ippolito (2009), UNICEF (2022) e CRAMI (s.d.), que defendem a escola como espaço de formação integral, proteção e promoção de uma cultura de prevenção às violências. A metodologia adotada teve como base a elaboração da oficina intitulada “Vozes que Protegem”, realizada em duas escolas municipais de Petrolina-PE, atendendo a 62 crianças na faixa etária de 8 a 10 anos. Os desdobramentos das ações nas oficinas envolveram dinâmicas, apresentação de histórias, exibição de vídeo educativo, elaboração de mural realizado pelas crianças e posterior apresentação nos espaços de convivência da escola. Também se promoveu o debate como forma de estimular a escuta ativa, o reconhecimento de situações de risco e a identificação das

principais formas de denúncia. Os resultados em andamento têm demonstrado o interesse das crianças pelo tema, a ampliação de seus conhecimentos sobre as formas de violência e a importância da valorização de atitudes de cuidado e solidariedade.

Palavras-chave: Prevenção. Violência Infantojuvenil. Educação. Oficinas Lúdicas.

FORTALECIMENTO DA AUTORIDADE PARENTAL E DA CIDADANIA POR MEIO DA EDUCAÇÃO JURÍDICA DIALÓGICA NO CRAS DO RIO CORRENTE

Ana Vitória Araújo Vilaboim
Bacharelanda em Direito
Faculdade de Petrolina - FACAPE

Evelyn Evangelista Neres
Bacharelanda em Direito
Faculdade de Petrolina - FACAPE

Juliana Aparecida da Silva Ribeiro
Bacharelanda em Direito
Faculdade de Petrolina - FACAPE

Kesia Lopes de Brito
Bacharelanda em Direito
Faculdade de Petrolina - FACAPE

Thiago Ferreira da Silva
Bacharelando em Direito
Faculdade de Petrolina - FACAPE

Vitoria Borges Nunes dos Reis
Bacharelanda em Direito
Faculdade de Petrolina - FACAPE

Geraldine Cavalcanti Lins
Professora-orientadora
Faculdade de Petrolina — FACAPE

RESUMO: Introdução: A Autoridade Parental é o dever dos pais de educar e proteger os filhos e seu mau exercício pode prejudicar o desenvolvimento infantil, sendo um problema grave em áreas com alta violência, como o bairro Rio Corrente, em Petrolina-PE. **Objetivo:** O projeto Direito Itinerante, da Faculdade de Petrolina (FACAPE), busca conscientizar a comunidade, esclarecendo dúvidas e facilitando o acesso à informação jurídica sobre Direito de Família. **Fundamentação teórica:** A prática é pautada na

educação dialógica de Paulo Freire e nas ideias de Maria Berenice Dias, visando fortalecer a consciência familiar para uma formação cidadã das crianças e dos adolescentes. **Metodologia:** No dia 17 de outubro de 2025, será realizada uma roda de conversa no CRAS (Centro de Referência de Assistência Social), reunindo usuárias, assistentes sociais, alunos extensionistas e a professora coordenadora para dialogar, em ambiente acolhedor, sobre a Autoridade Parental. **Resultados Esperados:** Almeja-se que a prática fortaleça a consciência familiar e a formação cidadã das crianças e dos adolescentes.

Palavras-chave: Autoridade Parental. Informações. CRAS.

RESPEITO E EMPATIA NA REDE

Brenda Martins da Cruz
Bacharelada em Direito na FACAPE
Brenda.cruz.24070@aluno.facape.br

Kaline Gomes de Sá Ribeiro
Bacharelada em Direito na FACAPE
kaline.ferreira.24729@aluno.facape.br

Laura Emanuela Gomes Silva
Bacharelada em Direito na FACAPE
laura.silva.25038@aluno.facape.br

Milka Elias Leite da Silva
Bacharelado em Direito na FACAPE
milka.e.silva.24553@aluno.facape.br

Esther Siqueira Nery
Bacharelada em Direito na FACAPE
esthersiqueira768@gmail.com

Edson Jorge Pacheco
Prof. Adjunto
Faculdade de Petrolina
edson.pacheco@prof.facape.br

RESUMO: Introdução: Este trabalho reflete sobre como a convivência digital influencia o comportamento humano, destacando o respeito e a empatia nas interações online. **Objetivo:** Incentivar o uso consciente das redes, valorizando a dignidade humana e combatendo o ódio virtual. **Fundamentação teórica:** Baseia-se em conceitos de ética digital, direitos humanos e cidadania, com fundamento na Constituição Federal (art. 1º, III e art. 5º, IV), na Lei nº 7.716/89 e em estudos sobre **cyberbullying** e discurso de ódio. **Metodologia:** Desenvolvida no âmbito do **Projeto de Extensão AJU (Assistência Jurídica Universitária)** da FACAPE, adotando abordagem qualitativa com **revisão bibliográfica** e **ações extensionistas** em escolas. As atividades envolveram **palestras e rodas de conversa** sobre o uso ético das redes e os direitos humanos no ambiente digital. **Resultados:** Constatou-se que, embora a internet amplie o acesso à informação, também

estimula condutas discriminatórias. A empatia e as contranarrativas positivas mostraram-se essenciais para transformar o ambiente virtual em espaço de respeito, inclusão e solidariedade.

Palavras-chave: Empatia. Respeito. Redes Sociais. Cyberbullying. Direitos Humanos.

SEGURANÇA JURÍDICA NO COMÉRCIO PREVENÇÃO DE LITÍGIOS E SUSTENTABILIDADE EMPRESARIAL

Eduardo Lustosa Ribeiro

Bacharelado em Ciência da Computação

Faculdade de Petrolina – FACAPE

Davi Gabriel De Miranda Cavalcanti

Bacharelado em Direito

Faculdade de Petrolina – FACAPE

Murilo Alves Dos Santos

Bacharelado em Direito

Faculdade de Petrolina – FACAPE

Poliana Sousa da Silva

Bacharelada em Direito

Faculdade de Petrolina – FACAPE

Vitória Borges Nunes dos Reis

Bacharelada em Direito

Faculdade de Petrolina – FACAPE

Domingos Moreira Gomes Filho

Professor Orientador

Mestre em Dinâmica de Desenvolvimento do Semiárido

Faculdade de Petrolina – FACAPE

RESUMO: **Introdução:** A segurança jurídica é essencial para o desenvolvimento sustentável do comércio varejista, prevenindo litígios e proporcionando estabilidade às atividades empresariais. **Objetivo:** Este estudo busca evidenciar a importância de instrumentos jurídicos como contratos bem estruturados, governança corporativa e práticas de compliance na redução de riscos. **Fundamentação teórica:** Parte-se do pressuposto de que a previsibilidade normativa e a estabilidade jurídica fortalecem a competitividade. Bobbio (1992) ressalta que a segurança jurídica garante a confiança nas relações sociais, Iudícibus (2018) destaca que práticas de governança corporativa e compliance fortalecem a confiança entre parceiros, e Amaral (2018) aponta que a gestão preventiva de riscos jurídicos contribui para a prevenção de litígios. **Metodologia:**

Prevê diagnósticos junto a lojistas de Petrolina, oficinas de análise contratual e consultorias orientadas em parceria com a Câmara de Dirigentes Lojistas (CDL) de Petrolina-PE. **Hipótese:** Espera-se que essas ações promovam maior segurança nas relações comerciais, reduzam custos com demandas judiciais e fortaleçam a sustentabilidade empresarial local.

Palavras-chave: Segurança Jurídica. Prevenção. Sustentabilidade.

ENTRE O DIREITO E A REALIDADE: A FALTA DE MATERIAIS MÉDICOS NAS UBS DE PETROLINA

Esdhras Antelly Fernandes Andrade
Bacharelado em Direito
Faculdade de Petrolina - FACAPE

Gabriela Lácio Liborio
Bacharelada em Direito
Faculdade de Petrolina - FACAPE

Khivia Raquel da Silva Andrade
Bacharelada em Direito
Faculdade de Petrolina - FACAPE

Lara Beatriz Monteiro e Silva
Bacharelada em Direito
Faculdade de Petrolina - FACAPE

Leonardo Alves Pereira
Bacharelado em Direito
Faculdade de Petrolina - FACAPE

RESUMO: O presente estudo analisa a falta de materiais médicos nas Unidades Básicas de Saúde (UBS) de Petrolina-PE, evidenciando a distância entre o direito constitucional à saúde e sua efetivação prática. Apesar de o Sistema Único de Saúde (SUS) assegurar acesso universal e igualitário, persistem falhas estruturais e administrativas que comprometem o atendimento. O objetivo central é apresentar a realidade das UBS, compreender os impactos dessa carência no cotidiano das comunidades e refletir sobre o papel do Estado e da sociedade na concretização do direito à saúde. Fundamentado em autores como John Locke e Ingo Wolfgang Sarlet, o estudo destaca que a saúde é elemento essencial da dignidade humana, demandando políticas públicas eficazes e fiscalização social contínua. A metodologia, de caráter qualitativo e descritivo, baseia-se em análises bibliográficas e dados coletados sobre a realidade local. Os resultados apontam que a ausência de materiais compromete o serviço prestado, aprofunda desigualdades sociais e afeta diretamente a qualidade de vida da população de Petrolina.

Palavras-chave: Direito. Sistema Único de Saúde. Materiais médicos. Desigualdade social. Unidades Básicas de Saúde.

ABSTRACT: This study analyzes the shortage of medical supplies in the Basic Health Units (UBS) of Petrolina, Pernambuco, highlighting the gap between the constitutional right to health and its practical implementation. Although the Brazilian Unified Health System (SUS) ensures universal and equal access, structural and administrative deficiencies continue to compromise healthcare services. The study aims to present the current situation in these units, understand the impact of supply shortages on local communities, and reflect on the role of the State and society in ensuring this fundamental right. Grounded in authors such as John Locke and Ingo Wolfgang Sarlet, the research emphasizes that health is essential to human dignity, requiring effective public policies and continuous social oversight. The methodological approach is qualitative and descriptive, based on bibliographic analysis and available data. The findings indicate that the lack of materials undermines healthcare delivery, deepens social inequalities, and directly affects the quality of life of Petrolina's population.

Keywords: Law. Unified Health System. Medical supplies. Social inequality. Basic Health Units.

1 INTRODUÇÃO

No Brasil, a saúde é um direito social fundamental, assegurado pela Constituição Federal de 1988. A criação do Sistema Único de Saúde (SUS), no ano de 1990, foi um marco histórico, representando a concretização desse princípio ao buscar garantir o acesso universal e integral à saúde para todos os cidadãos brasileiros. John Locke, em seu livro “Dois Tratados sobre o Governo”, defende que o governo deve garantir e proteger os direitos naturais inerentes a todos os cidadãos, incluindo o da vida, e a saúde, podendo ser considerada uma extensão desse direito, não fica de fora. Ainda assim, a saúde pública segue sendo um ponto altamente discutido, uma vez que sua aplicação apresenta inúmeras falhas, acabando por se tornar ineficiente em grande parte das vezes.

A sua importância reside também na promoção da dignidade humana, outra norma constitucional, e visa à redução das desigualdades sociais, pois um sistema de saúde eficaz e acessível permite que a população tenha condições de se manter produtiva

e participar da vida em sociedade. Em contrapartida, esse mesmo sistema, quando escasso, serve para perpetuar um ciclo de pobreza e exclusão no eixo social.

As Unidades Básicas de Saúde (UBSs) têm como objetivo garantir o acesso da população à saúde básica. Seu papel é indispensável no atendimento primário, preventivo e diagnóstico para o tratamento de doenças. Entretanto, a falta de materiais e recursos continua sendo um problema recorrente e sem solução no Brasil, afetando diretamente o atendimento e a qualidade de vida da população.

A carência de materiais básicos nas UBSs constitui um problema crônico e generalizado, que há décadas atinge a maioria dos municípios brasileiros. Essa realidade compromete a eficácia dos tratamentos, dificulta a realização de exames e prejudica a conclusão de diagnósticos precisos. Para as comunidades locais, a consequência vai além da escassez de insumos: cria-se um ciclo vicioso de desconfiança e desmotivação em relação ao serviço público de saúde, o que reforça a sensação de abandono por parte do poder público.

Essa situação é ainda mais grave em áreas vulneráveis, como as periféricas, onde a UBS representa muitas vezes o único ponto de acesso à saúde. A ausência de insumos básicos não apenas limita o atendimento, mas também intensifica a desigualdade social, ampliando a desproporcionalidade entre regiões. Diante desse cenário, a população mais necessitada permanece à mercê da má administração, especialmente em cidades do interior do país, como Petrolina-PE.

Longe dos grandes centros urbanos, a saúde pública enfrenta desafios adicionais que a tornam, na maioria das vezes, ainda mais precária. Um dos principais fatores desse desequilíbrio é a falta de investimentos, ou o investimento tardio, nas UBSs situadas em cidades interioranas, o que aprofunda as dificuldades estruturais do sistema.

Apesar dos alcances positivos do SUS, como o programa de imunização e atendimentos de alta complexidade, o sistema enfrenta graves problemas, o que afeta diretamente a população. A gestão, muitas vezes ineficiente, causa obstáculos para que a saúde pública não atinja completamente seu objetivo na sociedade.

É primordial entender como essa escassez de materiais médicos, que vão desde um simples exame a um instrumento cirúrgico, afeta de forma grave a população de

Petrolina. De início, precisa-se entender que tal problemática se desenvolve por múltiplos fatores, sendo um deles o principal: a falta de verbas destinada aos hospitais, postos de saúde e principalmente às UBSs. Dessa forma, um problema acarreta em outro ainda maior, um exemplo bem prático seria: um pai que vai com seu filho ao posto de saúde com a intenção de vaciná-la, porém as seringas encontram-se em falta nas unidades de saúde básica, assim trazendo riscos à saúde dessa pessoa.

A saúde básica em Petrolina passa por algumas divergências com a população, onde tanto os profissionais de saúde quanto os cidadãos são obrigados a conviver diariamente com condições precárias. Consequentemente, a ausência de materiais básicos como: curativos, gases encarece a saúde da população. Visto que a ausência de um leva a situações mais graves. Por exemplo: Um simples procedimento que poderia ser feito em uma UBS, não é feito devido à falta de alguns materiais, e essa ausência de instrumentos médicos acarreta na piora de pacientes que acabam superlotando os hospitais de saúde. Hospitais que na maioria dos casos não possuem infraestrutura adequada para comportar os habitantes.

2 O PAPEL DO ESTADO NA CONCRETIZAÇÃO DO DIREITO À SAÚDE

A Organização Mundial da Saúde (OMS), no preâmbulo de sua constituição, traz a ideia de que além da ausência de doenças e enfermidades, a saúde é o estado de equilíbrio que envolve aspectos físicos, mentais e sociais. Essa concepção ampla evidência que a saúde deve ser compreendida como um direito fundamental, indispensável para o desenvolvimento humano. Diante desse conceito, pode-se concluir que a saúde é um dos pilares mais importantes da sociedade, pois com a sua plenitude, o ser humano se torna apto para desenvolver todas as suas atividades dentro da vida social, sejam essas suas obrigações ou seu lazer. É a partir dessas premissas que se estabelece o debate sobre a responsabilidade do Estado e seu dever de efetivação desse direito inalienável.

No contexto jurídico brasileiro, a Constituição Federal de 1988 coloca a saúde como direito de todos e dever do Estado. Essa previsão, presente no artigo 196, reforça a

centralidade desse bem jurídico, vinculando-o à ideia de cidadania e de dignidade da pessoa humana. Ao reconhecer a saúde como direito fundamental, a Constituição estabelece não apenas uma ideia abstrata, mas uma obrigação jurídica: cabe ao Estado implementar políticas públicas capazes de assegurar condições efetivas de acesso universal e igualitário aos serviços de saúde.

Pode-se, então, definir duas formas, uma essencial e outra secundária, pelas quais o Estado pode exercer seu dever quanto à saúde: de forma ativa (essencial), que consiste em suas obrigações de agir para a garantia do direito, promovendo sistemas como o SUS (Sistema Único de Saúde), que atinge a população mais vulnerável e de baixa renda; e de forma passiva (secundária), onde o Estado deve abster-se de práticas que inviabilizem ou restrinjam o acesso à saúde.

É importante, também, ressaltar outros pontos relevantes para a garantia do direito à saúde, além do Estado, a população tem a responsabilidade de zelar e exercer seu direito de forma plena. A promoção da efetivação da saúde pública depende, em grande parte, das pessoas que utilizam e fiscalizam. A cidadania deve ser exercida de forma ativa, pois o próprio momento das eleições é decisivo para definir como esse tema será tratado nos próximos anos. Deve-se sempre atentar a como o Estado, representado pelos políticos, está cumprindo seus deveres. Nesse cenário, a fiscalização, por parte da sociedade, torna-se um elemento indispensável e um contraponto essencial à inércia estatal. Ainda, a efetivação do direito à saúde também depende das condições sociais e ambientais em que o indivíduo está inserido. A ausência de políticas públicas eficazes e de acesso aos direitos sociais básicos repercute diretamente na qualidade de vida da população. Nesse sentido, Sarlet (2023, p. 131) afirma:

[...] a miséria e a pobreza (como projeções da falta de acesso aos direitos sociais básicos, como saúde, saneamento básico, educação, moradia, alimentação, renda mínima etc.) caminham juntas com a degradação e poluição ambiental, expondo a vida das populações de baixa renda e violando, por duas vias distintas, a sua dignidade.

Essa argumentação demonstra que a desigualdade social e a degradação ambiental estão essencialmente ligadas, formando um ciclo que agrava a vulnerabilidade

das classes de baixa renda e compromete a efetivação do direito à saúde. Assim, garantir a saúde como direito fundamental implica não apenas assegurar o atendimento médico, mas também promover condições dignas de vida e um meio ambiente equilibrado.

Por fim, garantir o direito à saúde não pode se limitar a leis no papel. É preciso enxergar também o lado humano do cuidado. A responsabilidade do Estado envolve reconhecer que saúde não tem o mesmo significado para todas as pessoas. Cada comunidade, com sua cultura e modo de vida, entende de forma própria o que é bem-estar, doença e tratamento. Por isso, as políticas públicas não devem repetir modelos pré-definidos e padronizados, mas sim considerar as diferenças culturais e sociais. A fiscalização da sociedade é essencial para que esse direito seja cumprido de forma justa e eficaz, garantindo acesso a um cuidado que seja ao mesmo tempo técnico e sensível a todas as pessoas.

3 UBS COMO ÚNICO ESPAÇO DE SAÚDE PARA A COMUNIDADE

Quando falamos das UBSs, é importante compreender que elas não são apenas unidades de atendimento médico, mas também uma forma de contato direto do Estado com a população — uma verdadeira representação do Estado na vida da comunidade. As populações mais vulneráveis, como os moradores das periferias ou nas zonas rurais, enxergam essas unidades como o único espaço de cuidado e encaminhamento médico.

Com isso, as UBSs acabam sobrecarregadas, muitas vezes com poucos recursos e materiais disponíveis para o atendimento. Nesse contexto, percebe-se que essas unidades deixaram de ser realmente “básicas”, já que o cidadão que não tem condições de acessar um hospital de urgência vê nelas o seu único refúgio para garantir o direito à saúde.

A dificuldade de acesso a um atendimento médico adequado surge, principalmente, por barreiras econômicas e geográficas, que dificultam o deslocamento até outros serviços. Assim, muitos moradores acabam dependendo exclusivamente da UBS, mesmo em casos que exigem cuidados mais complexos, o que amplia ainda mais a sobrecarga dessas unidades. Essa realidade evidencia a desigualdade e a exclusão que persistem no sistema.

“É impossível dar saúde a um povo se não o libertarmos de sua dependência econômica para que ele mesmo tome suas decisões” (ALLENDE, apud OLIVEIRA, 2024). Essa constatação reflete o cenário atual, marcado por cidadãos que enfrentam meses de dificuldade para conseguir uma consulta simples em um posto de saúde. Assim, fica evidente a desigualdade social, que impede a superação desses problemas e aprofunda o abismo entre quem tem acesso pleno à saúde e quem depende de um sistema visivelmente sucateado.

É essencial compreender a gravidade dessa situação: para muitos, as UBSs não são apenas a porta de entrada para o sistema de saúde, mas o único ponto de acesso possível. Quando esse “único” falha, desmorona junto toda a promessa de equidade. O que deveria ser básico acaba se tornando um privilégio.

Princípios como a universalidade e a integralidade, que garantem o acesso de todos à saúde, são pilares do SUS. No entanto, observa-se uma integralidade que não alcança todos e, consequentemente, uma universalidade que se mostra seletiva. A falta de hospitais próximos, a escassez de materiais e a infraestrutura muitas vezes inadequada limitam o atendimento humanizado e ampliam as desigualdades regionais e sociais no acesso à saúde — contrariando os princípios que deveriam orientar o sistema.

As desigualdades sociais e regionais no Brasil se mostram evidentes e históricas no que diz respeito ao acesso à saúde nas áreas rurais e urbanas. Em primeiro ponto, é possível constatar que, nas áreas rurais, os moradores enfrentam grandes dificuldades na oferta dos serviços de saúde nas Unidades Básicas de Saúde (UBSs). A escassez de profissionais, os meios precários de deslocamento da população e, muitas vezes, a falta de infraestrutura das unidades são queixas constantes da população para com a administração e os governantes. O resultado disso é um atendimento irregular, agravando as condições de saúde de populações que já vivem em situação de vulnerabilidade.

Além disso, a oferta de serviços e os diagnósticos de alta complexidade são limitados fora das regiões urbanas, o que ocasiona o deslocamento dos moradores das áreas rurais em busca de tratamentos adequados e seguros nos centros urbanos. Esse deslocamento causa o aumento da demanda nas sedes municipais, evidenciando um

cenário que reflete a ausência de políticas públicas que compreendam as especificidades dessas áreas.

Em segundo ponto, ao observar as UBSs das áreas urbanas, é notável que, apesar da maior centralização de recursos e das melhores infraestruturas em comparação às rurais, elas enfrentam igualmente desafios relacionados à falta de insumos básicos, equipamentos, profissionais e até mesmo na própria estrutura física, devido às altas demandas populacionais e ao descaso estatal já mencionado. O acesso e a qualidade desses serviços variam de acordo com a localização, já que as UBSs centrais possuem um fluxo de pacientes menores, reduzindo a sobrecarga dos profissionais. Isso mostra que, apesar de as UBSs estarem próximas dos centros urbanos, isso não garante um atendimento de qualidade às necessidades da população.

Por outro lado, as UBSs de bairros periféricos lidam frequentemente com uma demanda significativamente maior que as centrais, e, na maioria das vezes, atendem populações em condições de vulnerabilidade social. O resultado disso são filas extensas, falta de profissionais, medicamentos e equipamentos básicos, tornando o acesso a esses serviços ainda mais difícil.

Portanto, tanto as desigualdades entre áreas urbanas e rurais quanto aquelas entre zonas centrais e periféricas mostram que o acesso à saúde pública no Brasil é marcado por fatores sociais e territoriais, nos quais a população mais desfavorecida é a que mais sofre com as dificuldades de exercer seu direito à saúde.

4 COMO A AUSÊNCIA DE INSUMOS MÉDICOS COMPROMETE O DESEMPENHO DOS ATENDIMENTOS

A disponibilidade de materiais médicos é de grande importância durante o processo das consultas médicas, garantindo aos pacientes segurança e atendimento adequado. Contudo, quando a escassez desses insumos se encontra presente no cotidiano do profissional de saúde, ele depara-se com limitações que, por sua vez, comprometem a precisão de diagnóstico, aumentam o tempo de consulta e geram atendimentos improvisados, que reduzem a confiança dos resultados. Dessa forma, o impacto é ainda

mais alarmante quando se trata de uma parte da população que já apresenta dificuldade para acessar o sistema de saúde como um todo.

Nesse sentido, se tratando da região da cidade de Petrolina-PE, é de enorme relevância entender que a carência de um dos pilares do sistema de saúde, como exemplo as UBSs, encarecem os demais, visto que essa imprecisão nas consultas se espalha para outros setores. Desse modo, a Macrorregião Interestadual de Saúde do Vale do Médio São Francisco, Pernambuco e Bahia, possui uma população estimada em mais de 2.100.000 habitantes, distribuídos entre 53 municípios da Bahia e Pernambuco (COMISSÃO INTERGESTORES TRIPARTITE, 2023), ou seja, os hospitais de Petrolina possuem parte dessa demanda de população. No entanto, a cidade não comporta estrutura hospitalar que agregue a própria população, além de municípios vizinhos, visto que Petrolina mantém em seu território a UPA (Unidade de Pronto Atendimento) como a única de todo o sertão do estado para comportar as demandas das diversas cidades sertanejas. Ademais, na esfera municipal, a cidade conta apenas com o Hospital Municipal, que funciona direcionada à saúde básica, sem atender urgência e emergência, como se fosse uma espécie de UBS, porém mais especializada. Sob essa ótica, nota-se que a pouca estrutura hospitalar no Vale do São Francisco funciona de maneira interligada.

Com isso, temos a precarização de insumos como antibióticos, luvas ou seringas nas unidades básicas de saúde. Assim, o cidadão que depende desse serviço terá seu direito à saúde interferido, podendo ter sua saúde agravada e sendo obrigado a procurar, em outros órgãos da área da saúde, a resolução do seu problema; nesse caso, por exemplo: a UPAC de Petrolina. Porém, tal unidade já se encontra com limitações em seus serviços devido ao grande fluxo das regiões para atender. Em resumo, acaba aumentando o volume de casos de baixa urgência que poderiam ser resolvidos na atenção primária (BORGES, 2021). A afirmação do autor vai ao encontro da realidade, onde é inegável que a ausência de estrutura na parte básica da saúde interfere em toda a estrutura do SUS.

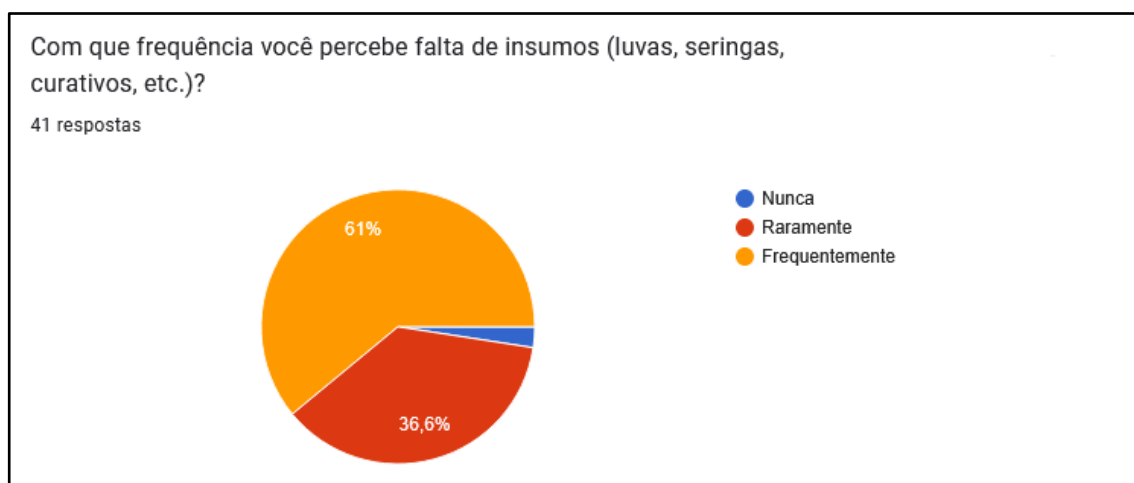
5 ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DE DADOS

A presente seção concentra-se na análise e interpretação dos resultados obtidos por meio de um formulário digital, aplicado à população, com o intuito de investigar a disponibilidade de materiais nas Unidades Básicas de Saúde (UBSs) de Petrolina. A coleta de 41 respostas por meio de 10 questões objetivas, sendo utilizadas nesse artigo apenas as 5 principais, permitiu elucidar as problemáticas previamente levantadas. Os dados coletados confirmam, de forma evidente, a escassez de materiais essenciais para o funcionamento adequado das UBSs do município.

5.1 DADOS OBTIDOS

As figuras a seguir apresentam de forma clara as respostas obtidas:

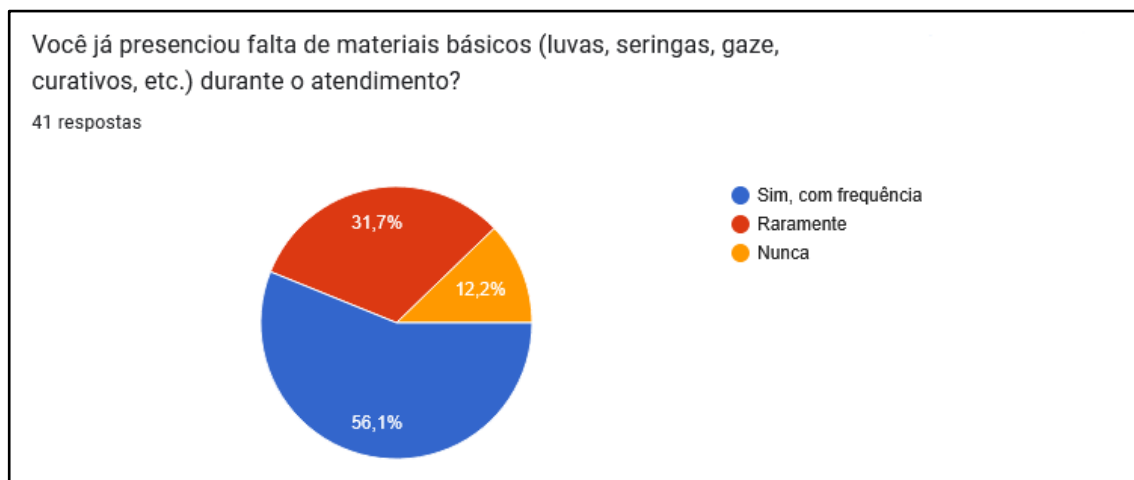
Figura 1 - Frequência de Percepção de Falta de Insumos



Fonte: Próprios autores.

A Figura 1 apresenta a percepção dos usuários quanto à frequência de falta de insumos, como luvas, seringas e curativos. Observa-se que a maior parte dos participantes relata perceber essa falta frequentemente, representando 61% das respostas. Em seguida, 36,6% afirmam que a falta ocorre raramente, evidenciando um problema recorrente para quase metade dos usuários.

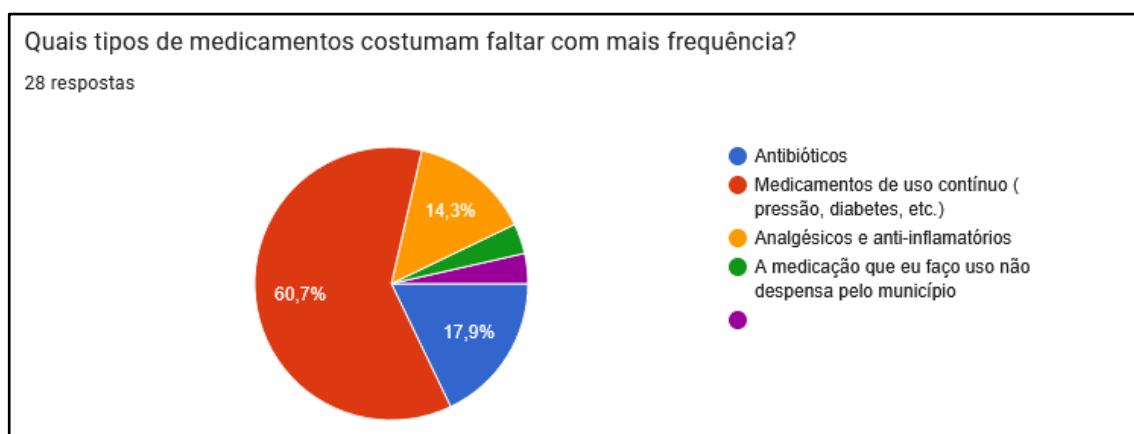
Figura 2 - Ocorrência de falta de materiais básicos durante o atendimento



Fonte: Próprios autores

A Figura 2 apresenta a frequência com que os usuários já presenciaram a falta de materiais básicos durante o atendimento. Observa-se que 56,1% afirmam ter visto essa falta com frequência, enquanto 31,7% relatam que isso ocorre raramente, indicando um cenário preocupante e recorrente. Já 12,2% informam nunca ter presenciado ausência desses insumos.

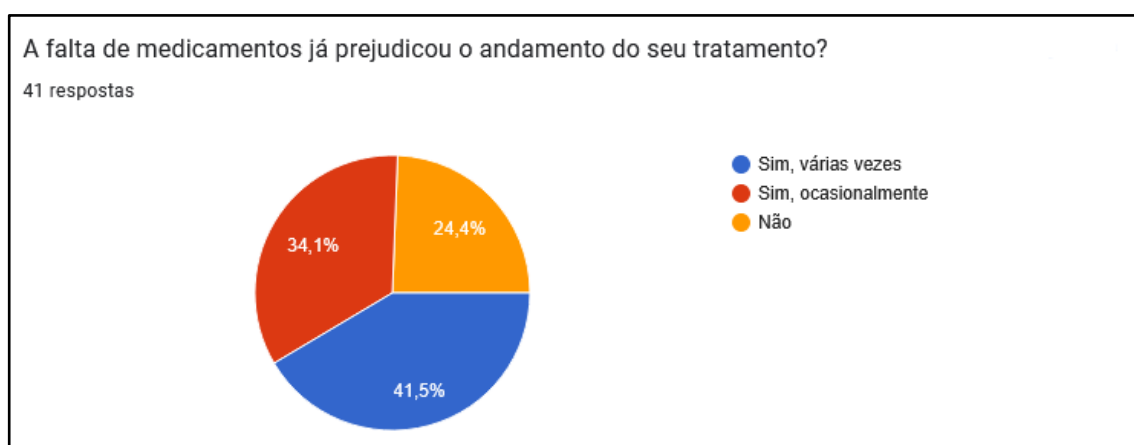
Figura 3 - Medicamentos que mais faltam na UBS



Fonte: Próprios autores.

A figura 3 demonstra que a maior parte dos participantes (60,7%) relatou faltar com maior frequência medicamentos de uso contínuo nas UBS de Petrolina. Em seguida, 17,9% apontaram a falta de antibióticos, e 14,3% destacaram a ausência de analgésicos e anti-inflamatórios.

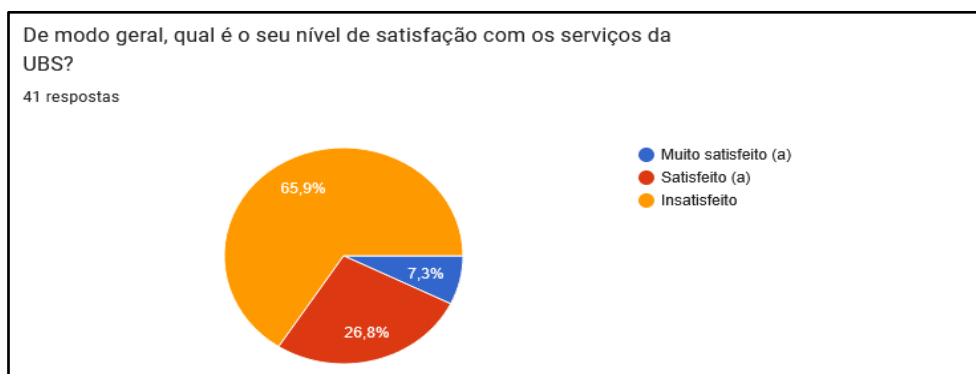
Figura 4 - Impacto da falta de medicamentos no andamento de tratamentos



Fonte: Próprios autores.

A figura 4 evidencia que a falta de medicamentos nas UBS já afetou o tratamento da maioria dos usuários. Do total de 41 respondentes, 41,5% afirmam ter sido prejudicados várias vezes, enquanto 34,1% relatam prejuízo ocasional. Apenas 24,4% nunca tiveram seu tratamento comprometido.

Figura 5 - Nível geral de satisfação dos usuários com os serviços da UBS



Fonte: Próprios autores.

Por fim, a figura 5 demonstra que a maioria dos usuários apresenta uma percepção negativa dos serviços oferecidos pelas UBS. Entre os 41 respondentes, 65,9% declararam estar insatisfeitos, enquanto 26,8% relataram estar satisfeitos. Apenas 7,3% afirmaram estar muito satisfeitos.

5.2 INTERPRETAÇÃO DE RESULTADOS

Ao analisar os dados, fica evidente o desequilíbrio significativo entre o direito garantido constitucionalmente ao acesso adequado aos serviços de saúde e a realidade vivenciada pelos usuários das UBS de Petrolina. Os gráficos mostram que a falta de medicamentos e materiais de insumo é recorrente, afetando diretamente o tratamento da maioria dos pacientes e contribuindo para elevados índices de insatisfação com o serviço. Esse cenário revela que a prática cotidiana do Sistema Único de Saúde apresenta falhas estruturais que comprometem a continuidade do cuidado. Assim, os dados reforçam que a falta de materiais médicos não é apenas um problema administrativo, mas um obstáculo real ao exercício do direito à saúde.

“[...] as políticas são instrumentos técnico-políticos voltados ao enfrentamento de um dado problema social: algo que é considerado indesejável e que desperta uma ação em contrapartida.” (ROSA; LIMA; AGUIAR, 2021, p. 13), esse conceito, no entanto, se fragiliza ao ser confrontado com a realidade. A pesquisa, realizada majoritariamente em bairros de Petrolina que se encontram afastados do centro e com menor intervenção de políticas públicas, evidencia que a população mais vulnerável sofre de forma mais direta com a deficiência do Estado na promoção de condições salubres para toda a sociedade brasileira. Ao se declararem insatisfeitos com um serviço público essencial, esses moradores expõem suas inseguranças e desconfiças em relação às ações estatais vigentes no país.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esse estudo partiu do propósito de apresentar o abismo entre o direito constitucional e universal de acesso à saúde e a realidade vivida pelos cidadãos petrolinenses. O objetivo principal deste artigo é expor a situação em que se encontram as unidades básicas de saúde (UBS) do município, devido à falta de materiais médicos essenciais para o atendimento e tratamento dos pacientes. Essas unidades, que deveriam oferecer cuidados básicos e acessíveis, muitas vezes são o único local de assistência disponível para a comunidade, mas não conseguem suprir as necessidades devido à escassez de insumos. Por meio de um questionário, investigou-se principalmente a frequência com que essa falta é presenciada pelos pacientes, além dos medicamentos que eles mais sentem falta, do nível de satisfação com os serviços prestados e da descontinuidade de tratamentos decorrente dessa carência.

No entanto, é importante ressaltar as limitações da pesquisa: não foi possível alcançar a perspectiva dos profissionais da área da saúde, o que seria de grande importância para compreender melhor a rotina e os desafios dentro das UBSs. Além disso, não obtivemos acesso à população da zona rural, que possivelmente vive uma realidade ainda mais vulnerável e necessita de estudos específicos. Afinal, como afirma Santos (2004, p. 163), “Quando se admite que o espaço é um fato social, é o mesmo que recusar sua interpretação fora das relações sociais que o definem. Muitos fenômenos, apresentados como se fossem naturais, são, de fato, sociais.”, o espaço seria, portanto, um reflexo da sociedade, e suas particularidades devem ser levadas em consideração ao estudar como as desigualdades sociais afetam a concretização do direito à saúde.

Em suma, o estudo reforça que a efetivação do direito à saúde exige não apenas leis bem estruturadas, mas também políticas públicas eficazes e uma gestão comprometida com as particularidades sociais, culturais e territoriais da população, para que não haja comprometimento do bem-estar de quem depende exclusivamente do sistema público de saúde. Espera-se que trabalhos futuros consigam aprofundar esses pontos e contribuir para a conscientização da sociedade a respeito de seus direitos, promovendo a luta por um Estado comprometido com as garantias sociais.

REFERÊNCIAS

BORGES, Gabriela. Análise da relação entre unidades de atenção primária à saúde e de pronto atendimento: determinantes, escolhas e desafios organizativos. In: **Repositório Institucional da UFBA**. Disponível em:

[https://repositorio.ufba.br/bitstream/ri/38012/1/Disserta%
c3%a7%c3%a3o_Gabriela_Almeida_Borges_2021.pdf](https://repositorio.ufba.br/bitstream/ri/38012/1/Disserta%c3%a7%c3%a3o_Gabriela_Almeida_Borges_2021.pdf). Acesso em: 17/11/25.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**, 1988.

COMISSÃO INTERGESTORES TRIPARTITE (Brasil). **Informe: Macrorregião Interestadual de Saúde do Vale do Médio São Francisco Pernambuco e Bahia (PEBA)**. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2023.

LOCKE, John. **Dois tratados sobre o governo**. São Paulo: Martins Fontes, 2020.

MITIDIERO, Daniel; MAINONI, Luiz; SCARLET, Ingo. **Curso de direito constitucional**. São Paulo: Saraiva Jur, 2023.

OLIVEIRA, Logan. A importância pela reivindicação da saúde pública no Brasil. In: **Prezi**. Disponível em: <https://prezi.com/p/jyyn-qnf2bua/a-importancia-pela-reivindicacao-da-saude-publica-no-brasil>. Acesso em: 17/11/25.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. **Constituição da Organização Mundial da Saúde**, 1946.

ROSA, Júlia Gabriele Lima da; LIMA, Luciana Leite; AGUIAR, Rafael Barbosa de. **Políticas públicas: introdução**. Porto Alegre: Jacarta, 2021.

SANTOS, Milton. **Por uma geografia nova: da crítica da geografia a uma geografia crítica**. São Paulo: EDUSP, 2004.

POR QUE A PRISÃO PERSISTE? UMA ANÁLISE CRÍTICA DO SISTEMA PENAL SOB A PERSPECTIVA FOUCAULTIANA

Júlia Gonçalves Andrade
Bacharelada em Direito
UNINASSAU Petrolina-PE

Márcio Murilo Ribeiro dos Santos Bispo
Mestre em Educação
UNINASSAU Petrolina-PE

Rebecca Lia Rodrigues Souto Medeiros
Especialista em Direito Penal e Processo Penal
UNINASSAU Petrolina-PE

RESUMO: O artigo examina as contradições do sistema carcerário brasileiro, articulando sua evolução histórica às concepções teóricas que legitimaram a pena privativa de liberdade. Nesse percurso, demonstra-se que, embora o discurso jurídico proclame a dignidade humana e a ressocialização como fundamentos, a realidade nacional é marcada por superlotação, precariedade estrutural e reiteradas violações de direitos fundamentais. Além disso, com base na crítica foucaultiana desenvolvida em *Vigiar e Punir*, evidencia-se que a permanência da prisão não resulta de sua eficácia na prevenção da criminalidade, mas de sua funcionalidade como mecanismo de disciplinamento social e de manutenção das relações de poder. Dessa forma, conclui-se que o cárcere, apesar de fracassar em seus objetivos declarados, continua sendo reproduzido como prática central e contraditória do sistema penal contemporâneo.

Palavras-chave: Prisões. Direito Penal. Vigiar e Punir.

ABSTRACT: This article examines the contradictions of the Brazilian prison system, linking its historical evolution to the theoretical concepts that legitimized custodial sentences. In this context, it demonstrates that, although legal discourse proclaims human dignity and rehabilitation as fundamental principles, the national reality is marked by overcrowding, structural precariousness, and repeated violations of fundamental rights. Furthermore, based on Foucault's critique developed in *"Discipline*

and Punish," it demonstrates that the persistence of prisons does not result from their effectiveness in preventing crime, but from their functionality as a mechanism for social discipline and maintaining power relations. Thus, it concludes that prisons, despite failing to achieve their stated objectives, continue to be reproduced as a central and contradictory practice of the contemporary penal system.

Keywords: Prisons. Criminal Law. Discipline and Punish.

1 INTRODUÇÃO

Ao longo da história, as sanções aplicadas ao crime passaram por profundas transformações, deslocando-se de um modelo centrado unicamente na punição para uma perspectiva que, em teoria, busca a ressocialização do indivíduo. No entanto, o cenário brasileiro revela um contraste marcante entre a normatividade e a realidade. Apesar de o ordenamento jurídico adotar princípios humanitários e ressocializadores, o sistema prisional mostra-se degradado e ineficaz, reproduzindo desigualdades sociais e violações de direitos fundamentais.

A divergência entre a teoria e a prática é escancarada quando se observa a ADPF 347, em que STF (Supremo Tribunal Federal) reconhece que existe um cenário de violação massiva dos direitos humanos no sistema prisional brasileiro e afirmou-se que as prisões comprometem a capacidade do sistema de garantir a segurança pública e ressocializar os presos.

Diante desse cenário, emerge uma indagação central: se a prisão não cumpre aquilo que promete — nem previne o crime, nem reintegra o indivíduo — qual é, então, a sua real necessidade na sociedade contemporânea?

Esse trabalho, busca analisar a relação entre sociedade, poder e prisão, demonstrando como o cárcere não satisfaz as exigências propostas pelos reformadores penais, tornando-se um mecanismo disfuncional, contraditório e distante de seus fundamentos teóricos. Para aprofundar essa reflexão, será utilizada como principal referencial a obra “Vigiar e Punir”, de Michel Foucault, que permite compreender a prisão não como mero instrumento jurídico, mas como uma tecnologia de poder que

atravessa e organiza as relações sociais, revelando-se mais como dispositivo de controle do que como meio de justiça.

2 ENTENDENDO A PRISÃO NO SISTEMA BRASILEIRO

2.1 A EVOLUÇÃO HISTÓRICA DA PRISÃO E SUAS CONCEPÇÕES TEÓRICAS

O sistema punitivo brasileiro passou por diversas transformações ao longo dos diferentes períodos políticos e econômicos. Durante a colonização, predominavam penas de caráter desumano, centradas no corpo, consistindo em práticas como açoites, mutilações e enforcamentos. Em grande parte dos casos, a justiça era negligenciada e submetida a interesses econômicos. Nesse contexto, a reclusão do indivíduo como forma de punição era praticamente inexistente, sendo o suplício público utilizado como espetáculo de intimidação e advertência, com o objetivo de desestimular a prática de novos delitos pela coletividade. Michel Foucault (1998), em *Vigiar e Punir*, descreve o período nos seguintes termos:

O suplício penal não corresponde a qualquer punição corporal: é uma produção diferenciada de sofrimentos, um ritual organizado para a marcação das vítimas e a manifestação do poder que pune: não é absolutamente a exasperação de uma justiça que, esquecendo seus princípios, perdesse todo o controle. Nos “excessos” dos suplícios, se investe toda a economia do poder. (pag. 37)

Dessa forma, após a independência do país em 1822, observa-se a influência das referências iluministas e o surgimento de discursos pautados na igualdade, fraternidade e liberdade. Com isso, a valorização da figura do homem passa a ser objeto de análise, promovendo mudanças em concepções políticas anteriormente estabelecidas. Em outra passagem da sua obra, Foucault (1988) aduz:

O protesto contra os suplícios é encontrado em toda parte na Segunda metade do século XVIII: entre os filósofos e teóricos do direito; entre juristas, magistrados, parlamentares; e entre os legisladores das assembleias. É preciso punir de outro modo: eliminar essa confrontação física entre soberano e condenado; esse conflito frontal entre a vingança

do príncipe e a cólera contida do povo, por intermédio do supliciado e do carrasco (pag. 63).

Nessa perspectiva, o Iluminismo constituiu um marco fundamental para a consolidação do modelo prisional contemporâneo. Nesse cenário, sobressai a figura de Cesare Beccaria, autor da obra “Dos Delitos e das Penas” (1764), na qual critica severamente a violência e a degradação das penas, defende sua mitigação e reivindica a aplicação do princípio da legalidade, bem como a garantia de direitos processuais ao acusado. Sua contribuição abriu caminho para uma nova concepção do direito penal, orientada pela racionalidade, pela proporcionalidade da sanção e pela centralidade da dignidade humana, influenciando diretamente reformas legislativas e práticas jurídicas nos séculos posteriores.

Particularidade históricas e movimentos populares, deram o contorno para o então modelo atual de privatização da liberdade, na criação e construções de prisões organizadas para a reeducação do apenados. A partir dessa nova concepção, a lei penal elimina a prisão no seu caráter de humilhação moral e física e lhe da a função de prevenção do delito e readaptação do criminoso.

Vencida a a evolução histórica, iniciaremos a conceituação da prisão, palavra derivada “do latin prehensio, deprehendere (prender, segurar, agarrar), tanto significa o ato de prender ou o ato de agarrar uma coisa ou pessoa. Nesse sentido, Nucci (2013, p. 586) conceitua a prisão como a privação da liberdade, restringindo o direito de ir e vir, mediante o recolhimento do indivíduo ao cárcere. Em linha semelhante, Tourinho Filho (2009, p. 407) complementa que a prisão consiste, essencialmente, na supressão da liberdade pessoal, normalmente concretizada por meio da clausura.

Além disso, em sua concepção teórica, o sistema carcerário tinha como finalidade isolar e classificar os indivíduos de acordo com a gravidade de seus crimes, modulando as penas conforme o bom comportamento dos detentos e os progressos obtidos ao longo do processo de regeneração. O trabalho era considerado elemento essencial para a transformação e a ressocialização progressiva, ao passo que a educação se configurava como princípio indispensável de formação e crescimento. Sob essa óptica, o regime prisional deveria ser administrado por um corpo técnico especializado, dotado de

competências morais e técnicas, incumbido de zelar pela adequada formação dos indivíduos durante o cumprimento da pena, de modo que o encarceramento fosse assistido e acompanhado por medidas de controle voltadas à readaptação definitiva do detento, prestando-lhe suporte para sua reintegração e reclassificação no seio da sociedade.

Dessa forma, é fundamental analisar os objetivos e fundamentos teóricos da prisão, a fim de compreender como, na prática, sua execução frequentemente se distancia dos princípios que a justificam, se tornando alheia, como se fossem conceitos distintos.

2.1 A ESTRUTURA CARCERÁRIA NO BRASIL E O DISTANCIAMENTO DE SUA TEÓRICA

A situação das prisões brasileiras se difere muito da teórica. Esse abismo foi formalmente reconhecido pelo Supremo Tribunal Federal na Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) n.º 347, ajuizada pelo Partido Socialismo e Liberdade (PSOL). Nessa ação, a Corte reconheceu a existência de um “estado de coisas inconstitucional” no sistema penitenciário brasileiro, evidenciando que a superlotação carcerária, a ausência de condições mínimas de higiene e saúde, bem como a prática sistemática de violência, afrontam diretamente garantias constitucionais como a dignidade da pessoa humana (art. 1º, III), a integridade física e moral (art. 5º, III e XLIX) e o direito à vida.

Esse reconhecimento se reflete nos dados do Relatório de Informações Penais (Relipen), elaborado pelo Ministério da Justiça e divulgado pela Revista Veja (2024), o sistema carcerário brasileiro enfrenta um cenário crítico, já que a quantidade de pessoas presas ultrapassa significativamente a capacidade física das celas disponíveis, resultando em um déficit superior a 174 mil vagas. Diante dessa situação, surge como consequência a violência e as tentativas de fuga.

Sobre a saúde, as estatísticas são alarmante, segundo o levantamento “Letalidade prisional: uma questão de justiça e saúde pública”, encomendado pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) em 2023, a taxa de detecção de tuberculose nas prisões é 30 vezes maior

do que a população que vive em liberdade. Além disso, a mortalidade por caquexia, ou enfraquecimento extremo, é de 1.350% maior entre quem está na cadeia do que na população em geral.

Nesse cenário, na mesma pesquisa, demonstra que se o preso voltar para o convívio social, a “marca” pela passagem pelo cárcere resiste, visto que, tempo médio de vida das pessoas depois que saem da prisão é de 548 dias e 28% dessas mortes ocorreram em eventos violentos.

Além da superlotação, o sistema prisional brasileiro evidencia o descumprimento de direitos fundamentais, tais como saúde e educação. Todavia, o aspecto mais crítico consiste na afronta ao princípio da dignidade da pessoa humana, valor intrínseco e universal, que deve ser assegurado a todos os indivíduos, independentemente de religião, sexo, etnia, raça, nacionalidade ou qualquer outra condição. Tal princípio ocupa posição central na ordem constitucional brasileira, conforme previsto no artigo 1º, inciso III, da Constituição Federal de 1988:

Art. 1º A República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado Democrático de Direito e tem como fundamentos
I - a soberania; II - a cidadania; III - a dignidade da pessoa humana (...)

Na percepção, constitucionalista de José Afonso da Silva sobre a dignidade da pessoa humana, ele evidencia:

Dignidade da pessoa humana é um valor supremo que atrai o conteúdo de todos os direitos fundamentais do homem, desde o direito à vida. “Concebido como referência constitucional unificadora de todos os direitos fundamentais [observam Gomes Canotilho e Vital Moreira], o conceito de dignidade da pessoa humana obriga a uma densificação valorativa que tenha em conta o seu amplo sentido normativo-constitucional e não uma qualquer ideia apriorística do homem, não podendo reduzir-se o sentido da dignidade humana à defesa dos direitos pessoais tradicionais, esquecendo a nos casos de direitos sociais, ou invocá-la para construir ‘teoria do núcleo da personalidade’ individual, ignorando- a quando se trate de garantir as bases da existência humana”. Daí decorre que a ordem econômica há de ter por fim assegurar a todos exigência digna (art. 170), a ordem social visará a

realização da justiça social (art. 193), a educação, o desenvolvimento da pessoa e seu preparo para o exercício da cidadania (art. 205) etc., não como meros enunciados formais, mas como indicadores do conteúdo normativo eficaz da dignidade da pessoa humana. (Silva, 2000, p.109).

Todavia, o direito da dignidade não é absoluto, visto que, em algumas situações o Estado pode privar o cidadão do exercício de sua liberdade temporariamente, pois há o dever de punir aqueles que descumprem as normas penais. Nesse panorama, Gregor fala:

Assim, tomemos como exemplo o fato de alguém ter praticado um delito de extorsão mediante sequestro, qualificado pela morte da vítima. O sequestrador, como é de conhecimento de todos, tem direito à liberdade, diretamente ligado à sua dignidade, deverá ceder frente ao direito de proteção dos bens jurídicos pertencentes às demais pessoas. Que com ele se encontram numa sociedade. Percebe-se, assim, que a dignidade, como valor individual de cada ser humano, deverá ser avaliada e ponderada em cada caso concreto. Não devemos nos esquecer, contudo, daquilo que se denomina como sendo um núcleo essencial da dignidade da pessoa humana, que jamais poderá ser abalado. Assim, uma coisa é permitir que alguém, que praticou uma infração penal de natureza grave, se veja privado de sua liberdade pelo próprio Estado, encarregado de proteger, em última instância, os bens jurídicos; outra coisa é permitir que esse mesmo condenado a uma privação de liberdade cumpra sua pena em local degradante de sua personalidade; que seja torturado por agentes do governo com a finalidade de arrancar-lhe alguma confissão; que seus parentes sejam impedidos de visitar-lhe; que não tenha uma ocupação ressocializante no cárcere, etc. A sua dignidade deverá ser preservada, pois que ao Estado foi permitido somente privar-lhe a liberdade, ficando resguardados, entretanto, os demais direitos que dizem respeito diretamente à sua dignidade como pessoa. (Greco, 2011, p.73).

Portanto, é dever do Estado atuar sem violar a Constituição Federal nem os direitos da pessoa presa. Os dados disponíveis evidenciam a ineficiência do sistema carcerário atual, demonstrando que suas práticas devem ser objeto de crítica e análise, pois não promovem benefícios efetivos à sociedade, mas, ainda está presente de forma persistente e sem perspectiva de mudança.

2.2 PRISÃO COMO PARADOXO: ENTRE A CRÍTICA FOUCAULTIANA E SUA PERMANÊNCIA HISTÓRICA

A prática diverge de maneira acentuada da teórica. Como é possível perceber, a prisão não se deriva dos reformadores jurídicos; a sua origem não está em seu nascimento formal. Dessa forma, seu conceito se formou por outras razões: ela é o ponto alto de uma sociedade disciplinar. Assim, o funcionamento prisional constitui uma maneira de regular fluxos sociais, de pessoas, ações, pensamentos, corpos e condutas, fixando-os no espaço e no tempo. Torna-se, portanto, mais útil para a manutenção do poder do que propriamente a serviço da sociedade.

Com isso, a prisão contemporânea não deixa de ser uma pena voltada ao corpo, pois distribui espacialmente os indivíduos. A reclusão permite controlar fluxos, impedir a vagabundagem, o nomadismo e a migração. Além disso, o encarceramento oferece a possibilidade de intervir diretamente na conduta dos sujeitos, atuando sobre suas vontades, intenções, discursos e comportamentos. A penalidade pune a infração, mas a reclusão vai além: possibilita punir a vida considerada desregrada, anormal, perturbadora ou irregular. A clausura, nesse sentido, estabelece um controle parapenal, que transcende o crime ou a infração específica, permitindo vigiar, coletar informações e intervir continuamente nas mais diversas instâncias da vida. Nesse panorama, Foucault (2014), fala sobre a relação entre da prisão e o corpo:

Porém castigos como trabalhos forçados ou prisão — privação pura e simples da liberdade — nunca funcionaram sem certos complementos punitivos referentes ao corpo: redução alimentar, privação sexual, expiação física, masmorra. Conseqüências não tencionadas mas inevitáveis da própria prisão? Na realidade, a prisão, nos seus dispositivos mais explícitos, sempre aplicou certas medidas de sofrimento físico. A crítica ao sistema penitenciário, na primeira metade do século XIX (a prisão não é bastante punitiva: em suma, os detentos têm menos fome, menos frio e privações que muitos pobres ou operários), indica um postulado que jamais foi efetivamente levantado: é justo que o condenado sofra mais que os outros homens? A pena se dissocia totalmente de um complemento de dor física. Que seria então um castigo incorporai?

Ademais, o autor pontua (2014, p. 29):

Este investimento político do corpo está ligado, segundo relações complexas e recíprocas, à sua utilização econômica; é, numa boa proporção, como força de produção que o corpo é investido por relações de poder e de dominação; mas em compensação sua constituição como força de trabalho só é possível se ele está preso num sistema de sujeição (onde a necessidade é também um instrumento político cuidadosamente organizado, calculado e utilizado); o corpo só se torna força útil se é ao mesmo tempo corpo produtivo e corpo submisso. Essa sujeição não é obtida só pelos instrumentos da violência ou da ideologia; pode muito bem ser direta, física, usar a força contra a força, agir sobre elementos materiais sem no entanto ser violenta; pode ser calculada, organizada, tecnicamente pensada, pode ser sutil, não fazer uso de armas nem do terror, e no entanto continuar a ser de ordem física.

A ideia do autor francês, Michel Foucault, evidencia como a prisão atua, de maneira sutil, imperceptível e permanente, como um mecanismo de controle, manipulação e submissão dos corpos. Nesse sentido, a penalidade ultrapassa a dimensão física e passa a atingir a psique. Em um de seus trechos, o escritor afirma: Pois não é mais o corpo, é a alma. À expiação que tripudia sobre o corpo deve suceder um castigo que atue profundamente sobre o coração, o intelecto, a vontade, as disposições (pag. 20). Tornando assim, o castigo significativamente mais cruel.

Pode-se então chamar as prisões de instituição de sequestro, a medida que, adquirem tempo total do seus detentos, possuem objetivos monofuncionais, permite treinar ininterruptamente e a fabricação e preparação do indivíduo para o social, em função de algo externo. Logo, o indivíduo não era avaliado por si mesmo ou por pares, mas sempre por algum superior tendo em vista um fim maior, um bem maior: tornar-se um bom soldado, um bom funcionário, uma pessoa saudável. Consequentemente, a prisão permite organizar a ordem social. Sobre o tema, Foucault confirma que estar sob sequestro é estar preso numa discursividade ininterrupta no tempo, proferida a partir de fora por uma autoridade e necessariamente feita em função daquilo que é normal e daquilo que é anormal.

Destarte, o que sustenta a prisão como elemento penal é seu valor moral. Assim, a coerção constitui um elemento central na constituição do sistema penitenciário, articulando-se à lógica da salvação, da purificação da alma e da penitência. Desse modo, apenas uma sociedade caracterizada pela vigilância e disciplina, torna tais práticas aceitas

e inquestionais socialmente. Com isso, escritor de Vigiar e Punir conclui sobre as prisões:

É um lugar de trevas onde o olho do cidadão não pode contar as vítimas, onde conseqüentemente seu número está perdido para o exemplo... Enquanto que se, sem multiplicar os crimes, pudermos multiplicar o exemplo dos castigos, conseguimos enfim tomá-los menos necessários; aliás a escuridão das prisões torna-se assunto de desconfiança para os cidadãos; supõem facilmente que lá se cometem grandes injustiças... Há certamente alguma coisa que vai mal, quando a lei, que é feita para o bem da multidão, em vez de excitar seu reconhecimento, excita continuamente seus murmúrios. (pag.134)

Dessa forma, a análise de Foucault evidencia que a prisão transcende a simples aplicação de uma pena pelo cometimento de um delito, funcionando como um mecanismo complexo de controle social, moral e psicológico. Ao articular coerção, vigilância e disciplina, o sistema penitenciário não apenas regula comportamentos, mas molda indivíduos de acordo com normas consideradas normais e desejáveis, consolidando relações de poder e dominação. A prisão revela-se menos como instrumento de justiça social e mais como ferramenta de manutenção da ordem e da hierarquia, legitimando-se perante a sociedade pela promessa de correção moral e pela invisibilidade de suas práticas mais cruéis, as quais afetam corpo e psique de maneira permanente. Em virtude disso, essa compreensão reforça a necessidade de repensar criticamente a função do encarceramento contemporâneo e suas implicações éticas, sociais e políticas.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por meio da pesquisa é possível concluir algumas observações. A primeira é a da evolução do sistema punitivo e de como, em sua teoria, sua forma passa de uma punição corporal para uma mais humanizada, voltada para a retenção da liberdade do indivíduo, em que este se encontra sob custódia do Estado até a sua reabilitação para retornar ao convívio social de forma efetiva.

Todavia, foi possível perceber a dificuldade dessa ressocialização, pois as atuais condições em que se encontra o sistema prisional pátrio tornam mais árdua a tarefa de reeducação dos apenados. Ademais, mesmo após o cumprimento da pena, o egresso enfrenta obstáculos para retomar plenamente sua vida em sociedade. Apesar do reconhecimento, pelo Supremo Tribunal Federal (STF), da existência de situações inconstitucionais no sistema carcerário, não houve mudanças significativas em sua estrutura, e os problemas persistem, tornando o sistema ineficaz.

Como analisado, mesmo não sendo produtivo, o sistema persiste sem perspectivas de transformação, pois deixou de servir efetivamente à sociedade como instrumento de justiça, tornando-se uma instituição utilizada pelo Poder para garantir a vigilância e a disciplina das pessoas. Dessa forma, a prisão deixa de se apresentar apenas como punição e assume o caráter de sequestro. A ausência de mudanças demonstra, portanto, a urgência de um questionamento social mais profundo, já que a sociedade se vê cada vez mais disciplinada e submetida a uma lógica de controle.

Conclui-se, portanto, que a permanência desse modelo prisional evidencia não apenas a falência da ressocialização, mas também a necessidade de repensar o papel da prisão na construção de uma sociedade verdadeiramente democrática e justa.

REFERÊNCIAS

- Conselho Nacional de Justiça (CNJ). **Pesquisa do CNJ destaca problemas de saúde e ameaças contra a vida nas prisões do Brasil**. Disponível em: <<https://www.cnj.jus.br/pesquisa-do-cnj-destaca-problemas-de-saude-e-ameacas-contra-a-vida-nas-prisoas-do-brasil/>>. Acesso em: 14 set. 2025.
- Escola de Formação e Aperfeiçoamento Penitenciário – ESPEN. **História das prisões e dos sistemas de punições**. ESPEN, Paraná. Disponível em: <https://www.espen.pr.gov.br/Pagina/historia-das-prisoas-e-dos-sistemas-de-punicoes>. Acesso em 14 de setembro de 2025.
- FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**. Tradução de Raquel Ramalhete. 20. ed. Petrópolis: Vozes, 2014.
- GRECO, Rogério. **Curso de direito penal: parte geral – volume I**. 12. ed. Rio de Janeiro: Impetus, 2011.
- NUCCI, Guilherme de Souza. **Manual de Processo Penal e Execução Penal**. 10. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2013.
- SILVA, José Afonso da. **Curso de Direito Constitucional positivo**. 18. ed. São Paulo: Malheiros, 2000.
- Supremo Tribunal Federal. **ADPF 347 – Informação para a Sociedade (informativo)**. Brasília, DF: STF, 6 out. 2023. Disponível em: https://www.stf.jus.br/arquivo/cms/noticiaNoticiaStf/anexo/1ADPF347Informaosociedadev2_6out23_17h55.pdf. Acesso em: 06 de setembro de 2025.
- TOURINHO FILHO, Fernando da Costa. **Processo Penal**. 35. Ed. São Paulo: Saraiva, 2013.
- TRINDADE, Rafael. Foucault – Por que a prisão? Razão Inadequada, 11 nov. 2018. Disponível em: <https://razaoinadequada.com/2018/11/11/foucault-por-que-a-prisao/>. Acesso em 14 de setembro de 2025.
- VEJA. **Situação alarmante: Brasil enfrenta déficit de 174.000 vagas no sistema carcerário**. Veja, 12 out 2024. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/brasil/situacao-alarmante-brasil-enfrenta-deficit-de-174-000-vagas-no-sistema-carcerario/>. Acesso em: 14 set. 2025.

The background features a stylized landscape with rolling hills in various shades of blue. Thin, wavy green lines are overlaid on the hills, suggesting vegetation or topographical contours. The central text is positioned within a white, cloud-like shape that separates the upper and lower blue sections.

ECOLOGIA, MEIO AMBIENTE E AGRONEGÓCIO

A ÁREA DE OLHO DE LOMBO E SUA CORRELAÇÃO COM O PESO E O RENDIMENTO DE CARÇA DE VACAS NELORE TERMINADAS EM PASTAGEM

Matheus Rodrigues de Souza

Doutorando em Ciência Animal

Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" – UNESP, câmpus de Jaboticabal

Luana Candelaria Ramos

Mestranda em Ciência Animal

Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" – UNESP, câmpus de Jaboticabal

Rafael Torres de Souza Rodrigues

Doutor em Ciência Animal

Universidade Federal do Vale do São Francisco – UNIVASF

Flávio Dutra de Resende

Doutor em Ciência Animal

Agência Paulista de Tecnologia dos Agronegócios – APTA, Colina

RESUMO: A área de olho de lombo (AOL) é um indicador-chave da musculosidade e do rendimento da carça. Por outro lado, há escassez de informações de vacas zebuína produzidas a pasto. **Objetivo:** Avaliar as correlações entre a AOL com o peso e rendimento de carça de vacas Nelore terminadas a pasto. **Fundamentação teórica:** A AOL pode ser estimada de forma não invasiva por meio da ultrassonografia in vivo. **Metodologia:** Foram avaliadas 91 vacas Nelore, registrando-se o AOL, peso de carça quente (PCQ) e o rendimento de carça quente (RCQ) e a relação entre altura e largura do lombo (RATIO). As análises foram realizadas no SAS® 9.4, utilizando o coeficiente de correlação de pearson (r) e nível de significância de 5%. **Resultados (Concluídos):** A AOL apresentou alta correlação positiva com PCQ ($r = 0,903$; $p < 0,0001$), RCQ ($r = 0,807$; $p < 0,0001$) e RATIO ($r = 0,689$; $p < 0,0001$). A AOL é um excelente indicador do desenvolvimento muscular e do rendimento de carça em vacas Nelore terminadas a

pasto, evidenciando o potencial da ultrassonografia como ferramenta objetiva, prática e precisa para a avaliação produtiva e comercial desses animais.

Palavras-chave: *Bos indicus*. Conformação. Ultrassonografia. Ratio.

BUSINESS INTELLIGENCE APLICADO À FRUTICULTURA: ESTUDO DE CASO DO AGROLABS

Kerlon de Moura Marinho

Bacharelando em Ciência da computação
Faculdade de Petrolina – FACAPE

Leonardo Pereira da Silva

Bacharelando em Administração
Faculdade de Petrolina – FACAPE

Igor Miguel Damasceno Castro

Bacharelando em Administração
Faculdade de Petrolina – FACAPE

Gabriel Costa Bezerra

Bacharelando em Ciência da Computação
Faculdade de Petrolina – FACAPE

Ricardo José Rocha Amorim

Professor Orientador
Doutor em Ciência da Computação
Faculdade de Petrolina – FACAPE

RESUMO: O presente estudo apresenta a aplicação de Business Intelligence (BI) na fruticultura irrigada do Vale do São Francisco, demonstrando como a análise de dados pode otimizar a gestão agrícola e aprimorar a eficiência produtiva. A pesquisa justifica-se pela necessidade crescente de soluções tecnológicas que auxiliem a tomada de decisão no agronegócio, fortalecendo a competitividade e a sustentabilidade do setor. **Objetivos:** O objetivo geral consistiu em demonstrar a efetividade do uso de painéis interativos na análise e no acompanhamento da produção agrícola, evidenciando o potencial do BI como ferramenta de apoio à gestão e planejamento estratégico. **Metodologia:** Foram utilizadas bases públicas de dados do IBGE e da CONAB, estruturadas em modelo dimensional e integradas à ferramenta Power BI, permitindo a construção de um dashboard dinâmico. O AgroLabs foi utilizado como referência prática e ambiente de experimentação tecnológica para a aplicação do sistema e análise dos indicadores de produtividade, área cultivada e rendimento. **Resultados:** A implementação do BI

possibilitou redução significativa no tempo de análise, maior precisão na interpretação dos dados e aperfeiçoamento do planejamento das safras. Como trabalho em andamento, espera-se uma melhoria na gestão de recursos, identificação de padrões de desempenho e aumento da previsibilidade produtiva, de forma que permita consolidar o BI como uma ferramenta estratégica para a inovação e sustentabilidade na fruticultura.

Palavras-chave: Business Intelligence. Power BI. Agronegócio. Fruticultura. AgroLabs.

COLETIVO MULHERES APICULTORAS FAZENDA FLORESTA: UMA INICIATIVA DE DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO COMUNITÁRIO POR MEIO DA APICULTURA

Paava de Barros de Alencar Carvalho Filgueira
Docente do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico - Eixo Gestão e Negócios
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia
de Pernambuco (IFPE Campus Paulista)
paava.carvalho@paulista.ifpe.edu.br

Aluísio Sampaio Neto
Doutorando em Ecologia Humana e Gestão Socioambiental
Universidade do Estado da Bahia (UNEB)
sampaioaluisio@hotmail.com

RESUMO: A apicultura é a criação e manejo de abelhas, visando a produção de mel, cera, própolis, pólen e geleia real, além da polinização de culturas agrícolas. Com o propósito de empoderar mulheres, gerar emprego e renda e fortalecer a Comunidade Fazenda Floresta, localizada na zona rural do município de Parnamirim - PE, foi criado o Coletivo Mulheres Apicultoras Fazenda Floresta. **Metodologia:** Trata-se de uma pesquisa de caráter exploratório e descritivo, com abordagem qualitativa. **Resultados:** Criado em 2023, por meio de um projeto de extensão elaborado por uma docente da UFRPE, após uma visita à comunidade, o coletivo é composto por 21 mulheres, com idades entre 16 e 75 anos. O projeto ofertou capacitações em apicultura, empreendedorismo, trabalho coletivo e instalação de apiário, além da disponibilização de equipamentos apícolas. São produzidos mel em potes de 240g, 500g e 800g, além de garrafas de 1.400g, sob a marca “Mel Florada da Caatinga”. Os primeiros resultados já são visíveis, como a realização da primeira colheita de mel, a participação em feiras agropecuárias e a inserção do produto em estabelecimentos comerciais.

Palavras-chave: Apicultura. Desenvolvimento Rural. Trabalho Coletivo. Empoderamento Feminino. Produção.

DESEMPENHO PRODUTIVO DE TILÁPIAS-DO-NILO CRIADAS EM TANQUES DE GEOMEMBRANA

Carla Suana da Silva Dias

Mestranda em Engenharia Agrícola Ambiental da Univasf
suanadiasdias@gmail.com

Dian Lourençoni

Professor Doutor em Engenharia Agrícola da Univasf
dian.lourenconi@univasf.edu.br

Edmo Henrique Martins Calvalcante

Doutor em Biotecnologia pela UFRPE
edmo.cavalcante@ufrpe.br

RESUMO: Com a crescente demanda por pescados e alimentos saudáveis, o cultivo de tilápia-do-nilo (*Oreochromis niloticus*) em sistemas de bioflocos (*Bioflocs Technology* – BFT), tem se destacado como uma alternativa sustentável, por possibilitar altas densidades de estocagem, reciclagem de nutrientes e menor impacto ambiental.

Objetivo: Avaliar o desempenho produtivo da tilápia do Nilo cultivada em tanques geomembrana sob diferentes condições de sombreamento no clima semiárido.

Metodologia: O experimento foi conduzido por seis meses em dois tanques de 30.000 L, povoados com 250 alevinos cada: um com tela preta de sombreamento a 50% (TCS) e outro descoberto (TSS). O sistema de cultivo adotado foi o BFT, com alimentação controlada por alimentadores automáticos.

Resultado: As tilápias do tanque sombreado apresentaram peso médio final 16,7% superior, ganho de peso diário de 1,18 g dia⁻¹ e conversão alimentar de 1,45 g g⁻¹, enquanto o TSS apresentou 1,01 g dia⁻¹ e 1,69 g g⁻¹. A taxa de sobrevivência foi de 100% em ambos os tratamentos.

Conclusão: O sombreamento favoreceu o desempenho produtivo da tilápia-do-nilo.

Palavras-chave: Tilápia-do-nilo. Sombreamento. Desempenho Zootécnico.

EFEITOS DO CREEP-FEEDING SOBRE PROTEÍNAS PLASMÁTICAS ASSOCIADAS À IMUNIDADE EM BEZERROS NELORE

Luana Candelaria Ramos

Mestranda em Ciência Animal

Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" – UNESP, câmpus de Jaboticabal

Rogério Abdallah Curi

Doutor em Ciência Animal

Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" – UNESP, câmpus de Jaboticabal

RESUMO: O creep-feeding é uma estratégia nutricional capaz de influenciar o metabolismo de bezerros, ao fornecer nutrientes essenciais durante a fase de cria.

Objetivo: Avaliar o efeito do creep-feeding sobre o proteoma plasmático, com foco em proteínas relacionadas à imunidade, em bezerros Nelore. **Fundamentação teórica:** O sistema complemento representa uma das principais linhas de defesa da imunidade inata, composto por proteínas séricas que reconhecem e promovem a lise de patógenos.

Metodologia: Foram utilizados 96 animais machos, distribuídos em quatro tratamentos, contrastando-se grupos suplementados (creep-feeding; CF) e não suplementados (sal mineral; SM). As amostras de plasma coletadas à desmama foram analisadas por LC-MS/MS label-free. **Resultados (Concluídos):** As principais proteínas relacionadas à resposta imune incluíram complement factors (C5, C7, C9, CFB, CFI), serpina D1 (SERPIND1) e glicoproteínas de fase aguda (AHSG, APOA1, APOA2). O creep-feeding induz adaptações imunometabólicas em bezerros Nelore, com aumento da expressão de proteínas plasmáticas envolvidas na defesa e na homeostase imunológica.

Palavras-chave: *Bos indicus*. Cria. Imunometabólicas. Proteômica. Suplementação.

ESCORE DE CONDIÇÃO CORPORAL E SUA CORRELAÇÃO COM DIFERENTES GRAUS DE DEPOSIÇÃO DE GORDURA NA CARÇA DE VACAS NELORE TERMINADAS EM PASTAGEM

Matheus Rodrigues de Souza

Doutorando em Ciência Animal

Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho"

UNESP, câmpus de Jaboticabal

Luana Candelaria Ramos

Mestranda em Ciência Animal

Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho"

UNESP, câmpus de Jaboticabal

Rafael Torres de Souza Rodrigues

Doutor em Ciência Animal

Universidade Federal do Vale do São Francisco – UNIVASF

Flávio Dutra de Resende

Doutor em Ciência Animal

Agência Paulista de Tecnologia dos Agronegócios – APTA, Colina

RESUMO: Os níveis de gordura da carcaça são essenciais para a qualidade da carne, rendimento comercial, e o valor comercial. Porém, em sistemas de terminação a pasto e em vacas da raça Nelore, ainda há escassez de informações. **Objetivo:** Avaliar as correlações do escore de condição corporal (ECC) in vivo com os diferentes níveis de deposição de gordura na carcaça em vacas Nelore terminadas em pastagem. **Fundamentação teórica:** O ECC é um método simples, fácil e rápido de ser obtido a campo, obtido antes do abate, auxiliando na seleção e no manejo nutricional. **Metodologia:** Foram avaliadas 91 vacas Nelore, registrando-se o ECC, espessura de gordura subcutânea (EGS), marmoreio (MAR) e gordura renal, pélvica e inguinal (GRPI). As análises foram conduzidas no SAS® 9.4, utilizando o coeficiente de correlação de pearson (r) e nível de significância de 5%. **Resultados (Concluídos):** O ECC apresentou forte correlação positiva com EGS ($r = 0,771$; $p < 0,0001$) e GRPI ($r = 0,710$; $p < 0,0001$), e correlação moderada com MAR ($r = 0,416$; $p < 0,0001$), indicando que o ECC estima a

gordura de carcaça, e está associado à maior deposição de gordura subcutânea, interna e intramuscular.

Palavras-chave: Acabamento. Bovino. Carne. Gordura Subcutânea. Marmoreio.

GESTÃO, SUSTENTABILIDADE E MEIO AMBIENTE: O DESAFIO DOS DIAS ATUAIS (O CASE DA ICOFORT EM JUAZEIRO-BA)

João Pedro Medrado Padilha Araújo
joão.p.araujo.25414@aluno.facape.br
Bacharelando em direito
Faculdade de Petrolina-FACAPE

Maria Luiza de Souza Macêdo Torres
maria.torres.26933@aluno.facape.br
Bacharelada em direito
Faculdade de Petrolina-FACAPE

Arthur Rodrigues Vargas de Souza
arthur.v.souza.25530@aluno.facape.br
Bacharelando em direito
Faculdade de Petrolina-FACAPE

Josielma dos Santos Oliveira
josielma.oliveira.25914@aluno.facape.br
Bacharelada em direito
Faculdade de Petrolina-FACAPE

Lara Yandra Pereira Santos
lara.santos.26701@aluno.facape.br
Bacharelada em direito
Faculdade de Petrolina-FACAPE

Antonio de Santana Padilha Neto
Professor-orientador

padilha.facape@gmail.com

Doutor em Ecologia Humana e Gestão Socioambiental – UNEB

Faculdade de Petrolina - FACAPE

RESUMO: As organizações desempenham papel essencial na sustentabilidade, equilibrando crescimento econômico, responsabilidade social e preservação ambiental. Práticas como eficiência energética e uso de fontes renováveis evidenciam esse compromisso. **Objetivo:** Este estudo teve como objetivo principal ampliar a compreensão da comunidade acadêmica FACAPEANA sobre os conceitos de gestão socioambiental, sustentabilidade e meio ambiente da empresa Icofort localizada em Juazeiro-Ba, com base em palestra ocorrida no dia 18 de outubro de 2023 na Faculdade de Petrolina – FACAPE. **Fundamentação Teórica:** Autores como José Carlos Barbieri; Henrique Rattner; Philippe A. L. D. A. I. Pommier e Marilena Lino de Almeida Lavoratti, dão suporte teórico às discussões sobre essa temática. **Metodologia:** Utilizou-se abordagem qualitativa, de caráter descritivo e exploratório, com base em pesquisa bibliográfica no “GUIA DE PRÁTICAS EM SUSTENTABILIDADE 2022 – 2023 ICOFORT S/A”. **Resultados:** Houve troca de saberes e reflexões sobre meio ambiente e como todos estão inseridos e interligados como instrumento de mudança na atualidade visando melhorias futuras.

Palavras-chave: Boas Práticas. Empresa Sustentável. Gestão Ambiental. Meio Ambiente. Responsabilidade Socioambiental.

II FEIRA DE NEGÓCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR (II FENEAF): VALORIZAÇÃO, EXPOSIÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO DE PRODUTOS DA AGRICULTURA FAMILIAR DE PERNAMBUCO

Aluísio Sampaio Neto

Doutorando em Ecologia Humana e Gestão Socioambiental
Universidade do Estado da Bahia (UNEB)
sampaioaluisio@hotmail.com

Clecia Simone Gonçalves Rosa Pacheco

Docente do Programa de Pós-Graduação em Ecologia Humana
e Gestão Socioambiental - PPGEcoH
Universidade do Estado da Bahia (UNEB)
clecia.pacheco@gmail.com

Patrícia Barros Pinheiro

Docente do Programa de Pós-Graduação em Ecologia Humana
e Gestão Socioambiental - PPGEcoH
Universidade do Estado da Bahia (UNEB)
ppinheiro@uneb.br

Astrid Merino Silverio

Doutoranda em Ecologia Humana e Gestão Socioambiental
Universidade do Estado da Bahia (UNEB)
astridmerino2014@yahoo.com.br

Ianne Samara Bastos Lima Barbosa

Doutoranda em Ecologia Humana e Gestão Socioambiental
Universidade do Estado da Bahia (UNEB)
iannelima@yahoo.com.br

RESUMO: A Agricultura Familiar é o cultivo de alimentos realizado por pequenos produtores rurais, geralmente famílias, em pequenas propriedades para subsistência e venda. Com o objetivo de promover a produção dos perímetros rurais, urbanos e periurbanos do estado de Pernambuco, realizou-se a II Feira de Negócios da Agricultura Familiar (II FENEAF). **Metodologia:** Trata-se de uma pesquisa de caráter descritivo, com

abordagem qualitativa. **Resultados:** Ocorrida em setembro deste ano, na sede do IPA, em Recife, a II FENEAF envolveu 520 agricultores, agricultoras e empreendedores rurais, distribuídos em 250 stands, representando 113 municípios pernambucanos, do litoral ao sertão, expondo e comercializando produtos como geleias, doces, queijos, compotas, entre outros. Além disso, a feira apresentou espaços dedicados, como Memorial dos 90 anos do IPA, Casa de Farinha, Museu do Queijo, Vila Gastronômica, Comunidades Quilombolas e Indígenas, Hortifrutis, recreação para crianças e atividades paralelas diversas, como palestras e cozinha show com chefs, concurso de fotografias e atrações culturais.

Palavras-chave: Agricultura Familiar. Desenvolvimento Rural. Feira de Negócios. Produção Sustentável. Segurança Alimentar.

POLÍTICA MUNICIPAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS: UMA ANÁLISE DA GESTÃO INTEGRADA DE RESÍDUOS SÓLIDOS NA CIDADE DE PETROLINA, PERNAMBUCO A LUZ DAS DIRETRIZES DA LEI Nº 110/ 2025

Luana Candelaria Ramos
Mestranda em Ciência Animal
Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho"
UNESP, câmpus de Jaboticabal

Rogério Abdallah Curi
Doutor em Ciência Animal
Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho"
UNESP, câmpus de Jaboticabal

RESUMO: A regulamentação da Política Municipal de Resíduos Sólidos, instituída pelo Decreto nº 110/2025, representa um marco para a gestão de resíduos sólidos em Petrolina, alinhando às diretrizes da Política Nacional de Resíduos Sólidos, instituída pela Lei 12.305/2010. O decreto visa estabelecer responsabilidades compartilhadas entre poder público, setor privado e sociedade civil na gestão de resíduos sólidos em Petrolina. O estudo visa analisar as diretrizes do decreto municipal, identificando suas contribuições para a gestão local. Especificamente, pretende compreender como a norma promove a coleta seletiva, incentiva a logística reversa e estabelece mecanismos de fiscalização e participação social. A metodologia adotada baseia-se em análise documental e comparativa com legislações correlatas, buscando destacar avanços e desafios na implementação. Os resultados indicam que a política local fortalece o compromisso com a sustentabilidade, mas ainda enfrenta barreiras relacionadas à infraestrutura e à conscientização da população. Esta é uma pesquisa qualitativa de natureza exploratória, que versa sobre a Gestão Integrada de Resíduos Sólidos no município de Petrolina.

Palavras-chave: Resíduos Sólidos. Decreto Municipal. Política Municipal de Resíduos Sólidos.

POLÍTICA NACIONAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS: UMA ANÁLISE DA GESTÃO INTEGRADA DE RESÍDUOS SÓLIDOS NA CIDADE DE PETROLINA, PERNAMBUCO A LUZ DAS DIRETRIZES DA LEI Nº 14.236/2010

Débora Cecília Nascimento Cabral
Faculdade de Petrolina - FACAPE
debora.cabral.27650@aluno.facape.br

Francisco Nogueira da Silva
Faculdade de Petrolina - FACAPE
Francisco.silva.27634@aluno.facape.br

Hially Alves Rezende
Faculdade de Petrolina - FACAPE
hially.rezende.27708@aluno.facape.br

Ryan Silva Martins
Faculdade de Petrolina - FACAPE
ryan.martins.27381@aluno.facape.br

Vinícius Silva dos Santos
Faculdade de Petrolina - FACAPE
vinicius.santos.27735@aluno.facape.br

Andre Luiz Queiroz de Andrade
Professor Orientador
Faculdade de Petrolina - FACAPE
andre.andrade@prof.facape.br

RESUMO: A Política Estadual de Resíduos Sólidos em Pernambuco foi definida pela Lei Estadual nº 14.236/ 2010. Porém, os problemas da gestão dos resíduos sólidos ainda constitui um desafio para prefeitos e governadores. Em vista disso, provoca-se a seguinte questão: como é a gestão de resíduos sólidos em Petrolina-pe? O objetivo geral é avaliar a eficácia da política municipal de resíduos sólidos à luz da política estadual de resíduos sólidos, e, especificamente, analisar a percepção dos agentes públicos sobre o tema, bem como, identificar as consequências socioambientais da gestão atual de resíduos sólidos.

Esta é uma pesquisa qualitativa de natureza exploratória. Acredita-se que o alinhamento ao arcabouço jurídico já existente, poderia ampliar as ações públicas e ocasionaria a correta destinação dos resíduos sólidos nos municípios do estado de Pernambuco, com destaque para Petrolina. Aponta-se que, apesar dos avanços normativos, a aplicação das políticas públicas de resíduos sólidos ainda são parciais, sendo limitada por descontinuidades administrativas, pela baixa capacidade de investimento e pouca participação social.

Palavras-chave: Gestão Integrada de Resíduos Sólidos. Política Pública de Resíduos Sólidos. Lei nº 14.236. Pernambuco.

POLÍTICA NACIONAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS: UMA ANÁLISE DA GESTÃO INTEGRADA DE RESÍDUOS SÓLIDOS NA CIDADE DE PETROLINA, A LUZ DAS DIRETRIZES DA LEI Nº 12.305/ 2010

Emmanuelle Ferreira Gomes
Faculdade de Petrolina - FACAPE
emmanuelle.gomes.27767@aluno.facape.br

Gianna Crisóstomo Cecilio
Faculdade de Petrolina - FACAPE
gianna.cecilio.27743@aluno.facape.br

Maria Clea da Silva
Faculdade de Petrolina - FACAPE
maria.clea.26596@aluno.facape.br

Pedro Diogenes Araujo Silva
Faculdade de Petrolina - FACAPE
pedro.silva.26931@aluno.facape.br

Vitoria Do Nascimento Lustosa
Faculdade de Petrolina - FACAPE
vitoria.lustosa.27140@aluno.facape.br

Andre Luiz Queiroz de Andrade
Professor Orientador
Faculdade de Petrolina - FACAPE
andre.andrade@prof.facape.br

RESUMO: A Política Pública de Resíduos Sólidos foi instituída no Brasil em 2010, com a Lei Federal nº 12.305/ 2010. Em Petrolina foi implementada com a Lei nº 035/ 2022. Porém, os problemas da gestão dos resíduos sólidos ainda são um desafio para os governantes no Brasil. O pouco interesse de parte significativa das populações em conhecer as Leis e Decretos, pode influenciar no desconhecimento dos direitos e deveres

que a *Sociedade Civil* e o *Poder Público* possuem na gestão de resíduos sólidos. Por esse prisma, o objetivo desta pesquisa é analisar como acontece a gestão dos resíduos sólidos em Petrolina a luz do determina a Lei 12.305/2010. Esta é uma pesquisa qualitativa de natureza exploratória. Acredita-se que, apesar da existência de um marco legal consolidado, a gestão de resíduos sólidos em Petrolina ainda apresenta fragilidades relacionadas à implementação efetiva das diretrizes da Política Nacional de Resíduos Sólidos, especialmente no que diz respeito à coleta seletiva. Acredita-se que em Petrolina a Política Nacional de Resíduos Sólidos ainda enfrenta barreiras de ordem estrutural e social, bem como, que o desconhecimento da lei por parte dos moradores reduz a eficácia das ações ambientais.

Palavras-chave: Gestão Integrada de Resíduos Sólidos. Política Pública de Resíduos Sólidos. Lei Nº 12.305. Petrolina.

RIBEIRA DA FLORESTA - PRODUTOS ORGÂNICOS E ARTESANAIS: UM EXEMPLO DE BIOECONOMIA NO SEMIÁRIDO PERNAMBUCANO NA II FENEAF

Paava de Barros de Alencar Carvalho Filgueira
Docente do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico - Eixo Gestão e Negócios
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia
de Pernambuco (IFPE Campus Paulista)
paava.carvalho@paulista.ifpe.edu.br

Aluísio Sampaio Neto
Doutorando em Ecologia Humana e Gestão Socioambiental
Universidade do Estado da Bahia (UNEB)
sampaioaluísio@hotmail.com

RESUMO: Bioeconomia é o uso de recursos renováveis para gerar alimentos, energia e produtos, promovendo a sustentabilidade. No Semiárido, destaca-se um amplo potencial dessa abordagem econômica. O empreendimento Ribeira da Floresta - Produtos Orgânicos e Artesanais representa um exemplo de referência de base bioeconômica em Parnamirim - PE. Liderado por um casal com forte espírito empreendedor e desenvolvimentista, o negócio se destaca pela produção orgânica e artesanal de diversos itens, como, destilado e licor de umbu, geleias, doces e conservas de umbu, além de óleo de gergelim e tahine. **Metodologia:** Trata-se de uma pesquisa de caráter exploratório e descritivo, com abordagem qualitativa. **Resultados:** Durante a II Feira de Negócios da Agricultura Familiar (II FENEAF), em setembro deste ano, na sede do IPA, em Recife, o empreendimento vendeu mais de 100 unidades, incluindo destilado e licor de umbu, geleias, doces e conservas de umbu, além de óleo de gergelim e tahine. A participação na feira ampliou conexões, oportunidades de mercado, fortaleceu a marca e gerou boa exposição, vendas e resultados financeiros.

Palavras-chave: Semiárido Pernambuco. Feira de Negócios. Sustentabilidade Ambiental. Desenvolvimento socioeconômico. Bioeconomia.

TECNOLOGIAS VERDES E ESG NO SEMIÁRIDO: CAMINHOS PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL NA AGRICULTURA IRRIGADA, NO VALE DO SÃO FRANCISCO

Elioteneze Batista Ferreira dos Santos

Mestrando em Ecologia Humana e Gestão Socioambiental – UNEB/DTCS – Campus III
- JUAZEIRO

Profª Drª Dinani Gomes Amorim
Faculdade de Petrolina-FACAPE

Prof. Dr. Ricardo José Rocha Amorim
Faculdade de Petrolina-FACAPE

RESUMO: A agricultura irrigada no Vale do São Francisco destaca-se pela sua expressiva produtividade e relevância socioeconômica, porém enfrenta desafios que exigem soluções sustentáveis. **Objetivo:** compreender como as tecnologias verdes e as práticas ESG, podem ser integradas à gestão agrícola para fortalecer a resiliência ambiental, social e econômica na região. **Fundamentação teórica:** As tecnologias verdes promovem a redução de impactos ambientais e o uso eficiente dos recursos hídricos e energéticos (Silva; Costa, 2023). Já a agenda ESG apresenta critérios que orientam às empresas à responsabilidade ambiental, ao compromisso social e à governança ética e transparente, norteadas por atividades, negócios e investimentos sustentáveis (ABNT PR2030, 2023). **Metodologia:** A pesquisa adota abordagem mista, com pesquisa bibliográfica e estudo de caso em um empreendimento agrícola irrigado de Juazeiro/BA, utilizando questionário semiestruturado. **Resultados (em andamento):** Espera-se identificar as tecnologias sustentáveis aplicadas, os impactos gerados e as oportunidades para o fortalecimento do desenvolvimento sustentável no Vale do São Francisco.

Palavras-chave: Agricultura sustentável. Semiárido. ESG. Irrigação.

TEMPERATURA DA ÁGUA EM TANQUES DE GEOMEMBRANA COM E SEM SOMBREAMENTO

Carla Suana da Silva Dias

Mestranda em Engenharia Agrícola Ambiental da Univasf
suanadidas@gmail.com

Dian Lourençoni

Professor Doutor em Engenharia Agrícola da Univasf
dian.lourenconi@univasf.edu.br

Edmo Henrique Martins Calvalcante

Doutor em Biotecnologia pela UFRPE
edmo.cavalcante@ufrpe.br

RESUMO: A temperatura é um dos principais fatores ambientais que influenciam o desempenho produtivo da tilápia-do-nilo em sistemas de cultivo. Elevadas temperaturas e a forte incidência solar podem afetar o metabolismo, o consumo alimentar e o bem-estar dos peixes. **Objetivo:** Avaliar o efeito do sombreamento sobre a temperatura da água em tanques geomembrana com tecnologia de bioflocos (BFT). **Metodologia:** O experimento foi conduzido por seis meses em dois tanques de 30.000 L, um com tela preta de sombreamento a 50% (TCS) e outro descoberto (TSS). A temperatura da água foi registrada em quatro profundidades (20, 40, 60 e 80 cm) com dataloggers. **Resultado:** O sombreamento reduziu a temperatura média da água em aproximadamente 1,2 °C, mantendo-a entre 25,6 °C e 25,9 °C, enquanto no tanque descoberto variou entre 27,0 °C e 27,3 °C. Essa redução promoveu maior estabilidade térmica, prevenindo picos de calor e reduzindo o estresse térmico sobre os peixes. **Conclusão:** O sombreamento mostrou-se uma prática eficiente para o controle térmico da água, contribuindo para o conforto e o desempenho produtivo da tilápia em sistemas BFT no semiárido.

Palavras-chave: Temperatura da Água. Sombreamento. Bioflocos.

USO DO GEOPROCESSAMENTO NA AVALIAÇÃO DAS ÁREAS DE PRESERVAÇÃO PERMANENTE DO RIACHO MACARRÃO, JUAZEIRO-BA

Fernanda Águida Sousa de Deus

Bacharelada em Engenharia Civil

Universidade Federal do Vale do São Francisco (UNIVASF)

Silvio Pereira Neto

Bacharelado em Engenharia Civil

Universidade Federal do Vale do São Francisco (UNIVASF)

Lucas Otávio Lourenço Lima

Bacharelado em Engenharia Civil

Universidade Federal do Vale do São Francisco (UNIVASF)

Miriam Cleide Cavalcante de Amorim

Tutora do PET Saneamento Ambiental

Doutorado em Engenharia Química

Universidade Federal do Vale do São Francisco (UNIVASF)

RESUMO: As Áreas de Preservação Permanente (APPs) são faixas de proteção ambiental destinadas a conservar recursos hídricos, prevenir erosões e garantir o equilíbrio ecológico. Este estudo analisou o estado de conservação das APPs ao longo do Riacho Macarrão, localizado na zona urbana de Juazeiro-BA, utilizando técnicas de geoprocessamento no software QGIS. A partir da delimitação das faixas conforme o Código Florestal (Lei nº 12.651/2012), constatou-se que 53,5% da área total de proteção de 348.649,533 m² está desconforme à legislação. As margens mais comprometidas situam-se entre os bairros Alto do Cruzeiro e Argemiro, englobando bairros como João XXIII, Jardim Flórida e Nossa Senhora das Grotas, onde o adensamento urbano é intenso. A supressão da vegetação e a impermeabilização do solo intensificam processos erosivos, assoreamento e contaminação hídrica, comprometendo as funções ecológicas do riacho. Diante disso, torna-se essencial implementar ações de recuperação, como a recomposição da vegetação ripária e o controle de ocupações irregulares, visando à preservação dos recursos hídricos e à sustentabilidade ambiental local.

Palavras-chaves: QGIS. Sustentabilidade Ambiental. Código Florestal.

AVALIAÇÃO DE HELMINTOS EM ÁGUAS CINZAS TRATADAS EM SISTEMA DE BIOFILTRO NO SERTÃO PERNAMBUCANO

Guilherme Henrique de Lima Freitas

Bacharelando em Engenharia Agrícola e Ambiental

Universidade Federal do Vale do São Francisco – UNIVASF

Isabela Ribeiro Suzano

Bacharela em Engenharia Agrícola e Ambiental

Universidade Federal do Vale do São Francisco – UNIVASF

Sheila Ferreira Santos

Bacharelada em Engenharia Agrícola e Ambiental

Universidade Federal do Vale do São Francisco – UNIVASF

Miriam Cleide Cavalcante de Amorim

Doutora docente do colegiado de Engenharia Agrícola e Ambiental

Universidade Federal do Vale do São Francisco – UNIVASF

RESUMO: Águas cinzas advêm de atividades domésticas, sendo geradas nas pias, chuveiros e lavanderias, excluindo o efluente do vaso sanitário, com composição variável, contendo matéria orgânica, gorduras, sabão, além de possíveis traços de excretas humanas. O biofiltro é uma das alternativas para o tratamento e reuso destas águas e têm se destacado, por ser uma opção de baixo custo, com mínimas exigências de operação e manutenção. Embora sejam projetados para tratar as águas cinzas para que essas se tornem adequadas para reuso doméstico, a presença de microrganismos patógenos, como por exemplo helmintos, tem sido detectada, sendo esse o principal impedimento para a reutilização de águas cinza. Este estudo objetiva investigar a presença de helmintos em amostras de águas cinzas tratadas em biofiltros de sistemas Bioágua Familiar de reúso de águas cinzas. As amostras foram coletadas em três diferentes unidades de biofiltros distintos (Biofiltro “R”, Biofiltro “E” e Biofiltro EMBRAPA), analisadas em triplicata no Laboratório de Engenharia Ambiental (LEA) e no Laboratório de Microscopia da UNIVASF, campus Juazeiro. A análise microscópica das amostras revelou a presença de estruturas que se assemelham a ovos de helmintos. Recomenda-se realizar análises parasitológicas mais específicas que permitam identificar esses

microrganismos observados, bem propor manejo adequado desses sistemas de tratamentos.

Palavras-chave: Águas Residuárias. Reaproveitamento. Qualidade De Água.

ABSTRACT: Greywater comes from domestic activities, being generated in sinks, showers, and laundry rooms, excluding toilet effluent, with variable composition. It contains organic matter, fats, soap, and possible traces of human excrement. Biofilters are one of the alternatives for treating and reusing this water and have gained prominence as a low-cost option with minimal operating and maintenance requirements. Although they are designed to treat gray water, making it suitable for domestic reuse, the presence of pathogenic microorganisms, such as helminths, has been detected, which is the main impediment to the reuse of gray water. This study aims to investigate the presence of helminths in samples of gray water treated in biofilters of Bioágua Familiar gray water reuse systems. The samples were collected from three different biofilter units (Biofilter “R”, Biofilter “E” and Biofilter EMBRAPA) and analyzed in triplicate at the Environmental Engineering Laboratory (LEA) and the Microscopy Laboratory at UNIVASF, Juazeiro campus. Microscopic analysis of the samples revealed the presence of structures resembling helminth eggs. More specific parasitological analyses are recommended to identify these microorganisms and ensure the proper management of these treatment systems.

Keywords: Wastewater. Reuse. Water Quality.

1 INTRODUÇÃO

A água é um recurso natural, sendo um fator limitante para o desenvolvimento econômico, desenvolvimento sustentável, com diferentes tipos e finalidades de uso (Costa et al., 2012). Dentre os vários usos desse recurso, destacam-se a irrigação, a recreação e captação para usos doméstico e industrial e o próprio reuso das águas residuárias, inclusive esgotos domésticos e águas cinzas.

Um gerenciamento eficiente destes usos proporciona não apenas benefícios ambientais, mas também vantagens econômicas (Araújo; Ferreira; Ferreira, 2017; Fernandes et al., 2024). Existem pesquisas que demonstram que o uso de esgotos e águas

cinzas, apresentam, quando bem planejado, potencial de uso e de eficiência e seguridade como fonte de recursos hídricos para a produção agrícola (Edwin et al., 2014; Matos et al., 2015; Veettil et al., 2022),

A água cinza distingue-se do esgoto por não ter contribuição de águas de vasos sanitários, sendo qualquer água não industrial que foi usada em processos domésticos, como o banho, lavagem de louça e de roupa (Budeli; Sibali, 2025). Embora apresentem uma menor carga poluidora quando comparada aos esgotos domésticos, as águas cinzas necessitam de tratamentos específicos para alcançar padrões de qualidade satisfatórios para reuso na produção agrícola (Freitas; Jesus; Feitosa, 2021; Sant’Ana; Medeiros; Santos, 2018; Shaikh; Ahammed, 2022).

Ainda, há desafios a serem enfrentados, visto que a água cinza pode conter patógenos, como bactérias indicadoras fecais e patógenos oportunistas, incluindo coliformes fecais, *Escherichia coli*, *Staphylococcus aureus* e *Pseudomonas aeruginosa* (Winward et al., 2008); helmintos como *Ascaris lumbricoides*, *Trichuris trichiura* e ancilostomídeos (Siwila et al., 2020; Candela et al., 2021).

Helminto é um termo geral que significa verme. Os helmintos são invertebrados caracterizados por corpos alongados, achatados ou redondos. Em esquemas de orientação médica, os platelmintos ou platyhelminths (platy de origem grega que significa “plano”) incluem vermes e tênias. Esses grupos são subdivididos por conveniência de acordo com o órgão hospedeiro em que residem, por exemplo, vermes pulmonares, tênias extraintestinais e lombrigas intestinais. Os helmintos se desenvolvem nos estágios de ovo, larva (juvenil) e adultos (Castro, 1996).

Dessa forma, o tratamento da água cinza é fundamental para viabilizar sua reutilização, sendo essencial escolher o tipo adequado de tratamento com base na finalidade de uso e na origem específica da água cinza. A qualidade da água e sua destinação adequada estão diretamente vinculadas ao tratamento das águas cinzas, pois é necessário garantir que o efluente tratado atenda aos requisitos de qualidade exigidos para suas diferentes aplicações de reúso no ambiente (Manfrin et al., 2019; Melo, 2019). Para uma possível reutilização na produção agrícola, o padrão da OMS exige a ausência de helmintos e de bactérias fecais inferior a 1000 UFC/100 mL.

Apesar dos biofiltros serem projetados para tratar águas cinzas e torná-las adequadas para reuso doméstico em pequenos pomares, a presença de microrganismos patogênicos como helmintos, nessas águas inviabiliza seu uso na produção agrícola, indica além de possíveis falhas no tratamento da água, a contaminação da água cinza com águas residuárias contendo matéria fecal, principalmente de vasos sanitários.

Nesse sentido, a investigação da ocorrência de ovos de helmintos em sistemas de tratamento de águas cinzas do tipo biofiltro familiar pode contribuir para o entendimento das causas da contaminação, e proporcionar estudos futuros para melhorias nas instalações hidráulicas domiciliares a fim de garantir a separação das águas cinzas de outras águas residuárias contendo microrganismos patogênicos, bem como propor adequações aos sistemas de biofiltros. para a eficácia na eliminação de patógenos.

Desta forma, esse estudo tem como objetivo investigar a presença de helmintos em águas cinzas brutas e tratadas em biofiltros do sistema bioágua familiar situados no Município de Petrolina-PE.

2 METODOLOGIA

2.1 DESCRIÇÃO DO SISTEMA BIOFILTRO

O sistema de biofiltro avaliado na presente pesquisa é do tipo Bioágua, desenvolvido por meio de parceria entre a Universidade Federal Rural do Semiárido (UFERSA), a ONG Atos e famílias de agricultores (EMBRAPA, 2022), visando sua aplicabilidade diante a produção agrícola e a pastagens.

O biofiltro é antecedido por uma caixa separadora de gordura de alvenaria com dimensões 0,50 x 0,50 x 0,50 m e volume de 12,5 m³, dotada de tubulação de entrada e de saída em PVC de 100 mm de diâmetro, sendo precedido por tanque de armazenamento de água cinza tratada com 0,88 m³. O biofiltro possui aproximadamente um metro de profundidade, possui fluxo descendente, sendo composto por cinco camadas de diferentes materiais, sendo baixo para cima, uma camada inicial de seixo rolado, seguido por brita, areia lavada, raspas de madeira e húmus (EMBRAPA, 2022).

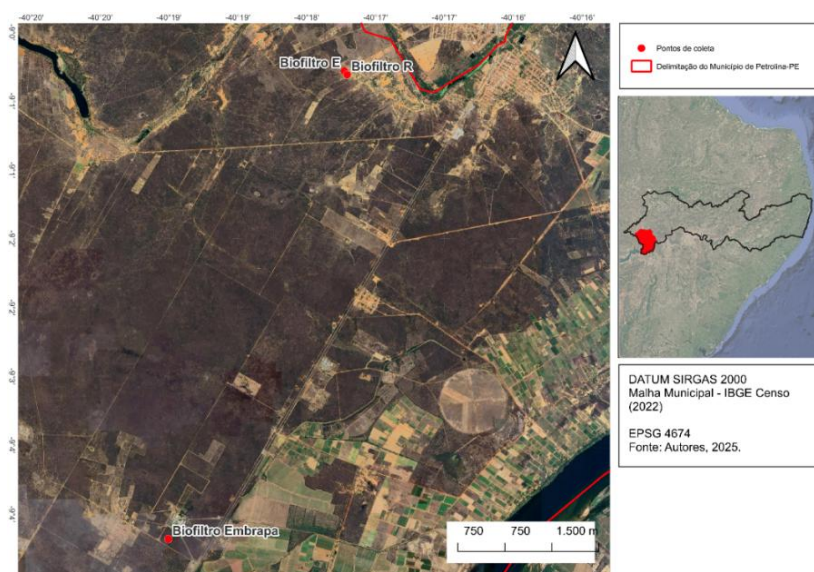
Cada camada desempenha uma função específica na remoção de contaminantes, com o seixo e a brita fornecendo suporte estrutural e filtração grossa, a areia lavada realizando a filtração fina, o pó de serragem contribuindo para a retenção de partículas e nutrientes, e o húmus com minhocas promovendo a decomposição biológica de matéria orgânica.

A água cinza tratada após permear o biofiltro, segue então para o tanque de armazenamento e deste a água é bombeada para uma caixa d'água, de onde é distribuída para o sistema de irrigação, no qual se encontram os pomares.

2.2 COLETA DE AMOSTRAS E ANÁLISES DE ÁGUAS CINZAS BRUTAS E TRATADAS

Primeiramente, foram coletadas amostras de água cinza brutas (ACB) e água cinza tratada (ACT) em três diferentes unidades de biofiltros (Biofiltro “R”, Biofiltro “E” e Biofiltro EMBRAPA), localizadas no Sertão Pernambucano conforme a Figura 1. A coleta da ACB foi realizada diretamente do ponto da caixa retentora de gordura, ao passo que a ACT foi coletada na torneira, a qual contém a água do tanque de armazenamento.

Figura 1 – Localização dos pontos de coleta dos Biofiltros Embrapa, Biofiltro E e Biofiltro R



Fonte: Autores, 2025.

As amostras foram coletadas em frascos estéreis devidamente identificados, garantindo a representatividade das condições de tratamento de cada biofiltro, realizando-se análises em triplicata. Os procedimentos laboratoriais foram realizados no Laboratório de Microscopia, bem como no Laboratório de Engenharia Ambiental (LEA) da Universidade Federal do Vale do São Francisco (UNIVASF), campus Juazeiro,

Após a coleta, as amostras de água foram condicionadas em repouso nos recipientes de coleta por 24 horas, enquanto os controles foram deixados por 2 horas para sedimentação, sob refrigeração a 10°C. Aproximadamente 90% do sobrenadante foi cuidadosamente retirado para evitar a ressuspensão do sedimento, que foram procedidos consoante a metodologia proposta por Faust et al. (1938). A microscopia e identificação foi procedida utilizando um microscópio binocular modelo NOVA 106 com objetiva de 40x. Assim, as lâminas preparadas foram examinadas para devida identificação e visualização dos ovos de helmintos presentes.

Por fim, para garantir a confiabilidade dos resultados, foram adotadas amostras controle e processadas simultaneamente para garantir a ausência de contaminação cruzada e validar os procedimentos de detecção. Verificou-se diferentes pontos das lâminas para assegurar a eficiência do método visualização.

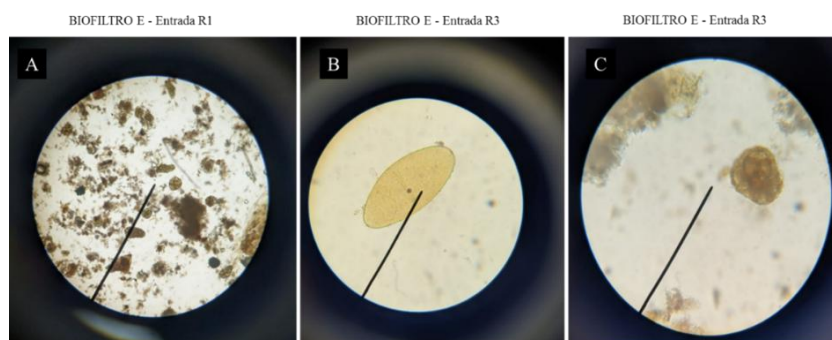
3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

As análises microscópicas das amostras indicaram a presença de estruturas que se assemelham aos ovos de helmintos nas amostras de ACB. Vale ressaltar que nem todas as ACB apresentaram materiais passíveis de visualização. Entretanto, em outro ponto de vista, não foram encontradas estruturas semelhantes às dos helmintos em nenhuma amostra de ACT.

Neste contexto, a microscopia obtida a Figura 2 referente Biofiltro “E” no que diz respeito à Figura 2A apresentou uma alta densidade de material particulado. Enquanto a 1B revelou uma estrutura elíptica bem definida, típica de ovo de helminto. Ademais, a

Figura 1C mostrou uma estrutura arredondada e destacada, também possivelmente um ovo de helminto. Só foram notados materiais para o Biofiltro “E” nas repetições R1 e R3, no qual mais de uma estrutura elíptica foi notada nitidamente na entrada R3.

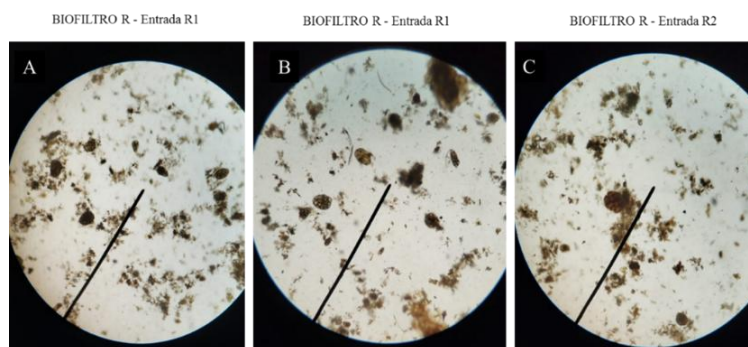
Figura 2 – Visualização microscópica em objetiva de 40x das amostras de águas cinzas coletadas de biofiltros, referente ao biofiltro “E”. A) Densidade de material particulado proveniente da coleta da entrada R1. B) Estrutura elíptica definida, coletada da entrada R3. C) Estrutura arredondada e destacada, em outra extremidade da lâmina na entrada R3.



Fonte: Autores, 2025.

As Figuras 3A, 3B e 3C representam distintas entradas no biofiltros “R”, cada uma com características específicas. Na Figura 3A observa-se a possível presença de ovos de helmintos provenientes da entrada R1. A 3B também apresenta a presença de ovos de helmintos, mas com possíveis diferenças morfológicas em relação à Figura 3A. Na Figura 3C é mostrada uma concentração específica de ovos de helmintos, possivelmente relacionada a diferentes tipos de material de entrada.

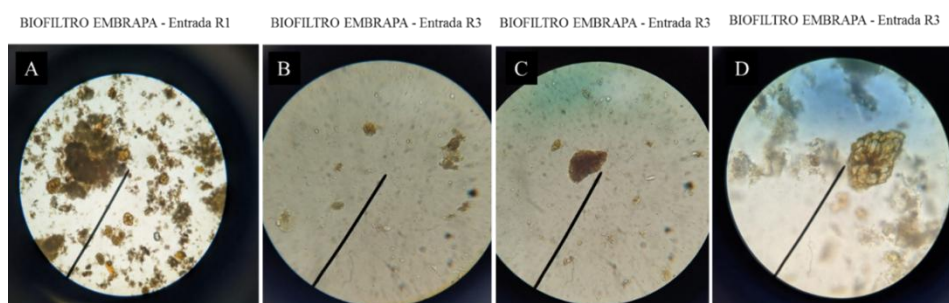
Figura 3 – Visualização microscópica em objetiva de 40x das amostras de águas cinzas coletadas de biofiltros, referente ao biofiltro “R” e suas respectivas entradas. A) Microscopia de amostras de entrada do Biofiltro R entrada R1 com partículas em suspensão. B) Detritos e material particulado na entrada R1 do Biofiltro R vista de outro ponto da lâmina. C) Análise microscópica de partículas no Biofiltro “R” - Entrada



Fonte: Autores, 2025.

Em relação à avaliação do Biofiltro EMBRAPA (R1, R2 e R3) (Figura 4a), observou-se uma alta densidade de material particulado, com a presença de estruturas arredondadas que podem ser identificadas como ovos de helmintos. Enquanto a 4B apresentou uma menor quantidade de material particulado, mas com partículas maiores também sugerindo a presença de ovos. A figura 4C destacou-se por uma partícula maior e escura. Diante da figura 4D, observou-se uma estrutura maior e bem definida, que poderia ser um ovo ou um fragmento de organismo.

Figura 4 – Observação microscópicas em objetiva de 40x das amostras de águas cinzas coletadas de biofiltros, referente ao biofiltro EMBRAPA nas entradas. A) Densidade de material particulado com estruturas arredondadas na entrada R1. B) Material particulado, com algumas partículas maiores referente à entrada - R3. C) Partícula maior e escura, potencialmente ovo de helminto em outro ponto da lâmina da entrada R3. D) Fragmento maior presente na extremidade da lâmina da entrada R3.



Fonte: Autores, 2025.

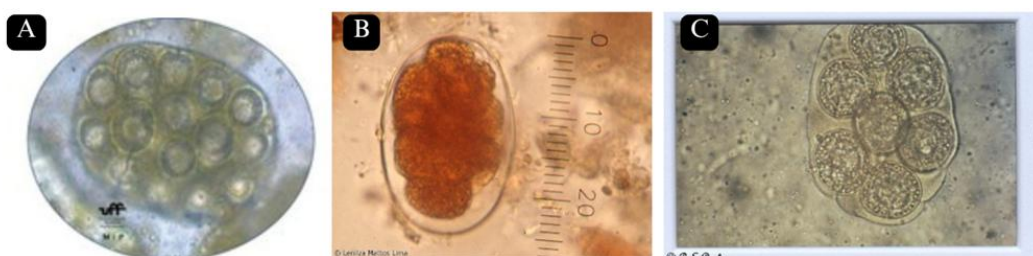
Consoante os dados obtidos, é apontado que essas conclusões são preliminares e baseadas na rotulagem das amostras e na natureza do sistema de tratamento. Para obtenção de resultados mais precisos, é necessário realizar análises laboratoriais específicas que permitam identificar de modo específico a nível de espécie e quantificar os ovos de helmintos presentes em cada ACB.

Por outro lado, sabe-se que agentes patogênicos como protozoários, bactérias, vírus e helmintos são frequentemente disseminados, representando uma significativa preocupação para a saúde pública. Nos sistemas de tratamento de água, tanto centralizados quanto descentralizados, a filtração biológica tem grande importância como etapa principal de desinfecção.

Os biofiltros, que consistem em biofilmes de microrganismos nativos fixados em superfícies sólidas, representam uma abordagem ecologicamente correta e economicamente viável para a remoção de poluentes e patógenos (Maurya; Singh; Kumar, 2020).

Quanto às características de helmintos, os ovos de Ancilostomídeos são ovais, a casca é fina, transparente e hialina. No interior, conforme a evolução do ovo, podem-se observar dois, quatro, oito ou mais blastômeros, terminando pela formação da larva (Atlas de Parasitologia e Doenças Infecciosas Associadas ao Sistema Digestivo, 2005). Ainda, é possível notar ligeiras semelhanças na Figura 4D e as Figuras 5A e 5B.

Figura 5 – A) e B) parasitas *Dipylidium caninum* e C) ovo de ancilostomídeo.



Fonte: Autores, 2025.

Assim, no presente estudo, é questionada a possibilidade da presença de agente patogênico (helmintos), embora o sistema apresente uma estrutura sólida que pode contribuir para redução de agentes contaminantes.

De acordo com Maurya; Singh; Kumar (2020) materiais como pedra, cascalho, areia, solo, composto orgânico e pedra mineral mesoporosa são exemplos de meios de leito sólido utilizados nos biofiltros, proporcionando uma área de superfície ampliada para a aderência microbiana e a retenção da água.

Essa combinação de tecnologias promove a eficiência na purificação da água, contribuindo para a mitigação dos riscos à saúde associados à contaminação (Papciak; Domoń; Zdeb, 2024).

Os óvulos de helmintos também são considerados como um indicador para monitorar a abundância de helmintos em águas residuais. A presença desses ovos sugere a contaminação por helmintos, que são parasitas intestinais.

Embora nem todos os ovos sejam patogênicos, sua detecção pode indicar a necessidade de medidas de tratamento e saneamento (Maurya; Singh; Kumar, 2020). Os helmintos transmitidos pelo solo são capazes de infectar seres humanos através do contato com ovos ou larvas que persistem em regiões tropicais e subtropicais (Ravindran; Soni; Ball, 2019).

É possível que a eficiência dos biofiltros possa variar com base em fatores específicos do sistema e do ambiente. Por exemplo, biofiltros bem projetados e mantidos podem reduzir substancialmente a carga de patógenos em águas cinzas. Diferindo do presente estudo, pesquisas de Al Arni et al. (2022) e Franca et al. (2022), avaliando águas cinzas, não encontraram helmintos conforme recomendações da WHO e do PROSAB. Além disso, os valores observados por os referidos estão em conformidade com os padrões estabelecidos para o reuso agrícola de águas cinzas.

Para esses autores, o resultado é significativo devido ao potencial dos helmintos, parasitas presentes em fezes, em causar diversas doenças em animais e seres humanos. A sobrevivência prolongada de seus ovos no solo, especialmente em condições úmidas e quentes que favorecem sua proliferação, amplia essa preocupação. Assim, a ocorrência e

a concentração de helmintos dependem de vários fatores, sendo entre eles as espécies, número de pessoas infectadas, fonte do esgoto (Sengupta et al., 2011).

De acordo com Maurya; Singh; Kumar (2020) o modelo teórico para coleta de microrganismos em meios de antracito e areia indica que vírus suspensos livres e outras partículas nanométricas são menos removidos do que protozoários ou agregados microbianos. Vírus são removidos principalmente por difusão, enquanto protozoários são removidos por sedimentação e interceptação.

A remoção de células bacterianas envolve difusão, sedimentação diferencial e interceptação. O tamanho do grão do meio é fundamental para a coleta de vírus e bactérias, enquanto taxas de carga hidráulica mais baixas podem melhorar a remoção de protozoários.

A presença de ovos de helmintos em águas de reúso representa a possibilidade de risco para a saúde pública, especialmente em sistemas de irrigação que podem entrar em contato com alimentos. Assim, é necessário implementar medidas adicionais de tratamento ou manutenção dos biofiltros para mitigar esses riscos, além de ser recomendada a revisão das práticas de operação e manutenção dos biofiltros, bem como uma possível reavaliação do sistema, para melhorar a qualidade do efluente e proteger a saúde pública.

A pesquisa de ovos de helmintos em amostras de águas residuárias é não apenas importante, mas também recomendada em estudos e programas de monitoramento da qualidade de efluentes utilizados na irrigação (Zerbini, 2000).

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise das amostras de águas cinzas provenientes das entradas avaliadas indicaram a presença de helmintos principalmente na ACB dos Biofiltros R e Embrapa, evidenciando dois principais aspectos: presença de ovos de helmintos característicos de excretas humanas em águas cinzas, cuja composição não deveria conter fezes humanas e a eficácia desses tipos de sistemas na remoção de patógenos.

Para assegurar a segurança do uso da água de reuso, é necessário investigar a origem destes patógenos, já que na água cinza não deve haver contribuição de água de vasos sanitários. Assim, recomenda-se o uso dos respectivos biofiltros para remoção de helmintos, bem como a necessidade de haver mudanças de hábitos culturais das pessoas que geram as águas cinzas, para que essa contenha uma boa característica microbiológica.

5 AGRADECIMENTOS

Agradecimentos ao PET-MEC, ao FNDE pelo apoio financeiro, à UNIVASF pelo apoio institucional e à Embrapa em virtude da parceria e do incentivo à pesquisa.

REFERÊNCIAS

- AL ARNI, S. et al. Greywater reuse: an assessment of the Jordanian experience in rural communities. **Water Science and Technology**, [s. l.], v. 85, n. 6, p. 1952–1963, 2022.
- ARAÚJO, A. R. M.; FERREIRA, L. F.; FERREIRA, D. D. M. Gestão dos recursos hídricos: estudo sobre práticas ambientais adotadas por uma indústria têxtil. **Revista Ibero-Americana de Ciências Ambientais**, [s. l.], v. 8, n. 2, p. 99–109, 2017.
- ATLAS VIRTUAL DA PARASITOLOGIA. **Helmintos**. Disponível em: <http://atlasparasitologia.sites.uff.br/?cat=177>. Acesso em: 9 set. 2025.
- BUDELI, P.; SIBALI, L. L. Greywater Reuse: Contaminant Profile, Health Implications, and Sustainable Solutions. **Environmental Research and Public Health**, v. 22, p. 740, 2025.
- CANDELA, E. et al. Prevalence of intestinal parasites and molecular characterization of *Giardia intestinalis*, *Blastocystis* and *Entamoeba histolytica* in the village of Fortin Mborore (Puerto Iguazu, Misiones, Argentina). **Parasites Vectors**, v. 14, n. 1, p. 510, 2021.
- CASTRO, G. A. Chapter 86 Helminths: Structure, Classification, Growth, and Development. Medical Microbiology. 4th edition. Baron S, editor. Galveston (TX): <https://www.utmb.edu/>. 1996. Disponível em: <https://www.ncbi.nlm.nih.gov/books/NBK8282/>. Acesso em: 11 nov. 2025.
- COSTA, A. F. S. et al. Recursos Hídricos. **Cadernos de graduação**, v.1, n. 15, p. 67-73, 2012.
- COSTA, R. L. et al. Tratamento de água cinza para reúso agrícola no semiárido do Rio Grande do Norte, Brasil. **Engenharia Sanitária e Ambiental**, [s. l.], v. 27, p. 1031–1040, 2022.
- CUNHA, L. V.; BAU, J. Gestão dos recursos hídricos e regionalização. **Estudos de Economia**, [s. l.], v. 3, n. 1, p. 19–38, 1982.
- EDWIN, G. A., GOPALSAMY, P.; MUTHU, N. Characterization of domestic gray water from point source to determine the potential for urban residential reuse: a short review. **Appl Water Sci**, v. 4, p. 39–49, 2014.
- Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – Embrapa. **Biofiltro reaproveita água doméstica para produção de alimentos e forragem**. Portal Embrapa. [S. l.], 2022. Disponível em: <https://www.embrapa.br/en/busca-de-noticias/->

/noticia/72619509/biofiltro-reaproveita-agua-domestica-para-producao-de-alimentos-e-forragem#Funcionamento. Acesso em: 30 jun. 2025.

FAUST, E. C. et al. Acritical study of clinical laboratory technics of the diagnosis of protozoan cysts and helminth eggs. Preliminary communication. **Am J Trop Med Hyg**, v. 18, p. 169, 1938.

FERNANDES, C. E. et al. Reaproveitamento de água pluvial em edifícios residenciais. **Brazilian Journal of Animal and Environmental Research**, [s. l.], v. 7, n. 2, p. e68999–e68999, 2024.

FRANCA, C. L. E. et al. Uso de água cinza tratada na irrigação de frutícola no semiárido: aspectos legais e qualidade do solo. **Revista Verde de Agroecologia e Desenvolvimento Sustentável**, [s. l.], v. 17, n. 3, p. 167–177, 2022.

FREITAS, A. F. O.; JESUS, P. V. S.; FEITOSA, P. D. I. C. REUSO DE ÁGUAS CINZAS EM EDIFÍCIOS RESIDENCIAIS: Estudo de caso em uma residência unifamiliar. **Caderno de Graduação - Ciências Exatas e Tecnológicas - UNIT - SERGIPE**, [s. l.], v. 6, n. 3, p. 11–40, 2021.

LI, F.; WICHMANN, K.; OTTERPOHL, R. Review of the technological approaches for grey water treatment and reuses. **Science of The Total Environment**, [s. l.], v. 407, n. 11, p. 3439–3449, 2009.

MACÁRIO, M. et al. LEITOS HÚMIDOS CONSTRUÍDOS COMO ALTERNATIVA AOS SISTEMAS DE TRATAMENTO DE ÁGUAS RESIDUAIS CONVENCIONAIS – REVISÃO. **Revista da UI_IPSantarém**, [s. l.], v. 6, n. 3, p. 83–97, 2018.

MANFRIN, J. et al. Remediação de água cinza por meio de fitorremediação e tecnologias intermitentes de filtro de areia visando o reuso na irrigação de jardins. **Acta Iguazu**, [s. l.], v. 8, n. 2, p. 59–68, 2019.

MATOS, R. M. et al. Crescimento e produção de rabanete irrigado com água residuária tratada em ambiente protegido. **Agropecurária Científica no Semi-Árido**, v. 11, p. 46–55, 2015.

MAURYA, A.; SINGH, M. K.; KUMAR, S. Biofiltration technique for removal of waterborne pathogens. **Waterborne Pathogens**, [s. l.], p. 123–141, 2020.

MELO, M. R. S. **Estratégias de aplicação de efluente de água cinza no cultivo do girassol ornamental**. 2018. Dissertação (Mestrado em Manejo de Solo e Água) – Programa de Pós-Graduação em Manejo de Solo e Água, Universidade Federal Rural do Semiárido, Mossoró, 2018.

MOURA, P. G. et al. Água de reúso: uma alternativa sustentável para o Brasil.

Engenharia Sanitaria e Ambiental, [s. l.], v. 25, p. 791–808, 2020.

PAPCIAK, D.; DOMOŃ, A.; ZDEB, M. The Influence of the Biofiltration Method on the Efficiency of Ammonium Nitrogen Removal from Water in Combined Sorption and Nitrification Processes. **Water**, v. 16, n. 5, p. 722, 2024.

PARASITOLOGIA CLÍNICA. **Fotografias em microscópio: ovos de Ancilostomídeos**.

Disponível em:

<https://parasitologiaclinica.ufsc.br/index.php/info/conteudo/fotografias/ovos-ancilostomideos/>. Acesso em: 8 set. 2025.

RAVINDRAN, V. B.; SONI, S. K.; BALL, A. S. A Review on the Current Knowledge and Prospects for the Development of Improved Detection Methods for Soil-Transmitted Helminth Ova for the Safe Reuse of Wastewater and Mitigation of Public Health Risks. **Water**, v. 11, n. 6, p. 1212, 2019.

SANT'ANA, D.; MEDEIROS, L.; SANTOS, S. Cadernos de conservação de água em edificações: reúso de águas cinzas. Brasília: FAU-UnB, 2018. [s. l.], 2018. Disponível em:

https://www.adasa.df.gov.br/images/storage/audiencia_publica/006-2018/Aproveitamento_Agua_Chuva.pdf. Acesso em: 30 jun. 2024.

SENGUPTA, M. E. et al. Sedimentation of helminth eggs in water. **Water Research**, v. 45, n. 15, p. 4651-4660, 2011.

SIWILA, J. et al. Food and waterborne protozoan parasites: The African perspective. **Food and waterborne parasitology**, v. 20, p. e0088, 2020.

SHAIKH, I. N.; AHAMMED, M. M. Quantity and quality characteristics of greywater from an Indian household. **Environ Monit Assess**, v. 194, n. 191, 2022.

VEETTIL, A. V.; MISHRA, A. K.; GREEN, T. R. Green, Explaining water security indicators using hydrologic and agricultural systems models. **Journal of Hydrology**, v. 607, p. 127463-127478, 2022.

WINWARD, G. P. et al. A study of the microbial quality of grey water and an evaluation of treatment technologies for reuse. **Ecological Engineering**, v. 32, n. 2, p. 187-197, 2008.

ZERBINI, A. M. Identificação e análise de viabilidade de ovos de helmintos em um sistema de tratamento de esgotos domésticos constituído de reatores anaeróbicos e rampas de escoamento superficial. 2000. Dissertação (Mestrado em Saneamento, Meio Ambiente e Recursos Hídricos) – Escola de Engenharia da UFMG, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2000.

AGRICULTURA NAS CIDADES, UMA ESTRATÉGIA DE SALVAGUARDA DA SEGURANÇA ALIMENTAR E COMBATE À POBREZA: ANÁLISE A PARTIR DAS PRÁTICAS HORTÍCOLAS NO MUNICÍPIO DE UAUÁ-BA NO ANO DE 2021

Áquila Silva de Almeida

Doutoranda em Agroecologia e Desenvolvimento Territorial
Universidade do Estado da Bahia

Liliane Caraciolo Ferreira

Doutora em Psicologia
Universidade Federal do Vale do São Francisco

RESUMO: O estudo analisou a agricultura urbana em Uauá-BA (2021) como estratégia de redução da pobreza e garantia da segurança alimentar para famílias em vulnerabilidade social. Com foco exploratório-descritivo e abordagem quantitativa-qualitativa, a pesquisa utilizou um estudo de caso para identificar o impacto das hortas urbanas e periurbanas (individuais, familiares e comunitárias) nas condições de vida dos grupos envolvidos. O resultado empírico demonstrou que a atividade tem sido fundamental para integrar grupos vulneráveis ao tecido social urbano, melhorando as condições de vida de diversas famílias que ainda vivem em um contexto de pobreza.

Palavras-chave: Agricultura urbana. Horticultura. Pobreza urbana. Segurança alimentar.

ABSTRACT: The study analyzed urban agriculture in Uauá-BA (2021) as a strategy for reducing poverty and ensuring food security for socially vulnerable families. With an exploratory-descriptive focus and a quantitative-qualitative approach, the research used a case study to identify the impact of urban and peri-urban gardens (individual, family, and community) on the living conditions of the groups involved. The empirical results demonstrated that this activity has been fundamental in integrating vulnerable groups into the urban social fabric, improving the living conditions of several families who still live in poverty.

Keywords: Urban agriculture. Horticulture. Urban poverty. Food security.

1 INTRODUÇÃO

Até os anos 70 predominava no Brasil o pensamento dualista de que o urbano e o rural eram realidades rivais. Enquanto as cidades eram vistas como o lugar do progresso social e do desenvolvimento econômico, o campo era enxergado como uma realidade arcaica, fugidia e contumazmente associado à ideia do atraso e da marginalização social. Entretanto, essa percepção ultrapassada que reforça o antagonismo entre esses dois espaços vem sendo aos poucos superada, mormente porque esses dois lugares encontram-se em processo de constante transformação (Ferrão, 2000; Cruz, 2019).

No campo teórico, são vastas e diversificadas as contribuições voltadas à discussão sobre a superação dessa dicotomia. Abramoway (2000), Silva (2002), Veiga (2004) e Wanderley (2001, 2009) comungam com a percepção de que estes dois lugares não são espaços antagônicos, mas sim interatuantes e relacionam-se mutuamente. Essa interrelação pode ser identificada enquanto expressão daquilo que Wanderley (2001) defende como traço de uma nova ruralidade que se constitui a partir da convergência espacial entre esses dois mundos em constante articulação. Nesse espectro, a agricultura tem funcionado como uma espécie de elemento integrador entre esses dois espaços, daí por que a relevância da discussão sobre o tema da Agricultura Urbana e Periurbana (AUP).

Conceitualmente, a AUP pode ser entendida como uma atividade social de cultivo, produção e processamento de produtos alimentares ou não alimentares, praticada nos espaços intraurbano e periurbano, por meio da utilização e disponibilização de recursos humanos e materiais existentes nesses espaços. Essa atividade vem ganhando visibilidade em função de sua potencialidade para resolver diversos problemas sociais que atravessam a realidade das cidades, seu lócus espacial de desenvolvimento. Parece consensual para alguns estudos que a prática da AUP pode ser considerada como uma das possibilidades de amenização da pobreza urbana e promoção da segurança alimentar (Monteiro, 2002; Santandreu; Lovo, 2007; Coutinho; Costa, 2011; Castelo Branco; Alcântara, 2011; Ferreira, 2013).

Com base nisso, o presente estudo propõe-se a: (i) discutir as bases teóricas da AUP; (ii) analisar seu potencial como estratégia de combate à pobreza e de segurança alimentar a partir da realidade empírica das práticas hortícolas em Uauá-BA; e 3) refletir sobre sua importância funcional nas cidades. O estudo em apresentação é um recorte teórico e empírico da pesquisa de mestrado com o título “A Agricultura Urbana e sua dimensão socioeconômica: uma análise a partir das práticas hortícolas no município de Uauá-BA no ano de 2021”, defendida no Programa de Pós-graduação em Dinâmicas de Desenvolvimento do Semiárido da Universidade Federal do Vale do São Francisco (UNIVASF).

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Documento produzido pela Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação sobre os desafios da urbanização, revela que o processo de expansão das cidades vem sendo acompanhado de altos níveis de pobreza e pela formação de aglomerados urbanos degradados e empobrecidos, desemprego e insegurança alimentar (FAO, 2012). A respeito do problema da insegurança alimentar, dados mais recentes publicados pela mesma entidade, apontam que nos últimos cinco anos (2014-2018), a subnutrição vem aumentando no mundo todo. Na América Latina e no Caribe, por exemplo, o fenômeno é uma realidade para 42,5 milhões de pessoas. Na análise dos seus impulsionadores, o problema está intimamente associado às desacelerações econômicas na região, que trouxeram como conseqüência lógica o aumento da pobreza e da desigualdade (FAO, 2019b).

Atualmente, mais da metade da população mundial vive em áreas urbanas e quase 80% de todos os alimentos produzidos no mundo são consumidos em cidades (FAO, 2019a). Em contrapartida, nas cidades, antes concebidas como o lugar promissor, da concentração de renda, da mobilidade social, do desenvolvimento econômico, a garantia da satisfação das necessidades alimentares em condições adequadas, sobretudo para as populações pobres desvinculada da produção de alimentos, tem se tornado um desafio persistente.

Assim, é imperativo a articulação de frentes de ações capazes de assegurar a reversão desse quadro social e que estejam focadas primacialmente em: (i) salvaguardar a segurança alimentar e nutricional por intermédio de políticas econômicas e sociais; (ii) enfrentar as desigualdades existentes por meio de um amplo espectro de políticas que possibilitem a erradicação da insegurança alimentar e da desnutrição (FAO, 2019b).

Nessa linha de ações políticas, as práticas relacionadas à agricultura nas cidades e suas zonas circundantes tem se revelado uma estratégia de enfrentamento ao quadro de vulnerabilidades a que grande parcela da população urbana encontra-se imersa, uma vez sua articulação tem possibilitado o impulsionamento do desenvolvimento urbano, a promoção da segurança alimentar e oportunidades econômicas de trabalho e renda (FAO, 2012).

Dentre o conjunto das atividades produtivas contempladas por esse modelo de agricultura, encontram-se as práticas voltadas à produção e cultivo de hortas no âmbito das cidades. A literatura tem evidenciado que as experiências urbanas com agricultura, onde residem populações socialmente marginalizadas, tem propiciado às famílias envolvidas nessas iniciativas o acesso à alimentação adequada, diminuindo os riscos de insegurança alimentar e nutricional (Coutinho; Costa, 2011; Aquino; Assis, 2007; Monteiro, 2002). Sobre esse aspecto, Drescher (2001) destaca que a produção de alimentos na cidade pode representar uma estratégia induzida pela crise, que garantiria a sobrevivência do segmento mais pobre da população.

Nessa mesma linha, documentos produzidos pela Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO, 1999; 2012, 2014, 2019a) expressam que quando praticada de forma eficiente e segura a agricultura urbana pode desempenhar um papel importante tanto na oferta de alimentos quanto na salvaguarda da segurança alimentar, inclusive, em tempos de crise e escassez severa. Além da melhoria no padrão alimentar, diversos trabalhos produzidos sobre o tema defendem que o desenvolvimento dessas atividades produtivas no contexto urbano tem promovido a equidade de gênero e o respeito às condições étnicas e socioculturais, a melhoria da qualidade de vida, a geração de trabalho e renda, bem como o aproveitamento social e produtivo das cidades (Santandreu; Lovo, 2007; Castelo Branco; Alcântara, 2011).

Sobre as questões de gênero relacionadas à agricultura urbana, relatório produzido pela FAO (2014) sobre a AUP na América Latina e Caribe revela que as mulheres exercem um papel de liderança à frente do desenvolvimento da AUP em países como Caribe, Bolívia, Colômbia, Equador, Honduras e Nicarágua. Nesses espaços, as famílias de agricultores urbanos são lideradas por mulheres que tocam as atividades de produção e comercialização a partir de uma lógica de mercado diferenciada, em contraposição ao modelo hegemônico que rege o fluxo de produção, distribuição e consumo de alimentos.

A AUP também gera oportunidades de inserção produtiva dos grupos que participam das atividades a ela relacionadas por meio da consolidação de cadeias de valores locais. Sobre os aspectos dessa inserção produtiva, Monteiro (2002) destaca que dentro de uma perspectiva econômica a AUP tem contribuído de forma efetiva com a criação de ocupação e renda – obtida por intermédio da comercialização de parte da produção – para as populações pobres e marginalizadas das cidades o que implica consequentemente em uma melhoria nas suas condições de vida.

Por outro lado, utilizou-se para os fins específicos da análise dos resultados desse estudo, as bases conceituais elaboradas por Sen (2000), que relaciona a pobreza à privação dos sujeitos ao exercício da liberdade na realização de certas atividades ou estados. Na perspectiva do autor, a definição de pobreza não se limita apenas à ideia de privação material, mas de privação das chamadas capacidades básicas que se resvalam em diversas esferas da vida. Sen (2000) entende a capacidade enquanto um tipo de liberdade substantiva na realização de certos funcionamentos. Nesse sentido, portanto, para que uma pessoa supere a condição de pobreza, ela deve desenvolver capacidades que a conduzam à melhoria de suas condições de vida.

Assim, à luz dessas inferências, buscou-se analisar o impacto da agricultura urbana enquanto uma estratégia de mitigação das consequências da pobreza por meio da construção de novas capabilities, em de se considerar, sobretudo, que a renda auferida pelos agricultores urbanos que se dedicam à produção e comercialização de alimentos é geradora do aumento das suas liberdades (capabilities). Ao conquistarem maior

autonomia monetária, esses sujeitos desenvolvem capacidades que os conduzem à melhoria de suas condições de vida e à superação de privações típicas da pobreza.

3 CAMINHO METODOLÓGICO

A pesquisa adotou uma abordagem quanti-qualitativa de caráter exploratório e descritivo. A coleta de dados envolveu levantamento bibliográfico e entrevistas abertas conduzidas entre junho e julho de 2021. A fase de campo iniciou-se com a identificação dos sujeitos por meio da técnica "Bola de Neve" (Snowball), uma amostragem não probabilística que utiliza cadeias de referência para localização de sujeitos com o perfil compatível com o estudo. O processo começou com a busca por informantes-chave (sementes) na rede da pesquisadora que forneceram referências de sujeitos com o perfil adequado para o estudo (Vinuto, 2014). O filtro de seleção incluiu horticultores de ambos os sexos, maiores de 18 anos, com áreas de cultivo urbano ou periurbano (limite de 10km) e que integrassem suas atividades ao sistema socioeconômico da cidade. Esta etapa resultou na identificação e caracterização de 8 experiências de horticultura (7 familiares e 1 comunitária), que constituem as unidades de análise primárias do estudo.

A etapa qualitativa utilizou amostragem intencional, definida pelo julgamento da pesquisadora para selecionar interlocutores que oferecessem narrativas que se revelaram boas fontes de informação e capazes de oferecer contribuições ao estudo (Oliveira, 2001). Assim, foram entrevistados um total de 7 horticultores. As narrativas orais foram coletadas com o objetivo de avaliar as contribuições da horticultura sob a percepção dos próprios sujeitos, com foco na melhoria da renda e dos hábitos alimentares. Todas as entrevistas foram gravadas e transcritas. A análise foi realizada com base na Análise de Conteúdo de Bardin (2016), na qual as ideias foram sistematizadas, exploradas em suas unidades de significação e organizadas em categorias temáticas para discussão, abordando as transformações promovidas pela atividade. Os entrevistados consentiram em ter suas identidades reveladas e, portanto, serão citados por seus nomes no trabalho.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

O estudo sobre a Agricultura Urbana (AU) no município de Uauá-BA, pertencente ao território de Identidade do Sertão do São Francisco e localizado no semiárido baiano, investigou 8 iniciativas (7 familiares e 1 comunitária) de longa trajetória, com a maioria operando há mais de 20 anos, e envolvendo 25 famílias. Os resultados mostram que as iniciativas voltadas à prática da AU têm assumido relevância no contexto espacial em que se localizam, possibilitando a utilização social de vazios urbanos, fortalecendo o desenvolvimento local e contribuindo sobremaneira para a melhoria objetiva nas condições de vida de uma população exposta a condições e situações de vulnerabilidade social.

A percepção sobre as transformações sociais e econômicas promovidas por meio da AU é evidenciada de forma consistente no depoimento concedido pela horticultora Lucilene Anselmo, que desde 2005 dedica-se à atividade de cultivo de hortaliças no município de Uauá:

Nossa horta aqui como é um bairro pobre, é uma fonte de renda pra matar a fome de muita gente. Nós não tem outro trabalho, só tem isso aqui ó [...] é uma fonte de renda, é um trabalho. Porque a gente tendo um alimentinho aqui, tanto a gente consome quando a gente vende e aí já é uma ajuda pra mim, né? [...] A horta significa pra mim, fia, tudo, tudo (sic) - (informação verbal).

Lucilene Anselmo produz na horta comunitária do bairro Populares junto com mais 18 famílias. A esse respeito, vale destacar que do total de agricultores urbanos que participaram desse estudo e produzem na horta comunitária, 75% deles são beneficiários do programa Social Bolsa Família. Trata-se ainda de população com baixa escolaridade, com dificuldade de inserção no mercado de trabalho e sem acesso à renda formal. Francisco Diassis, também um horticultor vinculado à horta comunitária, revela essa condição: “Na verdade, o pessoal que trabalha aqui, vive mais do Bolsa Família e uns trabalham na diária também [...] Eu vivo com o dinheiro do Bolsa Família, de uns bicos como vigilante e com a rendinha aqui da horta” - (Informação verbal).

Nesse contexto, portanto, as práticas de agricultura urbana por seu importante conteúdo social e econômico, acabam favorecendo a mitigação das consequências da pobreza, na medida em que promovem ocupação e geração de renda para famílias

excluídas das condições de inserção do mercado de trabalho, conforme enfatizam Monteiro (2002), Castelo Branco e Alcântara (2011), Guicacchè e Porto (2015), Oliveira (2017), Coutinho e Costa (2011) e Hespanhol et al. (2019). Além de assegurar a inclusão de agricultores marginalizados através da geração de renda, as práticas da agricultura urbana têm permitido também a garantia do acesso direto aos alimentos produzidos localmente.

Sobre esse aspecto, a interlocutora Lucilene Anselmo destaca que agora produz seu próprio alimento e que graças a horta ela consegue abastecer as necessidades alimentícias do seu grupo familiar:

[...] A gente não tem o dinheiro pra ir na feira toda semana, tendo o alimento lá dentro a gente tem o alimento da gente, né? Primeiro você enche sua barriga e depois você vai vender lá fora pra cobrir outras coisas, comprar outros alimentos que falta dentro de casa, não é verdade? [...] Depois da horta a gente consegue se alimentar melhor porque não é todo dia que você tem um dinheirinho pra ir ali na feira comprar uma abobrinha, comprar a beterraba, né? E tendo aqui, não falta em casa (sic) - (Informação verbal).

Nessa mesma linha, Francisco Diassis indica que o consumo dos alimentos produzidos na horta contempla não apenas quem produz, mas também parte da comunidade que acaba adquirindo o que é produzido localmente pelos agricultores vinculados à experiência comunitária: “A horta é muito importante tanto pra mim quanto pro pessoal da Associação e também pra toda a população do bairro. O pessoal que planta, consome um produto orgânico e o pessoal aqui do bairro compra os produtos aqui da gente mesmo. O pessoal aqui ajuda muito” (sic) - (Informação verbal).

A agricultura urbana apresenta-se como uma alternativa para amenização das consequências da pobreza ao impactar diretamente no autoabastecimento das famílias em situação de vulnerabilidade ampliando assim, por meio da oferta de alimentos, o aumento da segurança alimentar e nutricional dos agricultores envolvidos com sua prática (Arruda, 2006; FAO, 1999; 2012, 2014; Oliveira, 2017). No campo teórico e prático, o conceito de segurança alimentar encontra-se intimamente relacionado às possibilidades de acesso a alimentos seguros e de qualidade, sobretudo para populações que se encontrem em situações de vulnerabilidade social. A esse respeito, a FAO (1996)

define que a segurança alimentar existe quando todas as pessoas, sempre têm acesso físico e econômico suficiente a alimentos nutritivos e seguros de acordo com suas necessidades e preferências para uma vida ativa e saudável.

Um outro aspecto evidenciado no estudo e que favorece a compreensão sobre os benefícios sociais e econômicos da agricultura urbana diz respeito ao fato de que a prática dessa atividade também proporciona economia sobre os gastos com alimentação. Sobre essa questão, na direção do que é discutido por Oliveira (2017), as famílias de baixa renda gastam grande parte do seu salário com alimentação. Acontece que o acesso a esses alimentos, sobretudo nas cidades, fica em grande medida condicionado à disponibilidade de recursos monetários. Como grande parte das famílias de baixa renda trabalham no mercado informal, sob condições precárias de trabalho e com rendimentos irregulares, o acesso aos recursos monetários muitas vezes é insuficiente. Nesse sentido, a agricultura urbana se revela uma estratégia para garantia da segurança alimentar.

Por outro lado, Virgílio Alves Nascimento, um horticultor de 53 anos, pratica a AU no município há 5 anos em um terreno privado cedido e localizado nas adjacências de sua residência. Vivendo em uma residência simples com mais 13 pessoas, incluindo sua companheira, filhos, netos, sogra e um enteado com deficiência física, a renda do grupo familiar, composta por uma aposentadoria, um Benefício de Prestação Continuada e os parcos rendimentos obtidos por meio do seu trabalho informal e esporádico como pedreiro, já não era mais suficiente para atender todas as necessidades da família. Assim, a renda oriunda da comercialização das hortaliças acabou sendo um complemento significativo nesse sentido: “Aqui eu consigo pagar um talão de água, um talão de energia, fazer o inteiro pro gás, ter o dinheiro pro pão, até às vezes o mercado [...] Depois que comecei a plantar, o dinheiro do pão mesmo não faltou mais [...] Então foi muito importante pra mim essa invenção” (sic) - (Informação verbal).

A percepção subjetiva sobre a importância da agricultura urbana, sobretudo quanto ao fato da AU constituir-se uma estratégia de criação de ocupação e geração de renda, é reforçada nas falas de todos os agricultores urbanos que participaram dessa etapa da pesquisa. Essa é, a propósito, conforme destacado na literatura, uma das maiores contribuições econômicas da AU ao possibilitar agregação de renda e melhoria na

qualidade de vida da população pobre que vive na cidade (Monteiro, 2002; Castelo Branco; Alcântara, 2011; Coutinho; Costa, 2011; Hespanhol et al., 2019).

Quanto à identificação da melhoria das condições de alimentação das famílias envolvidas com a prática da AU, verificou-se que a agricultura urbana no município de Uauá tem-se mostrado uma alternativa significativa para a garantia da segurança alimentar não apenas por ser uma atividade de produção de alimentos, mas, sobretudo por proporcionar aos agricultores mais consciência a respeito da qualidade dos alimentos a serem consumidos. Essa proposição, discutida na literatura por Oliveira (2017), é reforçada durante a construção prática da pesquisa de campo. Ao ser questionado sobre a melhoria na dieta familiar após o envolvimento da família com a horticultura, Virgílio revela essa tomada de consciência:

Rapaz, melhorou nossa alimentação praticamente 100%. O caba vai ali na feira, deixar de comer uma coisinha orgânica pra comer essas coisas que você compra aí e é tratado no adubo e no veneno. Quando você pega ali já está murchinho, aquilo ali é porque o sumo do remédio tá forte e aí você bota no seu organismo e quando aparece uma doença você não sabe nem o que foi (sic) - (Informação verbal).

Embora apresente limitações conceituais, a percepção de Virgílio sobre segurança alimentar envolve noções como priorização da produção e consumo de alimentos livres de contaminantes, aliada à ideia de construção de políticas públicas que fortaleçam o sistema de produção orgânica e sustentável no país de modo geral. Nesse aspecto, enquanto uma prática que incorpora esses valores por garantir o acesso contínuo aos alimentos, bem ainda o acesso à alimentação adequada e saudável, a AU revela-se uma estratégia fundamental para promoção da segurança alimentar e nutricional, sobretudo em relação às populações de menor renda e grupos socialmente mais vulneráveis (FAO, 1999; 2012, 2014).

Por outro lado, a agricultura urbana praticada no município de Uauá também envolve sujeitos que possuem acesso à renda fixa, nesses casos a AU tem se apresentado enquanto uma alternativa para melhoria objetiva nas condições de vida do grupo familiar. Esse é o caso de Maria Joana Matos, horticultora aposentada, que se dedica há

mais de duas décadas ao plantio e ao cultivo de hortaliças na cidade, vislumbrando na atividade uma possibilidade de complementação da renda familiar.

Na unidade onde atua, a horticultora concilia o trabalho realizado nos espaços domésticos com as atividades de produção, inclusive as que demandam esforço físico, gestão das hortas e comercialização dos produtos. Essa condição constitui-se um fator significativo para a construção da autonomia dessas mulheres, especialmente em uma sociedade de estrutura ainda patriarcal, como é a brasileira, além de reforçar o caráter potencial da AU enquanto uma estratégia de promoção da equidade de gênero (Santandreu; Lovo, 2007; 2013; Sardenberg, 2011).

Além disso, verificou-se ainda que o exercício da atividade ultrapassa os fins econômicos e para a agricultora a continuidade do trabalho com a terra no quintal de sua casa, é uma tarefa que ajuda a forjar sua própria identidade. Essa percepção está presente em sua narrativa: “Toda vida eu me senti feliz trabalhando com a terra, plantava tomate, pimentão, quiabo [...] Os menino meu, desses que já tem família, foram tudo criado aqui [...] A gente já nasceu nisso e nisso a gente vive, né? Enquanto eu tiver viva, andando, eu quero plantar e vender” (sic) - (Informação verbal).

Essa digressão em torno de referências do mundo rural e do tempo passado, entretanto, não reduzem ou inviabilizam o sentido prático da agricultura do tempo presente, praticada no ambiente urbano. Conforme expressam Coutinho e Costa (2011), a AU é um fenômeno social atravessado por fragmentos e misturas de tempos, é lembrança de um passado resgatado por meio das memórias, mas também construção do novo: novos valores, práticas, saberes, sentidos, territorialidades, possibilidade, que ajudam a ressignificar as dinâmicas sociais em meio ao concreto das cidades.

Ademais, observou-se que o acesso ao sistema previdenciário, também um importante instrumento de construção de autonomia financeira, não afastou os horticultores das atividades e a renda oriunda da horticultura tem servido como fonte complementar à aposentadoria. Maria Jacineide Gonçalves, por exemplo, mesmo aposentada, produz hortaliças em um terreno particular próximo à sua residência há 25 anos, vislumbrando na atividade uma possibilidade de complementação da renda familiar: “A horta é um meio de vida que você tem pra se manter, não sabe? [...] O que

rende aqui chega perto de um salário mínimo ou até mais [...] Aí tô aqui apegada até hoje, produzindo até quando eu puder e eu gosto do que faço, eu amo essa profissão aqui” (sic) - (Informação verbal).

Na mesma linha, a agricultora Maria das Graças destaca que a renda obtida por meio da horta tem sido substancial como estratégia complementar. Ela planta e cultiva hortaliças há mais de duas décadas em Uauá e no seu caso, é importante sublinhar que os rendimentos oriundos da comercialização dos alimentos produzidos na horta configuram-se como uma das primeiras experiências de obtenção de renda: “Eu morava na roça, aí eu comecei a trabalhar lá na roça, depois eu vim embora pra cidade e aí continuei trabalhando até chegar o tempo de aposentar. Continuei por necessidade” (sic) - (Informação verbal).

Por outro lado, a trajetória de vida de Maria Anselmo de Santana, 73 anos, horticultora viva mais antiga da cidade de Uauá, revela que a horta no quintal estreito da sua casa sempre foi mais que uma utopia, mas uma necessidade de sobrevivência. A horticultora nunca aprendeu a ler ou escrever, porque faltaram condições materiais para frequentar a escola. A falta de acesso à educação, também foi responsável por excluí-la das condições de inserção no mercado de trabalho e aniquilar as suas chances de viver uma vida digna, longe da miséria e da fome: “A gente não tinha nada aí tirei assim de minha cabeça vamos fazer um girau aqui, aí os meus meninos me ajudaram a fazer o girau, pegaram o barro [...] Ia buscar barro longe, nesse mundo, num carrinho assim pra poder botar no estaleiro [...] essa atividade foi uma arte na minha vida” (sic) - (Informação verbal).

Mesmo com pouco espaço, Maria Anselmo relata que construiu dez girais no quintal da sua casa, onde a família dedicava-se a plantar hortaliças como cebolinha, salsinha, alface e principalmente o coentro. Os alimentos produzidos eram vendidos de forma ambulante pela horticultora que costumava sair às 7h da manhã com sua bacia de alumínio repleta de hortaliças fresquinhas para caminhar pelas ruas da cidade buscando retirar daquele trabalho recursos financeiros para garantir o atendimento das necessidades mais básicas do seu grupo familiar:

Às vezes a gente só tomava café depois que voltava da rua com alguma coisa, porque não tinha dentro de casa. O que a gente tirava da venda dos coentros, era o dinheiro da feira [...] Os girais salvou minha vida, se não fosse eles nem meus filhos estavam vivos porque a gente não tinha nada e eu não tinha quem me desse as coisas, a não ser que eu trabalhasse, né? [...] Era uma vida triste, ave maria, não gosto nem de lembrar (Informação verbal).

Ao que se infere, a AUP possui uma dimensão prática, social e econômica na vida de diversos agricultores urbanos que ousaram conceber a horta como uma possibilidade de transformação social da realidade dura e concreta da cidade, nesse sentido, portanto, a importância estratégica de investimentos em políticas públicas voltadas ao fortalecimento de sistemas produtivos locais que se dedicam à produção e consumo de alimentos e a geração de renda.

Por essa mesma razão, a agricultura urbana não é apenas uma forma estratégica de sobrevivência, mas sobretudo de reprodução social das famílias envolvidas com essa atividade, oferecendo aos agricultores possibilidades de transformação social da realidade a qual fazem parte. Pensando a noção conceitual de pobreza a partir da abordagem das capacidades humanas defendida por Sen (2000), as evidências apontam que as hortas, na maioria dos casos estudados, representaram uma das primeiras experiências de obtenção de renda dos horticultores pobres envolvidos nessas atividades.

Nesses casos, o acesso à renda aumentou as possibilidades desses sujeitos desenvolverem capacidades para a realização de certos funcionamentos e o exercício das liberdades de adquirir bens/serviços, de ser saudável, de não ser sujeito à morte prematura etc., situações que conduziram esses horticultores à melhoria de suas condições de vida e à superação de certas carências e privações típicas da pobreza. Assim, na ação simplória de preparar a terra e produzir alimentos, esses agricultores urbanos desenvolveram capabilities que os possibilitaram à superação das situações que são responsáveis pela exclusão e marginalização social.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os achados desta pesquisa, ancorados na realidade de Uauá-BA em 2021, revelam que, ainda que de forma ainda marginal, agricultores urbanos existem, resistem e produzem alimentos pensando a atividade enquanto uma potente estratégia de superação às desigualdades socioeconômicas e à exclusão social. As experiências investigadas revelam que a atividade é desenvolvida, sobretudo pelas populações de baixa renda e as motivações para produção de alimentos encontram-se em grande medida relacionadas à possibilidade conferida pela AU na amenização das consequências da pobreza.

As realidades empíricas interpeladas à época demonstram que no município a agricultura urbana tem possibilitado a produção de produtos frescos e nutritivos e o acesso econômico de famílias pobres aos alimentos, seja por meio da redução dos gastos com alimentação, seja por meio da geração de renda com a venda desses produtos. Além disso, o desenvolvimento da atividade tem gerado ao longo dos anos a integração de grupos excluídos e vulneráveis ao tecido social urbano e melhorado as condições de vida de diversas famílias que ainda vivem em um contexto de pobreza. Ainda tomando como substrato os resultados analisados, é possível inferir que muitas das consequências da pobreza - como a desocupação, a falta de acesso à renda, a insegurança alimentar - têm sido minimizadas por meio das possibilidades sociais e econômicas conferidas pela AU.

Contudo, a realidade superveniente impõe um epílogo amargo a esses resultados. Em 2025, o local outrora ocupado pela horta comunitária, um símbolo de organização e produção coletiva, transformou-se em um vazio urbano devastado. Esse processo de desmantelamento simbólico é fruto de uma estratégia política e de poder assentada no desprezo as populações socialmente marginalizadas. A ausência de apoio político, no entanto, não anula a importância social e econômica da atividade; apenas confirma que a luta contra a pobreza e pela segurança alimentar continua sendo um ônus injusto a pesar sobre os lombos dos mais vulneráveis até que o poder público assuma seu papel de garantidor.

REFERÊNCIAS

- ABRAMOVAY, Ricardo. **Do setor ao território: funções e medidas da ruralidade no desenvolvimento contemporâneo**. Rio de Janeiro: Texto para Discussão do IPEA n° 702, 2000.
- AQUINO, Adriana M.; ASSIS, Renato L. **Agricultura orgânica em áreas urbanas e periurbanas com base na agroecologia**. Ambiente e Sociedade, Campinas, v. x, n. 1, p. 137-150, 2007. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1414-753X2007000100009>. Acesso em 10 jan. 2021.
- ARRUDA, Juliana. **Agricultura Urbana e Peri-urbana em Campinas/SP: Análise do Programa de Hortas Comunitárias como Subsídio para Políticas Públicas**. 2006. Dissertação (Mestrado em engenharia Agrícola). Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Engenharia Agrícola. Campinas, 2006.
- BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2016.
- CARDOSO, Lucilene A. Entrevista concedida a Áquila Silva de Almeida. Uauá, junho 2021.
- CASTELO BRANCO, Marina; ALCÂNTARA, Flávia A. **Hortas urbanas e periurbanas: o que nos diz a literatura brasileira?** Horticultura Brasileira, v. 29, n. 3, p. 421-428, 2011.
- CASTRO, Josué de. **Geografia da fome**. Rio de Janeiro: O Cruzeiro, 1948.
- COUTINHO, Maura N.; COSTA, Heloisa S. M. **Agricultura urbana: prática espontânea, política pública e transformação de saberes rurais na cidade**. Revista Geografias, p. 81-97, 2011.
- CRUZ, Patrícia M. F. **Relação rural-urbana no contexto das novas ruralidades: uma aproximação teórica**. In: Encontro nacional da associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional. Anais. Natal, 2019.
- DRESCHER, A. W. **Seguridad Alimentaria Urbana: Agricultura Urbana, una respuesta a la crisis?** Revista Agricultura Urbana, v. 1, n. 1, p. 08-10, 2001. Disponível em: <https://ruaf.org/assets/2020/01/RAU1.pdf>. Acesso em 12 jan. 2021.
- FAO. **Declaration on world food security**. World Food Summit Roma: FAO, 1996.
- FAO. Comitê de Agricultura. **La agricultura urbana y periurbana**. In: Documento do Tema 9 del Programa Provisional. Roma, 25-29, jan. 1999.
- FAO. **Criar cidades mais verdes**. Roma: FAO, 2012.

FAO. **Ciudades más verdes em América Latina y el Caribe. Un informe de la FAO sobre la Agricultura Urbana y Periurbana en la región.** Roma: FAO, 2014.

FERRÃO, J. **Relações entre mundo rural e mundo urbano:** evolução histórica, situação actual e pistas para o futuro. EURE (Santiago) v.26 n.78, set. 2000.

FERREIRA, Rubio J. **Agricultura Urbana e Periurbana e Políticas Públicas:** contribuição à discussão do tema a partir de uma análise espacial em Recife e Vitória de Santo Antão/pe. 2013, 231f. Tese (Doutorado em Geografia) - Universidade Federal de Pernambuco – UFPE, 2013.

GUIACCHÈ; Giulia; PORTO, Lya. **Políticas Públicas de Agricultura Urbana e Periurbana:** uma comparação entre os casos de São Paulo e Campinas. Informações econômica, vol. 45, n.2, p. 45-60, 2015.

HESPAANHOL, Antonio N.; PEREIRA, Claudinei S.; HESPAANHOL, Rosangela A. M. **A diversidade da agricultura urbana e periurbana em Presidente Prudente-SP.** Campos Neutrais –Revista Latino-Americana de Relações Internacionais, vol.1, n.2, p. 73-90, 2019.

MONTEIRO, Ana V.V.M. **Agricultura Urbana e Peri-Urbana:** questões e perspectivas. Informações econômicas, SP, v.32, n.6, 2002.

MOTA, Maria das Graças D. Entrevista concedida a Áquila Silva de Almeida. Uauá, junho 2021.

NASCIMENTO, Virgílio A. Entrevista concedida a Áquila Silva de Almeida. Uauá, junho 2021.

OLIVEIRA, Tânia M.V. **Amostragem não probabilística:** adequação de situações para uso e limitações de amostras por conveniência, julgamento e quotas. Administração On Line, São Paulo, v. 1, n. 3, 2001.

OLIVEIRA, Lya Cynthia Porto de. **Redes, ideias e ação pública na agricultura urbana: São Paulo, Montreal e Toronto.** 2017, 279f. Tese (Doutorado em Administração Pública e Governo). Escola de Administração de Empresas de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas. São Paulo, 2017. Disponível em: <https://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/handle/10438/18224>. Acesso em 10 jul. 2020.

PEREIRA, Maria J. M. Entrevista concedida a Áquila Silva de Almeida. Uauá, junho 2021.

SANTANA, Maria A. S. Entrevista concedida a Áquila Silva de Almeida. Uauá, junho 2021.

SANTANDREU, Alain; LOVO, Ivana C. **Panorama da Agricultura Urbana e Periurbana no Brasil e Diretrizes Políticas para sua promoção:** Identificação e Caracterização de Iniciativas de AUP em Regiões Metropolitanas Brasileiras. Documento Referencial Geral: Versão Final. Belo Horizonte, 2007.

SARDENBERG, Cecília M.B; MACEDO, Márcia S. Relações de gênero: uma breve introdução ao tema. In: COSTA, Ana Alice Alcantara; RODRIGUES, Alexnaldo Teixeira; VANIN, Iole Macedo. (Org.). Ensino e gênero: Perspectivas transversais. Salvador: UFBA - NEIM, 2011, p. 33-48.

SEN, Amartya. **Desenvolvimento como Liberdade.** São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SILVA, José G. **O novo rural brasileiro.** Campinas: UNICAMP/Instituto de Economia, 2002.

SILVA, Maria J. G. Entrevista concedida a Áquila Silva de Almeida. Uauá, junho 2021.

SOUZA, Francisco D. P. Entrevista concedida a Áquila Silva de Almeida. Uauá, junho 2021.

VEIGA, José E. **Destinos da ruralidade no processo de globalização.** Estudos Avançados, v.18, n. 51, p. 51-67, 2004.

VINUTO, Juliana. **A amostragem em bola de neve na pesquisa qualitativa:** um debate em aberto. Temáticas, Campinas, V. 22, n. 44, p. 203-220, 2014.

WANDERLEY, Maria N.B. **A ruralidade no Brasil moderno. Por um pacto social pelo desenvolvimento rural.** In: Una nueva ruralidad en América Latina?. Norma Giarracca. CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Argentina, p. 31-44, 2001.

DESAFIOS DE EFETIVAR OS DIREITOS HUMANOS EM MEIO ÀS MUDANÇAS CLIMÁTICAS

Ester Beatriz Santos Sampaio

Bacharelada em Direito

Faculdade de Petrolina – FACAPE

Kathylin Iandra dos Anjos Cavalcante

Bacharelada em Direito

Faculdade de Petrolina – FACAPE

Maria Eduarda dos Anjos Silva

Bacharelada em Direito

Faculdade de Petrolina – FACAPE

Vívian Iasmim Alves Sobral

Bacharelada em Psicologia

Faculdade de Petrolina – FACAPE

Deise Cristiane do Nascimento

Dra. Ecologia Humana e Gestão Socioambiental – UNEB

Professora Adjunta da Faculdade de Petrolina - FACAPE

RESUMO: Os desafios de efetivar os direitos humanos diante das mudanças climáticas evidenciam a complexa relação entre justiça social, meio ambiente e desenvolvimento sustentável. A intensificação de eventos extremos, as crises ambientais e os deslocamentos populacionais dificultam o acesso a direitos fundamentais, como saúde, moradia, alimentação e água potável. O estudo tem como objetivo analisar de que forma a crise climática afeta a proteção e a realização dos direitos humanos, considerando marcos legal, casos concretos e estratégias de enfrentamento. A metodologia é qualitativa e bibliográfica, com base em relatórios internacionais, legislações e produções acadêmicas selecionadas no banco de dados Google Scholar. O referencial teórico apoia-se nas discussões sobre justiça climática e desenvolvimento sustentável, articulando documentos da ONU e tratados ambientais. Espera-se identificar que as populações mais vulneráveis são as mais afetadas pelos impactos climáticos e que

políticas públicas integradas, associadas à cooperação internacional, fortaleçam a dignidade humana. Nesse sentido, o estudo busca contribuir para o debate sobre a necessidade de uma governança global mais solidária e centrada na equidade.

Palavras-chave: Direitos Humanos. Mudanças Climáticas. Justiça Climática. Desenvolvimento Sustentável. Governança Global.

ABSTRACT: The challenges of realizing human rights in the face of climate change highlight the complex relationship between social justice, the environment, and sustainable development. The intensification of extreme events, environmental crises, and population displacements hinder access to fundamental rights such as health, housing, food, and drinking water. This study aims to analyze how the climate crisis affects the protection and realization of human rights, considering legal frameworks, concrete cases, and coping strategies. The methodology is qualitative and bibliographic, based on international reports, legislation, and academic productions selected from the Google Scholar database. The theoretical framework is based on discussions about climate justice and sustainable development, articulating UN documents and environmental treaties. It is expected to identify that the most vulnerable populations are the most affected by climate impacts and that integrated public policies, associated with international cooperation, strengthen human dignity. In this sense, the study seeks to contribute to the debate on the need for more supportive and equity-centered global governance.

Keywords: Human Rights. Climate Change. Climate Justice. Sustainable Development. Global Governance.

1 INTRODUÇÃO

As mudanças climáticas representam um dos desafios mais complexos e urgentes do século XXI, afetando de maneira profunda o funcionamento social, econômico e jurídico dos países. Seus impactos incluem aumento de desastres naturais, deslocamentos forçados de comunidades, escassez de alimentos e crises de abastecimento de água, que ameaçam a garantia de direitos humanos fundamentais, como o direito à saúde, à moradia, à alimentação adequada e à dignidade (Corte Interamericana de Direitos Humanos, 2025).

De acordo com Medeiros et al. (2013), as mudanças climáticas têm desencadeado problemas ambientais de grande magnitude, cujos impactos se tornam cada vez mais evidentes e abrangentes. Muitos desses fenômenos eram pouco conhecidos, raros ou apresentavam intensidade significativamente menor em décadas anteriores. Com o avanço do aquecimento global e a intensificação dos desequilíbrios climáticos, eventos extremos passaram a ocorrer com maior frequência e força destrutiva.

Entre esses eventos, destacam-se tufões, tornados e furacões, que têm apresentado trajetórias mais imprevisíveis e períodos de formação mais rápidos, dificultando ações preventivas e aumentando o potencial de danos materiais e humanos. A elevação do nível das águas, decorrente do derretimento de geleiras, expansão térmica dos oceanos e alterações nos regimes hídricos, também representa um risco crescente para regiões costeiras e ribeirinhas, provocando erosões, inundações permanentes e perda de territórios.

Outro fator agravante é o acúmulo de resíduos nos ecossistemas, intensificado por eventos climáticos extremos que dispersam lixo urbano, resíduos industriais e materiais tóxicos, contaminando solos, rios e mares. Esses efeitos combinados geram pressões ambientais e sociais profundas, afetando diretamente comunidades inteiras que dependem da estabilidade territorial e climática para sobreviver.

Assim, cresce o número de pessoas obrigadas a abandonar suas casas e territórios, configurando fluxos migratórios forçados que envolvem desde deslocamentos internos até migrações internacionais. Esse processo revela uma nova dimensão da vulnerabilidade humana frente às mudanças climáticas, reafirmando a necessidade de políticas globais de mitigação, adaptação e proteção socioambiental.

Diante disso, o objetivo desse estudo visa analisar de que forma a crise climática afeta a proteção e a efetivação dos direitos humanos, considerando marcos legal, casos concretos e estratégias de enfrentamento.

Para tanto, a presente pesquisa adotou uma abordagem qualitativa e bibliográfica, fundamentada em legislações nacionais, além de produções acadêmicas selecionadas na base de dados Google Scholar. O levantamento do material buscou identificar obras e documentos pertinentes às discussões contemporâneas sobre

emergência climática, proteção ambiental e direitos humanos, seguindo critérios de relevância temática, atualidade e rigor científico, com ênfase em publicações que dialogam com a justiça climática e a formulação de políticas de sustentabilidade.

A análise contemplou obras doutrinárias, tratados internacionais e documentos institucionais, como a Agenda 2030 da ONU, com o objetivo de compreender de que maneira as mudanças climáticas interferem na efetivação dos direitos humanos e como a governança global pode promover justiça climática e sustentabilidade. Assim, a pesquisa propõe uma leitura crítica da relação entre meio ambiente e direitos humanos.

Sendo assim, o tema se justifica diante das graves consequências desse fenômeno, que se mostram altamente prejudiciais, tornando inviável a sobrevivência e a subsistência de inúmeras comunidades que permanecem em suas regiões de origem, ao mesmo tempo em que alteram drasticamente seus modos de vida. Essa situação configura severas violações de direitos humanos, pois compromete o acesso à moradia, à alimentação, à segurança, à proteção e à dignidade.

Apesar da relevância contemporânea do tema e do aumento de casos de deslocamento forçado por razões ambientais, ainda persistem lacunas significativas no ordenamento jurídico internacional e nacional, o que evidencia a necessidade urgente de avanços normativos e da formulação de políticas específicas para a proteção dessas populações.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, aprovada pela Assembleia Geral das Nações Unidas em 2015, constitui um pacto global firmado por 193 países com o objetivo de orientar políticas públicas, ações governamentais e iniciativas sociais rumo ao desenvolvimento sustentável. Ela representa um marco internacional ao integrar, pela primeira vez, as dimensões econômica, social, ambiental e institucional do desenvolvimento, reconhecendo que tais dimensões são interdependentes e devem ser tratadas de maneira articulada (ONU, 2015).

O documento é estruturado em 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e 169 metas, que englobam desafios como erradicação da pobreza, igualdade de gênero, educação de qualidade, redução das desigualdades, crescimento econômico inclusivo, consumo responsável, proteção dos ecossistemas e mitigação das mudanças climáticas.

Seus propósitos centrais incluem promover justiça social e ambiental; assegurar o uso sustentável dos recursos naturais; enfrentar a emergência climática; fortalecer instituições democráticas; garantir os direitos humanos e a dignidade das populações; e construir sociedades resilientes e sustentáveis.

Dentre os ODS diretamente relacionados à temática ambiental e climática, destacam-se o ODS 6 (Água Potável e Saneamento), ODS 11 (Cidades e Comunidades Sustentáveis), ODS 13 (Ação Contra a Mudança Global do Clima), ODS 14 (Vida na Água) e ODS 15 (Vida Terrestre). Esses objetivos reforçam a responsabilidade dos Estados em prevenir danos ambientais, promover adaptação climática, proteger ecossistemas e garantir condições mínimas de existência digna para todas as pessoas (ONU, 2015).

Nesse contexto, as mudanças climáticas interferem na efetivação dos direitos humanos, especialmente porque afetam diretamente territórios, recursos naturais, cadeias produtivas e a própria sobrevivência das populações mais vulneráveis. A governança global, composta por tratados internacionais, organizações multilaterais, marcos normativos e políticas de cooperação, desempenha papel essencial na promoção da justiça climática e da sustentabilidade, ao buscar reduzir desigualdades, ampliar a resiliência social e garantir mecanismos de proteção a grupos afetados por eventos extremos.

Queiroz, Garcia e Del Lama (2019) aprofundam essa discussão ao demonstrar que existe um processo crescente de mobilidade humana motivado por desastres naturais, degradação ambiental, intensificação da poluição, aquecimento global, redução da camada de ozônio e agravamento do efeito estufa.

Esse conjunto de fatores tem sido compreendido pela literatura especializada como deslocamento ambiental, categoria que engloba indivíduos e grupos obrigados a migrar devido à deterioração das condições mínimas de permanência em seus territórios.

Esses deslocamentos evidenciam que a crise climática não apenas altera o meio ambiente, mas também compromete direitos sociais, econômicos e culturais, criando situações de extrema vulnerabilidade humana.

Esses deslocamentos ambientais, muitas vezes invisibilizados pelos sistemas jurídicos nacionais e internacionais, demonstram que a crise climática é, simultaneamente, ambiental, social e humanitária. Ao perder sua moradia, seu território, suas fontes de renda e sua identidade cultural, milhares de pessoas enfrentam violações diretas de direitos como saúde, segurança, alimentação, trabalho e dignidade.

Assim, tais deslocamentos não devem ser interpretados como fenômenos naturais inevitáveis, mas como consequências de um modelo de desenvolvimento predatório que intensifica desigualdades e compromete o bem-estar humano.

Sarlet (2010) e Piovesan (2005) enfatizam que a dignidade da pessoa humana é o fundamento de todos os direitos e que sua concretização depende de condições ambientais equilibradas. A degradação climática, portanto, não representa apenas uma ameaça ecológica, mas constitui uma violação direta aos direitos humanos, na medida em que compromete o acesso à moradia segura, à água potável, ao saneamento básico, à alimentação adequada, ao trabalho digno, à proteção social e à própria sobrevivência. Dessa forma, a proteção ambiental e a defesa dos direitos humanos tornam-se dimensões indissociáveis dentro da governança climática contemporânea.

Sob essa ótica, a governança global tem buscado desenvolver mecanismos de responsabilização, cooperação internacional e elaboração de políticas de adaptação e mitigação que possam reduzir o impacto das mudanças climáticas e proteger populações vulneráveis. No entanto, apesar dos avanços, ainda existem lacunas significativas na proteção jurídica das pessoas deslocadas por motivos ambientais, o que evidencia a necessidade de criação de instrumentos legais específicos, políticas públicas inclusivas e fortalecimento das estratégias previstas na Agenda 2030.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Essa perspectiva dialoga diretamente com a concepção de justiça climática, que busca corrigir as desigualdades estruturais resultantes da crise ambiental. Os resultados demonstram que os países mais vulneráveis, em especial aqueles situados no Sul Global, continuam sendo os mais afetados por eventos climáticos extremos, insegurança hídrica, perdas agrícolas, aumento do nível do mar e deslocamentos populacionais. Conforme destaca Pereira (2025), esses países, apesar de historicamente terem contribuído menos para a emissão de gases de efeito estufa, enfrentam os impactos mais severos do aquecimento global, o que evidencia uma disparidade profunda entre responsabilidade e consequências.

Essa assimetria reforça a urgência de políticas internacionais baseadas no princípio das responsabilidades comuns, porém diferenciadas, estabelecido pela Convenção-Quadro da ONU sobre Mudança do Clima (1992). Na análise dos dados, verificou-se que esse princípio, embora amplamente reconhecido, ainda encontra dificuldades de operacionalização. Países desenvolvidos têm adotado medidas insuficientes de financiamento climático, transferência de tecnologia e apoio à adaptação de comunidades vulneráveis. Como consequência, a desigualdade ambiental se mantém e amplia vulnerabilidades já existentes.

Os resultados apontam, ainda, que mesmo com avanços normativos relevantes, como o Acordo de Paris (2015) e a Agenda 2030, a implementação prática dos compromissos climáticos é limitada. Costa (2025) argumenta que há um verdadeiro “vazio normativo” entre o que os Estados prometem em fóruns multilaterais e o que efetivamente executam em âmbito interno. Esse distanciamento ficou evidente na análise das políticas nacionais de adaptação e mitigação, que, em muitos casos, permanecem fragmentadas, subfinanciadas e desconectadas de realidades locais.

Além disso, os resultados revelam que essa lacuna normativa é agravada pela tensão permanente entre soberania estatal e cooperação internacional. Enquanto os desafios climáticos exigem soluções globais integradas, muitos países priorizam interesses econômicos imediatos, retardando a adoção de metas mais ambiciosas de redução de emissões. Esse comportamento compromete a eficiência da governança climática internacional e fragiliza a implementação dos Objetivos de Desenvolvimento

Sustentável (ODS), especialmente os ODS 11 (Cidades Sustentáveis), ODS 13 (Ação Climática), ODS 14 e 15 (Vida na Água e Vida Terrestre).

Assim, os resultados mostram que a justiça climática depende não apenas de marcos normativos, mas de mecanismos efetivos de cumprimento, monitoramento contínuo, financiamento adequado e cooperação internacional vinculante. Sem superar o hiato entre discurso e prática, os compromissos globais correm o risco de se tornarem declarações simbólicas, incapazes de promover proteção ambiental, garantir direitos humanos e evitar que milhões de pessoas continuem sendo desproporcionalmente afetadas pelos efeitos da crise climática.

4 O CASO DO BRASIL

No contexto brasileiro, a Constituição Federal de 1988 reconhece explicitamente o meio ambiente ecologicamente equilibrado como um direito fundamental de todos e um dever do Poder Público e da coletividade (art. 225). Trata-se de um dos marcos constitucionais mais avançados do mundo no que se refere à proteção ambiental, ao incorporar a dimensão ecológica como fundamento da própria dignidade humana e condição para o exercício pleno dos direitos fundamentais. No entanto, apesar da robustez do texto constitucional, a concretização prática desse direito tem enfrentado desafios persistentes, decorrentes de fragilidades estruturais na formulação, execução e continuidade de políticas públicas ambientais.

A efetivação desse direito depende, sobretudo, de três pilares essenciais: políticas públicas eficazes, fiscalização ambiental ativa e participação social qualificada. A análise dos dados evidencia que falhas nesses pilares resultam em consequências diretas e graves, especialmente para populações vulneráveis. Regiões atingidas por enchentes recorrentes, secas prolongadas, queimadas, desmatamento ilegal e poluição industrial são as que mais sofrem violações de direitos sociais, como moradia adequada, segurança alimentar, trabalho digno, acesso à água potável e saúde pública.

Os casos recentes de desastres ambientais, como as enchentes no Rio Grande do Sul, os deslizamentos em Petrópolis, a estiagem prolongada no Nordeste, a contaminação

de rios por mineração em Minas Gerais e Pará e o avanço do desmatamento na Amazônia e no Cerrado, demonstram que a crise climática tem impacto direto no cotidiano das populações brasileiras.

Esses desastres não apenas destroem infraestrutura e territórios, mas provocam deslocamentos internos, perda de meios de subsistência, ruptura de vínculos comunitários e aumento da vulnerabilidade socioeconômica. Assim, a emergência climática no Brasil adquire contornos de crise humanitária silenciosa, que se repete anualmente sem respostas governamentais estruturais e duradouras (Miranda, 2025).

Outro elemento importante identificado nos resultados é a profunda desigualdade socioambiental no país. As populações mais pobres, negras, indígenas e ribeirinhas estão desproporcionalmente expostas aos efeitos adversos das mudanças climáticas. Elas vivem em áreas de risco, dependem diretamente dos recursos naturais e possuem menor acesso a serviços públicos de qualidade, o que evidencia uma sobreposição entre vulnerabilidade social e ambiental. Esse cenário revela que a questão climática no Brasil não pode ser desvinculada de debates sobre direitos humanos, justiça ambiental e combate às desigualdades históricas.

A ausência de políticas contínuas de prevenção, adaptação e mitigação agrava ainda mais essa situação. A instabilidade institucional na área ambiental, marcada por oscilações políticas, desmontes de órgãos fiscalizadores, como o IBAMA e o ICMBio, e cortes orçamentários, dificulta o combate efetivo ao desmatamento ilegal, às queimadas e à ocupação irregular de áreas protegidas.

Em muitos casos, a fiscalização ambiental é pontual, insuficiente ou politicamente fragilizada, o que favorece a expansão de atividades predatórias e impede a implementação consistente dos compromissos climáticos assumidos pelo Brasil internacionalmente.

Os dados analisados demonstram, portanto, que a proteção ambiental e a promoção dos direitos humanos no Brasil são dimensões inseparáveis. A degradação ambiental significa também a violação da dignidade humana, pois compromete condições essenciais para a vida. Dessa forma, enfrentar os impactos das mudanças climáticas no contexto brasileiro requer a integração de respostas locais, regionais e

globais, fundamentadas nos princípios da justiça intergeracional, da solidariedade entre os povos e da responsabilidade compartilhada.

Para que o país avance na efetivação dos direitos humanos em meio à crise climática, torna-se indispensável fortalecer políticas públicas ambientais contínuas, investir em adaptação climática, ampliar a participação social, assegurar o respeito aos territórios tradicionais e implementar mecanismos eficientes de prevenção a desastres. Além disso, é necessário alinhar as ações nacionais aos compromissos assumidos pelo Brasil no Acordo de Paris e na Agenda 2030, de modo a construir um modelo de desenvolvimento sustentável que preserve a vida, proteja ecossistemas e garanta dignidade às futuras gerações.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As mudanças climáticas impõem ao Direito Internacional e às políticas públicas um desafio ético e jurídico: garantir a vida digna em um planeta sustentável. A efetivação dos direitos humanos está diretamente vinculada à proteção ambiental, sendo o meio ambiente ecologicamente equilibrado um requisito essencial para a realização da dignidade humana.

O estudo demonstrou que os esforços globais para mitigar os efeitos da crise climática ainda são insuficientes, e que a falta de cooperação entre os Estados impede o avanço de uma governança global verdadeiramente solidária. Assim, é indispensável o fortalecimento de mecanismos jurídicos internacionais, o investimento em educação ambiental e o comprometimento político dos governos para implementar ações efetivas.

Promover a justiça climática significa reconhecer que a crise ambiental é também uma crise de direitos humanos. A sustentabilidade, nesse contexto, deve ser entendida como um dever coletivo, intergeracional e ético, que transcende fronteiras e assegura às futuras gerações o direito de existir com dignidade.

REFERÊNCIAS

BRASIL. [Constituição (1988)]. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF: Presidência da República. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm. Acesso em: dia mês abreviado. ano.

CORTE INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS. **Parecer Consultivo n. PC-32/25**, de 29 maio 2025. Solicitado pela República do Chile e pela República da Colômbia. Emergência climática e direitos humanos.

COSTA, Márcio Valério Alves da. **Direito Internacional Climático, Direitos Humanos e o Pensamento Jurídico Crítico**. In: ALVES, Angela Limongi;

MEDEIROS, Marcelo Brilhante et al. Redução de incertezas em análise de vulnerabilidade às mudanças climáticas para *Dicksonia sellowiana*. **Pesquisa Florestal Brasileira**, v. 33, n. 75, p. 299-308, 2013.

MIRANDA, Caleb Matheus Ribeiro. MEIO-AMBIENTE COMO PILAR DA EFETIVIDADE DO PRINCÍPIO DA DIGNIDADE HUMANA. **DIREITO INTERNACIONAL DO SÉCULO XXI**, p. 11, 2025.

ONU. **Transformando nosso mundo: a Agenda 2030 para o desenvolvimento sustentável**. Nova York: Organização das Nações Unidas, 2015.

PEREIRA, Álvaro Oliveira da Silva. **DIREITOS HUMANOS, EDUCAÇÃO E SUSTENTABILIDADE: AS MUDANÇAS CLIMÁTICAS COMO DESAFIO AO MUNDO ATUAL**. **DIREITO INTERNACIONAL DO SÉCULO XXI**, p. 105, 2025.

PIOVESAN, Flávia. **Direitos Humanos e Justiça Internacional**. São Paulo: Saraiva 2005.

QUEIROZ, Debora Silva; GARCIA, Maria da Glória Motta; DEL LAMA, Eliane A. Desafios para a avaliação de locais de interesse geológico em áreas urbanizadas: Baixada Santista, Litoral do Estado de São Paulo. **Anuário do Instituto de Geociências**, v. 42, p. 129-144, 2019.

SARLET, Ingo Wolfgang. **Dignidade da Pessoa Humana e Direitos Fundamentais na Constituição Federal de 1988**. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2010.

DESENVOLVIMENTO AGROINDUSTRIAL E IMPACTOS SOCIOAMBIENTAIS EM MIRITITUBA – PA

Nádia da Costa Sousa

Bacharelada em Engenharia de Alimentos
Universidade do Estado do Pará – UEPA

Rosania Reis da Costa

Bacharelada em Engenharia de Alimentos
Universidade do Estado do Pará – UEPA

Santo

Diego Aires da Silva

Professor Orientador

Doutor em Ciência e Tecnologia de Alimentos
Universidade do Estado do Pará – UEPA

RESUMO: O desenvolvimento agroindustrial brasileiro tem se expandido fortemente na região amazônica, impulsionado pela produção e exportação de soja e pela criação de corredores logísticos como o Arco Norte. Nesse cenário, o distrito de Miritituba, em Itaituba (PA), consolidou-se como polo estratégico de escoamento de grãos a partir da instalação das Estações de Transbordo de Cargas (ETCs), gerando novas oportunidades econômicas e desafios socioambientais. Este estudo tem como objetivo analisar os impactos da expansão agroindustrial em Miritituba, identificando os efeitos econômicos, sociais e ambientais decorrentes da implantação das ETCs e suas implicações para o desenvolvimento sustentável. A pesquisa adota abordagem mista, combinando dados quantitativos e qualitativos obtidos por meio de formulários semiestruturados aplicados a 43 participantes, entre moradores, agricultores e pequenos empreendedores, no período de janeiro a março de 2024. As informações foram tratadas por estatísticas descritivas e análise de conteúdo temática, conforme Minayo (2014) e Sousa e Santos (2020). Os resultados indicam que, embora a expansão agroindustrial tenha estimulado o comércio, o emprego e a valorização imobiliária, também provocou aumento do custo de vida, especulação fundiária e pressão sobre os serviços públicos. Do ponto de vista ambiental, observou-se maior poluição fluvial e degradação das margens do rio Tapajós, em consonância com estudos do IPAM (2022) e do INESC (2023). Conclui-se que o modelo de crescimento de Miritituba reproduz o paradoxo do desenvolvimento amazônico, combinando prosperidade econômica e vulnerabilidade socioambiental. O estudo recomenda a criação de um Plano de Desenvolvimento Urbano Sustentável com foco em

infraestrutura, educação ambiental e governança participativa, alinhado aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da Agenda 2030 da ONU.

Palavras-chave: Agroindústria. Logística Amazônica. Sustentabilidade. Desenvolvimento Regional.

ABSTRACT: Brazilian agroindustrial development has been rapidly expanding across the Amazon region, driven by soybean production and export logistics through corridors such as the Northern Arc. In this context, the district of Miritituba, in Itaituba (PA), has become a strategic hub for grain transportation with the installation of Cargo Transshipment Stations (ETCs), generating new economic opportunities but also significant social and environmental challenges. This study aims to analyze the impacts of agroindustrial expansion in Miritituba, identifying the economic, social, and environmental effects associated with the implementation of ETCs and their implications for sustainable development. The research follows a mixed-method approach, combining quantitative and qualitative data collected through semi-structured questionnaires applied to 43 participants, including residents, small farmers, and local entrepreneurs, between January and March 2024. The data were analyzed using descriptive statistics and thematic content analysis, according to Minayo (2014) and Sousa e Santos (2020). Results indicate that, while agroindustrial expansion has stimulated commerce, employment, and real estate appreciation, it has also intensified the cost of living, land speculation, and pressure on urban infrastructure. From an environmental perspective, participants reported increased river pollution and degradation of the Tapajós River margins, consistent with findings from IPAM (2022) and INESC (2023). The study concludes that Miritituba's growth model reproduces the paradox of Amazonian development, combining economic prosperity with socio-environmental vulnerability. It recommends establishing a Sustainable Urban Development Plan focused on infrastructure, environmental education, and participatory governance, aligned with the Sustainable Development Goals (SDGs) of the United Nations 2030 Agenda.

Keywords: Agroindustry. Amazon Logistics. Sustainability. Regional Development.

1 INTRODUÇÃO

A agricultura e o agronegócio configuram-se como pilares centrais da economia brasileira, responsáveis por expressiva parcela do Produto Interno Bruto e da pauta

exportadora. Entre os produtos de maior relevância, a soja se destaca como principal cultura de exportação e elemento estratégico nas cadeias globais de alimentos. De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2022), a área plantada nacional alcançou 41,1 milhões de hectares, consolidando o país como o maior exportador mundial do grão. Entretanto, a predominância do modal rodoviário, aliada à carência de infraestrutura de transporte intermodal, ainda impõe barreiras logísticas significativas (Gadelha, 2023).

Nesse contexto, a criação do Projeto Arco Norte Amazônia (PANA) e a consolidação do Corredor Logístico Norte têm sido apresentadas como alternativas estratégicas para descentralizar o escoamento da produção agrícola e reduzir custos de exportação. A partir de 2010, o distrito de Miritituba, no município de Itaituba (PA), tornou-se um dos principais polos logísticos desse corredor, recebendo grandes investimentos para instalação de Estações de Transbordo de Cargas (ETCs) destinadas à exportação de grãos provenientes do Centro-Oeste (Barros, 2019; Rodrigues; Rodrigues, 2016).

Estudos recentes confirmam que a expansão das ETCs no eixo do Tapajós redefiniu a geografia logística da Amazônia, conectando áreas produtoras de soja do Mato Grosso aos portos de exportação fluviais do Pará (Barros, 2024). De acordo com o USDA Agricultural Marketing Service (2022), o volume de soja transportado pelo Arco Norte dobrou entre 2017 e 2022, evidenciando o papel crescente da região nas exportações brasileiras. A plataforma TRASE (2024) reforça essa tendência ao mostrar que a infraestrutura portuária amazônica, embora reduza custos de transporte, também está associada à intensificação de desmatamentos indiretos e conflitos fundiários nas áreas de expansão agroindustrial.

Por outro lado, organizações e centros de pesquisa, como o Instituto de Estudos Socioeconômicos (INESC), têm alertado para os riscos sociais e ambientais desse modelo de crescimento, destacando a pressão sobre os recursos locais, o aumento da especulação fundiária e os impactos sobre comunidades ribeirinhas (INESC, 2023). Essa situação reflete o que Rodrigues (2018) e Viana (2020) denominam de “paradoxo do desenvolvimento amazônico”, caracterizado pela coexistência de prosperidade

econômica e vulnerabilidade socioambiental. Estudos recentes corroboram essa visão, demonstrando que a expansão agroindustrial na Amazônia ocorre em um contexto de corporatização do território e intensificação de conflitos socioambientais (Rodrigues; Nahum, 2023).

Diante desse cenário, torna-se essencial compreender de forma integrada os efeitos econômicos, sociais e ambientais decorrentes da expansão agroindustrial e portuária em Miritituba. Assim, este artigo tem como objetivo analisar os impactos socioambientais e econômicos associados à implantação das Estações de Transbordo de Cargas, identificando os desafios e as oportunidades locais. Ao articular dados empíricos e discussões teóricas recentes, busca-se contribuir com subsídios técnicos e científicos para o planejamento sustentável do desenvolvimento regional na Amazônia.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

O desenvolvimento agroindustrial brasileiro tem sido objeto de intensos debates nas últimas décadas, sobretudo pela sua relação com a reestruturação territorial e a geração de desigualdades regionais. A agroindústria, ao mesmo tempo em que representa um vetor de crescimento econômico e modernização tecnológica, também acentua a concentração fundiária e as pressões sobre os ecossistemas amazônicos (Delgado, 2019; Weihs, 2020).

A literatura recente aponta que o avanço da fronteira agrícola para o Norte do país, impulsionado pela demanda global de commodities, vem sendo viabilizado por novos arranjos logísticos e pela ampliação de corredores intermodais de exportação. Essa reconfiguração territorial está associada ao Corredor Logístico Norte, que integra áreas produtoras do Mato Grosso aos terminais fluviais de Santarém, Itaituba e Barcarena (Barros, 2019; Barros, 2024). O Arco Norte responde atualmente por cerca de 40% do escoamento nacional de grãos, tornando-se fundamental para a competitividade brasileira no comércio internacional (TRASE, 2024; USDA, 2022).

Contudo, essa expansão logística também tem suscitado discussões sobre seus efeitos sociais e ambientais. Pesquisas de Gadelha (2023) e Pereira e De Castro (2022)

mostram que, apesar da geração de emprego e renda, o crescimento acelerado da infraestrutura portuária e rodoviária tem provocado pressão sobre os serviços públicos, especulação imobiliária e aumento da vulnerabilidade das populações locais. Essa realidade é descrita por Viana (2020) como parte de um processo de “desenvolvimento seletivo”, no qual os benefícios econômicos são apropriados por grandes agentes empresariais, enquanto os custos ambientais e sociais recaem sobre as comunidades tradicionais.

Na Amazônia, o processo de territorialização do agronegócio implica uma série de transformações estruturais, incluindo a mudança no uso da terra, o deslocamento de pequenos produtores e a alteração das dinâmicas culturais (Dourado; Costa; Carvalho, 2024). Conforme argumenta Brito (2022), o modelo de expansão agroindustrial baseado em grandes empreendimentos logísticos tende a gerar dependência externa e fragilidade local, caso não seja acompanhado por políticas públicas de sustentabilidade e inclusão produtiva.

Além disso, estudos como o de Souza e Silva (2023) e o relatório do Instituto de Estudos Socioeconômicos (INESC, 2023) enfatizam que o Arco Norte deve ser compreendido não apenas como infraestrutura física, mas como um sistema sociotécnico que redefine relações de poder, redistribui recursos e cria novas zonas de conflito socioambiental. Tais análises dialogam com a perspectiva de governança territorial sustentável, que propõe articulação entre desenvolvimento econômico, justiça social e proteção ecológica (Espírito Santo, 2024; Franco; Lima; Monteiro, 2021).

No campo da sustentabilidade empresarial, autores como Vieira e Fernandes (2021) defendem que o desempenho socioambiental das empresas logísticas tornou-se fator competitivo e requisito ético para a manutenção das licenças sociais de operação. Pesquisas internacionais recentes também reforçam a urgência de incorporar critérios de sustentabilidade nas cadeias de valor da soja, destacando que os gargalos logísticos e ambientais do Brasil repercutem globalmente (Schneider et al., 2024; Silva et al., 2025). O fortalecimento de práticas de governança e responsabilidade social corporativa é, portanto, um componente indispensável do desenvolvimento regional sustentável, especialmente em contextos ambientalmente sensíveis como o da Amazônia.

Dessa forma, o referencial teórico que sustenta este estudo parte da concepção de que o desenvolvimento agroindustrial amazônico é multidimensional, envolvendo não apenas a lógica produtiva e logística, mas também as dimensões sociais, ambientais e culturais do território. Compreender a complexidade dessa interação é fundamental para delinear estratégias que conciliem eficiência econômica, inclusão social e conservação ambiental — pilares essenciais da sustentabilidade contemporânea.

3 METODOLOGIA

A pesquisa foi desenvolvida a partir de uma abordagem mista (quantitativa e qualitativa), fundamentada no paradigma interpretativo e na análise empírica de campo. Essa escolha metodológica permitiu compreender não apenas os indicadores socioeconômicos objetivos, mas também as percepções e experiências subjetivas dos moradores, agricultores e empreendedores de Miritituba. Conforme defendem Creswell e Plano Clark (2021), a integração entre métodos quantitativos e qualitativos amplia o potencial explicativo da pesquisa, ao possibilitar a triangulação de dados e a análise de múltiplas dimensões de um mesmo fenômeno.

3.1 PROCEDIMENTO DE COLETA DE DADOS

A coleta de dados foi realizada por meio de formulários semiestruturados, contendo perguntas abertas e fechadas, aplicados entre janeiro e março de 2024. O instrumento contemplou dimensões relacionadas à infraestrutura urbana, geração de emprego e renda, qualidade de vida, inclusão social e percepções sobre os impactos ambientais decorrentes da instalação das Estações de Transbordo de Cargas (ETCs).

A amostra foi intencional, composta por 43 participantes — incluindo moradores de áreas ribeirinhas, pequenos empreendedores e agricultores familiares —, de modo a representar diferentes segmentos afetados pela expansão agroindustrial. A seleção seguiu o princípio da diversidade de perspectivas, fundamental para pesquisas de caráter socioambiental (Flick, 2023).

3.2 TRATAMENTO E ANÁLISE DOS DADOS

As respostas às perguntas fechadas foram organizadas e analisadas de forma descritiva e inferencial, utilizando estatísticas simples (frequências e percentuais) para identificar tendências e padrões de percepção. Os dados qualitativos provenientes das perguntas abertas foram examinados por meio da análise de conteúdo temática, conforme a metodologia proposta por Bardin (2011) e atualizada por Sousa e Santos (2020), que preconiza a codificação das falas em categorias analíticas, permitindo a identificação de recorrências e significados.

Além disso, adotou-se o princípio da triangulação metodológica, combinando fontes e técnicas distintas (Minayo, 2014), com o objetivo de aumentar a validade interna dos resultados e reduzir possíveis vieses de interpretação. Essa estratégia é especialmente recomendada em estudos sobre desenvolvimento e sustentabilidade, nos quais variáveis econômicas, sociais e ambientais interagem de forma complexa.

Os resultados foram interpretados à luz da literatura teórica e empírica revisada, buscando convergências e divergências entre as percepções dos sujeitos pesquisados e os dados secundários sobre o corredor logístico de Miritituba. O enfoque empírico, sustentado por procedimentos éticos e pela confidencialidade dos participantes, visa garantir a credibilidade e a relevância social do estudo, em consonância com os princípios de pesquisa responsável estabelecidos pela Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ambiente e Sociedade (ANPPAS, 2023).

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os resultados obtidos revelam um cenário de transformações intensas no distrito de Miritituba em função da expansão agroindustrial e da instalação das Estações de Transbordo de Cargas (ETCs). O crescimento das operações logísticas impulsionou o dinamismo econômico local, com aumento de empregos diretos e indiretos, ampliação do comércio e valorização imobiliária. No entanto, tais benefícios coexistem com

desafios estruturais relacionados à infraestrutura, à desigualdade social e à pressão ambiental — o que evidencia a dualidade do desenvolvimento regional na Amazônia.

4.1 EFEITOS ECONÔMICOS E SOCIAIS

Do ponto de vista econômico, os entrevistados relataram percepção positiva sobre o aumento da oferta de trabalho e o fortalecimento do setor de serviços. Estudos recentes confirmam que a chegada das ETCs ao eixo do Tapajós contribuiu para dinamizar o mercado local, especialmente nos ramos de transporte, hospedagem, alimentação e manutenção de equipamentos (Barros, 2024; Souza; Silva, 2023). Contudo, a rápida urbanização não foi acompanhada de investimentos públicos proporcionais, resultando em infraestrutura precária, deficiências em saneamento básico e aumento do custo de vida.

Esses resultados convergem com os achados de Gadelha (2023), que apontam o crescimento desordenado das cidades amazônicas com vocação portuária como um dos principais riscos à sustentabilidade regional. Em Miritituba, moradores e pequenos empreendedores relataram que a expansão do agronegócio elevou os preços de imóveis e aluguéis, dificultando o acesso à moradia popular — fenômeno semelhante ao observado em Barcarena e Santarém (Brito, 2022; Vidal; Dos Santos, 2022).

Além disso, verificou-se a redução progressiva da agricultura familiar e da pesca artesanal, atividades historicamente ligadas à subsistência das comunidades ribeirinhas. Dourado, Costa e Carvalho (2024) destacam que a aquisição de áreas ribeirinhas por grandes corporações tem provocado migração rural-urbana e fragmentação social. Tal processo reflete o padrão identificado por Weihs (2020) e Pereira e De Castro (2022), segundo o qual pequenos produtores e agricultores familiares são pressionados pela expansão de empreendimentos logísticos e pela concentração de capital agrícola.

4.2 IMPACTOS AMBIENTAIS E DESAFIOS DE SUSTENTABILIDADE

Os dados coletados também indicam preocupações recorrentes com a degradação ambiental. Entre os respondentes, 71% afirmaram perceber aumento da poluição fluvial e sonora, além de maior deposição de resíduos sólidos nas margens do rio Tapajós. Tais percepções encontram respaldo em estudos técnicos sobre o corredor logístico do Arco Norte, que apontam a intensificação de riscos ecológicos e de perda de biodiversidade nas áreas de influência portuária (INESC, 2023; Lopes et al., 2023; TRASE, 2024).

Segundo o Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia (IPAM, 2022), o avanço do transporte de grãos pelo eixo Tapajós-Amazônia tem contribuído para o incremento indireto do desmatamento, sobretudo nas zonas de acesso às rodovias BR-163 e Transamazônica. Esse padrão também foi identificado por Fearnside (2021), que alerta para a ausência de mecanismos eficazes de compensação ambiental e monitoramento participativo nas políticas de logística fluvial. Esse padrão também foi identificado em análises de viabilidade logística regional, que demonstram o desequilíbrio entre ganhos econômicos e sustentabilidade ambiental (Hage Neto et al., 2024).

Ainda que o setor privado tenha introduzido iniciativas de mitigação ambiental, como programas de reflorestamento e capacitação em gestão ambiental promovidos pela Associação dos Terminais Portuários e Estações de Transbordo da Bacia Amazônica (AMPORT), as ações ainda são pontuais e carecem de integração com políticas públicas locais. Conforme apontam Vieira e Fernandes (2021), a responsabilidade socioambiental empresarial só se torna efetiva quando vinculada a sistemas de governança transparentes e participativos.

4.3 PARTICIPAÇÃO SOCIAL E GOVERNANÇA LOCAL

Um dos achados mais relevantes da pesquisa diz respeito à baixa participação comunitária nas decisões sobre o uso do território. A maioria dos entrevistados relatou ausência de consultas públicas ou de diálogo direto entre empresas e moradores antes da instalação das ETCs. Essa percepção corrobora os apontamentos de Franco, Lima e Monteiro (2021), que defendem a necessidade de fortalecer os mecanismos de governança territorial como condição para o equilíbrio entre desenvolvimento e sustentabilidade.

Organizações locais e movimentos sociais vêm desempenhando papel importante na defesa de direitos e na construção de alternativas sustentáveis. Entidades sem fins lucrativos, como associações comunitárias e grupos de economia solidária, têm atuado para promover o diálogo entre empresas, poder público e população. Entretanto, conforme argumenta Viana (2020), a consolidação de processos participativos ainda é limitada pela assimetria de poder entre grandes agentes econômicos e comunidades tradicionais.

De forma geral, a análise evidencia que o modelo de crescimento em Miritituba é economicamente eficiente, mas social e ambientalmente vulnerável. Essa constatação reforça a necessidade de planejar o desenvolvimento amazônico sob uma perspectiva sistêmica e inclusiva, articulando planejamento urbano, políticas ambientais e fortalecimento das capacidades locais — diretrizes alinhadas aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS 8, 11, 13 e 15) da Agenda 2030 da ONU.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo sobre os impactos da expansão agroindustrial em Miritituba evidencia um processo complexo, marcado por avanços econômicos e desafios socioambientais persistentes. A instalação das Estações de Transbordo de Cargas (ETCs) consolidou o distrito como um importante nó logístico do Corredor Norte, fortalecendo a economia regional e ampliando as oportunidades de emprego. No entanto, os resultados revelam que esse crescimento tem ocorrido de maneira assimétrica, reproduzindo desigualdades sociais e fragilidades ambientais já observadas em outros polos amazônicos, como Santarém e Barcarena.

Os dados empíricos e as evidências bibliográficas demonstram que a infraestrutura urbana local não acompanhou o ritmo da expansão portuária, gerando sobrecarga em serviços essenciais como saneamento, transporte e habitação. Esse cenário confirma o que afirmam Brito (2022) e Souza e Silva (2023): o desenvolvimento logístico, quando conduzido sem planejamento integrado, tende a gerar dependência econômica e vulnerabilidade social.

Para que o desenvolvimento agroindustrial em Miritituba ocorra de forma sustentável, é fundamental a articulação entre políticas públicas, governança territorial e participação comunitária. A literatura recente sobre sustentabilidade na Amazônia reforça a importância da cooperação entre governo, empresas e sociedade civil, de modo a construir instrumentos de gestão participativa e transparência socioambiental (Franco; Lima; Monteiro, 2021; Vieira; Fernandes, 2021).

Propõe-se, portanto, a elaboração de um Plano de Desenvolvimento Urbano Sustentável para Miritituba, com diretrizes baseadas em três eixos principais:

1. Infraestrutura e ordenamento urbano – investimento em pavimentação, saneamento básico e mobilidade sustentável, com foco em mitigar os efeitos da expansão desordenada.
2. Educação e capacitação técnica – ampliação dos programas de formação profissional e ambiental para trabalhadores locais, fortalecendo a empregabilidade e a consciência socioambiental.
3. Governança e monitoramento ambiental – criação de um fórum permanente de diálogo entre empresas, poder público e comunidades, voltado ao acompanhamento dos impactos e à formulação de políticas compensatórias.

Essas medidas estão alinhadas aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS 8, 9, 11 e 15) da Agenda 2030 da ONU, que enfatizam o crescimento econômico inclusivo, a inovação em infraestrutura e a proteção dos ecossistemas terrestres. Sua aplicação poderá transformar o atual modelo de exploração em um modelo de desenvolvimento territorial sustentável, capaz de conciliar eficiência produtiva, justiça social e preservação ambiental.

Conclui-se, assim, que o desafio não reside apenas em conter os impactos do agronegócio, mas em redefinir as bases de sua integração com o território amazônico, promovendo uma economia que valorize o conhecimento local, a diversidade socioambiental e o uso equilibrado dos recursos naturais. O caso de Miritituba oferece uma oportunidade ímpar para repensar as estratégias de desenvolvimento regional na

Amazônia, reforçando a necessidade de políticas públicas que priorizem a sustentabilidade como eixo estruturante do futuro econômico brasileiro.

REFERÊNCIAS

- ANPPAS – Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ambiente e Sociedade. **Diretrizes Éticas para Pesquisas em Campo com Comunidades Tradicionais**. Brasília, 2023.
- BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.
- BARROS, Márcio Júnior Benassuly. De Agrovila a Nó Logístico do Agronegócio na Amazônia: o caso de Miritituba, Itaituba, Pará. **Geosul**, v.34, n.71- Dossiê Agronegócios no Brasil, p. 382-406, Florianópolis, Abril. 2019. Disponível em: <http://doi.org/10.5007/1982-5153.2019v34n71p382>.
- BARROS, Márcio Júnior Benassuly. Dinâmica dos portos graneleiros da soja na Amazônia brasileira: o caso de Santarém e Itaituba. **Boletim Goiano de Geografia**, v.44, n.1, p. 1-25, 2024. DOI: 10.5216/bgg.v44i1.78902.
- BRITO, Ana Cláudia. Agronegócio e reconfiguração territorial na Amazônia: desafios à sustentabilidade local. **Revista Sociedade & Território**, v.34, n.2, p.45-68, 2022.
- CRESWELL, John W.; PLANO CLARK, Vicki L. **Designing and Conducting Mixed Methods Research**. 3rd ed. Thousand Oaks: Sage Publications, 2021.
- DELGADO, Guilherme Costa. **Do capital financeiro na agricultura à economia do agronegócio: mudanças cíclicas em meio século (1965-2018)**. São Paulo: Ed. Unesp, 2019.
- DOURADO, Arianne Torres; COSTA, Izaura Cristina Nunes Pereira; CARVALHO, Luciana Goncalves de. Dinâmica Portuária Na Amazônia: mudanças no uso e na cobertura do solo no bairro Área Verde Em Santarém (Pa). **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional**. v.20, n.2, maio-ago, 2024.
- ESPIRITO SANTO, Ana Louise Soares do. **As Práticas da Governança Privada Frente a Evolução da Pauta Socioambiental: estudo de caso sobre a Moura Baterias**. 2024. 43f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Relações Internacionais) - Faculdade Damas da Instrução Cristã, Recife, 2024.
- FEARNSIDE, Philip M. Environmental impacts of soybean logistics in the Amazon. **Environmental Conservation**, v.48, n.3, p.157-166, 2021.
- FLICK, Uwe. **Introdução à Pesquisa Qualitativa**. 7. ed. Porto Alegre: Penso, 2023.
- FRANCO, Tainá; LIMA, Érica; MONTEIRO, Caio. Governança territorial e sustentabilidade: dilemas e perspectivas na Amazônia Legal. **Revista Desenvolvimento e Meio Ambiente**, v.56, p.211-232, 2021.

GADELHA, José Júlio. Ferrogrão no Seio da Floresta Amazônica: sustentabilidade ambiental e o desenvolvimento econômico em debate. **Revista de Direito e Sustentabilidade**. v.9, n.2, p.01–17, Jul/Dez. 2023.

HAGE NETO, D. D.; MORAES, H. B.; CAMPOS FILHO, L. C. P.; FIGUEIREDO, N. M. de. Feasibility analysis of implementing a logistics integration center in amazon region using AHP. **Acta Scientiarum. Technology**, v.47, n.1, e66976, 2024.

INESC – Instituto de Estudos Socioeconômicos. **Relatório sobre os impactos socioambientais do corredor logístico da soja na Amazônia**. Brasília: INESC, 2023. Disponível em: <https://inesc.org.br/>. Acesso em: 25 out. 2025.

IPAM – Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia. **Relatório técnico: corredores logísticos e desmatamento na Amazônia**. Brasília, 2022.

LOPES, M. J. dos S. *et al.* Impacto do desmatamento e queimas na biodiversidade invisível da Amazônia. **Revista em Agronegócio e Meio Ambiente**, v.16, n.1, p.1–14, 2023.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde e ciências sociais**. 14. ed. São Paulo: Hucitec, 2014.

PEREIRA, Caroline Nascimento; DE CASTRO, César Nunes. Expansão da Produção Agrícola, Novas Tecnologias de Produção, Aumento de Produtividade e o Desnível Tecnológico no Meio Rural. Texto para discussão, n.2765, **Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA)**, Brasília. Disponível em: <https://doi.org/10.38116/td2765>.

RODRIGUES, J. C. O Arco Norte e as políticas públicas portuárias para o Oeste do estado do Pará (Itaituba e Rurópolis): apresentação, debate e articulações. **Revista NERA**, v. 21, n. 42, p. 202-228, 2018.

RODRIGUES, Jondison Cardoso; NAHUM, João Santos. The concession of the BR-163 highway in the Brazilian Amazon: corporatization of territory and conflicts. **Die Erde – Journal of the Geographical Society of Berlin**, v.154, n.1-2, p.42–48, 2023.

RODRIGUES, Jondison Cardoso; RODRIGUES, Jovenildo Cardoso, Política Territorial no Oeste do Estado do Pará: Identificação, Análise e Relação da Política Pública Portuária do Município de Itaituba. **Rev. Geogr. Acadêmica**, v.10, n.1, xii. 2016. ISSN 1678-7226.

SCHNEIDER, André T.; LIMA, Fernanda C.; SANTOS, João V.; MOURA, L. P. The intersectionality between Amazon and commodities production: a close look at sustainability. **Land**, v.13, n.10, 1708, 2024.

SILVA, Bruna P. da; CASSEL, Renata A.; WACHS, Paula; LACERDA, Daniel P.; SAURIN, Tarcísio A. Sustainability and the soybean supply chain in Brazil: challenges and implications through the lens of the current reality tree. **Brazilian Journal of Operations & Production Management**, v.22, n.2, 2396, 2025.

SOUSA, José Raul de; SANTOS, Simone Cabral Marinho dos. Análise de conteúdo em pesquisa qualitativa: modo de pensar e de fazer. **Pesquisa e Debate em Educação**, Juiz de Fora: UFJF, v. 10, n. 2, p. 1396 - 1416, jul. - dez. 2020. ISSN 2237-9444. DOI: <https://doi.org/10.34019/2237-9444.2020.v10.31559>.

SOUZA, Marcos Vinícius; SILVA, Janete Pereira. Infraestrutura logística e vulnerabilidade socioambiental na Amazônia brasileira. **Revista Brasileira de Planejamento e Desenvolvimento**, v.12, n.1, p.39-57, 2023.

TRASE. **Brazil Soy: Supply Chain Data and Analysis**. 2024. Disponível em: <https://trase.earth/data>. Acesso em: 25 out. 2025.

USDA – United States Department of Agriculture. **Soybean Transportation Guide – Brazil Overview**. Washington, D.C.: Agricultural Marketing Service, 2022. Disponível em: <https://www.ams.usda.gov>. Acesso em: 20 out. 2025.

VIANA, Ivan Gomes da Silva. **Políticas públicas e a (re)produção de empreendimentos para circulação de grãos pela Amazônia**. 2020. 207f. Tese (Doutorado em Geografia Humana) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2020.

VIDAL, Vânia Vieira; DOS SANTOS, Maria Mirtes Cortinhas. Responsabilidade socioambiental frente aos avanços em logística portuária na Amazônia. **Novos Cadernos NAEA**, v. 25, n. 1, p. 59-77, jan-abr, 2022.

VIEIRA, Rodrigo; FERNANDES, Thaís. Responsabilidade social e performance ambiental em portos amazônicos. **Revista de Gestão Ambiental e Sustentabilidade**, v.10, n.3, p.80-102, 2021.

WEIHS, Marla Leci. Do boi à soja: agrotóxicos e riscos à saúde na Amazônia mato-grossense. **Novos Cadernos NAEA**, v. 23, n. 2, p.135-159, maio-ago., 2020.

DIREITO AMBIENTAL E CULTURAL: OS DANOS AMBIENTAIS E DE IDENTIDADE DOS POVOS QUE TIVERAM AS CIDADES SUBMERSAS PELA CONSTRUÇÃO DA BARRAGEM DE SOBRADINHO

Júlia Emanuele de Oliveira Souza
Bacharelada em Direito
Faculdade de Petrolina- FACAPE

Emyly Emanuely Rodrigues de Oliveira
Bacharelada em Direito
Faculdade de Petrolina- FACAPE

Ana Celeste Duarte dos Santos
Bacharelada em Direito
Faculdade de Petrolina- FACAPE

Patricio Gabriel Alencar Rodrigues
Bacharelado em Direito
Faculdade de Petrolina- FACAPE

RESUMO: Esse estudo tratou da identificação dos danos ambientais, assim como os de identidade, dos povos que tiveram suas vidas afetadas pela construção da barragem de Sobradinho, visto que inúmeras famílias tiveram suas terras submersas pela água. Alguns dos objetivos que buscávamos aqui eram identificar os danos causados pelo rompimento da barragem, visualizar as consequências que os danos causaram para a identidade cultural dos povos que estavam aos arredores da barragem e identificar as negligências do governo acerca dos direitos dos povos vítimas desse desastre. Esse trabalho é de cunho qualitativo, que valorizou os significados e experiências ao invés de focar apenas nos números e estatísticas. O instrumento de pesquisa foi entrevista semiestruturada, que possibilitou uma liberdade para ouvir e questionar a vítima da tragédia. O método de análise de dados foi fenomenológico e narrativo, visando compreender a experiência que as pessoas afetadas pela construção da barragem sofreram. Logo, esse trabalho contribuiu para entender a identificação e compreensão dos danos ambientais e culturais para os povos afetados pelo rompimento da barragem.

Palavras-chave: Barragem de Sobradinho. Danos ambientais. Identidade cultural. Negligência governamental.

ABSTRACT: This study addressed the identification of environmental and identity damages suffered by the peoples whose lives were affected by the construction of the Sobradinho dam, given that numerous families had their lands submerged by water. Some of the objectives we sought here were to identify the damage caused by the dam's collapse, to visualize the consequences of this damage on the cultural identity of the peoples living around the dam, and to identify government negligence regarding the rights of the peoples who were victims of this disaster. This work is qualitative in nature, valuing meanings and experiences rather than focusing solely on numbers and statistics. The research instrument was a semi-structured interview, which allowed for freedom to listen to and question the victims of the tragedy. The data analysis method was phenomenological and narrative, aiming to understand the experience suffered by the people affected by the dam's construction. Therefore, this work contributed to understanding the identification and comprehension of environmental and cultural damages for the peoples affected by the dam's collapse.

Keywords: Sobradinho Dam. Environmental damage. Cultural identity. Government negligence.

1 INTRODUÇÃO

Para que o Brasil alcance um progresso socioeconômico real, o crescimento isolado não basta. É fundamental que o desenvolvimento econômico aconteça em harmonia com o bem estar social e o cuidado com o meio ambiente e entende-se que o avanço da nação depende da integração entre economia, justiça social e preservação ambiental (Machado, 2022).

A Barragem de Sobradinho teve suas obras iniciadas em junho de 1973 e foi totalmente concluída em 1981, com o objetivo de gerar energia hidrelétrica para as cidades do Nordeste. Porém, em 1977 ocorreu um dos maiores desastres ambientais da história do Brasil: o rompimento da barragem e a inundação de cinco cidades ribeirinhas na Bahia: Remanso, Pilão Arcado, Sento-Sé, Casa Nova e Sobradinho (Brasil, 2010). Os resíduos e produtos químicos chegaram de forma rápida ao redor, fazendo com que

muitos tivessem suas casas devastadas, que faz com que a dor ainda esteja na memória da sociedade local. Milhares de famílias foram forçadas a abandonar suas casas, terras e estilos de vida tradicionais. Além de gerar diversos danos ambientais, o rompimento acarretou a extinção de ecossistemas que afetou gravemente os ribeirinhos que dele dependiam para subsistência, alimentação e higiene pessoal.

Logo, com os desastres causados pelo rompimento da barragem, a cultura e as memórias coletivas foram apagadas e esquecidas ao longo do tempo. Nota-se que a análise dos impactos da barragem é de extrema importância para a compreensão da extensão jurídica da proteção ambiental e cultural, além de incentivar o estudo das tradições esquecidas, assim como para evidenciar a dificuldade em conciliar o crescimento econômico com a preservação cultural e ambiental dos povos do Brasil. (Bobbio, 2000).

2 ENTRE O PROGRESSO E O MEIO AMBIENTE: VÍNCULOS DO DIREITO AMBIENTAL NO CASO DO ROMPIMENTO DA BARRAGEM DE SOBRADINHO

O Direito Ambiental é composto por um conjunto de normas e princípios que tem como objetivo assegurar a preservação e a segurança do meio ambiente, envolvendo todos os ecossistemas locais, a fauna, a flora e os organismos que nele integram. Esse ramo do Direito busca equilibrar o desenvolvimento econômico e social com a conservação ambiental, de modo a garantir a qualidade de vida para as gerações presentes e futuras, tal qual defende o pensamento de Paulo Machado (Machado, 2022).

No Brasil, a relevância do Direito Ambiental é ainda maior em razão da sua grande biodiversidade. O país é dono da maior floresta tropical do mundo, a Amazônia, que abriga uma diversidade biológica única, incluindo mais de 80% das espécies de peixes da América do Sul, além de milhares de espécies de plantas e animais. Nesse sentido, a aplicação rigorosa das normas ambientais torna-se imprescindível para evitar a deterioração de ecossistemas importantes, que desempenham papel essencial no equilíbrio climático e ecológico mundial (Fiorillo, 2020).

A transformação do curso natural do rio alterou significativamente o ecossistema do São Francisco, afetando a biodiversidade aquática, a vegetação e a qualidade do solo em regiões adjacentes (Leite, 2018). A diminuição de espécies de peixes e a perda de áreas férteis comprometeram atividades econômicas centrais para os moradores locais, além de gerar desequilíbrios ecológicos ainda sentidos décadas depois.

3 ENTRE O PROGRESSO E A MEMÓRIA: VÍNCULOS DO DIREITO CULTURAL NO CASO DO ROMPIMENTO DA BARRAGEM DE SOBRADINHO

Outro aspecto de grande importância é o Direito à cultura, assegurado pela Constituição Federal, que garante tanto a proteção das manifestações culturais quanto o acesso democrático à cultura (Brasil, 1988). O Estado, por meio de políticas públicas e incentivos financeiros, busca assegurar que a diversidade cultural do país seja preservada e difundida de forma igualitária, conforme previsto no artigo 5º, que trata do direito à igualdade. A preservação cultural desempenha papel fundamental na manutenção da memória coletiva, permitindo que costumes, tradições e saberes sejam transmitidos de modo a fortalecer a identidade nacional e evitar o apagamento histórico de povos e comunidades que construíram a sociedade atual (Souza, 2019).

Nesse sentido, é fundamental citar o período da Ditadura Militar no Brasil, coincidente com a fase de construção da Barragem de Sobradinho (Fernandes, 2017). Uma ditadura militar é um tipo de governo em que os militares assumem o controle do país, normalmente por meio de um golpe. Nesse modelo, não há participação popular nas decisões e os líderes governam de forma autoritária.

Direitos como votar, protestar ou se expressar livremente são restringidos ou proibidos. A imprensa é censurada, e pessoas que discordam do regime podem ser perseguidas ou punidas. Geralmente, os militares alegam que estão agindo para manter a ordem ou combater problemas, mas na prática, é um regime baseado no medo, repressão e falta de liberdade.

Visto isso, entende-se a falta de posicionamento popular levando em conta que a prioridade do Estado era o desenvolvimento econômico do País e o povo vivia silenciado. Sob o aspecto econômico, a edificação da Barragem de Sobradinho, no rio São Francisco,

configurou-se como uma das maiores obras de infraestrutura do período militar brasileiro. O projeto tinha como finalidade primordial garantir a geração de energia elétrica a partir da Usina Hidrelétrica de Sobradinho, considerada essencial para atender às demandas crescentes do Nordeste e, ao mesmo tempo, fortalecer a rede energética nacional. A represa resultante ocupa uma área de aproximadamente 4.200 km², tornando-se um dos maiores reservatórios artificiais do planeta.

Além de gerar energia para o Nordeste, através da Usina Hidrelétrica de Sobradinho, o lago também ajuda a controlar o fluxo do rio. Em períodos de seca, libera água para abastecer cidades e irrigar plantações e durante as cheias reduz o risco de enchentes nas cidades próximas. Assim, o lago é essencial tanto para a produção de energia quanto para a proteção e o abastecimento das regiões ao redor.

Entretanto, os custos sociais, ambientais e culturais decorrentes dessa iniciativa foram expressivos. A criação do lago provocou a submersão de cinco cidades — Remanso, Casa Nova, Pilão Arcado, Sento Sé e a antiga Sobradinho — além de dezenas de povoados e áreas rurais. Estima-se que mais de 70 mil pessoas tenham sido removidas compulsoriamente, muitas delas reassentadas em condições precárias (Costa, 2014). Esse processo desarticulou modos de vida tradicionais, rompeu vínculos comunitários e impôs dificuldades econômicas a populações que dependiam da agricultura, da pesca e de práticas locais de subsistência.

No campo cultural, os prejuízos foram marcantes. A inundação apagou parte da memória histórica das comunidades, com a destruição de igrejas, praças, cemitérios e casarões que possuíam valor simbólico para a identidade regional. Ainda que novas cidades tenham sido planejadas para abrigar a população deslocada, não foi possível reconstruir integralmente os laços afetivos e a relação histórica com o território, produzindo um sentimento de desenraizamento coletivo, haja vista que o impacto social do deslocamento forçado funciona como enfraquecedor da coesão social, já que afeta os laços afetivos entre as pessoas e a união da comunidade (Durkheim, 1893).

Assim, o caso de Sobradinho ilustra os dilemas do modelo de desenvolvimento adotado à época: ao mesmo tempo em que garantiu segurança energética para o país, evidenciou a insuficiência de políticas públicas voltadas à proteção dos direitos sociais,

culturais e ambientais das comunidades atingidas. A partir da promulgação da Constituição Federal de 1988, com a consagração da dignidade da pessoa humana (art. 1º, III) e do direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado (art. 225), a experiência de Sobradinho passou a ser lembrada como um marco que evidencia a necessidade de compatibilizar crescimento econômico com justiça social e sustentabilidade, tal qual defende o Jurista e ex-Ministro do Supremo Tribunal Federal do Brasil Luís Barroso que diz que o Estado tem o dever de reparar danos e garantir justiça social e ambiental (Barroso, 2015).

Portanto, estudar a barragem de Sobradinho não significa apenas analisar um empreendimento de grande porte do ponto de vista técnico, mas compreender os impactos múltiplos de sua implementação. Tal análise exige uma abordagem interdisciplinar, que considere a interação entre Estado, sociedade e meio ambiente, bem como os desafios de efetivar políticas públicas que respeitem a memória, os direitos fundamentais e a preservação dos recursos naturais.

4 DESENVOLVIMENTO E SUSTENTABILIDADE: ANÁLISE JURÍDICA

A construção da Barragem de Sobradinho, ao mesmo tempo em que atendeu a interesses econômicos e estratégicos do Estado brasileiro, gerou um conjunto de repercussões jurídicas que se estendem até os dias atuais. O deslocamento compulsório de milhares de pessoas, a perda de territórios e patrimônios culturais, bem como as alterações ambientais significativas, suscitaram questões relacionadas à efetividade de direitos fundamentais e à responsabilidade estatal em grandes empreendimentos e agora será analisado o viés ambiental (Machado, 2022).

Com o rompimento da Barragem de Sobradinho, muitos danos ocorreram ao meio ambiente, atingindo cidades como Remanso, Casa Nova e Pilão Arcado, onde a maioria da população teve que deixar suas casas de forma abrupta, já que a água, a lama e os destroços deixaram essas cidades irreconhecíveis ou submersas. O direito ambiental foi, nesse caso, totalmente desrespeitado, uma vez que, com a poluição ambiental, rios foram afetados de forma excessiva, provocando a morte de diversos animais aquáticos e

a migração forçada de animais terrestres que tiveram que abandonar seus habitats, assim como as pessoas que moravam nas cidades.

A formação do reservatório implicou a supressão de vegetação nativa, a perda de biodiversidade e a alteração da dinâmica hidrológica do rio São Francisco. Tais efeitos se relacionam diretamente ao direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, previsto no art. 225 da Constituição Federal (Brasil, 1988), e colocam em debate a responsabilidade civil e administrativa do Estado e das concessionárias quanto à reparação ou mitigação de danos ambientais. Além disso, a experiência de Sobradinho contribuiu para o desenvolvimento da legislação ambiental brasileira, reforçando a exigência de estudos prévios de impacto ambiental (EIA/RIMA), que se tornaram obrigatórios com a Resolução CONAMA nº 001/1986 (Brasil, 1986).

5 MEMÓRIA SUBMERSAS: OS IMPACTOS CULTURAIS

Do ponto de vista social, a remoção forçada de mais de 70 mil habitantes atingiu diretamente o direito à moradia, ao trabalho e à dignidade da pessoa humana, princípios consagrados na Constituição Federal de 1988 (art. 1º, III; 5º; e 6º) (Brasil, 1988). Embora o Estado tenha planejado reassentamentos em novas cidades, grande parte das famílias não recebeu condições adequadas de infraestrutura, o que caracteriza violação ao dever de assegurar padrões mínimos de existência digna. Esse contexto evidencia a necessidade de fortalecer instrumentos jurídicos voltados à proteção das populações atingidas por barragens, tema que atualmente encontra respaldo em legislações específicas, como a Política Nacional de Direitos das Populações Atingidas por Barragens (PNAB), ainda em discussão no Congresso Nacional.

Além do direito ambiental, o Direito à cultura também foi ineficaz no caso do rompimento da barragem, já que muitos habitantes, que viviam de acordo com seus costumes, lendas e tradições ligadas às suas terras e regiões, tiveram esses vínculos rompidos (Iphan, 2020). Diversos costumes foram perdidos ou esquecidos, fazendo com que as histórias de vários povos originários das regiões afetadas fossem apagadas.

O Plano de Ação Emergencial (PAE) surgiu posteriormente como tentativa de mitigar riscos de novos rompimentos, prevendo mecanismos de alerta e comunicação (Ana, 2019). PAE é um documento fundamental para a regulamentação de ações de segurança a serem adotadas pelos responsáveis pelo funcionamento de barragens. Ele foi criado com a ideia de incorporar métodos protetivos, trazendo dados e informações complementares, como estudos de inundação, atribuições de responsabilidade e planos de comunicação. Também reforça a importância da comunicação em casos de emergência, como risco de rompimento, de forma a proteger cidades próximas e minimizar danos. É importante ressaltar que, conforme ele, devem existir mecanismos de resposta imediata, como envio de SMS, contatos telefônicos realizados por líderes da empresa, notificações por e-mail, alarmes sonoros de emergência (sirenes), mensagens em rádios e outros meios.

Em síntese, os impactos jurídicos da Barragem de Sobradinho demonstram que grandes projetos de infraestrutura não podem ser analisados apenas sob a ótica do desenvolvimento econômico e o caso de Sobradinho permanece como um marco para refletir sobre a necessidade de conciliar crescimento com justiça social, sustentabilidade e efetiva proteção jurídica às populações atingidas.

6 ANÁLISE E DISCUSSÃO DE DADOS

A pesquisa de campo foi realizada no município de Remanso, na Bahia, localizado na região do Vale do São Francisco e profundamente marcado pelos impactos gerados pela construção da Barragem de Sobradinho. O estudo teve como finalidade compreender os efeitos sociais, culturais e ambientais experimentados pelas famílias obrigadas a abandonar suas terras em decorrência da formação do reservatório, dando especial atenção às perdas identitárias e às transformações no modo de vida das comunidades afetadas. A coleta de informações ocorreu entre setembro e outubro de 2025, utilizando-se uma entrevista semiestruturada, instrumento que mescla questões abertas e fechadas e que permite ao entrevistado expressar-se de modo espontâneo e aprofundado. Essa opção metodológica buscou captar não apenas dados objetivos, mas

também memórias, percepções e sentimentos relacionados à vivência do deslocamento compulsório.

A entrevistada dessa etapa da pesquisa será chamada de “entrevistada 1”, tem 64 anos, é moradora atual de Remanso e descendente/vítima de uma família diretamente atingida pela inundação da antiga cidade. Ela acompanhou todo o processo de retirada e as modificações socioculturais que se seguiram à mudança. A entrevista foi realizada presencialmente, registrada por escrito e conduzida com o devido consentimento da participante. As informações obtidas foram transcritas integralmente e posteriormente organizadas conforme categorias temáticas, seguindo uma perspectiva qualitativa e interpretativa fundamentada na análise de conteúdo proposta por Bardin (2011). Essa organização permitiu identificar padrões, sentidos recorrentes e significados atribuídos pela entrevistada à experiência de deslocamento.

A análise das falas da entrevistada 1 revela um sentimento profundo de perda e ruptura identitária ocasionado pela transferência forçada da população quando ela diz que “até hoje não houveram reparações adequadas”. Antes da barragem, a vida cotidiana era estruturada pela agricultura familiar, por fortes vínculos comunitários e por manifestações religiosas e culturais que incluíam festas de santos, rituais tradicionais, reis de boi, penitentes e celebrações como o São Gonçalo. Essas práticas desempenhavam papel essencial na manutenção da coesão social e do pertencimento coletivo, elementos que se fragilizaram significativamente após a mudança, tal qual é exposto no trecho da entrevista que fala que “só a padroeira continua ocorrendo, as outras foram esquecidas”. A entrevistada relatou que “o deslocamento ocorreu de forma repentina e com comunicação insuficiente”. Segundo ela, “representantes da CHESF realizavam reuniões apenas para informar a necessidade de saída, sem promover um espaço real de diálogo ou de negociação com os moradores”. Além disso, as indenizações foram descritas como insuficientes, distribuídas de modo desigual e, em muitos casos, “pagas em valores irrisórios ou recebidas somente décadas após o deslocamento”, o que evidencia uma profunda ausência de justiça social no processo de reassentamento.

No que diz respeito ao meio ambiente, a entrevistada 1 destacou alterações significativas no ecossistema local. Entre as mudanças, mencionou “o aumento de peixes

em determinados períodos e a chegada de novos moradores, a perda de espécies vegetais nativas, como oiti, tucum, arará e jatobá, além da diminuição de animais silvestres, incluindo capivaras, jacarés e diversas espécies de aves”. Essas transformações evidenciam o caráter irreversível das mudanças ambientais provocadas pelo reservatório, alterando tanto o equilíbrio ecológico quanto as formas tradicionais de subsistência das famílias atingidas.

Do ponto de vista cultural, ela apontou uma ruptura significativa das tradições e da memória coletiva. A nova cidade preservou apenas a figura da padroeira como símbolo de continuidade histórica, enquanto outros espaços simbólicos importantes — como igrejas e cemitérios — foram destruídos ou apenas parcialmente transferidos. “Isso afetou diretamente a identidade afetiva e histórica da comunidade, ampliando o sentimento de descontinuidade e de perda”. Quanto aos direitos, a entrevistada 1 foi enfática ao afirmar que “não houve justiça”. Na sua avaliação, “as políticas de reparação foram inexistentes ou tardias, deixando diversos moradores sem atendimento jurídico, sem reconhecimento institucional e sem mecanismos eficazes de compensação”. O fato de algumas famílias terem recebido indenizações apenas trinta anos depois do deslocamento reforça a negligência estatal e a ausência de políticas públicas voltadas à reparação social e cultural dos atingidos.

O relato dela sintetiza a realidade vivida por centenas de famílias que foram obrigadas a abandonar suas raízes em nome do progresso, sem que lhes fosse assegurada uma compensação justa, reconhecimento adequado ou mecanismos de preservação da memória coletiva.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A falta de participação real dos moradores no processo de remoção, somada ao diálogo quase inexistente entre a comunidade e o poder público, deixou claro que o reassentamento ocorreu à margem de princípios básicos garantidos pela Constituição Federal — como a dignidade da pessoa humana, os direitos sociais e a preservação do patrimônio cultural. Além disso, o descumprimento das garantias previstas na

Convenção 169 da OIT, especialmente o direito à consulta prévia, livre e informada, evidencia que aquelas famílias não foram tratadas como sujeitos de direitos, mas como meras peças em um processo já decidido.

As mudanças ambientais observadas — incluindo a perda de espécies nativas e a alteração da fauna da região — mostram que os danos provocados pelo reservatório são profundos e, em muitos aspectos, irreversíveis. A nova configuração do território não rompeu apenas com o espaço físico: também desfez laços afetivos, apagou memórias coletivas e fragilizou a identidade cultural dos antigos moradores. Esses elementos, que sustentam o sentido de pertencimento, foram profundamente abalados, revelando o quanto o deslocamento forçado ultrapassa a dimensão material e toca a essência do viver comunitário.

Conclui-se que o caso de Sobradinho revela a continuidade das lógicas coloniais e capitalistas sob o disfarce do progresso. Portanto, defende-se uma reconstrução dos direitos humanos e do desenvolvimento com base na dignidade, participação popular e justiça cognitiva, para que a voz das comunidades atingidas tenha lugar nas decisões que transformam seus territórios. Afinal, o desenvolvimento que satisfaz as necessidades do presente sem comprometer a capacidade das gerações futuras de satisfazerem as suas próprias necessidades é o melhor caminho (Brundtland, 1987).

REFERÊNCIAS

AGÊNCIA BRASIL. Aparição de ruínas revela memórias de moradores de cidades inundadas na Bahia. Brasília: Empresa Brasil de Comunicação, 2015. Disponível em: [\[https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2015-12/aparicao-de-ruinas-revela-memorias-de-moradores-de-cidades-inundadas-na-bahia\]](https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2015-12/aparicao-de-ruinas-revela-memorias-de-moradores-de-cidades-inundadas-na-bahia)(<https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2015-12/aparicao-de-ruinas-revela-memorias-de-moradores-de-cidades-inundadas-na-bahia>). Acesso em: 11 nov. 2025.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília: Presidência da República, 1988. Disponível em: [\[https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm\]](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm)(https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm). Acesso em: 11 nov. 2025.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. Atingidos pela construção da barragem de Sobradinho reclamam reparação. Brasília: Câmara dos Deputados, 2018. Disponível em: [\[https://www.camara.leg.br/noticias/549657-atingidos-pela-construcao-da-barragem-de-sobradinho-reclamam-reparacao/\]](https://www.camara.leg.br/noticias/549657-atingidos-pela-construcao-da-barragem-de-sobradinho-reclamam-reparacao/)(<https://www.camara.leg.br/noticias/549657-atingidos-pela-construcao-da-barragem-de-sobradinho-reclamam-reparacao/>). Acesso em: 11 nov. 2025.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. Comissão discute indenização a atingidos pela barragem de Sobradinho (BA). Brasília: Câmara dos Deputados, 2015. Disponível em: [\[https://www.camara.leg.br/noticias/469700-comissao-discute-indenizacao-a-atingidos-pela-barragem-de-sobradinho-ba/\]](https://www.camara.leg.br/noticias/469700-comissao-discute-indenizacao-a-atingidos-pela-barragem-de-sobradinho-ba/)(<https://www.camara.leg.br/noticias/469700-comissao-discute-indenizacao-a-atingidos-pela-barragem-de-sobradinho-ba/>). Acesso em: 11 nov. 2025.

EMBRAPA. Projeto beneficia municípios do entorno da Barragem de Sobradinho. Brasília: Embrapa, 2024. Disponível em: [\[https://www.embrapa.br/en/busca-de-noticias/-/noticia/18037336/projeto-beneficia-municipios-do-entorno-da-barragem-de-sobradinho-\]](https://www.embrapa.br/en/busca-de-noticias/-/noticia/18037336/projeto-beneficia-municipios-do-entorno-da-barragem-de-sobradinho-)(<https://www.embrapa.br/en/busca-de-noticias/-/noticia/18037336/projeto-beneficia-municipios-do-entorno-da-barragem-de-sobradinho->). Acesso em: 11 nov. 2025.

G1 BAHIA. Famílias ribeirinhas deixam imóveis após vazão de barragem na Bahia; situação degrada casas. Salvador: G1, 2023. Disponível em: [\[https://g1.globo.com/ba/bahia/noticia/2023/01/12/familias-ribeirinhas-deixam-imoveis-apos-vazao-de-barragem-na-bahia-situacao-degrada-casas.ghtml\]](https://g1.globo.com/ba/bahia/noticia/2023/01/12/familias-ribeirinhas-deixam-imoveis-apos-vazao-de-barragem-na-bahia-situacao-degrada-casas.ghtml)(<https://g1.globo.com/ba/bahia/noticia/2023/01/12/familias-ribeirinhas-deixam-imoveis-apos-vazao-de-barragem-na-bahia-situacao-degrada-casas.ghtml>).

deixam-imoveis-apos-vazao-de-barragem-na-bahia-situacao-degrada-casas.ghtml). Acesso em: 11 nov. 2025.

GOVERNO DO BRASIL. Bioma Amazônia. Brasília: Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima, 2024. Disponível em: [[https://www.gov.br/mma/pt-br/assuntos/biodiversidade-e-biomas/biomas/amazonia](https://www.gov.br/mma/pt-br/assuntos/biodiversidade-e-biomas/biomas-e-ecossistemas/biomas/amazonia)](<https://www.gov.br/mma/pt-br/assuntos/biodiversidade-e-biomas/biomas-e-ecossistemas/biomas/amazonia>). Acesso em: 11 nov. 2025.

IMAGENS HISTÓRICAS. Barragem de Sobradinho. São Paulo: Imagens Históricas, [s.d.]. Disponível em: <https://imagenshistoricas.com.br/barragem-de-sobradinho/>. Acesso em: 11 nov. 2025.

ITAÚ CULTURAL. Direitos culturais. São Paulo: Observatório Itaú Cultural, [s.d.]. Disponível em: <https://www.itaucultural.org.br/observatorio/paineldedados/glossario/termos-e-conceitos/direitos-culturais>. Acesso em: 11 nov. 2025.

SANTOS, A. M. dos; SILVA, J. P. da. Barragem de Sobradinho e memórias submersas: impactos e reconstruções culturais. Revista Ouricuri, v. 5, n. 2, 2023. Disponível em: <https://www.revistas.uneb.br/index.php/ouricuri/article/view/17046>. Acesso em: 11 nov. 2025.

SILVA, M. L.; COSTA, F. R. Reassentamentos e identidades ribeirinhas no entorno da Barragem de Sobradinho. Revista Ouricuri, v. 4, n. 1, 2022. Disponível em: <https://revistas.uneb.br/index.php/ouricuri/article/view/16249>. Acesso em: 11 nov. 2025.

FORMAÇÃO TÉCNICA EM SISTEMAS DE ENERGIA RENOVÁVEL NO IFSERTÃOPE: SUSTENTABILIDADE, EDUCAÇÃO AMBIENTAL E INOVAÇÃO PARA O SEMIÁRIDO BRASILEIRO

Thiago Coelho de Santana

Instituto Federal do Sertão Pernambucano (IFSertãoPE)

thiago.coelho@ifsertao-pe.edu.br

Kellison Lima Cavalcante

Instituto Federal do Sertão Pernambucano (IFSertãoPE)

kellison.cavalcante@ifsertao-pe.edu.br

Marcos Antonio Andrade Silva

Instituto Federal do Sertão Pernambucano (IFSertãoPE)

marcos.andrade@ifsertao-pe.edu.br

Wennington Dias dos Santos Silva

Instituto Federal do Sertão Pernambucano (IFSertãoPE)

wennington.dias@ifsertao-pe.edu.br

Jiomarlison Dias Souza

Instituto Federal do Sertão Pernambucano (IFSertãoPE)

jiomarlison.dias@ifsertao-pe.edu.br

RESUMO: O presente trabalho aborda a experiência de criação e implementação do curso Técnico em Sistemas de Energia Renovável do Instituto Federal do Sertão Pernambucano (IFSertãoPE), Campus Petrolina, como uma estratégia de promoção da sustentabilidade, da educação ambiental e da inovação no semiárido brasileiro. Justifica-se pela necessidade de formar profissionais aptos a atuar na transição energética e na mitigação dos impactos climáticos, contribuindo para o desenvolvimento regional sustentável. Tem como objetivo geral analisar a relevância pedagógica e socioambiental do curso, e como objetivos específicos: descrever sua estrutura curricular, identificar práticas pedagógicas inovadoras e discutir seus impactos institucionais e comunitários. Metodologicamente, trata-se de um relato de experiência com base em análise documental, observação institucional e revisão de literatura. Os resultados indicam que

o curso contribui para a qualificação técnica local, fortalecimento da consciência ambiental e ampliação da verticalização acadêmica no IFSertãoPE.

Palavras-chave: Energias Renováveis. Sustentabilidade. Educação Profissional. Semiárido. Inovação Tecnológica.

1 INTRODUÇÃO

A transição energética e a busca por fontes renováveis têm se consolidado como um dos principais desafios contemporâneos frente às mudanças climáticas e à necessidade de reduzir a dependência dos combustíveis fósseis (Santos et al. 2025). Nesse contexto, o curso Técnico em Sistemas de Energia Renovável do Instituto Federal do Sertão Pernambucano – IFSertãoPE (IFSertãoPE, 2023a), surge como um marco pioneiro no Vale do São Francisco, iniciado no semestre de 2024.1. A proposta do curso alinha-se diretamente aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável – ODS (ONU, 2015), à Política Nacional de Educação Ambiental (Lei nº 9.795/1999) (Brasil, 1999) e ao Catálogo Nacional de Cursos Técnicos (CNCT, 2022), assumindo um compromisso com a formação cidadã e o desenvolvimento sustentável.

A criação do curso está inserida em um contexto mais amplo de ações do IFSertãoPE na área de transição energética, realizadas entre 2021 e 2025, no âmbito do programa Energif, em parceria com a cooperação alemã (GIZ). Essas ações incluíram capacitações docentes, projetos de pesquisa e extensão, e a implantação de laboratórios didáticos voltados à eficiência energética, biogás, energia fotovoltaica, energia eólica e eletromobilidade (IFSertãoPE, 2017, 2018, 2020).

O presente trabalho apresenta um relato de experiência sobre a criação, estruturação e início das atividades do curso, destacando sua relevância socioambiental, pedagógica e institucional.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A formação profissional em energias renováveis deve ser compreendida dentro de uma perspectiva interdisciplinar e socioambiental. De acordo com a Lei nº 9.795/1999 (Brasil, 1999), a educação ambiental deve possibilitar a construção de valores sociais, conhecimentos e atitudes voltados à sustentabilidade. Assim, o curso busca promover não apenas competências técnicas, mas também uma consciência crítica sobre a interdependência entre natureza, sociedade e tecnologia.

Nesse sentido, o curso se beneficia de uma base empírica prévia, resultado de ações institucionais em eficiência energética, energia solar, eólica, biogás e mobilidade elétrica, que fortaleceram a capacitação docente e a inserção da temática no ensino, pesquisa e extensão.

Além disso, o curso ancora-se na legislação que rege os Institutos Federais (Lei nº 11.892/2008) (Brasil, 2008), reforçando sua função social de interiorização da ciência e tecnologia, democratização do acesso à educação e promoção de arranjos produtivos regionais. Dessa forma, a iniciativa fortalece o papel do IFSertãoPE como agente de transformação social, especialmente em uma região marcada por desafios ambientais e econômicos próprios do semiárido.

O eixo tecnológico Controle e Processos Industriais, no qual o curso está inserido, articula-se ao núcleo politécnico, integrador e comum, proporcionando uma formação que alia bases científicas, sociais e culturais à prática profissional.

3 METODOLOGIA

O curso foi aprovado pela Resolução nº 59/2023 do Conselho Superior do IFSertãoPE (IFSertãoPE, 2023a), e estruturado com carga horária mínima de 3.075 horas, distribuídas em três núcleos: formação geral, formação técnica e núcleo politécnico (Figura 1). Foram abertas duas turmas iniciais de 35 alunos cada, no campus Petrolina (Figura 2), no turno diurno e em modalidade presencial.

Figura 1 – Caracterização do PPC do curso Técnico em Sistemas de Energia Renovável do IFSertãoPE – Campus Petrolina.

METODOLOGIA

- Resolução nº 59/2023 – Conselho Superior do IFSertãoPE.
- **Carga horária:** 3.075 h | 3 núcleos:
 - Formação Geral
 - Formação Técnica
 - Núcleo Politécnico
- **Turmas iniciais:** 2 (35 alunos cada) | Campus Petrolina | Turno diurno.
- **Metodologias:** Ensino presencial com carga horária EaD, metodologias ativas e ativas e projetos integradores.
- **Integração:** ensino, pesquisa, inovação e extensão.
- Principais disciplinas: Energia Solar, Eólica, Biocombustíveis, Eficiência Energética, Energética, Instalações Elétricas e PCM.



PPC

Projeto Pedagógico do Curso



Formação Geral

Base educacional ampla



Formação Técnica

Competências específicas



Núcleo Politécnico

Integração de saberes

Fonte: Dados da pesquisa (2025).

Figura 2 – Imagem da entrada do IFSertãoPE – Campus Petrolina.



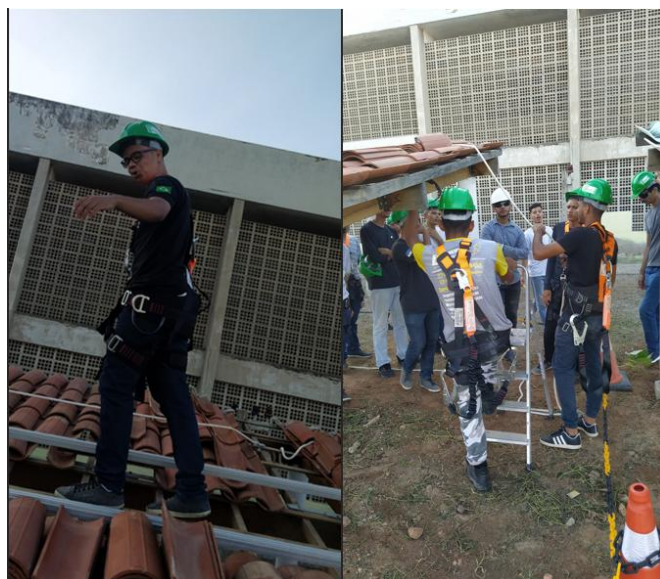
Fonte: Dados da pesquisa (2025).

As estratégias pedagógicas foram potencializadas pelo fato de que parte da equipe docente já havia sido capacitada pelo programa Energif, nas diversas áreas de Energias Renováveis (IFSertãoPE, 2017, 2018, 2020). Isso garantiu uma implementação curricular mais robusta e alinhada às demandas contemporâneas.

As estratégias pedagógicas adotadas contemplam metodologias ativas, ensino híbrido, projetos integradores, interdisciplinaridade e a inserção de práticas de ensino articuladas com pesquisa, inovação e extensão. O currículo foi organizado em componentes como Energia Solar Fotovoltaica, Energia Eólica, Biocombustíveis, Instalações Elétricas, Eficiência Energética e Planejamento e Controle da Manutenção, entre outras disciplinas técnicas.

A experiência relatada compreende o primeiro ano de implementação (2024.1–2025.1), período marcado pelo desafio de consolidar a proposta curricular e integrar os estudantes (Figura 3) a um campo profissional em expansão.

Figura 3 – Aulas práticas com os estudantes do curso Técnico em Sistemas de Energia Renovável do IF Sertão PE – Campus Petrolina.



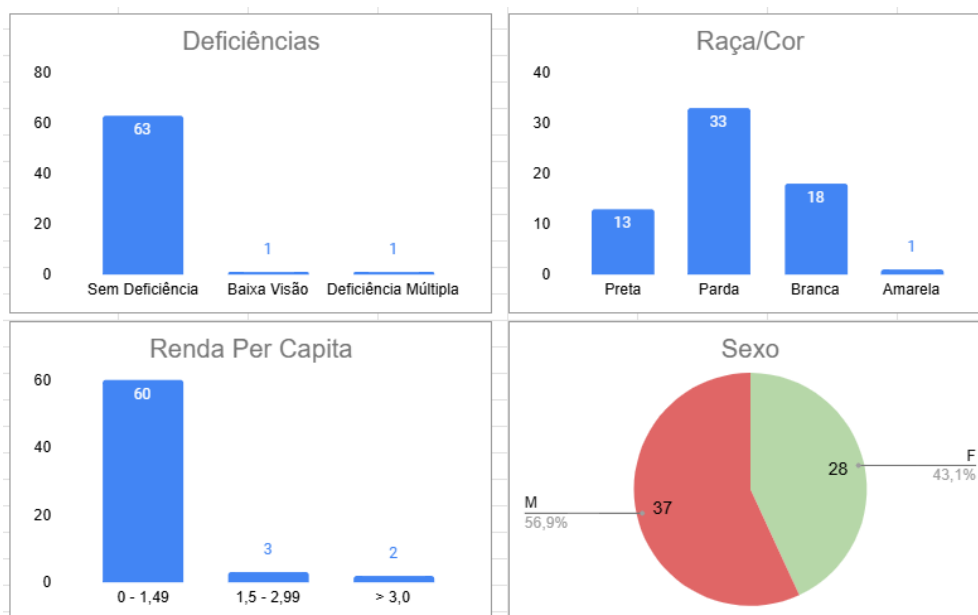
Fonte: Dados da pesquisa (2025).

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

4.1 ANÁLISE CULTURAL E INTERSECCIONAL

Os dados levantados revelam um panorama sociocultural diverso e, ao mesmo tempo, revelador das desigualdades estruturais que atravessam os sujeitos matriculados no curso Técnico em Sistemas de Energia Renovável do IF Sertão PE – Campus Petrolina (Figura 4).

Figura 4 – Análise sociodemográfica do curso Técnico em Sistemas de Energia Renovável do IF Sertão PE – Campus Petrolina



Fonte: Dados da pesquisa (2025).

A distribuição por sexo indica uma predominância masculina (56,9%) em relação à feminina (43,1%), o que reflete um padrão histórico da área tecnológica, marcada pela masculinização dos espaços de formação e atuação profissional. No entanto, a presença significativa de mulheres nesse curso técnico representa um avanço na direção de uma educação mais inclusiva e plural, alinhada aos princípios de equidade de gênero e ao ODS 5 (Igualdade de Gênero) (ONU, 2015).

Em relação à renda per capita, observa-se que a grande maioria dos estudantes (aproximadamente 90%) encontra-se na faixa de até 1,5 salário mínimo, evidenciando que o curso cumpre um papel social relevante ao democratizar o acesso à formação técnica de qualidade para camadas populares. Essa realidade reforça a função dos Institutos Federais enquanto políticas públicas voltadas à inclusão educacional e à mobilidade social, especialmente em contextos de vulnerabilidade econômica e territorial como o semiárido pernambucano.

Quanto à raça/cor, a predominância de estudantes autodeclarados pardos (46%) e pretos (18%) expressa o perfil étnico-racial característico da população do Vale do São Francisco, mas também evidencia a importância das ações afirmativas e da promoção da diversidade étnico-racial no ensino técnico. Essa composição demonstra que o curso

contribui para o fortalecimento da representatividade negra em áreas tecnológicas, historicamente excludentes, e se alinha ao compromisso institucional com a política de Educação das Relações Étnico-Raciais e à Lei nº 10.639/2003 (Brasil, 2003), que institui a obrigatoriedade do ensino da história e cultura afro-brasileira e africana, e reforçam a relevância das ações afirmativas na construção de uma educação antirracista. Como observa Munanga (2019), a representatividade negra em espaços educacionais e tecnológicos é um passo essencial para a desconstrução do racismo estrutural e para a consolidação de uma sociedade mais igualitária.

No tocante às pessoas com deficiência, o número reduzido (duas matrículas) aponta para a necessidade de ampliar a acessibilidade e o suporte pedagógico inclusivo, de modo a assegurar o direito à educação de todos, conforme a Lei Brasileira de Inclusão (Lei nº 13.146/2015) (Brasil, 2015). Esse dado reforça a urgência de uma cultura institucional que vá além da acessibilidade física, incorporando práticas pedagógicas, tecnológicas e comunicacionais que valorizem a diferença e combatam as barreiras atitudinais. Como destaca Diniz (2007), a inclusão verdadeira ultrapassa as barreiras arquitetônicas, exigindo uma mudança cultural que reconheça a diferença como parte constitutiva da condição humana.

Dessa forma, a leitura interseccional dos dados evidencia que gênero, raça, classe e deficiência se entrecruzam na experiência educacional dos(as) estudantes, configurando um campo de tensões e possibilidades. Essa perspectiva, conforme propõe Crenshaw (2002), permite compreender como múltiplas formas de opressão e privilégio se articulam, influenciando o acesso, a permanência e o êxito educacional. O curso, ao reunir sujeitos socialmente diversos e promover uma formação crítica, técnica e cidadã, reafirma o papel do IFSertãoPE como agente de transformação social e promotor de justiça cognitiva (Santos, 2018), contribuindo para uma educação ambiental, tecnológica e socialmente emancipadora no contexto do semiárido brasileiro.

4.2 RELEVÂNCIA DO CURSO

O curso tem se mostrado relevante em três dimensões principais:

1. Formação profissional qualificada – Os estudantes estão sendo preparados para planejar, executar e gerenciar projetos de energias renováveis, em consonância com as demandas regionais e globais.
2. Impacto ambiental e social – A ênfase em sustentabilidade e eficiência energética contribui para difundir práticas responsáveis no uso de recursos naturais e no combate às mudanças climáticas.
3. Inovação educacional – O uso de metodologias ativas, ensino híbrido e projetos integradores favorece a aprendizagem significativa e o protagonismo discente.

Ademais, o relatório de ações do IFSertãoPE (2021–2025) demonstra que o curso se insere em um ecossistema de inovação já consolidado, com a implantação de laboratórios, realização de cursos de extensão (como instalador de sistemas fotovoltaicos) (Figura 5) e adoção do Programa de Gestão da Energia (PGEN) (Figura 6), que contribuiu para a gestão dos custos operacionais e maior eficiência no campus Petrolina (IFSertãoPE, 2022).

Figura 5 – Curso de extensão de instalador de sistemas fotovoltaicos do IFSertãoPE – Campus Petrolina.

Cursos

IFSertãoPE abre vagas para curso de eletricista de sistemas de energias renováveis



Fonte: <https://vagasnovale.com/ifsertaope-4/>.

Figura 6 – Adoção do Programa de Gestão da Energia (PGEN).



Fonte: <https://portalantigo.ifsertao-pe.edu.br/novosite/index.php/campus/petrolina/5319-energias-renovaveis>.

Além disso, a estrutura curricular do curso reafirma o compromisso do IFSertãoPE com a interdisciplinaridade, estimulando a integração entre saberes técnicos, científicos e sociais. A implantação inicial das turmas demonstrou boa aceitação da comunidade local e ampliou a visibilidade institucional da temática ambiental e energética.

Outro aspecto relevante refere-se à possibilidade de verticalização para o curso de Bacharelado em Engenharia Civil do IFSertãoPE, Campus Petrolina, aprovado pela Resolução nº 64/2023 (IFSertãoPE, 2023b). Essa continuidade acadêmica fortalece a trajetória formativa dos estudantes e amplia suas perspectivas profissionais, permitindo que conhecimentos relacionados à Sustentabilidade, Educação Ambiental e Inovação no Semiárido Brasileiro sejam aprofundados em nível superior, favorecendo a produção de soluções tecnológicas e sociais para a região.

5 CONCLUSÕES

O curso Técnico em Sistemas de Energia Renovável do IFSertãoPE, Campus Petrolina, representa uma iniciativa inovadora para o semiárido brasileiro, ao combinar excelência técnica, compromisso socioambiental e práticas pedagógicas avançadas. Sua

criação fortalece a política pública de interiorização da educação profissional e tecnológica, além de contribuir para a formação de profissionais capazes de atuar frente aos desafios energéticos e ambientais da contemporaneidade.

A experiência relatada, somada ao conjunto de ações institucionais desenvolvidas entre 2021 e 2025, evidencia que o curso não é um esforço isolado, mas parte de uma estratégia mais ampla do IF Sertão PE para liderar a agenda de transição energética no semiárido. Isso reafirma o papel estratégico dos Institutos Federais no desenvolvimento regional e na construção de uma sociedade mais justa e sustentável.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999.** Dispõe sobre a educação ambiental e institui a Política Nacional de Educação Ambiental. Diário Oficial da União: Brasília, DF, 28 abr. 1999. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9795.htm. Acesso em: 22 set. 2025.

BRASIL. **Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003.** Altera a Lei nº 9.394/96, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira”. Diário Oficial da União: Brasília, DF, 10 jan. 2003. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/l10.639.htm. Acesso em: 22 set. 2025.

BRASIL. **Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008.** Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. Diário Oficial da União: Brasília, DF, 30 dez. 2008. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11892.htm. Acesso em: 22 set. 2025.

BRASIL. **Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015.** Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Diário Oficial da União: Brasília, DF, 7 jul. 2015. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm. Acesso em: 22 set. 2025.

CNCT – **Catálogo Nacional de Cursos Técnicos.** Brasília: MEC, 2022. Disponível em: <https://cnct.mec.gov.br/>. Acesso em: 22 set. 2025.

CRENSHAW, Kimberlé. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 10, n. 1, p. 171–188, 2002. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ref/a/mbTpP4SFXPnJZ397j8fSBQQ/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 22 set. 2025.

DINIZ, Débora. **O que é deficiência.** São Paulo: Brasiliense, 2012.

IFSertãoPE. **Resolução nº 59 do Conselho Superior, de 04 de outubro de 2023.** Aprova o Projeto Pedagógico do Curso Técnico em Sistemas de Energia Renovável, Campus Petrolina. Petrolina: IFSertãoPE, 2023a. Disponível em: <https://ifsertaope.edu.br/petrolina/wp-content/uploads/sites/2/2024/03/Ato-autorizativo-e-Projeto-Pedagogico.pdf>. Acesso em: 22 set. 2025.

IFSertãoPE. **Resolução nº 64 do Conselho Superior, de 04 de outubro de 2023.** Aprova o Projeto Pedagógico do Curso de Bacharelado em Engenharia Civil, Campus

Petrolina. Petrolina: IFSertãoPE, 2023b. Disponível em: <https://ifsertaope.edu.br/petrolina/wp-content/uploads/sites/2/2024/03/Ato-autorizativo-e-Projeto-Pedagogico-2.pdf>. Acesso em: 22 set. 2025.

IFSertãoPE. **Professores do curso de Eletrotécnica participam de capacitação em energia solar.** 2017. Disponível em: <https://portalantigo.ifsertaope.edu.br/novosite/index.php/campus/petrolina/5319-energias-renovaveis>. Acesso em: 22 set. 2025.

IFSertãoPE. **Campus Petrolina do IF Sertão-PE sedia reunião sobre energia eólica.** 2018. Disponível em: <https://portalantigo.ifsertaope.edu.br/novosite/index.php/campus/petrolina/7291-2018-06-08-15-11-37>. Acesso em: 22 set. 2025.

IFSertãoPE. **Campus Petrolina marca presença em eventos sobre eficiência energética e energias renováveis.** 2020. Disponível em: <https://portalantigo.ifsertaope.edu.br/index.php/campus/petrolina/11645-2020-12-01-19-50-25>. Acesso em: 22 set. 2025.

IFSertãoPE. **IFSertãoPE abre vagas para curso de eletricista de sistemas de energias renováveis.** 2022. Disponível em: <https://vagasnovale.com/ifsertaope-4/>. Acesso em: 22 set. 2025.

MUNANGA, Kabengele. **Rediscutindo a mestiçagem no Brasil: identidade nacional versus identidade negra.** Belo Horizonte: Autêntica, 2019.

SANTOS, Antonio Nacílio Sousa dos *et al.* Transição energética e preservação: integração de fontes renováveis, biodiversidade e economia verde em tempos de crise climática. **OBSERVATÓRIO DE LA ECONOMÍA LATINOAMERICANA**, v. 23, n. 3, p. e9234-e9234, 2025. DOI: 10.55905/oelv23n3-041. Disponível em: <https://ojs.observatoriolatinoamericano.com/ojs/index.php/olel/article/view/9234>. Acesso em: 22 set. 2025.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Uma sociologia das ausências e uma sociologia das emergências. In: SANTOS, Boaventura de Sousa. **A gramática do tempo: para uma nova cultura política.** São Paulo: Cortez, 2018. p. 91-122.

ONU. **Transformando nosso mundo: a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável.** Nova Iorque: ONU, 2015. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/sdgs>. Acesso em: 22 set. 2025.

GESTÃO DE ESTOQUE E EFICIÊNCIA LOGÍSTICA NAS EXPORTAÇÕES DE UVA DO VALE DO SÃO FRANCISCO

Júlia Grazielly Oliveira Castro
Superior de Tecnologia em Comércio Exterior
Faculdade de Petrolina – FACAPE
julia.castro.27122@aluno.facape.br

Antônia Aparecida Barros Alencar Correia
Professora-orientadora
Doutora em Educação
Faculdade de Petrolina – FACAPE
antonia.alencar@prof.facape.br

RESUMO: O mercado internacional de frutas como um todo, marcado por intensa competitividade, exige operações logísticas eficientes e gestão eficaz de estoques para assegurar entregas no prazo e produtos de qualidade superior. O objetivo é analisar como a gestão estratégica de estoques potencializa a competitividade das empresas exportadoras de uva no Vale do São Francisco. Conforme apontado por Maia et al. (2023), a logística eficiente é um pilar para o sucesso comercial e a consolidação de parcerias internacionais. Esta pesquisa é fundamentada em revisão de literatura com base em publicações de instituições como a Empresa Brasileira de Pesquisa Agrícola (EMBRAPA) e artigos científicos. Os resultados (em andamento) é a observação de que as deficiências no armazenamento e no transporte geram custos elevados e comprometem a credibilidade dos exportadores. Conclui-se que uma gestão de estoques otimizada reduz perdas, melhora a eficiência das operações e reforça a relevância do Vale do São Francisco como polo de excelência na fruticultura voltada ao mercado externo.

Palavras-chave: Gestão de Estoque. Logística Internacional. Exportações de Uva. Vale do São Francisco. Competitividade.

ABSTRACT: The international fruit market as a whole, characterized by intense competitiveness, requires efficient logistical operations and effective inventory management to ensure on-time deliveries and high-quality products. The objective of this study is to analyze how strategic inventory management enhances the competitiveness of grape-exporting companies in the São Francisco Valley. According

to Maia et al. (2023), efficient logistics is a key pillar for commercial success and the strengthening of international partnerships. This research is based on a literature review drawing on publications from institutions such as the Brazilian Agricultural Research Corporation (EMBRAPA) and peer-reviewed scientific articles. Preliminary findings indicate that deficiencies in storage and transportation generate high costs and undermine exporters' credibility. It is concluded that optimized inventory management reduces losses, improves operational efficiency, and reinforces the relevance of the São Francisco Valley as a center of excellence in fruit production aimed at international markets.

Keywords: Inventory Management. International Logistics. Grape Exports. São Francisco Valley. Competitiveness.

1 INTRODUÇÃO

A fruticultura irrigada do Vale do São Francisco é um dos maiores destaques do agronegócio brasileiro, especialmente pela produção de uvas de mesa destinadas ao mercado externo. O polo Petrolina–Juazeiro se consolidou como referência mundial devido ao seu clima tropical semiárido, que permite até três safras anuais, ao uso intensivo de tecnologias de irrigação e ao modelo produtivo integrado que envolve pequenos, médios e grandes produtores. Esse ambiente tornou a região uma das mais importantes do país no que se refere à exportação de frutas frescas.

Entretanto, apesar de sua importância econômica, as exportações de uva enfrentam desafios significativos relacionados ao controle de estoque, à qualidade pós-colheita, ao transporte e à logística internacional. A uva é um produto extremamente sensível às variações de temperatura, ao manuseio inadequado e a longas distâncias de transporte. Por isso, falhas na gestão de estoque — como tempo excessivo entre colheita e embarque ou armazenamento inadequado — podem comprometer a integridade do produto.

Nesse sentido, compreender como a gestão de estoque se conecta com a logística internacional é essencial para analisar a competitividade das empresas exportadoras do Vale do São Francisco, identificando fatores críticos como infraestrutura, processos de

conservação, custos logísticos, prazos e exigências dos importadores. Assim, este artigo busca aprofundar essa relação, apresentando fundamentos teóricos, revisão de estudos recentes e reflexões aplicadas à realidade produtiva da região.

2 JUSTIFICATIVA

A realização deste estudo é justificada pela relevância socioeconômica das exportações frutícolas para o Vale do São Francisco. A produção e exportação de uvas geram milhares de empregos diretos e indiretos, movimentam a economia local e contribuem para o desenvolvimento social. Além disso, a região desempenha papel estratégico no abastecimento internacional, inserindo o Brasil no mercado global de frutas frescas.

No entanto, a competitividade do setor é impactada por fatores logísticos, estruturais e operacionais. Entre eles, destacam-se: a perecibilidade da uva; o tempo crítico entre colheita e consumo; as exigências de certificações internacionais; o transporte de longas distâncias até portos estratégicos; a necessidade de contêineres refrigerados (reefers); o custo elevado do frete; a dependência do modal rodoviário.

Compreender a importância da gestão de estoque nesse contexto permite identificar pontos de melhoria na cadeia logística e desenvolver estratégias que reduzam perdas, assegurem qualidade e ampliem o acesso a mercados externos. Além disso, o estudo atende à demanda acadêmica por pesquisas aplicadas ao agronegócio e ao comércio exterior.

3 REFERENCIAL TEÓRICO

3.1 GESTÃO DE ESTOQUE

A gestão de estoque é um dos elementos mais relevantes da cadeia produtiva quando se trata de produtos perecíveis, como a uva destinada ao mercado internacional. Segundo Da Hora et al. (2023), o estoque não constitui apenas o conjunto de produtos armazenados, mas representa um instrumento estratégico para harmonizar a relação

entre oferta, demanda e capacidade logística das empresas. No agronegócio, essa função estratégica torna-se ainda mais crítica devido às características biológicas dos alimentos frescos, que continuam respirando após a colheita e, portanto, estão sujeitos à deterioração acelerada caso não sejam adotados procedimentos rigorosos de conservação.

No caso da uva, a gestão de estoque envolve desde o momento da colheita até o embarque internacional, passando por etapas como pré-resfriamento, seleção, embalagem, armazenamento em câmaras frias e transporte. A rapidez na execução dessas etapas é essencial, pois o calor de campo retido nos frutos pode comprometer sua durabilidade e qualidade sensorial. A literatura especializada destaca que o pré-resfriamento imediato reduz a taxa respiratória, diminui a incidência de fungos e prolonga a vida útil da fruta. Por essa razão, a infraestrutura de packing houses no Vale do São Francisco é equipada com sistemas de resfriamento rápido, que permitem estabilizar a temperatura da uva antes que ela seja direcionada ao armazenamento.

Autores como Ballou (2006) reforçam que o controle de estoque deve minimizar incertezas e proporcionar eficiência operacional. No setor vitícola, essas incertezas envolvem desde oscilações climáticas que afetam a produtividade até variações da demanda internacional ao longo do ano. A implementação de sistemas informatizados, tais como ERPs e softwares de rastreabilidade, tem sido fundamental para aumentar a eficiência dessas operações, permitindo o monitoramento em tempo real dos lotes produzidos, das temperaturas de armazenagem, da umidade e do tempo de permanência nos estoques. A rastreabilidade, inclusive, é uma exigência de vários mercados importadores, garantindo transparência, segurança alimentar e rápida identificação de eventuais falhas na cadeia produtiva.

Além disso, as embalagens desempenham papel fundamental na gestão de estoque. Caixas padronizadas, clamshells e embalagens com atmosfera modificada são amplamente utilizadas para reduzir danos mecânicos, permitir a circulação de ar, preservar o frescor e facilitar o empilhamento das caixas durante o transporte. Estudos mostram que embalagens adequadas podem prolongar a vida útil das uvas em até duas semanas, o que é decisivo para produtos que percorrem longas distâncias até os

continentes europeu, asiático e norte-americano. Dessa forma, a gestão de estoque no Vale do São Francisco envolve não apenas práticas tradicionais de armazenagem, mas todo um conjunto de estratégias pós-colheita essenciais para que o produto atenda aos elevados padrões internacionais de qualidade.

3.2 LOGÍSTICA INTERNACIONAL

A logística internacional é o conjunto de processos responsáveis por viabilizar o envio de produtos de um país para outro, envolvendo transporte, armazenagem, processamento documental, inspeções sanitárias, consolidação de cargas e entrega final. Segundo Maia et al. (2023), a eficiência da logística internacional é determinante para a competitividade das empresas exportadoras, sobretudo quando se trata de frutas frescas, que possuem alta perecibilidade e exigem manutenção rigorosa da cadeia do frio. No caso das uvas produzidas no Vale do São Francisco, o percurso até o mercado internacional envolve diversas etapas complexas que precisam ser perfeitamente integradas.

O processo logístico inicia-se no transporte rodoviário das cargas em caminhões refrigerados, que percorrem longas distâncias até os portos de Salvador (BA) ou Suape (PE). Essa etapa é sensível, pois a uva deve ser mantida a temperaturas entre 0°C e 2°C para evitar deterioração, escurecimento e proliferação de fungos. Variações térmicas durante o percurso comprometem a qualidade da fruta e podem levar à rejeição da carga quando chega ao mercado importador. Por isso, muitas empresas utilizam registradores de temperatura que monitoram todo o trajeto e permitem identificar eventuais rupturas na cadeia do frio.

Ao chegar aos terminais portuários, as cargas passam por inspeções fitossanitárias conduzidas pelo Ministério da Agricultura e Pecuária (MAPA), que verificam a conformidade com normas internacionais. Depois disso, os produtos são alocados em contêineres refrigerados (reefers), que mantêm a temperatura controlada durante o transporte marítimo. O embarque depende de uma série de documentos essenciais, incluindo fatura comercial, certificado fitossanitário, certificado de origem,

packing list e conhecimento de embarque. Erros ou inconsistências nesses documentos podem atrasar a liberação da carga ou impedir sua entrada no país de destino.

O transporte marítimo é uma das etapas mais longas da logística internacional, podendo durar de 10 a 22 dias dependendo do destino, como Europa, América do Norte ou Oriente Médio. Durante esse período, o contêiner deve manter temperatura estável. Estudos indicam que a abertura do contêiner no porto de destino, quando ocorre descontrole térmico, é uma das principais causas de condenação da mercadoria. Isso reforça a importância de que toda a cadeia seja planejada e monitorada com rigor.

A logística internacional, portanto, vai além do simples transporte da fruta; ela integra processos complexos que exigem eficiência operacional, conformidade normativa e controle rigoroso da cadeia do frio. O sucesso das exportações do Vale do São Francisco depende da sincronia entre colheita, estocagem, transporte interno, inspeções, documentação e embarque marítimo — qualquer falha nesse percurso pode comprometer toda a operação.

4 EXPORTAÇÕES DE UVA

As exportações de uva do Vale do São Francisco têm se destacado nas últimas décadas e transformado a região em um dos principais polos frutícolas do Brasil. De acordo com Sanguino e Milanez (2023), o desempenho exportador da uva é influenciado por fatores como qualidade do produto, regularidade da produção e capacidade competitiva frente a países como Chile, Peru e África do Sul. A região atende aos mercados mais exigentes do mundo, como a União Europeia, os Estados Unidos e o Oriente Médio, que demandam frutas com características específicas de coloração, textura, sabor e ausência de defeitos.

A exportação exige que a uva cumpra critérios rigorosos relacionados ao teor de açúcar, firmeza do fruto, uniformidade do cacho, ausência de resíduos químicos e apresentação visual. Certificações como GlobalG.A.P, GRASP, HACCP e Fair Trade também são fundamentais para permitir o acesso a mercados internacionais que prezam pela segurança alimentar e responsabilidade socioambiental. A adoção dessas

certificações tem sido uma estratégia importante para os exportadores do Vale, que buscam se posicionar como fornecedores confiáveis e de alta qualidade.

A competitividade das exportações depende ainda da capacidade de produzir ao longo de todo o ano, uma característica particular do Vale do São Francisco devido ao seu clima semiárido, que permite múltiplas safras anuais. Essa vantagem confere à região a possibilidade de atender aos mercados internacionais em períodos em que outros países enfrentam sazonalidade, elevando o valor agregado da produção brasileira. Contudo, os desafios logísticos associados ao transporte terrestre e à distância dos portos continuam sendo fatores que impactam a competitividade da uva brasileira no mercado global.

5 VALE DO SÃO FRANCISCO

O Vale do São Francisco possui características climáticas, estruturais e produtivas que o diferenciam de outras regiões produtoras de frutas no mundo. Com clima semiárido, elevado índice de luminosidade e baixa incidência de chuvas, o Vale permite a produção contínua de uvas ao longo do ano. Esse conjunto de condições naturais facilita o planejamento agrícola e garante regularidade na oferta da fruta, uma vantagem competitiva significativa no mercado internacional, no qual muitos países enfrentam limitações sazonais.

Além das condições naturais, a região conta com o apoio de instituições de pesquisa como a Embrapa Semiárido, que desenvolve variedades adaptadas, tecnologias de irrigação, métodos de controle de pragas e práticas de manejo sustentável. Packing houses bem estruturadas, câmaras de resfriamento de grande capacidade e mão de obra qualificada contribuem para elevar ainda mais o padrão de qualidade da produção. Entretanto, desafios persistem, como infraestrutura rodoviária inadequada, longas distâncias até os portos e custos elevados de energia elétrica para manter as câmaras frias em funcionamento.

6 COMPETITIVIDADE

A competitividade no mercado internacional de frutas envolve diversos fatores, incluindo eficiência logística, qualidade da produção, tecnologia, certificações e capacidade de adaptação às demandas dos importadores. Para Santos e Amaral (2025), empresas competitivas são aquelas que integram de forma eficiente suas cadeias produtivas, investem continuamente em inovação e adotam estratégias que reduzam custos e aumentem a qualidade final dos produtos. No Vale do São Francisco, a competitividade é fortalecida pelas condições climáticas favoráveis e pelo elevado nível tecnológico da fruticultura irrigada.

Apesar dessas vantagens, a região enfrenta desafios estruturais que podem comprometer sua competitividade frente a países como Chile e Peru, que apresentam infraestrutura logística mais avançada e proximidade dos portos. A dependência quase total do transporte rodoviário, o custo do frete e a vulnerabilidade às variações cambiais são fatores que aumentam o custo da exportação brasileira. Em contrapartida, a busca por certificações, o uso de tecnologias de rastreabilidade e a adoção de novas variedades mais resistentes têm contribuído para manter o Vale como uma referência no setor.

7 METODOLOGIA

A metodologia empregada neste estudo caracteriza-se como uma pesquisa de natureza qualitativa, com abordagem descritiva e caráter bibliográfico. Segundo Gil (2019), a pesquisa bibliográfica permite analisar fenômenos e conceitos a partir de materiais já publicados, fornecendo fundamentação teórica para a compreensão do objeto estudado. Assim, foram consultados livros, artigos científicos, relatórios técnicos e documentos institucionais relacionados à gestão de estoque, logística internacional, exportações de frutas e fruticultura do Vale do São Francisco.

A escolha dessa abordagem justifica-se pela necessidade de compreender, em profundidade, como os processos logísticos e as práticas de gestão de estoque influenciam a competitividade da uva produzida na região. A pesquisa fundamentou-se também em publicações da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA),

que é referência nacional em estudos sobre fruticultura irrigada, pós-colheita, variedades de uva e sustentabilidade. Além disso, foram analisados estudos de autores contemporâneos que investigam as dinâmicas do agronegócio exportador, com foco em cadeias produtivas perecíveis.

Para organizar o conteúdo selecionado, procedeu-se à leitura exploratória, seletiva e analítica das fontes, conforme orientam Bardin (2011) e Lakatos & Marconi (2017). A análise ocorreu por meio da identificação de conceitos, convergências, divergências e lacunas relacionadas aos temas centrais do estudo: gestão de estoque, logística internacional, competitividade e características do Vale do São Francisco. A partir da análise dos materiais consultados, foi possível construir um arcabouço teórico consistente e alinhado com os objetivos da pesquisa.

8 METODOLOGIA

A metodologia empregada neste estudo caracteriza-se como uma pesquisa de natureza qualitativa, com abordagem descritiva e caráter bibliográfico. Segundo Gil (2019), a pesquisa bibliográfica permite analisar fenômenos e conceitos a partir de materiais já publicados, fornecendo fundamentação teórica para a compreensão do objeto estudado. Assim, foram consultados livros, artigos científicos, relatórios técnicos e documentos institucionais relacionados à gestão de estoque, logística internacional, exportações de frutas e fruticultura do Vale do São Francisco.

A escolha dessa abordagem justifica-se pela necessidade de compreender, em profundidade, como os processos logísticos e as práticas de gestão de estoque influenciam a competitividade da uva produzida na região. A pesquisa fundamentou-se também em publicações da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA), que é referência nacional em estudos sobre fruticultura irrigada, pós-colheita, variedades de uva e sustentabilidade. Além disso, foram analisados estudos de autores contemporâneos que investigam as dinâmicas do agronegócio exportador, com foco em cadeias produtivas perecíveis.

Para organizar o conteúdo selecionado, procedeu-se à leitura exploratória, seletiva e analítica das fontes, conforme orientam Bardin (2011) e Lakatos & Marconi (2017). A análise ocorreu por meio da identificação de conceitos, convergências, divergências e lacunas relacionadas aos temas centrais do estudo: gestão de estoque, logística internacional, competitividade e características do Vale do São Francisco. A partir da análise dos materiais consultados, foi possível construir um arcabouço teórico consistente e alinhado com os objetivos da pesquisa.

9 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os resultados observados a partir da revisão bibliográfica apontam que a gestão de estoque exerce influência direta sobre a eficiência logística e sobre o desempenho das exportações de uva no Vale do São Francisco. A literatura demonstra que falhas no controle de temperatura, no acondicionamento pós-colheita e na manutenção da cadeia do frio podem gerar perdas expressivas, elevando custos e comprometendo a qualidade do produto final. Estudos indicam que a ausência de pré-resfriamento adequado ou oscilações térmicas no transporte rodoviário são responsáveis por grande parte da rejeição das cargas no destino internacional, afetando a credibilidade dos exportadores.

A revisão mostrou ainda que a logística internacional, quando não integrada aos processos de estocagem e colheita, torna-se um gargalo significativo para a competitividade da região. A distância dos portos, o tempo de trânsito e a necessidade de cumprir exigências fitossanitárias rigorosas são fatores que reforçam a importância de uma operação logística bem planejada. A análise de Maia et al. (2023) destaca que o Vale do São Francisco, embora competente na produção, ainda enfrenta desafios estruturais que impactam sua capacidade de competir com países como Chile e Peru, que possuem infraestrutura logística mais avançada.

Por outro lado, os resultados indicam que a adoção de tecnologias de rastreabilidade, o uso de novas variedades de uva mais resistentes ao transporte e a implementação de boas práticas de pós-colheita têm contribuído para elevar o padrão de qualidade das exportações da região. A integração entre estoque e logística tem se

mostrado uma estratégia eficaz para reduzir perdas, aumentar a previsão de demanda e fortalecer o posicionamento do Vale nos mercados internacionais. A discussão também evidencia que a competitividade não depende apenas da qualidade do produto, mas do conjunto de etapas que envolvem planejamento, armazenamento, transporte e adequação às exigências internacionais.

Em síntese, os resultados apontam para a necessidade de investimentos contínuos em infraestrutura logística, inovação tecnológica e capacitação profissional, a fim de garantir que o Vale do São Francisco se consolide cada vez mais como referência mundial na exportação de uvas de alta qualidade.

10 DESAFIOS IDENTIFICADOS

O estudo permitiu identificar diversos desafios que impactam diretamente a competitividade das exportações de uva do Vale do São Francisco. Um dos principais refere-se à distância entre a região produtora e os portos de embarque, fator que intensifica a dependência do modal rodoviário e prolonga o tempo total de transporte, aumentando o risco de rupturas na cadeia do frio. As oscilações térmicas durante o trajeto, especialmente em longos percursos, comprometem a qualidade da fruta e elevam a probabilidade de rejeição nos mercados internacionais. Além disso, foram observadas deficiências no pré-resfriamento e na armazenagem, que resultam em perdas pós-colheita e reduzem a vida útil da uva. Soma-se a isso a limitação da infraestrutura logística regional, marcada por estradas desgastadas e falta de integração com modais alternativos, o que aumenta os custos operacionais. Os elevados gastos com energia elétrica para manter câmaras frias e sistemas de refrigeração também configuram um desafio significativo, sobretudo quando comparados aos custos logísticos de países concorrentes como Chile e Peru, que possuem infraestrutura mais eficiente e proximidade dos portos.

11 OPORTUNIDADES OBSERVADAS

Apesar dos desafios, o estudo evidenciou importantes oportunidades capazes de fortalecer ainda mais o setor. A adoção crescente de tecnologias de rastreabilidade e monitoramento digital tem contribuído para aprimorar o controle de qualidade, garantindo maior transparência e confiabilidade nas operações. A introdução de novas variedades de uva mais resistentes ao transporte, como Sweet Globe e Arra 15, representa um avanço significativo, pois reduz perdas durante o percurso e amplia a aceitação do produto brasileiro em mercados premium. As certificações internacionais, como GlobalG.A.P e GRASP, também surgem como oportunidades relevantes, pois agregam valor ao produto e facilitam o acesso a mercados mais exigentes. Além disso, o potencial produtivo contínuo do Vale do São Francisco, possibilitado pelo clima semiárido e pela alta luminosidade, oferece vantagem competitiva ao permitir a produção em períodos de entressafra global. Observa-se igualmente a modernização gradual dos packing houses e das câmaras frias, que contribui para a eficiência operacional e para a redução de perdas logísticas, reforçando o posicionamento do Vale como polo de excelência na fruticultura exportadora.

12 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com base na revisão realizada, conclui-se que a gestão de estoque desempenha papel fundamental na competitividade das exportações de uva do Vale do São Francisco. A eficiência no controle de temperatura, no pré-resfriamento, na seleção, na embalagem e no armazenamento é determinante para que a fruta mantenha sua qualidade até o destino final. Esses elementos, quando integrados às práticas de logística internacional, reduzem perdas, agilizam processos e asseguram que o produto chegue ao mercado internacional dentro dos padrões exigidos.

A pesquisa demonstra que, embora o Vale possua vantagens competitivas relacionadas ao clima, ao conhecimento técnico e à capacidade produtiva, ainda existem desafios significativos no que diz respeito à infraestrutura logística e aos custos de transporte. A comparação com países concorrentes evidencia a necessidade de

investimentos públicos e privados para melhorar estradas, ampliar terminais portuários e modernizar sistemas de transporte refrigerado.

Apesar dos desafios, o estudo revela que a região tem potencial para continuar expandindo sua participação no mercado global de frutas. A adoção de tecnologias de rastreabilidade, a busca por certificações internacionais, a inovação no manejo agrícola e o aprimoramento das técnicas de pós-colheita representam caminhos importantes para fortalecer a presença do Vale do São Francisco no cenário internacional.

Portanto, reforça-se que a gestão de estoque e a logística internacional não são apenas etapas operacionais do processo exportador, mas componentes estratégicos capazes de determinar o sucesso ou o fracasso das operações no mercado externo. Investir nesses elementos significa aumentar a competitividade, reduzir perdas e consolidar o Vale como polo de excelência na fruticultura.

REFERÊNCIAS

- DESAFIOS À COMPETITIVIDADE DAS EXPORTAÇÕES BRASILEIRAS.** [s.l.: s.n.]. Disponível em:
<https://static.portaldaindustria.com.br/media/filer_public/98/46/9846082f-51a3-4456-bfac-137e8b4b6d39/desafios_a_competitiv_das_export_brasileiras_2022.pdf>. Acesso em: 15 de nov. de 2025.
- BALLOU, R. H. **Logística empresarial: transportes, administração de materiais e distribuição física.** São Paulo: Atlas, 2006.
- BARDIN, L. **Análise de conteúdo.** Lisboa: Edições 70, 2011.
- BATALHA, M. O.; SILVA, A. L. DA. **Gestão do agronegócio: cadeias produtivas e inovação.** São Paulo: Atlas, 2015.
- CHITARRA, M. I. F.; CHITARRA, A. B. **Pós-colheita de frutas e hortaliças.** Lavras: UFLA, 2005.
- DA HORA, M. A. et al. **Custos logísticos no agronegócio.** Brasília: MAPA, 2023.
- FAO – FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION OF THE UNITED NATIONS. **Food losses and waste in the fresh produce supply chain.** Rome: FAO, 2020.
- GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social.** São Paulo: Atlas, 2019.
- KADER, A. A. **Postharvest technology of horticultural crops.** Davis: University of California, 2002.
- LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. **Fundamentos de metodologia científica.** São Paulo: Atlas, 2017.
- MAIA, E. R. et al. **Competitividade logística no Polo Petrolina–Juazeiro.** Petrolina: UNIVASF, 2023.
- SANGUINO, T.; MILANEZ, D. **Exportações de frutas brasileiras: tendências e desafios.** Brasília: CNA, 2023.
- SANTOS, L. M.; AMARAL, R. B. **Gestão e competitividade na cadeia da uva de mesa.** Recife: EdUFPE, 2025.

INCLUSÃO DIGITAL NO CAMPO: DESAFIOS E OPORTUNIDADES PARA PEQUENOS PRODUTORES

Jordana Torres Ferreira

Superior de Tecnologia em Comércio Exterior

Faculdade de Petrolina – FACAPE

jordana.ferreira.27149@aluno.facape.br

Antônia Aparecida Barros Alencar Correia

Professora-orientadora

Doutora em Educação

Faculdade de Petrolina – FACAPE

antonia.alencar@prof.facape.br

RESUMO: Este artigo busca compreender a importância da integração digital e quais são os obstáculos desta temática. O objetivo é analisar os principais desafios e oportunidades da inclusão digital no meio rural para pequenos produtores, evidenciando seus impactos na produção, gestão e comercialização. Os métodos operados, como a revisão de literatura e o processo investigativo, proporcionaram uma base dos indicativos. Como resultado, oferecer formação em letramento digital e possibilitar a utilização de ferramentas tecnológicas inovadoras é uma estratégia fundamental para promover a competitividade, sustentabilidade e modernização da agricultura familiar. O estudo também revela que a adoção de tecnologias digitais contribui para a melhoria da gestão rural, abre novos mercados e fortalece a cidadania digital, sendo um fator crucial para reduzir desigualdades e impulsionar a produção em pequena escala.

Palavras-chave: Inclusão Digital. Agricultura Familiar. Tecnologias Digitais. Gestão. Estratégia.

ABSTRACT: This article seeks to understand the importance of digital integration and the obstacles to this theme. The objective is to analyze the main challenges and opportunities of digital inclusion in rural areas for small producers, highlighting its impacts on production, management, and marketing. The methods used, such as literature review and investigative research, provided a basis for the findings. As a result, offering training in digital literacy and enabling the use of innovative technological tools is a fundamental strategy to promote the competitiveness, sustainability, and

modernization of family farming. The study also reveals that the adoption of digital technologies contributes to improved rural management, opens new markets, and strengthens digital citizenship, being a crucial factor in reducing inequalities and boosting small-scale production.

Keywords: Digital Inclusion. Family Farming. Digital Technologies. Management. Strategy.

1 INTRODUÇÃO

Nos últimos anos, a tecnologia tem transformado de forma intensa a economia e a sociedade em todo o mundo. Porém, quando olhamos para o meio rural, percebemos que muitos pequenos produtores ainda enfrentam dificuldades para acompanhar essa transformação digital. A falta de acesso à internet, de capacitação e de ferramentas adequadas limita não só o uso das tecnologias, mas também o acesso a informações, treinamentos e mercados, o que reduz o potencial produtivo e competitivo desses agricultores. Essa desigualdade tecnológica amplia problemas já existentes e coloca em risco a sustentabilidade das atividades rurais em um cenário cada vez mais digital.

No Brasil, a agricultura familiar representa mais de 70% dos estabelecimentos rurais, segundo o Censo Agropecuário de 2017. Isso mostra sua importância para a produção de alimentos e para a geração de emprego e renda. Porém, sem acesso às tecnologias digitais, muitos agricultores ficam em desvantagem na hora de competir com grandes produtores.

Diante desse cenário, a inclusão digital no meio rural surge como fator estratégico para fortalecer a agricultura familiar e promover o desenvolvimento sustentável. O uso adequado das tecnologias pode ajudar na gestão da produção, trazer inovação para os processos agrícolas, abrir novos mercados e melhorar as condições de vida dos pequenos produtores. No entanto, para que isso aconteça, é preciso pensar em infraestrutura, políticas públicas, capacitação e em iniciativas privadas que ajudem a democratizar o acesso digital.

Assim, este artigo tem como objetivo geral analisar os desafios e as oportunidades da inclusão digital no meio rural para pequenos produtores, destacando seus impactos na produção, na gestão e na comercialização. Especificamente, busca-se: (1) identificar as principais barreiras enfrentadas pelos pequenos produtores para acessar e utilizar recursos digitais; (2) investigar as oportunidades que a inclusão digital oferece em termos de capacitação, inovação e acesso a mercados; (3) avaliar como políticas públicas e iniciativas privadas podem contribuir para ampliar a inclusão digital no campo; e (4) compreender de que forma o uso de tecnologias digitais pode melhorar a competitividade e a sustentabilidade dos pequenos produtores.

2 JUSTIFICATIVA

A inclusão digital no meio rural é um desafio essencial para o fortalecimento da agricultura familiar. Muitos pequenos produtores ainda enfrentam barreiras como acesso limitado à internet, falta de capacitação técnica e ausência de tecnologias adaptadas à sua realidade, fatores que comprometem a modernização e a competitividade do setor.

As políticas de inclusão digital são estratégicas para o desenvolvimento social, pois promovem igualdade de oportunidades e contribuem para que o Brasil mantenha sua relevância na agropecuária mundial. Mais do que acesso técnico, a inclusão digital deve ser entendida como um processo de emancipação social e de fortalecimento do pensamento crítico.

O tema desperta meu interesse por eu vir de uma família agricultora e atuar na área, o que me permite compreender de perto tanto as dificuldades quanto o potencial do campo. Essa vivência reforça minha convicção sobre a importância de garantir direitos e oportunidades iguais para todos, especialmente por meio da tecnologia como ferramenta de transformação.

3 REFERENCIAL TEÓRICO

3.1 AGRICULTURA FAMILIAR

A agricultura familiar é um tipo de produção em que a terra e as atividades são administradas pela própria família, que também realiza o trabalho. Esse modelo se caracteriza pelo uso da mão de obra familiar e pela produção de alimentos tanto para consumo próprio quanto para venda. Além de sua importância econômica, a agricultura familiar é essencial para a segurança alimentar, para manter tradições rurais e para o desenvolvimento sustentável das comunidades.

Segundo a Embrapa (2024), esse tipo de agricultura pode ter acesso a linhas de financiamento específicas e conquistar diferenciais competitivos, como selos de qualidade (orgânico, ecológico, gourmet), que ajudam a valorizar os produtos.

Muitas vezes, o agricultor familiar é visto apenas como alguém que produz para sobreviver. Porém, estudos mostram que ele também pode ser um empreendedor rural, capaz de gerar renda, adotar inovações e fortalecer a economia local. Para isso, é preciso superar barreiras culturais, estruturais e de acesso a recursos (Embrapa, 2024).

As políticas públicas têm papel fundamental nesse processo. Elas não devem se limitar ao apoio financeiro, mas também incentivar práticas sustentáveis e a competitividade do setor. Reis Neto et al. (2023) afirmam que o fortalecimento da agricultura familiar depende de políticas que unam sustentabilidade e viabilidade econômica. O Governo Federal também reconhece essa importância, destacando que políticas voltadas para a agricultura familiar ajudam a gerar emprego, renda e segurança alimentar (Brasil, 2020).

Assim, a agricultura familiar deve ser entendida não apenas como subsistência, mas como um setor produtivo com grande potencial de inovação e empreendedorismo.

3.2 DESAFIOS E OPORTUNIDADES PARA PEQUENOS PRODUTORES

A modernização da agricultura familiar depende de investimentos em capacitação técnica e do uso de tecnologias que se adaptem à realidade dos pequenos produtores. As oportunidades de crescimento aparecem quando há acesso a

conhecimento, equipamentos e práticas sustentáveis, que ajudam a aumentar a produtividade sem prejudicar o meio ambiente.

Nesse processo, a inclusão digital tem papel essencial. Ela não significa apenas ter computadores ou internet, mas sim garantir que os produtores tenham condições reais de participar do ambiente digital. Isso exige investimentos em capacitação, suporte técnico e políticas públicas que reduzam desigualdades sociais.

Além disso, observa-se que tecnologias avançadas já estão chegando à agricultura em pequena escala, como drones, internet das coisas (IoT) e sistemas automatizados de irrigação. Essas inovações estão se tornando cada vez mais comuns, mostrando que, mesmo com limitações, a tecnologia tem ajudado os agricultores familiares a melhorarem a eficiência e a produtividade.

Por outro lado, os pequenos produtores ainda enfrentam muitos desafios, como dificuldades econômicas, barreiras de marketing, impactos das mudanças climáticas e falta de infraestrutura. Por isso, a modernização precisa de uma abordagem integrada, que una políticas públicas, parcerias estratégicas e capacitação técnica com o uso de tecnologias digitais adequadas às condições locais.

3.3 INCLUSÃO DIGITAL NO MEIO RURAL

A inclusão digital no campo não significa apenas ter acesso às tecnologias. Ela vai além disso, funcionando como um meio de transformação social. Não se trata apenas de usar ferramentas digitais, mas também de saber interpretar e criar conhecimento a partir das informações disponíveis.

É importante destacar que apenas aumentar o número de telecentros, sem oferecer formação crítica e letramento digital, pode tornar a política pouco eficaz. Para que a inclusão digital seja realmente transformadora, é necessário unir infraestrutura tecnológica, capacitação dos usuários e políticas educacionais que incentivem o uso consciente das TICs.

3.4 TECNOLOGIAS DIGITAIS

As tecnologias digitais, quando bem aplicadas, podem ser ferramentas poderosas de inclusão educacional. Elas ampliam o acesso ao conteúdo, permitem que os estudantes aprendam no seu próprio ritmo e ajudam a desenvolver competências importantes para o mundo atual, como autonomia, pensamento crítico e capacidade de resolver problemas.

Esse potencial também se estende ao setor agrícola. A inovação tecnológica contribui para aumentar a eficiência no campo, oferecendo métodos e ferramentas que otimizam processos e melhoram os resultados da produção.

Assim, a integração entre inovação tecnológica, educação e gestão produtiva cria uma base sólida para o desenvolvimento sustentável. Nesse contexto, as parcerias público-privadas ganham destaque, pois permitem unir recursos públicos com recursos privados, ampliando o impacto positivo das tecnologias digitais.

3.5 GESTÃO E ESTRATÉGIA NA AGRICULTURA FAMILIAR

A gestão eficiente e a organização do trabalho são fundamentais para garantir competitividade e sustentabilidade no meio rural. Administrar bem os recursos humanos e materiais pode gerar vantagens competitivas, especialmente em locais onde os recursos são limitados.

Segundo Reis Neto et al. (2023), a gestão e a organização do trabalho podem se tornar vantagens competitivas quando aplicadas de forma estratégica. Nesse cenário, as tecnologias digitais são ferramentas essenciais, pois permitem coletar e analisar dados em tempo real, ajudando no planejamento e no acompanhamento das atividades rurais.

Uma gestão bem estruturada contribui diretamente para a sustentabilidade e para a competitividade do setor agrícola. Para fortalecer ainda mais esse processo, a análise estratégica se torna indispensável. Com base na Visão Baseada em Recursos (VBR), é possível identificar vantagens competitivas internas e enfrentar ameaças externas.

Além disso, a inclusão digital aparece como política estruturante para fortalecer a gestão e a estratégia no campo.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A análise dos dados obtidos por meio da revisão bibliográfica e dos fichamentos evidenciou um conjunto de desafios estruturais e oportunidades emergentes relacionados à inclusão digital e à modernização da agricultura familiar no meio rural brasileiro. Observou-se que, embora exista um reconhecimento crescente sobre a importância das tecnologias digitais para o desenvolvimento do campo, ainda persistem barreiras significativas que limitam o acesso e o uso efetivo dessas ferramentas pelos pequenos produtores.

5 DESAFIOS IDENTIFICADOS

Os principais obstáculos estão ligados à infraestrutura tecnológica precária, especialmente em relação à conectividade e à cobertura de internet em áreas rurais mais afastadas. Essa limitação dificulta a adoção de sistemas digitais de gestão, comercialização e capacitação. Além disso, a falta de formação técnica e de letramento digital entre os agricultores familiares é um dos fatores mais críticos, pois impede o uso autônomo e estratégico das tecnologias. Outro desafio recorrente é a dificuldade de acesso a crédito e financiamento voltado à inovação tecnológica, o que restringe investimentos em equipamentos e infraestrutura. Soma-se a isso a resistência cultural e a visão tradicional que ainda associa o agricultor familiar à produção de subsistência, limitando sua compreensão como empreendedor rural e agente de transformação social e econômica.

6 OPORTUNIDADES OBSERVADAS

Em contrapartida, os dados apontam grandes oportunidades de crescimento quando os pequenos produtores têm acesso à capacitação e a políticas públicas integradas. Iniciativas que unem setor público e privado têm se mostrado fundamentais para ampliar a inclusão digital, combinando infraestrutura tecnológica, formação de competências e plataformas voltadas à gestão e comercialização da produção agrícola. A

adoção de tecnologias emergentes, como drones, sensores de IoT e sistemas de irrigação automatizados, já aparece em diversas experiências regionais. Essas ferramentas, quando adaptadas à realidade da agricultura familiar, contribuem para aumentar a produtividade, reduzir custos e promover a sustentabilidade ambiental.

7 INCLUSÃO DIGITAL E GESTÃO ESTRATÉGICA

Os resultados indicam que a inclusão digital atua como eixo estruturante para fortalecer a gestão e a competitividade no meio rural. Com o uso de ferramentas digitais, os produtores podem acessar informações sobre mercados, prever demandas, monitorar condições climáticas e planejar melhor o uso dos recursos. No campo da gestão estratégica, agricultores que utilizam métodos de planejamento — como a análise SWOT — desenvolvem uma visão mais ampla do negócio rural. Essa abordagem favorece a identificação de vantagens competitivas internas e permite enfrentar de forma mais eficaz ameaças externas, como variações de mercado e condições climáticas adversas.

8 INTERPRETAÇÃO GERAL DOS RESULTADOS

De modo geral, os resultados mostram que a inclusão digital no meio rural não deve ser entendida apenas como acesso a tecnologias, mas como um processo de transformação socioeconômica e cultural. Quando associada à educação, à capacitação e à gestão eficiente, ela se torna um instrumento capaz de empoderar o agricultor familiar, fortalecendo seu papel como protagonista do desenvolvimento sustentável.

9 CONCLUSÃO

A partir da revisão bibliográfica e da análise realizada, conclui-se que a inclusão digital no meio rural é condição necessária para a modernização e a sustentabilidade da agricultura familiar. Os objetivos do trabalho foram alcançados ao identificar barreiras, analisar oportunidades, avaliar o papel das políticas públicas e compreender como as tecnologias digitais podem fortalecer a competitividade dos pequenos produtores.

Entre os desafios, destacam-se a falta de infraestrutura de internet, a dificuldade de acesso a crédito, a ausência de formação técnica e a resistência cultural. Esses fatores mostram que a inclusão digital precisa ser tratada como um processo integrado, envolvendo infraestrutura, educação, financiamento e mudanças culturais.

Por outro lado, as oportunidades são grandes. Tecnologias como sensores, sistemas informatizados de manejo, plataformas de comercialização e análise de dados podem transformar a produção, reduzir custos e abrir novos mercados. Quando combinadas com capacitação e gestão estratégica, essas ferramentas ajudam os agricultores a transformarem seus conhecimentos locais e recursos em vantagens competitivas.

O estudo reforça que políticas públicas isoladas não são suficientes. É necessário investir em programas de capacitação, linhas de crédito acessíveis, assistência técnica e parcerias público-privadas para desenvolver soluções adaptadas à realidade da agricultura familiar.

Reconhece-se, ainda, que esta pesquisa tem limitações por ser baseada em revisão bibliográfica. Por isso, sugere-se que estudos futuros utilizem dados primários e análises de caso para aprofundar os resultados, incluindo temas como juventude rural, gênero e resiliência climática.

Em síntese, promover a inclusão digital no campo significa promover cidadania, equidade e sustentabilidade. A ação integrada entre infraestrutura, formação, financiamento e participação comunitária pode transformar a agricultura familiar, fortalecendo sua produtividade, sua inserção nos mercados e seu papel no desenvolvimento rural.

REFERÊNCIAS

- ALEXANDRE, P. *et al.* A importância da agricultura familiar para a segurança alimentar no Brasil. São Paulo: Editora AgroBrasil, 2021.
- BARNEY, J. Firm resources and sustained competitive advantage. *Journal of Management*, v. 17, n. 1, p. 99–120, 1991.
- BRASIL. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Potencialidades e desafios do Agro 4.0. Brasília: MAPA/MCTI, 2021.
- CESAR. Educação digital e inclusão com parcerias público-privada. Disponível em: <https://www.cesar.org.br/w/educacao-digital-e-inclusao-com-parcerias-publico-privada>. Acesso em: 26 set. 2025.
- DA SILVA, C. L.; DE OLIVEIRA, R. F. Desafios e oportunidades na agricultura familiar: um estudo sobre assistência técnica e acesso a recursos para pequenos produtores rurais. Universidade Estadual de Goiás, Câmpus Nordeste, Unidade de Posse – GO, 2024. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Agronomia).
- DAYIOĞLU, R.; TURKER, Q. Small-Scale Farming: A Review of Challenges and Potential Opportunities Offered by Technological Advancements. *Sustainability*, v. 15, n. 21, p. 15478, 2023. DOI: <https://doi.org/10.3390/su152115478>.
- DHILLON, R.; MONCUR, Q. Small-Scale Farming: A Review of Challenges and Potential Opportunities Offered by Technological Advancements. *Sustainability*, v. 15, n. 21, p. 15478, 2023. DOI: <https://doi.org/10.3390/su152115478>.
- DURST, S.; GERSTLBERGER, W. Sustainable rural development through knowledge management: The role of digital technologies. *Journal of Rural Studies*, v. 74, p. 1–10, 2020.
- EMBRAPA. Agricultura familiar: desafios e oportunidades rumo à inovação. Brasília, DF: Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária, 2024. Disponível em: <https://www.embrapa.br/busca-de-noticias/-/noticia/31505030/artigo—agricultura-familiar-desafios-e-oportunidades-rumo-a-inovacao>. Acesso em: 14 out. 2025.
- EMBRAPA. Tecnologias digitais contribuem para melhorar eficiência da produção de alimentos de forma mais sustentável. Brasília, DF: Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária, 2023. Disponível em: <https://www.embrapa.br/busca-de-noticias/-/noticia/80271706/tecnologias-digitais-contribuem-para-melhorar-eficiencia-da-producao-de-alimentos-de-forma-mais-sustentavel>. Acesso em: 26 set. 2025.

ESTEVÃO, P.; SOUSA, D. N. de; DIAS, M. M.; LEITE, C. A. M. Inclusão digital e políticas públicas no meio rural: um estudo sobre os territórios digitais. In: SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO E SOCIOLOGIA RURAL. *Anais...* Campo Grande, 25–28 jul. 2010.

HELOU, A. R. H. A.; LENZI, G. K. S.; ABREU, A. D.; SAISS, G.; SANTOS, N. dos. Políticas públicas de inclusão digital. *Novas Tecnologias na Educação*, v. 9, n. 1, jul. 2011. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/renote>. Acesso em: 20 set. 2025.

MAPA. Potencialidades e desafios do Agro 4.0. Brasília: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, 2021.

MARKET PRAE. Inclusão digital: acesso, oportunidades para todos. Disponível em: <https://marketprae.com.br/glossario/inclusao-digital-acesso-oportunidades-para-todos/>. Acesso em: 26 set. 2025.

MONTE, C. A. do. Tecnologias digitais na Educação: Vantagens, desafios e estratégias para uma integração eficiente no contexto brasileiro. *E-Acadêmica*, v. 6, n. 1, p. e0261600, jan. 2025. Disponível em: <https://eacademica.org/eacademica/article/view/600>. Acesso em: 26 set. 2025.

REIS NETO, J. F. dos; ROSINI, A. M.; GUARIENTI, A. P.; SANTOS, R. C. da S.; BATISTA, R. F. Estratégias para o desenvolvimento da agricultura familiar: uma agenda de pesquisa. *Ensaio e Ciências*, v. 27, n. 4, p. 430–440, 2023. DOI: <https://doi.org/10.17921/1415-6938.2023v27n4p430-440>.

SIAGRI. Tecnologia no agronegócio: entenda o impacto e a importância. Siagri, 11 maio 2023. Disponível em: <https://www.siagri.com.br/tecnologia-no-agronegocio/>. Acesso em: 26 set. 2025.

ÍNDICE DE QUALIDADE DA ÁGUA E ESTADO TRÓFICO DO RIO SÃO FRANCISCO EM TRECHOS DOS MUNICÍPIOS DE JUAZEIRO, CASA NOVA E CURAÇÁ - BA

Sheila Ferreira Santos

Bacharelada em Engenharia Agrícola e Ambiental
Universidade Federal do Vale do São Francisco - UNIVASF

Iana Ravena Matos Maia

Bacharelada em Engenharia Agrícola e Ambiental
Universidade Federal do Vale do São Francisco - UNIVASF

Isadora Ketlin Gomes do Nascimento

Bacharelada em Engenharia Agrícola e Ambiental
Universidade Federal do Vale do São Francisco - UNIVASF

Rafael Venâncio dos Santos

Bacharelado em Engenharia Agrícola e Ambiental
Universidade Federal do Vale do São Francisco - UNIVASF

André Vinícius Freitas Mendes

Bacharelado em Engenharia Agrícola e Ambiental
Universidade Federal do Vale do São Francisco - UNIVASF

Miriam Cleide Cavalcante de Amorim

Professora Orientadora
Mestre em Engenharia Química
Universidade Federal do Vale do São Francisco - UNIVASF

RESUMO: A qualidade da água é fundamental para a manutenção da vida aquática e os usos múltiplos da sociedade, sendo frequentemente comprometida por poluentes antrópicos. Neste estudo, avaliou-se a qualidade da água do Rio São Francisco em trechos localizados em Casa Nova, Juazeiro e Curaçá, Bahia, por meio do índice de Qualidade da Água (IQA) e do índice de Estado Trófico (IET). As coletas foram realizadas em pontos próximos a lançamentos de esgoto tratado por meio de duas campanhas, com a análise

de parâmetros físico-químicos e microbiológicos. O IQA foi calculado pelo aplicativo CalcuLEAdora, e o IET através da concentração de fósforo total. Os valores de IQA classificaram a água entre Boa e Razoável, com os menores índices no trecho de Juazeiro. O IET indicou a supereutrofia e hipereutrofia, evidenciando enriquecimento por nutrientes, especialmente fósforo. Conclui-se que tais trechos apresentam a qualidade comprometida, e que o IET foi mais sensível às pressões antrópicas. Recomenda-se o fortalecimento das ações de saneamento e monitoramento para reduzir os impactos da eutrofização e assegurar os múltiplos usos do rio.

Palavras-chave: IQA. IET. Rio São Francisco. Eutrofização.

ABSTRACT: A quality of water is fundamental for the maintenance of aquatic life and the multiple uses of society, being frequently compromised by anthropogenic pollutants. In this study, the water quality of the São Francisco River in stretches located in Casa Nova, Juazeiro, and Curaçá, Bahia, was evaluated through the Water Quality Index (WQI) and the Trophic State Index (TSI). The collections were carried out at points close to treated sewage discharges through two campaigns, with the analysis of physical-chemical and microbiological parameters. The WQI was calculated using the CalcuLEAdora application, and the TSI through the concentration of total phosphorus. The WQI values classified the water between Good and Fair, with the lowest indexes in the Juazeiro section. The TSI indicated hypereutrophy and supereutrophy, highlighting nutrient enrichment, especially phosphorus. It is concluded that such stretches have compromised quality, and that the TSI was more sensitive to anthropogenic pressures. It is recommended to strengthen sanitation and monitoring actions to reduce the impacts of eutrophication and ensure the multiple uses of the river.

Keywords: WQI. TSI. São Francisco River. Eutrophication.

1 INTRODUÇÃO

A bacia hidrográfica do rio São Francisco é a terceira maior em extensão do Brasil, abrange os estados de Minas Gerais, Pernambuco, Bahia, Alagoas e Sergipe, tendo cerca de 54% do seu território no Semiárido, com registro de períodos críticos de estiagem e caracterizada por seus usos múltiplos (Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco – CBHSF, 2025). O uso dos corpos hídricos para o despejo de efluentes, é

preocupante pois contribui para a poluição hídrica (Santos et al., 2023) e pode inviabilizar outros usos.

Água limpa e de fácil acesso é importante para a saúde pública, seja ela usada para beber, para uso doméstico, para produzir alimentos ou para fins recreativos (Organização Mundial da Saúde - OMS, 2018). Deve atender a legislações e portarias, como a resolução do Conselho Nacional do Meio Ambiente (Conama) 357/2005, que estabelece padrões de qualidade para parâmetros físico-químicos e biológicos, que indicam se o corpo hídrico apresenta riscos na sua utilização para os diversos fins.

Dentre as formas de avaliação da qualidade da água de um corpo hídrico tem-se ferramentas como o Índice de Qualidade de Água (IQA) e o Índice de Estado Trófico (IET) que sintetiza informações sobre parâmetros físico-químicos e biológicos, além de facilitar a comunicação com diversos públicos. O Índice de Qualidade da Água (IQA) resulta em níveis de qualidade que vão de uma escala entre muito ruim a excelente, sendo calculado pelo produto ponderado das qualidades de água correspondentes às variáveis que integram o índice (Companhia Ambiental do Estado de São Paulo - CETESB, 2014). Para cada variável atribui-se um peso de acordo com a sua importância para a qualidade da água e conforme a CETESB (2014), a principal vantagem dos índices é a facilidade de comunicação com o público leigo.

O Índice do Estado Trófico (IET) é útil para tornar os estudos relativos à eutrofização mais objetivos, caracterizando a água quanto aos seus estados tróficos, pelo levantamento das concentrações do nutriente limitante, o fósforo e da clorofila “a” (Esteves, 1988). A determinação do IET auxilia os agentes responsáveis na tomada de decisões relativas ao estado em que se encontra o curso d’água, obtendo-se informações e permitindo descrever as relações bióticas e abióticas desse ecossistema (Andrietti et al., 2016).

O fósforo é um elemento indispensável para todas as formas de vida, contudo, seu excesso resulta na eutrofização de corpos d’água (Esteves, 1988). Segundo Rocha e Neto (2020), entre as principais fontes de fósforo nos corpos hídricos destacam-se os esgotos domésticos, pela presença dos detergentes superfosfatados e da própria matéria fecal.

Além disso, a drenagem pluvial de áreas agrícolas e urbanas também é uma fonte significativa de fósforo para os corpos d'água.

Assim, esse estudo teve como objetivo determinar e classificar o IQA e o IET em diferentes pontos do rio São Francisco, localizados nos municípios de Juazeiro, Casa Nova e Curaçá, no estado da Bahia, e sujeitos a lançamentos de efluentes, por meio da coleta e análise de parâmetros físicos, químicos e biológicos, com posterior verificação do enquadramento conforme a Resolução CONAMA nº 357/2005.

2 MATERIAIS E MÉTODOS

O estudo foi realizado em trechos do Rio São Francisco, nas cidades de Juazeiro, Casa Nova e Curaçá, no estado da Bahia. Os pontos de amostragem foram selecionados em função da influência direta de atividades antrópicas, como lançamento de efluentes domésticos tratados e uso da água para irrigação.

As coletas de amostras da água foram realizadas em duas campanhas de amostragem, abrangendo o período seco e chuvoso. É necessário mencionar que não houve coleta em Curaçá durante a segunda campanha.

Após coletadas as amostras foram devidamente acondicionadas sob refrigeração e transportadas ao Laboratório de Engenharia Ambiental (LEA) da Universidade Federal do Vale do São Francisco, Campus Juazeiro, onde foram analisados os seguintes parâmetros: pH, temperatura (T), turbidez (Tur), coliformes termotolerantes (CT), nitrogênio total (NT), fósforo total (PT), demanda bioquímica de oxigênio (DBO₅), oxigênio dissolvido (OD) e sólidos totais (ST).

Todas as coletas e análises foram realizadas seguindo procedimentos analíticos definidos por APHA (2023), sendo cada parâmetro analisado em triplicatas.

O IQA foi calculado por meio do Aplicativo CalcuLEAdora, desenvolvido pelo PET Saneamento Ambiental, seguindo a metodologia da CETESB (2017) e desenvolvida pela National Sanitation Foundation (NSF) conforme Equação 1, que considera nove parâmetros (qi) fundamentais para avaliação da qualidade da água, associando a cada um

deles um peso (w_i) referente à sua responsabilidade individual sobre a situação global do ecossistema aquático.

$$IQA = \prod_{i=1}^9 q_i^{w_i} \quad (1)$$

Onde: q_i = iésimo parâmetro; w_i = peso referente ao iésimo parâmetro.

Os valores do IQA foram interpretados segundo as faixas de qualidade estabelecidas pela CETESB (2017), permitindo expressar seu estado em um determinado momento (Tabela 1).

Tabela 1 - Qualidade da água de acordo com a faixa numérica do IQA para o estado da Bahia.

Classificação	Intervalo
Ótima	$79 < IQA \leq 100$
Boa	$51 < IQA \leq 79$
Razoável	$36 < IQA \leq 51$
Ruim	$19 < IQA \leq 36$
Péssima	$IQA \leq 19$

Fonte: Adaptado de CETESB (2022).

O IET foi obtido a partir da concentração de fósforo total, utilizando a Equação 2 para ambientes lóticos (Carlson, 1977) e Lamparelli (2004), variando de ultraoligotrófico, oligotrófico, mesotrófico, eutrófico, supereutrófico até hipereutrófico (Tabela 2) e permitindo avaliar o grau de enriquecimento nutricional do rio em cada ponto amostrado.

Em

$$IET(PT) = 10 \cdot \left[6 - \left(\frac{0,45 - 0,36 \cdot \ln(PT)}{\ln(2)} \right) \right] - 20 \quad (2)$$

que: PT = Concentração de fósforo total medida à superfície da água ($\mu\text{g L}^{-1}$); $\ln$ = Logaritmo natural.

Tabela 2 - Qualidade da água de acordo com a faixa numérica do IQA para o estado da Bahia.

Estado Trófico	IET(PT)
Hipereutrófico	$67 < \text{IET(PT)}$
Supereutrófico	$63 < \text{IET(PT)} \leq 67$
Eutrófico	$59 < \text{IET(PT)} \leq 63$
Mesotrófico	$52 < \text{IET(PT)} \leq 59$
Oligotrófico	$47 < \text{IET(PT)} \leq 52$
Ultraoligotrófico	$\text{IET(PT)} \leq 47$

Fonte: Adaptado de Lamparelli (2004).

Por fim, os valores de IQA e IET foram organizados em tabelas comparativas para as duas campanhas, possibilitando a análise espacial e temporal da qualidade da água nos diferentes pontos amostrados.

Tabela 3 - Resultados analíticos das amostras de água do Rio São Francisco para a 1° e 2° campanha nas cidades de Casa Nova, Juazeiro e Curaçá.

Parâmetro	1° Campanha			2° Campanha	
	Casa Nova	Juazeiro	Curaçá	Casa Nova	Juazeiro
pH	7,59	7,63	7,72	7,88	7,8
T (°C)	26,5	25,9	28,5	27,6	26,5
Tur (NTU)	6,33	21,4	31,8	7,26	19,7
CT (NMP/100mL)	240	≥ 1600	≥ 1600	10	≥ 1600
NT (mgN/L)	6,35	6,35	3,36	5,23	4,11
PT (mgP/L)	$< 0,5$	2,38	3,76	$< 0,5$	3,26
DBO ₅ (mgO ₂ /L)	0	29,9	0	6,1	18,6
OD (mgO ₂ /L)	6,38	5,97	6,4	6,46	5,96
Sólidos Totais (mg/L)	267	92	149,5	298,5	110

Fonte: Própria (2025).

De modo geral, os valores de pH permaneceram próximos da neutralidade (7,5 a 7,9), dentro da faixa aceitável para águas doces superficiais estabelecida pela Resolução CONAMA nº 357/2005. O maior valor foi registrado em Casa Nova, na segunda

campanha, e o menor também foi observado na mesma localidade, porém, durante a primeira campanha.

As temperaturas variaram entre 25,9 °C e 28,5 °C nos pontos amostrados, valores compatíveis com as condições climáticas do semiárido e típicas de ambientes lóticos da região. Esses resultados estão abaixo dos valores médios descritos por Ferreira et al. (2015) em reservatórios da bacia do São Francisco, demonstrando condições adequadas para o funcionamento metabólico e dissolução dos gases no ecossistema aquático. Assim, a temperatura não representa risco direto à qualidade da água nos trechos avaliados.

A turbidez apresentou maior variação entre os pontos, com valores reduzidos em Casa Nova e mais elevados em Juazeiro e Curaçá, embora todos os resultados estejam dentro dos limites estabelecidos para rios Classe 2 pela Resolução CONAMA nº 357/2005.

Os maiores valores de turbidez, observados em Juazeiro e Curaçá, indicam aumento na presença de sólidos suspensos, possivelmente associados ao lançamento de esgotos e ao uso e ocupação do solo. Essa oscilação sugere maior influência antrópica nesses trechos, ainda que os valores não representem condição crítica para a qualidade da água.

Os coliformes termotolerantes apresentaram valores superiores a 1600 NMP/100 mL em Juazeiro, em ambas as campanhas, e em Curaçá, na primeira campanha, caracterizando contaminação por esgoto doméstico e não conformidade com o limite estabelecido pela Resolução CONAMA nº 357/2005 para rios de Classe 2.

Tal condição evidencia o comprometimento da qualidade microbiológica da água, tornando esses pontos impróprios para recreação de contato primário, conforme os critérios de balneabilidade da Resolução CONAMA nº 274/2000.

Em contraste, Casa Nova apresentou valores significativamente menores na segunda campanha (10 NMP/100 mL), classificados como excelentes segundo a mesma resolução, o que sugere menor aporte de esgotos domésticos e melhores condições sanitárias nesse ponto do rio.

As concentrações de nitrogênio oscilaram entre 3,36 e 6,35 mg/L, indicando aporte significativo nos pontos avaliados. De acordo com a Resolução CONAMA nº

357/2005, o limite para nitrogênio amoniacal em rios de Classe 2 é de 2,0 mg/L quando o pH está entre 7,5 e 8,0, e de 5,6 mg/L para rios de Classe 3. Considerando que o pH nos pontos monitorados variou de 7,59 a 7,88, observa-se que todas as amostras excederam o limite para rios de Classe 2, e, na primeira campanha, os valores de Juazeiro e Casa Nova também ultrapassaram o limite estabelecido para Classe 3.

O fósforo total apresentou valores reduzidos em Casa Nova, mas atingiu concentrações elevadas em Juazeiro e Curaçá, superando o limite de 0,1 mg/L para rios de Classe 2. Esse enriquecimento por nutrientes reforça a tendência ao processo de eutrofização nos trechos avaliados.

A DBO5 apresentou valores críticos em Juazeiro, ultrapassando o limite de 10 mg/L O₂ estabelecido para rios de Classe 3, o que indica elevado consumo de oxigênio por matéria orgânica em decomposição. Em contrapartida, em Casa Nova e Curaçá, os valores foram baixos ou nulos, enquadrando-se na Classe 1 (até 3 mg/L O₂), o que sugere menor carga orgânica e melhores condições de qualidade da água nesses trechos.

O oxigênio dissolvido (OD) manteve-se em níveis entre 5,9 e 6,4 mg/L, considerados adequados para a manutenção da vida aquática. Sob a ótica da Resolução CONAMA nº 357/2005, estes valores enquadram Juazeiro na Classe 2 (≥ 5 mg/L O₂) e Casa Nova e Curaçá na Classe 1 (≥ 6 mg/L O₂), indicando boas condições de oxigenação da água, apesar de inferiores aos descritos por Silva, Cunha e Lopes (2019) em outros rios da bacia do São Francisco.

Os sólidos totais variaram entre 92 e 298,5 mg/L, valores que se mantêm dentro do esperado para o rio, mas refletem diferenças na carga de sais e material em suspensão entre os pontos, possivelmente associadas ao uso agrícola e à urbanização.

De forma integrada, os resultados dos parâmetros analisados evidenciam que Juazeiro e Curaçá apresentam maior comprometimento da qualidade da água, com indicadores críticos como DBO5, fósforo e coliformes termotolerantes, em desacordo com os padrões legais. Já Casa Nova apresentou condições ligeiramente melhores, ainda que alguns parâmetros também sinalizem risco ao ambiente.

Quanto ao índice de qualidade da água, para a 1ª campanha os valores de IQA classificaram a água como razoável em Juazeiro e boa em Casa Nova e Curaçá. Na 2ª

campanha, Casa Nova manteve a condição boa, enquanto Juazeiro permaneceu classificado como razoável (Tabela 4).

Tabela 4 - Classificação do IQA para cada campanha de coleta.

Parâmetro	1ª Campanha			2ª Campanha	
	Casa Nova	Juazeiro	Curaçá	Casa Nova	Juazeiro
IQA	69,61	41,78	54,19	72,44	44,90
Interpretação	Boa	Razoável	Boa	Boa	Razoável

Fonte: Própria (2025).

Os resultados indicam que, em ambas as campanhas, Juazeiro apresentou os piores índices de qualidade da água, possivelmente em decorrência do lançamento de esgotos domésticos, evidenciado pelos elevados valores de coliformes termotolerantes, turbidez e DBO5.

Em contraste, Casa Nova obteve os melhores resultados, enquadrando-se na faixa “Boa”, o que sugere a menor pressão antrópica nesse trecho. Já Curaçá, avaliada apenas na 1ª campanha, apresentou classificação semelhante à de Casa Nova, indicando boas condições na qualidade da água.

De modo geral, os resultados de IQA mostram que os trechos do Rio São Francisco monitorados se encontram comprometidos, reforçando a necessidade de medidas mais efetivas de controle da poluição, como a ampliação da cobertura de saneamento e monitoramento contínuo, a fim de garantir os múltiplos usos do recurso hídrico.

O IET apresentou valores elevados em todos os pontos avaliados. Na 1ª campanha, Casa Nova foi classificado como supereutrófico, enquanto Juazeiro e Curaçá foram classificados como hipereutróficos. Na 2ª campanha, Casa Nova manteve a classificação supereutrófica e Juazeiro permaneceu como hipereutrófico. Os resultados obtidos para cada ponto de coleta estão apresentados na Tabela 5.

Tabela 5 - Classificação do estado trófico para cada campanha de coleta e ponto analisado em função do resultado do IET (PT).

Parâmetro	1ª Campanha			2ª Campanha	
	Casa Nova	Juazeiro	Curaçá	Casa Nova	Juazeiro
IET (PT)	65,78	73,89	76,26	65,78	75,52
Interpretação	Supereutrófico	Hipereutrófico	Hipereutrófico	Supereutrófico	Hipereutrófico

Fonte: Própria (2025).

Os resultados evidenciam que os pontos monitorados do rio apresentam alto grau de enriquecimento por nutrientes, situando-se entre os estados supereutrófico e hipereutrófico, considerados os níveis mais elevados de eutrofização para corpos hídricos lóticos (Carlson, 1977).

Essas condições indicam um elevado grau de perturbação ambiental, provavelmente associado ao lançamento de efluentes domésticos próximos a esses pontos. Situação semelhante foi relatada por Marques et al. (2020), que observaram concentrações de fósforo acima do permitido pela legislação em trechos do Submédio São Francisco, diretamente relacionadas ao lançamento irregular de esgotos e à influência das atividades agrícolas.

O aumento da concentração de nutrientes, como observado no presente estudo, pode estar relacionado tanto à insuficiência no tratamento do esgoto lançado quanto ao descumprimento da vazão de diluição exigida para o lançamento, o que favorece processos de eutrofização e desequilíbrio do corpo hídrico, ou mesmo ao limitado poder de autodepuração dos córregos estudados.

A análise conjunta dos índices evidencia um contraste importante: enquanto o IQA classifica a água como Boa a Razoável, o IET indica condições de supereutrofia a hipereutrofia, ou seja, ambientes fortemente impactados por excesso de nutrientes.

Resultados semelhantes foram observados por Lima et al. (2020), ao avaliarem a qualidade da água em reservatórios do semiárido, onde o IQA indicou predominantemente condição Boa, enquanto o IET variou entre Supereutrófico e

Hipereutrófico, revelando risco de degradação da qualidade da água mesmo em ambientes classificados como aceitáveis pelo IQA.

Segundo os mesmos autores, o IQA não reflete diretamente o nível de degradação do corpo hídrico, ao passo que o IET é mais sensível às condições de enriquecimento por nutrientes e à produtividade primária. Essa comparação reforça que o IQA pode mascarar problemas relacionados ao aporte de nutrientes, enquanto o IET evidencia de forma mais clara o risco de eutrofização.

De maneira geral, os resultados obtidos neste estudo são coerentes com pesquisas realizadas em outras regiões da bacia do São Francisco, como as de Silva et al. (2022), ao longo do eixo Norte do Projeto de Integração do São Francisco, e de Rangel e Queiroz (2020), no rio Moxotó, que também relataram a coexistência de boas classificações pelo IQA e elevados níveis de trofia.

Esse padrão revela um comportamento comum de corpos hídricos em processo de eutrofização, ainda que enquadrados em condições aceitáveis de qualidade quanto ao IQA.

4 CONCLUSÃO

Os resultados obtidos revelaram que a qualidade da água do Rio São Francisco, nos trechos monitorados em Juazeiro, Casa Nova e Curaçá, apresenta diferentes níveis de comprometimento, com o IQA indicando qualidade variando entre Razoável e Boa, e o IET indicando estados de supereutrofia e hipereutrofia.

Os parâmetros mais críticos foram o fósforo total, DBO5 e coliformes termotolerantes, em desacordo com os limites estabelecidos pela Resolução CONAMA 357/2005, reforçando o impacto do lançamento de efluentes domésticos e da pressão antrópica sobre o rio. A comparação entre os índices demonstrou que o IQA pode mascarar os impactos do aporte de nutrientes, enquanto o IET se mostrou mais sensível às pressões antrópicas.

REFERÊNCIAS

APHA. American Public Health Association. **Standard Methods for the Examination of Water and Wastewater**. 22^o ed., Washington, American Public Health Association Pub., 1935 p, 2012.

ANDRIETTI, G. F.; AMARAL, R. do; ALMEIDA, A. G. de; BONGIOVANI, F. T.; SCHNEIDER, M. C.; MARIA, R. Índices de qualidade da água e de estado trófico do rio Caiabi, MT. **Revista Ambiente & Água**, v. 11, p. 162-175, 2016. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/entities/publication/f630a2b2-f74e-470a-8572-609bac04bbc7>. Acesso em: 13 set. 2025.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. Conselho Nacional do Meio Ambiente – CONAMA. **Resolução nº 357 de 17 de março de 2005**.

CARLSON, R. E. A trophicstate index for lakes. **Limnology and Oceanography**, v. 2, n. 2, p. 361-369, 1977.

CETESB – Companhia Ambiental do Estado de São Paulo. **Relatório de Qualidade das Águas Interiores do Estado de São Paulo**. São Paulo: CETESB, 2009. Acesso em: 13 set. 2025.

CETESB – Companhia Ambiental do Estado de São Paulo. **Qualidade das Águas Superficiais no Estado de São Paulo. Relatório**. 2014. Disponível em: <https://cetesb.sp.gov.br/aguas-interiores/publicacoes-e-relatorios/>. Acesso em: 13 set. 2025.

CETESB – Companhia Ambiental do Estado de São Paulo. **Apêndice D – Índices de Qualidade das Águas**. São Paulo: CETESB, 2017.

CBHSF - Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco. **Principais Características**. Disponível em: <<https://cbhsaofrancisco.org.br/a-bacia/>>. Acesso em: 30 set.2025.

FERREIRA, K. C. D.; LOPES, F. B.; ANDRADE, E. M. de; MEIRELES, A. C. M.; SILVA, G. S. da. Adaptação do índice de qualidade de água da National Sanitation Foundation ao semiárido brasileiro. **Revista Ciência Agronômica**, v. 46, n. 2, p. 277–286, 2015. Disponível em: <https://periodicos.ufc.br/revistacienciaagronomica/article/view/84569/228721>. Acesso em: 13 set. 2025.

LAMPARELLI, Marcelo C. **Graus de trofia em corpos d'água do Estado de São Paulo: avaliação dos métodos de monitoramento**. 2004. Tese (Doutorado) — Universidade de São Paulo, São Paulo, 2004.

LIMA, G. R. R.; OLIVEIRA SOUZA, S.; DE ALENCAR, F. K. M.; DE ARAÚJO, A. L.; DA SILVA, F. J. A. O que comunicam os índices de qualidade de água e de estado trófico em um reservatório do semiárido brasileiro? Do water quality and trophic state indices communicate the same status in a reservoir in the Brazilian Semi-arid?.

Geosciences, v. 39, n. 1, p. 181-190, 2020. Disponível em:

<https://www.periodicos.rc.biblioteca.unesp.br/index.php/geociencias/article/view/14206>. Acesso em: 13 set. 2025.

MARQUES, E. A. T.; OLIVEIRA, C. R.; SOBRAL, M. C. M.; MEDEIROS, A. H. C. Avaliação espaço-temporal da qualidade da água no submédio da bacia do rio São Francisco. In: **SIMPÓSIO LUSO-BRASILEIRO DE ENGENHARIA SANITÁRIA E AMBIENTAL**, 19., 2020, on-line. Anais eletrônicos [...]. Recife: ABES - Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental, 2020.

OMS - ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. **Água**. 2018. Disponível em: <http://www.who.int/es/news-room/fact-sheets/detail/drinking-water>. Acesso em: 13 set. 2025.

RANGEL, G. S.; QUEIROZ, L. M. Lançamento de efluentes e qualidade da água: uma análise a partir de indicadores nos reservatórios Itaparica e Moxotó e complexo Paulo Afonso. In: **XV Simpósio de Recursos Hídricos do Nordeste**, 2020, Caruaru. Anais - XV Simpósio de Recursos Hídricos do Nordeste, 2020.

ROCHA, M. de J. D. da; NETO, I. E. L. Relação entre fósforo total e vazão afluente nos principais reservatórios rurais do estado do Ceará no semiárido brasileiro. **Revista AIDIS de Ingeniería y Ciencias Ambientales. Investigación, desarrollo y práctica**, v. 13, n. 3, p. 715-730, 2020. Disponível em: <https://www.revistas.unam.mx/index.php/aidis/article/view/68153>. Acesso em: 13 set. 2025.

SANTOS, M.V.A.; FUENTES, T.G.Q.; MELO, D.C.; CHIARELOTTO, M. Avaliação da qualidade da água e manejo de cisternas domiciliares em comunidade rural do Oeste da Bahia (Brasil). **Revista Brasileira de Meio Ambiente**, 11:132-150, 2023.

SILVA, A. M. C.; CUNHA, M. C. C.; LOPES, D. V. Qualidade da água como reflexo de atividades antrópicas em bacias hidrográficas do Nordeste, Brasil. **Geosul**, v. 34, n. 72, 2019. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/geosul/article/view/1982-5153.2019v34n72p102>. Acesso em: 13 set. 2025.

SILVA, J.; FERREIRA, F.; CALDAS, H.; SOBRAL, M.; MARWELL, D.; FERREIRA, A. Avaliação Do Uso E Qualidade Da Água No Eixo Norte Do Projeto de Integração do Rio São Francisco. *In: Anais do III Congresso Nacional sobre Sustentabilidade e o IV Workshop Internacional de Pesquisas Interdisciplinares em Sustentabilidade*. São Carlos (SP): PUC-Campinas/EESC-USP, 2022. Disponível em: <https://www.sustentarewipis.com.br/artigos-21/avaliacao-do-uso-e-qualidade-da-agua-no-eixo-norte-do-projeto-de-integracao-do-rio-sao-francisco/>. Acesso em: 13 set. 2025.

INOVAÇÃO TECNOLÓGICA E ECONOMIA CIRCULAR NO AGRONEGÓCIO DO VALE DO SÃO FRANCISCO

Gabriel Kaique Carvalho da Cruz
Bacharelando em Direito
Faculdade de Petrolina – FACAPE

Isabel Gloria D. Soares
Bacharelanda em Direito
Faculdade de Petrolina – FACAPE

Ivia Carla de S. Santos
Bacharelanda em Direito
Faculdade de Petrolina – FACAPE

Emille Matos de Souza Cesar
Bacharelanda em Direito
Faculdade de Petrolina – FACAPE

Rafael Gonçalves de Souza
Bacharelando em Ciência da Computação
Faculdade de Petrolina – FACAPE

Deise Cristiane do Nascimento
Dra. Ecologia Humana e Gestão Socioambiental – UNEB
Professora Adjunta da Faculdade de Petrolina – FACAPE

RESUMO: A integração entre inovação tecnológica e economia circular tem se destacado como elemento central para ampliar a sustentabilidade ambiental e a eficiência econômica na agricultura contemporânea. O problema investigado consiste em compreender de que forma as tecnologias emergentes podem favorecer a transição para modelos circulares de produção, especialmente diante dos desafios econômicos, ambientais e estruturais presentes no setor agrícola. Nesse contexto, o objetivo geral é analisar as oportunidades e limitações da inovação tecnológica na promoção de práticas circulares na agricultura, com foco no fortalecimento produtivo e na segurança hídrica em regiões semiáridas. Metodologicamente, o estudo apoia-se em uma revisão bibliográfica. Os resultados apontam que tecnologias digitais como Internet das Coisas (IoT), sistemas de monitoramento remoto e aplicações de Inteligência Artificial (IA), têm

potencial para otimizar o uso da água, reduzir desperdícios e viabilizar o reaproveitamento de recursos, contribuindo diretamente para a transição rumo à circularidade. Contudo, persistem barreiras institucionais, financeiras e de capacitação que dificultam a adoção dessas inovações por parte dos agricultores do Vale do São Francisco, gerando desigualdades no acesso aos benefícios tecnológicos. Nesse sentido, a inovação tecnológica revela um potencial significativo para fortalecer a atividade agrícola e aumentar sua resiliência frente às mudanças climáticas, desde que articulada a políticas públicas, investimentos em infraestrutura digital e ações institucionais que promovam a inclusão produtiva e o uso eficiente dos recursos naturais.

Palavras-chave: Inovação tecnológica. Economia circular. Sustentabilidade. Tecnologias digitais (IoT e IA).

ABSTRACT: The integration of technological innovation and the circular economy has emerged as a central element in expanding environmental sustainability and economic efficiency in contemporary agriculture. The problem investigated is to understand how emerging technologies can favor the transition to circular production models, especially in the face of the economic, environmental, and structural challenges present in the agricultural sector. In this context, the general objective is to analyze the opportunities and limitations of technological innovation in promoting circular practices in agriculture, focusing on strengthening production and water security in semi-arid regions. Methodologically, the study relies on a literature review. The results indicate that digital technologies such as the Internet of Things (IoT), remote monitoring systems, and Artificial Intelligence (AI) applications have the potential to optimize water use, reduce waste, and enable the reuse of resources, directly contributing to the transition towards circularity. However, institutional, financial, and capacity-building barriers persist, hindering the adoption of these innovations by farmers in the São Francisco Valley, generating inequalities in access to technological benefits. In this sense, technological innovation reveals significant potential to strengthen agricultural activity and increase its resilience to climate change, provided it is linked to public policies, investments in digital infrastructure, and institutional actions that promote productive inclusion and the efficient use of natural resources.

Keywords: Technological innovation. Circular economy. Sustainability. Digital technologies (IoT and AI).

1 INTRODUÇÃO

O agronegócio é um dos setores mais relevantes da economia do Vale do São Francisco, representando parcela significativa da renda e do emprego na região. Reconhecida pela produção diversificada de frutas e pelo uso intensivo da irrigação, a região demanda a adoção de práticas inovadoras e tecnológicas para garantir a competitividade do setor e a manutenção de sua contribuição econômica e social.

Nesse contexto, a inovação tecnológica emerge como elemento essencial para transformar processos de produção, aumentar a eficiência, reduzir impactos ambientais e gerar maior valor agregado. De forma complementar, a economia circular apresenta-se como um modelo voltado para a maximização do uso de recursos e a minimização de resíduos, promovendo sustentabilidade nos sistemas produtivos e melhorias econômicas.

A integração dessas abordagens no agronegócio do Vale do São Francisco mostra-se estratégica para a construção de sistemas produtivos mais resilientes, considerando tanto as exigências do mercado quanto as condições climáticas da região, caracterizada por intenso calor e períodos prolongados de sol.

Diante desse cenário, o trabalho busca analisar o papel da inovação tecnológica e da economia circular no aprimoramento do agronegócio regional, destacando suas contribuições para o desenvolvimento econômico local.

O problema investigado consiste em compreender de que forma as tecnologias podem favorecer a transição para modelos circulares de produção, considerando os impactos econômicos e ambientais no setor agrícola.

Diante disso, o objetivo geral consiste em analisar as oportunidades e limitações da inovação tecnológica na promoção da transição para modelos circulares de produção na agricultura.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A inovação tecnológica no agronegócio refere-se à aplicação de tecnologias, produtos e métodos capazes de gerar melhorias significativas na produtividade e eficiência do setor. No contexto agrícola, essas inovações incluem mecanização, automação, sensores remotos e ferramentas de inteligência artificial, que permitem

monitorar continuamente as condições ambientais, otimizar o uso de insumos e reduzir desperdícios, promovendo uma produção mais sustentável e econômica. Tais avanços funcionam como motores de desenvolvimento, aumentando a competitividade do setor e contribuindo para a sustentabilidade ambiental e econômica das regiões agrícolas (Scolari, 2015).

A adoção de tecnologias digitais e sistemas inteligentes evidencia a transição para uma agricultura mais precisa e orientada por dados, fortalecendo a integração entre inovação, eficiência produtiva e responsabilidade ambiental (Luiz; Furlanetti, 2025).

Em regiões como o Vale do São Francisco, a inovação tecnológica assume papel central na fruticultura irrigada, pois os desafios econômicos e ambientais demandam estratégias adaptadas para mitigar crises estruturais. A utilização de sistemas de automação, sensoriamento e monitoramento ambiental potencializa os ganhos econômicos ao otimizar o uso da água e reduzir perdas no campo, alinhando-se à necessidade de práticas sustentáveis em um ecossistema hídrico sensível (Silva, 2009).

No que se refere à economia circular, esta consiste em um modelo econômico alternativo ao sistema linear tradicional, baseado na extração, produção, consumo e descarte, que prioriza o uso contínuo e regenerativo dos recursos por meio da redução, reutilização, reciclagem e recuperação (Sehnem; Pereira, 2019). Esse paradigma promove a longevidade dos produtos, minimiza o desperdício e reduz os impactos ambientais.

No agronegócio, a economia circular se manifesta em práticas como o reaproveitamento de resíduos agrícolas para produção de compostagem, a geração de bioenergia, a gestão integrada de recursos hídricos e a renovação sustentável do solo, incentivando uma produção mais eficiente e ambientalmente responsável.

A integração entre inovação tecnológica e economia circular apresenta elevado potencial de transformação da agricultura regional, promovendo ganhos econômicos, sociais e ambientais. Essa conjugação possibilita a redução de custos, o aumento da vida útil de equipamentos, a otimização do uso de água e a maximização da produtividade e da rentabilidade. Tecnologias digitais permitem monitorar, controlar e ajustar processos com precisão, desde a irrigação até o reaproveitamento de resíduos antes descartados.

Apesar das perspectivas promissoras, desafios estruturais ainda dificultam a implementação ampla dessas abordagens, incluindo a carência de investimentos contínuos, a escassez de mão de obra qualificada e a resistência de alguns produtores em abandonar métodos tradicionais de cultivo (Sehnem; Pereira, 2019; Silva, 2009).

3 METODOLOGIA

A pesquisa foi conduzida com abordagem qualitativa, com foco na análise de materiais que tratam da inovação tecnológica e da economia circular no agronegócio. Para tanto, realizou-se uma revisão bibliográfica, utilizando capítulo de livros, artigos acadêmicos e publicações online que abordam sustentabilidade, tecnologias digitais e práticas circulares aplicadas ao setor agrícola, especialmente no contexto do Vale do São Francisco.

A coleta de fontes foi realizada por meio de pesquisa em plataformas digitais, selecionando estudos relevantes sobre o tema, incluindo tecnologias como Internet das Coisas (IoT) e Inteligência Artificial (IA), bem como práticas de reaproveitamento de resíduos e redução de desperdícios na atividade agrícola. A análise das fontes considerou diferentes perspectivas, incluindo visões divergentes ou contraditórias, de modo a oferecer uma compreensão mais ampla e crítica do fenômeno estudado.

Essa metodologia possibilitou compreender como a inovação tecnológica pode influenciar a adoção de práticas sustentáveis na agricultura do Vale do São Francisco, bem como identificar oportunidades e desafios na integração de tecnologias digitais com modelos de produção baseados na economia circular.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A análise da literatura e das práticas atuais sugere uma sinergia promissora entre inovação tecnológica e economia circular no agronegócio do Vale do São Francisco. Considerando o objetivo de investigar as oportunidades e limites dessa integração, observa-se que a adoção de tecnologias digitais tem se consolidado como uma estratégia potencialmente importante para a competitividade sustentável da região a longo prazo,

constituindo um campo de estudo relevante para compreender os impactos econômicos, sociais e ambientais no setor agrícola.

Embora o Vale do São Francisco seja reconhecido pela fruticultura irrigada, a sustentabilidade econômica da região dependerá cada vez mais de uma mudança de paradigma, que implique a transição do modelo linear de produção para práticas regenerativas e tecnologicamente assistidas.

No que diz respeito à inovação, as tecnologias de IoT e IA emergem como os principais vetores de eficiência. Sensores conectados permitem medir, em tempo real, a umidade do solo, a saúde das plantas e outras variáveis ambientais, enquanto algoritmos de IA processam esses dados para orientar decisões de irrigação, fertilização e manejo (Hasan, Islam e Sadeq, 2022).

A Dronak Robotics, empresa espanhola especializada em drones, automação e inteligência artificial, tem sido mencionada em iniciativas no Vale do São Francisco por meio de uma missão técnica que visa implementar soluções para agricultura de precisão com base em IoT. Estudos acadêmicos como de Santana Junior et al., (2025) documentam que drones equipados com sensores conectados permitem monitorar a umidade do solo, a saúde das plantas e o consumo hídrico, favorecendo práticas mais eficientes e sustentáveis.

Essa abordagem se alinha com a tendência global da agricultura digital, na qual UAVs (drones) e sensores IoT são integrados para coletar dados em tempo real, reduzir desperdícios, otimizar a irrigação e apoiar a tomada de decisão agrícola (Santana Junior et al., 2025).

Esse “aferimento inteligente” torna possível aplicar a lógica da economia circular, porque reduz desperdícios, otimiza o uso da água e insumos, e melhora a qualidade do produto final (Hasan, Islam e Sadeq, 2022).

Ainda, cabe mencionar que o Agro 4.0 é a aplicação do conceito de Indústria 4.0 no setor agrícola, integrando tecnologias digitais como IoT, big data, automação, robótica e inteligência artificial para tornar o agronegócio mais inteligente, preciso e sustentável (Fonseca et al., 2019).

Fonseca et al. (2019) propõem um sistema “verde” de informação para a gestão de agroecossistemas sustentáveis, baseado em indicadores de sustentabilidade (ISA) e no uso de ciência de dados para processar informações coletadas em propriedades rurais. Esse sistema permite monitorar variáveis ambientais, gerar Índices de Sustentabilidade e apoiar decisões para práticas agrícolas mais sustentáveis.

Sendo assim, estudos da literatura de agricultura digital (Hasan, Islam e Sadeq, 2022) e dos conceitos mais amplos de “Agro 4.0” (Fonseca et al., 2019), mostram como a digitalização e a sustentabilidade se reforçam mutuamente.

Além disso, a transição para a economia circular não passa apenas por tecnologias, mas por uma mudança na gestão de resíduos. Sendo possível evidenciar que produtores ainda descartam biomassa agrícola (como resíduos de colheita ou podas), quando poderiam transformá-la em compostagem, bioenergia ou alimento para animais. Essa transformação de resíduo em recurso reduz custos operacionais e insere novos ciclos produtivos virtuosos, consolidando uma abordagem mais sustentável e circular.

No entanto, existem desafios para implementar esse modelo no Vale do São Francisco. Existe uma disparidade entre grandes produtores, que têm capital e acesso a tecnologia de ponta, e pequenos e médios agricultores, que enfrentam dificuldades financeiras, falta de capacitação e relutância cultural em abandonar métodos tradicionais. A inovação tecnológica, por si só, não basta: sem treinamento e mudanças na cultura produtiva, corre-se o risco de subutilização ou até fracasso das tecnologias.

No plano institucional, a adoção de práticas circulares e digitais pode ser chave para a segurança hídrica da região semiárida. Ao otimizar o uso da água e regenerar os resíduos, esse modelo reforça a resiliência do agronegócio frente às mudanças climáticas. Além disso, uma produção mais sustentável pode melhorar a competitividade das frutas do Vale no mercado internacional, que valoriza cada vez mais produtos com menor pegada ambiental.

A segurança hídrica no semiárido depende de uma atuação institucional capaz de integrar políticas de gestão sustentável da água com práticas agrícolas inovadoras. Nesse contexto, abordagens baseadas na economia circular, como o reuso de águas, a valorização de nutrientes e o aproveitamento de resíduos, somadas às tecnologias

digitais de monitoramento e controle hídrico, tornam-se importantes para reduzir perdas, otimizar a distribuição e garantir maior estabilidade produtiva (Silva Filho; Silva, 2024).

No semiárido estratégias desse tipo fortalecem a resiliência dos sistemas agrícolas frente à variabilidade climática, ao mesmo tempo em que ampliam a eficiência do uso dos recursos naturais. Assim, ao promover um manejo mais racional da água e incentivar processos produtivos de baixo impacto, o Estado contribui não apenas para a sustentabilidade local, mas também para a competitividade das cadeias frutícolas do Vale do São Francisco em mercados internacionais cada vez mais exigentes em relação à pegada ambiental dos alimentos (Silva Filho; Silva, 2024).

Sendo assim, empresas nacionais que já adotam soluções de IoT e IA aplicadas ao agronegócio, destacam-se a Solinftec, que oferece plataformas para automação e análise em tempo real de dados agrícolas, utilizando inteligência artificial para otimização de maquinário e insumos (Solinftec, 2023), e a Agrosmart, que utiliza sensores IoT e algoritmos preditivos para monitoramento hídrico, controle de pragas e orientação de manejo sustentável (Agrosmart, 2022). Essas empresas exemplificam como a tecnologia pode operacionalizar os conceitos teóricos de agricultura sustentável e circular.

Desse modo, os resultados indicam que a integração entre inovação tecnológica (IoT e IA) e economia circular possui forte potencial transformador para o agronegócio do Vale do São Francisco, gerando ganhos em eficiência, redução de desperdícios e sustentabilidade ambiental. Contudo, para que esse potencial se materialize plenamente, é preciso superar barreiras financeiras, educacionais e culturais por meio de políticas públicas, capacitação técnica e cooperação entre produtores de diferentes portes.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O principal desafio para a consolidação da agricultura 4.0 integrada à economia circular no Vale do São Francisco não é apenas tecnológico, mas sistêmico e educacional, evidenciando uma lacuna de conhecimento que precisa ser suprida para garantir a

geração contínua de emprego e renda de forma sustentável. A democratização do acesso às tecnologias digitais e às práticas circulares depende da implementação de políticas públicas eficazes, como linhas de crédito específicas para inovação sustentável, parcerias entre universidades, institutos de pesquisa e produtores rurais, e programas de extensão voltados à literacia digital e ao manejo circular.

A análise evidencia que inovação tecnológica e economia circular se complementam no desenvolvimento contemporâneo do agronegócio. Entre os benefícios, destacam-se o aumento da produtividade, a redução de desperdícios e a ampliação do acesso a mercados para produtos sustentáveis.

Para que esses ganhos sejam efetivos é fundamental promover a integração entre setores, combinando o conhecimento tradicional do campo com a precisão proporcionada pela ciência de dados. Nesse contexto, a tecnologia funciona como ferramenta, a circularidade como método, e a sustentabilidade socioeconômica da região constitui o objetivo final a ser alcançado.

REFERÊNCIAS

- FONSECA, Eugênio Pacceli Reis et al. Agro 4.0: A green information system for sustainable agroecosystem management. **arXiv preprint arXiv:1907.07762**, 2019. Disponível em: <https://arxiv.org/abs/1907.07762>. Acesso em: nov. 2025.
- HASAN, Md Mahadi; ISLAM, Muhammad Usama; SADEQ, Muhammad Jafar. Towards technological adaptation of advanced farming through AI, IoT, and Robotics: A Comprehensive overview. **arXiv preprint arXiv:2202.10459**, 2022. Disponível em: <https://arxiv.org/abs/2202.10459>. Acesso em: nov. 2025.
- LUIZ, Guilherme Baptista; FURLANETTI, Alessandra Carla. Tecnologias Inovadoras no Cultivo de Soja: Desafios e oportunidades para a sustentabilidade no setor agropecuário. **Revista Interface Tecnológica**, v. 22, n. 1, p. 373–384, 2025.
- SANTANA JÚNIOR, José Paulo de; et. al. Tecnologia de drones na agricultura: um estudo sobre a pulverização e suas aplicações. **Scientific Electronic Archives**, v. 18, n. 1, 2024. DOI: 10.36560/18120252022.
- SCOLARI, Dante Daniel Giacomelli. Inovação tecnológica e desenvolvimento do agronegócio. **Revista de Política Agrícola**, 15(4), 59–73, 2015. Disponível em: <https://rpa.sede.embrapa.br/RPA/article/view/518>. Acesso em: nov. 2025.
- SEHNEM, Simone; PEREIRA, Susana Carla Farias. Rumo à Economia Circular: sinergia existente entre as definições conceituais correlatas e apropriação para a literatura brasileira. **Revista Eletrônica de Ciência Administrativa**, v. 25, n. 2, 2019.
- SILVA FILHO, José Antônio; BEZERRA SILVA, Jairo. Gestão dos recursos hídricos e seca no Semiárido nordestino: entre discursos e ações. **Boletim de Geografia**, v. 42, 2024. Disponível em: https://openurl.ebsco.com/EPDB%3Agcd%3A7%3A4724103/detailv2?sid=ebsco%3Aplink%3Ascholar&id=ebsco%3Agcd%3A186070619&crl=c&link_origin=scholar.google.com.br. Acesso em: nov. 2025.
- SILVA, Pedro Carlos Gama da. Dinâmica e crise da fruticultura irrigada no Vale do São Francisco. In: SILVA, A. G. da; CAVALCANTI, J. S. B.; WANDERLEY, M. de N. B. (Org.). **Diversificação dos espaços rurais e dinâmicas territoriais no Nordeste do Brasil**. João Pessoa: Zarinha Centro de Cultura, 2009. p. 69–95.
- SOLINFTEC. **Alice A.I.: inteligência artificial que transforma o agro**. Blog Solinftec, 2023. Disponível em: <https://www.solinftec.com/pt-br/alice-ai-platform/>. Acesso em: nov. 2025.

SOLINFTEC. **Relatório de Sustentabilidade 2023**. Solinftec, 2023. Disponível em:
<https://www.solinftec.com/pt-br/alice-ai-platform/>. Acesso em: nov. 2025

O IMPACTO DAS COOPERATIVAS AGRÍCOLAS NO DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO E SEUS REFLEXOS NO DIREITO EMPRESARIAL NO VALE DO SÃO FRANCISCO

Pedro Henrique Ribeiro Moreira
Bacharelado em Direito
Faculdade de Petrolina (FACAPE)

Caroline Gonçalves da Silva
Bacharelada em Direito
Faculdade de Petrolina (FACAPE)

Maria Júlia de Queiroz Souza
Bacharelada em Direito
Faculdade de Petrolina (FACAPE)

Thainá do Nascimento Brito
Bacharelada em Direito
Faculdade de Petrolina (FACAPE)

RESUMO: **Introdução:** Esse projeto de pesquisa traz à mostra de como a fruticultura irrigada no Vale do São Francisco impulsiona o crescimento econômico e a geração de empregos, mas também gera conflitos sociais e ambientais. **Objetivos:** Os objetivos desses estudos são: a) Desenvolvimento socioeconômico sustentável, o crescimento não é suficiente sem a inclusão social; b) Análise de potabilidade do rio São Francisco, a qualidade da água é um dos principais indicadores ambientais e de saúde pública; c) A tecnologia social e a convivência com o semiárido, representa uma abordagem inovadora para resolver problemas sociais e ambientais.

Palavras-chave: Cooperativismo Agrícola. Desenvolvimento Sustentável. Direito Empresarial. Vale Do São Francisco. Fruticultura Irrigada.

ABSTRACT: Introduction: This research project highlights how irrigated fruit farming in the São Francisco Valley drives economic growth and job creation, but also generates social and environmental conflicts. Objectives: The objectives of these studies are: a)

Sustainable socioeconomic development, growth is not sufficient without social inclusion; b) Potability analysis of the São Francisco River, water quality is one of the main environmental and public health indicators; c) Social technology and coexistence with the semi-arid region, representing an innovative approach to solving social and environmental problems.

Keywords: Agricultural Cooperativismo. Sustainable Development. Business Law. São Francisco Valley. Irrigated Fruit Farming.

1 INTRODUÇÃO

Para que o Brasil possa realmente progredir socioeconomicamente, o crescimento por si só não é suficiente. É imprescindível que a economia avance em conjunto com a inclusão social e a proteção ambiental. É nesse contexto que observamos a eficácia de soluções alternativas, como as cooperativas agrícolas, a administração inteligente da água e as inovações sociais. Para que nossa Nação possa realmente avançar em termos socioeconômicos, não basta só ter crescimento: é obrigatório que a economia caminhe junto com a inclusão social e a preservação.

É nesse cenário que percebemos a força de soluções alternativas, como as cooperativas rurais, a gestão inteligente da água e as inovações sociais. Elas são especialmente cruciais no semiárido. Esses modelos não ficam só no apoio, dando uma força essencial para as bases da comunidade; eles são verdadeiros motores de uma mudança gigante. Essa transformação bate de frente com o direito empresarial e fiscal, que precisa correr para se atualizar e se encaixar nas formas novas e complexas de produzir e nas exigências de sustentabilidade que estão surgindo.

As cooperativas agrícolas, que oferecem maior organização para pequenos produtores, possibilitam acesso a crédito, tecnologia e mercados. Ao invés de visarem somente lucro, priorizam a solidariedade, o que resulta na redistribuição de renda e no fortalecimento regional, ao contrário das empresas tradicionais. Outra é a agricultura irrigada. O rio São Francisco, que passa por Petrolina, enfrenta problemas em razão da

pressão urbana e agrícola, o que compromete sua qualidade e exige políticas públicas focadas no saneamento, na fiscalização e no uso consciente.

Sob uma perspectiva interdisciplinas, o semiárido deve ser analisado em seus aspectos sociais, econômicos e ambientais. O direito tributário, nesse sentido, pode ser um aliado ao conceder incentivos a práticas sustentáveis e estimular a adoção de tecnologias sociais, como cisternas comunitárias de captação de água. O exemplo é a fruticultura irrigada no Vale do São Francisco. Por um lado, o setor eleva o crescimento da economia e milhares de postos de trabalho para Petrolina-PE e Juazeiro-BA. Por outro, gera conflitos sociais e ambientais que resultam ao acesso à água do rio e à depleção do aquífero Guarani. Assim, o desenvolvimento não será viável se todos os recursos naturais não forem protegidos.

Nesse sentido, evidencia-se a necessidade de implementação de políticas públicas integradas, capazes de conciliar o desenvolvimento econômico com a preservação ambiental e a justiça social. As cooperativas agrícolas, nesse cenário, configuram-se como importantes agentes de transformação socioeconômica, ao promover a organização coletiva dos produtores, o uso racional dos recursos naturais e a difusão de práticas sustentáveis. Nesse contexto, como exemplo o SESCOOP-PE (Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo) atua como braço educacional do sistema no setor do cooperativismo, no Vale do São Francisco a instituição oferece suporte técnico, capacitação e consultoria para fortalecer o setor agrícola da região ribeirinha.

Sob a ótica do Direito Empresarial, tais entidades representam um modelo associativo que alia eficiência produtiva à solidariedade econômica, demandando, por conseguinte, um arcabouço jurídico que assegure sua atuação de forma ética, estável e sustentável. Esse ramo do Direito, regula as formas de organização produtiva, a formalização das empresas rurais e funcionamento das cooperativas agrícolas. Ademais, a exportação de frutas no Vale do São Francisco, desempenha um papel estratégico na consolidação econômica e jurídica da região, o polo Petrolina-PE e Juazeiro-BA são um dos maiores produtores e exportadores de frutas do Brasil, destacando-se principalmente na produção de uva e manga.

Sendo assim, o Direito contratual empresarial assume grande relevância, uma vez que os produtores e cooperativas firmam acordos com empresas estrangeiras, exigindo suas cláusulas claras sobre transporte, seguro, qualidade dos produtos, pagamentos e eventuais litígios internacionais. Assim, o Direito Empresarial no contexto da fruticultura exportadora do Vale do São Francisco transcende o mero aspecto econômico, configurando-se como instrumento de ordenação e legitimação das práticas empresariais, ao mesmo tempo em que fomenta o desenvolvimento socioeconômico regional e a integração do setor produtivo nordestino aos fluxos do comércio internacional.

2 BREVE ANÁLISE DO DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO SUSTENTÁVEL

O semiárido do Nordeste sempre foi descrito como uma região miserável, caracterizada pela falta de água e pela dificuldade de acesso a políticas públicas fundamentais. Por várias décadas, o subconsciente coletivo do Brasil vinculou o sertão à seca e à pobreza, perpetuando estereótipos que ocultam os recentes investimentos e inovações na região. Contudo, pesquisas recentes e experiências locais têm revelado uma realidade em constante mudança. Quando combinadas com políticas apropriadas e mobilização comunitária, as potencialidades sociais, culturais e produtivas da região do Vale podem impulsionar o progresso no desenvolvimento da área.

É impressionante o quanto as cooperativas têm se sobressaído na elaboração de soluções sustentáveis, evidenciando uma transformação verdadeira e significativa. Um exemplo notável disso é a Coopercuc, localizada no Sertão do São Francisco. Essa associação foi criada a partir do trabalho conjunto de agricultores familiares, com destaque para as mulheres da região. Elas descobriram que transformar frutas nativas da Caatinga, como o umbu, é uma forma eficaz de gerar renda e, ao mesmo tempo, valorizar a vasta e rica biodiversidade da região. Trata-se de uma narrativa de união, esforço e consideração pela terra.

Apesar de as iniciativas comunitárias e da organização social local exibirem uma notável capacidade de mobilização, é essencial entender que as políticas públicas focadas em infraestrutura são vitais para sustentar e reforçar essas iniciativas. Nesse cenário, o Projeto de Integração do Rio São Francisco, também chamado de transposição do São Francisco, constitui um marco importante na administração dos recursos hídricos do Brasil. O objetivo principal deste projeto é assegurar a segurança no fornecimento de água para milhões de pessoas que vivem na região semiárida do Nordeste, aliviando de maneira estrutural uma das vulnerabilidades socioeconômicas e históricas mais graves da região.

3 DESCRIÇÃO DA POTABILIDADE DO RIO SÃO FRANCISCO, A QUALIDADE DA ÁGUA É UM DOS PRINCIPAIS INDICADORES AMBIENTAIS E DE SAÚDE PÚBLICA

A qualidade da água de uma bacia hidrográfica pode ser afetada por fatores distintos, como geologia, cobertura vegetal e manejo do solo. Ribeiro (2010) cita que a ideia de qualidade frequentemente está ligada a características organolépticas, como odor, sabor e cor. Entretanto, essas condições estão apenas relacionadas a sensibilidade humana, e não reflete os problemas reais de comprometimento da qualidade da água.

A água é um recurso essencial para a agricultura, sendo fundamental para a irrigação das plantações, a manutenção do gado e a realização de diversas atividades agrícolas. (Soldara, 2024)

Tomando como base os problemas crescentes no que tange a qualidade de água no rio São Francisco, o presente estudo objetivou analisar o pH, Condutividade Elétrica, Turbidez e Oxigênio Dissolvido das águas do rio no perímetro urbano do município ribeirinho de Pão de Açúcar, no estado de Alagoas. Buscando-se assim, diagnosticar a qualidade da água perante os impactos da urbanização e uso e ocupação de suas margens. Nas regiões em que existe uma concentração alta de população, os rios recebem uma carga extremamente alta de poluentes, contaminando suas águas por diversas substâncias, e muitas delas são tóxicas para os seres vivos. Essa poluição está relacionada com: atividades industriais, da qual os resíduos não são tratados adequadamente antes

de serem lançados ao meio ambiente, a péssima gestão dos resíduos urbanos, o desmatamento e a agropecuária. Conforme o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE (2018), a cidade de Petrolina possui uma área territorial de 4.561,870 km'. O histórico de desenvolvimento da região está inteiramente associado ao rio São Francisco, que, além de ter a sua água utilizada para o consumo, possibilita ainda a manutenção dos sete Projetos Públicos de Irrigação (PPI), sendo dois em Pernambuco: Senador Nilo Coelho e Bebedouro; e cinco na Bahia: Curaçá, Maniçoba, Tourão, Mandacaru e Salitre. Esses perímetros irrigados proporcionaram mudanças tanto na economia quanto na demográficas regional (Cruz, 2013).

4 A TECNOLOGIA SOCIAL E A CONVIVÊNCIA COM O SEMIÁRIDO REPRESENTA UMA ABORDAGEM INOVADORA PARA RESOLVER PROBLEMAS SOCIOAMBIENTAIS

A tecnologia social, no contexto das cooperativas agrícolas no semiárido, vai muito além da simples adoção de ferramentas ou máquinas. Ela representa uma abordagem inovadora para resolver problemas sociais e ambientais, com a participação ativa das comunidades envolvidas. As cooperativas promovem o desenvolvimento de tecnologias sociais que se adequam às necessidades e à realidade local, fortalecendo a autonomia dos agricultores.

A convivência com o semiárido exige estratégias de produção que levem em conta as particularidades da região, como a escassez de água e as longas estiagens. Exemplos disso incluem: Captação e armazenamento de água: A construção de cisternas de placa, por exemplo, é uma tecnologia social amplamente difundida, que permite às famílias rurais armazenar água da chuva para consumo e produção, garantindo um mínimo de segurança hídrica; Manejo sustentável do solo: Técnicas de agrofloresta e plantio em curva de nível são incentivadas pelas cooperativas, visando a conservação do solo, a redução da erosão e a manutenção da fertilidade; Processamento de alimentos: A organização em cooperativas permite o acesso a equipamentos para processar frutas, castanhas e outros produtos, agregando valor e reduzindo perdas, o que resulta em maior renda para os agricultores.

A adoção dessas tecnologias sociais pelas cooperativas tem um reflexo direto no direito empresarial. O modelo de negócio cooperativista se diferencia das empresas tradicionais ao valorizar a participação e os interesses dos membros, e não apenas o lucro. O direito empresarial, nesse contexto, precisa se adaptar para dar suporte a esse modelo, reconhecendo a importância das tecnologias sociais para o desenvolvimento sustentável. Contudo, o desenvolvimento territorial no semiárido do Brasil é um processo complexo exigindo a coordenação de diversas políticas, que vão desde o avanço tecnológico até o reforço da governança local no sentido da inclusão socioeconômica e a utilização sustentável dos recursos naturais são essenciais para a mudança da área.

Esta discussão mostra-se necessária pois demonstra que as tecnologias sociais vão além de uma simples alternativa técnica, elas são um reflexo do potencial de inovação e colaboração entre diferentes setores da sociedade, configurando-se como uma estratégia eficaz para enfrentar os desafios da região.

5 A PROPULÇÃO DA FRUTICULTURA NO POLO PETROLINA-PE/JUAZEIRO-BA NO DESENVOLVIMENTO REGIONAL E NA GERAÇÃO DE EMPREGOS

A fruticultura do polo Petrolina-PE/Juazeiro-BA atua como um motor de desenvolvimento regional e um polo de atração de emprego, distante das dinâmicas tradicionais do semiárido. A metamorfose da região foi incentivada por ações governamentais, tais como a criação de agrovilas e perímetros de irrigação, abordando a barreira hídrica. Assim, tal atividade permitiu consolidar um grande aglomerado urbano no Vale do São Francisco.

Esse processo de desenvolvimento não pode ser dissociado da fruticultura irrigada, que se consolidou como a atividade econômica central. A substituição de culturas anuais por fruteiras perenes, em sua maioria de vocação exportadora, gerou um dinamismo econômico importante. Isso significou um grande investimento em pesquisa por parte da EMBRAPA, especialização em comércio exterior, e melhoria da infraestrutura logística, que se tornou um pólo de atração demográfica. A importância desses fatores é ressaltada em "Desenvolvimento do semiárido: Organizações, gestão, inovação

& empreendedorismo", onde se discute o papel das organizações, da gestão, da inovação e do empreendedorismo no avanço local (Souza, 2021).

Essa atividade, além de ser motivada por uma expansão que se reflete diretamente no crescimento econômico, está associada, principalmente, à geração de emprego. Isso porque a cadeia produtiva em análise é intensiva em mão de obra, portanto, o crescimento da fruticultura é acompanhado de um número considerável de empregos diretos e indiretos que impulsionam o comércio e outros tipos de atividades econômicas. Da mesma forma, o crescimento do setor de frutas é positivamente correlacionado com o aumento populacional, ou seja, a prosperidade da atividade atrai e sustenta a população em crescimento.

Além dos benefícios econômicos, a fruticultura irrigada tem promovido um notável avanço social. Em particular, proporcionou a melhoria das condições de vida e de trabalho para a população, com ênfase na participação e nas condições sociais e econômicas mais favoráveis para as mulheres que atuam na atividade. Atualmente, o polo de Petrolina/Juazeiro se destaca no cenário global, sendo responsável por uma parcela significativa da exportação brasileira de uva de mesa e manga, confirmando seu papel crucial na geração de renda e no contínuo desenvolvimento da região.

6 OS CONFLITOS SOCIAIS E AMBIENTAIS DA EXPLORAÇÃO DE RECURSOS NATURAIS, COMO A CRISE HÍDRICA EM COMUNIDADES TRADICIONAIS

A crise hídrica e os conflitos decorrentes da exploração dos recursos naturais constituem um dos maiores desafios contemporâneos, sobretudo em regiões semiáridas, onde a disponibilidade de água é limitada e a demanda crescente. A escassez de recursos hídricos compromete não apenas a sustentabilidade ambiental, mas também a coesão social, uma vez que comunidades tradicionais, agricultores familiares e grandes produtores rurais disputam o acesso à água em condições desiguais. Esses conflitos refletem não somente a limitação natural da oferta de água, mas também falhas estruturais na gestão pública e na implementação de políticas de distribuição e preservação.

No município de Petrolina, situado no sertão pernambucano, a presença do Rio São Francisco aparenta oferecer abundância hídrica. Contudo, a realidade local revela profundas disparidades: enquanto a fruticultura irrigada de exportação utiliza tecnologias modernas de irrigação e concentra grande parte da captação de água, diversas comunidades tradicionais e bairros periféricos enfrentam dificuldades no acesso à água potável e à infraestrutura de saneamento básico. Essa desigualdade agrava a exclusão social e reforça os impactos ambientais sobre o rio, que recebe descargas de esgoto sem tratamento adequado e sofre com a redução da qualidade da água. Do ponto de vista ambiental, a pressão exercida pelo uso intensivo da água na agricultura irrigada, associada à poluição urbana e industrial, compromete a biodiversidade aquática e aumenta a vulnerabilidade da população. Em períodos de estiagem, a baixa vazão do Rio São Francisco intensifica a concentração de poluentes, afetando tanto a fauna quanto as comunidades ribeirinhas. Nesse sentido, a crise hídrica não pode ser compreendida apenas como resultado da variabilidade climática, mas como um fenômeno multidimensional que envolve fatores sociais, econômicos, políticos e ambientais.

A crise hídrica brasileira não é apenas um problema de escassez natural de água, mas também de gestão, desigualdade de acesso e ausência de políticas públicas eficazes. (Machado, 2018.) Diante desse cenário, a adoção de políticas públicas voltadas ao armazenamento de água, como a construção de cisternas e barragens de pequeno porte, bem como a ampliação do acesso ao saneamento básico, tornase imprescindível. Além disso, a gestão participativa dos recursos hídricos, com o envolvimento das comunidades locais, do poder público e dos setores produtivos, é essencial para garantir o uso sustentável da água e reduzir os conflitos socioambientais. Dessa forma, assegura-se não apenas o direito humano fundamental à água, mas também a viabilidade do desenvolvimento sustentável na região de Petrolina.

7 ANÁLISE DE DADOS

Surgido como uma proposta acadêmica avaliativa da disciplina de Sociologia Jurídica, o artigo em questão, fora elaborado por 4 alunos bacharelandos de Direito, na

Faculdade de Petrolina (FACAPE), com residência e análise dos fatos na cidade pernambucana de Petrolina. O período para a elaboração deste projeto fora de cerca de 4 meses, iniciados no período de agosto e perdurando até meados de novembro do ano de 2025.

Os dados obtidos a partir das observações diretas em campo, em diferentes pontos das cidades de Juazeiro-BA e Petrolina-PE, foram analisados conforme o método da análise de conteúdos proposta por Bardin (2011), identificando categorias que expressam os impactos das cooperativas agrícolas no desenvolvimento socioeconômicos no vale do São Francisco. O processo analítico ocorreu em três etapas: pré-análise; exploração do material e interpretação dos fatos.

Como instrumento de análise, utilizou-se o método bibliográfico, com base nos estudos apresentados no artigo sobre o impacto das cooperativas agrícolas no desenvolvimento socioeconômico e seus reflexos no Direito Empresarial no Vale do São Francisco. A análise dos dados levantados permitiu identificar que, para o avanço socioeconômico do Brasil, o crescimento precisa obrigatoriamente caminhar junto com a inclusão social e a preservação ambiental. Nesse contexto, as cooperativas agrícolas se destacam como soluções alternativas eficazes.

Um exemplo notável de sucesso é a Coopercuc, no Sertão do São Francisco, que transforma frutas nativas da Caatinga (como o umbu) para gerar renda e valorizar a biodiversidade da região, sendo um caso de união e respeito pela terra.

A análise evidenciou que o desenvolvimento no semiárido é complexo, exigindo uma perspectiva interdisciplinar que aborde aspectos sociais, econômicos e ambientais. A transformação impulsionada por modelos como o cooperativismo atinge diretamente o direito empresarial e fiscal, que deve se atualizar para se adequar às novas formas de produção e às exigências de sustentabilidade. O Direito Tributário pode ser um aliado ao conceder incentivos a práticas sustentáveis e estimular a adoção de tecnologias sociais, como cisternas. Já o Direito Empresarial regula as formas de organização produtiva, a formalização das empresas rurais e o funcionamento das cooperativas agrícolas. No contexto da fruticultura exportadora (como a de Petrolina-PE/Juazeiro-BA), o Direito

Contratual Empresarial é crucial para acordos com empresas estrangeiras, exigindo cláusulas claras sobre logística, qualidade e pagamentos.

A tecnologia social, no contexto das cooperativas agrícolas no semiárido, é uma abordagem inovadora que vai muito além da simples adoção de ferramentas ou máquinas. Ela representa uma forma de resolver problemas sociais e ambientais com a participação ativa das comunidades envolvidas. As cooperativas promovem o desenvolvimento dessas tecnologias que se adequam à realidade e às necessidades locais, fortalecendo a autonomia dos agricultores. A convivência com o semiárido exige estratégias que levem em conta a escassez de água e as longas estiagens. Exemplos dessa tecnologia social incluem a construção de cisternas de placa para captação e armazenamento de água da chuva, o manejo sustentável do solo com técnicas de agrofloresta e plantio em curva de nível, e o processamento de alimentos para agregar valor e reduzir perdas. O modelo de negócio cooperativista, que valoriza a participação em detrimento do lucro, demanda que o direito empresarial se adapte para dar suporte a essa estrutura, reconhecendo a importância das tecnologias sociais para o desenvolvimento sustentável.

8 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa possui caráter bibliográfico e qualitativo, baseada na análise de estudos, legislações, e doutrinas que tratam do impacto das cooperativas agrícolas no desenvolvimento socioeconômico, seus reflexos no Direito Empresarial e os desafios socioambientais no Vale do São Francisco. Tendo como foco o semiárido nordestino, buscou-se analisar a eficácia de soluções alternativas, como as cooperativas rurais, a gestão inteligente da água e as inovações sociais.

As descobertas revelam que o progresso socioeconômico exige que o crescimento caminhe junto com a inclusão social e a proteção ambiental. Nesse sentido, as cooperativas agrícolas se configuram como importantes agentes de transformação, pois, ao invés de visarem somente o lucro, priorizam a solidariedade, resultando na redistribuição de renda e no fortalecimento regional. O modelo cooperativista, que alia

eficiência produtiva à solidariedade econômica, demanda que o Direito Empresarial e o Direito Tributário se atualizem para assegurar sua atuação de forma ética, estável e sustentável, por meio de arcabouços jurídicos e incentivos fiscais.

Contudo, a análise também evidenciou que a propulsão da fruticultura irrigada, um motor de desenvolvimento e geração de empregos na região de Petrolina-PE/Juazeiro-BA, gera conflitos sociais e ambientais, como a desigualdade no acesso à água e a pressão sobre os recursos hídricos do Rio São Francisco. Constatou-se que a crise hídrica não é apenas um problema de escassez natural, mas um fenômeno multidimensional que envolve falhas estruturais na gestão pública, desigualdade de acesso e omissão de políticas públicas eficazes.

Enfim, reconhece-se que o desenvolvimento territorial sustentável no semiárido é um processo complexo, exigindo a coordenação de diversas políticas. A efetivação desse desenvolvimento exige a implementação de políticas públicas integradas, capazes de conciliar o avanço econômico com a preservação ambiental e a justiça social, além da adoção de tecnologias sociais (como as cisternas) e uma gestão participativa dos recursos hídricos. Desse modo, futuras pesquisas podem se aprofundar no tema por meio de estudos de campo, contribuindo para a construção de políticas públicas que transformem o princípio da dignidade humana e o desenvolvimento sustentável em uma realidade cotidiana no Vale do São Francisco.

REFERÊNCIAS

CASTRO, Lucas Anunciação de; FREITAS, Carlos Otávio de; NEVES, Mateus de Almeida. O impacto das cooperativas na produção agropecuária brasileira: uma análise econométrica espacial. Revista de Economia e Sociologia Rural, Rio de Janeiro.

SILVA, H. M. G... Estudo dos indicadores de qualidade da água do Rio São Francisco: turbidez, demanda bioquímica de oxigênio e oxigênio dissolvido. Engineering Sciences, v.11, n.2, p.33-40, 2023.

SILVA, João Carlos Sedraz; CLEMENTINO, Valdner Daízio Ramos; NETO, Acácio Figueirêdo (Org.). Desenvolvimento do semiárido: Organizações, gestão, inovação & empreendedorismo;

SOUZA, Manoel Messias Alves de; DINIZ, Leopoldina Francimar Amorim Coelho.

O USO DAS REDES SOCIAIS COMO ESTRATÉGIA DE PROMOÇÃO INTERNACIONAL DAS MANGAS E UVAS DO VALE DO SÃO FRANCISCO

Alysson Felipe Barbosa da Silva

Superior de Tecnologia em Comércio Exterior

Faculdade de Petrolina - FACAPE

alysson.silva.27556@aluno.facape.br

Antônia Aparecida Barros Alencar Correia

Professora Orientadora

Doutora em Educação

Faculdade de Petrolina – FACAPE

antonia.alencar@prof.facape.br

RESUMO: Este trabalho analisa o potencial das redes sociais como ferramenta estratégica para a promoção internacional de mangas e uvas do Vale do São Francisco, com foco na ampliação da competitividade e visibilidade no mercado global. A pesquisa identifica plataformas digitais adequadas, avalia desafios logísticos e culturais, e propõe estratégias de marketing digital baseadas em boas práticas para fortalecer a presença dessas frutas no exterior. Por meio de cinco fichamentos, incluindo artigos, um livro e uma legislação, o estudo embasa a relevância do marketing digital e branding no agronegócio, destacando a transformação digital (Agro 4.0) e o suporte financeiro da Lei nº 13.986/2020. A metodologia combina revisão bibliográfica com análise de casos, como a competitividade do Polo Petrolina-Juazeiro. Os resultados esperados incluem maior interação com consumidores globais, percepção de qualidade elevada e superação de barreiras de exportação, contribuindo para a inovação e sustentabilidade na fruticultura regional.

Palavras-chave: Redes Sociais. Marketing Digital. Exportação. Mangas E Uvas. Vale Do São Francisco.

ABSTRACT: This work analyzes the potential of social media as a strategic tool for the international promotion of mangoes and grapes from the São Francisco Valley, focusing

on increasing competitiveness and visibility in the global market. The research identifies suitable digital platforms, evaluates logistical and cultural challenges, and proposes digital marketing strategies based on best practices to strengthen the presence of these fruits abroad. Through five reviews, including articles, a book, and a piece of legislation, the study substantiates the relevance of digital marketing and branding in agribusiness, highlighting digital transformation (Agro 4.0) and the financial support of Law No. 13.986/2020. The methodology combines bibliographic review with case analysis, such as the competitiveness of the Petrolina-Juazeiro Hub/Cluster. The expected results include greater interaction with global consumers, an enhanced perception of quality, and the overcoming of export barriers, contributing to innovation and sustainability in regional fruit growing/fruiticulture.

Keywords: Social media. Digital marketing. Export. Mangoes and grapes. São Francisco Valley.

1 INTRODUÇÃO

O agronegócio brasileiro representa um dos pilares fundamentais da economia nacional, contribuindo significativamente para o PIB e as exportações, com destaque para a fruticultura irrigada no Vale do São Francisco, região semiárida que se consolidou como polo de produção de frutas tropicais de alta qualidade. Responsável por aproximadamente 90% das exportações de mangas e 98% das uvas de mesa do Brasil, o Vale impulsiona o setor com variedades como mangas não fibrosas e uvas doces sem sementes, atendendo mercados globais exigentes em termos de qualidade e sustentabilidade. De acordo com dados recentes, entre janeiro e agosto de 2025, o país exportou 131,7 mil toneladas de mangas e uvas, registrando um crescimento de 18,3% em relação ao mesmo período de 2024, com destaque para o mês de agosto, quando foram embarcadas volumes expressivos, reforçando a posição do Vale como líder nacional em fruticultura exportadora. No entanto, apesar de o Brasil ser o terceiro maior produtor mundial de frutas, ocupando apenas a 24^a posição em exportações – com envios oscilando entre 2% e 2,5% da produção total –, persistem desafios que limitam a expansão internacional, como barreiras logísticas, culturais e de mercado. [1][2][3][4]

Os desafios logísticos emergem como o principal entrave para a exportação de frutas tropicais brasileiras, envolvendo variáveis como custos elevados, perdas durante o transporte, prazos apertados e a manutenção do shelf-life dos produtos perecíveis. A infraestrutura inadequada, incluindo portos, rodovias e sistemas de refrigeração, agrava esses problemas, tornando o processo oneroso e ineficiente, especialmente para regiões como o Vale do São Francisco, que envia de 700 a 800 contêineres semanais de mangas e uvas durante a alta temporada. Culturalmente, a exportação enfrenta barreiras relacionadas à adaptação de produtos a preferências locais, como padrões de qualidade fitossanitários e exigências de sustentabilidade, além da necessidade de estratégias de marketing que respeitem diversidades culturais em mercados como Europa, Estados Unidos e Ásia. No âmbito de mercado, ameaças como tarifas alfandegárias – exemplificadas pela possível taxa de 50% sobre importações nos EUA, que absorvem volumes significativos de mangas (36,8 mil toneladas em 2024) – e a concorrência global de produtores africanos e asiáticos podem levar a um colapso nas exportações, demandando soluções inovadoras para mitigar riscos e diversificar destinos. [5][6][7][8]

Nesse contexto, as redes sociais surgem como ferramenta estratégica para a promoção internacional, permitindo a superação de barreiras tradicionais por meio de marketing digital acessível e interativo. No Brasil, plataformas como Facebook, Instagram e LinkedIn desempenham um papel essencial na divulgação de produtos agrícolas, facilitando a conexão direta com consumidores globais, a construção de branding sustentável e a disseminação de inovações, como demonstrado em estudos sobre redes sociais em comunidades agrícolas reassentadas. Tendências recentes indicam que o marketing digital em redes sociais não apenas promove discussões sobre práticas agrícolas, mas também impulsiona a adoção de tecnologias, elevando a eficiência e a visibilidade de exportações, com estratégias persuasivas que destacam a qualidade e a origem dos produtos. Para as mangas e uvas do Vale do São Francisco, o uso de redes sociais pode ampliar a competitividade global, identificando oportunidades em mercados emergentes e mitigando desafios por meio de campanhas visuais e engajadoras.

Este artigo busca analisar o potencial das redes sociais como ferramenta estratégica para a promoção internacional de mangas e uvas do Vale do São Francisco, identificando estratégias eficazes para superar os obstáculos logísticos, culturais e de mercado, e assim fortalecer a presença desses produtos no cenário global.

2 JUSTIFICATIVA

A realização deste artigo se justifica pela relevância em investigar alternativas inovadoras para elevar a competitividade internacional da fruticultura brasileira, especificamente as mangas e uvas do Vale do São Francisco, em um cenário onde o Brasil, apesar de sua posição como terceiro maior produtor global de frutas, exporta apenas uma fração mínima de sua produção (entre 2% e 2,5%), ocupando o 24º lugar no ranking mundial de exportadores. Essa discrepância evidencia uma lacuna significativa na exploração de ferramentas digitais acessíveis, como as redes sociais, que podem democratizar o acesso a mercados globais e mitigar entraves crônicos, promovendo não apenas o crescimento econômico regional, mas também a sustentabilidade e a inovação no agronegócio.

Diante do recente aumento nas exportações – com um crescimento de 18,3% de janeiro a agosto de 2025 em relação a 2024, impulsionado por envios para destinos como Países Baixos, Espanha e Portugal –, surge a oportunidade de preencher uma brecha na literatura acadêmica e prática, ao propor o uso estratégico de plataformas digitais para contornar limitações como a dependência de infraestruturas logísticas precárias, adaptações culturais a padrões internacionais e riscos de mercado, incluindo tarifas impostas por grandes importadores como os EUA. Ao focar na transformação digital via Agro 4.0 e no suporte legislativo da Lei nº 13.986/2020, o estudo visa contribuir para o preenchimento dessa lacuna, oferecendo subsídios para produtores rurais aprimorarem o branding, o engajamento global e a resiliência setorial, fomentando assim um desenvolvimento mais inclusivo e adaptado às demandas contemporâneas do comércio internacional de frutas tropicais.

3 REFERENCIAL TEÓRICO

O referencial teórico deste artigo é construído a partir de uma revisão bibliográfica baseada em cinco fichamentos principais, incluindo artigos científicos, um livro e uma legislação, que fornecem embasamento conceitual sobre marketing digital, branding no agronegócio, transformação digital (Agro 4.0) e suporte financeiro para inovações no setor agropecuário. Esses materiais são integrados para analisar o potencial das redes sociais na promoção internacional, com ênfase em estratégias para superar desafios logísticos, culturais e de mercado. A seguir, uma síntese das bases teóricas principais:

1. Lima (2023) - Estratégias de marketing digital e branding no agronegócio brasileiro: desafios e oportunidades para o setor: Este artigo serve como pilar para discutir o marketing digital como ferramenta de comunicação direta e personalizada, utilizando plataformas como Instagram, Facebook e YouTube para promover produtos agropecuários. Ele enfatiza o branding ligado à sustentabilidade e qualidade, adaptável ao Vale do São Francisco, e destaca desafios culturais em contextos rurais, como resistência ao digital. Conceitos de autores como Kotler (2017) e Chaffey e Ellis-Chadwick (2019) são incorporados para abordar estratégias persuasivas e multicanal, com foco em criação de valor percebido e ROI (Return on Investment).
2. Moreira et al. (2024) - Estratégias de marketing digital em empresas agrícolas no município de Confresa - MT: Focado em adaptações digitais no agronegócio regional, este estudo demonstra o uso predominante de sites e plataformas online para promoção, escalável para o âmbito internacional. Ele aborda barreiras como conectividade e a necessidade de conteúdo específico (ex.: vídeos de colheita e infográficos), promovendo engajamento e feedback em tempo real. Contribui para o referencial ao mostrar como o setor agro se adapta ao ambiente digital, com aplicações práticas para exportações, como integração com e-commerce e humanização da produção.

3. Araújo et al. (2023) - A capacidade competitiva das empresas exportadoras de uvas de mesa e de manga do Polo Petrolina-PE/Juazeiro-BA: Este boletim da Embrapa analisa a competitividade do Polo Petrolina-Juazeiro, responsável por 70% das exportações de mangas, e enfatiza a necessidade de inovação para mitigar sazonalidade, custos logísticos e concorrência global. Ele fornece dados empíricos sobre o Vale, integrando conceitos de inovação em promoção para diversificar mercados e superar barreiras, alinhando-se à proposta de uso de canais digitais para antecipar demandas e criar hype sazonal.
4. Souza e Menezes (2022) - Agro 4.0: inovação e transformação digital no agronegócio: Este livro organiza o conceito de Agro 4.0, destacando tecnologias como IoT (Internet das Coisas) e IA (Inteligência Artificial) integradas ao marketing digital para otimizar campanhas e reduzir custos logísticos em até 25%. Ele enfatiza conexões diretas com consumidores globais via redes sociais e marketplaces, promovendo uma transição para o agronegócio digital. Contribui para o referencial ao discutir parcerias internacionais e análise de dados para segmentação de audiências, adaptando narrativas autênticas para branding sustentável.
5. Lei nº 13.986/2020 (Brasil, 2020) - Marco Legal da Garantia da Atividade Agropecuária: Esta legislação institui o Fundo Garantidor Solidário (FGS), facilitando acesso a crédito rural e subvenções econômicas para investimentos em infraestrutura digital. Ela apoia indiretamente as estratégias propostas, reduzindo riscos financeiros para campanhas em redes sociais e ferramentas pagas (ex.: anúncios segmentados). Integra-se ao referencial como suporte institucional para inovação, alinhando o agronegócio às demandas globais sem elevados custos iniciais.

Esses elementos teóricos são complementados por referências secundárias, como Czinkota e Ronkainen (2013) para exportação internacional e Kotler (2017) para criação de valor, formando um quadro integrado que combina teoria do marketing com práticas do agronegócio. A metodologia adotada é qualitativa, com análise de casos e revisão

bibliográfica, permitindo proposições estratégicas baseadas em evidências empíricas e conceituais.

4 MARKETING DIGITAL E BRANDING NO AGRONEGÓCIO BRASILEIRO

O agronegócio brasileiro representa um pilar fundamental da economia nacional, contribuindo significativamente para o PIB e para as exportações do país. Nesse contexto, o marketing digital surge como uma ferramenta estratégica para elevar a competitividade de produtos agrícolas, especialmente aqueles destinados ao mercado internacional. De acordo com Lima (2023), o marketing digital permite uma comunicação direta e personalizada com públicos-alvo, utilizando plataformas como Instagram, Facebook e YouTube para promover produtos agropecuários. Essa abordagem não apenas amplia o alcance, mas também constrói uma imagem de sustentabilidade e qualidade, fatores cada vez mais valorizados pelos consumidores globais.

No caso específico das mangas e uvas do Vale do São Francisco, região responsável por cerca de 70% das exportações brasileiras de mangas (ARAÚJO et al., 2023), o branding via redes sociais pode diferenciar esses produtos em mercados saturados. O branding, conforme destacado por Lima (2023), está intimamente ligado à criação de uma imagem de confiança e sustentabilidade, o que pode ser explorado através de campanhas visuais que enfatizem a origem tropical sustentável da região. Por exemplo, conteúdos que mostrem o processo de cultivo irrigado no semiárido nordestino podem atrair compradores europeus e norte-americanos, que priorizam produtos ecológicos.

Além disso, o livro Agro 4.0 (SOUZA; MENEZES, 2022) reforça a importância da transformação digital no agronegócio, destacando que tecnologias como a Internet das Coisas (IoT) e a inteligência artificial (IA) podem ser integradas ao marketing digital para otimizar campanhas. No agronegócio, isso significa utilizar dados analíticos para segmentar audiências internacionais, adaptando mensagens a preferências culturais específicas. Para as frutas do Vale, isso poderia envolver a criação de perfis em redes sociais que utilizem ferramentas de análise para identificar tendências de consumo em

países como os Estados Unidos ou a União Europeia, onde a demanda por frutas tropicais é alta, mas a concorrência com produtores asiáticos e africanos é acirrada.

Moreira et al. (2024), em seu estudo sobre empresas agrícolas em Confresa-MT, demonstram que o uso de sites e plataformas digitais é uma estratégia predominante para promoção local, mas que pode ser escalada para o âmbito internacional. Embora o foco seja regional, as conclusões indicam que o setor agro está se adaptando ao ambiente digital, implementando estratégias online para atingir públicos-alvo e promover produtos efetivamente. Aplicando isso ao Vale do São Francisco, exportadores poderiam adotar conteúdos específicos, como vídeos de colheita em tempo real ou infográficos sobre benefícios nutricionais, para engajar consumidores globais e superar barreiras como a sazonalidade das safras.

A legislação também desempenha um papel supportive nesse cenário. A Lei nº 13.986/2020 (BRASIL, 2020), conhecida como Marco Legal da Garantia da Atividade Agropecuária, facilita o acesso a crédito rural através do Fundo Garantidor Solidário (FGS), permitindo que produtores invistam em infraestrutura digital sem elevados riscos financeiros. Essa subvenção econômica pode ser direcionada para campanhas de marketing em redes sociais, reduzindo custos logísticos em até 25% (SOUZA; MENEZES, 2022) e fortalecendo a competitividade internacional. Assim, o marketing digital não é apenas uma ferramenta promocional, mas um vetor de inovação que alinha o agronegócio brasileiro às demandas globais, promovendo uma transição para o Agro 4.0.

Em síntese, o branding no agronegócio, impulsionado pelo marketing digital, oferece oportunidades para que produtos como mangas e uvas do Vale ganhem visibilidade global. Autores como Kotler (2017), citados em vários fichamentos, enfatizam que estratégias eficazes envolvem a criação de valor percebido, o que pode ser alcançado através de narrativas autênticas nas redes sociais. No entanto, é essencial considerar a resistência cultural ao digital em contextos rurais, como apontado por Lima (2023), para garantir a adoção ampla dessas ferramentas.

5 PLATAFORMAS DE REDES SOCIAIS ADEQUADAS PARA A PROMOÇÃO INTERNACIONAL DE FRUTAS TROPICAIS

A seleção de plataformas de redes sociais é crucial para a promoção internacional de frutas tropicais, como as mangas e uvas do Vale do São Francisco. Plataformas como Instagram e Facebook destacam-se por seu foco visual, ideal para exibir a atratividade das frutas, enquanto o YouTube permite conteúdos educativos mais longos, como tutoriais sobre receitas ou visitas virtuais às plantações. Lima (2023) afirma que essas redes sociais facilitam a comunicação direta com públicos-alvo, permitindo campanhas personalizadas que exploram hashtags globais, como #TropicalFruits ou #BrazilianMangoes, para aumentar o engajamento.

No contexto do agronegócio, Moreira et al. (2024) identificam que empresas agrícolas utilizam múltiplas plataformas para criar conteúdo específico ao setor, o que resulta em maior visibilidade. Para o Vale do São Francisco, isso poderia significar o uso do Instagram para posts visuais de alta qualidade, destacando a cor vibrante das uvas e mangas, combinado com o LinkedIn para conexões B2B com importadores internacionais. O livro Agro 4.0 (SOUZA; MENEZES, 2022) complementa essa visão ao discutir o marketing digital como meio de conexão direta com consumidores globais, ampliando exportações via marketplaces integrados, como o Facebook Marketplace ou integrações com e-commerce.

Araújo et al. (2023) enfatizam a necessidade de inovação em promoção para manter a competitividade, sugerindo que canais digitais podem mitigar desafios como a dependência de feiras tradicionais. Plataformas como TikTok, com seu algoritmo de vídeos curtos, poderiam ser exploradas para tendências virais, como desafios de receitas com mangas, atingindo jovens consumidores em mercados emergentes na Ásia. Além disso, o Twitter (agora X) pode ser útil para atualizações em tempo real sobre safras, fortalecendo a transparência e confiança.

A Lei nº 13.986/2020 (BRASIL, 2020) indiretamente apoia essa adoção ao proporcionar garantias financeiras para investimentos em tecnologia digital, permitindo que pequenos produtores acessem ferramentas pagas, como anúncios segmentados no Facebook Ads. Chaffey e Ellis-Chadwick (2019), citados em Lima (2023), destacam a

importância de estratégias multicanal para maximizar o ROI, o que no caso das frutas do Vale envolveria integração entre plataformas para uma presença coesa.

Desafios incluem a adaptação cultural: em mercados europeus, conteúdos em inglês ou francês são essenciais, enquanto na Ásia, legendas em mandarim podem ser necessárias. Moreira et al. (2024) notam que a criação de conteúdo específico eleva a promoção, mas requer treinamento para produtores rurais. Assim, plataformas como Instagram e YouTube emergem como as mais adequadas, oferecendo escalabilidade e métricas analíticas para medir impacto em exportações.

6 DESAFIOS E OPORTUNIDADES NO USO DE REDES SOCIAIS PARA EXPORTAÇÃO DE MANGAS E UVAS

A exportação de mangas e uvas do Vale do São Francisco enfrenta desafios logísticos, culturais e de mercado, mas as redes sociais oferecem oportunidades para superá-los. Araújo et al. (2023) apontam que a competitividade depende de inovação, e desafios como sazonalidade e custos de transporte podem ser mitigados por campanhas digitais que antecipem demandas, criando hype antes das safras.

Culturalmente, Lima (2023) destaca a resistência ao digital em contextos rurais, mas oportunidades surgem na construção de branding sustentável, atraindo consumidores que valorizam origem ecológica. O livro Agro 4.0 (SOUZA; MENEZES, 2022) indica que a transformação digital reduz custos logísticos em 25%, permitindo que redes sociais otimizem cadeias de suprimento através de parcerias globais via LinkedIn.

Moreira et al. (2024) revelam que adaptações digitais em MT enfrentam barreiras de conectividade, similar ao Vale, mas oportunidades incluem interação direta para feedback em tempo real, ajustando estratégias a preferências culturais. A Lei nº 13.986/2020 (BRASIL, 2020) oferece subvenções para infraestrutura, facilitando investimentos em ferramentas digitais para superar logística, como rastreamento via apps integrados a redes sociais.

Oportunidades também residem na diversificação de mercados: redes sociais podem explorar nichos como orgânicos na Europa, usando dados analíticos para

targeting preciso. Desafios de mercado, como concorrência global, são contrabalançados por conteúdos autênticos que diferenciam o Vale, conforme Kotler (2017). Em resumo, enquanto desafios persistem, as oportunidades de engajamento global via redes sociais posicionam o Vale como líder em fruticultura digital.

7 CONCLUSÃO

A análise realizada neste artigo sobre o uso das redes sociais como estratégia de promoção internacional das mangas e uvas do Vale do São Francisco revela o potencial transformador do marketing digital no agronegócio brasileiro, especialmente em um contexto de desafios logísticos, culturais e de mercado que limitam a expansão das exportações. Como destacado ao longo dos capítulos, o Vale do São Francisco se consolida como um polo de excelência na fruticultura tropical, responsável por aproximadamente 90% das exportações de mangas e 98% das uvas de mesa do Brasil, com variedades de alta qualidade que atendem padrões globais de sustentabilidade e frescor. Dados recentes de 2025 indicam um crescimento expressivo nas exportações, com mangas registrando um aumento de 18% e uvas de 73% em comparação ao ano anterior, impulsionados por mercados como os Países Baixos (52,2% das mangas). [1]

Espanha (23,27%) e Portugal (7,09%), demonstrando a resiliência do setor apesar de barreiras competitivas. No entanto, o Brasil ainda ocupa apenas a 24ª posição global em exportações de frutas, com envios representando apenas 2% a 2,5% da produção total, o que sublinha a necessidade de estratégias inovadoras para superar limitações como custos logísticos elevados e concorrência de produtores africanos e asiáticos. [2]

Alinhado ao objetivo geral de analisar o potencial das redes sociais como ferramenta estratégica, verificou-se que plataformas como Instagram, Facebook, YouTube e LinkedIn são ideais para a promoção internacional de frutas tropicais, permitindo comunicação personalizada, criação de conteúdo visual e integração com e-commerce, conforme enfatizado por Lima (2023). Essas ferramentas não apenas ampliam a visibilidade, mas também fortalecem o branding, associando os produtos do Vale a imagens de sustentabilidade e confiança, fatores cruciais para atrair consumidores

globais que valorizam origens ecológicas e qualidade premium. Moreira et al. (2024) corroboram essa adaptação digital, mostrando que empresas agrícolas, mesmo em contextos regionais como Confresa-MT, utilizam estratégias online para alcançar públicos-alvo, o que pode ser escalado para exportações ao criar conteúdos específicos que destacam a narrativa única do semiárido brasileiro irrigado.

Quanto aos objetivos específicos, a identificação de plataformas adequadas revelou que o Instagram e o YouTube se destacam por seu foco visual, ideal para campanhas que exibem o processo de cultivo e colheita, enquanto o LinkedIn facilita conexões B2B com importadores. A avaliação de desafios e oportunidades demonstrou que, embora barreiras logísticas – como perdas no transporte e infraestrutura inadequada – e culturais – como adaptações a preferências locais e exigências fitossanitárias – persistam, as redes sociais oferecem soluções acessíveis, reduzindo custos em até 25% por meio da otimização de cadeias de suprimento e engajamento direto, como apontado por Souza e Menezes (2022) no conceito de Agro 4.0. Araújo et al. (2023) reforçam que a inovação em promoção é essencial para a competitividade, sugerindo que canais digitais mitigam a sazonalidade e diversificam mercados, transformando ameaças como tarifas alfandegárias em oportunidades de diferenciação.

As estratégias digitais propostas, baseadas em boas práticas de marketing, incluem campanhas multicanal com influenciadores, conteúdos user-generated e anúncios segmentados, alinhadas a autores como Kotler (2017) e Chaffey (2019), citados nos fichamentos. Essas abordagens fortalecem a presença global, superando resistências culturais e logísticas ao fomentar parcerias internacionais. Finalmente, a compreensão do impacto da interação com consumidores globais via redes sociais indica um aumento na percepção de qualidade e valor agregado, com feedbacks em tempo real humanizando a produção e elevando o status das frutas do Vale para produtos premium, impulsionando lealdade e exportações.

A Lei nº 13.986/2020 (BRASIL, 2020) complementa esse cenário ao proporcionar mecanismos financeiros como o Fundo Garantidor Solidário (FGS), que mitigam riscos e incentivam investimentos em infraestrutura digital, facilitando a adoção de estratégias online por produtores rurais. Assim, as redes sociais emergem não apenas como

ferramentas promocionais, mas como vetores de inovação que alinham o agronegócio brasileiro às demandas do mercado global, promovendo sustentabilidade e competitividade.

Em síntese, este estudo atende à pergunta-problema ao demonstrar que as redes sociais podem ser utilizadas de forma estratégica para promover a internacionalização das mangas e uvas do Vale, considerando e superando desafios por meio de abordagens integradas. Futuras pesquisas poderiam explorar métricas de ROI em campanhas específicas ou casos de estudo empíricos no Vale, ampliando o debate sobre o Agro 4.0 em contextos emergentes. A implementação dessas estratégias não só ampliará as exportações, mas também contribuirá para o desenvolvimento econômico sustentável da região, posicionando o Brasil como líder em fruticultura digital.

REFERÊNCIAS

- [1] ABRAFRUTAS. Vale do São Francisco é destaque em exportação de frutas e vinhos tropicais. **Abrafrutas**, 2025. Disponível em: <<https://abrafrutas.org/2025/07/vale-do-sao-francisco-e-destaque-em-exportacao-de-frutas-e-vinhos-tropicais/>>. Acesso em: 14 out. 2025.
- [2] DATAMAR NEWS. Exportações de manga e uva crescem, mas produtores do Vale seguem atentos ao mercado norte-americano após tarifaço de Trump. **Datamar News**, 2025. Disponível em: <<https://datamarnews.com/pt/noticias/exportacoes-de-manga-e-uva-crescem-mas-produtores-do-vale-seguem-atentos-ao-mercado-norte-americano-apos-tarifaco-de-trump/>>. Acesso em: 14 out. 2025.
- [3] GLOBO RURAL. Logística ainda é maior entrave para exportação de frutas brasileiras. **Globo Rural**, 2025. Disponível em: <<https://globo rural.globo.com/agricultura/hortifruti/noticia/2025/04/logistica-ainda-e-maior-entrave-para-exportacao-de-frutas-brasileiras.ghml>>. Acesso em: 14 out. 2025.
- [4] FORBES BRASIL. Brasil Pode Exportar Muito Mais Frutas do Que Apenas US\$ 1,2 Bi. **Forbes Brasil**, 2025. Disponível em: <<https://forbes.com.br/forbesagro/2025/01/brasil-pode-exportar-muito-mais-frutas-do-que-apanas-us-12-bi/>>. Acesso em: 14 out. 2025.
- [5] REVISTA DA FRUTA. Os desafios da logística de frutas no Brasil. **Revista da Fruta**, 2025. Disponível em: <<https://www.revistadafruta.com.br/tecnologia/os-desafios-da-logistica-de-frutas-no-brasil,452676.jhtml>>. Acesso em: 14 out. 2025.
- [6] BLOOMBERG LÍNEA. Exportadores de frutas do Vale do São Francisco temem 'colapso' com tarifa dos EUA. **Bloomberg Línea**, 2025. Disponível em: <<https://www.bloomberglinea.com.br/agro/exportadores-de-frutas-do-vale-do-sao-francisco-temem-colapso-com-tarifa-dos-eua/>>. Acesso em: 14 out. 2025.
- [7] G1. Tarifaço EUA: Exportação de uva e manga do Vale em risco. **G1**, 2025. Disponível em: <<https://g1.globo.com/pe/petrolina-regiao/noticia/2025/08/07/tarifaco-de-trump-produtores-de-frutas-do-vale-do-sao-francisco-buscam-outros-mercados-para-minimizar-prejuizos.ghml>>. Acesso em: 14 out. 2025.
- [8] ABRAFRUTAS. Logística ainda é maior entrave para exportação de frutas brasileiras. **Abrafrutas**, 2025. Disponível em: <<https://abrafrutas.org/2025/04/logistica-ainda-e-maior-entrave-para-exportacao-de-frutas-brasileiras/>>. Acesso em: 14 out. 2025.

LIMA, Wilk da Silva. Estratégias de *marketing* digital e *branding* no agronegócio brasileiro: desafios e oportunidades para o setor. **Revista Tópicos**, [s.l.], v. 1, n. 1, 2023. DOI: 10.5281/zenodo.14627327. Disponível em: <https://revistatopicos.com.br/generate/pdf_zenodo/pub_14627327.pdf>. Acesso em: 13 out. 2025.

MOREIRA, Wallas Silva et al. Estratégias de marketing digital em empresas agrícolas no município de Confresa - MT. **Revista PesquisAgro**, Confresa, v. 8, n. 1, p. 103-111, 2024. DOI: 10.33912/AGRO.2596-0644.2024.v8.n1.p.103-111.id1057. Disponível em: <<https://periodicos.cfs.ifmt.edu.br/periodicos/index.php/agro/article/download/1057/856/3435>>. Acesso em: 13 out. 2025.

ARAÚJO, R. F. et al. A capacidade competitiva das empresas exportadoras de uvas de mesa e de manga do Polo Petrolina-PE/Juazeiro-BA. **Boletim de Pesquisa e Desenvolvimento**, Embrapa Semiárido, n. 123, Petrolina, 2023. Disponível em: <<https://www.alice.cnptia.embrapa.br/alice/bitstream/doc/1158521/1/A-CAPACIDADE-COMPETITIVA-DAS-EMPRESAS-EXPORTADORAS-DE-UVAS-DE-2023.pdf>>. Acesso em: 13 out. 2025.

SOUZA, Marcos Vinícius de; MENEZES, José Henrique Videira (orgs.). **Agro 4.0: inovação e transformação digital no agronegócio**. Brasília: Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), 2022. 166 p. Disponível em: <<https://www.cnabrazil.org.br/storage/arquivos/DCPV/files/Agro4.0-livro.pdf>>. Acesso em: 13 out. 2025.

BRASIL. **Lei nº 13.986, de 7 de abril de 2020**. Institui o Fundo Garantidor Solidário (FGS); dispõe sobre o patrimônio rural em afetação, a Cédula Imobiliária Rural (CIR), a escrituração de títulos de crédito e a concessão de subvenção econômica para empresas cerealistas; altera diversas leis; revoga dispositivos; e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 8 abr. 2020. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2020/lei/l13986.htm>. Acesso em: 13 out. 2025.

PECADE EM PETROLINA-PE: LOGÍSTICA REVERSA, EDUCAÇÃO AMBIENTAL E INCLUSÃO DIGITAL NA GESTÃO DE RESÍDUOS ELETROELETRÔNICOS (2022-2025)

Augusto Coimbra Costa Pinto

Instituto Federal do Sertão Pernambucano (IFSertãoPE)

augusto.coimbra@ifsertao-pe.edu.br

Matheus Lucas do Nascimento

Instituto Federal do Sertão Pernambucano (IFSertãoPE)

matheus.lucas@aluno.ifsertao-pe.edu.br

Kauã Jose Ferreira de Barros Silva

Instituto Federal do Sertão Pernambucano (IFSertãoPE)

kaua.jose@aluno.ifsertao-pe.edu.br

Fabício Silva Rodrigues

Instituto Federal do Sertão Pernambucano (IFSertãoPE)

fabricao.silva1@aluno.ifsertao-pe.edu.br

Gabriela da Silva Lima

Instituto Federal do Sertão Pernambucano (IFSertãoPE)

gabriela.silva2@aluno.ifsertao-pe.edu.br

Ednaldo Gomes da Silva

Instituto Federal do Sertão Pernambucano (IFSertãoPE)

ednaldo.gomes@ifsertao-pe.edu.br

Thiago Coelho de Santana

Instituto Federal do Sertão Pernambucano (IFSertãoPE)

thiago.coelho@ifsertao-pe.edu.br

RESUMO: Este artigo sistematiza o projeto de extensão PECADE (IFSertãoPE, 2022–2025), que arrecada, coleta, acondiciona e tria resíduos eletroeletrônicos em Petrolina–PE, em parceria com instituições públicas, empresas privadas e a @_sanvale. À luz da

PNRS e do Decreto 10.240/2020, articula educação ambiental, logística reversa e economia circular. Metodologia mista: análise descritiva de indicadores (massa, itens/destinos, instituições) e análise de conteúdo de registros e comunicação (@pecade.if). Resultados: >1 tonelada destinada em 2023–2025, >200 instituições contatadas desde 2022, criação do Museu Tecnológico (~150 itens) e doações de equipamentos recondicionados a projetos sociais. Conclui-se que o PECADE é replicável, fortalecendo capacidades locais para gestão de REEE, cultura da reparabilidade e descarte correto, com impactos ambientais, educacionais e sociais.

Palavras-chave: Resíduos Eletroeletrônicos. Logística Reversa. Educação Ambiental. Economia Circular. Extensão Tecnológica.

1 INTRODUÇÃO

O acelerado ciclo de inovação em tecnologias da informação e comunicação e o padrão de consumo orientado à substituição precoce de dispositivos têm ampliado a geração de resíduos de equipamentos eletroeletrônicos (REEE) no Brasil, com implicações ambientais, sanitárias e sociais (Mattos et al., 2008; Natume; Sant’Anna, 2011). A Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS) e instrumentos correlatos – como o Decreto n. 10.240/2020 (Brasil, 2020), que operacionaliza a logística reversa para eletroeletrônicos – estabelecem o princípio da responsabilidade compartilhada, envolvendo fabricantes, importadores, distribuidores, comércio, poder público e consumidores.

No Nordeste semiárido, municípios de médio porte, como Petrolina (PE), vivenciam o desafio de estruturar pontos de coleta, parcerias logísticas e práticas educativas que conectem legislação, infraestrutura e cultura local de descarte (Ministério do Meio Ambiente, 2022; Agência Senado, 2024). Inserido nesse contexto, o PECADE opera desde 2022 com três eixos: (i) sensibilização e educação ambiental; (ii) arrecadação/coleta; (iii) triagem, reparo, reutilização e destinação. O projeto integra ensino, pesquisa e extensão no IF Sertão PE, envolvendo discentes do curso técnico integrado em Informática, docentes e parceiros públicos e privados; mantém

comunicação científica e comunitária (Instagram @pecade.if); e estruturou, em 2024, o Museu Tecnológico do IFSertãoPE, como ambiente educativo e de memória tecnológica.

Este artigo tem por objetivo sistematizar o desenho, a execução e os resultados do PECADE (2022–2025), discutindo sua contribuição para a gestão local de REEE, para a inclusão digital por meio de condicionamento e doação de equipamentos, e para a formação técnica com enfoque socioambiental.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 SUSTENTABILIDADE, FRONTEIRAS PLANETÁRIAS E RISCOS AMBIENTAIS

A noção de desenvolvimento sustentável, consolidada a partir do Relatório Brundtland, converge esforços para equilibrar necessidades humanas e limites ecológicos (Brundtland, 1987; Boff, 2012). A literatura de riscos e de fronteiras planetárias enfatiza a urgência de mudar padrões de produção e consumo, sob pena de agravar processos como a perda de biodiversidade e a contaminação difusa (Lynas, 2012; Carvalho, 2013).

2.2 RESÍDUOS ELETROELETRÔNICOS: COMPOSIÇÃO, PERIGOS E GOVERNANÇA

REEE incluem equipamentos e periféricos que, quando descartados inadequadamente, liberam metais pesados e retardantes de chama, contaminando solos e águas (Mattos et al., 2008). No Brasil, além da alta taxa de geração per capita entre economias emergentes (Schluep et al., 2009), persiste a escassez de dados padronizados sobre fluxos de reciclagem e reuso (Santos et al., 2015). A PNRS estabelece arcabouço para logística reversa e destinação ambientalmente adequada; o Decreto n. 10.240/2020 (Brasil, 2020) define metas progressivas, prevê entidades gestoras e cobra pontos de recebimento dimensionados por população (Mello, 2020). A expansão de redes como a Green Eletron sinaliza maturação institucional (Green Eletron, 2024), embora ainda haja lacunas de capilaridade e educação ambiental.

2.3 ECONOMIA CIRCULAR, REPARABILIDADE E INCLUSÃO DIGITAL

Modelos de economia circular priorizam extensão de vida útil, reparo, recondição e remanufatura, reduzindo a pressão sobre extração de matérias-primas e emissões associadas (Rosa et al., 2012; Braga et al., 2005). Programas de reuso e doação, quando articulados a critérios técnicos e sociais, promovem inclusão digital e equidade de acesso a equipamentos (Macedo; Pagliarini, 2011), ao mesmo tempo em que desenvolvem competências estudantis em diagnóstico, manutenção e documentação técnica.

2.4 EDUCAÇÃO AMBIENTAL CRÍTICA E EXTENSÃO NOS INSTITUTOS FEDERAIS

Os Institutos Federais, por missão legal, integram ensino, pesquisa e extensão voltados aos arranjos produtivos locais e à inovação social (Brasil, 2008; Pacheco; Morigi, 2012; Vieira; Tedesco; Hecktheuer, 2012). Projetos de extensão tecnológica orientados por educação ambiental crítica mobilizam comunidades para responsabilidade compartilhada, fortalecem parcerias de confiança e criam ecossistemas de aprendizagem na gestão de resíduos (Costa, 2012; Bursztyn; Bursztyn, 2013). Museus e espaços de memória tecnológica operam como dispositivos pedagógicos para reflexão sobre obsolescência, consumo e sustentabilidade.

2.5 PANORAMA RECENTE

Iniciativas nacionais reportam expansão de ecopontos e redes de recebimento (Ministério do Meio Ambiente, 2022), ao passo que debates normativos buscam endurecer regras para pilhas e baterias (Agência Senado, 2024). Relatórios internacionais recentes sobre e-waste sublinham o crescimento anual dos fluxos de REEE e a necessidade de estratégias locais robustas de coleta e rastreabilidade, articuladas a educação e reparo (Schluep et al., 2009).

3 METODOLOGIA

3.1 DESENHO DO ESTUDO

Pesquisa aplicada, descritivo-analítica, com abordagem mista. O estudo sistematiza dados operacionais e pedagógicos do PECADE (2022–2024) (Figura 1 e 2) e analisa sua implementação em Petrolina–PE.

Figura 1 – Logo do projeto PECADE.



Fonte: https://www.instagram.com/p/C-_WRc3R6uS/.

Figura 2 - Página do Instagram do projeto PECADE.



Fonte: <https://www.instagram.com/pecade.if/>.

3.2 CONTEXTO, EQUIPE E PARCERIAS

O projeto ocorre no IFSertãoPE – Campus Petrolina, com coordenação docente e participação de bolsistas/voluntários do curso técnico integrado em Informática. Conta com parcerias formais com órgãos públicos municipais (Petrolina e Salgueiro), empresas privadas (clínicas e a parceira @_sanvale) e organizações sociais receptoras de equipamentos reconicionados.

3.3 EIXOS E PROCEDIMENTOS

Eixo I – Educação ambiental e comunicação pública. Campanhas junto a escolas, repartições e empresas; contatos por telefone/WhatsApp/e-mail; posts informativos (Instagram @pecade.if); ações de sensibilização sobre descarte correto.

Eixo II – Coleta e logística. Agendamento, recebimento, pesagem e registro dos itens; acondicionamento seguro e transporte ao campus.

Eixo III – Triagem, reparo e destinação. Testes funcionais (fonte, memória, discos, monitores, periféricos), classificação por destino (reuso em atividades didáticas; doação; musealização; envio a recicladores licenciados; descarte especializado de pilhas/baterias).

3.4 PLANO DE TRABALHO E CRONOGRAMA OPERATIVO

As atividades anuais seguem ciclos entre abril e novembro: (1) revisão bibliográfica (abril); (2) ações educativas (abril–maio); (3) triagem/parcerias (maio–novembro); (4) visitas e coleta (maio–novembro); (5) triagem/destinação (maio–novembro); (6) relatório e socialização (novembro). O acompanhamento é semanal, com registros fotográficos e planilhas compartilhadas.

3.5 FONTES E TRATAMENTO DE DADOS

- Quantitativo: massa arrecadada (kg), número de itens, classes de equipamentos, número de instituições parceiras, doações realizadas, itens musealizados. Estatística descritiva (médias, totais, proporções).
- Qualitativo: análise de conteúdo (Bardin) de registros de campo e materiais de divulgação, concentrando-se em evidências de conscientização, mudança de práticas e aprendizagem técnica/social.
- Critérios de avaliação: (i) quantitativo de REEE arrecadado; (ii) número de instituições participantes; (iii) quantitativo triado e destinado; (iv) ações educativas e de divulgação realizadas; (v) doações e impactos em inclusão digital.

3.6 ASPECTOS ÉTICOS E SEGURANÇA

Procedimentos de segurança no manuseio de REEE (especialmente pilhas e baterias); descarte via parceiros licenciados; transparência na prestação de contas e divulgação pública de resultados agregados.

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

4.1 ALCANCES OPERACIONAIS (2022-2024)

Desde 2022, o PECADE contatou mais de 200 instituições públicas e privadas para adesão à logística de descarte. Em 2022, foram coletados >800 itens e periféricos e >6 kg de pilhas/baterias, somando cerca de 200 kg. Entre mar/2023 e dez/2025, o projeto arrecadou e destinou mais de 2 toneladas de REEE, incluindo computadores, impressoras, monitores, televisores e periféricos (Figura 3 e 4). Esses números alinham-se às recomendações do Decreto n. 10.240/2020 (Brasil, 2020) para capilarização de pontos de recebimento e reforçam o papel de entidades parceiras e gestoras (Mello, 2020; Green Eletron, 2024).

Figura 3 – Equipe do projeto PECADE realizando arrecadação de REEE.



Fonte: https://www.instagram.com/p/DO8teAsDjsb/?img_index=1

Figura 4 – Coletas de lixo eletrônico em diversas instituições e comunidades de Petrolina-PE.



Fonte: <https://www.instagram.com/p/DMZYZR-tMHq/>.

Os resultados mostram que campanhas educativas combinadas a rotas de coleta e processos de triagem estabelecidos elevam a adesão institucional. A literatura indica que a ausência de canais claros e de educação ambiental é um gargalo para o cumprimento de metas de logística reversa (Natume; Sant’Anna, 2011). O PECADE atenua esse gargalo ao operar como hub local, ao mesmo tempo formativo (para estudantes) e operacional (para empresas e órgãos públicos).

4.2 REUSO, DOAÇÕES E INCLUSÃO DIGITAL

Testes e reparos permitiram **recondicionar** máquinas para **ONGs e escolas**. Exemplos documentados incluem doações a orfanato em Salgueiro (cinco computadores restaurados) e ao Projeto Crescer (um computador completo com impressora e um notebook), com aplicação em reforço escolar. Tais ações, além de **evitar descarte prematuro**, realizam a **função social** da tecnologia, reforçando dimensões de **cidadania digital e equidade** (Macedo; Pagliarini, 2011; Rosa *et al.*, 2012).

Programas de reuso geram **duplo dividendo** ecológico-social, compatível com princípios de economia circular (Braga *et al.*, 2005). Demandam, contudo, protocolos de segurança de dados, padrões mínimos de desempenho e **rastreamento de pós-doação**, oportunidades de melhoria para ciclos futuros.

4.3 MUSEU TECNOLÓGICO DO IFSertãoPE

O acervo educativo reúne ~**150 itens** (Figura 5 e 6) que compõem uma **linha do tempo** das TIC. O espaço opera como **dispositivo pedagógico** para discutir obsolescência, consumo responsável, design e sustentabilidade; recebe visitas agendadas de escolas e da comunidade.

Figura 5 – Museu Tecnológico do IFSertãope - Campus Petrolina.



Fonte: <https://tribunanordeste.com.br/?p=13248>

Figura 6 – Inauguração do Museu Tecnológico do IF Sertãope - Campus Petrolina.



Fonte: https://www.instagram.com/p/DPd4T2qDsOO/?img_index=1.

Em termos de educação ambiental crítica, o museu amplia letramentos socioambientais e históricos e aproxima gerações de diferentes regimes tecnológicos, favorecendo aprendizagem baseada em objetos e reflexão sobre reparabilidade e durabilidade.

4.4 FORMAÇÃO DISCENTE E COMPETÊNCIAS SOCIOAMBIENTAIS

Participantes relatam ampliação de repertório em diagnóstico, manutenção e documentação técnica; compreensão da relação entre tecnologia, sustentabilidade e

bem-estar comunitário; e desenvolvimento de competências socioemocionais (trabalho em equipe, comunicação pública). Esses achados convergem com a diretriz dos IFs de articular formação técnica e cidadania (Pacheco; Morigi, 2012; Vieira; Tedesco; Hecktheuer, 2012).

4.5 COMUNICAÇÃO PÚBLICA E ENGAJAMENTO

O uso de @pecade.if e a cobertura em mídias locais (reportagens) ampliaram o alcance comunitário, gerando efeitos reputacionais: o campus tornou-se referência regional como ponto de coleta e orientação técnica. Na literatura, visibilidade e sinalização institucional são cruciais para consolidar mudança comportamental (Bursztyn; Bursztyn, 2013; Costa, 2012).

4.6 LIMITAÇÕES E DESAFIOS

- Infraestrutura de armazenagem e transporte especializado para volumes crescentes;
- Rastreabilidade pós-doação/reciclagem e integração a entidade gestora para dados padronizados;
- Gestão de pilhas e baterias em consonância com o aperfeiçoamento normativo em discussão (Agência Senado, 2024);
- Padronização de protocolos de segurança da informação (apagamento seguro de dados).

4.7 O PECADE NO ESTADO DA ARTE

Os resultados dialogam com diretrizes nacionais de expansão de ecopontos (Ministério do Meio Ambiente, 2022) e com a ênfase internacional em reparo e extensão de vida útil como estratégias de maior retorno ambiental por unidade de esforço. O caráter territorializado e educativo do PECADE responde a evidências de que soluções eficazes em REEE são localmente ancoradas, com forte componente de sensibilização e capacitação técnica.

5 CONCLUSÕES

O projeto PECADE evidencia o potencial da extensão tecnológica desenvolvida nos Institutos Federais para integrar legislação ambiental, educação, logística reversa e ações de inclusão digital, constituindo-se como estratégia eficaz para enfrentar a crescente problemática dos resíduos eletroeletrônicos (REEE) em cidades de porte médio do semiárido brasileiro.

As mais de duas toneladas de materiais coletados entre 2023 e 2025, somadas ao envolvimento de centenas de instituições públicas e privadas, demonstram a capacidade do projeto de mobilizar a comunidade e de consolidar práticas ambientalmente responsáveis. Paralelamente, as doações de equipamentos recondicionados e a criação do Museu Tecnológico do IFSertãoPE revelam impactos sociais significativos e reforçam o compromisso do projeto com a formação integral dos estudantes, que passam a compreender a relação entre tecnologia, sustentabilidade e desenvolvimento comunitário.

Apesar dos avanços, alguns aperfeiçoamentos são essenciais para ampliar o alcance e a eficácia das ações. A formalização de acordos de cooperação com entidades gestoras é necessária para aprimorar o rastreamento dos fluxos de resíduos e estabelecer metas anuais alinhadas às diretrizes nacionais. A criação de um ecoponto permanente, com sinalização adequada e campanhas de comunicação recorrentes, pode fortalecer a visibilidade do projeto e facilitar o acesso da população ao descarte correto.

Do mesmo modo, a expansão de laboratórios de reparo e a oferta de oficinas públicas de reparabilidade contribuem para a cultura da circularidade e reduzem a obsolescência precoce dos equipamentos. Também se destaca a importância de protocolos de apagamento seguro de dados e auditorias técnicas, garantindo confiabilidade ao processo de reuso. Além disso, a elaboração de um painel público contendo indicadores como massa coletada, destinos finais e emissões evitadas amplia a transparência e favorece a participação social.

Conclui-se que o modelo desenvolvido pelo PECADE apresenta alto potencial de escalabilidade e replicabilidade para outros campi do IFSertãoPE e instituições congêneres em diferentes municípios. Ao articular educação ambiental crítica, inovação social e responsabilidade compartilhada, o projeto contribui diretamente para o cumprimento das metas da Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS) e para o fortalecimento de uma cultura de circularidade e justiça socioambiental no território. Assim, o PECADE consolida-se como uma referência regional em gestão sustentável de REEE e como uma experiência exemplar de extensão transformadora no semiárido brasileiro.

REFERÊNCIAS

- AGÊNCIA SENADO. **Projeto aumenta rigor no descarte de baterias de produtos eletrônicos**. Brasília, 26 fev. 2024. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2024/02/26/projeto-aumenta-rigor-no-descarte-de-baterias-de-produtos-eletronicos>. Acesso em: 14 out. 2025.
- BOFF, L. **Sustentabilidade: o que é, o que não é**. Rio de Janeiro: Vozes, 2012.
- BRAGA, B. *et al.* **Introdução à engenharia ambiental**. 2. ed., São Paulo: Pearson Universidades, 2005.
- BRASIL. **Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008**. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11892.htm. Acesso em: 6 fev. 2020. Acesso em: 14 out. 2025.
- BRASIL. **Decreto nº 10.240, de 12 de fevereiro de 2020**. Regulamenta a logística reversa de produtos eletroeletrônicos e seus componentes. *Diário Oficial da União*: Brasília, DF, 13 fev. 2020. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2019-2022/2020/Decreto/D10240.htm. Acesso em: 14 out. 2025.
- BRUNDTLAND, G. **Nosso futuro comum**. 1987. Disponível em: <https://www.are.admin.ch/en/1987-brundtland-report>. Acesso em: 14 out. 2025.
- BURSZTYN, A. B.; BURSZTYN, M. **Fundamentos de política e gestão ambiental**. Rio de Janeiro: Garamond, 2013.
- CARVALHO, D. W. **Dano ambiental futuro: a responsabilização civil pelo risco ambiental**. 2. ed. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2013.
- COSTA, R. **Superando os supermemes**. São Paulo: Cultrix, 2012.
- ELETRON, Green. **Green Eletron reciclou quase 4,5 mil toneladas de eletroeletrônicos e pilhas em 2023**. 2024. Disponível em: <https://greeneletron.org.br/blog/green-eletron-reciclou-quase-45-mil-toneladas-de-eletronicos-e-pilhas-em-2023/>. Acesso em: 14 out. 2025.
- HECKTHEUER, D. A. **Avaliação da sustentabilidade ambiental nos institutos federais**. 2012. 98 f. Dissertação (Mestrado em Engenharia) – Programa de Pós-Graduação em Engenharia, Universidade de Passo Fundo, Passo Fundo, 2022. Disponível em: <https://repositorio.upf.br/server/api/core/bitstreams/99643649-d6c6-44ed-bcad-81e834847a8f/content>. 14 out. 2025.

LYNAS, M. **A espécie divina**. São Paulo: Alta Books, 2012.

MACEDO, D. H.; PAGLIARINI, P. C. O lixo eletrônico na Unicamp: estudo de caso sobre as oportunidades ainda não exploradas. **Revista Ciências do Ambiente On-Line**, v. 7, n. 1, p. 47–52, 2011. Disponível em:

<http://sistemas.ib.unicamp.br/be310/nova/index.php/be310/article/view/287>. Acesso em: 14 out. 2025.

MATTOS, K. M. C. *et al.* **Impactos ambientais causados pelo lixo eletrônico e o uso da logística reversa para minimizar os efeitos causados ao meio ambiente**. In:

ENESEP 2008. Disponível em:

http://www.abepro.org.br/biblioteca/enesep2008_tn_stp_077_543_11709.pdf. Acesso em: 14 out. 2025.

MELLO, D. Entenda as novas regras para recolhimento de lixo eletrônico. **Agência Brasil**, 19 fev. 2020. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2020-02/entenda-novas-regras-para-recolhimento-de-lixo-eletronico>. Acesso em: 14 out. 2025.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. **Brasil conta com mais de 3,4 mil pontos de coleta para descarte e destinação correta do lixo eletrônico em todo o país**. Brasília, 31 out. 2022. Disponível em: <https://www.gov.br/pt-br/noticias/meio-ambiente-e-clima/2022/04/brasil-counta-com-mais-de-3-4-mil-pontos-de-coleta-para-descarte-e-destinacao-correta-do-lixo-eletronico-em-todo-o-pais>. Acesso em: 14 out. 2025.

NATUME, R. Y.; SANT'ANNA, F. S. P. Resíduos eletroeletrônicos: um desafio para o desenvolvimento sustentável e a nova lei da política nacional de resíduos sólidos. In: **3rd International Workshop on Advances in Cleaner Production**, São Paulo, 2011. Disponível em:

http://www.advancesincleanerproduction.net/third/files/sessoes/5b/6/natume_ry%20-%20paper%20-%205b6.pdf. Acesso em: 14 out. 2025.

PACHECO, E. M.; MORIGI, V. **Ensino técnico, formação profissional e cidadania: A Revolução da Educação Profissional e Tecnológica no Brasil**. São Paulo: Penso, 2012.

ROSA, A. H. *et al.* **Meio ambiente e sustentabilidade**. Porto Alegre: Bookman, 2012.

SANTOS, F. *et al.* Resíduos eletrônicos: projeto piloto para o descarte correto. Ponta Grossa: **UEPG/PROEX**, 2015. Disponível em:

<https://memoria.apps.uepg.br/conex/anais/trabalhos/315.pdf>. Acesso em: 14 out. 2025.

SCHLUEP, M. *et al.* Recycling from e-waste to resources: sustainable innovation and technology transfer industrial sector studies. Bonn: UNEP/UNU, Bonn: UNEP-UNU, Solving the E-waste Problem (StEP), 2009.

VIEIRA, L. C.; TEDESCO, A.; HECKTHEUER, D. A. A sustentabilidade ambiental nos Institutos Federais brasileiros. **XXII Mostra de Iniciação Científica**, UPF, 2012.

Disponível em: http://semanadoconhecimento.upf.br/download/leticia_canal_vieira-139535-resumo-_sustentabilidade_ambiental_nos_intitutos_federais_brasileiros.pdf.

Acesso em: 14 out. 2025.

PRESSÃO HIDROVIÁRIA NO RIO TAPAJÓS: UMA REVISÃO SOBRE OS EFEITOS AMBIENTAIS DO TRÁFEGO DE BARCAÇAS NAS ESTAÇÕES DE TRANSBORDO DE MIRITITUBA (PA)

Nádia da Costa Sousa

Bacharelada em Engenharia de Alimentos

Universidade do Estado do Pará – UEPA

Nayla da Costa Sousa Marques

Bacharelada em Engenharia Civil

Universidade Federal do Oeste do Pará – UFOPA

Rosania Reis da Costa

Bacharelada em Engenharia de Alimentos

Universidade do Estado do Pará – UEPA

Juliane Monteiro Lopes

Bacharelada em Engenharia de Alimentos

Universidade do Estado do Pará – UEPA

Lindalva Socorro Silva

Bacharelada em Engenharia de Alimentos

Universidade do Estado do Pará – UEPA

Diego Aires da Silva

Professor Orientador

Doutor em Ciência e Tecnologia de Alimentos

Universidade do Estado do Pará – UEPA

RESUMO: Este artigo apresenta uma revisão integrativa sobre os efeitos ambientais e institucionais associados ao tráfego hidroviário intensivo no Rio Tapajós, com ênfase nas operações das Estações de Transbordo de Cargas (ETCs) localizadas em Miritituba (Itaituba-PA). A análise foi fundamentada em estudos publicados entre 2020 e 2025, além de relatórios de órgãos reguladores como ANTAQ, IBAMA, MPF e Governo do Estado do Pará. Os resultados indicam que a intensificação da logística fluvial no corredor

Tapajós–Amazonas tem gerado uma pressão hidroviária crescente, manifestada por erosão marginal, assoreamento, poluição hídrica e perturbações à fauna aquática. Além disso, observam-se lacunas significativas na governança ambiental e na integração entre políticas públicas. Conclui-se que a mitigação da pressão hidroviária exige uma governança colaborativa e o fortalecimento do monitoramento ambiental e das práticas sustentáveis de transporte.

Palavras-chave: Pressão hidroviária. Hidrovia. Logística. Meio ambiente. Amazônia.

ABSTRACT: This paper presents an integrative review on the environmental and institutional effects associated with intensive waterway traffic in the Tapajós River, focusing on the operations of Cargo Transshipment Stations (ETCs) located in Miritituba (Itaituba-PA). The analysis was based on studies published between 2020 and 2025, as well as reports from regulatory agencies such as ANTAQ, IBAMA, MPF, and the Government of the State of Pará. The results indicate that the intensification of fluvial logistics in the Tapajós–Amazonas corridor has generated increasing hydroway pressure, expressed by bank erosion, siltation, water pollution, and disturbances to aquatic fauna. Furthermore, there are significant gaps in environmental governance and policy integration. It is concluded that mitigating hydroway pressure requires collaborative governance and the strengthening of environmental monitoring and sustainable transport practices.

Keywords: Hydroway pressure. Waterway. Logistics. Environment. Amazon.

1 INTRODUÇÃO

A Amazônia brasileira tem se consolidado como um dos principais territórios de expansão da infraestrutura logística voltada ao escoamento da produção agroexportadora. Entre os eixos que compõem esse processo, destaca-se a hidrovia do Tapajós, que integra os portos fluviais de Itaituba e Santarém aos terminais oceânicos de Barcarena e Vila do Conde, configurando um corredor estratégico entre o agronegócio mato-grossense e os mercados internacionais (Brito; Nascimento, 2020a).

A intensificação dessa rota hidroviária trouxe consigo novas dinâmicas territoriais e ambientais, expressas pela instalação de Estações de Transbordo de Cargas (ETCs), aumento do tráfego de comboios de barcas e dragagem de trechos sensíveis do

rio Tapajós (Ianni; Costa, 2023a). Esse movimento reflete o avanço da chamada “fronteira logística amazônica”, caracterizada pela expansão da infraestrutura de transporte e pela reconfiguração territorial associada ao agronegócio (Brito; Nascimento, 2020b; Ianni; Costa, 2023b).

Nesse contexto, surge o conceito de pressão hidroviária, que descreve o conjunto de tensões ecológicas, hidrodinâmicas e socioambientais decorrentes do tráfego intensivo de embarcações em rios de alta sensibilidade ecológica (Oliveira; Souza; Pinto, 2021). Essa pressão manifesta-se na alteração dos fluxos naturais, erosão das margens, assoreamento, poluição das águas e perturbação das comunidades aquáticas (MPF, 2024b).

Diante dessas transformações, o presente artigo tem como objetivo realizar uma revisão integrativa da literatura sobre os efeitos ambientais e institucionais associados à pressão hidroviária no Rio Tapajós, com ênfase nas operações das ETCs em Miritituba (PA). Busca-se, assim, compreender as relações entre logística fluvial, governança ambiental e sustentabilidade hidroviária na Amazônia.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 O CONCEITO DE PRESSÃO HIDROVIÁRIA E A INTENSIFICAÇÃO LOGÍSTICA NA AMAZÔNIA

O conceito de pressão hidroviária refere-se ao conjunto de tensões ecológicas e hidrodinâmicas geradas pelo tráfego intensivo de embarcações em rios de elevada sensibilidade ambiental (Oliveira; Souza; Pinto, 2021). Essa pressão manifesta-se por meio da alteração dos fluxos naturais, erosão das margens, mudanças nos padrões de sedimentação, poluição e perturbação das comunidades aquáticas, sendo agravada pela instalação de estações de transbordo e pela dragagem em trechos críticos sem estudos ambientais adequados (Governo do Pará, 2024; MPF, 2024a).

A hidrovia Tapajós-Amazonas constitui um dos principais eixos da fronteira logística amazônica, integrando o transporte rodoviário e fluvial entre Itaituba e Barcarena. Segundo Brito e Nascimento (2020a) e Ianni e Costa (2023b), esse corredor

expressa um projeto logístico de escala continental que intensificou a ocupação portuária e as transformações territoriais. Dados recentes da Agência Nacional de Transportes Aquaviários (ANTAQ, 2025) indicam que Itaituba concentra mais de dez Estações de Transbordo de Cargas (ETCs) em operação, consolidando o município como o principal polo logístico do Arco Norte. Entretanto, estudos do Instituto de Estudos Socioeconômicos (INESC, 2021) apontam que essa expansão tem ampliado desigualdades locais, com impactos diretos sobre comunidades ribeirinhas e ecossistemas fluviais.

Além dos impactos físicos e sociais, a intensificação logística no Tapajós tem revelado conflitos institucionais e fragilidades na governança ambiental. Em 2025, o governo do Pará autorizou novas dragagens no rio, contrariando recomendações do Ministério Público Federal e decisão judicial que suspendia as obras (Silva, 2025). Esse cenário exemplifica o desequilíbrio entre os interesses econômicos e os mecanismos de controle ambiental, reforçando a necessidade de uma gestão integrada e preventiva das hidrovias amazônicas. Assim, a pressão hidroviária no Tapajós emerge não apenas como fenômeno físico, mas como expressão de um modelo de desenvolvimento que prioriza a fluidez econômica em detrimento da sustentabilidade.

2.2 IMPACTOS AMBIENTAIS DO TRANSPORTE HIDROVIÁRIO NA AMAZÔNIA

A intensificação do transporte hidroviário na Amazônia tem produzido uma série de impactos ambientais cumulativos, que se manifestam de forma mais evidente nas regiões de alta sensibilidade ecológica, como o médio e o baixo Tapajós. Diversos estudos indicam que o tráfego constante de comboios de barcas, empurradores e rebocadores provoca alterações hidrossedimentares significativas, afetando tanto o equilíbrio morfológico do leito fluvial quanto os ecossistemas marginais (Carvalho; Mendonça, 2022; Moura; Ferreira, 2022; Oliveira; Souza; Pinto, 2021). Essas alterações resultam em aumento da turbidez, erosão das margens, assoreamento e mudanças nos padrões de correnteza, comprometendo a qualidade da água e a estabilidade dos habitats aquáticos.

Os estudos de Pinto, Santos e Silva (2023) e Fearnside (2023) reforçam que esses processos são agravados pela dragagem recorrente de trechos críticos do Rio Tapajós,

realizada para garantir a navegabilidade durante o período de estiagem. A remoção contínua de sedimentos altera o regime natural de deposição e acelera a erosão das margens, provocando perdas de solo e afetando áreas de várzea utilizadas por comunidades ribeirinhas. Em 2024, o Ministério Público Federal (MPF, 2024a) abriu procedimento investigatório para apurar irregularidades em autorizações de dragagem no Tapajós, questionando a ausência de estudos de impacto ambiental abrangentes e a fragmentação das licenças emitidas por diferentes órgãos. O caso evidencia a fragilidade institucional na fiscalização e a urgência de uma abordagem integrada entre as esferas federal e estadual.

Além dos impactos físicos e hidrossedimentares, há crescente preocupação com os efeitos sonoros e químicos gerados pela navegação intensiva. Santos et al. (2024) identificaram que o ruído subaquático proveniente dos motores e a dispersão de partículas sedimentares elevam o estresse de peixes migratórios e mamíferos aquáticos, afetando seus padrões de deslocamento e reprodução. Essa forma de poluição, ainda pouco monitorada, soma-se à contaminação por combustíveis e lubrificantes, que frequentemente atingem áreas de reprodução de espécies endêmicas.

Nesse contexto, os impactos ambientais do transporte hidroviário no Tapajós não podem ser analisados de forma isolada, mas como parte de um processo sistêmico de pressão hidroviária que envolve fatores hidrodinâmicos, biológicos e institucionais. A literatura recente converge para a necessidade de um monitoramento contínuo e integrado das atividades fluviais, capaz de identificar sinergias e propor medidas de mitigação que conciliem a navegabilidade com a conservação dos ecossistemas amazônicos (IBAMA, 2023a; Governo do Pará, 2024).

2.3 POLÍTICAS PÚBLICAS, GOVERNANÇA E LACUNAS DE FISCALIZAÇÃO

A governança das hidrovias amazônicas é marcada por fragmentação institucional e sobreposição de competências entre órgãos federais e estaduais (Ferreira; Lima, 2022). O MPF (2024b) destaca que parte das ETCs opera com licenciamento ambiental insuficiente e que os estudos de impacto cumulativo ainda são incipientes.

A ANTAQ e o IBAMA possuem papéis complementares na regulação e monitoramento das atividades, mas a carência de integração entre as bases de dados e a limitação de recursos humanos dificultam o controle ambiental efetivo. Esse cenário evidencia a necessidade de políticas intersetoriais e instrumentos de planejamento hidroviário sustentável (Ianni; Costa, 2023b).

2.4 PERSPECTIVAS TEÓRICAS SOBRE SUSTENTABILIDADE HIDROVIÁRIA

A noção de sustentabilidade hidroviária surge como resposta à intensificação do transporte fluvial na Amazônia e à necessidade de compatibilizar eficiência logística e conservação ambiental. Para Pinto, Santos e Silva (2023) e Fearnside (2023), essa abordagem amplia o entendimento tradicional de navegação, incorporando princípios de justiça ambiental, governança participativa e mitigação dos impactos cumulativos sobre os ecossistemas aquáticos. No contexto amazônico, a sustentabilidade passa a ser vista como um instrumento de equilíbrio territorial, que busca conciliar o desenvolvimento logístico com a integridade ecológica dos rios.

O Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT, 2023), em seu Plano Hidroviário Estratégico – PHE, propõe diretrizes para o desenvolvimento sustentável das hidrovias brasileiras, introduzindo o conceito de hidrovia sustentável, baseada em quatro dimensões: segurança, eficiência, inclusão social e conservação ambiental. O PHE reforça o papel da avaliação ambiental estratégica (AAE) como ferramenta preventiva e defende a integração do planejamento hidroviário com políticas de ordenamento territorial e adaptação climática. Em consonância, Barros (2022) destaca a importância de incorporar critérios de eficiência energética, avaliação de ciclo de vida e compensação ambiental nas operações fluviais e portuárias, consolidando o transporte hidroviário como vetor de sustentabilidade.

Ferreira e Lima (2022) apontam, contudo, que a efetivação desse paradigma depende de uma governança ambiental integrada, capaz de superar a fragmentação institucional entre os órgãos de transporte e meio ambiente. Os autores defendem a adoção de modelos de gestão adaptativa, orientados por indicadores ecológicos e

participação social, como forma de ajustar as políticas às respostas ambientais dos ecossistemas. Dessa forma, a literatura converge para o entendimento de que a sustentabilidade hidroviária deve ser compreendida como um processo multidimensional, que combina eficiência econômica, responsabilidade socioambiental e democratização da gestão das águas.

3 METODOLOGIA

O estudo caracteriza-se como uma revisão integrativa com abordagem qualitativa e natureza descritiva. Foram reunidos artigos científicos, relatórios institucionais e documentos públicos produzidos entre 2020 e 2025. As fontes principais incluem a Agência Nacional de Transportes Aquaviários (ANTAQ), o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), o Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT), o Ministério Público Federal (MPF) e o Governo do Estado do Pará.

Os critérios de inclusão abrangeram materiais que:

- a) tratassem diretamente da operação de hidrovias na Amazônia;
- b) apresentassem dados ou análises sobre impactos ambientais do transporte fluvial;
- c) abordassem políticas públicas de regulação, licenciamento e governança das hidrovias;
- d) possuísem recorte temporal a partir de 2020, garantindo atualidade da base de dados.

Para a análise dos conteúdos, adotou-se uma categorização temática em quatro eixos interpretativos:

- 1. Conceito e intensificação da pressão hidroviária;
- 2. Expansão Logística e Governança Ambiental;
- 3. Impactos ambientais do transporte hidroviário;
- 4. Perspectivas teóricas sobre sustentabilidade hidroviária.

Cada eixo foi discutido à luz de estudos recentes e de marcos normativos, de modo a identificar convergências, lacunas e desafios no contexto do Rio Tapajós.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A análise das fontes bibliográficas e documentais revelou que a intensificação do transporte hidroviário no corredor Tapajós–Amazonas representa uma das transformações mais significativas da última década na Amazônia. O município de Itaituba, especialmente o distrito de Miritituba, consolidou-se como o principal polo logístico do Arco Norte, abrigando atualmente mais de uma dezena de Estações de Transbordo de Cargas (ETCs) que operam quase exclusivamente para o escoamento de grãos e farelos produzidos no Centro-Oeste (Brito; Nascimento, 2020a; Ianni; Costa, 2023a;).

Essas estruturas foram implantadas de forma acelerada, impulsionadas por investimentos de grandes grupos do agronegócio e pela política de desconcentração portuária nacional. No entanto, a literatura indica que a expansão da infraestrutura logística ocorreu de maneira desordenada, sem estudos integrados de impacto ambiental que considerassem o efeito cumulativo das operações simultâneas no mesmo trecho fluvial (IBAMA, 2023a; MPF, 2024a).

4.1 A NATUREZA DA PRESSÃO HIDROVIÁRIA NO TAPAJÓS

A expressão “pressão hidroviária” tem sido utilizada por autores como Oliveira, Souza e Pinto (2021) para descrever o conjunto de forças hidrodinâmicas e ecológicas geradas pela movimentação contínua de comboios de barcas, empurradores e rebocadores em rios de grande porte. No caso do Tapajós, a pressão manifesta-se na forma de aumento da turbidez, erosão marginal, alterações de correnteza e perturbação das comunidades aquáticas.

Estudos realizados por Moura e Ferreira (2022) demonstram que, em áreas de tráfego intenso, a movimentação de sedimentos pode aumentar em até 30%,

comprometendo a reprodução de peixes de desova demersal. Carvalho e Mendonça (2022) reforçam que o ruído subaquático proveniente dos motores e hélices interfere na navegação e comunicação de espécies sensíveis, especialmente golfinhos e peixes migratórios.

Além dos impactos ecológicos, há repercussões sociais diretas sobre comunidades ribeirinhas, que enfrentam mudanças no regime de vazantes e aumento da instabilidade das margens. Em alguns trechos, a erosão já compromete áreas de moradia e plantio, provocando deslocamentos e perdas econômicas locais (Governo do Pará, 2024; MPF, 2024a).

4.2 EXPANSÃO LOGÍSTICA E GOVERNANÇA AMBIENTAL FRAGMENTADA

A governança das hidrovias amazônicas apresenta uma estrutura institucional complexa, que envolve múltiplos órgãos com competências sobrepostas. Segundo Ferreira e Lima (2022), a ausência de um sistema unificado de gestão hidroviária faz com que cada agência — ANTAQ, IBAMA, DNIT e Marinha do Brasil — atue de forma isolada, resultando em lacunas de fiscalização e inconsistência de dados.

O MPF (2024b) observa que parte das ETCs de Miritituba ainda opera sob licenças simplificadas, emitidas antes da consolidação de estudos de impacto regional. Em 2023, o órgão recomendou a realização de avaliações ambientais estratégicas (AAEs) para toda a bacia do Tapajós, de modo a integrar os efeitos sinérgicos de empreendimentos logísticos, hidrelétricos e minerários.

Ianni e Costa (2023b) apontam que esse modelo de expansão revela um padrão recorrente de planejamento setorial desconectado do ordenamento territorial, no qual as decisões de infraestrutura são tomadas com base em demandas do mercado externo, e não nas condições ecológicas do território amazônico. Essa desconexão contribui para o que os autores denominam “territorialização logística”, processo em que a fluidez econômica se sobrepõe à integridade ambiental e à soberania local.

4.3 IMPACTOS CUMULATIVOS E DESAFIOS DE MONITORAMENTO

As análises dos relatórios técnicos da ANTAQ (2025) e do IBAMA (2023b; 2023c) indicam que a intensificação do tráfego de barcas no Tapajós tem efeitos cumulativos ainda pouco mensurados. O aumento de atracções nas ETCs eleva o risco de derramamentos de combustível, colisões e perturbações nos habitats aquáticos. Segundo Pinto, Santos e Silva (2023), a ausência de um programa contínuo de monitoramento ambiental limita a capacidade do Estado em detectar e mitigar esses efeitos.

Fearnside (2023) destaca que os impactos cumulativos não se restringem ao meio físico-biótico, mas se estendem às dimensões socioeconômicas e culturais. A reorganização do território fluvial em função da logística de exportação tem reduzido o acesso de comunidades tradicionais aos recursos pesqueiros e às margens navegáveis, alterando práticas históricas de mobilidade e subsistência.

A situação é agravada pela falta de transparência nos dados públicos. Embora a ANTAQ (2024) disponibilize estatísticas de movimentação portuária, nem sempre há distinção clara entre os volumes operados por tipo de carga ou terminal, o que dificulta a correlação entre atividade logística e impacto ambiental direto.

4.4 CAMINHOS PARA UMA SUSTENTABILIDADE HIDROVIÁRIA

A literatura converge na necessidade de redefinir o modelo de gestão do transporte hidroviário amazônico, orientando-o para um paradigma de sustentabilidade hidroviária (Pinto; Santos; Silva, 2023). Isso inclui não apenas o aprimoramento técnico das operações — como controle de velocidade, zonas de exclusão e protocolos de emergência —, mas também o fortalecimento da governança participativa e da educação ambiental junto às comunidades ribeirinhas.

Fearnside (2023) e MPF (2024a) defendem que a mitigação da pressão hidroviária deve incorporar a perspectiva da justiça ambiental, assegurando que os benefícios econômicos da logística sejam acompanhados por compensações socioambientais efetivas. O planejamento territorial deve reconhecer a heterogeneidade dos rios amazônicos, evitando soluções uniformes e adotando indicadores ecológicos de resiliência.

Por fim, autores como Ianni e Costa (2023b) e Oliveira, Souza; Pinto (2021) sugerem que a sustentabilidade da hidrovía Tapajós–Amazonas depende de uma visão integrada de bacia, capaz de articular transporte, energia, mineração e conservação em um mesmo marco de governança. Tal abordagem representa um avanço conceitual e político em direção a um modelo de desenvolvimento compatível com a complexidade ambiental da Amazônia.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A revisão integrativa realizada permitiu compreender que a intensificação do transporte hidroviário no Rio Tapajós constitui um fenômeno que transcende a esfera logística, configurando-se como um processo de reconfiguração territorial e ambiental da Amazônia. As transformações observadas em Miritituba (Itaituba–PA) evidenciam a emergência de uma nova dinâmica de ocupação e uso do rio, marcada pela crescente presença de terminais de transbordo e pelo aumento do tráfego de comboios de barcaças, que produzem múltiplos efeitos ecológicos, hidrossedimentares e sociais.

Os estudos analisados apontam que a chamada pressão hidroviária resulta da combinação entre o volume de tráfego fluvial, as intervenções físicas no leito e margens do rio, e a ausência de mecanismos eficazes de controle ambiental. Essa pressão tem provocado erosão marginal, assoreamento, degradação da qualidade da água e perturbação da fauna aquática, comprometendo a resiliência dos ecossistemas e a qualidade de vida das populações ribeirinhas.

Embora a hidrovía Tapajós–Amazonas represente um eixo estratégico para a economia nacional, a literatura revisada demonstra que o modelo vigente de expansão logística se desenvolve sob fragilidades institucionais e ausência de planejamento integrado de bacia, o que limita a efetividade das ações de monitoramento e mitigação de impactos. A fragmentação entre órgãos reguladores — como ANTAQ, IBAMA e órgãos estaduais — revela um sistema de governança ainda pouco articulado e dependente de ações reativas.

Diante disso, a consolidação de um paradigma de sustentabilidade hidroviária na Amazônia exige a integração de múltiplos instrumentos: (a) aprimoramento dos estudos de impacto cumulativo e das avaliações ambientais estratégicas; (b) fortalecimento da governança participativa e da transparência dos dados públicos; (c) implementação de planos de gestão hidroviária baseados em indicadores ecológicos; e (d) incorporação dos princípios da justiça ambiental nas políticas de compensação e licenciamento.

Além das recomendações técnicas, a presente revisão ressalta a necessidade de aprofundar o diálogo entre ciência, gestão pública e comunidades locais, reconhecendo que o conhecimento tradicional pode oferecer contribuições relevantes para o manejo adaptativo dos rios amazônicos.

Por fim, recomenda-se que pesquisas futuras avancem em três direções principais: (1) quantificação da pressão hidroviária e dos impactos cumulativos sobre os ecossistemas fluviais; (2) avaliação das políticas de licenciamento e monitoramento de terminais de transbordo; e (3) proposição de indicadores de sustentabilidade específicos para hidrovias de alta sensibilidade ambiental, como o Tapajós.

Esses esforços são fundamentais para que o desenvolvimento logístico na Amazônia se realize sob bases técnicas, ecológicas e sociais equilibradas, permitindo a coexistência entre infraestrutura, conservação e justiça ambiental.

REFERÊNCIAS

- ANTAQ – Agência Nacional de Transportes Aquaviários. **Anuário Estatístico da Navegação Interior 2024**. Brasília: ANTAQ, 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/antag>. Acesso em: 5 out. 2025.
- ANTAQ – Agência Nacional de Transportes Aquaviários. **Painel de Instalações Privadas – Sistema Aquarela**. Brasília: ANTAQ, 2025. Disponível em: <https://aquarela.antag.gov.br>. Acesso em: 5 out. 2025.
- BARROS, Bruna Renata Cavalcante de. **Transporte hidroviário interior na Amazônia: avaliação sobre governança e sustentabilidade**. 2022. 219 f., il. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Sustentável) — Universidade de Brasília, Brasília, 2022. Disponível em: http://repositorio2.unb.br/bitstream/10482/46161/1/2022_BrunaRenataCavalcantedeBarros.pdf. Acesso em: 5 out. 2025.
- BRITO, L. C.; NASCIMENTO, R. P. Integração logística e a fronteira portuária do Arco Norte: o caso do corredor Tapajós–Amazonas. **Revista Brasileira de Infraestrutura e Logística**, v. 8, n. 2, p. 55–72, 2020a.
- BRITO, R.; NASCIMENTO, L. Logística fluvial e ordenamento territorial na Amazônia: o caso do Tapajós. **Revista Brasileira de Geografia Física**, Recife, v. 13, n. 4, p. 2032–2048, 2020b.
- CARVALHO, D. M.; MENDONÇA, E. F. Impactos hidrossedimentares do transporte fluvial no baixo Tapajós. **Revista Amazônica de Meio Ambiente e Sustentabilidade**, Belém, v. 9, n. 3, p. 45–63, 2022.
- DNIT – Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes. **Plano Hidroviário Estratégico – PHE: diagnóstico e diretrizes para o desenvolvimento sustentável das hidrovias brasileiras**. Brasília: DNIT, 2023.
- FEARNSIDE, P. M. Hidrovias na Amazônia: riscos ambientais e desafios para a governança. **Revista de Estudos Ambientais da Amazônia**, Manaus, v. 18, n. 1, p. 15–34, 2023.
- FERREIRA, L. S.; LIMA, V. P. Governança ambiental e políticas públicas nas hidrovias amazônicas: desafios institucionais. **Revista Brasileira de Gestão Ambiental e Sustentabilidade**, Brasília, v. 9, n. 2, p. 112–131, 2022.

GOVERNO DO PARÁ. Secretaria de Meio Ambiente e Sustentabilidade (SEMAS). **Relatório de Monitoramento Ambiental das Estações de Transbordo de Cargas de Miritituba – Itaituba (PA)**. Belém: SEMAS, 2024.

IANNI, A. M.; COSTA, R. F. Infraestrutura logística e impactos ambientais na Amazônia: o caso do corredor Tapajós–Amazonas. **Revista Brasileira de Estudos Amazônicos**, v. 15, n. 2, p. 45–68, 2023a.

IANNI, A.; COSTA, F. Infraestruturas logísticas e reconfiguração territorial na Amazônia. **Caderno CRH**, Salvador, v. 36, n. 98, p. 145–166, 2023b.

IBAMA – Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis. **Relatório Técnico sobre Dragagens e Impactos Hidroviários no Rio Tapajós**. Brasília: IBAMA, 2023a.

IBAMA – Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis. **Relatório de Monitoramento da Qualidade da Água e Fauna Aquática no Tapajós**. Brasília: IBAMA, 2023b.

IBAMA – Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis. **Relatório de Monitoramento de Atividades Portuárias na Amazônia: Rio Tapajós**. Brasília: IBAMA, 2023c.

INESC (Instituto de Estudos Socioeconômicos). **Enquanto a soja passa: impactos da empresa Hidrovias do Brasil em Itaituba (PA)**. Brasília: INESC, 2021.

MOURA, A. C.; FERREIRA, J. P. Dinâmica de sedimentos e impactos ecológicos do transporte de barcas no médio Tapajós. **Boletim de Ciências Ambientais da Amazônia**, Santarém, v. 6, n. 1, p. 77–92, 2022.

MPF – Ministério Público Federal. **MPF apura irregularidades em autorização de dragagem do Rio Tapajós (PA) e cobra esclarecimentos de órgãos públicos**. Belém: MPF/PA, 2024a. Disponível em: <https://www.mpf.mp.br/pa/sala-de-imprensa/noticias-pa/mpf-apura-irregularidades-em-autorizacao-de-dragagem-do-rio-tapajos-pa-e-cobra-esclarecimentos-de-orgaos-publicos>. Acesso em: 5 out. 2025.

MPF – Ministério Público Federal. **Recomendação nº 12/2024 – Avaliação Ambiental Estratégica da Bacia do Tapajós**. Procuradoria da República no Pará, Belém, 2024b.

OLIVEIRA, F. L.; SOUZA, P. R.; PINTO, G. A. Pressão hidroviária e vulnerabilidade ecológica dos rios amazônicos: uma abordagem sistêmica. **Revista de Ecologia e Gestão de Recursos Hídricos**, Belém, v. 11, n. 2, p. 102–121, 2021.

PINTO, G. A.; SANTOS, R. M.; SILVA, T. A. Sustentabilidade hidroviária na Amazônia: desafios e perspectivas. **Revista Brasileira de Planejamento Ambiental**, Manaus, v. 10, n. 4, p. 89–108, 2023.

SANTOS, R. G. *et al.* Poluição sonora e sedimentar em hidrovias amazônicas: desafios para o monitoramento ambiental. **Revista Brasileira de Ciências Ambientais**, v. 59, p. 87–102, 2024.

SILVA, Marta. **Governo do Pará autoriza dragagem no rio Tapajós, contrariando recomendação do MPF e decisão judicial.** *Tapajós de Fato*, Santarém, 12 mar. 2025.

Atualizado em 2 abr. 2025. Disponível em:

<https://www.tapajosdefato.com.br/noticia/1455/governo-do-para-autoriza-dragagem-no-rio-tapajos-contrariando-recomendacao-do-mpf-e-decisao-judicial>. Acesso em: 5 out. 2025.



ECONOMIA E COMÉRCIO EXTERIOR

A CRISE IMOBILIÁRIA DE 2008: AVANÇOS E CONSEQUÊNCIAS NO CENÁRIO ECONÔMICO GLOBAL

Leonardo Nogueira Farias

leonardo.nogueira.27363@aluno.facape.br

Gabriel Alves de Amorim

gabriel.amorim.27120@aluno.facape.br

RESUMO: A crise imobiliária de 2008 e seus impactos, é objeto de estudo para muitos pesquisadores , e no artigo referente a ênfase está nos efeitos dela sobre o mercado financeiro norte-americano. Essa crise teve origem nos Estados Unidos , mas suas consequências econômicas e sociais deixaram várias mazelas mundialmente, ao destrinchar o trabalho podemos entender as causas estruturais e as medidas tomadas contra esse fenômeno. Neste trabalho foram usados livros , artigos e filmes de autores renomados, como Evans, Tooze, Cagnin, Lewis e Piazz como base para nossas pesquisas e elaboração dos fichamentos, por meio dessa metodologia foi possível detectar que a bolha imobiliária não aconteceu por um motivo isolado , e sim por um conjunto de instabilidade do capitalismo. As consequências dessa crise não só alcançaram o setor imobiliário, mas também os bancos , governos e populações do mundo inteiro. Em resumo, a crise de 2008 nos revelou um sistema de finanças frágil , que existe mudanças estruturais profundas, com reformas regulatórias e maior vigilância sobre o mercado financeiro, prevenindo futuras crises.

Palavras-chave: Bolha Imobiliária. Crise de 2008. Subprime. Desregulamentação Financeira.

A INFLUÊNCIA DA GESTÃO DE PESSOAS NAS NEGOCIAÇÕES INTERNACIONAIS

Lara Brito Sousa Santos
Bacharelanda em Comércio Exterior
Faculdade de Petrolina- FACAPE

Antônia Aparecida Barros Alencar Correia
Professora Orientadora
Faculdade de Petrolina – FACAPE

RESUMO: Este artigo tem como objetivo analisar a influência da gestão de pessoas nas negociações internacionais, ressaltando o papel estratégico do departamento de Recursos Humanos (RH) no comércio exterior. Face ao avanço da globalização e da necessidade de as organizações atuarem em ambientes multiculturais, torna-se imprescindível entender de que maneira as práticas de gestão de pessoas contribuem para o sucesso das negociações entre empresas de culturas distintas. A pesquisa, feita através de revisões literárias, explora gestão de pessoas, negociações internacionais e competências interculturais. Os resultados mostram que a atuação estratégica do RH é indispensável para o sucesso das relações internacionais, focando na realização de treinamentos interculturais, desenvolvimento de competências globais e adaptação às diferenças culturais. Conclui-se que a gestão de pessoas exerce um papel fundamental na construção de relações empresariais mais eficazes e sustentáveis no comércio exterior, estabelecendo estratégias organizacionais à diversidade cultural e aumentando a competitividade internacional.

Palavras-chave: Gestão de Pessoas. Negociações Internacionais. Recursos Humanos. Comércio Exterior. Competências Interculturais.

ASSOCIATIVISMO EMPRESARIAL: ESTRATÉGIA DE FORTALECIMENTO DO COMÉRCIO DE PETROLINA

Carlos Miguel Alencar Fonseca
Bacharelada em Ciência da Computação
Faculdade de Petrolina – FACAPE

Clara Lais Batista da Costa
Bacharelado em Direito
Faculdade de Petrolina – FACAPE

João Pedro Morgado de Souza
Bacharelada em Direito
Faculdade de Petrolina – FACAPE

Luciano Gomes dos Santos
Bacharelado em Ciência da Computação
Faculdade de Petrolina – FACAPE

Tallita Sophia de Brito Ferreira
Bacharelada em Direito
Faculdade de Petrolina – FACAPE

Domingos Moreira Gomes Filho
Professor Orientador
Mestre em Dinâmica de Desenvolvimento do Semiárido
Faculdade de Petrolina – FACAPE

RESUMO: **Introdução:** O comércio varejista de Petrolina é essencial ao desenvolvimento econômico local, sendo o associativismo instrumento estratégico de cooperação e fortalecimento, promovendo segurança jurídica e desenvolvimento sustentável (OLIVEIRA; SILVA, 2022). **Objetivo:** Este estudo tem como objetivo analisar a importância do associativismo como estratégia de valorização do comércio e promoção de desenvolvimento regional. **Fundamentação teórica:** O associativismo empresarial constitui-se em mecanismo de fortalecimento e competitividade regional, ao promover cooperação entre empresas e compartilhamento de recursos (OLIVEIRA; SILVA, 2022).

A Reforma Tributária impõe novas demandas de gestão e atualização aos lojistas e o Código de Defesa do Consumidor reforça a confiança e a fidelização dos clientes (NUNES, 2023). **Metodologia:** A metodologia adotada será a análise documental e aplicação de diagnóstico junto a lojistas associados ou não à Câmara de Dirigentes Lojistas de Petrolina (CDL). **Hipótese:** Há avanços significativos na conscientização dos lojistas sobre conformidade legal, planejamento tributário e práticas preventivas, decorrentes das ações extensionistas.

Palavras-chave: Associativismo. Comércio. Desenvolvimento Regional.

CAIANA: UMA MOEDA SOCIAL PARA FORTALECER O COMÉRCIO DE ARAÇOIABA – PERNAMBUCO

Aluísio Sampaio Neto

Doutorando em Ecologia Humana e Gestão Socioambiental
Universidade do Estado da Bahia (UNEB)
sampaioaluisio@hotmail.com

Clecia Simone Gonçalves Rosa Pacheco

Docente do Programa de Pós-Graduação em Ecologia Humana e Gestão
Socioambiental - PPGEcoH
Universidade do Estado da Bahia (UNEB)
clecia.pacheco@gmail.com

Patrícia Barros Pinheiro

Docente do Programa de Pós-Graduação em Ecologia Humana e Gestão
Socioambiental - PPGEcoH
Universidade do Estado da Bahia (UNEB)
ppinheiro@uneb.br

Astrid Merino Silverio

Doutoranda em Ecologia Humana e Gestão Socioambiental
Universidade do Estado da Bahia (UNEB)
astridmerino2014@yahoo.com.br

Ianne Samara Bastos Lima Barbosa

Doutoranda em Ecologia Humana e Gestão Socioambiental
Universidade do Estado da Bahia (UNEB)
iannelima@yahoo.com.br

RESUMO: Introdução: Moeda social é um instrumento comunitário de troca que fortalece a economia local, estimula a inclusão, a solidariedade e a sustentabilidade, além de promover o desenvolvimento socioeconômico coletivo. Com o propósito de reduzir a evasão financeira decorrente da ausência de agências bancárias e da existência de apenas um caixa eletrônico disponível, foi criada a primeira moeda social de Pernambuco, a Caiana, no município de Araçoiaba, localizado a 12 km da capital, Recife. O objetivo é

estimular o comércio local e reter os recursos financeiros dentro da cidade. **Metodologia:** Trata-se de uma pesquisa de caráter exploratório e descritivo, com abordagem qualitativa. **Resultados:** Lançada em 20 de setembro deste ano, a moeda foi denominada Caiana em referência às plantações de cana-de-açúcar da região. As cédulas, nos valores de 1, 2, 5, 10 e 20 Caianas, têm o mesmo valor do real. Podem ser obtidas por meio da troca no Banco de Araçoiaba, responsável pela sua gestão. Para incentivar o uso, os comerciantes oferecem descontos que variam entre 8% e 13% nas compras feitas com a moeda. Atualmente é aceita em 04 estabelecimentos comerciais.

Palavras-chave: Economia Comunitária. Finanças. Moeda Social. Desenvolvimento Local. Sustentabilidade Econômica.

DESAFIOS E OPORTUNIDADES DO MERCADO DE TRABALHO NA CONTEMPORANEIDADE PARA GESTORES DE EMPRESAS

Priscila Silva Barbosa
priscila.barbosa.25976@aluno.facape.br
Bacharelada em Ciências Contábeis
Faculdade de Petrolina - FACAPE

Paula Vitória Lubarino Rodrigues
paula.l.rodrigues.25773@aluno.facape.br
Bacharelada em Ciências Contábeis
Faculdade de Petrolina - FACAPE

Luara Coelho Lima Silva
luara.silva.25842@aluno.facape.br
Bacharelada em Ciências Contábeis
Faculdade de Petrolina - FACAPE

Ronaldo Santos Oliveira
r.santos_25@hotmail.com
Bacharelado em Ciências Contábeis
Faculdade de Petrolina - FACAPE

Yara Alves de Souza
yara.souza.25860@aluno.facape.br
Bacharelada em Ciências Contábeis
Faculdade de Petrolina - FACAPE

Antonio de Santana Padilha Neto
Professor-orientador
padilha.facape@gmail.com
Doutor em Ecologia Humana e Gestão Socioambiental – UNEB
Faculdade de Petrolina - FACAPE

RESUMO: Introdução: O mercado de trabalho atual é marcado por rápidas mudanças impulsionadas pela globalização, tecnologia e novas exigências comportamentais. Os gestores precisam se adaptar a cenários cada vez mais incertos e competitivos. **Objetivo:**

Este trabalho analisou os principais desafios e oportunidades enfrentados pelos gestores no mercado de trabalho contemporâneo, marcado por rápidas transformações devido à globalização e avanços tecnológicos. **Fundamentação Teórica:** Autores como Idalberto Chiavenato, Antonio Cesar Amaru Maximiano e Philip Kotler, dão suporte teórico às discussões sobre essa temática. **Metodologia:** Adotou-se uma abordagem qualitativa, de caráter descritivo, baseada em pesquisa bibliográfica. **Resultados:** Os resultados apontam que os maiores desafios incluem lidar com transformações digitais, retenção de talentos, gestão de equipes híbridas e necessidade de constante atualização.

Palavras-chave: Gestão de Pessoas. Mercado de Trabalho. Liderança. Inovação. Desenvolvimento Profissional.

DREX: DESAFIOS, INOVAÇÕES E IMPACTOS NA ECONOMIA DIGITAL MODERNA

Paulo Sérgio Coelho De Oliveira
paulo.oliveira.27714@aluno.facape.br

Bacharelado em Contabilidade
Faculdade de Petrolina - FACAPE

Alan Rodrigues Coelho
alan.coelho.27875@aluno.facape.br

Bacharelado em Administração
Faculdade de Petrolina - FACAPE

Eduardo Araújo Paiva
eduardo.paiva.27688@aluno.facape.br

Bacharelado em Administração
Faculdade de Petrolina - FACAPE

Antonio de Santana Padilha Neto
Professor-orientador
padilha.facape@gmail.com

Doutor em Ecologia Humana e Gestão Socioambiental – UNEB
Faculdade de Petrolina - FACAPE

RESUMO: Introdução: O DREX, versão digital da moeda brasileira desenvolvida pelo Banco Central, representa uma nova fase da transformação digital no sistema financeiro nacional. Integrando tecnologias como blockchain e contratos inteligentes, o DREX promete maior eficiência, transparência e inclusão financeira. **Objetivo:** Este trabalho tem como objetivo, ampliar o debate sobre as formas que o DREX pode auxiliar a fruticultura irrigada na região do Vale do Submédio São Francisco (VSMSF). **Fundamentação Teórica:** Relatórios do Banco Central do Brasil (BCB) e Federação Brasileira de Bancos (FEBRABAN), dão suporte teórico às discussões sobre essa temática. **Metodologia:** Utilizou-se abordagem qualitativa, de caráter descritivo e exploratório, com base em pesquisa bibliográfica nos relatórios do BCB e FEBRABAN. **Resultados:** Troca de saberes e reflexões sobre o DREX, visando um novo contexto de mercado no segmento estudado.

Palavras-chave: Contratos Inteligentes. Fruticultura Irrigada. Inovação Tecnológica. Sistema Financeiro. Vale do Submédio São Francisco.

ECONOMIA CRIATIVA COMO IMPULSIONADORA DO DESENVOLVIMENTO E FORTALECIMENTO DO COMÉRCIO LOCAL

Ruthe Maria da Silva Aguiar Lima
Bacharelada em Direito
Faculdade de Petrolina - FACAPE

Antônio Lopes Dos Santos Neto
Bacharelado em ciências da computação
Faculdade de Petrolina - FACAPE

Rebeca Catarina Rodrigues
Bacharelada em comércio exterior
Faculdade de Petrolina - FACAPE

RESUMO: A economia criativa tem se destacado como um importante motor de desenvolvimento econômico local, ao integrar cultura, inovação e empreendedorismo na geração de renda e oportunidades. **Introdução:** o comércio local enfrenta desafios como a concorrência de grandes redes e o avanço do comércio eletrônico, exigindo novas estratégias de fortalecimento e diferenciação. **Objetivo:** analisar como a economia criativa pode impulsionar o comércio local e promover o desenvolvimento econômico sustentável das comunidades. **Fundamentação teórica:** baseia-se em conceitos de economia criativa, identidade cultural e inovação, mostrando como a criatividade e os saberes regionais geram valor econômico e fortalecem os vínculos sociais. **Metodologia:** foi realizada uma análise bibliográfica e exploratória sobre estudos e práticas de economia criativa aplicadas ao contexto do comércio local, considerando experiências de empreendedores e políticas públicas. **Resultados:** observou-se que a integração de práticas criativas, como design, arte e tecnologia, fortalece a identidade regional, amplia a competitividade dos pequenos negócios e estimula a criação de ecossistemas colaborativos de economia.

Palavras-chave: Economia Criativa. Desenvolvimento Local. Comércio. Inovação. Cultura. Empreendedorismo.

ECONOMIA CRIATIVA COMO POTENCIAL ECONÔMICO PARA ALUNOS DAS ESCOLAS PÚBLICAS ESTADUAIS DE PETROLINA – PE

Emmily da Silva Marques

Bacharelada em Comércio Exterior

Faculdade de Petrolina - FACAPE

João Paulo Bezerra Ramos

Bacharelado em Direito

Faculdade de Petrolina – FACAPE

José Odailson Conceição Pereira

Bacharelado em Direito

Faculdade de Petrolina - FACAPE

Pedro Manoel Silva de Oliveira

Bacharelado em Direito

Faculdade de Petrolina – FACAPE

Fernando José de Holanda Nunes

Professor Orientador

Faculdade de Petrolina - FACAPE

RESUMO: A economia criativa constitui hoje um importante campo de estudo e de atuação, especificamente na geração de emprego e renda. **Introdução:** observa-se como de expressiva importância, o setor criativo, por ser fundamental na consolidação de um eixo econômico via educação, objetivando qualificação e desenvolvimento. **Objetivo:** promover por meio de práticas extensionistas os potenciais econômicos criativos dos alunos de escolas públicas estaduais em Petrolina-PE. **Fundamentação teórica:** nos anos 90, surgem as indústrias criativas, impelidas pelas novas tecnologias e pelos desdobramentos nos setores de comunicação e entretenimento. Observe-se a expressiva

participação dos setores do audiovisual, editorial, fonográfico, software e de tecnologia de informação, hoje com os serviços de streamings. **Metodologia:** investigação dos conhecimentos prévios dos discentes, exposição do conteúdo com apoio de recursos audiovisuais, aplicação de conteúdo base em economia e oficina temática. **Resultados:** espera-se um processo de interação construtiva do conhecimento relacionado aos conceitos de economia, finanças e economia criativa.

Palavras-chave: Economia Criativa. Emprego. Renda.

GEOPOLÍTICA GLOBAL E SEUS REFLEXOS NAS EXPORTAÇÕES E IMPORTAÇÕES DO BRASIL EM 2025

Eric de Padua Batista

eric.batista.27105@aluno.facape.br

Bacharelado em Comércio Exterior

Faculdade de Petrolina – FACAPE

Antônia Aparecida Barros Alencar Correia

antonia.alencar@prof.facape.br

Professora-orientadora

Faculdade de Petrolina – FACAPE

RESUMO: Este estudo analisa os impactos das projeções geopolíticas para 2025 no comércio exterior brasileiro, considerando disputas entre países, crise energética, barreiras comerciais e mudanças logísticas. O objetivo é identificar vulnerabilidades e propor estratégias de adaptação. A fundamentação teórica baseia-se em fontes como Thomson Reuters, APET e PGL Brasil, com destaque para tendências como *friend-shoring* e novas parcerias econômicas. A metodologia adotada foi a revisão bibliográfica exploratória, com foco em análises qualitativas. Os resultados apontam desafios relevantes, mas também oportunidades em setores como agricultura, energia renovável e tecnologia. O sucesso dependerá da correção das políticas comerciais, da ampliação da diplomacia econômica e da modernização regulatória. Conclui-se que, para manter protagonismo internacional, o Brasil precisa de flexibilidade estratégica, planejamento contínuo e cooperação entre governo e setor privado diante de um cenário global em constante transformação.

Palavras-chave: Comércio Exterior. Geopolítica. Estratégias de Adaptação. Brasil. 2025.

IMPACTOS DA OBRA DA NOVA PONTE PETROLINA-JUAZEIRO NO ESCOAMENTO DAS EXPORTAÇÕES DO VALE DO SÃO FRANCISCO VIA SALVADOR

Michaela Leiroz Paz
Weliton Bispo Passos
Peacemica2017@gmail.com

Michela D'arc Campos Mota
Prof Orientadora
Facape
Wbispopassos@gmail.com

RESUMO: O Vale do São Francisco se consolidou como um dos maiores pólos exportadores de frutas do Brasil, especialmente de manga. Essa região se tornou referência pela alta qualidade dos produtos e pela forte presença no mercado internacional. Diversos estudos apontam que o sucesso das exportações do Vale depende não apenas da produção agrícola, mas também da eficiência logística, ou seja, da forma como as frutas são transportadas até os portos. A atual ponte apresenta gargalos no fluxo de caminhões, aumentando custos, atrasos, o que pode influenciar no cumprimento de prazos, qualidade das frutas e cláusulas contratuais previstas em contratos internacionais e no aumento do frete internacional. A obra da nova ponte surge como solução capaz de reduzir congestionamentos, otimizar o escoamento e, consequentemente aumentar a competitividade nas exportações. O objetivo desta pesquisa é analisar os impactos logísticos e contratuais decorrentes das obras, considerando cenários antes e durante a obra.

Palavras-chave: Logística. Contratos Internacionais. Exportações. Vale Do São Francisco. Infraestrutura.

INCENTIVOS FISCAIS E O PAPEL DO ESTADO NA REGULAÇÃO DA EXPORTAÇÃO DE FRUTAS NO VALE DO SÃO FRANCISCO

Heitor Vitor de Pádua Lima

Faculdade de Petrolina – FACAPE

heitor.lima.27093@aluno.facape.br

Yasmim Lohany Albuquerque Castro

Faculdade de Petrolina – FACAPE

yasmim.castro.26970@aluno.facape.br

Maria Clara Sampaio de França Silva

Faculdade de Petrolina - FACAPE

maria.silva.27025@aluno.facape.br

Maria Vitória Teles Lima

Faculdade de Petrolina – FACAPE

maria.t.lima.25838@aluno.facape.br

Michela D'Arc Campos Mota

Profa. Orientadora

RESUMO: A exportação de frutas no Vale do São Francisco, representa um dos pilares da economia regional, sendo de extrema importância os incentivos fiscais criados para fortalecer a competitividade agrícola internacional do setor. No âmbito jurídico, tais incentivos se fundamentam na Lei Kandir, Lei nº 8.402/1992 e em programas regionais da SUDENE. A pesquisa tem como objetivo geral analisar a ação do Estado na normatização e fiscalização do comércio exterior e na promoção do desenvolvimento regional. Contudo, existem especificidades importantes, visto que o uso de incentivos fiscais exige controle rigoroso da administração pública, em observância aos princípios explícitos na Constituição, a fim de evitar a renúncia indevida de receitas. O método da

Observância é imperioso nesta pesquisa, pois visa analisar a efetividade do Estado a partir das experiências locais, dado que se trata de uma realidade vista com frequência na região em que este estudo é realizado. Assim, deve-se finalizar a pesquisa, com fundamentação teórica no Ordenamento Jurídico e nas práticas regionais, com o resultado acerca da proficuidade do Estado no que concerne à justiça fiscal.

Palavras-chave: Incentivos Fiscais. Competitividade Internacional. Estado. Desoneração. Justiça Fiscal.

PARTICIPAÇÃO DAS MULHERES NAS ASSOCIAÇÕES DE PRODUÇÃO LEITEIRA NO ESTADO DE PERNAMBUCO

Marileide de Souza Sá

Universidade Federal do Vale do São Francisco - UNIVASF

marileide.sa@discente.univasf.edu.br

Lucas Eugênio Pereira Barbosa

Universidade Federal do Vale do São Francisco - UNIVASF

lucas.eugenio@discente.univasf.edu.br

Paulo Daniel Rodrigues Duarte Monteiro Soares

Universidade Federal do Vale do São Francisco - UNIVASF

paulodaniel.soares@discente.univasf.edu.br

Marciana Regina de Menezes

Universidade Federal Rural de Pernambuco – Unidade Acadêmica de Serra Talhada –

UFRPE - UAST

marcianamnz@hotmail.com

RESUMO: Nos últimos anos os incentivos governamentais e autonomia das mulheres, vem fazendo com que elas se destaquem em diversas áreas pecuárias, entre elas a produção de leite. O objetivo deste trabalho foi verificar a participação das mulheres nas associações de leite e derivados dentro do Estado de Pernambuco, regulamentadas junto ao CAF. Por meio do sistema de dados públicos CAFWEB, no período de 12 a 17 de julho de 2025, foram levantadas algumas informações, organizadas em planilha e uma estatística foi realizada no Microsoft Excel®. Foram identificadas sete entidades de leite e derivados, onde as mesmas foram emitidas pelos sindicatos (n=4), municípios (n=2) e o IPA (n=1). Entre os representantes dessas associações, 57,1% são masculino e 42,9% feminina. Na composição societária 58,8% (n=70) são de associados com seus CAF ativos, 9,2% (n=11) estavam em dia com suas DAPs e 31,9% (n=38) sem inscrições ativas no CAF.

Com relação a composição dos sócios, 66,2% são do gênero masculino e 33,8% do feminino. Essas informações são fundamentais para trabalhos voltados a maior participação das mulheres junto a essas associações, para que tenham acesso a políticas públicas.

Palavras-chave: Cooperativas. Empoderamento. Geração De Renda. Políticas Públicas.

PROJETO DE EXTENSÃO CONCRETIZE JR E A SUA CONTRIBUIÇÃO NA FORMAÇÃO DO ENGENHEIRO CIVIL

Rana Assíria Amorim

Universidade Federal do Vale do São Francisco
rana.amorim@discente.univasf.edu.br

Edjaine Marisa de Souza Santos

Universidade Federal do Vale do São Francisco
edjaine.santos@discente.univasf.edu.br

RESUMO: O projeto de extensão “Concretize Jr” teve seu início no ano de 2012 na Universidade Federal do Vale do São Francisco - Campus Juazeiro diante da necessidade da evolução dos conhecimentos teóricos ocorrerem de maneira gradual, sendo enriquecida pelas experiências práticas. Quando a prática começa apenas após a formação, o profissional pode enfrentar dificuldades e desafios no início da carreira. Para complementar a formação do engenheiro civil e prepará-lo para as demandas de um mercado em constante mudança, surge o movimento empresa júnior complementando a formação, antecipando experiências práticas em projetos de engenharia e gestão, onde alunos, orientados por professores, aplicam a teoria e desenvolvem competências empreendedoras. Conclui-se que as empresas juniores são um espaço de aprendizado que permite aplicar e aprimorar a teoria, capacitando o estudante de forma empreendedora e oferecendo experiência prática em gestão, engenharia, consultoria e empreendedorismo.

Palavras-chave: Empresa Júnior. Engenharia. Empreendedorismo.

PROTOCOLOS MULTIPROFISSIONAIS NA ASSISTÊNCIA AO PACIENTE ONCOLÓGICO: PREVENÇÃO E MANEJO DE COMPLICAÇÕES ORAIS

Ana Luísa Pereira Amaral
Mestranda em Odontopediatria
Faculdade São Leopoldo Mandic
naluamaral16@gmail.com

Luana Duarte Costa
Pós-graduanda em Oncologia e cuidados paliativos
Faculdade Anhanguera de Juazeiro-BA
lups.d.costa@gmail.com

Rayra Iandara Silva Ramos
Professora Orientadora
Pós-graduada em Direito Civil
Faculdade Metropolitana
rayra.iandara@gmail.com

RESUMO: As complicações orais decorrentes do tratamento oncológico comprometem a qualidade de vida, a nutrição e a continuidade terapêutica, exigindo abordagem multiprofissional. Este estudo teve como objetivo geral revisar evidências sobre a integração entre odontologia e enfermagem na prevenção e manejo de complicações orais, e como objetivos específicos identificar protocolos eficazes e discutir lacunas assistenciais. Realizou-se revisão narrativa de literatura nas bases PubMed, LILACS, SciELO e Google Acadêmico, com publicações entre 2010 e 2025, em português e inglês, que abordassem práticas conjuntas entre odontologia e enfermagem, excluindo-se relatos de caso. Os resultados mostraram que protocolos multiprofissionais estruturados reduzem a incidência e a gravidade de mucosite, xerostomia e infecções oportunistas, melhorando a adesão ao tratamento. Evidências apontam a eficácia da fotobiomodulação, da orientação preventiva e do acompanhamento supervisionado, enquanto o uso rotineiro de clorexidina segue controverso. Conclui-se que a integração entre odontologia e enfermagem contribui para o cuidado integral do paciente oncológico, reforçando a necessidade de padronização de condutas e capacitação contínua das equipes.

Palavras-chave: Oncologia. Odontologia. Enfermagem. Protocolos Multiprofissionais. Cuidados Orais.

REGULARIZAÇÃO DE ASSOCIAÇÕES LEITEIRAS NO ESTADO DE PERNAMBUCO

Marileide de Souza Sá

Universidade Federal do Vale do São Francisco - UNIVASF
marileide.sa@discente.univasf.edu.br

Lucas Eugênio Pereira Barbosa

Universidade Federal do Vale do São Francisco - UNIVASF
lucas.eugenio@discente.univasf.edu.br

Paulo Daniel Rodrigues Duarte Monteiro Soares

Universidade Federal do Vale do São Francisco - UNIVASF
paulodaniel.soares@discente.univasf.edu.br

Marciana Regina de Menezes

Universidade Federal Rural de Pernambuco – Unidade Acadêmica de Serra Talhada –
UFRPE - UAST
marcianamnz@hotmail.com

RESUMO: A produção de leite no Brasil impacta diretamente os setores econômico e social do País. Dessa forma, o objetivo desse trabalho foi verificar a situação das entidades de leite e seus derivados dentro do Estado de Pernambuco regularizadas junto ao CAF. Com isso, foi realizado um levantamento no CAFWEB, durante o período de 12 a 17 de julho de 2025. Os dados foram organizados em planilha e realizada a estatística descritiva no Microsoft Excel®. Foi verificado que existem sete entidades cadastradas, entre seis associações e uma cooperativa. Os principais órgãos emissores deste documento são os sindicatos rurais (57,1%), municípios (28,6%) e o IPA (14,3). 57,1% dos representantes dessas entidades são masculino (n=4) e 42,9% do feminino (n=3). Quanto a sua composição societária 58,8% dos sócios se encontram com suas inscrições ativas no CAF, 31,9% se encontram sem inscrições no CAF. 88,3% não definiram a sua categoria enquanto agricultor familiar, 6,5% pertencem aos assentados do PNRA e apenas 5,2% são de quilombos. Concluímos que esses dados são relevantes para a situação das entidades dessa cadeia produtiva, na realização de futuros trabalhos de pesquisa e extensão junto a essas associações.

Palavras-chave: Cadeia Produtiva. Geração De Renda. Políticas Públicas. Produção De Leite.

RELAÇÃO ENTRE O IEGM E AS AÇÕES DE CONTROLE EXTERNO: A PERCEPÇÃO DOS AUDITORES DO TCM/BA

Joeliny Fernandes De Sousa
Joelinyfernandes@Gmail.Com

José Marilson Martins Dantas
Marilsondantas@Gmail.Com

RESUMO: Este estudo teve como objetivo analisar a relação entre o Índice de Efetividade da Gestão Municipal (IEGM) e as ações de controle externo realizadas pelo Tribunal de Contas dos Municípios do Estado da Bahia (TCM/BA). Com base na percepção de auditores, a pesquisa investiga como as informações geradas pelo IEGM são aplicadas no aprimoramento da fiscalização. Para isso, foi aplicado um questionário, para os 157 auditores de controle externo, obtendo-se o retorno de 47. A pesquisa realizada foi descritiva e quantiquantitativa. Os resultados mostram que, embora o IEGM seja reconhecido como uma ferramenta valiosa para subsidiar decisões e priorizar áreas críticas, sua aplicação prática enfrenta desafios, como a confiabilidade dos dados autodeclaratórios e a necessidade de validação. A pesquisa destaca que o uso do índice contribui para uma análise mais eficiente e efetiva das políticas públicas, indo além da conformidade legal, mas aponta limitações estruturais e operacionais que precisam ser superadas para maximizar seu impacto nas ações de controle externo. Conclui-se que o IEGM é um instrumento promissor, mas requer complementação por dados auditáveis e comparáveis para assegurar a eficácia no controle externo.

Palavras-chaves: Controle Externo. Efetividade. Índice de Efetividade Da Gestão Municipal (IEGM).

RISCOS CAMBIAIS, CULTURAIS, JURÍDICOS E LOGÍSTICOS NAS NEGOCIAÇÕES INTERNACIONAIS DE EMPRESAS BRASILEIRAS

Larissa Santos da Conceição

larissa.s.conceicao.27095@aluno.facape.br

Prof. Dr^a. Antônia Aparecida Barros Alencar Correia

Orientadora

Antonia.alencar@prof.facape.br

RESUMO: Este artigo é para observar os riscos cambiais, culturais, jurídicos e logísticos que prejudicam as empresas brasileiras em uma negociação. O objetivo é compreender como isso influenciam concorrência e as soluções no comércio exterior. A metodologia será revisar os artigos acadêmicos e compreender as dificuldades das empresas. Os resultados indicam que há maiores desafios do mercado, é cambial que varia e impacta no lucro, os costumes culturais e atrapalham na comunicação para compreender os acordos, com as barreiras jurídicas relacionadas à legislação estrangeira que aumenta os riscos. Já a logística tem um problema no alto custos de transporte e infraestrutura limitada, que dificuldades a eficiência operacional. Conclui-se que a capacitação em uma negociação intercultural, suporte jurídico especializado e planejamento logístico estruturado é essencial para reduzir vulnerabilidade e fortalecer o crescimento das empresas brasileiras no mercado internacional.

Palavras-chaves: Riscos Cambiais. Negociações Internacionais. Empresas Brasileiras. Logística.

A INFLUÊNCIA DA POLÍTICA NACIONAL NO COMÉRCIO EXTERIOR: REFLEXOS DA ELEIÇÃO PRESIDENCIAL

Clarisse de Sousa Marques

Superior de Tecnologia em Comércio Exterior

Faculdade de Petrolina - FACAPE

clarisse.marques.27478@aluno.facape.br

Antônia Aparecida Barros Alencar Correia

Professora-orientadora

Doutora em Educação

antonia.alencar@prof.facape.br

Faculdade de Petrolina - FACAPE

RESUMO: Este estudo analisa como as eleições presidenciais influenciam diretamente os resultados das exportações e importações brasileiras. A pesquisa apresenta o impacto das decisões políticas na confiança de investidores estrangeiros e na dinâmica econômica do país. O objetivo central é compreender como o equilíbrio da economia interna se relaciona com as políticas públicas adotadas. A fundamentação teórica propõe uma análise dos traders e suas estratégias diante dos riscos e oportunidades internacionais, considerando também o papel do governo na construção de relações comerciais sólidas. O estudo destaca que os incentivos econômicos devem ir além da movimentação financeira, promovendo a abertura de mercado para produtos ainda não explorados nacional e internacionalmente. Conclui-se que políticas bem estruturadas e uma comunicação eficaz entre o governo brasileiro e outros países são essenciais para facilitar a internacionalização de empresas e impulsionar as exportações.

Palavras-chave: Exportações. Política. Brasil. Economia. Internacionalização.

ABSTRACT: This study analyzes how presidential elections directly influence the results of Brazilian exports and imports. The research presents the impact of political decisions on the confidence of foreign investors and on the country's economic dynamics. The central objective is to understand how the balance of the domestic economy relates to the public policies adopted. The theoretical framework proposes an

analysis of traders and their strategies in the face of international risks and opportunities, also considering the role of the government in building solid commercial relationships. The study highlights that economic incentives should go beyond financial movement, promoting market opening for products not yet explored nationally and internationally. It concludes that well-structured policies and effective communication between the Brazilian government and other countries are essential to facilitate the internationalization of companies and boost exports.

Keywords: Exports. Politics. Brazil. Economy. Internationalization.

1 INTRODUÇÃO

O estudo da relação entre política nacional e comércio exterior é essencial para compreender como as decisões internas de um país influenciam sua inserção no mercado internacional. Em períodos eleitorais, especialmente durante a eleição presidencial, surgem expectativas e incertezas que afetam diretamente investidores, empresas e parceiros comerciais. Esse momento é decisivo, pois programas de governo e propostas de política externa podem alterar a percepção de risco e impactar a economia.

A eleição presidencial, por sua relevância, tende a provocar mudanças na confiança dos agentes econômicos e na dinâmica das exportações e importações. Questões como acordos comerciais, políticas tarifárias, incentivos à indústria nacional e reformas institucionais costumam aparecer nos debates eleitorais, influenciando a previsibilidade e a estabilidade das relações econômicas internacionais.

Nesse cenário, compreender como o processo eleitoral afeta os fluxos comerciais e a posição do Brasil no mercado global é fundamental não apenas para acadêmicos e formuladores de políticas públicas, mas também para empresas e setores produtivos que dependem do comércio exterior. O objetivo deste artigo é analisar de que forma a política nacional, especialmente no contexto das eleições presidenciais, influencia o comércio exterior brasileiro, destacando os reflexos sobre exportações, importações e estratégias de internacionalização.

Assim, busca-se entender como as expectativas políticas e as mudanças na agenda econômica podem impactar a competitividade do país, contribuindo para uma visão mais ampla da conexão entre processos políticos e desempenho econômico no cenário global.

2 JUSTIFICATIVA

A política nacional exerce um papel decisivo nas relações internacionais, pois influencia diretamente o comércio exterior e a inserção do Brasil no mercado global. Durante períodos eleitorais, especialmente nas eleições presidenciais, surgem dúvidas e expectativas sobre possíveis mudanças nas políticas econômicas e externas. Essas incertezas afetam tanto investidores nacionais quanto estrangeiros, que buscam formas de proteger seus investimentos e garantir maior lucratividade. Dependendo das propostas apresentadas, o país pode se tornar mais ou menos atrativo para o capital internacional, principalmente diante de políticas fiscais mais rigorosas ou de alterações em acordos comerciais.

Nesse contexto, torna-se essencial analisar não apenas os programas de governo dos candidatos à presidência, mas também o posicionamento do chefe do Executivo após eleito. Suas decisões impactam diretamente o direcionamento de acordos bilaterais e multilaterais, a definição de tarifas, incentivos à indústria nacional e estratégias de integração internacional. Esses fatores moldam a competitividade do Brasil e determinam como o país será percebido por outras nações e pelos agentes econômicos globais.

Além disso, compreender a influência da política nacional sobre o comércio exterior é fundamental para que empresas e setores produtivos possam se preparar diante de possíveis mudanças. A análise das dinâmicas políticas permite identificar riscos e oportunidades, ajudando na formulação de estratégias mais seguras para ampliar mercados, diversificar exportações e fortalecer a posição do Brasil no cenário internacional.

Portanto, este estudo se justifica pela necessidade de compreender como as eleições presidenciais e as políticas adotadas pelo governo brasileiro refletem

diretamente no comércio exterior. Avaliar esses impactos é essencial para construir uma visão crítica sobre a relação entre política e economia, contribuindo para o desenvolvimento de estratégias que favoreçam a competitividade e a sustentabilidade do país no mercado global.

3 REFERENCIAL TEÓRICO

3.1 COMÉRCIO EXTERIOR E POLÍTICA NACIONAL

O comércio exterior pode ser definido como a troca de bens, serviços e capitais entre países, tendo como principais operações a importação (compra de mercadorias do exterior) e a exportação (venda de mercadorias para fora do país). Essas transações são fundamentais para o desenvolvimento econômico, pois nenhum país consegue produzir todos os insumos necessários em quantidade suficiente para suprir sua população.

Além de movimentar a economia, o comércio internacional está diretamente ligado a fatores geopolíticos e políticos, que influenciam tarifas, acordos comerciais e fluxos de investimento. Nesse contexto, o Estado desempenha papel central ao definir políticas fiscais, cambiais, comerciais e industriais que impactam a inserção internacional do país.

A política nacional, especialmente em períodos eleitorais, pode alterar a percepção de risco e a confiança de investidores, afetando diretamente o desempenho comercial. Crises internas, mudanças na política externa e a capacidade de negociação em organismos internacionais são fatores que influenciam a competitividade do Brasil. Como destacam Celso Lafer e Amado Cervo, a pauta exportadora brasileira historicamente se apoiou em produtos primários, como commodities agrícolas e minerais, o que torna o país sensível às oscilações do mercado global.

3.2 O PAPEL DAS EXPORTAÇÕES NO CRESCIMENTO ECONÔMICO DO BRASIL

As exportações têm papel estratégico no crescimento econômico brasileiro. Ao longo da história, o país passou por diferentes fases:

- Período primário-exportador (século XIX até 1930): marcado pela dependência de produtos agrícolas básicos, concentração de renda e baixa diversificação da pauta exportadora.
- Período de 1930 a 1980: prioridade voltada ao mercado interno, com exportações em caráter complementar, mas que geraram dívidas e necessidade de importar maquinários industriais.
- Décadas recentes: maior integração internacional, com destaque para o agronegócio e aumento da participação em cadeias globais de valor.

A literatura econômica reconhece que as exportações são fundamentais para economias abertas e em desenvolvimento. Os modelos keynesianos de economia aberta defendem que a demanda externa pode ampliar o nível de atividade ao expandir o mercado consumidor além das fronteiras nacionais. Já autores estruturalistas, como Celso Furtado e Maria da Conceição Tavares, ressaltam que o setor externo é crucial para gerar divisas e aliviar restrições ao financiamento do desenvolvimento.

Portanto, o crescimento econômico brasileiro está fortemente ligado ao desempenho das exportações, que funcionam como motor de inovação, geração de renda e fortalecimento da balança comercial.

3.3 INTERNACIONALIZAÇÃO DE PRODUTOS BRASILEIROS

A internacionalização de produtos envolve levar o que é produzido no Brasil para outros países, criando vínculos entre empresas e consumidores em diferentes mercados. Esse processo se intensificou nas últimas décadas, impulsionado pela busca de novos mercados e pela necessidade de aumentar a competitividade em um cenário global cada vez mais exigente.

Entre as principais teorias que explicam esse processo, destaca-se a Teoria de Uppsala (Johanson & Vahlne, 1970), que defende que as empresas aprendem gradualmente a operar no mercado internacional, acumulando experiência e confiança

ao longo do tempo. Em contraste, autores como Knight e Cavusgil apresentam o conceito de Born Globals, empresas que já nascem voltadas para o mercado internacional, fenômeno cada vez mais presente em startups brasileiras.

Apesar do potencial, as empresas brasileiras enfrentam desafios como barreiras tarifárias, altos custos logísticos, burocracia interna e exigências técnicas. A literatura aponta para a chamada liability of foreignness (Zaheer, 1995), ou desvantagem de ser estrangeiro, que no Brasil é agravada pela complexidade fiscal e pela dificuldade em obter certificações internacionais. Esses obstáculos afetam principalmente as pequenas e médias empresas (PMEs), que possuem menor capacidade de investimento e acesso limitado a canais de distribuição global.

3.4 COMÉRCIO EXTERIOR NO VALE DO SÃO FRANCISCO

O desenvolvimento regional é um fator essencial para a competitividade internacional. Segundo Porter (1998; 2008), a criação de clusters, infraestrutura logística, capital humano qualificado e instituições eficazes fortalece a capacidade de uma região competir globalmente.

O Vale do São Francisco, localizado entre Pernambuco e Bahia, é um exemplo emblemático de cluster agroindustrial. A região se consolidou como polo exportador de frutas tropicais irrigadas, especialmente uvas e mangas, destacando-se pela elevada produtividade e pela inserção em cadeias globais de valor.

Estudos de Albagli (2019) e Lastres & Cassiolato (2020) mostram que a coordenação entre produtores, instituições públicas, centros de pesquisa e entidades financeiras fortalece os arranjos produtivos locais (APLs). A presença da Embrapa Semiárido e o uso intensivo de tecnologia de irrigação transformaram o semiárido em uma região competitiva internacionalmente.

De acordo com Silva e Souza (2021), o Vale do São Francisco representa uma mudança socioeconômica significativa, pois consegue produzir em períodos do ano em que a concorrência global é limitada, garantindo vantagem competitiva para o Brasil no comércio internacional de frutas.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A análise dos estudos e das leituras realizadas em artigos científicos demonstra que o cargo presidencial exerce forte influência sobre o comércio exterior de um país. A escolha de um representante político impacta diretamente a confiança dos investidores, a condução das negociações internacionais e a abertura de novos mercados. No caso brasileiro, observa-se que períodos eleitorais, especialmente presidenciais, geram expectativas e incertezas que afetam a taxa de câmbio, os fluxos de exportação e importação e a tomada de decisão de empresas que atuam no comércio internacional.

Os resultados indicam que políticas econômicas e externas bem estruturadas podem fortalecer a competitividade do Brasil, enquanto instabilidades políticas tendem a reduzir o interesse de investidores estrangeiros e dificultar acordos bilaterais e multilaterais. Além disso, verificou-se que regiões estratégicas, como o Vale do São Francisco, também são impactadas por essas dinâmicas, já que dependem de políticas públicas de incentivo à produção e exportação de frutas tropicais irrigadas.

Outro ponto observado é que a internacionalização de produtos brasileiros depende não apenas da capacidade produtiva das empresas, mas também do ambiente político e regulatório. Modelos teóricos como a Teoria de Uppsala e o conceito de Born Globals ajudam a compreender como diferentes perfis de empresas enfrentam riscos e oportunidades no mercado global. No entanto, desafios estruturais como altos custos logísticos, burocracia e exigências técnicas continuam sendo barreiras significativas para a expansão internacional, especialmente para pequenas e médias empresas.

Portanto, os resultados reforçam que o comércio exterior brasileiro responde de forma ágil às mudanças políticas e às orientações governamentais, evidenciando a necessidade de políticas estáveis e previsíveis para garantir maior segurança e competitividade no cenário internacional.

5 CONCLUSÃO

A análise realizada ao longo deste artigo demonstra que a relação entre política nacional e comércio exterior é altamente interdependente e crucial para compreender o posicionamento econômico do Brasil no contexto global. O processo eleitoral, sobretudo o presidencial, é um dos fatores mais significativos para modificar expectativas, aumentar incertezas e influenciar diretamente as escolhas de agentes econômicos, investidores e parceiros comerciais.

Verificou-se que o comércio exterior brasileiro, historicamente dependente de commodities, responde rapidamente às mudanças políticas e internacionais. Esse comportamento evidencia a necessidade de políticas econômicas estáveis, transparentes e alinhadas às demandas globais, especialmente considerando o papel estratégico das exportações no crescimento econômico de países em desenvolvimento.

A discussão também destacou que a internacionalização de produtos brasileiros depende tanto das competências internas das empresas quanto do contexto político e regulatório. Modelos como a Teoria de Uppsala e o fenômeno das Born Globals mostram diferentes caminhos de inserção internacional, mas desafios estruturais como burocracia, custos logísticos elevados e exigências técnicas continuam limitando a competitividade de muitos negócios brasileiros.

Conclui-se que compreender os efeitos de uma eleição presidencial sobre o comércio exterior vai além das mudanças imediatas provocadas pelo processo político. Significa reconhecer que cada decisão governamental influencia a forma como o país produz, como os mercados reagem e como o Brasil se posiciona no mundo.

Este estudo indica que políticas econômicas de longo prazo, previsíveis e orientadas para a sustentabilidade são fundamentais para reduzir vulnerabilidades, aumentar a competitividade e assegurar uma presença sólida no cenário global. Futuros trabalhos podem aprofundar essa análise, investigando diferentes eleições, setores produtivos e estratégias de política externa, contribuindo para uma compreensão mais ampla da relação entre política e comércio internacional.

REFERÊNCIAS

CARVALHO JR., Mário Cordeiro de. Análise de risco político nas exportações brasileiras sob uma Nova Política Externa. **Negócios Internacionais em Foco**, Rio de Janeiro, n. 03, jun. 2023. Fundação Centro de Estudos do Comércio Exterior (Funcex). Disponível em:
<https://www.funcex.org.br/publicacoes/analises/Funcex_NegociosInternacionaisEmFoco_2023_03.pdf>. Acesso em: 20 nov. 2025.

FAZCOMEX. *Comex*. Disponível em: <<https://www.fazcomex.com.br/comex/>>. Acesso em: 20 nov. 2025.

GOMES, I. A.; et al. Título do artigo. **Cadernos de Ruralidade**, [cidade], v. X, n. Y, p. p-p, ano. Disponível em:
<<https://www.scielo.br/j/cr/a/Sjsq6w3CVhgyBsLDfspDdHH/?format=html&lang=pt>>. Acesso em: 20 nov. 2025.

LASTRES, Helena M. M.; et al. Sistemas de inovação e arranjos produtivos locais: novas estratégias para promover. **Revista de Ciências da Administração (RCA)**, Fortaleza, v. 9, n. 2, p. 212-227, 2008. Disponível em: <<https://ojs.unifor.br/rca/article/view/212>>. Acesso em: 20 nov. 2025.

LIMA, Anderson Antônio; RIBEIRO, Thiago de Luca Santana; OLIVEIRA, Marcos Antônio Maia Lavio de. Inovação e internacionalização de empresas: revisão bibliométrica da literatura entre 2013 e 2022. **Internext**, São Paulo, v. 20, n. 1, 2025. DOI: 10.18568/internext.v20i1.785. Disponível em:
<<https://dialnet.unirioja.es/descarga/articulo/10026430.pdf>>. Acesso em: 20 nov. 2025.

LIMA, Taise Alves de; LIMA, João Ricardo Ferreira de; OLIVEIRA, Deranor Gomes de; SILVA, João de S. Análise do processo de comercialização da manga produzida no polo Petrolina/PE e Juazeiro/BA. [Relatório / Trabalho técnico]. Petrolina/Juazeiro: Embrapa/Universidade Federal do Vale do São Francisco, 2023. Disponível em:
<<https://www.alice.cnptia.embrapa.br/alice/bitstream/doc/1162389/1/Analise-do-processo-de-comercializacao-de-manga-produzida-2023.pdf>>. Acesso em: 20 nov. 2025.

MOTA ALMEIDA, W. L. da. O Microcrédito como Estratégia de Redução da Pobreza. **Revista de Economia do Nordeste (REN)**, Fortaleza, v. 42, n. 2, 2011. Disponível em:
<<https://www.bnb.gov.br/revista/ren/article/view/142>>. Acesso em: 20 nov. 2025.

NASCIMENTO, Ademair Nogueira. Análise Envoltória Manga São Francisco. Disponível em: <https://www.researchgate.net/profile/Ademair-Nascimento/publication/348234777_Analise_Envoltoria_Manga_Sao_Francisco/links/5f46f6792851c13feedded8/Analise-Envoltoria-Manga-Sao-Francisco.pdf>. Acesso em: 20 nov. 2025.

SANTOS, Eric Willian Valério dos. Qualidade de uvas de mesa tipo exportação embaladas em um packing house do Vale do São Francisco. Petrolina: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sertão Pernambucano, Campus Petrolina, 2024. Trabalho de Conclusão de Curso (Tecnologia em Alimentos), 36 f. Disponível em: <<https://releia.ifsertao-pe.edu.br/jspui/bitstream/123456789/1434/1/TCC-QUALIDADE%20DE%20UVAS%20DE%20MESA%20TIPO%20EXPORTA%C3%87%C3%83O%20EMBALADAS.pdf>>. Acesso em: 20 nov. 2025.

SILVA, Ana Rosa Cavalcanti da; GARCIA, Renata Magdala. *Fundamentos de comércio exterior*. Recife: Secretaria Executiva de Educação Profissional de Pernambuco, 2017. Disponível em: <<https://sisacad.educacao.pe.gov.br/bibliotecavirtual/bibliotecavirtual/texto/CadernodeLogsticaFundamentosdeComrcioExteriorRDDI.pdf>>. Acesso em: 20 nov. 2025.

SOARES, Fernando Januário Lopes; SILVA, Jorge Ferreira da. Perceptions about Internationalization Barriers in the Creative Economy: a Multiple-Case Study with Brazilian SMEs. **Internext**, São Paulo, v. 17, n. 2, maio-ago. 2022. DOI: 10.18568/internext.v17i2.676. Disponível em: <<https://internext.espm.br/internext/article/view/676>>. Acesso em: 20 nov. 2025.

WEILER, Tatiane K. R. Internacionalização de empresas. **Revista Ciência da Sabedoria (RCS – FaCiência)**, Curitiba, v. 4, n. 2, 2023. Disponível em: <<https://revista.faciencia.com.br/index.php/rcs/article/download/73/67>>. Acesso em: 20 nov. 2025.

DA SUSTENTABILIDADE À VANTAGEM COMPETITIVA: O PAPEL DO ESG NO COMÉRCIO EXTERIOR

Júlia Grazielly Oliveira Castro

Superior de Tecnologia em Comércio Exterior
Faculdade de Petrolina – FACAPE

Maria Luisa Miroró de Oliveira Monteiro

Superior de Tecnologia em Comércio Exterior
Faculdade de Petrolina – FACAPE

Dinani Gomes Amorim

Profa. Dra. Em Ciência da Computação
Faculdade de Petrolina – FACAPE

RESUMO: Este trabalho apresenta uma reflexão de como as práticas de Environmental, Social and Governance (ESG) influenciam na competitividade dentro do Comércio Exterior. Analisar como a adoção de práticas sustentáveis e certificações internacionais podem impulsionar a inserção e o desempenho das empresas no mercado externo. Conforme o artigo “ESG: novo conceito para velhos problemas” (CEBAPE/FGV, 2023), o ESG consolida-se como instrumento de legitimação empresarial e diferencial competitivo ao alinhar ética, gestão e sustentabilidade. Pesquisa bibliográfica, com análise de estudos e relatórios de instituições como a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA) e a Fundação Getúlio Vargas (FGV). Observou-se que as organizações que adotam políticas ESG obtêm maior credibilidade junto a parceiros internacionais, atraem investimentos e fortalecem sua imagem no exterior. Conclui-se que a sustentabilidade, antes vista como obrigação ambiental, tornou-se uma estratégia essencial para a competitividade e a consolidação de negócios sustentáveis no cenário global.

Palavras-chave: ESG. Comércio Exterior. Sustentabilidade. Certificações.

ABSTRACT: This study presents a reflection on how Environmental, Social and Governance (ESG) practices influence competitiveness in Foreign Trade. It analyzes how

the adoption of sustainable practices and international certifications can enhance companies' insertion and performance in the global market. According to the article "ESG: new concept for old problems" (CEBAPE/FGV, 2023), ESG has become a tool for corporate legitimacy and a competitive advantage by aligning ethics, management, and sustainability. This research is based on a bibliographic review, including the analysis of studies and reports from institutions such as the Brazilian Agricultural Research Corporation (EMBRAPA) and the Getulio Vargas Foundation (FGV). The findings show that organizations that adopt ESG policies achieve greater credibility with international partners, attract investments, and strengthen their image abroad. It is concluded that sustainability, once seen merely as an environmental obligation, has become an essential strategy for competitiveness and the consolidation of sustainable businesses in the global scenario.

Keywords: ESG. Foreign Trade. Sustainability. Certifications.

1 INTRODUÇÃO

Nas últimas décadas, o conceito de sustentabilidade deixou de ser apenas uma pauta ambiental para se consolidar como elemento estratégico de competitividade global no comércio. A crescente preocupação com as mudanças climáticas, os impactos sociais das atividades produtivas e a necessidade de uma governança ética têm levado empresas e governos a repensarem suas práticas econômicas e comerciais. Nesse cenário, surge o conceito de ESG (Environmental, Social and Governance), que propõe um modelo de gestão corporativa baseado em responsabilidade ambiental, compromisso social e transparência.

No contexto do comércio exterior, essas práticas assumem papel ainda mais relevante, uma vez que as relações comerciais internacionais envolvem cadeias de produção grandes e bastante variadas, com efeitos diretos sobre o meio ambiente e sobre as comunidades locais. Empresas exportadoras, especialmente as inseridas em setores como o agronegócio, a indústria de transformação e a logística, enfrentam desafios crescentes para atender às exigências de sustentabilidade impostas por consumidores, investidores e organismos multilaterais. Assim, o ESG surge não apenas como uma

ferramenta de adequação, mas como uma estratégia de inserção e fortalecimento da competitividade no mercado global.

De acordo com estudos recentes (SILVA, 2023; ROSSONI, 2023; COSTA et al., 2022; KÖLLING et al., 2022), a adoção de práticas ESG contribui para a valorização da imagem da empresa, o acesso a novos mercados e a atração de investimentos internacionais. Ao alinhar suas operações aos princípios de responsabilidade ambiental e governança ética, as empresas brasileiras ampliam seu potencial competitivo e consolidam sua reputação internacional.

Dessa forma, este artigo tem por objetivo analisar como as práticas de ESG influenciam a competitividade no comércio exterior, evidenciando de que maneira a sustentabilidade passou de um requisito ambiental para uma vantagem estratégica de mercado. Para isso, foi realizada uma pesquisa bibliográfica baseada em relatórios institucionais, estudos acadêmicos e documentos de organizações públicas e privadas, buscando compreender a inter-relação entre sustentabilidade, comércio exterior e desempenho empresarial no contexto global atual.

2 DESENVOLVIMENTO

2.1 A EVOLUÇÃO DA SUSTENTABILIDADE E O SURGIMENTO DO ESG

O conceito de sustentabilidade, consolidado a partir do Relatório Brundtland (1987), estabeleceu a necessidade de conciliar crescimento econômico, equidade social e preservação ambiental. Com o avanço da globalização e a intensificação das relações comerciais, as práticas empresariais passaram a ser analisadas não apenas pelo retorno financeiro, mas também pelo impacto socioambiental gerado. Nesse contexto, emergiu o conceito de ESG (Environmental, Social and Governance), proposto em 2004 pelo então secretário-geral da ONU, Kofi Annan, como um convite às instituições financeiras para integrarem critérios ambientais, sociais e de governança em suas decisões de investimento.

O ESG representa, portanto, uma evolução da sustentabilidade corporativa, transformando-a em uma preocupação ambiental isolada em um conjunto de práticas

estratégicas integradas. Segundo Costa et al. (2022), o ESG é o novo “tripé da sustentabilidade”, voltado à preservação ambiental, à responsabilidade social e à transparência na gestão, sendo atualmente reconhecido como sinônimo de eficiência e competitividade empresarial.

Essa evolução reflete uma mudança de paradigma nas relações internacionais: empresas que demonstram compromisso com boas práticas ambientais, sociais e de governança não apenas mitigam riscos reputacionais, mas também ampliam suas oportunidades no comércio global, onde a sustentabilidade se tornou um diferencial competitivo determinante.

2.2 ESG E O COMÉRCIO EXTERIOR: INTEGRAÇÃO E COMPETITIVIDADE

O comércio exterior tem papel central na difusão das práticas ESG. De acordo com Silva (2023), as empresas exportadoras exercem influência significativa sobre o meio ambiente devido às complexas cadeias logísticas que envolvem transporte marítimo, emissão de poluentes e consumo intensivo de energia. Assim, a adoção de estratégias ESG torna-se essencial para minimizar impactos ambientais e garantir o cumprimento de normas internacionais cada vez mais rigorosas.

Além de atender às exigências legais e regulatórias, as práticas ESG funcionam como instrumentos de credibilidade e atratividade para investidores e parceiros internacionais. O relatório da ApexBrasil (Rossoni, 2023) destaca que empresas brasileiras que incorporam critérios ESG em seus processos de gestão conquistam maior reconhecimento nos mercados globais, facilitando o acesso a certificações internacionais e linhas de crédito voltadas à sustentabilidade. A agência, ao promover ações de capacitação e parcerias estratégicas, contribui para que as organizações nacionais se alinhem às expectativas dos consumidores e governos estrangeiros, consolidando o Brasil como fornecedor competitivo e responsável.

Em termos práticos, a adoção de políticas ESG no comércio exterior abrange desde a redução da pegada de carbono nas cadeias logísticas, até a transparência na governança corporativa e a inclusão social nos processos produtivos. A convergência

entre sustentabilidade e comércio global amplia a capacidade de inovação das empresas, fortalece sua reputação internacional e gera vantagens estratégicas sustentáveis de longo prazo.

2.3 A SUSTENTABILIDADE COMO ESTRATÉGIA DE VANTAGEM COMPETITIVA

Historicamente, a sustentabilidade era vista como um custo adicional às operações empresariais. No entanto, a literatura recente aponta para uma mudança significativa: práticas sustentáveis e socialmente responsáveis passaram a ser fatores determinantes de vantagem competitiva. Segundo Kölling, Andrade e Peixoto (2022), a integração dos pilares ESG à economia digital e à Indústria 4.0 cria novas oportunidades de negócios sustentáveis, especialmente no agronegócio e nos setores exportadores.

As empresas que internalizam práticas de governança ética, responsabilidade social e inovação ambiental obtêm melhor desempenho financeiro e operacional, além de maior fidelização de clientes e acesso facilitado a mercados internacionais. Esse processo é reforçado pelo comportamento dos consumidores globais, que demonstram crescente preferência por marcas alinhadas aos princípios de sustentabilidade e transparência.

No âmbito corporativo, Costa et al. (2022) ressaltam que o fator ESG é um vetor de inovação, capaz de democratizar os negócios, fortalecer o engajamento dos colaboradores e atrair investidores com perfil de longo prazo. Tais fatores, aliados a políticas públicas e incentivos como os promovidos pela ApexBrasil, consolidam o ESG como alicerce estratégico da competitividade no comércio exterior brasileiro.

2.4 DESAFIOS E PERSPECTIVAS PARA O BRASIL

Apesar dos avanços, ainda existem desafios para a plena incorporação do ESG no comércio exterior brasileiro. Entre eles, destacam-se a falta de padronização nas métricas de avaliação, a escassez de dados de sustentabilidade nas empresas de pequeno e médio porte, e a necessidade de políticas públicas que incentivem práticas de

compliance ambiental e social. Rossoni (2023) propõe, inclusive, que a ApexBrasil amplie sua atuação por meio de programas de certificação verde e indicadores de desempenho ambiental, fortalecendo a imagem do país como exportador sustentável.

Ademais, o contexto internacional impõe novas exigências: o Pacto Ecológico Europeu (European Green Deal) e as regulamentações de carbono na União Europeia representam tanto um desafio quanto uma oportunidade para o Brasil. Empresas alinhadas às diretrizes ESG estarão mais preparadas para atender às barreiras técnicas e ambientais, transformando a sustentabilidade em ativo estratégico de inserção global.

2.5 SÍNTESE ANALÍTICA

A análise dos autores estudados permite concluir que o ESG transcende o caráter de mera obrigação ambiental e se consolida como um modelo de gestão e inovação voltado à competitividade global. No comércio exterior, as práticas ESG criam valor não apenas econômico, mas também institucional e reputacional, promovendo a integração entre crescimento econômico, responsabilidade social e equilíbrio ecológico.

Assim, da sustentabilidade à vantagem competitiva, o ESG representa uma nova lógica de inserção internacional das empresas brasileiras, em que a ética, a transparência e o respeito ao meio ambiente se tornam os principais determinantes do sucesso no cenário globalizado.

3 METODOLOGIA

A metodologia adotada neste estudo foi a pesquisa bibliográfica, fundamentada na análise de livros, artigos científicos, relatórios institucionais e documentos técnicos relacionados aos temas ESG, competitividade e comércio exterior. De acordo com Lakatos e Marconi (2017), a pesquisa bibliográfica permite reunir, analisar e interpretar conhecimentos já produzidos por outros autores, possibilitando a construção de um quadro teórico consistente. Foram consultadas publicações de instituições reconhecidas, como a Fundação Getúlio Vargas (FGV), a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária

(EMBRAPA) e organismos internacionais que discutem práticas sustentáveis e certificações.

A análise concentrou-se na identificação de como práticas de Environmental, Social and Governance (ESG) têm sido incorporadas às estratégias empresariais e de que forma influenciam a competitividade no comércio internacional. O material selecionado foi examinado por meio de leitura exploratória, seletiva e interpretativa, buscando identificar convergências entre os autores e evidências de impacto do ESG sobre o desempenho competitivo das empresas. Por fim, os dados foram sistematizados e discutidos qualitativamente, permitindo uma reflexão aprofundada sobre a relação entre sustentabilidade, governança empresarial e inserção em mercados globais.

4 CONCLUSÃO

A análise realizada permite compreender que a transição da sustentabilidade para o ESG representa uma mudança estrutural na lógica dos negócios internacionais. O que antes era visto como uma obrigação ambiental ou uma tendência passageira tornou-se um pilar estratégico de competitividade. No comércio exterior, essa transformação é ainda mais evidente: as empresas que incorporam práticas ambientais responsáveis, políticas de inclusão social e modelos de governança transparentes são as que conquistam maior credibilidade, atraem investimentos sustentáveis e estabelecem parcerias duradouras nos mercados globais.

Observou-se, com base nos estudos analisados, que o ESG é um diferencial competitivo não apenas por atender às exigências regulatórias internacionais, mas também por gerar inovação, reduzir riscos e fortalecer o posicionamento estratégico das organizações. A experiência da ApexBrasil, conforme apresentada por Rossoni (2023), ilustra como políticas públicas e ações institucionais podem fomentar o engajamento empresarial com os princípios do ESG, ampliando a visibilidade e o potencial de exportação das empresas brasileiras.

Todavia, ainda existem desafios significativos, como a padronização de indicadores de sustentabilidade, a necessidade de maior capacitação das empresas de

pequeno e médio porte e o fortalecimento de políticas de incentivo e certificação ambiental. O enfrentamento desses obstáculos é essencial para que o Brasil consolide uma posição de destaque no comércio exterior sustentável.

Conclui-se, portanto, que o ESG é mais do que uma tendência: é um caminho irreversível para o reposicionamento das empresas no cenário global. A sustentabilidade, antes restrita a um discurso ambiental, passou a ser sinônimo de inovação, eficiência e vantagem competitiva. No comércio exterior, adotar práticas ESG não é apenas responder às demandas do mercado, mas garantir o futuro das relações comerciais internacionais sob uma perspectiva ética, responsável e sustentável.

REFERÊNCIAS

- COSTA, Ricardo; COSTA, Tailson Pires; CONCEIÇÃO, Márcio Magera; CONCEIÇÃO, Joelma Telesi Pacheco. ESG – Os pilares para os desafios da sustentabilidade. RECIMA21 – Revista Científica Multidisciplinar, v. 3, n. 9, 2022. Disponível em: [\[https://doi.org/10.47820/recima21.v3i9.1920\]](https://doi.org/10.47820/recima21.v3i9.1920)(<https://doi.org/10.47820/recima21.v3i9.1920>) . Acesso em: 21 out. 2025.
- KÖLLING, Gabrielle Jacobi; ANDRADE, Gernardes Silva; PEIXOTO, Mayra Rody. ESG: Empreendedorismo sustentável e as perspectivas da Indústria 4.0 no agronegócio. Direito, Negócios & Sociedade, n. 3, p. 20–35, 2022. Disponível em: [\[https://revistas.apps.uepg.br/index.php/retepe/article/view/15096\]](https://revistas.apps.uepg.br/index.php/retepe/article/view/15096)(<https://revistas.apps.uepg.br/index.php/retepe/article/view/15096>). Acesso em: 21 out. 2025.
- ROSSONI, Deborah de Oliveira. ApexBrasil e a jornada ESG: rumo à sustentabilidade e competitividade global. Anais do 13º Seminário de Administração Pública e Economia do IDP, Brasília: Instituto Brasileiro de Ensino, Desenvolvimento e Pesquisa (IDP), 2023.
- SILVA, Jéssia de Souza. Comércio exterior: os pilares do ESG na estratégia da sustentabilidade. Revista Científica da FATEC de São Paulo, 2023. Trabalho orientado pela Profª Ma. Sandra de Oliveira Soares Cardoso.
- BAKER, Malcolm; EGAN, Mark L.; SARKAR, Suproteem K. *Demand for ESG*. Cambridge, MA: National Bureau of Economic Research, 2022. (NBER Working Paper, n. 30708, revisado em dez. 2024). Disponível em: <http://www.nber.org/papers/w30708>. Acesso em: 27 out. 2025.
- FERREIRA, Verônica; IMBIRUSSÚ, Érica; GONÇALVES, Marcos Falcão. *A fruticultura irrigada e o meio ambiente: o desafio da sustentabilidade para o Sertão do São Francisco – BA*. Revista Ambientale – UNEAL, Arapiraca, v. 5, n. 2, p. 12-20, dez. 2014. e-ISSN 2318-454X. Disponível em: <http://www.ambientaleuneal.com.br>. Acesso em: 27 out. 2025.
- CALDERAN, Andre Mafra; PETRILLI, Leonardo; KODAMA, Tatiana Kimura; SOUZA, Juliana Fernanda Monteiro de. *ESG: uma análise inicial sobre a natureza do conceito e a sua difusão*. Belém: Universidade Federal Rural da Amazônia (UFRA); São Carlos: Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), 2021. Disponível em: [link institucional, se houver]. Acesso em: 27 out. 2025.
- LI, Ting-Ting; WANG, Kai; SUEYOSHI, Toshiyuki; WANG, Derek D. *ESG: Research Progress and Future Prospects*. Sustainability, Basel, v. 13, n. 21, p. 11663, 2021. DOI:

<https://doi.org/10.3390/su132111663>. Disponível em:

<https://www.mdpi.com/journal/sustainability>. Acesso em: 27 out. 2025

BELINKY, Aron. *Seu ESG é sustentável?* *GVexecutivo*, São Paulo, v. 20, n. 4, p. 37-45, out./dez. 2021. Fundação Getulio Vargas (FGV). Disponível em:

<https://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/gvexecutivo>. Acesso em: 27 out. 2025

GLOBALIZAÇÃO ECONÔMICA E AGRONEGÓCIO: DESAFIOS E ESTRATÉGIAS DE EXPORTAÇÃO DO BRASIL NO CONTEXTO CONTEMPORÂNEO

Antônia Aparecida Barros Alencar Correia
Professora-orientadora
Doutora em Educação
Faculdade de Petrolina
antonia.alencar@prof.facape.br

Sarah Gabriela Martins da Silva
Superior de Tecnologia em Comércio Exterior
Faculdade de Petrolina - FACAPE
sarahgabrielamartinsdasilva47@gmail.com

RESUMO: Este trabalho apresenta a globalização econômica que tem exercido um impacto significativo sobre o agronegócio brasileiro, ampliando oportunidades de exportação e trazendo desafios. A Globalização impulsiona o agronegócio brasileiro, gerando oportunidades com a demanda global por alimento e a necessidade de inovações, mas também impõe desafios como a competitividade acirrada, barreiras comerciais e regulamentações. A ser analisado os impactos da globalização econômica e no processo de exportações agronegócio (Resultado) tendo ênfase neste processo de Globalização e agronegócio Brasileiro. As estratégias de exportação devem focar em diversificar mercados. (Conclusão) A diversificação de mercados é uma estratégia essencial para o agronegócio brasileiro, permitindo reduzir a dependência de um único mercado, aumentar a competitividade e mitigar riscos.

Palavras-chave: Globalização Econômica. Agronegócio Brasileiro. Exportação. Sustentabilidade. Competitividade Internacional.

ABSTRACT: This work presents the economic globalization that has exerted a significant impact on Brazilian agribusiness, expanding export opportunities and bringing challenges. Globalization drives Brazilian agribusiness, generating opportunities with the global demand for food and the need for innovation, but also imposes challenges such as fierce competition, trade barriers, and regulations. The analysis will focus on the impacts of economic globalization on the agribusiness export process (Result), emphasizing this process of globalization and Brazilian agribusiness.

Export strategies should focus on diversifying markets (Conclusion). Market diversification is an essential strategy for Brazilian agribusiness, allowing it to reduce dependence on a single market, increase competitiveness, and mitigate risks.

Keywords: Economic Globalization. Brazilian Agribusiness. Exports. Sustainability. International Competitiveness.

1 INTRODUÇÃO

A globalização econômica é um processo que intensifica a integração entre países por meio do comércio, dos investimentos e do avanço tecnológico. Esse fenômeno facilita a circulação de produtos, serviços e capitais, ao mesmo tempo em que torna as economias mais interdependentes e impulsiona a formação de blocos econômicos voltados ao fortalecimento dessas relações. Nesse contexto, o agronegócio brasileiro ocupa posição estratégica, pois sua produção diversificada e em larga escala permite atender à crescente demanda global por alimentos e matérias-primas agrícolas.

O avanço das tecnologias de transporte, comunicação e produção ampliou a capacidade de inserção do Brasil no mercado internacional, tornando o agronegócio um dos pilares da balança comercial e da economia nacional. As exportações do setor geram divisas, fomentam o desenvolvimento econômico e contribuem para a geração de empregos. Contudo, esse processo também traz desafios: a competitividade acirrada, as barreiras comerciais e sanitárias, as exigências de qualidade e sustentabilidade, além dos impactos socioambientais decorrentes da expansão da fronteira agrícola.

Embora o agronegócio seja fundamental para o crescimento do país, sua expansão precisa ser acompanhada de práticas responsáveis. A pressão por maior produção pode gerar efeitos negativos, como o uso excessivo de recursos naturais, o desmatamento e a emissão de gases de efeito estufa. Por isso, iniciativas como o Plano ABC e o Cadastro Ambiental Rural buscam conciliar produtividade com sustentabilidade, reforçando o compromisso do Brasil em atender às exigências dos mercados consumidores internacionais.

Diante desse cenário, este estudo tem como objetivo analisar os impactos da globalização econômica sobre o agronegócio brasileiro, destacando de que forma esse processo influencia as estratégias de exportação no contexto contemporâneo. A pesquisa, fundamentada em revisão integrativa de literatura, discute as oportunidades e desafios enfrentados pelo setor, com ênfase na necessidade de diversificação de mercados como estratégia essencial para reduzir riscos, ampliar a competitividade e garantir a sustentabilidade das exportações brasileiras.

2 JUSTIFICATIVA

O agronegócio brasileiro desempenha um papel central na economia nacional, sendo responsável por significativa participação no Produto Interno Bruto (PIB) e pela geração de milhões de empregos diretos e indiretos. Sua competitividade é fundamental para assegurar o crescimento econômico e o desenvolvimento sustentável do país. No entanto, diante dos desafios impostos pela globalização econômica, torna-se imprescindível que o setor invista em tecnologia, inovação e práticas sustentáveis, além de buscar a diversificação de mercados e a negociação de acordos comerciais favoráveis.

A globalização transformou profundamente o comércio internacional, ampliando oportunidades, mas também impondo barreiras e exigências cada vez mais rigorosas. O agronegócio brasileiro, inserido nesse cenário, enfrenta tanto possibilidades de expansão quanto obstáculos que precisam ser superados para consolidar sua presença no mercado global. Entre os principais desafios estão a forte concorrência internacional, as barreiras comerciais e sanitárias, os requisitos de qualidade e segurança alimentar, além dos impactos das mudanças climáticas sobre a produção agrícola.

Esses fatores exigem do Brasil estratégias consistentes que permitam ao setor manter sua relevância e competitividade. A diversificação de produtos e mercados surge como uma alternativa essencial para reduzir a dependência de poucos parceiros comerciais e mitigar riscos associados a crises econômicas ou políticas. Paralelamente, o investimento em tecnologia e inovação fortalece a capacidade produtiva, melhora a

eficiência no uso de recursos naturais e contribui para práticas mais sustentáveis, alinhadas às exigências dos consumidores internacionais.

Assim, a justificativa para este estudo reside na necessidade de compreender como o agronegócio brasileiro pode enfrentar os desafios contemporâneos impostos pela globalização, aproveitando as oportunidades de expansão e, ao mesmo tempo, adotando estratégias que garantam sustentabilidade, competitividade e protagonismo no mercado internacional de alimentos.

3 REFERENCIAL TEÓRICO

3.1 GLOBALIZAÇÃO ECONÔMICA: PROCESSOS E IMPACTOS ESTRUTURAIS

A globalização econômica pode ser compreendida como um processo de integração crescente entre países, marcado pela intensificação dos fluxos comerciais, financeiros e tecnológicos em escala mundial. Esse fenômeno, impulsionado pelo modelo neoliberal, trouxe consigo profundas transformações estruturais, afetando diretamente o equilíbrio entre política e mercado.

Segundo Habermas, a concepção neoliberal de sociedade desestatizada desloca o papel do Estado nacional, marginalizando-o em favor da privatização dos serviços públicos e da supremacia do mercado. Esse movimento fragiliza o nexo entre Estado, democracia e justiça social, gerando um déficit democrático no nível transnacional. A transferência de competências nacionais para organismos internacionais, cuja legitimação não deriva da sociedade civil, acentua a crise de representatividade e de legitimidade política.

Habermas defende, portanto, a necessidade de um poder democrático capaz de domesticar politicamente o mercado globalizado, reconstruindo a democracia estatal-social em nível transnacional. Essa perspectiva busca compensar os efeitos da “colonização da política pela economia”, que se manifesta na corrosão da esfera pública e na despolitização das relações sociais.

Um dos pilares da globalização econômica é a abertura de mercados, que incentiva a diminuição ou remoção de barreiras comerciais. Essa abertura facilita o

intercâmbio de bens e serviços entre países, trazendo vantagens como aumento de receitas, geração de empregos e desenvolvimento econômico. Contudo, também acarreta dificuldades, como competição intensa, desindustrialização e desemprego.

As cadeias globais de suprimentos, estruturadas para reduzir custos e aumentar a eficiência, exemplificam os benefícios e riscos da globalização. Embora ampliem a integração produtiva, estão sujeitas a interrupções decorrentes de crises políticas, catástrofes naturais ou instabilidades econômicas. Além disso, a globalização intensifica desigualdades econômicas, agravando a exclusão social e a concentração de riqueza, mesmo em países desenvolvidos.

3.2 SUSTENTABILIDADE NO AGRONEGÓCIO BRASILEIRO

O agronegócio brasileiro ocupa posição estratégica na economia nacional e internacional, sendo responsável pelo suprimento de alimentos e matérias-primas agrícolas em larga escala. O país se destaca por suas extensas áreas agricultáveis e condições climáticas favoráveis, o que lhe confere potencial significativo para atender à crescente demanda global por alimentos.

Entretanto, esse protagonismo enfrenta desafios relevantes no contexto da globalização. Barreiras comerciais e sanitárias, exigências de qualidade e sustentabilidade, além das mudanças climáticas, impõem limites à competitividade do setor. A busca por maior produtividade, quando não acompanhada de práticas responsáveis, pode gerar impactos socioambientais como degradação do solo, poluição da água e perda de biodiversidade (SILVA & SOUZA, 2020).

A literatura aponta que a sustentabilidade no agronegócio é um tema crucial, pois envolve a necessidade de harmonizar produção agrícola, preservação ambiental e justiça social (SILVA et al., 2021). As mudanças climáticas, por sua vez, afetam diretamente a produtividade e a segurança alimentar mundial (FERREIRA et al., 2019), exigindo práticas inovadoras e tecnologias que assegurem a continuidade do setor a longo prazo.

Nesse sentido, o Brasil precisa investir em inovação tecnológica, diversificação de mercados e adoção de práticas sustentáveis para manter sua competitividade no

mercado global. Estratégias como acordos comerciais favoráveis, certificações ambientais e uso eficiente de recursos naturais são fundamentais para garantir o crescimento econômico e a sustentabilidade do agronegócio brasileiro.

3.3 A IMPORTÂNCIA DA EXPORTAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E COMPETITIVIDADE DAS EMPRESAS

A exportação é um dos motores fundamentais para o crescimento econômico de um país, funcionando como vetor de inovação, geração de renda e fortalecimento da competitividade empresarial. Ao expandirem suas operações para o mercado internacional, as empresas diversificam suas fontes de receita e se submetem a padrões globais de qualidade, tecnologia e gestão, o que contribui para o aprimoramento de processos internos e para a consolidação de marcas no cenário global.

Do ponto de vista macroeconômico, as exportações ajudam a equilibrar a balança comercial, fortalecem a moeda nacional e aumentam a entrada de divisas. Países com estruturas exportadoras robustas tendem a apresentar maior estabilidade econômica, reduzindo sua dependência do mercado interno. Para as empresas, a internacionalização representa uma oportunidade de crescimento sustentável, permitindo redução de custos de produção, ampliação das margens de lucro e fortalecimento da marca.

No cenário atual, caracterizado por cadeias de valor globais e intensa concorrência internacional, exportar deixou de ser uma opção e tornou-se uma necessidade estratégica. Governos e organizações têm buscado simplificar esse processo por meio de acordos comerciais, benefícios fiscais e programas de capacitação, reforçando a exportação como componente essencial para o crescimento econômico e para a criação de um ambiente de negócios dinâmico e global.

3.4 SUSTENTABILIDADE: CONCEITO, RELEVÂNCIA E DESAFIOS NO CONTEXTO CONTEMPORÂNEO

A sustentabilidade refere-se à capacidade de manter processos produtivos e sociais ao longo do tempo sem esgotar os recursos naturais ou causar danos irreparáveis

ao meio ambiente. É um conceito que se tornou central no debate contemporâneo, pois envolve a garantia da qualidade de vida das gerações atuais e futuras diante dos desafios ambientais, sociais e econômicos.

A degradação ambiental, o esgotamento dos recursos naturais e as mudanças climáticas representam ameaças significativas à saúde, à economia e à sociedade. Nesse contexto, a sustentabilidade pode ser motor de inovação e desenvolvimento econômico, desde que acompanhada de mudanças nos padrões de consumo e produção, redução do desperdício e mitigação da poluição.

Além dos aspectos ambientais, a sustentabilidade também envolve dimensões sociais e econômicas, como a redução das desigualdades e a garantia de acesso equitativo a recursos e oportunidades. A educação e a conscientização são fundamentais para promover práticas sustentáveis, enquanto a inovação tecnológica e as políticas públicas desempenham papel estratégico na construção de soluções para os desafios ambientais e sociais.

Em síntese, a sustentabilidade é um conceito indispensável para assegurar o futuro da humanidade. A colaboração entre indivíduos, empresas e governos é essencial para implementar estratégias eficazes que promovam equilíbrio entre produção, preservação ambiental e justiça social.

3.5 COMPETITIVIDADE INTERNACIONAL E GLOBALIZAÇÃO

A globalização é um fenômeno multidimensional que intensifica as relações econômicas, sociais, políticas e culturais entre países, impulsionado pelo avanço tecnológico e pela crescente interdependência dos mercados. Held e McGrew (2003) definem a globalização como um processo de “interconexão ampliada”, no qual fluxos de mercadorias, capitais, informações e pessoas ultrapassam fronteiras nacionais com velocidade crescente, transformando profundamente a dinâmica mundial.

No campo econômico, a globalização está diretamente ligada à expansão do comércio internacional e à formação de cadeias produtivas interconectadas. Esse

processo gera oportunidades de crescimento, mas também impõe desafios como competição intensa, desindustrialização e desemprego.

A competitividade internacional, nesse contexto, depende da capacidade dos países e empresas de se adaptarem às exigências globais, investindo em tecnologia, inovação e práticas sustentáveis. Pequenas atitudes individuais, como o consumo consciente, somadas a políticas públicas eficazes e iniciativas empresariais responsáveis, podem contribuir para um futuro mais equilibrado.

A construção de um ambiente global sustentável e competitivo é, portanto, uma responsabilidade coletiva. Empresas, governos e sociedade civil precisam atuar de forma integrada para enfrentar os impactos da globalização, reduzir desigualdades e assegurar que o desenvolvimento econômico esteja alinhado à preservação ambiental e à justiça social.

4 METODOLOGIA

Esse trabalho foi feito a partir de uma revisão de literatura, ou seja, pesquisamos artigos científicos, relatórios e documentos oficiais que falam sobre globalização, exportação e agronegócio brasileiro. A ideia foi juntar informações já publicadas para entender melhor como o Brasil se posiciona no mercado internacional.

- Primeiro, selecionamos textos que tratam do tema nos últimos anos.
- Depois, organizamos os conteúdos em tópicos principais: globalização, exportação, competitividade e sustentabilidade.
- Por fim, analisamos os dados de forma qualitativa, buscando perceber os desafios e oportunidades que aparecem para o agronegócio brasileiro.

Essa metodologia ajudou a ter uma visão geral e crítica sobre o assunto, sem precisar fazer pesquisa de campo, mas usando informações confiáveis já disponíveis.

5 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Com a pesquisa, vimos que o agronegócio brasileiro tem grande importância para a economia do país e também para o comércio internacional. O Brasil é um dos maiores exportadores de alimentos do mundo, principalmente de soja, milho, carnes e café.

Entre os pontos positivos, destacamos:

- O Brasil tem clima e terras favoráveis para produzir em grande escala.
- A tecnologia tem ajudado a aumentar a produtividade e reduzir perdas.
- As exportações trazem divisas e fortalecem a balança comercial.

Mas também encontramos desafios importantes:

- As barreiras comerciais e sanitárias dificultam a entrada em alguns mercados.
- A concorrência internacional é muito forte.
- Existem pressões para que o Brasil adote práticas mais sustentáveis, evitando desmatamento e poluição.
- As mudanças climáticas afetam diretamente a produção agrícola.

Diante disso, percebemos que diversificar mercados é uma estratégia essencial, pois reduz a dependência de poucos países compradores. Além disso, investir em inovação e sustentabilidade é fundamental para manter a competitividade e atender às exigências globais.

6 CONCLUSÃO

O estudo mostrou que a globalização econômica influencia bastante o agronegócio brasileiro. Ela abre oportunidades de exportação, mas também traz desafios que precisam ser enfrentados.

O agronegócio é estratégico para o Brasil, mas para continuar crescendo e se manter competitivo no mercado internacional, é necessário:

- Diversificar mercados e produtos.
- Investir em tecnologia e inovação.

- Adotar práticas sustentáveis e responsáveis.
- Negociar acordos comerciais que favoreçam o setor.

Assim, o Brasil pode manter sua posição de destaque como um dos maiores exportadores de alimentos do mundo, equilibrando crescimento econômico com preservação ambiental e justiça social.

REFERÊNCIAS

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA INDÚSTRIA (CNI). *Comércio internacional, Brasil e agronegócio*. Texto para discussão. Brasília: CNI, 2016. Disponível em: <<https://www.alice.cnptia.embrapa.br/alice/bitstream/doc/96924/1/seatexto16.pdf>>. Acesso em: 20 nov. 2025.

EMBRAPA. *Crescimento das exportações brasileiras e atendimento a novos mercados: projeções e dados sobre soja e milho*. Brasília: Embrapa, 2023. Disponível em: <<https://www.embrapa.br/visao-de-futuro/intensificacao-tecnologica-e-concentracao-da-producao/sinal-e-tendencia/crescimento-das-exportacoes-brasileiras-e-atendimento-a-novos-mercados>>. Acesso em: 20 nov. 2025.

INSPER AGRO GLOBAL. *O futuro do comércio global do agronegócio e a inserção brasileira*. São Paulo: Insper, set. 2023. Disponível em: <<https://agro.insper.edu.br/storage/papers/September2023/6LmClm4S2RviSot9SKsw.pdf>>. Acesso em: 20 nov. 2025.

PETERLE, Alexsandro. *A influência da globalização do agronegócio nas pequenas propriedades rurais*. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Administração) – Universidade do Estado de Santa Catarina, Florianópolis, 2017. Disponível em: <<http://www.ensinosuperior.sed.sc.gov.br/wp-content/uploads/2017/09/Alexsandro-Peterle.pdf>>. Acesso em: 20 nov. 2025.

RECIMA21. *Panorama do agronegócio exportador brasileiro*. **Revista Científica Multidisciplinar**, v. 4, n. 7, 2023.

SILVA, José. *Título do artigo*. **Trans/Form/Ação**, São Paulo, v. XX, n. X, p. XX-XX, ano. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/trans/a/XBz6fGKGfPKTVcj5Pm7yrds/?format=html&lang=pt>>. Acesso em: 20 nov. 2025.

SOUZA, Maria. *Título do artigo*. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. XX, n. X, p. XX-XX, ano. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/rbcsoc/a/r5ZkZNPbHDqKckcBxrDSxrS/?format=html&lang=pt>>. Acesso em: 20 nov. 2025.

VERDI, Adriana Renata; AOUN, Samira. O agronegócio brasileiro na globalização financeira: estratégias e dinâmicas dos principais grupos. **Instituto de Economia Agrícola**, v. 7, n. 1, p. 1-17, 2009.

OS EFEITOS DAS TARIFAS SOBRE PRODUTOS EM MARKETPLACES INTERNACIONAIS: UM ESTUDO SOBRE SHOPEE E SHEIN NO BRASIL

Maria Rhaylla De Castro Souza

Superior de tecnologia em comércio exterior

Faculdade de Petrolina – FACAPE

maria.souza.27069@aluno.facape.br

Antônia Aparecida Barros Alencar Correia

Professora-orientadora

Doutora em Educação

antonia.alencar@prof.facape.br

RESUMO: Este trabalho analisa os efeitos das tarifas de importação sobre produtos vendidos por marketplaces internacionais, com foco nas plataformas Shopee e Shein no Brasil. O objetivo é compreender como a tributação aduaneira, especialmente o Imposto de Importação (II), o IPI e o programa Remessa Conforme, influenciam a formação de preços, a competitividade e a percepção dos consumidores. A metodologia adotada foi a pesquisa documental, com base em dados da Receita Federal, OMC e Sebrae. Os resultados indicam que a tarifa ad valorem encarece os produtos importados, gerando desvantagens competitivas para empresas nacionais e incentivando marketplaces a internalizar estoques. Observou-se que muitos consumidores priorizam preços baixos, ignorando a complexidade tributária envolvida. Conclui-se que políticas aduaneiras devem buscar equilíbrio entre arrecadação e neutralidade fiscal, promovendo proteção à indústria local, acesso justo a bens de consumo e benefícios para o mercado e a sociedade.

Palavras-chave: *Shopee. Shein. Receita Federal. OMC. Remessa Conforme.*

ABSTRACT: is paper analyzes the effects of import tariffs on products sold by international marketplaces, focusing on the Shopee and Shein platforms in Brazil. The objective is to understand how customs taxation, especially the Import Tax (II), IPI, and the “Remessa Conforme” program, influence price formation, competitiveness, and consumer perception. The methodology adopted was documentary research based on

data from the Federal Revenue Service, WTO, and Sebrae. The results indicate that the ad valorem tariff makes imported products more expensive, generating competitive disadvantages for domestic companies and encouraging marketplaces to internalize stocks. It was observed that many consumers prioritize low prices, ignoring the tax complexity involved. It is concluded that customs policies should seek a balance between revenue collection and tax neutrality, promoting protection for local industry, fair access to consumer goods, and benefits for the market and society.

Keywords: Shopee. Shein. Federal Revenue Service. WTO. Remessa Conforme.

1 INTRODUÇÃO

O crescimento acelerado do comércio eletrônico internacional tem transformado de maneira significativa os hábitos de consumo no Brasil. Plataformas como Shopee e Shein se destacam por oferecer produtos de baixo custo, ampla variedade e forte presença digital, ampliando o acesso dos consumidores brasileiros a bens importados.

Porém, essa popularização também trouxe desafios relevantes para o Estado, especialmente no que se refere à fiscalização aduaneira, à arrecadação tributária e à concorrência com o mercado nacional. Com o aumento expressivo das compras internacionais, o governo brasileiro passou a adotar novas regras e tributos para controlar a entrada de pequenas remessas, combater a sonegação e garantir maior transparência nos processos de importação.

Nesse contexto, medidas como o Imposto de Importação (II), o Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) e, principalmente, o Programa Remessa Conforme, criado pela Receita Federal, modificaram de forma direta o custo final dos produtos importados e a dinâmica do comércio eletrônico entre países.

A relevância do tema está no fato de que essas tarifas influenciam não apenas o preço final para o consumidor, mas também a competitividade entre empresas nacionais e estrangeiras e os próprios hábitos de compra da população. Atualmente, os consumidores avaliam não só o custo-benefício, mas também os impactos dos impostos sobre os produtos adquiridos em sites internacionais. Além disso, discute-se se o Brasil

consegue equilibrar a arrecadação tributária com a proteção da indústria nacional e a acessibilidade ao consumidor em um mercado cada vez mais globalizado.

2 JUSTIFICATIVA

Considero essencial compreender como as taxas e tributos aplicados às importações impactam diretamente o consumidor brasileiro e o funcionamento do comércio eletrônico internacional. Com o crescimento do e-commerce, plataformas como Shopee e Shein tornaram-se canais importantes de acesso a produtos de baixo custo e de origem internacional.

Entretanto, as tarifas alfandegárias e os tributos sobre essas compras acabam encarecendo os produtos, dificultando que muitas pessoas adquiram itens desejados ou necessários. Esse cenário gera barreiras ao consumo e reduz a atratividade dessas plataformas, que se destacam justamente pela oferta de preços acessíveis.

Diante disso, o objetivo deste estudo é analisar de que forma a tributação influencia o consumidor e discutir alternativas que possam equilibrar arrecadação e acessibilidade, promovendo um comércio eletrônico internacional mais justo, transparente e competitivo.

3 REFERENCIAL TEÓRICO

O referencial teórico deste artigo foi construído a partir de uma revisão da literatura, com base em cinco fichamentos: artigos científicos, relatórios técnicos, um livro e uma legislação federal. Esses materiais fornecem o embasamento conceitual necessário para compreender como a tributação das importações, as políticas aduaneiras e o crescimento do e-commerce internacional afetam plataformas como Shopee e Shein no Brasil. A seguir, apresenta-se uma síntese integrada das principais bases teóricas utilizadas:

3.1 OLIVEIRA (2021) – TRIBUTAÇÃO E COMÉRCIO ELETRÔNICO INTERNACIONAL

O estudo de Oliveira é fundamental para entender os desafios tributários que acompanham o avanço do comércio eletrônico internacional. A autora destaca que o aumento das compras realizadas por meio de plataformas digitais gera dificuldades para os métodos tradicionais de fiscalização e cobrança de impostos. Segundo Oliveira, o crescimento das remessas internacionais exige novas políticas aduaneiras, modernização tecnológica e maior integração entre sistemas logísticos e fiscais. Conceitos como tributação, tarifas ad valorem e evasão fiscal são apresentados como elementos essenciais para compreender os impactos das taxas sobre o consumidor brasileiro, servindo de base para analisar os efeitos das tarifas aplicadas às plataformas Shopee e Shein.

3.2 SILVA (2022) – IMPACTOS DA TRIBUTAÇÃO NAS COMPRAS ONLINE INTERNACIONAIS

O artigo de Silva discute diretamente os efeitos das tarifas de importação sobre o comportamento do consumidor. A autora argumenta que a cobrança de impostos sobre remessas internacionais influencia não apenas os preços finais, mas também a atratividade dos marketplaces estrangeiros. Esse estudo contribui para o referencial ao demonstrar que o aumento das tarifas reduz o poder de compra da população, impacta a demanda por bens importados e altera a competitividade entre empresas nacionais e internacionais. Silva também incorpora conceitos de Kotler (2017), que fundamentam a análise sobre como os consumidores reagem às variações de preços e à percepção de valor em ambientes altamente competitivos.

3.3 RECEITA FEDERAL DO BRASIL (2023-2025) – PROGRAMA REMESSA CONFORME

Os relatórios oficiais da Receita Federal sobre o Programa Remessa Conforme (PRC) trazem dados empíricos fundamentais para o tema. O PRC foi instituído com o objetivo de aumentar a transparência das remessas internacionais, coibir fraudes e otimizar a arrecadação tributária. Dados recentes indicam que, em janeiro de 2025, mais de 90% das encomendas internacionais ingressaram no país com declaração no âmbito

do programa, demonstrando sua rápida adesão. O fichamento dessa fonte destaca as diretrizes operacionais do PRC, como o pagamento antecipado de tributos e o compartilhamento obrigatório de informações entre marketplaces e a Receita. Dessa forma, o PRC se torna um dos pilares para a análise proposta neste artigo, permitindo compreender as mudanças estruturais no comércio internacional de pequeno valor.

3.4 G1 ECONOMIA / CNN BRASIL (2024-2025) – AUMENTO DE SHOPEE E SHEIN NO BRASIL

Relatos de notícias e dados de mercado mostram que Shopee, Shein e AliExpress estão entre os e-commerces mais acessados no Brasil, representando cerca de 30% das visitas mensais dos dez maiores sites do país. Além disso, o mercado de produtos importados cresceu 68% entre janeiro de 2024 e janeiro de 2025, segundo análises de plataformas internacionais. Essas fontes ajudam a compreender o contexto competitivo em que as tarifas são aplicadas, destacando a relevância das plataformas asiáticas no consumo brasileiro, o impacto de suas estratégias logísticas e os desafios que elas representam para o setor varejista nacional. Integrando essa base teórica, conceitos de Kotler e Keller (2012) sobre comportamento do consumidor digital explicam por que preços baixos e conveniência tornam essas plataformas líderes no Brasil, mesmo diante do aumento da tributação.

3.5 ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO COMÉRCIO (OMC) – NORMAS E PRINCÍPIOS DO COMÉRCIO INTERNACIONAL

A OMC estabelece princípios fundamentais para o comércio internacional, como a redução de barreiras tarifárias, a transparência e o tratamento igualitário entre os países membros. Embora ainda não exista uma regulamentação específica voltada para o comércio eletrônico, suas diretrizes ajudam a compreender o contexto global em que atuam plataformas como Shopee e Shein. O fichamento dessa fonte reforça que os acordos internacionais influenciam diretamente as políticas nacionais, como as recentes mudanças na taxa de remessas no Brasil. Assim, a OMC se torna uma base conceitual

importante para entender o equilíbrio entre livre comércio, proteção da indústria local e arrecadação fiscal.

Tarifas Alfandegárias na Shopee e Desafios do E-commerce Transfronteiriço

O rápido crescimento do comércio eletrônico internacional, impulsionado por plataformas como Shopee, Shein e AliExpress, trouxe novas facilidades para os consumidores brasileiros, que passaram a comprar mercadorias diretamente de países estrangeiros. No entanto, esse avanço também gerou obstáculos relacionados à tributação e ao desembaraço aduaneiro.

O objetivo deste artigo é examinar as tarifas alfandegárias aplicáveis às compras online internacionais feitas pela Shopee e avaliar os principais desafios enfrentados pelo comércio global, incluindo questões de tributação, logística, competitividade e consequências econômicas. Busca-se investigar como essas regulamentações influenciam o comportamento do consumidor e a dinâmica do comércio digital no Brasil.

“A internet transformou profundamente o comportamento do consumidor, permitindo comparar preços, qualidade e prazos em qualquer parte do mundo.” (KOTLER; KELLER, 2012). Esse ponto mostra que os consumidores estão cada vez mais exigentes e informados. Plataformas como Shopee e Shein fazem sucesso justamente por oferecerem variedade e preços acessíveis, mudando de forma significativa os hábitos de compra.

“O crescimento das importações via e-commerce desafia os mecanismos tradicionais de fiscalização e tributação, exigindo novas políticas alfandegárias.” (OLIVEIRA, 2021). Essa realidade é clara no Brasil, onde a Receita Federal ainda enfrenta dificuldades para controlar o grande volume de compras internacionais. Isso evidencia a necessidade de atualizar leis e processos de tributação.

Os desafios das tarifas alfandegárias e da operação internacional reforçam a importância de aprofundar as práticas de tributação de importações para grandes plataformas, como a Shein.

4 TRIBUTAÇÃO DE IMPORTAÇÕES NA SHEIN: IMPACTO EM OPERAÇÕES E CONSUMO NO BRASIL

O comércio eletrônico internacional no Brasil tem experimentado crescimento significativo, impulsionado pela ascensão de marketplaces como Shein e Shopee, além de empresas estrangeiras como AliExpress. Esse avanço trouxe benefícios aos consumidores, mas também impactos diretos na política aduaneira brasileira.

As mudanças recentes na tributação de remessas internacionais afetaram diretamente a Shein, uma das principais plataformas de vendas internacionais. A cobrança de impostos sobre compras importadas alterou a dinâmica operacional da empresa e reduziu o poder de compra dos consumidores. Essa nova realidade desencadeou debates sobre equilíbrio tributário, competitividade de mercado e consequências econômicas das vendas digitais.

“As mudanças recentes na política aduaneira brasileira, com a cobrança de tributos sobre remessas internacionais, alteram significativamente o comportamento do consumidor e a competitividade das plataformas estrangeiras.” (Receita Federal do Brasil, 2023). Esse ponto mostra que o crescimento das compras internacionais exige adaptação rápida do governo. Ainda falta uma estrutura mais eficiente para lidar com tantas importações e evitar atrasos e custos desnecessários para os consumidores.

“As políticas de taxação sobre compras internacionais têm efeito direto no poder de compra do consumidor e na atratividade das plataformas estrangeiras.” (SILVA, 2022). Esse argumento reforça que o aumento das tarifas faz muitos consumidores desistirem de comprar fora, já que os preços ficam altos demais. Isso afeta não apenas os consumidores, mas também as próprias plataformas, que perdem vendas por causa dos impostos.

Essas mudanças levaram a Receita Federal a criar mecanismos para acompanhar o crescimento das importações via e-commerce, especialmente em plataformas como Shopee e Shein, o que abre espaço para o próximo tema.

5 RECEITA FEDERAL E REGULAÇÃO DO E-COMMERCE INTERNACIONAL (SHOPEE E SHEIN)

Plataformas como Shopee e Shein, entre outras estrangeiras, registraram aumento expressivo nas compras realizadas no Brasil, acompanhando a expansão do

varejo online. Esse movimento permitiu que consumidores brasileiros tivessem acesso a produtos importados a preços competitivos, ampliando a participação no mercado digital.

Nos últimos anos, o Brasil passou a adotar regulamentações mais rigorosas sobre o comércio eletrônico internacional, com o objetivo de garantir condições de concorrência entre empresas nacionais e estrangeiras e aumentar a transparência nos processos de importação. Entre essas medidas, destacam-se o Programa Remessa Conforme e a imposição de tarifas sobre compras internacionais de até 50 dólares, que se tornaram instrumentos de controle e fiscalização.

“Plataformas internacionais como Shopee e Shein impulsionaram o comércio eletrônico transfronteiriço, oferecendo produtos de baixo custo e estratégias logísticas adaptadas aos mercados locais.” (G1 Economia, 2024). Essas plataformas democratizaram o acesso a produtos importados, adaptando-se ao mercado brasileiro com preços competitivos e entregas relativamente rápidas, o que explica sua popularidade entre os consumidores.

“As políticas de taxação sobre compras internacionais influenciam diretamente o poder de compra do consumidor e a atratividade das plataformas estrangeiras.” (SILVA, 2022). De fato, tarifas elevadas podem reduzir o volume de compras internacionais. Por isso, é necessário buscar equilíbrio entre tributação e acessibilidade, garantindo que os consumidores continuem tendo acesso a produtos de forma justa e competitiva.

Assim, compreender o papel da Receita Federal nos leva a discutir as normas da OMC e sua influência nas tarifas aplicadas às plataformas internacionais como Shopee e Shein.

6 NORMAS DA OMC, E-COMMERCE E TARIFAS DE IMPORTAÇÃO (SHOPEE E SHEIN)

O comércio eletrônico internacional trouxe mudanças significativas na forma como os consumidores compram e como as empresas conduzem negócios em escala global. Plataformas como Shopee e Shein se destacaram por vender produtos

estrangeiros a preços baixos e entregá-los diretamente ao Brasil, o que impulsionou o comércio eletrônico transfronteiriço.

Esse crescimento, no entanto, gerou novos desafios para a regulamentação comercial e para a aplicação das normas da Organização Mundial do Comércio (OMC). Os princípios que fundamentam o comércio internacional estabelecidos pela OMC incluem a redução de barreiras tarifárias, o aumento da transparência e o tratamento igualitário entre países membros. Contudo, no caso do comércio eletrônico, essas diretrizes são difíceis de aplicar devido às diferenças entre regimes tributários e às recentes mudanças nas tarifas de importação brasileiras aplicadas a produtos comprados online.

“Plataformas internacionais como Shopee e Shein impulsionaram o comércio eletrônico transfronteiriço, oferecendo produtos de baixo custo e estratégias de distribuição inovadoras.” (G1 Economia, 2024). Essas plataformas tiveram papel essencial nesse crescimento, democratizando o acesso a produtos importados e permitindo que mais pessoas comprassem do exterior com praticidade e preços acessíveis.

“As recentes alterações nas tarifas de importação brasileiras refletem o esforço do governo em equilibrar arrecadação e competitividade frente ao crescimento do comércio eletrônico internacional.” (Receita Federal do Brasil, 2023). Esse ponto mostra que o governo busca equilibrar a arrecadação fiscal com a necessidade de manter a competitividade do mercado, diante da rápida expansão das compras internacionais.

Assim, as normas da OMC e os acordos de comércio digital inspiraram o Programa Remessa Conforme, iniciativa brasileira que busca conciliar eficiência fiscal com o crescimento das plataformas internacionais.

7 PROGRAMA REMESSA CONFORME E IMPACTO NAS IMPORTAÇÕES DE SHOPEE E SHEIN

Nos últimos anos, plataformas como Shopee e Shein têm desempenhado papel fundamental na expansão do comércio eletrônico internacional no Brasil, oferecendo acesso a produtos importados a preços acessíveis. Esse movimento remodelou o comportamento do consumidor e trouxe novos desafios ao sistema tributário brasileiro,

que passou a adotar medidas mais rigorosas para monitorar e tributar remessas de baixo valor.

Para aumentar a transparência, a segurança e o controle das importações, o governo federal criou o Programa Remessa Conforme (PRC), uma iniciativa da Receita Federal. O programa estabelece regulamentações específicas para o comércio eletrônico internacional, prevendo o pagamento antecipado de impostos e o fornecimento obrigatório de informações detalhadas sobre cada transação.

“O comércio eletrônico internacional tem influenciado diretamente o comportamento do consumidor, que passou a valorizar mais o preço, a conveniência e a rapidez nas entregas.” (KOTLER; KELLER, 2012). Esse ponto é evidente na prática: os consumidores buscam cada vez mais o melhor custo-benefício, e as compras internacionais atraem pela praticidade e pelo preço, mesmo diante de possíveis taxas adicionais ou prazos de entrega mais longos.

“O aumento das remessas internacionais exige do Estado soluções tecnológicas e legais capazes de acompanhar o ritmo do comércio eletrônico global.” (OLIVEIRA, 2021). Esse argumento reforça a necessidade de modernização do sistema brasileiro. O crescimento acelerado das compras internacionais exige melhorias na logística e no controle fiscal, garantindo que o comércio eletrônico continue crescendo de forma justa e equilibrada.

Assim, o Programa Remessa Conforme se apresenta como uma tentativa de conciliar eficiência fiscal com o crescimento das plataformas internacionais, equilibrando arrecadação tributária, competitividade e acessibilidade para os consumidores brasileiros.

8 RESULTADOS

A análise realizada neste artigo permitiu compreender como as tarifas de importação e as políticas de fiscalização afetam diretamente o comércio eletrônico internacional no Brasil, especialmente no caso das plataformas Shopee e Shein. O crescimento acelerado do e-commerce transfronteiriço ampliou o acesso dos

consumidores brasileiros a produtos de baixo custo, mas também intensificou desafios tributários, logísticos e competitivos que exigem novas estratégias tanto do Estado quanto das próprias empresas.

Os estudos revisados demonstram que a tributação sobre remessas internacionais impacta de forma direta o preço final dos produtos e, consequentemente, o comportamento de compra da população. O aumento das tarifas reduz o poder de consumo, altera a demanda e interfere na competitividade entre empresas nacionais e estrangeiras. Nesse cenário, o Programa Remessa Conforme surge como um mecanismo central de modernização e controle, buscando aumentar a transparência, combater fraudes e equilibrar arrecadação com acessibilidade. Os dados da Receita Federal mostram que o PRC já representa mais de 90% das declarações de remessas internacionais, evidenciando sua rápida adesão e relevância.

Além disso, verificou-se que plataformas como Shopee e Shein tiveram grande impacto no mercado brasileiro devido às suas estratégias de preços, logística e marketing digital, tornando-se líderes entre os e-commerces mais acessados do país. Contudo, o crescimento dessas empresas também intensificou debates sobre concorrência desleal, proteção da indústria nacional e necessidade de atualização das normas regulatórias. As diretrizes da OMC, embora não tratem diretamente do comércio eletrônico, ajudam a contextualizar o desafio global de equilibrar o livre mercado com políticas fiscais.

Diante disso, conclui-se que o Brasil ainda está em processo de adaptação às novas dinâmicas do comércio digital. A tributação sobre importados é necessária para garantir arrecadação e proteger setores produtivos nacionais, mas deve ser aplicada de forma equilibrada, evitando onerar excessivamente os consumidores e restringir o acesso a bens essenciais.

É fundamental que o país continue investindo em tecnologias de fiscalização, políticas claras e integração entre sistemas logísticos e aduaneiros, garantindo eficiência sem comprometer a competitividade. Por fim, este estudo reforça que compreender os efeitos das tarifas sobre plataformas internacionais é essencial para promover um e-commerce mais justo, transparente e acessível. O tema permanece em constante evolução e abre espaço para novas pesquisas, especialmente sobre o impacto econômico

das importações de pequeno valor, a adaptação do comércio nacional e a percepção dos consumidores diante das políticas tributárias brasileiras.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Ana Paula et al. *A capacidade competitiva das empresas exportadoras de uvas de mesa e de manga do Polo Petrolina-PE/Juazeiro-BA*. Petrolina: Embrapa Semiárido, 2023.

BRASIL. Lei nº 13.986, de 7 de abril de 2020. Institui o Marco Legal da Atividade Agropecuária e o Fundo Garantidor Solidário (FGS). *Diário Oficial da União*, Brasília, 8 abr. 2020.

CNN BRASIL. *Shopee, Shein e AliExpress concentram cerca de 30% das visitas entre os maiores e-commerces do Brasil*. 2024. Disponível em: <<https://www.cnnbrasil.com.br>>. Acesso em: 2025.

G1 ECONOMIA. *Plataformas internacionais como Shopee e Shein impulsionam o comércio eletrônico no Brasil*. 2024. Disponível em: <<https://g1.globo.com>>. Acesso em: 2025.

KOTLER, Philip; KELLER, Kevin Lane. *Administração de Marketing*. 14. ed. São Paulo: Pearson, 2012.

LIMA, João Pedro. Estratégias de marketing digital e branding no agronegócio brasileiro: desafios e oportunidades. *Revista Brasileira de Marketing Rural*, v. 12, n. 2, 2023.

MOREIRA, Lucas et al. Estratégias de marketing digital em empresas agrícolas no município de Confresa – MT. *Revista Campo & Mercado*, v. 6, n. 1, 2024.

OLIVEIRA, Ana Paula. Tributação e comércio eletrônico internacional. *Revista de Direito Aduaneiro*, v. 5, n. 2, 2021.

OMC – Organização Mundial do Comércio. *Princípios e normas do comércio internacional*. Genebra: OMC, 2020.

RECEITA FEDERAL DO BRASIL. *Nota Técnica: Programa Remessa Conforme*. Brasília, 2023.

RECEITA FEDERAL DO BRASIL. *Relatório de Resultados – Programa Remessa Conforme*. Brasília, 2025.

SHEIN. *Relatório de operações e logística global*. 2024. Disponível em: <<https://www.shein.com>>. Acesso em: 2025. (opcional — utilizar apenas se citado no texto)

SHOPEE. *Dados de crescimento e logística no Brasil*. 2024. Disponível em: <<https://shopee.com.br>>. Acesso em: 2025. (opcional — utilizar apenas se citado no texto)

SILVA, Marina. Impactos da tributação nas compras online internacionais. *Revista de Economia Digital*, v. 4, n. 1, 2022.

SOUZA, Rafael; MENEZES, Carlos. *Agro 4.0: inovação e transformação digital no agronegócio*. São Paulo: Atlas, 2022.

UOL ECONOMIA. *Remessa Conforme atinge US\$ 623 milhões em valor aduaneiro em 2023*. 2024. Disponível em: <<https://economia.uol.com.br>>. Acesso em: 2025.

The background features a stylized, abstract design. It consists of a central white horizontal band where the text is located. Above and below this band are blue areas with wavy, undulating lines in a lighter shade of blue, creating a sense of movement and depth, reminiscent of water or a stylized landscape. The overall color palette is primarily blue and white, with the text in a contrasting orange color.

HISTÓRIA, CULTURA E SOCIEDADE

"O QUE HÁ EM UM NOME?": ANÁLISE DAS NOMENCLATURAS DE ESTABELECIMENTOS COMERCIAIS NO CENTRO DE PETROLINA (PE)

André Marcos Ribeiro

Licenciando em Língua Portuguesa e Língua Espanhola
Universidade de Pernambuco - UPE Campus Petrolina
andre.marcos@upe.br

Maria Daniela Soares Luz

Licencianda em Língua Portuguesa e Língua Inglesa
Universidade de Pernambuco - UPE Campus Petrolina
mariadaniela.luz@upe.br

Mariana Pereira Motta

Licencianda em Língua Portuguesa e Língua Inglesa
Universidade de Pernambuco - UPE Campus Petrolina
mariana.motta@upe.br

Pedro Augusto Carvalho

Licenciando em Língua Portuguesa e Língua Inglesa
Universidade de Pernambuco - UPE Campus Petrolina
pedro.augustocarvalho@upe.br

Thaiza Ghessika Dias

Licencianda em Língua Portuguesa e Língua Inglesa
Universidade de Pernambuco - UPE Campus Petrolina
thaiza.ghessika@upe.br

Dr. Genivaldo do Nascimento

Professor orientador

Universidade de Pernambuco - UPE Campus Petrolina

RESUMO: A pesquisa analisa os nomes de estabelecimentos comerciais no centro de Petrolina (PE), buscando compreender como as escolhas linguísticas influenciam na atração de clientes. O estudo investiga se o nome de um comércio está diretamente ligado à sua capacidade de chamar atenção e gerar identificação com o público. Entre os **objetivos** estão identificar as palavras usadas, compreender os sentidos atribuídos e classificar as estratégias de nomeação. A **fundamentação teórica** baseia-se em Horta Neves (1971), sobre nomes próprios e industriais; Rajagopalan (2005) e Paiva (1991), que tratam de empréstimos da língua inglesa; e Mendonça (2015), que relaciona nome e popularidade. A **metodologia** combina análise qualitativa e quantitativa, incluindo revisão bibliográfica e pesquisa virtual com 51 estabelecimentos. Os participantes avaliaram a importância dos nomes em escala de 0 a 5. Os **resultados iniciais** indicam que nomes estrangeiros transmitem sofisticação, enquanto nomes com elogios ou apelos diretos ao cliente atraem públicos específicos, mostrando relação entre linguagem e marketing comercial.

Palavras-chave: Nomenclaturas. Estabelecimentos Comerciais. Centro. Petrolina. Sociologia Linguística.

A EFICÁCIA DA NORMA NO ÍNDICE DE VIOLÊNCIA RELACIONADA AO TRÁFICO DE DROGAS EM JUAZEIRO-BA

Andriely Lais dos Santos Barbosa
Bacharelanda em Direito
Faculdade de petrolina (FACAPE)

João Marcus Almeida da Costa
Bacharelando em Direito
Faculdade de petrolina (FACAPE)

Maria Augusta Teixeira de Queiroz Abnetta
Bacharelanda em Direito
Faculdade de petrolina (FACAPE)

Tomás Gustavo Azevedo de Albuquerque
Bacharelando em Direito
Faculdade de petrolina (FACAPE)

RESUMO: Este trabalho analisa a complexa violência urbana em Juazeiro (BA), uma cidade de importância econômica e cultural que se tornou um ponto estratégico para o tráfico de drogas. O estudo aborda a aplicação seletiva das normas jurídicas, como a Lei de Drogas e o Estatuto do Desarmamento, no enfrentamento da criminalidade local. **Objetivos:** O objetivo central do texto é compreender até que ponto as normas jurídicas são eficazes no enfrentamento da criminalidade em Juazeiro (BA), propondo, ao final, caminhos de transformação baseados na prevenção e inclusão social. **Fundamentação Teórica:** A fundamentação teórica critica a eficácia limitada e a aplicação seletiva das normas jurídicas no combate à violência urbana. Defende que, embora existam leis como a Lei de Drogas (11.343/2006), elas não resolvem o problema, pois são aplicadas de forma desigual. Essa seletividade penal afeta principalmente pequenos traficantes e usuários pobres, contribuindo para o crescimento das facções. **Metodologia:** A metodologia combina a análise quali-quantitativa para entender a violência em Juazeiro. O estudo utiliza dados criminais e a análise crítica de documentos, focando na aplicação seletiva da Lei de Drogas e nas falhas do Estatuto do Desarmamento. **Resultado:** Os resultados indicam que a violência é estrutural e impulsionada pelo tráfico de drogas em Juazeiro. A Lei de Drogas se mostrou seletiva, punindo principalmente os pobres e reforçando o sistema prisional, sem combater o grande tráfico. Conclui-se que a repressão e a

militarização são frágeis, sendo insuficiente a falta de integração entre segurança e assistência social.

Palavras-chave: Violência Urbana. Tráfico de Drogas. Lei de Drogas. Justiça Social.

ENVELHECER COM DIGNIDADE: UM OLHAR HUMANIZADO NA PRÁTICA EXTENSIONISTA

Fernanda Moreira Lino
Bacharelada em Medicina
Faculdade de Petrolina – FACAPE

Júlia Stefani Clementino Lins
Bacharelada em Enfermagem
Universidade de Pernambuco – UPE

Damires Maria Castro Rodrigues
Bacharelada em Enfermagem
Universidade de Pernambuco – UPE

Julia Maria Cavalcanti Macedo
Bacharelada em Enfermagem
Universidade de Pernambuco – UPE

Lívia Maria de Jesus Macedo
Bacharelada em Enfermagem
Universidade de Pernambuco – UPE

Nathan Oliveira Medrado
Bacharelado em Enfermagem
Universidade de Pernambuco – UPE

Thereza Cristina Da Cunha Gama Lima
Professor Orientador
Doutora em Educação em Ciências
Universidade de Pernambuco – UPE

RESUMO: O envelhecimento populacional é uma realidade crescente no Brasil e no mundo, demandando abordagens interdisciplinares que integrem o cuidado físico, emocional e social da pessoa idosa. **Objetivo:** Relatar a experiência de um projeto de extensão desenvolvido na Casa Geriátrica de Petrolina-PE. **Fundamentação teórica:** Envelhecer é um processo natural e multidimensional que envolve transformações biopsicossociais e o conceito de envelhecimento ativo proposto pela Organização

Mundial de Saúde reforça a importância da autonomia e da participação social.

Metodologia: Trata-se de um relato de experiência baseado em ações extensionistas periódicas realizadas por estudantes da área da saúde. Utilizou-se rodas de conversa, dinâmicas lúdicas, atividades físicas adaptadas e escuta ativa para promover a interação entre os residentes e a equipe envolvida, respeitando particularidades e limitações dos idosos. **Conclusão:** Portanto, o cuidado com a pessoa idosa vai além do aspecto clínico, exigindo empatia, escuta e valorização de cada indivíduo. Projetos como esse fortalecem o compromisso social da universidade e contribuem para um envelhecimento mais digno e humanizado.

Palavras-chave: Envelhecimento. Saúde do Idoso Institucionalizado. Qualidade de Vida. Estudantes de Ciências da Saúde.

HENRY MAINE (1861), A LEI ANTIGA, SUAS RELAÇÕES COM AS IDEIAS MODERNAS E A INFLUÊNCIA NO CONTROLE SOCIAL NA ATUALIDADE

Antonio Wanderley dos Santos Neto

Ciências Sociais – Licenciatura

Universidade do Vale do São Francisco - UNIVASF

Delcides Marques

Professor Orientador

Doutor em Antropologia Social

Universidade do Vale do São Francisco - UNIVASF

RESUMO: O presente trabalho tem como objetivo fazer um apanhado entre as idéias da lei antiga, as relações modernas e o controle social utilizando de Maine (1861), o qual diz que o sistema de jurisprudência mais celebrado conhecido no mundo tanto começa como termina com um Código. Como método foi feito um contraponto com os posicionamentos de Durkheim (1973), Mauss (1972), Morgan (1917), Hoebel (1967), Shirley (1987) e Geertz (1989), analisando com o panorama da sociedade atual e a cibercultura. Observa-se que a sociedade e as instituições têm papel fundamental no controle social, porém correm grande risco na era digital com a individualização do comportamento humano, suas mudanças em relação ao trabalho e viver em sociedade. Todavia, nenhum dos autores citados esperavam vivenciar mudanças tão profundas na sociedade quanto às evidenciadas no século seguinte. Logo o risco do esfacelamento social é uma realidade perigosa e que ronda as sociedades atuais, submetidas ao poderio econômico das grandes corporações. As quais ditam as novas regras do trabalho e do viver em sociedade, fortalecidas pela influência da cultura cyber e geridas pela inteligência artificial e seus algoritmos.

Palavras-chave: Lei Antiga. Ideias Modernas. Controle Social.

O MEMORIAL DOM CAMPELO: MEMÓRIA, ESPIRITUALIDADE E TURISMO RELIGIOSO NO SERTÃO DO SÃO FRANCISCO

Yonara Ferreira

Bacharelada em História

Centro Universitário UniFatecie – UniFatecie

Bárbarah Ferreira Melo

Bacharelada em Medicina

Faculdade de Petrolina – FACAPE

RESUMO: O Memorial Dom Campelo (MDC) preserva e resgata a história de Dom Antônio Campelo de Aragão, 4º bispo de Petrolina-PE. Fundado pela Congregação das Irmãs Medianeiras da Paz, o local funciona também como promotor da história e do turismo. **Objetivo:** O objetivo é analisar a importância desse espaço de conservação para a memória e para a promoção da causa de beatificação de Dom Antônio Campelo de Aragão. **Fundamentação teórica:** Dom Campelo foi elevado ao título “Servo de Deus” na solenidade da abertura do processo de beatificação em 30 de Setembro de 2023 com a presença do postulador da causa, o doutor Paulo Vilotta. A fama de santidade se manifestou, além dos relatos de curas, na dedicação pastoral e no empenho ao atender os mais necessitados com obras sociais. **Metodologia:** Abordagem qualitativa, com pesquisa bibliográfica, levantamento documental e observação direta das visitas no MDC. **Resultados:** Verifica-se que o MDC promove aprendizado histórico, cultural e espiritual, além de fortalecer o turismo religioso e a divulgação do seu processo de beatificação.

Palavras-chave: História. Cultura. Turismo. Petrolina. Catolicismo.

NARRATIVAS DE MEMÓRIA DA FORMAÇÃO DAS COMUNIDADES INDÍGENAS TUMBALALÁ

Maria Clara da Cruz Xavier
Graduanda em Direito na UEFS
22231239@discente.uefs.br

Gabriela Barbosa Souza Xavier
Professora do Departamento de Ciências Humanas e Filosofia
Universidade Estadual de Feira de Santana
gabrielabsxavier@outlook.com

RESUMO: Este estudo é resultado das ações do plano “Narrativas Indígenas: narrativas de memória da formação das comunidades indígenas Tumbalalá” vinculado ao projeto de extensão da Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS) “Narrativas e Representações”. A proposta objetiva registrar narrativas de memória sobre a história de formação do território Tumbalalá, desconstruindo o eurocentrismo predominante e combatendo o apagamento desses povos. O projeto se alinha às concepções de Ecléa Bosi (1994), que destaca a importância da memória e da oralidade, de Paulo Freire (1983), ao considerar a extensão universitária como uma prática horizontal e libertadora, e de Walter Benjamin (1994), que ressalta a importância da narrativa para a formação do indivíduo. A metodologia utilizada, baseada nas rodas de conversa, incorpora a oralidade, um elemento fundamental nas comunidades indígenas. A ação de extensão apresenta como resultado a produção de um livreto com narrativas locais, a ser usado como material paradidático em escolas. Com isso, o projeto visa contribuir para uma perspectiva educacional contextualizada e para a valorização cultural, enaltecendo e promovendo o respeito à sabedoria dos povos originários.

Palavras-chave: Narrativas Indígenas. Memória. Oralidade.

EDUCAÇÃO FORMAL E SABERES TRADICIONAIS NA ESCOLA DA COMUNIDADE QUILOMBOLA CASTAINHO GARANHUNS/PE

Denize Tomaz de Aquino

Doutoranda em Ciências da Linguagem

Universidade de Pernambuco-UPE/Universidade Católica-Unicap

RESUMO: A pesquisa discute a educação formal no contexto da Comunidade Quilombola Castainho, localizada na zona rural do município de Garanhuns, Pernambuco, Nordeste do Brasil. O Objetivo é analisar a relação entre os saberes tradicionais da comunidade e as práticas da educação formal desenvolvidas na escola. A Fundamentação teórica e empírica ancora-se nas narrativas produzidas no contexto da Comunidade Quilombola Castainho, articuladas aos estudos de autores que discutem a educação em contextos quilombolas, saberes locais e práticas pedagógicas interculturais. Buscou-se a Metodologia, qualitativa de caráter interpretativo, situada na perspectiva sócio-histórica de inspiração etnográfica. O corpus da pesquisa foi constituído pelas narrativas de professores do 6º ao 9º ano, da gestora da escola e no contexto da comunidade, dos representantes legais dos estudantes e do líder comunitário, residentes na comunidade pesquisada. Os resultados indicam que a escola vem passando por um processo de ressignificação dos saberes da comunidade, no sentido de reconhecer e valorizar esse patrimônio cultural, integrando-o ao processo pedagógico e às práticas cotidianas da sala de aula.

Palavras-chave: Educação quilombola. Educação formal. Saberes tradicionais.

ABSTRACT: Introduction: This research discusses formal education in the context of the Quilombola Community of Castainho, located in the rural area of the municipality of Garanhuns, Pernambuco, Northeast Brazil. The objective is to analyze the relationship between the traditional knowledge of the community and the practices of formal education developed at the school. The theoretical and empirical foundation is anchored in narratives produced in the context of the Quilombola Community of Castainho, articulated with studies by authors who discuss education in quilombola contexts, local knowledge, and intercultural pedagogical practices. The methodology sought was qualitative and interpretative, situated in the socio-historical perspective of

ethnographic inspiration. The research corpus consisted of narratives from teachers from the sixth to the ninth year, the school, from principal, and in the community context, the legal representatives of the students and the community leader, all residing in the researched community. Results indicate that the school has been undergoing a process of re-signifying the oral narratives of the community, in order to recognize and value this cultural heritage, integrating it into the pedagogical process and the daily practices of the classroom.

Keywords: Quilombola education. Formal education. Traditional knowledge.

1 INTRODUÇÃO

A pesquisa foi desenvolvida na Comunidade Quilombola Castainho, localizada na zona rural do município de Garanhuns, Agreste pernambucano, Nordeste do Brasil. portanto, de descendência africana, de origem Palmarina, de pessoas que foram obrigados a fugir após o mais longo massacre da colônia portuguesa que se consolidou na Guerra dos Palmares, no final do século XVII. Nessa comunidade estudada, a tradição oral, enquanto forma de transmissão de saberes e de educar, permanece viva, sem desconsiderar a escrita e a educação formal, que se estabelece na comunidade e que representa um importante recurso de preservação e de transmissão das heranças identitárias, na concepção do homem e do seu lugar no contexto de se pertencer quilombola. Assim, trazer para o universo científico os saberes de comunidades quilombolas, também conhecidas como comunidades tradicionais, “afro-pindorâmicas”, cujos membros são reconhecidos como descendentes de negros escravizados, significa dar voz, expressar seus pensamentos, de uma parcela da população, historicamente excluída da sociedade, que não se permitiu colonizar e decidiu quebrar o sistema, dentro do sistema (Santos, 2015). Faz-se necessário trazer para a discussão, principalmente nas academias de educação, o centro e a margem, historicamente falando, num caminhar dialético, de questões pertinentes e seculares de uma estrutura sociocultural do Brasil, imbricada em um processo de homogeneização cultural de base eurocêntrica, do Norte Global, e pela lógica capitalista, que perpassa os séculos oprimindo os saberes, as crenças e as manifestações dos povos que contribuíram para a formação do Brasil. O centro, por

evocar, de dentro dos círculos hegemônicos do pensamento europeu, particularmente no campo da educação, em uma sociedade multicultural como a brasileira, as consequências desse primado monista cultural, que ainda privilegia as linguagens hegemônicas e impede o pluralismo sociodiscursivo dessas comunidades. Como aponta Sodré (2012), o fenômeno histórico do colonialismo, ao lado do extermínio físico e da violência predatória, de base eurocêntrica, pautado na tradição escrita, fez-se sempre acompanhar da validação de uma forma única e hegemônica de conhecimento, em detrimento de quaisquer outros saberes.

Nesse entendimento, a pesquisa teve como objetivo analisar a relação entre os saberes tradicionais da comunidade e as práticas da educação formal desenvolvidas na escola buscou responder: de que maneira os saberes e as tradições, historicamente concebidos no contexto da Comunidade Quilombola Castainho, são socializados no cotidiano da educação formal? A partir dessa premissa buscou-se dialogar em uma perspectiva crítica, interpretativa com autores que discutem sobre saberes e narrativas orais tais como Lima & Costa (2015); Pacheco (2015), entre outros. Tais referenciais contribuíram para maior compreensão da temática, as quais serviram de referências para a análise dos resultados da pesquisa e construção do texto. Nessa direção, delineou-se o estudo sob a ótica da pesquisa qualitativa, de caráter interpretativo, situada na abordagem sócio-histórica no âmbito intersubjetivo, de cunho etnográfico. Tomou-se, como referencial empírico, a escuta das narrativas no contexto da Comunidade Quilombola Castainho; como referencial teórico-metodológico, os estudos dos autores que discutem essa temática. Para a coleta de dados, recorreu-se às entrevistas narrativas e à análise documental. Esses procedimentos permitiram apreender os diferentes aspectos que compõem a complexidade da realidade empírica desses saberes. Quanto aos processos de análise das entrevistas, e tratamento dos dados coletados, ancorou-se nos pressupostos de Jovchelovitch e Bauer (2002), entre outros. Diante do exposto, a pesquisa não se esgota por aqui, nem se tem a última palavra, por se tratar de uma temática que precisa ser mais discutida, sobretudo vivenciada, nas políticas públicas de educação quilombola (Brasil, 2012). Dito isso, o capítulo seguinte apresenta um panorama teórico

construído a partir de um diálogo interdisciplinar com diversos autores, que fundamentam e ampliam as reflexões desenvolvidas ao longo do texto.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

O referencial teórico aqui apresentado fundamenta a pesquisa intitulada Educação formal saberes tradicionais na escola da comunidade Castainho Garanhuns-PE. As aproximações teóricas desenvolvidas ao longo do estudo serviram de sustentação para a construção do texto que ora se apresenta. Trata-se de uma investigação ancorada no contexto de uma Comunidade Quilombola, entendida como espaço de representação histórica e cultural dos afrodescendentes, ou afropindorâmicos, anteriormente mencionados, descendentes da antiga Pindorama, “terra das palmeiras”, denominação atribuída ao território que corresponde ao atual Brasil. Este, como destaca Santos (2015), foi o país que mais recebeu pessoas escravizadas trazidas da África e o último a abolir formalmente a escravidão, em 1888. Assim, as comunidades quilombolas, enquanto sujeitos de direitos, ainda se constituem realidades relativamente recentes na história da educação brasileira se pensarmos que um modelo normativo surgiu em 2012. Esse modelo considerou as reivindicações históricas desses representantes, bem como contribuições provenientes das participações de representantes de organizações não governamentais. Assim, em 2003, o Congresso Nacional alterou a Lei de Diretrizes e Bases para estabelecer a obrigatoriedade da inclusão, no currículo oficial das redes de ensino, públicas e particulares, da temática “História e Cultura Afro-Brasileira” (Lei nº 10.639/2003), a qual, representa um grande avanço na educação brasileira, sobretudo nas escolas quilombolas, que trata de mudar o foco etnocêntrico, de raiz europeia, para inserir o contexto histórico da formação do espaço brasileiro com a presença da matriz africana, ao estabelece a obrigatoriedade do ensino de história e culturas afro-brasileiras e africanas e suas heranças e contribuições culturais na formação da sociedade brasileira no currículo da Educação Básica pública e particular, a fim de que sejam ouvidas e contextualizadas no sistema de ensino (Brasil, 2003).

Dessa forma, a escola pesquisa buscou inserir novos modos de aprender e estratégias pedagógicas que levem o professor e aluno a considerarem a diversidade étnico-racial existente no espaço onde a escola está inserida através do “Projeto Eu Sou a Cara da minha Comunidade” no sentido de hibridizar os saberes formais curriculares com os saberes tradicionais da comunidade. em um ambiente histórico cultural que os cerca, ou seja, no espaço da comunidade, através dos representantes legais dos saberes da comunidade, os chamados griôs (para os homens) e griottes (para as mulheres). (Pacheco, 2015). De acordo com a referida autora, os griôs e griottes brasileiros são, geralmente, os mais velhos representantes reconhecidos pelas comunidades tradicionais, também chamados de “líderes da comunidade”. Além de falar e ensinar para a comunidade, falam por ela. São também representantes responsáveis por um universo cultural fundado na oralidade, repassado de geração a geração. O saber existencial, oriundo de vivências desses representantes nas comunidades quilombolas, onde o passado é uma referência constante, memória viva, facilita o vínculo afetivo e cultural entre gerações de tradição oral e as novas gerações de tradição escrita, garantindo a ancestralidade e identidade de seu povo (Lima; Costa, 2015). Assim, Trazer para o espaço da escola na comunidade quilombola, pesquisada, os saberes e memórias contextualizadas nesses espaços é, portanto, inserir novos modos de aprender e não permitir que o monismo cultural que privilegia as linguagens hegemônicas impeça o pluralismo das linguagens características de alunos provenientes de comunidades quilombolas (Brasil, 2012).

3 METODOLOGIA

O estudo é de natureza qualitativa e interpretativa, situado na abordagem socio-histórica, fundamentado nas concepções de Lüdke e André (2013), para as quais o conhecimento científico consiste em uma busca constante de articulação entre teoria e realidade empírica. O método constitui o fio condutor dessa articulação, possibilitando, por meio do trabalho de campo, a aproximação necessária para a construção de um conhecimento novo, emergente da realidade existente. Nesse contexto, as palavras,

expressões e proposições são compreendidas como produções simbólicas resultantes de interações intersubjetivas, em uma perspectiva etnográfica que buscou responder à seguinte questão norteadora: de que maneira os saberes e as tradições, historicamente concebidos no contexto da Comunidade Quilombola Castainho, são socializados no cotidiano da educação formal? Com base nessa questão, o objetivo geral consistiu em analisar a relação entre os saberes tradicionais da comunidade e as práticas da educação formal desenvolvidas na escola. O corpus da pesquisa foi composto por entrevistas narrativas, cuja coleta de dados ocorreu em dois momentos distintos. N

o primeiro, o cenário de investigação foi uma escola da rede pública municipal situada na Comunidade Quilombola Castainho. Participaram dessa etapa a diretora, quatro professores do ensino fundamental (6º ao 9º ano) e dois estudantes de cada ano, totalizando treze participantes. No segundo momento, foi realizada uma roda de conversa em espaços escolhidos pelos próprios participantes, envolvendo o líder comunitário e representantes legais de cada segmento escolar, totalizando cinco participantes. Seguindo o modelo proposto por Jovchelovitch e Bauer (2002), adotaram-se procedimentos que privilegiaram uma conversa aberta, com menor número de perguntas, favorecendo a obtenção de informações mais amplas e espontâneas sobre os temas de interesse, de modo a atender ao objetivo proposto pela pesquisa. Além das entrevistas, realizou-se também uma análise documental de registros oficiais e institucionais, a partir da leitura do Projeto Político-Pedagógico da Escola Quilombola Professora Virgília Garcia Bessa (PPP), da Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003 (Brasil, 2003), e da Resolução nº 8, de 20 de novembro de 2012, do Conselho Nacional de Educação (Brasil, 2012), entre outros documentos. Essa análise foi considerada uma importante fonte histórica para a compreensão das dimensões empíricas do estudo, servindo de base para a interpretação das entrevistas e contribuindo para a articulação entre os dados empíricos e o referencial teórico adotado. De acordo com Macedo (2010), os dados, na pesquisa qualitativa, devem ser constantemente interpretados e reinterpretados, uma vez que tanto o fenômeno quanto o discurso sobre o objeto da pesquisa pertencem à ordem do símbolo, exigindo, portanto, um olhar interpretativo por parte do pesquisador.

Nesse entendimento, a transcrição das narrativas considerou as características paralinguísticas dos entrevistados, pausas, entonações, ênfases e gestos, com o intuito de preservar a autenticidade dos relatos e evitar alterações que pudessem comprometer a fidelidade das análises narrativas, mantendo suas vozes e sentidos originais. Conforme Jovchelovitch e Bauer (2002), a transcrição representa uma etapa fundamental da pesquisa, devendo ser realizada de forma minuciosa e fidedigna pelo pesquisador, a fim de assegurar a qualidade e a exatidão das transcrições e, assim, evitar mudanças nas narrativas dos entrevistados. Para o tratamento dos dados, foi utilizada a técnica de análise do discurso. De acordo com Lüdke e André (2013), a análise dos dados coletados em uma pesquisa requer concentração, observação e sensibilidade no exame das informações construídas. Esse processo envolve a leitura e releitura do material, com o propósito de classificá-lo em categorias que permitam sua análise à luz do referencial teórico adotado.

4 DISCUSSÃO E RESULTADOS

Em consonância com o objetivo da pesquisa, analisar a relação entre os saberes tradicionais da comunidade e as práticas da educação formal desenvolvidas na escola, emergiram três dimensões de análise que orientaram a interpretação dos dados à luz da análise do discurso. São elas: Dimensão 1 – Narrativas no contexto escolar e incorporação de novas metodologias por meio do Projeto Identidade Quilombola: Eu Sou a Cara da Minha Comunidade. A categoria central dessa dimensão refere-se às propostas institucionais de um currículo hegemônico adotado para todas as escolas do município de Garanhuns, em contraste com a prática pedagógica da escola pesquisada, desenvolvida a partir de um projeto construído e autorizado como proposta-modelo para as demais escolas quilombolas da região.

Dimensão 2 – Percepções dos estudantes sobre as práticas de ensino adotadas pelos professores, cuja categoria central diz respeito ao reconhecimento, desses estudantes, da identidade quilombola, possibilitado por práticas pedagógicas que articulam saberes escolares e saberes tradicionais da comunidade.

Dimensão 3 – Narrativas de representantes dos estudantes e da comunidade acerca da articulação entre saberes tradicionais e educação formal, tendo como categoria central a importância do fazer pedagógico na valorização e na transmissão dos ensinamentos comunitários, repassados de geração em geração. A análise da Dimensão 1 evidencia como os representantes do contexto escolar, professores e gestora, compreendem a nova proposta curricular em sua execução no cotidiano da escola. A partir do processo de inferência e interpretação das atividades desenvolvidas, observa-se que as concepções que orientam as proposições didáticas apontam para um repertório de saberes que busca hibridizar o conhecimento formal com aqueles trazidos pelos estudantes em seu cotidiano. Tais saberes, transmitidos de geração em geração pelos mestres e mestras da comunidade, reconhecidos na literatura como griôs e griottes, constituem uma base essencial para a construção de práticas pedagógicas culturalmente situadas (Pacheco, 2015, Lima & Costa 2015). Nessa perspectiva, a inovação do projeto, em sua estrutura, trouxe uma proposta “transgressora” cujo tema versa: Identidade Quilombola Eu Sou a Cara da Minha Comunidade, reside na desconstrução do currículo prescrito, único para todas as escolas municipais pela Secretaria de Educação, ao possibilitar sua contextualização e adaptação às realidades do espaço onde a escola se encontra e o fortalecimento da identidade cultural, bem como o repensar dos processos educativos, incorporando saberes e fazeres locais como elementos centrais da proposta pedagógica.

Tal abordagem promove o reconhecimento e a valorização das contribuições dos povos quilombolas para a formação do território brasileiro, garantindo, simultaneamente, a implementação da Lei nº 10.639/2003 (Brasil, 2003) e das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola, conforme estabelecido pela Resolução nº 8, de 20 de novembro de 2012 (Brasil, 2012). Assim, ancorado no que prescrevem as referidas leis educacionais, a execução do projeto, pelos professores, dos anos escolares, buscou considerar que uma das tarefas da escola é ampliar o contato desses atores sociais com a cultura que os cerca, como um dos princípios que regem a Educação Escolar Quilombola. É fato que o grande avanço dessa política inovadora, no contexto da escola pesquisada, a partir de um projeto construído coletivamente

envolvendo, além da comunidade escolar, representações educativas da região e representantes da Comunidade Quilombola, possibilitou a permanência dos estudantes na escola, evitando a evasão escolar e estimulando o protagonismo desses atores sociais, no sistema de educação da escola, bem como o fortalecimento para a continuação dos estudos. Desse modo, os professores, em suas práticas pedagógicas desenvolvem atividades voltadas para a realidade que eles vivem diariamente em seus espaços comunitários, no sentido de trazer, para o espaço formal da escola, as vivências e saberes da comunidade, cuja cuminância acontece bimestralmente de acordo com o Projeto Político Pedagógico da escola. A seguir, apresenta-se análise das falas e os modos pelos quais os estudantes vivenciam esses conhecimentos formais e não formais no cotidiano da escola quilombola a partir da Dimensão 2. As respostas dos estudantes do 6º ao 9º ano revelam, com intensidade, como o sentimento de pertencimento e os saberes da ancestralidade se fazem presentes nos ensinamentos da escola. Segundo os estudantes do 6º e 7º ano, “nas aulas de geografia e história, foi possível entender o plantio da mandioca e a história dessa cultura que vem dos indígenas” Em seus discursos, emergem referências ao saber da roça e às práticas que estruturam a vida cotidiana e econômica da comunidade, saberes estes validados e reforçados pelos conteúdos formais trabalhados principalmente nas aulas de Geografia e História. A análise das falas desses estudantes permitiu identificar elementos fundamentais da relação entre escola e comunidade, evidenciando uma educação intercultural que se estabelece entre os saberes escolares e os saberes vividos e transmitidos pelos líderes comunitários, mestres griôs e griottes.

Conforme destaca Sodré (2011), práticas escolares que integram a cultura quilombola ao currículo seja por meio das comemorações culturais das histórias quilombolas ou das visitas à Casa de Farinha, representam saberes vividos. Essa abordagem rompe com a visão homogênea de escola ao reconhecer e valorizar saberes historicamente produzidos pela comunidade, inserindo-os como parte legítima do processo de ensino-aprendizagem. Nesse sentido, as falas dos estudantes revelam um espaço escolar que não apenas transmite conteúdos formais, mas atua como mediador cultural, articulando saberes tradicionais e conhecimento escolar. Cada estudante

entrevistado expressa, em sua narrativa, não apenas informações, mas também a posição de sujeito que ocupa um lugar de fala ancorado nos ensinamentos dos mestres da comunidade, os quais podem ser hibridizados com a educação formal. Além disso, os advérbios e expressões espaciais presentes nas falas, dos estudantes do 9º ano como, “aqui na comunidade” e “aqui na escola”, situam o compartilhamento entre o território quilombola e a escola ali situada e quilombo, reforçando a articulação entre identidade comunitária, pertencimento e prática pedagógica. Nesse sentido, as narrativas dos estudantes, evidenciam uma intensa articulação entre o saber comunitário, transmitido de forma oral, e o conhecimento formal da escola. Dessa forma, a história do Castainho é compartilhada por múltiplas vozes – líderes comunitários, familiares e professores: Nesse contexto, todos os estudantes se apresentaram como quilombolas e comemoraram o calendário escolar sabendo sua história, reforçando o sentimento de pertencimento e o reconhecimento da identidade quilombola no processo de aprendizagem histórica, situando os estudantes como sujeito inscrito em uma história, em uma memória e em um território de pertencimento que reafirma a coletividade. O destaque concedido às atividades escolares que articulam os saberes da escola e da comunidade evidencia um processo de mediação cultural, no qual o ensino formal dialoga com os conhecimentos locais, produzindo uma pedagogia intercultural que fortalece vínculos identitários.

A análise da Dimensão 3 indica que as narrativas dos representantes legais dos estudantes ressaltam a relevância da Consciência Negra, especialmente por meio da Festa da Mãe Preta, realizada no mês de maio na escola. Essa celebração evidencia a ancestralidade quilombola e integra um processo histórico que remonta à Serra da Barriga, homenageando a mulher negra mais velha da comunidade, figura simbólica da memória, resistência e continuidade dos saberes tradicionais. Nesse contexto, as narrativas desses representantes legais dos estudantes apontam a importância de conhecer o espaço vivido, por meio de atividades organizadas pela escola, bem como os principais espaços de saberes sobre a comunidade, alimentando a cultura local, como protagonista de um passado histórico que não pode cair no esquecimento. A análise desses representantes legais dos estudantes da escola pesquisada, também desvela que a escola não se configura como um espaço externo à comunidade, mas como um território

compartilhado, no qual narrativas de luta e resistência são mobilizadas e ressignificadas ao longo do processo de aprendizagem e que a integração entre o ensino formal e os saberes comunitários, se constituem mediação cultural, no qual os conteúdos escolares dialogam com a memória e com os conhecimentos locais, aproximando os estudantes da realidade de sua própria comunidade e fortalecendo os vínculos identitários que sustentam a educação quilombola. Segundo a representante do estudante do 9º ano, “os professores da escola trabalham as aulas junto com a comunidade, muitas vezes levando os meninos para visitar a Casa de Farinha, e o espaço cultural de dona Zeza”.

Essa articulação evidencia um processo de mediação cultural, em que os conteúdos escolares dialogam com a memória e os conhecimentos locais, aproximando os estudantes da realidade de sua própria comunidade onde os estudantes, se reconhecem nas experiências compartilhadas. Assim, a escola não é apenas espaço formal de aprendizagem, mas também território de afirmação cultural. Em suas falas, esses representantes questionam também o papel das políticas para a educação quilombola. O discurso da representante do 8º ano sugere que “o fortalecimento cultural não depende exclusivamente da escola, mas da articulação entre comunidade, associações e políticas públicas”. O incentivo do Poder Público e parcerias com empresas são vistos como necessários para garantir oportunidades de estudo e trabalho para os jovens, revelando uma visão de desenvolvimento comunitário sustentável.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As considerações finais desta pesquisa, a partir do percurso metodológico, ancorado no referencial teórico e no ouvir sensível dos saberes da comunidade pesquisada, buscou-se elucidar o objetivo central deste estudo: analisar a relação entre os saberes tradicionais da comunidade e as práticas da educação formal desenvolvidas na escola. No decorrer da investigação, procurou-se responder, de forma aproximada, à questão norteadora: de que maneira os saberes e as tradições, historicamente concebidos no contexto da Comunidade Quilombola Castainho, são socializados no cotidiano da educação formal? Constatou-se que a Escola Professora Virgília Garcia Bessa se destaca,

no contexto das escolas quilombolas da região de Garanhuns, como referência no campo da educação formal, especialmente por valorizar os saberes aprendidos no seio da comunidade como formas legítimas de aprendizagem e de afirmação identitária. Essa valorização contribui para um fazer pedagógico mais próximo da realidade dos estudantes, expressando práticas de ensino inovadoras e culturalmente contextualizadas. Os documentos institucionais analisados, em especial o Projeto Político-Pedagógico (PPP), evidenciam transformações significativas a partir de 2023, com a implementação do Projeto Identidade Quilombola: Eu Sou a Cara da Minha Comunidade.

Idealizado pela direção da escola e construído de forma coletiva, com a participação de professores, gestores, representantes da Secretaria Municipal de Educação, lideranças e membros da comunidade, o projeto representa um marco na consolidação de uma pedagogia de pertencimento. Essa proposta pedagógica tem promovido mudanças nas práticas pedagógicas, que se concretizam no fazer docente e discente e na atuação das lideranças locais. Tais transformações revelam o esforço coletivo de valorizar os saberes vividos no contexto comunitário pelos estudantes, saberes que constituem expressões de identidade e pertencimento quilombola.

Dessa forma, a realidade analisada permite apontar respostas aproximativas à questão central da pesquisa: a) As estratégias pedagógicas desenvolvidas na escola, voltadas à construção do conhecimento formal, consideram e valorizam os saberes da comunidade, propondo mudanças nas práticas educativas tradicionais e incorporando atividades que afirmam as identidades culturais dos estudantes. b) A escola promove uma política de valorização dos mestres da oralidade, convidando-os a compartilhar suas histórias e experiências em palestras e rodas de conversa, reconhecendo sua importância como guardiões dos saberes da comunidade. c) O Projeto Político-Pedagógico contribui para o processo de autoafirmação dos estudantes, ao incentivá-los a se declararem quilombolas, reconhecendo sua história, cultura e ancestralidade. Essa valorização se expressa também na vivência das datas comemorativas e no cumprimento da Lei nº 10.639/03, que institui o ensino da história e cultura afro-brasileira.

É importante destacar que essa inovação pedagógica, desenvolvida na Escola Virgília Garcia Bessa, mostra-se passível de adaptação para outras escolas quilombolas

da região de Garanhuns e arredores, configurando-se como um modelo de educação inovadora e comprometida com o fortalecimento da identidade e das reivindicações históricas dessas comunidades. Diante do exposto, considera-se que esta pesquisa tem o potencial de abrir caminhos para novas produções acadêmicas, contribuindo para o alargamento do debate sobre a relação entre saberes tradicionais e práticas de escolarização em contextos quilombolas. Ao evidenciar a complexidade e a riqueza cultural dessas comunidades, o estudo pode inspirar investigações futuras que contemplem outras realidades, fortalecendo a compreensão sobre como identidades étnicas, memórias e territorialidades dialogam com a educação formal.

Além disso, espera-se que os resultados aqui apresentados suscitem reflexões no âmbito das universidades responsáveis pela formação de professores, estimulando-as a revisar concepções, metodologias e currículos. Tal reflexão torna-se fundamental para que a formação docente assuma, de fato, o compromisso ético e político de formar e formar-se com e na diversidade cultural presente nas salas de aula. Isso implica reconhecer os sujeitos quilombolas como produtores de conhecimento, valorizando seus modos de viver, narrar e aprender, bem como compreendendo que práticas pedagógicas sensíveis à pluralidade étnico-racial são indispensáveis para a construção de uma educação antirracista e socialmente referenciada.

REFERÊNCIAS

ESCOLA PROFESSORA VIRGÍLIA GARCIA BESSA. **Projeto Político-Pedagógico - PPP**. Garanhuns: Escola Professora Virgília Garcia Bessa, 2023.

BRASIL. **Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003**. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 2003. Disponível em:
https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/L10.639.htm. Acesso em: 10 set. 2023.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. **Resolução nº 8, de 20 de novembro de 2012**. Define diretrizes curriculares nacionais para a educação escolar quilombola na educação básica. Brasília, DF: MEC, 2012. Disponível em:
http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=11963-rceb008-12-pdf&category_slug=novembro-2012-pdf&Itemid=30192. Acesso em: 10 set. 2023

JOVCHELOVITCH, Sandra; BAUER, Martin W. Entrevista Narrativa. In: BAUER, Martin W.; GASKEL, George (org.). **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático**. Petrópolis: Vozes, 2002. p. 90-113.

LIMA, Mestre Alcides de; COSTA, Ana Carolina Francischette da. Dos griots aos Griôs: a importância da oralidade para as tradições de matrizes africanas e indígenas no Brasil. **Revista Diversita**, São Paulo, ano 2, n. 3. set. 2014/mar. 2015. p. 217-245.

LÜDKE, Menga; ANDRÉ, Marli Eliza Dalmazio Afonso de. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas**. 2. ed. São Paulo: EPU, 2013.

MACEDO, Roberto Sidnei. **Etnopesquisa crítica: etnopesquisa-formação**. 2. ed. Brasília, DF: Liber livros, 2010.

PACHECO, Lilian. A Pedagogia Griô: educação, tradição oral e política da diversidade. **Revista Diversita**, São Paulo, ano 2, n. 3. set. 2014/mar. 2015. p. 24-99.

SANTOS, Antônio Bispo dos. **Colonização, Quilombos: modos e significações**. Brasília, DF: Editora da UNB, 2015.

SODRÉ, Muniz. **Reinventando a Educação: diversidade descolonização e redes**. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2012.

O DIREITO HUMANO AO TRABALHO DECENTE NO SÉCULO XXI

Bruna Alves Cardoso
Bacharelanda em Direito
Faculdade de Petrolina – FACAPE

Jhulya Evelyn Pinto
Bacharelanda em Direito
Faculdade de Petrolina – FACAPE

Larissa Thomé Gurgel Coelho
Bacharelanda em Psicologia
Faculdade de Petrolina – FACAPE

Letiscia Lima Cardoso
Bacharelanda em Direito
Faculdade de Petrolina – FACAPE

Maria Clara Fernandes Granja
Bacharelanda em Psicologia
Faculdade de Petrolina – FACAPE

Fábia Silveira Viena
Bacharelanda em Direito
Faculdade de Petrolina – FACAPE

Deise Cristiane do Nascimento
Professora Orientadora
Dra. Ecologia Humana e Gestão Socioambiental – UNEB
Faculdade de Petrolina – FACAPE

RESUMO: No século XXI, diante das mudanças provocadas pelo avanço tecnológico e pelas transformações sociais, a precarização das relações laborais, em suas dimensões digitais e tradicionais, afeta de maneira significativa a qualidade de vida dos

trabalhadores. Nesse contexto, o presente estudo tem como objetivo investigar as implicações das novas formas de trabalho digital e das condições laborais tradicionais na efetivação do trabalho decente. A pesquisa caracteriza-se como bibliográfica e documental, fundamentada em legislações nacionais e nas convenções da Organização Internacional do Trabalho (OIT). A precarização das condições de trabalho, marcada pela ausência de direitos, pela remuneração insuficiente, pela instabilidade e pela carência de proteção social, constitui um dos principais desafios enfrentados pela OIT. Os resultados indicam que os trabalhadores de plataformas digitais permanecem sem garantias sociais básicas, enquanto práticas laborais tradicionais, como jornadas extensas e remunerações insuficientes, continuam comprometendo o bem-estar dos trabalhadores. Conclui-se que o trabalho digital é a manifestação contemporânea da negação do trabalho decente. A política pública deve oferecer respostas imediatas que promovam o reconhecimento da subordinação econômica e algorítmica, visando restaurar a proteção social. A defesa da dignidade humana e de condições laborais justas e seguras depende da capacidade do Estado de impor limites ao capital tecnológico.

Palavras-chave: Direitos humanos. Justiça social. Precarização. Relações laborais. Trabalho decente.

ABSTRACT: In the 21st century, in the face of changes brought about by technological advancement and social transformations, the precarization of labor relations, in both digital and traditional dimensions, significantly affects workers' quality of life. In this context, the present study aims to investigate the implications of new forms of digital labor and traditional labor conditions on the realization of decent work. The research is bibliographical and documentary in nature, based on national legislation and the conventions of the International Labour Organization (ILO). The precarization of working conditions, characterized by the absence of rights, insufficient remuneration, instability, and lack of social protection, constitutes one of the main challenges faced by the ILO. The results indicate that digital platform workers remain without basic social guarantees, while traditional labor practices, such as long working hours and inadequate wages, continue to compromise workers' well-being. It is concluded that digital labor represents the contemporary manifestation of the denial of decent work. Public policy must provide immediate responses that promote the recognition of economic and algorithmic subordination, aiming to restore social protection. The defense of human dignity and of fair and safe working conditions depends on the State's capacity to impose limits on technological capital.

Keywords: Human rights. Social justice. Precarization. Labor relations. Decent work.

1 INTRODUÇÃO

O século XXI reconfigurou o panorama laboral sob a égide da revolução tecnológica e da consolidação da economia de plataformas digitais. Essas transformações, que prometeram autonomia e flexibilidade, têm intensificado a precarização das relações de trabalho em diferentes modalidades. O conceito de Trabalho Decente, formulado pela Organização Internacional do Trabalho (OIT) como parâmetro global de dignidade e segurança, torna-se, paradoxalmente, alvo de fragilização em nome da eficiência e da competitividade algorítmica.

Essa realidade produz um paradoxo em que a suposta liberdade tecnológica mascara um processo de subordinação e adoecimento. O novo proletariado digital, composto por motoristas, entregadores e freelancers, é submetido a um controle invisível e rígido, que o expõe à exaustão e à insegurança. Esse cenário expressa a “devastação do trabalho” (Löwy, In: Antunes, 2018, p. 2) e a subsequente “escravidão digital” (Antunes, 2018, p. 19), em que a ausência de proteção social converte o risco do negócio em sofrimento humano.

Diante disso, faz-se necessário que a política pública e o ordenamento jurídico respondam a essa ausência de direitos. O presente estudo tem como objetivo investigar as implicações das novas formas de trabalho digital na efetivação do trabalho decente, bem como analisar os desafios regulatórios impostos à legislação brasileira. A pesquisa caracteriza-se como bibliográfica e documental, fundamentada em legislações nacionais, incluindo as discussões sobre as PECs 8/25 e 6/25, nas convenções da OIT e na produção teórica da Sociologia e da Psicopatologia do Trabalho (Gaulejac, 2007; Seligmann-Silva, 2011).

A análise dessas implicações é essencial para compreender como a lógica algorítmica converte a pressão por performance em desgaste mental e em “doença social” (Gaulejac, 2007). Assim, o artigo busca oferecer subsídios para refletir sobre os desafios contemporâneos da proteção social e da valorização da dignidade humana, promovendo

condições laborais justas e seguras em um cenário que exige a primazia dos direitos humanos sobre o capital tecnológico.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Durante o século XX e, com ainda mais intensidade na passagem para o século XXI, o crescimento populacional, as mudanças sociais e o avanço acelerado da tecnologia pressionaram o Estado a repensar a forma como organiza e regula o mercado de trabalho. O surgimento de novas ocupações, especialmente aquelas vinculadas ao ambiente digital, trouxe um desafio inédito: como garantir proteção, direitos e segurança a trabalhadores que já não se enquadram nos modelos tradicionais de emprego?

Esse descompasso entre as transformações do mundo do trabalho e a construção de regulamentações adequadas tem ampliado desigualdades e fragilizado direitos historicamente conquistados. É nesse cenário que a OIT, criada em 1919 com o compromisso de promover condições dignas e humanas de trabalho, retoma um papel central. Mais de cem anos depois, sua missão continua urgente, sobretudo diante da complexidade das relações laborais mediadas por plataformas digitais.

Relatórios recentes elaborados pelo Escritório Regional da OIT para a América Latina e Caribe apontam para uma preocupação crescente: as condições em que trabalhadores de plataformas, como motoristas de aplicativos, entregadores e prestadores de micro tarefas online, vêm exercendo suas atividades. A relevância dessa discussão é reforçada por Gomes (2025, online), que destaca:

A economia de plataformas digitais baseada na web é um fenômeno global com implicações locais. Compreender melhor seu impacto na América Latina e no Caribe é essencial para garantir que as políticas públicas respondam à realidade das pessoas que trabalham nesse ambiente.

A afirmação evidencia que a expansão da economia digital, embora ofereça novas possibilidades, também aprofunda vulnerabilidades quando ocorre sem acompanhamento regulatório. Na prática, a tecnologia avança mais rápido que a

legislação, deixando lacunas que afetam diretamente a vida de quem depende das plataformas para sobreviver. Dados divulgados pela OIT mostram que aproximadamente “[...] 40% dos trabalhadores e trabalhadoras pesquisados estão fora da cobertura de saúde e seguridade social” (Gomes, 2025, grifo das autoras).

Apesar da imagem de autonomia promovida pelas empresas digitais, flexibilidade de horários, liberdade geográfica, possibilidade de rendimento variado, o cotidiano desses trabalhadores é marcado por instabilidade, jornadas prolongadas, desgaste físico e emocional, e ausência de garantias mínimas. A suposta liberdade, muitas vezes, se converte em solidão produtiva, insegurança e sobrecarga.

O relatório da OIT, que servirá como base para os debates tripartites de 2025, enfatiza que é urgente incluir essa realidade no centro das discussões sobre legislação trabalhista. Governos, empregadores e representantes de trabalhadores precisarão refletir não apenas sobre como regular essas plataformas, mas também sobre como reconstruir políticas públicas capazes de acompanhar a velocidade das transformações tecnológicas e sociais.

A discussão sobre o direito humano ao trabalho decente no século XXI torna-se ainda mais urgente diante das transformações que redefinem a estrutura do trabalho. Löwy observa que Ricardo Antunes evidencia “a tendência geral de precarização e terceirização do trabalho no Brasil: a ‘devastação do trabalho’” (Löwy, In: Antunes, 2018, p. 2), mostrando como as garantias históricas vêm sendo corroídas por formas flexíveis e instáveis de contratação. Essa devastação se intensifica com o avanço do trabalho digital, que engloba múltiplas práticas mediadas por aplicativos e plataformas tecnológicas.

Nesse universo estão incluídos motoristas de aplicativos (como Uber, 99 e similares), entregadores por aplicativos (iFood, Rappi, Uber Eats), trabalhadores de delivery de mercado, prestadores de serviços de cuidado e limpeza por apps, micro trabalhadores de plataformas de tarefas (Crowdwork), freelancers digitais contratados por demanda, teleoperadores remotos, trabalhadores de e-commerce e social media, além de profissionais submetidos ao home office com metas digitalizadas. Embora diferentes entre si, todos compartilham um eixo comum: a relação laboral passa a ser

mediada por algoritmos que controlam o ritmo, a pontuação, o acesso às demandas e a remuneração, sem as proteções tradicionais do emprego formal.

É nesse cenário que Antunes afirma que “estamos vivenciando o crescimento exponencial do novo proletariado de serviços, uma variante global do que se pode denominar escravidão digital” (Antunes, 2018, p. 19). O motorista de aplicativo que precisa ficar conectado 12, 14 ou 16 horas para alcançar o mínimo necessário; o entregador que só recebe pedidos se estiver nas “áreas de alta demanda” sob chuva, calor ou madrugada; o freelancer que depende da sua pontuação para ter acesso às tarefas; todos se tornam trabalhadores submetidos a um controle invisível, opaco e extremamente rígido. Esse ambiente gera insegurança permanente, exaustão física e um processo contínuo de ansiedade, medo de bloqueio, medo de baixa pontuação, medo de não alcançar renda.

A crítica de Gaulejac (2007) à cultura gerencial aprofunda esse entendimento ao afirmar que “a gestão se converte em doença social quando o imperativo da performance e da autonomia se traduz, na realidade, por uma obrigação de ser hipercompetitivo e um sentimento de culpa em caso de insucesso”. No trabalho via aplicativos, esse imperativo assume sua forma mais intensa: os trabalhadores são responsabilizados individualmente por resultados definidos por algoritmos que eles não compreendem. Assim, a suposta “autonomia” pregada pelas plataformas, dirigir quando quiser, entregar quando quiser, trabalhar do jeito que quiser, converte-se em autopunição, sobrecarga psíquica e normalização do sofrimento.

Nesse contexto, as discussões sobre a jornada tornam-se centrais. As PEC 8/25 e 6/25 propõem a extinção da escala 6x1 e a implementação do modelo 4x3, com 36 horas semanais. Embora esse avanço possa representar maior tempo de descanso, o governo e as centrais sindicais apontam a necessidade de garantir não redução salarial e não intensificação da jornada. No trabalho digital, essa discussão é ainda mais delicada: como regular uma jornada de trabalhadores “autônomos”, cuja renda depende diretamente da exaustão? Se a plataforma controla a demanda, é o trabalhador que precisa estender suas horas para sobreviver, o que torna invisível o tempo de trabalho e dificulta qualquer política de saúde mental e proteção social.

Portanto, ao articular a “devastação do trabalho” (Löwy), a “escravidão digital” (Antunes) e a “doença social” da cultura gerencial (Gaulejac, 2007), torna-se evidente que as novas formas de trabalho digital representam um campo urgente de defesa dos direitos humanos. Motoristas de Uber, entregadores, freelancers digitais e microtrabalhadores compõem hoje um grupo que experimenta precarização, adoecimento psíquico e responsabilização individualizada pelo fracasso. Defender o trabalho decente no século XXI significa enfrentar a lógica algorítmica que produz exaustão, ansiedade e invisibilidade, garantindo condições humanas e dignas de trabalho também, e especialmente, na era digital.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

3.1 TRABALHO DECENTE EM RISCO: A LÓGICA ALGORÍTMICA E A PERDA DAS GARANTIAS DA OIT

A fundamentação teórica construída da “devastação do trabalho” (Löwy, in: Antunes, 2018, p. 2) à “escravidão digital” (Antunes, 2018, p. 19), revela que os marcos regulatórios tradicionais se tornaram insuficientes diante das novas formas de exploração mediadas por plataformas digitais. O direito humano ao trabalho decente se fragiliza quando seus pilares (direitos, proteção social, segurança e saúde) são desestruturados pela lógica algorítmica que organiza e controla o trabalho. Motoristas de aplicativos (Uber, 99), entregadores (iFood, Rappi), compradores de mercado (“shoppers”), freelancers digitais e trabalhadores de micro tarefas compõem hoje um novo proletariado submetido à gestão invisível dos algoritmos, o que transforma a promessa de flexibilidade em precarização sistemática.

O avanço acelerado da economia digital sem regulamentação adequada aprofunda a distância entre a proteção social prevista pela OIT e a realidade vivida pelos trabalhadores de plataformas. O enquadramento desses trabalhadores como “autônomos” resulta em perda de direitos historicamente assegurados: férias, previdência, saúde ocupacional, seguro por acidente e jornada regulada.

O que Antunes denomina “escravidão digital” (Antunes, 2018, p. 19) aparece como a expressão contemporânea da alienação: o trabalhador é separado de sua autonomia e subordinado ao comando dos algoritmos que distribuem corridas, entregas e tarefas. A “devastação do trabalho” (Löwy, in: Antunes, 2018, p. 2) emerge quando esse controle algorítmico define o ritmo, a pontuação, a visibilidade e a remuneração, reduzindo o trabalhador a uma extensão funcional da plataforma. Assim, apesar da aparente liberdade geográfica, motoristas e entregadores operam sob uma subordinação digital rígida, incompatível com os princípios do trabalho decente.

4 IMPLICAÇÕES SOCIAL E OS DESAFIOS REGULATÓRIOS DO LIMITE DA JORNADA HUMANA

Os custos humanos dessa subordinação são evidentes e crescentes. A crítica de Vincent de Gaulejac à cultura gerencial denuncia que “a gestão se converte em doença social quando o imperativo da performance e da autonomia se traduz, na realidade, por uma obrigação de ser hipercompetitivo e um sentimento de culpa em caso de insucesso” (Gaulejac, 2007). No trabalho via aplicativos, esse imperativo atinge sua forma mais extrema: o trabalhador é induzido à auto exploração e responsabilizado por fatores que não controla, como demanda oscilante, notas atribuídas pelos clientes, regras opacas e metas impossíveis de atingir.

Esse cenário se articula com o desgaste mental descrito por Edith Seligmann-Silva, que relaciona sofrimento psíquico ao enfrentamento prolongado de sobrecarga, insegurança, falta de reconhecimento e ausência de controle sobre o processo de trabalho (Seligmann-Silva, 2011). Entre motoristas e entregadores, essas condições se manifestam como ansiedade crônica, exaustão física, depressão, distúrbios do sono e medo permanente de bloqueio. Assim, além de precarizar as condições materiais, o trabalho digital viola abertamente o pilar da Proteção Social da OIT, que inclui saúde mental, bem-estar e condições humanas de trabalho.

O debate legislativo nacional, exemplificado pelas PECs 8/25 e 6/25 que propõem a extinção da escala 6x1 e a criação do modelo 4x3, com 36 horas semanais, evidencia a

necessidade de reconstrução das garantias trabalhistas. Contudo, tais avanços enfrentam um limite crítico: a figura jurídica do trabalhador de plataforma como “autônomo”. Diferentemente do trabalho formal, motoristas e entregadores dependem da demanda controlada pela plataforma e não possuem salário fixo. Assim, mesmo que a lei regulasse uma jornada máxima, muitos continuariam trabalhando 12 a 16 horas por dia para atingir renda mínima, o que tornaria qualquer redução formal ineficaz sem o reconhecimento de vínculo de subordinação.

Os resultados permitiram identificar três grandes eixos que evidenciam a crise do Trabalho Decente diante da lógica algorítmica. O primeiro deles refere-se ao diagnóstico da precarização estrutural. A expansão das plataformas digitais não configura apenas um fenômeno de flexibilização do trabalho, mas representa uma verdadeira manifestação da “devastação do trabalho” segundo Antunes (2018), culminando naquilo que se denomina “escravidão digital”. Essa condição se estabelece pela subordinação ao algoritmo, que controla o acesso à demanda, a remuneração e a pontuação, tornando o trabalhador formalmente “autônomo” um subordinado econômico e tecnológico, o que compromete os pilares de Direitos no Trabalho e Proteção Social da OIT.

O segundo resultado refere-se à patologização do trabalho. O confronto da teoria crítica com a psicopatologia do trabalho evidencia que a cultura gerencial imposta pelo algoritmo se configura como uma “doença social” (Gaulejac, 2007). A exigência de hipercompetitividade, aliada à ausência de controle sobre o ritmo e à insegurança permanente, provoca desgaste mental (Seligmann-Silva, 2011), elevando ansiedade, exaustão física e o temor do bloqueio a condições estruturais do novo proletariado. O dado da OIT, segundo o qual quase 40% desses trabalhadores estão sem cobertura de saúde, reforça que o sistema algorítmico gera adoecimento sem oferecer qualquer rede de apoio.

O terceiro resultado é a insuficiência da resposta legislativa. O debate sobre a jornada, evidenciado pelas Propostas de Emenda à Constituição (PECs 8/25 e 6/25), embora importante para o avanço das garantias tradicionais (como a extinção da escala 6x1), falha em resolver a questão central do trabalho de plataforma. Os resultados da

discussão apontaram que, enquanto o trabalhador depender da exaustão para atingir uma renda mínima, a ausência de um salário fixo anulará qualquer limite formal de horas, tornando a redução da jornada ineficaz sem o reconhecimento da subordinação econômica.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo buscou investigar as implicações das novas formas de trabalho digital e das condições laborais tradicionais na efetivação do trabalho decente. A pesquisa bibliográfica e documental confirmou a hipótese de que a expansão da economia de plataformas, sob a lógica algorítmica, representa um desafio estrutural e urgente à dignidade humana no século XXI.

Os resultados demonstram que o conceito de escravidão digital constitui a manifestação contemporânea da negação do trabalho decente. A subordinação tecnológica e o adoecimento crônico, isto é, desgaste mental, bem como a responsabilização individualizada pelo fracasso, ou seja, a doença social, compõem um ciclo vicioso que afasta o trabalhador dos quatro pilares essenciais da OIT: direitos, proteção social, segurança e diálogo social. A promessa de flexibilidade converte-se, assim, em um imperativo de autoexploração.

Como alertam os autores discutidos neste estudo, a política pública necessita de respostas imediatas e viáveis que enfrentem a raiz do problema. É imperativo que a legislação avance para além da simples alteração da jornada, tal como proposto pelas PECs 8/25 e 6/25, reconhecendo a subordinação econômica e algorítmica como fundamentos suficientes para restaurar a proteção social.

A defesa do trabalho decente, no contexto atual, exige o enfrentamento da lógica algorítmica que produz exaustão e invisibilidade. A manutenção da dignidade humana e a garantia de condições laborais justas e seguras dependem da capacidade do Estado de impor limites ao capital tecnológico, transformando a “devastação do trabalho” em um processo de reestruturação que assegure o direito inalienável do ser humano a ser dono de si mesmo.

Sugere-se, para estudos futuros, a realização de pesquisas empíricas que quantifiquem o impacto das novas regras de remuneração das plataformas sobre a proteção social e a saúde mental dos trabalhadores, a fim de subsidiar a discussão no âmbito do Legislativo brasileiro.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, Ricardo. **O privilégio da servidão: o novo proletariado de serviços na era digital**. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2018.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. **Projeto de Lei Complementar nº 152/2025: participação em audiência pública na Câmara dos Deputados**. Brasília: MTE, 2025.

GAULEJAC, Vincent de. **Gestão como doença social: ideologia, poder gerencialista e fragmentação social**. Aparecida: Ideias e Letras, 2007.

GOMES, Ana Virginia Moreira. **A economia de plataformas digitais baseada na web é um fenômeno global com implicações locais**. Organização Internacional do Trabalho, 2025. Disponível em: <https://www.ilo.org>. Acesso em: 01 nov. 2025.

LÖWY, Michael. **Sobre O privilégio da servidão: o novo proletariado de serviços na era digital**. In: ANTUNES, Ricardo. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2018. p. 2.

OIT - ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO. **Relatório sobre trabalho em plataformas digitais**. Escritório Regional da OIT para América Latina e Caribe. Genebra: OIT, 2021. Disponível em: <https://www.ilo.org>. Acesso em: 01 nov. 2025.

OIT - ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO. **Trabalho decente**. Genebra: OIT, 2025. Disponível em: <https://www.ilo.org/global/topics/decent-work/lang--pt/index.htm>. Acesso em: 01 nov. 2025.

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO nº 8, de 2025. **Altera o art. 7º da Constituição Federal, reduzindo a jornada semanal e garantindo dois dias consecutivos de descanso**. Brasília: Câmara dos Deputados, 2025. Disponível em: <https://www.camara.leg.br>. Acesso em: 01 nov. 2025.

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO nº 6, de 2025. **Altera o art. 7º da Constituição Federal, modificando regras de jornada e descanso semanal**. Brasília: Senado Federal, 2025. Disponível em: <https://www25.senado.leg.br>. Acesso em: 01 nov. 2025.

SELIGMANN-SILVA, Edith. **Trabalho e desgaste mental: o direito de ser dono de si mesmo**. São Paulo: Cortez, 2011.

The image features a vibrant blue background with a subtle, wavy texture. A horizontal strip of white, torn paper runs across the center, creating a visual separation. Above and below this strip, there are stylized, wavy green lines that resemble a topographical map or a series of ripples. The word "INTERDISCIPLINAR" is printed in a bold, orange, sans-serif font, centered on the white paper strip.

INTERDISCIPLINAR

A ESTRUTURA SILENCIOSA DO MACHISMO NA SEGURANÇA DO TRABALHO NO ÂMBITO DA MARISCAGEM

Francisco José Lucas Pires Junior
Superior em Logística
Universidade Estácio de Sá

Adrielle Barradas Cardoso
Mestranda em Direitos Humanos, Cidadania e Políticas Públicas - PPGDH
Universidade Federal da Paraíba - UFPB

Patrícia Barros Pinheiro
Doutora em Oceanografia pela Universidade Federal de Pernambuco - UFPE

RESUMO: Esta pesquisa aborda a estrutura silenciosa do machismo que sustenta a negligência com a segurança do trabalho na mariscagem, atividade majoritariamente feminina marcada pela invisibilidade dos seus riscos laborais. O objetivo central é analisar como as assimetrias de gênero moldam a percepção, a prevenção e a gestão dos perigos na prática diária dessas trabalhadoras. A fundamentação teórica ancora-se nos estudos feministas sobre a divisão sexual do trabalho e na sociologia das profissões, focando na desvalorização do labor feminino. Metodologicamente, trata-se de uma pesquisa bibliográfica, com análise crítica de produções científicas e documentos pertinentes ao tema. Os resultados revelam que a cultura de segurança no setor ignora sistematicamente as especificidades do corpo e do trabalho feminino, o que se manifesta na inadequação de Equipamentos de Proteção Individual (EPIs), na subnotificação de doenças ocupacionais e na normalização da dor como um elemento intrínseco ao ofício, perpetuando um ciclo de vulnerabilidade.

Palavras-chave: Gênero. Mariscagem. Saúde do Trabalhador.

A INTENSIFICAÇÃO DE PROCESSOS (IP) COMO IMPERATIVO DE SEGURANÇA E INOVAÇÃO NA INDÚSTRIA QUÍMICA: UMA ANÁLISE ACERCA DAS EVENTUAIS CONSEQUÊNCIAS POSITIVAS ACERCA DE SUA APLICABILIDADE

Raimunda Nonata Maia Rodrigues

OPCW - Organization for the Prohibition for Chemical Weapons

nonata_maia@hotmail.com

RESUMO: Busca-se com o presente artigo trazer a baila um estudo sobre a aplicabilidade da Intensificação de Processos (IP) como uma mudança de paradigma fundamental, cuja a análise de sua aplicabilidade, pode demonstrar que grandes tragédias históricas na indústria química poderiam ter sido evitadas ou mitigadas significativamente, tomando como exemplos os desastres de Flixborough (1974) e Bhopal (1984). A principal contribuição da IP para a segurança reside na estratégia de minimização do inventário de materiais perigosos, tóxicos ou inflamáveis. Utiliza-se nesse artigo o caso de Bhopal como evidência primária. Busca-se neste artigo listar diversas tecnologias habilitadoras de IP que já demonstram sucesso em aplicações industriais: Microrreatores (melhorias em controle, segurança e eficiência energética), Reatores de Disco Giratório (SDR) (para reações de cinética rápida), Reatores Monolíticos (alta eficiência catalítica) e Reatores Multifuncionais (integração de etapas em um único vaso para redução de utilidades). Apesar dos benefícios comprovados e da maturidade tecnológica de algumas soluções, o texto identifica o quanto a ampla adoção da IP pela indústria é prejudicada por importantes barreiras, tais como, a inércia institucional, a falta de conscientização, lacunas de habilidades e a pesquisa incompleta acerca de tais procedimentos. Tais barreiras nos mostram a necessidade da junção academia-indústria, para que, se possa ter uma análise específica ausência da aplicabilidade do IP e suas consequências inerentes de ação. Para que os benefícios de segurança e eficiência da IP se concretizem amplamente na sociedade, o artigo propõe que tal lacuna seja superada por meio de atividades de extensão, transferência de conhecimento e o fomento de um "casamento academia-indústria" para o desenvolvimento contínuo de novas tecnologias de IP.

A LUTA DAS MARISQUEIRAS CONTRA A COLONIALIDADE DO PODER E DO GÊNERO

Adrielle Barradas Cardoso

Mestranda em Direitos Humanos, Cidadania e Políticas Públicas - PPGDH
Universidade Federal da Paraíba - UFPB

Francisco José Lucas Pires Junior

Superior em Logística
Universidade Estácio de Sá

Patrícia Barros Pinheiro

Doutora em Oceanografia pela Universidade Federal de Pernambuco - UFPE

RESUMO Este estudo analisa a luta das mulheres marisqueiras a partir da indissociabilidade entre seus corpos e os territórios de vida e trabalho, ameaçados por empreendimentos industriais e pelo racismo ambiental. O objetivo é compreender como suas práticas de resistência confrontam a lógica da colonialidade do poder e do gênero, que historicamente inferioriza seus saberes e corpos. A fundamentação teórica articula os conceitos de corpo-território, ecofeminismo decolonial e a crítica à colonialidade. A metodologia deste estudo fundamenta-se em uma revisão de literatura de caráter analítico e interpretativo, baseada no levantamento e análise de fontes bibliográficas e documentais que abordam o tema. Os resultados em andamento evidenciam que, ao defenderem seus corpos-território, as marisqueiras promovem uma insurgência epistêmica, reafirmando seus modos de existência, resistência e pertencimento como de forma contra-hegemônica desafiando a expropriação capitalista-patriarcal.

Palavras-chave: Ecofeminismo Decolonial. Corpo-Território. Marisqueiras.

ANÁLISE PARASITOLÓGICA DA AREIA DA ILHA DO RODEADOURO, LOCALIZADA NO VALE DO SÃO FRANCISCO

Danyella Simões dos Santos Souza

Bacharelanda em Farmácia

Universidade Federal do Vale do São Francisco

Joanderson Emanuel Campos de Sena Silva

Bacharel em Farmácia

Universidade Federal do Vale do São Francisco

Anne Caroline dos Santos Dantas

Doutora em Biotecnologia

Universidade Federal do Vale do São Francisco

Daniella Barreto Santana

Professora Orientadora

Doutora em Ciências da Saúde

Universidade Federal do Vale do São Francisco

RESUMO: Introdução: As doenças parasitárias podem ser transmitidas pelo solo, por oferecer condições favoráveis ao desenvolvimento de formas infectantes. Essa contaminação, aliada à intensa movimentação em áreas de lazer, representa um risco à saúde pública, especialmente para crianças. **Objetivo:** Investigar a presença de parasitos na areia da Ilha do Rodeadouro, situada entre os municípios de Petrolina-PE e Juazeiro-BA. **Fundamentação teórica:** A areia de locais recreativos pode atuar como veículo de infecção, contribuindo para a manutenção do ciclo de transmissão. **Metodologia:** Foram analisadas 30 amostras coletadas em seis pontos da ilha, utilizando-se o método de Rugai adaptado para solos. **Resultados:** Das amostras, 18 (60%) estavam contaminadas, com identificação de *Ancilostomídeos* (66,7%), *Strongyloides sp.* (50%), *Ascaris lumbricoides* (16,7%), *Endolimax nana* (11,1%) e *Entamoeba coli* (5,6%). Cinco dos seis pontos de coleta estavam contaminados, com destaque para os pontos de embarque e desembarque de Juazeiro e Petrolina, ambos 100% de positividade.

Palavras-chave: Parasitos intestinais. Geo-helminthos. Zoonoses.

CONSTRUÇÃO DE MOTOR DE ÍMÃS PERMANENTES INRUNNER UTILIZANDO MANUFATURA ADITIVA NA FASE DE PROTOTIPAGEM

Pérola Vitória Gomes Wesley
Bacharelada em Engenharia Mecânica
Universidade Federal do Vale do São Francisco – UNIVASF

Felipe Ramon Freire Alves Magalhães
Bacharelado Engenharia Mecânica
Universidade Federal do Vale do São Francisco – UNIVASF

José Bismark de Medeiros
Professor Orientador
Doutor em Engenharia Mecânica
Universidade Federal do Vale do São Francisco – UNIVASF

RESUMO: O artigo abrange o desenvolvimento de um protótipo de motor de ímãs permanentes do tipo inrunner sem escovas (BLDC), empregando manufatura aditiva na fase de prototipagem. O objetivo central foi simplificar e refinar os parâmetros construtivos do motor, possibilitando testes rápidos e ajustes iterativos. O estudo de motores BLDC é um campo bem estabelecido na engenharia eletromecânica, com princípios fundamentais detalhados em obras de referência como as de Hendershot e Miller (1994) e Hanselman (2006). Estes autores forneceram a base teórica essencial para o desenvolvimento deste projeto. Na metodologia, adotou-se softwares de CAD\CAE (Inventor, SolidWorks, Ansys) para a modelagem das peças e análises estruturais. Como resultados, obteve-se um protótipo inicial não funcional, porém, que forneceu insights valiosos e bases sólidas para projetos futuros, validando a viabilidade do uso da manufatura aditiva neste contexto.

Palavras-chave: Motores BLDC, ímãs permanentes, manufatura aditiva.

CORPOS SUBMERSOS: AS MARISQUEIRAS E A VIOLÊNCIA DE GÊNERO NA PESCA ARTESANAL

Adrielle Barradas Cardoso

Mestranda em Direitos Humanos, Cidadania e Políticas Públicas - PPGDH

Universidade Federal da Paraíba - UFPB

Francisco José Lucas Pires Junior

Superior em Logística

Universidade Estácio de Sá

Patrícia Barros Pinheiro

Doutora em Oceanografia pela Universidade Federal de Pernambuco – UFPE

RESUMO: Esta pesquisa aborda a invisibilidade social e a precarização do trabalho de mulheres marisqueiras na pesca artesanal, cujos corpos e labores são sistematicamente subalternizados pelo machismo estrutural e herança do patriarcado. O objetivo central é analisar as múltiplas manifestações da violência de gênero que atravessam suas vivências cotidianas. O estudo ancora-se no referencial teórico dos feminismos interseccionais, articulado ao conceito de violência para revelar as dinâmicas de poder e opressão. Metodologicamente, a pesquisa constitui-se de uma revisão bibliográfica e documental, analisando produções acadêmicas e publicações que versam sobre a temática. Os resultados em andamento indicam a recorrência de violências patrimonial, psicológica e moral, frequentemente naturalizadas nas interações sociais e laborais. Evidenciam-se, assim, a desvalorização de seu trabalho, a divisão desigual do pescado, controle financeiro por parte dos companheiros e a influência de costumes/crenças passados de geração em geração como instrumentos de perpetuação do ciclo de vulnerabilidades que fere a dignidade e o corpo destas trabalhadoras.

Palavras-chave: Violência de Gênero. Pesca Artesanal. Marisqueiras.

PREVALÊNCIA DE PARASITOS COM POTENCIAL ZONÓTICO EM FEZES DE CÃES COLETADAS EM PRAÇAS PÚBLICAS DO MUNICÍPIO DE PETROLINA-PE

Luiz Daniel Silva De Oliveira Lopes

Bacharel em Farmácia

Universidade Federal do Vale do São Francisco

Anne Caroline dos Santos Dantas

Doutora em Biotecnologia

Universidade Federal do Vale do São Francisco

Daniella Barreto Santana

Professora Orientadora

Doutora em Ciências da Saúde

Universidade Federal do Vale do São Francisco

RESUMO: Introdução: Os parasitos zoonóticos representam um importante problema de saúde pública em áreas urbanas, onde cães domiciliados e errantes favorecem a contaminação ambiental e a exposição humana. **Objetivo:** Investigar a ocorrência de parasitos com potencial zoonótico em amostras fecais de cães coletadas em oito praças públicas do município de Petrolina-PE, selecionadas com base na circulação de pessoas e presença de áreas recreativas. **Fundamentação teórica:** As parasitoses de origem zoonótica estão amplamente distribuídas em ambientes urbanos, sendo a contaminação fecal um dos principais mecanismos de transmissão entre animais e seres humanos. **Metodologia:** As coletas ocorreram entre outubro de 2024 e maio de 2025, totalizando 40 amostras analisadas pelos métodos de Hoffman, Pons e Janer e de Ritchie. **Resultados:** Verificou-se positividade em 27,5% das amostras analisadas. Das 8 praças que participaram do estudo, 7 (87,5%) estavam contaminadas. Foram identificados os parasitos: *Ancilostomídeos*, *Toxocara sp.*, *Taenia sp.*, *Strongyloides sp.*, *Giardia sp.* e *Endolimax nana*.

Palavras-chave: Infecções parasitárias. Zoonoses. Saúde Pública.

USO DA ESTATÍSTICA COMO CONHECER O CONTEXTO E TOMAR DECISÕES: MONITORIA EM ESTATÍSTICA

Kely Mariana dos Santos Francisco

Bacharelanda em Psicologia

Universidade Federal do Vale do São Francisco - UNIVASF

Emilly Vitória de Souza Silva

Bacharelanda em Psicologia

Universidade Federal do Vale do São Francisco - UNIVASF

Mônica Aparecida Tomé Pereira

Professora Orientadora

Doutora em Demografia - UNICAMP

Universidade Federal do Vale do São Francisco - UNIVASF

RESUMO: A monitoria acadêmica é uma atividade de apoio pedagógico que fortalece o ensino-aprendizagem, contribui para a permanência estudantil e desenvolve habilidades acadêmicas e profissionais (FRISON, 2016). Na UNIVASF, a disciplina de Estatística é vista como desafiadora, tornando a monitoria essencial para o aprendizado dos alunos. Este resumo apresenta a experiência como monitória voluntária de Estatística, destacando atividades, instrumentos, resultados e contribuições para a formação acadêmica. As ações ocorreram entre fevereiro e julho de 2025, de forma presencial e online, com apoio de ferramentas como Google Meet, Classroom, WhatsApp e softwares (R Studio, Excel, LibreOffice). Participaram duas monitoras do curso de Psicologia, atendendo 79 estudantes de Psicologia e Enfermagem. Cerca de 40 alunos participaram regularmente dos atendimentos, e 66 foram aprovados por média, todos assistidos pela monitoria. Os conteúdos abrangeram desde noções básicas até testes de hipóteses e correlação. A experiência promoveu o desenvolvimento de competências como didática, empatia e organização, além de ampliar a compreensão sobre a docência. Conclui-se que a monitoria foi fundamental para o suporte pedagógico e a permanência estudantil, sendo recomendada a ampliação de bolsas e melhorias na infraestrutura tecnológica.

Palavras-chave: Monitoria. Estatística. UNIVASF.

VULNERABILIDADE ANIMAL, MAUS TRATOS E ZOONOSES: UM ESTUDO DE CASO DA ORLA E DA FACAPE DE PETROLINA

Erika Alessandra de Souza Oliveira
Bacharelanda em Direito
Faculdade de Petrolina – FACAPE

Gustavo Isidio dos Santos
Bacharelando em Direito
Faculdade de Petrolina – FACAPE

Lara Yandra Pereira dos Santos
Bacharelanda em Direito
Faculdade de Petrolina – FACAPE

RESUMO: **Introdução:** O presente estudo aborda a tripla problemática da vulnerabilidade animal, maus-tratos e a potencial circulação de zoonoses na área compreendida entre a Orla e a Faculdade de Petrolina (FACAPE), região de relevante fluxo de pessoas e animais no município. **Fundamentação teórica:** A vulnerabilidade animal está diretamente ligada à falta de políticas públicas de controle populacional e de conscientização sobre a guarda responsável. A Constituição Federal de 1988, em seu artigo 225, impõe ao poder público o dever de proteger a fauna e proibir práticas cruéis (BRASIL, 1988). Nesse sentido, a Organização Mundial da Saúde (OMS) propõe o conceito de “Saúde Única”, que reconhece a interdependência entre saúde humana, animal e ambiental. **Objetivo:** O objetivo geral é analisar a interconexão entre o abandono e maus-tratos de animais domésticos e a prevalência de fatores de risco para zoonoses nessa área específica, visando subsidiar a criação de políticas públicas locais de saúde única. Os objetivos específicos incluem identificar a percepção da comunidade sobre os maus-tratos e coletar dados preliminares sobre o estado de saúde desses animais. **Metodologia:** A metodologia empregada consistirá em uma abordagem qualitativa, combinando observação direta, aplicação de questionários a frequentadores e análise documental sobre casos de maus-tratos e notificações de zoonoses na região. As principais hipóteses de trabalho sugerem que existe uma alta incidência de animais em situação de vulnerabilidade na área estudada, que os maus-tratos são subnotificados e que a falta de controle populacional e sanitário desses animais configura um significativo risco epidemiológico para a população humana. **Resultados:** Os resultados

esperados apontam para a necessidade urgente de intervenções de saúde pública e conscientização sobre a guarda responsável.

Palavras-chave: Vulnerabilidade Animal. Zoonoses. Maus-tratos. Saúde Única.

ASSENTAMENTOS RURAIS: REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

Jovenilton Mendes dos Santos

Mestrando em Dinâmicas de Desenvolvimento do Semiárido-PPGDiDeS
Universidade Federal do Vale do São Francisco-UNIVASF

Liliane Caraciolo Ferreira

Doutora em Economia
Universidade Federal do Vale do São Francisco-UNIVASF

RESUMO: O tema reforma agrária e agricultura familiar tem crescente interesse acadêmico, os assentamentos rurais é o principal produto da política agrária de distribuição de terras, no entanto, enfrenta desafios para manutenção, como: falta de assistência técnica, entre outros. Nesse sentido, este trabalho tem o objetivo de levantar as publicações com o tema assentamentos rurais, através de pesquisa bibliográfica que atende os critérios a seguir: publicação entre o ano de 2019-2025, que tenha acesso aberto e revisão por pares, nas plataformas: Google Acadêmico, Scielo, Periódicos Capes, Web of Science, Scopus. Foi possível identificar 20 artigos com esta temática, dos quais foram escolhidos 7(sete) artigos após a leitura. Em síntese eles apresentavam a complexidade dos assentamentos rurais, envolvendo aspectos sociais, econômicos, ambientais e legais, sendo fundamentais na formulação de políticas públicas, traziam contribuições, como: a importância de se manterem organizados em associações e/ou cooperativas; educação para os jovens se manterem na propriedade para dá continuidade nos trabalhos do lote; políticas de saúde e de transportes para escoar a produção.

Palavras-chave: Assentamentos rurais. agricultura familiar. política agrícola. Reforma Agrária.

ABSTRACT: The theme of agrarian reform and family farming has growing academic interest. Rural settlements are the main product of the land distribution agrarian policy; however, their maintenance faces challenges, such as a lack of technical assistance, among others. In this sense, this work aims to survey publications on the theme of rural settlements through bibliographic research that meets the following criteria: publication between the years 2019–2025, open access, and peer review, on the platforms: Google Scholar, SciELO, Capes Journals, Web of Science, and Scopus. It was possible to identify 20 articles on this theme, from which 7 were selected after reading. In summary, they presented the complexity of rural settlements, involving social, economic,

environmental, and legal aspects, and were fundamental in formulating public policies. They brought contributions such as: the importance of remaining organized in associations and/or cooperatives; education for young people to stay on the property to continue the work on the plots; and health and transport policies to facilitate the outflow of production.

Keywords: Rural settlements. family farming. agrarian policy. Agrarian Reform.

1 INTRODUÇÃO

O tema reforma agrária e agricultura familiar tem crescente interesse acadêmico, os assentamentos rurais é o principal produto da política agrária de distribuição de terras. Um assunto historicamente discutido e cheio de polêmicas que se inicia pela lei de terras, restringindo o acesso a terra e a transformando em mercadoria, ao longo do tempo foi marcado por diversos conflitos até chegar aos tempos atuais (Soares 2022).

Desse modo, devido a necessidade de distribuição de terras é criada a política pública de reforma agrária com o objetivo de democratizar o acesso a terra e atenuar a concentração de terra (Soares; Santos, 2021), a partir disso, foi criada outras políticas adjacentes que contribuem para desenvolvimento dos assentamentos.

Nesse sentido pode ser mencionado o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) sendo relevante para agricultura familiar distribuindo recursos para investimentos em pequenas propriedades contribuindo diretamente para o desenvolvimento da estrutura (Brandalize et. at. 2024).

No entanto, há desafios ainda para ser enfrentados, De Souza; De Oliveira 2021 ressaltam que a sustentabilidade econômica dos assentamentos rurais é comprometida pela estrutura produtiva não alcançando o padrão exigido pelo, Sendo, a assistência técnica insuficiente, o acesso limitado a insumos e acesso a vias precárias para distribuição da produção.

De Souza; De Oliveira 2021 também destaca a importância de organização em associações e/ou cooperativas com papéis bem definidos e tarefas bem distribuídas são cruciais para superação destes desafios e melhorar o rendimento familiar.

Do mesmo modo, Moraes; Casseb, 2019 ver na educação no campo um elemento essencial para transformar essa realidade, pois a oferta mais próxima e contextualizado com a realidade, pode aumentar o nível de escolaridade e diminuir a necessidade de deslocamento.

Este artigo tem o objetivo analisar as publicações entre os anos de 2019 e 2025 no qual trata o tema assentamentos rurais, bem como, política agrícola e reforma agrária, nesse sentido, se busca identificar os objetivos, os desafios e os avanços.

2 REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

Coca 2013, define os “assentamentos rurais são a principal manifestação das políticas de reforma agrária no Brasil” com o propósito de promover a distribuição de terras, a inclusão social e o desenvolvimento rural sustentável, garantindo condições de moradia digna e produção familiar.

Com intuito de melhorar a compreensão do tema sobre a reforma agrária, Brasil 1964 institui que:

1º Considera-se Reforma Agrária o conjunto de medidas que visem a promover melhor distribuição da terra, mediante modificações no regime de sua posse e uso, a fim de atender aos princípios de justiça social e ao aumento de produtividade.

§ 2º Entende-se por Política Agrícola o conjunto de providências de amparo à propriedade da terra, que se destinem a orientar, no interesse da economia rural, as atividades agropecuárias, seja no sentido de garantir-lhes o pleno emprego, seja no de harmonizá-las com o processo de industrialização do país.

Art. 2º É assegurada a todos a oportunidade de acesso à propriedade da terra, condicionada pela sua função social, na forma prevista nesta Lei.

§ 1º A propriedade da terra desempenha integralmente a sua função social quando, simultaneamente:

- a) favorece o bem-estar dos proprietários e dos trabalhadores que nela labutam, assim como de suas famílias;
- b) mantém níveis satisfatórios de produtividade;
- c) assegura a conservação dos recursos naturais;

d) observa as disposições legais que regulam as justas relações de trabalho entre os que a possuem e a cultivem.

Nesse sentido é importante ressaltar que a LEI 11.326/2006 diz que:

[...] considera-se agricultor familiar e empreendedor familiar rural aquele que pratica atividades no meio rural, atendendo, simultaneamente, aos seguintes requisitos:

I - não detenha, a qualquer título, área maior do que 4 (quatro) módulos fiscais;

II - utilize predominantemente mão-de-obra da própria família nas atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento;

III - tenha percentual mínimo da renda familiar originada de atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento, na forma definida pelo Poder Executivo;

IV - dirija seu estabelecimento ou empreendimento com sua família. (IBGE, 2007)

3 METODOLOGIA

A pesquisa bibliográfica, tendo em vista o aprofundamento da temática, foi feita por meio dos bancos de dados: Google Acadêmico, Scielo, Periódicos Capes, *Web of Science*, Scopus, que segundo Gil (2002 [...]) é desenvolvida com base em material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos." Seu objetivo é fornecer uma fundamentação teórica necessária ao trabalho e auxiliar o pesquisador a conhecer e analisar o tema e o problema da pesquisa.

Inicialmente foi feita uma busca por artigos completos disponíveis nas bases de dados o portal periódicos CAPES, entre os anos de 2019 e 2025 utilizando os descritores: "Assentamentos rurais", "agricultura familiar", "política agrícola" e "Reforma Agrária".

Em seguida foi feita uma busca foram selecionados todos os estudos cujos títulos ou resumos falavam diretamente sobre assentamentos no Brasil. com os operadores booleanos and e or e também em português.

No início foi encontrado 9.490 artigos no Google Acadêmico, 3 (três) nos Periódicos da Capes e 1 (um) na Scielo, a partir deste momento foram aplicados os critérios de inclusão e exclusão. O primeiro foi o espaço temporal e 2019 a 2025 que

eliminou a maior partes deles restando apenas 83 artigos do Google Acadêmico enquanto nas outras plataformas todos foram eliminados, o próximo critério foi os artigos de revisão por pares, sobrando 57 artigos para leitura dos títulos e resumos, sendo selecionados 20 artigos, e por fim, após a leitura na íntegra foram selecionados 7 (sete) artigos para compor esta revisão estão apresentados no quadro 1.

4 RESULTADOS

Quadro 1 - Artigos selecionados para revisão

Autor	Título	Objetivo	Metodologia
Ximenes et. al. 2021	A função social da terra e a preservação da cultura dos povos: desafios e possibilidades do programa nacional de crédito fundiário	apresentar os aspectos históricos e legais acerca das questões agrárias no Brasil; descrever a política pública do Programa Nacional de Crédito Fundiário; Enumerar os desafios e as tendências do ordenamento jurídico acerca da justiça social e dos interesses agrários vigentes no Brasil	Revisão bibliográfica
Santos; Delgrosi; Melo, 2024	Assentamentos rurais de reforma agrária e políticas públicas de promoção da agricultura familiar: uma revisão bibliométrica	explorar o impacto das políticas públicas sobre os assentamentos de reforma agrária e a promoção da agricultura familiar no Brasil	Revisão bibliográfica
Poncio et. al. 2024	Levantamento de pesquisas sobre Assentamentos no Brasil: uma revisão	Categorizar as produções científicas com o tema assentamentos do MST	Revisão integrativa
Lima; Silva e Iwata, 2019	Agriculturas e agricultura familiar no Brasil: uma revisão de literatura	elaborar uma revisão de literatura referente ao tema da agricultura, seu surgimento e evolução histórica no mundo	Revisão de literatura
Oliveira, Cruz e Paula, 2025	Grupos produtivos de agricultoras que processam	investigar as organizações produtivas de mulheres	Revisão sistemática

	alimentos em assentamentos da Reforma Agrária: uma revisão sistemática de literatura	assentadas da reforma agrária no Brasil dedicadas ao processamento de alimentos para comercialização	
Petarly e Souza, 2023	Onde está a agricultora familiar? Uma revisão bibliográfica dos estudos sobre o programa nacional de alimentação escolar e programa de aquisição de alimentos	identificar as ausências existentes na bibliografia sobre o Programa Nacional de Alimentação Escolar e o Programa de Aquisição de Alimentos	Revisão bibliográfica
Brandalize; Oliveira e Piacentini, 2024	O estado da arte sobre a agricultura familiar sustentável no Brasil: uma revisão sistemática com análise de conteúdo	destacar a importância da agricultura familiar sustentável no Brasil, enfatizando seu papel no desenvolvimento rural, segurança alimentar, sustentabilidade ambiental e progresso socioeconômico das comunidades rurais	Revisão sistemática

Fonte: O Autor 2025.

De acordo com Ximenes et. al. (2021), o Programa Nacional de Crédito Familiar (PNCF), é um programa complementar a reforma agrária por promover o acesso a terra, consequentemente o desenvolvimento regional unindo a tríade; terra, trabalho e renda com propósito de melhora da qualidade de vida das famílias atendidas.

O tema reforma agrária e agricultura familiar tem crescente interesse no campo acadêmico, porém, há desafios com a fragmentação e a política do presidencialismo de coalisão, comprometendo diretamente a eficácia das políticas, sendo assim, é urgente a formulação de políticas que garantam suporte e efetividade socioeconômica aos agricultores familiares (Santos; Delgrossi e Melo, 2024).

Poncio et. al. (2024) resalta a importância da agroecologia promovida pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terras (MST) no âmbito dos seus assentamentos trazendo benefícios significativos na produtividade, redução de uso de

agrotóxicos, melhora na saúde e qualidade de vida, uma prática que tem resultados positivos para todos os envolvidos.

Lima e Iwata (2019) complementam, enaltecendo a importância da agricultura familiar na produção agrícola e segurança alimentar do país, pois fornece mais da metade da produção de alimentos que é distribuído para a população brasileira e também atua no desafio de atenuar as disparidades regionais que existem no campo.

Os resultados da pesquisa de Oliveira, Cruz e Paula (2025) corroboram com pesquisas citadas anteriormente, evidenciando que as assentadas podem ter independência financeira, além de impulsionar a transformação social aumentando a participação das mulheres nas políticas públicas, com isso, melhorar as condições de vidas, fortalecer a segurança alimentar e nutricional e garantir a permanências das famílias no campo.

O estudo de Pertaly e Souza (2023) também se concentra em resultados da melhoria de renda e qualidade de vida, porém ele traz algo específico que a pouca participação das mulheres em políticas públicas voltadas para agricultura familiar e isso é um desafio que precisa ser enfrentado com organização comunitária.

Contudo, o trabalho de Brandalize et. al. (2024) se concentrou em apontar a desigualdade de gênero, no qual é necessário maior participação feminina para alcançar a sustentabilidade social, também aponta desafios que devem ser combatidos, como: melhoria da infraestrutura de comercialização e assistência técnica insuficiente.

Nesse sentido, a sustentabilidade econômica dos assentamentos é significativamente afetada pela inadequação entre as exigências do mercado e a estrutura produtiva dos assentados, provocados pela assistência técnica deficiente, acesso limitado a insumos e logística precária. Porém, existem estudos que demonstram que organização interna em cooperativas e associações aliado com articulação externa são fatores cruciais para enfrentar esses desafios mitigar barreiras e apresentar desempenho produtivo superior, consequentemente, melhor rendimento financeiro (De Souza: De Oliveira 2021).

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Portanto, os assentamentos de forma geral são muito importantes para o desenvolvimento do país, promovendo justiça social, desenvolvimento sustentável,

promovendo conhecimento da importância da terra na vida dos assentados e suas futuras gerações.

Desse modo, aconselha-se realizar uma pesquisa com espaço de tempo para abordar seus temas subjacentes, como: reforma agrária, políticas públicas voltadas para o campo, PRONAF, Programa de Aquisição de Alimentos, entre outros.

REFERÊNCIAS

BRANDALIZE, Marisete dos Santos; OLIVEIRA, Irene Carniatto de; PIACENTINI, Rafael Venturin. O estado da arte sobre a agricultura familiar sustentável no brasil: uma revisão sistemática com análise de conteúdo. **Revista Direitos Sociais e Políticas Públicas (UNIFAFIBE)**, v. 12, n. 3, p. 365-398, 2024. Disponível em:

https://www.researchgate.net/profile/Rafael-Piacentini/publication/390975951_O_ESTADO_DA_ARTE SOBRE_A_AGRICULTURA_FAMILIAR_SUSTENTAVEL_NO_BRASIL_UMA_REVISAO_SISTEMATICA_COM_ANALISE_DE_CONTEUDO_THE_STATE_OF_ART_ON_SUSTAINABLE_FAMILY_FARMING_IN_BRAZIL_A_SYSTEMATIC_REVIEW_WITH_CO/links/680654fbdf0e3f544f4393d7/O-ESTADO-DA-ARTE-SOBRE-A-AGRICULTURA-FAMILIAR-SUSTENTAVEL-NO-BRASIL-UMA-REVISAO-SISTEMATICA-COM-ANALISE-DE-CONTEUDO-THE-STATE-OF-ART-ON-SUSTAINABLE-FAMILY-FARMING-IN-BRAZIL-A-SYSTEMATIC-REVIEW-WITH-CO.pdf. Acesso em: 04 out. 2025.

BRASIL. LEI Nº 4.504 de 30 de Novembro de 1964. Dispõe sobre o estatuto da terra, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**. Poder executivo, Brasília, DF. 30 nov. 1964, p. 49.

COCA, Estevan Leopoldo de Freitas. Debatendo o conceito de reforma agrária: considerações sobre os tipos de assentamentos rurais no Brasil. **Revista Campo-Território**, Uberlândia, v. 8, n. 16 Ago., p. 170–197, 2013.

DOI: 10.14393/RCT81621598. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/campoterritorio/article/view/21598>. Acesso em: 20 out. 2025.

DE SOUZA, Danieli. Cristina. .; DE OLIVEIRA ESTEVAM, Dimas. Panorama dos assentamentos rurais em santa catarina. **Revista Grifos**, [S. l.], v. 30, n. 54, p. 267–291, 2021. DOI: 10.22295/grifos.v30i54.5921. Disponível em: <https://pegasus.unochapeco.edu.br/revistas/index.php/grifos/article/view/5921>. Acesso em: 27 set. 2025.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - **Agricultura Familiar**. Disponível em: https://www.ibge.gov.br/apps/atlasrural/pdfs/11_00_Texto.pdf. Acesso em: 23 out. 2025

GIL, Antonio. Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002. 175 p.

LIMA, Antonia. Francisca.; SILVA, Edvania. Gomes. de Assis.; IWATA, Bruna. de Freitas. Agriculturas e agricultura familiar no Brasil: uma revisão de literatura. **Retratos de Assentamentos**, [S. l.], v. 22, n. 1, p. 50-68, 2019. DOI: 10.25059/2527-2594/retratosdeassentamentos/2019.v22i1.332. Disponível em: <https://retratosdeassentamentos.com/index.php/retratos/article/view/332>. Acesso em: 20 out. 2025.

MORAIS, Ivan José Duarte de; CASSEB, Bárbara Duarte. O papel da estrutura organizativa no desempenho produtivo de assentados de reforma agrária no maranhão. *InterEspaço: Revista de Geografia e Interdisciplinaridade*, v. 5, n. 16, p. e6834, 30 Abr 2019 Disponível em: <https://periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/interespaco/article/view/6834>. Acesso em: 27 set. 2025.

OLIVEIRA, Janice. Moraes; CRUZ, Fabiana. Thomé da; PAULA, Larissa Araújo Coutinho de. Grupos produtivos de agricultoras que processam alimentos em assentamentos da Reforma Agrária: uma revisão sistemática de literatura. **Retratos de Assentamentos**, [S. l.], v. 28, n. 1, p. 8-44, 2025. DOI: 10.25059/2527-2594/retratosdeassentamentos/2025.v28i1.632. Disponível em: <https://www.retratosdeassentamentos.com/index.php/retratos/article/view/632>. Acesso em: 06 out. 2025.

PAVINI, Gislaine Cristina; FERRANTE, Vera Lúcia Silveira Botta; RIBEIRO, Maria Lucia; LOPES, Antonio Wagner Pereira. Educação do campo e políticas públicas: uma revisão bibliográfica. **OPEN SCIENCE RESEARCH III**, v. 3, p. 1527-1544, 2022. Disponível em: <https://www.academia.edu/download/87471063/220308225.pdf>. Acesso em: 26 set.2025.

PETARLY, Renata Rauta; DE SOUZA, Welison Portugal. Onde está a agricultora familiar? Uma revisão bibliográfica dos estudos sobre o programa nacional de alimentação escolar e programa de aquisição de alimentos. **Humanidades & Inovação**, v. 10, n. 15, p. 330-340, 2023. Disponível em: <https://revista.unitins.br/index.php/humanidadesinovacao/article/view/7652>. Acesso em: 15 out. 2025.

PONCIO, Aline; LIMA, Edilson Niehues Rodrigues; NASCIMENTO, Milena de Carvalho; MARJOTTA-MAISTRO, Maria Cristina. Levantamento de pesquisas sobre Assentamentos no Brasil: uma revisão. **Cadernos de Agroecologia**, v. 19, n. 1, 2024. Disponível em: <https://cadernos.aba-agroecologia.org.br/cadernos/article/view/9294/6894>. Acesso em: 20 out. 2025.

SANTOS, Ana. Paula; DELGROSSI, Mauro Eduardo; MELO, Leandro Mariane de.

Assentamentos rurais de reforma agrária e políticas públicas de promoção da agricultura familiar: uma revisão bibliométrica. **Caderno Pedagógico**, [S. l.], v. 21, n. 8, p. e7175, 2024. DOI: 10.54033/cadpedv21n8-256. Disponível em: <https://ojs.studiespublicacoes.com.br/ojs/index.php/cadped/article/view/7175>. Acesso em: 29 set. 2025.

SOARES, Irani Santos. “A Questão Racial e a Questão Agrária No Contexto Do Acesso à Terra No Brasil.” **Conjeturas**, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.53660/CONJ-1014-N20>. Acesso em: 04 out. 2025.

SOARES, Irani Santos; SANTOS, Carla Renata Santos dos. Crédito instalação para assentamentos de reforma agrária: um panorama entre os anos de 1993 a 2021
Installation credit for agrarian reform settlements: an overview betwween 1993 to 2021. **Brazilian Journal of Development**, v. 7, n. 6, p. 64549-64564, 2021. Disponível em: https://d1wqtxts1xzle7.cloudfront.net/118577347/admin_BJD_707-libre.pdf?1727817375=&response-content-disposition=inline%3B+filename%3DCredito_instalacao_para_assentamentos_de.pdf&Expires=1763691611&Signature=HN55m6phTvFdDrCMsu6QFtkvRqK377Zj5hteywMn0C2rXjqtuBs~EzOAOXSM44rSCQ19Xz12qIcM7WtXwjwwmByKRKC~naX5Da3Y9~CucalopdP6rZlQ1llyT9g1A3PtIU0cF9fgKWfRnT7fj3zJlxcXW3w2bL1s7mxZbuDdqD0GXUZnR4s69OO0TFcuSCBxctp-3Mv-YUwsaHv0oH0eKepM~gTaSv7N-lCgFdoHEKAQgYR~Ct~Fsss6z1ElbFQIOq5Vr-atQNYId~GFyZHBhnPQvgwG2kx4wWp6DXRR7~z6Cc1y-tFqqVxEpq~wIS2QFyfFVUo523ivCrRVy~b7A__&Key-Pair-Id=APKAJLOHF5GGSLRBV4ZA. Acesso em: 06 out. 2025.

XIMENES, Sara de Lima Saegle Alcanfor; REZENDE, Amanda Luiza de Lima Saegle; BARROS, Mallú de Mendonça; BOSCATTI, Lucas; OLIVEIRA, Thais Gomes de; BUENO, Erika Veroneze. A função social da terra e a preservação da cultura dos povos: desafios e possibilidades do programa nacional de crédito fundiário / The social function of the land as an guaranty of indians and other culture: challenges and possibilities of the national fundiary credit program in Brazil. **Brazilian Journal of Development**, [S. l.], v. 7, n. 4, p. 37415-37436, 2021. DOI: 10.34117/bjdv7n4-283. Disponível em: <https://ojs.brazilianjournals.com.br/ojs/index.php/BRJD/article/view/28055>. Acesso em: 14 out. 2025.

WETLANDS CONSTRUÍDOS APLICADOS COMO PÓS TRATAMENTO DE EFLUENTE DE QUEIJARIA TRATADO EM REATOR UASB

João Henrique Nogueira dos Santos

Bacharelando em Engenharia Agrícola e Ambiental

Universidade Federal do Vale do São Francisco – UNIVASF

Aricélia Antunes do Nascimento Vieira

Bacharelando em Engenharia Agrícola e Ambiental

Universidade Federal do Vale do São Francisco – UNIVASF

Miriam Cleide Cavalcante de Amorim

Professora orientadora e Tutora do Programa PET Saneamento Ambiental

Universidade Federal do Vale do São Francisco – UNIVASF

RESUMO: Os reatores anaeróbios do tipo UASB são tecnologias de tratamento capazes de remover cerca de 65% de matéria orgânica, sendo necessário um pós-tratamento do efluente para complementar essa remoção. Os wetlands construídos (WC) são soluções para o tratamento de águas residuárias baseadas em ecossistemas naturais, de eficiência comprovada para esgotos domésticos, podendo ser utilizados como sistemas de pós-tratamento. Dessa forma, o presente trabalho objetiva verificar a eficiência de wetlands construídos no pós-tratamento de efluente oriundo da produção de queijo, previamente tratado em reator UASB. As wetlands experimentais foram construídas utilizando-se recipiente plástico de 22 L de volume, com meio de suporte composto por camadas de brita, areia grossa, areia fina e argila expandida, com uma planta da espécie *Canna indica*. O experimento foi montado em um viveiro nas dependências da Universidade Federal do Vale do São Francisco, as análises do efluente tratado na wetland foram realizadas a cada dois dias, com um total de oito dias de operação do experimento. O sistema wetland removeu 87% de matéria orgânica em termos de demanda química de oxigênio, 47% de remoção de fósforo e de 71% para o nitrogênio.

Palavras-chave: Wetlands. *Canna indica*. SBNs. Saneamento rural.

ABSTRACT: Upflow anaerobic scrubber (UASB) reactors are treatment technologies that remove approximately 65% of organic matter, requiring post-treatment of the effluent to further remove organic matter. Constructed wetlands (CWs) are solutions for wastewater treatment based on natural ecosystems, with proven efficiency for domestic

sewage, and can be used as post-treatment. Therefore, this work aims to verify the efficiency of wetlands in the post-treatment of effluent from cheese production, pre-treated in a UASB reactor. The experimental wetlands were constructed using a 22 L plastic container, with a support medium composed of layers of gravel, coarse sand, fine sand, and expanded clay, with a *Canna indica* plant. The experiment was set up in a nursery on the premises of the Federal University of the São Francisco Valley. Analyses of the treated effluent in the wetland were performed every two days, for a total of 8 days of experimentation and 4 analyses. The wetland removed 87% of organic matter in terms of chemical oxygen demand, 47% for phosphorus removal, and 71% for nitrogen.

Keywords: Wetlands. *Canna indica*. SBNs. Rural sanitation.

1 INTRODUÇÃO

Dentro da culinária brasileira o queijo se destaca por ser uma componente de ampla utilidade gastronômica, compondo pratos para qualquer refeição do dia. Sua importância vai além da cozinha, esse produto é sinônimo de identidade cultural e resistência em pequenas queijarias rurais.

Sua produção ocorre através da coagulação do leite catalisado por um coagulante (coágulo) que o transforma em um aglomerado proteico, que após separado do soro, é salgado e maturado (STROHER; SILVA; NUNES, 2023). Produzir queijo é um processo artístico que independe de tecnologias elaboradas, paciência, cuidado e dedicação podem resultar em um produto de qualidade mesmo com equipamentos simples (EMBRAPA, 2005).

Por mais que agroindústrias elaboradas incluam equipamentos pouco complexos como mesas e tanques de inox, formas de plástico, prensa manual e prateleiras de madeira, queijarias tradicionais com suas estruturas artesanais e formas de madeira preservam as características ancestrais da região, contudo essa logística de produção pode desviar do exigido por órgãos de controle sanitário no país (STROHER et al., 2024). Essa preocupação está relacionada ao contexto de produção, que muitas vezes dispensa o uso de luvas e toucas, além disso a baixa condição econômica impede a adição de recipientes e ambientes próprios para desinfestação microbiana.

De acordo com Neto & Ramalho (2024) o soro de leite é um subproduto resultante da remoção da caseína durante a produção de queijo, ele compõe cerca de 85-90% do volume de leite utilizado na fabricação do alimento e retém cerca de 55% da carga nutricional do leite. Considerado por muitos como um problema, este pode ser utilizado como matéria prima para produtos como ricota, wey e bebidas lácteas, mas nem todas as queijarias possuem equipamentos para produzi-los levando ao descarte incorreto desse efluente de alta carga orgânica.

Reatores anaeróbios de fluxo ascendente (UASB) são uma tendência no Brasil quanto ao tratamento descentralizado de efluentes em zonas rurais, seja como uma unidade individual ou em um sistema precedido de um pós-tratamento (MOREIRA et al., 2019). Sua atratividade vem da fácil implementação e baixo custo operacional, além da capacidade de tratar resíduos de alta carga orgânica, produzindo biogás e gerando ganhos ambientais e econômicos. Contudo, esses sistemas ainda necessitam de um pós-tratamento, pois os reatores possuem baixa eficiência na remoção de nutrientes, necessitando de uma unidade posterior para lidar com a matéria nitrogenada (SHIBATA, 2024).

Nesse sentido, wetlands construídos surgem como uma alternativa simples e ecológica quanto a redução da matéria orgânica e nitrogênio resultante. Também conhecidos como jardins filtrantes ou terras alagadas com macrófitas trata-se de uma tecnologia implementada no Brasil na década de 1990 e desde então tem se tornado um concorrente forte com relação ao tratamento de águas residuárias em regiões rurais e periurbanas (NASCIMENTO, 2025). No entanto, variações climáticas locais podem alterar a eficiência desses sistemas, necessitando de adaptações quanto a espécie de macrófita, fluxo de efluente e meio suporte.

Segundo Sales Filho (2014) wetlands construídos são classificados de acordo com o tipo de macrófita utilizada e fluxo que o efluente segue, sendo mais comum sistemas com macrófitas emergentes de fluxo superficial ou subsuperficial, que se divide em fluxo subsuperficial vertical ou horizontal. Modelos de fluxo subsuperficial possuem uma vantagem quanto a remoção da matéria orgânica, considerando que os aglomerados maiores são retidos no meio suporte. Com relação a remoção de nitrogênio, sistemas de

fluxo subsuperficial vertical melhoram a aeração do meio suporte ambientação ideal para microrganismos nitrificantes. Esse modelo, trata o efluente em seu interior, reduzindo o mau odor e a proliferação de mosquitos.

Sezerino (2006) reforça a necessidade de tratar resíduos provenientes de atividades agrícolas, como a suinocultura e a produção de queijo. O autor também destaca o potencial dos wetlands construídos como alternativa de pós-tratamento após um sistema primário. Nesse contexto, o presente trabalho tem como objetivo avaliar a eficiência de um modelo de wetland construído em escala de bancada no pós-tratamento de efluente de laticínios (soro), a fim de verificar a remoção de carga orgânica e de nutrientes (nitrogênio e fósforo), analisando se o efluente tratado atende às exigências da Resolução do Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA) 430/2011 (BRASIL, 2011) para o lançamento em corpos hídricos.

2 METODOLOGIA

O experimento foi conduzido em um viveiro dentro das dependências da Universidade Federal do Vale do São Francisco (UNIVASF) Campus Juazeiro - BA. A área onde os modelos foram instalados, apresentava cobertura solar de aproximadamente 50% sem proteção contra chuva com uma cerca de proteção contra possíveis invasores que poderiam prejudicar o experimento.

2.1 CARACTERIZAÇÃO DO EFLUENTE

O efluente utilizado foi o soro bruto oriundo da fabricação de queijo em uma queijaria artesanal localizada na Agrovila N6, município de Petrolina - PE. Após coletado o efluente foi transportado ao Laboratório de Engenharia Ambiental (LEA), sendo então caracterizado. As análises da caracterização foram realizadas em triplicata em conformidade com o estabelecido pelo manual *Standard Methods for the Examination of Water and Wastewater* (APHA, 2023). Os parâmetros e suas respectivas unidades estão dispostos na Tabela 1. Após verificado a tratabilidade e a produção de biogás do soro, no reator UASB, o efluente resultante foi armazenado para aplicação no presente trabalho.

Tabela 1 - Caracterização do efluente de laticínios bruto.

Parâmetros	Unidade	Valores
DQO	mg O ₂ /L	1121,2
DBO ₅	mg O ₂ /L	3750,0
N	mg N-NH ₃ /L	7,8
P	mg P/L	3,0
Sólidos Totais	mg/L	877,3
pH	-	4,15
Cor	μC	331,3
Turbidez	NTU	56,6
Condutividade elétrica	μS/cm	1652,0

DQO – Demanda química de oxigênio; DBO – Demanda bioquímica de oxigênio;

P – Fósforo; N – Nitrogênio; pH – Potencial hidrogeniônico.

Fonte: Autores, 2025.

2.2 TRATAMENTO EM REATOR UASB

O efluente foi submetido ao sistema de tratamento do tipo reator anaeróbio de fluxo ascendente (UASB) com volume útil de 3,14 litros montado nas dependências do Laboratório de Engenharia Ambiental (LEA - UNIVASF) (Figura 1). As condições operacionais do reator foram: tempo de detenção hidráulico (TDH) de 6h, e carga orgânica volumétrica (COV) de 7,377 gDQO/L.dia, determinada seguindo as recomendações de Amorim (2015).

Figura 1 - Sistema de alimentação, reator UASB e coleta do efluente de soro de leite.



Fonte: Autores, 2025.

Durante a aclimação do reator, 30% de sua capacidade foi reservada para a acomodação do lodo ativo. Posteriormente, foram adicionados 0,7 litros de solução rica em macro e micronutrientes ocupando aproximadamente 20% do volume total. O volume restante foi preenchido com soro de leite diluído.

Uma bomba peristáltica conduzia o efluente do estado inicial (soro bruto), para o reator e, por fim, o reservatório final. O gás produzido fluía por uma mangueira ligada a um recipiente de 1L contendo NaOH a 3%, a pressão gerada pelo fluxo constante provocava gotejamento no ponto de saída do recipiente, o que permitia a coleta e quantificação de gás.

2.3 PÓS-TRATAMENTO COM WETLANDS

Para este trabalho, utilizou-se um modelo de wetland construído de fluxo subsuperficial vertical com macrófitas fixas emergentes. A montagem do protótipo

baseou-se na metodologia proposta por Sales Filho (2014), na qual, foram realizadas algumas adaptações para possibilitar a execução do projeto.

Um recipiente plástico de 22 L foi utilizado como base para o sistema. O jardim filtrante foi irrigado diariamente com 800 mL do soro de leite, o efluente inserido no wetland percolava o meio suporte permanecendo no sistema por um período de um dia até a coleta. O tratado foi coletado pelo dreno localizado na parte inferior do sistema. Após o recolhimento, o material foi armazenado em garrafas plásticas de 500 mL, devidamente identificadas com o tipo de resíduo, responsáveis e data. As amostras eram imediatamente analisadas ou armazenadas em freezer até o momento das análises.

Na higienização do meio suporte, cada componente foi colocado separadamente em baldes de 12 L, que posteriormente, foram preenchidos com água, decantando o material pesado restando o líquido e matéria orgânica morta em superfície, o qual foi removido. Os materiais limpos foram adicionados ao recipiente, sequencialmente, brita 1, brita 0, areia grossa e areia fina, e argila expandida. Por fim, um exemplar da espécie *Canna indica*.

A *Canna indica* tipicamente conhecida como Beri ou Bananeirinha, origina-se de ambientes tropicais da América do Sul e América Central, comumente utilizada como planta ornamental por sua flor de coloração marcante. Desenvolve-se em ambientes de intensa radiação solar, mas pode ser cultivada a meia sombra em solos ricos em matéria orgânica e umidade, o que favorece a utilização da espécie em wetlands construídos (AMADEU & MELO, 2021).

Inicialmente, foi realizado o preparo das mudas de macrófitas para posterior plantio no sistema. Etapa realizada em viveiro onde as mudas foram armazenadas desde a sua obtenção.

O processo de triagem e cuidados com as plantas ocorreu de acordo com as seguintes etapas: Preparo de substrato (areia + esterco) para nutrição das mudas já obtidas; Remoção de novas mudas geradas e transplante para novos recipientes, a fim de reduzir o número de mudas por vaso e gerar novas plantas; Remoção de folhas e galhos mortos com o uso de alicate de poda; Seleção de mudas saudáveis em tamanhos padronizados e em fase de desenvolvimento semelhante.

2.4 MONITORAMENTO DO TRATAMENTO

O monitoramento do tratamento deu-se em um período de avaliação de oito dias, analisando-se, a cada dois dias, o efluente dos wetlands, totalizando quatro avaliações. Para avaliação da eficiência do pós-tratamento, determinaram-se em triplicata, os parâmetros DQO, DBO₅, N e P para o efluente bruto e o tratado, possibilitando o cálculo da taxa de remoção de carga orgânica e de nutrientes. Os dados coletados foram trabalhados e expressos em gráficos e tabelas elaborados através do software Excel.

Os resultados analíticos do efluente tratado nas wetlands também foram averiguados quanto ao atendimento às exigências da legislação vigente, Resolução CONAMA 430/2011, para o lançamento de efluentes em corpos hídricos.

3 RESULTADOS

A Tabela 2 apresenta os valores dos parâmetros monitorados no sistema wetlands para o efluente bruto e tratado. Durante o processo experimental, observou-se acúmulo de soro na região inferior do sistema. Provavelmente, o material estagnado gerou um ambiente de acúmulo de matéria orgânica que pode ter contribuído para o aumento da demanda de oxigênio necessária para sua degradação.

Tabela 2 - Matéria orgânica (DQO e DBO) e nutrientes no efluente bruto e tratado.

Situações	DQO (mgO ₂ /L)	DBO ₅ (mgO ₂ /L)	N (mgN-NH ₃ /L)	P (mg P/L)
Efluente bruto	1121,16	3750,00	7,84	2,98
Avaliação 1	136,52	-	5,60	1,58
Avaliação 2	271,72	-	3,73	2,70
Avaliação 3	212,99	-	2,24	1,98
Avaliação 4	156,47	200,00	2,24	2,65
Remoção média	82,66%	94,67%	55,96%	25,33%

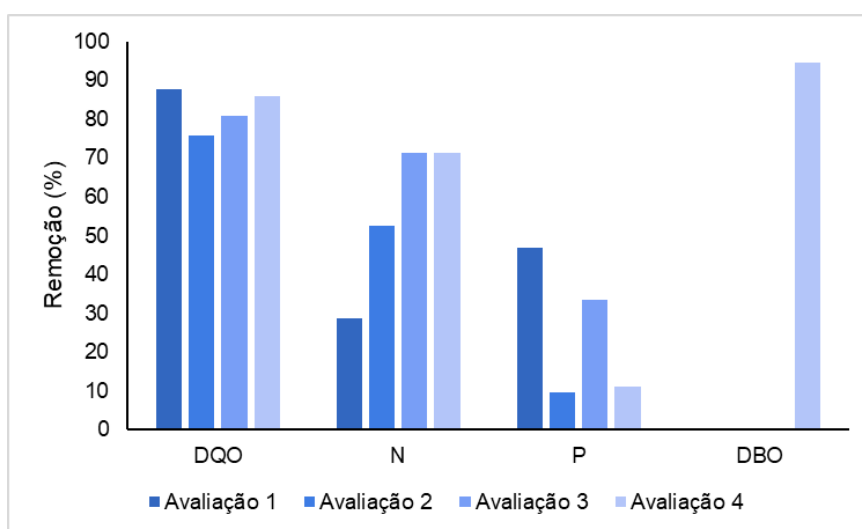
DQO – Demanda Química de oxigênio; DBO₅ – Demanda bioquímica de oxigênio a 5

dias N – Nitrogênio; P – Fósforo; na* - Não se aplica.

Fonte: Autores, 2025.

Na avaliação da eficiência do sistema, foram consideradas as taxas de remoção de cada um dos parâmetros de monitoramento (Figura 2). A maior eficiência observada foi de 94,67%, atribuída à remoção da DBO₅, enquanto a menor remoção foi de 9,53%, referente ao fósforo.

Figura 2 - Remoção da carga orgânica e nutrientes no efluente de soro de leite.



DQO – Demanda química de oxigênio; DBO – Demanda bioquímica de oxigênio;

P – Fósforo; N – Nitrogênio; pH – Potencial hidrogeniônico.

Fonte: Autores, 2025.

Santos (2023) observou uma remoção máxima de DQO de 45% em águas residuais da indústria de laticínios tratadas por WC (wetland construído) de fluxo subsuperficial horizontal. Mahmoud et al. (2024) trabalharam com resíduo líquido de queijaria em um sistema wetland híbrido, os autores relataram altas taxas médias de remoção para DQO (80%) e para DBO₅ (97%) valores semelhantes aos observados no presente experimento.

A avaliação da DBO₅ foi realizada no primeiro e no último dia de operação do sistema wetlands. Os valores obtidos variaram de 3750 mg/L para 200 mg/L, uma redução acima de 90%, como não houveram avaliações intermediárias efeitos de acréscimo ou aleatoriedades não foram registrados.

A concentração de nitrogênio em efluentes lançados em corpos hídricos deve atender à legislação vigente, a fim de evitar desequilíbrios ecológicos como a eutrofização de ambientes aquáticos. Sua quantificação no sistema avaliado gerou dados variados, mostrando uma queda gradativa na concentração de N-NH_3 no efluente tratado, a qual se estabilizou nas duas últimas medições. Essa redução pode estar associada a processos de maturação dos microrganismos responsáveis pela remoção do nutriente e à formação de biofilme.

A maior concentração de fósforo foi registrada na caracterização inicial do resíduo; contudo, a segunda e a última avaliações apresentaram valores próximos aos da caracterização. De acordo com a literatura, sistemas wetlands apresentam baixa eficiência na redução desse parâmetro, uma vez que sua remoção ocorre principalmente por precipitação do elemento e por absorção pelas plantas. A retenção no solo pode constituir outra via de remoção; entretanto, o meio suporte arenoso utilizado oferece baixa capacidade de adsorção.

De acordo com o gráfico apresentado (Figura 2), houveram variações na remoção de nitrogênio e fósforo, sendo os percentuais máximos observados de 71,43% para nitrogênio e 47,01% para fósforo. Em outra perspectiva, Marcelino & Moraes (2022) alcançaram uma remoção de 99% de fósforo em efluente industrial de laticínios tratado em protótipo de wetland; contudo, a remoção de nitrogênio observada pelos autores (20%) estava abaixo do padrão.

A baixa remoção de fósforo observada nas avaliações 2 e 4 possivelmente está relacionada à reduzida eficiência das zonas úmidas na remoção desse nutriente. Sistemas com leito fixo e tempo de detenção hidráulico específico podem potencializar essa remoção, como observado por Paula & De Jesus (2024). O acúmulo de soro no fundo do wetland também pode ter influenciado na concentração de fósforo, visto que apresentou aumentos e reduções alternados ao longo das avaliações.

Quanto ao nitrogênio, Sezerino & Pelissari (2021) citam que wetlands de fluxo vertical contribuem para o estabelecimento de organismos que atuam na nitrificação do nitrogênio amoniacal, bem como na redução do nitrato formado por meio da

desnitrificação, sendo essa uma possível justificativa para o aumento sequencial na remoção de nitrogênio.

A Resolução CONAMA nº 430, de 13 de maio de 2011, estabelece os padrões de lançamento, segundo os quais, o efluente tratado deve apresentar eficiência de remoção da DBO₅ mínima de 60%, pH entre 5 e 9, temperatura inferior a 40 °C e 20 mg/L de nitrogênio amoniacal total.

O Artigo 17 da mesma resolução determina que o órgão ambiental competente pode definir padrões específicos para o fósforo em ambientes com histórico de floração de cianobactérias ou em trechos onde ocorra captação para abastecimento público. Portanto, observa-se que valor de nitrogênio do efluente bruto encontra-se dentro dos limites aceitáveis, sendo ainda mais reduzido após o tratamento em wetland, enquanto o pH e a remoção da DBO₅ atingiram os padrões somente após o tratamento.

A Tabela 3 apresenta os resultados analíticos dos parâmetros físico-químicos analisados nas etapas preliminares e do efluente após o tratamento no sistema wetland.

Tabela 3 - Valores das variáveis físico-químicas medidas na caracterização e na última observação do efluente.

Parâmetro	Unidade	Efluente bruto	Efluente tratado	Remoção (%)
pH	-	4,15	7,07	n.a*
Cor	μC	331,33	317,33	4,23
Turbidez	NTU	56,57	17,23	69,53
Condutividade elétrica	μS/cm	1652,00	1364,67	17,39
Sólidos totais	mg/L	877,33	1617,33	-93,19

*n.a: não se aplica; **Fonte:** Autores, 2025.

Durante o processo de degradação anaeróbia da matéria orgânica, ocorre a formação de ácidos graxos voláteis, que acidificam o meio e diminuem o pH. O soro de entrada apresentava pH ácido (Tabela 3), o qual foi estabilizado para um valor neutro após a passagem pelo wetland, cumprindo assim um dos critérios estabelecidos pela Resolução CONAMA nº 430/2011, que admite valores na faixa de 5 a 9.

Na primeira avaliação, observou-se uma diferença na coloração do soro bruto e tratado, entretanto a cor em laboratório apresentou o menor percentual de remoção. O parâmetro diz respeito a cor aparente do efluente, a qual inclui uma parcela da turbidez, a redução visual observada e a baixa variação registrada pelas medições.

O wetland construído mostrou-se bastante eficiente na remoção das partículas que compõem a turbidez, uma variação de 56,57 NTU para 17,23 NTU, correspondendo a um percentual de 69,53% a maior remoção registrada entre os parâmetros físicos. Em sistemas wetlands, as partículas de matéria orgânica suspensa podem ser degradadas pelos microrganismos ou serem retidas no sistema radicular das plantas reduzindo a turbidez (ANDRADE et al., 2022).

A condutividade elétrica foi medida para verificar indiretamente a concentração de sais no efluente. Após a passagem pelo wetland, foi medido um valor de 1364,67 $\mu\text{S}/\text{cm}$ para a variável, representando uma remoção de 17,39%. Pedrosa (2022) registrou condutividade elétrica de 2.003,67 $\mu\text{S}/\text{cm}$ e redução de 7,09% em efluente de laticínios tratado em sistemas alagados. Segundo o autor, em wetlands a diminuição da condutividade elétrica está relacionada à precipitação de sais ou à absorção pelas raízes das macrófitas.

A concentração de sólidos totais no soro bruto foi inferior à observada após o tratamento no wetland. Em sistemas de wetlands, efluentes com elevada carga orgânica tendem a apresentar redução de sólidos, uma vez que a matéria orgânica pode ser retida no meio suporte ou degradada por microrganismos. Entretanto, durante esse processo, partículas do próprio meio filtrante podem ser incorporadas ao efluente, resultando em acréscimo na concentração final de sólidos.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O protótipo de wetlands construído mostrou-se eficaz na redução da carga orgânica, em termos de DQO e DBO5, comprovada pelos valores de remoção. A concentração de nitrogênio no efluente tratado atende ao padrão estabelecido pela

Resolução nº 430/2011 do CONAMA, assim como a taxa de remoção de DBO, que alcançou 90%. Quanto à remoção de fósforo, a máxima obtida foi de 47,01%.

A partir da avaliação realizada, pode-se concluir que os sistemas wetlands são alternativas eficientes para o pós-tratamento de soro de leite oriundo de reatores UASB. Contudo, um dimensionamento mais otimizado, que inclua fluxo constante de alimentação, tempo de detenção hidráulico e teste estatístico com delineamento experimental, pode resultar em melhores desempenhos.

5 AGRADECIMENTOS

Ao MEC e ao FNDE pelo apoio financeiro, ao Programa de Educação Tutorial (PET) Saneamento Ambiental e a Universidade Federal do Vale do São Francisco pelo suporte institucional e infraestrutura.

REFERÊNCIAS

AMADEU, Isabela Eunice Cáspar; MELO, Elisa Dias de. O paisagismo em Wetlands Construídos. **Revista Ibero Americana de Ciências Ambientais**, v.12, n.9, p.349-362, 2021.

AMORIM, Miriam Cleide Cavalcante de. **Estudos de caracterização, biodegradabilidade e tratamento de manípueira proveniente de casas de farinha**. 2015. 220 f. Tese (Doutorado em Engenharia Química) - Universidade Federal de Pernambuco, Centro de Tecnologias e Geociências, Recife-PE, 2015.

ANDRADE, Sanduel Oliveira de; SILVA, Aline Rodrigues da; ROSENDO, Thadeu Formiga; OLIVEIRA, Andréa Maria Brandão Mendes de; SILVA, Osvaldo Soares da. **Avaliação de um SAC para redução da turbidez, cor e DQO em efluentes de agroindústrias de laticínios**. In: CONAPESC - Congresso Nacional de Pesquisa e Ensino em Ciências, Campina Grande: Realize Editora, 2021.

APHA, AMERICAN WATER WORKS ASSOCIATION, WATER ENVIRONMENTAL FEDERATION. Standard Methods of the Examination of Water and Wastewater. Ed. 22, ALPHA/AWWA/WEF, 2023.

BRASIL. Conselho Nacional do Meio Ambiente. Resolução nº 430, de 13 de maio de 2011. Dispõe sobre as condições e padrões de lançamento de efluentes. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, 13 maio 2011.

DA CUNHA, Ingrid Kellen. **Eficiência do sistema wetlands em tratamento de efluente de laticínio: Reator zona de raízes**. 2016, 33 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Engenharia Agrícola) - Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões, Erechim, Rio Grande do Sul, 2016.

EMBRAPA – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária. Queijo Minas Frescal. Brasília, DF: Embrapa Informação Tecnológica; Rio de Janeiro: Embrapa Agroindústria de Alimentos, 2005.

MAHMOUDI, Amal; HANNACHI, Chiraz; MHIRI, Fadhel; BECHIR, Hamrouni. Performances of constructed wetland system to treat whey and dairy wastewater during a macrophytes life cycle, Desalination and Water Treatment. In: **Science Direct**. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S1944398624003977>. Acesso em: 12 nov. 2025.

MARCELINO, Gislene da Conceição; MORAIS, Anderson de Assis. Análise de um protótipo de wetlands construído no tratamento de efluentes industriais de laticínios. **Pesquisa, Sociedade e Desenvolvimento**, v.11, n.8, 11 pág., 2022.

MOREIRA, Yanka Wandréia Nogueira; LIMA, Mira Raya Paula de; OLIVEIRA JUNIOR, José Lima de; SILVA, Priscilla Barbosa de Araújo; ALMEIDA, Ana Beatriz Batista de. Partida de reator UASB em escala real no tratamento de esgoto doméstico em região de clima quente. In: **Revista DAE**. Disponível em: https://revistadae.com.br/artigos/artigo_edicao_226_n_1900.pdf. Acesso em: 12 nov. 2025.

NASCIMENTO, Diogo Bernardo. **Análise comparativa de wetlands construídos para tratamento de águas residuárias: experiências brasileiras**. 2025, 44 f. TCC (Engenharia Civil) – Universidade Federal de Campina Grande, Pombal, Paraíba, 2025.

NETO, Dionisio Resende; RAMALHO, Pedro Henrique Paes. **Soro de leite: aplicação das proteínas como filmes comestíveis**. 2024, 33 f. TCC (Tecnologia em Alimentos) – Faculdade de Tecnologia de Piracicaba, Piracicaba, São Paulo, 2024.

PAULA, Renato Zimiani de; FONTANA, Luciane; JESUS, Tatiana Araújo de. Remoção de fósforo por meio de zonas úmidas construídas de superfície livre para o tratamento de águas residuais: revisão bibliográfica e bibliográfica. In: **Springer Nature**. Disponível em: https://link.springer.com/article/10.1007/s43832-023-00050-0?utm_source. Acesso em: 12 nov. 2025.

PEDROSA, Yasmin Abdala. Sistema alagado construído do tipo bio-rack para tratamento de efluente de laticínios. 2022, 55 f. Trabalho de Conclusão de Curso (graduação em Engenharia Civil) - Universidade Federal de Ouro Preto Departamento de Engenharia Civil, Ouro Preto, 2022.

PINTO, Clarice Coimbra et alii. **Sistema alagados construídos para tratamento de águas residuárias de laticínios**. In: SOUZA JUNIOR, F. J. C.; ASSUNÇÃO, M. C. **Avanços da Pesquisa e Inovação em Sistemas Agrícolas: Conjunturas das Ciências Agrárias**. 1ª edição, Vol. 2, Guarujá: Editora Científica, 2024. cap. 7, p. 111-129. *E-book* Disponível em: https://downloads.editoracientifica.com.br/articles/241118244.pdf?utm_source. Acesso em: 12 nov. 2025.

SALES FILHO, Ivanildo de Oliveira. **Avaliação de toxicidade e remoção de matéria orgânica de efluente de biodigestor de resíduos sólidos orgânicos tratados em wetlands**. 2014. 64 f. Dissertação (Mestrado em Engenharia Civil e Ambiental) - Universidade Federal de Pernambuco, Centro Acadêmico do Agreste, Caruaru-PE, 2014.

SANTOS, Bruno Lucas dos. **Fitorremediação de soro de leite no sistema de wetlands construídos: teste de conceito**. 2023, 36 f. TCC (Engenharia Ambiental) – Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Francisco Beltrão, Paraná, 2023.

SEZERINO, Pablo Heleno; PELISSARI, Catiane. **Wetlands Construídos como Ecotecnologia para o Tratamento de Águas Residuárias: Experiências Brasileiras**. Brazil Publishing, Curitiba, 2021.

SHIBATA, Antônio Emílio. **Remoção de nitrogênio de esgoto sanitário efluente de UASB em reator ANAMMOX**. 2024, 167 f. Dissertação de mestrado (Engenharia Hidráulica e saneamento) - Universidade de São Paulo, São Carlos, 2024.

STROHER, Jeferson Aloísio; SANTOS JR., Luís Carlos Oliveira dos; FREITAS, Anderson; NUNES, Isaac dos Santos; PADILHA, Rosiele Lappe. Avaliação das boas práticas agropecuárias (BPA) e de fabricação (BPF) de uma agroindústria de queijo artesanal serrano (QAS) no Rio Grande do Sul (RS). **Revista Ciência Agrícola**, Rio Largo, v. 22, 11 p. 2024

STROHER, Jeferson Aloísio; SILVA, Douglas Marcel C.; NUNES, Isaac dos Santos. Qualidade microbiológica do queijo artesanal colonial (QAC): impacto das boas práticas de fabricação (BPF) – uma revisão sistemática. **Nutrivisa Revista de Nutrição e Vigilância em Saúde**. v. 10, 14 p. 2023.

